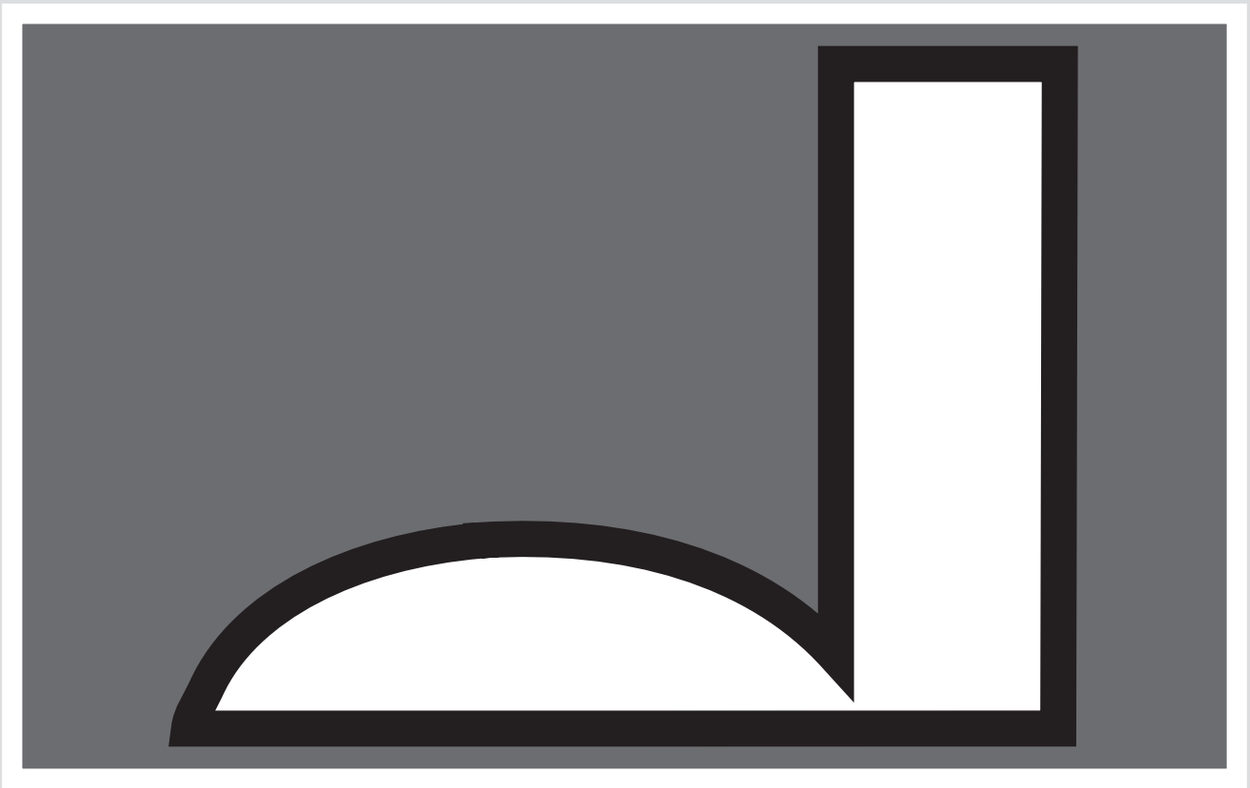
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 18 de julho de 2011)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos
e Fiscalização do Congresso Nacional

VOLUME II/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 120 – TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa
Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann (11)
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 6
Magno Malta
Vice-Líder do PR
Clésio Andrade

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz
Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares
Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20
Renan Calheiros
Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles
Vice-Líder do PP
Ana Amélia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (8)
Vice-Líderes
Jayme Campos (5)
Ataídes Oliveira
Maria do Carmo Alves
Cyro Miranda

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias
Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (9)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)
Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB
Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB
Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 18 de julho de 2011)..... 6

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 26ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2011..... 105

Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de junho de 2011..... 128

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2011..... 174

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2011..... 197

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011..... 214

Ata da 31ª Reunião Conjunta, realizada em 6 de julho de 2011..... 242

1.2.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 4ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2011..... 265

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de março de 2011..... 283

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2011..... 309

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2011..... 323

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011..... 344

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011..... 360

Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011..... 366

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2011..... 399

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011..... 431

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011..... 435

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011..... 461

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2011..... 478

Ata da 15ª Reunião Conjunta, realizada em 7 de junho de 2011..... 514

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011..... 544

Ata da 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011..... 546

Ata da 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2011..... 571

Ata da 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011..... 598

Ata da 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011..... 620

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2011..... 641

Ata da 29ª Reunião Conjunta, realizada em 16 de junho de 2011..... 656

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2011..... 693

Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de junho de 2011..... 728

Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de junho de 2011..... 759

VOLUME II

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011..... 804

Ata da 34ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de julho de 2011..... 818

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011..... 859

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2011..... 870

1.2.3.1 – Subcomissão Temporária para análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa

Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011 889
Ata da 7ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2011 898
Ata da 8ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2011 903
Ata da 9ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2011 906
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de junho de 2011 915
Ata da 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011 927
Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de julho de 2011 954
Ata da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011 966
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de junho de 2011 989
Ata da 18ª Reunião Conjunta, realizada em 7 de junho de 2011 991
Ata da 19ª Reunião Conjunta, realizada em 8 de junho de 2011 1017
Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de junho de 2011 1041
Ata da 21ª Reunião Conjunto, realizada em 16 de junho de 2011 1045
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2011 1082
Ata da 23ª Reunião Conjunta, realizada em 30 de junho de 2011 1118
1.2.5.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016
Ata da 11ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2011 1175
1.2.5.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte
Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2011 1201
1.2.5.3 – Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável
Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2011 1209
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2011 1225
Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2011 1256
Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011 1285
Ata da 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2011 1290
Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2011 1310
Ata da 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2011 1339
Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2011 1375
1.2.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher
Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2011 1418
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de junho de 2011 1424
Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de junho de 2011 1443
Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de julho de 2011 1477
1.2.7.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas
Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2011 1598
Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2011 1500
Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2011 1504
Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2011 1507
Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2011 1514
Ata da 6ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2011 1519
Ata da 7ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2011 1545
Ata da 8ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2011 1569
1.2.7.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira
Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2011 1590
Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2011 1594
Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2011 1621
1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2011 1631
Ata da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011 1638

Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2011 1665
Ata da 25ª Reunião Conjunta, realizada em 6 de julho de 2011 1667
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2011 1690
Ata da 27ª Reunião Conjunta, realizada em 12 de julho de 2011 1695
1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 17ª Reunião, Audiência Pública, realizada em 28 de junho de 2011 1643
1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2011 1664
Ata da 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2011 1805
1.2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011 1818
Ata da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011 1830
Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011 1837
1.2.12 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO
Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2011. 1875
Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2011. 1892
Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 1º de junho de 2011. 1912
Ata da 8ª Reunião Ordinária, convocada para 7 de junho de 2011. 1929
Ata da 9ª Reunião Ordinária, convocada para 14 de junho de 2011. 1931
Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 15 de junho de 2011 1932
Ata da 10ª Reunião Ordinária, convocada para 21 de junho de 2011 1950
Ata da 11ª Reunião Ordinária, convocada para 28 de junho de 2011 1951
Ata da 3ª Reunião Extraordinária, convocada para 29 de junho de 2011 1954

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e trinta e sete minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras, Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta e Aécio Neves. Justifica ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª PARTE LEITURA DOS RELATÓRIOS: ITEM 1) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 32, DE 2011** Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria ad hoc**: Senador Pedro Taques. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 20, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 3) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 24, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005 a indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatoria ad hoc**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 2ª PARTE SABATINA DOS INDICADOS: ITEM 4) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 15, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, inscrito na OAB/Santa Catarina sob n. 3561, para composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Votação secreta. Em 21/06/2011, foi lido o Relatório e iniciada a discussão. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, para composição do Conselho Nacional de Justiça, com 18 (dezoito) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. ITEM 5) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 18, DE 2011** Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição da República, o nome do Senhor Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Votação secreta. Em 21/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ; **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis. ITEM 6) Não Terminativo OFICIO "S" Nº**

36, DE 2011 Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Conselho Nacional de Justiça. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Votação secreta. Em 21/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ; **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente Reunião, às dezessete horas e sete minutos e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal, j**untamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à leitura dos itens 1 a 3 e sabatina dos indicados nos itens 4 a 6.

ITEM 1:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 32, DE 2011

Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Votação secreta.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1 de 2007-CCJ, publicado no *Diário do Senado Federal* de 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feita em duas etapas.

Na primeira, etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão com as devidas recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva, automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto na próxima reunião.

Tendo em vista que o Senador Aloysio Nunes está relatando um processo em outra Comissão, eu pediria a gentileza do Senador Pedro Taques, se concordar, para a leitura final desse relatório do qual será dado vista coletiva. Portanto, essa matéria não será debatida.

Após a leitura dos três últimos indicados para o Conselho, iniciaremos a sabatina com os indicados.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, aceito com muita honra ser relator para este ato.

Mediante o Ofício "S" nº 32, de 2011, o Senhor Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminha a este Senado Federal o nome do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM, indicado pelo referido Tribunal, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal. De acordo com o art. 103-B, o Conselho compõe-se de quinze membros, dentre os quais um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal (inciso IV).

Determina o § 2º do referido dispositivo que a autoridade indicada deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal. Os membros do Conselho têm por atribuição constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos, abaixo, o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pelo membro indicado.

O Dr. José Roberto Neves Amorim é desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2ª Câmara de Direito Privado), tendo se bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É ainda Mestre em Direito das Relações Sociais (Direito Civil) e Doutor em Direito das Relações Sociais (Processual Civil) pela mesma Universidade. Possui diversos cursos de extensão universitária, e exerceu várias funções dentro de sua área, tendo assumido o cargo de Juiz de Direito de muitas cidades paulistas entre os anos de 1984, quando ingressou na magistratura, e 2007.

Foi professor de Direito Civil da Faculdade de Direito de Itu, nos anos de 1989 e 1990, professor da Escola Paulista da Magistratura, professor de Direito Processual Civil da Universidade Paulista, de 1991 a 2004, e professor titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Ministrou cursos a juízes na Escola Paulista de Magistratura e, em 1999, foi coordenador do Centro de Apoio aos Juízes do Fórum João Mendes.

Em 2003, foi Vice-Presidente do Instituto de Direito "Álvares Villaça Azevedo" e articulista da coluna "Destaque Jurídico" do jornal *Empresas & Negócios*.

Das outras atuações, sublinhamos o cargo de professor convidado do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Processo Civil – da Universidade Presbiteriana Mackenzie e de Diretor-Adjunto do Departamento de Cultura da Associação Paulista de Magistrados, em 2006.

Aqui nós temos vários títulos honoríficos que o Desembargador foi merecedor, Sr. Presidente.

De 2000 a 2009, ministrou diversas palestras e foi membro de Comissões Julgadoras de Dissertação de Mestrado e de Teses de Doutorado.

Possui vários trabalhos publicados em jornais e revistas jurídicas, dentre os quais destacamos: "Direito sobre a História da Própria Vida" e uma miríades de artigos que o Desembargador escreveu.

No tocante às exigências constantes da Resolução nº 7, de 2005, o indicado declara que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação; não cumpre nenhum tipo de sanção criminal ou administrativo-disciplinar. Informa também que não existe, contra ele, procedimento da mesma natureza instaurado. Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, Distrito Federal ou Município, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes.

Declara ainda que não há parentes seus que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional e que nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais. Se é consultor, aqui não consta.

Encontra-se regular perante o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal e informa também que figura como querelante em ação judicial da Comarca de São Roque (Juizado Especial Criminal – Queixa--crime nº 586.01.2011.000398-8). Por fim, declara que atua no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo há 27 anos, tendo ingressado na magistratura em 1984.

Juntados aos autos do Ofício "S" nº 32, de 2011, constam a Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e a Certidão de Distribuições Cíveis da Comarca de São Paulo – capital, certificando que nada consta, em relação ao nome indicado, na condição de réu, requerido ou interessado.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Desembargador José Roberto Neves Amorim para o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Para o item 2 da pauta, o Senador Suplicy está chegando. Assim, vou pedir inversão de pauta,de ofício,e vou passar para o item 3.

ITEM 3:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 24, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Votação secreta.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007-CCJ, publicado no *Diário do Senado Federal* d dia 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feita também em duas etapas.

Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para

que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Tendo em vista que o Senador José Agripino ainda não chegou a esta Comissão, peço ao Senador Demóstenes Torres a gentileza, se assim concordar, de fazer a leitura do relatório como relator *ad hoc*.

V. Exª concorda, Senador Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o maior prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, então, vai substituir o nobre Senador José Agripino, que está em outro evento.

Tem V. Exª a palavra, para a leitura do relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o ilustre Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcanti Júnior, que é Presidente do Conselho Federal Ordem dos Advogados do Brasil, envia o Ofício "S" nº 24, indicando o Dr. Adilson Gurgel de Castro, advogado, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público como representante da sua categoria profissional.

O Dr. Adilson Gurgel juntou todos os documentos pedidos, como certidões negativas, documentos que o próprio Congresso Nacional, adicionalmente, exige. E o seu currículo mostra que ele se bacharelou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, em 1973. Recebeu o título de mestre em Direito, área de concentração "Instituições Jurídico-Políticas", com distinção e louvor, pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Ao longo de sua profícua carreira profissional, Adilson Gurgel de Castro foi advogado militante, conselheiro da Seção do Rio Grande do Norte da Ordem dos Advogados do Brasil, alcançando a presidência desta Seção, no ano de 1987. Foi novamente presidente da Seção RN da OAB no triênio de 1995 a 1997. Na mesma Secional, foi presidente da Comissão de Direitos Humanos, no período de 1991 a 1993. Ainda no âmbito corporativo, foi conselheiro federal da OAB no período de 1998 a 2001.

Por longo período, lecionou Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E também, por amplo período, lecionou na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados daquele mesmo Estado.

Todas as certidões estão aqui postas. Não há qualquer óbice para que ele não seja aprovado, muito pelo contrário. De sorte que é o resumo do relatório José Agripino, Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Passo ao item 2 da pauta, pela inversão. Trata-se do "S" nº 20, de 2011. Após a leitura do relatório pelo Senador Suplicy, esta Presidência concederá vista coletiva, voltando, na próxima semana, para a sabatina dos indicados.

ITEM 2:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 20, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, publicado no *Diário do Senado Federal*, de 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que a escolha das autoridades nesta Comissão será feita em duas etapas.

Na primeira, o relator vai apresentar o relatório, e, na segunda, nós faremos a sabatina.

Portanto, sem quebra de interstício e após o relatório do Senador Suplicy, será dada vista coletiva, e iniciaremos o convite à sabatina dos três indicados lidos na semana passada.

Tem a palavra o Senador Suplicy para fazer a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho o Sr. Juiz do Trabalho José Lúcio Munhoz, nascido em 16 de maio de 1966, na cidade de São Paulo.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, em dezembro de 1990. Participou do Curso de Aperfeiçoamento em Direito promovido pela Universidade de Lisboa, em Portugal, nos anos de 1998 e 1999. Na mesma universidade, obteve o título de Mestre, com a Dissertação Dano Moral no Contrato de Trabalho no Brasil.

Participou de inúmeros seminários na Geórgia, nos Estados Unidos da América (EUA); em Ottawa, no Canadá; em Montreal, no Canadá; em Barcelona, na Espanha.

Iniciou sua trajetória como advogado trabalhista no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuários de Cotia e Região, no período de 1991 a 1992. Também atuou como advogado autônomo no período de 1991 a 1995 e como Procurador-Geral do Município de Vargem Grande Paulista, entre 1993 e 1994.

Em 1995, tomou posse como Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e, a partir de 2004, assumiu a titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Cotia, no Estado de São Paulo.

Em junho de 2008, foi removido, por permuta, para o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, na 12ª Região, onde exerce, desde fevereiro corrente, a titularidade da 3ª Vara do Trabalho em Blumenau.

Foi eleito Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho de São Paulo (Amatra-SP), tendo sua gestão ocorrido no período de abril de 2004 a abril de 2006.

Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010, e, por seu desempenho, recebeu homenagens e condecorações. Eu inclusive posso dar o meu testemunho, porque, antes de ele ingressar na magistratura, quando jovem integrante da pastoral da Igreja Católica em Vargem Grande Paulista, percebi o seu interesse nas questões sociais que envolvem os mais humildes. Quando presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho de São Paulo, estabelecemos profícuos contatos, onde ele sempre se mostrou um profissional dotado de elevada honestidade de propósitos.

Ele apresentou as declarações, onde mostra estar inteiramente de acordo com as exigências para ser membro do Conselho Nacional de Justiça.

Ante o exposto, recomendo fortemente que seja ele indicado para o Conselho Nacional de Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

De acordo com o que preceitua o Ato nº 1 de 2007-CCJ, a Presidência concede vista coletiva às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Passemos ao Item 4 da pauta.

ITEM 4:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 15, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, inscrito na OAB/Santa Catarina sob nº 3561, para composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Relatoria: Senador Roberto Requião.

A votação é secreta e nominal.

Esta Presidência comunica que, no dia 21/06/2011, foi apresentado o relatório favorável pelo Senador Roberto Requião e iniciada a discussão.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta CCJ.

Item 5 da pauta:

ITEM 5:
– Não Terminativo -
OFÍCIO "S" Nº 18, DE 2011

Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição da República, o nome do Senhor Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 21/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Item 6 da pauta, e último.

ITEM 6
– Não Terminativo -
OFÍCIO "S" Nº 36, DE 2011

Encaminha, nos termos da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1, de 2007-CCJ, documentação do Procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Conselho Nacional de Justiça.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 21/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ;

Na presente reunião procederemos à argüição dos indicados, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato supracitado referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolhas de autoridades no âmbito desta CCJ.

Convido o Sr. Jefferson Luis Kravchychyn para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Ministro Carlos Alberto Reis De Paula para também compor esta Mesa. *(Pausa.)*

E por último, convido o Sr. Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva para também compor a Mesa. *(Pausa.)*

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, na reunião anterior nós abrimos a discussão sobre o início da sabatina do Dr. Jefferson Luis Kravchychyn.

O Dr. Carlos Alberto Reis de Paula e o Dr. Wellington Cabral Saraiva serão, obviamente, sabatinados hoje e lhes darei a palavra antes. Mas, consulto o Senador Requião, tendo em vista que o primeiro indicado, Dr. Jefferson Luis Kravchychyn já havia anteriormente o seu pronunciamento, se S. Exª deseja fazer uso da palavra. (*Pausa*.)

Tem a palavra V. Exª, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na última reunião, a sabatina do advogado Jefferson Luis Kravchychyn foi sobrestada porque esta Comissão recebeu e considerou algumas informações trazidas a ela pelo Desembargador Elpídio Donizetti Nunes.

É evidente que essas informações ensejaram uma espécie de investigação paralela, não oficial, porque, afinal, a reunião não foi convertida em diligência. Mas eu acho que as respostas às indagações e aos questionamentos podem ser satisfeitos pela nota que recebi, na qualidade de Relator do advogado Jefferson, do Conselho Nacional de Justiça.

A nota diz o seguinte:

Os Membros do Conselho Nacional de Justiça comunicam aos Srs. Senadores da República o que segue:

1 – O Conselho Nacional de Justiça julgou, por unanimidade, o Processo de nº..., e determinou a exoneração da SRA. Leila Donizetti Freitas do cargo em comissão do Gabinete do Desembargador Elpídio Donizetti Nunes, por ser esposa do mencionado magistrado;

2 – O referido Processo de Controle Administrativo tramitou sob sigilo por determinação do Conselheiro Relator Jefferson Luis Kravchychyn, quando, regimentalmente, poderia ter tramitado sem esta cautela;

3 – A sessão de julgamento foi pública, no dia 24 de maio corrente, como determina o art. 116, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, transmitida via Internet pelo sítio oficial do Conselho Nacional de Justiça, como habitualmente ocorre;

4 – Eventual divulgação do resultado, após o julgamento do procedimento, se deu pelas vias oficiais do Conselho Nacional de Justiça através de seu órgão de comunicação, que não está subordinado ao Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn e, sim, institucionalmente, à Presidência do Conselho Nacional de Justiça como órgão executivo das políticas e ações do Conselho Nacional de Justiça;

5 – Afirmam que o Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn sempre exerceu o seu múnus com independência, com probidade, competência, ética, respeito, dedicados a todas as partes, pares, e as instituições da República. Nada tendo sido aventado quando da sua primeira indicação e primeira sabatina no Senado Federal, assunto que somente tomou vulto quando atingiu o determinado magistrado. Repita-se: julgado por unanimidade pelos Membros do CNJ;

6 – Repudiam as acusações infundadas, trazidas à baila pelo referido desembargador, em relação à pessoa e à conduta do Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn, atestando que o Sr. Conselheiro possui todas as condições de ordem objetiva e subjetiva, para a recondução, permanência e desempenho no cargo, ora ocupado neste Conselho Nacional de Justiça, requisitos estes que o levaram ao exercício do primeiro mandato e se mantêm presentes para eventual recondução.

Esta nota é assinada por Paulo de Tarso Tamburini, Conselheiro do CNJ; Walter Nunes da Silva Júnior, Conselheiro; Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Conselheiro; Ministro Ives Gandra, Conselheiro; Milton Augusto de Brito Nobre, Conselheiro; Eliana Calmon; Marcelo Neves; José Adonis Callou de Araújo Sá; e Marcelo Nobre.

Acho que esta nota resolve, pelo menos em relação ao relator, as objeções que foram colocadas a esta Comissão e aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

Desta forma, renovo o meu Parecer, sugerindo à Comissão de Constituição e Justiça a aprovação do nome e a recondução do Conselheiro ao seu cargo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Requião. Acho que as palavras de V. Exª são extremamente esclarecedoras.

Mas eu quero comunicar a esta Comissão que eu havia recebido também, antes do início daquela discussão e da sabatina aqui, documentos vindos do Desembargador do Estado de Minas Gerais. E também recebi de várias associações agora, depois que se tornou pública a discussão na sabatina aqui. E isso é bom, porque marca a posição da Comissão de Constituição e Justiça, e que sabatinas feitas aqui não são de brincadeira; e essa sabatina ocorrida não é, como diria o Senador Requião, pelas suas palavras sempre contundentes, não é um convescote. Isso aqui é uma sabatina verdadeira, para a qual homens e mulheres vêm, para serem sabatinados pelas Sras. . e Srs. Senadores que farão juízo de valor para, na votação secreta, fazer a sua devida escolha.

Então, quero registrar aqui, também, que recebi de várias associações do Brasil, não mais críticas, mas apoio à posição que tem tido o Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn na condução do seu trabalho como conselheiro, no Conselho que ele hoje pertence e que volta aqui a ser sabatinado por todos os Srs. Senadores.

Pediu a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. . Senadoras, Srs. Senadores, senhores indicados ao Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, no momento em que cheguei aqui na CCJ, conversei com V. Exª e procurei ter uma atuação sempre em defesa da Constituição. A sabatina é algo sério; é sério não só para os Senadores, para a população brasileira, mas sobretudo, para aqueles que são sabatinados. Sabatina como que uma festa entre amigos, não é uma sabatina que a Constituição da República deseja. Se o cidadão quiser ficar na iniciativa privada, que fique; ali o espaço é privado. Agora, se o cidadão entrar no espaço público, se um Senador se encontra num espaço público, um conselheiro se encontra nesse espaço público, ele está sujeito a essa sabatina, a essa sabatina.

Muito bem. Quando fizemos, na semana passada, o pedido de que essa sabatina do Conselheiro Jefferson, indicado à recondução fosse adiada para hoje, nós a fizemos com o intuito de valorizar o sabatinado. Por que estou a dizer isso, Sr. Presidente? Porque alguns artigos da Ordem dos Advogados do Brasil do meu Estado, notadamente do Presidente da Ordem, algumas declarações dele, davam conta de que eu havia pedido, junto com outros Senadores, o adiamento dessa reunião, porque o Conselheiro Jefferson, lá no Conselho Nacional de Justiça, havia votado, votado contra, mas conforme determina a lei, a onze desembargadores do Estado de Mato Grosso que foram afastados.

Quero dizer que essas investigações do Conselho Nacional de Justiça contra esses onze desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, começou comigo em 1999, no dia 7 de setembro, quando um juiz de Direito foi morto no Paraguai, e eu fui o procurador da República designado para fazer o júri desse juiz de Direito morto no Paraguai. Portanto, as denúncias começaram comigo junto ao Superior Tribunal de Justiça. E, depois, deram causa a essa representação no Conselho Nacional de Justiça; uma delas. Outras tratavam de pagamentos de valores não devidos. Estou a dizer isso, porque as pessoas, no Brasil, entendem que político não presta, que político não trabalha. Há políticos que não prestam, que não trabalham, mas há políticos que cumprem o seu dever constitucional. E nós aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, com essa sabatina estamos dando essa noção. Sabatina, no Brasil, a mais longa demorou sete horas. Nos Estados Unidos, a mais longa, sete meses, de um juiz da Suprema Corte Americana Clearance Thomas, sete meses, porque lá não é um convescote entre amigos.

Infelizmente, aqui no Brasil, desde o início da República, nós só recusamos dois indicados. E isso precisa mudar; não que tenhamos que recusar indicados, absolutamente, só temos que cumprir o nosso dever constitucional.

Dessa feita, e já encerro, Sr. Presidente, o Senador Requião apresentou um projeto de resolução – e sou o relator desse projeto de resolução –, para dar à sabatina a sua verdadeira importância. Importância para que a sociedade possa dar conta aos Srs. Senadores dessa Comissão de Constituição e Justiça, qualquer denúncia contra aqueles que são sabatinados.

Se o cidadão desejar participar do Conselho, ser ministro, ser servidor público, ser senador, ele está sujeito a esse tipo de denúncia. Eu, como procurador da República recebi 35 representações, todas as 35 representações em função do exercício da profissão. Isso foi muito bom, muito bom. Então ao Conselheiro Jefferson, eu gostaria, Sr. Presidente de encerrar dizendo que sabatina não é um convescote entre amigos como disse o Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para esclarecer, quero dizer às Sras. e aos Srs. Senadores que, ao recebermos a denúncia, por mais esdrúxula que seja, por mais injusta que seja, é nosso dever – e foi assim que esta Presidência procedeu – suspender a sabatina do Dr. Jefferson para que transformássemos as especulações sobre as supostas denúncias – digo supostas porque não se confirmaram – em diligência para que a Comissão tivesse a certeza de que, ao votar no Dr. Jefferson, estaria votando em alguém que tem a história e a dignidade para pertencer a um conselho tão importante como esse.

Portanto, eu vou dar a palavra por três minutos ao Dr. Jefferson para, se quiser fazer uso da...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu tenho também mais uma pergunta a fazer e tenho ainda que falar acerca desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não; vou dar a palavra por três minutos, se S. Sª quiser fazer uso dela, porque eu também pretendo dar a palavra aos outros... Se V. Exª achar que deve falar antes, também não tem problema; eu concederia a palavra a V. Exª. Se não, eu concedo a palavra por três minutos a ele e, depois, passo a palavra ao Dr. Carlos Alberto Reis de Paula e ao Dr. Wellington Cabral Saraiva, para, em seguida, fazermos as sabatinas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se V. Exª concordar, poderíamos encerrar logo o processo relativo ao Dr. Kravchychyn.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem nenhum problema. V. Exª prefere que eu dê logo a palavra para ele ou V. Exª quer fazer os questionamentos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu ainda tenho uma pergunta a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª tem a palavra para fazer os questionamentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (...) e tenho que dizer também o que diligenciei a respeito.

Primeiro dizer que, como disseram os oradores que me antecederam, de fato sabatina é uma coisa séria. Se alguém é indicado e a Constituição da República diz que o Senado tem que aferir o notável saber jurídico e a reputação ilibada, nós temos que fazê-lo.

As acusações feitas contra o Dr. Kravchychyn não foram acusações vindas levianamente, não vieram através de uma denúncia anônima, não vieram de um bandido, não; vieram de um Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Foi S. Exª que colocou o seu nome e enviou correspondência para diversos ou para todos os Senadores. Assim, a nossa obrigação, então, era fazer os questionamentos – e nós os fizemos. Então, pedimos um tempo para diligenciar.

O Desembargador Elpídio Donizete esteve ontem no meu gabinete. Embora eu não estivesse, a minha assessoria o ouviu. Ele ainda tentou mostrar que a notícia tinha sido vazada anteriormente pelo Dr. Kravchychyn, mas não nos convenceu disso, por uma razão simples: ele conclui dizendo que, menos de uma hora depois de iniciada a votação a imprensa já ligava para ele. Ocorre que, pela nota do Conselho Nacional de Justiça, cuja cópia também recebi, o que aconteceu foi que o Dr. Kravchychyn deu o seu voto e, enquanto dava o seu voto, a assessoria de imprensa distribuiu o voto que ele proferira. Em seguida, divulgou a decisão do Tribunal, e a decisão do Tribunal modificou em parte o voto do Dr. Kravchychyn.

Então, o que o Desembargador estranhou, na realidade, é plenamente justificável por parte do Dr. Kravchychyn, e por quê? Porque o voto dele não foi inteiramente acolhido; foi acolhido em sua grande parte, mas houve uma modificação. Então, se divulgou primeiro o voto e se divulgou depois a decisão do Conselho Nacional de Justiça. E esta decisão do Conselho Nacional de Justiça não acolheu totalmente o voto do Conselheiro Kravchychyn.

Assim, nesse aspecto, eu considero totalmente resolvida a questão, ou seja, a acusação que lhe fez o Desembargador, embora não seja leviana, ao que me parece, não assiste razão a ele, porque V. Sª conseguiu comprovar, através do próprio Conselho e das evidências, que não quebrou o sigilo que V. Sª mesmo impôs àquele processo.

Da mesma forma, recebi uma correspondência, e acho que outros Senadores também, do Desembargador de Santa Catarina, Carlos Prudêncio, em que ele, da mesma forma, questiona uma atitude que V. Exª teria tomado já como Conselheiro. Embora não sendo relator do procedimento contra ele, enviou uma cópia de exceção de suspeição e de outros procedimentos que ele teria tomado contra V. Exª, eu me permito apenas fazer o resumo do que interessa.

Em síntese, ele diz que V. Exª, primeiro, recebeu em seu gabinete dois desembargadores que são inimigos políticos dele em Santa Catarina. São os senhores Trindade dos Santos e Sólon d'Eça Neves. Tinha também um juiz de direito que é um juiz assistente do Conselho Nacional de Justiça. E mais uma outra pessoa chamada Cristiano Acioly que teria ouvido essa conversa e feito a degravação dela.

Nessa conversa, vou repetir *ipsis litteris* o que se encontra lá.

Sólon perguntou se precisava se preocupar com a reclamação, mas todos se mostraram bem tranqüilos. Nessa hora, o Juiz Nicolau [o dito assistente] do CNJ respondeu assim: "Eu dei um aperto, mas temos que pressioná-lo mais ainda nas representações do CNJ para que Prudêncio desista da reclamação. Estou fazendo a minha parte...' disse o Juiz Nicolau do CNJ para Trindade.

"Sou amigo de vocês. Sabem disso. Temos que prejudicar o Prudêncio nessas representações. Assim ele desiste do cargo. Contem comigo" – falou, Kravchychyn.

Alguém comentou que com a PF estava tranquilo.

Isso é uma transcrição literal, segundo o Desembargador Prudêncio.

Também o Desembargador Prudêncio junta um despacho do Ministro Cezar Peluso em que o Ministro... Que V.Exª também, após responder nesse procedimento, havia um pedido para que essa testemunha Cristiano Aciolly fosse ouvida. E o Ministro Peluso indeferiu a oitiva da testemunha dizendo o seguinte:

"Mas vê-se que tais alegações não foram impugnadas pelo exceto.[Quer dizer, V. Exª não contestou essa parte.] *São, pois, incontroversas* [na visão do Ministro Peluso] *e, como tais, insuscetíveis de prova – art. 333, inciso III do CPC. Daí a desnecessidade de inquirição das testemunhas, das quais só uma delas, aliás, foi arrolada congruo tempore na inicial. Em exceções, não há outra oportunidade para arrolamento de testemunhas".*

Então indago de V. Exª se tem conhecimento dessa representação e o que V. Exª tem a dizer desse fato que é imputado a sua pessoa pelo Desembargador de Santa Catarina Carlos Prudêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra V. Exª para responder.

O SR JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Sr. Presidente, Eunício, Relator Senador Requião, quero inicialmente pedir escusas pelo comportamento talvez um pouco inadequado que tive, principalmente aos Senadores que estavam presente, Senador Demóstenes, Senador Taques, mas fui pego de surpresa. Entrei num muro de inquisição, naquele dia.

Concordo com V.Exª. creio que a sabatina têm que ser realmente para perquirir. São homens e mulheres que vêm prestar um serviço público e tem que ter realmente um passado, uma história e deter as condições suficientes e necessárias para o exercício do cargo. Mas infelizmente, Senador Demóstenes, naquele dia, acabei me indignando de uma forma talvez inadequada porque fui pego de surpresa. Pode V. Exª acompanhar, até pela documentação que veio, eu tentei fazer uma prova negativa, porque a prova do vazamento, como eu faço, ficou comprovado que, se entrar no Google hoje não vai achar, até o dia 24, se não me engano, que foi o dia da votação, até às 18h36, nenhuma notícia sobre essa matéria. Se eu tivesse vazado para algum jornalista, com certeza, Srs. Senadores, isso teria ido para o Google. Talvez não tivesse sido impresso, porque não daria tempo. Comprova-se que a saída, eu tenho a documentação para mostrar, uma prova negativa, da primeira notícia foi no *site* no CNJ, que eu não detenho poderes para resolver.

Bom, acho que esse é um assunto que V. Exª já entendeu. Creio que a sabatina deveria ser feita – farei uma humilde sugestão –, se pelo menos o sabatinado, nesses casos, pudesse... Ter conhecimento das perguntas, obviamente que não. Mas no caso de uma acusação... Senador Pedro Taques, eu me solidarizo com V. Exª. V. Exª conhece melhor do que eu a gravidade do problema de Mato Grosso. V. Exª havia me dito que saiu a notícia de que eu teria sido o relator. Eu não fui. A OAB de lá está enganada. E V. Exª jamais se prestaria a esse tipo de serviço. V. Exª é um dos Senadores mais respeitados da República. Como eu brinquei com o senhor na semana passada, apesar de jovem, o conhecimento que V. Exª detém da matéria! A OAB está enganada. Há necessidade de se fazer, as perguntas foram pertinentes.

Com relação a essa nova acusação, vejam, Srs. Senadores, uma nova surpresa. Felizmente, dessa vez, o Ministério Público, que atua no CNJ nesse tipo de processo, conclui o seu parecer sobre essa Arguição de Suspeição. E essa testemunha, o tal do Acioli, não é testemunha não, é um araponga, que seguiu o Presidente do Tribunal de Santa Catarina, o Corregedor do Tribunal de Santa Catarina ao meu gabinete – eu só trabalho de portas abertas, quem conhece o CNJ, sabe que os gabinetes são pequenininhos –, lá de fora ele filmou. Eu me dirigi, fui levar, como V. Exªs sabem que a gente leva para almoçar, lá no Oliver. Lá nos fomos filmados. Ou seja, uma arapongagem desavergonhada de um Desembargador que responde a mais de oito processos hoje no CNJ. Posso falar desse aqui porque é público, já foi julgado. Eu não fui o relator. Nesse caso aqui, que é uma sindicância, o sindicante não sou eu.

Se me permitisse, Sr. Presidente, gostaria de ler só o final. Chegou o dia 17, eu apanhei isso e trouxe para cá. O final:

"Quanto ao Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn [diz o Procurador-Geral da República], verifica-se que não lhe compete relatoria da sindicância, pois, consoante os arts. 60 e 63, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, o procedimento tramita na Corregedoria-Geral de Justiça, cabendo ao Corregedor, se convencido da existência da infração, propor ao Plenário a instauração do procedimento administrativo disciplinar. Assim, considerando que é do Plenário do Conselho Nacional de Justiça a competência para eventual instauração do procedimento contra o Desembargador, a partir da análise dos fatos relatados pela Corregedoria Nacional de Justiça, não há justificativa para o acolhimento da Exceção.

Pelo exposto, o Procurador-Geral da República manifesta-se pela improcedência da Exceção de Suspeição."

Vejam bem, não existem provas dessa conversa também nesses autos. Eu não impugnei. Impugnei a Exceção, em cima do artigo do Código que trata disso.

E diz mais o nosso Procurador, em tópico anterior:

"Interessante registrar que o sindicato requereu, em 14/02/2010, o adiamento do julgamento da mencionada sindicância para que tivesse tempo de preparar memoriais, sem mencionar qualquer questão relacionada à suspeição. O que foi indeferido pela Ministra Eliana Calmon, em virtude da inexistência de um motivo que amparasse o pleito e da utilização do mesmo expediente pelo sindicado em outro procedimento que fora igualmente negado. Logo em seguida, em 15/02/2010, foi oposta a presente sessão, que se baseia em diálogo narrado em documento apócrifo, datado de 01/03/2010."

Ou seja, Srs. Senadores, novamente querem me fazer... Quem procura andar direito neste País, os senhores sabem bem disso, se complica. Então, tenho

adotado uma postura, não se pode dizer que sou rígido demais, mas posso dizer aos senhores que, dos processos que passaram por mim e que propus pena, todas as minhas penas foram aumentadas pelo Plenário, ou seja, eu pus penas menores do que as que foram aplicadas. Mas eu não tergiverso com esse tipo de gente. O golpe foi tentado ser dado dentro do CNJ. Graças a Deus, nós temos o Ministério Público, temos julgadores que são corretos. Agora, novamente, na última hora, no último minuto, no último tempo, entra mais uma documentação de um outro desembargador que estava em conluio com o anterior, o que apresentou a primeira, porque os dados que constam da primeira já constam também de representações ocorridas contra mim no CNJ, há muito tempo, por esse desembargador que faz isso agora.

Srs. Senadores, peço, mais uma vez, desculpas se fui muito enfático, eu sou do Sul e o Senador Roberto Requião sabe muito bem como é o nosso comportamento lá, mas eu não posso conviver com esse tipo de coisa. O Senador sentiu também, principalmente os dois que, sendo do MP, sabem, e os senhores também, como políticos, sabem que muitas vezes a injustiça é cometida com quem quer realizar algo de correto neste País.

Peço aos senhores que, por favor, analisem bem esses fatos e, se entenderem que mereço ser reconduzido, tentarei fazer um trabalho muito melhor do que eu fiz, porque hoje já detenho a experiência do meu primeiro mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeitos, Senadores? *(Pausa.)*

Então, os três Senadores que questionaram V. Exª estão satisfeitos com as respostas e as diligências por eles proferidas.

Concedo a palavra por até 10 minutos ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho indicado nesta tarde de hoje, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula.

O SR. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA – Senador Eunício Oliveira, Presidente desta Comissão, Sras. e Srs. Senadores, meu caríssimo Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn, meu caro colega Wellington Cabral Saraiva, há 13 anos, eu estive aqui para ser sabatinado por esta Comissão, à época presidida pelo Senador Bernardo Cabral, com relatório feito pelo Senador Francelino Pereira. Hoje retorno, 13 anos após, e tenho a alegria – os senhores me permitam – de saudar a todos os Senadores da República na pessoa de Aécio Neves, Senador de Minas Gerais, aqui ausente por determinação médica, mas cujo relatório foi lido pelo Senador Demóstenes Torres. Só podia ser ele porque Minas e Goiás são quase irmãos siameses em cultura, em atos e, sobretudo, em idealismo.

Retorno após 13 anos vividos no Tribunal Superior do Trabalho, agora indicado, à unanimidade, pelos meus colegas daquela Corte para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Muita coisa passou, e é exatamente por ter passado muita coisa que compareço perante V. Exªs para dizer que eu, pessoalmente, aceito esse desafio. Aceito o desafio porquanto entendo que o Conselho Nacional de Justiça foi uma das mais raras e brilhantes criações do poder constituinte derivado consagrado pela Emenda nº 45, que entrou em vigência em janeiro de 2005. Eu diria que essa emenda é um marco divisor para o Poder Judiciário brasileiro a partir do momento em que atuou, e atuou definitivamente, dando outro perfil ao Supremo Tribunal Federal, à minha Corte, o Tribunal Superior do Trabalho, com a ampliação de sua competência, mas, sobretudo, criando o Conselho Nacional de Justiça.

Quando falo sobre a Emenda nº 45, eu costumo sempre salientar que, se não tivesse feito nada, bastaria ter criado as duas escolas nacionais de magistratura, a nossa Enamat, que eu tive a honra e a alegria de dirigir de 2007 a 2009, e a Enfam, que é ligada ao Superior Tribunal de Justiça. Escolas nacionais de magistrados a provar que os magistrados têm a obrigação de se formarem e se aperfeiçoarem, e os cidadãos e a sociedade têm o dever e o direito de cobrar desses magistrados a sua formação e o seu aperfeiçoamento. Nessa linha de instituições definitivas e ligadas umbilicalmente à própria natureza da República, eu entendo que o Conselho Nacional de Justiça aí se insere.

Se nós buscarmos, nessas discussões que se procedem desde a instalação do Conselho, ocorrida em 2005, no final, sob o comando do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal à época, Ministro Nelson Jobim, vamos descobrir que o Conselho Nacional de Justiça, se, por força do art. 103, "a", § 4º, tem competências definidas de forma muito marcantes pelo Texto Constitucional, na medida em que esse texto diz que compete a esse Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, eu diria aos senhores, com a minha experiência de 32 anos de magistratura, iniciada em Minas Gerais, no dia 6 de junho de 1979, que exatamente esse controle de atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário significa que o Poder Judiciário tem de servir à sociedade como um todo – como um todo e tendo uma visão unitária, total e, sobretudo, respeitando as diversidades.

O Conselho Nacional de Justiça é fundamentalmente aquele que há de dar a estratégia do Poder Judiciário. E, dando essa estratégia ao Poder Judiciário, fazer com que o Poder Judiciário descubra que, fundamentalmente, ele existe como Poder – terceiro, primeiro, segundo, não importa a ordem, pois, como Poder, entre Poderes não há ordem – para servir à sociedade.

E o comprometimento desse Poder há de se fazer exatamente à medida que formos capazes de nos conhecer. E aí começamos a descobrir que, na história do Conselho Nacional de Justiça, o Conselho que está se desenhando, um Conselho, vamos dizer assim, ainda em fase de adolescência, já começa a prestar relevantes serviços.

Quem somos nós o Poder Judiciário? Hoje, talvez não saibamos. Nós sabemos que temos 91 tribunais; nós sabemos quantos juízes temos; nós podemos, pelo menos em termos estatísticos, em termos de levantamentos, nos conhecer. E, se nós nos conhecermos, esse conhecimento pode nos possibilitar um novo desenho do Poder Judiciário.

Meu prezado Senador Gim Argello – V. Exª, voz que ponteia neste cerrado centralizado nesta Capital no planalto central –, eu lia o *Correio Braziliense* no dia 22 de junho e descobri que o Conselho Nacional de Justiça, em que talvez eu ingresse, está a cuidar da criação de banco de dados para efetivar a execução de cerca de 300 mil mandados de prisão. Ou seja, uma busca de registro e um centro de controle de todas as ordens de prisão emitidas no País, porque aqui se manda prender e nada acontece, enquanto alguns que não têm ordem alguma de prisão estão detidos, em condições absolutamente precárias.

Os senhores todos talvez estejam lembrados de quando a Ministra Ellen Gracie presidiu o Conselho, ela que era presidente do Supremo à época, e lançou a campanha pelo Brasil afora de que "Conciliar é legal". Eu, da área trabalhista, meu prezado Senador Eunício, nós, profissionais da conciliação, descobrimos que a Justiça descobriu que "Conciliar é legal", isso tudo por força do Conselho.

O Conselheiro Jefferson – com quem certamente terei a honra de me assentar no Conselho dentro em breve – pode dar outros testemunhos da atuação do Conselho.

Mas eu quero dizer mais, se V. Exªs o permitirem: com frequência se indaga, e os olhares estão sempre voltados para o Conselho quando se trata de punição de juiz. E aqui, por sinal, vários temas foram abordados nessas questões apontadas, denunciadas por desembargadores de tribunais diversos do País. E é interessante nós descobrirmos, por meio do Texto constitucional, que ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Os juízes têm que ter deveres nacionais, e esses deveres funcionais são controlados também pelo Conselho Nacional de Justiça. Obviamente que o Conselho não é a instância única, porque a ele compete cuidar do controle e dar cumprimento dos deveres, porque a própria Justiça do Trabalho, que comemorou recentemente 70 anos, desde então tinha uma Corregedoria Geral, que ocupei de 2009 a 2011. Os tribunais de Justiça, todos têm corregedoria. Pode ser meu querido Dr. Jefferson Luis Kravchychyn que as corregedorias andem adormecidas e pode ser que o Conselho necessite acordá-las e fazer com que elas entendam que têm um ofício perante a sociedade, que elas têm que cumprir na integralidade. Mas, para não lhes tomar muito tempo, porque, segundo a minha marca, faltam-me dois minutos, o que eu quero lhe dizer, se assim me permitirem, é que estou vivendo mais um momento de profunda honraria, porquanto, se não bastasse a circunstância de ser indicado pelo meu tribunal, o TST, eu também diria que vivo um momento de realização.

Quando o Senador Demóstenes leu o relatório elaborado pelo meu ex-Governador e Senador da República Aécio Neves, ele leu tudo, mas não disse o essencial, de que acho mais relevante, muito importante, extremamente fundamental para a República uma sabatina. Por isso, Senador, eu gostaria muito que V. Exª inserisse no Relatório de V. Exª que, por duas vezes, aqui estive.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, por cinco minutos, mais 5 minutos, ao Procurador Regional da República Dr. Wellington Cabral Saraiva, para a sua exposição, lembrando aos senhores indicados que, após a palavra de V. Exªs, os Srs. Senadores terão a palavra para fazer os questionamentos que acharem convenientes.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON CABRAL SARAIVA – Exmº Sr. Relator, Sr. Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, Exmº Sr. Relator do meu processo de indicação, Senador Pedro Taques, a quem homenageio pela invulgar contribuição que vem dando ao Senado da República, apesar do seu pouco tempo nesta Casa; Exmªs Sras. Senadoras, Exmºs Srs. Senadores desta Comissão, dos quais peço licença para homenagear, particularmente, o Senador do meu Estado, Armando Monteiro, que aqui se encontra e que aqui representa dignamente o povo pernambucano de valorosa história; Sras. e Srs. colegas de sabatina aqui presentes, Ministro Carlos Alberto Reis

de Paula, Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn, Sras. e Srs. aqui presentes, eu quero dizer, inicialmente, da minha enorme honra de estar hoje nesta Casa, inicialmente por ter merecido a indicação do Exmº Procurador Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos, pessoa cuja trajetória pessoal e profissional são motivos de orgulho do Ministério Público como um todo, e federal em particular. Ter sido indicado por sua excelência envaideceu-me sobremaneira porque revelou a confiança de sua excelência, representante de todo o Ministério Público Federal, em que eu possa modestamente contribuir nos trabalhos do Conselho Nacional de Justiça.

E tenho grande honra de estar aqui hoje nesta Casa, que representa a Federação brasileira, mas que não somente a representa de maneira formal, mas que representa também de forma substancial porque V. Exªs são representantes do povo, antes de tudo, não somente dos Estados da Federação.

E tenho também a satisfação de ver que esta Comissão de Constituição e Justiça está buscando cumprir, e vem cumprindo, de forma efetiva um mandamento constitucional que busca submeter a crivo do Senado Federal cidadãos brasileiros indicados para determinadas funções.

Sempre defendi que o papel da Comissão de Constituição e Justiça, muito antes de sequer imaginar que um dia poderia vir a ser indicado para o CNJ, era um papel de extrema relevância nos mecanismos de freios e contrapesos da República Brasileira.

O papel da Comissão de Constituição e Justiça – e não preciso dizer isso, porque V. Exªs muito bem o sabem – é fundamental na fiscalização, digamos assim, do cumprimento das condições constitucionais dos candidatos aos Tribunais Superiores da Nação.

Assim como lembrou o ilustre Senador Pedro Taques, nos Estados Unidos há uma tradição muito forte de essas sabatinas serem rigorosíssimas e aprofundadas. E fico feliz, embora, de certa forma, talvez, para mim outras condições como candidato fosse mais confortável que a Comissão não fosse tão rigorosa assim. Mas fico feliz de que a Comissão esteja realizando o seu trabalho de maneira digna, de maneira cuidadosa, a ponto de buscar informações adicionais àquelas que foram prestadas no relatório, para ter segurança no momento da votação.

Eu gostaria de pedir licença a V. Exªs para me apresentar, muito rapidamente, do ponto de vista da carreira.

Após concluir o Ensino Médio no Colégio Marista do Recife, de saudosa memória, porque o seu prédio foi derrubado, infelizmente, para dar lugar a um empreendimento comercial, entrei na Faculdade de Direito do Recife em 1983, de onde saí em 1988. Lá eu já tinha a preocupação da relevância da atividade associativa e da atividade de representação. Nela, fui Presidente do Diretório Acadêmico Demócrito de Sousa Filho, eleito pelos meus colegas poucos momentos depois de restaurada a normalidade democrática no Brasil. Na época, testemunhei, ainda um jovem estudante de Direito, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte; testemunhei o Movimento das Diretas Já de que, modestamente como pequeno cidadão, participei. Eu cheguei a enviar uma proposta à Assembleia Nacional Constituinte e lembro-me até hoje com orgulho cívico do telegrama de agradecimento do então Relator, Deputado Nelson Jobim, agradecendo a formulação da proposta. E aquilo me sensibilizou pela abertura que o Congresso Nacional, sob a forma de Assembleia Nacional Constituinte, demonstrava aos cidadãos que buscavam contribuir, ainda que minimamente, com os seus trabalhos.

Profissionalmente fui advogado militante, logo depois que me formei. E antes mesmo de me formar, auxiliava o meu pai, que era advogado militante, até recentemente, quando se aposentou – ainda antes de entrar na faculdade eu já frequentava o seu escritório, porque sempre quis ingressar no mundo jurídico, sempre quis ingressar na advocacia e, efetivamente, advoguei durante dois anos, até que vim a trabalhar no Poder Judiciário como servidor, como Assessor do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que logo depois veio a ser nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Demócrito Reinaldo, que me trouxe aqui para Brasília, o que me proporcionou a ter uma passagem, ainda que relativamente breve, pelo Poder Judiciário.

Portanto, exercia advocacia, passei pelo Poder Judiciário. Em 1992, há quase 20 anos, ingressei no Ministério Público: primeiramente no Ministério Público do Distrito Federal e, depois, em 1995, no Ministério Público Federal, tendo tido a honra de ser colega de turma do hoje Senador Pedro Taques, que foi sempre uma inspiração para todos nós do Ministério Público Federal, pela sua atuação intimorata e sempre sintonizada, não só com a Lei, com a Constituição, mas com o sentimento popular.

Fui e ainda sou professor de pós-graduação, desde 1993; fiz mestrado na Universidade de Brasília, quando aqui residia. E também, no meu mestrado, atentava para a importância do trabalho político, porque escolhi como tema A Dimensão Política da Interpretação Constitucional. Sempre entendi que o trabalho de aplicação do Direito apenas formalmente é um trabalho de caráter meramente técnico, mas sempre embute um componente político da maior relevância; e cabe a nós,

profissionais do Direito, aquilatar em que medida isso pode ser feito de maneira legítima.

No Ministério Público Federal eu passei pelas Procuradorias da República de Goiás, Distrito Federal e Pernambuco, meu Estado, para onde voltei em 97; e fui promovido, em 2004, a Procurador Regional da República e atuo perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Na minha classe também exerci o papel de política institucional de função associativa como Diretor e depois como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, em dois mandatos sucessivos, e um dos quais se encerrou recentemente no mês de maio.

Exerci funções adicionais àquelas funções de atuar nos processos como Coordenador de Grupos de Trabalhos Nacionais; sucessivamente um Grupo de Trabalho Contra a Tortura, e atualmente sou ainda Coordenador-Adjunto de um grupo de trabalho nacional sobre crimes financeiros e lavagem de dinheiro e sou coordenador de um grupo de trabalho nacional sobre convenções internacionais contra a corrupção. Sou corregedor auxiliar do Ministério Público Federal, tenho auxiliado o trabalho da nossa Escola Superior do Ministério Público da União como instrutor de procuradores da República recém aprovados; há vários anos exerço esse trabalho. Tenho representado o Ministério Público Federal perante a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro, a Encla, já há vários anos, e tenho tido a oportunidade, por designações de sucessivos procuradores gerais da República de representar o Ministério Público, também, perante organismos internacionais. Já desempenhei essa função perante o Grupo de Ação Financeira Internacional, Gafi, que é o principal órgão internacional de combate à lavagem de dinheiro, perante a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, com sede em Paris, perante a Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal da ONU, em Viena

Portanto, a minha intenção, Srs. Senadores, é trazer essa experiência profissional, embora apenas, digamos, ainda em formação, ainda em construção, para contribuir modestamente com o trabalho do CNJ.

Subscrevo integralmente as palavras do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Sr. Presidente, encaminho para encerrar, quanto à extrema relevância do Conselho Nacional de Justiça. Tenho grandes amigos na magistratura judicial, grandes amigos no Poder Judiciário, e presenciei, por meio deles, não só como cidadão, mas também por meio deles, alguns deles foram presidentes de associações da magistratura e presidentes de tribunais. E como dizia, na época da tramitação da Emenda Constitucional nº 45, presenciei a resistência que havia em certos setores do Judiciário, a criação dos conselhos de controle externo, tanto da magistratura judicial, quanto do Ministério Público.

Felizmente, o Congresso Nacional não arredou pé dessa determinação; aprovou a emenda, ela entrou em vigor, os conselhos foram instalados. E hoje, embora recentes, embora incipientes, os conselhos têm se revelado, sem dúvida alguma, como disse o Ministro Carlos Alberto, como uma das mais ricas experiências resultantes do trabalho do Congresso Nacional.

O Poder Judiciário, e também o meu Ministério Público, falo em termos gerais, tinham ainda muitas zonas de sombra, muitas zonas que não eram conhecidas da população e que, às vezes, não eram conhecidas nem mesmo de seus órgãos de controle interno. As suas corregedorias, infelizmente, em muitos casos deixaram muito a desejar. Só o trabalho desses conselhos é que efetivamente, eu diria, fez trepidar a estrutura do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas não uma trepidação que colocasse em risco a estrutura intrínseca desses órgãos, mas, ao contrário uma trepidação que fez sair dessas estruturas muitos exemplos de profissionais que precisavam ser punidos e que, efetivamente, foram punidos com aposentadorias, com suspensões, com punições mais graves e com punições judiciais, também, por conta do trabalho dos conselhos que, em muitos casos, acabaram subsidiando a atuação criminal do Ministério Público.

O Conselho Nacional de Justiça deve procurar o equilíbrio entre o controle externo do Poder Judiciário de maneira firme, de maneira a valorizar esse poder como um serviço que a Nação presta aos brasileiros, sobretudo aos brasileiros humildes, deve procurar avançar na prestação de um serviço judiciário mais célere, mais acessível, mais barato e mais eficiente. Esse é um débito que o Poder Judiciário tem para com o brasileiro, sobretudo o brasileiro mais humilde.

Então, Srs. Senadores, é nessa perspectiva que pretendo emprestar minha modesta colaboração ao Conselho Nacional de Justiça, se vier a ter a honra da aprovação de V. Exªs nesta Comissão e, posteriormente, no Plenário do Senado Federal. Coloco-me à disposição, como o fiz. Justamente pela consideração e pelo respeito que tenho pelo Senado Federal, procurei me apresentar a todos os Senadores desta Casa. Não consegui encontrar todos em função da agenda pesadíssima que presenciei, que é a realidade diária dos Senadores. Mas aqueles com quem não pude falar e, também, evidentemente, a todos os demais, estou aqui à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos e espero contar com o apoio de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Dr. Wellington. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira fazer questionamentos, vou iniciar a votação.

Posso iniciar a votação, Srs. Senadores? (Pausa.)

O Senador Pedro Taques pede a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero indagar dos senhores indicados ao Conselho. Eu acho que ao conselheiro Jefferson as perguntas já foram feitas.

Gostaria de saber do Sr. Ministro, indicado ao Conselho, quais os critérios para aferir se uma questão está judicializada, assim, que não possa ser apreciada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Faço, Sr. Presidente, se me permite, ao indicado ao Conselho Nacional de Justiça, ao Procurador-Geral da República, uma pergunta, Dr. Wellington. Gostaria de saber de V. Exª, na sua avaliação, na ponderação entre o princípio da moralidade administrativa e o princípio da segurança jurídica, o CNJ deve superar ou observar o prazo decadencial de cinco anos, do Direito Administrativo, para anular atos administrativos, que gerem efeitos desfavoráveis ao eventual investigado pelo Conselho Nacional de Justiça?

Só isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Ministro do Tribunal, Dr. Carlos Alberto, por dois minutos, para responder ao Senador Pedro Taques; em seguida o Procurador Wellington.

O SR. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA – Senador, nós temos que, primeiro, quando fixamos a competência, sobretudo quando ela parte da Constituição, saber a natureza do órgão. O Conselho Nacional de Justiça é o órgão do Poder Judiciário, mas é o órgão de natureza administrativa. É bom que isso fique bem definido. Consequentemente, temos uma lei maior que a Constituição. Nós todos temos de ter obediência à Constituição, agora, se há uma judicialização, obviamente, como diria o poeta: "Cessa tudo que antiga musa canta", porque não é possível estabelecermos concorrência entre o Poder Judiciário, no exercício do poder jurisdicional, sua função jurisdicional, com órgão administrativo. Instaurada uma instância, logicamente o Conselho tem que se recolher ao seu devido lugar, ele tem uma atuação extraordinariamente importante, mas em nível meramente administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeito, Senador Pedro Taques?

Procurador Wellington Cabral tem a palavra para responder ao Senador Pedro Taques.

O SR. WELLINGTON CABRAL SARAIVA – Senador Pedro Taques, Senhoras e Senhores. Confesso a V. Exª, Senador Pedro Taques, que nunca fui pessoalmente muito simpático ao dispositivo da Lei nº 9.784, que estabelece esse prazo decadencial de cinco anos para a revisão de atos administrativos defeituosos, atos administrativos nulos. Sempre entendi que no choque entre um ato administrativo, a Constituição da República e as leis do País essas deveriam prevalecer. O ato administrativo deveria poder ser objeto de autotutela na linha da Súmula 273, do Supremo Tribunal Federal, como sempre vinha sendo, durante décadas, na continuação da lição famosa do mestre Seabra Fagundes. Se um ato é contrário ao direito, deve ser possível, deveria ser possível que a administração o revisse.

O Conselho Nacional de Justiça, como bem lembra o Ministro Carlos Alberto, é um órgão administrativo da maior relevância, mas é um órgão administrativo. Embora ele figure na estrutura do Poder Judiciário, por força constitucional, não é um órgão propriamente judiciário senão apenas judiciariforme, mas é um órgão administrativo.

Temos que lidar, primeiramente, com uma barreira que é dos atos administrativos que sejam objeto de decisão judicial. Se determinado ato administrativo já foi submetido a juízo e, coincidentemente, essa questão tangencie justamente à pergunta anterior, que V. Exª fez, sobre a judicialização dos atos sujeitos ao CNJ. Se um ato já foi submetido à judicialização, o CNJ terá dificuldade jurídica para desconstituí-lo.

Nos demais casos, em que não haja ainda essa judicialização, penso que, obviamente, o CNJ como órgão, como ente, do Poder Público, é obrigado também a obedecer às leis do Brasil, inclusive a Lei nº 9.784, que estabelece esse prazo decadencial.

Penso também que, em face do princípio constitucional da moralidade, que é tão constitucional quanto o princípio da segurança jurídica, deverá e poderá o CNJ exercer aquela técnica conhecida dos juristas que é a técnica da ponderação de valores. Diante de casos concretos, o Conselho poderá, penso eu, e deverá ponderar no choque entre o princípio da moralidade jurídica e o princípio da segurança jurídica qual deve prevalecer em cada caso. Havendo situações, por exemplo, em que os atos administrativos sejam de trato sucessivos, sejam atos que se prolonguem no tempo, que se repitam no tempo, ainda que o ato originário tenha sido praticado há mais de 5 anos, mas se ele se renova, penso que o CNJ poderia exercer a autotutela e invalidar e desconstituir aqueles atos ainda não abrangidos pelo prazo decadencial de 5 anos e que venham prolongando os seus efeitos no tempo, na linha aliás do que menciona o conhecido jurista português José Joaquim Gomes Canotilho, que fala em efeitos não totalmente retroativos do controle de

constitucionalidade que se aplicam também, a meu ver, ao controle de legalidade dos atos jurídicos.

Não sei se atendi à indagação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeito, Senador Pedro Taques? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira questionar os senhores indicados, esta Presidência inicia o processo de votação.

As cédulas estão aqui sobre a mesa.

Convido o Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador Demóstenes Torres. (*Pausa.*) Já está votando.

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Aníbal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)

Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*) Não está.

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*) Viva o Estado do Amazonas!

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Cícero Lucena, da minha querida Paraíba. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. Presente! (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Presidente Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Se todos votaram, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Convido os Senadores Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Inácio Arruda para abrirem a urna e contarem os votos. (*Pausa.*)

Lembro que estamos com três sabatinados: Dr. Jefferson Luis, Dr. Carlos Alberto e Dr. Wellington Cabral.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dezenove votos favoráveis ao Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Dezenoves votos favoráveis ao Dr. Wellington Cabral Saraiva.

Dezoito votos "sim" e um voto "não" para o Dr. Jefferson Luis Kravchychyn.

Os três foram aprovados, e a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª que fosse encaminhada em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Flexa Ribeiro solicita urgência, mas não há urgência em votação de autoridades. Portanto, indeferido o pedido do Senador Flexa Ribeiro.

Agradeço a presença de todos.

Parabenizo o Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, o Dr. Wellington Cabral Saraiva e o Dr. Jefferson Luis Kravchychyn, que, entendo eu, sai daqui hoje mais fortalecido ainda para exercer o seu mandato no CNJ, uma vez que, mais do que sabatinado, foi investigado por esta Comissão, tendo sido aprovado por 18 dos 19 votos dos Sr. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 11 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e quatro minutos, do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares,

Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Humberto Costa, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, José Agripino, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras, Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Roberto Requião e Aécio Neves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011** *Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.* **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2011** *Acrescenta incisos ao art. 17 da Constituição Federal para prever a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos.* **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à PEC nº 43, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à PEC nº 23, de 2011. **Observações:** *Em 29/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. – Em 06/07/2011 foi recebido o Voto em Separado do Senador José Pimentel, com voto favorável à PEC nº 23, de 2011 e contrário à PEC nº 43, de 2011.* **Resultado: Rejeitados o Relatório do Senador Romero Jucá e o Voto em Separado do Senador José Pimentel. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Demóstenes Torres. Aprovado Parecer contrário às Propostas. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011** *Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.* **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011** *Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.* **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria *ad hoc*:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 267, de 2011, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição, por prejudicialidade, do PLS nº 29, de 2011. **Observações:** *Votação nominal.* **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 15, DE 2011.** Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** Em 07/06/2011 foi realizada Audiência Pública destinada a instruir a matéria; Em 08/06/2011 foi aprovado o Requerimento nº 38, de 2011 – CCJ, de Audiência Pública, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, para instrução da matéria oportunamente. **Resultado: Lido o Relatório e adiada a discussão. Aguardando realização de Audiência Pública. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 36, DE 2011** Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 57, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 34, DE 2011** Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 58, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 4) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 38, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 59, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 5) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 225, DE 2011 – Complementar** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria:** Senador Eunício Oli-

veira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta. **Observação:** *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.* **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ de Redação. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011." **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, até o dia 06 de julho de 2011, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, composta por cinco membros, criada para analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que *'Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações'"*. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e Ricardo Ferraço. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011-CCJ** "Nos termos do inciso V do art. 90, do Regimento Interno, requeiro que sejam convidados a comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, para prestarem esclarecimentos acerca da matéria publicada pela revista Veja intitulada 'Madraçal no Planalto': Reitor da Universidade de Brasília, Professor José Geraldo Sousa Júnior; Procuradora de Justiça do Distrito Federal, Dra. Roberta Kaufmann; Diretor da Faculdade de Medicina da UnB, Professor Paulo César de Jesus; Professora Tânia Montoro; Professor Marco Antonio Villa; Professor Márcio Pimentel; Professora Inês Pires de Almeida; Professor Frederico Flósculo; e Sociólogo Demétrio Magnoli; Jurista Ibsen Noronha." **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e quinze minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 3)** PLS Nº 268, DE 2011 – tramita em conjunto com – PLS Nº 373, de 2008, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª reunião ordinária da Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, com o beneplácito da Comissão, a oportunidade de apresentar, perante a Comissão, o parecer que preparei sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que tem como primeiro subscritor o Senador Ferraço. Digo as razões a V. Exª. Essa é uma matéria que vai suscitar muita polêmica e requer uma meditação por parte dos nossos Colegas. Penso que o fato de ler o parecer agora e não deliberarmos permitirá que eu possa divulgá-lo amplamente perante os órgãos de imprensa, para que a opinião pública e o mundo jurídico tenham conhecimento dele.

Durante o recesso, os Senadores poderão, em contato com as suas bases, também ouvir sugestões. E nós teremos, então, material, massa crítica, para a deliberação que ocorrer quando a Comissão considerar que o seu entendimento já amadureceu o suficiente.

Evidentemente, nós temos ainda audiências públicas, notadamente uma requerida pelo Senador Ferraço, que se realizará depois do recesso, uma vez que já não há mais tempo para realizá-la agora, mas a leitura do parecer em nada prejudica a realização de audiências públicas, dessa ou de outras que venham a ser solicitadas. Pelo contrário, na minha opinião, as audiências públicas que vierem a ocorrer debaterão já

o texto do substitutivo que pretendo apresentar, inspirado na proposta do Senador Ferraço.

Então, nessas condições, requeiro a V. Exª a possibilidade de inclusão extrapauta deste ponto, para que eu possa apenas ler o parecer, a fim de que ele seja amplamente divulgado antes da sua deliberação.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, também peço que inclua extrapauta o PLC nº 38, que trata da criação de Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, no Estado de Sergipe, já que é salutar, é oportuno e estamos próximos do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes, desculpe-me, eu estava aqui tratando de assuntos de interesse da Comissão com o Senador Avaro Dias. O Senador Amorim pede o extrapauta, obviamente após a pauta – extrapauta tem de ser após a pauta – e V. Exª pede para fazer a leitura da PEC nº 15, também extrapauta.

Então, nós vamos dar seguimento à pauta e, em seguida, colocarei o extrapauta de V. Exª e o extrapauta do Senador Amorim, se tivermos tempo para isso. Espero que tenhamos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, não é possível fazermos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um item da pauta, e o Senador Aloysio Nunes está aqui presente. Enquanto não chegam os outros Senadores, embora sendo matéria terminativa e já foi lido o projeto – inclusive, convido os Srs. Senadores que estão em outras comissões desta Casa, para que compareçam à nossa Comissão, porque teremos matérias terminativas

Enquanto os Senadores não chegam, vou dar a palavra ao Senador Aloysio. Como é uma matéria apenas para leitura, cuja votação não é terminativa, o Senador Aloysio fará a leitura, matéria extrapauta, enquanto os Senadores não chegam. Trata-se da PEC nº 15, de 2011. Não haverá a discussão nem a votação dela, no dia de hoje.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Depois poderemos votar, Sr. Presidente, e fazer a leitura do PLC nº 38? Se não é terminativo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou apenas preenchendo o tempo da pauta. Se não chegar nenhum autor, nenhum relator das PECs que estão na pauta original, eu darei a palavra a V. Exª, para encaminhar.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, acima epigrafada, que tem como primeiro signatário o eminente Senador Ricardo Ferraço.

Referida PEC altera, em primeiro lugar, o art. 102, I, da Constituição Federal, inserindo-lhe a alínea *s*, com o intuito de, no âmbito das competências do Supremo Tribunal Federal, transformar o recurso extraordinário na denominada "ação rescisória extraordinária". Para tanto, revoga o inciso III do aludido dispositivo constitucional, que atualmente prevê a competência para o julgamento pelo STF mediante o instrumento do Recurso Extraordinário, ao mesmo tempo em que promove adaptações no § 3º do mesmo artigo. Inclui, ainda, § 4º no art. 102, para exigir repercussão geral das questões constitucionais discutidas na nova ação rescisória, como acontece, hoje, em relação ao recurso extraordinário.

Em suma, o que era recurso extraordinário passa a ser tratado como ação rescisória extraordinária, preservadas as hipóteses de cabimento daquele no que diz respeito a esta.

Com efeito, a competência recursal do STF limitar-se-ia à análise do recurso ordinário (art. 102, II, da CF), na medida em que as controvérsias hoje discutidas no recurso extraordinário passariam a ser analisadas no campo da competência originária da Corte, vale dizer, por meio da nova ação rescisória extraordinária.

Essa mesma lógica é aplicada em relação às competências do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Recurso Especial é substituído pela "ação rescisória especial". Revoga-se, para tanto, o inciso III do art. 105 da CF, que atualmente prevê o recurso especial, acrescentando-se, em contrapartida, alínea *j* ao inciso I do mencionado comando constitucional, prevendo o novo instrumento da Ação Rescisória Especial. As hipóteses de cabimento do Recurso Especial são deslocadas para a nova ação rescisória especial, mediante introdução de § 2º no art. 105 da CF. Por fim, ao acrescentar § 3º no já citado art. 105, a PEC nº 15, de 2011, preceitua que "a lei estabelecerá os casos de inadmissibilidade da ação rescisória especial".

Qual o objetivo das pretendidas modificações? Ora, ao mudar a natureza jurídica de recurso para ação rescisória, tem-se, consequentemente, que as decisões tomadas pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais Estaduais ganharão força do trânsito em julgado. Já que a PEC nº 15, de 2011, se aprovada, interdita o caminho dos recursos especial ou ex-

traordinário, decorre, então, que as aludidas decisões passarão em julgado, podendo ser alteradas não mais em grau recursal, mas apenas a título rescisório.

Em síntese, o momento do trânsito em julgado é antecipado.

Como as alterações sugeridas trazem grande impacto na forma como se organizam as instâncias recursais no sistema judiciário brasileiro, a PEC em estudo prevê, no seu art. 3º, a instalação de comissão especial mista a fim de elaborar, no prazo de sessenta dias, um projeto de lei necessário à regulamentação da matéria nela tratada.

Complementarmente, o art. 4º da proposição em exame contém norma de direito intertemporal, de modo a assegurar a aplicação das regras de processamento e julgamento dos recursos extraordinário e especial àqueles que houverem sido interpostos antes da entrada em vigor da regulamentação da PEC.

Para instruir a matéria, esta Comissão promoveu no dia 7 de junho do corrente ano audiência pública para ouvir o Ministro Cezar Peluso, Presidente do STF, sobre o conteúdo e o alcance da referida PEC, bem como para colher de Sua Excelência sugestões para o aprimoramento do texto legislativo.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – Análise

II.1 O colapso do sistema recursal brasileiro

No Brasil, seria possível dizer, embora não em sentido rigorosamente técnico e à custa de alguma simplificação, que o Poder Judiciário é composto por "quatro instâncias", sendo duas ordinárias e duas extraordinárias: Primeiro Grau ou primeira instância ordinária é o Juiz de Direito ou Juiz Federal. Segundo grau ou segunda instância ordinária, Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal. O Superior Tribunal de Justiça é uma instância extraordinária de controle da legalidade. E o Supremo Tribunal Federal é uma instância extraordinária de controle da constitucionalidade.

É assim que funciona na prática o nosso sistema judiciário.

Em que pese não termos mencionado as justiças especiais, trabalhista, eleitoral e militar, o quadro acima permite ver, de imediato, que as decisões judiciais no Brasil podem seguir um longo e demorado caminho até que sejam consideradas definitivas, sobretudo se as partes utilizarem todos os recursos que foram previstos pela Constituição e pela legislação ordinária.

A opção por um sistema *quádruplo*, digamos assim, cria dificuldades operacionais que afetam diretamente a eficiência, a segurança jurídica e, portanto, a própria credibilidade do Poder Judiciário brasileiro.

Passados mais de 20 anos da promulgação da Constituição de 1988, cremos que a sociedade brasileira começa a se dar conta de que algo deve ser feito para coibir o uso abusivo de recursos e, ao mesmo tempo, garantir que os processos judiciais tenham "razoável duração", expressão adotada pela Emenda Constitucional nº 45, que introduziu o inciso LXXVIII no rol dos direitos e das garantias fundamentais, *verbis*:

> Art. 5º. .....
> .....
> LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
> .....

É o que diz o texto atual da Constituição.

Se, por um lado, não podemos admitir processos sumários que violem o direito de defesa, tampouco podemos tolerar a morosidade da prestação jurisdicional, pois a demora na entrega e na confirmação da decisão judicial representa, em muitos casos, a segunda negação do direito.

A verdade é que a concepção e a estrutura do sistema recursal brasileiro não jogam a favor da duração razoável do processo: para se tornar definitiva, a decisão deve passar por um longo périplo entre a primeira instância e o STF, com diversas possibilidades de contestação de cada decisão. Assim o princípio da razoável duração do processo perde o sentido.

Até aqui, temos testemunhado inúmeros esforços legislativos no sentido de conferir maior racionalidade ao sistema recursal brasileiro, especialmente no que se refere à atuação do STJ e do STF. Foram mudanças positivas, como os institutos da Súmula Vinculante e da Repercussão Geral (arts. 102, §§ 2º e 3º, da CF), ambos trazidos pela EC nº 45, de 2004, além de várias alterações na legislação ordinária que concorreram para o mesmo objetivo, a última delas a Lei nº 12.322, de 9 de setembro de 2010, conhecida como "Lei do Agravo". Não fossem essas iniciativas, certamente as instâncias superiores estariam em situação de completa inviabilidade operacional.

Para se ter uma ideia, o STF recebeu, em 2006, 111.268 processos recursais, número que cai drasticamente para 28.897, em 2009, como mostra o estudo intitulado "I Relatório Supremo em Números – O Múltiplo Supremo", organizado pelos Professores Joaquim Falcão, Pablo de Camargo Cerdeira e Diego Werneck Arguelhes, da Fundação Getúlio Vargas. Essa queda deveu-se basicamente à regulamentação do instituto da repercussão geral pela Lei nº 11.416, de 19 de de-

zembro de 2006, e à regulamentação de procedimentos administrativos correlatos pelo STF.

No entanto, o problema persiste. Hoje, o número residual que beira a casa dos 30.000 processos recursais é, ainda, muitíssimo preocupante no que diz respeito à capacidade de autogestão daquela Corte. Comparativamente, nos seis primeiros meses de 2011, a Suprema Corte norte-americana havia se pronunciado sobre 80 casos, enquanto a Corte Constitucional italiana julgara, no mesmo período, 198 casos.

Continua a invadir o STF e o STJ uma avalanche de recursos. E, o que é pior, a redução de recursos no STF nos últimos anos não significa ganho de celeridade na resolução do conflito, uma vez que os recursos que aguardam o pronunciamento da Corte sobre a repercussão geral ficam por assim dizer "congelados", retardando o seu trânsito em julgado. Ou seja, o procedimento de análise da repercussão geral tem impedido que muitos recursos cheguem à Suprema Corte brasileira, mas isso não se traduz necessariamente em celeridade da decisão final, como aponta o mencionado estudo da Fundação Getúlio Vargas.

No STJ, por sua vez, foram distribuídos 228.981 processos em 2010, dos quais 54.596 eram Recursos Especiais e 119.517 agravos, conforme consta do *Relatório Estatístico 2010* elaborado pela própria instituição. Como garantir qualidade e presteza nas manifestações da Corte frente a um número tão avassalador? Obviamente, um fluxo dessa magnitude será convertido em demora e na impossibilidade material de exame aprofundado dos casos.

Cumpre-nos reconhecer, por outro lado, que a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trouxe ares modernizadores para o judiciário brasileiro, com o estabelecimento de metas de produtividade, o desenvolvimento de projetos de informatização dos Tribunais e a produção de dados e de indicadores estatísticos.

Todavia, não nos redimimos do pecado original. Como o trânsito em julgado das decisões tomadas pelas instâncias inferiores depende da manifestação final do STJ e do STF quanto aos recursos especial e extraordinário e seus respectivos agravos, recorrer, por qualquer pretexto que seja, passa a ser uma estratégia atraente para a parte vencida, pois isso leva a protelar por anos a fio a execução da decisão judicial. Por outras palavras, o modelo adotado no Brasil contribui para eternizar a litigância.

É nesse contexto, pois, que se coloca a PEC nº 15, de 2011, como tentativa de oferecer uma solução duradoura para a crise de confiança por que passa o sistema recursal brasileiro.

O modelo vigente é perverso.

> "[O sistema] não é apenas custoso e ineficiente, ele é danoso e eu diria perverso." (Ministro Cezar Peluso, Presidente do STF, na audiência pública de 07/06/2011)

A frase do Presidente do STF nos convida a muitas reflexões. A primeira delas é que devemos repensar o modelo, e não apenas cuidar de questões pontuais. Seguindo as palavras de Sua Excelência na audiência pública realizada por esta Comissão:

> "Para esta crise, que me parece acima de qualquer disputa, nós poderíamos pensar: quais as soluções? Nós temos, de um lado, soluções pontuais que já foram tomadas ou que podem ser aventadas. Tivemos várias leis extravagantes de reforma dos Códigos de Processo, e nenhuma delas produziu uma redução significativa desta crise. (...) Essas soluções pontuais, na verdade, não descem à raiz da crise. Seus resultados práticos, com a devida vênia, são pífios."

É o que diz o Ministro Peluso.

A demora, intolerável e ultrajante, do trânsito em julgado da decisão judicial apenas aproveita a quem não tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria um pouco de silêncio. Há um orador na tribuna. Por gentileza! Eu pediria às assessorias que permitissem que o relator, o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, pudesse ler o seu relatório. Trata-se de um relatório importante, de uma PEC importante, e é preciso que a gente dê atenção ao que está sendo lido e votado nesta Comissão. Por favor, peço desculpas aos senhores, mas peço um pouco de atenção ao nosso relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Desculpe, Senador, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

A demora, intolerável e ultrajante, do trânsito em julgado da decisão judicial apenas aproveita a quem não tem razão. Tal é a distância temporal entre o reconhecimento do direito subjetivo e a execução da sentença, tantas são as vias de acesso ao STJ e ao STF, que, em muitos casos, sem exagero, os beneficiários da decisão judicial serão os filhos ou os netos da pessoa prejudicada, na hipótese otimista de que um dia haverá beneficiários.

Portanto, como já afirmamos, o modelo atual serve de estímulo à litigância, sendo esta a questão central a ser enfrentada. E estamos falando de uma litigância sem sentido, já que os índices de reversão, em sede de recurso extraordinário ou especial, das decisões

tomadas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça são consideravelmente baixos.

Com respeito à área cível, o índice de provimento de recursos extraordinários no STF, de 2009 a 2011, é de aproximadamente 4%, enquanto que, em matéria criminal, o percentual gira em torno de 2,7 %. Ou seja, a avassaladora maioria dos recursos não logra modificar o que fora decidido pelas instâncias inferiores. O que há, portanto, na maioria dos casos, é consumo de tempo em prejuízo daquele que teve o seu direito reconhecido.

Acima de tudo, temos de compreender que o adiamento injustificável do trânsito em julgado agride o princípio da segurança jurídica, que prima pela maior estabilidade e previsibilidade possível das relações sociais. Não devemos esquecer que o Poder Judiciário existe, em boa medida, para fazer valer esse princípio como ordenador da vida em sociedade.

Uma sociedade que não consegue resolver satisfatória e tempestivamente os seus conflitos tende a reproduzi-los em seu próprio prejuízo. O sistema judiciário brasileiro traz um componente de tamanha incerteza até mesmo para as relações econômicas, que as empresas passam a considerá-lo no seu planejamento como custo adicional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.)* – Por favor, pediria às assessorias, não quero ser grosseiro com as assessorias, mas há um orador na tribuna.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Outras preferem protelar judicialmente o pagamento de dívidas apenas para aplicar financeiramente os valores devidos, e com isso obter ganhos extras. Ou seja, o sistema não apenas não promove justiça para quem tem direito, como ainda premia quem não tem.

Não bastasse, a máquina estatal movimentada pela interposição de milhares de recursos demanda recursos públicos incalculáveis. Logo, quem paga essa conta não é apenas a parte prejudicada, mas a sociedade brasileira como um todo.

Por fim, diríamos que o modelo em vigor opera segundo uma perspectiva antifederativa, como se desconfiasse permanentemente dos tribunais estaduais, relegados à condição menor de "instâncias de passagem", tendo de esperar o pronunciamento das instâncias superiores para ver executadas as suas decisões.

II.3 Peculiaridades em relação às matérias criminal e cível

A morosidade e a banalização dos recursos repercutem tanto na esfera criminal quanto na cível, embora algumas peculiaridades devam ser assinaladas.

Em fevereiro de 2009, o STF decidiu pela impossibilidade de execução provisória da condenação penal, ressalvadas as medidas cautelares cabíveis. Referida decisão, embora tecnicamente compreensível à luz do princípio da presunção de não culpabilidade (art. 5º, LVII, da CF), trouxe apreensão em diversos setores da sociedade brasileira.

Como, no entendimento do STF, a aplicação da pena depende do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, a consequência é que a utilização da via recursal servirá para retardar o cumprimento da sanção penal, o que só aumenta o sentimento de impunidade generalizado entre os brasileiros. Talvez o caso do jornalista Pimenta Neves, réu confesso, seja o maior símbolo do exotismo do sistema processual brasileiro, tendo conseguido sua competente defesa postergar por longos 11 anos o início do cumprimento da pena. Neste caso emblemático e em muitos outros de menor repercussão, por pouco o abuso nos recursos não levou à prescrição dos crimes.

No campo cível, que responde por 92% dos recursos no STF, o problema não é muito diferente. Embora, em regra, os recursos especial e extraordinário não tenham efeito suspensivo, nos termos do § 2º do art.27 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, na prática, a execução provisória da sentença não é tão simples.

De fato, o impedimento de se executar provisoriamente decisão contra o Poder Público e a necessidade de apresentar garantia financeira para antecipar a execução retira a eficácia de tal instrumento na grande maioria dos casos em que o vencedor do processo em segundo grau litiga contra o Estado ou quando não tem condições financeiras para garantir o crédito.

No modo em que se apresenta, a prodigalidade do sistema recursal brasileiro, estruturado em quatro níveis, como vimos, estimula a litigância, possibilita a impunidade e, acima de tudo, promove a insegurança das relações jurídico-sociais.

Não é difícil concluir, pois, que a PEC nº 15, de 2011, produz impactos positivos não apenas em relação à justiça criminal. Os seus efeitos também serão sentidos no tocante à matéria cível, agilizando a cobrança dos precatórios judiciais contra o Estado e minimizando o uso meramente protelatório da via recursal.

Não hesitamos em afirmar, pois, que as alterações constitucionais propostas pela PEC em análise implicam verdadeira mudança de paradigma na cultura processual brasileira.

Como todas as mudanças desse alcance, reações são esperadas. A propósito, é preciso lembrar que, em 2004, quando a reforma do judiciário estava sendo discutida no Congresso Nacional – e eu sou testemunha viva disso, pois fui relator de uma boa

parte dessa emenda constitucional quando tramitava – , muitas foram as reações contrárias – raivosas mesmo – aos institutos da Súmula Vinculante e da Repercussão Geral.

Considerações sobre o princípio do duplo grau de jurisdição.

Convém ressaltar, inicialmente, que o princípio do duplo grau de jurisdição, entendido como garantia de revisão dos atos jurisdicionais, é imanente ao Estado de Direito e, como tal, é disseminado nos ordenamentos jurídicos democráticos. Sua existência, que também está prevista na Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, "se esgota nos recursos cabíveis no âmbito do reexame da decisão, por uma única vez" (Grinover *et alli,* Recursos no Processo Penal, 2. ed., p. 27).

O princípio do duplo grau de jurisdição, como se pode depreender de seu próprio nome, significa a garantia individual de ver uma decisão judicial revista por órgão judicial diverso e hierarquicamente superior, como, aliás, já assentou o STF em diversas ocasiões. Não se trata, entretanto, de um direito infinito ao recurso, o que tornaria o sistema injusto por inviabilizar a prestação jurisdicional, que se frustra se não for efetiva.

Não é por outro motivo que o Conselho da Europa, já em 1995, identificou o "problema do aumento do número de apelações e da duração dos procedimentos de apelação" e, reconhecendo que "procedimentos ineficientes e inadequados e o abuso do direito de apelar provoca demoras injustificáveis e pode levar ao colapso do sistema judicial", recomendou aos países-membros que o direito de recorrer a uma terceira instância, quando esta existir, seja restrito a casos excepcionais.

Dos países que compõem a *Comissão de Veneza* – que reúne representantes de Supremas Cortes de 56 países – apenas o Brasil apresenta quatro instâncias diversas de julgamento de um processo individual. Na maioria deles, os processos são submetidos à apreciação do juiz de primeiro grau, com possibilidade de apenas um recurso.

Aperfeiçoamentos necessários.

Cito aqui o Senador Ferraço, que é o primeiro subscritor da emenda ora em exame.

Disse ele na audiência pública de 07 de junho:

> (...) eu me convenci de que precisava aproveitar a oportunidade desse mandato para dar uma contribuição. Longe de mim a presunção de que a minha proposta estivesse pronta e acabada, porque o que desejava era trazer para o debate, trazer para a pauta do Senado da República esse tema.

É o que disse o Senador Ferraço, com toda razão.

Estamos inteiramente persuadidos de que a PEC nº 15, de 2011, acerta no seu objetivo principal de racionalizar o sistema recursal brasileiro.

No entanto, em nosso modo de ver, alguns ajustes conceituais são necessários. No lugar de simplesmente transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, o que não deixa de ser um avanço, somos da opinião de que bastaria reformular o conceito de "trânsito em julgado", que, afinal de contas, nada mais é do que uma construção jurídica do direito positivo.

Devemos ainda levar em conta o fato de que a ação rescisória tem natureza de feito autônomo, exigindo, como tal, nova citação das partes e fase de instrução, o que atrasaria o pronunciamento das instâncias superiores.

Por essas razões, consideramos oportuno reformular, na forma do substitutivo ao final apresentado, a redação original da PEC nº15, de 2011, proposta pelo Senador Ferraço.

Melhor seria, em nossa avaliação, manter a competência recursal do STJ e do STF nos moldes atuais, mantendo portanto os recursos extraordinário e especial, com a diferença fundamental de que a interposição de tais instrumentos não obstaria o trânsito em julgado das decisões tomadas pelas instâncias inferiores. Tal opção, ademais, não requer grandes correções no texto constitucional e na legislação ordinária, ficando preservadas as atuais regras de processamento e julgamento dos referidos recursos. Não teríamos, pois, solução de continuidade entre a decisão do tribunal *a quo* e a manifestação das instâncias superiores.

Dito de outro modo: o que importa não é transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, e sim – e esse é o objetivo primordial do Senador Ferraço – conferir-lhes eficácia rescisória contra a coisa julgada, como bem observou o Ministro Cezar Peluso.

Sendo assim, o nosso olhar crítico volta-se para o conceito de trânsito em julgado. Não estamos diante de um objeto acima das definições jurídicas, como se fora um dado *a priori* da realidade. Ao contrário. Referido conceito está ligado às decisões tomadas em dado ordenamento jurídico. Se este ordenamento possui quatro instâncias judiciais, como é o caso ímpar do Brasil, sobram razões, a nosso ver, para que a coisa julgada forme-se a partir do pronunciamento das instâncias ordinárias, respeitado o princípio do duplo grau de jurisdição.

Cremos, em suma, que a reforma do sistema recursal brasileiro, como a defendemos, deva prestigiar a formação do trânsito em julgado ao final da decisão dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de

Justiça dos Estados, resguardada a possibilidade de sustação da decisão recorrida pelo STJ e pelo STF em casos de extrema e comprovada necessidade.

Tal sustação, nos termos dos parágrafos únicos dos agora propostos arts. 105-A e 115-A, somente poderá ocorrer por decisão da maioria dos tribunais. Tal medida busca impedir que, a exemplo do que hoje já ocorre em relação ao efeito suspensivo, seja concedido por decisão monocrática, o que acabaria por desvirtuar o espírito da mudança que buscamos imprimir.

Com efeito, não pretendemos diminuir o poder geral de cautela do STJ e do STF. A proposta ora entabulada conserva, assim, um instrumento de política judiciária no âmbito dos tribunais superiores, que poderão fazer frente a situações em que a execução do acórdão do tribunal local ponha em risco a integridade do sistema jurídico. Sucede que, nesse caso, o termo "efeito suspensivo" cederá lugar à "sustação" dos efeitos da decisão já transitada em julgado.

Trata-se, bem observado, de lógicas completamente distintas, uma vez que, após a manifestação final dos órgãos judiciais de segunda instância, a decisão judicial reunirá todos os elementos necessários a sua execução. Equivale a dizer que a execução imediata da decisão judicial será a regra, e não a exceção, como lamentavelmente ocorre nos dias de hoje.

Fixadas essas premissas, é importante ressaltar que a medida proposta não mitiga, sob nenhum aspecto, as garantias constitucionais inerentes ao devido processo legal. O duplo grau de jurisdição permanece vigente em sua inteireza, e, além disso, as partes continuam tendo acesso a manifestação dos tribunais superiores, a partir do preenchimento dos mesmos requisitos hoje vigentes.

Com relação à justiça criminal, a medida dissipará a crítica recorrente de impunidade atribuída ao Judiciário. Por outro lado, as situações mais graves, relativas à liberdade pessoal, continuarão a ser apreciadas pelos tribunais superiores pela via do *habeas corpus*, cujo alcance e amplitude permanecerão inalterados. Também não há qualquer impacto na garantia constitucional da ampla defesa. A proposta não limita o direito das partes de produzir provas em seu favor, pois elas só são produzidas, e somente podem ser analisadas, pelo juiz e pelos tribunais de segunda instância, em grau de apelação, cujas competências não serão alteradas. Não limita o direito a um advogado e à possibilidade de oferecer suas razões ao juiz, em contraposição às alegações da outra parte. Nem sequer restringe o direito daquele que, não vendo sua demanda acolhida pelo tribunal, submete a matéria aos tribunais superiores, que, assim como já acontece hoje, estarão limitados a analisar a questão jurídica, não podendo entrar no exame qualitativo das provas.

A principal diferença estará na redução da litigância destinada, exclusivamente, a se aproveitar da demora processual.

Com o trânsito em julgado da decisão do tribunal local, que pode, assim, ser executada imediatamente, a rediscussão da matéria pelos tribunais superiores só interessará àqueles que, de fato, vislumbram a possibilidade de alteração de sua situação jurídica, mesmo após o julgamento por dois graus de jurisdição. A chamada "indústria de recursos" perderá o seu principal apelo, qual seja, o de postergar indefinidamente a execução de uma decisão judicial desfavorável.

Na hipótese em que a decisão de segundo grau seja alterada pelo julgamento do recurso especial ou extraordinário, o tratamento jurídico será o mesmo que, no atual sistema, permite a desconstituição da coisa julgada nos casos de procedência de ação rescisória, de *habeas corpus* e de revisão criminal.

O único reparo a fazer é que, com respeito às hipóteses de foro especial por prerrogativa de função, a antecipação do trânsito em julgado poderia fragilizar o princípio do duplo grau de jurisdição. Por isso, nosso substitutivo incrementa as hipóteses de cabimento de "recurso ordinário" para o STJ e para o STF.

Afiguram-se tão evidentes as vantagens do modelo ora proposto que o mesmo raciocínio deve ser levado às decisões da justiça do trabalho, de modo que a interposição do recurso de revista não obste o trânsito em julgado das decisões proferidas por Tribunal Regional do Trabalho.

Tivemos ainda o cuidado de garantir, explicitamente, aos recursos extraordinários e especiais em tramitação no momento da entrada em vigor da nova fórmula, a prevalência das regras vigentes no momento de sua interposição.

Concluindo. Os argumentos e números apresentados demonstram que o atual sistema de quatro instâncias opta por privilegiar a minoria de decisões que podem ser eventualmente reformadas após o trânsito em julgado, suportando, assim, a angústia da enorme maioria daqueles que, vencedores em processos cuja decisão será confirmada pelos tribunais superiores, têm de aguardar anos até fazer valer seus direitos. A demora na fruição do direito – que, futuramente, lhe será confirmado em grau superior – atinge a ampla maioria dos recorridos, com graves efeitos na credibilidade da Justiça.

Exemplo dessa realidade é o fato de que 8% de todos os processos no STF tiveram origem nos Juizados Especiais – criados justamente para oferecer ao cidadão um processo rápido em demandas mais

simples. No entanto, grandes empresas conseguem arrastar milhares de demandas por anos seguidos, ainda que tenham a certeza da derrota, enquanto cada um dos cidadãos que tiveram seus direitos reconhecidos por duas instâncias têm de suportar, sozinhos, o ônus do processo.

De outro lado, ao tornar definitivas as decisões dos tribunais locais, estimula-se o investimento na estrutura das instâncias inferiores, pois a valorização do trabalho dos juízes e dos desembargadores estará acompanhada da necessidade de dotá-los da estrutura material e pessoal compatível com o grau de responsabilidade que lhes será conferido. Neste sentido, recebemos ofício da Associação dos Magistrados do Brasil, assim como Nota Técnica da Associação Nacional dos Procuradores da República, em irrestrito apoio à PEC 15, de 2011, abordando exatamente esta dimensão da valorização das instâncias inferiores, assim como da constitucionalidade e da necessidade de aperfeiçoamento do sistema constitucional de recursos.

Nosso substitutivo, assim, se oferece não apenas em atendimento às intensas demandas sociais pela celeridade da Justiça, mas se insere no contexto dos esforços de aperfeiçoamento do sistema judicial brasileiro.

O bom sucesso dos pactos republicanos está na demonstração inequívoca de que os três Poderes estão empenhados na adoção de medidas nesse sentido, pelo que se espera que a aprovação da proposta seja o marco inicial de um novo Pacto, com vistas à modernização da Justiça e à redução da litigiosidade.

A proposta ora em construção tende a reduzir drasticamente o número de recursos interpostos perante os tribunais superiores. Se tais recursos respondem por cerca de 70% da atividade dessas cortes, o STF, o STJ e o TST poderão efetivamente, aprovada a PEC, se dedicar ao exercício das funções mais relevantes a eles atribuídas pela Constituição Federal. Somando-se a isso o aperfeiçoamento dos institutos de uniformização das decisões judiciais – a súmula vinculante e, especialmente, a repercussão geral – caminharemos, finalmente, para o desenho institucional imaginado pelo legislador Constituinte de 1988.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação da PEC nº 15, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição passa a vigorar as seguintes modificações e acréscimos:

"Art. 102. .....

.....

II – .....

.....

c) as ações penais decididas em única instância pelos Tribunais superiores.

....." (NR)

"Art. 105. .....

.....

II – .....

.....

d) as ações penais decididas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados.

.. .." (NR)

Art. 105-A. A interposição dos recursos extraordinário ou especial não obsta o trânsito em julgado da decisão que os comporte.

Parágrafo único. A execução da decisão recorrida somente poderá ser sustada pela maioria dos membros do Tribunal.

Art. 115-A. A interposição, na forma da lei, de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho contra decisão de Tribunal Regional do Trabalho não obsta o seu trânsito em julgado.

Parágrafo único. A execução da decisão recorrida somente poderá ser sustada pela maioria dos membros do Tribunal.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo do regular processamento e julgamento dos recursos previstos nos arts. 105-A e 115-A, segundo as regras vigentes à época de sua interposição.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 1
– Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011

Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador **José Sarney e outros.**

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2011

Acrescenta incisos ao art. 17 da Constituição Federal para prever a realização

de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos.

Autoria: Senador **Eduardo Suplicy e outros.**

Relatoria: Senador **Romero Juc**á.

Relatório: Favorável à PEC nº 43, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à PEC nº 23, de 2011.

Em 29/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

No dia 06/07/2011, foi recebido voto em separado do Senador José Pimentel.

O Senador José Pimentel está ausente para proferir a leitura, porque está em uma reunião no Palácio, representando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu coloco em discussão a matéria principal, o relatório do Senador Romero Jucá.

Para discutir a matéria, o Senador Pedro Simon se inscreve.

Senador Romero Jucá, quer fazer uso da palavra?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu faço no final, Sr. Presidente. Vamos ouvir os diversos Senadores e Senadoras, e, no final, faço...

O Senador Pedro Simon tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador Jucá fala no final, para dar a orientação final, e termina ganhando sempre.

Sr. Presidente, esta talvez seja uma das matérias mais importantes, de debate mais apaixonado, que nós temos para ser debatida aqui.

A primeira discussão que se travou foi a emenda do Presidente Sarney da chamada lista fechada.

Eu não nego que a lista fechada seria até algo interessante de ser debatido, seria quase que uma superação de positivo, se o Brasil tivesse partidos realmente com conteúdo mínimo de seriedade. Mas nós não podemos falar em lista fechada no Brasil, onde, se formos olhar, muitos dos diretórios municipais, e até estaduais, são feitos com o cacique, de presidente; a mulher do cacique, de vice; a namorada, de tesoureira; o filho, de não sei o que. Então, é difícil imaginar que temos condições de ter lista fechada, com conteúdo de seriedade, de credibilidade, onde o partido chega e escolhe: "Quem é que nós temos de melhor? Quem é o homem mais credenciado? Quem é que tem mais credibilidade? Quem é que tem mais qualidade? Este é o primeiro. Quem é o segundo?" Nós sabemos que é uma utopia a curto prazo.

Nós tínhamos que ter grandes partidos, partidos com conteúdo, com seriedade, com responsabilidade para, depois, pensarmos nisso. Então, eu vejo com o maior respeito a Emenda do Presidente Sarney da lista fechada. Mas vejo dificuldades na sua aplicação a curto prazo. Acho que tem que inverter; nós temos que ter o conteúdo de seriedade dos partidos políticos para, depois, falar em lista fechada.

Outra tese que se discute muito é o voto distrital misto. Eu falo com toda a sinceridade que eu sempre fui favorável ao voto distrital; sempre defendi, inclusive, quando nós éramos a favor da emenda do parlamentarismo, fizemos o plebiscito do parlamentarismo e sempre fui favorável ao voto distrital. Vejo, com toda a sinceridade, que a implantação do voto distrital, principalmente em alguns Estados, é de uma complexidade imensa.

Eu não sei como, a direção do partido de um lado e a Justiça Eleitoral do outro lado, de que maneira vão fazer a divisão desse distrito eleitoral; de que maneira vão fazer o formato desse distrito eleitoral.

Aparece aqui uma proposta do Senador Suplicy. Com toda a sinceridade, eu quero dizer que vejo como muito interessante a proposta do Senador Suplicy. Acho que ela, dentro do contexto de propostas apresentadas, é o que tem de melhor. O que diz o Senador Suplicy? A lista será feita. Mas como é que será elaborada a lista? A lista não será elaborada pelo presidente do partido, nem pelo comando do partido. Haverá uma prévia em cada Estado, quando a eleição é estadual; em cada Município, quando a eleição é municipal; e os filiados do partido vão escolher os nomes da lista e os que tiverem mais votos serão os primeiros, segundos e terceiros. E o Senador Suplicy até prevê um homem e uma mulher, um homem e uma mulher. Mas, de qualquer maneira, eu acho que a ideia do Senador Suplicy é altamente produtiva porque tira qualquer ranço do comando partidário. Uma coisa ficar como a Emenda do Sarney, em que o comando partidário faz uma lista, e aquela é a lista; o fulano é o primeiro, o sicrano é o segundo e o beltrano o terceiro. E outra é a proposta do Senador Suplicy no sentido de que os filiados do partido são convocados e esses filiados dos partidos vão escolher os nomes que eles querem. E os mais votados estarão na lista escolhida pelo partido. Eu acho que ela é muito mais positiva.

O Senador relator apresenta uma proposta. A proposta do relator é no sentido do voto majoritário. Eu acho que é importante, porque ela é democrática, ela é positiva, ela não tem no seu conteúdo nenhum ranço de nada, ela é séria. A única coisa que vejo, meu Senador, é o seguinte: até ontem eu era dirigente partidário, não sou mais, mas eu me imagino. A gente quando faz hoje a lista de candidatos, a gente procura escolher bons candidatos, nem sempre a gente consegue. Mas a gente procura escolher pessoas que

têm... Às vezes a gente até recorre, recorre a um jogador de futebol, recorre a um cantor. Por quê? Porque tem voto. Então, todas as listas, quando a gente vai ver, por exemplo, nós estamos pensando agora – só para dar um exemplo claro –, o Rigotto não se elegeu Senador, foi um grande governador. Então, ele pode ser candidato a governador se ele quiser. Ele não quer. Então, conforme for, colocar o Rigotto como candidato a Deputado Federal. Ele faz uma montanha de votos, o que é bom para nós.

Agora, o que acontece com a sua proposta? Acontece que, se eu for dirigente partidário, vou pensar dez vezes. Eu pego dois baitas candidatos que fazem uma montanha de votos, os dois se elegem, mas o resto não se elege. Porque eles concentram o voto. Então, o MDB faz Rigotto: 500 mil votos. Está eleito; Fogaça, 400 mil votos. Está eleito. Elegemos dois, e o resto tem 5 mil votos, 8 mil votos, 9 mil votos. Acho que esse é o problema. Não sei se o Senador Jucá está entendendo, mas é um problema em que me vejo fazendo a lista. Como é que eu vou fazer? Hoje a gente bota os que fazem mais voto, porque sobra para os outros. Está errado. Termina um comediante fazendo dez Deputados...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Não mais. Vai ser proibido isso. E já foi votada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sim, mas estou até mostrando como é que era.

Então eu perguntaria ao Senador Jucá se ele interpreta o que estou dizendo, que é no sentido positivo... V. Exª é presidente do meu partido, V. Exª vai fazer a lista, como é que V. Exª vai fazer no Rio de Janeiro? Pegar candidato que faz uma montanha de voto? Ótimo. Mas pegar um candidato que faz uma montanha de voto, uns 800 mil, e um segundo, que faz 5 mil ou 8 mil, e termina elegendo um Deputado só. Então esse é o problema.

Agora, a tese apresentada dentro desse contexto pelo Senador Suplicy me parece que tem conteúdo e profundidade. E concordo que o Suplicy não está nem falando dos delegados, ele está falando dos filiados. Quer dizer, ela é aberta, ela é ampla a qualquer cidadão fazer. Está feito.

Eu tenho um projeto que foi aprovado aqui, está na Câmara, em que defendo a tese, inclusive, que, na convenção, Senador Jucá, um grupo de filiados pode apresentar até a impugnação a um candidato. Por exemplo: acho que o candidato a Deputado Federal Pedro Simon tem atos ilegais, ele é isso, ele é aquilo, e não merece fazer parte.

Então, eu acho que a seleção da ficha limpa já podia ser feita pelo partido, acho que deveria ser feito internamente lá pelo partido. Aliás, a Justiça Eleitoral está defendendo, ela fez uma proposta no sentido de que a lista limpa deve começar dentro do diretório.

É o que vai acontecer, dentro da proposta do Suplicy: vai ser candidato, apresenta a proposta, marca uma prévia, e aí vamos discutir se vamos botar um vigarista de candidato... O pessoal vai dizer: "Olha, fulano é um vigarista." E aí os filiados é que vão discutir.

Sinceramente, eu faria um apelo ao Senador relator. Acho que uma matéria tão delicada, tão difícil, o Senador Suplicy chegou na média exata.

Outra proposta que existe sobre esta matéria, também discutível, em que apresento como ideia, é aquela que diz que o eleitor votaria duas vezes. A votação é em lista, o partido apresentaria a lista, o eleitor ia votar e votava: voto no PSDB. Aí na lista do PSDB daria o segundo voto: eu voto no fulano de tal. Então aí seria uma coisa pessoal. Acho que seria outra saída que apresento junto com a sua. A outra forma seria esta: ela é mais simples, não tem prévia, não tem nada; apresenta a lista que bem entender. Agora o eleitor vota: primeiro, eu voto no PT, então ele votou no PT. Segundo, dentro do PT, ele escolheria o Deputado que ele quisesse. Então não é o primeiro da lista, o segundo da lista. Não, ele escolheria o Deputado que ele quisesse.

E apenas para acalmar a Senadora Marta Suplicy, todo mundo fala, Senadora, que qualquer lista... – ainda não sei se V. Exª concorda, por enquanto está um homem e uma mulher. Eu ainda quero mais: poderia ser uma mulher e um homem, uma mulher e um homem. Não tem problema nesse sentido.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador, a sua observação é pertinente...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho também.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...porque nós tivemos uma ideia disso, mas a cota de mulheres ficaria perdida.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu só não sei... (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ.) – ...V. Exª está inscrita também para falar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Sr. Presidente ficou muito rígido. Ele foi o Presidente da Comissão e fez um negócio tão fechado, tão sério, que ele agora não quer dar uma aberturazinha aqui para a gente discutir.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi só porque ele me mencionou na Comissão. Vamos obedecer ao Regimento, porque, senão, a turma depois desconta lá.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A única coisa que eu falo, e peço para não constar dos Anais – faz de conta que eu não falei –, é como vai ser no futuro? Um homem e uma mulher. E os outros, do terceiro sexo, como é que ficam? Não sei, ninguém está discutindo, mas já estou levantando a questão, porque alguém vai fazê-lo. Como é que fica a questão dos homossexuais, não têm chance?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, é uma honra muito grande para uma Comissão ouvir V. Exª.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, penso que o voto em lista no Brasil seja inconstitucional, porque a Constituição em seu art. 14 e depois no art. 60 § 4º, afirma que o voto tem que ser direto. Em voto direto não pode existir intermediários entre aquele que é o titular do poder, que é o povo, e aquele que representará o povo, que é o Deputado Federal, Estadual ou Vereador, no caso em que estamos a tratar.

Votação em lista, você retira do cidadão o direito de escolher diretamente aquele que o representará. Portanto, fazendo uma analogia com o que ocorre nos Estados Unidos, na eleição para Presidente dos Estados Unidos, lá o voto é indireto, porque o cidadão vota em grandes eleitores que escolhem o Presidente da República. Existem intermediários. Aqui no Brasil, a votação em lista, é inconstitucional, a meu juízo. Existem pessoas que defendem outro modo, entendo respeitáveis, outros posicionamentos. Mas é inconstitucional o voto em lista. Concordo com a prejudicial levantada pelo Senador Romero Jucá da inconstitucionalidade da votação em lista.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Senador Eunício vai ficar alguns minutos ausente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Com respeito à Proposta de Emenda Constitucional nº 23, apensada a que está sendo objeto do parecer do Senador Romero Jucá, que obteve um voto em separado do Senador José Pimentel, que nesse instante está no Palácio do Planalto, mas se outro Senador puder ler o parecer favorável do Senador José Pimentel e assiná-lo... Como o Senador Pedro Simon falou exatamente sobre os argumentos que estão no parecer do Senador José Pimentel, peço pela ordem para que possa ser lido por um dos Senadores que estiverem de acordo, seja da bancada do PT ou pelo Senador Pedro Simon que argumentou a favor e que possa assim ser considerado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Suplicy, eu queria pedir a V. Exª, por uma questão de cortesia, o Presidente Eunício está sendo entrevistado, e logo voltará. Eu prefiro que ele decida sobre essa questão de ordem.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de falar, inicialmente, sobre a questão de lista, que nós acreditamos ser democrática. A emenda do Senador Suplicy de que os partidos políticos votem internamente essa lista garantiria essa questão. Principalmente, em relação à questão das mulheres, o voto em lista seria bastante interessante.

Mas eu gostaria de enfatizar mais, porque o Senador Pimentel está com o voto em separado, em relação à lista, que vai ser lido, eu gostaria de enfatizar a proposta do Senador Jucá como uma proposta com a qual não podemos concordar. Porque a proposta desse voto distritão enfraquece sobremaneira os partidos políticos e acredito que todos nós que estamos na política e as pessoas que votam, os eleitores, votam em pessoas que apreciam, mas votam, também, em partidos. Se perguntar para um eleitor do PSDB se ele quer votar no PT, ou do PV, se quer votar no PCdoB... as pessoas votam nos partidos que são do coração, que representam no seu programa as suas ideias, seus ideais, por aquilo que elas lutam para que ocorra uma vida melhor. Então, os partidos já representam essas ações, mas ainda não temos partidos tão fortes como gostaríamos. Se tivéssemos o voto do distritão acabaríamos com isso de forma definitiva. Por quê? Porque não garante que os partidos mais votados tenham o número correspondente de candidatos.

Então, se tivéssemos o distritão, nós teríamos... Por exemplo, na última votação em São Paulo, foram eleitos pelo PV cinco Deputados Federais. Com o distritão, teria sido eleito um candidato somente. Por quê? O PV tem várias candidaturas que não são tão fortes, são espalhadas, mas, quando se somam todas elas, chega-se a um quociente eleitoral que permite uma representação das pessoas que aprovam o PV. Isso seria perdido.

Então, me parece que o voto do distritão descaracteriza os partidos, pelo que, no meu entender, é o que devemos lutar. Agora, devemos lutar para que sejam cada vez mais claras as suas propostas. E não será com o distritão que isso passará a ser.

Também algo que não foi mencionado – mal começamos a discussão – e que é prioritário é que acaba o voto de legenda. O voto de legenda hoje, aqui no Brasil, é extremamente importante. Porque, se eu não tenho um candidato da minha preferência, eu tenho um partido da minha preferência e eu voto nesse partido,

porque eu tenho ideia e convicção de que o programa daquele partido me representa. E isso, esse distritão, acaba completamente com o voto de legenda. O voto de legenda é um voto em um programa, é um voto de confiança em um partido. E estamos trabalhando no sentido contrário do que almejamos com a democracia, que é o fortalecimento das ideias, o fortalecimento dos partidos.

Eu vou até explicar, porque não estamos aqui falando só para Senadores, que entendem perfeitamente o que é voto de legenda. O eleitor sabe o que é o voto de legenda, mas talvez não saiba como ele seja computado. O voto de legenda é aquele em que a pessoa vota em um partido político e aí somam-se esse e todos os votos para aquele partido, que foram nominais, depois se divide e se dá o número que temos para dividir em cadeiras. Então diz-se: com a somatória do voto em legenda e a somatória dos votos nominais, temos tantas cadeiras para esse partido.

Parece-me, então, que o voto distritão tem que ser absolutamente repudiado, porque ele acaba com os partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que estou com o Senador Pedro Taques, no que diz respeito à constitucionalidade, também em consonância com o Relator.

Eu já fui partidário da lista no passado. Mas me convenci, ao longo dos anos, que, dado o grau de oligarquização dos partidos políticos – e essa é uma lei de ferro inexorável, que está sempre presente e precisa ser sempre combatida, a luta, de alguma forma, do bem contra o mal permanente dos partidos, mas essa é uma tendência – e dado também o argumento de que me foi lembrado pelo Senador Dornelles da inafastabilidade, mesmo por emenda constitucional, do voto direto como instrumento de expressão da soberania popular, eu mudei meu ponto de vista. Concordo, portanto, com a opinião do Relator e o apoio, nessa linha, do Senador Pedro Taques.

Agora, o distritão também, Sras. e Srs. Senadores, não me convence. Tampouco me convence. E aí me inclino mais para a argumentação da Senadora Marta Suplicy: a importância do fortalecimento dos partidos políticos. Não sou hostil, em princípio, ao voto majoritário para eleição de vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais. Admito até discutir a tese e até tenho uma proposta de introdução do voto majoritário para eleição de vereadores nas cidades que tenham mais de 200 mil eleitores.

Mas o meu problema com o distritão é o aumentativo, é o "ão", ou seja, o Estado será a circunscrição onde se disputa a eleição.

No voto distrital majoritário, só para argumentar, temos o Estado, essa grande circunscrição dividido em circunscrições menores, no mesmo número que as cadeiras a serem preenchidas. Isso levaria ao fortalecimento do partido, sim, porque levaria o partido a buscar uma implantação homogênea no território do Estado, levaria o partido a se enraizar nos municípios, disputar as eleições municipais com seus melhores quadros, enfim, é o processo por que passam os partidos nos países em que vigoram esse sistema.

Mas o distritão, majoritário, disputado no Estado, meus amigos Senadores da Comissão, creio que realmente obscurece, de tal forma, o papel do partido político que ele perde o sentido. E aí é uma contradição entre a vida dos parlamentos e o modo de eleição dos seus integrantes, porque se observarmos bem, a nossa vida no Senado, na Câmara, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, tem como, digamos, unidade de medida o partido. É o partido, o tamanho da bancada partidária que determina os lugares a que cada agremiação tem direito nas mesas diretoras, os lugares nas comissões, determinadas prerrogativas na proposição de questões de ordem e outras manobras em plenário. Tudo isso é decidido em função do partido. Mesmo o tempo de propaganda eleitoral, na televisão, no rádio, é em função do tamanho do partido.

Ora, no distritão, o partido praticamente perde o sentido, desaparece como função política. Então, haveria aí uma contradição entre o modo de eleição e o funcionamento do sistema político. E estou longe de ser um admirador entusiasta de todos os partidos políticos, incluindo o meu; acho que é preciso grandes mudanças e aperfeiçoamentos. A vida partidária comporta um enorme desgaste de discussões inúteis, de intrigas, de conciliábulos que esterilizam a nossa energia. Mas, sem partidos o funcionamento democrático fica precário; o partido é a porta de entrada da militância, o partido é o lugar onde se sintetizam as aspirações recolhidas no meio social e transformadas em propostas de política; os partidos são o grande mediador entre o indivíduo considerado em si mesmo, e o indivíduo como integrante do corpo eleitoral da soberania popular. Portanto, seu papel é insubstituível e creio que o a fórmula do distritão viria a desmerecê-lo.

Por isso, sou pela rejeição tanto de um, quanto de outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Dornelles, que estava aqui presidindo

e que, por uma questão ética, pulou o próprio nome, para não falar como Presidente.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, porque o Senador Suplicy tinha feito uma solicitação ao Senador Dornelles, quando S. Exª presidia, de que nós pudéssemos ouvir a leitura do voto em separado, sobre essa mesma matéria, até para que o debate possa fluir melhor, apresentado pelo Senador Pimentel. E eu gostaria de pedir a V. Exª que pudéssemos ouvir a Senadora Marta fazendo a leitura e, logo em seguida, seguirmos debatendo a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto em separado do Senador Pimentel, regimentalmente, para ser lido, S. Exª teria que estar presente. Mas, por uma questão de dever de ofício, o Senador Pimentel não está presente aqui, porque está me representando, como Presidente da CCJ e Vice-Presidente desta Comissão, numa reunião com a Ministra Ideli, tratando sobre o Código Florestal.

Portanto, a ausência de S. Exª aqui se dá pela justificativa plausível porque foi esta Presidência que designou o Senador Pimentel a ir representar este Presidente naquela reunião. Portanto, passarei a palavra à Senadora Marta Suplicy para fazer a leitura do voto em separado, que já foi distribuído, pedindo a S. Exª que o faça com a brevidade possível, para depois continuarmos o debate. Mas, antes, vou dar a palavra ao Senador Dornelles e, após ouvi-lo, passarei a palavra à Senadora.

Senador Dornelles, tem a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Constituição estabelece que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei..." Desse modo, a Constituição requer que os Deputados Federais sejam eleitos diretamente, sendo que, na nossa tradição constitucional, voto direto significa voto em candidatos, em pessoas. Vale dizer, significa que, entre o eleitor e o parlamentar a ser eleito, não pode haver intermediário.

Concordo integralmente com a posição do Senador Pedro Taques. A lista fechada retira do cidadão a condição de eleitor primário definida no art. 14 e no *caput* do art. 45 da Constituição, pois, no sistema eleitoral de lista, na verdade, os Deputados são votados pelas convenções dos partidos e não pelos eleitores. Por conseguinte, as convenções ou direções partidárias vão elaborar as listas, que vão ser os intermediários ilegítimos entre o eleitor e o eleito. Como conseqüência, Sr. Presidente, considero que a lista fechada contraria exigência constitucional no sentido de que a soberania popular é exercida pelo voto direto.

Eu quero, em um minuto apenas, ler aqui a decisão do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio, assinada pelo Presidente Ives Gandra, que concluiu pela "inconstitucionalidade da proposta do sistema em lista fechada porque fere a cláusula pétrea estabelecida no art. 60, § 4º".

Diz o Prof. Ives Gandra:

Manifestamente, o voto em lista é incompatível com o voto direto, secreto, universal e periódico. A proposta do voto em lista retira do eleitor o poder de escolha do seu representante, como estabelece a Constituição Federal. Se todo poder emana do povo, como proclamado pelo referido parágrafo, o voto em lista é inconcebível no Estado democrático.

Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Exª que defendo totalmente o parecer do Senador Jucá pelo chamado voto majoritário, voto distritão.

O sistema proporcional, seja de lista aberta ou de lista fechada, leva o eleitor a votar num candidato e, muitas vezes, apesar de grande quantidade de votos, eleger outro. Permite que o candidato sem votos seja eleito e derrote o candidato com voto. O sistema proporcional, ao contrário do que se tem dito, encarece enormemente a eleição. Todos aqueles que administram o pleito sabem que cada partido é obrigado a procurar candidatos para completar a lista, e isso tem um custo adicional. O número de candidatos aumenta as despesas com televisão, as despesas com jornal, com papel, com gráfica, sem falar nos custos administrativos.

Eu defendo o distritão do Senador Jucá. Cada Estado seria dividido em distritos e seriam eleitos aqueles que têm mais votos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E se o distritão não for do Senador Jucá, como é que fica?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor, deixe-me terminar.

Eu queria dizer o seguinte: se nós adotarmos o voto distritão, o número de candidatos vai diminuir 90%, porque grande parte daqueles que se registram para disputar uma eleição no voto proporcional faz, exclusivamente, para completar a legenda partidária.

Sobre as duas críticas que se faz ao voto distritão, uma delas brilhantemente defendida pela ilustre Senadora Marta Suplicy, penso que nenhuma delas realmente prevalece. O voto distritão não enfraquece o partido. A pessoa, quando voto num candidato, sabe que está votando na pessoa e no partido. E hoje, com a fidelidade partidária, não existe o enfraquecimento do partido. É a mesma situação que existe nos dias de

hoje. E a outra acusação ao distritão é que ele é chamado na imprensa "o endinheirado se elege".

Ora, Sr. Presidente, não há nenhum sistema em que o endinheirado se elegerá mais do que com o voto em lista. Vai ser comprada a posição nas listas. Vão ser vendidos segundo e terceiro lugares, como acontece em vários países. O voto em lista é o voto da corrupção, é o voto da venda do lugar na lista! Não existe nenhum sistema político em que exista tanto poder econômico quanto no voto em lista.

Eu queria dizer também a V. Exª que, hoje, no voto proporcional, pode existir também influência do poder econômico. Isso é um problema de administração e não um problema que existe em relação a outro sistema.

Queria dizer, Sr. Presidente, que o voto em lista é o voto da cúpula, é o voto de um grupo de pessoas que quer retirar do povo o direito de escolher livremente os seus candidatos. Nós teremos um sistema eleitoral simples. A proposta do Senador Suplicy é uma proposta acadêmica, simplesmente aquela que não vai deixar ter eleição, porque os problemas jurídicos vão ser tão grandes que realmente é uma proposta de natureza acadêmica.

Nós temos que ter votação simples. Os dois votos para Deputado fazem uma confusão no pleito.

Defendo a proposta do Senador Jucá, porque ela reduz o custo, porque ela permite que o mais votado seja eleito, porque ela impede que quem não tenha voto seja eleito. Eu acho que a proposta do Senador Romero Jucá é um grande avanço. Para nós termos uma representação popular em que é eleito quem tem voto. Eu não sei se V. Exª já reparou que todo mundo que quer entrar na vida pública e não tem voto defende o distritão. Todos aqueles que querem entrar na vida pública e não têm voto defendem o distritão, porque sabem que pelo poder econômico vão conseguir lugar na lista. Defendem a lista porque sabem que vão conseguir um lugar na lista. Todos aqueles que não têm voto e que querem entrar na política defendem o voto em lista, porque vão comprar o lugar na lista.

De modo que eu queria fazer um apelo. A minha posição é a defesa em todos os pontos do relatório do Senador Jucá pela aprovação do voto majoritário para que nós tenhamos um Congresso constituído por pessoas que têm voto. Quem quiser entrar na vida pública tem que ter voto e não querer entrar de forma escondida numa lista partidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de conceder a palavra à Senadora Marta Suplicy, para leitura do voto em separado, eu registro com prazer a presença dos Vereadores que já estiveram nesta Comissão entregando um documento que é a discussão do dia de hoje – eles vieram de Fortaleza: Vereadores Antônio Henrique, Marcos Teixeira, Paulo Gomes, Luciram Girão, Walter Cavalcante e Vitor Valim. Veio uma comitiva de Fortaleza hoje, acompanhar os debates e a votação aqui nesta Comissão.

Vamos ouvir a Senadora Marta Suplicy, a quem concedo a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto em separado do Senador José Pimentel:

A PEC nº 43, cujo primeiro signatário é o Senador José Sarney, institui o sistema eleitoral de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Em suas considerações, o Senador Romero Jucá faz a presente proposição, que é fruto das conclusões da Comissão de Reforma Política, instituída pelo Ato nº 24, da Presidência do Senado Federal. Para poupar os nobres colegas, manifesto, desde logo, minha adesão ao relatório de S. Exª, não sem antes adiantar minha objeção à opção pela proposição adotada para veiculação da matéria e aduzindo que na última reunião desta Comissão, realizada em 29 de junho próximo passado, a Presidência concedeu vista coletiva da proposição. Convém, outrossim, recapitular aqui, que, perante aquele colegiado, foram discutidos os seguintes sistemas eleitorais para composição de casas legislativas, excetuado o Senado Federal: sistema proporcional em lista aberta (sistema atual), sistema proporcional de lista ordenada, sistema proporcional de lista preordenada flexível, sistema distrital misto (na versão da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída pelo Decreto nº 91.450, de 1985 – "Comissão Afonso Arinos") e, por último, o sistema majoritário plurinominal, que passou a ser conhecido como distritão. Houve ainda as contribuições dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Itamar Franco para as eleições municipais: aquele, a defender a introdução do voto majoritário uninominal para as edilidades, nos municípios com mais de cento e cinquenta mil eleitores, e este, o falecido Senador Itamar Franco, a propor as candidaturas avulsas.

Como dito, prevaleceu, naquela comissão o "sistema proporcional de lista preordenada", que é objeto da proposição em análise.

Manifesto, inicialmente, minha estranheza e discordância com a opção por fazer tramitar tal matéria – sistema eleitoral proporcional de lista preordenada – por via de proposta de emenda à Constituição.

Segundo o Senador Romero Jucá, "a opção por propor a alteração pretendida mediante proposta de emenda à Constituição se justifica em razão de que projeto de lei destinado a adotar o *voto em lista fechada* para as referidas Casas legislativas seria inconstitucional, por contrariar o voto direto consagrado na

Lei Maior, pois em nossa tradição constitucional voto direto significa modalidade em que não há intermediários entre os eleitores e os parlamentares por eles eleitos. E – prossegue Sua Excelência – os eleitos seriam escolhidos pelos partidos e não pelos eleitores, o que frustraria a natureza direta do voto, como prevista na Constituição".

Com a devida vênia, tal raciocínio está permeado de sofismas que não se confirmam à luz da legislação vigente e de nossa dita "tradição constitucional".

Em primeiro lugar, é preciso explicitar que no modelo atualmente adotado – que é o proporcional de lista aberta – os eleitos não são sufragados diretamente pelo eleitor, como sustenta o Senador Romero Jucá. E tanto não o são, que Sua Excelência conclui seu parecer exatamente propugnando, em sua emenda substitutiva, a mudança do modelo, para, aí sim, consagrar, por meio do sistema majoritário plurinominal uma espécie de eleição em que não haveria "intermediários entre os eleitores e os parlamentares por eles eleitos".

No Brasil, é recorrente a seguinte indagação: "como pode um candidato que amealhou mais de uma centena de milhares de votos para deputado federal não ter sido proclamado eleito e outro, com apenas algumas centenas de votos, ser considerado vitorioso nas eleições, numa mesma circunscrição eleitoral?

A resposta, a rigor, é relativamente simples para quem queira entender o que está na legislação.

Para a eleição da Câmara dos Deputados, dispõe a Constituição Federal, em seu art. 45, *caput*, que deve ser observado o sistema proporcional. Por simetria, é adotado, também, para as Assembléias Legislativas dos Estados (art. 27, § 1º, CF). Outra não seria a regra aplicável à Câmara Legislativa do Distrito Federal (art. 32, § 3º, CF). De igual, forma, em face do poder constituinte decorrente reconhecido aos Estados, é a regra a ser observada para composição dos poderes legislativos municipais.

A norma é repetida no art. 85 do Código Eleitoral. Definido o número de cadeiras cabíveis a cada Estado (circunscrição eleitoral para escolha de deputados federais), nos termos da Lei Complementar nº 78, de 1993, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 45 do Texto Constitucional), o preenchimento dessas vagas é feito mediante um procedimento definido nos arts. 107 e 108 do Código Eleitoral. Vamos aqui reproduzi-lo:

a) em primeiro lugar, apura-se o chamado "quociente eleitoral". Esse número dirá quantos votos são necessários para o preenchimento de uma vaga. O "quociente eleitoral" é o resultado da divisão dos votos válidos (no caso, votos dados a legendas partidárias e nomes de candidatos, no pleito para deputado federal) pelo número da cadeiras reconhecidas àquele Estado;

b) posteriormente, toma-se o montante de votos obtidos por cada partido ou coligação partidária e divide-se o mesmo pelo "quociente eleitoral". O resultado obtido, conhecido como "quociente partidário", corresponde ao número preliminar de vagas que cabem ao partido. Se o quociente for menor que um, isso significa que o partido não logrou conquistar uma única vaga sequer e, portanto, estará excluído da representação parlamentar (isso explica a disposição de partidos menores para a formação de coligações);

c) se, ao final, após a repetição da operação do item anterior, remanescem vagas (possibilidade do desprezo dos votos dados a partidos que não suplantaram o quociente partidário), essas vagas são loteadas pelo critério de "maiores médias" (Método d'Hondt) – cujo rito é descrito no art. 109 do Código Eleitoral – entre os partidos que obtiveram quociente partidário maior que 1 (isto é, conquistaram uma cadeira, pelo menos; quer dizer, o partido que conquistou pelo menos uma cadeira tem direito a entrar nessa redistribuição);

d) concluída a fase de rateio, inicia-se a fase de preenchimento: serão proclamados eleitos os candidatos registrados "segundo a ordem de votação recebida", em número bastante para completeza das vagas destinadas ao partido ou coligação.

Isso caracteriza o nosso sistema eleitoral para as casas legislativas: sistema eleitoral proporcional de lista aberta. A distribuição de vagas é determinada pela quantidade de votos obtidos por uma legenda partidária (ou coligação), que corresponde ao total de votos dados à própria legenda (ou legendas, em caso de coligação) mais as votações nominais obtidas por todos os candidatos registrados. Assim, quando se vota em um nome, na verdade, está-se a contribuir para o somatório de votos para a legenda pela qual o candidato está registrado, só contando o seu voto para a fase suplementar de ordenação da classificação, para o fim de diplomação.

Infelizmente, isso não é compreendido pela imensa maioria do eleitorado.

Esse modelo existe entre nós desde as eleições de 1950. A rigor, em 1945, já havíamos adotado o sistema proporcional de lista aberta. A diferença estava em que, antes, as sobras eram destinadas integralmente ao partido que houvesse obtido o maior número de votos para a Câmara dos Deputados. Isso levou, à época, à sobrerrepresentação do PSD. Desde então, duas alterações se fizeram no nosso sistema:

1) Até 1965, era permitido a um candidato postular, simultaneamente, diversos mandatos (pelo sistema majoritário ou pelo sistema proporcional, em diversas circunscrições eleitorais). A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 14, de 1965, passou a ser

exigido um domicílio eleitoral. Para a eleição à Câmara dos Deputados, seria obrigatório que o candidato contasse, pelo menos, quatro anos de domicílio eleitoral no Estado (nova redação do art. 139, inciso IV, alínea "b", Constituição Federal de 1946); e

2) Em 1997, a Lei nº 9.504, de 30/09/1997, eliminou a contagem dos votos em branco como "votos válidos apurados", para fins de fixação do quociente eleitoral. Com isso, facilitou-se aos partidos políticos menores suplantar o referido quociente.

Portanto, no modelo atual, quem vota para deputado federal – mesmo que não esteja a par da regra eleitoral – vota sempre em partidos políticos, ainda que registre, na urna eletrônica, a opção por um candidato devidamente registrado.

O sistema proporcional – de listas aberta, preordenada ou flexível – é rigorosamente constitucional, porquanto é o mais adequado para a concretização do fundamento republicano inserto no inciso V do art. 1º da Constituição Federal: o pluralismo político, comando esse repetido no *caput* do art. 17 do Texto Constitucional.

De fato, o modelo da preferência do Senador Romero Jucá, declinado na emenda substitutiva que apresenta – o majoritário plurinominal, ou distritão –, esse, sim, é inconstitucional, porque milita contra o pluripartidarismo e solapa a representação das minorias. Na verdade, torna absolutamente despicienda a existência de partidos políticos.

Se verificarmos nossa dita "tradição constitucional", veremos que, quando o Brasil adotou o voto majoritário plurinominal, ou distritão, as minorias foram totalmente anuladas.

Com efeito, no Império, todas as reformas eleitorais levadas a efeito: em 1857 (adoção do voto majoritário uninominal, ao modo britânico); em 1860 (retorno ao voto majoritário plurinominal, com multiplicação das circunscrições eleitorais em cada província); em 1875 (adoção da "Lei do Terço", pela qual os eleitores deveriam escolher apenas 2/3 dos candidatos disponíveis para as vagas disputadas); e, finalmente, em 1881 (edição da famosa "Lei Saraiva", pela qual se retornou ao voto majoritário uninominal, com *ballotage* – dois turnos – tal como havido na França). Todas as reformas eleitorais levadas a efeito tinham por escopo permitir a representação de um partido de oposição do Parlamento! O objetivo era sempre dar vez às minorias, mas todas as tentativas foram um completo fracasso em seu intento.

Nas eleições de 1850, os conservadores possuíam 99,1% das cadeiras e os liberais 0,9%; em 1853 os conservadores fizeram 100% das vagas em disputa; mesmo após a Lei do Terço, o quadro não se alterou: em 1877 os conservadores ficaram com 87% dos mandatos e os liberais, com 13%; em 1878 os liberais não elegeram um deputado sequer!

As primeiras eleições republicanas repetiram o nosso primeiro distritão, o modelo majoritário plurinominal do início do Império, com a supressão da eleição indireta e do voto censitário. As eleições não eram secretas ("bico de pena") e mulheres não podiam votar.

Em 1892 voltamos a adotar um distritão semelhante ao de 1875 (Lei do Terço) com voto majoritário plurinominal próximo, em parte, ao modelo japonês (distritos variáveis, de um a cinco representantes por distrito). Esse modelo foi usado em quatro eleições.

Em 1905, por meio da Lei Rosa e Silva, reformou-se a regra de 1892, com a redução do número de distritos (63 para 41) e ampliação do número de representantes por distrito – de quatro a sete representantes. Uma novidade: o eleitor poderia concentrar os seus votos em um único ou alguns poucos candidatos. Era o chamado voto cumulativo. Esse modelo durou até o final da República Velha, tendo sido adotado em nove eleições (25 anos). Com todas essas variantes, havia sempre uma constante: não havia representação de oposição no Congresso Nacional, o que levou a movimentos de contestação da institucionalidade dita "democrática", tais como a Revolta dos Tenentes, em 1922, a Coluna Prestes, em 1925 e, por último, à Revolução de 1930.

Em suma: o modelo proposto na emenda substitutiva lastreia-se no prestígio individual dos candidatos. Não fortalece os partidos como entes de coesão de ideários políticos, programas e ideologias, impactando negativamente a governança, no sistema presidencialista de governo.

Se no presidencialismo de coalizão, a que nos sujeitamos por força da prevalência da lista aberta, já nos submetemos à falta de comando dos partidos sobre as respectivas bancadas, obrigado o presidente e seus articuladores políticos a um esforço de Sísifo para conseguir maioria parlamentar, no limite negociando projeto a projeto, voto a voto", conforme registrou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pode-se antever o agravamento desse quadro de falta de garantia de apoio efetivo às propostas do governo no Congresso, se viéssemos a institucionalizar a representação rigorosamente personalizada. Não é difícil constatar a força do poder econômico ou dos meios de comunicação (bem como de corporações, igrejas, clubes desportivos, etc.) a determinar o resultado final apurado e o aniquilamento das minorias, tal como já vivenciado no Império e na República Velha.

Mas nossa crítica não termina por aqui. Falou-se que o "sistema eleitoral de lista preordenada" feriria o

voto "direto", previsto na Constituição Federal. Certamente, os cidadãos portugueses, argentinos, uruguaios, espanhóis, israelenses, turcos, entre outros, teriam por risível o argumento, posto que praticam o sistema proporcional de listra preordenada.

Na verdade, quando a Constituição Federal fala em voto direto no Brasil está a impedir exatamente a introdução de um expediente que existiu no Brasil, para as eleições parlamentares quando, no passado, acatamos o voto majoritário plurinominal, ou distritão.

Logo que o distritão foi adotado no Brasil, ainda no Império, e, por longo período, prevaleceram, concomitantemente, as eleições indiretas.

De 1824 a 1855 os eleitores de segundo grau, isto é, aqueles escolhidos nas paróquias pelos eleitores que tivessem renda líquida anual mínima de cem mil réis por bens de raiz (indústria, comércio ou empregos), votavam em tantos candidatos quanto fossem as vagas de deputados para sua respectiva província. Os mais votados eram eleitos. Vale recordar que os eleitores de segundo grau deveriam possuir renda mínima anual de duzentos mil réis por bens de raiz (indústria, comércio ou empregos) e só poderia candidatar-se a deputado quem tivesse pelo menos a renda anual de quatrocentos mil réis. As eleições indiretas para o Parlamento prevaleceram após as reformas de 1857, 1860, 1875, já mencionadas, vindo a ser superadas com a Lei Saraiva, de 1881, ocasião em que houve a eliminação formal da eleição indireta, combinada com a vedação de eleitores analfabetos, o que na prática fez com que o eleitorado se limitasse aos que já poderiam ser eleitores de segundo grau, no modelo anterior, porque os eleitores de primeiro grau eram, em grande número, os eleitores paroquiais, onde se concentravam os analfabetos. Por isso, a adoção de sistema proporcional de lista preordenada por lei ordinária não só é constitucional, mas é a que mais facilita a concretização da Constituição Federal no que diz respeito ao fundamento do pluripartidarismo partidário. A via escolhida para a veiculação da proposição, nesse caso, é equivocada. A questão deveria ser discutida por meio de proposição que desse conta, no plano infraconstitucional, com modificações no Código Eleitoral (Lei nº 4.737 e Lei nº 9.504), das alterações necessárias, a fim de que se lograsse a obtenção de legislação bastante, conforme a Constituição, para a migração da lista aberta para a lista preordenada.

Para concluir, repelimos a posição do relator, que opina pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23. Ao contrário do alegado, sua inserção não feriria a autonomia partidária ao preconizar que os partidos políticos praticam internamente um princípio que, no seu proselitismo, são obrigados a defender à luz do próprio art. 17: o regime democrático. O que se pede é que os partidos sejam democráticos na escolha de futuros mandatários, que devem respeitar a democracia na sua prática política. A proposição traz à tona tema que já havia sido objeto de consideração da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e instituída pelo Presidente Sarney em 18 de julho de 1985, por meio do Decreto nº91.450, e presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco. Reduzimos aqui o art. 66 do anteprojeto Afonso Arinos:

Art. 66. A lei assegurará a participação de todos os filiados nos órgãos de direção dos partidos políticos, na escolha de seus candidatos e na elaboração de suas listas partidárias.

Outra coisa não pede o Senador Suplicy, que também teve a preocupação de assegurar a alternância de gêneros para a composição das listas partidárias, fato que foi totalmente ignorado pelo Senador Romero Jucá em suas reflexões. Lembrando aqui as sábias palavras de Gilberto Amado, jurista, jornalista e Senador da República por Sergipe que, nos estertores da República Velha, indagava:

"Que adianta que o eleitor conheça o candidato em que vota, que o aprecie, que o admire mesmo, já lhe tenha ouvido discurso, lido artigos, admirado sua administração em qualquer cargo público, se esse voto é apenas uma espécie de presente, um cesto de laranjas, um cacho de bananas, um peru ao compadre da vila no domingo, dia de feira, sem que haja nele nenhum sentido político, nenhuma direção ou intenção ideal?"

Manifestamos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2011, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011.

Esse é o parecer do Senador Pimentel, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o próximo orador é o Senador Demóstenes Torres.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Está inscrito ainda pelo Senador Dornelles. V. Exª está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, para discutir a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, acho que esta é uma discussão muito apaixonante.

Foi dito aqui acho que pelo Senador Antonio Carlos Valadares uma verdade: nesta matéria, todo mundo é o técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Cada qual tem o seu time preferido. Eu, por exemplo, não vou votar em nenhuma das duas propostas, respeitando os argumentos de todos. Primeiro, como os Senadores Pedro Taques, Randolfe, Aloysio e outros, eu acredito que o distritão mata os partidos políticos. Era melhor, inclusive, se adotado o distritão, que se adotasse também a candidatura avulsa, preconizada pelo nosso saudoso Senador Itamar Franco. Por quê? Porque aí abre-se completamente o leque: não precisa de disciplina partidária, não precisa ter vivência alguma; basta ingressar em uma agremiação com a única finalidade de, determinado momento, ser candidato e, pronto, acabou.

Então, acho que o distritão é algo que não me seduz.

Se fosse como o Senador Dornelles disse, de que estava dividindo os Estados em distrito, eu votaria na hora, mas não é: está dividindo o Brasil em distritos; os Estados passarão a ser distritos. Se fosse divisão por distritos, o voto distrital puro ou misto, esse é o meu ideal. Sei que não vai vingar, tanto é que nem apresentei um voto em separado ou coisa semelhante. Basta ver o resultado que teve na Comissão em que pouquíssimos votos foram dados ao distrital puro ou misto. Então, não vou votar com o chamado distritão.

Em relação à lista, primeiro, embora respeitando o nosso Prof. Pedro Taques, o nosso Prof. Randolfe, na realidade, eu entendo – e também o Ives Gandra, outros juristas de nomeada, o nosso querido Romero Jucá, o nosso grande Dornelles –, eu entendo que, quando a Constituição fala em voto direto, ela não quer dizer que devemos votar em determinado candidato. O que a Constituição quer dizer – e aí me utilizo do próprio argumento do Senador Pedro Taques – é que o eleitor deve votar pessoalmente, não se admite procuração para votar em nome do eleitor. O eleitor pode estar doente, ele pode estar em outra localidade, mas ele deve votar; ninguém pode votar por ele.

Mas isso aconteceu, principalmente, porque existia o chamado Colégio Eleitoral. Então, se colocou na Constituição a expressão "direta", para dizer: vota o eleitor, ninguém vota mais pelo eleitor. E tanto é verdade que também a exceção para isso, naquelas hipóteses de vacância, em que a eleição se dá por via indireta, essa exceção é contemplada na própria Constituição.

A Constituição diz o seguinte: o voto é direto, mas, em algumas situações, ele é indireto devido à gravidade, à morte, menos de dois anos de mandato, etc. Então, determina que a eleição seja indireta naquele caso pontualmente.

Então, tanto a regra quanto a exceção são contemplados diretamente ali, na Constituição.

Mas, também, não voto com a lista fechada. E aí faço coro com os argumentos do Senador Dornelles, do Senador Pedro Taques, do Senador Aloysio, que expuseram muito bem. Eu entendo que é uma maneira de dificultar a vida de quem faz política parlamentar com grandeza, ou seja, de quem gosta do debate, de quem cuida dos interesses nacionais, ou mesmo paroquiais, em detrimento daqueles que vivem no partido o tempo inteiro, promovendo inclusive pequenos favores, no intuito de dominar mesmo a agremiação partidária.

Acho que temos um caciquismo no Brasil que não se pode de forma alguma ser desmentido e que não recomenda a adoção do voto em lista.

De sorte que vou votar contra os dois. Primeiro contra o voto do substitutivo do Senador Romero Jucá e, depois, vou votar contra o voto em separado para deixar a eleição proporcional, uma vez que não consigo ver que o sistema distrital seja efetivamente implantado.

É assim que voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito. Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, lembrando aos Srs. Senadores que ainda temos seis Senadores inscritos para essa primeira matéria. Em seguida, teremos a sabatina de três conselheiros, que faremos hoje à tarde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos hoje aqui a repetir um debate que tivemos oportunidade de fazer na Comissão Especial, que eu supunha tivesse sido suficiente para reafirmar, no espírito de todos os Senadores e Senadoras, o compromisso com a democracia no que ela tem de mais essencial, que é o fato de ser um governo que garante a todos a possibilidade de se fazerem representar e de se fazerem ouvir. Analisando especificamente o relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá, e também analisando a emenda constitucional apresentada pelo Senador José Sarney com os demais integrantes da Comissão, a primeira conclusão a que se chega é que, do ponto de vista do mecanismo que foi utilizado, ou seja, a apresentação de uma emenda constitucional, nós o consideramos errado, equivocado. A Constituição brasileira deixa absolutamente claro que o sistema eleitoral brasileiro é um sistema proporcional. A definição se esse sistema proporcional se faz por meio de lista aberta, fechada, ou qualquer outra variante que possa vir a ser criada, pode ser perfeitamente definida por intermédio de legislação infraconstitucional. Então, esse entendimento prejudica a aprovação da proposição que teve maioria significativa na Comissão Especial na qual muitos de nós participamos.

Portanto, entendo que esse é um primeiro problema da propositura que foi feita para discussão no Senado Federal.

Em segundo lugar, é absolutamente equivocado o entendimento que foi colocado pelo relator, com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, de que com a aprovação – digamos que seja o instrumento a emenda constitucional – nós estaríamos quebrando um preceito constitucional que garante o voto direto. Essa é a conclusão, no meu ponto de vista, mais equivocada. Na verdade, o que nós temos hoje, se levarmos em consideração que o argumento do Senador Romero Jucá é correto no sentido de que o voto em lista fechada ou lista preordenada não seria voto direto, isso valeria para o sistema atual, que, também, se vota no partido. Ainda que se possa fazer o opção em quem votar no partido, vota-se no partido e na legenda, inclusive. O eleitor tem o direito de votar simplesmente na legenda, que é um voto partidário – e dentro dessa concepção apresentada pelo Senador Romero Jucá não seria um voto direto – e tenha a opção de votar nos componentes dessa chapa. Na chapa do partido. Depois, o processo de definição das vagas, leva em conta...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Humberto, o Sr. me permite um aparte mais para frente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se V. Exª não vier me dar uma aula, darei o aparte com toda alegria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não vou lhe dar uma aula porque não tenho essa competência de V. Exª. Poderia até aprender algumas coisas só com V. Exª, outras, eu não quero aprender. Eu gostaria...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Exª está faltando com o respeito em relação a mim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, nem um pouco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Que coisas pratico eu que V. Exª não gostaria de aprender?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não sei todas as coisas que V. Exª pratica. Então, eu não posso aprender tudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Então, V. Exª tenha o devido cuidado e o respeito aos colegas em uma discussão como esta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu estou tendo respeito com V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Concedo a V. Exª o aparte, mas peço que V. Exª retifique a sua colocação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, se V. Exª entendeu que eu faltei com o respeito para com V. Exª, V. Exª que tome as providências, porque eu não vim aqui para faltar ao respeito com ninguém. Eu só quero apartear. Se V. Exª não permite, eu não vou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu permito o aparte de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só quero aparteá-lo no seguinte sentido: se V. Exª está a dizer que, no voto de legenda, se vota só no partido, só vota para que some na técnica da divisão das sobras dos arts. 108 ou 109 do Código Eleitoral. Então, esse argumento, com todo o respeito a V. Exª, não retira a força do argumento da inconstitucionalidade do voto direito. É isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O que eu quero dizer, com clareza....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me também um aparte, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Olha, eu quero concordar com V. Exª, Senador Humberto, e discordar do nosso Senador Pedro Taques. O argumento é o seguinte: só pode votar no candidato, senão, não é voto direito. Ora, votar na legenda, ainda que para outra finalidade, é votar no partido. Então, isso não quer dizer que o voto seja indireto, na minha opinião, respeitando a opinião de V. Exª. Nesse caso, acho que assiste razão ao Senador Humberto Costa. Divergência respeitosa. Eu acho que, se já existe hoje essa técnica, se é possível se votar no partido e não no candidato, então isso poderia ser considerado também um voto indireto. Nesse aspecto, concordo com o Senador Humberto Costa, embora vá votar completamente diferente da opinião dele.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Humberto Costa, eu poderia? Quando a pessoa vota na legenda, só é eleito aquele que recebeu o voto direto. Quem não recebeu o voto direito não é eleito, pode ter a legenda que for.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Permita-me discordar de V. Exª, porque tem candidato aí que não atingiu quociente eleitoral e se elegeu, na época de Enéas, com 175 votos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Vota na legenda e elege aquele que recebeu votos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só pode ser eleito quem é candidato, gente. Se não for candidato...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Senadores....

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode ter um voto e ser eleito. A gente tem visto isso. E pessoas com mais de 100 mil votos não serem eleitas pelo quociente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, Senador Humberto Costa, peço para V. Exª concluir, porque temos vários oradores inscritos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero retornar a minha palavra, não sem antes...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está com o retorno da palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não sem antes reafirmar que nada pratico que não possa ser praticado por nenhum outro Senador aqui nesta Casa. E se alguém tem alguma dúvida, esse alguém é que deve tomar as providências em relação à questão.

A questão concreta aqui colocada é que voto indireto é o voto classicamente colocado nos colégios eleitorais. O voto que se pratica na lista fechada é um voto direto. O voto que se pratica no sistema eleitoral proporcional com lista aberta é um voto direto, e a prova maior disso é que os cálculos que são feitos para definir qual a representação que cada partido tem leva em conta a soma dos votos individuais nominais mais o voto dado à legenda. Essa é a maior demonstração de que é o critério partidário que é levado em consideração e o voto nominal é utilizado apenas para definir quem, daqueles que compõem aquela lista, vão ter o seu mandato garantido para a disputa, para se fazer representar.

Outra questão fundamental é que o voto proporcional permite aquilo que eu comecei falando e que é exatamente aquilo que caracteriza a democracia: a participação de todos. O voto majoritário, chamado distritão, sem dúvida, vai eliminar a representação de pequenos partidos, de segmentos da sociedade que hoje têm inclusive uma grande capacidade de vocalização, mas não conseguem se fazer representar nos parlamentos e perderão ainda mais esta condição de minorias étnicas, de minorias de diversos tipos, das mulheres, enfim...Essa é a proposta que consagra, no Brasil, praticamente um modelo onde a democracia não existe e onde os partidos são desnecessários.

Concordo com o Senador Demóstenes Torres, quando diz, claramente, que é melhor que se aprove logo as candidaturas avulsas, porque os partidos deixam de ser necessários por esse modelo que foi colocado.

Além do mais, no modelo do distritão, vamos ter o agravamento de tudo aquilo que nós questionamos no modelo atual. E aí concordo com o Senador Aloysio Nunes que, por mais de uma vez, disse que esse modelo atual não é tão ruim; tem vícios, tem problemas, mas o distritão só vai agravá-los. Vai agravar o personalismo, a quantidade de celebridades que vai ocupar os espaços no parlamento será muito maior do que já acontece hoje. Vai agravar o peso do poder econômico, até porque cada um vai ser obrigado a fazer campanha em todo o Estado. O distrito, no distritão, é o Estado inteiro. E isso vai baratear a campanha, em que condição? Obviamente que não vai baratear. Nesse aspecto o distrital ou o distrital misto seriam até melhores politicamente. E o mais importante é que vamos ter um processo de fragilização absoluta dos partidos. Os partidos são necessários, a concepção de que os partidos são acessórios e que não são necessários é uma concepção autoritária, uma concepção equivocada. Até a ditadura militar procurou criar um esquema, ainda que artificial, de governo e oposição, para se legitimar. Esse modelo aqui exclui inteiramente a necessidade dos partidos políticos.

Por último, quero falar da outra questão que é fundamental, e me reporto novamente ao Senador Aloysio Nunes, quando disse que o atual sistema, bem ou mal, garante uma governabilidade; os partidos têm algum nível de controle sobre as suas bancadas.

Imaginem um governador, um prefeito, um Presidente da República a construir a sua governabilidade, a partir de indivíduos que foram eleitos única e exclusivamente pelo seu desempenho pessoal na eleição. Seria o Presidente da República negociar com 513 Deputados Federais para poder contar com os seus apoios.

Então, quero submeter à reflexão dos nossos Pares, dos nossos Senadores e das nossas Senadoras essas questões que são efetivamente complicadas. Se não há uma concordância com a lista preordenada, que nós possamos produzir uma subemenda mais à frente, que garanta, por exemplo, um sistema de lista fechada flexível, onde se vota na lista e se pode escolher um dos integrantes; ou até mesmo um tipo de voto distrital misto; mas o distritão é, sem dúvida, o maior retrocesso que pode haver nessa reforma política. Se aprovarmos essa proposição, será a antirreforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me o destempero a que fui obrigado a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, a Constituição Federal, dá tanta importância aos partidos políticos que criou um capítulo especialmente para eles. É o capítulo V, da nossa Constituição. Por quê? Porque o nosso constituinte considerou os partidos políticos como instru-

mentos da mais alta importância, visando uma arregimentação dos eleitores e uma ligação mais íntima entre as lideranças e o povo.

Então, o partido político, na verdade, é uma instituição, enquanto que o candidato é uma pessoa física; o candidato é um filiado que foi escolhido, num determinado momento, por um partido político, para ser candidato e disputar uma eleição. Quer dizer, são duas situações muito diferentes: enquanto o partido político é uma instituição que garante a presença de filiados em uma eleição e esta presença só se tornará possível, primeiro, se o candidato for filiado e, segundo, se o partido apresentá-lo, mesmo na situação em que nós vivemos hoje. Na chamada lista aberta com voto proporcional, que é o sistema que utilizamos hoje, na prática é o partido político que escolhe. A importância do candidato não pode ser maior do que a da instituição que o concebeu, que o deixou ser candidato.

Da forma como o voto majoritário está sendo apresentado, nós, como outros Senadores já se pronunciaram, a exemplo da Senadora Marta Suplicy, vamos extinguir os partidos políticos, vamos torná-los instituições inúteis, apenas uma barriga de aluguel para atender ao populismo, ao assistencialismo exacerbado e à compra de votos.

Os candidatos mais populares, os bonzinhos, esses serão chamados a participar do partido, por quê? Porque eles são os deuses, homens que se apresentam perante o eleitorado como milagreiros, aqueles capazes de resolver do dia para noite os problemas da população. Quem sabe, através de um sistema como esse, nós podemos trazer um novo Hitler. Porque aquele que se apresenta como carismático, na verdade a sua atuação política não é só carismática, é autoritária, porque, como ele teve muito voto, ele é maior que o partido, ele é quem diz a verdade, ele é quem fala em nome de todos. E o partido vai ao bagaço.

Portanto, Presidente, me posiciono radicalmente contra o voto majoritário, que é defendido aqui no parecer do Senador Romero Jucá. São três propostas: voto majoritário; PEC 23, do Senador Eduardo Suplicy, com a qual simpatizo, que a escolha seja democrática dos candidatos através dos partidos políticos – essa PEC tem um voto em separado que foi lido pela Senadora Marta Suplicy, de autoria do Senador Pimentel, do PT do Ceará, a que me posiciono favorável. Agora, a Comissão da Reforma Política aprovou uma proposta, de nº 43, que trata da lista preordenada ou da lista fechada. A lista fechada é um nome dado justamente para antipatizá-la perante o eleitorado. Na verdade, quando houver uma eleição, ela vai ser fechada. É a lista partidária, organizada democraticamente numa convenção pelo partido. Haverá uma prévia, como o próprio PT faz hoje. Todo mundo sabe que o PT utiliza a democracia interna para fazer a escolha, não só do diretório, como também dos candidatos.

Então, Sr. Presidente, a lista preordenada tem o objetivo primacial de acabar com os deuses, de acabar com os milagreiros, os populistas, os assistencialistas, os endinheirados. Nem tanto assim, porque não há sistema que acabe de uma vez por todas com a influência do poder econômico, mas eu acho que esse sistema vai, sem dúvida alguma, permitir que os partidos políticos possam sobreviver com o mínimo de ética e decência.

Argentina, Bulgária, Portugal, Moçambique, Espanha, Turquia, Uruguai, Colômbia, Costa Rica, África do Sul e Paraguai utilizam esse sistema. O que nós queremos utilizar, que é o sistema majoritário, foi uma ideia do século XIX. O que está aqui sendo discutido, com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, é uma proposta do século XIX, quando só podia ser candidato quem tivesse um milhão e trezentos mil réis, para Senador, e oitocentos mil réis, para deputado; numa época em que o analfabeto não podia votar e em que só existiam dois partidos, o Conservador e o Liberal; e só quem podia ganhar era o Conservador. O Liberal podia existir, mas não podia ganhar. Quer dizer: era um sistema em defesa das oligarquias então predominantes.

Então, nós estamos querendo o quê? Retornar a um sistema falido, a um sistema que, na época, pode até ter tido algum avanço, mas que, hoje, significa um retrocesso. Como disse o Senador Humberto Costa, é a antirreforma.

Na Inglaterra, houve o caso de um partido político que, no somatório de votos, foi o mais votado, teve o maior número de eleitores, mas, quando fizeram a contagem do número de deputados, esse partido ficou em segundo lugar no número de deputados. Daí é que houve uma tentativa de reforma na Inglaterra. Porém, como lá existe muito conservadorismo nessa matéria, a reforma foi derrotada. Por quê? Porque o sistema permitiu isso.

Logicamente, o nosso modelo atual tem muitos defeitos; porém, comparando um com o outro, o majoritário é muito pior. Qual o defeito do atual? É que um candidato sem voto pode ser deputado.

Já estou encerrando, Sr. Presidente Estou utilizando mais ou menos o mesmo tempo dos meus antecessores, com a deferência de V. Exª.

Enéas teve um milhão e quinhentos mil votos; e houve um candidato lá que se elegeu com 257 votos. Então, se é para dar seriedade mesmo, ou vamos na lista preordenada, ou vamos adotar o atual sistema, fazendo uma correção: o candidato que não tivesse

20%, no mínimo, do quociente eleitoral não poderia ser deputado. Vamos supor: num quociente eleitoral de cem mil votos, que seria o somatório para eleger o primeiro deputado, 20% seriam vinte mil votos. E o restante...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E se faz o que com o quociente partidário?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aí seria dividido entre os partidos políticos proporcionalmente.

Inclusive, essa sugestão já existe lá na Câmara dos Deputados, em termos de projeto.

Em suma, Sr. Presidente, aqui é uma verdadeira batalha sem futuro. Eu tenho certeza absoluta de que desse rio não vai sair peixe. A reforma política está se acabando – e vai se acabar – se o voto majoritário for aprovado. A única saída, até para a existência do financiamento público de campanha, seria a lista preordenada, que não tem nada de inconstitucional e não tem nada de fechada nem oculta, porque o eleitorado vai acompanhar e vai saber quem são os candidatos.

Modéstia à parte, eu, se não estiver em uma lista, muita gente vai perder a eleição em Sergipe. Coloquem Valadares fora de uma lista, Marta Suplicy em São Paulo, Pedro Taques em Mato Grosso, aí ninguém vota na lista. E coloquem os donos da máquina, coloquem os parentes, coloquem os homens sem voto, a lista não vai valer nada. E o eleitor vai descobrir isso, porque ela vai ser transparente, ela vai ser publicada durante toda a eleição, tanto na propaganda eleitoral dos candidatos, quanto nos *folders* que são distribuídos.

Enfim, Presidente, eu acho que é a hora e a vez de a gente tomar uma decisão. E essa decisão será no sentido de adotarmos a proposta que foi aprovada pela Comissão Especial. E a Comissão Especial foi por dois votos. Imaginem como essa coisa é difícil, é polêmica.

No caso de essa proposta não ser aprovada, não há problema para mim, que tenho ainda alguns anos de mandato de Senador, mas, com relação àqueles que querem entrar na política, com voto majoritário, tenho certeza absoluta que o que vai funcionar é o que aconteceu no século XIX.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

O próximo orador inscrito é o Senador Suplicy, lembrando que ainda temos o Senador Suplicy, o Senador Randolfe, o Senador Inácio, o Senador Gim, a Senadora Ana e o Senador José Pimentel.

Tem a palavra V. Exª, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quando, em julho de 1985, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída pelo Presidente José Sarney e presidida pelo jurista Afonso Arinos, apresentou, no art. 66, § 2º, e levando em conta os princípios constitucionais de que "a lei assegurará a participação de todos os filiados nos órgãos de direção dos partidos políticos, na escolha dos seus candidatos e na elaboração das listas partidárias"...

Ora, quando propus que, por meio desta Proposta de Emenda à Constituição, no art. 17, fosse acrescido o inciso V, que "a escolha de candidato a cargo eletivo, tanto para funções executivas, quanto legislativas, mediante eleição direta pelos eleitores filiados ao partido e no âmbito da circunscrição eleitoral correspondente ao cargo em disputa", exatamente estava levando em conta o princípio constitucional de que será importante se assegurar, na escolha da lista de candidatos, que todos os filiados possam efetivamente participar dessa escolha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Há orador na tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Assim, prezado Senador Pedro Taques, a proposta da composição da lista será garantida pela fórmula segundo a qual todos os filiados são convidados a votar naquela lista.

Para escolha dos candidatos a cargos eletivos no sistema proporcional, no âmbito interno, além do disposto no inciso V, que acabo de ler, haverá a opção de cada filiado, na mesma proporção para cada homem, também para uma mulher.

Com respeito à questão levantada pelo Senador Pedro Simon, obviamente, todos os que são homens votarão levando em conta a escolha, para cada homem, também de uma mulher, e cada mulher escolherá também um homem e uma mulher, assegurando-se, assim, maior democracia do ponto de vista do direito igual para todos na Constituição.

Eu agradeço muito a defesa entusiástica que o Senador Pedro Simon fez de minha proposição, bem como o relatório tão bem feito do Senador José Pimentel, que foi aqui tão bem lido pela Senadora Marta Suplicy.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues, que tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, tenho oposição às duas propostas: primeiro, em relação à proposta da lista fechada, para um País com a tradição cartorial que tem os nossos partidos políticos, eu quero concordar perfeitamente com a análise feita pelo brilhante Senador, Ministro Dornelles. Nós vamos fortalecer um cartorialismo e vamos... Na verdade, nós não temos uma tradição política

de partidos fortes e a instituição da lista fechada, no meu entender, além de vir a fortalecer essa tendência cartorial dos partidos, retira um princípio consagrado na Constituição, se não vejamos, no seu art. 14, Sr. Presidente: "*A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...).*

Ou seja, o art. 14 da Constituição consagra a condição do cidadão de ser eleitor primário, a condição do cidadão de fazer a escolha dos seus eleitos.

Essa escolha não será consagrada na lista preordenada, Sr. Presidente. Vejamos que a própria Constituição, claramente, define a condição aos partidos políticos, no art. 17, de definir convenções partidárias e os seus candidatos.

A lista preordenada vai retirar essa condição do voto direto, universal, secreto, garantido pelo *caput* do art. 14 da Constituição. No meu sentir, a proposta à lista preordenada é flagrantemente inconstitucional. Não cabe no ordenamento constitucional como nós temos hoje. A sua adoção fere o art. 14 da Constituição que é cláusula pétrea no nosso ordenamento constitucional.

Na outra análise da questão do voto distrital, o princípio da democracia não é somente o conceito clássico, meu querido Inácio, consagrado na Grécia, de governo do povo e poder da maioria. O princípio da democracia consagrado na democracia contemporânea, pós-revoluções democráticas burguesas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O senhor levou para o apogeu grego, não é essa a situação atual.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois então. Mas o princípio da democracia consagrada, a democracia contemporânea, pós-revoluções democráticas burguesas é o princípio da vontade da maioria, respeitadas as minorias. A proporcionalidade consagra isto: o direito das minorias terem sua representação. Nós teremos cassado esse direito que é passível da representação parlamentar. O parlamento é o espaço da representação das minorias parlamentares. O parlamento é o espaço da pluralidade e da diversidade. É por isso que o nosso legislador constitucional consagrou a adoção do sistema proporcional do quociente eleitoral da fórmula de Hondt para que as minorias parlamentares pudessem ser consagradas, pudessem ser respeitadas nas eleições para câmara de vereadores, para assembleias legislativas e para a Casa parlamentar, que no nosso bicameralismo é a casa dos representantes do povo, que é a Câmara dos Deputados. Então, esta é a ideia e o princípio do sistema proporcional.

A adoção de um sistema de voto majoritário nas eleições para deputado federal, deputado estadual e vereador, na verdade, distorce o nosso sistema proporcional. E distorce o princípio consagrado, no nosso Texto constitucional, e consagrado no nosso modelo democrático, de respeito às minorias, que na verdade é o princípio de modelo democrático condizente com o pacto civilizatório que deu luz ao modelo de Estado democrático de direito tal qual nós temos hoje, a democracia, o Estado democrático de direito como princípio, a vontade da maioria, mas respeitando as minorias nos espaços de representação popular. E os espaços de representação popular, em que deve ocorrer o respeito a essas minorias, são as câmaras de vereadores, as assembleias legislativas, a Câmara dos Deputados.

De igual sorte, compreendo até que o princípio do voto distrital distorce esse princípio e distorce também o nosso ordenamento constitucional.

Então, dessa feita, Sr. Presidente, tenho posições contrárias, de oposição a ambas as propostas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB– CE) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta é, sem dúvida, matéria de fundo do debate político brasileiro, desde o início, com a condução do Senador Dornelles.

Veja que a Comissão Especial aprovou tanto a lista preordenada, como caminhou na busca do financiamento público.

Se quisermos, a rigor, se o nosso Parlamento quiser fazer mudanças profundas no ordenamento eleitoral, teria que caminhar no sentido da lista preordenada e do financiamento público. Digo isso, ao cumprimentar os nossos Vereadores que estão aqui, de uma Comissão de seis Vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, para mostrar o impacto dessa discussão: a nossa Câmara, a União de Vereadores do nosso Estado esta envolvida, a Assembleia Legislativa está envolvida neste debate; querendo ou não, nós já produzimos uma discussão que envolve camada significativa da população brasileira.

Mas voltando – porque tivemos a coligação na semana passada, nós estamos num debate profundo sobre os rumos do nosso país, de qual o passo mais acertado – de fato, cada um tem a sua opinião, a sua proposta; cada partido tem aqui posições às vezes divergentes. Mas nós estamos numa busca. E a Constituição foi assim: um debate intenso em 1988. Eu não fui legislador constituinte, mas estive aqui na Constituinte, no plenário Ulysses Guimarães, defendendo inclusive emendas populares; aquilo foi uma riqueza, uma conquista, que resultou neste ordenamento jurídico atual, que permite uma legislação partidária em que os

partidos, não só os que têm grandes representações, com força do poder econômico, mas também aqueles partidos minoritários e do campo popular – porque há essa diferenciação, sim, na realidade política nossa e do mundo – têm assento, conseguem participar.

Acho que isso foi uma conquista. O nosso Partido não podia nem falar abertamente. Conquistou esse direito que foi ampliado na Constituição de 1988.

De lá para cá, há uma pressão muito intensa – e falei isso a respeito das coligações no sentido restritivo. Foram as coligações que permitiram a nossa bancada crescer, que permitiram muitas bancadas crescerem, tanto proporcionalmente quanto majoritariamente.

Agora, nós vamos buscar esta nova passada, que é uma situação crucial no Brasil: chama-se financiamento das campanhas eleitorais. Quem não quiser enxergar não é por falta de luz suficiente, para ver o que ocorre nas campanhas eleitorais com financiamento puramente privado, e também com a ideia de que os financiadores, afinal, não podem aparecer, porque o ordenamento manda que ele apareça; mas ele não aparece, criando uma situação em que o que os olhos do eleitor veem nas ruas é absolutamente distinto da apuração final dos gastos de campanha. Então, a gente vê campanhas gigantescas, campanhas às vezes, bilionárias e uma prestação de contas que parece que um assalariado com salário mínimo participou da campanha.

Então, essa é a situação do financiamento das campanhas hoje.

E nós estamos nessa busca. E quero dizer uma coisa para os senhores: talvez seja o nosso um dos partidos que mais discutem internamente esse problema, porque é crucial para nós, que deixa a gente numa situação muito difícil, pois isso é uma coisa aberta à sociedade; mas parece que não é.

Como viabilizar o financiamento público? Com o casamento que permitisse estabelecer critérios. Eu gostei muito da exposição do Humberto Costa, estou aqui assinando sua exposição, Humberto, que foi muito bem feita. Acho que você não se afobou não, acho que foi muito bem situada, mostrando a qualidade do passo que buscamos dar com a lista preordenada.

A gente fala muito em fortalecer o partido. Onde está o programa do partido? Onde está o debate das ideias do partido? Então, nós falamos muito em fortalecer o partido, mas na hora de criar um mecanismo de fortalecimento do partidário, a gente diz: não, nós não vamos fortalecer os partidos, porque têm os caciques, tem isso, tem aquilo... Ora, é como se não tivéssemos caciques hoje. Não há caciques hoje nos partidos? Não são decididos pelo poder de uma pessoa só num conjunto grande de partidos? Isso no Brasil inteiro vale para quase todos os partidos; são raros os partidos que têm um processo interno, para poder definir lista de candidatos: candidatos à câmara de vereadores, às assembleias legislativas, à Câmara Federal, ao Senado, aos governos estaduais, a presidência da República.

Esta é a hora de fortalecer os partidos. Nós abrimos um caminho mais favorável, e a lista preordenada permite esse caminho e não agride o Direito Constitucional. Porque, hoje, o voto direto – por isso que eu digo que já me alinho com Humberto Costa – já é dado para o partido; o eleitor dá o voto para o partido, assim como dá ao cidadão e à cidadã. Apenas, no debate interno, os partidos vão ordenar a sua lista. Isso é favorável.

Se você andar em toda a fronteira – muitos Senadores estão nas fronteiras do nosso país – verão que todos os países que fazem fronteira com o Brasil têm eleição em lista. Todos. Não há nenhum que seja em lista preordenada.

O eleitor sabe, conhece, vai votar na lista, porque ele vota na lista e no partido. O partido se apresenta para a eleição. Acho que esse é um voto mais favorável, um caminho mais adequado para todos nós.

O distritão seria uma ideia – e aí eu concordaria com o Demóstenes, talvez tivéssemos que aprovar ao mesmo tempo o candidato avulso. Porque o partido perde tanto sentido, perde tanto valor que o candidato avulso seria interessante também na disputa eleitoral. Embora o resultado da eleição de hoje não fizesse muita diferença, porque, pelo voto majoritário, no caso da Câmara dos Deputados, seriam poucos os que ficariam fora, hoje, pelo voto majoritário.

Neste debate, participei de três eleições junto com o Pimentel, na mesma chapa inclusive, e tive a felicidade de, em três eleições, conseguir o quociente eleitoral, que era uma perversidade que, em alguns Estados, é terrível!

Nesse sentido, para aprimorar, não está em nossa discussão, mas seria muito importante a proposta do Jorge Viana ser debatida conosco agora. Acho que ajudaria o nosso processo eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, temos defendido intensamente no nosso partido, porque essa é uma questão que nos preocupa, essa é uma questão de Estado; não é uma questão menor, não é uma questão para um partido ou outro sozinho decidir sobre a reforma eleitoral em nosso País. Nós temos discutido intensamente a nossa opinião que é a de que, para ajustar mais adequadamente o país, nós precisaríamos do voto preordenado e do financiamento público. Seria o caminho mais ajustado para o Brasil.

Portanto, meu caro Líder, nós que temos de segui-lo aqui quase que diariamente, vou ter que votar em confronto com a sua posição no sentido de buscar

rejeitar a sua proposta, porque acho que é muito importante para o debate político, mas nós não podemos nos seguir por ela no momento atual.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, tentarei ser bastante breve, mas gostaria de começar parabenizando-o por esse debate tão intenso sobre a reforma eleitoral.

Posicionando-me, quero dizer que o Senador Romero Jucá evoluiu: saiu do século XIX, passou pelo século XX, chegamos ao século XXI. Evoluiu muito, porque a sociedade não entende quando tem eleitor, quando tem candidato que tem muitos votos e não é eleito. Por quê? Porque não participou de uma coligação, ou entrou na coligação errada, não acertou na coligação. Teve voto, igual aos quatro ou cinco primeiros, mas ficou de fora, sendo que gente com a metade da metade dos votos conseguiu se eleger. E aquele que lutou tanto não conseguiu.

Vendo essa forma simplória, olhando pelo lado da sociedade, porque ela não se conforma com isso, não tem como explicar isso à sociedade. Como no caso do Distrito Federal, onde elegemos oito Deputados Federais. Acontece sempre no Distrito Federal de vários candidatos terem votos, ficarem entre os cinco mais votados e não conseguirem, justamente por causa da legenda.

Da forma como está sendo colocada, está prestigiando os partidos políticos, sim, porque eles vão escolher os melhores nomes e, em vez de sair com 12, como é o caso do Distrito Federal, sai com uma vez e meia da quantidade de candidatos, você pode lançar uma vez e meia, e tem que lançar, porque só assim você vai conseguir alcançar o índice, o coeficiente eleitoral, você escolheria 3, 4, 5 melhores nomes e esses, sim, sairiam para a disputa. Os que forem mais votados, ficariam, com certeza, entre os oito que deveriam ser excelentes e aí, sim, de verdade seriam os mais votados que se representariam.

Então entendo que esse voto majoritário evoluiu muito e, por isso, que o PTB vai seguir novamente a orientação do Senador Romero Jucá, pois eu acho que ele construiu muito bem essa proposição. O PTB concorda com isso, eu concordo e vamos votar a favor – já declaro o voto aqui – dessa proposição apresentada pelo Senador Romero Jucá, porque eu acho que evoluiu muito. É isso que a sociedade vai entender: quem teve voto vai ser eleito, e não essa conjunção que hoje é feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria, primeiramente, Sr. Presidente, também de me manifestar com relação a este debate. Mas, antes, gostaria de dizer que essa reforma política que estamos discutindo aqui no Senado deve proporcionar um avanço no processo democrático que vivemos hoje no País. Em nenhum momento, esse debate e o resultado dele pode trazer retrocessos. Precisamos avançar cada vez mais no processo político. Precisamos aperfeiçoar, qualificar a democracia brasileira cada vez mais.

Diante disso, entendo que a proposta do distritão é um grande retrocesso na democracia brasileira. Talvez para a sociedade que nos acompanha, que nos assiste não esteja muito claro o que significa esses termos todos que estamos aqui defendendo e debatendo. Mas o distritão significa reforçar o personalismo na política, significa desprestigiar os partidos políticos, desqualificar os partidos políticos.

É necessário que façamos uma reforma política que fortaleça os partidos, que os partidos tenham programas claros, conhecidos por parte da sociedade. É muito comum hoje ouvirmos os eleitores dizerem: eu voto em pessoas e não voto em partido. Por quê? Porque as pessoas estão se decepcionando com os partidos políticos de um modo geral, porque eles não colocam com clareza quais são as suas propostas, quais são os seus programas e preferem, assim, confiar apenas nas pessoas. Mas sabemos que, na política, nada se faz sozinho. Nenhum parlamentar está aqui individualmente defendendo as suas posições. Quem está aqui é porque tem posições que são defendidas por seus respectivos partidos. Então, é necessário fortalecer os partidos, sejam eles quais forem. Eles são importantes para o processo democrático brasileiro, seja da situação, seja da oposição. Todos são muito importantes. Por isso, a reforma política deve buscar fortalecer os partidos políticos.

Diante disso, quero aqui defender, mais uma vez, o voto em lista preordenada com alternância de gênero. Considero extremamente importante isso. E quero aqui, Sr. Presidente, fazer um destaque: no meu entendimento, o que estamos defendendo, que está colocado em forma de PEC, na minha opinião, é uma maneira equivocada, porque o tema que estamos discutindo está intimamente relacionado ao Código Eleitoral. Então, deveríamos aqui apresentar um projeto de lei que alterasse o Código Eleitoral, e não a Constituição Federal.

Isso está relacionado ao que os colegas Senadores e Senadoras estão discutindo, que é o conceito

de voto direto. Na verdade, o que significa voto direto? Várias opiniões foram expostas. Eu gostaria de ressaltar que, segundo o art. 108, do Código Eleitoral, que é o sistema vigente, "estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido". Na verdade, hoje as pessoas votam, o eleitor vota no candidato, mas, no final, necessariamente não é aquele candidato que será eleito, porque o que vai definir é o quociente eleitoral de acordo com a coligação que está sendo feita.

Então, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu entendo que a alternativa mais correta é a alteração do Código Eleitoral que define as regras para a eleição proporcional, uma vez que o voto direto assegura a proposta de criação das listas partidárias preordenadas. Alterando o Código Eleitoral, nós teríamos, com certeza, o resultado que aqui desejamos, que é o fortalecimento das instituições partidárias, também reforçando que as nossas campanhas sejam de caráter mais programático e de projetos.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero também destacar a necessidade, a importância de assegurarmos as quotas para as mulheres. O sistema hoje ainda não nos possibilita uma participação mais efetiva. É necessário, sim, uma lista preordenada por gênero para que as mulheres possam, em pé de igualdade com os homens, disputar o processo eleitoral. Então, eu defendo que, de fato, tenhamos lista preordenada por gênero, para que possamos assegurar a participação das mulheres. Eu gostaria muito de contar, em nome das mulheres brasileiras, com a colaboração e com o entendimento dos Srs. Senadores para que possamos aprovar aqui hoje o voto proporcional com lista fechada preordenada por gênero.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Vou passar a palavra ao penúltimo orador inscrito, Senador Pimentel, e, por último, ao Senador Alvaro Dias, para encerrarmos a discussão desse primeiro tema e colocarmos em votação nominal, lembrando aos Srs. Senadores que a votação será nominal, já que se trata de uma PEC.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nobre Senador Eunício Oliveira, nobres Pares, quero começar agradecendo a compreensão dos nossos Pares em permitir a leitura do nosso voto em separado, por conta da nossa ausência.

É evidente que essa questão regimental também poderia ser preenchida com a subscrição de algum Senador ou Senadora ao nosso voto. Mas sou muito grato pela compreensão dos nossos Pares, até porque estávamos cumprindo uma tarefa delegada pelo nosso Presidente Eunício Oliveira, numa reunião na Secretaria de Relações Institucionais, envolvendo as três Comissões, por onde tramita o Código Florestal: a Comissão de Constituição e Justiça, a de Agricultura e a de Meio Ambiente. E esse diálogo feito com os três Presidentes aqui, o nosso Senador Eunício Oliveira fez a abertura e, depois, para dar continuidade a esse importante debate da reforma política, nos pediu que ali continuasse com o objetivo de discutir apenas rito, não havia qualquer debate sobre mérito. Até porque, cabe aos nossos relatores conduzir a questão do mérito, e o diálogo era no sentido de verificar se estávamos com calendário para votar antes desse recesso de julho, ou se essa matéria iria para o início dos trabalhos.

Era essa a preocupação da Secretaria de Relações Institucionais para poder agendar a sua pauta, ou seja, a sua forma de trabalho.

Nós não tivemos uma resposta concreta, até porque essa questão parte aqui dos nossos Pares e, principalmente, do nosso Presidente Eunício Oliveira. E como era uma sondagem preliminar, e nós não tínhamos tirado posição, eu não tinha como levar uma posição sobre essa matéria. Por isso, ouvi e fiquei de repassar ao nosso Presidente da Comissão para, em seguida, discutir com os nossos Pares.

Em segundo lugar, quero registrar que o Brasil vem aprimorando seu sistema político-eleitoral ao longo da nossa história. Se voltarmos ao Império, veremos que tínhamos uma política em que basicamente um partido elegia todos os seus senadores, seus deputados federais, ou seja, a sua representação, com uma pequena participação dos Liberais. Os Conservadores, entendidos na época com esse termo, basicamente elegiam a todos.

Isso veio até a Revolução de 1930. A partir de 1930, como todos nós aqui acompanhamos, o Brasil passou por um processo muito rápido de reformas políticas, de consolidação das suas instituições, a partir de 1946, principalmente após a Segunda Grande Guerra e ali o Brasil passa a implantar a eleição proporcional com lista aberta, muito próximo do que temos hoje.

É evidente que houve um período que se somava, para o coeficiente eleitoral os votos em branco, e este Congresso, em 1997, faz aquela grande reforma, retirando do coeficiente eleitoral os votos em branco, e mantendo os votos em legenda e os votos dados aos candidatos.

Mais recentemente, nós tivemos algumas experiências que são objeto de preocupação e de distorção, porque algumas legendas trazem nomes que têm mui-

to apelo popular, têm muito voto e terminam elegendo uma série de pessoas vinculadas a esse processo.

Mais recentemente, tivemos a experiência do Prona com o Dr. Enéas, que já não está mais entre nós, e que teve uma votação significativa e elegeu vários deputados federais com uma votação inexpressiva naquela legenda.

Tivemos a experiência do Ciro Gomes do nosso Estado em que eu e o Eunício não precisávamos daqueles votos, mas nossa legenda foi extremamente beneficiada em 2006, em face da excelente votação que o Deputado Ciro Gomes teve, na época. E aí elegemos uma quantidade significativa na nossa aliança. Tivemos mais recentemente o caso do Deputado com o nome artístico de Tiririca, como é conhecido, ou seja, há uma série de situações.

Hoje aqui, temos as duas teses discutidas: o voto distritão e o voto em lista preordenada; mas acredito que, na política, se tem o ótimo e o bom. Sou daqueles que entendem que as nossas experiências no Brasil Império e no Brasil República Velha, que levaram à nossa Revolução de 30, não devem ser repetidas. Não devemos voltar a essas experiências, até porque foram experiências não tão motivadoras para a consolidação do Estado democrático. O exemplo maior foi a unidade do Sul com o Nordeste para derrotar a política café com leite, que se sustentava nesse processo.

Portanto, entendo que voltar às experiências do Império e da República Velha não é a melhor forma para consolidar o Estado democrático de direito num país que será a quinta potência do Planeta, com o empenho dos nossos empresários, dos trabalhadores, do Congresso Nacional e de toda a sociedade, já a partir de 2015, se nós soubermos conduzir bem a nossa política econômica e as nossas instituições. Mas nós também entendemos que o sistema atual tem distorções. Se não tivesse, nós não estaríamos aqui fazendo este debate.

Quanto à questão da lista, hoje é lista, só que é lista aberta. A dúvida principal que há é em relação à lista ordenada, quem ordena. Temos um apelo muito forte de que deve ser lista, tanto é que a proposta do distritão é que foge um pouco dessa visão que construímos de 1946 para cá. Portanto, a dúvida toda que está posta na cabeça de grande parte da sociedade brasileira e na preocupação dos partidos políticos é de quem ordenará essa lista. Acredito que nós não deveríamos apresentar essa proposta, nem no voto do relator, nosso Líder Romero Jucá, nem no nosso voto em separado.

O cuidado que tivemos aqui com o nosso voto foi o de resgatar a proposta originária que veio da comissão especial, como forma de pautar este debate. Mas sou um daqueles que entendem que nós deveríamos evoluir para que a definição do coeficiente eleitoral fosse o voto na legenda do partido ou da coligação, caso a coligação seja mantida. Sou daqueles que entendem que a coligação será mantida. Por quê? Porque nós aprovamos aqui, no Senado, o fim da coligação para os outros, para vereadores, para deputados estaduais e para deputados federais. Mas não aprovamos para nós, Senadores, nem para prefeito nem para governador nem para Presidente da República. E todas as vezes em que legislamos para os outros é muito cômodo, mas esquecemos de conversar com quem efetivamente vai ser vítima nesse processo. Portanto, entendo que, como nós legislamos para os outros, esses outros, quando forem ouvidos, manterão o que entendem como avanço que temos de 1945 para cá.

Assim, para evitar esse problema de ter um candidato forte puxador de votos, que distorce a questão da distribuição da quantidade de vagas para vereadores, para deputados estaduais e para deputados federais, deveríamos ter o voto na legenda, legenda partidária ou legenda de coligação. E quem ordena a lista, a lista como existe hoje, é o eleitor; ele dá um segundo voto nessa lista, em quem a convenção já homologou. Hoje já é assim. A diferença é que nós estamos dando mais um passo, como em 1997, quando resolvemos a questão dos votos em branco, que diminuiu as distorções, e agora daremos um segundo passo, que é o voto na legenda partidária ou da coligação, para evitar esses efeitos que temos hoje. E reputo três experiências totalmente diferentes que terminaram trazendo vantagens a algumas legendas.

Portanto, Sr. Presidente, estou aqui reafirmando o nosso parecer, mas com abertura para continuar dialogando sobre este tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Para encerrar a discussão, concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto até porque o Senador Aloysio Nunes já explicitou a posição do PSDB, com a competência reconhecida por todos nós.

Gostaria apenas de sintetizar o que pretendo fazer também como integrante do PSDB nesta Comissão, votando contra o sistema de lista fechada preordenada, não levando em conta algumas considerações já expostas, mas reconhecendo a dificuldade de adotar as providências que nós poderíamos considerar adequadas se tivéssemos vivendo um sistema real no País. A dificuldade é esta: nós estamos procurando legislar em função de partidos que, na realidade, não existem. O que temos não são partidos políticos, são

siglas para registro de candidaturas. Essa é a dificuldade. Por isso muitas vezes podemos até nos apresentar com sintomas contraditórios, nos apresentamos de forma contraditória às vezes, porque admitimos que o ideal pudesse ser isso e não podemos acolher agora a proposta daquilo que consideramos ideal porque o sistema vigente é artificial. Ou seja, nós temos partidos artificiais, cartoriais. Não levo em conta o fato de que alguns afirmem que a lista fechada feriria a cláusula pétrea do voto direto da Constituição Federal (art. 60, §4º, inciso II). Não é essa a razão de eu assumir uma posição contrária. É exatamente o fato de termos partidos cartoriais no Brasil e prevaleceria a imposição de determinadas cúpulas em algumas situações – não estamos generalizando, seria injusto generalizar. Mas, em algumas situações, em Municípios e Estados, certamente nós teríamos a imposição.

Aliás, isso nós verificamos em alguns países, já que a lista fechada é uma experiência vivida em vários países, como a Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e também em países democraticamente mais avançados, como Portugal, Espanha, Noruega. Enfim, o sistema de lista fechada é uma experiência conhecida em vários países do mundo, mas, a meu ver, não se aplicaria nas circunstâncias atuais da vida pública brasileira.

Portanto, o nosso voto é contrário.

Em relação ao distritão, o PSDB tem posição conhecida, já reiterada, antiga, que é favorável ao voto distrital. Portanto, não é um sistema que contemple as aspirações do nosso Partido. Poderíamos admitir, inclusive, o voto distrital misto, mas o distritão ainda não é o ideal do ponto de vista do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria dizer a V. Exª e também aos colegas membros da Comissão que o Senador Aécio Neves, que me telefonou agora há pouco, está assistindo os trabalhos da nossa Comissão pela TV Senado, ainda convalescendo das fraturas consequência do acidente que sofreu – não pode estar aqui –, mas pede que transmita ao nosso Líder que ele também está alinhado a essa posição e também manda um abraço a todos e que semana que vem estará aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Certamente.

Sr. Presidente, portanto, tem razão aqueles que defendem a lista fechada quando afirmam que permitiria consolidar partidos políticos. No entanto, se adotarmos a lista fechada nas circunstâncias atuais, estaremos eliminando a possibilidade de identidade entre o eleito e o eleitor. Certamente o voto vai possibilitar a manutenção de um sistema de artificialidade que hoje é marca registrada dos partidos políticos e isso haverá de prevalecer.

Portanto, Sr. Presidente, um dia quem sabe nós possamos voltar a discutir esse sistema de lista fechada no Brasil e quem sabe todos nós poderemos apoiá-lo. Há aqueles que defendem a tese de que o sistema de lista fechada vai ajudar a criar os partidos, solidificar os partidos, transformar programaticamente em partidos com identidade programática, mas me parece que nós temos que caminhar, primeiramente, na organização de partidos de verdade para, depois, admitimos a hipótese da lista fechada.

Portanto, nosso voto é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O Senador Romero Jucá, como relator, pede a palavra.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu vou ser bastante rápido. Não falei antes porque ouvi atentamente todos os Senadores e Senadoras que se manifestaram aqui. E muitos colocaram pontos de vista que têm razão, porque os três modelos que nós analisamos aqui, todos eles, têm vários defeitos.

O sistema proporcional com coeficiente eleitoral, que temos hoje, é um processo de eleição na base que está falido. Primeiro, não fortalece os partidos, porque não... Quem é dirigente partidário sabe da dificuldade que tem um partido, que já tem um ou dois vereadores, um ou dois deputados estaduais, para fazer coligação com outros partidos ou ter outros filiados que venham para a sua base disputar eleição. Isso porque, efetivamente, se já tem um ou dois com mandato, ninguém quer mais se filiar porque o coeficiente eleitoral e o sistema de eleição termina fazendo com que quem tem voto não se elege. E, agora, com a nossa proposição, com a proposição da Comissão, de acabar com a coligação partidária, isso vai se ressaltar ainda mais. Então, o modelo proporcional, hoje, elege quem não tem votos, e, em muitos casos, cometendo-se uma injustiça muito grande.

O modelo de lista fechada, além de não ser o voto direto no candidato, tem o problema da escolha dessa lista fechada. Aqui se falou de vários exemplos. Se formos dar o exemplo do Paraguai, vamos ver que o general Lino Oviedo colocou a família toda na lista. Não se elegeu presidente da república, mas elegeu a família toda na lista. Então, é um caso que se tem de

discutir bastante ainda, além do que, ao se formar a lista, já se saberá quem se elegeu. Não haverá mais surpresa, não haverá mais chance para azarão, para quem vier correndo por fora, por uma campanha que seja feita na televisão, uma campanha que seja feita apresentando propostas, e, de repente, alguém poderia surpreender. No processo de hoje, alguém pode surpreender; no processo de lista, acabou essa história e não se tem mais nenhuma oportunidade de se fomentar uma candidatura que venha da base e que surja como um alento para a população, para o eleitor.

Então, prefiro ficar com o modelo que, embora tenha defeitos também, eu considero mais justo, que é o modelo majoritário, pelo qual se elege quem tem voto, podendo se fortalecer os partidos. Esse modelo não acaba com os partidos, porque nós vamos ter a fidelidade partidária, nós vamos ter a escolha do partido. E eu defendo o financiamento público de campanha pelo partido para a candidatura majoritária também.

Portanto, com todos os pontos, saudando o Deputado e Governado Rigotto – que está presente e é um prazer recebê-lo –, defendo a eleição majoritária como forma de fortalecer as eleições e de fazer justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Esta Presidência registra com prazer a presença do nosso Governador Germano Rigotto, que tanto contribuiu para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, assim como o Senador Pedro Simon.

E vou colocar a matéria em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª esclarecesse como nós devemos proceder, nós que somos contra as duas propostas, seja a proposta apresentada pelo ilustre relator, do distritão, seja a proposta corporificada no voto em separado e que é a proposta original, do projeto que estamos examinando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na votação simbólica, qual será o procedimento? Eu vou colocar em votação – simbólica, porque o projeto exige apenas votação simbólica –, mas vou registrar em Ata os votos contrários à proposição, porque essa é a forma que V. Exª tem de dizer que está em abstenção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, mas o que eu pergunto a V. Exª é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Porque eu vou colocar: Permaneçam como estão ou levantem o braço. Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas a pergunta é a seguinte: imaginemos que seja derrotado o distritão. Nós que não queremos e que vamos votar contra o distritão e que tampouco queremos o voto na lista preordenada, V. Exª submeterá à deliberação da Comissão o voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se houver a derrota do voto do relator, regimentalmente, vou colocar em votação o voto em separado. Só para a gente ordenar os trabalhos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Teremos oportunidade, portanto, de votar duas vezes, aqueles que são contrários.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, duas vezes. V. Exª poderá votar contrariamente duas vezes, se for o caso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me colocar em votação primeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Por entender a relevância do tema, em que pese o entendimento de V. Exª ser correto no sentido de que bastaria uma votação simbólica, eu gostaria de requerer – até porque não vai tomar muito tempo – a V. Exª a realização da votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A votação será nominal. Ela já tinha sido requerida pelo Senador Demóstenes. Agora, o Líder do PT, do PMDB, o Plenário todo.

Então, vamos para a votação nominal direto. Eu não vou nem colocar em votação, tendo em vista...

Regimentalmente, eu sou obrigado a colocar simbolicamente, mas, como já há um requerimento e deliberação do Plenário, eu vou direto à votação nominal.

Portanto, estamos em processo de votação nominal, e ainda teremos quatro votações nominais no dia de hoje. Depois não culpem a Presidência, mas já tivemos aqui 21 inscritos, e não quero nem limitar, nem cortar a voz dos Srs. Senadores para que manifestem as suas opiniões.

Em votação o relatório do Senador Romero Jucá.

Os que concordam com o relatório do Senador Romero Jucá votam "Sim". Os que não concordam votam "Não".

Senador José Pimentel, como vota?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não ao relatório do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, como vota?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "não" ao relatório do Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, como vota V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu voto "não" ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" ao relatório do Senador Romero Jucá.

Senador Jorge Viana, como vota?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Lamentavelmente, pela primeira vez desde que cheguei aqui, tenho que votar contra meu Líder. Voto "não" ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Magno Malta vota "sim".

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu voto contra o Líder do Governo, meu amigo Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tenho que fazer o mesmo, Sr. Presidente: tenho que votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Marcelo Crivella? (*Pausa*.)

Ausente. Um voto para suplente.

O PT, na sua totalidade, votou hoje contra o meu Líder Romero Jucá. Faltando Marcelo Crivella... (*Pausa*.)

Senador Marcelo Crivella, cuidado para a Imprensa amanhã não dizer que nós fizemos um rompimento aqui da aliança com o Governo. Não é verdade. São apenas posições divergentes com relação à questão da reforma política.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon vota "não".

Como vota o Senador Romero Jucá? (*Pausa*.)

Voto conhecido: vota "sim".

Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim.

Como vota o Líder Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sim, Sr. Presidente, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Requião? (*Pausa*.)

Ausente.

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator: "sim".

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota... O Senador Aécio Neves ainda está ausente, até terça-feira.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu voto "não", mas antecipando o outro voto que será "não" também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Armando Monteiro? (*Pausa*.)

Ausente.

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Voto "sim", com o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No Bloco de apoio ao Governo, PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB.

Senador Suplicy. (*Pausa*.)

Ausente.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Valdir Raupp? Os titulares do Bloco parlamentar PMDB, PP, PSC, PMN e PV, eu pergunto como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim" com o relator.

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Completada a votação.

Vamos à apuração dos votos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Moka está presente, mas já está completo o número de Senadores do PMDB. Apenas com o voto "não" do Senador Pedro Simon.

Vou proclamar o resultado:

SIM: 9 votos.

NÃO: 12 votos.

Vencido o relator, vamos agora ao voto em separado.

O voto em separado já foi discutido em conjunto aqui com os Srs. Senadores e vou colocar em votação o voto em separado do Senador José Pimentel.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do voto em separado do Senador Pimentel, votam "sim". Os que não concordam com o relatório, votam "não".

Senador José Pimentel, voto conhecido, "sim" ao substitutivo.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim" ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é substitutivo, é voto em separado.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto "sim" ao relatório do Senador Pimentel, que é o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto em separado.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Minha indisciplina acabou, Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta? (*Pausa*.)

Ausente.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – No voto em separado do Senador Pimentel, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao voto em separado.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o líder Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Suplicy? (*Pausa*.)

Ausente.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o voto separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. (*Pausa*.)

Agora nós temos um impasse na Comissão: o voto em separado do Senador José Pimentel também foi derrotado pelos Srs. Senadores. Então foi derrotado o relatório principal e foi derrotado o voto em separado do Senador Pimentel.

O primeiro obteve: 9 "sim"; e 12 "não".

O segundo, que é o voto em separado do Senador José Pimentel, tem mais divergência ainda, pois obteve: 13 "não", que é o número do PT; e 08 "sim".

Portanto, também derrotado o voto em separado do Senador Pimentel.

Eu poderia fazer aqui, como manda o Regimento, um relator dos vencidos. Mas como os dois foram vencidos, eu indago aos Srs. Senadores...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O projeto está rejeitado e vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei que o projeto está completamente rejeitado. Nem tem a aprovação de um, nem tem a aprovação de outro.

Então, tanto está derrotado o projeto principal, relatado pelo Senador...

Senador Inácio Arruda, só um minuto da atenção. Nós estamos em processo de votação ainda.

O art. 128 do Regimento Interno, como eu já tinha previsto, assim diz:

Art. 128. Vencido o relator, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.

Como os dois pareceres foram rejeitados, a matéria está obviamente rejeitada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Prejudicada ou rejeitada, tanto faz.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Valadares.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, com a derrota do substitutivo à PEC nº 43, que tratava da lista fechada, já que ninguém apresentou um destaque para voto em separado, a lista fechada foi derrotada?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – As duas foram derrotadas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente. Ela foi derrotada. Mas podia alguém ter feito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há dúvida. V. Exª tem o dever e o direito...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –... feito um destaque para voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem o direito e o dever de esclarecer a população brasileira do que estamos votando aqui. E a Mesa tem a obrigação de atender a V. Exª nas suas reivindicações.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exato. Mas continuando, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – No plenário do Senado, todas essas propostas podem voltar à tona.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim.

Eu vou só concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Porque são emendas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me somente concluir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Dependendo da vontade dos Senadores, essas propostas no plenário podem voltar à tona.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, deixa eu só concluir o processo de votação.

Como ambos foram vencidos – não quero usar a palavra derrotado – como esta matéria não é terminativa nesta Comissão, ela vai ao plenário do Senado. Não sendo terminativa, ela vai com os dois pareceres contrários, mas ela pode ser colocada em votação e ter no plenário do Senado Federal uma posição totalmente divergente daquela que foi encaminhada aqui. Repito, ela não é matéria terminativa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que ela vai ao plenário, vai correr o prazo, vai ter prazo para as emendas que deverão ocorrer. Essas emendas virão para esta Comissão, novamente. Portanto, teremos um longo percurso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O meu gosto era que tivéssemos um entendimento ainda aqui na Comissão em torno dos dois relatórios. Como voto em separado, o Regimento permite que ele seja apresentado até a hora do início ou do término do debate, foi o que nós decidimos nesta Comissão, embora distribuído, não houve tempo hábil – e já tínhamos dado vista coletiva – para que os Srs. Senadores pudessem fazer um entendimento. Vamos trabalhar o entendimento no plenário do Senado Federal.

Essa a proposta da Mesa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes pediu a palavra pela ordem, primeiro, depois darei a palavra a V.Exª

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Embora o Regimento seja omisso, Sr. Presidente, é obvio que essa matéria tem que ser arquivada imediatamente. Por quê? Porque não tem cabimento ir ao plenário da Casa com os dois pareceres contrários. No caso, vai se apresentar emenda a quê? Quem vai apresentar emenda? Vai ser votado o quê? Qual a proposta?

Não, não pode ser o projeto original porque ele foi rejeitado. Então, é óbvio que não pode ser o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, calma, o que foi...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque o Senador Romero Jucá disse que o plenário vai votar o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Exª conhece o Regimento até mais do que eu. Mas sabe que o Regimento diz que matéria não terminativa será sempre encaminhada ao plenário do Senado. Inclusive vamos debater, daqui a pouco, sobre...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O problema é que não foi aprovado nada, mantém-se o sistema atual.

Na minha opinião, claro que V. Exª pode divergir, mas o projeto tem que ser arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ao plenário do Senado.

Senador Vital do Rêgo pediu a palavra pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a retirada de pauta do item 2 do qual sou relator. Eu ia lê-lo, hoje, mas estou abrindo a Comissão Mista de Orçamento. Ou, então, V. Exª nomeia um Senador *ad hoc*, eu queria indicar o Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Exª concordar, obviamente que preciso da sua concordância, como há um compromisso dessa Comissão de entregar até a próxima semana todas as matérias aprovadas ou rejeitadas, eu...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Concordo, Sr. Presidente. Já indico, aqui, o Senador Alvaro Dias para tomar conta do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Exª, porque nós só temos duas matérias para finalizar o compromisso que fizemos. De antemão, quero avisar aos Srs. Senadores que vou propor para que, na próxima semana, em vez da quarta-feira, façamos a reunião na terça-feira, tendo em vista que vários Senadores desta e de outras Comissões, de que também faço parte, estarão em viagem oficial, eu inclusive estarei em viagem aos Estados Unidos. Portanto, eu pediria que na próxima terça-feira estivéssemos aqui. Esta Comissão, até o dia de hoje, não realizou nenhuma reunião deliberativa, ou não, em que não houvesse quórum.

Quero agradecer aos Srs. Senadores dizendo que vamos ler o texto do Senador Vital do Rêgo. Vou dar a palavra, antes, ao Senador Dornelles.

Temos uma outra matéria, essa sim, terminativa que é do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço que V. Exª , também, inclua em pauta o item em relação ao Tribunal Regional do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vai ser extrapauta.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, faço a justificativa da minha ausência, por força de outra necessidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – E o item do Tribunal Regional de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Exªs ficarem aqui... Hoje nós temos a sabatina de três Conselheiros, senão, colocaremos para a próxima terça-feira com o compromisso da Presidência, se não houver tempo.

Passo a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pedi a palavra para concordar com o Senador Demóstenes Torres. Nós temos hoje o sistema proporcional de lista aberta. Houve uma proposta para que ele fosse substituído por um sistema majoritário – proposta que foi derrotada – e que fosse substituído por um sistema de lista fechada – também derrotada. De modo que eu acho que, no momento, o entendimento da Comissão foi a manutenção do sistema proporcional de lista aberta; portanto, os dois sistemas derrotados têm que ser arquivados.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, vou encaminhar, como determina o Regimento, para o Plenário, até para dar oportunidade da busca do entendimento. Não havendo entendimento, os projetos serão arquivados no plenário do Senado.

Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para esclarecer regimentalmente.

Creio que o § 1º do art. 101 é claro:

"Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254."

Portanto, Sr. Presidente, para que esta matéria vá ao Plenário, há necessidade da interposição de um recurso, quer dizer, há necessidade de se cumprir esse dispositivo regimental do recurso. V. Exª, salvo melhor juízo, e peço escusas a V. Exª, não deve encaminhar por iniciativa própria ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é por iniciativa própria, Senador Alvaro Dias. V. Exª leu, alto e bom som, com essa voz importante que defende o povo do Paraná e do Brasil, o art. 101, que fala da inconstitucionalidade. Nós não discutimos a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da matéria, nós discutimos duas matérias... Eu entendo a posição. O mérito vai ao Plenário, é o que me manda o Regimento, mesmo que seja por omissão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas tem que haver recurso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu que tenho tanta admiração e respeito pela voz e pela palavra de V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Refiro-me não ao timbre da voz e, sim, à voz proferida por V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para aprender, Sr. Presidente: não há exigência do recurso para que a matéria seja submetida ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Olha, para deixar bem claro, para não restar nenhuma dúvida, vou nomear o Senador Demóstenes Torres para, em dois dias, apresentar o parecer do vencido. Para cumprir fielmente o que determina o Regimento, como prometi, como jurei aqui que ia fazê-lo. V. Exª, Senador Demóstenes, está designado, se acatar a indicação da Presidência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o maior prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está indicado o Senador Demóstenes. Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há necessidade de apreciação do requerimento para que possa a Subcomissão da Reforma Administrativa concluir os seus trabalhos, que iniciaram quarta-feira passada – hoje teremos a última reunião conclusiva. Então, se V. Exª puder apreciar e colocar em votação o requerimento, só para que possamos concluir os nossos trabalhos até a tarde de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra... Senador Alvaro Dias foi designado relator *ad hoc*, mas o Regimento desta Casa diz, como V. Exª é autor de uma das PECs que estão aqui, e como o relator, o Senador Vital do Rêgo, acatou quase que na plenitude a proposta de V. Exª, encontrou na proposta de V. Exª algo mais do que adequado ao que já estava sendo relatado por ele, modificou o relatório e incorporou o projeto de V. Exª. E, por esse motivo, regimentalmente, com as escusas da Mesa, V. Exª não pode ser o relator *ad hoc* neste dia de hoje.

E vou designar o Senador Pedro Taques, pedindo que leia o relatório, como relator *ad hoc*, sem a questão do mérito.

Vou ler: página 32, item 2.

Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011

A*crescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.*

A autoria é do Senador José Sarney e outros.

Tramita em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011

Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.

A autoria é do Senador Alvaro Dias e Relatoria do Senador Vital do Rêgo.

O relatório é pela aprovação do PLS nº 267, de 2011, com duas emendas que ele apresenta e pela rejeição, por prejudicialidade, do PLS nº 29 de 2011.

Essa votação ocorrerá na terça-feira, primeiro item da pauta, votação nominal.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª para a leitura.

Recomendo aos Senadores que, embora o adiantado da hora, a culpa não foi da Mesa, 24 Senadores se inscreveram para debater a primeira matéria e nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.)* – Peço às assessorias um pouquinho de silêncio aqui.

Vamos passar à leitura do relatório.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só gostaria, Sr. Presidente, de sugerir que também entre na pauta, no momento oportuno, o PLS nº 225, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pede a entrada de matéria extrapauta.

Tenho permitido aqui, sistematicamente, a possibilidade de inclusão de matérias extrapauta, mas já são 13h49.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode ser na próxima reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós temos dois itens importantes, inclusive sou relator dessa matéria e gostaria muito que ela entrasse em pauta ainda hoje. Se não der tempo hoje, eu me comprometo a pautar este projeto para a próxima terça-feira, quando teremos uma reunião longa. Hoje, ainda temos uma sabatina marcada dos conselheiros indicados.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente para dizer a V. Exª e à Comissão que o PSB já tem um recurso pronto para que essa matéria que foi apreciada e vencida na Comissão de Constituição e Justiça vá ao Plenário. Nove Senadores já assinaram.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Então, não precisa do meu parecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não. Foi designado o relator do vencido, vai apresentar o relatório e, no momento oportuno ...

Pediria um pouquinho de calma aos Srs. assessores e aos Srs. Senadores para que continuemos a nossa reunião. São 13h50 e vamos ficar aqui até às 16 horas, porque assim V. Exªs determinaram no debate importante da matérias que, inclusive, foram vencidas.

Então, vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques, me comprometendo com a Senadora Ana Rita. Se não tivéssemos hoje aqui que fazer a sabatina dos Conselheiros, eu iria continuar com a reunião até às 16 horas, suspendendo, obviamente, por 30 minutos. Mas vou terminar essa pauta, ver o que dá para incluir, se não der, eu me comprometo a, na terça-feira, fazer uma pauta extensa com essa matéria incluída.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente, com muita honra aceito relatar *ad hoc* este projeto.

Vêm a análise desta Comissão os Projetos de Lei do Senado nº 29 de 2011, do Senador Alvaro Dias, e nº 267, de 2011, de autoria dos Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, cujas ementas estão acima transcritas.

O PLS nº 267, de 2011, altera a Lei dos Partidos Políticos para estabelecer cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. Nos termos do referido projeto, o funcionamento parlamentar será concedido nos seguintes termos:

a) terá direito a funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados o partido político que, em cada eleição para aquela Casa Legislativa eleger e

manter filiados no mínimo três representantes de diferentes Estados;

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço o silêncio da plateia, dos senhores assessores, pois há um orador, um Senador na tribuna.

Os senhores assistiram aqui à apreciação das matérias anteriores, ambas foram discutidas e não conseguimos os votos para aprovação. São matérias importantes que mexem com a vida de todos os brasileiros e que, portanto, precisam da atenção dos senhores.

Peço desculpas por ter que fazer esta interrupção, Senador Pedro Taques, mas peço também aos senhores que permaneçam em silêncio para ouvir o relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Seguindo:

b) a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados disporá sobre o funcionamento parlamentar da representação partidária conferida ao partido que possuir representação eleita ou filiada em número inferior ao referido na alínea anterior.

O Sr. Relator enumera alguns tópicos com relação ao acesso gratuito ao rádio e à televisão (propaganda partidária), e faz uma análise, Sr. Presidente, sobre a constitucionalidade, regimentalidade e legalidade do projeto.

Por fim, S. Exª, o Senador Vital do Rêgo, cujo parecer, com muita honra, eu relato *ad hoc*, diz:

Do exposto, o voto é pela rejeição, por prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011, e pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011, com as emendas que apresenta.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou recebendo dos Senadores um apelo para que, na próxima reunião, deixemos as cadeiras do plenário apenas para os Senadores.

Eu não queria fazer isso, porque pode parecer uma coisa arrogante, antipática, e não é dessa forma que eu quero conduzir esta Comissão. Mas tenho pedido insistentemente; a audiência é pública e nós estamos sendo transmitidos para o Brasil inteiro. É preciso dar atenção aos trabalhos desta Comissão, porque nós não queremos separar ninguém aqui; queremos deixar os assessores assistirem às reuniões, como também todas as pessoas que assim desejarem, mas não podemos atrapalhar o trabalho desta Comissão feito pelos Senadores.

Senador Pedro Taques, V. Exª concluiu? Porque eu nem ouvi em razão de tanto barulho.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Eu também não ouvi a minha voz, mas eu concluí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª concluiu. Então, a Mesa determina vista coletiva desta matéria, que é a última a ser lida e, obviamente, a ser submetida na próxima terça-feira.

Vamos ao próximo item da pauta, lembrando aos Srs. Senadores que esta matéria é terminativa, precisa do voto nominal dos Srs. Senadores e não há como conceder vista, porque já foi dada vista coletiva. Então, ela será aprovada ou a reunião cairá por falta de quórum, na hora da votação. Será a primeira vez que acontecerá isso nesta Comissão. Portanto, vou colocar a matéria...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Retire de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou consultar o relator da matéria, mas, sinceramente, não acho justo que fiquemos aqui das 10h às 14h, discutindo uma única matéria e, na hora que vem a segunda matéria, esvazia-se o plenário e ficamos aqui com o projeto na mão, sabendo da importância que ele tem.

Atendendo à questão de ordem de V. Exª, Senador Demóstenes Torres, consulto o Senador Aloysio se podemos retirar esta matéria de pauta, tendo em vista que ela é terminativa, mas eu vou continuar aqui, cumprindo o meu dever e vou colocar em votação as matérias que estão sobre a mesa e que não são terminativas. Consulto o Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a anuência do Senador Aloysio Nunes – que isso não sirva de precedente, não é regimental, mas para atender a um apelo do meu ex-Presidente desta Comissão, por quem tenho muito respeito e admiração e sei que ele jamais faria algo que não fosse para o bem da Comissão, do Senado e do Brasil –, eu vou retirar de ofício essa matéria, com a anuência do relator, para voltar com ela na próxima terça-feira.

Lembro aos Srs. Senadores que, na próxima terça-feira, eu vou colocar as matérias terminativas, mas vou terminar, conforme compromisso que fiz, todas as matérias da reforma política do Brasil e vou colocar em pauta a questão do trâmite das medidas provisórias. Ainda não coloquei em pauta por respeito a esse grande brasileiro, grande Senador Aécio Neves, que não está presente, não porque não queira estar, mas porque está num processo de recuperação, mas teve o cuidado de ligar para dizer que, se fosse assim a urgência e a necessidade, estaria aqui de cadeira de rodas, de muletas. Mas eu não quis criar essa dificuldade para o Senador Aécio e me comprometi para

que, na próxima terça-feira – já há o entendimento dessa matéria –, coloquemos essa matéria em votação.

Portanto, o item 3 da pauta está retirado e eu tenho aqui uma matéria não terminativa, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, de 13 (treze) para 14 (quatorze) Juízes; cria 12 (doze) Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, bem como 25 (vinte e cinco cargos) de Juiz, 22 (vinte e dois) cargos de Analista Judiciário, 12 (doze) cargos em comissão CJ-03, sendo a criação condicionada à expressa autorização na lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente.

Autoria: Tribunal Regional do Trabalho

Relatoria: Senador Demóstenes Torres, favorável ao projeto.

Estado de Goiás, tão bem representado pelo Senador Demóstenes Torres, todos os goianos que estão nos assistindo agora sabem disso, sabem que o que eu estou dizendo, não é apenas um sentimento pessoal, mas de avaliação de alguém que está instalado naquela região também.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o seu breve relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um projeto cuja autoria é do Tribunal Superior do Trabalho e que passou pelo Conselho Nacional de Justiça, foi avaliado, aprovado e para dar andamento à reforma elaborada na Emenda à Constituição nº 45, de 2004, que deu à Justiça do Trabalho uma série de novas atribuições.

O impacto já está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, em resumo, cria para esse Tribunal do Estado de Goiás um juiz do Tribunal, doze juízes do trabalho, doze juízes substitutos, num total de 25 e um total de servidores de mais 22, e cargo em comissão apenas doze.

Isso vai fazer com que mais doze varas de trabalho possam funcionar no Estado de Goiás. Daí porque o voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o item extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Podemos aprovar o requerimento de urgência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto ao plenário a proposta do Senador Demóstenes de requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento de urgência, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item extrapauta, também não terminativo, por solicitação do Senador Humberto Costa.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 34 DE 2011

Altera composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região de Pernambuco, cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.

Relatoria do nobre Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra para um breve relatório, para colocarmos em votação a solicitação de V. Exª, em item extrapauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, o referido projeto, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, já tramitou na Câmara dos Deputados, com aprovação. O objetivo é dotar o Tribunal Regional do Trabalho com jurisdição em Pernambuco de novas Varas do Trabalho, para o atendimento às demandas existentes nessa área. É dotado de muita razão e justeza, exatamente porque o período que vivemos em nosso País, e particularmente no nosso Estado, tem levado a um processo de crescimento importante da mão de obra formalizada e o consequente surgimento de demandas relativas a pendências trabalhistas. Como tal, a implantação dessas novas Varas vem atender a uma necessidade concreta da Justiça, mas, muito particularmente, dos empresários e trabalhadores.

Por isso, meu parecer é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Da mesma maneira que fez o Senador Demóstenes Torres, faço um requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Submeto à votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Há outro requerimento sobre a mesa, de pedido para item extrapauta, do Senador Eduardo Amorim.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011 – não terminativo –

Do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.

Autoria : Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador **Eduardo Amorim.**

Concedo a palavra ao Senador, para um breve relatório, para que, depois, possamos colocar em discussão e votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se que um projeto que cria mais três Varas na 20ª Região do Trabalho, de fundamental importância para a Justiça do Trabalho no nosso Estado de Sergipe. Para tanto, peço aqui o apoio dos Senadores.

O nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011. No mérito, pela sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Ressalto que o Senador Eduardo Amorim era o relator e tinha pedido urgência para esta matéria. Por uma questão de lealdade, tenho também que dizer que o Senador Antonio Carlos Valadares veio à Mesa pedir para que colocássemos em regime de extrapauta esta matéria. Portanto, estou atendendo ao Senador Eduardo Amorim, que é o relator, como extrapauta, e obviamente espero que o Senador Antonio Carlos Valadares se sinta atendido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Agradeço ao Senador Valadares pelo apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Peço ao Senador Suplicy, que está aqui ao meu lado, apenas para fazer a leitura deste extrapauta, tendo em vista que sou o relator.

Passo a Presidência, por cinco minutos, enquanto relato a matéria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, assim como foi feito com o outro, pedimos a urgência. A matéria foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está solicitando requerimento de urgência para que eu submeta ao Plenário?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Requerimento de urgência solicitado pelo Senador Eduardo Amorim.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o regime de urgência do projeto permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu passo a presidência ao Senador Suplicy, apenas para ler o cabeçalho da matéria e me dar a palavra, porque sou relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225/2011

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e dá outras providências.

Autoria: Senador **José Pimentel.**

O relator é o Senador Eunício Oliveira, a quem concedo a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – O projeto é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e eu, Senador Eunício Oliveira, sou o relator.

Vem à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o PLS n° 225, de 2011-Complementar, de autoria do Senador José Pimentel, que altera pontualmente dispositivos da Lei Complementar nº 101.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 – Complementar, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº.... – CCJ (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o inciso V do § 2º do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 225, de 2011 – Complementar, como inciso IV.

Sala das Comissões. Relator Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, agradeço se for possível a apreciação do requerimento para prorrogar por uma semana apenas os trabalhos da Subcomissão de Reforma Administrativa, que se concluem hoje, pois temos reunião na tarde de hoje. O requerimento é de minha autoria e do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Coloco em votação o requerimento de prorrogação pedido pelo Senador Ricardo Ferraço e pelo Senador Eduardo Suplicy.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço também a V. Exª, se for possível, Sr. Presidente, a apreciação do requerimento de audiência pública que eu fiz, em relação a fatos supostamente acontecidos na UnB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

REQUERIMENTO

Nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados a comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, para prestarem esclarecimentos acerca da matéria publicada pela revista Veja "Madraçal no Planalto": reitor da Universidade de Brasília, Prof. José Geraldo de Sousa Junior; Procuradora de Justiça do Distrito Federal Drª Roberta Kaufmann; diretor da Faculdade de Medicina da UnB, Prof. Paulo César de Jesus; Profª Tânia Montoro; Prof. Marco Antonio Villa; Prof. Márcio Pimentel; Profª Inês Pires de Almeida; Prof. Frederico Flósculo; sociólogo Demétrio Magnoli; jurista Ibsen Noronha.

Sala de Sessões da Comissão, 6 de julho de 2011.

É um requerimento de audiência pública que faz o Senador Demóstenes Torres. Não é convocação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tendo em vista que é uma matéria que teve uma certa repercussão, já que foi publicada na revista *Veja*, seria bom que uma maior quantidade de Senadores pudesse opinar sobre esse requerimento. Não é que eu seja contra, mas há uma ausência notável, nesta Comissão, de Senadores e Senadoras dos mais diferentes partidos, inclusive da base do Governo. Ah, temos o Líder do Governo; Valadares; às vezes o nosso Pedro Taques. Então, gostaria de pedir a V. Exª uma certa compreensão, no sentido de não colocar esta matéria em votação hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador Suplicy também está ali. Me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, eu vou deixar bem claro aqui, para esta Comissão, que é obrigação de todos nós, do Governo ou da oposição, estarmos presentes aqui na Comissão.

Então, vou pedir vênia ao Senador Demóstenes Torres, com o compromisso desta Presidência de colocar esse requerimento no começo da reunião da próxima terça-feira, tendo em vista a contestação do Senador Valadares. E, antes de dar a palavra para V. Exª, pede a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para registrar, Sr. Presidente, que nós temos concordado com a votação do requerimento e íamos votar favoravelmente, num acordo que foi feito com a oposição sobre um outro requerimento que havia sido feito. Então, quero apenas marcar essa posição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Botamos porque há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havia chegado até a Mesa o acordo feito pela...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, eu levanto o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...pela Liderança do Governo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Há um acordo com o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu ia ouvir primeiro se havia a concordância do Senador Demóstenes. Nós temos aqui vários requerimentos e eu, por dever de clareza nesta Comissão, de colocar as coisas como elas devem ser colocadas no meu entendimento, salvo melhor juízo,

de deixar as coisas claras aqui. Eu chamei e avisei que como os requerimentos chegam sobre a Mesa... Está aqui o Senador Alvaro Dias, que também tem outro requerimento... Se houver a concordância de todos, já que houve um acordo feito pelo Líder Romero Jucá, eu retiro aqui, de ofício, os demais, inclusive o pedido de audiência pública do Senador Demóstenes – obviamente com a concordância dele e do Senador Alvaro Dias...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, o do Senador Demóstenes está...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, calma, calma! Eu retiro os outros requerimentos, pelo entendimento feito, me comprometendo, aí sim, com o Senador Alvaro Dias... V. Exª quer usar da palavra, antes? Quero responder a V. Exª antes de me questionar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para ficar claro, agora publicamente, que este requerimento que convoca os Sr. Expedito Veloso para um depoimento nesta Comissão seja colocado prioritariamente na próxima reunião como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fica aqui o entendimento com o Líder do Governo de que, na próxima reunião, V. Exª me faça a gentileza, como sempre muito presente e chega muito cedo, de fazer a solicitação no início da reunião, para que eu delibere – o que não é uma prática – requerimento antes da votação da Ordem do Dia.

Portanto, em discussão o requerimento do Senador Demóstenes Torres.

Não havendo quem queira discutir o requerimento, coloco em votação. (*Pausa*.)

Em votação o requerimento, por entendimento feito aqui com o Senador Demóstenes Torres e demais líderes da oposição.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovada a matéria de audiência pública solicitada pelo Senador Demóstenes Torres.

Nada mais havendo a tratar, aviso aos Srs. Senadores que – são 14h15 –, às 15 horas, voltaremos com a sabatina do Desembargador José Roberto Neves Amorim; do Exmº Sr. Juiz do Trabalho, Sr. José Lúcio Munhoz; do Dr. Adílson Gurgel de Castro, relativa a esses três itens da pauta.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14horas e 22minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e quarenta e nove minutos, do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Humberto Costa, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, José Agripino, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Roberto Requião e Aécio Neves. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 32, DE 2011** *Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.* **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Votação secreta. **Observações:** *Em 29/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.* **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM, para composição do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 20, DE 2011** *Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.* **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Votação secreta. **Observações:** *Em*

29/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, para composição do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis. ITEM 3) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 24, DE 2011** *Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005 a indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.* **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Votação secreta. **Observações:** *Em 29/06/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.* **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público, com 13 (treze) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção. Usam da palavra** os Senhores Senadores José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Pedro Taques e o Presidente (Senador Eunício Oliveira). Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezessete horas e sete minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1, 2, e 3.

ITEM 1:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 32, DE 2011

Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: Votação secreta.

ITEM 2:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 20, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy, a quem está convidado para vir ao plenário.

Relatório: Votação secreta.

ITEM 3:
– Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 24, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, a indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Votação secreta.

Convido também o Senador Demóstenes Torres a comparecer ao plenário da Comissão.

Esta Presidência comunica que, no dia 29 de junho de 2011, foram apresentados e discutidos os relatórios dos Srs. Senadores Pedro Taques, Eduardo Suplicy, e Demóstenes Torres, e concedida automaticamente vista coletiva, conforme o disposto no art. 2º, letra "*a*", §§ 1º e 2º, do Ato Nº 1, de 2007– CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades por esta Comissão.

Na presente reunião, procederemos à argüição dos indicados em cumprimento ao que determina a letra *"b"* do art. 2º do Ato nº 1, de 2007, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ. (*Pausa*.)

Convido o Senador Eduardo Suplicy para comparecer à Comissão, tendo em vista que já iniciamos os

nossos trabalhos. Houve um intervalo de 30 minutos, e voltamos aqui.

Sobre a mesa, comunicações que passo a ler:

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento do Ofício nº 99, de 2011, da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, que *encaminha Moção de Apelo nº 5, de 2011, de sua autoria, fazendo menção à necessidade de propostas legislativas de endurecimento de penas aplicadas em caso de cometimento de crimes de qualquer natureza, em especial, com o aumento do tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade em nosso País*.

O Expediente encaminhado em resposta ao Ofício de nº 88, de 2011, à Presidência da CCJ, no dia 30/06/2011, pela qual esta Presidência lhe informa que tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2004, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para determinar 40 anos como limite de cumprimento da pena privativa de liberdade*.

A Presidência acusa o recebimento de correspondência da Câmara Municipal de Itobi, do Estado de São Paulo, que *encaminha Moção na qual solicita agilidade na tramitação do Projeto de Lei nº 4347, de 1998, de autoria do então Deputado, hoje Senador, Walter Pinheiro, que estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências*.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 89, de 2011, da Presidência da CCJ, de 30/06/2011, pela qual esta Presidência lhe esclarece que a referida proposição ainda tramita na Câmara dos Deputados. E demonstrando a disposição deste Colegiado em colaborar, tão logo a matéria eventualmente seja remetida ao Senado Federal, se passar a tramitar no âmbito desta Comissão.

A Presidência comunica, ainda, o recebimento do "Ofício DGL 066/2011, do Deputado Jerson Domingos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia da Resolução nº 11, de 2011, que *sugere uma proposta de emenda à Constituição Federal sobre aplicações de recursos mínimos em ações de serviços públicos de saúde, nas proporções que especifica*".

A Presidência recebeu a cópia da "Resolução nº 12, de 2011, que *propõe alterar as competências legislativas da União, dos Estados e do Distrito Federal*".

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 90, de 2011, da Presidência da CCJ, de 30/06/2011, esclarece que nos termos do art. 60, inciso I, da Constituição Federal, a proposta de emenda à Constituição pode ser formulada por um terço, no mínimo, dos Membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Nesse sentido, informei-lhe que as suas sugestões seriam levadas ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o que faço nesta oportunidade para que, havendo interesse de um grupo de 27 Senadores, possam ser formuladas tais proposições por eles indicadas.

Por fim, comuniquei-lhe que a sua correspondência permanecerá em nossos arquivos para o caso de outras assembleias legislativas demonstrarem interesse em aderir à iniciativa e, assim, atenderem a alternativa do inciso III do mesmo art. 60 da Constituição Federal, que dispõe:

> "Art. 60 A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
>
> .....
>
> III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa dos seus membros."

A Presidência comunica aos Srs. e Sras. Senadoras o recebimento do Ofício GPDL 0266/2011, do Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha cópia da Resolução nº 4, de 18/05/2011, que também propõe alterar as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 91, de 2011, desta CCJ, com o mesmo teor do Expediente anteriormente mencionado. (*Pausa*.)

Convido para compor a Mesa os Srs. José Roberto Neves Amorim, José Lúcio Munhoz e Adilson Gurgel de Castro. (*Pausa*.)

Registro aqui, com prazer, a presença do nosso ex-Senador Adelmir Santana, que, juntamente comigo, dirigiu a Federação do Comércio, Sesc e Senac de Brasília, e agora é o Presidente da Federação do Sesc e Senac de Brasília.

É com prazer que recebo V. Exª nesta Comissão, Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra, por cinco minutos e mais cinco, portanto, por até dez minutos, ao Dr. José Roberto Neves Amorim.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO AMORIM – Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira; Exmº Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator da minha indicação, Senador o qual eu cumprimento a todos os demais Senadores aqui presentes. Agradeço especialmente ao Senador Pedro Taques por, na

última sessão, ter lido o relatório. Por isso agradeço, especialmente, a V. Exª.

Eu iniciarei falando alguma coisa sobre a minha vida.

Sou magistrado há 27 anos. Iniciei a minha carreira em 06 de janeiro de 1984; trilhei todos os degraus da Magistratura Paulista, na qual me orgulho muito em pertencer; passei pelas comarcas até chegar à capital, onde tive a oportunidade de ser juiz titular; de participar também da Corregedoria-Geral da Justiça, onde por quatro anos tive a oportunidade de conhecer os trabalhos correcionais, o que também me ajuda, sobremaneira, na função a ser desenvolvida junto ao Conselho Nacional de Justiça; posteriormente, fui da Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça, onde tive conhecimento também da parte administrativa do Tribunal, o que enriqueceu a minha experiência profissional. Depois fui ao Tribunal de Justiça, em 2007, sendo titular hoje da Segunda Câmara de Direito Privado.

Sou também professor de Direito Processual Civil; e cursei, tanto mestrado quanto doutorado – Mestrado em Direito Civil, e Doutorado em Processo Civil –, vendo nessa oportunidade do estudo – e um juiz jamais pode deixar de estudar, de se aperfeiçoar –, além da possibilidade de dar aulas, que é algo que me fascina também, de ter contacto com as pessoas que vão para as aulas, tudo isso me traz um prazer e uma energia muito positiva. O fato de transmitir algum conhecimento já é algo que engrandece, porque quando a gente transmite, naturalmente, a gente aprende muita coisa.

Acho que o juiz deve ser tecnicamente preparado, além de ter um lado humanista muito desenvolvido também. Mas essa parte técnica nós não podemos deixar de lado, em razão da própria aplicabilidade dentro do processo, que é a comunicação do juiz com as partes, com os advogados, com o Ministério Público.

Então, em breves palavras, era isso o que eu queria dizer em relação a minha carreira.

Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, eu tenho uma visão de que, além daquelas funções que o CNJ exerce, estabelecidos pela Constituição Federal, do controle da situação financeira e administrativa, de uma função correcional e disciplinar, o Conselho não pode deixar de estar atento a uma política judiciária, de modo a unificar, dentro do nosso país, que tem uma dimensão realmente muito grande, algo, uma linha-mestra para que o Poder Judiciário possa se dirigir. Evidentemente, sem esquecer que nós devemos respeitar também as diferenças regionais existentes dentro do nosso país. As regras não podem ser de tal modo, muitas vezes, absolutas, de modo a fazer com que causem desigualdades.

Deve auxiliar os tribunais, também, na gestão e no planejamento estratégico. Hoje, o CNJ vem desenvolvendo um trabalho muito interessante, que é a prestação de serviço ao cidadão: dentro dos mutirões carcerários; dentro do trabalho de conciliação, em que tivemos agora em São Paulo um grande evento de conciliação, onde o Ministro Cezar Peluso foi abrir e falar. Compareceu também uma professora de Portugal, uma professora americana. Depois, sobremaneira, a Corregedoria Nacional cuidar da moralidade administrativa, da moralidade judicial.

De modo que o Judiciário não se feche, o Judiciário não acabe por se fechar, deixando o jurisdicionado sem participação. E a eficiência dos serviços judiciários deve ser estabelecida.

Então o CNJ tem que tomar muito cuidado com o problema do corporativismo; isso não pode, de maneira alguma, ser utilizado, pois o corporativismo é algo que é abominado em todas as instituições públicas, muito embora a justiça deva prevalecer sempre em qualquer hipótese.

Sr. Presidente, eram essas as breves palavras que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. José Roberto Neves Amorim.

Concedo a palavra ao Dr. José Lúcio Munhoz para a sua exposição, por cinco minutos, e mais cincos minutos, se for necessário.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. JOSÉ LÚCIO MUNHOZ – Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira; Exmº Sr. José Roberto Neves Amorim, meu dileto amigo; Exmº Sr. Adilson Gurgel de Castro, meu colega de bancada; Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, meu Relator e a quem eu não posso deixar de muito agradecer, e não posso deixar de mencionar a profunda alegria, o profundo orgulho de ter sido apresentado a esta Comissão por V. Exª, uma pessoa de tão reconhecida ética, moral e que, desde jovem passei muito a admirar. Realmente, muito me honrou ser relatado por V. Exª. Demais Senadores desta Comissão, Exmo. Sr. Juiz Narbal Fileti, colega de Santa Catarina, em quem cumprimento todos os demais colegas e autoridades aqui presentes.

Vou utilizar esse pequeno tempo para me apresentar e deixar as questões mais técnicas propriamente para a sabatina.

Meu nome é José Lúcio Munhoz, venho de uma família muito simples, de uma época em que o valor trabalho era muito forte, o trabalho era reconhecido como um valor, como algo que dignificava, como algo

que preenchia a característica de cada um, de cada pessoa juntamente com o ensino, com o estudo. E com essa mentalidade de uma época, estamos aí no início da década de 60, comecei a trabalhar muito jovem, com oito anos eu já era engraxate nas ruas ali da pequena cidade da grande São Paulo. E, depois, jardineiro, auxiliar de pedreiro, vendedor de sorvete e uma série de outras atividades, enquanto trabalhava e estudava. O pequeno engraxate depois ingressou na faculdade, se formou em Direito, na Universidade Mackenzie, em São Paulo. Comecei a advogar ainda na Comarca de Cotia, onde ocupei a Comissão de Ética da OAB local. Depois, tive a felicidade de ingressar na magistratura, sendo juiz aprovado, em 1995, como juiz do Trabalho no TRT da 2ª Região, em São Paulo. Fui juiz responsável pela central de execução de Osasco. Comecei a atuar na Escola da Magistratura dando aula, comecei, também a lecionar em cursos preparatórios na magistratura. Nesse período me casei, depois fui titular da 1ª Vara do Trabalho de Diadema, depois da 2ª Vara de Cotia. Fiz mestrado na Universidade de Lisboa, em 1998. Depois, fui eleito Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho de São Paulo; fui diretor de Relações Institucionais dessa mesma associação; depois fui eleito Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. E, nesse caminho todo, mantivemos grandes relacionamentos aqui nos corredores deste Congresso Nacional, em diversas ações institucionais, dirigi dezenas de encontros, seminários, congressos e me removi para Santa Catarina, fui titular da 2ª Vara do Trabalho de Criciúma e desde de março, fevereiro, mais precisamente, estou na titularidade da 3ª Vara do Trabalho, de Blumenau.

Como diz uma publicidade aí: Essa é a minha história, essa é a minha vida. E, talvez, ela tenha me levado a ser indicado, pelo Tribunal Superior do Trabalho, como o representante da magistratura do Trabalho no Conselho Nacional de Justiça. E não posso deixar de agradecer aos Ministros pela indicação, a todos os Ministros que compõem aquela corte, e o faço na pessoa do seu Presidente, João Oreste Dalazen, que é um orgulho, uma honra muito grande ocupar o Conselho Nacional de Justiça, caso, obviamente o meu nome venha a ser aprovado pelo Senado e por esta Comissão.

E tenho um compromisso, um compromisso comigo mesmo, de levar para o pedacinho da bancada que me couber no Conselho Nacional de Justiça, não apenas a experiência de professor, de juiz, de líder associativo, mas levar um pouquinho da apreensão daquele menino engraxate, que olha o mundo um pouco de baixo, doido para aprender. E para isso vou ter grandes colegas a meu lado. Mas, também, com a consciência de que, tal como lustrar um sapato, para fazer com que a justiça brilhe, precisamos remover aqueles pontinhos de sujeira que ainda há. Precisamos que o trabalho seja exemplarmente bem feito; nós precisamos que o trabalho seja feito com celeridade, porque o engraxate que não lida bem com o seu trabalho, o cliente desiste dele, vai embora. Se isso é ruim para o engraxate, é terrível para a cidadania termos alguém desistindo da Justiça, porque eventualmente ela atenda a tempo, porque eventualmente ela exerça um serviço não de todo adequado. Essa não é a regra, graças a Deus. Mas devemos sempre tentar aprimorar e creio que o Conselho Nacional de Justiça tem prestado um trabalho excepcional nesse sentido, excepcional, e a minha expectativa é contribuir para que esse trabalho avance e que todos sintam orgulho de mostrar uma Justiça brilhante, que todos sintam orgulho do Poder Judiciário do nosso Brasil. E para isso conto com o apoio de V. Exªs.

E devolvo a palavra ao Presidente, agradecendo a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Dr. José Lúcio.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Adilson Gurgel de Castro.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. ADILSON GURGEL DE CASTRO – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, saúdo, também, o Senador José Agripino, Relator do meu processo nesta Comissão, Senador do meu Estado, também, Senador Pedro Taques, com quem tivemos a honra de ter um debate do CNMP, no Conselho Federal da OAB, há poucos dias, Senador Aloysio Nunes, Exmo. Senador pelo Estado de São Paulo, igualmente Senador Eduardo Suplicy, é uma honra tê-los aqui; é uma honra voltar a esta Casa; saúdo, também, o Presidente da Conamp, César Mattar, que aqui está presente, e saúdo meus colegas aqui, José Lúcio e José Roberto, que me antecederam; saúdo todos os que estão aqui presentes.

É uma honra para mim estar aqui presente pela segunda vez, sou candidato à recondução do Conselho Nacional do Ministério Público e, obviamente, como candidato, a primeira coisa é pedir o voto de V. Exªs, senão não chegamos lá. Se não tiver o voto, não posso ser reconduzido. E é uma honra estar aqui nesta Casa, neste Senado, onde flui e reflui toda a democracia do Brasil e, também, o centro das decisões de tudo o que interessa à cidadania brasileira.

Creio que os senhores desejam um Conselho Nacional do Ministério Público atuante, não só na fiscalização do Ministério Público, como também, na melhoria da qualidade do Ministério Público Brasilei-

ro. Assim também entendo, desejo e quero e pretendo continuar justamente nesse desiderato, daí o pedido da recondução.

Os dois primeiros anos, confesso a V. Exªs, foram de muito aprendizado, especialmente, pelo fato de ter uma vida de 37 anos na advocacia e, de repente, somos transformados num julgador. O advogado, normalmente, toma logo um partido, mas quando chegamos para julgar tem que olhar as duas partes. Tomar uma decisão é um pouquinho diferente. Então, no princípio, tive que me adaptar a essa nossa situação.

Também tenho 42 anos como professor, fiz toda a minha faculdade ensinando e depois continuei. Sou aposentado da Federal do Rio Grande do Norte, mas continuo numa instituição particular. Por três vezes presidi a OAB do Rio Grande do Norte, duas vezes fui conselheiro federal, onde presidi a Comissão Nacional de Educação Jurídica. Sou autor de um livro de um curso de Direito Tributário e, atualmente, sou também membro do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte.

Então, estou aqui justamente pleiteando essa recondução, para que possa continuar esse trabalho, que está tão bem capitaneado pelo nosso Presidente Dr. Roberto Gurgel que tive notícia de que, na próxima semana, estará aqui também para a confirmação da indicação de seu nome pela Presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado, conto com V. Exªs e me coloco à disposição, também, para continuar lutando pelo Ministério Público Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado Dr. Adilson.

Pela ordem de inscrição, o Senador José Agripino, depois o Senador Aloysio Nunes Ferreira para as arguições que considerarem necessárias.

Tem a palavra V. Exª, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. José Roberto Amorim, Desembargador, Dr. José Lúcio Munhoz, Juiz do Trabalho e o meu conterrâneo, Dr. Adilson Gurgel de Castro, a quem tive a honra de relatar a indicação.

Para a recondução às funções de membro do CNMP, quem é indicado para a recondução, normalmente, por méritos no exercício da função, merece o crédito, no mínimo o crédito da aprovação.

Conheço o Dr. Adilson já há algum tempo, é um advogado de muito boa qualificação profissional e de muito bom padrão moral no meu Estado. Digo isso com conhecimento de causa, porque ele foi Presidente da OAB, seção do Rio Grande do Norte, por algumas vezes, foi Conselheiro Federal da OAB e é um advogado competente. É tido na minha província, no meu Estado como um advogado competente, é uma referência. Digo com destemor, é uma referência. Então, é um presente que o meu Estado, na sua modéstia, oferece ao Conselho Nacional do Ministério Público, pela qualificação e pelo padrão moral do indicado, que já exerce as funções com dignidade e que está sendo indicado, na categoria de advogados, para a recondução.

Agora, na medida em que faço essa louvação pública, quero fazer uma cobrança, e quero dirigir evidentemente que aos três, mas centrar no meu conterrâneo.

O Ministério Público, o Dr. Pedro Taques é do ramo, é da Casa, é um braço sobre o qual a sociedade repousa expectativas. Na hora em que é preciso investigar o malfeito, a primeira entidade em que se pensa é o Ministério Público, antes da Polícia Federal, é o Ministério Público; é a instauração do processo do processo de investigação pelo Ministério Público. Por quê? Porque institucionalmente é o órgão encarregado de representar os interesses da sociedade, do cidadão. O membro do MP, que é funcionário público, ganha salário para esse assunto, para esse mister. Ele é o representante das causas da sociedade, é o defensor; é uma figura que tem o dever de se comportar com dignidade para ter autoridade moral para defender a sociedade.

Dito isso, quero fazer aqui um reconhecimento: quantos de nós já não recorremos, eu mesmo como Senador, frequentemente, ao lado dos meus companheiros, recorro ao Ministério Público para investigar aquilo de que precisamos ter a isenção, na apresentação do resultado da investigação. Ou seja, a credibilidade do Ministério Público garante a chancela da isenção; quantas vezes?

Agora, Senador Pedro Taques, é preciso dizer também que, às vezes, o Ministério Público comete excessos, nem sempre age com o devido equilíbrio. Raramente, mas aqui, acolá, acontece um desvio de conduta, um brilhareco eventual, um desejo de exposição aos refletores, o desejo da notoriedade injustificada leva a exposições desnecessárias. E, quem perde com isso é a instituição, o Ministério Público, perde credibilidade. Muitas vezes, um membro do MP faz uma denúncia, mais a frente verifica-se que aquilo não era propriamente aquilo, e quem paga o pato é o Ministério Público que, de mancha em mancha, pode perder a credibilidade.

Quero perguntar aos três, o que os senhores têm em mente fazer para, por exemplo, a OAB tem o código de ética; o Ministério Público não me consta que tenha, não me consta que tenha.

O cometimento de excessos não é algo recomendável para a instituição e, muito menos, para nenhum detentor de autoridade para exercer a defesa da

sociedade. Será que não seria a hora de se pensar, dentro do CNMP, que é um órgão que está cumprindo a sua missão de investigar, investigar denúncia, mas por que não se antecipar à investigação da denúncia e não criar elementos que impeçam o cometimento do erro ou do excesso. Por que não pensar num conselho de ética, já que a Justiça tem um conselho de ética, já que a OAB tem um conselho de ética, a Magistratura tem um conselho de ética. Por que o CNMP não tratar desse assunto; é uma sugestão que quero dar e ouvir a opinião dos três indicados com relação a essa sugestão que dou, no sentido de que o CNMP ajude o Ministério Público a cumprir, por inteiro, sem reparos, a missão que a sociedade espera dele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador José Agripino.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Sabatinados, quero cumprimentá-los, os senhores têm biografias exemplares, cada um dentro da especificidade da sua trajetória. Não quero antecipar o meu voto, como sabem, o voto é secreto, mas gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Adilson Gurgel de Castro, que tem uma larga experiência na advocacia e acaba de completar dois anos no Conselho do MP.

O que, na sua avaliação, depois dessa experiência no Conselho, poderia ser feito para, digamos assim, melhorar o acesso à Justiça, o acesso dos cidadãos à Justiça e ao socorro do Ministério Público, no caso de violação de direitos. O que, na sua opinião, deveríamos promover, seja em mudanças legais, seja em mudanças de atitudes, facilitaria o cumprimento da missão institucional do Ministério Público.

E a pergunta que faço ao Dr. José Roberto Neves Amorim, é a mesma que faço ao Dr. José Lúcio Munhoz, que é uma questão da atualidade legislativa. Eu apresentei hoje um parecer sobre a PEC nº 15, de 2011, que tem como primeiro subscritor o Senador Ferraço. Essa PEC é muito inspirada em declarações do Presidente do Supremo Tribunal Federal e visava, na sua fórmula original, a substituir o recurso extraordinário e o recurso especial por ações rescisórias, de tal forma que a coisa a ser julgada se desse depois do julgamento em segundo grau.

O objetivo do Senador Ferraço era tornar a Justiça mais ágil, diminuir o número de recursos meramente protelatórios, que fazem com que a lide se arraste indevidamente nos tribunais superiores, uma vez que os tribunais superiores não são sede para o prorrogação da lide, e que fazem com que a prestação jurisdicional se atrase a um ponto intolerável.

Apresentei o meu parecer favorável, na forma de um substitutivo, em vez de propor o fim do recurso extraordinário, do recurso especial, propus que se mantenham esses recursos, mas que a coisa julgada ocorra logo após a ocorrência do duplo grau de jurisdição, segundo o pronunciamento do Tribunal de Apelação.

Com isso não seria preciso toda uma modificação processual para disciplinar essas novas ações rescisórias que o Senador Ferraço propõe.

O objetivo é o mesmo: tornar a decisão exeqüível, havendo pronunciamento do Juiz de Primeiro Grau e do Tribunal de Segunda Instância. Estendi essa providência, que era restrita na intenção original do autor ao Tribunal Superior de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Superior do Trabalho.

Gostaria de saber a opinião dos Srs. a respeito do problema e da forma como ele está sendo enfrentado nessa PEC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a sabatina, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero cumprimentar os indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público e da Justiça pela forma com que expuseram e também pelos seus currículos tão significativos. Ao Dr. Adilson Gurgel de Castro, José Roberto Neves Amorim e José Lúcio Munhoz que justamente agradeço também as suas palavras, em virtude de ter sido seu relator, pois o fiz da maneira mais consciente possível.

Gostaria de perguntar sobre um tema que tem sido objeto de preocupações recentes. Refiro-me ao fato de nós termos hoje no sistema penitenciário brasileiro um número tão significativamente crescente. Esse fato tem levado a sugestões de diminuir o tempo que pessoas com pena de menor gravidade, por crime de menor gravidade, terem a possibilidade de ou terem penas alternativas ou diminuir o tempo de prisão, visando, justamente, diminuir o excesso de pessoas nas cadeias que estão superlotadas. Por outro lado, também, se discute hoje a questão relacionada à descriminalização das drogas que levam em conta a possibilidade de se minorar a penalidade para aquelas pessoas que não sejam traficantes.

Eu agradeceria se puderem trazer as suas reflexões sobre esses temas correlacionados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Informamos aos Srs. Senadores que a reunião realizada na parte da manhã se estendeu bastante e, na hora em que houver determinação da Presidência do Senado, no início da Ordem do Dia para

a discussão das matérias, seremos obrigados a suspender essa reunião, nem que a gente volte em seguida.

Com a palavra o Senador Pedro Taques para os seus questionamentos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, tendo em conta essa questão do tempo, quero cumprimentar os indicados e tenho certeza de que desempenharam um trabalho digno e decente nos dois Conselhos.

Pergunto aos indicados ao Conselho Nacional de Justiça de que maneira os senhores podem contribuir o conjunto ao Conselho para que nós tenhamos o princípio constitucional do tempo razoável do processo atingido nesta função do conceito de projetar para o futuro, fazer o planejamento estratégico.

Esta é a pergunta aos indicados ao Conselho Nacional de Justiça.

Ao Dr. Adilson Gurgel, a sua recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público de que maneira o Conselho Nacional do MP tem contribuído para que o Ministério Público possa cumprir o seu papel de fazer o controle externo da atividade policial, que tem por finalidade última a defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

Era isso, Sr. Presidente, e no mais cumprimentando os indicados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado Senador Pedro Taques.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou passar a palavra ao Dr. José Roberto Neves para que dê as respostas aos questionamentos feitos.

O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM – Iniciarei pela resposta à indagação do Senador José Agripino, que foi o primeiro.

Mencionou V. Exª o extremamente importante nos dias de hoje em relação a todas as carreiras públicas que é a ética. Inegavelmente, nós temos hoje uma crise ética no País em que nós percebemos que algumas violações são perpetradas e, às vezes, a população fica um pouco perdida em relação a isso, principalmente pelo moral em que cada um emprega, recebe dos seus pais aquilo que é certo e aquilo que é errado.

Desse modo, vejo a necessidade de que todas as carreiras públicas tenham um código de ética estabelecendo as condutas primárias, porque outras condutas são inerentes ao próprio ser humano e a gente sabe que a maioria das pessoas sabe o que certo e o que é errado. Tem o dom de poder escolher aquilo que está certo ou está errado e, às vezes, isso foge ao parâmetro ético que se espera de cada um.

O Conselho Nacional de Justiça editou uma Resolução de 6 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial de setembro de 2008, o Código de Ética da Magistratura Nacional, o qual nós temos obrigação de seguir e faremos, como membros do Conselho Nacional de Justiça, se aqui formos aprovados, cumprir a toda a prova.

Eu disse quando falei, aqui, minhas palavras prévias sobre a questão do corporativismo. Essa questão vai de encontro justamente à questão da ética. Não podemos passar a mão por cima daqueles membros que não sejam dignos de permanecer nas suas carreiras políticas, públicas, mesmo que tenham feito concurso e sejam extremamente competentes para o exercício da função.

Assevero a V. Exª que a ética e o código devem existir em todas as carreiras e devem ser cumpridos, custe a quem custar e doa a quem doer.

Acho que isso é uma função que deve ser exercida pelos entes públicos.

Está V. Exª satisfeito em relação à minha resposta?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Estou satisfeito, muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM – Obrigado, Senador.

O Senador Aloysio Nunes fez um questionamento sobre a PEC, conhecida como PEC do Ministro Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Coincidentemente estávamos desde a manhã assistindo aos debates e ouvi atentamente a leitura, creio que de um substitutivo apresentado pelo Senador Aloysio. Na verdade o que o Ministro Peluso propôs e que o Senador Ferraço encampou como uma PEC, diz respeito à alteração do recurso extraordinário especial para uma ação rescisória extraordinária especial, respectivamente ao Supremo e ao Superior Tribunal de Justiça. E o Senador Aloysio mantém a mesma nomenclatura, mantendo a característica do trânsito em julgado, em segundo grau. A única coisa que podemos asseverar de diferente neste sentido é que os recursos especiais extraordinário acabarão continuando e a ideia do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça é que se transformasse numa ação rescisória, dificultando então o acesso dos recursos aos tribunais superiores. E isso foi feito por quê? Porque a estatística que foi lida pelo próprio Senador Aloysio demonstra que a modificação das ações realizadas pelo Supremo Tribunal Federal ela é mínima. Então esse trânsito em julgado em segundo grau, efetivamente, será de grande valia para o Poder Judiciário fazer com que as decisões sejam cumpridas o mais rapidamente possível.

Espero ter respondido à questão do Senador Aloysio Nunes.

Senador Suplicy, é uma honra estar aqui na presença de V. Exª , Senador do meu Estado também.

O senhor falou sobre o sistema penitenciário. O que eu vejo de importante, neste momento, é que realmente o nosso sistema carcerário é obsoleto, difícil de controle em razão da superlotação.

Recentemente, houve uma mudança no Código de Processo Penal trazendo novas alternativas, novas penas. Acho que isso vem num bom momento em que nós podemos fazer um mutirão carcerário – aliás o próprio Conselho Nacional de Justiça tem feito isso. Agora, mesmo, está em São Paulo fazendo esse mutirão, utilizando dessas medidas para que nós possamos tirar eventualmente da prisão aqueles que tenham cometido pequenos delitos, dando-lhes alternativas outras como a de prestação de serviços à sociedade ou de penas alternativas capazes de fazer com que isso seja cumprido de uma forma melhor e mais rápida.

Quanto à descriminalização das drogas, hoje mais especificamente em relação à maconha, essa responsabilidade, em termos de opinião, eu posso dar a minha opinião. Se eu for responder como juiz vou dizer a V. Exª que careceríamos de uma mudança legislativa e de uma discussão muito mais ampla sobre os efeitos da maconha em relação às pessoas, para que a sociedade possa ter um aclaramento melhor a respeito disso. Essa discussão é salutar, ela deve ser feita justamente para que as pessoas possam perceber se isso vem em prol da sociedade ou não. Li recentemente, em um artigo específico sobre o assunto, que a maconha seria a abertura para outras drogas. Então há uma discussão muito grande a respeito disso. Acho que, sobre este assunto, a sociedade tem que ser muito mais elucidada sobre esses efeitos para que então os nossos legisladores, V. Exªs possam definir se isso é algo bom ou ruim. Acho que em relação às drogas esse assunto deve ser muito discutido. Não sei se V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO AMORIM – Muito obrigado.

Em relação ao Senador Pedro Taques, a quem respeito muito, não só como Senador, mas sob o aspecto jurídico, V. Exª é também da nossa área, sabe muito da esfera jurídica... V. Exª deve ter percebido que, durante esses últimos tempos, desde 1994, o Código de Processo Civil, na tentativa de agilizar o processo passou por reformas como a do agravo e etc. Recentemente, incluiu no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, o tempo razoável do processo. Mas não basta incluirmos esse termo. Temos que agir para que esse termo se torne real. Vejo que temos tentado fazer isso. De que forma? A justiça tem feito e pode fazer muito mais. Por meio da própria PEC, que vai reduzir o número de recursos fazendo o trânsito em julgado em segundo grau, ajudará muito a satisfação, principalmente das dívidas com as execuções muito mais imediatas, e também com outras medidas que, agora, estão tomando um rumo muito mais eficiente para a justiça que é a conciliação. Esse sistema de conciliação que vem sendo implantado dentro dos tribunais, de comissões de conciliação, e até mesmo em alguns aspectos de remuneração do conciliador para que ele tenha um entusiasmo de efetivamente fazer propostas, poder solucionar aqueles casos que são mais complicados e, assim, desafogar um pouco aqueles processos na Justiça. Acho que esse tempo razoável do processo requer muitas medidas, entre elas a conciliação e também a PEC dos recursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para responder aos questionamentos concedo a palavra ao Dr. José Lúcio Munhoz.

O SR. JOSÉ LÚCIO MUNHOZ – Obrigado.

Ao questionamento do Exmº Senador José Agripino em relação aos excessos citados na pergunta do Senador, a respeito dos excessos cometidos por membros do Ministério Público, creio que seria salutar, evidentemente a existência de um Código de Ética, que eu ,confesso, não sei se há ou não na esfera do Ministério Público. Temos, como foi mencionado na esfera da Magistratura, mas, muitas vezes, essa exposição midiática, esse chamamento não é algo exclusivo do Ministério Público. Também estão afetos a esse problema um certo desvio... aí, também, integrantes da Magistratura, e creio eu, de quase todas as profissões.

Uma coisa é se utilizar da mídia para informar à população sobre procedimentos, sobre direitos, sobre encaminhamentos processuais, sobre política, enfim. Outra coisa é você se utilizar disso para autopromoção. Você utilizar o instrumento do seu trabalho para uma autopromoção. Aí abre brechas para excessos, para abusos. Onde houver isso no âmbito da Magistratura, creio que as Corregedorias devem atuar, o Conselho Nacional de Justiça deve atuar.

Na esfera do Ministério Público imagino que aquele Conselho deva ter uma atuação mais presente, porque mesmo não existindo um Código de Ética, creio que a razoabilidade do comportamento humano é facilmente previsível, diante da média do que se espera, do homem médio. Nesse sentido creio que possa haver a atuação.

Quanto ao questionamento do Sr. Senador Aloysio Nunes, sobre a PEC dos Recursos, realmente, hoje nós vivemos uma situação surreal. Temos, como bem salientou o Senador, quatro graus de jurisdição. Muitas

vezes, quando há uma discussão entre advogados, à minha mesa, eu falo que não adianta se estressarem aqui, nesse momento, porque não serei eu, apenas, a decidir. Darei a primeira decisão e, certamente, um dos dois vai recorrer e quem vai decidir será o TRT ou o TST.

Então, quando você tem um instrumento processual em que a primeira decisão não vale nada, ou mesmo a segunda decisão, perde-se muito a razoabilidade disso. Então a PEC dos Recursos põe um ponto terminal nessa circunstância. O único receio, como muito bem foi colocado pelo meu colega José Roberto, trata da questão relacionada à transformação dos recursos. Mantendo os recursos, mas transformando a coisa julgada a partir do segundo grau de jurisdição, seria fácil ainda recorrer. Então isso acabaria não desafogando, talvez, os Tribunais Superiores nesse ponto.

Já o único receio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um esclarecimento.

O SR. JOSÉ LÚCIO MUNHOZ – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A ideia é manter os recursos extraordinário, especial e de revista, mas a admissibilidade deles, além das condições atuais, estaria sujeita a uma decisão colegiada do tribunal ao qual ele se dirige. E, aceito o recurso, susta-se a execução da coisa julgada. É uma válvula para evitar determinadas aberrações que podem ocorrer. Há uma válvula que continua em aberto, mas a porta se estreitou bastante.

O SR. JOSÉ LÚCIO MUNHOZ – Qualquer uma das duas iniciativas é um grande avanço do Código que nós temos hoje. É muito louvável a sua preocupação em relação a isso. E creio que certamente terá um grande reflexo nesta Casa.

Mas quando se mantém o recurso é diferente da pessoa ter que ingressar com uma ação rescisória. A ação rescisória inibe mais a atuação procrastinatória. Quando se trata de uma mero recurso, ainda que com efeitos, é fácil basta uma petição para dar sequência. Mas qualquer uma das duas realmente é um ótimo caminho de aprimoramento do processo.

Com relação aos questionamentos do Senador Eduardo Suplicy a respeito das penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo, que é um avanço. Quando você disponibiliza ao magistrado uma gama maior de possíveis sanções, isso aperfeiçoa o sistema de correção de condutas. Porque se você, realmente, colocar uma pessoa numa cadeia, ou num sistema carcerário nosso, hoje, a correção dela é mais difícil; pode até atuar de modo contrário a isso, pode até estar empurrando aquela pessoa, realmente, para o crime. E se o magistrado tiver outras opções, ele poderá ser mais maleável nessa... Eu acho que seria uma boa melhora no processo.

Com relação à descriminalização, eu, particularmente, tenho muito receio. É uma decisão política, não se trata de questão jurídica. Mas eu não gostaria de ter minhas filhas com fácil acesso às drogas; assim a descriminalização completa. É claro, de novo, mandar um mero consumidor para a cadeia não vai resolver o problema. Talvez uma pena alternativa, mas a pura descriminalização...

Com relação ao questionamento do Senador Pedro Taques, confesso que é uma preocupação minha também. Quando você tem uma justiça que demora a dar o resultado, como a gente costuma falar tanto, é uma injustiça. E o Conselho Nacional de Justiça tem caminhado muito, desburocratizando processo, criando rotinas padronizadas, trabalhando no processo de mediação e de conciliação. Eu acho que o CNJ pode continuar esse processo sugerindo, inclusive, unificação de procedimentos entre os ramos do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, eu devolvo a palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, para responder, ao Dr. Adilson Gurgel de Castro.

O SR. ADILSON GURGEL DE CASTRO – Sr. Presidente, serei breve porque estou com as notícias de que o plenário está em movimentação.

Em primeiro lugar, para agradecer ao Senador Agripino a sugestão. Realmente, o Ministério Público, das três entidades nominadas no art. 133, da Constituição, como essenciais à administração da Justiça, apenas não tem o seu código de ética pessoal. A Advocacia tem, a magistratura tem. Então, poderia até ser o mote para o meu segundo mandato lá, assumir perante esta Casa a missão de pelo menos apresentar o projeto de um código de ética para a magistratura. Agradeço muito a V. Exª a idéia que foi dada.

Quanto ao Senador Aloysio Nunes, eu vou me prender aqui à pergunta feita, sobre o que poderia ser feito para melhorar o acesso à Justiça. E pedir ao Srs. Senadores um olhar especial sobre a Defensoria Pública; o trabalho que a Defensoria Pública está fazendo neste País para permitir o acesso à Justiça de grande parte da nossa população é muito relevante e, na maioria das vezes, a própria Defensoria não tem tantas condições para atender mais e melhor a própria população. E o que está sendo feito quanto à PEC nº 15 é extremamente relevante, Senador Aloysio Nunes, especialmente porque a Fundação Getúlio Vargas, recentemente, fez um levantamento e disse: o Supremo não é um Tribunal Constitucional, é um Tribunal Recursal, pois 80% das causas que chegam lá são meros

agravos de instrumento, para ele decidir se está certo ou está errado, se faltou uma coisa, se faltou outra naquela questão. Então, realmente, para ser uma Corte Constitucional é necessário diminuir a quantidade de recursos e isso seria extremamente válido também.

Senador Suplicy, o sistema carcerário brasileiro está sendo objeto estudo pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Desde janeiro os Ministérios Públicos dos Estados estão tendo que manda um relatório completo lá para o nosso Conselho, e com isso a gente está tendo uma melhor visão do que acontece. Temos aproximadamente 500 mil presos hoje em dia, e, a continuar na mesma situação, chegaremos a um milhão de presos no ano 2020. Então, já foram feitos dois encontros com os Ministérios Públicos de todo o País, com foco nesse sistema carcerário, na busca de soluções. Então, o Ministério está mais próximo, está fazendo relatórios mensais, e com isso a situação começa a melhorar um pouco.

A descriminalização das drogas também é uma situação que a gente precisa examinar com todo o carinho, aprofundar o diálogo; podem ser feitas audiências públicas aqui nesta Casa, como já foram feitas, e eu faço crer que o melhor para a nossa sociedade será feito. Inclusive, porque atualmente a descriminalização já existe para o consumidor. O problema é mais com o traficante e todas as conseqüências que isso traz.

E do Senador Pedro Taques, a contribuição do Ministério Público para o controle externo da atividade policial. Também o Conselho Nacional já está, através do Conselheiro Mario Bonsaglia, que preside a comissão específica do controle externo da atividade policial, fez recentemente um encontro nacional, há quinze dias, se não me engano, e confesso a V. Exª que está havendo um melhor diálogo entre Ministério Público e os próprios delegados de polícia. No início, eles reagiram fortemente, mas agora estão entendendo que em favor da sociedade precisa fazer alguma coisa e isto está sendo feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeitos, Srs. Senadores? (*Pausa*.)

Vou encerrar a discussão e iniciar a votação.

Votação nominal.

Senador José Pimentel. (*Pausa*.)
Senadora Marta Suplicy. (*Pausa*.)
Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)
Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa*.)
Senador Inácio Arruda. (*Pausa*.)
Senador Marcelo Crivella. (*Pausa*.)
Senador Pedro Simon. (*Pausa*.)
Senador Romero Jucá. (*Pausa*.)
Senador Vital do Rêgo. (*Pausa*.)
Senador Renan Calheiros. (*Pausa*.)
Senador Roberto Requião. (*Pausa*.)
Senador Francisco Dornelles. (*Pausa*.)
Senador Sérgio Petecão. (*Pausa*.)
Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa*.)
Senador Alvaro Dias. (*Pausa*.)
Senador Demóstenes Torres. (*Pausa*.)
Senador Armando Monteiro. (*Pausa*.)
Senador Gim Argello. (*Pausa*.)
Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa*.)
Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa*.)
Senador José Agripino. (*Pausa*.)

Convido os Srs. Senadores a comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pois estamos em processo de votação nominal para escolha dos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público e do CNJ – Conselho Nacional de Justiça. (*Pausa*.)

Vou repetir a chamada da votação.

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa*.)
Senador Jorge Viana. (*Pausa*.)
Senador Magno Malta. (*Pausa*.)
Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa*.)
Senador Inácio Arruda. (*Pausa*.)
Senador Marcelo Crivella. (*Pausa*.)
Senador Romero Jucá. (*Pausa*.)
Senador Vital do Rêgo. (*Pausa*.)
Senador Renan Calheiros. (*Pausa*.)
Senador Roberto Requião. (*Pausa*.)
Senador Francisco Dornelles. (*Pausa*.)
Senador Aníbal Diniz. (*Pausa*.)

Lembro aos Srs. Senadores que são dois votos na parte superior e um voto na parte inferior. (*Pausa*.)

Senadora Ana Rita. (*Pausa*.)

Nós já temos quórum, mas vamos aguardar um pouquinho, tendo em vista que os Senadores Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp e Romero Jucá estão chegando. (*Pausa*.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa*.)
Senador Cícero Lucena. (*Pausa*.)

Vou encerrar a votação. (*Pausa*.)

Mais algum Senador chegando? (*Pausa*.)

Informo aos sabatinados que os parabéns só depois da apuração dos votos, pois urna é um bicho traiçoeiro. (*Risos*.) Nós entendemos de urna; nós sabemos que urna é um bicho traiçoeiro.

Mais algum Senador chegando ? (*Pausa*.)

Vou encerrar a votação. (*Pausa*.)

Está encerrada a votação, já que atingimos o quórum.

Eu convido o Senador Cícero Lucena e o Senador Jorge Viana para serem os escrutinadores. Aí, somente depois saberemos quem foi homologado ou não.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Votaram 14 Srs. Senadores presentes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* São 14 votos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – São 14 votos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* São 13 votos para os três.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – São 13 votos para os três.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* O Sr. José Roberto Neves teve o 14º e o Sr. José Lúcio Munhoz teve o 14º também, e um do Sr. Adilson ficou em branco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Então, nós temos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* Treze votos para o Dr. Adilson, e um em branco; catorze votos para o Dr. José Roberto Neves, e catorze votos para o Dr. José Lúcio Munhoz.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Só repetindo, Senador Jorge Viana, para ficar gravado aqui. O Dr. José Roberto Neves Amorim foi aprovado pela Comissão com 14 votos, ou seja, à unanimidade dos presentes.

A matéria vai ao plenário.

Foi aprovada por esta Comissão a indicação do nome do Dr. José Roberto Neves Amorim.

O Dr. José Lúcio Munhoz recebeu os 14 votos dos 14 Senadores presentes.

O Dr. Adilson Gurgel de Castro...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* Treze votos e um voto em branco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – (...) recebeu 13 votos e 01 abstenção.

Então, aprovadas nesta Comissão as indicações dos Srs. José Roberto Neves Amorim, José Lúcio Munhoz e Adilson Gurgel de Castro, as matérias vão ao Plenário.

Parabenizando os três, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – A pedido do Senador Cícero Lucena, sempre muito cuidadoso com o voto, está pedindo que esta Comissão incinere não somente os votos apurados, mas os que foram rubricados pela Presidência.

A Secretaria da Mesa tomará as providências.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a presente reunião.

Vamos agora ao Plenário para discussão da medida provisória da Copa do Mundo.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 7 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e trinta e um minutos, do dia onze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores Pedro Taques, Magno Malta, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique e Lobão Filho, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Vital do Rêgo, Roberto Requião, Randolfe Rodrigues e a Senadora Marta Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 101, DE 2011** Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Votação secreta. **Observação:** A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 2) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2011** Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Votação secreta. **Observação:** A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades

nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 3) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea "e"; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Votação secreta. **Observação:** A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 383, IV, do Regimento Interno do Senado, que sejam solicitadas informações à Presidência da República e à Presidência do Superior Tribunal de Justiça acerca do cumprimento dos preceitos constitucionais no procedimento de elaboração da lista quádrupla elaborada pelo Tribunal, como ocorreu na apreciação das Mensagens (SF) nºs 101 e 102 de 2011." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado. Usam da palavra** os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Aécio Neves, Alvaro Dias, Rodrigo Rollemberg, Francisco Dornelles, Pedro Taques, Lindbergh Farias, Renan Calheiros, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Suplicy e o Presidente (Senador Eunício Oliveira). Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezessete horas e dezoito minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos e antes de propor a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, muito embora eu já tenha prestado os devidos esclarecimentos por meio de nota pública que distribuí à imprensa, preciso reafirmar aos senhores, apenas como informe – acho que esse assunto não cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nem deveria ter sido trazido para aqui, mas, para passar tranquilidade aos senhores, eu queria registrar isso –, que, em relação às matérias publicadas que envolvem o nosso nome, tudo o que eu tinha a dizer encontra-se naquelas notas.

Desde 1998, quando resolvi entrar na vida pública, por questão ética – eu era empresário profissional, gerente e diretor de empresas –, eu me afastei de todos os meus negócios oficialmente, como pode ser constatado pelas juntas comerciais. Portanto, não tenho nenhuma ingerência em empresas. Hoje, minha vida é dedicada ao povo do meu Estado. Dedico-me a servir ao meu País como Senador da República, como acontecia quando eu era Deputado Federal há pouco tempo. Não tenho ingerência nas empresas, não dirijo empresas. Tenho a tranquilidade de passar para os senhores e para o Brasil essa informação, dizendo que estou afastado de qualquer negócio desde 1998, quando resolvi entrar para a vida pública. Os senhores me perdoem, mas me senti na obrigação de fazer esse informe aos Srs. Senadores, antes de iniciarmos os trabalhos.

Sras. e Srs. Senadores, antes de iniciarmos os trabalhos referentes à nossa pauta de hoje, quero propor a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com essa proposta – a Ata foi distribuída a todos os senhores – queiram permanecer sentados, para que a Ata se torne aprovada. (Pausa.)

A Ata está aprovada.

A reunião de hoje destina-se à leitura dos relatórios referentes às matérias constantes dos Itens de nºs 1 a 3, que estão sobre a mesa.

Passamos ao Item nº 1 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, antes da leitura dos dois primeiros relatórios que tratam dos indicados por Sua Excelência a Senhora Presidente da República para compor o Superior Tribunal de Justiça, tenho um requerimento a fazer. Eu gostaria de fazê-lo oralmente, se assim V. Exª me permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem V. Exª a palavra para fazer o requerimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, analisando a indicação de Sua Excelência a Senhora Presidente da República dos nomes para compor o Superior Tribunal de Justiça, com todo respeito à indicação, sem fazer

juízo de valor sobre os indicados – repito: sem fazer juízo de valor sobre os indicados –, penso que a indicação padece de um vício de inconstitucionalidade. Seria este o momento para alegarmos isso? Penso que sim. Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem o objetivo não só de fazer o controle preventivo dos projetos daquelas espécies normativas previstas no art. 59, mas também de fazer o controle preventivo de constitucionalidade das indicações de Sua Excelência a Presidente da República.

Apresento o argumento: o art. 104 da Constituição Federal afirma que o Superior Tribunal de Justiça deve enviar à Presidente da República uma lista com três nomes. Isso está escrito ali de forma expressa, e, salvo melhor juízo, não podemos entender que, numa lista de três nomes, podem existir quatro nomes.

A Constituição, ao assim afirmar, determina que para cada cargo vago de Ministro do Superior Tribunal de Justiça necessário se faz que o Superior Tribunal de Justiça indique a Sua Excelência a Presidenta da República três nomes, sob pena de Sua Excelência a Presidenta da República ter subtraído o seu direito constitucional de escolher.

E é interessante que nós possamos afirmar que essa escolha pela Presidenta da República dos nomes indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e, posteriormente aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário do Senado, tem uma razão de ser: ela se fundamenta no mecanismo de freios e contrapesos que deve existir entre os órgãos que exercem parcela da soberania do Estado.

Existem outros exemplos na Constituição da República. Penso que não há de se falar em fundamentação de uma lista com quatro nomes em regimento interno de tribunal muito menos na Lei Orgânica da Magistratura, que é de 1979. Daí nós estaríamos a fundamentar uma interpretação da Constituição tendo por base o Regimento Interno do STJ e também a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que é de 1979.

Desta feita, Sr. Presidente, faço aqui um requerimento, sem prejuízo desta sabatina e sem fazer juízo a respeito dos indicados, a quem todos devemos respeito. Agora, a Constituição da República deve ser cumprida e, salvo melhor juízo, a Constituição da República não vem sendo cumprida neste particular.

Se nós analisarmos a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, existem casos em que o Supremo Tribunal Federal apresenta valor constitucional à lista ofertada. E essa lista deve ser de três nomes.

Assim, faço um requerimento a V. Exª e solicito que isso seja colocado em votação por este Plenário para que Sua Excelência a Presidenta da República e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça possam nos informar qual o fundamento legal ou constitucional para que, numa lista que a Constituição, em seu art. 4º, afirma que devem existir três nomes, existam quatro nomes para o preenchimento de dois cargos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Reduzi esta argumentação por escrito, que aqui se encontra e faço chegar às mãos de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra a V. Exª, Senador Demóstenes, consulto o Senador Pedro Taques.

V. Exª, Senador, faz em forma de requerimento para que a Mesa submeta ao Plenário ou V. Exª encaminha para que a Mesa faça o encaminhamento ao STJ?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Eu não posso decidir pelo Plenário. Penso que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. A pergunta é apenas para orientar a Mesa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, sim, desculpe-me. Penso que o Plenário deva decidir a respeito disso, porque a Constituição vem sendo desrespeitada, a meu juízo. E esta Comissão de Constituição e Justiça tem um trabalho constitucional que deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, apenas para entendimento: V. Exª requer à Mesa que submeta ao Plenário encaminhamento de um requerimento pedindo informações ao STJ e à Presidência da República em relação às indicações de Ministros dos Tribunais Superiores?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só do STJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só do STJ, sem prejuízo do que já está aqui; apenas falando de futuro. Só para a Mesa poder encaminhar.

Tem a palavra o Senador Demóstenes para discutir a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Pedro Taques levanta uma questão da maior importância para esta Casa e para o Brasil.

O Superior Tribunal de Justiça tem, no seu Regimento Interno, a possibilidade de que esses nomes sejam escolhidos de forma conjunta, de maneira que faz uma lista com quatro nomes quando há duas vagas. Isso, segundo o Senador Pedro Taques, ofende diretamente a Constituição.

Eu não tenho dúvida de que ofende a Constituição. Por quê? Porque o art. 94 é claríssimo, combinado

com o art. 104, ou seja, a lista é sêxtupla e depois é reduzida para uma lista tríplice e, no caso da magistratura, vários nomes são indicados e o Superior Tribunal de Justiça tem que fazer uma lista tríplice.

Isso ofende direito de quem está na lista – em vez de se fazer duas listas de três nomes, fazer uma com quatro nomes –, isso ofende o direito da Presidente da República, porque a Presidente, em vez de escolher em duas listas, tem que escolher em uma só, com quatro nomes, totalmente ao arrepio e outra com três nomes remanescentes, o que não é o caso. Ela faz uma primeira escolha ou uma segunda escolha quando a Constituição impõe ao Presidente da República apenas a escolha do primeiro nome, como faz também com os governadores de Estado. E aqui nós temos vários ex-governadores que tiveram oportunidade de decidir dessa forma. E vale lembrar, Sr. Presidente, que na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.289 foi claríssimo especialmente o Ministro Gilmar Mendes. E aqui era um caso até diferenciado. Num desses Estados novos onde não podia ser feita uma lista sêxtupla com todos aqueles de mais de dez anos de carreira – que é outra exigência –, resolveu-se fazer porque tinham apenas alguns nomes e não seis com mais de dez anos de carreira.

Então, entraram e arguiram que o Ministério Público formulou uma lista que ofendia a Constituição Federal. E o Supremo admitiu que se colocassem na lista pessoas com menos de dez anos de carreira, não havendo outras com mais de dez para compor a lista, porque isso ofenderia o direito do Presidente da República.

Diz o Ministro Gilmar Mendes, vou ler apenas alguns trechos para não ser cansativo, mas é bem elucidativo a esse respeito.

"Se não houver membros do Ministério Público com requisito acima indicado, como compor a lista sêxtupla a fim de realizar-se o princípio? Seria possível compor-se ou completar a lista sêxtupla com membros do Ministério Público que ainda não tenham completado dez anos da carreira?"

Aí vem o Ministro: "Assim sendo, se não for permitida a inclusão na lista sêxtupla de membros do Ministério Público com menos de dez anos de carreira, ter-se-á: ou a não realização do princípio constitucional do quinto – que é o que aconteceu, porque não foram elaboradas duas listas de três –, assim descumprindo-se o que a Constituição quer e determina (art. 94) ou o não cumprimento do segundo requisito. O da lista sêxtupla vai dizer com a feitura desta apenas com um ou dois nomes."

Aí o Ministro Gilmar Mendes responde: "A não observância da lista sêxtupla, no caso da formação, para o fim de realizar-se o princípio constitucional, implica ofensa a princípio outro, o de que o tribunal que deve fazer redução da lista sêxtupla para lista tríplice tem inibido ou mitigado a prerrogativa de escolha que lhe conferiu a Constituição. E se a lista que deveria ser sêxtupla passou a ser na origem tríplice, então, o tribunal não tem escolha nenhuma. E se a lista que na origem deveria ser sêxtupla, mas que contém apenas um nome ou dois nomes, então, teríamos duas ofensas ao mesmo tempo à Constituição: nem o tribunal nem o Presidente da República poderiam exercer a prerrogativa constitucional de escolha." E no caso, em vez de seis nomes, recebeu a Presidente da República apenas quatro nomes.

Como o Tribunal já vem agindo sistematicamente dessa forma desde 1995, é óbvio que não há que se falar em olhar para trás, ou mesmo com essa escolha porque, senão, seria prejudicar os dois indicados agora, que vêm sendo indicados, na minha opinião e como olha também o Senador Pedro Taques, de forma errônea.

Então, o que nós queríamos fazer e eu acho que é correto? A Comissão de Constituição e Justiça pedir explicações através desse requerimento do Senador Pedro Taques ao Presidente do Tribunal de Justiça e à Casa Civil da Presidência da República sobre por que, primeiro, a confecção com essa sistemática no Superior Tribunal de Justiça; e, segundo, qual a razão por que a Presidência, embora prejudicada, admite esse tipo de indicação.

De qualquer forma, com o precedente indicado aqui do Supremo Tribunal Federal, que já decidiu que usurpa inclusive competência da Presidência da República, ao não se colocar para a Presidência três nomes, e, sim, quatro em duas listas – na realidade, então, dois nomes por lista –, em tese, embora um seja remanescente, há vários vícios. Você faz uma primeira e uma segunda escolha dentro da mesma lista.

Então, pediríamos, Sr. Presidente, a todos colegas Senadores que aprovassem esse requerimento, porque, em decorrência disso, já vamos fazer uma representação à Procuradoria-Geral da República para entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra esse dispositivo do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Mas, com a resposta, e, se houver convicção dos Srs. Senadores nesse aspecto, poderemos, de toda sorte, fazer esse questionamento, essa representação via Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o que teria, inclusive, muito mais força.

Então, quero concordar com o requerimento do Senador Pedro Taques, que acho da maior justiça, e precisamos restabelecer o texto da Constituição Federal que determina uma lista tríplice para cada escolha,

e não a feitura de uma lista quádrupla, quadrúplice, para duas escolhas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Álvaro Dias, o Senador Aécio pediu antes de V. Exª; depois de V. Exª foi o Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Eunício, bem rapidamente, o Senador Pedro Taques, mais uma vez, dá oportunidade à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de cumprir o papel para o qual ela foi criada. E, nesse caso específico, de normatizar as relações entre o Congresso Nacional, em especial o Senado da República, e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O Senador Taques se refere ao art. 104 da Constituição, que é absolutamente claro no que diz respeito à composição do Superior Tribunal de Justiça e, no seu inciso I – é importante que isto fique registrado –, quando fala dessa composição, refere-se a um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, que é o caso, indicados em listra tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

Portanto, parecem-me absolutamente claros o sentido e a intenção dos legisladores no momento em que definiram o processo para indicação dos ministros do STJ, não obstante esse processo da lista quádrupla vir ocorrendo há vários anos.

Assim, manifesto minha posição absolutamente favorável ao requerimento apresentado pelo Senador Pedro Taques. Contudo, sem prejuízo, obviamente, dos dois nomes que já estão na pauta desta Comissão para serem sabatinados, pelos prejuízos que isso causaria – até porque não seria justo com os processos anteriores –, ressalvados esses dois nomes, acho que deveríamos, Sr. Presidente, aguardar a manifestação da Casa Civil da Presidência da República e também do STJ para que, de posse dos argumentos que justificarem, de alguma forma, o confronto com o que está estabelecido claramente na Constituição, possamos, a partir dessa manifestação da Casa Civil e do STJ, nos manifestar.

E, repito, preservados os nomes que estão na pauta, a minha sugestão é que nós não deveríamos avaliar outros nomes antes de ouvir essa manifestação do STJ e também da Casa Civil, até para que isso sirva de estímulo a que essa manifestação venha o mais rapidamente possível. Vindo a manifestação, sobre ela nós nos manifestaríamos, alguns com direito de concordar com ela, com esses argumentos que subtraem poderes da Presidência da República, e outros, provavelmente, contrários a ela.

Acho que o Senador Pedro Taques dá mais uma extraordinária contribuição e permite ao Senado Federal normatizar a sua relação com o STJ e com outras instituições – na verdade, uma relação que vem, sucessivamente, permitindo que poderes desta Casa sejam cotidianamente usurpados.

Portanto, manifesto-me favoravelmente a esse requerimento, sem prejuízo da sabatina aos nomes que já estão colocados na pauta desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós apoiamos o requerimento do Senador Pedro Taques, achamos da maior importância e oportunidade, até para que se esclareça, de forma cabal e definitiva esse assunto. Embora o Supremo tenha se manifestado já há algum tempo, relativamente à lista de quatro nomes, depois de um debate longo sobre constitucionalidade, prevaleceu o voto da relatora, Ministra Ellen Gracie.

Eu faço a leitura, sucintamente, do seu voto:

(...) a confecção de lista quádrupla, ao invés de duas listas tríplices, corresponde à prática legitima. Primeiro, porque o critério da lista quádrupla, no caso de existência de duas vagas a serem preenchidas, equivale ao de duas listas triplas, já que, escolhido inicialmente um dos nomes entre quatro, ainda restam três nomes para a segunda escolha (...). Segundo, porque o artigo 88 da LOMAN, a meu ver, permite expressamente o critério da lista quádrupla. (...)

Portanto, longe de ser uma inovação, a tradicional elaboração da lista quádrupla para preenchimento de duas vagas no Superior Tribunal de Justiça encontra suporte no Regimento Interno do STJ e principalmente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Em que pese essa decisão do Supremo, a jurisprudência, portanto, está consagrada pelo Supremo Tribunal Federal, eu creio que o Requerimento do Senador Pedro Taques vai nos proporcionar uma solução mais enfática a respeito desse assunto, a fim de que nós possamos adotar o posicionamento que compete à Comissão de Constituição e Justiça adotar quando tivermos casos semelhantes no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento V. Exª Senador Presidente Eunício Oliveira e os colegas Senadores.

Eu quero apenas registrar, Sr. Presidente, a minha concordância com a leitura feita pelo Senador Álvaro Dias, lembrando que esta questão já foi tratada no âmbito do Supremo Tribunal Federal e esclarecida com o voto da eminente Ministra Ellen Gracie.

Quero alerta que ao ler o requerimento do nobre Senador Pedro Taques, que é uma referência para todos nós aqui, do ponto de vista de conhecimento jurídico, mas que há uma referência específica às duas mensagens que estão na pauta de hoje. Entendo que, salvo melhor juízo do Senador Pedro Taques e da Comissão, se tomarmos como decisão analisar os dois nomes aqui, fazer a sabatina dos dois nomes apresentados e para que um posterior esclarecimento do Superior Tribunal de Justiça teríamos que modificar o texto do requerimento.

Mas quero registrar também, corroborando com a decisão aqui lida pelo Senador Álvaro Dias, de autoria da nobre Ministra Ellen Gracie, que não é a primeira vez que o Superior Tribunal de Justiça envia uma só lista à Presidência da República quando há mais de uma vaga a ser preenchida no Tribunal. A formação de listas únicas com o número de escolhidos correspondente ao de vagas abertas, mais dois nomes, é tradicionalmente adota pelo Tribunal. Há vários exemplos disso.

Em 1999, os Ministros Francisco Falcão e Jorge Scartezzini, já aposentado, e a Ministra Eliana Calmon foram escolhidos a partir de uma lista com cinco nomes, enviada à Presidência da República. Havia naquela ocasião três vagas destinadas a desembargadores federais, abertas no Tribunal.

O mesmo aconteceu em 2006, na escolha dos Ministros Humberto Martins e Massami Uyeda, que eram desembargadores estaduais à época, foram indicados a partir de uma só lista com quatro nomes. Há ainda exemplos mais recentes de Ministros escolhidos da mesma forma.

Portanto, eu entendo que apresentação desses nomes obedeceu à Constituição, no entendimento do Supremo Tribunal Federal, e me sinto absolutamente apto para fazer a avaliação, já nesta reunião, se o plenário entender assim. E entendo que, para que a sabatina desses dois Ministros não fique prejudicada, deveria haver uma alteração no texto do requerimento do nobre Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Indago ao Senador Pedro Taques, para deixar claro o que nós vamos colocar em votação agora, que é o requerimento, se o requerimento de V. Exª se prende ao futuro, como coloca e questiona o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente. Eu manifestei uma opinião. Essa opinião está sujeita à crítica, primeiramente, desta Comissão; depois do Supremo Tribunal Federal. Não é isso?

Para o futuro. Se erros foram cometidos no passado, com todo o respeito desses erros, eu não tenho culpa deles, porque eu "não matei Joana D'Arc". Não é? Então eu não tenho culpa deles.

Na minha opinião, que está sujeita à críticas – e aqui foram ofertadas críticas respeitosas e eu as aceito –, nós temos que tratar para o futuro, sem prejuízo desses dois dignos magistrados que aqui serão sabatinados hoje, se assim a Comissão de Constituição e Justiça entender. Mas nós temos que ressaltar que esta Comissão de Justiça tem um valor constitucional: ela serve justamente para que nós possamos fazer esse controle preventivo e não ficarmos com outra utilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques, pelos esclarecimentos.

Então eu vou colocar em votação o requerimento de informações do Senador Pedro Taques, no que se refere as futuras indicações, ressalvadas as indicações que já estão aqui para serem lidas no dia de hoje.

Portanto, eu coloco em votação a matéria...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª poderia ler o requerimento do Senador Pedro Taques?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento do Senador Pedro Taques já foi lido por S. Exª. V. Exª quer que se leia novamente?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ele não leu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ah, ele fez de ofício. V. Exª pode ler o requerimento, Senador Pedro Taques, já que V. Exª é o autor?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011-CCJ

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 383, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da apreciação das Mensagens de nºs 101 e 102, de

2011, contendo as indicações dos nomes para compor o Superior Tribunal de Justiça, para fins de solicitar informações à Presidência da República e à Presidência do Superior Tribunal de Justiça...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pelo adiamento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Senador, mas o Senador Rodrigo Rollemberg argumenta que faz referência ao 101 e ao 102. E eu concordei exatamente em retirar e mudar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em retirar o 101 e o 102?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente.

E continuo: acerca do cumprimento dos preceitos constitucionais.

E passo a justificar. Vou ler inteira a justificativa, Sr. Presidente:

Justificação

Conforme se verifica na notícia veiculada pelo próprio site do Superior Tribunal de Justiça, em 15/06/2011 (http://www.stj.gov.br/portal/stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=102255), a escolha dos indicados às vagas de Ministro do Tribunal ocorreu através da formação de uma lista quádrupla, encaminhada à Presidência da República para que procedesse à escolha dos dois candidatos indicados nas Mensagens nºs 101 e 102 de 2011.

Nesse sentido, o citado texto jornalístico afirma expressamente que:

"Um desembargador de Santa Catarina, um do Rio de Janeiro, um de São Paulo e um de Minas Gerais foram escolhidos para compor a lista com quatro nomes que será encaminhada para a indicação da Presidenta da República, Dilma Rousseff dos dois novos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A lista é composta pelos desembargadores Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, Marco Aurélio Bellizze de Oliveira, Carlos Teixeira Leite Filho e Herbert José Almeida Carneiro.

(...)

O Presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, entrega ainda esta semana a lista quádrupla para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. A listagem segue para apreciação da Presidenta Dilma Rousseff (sic), que deve indicar dois nomes. Uma vez apontados pela Presidência da República, os nomes seguem para aprovação do Senado Federal (em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, pelo Plenário)".

Esse procedimento, em tese, deveria ser realizado da seguinte maneira: primeiro se elabora uma lista tríplice para, na sequência, elaborar uma segunda lista composta, necessariamente, pelos dois nomes remanescentes da primeira, acrescidos de mais um terceiro, conforme dispõe o 4º do art. 27 do Regimento Interno do próprio STJ, verbis:

Art. 27...

§ 4º Se existirem duas ou mais vagas a serem providas dentre Juízes ou Desembargadores, o Tribunal deliberará, preliminarmente, se as listas se constituirão, cada uma, com três nomes distintos, ou se, composta a primeira com três nomes, a segunda e subsequentes deverão ser integradas pelos dois nomes remanescentes da lista anterior, acrescidos de mais um nome."

Contudo, no mundo fático nem mesmo essa norma é cumprida, pois conforme se verifica no caso das Mensagens submetidas à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, não houve a formação de duas listas, porque não há como saber quem serão os dois remanescentes da primeira lista, pois a escolha presidencial não havia sido feita até que o quarto nome fosse incluído.

Na prática, isso significa que, aberta a sessão de escolha e votação, o Tribunal delibera previamente pela formação de uma lista quádrupla para que sejam escolhidos dois nomes pela Presidência da República.

Por si, esse método mostra que o cumprimento do § 4º do art. 27 do Regimento do STJ é materialmente impossível de ser cumprido, Confirmando o que aqui se argumenta, o § 6º do mesmo art. 27 do Regimento Interno do STJ explica que:

"§ 6º Se o Tribunal deliberar que, na constituição das listas, será adotado o critério previsto na segunda hipótese do parágrafo quarto deste artigo, cada Ministro, em primeiro escrutínio, votará em tantos nomes quantas forem as vagas a preencher e em mais dois..."

Ou seja, considerando que são duas as vagas disponíveis, reconhece-se a formação da lista quádrupla como único meio de resolver o impasse regimental consubstanciado no fato de não se saber quem serão os remanescentes da hipotética primeira lista tríplice.

Sendo assim, impossível não vislumbrar que esse procedimento viola frontalmente o dispositivo constitucional que trata a matéria, conforme se verifica na explícita determinação contida no art. 104, parágrafo único, inciso I, que já foi lido pelo Senador Aécio Neves.

Com efeito, a única interpretação admissível do referido dispositivo constitucional indica que, para cada vaga aberta para desembargadores federais e estaduais, deve o STJ elaborar uma lista tríplice. Exegese diversa, além de incorreta, acarreta grave violação da norma constitucional citada.

Ademais, a permanecer o procedimento adotado pelo STJ, resta seriamente limitada a competência da Presidência da República, insculpida no art. 84, XIV,

da Constituição, já que, havendo duas vagas, o Chefe do Executivo estaria adstrito a escolher dois nomes dentre quatro indicados, conquanto que a Constituição lhe dá a prerrogativa de escolher dois nomes dentre seis indicados, em duas listas tríplices.

Desta feita, ante a evidente inconstitucionalidade, não há como se sustentar a validade do art. 27, § 4º, do Regimento Interno do STJ, haja vista que, desde o célebre julgamento do caso Marlbury versus Madison, julgado em 1803 pela Suprema Corte americana, o mundo ocidental sabe que a supremacia da Constituição é corolário que sustenta o Estado Democrático de Direito.

De igual modo, nem mesmo cabe o argumento de que o art. 27, § 4º, do Regimento Interno do STJ encontra fundamento legal no art. 88 da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), que assim dispõe:

Art. 88 – "Nas promoções ou acessos, havendo mais de uma vaga a ser preenchida por merecimento, a lista conterá, se possível, número de magistrados igual ao das vagas mais dois para cada uma delas."

Isso porque, se cotejado com o art. 104, § 1º, I, da Constituição de 1988, verifica-se que há evidente contrariedade entre o mandamento constitucional e a possibilidade de aplicar o referido dispositivo da LOMAN no caso em debate.

Assim, considerando que a LOMAN é anterior à Constituição de 1988, constata-se que não foi recepcionada na ordem constitucional brasileira a hipótese de elaboração de lista quádrupla para a escolha presidencial dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, admitida no art. 88 citado.

Por conseguinte, considerando o amplo espectro do controle de constitucionalidade assumido pela Constituição de 1988, seja na via jurisdicional do controle difuso ou do controle concentrado, seja na forma política, cabe ao Senado Federal e, especialmente, a esta Comissão de Constituição e Justiça (conforme prevista pelo art. 101, I, do regimento interno), zelar pela preservação da ordem constitucional brasileira, de modo que, não pode esta Comissão continuar a apreciar Mensagens com tamanho vício de origem.

Pelo exposto, as evidentes inconstitucionalidades narradas são prejudiciais à apreciação da matéria.

Este foi o requerimento.

O teor do argumento trazido pelo Senador Rodrigo Rollemberg, com que eu concordo, como já havia argumentado e entendo que esta Comissão não pode aprovar outros nomes. Nós não podemos descumprir a Constituição. É lógico que esta é uma posição minha e está sujeita a críticas inclusive porque é uma opinião.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Sr. Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, V. Exª sabe que eu tenho no Senador Pedro Taques e no Senador Demóstenes Torres, dois professores a quem eu respeito, sigo e admiro. Agora, quero pedir a autorização de S. Exªs para discordar da posição de ambos. Quero pedir autorização para permanecer e ficar com o voto da Ministra Ellen Gracie no Mandado de Segurança nº 23789, cujo final repito nesta Casa.

"A confecção de lista quádrupla, ao invés de duas listas tríplices, corresponde a prática legitima. Primeiro, porque o critério da lista quádrupla, no caso de existência de duas vagas a serem preenchidas, equivale ao de duas listas triplas, já que, escolhido inicialmente um dos nomes entre quatro, ainda restam três nomes para a segunda escolha."

De modo que, respeitando – acho um requerimento importante – que esta Comissão se pronuncie, a minha posição é a de seguir o decidido pelo Supremo nesse voto da Ministra Ellen Gracie.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Rapidamente, para me associar, Senador Demóstenes e Pedro Taques, ao raciocínio do Senador Francisco Dornelles, antes desta decisão da Ministra Ellen Gracie, a Presidência foi consultada, nesse mesmo debate dos dois juízes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A Presidência respondeu dizendo: "De toda imprópria ingerência do Chefe de Executivo em seara própria do Poder Judiciário ao qual cabe o controle administrativo e controle no procedimento de formação sobre a lista", em cima da discussão do art. 27. E depois vem o voto que foi lido pelo Senador Francisco Dornelles. Só quero me associar aos argumentos do Senador Francisco Dornelles.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Primeiramente, nesse caso específico, embora a Ministra tenha dado a opinião, não foi um caso levado ao Plenário por se tratar de mandado de segurança.

Em segundo lugar, no caso da votação agora, no caso dessa formação, já doze Ministros do STJ votaram contra a elaboração dessa forma. E o que estamos dizendo é o seguinte. Temos decisão também do Supremo em sentido contrário. Não queremos questionar a lista que veio, não. Quanto a isso, não há problema. Por quê? Porque as outras também já foram confeccionadas desse jeito. Então, não podemos pegar os dois desembargadores para Cristo. Não queremos nada com isso. Queremos é levantar essa discussão no Supremo Tribunal Federal.

Como ela sempre foi discutida a latere, ou seja, uma hora é uma decisão porque se colocaram pessoas com menos de dez anos de carreira; outra hora, é discutido mandado de segurança (falha na gravação) direito ou não direito adquirido. Então, os Ministros do Supremo é que sabem bem a razão dessa decisão.

Então, muito bem. O STJ tem uma posição majoritária de continuar fazendo a lista dessa forma. Mas a Constituição diz que tem que ser elaborada lista tríplice. Então, queremos uma manifestação do Supremo Tribunal Federal para dizer se o STJ está certo ou errado. Se disser, que está certo, está tudo ok. O que queremos é aprovar o requerimento para pedir informações ao STJ e à Casa Civil da Presidência da República para dizer por que aceitam esse procedimento. E, em seguida, representaremos ao Procurador Geral da República. Qual é o objetivo do Senador Pedro Taques e também o meu? Se tiver o aval da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado, isso é muito melhor do que uma iniciativa isolada minha ou do Senador Pedro Taques. E o que queremos é discutir, sem prejudicar a quem quer que seja.

Qual é o procedimento correto? É esse.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, para esclarecer.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A decisão da Ministra Ellen Gracie foi tomada em tribunal pleno.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Houve o debate, sim, eu até fiz referência à ocorrência do debate quando li o voto da Ministra Ellen Gracie. Mas sem prejuízo do requerimento. Creio que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A minha posição diverge...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Creio que o requerimento é responsável e ele acrescenta. Não vejo nenhum prejuízo em aprovarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – E o requerimento é de informações. Ele não pode impor absolutamente nada após a aprovação a sua aprovação. Há um pedido de informações, e as informações virão dando explicações, talvez repetindo inclusive as questões levantadas por V. Exª, Senador Alvaro Dias, pelo Senador Dornelles e pelo Senador Rodrigo Rollemberg, corroboradas pelo Senador Lindbergh Farias.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon antes de se colocar em votação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, com toda sinceridade, acho que não há maior profundidade nessa nosso discussão. Se a solicitação determinasse a paralisação da atual escolha dos dois, aí poderíamos discutir. Mas o nobre Senador diz, com todas as letras, que os dois indicados serão votados naturalmente. Então, o que ele está pedindo é uma informação do Supremo. Acho que aí não custa nada para nós. Quer dizer, é uma dúvida, não é uma dúvida, fica um esclarecimento definitivo por parte do Supremo. Nós não temos nenhum prejuízo, ninguém sai perdendo; é uma interrogação, o requerimento feito é muito claro nesse sentido. Então, creio que fazer uma solicitação ao Supremo, que não vai alterar em nada o caso que estamos julgando agora, não vejo por que não aprovar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para ler o artigo apresentado pelo Senador para mostrar que toda a razão assiste...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique pediu a palavra, pela ordem.

Senador Luiz Henrique, tem V.Exª a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Antes de votarmos esse requerimento, gostaria que V. Exª procedesse à leitura do mesmo, de acordo com a emenda supressiva do nobre Senador Rodrigo Rollemberg, para que saibamos exatamente o que vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nas notas taquigráficas, já que o requerimento do Senador Pedro Taques foi lido na íntegra e, pela ponderação, ele fez uma alteração, quero deixar bem claro: esse requerimento não cria nenhuma dificuldade para esses dois indicados pelas duas Mensagens, de nºs 101 e 102, e nas mensagens futuras o requerimento de informações não impede que essa própria Comissão avalie, mesmo que não tenha ainda a resposta. Aí é uma outra discussão no momento oportuno, e este não é o momento oportuno, e vou, com o devido esclarecimento, colocar em votação...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para fazer um esclarecimento em relação ao julgado apresentado pelo Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª pede a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para dizer que realmente as questões jamais foram enfrentadas diretamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, diz aqui: "É inaplicável a norma do art. 93, II, b, da Constituição Federal". E realmente se discutiu essa questão no Supremo. Mas o que diz o art. 93, II, b:

Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

II – Promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

(...)

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

Então, vejam que foi discutido, dizendo: "Não se aplica esse assunto". Como também naquele que li, não se discutia isso. Alguém mencionou, outro mencionou. Então, o que queremos é que o Supremo discuta esse caso. Por exemplo, a Ministra Ellen Grace, numa situação lateral, já deu a opinião dela de que é favorável à manutenção desse sistema. Enquanto que no outro aqui, o Ministro Gilmar Mendes, também numa situação que não era direta, deu uma opinião de que é contra, dizendo que é inaplicável, tem que se respeitar a lista tríplice.

Então, o que queremos? Que o Supremo decida como é que, uma vez que o STJ aplica o Regimento Interno e não a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar o requerimento em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, se V. Exª me permite, para que não paire qualquer dúvida, vou expressar uma outra vez.

Esse requerimento, inicialmente, tinha a intenção de sobrestar a estação aqui. No entanto, o Senador Rodrigo argumentou e eu com S. Exª concordei. Nós não podemos prejudicar quem já foi escolhido pelo STJ e pela Presidente. O que desejo, e vou expressar novamente, é que, se essa opinião, que é uma opinião, possa ser esclarecida. Nada mais que isso. Esta é a função da Comissão de Constituição e Justiça: questionar a constitucionalidade do que aqui chega. Não existe outra; e o Supremo Tribunal Federal não decidiu isso expressamente. Nesse voto da Ministra Ellen, isso foi discutido de forma lateral, é o voto dela, não é a posição do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, acho que está claro para todo mundo.

Está claro para todos os Srs. Senadores? (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Está claro, Sr. Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação o requerimento do Senador Pedro Taques, pelas notas taquigráficas, com as devidas ressalvas feitas por S. Exª.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Item 1 da pauta...

Antes, porém, de convidar o Líder Renan Calheiros para relatar a primeira proposição, a Mensagem de nº 101, de 2011, aqui da Mesa registro, com prazer, a presença do Ministro Luís Felipe Salomão, do STJ; da Ministra Fátima Nancy Andrighi, do STJ; do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do STJ; do Dr. Técio Lins e Silva, ex-Conselheiro do CNJ; da Drª Renata Gil e do Dr. Carlos Marchionatti, representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), do Desembargador Antonio César Siqueira, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), do ex-Ministro José Gerardo Grossi, do Dr. Tito Souza do Amaral, Promotor de Justiça indicado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Eu pediria às assessorias que, se possível, se algumas dessas autoridades estiver de pé, que cedam os seus lugares para que essas autoridades tenham assento em nosso plenário.

ITEM 1:
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 101, DE 2011

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

A votação será secreta.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1-CCJ, publicado no Diário do Senado Federal de 24 de

outubro de 2007, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de escolha de autoridades nesta Comissão será feito da forma como determina o Ato nº 1, ouvidos obviamente os Srs. Senadores Líderes.

Passo a palavra ao Sr. Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão a indicação, pela Presidente da República, do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga destinada a Desembargador, decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o art. 104 da Constituição Federal, os Ministros do STJ são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um terço da Corte composto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborados pelo STJ, que é enviada ao Presidente da República a quem compete escolher um dos integrantes da lista e submeter a indicação ao Senado Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de acordo com o art. 52, inciso II, alínea a, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados nos casos nela estabelecidos.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação pelo Senado Federal das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinadas no art. 383 do Regimento Interno desta Casa e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão, sendo sua competência emitir parecer de mérito sobre tais indicações, nos termos do art. 101, II, i, do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme as normas mencionadas, a Mensagem Presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu curriculum vitae, no qual devem ser registradas as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

O indicado deve ainda apresentar declaração que informe sobre: (i) a existência ou não de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos; (ii) a eventual participação do indicado como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos; (iii) sua situação junto às fazendas públicas federal, estadual e municipal; (iv) a existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual; (v) os juízos e tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos.

Por fim, o indicado deve apresentar sucinta argumentação escrita, na qual demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Em face do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Sr. Marco Aurélio Bellizze Oliveira encaminhou a esta Comissão seu curriculum vitae e as declarações exigidas no mencionado Ato.

Extraímos do curriculum vitae que o indicado nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 4 de janeiro de 1964. Graduou-se em Direito pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá, atual Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, em 1985, obtendo, pela mesma Universidade, em 2003, o título de Mestre em Direito, na área de concentração "Estado, Direito e Justiça".

Iniciou sua vida profissional em 1986, no seu Estado natal, exercendo a advocacia, por curto período de tempo, em razão de ter sido aprovado em concurso público e exercido, por menos de um ano, o cargo de Detetive de 3ª Classe da Secretaria de Estado de Polícia Civil, voltando a exercer a advocacia até o ano de 1990, sendo, nesse período, membro do Quadro Auxiliar da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exercendo a função de Delegado da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativa dos Advogados (CDAP).

A partir desse ano, ingressou na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, em razão de ter sido aprovado, em primeiro lugar, em concurso público, exercendo, até o final do ano de 1996, a judicatura em diversas Comarcas daquele Estado, passando a exercê-la, na Capital, a partir de janeiro de 1997, inicialmente como Juiz Titular da Vara de Execuções Penais, mas logo tornando-se Juiz Titular da 9ª Vara da Fazenda Pública, permanecendo nesse cargo até fevereiro de 2004. Nesse mesmo período, exerceu, simultaneamente, o cargo de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), de Membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado, por dois biênios, e de Corregedor Regional desse mesmo Tribunal.

Foi promovido, por merecimento, a partir de fevereiro de 2004, a Desembargador do TJ/DF, onde é membro da Comissão de Legislação e Normas, desde 2009, tendo exercido ainda a Presidência do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Rio de Janeiro.

Destacam-se entre as obras e artigos mencionados pelo indicado, o seu livro intitulado Ação de Investigação judicial Eleitoral: A Inefetividade da Ação

de Investigação Judicial, publicado pela Editora Lumen Juris, em 2005.

Foi palestrante em inúmeros cursos, seminários, encontros e mesas redondas promovidos por instituições de ensino jurídico e órgãos judiciários.

Exerceu o Magistério em diversas instituições de ensino superior, destacando-se a de professor auxiliar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Escola da Magistratura do mesmo Estado (EMERJ), participando, ainda, como membro, de banca examinadora de concursos públicos para ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro e de Delegado de Polícia.

Peço autorização aos senhores para registrar um fato que muito me chamou a atenção.

O indicado é juiz de carreira e ingressou na magistratura estadual pela porta estreita do concurso público. Naquela oportunidade, foi examinado pelo rigoroso Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que, em 2005, lembrou o acontecimento ao prefaciar uma das obras do Desembargador Marco Aurélio Bellizze Oliveira, assinalando o seu talento para a vida jurídica, a dedicação ao estudo e a clara consciência das graves responsabilidades inerentes ao exercício da judicatura.

No prefácio, o saudoso Ministro Carlos Alberto Direito vaticinou que "o Desembargador Marco Aurélio Bellizze Oliveira seguirá trajetória de permanente crescimento intelectual e profissional arrimado na vivacidade de seu espírito e na lealdade aos princípios éticos que devem reger a vida de um magistrado".

Esta a envergadura do magistrado de carreira que temos a honra hoje de sabatinar nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Considero, portanto, uma excelente escolha da Presidente Dilma Rousseff, que, certamente, o Ministro Carlos Alberto Direito, se vivo fosse, estaria aplaudindo.

Ante o exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

ITEM 2:
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2011

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Nos termos do art. 283 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, publicado no Diário do Senado Federal, no dia 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feita de acordo com o Ato nº 1, que submeterei depois à discussão dos Srs. Senadores.

Convido o Senador Luiz Henrique da Silveira para sentar à Mesa e fazer a leitura do seu relatório, agradecendo ao Senador Renan Calheiros, que, se assim o desejar, pode permanecer aqui do nosso lado, passamos a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira.

Tem V. Exª a palavra, Senador, para leitura do seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ilustres membros do Poder Judiciário aqui presentes, pela Mensagem nº 102, de 2011, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Sr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Constituição Federal, no art. 104, caput e parágrafo único, estabelece que o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três membros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Por sua vez, o art. 52, III, a, combinado com o parágrafo único do já referido art. 104, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto e maioria absoluta, a escolha de Ministro do STJ efetuada pela Presidente da República, após arguição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, II, i, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também das normas regimentais do Senado. O processo de aprovação das autoridades, no âmbito da CCJ é disciplinado pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Ao nomear para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça o Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, a Presidenta da República, Dilma Rousseff escolheu uma das maiores expressões do Poder Judiciário catarinense, que adquiriu projeção em todo o País, notadamente por sua luta para concretizar a conciliação e o juizado de pequenas causas.

Além disso, a Presidenta da República atendeu à vontade do Superior Tribunal de Justiça – e quero assinalar isso aqui, Sras. e Srs. Senadores – já que o Professor Marco Aurélio Gastaldi Buzzi foi, de longe, o mais votado na lista para o preenchimento das duas vagas.

O Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi nasceu em 4 de fevereiro de 1958, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. É bacharel em Direito, formado em 1980, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí.

O indicado participou do curso de aperfeiçoamento em Falências e Concordatas em 1981 e cursou, entre os anos de 1985 e 2009, respectivamente os cursos de Especialização em Instituições Jurídico-políticas, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (Unoesc); Direito do Consumo, realizado pela Universidade de Coimbra, Portugal; e Gestão e Controle do Setor Público, promovido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Em 2001, obteve o título de mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), com a dissertação "Alimentos Transitórios: uma Obrigação por Tempo Certo".

Ingressou na magistratura catarinense em 28 de setembro de 1982, tendo sido aprovado – e ressalto isto aqui – em primeiro lugar no respectivo concurso. Foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina vinte anos depois, em 4 de dezembro de 2002.

Além da advocacia e da judicatura, o Desembargador Gastaldi Buzzi tem se dedicado constantemente ao magistério.

Na própria universidade onde se graduou, a do Vale do Itajaí, foi, entre 1992 e 1993, professor de Direito Administrativo, Teoria Geral do Processo e Direito Penal. Atualmente, é professor titular da referida universidade, onde ministra aulas de Direito Processual Civil e Direito do Consumidor. É, ainda, professor convidado das seguintes instituições: Academia Judicial do Estado de Santa Catarina, Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina e Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina.

Em razão de sua luta pela conciliação e pelo fórum de pequenas causas, foi eleito Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje); membro do Comitê Executivo do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Supervisor Estadual dos Juizados Especiais de Santa Catarina; integrante do Comitê Gestor do Projeto Casas de Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça.

O indicado participa intensamente de atividades de intercâmbio na área jurídica, tendo atuado, como conferencista e palestrante, em seminários, congressos, fóruns e cursos, grande parte sobre conciliação e resolução de conflitos, dos quais destacamos:

a) I Seminário Estadual dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, ocorrido em Vitória, Espírito Santo, no dia 18 de junho de 2010;

b) Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 8, 9 e 12 de março de 2010;

c) XXIV Fórum Nacional de Juizados Especiais, realizado em Florianópolis, entre 12 e 14 de novembro de 2008;

d) Seminário sobre a Conciliação na Justiça Brasileira, realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 18 e 19 de outubro de 2006;

e) IV Seminário Estadual de Prefeitos, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, em 30 de novembro de 2004;

f) III Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, ocorrido em Florianópolis, em 31 de julho de 1998.

Registramos, ainda, que o indicado já participou de mais de quinze bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de curso de graduação pela Univali, tendo oito dessas monografias sido redigidas sob sua orientação.

Ainda em relação às atividades acadêmicas, destaco a publicação das seguintes obras: Alimentos Provisórios: uma Obrigação por Tempo Certo, publicado em 2003, pela Editora Juruá, em Curitiba; Movimento pela Conciliação, elaborado em parceria com equipe de trabalho designada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça, em 2006; A Política Nacional do Poder Judiciário de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses: O Movimento pela Conciliação, publicado na Revista dos Juizados Especiais pela Editora Fiúza, São Paulo, no ano de 2008; e 15 anos de Debates e Reflexões, publicado em 2010, também pela Editora Fiúza.

O magistrado Gastaldi Buzzi recebeu diversas distinções honrosas, das quais destacamos: Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, concedido em 2010 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas a pessoas e instituições, em reconhecimento à significativa contribuição nas ações de implementação e fortalecimento da Política Nacional sobre Drogas; Medalha Agostinho Alves Ramos, concedida em 2004 pela Câmara de Vereadores de Itajaí, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade itajaiense na área de proteção dos Direitos da Criança e do Ado-

lescente; e Título Honorífico de Cidadão Ascurrense, nos termos do Decreto Legislativo nº 3, de 2003, da Câmara de Vereadores do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial, que recai sobre um juiz e um cidadão de grande cultura, notório saber jurídico e vida ilibada, conforme reconheceu e exaltou o STJ, ao fazê-lo – repito – o mais votado, nas duas vagas em disputa!

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

ITEM 3:
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea "e"; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles, a quem convido para vir até a mesa.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007 desta CCJ, publicado no Diário Oficial do Senado Federal, de 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. e Sras. Senadoras que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feita de acordo com o que determina o Ato nº 1.

Registro aqui, com alegria, a presença do Dr. Jefferson Coelho, Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, membro eleito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Registro também com prazer a presença do Dr. Marcos Ronaldo Freire, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal.

Convido o Senador Dornelles para compor a Mesa e fazer a leitura do seu relatório.

Tem a palavra, V. Exª, Senador Dornelles, para relatar a indicação do nome do Sr. Roberto Monteiro Gurgel do Santos para ser reconduzido ao cargo de Procurador Geral da República.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Sr. Vice-Presidente Senador Lobão, Sras. e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos para o cargo de Procurador Geral da República.

Compete ao Senado Federal, privativamente, nos termos do art. 52, inciso III, letra e do Estatuto Magno, aprovar, previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

O Regimento Interno desta Casa atribui a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (art. 101, II, letra i, RISF), a tarefa de emitir o parecer respectivo, observadas as regras pertinentes ao rito, inscritas no art. 383.

O currículo de ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS, indicado para recondução ao cargo de Procurador-Geral da República, contempla as informações necessárias ao exame da matéria por esta Comissão.

Sua Excelência é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado em 18 de dezembro de 1977, tendo sido, na ocasião, escolhido por seus pares para orador da turma.

Ingressou no Ministério Público Federal mediante concurso público, quando da realização do 5º Concurso para Provimento do cargo de Procurador da República, ocorrido entre os anos de 1980 e 1982. Em 1993 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional da República, e, em 1994 foi promovido, também por merecimento, para o cargo de Sub-Procurador Geral da República. Ocupou a partir de 30 de junho de 2005 o cargo de Vice-Procurador Geral da República.

Membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal, eleito por toda a categoria, nos anos de 1996 a 2000 e de 2001 a 2005. Ocupou, nessa condição, a Vice-Presidência do Conselho Superior do Ministério Público, de setembro de 2001 a junho de 2005.

Foi membro da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dedicada ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, desde a sua instalação, ocupando a sua coordenação no período de setembro de 1995 a abril de 2002.

Indicado Secretário do Concurso Público para Procurador da República, atribuição que desenvolveu de junho de 1994 a julho de 2004, foi incumbido da coordenação dos oito (8) concursos que foram realizados nesse período.

Designado pelo Procurador-Geral da República, em agosto de 1991, integrou a Comissão destinada a elaborar trabalho sobre a atuação da instituição na área ambiental, visando sua participação na Conferência Internacional Rio-92.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS participou de inúmeros congressos, seminários e cursos jurídicos, os quais são enumerados em seu currículo.

E participou, na condição de Coordenador, de seminários e encontros jurídicos, tais como o sobre a

Preservação do Patrimônio Cultural Urbanos em Núcleos Tombados, ocorrido em Pirenópolis, Estado de Goiás, de 1º a 5 de outubro de 2001, e sobre as Conseqüências Socioambientais da Implantação de Obras de Infraestrutura na Amazônia, ocorrido em Belém, Estado do Pará, nos dias 23 e 4 de abril de 2001, e do Seminário Internacional sobre O Direito Ambiental e os Rejeitos Radioativos, realizado no Rio de Janeiro, RJ, nos dias 5 e 6 de outubro do ano 2000, entre diversos outros.

Recebeu diversas distinções e honrarias, dentre as quais cito a de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, em 2010; a Medalha do Mérito Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, também em 2010; o Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em 2010; o Colar de Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 2009; a Medalha da Ordem do Mérito da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 2009; e, no mesmo ano, a Grã-Cruz do Mérito do Ministério Público Militar.

Recebeu, ainda, a Medalha da Inconfidência, em 2008; o grau de Comendador da Ordem do Rio Branco, em 1996; de Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar, em 1995; e de Comendador da Ordem do Mérito das Forças Armadas, em 1992; além da Medalha Comemorativa da Inauguração da Sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília, no ano de 1990.

Cabe informar que ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS apresentou as declarações exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, a saber:

a) Declaração de que sua esposa Cláudia Sampaio Marques, desde 1º de outubro de 1984, quando ingressou no Ministério Público Federal, exerce atividade relacionada às suas funções institucionais;

b) Declaração de que não participa como sócio, como proprietário, ou como gerente de qualquer empresa;

c) Declaração de que não tramitam ações judiciais em que figure como autor ou réu, ressalvadas aquelas de iniciativa da Associação Nacional do Ministério Público em favor de seus associados;

d) Declaração de que atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, perante o Tribunal Superior Eleitoral na condição de Procurador-Geral Eleitoral e, antes, de Vice-Procurador Geral Eleitoral, e perante o Supremo Tribunal Federal, na qualidade de Procurador-Geral da República, nos últimos dois anos, e, antes, como Vice-Procurador Geral da República.

e) Declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais e de competência do Distrito Federal, acompanhada das respectivas certidões.

Nesse sentido, sinto-me gratificado e feliz em poder reiterar, nesta Comissão, durante esta apreciação de seu nome por esta colenda Comissão de Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, as palavras aqui proferidas pelo Senador da República designado para relatar sua designação original, há pouco mais de dois anos, o Senador Tasso Jereissati:

O Dr. Gurgel é, reconhecidamente, não apenas entre os de sua classe, que o sufragaram majoritariamente em eleição realizada entre os membros do Ministério Público, mas entre todos que acompanharam sua brilhante carreira, um dos quadros mais valiosos daquela plêiade de Procuradores da República, que honram sua instituição.

(...)

Dos testemunhos dos que o conhecem desde os tempos de Colégio Batista de Fortaleza, passando pelos tempos de estudante de Direito no Rio de Janeiro até as altas funções que exerceu na Procuradoria Geral da Republica, em Brasília, só há registro de fatos enaltecedores de seu talento, onde sobeja a inteligência, esta muitas vezes revelada em doses de fina ironia. Os que o conhecem pessoalmente descrevem este homem de múltiplos talentos, que o fizeram um líder natural, em que a humildade e a discrição inspiram um respeito e uma autoridade espontânea, razão do elevado conceito que desfruta hoje nas mais altas cortes do País.

Faço minhas as palavras do eminente Senador Tasso Jereissati, e entendo que esta Comissão encontra-se de posse de todos os elementos bastantes para a apreciação da recondução do nome do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos para o cargo de Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse é o relatório do Senador Francisco Dornelles. Muito obrigado, Senador Dornelles.

Sras. e Srs. Senadores, de conformidade com o Ato nº 1, de 2007-CCJ, publicado no Diário do Senado Federal do dia 24 de outubro de 2007, esta Presidência vinha, repito, em atendimento a esse ato, propondo aos Srs. Senadores, até por uma questão de celeridade dos atos de preenchimento das vagas pelos indicados ao CNMP, ao CNJ e mesmo aos tribunais superiores, como os que aqui foram pelos senhores sabatinados, esta Presidência vinha propondo sistematicamente a quebra do interstício previsto no art. 383 do Regimento Interno. Como o Senador Pedro Taques fez uma questão de ordem a esta Mesa, depois de analisa-la, eu tomei uma definição nesta questão de ordem, respondendo aos Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues,

dia 29 de junho, lembra aqui o Senador Pedro Taques. Após essa data, esta Presidência fez um compromisso com este Plenário... E, como eu disse, desde o primeiro dia, todas as decisões tomadas, enquanto Presidente for, serão sempre em respeito ao Plenário desta Comissão e ao mandato dos Srs. Senadores, sempre que possível, na busca do entendimento. Quando não for possível, faremos os debates necessários.

Por esse motivo, por ter acolhido a questão de ordem de V. Exªs, do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe Rodrigues no dia 21 de junho, esta Presidência se sente impedida de fazer uma proposição aos Srs. Senadores de maneira formal; porém, por uma questão de relevância do que nós estamos tratando, por uma questão de querer fazer com que esta Comissão, que deve encerrar seus trabalhos muito em breve, conclua, se possível, tudo aquilo que iniciamos e debatemos aqui durante todo esse período, consulta as Lideranças e os Srs. Senadores quanto à questão da quebra...

Não é uma proposta da Mesa, mas uma consulta. Se houver o entendimento dos Srs. Líderes, dos Srs. Senadores, pela sua unanimidade, tendo em vista que já defini em questão de ordem, não tenho como voltar atrás, mas como há, da nossa parte, essa intenção, consulto os Srs. Líderes e os Srs. Senadores sobre essa questão.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Demóstenes, em seguida o Senador Renan Calheiros. (Pausa.)

Senador Renan Calheiros, o Senador Demóstenes gentilmente cede a V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer um apelo em nome da necessidade de preenchermos esses dois cargos: de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e de Procurador-Geral da República. Nós já fizemos isso aqui muitas vezes. Por consenso, poderemos contornar essa dificuldade, essa limitação que o cumprimento do Regimento nos impõe com relação ao prazo do interstício depois de publicados os pareceres. Se nós fizermos isso, nesse caso é muito mais recomendável ainda do que em qualquer outro caso, nós não só contornaremos essa dificuldade como apreciaremos ainda durante esta semana – porque vamos ter recesso a partir da próxima semana se nós votarmos a LDO – o nome do Procurador-Geral da República e dos dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Se não ocorrer isso, Sr. Presidente, dificilmente nós vamos ter condições de apreciar esses nomes. De modo que esse apelo, mais do que nunca, faz sentido. E eu gostaria de fazê-lo aos outros Líderes presentes à Comissão, para que possamos contornar essa dificuldade. Essa é a posição do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atendendo inclusive ao apelo de V. Exª, é por esse motivo que estou consultando o Plenário, e quero deixar bem claro, Senador Pedro Taques, aqui está ausente e deve estar nos assistindo de outro lugar o Senador Randolfe, que não há um descumprimento daquilo que aqui foi definido. Há uma solicitação do Líder Renan Calheiros e, por deferência a essa solicitação, e dos relatores que aqui fizeram o seu relatório, que estou consultando o Plenário. Se houver a unanimidade dos presentes aqui, nós vamos dar continuidade à reunião.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

Não havendo unanimidade, obviamente que sou obrigado, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, e obviamente do art. 383, a conceder vista coletiva à indicação dos três membros, um para Procurador-Geral da República e os outros dois para Ministro do STJ.

Tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Demóstenes, eu agradeço a gentileza de me conceder antes....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão, V. Exª tem a palavra; em seguida o Senador Demóstenes.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado.

Havia a intenção de eu entrar com um requerimento pedindo a dispensa do interstício. Em função de estarmos à beira de um recesso parlamentar, iríamos empurrar muito para a frente a votação e a sabatina dos três indicados. Além disso, o Senador Demóstenes, em respeito ao Regimento, pediu-me que eu não entrasse com esse requerimento. Mas eu ponderaria ao Senador Demóstenes, devido à estatura dos três indicados, pelo que nós vimos nos três relatórios, por se tratar de indicados da mais alta qualidade e sapiência jurídica, os três, e como não acredito que haja a menor dúvida em qualquer dos Senadores, sobre a oportunidade de fazermos a sabatina em três dos maiores valores desta República.

Então, eu pediria ao meu querido amigo Demóstenes que nós pudéssemos adiantar no tempo e ter essa economia de prazo, podendo nós fazermos realmente a dispensa desse interstício e podermos aqui fazer essa sabatina. Mas, se o Senador Demóstenes compreender que é preciso nos atermos ao Regimento,

à dureza da letra do nosso Regimento, eu irei compreender perfeitamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Antes do Senador Demóstenes, eu faria ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, por cessão do Senador Demóstenes.

O Senador Pedro Taques está inscrito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero fazer minhas as palavras do Senador Renan Calheiros e do Senador Lobão.

Realmente compreendo, respeito e acho altamente importante o cumprimento de certas formalidades, mas toda regra tem sempre uma exceção, não existe no mundo regra que não tenha exceção. E nós estamos diante de um recesso que vai começar na próxima segunda-feira. Então, gostaria de perguntar a V. Exª se, em decorrência do recesso e se, em decorrência do fato de que o atraso que pode haver no julgamento de grande número de processos, que o mandato do Procurador-Geral termina agora no dia 22, se V. Exª admitiu que estabelecêssemos essa regra válida de que a Comissão deve muito à competência e ao cuidado de V. Exªs, se V. Exª concordaria em estabelecer uma exceção a essa regra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, depois o Senador Pedro Taques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejo que, lamentavelmente, tenho que fazer aquela parte da música do Chico Buarque, não é verdade? Então, o Fado Tropical não tem uma parte que diz assim: "Mais que depressa a mão cega executa, pois que senão o coração perdoa", não é verdade?

Então, na realidade, o que acontece é que temos o Ato nº 1, de 2007. Nesse ato, está dizendo: "Disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania".

E diz, no art. 2º que a avaliação do indicado será feita em duas etapas. E o § 2º é claro: "Será concedida, automaticamente, vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa.

Mas o que acontece? O que acontece é que, editado em 2007, como lembrou o Senador Renan Calheiros, por várias vezes, por várias vezes, nós quebramos o interstício aqui e, por outras vezes, não quebramos esse interstício. De sorte que chegamos a ter situações tão díspares que o Ministro do Supremo Toffoli teve observado o interstício e o Ministro do Supremo Fux não teve observado o interstício. Quer dizer, os dois na mesma situação, de igual importância. Então, numa situação se optou por Toffoli, Ministro, obedecer o interstício, no outro caso não.

O próprio Gurgel, Procurador-Geral da República, era o Presidente, era o Presidente da Sessão e foi endereçado... Eu mesmo aderi, assinei o pedido para dispensa de interstício do Gurgel. Então, não tenho nada, o meu irmão é Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás. Ontem, o chefe do Ministério me ligou: Por favor, vamos o Gurgel, dia 22 termina o mandato.

Mas o fato é o seguinte, e aqui veja bem, a questão da prorrogação do prazo e tal. O fato é: o Senador Pedro Taques observando essa situação, fez uma questão de ordem com a adesão do Senador Randolfe Rodrigues e disse: Olha, a situação é uma bagunça. Numa hora, sem qualquer critério, nós obedecemos o interstício, e em outro momento, nós cancelamos esse interstício. Então, temos que ter um padrão. E qual é o padrão? Ou revogamos a Resolução nº 1, de 2007, e aí fazemos do jeito que nós queremos ou vamos fazer com que a Resolução subsista e, nessas condições, nós não vamos abrir mais exceção.

Então, o Senador Eunício Oliveira deferiu a questão de ordem e disse "nós não vamos mais abrir exceções". Isso agora há pouco. E, agora, na primeira oportunidade, nós queremos abrir três exceções. Quer dizer, se nós passamos a obedecer esse critério, o que vai acontecer? Vai nos dar até conforto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos tirar das nossas costas... Amanhã, nós temos aí dois Ministros do Supremo, no mínimo, Dizem até que três daqui para o ano que vem. E aí? Nós vamos quebrar ou não vamos quebrar? E vamos ter mais quantos do STJ?

Eu conheço a todos, repito. O Procurador-Geral da República já foi sabatinado aqui, tem uma história, e essa história será avaliada por todos. Poderia neste momento ser avaliado? Acho que sim. O Desembargador Bellizze, da mesma forma. O Desembargador de Santa Catarina, que, inclusive, é um homem que vai fazer uma grande diferença no STJ, porque vem de uma visão de desburocratização da Justiça etc. Mas nós optamos por essa forma. Senão, não vamos começar nunca. Nunca vamos começar!

Então, peço para que a mão execute em vez do coração perdoar, no sentido não literal naturalmente. É que nós precisamos começar a aplicar essa resolução. Ela já foi excepcionada pelo Senador Marco Maciel; já foi excepcionada por mim, já foi excepcionada pelo Senador Eunício Oliveira; contudo, o Senador Eunício,

ainda outro dia, deferiu uma questão de ordem dizendo: "Nós não podemos abrir exceções". E fica bom para todo mundo não abrir exceção. Então, daqui para frente, em qualquer circunstância e tal...

Assim, reafirmo, não é nada pessoal. Não estamos fulanizando a questão. Muita gente está dizendo o seguinte: "Sabatina de Gurgel será adiada". Não; ele está aqui. Não será adiada a sabatina de Gurgel nem de nenhum dos outros; será cumprida a resolução. Se fosse o contrário, "sabatina de Gurgel foi antecipada"... Estão dizendo que a questão é só em relação a isso, e não é. Não é retaliação ou coisa alguma. Acho que o Dr. Gurgel vai ter o conforto aí de passar pela sabatina. Acho que a grande maioria da Casa quer a sua volta. Quem não quer vai dizer os motivos por que não quer a sua volta.

E até fica bom, para alguém que é da Justiça, cumprir as normas interna de outro Poder; não é? As nossas normas internas estão dizendo isso. Fica bom para o Procurador-Geral da República respeitar o que o Senado tem internamente aqui posto. Fica bom para os atuais desembargadores, próximos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, com certeza, cumprirem essa determinação.

Então, mesmo sabendo estar contrariando o senso geral, peço aos Srs. Senadores a compreensão para nós começarmos a aplicar efetivamente essa resolução.

Assim, lamentando contrariar o nosso querido Senador Renan Calheiros; o nosso grande Senador Lobão Filho, que vejo aí restabelecido, para nossa alegria; o Senador Eunício, nosso Presidente, que também gostaria de contemporizar; bem como o Senador Aécio, que já fez esse apelo; o grande Senador Dornelles, e digo grande de coração mesmo, pois considero V. Exª um dos grandes quadros desta Casa; o Senado Luiz Henrique, peço vênia, desculpas, mas acho que está hora de cumprir a resolução.

É só essa a razão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse é o encaminhamento de V. Exª e do seu partido?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela Liderança do partido, V. Exª encaminha "não"...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela Liderança do partido, encaminho o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) à quebra de interstício?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra; em seguida o Senador Alvaro Dias.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDt – MT) – Sr. Presidente, quando eu levantei a questão de ordem no dia 21 de junho de 2011, eu não sabia da existência da recondução do Procurador-Geral da República, muito menos tinha conhecimento da indicação, pela Senhora Presidente, dos dois desembargadores que aqui se encontram. Portanto, Sr. Presidente, estou muito tranquilo no tocante a essa questão de ordem levantada no passado. Conheço o Dr. Gurgel há quinze anos. Ele foi meu chefe durante quinze anos, porque fui Procurador da República durante quinze anos. Mas, como Procurador da República, aprendi, nas minhas ações, não beneficiar o amigo, muito menos prejudicar o inimigo. Por isso, existe a lei, que deve ser genérica, abstrata. E o Regimento Interno é uma lei, em sentido material ao menos, para que possamos atendê-la aqui.

Então, com todo o respeito, vejo a questão de ordem sobre o Dr. Gurgel, sobre os dois ilustres e competentes desembargadores que foram indicados pela Senhora Presidenta da República, mas a lei não pode ofender quem quer que seja.

Desta feita, não peço desculpas, por manter o Regimento. Estou cumprindo o que determina o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias pede a palavra.

Senador Pedro Taques, esse é o posicionamento de V. Exª e do Partido de V. Exª nesta Comissão?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, é meu posicionamento. Não tenho indicação do Líder para falar pelo Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está bem.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, falo pelo Partido, exatamente para encaminhar nossa posição e ressalvo, inclusive, que há no Partido aqueles que imaginam, em razão da circunstância, que devemos agilizar os procedimentos, realizar a sabatina e votar. Mas temos compromisso com o rito estabelecido. Temos de respeitar as práticas, as normas que são adotadas internamente e democraticamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Exatamente em razão dessa ponderação, mesmo com o desejo de alguns de que pudéssemos resolver essa situação ainda hoje ou amanhã, vamos acompanhar a decisão anunciada pelo Senador Demóstenes Torres, em respeito àquilo que ficou estabelecido na Resolução nº 1, de 2007.

O que nos conforta é sabermos que, neste período de julho, há recesso nos Tribunais Superiores. Então, não haverá prejuízo em razão de adiarmos a sabatina para o início de agosto. De outro lado, a Procuradoria-Geral da República tem mandato até o dia 22. Portanto, haverá poucos dias durante o recesso do Congresso Nacional, e, certamente, logo no início de agosto, procederemos à sabatina e deliberaremos. Não vejo, portanto, que comprometeremos a normalidade, tanto na área da Procuradoria da República, quanto no STJ, com esse adiamento da sabatina para agosto.

Por isso, nós, do partido, vamos ficar com essa posição de respeitar a Resolução nº 1, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a posição de V. Exª e do partido de V. Exª, o PSDB.

O Senador Aécio pede a palavra.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, as manifestações já havidas, inclusive as do Líder do meu Partido e as dos Senadores Demóstenes e Pedro Taques, por si só, já definem essa questão, que só poderia ser resolvida de outra forma se houvesse unanimidade das manifestações neste plenário.

Apenas faço o registro de que isso deve ser compreendido como algo absolutamente natural no processo legislativo. O próprio Senador Demóstenes, que primeiro trouxe esse tema aqui, fez questão de registrar o apreço que tem – acredito que todos nós temos esse apreço – pelos nomes trazidos a esta Comissão, tanto para compor o STJ, como para ser reconduzido à chefia do Ministério Público como Procurador-Geral.

Sugiro a V. Exª, para que não fique dúvida alguma de que essa seja uma questão política ou pessoal de oposição ou de situação, que V. Exª já defina, para a primeira reunião ordinária a ser realizada no início de agosto, a sabatina dos três nomes, para que não surja qualquer outro empecilho ou qualquer outro argumento do ponto de vista político que possa adiar por mais tempo essa sabatina.

A minha preocupação, nesse ponto de vista, diz respeito mais à Procuradoria-Geral, em razão da necessidade de assumi-la interinamente outro nome. Quanto menos tempo durar essa interinidade, acredito mais adequado que os procedimentos tomem o rito natural nesta instituição tão relevante.

Então, acho que V. Exª poderia, de alguma forma, sinalizar que, cumprindo aquilo que foi determinado por nós mesmos, nós tenhamos, já na primeira semana pós-recesso, a conclusão desse rito, visto que V. Exª fez um esforço enorme para a conclusão de várias outras questões iniciadas neste primeiro semestre.

Aproveito para dizer que teremos a oportunidade – e dirijo-me às Sras. e aos Srs. Senadores – de, amanhã, quem sabe, concluir a tramitação nesta comissão de algo extremamente relevante, que diz respeito ao novo rito de tramitação das medidas provisórias nesta Casa. E aqui trarei um relatório que se aproxima, acredito, do pensamento médio da Casa e, em especial, desta Comissão, para que nós possamos deliberar e, quem sabe, concluir as votações deste primeiro semestre com algo de tamanha relevância e tão importante para o Parlamento brasileiro, que é o restabelecimento da autonomia e, diria, até mesmo da dignidade desta Casa no tratamento ou na análise das medidas provisórias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pelas palavras dos diversos Senadores que propuseram seja respeitado o que aqui foi deliberado e tendo em conta que 48 horas seria o prazo de bom senso para exame do assunto, por que não concordarmos que possa V. Exª fazer a arguição e votação dos indicados pela Presidenta da República, digamos, na quarta-feira? Será que não poderíamos chegar a um bom senso, já que todas as palavras são à busca de um bom senso e de respeito para com todos?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Eduardo Suplicy, em 2002, na sabatina do Ministro Gilmar Mendes, pediu vista – ele e outros Srs. Senadores –, e o prazo foi o regimental mesmo. Então, se desde aquela época há o prazo de cinco reuniões, não será agora que iremos quebrá-lo.

Está aqui a ata da reunião da apreciação do nome do Ministro Gilmar Mendes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, se for para deliberar amanhã ou depois, seria melhor deliberar hoje. Nós estamos respeitando uma resolução, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo entendimento por parte dos Srs. Líderes partidários, eu me sinto na obrigação de conceder, neste caso, vista coletiva dos três nomes indicados: do Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, do

Dr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e do Dr. Marco Aurélio Bellizze Oliveira.

Esta Mesa e esta Presidência não vê alternativa senão a de conceder vista nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezoito horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Cícero Lucena. Deixa de comparecer o Senador Vital do Rêgo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. **Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 96 de 2009** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório**: Pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nº 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nº 4-CCJ a 8-CCJ, pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e Emendas nº 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado**: **Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.** Usam da palavra os Senadores Cícero Lucena, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço e o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara encerrada a presente reunião às vinte horas e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Subcomissão Temporária criada para analisar o Projeto de Resolução nº 96/2009 que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da primeira sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à leitura do Relatório do Senador Ricardo Ferraço, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Nos trabalhos desta Comissão foram realizadas quatro audiências públicas para instruir a matéria.

O Senador Ricardo Ferraço informa que o Relatório está chegando. Quero ainda informar que estão sendo chamados os Senadores Cícero Lucena e Vital do Rêgo, componentes desta Subcomissão. Eu agradeceria se, na medida do possível, puderem estar aqui conosco para a leitura do Relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Eu gostaria de informar que transmiti ao Senador Pedro Simon, que foi membro da Subcomissão de Reforma Administrativa e escreveu um livro sobre a situação administrativa do Senado Federal, o convite para estar presente a esta reunião. Inclusive informei a ele que, como previsto, os Senadores membros da Comissão pedirão vista do Relatório do Senador Ricardo Ferraço, e que teremos ainda algum tempo para exame, modificações e proposições para o Relatório do Senador Ferraço.

Agradeço a presença dos Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena, Ricardo Ferraço. Estamos no aguardo do Senador Vital do Rêgo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena, V. Exª tem a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Como todos nós temos compromisso e procuramos sempre acompanhar e cumprir as agendas, eu já estava me atrasando exatamente por algumas informações que estava recebendo. E, devido à complexidade do assunto, eu gostaria de registrar a minha presença, mas não vou poder ficar para a leitura do Relatório do Senador Ricardo Ferraço. Adianto a minha posição de pedir vista, devido à complexidade do assunto. As informações que tive sobre o relatório foi somente através da imprensa. Então, eu pediria que, feita a leitura, aguardo cópia e sugiro até que seja vista coletiva, para que todos nós tenhamos tempo de analisar e, na próxima reunião, no máximo em cinco dias, possamos, cada um de nós, emitir o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Pergunto ao Senador Benedito de Lira se tem opinião semelhante.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu também pedirei vista.

Como bem disse o Senador Lucena – conversávamos no plenário hoje – é uma matéria realmente muito polêmica e que irá exigir de cada um de nós um voto com absoluta segurança do que irá fazer, até porque vai sair desta Comissão se não um projeto definitivo, mas um esboço com absoluta condição de ser levado ao plenário da Casa, um projeto de resolução que estabelece todos os critérios e regras para a reforma administrativa da Casa.

Por isso, eu quero também pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, eu também quero me manifestar. Estou de acordo com o pedido de vista coletiva, e essa é também a posição do Senador Vital do Rêgo, já adiantada a mim há poucos instantes no plenário.

Então, fica decidido que haverá pedido de vista coletiva por parte dos membros da Subcomissão de Reforma Administrativa.

Senador Cícero Lucena, queria apenas informar que acredito que possivelmente deveremos nos reunir até informalmente ao longo dos próximos dias para reflexões e antes da reunião formal de apreciação final do relatório – acredito que isso se fará necessário.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Estou à disposição de V. Exª, se quiser na segunda-feira no final da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

V. Exª prefere já iniciar as suas explicações ou prefere que suspendamos por alguns instantes?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu prefiro que possamos suspender por até dez minutos, Sr. Presidente, porque precisamos fazer alguns ajustes de última hora, e isso atrasou um pouquinho a redação final. Estamos apenas aguardando a chegada aqui do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, fica suspensa, se possível, por menos tempo, dada a premência de trabalho e compromisso de todos, até que chegue o parecer do relator Ricardo Ferraço.

Está suspensa a reunião por alguns instantes

[Suspensa às 18 horas e 56 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 58 minutos.]

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT - SP) – Declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Ferraço, para a leitura do seu parecer. Já vai ser distribuída a cópia em seguida, que já está sendo providenciada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Senador Benedito, demais Senadores que não se fazem presentes, mas justificando suas ausências, é o seguinte o relatório: esta Subcomissão Temporária, criada no âmbito da CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -, foi criada para apreciar, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, de autoria da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

1. Histórico da tramitação

O Projeto foi lido em plenário em 22 de dezembro de 2009. No prazo regimental, foram apresentadas 34 emendas. Distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu de seus membros mais 11 emendas. A Comissão constituiu em 2010 uma Subcomissão Temporária integrada pelos Senadores Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Junior e Antonio Carlos Valadares. Essa Subcomissão anterior, presidida pelo Senador Jarbas Vasconcelos e tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, realizou uma audiência pública e 16 reuniões de trabalho, ouvindo dirigentes do Senado Federal e consultores técnicos da Fundação Getúlio Vargas. Esse trabalho contou com o apoio técnico da consultoria externa da FGV, contratada para essa finalidade.

Em 8 de dezembro de 2010, o então Relator apresentou seu Parecer, que não foi votado na Comissão. Em 2011, a CCJ aprovou a criação de nova Subcomissão Temporária para análise do Projeto. Foram

designados para a nova Subcomissão os Senadores Eduardo Suplicy, eleito Presidente, Ricardo Ferraço, designado Relator, Vital do Rêgo, Cícero Lucena e Benedito de Lira. No presente ano, a Subcomissão realizou ainda audiências públicas em que também ouviu dirigentes do Senado Federal e consultores da Fundação Getúlio Vargas.

O Projeto de Resolução contempla a modificação integral das Partes II e III do Regulamento Administrativo do Senado Federal, acrescendo-lhe ainda uma Parta IV – Das Disposições Gerais e Transitórias.

O Anexo da Resolução, constituído de 662 artigos, estabelece inicialmente a estrutura, as competências e o funcionamento dos órgãos administrativos do Senado Federal. Em seguida, por meio do regulamento de cargos e funções, fixa a nomenclatura e os quantitativos dos cargos de provimento efetivo e em comissão e das funções comissionadas existentes no Senado Federal, especificados em tabelas anexas, bem como estabelece as atribuições dos respectivos titulares e indica sua lotação. A parte final estabelece disposições gerais e transitórias.

A Comissão Diretora, autora do Projeto, pontua em sua justificação que a proposta promove uma profunda reestruturação do Senado Federal, por meio da modernização da gestão, maior transparência no processo decisório e corte de despesas, baseados em estudos técnicos da Fundação Getúlio Vargas, sugestões da Casa e propostas apresentadas pelos Senadores. Isso seria obtido por meio da redução de diretorias e de funções comissionadas, pelo agrupamento de unidades administrativas antes superpostas, pela vinculação de vários órgãos diretamente à Comissão Diretora e pela criação de um Conselho de Gestão para assessorar essa Comissão.

Passo à análise da matéria.

Não há óbice constitucional para a tramitação da proposta, pois se trata de proposição prevista dentre aquelas de iniciativa privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, XII, da Constituição Federal.

A proposição, portanto, atende a disposições regimentais e a regras da boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, são as seguintes as nossas observações e considerações.

Devemos reconhecer que a discussão deste projeto tem origem imediata em uma crise administrativa que eclodiu em 2009, com denúncias de impropriedades de toda natureza, mas suas verdadeiras raízes remontam a causas muito anteriores.

Um representante eleito que chegue a esta Casa pela primeira vez, como eu, não pode deixar de se surpreender com as dimensões da sua estrutura administrativa. Para sintetizar em número apenas, nos dias de hoje, os 81 Senadores são assistidos pelo exercício de 3.391 servidores efetivos e 2.489 ocupantes de cargos de livre provimento. São, em média, 72 pessoas para cada parlamentar. Somente para ficar nos cargos de livre nomeação, de 1993 a hoje, a Casa aumentou seu número de 399 para 2.489, enquanto o número de Senadores permanecia exatamente o mesmo. Não posso me omitir em examinar a fundo o custo e o retorno disso para o contribuinte brasileiro.

O Senado, na nossa Constituição, existe em função do plenário e das comissões. A maior parte do seu quadro de pessoal, porém, desempenha hoje funções auxiliares, atividade-meio, algumas de difícil compreensão à luz da missão constitucional do Senado da República. O crescimento das funções auxiliares veio, no tempo, a ser muito mais rápido que as atividades propriamente legislativas, e muitas das razões originais para a criação de serviços já não se sustentam mais, a meu juízo.

O Senado criou e ampliou um serviço gráfico para assegurar a independência do Poder Legislativo no ambiente histórico do autoritarismo, quando a própria publicação de documentos que não interessavam ao poder dominante estava sob ameaça. Esse instrumento foi crescendo para dimensões incomparavelmente maiores, fazendo com que hoje o Senado imprima em papel não só os documentos legislativos, mas também todo tipo de publicações técnicas, históricas e culturais, inclusive prestando serviços a outros órgãos. Hoje vivemos num tempo em que não há mais ameaça ditatorial, e a publicação por meio eletrônico representa a maior parte da produção editorial mundial, até por razões ambientais de redução do consumo de papel.

O serviço médico foi criado para atender a emergências em um tempo em que Brasília carecia de infraestrutura médica adequada e acabou por transformar-se em um pequeno hospital que presta uma grande variedade de serviços de saúde. Isso leva a questionar se não haveria hoje superposição inadequada com o plano de saúde já oferecido pela Casa aos Senadores e servidores, tendo em vista a disponibilidade de recursos assistenciais na rede privada.

Temos ainda um serviço de informática criado num tempo em que pouco havia disponível no mercado nacional, exigindo a verticalização de todo o processo de gestão da informatização. Hoje, porém, mudam radicalmente, em intervalos de tempo cada vez mais curtos, tanto os recursos tecnológicos disponíveis no mercado quanto as necessidades de automação de processo e desenvolvimento de soluções de informação e comunicação.

Estamos hoje sem saber se a estrutura existente é excessiva ou, ao contrário, não é capaz de proporcionar essa infraestrutura crítica para a missão da instituição.

A estrutura de Comunicação Social também teve um crescimento impressionante nos anos mais recentes, porque atua em ambiente que é constantemente reinventado a partir de novas mídias e paradigmas de comunicação. Qual é o limite e que limite se deve estabelecer para o surgimento e ampliação de novas formas de contato com o público, e para a necessidade de geração de novos conteúdos em um leque de mídias que não para de crescer a cada dia?

Em síntese, estamos em um ponto de inflexão na trajetória histórica do Senado brasileiro: a rota da expansão de estrutura, pessoal e despesa que a Casa até aqui e agora percorreu, a meu juízo, tem de ser repensada à luz de suas missões constitucionais, e de nossa conjuntura.

Este é o nosso desafio. Mais que simplesmente reagir à crise, temos que fazer dessa necessidade a oportunidade para avançar e aproximar a instituição Senado ainda mais da sociedade brasileira, por meio do seu alinhamento integral com o papel que dela se espera na Constituição Federal.

Não hesito em dizer que este Relatório, evidentemente, foi muito facilitado pelo trabalho da Subcomissão anterior, que resultou no trabalho apresentado pelo Senador Tasso Jereissati. Deixo o registro do nosso reconhecimento ao dedicado trabalho dos Parlamentares que nos antecederam na Subcomissão anterior: Senadores Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Junior e Antonio Carlos Valadares.

Também aproveito todo o conjunto de orientações técnicas dos diferentes trabalhos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, e as informações trazidas pelas audiências públicas.

Tivemos, na atual Subcomissão, um prazo exíguo de noventa dias para nos reunir, realizar audiências e produzir um relatório. Reconheço que o prazo foi curto, mas a urgência das medidas é grande – até porque esta Casa se defronta com este tema há, pelo menos, dois anos. No entanto, seria impossível corrigir totalmente as distorções acumuladas em décadas no breve período de um trimestre.

É preciso considerar, Sr. Presidente, que nós estamos, inclusive, antecipando o nosso Relatório em quase vinte dias, para que nós pudéssemos dar sequência, pudéssemos ampliar o debate, pudéssemos, a partir do pedido de vista coletiva, e a partir dos debates que teremos na Comissão de Constituição e Justiça, e no plenário, quem sabe – a meu juízo é possível –, até o final do mês de junho, votar esta matéria em plenário e assim darmos na prática, e efetivamente, uma resposta à sociedade brasileira.

O Senado existe para que seu Plenário e Comissões tomem as melhores deliberações possíveis em suas funções constitucionais. Portanto, entendo que a estrutura do Senado deve ser redimensionada, priorizando as áreas que guardam relação direta com a atividade legislativa da Casa, ou seja, a Mesa Diretora, a Secretaria Geral da Mesa, os Gabinetes dos Senadores e Lideranças, as Consultorias Legislativa e de Orçamento, as atividades do Plenário e das Comissões, e a divulgação do resultado das atividades parlamentares. As demais áreas, embora essenciais para o bom funcionamento da Casa, têm de ser dimensionadas em função das primeiras, não podendo suplantá-las em tamanho e importância. Ou seja, nós consideramos aqui dois tipos de atividades: a meio e a fim. E a atividade meio, a nosso juízo, deve prover a atividade fim de infraestrutura para que esta possa cumprir com suas obrigações. O que verificamos, com o tempo, é que a atividade meio transformou-se e se ampliou muito mais do que a atividade fim, e fazemos uma reflexão, em nosso parecer, a respeito da necessidade dessa readequação.

Sob esse princípio básico, resta evidente que é possível uma significativa redução do número de funções e unidades na estrutura administrativa, em relação à situação atual. Como detalhado mais adiante, a adequação da estrutura às necessidades de gestão permite, como resultado muito bem-vindo, uma substancial diminuição de cargos e custos, sem prejuízo do atendimento às atividades fim da instituição. Ou seja, consideramos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as orientações que nos foram dadas pela Fundação Getúlio Vargas, que foi contratada por esta Casa para oferecer retaguarda, para indicar caminhos que pudessem nos levar a uma mudança cultural do enfrentamento dos problemas e desafios que se arrastam há muito tempo.

O que faz o Senado cumprir sua missão são as pessoas e o conhecimento aplicados à deliberação. Todo o resto é necessariamente suporte para que existam pessoas qualificadas, dispondo de conhecimento e informação adequada, produzindo diretamente a matéria legislativa e de fiscalização.

No entanto, essas áreas de suporte tiveram uma expansão notável no passado, em dissonância com seu papel de meio, e não fim, da instituição. O Projeto de Resolução 96/2009 redimensiona a estrutura sem questionar essa evolução distorcida. É preciso que muitas áreas e serviços hoje existentes sejam profundamente repensandos, com vistas a se ter segurança de qual deve ser o leque de suas atribuições e, em consequ-

ência, o seu porte em termos de pessoal e recursos. Esse é o problema essencial a enfrentar.

Como já disse, cumprir o prazo fixado para a apresentação do nosso relatório é essencial à Casa, porque é urgente dispor das normas de organização básicas de um novo Regulamento Administrativo. Como a redefinição de missões acima apontada exige estudos prolongados, com a participação de técnicos externos, dos profissionais envolvidos e dos clientes dos respectivos serviços, não podemos fazê-la no prazo de que dispomos. Para resolver esse dilema, o art. 223 do nosso Substitutivo fixa prazos razoáveis à realização de estudos que reavaliem em profundidade as funções e missões de várias atividades relevantes do Senado Federal.

Percebam que, se até mesmo a Fundação Getúlio Vargas, que há dois anos se debruça sobre o tema, e a subcomissão anterior, que durante doze meses apontou prazos específicos de 60, 90 e até 180 dias para esse estudo, não seria responsável, julgo eu, que em 60 dias, 80 dias, nós pudéssemos fazer uma avaliação detalhada, podendo comprometer a consequência dessa intervenção.

Nessa revisão, incluímos a exigência de que os planos a serem desenvolvidos busquem, sempre, a máxima integração possível com o serviço equivalente da Câmara dos Deputados, de forma a otimizar os recursos do poder Legislativo Federal e economizar para o contribuinte sem prejuízo do apoio prestado aos parlamentares. Essa é a lição exitosa de outros parlamentos bicamerais no mundo, como o da Austrália. Naturalmente, a concretização das medidas dependerá da concordância da Câmara, mas nossa proposta é que o Senado estude as possibilidades e tome oficialmente a iniciativa de propor à Câmara uma atuação integrada, congressual, até em razão dos espaços físicos que compartilhamos de forma integrada.

Creio que o contribuinte acompanhará, com enorme satisfação, as medidas que possam, de alguma forma, racionalizar, sem comprometer, o sistema e as características de cada uma das Casas que compõem o Congresso legislativo brasileiro.

Para os níveis hierárquicos mais altos do Senado, o Projeto de Resolução nº 96/2009 propõe uma vinculação um tanto indiscriminada dos mais distintos órgãos administrativos à Comissão Diretora. Ainda que a desconcentração de poder possa ser desejável, o desenho do Projeto termina por dificultar a coordenação global do Senado. Podemos perceber aqui, em audiências públicas, que, historicamente, havia no Senado unidades com orçamentos autônomos, como se não pertencêssemos a uma mesma organização. Esforços nesse sentido foram feitos, para que uma unidade orçamentária pudesse ser alcançada e construída.

Assim, proponho uma estrutura executiva capaz de coordenar cada uma das áreas estratégicas da atuação da Casa e de funcionar como interlocutor útil para a Comissão Diretora. Proponho para a Secretaria-Geral de Administração o comando de todas as áreas de suporte administrativo, ou atividades-meio, enquanto uma nova Secretaria de Gestão de Conhecimento coordena as áreas de formação do capital humano, organização e disseminação de conhecimento, e a Secretaria de Comunicação Social administra, sob critérios mais claros, a divulgação da atividade legislativa. Prestando serviços diretos de assessoramento às missões administrativas da Comissão Diretora, intervêm a Advocacia e a Controladoria. Todas as demais unidades vinculadas à Comissão Diretora são de caráter estritamente finalístico, envolvidas diretamente na produção legislativa, que é a razão de ser do Senado: os órgãos da Presidência, os gabinetes dos Senadores, das Lideranças e dos demais membros da Mesa, além da Secretaria-Geral Legislativa e das Consultorias Legislativa e de Orçamento. Devo ressaltar que essa reorganização do nível executivo não implica a criação de nenhum novo organismo ou cargo: apenas se redistribuem, sob novo e coerente comando, as atividades já existentes, hoje dispersas.

Ainda no nível executivo, para manter o princípio administrativo da rotatividade nas funções de maiores responsabilidades, estabelecemos e propomos mandatos fixos de quatro anos para os titulares da Secretaria-Geral de Administração e da Controladoria – hoje Diretoria-Geral da Casa –, que passariam ainda a ter seus nomes indicados pelo Presidente e pela Mesa Diretora, assim como pelo Plenário da Casa. Ou seja, a Comissão Diretora ou a Mesa Diretora indica o nome. Esse nome é sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que delibera e manda para o Plenário para que todos os Senadores possam ter participação, possam compartilhar da responsabilidade e decisão da Diretoria da Casa até porque, acho eu, o Diretor da Casa deve ter compromisso com a Instituição. Os Senadores passam, como estamos passando, e a Instituição fica para cumprir com suas obrigações constitucionais.

Estamos propondo avanços na regulação do pessoal dos gabinetes parlamentares. A função de chefe de gabinete passa a ser cargo em comissão, para que o Senador possa nomear pessoa de sua absoluta confiança para o cargo mais importante do seu mandato, ficando ainda o Senador possibilitado de fazer a opção, ou seja, se desejar contratar quadro efetivo do

Senado, que contrate, mas se desejar contratar cargo comissionado, que o faça.

Quanto ao número máximo de cargos de livre nomeação que podem ser providos por meio dos chamados desdobramentos dos cargos da estrutura do gabinete, mantenho a redação do Projeto de Resolução nº 96, que altera dos atuais 79 para 25. O número de funcionários do quadro permanente que podem servir em um gabinete passa de seis para três, o que libera 243 servidores efetivos para retornarem à estrutura permanente, evitando a necessidade de novas contratações, sem impedir que o Parlamentar conte com servidores experientes e conhecedores da realidade administrativa da Casa.

Proponho igualmente como disse aqui, que a designação de servidores para gabinete seja precedida de um processo forma de treinamento e qualificação de forma a assegurar a qualidade da oferta dos recursos humanos no apoio pessoal ao Parlamentar.

No total do quadro funcional, nossa proposta promove significativa redução na estrutura do Senado em relação à Proposta nº 96, o que implica também substancial redução do número de cargos em comissão e funções de confiança. Em termos quantitativos, em relação à situação atual do Senado, ocorre a redução de 1499 para 1219 cargos em comissão na estrutura, ou seja, um enxugamento de 18,68% par aos cargos de livre nomeação e demissão, que são os cargos comissionados. Ocorre a redução de 1781 para 914 funções comissionadas na estrutura, representando uma queda de 48,66%. Nos cargos de provimento efetivo, atualizamos o anexo do projeto para que reflita a posição atual do quadro definido pelo Plenário na recente Resolução nº 61, de 2010, com as reduções que já estão previstas naquela Resolução, decorrentes da extinção de alguns cargos com as aposentadorias dos titulares.

Para evitar a permanência inadvertida de quaisquer desvios residuais, o Regulamento proposto determina a extinção de todas as unidades administrativas, cargos em comissão e funções de confiança que não estiverem descritas em seu próprio texto. Para maior clareza, alteramos a denominação de Função Comissionada constante no Projeto de Resolução nº 96 para Função de Confiança, com o objetivo de compatibilizar o Regulamento com a nomenclatura do art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

Devo enfatizar este que é o tema mais delicado, interna e externamente: o número total de cargos na estrutura. Tomei a decisão de manter o número agregado de funções de confiança e cargos comissionados constantes no relatório anterior do eminente Senador Tasso Jereissati e respaldadas nas recomendações da Fundação Getúlio Vargas. De fato, proponho uma redução ainda maior das funções de confiança para 914. Sei que se trata de um grande sacrifício e esforço imposto ao pessoal da Casa, mas considero uma medida necessária e indispensável para reverter as distorções acumuladas nos últimos anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o quadro abaixo detalha as modificações que estamos propondo em nosso substitutivo quando comparamos com o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, e a situação atual.

Respeitada essa premissa, não me furtei a realizar pequenos remanejamentos que revertem o crescimento relativo das áreas-meio no passado recente. Como resultado, na nossa proposta, as funções destinadas à atividade finalística do Senado Federal elevam sua participação no total: hoje, temos 55% do pessoal na área-meio e 45% na área-fim; a proposta dá à atividade-fim 64% dos servidores, reduzindo a parcela da atividade-meio para 36%, fortalecendo as atividades que estão vinculadas ao exercício do mandato, ou seja, o plenário, as comissões e a consequente retaguarda necessária ao exercício do mandato.

Como já afirmamos, são necessários profundos estudos de revisão das missões – e das dimensões a elas associadas – de vários órgãos importantes da atividade-meio do Senado. A Fundação Getúlio Vargas e a Subcomissão anterior tiveram prazos bastante dilatados e, ainda assim, entenderam ser postura responsável apontar a existência desses problemas estratégicos e demandar estudos mais amplos para abordá-los. Entre as recomendações da FGV, estão as seguintes:

Tabela 2 (Recomendação formulada pela FGV).

Definição de uma nova política de comunicação social para o Senado Federal, que delimite os objetivos e o escopo, o dimensionamento e o alcance dos veículos, e as estruturas correspondentes, ou seja, a definição da missão para a definição da estrutura, e não a definição da estrutura para definição da missão.

Definição de uma nova política editorial para as edições de interesse do Senado que permitam delimitar os objetivos, o escopo e o dimensionamento dos serviços gráficos e das estruturas correspondentes.

Definição de uma nova política de segurança interna, de proteção a autoridades e de investigação de delito que permita delimitar os objetivos, o escopo e o dimensionamento dos serviços da Polícia e de suas estruturas correspondentes.

O Senador Tasso, acolhendo tais recomendações, indica em seu relatório que, além desses pontos levantados pelo eminente Senador Pedro Simon, a quem quero homenagear por sua brava dedicação na Subcomissão, e até por uma edição que fez, indi-

cando caminhos e fazendo uma avaliação muito crítica das mudanças e transformações necessárias, indica o Senador Pedro Simon outras áreas e serviços hoje existentes e redimensionados neste substitutivo, com base na situação hoje existente, podem e devem ser repensados dentro de uma perspectiva de reengenharia estratégica da Casa.

Este trabalho, porém, a Subcomissão não poderia realizar sozinha e incorporar neste relatório, pois se trata de estabelecer estratégias de futuro que envolvem toda a Casa e a sua direção maior.

Como exemplos do que pode e deve ser repensado temos a Gráfica do Senado, o Serviço Médico, o Departamento de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Comunicação Social.

Endossamos o cuidado de tão ilustres antecessores. Se as duas instâncias anteriores, dispondo de mais tempo, entenderam imprescindível abrir processo de rediscussão interna e externa de tamanha envergadura, não seria esta nossa Subcomissão, com o exíguo prazo de 90 dias que recebeu, que iria tomar de afogadilho decisões que poderiam ser entendidas ou compreendidas como arbitrárias sobre questões de tanto impacto sobre o futuro da instituição.

Nosso art. 233 proposto, na linha dos precedentes anteriores, estabelece a exigência de estudos sistemáticos e coordenados, avaliando todas essas questões. Esses estudos, como também já ficou dito, têm como norte a busca da máxima integração possível em cada caso, com o serviço equivalente na Câmara dos Deputados.

A previsão de planos e estudos sobre cada assunto manterá o tema na agenda decisória do Senado e expressará, formalmente, a decisão do corpo legislativo de reconsiderar o leque de atividades hoje desempenhadas pela estrutura administrativa da Casa.

A Gráfica, com um prazo de até 180 dias.

Temos uma gráfica de grande porte, que produz mais de 30, 37 milhões de documentos por ano. Estamos demandando um reestudo de suas dimensões como missão estrita à eficiência e publicidade do processo legislativo, reservando-se todas as demais publicações para o meio eletrônico. Abro aqui um prazo para até 180 para que um grupo técnico específico possa avaliar e indicar caminhos.

A Tecnologia de Informação.

Como pressuposto desse avanço, estamos prevendo um plano diretor de tecnologia da informação que dê o horizonte da evolução tecnológica imprescindível para a adoção do processo legislativo eletrônico e de automação do processo em todas as áreas da instituição. Para esse plano, nós estamos recomendando um prazo de até 180 dias.

De igual forma, o Serviço Médico.

De igual forma, Biblioteca e Documentação.

De igual forma, a Polícia e a segurança do Senado.

Quanto à Polícia do Senado Federal, além da integração com a contraparte da Câmara, faz-se necessário uma revisão atenta de suas atribuições e dimensões. Quanto às primeiras, o nosso substitutivo acolhe emendas apresentadas e retifica o Projeto de Resolução nº 96 quanto a algumas competências regulamentares do Departamento de Polícia.

Contemplamos expressamente o reconhecimento da competência concorrente de outros órgãos policiais federais decorrentes da Constituição. Limitamos alguns excessos na descrição das atribuições de inteligência e operações especiais, vinculando-os à atuação preventiva e relacionada à segurança das instalações e trabalhos legislativos.

No que tange às condições para o porte de arma, restauramos a regra atual de que tal faculdade tem caráter excepcional e deve sempre ser objeto de deliberação, motivada por parte do Presidente da Casa, à vista de solicitação específica formulada pelo órgão policial. Por fim, mantemos a criação das funções de Ouvidoria e Corregedoria da Polícia por parte de um Senador.

Todas essas medidas são garantias de segurança jurídica e da legalidade da atuação do órgão policial em benefício dos próprios policiais e da comunidade legislativa. No que se refere às dimensões, nosso exame apontou intensos desvios de funções. Dos 338 cargos da Polícia, apenas 148, efetivamente, estão lotados na Secretaria de Polícia.

Para abordar todas essas questões, prevemos um estudo de redimensionamento e revisão de atribuições também sob o critério de integração com a corporação policial da Câmara, o que já acontece em circunstâncias de sessão congressual, que envolve o Senado e a Câmara.

Comunicação Social. Temos também, na Casa, uma grande estrutura de comunicação que gera, emite e transmite programação em todas as mídias impressas e digitais, inclusive canais abertos de rádio e televisão com 60 gerências e uma enorme estrutura física e tecnológica.

Essa macroestrutura necessita também de um plano diretor previsto no substitutivo, devendo dimensionar seus recursos humanos em materiais em função estrita da divulgação da atividade legislativa da Casa sem estendê-los a outras finalidades acessórias. Para isso, abrimos um prazo de até 180 dias.

Instalações e espaço físico. Também abrimos um prazo de até 180 dias para que estudos técnicos

possam indicar melhor forma de racionalizarmos a utilização de espaços físicos no Senado.

Treinamento e desenvolvimento de capital humano. Na parte de desenvolvimento do capital humano, essencial a qualquer organização, considero imprescindível deixar expresso em parágrafos ao art. 47 o comprometimento da instituição com uma política permanente, intensa e equitativa de busca do aperfeiçoamento e do pessoal da Casa, bem como os princípios básicos a que se deve atender. Sob esses parâmetros, suscitamos a necessidade de um planejamento global de recursos humanos e capacitação, bem como uma reavaliação global de pessoal e de todos os órgãos da estrutura.

Outras questões administrativas, de menor impacto estratégico, mas importantes, também precisam ser enfrentadas. O substitutivo propõe um desenvolvimento em prazo menor de regras para a concessão e uso, por exemplo, de aparelhos de telefonia celular para Senadores e servidores e para concessão e uso de imóveis funcionais para Senadores, vedada a concessão a outro que não Senador. Trata-se de dar visibilidade e controle às concessões que devem seguir critérios claros, legítimos e transparentes.

Também apontamos a urgência para desenvolvimento de uma política de prevenção de incêndio, acidentes e pânico nas dependências do Senado, onde circulam milhares de pessoas todos os dias. Mantemos a demanda por um reestudo de serviços terceirizados contratados, estabelecendo e propondo uma meta de redução de pelo menos 30% do pessoal terceirizado no Senado, e das dimensões da falta de veículos, bem como uma regulação da prestação de serviços extraordinários e da jornada de servidores. Também torna explícita a inclusão das gratificações de função de confiança e cargo comissionado no teto remuneratório fixado pela Constituição Federal, nos mesmos termos dos demais Poderes da República, regularizando exceção de questionável constitucionalidade que hoje prevalece, considerando, inclusive, a existência de ação já ajuizada pelo Ministério Público Federal, tendo como objeto essa questão.

As propostas que aqui apresentamos levam a uma transformação profunda, julgo eu, e positiva em todo o funcionamento da instituição. É preciso implementá-la rapidamente, mas sem atropelos. Acato a prudente recomendação da administração da Casa para propor um período de transição curto, de não mais que 60 dias, cujo cronograma detalhado deve ser definido em ato da Comissão Diretora, para que a totalidade das reformas seja posta em implantação – enfim, tudo aquilo que estamos propondo, abrindo um prazo de até 60 dias para que elas possam ser implantadas.

A apreciação das emendas. Lido o projeto em plenário, lá atrás, em dezembro de 2009, no prazo regimental foram apresentadas 34 emendas ao Projeto de Resolução 96, a saber: Senador Gim Argello, a Emenda nº 02; Senador Heráclito Fortes, as Emendas nºs 17, 18, 19, 32, 33 e 34; Senador Papaleo Paes, as Emendas nºs 01, 11 e 26; Senador Renan Calheiros, a Emenda nº 06; Senador Renato Casagrande, as Emendas nºs 12, 16, 28, 29, 30 e 31; Senadora Rosalba Ciarlini, Emendas nºs 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

Na prática, foram emendas acolhidas no parecer do Senador Tasso, que nós estamos ratificando.

Na Comissão de Constituição e Justiça, foram apresentadas 11 emendas, todas de autoria do Senador Inácio Arruda.

As emendas foram cuidadosamente apreciadas e cotejadas frente ao Projeto de Resolução 96 e à nova estrutura proposta no substitutivo. Assim, algumas foram totalmente incorporadas; outras, parcialmente; e algumas, rejeitadas, seja por questão de mérito, seja porque perderam sua aplicabilidade e eficácia em função do substitutivo.

Nos Anexos A e B deste relatório, fazemos um descritivo sumário das emendas e do resultado da nossa análise.

Em resumo, aprovamos integralmente e incorporamos no substitutivo o teor das Emendas nºs 03, 04, 05, 20 e 22, da Senadora Rosalba; as Emendas nºs 17, 18 e 32, do Senador Heráclito Fortes; e a Emenda nº 29, do Senador Renato Casagrande.

Aprovamos parcialmente, nos termos do substitutivo, as Emendas nºs 09 e 14, da Senadora Rosalba Ciarlini, e as de nºs 12, 16, 30 e 31, do Senador Renato Casagrande.

Foram rejeitadas as Emendas nºs 01, 11 e 26, do Senador Papaleo Paes; a Emenda nº 02, do Senador Gim Argello; a Emenda nº 06, do Senador Renan Calheiros; as Emendas nºs 07, 08, 10, 13, 15, 21, 23, 24, 25 e 27, da Senadora Rosalba Ciarlini; a Emenda nº 28, do Senador Renato Casagrande, e as Emendas nºs 18, 33 e 34, do Senador Heráclito Fortes.

Quanto às onze emendas apresentadas pelo Senador Inácio Arruda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelas mesmas razões anteriores, aprovamos e incorporamos ao Substitutivo o teor das Emendas nºs 04, 05, 07 e 08, parcialmente a Emenda nº 06, e rejeitamos as de nºs 01, 02, 03, 09, 10 e 11.

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 03, 04, 05, 09, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32, e a de nº 04, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e a de nº 08 da mesma Comissão, e pela rejeição das

Emendas nºs. 01, 02, 06, 07, 08, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33 e 34, e Emendas de nºs 01, 02, 03, 09 e 11, todas elas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

E, no mérito, pela aprovação do projeto de Resolução nº 96, nos termos do nosso Substitutivo.

Sr. Presidente, agora temos aqui um conjunto de 180 artigos que passam a fazer parte do nosso Substitutivo. É como relatamos o Projeto de Resolução nº 96, com as principais mudanças que foram aqui explicitadas, entendendo que, dessa forma, estamos dando início a um processo de debates em que esperamos colher, por parte dos Srs. Senadores, sugestões, críticas que possam nos permitir um ainda melhor aperfeiçoamento, aprimoramento, correção eventual de alguma contradição, ou eventualmente de sugestões e recomendações que o conjunto dos Srs. Senadores possa apresentar, e que possamos ainda, ao longo desse debate, quem sabe, em razão de um convencimento, acolhê-las com o relato, agradecendo o apoio dos Senadores da Subcomissão, agradecendo o apoio do Senador Eduardo Suplicy e de todos os membros que compõem esta Comissão.

É como relato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero agradecer o trabalho do Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra, primeiro, ao Senador Benedito de Lira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pelo trabalho apresentado que, tenho certeza, fez um grande esforço, já que S. Exª foi sucinto na apresentação do seu relatório. Meus cumprimentos a V. Exª.

Na verdade, estamos diante de matéria que vai exigir de cada um de nós um esforço muito grande para que as coisas possam acontecer aqui na Casa. Realmente precisamos fazer isso.

O Senado Federal é uma instituição da maior importância; é uma máquina que a gente observa, eu como novo, muito pesada e que a gente precisa, sem dúvida alguma – acredito que com o resultado do trabalho desta Comissão –, transformar essa máquina pesada em uma máquina mais leve e, ao mesmo tempo, direcionar as suas ações principais para o objeto principal da existência dela, que é o Senador. É lógico que eu queria fazer apenas essas pequenas manifestações e dizer que, como disse muito bem o nosso relator, o tempo foi curto para que a Comissão pudesse realmente terminar a sua atividade com a apresentação do seu relatório e, consequentemente, o projeto de resolução que será objeto de análise pela Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, no plenário do Senado.

Eu queria apenas fazer uma ponderação, Sr. Presidente: considerando que anexo ao relatório virá um volume considerável de informações, emendas, que o prazo para a Comissão ou para os membros da Comissão só pudesse ser contado a partir do momento em que oficialmente se recebesse uma cópia do relatório e, automaticamente, de todos os documentos que fazem parte do relatório apensos ao projeto principal. Como sugestão, eu queria... Na proporção em que eu receba o relatório ainda hoje, para começar a correr prazo hoje, fica um pouco mais difícil fazer uma apreciação com mais detalhes, com mais calma, com mais paciência. É importante que a gente faça um projeto definitivo e que receba do plenário a aprovação unânime dos Senadores da República.

Era o que queria dizer. Quero agradecer, congratular-me e parabenizar o eminente relator pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com respeito ao relatório, ele será disponibilizado a todos os membros da Subcomissão. De pronto, a Secretaria Geral da Comissão, o Sr. Ednaldo, informa-me que será disponibilizado agora, por meio eletrônico, para os gabinetes dos cinco membros. Logo que ficar pronto na forma Sedol, será colocado para conhecimento de toda e qualquer pessoa, inclusive de todos os 81 Senadores. Isso poderá ser feito, portanto, até amanhã.

Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pelo seu empenho e esforço. Trata-se de uma matéria de enorme complexidade, um volume de informações muito grande, e V. Exª pôde realizar um trabalho muito significativo, uma contribuição muito importante, que agora vai ser objeto da nossa apreciação.

Dada a complexidade, inclusive o Senador Benedito de Lira recomenda que tenhamos um prazo razoável, proponho que o pedido de vista coletivo seja de duas semanas, mas que tenhamos reuniões entre nós durante esse período. Inclusive, se algum Senador... Por exemplo, o Senador Pedro Simon tem desenvolvido um ponto de vista muito significativo. Que nós possamos eventualmente nos reunir com ele, seja em reunião aberta, seja entre nós, nesse período de duas semanas.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu só queria consultar V. Exª porque nós temos um prazo definido pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Qual é o prazo que temos para deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Hoje é dia 17. Então, temos exatamente duas semanas, porque o nosso compromisso era de concluir em maio. Primeiro era junho, salvo engano, no dia 16 ou 19.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nós só não podemos passar desse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas nós assumimos o compromisso de concluir em maio. Então, se marcarmos a reunião de votação definitiva do projeto, uma vez concedido vista para o dia 31... Será uma terça-feira? É isso mesmo, terça-feira. É isso mesmo. Terça? Então?

Então, terça-feira, 31, nós vamos ter a reunião definitiva. Mas podemos ter... O prazo final nosso era 14 de junho, mas nós nos comprometemos a terminar em junho. O nosso prazo era 14 de junho, mas nós nos comprometemos a atender ao pedido do Senador Presidente da Comissão de Constituição e Justiça de que faríamos até maio. Então, 31 de maio é o nosso dia de votação.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Até 31 de maio?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Até 31 de maio.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Se for firmado o juízo de valor antes, podemos votar antes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sem dúvida. Mas propomos, até conversamos com o Senador Cícero Lucena e ele disse que, por exemplo, segunda-feira da semana que vem, ele terá disponibilidade de se reunir conosco. Então, quem sabe, possamos ter algumas reuniões da Subcomissão para dialogarmos a respeito de quaisquer sugestões que tenhamos ao relatório do Relator Ricardo Ferraço.

Não havendo mais assuntos a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20horas e 06 minutos)

SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A ORDEM DO DIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às vinte horas e trinta minutos do dia quatorze de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Ricardo Ferraço e Benedito de Lira. Deixa de comparecer o Senador Cícero Lucena. Justifica ausência o Senador Vital do Rêgo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. **Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 96 de 2009** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório**: Pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nº 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nº 4-CCJ a 8-CCJ, 12-CCJ a 17-CCJ, 19-CCJ a 22-CCJ, e 24-CCJ, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e nº 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, 18-CCJ e 23-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta. Em 17/05/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado**: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Benedito de Lira, Ricardo Ferraço e o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara encerrada a presente reunião às vinte e uma horas e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta, exatamente às 20h30min do dia 14 de junho de 2011, a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Estão presentes aqui o Senador Benedito de Lira e o Senador Ricardo Ferraço. Há pouco tempo, há cerca de cinco minutos, tivemos o cuidado de avisar da realização desta reunião ao Senador Cícero Lucena, que é o 1º Secretário, cuja presença entre nós é de enorme relevância. Eu gostaria de dizer que o Senador

Vital do Rêgo se encontra em missão oficial no exterior. Mas aqui há o quórum regimental.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

ITEM ÚNICO
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 96, DE 2009

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa do Senado Federal.

Relatoria: Senador **Ricardo Ferraço.**

Observações: em 17 de maio de 2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Eu gostaria de recordar que, nesta Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, houve audiências em que, primeiramente, ouvimos o Professor Marcus Vinícius, principal responsável pelo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Presidente José Sarney e da Mesa Diretora. Ouvimos também a Drª Doris, Diretora-Geral do Senado Federal, que, aqui, expôs seu ponto de vista sobre a presente estrutura administrativa do Senado e que apresentou diversas sugestões. Ouvimos ainda a Drª Cláudia Lyra, que nos falou do seu diagnóstico e que também apresentou sugestões para esta Subcomissão, responsável pelo exame da reforma administrativa.

Além disso, nas últimas três semanas, a partir de 17 de maio – na verdade, já faz quase trinta dias –, foi concedida vista coletiva. Os diversos grupos técnicos responsáveis pelo estudo da reforma administrativa se reuniram, sobretudo com o Relator, Senador Ricardo Ferraço. Hoje, vamos ouvir as conclusões a que chegou o Senador Ricardo Ferraço, que convido para proferir seu novo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

Reitero o pedido, o apelo ao Senador Cícero Lucena. Tenho a certeza de que, com sua presença aqui, haverá o enriquecimento dos trabalhos da nossa Comissão.

Tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, Presidente desta Subcomissão Temporária, constituída pela Comissão de Constituição e Justiça, para análise e implementação do Projeto de Reforma e Reestruturação Administrativa do Senado da República.

Cumprimentando V. Exª, estendo este cumprimento ao Senador Benedito de Lira, assim como aos demais Senadores que, se não estão presentes, é por alguma razão justificada.

Quero inicialmente, Sr. Presidente, confirmar, ratificando, evidentemente, tudo aquilo que V. Exª acaba de manifestar. Todo esforço foi empreendido na direção de construirmos um ambiente de convergência e de aproveitarmos tudo aquilo que esta Casa, não apenas por esta Comissão, porque, anteriormente, uma outra Subcomissão foi constituída e, ao longo de praticamente dois anos, fez um trabalho muito detalhado contando, inclusive, com um concurso da Fundação Getúlio Vargas, de conhecida reputação e experiência na reestruturação organizacional não apenas de estruturas públicas, como também no caso de estruturas privadas. Foi de fundamental importância a participação da Fundação Getúlio Vargas que, em bom tempo, foi contratada pelo Presidente do Senado da República, Senador José Sarney, para assistir a esta Subcomissão e à Subcomissão que antecedeu a nossa, presidida pelo eminente Senador Jarbas Vasconcelos.

Em 17 de maio, portanto antes mesmo do prazo regimental, apresentamos o nosso parecer a esta Comissão. Houve um pedido de vista coletiva e, ao longo desse período, fizemos um exercício coletivo grande, ouvindo, consultando, dialogando, socializando, buscando as convergências necessárias para que pudéssemos avançar. Foi com base nessas contribuições que recebemos ao longo dessas últimas três semanas que estamos reapresentando o nosso parecer, mantendo, na essência, aquilo que já tínhamos feito e propugnado de priorizar a atividade fim e de ajustar a estrutura organizacional do Senado, à luz, sobretudo, dos estudos e detalhamentos que a nossa Fundação Getúlio Vargas fez.

É o relatório, Sr. Presidente, senhores Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Gostaria de saudar a presença da Secretária-Geral da Mesa, Drª Claudia Lyra, e gostaria também de convidar, uma vez que contribuiu com os trabalhos da Comissão, a Drª Doris Romariz Peixoto, que contribuiu também com a Drª Claudia Lyra, com o Professor Marcos Vinícius e toda a equipe que participou dos diálogos junto ao Senador Ricardo Ferraço. Serão todos muito bem-vindos aqui, esta é uma reunião aberta a todos os interessados.

Continua com a palavra o relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Faço das palavras de

S. Exª a minha manifestação de congraçamento pela presença aqui da Drª Claudia Lyra, também.

Esta Subcomissão Temporária, criada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo apreciar, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, de autoria da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972 e posteriores modificações. Ou seja, a proposta se materializa a partir do Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que foi encaminhado a esta Comissão pela Comissão Diretora, pela Mesa Diretora do Senado da República.

Feita a leitura e apresentação do meu relatório, em 17 de maio de 2011, foi concedida vista coletiva da matéria. Na sequência, foram realizadas reuniões com os Senadores membros da Subcomissão, visando à elaboração de um texto consensual no âmbito da Casa.

Fruto desse trabalho, apresento – mantida, evidentemente, a análise inicial já formulada no texto anterior – os esforços desenvolvidos no sentido do estabelecimento de um acordo, consubstanciados na Emenda Substitutiva que, com este adendo, exponho no voto conclusivo deste relatório.

Durante esse processo final, Sr. Presidente, foram apresentadas, pelo Senador Vital do Rêgo, as três emendas modificativas de números 22-CCJ, 23-CCJ e 24-CCJ.

II – Análise.

Mantidas as considerações elaboradas no relatório anterior, passo a discorrer sobre as mudanças acordadas.

Inicialmente, foram realizados ajustes nas funções de confiança, com o objetivo de – além de continuar priorizando a Área-Fim da Casa (Secretaria-Geral da Mesa, Consultorias e Gabinetes Parlamentares e da Mesa Diretora,) – dar maior operacionalidade às áreas de Suporte Administrativo, Capacitação de Pessoal e Comunicação Social. Do relatório anterior, a Área-Meio (Secretaria-Geral de Administração, Secretaria de Gestão do Conhecimento, Secretaria Especial de Comunicação Social, Advocacia e Controladoria) teve um incremento de 146 funções. A Área-Fim, por seu turno, teve um crescimento de 69 postos – funções comissionadas –, em comparação com o relatório anterior. Ou seja, o número de funções de confiança, inicialmente proposto em meu relatório, de 914, com vista ao entendimento, passa para 1129, permanecendo inferior as 1229 funções propostas pelo PRS 96, de 2009, e menor que as 2072 funções hoje existentes. Ou seja, nós estamos reduzindo de 2072 para 1229 as funções comissionadas.

Seguindo os estudos da Fundação Getúlio Vargas e atendendo a colocações de Senadores, volto a frisar, entendi ser necessário o estabelecimento de maior coordenação e controle de todos os órgãos da Casa. Nesse sentido, tanto os Órgãos de Direção e Assessoramento, quanto os Órgãos Superiores de Coordenação e Execução terão suas ações vinculadas ao Conselho de Administração, para os assuntos de natureza administrativa, orçamentária, funcional e operacional. A partir de agora, segundo nossa proposta, todas as decisões que envolvam esses temas serão tomadas por um colegiado, cujo presidente é o Primeiro-Secretário e das quais a Casa deverá ter conhecimento num prazo máximo de quatro dias.

Atendendo à solicitação de Lideranças Partidárias, dentro do acordo necessário para a aprovação da matéria, ficou estabelecido que os gabinetes parlamentares poderão ser compostos por até 7 funcionários efetivos (4 com funções de confiança) e, em vez dos 79 funcionários comissionados – fruto dos possíveis desmembramentos dos 12 cargos de livre provimento – atualmente permitido, esse número fica reduzido para 55.

Prosseguindo no intuito primeiro de valorizar o atendimento à Área-Fim do Senado Federal, proponho a alteração da nomenclatura do cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, para Especialista em Processo Legislativo. Esse profissional atua de diversas formas em todas as etapas do processo de elaboração das leis. Ele supervisiona, coordena, orienta e executa, de forma direta e imediata, trabalhos legislativos. Também presta assistência técnica na formulação de proposições e documentos parlamentares. Essa assistência técnica, por mais eruditos que sejam os legisladores, é indispensável para a execução das tarefas legislativas. Assim, julgo importante que essa função seja distinguida das demais dentro do quadro de cargos efetivos do Senado Federal. Essa especificidade proposta tem o objetivo de destacar as funções exercidas por esses profissionais no processo legislativo, sem, contudo, alterar, em hipótese alguma, o quadro de remuneração constante da Lei nº 12.300, de 2010, que é o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Senado da República.

Os comandos colocados nas disposições transitórias referentes aos prazos para implementação de ações e elaboração de estudos visando à avaliação de diversos órgãos da Casa deixam de constar, pela sua temporalidade, do corpo do Regulamento Administrativo, passando a integrar o texto do Projeto de Resolução.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nºs 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nºs 4-CCJ a 8-CCJ, 12-CCJ a 17-CCJ, 19-CCJ a 22-CCJ, e 24-CCJ, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, 18-CCJ e 23-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, nos termos do seguinte Substitutivo:

Agora, Sr. Presidente, temos aqui, em anexo, a proposta que altera o Regulamento Administrativo do Senado da República, composto, no seu conjunto, de 219 artigos, que são do conhecimento de V. Exªs e estão espelhados aqui na proposta que lemos.

Enfim, é dessa forma que apresentamos o relatório a V. Exª e aos Srs. Senadores que compõem esta Subcomissão, na expectativa de que possamos, Sr. Presidente, concluir os nossos trabalhos na Subcomissão, uma vez que nós temos ainda um longo caminho pela frente. Este é um relatório que terá de ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, ao Plenário do Senado Federal.

Desse modo, no prazo regimental, estamos entregando a V. Exª e aos Srs. Senadores a nossa proposta para a reestruturação do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE)Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agradeço, até como Presidente, ao prezado Relator, Senador Ricardo Ferraço.

Quem sabe o Senador Benedito de Lira tenha perguntas também, mas gostaria que V. Exª pudesse nos informar um pouco sobre como foram os diálogos, desde o dia 17 de maio, que ocorreram sob sua responsabilidade, entre as diversas equipes que participaram, inclusive também a Drª Doris e a Drª Cláudia Lyra, que aqui se encontram, bem como com os outros diversos assessores, entre os quais a minha própria Chefe de Gabinete, SRA. Edwiges, que também colaborou com a equipe. Assim, se V. Exª puder nos informar dos passos que foram dados, das dúvidas que foram levantadas e dos entendimentos havidos, acho que isso poderá ser útil, até para que todos nós conheçamos bem os procedimentos, as dificuldades havidas e as conclusões a que V. Exª chegou. E, se o Senador Benedito de Lira tiver também questões a acrescentar, acho que será interessante que possam ser colocadas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É evidente que essa é uma matéria que remonta uma série de indagações. Logicamente que, eu confesso, participei de algumas reuniões, mas a algumas até não pude comparecer por estar ausente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu queria, se me permite, acrescentar que, dentre as pessoas que mais colaboraram com a equipe, está o Dr. Lucena, que foi um dos que mais colaborou com o Relator da Subcomissão anterior, o Senador Tasso Jereissati. E até gostaria de avisá-lo que ele será muito bem-vindo se puder vir aqui participar desta reunião.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Lucena... O senhor se refere ao Cícero Lucena ou ao funcionário Lucena, o consultor?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Lucena Dantas, que foi o assessor principal do Senado Tasso Jereissati e continua a colaborar aqui, no Senado. Participou também intensamente da equipe que colaborou com esse relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Acho que seria interessante, Sr. Presidente. Vou apenas para... A presença, por exemplo, dos dois outros membros era de fundamental importância, principalmente no momento em que o Ferraço encerra o seu relatório. O Vital do Rego encontra-se, parece-me, fora do País, mas o 1º-Secretário, que é membro efetivo desta Comissão, deve estar na Casa. É evidente que, sem querer protelar, eu gostaria de ter mais 24 horas, no mínimo, para que eu pudesse me debruçar, um pouco mais detalhadamente – passar o resto da noite; amanhã, o dia –, observando principalmente esses últimos ajustes que foram feitos pelo Senador Ferraço, a quem parabenizo por esse trabalho. Sei que foi um trabalho muito penoso, porque atender às mais variadas reivindicações é lógico que fica um pouco exaustivo para quem tem a responsabilidade de fazer esse relatório.

Então, Sr. Presidente, se não trouxer nenhuma contrariedade, eu gostaria de pedir vista desse final do relatório para que eu possa ter um pouco mais de entendimento no que diz respeito aos detalhes que foram introduzidos nesses últimos dias que antecederam a tarde/noite de hoje, em que o nobre Relator entrega a V. Exª, oficialmente, o relatório para que ele seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, consequentemente, dissolvendo a Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Benedito de Lira...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, independente mesmo, sem contrariar alguma informação que possa ser dada pelo próprio Relator ou não, eu queria ter pelo menos mais 24, 48 horas, se por acaso for permitido regimentalmente, para que eu possa dar uma estudada com mais calma, com mais tempo. Até porque participei de algumas reuniões, de praticamente todas, mas não me debrucei em

cima daquilo que realmente foi objeto de alterações, acréscimos ou de diminuição, e assim sucessivamente.

Eram as informações que eu teria que fazer nesta oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tendo em vista, Senador Benedito de Lira, que se trata de um substitutivo em relação àquele que foi apresentado no dia 17 de maio último, então o pedido de V. Exª é regimental e nós vamos respeitá-lo.

Com respeito ao prazo, o que me preocupa é o seguinte: hoje seria o último dia, pelo compromisso que assumimos com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Eunício Oliveira, mas tenho certeza de que ele compreenderá esta necessidade, ainda mais pelo rigor com que estávamos querendo cumprir o prazo, mas também cumprir o Regimento da Casa.

Eu faço a seguinte consulta aos Srs. Senadores: tenho a impressão de que a probabilidade maior de estarmos todos na Casa seria se marcássemos uma reunião para amanhã, após a Ordem do Dia. E assim teríamos 24 horas. Sei que há que se considerar o tamanho do relatório e tudo, mas eu acho que, se todos nós realizarmos um esforço para amanhã concluirmos o trabalho desta Comissão, tenho a impressão de que inclusive o Presidente Eunício Oliveira não terá nenhuma objeção por termos avançado um dia no nosso compromisso. E eu gostaria muito aqui de fazer o apelo ao Senador Cícero Lucena, 1º Secretário da Casa, para que possa amanhã estar... Ele acaba de pedir, e já está em suas mãos, no seu gabinete, este parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. (*Pausa*.)

O Senador Cícero Lucena acaba de receber também o relatório, e está acompanhando, portanto, a nossa reunião, e sabe que... E, se o Senador Cícero Lucena tiver ainda outra opinião - porque aqui consulto a todos -, se ele quiser vir aqui nos falar... Mas, em princípio, estou concedendo, então, prazo e convocando nova reunião amanhã, para termos a reunião decisiva, inclusive se o Relator Senador Ricardo Ferraço estiver de acordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, a deliberação é de V. Excelência, na condição de Presidente. Eu tenho apenas uma dificuldade: amanhã, o Vice-Presidente da República Michel Temer estará em visita ao meu Estado. Assim, eu o acompanharei, e seria uma deselegância extraordinária da minha parte eu não o acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu só quero reiterar, entretanto, que, no prazo, apresentamos o nosso parecer. Em 17 de maio, este parecer foi apresentado. De modo que estou esgotando aqui os meus esforços. Meu voto está apresentado, e meu relatório também. Eu não tenha nada mais a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só um minuto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu não poderei estar presente amanhã, por força de acompanhar o Dr. Michel Temer, nosso Vice-Presidente, que visitará o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E V. Exª voltará quinta-feira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sem a presença de V. Exª, fica difícil a gente discutir amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o problema não é a minha ausência.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não, V. Exª tem razão, não tenha dúvida disso, não tenho a menor restrição à sua participação no seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós queremos compatibilizar a sua participação, também compreendendo que V. Exª precisa estar em seu Estado.

Então, pergunto: na quinta-feira, V. Exª estará de volta?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estarei de volta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos então, atendendo à presença do Relator...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Que é de fundamental importância...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Que é de fundamental importância...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O responsável por isto aqui é V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro, e estou à disposição para qualquer questionamento em relação...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O senhor tem um motivo justo para não estar presente, lógico, amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Podemos esperar até esta quinta-feira, e amanhã, Sr. Presidente, o senhor entra em contato com o Presidente da Comissão de Justiça, para fazer ver a ele que foi feito no prazo, mas eu tive necessidade de pedir vista, e o

Relator, por motivo de viagem com o Vice-Presidente ao seu Estado, só estará aqui na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, eu lhes pergunto sobre qual seria o horário razoável na quinta-feira. Por exemplo, seria possível ao final da manhã, para que V. Exª tenha tempo de voltar? Há uma reunião importante da qual preciso participar na Comissão de Relações Exteriores, mas acredito que não será demorada. Então, quem sabe...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ao final da manhã, se estiver conveniente para o Senador Benedito, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A que horas? (*Pausa*.)

Então, há uma reunião de cinco Comissões, simultaneamente, no Interlegis, das 9 horas até o final da manhã de quinta-feira. Então seria uma possibilidade que, acredito, compatibilizaria a todos nós. Seria às 14 horas de quinta-feira, se todos estiverem de acordo.

Antes de concluir eu perguntaria à Secretária-Geral e à Diretora se gostariam de transmitir alguma sugestão ou preocupação? A senhora gostaria de expor, Drª Doris, alguma preocupação com respeito ao assunto? Posso entender que a senhora, em princípio, está de acordo com as diretrizes que foram apresentadas.

A SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então gostaria de transmitir...

A SRA. CLAUDIA LYRA – Pensei que fosse quanto ao horário, quinta-feira às 14 horas. Foi isso que o senhor perguntou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É às 14 horas, mas se quiserem transmitir agora alguma observação...

Gostaria de sugerir a ambas e a qualquer segmento de servidores do Senado que, estando agora disponível o relatório do Senador Ferraço, aqueles que, por ventura, tiverem alguma observação para transmitir ao Senador Ferraço, que o façam, uma vez que às 14 horas da quinta-feira teremos a reunião definitiva para votação do relatório. Já foi concedida a vista que o Senador Benedito Lira solicitou.

Estamos todos de acordo sobre isso.

Tendo encerrado o objeto da presente reunião agradeço a presença de todos. Agradeço, também, a todos que colaboraram com o Senador Ricardo Ferraço, e cumprimento-o pelo trabalho tão profícuo.

Muito obrigado a todos.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 06 minutos.)

OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezenove horas e dezessete minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. **Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 96 de 2009** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório**: Pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nº 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nº 4-CCJ a 8-CCJ, 12-CCJ a 17-CCJ, 19-CCJ a 22-CCJ, e 24-CCJ, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e nº 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, 18-CCJ e 23-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta. **Observação:** Em 14/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Adiado para dia 29/06/2011, quarta-feira, às 18:30h ou após a Ordem do Dia.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara encerrada a presente reunião às dezenove horas e trinta e três minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da Ata da reunião anterior e sua aprovação.

Os Srs. Senadores que a aprovaram permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório do item único, Projeto de Resolução do Senado Federal nº 96, de 2009, que *altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal instituído pelo Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações*, de autoria da Mesa Diretora do Senado Federal e sob relatoria do Senador Ricardo Ferraço.

Foi concedida vista coletiva em 17 de maio de 2011.

Em 14 de junho, o Relator apresentou novo substitutivo, sendo concedido vista ao Senador Benedito de Lira.

A matéria continua em discussão.

Gostaria de saber do Senador Benedito de Lira se gostaria de fazer uso da palavra após o pedido de vista, uma vez que estava marcada esta reunião. (*Pausa*.)

Nós, Senadores Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço e Vital do Rêgo, há pouco passamos no gabinete do Senador Benedito de Lira, onde fomos informados de que S. Exª precisou sair para uma audiência com um Ministro de Estado.

S. Exª, possivelmente, vai chegar; porém, de acordo com o art. 14, inciso III, do Regimento Interno, ele teria agora a oportunidade de expor as suas considerações.

Eu gostaria de conceder a palavra a outros Senadores que queiram se manifestar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de, em meu nome e em nome do Senador Ferraço, em nome dos funcionários desta Subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça, em nome de todos os brasileiros que admiram V. Exª, que se tornou, ao longo desses últimos 24 anos, uma verdadeira referência na política nacional, um homem de profundo conhecimento científico, focado nos assuntos do País e que hoje completa, pela dádiva de Deus, mais um aniversário...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Que essas primeiras palavras sejam de parabéns e de homenagem à sua vida, para que ela seja plena dos sucessos que já lhe foram proporcionados ao longo de sua jornada. Eram estes meus mais sinceros e fraternais votos para que V. Exª continue vivo e com muita saúde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu quero justificar a ausência do Senador Cícero Lucena e do Senador Benedito de Lira dizendo que, no momento aprazado, S. Exªs passaram na Comissão. Houve algum descuido nosso, que havíamos antevisto uma reunião entre nós, mesmo no Plenário, e, por força de uma dificuldade de comunicação, os Senadores Cícero e Benedito vieram à reunião.

Passamos agora, como V. Exª já colocou, no gabinete do Senador Benedito de Lira, que está em audiência fora do Senado. Tinha o Senador Benedito de Lira recolhido vistas para a apreciação do relatório do Senador Ricardo Ferraço proferido em 14 de junho último, a data que V. Exª acaba de mencionar.

Por força de ausência, em cumprimento de missão legislativa fora do Senado e do País, cumprindo *mandamus* da Mesa Diretora e da Presidência da Casa para representar o Senado Federal na 100ª Conferência da OIT – Organização Nacional do Trabalho, o que muito me honrou, fiquei esses últimos cinco dias úteis fora do Senado. Não consegui, portanto, ler o relatório do Senador Ferraço. Sei do esforço que o Senador Ricardo tem feito para dar a celeridade necessária a essa missão que nos foi confiada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo à frente a presidência de V. Exª. Não tenho absolutamente condições de votar o relatório Ferraço neste momento, em virtude do meu desconhecimento de questões que não foram conduzidas com a minha assistência, com a minha presença. As questões que foram conduzidas com a minha presença, internamente dentro do partido e posteriormente em reuniões técnicas levadas a efeito na 1ª Secretaria, de todas tenho conhecimento. Acerca de outras questões importantes no andamento da Casa, preciso de prazo para avaliação, além de tentar mediar pontos de convergência – e me proponho a fazê-lo, tendo prazo necessário para isso – entre aquilo que pensa o Senador Cícero, o Senador Benedito de Lira, o Senador Suplicy e o Senador Ricardo em seu relatório já expresso, escrito, documentado, e eu próprio.

Por isso, Sr. Presidente, eu me permito pedir, embora oferecendo quórum para os nossos trabalhos em virtude da necessária e imediata conclusão dos trabalhos desta Comissão, *permissa venia* de V. Exªs, um

prazo mínimo necessário para que eu chame à colação áreas da própria administração do Senado, setores do Senado, e possa, junto ao Senador Ricardo, nosso relator, tentar encontrar pontos comuns de convergência. Essa é uma missão que eu gostaria de fazer tendo em vista a importância da matéria. Já estive hoje com diversos setores da Casa, que estão instáveis, podemos dizer assim, e me coloco à disposição da Comissão para mediar esse entendimento e ultimar nossos trabalhos. Preciso apenas, Sr. Presidente de tempo dentro de um calendário que, para mim, é difícil porque estamos vivendo uma época de encontros e festejos no meu Estado natal, na minha Região Nordeste. Então, tenho que também preservar essas relações políticas de presença no meu Estado. Esse é o pedido que faço a V. Exª. Sei que o nosso prazo já precluiu – não é um direito decadente –, mas a importância da matéria faz com que eu peça a V. Exª, com anuência do Senador Ricardo, um prazo para me posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Vital do Rêgo, estamos com o nosso prazo esgotado. Claro, como V. Exª precisou fazer essa missão no exterior, que é compreensível que não tenha tido tempo suficiente para examinar todos os detalhes do parecer do Senador Ricardo Ferraço. Louvo a sua disposição de ser um mediador do entendimento entre os membros desta Subcomissão e os diversos setores da Casa que têm feito sugestões, que têm opinado.

Nós, a essa altura, tendo já havido duas modificações de prazo, precisamos ter um entendimento. Na verdade, houve uma modificação de prazo, mas para haver outra modificação de prazo, eu gostaria que assumíssemos um compromisso entre nós, em especial, com V. Exª se dispondo a realizar esse trabalho de mediação. Contudo, eu gostaria de, primeiro, ouvir o Senador Ricardo Ferraço, inclusive sobre a sugestão que vou fazer.

Que possamos – e isso terá de ser acordado com o Senador Eunício Oliveira –, dadas essas circunstâncias, inclusive a sua missão oficial ao exterior, dado que somos apenas cinco, solicitar uma semana a mais para, assim, na próxima terça-feira, em caráter definitivo, virmos a votar a o relatório do Senador Ricardo Ferraço. E que tenhamos o seguinte entendimento: é perfeitamente possível que ou cheguemos a um entendimento consensual, tendo em conta o esforço de mediação de V. Exª, ou, se porventura, na terça-feira, houver ainda algum dissenso, que então votemos a matéria de maneira a enviá-la à Comissão de Constituição e Justiça, na forma como votarmos o parecer do Senador Ricardo Ferraço, seja com a apresentação de um eventual substitutivo, seja com emendas adicionais que poderão depois ser discutidas na Comissão de Constituição e Justiça. Dessa maneira, portanto, concluiremos os nossos trabalhos e a nossa responsabilidade.

Mas, como disse, eu gostaria de ouvir, tendo em conta as suas ponderações e a minha responsabilidade como Presidente, o Relator, Senador Ricardo Ferraço, sobre o procedimento que V. Exª e eu próprio sugerimos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, sem mais delongas, estou absolutamente solidário com as conclusões de V. Exª. As conclusões de V. Exª são as minha conclusões. Desse modo, a decisão que V. Exª tomar eu a acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, na quinta-feira nós temos um feriado nacional. Nós vamos viajar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu só tenho, como dias úteis, segunda e terça-feira. Então, fica muito complicado, em apenas quarenta e oito horas, fazer essa mediação que pretendo desenvolver já a partir de amanhã durante todo o dia.

Assim, pediria a V. Exª que marcasse a reunião para quarta-feira ou para quinta de manhã, quando eu entregarei o meu posicionamento, até porque devo ter algum tempo útil para fazer essa mediação a que me proponho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

Eu pergunto ao Senador Ricardo Ferraço se avalia ser melhor na quarta-feira, neste horário de 18h30min ou logo após a Ordem do Dia – porque não sabemos exatamente que horas vai terminar, mesmo que seja um pouco mais tarde –, ou na quinta-feira de manhã, lembrando que, às vezes, na quinta pela manhã, alguns Senadores têm compromissos outros. Em termos da nossa experiência, acho que, se fizermos na quarta-feira às 18h30min ou logo após a Ordem do Dia...

Está bem?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – *(Intervenção fora do microfone.)* Para mim está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, tendo em vista a sua sugestão, eu peço à Secretaria da Mesa que prepare um requerimento, que todos poderemos assinar, no sentido de prorrogarmos os nossos trabalhos – hoje é dia 21 – até o dia 29 de junho, quando, às 18h30min ou logo

após a Ordem do Dia, fica convocada a reunião para apreciação e votação, em caráter definitivo, do parecer do Senador Ricardo Ferraço. Assim, encerraremos os trabalhos da nossa Comissão.

Acredito que V. Exª que, então, dialogou com os Senadores Cícero Lucena e Benedito de Lira, tem também a compreensão e o entendimento deles sobre esse acordo a que estamos aqui procedendo. Tendo em vista que V. Exª e o Senador Ricardo Ferraço são do PMDB, partido do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, todos falaremos com ele, mas ele compreenderá as limitações que tivemos e concordará com essa prorrogação até quarta-feira, dia 29.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quero apenas me colocar à disposição do Senador Vital do Rêgo para que possa esclarecer qualquer nível de detalhe do meu parecer. A partir do momento em que S. Exª entender, eu estarei à sua disposição ou aqui ou em Campina Grande. V. Exª decide o local, e eu estarei, com muita alegria, à sua disposição para que possamos detalhar cada um dos pontos que serão merecedores da atenção de V. Exª.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A sua presença em Campina Grande é muito honrosa em qualquer momento, Senador Ricardo, mas será aqui mesmo, com absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só que, em Campina Grande, a essa altura, o que tem é festa junina.

Então, tendo havido esse entendimento, damos por encerrada a presente reunião. Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 19horas e 33minutos.)

NONA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS OU APÓS A ORDEM DO DIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezenove horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. **Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 96 de 2009** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório**: Pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nº 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nº 4-CCJ a 8-CCJ, 12-CCJ a 17-CCJ, 19-CCJ a 22-CCJ, 24-CCJ, 26-CCJ, 27-CCJ e 28-CCJ, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e nº 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, 18-CCJ, 23-CCJ, 25-CCJ, 29-CCJ e 30-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta. Em 14/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 29/06/2011, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador Benedito de Lira, que conclui pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado**: **Adiado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara encerrada a presente reunião às vinte horas e cinqüenta e um minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço, pergunto se podemos iniciar, uma vez que...

Ainda há algum questionamento lá, sobre a Ordem do Dia. Estão votando requerimentos, mas não com votação nominal. Então, podemos iniciar? Estão todos de acordo?

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório do item único, Projeto de Resolução do Senado Federal nº 96/09, que altera o regulamento administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa Diretora do Senado Federal; Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Foi concedida vista coletiva em 17 de maio de 2011. Em 14 de junho, o relator apresentou novo substitutivo ao projeto, sendo concedido vista ao Senador Benedito de Lira, que o devolveu sem manifestação.

Na última reunião da subcomissão, em 21 de junho, o Senador Vital do Rêgo solicitou mais uma semana de prazo, para analisar o relatório.

A matéria continua em discussão.

Pergunto aos Senadores se desejam fazer uso da palavra.

Pois não, Senador Vital do Rêgo. V. Exª tem a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Antes do Senador Benedito de Lira, talvez tenha contribuições a dar ao relatório, Presidente, do Senador Ferraço.

Na semana passada, conforme bem salientou V. Exª, eu pedi para fazer uma análise do relatório. Em que pese o pouco tempo útil que tive, deu para fazer algumas avaliações, e trouxe colaborações ao Senador Relator, as quais já processei.

São três emendas que tratam essencialmente de conteúdo sistemático. Não há custos orçamentários ou financeiros, mas elas ajustam o projeto principalmente às condições do processo legislativo.

E, nesse curso, apresentamos essas emendas; o Senador Ricardo Ferraço já tomou conhecimento, porque ontem conversava com o Senador a respeito da vontade que tinha de contribuir. Essas emendas deverão ser analisadas por S. Exª, para, dentro de um limite temporal, fazermos aqui a nossa deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª gostaria de ler as emendas, por favor?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O.K.

Emenda nº 1: "Dá-se ao art. 153, *caput*, a seguinte redação: 'suprimindo os §§ 1º e 2º'."

Ao Analista Legislativo, área de apoio técnico ao processo legislativo, especialidade Processo Legislativo, compete atividades de nível superior, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução de trabalhos legislativos na elaboração e divulgação de estudos técnicos, quando solicitados, sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal; estudos e assistência técnica na formulação e análise de proposições de outros documentos parlamentares, bem como os trabalhos de análise, pesquisa e recuperação da informação instrutiva do processo legislativo e a execução de outras tarefas correlatas.

É a definição que demos ao trabalho do Analista Legislativo, que estava em confusão funcional com o de Consultor Legislativo.

Há uma segunda emenda e, sobre ela, uma série de emendas recorrentes. Nós estamos definindo como, à luz do primeiro parecer do Senador Ferraço, a competência do Conselho de Administração. Dá-se ao art. 7º, parágrafo único do substitutivo a seguinte redação:

As deliberações do Conselho de Administração em assuntos de natureza administrativa, uma vez aprovadas pelo 1º Secretário ou pela Comissão Diretora, no âmbito das respectivas competências, obrigam toda a Administração do Senado Federal á vinculação de competência administrativa e não funcional [como estava previsto no primeiro relatório do Senador Ferraço].

Essa é a segunda emenda.

A terceira:

Acrescente-se ao art. 61 do substitutivo os seguintes parágrafos:

§1º A organização dos trabalhos de assessoramento far-se-á por áreas temáticas agrupadas por afinidade de conteúdo, ficando os Consultores Legislativos da área de Consultoria e Assessoramento Legislativos vinculados diretamente ao titular da Consultoria Legislativa.

A proposta de designação dos assessores técnicos, nos termos do art. 65, § 1º deste regulamento dependerá de referendo da maioria absoluta dos Consultores Legislativos.

É apenas uma emenda decorrente do processo legislativo.

E a última emenda, que foi discutida há pouco com o Senador Cícero Lucena, cria, para o anexo no Quadro 3, nos Quadros de Função de Confiança, a Função de Confiança 2, para criar um nível de hierarquização diferente.

São essas as quatro emendas, Sr. Presidente, que já processei eletronicamente e que passo às mãos do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo, por suas contribuições, que estão sendo analisadas, portanto, pelo Senador Relator Ricardo Ferraço.

Solicito à Secretaria da Comissão que encaminhe aos cinco membros da Comissão a cópia das emendas apresentadas pelo Senador Vital do Rêgo.

Pergunto se o Senador Benedito de Lira gostaria de usar da palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, na reunião passada, não foi possível. Tivemos um encontro; depois, houve desencontro de horário, e não compareci à reunião. Mas, quando pedi vista do processo, pedi porque havia alguns assuntos em que eu precisava dar uma olhada com mais detalhe, considerando que esta é uma matéria muito complexa, apesar do grande trabalho feito pelo colega Ferraço, que, na apresentação do meu substitutivo, não modificou totalmente; apenas pouca coisa, fazendo uma correção, que já foi lida pelo eminente Senador Vital, que foi exatamente o reparo que fazíamos entre aquelas considerações no que diz respeito ao agente consultivo, para não confundir com o consultor.

Estaria havendo uma correlação da atividade de analistas legislativos com a atividade de consultor, e isso poderia gerar, amanhã, uma possibilidade de um enquadramento na função de consultor, já que fariam atividades correlatas, etc.

Então, preparei um substitutivo e gostaria que V. Exª me autorizasse a fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente da Subcomissão, Srs. Senadores, diante do relatório, apresentado dia 14 próximo passado do presente, pelo Exmo. Sr. Relator da matéria, entendo necessária a proposição de mudanças no conteúdo do substitutivo, a fim de corrigir algumas distorções na gestão do Senado Federal, contidas em dispositivos que não foram objeto de qualquer ponderação com a Subcomissão nem nas áreas técnicas e administrativas da Casa.

A primeira é a correção do art. 153, que promove ascensão funcional para um segmento de servidores da Casa sem concurso público, o que é um flagrante de inconstitucionalidade. Não posso associar essas condições, porque tenho certeza absoluta de que foi um erro de redação.

A segunda refere-se ao art. 7º, parágrafo único, que, ao mesmo tempo, dispensa gabinetes parlamentares da vinculação administrativa ao Conselho de Administração, introduz uma vinculação funcional inaceitável dos órgãos de atividades-fim em suas missões institucionais que transcendem a necessária vinculação administrativa e impõem o aparelhamento desses órgãos que devem apoiar tecnicamente os Parlamentares, seu processo decisório e o absoluto exercício do mandato de forma que suas decisões estarão embasadas em critérios técnicos e jurídicos absolutamente objetivos e imparciais.

Em consequência dessa retificação, vários outros dispositivos que cerceavam a necessária isenção funcional dos órgãos técnicos da atividade-fim tiveram resgatada a sua redação original que já constava do primeiro substitutivo apresentado em maio pelo eminente Relator.

Propõe ainda corrigir o rebaixamento salarial linear e generalizado que o substitutivo propõe para gerentes de linha, segmento que vem receber na reforma administrativa um leque muito maior de responsabilidades e volume de atribuições. Associaram injustificadamente essa ampliação de responsabilidade, aliás.... que faz o substitutivo, o que prejudica toda a política de gestão de recursos humanos de contribuir em funções gerenciais essenciais para o bom andamento dos trabalhos legislativos.

É preciso ressaltar que essa correção que proponho mantém a economia anual para a Casa da ordem de R$27,8 milhões ou 38,98% em relação à despesa com o pagamento desse tipo de gratificação em relação à folha atual.

Por fim, entendo conveniente propor pequena alteração na Consultoria Legislativa para garantir a essa unidade uma estrutura similar que já é garantida para a Consultoria de Orçamento, mais horizontalizada e adequada a um órgão de assessoramento superior. Tal proposta foi defendida pelos próprios consultores como sendo mais ágil e produtiva para a atividade finalística e tem por resultado a redução de uma função de confiança no âmbito da unidade que permitirá reduzir os cortes na Advocacia.

Em termos do número global de funções e cargos, aponto apenas duas mudanças. Uma é a correção do erro material do relatório original que previa em seus quantitativos 44 serviços na Secretaria-Geral da Mesa, quando, na realidade, criava no seu texto 46 dessas unidades. Isso se deve a dois dos serviços vinculados à Coordenação de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento que foram incluídos pelo Relator, não sendo uma demanda original da Secretaria-Geral da Mesa, que apontou ser suficiente a coordenação. Por isso entendemos desnecessário o desdobramento em serviços e simplesmente mantemos o número original.

O único acréscimo proposto é o de uma função de Assessor Técnico do Departamento de Tecnologia de Informação, área que necessita de um grande esforço de ampliação de sua capacidade produtiva e que está sendo trazida a dimensões extremamente reduzidas. Na forma, portanto, o número global de funções de confiança sobe de 1.129 para 1.130.

Além disso, tenho proposto uma série de ajustes de redação no sentido de contornar pequenas inconsistências ou lacunas no texto original que não chegam a modificar a essência do texto.

Dado o grande volume das alterações que se fazem necessárias, entendo mais adequado do ponto de vista formal e prático apresentar as modificações propostas à Subcomissão na forma de um substitutivo integral ao texto lido em 14 de junho pelo Relator. Ressalto que ao menos duas alterações acima propõem manter a integralidade do dispositivo do substitutivo do eminente Relator.

Tenho assim a convicção de apoio dos nobres Pares para esse aperfeiçoamento imprescindível à preservação da legalidade e da eficiência na gestão desta Casa.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª apresentou um projeto de substitutivo global, quer dizer, um projeto inteiramente diverso. É isso?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) Não. Com algumas alterações. Mantive na sua maioria, na grande totalidade o que foi apresentado pelo eminente Relator. Há algumas alterações realmente, que serão objeto de análise da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois bem. Pergunto ao Senador Cícero Lucena se gostaria de usar a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu gostaria de ver, com esses dois fatos novos do substitutivo e das emendas apresentadas pelo Senador Vital e pelo Senador Benedito, qual é o posicionamento do Relator antes de eu me posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Como as emendas, inclusive a do Senador Benedito de Lira, chegaram há pouco às mãos do Senador Relator Ricardo Ferraço, vou aguardar alguns instantes aqui, porque ele está lendo e esclarecendo alguns pontos sobre as emendas apresentadas. *(Pausa.)*

O Senador Cícero Lucena pediu para ouvir as opiniões do Senador Relator Ricardo Ferraço antes de ele emitir suas opiniões.

Tem a palavra o Senador Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena, Vital do Rêgo, também o Senador Waldemir Moka apresentou uma Emenda de nº 25, que altera os arts. 20 e 23 e o Quadro 2, inserindo o art. 165 para incluir serviço de fonoaudiologia no Departamento de Saúde.

Nós estamos rejeitando essa emenda por compreender que a atividade de fonoaudiologia foi implementada anteriormente no serviço de saúde, tendo se constatado que o trabalho do profissional requisitado era ocioso. Como há previsão no art. 3º da Resolução que poderá aprovar o novo Regulamento Administrativo do Senado de que num prazo de até 360 dias seja elaborado um detalhado, minucioso e específico estudo relacionado à avaliação do serviço de assistência médica e social da Casa, entendemos ser este o momento e o espaço adequado para análise da eventual incorporação desse tipo de profissional no Senado Federal. Por conta dessa fundamentação, nós estamos rejeitando a Emenda nº 25.

A Emenda de nº 26, do eminente Senador Gim Argello, propõe a inclusão de inciso ao art. 8º, exclui diversos dispositivos e inclui artigo onde couber. Nós estamos recomendando a aprovação parcial, entendendo que chefe de polícia é cargo exclusivo de servidor ocupante de carreira de Policial Legislativo do Senado Federal. No restante, a proposta fere a centralização de funções e coordenação de atividades que foi preconizada, defendida e fundamentada pela Fundação Getúlio Vargas, que nos assessorou, que assessorou o Senado da República, que foi contratado para esse fim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Relator, para uma questão de ordem.

Permita-me só um esclarecimento.

O senhor, no término da sua palavra, disse que a Fundação Getúlio Vargas lhe assessorou?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, assessorou o Senado da República.

Foi contratado pelo Senado, assessorou...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Porque nessa etapa eu não tenho conhecimento de assessoria da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tivemos aqui a audiência pública nesse sentido.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mas não assessoria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, a assessoria da Fundação foi prestada ao Senado da República, foi contratada em 2009, foi recontratada em 2010.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Como V. Exª falou eu entendi que ela teria havia lhe assessorado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Porque ela lhe assessorou quando o senhor ainda não era Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (BLOCO/PMDB – ES) – É verdade.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Era só esse esclarecimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas apenas para detalhar e esclarecer: os estudos feitos pela FGV foram por mim considerados porque esta Casa empregou recurso público para a contratação e, entendendo a reputação da Fundação, nós acolhemos.

Foi um assessoramento impessoal ao Senado da República.

O eminente Senador Vital do Rêgo apresenta a emenda de nº 27, acrescentando o art. 61 do Substitutivo nos §§1º e 2º.

Acolhemos essa emenda do Senador Vital do Rêgo. Então, ratificando: estamos acolhendo a emenda de nº 28 do eminente Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Poderia citá-la?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acrescenta-se ao Art. 61 do Substitutivo os §§1º e 2º:

§ 1º. A organização dos trabalhos de assessoramento far-se-á por áreas temáticas agrupadas por afinidade de conteúdo, ficando os Consultores Legislativos da área de consultoria e assessoramento legislativo vinculados diretamente ao titular da Consultoria Legislativa.

Esse é § 1º que estamos acolhendo. De igual forma, o § 2º:

§ 2º. A proposta de designação dos Assessores Técnicos, nos termos do Art. 65, § 1º deste regulamento, dependerá de referendo da maioria absoluta dos Consultores Legislativos da área de consultoria e de assessoramento legislativo em exercício na Consultoria Legislativa.

Estamos acolhendo, portanto, a Emenda de nº 28:

Dar-se-á ao Art. 153, *caput*, a seguinte redação suprimindo-se os §§1º e 2º.

Essa é a Emenda de nº 27:

Ao Analista Legislativo, área de apoio técnico ao processo legislativo, especialidade processo legislativo, compete atividade de nível superior, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução dos trabalhos legislativos na elaboração e divulgação de estudos técnicos, quando solicitado, sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal; estudos e assistência técnica na formulação e análise de proposições e outros documentos Parlamentares, bem assim de trabalhos de análise, pesquisa e recuperação de informação instrutiva do processo legislativo e executar outras tarefas correlatas.

Essa é a Emenda de nº 27 que estamos acolhendo por proposição do Senado Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Ferraço, V. Exª leu a Emenda nº 28 "acrescente-se ao Art. 61...". salvo engano, não leu a parte complementar "dê-se ao Art. 65...e exclua-se o art. 137". Não foi isso?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Porque nós lemos apenas as mudanças que o Senador Vital propõe em relação ao Art. 65. Então, fica subentendido que nós estamos ratificando com os §§ 1º e 2º que foram apresentados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não há, portanto, mudanças nas segunda e terceira partes?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não há mudanças.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem, obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – As mudanças estão limitadas aos §§ 1º e 2º.

A terceira emenda do Senador Vital do Rêgo é a Emenda de nº 29, que dá ao Art. 7º, Parágrafo único do Substitutivo a seguinte redação:

Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Administração em assuntos de natureza administrativa, uma vez aprovadas pelo Primeiro Secretário ou pela Comissão Diretora, no âmbito das respectivas competências, obrigam toda a administração do Senado Federal. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um momento para melhor dirimir melhor o conteúdo da proposição, Senador Vital do Rêgo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Foram emendas apresentadas nesse instante que estamos avaliando, mas enquanto fazemos a análise da Emenda nº 29, vamos à leitura da Emenda de nº 30 que foi a quarta emenda apresentada pelo Senador Vital do Rêgo.

Estamos rejeitando a emenda em razão dos encargos e custos financeiros adicionais que ela poderá representar na nossa visão, no parecer que apresentamos. Ela apresenta alteração e elevação de funções comissionadas que forma alvo de um entendimento que fizemos com um conjunto dos Senadores que compõem esta subcomissão.

Por entendermos que essa é uma emenda que traz encargos e impacto, estamos rejeitando a Emenda de nº 30.

(*Pausa)*

Sr. Presidente, a Emenda nº 29 é uma emenda que exige algum nível de avaliação, há o entendimento de um acolhimento parcial em função da complexidade. Solicito a V. Exª que possamos suspender a sessão por, pelo menos, cinco minutos para que eu

possa ter certeza absoluta da recomendação que irei dar na condição de Relator.

Consulto V. Exª a possibilidade de suspendermos para que eu possa fazer essa análise pela complexidade da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Consulto os membros da Comissão se pudermos suspender por cinco minutos apenas a sessão.

Se estiverem de acordo permaneçam como estão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Estou preocupado com o meu horário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só cinco minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – São 20h30min, Senador.

Estava previsto 18h30min, e a gente sempre marca compromisso.

Eu acho que a preocupação do Senador está correta, só que vamos estender essa sessão para uma discussão que vai ter...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – São só cinco minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Cinco minutos de suspensão ou ela vai encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ´Cinco minutos de análise dele e, daí, prosseguiremos com a rapidez que estávamos fazendo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Houve uma rejeição. Então, vai haver discussão e debates.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É natural.

Então, suspensa por cinco minutos. Vamos proceder da maneira mais eficiente possível, senão vamos debater a suspensão por muito tempo.

(Suspensa às 20horas e29 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Reaberta a nossa reunião, passo a palavra ao Senador Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu já tinha apresentado recomendação de acolhimento à emenda de nº 28, no que limitava aos §§ 1º e 2º do art. 61. Há também modificações propostas pelo eminente Senador Vital do Rêgo, que dá outra redação ao art. 65.

As funções de Consultor-Geral Legislativo, Consultor-Geral Adjunto e Assessor Técnico no âmbito da Consultoria Legislativa são privativas dos servidores da categoria de Consultor Legislativo Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento Legislativo.

§ 1º O exercício das atribuições dos Assessores Técnicos no âmbito da Consultoria Legislativa inclui, além das que lhes confere o art. 138, a coordenação técnica dos trabalhos da área temática de que estejam expressamente encarregados, que compreende receber as solicitações de trabalho encaminhadas à Consultoria Legislativa; verificar sua adequação e clareza e, quando pertinente, propor ao se mudança ou cancelamento da solicitação; proporcionar o equilíbrio na distribuição de carga de trabalho entre os Consultores nas áreas de especialização; acompanhar a realização dos trabalhos e controlar seu encaminhamento aos demandantes nos prazos fixados; propor aos autores ou revisores dos trabalhos as modificações julgadas necessárias a sua adequação às demandas; proceder ao cancelamento das solicitações de trabalho, quando acordado com o solicitante; divulgar internamente relatórios periódicos da distribuição e produção de trabalhos; estimular e facilitar a prática interna de tratamento integrado e multidisciplinar dos assuntos submetidos à Consultoria Legislativa; promover o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos gerenciais, dos métodos operacionais e da qualidade dos trabalhos, conforme programa anual de trabalho; acompanhar e controlar a disponibilidade de recursos humanos por área de especialização; propor ao Consultor-Geral Legislativo a instauração de procedimento administrativo para apuração de infração funcional, além de exercer outras atividades que lhe sejam confiadas pelo Consultor-Geral Legislativo.

Também propõe a exclusão do art. 137 do Substitutivo, renumerando-se os demais.

Dá-se aos quadros 4.8 e 4.10 do Anexo I do Substitutivo, a seguinte redação, ajustando-se os demais quadros, onde couber, em função da alteração, dos quantitativos das unidades, propondo uma redução de uma função de confiança na Consultoria Legislativa e ampliando uma função comissionada na função de Advocacia.

O nosso entendimento, Sr. Presidente, é que, por ser esta proposta neutra no seu impacto, podemos acolher, porque estamos reduzindo uma função gratificada, uma função comissionada na Consultoria e incorporando uma função comissionada na Advocacia, o que me parece absolutamente pertinente e adequado.

Então, acolhemos a Emenda nº 28 integralmente.

A Emenda nº 29 altera conceitualmente, apesar de não trazer qualquer tipo de impacto, mas ela altera conceitualmente uma proposta que subscrevemos em nosso parecer, quando, no art. 7º, criamos um Conselho de Administração, com competência para:

I -assessorar e apoiar a Comissão Diretora na formulação, implementação e avaliação de políticas internas de gestão do Senado Federal, favorecendo a

governança, o desenvolvimento institucional e imagem pública da instituição;

II -executar as estratégias, políticas e diretrizes de governança e gestão estabelecidas pela Comissão Diretora;

III -analisar o desempenho organizacional do Senado Federal no âmbito técnico– administrativo, submetendo os resultados à avaliação da Comissão Diretora;

IV – avaliar e opinar como instância consultiva, previamente ao encaminhameto à decisão superior

decisões relevantes de ordem orçamentária, administrativa e financeira e relativas às licitações e contratações de grande vulto

toda ação administrativa considerada pelo Conselho como de potencial impacto relevante à imagem do Senado Federal e à estratégia institucional;

V -estabelecer prioridades e deliberar sobre alocação de recursos críticos aos projetos, investimentos, processos e serviços priorizados;, além de promover a integração do corpo gerencial nas decisões afetas a cada área.

No seu § 1º, os órgãos mencionados nos Incisos V e VI do art. 2 vinculam-se ao Conselho de Administração em assuntos de natureza administrativa, orçamentária, funcional e operacional.

O entendimento que estamos firmando é o de que a Emenda nº 29 altera essa visão e esse conceito, esvaziando a figura do Conselho de Administração e as suas respectivas tarefas e responsabilidades. Entendo que essa emenda desconsidera os pressupostos de centralização que foram propostos pela Fundação Getúlio Vargas no seu Relatório, quando a fundação afirma que "o êxito da reforma dependeria, dentre outros, do gerenciamento, monitoramento e avaliação sistemáticos e centralizados, de modo a possibilitar a mensuração dos impactos sobre o desempenho da Casa". Ou seja, a emenda proposta pelo eminente Senador Vital do Rêgo esvazia a existência do Conselho de Administração, e isso contraria a visão conceitual do nosso parecer. Em face disso, nós estamos rejeitando a Emenda nº 29.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Conselho de Administração é presidido pelo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pelo 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pelo 1º Secretário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Conselho de Administração é composto pelo 1º Secretário, que será o seu Presidente, pelo Secretário-Geral da Mesa, pelo Advogado-Geral, pelo Controlador-Geral, pelo Secretário de Comunicação Social, pelo Secretário de Gestão do Conhecimento, pelo Consultor-Geral Legislativo, pelo Consultor-Geral de Orçamento, Fiscalização e Controle, pelo Chefe do Departamento de Tecnologia de Informação, pelo Chefe de Departamento de Recursos Humanos e pelo representante dos chefes de gabinete. Ou seja, pressupõe-se que Conselho de Administração faça a mediação entre a Administração da Casa e a Comissão Diretora, que é composta pelos Srs. Senadores. Então, a proposta do eminente Senador esvazia, retira suas atribuições e, por isso, estamos rejeitando essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª concluiu o seu relatório?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB PB) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Espere aí. Só estou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Apenas pergunto ao Senador Ferraço em relação às quatro emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já me pronunciei em relação às quatro emendas que foram apresentadas pelo eminente Senador Vital do Rêgo. E, com relação...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, com a anuência do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para não perder de vista a oportunidade de destacar, para votação em separado, as duas emendas que foram rejeitadas, conforme o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Senador Cícero Lucena havia pedido após o Relator se pronunciar sobre as emendas. Se V. Exª desejar, se V. Exª quiser...

Ainda não opinou sobre a emenda do Senador Benedito de Lira?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é impossível opinar sobre um substitutivo que me foi apresentado neste momento. Eu não tenho como opinar. Quanto à emenda, eu tenho facilidade, ou mais facilidade ou menos dificuldade de fazer a leitura e de firmar um juízo de valor. Em relação a um substitutivo que, na prática, é um novo regulamento, não tenho como opinar. Se tiver que opinar, vou opinar rejeitando e, evidentemente, recomendando...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Proponho à Comissão, que seja dado o tempo que o Senador precisar para opinar. Acho que o ato de desrespeitar um substitutivo só pela conveniência do tempo é um desrespeito à Casa e ao Senador que o apresentou.

E acho que o Relator está com a razão. Eu mesmo não fico à vontade, porque não tenho conhecimento do substitutivo. Acho que é conveniente, prudente, darmos tempo para que o Relator possa analisar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Preciso ler o substitutivo; preciso fazer um quadro comparativo de entendimento entre o que propõe o eminente Senador e aquilo que estamos propondo, que foi fundamentado nas audiências públicas, com base nos estudos que recebemos como pressuposto. Se eu tiver que votar aqui hoje, evidentemente rejeito o substitutivo e recomendo a aprovação do nosso parecer com as emendas, que foram aqui acolhidas parcialmente ou que foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena, na última semana, em decorrência da solicitação de vista por parte dos senhores membros, nós solicitamos, requeremos que pudesse haver a prorrogação de nossos trabalhos por mais esta semana, o que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

A palavra de V. Exª é de bom senso, mas estou tentando aqui ligar para o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não fará questão, não, Presidente. Porque é uma questão de responsabilidade que estamos tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu acho que é de bom senso a ponderação de V. Exª e estou propenso a aceitá-la. Na medida em que todos nós solicitarmos ao Presidente e à Comissão de Constituição e Justiça, tenho a convicção de que será aprovada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Vamos fazer *ad referendum*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Benedito de Lira, por favor.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, sabendo que, na última, em uma das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça foi apresentado um requerimento pedindo a prorrogação até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu hoje conversei com o Presidente da Comissão, antes de vir para a reunião, e disse a ele que, provavelmente, teríamos necessidade de fazer mais uma prorrogação por conta de um substitutivo que estávamos apresentando e que o Relator teria que ter o tempo necessário para fazer uma análise do substitutivo e comparações. E o Presidente da Comissão me informou o seguinte: é interessante que o projeto venha para a Comissão devidamente pronto, enxuto.

Quanto à prorrogação, não há nenhuma dificuldade, Senador. Avise lá para a Comissão que nós concordamos plenamente com outra prorrogação. Não está havendo nenhum problema no que diz respeito a isso. (*Pausa.*)

O senhor deve estar falando com o Presidente da Comissão e ele está ciente dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Agradeço muito a atenção, em nome de todos os membros. Muito obrigado. (*Ao telefone.*)

O Senador Eunício Oliveira, que está nos assistindo ao vivo, diz que poderemos, sim, apresentar um requerimento para prorrogar os nossos trabalhos por oito dias...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...que, acredito, será o tempo necessário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas eu preciso receber ainda hoje o substitutivo do eminente Senador Benedito de Lira para que eu possa fazer toda a análise...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Está aqui à disposição para já...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está em suas mãos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Primeiro, eu preciso receber para, depois, encaminhar para o conjunto dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois bem. Então, terça-feira, às seis e meia?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) –. *Fora do microfone.*) – Para mim está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pergunto, então, a todos os membros se terça-feira, às seis e meia, ou após a Ordem do Dia... Terça-feira próxima, fica convocada nova e definitiva reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o meu compromisso, e definitivo, de que, até terça-feira, terei essa análise concluída, não havendo, portanto, mais necessidade de prorrogarmos a conclusão desta Subcomissão para que a Comissão de Constituição e Justiça possa se manifestar, consequentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Senador Benedito de Lira, então, terça-feira, às seis e trinta ou após a Ordem do Dia...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma observação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Para determinar à Secretaria da Comissão que fizesse cópia do substitutivo para entrega a todos os Senadores, porque será analisado, depois da avaliação do Relator, pela plenária dos membros da Comissão.

(...) Em relação ao substitutivo que, na prática, é um novo regulamento, não tenho como opinar. Se tiver que opinar, vou opinar rejeitando e, evidentemente, recomendando...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Proponho à Comissão, que seja dado o tempo de que o Senador precisa para opinar. Acho que o ato de desrespeitar um substitutivo só pela conveniência do tempo é um desrespeito à Casa e ao Senador que o apresentou.

E acho que o Relator está com a razão. Eu mesmo não fico à vontade, porque não tenho conhecimento do substitutivo. Acho que é conveniente, prudente, darmos tempo para que o Relator possa analisar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Preciso ler o substitutivo; preciso fazer um quadro comparativo de entendimento entre o que propõe o eminente Senador e aquilo que estamos propondo, que foi fundamentado nas audiências públicas, com base nos estudos que recebemos como pressuposto. Se eu tiver que votar aqui hoje, evidentemente rejeito o substitutivo e recomendo a aprovação do nosso parecer com as emendas, que foram aqui acolhidas parcialmente ou que foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena, na última semana, em decorrência da solicitação de vista por parte dos senhores membros, nós solicitamos, requeremos que pudesse haver a prorrogação de nossos trabalhos por mais esta semana, o que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

A palavra de V. Exª é de bom senso, mas estou tentando aqui ligar para o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não fará questão, não, Presidente. Porque é uma questão de responsabilidade que estamos tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu acho que é de bom senso a ponderação de V. Exª e estou propenso a aceitá-la. Na medida em que todos nós solicitarmos ao Presidente e à Comissão de Constituição e Justiça, tenho a convicção de que será aprovada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Vamos fazer *ad referendum*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Benedito de Lira, por favor.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, sabendo que, na última, em uma das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça foi apresentado um requerimento pedindo a prorrogação até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu hoje conversei com o Presidente da Comissão, antes de vir para a reunião, e disse a ele que, provavelmente, teríamos necessidade de fazer mais uma prorrogação por conta de um substitutivo que estávamos apresentando e que o Relator teria que ter o tempo necessário para fazer uma análise do substitutivo e comparações. E o Presidente da Comissão me informou o seguinte: é interessante que o projeto venha para a Comissão devidamente pronto, enxuto.

Quanto à prorrogação, não há nenhuma dificuldade, Senador. Avise lá para a Comissão que nós concordamos plenamente com outra prorrogação. Não está havendo nenhum problema no que diz respeito a isso. (*Pausa.*)

O senhor deve estar falando com o Presidente da Comissão e ele está ciente dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Agradeço muito a atenção, em nome de todos os membros. Muito obrigado. (*Ao telefone.*)

O Senador Eunício Oliveira, que está nos assistindo ao vivo, diz que poderemos, sim, apresentar um requerimento para prorrogar os nossos trabalhos por oito dias...

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...que, acredito, será o tempo necessário.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Mas eu preciso receber ainda hoje o substitutivo do eminente Senador Benedito de Lira para que eu possa fazer toda a análise...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Está aqui à disposição para já...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está em suas mãos.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Primeiro, eu preciso receber para, depois, encaminhar para o conjunto dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois bem. Então, terça-feira, às seis e meia?

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Para mim está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pergunto, então, a todos os membros se terça-feira, às seis e meia, ou após a Ordem do Dia... Terça-feira próxima, fica convocada nova e definitiva reunião.

O SR. RELATOR (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o meu compromisso, e definitivo, de que, até terça-feira, terei essa análise concluída, não havendo, portanto, mais necessidade de prorrogarmos a conclusão desta Subcomissão para que a Comissão de Constituição e Justiça possa se manifestar, consequentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Então, solicito à Secretaria que possa providenciar a cópia para todos os senhores membros da Comissão.

Assim, agradeço a presença de todos.

O Sr. Relator vai ter mais um trabalho, mas fica convocada a próxima reunião para terça-feira, às 18h30, e solicito à Secretaria que também prepare o requerimento, já com a anuência já do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça de que poderemos prorrogar por oito dias os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Pedro Taques, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, José Agripino e João Vicente Claudino. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, inicia a deliberação da Pauta. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que "Modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para incluir os cursos de formação de profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável, com a emenda 1-CCT. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rands, que "Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima

reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Átila Lira, que "Dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que "Denomina Rodovia José Dácio Leite o trecho da BR-230 entre a cidade de Lavras da Mangabeira e o entroncamento com a BR-116, no Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "Denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rose De Freitas, que "Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida, iniciada a discussão e apresentadas duas emendas de autoria da Senadora Ana Rita, acatadas, oralmente, pelo relator. Ficam transferidos para a próxima reunião o prosseguimento da discussão e a posterior deliberação, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. Logo após, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. Prosseguindo, a Presidência informa ao Plenário que a Mensagem (SF) nº 95, de 2011, que "Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA para exercer o cargo Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO", foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos. Logo após, os Senhores Senadores Ana Amélia, Sérgio Petecão, Paulo Bauer e Cristovam Buarque, apresentam proposta no sentido de enviar um ofício à Presidência da Casa manifestando discordância ao despacho formalizado pela Mesa e solicitando providências para que a sabatina seja realizada por este colegiado, uma vez que estão afetas à Comissão de Educação, Cultura e Esporte as prerrogativas regimentais para tratar de todos os assuntos referentes ao tema. A proposta é aprovada por unanimidade. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 35/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Roberto Requião e Cristovam Buarque, que requerem "... nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento de PAULO RENATO DE SOUZA, ex-Deputado Federal e ex-Ministro de Estado da Educação, ocorrido no dia 25 de junho de 2011, em São Roque SP, aos 65 anos, e, nos termos do art. 221, inciso I, também do Regimento Interno, a apresentação formal de condolências à família desse eminente homem público". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 36/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Roberto Requião, que requerem "... nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cineasta, crítico e gestor público Gustavo Dahl, ocorrido no dia 27 de junho de 2011, em Trancoso – BA, a ser encaminhado à família do falecido, à Agência Nacional do Cinema – Ancine e ao Ministério da Cultura. Em 72 (setenta e dois) anos de vida, Dahl ganhou muitos prêmios consagrando-se como um dos grandes teóricos do Cinema Novo. Esteve à frente dos principais órgãos públicos ligados à atividade audiovisual, como primeiro presidente da Ancine, sendo um dos principais respon-

sáveis por sua criação; superintendente de comercialização da Embracine, convertendo-a, à época, como a segunda maior distribuidora do país; presidente da Associação Brasileira de Cineatas; Presidente do CONCINE – Conselho Nacional de Cinema; presidente do Congresso Brasileiro de Cinema; presidente do Conselho Nacional de Direitos Autorais, e, atualmente, ocupava o cargo de diretor do CTAV – Centro Técnico Audiovisual do Ministério da Cultura. Pelos serviços prestados à cultura e ao cinema brasileiro, Gustavo Dahl faz jus à homenagem póstuma que ora propomos". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010 e Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009**. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal.** – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Sessão Ordinária da Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sras. . e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nós não temos quórum para projetos terminativos. Mesmo assim, vamos iniciar com a leitura do Item 1 da pauta.

ITEM 1
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2010

Modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para incluir os cursos de formação de profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciencia e Tecnologia.

Autoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Srs. Senadores, Sras. . Senadoras, chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2010, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que modifica os incisos I e VI do art. 7º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O intuito do projeto é incluir os cursos de formação dos profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

No art. 7º da Lei nº 11.892, de 2009, onde se incluem os incisos a serem modificados, são elencados os principais objetivos dos Institutos Federais. No inciso I, que dá prioridade à oferta de cursos profissionais de nível médio "integrados", o projeto insere a expressão "incluídos os de formação de profissionais de educação". No inciso VI, em que se detalha a atuação dos IF na educação superior, adiciona-se, aos cursos de formação de professores nas áreas de ciências, matemática e educação profissional, a oferta de "cursos superiores de tecnologia em processos escolares, destinados à formação dos profissionais".

Na justificação, a autora do projeto enaltece os esforços de implantação da educação profissional no Brasil no contexto do dualismo educacional, bem como o papel dos institutos federais. Mostra também como essas escolas, fruto do dualismo entre educação intelectual e manual, nunca se preocuparam com a oferta de formação de professores e de outros educadores. Ao final, afirma que o PLS nº 235, de 2010, atualiza o papel dos institutos federais, incumbindo-os de oferecer, além da preparação, em nível superior, de professores de ciências, de matemática e de disciplinas profissionais, a habilitação em nível médio dos profissionais da educação docentes e não docentes e, no caso desses últimos, também em nível superior.

Distribuído à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), seguida da CE, onde ora é examinado em sede terminativa, o projeto não recebeu emendas. Na CCT, a matéria recebeu parecer favorável à sua aprovação, com emenda ao texto da ementa.

II – Análise

Cabe a esta Comissão opinar, entre outras matérias, sobre normas gerais da educação e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Como se trata de exame em caráter terminativo, compete ainda à CE, neste caso, analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

A Lei nº 11.892, de 2008, institucionaliza uma política educacional de grande importância para o País. De um lado, amplia e fortalece o papel das tradicionais escolas técnicas e agrotécnicas, que há alguns anos enveredaram pela atuação no nível superior, por meio de cursos tecnológicos e pela pesquisa científica e tecnológica, o que justificou a denominação de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

De outro lado, imprime novo caráter administrativo e pedagógico a essas instituições, que se revestiram de características inovadoras, tais como a territorialidade, a verticalidade e a flexibilidade.

Pela característica da territorialidade, todos os brasileiros que concluem o ensino fundamental e trabalhadores em geral passam a ser população-alvo das ações educativas e de extensão dos institutos federais.

Pelo atributo da verticalidade, cada Instituto se organiza para oferecer cursos desde as qualificações específicas sem exigência de escolaridade até a pós-graduação, passando pelas habilitações técnicas em nível médio e pelos cursos superiores de tecnologia.

Pela característica da flexibilidade, graças a uma multifacetada estrutura organizativa e a uma equipe multidisciplinar de professores e de técnicos-administrativos, os institutos federais se capacitam a atender às mais diversificadas demandas de educação profissional, em diferentes modalidades, incluindo a educação a distância.

Os institutos federais estão enfrentando a missão de oferecer cursos profissionais de nível médio, integrados, concomitantes ou subsequentes ao curso convencional, e, ao mesmo tempo, cursos superiores, seja de tecnologia nos setores primário, secundário e terciário da economia, seja na preparação de professores para a educação básica. Essas ações respondem, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste, à carência de técnicos e de tecnólogos bem como à necessidade premente de habilitar docentes qualificados na área de ciências exatas.

É exatamente obedecendo a essa tendência, dentro das três características anteriormente citadas, que o PLS nº 235, de 2010, amplia os objetivos e aperfeiçoa as prioridades de atuação dos Institutos.

Com a inclusão dos cursos de formação de profissionais da educação entre os cursos de nível médio integrados, estamos pagando uma dívida com o passado e assumindo um desafio do futuro. Estranhamente, desde 1834, quando se fundou em Niterói o primeiro curso Normal para a formação de professores e professoras primárias, nunca o governo federal investiu um centavo nessa ação educativa de transcendental importância para a educação brasileira. É, pois, tempo de os institutos federais assumirem essa tarefa de modo exemplar.

Mas o projeto inova ainda mais. Não somente os professores hoje são considerados profissionais da educação. Mais de um milhão de trabalhadores nas escolas atuam em funções educativas não docentes. O Eixo Curricular de Apoio Educacional engloba cursos técnicos de Alimentação Escolar, de Multimeios Didáticos, de Orientação Comunitária, entre outros. O PLS abre essa nova tarefa para os institutos federais.

Resta registrar que concordamos com o parecer aprovado pela CCT, com emenda de relatoria destinada a alterar os termos da ementa, muito detalhada no projeto original.

III – Voto

Pelo exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2010, e da Emenda nº 1 – CCT.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Parecer do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação, pois é um projeto terminativo e não temos no plenário quórum suficiente, no momento, para a votação.

Item nº 2 tem como Relator o Senador Vicentinho Alves. S. Exª não está presente. Então, deixamos para a próxima reunião.

Vamos passar para o item nº 4, aproveitando a presença do nosso ouvidor, o novo ouvidor do Senado, o Senador Flexa Ribeiro. Hoje nós estamos aqui, Senador, na qualidade de seus ouvintes.

ITEM 4
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2010

Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas.

Autoria: Senador **Cristovam Buarque.**
Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro.**

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, quem vai ter a honra, a partir de alguns minutos, de ser o ouvinte não só dos Senadores, mas principalmente da sociedade brasileira, de todos os cidadãos, serei eu que fui honrado com o convite do Presidente Sarney para assumir a Ouvidoria do Senado Federal. Tenho certeza absoluta de que vamos, pela Ouvidoria, ter um controle social do Senado no bom sentido, porque nós vamos, através da transparência, dar à sociedade brasileira a noção real do trabalho desenvolvido por todos os

Senadores em prol do desenvolvimento econômico-social do nosso País.

Quero saudar as Sras. Senadoras e o Sr. Senador. Não é a toa que as senhoras, o gênero feminino está ocupando os espaços. Hoje, aqui, elas são maioria se não contarmos aqui com o nosso Presidente no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O que é uma garantia da qualidade da votação, além de ser uma honra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade, principalmente em se tratando de um tema tão importante como é o da educação em nosso país, além da cultura e esporte.

De autoria do Senador Cristovam Buarque, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 46, de 2010, pretende tornar mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas.

Para tanto, a proposição altera no sentido de determinar que as provas e competições desportivas que envolverem "veículos motorizados" somente poderão ocorrer em via pública se atendidas as seguintes condições: (i) inexistência de autódromo em um raio de cinquenta quilômetros; (ii) aprovação prévia, pela autoridade de trânsito, de plano de segurança, em que estejam detalhadas medidas para minorar os riscos do evento.

Na justificação do projeto, o autor informa que a iniciativa deriva de sugestão encaminhada ao Senado Federal pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS). A contribuição não pôde ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno, compete à CDH opinar sobre sugestões apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional", circunstância que exclui os entes públicos.

Sua Excelência, por concordar com o mérito da sugestão, optou por transformá-la no projeto em pauta.

O projeto foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

ANÁLISE

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade da iniciativa parlamentar e da juridicidade, não há reparo a fazer. Do ponto de vista da técnica legislativa, contudo, impõe-se ajustar a redação da ementa que a lei proposta vincula-se, por remissão, ao Código de Trânsito Brasileiro, assim como promover pequena alteração redacional no *caput* do art. 1º.

No mérito, parecem-nos pertinentes os argumentos do autor.

De fato, o noticiário de imprensa tem demonstrado o perigo representado pela promoção, em vias urbanas, de competições automobilísticas popularmente denominadas "rachas", "pegas" ou "arrancadões". Com lamentável frequência, vêm ocorrendo acidentes graves, muitos deles fatais, o que enseja o dever do poder público no sentido de regrar essa prática.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2010, com as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação. (*Pausa*.)

Em votação.

O Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o Relatório, permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos para Item 5 da nossa pauta.

ITEM 5
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, DE 2009

Inscreve o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria.

Não é mais um livro, é uma enciclopédia do tamanho da Britânica, de tantos nomes inscritos a cada sessão.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. . Senadoras, a proposição em epígrafe foi, anteriormente, distribuída aos Senadores Osvaldo Sobrinho, José Agripino e João Faustino, que ofereceram relatórios concluindo pela aprovação do projeto. Contudo, nenhum dos relatórios chegou a ser apreciado por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em virtude daqueles Senadores não mais pertencerem à Comissão. Dessa forma, o presente relatório ratifica os já apresentados, conforme os termos abaixo.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 195, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.596, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Maurício Rands, inscreve "o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia".

A cláusula de vigência do projeto estabelece que a lei entre em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificação, o autor destaca a importância de Domingos Martins para a história do País. Como um dos principais líderes da Revolução Pernambucana de 1817, lutou para instaurar, no Brasil, um Estado independente de Portugal, republicano, abolicionista e com liberdades religiosa e de imprensa.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.596, de 2007, foi aprovado, sem emendas, pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Nos termos dos arts. 24, II, e 54 do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação pelo Plenário.

No Senado Federal, nos termos do art. 91 § 1º, 4 do Regimento Interno, o PLC nº 195, de 2009, foi distribuído para a apreciação exclusiva e em sede de decisão terminativa por esta Comissão. Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

A matéria – inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria – encontra-se disciplinada na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, cujos requisitos foram plenamente atendidos pela proposição, especialmente os critérios alusivos à defesa e à construção da Pátria "com excepcional dedicação", exigida dos agraciados, conforme consta do *caput* do art. 1º daquela norma.

Como assinala o autor do projeto, Domingos Martins foi um idealista das causas republicanas e libertárias. Ainda no período da Colônia, tentou esse herói instaurar no Brasil um regime político moderno, nos moldes do que já se experimentava nos Estados Unidos da América (EUA).

Nascido em 1781, no Estado do Espírito Santo, o comerciante Domingos José Martins trabalhou em Londres, onde conviveu com as idéias libertárias que fervilhavam na Europa da época e fez amigos como o General Miranda, que lutara na guerra da independência dos EUA.

De volta ao Brasil, influenciado pelas experiências vividas na Europa, Martins se juntou a figuras como Frei Caneca e liderou a Revolução Pernambucana, instalando, por setenta e cinco dias, uma república independente de Portugal, fundada em ideais democráticos extremamente avançados para a época: abolicionista, com liberdades religiosa e de imprensa, e com reformas modernizadoras na administração pública e no sistema tributário.

Apesar de derrotada, a Revolução Pernambucana de 1817 deixou semeados os ideais da República, da modernidade, da democracia e da liberdade, aos quais Domingos Martins dedicou a sua vida.

Dessa forma, tendo em vista a sua história de luta pela construção da Pátria, é justa e meritória a iniciativa de inscrever o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Por se tratar de exame a ser realizado com exclusividade por esta Comissão, cabe-nos também opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do presente projeto. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer ao PLC n° 195, de 2009.

Entretanto, o nome do monumento em que se encontra depositado o Livro dos Heróis da Pátria foi alterado para "Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves", conforme consta na Lei nº 11.597, de 2007. É necessário, portanto, que a redação do art. 1º do projeto seja alterada, mediante a emenda que submetemos à apreciação desta Comissão.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 195, de 2009 (Projeto de Lei n° 2.596, de 2007, na Casa de origem), com a seguinte emenda de redação. Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 1º *Inscreva-se o nome de Domingos Martins no Livro dos Heróis da Pátria depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves."*

Esse é o voto e a Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Relatório da Senadora Ângela Portela. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação por falta de quorum.

Vamos ao Item 7 da pauta.

ITEM 7
Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2010

Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio.

Quantas capitais nacionais do agronegócio nós temos no Brasil? Nós devíamos pensar em disciplinar esses títulos porque eles vão se sobrepondo e como ninguém vota contra quando chega na Comissão, porque não quer tomar uma atitude antipática, às vezes, nós ficamos com algumas capitais que são, realmente, do ponto de vista da movimentação, do agronegócio o caso inferiores a outras que são realmente mais movimentadas.

Sendora Serys Slhessarenko, relatoria, Senador Ricardo Ferraço. Relator *Ad hoc*, se me permite, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Enquanto o Senador Mozarildo se situa na pauta, alguém gostaria de fazer alguma reivindicação para o nosso ouvidor, algum protesto por parte dos Senadores? *(Pausa.)*

Não havendo protesto passo a palavra para o Senador Mozarildo Cavalcanti, como relator *ad hoc*.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como a matéria está distribuída vou dispensar a leitura do relatório e vou ler o final da análise.

Na justa homenagem proposta para a cidade matogrossense de Sorriso, o Senado Federal, pela iniciativa de lei em apreciação, dedica-lhe o título de Capital Nacional do Agronegócio. Este reconhecimento ressalta o mérito de ser o Município de Sorriso aquele que ostenta a maior produção de grãos do Brasil. O fato é notável, sobretudo, se levarmos em conta que o País detém, por sua competitividade, os maiores índices de produtividade de alimentos do mundo, sendo nesse cenário que a Cidade se destaca. Fato que ganha maior relevância quando avaliamos a excelente aceitação dos produtos da agropecuária brasileira nos mercados interno e externo, como também a importância das exportações agropecuárias para a balança comercial brasileira.

Distando 420 km da Capital, Cuiabá, o Município de Sorriso abriga mais de 60 mil brasileiros, numa área de cerca de 9 mil km2. Graças ao sucesso do agronegócio local, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado elevado, de acordo com os padrões adotados pela Organização das Nações Unidas, e o Produto Interno Bruto, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), supera R$ 1 bilhão.

Finalmente, esperamos que o exemplo do empreendedorismo e da exuberância do agronegócio do Município de Sorriso estimule, pelo exemplo, e influencie outros municípios com o mesmo potencial agrícola, para que o Brasil permaneça em evidência entre os maiores produtores globais de alimentos, razão que nos leva a apoiar também no mérito o Projeto, que estimulará, seguramente, a Cidade de Sorriso a enfrentar o desafio de agregar mais valor a sua grande produção primária por meio do beneficiamento local.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2010.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e fica sobrestada a votação por falta de quórum.

Os quatro últimos itens da pauta poderão ser votados em bloco porque são denominações de obras públicas.

ITEM 8
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, DE 2010

Dispõe sobre a denominação da Barragem de Piaus, no rio Marçal, entre os Municípios de Pio IX e São Julião, no Estado do Piauí.

Autoria: Deputado **Átila Lira**
Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a proposição distribuída na Comissão de Educação Cultura e Esporte para a relatoria do Senador Heráclito Fortes, que apresentou parecer favorável com aprovação da matéria. Contudo, em virtude do término da legislatura, o relatório não chegou a ser apreciado pela Comissão, tendo agora a proposta sido distribuída para nosso exame, reproduzimos abaixo o parecer elaborado pelo Senador Heráclito Fortes, cujo conteúdo adotamos na íntegra.

II – Análise

Sem dúvida, a Barragem do Piaus constitui obra extremamente relevante para o semiárido do Piauí. Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a barragem, com capacidade máxima de acumulação de 104,5 metros cúbicos de água, propiciará o desenvolvimento de atividades econômicas como a piscicultura e o turismo, além de possibilitar o abastecimento de água para cerca de 25 mil famílias da região.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Maria do Carmo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação por falta de quórum.

ITEM 9
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2010

Denomina Rodovia José Dácio Leite o trecho da BR-230 entre a cidade de Lavras

da Mangabeira e o entroncamento com a BR-116, no Estado do Ceará.

Autoria: Deputada **Gorete Pereira**

Relatoria: Senador **Walter Pinheiro**

O Relator *ad hoc* é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o parecer trata de projeto de autoria da Deputada Gorete Pereira, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2010, que pretende denominar "Rodovia José Dácio Leite" o trecho rodoviário da BR-230 entre a cidade de Lavras da Mangabeira e o entroncamento com a BR-116, no Estado do Ceará.

A autora da iniciativa justifica a homenagem proposta ao mencionar que José Dácio Leite, formado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará em 1959, destacou-se como Procurador de Justiça em várias comarcas cearenses, com presença atuante perante o Tribunal do Júri durante grande parte de sua vida profissional.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime.

Nesta Casa, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão terminativa, tendo merecido do Relator então designado, Senador Inácio Arruda, manifestação favorável, a qual, entretanto, não chegou a ser apreciada. Iniciada nova legislatura, a matéria foi redistribuída.

Compete a esta Comissão, como dispõe o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas.

No mérito, o Relator associa-se aos argumentos da autora para considerar justa e merecida a homenagem proposta.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2010.

Esse é o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer do Relator *ad hoc* Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, sobrestada a votação por falta de quórum.

ITEM 10

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2010

Denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Autoria: Deputado **Inocêncio Oliveira**

Relatoria: Senadora **Marta Suplicy**

A Mesa designa como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010 (Projeto de Lei nº5.048, de 2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Inocêncio de Oliveira, visa homenagear o cidadão Lourinaldo Vitorino de Moura – Inspetor Vitorino, como era conhecido –, atribuindo seu nome ao viaduto construído no km 637 da rodovia BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Conforme afirma o autor do projeto em sua justificação, o homenageado era natural da cidade de Frei Miguelinho, tendo sido chefe da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Caruaru por 13 anos.

Posteriormente, foi Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Pernambuco, cargo que ocupava quando foi brutalmente assassinado, aos 57 anos de idade. Inspetor Vitorino, ainda segundo o autor, marcou sua vida pelo compromisso com a retidão, com o cumprimento das leis e com a justiça.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída com exclusividade à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, não tendo recebido emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, impondo-se, em face da natureza terminativa da decisão, o exame da matéria sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além daqueles relativos ao mérito.

O projeto em exame trata da denominação de viaduto localizado em rodovia federal. Como tal, constitui matéria da competência da União, conforme estabelece o art. 21, XXI, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional compete dispor sobre o assunto, nos termos do art. 48, inexistindo reserva de iniciativa privativa de outro Poder.

A proposição é amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, "que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação" e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

O texto do projeto obedece ainda às normas de técnica legislativa expressas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de

1998, não tendo sido observada necessidade de reparos. Finalmente, o projeto é adequado no que tange ao mérito, tendo em vista que o homenageado tem sua biografia dedicada aos interesses da comunidade a que servia, notadamente a atividades relacionadas com a região de Caruaru, onde se localiza a obra viária objeto da homenagem proposta.

III – Voto

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório lido pela Senadora Ana Rita.

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação por falta de quorum.

Vamos para o Item 11 da pauta.

ITEM 11
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 256, DE 2009

Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Deputada **Rose De Freitas**
Relatoria: Senador **João Alberto Souza**
Relatora ad hoc Senadora **Ângela Portela.**

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, amos direto à Análise do projeto.

II – Análise

A proposição em exame visa prestar homenagem à figura do ex-Deputado Aloízio Santos, atribuindo seu nome a trecho da rodovia BR-262 situado entre as cidades de Cariacica e Viana, ambas no Estado do Espírito Santo.

A proposição refere-se a rodovia federal, matéria de competência privativa da União, conforme estabelece o art. 21, XXI, da Constituição Federal, sendo válida a iniciativa parlamentar, a teor do disposto nos arts. 48 e 60 do texto constitucional.

A proposição é amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação" e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

Atende, outrossim, aos ditames da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos", proibindo a atribuição de nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

O projeto é também adequado no que tange ao mérito, uma vez que o homenageado teve destacado papel na vida política recente do País, como Deputado Federal por três mandatos, e da região de Cariacica, cidade da qual foi prefeito duas vezes. A iniciativa torna-se ainda mais pertinente se considerado o empenho do Deputado Aloízio Santos para a efetiva realização das obras de duplicação do trecho de rodovia escolhido para homenageá-lo.

Apenas constatamos imprecisão no texto da ementa e do art.1º, o que se pretende sanar mediante nova redação que permitirá melhor identificação dos pontos extremos do trecho que será objeto da homenagem.

III – Voto

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.425, de 2007, na origem), com as emendas de redação que apresentamos.

EMENDA Nº – CE
(ao PLC nº 256, de 2009)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009, a seguinte redação:

"Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262 compreendido entre o Km 0, em Cariacica, e o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo."

EMENDA Nº – CE
(ao PLC nº 256, de 2009)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 1º O trecho da rodovia BR-262 compreendido entre o Km 0, em Cariacica, e o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo, passa a denominar-se 'Rodovia Deputado Aloízio Santos'."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agradeço a Senadora Angela Porte-

la, por ter feito a leitura do relatório do Senador João Alberto.

Como o Senador está presente, peço que S. Exª se manifeste a respeito de duas emendas apresentadas pela Senadora Ana Rita.

Peço à Senadora que faça a leitura de suas emendas para conhecimento do Plenário e do Senador João Alberto.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, Sr. Presidente, apresentamos duas emendas. Na verdade, uma das emendas é para compatibilizar o texto e a outra é para acerta a ementa. Na verdade, o teor das duas é o mesmo.

Então, vou ler qual a razão da apresentação das duas emendas.

Sr. Presidente, o trecho do Km 1.1 ao Km 7.1 da rodovia BR-262, no trecho entre o bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no município de Cariacica, por razão da Lei nº11.541, de 12 de novembro de 2007, recebeu a denominação de Avenida Mário Gurgel, o que geraria conflito por ter a coincidência, em parte, com a proposta apresentada pela Deputada Rose de Freitas. Para que possamos solucionar esse impasse, nós apresentamos uma emenda que preserva os quilômetros que já têm denominação Avenida Mário Gurgel e mantemos o que a Deputada Rose de Freitas apresenta que é o restante da BR, com o nome do ex-Prefeito do município de Cariacica Aloizio Santos.

Então é essa a razão da nossa emenda, para que haja uma compatibilidade entre os nomes. Preserva-se aí o que já está previsto pela Lei de 2007, mantendo o nome da Avenida Mário Gurgel e, assim também acatamos a proposta apresentada pela Deputada Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra para se pronunciar sobre as emendas o Senador João Alberto, Relator da matéria.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) -... e que eu achei plausível as suas considerações. E hoje, pelo seu relatório e com as emendas em mãos eu, no meu entender nós estamos aperfeiçoando o projeto.

Assim sendo, eu sou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório, com as emendas da Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero aqui agradecer ao Relator por ter acolhido as nossas emendas e, dizer para o nobre Senador que estaremos também homenageando, mantendo a homenagem a uma personalidade do Estado do Espírito Santo, o Sr. Mário Gurgel, que também prestou ao município de Cariaci, que é o Estado do Espírito Santo, um brilhante trabalho. Assim como o ex-prefeito Aloísio Santos. Então estaremos aqui homenageando duas figuras importantes lá no nosso Estado do Espírito Santo.

Por isso agradeço ao nobre Relator por ter aceito as nossas emendas. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Projeto... Ou melhor, o relatório do Senador João Alberto, com as emendas da Senadora Ana Rita. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Sobrestada a votação por falta de quorum.

Vamos ao Item número 3 da pauta.

ITEM 3

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2010

Altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos.

Autoria: Senadora **Serys Slhessarenko**

Relatoria: Senador Sérgio Petecão, o herói do sertão.

Vamos lá Senador, com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu sou do Acre Presidente, eu não sou do sertão não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então é o herói dos seringais.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Está ok!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se não era herói do sertão, com a concordância do Plenário passou a ser a partir de hoje.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Está bom. Menos mal né?

Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 29, de 2010, que altera o inciso V do art. 67, da Lei nº 9.394, de 1996.

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo.

Na Comissão de Assuntos Sociais foi aprovado pela rejeição.

Cabe a esta Comissão opinar sobre proposição que versem sobre normas gerais da educação.

Para concluir, enquanto vigorar o preceito constitucional que lhes permite o acúmulo de cargo pode incentivar os professores a assumir uma dupla jornada ou duplo emprego.

Julgamos que o desfecho propiciado pela declaração de constitucionalidade da Lei nº 11.738, de 2008, certamente anima os professores a prosseguirem por sua luta por melhores condições de trabalho, valorização da profissão e qualificação da educação básica pública.

Pelo exposto, o nosso voto é pela **rejeição** do PLS nº 29, de 2010.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está sobrestada a votação, por falta de quórum.

Temos na mesa dois requerimentos:

REQUERIMENTO Nº..., DE

(do Senador Paulo Bauer, Flexa e subscrito por mim também.)

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Paulo Renato de Souza.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer, para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, a justificativa para o requerimento é que registremos em ata, na sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Paulo Renato de Souza, ex-Deputado Federal e ex-Ministro da Educação, ocorrido no dia 25 de junho de 2011, em São Roque (São Paulo), aos 65 anos, nos termos do art. 221, inciso I, também do Regimento Interno; e apresentação formal de condolências à família desse eminente homem público.

A justificativa é de que, nascido em Porto Alegre, em 10 de setembro de 1945, Paulo Renato ocupou numerosos cargos públicos e executivos no Brasil e no exterior, incluindo o de Gerente de Operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, o de Secretário de Estado da Educação do Estado de São Paulo (de 1984 a 1986) e de Reitor da Universidade Estadual de Campinas (de 1987 a 1991), acrescentando que também ocupou o cargo de Secretário de Educação do Estado de São Paulo no ano, agora, de 2010.

Na década de 1970, serviu à Organização Internacional do Trabalho (OIT) como Diretor Associado do Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe e de outras agências da ONU.

Em 1995, tomou posse como Ministro da Educação e ficou no cargo até 2002. Entre suas maiores realizações à frente do Ministério da Educação estão a universalização do acesso ao ensino fundamental, o Enem e o Saeb.

Em 2006, foi eleito Deputado Federal pelo PSDB paulista. No dia 27 de março de 2009, licenciou-se do mandato de Deputado Federal para assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no Governo de José Serra.

Paulo Renato foi um extraordinário homem público, que trabalhou muito pela educação no Brasil e deixou um grande legado para o nosso País.

O Senador Alvaro Dias fez requerimento também de voto de pesar perante o Plenário deste Senado Federal, e nós entendemos, Sr. Presidente, que, apoiados pelos demais signatários do nosso requerimento, devamos também consignar esse voto de pesar aqui na Comissão de Educação, onde certamente, por muito tempo, haveremos de comentar, de discutir as ações, os feitos, as iniciativas do ex-Ministro Paulo Renato, que, todos sabemos, foi um homem digno, um homem inteligente, um homem idealista e, mais do que nunca, um homem que se dedicou à melhoria da educação em nosso País.

Por isso, entendo se faz necessário o registro em ata desse voto de pesar e também a apresentação das condolências à sua família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o autor do requerimento, pedir que me permita associar-me e deixar claro que esse é um dos requerimentos que carrega todo o valor.

O Ministro Paulo Renato, ao longo dos oito anos, foi o Ministro que mais tempo ficou desde Capanema. Ele conseguiu criar quase tudo que depois foi melhorado, ampliado, mas que ali começou, como o Fundef, como a ampliação do número de alunos nas universidades. É Paulo Renato que vai ficar com a marca de ter dado esse salto. Depois do Fundef, veio o Fundeb; depois desse aumento, veio o ProUni. Foi ele que implantou a cultura da avaliação na educação brasileira, o que é muito importante. E eu sei como ele enfrentou grandes resistências.

Isso e muitos outros pontos do Ministro fazem dele um dos homens públicos deste País que mais realizou sem ter sido Presidente da República. Poucos conseguiram realizar tanto. Eu não posso deixar de falar da minha amizade com ele, fomos reitores ao

mesmo tempo, cada um na sua universidade, trabalhamos no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fomos profissionalmente parecidos, mas tenho uma gratidão para com ele. Foi ele que obviamente graças ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, agarrou a ideia que implantamos aqui, em primeiro lugar no Distrito Federal, da Bolsa Escola e levou para todo o Brasil, para 4 milhões de famílias que depois foram ampliadas para 12 milhões, mudando o nome. Tenho uma gratidão por Fernando Henrique e com Paulo Renato, porque apesar de eu ser de um partido que lhe fazia oposição, eles não só agarraram a ideia, que isso é natural, mas mantiveram o nome que eu tinha criado aqui. O que é muito raro na política.

Senti muito a morte dele e ele vai fazer uma grande falta ao Brasil, porque ainda tinha idade para trabalhar muito.

Ao mesmo tempo em que parabenizo gostaria muito que me fosse autorizado subscrever esse requerimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com muito prazer. Sr. Presidente, nós entendemos que a solicitação do Senador Cristovam Buarque é absolutamente necessária e imprescindível para que fique registrada essa sua manifestação e também o seu voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fica então subscrito o requerimento pelo Senador Paulo Bauer, por mim e pelo Senador Cristovam.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Outro requerimento à Mesa, subscrito pelo Senador Cristovam Buarque e por mim.

É um voto de pesar pela morte do nosso Gustavo Dahl, cineasta, crítico e gestor público.

Para leitura do requerimento, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, ontem aos 72 anos o Brasil perdeu um dos grandes cineastas não apenas pelo que faz mas também pelos prêmios que recebeu e como um dos teóricos do cinema novo.

Ele esteve à frente dos principais órgãos públicos ligados às atividades audiovisual, como Presidente da Ancine, sendo um dos principais responsáveis pela sua criação. Foi superintendente de comercialização da Embracine, convertendo-a, à época, como segunda maior distribuidora do País. Presidente da Associação Brasileira de Cineastas, Presidente do Concine, Conselho Nacional do Cinema, Presidente do Congresso Brasileiro do Cinema, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Autorais, e, atualmente, ocupava o cargo de Diretor do CTAV – Centro Técnico de Audiovisual do Ministério da Cultura.

É uma grande perda a morte de Gustavo Dahl e ele faz jus a uma homenagem póstuma por este Senado, que é o que proponho neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

A Mesa quer fazer uma comunicação plenário.

Aparentemente nós sofremos uma *capitis diminutio* média porque embora esta seja a Comissão de Educação Cultura e Esportes a sabatina e aprovação do novo diretor ou presidente da autoridade Olímpica foi remetida exclusivamente para a Comissão de Economia do Senado.

A sabatina, normalmente deveria ser feita na Comissão de Educação Cultura e Esportes. Não entendo o porquê, mas fica aqui o registro *dessa capitis diminutio* média. Não é mínima, não é máxima, mas é, sem nenhuma sombra de dúvida, média.

Aliás, quando o indicado era o Meirelles também tínhamos requerimentos no plenário para não mandar para o plenário. Não entendo o porquê dessa rejeição da Comissão de Educação e dos Srs. Senadores que seriam os instrumentos da sabatina.

Todas as matérias foram lidas, discutidas, menos uma matéria do Vicentinho Alves, que era o relator, que altera uma lei que dispõe sobre o estatuto da Ordem dos Advogados. O Senador pediu para que não houvesse Senador *ad hoc*, porque ele mesmo quer relatar a matéria.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, acho muito importante que o senhor tenha tomado esta posição de nos lembrar desse desvio de colocar essa discussão em outra comissão. Até poderia ter outras comissões também, mas não deixar a da Educação de fora. A verdade é que Olimpíadas e Copa estão virando verdadeiras competições e manifestações de danças de empreiteiras. Está se dando muito mais importância aos aspectos de construção, aos aspectos financeiros e aos de transparência do que àqueles que são a finalidade dos jogos, tanto em uma como em outra. Esta é a Comissão dos esportes. Esta é a Comissão da cultura. As duas coisas estão diretamente vinculadas.

Eu queria perguntar se não é possível, além de fazer essa manifestação correta, que eu assino embaixo, tentar que, pelo menos, seja um debate conjunto das duas Comissões. Deixar a Comissão de Cultura e Esporte fora desse debate é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, é uma sabatina. Sabatina é de uma comissão só.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sabatina; mais importante ainda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas acho que, pelo menos, devemos oficiar à Mesa a nossa inconformidade com a distribuição.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com licença do Senador, eu ia exatamente fazer a proposta de que, como Presidente da Comissão, o senhor encaminhasse à Mesa do Senado essa posição, exigindo um tratamento adequado, especificamente nesse caso em particular, para que outros futuros não venham ocorrer da mesma maneira.

Quero cumprimentá-lo pela atitude, Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Senador Requião, na verdade, eu me sinto contemplado com a proposta da Senadora. Eu acho que temos que nos manifestar, sob pena de, daqui a pouco, a nossa Comissão não ter o tratamento adequado que merece. Então, temos que nos manifestar, quem sabe através de uma nota de repúdio assinada pelos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Coloco em discussão a proposta da Senadora Ana Amélia e do Senador Petecão. A proposta seria de manifestarmos à Mesa a nossa contrariedade com o deslocamento da sabatina da autoridade olímpica, que deveria ser regimentalmente feita pela Comissão de Educação, através de um ofício enviado à Mesa.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E pedindo providência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão a proposta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu entendo que a proposta da Senadora Ana Amélia é absolutamente pertinente, adequada e providencial. Entendo até que V. Exª, alguns membros da Comissão, devêssemos externar a quem de direito, eu suponho que ao próprio Presidente do Senado Federal, uma posição de estranheza e não apenas de requerimento de atenção em um futuro caso ou até de revisão deste, porque efetivamente a Comissão é de esportes também e ela tem a competência regimental e institucional de discutir assuntos relacionados à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A formalização da proposta, se me permitem a Senadora Ana Amélia e o Senador Petecão, com o adendo do Senador Paulo Bauer, seria manifestar a estranheza e reivindicar que, na forma do Regimento, a sabatina seja feita pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Esse requerimento seria assinado pelos Senadores presentes e outros Senadores da Comissão, e disso se encarregaria a nossa Secretaria.

Em discussão a proposta colocada dessa forma. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Os contrários, se manifestem.

Aprovado.

A Secretaria redigirá essa interpelação à Mesa.

Não havendo mais o que discutir e não tendo quórum para a votação de matérias terminativas, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Bauer**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Lídice da Mata, Roberto Requião, Geovani Borges, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28/11–CE, de autoria dos Senhores

Senadores Marisa Serrano, Marinor Brito, Cristovam Buarque e Paulo Paim, destinado a promover a sétima discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"Valorização do Magistério"**. Logo após, o Senhor Senador Ciro Nogueira usa da palavra para registrar a presença para acompanhar a Audiência Pública do vencedor da 6º Olimpíada Brasileira de Matemática dos Alunos das Escolas Públicas (Obmep 2010), Sandoel de Brito Vieira, de 17 anos, e dos professores Antônio Cardoso do Amaral e Raimundo Alves de Brito, do Município de Cocal dos Alves (PI). Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; Senhor Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Senhor Edgar Flexa Ribeiro, Presidente da Associação Brasileira de Educação – ABE e Senhora Guiomar Namo de Melo, Educadora e Diretora-Presidente da Escola Brasileira de Professores – EBRAP**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Wellington Dias e Ângela Portela. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Bauer, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no **Diário do Senado Federal.** – Senador **Paulo Bauer,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando as Senadoras e os Senadores presentes, os servidores e aqueles que nos distinguem com suas presenças e havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Informo às senhoras e aos senhores presentes que presido esta Comissão nesta reunião como Presidente eventual, designado que fui pelo Senador Roberto Requião, que se encontra impossibilitado de presidi-la em razão de outros compromissos que exigem sua presença e também porque o cargo de Vice-Presidente desta Comissão encontra-se vago em razão da renúncia da Senadora Marisa Serrano, que passou a integrar os quadros do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28/11, de autoria das Senadoras Marisa Serrano e Marinor Brito e dos Srs. Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, para a realização da 7ª Audiência pública inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação, destinada a discutir o tema "Valorização do Magistério".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Dr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, só para registrar que a Senadora Marinor Brito pediu que eu manifestasse o pedido de desculpas dela por não poder estar presente. Estou cumprindo o que ela me pediu.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Certo. Fica registrada a justificativa apresentada por V. Exª.

Desejo informar aos nossos convidados e a todos os senhores e senhoras que esta reunião está sendo integralmente registrada pela TV Senado, que veiculará todos os trabalhos aqui realizados em horário e momento oportuno, bem como está merecendo a cobertura da Agência Senado, da Rádio Senado e do *Jornal do Senado*.

Agradecemos o apoio e o trabalho das equipes que integram esses meios de comunicação da Casa.

Dando início aos trabalhos, quero informar aos senhores convidados que, pelo Regimento e pelas normas da Comissão, cada um dos convidados terá um prazo de 15 minutos para apresentar as suas informações e as suas opiniões a respeito do tema, que é "Valorização do Magistério", e que, a critério da Presidência, poderá haver a concessão de um tempo adicional, que não ultrapassará 5 minutos para cada um dos senhores e senhoras.

Nós ouviremos primeiro todos os convidados palestrantes e depois estarão abertas as inscrições para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras façam também suas observações, questionamentos e informações.

Inicio concedendo a palavra ao Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Com a palavra o Sr. Vander, por 15 minutos.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Meus cumprimentos ao Senador Paulo Bauer, que preside esta sessão, meus cumprimentos à Prof. Guiomar, que compõe esta Mesa, ao Prof. Heleno, ao Prof. Edgar, meus cumprimentos aos Senadores e às Senadoras aqui presentes e aos demais presentes no plenário.

Quando fomos convidados para participar desta audiência pública, convite feito diretamente ao Coordenador-Geral do Fundeb, função que ocupo dentro do FNDE, para tratar da questão da valorização do magistério. É o tema, conforme já dito, desta audiência. Eu achei, portanto, que a minha contribuição ao participar seria justamente para trazer informações relacionadas à componente valorização do magistério dentro do contexto do financiamento da educação básica, especificamente dentro do contexto da operacionalização do Fundeb. Portanto, farei uma abordagem, uma contribuição nesse aspecto começando pelo...

(Pode passar, por favor.)

Travou. Normalmente é assim. Quando você precisa acionar alguma coisa, acontece.

Como eu estava dizendo, começo pela fundamentação legal que trata da questão.

A questão da valorização está embutida no próprio nome do Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.

Está na Constituição Federal, no art. 60, inciso X, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a participação, ou seja, o percentual de 60%, mínimo, de aplicação dos recursos do Fundeb na remuneração do magistério. Ora, isso tem, claramente, o propósito de contribuir para a valorização do magistério, mesmo sabendo que a valorização não se dá exclusivamente por intermédio da remuneração. Há, evidentemente, outras componentes que concorrem diretamente para a satisfação, para a valorização desses profissionais que atuam na educação, do magistério e também de outros profissionais que não estão exclusivamente na função de magistério, mas que estão, efetivamente, trabalhando no contexto da educação.

A lei que regulamenta o Fundeb, Lei nº 11.494, de forma similar ao que está posto na Constituição, também estabelece, no seu art. 22, essa aplicação mínima de 60% para a remuneração do magistério. Olhando agora, do ponto de vista prático, digamos assim, como está essa situação, se olharmos para o nosso universo de entes governamentais – temos 5.564 Municípios no País em 27 Estados –, aqui, nesses gráficos, podemos visualizar o nível de aplicação na remuneração do magistério aqui desdobrado por regiões do nosso País, a começar pela região Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul e uma informação geral, agregando todos os dados de todas as regiões do Brasil.

Nós desdobramos essa aplicação por segmento, de tal sorte que identificássemos aqueles Municípios, os entes que estão aplicando abaixo de 60%, os que estão aplicando entre 60% e 65%, entre 65% e 70%, entre 70% e 80%, entre 80% e 90% e entre 90% e 100%, para que pudéssemos visualizar como está se dando essa aplicação hoje em termos de dados do financiamento da educação que estão disponíveis no Sistema Siope.

Esses dados, portanto, são relacionados ao exercício de 2010, que foi o último dado informado pelos Estados e Municípios agora no exercício de 2011.

Vemos, então, que essa fatia em vermelho da *pizza* representa a aplicação entre 60% e 65% dos recursos do Fundeb em remuneração. É onde está, portanto, a concentração... Aqui, na região Norte, 48% dos Municípios estão aplicando nessa faixa de 605 a 65%.

Na fatia amarela da *pizza*, nós podemos visualizar a aplicação na faixa de 65% a 70% dos recursos. Então, se juntarmos as duas partes aqui, na região Norte, veremos que mais ou menos 70% dos Municípios estão aplicando entre 60% e 70% dos recursos do Fundeb na componente remuneração.

Seguindo, vemos que 16% dos Municípios estão aplicando entre 80% e 90%. Então, a minoria está aplicando fora dessas faixas. E vocês podem visualizar que isso diferencia de região para região.

Na região Sudeste, o percentual é um pouco maior. Mais de 50% aplicam na faixa de 60% a 65% e mais ou menos 19%, na faixa de 65 a 79.

Olhando diretamente para a região Centro-Oeste, vemos que *pizza* vermelha, 60% a 65%, está com apenas 19%. Há uma diferença muito expressiva, quando você olha a realidade do Norte e a do Centro-Oeste.

Outro destaque é que, na região Sul, por exemplo, essa componente representa a parcela de 90% a 100% de aplicação, 30% dos Municípios na região Sul estão aplicando 90% a 100% dos recursos do Fundeb na remuneração. Então, na região Sul, há um comprometimento maior – também há na região Centro-Oeste – de aplicação na remuneração em termos de utilização dos recursos do Fundeb.

Na região Nordeste e na região Norte, os Municípios, de modo geral, estão trabalhando mais próximos

ao limite mínimo de 60% de aplicação da remuneração do magistério.

A Lei nº 11.494 prevê, no art. 40, que haja obrigação de se implantar planos de carreira também na componente valorização do magistério. Mais ainda: prevê esse dispositivo da lei que haja uma capacitação, que esteja embutido nos planos de carreira o investimento em capacitação desse profissional do magistério.

Não estou com o dado aqui, porque não houve tempo de fazer a filtragem, mas as informações que temos é que, olhando os dados Siope, em termos de aplicação do conjunto dos Municípios do País, em capacitação do profissional do magistério, esse percentual em relação à despesa total com manutenção do desenvolvimento do ensino, não alcança nem 0,5%. Então, é um percentual relativamente baixo na aplicação da capacitação dos profissionais do magistério.

O art. 41 da lei trata da questão do piso como sendo obrigatória uma legislação que o estabeleça. Então, vem na sequência a Lei nº 11.738, que trata do piso. O piso, portanto, na própria lei foi estabelecido inicialmente no patamar de R$950, sendo que houve um reajuste para o exercício de 2010 da ordem de 7,8% em relação ao valor de 2009 e, para 2011, um ajuste de 15,8%. Portanto, em 2011, esse piso está no patamar de R$2.187. É bom que se esclareça que o reajuste do piso está se dando em função da variação do valor mínimo nacional por aluno/ano estabelecido para o Fundeb.

Aqui na sequência, no próximo *slide*, podemos visualizar exatamente a variável valor mínimo nacional por aluno/ano, como está se comportando da implantação do Fundeb para cá, de 2007 para 2011.

Portanto, essas variações que temos adotado para ajustamento do piso têm sido retiradas desses valores. No caso do primeiro ano, foram 7,8%, ou seja, foi o valor mínimo de 2009 em relação ao último valor mínimo do ano de 2008. Para 2011, 15,8%, adotou-se o valor vigente de 2010, o último valor de 2010, em relação ao valor do exercício de 2009.

Aqui, só para ilustração, se hoje temos o valor que está em vigor em 2011 e que se pode alterar – espero que não, isso depende muito da conjuntura econômica, da arrecadação etc. –, se compararmos com o valor de 2010, dá 22%. Então, em tese, a permanecer essas variáveis em 2011, com as quais estamos trabalhando neste exercício, a perspectiva é que esse ajuste apoiado nesse critério que está posto na legislação seria mais ou menos no patamar de 22%. Essa foi a sequência de percentuais ou de variações do valor mínimo que subsidiou, como eu disse, o ajuste do valor do piso para o magistério.

Ainda na Lei nº 11.738 está previsto que a União deverá oferecer apoio financeiro, na ausência governamental, nos casos em que o ente comprovar incapacidade de garantia do piso. Há disponibilidade de recursos suficientes para garantia do piso. E nessa perspectiva é bom que demos uma olhada nesses dados de 2011 para o Fundeb.

Aqui neste gráfico, podemos visualizar, para o corrente exercício, a previsão do Fundeb é que os Estados e Municípios coloquem, aportem, assegurem cerca de R$88 bilhões, que são os 20% de contribuição compulsória para formação do fundo, acrescido da componente federal, a complementação da União, que é 10% de R$88 bilhões, que vai me dar R$8,8 bilhões, o percentual mínimo que a lei obriga. Eu aparto, então, 10% desse valor, que é o valor que, na forma da lei do piso, é destinado ao apoio financeiro da União para os entes que precisarem desse apoio. Então, eu teria que reservar R$880 milhões para essa finalidade. Se eu tenho R$8 bilhões e deduzo R$880 milhões, eu passo a ter para distribuição, ao longo do exercício, R$7,9 bilhões que, adicionados ao valor da contribuição de Estados e Municípios, passo a ter um fundo da ordem de R$95 bilhões a R$96 bilhões, previstos para o exercício de 2010. E a *pizza* me permite viabilizar que a maior componente, como historicamente tem acontecido, a maior parte dos recursos é do ICMS. E a parte da União, no caso, deduzido esse recurso de reserva para financiamento de apoio ao piso – nós distribuímos R$7,9 bilhões, que é esse valor –, dá uma parcela no total de formação do Fundeb da ordem 8,3%.

E aqui está, a partir dos dados que acabei de apresentar, a perspectiva do Fundeb para 2011, com a qual estamos trabalhando. É bom que se diga que esses dados foram calculados e divulgados em abril. Está aqui a data da portaria: 28 de abril de 2011. E aqui está o anexo da portaria que formaliza esse desdobramento, essa divisão dos recursos do Fundeb, de forma tal que estão evidenciados neste tópico aqui os R$880 milhões de recursos reservados para fim de apoio financeiro ao piso.

Os dados que acabei de apresentar, os R$7,9 bilhões mais os R$880 milhões, dá os R$8,8 bilhões, em perfeita sintonia com as estimativas que acabei de apresentar para o Fundeb em 2011.

Aqui vocês podem visualizar a participação dos entes governamentais, dos entes federados, em termos de ter ou não acesso a esses recursos da complementação da União. Então, aqui, os dez Estados que estão abaixo da linha verde que delimita o valor mínimo de R$1.729, que está em vigor agora, previsto para 2011. Esses Estados são dez no total. O Rio Grande do Norte entrou agora com uma pequena necessidade de

R$2,40 por aluno, muito pequena a participação, que a União precisa colocar para assegurar o valor mínimo naquele Estado. O Rio Grande do Norte nunca havia participado, nunca havia recebido complementação da União e passou a receber em 2011. Aliás, na verdade, quando fizemos um ajuste agora em 2011, relativo a 2010, verificamos que também em 2010 ele teria uma pequena participação de recursos.

Não sei se tenho mais algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O senhor dispõe de mais um minuto no tempo regulamentar e, se for necessário, até mais cinco minutos após esse tempo.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Muito obrigado. Então, vou acelerar para que cheguemos à parte mais prática, mais atual.

Portanto, a questão do repasse dos recursos para garantia do piso está previsto na lei do piso, conforme acabamos de apresentar, mas se faz necessária uma regulamentação operacional desses mecanismos de repasse. Isso foi feito pelo Ministério da Educação em 2009, por uma portaria do mês de maio. Há uma portaria mais recente do mês de abril, de 2011, que tem o mesmo propósito, que é estabelecer os critérios básicos para repassar esses recursos. Se compararmos as duas portarias – é bom que se diga isto –, vemos que dois tópicos foram alterados. Na primeira, previa-se que os Estados, que os Municípios deveriam comprovar uma aplicação de 30% em educação. Esse critério foi alterado agora, voltando para o patamar de exigência mínima constitucional de 25%. Então, o critério que se tem agora é de 25%. E há outro também que modificou o critério em que se previa que seriam contemplados aqueles Municípios com atendimento majoritário em termos de atendimento na área rural. Isso foi retirado agora e não há mais esse requisito.

Portanto, os requisitos postos na portaria de 2011 são basicamente seis.

O primeiro deles é que sejam direcionados recursos para os entes governamentais localizados nas unidades federadas que tenham complementação da União, ou seja, os dez Estados, conforme acabei de mostrar no gráfico anterior, que tenham recurso federal. Quem estiver fora, portanto, pelo critério da portaria, não terá esse apoio federal.

O segundo critério é a aplicação de 25% da educação. Os dados do Siope de 2010 me dão conta de que 98,9% dos Municípios e 92,3% dos Estados cumprem esse critério constitucional. No caso dos Estados aqui, apenas três unidades – Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Piauí – não estão alcançando esse patamar mínimo e obrigatório dos 25%.

O terceiro critério é o preenchimento do Siope: 94% praticamente dos Municípios atendem, cumprem, preenchendo e apresentando os dados do Siope, e 96% dos Estados preencheram, sendo que apenas o Estado do Paraná, até o momento – ele pode preenchê-los ainda e apresentá-los em qualquer momento, esse dado é uma informação de agora –, não preencheu ainda. Então, com esses elementos, nós já podemos filtrar aqueles que podem solicitar.

Mas a questão não se esgota com isso, porque a maior complexidade está justamente nos requisitos seguintes, basicamente no requisito número cinco: a demonstração da necessidade e da incapacidade de cumprir o valor do piso. Essa questão é que a mais complexa. E não é à toa que a portaria do MEC estabeleceu que o FNDE, responsável pela execução desse financiamento, desse apoio financeiro, tem de regulamentar operacionalmente a questão. Se se tem de comprovar a necessidade, de que forma isso será averiguado do ponto de vista operacional?

Está posto aí, na própria norma, que o FNDE deverá disciplinar, levando em conta alguns parâmetros. E quais são esses parâmetros? O primeiro deles: a relação professor/aluno, por etapa, modalidade, tipo de estabelecimento de ensino – escola urbana e escola rural –; o comprometimento dos recursos vinculados à manutenção do desenvolvimento do ensino, com o pagamento do magistério; o perfil da expensão, da remuneração da carreira do magistério – naturalmente, levando em conta cada escala de remuneração, nível médio e nível superior, e entre elas – e, por fim, a aplicação em educação para além dos 25% obrigatórios.

Então, vejam que a portaria do Ministério já impõe os requisitos e, na sequência, estabelece os parâmetros em que devemos apoiar-nos operacionalmente.

Em que estamos trabalhando operacionalmente no FNDE, para colocar em prática a questão do apoio financeiro aos entes governamentais, para operacionalizar? A ideia que está sendo concluída lá é que sistematizemos esse mecanismo. Ou seja, o ente governamental, em vez de encaminhar para o Ministério um expediente acompanhado de um monte de planilhas e de dados, vai entrar no sistema e passar essas informações de forma automática, pela Internet. Está sendo preparado, no portal do Ministério, esse sistema, para recepcionar os dados dos próprios entes governamentais e, a partir daí, para que já se extraiam os indicadores que serão utilizados para a decisão, apoiados naqueles parâmetros que acabamos de mencionar ali.

Então, é essa a ideia que está posta, de se dar efetividade a esse repasse de recursos colocado na lei, recurso esse reservado conforme acabei de mencionar para os senhores.

Portanto, acho que essa é a minha contribuição na questão operacional desse financiamento, na perspectiva de valorização do magistério. Dúvidas nós podemos tentar esclarecer no andamento dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a exposição e a apresentação do Sr. Vander Oliveira Borges, com uma única observação: a palavra *pizza* causa arrepios a todos nós. E, quando o senhor a menciona na sua exposição, naturalmente justificando os gráficos que aqui foram apresentados, obviamente que isso nos provoca calafrios, até porque desejamos que nada neste País se torne *pizza*, muito menos os números do FNDE!

Muito bem.

Convido o Sr. Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, para a sua apresentação, por 15 minutos.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Obrigado.

Desejo um bom-dia para todos e para todas. Cumprimento os Senadores e Senadoras; cumprimento o Presidente, Paulo Bauer, e cumprimento todos e todas, saudando aqui os colegas de Mesa, o Vander Borges, o Edgar Ribeiro e a Guiomar Melo, convidados para participar desta 7ª Audiência, para discutir a questão da valorização dos profissionais do magistério.

O convite foi direcionado ao Presidente da nossa confederação, da CNTE, o companheiro Roberto Franklin Leão, que, pela sua agenda, impossibilitado de estar aqui, solicitou que eu pudesse representá-lo, trazendo aqui aquilo que a CNTE discute e indica para alcançarmos a valorização dos profissionais da educação no País, na perspectiva de garantir o direito à educação para todos e todas.

Sou professor da educação básica do Estado de Pernambuco, com dois vínculos empregatícios – um da rede estadual e um da rede municipal de Paulista, na região metropolitana do Recife –, e estou atualmente atuando no movimento sindical, como Presidente do Sindicato Estadual de Pernambuco e Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE.

Iniciando o roteiro desta exposição em 15 minutos, para as nossas reflexões, primeiramente, trago a perspectiva de que o debate tem como tema a valorização dos profissionais do magistério, mas, com certeza, objetiva garantir o direito à educação para todos os brasileiros, para todas as brasileiras. E não uma educação qualquer, mas uma educação com qualidade social e que venha a fazer com que os nossos estudantes aprendam e possamos alcançar aquilo que esta Casa indicou para o País: que as pessoas tenham o seu pleno desenvolvimento na cidadania e na preparação para o trabalho, conforme colocado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nós trabalhamos com alguns indicadores que achamos a base fundamental para garantir essa valorização dos profissionais da educação e também do magistério.

O primeiro trata da profissionalização. E, aí, resgato, para a nossa memória aqui, o que está registrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu art. 61, alterado pela Lei nº 12.014, de autoria da ex-Senadora Fátima Cleide, que esteve na última legislatura aqui e trabalhou intensamente na perspectiva de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a fim de fazer justiça para com aqueles e aquelas que atuam na educação básica desde a porta da escola até a cozinha.

Então, essa alteração promovida pela Lei nº 12.014 atende o parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal, o qual define quem são os profissionais da educação escolar básica e traz os professores habitados em nível médio e superior – o próximo, por favor –, os trabalhadores em educação portadores de diploma de Pedagogia em suas diversas habilitações e o terceiro, uma novidade para os trabalhadores em educação, já que a CNTE representa professores, especialistas e funcionários administrativos da educação básica. Então, para esses trabalhadores em educação, portadores de diplomas de curso técnico, o Governo Federal implementou, em nosso País, e vários Estados estão desenvolvendo, o programa chamado Profuncionário, uma formação técnica pós-médio para as merendeiras, os nossos porteiros, os assistentes administrativos, que tenham a possibilidade de fazer curso pós-médio; um curso de 1.260 horas, para ter a sua profissionalização, ser considerado como profissional da educação, como está inscrito no inciso III desse art. 61.

Essa determinação legal indica já um primeiro elemento que consideramos importante para valorizar os profissionais do magistério. Não alcançaremos, neste País, o objetivo de garantir o direito de educação para todos e com qualidade se continuarmos fazendo políticas voltadas apenas para um segmento dentro da educação básica.

Então, se falamos em valorizar o magistério, devemos valorizar garantindo um quadro de pessoal efetivo e completo dentro do ambiente escolar. E esse quadro ingressando na carreira através de concurso público – essa não é a realidade em nosso País. Nós temos muitos Estados e Municípios onde o quadro de contratos temporários é maior que o quadro efetivo ou está equiparando-se a ele.

Nos serviços de complementação da atividade pedagógica, os professores estão com uma sobrecarga bastante elevada. O diário de classe que recebem, muitas vezes, é preenchido pelo próprio professor, quando ele já deveria recebê-lo pronto. O serviço deveria ser feito por um assistente administrativo, na secretaria da escola. E pela ausência desse profissional, porque não existe concurso público ou porque é terceirizado e não há profissional preparado para fazer esse trabalho, a sobrecarga recai sobre o profissional do magistério.

Então, falar em valorização, já se inicia esse processo de concurso público, um quadro completo dentro da escola, para que as tarefas sejam distribuídas e cada um, no seu papel, na sua atribuição, possa contribuir com a formação cidadã dos nossos estudantes.

O segundo indicador que trago para a nossa reflexão é o processo da formação, que também resgata o art. 61 da LDB, que continua, no seu parágrafo único, falando sobre a formação dos profissionais da educação. Então, se lá no *caput*, nos seus incisos, já se definiu quem são os profissionais da educação, e não são apenas os professores, terá que dar essa formação aos profissionais da educação com os seguintes fundamentos colocados pela legislação: a presença de sólida formação básica, que propicia os conhecimentos dos fundamentos científicos e sociais e suas competências de trabalho; a associação em teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacidade de serviços; e o aproveitamento da formação em experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Então, quanto a essa característica de formação colocada na lei, nós precisamos avançar na perspectiva de atender o que está colocado no art. 62 da LDB, estando a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios em regime de colaboração. Foi um dos temas colocados na Conferência Nacional de Educação 2009/2010 o sistema nacional articulado de educação, para ver se conseguimos fazer política neste País de forma que o Estado brasileiro cumpra a sua tarefa, num processo de regime de cooperação e colaboração entre os entes federados, na perspectiva também de promover a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério.

Essa formação, no nosso entendimento, precisa ser revista. Então, nós entendemos que essa formação inicial dos profissionais carece de uma revisão da sua base curricular, de fazer uma maior aproximação da academia, da universidade que forma os profissionais da educação, que forma o magistério com a educação básica. Essa distância ainda existente em nosso País causa um grande prejuízo no processo de formação. O que é trabalhado na formação inicial desse profissional sofre um choque quando chega à realidade da escola. E, muitas vezes, a formação que está na sua maioria entregue à iniciativa privada não tem o zelo de acompanhar todo processo de formação desse profissional. E acompanhamos casos em que as aulas de prática, de experiências colocadas dentro do espaço da escola, muitas vezes não são realizadas. Mesmo assim, o profissional é aprovado, forma-se professor e, ao enfrentar a realidade da educação básica, a situação – nós vamos ver mais adiante um exemplo dessa situação –, há um choque tão grande, e isso promove a desistência da profissão ou a não procura pela profissão dos jovens que tentam ingressar na universidade.

Essa formação carece dessa revisão na base curricular e dessa aproximação na perspectiva de dominar as técnicas e as tecnologias pedagógicas, que estávamos comentando na sala de espera, nessa perspectiva.

(O próximo, por favor.)

A formação continuada dos profissionais da educação. É preciso um maior comprometimento dos Estados e Municípios com a aplicação dessas ações, até para alcançar – o que coloco nos próximos *slides* – essa característica da formação continuada da área de atuação do profissional. Mas, paralelo a essa formação na área de atuação do profissional, nós temos que pensar no investimento na formação do local de trabalho, na perspectiva de fortalecer a gestão democrática, de estimular o processo pedagógico, de trabalhar as relações interpessoais, de que estamos precisando muito neste País. E a escola tem que preparar esse processo.

O alto índice de violência que enfrentamos no País está acontecendo também dentro do espaço escolar. E acompanhamos essa relação no País todo. E nós não estamos conseguindo trabalhar a perspectiva da formação, em que se possam agregar as pessoas, em que se possa melhorar a relação entre os seus profissionais, para que tenham autoestima na sua atuação e que possam trabalhar e passar isso para os seus estudantes.

Esse trabalho de estimular o processo pedagógico, com projetos multidisciplinares direcionados ao currículo de educação básica, é um dos fatores que precisa desse comprometimento de Estados e Municípios. E, como consta da Constituição, se para Estados e Municípios os recursos ou as condições técnicas são insuficientes para executarem essas ações, a União tem o dever de contribuir com para que isso aconteça.

Outro elemento que trago como indicador importante no processo da valorização é o salário e a carreira. O art. 206 da Constituição Federal já indica os princípios que devem balizar a educação em nosso

País. E, no seu inciso, fala de planos de carreira e, mais adiante, coloca que leis específicas deverão indicar até prazo para esse processo. E o Vander já tocou aqui numa lei que determina prazos para a sua realização.

(O próximo, por favor.)

Piso profissional nacional, que está no inciso VIII. O piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública.

Então, perceba que nós estamos atuando no País com a Lei nº 11.738 sob um fragmento do que determina a Constituição Federal. A Constituição Federal, no seu art. 206, inciso VIII, fala do piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar. E, no seu parágrafo único, diz que lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica. Eu já mostrei aqui o art. 61 da Lei nº 12.014, que dispõe quem são os profissionais da educação.

Então, há uma lei existente em nosso País, que, infelizmente, ainda não pegou, porque há resistência de Estados e Municípios em cumprir essa lei federal, uma lei ainda capenga, que não atende à determinação constitucional que deveríamos seguir para garantir a valorização desses profissionais.

Trago dois indicadores para que possamos acompanhar e refletir. Quando se fala em valorizar os profissionais do magistério e a importância que a educação tem no desenvolvimento do País – e isso quase que é consenso amplo em nosso País –, é preciso refletir sobre o seguinte: o valor determinado de piso de R$1.187,97 para uma carga semanal de 40 horas de trabalho valoriza o profissional? Principalmente quando passamos nas ruas e recebemos os panfletos de escolas que estão preparando para concursos públicos, concursos gerais, e neles constam os salários de nível e de nível superior de algumas categorias. Quando pegamos esses panfletos na rua e comparamos os salários, percebemos que há necessidade de valorização do profissional de educação.

Para alcançar o valor de piso, muitos Estados e Municípios estão promovendo achatamento salarial na carreira. Há exemplos de Estados que tinham uma diferença de 34% do professor de nível médio para o professor de ensino superior e isso foi rebaixado para 0,96% de diferença. Esse achatamento salarial na carreira é uma prática que valoriza essa profissão?

Além de determinar o piso, colocou-se que, até 31 de dezembro de 2009, todos os planos de carreira deveriam ser revisados ou instituídos, porque há locais onde não se tem ainda, mesmo a Constituição determinando. Então, o não cumprimento desses prazos contribui com a valorização desses profissionais?

Esta Casa contribuiu e contribui com esses elementos, a fim de melhorarmos e avançarmos, mas o outro setor que deveria colocar em prática na consegue fazê-lo. Precisamos identificar por que não e precisamos ser mais duros no processo de fazer com que se cumpra aquilo que estamos construindo em nosso País.

Sobre as condições adequadas de trabalho, que seria o último tópico dos indicadores, faço referência ao art. 212, porque trata de recursos públicos e tem que garantir o padrão de qualidade. De que qualidade estamos falando?

(O próximo, por favor.)

Trouxe também o art. 205 que fala que educação é direito de todos e, quando falamos todos, pensamos em todos. Então, enquanto existir um cidadão sem esse direito, nós nos devemos debruçar para garantir esse direito. Trago esse elemento para apresentar um exemplo do não cumprimento dessa garantia do padrão básico de qualidade, e trouxe um exemplo mais recente. São inúmeros os exemplos que temos no nosso País, mas, mais recentemente, no Estado de Pernambuco, saiu uma reportagem no *Jornal do Commercio,* no último domingo, dia 26 de junho, em que se falou sobre a escola integral do Arquipélago de Fernando de Noronha. Escolhi esse exemplo porque Fernando de Noronha foi, no passado, um distrito federal, Pernambuco toma conta neste momento, e é uma referência de exemplo, entre outros, de mau exemplo.

A reportagem apresenta que a repórter foi, na manhã do dia 11 de maio de 2011, à escola e, ao observar e fotografar, encontrou alguns elementos que trago para reflexão quanto às condições adequadas de trabalho.

Chegou à escola material do laboratório de química, biologia, matemática e informática, mas todos ainda estão em caixas como se fossem espaço de depósito e não espaço de laboratório. Na seqüência, ela identificou tomadas sem funcionar. Chegaram computadores à escola; o programa do governo indica que chegaram os computadores à escola, mas está funcionando? Não, porque nem tomada para poder ligar o computador a escola possui.

O aparelho de ar condicionado chegou à escola e está sem instalação. Então, o material chega, mas não se faz a instalação. A desorganização e a sujeira se dão em razão da falta de pessoal na escola, porque, quando não é terceirizado, não há pessoas para contribuir nesse processo.

Outro dado colocado na reportagem que fiz questão de trazer é esse quadro expositor, que é chamado de quadro negro ou quadro verde, que está lá colocado no chão, pois falta parafuso para colocar o quadro na

parede para ser utilizado pelos profissionais da educação e seus estudantes.

Esse material não chega à escola para que isso aconteça. Os microscópios e lupas que chegaram, antes de serem utilizados, já estão quebrados por falta de uso ou por manuseio inadequado no seu transporte. Não há roupas nem acessórios adequados para uso de laboratório, luvas, batas, para utilização no laboratório de química e biologia, que é tão necessário.

A repórter fala ainda da ausência de estrutura na unidade, que é geral. Falta o mínimo, o básico para manter os jovens o dia inteiro na escola, já que a escola faz parte das 60 escolas do universo de 1.112, que foram escolhidas para serem escolas em tempo integral e serem usadas como referência e propaganda do governo do Estado. Ela afirma que a escola não tem condições de ficar com o estudante o dia todo, pois não há banheiros nem refeitórios.

A declaração de uma aluna apresentada na reportagem é que o que mais revolta os pais, estudantes e professores é a imagem errada que é vendida fora da ilha de Fernando Noronha. A imagem de uma escola perfeita, modelo de gestão e ensino pedagógico, e a Laila Lorena afirma que essa escola não existe para eles porque o retrato lá é outro.

São essas características que trazemos para reflexão. Devemos valorizar os profissionais do magistério repensando o tempo, o espaço e o currículo escolar da educação básica. Esse formato que nós temos ainda, que não funcionou e não funciona, precisa ser alterado e modificado, e vamos ter que ter coragem para fazer essa alteração.

Trabalhar a questão da hora-atividade na carga de trabalho desse profissional. Quanta resistência há para se cumprir um terço da hora-atividade na lei do piso, acusando que os recursos são insuficientes, que não há dinheiro. Esse dinheiro aparece para fazer estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014; o dinheiro aparece para fazer viadutos e estradas, mas as escolas que estão em espaços alugados não podem ser deslocadas para espaços maiores porque dizem não ter como alugá-los. Mas essas casas são desapropriadas com indenizações para abrir estradas para passar mais carros. Então, precisamos refletir sobre a utilização desses recursos e onde vale mais a pena e é mais importante investir. Além do fortalecimento da gestão democrática, da escola e do sistema de ensino.

Vivemos no caminho de alcançar resultados, metas impostos pela secretaria de educação nos Estados. Alcançando-se essas metas, um prêmio será dado, que é o 14º salário. Para isso, são avaliados os resultados em matemática e física e o nível de aprovação. E afirmo aos senhores e senhoras que há companheiros atuando como diretores de escola que estão mentindo, estão colocando informações erradas, para que esse índice de aprovação sirva para alcançar a meta e receber o 14º salário para cumprir as dívidas que têm em função dos baixos salários que recebem.

Para finalizar, são esses elementos que trago para reflexão porque o mineiro Beto Guedes canta, no Sol de Primavera, que "a lição sabemos de cor, só nos resta aprender". E aprender significa o quê? Significa mudar a postura, mudar a posição, significa, urgentemente, fazer algumas coisas que garantam o direito à educação, por exemplo, o acesso a essas pessoas que estão fora da escola e que são muitas; a permanência dos nossos estudantes, que a cada ano tem uma evasão elevada; a garantia de aprendizagem desses nossos alunos para alcançar o que está colocado na Constituição; o seu exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Claro que isso não se faz se não houver um outro ser humano contribuindo com isso, se não houver um outro ser humano olhando nos olhos dessas pessoas, acolhendo essas pessoas, cuidando dessas pessoas. E esse ser humano, infelizmente, 33% dos professores têm a síndrome da desistência, que é um conjunto de doenças que faz com que eles cumpram o seu horário para terem o salário no final do mês, mas não conseguem mais se comprometerem com a atuação do seu trabalho, porque todas essas características que apresentei aqui trazem uma sobrecarga muito grande e está nos adoecendo. Por isso, é importante que essa característica, esses indicadores, venham acompanhados da valorização do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras de educação que atuam na educação escolar básica.

Desculpe-me ter estourado o tempo. Agradeço a atenção de vocês e fico à disposição para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a exposição feita pelo Professor Heleno Araújo Filho e, tendo em vista que ele é representante dos profissionais de educação, fomos tolerantes e ultrapassamos em duas vezes o tempo que havíamos concedido, primeiro nos quinze minutos e depois nos cinco, mas certamente a sua exposição enriqueceu as informações que já possuíamos e permitirá o debate mais profundo do tema, do assunto.

Passo a palavra ao Professor Edgard Flexa Ribeiro, Presidente da Associação Brasileira de Educação, por 15 minutos.

O SR. EDGARD FLEXA RIBEIRO – Muito obrigado Sr. Presidente.

A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 1924 por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros

nomes da educação brasileira. Ela é hoje uma instituição muito especial na medida em que lá ninguém representa coisa nenhuma a não ser a sua própria opinião acerca dos assuntos; fazemos palestras, há pessoas de todo jeito, ninguém representa ninguém e todo mundo pensa e fala sobre educação, sem prestar contas depois a alguém sobre o que falou ou disse.

Nós temos um problema agora que está muito claro. Por que se trata tão mal o magistério? O que não tem valor é o professor? Não, o que não tem valor para o Brasil é o que o professor faz; o que não tem valor para o Brasil é a educação. Imagine se tratam assim as pessoas que vão trabalhar no campo do pré-sal e se eles ganham isso? Por quê? Ah, o petróleo é importante, então, você vai ganhar bem. Por que você ganha mal? Porque não faz diferença, não é relevante. Além do discurso, além da declaração de amor pela educação, o Brasil não dá nenhum depoimento de que ele tem intimidade com esse assunto, e acho que tem razão histórica para isso. A nossa tradição lusitana, portuguesa, que veio com D. João VI, nos trouxe o passado de um país onde nunca houve a reforma protestante, onde o saber sempre foi controlado, ou pela Igreja ou pelo Estado. Você não lia a Bíblia; você ia ao catecismo e ouvia o padre. Você não aprendia o que queria; você tinha que aprender o Marquês de Pombal dizia que era preciso aprender do jeito que ele dizia que tinha que ser ensinado. A nossa tradição não tem apreço pela liberdade de aprender, nem apreço pela liberdade de ensinar. O País que D. João VI trouxe para cá é muito curioso. Vou citar um livro, um romance famoso em Portugal, e aqui também: *Os Maias*, de Eça de Queiroz.

Para se ter uma ideia de como isso é sério, *Os Maias* foi publicado em 1888. D. João veio para cá em 1808. Oitenta anos depois da saída de D. João VI, um personagem nesse romance falava sobre tourada e dizia: "Não, tourada é muito importante para o povo, dá valentia, dá coragem; por isso, o espanhol é bravo e nós não somos. Tem que haver touro no Brasil, vamos fazer a tourada e não sei o quê". E perguntou para o camarada: "Você não acha, fulano, que a tourada é importante, que o touro é importante?" E o sujeito concordou: "É, sim, muito importante. O touro deveria ser neste País como o ensino é lá fora: gratuito e obrigatório". Em 1888, em Portugal, a Europa inteira já tinha o ensino gratuito e obrigatório, mas isso ainda era uma coisa de que Portugal precisava. E Portugal já estava no Brasil há 80 anos! As nossas relações com o saber são extremamente delicadas, e acho que essa conversa, está mais do que na hora de o Brasil começar a ter.

Tivemos, aqui – fiz um breve levantamento –, a Lei Capanema, em 42; a Lei de Diretrizes e Bases foi prevista na Constituição de 46, mas só veio a ser promulgada em 61; 10 anos depois, veio a reforma Passarinho, em 71, e a atual Lei de Diretrizes e Bases é de 96. A Lei Passarinho sofreu ene alterações ao longo da sua vigência, que são de tal ordem que o questionário básico do IGBE no censo do ano passado não tinha nenhuma pergunta acerca do nível de ensino que o sujeito que respondia tinha cursado. Falei no IBGE: pergunta-se raça, cor, religião, o diabo a quatro, mas por que não se pergunta onde o sujeito estudou? Ele disse: "Ninguém sabe mais". E fiquei pensando que isso é verdade. Você pega um camarada de 45 anos e ele diz que acabou o 3º primário. O que quer dizer isso? "Ah, não, eu concluí a 8ª série." Isso quer dizer o quê? Não dava. Só o questionário longo do IGBE é que abordou isso. O brasileiro, hoje, não sabe exatamente até onde ele estudou e não sabe onde é que o neto está estudando. Meu neto, você está em que série? "Estou no 9º ano." "Hã? Que diabo é isso?"

Estamos mudando de ideia sobre educação periodicamente, em períodos muito mais curtos do que aqueles que a educação exige entre a semeadura e a colheita. Não se colheu ainda a primeira safra, e você já mudou a lei. Não há nenhuma estabilidade para progredir verdadeiramente na educação. Estamos numa fase de desenvolvimento em que isso começa a fazer falta; antigamente, não fazia falta não. Mas ao se industrializar, urbanizar, cresceu, e o campo se esvaziou, e, no campo, nós podíamos ficar a vida inteira: casava-se, tinha-se filho, educava-se filho sem precisar de escola. Mas, agora, essa é uma necessidade vital por causa da urbanização. Não educamos porque apreciamos a educação, não; nós educamos para fazer farol. Dizemos que educamos para fazer jogo de cena. "Não, nós gostamos muito de educar." Ora, e trata o professor assim, trata a legislação dessa outra maneira? E exigimos o quê? Exigimos o saber? Não, exigimos o papel. E porque precisamos do papel, as pessoas vão fazer.

Vou traçar um paralelo entre o que está acontecendo com a educação no Brasil neste momento com o que está acontecendo com o transporte público nas grandes cidades. Nunca, ninguém saiu de casa com uma perua, com uma *van*, oferecendo condução paga para ir para a cidade; isso só acontece porque o serviço público, a sociedade, a população não está bem atendida de transporte público, e ela gera a sua solução. Antecipo, para breve, a *van* do ensino. O Brasil vai começar a preencher, o mercado de trabalho brasileiro vai começar a preencher as suas necessidades por caminhos que não têm nada a ver com a estrutura educacional que o Brasil imagina ter. Antecipo, aqui, essa próspera indústria do concurso. O concurso pede

o que o mercado de trabalho está pedindo, e o curso prepara os candidatos para aquilo que o mercado de trabalho vai pedir. Se ele passar no concurso, muito bem; se ele não passar no concurso, ele está educado para o mercado de trabalho.

Tivemos, agora, recentemente, um concurso para gari, no Rio de Janeiro, vários dos concursados e nomeados e aprovados eram bacharéis em Direito. Perde-se um tempo e um dinheiro louco tentando manter essas aparências. O sujeito formou-se em Direito, profissão: gari. O que não se perdeu nesse caminho? Isso talvez seja um efeito não monetário da inflação. Isso durou tanto tempo porque, durante muitos anos neste País, você não conseguia saber quando ia comprar uma casa, os prazos eram muito curtos, e ninguém estava se dando conta disso. Agora não, agora, tenho a impressão, e espero, que a ficha esteja caindo, em valorizar-se o magistério.

Engraçado, contaram-me uma vez uma história que nunca conferi direito, mas que deve ser verdade, e conto sempre como verdade. Dizem que o Japão, na reforma Meiji, quando resolveu adotar o modelo ocidental, querer se aproximar do ocidente, ele fez escolas. Não havia escolas no Japão, um país feudal; os nobres aprendiam com preceptores nas casas, e não havia escolas. Mas como é que vai se ensinar para aquele povo que escola é importante? Na sociedade hierarquizada como era a japonesa, você só se dirigia ao imperador de joelhos; todo mundo se botava de joelhos para falar com o imperador. O imperador disse: "Não, para aqui; todo mundo continua falando comigo de joelhos, mas professor não precisa". No dia seguinte, o Japão percebeu que professor era uma coisa diferente. Por quê? Porque falava em pé com o imperador.

Nós não damos um sinal de respeito ao professor. É uma pena! Mas não é só o salário que justifica uma profissão; é a consideração e o respeito que cercam aquilo que você faz na profissão. Não se conhece país no mundo aonde um menino chegue à hora de escolher a profissão e diga que quer ser muito rico e, por isso, vai ser professor. Em nenhum lugar do mundo, você vai ser professor porque quer ficar rico; você vai viver dignamente, você terá um pagamento digno, você terá um salário digno, mas você não vai ficar rico.

Qual é a outra remuneração que faz um sujeito que poderia ganhar mais aceitar ganhar menos? A consideração que ele recebe, o papel que se lhe reconhece no conjunto da sociedade. Por isso, quando se chega a uma loja na Alemanha e diz que é *herr professor,* eles quase ficam em posição de sentido. Essa consideração tem que ser ensinada ao povo brasileiro. Há professor apanhando em sala de aula em periferia urbana, porque mandou o aluno desligar o celular por estar no meio da aula. Temos um País inculto. Se é para valorizar a educação, se é para valorizar o professor, tem-se que, preliminarmente, valorizar o que o professor faz e mostrar para as pessoas o valor que aquilo tem, ou, então, vamos ficar na *van* do ensino.

Você vai fazer um curso preparatório para um concurso público, se for nomeado, muito bem; se não for nomeado, muito bem também. "Ah, mas você não tem o certificado de segundo grau." "Perfeitamente, mas eu compro." Por que, no Brasil, há esse extraordinário comércio de certificados de conclusão de curso? É porque o conteúdo que o papel representa não tem nada a ver com a vida real. Na verdade, você não precisa do que está dentro do papel, você só precisa do papel. Da mesma maneira, hoje, você está comprando diploma de ensino superior. Não que você compre o papel, mas você paga aqueles quatro, cinco anos de mensalidade, arranja um financiamento do ProUni e você tem o papel. Você tem o conhecimento? Não importa. "Ah, mas o Ideb isso, o Ideb aquilo..." Por favor, considerem isso uma provocação. O nome disso é provocação.

O Senador Paulo Bauer, quando conversava conosco lá dentro, citou dois exemplos: a Finlândia e a Coreia do Sul. As duas juntas cabem em Sergipe. A Coreia do Sul mais a Finlândia cabem dentro de Sergipe. Olha o tamanho deste país! E é aqui de Brasília que eu vou dizer como é que o professor vai dar aula em Canela, no Rio Grande do Sul, e lá no alto Amazonas? Vai ser daqui, da Esplanada dos Ministérios? Veio conosco para cá, até hoje, a ideia de que o Brasil tem o tamanho de Portugal. E o camarada que está no Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, acha que a distância que vai de Brasília a Manaus é mais ou menos a mesma que vai de Lisboa a Porto. O trabalho político para ser feito, em matéria de construir uma política de educação para o País, ultrapassa em muito o que se está tratando no Plano Nacional de Educação. É uma mudança de mentalidade que tem de começar com a elite brasileira. Não a elite que vai chupar a mão de obra formada de qualquer maneira, mas a elite que está pensando em longo prazo, no futuro deste País.

Eu trouxe aqui, como sugestão e como exemplo, a Lei de 15 de outubro de 1827, há 184 anos, promulgados por Sua Imperial Majestade Dom Pedro e tal, com rubrica e guarda de Visconde de São Leopoldo. Dom Pedro I, cinco anos depois da Independência, art. 3º: "Os presidentes de Conselho taxarão, interinamente, os ordenados dos professores, regulando-os de R$200 a R$500 anuais, com atenção e circunstância da população e carestia dos lugares, e o farão presente à Assembleia Geral para aprovação". Está tudo aqui,

igualzinho. São 184 anos de tradição em matéria de desvalorização dos professores. Lamento informar que mudou muito pouco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a exposição feita pelo Prof. Edgar Flexa Ribeiro e passamos a palavra à Prof. Guiomar Namo de Melo, educadora e diretora-presidente da Escola Brasileira de Professores, por 15 minutos.

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer à Comissão de Educação do Senado a oportunidade de estar aqui compartilhando ideias com os Srs. Senadores, saudar os Srs. Senadores e demais membros da Mesa e dizer que, na verdade, o que vai ser projetado na tela são alguns apontamentos com questões que considero decisivas no decorrer da discussão do Plano Nacional de Educação. Quer dizer, um pouco, alertando os Srs. Senadores, a partir da minha experiência sobre pendências que esse Plano vai deixar. Vou mencionar, rapidamente, alguns de seus pontos fortes, mas prefiro, dado o limite de tempo, ficar mesmo nos problemas.

Em primeiro lugar, queria colocar algumas questões de caráter geral para o Plano Nacional de Educação. Vim para cá com o intuito de discutir especificamente o Plano e o que fazer no processo de tramitação dele nesta Casa.

Antes do Plano Nacional de Educação, temos de considerar a Emenda Constitucional nº 59, que foi a emenda que acabou com a DRU, que instituiu a obrigatoriedade até 17 anos, etc. Nesta emenda, está colocado que vai existir um sistema nacional em regime de colaboração, que depois, no art. 214 da Constituição, coloca como principal objetivo do plano articular esse Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração.

Falamos muito em regime de colaboração. Desde que comecei a estudar educação – e já faz tempo, bastante tempo –, fala-se em regime de colaboração e continuamos ambíguos a respeito do que seja isso. Colocar sistema nacional em regime de colaboração não vai resolver o problema. Mas acho que esta Casa precisa atentar para o fato de que um sistema nacional baseado numa desconcentração pode ferir os princípios federativos. Todo regime de colaboração implica descentralização. Descentralização é a passagem dos níveis de decisão de uma esfera a outra, até, inclusive, chegar à escola. Desconcentração é o mesmo nível de poder resolvendo nos diferentes níveis de Governo. Peço aos Senadores que atentem para isso. Porque um sistema nacional articulado em regime de colaboração sem deixar claro se estamos tratando de descentralizar, respeitando Estados e Municípios ou, simplesmente, desconcentrar de Brasília para o interior, para a solidão no interior de Pernambuco, são questões que têm implicações políticas muito diferentes e que têm implicações para as políticas públicas. Dou só um exemplo, eu pergunto o que é isso e pergunto o que será isso. Por exemplo, o Plano diz que Estados e Municípios são obrigados pela lei a aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática de educação. Por que tenho de obrigar Estados e Municípios a fazer isso se nunca a lei me coloca qual é a definição de gestão democrática da educação? Como é que vou obrigar Estados e Municípios a aprovarem um negócio que está na nossa boca desde os anos 80 e nenhum de nós conseguiu, de fato, qualificar essa gestão democrática da educação? Enquanto isso vai pelas questões políticas, tudo bem. No momento em que ela cristaliza numa lei, é outra coisa. Esse é um ponto para o qual gostaria de chamar a atenção. Então, há uma ambigüidade e não há definição de esferas de responsabilidade. No caso do magistério, a ausência de um diagnóstico no Plano é particularmente sério. Por quê? Porque, na medida em que não defino responsabilidades, fica parecendo que a formação inicial do professor deveria ser responsabilidade de todos, quando é o Ministério da Educação que regula, que cuida, que supervisiona, seja através das suas universidades, do seu sistema federal, seja através do credenciamento e da autorização das instituições privadas. Então, aí eu tenho a responsabilidade da União. Tenho de deixar muito claro que a União é responsável por isso. Não posso misturar...

Perdão, deixem-me terminar aquele último item. A ausência do diagnóstico é problemática porque, por exemplo, eu teria de ter uma análise de como está a formação de professores no Brasil hoje. E aí eu teria um retrato do caos, das dificuldades do desastre que acontece com a formação de professores neste País, o que me subsidiaria as decisões a serem tomadas no plano, o que não ocorre. Outra coisa para a qual chamo a atenção também é que o plano transfere o acompanhamento e a avaliação do próprio plano. Antes, no primeiro plano, era do Poder Legislativo; transferia-se do Poder Legislativo para as Conferências Nacionais de Educação. Acho que o Poder Legislativo tem de olhar isso e saber o que está em jogo nessa questão. Esse é um subsídio que queria dar aos Srs. Senadores.

Agora, há as questões relativas, específicas aos professores. O problema da formação de professores no Brasil envolve conflitos, envolve equívocos e envolve discussões intermináveis. O plano tem que pelo menos ajudar a esclarecer, certo? Não complicar ainda mais. Por exemplo, o plano usa professores, profissionais da educação, magistério, profissionais do magistério e funcionários de escolas. Essas são coisas muito

diferentes. Um plano que vai se transformar numa lei tem que dizer: "Onde eu digo digo, eu digo digo, não digo Diogo". É famoso esse ditado porque, quando a pessoa foi registrar o filho com o nome de Diogo e o tabelião escreve Digo, embaixo ele fez uma nota: "Onde eu digo Digo, não digo Digo, digo Diogo". Quer dizer, acho que um plano nacional, sobretudo numa esfera que envolve disputas, conflitos, visões que disputam entre si, precisa-se dar o nome correto para as coisas. Eu, pessoalmente, nesta comunicação com vocês, vou falar de professores, professor em sala de aula.

Acho que, na medida em que ele refere a formação inicial apenas às instituições públicas ou comunitárias, o plano se esquece da realidade. Quer dizer, em que ilha nós vivemos, gente? Noventa por cento dos professores do meu Estado são formados pelo ensino privado e, provavelmente, entre 70% e 75% dos professores deste País são formados no ensino privado. Queiramos ou não, gostemos ou não, o plano tem que dizer a que veio para o ensino privado que forma os professores. Ele pode dizer qualquer coisa. Eles vão fechar todas as instituições privadas daqui para frente, só vão formar professor nas instituições públicas. Ou ele pode dizer: "Vou abrir e credenciar todas as instituições que quiserem...." Mas alguma coisa ele tem que me dizer, está certo? Ele não me diz, então, eu fico pensando: "Será que mudou o Brasil e eu não estou sabendo?" Porque, até onde eu sei, se apenas as universidades públicas formassem professores no Brasil, só para dar título superior para aqueles que estão em exercício, nós demoraríamos 80 anos. Cálculo feito pela própria Andifes alguns anos atrás.

Então, em que País nós estamos? Como é que eu vou disciplinar essa relação público-privada na área da formação do professor? Eu não posso ficar aqui espinafrando o ensino privado. Se não há vaga na universidade pública e se o brasileiro como um todo, o brasileiro quer ser professor, quer um diploma de ensino superior, eu tenho obrigação de ajudar a vida dele; eu não posso ficar simplesmente dizendo: "Fechem as universidades privadas".

Estava num debate uma vez com o saudoso Paulo Renato e um indivíduo falou: "Vou estourar um champanhe no dia em que o senhor fechar uma instituição de ensino superior". E eu disse uma coisa que depois o Paulo Renato até assumiu para outros discursos: "Eu vou estourar um champanhe no dia em que fecharem uma cadeia". Eu não posso estourar um champanhe no dia em que fecharem uma universidade ou uma escola de ensino superior privada só porque ela não está cumprindo, porque ela não tem qualidade ou porque o dono é mercador ou o raio que seja. Eu tenho que regular isso, porque eu não posso viver na ilha da fantasia. Sem o ensino superior privado, não há formação de professores no Brasil, ponto. Então, vamos tomar cuidado nisso.

A outra coisa é que quem fez o plano desconhece como é a formação do professor. Só fala de licenciatura; não existe pedagogia? Não há formação de professor polivalente? E diz-se assim: "Licenciatura na área específica de atuação". Qual é a área específica de atuação do professor de educação infantil? Qual é a área específica de atuação do professor de 1º a 5º ano? É o professor polivalente, que depois de uma briga enorme, da qual eu fui um dos próceres – vamos dizer assim –, continuou sendo monopólio do curso de pedagogia no Brasil, porque nós ignoramos a existência do Instituto Superior de Educação, que o nosso saudoso Darcy Ribeiro... Ele deve pular na tumba, meu Deus do céu! Porque ele brigou por isso, o Conselho Nacional regulamentou, nós ignoramos e continuamos formando professores no curso de pedagogia e não dizemos uma linha no plano de educação a respeito disso. Então, nós vamos continuar formando alfabetizadores e professores de 1º a 5º ano que não sabem a diferença entre 0,5 e meio. Essa é a verdade. Por que eles não sabem? Não é porque eles são burros, não. Eles não sabem porque eles vieram do ensino médio público e, no ensino médio público, eles não aprendem Matemática, não aprendem Língua Portuguesa, não aprendem História, não aprendem Geografia, não aprendem Arte, não aprendem Música, não aprendem nada. Vocês sabem o estado calamitoso em que está o ensino médio neste País. Agora, quem vai ser professor, gente? Não é o cara que faz o Bandeirantes em São Paulo, porque nós não somos a Finlândia, nós não vamos lá pegar os mais brilhantes. Nós deixamos a formação de professores para o pessoal que faz o ensino médio público noturno. São eles que vão fazer cursos de Licenciatura ou de Pedagogia e vão pagar por isso, vão pagar por isso. Depois, vão dar aula onde? Na escola pública. E ainda são culpados pela má qualidade do ensino que nós demos para eles. Ninguém ensina o que não sabe, gente. Se eu não conheço Geografia e não domino essa disciplina, eu não tenho condições de ensinar Geografia para menino de 3º ano. Então, é uma impiedade o que fazemos com o nosso professor, é perverso. Por quê? Porque o rico faz Bandeirantes, vai para a USP fazer Engenharia. Uma escola onde o pátio do estacionamento é difícil, você tem que chegar uma hora antes de ela abrir para você conseguir parar o seu carrão no pátio do estacionamento da Poli da USP de São Paulo. Ele não vai ser professor. Agora, aquele que vai para o ensino médio, que está lá no ensino médio da região de Itaquaquecetuba à noite, trabalha o dia inteiro e faz ensino médio, esse vai ser

professor. Ele vai aprender o quê? Nada. No curso de Pedagogia, zero. Ele vai aprender "pedagogês", ele vai aprender mal história da educação, filosofia, história da educação, filosofia da educação, sociologia da educação, psicologia da educação, estrutura e funcionamento do sistema de ensino no Brasil. Eu dou um doce para quem for capaz de fazer uma cirurgia com um médico que tenha estudado história da Medicina, filosofia da Medicina, sociologia da Medicina, psicologia da Medicina e estrutura e funcionamento do sistema do SUS. Eu dou um doce. E nós achamos que esse professor é culpado pela má qualidade do ensino. Ou pior, quando avaliamos, nós dizemos que os alunos deles não estão aprendendo.

Segunda coisa, o plano mistura formação inicial e formação continuada. Isso vem da ambiguidade nossa em relação ao federalismo. Formação inicial é da União. Eu tenho que cobrar da União a faculdade onde o professor não aprendeu. É dela, do sistema de supervisão dela, do credenciamento dela. Ela tem que avaliar, ela tem que criar condições para que essa escola dê um ensino de boa qualidade. Formação continuada é de Estados e Municípios, e o dinheiro que eles gastam, como disse o nosso amigo aqui, vem do Fundeb; é totalmente diferente. No Brasil, quem financia sua própria formação inicial, gente, do professor é o próprio professor, é ele que financia, nem é ProUni, porque precisaríamos de um ProUni específico para isso.

(Próximo, por favor.)

O que valoriza um professor? Acho que essa é uma reflexão importante. Salário, carreira e benefícios são importantes. O nosso professor tem que ganhar mais. Eu acho que sobre isso, gente, não há nenhuma dúvida. Nós podemos divergir quanto aos processos e às estratégias para chegarmos a esse objetivo. Então, eu assino embaixo do que foi dito aqui a respeito do salário do professor. Mas, mais do que isso também, gente, é ser capaz de produzir o resultado. Vocês já imaginaram a tarefa que tem um professor no Brasil, quando ele chega a uma classe de 30 a 35 alunos de diversidade enorme, de pontos de desenvolvimento cognitivo inteiramente díspares, sem condições de trabalho, o que é ensinar esses alunos? Gente, é uma cosia... Eu já fiz isso; é muito difícil. De modo que, quando você vê o brilho nos olhos daquele menino que você viu que aprendeu, é a coisa mais maravilhosa. Só que nós não ajudamos esse professor. Nós não damos uma formação decente para ele, nós não damos apoio para ele na escola, nós não o deixamos ter acesso aos meios para ser bem-sucedido. Ele não se sente apoiado. Eu não estou desvalorizando a questão do salário. O que eu estou querendo saber é como nós vamos cuidar dessa outra parte, porque, sem ela, não há compromisso. Eu posso pagar muito bem, mas, se o professor não se emocionar com o brilho nos olhos de uma criança, não vai dar certo.

(Próximo, por favor.)

Eu coloco aqui algumas recomendações nas quais talvez não haja tempo de eu me deter, mas que eu gostaria de deixar como sugestão para esta Casa. Quer dizer, temos que rever a estrutura da formação do professor.

Um plano que vem da União e não diz o que vai fazer com o fato de o professor polivalente e o professor de disciplinas serem formados como dois animais completamente diferentes e que depois são colocados na mesma jaula, que é a escola, e aí mandamos sacudir bem e construir um projeto pedagógico... Quer dizer, o professor de Matemática que nunca viu Pedagogia e o professor de Pedagogia que nunca viu Matemática, os dois têm que estar juntos.

Nós temos que fazer uma reforma radical na formação de professores, gente. Quem tem que ter tempo integral no Brasil durante alguns anos, dez, doze, pela frente, é o professor. Por quê? Eu tenho que pegar esse professor, colocar num curso superior. Em um período, dar para ele o que ele não aprendeu na educação básica e, no outro período, fazer a formação profissional dele. Isso foi feito em São Paulo, no Cefam, e talvez seja a experiência de formação de professores mais bem-sucedida que eu conheço.

O método, gente, tem que ser revisto no mundo inteiro. A formação de professores está recebendo uma abordagem clínica: residência escolar. Residência, para ensinar como ensinar. Isso é investir no futuro.

(Próximo, por favor.)

Eu gostaria de falar uma outra coisa, que é o que eu chamo "da mão para a boca".

Nós temos um compromisso, eu pelo menos, o meu compromisso não é com o salário de professor, não é com o sindicato, não é com o Congresso; o meu compromisso é com a aprendizagem das crianças. Então, eu preciso fazer alguma coisa com os professores que estão hoje na sala de aula. Sabe por quê? Porque a janela de oportunidade do Joãozinho, que é aluno desse professor, passa este ano. Acabou. E não pode esperar eu formar esse professor. Com este professor, eu tenho que fazer um tratamento intenso, de mergulho, e dar material estruturado, currículo, passo a passo... Tudo bem, vão dizer que vamos tirar a criatividade, que estamos impondo coisa para o professor. Mas ninguém tira a criatividade de quem é criativo. Nós só tiramos a criatividade daquele que não conseguiu

descobrir o caminho. E quem não conseguiu descobrir o caminho precisa hoje.

Por que eu estou dizendo hoje? Porque hoje é a oportunidade do Joãozinho, não é a oportunidade desse professor. Hoje é a oportunidade do Joãozinho. E, se quisermos que o Joãozinho aprenda, nós temos que hoje tratar disso. Aí nós temos a formação continuada. Por isso é que eu chamei "da mão para a boca". Para mim, a formação continuada é uma coisa assim, da mão para a boca. É hoje tratar desse professor para, amanhã, ele ensinar o Joãozinho.

Era isso que eu queria deixar como contribuição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a contribuição e as informações da Professora Guiomar Namo de Melo e, neste momento, encerradas as exposições dos convidados, nós abrimos as inscrições para os Senadores que desejarem formalizar algum questionamento ou mesmo apresentar alguma sugestão.

Iniciaremos pelo autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque, mas, com a compreensão de S. Exª, eu pediria que antes pudéssemos ouvir o nosso eminente Senador Ciro Nogueira, que deseja, em que pese a importância do tema que estamos tratando, fazer um registro que consideramos importante e que tem relação direta com o trabalho desta Comissão e com as atividades do Senado Federal.

Por favor, Senador Ciro Nogueira com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Agradecendo o seu carinho e a compreensão do nosso eminente Senador Cristovam Buarque, só gostaria de fazer um registro.

Tomei a iniciativa de trazer do nosso Estado do Piauí alguns professores da nossa querida cidade de Cocal dos Alves e um dos alunos, representantes de uma cidade onde existe um verdadeiro fenômeno da educação.

Sr. Presidente, apesar de todas as dificuldades vividas naquele Município, um pequeno Município que o Senador Wellington conhece muito bem, no norte do Estado do Piauí, da falta de incentivos, e graças a jovens professores dessa cidade, nós estamos criando um verdadeiro fenômeno educacional naquela cidade. Quem comanda esse processo todo lá são os Prof. Antonio Cardoso, Raimundo Alves. E está aqui presente o Sandoel, que é um dos alunos e que foi vencedor do programa Soletrando, do Luciano Huck.

Então, é uma cidade que merece ser estudada, aproveitando a presença de diversas autoridades aqui hoje.

Eu gostaria que esta Comissão homenageasse o trabalho desses professores.

Hoje vamos levá-los ao plenário, ao Presidente Sarney, porque, iniciativa de trabalhos como essa, nós temos que enaltecer, tanto a Comissão quanto o Senado Federal.

Esses são verdadeiros heróis brasileiros que estão fazendo um trabalho muito bonito com a educação do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado Senador Ciro Nogueira. Nós cumprimentamos os professores e os alunos que se fazem presentes.

Certamente, esta Comissão também tem a responsabilidade e o dever de aplaudir iniciativas, ações positivas e, principalmente, resultados que demonstram avanços na educação como esses que V. Exª acaba de apresentar e mencionar.

Por isso, também, meus cumprimentos a V. Exª que traz a Brasília esses educadores e também um representante dos alunos.

Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque que tem regimentalmente três minutos, prorrogados por mais três, porque certamente as informações e observações de V. Exª são muito importantes para todos nós como autores do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero, Sr. Presidente, em primeiro lugar, fazer um registro aqui. É um registro de homenagem ao Prof. Paulo Renato Souza, que nos deixou quase que na madrugada do domingo, no final de sábado.

Quando a gente vê as apresentações aqui, grande parte do que é citado aqui começou no período do Paulo Renato, FNDE, Fundef, que ele criou. De fato, foi uma pessoa que deu um salto na educação, embora, claro, tenha faltado o que a Prof. Guiomar falou aí, usando a palavra "radical". Nós não conseguimos ainda...

Parabéns a vocês.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Essa é uma interrupção muito positiva.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Falo mesmo, e tenho elogiado o programa e todos os que passam por ele.

Como eu dizia então, não houve radicalidade, porque não foi possível até hoje, em grande parte pelo que diz o Prof. Edgar Flexa Ribeiro, que nós não temos uma cultura que ponha a educação como valor fundamental. É fruto de alguma deformação que só uma psicanálise social, se fosse possível, identificaria. O que fez com que no Brasil a gente dê valor a gravata, à casa, ao carro, ao salário, à conta-bancária mas não

dá à educação. Ninguém é considerado rico no Brasil por ser educado. Não é.

O Prof. Edgar Flexa Ribeiro falou na Alemanha, o *herr professor*. Eu já tive uma experiência, tomei um táxi e, conversando – o motorista falava inglês, porque eu não falo alemão –, ele perguntou o que eu fazia. Eu disse: "Sou professor na universidade". E ele quase não cobrava. Ainda bem que eu não disse que eu era Senador, senão ele tinha cobrado o dobro. *(Risos.)*

É verdade! Mas não menti.

Pois bem, falta no Brasil essa priorização ao professor. E isso levou a que o professor, também, nós tenhamos deixado de priorizar a educação.

Em muitos momentos, nós vemos o magistério como um lugar em que recebemos um salário insignificante e não um lugar em que transformamos o Brasil, como vê o engenheiro quando faz uma represa sem nem levar em conta os impactos ambientais que ele está provocando. Então,falta essa radicalidade.

Para mim este é o grande problema do PNE 2: é um plano modesto para as necessidades do momento, extremamente modesto e, depois, confuso, não define claramente quais são as metas – tem metas, mas não define com clareza –, terceiro, é confuso, porque não diz os rumos que a gente vai tomar e concentra no aumento de recursos.

Olhem, aumentar verbas para a educação sem decidir como vão ser aplicadas é jogar dinheiro fora. Se um helicóptero soltar dinheiro no quintal de uma escola, não vai melhorar a qualidade; vai virar lama na primeira chuva. O PNE não diz como o dinheiro, os 10% de que fala, vai chegar ao cérebro das crianças. Esse é o desafio.

Então, eu acho que reuniões como esta e outras são fundamentais. Nós não pudemos votar esse PNE de uma maneira ligeira.

A Prof. Guiomar diz que nós não somos a Finlândia, mas devemos olhar como se fôssemos chegar a ser Finlândia dentro de um prazo. Não em cinco anos, seis anos, dez anos, quinze anos, mas que seja em vinte, que seja em trinta, que seja em quarenta, como a Finlândia fez em quarenta anos. A Finlândia não era a Finlândia, do ponto de vista educacional, há quarenta anos. Nem a Coreia era a Coreia, nem a Irlanda era a Irlanda, nem a Espanha era a Espanha.

Nós podemos, sim, ter a meta de sermos campeões mundiais de futebol, não o primeiro, mas igual aos cinco melhores. E todos os debaixo chegaram lá, muitos em quinto lugar, não apenas cinco. Para isso, eu acho que a gente precisa, a meu ver – e essa é uma pergunta que eu faço –, federalizar, levando em consideração o que disse a Prof. Guiomar. Isso não pode acontecer com centralismo gerencial nem com perda da liberdade pedagógica.

Educação é uma questão nacional e, se é nacional, é federal. Na verdade, eu não gosto da palavra federal, porque acho até que o Brasil deveria deixar de ser República Federativa. Eu acho que o Brasil deveria ser República do Brasil. Eu me sinto Senador da República brasileira, não apenas representante do Distrito Federal.

A gente não aceita que, em qualquer cidade, a escola técnica seja federal, que a universidade seja federal? Por que os menininhos da gente não merecem uma escola federal? Ou melhor, por que só 300 escolas são federais no Brasil: o Pedro II, as escolas técnicas, os colégios de aplicação e os colégios militares, que, aliás, estão ganhando os prêmios por aí? Não sei o Soletrando, mas os prêmios da Olimpíada de Matemática foram ganhos por colégios federais. Só temos 300 colégios federais. São 300 mesmo, não estou arredondando, não. Por que não podemos chegar a 200 mil daqui a alguns anos?

O que significa isso? A carreira do professor será federal, como é nas universidades, nas escolas técnicas, no colégio Pedro II. E a responsabilidade com os custos de construção, manutenção e com a definição de o que pode ser chamado escola também.

Hoje, se a gente olhar bem aquilo que chamamos de escola por aí, acho que nem 10% merecem esse nome. Nem 10% – e vejam que estou falando um número brabo! Hoje escola não é mais quadro negro. Isso é coisa do passado. Quantas escolas do Brasil – estou falando das públicas – têm lousas inteligentes? Sem lousa inteligente, não dá mais para chamar de escola. É como chamar de banco uma instituição que recebe e empresta dinheiro sem computador. Alguém chama de banco uma instituição sem computador? Mas chama de escola uma instituição sem computador. Computador é mais importante numa escola do que num banco, porque no banco você pode substituir, fazer as contas à mão, mas agora, na escola, você não segura um aluno só com giz e quadro negro. Acabou esse tempo.

Na universidade, é difícil segurar um aluno, a atenção dele com giz e quadro negro. Imaginem um menino que, no domingo, assiste ao filme Avatar ou vê na televisão o Hubble mostrando o Sol em ebulição de pertinho e, no outro dia, o professor faz um pontinho de giz no quadro e diz: "Isto aqui é o Sol, isto aqui é a Terra, a Terra roda assim". Esse menino está vendo isso pelas naves espaciais. Não há menino que aguente mais isso. Por isso estão ficando violentas as escolas e por outros fatores também.

Então, eu acho que a gente tem que descobrir uma maneira de ter uma carreira nacional de magistério, ter um sistema nacional que define o que é escola e acordo com a qualidade do edifício, de acordo com a qualidade do edifício, de acordo com os equipamentos, que avalie...

Esqueci de dizer mais uma coisa do Paulo Renato, que foi quem implantou a avaliação na educação brasileira. Eu vi como houve resistência. Quem imagina a escola hoje sem o Ideb, graças ao Ministro Haddad, mas foi uma evolução do Saeb. O número de alunos na universidade foi o Paulo Renato que conseguiu fazer dar um salto com as particulares, e foi o Lula quem criou o ProUni, que permitiu a alguns alunos sem renda estudar sem ter que abandonar. Mas esse salto de 1,6 para 3,4 milhões ocorreu no tempo do Paulo Renato – a gente precisa reconhecer isso.

Pois bem. Eu defendo que o plano deveria vir com essa ideia radical, usando a mesma palavra da Prof. Guiomar: radical. Agora, sem centralizar, professora. Com isso, estou de acordo. A universidade tem seus reitores, as escolas técnicas seus diretores e as escolas de base podem ter seus diretores, mas com carreira nacional e salário nacional.

O salário, eu defendo que seja de R$9 mil, igual ao custo *per capita*. Se você fizer as contas, é interessante isso, verá que o salário mensal do professor termina sendo igual ao custo anual do aluno. É uma coincidência mágica. Não consegui entender ainda como, na aritmética, coincidem os dois números. O custo anual de um aluno é praticamente o mesmo do salário de um professor: se a gente pagar R$9 mil, o aluno vai custar R$9 mil. Hoje em dia deve estar em R$1,5 mil. É mais ou menos o que custa um aluno o salário médio do professor.

Pois bem. Isso não se faz de um dia para o outro. Isso a gente tem que fazer como um projeto de Estado, de vinte, trinta anos, como se fez com a moeda brasileira. O PT batia contra o Real, mas, ao assumir, disse: "O Real tem que ser mantido". O PT não assinou a Constituição, mas, ao assumir, o Presidente Lula a cumpriu e, quando queria mudá-la, mandava o projeto aqui de acordo com a Constituição.

Eu defendo que não se faz isso apenas melhorando tudo ao mesmo tempo. A gente tem que fazer um projeto para melhorar tudo o que está aí radicalizando em algumas cidades.

O Brizola fracassou nos Cieps porque fez tudo por escola e não por cidade. Se em vez de fazer não sei quantos Cieps espalhados no Rio, tivesse feito em cinco cidades, onde todas as escolas teriam horário integral e o professor com uma carreira especial, com compromissos especiais...

Não vamos ter revolução na educação, para voltar à ideia de radicalidade, com a atual estabilidade. A gente vai precisar ter uma estabilidade responsável. O que é isso? O governador, o prefeito, o presidente não pode demitir professor algum; ele tem estabilidade. Agora, os pais, os alunos, os professores e os colegas podem fazê-lo se ele não estiver cumprindo com sua função. Como a gente vai manter quem não está cumprindo com suas funções? Como? Se despreza a educação, tem que ter outra carreira. Defendo que isso seja feito, Senador Bauer, por cidades.

Em quatro anos, um Presidente, um Governo pode fazer o quê? Em 600 cidades, começando pelas pequenas. Aí vai aumentando, e a gente consegue chegar lá. Uma espécie de novos Cieps, por cidade, obviamente com outro nome. Para isso é preciso valorizar, fiscalizar, avaliar o professor – digo professor, sempre esqueço isso, mas falando de todos os profissionais. Peço até desculpas ao Heleno. Estou falando de todos os profissionais, não só do professor.

Concluo falando do piso. O piso é baixo, mas sem ele era muito pior. O piso nos trouxe o primeiro instrumento da federalização, porque é o único instrumento federal hoje. Aliás, esquecemos outra coisa acerca do Paulo Renato. Como chamavam as normas, os conteúdos mínimos?

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELO – Parâmetros curriculares.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Parâmetros mínimos, parâmetros curriculares. Isso foi outra coisa também.

Quanto ao prêmio, quero ficar numa posição contrária, Heleno. Sou favorável a premiar quem salta alto, quem nada depressa, quem corre muito nas Olimpíadas. Eu sou favorável a premiar professores e servidores também. Por que a gente se acostumou a premiar os atletas físicos e não premiamos os atletas intelectuais no Brasil? Por isso as Olimpíadas de Matemática que foram feitas agora, algo fundamental. O Programa Soletrando é uma coisa fundamental. Esse programa está mudando a cabeça dos meninos no Brasil inteiro.

Quero dizer que fico satisfeito pelo que vocês trouxeram aqui, mas falo mais uma coisa para o Sr. Edgar, que citou o pré-sal. Todo mundo aceita pagar bem à Petrobras. Mas se esquece que ninguém ali chegou sem um professor por trás e esquece-se que mais importante para o futuro do Brasil do que o pré-sal é a pré-escola. A pré-escola é que fundamental. O pré-sal é temporário, provisório, não vai durar 50 anos. Por mais petróleo que haja ali, acaba em 50 anos e ficam apenas os buracos. Agora, a pré-escola, não. A pré-escola fica para sempre.

Dito isso, agradeço muito a participação de todos e fico satisfeito por ter sido um dos que convocaram esta audiência. Fico até sem perguntas, salvo uma. O que vocês acham dessa ideia de que a carreira do professor tem que ser unitária no Brasil? O que vocês pensam, ligado a isso, sobre a responsabilidade da educação, que é uma coisa tão importante? Criança é tão importante para o futuro que não pode ficar nas mãos dos pobres dos prefeitos que não têm dinheiro, e cada um tem uma vocação diferente. É uma questão nacional. Por isso, faço esta pergunta: é preciso um sério Plano Nacional de Educação sem federalizar a educação de base, como a gente já fez com as escolas técnicas e com as universidades? É a pergunta que eu deixo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Cristovam.

Nós vamos adotar como regra, aliás já praticada em outras audiências públicas, ouvir os Senadores inscritos, até três Senadores, para, depois, as respostas serem apresentadas pelos palestrantes em bloco.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Paulo Bauer, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, eu quero saudar todos em nome do Edgar. O Edgar é uma pessoa da maior importância para a educação brasileira. Isto é de família: já vem da sua mãe, Dona Alice, e do seu avô, que foi um grande professor na Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro. E o sobrenome dele não esconde que é parente nosso, com muito orgulho para nós: é nosso primo em segundo grau. Como diretor, continuou o trabalho da sua mãe, Dona Alice, no Colégio Andrews, um colégio tradicional do Rio de Janeiro que tem uma responsabilidade na formação de importantes personalidades do nosso Brasil.

Seja bem-vindo, Edgar, à Comissão de Educação.

Depois da aula do nosso Ministro Cristovam Buarque, falarmos sobre educação fica meio difícil. Vou seguir a sugestão da Prof. Guiomar de provocar e também do Edgar. Eu não tive a oportunidade – estava em outra comissão – de ouvir os pronunciamentos tanto do Dr. Heleno quanto do Vander, mas recebi aqui o material.

Eu já fui professor por muitos anos. Quando estava ainda na Faculdade de Engenharia, já lecionava nos colégios públicos, com 18 anos – já vai algum tempo. Em seguida, ao terminar a minha formação em Engenharia, passei no concurso para professor da universidade e por lá militei durante 18 anos até tomar a decisão de pedir o meu afastamento, por uma razão muito simples: não me sentia confortável com a forma como se desenvolvia a educação universitária. Achava que eu não estava sendo produtivo, porque, como bem foi dito aqui, o mais importante não é ter o papel, é ter o conhecimento adquirido. E não havia, talvez até por culpa minha própria, a vontade, o entusiasmo dos alunos.

Eu acredito que nós deveríamos voltar, Senador Cristovam, aos tempos de cinquenta, sessenta anos atrás, em que ser professor era algo de relevância na sociedade. Tinha-se quase que uma veneração pelo professor. Todos nós nos lembramos não só do nosso primeiro amor, da primeira namorada, mas da nossa professora primária. Outro dia, eu tive uma emoção muito grande ao reencontrar uma professora minha do curso primário. Somos aqui amigos do Irmão Afonso, do Colégio Marista, que está agora, em Brasília, com 90 anos, aposentado, e que foi meu professor no Colégio Nazaré, na época ginásio, e também professor do Senador Cristovam. Hoje, ele nos orienta. Recebo, de vez em quando, bilhetes do Irmão Afonso me orientando, sugerindo e sigo até hoje os ensinamentos dele.

Como eu dizia, o professor, há décadas, era algo de importante na sociedade. O professor universitário, então! Ser catedrático da Faculdade ou da Escola de Direito era alguém para ser venerado. Ao longo do tempo, o que se viu foi que o professor deixou de ter essa importância no coletivo. Erramos. Onde nós erramos? Se erramos, por que não consertamos? Um dia, temos de parar, fazer uma reflexão e construir um projeto que não será para a próxima eleição e, sim, para a próxima geração, como disse o nosso Ministro Cristovam. Vamos colher os frutos daqui a vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos, mas vamos colhê-los. Não podemos é mudar de rumo. O que acontece no Brasil, Senador Cristovam, é que, a cada momento, criam-se novas regras e acaba-se não esperando, não tendo paciência para ter um resultado daquilo que foi implantado. Tem de se fazer ajuste? Lógico que tem de se fazer ajuste, mas o ajuste não é mudar o rumo em 180 graus.

Nós aqui, o Senador Cristovam e todos nós, lamentamos o falecimento do Ministro Paulo Renato, pela importância que ele teve na educação brasileira quando exerceu o Ministério da Educação pelos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e estabeleceu tudo isso a que estamos vendo ser dado continuidade.

A avaliação é importante. Eu gostaria de ter, dos senhores convidados... Eu venho da iniciativa privada e acho que o setor público como um todo, em especial algumas áreas – aí, coloco a educação e a saúde –, tem de levar em consideração a meritocracia. Não podemos tratar de forma igual os desiguais. Não há como! Nós temos de tratar desigualmente os desiguais,

ou seja, aquele que se empenha e que se dedica tem de ser reconhecido. Foi dito aqui e eu concordo: o salário é importante? É muito importante. Não há como não ter um salário que dê dignidade, e o professor ter realmente uma profissão e não um bico, vamos dizer assim. Então, eu perguntaria aos senhores se se estabelecesse a meritocracia, ou seja, reconhecer aqueles que realmente tenham, através dos efeitos... Estamos buscando a causa, mas não estamos olhando o resultado. Lá no meu Pará, o nosso caboclo diz que nós discutimos muito os "causos" e não as causas. Então, nós temos de ver as causas, e buscando, efetivamente, o efeito que se quer encontrar.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é como V. Sªs definem e o que acham da educação integral. Eu quero dizer que eu defendo. Eu venho de um tempo em que ainda tinha o semi-internato. Você entrava pela manhã e saía pela tarde. No curso primário, há cinquenta e tantos anos, eu tinha aula de biologia, tinha aula de agronomia, plantava, e era um garoto. Eu ia lá fazer as coisas, porque essa era a forma de preencher, de dar conhecimentos outros que não aqueles apenas da grade curricular exigida pelo Ministério. Então, é difícil escola em tempo integral? Acho que é, mas nós temos de começar.

Até sugeri ao Governador do meu Estado, eleito agora: "Jatene, aceite um desafio. Diga que, a partir de hoje, no Estado do Pará, não será mais instalada uma escola que não seja em tempo integral. As que estão para trás vão melhorando, mas, daqui para frente, só se for em tempo integral, porque, aí, vamos começar a ter uma mudança." Vamos ter dificuldades? Vamos ter, mas não é possível que não possamos fazer isso pontualmente e, aí, aquilo vai servir de servir de semente e vai frutificar como exemplo para o sistema à frente. Eu acho que são esses desafios que provocam a mudança a que a Prof. Guiomar se referiu.

Finalmente, vejo a impaciência do meu Presidente, Senador Paulo Bauer, mas eu não poderia perder uma audiência tão qualificada como esta, em que estamos discutindo o Plano Nacional de Educação, ou seja, estamos discutindo o futuro do Brasil, o que nós queremos para o Brasil daqui a 50 anos, daqui a 100 anos.

Todos os países que aqui foram citados, há 50 anos, não eram o que são hoje, e são hoje o que são pela educação. Eu não tenho dúvida. Eu concordo quando dizem que o Senador Cristovam é samba de uma nota só, que ele toca educação. Ele tem de ser isso mesmo, porque ele tem de martelar, martelar, martelar, até que fique na consciência de todos nós que é pela educação que nós vamos mudar.

Por último, quero entender, eu ainda não entendi, quero entender esse sistema – não sei se o nome é esse – de progressão continuada, automática, em que o aluno, mesmo sem ter conhecimento, passa para o ano seguinte e vai completar o conhecimento em outro. Eu ainda não entendi isso, eu não entendi e gostaria de entender, porque, pelo pouco que sei, eu me posiciono contrário, mas eu quero poder ter esse conhecimento para poder discutir melhor.

Eram essas as minhas considerações. Eu poderia ficar aqui ainda acompanhando o Senador Cristovam. Acho que o assunto é tão importante, Senador Paulo Bauer, que V. Exª poderia pegar um lanche e nós ficarmos a tarde toda aqui discutindo educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com certeza, Senador Flexa Ribeiro.

Tenha certeza V. Exª de que eu não tenho nenhuma impaciência não. Pelo contrário, tenho muita paciência, até porque sei que suas observações, comentários e questionamentos são de grande relevância. E até não estou sendo um rígido observador do tempo concedido a cada Senador e a cada palestrante, porque, sem dúvida, o tema é importante e nós temos que, efetivamente, aprofundar o debate, a discussão em torno de todos os assuntos que cabe à Comissão abordar. E esse de valorização do magistério, do professor, sem dúvida é fundamental.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, que é o terceiro inscrito, para debater o assunto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, eu quero parabenizá-lo aqui por esse importante debate. E me somar aqui também à solidariedade já manifestada ao ex-Ministro Paulo Renato.

Como piauiense, não posso deixar de dizer do orgulho de recebermos aqui o professor Amaral e os alunos Raimundo Alves e Sandoel, que foram destacados nacionalmente nas olimpíadas de matemática. Aliás, já há alguns anos, ano a ano, tanto na olimpíada estadual como nacional. É uma cidade pequena e, como ex-governador, devo destacar alguns pontos para nortear, inclusive, este debate aqui, que eu considero importante. Também não é por acaso.

Na verdade, primeiro, aposta em concurso público; segundo, em plano de carreira; e, em terceiro, na fixação de pessoas com não só graduação, mas com pós-graduação no interior do Brasil, o que não é fácil.

Lembro-me ainda, lá atrás, quando fazíamos uma proposta de ter o ciclo completo da educação no meu Estado, no Piauí, ou seja, um Estado que ainda tinha que cuidar de cerca de 32% dos alunos com mais de 15 anos, das pessoas com mais de 15 anos analfabetas. E já usávamos apresentar para chegarmos, como vamos chegar no próximo ano, com o ciclo completo da

educação. Em cada Município poder ter do pré-escolar à pós-graduação, numa cidade como Cocal dos Alves.

Agora, acabo de visitar o Município de Milton Brandão, fica perto de Pedro II, onde, com o Governador atual, Wilson Martins, inaugurávamos uma unidade, uma escola de ensino médio, onde vai funcionar o Epec, onde vai funcionar a universidade aberta, que está vinculado à Universidade Federal e Estadual, que estarão em Pedro II, que já tem base presencial e tem também base presencial do Instituto Federal e de escola técnica.

Então, cito isso para mostrar que essa descentralização da formação é que faz a fixação de mais conhecimento para multiplicar mais conhecimento. Eu acho que, se não atentarmos para isso, nós vamos ter, cada vez mais, grandes concentrações nas maiores cidades. Um dos pontos que estou tratando no Plano Nacional da Educação é esse. Hoje, nós temos tecnologia para fazer isso.

O Prof. Amaral é um professor de Matemática pela Universidade Estadual, que faz especialização dentro desse modelo. E eu acredito que esse é um caminho que temos que valorizar.

Qual é um ponto que eu quero aqui tratar, primeiro, em relação ao sistema? Nós temos o Fundeb, e eu quero aqui aproveitar a presença do Vander Oliveira. O Fundeb, desde a época do Fundef, tem uma agressiva injustiça com as regiões mais pobres do Brasil, o modelo do Fundeb.

Quando era governador, eu vinha aqui ao Congresso acompanhar, mas não conseguia ser ouvido. Por quê? Porque ele tem um modelo em que, primeiro, coloca um *per capita* aluno como se fosse tudo igual, como se o Brasil fosse todo igual, um valor só ano. Segundo, ele faz uma regra de divisão de recursos. Na verdade, boa parte são fontes de recursos estaduais. São transferidos para os seus Municípios. O fundo, na verdade, é local. Ele tem um complemento da União, que passou a ter mais fôlego no Governo do Presidente Lula. Não sei quanto é que deu o último ano, mas é um complemento que corresponde, parece-me, a 10% do valor do repasse dos Estados com os Municípios.

Bem, qual é o problema que existe? É que um Estado que tenha, por exemplo, 35% dos seus alunos, porque a população tem mais renda sem precisar da rede pública, ou seja, tem 35% dos alunos estudando na rede privada, o Estado e o Município com essa característica vão cuidar de 65% dos alunos ali que atuam na rede pública. Então, o desembolso de recursos é para dar conta de 65% dos alunos que precisam da rede pública.

Num Estado como o Piauí, onde 92%, por conta mais baixa da população, precisa da rede pública, ele não pode ter uma forma de complementação que não considere integralmente isso. Por quê? Porque, na prática, o esforço fiscal que um Estado desse faz, quer dizer, do dinheiro que ele tem lá nos 25% ou 30% para a educação, ele, na verdade, está repassando uma fatia considerável para os Municípios, em prejuízo das suas necessidades com a sua responsabilidade. Por exemplo, com o ensino médio, com o ensino profissionalizante, com o ensino superior, que são responsabilidade do Estado.

Então, por exemplo, do volume de recursos para a educação, um Estado como o Piauí repassa cerca de 60% a 65% para os Municípios e recebe uma contrapartida, correspondendo a mais ou menos 35% disso da União; em Estados como Minas Gerais, Rio, Santa Catarina, enfim, é em torno de 8%, 11% do seu valor, exatamente por conta dessas diferenças.

Então, eu queria chamar a atenção para que pudéssemos ter, no Plano Nacional de Educação, um estudo e um caminho que pudesse apontar na direção de encontrarmos uma saída que não prejudicasse, porque são exatamente os que mais precisam. Estou citando o Piauí, mas estou falando de Alagoas, falando do Maranhão, falando dos Estados onde a necessidade de investimentos em educação é maior.

Aliás, meu Presidente, essa é uma regra que vale para o SUS, é uma regra que vale... Quer dizer, o Brasil, na hora das regras, não considera que as regiões onde há maior demanda têm que ter um tratamento diferenciado. O *per capita* SUS é o inverso. Como o critério, no caso do SUS, é o da resolutividade. Ou seja, onde se está mais estruturado, onde há mais condições técnicas, enfim, há um repasse *per capita* maior do que onde a demanda é maior, onde as necessidades são maiores. Estou mais me fixando aqui na educação.

Eu queria aqui concluir dizendo da necessidade de o Brasil despertar para dois caminhos. Primeiro, vivemos num mundo globalizado. Há necessidade de capricharmos mais na questão das línguas. Ou seja, além do português, nós termos condição não só de passar de raspão por uma outra língua, mas é preciso dominar bem. Eu acho que quanto mais o País estiver preparado no começo deste século, mais chances temos de ter bons resultados.

Segundo, o modelo que ainda temos para inclusão digital tem as bases já de formação digital em boa parte das escolas. Estão chegando os computadores aonde não chegou ainda. Isso eu reconheço que foi um avanço importante. Mas eu acho que precisamos ter mais gente preparada para essa formação.

Eu acho que o conhecimento de, pelo menos, duas outras línguas – o inglês, o espanhol ou outras

línguas, de preferência associadas, pelo menos, a uma dessas –, é uma necessidade do País.

Por último, a profissionalização. Eu sou daqueles que acham, não só defendo a escola em tempo integral, e aí eu quero dizer que reconheço o problema de dinheiro. Se dependesse de vontade, certamente, nós teríamos implantado em todos os Municípios do nosso Estado. Mas, não é barato fazer escola em tempo integral. Mas é mais barato do que as consequências de não fazer. Isso eu reconheço.

É nesse ponto que eu quero encerrar, dizendo que estamos aqui atentos na discussão da votação de uma fonte nova de riqueza e de receita, que é essa do pré-sal. E apresentamos uma proposta no sentido de que uma fatia considerada – e estamos propondo no mínimo 40% – dos recursos do pré-sal sejam para investimentos em educação. É isso que, na minha opinião, permitirá que tenhamos condições de remuneração, escola em tempo integral e um conjunto de outras necessidades que estão colocadas.Então, basicamente é isso e quero parabenizar pela audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado Senador Wellington Dias.

Eu havia informado que iríamos oferecer oportunidade de comentários e respostas para cada três questionamentos e sugestões. Como temos a inscrição da Senadora Angela Portela e S. Exª é a última inscrita, vou encerrar as inscrições e conceder a palavra a S. Exª para, depois, conceder a palavra aos palestrantes a fim de que respondam aos quatro Senadores que apresentaram questionamentos e observações.

Por favor, Senadora, a palavra é de V. Exª.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Bauer.

Queria cumprimentar a Mesa em nome do Prof. Heleno, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Prof. Heleno, também sou professora da rede pública de ensino, fui uma professora e conheço muito bem a nossa luta em prol de uma educação de melhor qualidade no nosso País.

Gostaria de dizer que, sem dúvida nenhuma, instrumentos importantes como o Fundeb, colocado muito bem aqui, como o piso salarial nacional de professores são instrumentos valiosos, notáveis, para que a educação do nosso País pudesse melhorar, mas há muito a ser feito.

Foi muito bem colocado aqui por todos os participantes desta Mesa, e reconhecemos que há muito a ser feito, sem dúvida nenhuma. Ouvi as palavras dos Senadores, dos Senadores que já foram governadores, e conhecem a realidade da implementação do Fundeb em seus Municípios, do Senador Cristovam, que é um teórico e implantou muitos projetos bons na área de educação como governador, então, temos uma vasta discussão a respeito da educação em nosso País e não posso deixar de valorizar as iniciativas desta Comissão no Senado.

Essa é a sétima audiência pública, já discutimos aqui a educação infantil e fui autora do requerimento, porque trabalho fortemente no meu Estado de Roraima para implementação de uma estrutura de educação infantil, estrutura de creches nos Municípios do nosso Estado, discutimos aqui a educação básica, estamos discutindo agora a valorização dos nossos professores.

Sem dúvida nenhuma, a educação não vai ter um salto de qualidade sem que os nossos professores sejam valorizados, sem que os nossos professores tenham um salário digno, sem que nossos professores passem por um processo de formação continuada de valorização profissional. Isso é indiscutível.

Gostaria aqui de colocar algumas questões para os membros da Mesa. São questionamentos, não vou fazer sugestões porque vamos ter amplo espaço de discussão do PNE no Senado Federal, momento em que vamos poder fazer as nossas sugestões, vamos poder propor mudanças e alterações que acreditamos serem boas para a educação do nosso País. Acho que é um consenso a opinião de que para o País continuar crescendo de forma sustentável, combatendo as desigualdades regionais e sociais, deve passar necessariamente pela educação. A educação é a mola propulsora do desenvolvimento, conforme todo mundo fala.

Gostaria de colocar alguns questionamentos, algumas perguntas para a Prof. Guiomar.

Prof. Guiomar, no nosso Estado de Roraima, temos 366 escolas da rede estadual de educação básica, 233 são escolas indígenas. Sabemos que existe uma política nacional da educação escolar indígena, já tive oportunidade, em inúmeras vezes, participar da assembleia de professores indígenas do meu Estado, uma grande mobilização de professores, e gostaria de saber a sua opinião, que sugestões a senhora teria para o aprimoramento do Plano Nacional de Educação para que pudéssemos implantar programas específicos para educação escolar indígena, para educação no campo, para as comunidades quilombolas. Quais seriam as suas sugestões para que pudéssemos ter programas específicos que pudessem ser verdadeiramente eficientes. Porque, nessas comunidades indígenas, observamos que os governos realizam concursos públicos, e os professores não índios, brancos, são aprovados em concursos, chegam às comunidades indígenas e não se adaptam àquela realidade, àqueles costumes nessas escolas indígenas. Então, é um problema grave e

sério que enfrentamos no nosso Estado e penso que outros Estados enfrentam a mesma situação.

Gostaria que o Prof. Heleno comentasse a respeito da Meta 19 do PNE, em relação à nomeação de diretores de escola comissionados. Sabemos que, em muitos Estados – e o meu não é diferente –, usa-se o cargo de diretor de escola para manipulação política, para interesses pessoais, e isso é muito ruim para qualidade do ensino da escola pública, para gestão das nossas escolas. Acredito firmemente que seria muito interessante uma eleição direta para nomeação dos nossos professores, com a participação da comunidade, dos pais de alunos, dos alunos, enfim, a valorização da meritocracia, mas gostaria de saber a sua opinião.

Gostaria de saber de todos da Mesa o que fazer para atrair os jovens para a profissão do magistério. Temos universidades públicas, universidades federais, Senador Cristovam, que têm inúmeros cursos de licenciatura, de pedagogia, para formação de professores, oferecendo 25 a 30 vagas, e conseguem aprovar 3 ou 4 alunos, ou seja, ficam vagas disponíveis nos cursos de magistério, nos cursos que formam os jovens para o magistério.

Gostaria também de perguntar ao Prof. Edgard, que falou aqui da tradição brasileira de não valorizar o ensino, de não valorizar o magistério e o profissional do magistério, que sugestão concreta teria para mudar essa realidade.

Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado Senadora Angela Portela.

Vamos agora conceder a palavra aos palestrantes, mas é preciso organizarmos um pouquinho, sob pena de ultrapassarmos muito o tempo que cada um tem e a disponibilidade de cada um para depois ainda, se necessário for, estabelecermos a réplica que regimentalmente é permitida e possível para as Sras. e Srs. Senadores.

Temos aqui, se pude captar bem, uma colocação feita pelo Senador Cristovam, a única que S. Exª fez, sobre a federalização dos contratos ou da contratação dos profissionais de educação. O Senador Flexa colocou três pontos: a meritocracia, o tempo integral e a progressão automática. Esses temas colocados pelo Senador Cristovam e pelo Senador Flexa dizem respeito a todos os palestrantes e poderão ser abordados por todos.

O Senador Wellington colocou questionamentos a respeito da divisão dos recursos do Fundeb e me parece ser um assunto que cabe exclusivamente ao Sr. Vander Borges abordar. A Senadora Angela questionou a Prof. Guiomar sobre a questão de escolas indígenas, o Prof. Heleno sobre a Meta 19 do PNE e a Prof. Edgar sobre a mudança da realidade educacional no País e colocou para todos a atração de jovens para a licenciatura.

Estabeleceremos o seguinte: quatro minutos para cada um dos Srs. Palestrantes abordarem os temas gerais e específicos, com mais um de prorrogação, se necessário for.

Concedo inicialmente a palavra para a última palestrante, para sermos criteriosos na forma de apresentação.

Prof. Guiomar com a palavra, por favor.

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELO – Sr. Presidente, infelizmente, não temos condições de responder a todas as perguntas. Sobre a questão da federalização, até pelo respeito que tenho ao Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de ter uma oportunidade de discutir isso com mais calma com S. Exª. Em princípio, tenho muita dúvida, mas tenho a cabeça aberta e gostaria de discutir, mas aqui, neste momento, é impossível.

A respeito das duas questões colocadas pelo Senador Flexa Ribeiro, acho muito oportuna. Em primeiro lugar, na questão do tempo integral, acho que precisamos ter um plano para, a médio e longo prazo, ter todas as crianças em tempo integral. Mas não podemos fazer do tempo integral um adicional, que é o que estamos fazendo. Todas as escolas de tempo integral, em vez de terem mais tempo para trabalhar aquilo que não estão conseguindo trabalhar Língua Portuguesa, História, Geografia etc., estão criando disciplinas chamadas extracurriculares ou atividades que não estão ligadas ao currículo. Acho que o tempo integral tem que ser aproveitado para o currículo.

E gostaria de fazer uma observação, está no meu voto no Conselho Nacional de Educação, se quiserem ler a Ata, votei contra o ensino fundamental de nove anos porque, pela minha aritmética, se eu aumentasse uma hora para todas as crianças deste País, elas teriam mais tempo do que com nove anos. Nove anos com quatro horas dá menos tempo do que oito anos com cinco, é uma questão aritmética.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me só dizer que, além disso, é mais caro. Ou seja, acrescentando uma hora, tem-se um custo menor.

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELO – Claro. Agora, já temos nove anos. Qual tem que ser a meta, na minha opinião? Todas as crianças, uma hora a mais; depois, todas, duas horas mais. Temos que ter uma estratégia de fazer essa escola de tempo integral que não seja a escola da bruxa de manhã e a escola da fada à tarde. Depois, posso contar pessoalmente essa historinha para vocês, mas foi uma criança que me disse isso: de manhã, temos uma professora chata

que ensina Língua Portuguesa e, de tarde, um cara que vai lá dar vídeo para a gente ver. É isso que não podemos deixar acontecer na escola de tempo integral.

Progressão continuada, isso é um tema caro para mim, muito caro, porque acho que foi muito injustamente discutido neste País. A progressão continuada não significa promoção automática. Costumo dar a seguinte resposta: sobre promoção automática, não me manifesto porque é um assunto de polícia. Acho que, se um médico dá alta para o paciente doente, ele tem que ir preso; se um professor passa um aluno que não sabe, ele também tem que ir preso. A progressão continuada é outra coisa: é dar à criança a oportunidade de ter mais tempo. O que é mais tempo? Mais tempo durante a jornada escolar, e, eventualmente, um ano a mais para ser alfabetizado, coisa que o Conselho Nacional de Educação está fazendo agora. E o plano também estende o ciclo básico de três anos. Ou seja, tão criticado que foi, virou tema de campanha de todo mundo, do Lula ao Paulo Maluf. Todo mundo batia na progressão continuada, era quem nem a "Geni", da música do Chico Buarque, e, agora, estamos tendo progressão continuada pelo Conselho Nacional de Educação. Por quê? Porque a progressão continuada, como diz o nome, é fazer a criança continuar a partir do ponto onde ela estava. O problema é que a repetência no Brasil faz com que a criança volte ao começo do ano. Quer dizer, a progressão continuada é ter um sistema de avaliação contínuo que consiga fazer em três anos aquilo que, antigamente, fazia em um e sem deixar que a criança, ao longo de oito anos, perca todo o conteúdo. É um tema pedagogicamente mais complicado, mas, infelizmente, não posso abordar.

As perguntas da Senadora, sinto muito, Senadora, eu gostaria de poder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pelo menos, Prof. Guiomar, a respeito das escolas indígenas, já que ela lhe perguntou isso especificamente.

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELO – Eu acho que é muito importante que seja um professor indígena que dê aula na escola indígena, na minha opinião. Mas não tenho grande experiência com esse tipo de educação. Só que acho que o professor indígena tem que saber as mesmas coisas e fazer com que as crianças aprendam e constituam as mesmas competências que dão para todas as crianças. Acho que a democracia na educação é que os tratamentos têm que ser desiguais, diferentes, mas o ponto de chegada tem que ser o mesmo. Não há sentido em se ter uma educação indígena que vai manter o índio, índio. Na minha opinião, a educação indígena é para dar asa para o índio e, se ele quiser, poder até deixar de sê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Paulo, não posso deixar de comentar essa última deixa dela aqui: "o índio pode criar asa e deixar de ser índio".

A SRA. GUIOMAR NAMO DE MELO – Até pode.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso que ela está nos dizendo aqui, permita-me que cogite: ninguém pode deixar de ser negro, ninguém pode deixar de ser japonês, sei lá, amarelo, o fato é que o Brasil trata o índio como se fosse uma figura folclórica que tem que ficar lá, pobre. Quer dizer, imagine alguém aqui propor fazer casa e apartamento numa tribo. O mundo se acaba. É uma coisa escandalosa! Por quê? Porque não damos liberdade e começa da educação. Quer dizer, o grande defeito que tem do tratamento do Brasil com a minha geração, que sou assumidamente descendente de índio, é exatamente isso. Eu cheguei aonde cheguei porque tive oportunidade de estudar, mas, para o Brasil, não posso ser reconhecido como índio, porque não moro numa tribo, não estou de tanga, não estou com um penacho na cabeça, não moro numa casa sem piso, então, não sou índio. Quer dizer, isso é uma coisa escandalosa como o Brasil trata, enfrenta, e passa pela educação principalmente. É essa asa que tem que ser dada para o índio tomar sua decisão conscientemente, mas nivelado igualmente com o restante do Brasil. Permita-me fazer esse desabafo também aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Jamais deixaríamos de dar oportunidade a um legítimo índio ou descendente de índio de falar numa hora dessa uma coisa tão apropriada.

Com a licença do Prof. Edgar Flexa Ribeiro e do Prof. Heleno, deverei passar a palavra ao Sr. Vander Oliveira Borges, que seria o último, porque tem uma viagem agendada, com horário marcado, e pediu-me que fosse dada a oportunidade de responder antes do demais. Com a permissão dos demais, concedo a palavra ao Sr. Vander Borges.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Todos os Senadores, de forma muito oportuna, lembraram e fizeram as suas homenagens ao ex-Ministro Paulo Renato, em razão de seu recente falecimento, trazendo aqui a lembrança dos grandes feitos que ele trouxe para a educação brasileira. E eu, como servidor de carreira do Ministério da Educação, do FNDE, há 32 anos, tive, pessoalmente, o privilégio de ajudá-lo no seu trabalho, no Ministério da Educação, durante os oito anos que lá estivera, sendo que um dos trabalhos que tive a responsabilidade e a felicidade de contribuir foi justamente o de elaborar, tecnicamente, o projeto de lei que veio

a regulamentar e transformar-se, posteriormente, na Lei nº 9.424, que regulamentou o extinto Fundef. Então, também faço com isso meu registro aqui e presto as minhas homenagens a esse ilustre homem público que, recentemente e precocemente, nos deixou.

E justamente a respeito deste assunto, do financiamento da educação, o Senador Wellington Dias nos faz, aqui, alguns questionamentos. Vou-me ater a esse ponto em particular, visto que diz respeito diretamente à área onde atuo dentro do Ministério.

A questão do Fundeb, Senador, V. Exª entende que ele traz, no seu bojo, uma injustiça. Na verdade, entendo de forma um pouco diferente da sua opinião, porque ele vem justamente amenizar as grandes disparidades, as grandes divergências que sempre existiram e ainda existem em todos os setores, sociais, particularmente e especialmente, da educação, em nosso imenso Brasil. Ele vem contribuir para essa redução de duas maneiras: primeiro que, dentro de cada Estado, promove uma redução das desigualdades entre os entes governamentais localizados dentro daquele Estado, no caso do Piauí, os Municípios do Piauí e o Estado do Piauí, pelo simples mecanismo de distribuição de recursos ali existentes, e, num segundo plano, também ameniza as desigualdades existentes entre Estados e Regiões do País, na medida em que obriga, assegura que a União participe com recursos federais, justamente para eliminar a distância que existe entre o Piauí e São Paulo, ou entre o Ceará e o Rio Grande do Sul e assim por diante. Então, nessa perspectiva, cumpre com a sua função de reduzir desigualdades. E, naturalmente, recebem esses recursos, por esse motivo, justamente os Estados do Nordeste mais dois Estado da região Norte, que são os mais pobres do País e são os destinatários desse aporte de recursos federais.

Então, no modelo de financiamento que foi proposto, a partir do Fundef e aperfeiçoado com o Fundeb, é uma política, naturalmente, redistributiva, uma política que trabalha com recursos existentes, que já é vinculada à educação por força da Constituição Federal e, dentro desse modelo, ele cumpre a sua missão. Agora, evidentemente que se devem buscar os avanços que se pode introduzir no mecanismo. Esse avanço deve ser sempre perseguido.

No entanto, quero lembrar que a lei do PNE é uma legislação infraconstitucional. Para que possamos avançar, se for o caso, de forma mais significativa, talvez seja o caso de mexer na própria estrutura do mecanismo dentro da Constituição Federal. Então, certamente, talvez não se possa avançar dentro do PNE da forma que se deseja, mas o Fundo tem vida delimitada, vai até 2020. Seguramente, nesse momento, deverá ser possível fazer uma mudança mais aprofundada na estrutura ou até mesmo no modelo de financiamento que o Fundef inaugurou e que o Fundeb prossegue agora de forma mais acentuada.

Vou pedir permissão, Senador Paulo, pois tenho um voo para o Estado do Pará daqui a pouco, já estou até atrasado, para me retirar por conta do meu horário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É sobre o tema. Primeiro, reconheci, desde a época do Ministro Paulo Renato, quando implantou o Fundef, como importante o sistema. Estou dizendo que há um item que vejo que precisa mudar.

Quando se coloca a igualdade, ele leva em conta a divisão do número de alunos no Estado pela receita ali existente. A partir daí é que é feito o cálculo para a complementação, quem tem direito à complementação e quem não tem. Esse é um indicador.

Qual é o problema? É que, dentro do Estado, você tem a responsabilidade de um cuidar de uma faixa de alunos e outro, de outra, que são os Municípios e os Estados. Então, o que faltou, na minha opinião, é considerar que há, para efeito da fórmula, lugares em que 92% – como o Piauí – dos alunos estudam na rede pública, enquanto que em outros, apenas 60% estudam na rede pública, do total de alunos do Estado, o que implica uma demanda maior por parte do ente da Federação.

O que eu peço? É que se pudesse, com coordenação, estabelecer as condições de uma forma a alterar a regra, a alterar a Constituição, eu sei. Agora, é preciso que quem tem toda essa base de dados nos ajude a fazer a fórmula considerando isso, considerando a proporção do número de alunos da rede pública e alunos da rede privada. Quer dizer, o setor público cuida daqueles alunos que estão na rede pública. O que está no setor privado são alunos a menos, são custos a menos, são despesas a menos, parte para os Municípios, parte para o governo estadual. Esse ponto é que eu queria que pudesse ser objeto de uma análise da parte da coordenação do Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para desejar uma boa viagem ao Dr. Vander, que vai ao Pará, e que leve boas notícias ao Prof. Nilson Pinto, que é o nosso Secretário de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a presença do Dr. Vander Bor-

ges e concedemos a possibilidade de ele se ausentar em função da viagem já anunciada.

Passo a palavra ao Prof. Edgar Flexa Ribeiro para também comentar as observações dos Srs. Senadores.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou me referir rapidamente ao que mais me chamou a atenção na intervenção que fizeram.

Fui perguntado pelo Senador Flexa Ribeiro por que o professor era respeitado no passado e não é hoje. Eu digo que é porque tem gente demais na escola. Um dos pressupostos ideológicos que identifico nos problemas do Brasil com a educação é que a educação é vista como recurso de poder. Se todo mundo teve acesso a ele, por que vou gostar? Antigamente não, o meu filho ia para a escola, mas o filho do meu empregado não ia. O poder estava comigo. Convidam-me a dividir o poder pelo conhecimento e querem que eu goste? É claro que todos nós, individualmente, vamos responder a isso de formas diferentes, mas, coletivamente, o pressuposto ideológico dos nossos problemas educacionais partem daí, que poucos podem saber. Por que se começou a falar mal do ensino assim que todo mundo entrou na escola? Porque se todo mundo tem acesso não pode ser bom.

Não estou fugindo das especificidades, mas vim aqui hoje para falar sobre generalidades, sobre o que há por trás de tudo isso. A elite política brasileira precisa se dar conta disso, porque ela está decidindo...

Vejam o Senador Cristovam Buarque: vamos federalizar. Dá vontade, mas eu substituiria essa ideia pela criação de agências regionais do Ministério da Educação. O Ministério da Educação apenas em Brasília não vai dar; é preciso haver extensões em outros lugares. Não são as antigas delegacias regionais, o que tem deve haver é uma superintendência do MEC na região Norte, no Nordeste, porque este é um País muito grande, e isso não vai ser resolvido na Esplanada dos Ministérios.

Quanto ao problema da população indígena a que a Senadora se referiu, vai sair daqui uma coisa boa para lá? Não vai; tem de surgir ali, com a assessoria federal. O Governo Federal deve essa assessoria aos Estados. Tira-lhes o dinheiro, devolve a seu critério, pinta e borda, e o Estado fica com a população indígena desassistida. Tem de haver uma superintendência regional do Ministério da Educação que ajude, que prepare, que forme a consciência educacional nesses lugares mais distantes e que ajude a progredir. Não adianta só fazer o Ideb e depois ter de pendurar o resultado do Ideb na porta da escola. Não creio que seja por aí; palavra de honra que não acho.

Outra coisa, o negócio da federalização. A Senadora usou uma frase muito batida, que se diz muito: "A educação é a mola propulsora do desenvolvimento". Vou propor à Senadora considerar o caso oposto: o desenvolvimento econômico é a mola da educação.

A educação vai crescer à medida que o Brasil crescer e precisar de gente preparada. Aí vai aparecer a educação. Quanto mais o Brasil progredir, mais o Brasil se educará; é o oposto. Sei da Coreia, que virou uma grande potência econômica. Nós vamos virar potência econômica e aí o Brasil vai se educar pela necessidade concreta, se educar com conhecimentos que não são exatamente a vida íntima da mitocôndria. Não é exatamente isso que está sendo perguntado no Enem. Vai ser outro currículo, que vai surgir pela necessidade do crescimento econômico. O capitalismo é isso. Primeiro, você vai criar a carência e, depois, você vai atender a carência onde a carência é bom negócio. Desculpe a ideologização do debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Queria aproveitar os ganchos do professor. Primeiro, na verdade, o senhor diz que, quando faltar mão de obra para o desenvolvimento, virá a educação. Então, não é o desenvolvimento que vai fazer a educação; é a falta de mão de obra para o desenvolvimento. Só para deixar claro. Então, a Senadora tem razão. Não é a educação que vai trazer o desenvolvimento, mas a necessidade da educação só virá quando o desenvolvimento deixar de vir por falta de educação.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – E me parece, Senador Cristovam, que isso já começou a acontecer no nosso País; nós precisamos de mão de obra qualificada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT– DF) – Claro. Se eu fosse candidato a presidente agora era capaz de chegar a 3%. *(Risos.)*

Mas eu queria citar com uma imagem o que o professor diz que é importante, o problema da classe, do domínio da educação por alguns de nós. Quando faço palestra aos jovens, sempre pergunto: se a educação fosse igual para todos, vocês acham que tinham passado no vestibular? "Não, nós passamos no vestibular – salvo os que passam em primeiro lugar – porque jogamos fora 2/3 dos alunos que não podem fazer vestibular porque não terminaram o ensino médio." Isso é uma maneira de proteger. Nossos filhos teriam dificuldades em passar no vestibular se os filhos de todos estudassem em escolas iguais às nossas, essa é a verdade. E eu queria dar uma prova, mas queria que o...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ou então aumentaria a pressão por mais vagas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, mas não pode aumentar tanto.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, problema nenhum. Eu estava atendendo o professor, seu primo...

Mas, veja bem, o Senador colocou que a saída seria aumentar as vagas. Mas universidade nunca pode ter tantas vagas de maneira que todos que terminem o ensino médio entrem nelas. Não pode. A universidade, queira ou não, é para um número determinado. A gente tem que criar institutos – no sentido não educacional – instituições aonde os que não querem ser universitários, mas querem continuar estudando, possam ir.

Mas eu queria dar essa imagem, que eu acho que é boa para justificar, Prof. Edgar, a sua ideia da luta de classes, vamos dizer assim. Por que não tem rico na Seleção Brasileira de Futebol? Enriquecem depois alguns. Mas por que não tem? Porque a bola é redonda para todos. Todos meninos começam a jogar bola aos quatro anos e jogam enquanto quiserem. Aí, o que acontece? Na Seleção, entram os melhores escolhidos entre todos. Aí, como a minoria é rica, não chega à Seleção; é raro chegar, questão de probabilidade. Não é porque a perna é melhor no pobre, não. É uma questão de probabilidade. Agora, na educação, há escola redonda para uns e quadrada para outros. Há os que começam a estudar aos dois anos, outros que começa, a estudar aos sete anos. Alguns caem fora aos 12, e outros que ficam até os 26. Então, só para explicar, na hora em que a escola for redonda para todos, nossos filhos vão ter que disputar com os filhos de todos, e muitos vão ter menos chances de chegar à universidade. Eu não acho que vai haver luta por aumento de vagas. Sabe o que vai haver? E aí é correto. É lutar para que o salário – mesmo daqueles que não passaram pela universidade – seja um bom salário. É por aí que vem. Não é baixar o nível da universidade para receber todos; é dizer: os que não foram para lá também vão ter uma vida decente e digna. Esse vai ser o caminho. Como a Finlândia, da qual a gente fala tanto aqui. Aliás, eu queria dizer, professor, que há um lugar onde o salário mais alto quase é o de professor. Na Finlândia, o salário do professor está no nível do salário dos grandes médicos, dos grandes engenheiros. Entendeu? E eles conseguiram...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Em que sentido? Em tamanho?

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Quantidade, proporção de professores...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas qual é a dificuldade? Nós somos a sétima economia do mundo. Eles devem estar lá, apesar de tudo, como eles são pequenos, devem estar em quê? Décimo-segundo, décimo-quinto. Eles não têm 3 trilhões de PIB, eles não têm 1,67 trilhão de receita do setor público. Não têm. Então, temos que ver que a proporção beneficia a gente também, exige diferenças logísticas. Mas eles têm lugares onde só há um aluno na escola, porque lá no norte, no frio, o pessoal foi migrando, mas esse aluno tem tudo de que precisa naquela escola. É uma questão de prioridade.

Mas essa é uma discussão boa. Aumentamos as vagas para todos, para sermos justos, ou aumentamos os salários dos que não vão para a universidade. Essa, para mim, é a justiça ética, sem prejudicar a eficiência. A outra prejudica a eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Cristovam, agradecemos, mas vou pedir a compreensão de todos para que possamos passar a palavra ao Sr. Heleno Araújo Filho, que é o último a se manifestar dentre os palestrantes.

Eu sempre menciono que as reuniões no âmbito do Congresso, no Senado, naturalmente não têm hora para terminar, porque os temas são muito complexos. Mas é bom sempre mencionar. Já que nós temos televisão e rádio veiculando todas as nossas atividades, é bom sempre mencionar. O vôlei se tornou uma disputa no esporte popularizada. Aplaudida e com grande frequência de torcidas e de espectadores a partir do momento em que eles estabeleceram horário e limite de tempo fixo e determinado. Aí, nós conseguimos ver o vôlei crescer, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. E aqui nós temos que, num determinado dia – e eu sou um dos Senadores que vai sempre lutar por isso –, estabelecer hora para começar e hora para terminar porque, senão, nunca vamos resolver todos os problemas, principalmente aqueles que nos aguardam e precisam também de solução, além dos da educação, que são, sem dúvida, os mais importantes.

Ouço, com muito prazer, e concedo a palavra ao Sr. Heleno Araújo Filho, representante da CNTE, que tem uma questão, que é a Meta 19, apresentada pela Senadora Angela e também as demais questões colocadas por todos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E acompanha aqui a regulamentação do pré-sal, hein? Olha o que eu lhe disse.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Isso, obrigado Senador.

O Senador Cristovam Buarque, na sua intervenção, sempre trazendo propostas, as ideias para trabalharmos essa perspectiva de alcançar e fazer com que

a educação chegue a todas as partes do nosso País, traz propostas que precisam ser aprofundadas de forma bem coletiva pelo conjunto daqueles que trabalham na educação no nosso País. Por isso que acho que são propostas interessantes para o aprofundamento no espaço já instituído do Fórum Nacional de Educação, que tem, entre as suas atribuições, promover as conferências nacionais de educação. Que o PNE tem como ponto positivo colocar para esse espaço o espaço de acompanhamento e avaliação. Esta Casa é uma Casa de representação, a Conae também. A diferença é que na Conae nós estamos com quem está com a mão na massa e junto com a massa, todos os dias da semana. Então, a possibilidade de uma avaliação e de um diagnóstico mais real ocorre nesse espaço da Conae.

Concordo com o Senador Cristovam Buarque quando coloca que o projeto de lei do Plano Nacional de Educação fica modesto e confuso. Concordo porque também sou partidário da ruptura necessária na educação. A Constituição Federal de 1988, 23 anos, tem elementos importantes que nunca foram colocados em prática. E por que nunca foram colocados em prática? Porque a ideia das políticas educacionais – algumas com continuidade, outras com descontinuidade – trazem esses elementos de discussão. A ideia colocada aqui de federalizar, temos vontade de discutir. Nós queremos uma carreira nacional para os trabalhadores em educação, isso é importante.

O Senador Wellington Dias levanta a questão do Fundo, do Fundeb. Nós queremos um Fundo Nacional para a Educação Básica, não queremos um Fundo Estadual, que causa essas preocupações. Mas, para fazer isso, é uma ruptura muito forte no critério em que o pré-sal foi levantado aqui, o debate que vocês tiveram aqui nesta Casa. Então, como fazer essa ruptura dando continuidade às políticas também citadas aqui pelo Senador Cristovam Buarque? O Ideb, que é uma política de continuidade, causa uma carga de trabalho forte sobre os trabalhadores da educação. O que acontece com a rede? O professor de Matemática e o de Português têm uma quantidade de aulas por semana, porque só têm 4 turmas; o professor de Geografia e de História tem 14 turmas; o de Filosofia e Sociologia, 18, 24 turmas. Então, mesmo profissional, mesma formação, mesma carga horária semanal, com a carga de trabalho mais pesada nesse processo, porque o Ideb faz um tipo de avaliação que não atende a um processo de diagnóstico, e se precisa fazer uma ruptura nesse processo. Colocar o elemento da aprovação como um dos índices de alcançar de alcançar metas dos resultados apontados é outro ponto sobre o qual se tem que refletir.

Eu não tive oportunidade de conhecer os países citados aqui como exemplos de bom sucesso na educação. Mas, nas leituras feitas, não alcancei que a Finlândia ou outros países citados aqui tenham utilizado prêmio como elemento de sucesso na educação, como os Estados Unidos utilizaram e já têm uma avaliação de que não alcançaram os objetivos propostos.

Então, o prêmio estabelecido aqui no País, que veio através da meritrocacia, levantada pelo Senador Flexa Ribeiro, está ligado com a Meta nº 19, do PNE, que dá ênfase a esse critério da meritocracia, do processo de conhecimento técnico colocado, em detrimento da gestão democrática, da participação efetiva da comunidade escolar ao escolher quem vai dirigir a escola para trabalhar em prol da comunidade escolar. Então, nós precisamos refletir sobre esse elemento, senão vamos manter a cultura que vivenciamos aqui. Nós saudamos e parabenizamos os destaques nacionais – uma premiação de uma olimpíada. E também foi dito aqui durante o debate que não precisam ser só cinco – o Senador Cristovam Buarque falou um pouco nisso, não sei se foi com relação à Copa do Mundo –, com mais títulos", porque o que nós queremos na educação não é a seleção; nós queremos a inclusão, queremos a participação, queremos a solidariedade. A ideia de prêmio, como está sendo utilizada na meritocracia, traz um processo de competição e, repito, de fraude, nos dados colocados, o que é um prejuízo para a Nação e um prejuízo para nós trabalhadores em educação. Por isso que é importante refletirmos sobre isso.

A Senadora Angela Portela me pergunta o que fazer para atrair os jovens? Acho que o Senador Cristovam Buarque respondeu na primeira fala dele, quando ele sugeriu que deveria começar com um salário de R$9 mil. Eu acho que começando com um salário de R$9 mil vai atrair jovens adultos e tudo mais. Muita gente vai se interessar. Salário não é tudo, concordo, mas é o ponto que vai atrair

Tratar diferenciado pela meritocracia, não há necessidade. No serviço público, nós passamos pelo estágio probatório. O que nós precisamos é colocar em prática o que está na lei. Se o estágio probatório exige uma comissão que vai avaliar, que vai tratar essa questão e, se ele não passa no estágio probatório, ele não fica no serviço público, temos que colocar em prática o que já existe. Por que eu vou tratar num processo, com salários diferenciados, com prêmios, esses trabalhadores com condutas distintas?

O servidor público que não quiser trabalhar para o público, a legislação já dá o critério para ser demitido. Há os motivos para responder inquérito administrativo. Está tudo na legislação. Não é colocado em prática.

Então não podemos trocar o que já existe, que pode organizar e manter o serviço público funcionando e funcionando bem, em detrimento de uma seleção, de um prêmio ou de uma competição que traz muitos desgastes para o ser humano, para a pessoa fisicamente. Basta ver uma maratona, como se chega ao final, o desgaste físico estabelecido nessa competição por um prêmio. Não queremos isso para a educação; queremos um processo. E nesse processo, não queremos que a educação continue com uma atuação amadora. Queremos, como o Senador Paulo falou, uma atuação profissional.

E o exemplo que o senhor colocou do vôlei, que mudou quando profissionalizou, é isso que eu comecei colocar aqui, a profissionalização dos trabalhadores em educação.

Estamos com terceirização, empresas; eu conheço Vereadores e Deputados, donos de empresas, que prestam serviços aos Municípios e aos Estados, terceirizados. Então, essa terceirização dentro da escola, essas empresas, essas contratações temporárias, por indicação, por loteamento de escolas... No Município em que eu sou lotado, as escolas são loteadas por Vereadores que indicam quem são os funcionários de escola que vão estar naquela escola, e muitas vezes com número excessivo de pessoas que ficam lá sem fazer nada porque há muita gente.

Então, são esses pontos que eu queria colocar e fechar, por último, a questão da educação em tempo integral que defendemos como uma política de Estado. Logo, se atender a LDB, trabalhar com o ensino fundamental, e não como uma política de Governo, como os Governos estão fazendo.

Vamos ter ainda agora em Dakar, algumas experiências daqui do Brasil, falando sobre escolas, experimentais ou de referência. E, com certeza, Fernando de Noronha, que eu apresentei aqui para vocês, lá vai ser apresentado como no papel, mas não como na realidade, como na prática.

Então, não dá para pensar em escola de tempo integral como uma política de Governo, fazer para garantir a eleição depois. Queremos uma política permanente, que dê condições de o estudante e de o profissional ser exclusivo numa única escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu agradeço ao Prof. Heleno e, até como forma de homenagear os nossos palestrantes, eu quero mencionar e citar que a Casa, como todos sabem, tem 81 Senadores.

Desses, 27 integram a comissão de Educação, Cultura e Esporte. E, desses 27, nós tivemos 12 presenças durante esta audiência pública. Eu quero até nominá-los, porque muitos já não se fazem presentes ao término dos trabalhos, mas nós contamos aqui com a presença da Senadora Angela Portela, do Senador Wellington Dias, da Senadora Ana Rita, do Senador Cristovam Buarque, que foi proponente desta audiência, do Senador Eduardo Amorim, do Senador Garibaldi Alves e do Senador Cyro Miranda. Também registraram presença, embora não tenham participado de todos os trabalhos, o Senador Benedito de Lira, a Senadora Ana Amélia, e contamos também com a presença do Senador Ciro Nogueira e do Senador Flexa Ribeiro. Portanto, considero que a audiência teve um grande quórum, em termos de Senadores presentes, chegando a quase 15% do total de Senadores que integram o Senado Federal.

Portanto, se quisermos considerar, Senador Cristovam, que a educação é uma prioridade para o Senado, por três horas inteiras foi, sem dúvida alguma, com muito sucesso e com o brilhantismo das apresentações de todos.

Muito obrigado.

Convoco a próxima reunião desta Comissão para a próxima terça-feira no horário regimental.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011

Às onze horas e vinte e três minutos do dia cinco de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Bauer**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, José Agripino, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Luiz Henrique, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Magno Malta, Roberto Requião, Geovani Borges, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador

Paulo Bauer, inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. Logo após, o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 005, o que é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ayrton Xerez, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável ao projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Valter Pinheiro. É concedida vista à Senadora Ângela Portela pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer favorável, com a emenda 1-PLEN, é aprovado, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 015: Requerimento nº 38/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir a criação e implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Para tanto, sugiro os seguintes convidados para participar da referida audiência: **– Tereza Cruvinel – Presidente da EBC– TV Brasil; – Sr. Marcelo O. Dantas – Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura; – Prof. Deonisio da Silva – PHD– Vice Reitor da Univ. Estácio de Sá – Rio de Janeiro; – Sr. Túlio Gontijo Rocha, INSTITUTO BRASIL PLUS; e – Prof. José Raymundo Martins Romêo, Secretário de Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói/RJ". O Requerimento é aprovado.** Logo após, a Senhora Senadora Ana Rita requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. Prosseguindo, o Senhor Senador Alvaro Dias requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 3)**. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Luciana Costa, que "Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 016: Requerimento nº 40/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, que requerem "... nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar do tema 'Educação Especial', tendo como convidados Drª Candy Gifford – Psicóloga – especialista em Diagnostico Infantil; Sergio Domingos – Defensor Público; Dr. Charles Roberto de Lima Junior – Presidente da Comissão de Educação da OAB; Dr. Moisés Bauer Luiz – Presidente Conselho Nacional da Pessoa com deficiência – CONAD; Ester Alves Pacheco Henriques – Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; Dep. Eduardo Luiz Barros Barbosa – Presidente da Federação Nacional das APAES; José Antônio – Diretor do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga; Marcos Vinícius Calixto – Presidente Confederação de Surdos do Brasil; Maria do Socorro Nery da Silva Cruz (mãe de aluno especial), com a participação de um intérprete em LIBRA, convocado pela Comissão". O Requerimento é aprovado**. Item 017: Comunicado: Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Bauer, faz a leitura do Ofício** SF/112/2011, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, com esclarecimentos em resposta ao Ofício nº 69/2011/CE, de 28 de junho do corrente, que trata de pedido de reconsideração dos termos do despacho de distribuição à Comissão de Assuntos Econômicos, aposto da Mensagem (SF) nº 95, de 2011, que encaminhou ao Senado Federal, para apreciação, o nome do Senhor Márcio Fortes de Almeida, para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 37/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Sena-

dora Ana Amélia, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, previsto apenas para obras dos eventos esportivos dos próximos anos, que foi instituído pela Medida Provisória nº 527, de 2011 (PLV Nº 17, de 2011), convidando as seguintes pessoas: Luis Roberto Ponte – Engenheiro, ex-deputado federal e autor da Lei 8.666/93; Paulo Safady Simão – Presidente da Câmara Brasileira da Industria da Construção – CBIC; Orlando Silva – Ministro do Esporte ou seu representante". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 39/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Ana Rita, que requer "Em aditamento ao Requerimento nº 38/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública para discutir a 'Criação e implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP', requeiro que seja incluído no rol de convidados o Sr. Paulo Speller – Reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 41/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, que requer "De acordo com o que preceitua os arts. 90, V e IX e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a situação atual do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, que permite a atuação de alunos universitários em ações sócio-educativas nos municípios carentes do Brasil, além de ser uma importante ferramenta extensionista que as Instituições de Ensino Superior possuem para desenvolver projetos; e o Programa Forças no Esporte, desenvolvido através de parceria entre os Ministérios da Defesa e do Esporte, que promove a inclusão social por meio da prática de esportes". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2010; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 706, de 2007; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2008; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2009; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2010; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2010; 013: Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010 e Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009**. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Bauer, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no **Diário do Senado Federal.** – Senador **Paulo Bauer,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Peço-lhe um minutinho só, Senador. Eu já lhe concedo a palavra.

Quero apenas justificar, antes do início dos trabalhos, que estou presidindo esta reunião a pedido do Senador Roberto Requião, que se encontra ausente e impossibilitado de fazê-lo, até porque, creio, ele deseja que eu comece a treinar nesta função, já que, por deferência dos meus colegas de bancada do PSDB, meu nome foi indicado para ocupar o cargo de Vice-Presidente desta Comissão. Na próxima semana, sob a Presidência do Senador Roberto Requião, V. Exªs poderão avaliar se meu nome atende aos requisitos e, efetivamente, poderão votar na indicação do PSDB. Então, peço a compreensão e o auxílio de todos, para que eu possa me desincumbir bem da tarefa que, hoje, exerço.

Antes de conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e também à Senadora Ana Amélia, que a solicita, quero informar aos Srs. Senadores e Senadoras que, na última reunião deliberativa do dia 26, este Plenário, ao tomar conhecimento de que a sabatina do Sr. Márcio Fortes, indicado à Presidência da Autoridade Pública Olímpica (APO) pela Presidência da República, seria realizada na Comissão de Assuntos Econômicos e não nesta Comissão, que é a Comissão de Esportes da Casa e que tem, por determinação regimental, a missão de realizar a sabatina,

decidiu, por unanimidade, oficiar ao Presidente José Sarney, requerendo alteração no despacho da Mensagem, para que esta fosse enviada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e para que aqui se procedesse à arguição do indicado.

Na última sexta-feira, na sessão plenária do Senado, a ilustríssima Senadora Ana Amélia provocou a Mesa sobre a posição adotada em relação ao ofício encaminhado, cuja cópia se encontra à disposição dos senhores e das senhoras, quando lhe foi informado, na mesma sessão, que a resposta estava sendo providenciada. Lamentavelmente, até o presente momento, não recebemos manifestação da Mesa sobre o que foi requerido pela Comissão e também sobre o que foi requerido pela Senadora Ana Amélia. Informo ainda que a sabatina do indicado para o cargo está acontecendo neste instante ou acontecerá daqui a alguns minutos na Comissão de Assuntos Econômicos. Lamentavelmente, a Mesa não nos deu o devido atendimento ou a devida atenção, fato que, naturalmente, deverá merecer as atenções desta Comissão no momento oportuno.

Iniciarei os trabalhos de análise das matérias constantes da pauta, mas, antes, ouço o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª não carece de nenhum treinamento para essa função. V. Exª nela já entra com toda a condição de conduzir muito bem esta Comissão. Tem o treinamento que vem da sua vida pública, já muito profícua como Deputado, Secretário da Educação, Vice-Governador e, agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu só queria pedir preferência, Sr. Presidente, para o Item 5. Sou o Relator da matéria. Aqui, ficamos esquartejados – este é o termo – entre as diferentes Comissões de que somos titulares. Tenho de ir à outra Comissão agora, para cumprir minhas obrigações parlamentares.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vou ouvir as solicitações dos demais Senadores, para, depois, deliberarmos sobre a solicitação feita por V. Exª, Senador Aloysio.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Respeito a posição do Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas o meu se trata apenas de um requerimento. Estamos discutindo o Código Florestal. condicionado à votação da medida provisória que trata do regime diferenciado para as contratações.

Estou fazendo uma solicitação a esta Comissão, já que fomos "by-passados" pela Comissão de Assuntos Econômicos no caso da audiência com o Ministro da Autoridade Olímpica. Penso que podemos recuperar um pouco a autonomia desta Comissão, por meio desse requerimento, para ouvirmos o ex-Deputado Federal e ex-Ministro que foi o autor da Lei nº 8.666, Luiz Roberto Ponte, que tem um conhecimento profundo a respeito dessa questão, porque a Lei nº 8.666 foi exatamente a lei que veio para moralizar as contratações do setor público. Como esse tema diz respeito às obras da Copa do Mundo, penso que haja atualidade nisso. Também peço para ouvirmos o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria e da Construção (CBIC) e, é claro, um representante do Governo, no caso um representante do Ministério do Esporte.

Essa é a solicitação que faço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por favor, tem a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, respeitando a posição dos colegas Senadores, quero dizer que tenho interesse, até porque tenho um compromisso no colegiado de líderes – uma reunião está acontecendo agora na Presidência –, no Item 2. Tenho interesse em pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Consulto o Plenário se podemos votar as três proposições em bloco, uma vez que todas tratam da mesma questão.

Peço que todos, se estiverem de acordo com isso, permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos fazer o seguinte, então: o requerimento da Senadora Ana Amélia entra como matéria extrapauta, e, desde já, nós o colocamos em discussão, para que, depois, haja a votação por parte de V. Exªs, até porque, se aprovado, ele ensejará uma audiência pública ainda nesta semana, provavelmente na quinta-feira, uma vez que a medida provisória da qual trata esse requerimento está prestes a ser votada. Devido ao prazo, é obrigatória a realização da audiência ainda nesta semana, antes da votação da medida provisória.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada por ter complementado a informação, Sr. Presidente. Com isso, ficam bem esclarecidos os caros colegas Senadores sobre a importância do tema e sobre a urgência, dada a votação agendada para a Medida Provisória nº 527, prevista para quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Alguém mais deseja discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a matéria queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica determinada, então, à assessoria desta Comissão a realização dessa audiência pública já nesta quinta-feira, às 10 horas. Todos os Srs. Senadores e Senadoras já ficam convocados para dela participarem.

O segundo item se refere ao assunto tratado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que pede que se delibere preferencialmente sobre a matéria constante do Item 5 da pauta. Trata-se de matéria terminativa, da discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010.

ITEM 5
–Terminativo–

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

Autoria: Deputado **Ayrton Xerez.**

Relatoria: Senador **Aloysio Nunes Ferreira.**

Fica a cargo de V. Exª apresentar o relatório, Senador Aloysio.

A matéria e a emenda a ela apresentada, obviamente, ficam submetidas à votação nominal.

Concedo a palavra a V. Exª, para que faça a leitura do seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª, ao ler a ementa do Projeto, já esclareceu a Comissão sobre o teor da proposição que vem da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Ayrton Xerez, que dispõe sobre a obrigatoriedade da permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

O Projeto decorre de uma preocupação que partilho com o autor. É o fato de que, diante da frequente ausência de professores nas redes públicas de ensino, esses alunos, no caso da falta de professores, são encaminhados às suas casas e, com isso, são colocados em situação de vulnerabilidade por diversos motivos. Além disso, cria-se um enorme conveniente para a vida de suas famílias.

Partindo dessa preocupação, quero dizer que a matéria é de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, e esta Comissão deve opinar sobre ela na ótica que é própria do seu tema, ou seja, normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos.

Quanto ao mérito, partilhamos – insisto em dizer – da preocupação do autor. É imprudente, indevido e equivocado que alunos da rede pública de educação básica sejam encaminhados para suas casas quando há a falta de professores, muitas vezes sem que pais ou responsáveis sejam comunicados. Vale aqui lembrar que a tutela das crianças e adolescentes matriculados na rede pública é responsabilidade direta dos respectivos estabelecimentos de ensino e do Estado brasileiro. Para garantir a proteção dos estudantes, a proposição, em seu art. 1º, torna obrigatório o dever das escolas da rede pública de manter seus alunos durante todo o turno em que estão matriculados.

Estamos plenamente de acordo também com a posição do autor, quando, no art. 2º, determina que, mantidos os estudantes nas dependências dos estabelecimentos de ensino, na falta de professores, sejam-lhes oferecidas atividades complementares de ensino, que respeitem a faixa etária e a grade curricular de cada série escolar.

Concluímos que a proposta é, sem sombra de dúvida, matéria de grande importância social, permitindo que sejam cumpridos os ditames constitucionais básicos relativos ao direito à educação.

A Emenda nº 1 – CE, apresentada pelo Senador Valter Pereira, que alega ser imprecisa a expressão "no caso de falta dos professores", no meu entender, não tem pertinência. Na minha opinião, a redação é bastante clara. Em qualquer caso, faltando o professor, seja por falta eventual, seja por carência de professores no quadro funcional, é dever da escola manter o aluno durante o período em que está matriculado.

O parecer, portanto, é favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecido o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, coloco-o em discussão.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Senador Aloysio pelo relatório, mas eu gostaria de pedir vista do projeto, para fazer os ajustes necessários e o aprimoramento. O MEC tem algumas sugestões a apresentar. De repente, seria interessante que esse

procedimento previsto no projeto ocorresse no turno diurno. Então, há alguns ajustes a serem feitos, e seria interessante que nós os discutíssemos. Por isso, eu pediria vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Diante da solicitação da Senadora Angela Portela, o pedido de vista é concedido, conforme o Regimento, pelo prazo de cinco dias. Tão logo seja apresentado o seu parecer, a sua informação, a partir desse prazo – na próxima reunião, portanto –, haverá a continuidade da discussão da matéria e a consequente votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiramente, quero comunicar aos colegas da Comissão que o PSDB está indicando o nome do Senador Paulo Bauer oficialmente, para que ele possa ser eleito aqui como Vice-Presidente desta Comissão, substituindo a Senadora Marisa Serrano.

De outra parte, manifesto nosso inconformismo com a decisão de se estabelecer o foro para a sabatina do Sr. Márcio Fortes, indicado para a Presidência da Autoridade Olímpica, na Comissão de Assuntos Econômicos, não nesta Comissão, que é o local adequado para essa sabatina. Creio que ainda é tempo de o Presidente Sarney tomar uma providência, uma vez que, neste momento ou daqui a pouco, o Sr. Márcio Fortes estará sendo sabatinado na CAE. Mas imagino que também poderia vir a esta Comissão já que há aspectos que dizem respeito à atividade desta Comissão. Na verdade, ele assumirá a responsabilidade de condução de todas as ações que dizem respeito a Olimpíada de 2016. E aqui há uma subcomissão de esporte, a comissão adequada para que essa sabatina possa se efetivar.

Faço apenas esse registro e coloco a posição do nosso Partido, o PSDB, em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, a sua manifestação constará da Ata da reunião desta Comissão e havíamos já mencionado anteriormente que caberá à Comissão, de acordo com a decisão e deliberação da presidência da Comissão, na pessoa do Senador Roberto Requião, a adoção de providências, uma vez que, a partir da arguição que se faz hoje na CAE, não caberá uma segunda arguição em outra comissão para efeito de levar o assunto à votação em plenário.

Eu até ouso dizer que provavelmente o assunto foi encaminhado à CAE porque hoje se nota e se observa uma preocupação no âmbito do Governo muito mais com as obras do que com o evento olímpico em si. Muito mais com a contratação de empreiteiras do que com a disputa e a vitória de atletas. Portanto, temos que reconhecer que houve um equívoco da Mesa do Senado Federal, que precisa ser efetivamente reparado e evitado em próximas ocasiões.

Eu quero informar ao Senador Petecão que o seu requerimento já aprovado não pode ser atendido neste momento tendo em vista a ausência do relator. Como a matéria ainda não foi relatada, não haverá condições de atendê-lo em seu pedido. Vamos aguardar se o Senador relator, durante os trabalhos, comparecer à reunião, atenderemos de imediato ao requerimento de V. Exª, já aprovado.

Vamos, agora, para o item 4, não terminativo.

ITEM 4
– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2009

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Anibal Diniz**

Relatório: Favorável, com a emenda nº 01-PLEN

Observações: *1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais*

Com a palavra o Senador Anibal Diniz para apresentar o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, é com muita satisfação que trago à apreciação desta Comissão este relatório, fazendo de imediato um reconhecimento ao esforço do Senador Paim ao ter apresentado este projeto de lei, no sentido de garantir a regulamentação da profissão de historiador, algo que a educação brasileira estava devendo aos profissionais historiadores, principalmente porque eles têm uma função essencial na formação de todas as áreas. E aos praticantes, aos historiadores não é dada a condição de profissional.

Então, essa matéria relatada por mim vem pedindo aprovação desse projeto do Senador Paim com as observações que se fazem a partir dos passos todos que essa matéria teve na sua tramitação nesta Casa.

Inicialmente, o projeto foi apreciado, em caráter terminativo, pela

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que o aprovou sem alterações. Em razão do Recurso nº 1, de 2010, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro e outros senadores, a matéria foi a exame em Plenário. Na ocasião, recebeu a Emenda nº 1 – PLEN, de autoria do Senador Alvaro Dias.

A seguir, foram aprovados os Requerimentos nº 416 e nº 417, de 2010, dos Senadores Flávio Arns e Flexa Ribeiro, respectivamente, para que a proposição fosse analisada por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CCJ aprovou o projeto, bem como a referida emenda de Plenário. Após o exame da CE, a matéria será novamente apreciada pela CAS.

II – Análise

Compete à CE, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar a respeito dessas proposições.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado 368, de 2009, do Senador Paim, e com o acolhimento da Emenda nº 1 – PLEN, sugerida pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz.

Pois não, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com todo respeito à iniciativa no nosso colega Paim, que é um Senador muito atuante e por quem tenho grande admiração, e também pelo parecer do nobre Senador Aníbal Diniz, não posso concordar com a aprovação do projeto, porque não vejo em que a regulamentação da profissão de historiador contribuirá para o avanço da historiografia no Brasil. Sinceramente não.

Para dar aula de história, o profissional tem que ter a licenciatura. Agora, para escrever sobre a história, precisa de licença, precisa estar inscrito na Ordem dos Historiadores, pagar uma contribuição ao Conselho Federal dos Historiadores?

O Evaldo Cabral de Mello não é registrado. É um extraordinário historiador, falo aqui na presença de seu conterrâneo Cristovam Buarque e o fato de ele estar ou não registrado na Ordem dos Historiadores não faz nenhuma diferença para a qualidade da sua produção. Boris Fausto é historiador, é romancista, é memorialista, qual é a relevância de uma inscrição na Ordem dos Historiadores para a sua obra?

A minha geração estudou história do Brasil com base em trabalhos de Celso Furtado, que era economista, era historiador. O que era Celso Furtado? E escreveu extraordinários livros sobre história do desenvolvimento econômico brasileiro. Da mesma forma, Caio Prado Júnior, o general Nelson Werneck Sodré.

De modo que eu não vejo realmente em que essa regulamentação da profissão, além de ser uma enorme fonte de aborrecimento para as pessoas que vão ter recolher uma contribuição, vão ter que se inscrever para poder depois escrever um livro sobre a história do Brasil ou a história universal, não vejo em que isso vai contribuir para a evolução da historiografia.

Será que o fato de que Eric Hobsbawm não estar inscrito na Ordem dos Historiadores da Inglaterra,que aliás não existe, diminui a sua a importância da sua obra? Não creio.

Então, não vejo como votar a favor deste projeto, com todo o respeito à iniciativa do seu ilustre autor e do nosso companheiro Anibal Diniz, que o relatou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conhecida a manifestação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, continua em discussão a matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para debate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Em que pese eu concorde integralmente com os argumentos do nobre Senador Aloysio Nunes no sentido de que os historiadores autodidatas ou que tenham outra formação que não a de historiador são tão legítimos quanto os historiadores de formação e têm produção absolutamente respeitável e reconhecida tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito internacional – e nós teríamos fartos números de exemplos a serem citados –, a preocupação do Senador Paim, que foi objeto de outras comissões como, na CCJ; terminativamente na CAS; depois em plenário, com emendas e requerimentos de adição à matéria, inclusive com emenda do Senador Alvaro Dias, eu insistiria que o projeto proposto pelo Senador Paim não visa restringir o exercício da profissão àqueles que o fazem autodidaticamente, mas tem uma preocupação toda especial no sentido de atribuir um valor maior para outro profissional da historiografia, para o historiador que tem uma função fundamental, seja na pesquisa, seja no ensino, seja no trabalho na área de turismo, seja nas consultorias. Nós temos, a cada espaço de decisão, a cada tomada de decisão que a gente precisa de um trabalho de consultoria, a gente tem que recorrer ao trabalho de pessoas que se dedicam ao levantamento historiográfico de cada um dos assuntos. E não é justo que a gente tenha profissionais das outras áreas reconhecidos – advogado, médico, enfermeiro – e ao historiador seja negado esse direito de ter a sua profissão reconhecida e regulamentada até mesmo por uma questão de proteção em mercado de trabalho.

Então, nesse sentido, com todo respeito à discordância do Senador Aloysio Nunes, eu queria fazer um apelo pela aprovação, como já aconteceu na Comissão

de Constituição e Justiça e no plenário, com apresentação de emenda por parte do Senador Alvaro Dias.

Insisto no sentido de aprovarmos o projeto de lei proposto pelo Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira se manifestar, coloco em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Anibal Diniz permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Queria apenas informar às Sras. e Srs. Senadores que nós temos os itens 11, 12, 13 e 14 que poderemos votar em bloco, tão logo tenhamos alcançado o quórum. Temos os itens 1, 7, 8 e 10, que apenas precisaremos votar sem discussão. Por isso, encareço que as Sras. e Srs. Senadores permaneçam na reunião, tendo em vista que com um pouco de Senadores a mais presentes, nós teremos condições de colocar todas essas matérias em votação.

Ouço V. Exª, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, a respeito do item 7. É um projeto do qual sou relator e gostaria de retirá-lo para reanálise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Conforme dispositivo regimental, V. Exª pode fazê-lo e a sua solicitação está atendida.

Vamos, agora, ao item 15 da pauta, que dispensa a presença de quórum qualificado para votação nominal.

ITEM 15
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº /2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir a criação e implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Para tanto, sugiro os seguintes convidados para participar da referida audiência: Tereza Cruvinel – Presidente da EBC– TV Brasil;Sr. Marcelo O. Dantas – Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura; Prof. Deonisio da Silva – PHD– Vice Reitor da Univ. Estácio de Sá – Rio de Janeiro; Sr. Túlio Gontijo Rocha, INSTITUTO BRASIL PLUS; e Prof. José Raymundo Martins Romêo, Secretário de Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói/RJ.

Autoria: Senador **Cristovam Buarque**

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Cristovam Buarque, para suas observações e justificativas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, este requerimento eu fiz por sugestão de diversas pessoas envolvidas no intercâmbio cultural entre países de língua portuguesa. O que eles alegam – e eu estou totalmente de acordo – é que, embora tenhamos diversas atividades culturais, elas têm sido feitas por voluntarismo sem uma linha sem um programa, sem um incentivo, inclusive.

Temos que procurar a cooperação internacional com todos os países do mundo, mas com aqueles de língua portuguesa creio que precisamos ter um cuidado ainda maior no sentido de induzir, promover, incentivar o intercâmbio.

A língua portuguesa é o nosso grande patrimônio, e temos que procurar estendê-lo. Há países que já falam em mudar a sua língua oficial por conta da globalização. No Timor Leste, quando da sua independência foi realizado um grande debate no sentido de mudar ou não a língua que era imposta pela Indonésia; se adotaria o inglês, por causa da proximidade com a Austrália, que é um país rico, que adotaria ainda mais o país, ou se ficaria com o idioma que o povo falava que é o português. Prevaleceu o português. Se não tomarmos cuidado esse é um país que pode, ao longo dos próximos anos, mudar a sua língua oficial para o inglês. É nesse sentido que proponho uma audiência, não proponho projeto de lei, não proponho programa porque isso seria competência do Executivo. Seria uma audiência para discutirmos aqui como ampliar a cooperação cultural entre esses os países que têm a identidade de falarem a mesma língua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senadora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria de sugerir também a inclusão neste requerimento do reitor Paulo Speller, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Acho que seria interessante para enriquecer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Rita, com relação a sua sugestão consulto o Senador Cristovam se a acolhe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Acolho, pedindo desculpas por te esquecido esse nome, que é importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Com o aditamento da Senador Ana Rita... Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu ia aguardar a votação, mas gostaria de pedir inversão de pauta para um requerimento da mesma natureza, que diz respeito à audiência pública para discutir a situação atual do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, que permite a atuação de alunos universitários em ações socioeducativas nos municípios carente do Brasil. Trata-se de uma importante ferramenta extensionista que as instituições de ensino superior possuem para desenvolver projetos. Como também para o Programa Forças no Esporte desenvolvida através de parceria entre os Ministérios de Defesa e do Esporte, que promove a inclusão social por meio de práticas do esporte.

Uma audiência pública, apenas pedindo a apresentação do requerimento e os nomes serão indicados, posteriormente pelo Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Inicialmente, vou consultar o plenário a respeito do requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com o requerimento com o aditamento proposto pela Senadora Ana Rita, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto à votação e à consideração dos Srs. Senadores e Senadoras, a proposição do Senador Alvaro Dias que quer inclusão extrapauta do requerimento de audiência pública que foi apresentado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto à votação de V. Exªs o requerimento propriamente dito com a proposição de audiência pública já aqui justificada pelo Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, iremos deliberar sobre o item 9, terminativo.

ITEM 9
– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 269, DE 2009

Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

Autoria: Deputada **Luciana Costa**

Relatoria: Senador **Benedito de Lira**

Relatório: Favorável

Observações: 1– A matéria constou na pauta da reunião do dia 28/06/2011

Neste momento, estamos iniciando a discussão da matéria, com a apresentação do relatório pelo Senador Bendito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, encontra-se em pauta para discussão e votação, parecer desta Comissão ao Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009, que confere ao Município do Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

Essa comissão teve como relator desse projeto o eminente Senador Romeu Tuma, do Estado de São Paulo. A matéria não teve oferecimento de emendas. A proposição em análise consta de dois artigos, o primeiro dos quais confere ao Município paulista de Barretos o título de Capital Nacional do Rodeio. O art. 2º estabelece o início da vigência dessa lei para a data da publicação.

A primeira festa de Peão de Boiadeiro de Barretos, por sua vez, foi realizada 8 anos depois, em 1955, promovida pelo Clube dos Independentes, que congregava jovens da região.

Ao longo de mais de meio século, a festa de Peão de Barretos, celebrada no dia 25 de agosto, aniversário da cidade, tornou-se famosa no Brasil e no exterior, sendo reconhecida como o maior evento de rodeio da América Latina, conjugando harmoniosamente o espetáculo eqüestre e Torino. A música, a dança, a diversão a festa traz centenas de milhares de turistas a cada ano, representando importante afluxo de renda para a economia regional.

Encontra-se preliminarmente justificada a atribuição de Capital Nacional do Rodeio a cidade de Barretos.

Nada encontramos na proposição que se mostre que se mostre inadequado aos preceitos constitucionais e jurídicos, à boa técnica legislativa e ao Regimento da Casa.

Mediante tudo isso, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do Projeto da Câmara nº 269, de 2009, PL 03566, de 2008, na origem.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Coloco em discussão o parecer do Senador Bendito de Lira a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores e Senadoras desejar usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Infelizmente, por falta de quórum não poderemos deliberar sobre a matéria. Vamos mantê-la na pauta para que possamos votá-la no momento em que alcançarmos o quórum necessário.

Volto a dizer que, se tivéssemos a possibilidade de contar com o quórum. quase que terminaríamos todos os assuntos pendentes e teríamos condição de realizar

na semana que vem a reunião exclusiva para eleger o indicado do PSDB para ser vice-presidente da Comissão. Seria, evidentemente, um momento mais tranqüilo e com menos debates e discussões. Entretanto, tendo em vista que vamos aguardar para que o quórum seja atingido, vou colocar em discussão o item 16 que é um requerimento de autoria do Senador Cyro Miranda, que também conta com a subscrição do Senador Alvaro Dias.

Apresentado o requerimento, vou ler os seus termos.

ITEM 16
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº /2011 – CE

Requeiro nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar do tema "Educação Especial", tendo como convidados Drª Candy Gifford – Psicóloga – especialista em Diagnostico Infantil; Sergio Domingos – Defensor Público; Dr. Charles Roberto de Lima Junior – Presidente da Comissão de Educação da OAB; Dr. Moisés Bauer Luiz – Presidente Conselho Nacional da Pessoa com deficiência – CONAD; Ester Alves Pacheco Henriques – Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; Dep. Eduardo Luiz Barros Barbosa –Presidente da Federação Nacional das APAES; José Antônio – Diretor do Centro de Ensino Especia 01 de Taguatinga; Marcos Vinícius Calixto – Presidente Confederação de Surdos do Brasil; Maria do Socorro Nery da Silva Cruz (mãe de aluno especial), com a participação de um intérprete em LIBRAS convocado pela Comissão.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Tendo em vista que o Senador Alvaro Dias é subscritor deste requerimento, concedo-lhe a palavra para as informações que julgar necessárias e pertinentes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Presidente, o Senador Cyro Miranda, impossibilitado de comparecer, pois fez uma pequena cirurgia no braço, pediu-me que encaminhasse a votação desse requerimento.

Creio que o próprio texto do requerimento justifica a sua aprovação. Uma audiência pública que tem por objetivo tratar de Educação Especial é algo que deve ser encarado com responsabilidade em função da importância do tema para o País. Por isso recomendamos a sua aprovação em nome do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V. Exª pelas informações e submeto a matéria à apreciação do plenário.

Coma a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero parabenizar a iniciativa do Senador Cyro Miranda por estar propondo uma audiência pública para tratar da questão da Educação Especial. No entanto, eu gostaria de sugerir também para compor a Mesa, pois senti falta aqui entre os convidados, um representante do MEC, considerando que o MEC tem uma Secretaria de Educação Especial na sua estrutura.

Acho que seria importante termos uma representação do MEC neste debate, porque estamos discutindo o Plano Nacional de Educação e é de interesse das entidades que atuam na área de pessoas com deficiência esse debate. Uma representação do MEC considero essencial para que este debate possa ter a qualidade necessária. Portanto, seria interessante termos um representante da Secretaria Especial do MEC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Diante da preposição da Senadora Ana Rita, consulto o Senador Alvaro Dias se está de acordo com a sua sugestão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De pleno acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Consulto se mais alguém deseja se manifestar.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, concordo com a sugestão da nossa colega no sentido de incluir um representante do MEC, que, realmente, fazia falta na formulação original do requerimento. Mas eu me pergunto, Sr. Presidente, se não temos gente demais nessa audiência pública, porque a partir de um determinação número de convidados a audiência pública acaba por se tornar improdutiva na medida em que não há tempo para a intervenção dos Senadores, o debate fica prejudicado. Talvez ela se frustre quanto ao seu objetivo, se nós não tivermos um número razoável de participantes. Não sei como resolver o problema. Estou compartilhando com V. Exª e os membros da Comissão essa preocupação sobre a eficácia de uma discussão em uma Mesa tão congestionada de convidados. Creio que essa também é a preocupação que me cochichou ainda há pouco a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não Senadora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou vindo da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente e nós estamos lá com sete debatedores. E como temos superposição de Comissões, agora mesmo está o Presidente do Banco Central, na CAE, eu gostaria também de estar assistindo. Temos esse problema. O

Regimento Interno, se não me falha a memória, fala em cinco pessoas. Com quatro pessoas é o ideal, porque, dando 15 minutos para cada, e algumas Comissões determinam 20 minutos, isso realmente tem um aspecto, digamos de demora e também compromete um pouco a própria participação dos Senadores no debate, sobretudo em temas que são muito importantes, como é o caso agora lá que estávamos debatendo e o caso dessa questão proposta pelo requerimento do Senador Alvaro Dias, também importante e relevante.

Então, é importante que todos tenham, mas temos essa limitação e esse problema relacionado à nossa distribuição de trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu proporia, em função da manifestação do Senador Aloysio e da Senadora Ana Amélia, que o autor, o coautor, Senador Alvaro Dias, analisasse, juntamente com a Senadora Ana Rita, a possibilidade de mantermos o requerimento, aprovarmos, mas sem indicação de nomes, apenas definindo que a Comissão convidaria quatro palestrantes, e a Mesa depois, junto com os autores, discutiria quem seriam esses convidados.

Eu reconheço toda a verdade na manifestação do Senador Aloysio, como da Senadora Ana Amélia. Aliás, na última reunião que tivemos aqui de audiência pública, eu até mencionei, no sentido de fazer uma correlação entre o que é aceito, o que é visto e o que é valorizado. É necessário que, em audiências públicas, tenhamos tempo definido e estabelecido para começo, meio e fim, até porque os telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado, sabendo a hora em que começa e a hora em que termina, certamente terão a paciência da audiência e a avaliação integral do resultado dos trabalhos que se realizam.

Portanto, se a Comissão conseguir chegar a esse nível de excelência, estabelecendo tempos precisos para o debate, para a discussão, para a réplica e tudo o mais, teremos um ganho, sem dúvida nenhuma, muito maior nas discussões que vamos ter doravante e nas audiências públicas.

Ouço a Senadora Ana Rita mais uma vez, por favor.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente, com certeza, temos plena concordância com o Senador Aloysio e com a Senadora Ana Amélia. Apenas gostaria de deixar uma sugestão que tem sido uma prática na Comissão de Direitos Humanos: quando a Mesa é longa, realmente o debate fica prejudicado, considerando que todos querem falar e não é possível ouvirmos todos com a devida atenção. Mas talvez possamos fazer uma Mesa em dois tempos: um primeiro grupo e um segundo grupo. Isso tem sido uma prática da Comissão de Direitos Humanos. Claro que, com certeza, o autor do requerimento deverá avaliar se é prudente fazermos isso. Deixo aqui apenas uma sugestão, para que possamos aproveitar melhor o debate que vai acontecer.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. O Senador Alvaro Dias está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu concordo: eu também entendo que o congestionamento trabalha contra o resultado final. É preciso restringir o número de convidados.

A minha sugestão é que se aprove o requerimento como está posto pelo Senador Cyro Miranda, uma vez que, aprovado o requerimento, o convite pode ser feito ou não. E depois se discute com o Senador Cyro Miranda a seleção dos que deverão ser convidados.

Portanto, não há nenhum prejuízo de votarmos agora o requerimento, aprovando-o na íntegra, como está posto, e depois, em entendimento com o Senador Cyro Miranda, se escolherão os preferenciais para o debate nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Diante da sugestão do coautor, Senador Alvaro Dias, consulto V. Exªs se estão de acordo com a aprovação do requerimento.

Quem estiver de acordo permaneça como está. (*Pausa*.)

Aprovado.

Permitam-me, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, informar V. Exªs de que acabamos de receber correspondência da Presidência do Senado em resposta ao ofício formulado na última reunião desta Comissão, acerca da decisão da Mesa de fazer a arguição da indicação para...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Sr. Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Nós já encerramos a pauta, o Item 14, do qual sou relator?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não encerramos, mas não há possibilidade de colocá-lo em discussão, porque ainda falta um Senador para alcançarmos o quórum necessário.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por essa razão, estou utilizando do tempo para

que, quem sabe, tenhamos essa felicidade de contar com mais uma presença, e aí poderemos, naturalmente, seguir na pauta.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Está o.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Se V. Exª estiver de acordo.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu sou relator do Item 14 e pensei que eu fosse relatar, porque eu também terei de me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Peço a V. Exª um pouquinho só de compreensão, até porque o Item 14 vai ser votado em bloco, e, se for, eliminaremos quatro itens da pauta, se pudermos contar com a presença de apenas mais um Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Já foi lido o Item 14 na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Aproveito para solicitar às Assessorias de Senadores que aqui se encontram presentes que façam um esforço no sentido de convidar e convocar os seus respectivos Senadores, para que deixem, por alguns minutos, a frequência em outra Comissão e compareçam a esta para alcançarmos o quórum necessário.

Prosseguindo, eu quero dar ciência às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores do ofício que recebemos do Presidente Sarney acerca da arguição do nome indicado para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Olímpica pela Comissão de Assuntos Econômicos, e não pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

OFÍCIO SF Nº 1.112, DE 5 DE JULHO DE/2011

"Exmo Sr. Senador Roberto Requião,
Presidente da Comissão de Educação,
Cultura e Esporte, Senado Federal

Sr. Presidente,

Em relação ao Ofício nº 69-2011/CE, de 28 de junho último, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que trata do pedido de reconsideração dos termos do Despacho de Distribuição à Comissão de Assuntos Econômicos aposto na Mensagem SF nº 95, de 2011, (nº 216/2011, na Origem), que encaminhou ao Senado Federal, para apreciação, o nome do Sr. Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo de presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

> 1. segundo o protocolo de intenções, a Autoridade Pública Olímpica tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, organizados em forma de consórcio, nas ações governamentais para o planejamento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos eventos esportivos, bem como o monitoramento da execução dessas obras e serviços e sua consolidação e planejamento integrado;
>
> 2. para a consecução de seus objetivos, a Autoridade Pública Olímpica poderá realizar estudos técnicos e pesquisas, elaborar e monitorar planos, projetos e programas; fixar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza; contratar, manter ou executar obras e serviços; adquirir bens, móveis e imóveis; exercer atividades voltadas à criação da infraestrutura de obras e serviços necessários à realização dos Jogos Olímpicos;
>
> 3. o Presidente da Autoridade Pública Olímpica é seu representante legal e responsável pela coordenação e superintendência de suas atividades, na forma de seus estatutos.

Ante o exposto, a Presidência esclarece que o art. 99, III, do Regimento Interno do Senado Federal, estabelece que é da competência da Comissão de Assuntos Econômicos, dentre outras atribuições, opinar sobre matérias que tratem de consórcio.

Por oportuno, lembro que as Senadoras e os Senadores poderão participar da sabatina do indicado ao cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica, a ser realizada perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

Atenciosamente, – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Essa é a resposta da Mesa, assinada e subscrita pelo Presidente, de que dou conhecimento ao Plenário. Em função da expressão e da condição de ser um consórcio, segundo entendimento da Presidência da Casa, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos deliberar sobre a arguição e avaliação do indicado para exercer o cargo de Presidente.

Já temos quórum? Lamentavelmente, apesar da torcida da Presidência, não alcançamos quórum para colocar em votação as matérias já discutidas e em discussão e votação as matérias constantes da pauta.

Era desejo deste Presidente eventual poder comemorar o episódio de zerar a pauta e, na próxima semana, ser eleito, sem nenhum assunto pendente na Casa, para exercer o cargo de Vice-Presidente.

Agradeço a presença de todos os membros da Comissão e também do nosso Senador Luiz Henrique, que aqui se faz presente.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª desejava fazer alguma observação? (*Pausa*.)

Não.

Então, agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

Fica convocada a próxima reunião ordinária, nos termos regimentais.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 18 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ângela Portela, Lídice da Mata, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28/11–CE, de autoria da então Senhora Senadora Marisa Serrano e dos Senhores Senadores Marinor Brito, Cristovam Buarque e Paulo Paim, destinado a promover a oitava discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"Financiamento da Educação e Regime de Colaboração"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Vander Oliveira Borges, Coordenador Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; Senhor José Marcelino Rezende Pinto, Professor de Política e Gestão Educacional no Brasil e Financiamento da Educação no Brasil da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto – USP e Senhor Mozart Neves Ramos, Membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação e Membro Titular do Conselho Nacional de Educação – CNE**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Marinor Brito, autores do Requerimento e o Senhor Senador Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no **Diário do Senado Federal.** – Senador **Cyro Miranda,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – SRA. s e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28, de 2011, da Comissão de Educação, de autoria das SRA. s Senadoras Marinor Brito e Marisa Serrano e dos Srs. Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim para realização da 8ª Audiência Pública, inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação, destinada a discutir o tema Financiamento da Educação e Regime de Colaboração.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Cumprimento, inicialmente, nosso convidado Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Comunico também que o Sr. José Marcelino Rezende Pinto está a caminho. Houve um ligeiro atraso no seu voo. Ele é Professor de Política e Gestão Educacional no Brasil e Financiamento da Educação

no Brasil da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (USP).

Bom dia. Cumprimento o Dr. Mozart Neves Ramos, membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação e membro titular do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria que V. Exª me permitisse fazer uma saudação inicial em nome dos requerentes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com todo o prazer.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria saudar a iniciativa dos nossos companheiros da educação, que assinaram, junto comigo, o requerimento, a Senadora Marisa, o Senador Cristovam, o Senador Paim, e agradecer os nossos convidados por terem atendido de pronto ao nosso convite.

Aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação, por acordo unânime dos Srs. e das SRA. s Senadoras, nós deliberamos antecipar o debate sobre o Plano Nacional de Educação, que, neste momento, ainda se encontra, oficialmente, na Câmara Federal, no momento de realizações de audiências pela Comissão Especial, com o objetivo de acumular coletiva e publicamente sobre o conteúdo do plano e também de recolher contribuições da sociedade civil e com a preocupação de não sermos pegos de surpresa e termos que votar aqui, no Senado Federal, no afogadilho, um projeto para dez anos no nosso País, que vai ordenar, organizar, planejar, que define diretrizes, que define metas.

Bom dia, Marcelino. Seja bem-vindo.

E, para tal, decidimos, então, realizar algumas audiências públicas. Estamos aqui fechando a oitava audiência pública. Já tratamos aqui de ensino fundamental, educação integral e EJA. Já tratamos aqui do ensino médio, do ensino superior e pós-graduação e da valorização do Magistério. Tratamos aqui também da educação infantil, que não está incluída aqui, do ensino profissionalizante e hoje estamos fazendo o fechamento dessa etapa com o financiamento da educação e regime de colaboração.

Nós ainda vamos entrar, após essa discussão, num debate na nossa Comissão com a perspectiva também de levar o que acumulamos aqui nesse período. Recebemos aqui representantes do Governo Federal, representantes da sociedade civil, fizemos aqui, na nossa primeira audiência, uma discussão conceitual sobre o Plano Nacional de Educação, fizemos aqui um balanço e discutimos as perspectivas desse debate.

A gente tem que registrar – não vou deixar, em nenhuma reunião, de registrar – que não recebemos, até agora, oficialmente, do Governo Federal, mesmo que isso tenha sido solicitado desde o início da instalação desta Comissão, ainda com a presença do Ministro da Educação, o balanço do Governo sobre os dez anos do plano anterior. Até hoje, nós não recebemos aqui o balanço dos dez anos do plano anterior, o que, para nós, dificulta muito avaliar quais são as perspectivas de fato, mesmo que as metas estejam concebidas, mesmo que os recursos estejam apontados para o que de fato pretende o Governo Federal, que entra num planejamento, apresenta um projeto para o Congresso Nacional sem ter feito antes um balanço público, cobrado por esta Comissão.

Então, eu queria, ao concluir esta primeira fase, reiterar aqui o agradecimento, em nome de toda a nossa Comissão, que, por unanimidade, definiu este calendário. Espero também poder contar com V. Sªs nas próximas etapas de debate, que, provavelmente, nós vamos fazer em alguns Estados brasileiros, pelo menos nas regiões brasileiras, para que, quando o projeto chegar aqui, no Senado Federal, nós tenhamos um acúmulo mais consolidado do que pensam os educadores, do que pensa a sociedade, do que quer a sociedade para o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos.

Portanto, muito obrigada, em nome da Comissão. Um bom trabalho para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senadora, muito obrigado.

Quero parabenizar a Senadora Marinor Brito, ativa Senadora, que tem levado à frente principalmente essas questões. Parabenizo-a, em nome de todos os requerentes, pela iniciativa dessa audiência pública de hoje.

Estando a Mesa completa, cumprimento o Dr. José Marcelino Rezende Pinto, Professor de Política e Gestão Educacional no Brasil e Financiamento da Educação no Brasil da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (USP).

Passo, então, a palavra ao Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção, Vander Oliveira Borges, com o tempo de até 20 minutos. Se necessário, prorrogaremos.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Meus cumprimentos, Senador Cyro Miranda, que preside este evento.

Meus cumprimentos ao Professor e caro amigo José Marcelino, que há muito tempo não tinha o prazer de rever; ao Prof. Mozart, que também compõe esta

Mesa; aos Senadores e Senadoras aqui presentes e a todos que se encontram neste recinto.

É a terceira vez, Senadora, que tenho a satisfação de comparecer aqui a essas audiências que o Senado tem promovido para discutir essas questões relacionadas à educação, sendo que hoje, quanto a esse tema do financiamento da educação, nós também fomos escalados para vir aqui trazer alguns elementos, subsídios e reflexões a respeito da temática.

Procurarei ser breve, buscando aqui abordar algumas questões justamente nessa linha de provocar a reflexão a respeito do assunto.

Quero começar aqui a respeito da responsabilidade dos entes governamentais, responsabilidade do Estado brasileiro quanto à garantia da educação aos cidadãos. Nesse gráfico, podemos visualizar essa participação, com ênfase no papel desempenhado pelas esferas de Governo estadual e municipal, que são responsáveis, pela Constituição Federal, pela garantia da educação básica.

No gráfico seguinte, justamente agora abordando a questão específica da educação básica, nós vemos aí o peso que tem a atuação dos Estados e Municípios. Juntando os dois, dá 85% do atendimento a cabo dessas duas esferas de Governo. Isso nos dá a dimensão exata do peso, da responsabilidade, da atuação e, consequentemente, da necessidade de recursos para assegurar o financiamento desse segmento educacional, que é a base de todo o processo educacional.

Na sequência, tentamos aqui mostrar uma breve abordagem histórica da questão do financiamento da educação em nosso País, começando ali, na década de 30, quando tivemos, de forma clara e objetiva, delineados na Constituição Federal de 1934 os percentuais que os entes governamentais teriam que assegurar ao financiamento da educação básica. O que se caracteriza, historicamente, a partir desse marco inicial, até hoje, são justamente os altos e baixos que a educação presencia no que diz respeito a essa garantia de recursos.

Vejam ali alguns momentos. Por exemplo, em 37, em que tivemos zerada a obrigação que antes havia sido colocada como sendo de 10%, 20% e 30% para União, Estados e Municípios, no que tange aos seus impostos. Mais adiante, já em 67, na ditadura, tivemos novamente zeradas essas obrigações. Começou a se restabelecer em 69, de forma tal que o último marco constitucional a respeito do assunto é justamente a Constituição de 88, que assegurou os percentuais de 18% para a União, dos seus impostos, 25% para Estados e Municípios, sendo que, em 94, novamente essa obrigação constitucional começou a ser afetada e isso se prolongou até 2007, sendo que agora, felizmente, em 2009, nós tivemos uma retomada, um restabelecimento do percentual de recursos da União com a Emenda 59, que, gradualmente, voltou à garantia inicial de 88, no caso, de 18% da União.

Esse quadro histórico nos dá justamente a dimensão do quanto é difícil ter os recursos mínimos obrigatórios assegurados para o financiamento da educação básica em nosso País.

Então, estamos hoje no patamar de 18%, 25% e 25%, que é o mesmo patamar da Constituição de 88.

Olhando agora do ponto de vista mais objetivo e mais prático no que tange a essa participação da União, nesse quadro aqui, uma série de 10, 11 anos, que nos dá os percentuais da União em termos do que foi efetivamente repassado nos exercícios no cumprimento da sua obrigação constitucional mínima.

O que se observa é que, mesmo estando sujeitos a um percentual abaixo dos 18% por força da famigerada DRU, que subtraía parte desses recursos, dessa obrigação, o que se observa nesse período que considerei aqui é que efetivamente a União tem assegurado percentuais acima desses 18%, mesmo estando com essa subtração, digamos assim, dos recursos vinculados.

E, em termos de recursos, também em valor absoluto, a parte que está em azul nos dá conta, por exemplo, em 2010, do direcionamento de R$30 bilhões, que dá 19% dos impostos federais para o financiamento da educação.

Nesse outro quadro aqui, fizemos uma simulação. São valores aproximados, não são valores com levantamento científico, mais para termos uma noção mais objetiva a respeito dessa responsabilidade, dessa obrigação. A União, entrando com mais ou menos R$29 bilhões, os Estados e o DF com R$66 bilhões, os Municípios ali com mais ou menos R$43, só na educação, que também é vinculado, a educação dá mais ou menos R$150 bilhões em termos aproximados, em valores de 2010. Mais uma vez, ali fica caracterizada a participação predominante dos Estados e Municípios no contexto do financiamento da educação, de forma geral.

Esse gráfico aqui eu já até apresentei nesta Comissão da última vez que estive aqui. Trata justamente dos números atuais do mais importante mecanismo de financiamento da educação, que é o Fundeb. E eu destaco ali porque, no bojo dos assuntos desta Comissão, hoje está a questão do regime de colaboração. E quando olhamos para o Fundeb como principal mecanismo de financiamento, visualizamos que há uma transferência de recursos entre os entes governamentais.

Veja que, por exemplo, nos dados para 2011, os Estados estarão transferindo para os Municípios mais ou menos R$9 bilhões. Os Municípios terão um ganho

financeiro de mais ou menos R$22 bilhões, visto que a União está assegurando mais ou menos R$8 bilhões. Então, esse resultado, esse efeito financeiro do mecanismo Fundeb no bojo do financiamento da educação, de certa forma, caracteriza esse regime de colaboração que aqui está explícito de forma compulsória, visto que essa transferência, esse efeito redistributivo que o Fundo promove é um efeito compulsório, a partir da obrigação posta na lei, de contribuição e de mecanismo de distribuição desses recursos.

Na sequência, além do mecanismo do Fundeb, que é mais importante dentro do contexto do financiamento, estão também os repasses que são realizados pelo FNDE aos Estados e Municípios. Porque está delineado na Constituição como sendo obrigação do Governo Federal oferecer apoio técnico e assistência financeira aos entes estaduais e municipais. Esse papel no MEC é desempenhado pelo FNDE.

Aqui temos um dado de 2010, em que relacionamos os principais programas, sendo que parte desses programas, os mais relevantes, se processa de forma automática, ou seja, não há necessidade de aprovação preliminar. O recurso está assegurado a partir de critérios delineados em resoluções do próprio FNDE. E outra parte é de financiamentos feitos em caráter voluntário. Mais ou menos R$21,5 bilhões de recursos totais, incluindo parte da complementação da União, que entra no repasse para Estados e Municípios.

Agora, neste próximo quadro, eu tentei fazer um exercício partindo do marco inicial, que é o recurso vinculado ao financiamento da educação em nosso País, e levando em contra outra realidade. Essa outra realidade a que me refiro é justamente o comportamento da carga tributária em nosso País nos últimos anos. Eu trouxe dados que não sei se estão suficientemente claros para a compreensão do que eu desejo, mas vamos ver se consigo passar o entendimento. Peguei 1989. Por que peguei esse marco? Justamente por conta da Constituição de 88. Então, peguei logo o primeiro ano após a Constituição. O controle foi delineado. A obrigação de 18%, conforme acabei de mencionar. Então, tomei como marco inicial. E peguei agora o ano de 2009. Temos, portanto, duas décadas, em que podemos visualizar que a carga tributária brasileira nesse período sofreu uma importante modificação. Nós temos uma carga de 24% do PIB, naquele ano de 89, e agora estamos por volta de 34%, 35% do PIB. São duas realidades bastante distintas. E isso afeta de forma direta o financiamento da educação, visto que os recursos assegurados para financiar a educação estão atrelados à receita tributária. É importante que analisemos esse tratamento. Então, tendo esse marco inicial, desenvolvi o seguinte raciocínio: ora, a carga tributária, em termos de reais, em termos de valores – aqui está o percentual do PIB –, traduzindo isso em valores, usando estes percentuais, eu teria, então, R$887 bilhões, adotando os percentuais de 1989, e teria 1,2, adotando os percentuais de 2009. Como a receita tributária cresceu, evidentemente porque houve uma elevação da carga tributária, consequentemente, pegando os dois momentos, teríamos mais recursos assegurados para a educação, a partir da vinculação constitucional.

Muito bem. Se, em termos de tributos, seriam estes patamares aqui, quanto seria de recursos para financiar a educação? Recursos vinculados à educação, agora estou adotando aqui o PIB de 2010, do ano passado, o PIB do ano passado é de R$3,7 trilhões. Adotei esses percentuais e joguei sobre o valor do PIB de 2010. Então, terei aqui R$131 bilhões. Adotamos os percentuais de 1989. E se adotar os percentuais de 2009, teria R$144 bilhões de recursos vinculados ao financiamento da educação, tomando como referência o PIB de 2009.

Essa foi a simulação para chegar no seguinte ponto: na sequência, se tenho a carga tributária, nessa parte azul, e os recursos vinculados à educação, em termos de reais, eu relaciono as duas variáveis para que eu saiba exatamente quanto da carga tributária estamos destinando para a educação. É o que está posto aqui nesta parte amarela, o recurso da educação em relação à carga tributária.

O que eu visualizo nesta parte? Eu enxergo que, em 1989, se destinava 14,8%, 15% aproximadamente, da carga tributária para o financiamento da educação em termos de recursos vinculados à educação. Essa era a participação que a educação tinha no total de recursos tributários naquele ano. E agora em 2009, com o mesmo raciocínio, o que eu visualizo? Eu visualizo que a educação teria ou tem mais ou menos 11%, 12% da carga tributária de recursos assegurados.

E por que diminuiu a participação da educação em relação ao total da carga tributária, da receita tributária em nosso País? Ela diminuiu porque houve uma elevação, sim, da carga tributária. Ela saiu de 24% do PIB para 34%, praticamente dez pontos percentuais, em duas décadas, uma elevação da carga tributária, sendo que essa elevação se deu de forma mais significativa aqui nesta componente, tributos, que são as contribuições e taxas. Não são os impostos; ou seja, não é a parcela da carga tributária sobre a qual incide o recurso para educação. A carga tributária cresceu sobre a parcela que não incide no recurso para educação e para a saúde. Por isso é que tivemos uma queda na participação relativa, se eu olhar para a carga tributária como um todo. A educação passou a contar com

menos recursos tributários para o seu financiamento, em face do comportamento dessa mesma carga tributária no decorrer dos últimos anos.

Portanto, tais dados têm esse propósito. A pergunta é: se isso é um fato, conforme acabamos de visualizar aqui, qual seria então a recomposição para que retomássemos aquele mesmo número? Ou seja, aqueles 14,8% – este número aqui –, que foi a participação em 89, da carga tributária em favor da educação. Eu fiz um exercício aqui – aliás, dois exercícios – para provocar esta discussão, para que possamos visualizar com mais clareza isso.

Vejam: recursos para a educação, agora em 2010, mantendo o comprometimento de 15%, aproximadamente, lá de 89. Para que eu mantenha esse mesmo patamar de comprometimento, eu teria que pegar 2010 e assegurar não R$144 bilhões, mas assegurar o valor de R$182 bilhões. Seria 14,8% da carga tributária de 2010. Está certo? Bom, isso se eu fosse elevar proporcionalmente a participação dos entes governamentais no financiamento desse novo patamar, ou seja, para recompor o mesmo percentual de 15%, assegurar os R$182 bilhões. Então, em termos de impostos federais, eu elevaria para 23% dos impostos federais, o que me daria R$43 bilhões. E elevaria, dos impostos e transferências dos Estados e Municípios, para 31,5%.

Então, veja: se hoje, 18% União, iria para 23%, 24%; Estados e Municípios, de 25%, iria para 31,5%. Com esses percentuais, eu estaria assegurando R$182 bilhões. Ou seja, estaria assegurando os 14,4%. Em outras palavras, eu estaria simplesmente recompondo a participação que a educação tinha há vinte anos de recursos assegurados para o seu financiamento. Está certo?

Agora, outro raciocínio – podemos fazer n raciocínios para visualizar melhor essas questões; fiz apenas dois – seria partir do mesmo pressuposto, ou seja, garantir os 14% de comprometimento dos tributos para a educação, os 14,8%, o que daria R$182 bilhões. Mas agora estou mantendo, neste segundo raciocínio, a mesma participação de 25% de Estados e Municípios. Está mantido aqui. Eu calculei que dava R$110 bilhões. Mantive esses R$110 bilhões, os 25% dos impostos estaduais e municipais. E alteraria apenas a participação federal para assegurar os R$182 bilhões. Se assim fosse – veja só, é uma hipótese, repito –, teria que elevar essa participação para 38%, 39%, aproximadamente. Hoje, quando assistimos, e até falamos... Se estabelecemos 18% para a educação em termos federais e se mantivemos 25% dos Estados e Municípios, foi um ganho, uma evolução importante, foi um passo importante? Claro que foi. Evidentemente. Não há como negar, evidentemente. Mas se olharmos para a questão de assegurar uma elevação em favor da educação de forma compatível com o crescimento da carga tributária, estamos muito aquém daquilo que efetivamente deveríamos estar vivenciando em termos de garantia de recursos para a educação. Se eu elevasse hoje esses percentuais para 23% da União e para 31% de Estados e Municípios, eu estaria, de certa forma, apenas recompondo, Senador, aqueles percentuais que já experimentávamos há vinte anos. É um exercício que serve para a provocação, evidentemente, que nos chama à reflexão a respeito desse comprometimento.

Mas olhando agora outra vertente da questão, a questão é quanto investimos em educação em relação ao PIB. Aqui está um quadro que dá uma série de 2000 a 2006. Não avancei mais porque hoje está mais ou menos no mesmo patamar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Posso concluir? Serei mais objetivo.

Nós estamos com 5% aproximadamente. Se eu trouxer essa informação e relacionar com a realidade de outros países – temos aqui países da OCDE –, isso me dá mais ou menos 5,3%. Esse é um dado de 2006. A fonte é a OCDE. Se estamos aqui, com 5%, estamos muito próximos da realidade desses países avançados. Mais ou menos trinta países, dos quais os países avançados da Europa. Para o analista menos avisado pode parecer que já estamos investindo em educação aquilo que esses países investem, aquilo que é suficiente para assegurar a boa educação. Entretanto, esse é apenas um indicador. Temos que analisá-lo com cautela.

Vejamos, por exemplo, esta outra variável, que também é um dado da OCDE que me permite fazer a comparação com outras realidades, com outros países. Eu olho agora a questão do investimento em termos de valor *per capita* no ensino fundamental, a título de ilustração dessa realidade. Justamente para mostrar a distância que estamos desses outros países, que investem níveis mais ou menos aproximados em termos de PIB.

Vejam que o *per capita* do Brasil – aqui está, esta coluna amarela –, em termos de dólar, é de US$800,00, US$900,00 por aluno/ano. Os países que mais investem, estamos na casa de US$9 mil, US$10 mil por aluno/ano, são Dinamarca, Islândia... Não queremos ser iguais à Dinamarca, iguais à Noruega, evidentemente, mas temos sim que adotar como comparação, para saber a que distância que estamos. Então, *per capita* está nesse patamar. Mas vejam que temos um esforço significativo. Esta linha vermelha nos dá justamente

esse esforço: 16% do gasto público é com educação, que está, aproximadamente, aqui, no mesmo patamar da Noruega, que investe R$9 mil ou R$10 mil.

Então, as questões passam a ser... Ora, o meu esforço é semelhante, não é?

Lá, tem um PIB, ou melhor um *per capita* por aluno que é dez vezes maior.

Então, como está a diferença? Nós temos um país continental, com 30% dos nossos brasileiros tomando assento nos bancos das escolas, enquanto a realidade desses países da OCDE, que investem 13%, com um *per capita* de mais ou menos US$6 mil, US$7 mil, é de que eles têm a metade da população na escola. E mais: eles não têm a dívida social que o Brasil tem.

Tenho mais alguns minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Muito bem. Eu vou prosseguir, então.

Dentro do meu raciocínio, eu creio que sim, para poder concluir e trazer elementos para a reflexão, para os outros debatedores, inclusive, poderem utilizar alguma informação, se for o caso.

Então, olhando, agora, essa questão do nosso investimento em educação, em relação ao PIB, ao nosso esforço em favor da educação, olhamos, agora, para a meta que está posta no PNE, em relação a esse aspecto: é de que alcancemos um investimento da ordem de 7%.

Ora, se eu tenho um PIB, aqui no caso, o PIB de 2010, que eu adotei como referência, 7% desse PIB me dão um investimento de R$257 bilhões. Se eu estou no patamar de 5%, aproximadamente, de investimentos hoje, eu estou com mais ou menos R$184 bilhões. Consequentemente, a diferença, que são os 2% que eu tenho de avançar, é de, aproximadamente, em termos de valor de 2010, R$74 bilhões. Se for trazer isso para 2011, isso deve ir próximo de R$85 bilhões, R$90 bilhões. Isso equivale, mais ou menos, ao valor do Fundeb. Isso equivale, mais ou menos, a 12% dos impostos de transferência dos Estados e Municípios.

Eu acho que a última transparência, Senador, só para deixar lançadas, aqui, as questões, são os nossos avanços.

Se temos essas vinculações, esses mecanismos e esses patamares alcançados, em que devemos avançar, em que aspecto devemos avançar, sob o ponto de vista qualitativo e sob o ponto de vista quantitativo?

Sob o ponto de vista qualitativo, insere-se nesse contexto o regime de colaboração, que, é bom que se diga, quando se fala em termos de financiamento da educação, está embutido nesses mecanismos, que pressupõem a participação de todos os entes governamentais. Então, isso já reflete excesso de colaboração.

Além disso, existe, hoje, nas políticas delineadas pelo Ministério da Educação, de forma também bastante clara, essa questão do regime de colaboração, uma vez que Estados e União, Estados, Municípios e União fazem, celebram planos de ações articuladas para que conduzam a educação de forma colaborativa, levando em conta as realidades, as necessidades e as prioridades estabelecidas nos respectivos planos de educação.

Então, deixo aqui, eu encerro, aqui, com essas considerações lançadas a respeito do tema, evidentemente, para que possamos refletir.

Eu estou à disposição para os debates, oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Vander Oliveira, pela belíssima exposição.

Passo a palavra, agora, ao Prof. José Marcelino Rezende Pinto, inicialmente, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Bom dia a todos. Agradeço ao Senador Cyro o convite. Senadora Marinor, é um prazer.

É a primeira vez que eu venho aqui, então peço desculpas pelo atraso, inicialmente, porque foi meio difícil sair de Ribeirão Preto. Depois, foi difícil descer aqui. Acho que se eu tivesse vindo no meu burrinho, eu chegava antes.

Agradeço este debate. Reencontro, aqui, o Vander.

Antes de ter Internet, quando eu precisava de dados, como eu brincava, eu ia, como o sitiante que vai recolher os ovos das galinhas, lá no MEC procurar dados e o Vander era o nosso homem no salário-educação. Ainda era um pedacinho que tinha ali.

O Mozart, também, é parceiro na discussão do Custo Aluno – Qualidade Inicial. Vamos ver se o Ministro homologa, não é, Mozart?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Opa, então, vamos lá, bater na mesa, não é?

Bom, vocês já viram que eu sou meio falador. Vou tentar... Professor tem um pouco desse vício.

O desenho que vou trazer aqui é o que levei para a discussão, também, na Câmara , é fazer o esforço de pensar o que seria, de fato, um plano nacional à altura do País, de que o País precisa, e aí tentar responder à questão que, a meu ver, é a mais importante. Qual é o custo? Quanto custa esse sonho? Acho que quando estamos discutindo plano, estamos discutindo sonhos de um país que, como o Wander mostrou muito bem e antes, às vezes, quando eu encontrava com o Wan-

der numas situações dessas batíamos um pouco de boca, não é mano? Agora, está bom, está afinado. O Wander é muito rico, porque está lá com os dados, é a memória viva do Fundef, do Fundeb, não é Wander? E o que ele mostrou é muito claro: boa parte do aumento da carga tributária do País não foi apropriada pela educação. Quer dizer, se a educação tivesse, nesse período, se beneficiado desse crescimento da carga tributária, estaríamos hoje num outro patamar. Talvez não estivéssemos lutando por índices mais elevados como os que vou apresentar aqui.

Vamos lá. Vou pedir para o Wander. A mania de professor é ficar em pé, mas não vai dar. Então, vou pedir ...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) –Dá sim, tem microfone sem fio.

O SR. **JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO** – Está tranquilo, está tudo tranquilo.

Então, temos que recuperar um pouquinho a história. Quer dizer, partimos de um PNE, que foi votado em 2001, aprovado, que estabelecia os 7% do PIB, que foi vetado. Então, mais uma vez, aqueles 7% do PIB que agora chegam no projeto do Governo para 2020, porque não há um prazo definido, então é no limite. Então, mais uma vez perdemos um pouco o bonde da história.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sempre vetado!

O SR. **JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO** – Isso. E o atual Governo, também, nunca enfrentou o dilema do veto. Temos que reconhecer, neste Governo, um pequeno aumento no gasto efetivo, mas no final do período, assim mesmo da ordem de 0,2% do PIB, o esforço federal. O grosso do crescimento que o Wander mostrou veio da melhoria da receita, na verdade foi isso. Quer dizer, no fundo, não houve um esforço além daquele da vinculação. O Governo Federal fez um pouco no último período; temos que reconhecer.

No Governo Lula, a grande característica foram as conferências de educação. Cumpriram um papel importante, mas a grande demanda era de que essa conferência fosse no início.

Estou vendo aqui o Senador Cristovam, que foi o primeiro Ministro, tenho certeza de que era também o sonho de S. Exª, pensar uma conferência no primeiro ano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, não só o sonho, eu convoquei essa conferência que foi suspensa pelo Ministro Tarso Genro.

O SR. **JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO** – É lamentável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E agora, felizmente, o Ministro Fernando Haddad realizou.

O SR. **JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO** – Isso. Então acabou acontecendo no último ano do Governo, do segundo mandato, que é o momento em que o Governo está saindo, quando deveria ser no momento de entrada.

Essa conferência fez um esforço muito grande, mobilizou diferentes segmentos da sociedade e sinalizou para uma base do Plano Nacional da Educação, que é o documento Conae, um documento bastante amplo, mas os problemas da educação são amplos, então não dá para enfrentá-los com documentos de poucas páginas, que acabou resultando, em parte, no Projeto de Lei do Governo de Plano Nacional de Educação. Essa é um pouco da história, contada rapidamente.

E quais são, a meu ver, os grandes problemas do PL, da Proposta de Plano Nacional de Educação do Executivo? Primeiro, a ausência de um diagnóstico. Em qualquer setor, como se faz um plano sem diagnóstico? Sem diagnóstico não se tem a dimensão dos problemas. O diagnóstico foi feito *a posteriori*, na verdade. Depois de uma cobrança da sociedade civil veio um diagnóstico *a posteriori.* A não atribuição de responsabilidades aos entes federados que é, exatamente, um dos eixos desse debate, o Brasil vive um nó no pacto federativo, os senhores sabem disso melhor do que eu, há um desequilíbrio entre quem fica com os recursos e quem fica com as responsabilidades. E há a ausência de metas intermediárias. Então, só vou descobrir em 2020. É óbvio que qualquer plano precisa ter passos intermediários para que possamos ir corrigindo e, para isso, precisamos de metas intermediárias. E, por último, o tema ao qual vou me dedicar mais, o não dimensionamento do impacto financeiro. E tive uma experiência, nos Estados Unidos, que era muito interessante. Era o seguinte: vamos reduzir o número de alunos por turma. Automaticamente, aparecia no orçamento o quanto eu vou destinar, senão fica mera retórica.

Bom; então vamos agora ao sonho.

Primeiro, eu elenquei as metas de maior impacto financeiro na proposta do Executivo, porque eu acho que precisamos melhorar essa proposta. Mas aqui nos limitamos a pegar as grandes metas, que se dão nas faixas de 0 a 3 anos. Para os senhores terem uma ideia, a nossa cobertura hoje, no setor de creches, não chega a 20%. Nós temos uma meta que é de 50%, que já era do outro plano. Então, na verdade, nós já tínhamos que ter cumprido. Na década passada, nós conseguimos sair de um pouco menos de 10% para

chegar a 20%. A meta do outro plano já era 50%, que é uma meta significativa.

Aqueles que tiveram experiência de administração municipal sabem o custo da creche. A creche tem um custo significativo. Os 100% que foram aprovados para atingirmos em 2016, que é a educação básica – não é nem a educação básica, mas de 4 a 17 anos –, quer dizer, na verdade, não há a garantia da obrigatoriedade. O que é garantida é a frequência à escola de 4 a 17 anos. Como a gente sabe que boa parte dos jovens está no ensino fundamental ainda, quando eles tiverem 18 anos, ou seja, quando não há mais a obrigatoriedade, eles, com certeza, não terão ainda o seu diploma de ensino médio. Então, esse é um dos problemas desse desenho.

Aí, a educação integral, como um grande esforço.

Bom; eu não vou elencar todas. Onde eu tenho uma outra forte é a educação superior. A taxa de cobertura da educação superior no Brasil é a metade daquela que se tem, por exemplo, na Argentina. Só para se ter um parâmetro. Não é à toa que as pessoas, às vezes, vão fazer medicina na Bolívia, Cuba, porque, num certo sentido, a oferta...

No Brasil, a educação superior é um gargalo; aliás, os dois grandes gargalos de atendimento se dão exatamente no início e no fim, creche e educação superior, que são os mais caros. Quer dizer: tem uma razão de ser, ou seja, são os mais caros.

Pensando já o pacto federativo nesse processo, o grande gargalo é o da educação infantil. A gente sabe o que é a demanda não atendida. Eu fui Presidente do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto e a gente trabalha com um dado que acho que é bastante realista. Para cada criança que é matriculada numa creche, você tem pelo menos duas na fila de espera. Quer dizer, só para ter uma ideia. E, quando a gente olha os dados do IBGE, exatamente os mais pobres nem esses conseguem acesso. A gente tem aquela ideia de que é o mais pobre que vai. Mas, mesmo na pobreza, eu tenho diferenças, e os segmentos mais pobres são exatamente aqueles que têm mais dificuldades... Quer dizer, os nossos filhos... Eu agora já vou ser vovô, então posso dizer: Meu neto, com certeza, vai entrar cedinho na escola. Os filhos da classe média entram na escola com dois, três anos. Esses, se não entrassem na escola, até que não teriam tanto prejuízo, porque as famílias têm condições. Para as famílias mais pobres, quer dizer, se não houver a alternativa educacional, não há outra. Então, acho que temos de entender um pouco isso.

Bom, vamos andando.

Aqui o que foi um esforço que eu tentei fazer a partir de dados do IBGE para dimensionar o desafio da proposta do próprio Executivo, já que o Executivo não fez esse esforço, eu fiz o dever de casa que eu acho que era do Executivo. Então, primeiro, há uma meta lá de alfabetizar de forma absoluta a população de 15 anos ou mais. Qual seria o tamanho dessa meta? Ao todo, 14 milhões. Ou seja, eu tenho 14 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais. Além disso, tenho uma outra meta que se eu atendê-la, num certo sentido, eu resolvo a de cima, qual seja, a de reduzir pela metade o analfabetismo funcional.

O que é o analfabetismo funcional? São aqueles jovens e adultos que não têm pelo menos o antigo primário. Esse é o conceito, que é, se formos pensar, um conceito pobre. Mas quer dizer, eu lembro que na audiência da Câmara um Deputado perguntou: mas a meta é só reduzir pela metade? Eu disse: pois é, Deputado, é pouco, não é? Na verdade, a gente tinha que zerar o analfabetismo funcional. Mas, para se ter uma ideia, para zerar o analfabetismo funcional, eu teria que incluir 28 milhões. É assustador! Este é o número: 28 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais não têm pelo menos o antigo primário. Isso só para se ter uma ideia da dimensão. Como a meta é a metade, isso significa 14 milhões. Só para se ter uma ideia dos números.

Vamos na sequência.

Este é o outro grande desafio, qual seja, garantir doze anos de estudo na faixa de 18 a 24 anos. Quer dizer, no fundo, o que se procura aqui? Primeiro, eu já abandonei os velhinhos. Estou pegando de 18 a 24 e estabelecendo como meta garantir o ensino médio para essa população. No fundo, é isso que essa meta está dizendo. Era para ser uma meta simples também, porque estou pegando de 18 a 24 anos. Quantas pessoas eu teria que incorporar nessa meta? Quatorze milhões. Só para vocês terem uma ideia. Quatorze mais quatorze.

Aí eu tenho a discussão da dinâmica populacional, que o MEC inclusive tem usado como argumento assim: não, eu não preciso me preocupar muito com o aumento, porque a população tem uma dinâmica, esse é um dado bom, do ponto de vista da política educacional. Vai haver uma diminuição das faixas mais jovens. É claro que, do ponto de vista da política social como um todo, vão aumentar os mais velhos. Então vamos ter gastos previdenciários mais gastos com saúde. Do ponto de vista da política educacional, é interessante. O que eu procuro mostrar aqui? É que não é tanto assim.

Se eu pego de zero a três, vocês observem que praticamente a previsão é de estabilidade. Então, ou eu construo creches ou não adianta esperar, porque vou precisar de creches. Para a faixa de 4 a 17, vai haver uma queda, mas se a gente observa que a meta da obrigatoriedade é 2016, até 2016 a queda será relati-

vamente pequena. Então não dá para não fazer nada. Às vezes a gente ouve – acho que não é a política do Governo – aquela ideia: vamos ficar de braços cruzados, porque a própria diminuição da população vai fazer com que as crianças entrem na escola.

E, por último, a faixa de 18 a 24, que é aquela que vai pegar a população da educação superior, embora muitos ainda estejam no ensino médio, para a qual também há praticamente uma previsão de estabilidade. Então, vamos ter um bônus populacional no Brasil? Vamos, mas é em longo prazo. Não dá para esperar esse bônus e usá-lo como desculpa para não haver investimento.

Bom, outro desafio, como eu disse, é o da obrigatoriedade de 4 a 17, além da ampliação de zero a três. Olhem, para vocês terem uma ideia de qual teria que ser o esforço de ampliação na faixa de zero a três: eu teria que chegar a cinco milhões de crianças, ou seja, mais três milhões de crianças em creches. Esse é um esforço significativo que vai sobrecarregar quem? Os Municípios. Dentro da discussão do pacto federativo, a sobrecarga vai se dar nos Municípios. Eles já estão sofrendo uma sobrecarga na questão da saúde. Por quê? Na faixa de 4 a 17, já temos o ensino fundamental, que cada vez mais, no Brasil, está nas mãos dos Municípios, e as creches. Fazendo uma estimativa, nós precisaremos de mais cinco milhões e quatrocentos. Então, em tese, num sistema em que nós temos 50 milhões na educação básica, eu teria que colocar mais 30. É claro que não são 30 de uma vez.

Por onde passam as políticas? No meu entendimento, por uma questão-chave, que é a educação de jovens e adultos, porque os grandes gargalos estão exatamente naquilo que o Vander falou, a conta não paga. São as gerações de brasileiros que não tiveram o seu direito a uma educação básica assegurado.

Então uma das discussões de um plano, a meu ver, é a discussão da educação de jovens e adultos. Essa população de analfabeto funcional, onde ela vai ser prioritariamente atendida? Em programas de educação de jovens e adultos.

Infelizmente, a educação de jovens e adultos no Brasil é o primo pobre da pobreza. Embora Paulo Freire tenha ajudado a alfabetizar o mundo, o Brasil não passou no exame de alfabetizar a sua população. Em geral, os programas de educação de jovens e adultos são programas baratos, as escolas são hostis às classes de educação de jovens e adultos, porque o diretor acha que aquilo vai invadir a escola dele. Geralmente são programas noturnos. Então, nós precisamos tirar da educação de jovens e adultos esse estigma de uma educação barata, de uma educação pobre para pobre, qualquer coisa está bom.

O desafio da qualidade.

Vou trazer coisas que vou passar rápido, porque o Vander já ressaltou, mas gostaria de ressaltar aquele dado do Vander: ah, o Brasil gasta 5% do PIB. Acho que não gasta 5%, 4,5%, mas tudo bem. Estados Unidos gastam 5% do PIB? Opa! Estamos iguais? Parece surreal? Mas esse é o argumento que a gente ouve. A gente sabe que uma coisa é 5% do PIB do Brasil, outra coisa é 5% do PIB dos Estados Unidos.

O exemplo que eu gosto de dar... Aqui é o gasto do aluno dos Estados Unidos, aqui é o do Brasil. Um bom exemplo é o seguinte: para ter um ano de gasto de um estudante dos Estados Unidos são seis anos de um estudante brasileiro. Acho que é um bom exemplo para a gente entender a distância.

Outra coisa que o Vander comentou: está bom, mas é óbvio que os países ricos vão gastar mais por aluno. Agora, e se eu medir o gasto pelo PIB per capita? Não era para ser diferente, porque o PIB per capita do Brasil é menor. Agora, o esforço de um país pobre tem que ser o mesmo de um país rico. E o que a gente vai ver? Olhem o Brasil em PIB per capita: 11. Olhem os países ricos: pelo menos o dobro.

O dado mais recente do Siop, que é um sistema que ajudei a criar, é um sistema interessante, se a gente procurar na página do MEC está em 19% do PIB per capita. Nesse número, desculpem-me, eu não acredito. Nenhum país sai de 11% do PIB per capita para 19% sem a gente ver isso. Não existe. Não obstante o esforço que houve para a criação do Siop – é um sistema em criação –, esse número não é aceitável. Os próprios números do Vander mostram.

A mensalidade média de uma escola básica no Brasil está em torno de R$160,00. Escola pública, quer dizer, o que se gasta com um aluno. Não chega a R$200,00 por mês. Aí eu pergunto: os senhores colocariam o seu filho numa escola de R$150,00 por mês? Essa é a escola dos filhos do Brasil, dos 85%.

Aqui eu trouxe um dado do Fundeb, que o Vander comentou, só que eu coloquei em mensalidade, porque no Brasil a gente está acostumado a medir o custo pela mensalidade da escola privada. Então, qual foi o menor valor em 2010? Cento e dezoito reais por mês. Esse é o mínimo do Fundeb. "Ah, mas não é só o Fundeb!" Não é, mas a gente sabe que na prática o Fundeb é o grande cobertor da educação básica.

Quantos Estados estão no mínimo? A turma dos 135... Quem está melhor lá? É Roraima, mas é um falso melhor também. Roraima dá um *per capita* alto porque a densidade é baixa. Então esse número não faz fartura. O melhor do Brasil é R$222 por mês. Quem coloca o filho numa escola com esse valor?

Agora vamos para os salários, que eu acho que é fundamental.

Por que é tão difícil pagar um salário bom para o professor? Educação é salário. Oitenta e cinco por cento do gasto é salário. A gente tem dados mais recentes, mas eu gosto desse porque ele é rápido para se ver.

Primeiro, quanto menor a criança menor o salário do professor. A gente que é da educação superior, Mozart, está um pouquinho melhor. Então a tendência é fugir dos pequenos.

Eu gosto sempre de provocar os economistas, não todos. Alguns economistas gostam de dizer que o salário de professor é bom. Para quem ganha o dobro é fácil, não é?

Quanto à discussão salarial, a gente tem vários estudos. No Brasil pelo menos já há um consenso. Não dá para dizer que professor ganha bem. Você pega os dados do Pnad por baixo, por cima, pelo lado... "Ah, mas o professor trabalha 30 horas!" Só que o professor que dá aula por 30 horas não trabalha 30 horas. Os jornalistas sempre citam isso. Eu falo: ah, mas você ganha só pelo tempo em que está escrevendo a matéria ou pelo tempo em que você prepara a matéria? Foi uma lei aprovada pelo Congresso, que é importante, que definiu hora/atividade.

Esse aqui é um diagnóstico dos problemas. Vamos para o sonho então. Construindo um cenário de qualidade – e vou caminhando para o final –, como foi pensado esse cenário?

Esse cenário foi pensado em cima de dois elementos. Qual é o pressuposto da proposta? Atender as demandas de expansão por melhoria progressiva da qualidade. Está clara a ideia? Então eu preciso crescer em creches, no infantil, no pré-escola e na educação superior. Além disso, eu preciso melhorar o padrão de qualidade. O único lugar em que, em tese, eu não preciso melhorar o padrão de qualidade é na educação superior. A educação superior pública, de uma maneira geral, é uma educação de qualidade, só que ela atende poucos. Aí é o contrário, eu preciso expandir sem perder a qualidade. Esse é outro desafio que nós vamos ter.

Aqui é a expectativa de mudança no valor/aluno. Vou pegar o exemplo de creche. Hoje o gasto/creche no Brasil deve estar beirando uns R$2 mil, se estiver. Estamos propondo uma melhora progressiva no gasto/aluno. Então é melhora para a creche... Só para vocês terem uma ideia, a creche USP, que é uma creche de qualidade, custa R$1 mil por mês. É uma creche em tempo integral. Não tem jeito. Eu brinco assim: mesmo uma creche ruim é cara. Do ponto de vista de investimento, ela pesa. Por quê? Porque é por tempo integral e o número de alunos que eu coloco por turma, por agrupamento.

Educação profissional.

Na proposta do Governo, quando a gente olha o impacto da educação, por exemplo, educação por tempo integral, eles estão calculando, se não me engano, 360. Não é, Luiz? Trinta por cento no tempo integral, mas são 30% de uma base baixa. Não são 30% de um parcial de qualidade. Na hora em que eu transformo isso em reais, não há nenhum estímulo de fato para tempo integral.

Eu sei que a gente olha para essas tabelas e fica zonzo, mas o que a gente procurou fazer aí é analisar o crescimento da matrícula, o quanto a matrícula tem que crescer. É aquilo que eu falei: o dever de casa do MEC. Se estou esperando ampliar a educação superior em x por cento, o que significa? Devo sair de quanto para quanto?

É claro que aí tem uma discussão que é a seguinte: qual é o crescimento público e qual é o crescimento privado? Para mim, essa é uma falsa questão, porque o setor privado no Brasil já bateu no seu limite. Então ou o crescimento é público ou nós não teremos crescimento. Acho que essa é uma questão central.

Caminhando para o final, vamos ver o preço da conta. Aqui eu transformei tudo em percentual do PIB. Então, quanto o Brasil precisaria ampliar para cada uma daquelas metas que nós fizemos? Eu trabalhei com dois cenários: um para 2016 e um para 2020. Nesse cenário, nós chegaremos a um gasto de 7% em 2016 e 10% do PIB em 2020, entendendo... Dez por cento do PIB é uma enormidade? É, mas é dentro daquela discussão que o Vander trouxe: nós temos um acumulado. Então a ideia de que o País tem que fazer um esforço além, até para recuperar o que não foi feito. Depois eu acho que termos condições de estabilizar em torno de 6% do PIB. Aí não tem jeito. Nós vamos ter que fazer um esforço exatamente para compensar o subinvestimento.

Na época da ditadura militar, os estudos do Prof. Melchior mostravam 2% do PIB com educação. Então a educação é credora, no meu ponto de vista, dos recursos públicos, até porque na hora de aumentar tributos em geral se argumenta com o investimento social.

De onde vai vir o dinheiro? Essa é a grande discussão que depois, no debate, poderemos retomar.

Primeiro, eu acho que não dá para pensar que vai vir do segmento privado. As famílias brasileiras já gastam um percentual em relação ao PIB que é mais ou menos equivalente ao dos países ricos, sendo que elas são mais pobres. Então tem que vir do público.

Dez por cento do PIB dentro de uma carga de 35% – o Vander trouxe 34% do PIB – cabe? Eu acho

que cabe. Se o País tivesse uma carga tributária de 20% do PIB, não daria para tirar 10% para a educação. A um país que tem uma carga tributária de 35% do PIB, caberia 10%? Eu acho que caberia. Vai ter briga? Vai, mas eu acho que esse é um dos poucos investimos que a gente consegue convencer a população a priorizar.

Finalmente – para não dizer que não falei de flores –, a questão do pacto federativo. Essa é uma questão que eu gosto muito de discutir, mas tinha que fazer uma opção. Aqui, temos a carga tributária bruta e, aqui, a carga líquida. Então, quem fica com a maior parte do bolo? A União. Quer dizer, depois que se considera as transferência, a União fica aí com cerca de 58% da carga tributária total. Com quanto ela contribui para a educação? Mais o menos o número que o Vander trouxe, ou seja, 20%. Há um desequilíbrio e esse é o grande desequilíbrio do pacto federativo. Quem tem menos recurso? O Município, que está mais sobrecarregado.

Quando olhamos para os anos Fundef, o nível de municipalização do ensino no Brasil atingiu um patamar... eu digo que ele passou o sinal vermelho. Ou seja, hoje os Municípios só não quebram porque o Fundeb tem um mecanismo de transferência, aquele que o Vander mostrou. Os Estados estão transferindo para os Municípios cerca de R$9 bilhões. Só que o Fundeb tem data para acabar. Aí, na hora em que acabar o Fundeb, os Municípios terão os alunos, mas não terão o recurso.

Acho que temos esse prazo e, nessa discussão de plano, entra outro elemento: a tarefa do Parlamento brasileiro de pensar uma solução definitiva para a questão do pacto federativo; porque estamos em cima de uma questão provisória: o fundo. Trata-se de uma emenda que foi colocada no final, nas disposições transitórias. Na verdade, até foi, mas está aí, e é uma fragilidade jurídica.

O sistema de financiamento educacional está montado em cima de uma fragilidade jurídica tremenda. Então, acho que este é o momento.

Uma das emendas que estão sendo discutidas na Câmara, que defendemos junto à Campanha Nacional de Educação, à Associação dos Pesquisadores em Financiamento, é a de que, dentro dessa ideia de chegar aos 10% do PIB que defendemos, cada ente federado entre na proporção da sua participação na receita. É parecido com a lei argentina.

A Argentina votou uma lei – acho que há três, quatro anos – estabelecendo 6% do PIB. A ideia básica é a seguinte: quem tem mais tem que contribuir mais. Quer dizer, quem tem mais no bolo? É a União. Então, não tem jeito, a União deve muito à educação. Quem mais se beneficiou do aumento da carga tributária? A União. Como o Vander mostrou, o grande crescimento foi em cima das contribuições. Quem ficou com esse aumento? A União.

Então, não tem jeito, a solução do pacto federativo, no meu entendimento, é o de que cada um contribua, no crescimento, na proporção de sua participação na receita. Nada mais é do que a velha vaquinha que criamos numa república.

Muito obrigado. Desculpe-me por ultrapassar o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. José Marcelino.

Passo agora a palavra ao Sr. Mozart Neves Ramos, membro do Conselho.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Cyro Miranda, meus colegas, o Marcelino, com quem estou sempre junto em diversas mesas da área da educação, principalmente do financiamento, o Vander, do FNDE, SRA. s e Srs. Senadores.

Aqui estou representando, no evento de hoje do Senado, o Dr. Jorge Gerdau, que foi convidado na condição de Presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, do Conselho de Governo da Presidência da República. Infelizmente, por conta de sua agenda, ele não pôde estar aqui e me pediu que o representasse.

Naturalmente, sabendo dos convidados e já tendo, inclusive, oportunidade de ter ouvido o próprio Marcelino, trarei a minha apresentação, na aprovação do próprio Dr. Jorge Gerdau, talvez algo complementar. Não vou ficar fazendo aqui uma sobreposição de esforços de 7% ou 10%, mas daquilo que eventualmente seria importante, que é chegar a 7%, em 2016 ou 2014, como esperamos e, em 2020, a 10%. Mas, principalmente, como usar a eficácia desse aumento de recursos para a educação.

Inicialmente, queria – talvez chovendo no molhado – também corroborar com aquilo que já foi dito aqui. No nosso entendimento, o novo PNE, que tem poucas metas, foi importante para mobilizar a sociedade e para dar foco. Acho que foi fundamental, mas, lamentavelmente, acho que ele chegou ao Congresso sem um diagnóstico claro da situação e principalmente sem uma perspectiva de quanto de fato o Brasil vai precisar para responder àquela pergunta que está em vermelho: de qual educação precisamos para o Brasil que queremos. Acho que essa questão precisaria ter vindo como carro-chefe do encaminhamento do novo Plano Nacional.

É muito simples porque, se o Brasil fez o dever de casa mobilizando o País quando da redemocratização das Diretas Já, quando, posteriormente, na dé-

cada de 90, fez a estabilidade da moeda, o próximo passo, a grande e boa revolução que o Brasil precisa fazer vai ser na área de educação, não há alternativa, para que possa pegar carona nesses ventos favoráveis da economia e também por um ponto, que aqui foi tocado rapidamente – acho que pelo Marcelino –, que é a janela demográfica. Se ela é boa num sentido, é preocupante por outro, porque a população ativa vai diminuir, mas e felizmente teremos uma longevidade maior. Então, não podemos perder o jovem agora, e este momento está passando.

No nosso entendimento, a discussão que tem sido trazido à baila no Congresso de 7% ou 10% é importante, sim, mas acho que precisamos também, além dessa preocupação com o percentual, de buscar alternativas completaremos para que isso tenha eficácia no futuro.

Não podemos deixar de reconhecer o esforço, principalmente nos últimos três anos – acho que isso também foi citado aqui tanto pelo Vander como pelo Marcelino –, o grande esforço que foi feito no *per capita.* Esses são números do investimento público total, direto em educação, portanto, envolvendo União, Estados e Municípios, onde observamos claramente o salto de 2000 para 2009. Esses são dados que peguei do próprio Ministério da Educação, em que, por exemplo, o *per capita* aluno na educação básica hoje está em 2.948. Quanto a esse número, o Luiz Araújo, em algum momento, também reconhece a dificuldade de se chegar a ele. Nós também temos, mas estou apresentando porque ele foi oficializado pelo MEC. Contudo, não está claro como se chegou a 2.948. Mas não podemos deixar de reconhecer o avanço a que se chegou nessa primeira década do século XXI

Entretanto, esse número é ainda muito aquém, por exemplo, em relação ao que os países vizinhos investem em educação. Quando comparamos Chile, México e Argentina, o Brasil, aplicando US$1.8, fica em torno de US$1,9 mil enquanto os países vizinhos estão em torno de US$2,2 mil. Portanto, estamos ainda abaixo dos países vizinhos e, como foi citado aqui também, tanto pelo Vander como pelo Marcelino, também em relação aos países da OCDE, que investem algo em torno de US$6 mil. Mas queremos chegar a 2021 com IDH de países da Comunidade Europeia. Então, também precisamos ter o olhar do financiamento compatível com o valor a que a gente eventualmente quer chegar.

Próximo, por favor.

Por isso, a Meta 20, que trata especificamente do investimento, significa colocar, pelo menos – se chegar até 2014, como promessa de campanha da Presidente Dilma –, a R$61 bilhões a mais no sistema educacional. Analisando o documento que o MEC mandou – quase que por pressão –, no meu entendimento, ele é lamentavelmente muito pobre. É difícil fazer uma análise detalhada e mais minuciosa de um documento de duas páginas. Mas onde temos R%61 bilhões, deve-se entender que 50% disso é para formação e 50% para expansão do sistema.

Por outro lado, não se pensa, nem está claro, na dívida histórica do País com a área de educação. Por exemplo: como vamos tratar a questão da equidade de oferta educacional, dos insumos para todas as escolas? Como na Finlândia, onde uma criança que estuda na Lapônia, na terra do Papai Noel, e uma que estuda em Helsinki têm as mesmas oportunidades educacionais? Não é isso que acontece aqui no Brasil. A gente tem ainda – basta olhar o censo escolar – uma disparidade de equidade enorme. Portanto, temos que pensar também na questão da equidade que, no meu entendimento, não está, pelo menos claramente posto naquilo que foi apresentado pelo Ministério em termos do novo PNE.

O próximo, por favor.

Mas todo esse aumento de investimento, no nosso entendimento, tem de chegar a vencer esse desafio. Se chegarmos a 2020, 2021, no caso do próprio Ideb, sem vencer o desafio da aprendizagem de os nossos alunos, certamente não teremos feito o dever de casa, seja com 7% ou 10%. Ou seja, não dá para se chegar, com esse percentual, porque das crianças que terminam o ensino fundamental, as séries iniciais, na verdade só 32,5%, isso em matemática, aprenderam o que seria esperado. Quando vamos para o nono ano do ensino fundamental, isso cai para 14,7% e quando se chega ao topo da educação básica, lá no ensino médio, são apenas 11%.

Se não vencermos isso... No meu entendimento e no entendimento do Movimento Todos pela Educação, para que se chegue a isso, sabemos que temos que valorizar a carreira do magistério, temos que atrair os mais jovens e mais bem preparados do ensino médio, para tornar a carreira do magistério objeto de desejo aqui em nosso País, porque isso é fundamental para fazer essa revolução nos próximos dez anos.

O próximo, por favor.

Este gráfico mostra claramente o seguinte...O que é esse gráfico? Na abscissa, o gasto por aluno representa o investimento que cada Município... cada pontinho deste aqui é um Município... O resultado da Prova Brasil, na escala Saeb, em matemática, temos Sul e Sudeste claramente aqui majoritariamente. Aqui temos as regiões Norte e Nordeste. Portanto, em geral, à grosso modo, menores investimentos, piores resultados. Mas, se olharmos com um pouco mais de atenção, observaremos que essa linha vermelha é a

média dos países da OCDE. Então, no Brasil inteiro, pouquíssimos Municípios estão acima da OCDE hoje. Esses são dados de 2009. O que é bastante preocupante, quando analisamos em termos de aprendizagem. Isso fica mais claro no próximo *slide.*

Esta é a região Centro-Oeste. Em primeiro lugar, nenhum Município da região Centro-Oeste está acima do que seria esperado hoje em termos da OCDE. Olhem, este Município está quase com investimento de R$5 mil por aluno/ano, mas o nível de aprendizagem é muito baixo.

Este outro é um pouco mais, em termos de investimento, e sobe um pouco, mas, se observarmos, claramente não há nenhum correlação, em termos de investimentos e resultado na Prova Brasil.

Ao que isso remete? Em primeiro lugar – aí a minha briga com os economistas de São Paulo –, alguém diz: olha esse aqui, investe pouco. Olha o resultado, já está com 200 pontos. Eu digo que, se ele tivesse esse investimento, ele estaria muito acima da OCDE. É assim que temos que pensar.

Então, este é um Município que tem uma boa gestão dos recursos públicos e bons resultados. Se ele tivesse de fato os recursos necessários para ter uma educação, ele estaria bem mais acima, inclusive dos países da OCDE.

Então, é com essa lógica que temos que pensar, e não que tem pouco, mas bons resultados. Eu penso que se temos mais para esse Município, ele estará muito acima. É assim que temos que pensar. E fazer com que os que estão com um certo investimento cinco vezes mais alto do que outro sejam trazidos para cá ou para lá, isso seria desejável.

Então, sabemos que atrelado a essa questão do financiamento, não podemos deixar de olhar a eficácia dos gastos desses recursos, do uso desses recursos. Esse é um ponto que precisa ser trabalhado concomitantemente.

Tem uma frase do Senador Cristovam Buarque – estive com ele num programa da Globo News – que trago muito comigo: "Se botar mais dinheiro na atual situação, na primeira chuva, vira lama". Eu guardei isso. Acho que ele tem toda a razão. Quer dizer, se não fizermos um esforço para melhorar a eficácia do uso desses recursos, profissionalizando a gestão – sobre isso falaremos mais ao final –, não teremos o resultado esperado. Vai melhorar. Certamente, vai. Agora, não vai, na velocidade que o País precisa.

O próximo, por favor.

E isso está muito claro. A gente pegou aqui os dados do Pisa, resultado em leitura, e o percentual do PIB investido em educação. Nenhuma correlação. Praticamente, esse R2 aqui, quando é um, significa uma relação linear perfeita. E zero, como é caso aqui, nenhuma correlação. Então, você tem os países aqui, o investimento em educação e, ao mesmo tempo, o resultado do Pisa. O Brasil está aqui – olhem. São os 5%, como o Marcelino disse. É isso o que a gente está investindo hoje, para um resultado de 410, no Pisa, em leitura. Então, é esse o ponto que a gente precisa ver, inclusive há outros fatores, como o outro *slide* vai mostrar, que é muito importante.

O próximo, por favor.

Aqui, a gente tem o desempenho no Pisa, que o Marcelino já tocou, acho que retrata e reforça a preocupação dele, quando, com toda a clareza, ele mostra o seguinte: a classe média vai colocar seus filhos aos dois anos e, certamente, aos seis anos, eles vão estar lendo e escrevendo e, aos oito, plenamente. Então, a gente tem que ter atenção com os menos favorecidos que, às vezes, não têm acesso à leitura, à informática, aos bens culturais. E a renda domiciliar *per capta* tem um impacto muito importante no resultado do Pisa. Portanto, são fatores que, quando a gente trata do financiamento, de alguma maneira tem que se levar em conta também, a questão social e a distribuição de renda de um país. A gente sabe que, aqui no Brasil – se a gente olha o Coeficiente de Gini – há uma concentração de renda ainda muito grande, não obstante os últimos avanços dos últimos anos. O Coeficiente de Gini ainda é muito elevado.

O próximo, por favor.

Ora, no nosso entendimento, a Meta 9, de alguma forma, procura atrelar essa questão da responsabilização. Eu acho que, quando a gente fala no regime de colaboração, fica muito claro. O Brasil tem exemplos fantásticos de regime de colaboração, seja na questão da avaliação, seja na questão do Fundeb – que foi aqui muito bem apresentado pelo Vander –, e nos diferentes programas que o País tem, seja em transporte escolar, seja na questão de formação de professores, na questão da merenda. Até porque, como disse também o Marcelino, se a gente observar, da década de 80 para cá, há um aspecto que precisa ser considerado: como estratégia de três governos – Itamar, Fernando Henrique e Lula –, na década de 80, 80% dos recursos, dos impostos recolhidos pela União, eram compartilhados com União, Estados e Municípios. Então, 80% eram compartilhados. Gradualmente, por estratégia da área financeira – podem olhar, eu olhei isso aí, ao longo dos três governos, não foi só em um governo –, o que aconteceu? Esses 80% foram gradualmente migrando para 20%.

Então, quem detém hoje a massa dos recursos provenientes dos impostos recolhidos é a União, 80%. Então, esvaziou os Municípios, na sua larga maioria –

quem já foi Executivo sabe disso, eu tive esse privilégio lá em Pernambuco, como Secretário de Educação. Os Municípios vivem do Fundo de Participação municipal e do Fundeb. Se eles não tiverem uma cultura econômica local forte, como, por exemplo, em Petrolina tem, porque aí você tem condição de aumentar seu ICMS... Mas não é o mesmo caso de Manari, que o Cristovam conhece muito bem, porque nós fomos juntos lá, quando ele era Ministro. Era um Município em que 70% da população de 15 anos ou mais era analfabeta plena – não era funcional, não. É o Município de menor IDH do Brasil, pelo menos em 2000. Estou esperando agora que saia agora o de 2010. Espero que aquela escola que nós construímos juntos lá certamente tenha dado algum impacto positivo em Manari.

Mas, quando o Governo aponta para a questão da gestão, ele traz alguns pontos importantes, mas ainda muito tímidos, no nosso entendimento. É fundamental, por exemplo, profissionalizar gestão das escolas? É. Mas é também importante profissionalizar a gestão das secretarias. É preciso que o dinheiro saia das secretarias e chegue, de fato, nas escolas. Porque, se aumentar os investimentos e o dinheiro for mal aplicado na compra de merenda, nas licitações... Nós estamos vendo, todo dia, licitações complicadas, que remetem exatamente à questão do respeito ao dinheiro aplicado em educação, em uma situação delicada junto à sociedade.

E, para a gente ter o apoio da sociedade para essas propostas que ambos trouxeram aqui, a gente precisa mostrar à sociedade que o dinheiro está chegando na escola. E, lamentavelmente, em vários estudos, eu vi um estudo do Ipea que mostra que 50% ficam pelo do caminho – 50% ficam pelo do caminho. Foram números que vi em vários documentos. Se forem 50%, 40% ou 30%, o que a gente sabe é que a eficácia desse fluxo é ruim.

Então, é preciso chegar na escola e, quando chegar na escola, é o quê? Professor bem pago, com o seu salário bem remunerado; que se possa, de fato, dizer que está chegando na escola e que lá os melhores alunos do ensino médio têm interesse em ser professor neste País. É o objeto do desejo. Hoje, ninguém mais quer ser professor. Para ganhar menos de R$1.000,00! Uma bolsa de mestrado é R$1,3 mil. Os que conseguem chegar ao final das licenciaturas preferem muito mais fazer o mestrado, depois o doutorado e ser pesquisador no futuro, mas não voltar para a educação básica.

E aí a priorização do repasse é importante. Não concordo com essa aplicação de uma prova nacional, porque a gente tem um país muito díspar e, portanto, não dá para você fazer uma prova de gestão nacional. Acho que a gente tem que pensar o Brasil, os vários brasis. O importante é que a gente profissionalize a gestão, claramente.

O próximo *slide*, por favor.

E aí, nesse sentido, a gente entende que tem que aumentar – quero registrar isso –, tem que aumentar os investimentos, mas tem que trabalhar o binômio gestão/investimento concomitantemente, para que a gente possa fazer com que esse dinheiro chegue na escola. E aí no PNE falta uma coisa muito importante: a responsabilização. Porque não adianta passar o dinheiro para o prefeito e a gente não alfabetizar a criança. De quem é a responsabilidade? É um direito constitucional a aprendizagem. Mas, se ele não alfabetiza, de quem é essa responsabilidade?

Então, eu acho que precisa ter uma lei de responsabilidade educacional. É inadmissível, hoje, um Estado como São Paulo que, no ano passado, deixou de colocar, investir o dinheiro do Fundeb, R$800 milhões. Isso é inadmissível! Faltando creche, faltando vaga no ensino médio, professores mal pagos, em geral, e um Estado como São Paulo, rico, deixando de investir R$800 milhões! Isso não é de agora. Vários Estados e Municípios...

Eu me lembro que, quando eu era Secretário, Presidente do Conseb, quando sobrava um dinheirinho, que, na minha época, era da ordem de R$450 milhões – a minha época foi até 2006 –, a gente fazia um "fundebinho". A gente brincava dessa forma: quem deixava de colocar, de investir os recursos do Fundeb, a gente trouxe para o Nordeste e para o Pará, e nós pegamos nove Estados – acho que o Luiz se lembra disso. Era uma forma de compensarmos, pelo fato de que vários Estados deixavam de aplicar o dinheiro do Fundeb.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Vou concluir, só falta mais um *slide.*

Então, é preciso profissionalizar a gestão em todos os níveis. Toda a equipe gestora da rede e da escola deve ser profissionalizada. Tem de acabar com as indicações políticas. É inadmissível que, em pleno século XXI, a gente tenha ainda tanto diretor de escola sendo indicado politicamente, sem nenhuma preparação; secretário municipal que não tem autonomia para utilizar o recurso do Fundeb, ele assina o cheque em branco e dá para o prefeito, quando, na realidade, ele é quem responde, no futuro, quando não é mais secretário.

A gente não pode, digamos, pedir mais dinheiro e deixar que essas coisas aconteçam. A gente perde credibilidade junto à sociedade. Eu acho que a gente precisa, para mobilizar a sociedade em prol da edu-

cação, pedir mais e mostrar por que estamos pedindo mais, e são claros os números.

Eu citei aqui que seria muito bom – conversei com o Marcelino junto com o Vander, que são dois craques também –, seria ótimo aqui o Nelson Amaral, porque ele mostra um dado muito interessante. Porque não é só ver o percentual – acho que o Vander tocou nisso um pouco rapidamente, pelo tempo –, mas é ver a população educacional, que precisa tem necessidades educacionais. Porque você pegar 4,3% do PIB para uma população pequena que tem necessidades educacionais é uma coisa; para um país que tem um déficit histórico, é outra coisa, como é o caso do Brasil. Mas essas coisas têm que acontecer. Eu acho que não dá para a gente tratar, ou sete, ou dez, ou 14, o que for... E lamento, mais uma vez, a gente não ter recebido tanto o diagnóstico de chegada... E aí o Marcelino lembrou muito bem também: a gente deveria ter feito aquilo que o Cristovam, a Conae, no primeiro ano do Governo Lula. Exatamente para fazer a avaliação das metas, para ver o que foi possível alcançar, para que, inclusive nesses oito anos do governo Lula, pudesse exatamente ser feito um esforço para chegar aonde deveria ter chegado a educação.

E, por fim, eu peço aos Senadores que analisem – eu estou como relator, no Conselho Nacional, de um novo tema chamado Arranjos de Desenvolvimento da Educação. Vamos ser francos: como é que a metade dos Municípios... Nós temos 5.564 Municípios e, nesse último PNE, metade dos Municípios não tem PNE, não fizeram seu PNE. E a outra metade que fez – a gente não pode deixar de bater nessa tecla –, uma parte importante, contratou escritórios de advocacia para fazer os seus Planos de Educação. Era quase xérox chegando aos Municípios. E houve situações, que eu vi, em que eu disse para o secretário: mas, espera aí, isso aqui não é o seu Município. Ele se esqueceu de que, na verdade, havia sido mandado o plano municipal de outro Município. Era xérox! Era xérox, na verdade.

A gente sabe da fragilidade municipal, a questão de massa crítica, a questão das descontinuidades. Então, se nós queremos um PNE para valer, isso tem que rebater no PNE para valer. A gente não pode negar a fragilidade das regiões mais necessitadas, como as regiões Norte e Nordeste, onde os desafios são maiores. Não é que os desafios das outras três regiões não sejam importantes, porque são. Mas o desafio maior está lá, nessas duas regiões. E é lá onde a gente tem a maior fragilidade do ponto de vista de massa crítica.

Uma proposta que a gente está fazendo, pelos Arranjos, é trabalhar a questão do associativismo territorial – último *slide*–, e já está acontecendo em várias regiões do Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Lá no Pará, por exemplo, há dois Arranjos: um com o apoio da Fundação Vale e outro, da Natura. No Maranhão, em Pernambuco, no Sistema S. Mas tem sistema público organizado, só com sistema público, as secretarias. Qual é a ideia? Se nós pudéssemos – eu falei para o Ministro, quando ele esteve no CNE – prever também a possibilidade de ter planos intermunicipais de educação, seria muito mais legítimo e honesto do que esperar que Manari faça seu Pano Municipal de Educação. Ele não vai ter gente para fazer.

Agora, se Manari se juntar com Garanhuns, que é um polo local, eu acho que ele pode fazer seu plano base, mas as suas metas serão diferentes, porque Manari está em um estágio... E aí entra naquilo que Marcelino colocou. Nas submetas, no esforço que Manari vai ter que fazer, será diferente do de Garanhuns, mas a base do Plano Municipal de Educação é comum àquela ideia do território e, ao mesmo tempo, você cria um processo de ajuda, de cooperação, de colaboração entre os Municípios, com apoio do Estado e com apoio da União.

A União não tem como, tendo 5.564 Municípios, cuidar de um a um. E, se a gente não cuidar disso nesta Casa, vai novamente repetir o que aconteceu há dez anos: Municípios comprando Planos Municipais de Educação. E como, nesse agora, é colocada no plano a necessidade de o Município ter o seu plano em um ano – não sei se vai vigorar esse um ano, mas vai ter um tempo para ele apresentar, por lei –, se a gente não fizer essa mudança, a gente vai ter mais uma vez, Municípios correndo para contratar escritórios de advocacia, que vão ser cópias, de Município a Município, para apresentar seus planos.

Por isso, entreguei, há pouco, ao Senador Cristovam Buarque, minha primeira versão do parecer dos Arranjos, que talvez seja uma alternativa de cooperação e colaboração, inclusive como estratégia na Meta 19. Não precisa mudar mais meta, não. Na meta de gestão, a 19, é exatamente colocar a ideia do associativismo territorial, a cooperação intermunicipal, inclusive para elaborar os planos municipais. Mesmo que as metas e submetas sejam diferentes, porque são estágios diferentes. Mas eles não precisam... Digamos: eu estou a 50 quilômetros um Município de outro, Garanhuns e Manari, mas um em uma situação absolutamente em desvantagem de fazer um plano municipal. Mas, se ele pega o núcleo base do plano local, territorial, o que vai diferir serão apenas as metas. Mas vai ter uma cooperação induzida via plano municipal e intermunicipal de educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, amigo Mozart, do movimen-

to Todos pela Educação, com quem tive o prazer de compartilhar com o Gerdau, no Estado de Goiás. É um movimento que vem dando certo. O nosso Estado já adotou, e já começam a chegar os primeiros recursos que conseguimos fora do Governo; são recursos da iniciativa privada, e já vemos os primeiros sintomas de melhor no nosso Estado.

Antes de passar a palavra para a Senadora Marinor Brito, que é requerente como o Senador Cristovam também o é, quero apenas fazer uma pequenas considerações.

Todos nós sabemos o que é preciso fazer. Estamos diante de números alarmantes. Temos dados de 2007, segundo os quais cada aluno no ensino fundamental, da primeira à quarta série, custou R$2.166,00, ou seja, R$180,00 por mês. Agora o grande contraste, a realidade brasileira: um carcerário hoje custa aos cofres públicos cerca de R$1.500,00. Quase onze vezes mais que um aluno da rede estadual de ensino. O que é melhor: prevenir ou remediar?

Nós estamos aqui diante de cada realidade, diante de cada número que nos deixa extremamente tristes, porque, em 1989, não conseguimos corrigir. Tivemos um aumento de carga tributária e ficamos com déficit de mais de 40 bilhões/ano. Mas, em compensação, aprova-se nesta Casa um projeto para o trem-bala de cerca de R$60 bilhões; aprova-se nesta Casa financiamentos do BNDES para a iniciativa privada de bilhões e bilhões a juros subsidiados, enquanto os Estados estão pagando de TJLP mais 11%, o que dá quase 19% a sua dívida mensal, para subsidiar esses projetos. E não tem dinheiro para a educação, quando a educação é prioritária.

Nós sabemos que, se avançarmos na educação, vamos avançar nos programas sociais, vamos diminuir as nossas necessidades não só nos programas sociais, como também nos programas de infraestrutura, em tudo, é básico, da alimentação.

Agora, o de que se precisa neste País não é de recurso, não. O binômio aqui: o recurso existe, mas ele é mal empregado. Ele não chega...Quanto mais recursos se tem em determinadas áreas, menos ele chega à mão daquele que vai usar.

A Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) fez um estudo segundo o qual, em 2009, desviou-se neste País, por desmandos, furtos, seja lá o que for, cerca de R$80 bilhões. Se o roubo for só a metade, sobra dinheiro para a educação.

Mas onde é que está a visão? O Governo não consegue perceber que é prioritário há anos e anos. Como é que não podemos ter um piso de R$3.000,00, piso básico para os professores? É o mínimo que se dê como digno, e uma média pelo menos de R$5.000,00. Não é possível! E tem dinheiro para isso. Tem recurso para isso. Falta é boa vontade.

Os senhores aqui nos deram uma aula de tudo aquilo que se precisa fazer. Nós sabemos que há recurso. O que há é centralização e uma série de coisas.

Nós temos aqui um grande professor nessa área, que é o Senador Cristovam, que sempre falo, e repito, na frente de várias pessoas, foi um dos grande Ministros da Educação que nós tivemos. Pena que não tenha ficado mais, pois o senhor fez muito falta e faz muita falta.

Sem mais delongas, passo a palavra à Senadora Marinor Brito, como requerente, e, posteriormente, ao Senador Cristovam.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Senador Cyro.

Gostaria de parabenizar, mais uma vez agradecer a colaboração recebida.

Antes de iniciar as minhas indagações, queria informar que solicitei à nossa assessoria – temos dois assessores aqui, acompanhando as audiências –, porque uma das ideias nossas aqui, para efeito de acúmulo teórico também, para ajudar nos debates que pretendemos fazer nos Estados, que organizasse aqui uma síntese de todas as etapas dessas audiências para fazer uma espécie de comparação com o que propõe o projeto original do Governo e o que foi aqui debatido. Quais foram as indagações? Quais foram as contribuições que se diferenciam do projeto original? O objetivo disso é termos um acúmulo e podermos apresentá-lo à sociedade como fruto desse esforço coletivo.

É verdade que não tivemos aqui a participação de 100% dos Senadores. Apesar de estarmos hoje com um quórum baixo, tivemos aqui também a colaboração de outros Senadores, que, em outros momentos, estiveram aqui nos ajudando nessa discussão.

A primeira coisa que queria ouvir, pois acho que ficou muito superficializada na fala vocês, é o que acham sobre a planilha das metas apresentadas pelo Governo. Acham que algumas foram tocadas, mas muito rapidamente. Aí, queria destacar aqui coisas para que vocês comentassem. O Marcelino já falou alguma coisa a respeito da Meta 1, que diz respeito às creches. Então vou começar por ela.

A previsão do Governo é que faltam entrar na creche 2,8 milhões de alunos. Na nossa avaliação, o que está sendo previsto é um valor irreal. Aqui, em muitos momentos, inclusive quando discutimos a educação infantil, nós indagamos representantes do Governo que foram secretários de educação. Tenho o privilégio de estar sendo assessorada pelo companheiro Luiz Araújo, que tem-se dedicado a estudar essa questão do financiamento. Temos debatido muito sobre o quanto esse

valor está irreal, ou seja, R$6 bilhões são insuficientes. A lentidão no processo de entrada desses alunos e o fato de estarem de fora os alunos cujas famílias têm o menor poder aquisitivo é também uma questão que nos preocupa.

Então, queria uma avaliação de vocês sobre essa meta, especificamente em relação ao valor que está sendo proposto, se ele é capaz de suprir essa demanda reprimida.

A outra questão diz respeito à Meta 9, que se refere à taxa de alfabetização. Reiteramos aqui que analfabetismo não é doença e que, por isso, não precisa ser erradicado. Queremos universalizar essa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já vou concluir, Sr. Presidente. Só um minutinho. Não tem tantos Senadores disputando o microfone aqui.

Na Meta 9, os valores para a erradicação do analfabetismo com a educação de jovens e adultos estão previstos na Meta 10. Aqui, na Meta 10, diz que o custo para profissionalizar quem está estudando é de mais ou menos R$2 bilhões. Acho que o Marcelino tratou disso. Aí tem-se que fazer uma diferença entre o aluno que já está estudando e precisa sair da condição de analfabeto. Quem são os alunos? Esse percentual, da forma como está aplicado, sem ter forma prevista na Meta 10, vai dar conta de erradicar, como diz o Governo, o número de alunos que está fora a partir dos 15 anos?

A última questão diz respeito ao PIB. Eu concordo que não é só um aumento de 10% que vai resolver os problemas. Temos problemas de toda ordem. O Mozart acabou de se referir a um deles, que é grave e diz respeito à má utilização, aos desvios. Há muitas ações. Lá no Pará, desde o Fundef até o Fundeb, hoje, não tem um único mês em que o nosso sindicato não represente no Ministério Público contra os Municípios. É verdade que a gente tem pouca fiscalização por parte do Governo. O próprio controle da União sorteia um Município para avaliar a aplicação do recurso, não tem uma sistemática. Portanto, a gente precisa criar um mecanismo de controle mais eficiente da aplicação do recurso – é preciso profissionalizar, garantir a autonomia da Secretária –, ou seja, que tem que estar aliado à gestão, não tem como não acontecer dessa forma.

Mas é fato, e está na avaliação, que o Governo usa como referência o *per capta* utilizado na Bolívia, faz relação com o do Canadá, que é de 9%, de 6%. O que não está no debate ainda – e a gente precisa encontrar uma forma de fazer – é a questão da existência do PIB como referencia. A gente precisa também saber qual é a demanda reprimida que cada país tem. E isso não está colocado no caso brasileiro, até porque não tem balanço, como foi aqui reiterado por todos que discutiram. Nós não temos balanço da utilização da aplicação desse recurso.

Então eu acho que a gente precisa fazer um debate mais técnico, mais organizado, mais didático talvez para demonstrar essa questão. Se a gente que, de uma certa forma, se envolve na questão educacional – não sou técnica, sou incapaz de produzir uma planilha dessas que vocês nos apresentam aqui, com tanta competência, sou educadora, fui sindicalista – se esforça para entender, para participar, imagina os Senadores que não têm essa formação, que não estão engajados! Portanto a gente precisa criar um mecanismo de discussão, que facilite a compreensão, porque, da forma como tem sido apresentado... O Ministro Haddad fez um discurso político aqui que parecia que todas as metas do plano anterior estavam cumpridas e que a gente saia de um patamar já para resolver algumas coisas que ficaram sem resolução.

Acho que a gente precisa dar um salto de qualidade nessa discussão. O nosso papel aqui é compreender esses mecanismos, analisar esses dados. Alguns órgãos estão contribuindo muito com isso; o Movimento Todos pela educação tem trazido aqui contribuições muito importantes para essas reflexões. Mas eu queria ouvir de vocês o que falta, neste debate político, neste momento, para que seja desmistificada essa questão do financiamento da educação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada Senadora Marinor.

Passo agora a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Depois nossos convidados responderão as perguntas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, antes de tudo, com todo carinho, em relação à Senadora Marinor, quero dizer sou a favor sim de dizer erradicação do analfabetismo; não é doença. Sou a favor de erradicar o salário baixo, dos professores. Sabe por que eu sou a favor? Porque a gente precisa passar na cara dessa elite brasileira que há analfabetismo. Ela tenta esconder dizendo: "Não, a gente quer universalizar o ensino".

Como também eu digo: o Brasil tem prostituição infantil. O movimento de proteção às crianças não gostam dessa expressão. Mas tem que denunciar; e a gente denuncia com as palavras.

Durante a escravidão, quando Joaquim Nabuco falava em abolir a escravidão, lhe diziam: "Não vamos falar isso. É preciso dizer: acabar com o trabalho servil". Não, a gente tem que botar na cara; são as palavras que denunciam. Quem denuncia são as palavras. Di-

zer: vamos universalizar a alfabetização não denuncia. Agora dizer: vamos erradicar o analfabetismo, como se diz em Cuba, como se diz na Venezuela e se fez, como está se dizendo na Bolívia e está se fazendo, faz despertar.

Mas, para muitos, é uma questão de semântica apenas. Então não é isso que vai nos separar no nosso compromisso pelo fim da situação em que vivem 14 milhões de adultos brasileiros em situação de analfabetismo. É uma questão de semântica, então não vou dizer que a senhora está errada, não. Mas erradicar não necessariamente quer dizer que é doença; é dizer que é uma tragédia. É uma tragédia, porque é uma vergonha, mas não dos analfabetos.

Quando quiseram cassar o mandato do Deputado Tiririca, eu disse: deveriam manter o mandato do Deputado e cassar o prefeito da cidade em que ele cresceu naquela época. Eu liguei para ele sugerindo que fizesse o primeiro discurso dizendo "como era a escola na cidade onde eu cresci". Ele deveria fazer isso.

Mas, entrando agora no assunto, nós estamos todos escandalizados porque 90% dos alunos que fizeram o concurso da OAB foram reprovados. E estamos responsabilizando as faculdades. Se formos olhar bem, o problema foi a pré-escola desse pessoal, foi o ensino fundamental, foi o ensino médio. Não é que as faculdades estejam bem, estão péssimas, mas aluno que teve bom ensino fundamental e bom ensino médio não fica em turma que tem professor ruim; expulsa o professor. Um só, não; a turma. Numa turma em que todos os alunos tiveram um bom ensino médio não existe professor ruim, eles o expulsam. Só que aqui o ensino básico, a educação básica é tão ruim que se chega à universidade hoje sem saber a matemática na engenharia. O que reprovou os alunos na OAB foi o fato de eles não terem aprendido a ler e a escrever na época certa; aprendido mesmo, o que significa ler de quatro a seis livros por ano. Isso, a gente tem que falar.

Por isso, eu gostei muito das falas, gostei muito do Marcelino, que colocou aqui duas coisas. Primeiro, o sonho. É uma vergonha a gente estar querendo dar jeitinho na educação apenas. Não sou contra. É melhor um jeitinho do que nada. É melhor o Fundef e o Fundeb do que a revolução de gastar R$9 mil; nem falo R$9.700,00; falo R$9 mil, que são as contas que tenho para os alunos daqui. Para se gastar R$9 mil por aluno, a gente vai pagar R$9 mil por mês ao professor. Para uma turma de 30, 35, dá o mesmo número. O custo *per capita* anual do aluno é igual ao salário mensal do professor para uma turma de 30, 35 alunos. Se se aumentam as turmas, diminuem-se os R$9 mil de custo, mantendo-se o salário.

Pois bem. Precisamos sonhar com isso. Este País ficou mais de 50 anos entre proibir o tráfico de escravos e fazer a abolição. Aí, o que a gente fazia? Dava um jeitinho: Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários, e não fazia a abolição. Está na hora de pensarmos na revolução. E acho que vou discutir com vocês a ideia de que não há como fazer isso sem colocar a educação sob a responsabilidade da União, inteira. Parar as transferências para os Municípios, as transferências para os Estados e fazer uma carreira nacional para o professor. Como tem no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, como tem aqui no Congresso os funcionários, como tem na Justiça, na Polícia Federal. Uma carreira nacional.

Não é nacionalizar os atuais professores, porque aí também a educação não muda; é fazer concurso, dizendo que vai pagar R$9 mil. Vamos ver quem passa. E, claro, não se pode contratar dois milhões porque, de fato, não teria dinheiro. Mas, em 20 anos, a gente poderia chegar a todas as cidades do Brasil, a todos os professores. É o tempo para que os atuais, inclusive, os atuais que não passarem no concurso, vão se aposentando.

Toda essa proposta, eu a tenho feita, direitinho, inclusive aumentando o salário dos professores atuais para R$4 mil. É quase três vezes, duas vezes e meia. E R$9 mil para os professores que entrariam. Mas é preciso uma coisa em que o Mozart falou mesmo. Se a gente espalhar esses professores novos por aí, eles se perdem. Eles se perdem. Dois meses depois, eles já ficaram no mesmo nível de qualificação que os outros. Por isso a minha ideia seria carreira nacional de professor, Senadora Marinor, e esses professores que passarem – calculo 100, 120 mil por ano – vão todos para as mesmas cidades.

O Banco do Brasil não manda seus funcionários para onde o banco precisa? Por que na educação eles ficam onde eles querem? Porque eles são municipais, porque eles são estaduais. Se forem federais, não. Se eles ficarem nas mesmas cidades, nós poderemos revolucionar todas as escolas dessas cidades; não uma, como fez o Brizola, como fez o Collor, aqui ou ali um Ciac. Não; todas, de uma cidade! Cem mil professores, em média, atendem 100 a 200 cidades de porte médio. Mas se a gente começar pelas pequenas, dá para 300 a 400 cidades. Começar pelas pequenas. Quando a gente fizer 500 cidades em que todos os alunos tenham escola da melhor qualidade, professor bem remunerado, prédios construídos, novos, equipamentos dos mais modernos e horário integral, ninguém para mais. Criamos o efeito demonstração. Os Cieps morreram porque estavam soltos, isolados. Era fácil fechar.

Mas uma cidade toda com escola em horário integral ninguém fecha. Isso é possível com a federalização.

Isso, Marcelino, coincide, mais ou menos, mas tem uma pequena diferença; é quase igual. Para mim, pela conta, em 20 anos, quando todos os professores ganharem R$9 mil, salário nos Estados Unidos, a gente vai gastar 6,4% do PIB considerando um crescimento do PIB de 3% ao longo de 20 anos. E supondo, na linha do que falou não sei se o Marcelino ou o Mozart, que a gente tenha uma vantagem hoje: é que o número de alunos não vai crescer nas próximas duas décadas. O número de alunos fica o mesmo e o PIB vai crescendo. Então você coloca o valor do professor – claro, em termos reais, se houver inflação tem que aumentar –, 6,4%. É igualzinho, quase. Se você coloca as universidades, aí chega a quase 10%. Mas aumentar gastos em 10%, Senador Cyro, sem dizer como vai gastar é jogar dinheiro fora. Eu temo muito esta luta por mais recursos para a educação sem dizer para onde esse recurso vai.

Então, para mim, a ideia sei que é polêmica, muitos não gostam de ouvir, acham que isso é quebrar o pacto federativo. Engraçado, para fazer universidade federal ninguém falou em pacto federativo. Cada Estado tem uma universidade federal. Para colocar escola técnica, ninguém reclama do pacto federativo, todo mundo quer uma escola técnica federal no seu Município. Agora, ensino fundamental federal, não querem. Aí a gente pode inverter. Em vez de se chamar federalização, vamos dizer: vamos espalhar colégios Pedro II pelo Brasil afora; vamos espalhar os colégios militares pelo Brasil afora.

No Ideb, o Mozart deve saber e se eu estiver errado me corrija; no Ideb último, a melhor média não foi das particulares, foi das federais, depois as particulares. São 300, um número até bem redondo. São 300 colégios militares, escolas técnicas e institutos de aplicação. Por que não transformar esses 300 em 200 mil? Em 20 anos. Se não der em 20, muito bem, vamos fazer em 30. Mas ter o sonho, como falou o Marcelino.

Vou parar por aqui, mas, de fato, o problema não é mais dinheiro. Mas é impossível sem mais dinheiro. Então o problema é mais dinheiro, sabendo para onde vai. Por exemplo, a gente tem que pagar R$9 mil, mas não dá para ter estabilidade absoluta; não pode. Se a gente pagar R$9 mil, tem que ter uma estabilidade responsável. O que é estabilidade responsável? É estabilidade em relação ao prefeito, em relação ao presidente, em relação ao governador, em relação aos políticos, mas não é estável em relação aos pais, em relação aos alunos, em relação à sociedade, nem é estável em relação à avaliação.

Se a gente dá valor à educação, tem que avaliar e dizer: companheiro, amigo, você não está dando conta, e educação é muito importante. A cada seis meses um piloto faz um exame completo; a cada seis meses um piloto é avaliado porque ninguém entra em avião com piloto despreparado. Mas a gente manda os meninos da gente para a escola sem avaliar o professor. E se o piloto está com a vista ruim, ele sai, aposenta-se. Mas se o professor é ruim, a gente não tira. Isso é prova da falta de importância para a educação e importância para a aviação.

Tem que tratar a escola como se trata o avião. O avião leva a gente de uma cidade para a outra; a escola leva a gente do presente para o futuro. A gente quer viajar em avião com piloto ruim? Não. Então vai viajar para o futuro com um professor ruim? O País tem que pagar bem, mas tem que exigir muito também.

Concluo dizendo que, lamentavelmente, o PNE não é ambicioso o suficiente; não traz os sonhos, não busca uma revolução, não quer fazer a abolição, quer passar da lei dos sexagenários para a lei do ventre livre. Isso é muito pouco para uma nação que quer ser diferente. Eu concluo dizendo: aqui ao lado eu quero ir, à Comissão de Economia, porque está havendo uma audiência sobre inovação. Garanto que eles não falaram em pré-escola; garanto que eles não falaram em ensino fundamental e querem fazer com que a economia brasileira tenha inovação pelas universidades. Não vão ter se a educação não for boa. Para isso, recomendo que leiam um livro novo do Prof. Isaac Roitman e do Prof. Mozart – que me convidaram para ter o privilégio de fazer o prefácio –, porque ali está mostrando, no livro, a importância da educação de base.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Quero deixar também uma pergunta, quero ouvir a opinião dos senhores.

Uma das metas do PNE é a implantação da jornada integral em 50% das escolas de educação básica do País. Evidentemente, esse programa que resgata a qualidade que tínhamos até a década de 1920 tem um preço e precisa ser calculado. Na opinião dos senhores, qual seria o acréscimo desse investimento e quem o suportaria?

Então passo a cada um dos senhores, começando da nossa esquerda, pelo Prof. Marcelino, cinco minutos para cada um dos senhores para avaliar essas respostas.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – Obrigado, Senador. Já começo pela sua. Naquela planilha que fiz, da qual não tenho cópia aqui, mas acho que vocês têm, lá tem exatamente... Acho que a gente trabalha com 10% do PIB *per capita* em relação ao

custo total. A gente trabalharia aí com 30% do PIB *per capita* pensando a educação por inteiro. A rede técnica, que é a nossa grande rede de qualidade, pegando também a fala do Senador Cristovam, se a gente vai ver o Pisa, a nossa rede técnica, se não me engano – não é, Mozart –, fica em sétimo lugar no *ranking* mundial. Aí a gente vê que dinheiro faz diferença.

A discussão da diferença do dinheiro é a seguinte: um professor que ganha R$1.000,00, passar a ganhar R$1.200,00, isso não resolve. Nós temos que entender que da mesma maneira que a natureza é quântica, a política pública também é quântica. Quer dizer, não adianta eu subir 5% e achar que a melhora vai ser de 5%.

O exemplo de São Paulo, eu fico triste, porque embora eu seja mineiro já me sinta paulista, só na USP estou há 21 anos, é isto: uma rede que já foi a melhor do País e a gente sente essa rede em desmanche. Metade dos professores não são concursados. Eles fizeram um processo seletivo, metade dos professores não passaram no processo seletivo, e eles tiveram que contratar porque, senão, não haveria professores nas escolas. Esse é o xis da questão.

Quando a gente está discutindo financiamento estamos discutindo, em última análise, quanto vamos pagar. Aí me perguntam: mas se você dobrar o salário do professor ruim, ele vai melhorar? Provavelmente, não. A não ser aquele que é ruim pelas questões objetivas do trabalho, quer dizer, se ele está com 60 horas de aula por semana, nem o melhor professor do mundo vai conseguir ser um bom professor. Mas é obvio que, com o piso de R$3.000,00, com a média de R$5.000,00, vou poder selecionar. É isso que faz a diferença na rede técnica federal. É isso que faz a diferença nos colégios de aplicação, que é uma carreira.

Vejo a discussão exatamente por aí. A gente, às vezes, fica pensando: o que é uma escola de qualidade? Há uma tendência de olhar para a rede privada. É um equívoco. Se eu quero pensar uma escola de qualidade no Brasil, eu tenho de olhar a rede técnica federal. Esse é o parâmetro.

Hoje eu não sei...O Nelson até... A gente está fazendo um artigo. Não sei se o número está entre R$10 mil e R$11 mil por ano, quer dizer, o custo/aluno da rede federal. Só que ali ela tem aquele objetivo, quer dizer, ela é tempo integral e é profissionalizante. Acho que esse é o sonho. O sonho para o ensino médio, pelo menos, é a gente conseguir um desenho desse que seja tempo integral. A questão do tempo integral, se eu transformo uma escola ruim em tempo integral, é uma tortura para as crianças. Por isso é que não adianta – aí respondendo à Senadora Marinor – fazer isso. A planilha do Governo fez uma conta de chegar, quer dizer, eu tinha que chegar a 7% do PIB. Então é isso. Quando eu vou ver a universalização da alfabetização ou o fim do analfabetismo, o custo é zero. "Ah! Não... mas isso pega carona em outra". O tempo integral aparece: R$360,00. Como é que vou, com R$360,00, Senador Cyro, ampliar uma escola de tempo integral?

Algo que se discutiu muito aqui foi que mais dinheiro só não basta. Por isso, a ideia de um plano, e que esteja atrelado à mudança legislativa, até por que há propostas aí que implicam mexer até na Constituição. Aí que eu acho que entra a questão da gestão.

Ontem eu saí de uma banca na FEA – interessante porque era uma banca de educação num curso de administração. Então dá um debate interessante, porque são formações diferentes. Aí há uma tendência a copiar o modelo empresarial. Eu digo: gente, administração pública é mais complicada. Aí ficam pensando assim: aquele diretor é quase um super-homem. Nós temos 200 mil escolas, mas não vamos ter 200 mil super-homens.

Então se pensa em modelos de gestão. Falam: "Vamos criar processos de escolha". O espaço que temos para definir isso não é muito simples. Por quê? Porque no modelo empresarial é simples, porque se está dando prejuízo, acaba. Na questão pública, o que eu faço? O cenário de escolha que tenho não é muito amplo, porque se eu faço concurso, que é o modelo da rede estadual de São Paulo, que eu acho muito ruim... Eu vim corrigindo um relatório de estágio que dá tristeza. Era uma escola estadual de Ribeirão, que era um exemplo, uma escola de ensino médio com um laboratório. Para vocês terem uma ideia, o laboratório de Física foi mutilado para encaixar um elevador para os deficientes. É óbvio que precisamos de elevador para deficiente, mas à custa de um laboratório de Física? Mas por quê? Porque provavelmente aquele laboratório não era usado há anos. Aí um mal justifica o outro, quer dizer, você vai tentar...

Quando vamos ver os relatórios dos alunos... Eles têm uma tarefa lá que é a seguinte: um dia na vida do diretor. Essa é a tarefa dos meus alunos. Eles têm que grudar no diretor para verem o que é ser diretor de escola. Aquele diretor se recusava; em vez de ele achar aquilo bom, para ele poder compartilhar com o futuro professor – eram alunos da Biologia –, não. Na hora em que foram entrevistar, todos da escola foram unânimes: "Esse diretor é impossível. Se não tirá-lo, a escola não muda". Ora, o diretor concursado só sai daquela escola se ele quiser. Então, não consigo pensar um modelo de gestão em que eu avalie a competência, mas eu não posso cair na armadilha de criar o cargo de diretor, porque se virou um cargo, acabou; ele só sai daquela escola se quiser.

Eu gosto da ideia da federalização, Senador. Acho que ela é uma ideia boa. Acho que vamos ter de pensar algumas... No meu entendimento, o que seriam diretrizes fundamentais? Nós precisamos de uma lei que regule o sistema de colaboração. Não tem jeito. Hoje quem regula o sistema de colaboração é o Fundeb. Na prática é um sistema de colaboração, mas que é frágil, que é transitório e que o valor aluno é R$118,00 por mês, como eu disse a vocês. Quer dizer, eu entendo o seguinte: a partir do momento em que a União, mesmo num primeiro passo, porque o grande lema, Senador, é que a gente tem que... Acho o seu desenho muito interessante como ponto de chegada. Então, qual é o ponto de partida?Acho que, primeiro, temos de incrementar a participação da União no Fundeb. O que a União coloca no Fundeb – 10% – é muito pouco.

Segundo passo: a carreira. Gosto da ideia de pensar uma carreira. Acho que podemos atrelar uma carreira ao Fundeb. Concursos públicos para professor, é onde nós precisamos mexer muito. Concurso público para a universidade tem prova didática, tem prova escrita e pede o currículo do candidato, mas isso não garante, muitas vezes, a qualidade. O que acho importante? Os pais participarem de uma banca de concurso. Por que não? Mas se eu não tiver um salário que atraia, não adianta isso. Este é o nó: não adianta eu aperfeiçoar a seleção do professor se eu não mexer na atratividade da carreira, de que todos nós falamos aqui.

O último ponto é, de fato, pensar um sistema de avaliação. O sistema de avaliação que o Brasil tem não é um sistema de avaliação; é um sistema de provas. Então eu aplico provas aos alunos. Qual é o grande problema de eu avaliar a qualidade da escola pela nota do aluno? É aquilo que o Mozart mostrou: quanto mais rica a família, quanto mais alto o nível socioeconômico, maior a nota. Então, as escolas particulares no Brasil – dizem – são boas porque os alunos tiram notas boas. Isso é uma mentira; os alunos delas tirariam notas boas em escolas públicas, em qualquer escola. Isso é um problema do MEC, eu acho. Por quê? Porque o MEC divulga a Prova Brasil, mas não divulga o nível socioeonômico e ele tem o socioeconômico. Nos Estados Unidos, eles soltam a nota e soltam o socioeconômico. Assim, vamos ver que as escolas técnicas fazem muito mais. Há escolas públicas que conseguem pegar alunos de um nível socioeconômico mais baixo e levá-los para cima.

Há um estudo do Chico Soares – valeria a pena a pena convidá-lo – , Professor da Federal de Minas, em que ele mostra o seguinte: quem mais acrescenta? As escolas públicas federais, as escolas que mais conseguem pegar um aluno de nível socioeconômico mais baixo e levar esses alunos para cima. Então, precisamos, de fato, criar um sistema de avaliação. Acho que não dá para ele existir se não se fortalecer... É preciso visitar as escolas. Acho que todos já visitaram uma escola. Acho que vocês concordam comigo: uma visita de uma hora a uma escola, a meu ver, responde muito mais do que milhões que são gastos com Enem, com Pisa, com Prova Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. José Marcelino.

Passo a palavra ao Sr. Vander Oliveira, para suas considerações e respostas.

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Serei breve, Sr. Presidente,. Vou ater-me a dois pontos especiais, abordados tanto pela Senadora Marinor quanto pelo Senador Cristovam.

A questão da autonomia para gestor e para a Secretaria de Educação, a questão do controle, a questão da boa utilização dos recursos, porque não basta você ter assegurados os recursos; é preciso haver o direcionamento apropriado desses recursos. Em nosso País, temos uma boa base legal para trabalhar. Nesse aspecto específico da gestão do financiamento da educação, devemos lembrar que na LDB de 1996 já estava claramente colocada a responsabilidade, a necessidade de repassar o recurso para que fosse gerido pelo respectivo gestor da educação no Estado e no Município.

Acabamos de ouvir o depoimento do Prof. Mozart, de que secretários assinam cheques em branco. Temos de dar efetividade à legislação, fazer cumpri-la nas pontas, nos Estados e nos Municípios. Para isso, precisamos acionar e criar mecanismos que estejam ao alcance dos órgãos de controle. Precisamos fazer com que os órgãos de controle atentem para esses aspectos e, efetivamente, apliquem as punições cabíveis nessas situações. Em outras palavras, nós já temos ordenamento jurídico para assegurar efetivamente esse aspecto da gestão dos recursos, mas é preciso melhorar muitos aspectos.

O que eu quero destacar é o Decreto nº 7.507, recém-editado no dia 27 do mês de junho, que justamente procura avançar muito nessa direção. A partir do mês de setembro, já que o decreto dá um prazo de dois meses para que seja efetivamente implantado o que está ali previsto, a partir de setembro, toda a movimentação, toda a execução dos recursos do Fundeb, recursos de programas como o PDDE, como o Alimentação Escolar, como o Pnad, além de outros programas da saúde, serão executados por meios eletrônicos junto ao Banco do Brasil, aos bancos oficiais. Então, vai acabar essa história de emissão de cheques para

pagamento de despesas que ninguém sabe, efetivamente, quais são. Mais do que isso, também deverão ser identificados nesses pagamentos, o destinatário do pagamento e a finalidade desse pagamento. Estamos, no Ministério, no FNDE, em articulação com os bancos – no caso, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que são gestores, os agentes financeiros do Fundo – para operacionalizar essa medida.

Então veja: daqui a pouco, brevemente, nós vamos ter acesso, Marcelino – hoje você acessa a Internet e verifica lá quanto o Município recebeu do programa a, b ou c, quanto recebeu do Fundeb e assim por diante, você obtém essa informação até com os centavos, em tempo real, praticamente, essa informação –, a essa informação, identificando o valor utilizado, o destinatário daquele pagamento e a finalidade dele. É um instrumento que vai concorrer para a transparência.

Isso reafirma que nós já temos bons mecanismos que apontam para a direção do bom uso do recurso, da boa gestão do recurso, da efetiva aplicação dos recursos.

Quando falo do regime de colaboração, significa que nós temos que avançar, para que não fique apenas o Estado e o Município, a União e o Estado, a União e o Município e assim por diante; que esse regime de colaboração seja também compreendido como sendo uma soma de esforços por todas as instituições envolvidas no processo, sejam elas órgãos do Executivo, sejam elas instâncias de controle institucional, instâncias de controle social. Todos têm de estar envolvidos efetivamente de forma tal que todos possam cumprir a tarefa que lhes cabe nesse processo, já que ninguém consegue assegurar essa efetividade sozinho, sem essa colaboração interinstitucional.

É esse o meu comentário a respeito das questões aqui levantadas.

Obrigado.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, permita-me, para não ter que voltar...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Professor, se o senhor puder comentar a questão da planilha. Qual a impressão de V. Sª sobre a questão das metas...

O SR. VANDER OLIVEIRA BORGES – Foi até proposital, Senadora. É bom que eu esclareça. Eu represento uma instituição do Executivo, evidentemente, que na estrutura organizacional a atribuição de executar as políticas, no caso, o FNDE no contexto da educação básica. Está certo?

A formulação de políticas... Por aqui estiveram o Ministro da Educação, os Secretários do próprio Ministério para debater isso. Oportunamente também virão a esta Casa para debater a questão nas linhas políticas, que respondem pelas metas, pela definição, pelo delineamento dessas metas. No caso, acho que seria mais apropriado esses dirigentes debaterem essas vertentes políticas do plano.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Só queria registrar que vai ficar uma lacuna por parte da representação do Executivo de uma análise sobre as questões que levantamos aqui, como: que alternativas, se isso foi fruto de um diagnóstico encontrado, se o planejamento está pertinente à demanda. Enfim, acho que fica uma lacuna. Obviamente não posso exigir do Vander essa resposta, mas nesse ponto específico do financiamento, que é o tema de hoje o Governo vai ficar nos devendo, e a gente, em outro momento, vai cobrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª tem toda a razão. Como queremos fechar o programa no todo, sem dúvidas, acho que podemos, depois, exercitar qual a pessoa indicada para vir a uma única Comissão dessas para dar esses parâmetros, porque senão, realmente, vamos ficar com uma lacuna. É muito importante que a gente possa fechar esse quadro no geral.

Passo, então, a palavra ao amigo Mozart Ramos.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – A Senadora colocou um ponto sobre o qual eu gostaria de dar uma sugestão. Em outra oportunidade, com o Ministério Público, num evento promovido na área de educação, da Promotoria da Educação do Ministério Público, eu levantei uma sugestão que eles gostaram muito, não sei se teve consequência. O grande problema é que quando você tem o repasse de recursos, quando as contas do prefeito são analisadas o leite já foi derramado, o prefeito já não é nem mais prefeito, o secretário já não é nem mais secretário e aquele que está lá respondendo, fica dizendo: foi o problema da gestão anterior. Todo mundo ouve falar isso aqui, de uma ponta a outra do Brasil.

Fiz uma proposta, Cristovam, que era o seguinte: todo dinheiro, de alguma maneira, ele tem que resultar no benefício do professor, do aluno, da escola. E o que é que normalmente os órgãos de controle colocam para essa dificuldade? É um monte de processos que entram numa fila e não tem gente. Mas a gente poderia fazer um breve resumozinho, de duas páginas dos indicadores educacionais do Município. Se está caindo, seria um sinal de alerta para se olhar as contas imediatamente daquele Município. Não é só Ideb, não; está caindo atendimento de creche, está caindo atendimento de aprendizagem, a conclusão, evasão está aumentando. Se isso está acontecendo, não se deve esperar sete anos para dizer assim: o dinheiro foi mal empregado.

Não estou dizendo que não se deva analisar todos. Mas é preciso que se acenda um sinal vermelho de imediato e não se deixe que, depois de passados quatro anos, se diga: "Foi um desastre a gestão daquele prefeito na área da educação". Aí não tem mais o que se fazer, exceto prender, se for o caso. O que normalmente não acontece.

Então, a ideia é que a gente tenha um relatório circunstanciado simples de todo o atendimento escolar da qualidade social da educação. Se você quer ter universalização, você quer ter a permanência, você quer ter aprendizagem a conclusão. Se isso não está acontecendo, que está caindo, vai lá saber o que está acontecendo. Se os insumos da escola não estão chegando à escola: a merenda, o transporte – as denúncias se repetem todos os dias nos meios de comunicação –, não se deve esperar quatro, cinco, sete anos para depois dizer que a coisa não andou.

Então, para aqueles Municípios onde isso está acontecendo deveria haver uma atuação imediata no Município. E, assim, talvez a gente não perca tanto tempo para chegar à conclusão óbvia. Então eu acho que está faltando à questão da responsabilização.

Cristovam, eu queria também concordar com você. Mas, em relação à federalização, eu acho que você tem razão. Se a gente olhar a situação dos Municípios, 75% dos Municípios, hoje, eles não têm condições de arcar com a lei do piso. Está muito claro. E os aspectos que foram colocados pelo Ministério, segundo os prefeitos me colocaram, apenas cerca de 27 Municípios teriam condições de conseguir recursos para fazer em face da lei do piso salarial. Teria que haver mecanismos que, eventualmente, pudessem tornar viável a lei do piso, do ponto de vista do repasse para esses Municípios que, efetivamente, não têm condições.

Então, Cristovam, eu concordo contigo. Só tem uma coisa que eu discordo de você: eu acho que não deveríamos pensar no Município, mas sim em escolas. Ou seja, em lugar de você mandar todos aqueles professores novos para o mesmo Município, eu acho que se deveria pensar em escolas. Essas escolas podem, de alguma maneira irradiar, criar ali uma cooperação entre escolas dentro de um regime de colaboração instituído legalmente.

Outro ponto que eu daria como um aperfeiçoamento, dispersar em várias escolas, eu concordo contigo, vai terminar virando a mesma. Então você tem que focar na escola, com modelo pedagógico, modelo gestão – e aí eu entro na pergunta do Senador Cyro –; eu até propus ao pessoal que no ensino médio tivesse convidado aqui Marcos Magalhães, que fez – Cristovam conhece lá em Pernambuco – as escolas de tempo integral de ensino médio. Os resultados agora não só ficaram restritos às 40 escolas, que era o que havia quando nós saímos como Secretário, mas o atual Governador Eduardo Campos, expandiu para mais de cem escolas; está no Ceará, em mais de cem escolas; no Maranhão, e os resultados, hoje, são muito bons. Já chegaram às metas de 2021. Praticamente todas as escolas de tempo integral.

Não é pelo tempo integral, não. Lá, o salário é equivalente ao salário do professor de mestrado da federal. Estou dizendo isso porque minha esposa, na época que começamos, era professora do mestrado da Arqueologia, ganhava o equivalente ao salário de um professor de tempo integral dessas escolas de tempo integral. Tinha o modelo pedagógico. Lá, os alunos...

Era onde eu colocaria meus filhos. Eu sempre digo: eu quero a escola pública onde eu colocaria meus filhos. Eu não quero escola pública para os menos favorecidos. Eu quero escola pública onde todos nós tivéssemos orgulho de colocar os filhos.

Então, nessas escolas de tempo integral – o Marcos tem todo o cálculo –, sabe quanto custava a mais? O aluno, na escola padrão de Pernambuco, comum, de tempo parcial, custava algo em torno de R$1,3 mil/ano. O salário é um dos mais baixos, se não for o mais baixo ainda de Pernambuco. Mas nessas escolas, chegava, naquela época, em 2006, quando deixei, a R$2,8 mil. Aí você vai olhar: está muito pouco. Não. Estou falando do dinheiro na escola. É por isso que eu digo: tem um dinheiro que fica no meio do caminho.

Como é que foram calculados esses R$2,8 mil? Pegamos todos os professores com esse salário que estou dizendo, que era equivalente a um professor com mestrado na federal de Pernambuco. Pegamos todos os funcionários, desde alguém que cuida da entrada da escola, ao pessoal que está fazendo a merenda, que faz a limpeza, que deveria ter em toda escola. Pegamos os alunos chegando às sete e meia da manhã, saindo às quatro e meia da tarde, com três refeições: na entrada, o almoço, e um lanche na saída. Com fardamento escolar, com livros, tudo isso calculado. Marcos Magalhães tem isso, e tem atualizado.

E vamos ver. Se o dinheiro chegar direitinho na escola, não temos algo exorbitante. Sabe qual era o grande problema para universalizarmos isso? Era gente. Porque todos os professores, para fazerem parte dessas escolas de tempo integral, no mínimo eles tinham que ter a especialização, mestrado ou doutorado. E ganhavam em função da titulação. E dos resultados em sala de aula.

E, por fim, aí, Cristovam, entra um ponto em que eu queria lhe dar uma sugestão. Tem os novos e tem os novos atuais, vamos dizer, que já estão. Tem uma situação realmente que, lamentavelmente, dos que es-

tão hoje na rede dos professores, em que você pode dar R$10 mil e não vai recuperar. Agora, tem alguns jovens, para não fazermos o efeito Tiririca exatamente com quem é jovem, tem muitos professores jovens e lamentavelmente a formação inicial, hoje, nas universidades, deixa muito a desejar, em geral, em relação à necessidade da escola pública, lá da sala de aula. Isso precisaria ser discutido nessa questão, e ajudarmos aqueles que ainda têm o sonho, que querem ter um bom salário, que trabalham e são os heróis, no meu entendimento, e que ainda estão esperando esse sonho.

Eu acho que poderíamos dar oportunidade de uma formação complementar, até para que eles pudessem migrar para os R$9 mil. Porque eu acho que tem muita gente que tem essa vontade, mas não está devidamente aproveitada, motivada – não ele, mas a motivação interna na rede. E eu acho que rapidamente traríamos os mais preparados. Tem muita gente.

Lá em Pernambuco, Cristovam, que é um Estado que tem muitas dificuldades – vou encerrar aqui –, fiz um levantamento e havia, Cristovam, cerca de quatrocentos e cinquenta e poucos professores, em 2005, quando fiz o levantamento, com mestrado, e algo em torno de 60 professores com doutorado. Que estão dispersos aí. Gente com doutorado na Universidade de Paris, na Suécia, que saíram num determinado momento, voltaram e estão perdidos na rede. Então, eu acho que tem muita gente boa.

Naquele artigo que eu acho que entreguei, que publiquei no Correio Brasiliense, eu dou uma ideia. Veja, falamos que quem forma os professores são os professores da universidade, uma boa parte deles, Marcelino, diferente da gente. Eu tive oportunidade porque fui secretário, não foi porque fui reitor não, de ir para uma escola pública. Quantos reitores entraram numa escola pública? Eu duvido, a maioria nunca entrou. Eu nunca tinha entrado, como reitor. Temos que ser honestos. Eu nunca tinha entrado como reitor. Entrei no Colégio de Aplicação. Agora, a maioria dos não sabe nem o que é escola pública. A maioria dos professores das universidades não sabe o que é uma escola pública. Essa é que é a realidade. E a formação que estamos dando é uma formação desconectada.

Por isso, proponho trazer esses professores que estão com boa formação, com boa titulação, para dentro de um instituto – vejam bem, não é fora da universidade não –, dentro da universidade, articulando aqueles poucos que ainda cuidam da educação básica, que são muito poucos dentro da universidade, a maioria está na pesquisa, está na pós-graduação, no doutorado, no mestrado, que é o que dá valorização em todos os aspectos, trazer esses bons que estão na educação básica, juntar formar o bom exército de professores para formar esses futuros professores, com currículo de fato articulado com a escola pública, com a base da escola que nós queremos para ser uma escola para todos, e não uma escola para os menos favorecidos.

Essa é a minha ideia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, eu acho que nós temos oportunidade de sonhar...

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – É só um último depoimento, até para registro. Eu trabalho há vinte anos na licenciatura, formando professores na área de ensino de Química, de Biologia. E uma coisa, ano após ano, me dá tristeza.

O aluno vai para o estágio na escola, o aluno USP, passou por uma seleção. E aí o professor da escola que o recebe fala: "Você é louco? Você quer ser professor?". Quer dizer, eu quero registrar isso, porque isso é um bom exemplo do impasse. Aquele professor que está lá em sala de aula vira para o potencial futuro professor, com boa chance, e diz: "Você é louco!".

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – E desestimula.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO – E eu tive o depoimento de uma aluna que falou: "Zé, essa disciplina foi muito boa, só que num certo sentido ela não atingiu o objetivo, porque depois de passar pela sua disciplina eu descobri que eu não quero ser professora". É triste, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas eu acho que nós temos que sonhar esse sonho juntos e persegui-lo, até tornarmos ele realidade. Nós não podemos abandoná-lo. Esse é um sonho que é factível.

Eu agradeço a presença de todos os Srs. e SRA. s Senadores, agradeço a presença dos nossos convidados, que abrilhantaram esta manhã tarde, e declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para terça-feira, às 11 horas, neste mesmo local, reunião ordinária e deliberativa.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 13.

Às treze horas e sete minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala

Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, IVO CASSOL, KÁTIA ABREU, RANDOLFE RODRIGUES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO e PAULO DAVIM**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA. PRIMEIRA PARTE**: Apreciação das emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2012 (PL Nº 02/2011-CN) que "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". Foram apresentadas duas emendas: **Emenda nº 1)** Ementa: Identificação de projetos na Lei Orçamentária. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei – Artigo 1, Inciso IX. Texto Proposto: Inserir onde couber o seguinte dispositivo: "Art. XYZ. O projeto e a lei orçamentária anual conterão um anexo no qual se estabelecerá a correspondência entre as denominações utilizadas pelos órgãos e entidades para programas e ações finalísticas do Plano Plurianual. Parágrafo único: O Poder Executivo divulgará mensalmente inclusive pela internet, a relação atualizada das informações mencionadas no *caput"*. Autoria: Senadora Marisa Serrano. **Emenda nº 2)** Ementa: Exigência de autorização prévia do Congresso Nacional à execução de dotações decorrentes de créditos extraordinários. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei – Artigo 55. Texto Proposto: "O empenho de despesas de programação aberta por crédito extraordinário somente ocorrerá após a autorização do Congresso Nacional, dada por meio de decisão da Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal. § 1º. Editada um medida provisória que crie crédito adicional, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento promoverá sessão especial destinada à deliberar sobre a autorização de que trata o *caput* deste artigo. § 2º. Se a medida provisória for editada em período de recesso do Congresso Nacional, a deliberação caberá à Comissão Representativa a que se refere o § 4º do art. 58 da Constituição Federal". Autoria: Senadora Marisa Serrano. A Presidência designa como relatora das emendas a Senhora Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**. A Senhora Senadora Vanessa Grazziotin realiza a leitura do relatório sobre as emendas, propondo a aprovação da emenda nº 1, e da emenda nº 2 com o texto acima. Encerrada a discussão e colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação das emendas com a alteração proposta pela relatora. Fica adiada a **SEGUNDA PARTE** da reunião, destinada à deliberação de matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Comunicados da Presidência. Reuniões da semana: ainda hoje, reunião conjunta entre a nossa comissão, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. A reunião acontecerá no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, às 14 horas, em audiência pública destinada a debater a situação do tráfego aéreo no País, as condições da infraestrutura aeroportuária e os investimentos programados para o setor.

Comunico também a realização de reunião de audiência pública conjunta entre esta comissão e sua Subcomissão Temporária de Acompanhamento à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, amanhã, dia 8 de junho, quarta-feira, às 9 horas, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho. A audiência integra os eventos do Senado Federal pelo Dia Mundial do Meio Ambiente. Portanto, convoco todos os membros do colegiado a participarem da reunião.

Será debatido o tema "Economia Verde, Serviços Ambientais", com a participação da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Embrapa, do Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia, Inpa, da Organização não governamental Fase Nacional e da empresa Natura.

Finalmente, na quinta-feira, dia 9 de junho, às 11 horas, teremos reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a exposição da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A audiência tem com objetivos coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal e debater a aplicação do Decreto nº 7.029, de 2009, que institui o programa Mais Ambiente, para a regularização ambiental de imóveis rurais.

Quero pedir desculpas e justificar o meu atraso. Estava no Palácio do Planalto, onde a Presidente Dilma, com a presença do Secretário-Geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, lançando a comissão do Governo Federal encarregada de preparar a participação brasileira na Rio+20.

Nós temos aqui nosso ponto de pauta, em função do atraso, a menos que haja deliberação em contrário do Plenário, tratar apenas da primeira parte, ou seja, das emendas à LDO.

Nós temos duas emendas à LDO apresentadas pela Senadora Marisa Serrano, que estão sendo consideradas emendas de comissão.

Eu peço a Senadora Vanessa Grazziotin que faça o relatório das emendas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o relatório diz que as duas emendas são meritórias. A primeira é essencial para que todos, sejam políticos, acadêmicos ou sociedade, possam entender o conteúdo orçamentário, na medida em que exige que haja um projeto de lei de orçamento e, na própria lei, um quadro de correlação dos termos que são, na prática, utilizados pelos ministérios com a terminologia adotada no orçamento.

A segunda é também rica no mérito, Sr. Presidente. Ela impediria gastos açodados de créditos extraordinários criados por meio de medidas provisórias.

Enfim, são essas as emendas apresentadas.

O Parecer é favorável às duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam as emendas permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Eu quero agradecer a presença das SRA. s e dos Srs. Senadores, reiterar o convite para as diversas audiências públicas que teremos ao longo da semana, a começar hoje à tarde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13horas e 16minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE, 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 – CMACOPOLIM E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi e Benedito de Lira**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM; e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vital Do Rêgo, Waldemir Moka e Walter Pinheiro.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidente comunica que em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13/2011-CDR, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto "II Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo Fazendo Parte do Time da Copa de 2014". Até o presente momento, foram realizadas visitas nas cidades de Fortaleza, Recife, Curitiba e Belo Horizonte. A 5ª visita será em Manaus – AM, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, com abertura pela manhã, almoço e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria

dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, com o objetivo de debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República; Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Presidente concede a palavra aos Convidados. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Valdir Raupp** e **Francisco Dornelles**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senador Ricardo Ferraço assume a Presidência da Comissão. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, a Senadora Lúcia Vânia reassume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CI – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da CAE – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da CMACOPOLIM – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CDR.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; a 22ª da Comissão de Assuntos Econômicos; a 18ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 11ª da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e a 13ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores dessas Comissões e Subcomissão.

As SRA. s Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública que ora se inicia é a uma iniciativa conjunta de quatro Comissões e de uma Subcomissão permanente do Senado Federal: da Comissão de Serviços de Infraestrutura; da Comissão de Assuntos Econômicos; da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A realização da presente audiência é resultado da aprovação dos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011, da Comissão de Infraestrutura; nº 16, de 2011, da CAE; nº 26, de 2011, da CMA; e nºs 15 e 16, de 2011, da CDR, de nossa autoria e dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Pedro, Vanessa Grazziotin e Ana Rita, com o propósito de debater a situação do tráfego aéreo no Brasil, as condições atuais de infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e, por fim, as implicações de todos esses aspectos para os eventos esportivos de relevância internacional que o Brasil sediará nos próximos anos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil; Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agradeço desde já a inestimável participação dos senhores nesta audiência pública.

Reunir as três principais autoridades brasileiras em aviação civil nesta audiência pública representa uma oportunidade ímpar para o Senado Federal de colher, em primeira mão, informações atualizadas, relevantes e oficiais sobre as providências que o Poder Público vem tomando e que pretende adotar para aprimorar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

No dia 26 de abril deste ano, realizamos, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública sobre o mesmo tema de que tratamos hoje. Naquela ocasião, porém, os convidados apresentaram quadro extremamente preocupante sobre o presente e o futuro da infraestrutura aeroportuária brasileira, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de colapso do

setor no curtíssimo prazo, antes mesmo dos eventos internacionais que sediaremos em 2014 e em 2016.

Assim, os depoimentos das três autoridades que recebemos hoje em muito enriquecerão o panorama que estamos formando no Senado Federal a respeito da situação da aviação civil no País. Temos a oportunidade de ponderar acerca dos prognósticos dos estudos já debatidos da reunião do dia 26 de abril com relação aos dados e às informações que nos serão apresentados pelos ilustres convidados de hoje.

Esperamos que esta audiência pública permita-nos uma visão mais cristalina da questão, na medida em que os senhores convidados de hoje terão a oportunidade de apresentar-nos propostas concretas para evitar o caos que ameaça a aviação civil brasileira.

Contamos com a presença do Presidente da CDR, Senador Benedito de Lira, a quem convidamos para fazer parte da Mesa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero comunicar a V. Exª que fico muito à vontade aqui. Faça de conta que estou à Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sinta-se como se V. Exª estivesse na Mesa.

Comunicados e convites: em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção da organização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. É o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas as seguintes visitas: 18 de abril, em Fortaleza; 9 de maio, em Recife; 16 de maio, em Curitiba; 6 de junho, em Belo Horizonte. A quinta cidade a ser visitada será Manaus, Amazonas, no dia 13 de junho próximo, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, localizada na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque nº 3.950.

A Secretaria da CDR está providenciando o envio de convites a todos os Srs. Senadores.

A estrutura da visita será: na abertura, pela manhã, teremos um espaço para manifestação das maiores autoridades presentes. Almoço para as autoridades no Palácio do Governo do Estado do Amazonas e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima e ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder tempo de quinze minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Vice-Presidente, Senadora Kátia Abreu; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente Senador Benedito de Lira, e Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim; meus colegas de Secretaria, Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e Dr. Carlos Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Anac; cumprimento todos também no Senado, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma apresentação rápida e de tecer alguns comentários sobre o setor, na medida em que já estou, digamos, há dois meses no cargo. O tempo passa muito rápido. Quando a gente observa, ele é muito mais célere do que a gente imagina. Mas é bom, porque a gente vai aprendendo sempre coisas novas.

Vou falar um pouquinho sobre a organização institucional, sobre a importância de haver uma instituição onde trabalha a governança do setor, de forma estruturada, com a participação de todos os agentes. Falar um pouquinho também das ações que já realizamos até agora, apesar do curto prazo, e sobre o que a gente imagina que possa ser uma agenda para o futuro do setor de aviação civil.

No primeiro quadro, temos ali a criação da SAC, que aconteceu em março deste ano. Reputo como uma criação bastante acertada, porque, quanto mais a gente se envolve na discussão das questões desse setor, a gente observa que uma das melhores coisas que se pode ter é uma melhor governança e gestão desse setor.

Temos uma série de participantes. Estamos aqui falando não só da Secretaria, mas da Infraero, da Anac. Há um colega nosso que, talvez, fosse interessante estar aqui hoje, mas não está, que é o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), que é um ator importante no desenvolvimento desse setor. Além disso, temos as companhias aéreas, nós temos o Ministério da Justiça com a Polícia Federal, nós temos o Ministério da Fazenda com a Receita Federal e nós temos o Ministério da Saúde com a Anvisa.

Então, é um setor que, sob o ponto de vista de dentro da cerca, já tem uma série de interlocutores e

responsáveis para que esse tipo de serviço seja prestado adequadamente ao usuário. E do lado de fora da cerca, também – quem não está diretamente ligado à administração, à gestão do aeroporto de alguma forma –, nós temos uma série de agentes.

Obviamente, o Congresso Nacional é fundamental no aperfeiçoamento da discussão da regulação prevista para o setor, que é um setor altamente sensível e que precisa ser, de alguma forma, atualizado em suas regulações.

Nós temos uma série de outros agentes, por exemplo, Estados e Municípios. O aeroporto, para funcionar bem, precisa de uma ação concertada com os Municípios. Por exemplo, um aeroporto como o Galeão ou outros aeroportos que existem no Brasil podem estar sendo muito bem operados, talvez com padrões internacionais no limite, em algum momento, mas se nós não tivermos uma parceria estabelecida com Municípios, por exemplo, para que não ocorra o problema do risco aviário, nós poderemos ter uma limitação da utilização desses aeroportos. Por isso, é importantíssimo que os Municípios se integrem junto ao aeroportos, para que a gente possa prestar um serviço melhor ao consumidor, e não só isso, como a questão da mobilidade para se chegar aos aeroportos, enfim.

Existe uma série de questões em que os Estados e os Municípios serão fundamentais. Portanto, não é uma atividade econômica em que alguém, sozinho, resolve os seus problemas. É necessário que exista um trabalho conjunto, um esforço conjunto, uma participação colaborativa de todos os agentes. Nesse sentido, eu acho que a criação da SAC foi uma decisão bastante correta, porque ela permite que alguém com foco possa se dedicar a esse trabalho.

Poderia passar o próximo *slide*, por favor.

Bom, temos três Secretarias: uma de Política Regulatória, uma Secretaria de Aeroportos, que trata da infraestrutura dos aeroportos, e uma Secretaria de Navegação Civil. Cada uma delas tem uma ligação direta com os outros agentes que nós conversamos aqui e serão fundamentais na articulação e no desenvolvimento de uma agenda comum.

Pode passar, por favor.

Bom, política regulatória, eu, realmente, acho que não é o caso de ler todas as atribuições. O nome, eu acho, é altamente ilustrativo da missão dessa secretaria.

Eu gostaria que, talvez fosse mais interessante, em vez de a gente passar secretaria por secretaria... Eu pediria para passar um pouquinho mais. Um pouquinho, por favor.

Eu acho que nós poderíamos passar, já que nós temos pouco tempo, para algumas questões que eu reputo fundamentais para a gente entender qual é a agenda que nós temos hoje e a futura.

O que, nesse pouco tempo que tivemos, já começamos a tentar desenvolver? Uma melhoria na governança, em função de tudo o que eu já falei aqui antes.

Com vistas a maximizar a utilização dessa infraestrutura disponível... Porque, dessas conversas que tivemos, num primeiro momento, tanto em nível de governo, dever de casa, como com as companhias aéreas e com especialistas do setor, nós observamos que se nós utilizarmos de uma melhor forma a capacidade de infraestrutura que temos hoje, uma indicação que temos é de que a gente poderia aumentar a capacidade dos aeroportos, com os investimentos que temos hoje, na ordem de 30%. Todos nós sabemos que o melhor investimento que temos é utilizar adequadamente o que nós já investimos.

Então, nesse caso aí, começamos a estabelecer um trabalho conjunto e temos reuniões de governança não só com os entes de Governo, como do setor privado, no sentido de desenhar alguns círculos de governança que façam com que possamos operar de uma forma mais eficaz.

Criamos, num primeiro momento, nos aeroportos microlocalizados, em dois aeroportos, em Guarulhos e em Brasília, que começaram a operar neste fim de semana, um centro de governança, de gestão desses aeroportos. Nesses centros, estão todos esses parceiros que a gente vê ali: a Infraero, a Anac, o Decea, a Polícia Federal, a Receita Federal, companhias aéreas. Eles ficam todos juntos num *locus*, no aeroporto, em que tem todo um equipamento em que você pode ver todas as atividades do aeroporto *on-line.* Com isso, essa gestão conjunta que existe lá pode, imediatamente, tomar uma decisão sobre qualquer problema que aconteça no aeroporto.

Isso é uma coisa que está começando e nós esperamos um teste nesses dois pilotos por uns dois ou três meses, para aperfeiçoamento. O *feedback* que temos até agora, apesar de pouco tempo, é muito positivo, porque tem uma série de ações... Só quem visita essa sala ou quem participa de alguma forma disso é que verifica que grau de possibilidade se tem de otimizar a operação do aeroporto com uma gestão integrada.

Então, isso vai ser o embrião futuro de uma autoridade aeroportuária, e não é que ela vá dizer como é que os parceiros trabalham. Ela vai participar e ajudar numa discussão de coordenação, e o importante é que cada um tem a sua atribuição: a Polícia Federal tem a sua, a Receita Federal tem a sua, a Anac tem a sua, a Infraero tem a sua, as companhias aéreas têm a sua, mas, como toda atuação conjunta, precisa ter alguma governança e alguém responsável.

Então, no futuro, uma vez que nós tenhamos desenvolvido a contento esses primeiros testes, deveremos definir alguém que seja responsável pela coordenação do aeroporto, mas, no momento, o que acho relevante é o treinamento, é o exercício de uma atuação conjunta no aeroporto, porque acho que isso vai trazer muitas formas de interpretar problemas e de entender como a forma de trabalhar de uma ou outra instituição pode afetar as outras e a vida, obviamente, dos usuários dos aeroportos. Isso, certamente, vai levar a uma melhor ação e a um melhor resultado.

Essas são ações de curto prazo que foram tomadas e, obviamente, nós vamos ter círculos de governança maiores. Já combinamos com os parceiros. A ideia é que se tenha uma governança, vamos dizer, sob um ponto de vista mais estratégico, de um ano, no sentido de tomar decisões que possam trazer essas melhores práticas para os aeroportos. Nós estamos contatando consultorias internacionais, que deverão nos ajudar a implantar nos aeroportos as melhores práticas que são usadas no mundo.

Nós, neste ano, até o final do ano, deveremos ter, em todos os aeroportos, a operação de um *check-in* compartilhado de todas as companhias, o que vai trazer flexibilidade e aumento de capacidade de *check-in* nos aeroportos.

Vamos usar, também, os totens todos, porque, hoje, você tem totens que são de uma companhia e outros que são de outra. A ideia é que nós tenhamos um sistema comum, em que todos os totens possam atender a todas as companhias. Com isso, também melhoraríamos a nossa capacidade de atender aos usuários.

Há outras atividades de melhorias operacionais dos aeroportos que nós deveremos desenvolver junto e em parceria com consultorias internacionais que tragam para nós essas melhores práticas. Com isso, esperamos aumentar a capacidade dos ativos que nós temos, sem precisar investir nada, ou, pelo menos, de uma forma relevante. Nós precisamos tirar da infraestrutura que nós temos o que ela pode dar, e isso será feito através de gestão e de uma governança nos aeroportos.

Temos essa ação, como eu disse, de uma política de longo prazo, de um ano, e vamos definir um plano, também de longo prazo, sob o ponto de vista de ter, no País, uma visão de 30 anos, em que possamos definir para onde vamos; em que possamos definir com antecedência os investimentos que precisamos fazer, não só sob o ponto de vista dos grandes aeroportos, mas também da questão da aviação regional. É fundamental que a gente desenvolva não só sob o ponto de vista econômico, algumas regiões, mas também de integração de um País continental como é o nosso. Então, essa é uma agenda que já está sendo desenvolvida em conjunto, também, tudo é em parceria, para que nós possamos não só ter uma avaliação melhor, como ter uma proposta de solução.

Uma agenda fundamental para isso, também, nós temos falado, é a questão da reestruturação da Infraero. A reestruturação da Infraero é fundamental, porque será um parceiro que, daqui para a frente, será fundamental na articulação e na parceria com o setor privado.

Foi anunciado pela Presidente, na última semana, que nós deveremos conceder aos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília este ano... É um estudo que ainda está em desenvolvimento, a modelagem está em desenvolvimento, o BNDES vai ajudar a Secretaria a fazer esse trabalho. Já estamos trabalhando juntos e, com esse trabalho, vamos precisar, para que essas coisas funcionem, já que está definido que a Infraero será um parceiro, terá uma participação na companhia de 49%, será um sócio relevante, nos capacitar para isso. Capacitar-se do ponto de vista de ter uma estrutura de engenharia adequada: capacidade em desenvolver projetos; capacidade em fazer a fiscalização do projeto; capacidade em fazer orçamento de projeto adequado, se estruturado do ponto de vista administrativo e jurídico, para que possa fazer licitações de forma bastante eficaz; capacitar-se para ter um diálogo bastante produtivo com as entidades de controle – isso é fundamental, e cada vez mais o será –; é preciso que essa entidade tenha uma reestruturação do ponto de vista financeiro e comercial, para que ela tenha uma visão de negócios e possa se tornar realmente um parceiro desejado e desejável para os investidores privados.

No mundo, hoje, esses setores todos crescem com parcerias. Isso é uma inexorabilidade, é uma forma de você otimizar recurso não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista de conhecimento.

A Infraero não tem dúvidas. Ela tem uma história grande, tem o conhecimento, mas precisa capacitar-se, precisa melhorar sua competência. E essa é uma agenda prioritária que devemos desenvolver a fim de que essa companhia, num prazo de uns três anos – é o que a gente imagina – possa ter uma estrutura adequada e capacitada para desenvolver esse papel de parceiro no setor privado no desenvolvimento da aviação no País.

Essas concessões, como eu disse, já foram aprovadas; outras estão em estudo no momento, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em Confins, como já foi lançado também pela Presidente, e esse trabalho vai ser desenvolvido, os três primeiros, até o final do ano – nosso prazo é apresentar a modelagem até o

final do ano –, para que possamos fazer uma licitação desses três aeroportos.

Falamos aqui sobre a importância da aviação regional. A Secretaria vai administrar os fundos que são aplicados nesse tipo de projeto, o Profaa é um deles. Nós temos a capacidade hoje de aplicação de recursos nesse orçamento de R$102 milhões, aproximadamente, com 18 aeroportos em 12 Estados.

A gente tem observado, ao longo dos anos, que os recursos que têm sido disponibilizados não têm sido aplicados totalmente, quer seja por uma dificuldade de identificação de projetos ou até de apresentação de projetos em condições de serem apoiados. Uma ação que nós pretendemos fazer, no caso do Profaa, no atendimento aos aeroportos regionais, é que a Secretaria tenha uma atuação mais proativa, ou seja, em vez de ficar esperando os projetos chegarem que, de alguma forma, possamos identificar esses projetos e, em conjunto com Estados e Municípios, definir uma lista de projetos nos quais a gente deva investir, sem sombra de dúvida, para que a gente possa utilizar adequadamente os recursos e ter uma visão de desenvolvimento regional e integração econômica do território a partir dos recursos que existem. Então, uma ação proativa da Secretaria é o que nós nos propomos a fazer nesses próximos anos.

Obviamente, como já falei, a questão das obras que nós temos, não só do PAC, mas da Copa do Mundo também, como também em outros aeroportos, a nossa visão não é tão somente de preocupação com eventos de Copa do Mundo e Olimpíadas, que são importantíssimas e que têm de ser atendidos. A preocupação maior que devemos ter é com o dia a dia das pessoas. A nossa preocupação é atender os usuários todos os dias e não somente em datas específicas. Isso é um trabalho muito grande. Estamos desenvolvendo não só ações de gestão para isso – e elas serão sentidas nos próximos meses –, mas também do ponto de vista de investimentos, investimentos que temos de fazer a curtíssimo prazo – e vamos fazer isso, estamos tomando providências para que os investimentos de curtíssimo prazo aconteçam, acho que o Presidente da Infraero vai se referir a isso com mais detalhes – e também uma visão de mais longo prazo, são investimentos para que a gente possa ter sustentabilidade no setor e, assim, viver com tranquilidade o crescimento. O País tem crescido, e o setor tem crescido mais ainda. A elasticidade que havia nesse setor, que era da ordem de 2,4%, hoje já está em 3,5%. O crescimento tem sido cerca de 12% ao ano, nos últimos sete, oito anos, é um crescimento chinês, e nós precisamos estar em condições de atender a essa demanda.

Então, o desafio é grande. Estamos preparados para isso. Estamos aqui, com muito prazer, para apresentar essa nossa visão em curtíssimo espaço de tempo, mas acho que é importante que tenhamos tempo para as perguntas e para a discussão.

Agradeço o convite e a presença dos senhores.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Wagner Bittencourt.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos.

Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; Senador Blairo Maggi, da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo e das Olimpíadas; Senador Benedito de Lira, da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo; Senador Delcídio, da CAE, que teve a gentileza de vir aqui nos cumprimentar, mas, infelizmente, lá, ainda continua na Ordem do Dia; Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles; senhoras e senhores, eu não vou me ater somente à Infraero; acho que o Ministro Wagner já foi suficientemente claro sobre o que se pretende do ponto de vista da companhia e o que nós vamos fazer daqui para frente.

Vou fazer uma apresentação que, a rigor, não é pequena, ela é longa, mas eu vou resumi-la, e vou deixar todo esse material público aqui, de modo que a gente possa, daqui para frente, ser fiscalizado, não só pelas comissões do Congresso Nacional, mas por toda a sociedade, sobre o andamento de cada uma das obras dos 13 aeroportos que compõem a Copa do Mundo. Além disso, caso alguns dos Senadores que não pertençam aos Estados nos quais acontecerão jogos da Copa do Mundo desejarem se manifestar, nós estamos à inteira disposição para responder quaisquer perguntas específicas a respeito desses aeroportos.

Trouxe comigo o nosso Diretor de Operações, o Diretor Financeiro, o nosso Diretor Comercial e o Procurador Jurídico, caso eu não possa tirar alguma dúvida.

Vou começar por Guarulhos. A nossa apresentação será toda mais ou menos do mesmo feitio. Como disse no início, não vou me ater a cada um dos detalhes, já que eles são longos. Vou começar pelo gráfico de capacidade de demanda de cada um dos aeroportos.

Os gráficos de capacidade são feitos pela própria Infraero, seguindo conceitos internacionais da Iata e de

outros órgãos do segmento de aviação, e a demanda segue aqueles níveis que vemos ali em cima: 2007/2010 foi o que efetivamente aconteceu em Guarulhos, cresceu 12,62. A nossa projeção para 2011/2014 é de 9,72, e para 2015/2019, de 6,11. Este mês atual é onde se encontra hoje a nossa situação no Aeroporto de Guarulhos. A nossa demanda vem crescendo – que é essa linha vermelha –, e a capacidade parada no mês atual. Cada um dos níveis, daqui para frente, são as ações que faremos no Aeroporto de Guarulhos, de modo a suprir toda a demanda existente, no nosso caso aqui, até setembro de 2015. Então, o item 2, por exemplo, será a construção de um terminal provisório, que termina agora em julho, e assim por diante.

Olhando o mapa de Guarulhos, podemos ver todas as intervenções que a Infraero fará ao longo do tempo.

Então, cada uma dessas indicações será efetivamente um ato ou uma ação por parte da Infraero. Vamos pegar como exemplo qualquer um deles aqui. O item 2, por exemplo, é um terminal de uma remota central, que terá uma capacidade de um milhão de passageiros e que será inaugurado no próximo dia 30 de julho. Se eu pego outro qualquer, o item 3, por exemplo, são dois terminais que nós faremos. Então, esperamos que até o final do ano nós tenhamos um terminal remoto, que é a primeira fase dele, onde vamos ter 5,5 milhões de passageiros e, em maio de 2012, mais 12,5 milhões de passageiros. E assim por diante, em todos os aeroportos nós vamos colocando cada uma das obras onde temos a certeza de que vamos suprir a demanda. Por exemplo, em Brasília, seguimos aquela mesma linha que mostramos para Guarulhos. A linha da demanda já está ultrapassando a linha da capacidade, de modo que o aeroporto realmente está aquém das suas necessidades, a demanda cresceu mais do que a nossa capacidade.

Aqui também há os crescimentos, o acontecido e o que vai acontecer, e as nossas ações. Nós terminamos um terminal provisório em setembro de 2010 e o Terminal 2 em novembro de 2010; terminaremos, no próximo mês de novembro, mais um terminal e a reforma do TPS atual e do TPS novo.

Olhando o mapa de Brasília, este é o aeroporto. Então, como eu estava dizendo, aqui também tem o Terminal Remoto 1, aquele que eu disse que já tinha terminado; o Terminal Remoto 2, que é esse que fica aqui em frente e que ficará pronto em novembro de 2011; o TPS atual, que nós já estamos reformando, e estamos prevendo a reforma até o final de 2012; e ali, em vermelho, o terminal de passageiros, o novo terminal de passageiros.

Toda a operação de Brasília nós esperamos terminar em... Em 10 de dezembro de 2013 nós teremos a primeira fase do terminal de Brasília pronta e em vias de funcionamento. Eu esqueci de dizer que o nosso investimento em Guarulhos é de R$1,3 bilhão; em Brasília, R$748 milhões.

Olhando para Campinas, o nosso terceiro aeroporto, também seguindo a mesma linha, nós vemos a linha da demanda e a linha da capacidade existente hoje, no mês atual. Nós inauguraremos lá um módulo de *check-in* agora, no mês que vem, quando aumentaremos a capacidade. E daí para frente reformaremos o terminal atual e, ao mesmo tempo iniciaremos a construção do terminal novo, ambos terminando em dezembro de 2013, o que elevará substancialmente a capacidade de Campinas para cerca de 24 milhões de passageiros, enquanto a demanda estará em torno de 13 milhões.

Então, esse é o mapa de Campinas, onde podemos ver aqui o terminal atual, apesar de não estar muito bem desenhado. Eu vou mostrá-lo maior aqui na frente. Este é o terminal remoto, que vai ficar nessa região de Campinas, e a obra de adequação do terminal novo. Os investimentos de Campinas previstos são de R$796 milhões.

O quarto seria o Galeão, que tem essa capacidade *versus* demanda. O Galeão está acima da demanda atual e da demanda prevista. Mesmo assim, nós vamos modernizar completamente o Terminal 1, que já está em obras, termina em dezembro de 2012, e o Terminal 2, que também será completamente construído, já que só existe a metade dele construída hoje. Terminará em janeiro de 2013, de modo que a capacidade será bem maior do que a demanda.

Este é o terminal. Ele terá recursos da ordem de R$657 milhões. Este terminal aqui é o atual e este aqui é o novo, que vocês conhecem, e esta é a parte de ampliação do Terminal 2, que também já está em obra. Quem vai ao Galeão não consegue perceber porque aqui nesta região existe um tapume que impede a visão dessa obra.

O próximo é o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, que também está no limite. Já no início de 2002, nós teremos um problema entre a capacidade e a demanda de Confins. É por isso que nós vamos construir um módulo temporário, que ficará pronto em novembro de 2012, com o qual ampliaremos a capacidade do aeroporto para cerca de 16 milhões de passageiros. E depois a modernização e a ampliação do terminal de passageiros atual, que nos dará também mais cerca de 3 milhões de passageiros. Confins continuará sendo um problema. Nós teremos que trabalhar celeremente na construção do Terminal 2 de Confins.

Mas, sem dúvida, será depois da Copa do Mundo, não será até a Copa do Mundo.

Este é o Aeroporto de Confins. Ele terá R$406 milhões de investimento. As propostas do edital serão abertas hoje, às 15h30. E nós esperamos já amanhã iniciar a fase de contratação e as obras. Para a fase do pátio de aeronaves, do táxi, de ampliação e da pista, os projetos estão em andamento. Nós temos uma questão de licença ambiental em Confins que está sendo bem resolvida e espero que nos próximos dias nós possamos dar entrada nesse processo também. Só para vocês terem uma ideia, a ampliação da pista nós esperamos também terminar em 30 de dezembro.

O próximo aeroporto é o de Curitiba, que também já em 2013, quando terminaremos a reforma e a ampliação do terminal de passageiros atual, estará chegando ao limite da sua capacidade. Mas não chegará, na medida em que essa ampliação permitirá que nós quase dobremos a capacidade atual do terminal de Curitiba. Investiremos R$102 milhões nessas ações, ampliando o terminal, que é o que vocês veem aqui, o pátio de aeronaves, o táxi e todas as questões dos aparelhos de pouso e decolagem por meio de instrumentos, porque o aeroporto de Curitiba nos traz problemas em vista das condições meteorológicas lá.

Salvador tem um aeroporto que está dentro da sua capacidade atual. Nós não temos grandes problemas lá, não vamos fazer grandes obras, a não ser a reforma do terminal de passageiros, onde as pessoas vão se sentir bem mais confortáveis do que hoje. Ele consumirá cerca de R$47 milhões de investimentos. Faremos também um investimento no pátio de aeronaves e na torre de controle, que é, vamos dizer, transparente para a população em geral, mas extremamente importante para o funcionamento do aeroporto, principalmente na Copa do Mundo, quando é muito grande o fluxo de aeronaves pequenas.

Só para terem uma ideia da reforma do TPS, nós desejamos concretizá-la em julho de 2013. O edital da obra será publicado em 2 de fevereiro de 2012.

Como eu disse no início, todos esses dados ficarão à disposição dos senhores, para que possam nos perguntar, no futuro, como está cada uma dessas obras.

O próximo é o de Fortaleza. Em Fortaleza, estamos também no limite da sua capacidade, o que, aliás, é uma questão, vocês sabem muito bem disso, já que a demanda cresceu substancialmente acima da capacidade dos aeroportos. Nós vamos fazer uma reforma em três fases do terminal atual, de modo que ele vai praticamente, não digo dobrar a sua capacidade, mais aumentar em cerca de 50%. E essa é toda a ampliação que nós vamos fazer.

Esta parte amarela é o terminal atual. Nós vamos reformar na fase 1. A fase vermelha é a ampliação desse terminal, e estas duas fases aqui são a terceira ampliação, como eu disse. Além disso, vamos mexer no pátio de aeronaves. Só para os senhores terem uma ideia, a fase mais importante, que é a ampliação do terminal, nós vamos concluí-la no dia 13 de outubro de 2013. O projeto terminou agora, em maio de 2011. Estamos trabalhando para publicar o edital até o próximo dia 15, talvez tenha um pequeno atraso de uma semana, mas a obra, que será iniciada em outubro, terminará em outubro de 2013 e consumirá cerca de R$350 milhões de investimento.

O próximo é Cuiabá. Cuiabá é um aeroporto que nos preocupa bastante, porque as condições não são boas; muito pelo contrário, são ruins. Além disso, a demanda também cresceu acima da capacidade e nós iremos inaugurar agora já em novembro um módulo de desembarque, que melhorará a capacidade do aeroporto e iremos reformar inteiramente o TPS. O aeroporto terá essa configuração, a sede da Infraero virá para cá, ela hoje é nesse ponto aqui, iremos ampliar toda essa parte, inclusive fazendo dois andares e criaremos aqui um terminal remoto, de modo que serão consumidos cerca de R$88 milhões. A fase mais importante do terminal de Cuiabá, a licença já foi concluída, o projeto básico termina em setembro e estamos prevendo publicar o edital em outubro e terminar a obra em 31 de julho.

O próximo aeroporto é Manaus. Manaus é um aeroporto extremamente antigo. Um aeroporto de 35 anos, que vai ser completamente adequado para suportar a demanda, apesar de ele estar com folga na sua capacidade em relação à demanda, mas tem problema de concentração de voo, o sentimento das pessoas, às vezes, é que ele está completamente sobrecarregado – e está mesmo! Esperamos que até dezembro de 2013 ele esteja completamente pronto. Vão ser investidos R$415 milhões, o edital já foi publicado, já está em fase de análise. Esse em amarelo é o terminal atual, nós iremos ampliá-lo para essas duas áreas, inclusive toda essa parte do viaduto que passa debaixo do terminal de Manaus, para quem conhece, e iremos terminá-lo em 20 de dezembro de 2013. A audiência já foi realizado, o edital já está publicado, é só sair o resultado do edital para se iniciar as obras.

(A Sra. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Mais dois minutos, Senadora, por favor.

Porto Alegre, da mesma forma. Temos aqui cada uma das obras e como vai aumentando a capacidade em relação à demanda, seguindo a mesma linha.

Esse é o aeroporto de Porto Alegre, que irá consumir cerca de R$570 milhões. Nós vamos ampliar tanto a pista quanto o pátio de aeronaves e o terminal remoto, que já foi feita a fase 1, estamos terminando a fase 2, e a reforma do TPS, que foi inaugurado ano passado.

Recife é o aeroporto que temos menos problemas hoje. É um aeroporto que está bem acima da sua capacidade. Nosso trabalho lá será a construção da torre de controle, que esperamos concluí-la em junho de 2013, mas que não afeta o funcionamento do aeroporto, a torre ficará aqui, aqui é todo o terminal de passageiros. Vamos consumir R$18 milhões.

E o Augusto Severo, em Natal, é o nosso último aeroporto, que é o aeroporto administrado pela Infraero, como V. Exªs sabem. Em Natal está previsto outro aeroporto, cujo leilão será no próximo dia 19 de julho. Mesmo assim, estamos reformando o Terminal Augusto Severo em Natal de forma a aumentar a sua capacidade e para que ele não tenha problema nenhum por ocasião da Copa do Mundo. Serão investidos R$16 milhões. Aqui dá para terem uma ideia do terminal de Natal e da pequena ampliação que estamos fazendo em vermelho.

É isso, Senadora. Desculpe o atraso. Estamos à inteira disposição para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; boa tarde, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo, das Olimpíadas; boa-tarde, Senador Benedito Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; boa-tarde, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; SRA. s Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores, é um prazer estar presente nesta Casa, que aprova o nosso mandato na Anac.

Primeiramente, gostaria de apresentar aqueles que estão presentes comigo nesta audiência pública, os outros três diretores da Agência, o Diretor Ricardo Bezerra, o Diretor Rubens Vieira e o Diretor Claudio Passos, bem como o Superintendente, Bruno Dalcolmo, da área de relações institucionais.

Em nossa apresentação, vamos tentar cobrir todos os pontos que foram colocados em nossos requerimentos. Eu vou me permitir ser bem claro e objetivo para depois podermos entrar nas perguntas e responder aos Exmºs Senadores e Senadoras.

Vou começar com uma visão geral da Anac, as fiscalizações, o desempenho nas auditorias internacionais, a parte de segurança operacional, que é a grande missão da agência, a parte de recolhimento financeiro, as multas, dados do setor, selo dimensional, uma grande discussão com relação à distância de cadeiras, que já existe, a parte de proteção ao passageiro, Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que é o primeiro a ser concedido, já com data de leilão marcada para o dia 19 de julho, e, finalmente, vamos encerrar com o acordo de "céus abertos".

Dentro das pastas que foram distribuídas aos Senadores, nós temos a apresentação, se quiserem acompanhar.

O próximo, por favor.

A visão geral da agência. O que é a agência? Para deixar bem claro, é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 11.182, de 2005, cujas maiores e principais atribuições... Temos a regulação técnica, em que gostamos das partes fundamentais, que são: segurança operacional, que, em inglês, é *safety*; e proteção contra atos e interferências ilícitas na aviação civil, que é a parte de *security*. A parte de regulação econômica é onde podemos trabalhar em coordenação com o Ministério da Fazenda e com o Cade também, para regular as empresas aéreas. E agora esperamos regular os aeroportos. A nossa representação internacional sempre muito bem coordenada com o MRE.

Próximo, por favor.

Só para vocês terem uma ideia, os resultados retirados do nosso relatório de gestão que foi entregue ao TCU têm os seguintes indicadores: inspeções e auditorias em empresas aéreas regulares e empresas de táxis aéreos, inspeções aeroportuárias. E aí vai, até os senhores terem uma noção de que chegamos a 19.047 exames práticos em aeronautas e 32.500 provas realizadas *on-line*. Ou seja, é um trabalho constante que a agência tem para manter o sistema de aviação civil funcionando.

Próximo, por favor.

A Ação 2912 é a ação que determina toda a parte de fiscalização e regulação da agência, de onde saem os recursos orçamentários para que nossos inspetores de aviação civil, que são nossos fiscais, possam trabalhar. E aí os senhores podem ver a evolução da realização tanto da meta da Ação, que hoje está em 12 mil fiscalizações, com a realização efetiva pelos nossos inspetores. No ano passado, atingindo 21.279 fiscalizações pelo nosso pessoal. Ou seja, efetivamente, já vamos levar para este ano, o trabalho do PPA, um

aumento da nossa meta, porque ela está já batida no nosso dia a dia com relação ao nosso pessoal.

Próximo, por favor.

Com relação ao desempenho da agência, a melhor maneira de termos uma avaliação do desempenho é compará-la com as demais autoridades do mundo. Então, nós fomos auditados, na parte de *safety*, que é segurança operacional, em maio de 2009. O Oaci esteve aqui no Brasil, passou conosco uma semana, e recebemos a nota 87,3, o Brasil todo. Com isso, chegamos ao nono lugar no *ranking* mundial. E dos países mais desenvolvidos do grupo do G-20, chegamos ao quinto lugar. É expressiva essa melhoria da agência, não só da Anac, mas também do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e do Cenipa, são órgãos do Comando da Aeronáutica, e todos eles trabalham juntos para isso.

Mas não só dessa forma que somos auditados. Os Estados Unidos, através do nosso acordo de serviços aéreos, têm o direito de nos auditar. E nós fomos auditados no mesmo ano, em novembro, quando conseguimos também 100% de aprovação, aí, no caso, foi só a da agência, e nos mantivemos na categoria um, coisa que é importante manter para os voos para aquele país.

No ano passado, dentro dessa visão de auditoria e de desempenho das agências, a Oaci esteve no Brasil para ver a parte de proteção contra atos e interferências ilícitas, como estamos tratando essa ação nos aeroportos brasileiros. E também nós fomos muito bem. Esse dado não é divulgado externamente, não podemos ter uma comparação, mas nos sagramos com 85 de aprovação. E, constantemente, o órgão de fiscalização dessa parte nos Estados Unidos, que é o DCA, vem ao Brasil para manter essa correlação e para podermos ter voos americanos para o Brasil.

Próximo, por favor.

A parte de segurança operacional é outra área que estamos desenvolvendo muito bem aqui no Brasil. E aí o primeiro gráfico, aí em cima, que eu gostaria de mostrar, que mostra a evolução. A linha em vermelho é a nossa média móvel, e a comparação com relação a outros. Nós tivemos um pico, lógico que equacionado pelos dois acidentes que aconteceram no Brasil, que foram terríveis. Mas, a partir daí, todos os órgãos do setor de aviação civil se coordenaram e passaram a ter uma estratégia muito forte para a redução desses acidentes. Hoje, já estamos passando de três anos sem nenhum acidente fatal na aviação civil regular brasileira. Isso é extremamente importante.

Nós estamos inaugurando junho, com aquele gráfico, se fosse montado para o dia de hoje, já com 0,66. A continuar nesse trabalho, temos certeza de que, no final do ano, vamos estar abaixo da meta da Anac, que é 6,61.

Da mesma forma, verificamos, em conjunto com o Comando da Aeronáutica, que voo irregular leva a acidentes. E a hora que o piloto preenche seu plano de voo é a melhor hora para negarmos esse voo. Estabelecemos uma parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e trabalhamos para, exatamente como os senhores podem ver, fazer essa redução. Então, mostra claramente que, hoje, um piloto que preenche um plano de voo, na sala de tráfego da Força Aérea ou da Infraero, para voar, ele é obrigado a ter em dia sua aeronave e sua operação.

Próximo, por favor.

Com isso, mostramos claramente como a Anac vem trabalhando em prol da segurança. Uma das informações importantes que eu gostaria de passar para todos é o recolhimento financeiro. Logicamente, mostra, com isso, que o recolhimento aumentou e muito. O trabalho interno, o processamento dos autos de infração, tem sido cada vez mais célere e bem organizado. No ano passado, atingimos a marca de R$17,4 milhões, recolhidos aos cofres da Anac. Este ano, também dado o nosso trabalho de coordenação, nossas fiscalizações já nos renderam, já de autos de infrações julgados em primeira e segunda instância, R$12,3 milhões, mostrando claramente que a Anac não só está fiscalizando, mas também aplicando as sanções corretas para os casos que encontramos.

Próximo, por favor.

Bom, mostramos o desempenho do ponto de vista de segurança. Agora vamos colocar um pouquinho do desempenho do ponto de vista econômico. A primeira coisa que gostaríamos de mostrar é a regularidade e pontualidade, ou seja, atrasos e cancelamentos de voo. Como estão esses indicadores no Brasil? Claramente, neste gráfico, colocamos que houve uma redução muito rápida a partir de 2007, um trabalho efetivo com as empresas. Tivemos toda uma reformulação dos horários de transporte, junto com o Decea e a Infraero, e estamos trabalhando para uma meta ainda mais agressiva este ano, de chegar a 10% de atraso e em torno de 5% de cancelamento no ano. Logicamente que há uma sazonalidade, há uma influência meteorológica. Só para os senhores ficarem sabendo, hoje estamos também com influências de cinzas vulcânicas vindo do Chile. Ou seja, a aviação é um meio de transporte complexo e a coisa mais importante é a segurança. Na hora que afeta a segurança, não podemos voar.

Próximo, por favor.

Também na parte econômica, a oferta. Como estamos ofertando os voos, principalmente internacionais. E aqui, esta tabela, comparando 2007 a 2010, mostra

uma elevação grande de voos que foram ofertados nas nossas principais capitais e onde podemos notar, em parêntese, que é o ponto em que temos um pouso intermediário. Então, mostra a subida de Guarulhos, chegando a 606 e 804, com pousos intermediários; o Rio de Janeiro chegando já a 303; e assim por diante. Se somarmos todos os nossos aeroportos, há um crescimento de 17% nessa nossa estratégia, em que estamos abrindo, cada vez mais, as frequências não só no Brasil, como para o exterior.

Próximo, por gentileza.

Dentro dessa linha de evolução econômica, nós passamos a comparar uma evolução do mercado, em que tínhamos, antigamente, um duopólio claro. Chegávamos a quase 95% do mercado. Hoje isso não é mais realidade. A linha tracejada mostra claramente a tarifa. Quanto mais novas empresas são entrantes no processo – estamos chegando hoje a 20% – há uma redução clara de tarifa. Se compararmos de 2007 ao início agora de 2011, já há uma redução de tarifa de cerca de 50%. Isso é muito bom para o País. Isso é muito bom para a nossa sociedade. É mais gente voando e mais gente tendo oportunidade de executar esse transporte seguro que é a aviação.

Próximo, por favor.

Bom, mudando um pouquinho para discutir – entre aspas – "dimensão a bordo/conforto", a agência, dentro da lei, tem uma liberdade. Ela não pode regular do ponto de vista de tarifas. Ela tem uma necessidade de deixar o mercado cada vez mais competitivo. Porém, ela pode ter estratégias; no caso, uma estratégia clara de divulgação.

No ano passado, em 2010, nós aprovamos uma resolução que trata de selo dimensional e etiqueta, em que definimos faixas. É muito parecido com o Procel e a etiqueta do Inmetro que fala da parte de energia. São faixas de distância útil entre os assentos. Todas as empresas hoje já estão com seus relatórios aprovados e vão não só colocar no sistema de reservas, mas também vão estar afixados em suas aeronaves. E aí nós temos a medida, como vocês podem ver na etiqueta, do espaço útil entre um banco e outro, bem como a informação da largura lateral do assento, que é importante para o nosso passageiro poder escolher. A ideia da Anac com isso é que cada um possa decidir qual a empresa que quer, de acordo com a sua altura, com seu tamanho, que possa escolher um bom produto.

Próximo, por favor.

Continuando, então, com proteção ao passageiro, dentro do conjunto de documentos que a gente passou a todos, existe um folder que fala justamente – ele é explicativo – dos direitos dos nossos passageiros, por meio da Resolução nº 141, em que a gente fez claramente toda uma determinação, melhorando cada vez mais e divulgando quais os direitos dos passageiros a partir de eventos de atrasos, cancelamentos e até, no último caso, preterição, ou seja, quando lhe é negado embarcar por algum motivo. Está aqui bem claro para todos os Senadores o que cada um tem que fazer.

A Anac, muitas vezes, com a ajuda da Infraero e até coordenando com as empresas, vem trabalhando para que o passageiro possa cobrar isso, porque ele tem um contrato, um contrato de transporte, aprovado, dentro da visão de uma concessão.

Próximo, por favor.

Tentando terminar a nossa apresentação, temos o Aeroporto São Gonçalo do Amarante, onde a gente está trabalhando fortemente para que a sua concessão seja um sucesso, que – é a nossa visão aqui – o valor mínimo lá, no dia 19, seja claramente suplantado, de R$51,7 milhões. E aí é onde a gente tem claramente incentivos para que essa operação possa acontecer antes do previsto, que é de 36 meses contratualmente.

Próximo, por favor.

Nos requerimentos, falava-se sobre céus abertos. A gente quer tecer alguns comentários com relação a essa área de céus abertos. Já existia legislação trabalhando sobre esse tema. É o art. 41, o 49 da nossa lei. A política também da Pnac, que foi aprovada pelo Presidente Lula, no Decreto nº 6.780, de 2009, também trouxe essa mesma linha de ação. E, por último, o Conac, na sua Resolução nº 007, também trouxe essa linha de ação, que é buscar sempre, nas negociações, nos nossos acordos em serviços aéreos, a questão dos céus abertos.

Próximo, por favor.

Bom, o que são céus abertos? De onde estamos buscando isso? Céus abertos é a ligação do Brasil com outros países. Não é a cabotagem; de maneira alguma um acordo nosso com outros países. Nós estamos falando de voar aqui dentro, abrir o nosso espaço aéreo para que possa ligar cidades brasileiras, mas também, cada vez mais, a gente possa ter frequência e habilitar as nossas cidades, a nossa população para ir para outros países.

Com isso, nós já trabalhamos não só com os dois principais, que foram o da União Européia, que está para ser assinado, e o dos Estados Unidos, que já foi assinado pela Presidenta e pelo Presidente Obama, no início deste ano, mas também já temos mais de vinte acordos de céus abertos, que iniciaram a sua confecção desde 2007.

Eu queria mostrar como houve evolução a partir do momento em que a gente introduziu essa política, ou seja, cada vez mais a gente teve acréscimo de passageiros sendo transportados. E isso é bom para

o turismo brasileiro. Há sempre a criação de novos empregos quando estamos movimentando pessoas de um lado para o outro.

Próximo, por favor.

A gente está quase terminando. Seria mais um slide somente. Só para a gente poder comparar nos nossos mercados. Aqui, em vermelho, nós mantivemos uma empresa brasileira e, em azul, só na América do Sul que estamos com as duas empresas brasileiras. Os senhores podem notar que estamos sempre à frente, principalmente nas horas em que temos as rotas principais.

Então, na América do Sul, onde nós iniciamos essa abertura de céus abertos, no início de 2008, as duas empresas brasileiras têm uma competição muito forte e estão à frente das demais empresas. Nos Estados Unidos, quando a gente vai analisar, a TAM é a segunda, mas, em todas as rotas em que ela voou para os Estados Unidos das suas cidades, ela é a primeira em transporte de passageiros. A mesma coisa acontece com relação á Europa. Em todas as rotas que a TAM voa para a Europa, ela está em primeiro lugar. Bom, era isso que nós teríamos para apresentar.

Próximo, por favor.

Deixamos aqui com as ações e atribuições da Anac e estamos abertos, logicamente, para perguntas. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, em nome dos quais eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Agradeço pela presença e cumprimento pela explanação o Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Wagner Bittencourt de Oliveira, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e o Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eu vou ser muito breve e fazer uma pequena observação e um questionamento. Há pouco, nós assistimos aqui, no Senado, à apresentação de um pesquisador do Ipea e do Presidente do Sindicato das Empresas Aéreas, manifestando grave preocupação com o andamento das obras dos nossos aeroportos. Eu confesso que fiquei extremamente preocupado ao ouvir o relato e mais preocupado ainda quando fiz, recentemente, uma viagem ao exterior e vi as condições do nosso Aeroporto de Guarulhos.

Confesso que fico mais tranquilo ao ouvir a apresentação do Presidente da Infraero e torço muito para que a razão esteja com essas afirmações oficiais de que, apesar do nosso curto espaço de tempo e da nossa situação apertada, especialmente em alguns aeroportos, teremos condições de suprir as necessidades e de nos prepararmos adequadamente para receber, para atender a população brasileira em períodos normais, bem como atender, nesses períodos extraordinários, a população mundial que virá ao Brasil, especialmente para a realização da Copa e para a realização das Olimpíadas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro ou ao Presidente da Infraero, o que se considerar mais apropriado para respondê-la.

Na apresentação do Ministro, vimos que há três aeroportos em relação aos quais já se decidiu fazer concessão para a iniciativa privada, e dois outros estão em estudo: o Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Brasília. O de Brasília já demonstra que há um gargalo. A demanda já e maior do que a oferta dos serviços, e a gente percebe isso toda vez que precisa do Aeroporto de Brasília.

Pergunto: qual é o cronograma dessa privatização, quando o Governo pretende lançar e quando pretende concluir o processo de concessão desses aeroportos? E fiquei com uma dúvida: os investimentos previstos para esses aeroportos serão feitos por quem? Serão feitos pela Infraero, e, após esses investimentos, eles serão concedidos à iniciativa privada ou esses investimentos já deverão ser feitos pela iniciativa privada?

São apenas esses os questionamentos, cumprimentando V. Exª, Presidente Lúcia Vânia, e o Presidente Blairo Maggi, que têm feito um trabalho muito sério, muito profundo pela Subcomissão, na Comissão de Meio Ambiente, encarregada de acompanhar as obras da Copa.

Torço muito para que a gente possa cumprir esses cronogramas, para que possamos receber muito bem a população mundial que vem para esses dois grandes eventos e atender, sempre com muita competência e dignidade, a população brasileira, que, cada vez mais, utiliza, felizmente, os nossos aeroportos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (*Falha na gravação*.) ... Seriam feitas todas as perguntas e, depois, os expositores responderiam.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Senadora, acho que depende, porque já temos

um número importante de Parlamentares. Se chegarem outros dez Parlamentares, acho que a senhora vai dirigindo. Vamos fazendo as perguntas até que os expositores tenham condições.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos fazer de três em três.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia; também o Ministro Wagner Bittencourt. Seja bem-vindo, mais uma vez, ao Senado. Também o Dr. Antônio Gustavo Matos, que é Presidente da Infraero, e também Dr. Carlos Eduardo Pellegrino, que é Presidente da Anac ou Diretor da Anac. E também cumprimentar meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que é nosso comandante na Comissão. Eu sou uma Subcomissão e devo continências ao Senador.

Na realidade, eu já ouvi essas explanações, na semana passada, quando a Presidente Dilma nos convidou e convidou todos os prefeitos e os governadores das doze cidades que foram escolhidas como sede da Copa do Mundo. Portanto, para mim, não há nenhuma novidade.

Na realidade, senhores, as pessoas de fora, que não estão no dia a dia e que nem têm o conhecimento que tenho ou a informação que tenho hoje, todas se preocupam, realmente, porque a Copa, a cada dia, fica mais próxima. E a gente, a cada dia, não está vendo, não está conseguindo observar as obras que todos sabemos que irão acontecer.

Então, à Subcomissão não resta alternativa agora senão, de fato, acompanhar. Já ouvi as explicações aqui, na Comissão; já ouvi junto a Presidente; estou ouvindo novamente aqui, hoje. Então, temos que aguardar. Eu, da minha parte, vou aguardar o acompanhamento e os dias. E, daqui a alguns dias ou daqui a um mês, ou dois meses, no máximo, teremos de conversar, novamente, por intermédio da nossa Subcomissão; informar-nos se tivemos avanços, nestes meses de maio ou de junho, em relação aos meses de agosto e setembro. Não resta outra coisa a fazer, Presidente Lúcia Vânia, a não ser isso.

De fato, não deveria nem torcer, mas estarmos todos imbuídos da mesma vontade, da mesma direção, de fazer essas coisas acontecerem para a Copa do Mundo de 2014. A responsabilidade do Brasil perante o mundo é bastante grande. Não podemos, de forma nenhuma, passar vergonha, passar vexame na Copa do Mundo.

Sendo assim, quero colocar mais uma vez, como já fiz em outras oportunidades, Presidente Rodrigo Rollemberg, a nossa Subcomissão à disposição para que possamos ser um agente facilitador até dentro do próprio Governo com outros órgãos, aqui dentro do Senado. Todos nós, os 81 Senadores desta Casa, por mais divergências políticas que tenhamos, torcem, trabalham e tenho certeza de que não deixarão de contribuir para que possamos chegar no processo, em 2014, em condições de fazer uma boa e bela Copa do Mundo.

Sei que os administradores que estão sentados nesta mesa não têm a responsabilidade do passado, mas se formos olhar os gráficos e tudo o que já vimos, vamos ver que o que estamos fazendo para a Copa do Mundo, na realidade, deveríamos estar fazendo sem a Copa do Mundo, pois esta é uma necessidade do País.

Além das 12 cidades-sedes, temos as outras capitais do País e outras cidades grandes que não estão nesta conta e que, talvez, tenham a mesma necessidade que as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo. O trabalho que os senhores têm pela frente, e vai passar da Copa do Mundo... Todos temos que estar preocupados com a infraestrutura em nosso País se quisermos ser um país moderno e competitivo. E isso não passa só pela aviação, mas também pelas ferrovias, hidrovias e rodovias. Então, o trabalho que temos pela frente não é pequeno.

Quero mais uma vez, ao cumprimentá-los e agradecer pela presença, dizer que a Subcomissão que eu represento estará sempre de portas abertas, e se precisarem de mais alguém para ajudar, estarei à disposição.

Parabéns e muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar também os convidados que participam desta audiência pública tão aguardada, pois já a estamos aguardando há alguns meses.

Nesse período, tive a oportunidade de ter uma reunião, juntamente com toda a bancada da Amazônia, com o Dr. Antônio do Vale, Presidente da Infraero. Mas ainda não tivemos oportunidade de estar com o Presidente da Anac e nem tão pouco com o Ministro da Aviação Civil do Brasil. No entanto, o importante é que estamos aqui debatendo o assunto e agora com mais um componente posto à mesa, que é a mudança do modelo do início do processo da privatização dos aeroportos do Brasil, e um componente que não é tranquilo. E os senhores me desculpem, pois procurei

prestar muita atenção em tudo o que foi dito: está tudo uma maravilha, não temos problemas nos aeroportos. O que não está feito, está planejado, Senador Blairo Maggi. E o que está planejado vai acontecer. Foi essa a impressão que tivemos. O que é completamente divergente, por exemplo – e aí se iniciou um grande debate –, com o estudo do Ipea, com a Nota Técnica nº 5, publicada pelo Ipea, que é um instituto de pesquisa ligado ao Governo Federal.

E faço, na presença dos senhores, outra manifestação de aplauso ao Ipea, porque acho que o bom aliado não é aquele que esconde os problemas, mas aquele que ajuda na resolução desses problemas.

Lembro que à época, quando o Ipea falava sobre a questão dos puxadinhos, muita gente do Governo dizia que não era bem assim. Muita gente no Governo dizia que não era preciso os puxadinhos, pois se concluiriam os aeroportos. Hoje, no entanto, por tudo o que temos lido, o que sabemos é que enquanto não sai o modelo definitivo da tal da privatização, as obras continuam, inclusive os MOPs, Senador Rodrigo Rollemberg. E o que são os MOPs? Módulos operacionais provisórios, os puxadinhos.

Então, primeiro, quero dizer que concordo plenamente com o Senador Blairo Maggi. Infelizmente, lamento – e peço desculpas desde já ao Dr. Antônio Gustavo, e já fizemos isso na presença dele – que este debate sobre os aeroportos só venham ocorrendo com mais força agora, porque estamos na iminência da realização da Copa de 2014 aqui. Mas a nossa luta pela ampliação, pela construção de um novo aeroporto – porque nós precisamos muito mais do que uma ampliação, precisamos de um novo aeroporto, pois o nosso tem 30 anos de idade – é de muito tempo. E há muito tempo a gente recebe informações da Infraero que não podemos acreditar. Mostrei lá, em junho de 2010, o então Ministro Nelson Jobim, encaminhou à Câmara dos Deputados, por conta da resposta a um requerimento lá apresentado, dizendo que o projeto básico do aeroporto de Manaus estava no final de elaboração e a conclusão estava prevista para o mês de agosto; e as obras começariam em fevereiro.

Hoje temos um novo calendário. A publicação do edital ocorreu em maio – de fato, o edital foi publicado no dia 25 de maio – e o término das obras está previsto para 2013. Mas faltou um pedacinho, Dr. Vale, mostrar que a conclusão do aeroporto de Manaus nem pela previsão da Infraero ocorrerá, em sua totalidade, em 2013. Ele estará pronto para o uso, mas as obras continuarão depois de 2013, depois da Copa do Mundo.

Quero dizer que faço essas críticas dentro daquela concepção inicial. O bom aliado não é o que esconde, é o que expõe e ajuda a resolver. Acho que a Infraero – e estamos dispostos a ajudar... Lamento que não foi possível aprovar a simplificação dos procedimentos de licitação, numa medida provisória na Câmara, mas creio que, em breve, será aprovada uma manifestação prática do Parlamento brasileiro no sentido de que queremos ajudar, precisamos ajudar para que esse problema seja resolvido. Queremos uma Copa do Mundo, mas uma Copa do Mundo bem organizada, que o Brasil fique com uma boa impressão no mundo inteiro. E a porta de entrada são os portos e aeroportos. A primeira impressão, como diz o velho ditado, é a que fica na imagem das pessoas. Estou dizendo isso e torço muito para que tudo se adiante. Sei da possibilidade de adiantar algumas etapas caso haja mudança nos procedimentos legais da Administração Pública.

O segundo ponto é a questão da privatização. O primeiro anunciado foi um modelo de que haveria uma parceria público-privada. A iniciativa privada construiria a ampliação e faria parte da administração; áreas comerciais explorariam aquela parte ampliada. Agora, recentemente, não. Já vamos privatizar os três aeroportos, numa decisão que será discutida até o final do ano. E aqui quero sugerir, Senadora Lúcia Vânia: vamos realizar audiência pública para debater isso, Presidente Antônio Gustavo, Presidente da Anac e Ministro da Aviação. Vamos fazer audiência pública, porque para aprovar um processo produtivo básico tem audiência pública; para ampliar o aeroporto tem audiência pública; para meio ambiente tem audiência pública; vamos fazer audiência pública para isso também. Vamos colocar os prós e os contra na mesa. Se ganharem os a favor, ótimo, vamos privatizar. Agora, a experiência do mundo mostra que não é o melhor caminho. E por que começar pelos três aeroportos mais lucrativos do Brasil?

Até onde eu conheço – não conheço muito, mas também não sou um neófito, conheço um pouco – o sistema Infraero é um sistema todo, o que dá lucro cobre aquele que não dá lucro. Por exemplo, o Aeroporto de Manaus é o terceiro em movimentação de carga do Brasil; o primeiro é Guarulhos e o segundo, Viracopos. Agora, esses aeroportos que dão lucro ajudam aqueles que são deficitários, e não são poucos. Com a privatização desses três, da galinha dos ovos de ouro, quem vai manter os outros? Ou será que os aeroportos das capitais brasileiras vão ficar iguaiszinhos aos aeroportos do interior do meu querido Amazonas? Lá, a maior parte da administração dos aeroportos do interior está a cargo dos Municípios, que não têm dinheiro para tapar um buraco na rua, para contratar um médico, para ampliar uma equipe de médico da família, vai manter aeroporto? Não funciona, não funciona. Então, é aquela velha história: o Governo faz de

conta que tem, o Município faz de conta que funciona e a gente vai descendo naqueles aeroportos que não entram nem nas estatísticas. E a gente vai descendo, porque não temos estradas, só rio, que demora trinta dias para chegar. Então, será que é isso que vai acontecer com o aeroporto de Natal, com o aeroporto de Teresina, os aeroportos que não são lucrativos? Ou vamos precisar recorrer à OGU, Senador Valdir Raupp, ao Orçamento-Geral da União, Senador Valdir Raupp, que vive contingenciado? Aí, mais uma despesa, mais uma despesa.

Vou formalizar um pedido no sentido de que precisamos ter audiência pública para debater com muita tranquilidade. Está aqui a matéria que divulga a tal da privatização. Tem muita gente interessada. Um tal grupo alemão, Fraport, que seria parceria com Andrade Gutierrez; FMG em parceria com Queiroz Galvão; a francesa Aéroport, de Paris; a A-Port, *joint venture* da Camargo Corrêa com a Suíça. Quer dizer, eles só querem esses. Não seria o caso, se tiver que entregar, de entregar em bloco e exigir uma qualidade para todos, e dar um período, e se não der a mesma qualidade para todos, devolve? Se não fossem aeroportos lucrativos não teria privatização.

E, por fim, aí é um questionamento mais dirigido ao Dr. Wagner, ao Exmº Ministro, sobre a aviação regional. Dei o exemplo aqui dos aeroportos do Amazonas, mas temos, salvo engano, a Infraero atuando em três aeroportos, temos o Comar, da Aeronáutica, atuando em mais alguns pouquíssimos, o governo do Estado em um e o resto, nos Municípios.

Precisamos também resolver esse problema. Eu gostaria de ver mais do que vi aqui em relação à aviação regional e aos aeroportos do Brasil. Tudo bem, a Infraero é uma empresa e tem os seus aeroportos. E o Ministério? Quais os planos para melhorar a aviação regional e garantir a segurança nos aeroportos brasileiros. Não é porque nós temos uma cidade com 30 mil habitantes que essa cidade não deva ter o direito a ter um aeroporto. Deve ter o direito a um aeroporto, um aeroporto que funcione com total segurança. Mas o modelo hoje não garante isso.

Peço desculpa, Senadora Lúcia Vânia, pela demora, mas são coisas que eu tinha que falar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quantos inscritos nós temos?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Temos inscritos, o próximo, Senador Ferraço; o seguinte, Senador Francisco Dornelles; Senadora Ana Rita; Senador Flexa Ribeiro; Senador Valdir Raupp e Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – São dez então.

Ministro, com a permissão de V. Exª, eu só queria propor à Presidente que pudéssemos fazer dois blocos de cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *OK*. Vamos fazer.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha preocupação é que já temos, a esta altura, um conjunto de indagações e questionamentos feitos. Há o risco de nós comprometermos a qualidade das intervenções se passarmos para cinco. Tínhamos pactuado três. Vou insistir que a Mesa possa responder as três e depois possamos fazer outro bloco. E tenho questionamentos a fazer à Infraero. Eu gostaria de solicitar que mantivéssemos o que foi pactuado, que é manter blocos de três em três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, SRA. Presidente.

Concordo com o Senador Ferraço. A preocupação dele é a de todos nós no sentido de ter qualidade na audiência. O que me preocupa é que estamos próximos da Ordem do Dia. Iniciada a Ordem do Dia, temos que suspender a audiência, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, eu prefiro suspender e marcar outra a fazer pela metade, ou não fazer ou fazer malfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Teremos votação nominal na Ordem do Dia e teremos que suspender.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concordo com S. Exª. Só estou defendendo a tese de que, para fazer malfeito é preferível então que façamos outra, porque são 15h50. Não dá nem para responder as três intervenções que foram feitas. É preciso, então, que decidamos agora outro dia para fazer uma outra audiência pública, porque, senão, estaremos comprometendo a intervenção e a qualidade de um tema absolutamente relevante; reunimos três comissões permanentes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu retiro a minha proposta. Vamos ouvir o Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Obrigado. Vou tentar responder o mais objetivamente possível, já que o tempo é importante para todos.

O Senador Rodrigo Rollemberg se retirou, mas eu gostaria de deixar a resposta à pergunta que ele fez: "Qual o cronograma das concessões?" Nesses três primeiros aeroportos que o Governo decidiu conceder, que são Guarulhos, Viracopos e Brasília, o cronograma previsto de avaliação conjunta com o BNDES, que está nos suportando neste trabalho, é até o final do ano. Até dezembro, temos a modelagem feita e, a partir daí, podemos fazer o leilão e, obviamente, em mais alguns meses, estaremos concedidos, se tudo der certo.

Aproveito este comentário para responder à Senadora Vanessa. Na verdade, Senadora, uma parte do processo de avaliação de modelagem que vai acontecer até o final do ano já prevê audiências públicas, em que você apresenta o projeto, apresenta as alternativas, e isso é debatido com a sociedade. Então, isso já acontecerá necessariamente, o que não impede que a gente venha aqui também para debater. Não há problema algum. Mas o processo é transparente e deverá considerar essas etapas.

Outra pergunta do Senador Rollemberg era com relação a investimentos previstos. Se serão feitos. Serão feitos, porque esse conjunto de investimentos que a Infraero apresentou aqui tem coisas de curtíssimo prazo, coisas de médio prazo e alguma coisa de longo prazo. Se a gente olhar do ponto de vista – não quero entrar na discussão de passado –, a gente vê que várias coisas já estão se concretizando. Vários eventos, não só de construção de MOPs, estão sendo realizados agora no mês de julho, pelo menos em dois aeroportos, como licitações que já se realizaram, no sentido de se começar a fazer as obras.

Então, acredito que o que está acontecendo agora é uma realização, fruto de um trabalho que já vem vindo do passado. E, como a gente sabe, às vezes o setor público tem uma certa dificuldade de agilizar e viabilizar os seus projetos. Mas agora nós vemos que muitas dessas ações estão se concretizando e vemos que é um cronograma factível; e coisas de curtíssimo prazo, a tendência e o que a gente está se forçando é para fazer de forma a que seja atendida a urgência do momento. E esses investimentos continuarão a ser feitos.

Alguns deles – se a gente olhar o cronograma da concessão, cuja modelagem termina no fim do ano e será feita no princípio do ano; quer dizer, no princípio do ano, já se terá a concessão – são compatíveis. Por exemplo, se a gente olhar o terminal 3 de Guarulhos, o Exército está fazendo agora terraplanagem. A construção do terminal 3 vai-se dar mais para frente. Se a gente olhar o cronograma, a gente vê que é algo compatível, mas não vamos parar de fazer nada pelo risco de se ter um *stop and go.* Então, como precisamos ter os ativos realizados, continuarão a ser feitos investimentos. Nada será paralisado.

Bom, agradeço as palavras do Senador Blairo Maggi. Não tem dúvida. Sou uma pessoa que trabalhei muito tempo em infraestrutura no BNDES, de logística, e sei quanto isso é importante; quanto nós temos de planejar a longo prazo; quanto nós temos de fazer intervenções para não ter dificuldades no futuro. Sei como a questão da intermodalidade é fundamental, não só na carga, mas em passageiros. Temos o trem de alta velocidade, que acho que não vamos discutir aqui, porque é um outro projeto grande. Mas acho, do meu ponto de vista, como uma pessoa que trabalhou em desenvolvimento a vida inteira – 36 anos de BNDES – que se a gente não tivesse feito as coisas que fez no passado não teríamos hoje uma série de atributos e projetos importantes para o País.

Então, acho que sempre tem uma dificuldade no momento. Eu me lembro de que a gente está discutindo essa questão do trem, que é muito caro, e um tempo atrás estava discutindo com algumas consultorias que estavam nos ajudando na modelagem do setor aéreo. E começamos a refletir sobre projetos grandes que teríamos feito. Eu me lembro.

Em 1981, era gerente do departamento de mineração e metalurgia do BNDES, e nós estávamos estudando o projeto Ferro-Carajás. Eu me lembro de que, naquela época, foi um estudo com várias agências de desenvolvimento, Banco Mundial, o banco japonês de desenvolvimento, e me lembro de que foi uma discussão muito grande. Levou um ano ou mais para a gente fazer a análise desse projeto. Existiam dúvidas sobre, primeiro, a crise na época que nós vivemos. Eu também já passei por várias crises, e a gente começa a contar história em vez de contar estória. É um problema, mas é verdade, a gente vê as coisas acontecerem. Então, nessa época, questionava-se se existiria mercado para esse projeto; se o custo não era muito elevado; se, por acaso, os dormentes não seriam comidos pelos cupins no meio da Floresta Amazônica, e uma série de questões desse tipo. Hoje, vejo que esse projeto foi feito...

Quanto ao tamanho, é o seguinte: na época, fizemos uma avaliação, há pouco tempo, quando começamos a discutir isso, e vimos que o custo do projeto era muito próximo do que se fala hoje do trem de alta velocidade. E nós o fizemos naquela época. O cupim não comeu a madeira, a Vale do Rio Doce continua produzindo o que produz lá – mais de 100 milhões, quase duzentos milhões de toneladas –, e o mercado

não desabou por conta daquele projeto e ele não se tornou inviável.

Então, acho que infraestrutura é uma questão de muito longo prazo. Temos de olhar para o futuro, e às vezes pode ser que alguma coisa que olhemos no curto prazo possa parecer um pouquinho fora do padrão, mas aquilo vai ser importante. No caso, temos recebido muitos operadores internacionais de aeroportos, e eles falam da importância de se ter uma interligação de modais, assim como nós temos a necessidade de ter isso na infraestrutura e na logística de carga.

Agradeço e acho que vamos precisar muito, Senadora. Acho que ninguém faz nada sozinho, principalmente num setor como este, que precisa de muito investimento e de muito suor para acontecer.

À Senadora Vanessa, um pedacinho acho que já respondi, não tem dúvida: Manaus precisa mesmo, nós temos consciência disso; precisa de um aeroporto muito melhor do que tem hoje, pois é um aeroporto muito antigo. Essa intervenção que está sendo feita lá leva a se ter um aeroporto de qualidade na cidade de Manaus.

Obviamente, estou só há dois meses nesse assunto, mas espero e vejo a determinação do presidente Gustavo, que também está há pouco tempo. Vemos que todos os cronogramas, assim como a senhora,... algum evento que era importante, a licitação foi feita, e agora temos marcos acontecendo. Claro, como a senhora disse, é fundamental... (*inaudível*.)

Então, com isso, nós poderemos dar um passo a mais. Sabemos que a dificuldade do setor público de realizar cronogramas é muito grande. Acho importante essa modernização de regulação, uma vez que regras e leis são feitas por homens e para o momento. Já tivemos no Brasil uma lei que previa a escravidão. Hoje em dia, ela não existe, há muito tempo. Então, como não é nenhuma constante universal, nenhuma lei, nenhuma regra, nós temos de constantemente aperfeiçoá-las, e acho que neste caso é o momento de discutir isso, para que possamos ter uma forma mais eficaz de atender as necessidades do País. Então, nós vamos trabalhar para que Manaus tenha, sim, um aeroporto de que se orgulhe.

O projeto fica pronto para a Copa do Mundo? Se a senhora observar todos os investimentos feitos ali, muitos deles, como só temos uma previsão até 2014, 2015, uma parte deles, não só esses, fica pronta depois, mas certamente o que ficar pronto até 2014 será suficiente para atender a demanda da Copa. Isso foi tudo cotejado, ofertas e demanda. Como disse a Infraero, o Gustavo, isso é discutido na forma de capacidade de padrões internacionais, que a Iata determina, enfim. E isso foi feito exatamente dessa forma: o fato de estar previsto terminar 50% depois não quer dizer que não vá atender a demanda da Copa. Ele vai atender e, depois, vai continuar aumentando a capacidade até, porque a nossa demanda, em função do crescimento do País e de as pessoas estarem usando mais aviões, graças a Deus, ela vai continuar crescendo e bastante.

Bom, a questão das concessões. No princípio, fizemos um estudo preliminar sobre a possibilidade de fazer concessões diárias comerciais em aeroportos, que foram exatamente os três: Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Nós verificamos o seguinte: que não era viável fazer a concessão comercial; quer dizer, teríamos um trabalho que poderia ser feito e não ser viável. Portanto, não ficaria em pé uma proposta dessas. E, como são aeroportos em lugares sensíveis, que nós precisamos tomar uma decisão a respeito do seu futuro, e até porque alguns deles são alternativas para os outros...

Por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, por que Viracopos entra também? Porque, se a gente tiver algum problema em Guarulhos, num momento de crise, quem vai atender Guarulhos? Temos a alternativa de Viracopos, e será uma possibilidade; e temos Galeão, que sempre será uma alternativa para São Paulo. Precisamos ter alternativas de segurança, principalmente em momentos como esse. Então, essa questão das áreas comerciais não se demonstrou viável, e, aí, tivemos de tomar a decisão de conceder os três aeroportos. E como é que faríamos isso?

Agora, temos toda essa preocupação, sim, de como é que fortalecemos a Infraero, que acreditamos poder ser um *player*, assim como outras empresas estatais do País, como a Petrobras, como o Banco do Brasil, como a Eletrobras, que são empresas parceiras do setor privado em vários segmentos da indústria. Ser parceiro é uma coisa muito boa. Isso no mundo hoje é feito cada vez mais, porque você utiliza seus recursos de uma forma mais eficaz, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista do conhecimento.

E o que a gente vê nessa possibilidade é: com esses até 49% que a Infraero terá no capital da companhia, essas companhias certamente vão crescer, vão ter lucro, vão distribuir dividendos, e isso será uma fonte de recursos que estará disponível para a Infraero aplicar eventualmente em outros aeroportos, em outras obrigações que ela tenha do ponto de vista de políticas públicas. Essa é uma forma.

Uma outra forma diz respeito ao modelo, que ainda não está definido – nós vamos discutir isso durante esse período todo aí, inclusive em audiências públicas. Pode ser uma outorga que você tenha que possa irrigar o fundo que foi criado para você desenvolver esse

segmento. Talvez essa não possa ser uma alternativa que garanta, além da capacidade de recursos para a Infraero, um volume de recursos que possibilite os investimentos em aeroportos regionais, quer sejam eles em termos de desenvolvimento econômico, quer sejam eles em termos de integrar de uma forma econômica as cidades mais distantes e menos ligadas ao restante do País

A questão de entregar em bloco ou exigir regras. Acho que algumas de que falei aqui, como a questão da outorga e a questão do retorno para o próprio acionista investidor da Infraero, vão permitir que se tenham mecanismos que façam com que a gente desenvolva esses projetos. Entregar em bloco seria uma avaliação possível, mas muito mais complexa. Se fizer as PEs, acho até do ponto de vista de formas, de acompanhar esse processo... E, obviamente, a empresa que for concessionária desses aeroportos vai assumir uma série de compromissos a partir dessa concessão – como em todo contrato de concessão, existe uma série de compromissos – no sentido de atender adequadamente o usuário. Já que isso é uma concessão pública – você não está vendendo um ativo da União, você está disponibilizando esse serviço por um determinado tempo com determinadas condições que serão estabelecidas –, caso eles não sejam cumpridos, obviamente, no limite, há sempre a possibilidade de o Estado tomar o que é seu.

Aviação regional.

Desculpe, Senadora, mas acho que respondi um pedaço com essa questão...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, desculpe-me, mas eu esqueci de levantar uma questão sobre a aviação regional. Gostaria que o senhor dissesse... O senhor mostrou aqui que são 18 aeroportos de 12 Estados brasileiros que vão receber recursos do Profaa. Quantos municípios do Amazonas estão recebendo esses recursos? Gostaria que o senhor me respondesse essa pergunta.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu não tenho aqui. Posso informar a senhora depois?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nenhum assessor seu pode informar? São só 12 Estados e 18 aeroportos. Não há nenhum do Amazonas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Sabe como é que funciona?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Havia dois, mas foram retirados, porque nós não sabíamos...

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Existe uma regra. O que está acontecendo nos últimos anos é muito simples – eu não estava, mas me informaram.

O que acontece? Na verdade, para você poder fazer esses aeroportos, você tem de assinar convênios com o Estado e com o Município. O que acontece é que, para você poder colocar no Orçamento esses projetos, você precisa ter licença de instalação, o que é de responsabilidade do ente público que vai fazer, normalmente o Município ou o Estado, e você precisa ter um projeto básico, que possa aprovar.

Estamos conversando com Estados e Municípios no sentido de capacitá-los – falei também aqui um pouco sobre a proatividade que a Secretaria vai ter –, de ajudá-los a desenvolver esses projetos para que a gente possa, de uma forma proativa, organizada e estruturada, fazer com que eles aconteçam.

Hoje existe um Orçamento, mas acontecem só 15% ou 20% por falta de projetos em condição de serem aprovados.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe, mas é que temos alguns Municípios... Por exemplo, o aeroporto de Parintins – a festa começa no final mês –, ele foi reaberto agora por causa da festa. Acaba a festa, o aeroporto vai ser fechado. O aeroporto de Itacoatiara, uma cidade de cem mil habitantes onde temos um importante terminal graneleiro, está interditado. E nós não estamos no Profaa.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A senhora tem razão. Nós vamos tratar desse assunto de forma prioritária, já decidimos isso.

Agora, por exemplo: Parintins não voa durante o dia porque há um abatedouro na frente do aeroporto. É uma responsabilidade do Município retirá-lo para que o aeroporto possa ser operado. Foi por isso que eu disse aqui quanto ao tal do aeroporto: não adianta um Cristo resolver, ou a gente tem um conjunto de 12 apóstolos para resolver aquilo ou nós não vamos resolver. Temos todo um mapeamento disso, temos todo o interesse e toda a determinação de fazer. Vamos fazer e vamos procurar os Estados e os Municípios para que a gente possa fazer de uma forma concertada e organizada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale para fazer suas observações a respeito das perguntas.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Só complementando o que o Ministro Wagner bem disse na resposta ao Senador Rodrigo Rollemberg: todos os investimentos que foram apresentados e que constam do *site* da Infraero são, rigorosamente, investimentos que não levam em consideração nenhum dos programas de concessão. Todos os programas de concessão a que o Ministro se referiu são no sentido de agilizar

esses prazos, já que eles foram determinados pela própria Infraero e são feitos com investimentos próprios.

Sobre algumas das perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, nós já havíamos conversado pessoalmente. Nós também temos as mesmas preocupações da senhora, nós também usamos os estudos que apareceram e que foram apresentados aqui, inclusive do Ipea, como alerta para nós, como sinalizadores de que devemos trabalhar o mais rápido possível, porque a situação é grave.

Nós não escondemos de ninguém que a situação, sem dúvida alguma, é grave. A demanda brasileira, graças a uma série de fatores, cresceu substancialmente nos últimos anos, e a infraestrutura não teve o crescimento necessário para acompanhar essa demanda. Isso aconteceu em todos os setores. Então, é lógico que temos de correr contra o tempo. Estudos como o que o Ipea fez são para nós um sinalizador, como outros que existem por aí.

A questão dos módulos operacionais. Sem dúvida alguma, são módulos que, dependendo do crescimento da demanda, vieram para ficar sim. Eles são módulos extremamente confortáveis, eles fazem parte do novo arcabouço dos aeroportos mundiais, não são coisa do Brasil, não foram inventados aqui e, sem dúvida alguma, onde for necessário, nós vamos usar os módulos operacionais sim. O de Vitória, espero, ficará pronto nos próximos 45 dias.

Quanto à questão de Manaus, a senhora tem razão. Quando nós falamos a primeira vez, um pedaço de cerca de 20% iria ficar para depois, que era toda a área circunscrita ao aeroporto – caso do acesso ao estacionamento. Isso foi revisto, e nós vamos entregar o aeroporto inteiro no prazo que consta do *site*.

A questão da Lei nº 8.666. Tudo o que puder ser flexibilizado, sem dúvida, só vai adiantar esses prazos que nós demos, porque todos os prazos cumprem rigorosamente os termos da Lei nº 8.666. Qualquer coisa que o Congresso Nacional decidir... Qualquer coisa que agilize esses prazos será na agilização...

Por fim, a pergunta que a senhora fez de quem vai manter os aeroportos deficitários. Sem dúvida, todo o estudo que está sendo feito sobre a concessão prevê, já no próprio estudo e na modelagem – o Ministro foi muito claro –, permitir que a Infraero continue com os recursos necessários e que ela possa investir não só nos aeroportos da rede, mas também assumir outros aeroportos, na linha do que a senhora mesma disse, da aviação geral.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira para fazer seus comentários.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigado, Senadora.

Gostaria apenas de ratificar o que entendi da única parte para a qual a gente pode contribuir. O que o Ministro Wagner colocou... Está aqui o Diretor Rubens, que esteve em duas audiências públicas sobre a concessão do aeroporto São Gonçalo do Amarante.

É um padrão da Anac. Então, Senadora Vanessa, tenha certeza de que a agência tem esse procedimento. Nós fazemos audiências públicas não só documentais, ou seja, no nosso *site*, como também presenciais e, no caso de São Gonçalo do Amarante, foram feitas duas vezes, uma até no local, ou seja, o Diretor Rubens foi a São Gonçalo e teve a chance de conversar com a população local justamente para ter certeza de que esse modelo que estamos trabalhando no Brasil é um modelo vencedor, e a gente imagina que a nossa população e o Brasil vão ganhar muito com isso. É essa a nossa visão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar todos os nossos convidados, o Dr. Carlos Eduardo, o Ministro Wagner Bittencourt, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale. É sempre muito complicado, enquanto o Congresso Brasileiro insistir com esta tese equivocada de que a semana tem dois ou três dias, nós vamos continuar aqui lutando contra o relógio e tendo de fazer, a todo o momento, escolhas de Sofia em relação a este e a aquele tema. Lamentavelmente, o Congresso funciona na terça, funciona na quarta, eventualmente funciona na quinta, e temos uma concentração muito grande de atividades nesses dias.

Enfim, as reflexões que quero fazer não dizem respeito aos senhores, mas evidentemente é com grande ceticismo que recebemos tudo o que foi falado aqui. Ao longo do tempo, os compromissos que a Infraero assumiu não vêm sendo honrados. Todos os compromissos e retificações de cronogramas são, a todo momento, ajustados. De alguma forma, nós, que estamos no dia a dia, com a sociedade e com os contribuintes, sofremos muito com isso. Quando qualquer um de nós recebe em seu Estado o Presidente da República, um Ministro e ali fazemos uma cerimônia e assumimos um compromisso público e formal, os senhores depois vão embora e nós ficamos. E as cobranças e as demandas se intensificam em razão desse compromisso que se torna fé pública.

Digo isso para começar a minha indagação com relação ao aeroporto de Vitória. Esse é um tema absolutamente indigesto para os capixabas. Indigesto

porque o Ipea, recentemente, apresentou o nosso aeroporto como o pior do Brasil, estamos com uma demanda cinco vezes superior à estrutura existente, nós temos um aeroporto em que as obras de modernização e ampliação iniciaram-se em fevereiro de 2005, com promessa para estarem concluídas até o final de 2008. As obras estão há três anos paralisadas e não temos, até este momento, um organograma fixo e definitivo para o reinício e a conclusão das obras do aeroporto.

Evidentemente, Dr. Antônio, que a construção dos dois terminais móveis atendem, porque são uma boa improvisação, mas longe do compromisso que o Governo Federal tem com os capixabas, até porque nós não estamos solicitando à União qualquer tipo de privilégio. Nós somos um Estado que tem contribuído com o desenvolvimento nacional e que não tem recebido uma contrapartida adequada do Governo Federal. E o caso do aeroporto de Vitória é simbólico, porque as ambigüidades e a ausência de informação deixam atordoado quem tem obrigação, como eu, de representar os interesses do povo capixaba aqui no Congresso Nacional.

Então, a primeira indagação que faço é quem pode me responder, por gentileza, a respeito do novo cronograma para conclusão das obras do aeroporto de Vitória. Essa é uma agenda velha, carcomida que, lamentavelmente se mantém. Mas quero crer aqui... E estou de novo ratificando que os senhores não têm responsabilidade direta, mas essa é uma questão institucional entre dois entes federados, tanto que nós, quando vimos o Governo Federal pensar na possibilidade de incorporar à sua prática a contratação diferenciada, fizemos uma correspondência à Presidente Dilma para incluir o aeroporto de Vitória, mesmo entendendo que esse aeroporto não é prioridade, porque a prioridade são os aeroportos da Copa. Fiquei muito feliz em ver todos esses aeroportos e fiquei muito triste em não ver o aeroporto de Vitória. Era como se o aeroporto de Vitória não constasse da lista de prioridades de quem tem a responsabilidade, de quem tem a autoridade de oferecer uma resposta efetiva. E volto a repetir: refiro-me a um aeroporto que está, há três anos, com suas obras paralisadas.

Faria outros questionamentos em relação à privatização, à concessão, mas quero crer, pelo que disse o Dr. Wagner, que esse modelo não está concluído, não está pronto, e que, em algum momento, poderemos conversar sobre esse tema, porque é um tema muito caro aos brasileiros pelo tamanho do desafio que os senhores têm.

Evidentemente que eu vi com muito bons olhos a iniciativa do Governo Federal de criar o Ministério da Aviação Civil. E estou muito empolgado, muito animado, muito estimulado com as informações de reinvenção da Infraero. Sim, porque a Infraero precisa de ser reinventada. Quem ler a revista *Veja* desta semana e ver a Infraero colocada naquelas condições há de se perguntar como que um órgão público pode se colocar de pé com essa intensidade de denúncias não apenas em relação a sua eficiência mas em relação a sua reputação.

Acho que teremos oportunidade para dialogarmos, para debatermos os termos dessa concessão numa outra oportunidade. Essa campainha que ouço é aquela que nos convoca para irmos ao plenário, mas eu gostaria de encerrar a minha manifestação. É evidente que a minha manifestação vem acompanhada de um desabafo muito grande, por conta das incertezas, das ambiguidades, da falta de resposta afirmativa. Com relação ao programa nacional, teremos outras oportunidades, mas indago a V. Sªs qual é o cronograma definitivo e afirmativo para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença, V. Exª me permite um aparte?

O senhor tem certeza de que o senhor estava falando do aeroporto de Vitória. O senhor não leu aeroporto de Goiânia? O senhor tem certeza? Porque não é possível. É cópia fiel do que eu ia falar. Mas eu não tenho o que tirar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar o Ministro Wagner Bittencourt, o Presidente da Infraero e o presidente da Anac.

Ministro, serei muito objetivo: por que motivo o Galeão não entrou no desenho da concessão? O Governador brigou tanto, disputou tanto. Acho que aquilo que pode ser feito pelo setor privado, o setor público deveria economizar seus recursos e aplicar em aeroportos. Não compreendi porque o Galeão não pode ser explorado em forma de concessão.

Gostaria de dizer ao Presidente da Anac que, quando chegar ao Senado o acordo de céu aberto, quero examinar mais alguns detalhes que o senhor apresentou que me trouxeram tranqüilidade.

Quero dizer ao Presidente da Infraero o seguinte: o Senador Jayme Campos disse que um administrador nunca podia se preocupar em priorizar pequenos problemas, tinha que priorizar os grandes. Mas quando não resolve pequenos, não vai resolver grandes. Então, tem uns problemas pequenos da Infraero...Um nem é pequeno, é relacionado à denúncia do Sindicato Nacional de Aeronáutica. Segundo essa denúncia, a camada porosa da única pista em uso no aeroporto Santos Dumont está vencida desde 2007, aumentando

o risco de acidentes. Fico neste ponto; se realmente isso prevalece.

Segundo, eu queria dizer aos senhores o seguinte: há setores da Infraero, em alguns Estados, em que sentimos uma bela administração. Quando se chega ao aeroporto do Rio Grande do Sul, de Salvador – estou dando só um exemplo... Agora, no Rio, é um caos. Os pequenos problemas do aeroporto do Rio... O serviço de ônibus é deficiente, o tempo em que se recebe bagagem é enorme, não há local de troca de moeda, as lanchonetes são insuficientes, os banheiros, sujos, os carregadores não podem entrar na área da esteira – às vezes, senhoras idosas não têm um carregador para segurar uma mala –, e há alguns funcionários que há nove meses não recebem seu salário.

Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, para olhar para esses pequenos problemas da administração do Galeão, que é um caos, um caos. Temos noção de que não existe administração no Galeão. Desse modo, eu pediria ao senhor que prestasse atenção a esse ponto.

Quanto à parte do Santos Dumont, eu queria uma resposta da Infraero.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

Já terminou, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Terminei.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Ana Rita não está inscrita?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – SRA. Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Ministro Wagner Oliveira; Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo; Presidente da Anac, Sr. Carlos Eduardo; Srs. Senadores, eu ouvi atentamente parte das exposições, pois estava em outro compromisso. Aqui, como disse o Senador Ferraço, temos cinco compromissos na mesma hora. Audiências... Agora mesmo estamos sendo chamados pela campainha para votarmos no plenário e temos votação na CCJ, para os indicados ao CNJ.

Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, Ministro, Presidente da Infraero e Presidente da Anac, quanto à questão das – vamos colocar entre aspas – "privatizações" dos terminais aeroportuários. Eu perguntaria: mudou a concepção do Governo em relação às privatizações ou foi muito tarde que se acordou para a necessidade de a iniciativa privada ser chamada para apoiar os investimentos nesse setor? Oito anos e meio se passaram, e a situação, a cada momento, se agravando. Tivemos aqui várias audiências sobre apagão aéreo, sobre a incapacidade da Anac de fiscalizar e da Infraero de executar, ao ponto de ter sido criado um novo Ministério, uma Secretaria com *status* de Ministério, ao qual V. Exª foi tão bem conduzido. V. Exª diz que ainda não está maturado o processo. Eu gostaria que não perdêssemos mais tempo, porque acredito, pelo que tivemos de informações do Ipea, que dificilmente os cronogramas dos aeroportos para a Copa estarão executados dentro da necessidade para 2014.

Eu conversava com o Senador Dornelles, e concordo com S. Exª, que, onde a iniciativa privada puder estar... O Governo deve usar esses recursos, que são poucos, em áreas aonde ela não chega. Então, por exemplo, na Amazônia, não adianta fazer concessão de aeroportos, porque ninguém vai querer entrar na concessão; vai ter o Governo Federal de usar 100% de recursos da Infraero para colocar as unidades.

Eu já aproveitaria para perguntar, dentro do que perguntaram o Senador Ferraço e outro Senador, sobre o aeroporto de Santarém também. Há anos se aguarda que o aeroporto de Santarém seja executado, a licitação foi feita, a população de lá nos cobra essa resposta, e não nos chega uma informação correta.

Com relação à modelagem, não acredito que haja necessidade dos 49% da Infraero na concessão. Deve-se deixar a iniciativa privada aplicar os 100%, até para resguardar o interesse dos usuários, da sociedade, melhor dizendo, e aplicar esses recursos que seriam colocados nesses aeroportos em regiões onde a demanda seja por recursos públicos.

Eu não acredito em Estado máximo nem em Estado mínimo. Eu acredito no Estado necessário. Onde ele se fizer necessário, ele tem que estar presente para atender a todos os brasileiros.

Eu perguntaria também ao Presidente da Infraero com relação a essa questão emergencial das puxadinhas nos aeroportos. A gente desce aqui em Brasília, desce lá, um bando de puxadinha para atender emergencialmente. Quanto custa para a Nação brasileira essas puxadinhas e o que será feito com elas quando chegar a remodelagem ou a ampliação desses aeroportos? Quanto estamos perdendo de recursos por falta de planejamento, em médio e longo prazo? Ou seja, nós temos que reconhecer que o Brasil passou oito anos e meio sem planejar a questão da logística, da infraestrutura aeroportuária.

Também uma questão a V. Sª com relação a saber se Anac ou se Infraero ou se o próprio Ministério já tomou providências para que não passemos outro apagão aéreo em relação aos controladores de voo. Nós fizemos aqui diversas reuniões, passou a onda, e não sei como isso vai estar preparado para a Copa. Será que teremos outro apagão às vésperas da Copa

ou a Anac, a Infraero ou o Ministério já treinaram pessoas que possam vir a ser contratadas para suportar o aumento de demanda que haverá efetivamente?

Mas eu queria fazer algumas questões. Pergunto ao Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo: V. Sª chegou a ler a matéria da *Veja* desta semana, "Apertem os Cintos, o Dinheiro Sumiu", tratando da Infraero, empresa que hoje V. Sª preside?

A matéria diz, Ministro, que o total dos contratos da Infraero analisados pela Polícia Federal chega a R$4,2 bilhões, e o valor correspondente ao superfaturamento é de R$891 milhões, ou seja, 21% desses contratos foram superfaturados, dinheiro desperdiçado da sociedade brasileira. Queria que V. Sªs pudessem me dizer se já tomaram conhecimento da matéria e quais as providências que foram tomadas.

Também com relação à Infraero, acho que há necessidade de que haja mais conhecimento das matérias que a imprensa escrita e televisada tem colocado. Há pouco tempo, veio uma matéria sobre os custos da alimentação e dos serviços nos aeroportos, mostrando que lojas da mesma franquia cobram um preço fora do aeroporto e um preço muito mais alto no aeroporto, onde o usuário é obrigado a adquirir porque, em função de atraso de voo, ele vai ter que se alimentar, e paga um sobrepreço por não ter opção de concorrência, vai ter de comprar ali mesmo.

Com relação, por último, Presidenta ou Presidente Lúcia Vânia, não sei como V. Exª gosta de ser chamada... Hoje temos essa dúvida, se Presidente ou Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que perguntar a V. Exª.

Eu perguntaria para a Anac: a cobrança do assento conforto pelas companhias aéreas ou pela companhia aérea é correto? É legal? Se for legal, é imoral. É preciso saber de que forma é, porque todas as vezes que entro no avião, tem o assento conforto, aí eu pergunto: "E o assento desconforto? Eu tenho que cobrar também R$20,00 quando nos colocam no assento onde a gente não tem onde colocar as pernas". O Ministro, à época, disse que não cabia dentro do afastamento, que ia mandar abrir as distâncias. Até hoje não aconteceu. Então, eu pergunto se é correto cobrar esse assento.

E mais: é um absurdo isso, Presidente Lúcia Vânia, porque, quando a porta é fechada, ou seja, os passageiros já estão todos a bordo, você não pode ir para esse assento conforto, mesmo eles estando vagos, porque você teria que ter pago e não pagou, aí não pode ir. Aí eu pergunto: qual é a necessidade de utilizar a saída de emergência? Não havendo ninguém na fila de emergência, como vai ser utilizada? Ninguém vai pagar R$20,00 para ainda trabalhar para a companhia aérea, na necessidade – Deus o livre! – de usar a saída de emergência. Na primeira fila, quando chegam as pessoas que são necessitadas de tratamento diferenciado, as pessoas que pagaram os R$20,00 têm de sair para dar assento, quando seriam devolvidos os R$20,00. Isso é um absurdo. Acho que a Anac tinha de tratar com relação a isso.

Quanto ao atraso, V. Sª mostrou aqui um gráfico... Eu, ontem, estava em Salvador e vinha para Brasília. Meu voo era às 5h20 da tarde. Não posso chegar atrasado um minuto que eu perco o voo. Cheguei e aí começou: o avião está atrasado e a previsão é de 30 minutos. Às 6 horas, tinha um voo para Brasília de outra companhia. Eu poderia ter mudado de voo, mas, por 30 minutos – 5 e 20 com mais 30 minutos passaria para 5 e 50 –, dá esperar. Próximo dos 30 minutos, mais 30. Aí, já não dava mais para pegar o voo das 6 horas. E assim foi. Tivemos 2 horas e 10 minutos de atraso, para sair de Salvador para vir para Brasília. Perdi uns cinco voos, com compromisso aqui, em Brasília.

Minha pergunta é: a informação que é repassada pela companhia aérea devia ser controlada pela Infraero ou pela Anac nos aeroportos...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Não há por que enganar o usuário sem que... V. Sª apresentou aqui a quantidade em milhões de reais de multas da Anac. Não adianta nada, não adianta nada. Essas multas são pagas? É a pergunta que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, último orador inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, SRA. Presidente.

Senhores convidados, Exmº Sr. Ministro, eu vou aqui só fazer uma síntese de praticamente tudo que se falou.

O que me preocupou foi que os senhores nos mostraram as providências que estão tomando com os aeroportos das cidades que vão sediar a Copa e onde têm o maior fluxo, mas os senhores não se preocuparam ainda com os outros aeroportos, pois os turistas que aqui vierem irão para outras cidades. Esse é o gancho que eu pego.

Eu acho que ou meu colega Ferraço leu aqui ou eu leio o dele, pois são os dois piores aeroportos do País. Vejam os senhores que não temos um lugar para revisteiro, não temos lugar para sentar, não temos lu-

gar para estacionar – gente perde voo, porque não tem onde estacionar o carro –, onde a população é tratada como gado: senhoras grávidas sentadas no chão.

Agora, as tarifas, não; as tarifas são as mais baratas do Brasil. Segundo o ex-Ministro Walfrido dos Mares, nós tínhamos as maiores tarifas. Ele disse que tínhamos de baixá-las. No entanto, em março deste ano, elas foram alteradas – para cima.

Levamos dois anos para conseguir um puxadinho. O puxadinho de Goiânia foi licitado várias vezes. A obra está três anos e meio parada por superfaturamento. E a população paga.

Nós estamos com um problema com o *ambulift.* Eu presenciei uma senhora que não podia subir em cadeira de rodas e o *ambulift* tinha quebrado. Ela subiu com o pessoal da própria segurando, mas ela quase dá uma cambalhota para trás. Ela chegou lívida. Os senhores conhecem isso sobejamente. Agora, o que falta é providência.

É muito triste quando nós nos deparamos com uma revista como a *Veja*, que tem toda a credibilidade, que começa assim "Uma investigação da Polícia Federal comprova: nunca se superfaturou tanto na Infraero quanto no Governo Lula". Ela usa termos pesados, inclusive: "Análise minuciosa dos documentos, aliada à rigorosa vistoria de cada obra, produziu um relatório espantoso" e, como já foi dito aqui, "de R$4,2 bilhões, foram superfaturados R$891 milhões".

Uma última notícia, que eu não sabia: foi orçado em Santos Dumont um vidro plano, que estava orçado em R$3 milhões; depois de licitado, resolveu-se fazer o vidro curvo; e esse vidro curvo custou R$30 milhões. De R$3 milhões para R$30 milhões. Bom, e, assim, a gente está num processo doloroso, de difamação, em que nós, brasileiros, nos sentimos mal em ver tanto desperdício. Eles usam, inclusive, um outro artifício: legalizaram o superfaturamento. Isso que é o pior.

Hoje, temos dois institutos, o de pesquisas de custos, de índices da construção, o Sinapi, e o Sistema de Custo Rodoviário (Sicro). Esses estão bem acima dos valores. Então, o TCU fica amarrado porque não pode classificar como superfaturamento, mas encontra-se, por exemplo, tijolo 20% mais barato no mercado – isso para um cidadão comum –; tinta látex, 128% mais barata; forro para teto, 145%. Quer dizer, está nítido, é nítido o desvio.

Se nós não tomarmos providências, se nós não tivermos acuidade com o dinheiro público, vamos chegar ao que estamos assistindo, à falência de todos os aeroportos. Temos, hoje, uma rodoviária no nosso Estado, que dá de 10 a 0. No entanto, somos tratados como gado. E o resto já foi dito aqui.

Acho que ou a gente rasga tudo isso e começa de novo, Sr. Ministro, ou, então, sinceramente, vamos passar nessa Copa uma das maiores vergonhas que o País já teve, não só pelos aeroportos novos, não. Talvez, os novos ainda fiquem meia-boca, mas o pessoal vai viajar, vai querer conhecer o Brasil e aí vai encontrar a nossa realidade.

O senhor me desculpe, é um desabafo de quem sofre todos os dias, inclusive nem podendo mais entrar naquelas poltronas, como falou meu colega aqui, Flexa Ribeiro, que, numa última viagem, o cidadão reclinou a poltrona e dormiu; o de trás queria levantar para ir ao toalete e não pôde, não passava e ficou meio incomodado de acordar a pessoa da frente. Então, isso tudo está acontecendo aqui e a gente vive – os senhores também viajam –, e as coisas continuam piorando, não melhorando.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – SRA. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Infelizmente, eu queria fazer algumas arguições, mas o painel já está aberto, estamos em votação nominal no plenário do Senado e não me resta outra coisa senão pedir que V. Exª encerre a reunião para que a gente possa ir votar lá.

Mas, colaborando com a fala dos nobres colegas aqui, quero dizer que existem algumas situações que, realmente, são vergonhosas. Aqui foi falado de Goiânia, Vitória, Cuiabá, Florianópolis. Eu citaria só Cuiabá, para não me alongar. Em Cuiabá, é uma vergonha. Lá tem o terminal 1 e o terminal 2. Você tem que descer a bagagem num terminal – falo em terminal, mas não é isso, porque as obras foram feitas separadamente e a parte nova já está caindo aos pedaços, tem parte do teto desabando. Você tem que descer na chuva ou no sol, pegar a bagagem em um terminal e sair por fora, pela rua, e embarcar em outro. Isso já faz mais de cinco anos.

O aeroporto de Florianópolis, coitada da nobre Senadora Ideli, que já não está mais aqui, cumpriu oito anos de mandato e ficou todo esse tempo aqui cobrando e não foi sequer licitado. Não sei se foi licitado, o Sr. Ministro poderia nos informar depois. Mas tenho parentes em Santa Catarina, viajo muito para lá nos finais de ano, e ali é uma vergonha nacional, um aeroporto que recebe turistas do mundo inteiro, que vão para as praias de Santa Catarina, e está naquela situação.

Se formos aqui falar, o nosso problema não é nem superlotação nos aeroportos, é uma questão de

redimensionamento de fluxo e fazer estações dignas do povo brasileiro e também dos turistas que aqui chegam.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp, não vou suspender a reunião, mas deixo livre aos Senadores que quiserem ir votar.

Concedo a palavra ao Dr. Wagner Bittencourt, para que ele possa responder as perguntas, uma vez que temos aqui jornalistas, assessores de Senadores, que gostariam de ouvir as respostas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador Ricardo Ferraço, vou tentar responder um pedaço e passar para o Dr. Gustavo, que conseguirá responder com uma propriedade melhor.

Do ponto de vista do aeroporto de Vitória, nós sabemos que ele tem vários problemas, obra paralisada, enfim grandes questionamentos, mas, como é bom a gente olhar para frente, porque eu acredito sempre que a gente tem que tentar resolver os problemas, neste ano agora foi resolvida a questão com a empresa de engenharia, foi feito um corte. A parte de trás, vamos dizer, do projeto será discutida na Justiça e vai ser feita uma nova licitação. Isso vai permitir que ande o projeto.

O Exército já retomou a questão dos seus trabalhos, do projeto de engenharia, que a gente imagina que vai ser cumprido no prazo. Nós tivemos reuniões com o General Peri, que é o Comandante do Exército, com o General responsável pelas obras, e o que a gente vem acompanhando é que o cronograma está em dia.

No caso do terminal MOP, apesar de algumas dificuldades jurídicas que aconteceram nesse período, as obras estão andando; na torre também, e eu acredito que agora nós vamos ter condição de concluir na data prevista os cronogramas.

Esperamos não ter mais nenhuma surpresa do ponto de vista jurídico de andamento, porque, de vez em quando, nós temos uns questionamentos sobre a questão ambiental, mas temos trabalhado para resolver e atender essa data. Então, pediria que, depois, o Gustavo complementasse a questão dos prazos corretamente.

Acho que era isso, Gustavo. Você quer complementar a data? Melhor, porque aí responde a pergunta do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na prática, a minha pergunta diz respeito à indagação: qual é o cronograma oficial para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória?

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Como o Ministro disse, Senador, o senhor é um homem que tem acompanhado esse processo, eu sou testemunha dele, ao longo do tempo, e o senhor sabe de todas as dificuldades do ponto de vista judicial, inclusive acompanhou a assinatura do contrato do módulo operacional que termina nos próximos dias. Eu acho que toda a Infraero tem vergonha do que aconteceu em Vitória e em Goiânia, sem dúvida nenhuma; uma obra parada há quatro anos por decisão judicial sem que a gente consiga andar nessa obra, eu acho que faz mal a todo mundo. Não é questão deste governo ou daquele governo, é uma questão que as coisas estão sendo decididas na Justiça e nem sempre a gente pode ter, vamos dizer, a ação que deveríamos.

De qualquer maneira, o responsável pelo cronograma sou eu, está aqui, posso entregar para o senhor e posso mandar por escrito, assinado por mim, como o senhor preferir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria que o senhor formalizasse, então, e me enviasse por escrito, não a mim, mas à Comissão, e a Comissão faz chegar a mim, porque esse é um documento muito importante, para que, no tempo, nós possamos monitorar, mais uma vez, esse compromisso institucional que não o senhor assume comigo, mas a Infraero assume comigo, porque são questões impessoais.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sem dúvida nenhuma, farei isso e, mais: farei publicar no *site* da Infraero esse cronograma para que a população de Vitória e do Espírito Santo possa acompanhar também.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Sobre esse assunto, não tenho complementação, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, respondendo agora ao Senador Dornelles.

Senador Ferraço, pode assumir a Presidência aqui, um instante?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador, a primeira questão que o senhor levantou foi por que o Galeão não entrou nesse processo agora. Ele não entrou agora, porque a gente já vinha estudando esses três outros aeroportos no sentido de tentar fazer uma concessão administrativa ou comercial de loja de aeroporto. Então, esse já estava num processo mais avançado. O que não quer dizer que nós não vamos avançar nessa questão tanto para Rio de Janeiro como para Confins.

A Presidenta mesmo, naquele dia, informou que, quanto a esses dois aeroportos, nós iríamos continuar estudando para avaliar. Então, está em avaliação, já conversei com o Governador Pezão, já conversamos com o Governador Anastasia também e estamos em

andamento nessa avaliação. Então, essa é a primeira questão.

Existe uma outra questão aqui sobre o Aeroporto Santos Dumont, depois eu vou pedir que o pessoal comente sobre isso, porque talvez eles consigam dar uma resposta mais objetiva, então passaria essa ou para a Infraero ou para a Anac.

Eu acho que nos aeroportos do Rio de Janeiro a gente tem dificuldades, assim como em outros aeroportos. O que foi dito aqui é a absoluta verdade e nós estamos trabalhando para superar essas dificuldades. Uma das ações em que podemos melhorar muito o aeroporto, não somente fazendo investimentos que estão sendo feitos... A gente está remodelando o aeroporto 1, vai ser complementada a parte 2 do aeroporto novo, enfim, eles estão sendo reformados com novas escadas rolantes, reforma de banheiros, tudo para a melhoria do conforto dos passageiros vai ser feito, mas muitas dessas questões como atender melhor o passageiro, nós estamos tentando resolver com essa questão da melhoria de gestão dos aeroportos. É até interessante. Tem uma sala que foi inaugurada aqui em Brasília, na sexta-feira, outra em Guarulhos. Talvez fosse até interessante visitar, porque é um ambiente em que todo mundo que é responsável pelo aeroporto – e não é só um ou outro – tem oportunidade de ver as dificuldades que são...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu viajo muito. Chega-se ao aeroporto de Porto Alegre, verifica-se que o serviço está funcionando às mil maravilhas. Chega-se ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, de Salvador e no Rio, é um caos. A impressão que eu tenho é de que não é um problema de gestão nacional da Infraero; é um problema de administração da Infraero Rio. É um verdadeiro caos.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A gente está tentando melhorar. Esse trabalho de gestão é fundamental. Não sei se o senhor teve oportunidade de sair pelo Santos Dumont essa semana. Foi inaugurada, semana passada, no fim da semana, foi expandida a área de Raios X do aeroporto. Eram cinco máquinas; estão sendo instaladas mais três máquinas. Duas já estão instaladas e mais uma instalada. Então vai aumentar em 60% a capacidade. Deu uma boa melhorada.

Nós vamos trabalhar para isso. Tem uma série de outras iniciativas desse tipo de que a gente poderia falar aqui. São iniciativas de gestão que melhorarão o atendimento ao usuário. O senhor tem plena razão e nós vamos trabalhar nisso.

Não sei se você quer comentar aquela questão da...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador, uma das ações que a Anac fez em 2009, de implantação do sistema de gerenciamento da segurança operacional, foi justamente tratar do Aeroporto Santos Dumont, onde inicialmente a pista auxiliar foi recapeada no início do ano. No meio do ano, a Infraero nos procurou e solicitou o recapeamento da pista principal.

Isso foi um sucesso para a aviação civil brasileira. Nós fizemos totalmente o recapeamento da pista, as aeronaves passaram a operar numa das menores pistas do mundo com segurança, com uma série de restrições impostas colaborativamente, a Anac e a Infraero. Isso tudo foi feito em 2009.

Então, infelizmente, quem passou a informação para o senhor não passou uma informação fidedigna. A Anac vem acompanhando mensalmente os aeroportos. Nós temos uma resolução que trata justamente da medição dessas pistas.

A Infraero e os outros provedores da Aesp, no caso de São Paulo, passam para a gente e a gente vem acompanhando. Quando há um problema, nós obrigamos as empresas a fazer a retirada de borracha e a manutenção na pista, conforme os critérios de segurança mais perfeitos que a gente imagina, que são os internacionais, feitos pela OAS, que o Brasil recebeu numa resolução da Anac.

Então, Senador, por favor, eu gostaria de ter a sua confiança de que nós estamos mantendo isso em excelentes padrões.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado, Senadora.

Senador, eu acho que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Início de intervenção fora do microfone)* ...no Galeão, há uma fila de carregadores que não recebem há oito, nove meses. Isso dói o coração da gente.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Isso, o senhor pode ter certeza absoluta de que eu vou verificar. Eu não conhecia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se V. Sª permitir, eu vou mandar o nome deles.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente. Aliás, eu gostaria muito que o senhor fizesse isso, porque nos interessa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quando eu chego lá, há uma fila reclamando que não recebe há oito, nove meses, indivíduos passando as maiores necessidades.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – São funcionários contratados pela Infraero?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela Infraero.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sinceramente eu não sei, mas garanto para o senhor que irei olhar isso, porque efetivamente isso não pode acontecer de forma alguma. É contra as normas e não tem o menor sentido. Em todos os lugares onde terceirizados da Infraero deixam de receber por alguma razão, a Infraero tem honrado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eles recebem o seguro-transporte; mas o salário, não recebem.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, eu vou verificar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Recebem o vale-transporte, o vale-alimentação, e o salário não recebem

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se o senhor tiver os nomes, nos ajuda e muito. Pode ter certeza.

Com relação ao atendimento, estamos trabalhando para que o atendimento seja uniforme no Brasil todo, que o atendimento que o senhor tem em Confins e em Porto Alegre, como o senhor citou, o senhor tenha no Galeão também. Pode ter certeza. Nós trocamos a administração lá há pouco tempo e estamos fazendo todo um trabalho de educação visando, efetivamente, ao cliente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O ponto básico, Presidente, é o seguinte: chega-se a Porto Alegre, chega-se ao aeroporto de Salvador... Hoje, nas esteiras, senhoras idosas, às vezes, tem dificuldade de segurar a mala e os carregadores do Rio não podem entrar. Em Porto Alegre entram, em Belo Horizonte entram, e os do Rio não entram. Então ficam ali pedindo ajuda a outras pessoas.

Não vejo razão. Esse é um problema administrativo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – É, sem dúvida, deve ser um problema administrativo. Eu vou verificar. Prometo ao senhor.

Se você puder responder ao Senador agora, fique à vontade, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não precisa responder agora. Estou dizendo para, no momento, oportuno o senhor verificar. Eu considero a administração do Aeroporto do Galeão, em termos de Brasil, a pior administração do País, mas espero que agora melhore. Faço votos...

Quero cumprimentar o Ministro, o Presidente da Anac, o Presidente da Infraero e dizer que aqui no Senado podem contar conosco. Consideramos da maior importância esse problema dos aeroportos, principalmente tendo em vista, eu como Senador do Rio, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, de modo que o que eu puder fazer para ajudar nesse esforço, podem contar comigo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Wagner para suas considerações finais e logo em seguida ao Dr. Antonio e, por fim, ao Dr. Carlos Eduardo.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui no Congresso, particularmente no Senado, para discutir essa questão do aeroporto.

Como tentei esclarecer aqui, com o tempo de vivência mais aprofundado que tenho sobre o tema, é realmente um tema muito complexo. Não é fácil de resolver. Não é uma coisa simples de ser resolvida e, se for resolvida, e será resolvida, vai ser com esforço, como eu disse, não só de quem está dentro da cerca, que são todas aquelas entidades governamentais e privadas que trabalham dentro do aeroporto, mas também das entidades que estão fora da cerca, que são não só Estados e Municípios, como também o Congresso Nacional.

É fundamental que se tenha um tratamento uniforme, que a gente entenda os problemas e que cada um possa fazer o que estiver à sua disposição para viabilizar esse projeto. Hoje vimos questionamentos obviamente todos relevantes, importantes e corretos. Se não tivermos o apoio dos Estados, dos Municípios e do Congresso, nós vamos fazer, mas não o faremos com a eficácia e com a velocidade que nós desejamos. Então, vejo hoje, nesses dois meses de trabalho, uma capacidade de atuação muito grande, vejo uma dedicação muito grande da Infraero, da Anac, da SAC, do Decea, que não está aqui hoje, mas acho que seria que em nova oportunidade ele aqui pudesse estar também para mostrar uma integração de todos os agentes do Governo nessa linha, da Polícia Federal, da Receita Federal, das companhias aéreas. Então, precisamos dessa união para poder trabalhar e conseguir os objetivos que nós pretendemos.

Tenho certeza de que isso vai acontecer. Estou vendo, dentro dos aeroportos, nos centros de governança, de gestão dos aeroportos, que essa atuação conjunta já está dando frutos. Não tenho dúvida de que com a gestão melhor e com a atuação consertada de todos esses agentes, nós vamos atender a todas as necessidades do País não só na Copa e nas Olimpíadas, mas também todos os dias, porque essa é nossa obrigação, essa é a nossa dedicação de todos os dias.

Então agradeço. Estaremos sempre aqui quando convidados. É um prazer. Aguardamos sugestões. Nós recebemos críticas, sugestões não como algo ruim, mas como uma coisa muito boa para aprimorar nosso serviço, até porque todos nós somos usuários do aeroporto; todos nós algum dia já tivemos algum problema e todos nós devemos contribuir no sentido de sugerir soluções e ajudar na solução desse problema. Muito obrigado, Senadora, agradeço realmente muito a presença.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora Lucia Vânia. Na mesma linha do Ministro Wagner, quero dizer que a Infraero está à inteira disposição, como sempre esteve, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para os demais órgãos de controle, assembleias legislativas, como a do Estado da senhora. Eu sou testemunha da sua luta pelo aeroporto de Goiânia.

Quero dizer que, na realidade, isso nada mais é que a demonstração de que o povo brasileiro começou, por diversas razões, a andar de avião, e o aeroporto adquiriu importância que não tinha há 10, 12 ou 15 anos. Então, está na ordem do dia, estamos plenamente conscientes da nossa responsabilidade de prover estrutura aeroportuária condizente com a necessidade da demanda brasileira hoje. O que posso dizer, no pouco tempo em que estou lá, é que tanto eu quanto toda a administração, os funcionários da Infraero, o País pode ter certeza, de que estaremos empenhados em, sem dúvida nenhuma, cumprir os compromissos que temos assumido ao longo do tempo não com o Congresso, não com o Governo, mas com o bem-estar do povo brasileiro. Posso dizer para a senhora que estamos absolutamente abertos a qualquer tipo de pedido, informação, explicação e a qualquer tipo de comprometimento que a Infraero possa ter com o Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigada, Senadora, seguindo as mesmas palavras do Ministro Wagner, do Dr. Gustavo, a Anac é obrigada a seguir essa mesma linha não por obrigação funcional ou disposição legal, mas porque a gente vive a aviação. No dia a dia, quem é piloto, como eu, está lá para contribuir, para dar segurança, para trabalhar diuturnamente para que o nosso sistema de aviação civil seja cada vez melhor. Essa é nossa missão, a atribuição da agência. Tenha a certeza de que os dois mil funcionários da agência estão unidos nesse esforço, não só os diretores que foram aprovados por esta Casa – e temos mais um a ser sabatinado na quinta feira; estaremos aqui torcendo pelo Dr. Marcelo. Pode contar conosco com relação a isso.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Wagner Bittencourt, ao Dr. Antônio Gustavo, ao Dr. Carlos Eduardo. Quero dizer aos senhores da nossa satisfação em recebê-los aqui. Podem contar com o apoio da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Nós entregamos aos senhores nosso voto de confiança e principalmente nosso desejo de que tenham muito sucesso à frente dessa nova gestão, dessa nova diretoria. Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu reconhecimento pelo apoio, pela acessibilidade que os senhores tiveram para com o nosso convite.

A todos o meu muito obrigada pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 01 minuto.)

ATA DA 19ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09h.

Às nove horas e quatorze minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e JOÃO PEDRO,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20 – CMARIO20. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, EUNÍCIO OLIVEIRA, IVO CASSOL, RANDOLFE RODRIGUES, VANESSA GRAZZIOTIN** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU** e **PAULO DAVIM.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de debater o tema "Economia

verde: serviços ambientais", tendo por foco as oportunidades, entraves e experiências mais significativas para inserir os serviços ambientais no contexto da economia verde, conforme entendida nos debates para a Conferência, assim como para avaliar a legislação atual sobre incentivos e/ou pagamentos por serviços ambientais, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência. Comparecem os seguintes convidados: Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente; Roberto Lorena, Coordenador de Transferência de Tecnologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Maurício Lopes, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional; e Daniel Serra, Gerente de Relações Governamentais da Empresa Natura. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **JOÃO PEDRO**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federa**l, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 4º Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Economia Verde e Serviços Ambientais", em cumprimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão aprovado em 17 de maio de 2011 e ao Requerimento nº 34, de 2011, da CMA, aprovado em 24 de maio de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Esta audiência pública também integra os eventos do Senado Federal pelo Dia Mundial do Meio Ambiente.

Aproveito para convidar para fazer parte da Mesa o Presidente da Subcomissão da Rio+20, Senador João Pedro.

Informo, ainda, que uma das entidades convidadas, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, comunicou a impossibilidade de participação devido à realização, de 8 a 10 de junho, do 8º Seminário Anual de Pesquisa, principal evento do calendário científico do Instituto, em que estão envolvidos todos os seus pesquisadores e diretores.

A presente audiência conta com a participação dos seguintes convidados: Dr. Maurício Lopes, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a quem convido para fazer parte da Mesa; Sr. Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa); SRA. Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional. Temos outros convidados, que chamaremos à Mesa logo que chegarem.

Quero cumprimentar o Senador João Pedro, cumprimentar os nossos convidados e dizer da alegria de recebê-los, especialmente por estarmos nas celebrações da Semana do Meio Ambiente e no momento em que o Senado inicia os debates sobre a revisão do Código Florestal.

Quero aproveitar para agradecer a presença de todos, que nos honram com sua presença, servidores da Embrapa, Diretora da Embrapa, pesquisadores, e dizer que nessa discussão do Código Florestal, ainda que tenhamos algumas limitações pelo fato de que o projeto de revisão do Código Florestal que tramita seja do Legislativo, tenho dito que algo importante de construirmos o entendimento para oferecermos como alternativa para um projeto de iniciativa do Poder Executivo, naquilo que couber à iniciativa do Poder Executivo, e incorporarmos no texto, se couber, ao Poder Legislativo são instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Tenho reiterado que entendo que estamos diante de uma grande oportunidade na construção desse Código Florestal, oportunidade de construir um grande entendimento no Senado Federal para oferecer um texto moderno e que permita que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, um grande produtor de agroenergia, mas que também saiba utilizar com inteligência e sustentabilidade toda essa imensa biodiversidade que temos no nosso País.

Portanto, esse debate sobre serviços ambientais, instrumentos econômicos que incentivem a preservação, que incentivem boas práticas agrícolas, que incentivem manejos sustentáveis da nossa biodiversidade é uma agenda das mais importantes e estratégicas para

o nosso País neste momento, especialmente quando nos preparamos para sediar a conferência internacional Rio+20, no Rio de Janeiro, no próximo ano, que tem como ponto mais importante, como agenda mais importante a economia verde e uma governança internacional que garanta os instrumentos de incorporação da economia verde no cenário mundial.

Portanto, é com muita alegria que recebemos os nossos convidados nesta manhã.

Vamos, então, iniciar o debate, passando a palavra ao Dr. Maurício Lopes, Diretor Executivo da Embrapa.

Antes, quero apenas registrar a presença do Dr. Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente.

Seja muito bem-vindo. É uma alegria tê-lo aqui conosco.

O SR. MAURÍCIO LOPES – Meu bom-dia, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Meu bom-dia também ao Senador João Pedro, Presidente da Subcomissão Rio+20. Meu bom-dia aos integrantes da Mesa que participam desta audiência pública. Meus cumprimentos aos presentes, aos colegas da Embrapa, à Diretora Vânia, à Drª Cíntia.

Eu trouxe uma pequena apresentação que vai me auxiliar na apresentação de algumas ideias sobre desafios e oportunidades para a agricultura brasileira no âmbito da economia verde, nesse grande desafio que temos de entender e compreender a possibilidade de valorizarmos os serviços ambientais e valorizarmos mais a imensa base de recursos naturais que temos no País.

É uma breve síntese do que vou apresentar. Rapidamente, algumas informações sobre a economia verde, um paradigma emergente, o que é a economia verde no Brasil, o que estamos fazendo, nosso entendimento de como o País pode participar dessa vertente emergente, da inovação relacionada à economia verde, a agricultura na economia verde e os desafios e oportunidades para o nosso País.

Nós sabemos que esse é um paradigma emergente que vem ganhando força, especialmente em função dos programas que o PNUD tem lançado em âmbito internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que vem promovendo essa ideia do crescimento com sustentabilidade – esses dois conceitos não são antagonistas, pelo contrário, são complementares –, de que é possível promover prosperidade econômica com melhoria ambiental e também, a partir do meio ambiente, gerar novas oportunidades econômicas para o crescimento.

As principais características da economia verde, que vem sendo promovida e estimulada pelo Pnud, são que ela reconhece e investe no capital natural, é fundamental para a redução da pobreza, gera empregos e impulsiona a equidade social.

A substituição de combustíveis fósseis é um objetivo extremamente importante, a descarbonização das economias, promover o uso mais sustentável e inteligente da base de recursos naturais e lidar com o grande desafio de gerarmos e utilizarmos energias sustentáveis e viabilizar uma vida urbana mais sustentável e crescer mais rapidamente que a chamada "economia marrom", a economia convencional.

Os governos têm um papel extremamente importante na consolidação dessa visão, com o estabelecimento de marcos regulatórios sólidos e inteligentes. Acho que parte dessa discussão hoje vem, na verdade, para discutirmos uma estratégia e caminharmos nessa direção, priorizar investimentos e gastos públicos que impulsionem o que eu chamo aqui de uma reconversão verde de setores importantes da economia, reduzir gasto público em áreas que esgotem o capital natural, usar tributação e instrumentos baseados no mercado para modificar preferências de consumidores, estimular investimentos chamados verdes, inovações verdes, investir na formação de capacidades, de competências. Se vamos fazer essa reconversão de forma inteligente e consequente, é preciso ter gente preparada, é preciso ter competência e capacidade e, obviamente, termos que fortalecer a governança internacional, e é importante que o Brasil esteja se posicionando no âmbito dessa discussão de forma internacional.

O Brasil ainda está para trás nessa grande corrida pela economia verde. Os senhores que têm acompanhado essa discussão e acompanham, por exemplo, as ações da China, da Coreia do Sul, da Alemanha. O Brasil, definitivamente, ainda não acordou para o potencial dessa, digamos, reconversão ou desse ajuste. Aqui, um extrato de um artigo da *Folha de S.Paulo* do início deste ano, de fevereiro, que mostra que o Brasil, frente aos investimentos feitos por outros países, em especial China e Coreia do Sul, ainda não acordou para essa revolução emergente.

E ali, em vermelho, estão áreas onde alguns países têm feito investimentos substanciais, biorrefinaria, tecnologia de biomassa, biologia avançada, energia eólica, fotovoltaicos, etc. E quando a gente analisa a situação do Brasil nessas várias frentes, a gente percebe claramente que há espaços substanciais para mais avanços.

Mas o Brasil talvez seja o país em melhor condição para se posicionar bem, para alcançar uma posição de destaque no âmbito dessa vertente emergente. O Brasil é o único País do Planeta que poderá alcançar a condição de potência agrícola, ambiental e energética ao mesmo tempo. Não há nenhum outro país no

Planeta com a base de recursos naturais, com a base de inovação que os permita alcançar o Brasil, essa condição do Brasil. O Brasil é o único País que pode realmente alcançar essa condição, e a gente tem que ser inteligente e realmente consolidar a nossa posição como potência agrícola, ambiental e energética.

A agricultura, obviamente, é uma ponta de lança extremamente importante nessa caminhada. Muitos acreditam que a agricultura será a indústria do futuro. Além de produtora de alimentos e fibras, a nossa agricultura já se mostra capaz de produzir energia de forma sustentável, energia renovável, mas há avenidas fantásticas para que a agricultura contribua mais no âmbito da produção de biomassa, da química verde, de novos materiais, ajudando a reconverter, a descarbonizar e trazer a nossa economia para uma situação mais sustentável no futuro. Muitos já reconhecem isso. Coloco aqui dois exemplos, essa revista *The Economist* e esse *think tank* chamado Instituto Demos, do Reino Unido, que já dizem que é importante pensar o Brasil como economia do conhecimento natural. Já começa, em âmbito internacional, a crescer essa percepção do Brasil como uma potência sustentada nessa lógica da economia do conhecimento natural, uma vez que o nosso sistema de inovação é já, em grande parte, sustentado ou construído sobre a rica base de recursos naturais que temos.

Obviamente que há um caminho enorme ainda a ser percorrido, o de viabilizar ou de se construir uma visão de uma agricultura que, além de fibras, energia e alimentos, também seja promotora, por exemplo, dessa integração alimentação, nutrição e saúde. Todos vemos a situação dos sistemas de proteção de seguridade social e de saúde mundo afora. É preciso que a agricultura dê essa contribuição para o nosso futuro. Os sistemas de saúde estão em crise mundo afora e aqui há um espaço fantástico para a agricultura contribuir mais.

A agricultura como produtora de biomassa e viabilizadora de uma nova bioindústria, com biomateriais, a indústria verde, a química verde, e obviamente, a agricultura se especializar como provedora também de serviços ambientais que contribuam para o acesso e uso seguro e inteligente da nossa rica base de recursos naturais.

Obviamente, não podemos esquecer que a agricultura também tem um papel extremamente importante na questão do bem-estar, do reconhecimento da valorização da cultura, por exemplo, associada aos recursos naturais, a nossa rica biodiversidade, aos conhecimentos tradicionais.

Portanto, o desafio é muito grande. Já avançamos muito. O Brasil conseguiu construir uma agricultura pujante, competitiva, nos últimos 30 a 40 anos. Os avanços estão aí: a genética de alta *performance*; os sistemas de produção altamente especializados; a constante elevação de produtividade que conseguimos alcançar ao longo dos últimos 30, 40 anos; a ampliação de funcionalidade – a agricultura brasileira é a única agricultura que conseguiu incorporar e responder bem a esse desafio de produção de energia sustentável –; exportações e grande contribuição para o desenvolvimento do País. Acho que é seguro dizer que sem a agricultura que a gente conseguiu construir nos últimos 30, 40 anos, o Brasil não estaria tão bem quanto está. Talvez o País estivesse até quebrado.

Mas há desafios e oportunidades enormes à frente. Temos que olhar para a questão dos impactos ambientais, dos impactos sociais, dos desbalanços regionais e da pressão sobre biomas frágeis, que são questões importantes que devem estar na agenda de instituições preocupadas com inovação para agropecuária. É preciso olhar para além da dimensão econômica relacionada à agricultura e também enxergar as dimensões sociais, ambientais e culturais. Por exemplo, na questão ambiental, é preciso reconhecer, como o Brasil está reconhecendo, a questão das emissões, e o Brasil está tratando disso de forma bastante responsável. Quando a gente vê as metas brasileiras de redução de gás até 2020, o Brasil está com seu programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), tentando lidar com todas essas questões importantes relacionadas a emissões na agropecuária, que estão listadas aqui nesse *slide*.

Agora, nós precisamos também reconhecer que há um caminho fantástico e uma oportunidade imensa para o Brasil, um País tropical, que está submetido a estresses que tendem a se intensificar no futuro, com mudanças globais, estresses térmicos, hídricos, nutricionais. É preciso que a agricultura incorpore definitivamente essa visão de provedora de serviços ambientais; que, através da agricultura, a gente consiga devolver para a sociedade, para o meio ambiente aqueles serviços que, na verdade, foram eliminados ou foram removidos, na medida em que a agricultura ocupou o espaço no ambiente natural, na medida em que foi necessário, por exemplo, remover a vegetação nativa. Então, há um caminho fabuloso para a nossa agricultura incorporar essa visão de contribuir na recomposição ou no retorno, para a natureza, de serviços importantes.

Nós já temos dado mostras de que isso é perfeitamente possível, isso é perfeitamente factível. Eu cresci numa região, no cerrado de Minas, onde se fazia aquele tipo de agricultura que vocês veem lá em cima, com o "x", agricultura do gradão e da erosão, das

voçorocas. Isso não existe mais no Brasil. É preciso que a gente reconheça que, se existe, é muito pouco em relação ao que era há 30 anos. Nossa agricultura evoluiu tremendamente, inclusive retornando para a natureza serviços importantes, como produção de água.

Vejam a ascensão ou a área de plantio direto que existe no Brasil hoje. É praticamente a maior área de plantio direto, e isso permitiu que a agricultura brasileira se tornasse, por exemplo, uma importante produtora de água limpa. Com o solo protegido da forma que é hoje, a agricultura brasileira tornou-se uma importante produtora de água limpa, e isso é serviço ambiental extremamente importante. Na medida em que nós avançamos com o processo de intensificação da produção para evitar expansão excessiva sobre biomas frágeis, por exemplo com o sistema integração lavoura e pecuária, nós criamos caminhos para termos pastagens bem manejadas e maior eficiência na fixação e na captura de carbono. Quando adicionamos floresta ao processo, ainda damos um passo a mais.

Então, nós temos que perguntar: que país, no Planeta, está tendo condições de fazer isso? Ou que outro país, no Planeta, está seguindo a trajetória que a agricultura brasileira está seguindo? E eu posso dizer com alguma segurança que nenhum país. Nenhum país tem essa visão ou está construindo uma trajetória para sua agricultura como o Brasil está construindo. Então, nós temos que trazer essas questões e construir uma agenda positiva, mostrando, por exemplo, os avanços que o País fez em adaptação de cultivos, em tropicalização da soja. Estamos fazendo, agora, a tropicalização do trigo. Os avanços na resistência a estresses bióticos e abióticos, no controle biológico de pragas, que hoje, no Brasil, nos economiza uma quantidade imensa de agroquímicos, tornando a nossa agricultura cada vez mais segura; aquicultura, que reduz a pressão sobre recursos nativos; agricultura orgânica, que avança; fixação biológica de nitrogênio que nos permite produzir em grandes áreas, sem utilização de fertilizantes químicos, como o nitrogênio, que tem um impacto tremendo sobre o processo de emissão de gases; e os recursos genéticos, pré-melhoramentos e melhoramentos, que fizemos em praticamente todas as culturas, tornando-as mais adaptáveis, mais compatíveis com a nossa realidade de país tropical, que tem fragilidades.

Os avanços foram imensos e é preciso que reconheçamos esses avanços, como, por exemplo, os avanços promovidos pelo zoneamento, que nos permite expandir a agricultura de uma forma mais segura, de uma forma mais planejada, de uma forma mais objetiva e inteligente. Mas temos, sim, de trazer essa agenda positiva e de colocá-la à frente da discussão. Infelizmente, percebemos que não é a agenda positiva que prevalece ou ela talvez não tenha a projeção e a importância que tem hoje, mas é preciso que se coloque essa agenda positiva. Temos também que reconhecer se vamos avançar nesta nova vertente de desenvolvimento da economia verde, da economia mais sustentável.

A agricultura terá de abraçar novos desafios. Vamos ter de olhar a agricultura na interface com a energia renovável - o Brasil é o país que mais avançou neste campo e temos de projetar, na verdade, essa posição de liderança do Brasil. O Brasil e a nova bioindústria: tem uma nova indústria nascente, baseada nos recursos naturais, na biodiversidade, em novos produtos, em uma grande reconversão da indústria, por exemplo, que precisa ser descarbonizada, que precisa se tornar mais sustentável. Na gestão de recursos hídricos, o Brasil tem as maiores reservas de água potável do Planeta e é preciso que trabalhemos a interface da agricultura, com acesso e uso seguro e inteligente dessa rica base de recursos naturais. A questão de resíduos é, ao mesmo tempo, um problema e uma oportunidade – vejam, por exemplo, o etanol de segunda geração, biomassa, que cria toda uma nova oportunidade e uma nova perspectiva para a bioindústria. Turismo: quando vemos o que é o turismo rural mundo afora, em outros países, e o que poderia ser turismo rural no Brasil.

Então, elenco aqui um conjunto enorme de desafios para a Embrapa, para as nossas instituições parceiras e para o sistema de inovação no Brasil, para que realmente abracemos desafios de forma objetiva e ajudemos o País a marchar de maneira firme e bem planejada na direção dessa nova vertente de desenvolvimento. Precisamos investir mais em melhoramento genético, na confluência com as novas tecnologias, a biologia avançada. Estresses térmicos, hídricos e nutricionais vão nos pressionar, vão pressionar o País, vão pressionar a nossa agricultura e vão pressionar a nossa economia. Precisamos ter saídas científicas e tecnológicas e soluções. Precisamos ter capacidade também de antever esses desafios e de nos prepararmos para eles rapidamente.

Obviamente, para caminharmos bem nessa nova vertente de desenvolvimento, é preciso que o País construa um arcabouço legal que sustente uma estratégia de longo prazo para a economia verde no Brasil, a nossa economia verde. É preciso que haja um quatro regulatório que facilite o fluxo de investimentos e que estimule investimentos em inovação, porque essa vertente de desenvolvimento vai ser extremamente baseada em informação e em conhecimento e é preciso recursos para viabilizar o processo de inovação que viabilize a nossa caminhada nessa direção. Então, precisamos

ser inteligentes para pensar que incentivos precisamos construir e que desincentivos são necessários para que façamos uma reconversão rápida e inteligente. Financiamento, fomento, adoção de padrões. Precisamos estar inseridos num contexto e numa visão internacional que está sendo construída nessa nova vertente de desenvolvimento. São muitos os mecanismos que podemos pensar e tentar desenvolver.

No Brasil, temos tudo na mão: uma base de recursos naturais fantástica e uma trajetória incrível numa agricultura que caminhou e tem dado passos rápidos na direção da sustentabilidade. Agora, precisamos ser inteligentes para trazer os mecanismos corretos. É preciso tentar olhar de que política nacional precisamos, de que programas de estímulo precisamos e que inteligência estratégica é preciso construir no Brasil para que caminhemos de forma inteligente na direção dessa nova vertente de desenvolvimento.

Também é sempre prudente olharmos para outras experiências, o que eu chamo de *benchmarking*: há países que avançaram e estão avançado tremendamente nessa vertente de desenvolvimento. Um deles é a Coreia do Sul, que já construiu todo seu arcabouço legal e normativo para estimular o desenvolvimento da economia verde naquele país. A China e outros países têm feito a mesma coisa. Talvez um caminho inteligente, nessa linha da inteligência estratégica, da inteligência competitiva, seja olharmos para essas experiências e começarmos a perguntar: há aqui referências que podem ser interessantes e que podem nos ajudar a caminhar na direção que precisamos caminhar?

A mensagem que eu gostaria de deixar na minha manifestação final é que realmente vamos para a Rio+20 com uma agenda positiva, construída em cima da lógica que está aqui neste *slide*: o Brasil é o único país deste Planeta Terra que pode almejar uma condição de potência agrícola, de potência ambiental e de potência energética ao mesmo tempo. Temos a base de recursos naturais, temos a inteligência, temos as instituições. Precisamos ser criativos e inteligentes para construir o processo que nos leve a essa condição.

Muito obrigado, Senador Rollemberg. Muito obrigado, Senador João Pedro. É um prazer para nós, da Embrapa, estarmos aqui contribuindo com essa importante discussão e com esse importante debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Maurício Lopes, Diretor-Executivo da Embrapa.

Eu quero convidar para a mesa o Dr. Daniel Serra, Gerente de Relações Governamentais da empresa Natura, e também o Dr. Roberto Lorena, representando o Ministério da Agricultura.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, eu quero só fazer um comentário muito rapidamente. Eu vejo uma apresentação como esta do Dr. Maurício e fico vendo a agricultura do futuro no Brasil. Nós podemos, ainda com tranquilidade, ostentar o título de agricultura mais sustentável do Planeta, mas, ao ver uma apresentação desta, percebo como devemos investir em inteligência estratégica, Senador João Pedro, e o mar de oportunidades que se abre para o Brasil. Entendo que um dos produtos mais importantes do debate sobre o Código Florestal, que tem mobilizado a população brasileira, é que desdobramentos, após a aprovação do Código, poderemos dar. Eu fico pensando nas imensas oportunidades. Por exemplo, eu conversava, nesta semana, com Celso Manzatto, da Embrapa Meio Ambiente, e ele dizia das imensas oportunidades para o setor florestal brasileiro, ou seja, a partir das recomposições das reservas legais e das áreas de preservação permanente, hoje, há uma constatação de que faltam sementes, mudas, tecnologias de recomposição, o que abre também um leque de oportunidades muito grande para o setor florestal brasileiro. No que se refere á questão da biodiversidade, há a necessidade de rediscutirmos a legislação brasileira de acesso a recursos genéticos. Esse é um debate que vamos trazer para a Comissão de Meio Ambiente, para o Brasil poder aproveitar de forma inteligente e sustentável essa imensa biodiversidade. Outro tema importantíssimo é a independência brasileira no que se refere aos insumos agrícolas. Hoje, temos uma agricultura extremamente dependente de nitrogênio, fósforo e potássio vindos de outros países e ainda avançamos muito pouco em pesquisas sobre a produção de insumos biológicos. Entendo que, na agricultura do futuro, os insumos biológicos terão uma grande participação. Portanto, são agendas, como disse o pesquisador Maurício, estratégicas para o País, e o Senado Federal, através da sua Comissão de Meio Ambiente e de diversas outras comissões, deve estar presente permanentemente nesse debate.

Passo a palavra, agora, com muita alegria, ao Sr. Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. VOLNEY ZANARDI – Senador Rodrigo Rollemberg, Senador João Pedro, gostaria de trazer uma saudação da Ministra Izabella Teixeira à iniciativa da Comissão. Esse processo é um processo que qualifica e prepara todos nós para os debates que devemos enfrentar mais adiante na Rio+20. Queria cumprimentar os colegas de mesa e, a partir da apresentação do Dr. Maurício traz para nós, eu acho importante tecer alguns comentários de caráter mais geral, até porque é fundamental que a gente tenha uma visão muito clara

deste contexto em que nós vivemos hoje em dia. Eu acho que o Senador Rodrigo Rollemberg trouxe elementos muito claros dessas oportunidades, mas que, por trás, elas trazem um certo desafio.

Se nós tivermos uma perspectiva histórica e se observarmos como a questão do desenvolvimento no Brasil tem sido tratada nos últimos trinta, quarenta anos, a gente sai daquela discussão mais focada simplesmente numa visão econômica. Começamos a avançar muito nos últimos dez anos na discussão social. A questão do crescimento tem que ser relativizada com o aspecto de inclusão social, e esta Casa, por exemplo, tem dado grandes contribuições na construção de marcos legais que trazem essa perspectiva de política integrada.

Então, esse movimento que se faz na sociedade brasileira de uma forma geral, nos últimos quarenta anos, tem-se refletido no marco legal e também tem-se refletido na política ambiental, não só sob uma perspectiva nacional, mas o diálogo que ela faz com o mundo globalizado.

Se a gente olha a década de 70, o que se fazia? Fundamentalmente, controle da poluição e unidade de conservação. Chegando na década de 80, aparece a política nacional do meio ambiente, começa assim uma perspectiva mais preditiva, aparecem os instrumentos da política como os estudos ambientais, o licenciamento ambiental, mas ainda com uma visão muito isolada da questão ambiental. Quando a gente avança agora para a década de 90, de 2000, os desafios de uma política integrada na questão do social, ambiental, econômico aparecem de uma forma muito mais clara e não é simplesmente uma questão de politicamente correto, é uma questão realmente de opções, de como nós temos que nos preparar para esse processo de transição. E a questão da economia verde – e aí a gente tem que ter um certo cuidado com esse conceito – aparece dentro desse marco evolutivo em que nós estamos vivendo.

Esse desafio que vem da política integrada traz justamente para nós uma necessidade de trabalhar o que vem por trás disso, que é a complexidade, preparar-nos para esse processo e, para isso, nós precisamos de planejamento de médio e longo prazo, porque eu sempre brinco, a gente, às vezes, infelizmente, como foi feito aqui, a gente foca na agenda negativa, e muito da agenda negativa que a gente enfrenta hoje é falta de perspectiva de médio e longo prazo, em que nós não reconhecemos, muitas vezes, a questão social, ambiental, como ativos de um processo de opções que nós temos que ter em relação ao nosso desenvolvimento. E aí nós precisamos tomar algumas decisões.

Sobre essa questão do médio e longo prazo, a gente tem falado muito da questão social, mas, se a gente olhar para o marco legal que se tem construído nos últimos cinco anos, por exemplo, nós temos políticas muito importantes que foram aprovadas neste Parlamento, como a Política Nacional de Saneamento, Política de Resíduos, em que se trabalha uma visão integrada; a questão econômica, ambiental e social aparecem forte dentro desses marcos legais que foram desenvolvidos aqui no Parlamento, e esse processo realmente nos cria um ambiente muito favorável para avançarmos nesse processo de transição.

Recentemente agora, em maio, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente lançou um documento, um relatório, que trata justamente dessa questão da necessidade de desatrelarmos a questão de consumo de recursos dos impactos ambientais a do crescimento econômico. E aí ele nos traz alguns números muito interessantes, principalmente relacionados aos países emergentes: o papel que os países emergentes tem dentro dessa política global nos próximos anos.

Vê-se ali que, hoje, há um consumo na Terra em torno de 50 bilhões de toneladas de insumos – matéria-prima, combustíveis fósseis, minérios – e que a tendência num cenário como o de hoje, nesse mesmo cenário tendencial, é triplicar esse consumo de recursos naturais para 150 bilhões de toneladas/ano até 2050, o que é, vamos dizer assim, um cenário insustentável.

Acontece que, ao se discutir essa questão dos recursos, por trás vem justamente como nos preparamos para esse processo de transição, como o mundo todo olha para isso, e aí o Brasil tem um papel que é como ele se comporta nos fóruns de relações internacionais. Nós temos assumido compromissos como, no caso, da emissão de gases de efeito estufa, em que se definiu uma redução em torno de 38% a 39% na redução de gases, tendo como base o cenário de 2005, mas nós temos uma outra discussão que vai muito mais além dessa que é realmente trabalharmos a nossa economia, trabalharmos a nossa sociedade, prepará-la para esse processo, que é um processo em que nós queremos que todos ganhem.

Dentro dessa perspectiva, entra um pouco essa discussão do conceito de economia verde, porque essa preparação, esse processo que se vive de transição e de uma melhor integração entre as questões sociais, econômicas e ambientais, em algumas vezes, é resumido, é sintetizado nesse conceito de economia verde, mas é passado de uma forma muito simplificada.

A gente tem que tomar um pouco de cuidado nessa discussão, por exemplo, da relação economia-meio ambiente que aparece de tempos em tempos. Quem se lembra, por exemplo, na década de 90, em que nós tivemos toda aquela discussão forte, de do-

cumentos internacionais... Aparece vários livros, como *Blueprint for a Green Economy*, de David Pearce, na Inglaterra, muito focado numa questão de externalidade de mercado.

A gente viu que aquela visão só de mercado não resolve; não resolve as questões sociais, não resolve questões ambientais, tem o espaço, são instrumentos importantes, mas nós não podemos trabalhar com essa visão reduzida e que cria alguns problemas com os quais temos que tomar cuidado, porque eles não substituem uma visão de uma política pública integrada, não substituem toda uma demanda mais atual que nós temos hoje, de relação de setor privado, sociedade, transparência, sustentabilidade, nossos processos.

Eu estive, na semana passada, em um seminário internacional, justamente discutindo essa questão de recursos, o papel de recursos do mundo global, e o pessoal me perguntou: "E o papel dos emergentes?" A primeira coisa: o papel dos emergentes é garantir a democracia em seus países. Quer dizer, nós temos que ter condição de criar pactos dentro da nossa sociedade que sejam pactos em que todos se identifiquem, todos vejam como pactos que nós possamos sustentá-lo no tempo, no médio e longo prazo.

Essa discussão da transição, que não vai ser de uma hora para outra e não vai ser simplesmente uma questão de: "Vamos deixar o mercado funcionar", ela é uma discussão que exige de nós todos, do Parlamento, do governo, da sociedade, uma grande maturidade, um aperfeiçoamento dos nossos instrumentos, das nossas instituições. E, como eu disse, o Parlamento brasileiro tem sido um elemento fundamental de criar esse marco, em que trabalhamos essa convergência entre as questões sociais, ambientais e econômicas.

Dei como exemplo a questão do Plano Nacional do Saneamento, a questão da Política Nacional de Resíduos, e o próprio Executivo também tem feito um esforço, alguma dessas questões vão chegar ao Parlamento, mas estamos trabalhando hoje as questões relacionadas ao Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável, quer dizer, as questões de consumo, de melhorar a qualidade do nosso consumo, sob o aspecto até de um menor impacto. Mas, também, atrás de toda essa discussão de economia verde, vem a discussão, por exemplo, que devemos lançar neste ano, da política nacional de desenvolvimento competitivo: a questão da política industrial. Nessa política, haverá um núcleo da área ambiental em que esse processo deverá ser considerado e deverá ser, vamos dizer assim... É preciso colocar na questão da política integrada, na gênese das políticas, a questão ambiental e a questão social.

A política nacional de desenvolvimento competitivo, além desse aspecto de respeitar as questões ambientais, tem outra vertente que está relacionada a desenvolvimento da cadeia de bens e serviços ambientais. Nós temos, vamos dizer assim, um grande potencial de desenvolvimento da cadeia de bens e serviços – hoje em dia, não há uma definição clara do que são bens e serviços ambientais – e precisamos apoiar o desenvolvimento dessa cadeia, porque todas as outras cadeias dependem desses serviços, dependem desses bens. Quer dizer, nós queremos qualificá-los. Por exemplo, uma cadeia que eu acho que tem feito um trabalho excelente é a cadeia do petróleo.

Há uma política, o Prominp, que é uma parceria entre o Governo e a sociedade, que tem pensado não só nas questões de qualificação, treinamento e capacitação, mas também nas questões relacionadas aos laboratórios, às embarcações, que são insumos fundamentais para viabilizarem a infraestrutura, mas também são insumos importantes na hora em que se vai fazer a verificação, o controle ambiental.

Então, acho que esse exemplo da cadeia de petróleo é interessante, pois demonstra como estamos pensando à frente, a médio e longo prazo. Existem outras cadeias que talvez precisem aceleradamente ter essa visão. Acho que a siderurgia é uma cadeia que está pedindo para que a gente trabalhe de forma acelerada em relação a esse processo de uma visão mais integrada.

Mas, falando dessa questão de bens e serviços ambientais, nós temos experiências como a concessão de florestas públicas, em que se abre uma quantidade enorme de movimentação de recursos e de empregos ligados a isso. Recente estudo da OIT, Organização Internacional do Trabalho no Brasil – é claro que essa questão de emprego verde pode ter várias definições, mas não é o caso de entrarmos aqui nesse detalhamento –, identificou, nas cadeias que trabalham com questões relacionadas à conservação, à preservação da qualidade ambiental, cerca de 2,6 milhões de empregos no Brasil, o que é algo relevante. Podemos realizar discussões conceituais, mas, como dizem, não é simplesmente uma questão de *marketing*, não é simplesmente uma questão politicamente correta. É uma questão realmente econômica, uma questão social. Nós estamos vivendo essa transição e devemos refletir sobre esse processo, porque nós precisamos de coordenação para que isso aconteça de uma forma, vamos dizer assim, mais rápida, eficiente, com maior eficácia.

Nem falei aqui dos aspectos relacionados, por exemplo, à questão dos biocombustíveis, que passa

por todo um processo, no qual o Brasil é pioneiro e grande produtor de tecnologia.

Há uma questão muito importante que está por trás de todo esse processo de bens e serviços da economia verde e desse processo de transição que vivemos. É preciso analisar esse momento e identificar algumas questões que são fundamentais para facilitar esse processo.

Uma delas – acho que já foi até mencionada aqui anteriormente – é trabalharmos a questão do marco legal. Quando nós pensamos hoje, por exemplo, sobre a questão de pagamentos de serviços ambientais... Se olharmos para o PIB hoje, o PIB só analisa esse aspecto de fluxo de economia. Nós geramos renda, e é isso que conta. Agora, nós também não levamos em conta o que estamos desacumulando, às vezes, de recursos hídricos, o que estamos desacumulando de minerais, o que estamos desacumulando de floresta. Isso não entra na nossa contabilidade, e o nosso PIB sempre vai crescendo, mas, às vezes, se olharmos a médio e longo prazo, nós verificaremos que estamos perdendo ativos que são importantes para sustentar esse processo.

Dentro dessa perspectiva de que o processo econômico, a contabilidade econômica tem que levar em conta esse aspecto dos ativos que nós estamos consumindo dentro desse processo, é importante dar visibilidade para a questão fundamentalmente dos serviços ambientais.

Há algumas experiências no Brasil hoje. A Agência Nacional de Águas conduz o projeto Produtor de Água, que procura remunerar, no âmbito de bacias hidrográficas, proprietários de áreas onde há preservação de matas ciliares e boa conservação de solos. Tivemos também experiências com o Proambiente, algumas experiências principalmente na Amazônia. Alguns Estados, como Minas Gerais, também já produzem até com legislação própria, mas falta um marco legal que nos dê segurança jurídica e possibilidade de avançar nessa questão.

Cito, por exemplo, o Projeto de Lei nº 792, que está na Câmara dos Deputados, acho que na Comissão de Finanças, com o Deputado Arnaldo Jardim, que traz uma contribuição e uma discussão importante para criar um marco legal que dê maior segurança, maior possibilidade de desenvolvermos iniciativas na questão específica desse instrumento de serviços ambientais.

Temos que tomar um pouco de cuidado, porque, às vezes, falamos de serviços ambientais como se fosse economia verde, e de economia verde como se fosse toda a economia. A gente tem que colocar cada coisa no seu lugar e ver que eles têm que estar dentro de um contexto, de uma estratégia, de um planejamento, de uma visão de política. Então, o pagamento de serviços ambientais é uma ferramenta importante.

A Medida Provisória nº 535, que a Presidenta editou na semana passada, institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e traz em si elementos desse conceito de facilitação da conservação e de reconhecimento dos serviços que as comunidades tradicionais desempenham nas florestas nacionais, nas reservas extrativistas e nas reservas de desenvolvimento sustentável. Mas isso ainda é muito pouco. É fundamental para esse processo complexo, o processo de desenvolvimento, que nós venhamos a desenvolver instrumentos, ferramentas econômicas que facilitem esse processo difuso de dar escala para essas iniciativas e para esses princípios com os quais todos nós, de uma forma geral, comungamos.

Para concluir, essa é uma temática muito fascinante. Além desse aspecto do pagamento dos serviços ambientais, há a questão do acesso a recursos genéticos, que já foi abordada aqui. Essa é outra discussão que realmente nós devemos fazer e que está represada há algum tempo por causa do marco legal, que precisa de uma qualificação que nos atualize até no mundo em que vivemos hoje.

Concluo dizendo que o evento da Rio+20, que será realizado aqui no próximo ano, nos abre a oportunidade de promover esses debates que fazemos hoje aqui, criar essa reflexão e, com isso, alimentar estratégias e propostas que são fundamentais para que avancemos nessa transição. Quer dizer, a questão da inovação é outro processo fundamental que tem que ser debatido, o financiamento e o financiamento à inovação.

Nós vivemos um momento muito interessante no País. A questão da Rio+20, toda a dinâmica que já vem de algum tempo, os próprios megaeventos esportivos que vamos viver em 2014 e em 2016 são eventos muito interessantes para que trabalhemos as políticas ambientais.

Nós vemos aí uma discussão sobre a Copa, sobre as Olimpíadas que se resume simplesmente à pegada de carbono. Nós estamos discutindo grandes eventos que têm possibilidade de gerar renda e inclusão social, com uma série de projetos que podem ser mais facilitados dentro da nossa lógica federativa de relação entre Estados e Municípios, mas também trabalhamos na linha de que esses grandes eventos deixem um legado, que é essa possibilidade de pactos e de políticas que se coordenam e que se aceleram. E a discussão da economia verde, embora pareça muito simplificada, está por trás disso. Ela vem com essa visão de política

integrada, de necessidade de planejamento e de pactuação entre a sociedade, o setor privado e o Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Volney, que representa a nossa Ministra, que representa o Ministério do Meio Ambiente.

Vou passar a palavra, em seguida, para Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional.

V. Sª tem 15 minutos.

A SRA. LETÍCIA TURA – Bom dia a todos aqui presentes. Gostaria de agradecer o convite para estar aqui, abrindo esta oportunidade também para a sociedade civil se posicionar sobre esse tema importante. Pena que eu seja a única mulher da Mesa. Percebi que a Mesa é um pouco masculina, mas é uma excelente oportunidade para diferentes setores dialogarem, diferentes visões se apresentarem aqui.

Eu falo a partir de uma experiência de trabalho numa ONG que é a Fase, que este ano completa 50 anos de existência aqui no Brasil. Já teve escritórios em 18 Estados da federação. Atualmente trabalhamos com escritórios regionais. Temos seis escritórios regionais. Ela tenta articular o desenvolvimento e o acompanhamento de experiências no território, experiências de agroecologia, de economia solidária, de saneamento ambiental, moradia e gestão democrática da cidade à intervenção nas políticas públicas nacionais e globais.

Durante esse percurso, o que a gente observa é que o Brasil, hoje em dia, já é bastante rico em experiências e práticas inovadoras de agricultura, de agroextrativismo baseado nos princípios de agroecologia que precisam ser melhor conhecidos.

Existe no Brasil a ANA, que é a Articulação Nacional de Agroecologia, com um *site* na Internet que tem um mapa dessas experiências espalhadas pelo Brasil. São experiências como manejo florestal comunitário, sistemas agroflorestais, enriquecimentos de capoeira, enfim, que trabalham com a diversidade dos sistemas, que pensam o sistema de produção, o território e a comunidade, não apenas o produto.

Acredito que conhecer essas experiências pode enriquecer bastante esse debate. Dentro disso, gostaria de falar um pouco sobre a experiência do Proambiente, que já foi citado, pelo Ministério do Meio Ambiente e que ocorreu na Amazônia. É interessante trazer para cá uma concepção de que a Amazônia não pode ser pensada apenas como o pulmão do mundo ou como um grande maciço florestal. A Amazônia é também um berço ou um celeiro – a palavra que se quiser usar – de experiências e práticas inovadoras, de populações que vivem lá há décadas, há séculos produzindo, sobrevivendo na floresta e da floresta. Na verdade, existe lá a possibilidade de visualizarmos vários modelos de que uma outra concepção, uma outra sociedade é possível. Então, é bom também enxergar a Amazônia dessa forma. E isso significa, antes de tudo, enxergar seus povos, suas populações, a prática, a forma como essas pessoas vivem e aprender com elas. Vamos aprender, dentro do Brasil, aquilo que o Brasil já tem dentro dele.

Gostaria de falar dessa experiência que acompanhei desde o início, que foi o Proambiente.

Os anos 90 foram muito ricos para a Amazônia. Foi um momento em que a agricultura familiar teve acesso ao crédito pelo FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, quando se desenvolveram lá as experiências do PDA, que era o Projeto Demonstrativo tipo A, do PPG-7, experiências de cooperativismo, beneficiamento de produtos, as experiências das reservas extrativistas, enfim, um momento muito rico e propositivo na região.

No final dos anos 90, nós, um conjunto de organizações, concebemos o Proambiente. Estavam muito envolvidas na época as federações dos trabalhadores na agricultura, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o Grupo de Trabalho Amazônico, a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), o GTA, enfim, o Monape (Movimento Nacional dos Pescadores). E, na época, as pessoas começaram a ouvir falar sobre serviços ambientais, em 1999, doze anos atrás. O que a gente concebeu foi, na verdade, uma política de crédito ambiental. Era uma forma de se garantirem subsídios. Havia um fundo ambiental associado ao crédito que faria um rebate no principal da dívida. Não sei se todos aqui entendem essa linguagem.

A partir disso, nós fizemos uma grande discussão nos nove Estados da Amazônia, com o público desses movimentos, e essa proposta de política foi se aperfeiçoando. Ela deixou de ser uma proposta de crédito, porque a gente começou a ver os limites, e se transformou em um programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar. Ou seja, ela deixou de ser um simples programa de serviço ambiental para se tornar um programa de desenvolvimento.

Em 2002, essa política foi levada para o Ministério do Meio Ambiente, junto com o PDA, e depois foi se desenvolvendo. Infelizmente, ela não foi para a frente, porque havia uma concepção ainda de polos pioneiros. Foram instalados polos pioneiros em toda a região, não se conseguiu constituir um fundo. Se ela tivesse surgido hoje, talvez tivesse um outro percurso.

O que havia de interessante nela era o seguinte: era um programa de desenvolvimento que tinha, articulado a ela, um programa de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), uma ATER também inovadora. Nos anos 90, discutiram-se muito as inovações de ATER,

uma outra política de crédito, o planejamento da unidade de produção e da comunidade para que não se pensasse na própria unidade produtiva apenas no curto prazo, mas que houvesse uma visão de longo prazo, que se pudesse planejar a própria propriedade, não se pensar por produto, mas pensar a propriedade como um todo. Era um programa que pensava também o acesso ao mercado, porque a pessoa produz de uma forma inovadora e depois faz o que com aquele produto? E o desenvolvimento local do Município, da comunidade.

Aliado a isso, havia um fundo de remuneração dos serviços ambientais. Esse fundo foi o que a gente, na época, não conseguiu concretizar.

Então, ele não era um programa – acho que esse é o grande lance quando se pensa em serviços ambientais – voltado simplesmente para gerar serviço ambiental. Era um programa para gerar o desenvolvimento local sustentável, inclusivo, pelo qual o serviço ambiental era um instrumento, e não um fim em si mesmo. Essa é uma grande diferença e um aprendizado que o Proambiente traz. E acrescentou muitos elementos também. Não se reduziu apenas à visão de carbono; trouxe uma visão muito ampla sobre isso.

Há um trabalho de doutorado feito sobre o Proambiente, de um pesquisador chamado Luciano Matos, que trabalhou na Embrapa. Não sei se ainda está lá. Ele fez o seu doutorado na Unicamp, atualmente é professor. Mas eu acho que vale a pena, quem quiser se aprofundar nesse tema, conhecer esse trabalho e também ver os vários prós e contras desse debate, assim como também a possibilidade de inclusão dos vários setores nessa proposta, como, por exemplo, a agricultura familiar .

Dentro disso, do que a gente tem acompanhado nesses doze anos, a discussão, o crescimento dessa discussão, a forma como ela foi sendo trabalhada, os serviços ambientais, há algumas coisas que nos preocupam, como a forma como isso está começando a ser regulamentado ou a ser traduzido.

Um dos riscos que a gente observa é a questão da mercantilização da natureza, a nova frente que vem por aí, na verdade, a construção de uma nova *commodity*, que agora é a *commodity* carbono e, futuramente, a *commodity* biodiversidade, através dos TEEBs (**The Economics of Ecosystems and Biodiversity – Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade)**, que também foram discutidos na Conferência da Biodiversidade. Então, na verdade, é bom que a gente esteja aqui fazendo, criando normatizações não para a construção de um sólido arcabouço de políticas públicas, mas devemos fazer a construção de normatizações para a regulamentação de um mercado. Quando eu falo de mercado é no sentido de um mercado financeiro. Quer dizer, não contra a economia, contra o mercado, contra as relações comerciais, mas, antes de tudo, estamos criando normatizações para isso. Então, fortalecendo mais as ações e mecanismos mediados pelo mercado do que pelo próprio Estado, tirando o papel do Estado de promover isso e o papel do Estado de redirecionar seus recursos, que não são poucos. São recursos nacionais, recursos do Orçamento-Geral da União, que são muitos, recursos dos seus bancos. A gente deveria pensar bastante sobre eles. Às vezes, parece que a gente pensa primeiro sobre os recursos internacionais, para depois pensar sobre o nosso próprio recurso.

Também vejo com preocupação que os serviços ambientais estejam sendo pensados, antes de tudo, pelo que os serviços dos ecossistemas geram, as abelhas e tal, e não pela ação humana, pelo trabalho humano. Pensar a partir de produtos, de serviços, e não a partir de uma sistema de produção, de um território, de uma comunidade.

O não reconhecimento da agricultura familiar, das populações extrativistas como setores produtivos. Olhar esses setores como setores produtivos e não como setores alvo de políticas sociais. Acho que eles têm de ser encarados como sujeitos econômicos, que também têm condições de participar do desenvolvimento do País como sujeitos econômicos, que também têm condições de participar do desenvolvimento do País como sujeitos desse processo.

A visão também do uso restrito e preservacionista sobre os recursos naturais e não uma visão de uso sustentável. Também fico preocupada que vença mais nessa discussão uma visão de uso mais restrito da natureza, e não o que a gente aprendeu com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, com as reservas extrativistas, que na verdade é o que a gente deve pensar com relação aos usos das unidades de conservação, o uso sustentável.

Por fim, também não limitar apenas ações de redução das emissões de gases de efeito estufa que não estejam associados à ideia de desenvolvimento local. Da mesma forma, também ver que as coisas que a gente está discutindo aqui têm relações com as negociações que também são travadas internacionalmente. Então, não correr o risco de, na verdade, a gente estar defendendo formas de compensação que levam à redução dos compromissos de emissão dos países desenvolvidos.

Por fim, gostaria de colocar mais um risco nesse processo de discussão. Quando a gente está pensando na questão dos serviços ambientais, é também a garantia da soberania sobre os territórios, tanto da soberania nacional, como das próprias populações,

produtores e produtoras sobre seus territórios. Ou seja, não podemos, de forma alguma, nesse processo, minimizar os aspectos sociais, fundiários, territoriais, levar em conta as diferenças sociais e tal.

Aí, o que acho que poderíamos, nesse processo, é tentar pensar diferente. Pensar menos os serviços ambientais como apenas um fornecimento de produto, mas também pensar o serviço social como o acesso e a garantia de direitos. Ou seja, o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de determinadas populações que já têm uma prática produtiva, que já têm um modo de vida que leva já, hoje em dia, à preservação da floresta, do meio ambiente, a preservação da água. Essas práticas precisam ser valorizadas. Essas práticas que, na verdade, nunca foram valorizadas nem socialmente, nem economicamente, antes de tudo, elas precisam ser reconhecidas, elas precisam ser visibilizadas, precisam ser conhecidas para que possam ser reconhecidas e, a partir daí, serem valorizadas economicamente, é claro, através de instrumentos econômicos, que seja mediados pelo Estado, através de políticas públicas, de fundos públicos, de incentivos, de uma inserção deles no comércio, em outras formas de comércio e com controle e participação social.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Letícia.

Vamos passar a palavra, em seguida, para o Sr. Roberto Lorena, que representa o Ministério da Agricultura.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Por gentileza, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO)– Sr. Presidente, senhores participantes desta audiência pública, quero dizer que, a partir de agora, em todas as comissões das quais faço parte, não voto mais a favor de realização de audiência pública.

Vejo a exposição, o tema que a gente debate, pela grandeza que tem, mas vejo a Casa ausente. Fui marcar presença – sou suplente – em outra comissão, e o mesmo acontece na outra comissão.

Então, a partir de agora, Sr. Presidente, pode registrar que não haverá o voto do Ivo Cassol para convite de qualquer pessoa para participar de audiência pública, porque, infelizmente, não debatemos o tema na altura necessária, pela importância do tema, não só este, mas também os demais temas.

Quero aqui deixar registrado, com isso, que, infelizmente, vejo com tristeza... Não é por nada, mas isso já vem ocorrendo há dias. Quando os trazemos aqui, temos que estar com a Casa lotada, com os Senadores titulares presentes ou seus suplentes dessas comissões, para que possam debater o tema, trocar ideias, ver as dificuldades de cada região, para que não se fique só no discurso bonito das futuras proposições e do que pode ser feito, mas no que se deixou de fazer e no que se pode fazer melhor ainda. Eu quero simplesmente contribuir com isso.

Só quero deixar registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Está registrado o protesto de V. Exª.

É bom lembrar que a audiência pública, evidentemente, ganha mais ênfase com o debate, com o contraditório, mas ela está sendo filmada, gravada. Vamos sistematizar as falas, as opiniões de todas as instituições. Nós temos até setembro para trabalhar. Esta é uma Subcomissão que vai trabalhar. Nada aqui é perdido. Pelo contrário, esta Subcomissão vai formar uma proposta do Senado, da Comissão do Meio Ambiente. Vamos apresentar as propostas que vocês estão aqui colocando no Senado como forma de proposta do Brasil, para esse grande evento – vou fazer aqui uma brincadeira com o Volney, que disse: "Esse evento não é 'esse evento': é 'o evento'".

Rio+20 é o evento. É muito importante isso. Então, cabe a indignação do Senador, mas nós estamos trabalhando para que as palavras, a pesquisa, o acúmulo, o alerta, a *expertise* que o Brasil tem contribuam com o mundo. É um evento da ONU, e nós teremos que ser propositivos. Esta Subcomissão vai fazer valer essas horas e horas de contribuição que vocês estão dando – Governo, empresários, empresas, sociedade civil, que está aqui muito bem representada pela SRA. Letícia.

Temos uma agenda até setembro. Paralelamente, neste exato momento, temos o funcionamento de mais ou menos onze comissões. E nós estamos fazendo. Temos que trabalhar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela legislação que eu conheço, por mais que eles sejam representantes de uma entidade, de um Ministério, de um órgão ou de uma classe, os representantes inatos do povo do Brasil são os Deputados do povo do Brasil, são os Senadores e Deputados Federais. O senhor falou aqui que está passando na televisão, mas quem está assistindo em casa não tem direito a dar palpite, não tem direito a falar. Quem tem direito de rebater, debater e dizer o que pode contribuir mais com a explanação somos nós, Senadores. É isso que quero dizer.

Os Senadores representam o povo brasileiro, para poder melhorar ainda mais todo esse discurso. Espero, na verdade, que esse discurso seja colocado na prática. Por que falo que tem de ser colocado

na prática? Fui Governador por dois mandatos. Nos governos passados, infelizmente, nada disso foi verdade. Eu vi a explanação da Letícia, aqui presente, também vi a do Volney, representando o Ministério do Meio Ambiente. Hoje estamos buscando, com esse novo Código Florestal, quem é o culpado, quem fez e quem deixou de fazer.

Desejo o maior sucesso para a Ministra Izabella, que ela consiga colocar na prática e que não se repitam os erros cometidos pelos governos passados, independentemente de cor partidária. Não vou começar a discutir questões partidárias, porque tem gente boa em todos os partidos e também tem carne de pescoço. Mas houve ineficiência, no passado, sobre toda a questão ambiental. Os primeiros culpados pela questão ambiental no Brasil estar desse jeito, infelizmente, foram os Ministérios, o próprio Governo, que se deixou levar com a expectativa de fazer e não acontecer.

Só para concluir, na cidade de Machadinho, a Embrapa quer fechar. Quer fechar em Ouro Preto também. Quer dizer, nós temos é que criar mais polos regionais para melhorar a qualidade, melhorar a nossa tecnologia, melhorar o nosso produto. De que maneira pode ser feito?

Não é por nada, é importante a audiência, é importante debater aqui, mas eu gostaria que houvesse mais pares nossos aqui, João Pedro, para poder trocar o conhecimento que você tem lá do seu Estado do Amazonas, o nosso, de Rondônia, que é diferente. O Estado do Amazonas é um polo industrial. Se amanhã acabar o incentivo fiscal de Manaus, aquele povo todo vai para a juquira. Já Rondônia serviu como modelo de reforma agrária, é diferente dos outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não, nós temos muita castanheira lá, não vai para a juquira não. Muita castanheira e copaíba.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não, tem castanheira, mas, quando eu falo ir para a juquira, é para ir desmatar, porque não tem outro jeito. Se acabar o incentivo fiscal, as indústrias vão embora.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Estou entendendo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, a que é que me refiro? Cada Senador de cada região, de cada Estado, vai debater, junto com esse grupo de pessoas com conhecimento em várias áreas, em vários Ministérios, com o Brasil inteiro. E aí o que nós estamos representando? Estamos representando o povo de cada Estado, o povo brasileiro. Concordo com tudo isso, nós podemos botar no relatório. Ótimo, isso é fundamental, mas o importante é sempre ter a participação dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com certeza.

Vamos ouvir o Sr. Roberto Lorena, que é coordenador de Transferência de Tecnologia do Ministério da Agricultura.

V. Exª tem quinze minutos.

O SR. ROBERTO LORENA – Bom dia, Sr. Senador João Pedro. Bom dia, Sr. Senador Ivo Cassol. Bom dia a todos. Bom dia aos demais integrantes da Mesa.

Em nome do Ministério da Agricultura, gostaria de fazer uma breve explanação, trazer uma colaboração sobre o tema. Nosso objetivo seria trazer clareza sobre a posição brasileira, sobre o que o Brasil pensa para levar à Rio+20.

Antes de mais nada, o que o mundo pensa do Brasil?

Hoje, de manhã, eu estava lendo uma notícia de uma organização internacional de madeira tropical. Essa organização, num seminário, apresentou um trabalho, mostrando que as florestas tropicais do mundo – vejam bem, a visão deles é florestas tropicais do mundo, estamos todos no mesmo saco: Índia, Brasil, etc. – ainda estão sob ameaça da produção de alimentos e da produção de biocombustíveis. Essa é uma visão do mundo.

Eles perceberam que os países que têm florestas tropicais, como a Malásia, aumentaram muito a consciência. Eles têm uma consciência, ou seja, eles estão dizendo que nós temos uma consciência da importância de se manterem florestas tropicais, de não avançar mais sobre florestas tropicais, mas que nós não estamos conseguindo evitar esse avanço, seja por falta de recursos, ou, segundo o trabalho deles, seja porque ainda é mais lucrativo derrubar a floresta para produzir agricultura, pecuária, silvicultura. Essa é a visão que o mundo tem da gente.

Eles até perceberam que houve um aumento considerável do uso sustentável da floresta em pé. Considerável. Passamos, no mundo, de 36 milhões de hectares para 53 milhões de hectares. Só que o todo de florestas tropicais em pé é de 750 milhões de hectares. Quer dizer, aumentar de 36 milhões de hectares para 53 milhões de hectares, em valores absolutos, continua sendo muito pouco.

Lembra também o mesmo trabalho que o Brasil é um dos maiores responsáveis pelo aumento, mas, em seguida, já nos desmerecem, dizendo que só mudamos a forma de cálculo, que o aumento não foi real. Evidentemente, eles não sabem o tanto de unidades de conservação criadas no Brasil nos últimos dez anos, daí esse aumento ser real.

Tendo em vista como estão nos olhando, vamos olhar para dentro. É de fato sustentável manter a flo-

resta em pé, extraindo madeira por plano de manejo, extraindo sementes no Brasil? Para segurar a floresta em pé, poderíamos chegar ao morador da floresta, ou ao agricultor que a gente queira que recupere floresta, e dizer: "Olhe, não derrube, viva de madeira. A cada trinta anos, em cada local que você retira, você tem de separar a sua floresta em piquetes. A cada trinta anos, você tira duas árvores por hectare. Essa é a regra de estabelecida do Brasil. Então, viva de planos de manejo sustentável, viva de sementes, viva de folhas para extratos, para óleos, e assim por diante, e você terá uma produção sustentável". Isso é verdade?

Vamos olhar para os exemplos. Primeiro, nós temos que separar o País em diferentes situações. Nós não podemos dizer a mesma coisa para o bioma amazônico, para o bioma mata atlântica, para a caatinga. Se a gente disser que não quer mudar a caatinga, nós vamos deixar de fazer a transposição do São Francisco? A transposição do São Francisco vai mudar radicalmente a caatinga. Dá para a gente chegar à caatinga e dizer: "Olhe, viva na caatinga, que é sustentável? Evidentemente que não.

Mata atlântica. Vamos pegar o exemplo mais fantástico que nós temos, que é no sul de Minas Gerais, na cidade de Extremo. Lá existe uma organização que envolve a prefeitura, com um marco legal, envolve uma ONG internacional, envolve a Agência Nacional de Águas e principalmente os agricultores. Percebeu-se que aquela era a região que fornecia água para o Estado de São Paulo, para a cidade de São Paulo. E foi feito o levantamento: era preciso proteger nascentes, era preciso proteger APPs (Área de Proteção Ambiental), margens de rios. Então, chegou-se para o agricultor: "Olhe, você tem que proteger nascentes e margens de rios". E aí, evidentemente, percebeu-se que, aplicando o Código Florestal do jeito que ele está hoje e todo o seu normativo que há no Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), percebeu-se que não ia dar, que não era sustentável. Por que não era sustentável? Era porque ele destruía o ambiente? Não, ao contrário. Ambientalmente, ia ficar muito bom. Mas ia tirar fonte de renda, não era possível. Qual foi a solução? Foi mostrar à sociedade, ali no Município, que a floresta mantida, mesmo que em pequena monta, em pequena área, é interesse da sociedade, e que há um valor agregado. Há um valor para a floresta mantida que não se traduz em semente colhida, não se traduz em madeira vendida, mas se traduz em qualidade de vida de todo os Municípios, de toda a sociedade. E aí decidiu-se, naquela situação, que a sociedade deveria repartir benefícios com o agricultor, que era o dono da terra. Passou-se a pagar o benefício da sociedade, a sociedade passou a pagar ao agricultor, para que ele proteja a água que está dentro da terra dele. Então, em vez de ele produzir leite com 50 cabeças de gado – é uma região leiteira –, ele passa a produzir com 20. E a diferença, os tantos litros de leite que ele deixou de produzir, a sociedade está pagando a ele. Isso é pagamento por serviços ambientais. Essa é uma forma bem-sucedida por serviços ambientais. Isso também é usado, várias pessoas devem ter visto, nos Estados Unidos.

Então, se a gente vai para a Rio+20, a gente tem que mostrar que, para o Brasil como um todo manter essa floresta em pé, tem um custo, isso custa dinheiro. Para o Brasil aumentar o tamanho da floresta tropical, isso também custa dinheiro. Então, a gente tem que levar... Se o beneficiário dessa manutenção da floresta é o mundo, então, está na hora de a gente dizer: "Nós vamos, sim, manter a floresta em pé, mas nós precisamos que o mundo participe disso". É lógico que o nosso dever de casa é fazer o marco legal.

Então, em termos de bioma amazônico, quais os caminhos para a gente manter a floresta em pé? O primeiro, o mais urgente, realmente, é a fiscalização, é comando e controle. Disso ninguém tem dúvida, e isso está sendo feito. Mas a gente tem algumas ferramentas que já estão sendo trabalhadas, só que o efeito é a longo prazo. Nós temos uma ferramenta fantástica na promoção do desenvolvimento sustentável. Lembrem-se de que, quando se fala em sustentável, temos sempre que levar em conta que a parte econômica faz parte da sustentabilidade. É inevitável. A gente não pode dizer ao agricultor: "É linda a floresta em pé; você pode só colher o açaí, nunca vai colher o palmito". No dia em que ele tiver um filho doente, que ele tiver que pagar um médico na cidade, ele vai cortar o pé de açaí e vai vender o palmito.

Então, não adianta a gente colocar nas costas de quem está lá, nas populações ribeirinhas, no bioma amazônico: "Faça isto, que é lindo". A gente tem que fazer a parte de sociedade, que custa dinheiro. O próprio zoneamento ecológico e econômico, o macrozoneamento do Governo Federal já coloca isso bem claro. Existem situações no bioma amazônico em que vamos pagar mais do que o PIB regional produz, porque é interesse brasileiro manter aquela floresta em pé. Não dá para ficar pegando exemplos bem-sucedidos aqui e acolá e colocar isso para o Brasil como um todo; achar que as populações que estão nas unidades de conservação têm a obrigação de se virar e dizer que isso é sustentável.

Então, nós temos que assumir que isso tem um custo para o País, e, se é interesse da sociedade brasileira manter esses biomas, nós vamos colocar mais dinheiro nesses biomas, nessas situações, do que o

PIB regional produz. Ou seja, é deficitário sim, no sentido da soma de valores. Agora, é evidente que, para o País, há um superávit tremendo, que é a preservação desses biomas.

Existe um procedimento que visa à sustentabilidade dentro das propriedades que já está em andamento, mas é uma coisa que, realmente, vai levar tempo.

Em 2009, o Ministro Minc e o Ministro Stephanes assinaram um decreto chamado Mais Ambiente, o Programa Mais Ambiente. É um programa de regularização ambiental. Esse programa é liderado pelo Ministério do Meio Ambiente; eu, pessoalmente, faço parte da comissão que trabalha nesse programa; já têm quatro Estados trabalhando na regulamentação ambiental; tem mais outros sete Estados bastante adiantados. O objetivo é muito simples. Conforme está no decreto, você chega a uma propriedade, ela é cadastrada, é georreferenciada, a reserva legal é georreferenciada, a APP (Área de Preservação Permanente) é georreferenciada. Normalmente, todos sabem, a maior parte das sociedades brasileiras não tem regularidade ambiental. A partir, então, desses georreferenciamentos, faz-se um plano de recuperação, onde for necessário, dentro da propriedade.

Nós ainda estamos fazendo a parte administrativa. Nós estamos criando o sistema eletrônico do cadastro, preparando os mapas de georreferenciamento – então, o agricultor não vai ter que pagar alguém para fazer o georreferenciamento. O agricultor, no caso, vai a uma associação no Município ou à Prefeitura, conforme cada caso, explica onde está a terra dele e, por imagem de satélite, identifica se a terra é dele e, se for necessário, vai um técnico até a propriedade dele. Evidentemente que, para cinco milhões de propriedades, isso vai demorar um bocado para a gente vai avançar. Mas a gente vai escolhendo focos principais e vai avançando.

Aí eu pediria a V. Exªs, Senadores, já me reportando ao Código Florestal, que esse sistema que já está no decreto Mais Ambiente seja mantido no novo Código. A gente tem um trabalho imenso já em cima dele. A gente tem uma esperança muito grande de trabalhar em cima desse material. Hoje ele está refletido no texto que está lá, ele foi copiado do sistema atual, que é a conversão das multas em recuperação ambiental. Então, hoje está lá colocado. Mas um fator que eu traria a esta Casa é que, apesar de a gente ter milhões de dificuldades para implementar o Mais Ambiente, de trazer a regulamentação, a gente tem a possibilidade de uma facilidade que nos ajudaria muito, que é o serviço ambiental, que é a aprovação de um marco legal para serviços ambientais. A gente pode chegar a uma propriedade e dizer: "Olhe, sua obrigação é de recuperar 'a', 'b' e 'c'"; mas, ao mesmo tempo, é importante termos um fundo que já vai fornecer as mudas, que vai dar tecnologia, que vai dar ao agricultor a mão de obra de cercar, de fazer gestão de sua propriedade. E o custo já podemos trazer de um fundo vindo de serviços ambientais. Quer dizer, essa ferramenta de serviços ambientais seria de extrema importância na viabilização do programa de regularização ambiental.

Concluindo, pediria certa atenção, Sr. Senador, ao marco legal de serviços ambientais. Ele é muito completo, ele está vindo da Câmara, ainda não foi ao Plenário, mas é muito completo em relação ao pagamento dos serviços ambientais, à formação do fundo, à organização. Isso é muito interessante.

O que nos preocupa um pouco são as fontes de recursos para pagar os serviços ambientais. Quem coloca dinheiro? Como a sociedade vai gerir essa coisa de alimentar o fundo que vai pagar os serviços ambientais, que vai proteger as florestas brasileiras? Recursos externos? Ótimo. Recursos do Orçamento da União? Muito bem.

O que pega um pouco é que dá a impressão de que agricultores que usam recursos naturais teriam que fazer contratos com agricultores que mantêm recursos naturais e um contrato direto entre quem planta e quem não planta. Quem mantém a floresta receberia dinheiro de quem... Será que jogar esse custo sobre a produção de alimentos é interessante ao País? Então, eu só pediria atenção na parte do projeto que se refere à cobrança por serviços ambientais.

Encerrando, eu acho que cabe, sim, a gente levar a posição brasileira. É interessante ao mundo manter florestas. Isso custa dinheiro, isso tem um custo real, não só pelo que você deixa de produzir, mas também por aquilo que você vai ter que recuperar. São dois custos. Se o beneficiário é o planeta, então, o planeta deve, sim, arcar com esses custos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Roberto Lorena.

Vamos passar a palavra ao Daniel Serra, que é Gerente de Relações Governamentais de empresa Natura.

V. Sª tem quinze minutos.

O SR. DANIEL SERRA – Bom dia a todos.

Senador João Pedro, muito obrigado pelo convite. Estou muito feliz de estar aqui. Pretendo não usar os quinze minutos. Serei muito breve no que vou falar.

A gente veio aqui para falar sobre uma associação do uso sustentável da biodiversidade com a manutenção de serviços ambientais.

Rapidamente, a Natura é uma empresa brasileira que tem 41 anos. A nossa razão de ser é criar, produzir

e comercializar produtos que promovam o bem-estar bem, entendendo o bem-estar como uma boa relação de você com você mesmo, e o estar-bem uma relação do indivíduo com o todo, uma relação harmônica do indivíduo como o todo.

Esses são os nossos números. Como eu falei, é uma empresa de 41 anos. Estamos presentes em 11 países, somos atualmente um pouco mais de sete mil colaboradores. Esses são os números fechados em 2010.

Temos muito orgulho de contar com 1,2 milhão de consultoras Natura, que são pessoas que revendem os nossos produtos e nos ajudam a portar as nossas mensagens.

É uma empresa listada no novo mercado da Bovespa, com cerca de 40% das ações negociadas em bolsa. Receita líquida de 2010: R$4,2 bilhões; investimentos em inovação equivalente a 2,6% dessa receita líquida, o que dá cerca de R$110 milhões em 2010.

A Natura persegue, desde 2007, uma meta de redução de emissões de gases de causadores do efeito estufa. Então, a gente tem uma meta de reduzir 33% até 2013, e, até 2010, alcançamos 21%. Mas, enfim, estamos perseguindo essa meta.

Agora o conteúdo que nos traz aqui. A Natura acredita que o uso sustentável da biodiversidade contribui com a manutenção serviços ambientais de fornecimento, ou seja, bens e produtos gerados pelos ecossistemas; serviços ambientais de regulação, ou seja, processos naturais regulados pelos ecossistemas; serviços ambientais culturais, que são os bens imateriais advindos desses ecossistemas e serviços ambientais de suporte, que são funções que mantêm todos os outros serviços.

A gente acredita que essa relação de uso sustentável da biodiversidade gera recursos de quatro formas para as comunidades. O primeiro e o principal são as relações de fornecimento, ou seja, abastecimento: a compra de insumos extraídos de forma sustentável das florestas é uma importante senão a principal ou a maior fonte de recursos nessa relação.

Além disso, no nosso caso específico e de outras indústrias também, existe um remuneração por uso de imagem, por atividade de desenvolvimento local. Até a ONG Fase, que está aqui presente na pessoa da Letícia, é um importante parceiro da Natura nesse tipo de investimento para desenvolvimento local, porque entendemos não estar comprando de grandes indústrias, grandes fornecedores, num esforço para ajudar as comunidades a organizarem essas cadeias de fornecimento. Isso é necessário para o negócio. Então, tem mais um recurso que é destinado às comunidades.

Por fim, acho que é importante a gente se ater um pouco mais a isto: são os recursos de repartição de benefícios pelo uso do conhecimento tradicional associado e patrimônio genético da biodiversidade.

Isso aqui é um pouquinho do que eu falei há pouco. Os recursos advindos do fornecimento de matérias primas têm que estar orientados pela valorização do trabalho da comunidade e buscar, por meio de uma análise da estrutura de custo, oferecer um preço justo pela compra daquele ativo. Muitas vezes, a gente não está falando de *commodities*. A gente está falando de insumos da floresta, que não têm um preço regulado em mercado. Então, é muito importante fazer esse trabalho para a determinação do que seria o preço justo do fornecimento.

Além disso, a remuneração pelo uso do patrimônio cultural, repartição de benefícios – que foi o que falei – é fundamental. A repartição de benefícios está prevista desde a criação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), desde 1992. O Brasil tem uma legislação interna que regula essa relação, que é a Medida Provisória 2186-16, de 2001.

Como comentei há pouco, a gente remunera pela utilização das imagens das comunidades e também temos alguns investimentos em desenvolvimento local, que pode se dar por meio de fundos de apoio, atividades de capacitação para essas comunidades, ajuda para que elas tenham certificações e planos de manejos de suas áreas e estudos e assessorias para construir e apoiar essa organização social.

Então, como falei há pouco, queria me ater um pouquinho mais a respeito da questão da repartição de benefício. A repartição de benefício deve ser feita pelo acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. A CDB se refere a uma repartição de benefícios justa e equitativa, mas ela não define se essa repartição será ou não monetária. Ela pode ser por meio de um suporte a uma atividade de formação profissional ou alguma coisa parecida.

A diferença desses recursos pagos por atividade de fornecimento é que esses são um recurso carimbado. A comunidade recebe, o provedor de acesso de patrimônio genético recebe esse recurso com um carimbo de que ele precisa ser destinado à conservação da biodiversidade. Então, esse é o destino principal. A gente acredita que esses recursos são importante vetor para a promoção do desenvolvimento sustentável bem localizado.

Agora, acrescento um dado: estima-se que o Brasil tenha de 10% a 20% de toda biodiversidade mundial. No entanto, a gente conhece muito pouco dessa biodiversidade se comparada com a de outros países. Estou falando aqui do número de coleções

que o Brasil tem. Apesar de ter uma biodiversidade significativamente maior do que esses países, a gente tem muito pouco conhecimento. Isto aqui é um dado do Ministério de Ciência e Tecnologia. Essas coleções são simplesmente o cadastro taxionômico das plantas. No entanto, para se fazer o acesso ao patrimônio genético dessas espécies necessárias para fazer a pesquisa, para fazer o desenvolvimento tecnológico, lançar produto, gerar recursos e repartir benefícios que vão contribuir para a conservação da biodiversidade, estima-se que o Brasil tenha hoje – este é um dado do Ipea, de uma pesquisa de fevereiro deste ano – 1,8 milhão de espécies no território nacional. No entanto, o atual sistema brasileiro de acesso à biodiversidade e à repartição de benefícios, no ano passado, em 2010, autorizou 25 acessos a biodiversidade. Numa conta bastante simples, a gente conclui que, com 1,8 milhão de espécies a 25 autorizações por ano para acesso ao patrimônio genético, vamos demorar 72 mil anos para conhecer o patrimônio genético da biodiversidade brasileira.

A Ministra Izabella tem uma expressão muito legal. Ela fala que a biodiversidade é um novo pré-sal ou mais um pré-sal para o Brasil. Acontece que, com este modelo de exploração que temos hoje, esse pré-sal vai ficar para daqui a 72 mil anos. Então, a proposta é de rediscutir este sistema de acesso a biodiversidade e repartição de benefícios para que ele, de fato, seja atraente.

Já vou me encaminhando para o fim e quero pontuar esta mensagem: o uso sustentável da biodiversidade pode certamente contribuir para a manutenção de serviços ambientais por meio da destinação de recursos bem localizados que vão contribuir para que os serviços ambientais continuem sendo prestados pelos ecossistemas. O uso sustentável da biodiversidade brasileira é uma oportunidade de produção de ciência, tecnologia e inovação para o País. Essa atividade pode gerar riquezas, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da variabilidade genética das espécies e manutenção dos serviços ambientais.

Esse não é um tema unicamente de meio ambiente. A gente acredita muito que é oportunidade para o Brasil de desenvolvimento, de fazer ciência, de buscar diferenciação. A externalidade disso é que esse recurso de sistema de acesso e repartição de benefícios pode contribuir também com a manutenção dos serviços ambientais. No entanto, para que essa riqueza possa ser explorada de forma sustentável é necessário definição de regras claras que estimulem a utilização desses recursos.

Eu agradeço muito a oportunidade. Quero reforçar novamente que o Brasil tem grande oportunidade de se desenvolver a partir de sua biodiversidade, desenvolver-se conservando. Para isso, precisamos rever este marco legal de acesso a biodiversidade que hoje no Brasil é orientado pela Medida Provisória 2.186-16/2001. Precisamos avançar nessa discussão. Muitos setores estão envolvidos, tais como agricultura, indústria, meio ambiente; e o mais importante é que ele comece, que haja diálogo e que busquemos as convergências para avançar nessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Daniel Serra.

Vamos passar a palavra, em seguida, para o Dr. Carlos Alberto Bueno, que representa o Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (Inpa).

V. Sª tem 15 minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO BUENO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador João Pedro, do Estado do Amazonas. Tivemos outros Senadores aqui que já deram sua contribuição, como o Senador Ivo Cassol, de Rondônia, Estado com que temos uma relação interessante de trabalho.

Peço desculpas pela minha garganta. Com a saída ontem de Manaus para cá, a variação tanto da umidade do ar quanto do oxigênio me causaram um problema na voz.

Quero agradecer ao Senador João Pedro pelo convite e parabenizá-lo por esta forma de discussão. Mesmo com alguns questionamentos, há importância na audiência pública em que todos, mesmo pela TV Senado, têm noção do nível de discussão que está se travando, de contribuição, e para que todos saibam que realmente há preocupações, caminhos e que estamos discutindo isso. Com certeza, vai ser um pacote de informações bastante interessante para a Rio+20, em que o Brasil deve ser modelo para o mundo. Já temos um conjunto de leis focadas na valorização ambiental não só econômica, em que todo o mundo pensa, mas teremos uma oportunidade de mostrar para o mundo esta nossa ótica que chamamos o desenvolvimento o mais sustentável. É difícil a gente pensar em sustentabilidade quando as populações crescem exponencialmente. Todos nós pensamos em ter cada vez mais energia, alimento, etc. E isso, fatalmente, na base da pirâmide, está lá o meio ambiente nos oferecendo essas alternativas.

Trabalho no Inpa, não sei se todos conhecem, se tiveram oportunidade de nos visitar; se não tiveram, estamos lá, com a base em Manaus, mas trabalhamos em toda a Amazônia, com núcleos em várias cidades na Amazônia.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia foi criado em 1954, exatamente em um período em

que se falava em internacionalização da Amazônia, e o mundo estava querendo montar um instituto com base no centro da Amazônia, mas com espaços para todos os países trabalharem. Então, o governo brasileiro, antes que avançassem nessa ideia, criou um instituto em que colocou a palavra nacional para dar uma contextualização de instituto brasileiro de pesquisa da Amazônia. Estamos fazendo agora em julho 57 anos da implantação, e nossa missão é esta: gerar e disseminar conhecimento e tecnologia com relação ao desenvolvimento da Amazônia, capacitar recursos humanos para o desenvolvimento daquela importante região do Brasil para o mundo.

Na verdade, é um tripé: fazer pesquisa, que é o ponto focal, principal dessa instituição, exatamente para subsidiar as empresas, quer dizer, todos os setores que dependem da natureza, o que é aquilo lá. Temos que entender aquilo. Sobrevoando a Amazônia, vê-se um mundo de água, um mundo de floresta. O que é que tem lá? Quais são as relações entre os seres que vivem lá? Como é que podemos nos desenvolver da forma mais alinhada possível, mais inteligente possível?

Disseminar conhecimentos e tecnologias é um problema seriíssimo, e já existe um conjunto grande. O Inpa tem 57 anos, é um instituto muito jovem, e, na floresta amazônica, temos descoberto árvores que têm mais de 1.500 anos. Então, imaginem um instituto com 57 anos que quer entender a evolução de uma região como aquela. De qualquer maneira, há um conjunto muito grande de informações, não só cientificas no entendimento, mas tecnológicas, e já transformadas em inovação. Já existem produtos e processos que trazem novidades para o mercado, e isso é importantíssimo, pois é um dos pontos frágeis nossos. Temos que criar, por exemplo, um clima de entendimento de criação de patentes, e aí vem a proteção dos conhecimentos em termos de tecnologias, a incubação de empresas, quer dizer, as instituições têm que se aproximar das empresas e repassar a elas o que têm de melhor para que haja competitividade em âmbito internacional.

Uma questão também importantíssima é formar recursos humanos. Eu até me incluo nessa questão. Sou engenheiro agrônomo, aprendi em São Paulo, na universidade de alta tecnologia, que o mato a gente tem que tirar e plantar alguma coisa que produza mais, e que, se não botar veneno e adubo, não produz. Então, essa, infelizmente, é a conotação que o grupo de agronomia florestal, há trinta e tantos anos, aprendia na escola. Fui para a Amazônia e vi que estava tudo errado. Dá vontade de pegar os livros e jogar fora ou rasgar. Ou seja, nós temos que gerar informação para o desenvolvimento regional. Então, a adubação não é aquela, a doença não é aquela, a produção não é aquela. E o que é então? É uma nova cara, é o novo, é um olhar diferente. Isso é que é importante, e a pesquisa tem que dar conta desse resultado.

Bom, temos aí nossa Amazônia, e a parte em vermelho são os caminhos do desenvolvimento; na verdade, é o acesso à Amazônia, quer seja por terra, quer seja por rio. Os pontos em vermelho são as áreas já trabalhadas pelo homem; são áreas antropizadas, que dão acesso à região, só para se ter uma ideia. E coloquei aí alguns números para discutirmos um pouquinho o tamanho desse compromisso, dessa responsabilidade que temos.

O tamanho da Amazônia, 5,2 milhões km^2, que representam 60% do nosso território, 7% do planeta, 25 milhões de habitantes, parte significativa da população brasileira mora numa região imensa; na verdade, isso dá uma densidade demográfica média de 5 habitantes/km^2. Só para ter uma ideia do tamanho do desafio: temos 11 mil km de fronteiras internacionais; muitas vezes, existe uma picada, muitas vezes é um rio. Há uma coisa até interessante: quando é um rio a divisa, e o rio na Amazônia, não sei se todos sabem, eventualmente, de um ano para outro, muda o curso, muda a direção. Aqueles rios são muito sinuosos. Ele faz tanta pressão que muda. Já tem até problema internacional, porque um país perdeu, e o outro ganhou, porque a divisa é o rio, e ele mudou a direção. São coisas curiosas que acontecem. Essa é uma realidade na Amazônia. Então, imaginem a nossa necessidade de proteger as fronteiras em 11.000 km, sendo que essa divisão de país é uma divisão geopolítica; aqui é Brasil, lá é Peru, lá é Colômbia. Se tivermos políticas diferenciadas de desenvolvimento, isso vai dar a maior confusão; aqui pode, lá não pode. Temos muitos casos dessa natureza. Daí a importância dessa conotação de parceria internacional, essas questões transfronteiriças serem muito mais fortalecidas para que tenhamos a mesma forma de visualizar.

Água. É um recurso fantástico. Sobre ele vamos falar mais detalhadamente daqui a pouco. Temos cerca de 17% a 20% – os números são por aí – de toda a água doce do mundo. Lembro que a próxima guerra ou a próxima moeda forte para o mundo será a água potável, e nós temos aí um volume significativo. Até coloquei aqui um número interessante: o rio Amazonas joga no mar cerca de 200 mil m^3/s de água. Isso, na média, considerando dados de engenharia, significa que, em um segundo, o rio abastece, por 24 horas, uma cidade de 2 milhões de habitantes. Então, enquanto estamos conversando aqui, cidades com 2 milhões de habitantes, durante trinta dias, foram abastecidas. Digo isso para mostrar o tamanho da nossa responsabilidade ao gerir esse recurso, ou seja, a água.

Na Amazônia, nossas estradas são os rios. Temos poucas estradas. Isso passa também por uma política de acesso, se é melhor rodovia, se é melhor ferrovia ou se é melhorar as hidrovias e os portos. Para se ter uma ideia, a chuva que cai na região é de 15 trilhões de m^3/ano. É chuva que não acaba mais. Só para se ter uma ideia, algumas árvores grandes da Amazônia, como a sumaúma, o angelim – temos lá milhares delas – podem transpirar mais de 500 litros de água por dia, quer dizer, tirar do solo e jogar, a 60 metros de altura, mais de 500 litros de água por dia. Então, dá para se ter uma ideia do papel que a floresta amazônica desempenha e do volume de água que ela joga na atmosfera. Logo vamos retornar a esse assunto com mais detalhes.

Estoque de carbono no ecossistema. São 48 bilhões de toneladas de carbono, pensando na parte aérea e na parte subterrânea. Já falaremos mais um pouquinho sobre isso para mostrar a dimensão daquilo de que estamos falando.

Bom, a megadiversidade já foi citada aqui. A biodiversidade é o grande mote da região, mas temos a diversidade hídrica, temos grandes grupos de água: água preta, água branca, água barrenta. O Inpa está agora descrevendo uma água vermelha, que tem características... O que tem a ver com isso?

Por exemplo, a calha do rio Negro, de Manaus até são Gabriel da Cachoeira, tem quatro Municípios: Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira. No mesmo tamanho, na mesma extensão do rio, na calha do Solimões, há mais de trinta Municípios.

Então, existe alguma razão para essa distribuição das cidades. O que é isso? Água do rio Negro: muito límpida, pH baixo, pouca quantidade de zoo e fitoplâncton, que é a base alimentar do peixe. Então, há pouco peixe, há pouca alimentação. A base sedimentar da bacia é mais solos arenosos, solos podzolizados, que não retém matéria orgânica, que não retém nutrientes, ou seja, temos uma agricultura mais difícil, uma pesca mais difícil. Não tem gente morando. No Solimões, é exatamente o contrário. Digo isso só para mostrar o que a água, o que o rio pode ter, além de outras questões, como a produção de alimentos, de transporte. Isso vai por uma política estadual, enfim, nacional de gestão dessas cidades.

Influência no clima global. Recursos minerais ainda desconhecidos. Há nióbio, que é mineral estratégico. Está muito em área indígena. Vejam o tamanho do problema que nós temos; problema bom, não é? Há um potencial grande, mas há necessidade de se estabelecer a legislação, marcos legais de como fazer para proteger a natureza, mas também que sejamos beneficiários de todo esse potencial que existe na região.

Fonte de petróleo e gás natural. São estratégias que o Governo brasileiro tem de adotar, conhecendo a questão de petróleo e gás natural. A Petrobras investiu muito na Bolívia, como nós todos sabemos, trocou o presidente, "pelo que *sí,* pelo que *no,* se está aqui, é meu e tal". "Não, mas tem um contrato." Rasga o contrato e não tem mais. É lógico que são questões internacionais, mas quero mostrar a importância de conhecermos o potencial que temos e, a partir daí, estabelecermos políticas de uso e conservação desse potencial.

Na Amazônia, o petróleo já foi descoberto há mais de trinta anos e ainda hoje não chegou a Manaus o gás natural. Ainda hoje, estamos vendo lá, em grande quantidade, o uso de motores para produzir energia elétrica, um imenso gasto, milhões de litros por mês, jogando na atmosfera monóxido e dióxido de carbono, principalmente. Então, essa mudança de matriz energética há mais de trinta anos que se conhece. Há um pouco de questões políticas e assim por diante.

Este é só para mostrar o crescimento da população nos últimos 60 anos. No Amazonas, tivemos o aumento de 6,8%. Em Manaus, em que há grande concentração de pessoas, quase 13%. Isso demanda muita energia, muito alimento. Então, precisamos ter uma política diferenciada.

Grandes estratégias para desenvolver a região. Serviços ambientais, que é a nossa ótica aqui, turismo. Certamente, o turismo bem feito será uma forma inteligente de desenvolver a região. Pensando especificamente nos serviços ambientais, a biodiversidade, que foi aqui citada – vamos entrar em detalhes –, a reciclagem de água e o estoque de carbono são os três pontos principais com que podemos traçar uma força em termos de serviços ambientais.

Biodiversidade tem aí o conceito estabelecido em 92, na época da Eco 92. A estimativa... Aqui vemos com o Daniel os números que ele colocou lá: 1,8 milhão, mas, só de invertebrados, aqui nós temos 10 milhões. É bicho que não acaba mais. A cada dia se descobrem coisas novas. Tudo é um chute, e qualquer chute que se dê é um chute a menor.

Quanto à questão da biodiversidade, o valor econômico é o principal, mas há o valor estético, a beleza. Até para o nosso psicológico, o verde é interessante. Ao ver coisas que não estão sendo degradadas, você se sente bem com isso. É preciso considerar a oportunidade que nós temos de gerar como potencial, ou seja, não está sendo utilizado ainda, mas é um material com o qual, a curto, médio e longo prazo, poderemos ter fantásticas rendas.

Só para ter uma ideia, o Inpa, como um grande conhecedor da biodiversidade da Amazônia, tem aí, só insetos, por exemplo, mais de 2 milhões de invertebrados em álcool, insetinho em que você não consegue colocar um alfinete para identificá-lo. De peixe, ele conhece mais de 1.100. Sem contar os répteis, anfíbios e aves. De madeiras, imagina-se cerca de 5 mil – o Inpa conhece cerca de 3.200 espécies diferenciadas, descritas e identificadas e qual seria o seu uso.

Reciclagem de água. Só para se ter uma ideia, daquela água a que me referi – 15 trilhões de m^3 de chuva –, 50% da água cai na bacia, os outros 50% vão para outras regiões. Então, a chuva que cai no Sul, no Centro-Oeste, com certeza, boa parte dela vem da Amazônia. Os problemas que tivermos lá de desmatamento, mudando-se aquela questão de chuva, com certeza, também acarretarão problemas na distribuição de chuvas em outras partes do Brasil e um pouquinho no Chile, um pouquinho... Não vai, no caso, para a Europa e para os Estados Unidos.

Só para ter uma ideia, uma curiosidade: onde nasce o rio Amazonas, a praticamente 4.500 metros de altitude, nos primeiros 10% da bacia, ele cai em grande quantidade, e depois corre numa descida de 2 cm/km. Olhem a dificuldade de a gente aproveitar um rio como esse: em um quilômetro, ele desce 2 centímetros. É praticamente parado.

Esse *slide* é só para mostrar também o rio principal.

Quanto ao encontro das águas, acho que todos conhecem, bem em frente a Manaus, há diferenças radicais, como eu dizia. Só para se ter uma ideia, em solo dissolvido, 8 mg/l, e aqui, no Solimões, 500 mg/l. Nós pegamos uma amostra de água do rio Negro e colocamos num aparelho de última geração que o Inpa tem, e encontramos mais de 500 compostos dissolvidos na água. Substâncias que vêm de fungos, bactérias e tal. Cólera, por exemplo, não se desenvolve no rio Negro. Então, certamente, é muito mais do que água. Veja o potencial que nós temos de diversidade, que, em algum momento, pode ser trazido como uma riqueza para nossa região.

Mostrando a questão da água, como as mudanças climáticas vêm acontecendo, em 2005, tivemos uma grande seca; em 2009 uma grande cheia. Essas são as grandes preocupações que temos em relação a esse recurso interessante, que é a água.

Dinâmica do carbono. Esse, na verdade, é o processo que está mais formatado, mais delineado. Nós temos, na Bolsa de Nova York, na Bolsa de Londres, o valor da tonelada de carbono, e nós sabemos que, mais ou menos, 50% da matéria seca das florestas é carbono, o que nos dá, então, aqueles 48 bilhões de toneladas.

Há coisas interessantes. A própria floresta natural sequestra mais que emite. Havia uma grande discussão sobre a questão de a floresta estar em clímax. Então, ela não estaria contribuindo, mas, pelo que nós sabemos, ela tem uma relação positiva, ou seja, ela absorve mais carbono, liberando oxigênio e CO_2 – quebra no meio, fixa o carbono e joga oxigênio. Evidentemente, o desmatamento vai liberar CO_2, metano, e vamos, com a queima, perder diversidade, deixar o solo à exposição. Quer dizer, tem que haver realmente um cuidado muito grande nesses processos de transformação da floresta e em outros ambientes mais produtivos, podemos assim dizer.

Bom, só para terem um ideia de como foi o desmatamento na Amazônia – em razão dessa preocupação, estamos todos aqui discutindo o assunto, e vem aí o Código Florestal –, houve várias políticas que fizeram com que ele diminuísse. Infelizmente, essa pontinha aqui demonstra que, neste ano, já houve um aumento significativo do desmatamento, até pelo direcionamento que se imagina no Código Florestal.

Só para terem uma ideia, ressalto a questão citada aqui sobre o monitoramento de controle. Em vermelho está a área desmatada, e em verde a área oficialmente autorizada a desmatamento. Então, desmata-se muito mais do que a autorização prevê, e a gente não consegue evidentemente controlar.

Eu coloquei um dado interessante – só para terem uma ideia – sobre a questão do passivo ambiental. O Ibama aplicou mais de R$5 bilhões em multas de várias ordens, e, até julho de 2008, nós discutiremos o valor de R$2,4 bilhões em vários momentos. São multas não pagas, mas aplicadas.

Bom, esse ponto é só para fechar a questão dos serviços ambientais.

Nosso objetivo maior aqui é descobrir como converter a floresta como um todo em serviços ambientais. O carbono, sobre o qual nós falamos rapidamente aqui, é o que já está mais estruturado, com marcos legais e com valores, segundo o entendimento que é possível fazer. Aí, sim, há um envolvimento com o Planeta como um todo, com as mudanças que se imagina em temperatura, em chuvas e em outras coisas mais. Então, isso já está mais ou menos estruturado. A questão é saber quem está a fim de pagar e de que maneira se pagaria. Mas há uma tendência crescente, porque existem muitas empresas com esse foco, com essa vontade de pagar.

Gestão de recursos hídricos para garantir a sustentabilidade das comunidades que mantêm a floresta. Se alguém pagar, como vai ser gerido esse recurso?

Em que nível ele vai ser gerido? Se esse recurso for realmente direcionado para a preservação, os povos que vivem na floresta – assunto bastante comentado aqui – têm que receber efetivamente esses recursos em saúde, em educação, em energia, em transporte. Isso tem que ser transformado não em um presente para eles. A comunidade não pode ficar na rede pensando: "Estou preservando, estou aqui". Isso tem que ser transformado.

E esse programa que o Governo Federal, por meio da Presidenta, lançou na semana passada tem muito a ver com o treinamento de pessoal. Esse mundo de informação que nós temos e que a pesquisa tem gerado, como tecnologia, potencial e inovação, tem que ser transformado efetivamente em resultado para a região, principalmente os produtos não madeireiros. A gente deixa um pé de castanha em pé e valoriza a castanha no sentido de dar um valor a mais do que ela vale, até para pagar o serviço ambiental. A árvore fica em pé fazendo o processo de fotossíntese, a ciclagem de água, e isso entra em mercado justo. Mas, é preciso haver política pública, fiscal, para a valorização.

Tirando os devidos impostos sobre isso, é preciso haver fomento, recurso a fundo zero – a gente sabe da descapitalização do morador da floresta –, é preciso haver *marketing*. Quer dizer, o próprio Governo pode ouvir empresas como a Natura e fazer um *marketing* do que é esse produto, para mostrar que isso não está degradando a floresta, mas, sim, valorizando comunidades que estão lá no interior da floresta. É preciso mostrar que esse produto obedece a todos os critérios de certificação. A comercialização passa por uma organização comunitária: não é uma pessoa que vai vender, mas comunidades. E assim por diante.

Então, vemos que há um conjunto de resultados já prontos e que, em razão de discussões como essas e de marcos legais para cada uma dessas atividades, com certeza, podemos dar uma contribuição bastante significativa, valorizando essa questão dos serviços ambientais.

Então, eu queria agradecer a todos. Eu acho que o tempo era muito curto, mas isso a gente pode, inclusive, traduzir em documentos com mais conteúdo de propostas, de políticas, de resultados. Eu acho que, de qualquer maneira, para iniciar uma discussão, vai ser muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Bueno. Veja que, como sou lá do Amazonas e o Inpa, além de ser lá... O Inpa é nacional, mas eu sou vizinho do Inpa, e você teve o maior tempo aqui, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO BUENO (*Fora do microfone*.) – Obrigado por ter feito esse ofício.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Veja só.

Bom, quero registrar a presença do Mário Mantovani, do SOS Mata Atlântica, na nossa audiência pública.

Quero registrar, com muita satisfação, em nome da nossa Subcomissão, a presença de vocês e as contribuições. Foram falas densas, profundas, que, com certeza, vão contribuir com a proposta, que não é proposta do Senado, mas proposta que o Senado está organizando junto à sociedade e às instituições.

Eu vou levantar uma questão e todos poderão refletir sobre ela, falar, sobre o meu entendimento dessa primeira fala. Agora, essa segunda fala vai ser meio que um pinga-fogo, está bom?

Roberto, você está representando o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), e não é esse o debate, mas eu vou aproveitar a audiência pública só para externar a minha opinião: transformar as multas em serviços ambientais está no Código Florestal, e vou colocar com muita tranqüilidade: é muito pouco, muito pouco. Eu acho que o Estado brasileiro, a nossa lei tem de ter um padrão de exigência mesmo, forte. Está no Senado o Código Florestal e vamos fazer o debate, já começamos a fazer o debate, mas, nesse item,nós precisamos punir com mais rigor quem derruba, de forma irresponsável, uma castanheira ou uma seringueira.

Foi levantada aqui, na fala do Volney, e quero... Eu senti que a Embrapa chamou a atenção e disse: "Os países da Ásia e a Coreia já estão tratando da economia verde. Estão tratando, é para agora." Na fala do Volney, que é do Ministério do Meio Ambiente, ele levanta uma perspectiva de nós ainda nos prepararmos para o planejamento do debate dessa questão de nós enfrentarmos a economia verde.

Eu quero chamar a atenção para a relevância do evento Rio+20. O Brasil tem de ser propositivo, e as audiências aqui vão nessa estratégia de nós apresentarmos a nossa proposta para o Governo, via Ministério de Relações Exteriores, as opiniões, principalmente das instituições de pesquisa, da sociedade civil e de Governo. Nós vamos trabalhar forte nisso, nós vamos fazer ainda três audiências, que chamamos, aqui no Senado, de diligências. Nós vamos para Mato Grosso, para ouvir o debate a partir desse bioma. Nós vamos para Manaus, onde a Fase já esteve e saiu – tem de voltar para o Amazonas. Depois, nós vamos para o Nordeste. Devemos ir para o Rio Grande do Norte, principalmente para trabalhar em energia, a partir da experiência do Nordeste com energia eólica.

Então, nós vamos sair do Senado para fazer três diligências em biomas diferentes, mas com esse objetivo de termos, até setembro, uma grande contribuição da sociedade brasileira para esse que é um evento importante da ONU, que vai ser realizado. Temos a responsabilidade não só de ser sede, mas de apresentar isto que a Fase levantou: experiências brasileiras. Nós temos experiências aqui. O Brasil tem de olhar, com muito carinho, para as suas próprias experiências com economia verde.

Estou levantando isso para todos vocês fazerem uma fala de três minutos, está bem? E nós vamos encerrar. Fiquem à vontade, está bom?

Vamos pela ordem. A Letícia pode começar, pela esquerda.

A SRA. LETÍCIA TURA – Bom, nestes meus três minutos finais, primeiro, eu gostaria de reforçar isso que foi colocado agora pelo Senador, que estava aqui, e que nos meus quinze minutos eu não consegui colocar.

De fato, há esse risco, nesse debate dos serviços ambientais, de a gente fugir das exigências da legislação ambiental, não só do Código Florestal, mas das outras exigências. Eu acho que a gente tem de estar bastante atento a isso, nesse processo, agora, de construção dessa política, desses marcos regulatórios, para a gente, na verdade, não sobrepor as coisas e não perder conquistas. Quer dizer, existem muitos elogios à legislação ambiental brasileira, então, a gente tem de estar bastante atento para não perder.

Eu registrei, aqui, uma coisa, falando das experiências que existem no Brasil, que existem na Amazônia... Não sei se foi você que colocou a questão do açaí e do palmito, mas, do palmito, também tem experiências de manejo sustentável, por touceiras. Quer dizer, na verdade, até para aquelas práticas que a gente imagina serem mais predatórias, você tem muita coisa, no conhecimento tradicional, de como você fazer um outro aproveitamento.

Fora isso, eu gostaria só de reforçar, de finalizar, de nos instar a pensar diferente, de perceber, também, a questão dos serviços ambientais e de, efetivamente, a gente trazer para esta discussão não só o debate sobre o mercado, mas também dos direitos ao meio ambiente, dos DESCs (direitos econômicos, sociais e culturais).

Por fim, quero agradecer. Eu gostei muito de estar aqui, acho que foi uma boa oportunidade de dialogar com várias expectativas. Enfim, espero ter contribuído para o debate, e nós estamos abertos para continuar debatendo.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Letícia.

Roberto Lorena.

O SR. ROBERTO LORENA – Um dos pontos mais fantásticos do decreto do Mais Ambiente, do Presidente Lula, é que ele não coloca no mesmo patamar, na mesma situação, o desmatador ilegal e o agricultor.

Então, é completamente diferente a gente falar de quem está tirando a castanheira, tirando a seringueira, está avançando sobre a Amazônia, de quem está em Santa Catarina, produzindo em um local em que o uso da terra foi convertido há 100 anos, há 50 anos, há 200 anos. São situações completamente diferentes e a gente tem chamado muito a atenção. Em geral, está-se colocando o agricultor como desmatador ilegal. Isso não tem o menor sentido.

O decreto é bastante claro. Esse decreto não se aplica ao desmatamento ilegal. O decreto do Programa Mais Ambiente se aplica à regularização de agricultores. Ele não protege, em momento nenhum, o desmatamento ilegal, e é isto que a gente gostaria de ver refletido no Código Florestal: essa segurança jurídica para o agricultor e essa segurança jurídica para a sociedade de que vamos continuar combatendo o desmatamento ilegal e não vamos dar anistia a quem está tirando a madeira da unidade de conservação.

Como foi apresentado há pouco pelo Inpa, a quantidade de desmatamento ilegal é incrível, é muito alta. Então, a única questão sobre isso é que, se a gente tiver um marco legal de pagamentos e serviços ambientais para ajudar nessa regularização... E, ali, não é anistia. Existe um custo real para o agricultor, que ocupa uma margem de rio seja há 50 anos, seja há 200 anos. Ele vai ter que recuperar aquela margem de rio. Aquilo tem um custo. A gente sabe que custa em torno de R$10 mil por hectare. Isso não é viável para os pequenos agricultores. Se uma fazenda tem 5 mil hectares, 10 mil hectares, para se fazer 20 ou 30 hectares, é muito fácil. Não é problema. Para os grandes agricultores, não é problema. Mas, para os pequenos agricultores, quando a APP pega quase toda a propriedade, isso tem um custo. E esse programa seria tremendamente incentivado, viabilizado, se, de fato, nessa conversão da margem de rio, dos seus 10 hectares, que seriam 20% a 30% da propriedade, nós chegássemos com a semente, nós chegássemos com toda condição tecnológica. Isso custa dinheiro. E isso seria, então, o pagamento pelo serviço dessa proteção ambiental.

Esse é o foco do Governo brasileiro no sentido da regularização ambiental. Não é, em absoluto, anistia.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Roberto.

Maurício Lopes, da Embrapa.

O SR. MAURÍCIO LOPES – Senador João Pedro, eu não gostaria de perder a oportunidade de fa-

lar mais um pouquinho sobre o que está acontecendo especialmente na Ásia, nessa vertente da economia verde ou do que eles chamam lá de *green growth*. Tive oportunidade de viver na Coreia do Sul entre 2009 e, agora, início de 2011, coordenando um programa de cooperação internacional da Embrapa. Fiquei muito impressionado com o que acontece especialmente na Coreia do Sul e na China. É um processo alucinante de investimento e de ênfase em inovação tecnológica na vertente da economia verde.

Dou um número aqui: o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a UNDP (United Nations Development Programme) fez um desafio aos países, depois da crise de 2008, para que destinassem parte dos pacotes de apoio à retomada do crescimento ao desenvolvimento da economia verde. A Coreia do Sul aplicou simplesmente 81% desses recursos no desenvolvimento da economia verde, e a China, 38%. Uma coisa absolutamente alucinante o que acontece. A Coreia do Sul, em menos de dois anos, construiu o arcabouço legal para o desenvolvimento da economia verde, construiu observatórios e bases de inteligência estratégica para a economia verde. O fato é que há um movimento intenso, organizado e inteligente, em muitas partes do mundo, no sentido de organizar essa reconversão. Temos que estar extremamente atentos. Um componente crítico nesse movimento é o que o Volney coloca: complexidade. Essa é uma questão complexa, que envolve diversas vertentes de inovação, diversas visões, combinando a questão ambiental, social, agricultura, outras vertentes econômicas importantes.

Para a pesquisa, é extremamente importante que estejamos atentos ao futuro. A pesquisa tem que trabalhar visando o futuro, obviamente o presente e o passado são referências extremamente importantes para nós, mas não há, nesse caso, como não fazer uma visada crítica, objetiva, inteligente para o futuro.

Vejam bem que esses países que não têm uma base de recurso natural sólida como o nosso vão se sustentar no processo de inovação para produzir conhecimento para, então, terem moeda de troca no processo de acessarem os recursos naturais de que precisam. Vejam os movimentos desses países migrando para a África, para a América Latina. Isso está tudo baseado numa lógica de intenso investimento e inovação tecnológica, desenvolvimento de propriedade intelectual, que deem a esses países um grande poder de acesso aos recursos que eles precisam, fora de suas fronteiras.

Temos que estar extremamente atentos, olhando adiante, construindo uma agenda inteligente, visionária de inovação. Do contrário, no futuro, corremos risco de, havendo mudanças de paradigma na vertente de inovação tecnológica, o Brasil ficar à mercê de negociações complexas, de países que vêm, então, acessar nossa base de recursos naturais assentados nessa lógica de inovação, trazendo suas inovações protegidas para, de repente, colocar-nos numa situação, às vezes, complexa e difícil.

Então, não há como caminhar sem inteligência estratégica. Nós precisamos ter inteligência estratégica no Brasil para lidar com essa questão. A inteligência no Brasil para lidar com essas dimensões que estamos tratando aqui está extremamente verticalizada, ela está localizada na agricultura, no meio ambiente, na ciência e tecnologia, na fazenda. Nós precisamos transversalizar a inteligência estratégica no Brasil. Nós precisamos combinar as inteligências que estão nesses vários componentes para desenvolvermos uma inteligência estratégica para o País se posicionar bem.

Esse é o ponto que eu gostaria de deixar, Senador.

Agradeço a oportunidade de estar aqui participando deste importante debate. Por favor, conte conosco, conte com a Embrapa nesse desafio que a Subcomissão tem até a Rio+20.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Maurício, pela contribuição.

Vamos ouvir o Volney.

O SR. VOLNEY ZANARDI – Sr. Senador, a minha abordagem foi muito na perspectiva de fazer a relação entre economia verde e política integrada, perceber o momento que nós vivemos. Como o Maurício diz, atrás da economia verde vem a perspectiva de complexidade, de como temos de tratar essa questão. Não é apenas nos planejarmos para o futuro, nós já vivemos uma transição, temos vários setores onde identificamos a reciclagem, os aspectos relacionados à política do desenvolvimento produtivo. Dei vários exemplos aqui. Nós vivemos isso, mas não vamos vencer essa complexidade, se não tivermos um planejamento, se não tivermos pactuação, se não tivermos essa inteligência estratégica dita pelo Maurício.

Em nenhum momento, quando falamos da relação da perspectiva integrada econômico-social-ambiental, nós estamos abrindo mão daqueles ganhos históricos da legislação ambiental. Sabemos que comando e controle é simplesmente uma visão de fiscalização. E a lei é insuficiente, ela não resolve essa complexidade que temos pela frente. Temos de vencer esse aspecto.

De outro lado, existem, nessa transição, algumas questões do marco legal que são fundamentais. Temos de sair daquela visão de projeto-piloto, que tem sua importância, gera metodologia, gera conhecimento, mas temos de ganhar escala. Temos de sair da época do projeto-piloto para realmente trabalhar uma visão

de centralidade, de integração da questão ambiental nas políticas.

Acho que essa foi a mensagem. O Brasil não deve nada para ninguém, nós temos muitos avanços. Temos também um potencial enorme. Estamos realizando parte desse avanço. No entanto, esse avanço só vai continuar se nós nos planejarmos, nos prepararmos para o que vem pela frente. Ele não vai cair de graça do céu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Volney.

Em seguida, tem a palavra o Bueno.

O SR. CARLOS ROBERTO BUENO – Senador, já foi colocado um conjunto de propostas aqui, mas acho que, para a Rio+20, uma coisa bastante importante é definir os marcos legais que foram estabelecidos na Rio e, vinte anos depois, o que aconteceu. Provavelmente, muitos tópicos serão um tiro no pé, porque não conseguimos atingir muitas metas. Mas isso é importante para entendermos até que ponto não só o Brasil mas o mundo desenvolveram ações preestabelecidas naquela época no Rio de Janeiro.

Um ponto importantíssimo a ser mostrado lá seria a questão do código florestal. Não sei qual é o cronograma que o Senado tem para definir essas questões, mas acho que seria um instrumento fantástico para mostrarmos para o mundo, na questão propositiva, o que o Brasil pensa. Basicamente é um código florestal/código agrícola. Nós estamos justamente tentando amarrar essas duas questões.

Outra coisa importantíssima – e temos de fechar – é uma descentralização regional. Se pensarmos na Amazônia, que tem campo serrado em Roraima, mata tropical, cerrado, campos naturais em Roraima, para cada um, com certeza, a política é diferente. Pode ou não pode plantar cana na Amazônia? Tem local que pode, tem local que não pode. Vamos fazer uma agricultura com soja, com gado? É lógico que pode. Todo mundo quer comer uma picanha, tomar uma cerveja no fim de semana, mesmo na Amazônia, e há áreas que podem. Então, esse marco legal, ou seja, esse zoneamento seria importante de ser estabelecido, não só regionalmente, mas, se possível, municipalmente.

Outra coisa é aproveitar as experiências exitosas. Esta semana – o Mantovani estava conosco lá –, uma empresa de petróleo, como foi colocado aqui, por livre vontade e espontaneidade, resolveu: "Eu quero fazer uma doação para preservação." Entre outras, ela vai doar R$1,00 por barril. De cada barril retirado, ela vai doar R$1,00. E são 50 mil barris por dia. Então, se se fizer uma conta do que pode ser... Isso é a vontade de pagar. Então, se houver um marco legal, foi até sugerido pelo Senador Braga, que estava presente, que isso se transformasse num marco legal institucional. É um direito que nós temos: se vai tirar um benefício, isso pode ser transformado, de certa forma, num marco legal.

E a outra coisa interessante de que o Maurício falou foi justamente a questão de cenários. Então, temos aí, com certeza, mudanças climáticas, o clima vai pegar, vai subir, quais são as plantas, o material genético, o vai acontecer com as doenças tropicais, com os transmissores, sobre isso nós temos que ter um entendimento, para estabelecer políticas, mesmo que, inicialmente, num modelo piloto; depois, estabelecer como políticas de desenvolvimento regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Bueno.

Em seguida, o Daniel Serra, da Natura.

O SR. DANIEL SERRA – Senador João Pedro, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Eu gostaria de começar elogiando a disposição desta Subcomissão em chamar os atores para conversar sobre articular uma posição brasileira para levar para a Rio+20.

Eu quero seguir na mesma linha do que comentou o Maurício, da Embrapa, um pouco antes, do entendimento do Brasil sobre o que é essa nova economia, essa economia verde, o quanto a gente conhece desse novo mundo para onde todos deveremos ir, senão este Planeta, em algum tempo, não vai ser mais habitável. Eu acho que o Brasil tem que fazer uma reflexão do quanto ele estimula o desenvolvimento dessas novas práticas aqui dentro e do quanto o nosso marco legal impede ou não estimula ou desestimula.

Então, eu trouxe aqui hoje uma fala a respeito do marco legal de acesso e uso sustentável da biodiversidade, que acreditamos muito contribuir com a manutenção de serviços ambientais. Com o atual sistema imposto pela legislação vigente, a gente demoraria 72 mil anos para conhecer o patrimônio genético brasileiro. Eu acho que esse sistema não condiz com essa nova economia que está nascendo e que é necessária. E todos precisaremos embarcar nesse conceito e nesse mundo novo.

Então, eu quero elogiar mais uma vez a disposição do Senado, especialmente desta Comissão, e dizer que, em nome da Natura e em nome também do Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, de que a Natura faz parte, assim como empresas como a Suzano e a Centroflora, que estão aqui presentes hoje, reafirmo a disposição empresarial em participar, em dialogar, em construir alternativas e apresentar visões.

É isso. Agradeço, e contem com a gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Em nome de todos os membros da Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente, quero agradecer a participação de todos vocês que estão contribuindo, com certeza, com a proposta brasileira. Agradeço a presença de todos aqui, da imprensa, de jornalistas que prestigiaram a audiência pública.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 40 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 2.

Às doze horas e três minutos do dia quatorze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, RODRIGO ROLLEMBERG, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, LOBÃO FILHO, WALDEMIR MOKA, CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, ROMERO JUCÁ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU, PAULO DAVIM** e **RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é realizada leitura sumária do relatório da visitação das usinas de Jirau e Santo Antônio, realizada nos dias 3 e 4 de abril do corrente ano por membros da comissão. Passa-se à **PAUTA,** destinada à deliberação de matérias. **Item 1) LEITURA DE AVISOS – NÃO TERMINATIVO.** É realizada a leitura, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009-CMA, das seguintes matérias: Avisos n° 38/2011, 47/2011 e 58/2011; Ofícios "S" nºs 10/2009, 13/2011 e 14/2011; e Avisos nºs 397-Seses-TCU-Plenário, 436-Seses-TCU-Plenário, 658-Seses-TCU-Plenário, 708-Seses-TCU-Plenário, 765-Seses-TCU-Plenário. **Item 2) REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 29/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin para a que se incluam os Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do IPEA, entre os convidados para debater a aviação regional do Brasil". Autoria: Senador Eduardo Braga. Usa da palavra o Senhor Senador Eduardo Braga. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro seja convidado para participar dos debates o senhor Verni Wehrmann, Diretor-Presidente da Agrícola Wehrmann Ltda, em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 4) REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro sejam convidados para participar dos debates o senhor Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e os senhores Ana Paula Moreira da Silva, Fábio Alves, Regina Helena Rosa Sambuichi e Gustavo Luedemann, Técnicos daquele Instituto, colaboradores para a pesquisa que gerou o Comunicado nº 96-Código Florestal: implicações do PL 1876/99 nas áreas de reserva legal divulgado por aquele IPEA, no último dia 08 de junho, do corrente ano, em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 2, de 2011-CMA, que solicitou a realização do "Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal", requeiro seja convidado para participar dos debates o Dr. Drauzio Varella". Autoria: Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 2, de 2011-CMA, que solicitou a realização do "Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro sejam

convidados representantes da Sociedade Brasileira de Ciências (ABC), em audiência pública conjunta entre a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Comunicados da Presidência.

Informo aos membros desta Comissão sobre a reunião conjunta das seguintes Comissões: CMA, CCT, CAE, CE e CCJ, a se realizar no dia 16 de junho de 2011, quinta-feira, às 9 horas.

Essa reunião tem por finalidade debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, *que regulamenta o mercado de TV por assinatura*.

Esclareço que a audiência será transmitida ao vivo e terá a participação de dez assembleias legislativas no Brasil.

Eu quero aproveitar aqui também para dar uma explicação. Nós tínhamos agendado, inicialmente para a semana passada, uma audiência pública com a presença da Ministra do Meio Ambiente, na quinta-feira. Como o Relator na Comissão de Agricultura, Senador Luiz Henrique, não poderia estar presente em função de compromissos assumidos em Londrina, nós decidimos adiar a audiência pública, porque entendemos que, até do ponto de vista simbólico, seria muito importante que, na primeira audiência pública após a chegada do projeto no Senado, tivéssemos a presença dos dois relatores da matéria.

Estamos conversando com a Ministra do Meio Ambiente, juntamente com os Presidentes da Comissão de Agricultura e da Comissão de Constituição e Justiça, para marcar uma nova data para a vinda da Ministra para uma audiência conjunta, a fim de darmos início aos debates sobre o Código Florestal.

Quero registrar também que já se encontra à disposição dos nobres Senadores e Senadoras o relatório da diligência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle às usinas elétricas de Jirau e Santo Antônio, em Porto Velho, nos realizada nos dias 3 e 4 de abril de 2011, que contou com a presença dos Srs. Senadores Jorge Viana, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg.

As sugestões decorrentes da diligência foram as seguintes:

– Recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que, junto com o licenciamento da obra, analise também a autorização para utilização da madeira das áreas afetadas, evitando assim desperdícios;

– Recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que, junto com o licenciamento da obra, analise também o licenciamento das linhas de transmissão. Foi relatado que se corre o risco de as obras de Jirau e Santo Antônio ficarem prontas antes da conclusão das obras das linhas de transmissão;

– Por sugestão do Senador Blairo Maggi, esta Comissão solicitou à Consultoria Legislativa do Senado que elabore minuta de projeto de lei propondo que, a partir de agora, nos grandes empreendimentos geradores de energia elétrica, parte do ICMS seja recolhido na origem, estado produtor, reduzindo os impactos econômicos negativos que ocorrem ao final da obra;

– Recomendar à Polícia Federal que esclareça se o movimento foi mera reivindicação trabalhista ou não, tendo em vista a ausência de forças de segurança do Estado no canteiro;

– Solicitar ao Poder Judiciário que tome providências no sentido de garantir a presença do Estado, da Justiça do Trabalho e do Juizado de Pequenas Causas, por exemplo, nas obras que venham a concentrar grande número de operários; e

– Recomendar às empresas responsáveis pelas obras a criação de ouvidorias nos canteiros.

Já foram encaminhados expedientes aos seguintes órgãos, com os respectivos conteúdos:

– Ao Tribunal Superior do Trabalho, para avaliar a possibilidade de aumentar o número de varas da Justiça do Trabalho no Estado de Rondônia, como meio para conferir maior eficiência na solução de questões trabalhistas associadas às obras das usinas, uma das principais reivindicações resultantes da primeira reunião em Porto Velho;

– Ao comando da Marinha, maior estabilidade institucional na região, transformando a delegacia fluvial de Porto Velho em capitania fluvial;

– À Secretaria da Receita Federal. A partir de reivindicações dos consórcios de empresas representados pelo Consórcio Construtor Santo Antônio e pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil, Construções e Comércio Camargo Corrêa, no sentido de conferir maior estabilidade ao cronograma de construção das usinas, a possibilidade de a Receita Federal do Brasil tornar mais célere o processamento alfandegário de equipamentos importados que sejam essenciais ao andamento das obras;

– Ao Ministério do Meio Ambiente. Em relação aos impactos ambientais das obras, diz respeito à efetiva execução das medidas compensatórias e mitigadoras previstas nos respectivos licenciamentos ambientais, assim como a destinação e realização orçamentária dos recursos previstos na Lei nº 9.985, de 2000, art. 36;

– Ao Ministério da Justiça. A atuação do poder público no sentido de garantir adequada segurança à região, e

– Ao Ministério do Trabalho. Relato das denúncias do Ministério Público e da Assembléia Legislativa relativos à inscrição de trabalhadores de outras regiões como se fossem residentes de Rondônia, provocando sérios prejuízos a esses trabalhadores e à própria região.

Vamos dar início à nossa Ordem do Dia.

Vamos ao

ITEM 1:
– Não Terminativo –

LEITURA DE AVISOS

Leitura dos Avisos n°s 38/2011, 47/2011 e 58/2011; e Ofícios "S" nºs 10/2009, 13/2011 e 14/2011, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009.

Comunico, para conhecimento, de acordo com o referido Ato, diversas decisões encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União a esta Comissão, todas relacionadas na pauta cheia, serão incluídas na ata desta reunião.

ITEM 2:
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CMA

A autoria é do Senador Eduardo Braga, que não ainda se encontra presente.

Passemos ao item 3.

ITEM 3:
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "*um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)*", requeiro seja convidado para participar dos debates o Sr. Verni Wehrmann, Diretor-Presidente da Agrícola Wehrmann Ltda.

Autoria: Senador **Rodrigo Rollemberg.**

Eu solicito que esse requerimento, se aprovado pelas SRA. s e Srs. Senadores, seja em conjunto com a Comissão de Agricultura e com a Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 4:
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "*um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)*", requeiro sejam convidados para participar dos debates o Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e os Srs. Ana Paula Moreira da Silva, Fábio Alves, Regina Helena Rosa Sambuichi e Gustavo Luedemann, Técnicos daquele Instituto, colaboradores para a pesquisa que gerou o *Comunicado nº 96 – Có-*

digo Florestal: implicações do PL 1876/99 nas áreas de reserva legal divulgado por aquele IPEA, no último dia 08 de junho, do corrente ano.

Também solicito aos nobres Senadores que, se entenderem que devamos aprovar esse requerimento, seja em conjunto com a Comissão de Agricultura e com a Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Com a presença do Senador Eduardo Braga, que enriquece a nossa reunião, coloco em pauta o requerimento de sua autoria, constante do Item 2.

ITEM 2:
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 29/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin para a que se incluam os Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do IPEA, entre os convidados para debater a aviação regional do Brasil.

Autoria: Senador **Eduardo Braga**

Em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, como esse requerimento compõe várias comissões numa audiência publica conjunta, ainda há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu tive oportunidade de destacar a importância não só econômica, mas social, da aviação regional, sob os aspectos não só dos aeródromos, mas também das tarifas que são cobradas nessas cidades do interior da Amazônia, no interior do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Centro-Oeste, enfim, no interior do País.

Portanto, quero dizer que tanto a intenção da Senadora Vanessa quanto a nossa é no sentido de que se coloque no topo da agenda do Senado da República, como fizemos quando do fórum de governadores, com a presença do Governador Ivo Cassol, do Governador Blairo Maggi, à época, a prioridade para a aviação regional.

Portanto, eu creio que é extremamente importante podermos debater esse assunto no Senado a fim de dar prioridade e indicativo de solução para esse problema que aflige milhões de brasileiros.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Antes de entrar nos projetos, há mais dois requerimentos em pauta extra, ambos de autoria do Senador Jorge Viana subscritos por mim, que desejo submeter ao Plenário.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, que solicitou a realização do "Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal", requeiro seja convidado para participar dos debates o Dr. Drauzio Varella.

Autoria: Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Também submeto, como inclusão extrapauta, requerimento de minha autoria.

Aqueles que concordam com a inclusão, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

ITEM EXTRAPAUTA
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "*um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)*", requeiro sejam convidados representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em audiência pública conjunta entre a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Autoria: Senadores **Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg**

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Os relatores dos dois próximos itens não se encontram, então vamos para o item... (*Pausa.*)

Como os próximos itens da pauta são todos de caráter terminativo e não temos quorum, consulto o Plenário se passamos à leitura dos relatórios, a fim de adiantarmos os nossos trabalhos, deixando a votação para uma data posterior.

Qual é o entendimento do Plenário? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Acontece que quando da votação, aqueles que porventura não estejam presentes vão obviamente suscitar o debate e a discussão.

Portanto, a leitura no dia de hoje, *data venia* da opinião dos nobres Senadores, parece-me ser um avanço com que pouco ganharíamos quando da votação efetiva dos referidos projetos. Contudo, fico com a vontade da maioria dos nossos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu também concordo com o Senador Eduardo, ainda porque também tenho que me retirar daqui a uns dez minutos, no máximo, pára um compromisso fora do Senado.

Já não há quórum e vai ficar menos um ainda aqui. Eu também concordo que adiemos inclusive a leitura, para fazermos a discussão conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu também pactuo das considerações tanto do Senador Eduardo Braga como do Senador Blairo Maggi. E quero dizer mais: vejo muitos requerimentos solicitando, Sr. Presidente, a participação, em audiência, de muitas pessoas de várias áreas. Nós devíamos começar a mudar estrategicamente, resumir o convite às pessoas para virem debater nesta comissão, já que, muitas vezes, vêm pessoas debater aqui e só tem o Presidente na Casa e um ou dois Senadores. Isso acaba dificultando.

Então, nós podemos mudar o sistema, diminuindo o convite a muitas pessoas, para que possamos ter mais presença e debater mais todos os assuntos de que vamos poder participar.

Da mesma maneira, não adianta ler o relatório, uma vez que, na outra reunião, os Senadores que não estão presentes vão querer debater o assunto. Portanto, vai ser desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero dizer ao Senador Ivo Cassol que, na verdade, é uma precaução. Estamos aprovando uma série de requerimentos, com convites a pessoas que podem vir ou não fazer a audiência pública, mas é para deixar à vontade os relatores.

Eu quero dizer que estamos marcando uma reunião conjunta, hoje, com os Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Meio Ambiente e com o da Comissão de Agricultura, e com os dois relatores, para buscar o entendimento de como fazer a tramitação.

Eu tenho a impressão de que, a partir da semana seguinte ao feriado, nós vamos iniciar uma rotina aqui de aprofundar o debate sobre o Código Florestal, conjuntamente, entre as comissões. É só para dar uma justificativa.

Mas, neste momento, quero convidar a todos os membros da Comissão para, se quiserem se fazer presentes, acompanhar a entrega do relatório da comissão de juristas nomeada pelo Presidente Sarney para apresentar sugestões de aperfeiçoamento ao Código de Defesa do Consumidor.

Portanto, estão todos convidados.

Nada mais havendo a tratar em função da decisão de V. Exªs, eu declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião ás 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE CONJUNTA COM A 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães – INTERLEGIS, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Inácio Arruda, Roberto Requião,

Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Ana Amélia e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Marta Suplicy, Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, João Pedro, Vicentinho Alves, Wilson Santiago, Sérgio Souza, Paulo Davim e Kátia Abreu. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete às Comissões a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo aos **Requerimentos n.º 15 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, **n.º 20 de 2011-CCJ**, de autoria do Senhor Senador Eunício Oliveira, **n.º 12 de 2011-CAE**, de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral, **n.º 14 de 2011-CE**, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião e **n.º 13 de 2011-CMA**, de autoria do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, que requerem "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA" e **Requerimentos n.º 24 de 2011-CCT,** de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga e **n.º 38 de 2011-CAE,** de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral que requerem " ..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências". Comparecem à reunião os Senhores Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; Marcos Alberto Sant´anna Bitelli, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; Francisco Mistrorigo, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Evandro Guimarães, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO; Daniel Pimentel Slaviero, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT; Marcio Novaes, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record; José Francisco de Araujo Lima Neto, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Braga**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT **–** Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de audiência pública conjunta com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui representada pelo seu Presidente, Senador Eunício Oliveira, e por Senadores que compõem a nossa Comissão de Constituição e Justiça; com a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui representada pelos seus Senadores e também pelo seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral; com a 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; com a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza hoje, dia 16 de junho de 2011, com objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências, em cumprimento aos Requerimentos nº 15 e 24 de 2011, da CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, bem como ao Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros, aos Requerimentos nº 12 e 38, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e outros Senadores, ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Roberto Requião e outros, e ao Requerimento nº 13, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, todos eles aprovados.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, informo que esta audiência pública se dará no formato de videoconferência, por meio do Sistema Interlegis, do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembleias Legislativas de todo o Brasil com os Senadores das comissões, para a elaboração de questionamentos aos convidados, e vídeo *streaming*, transmissão pela Internet, bastando, para isso, acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas dos Exmºs Srs. Deputados Estaduais e Distritais, por meio do *e-mail* plc1162010@senado.gov.br.

Aqui, cabe um esclarecimento: é óbvio que essas perguntas serão encaminhadas a todos os Srs. Senadores - Senador Rodrigo Rollemberg, por favor, para compor a mesa – e todas essas perguntas serão encaminhadas não só aos Srs. Senadores, mas também aos senhores palestrantes, para que, pelo meio próprio, a Internet, possam responder à participação de todos.

É uma experiência nova que estamos fazendo: a ampliação da audiência pública por um sistema novo, uma nova plataforma. Aliás, a intenção do debate desse projeto pelo Senado da República, pelas suas diversas comissões, é exatamente ampliar a formação do juízo de valor por parte dos Srs. Senadores sobre um projeto que visa não só regular a democratização dos investimentos e do mercado de TV a cabo, bem como a ampliação da rede de fibra ótica e de banda larga no Brasil.

Pelo que estava previsto, quero passar a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para o posicionamento de abertura desta audiência pública, para que, em seguida, possamos passar a palavra aos demais Presidentes e irmos à participação dos palestrantes.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, Senador, Presidente Eduardo Braga.

Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, aos nossos palestrantes de hoje, aos que vieram aqui participar desta audiência pública.

Quero ser extremamente breve. A nossa posição é muito clara em relação a esta audiência pública. Quando aprovamos o requerimento para que acontecesse esta audiência pública, a intenção era – e é, continua sendo – ouvir os senhores. O nosso objetivo aqui, como Presidentes e como relatores da matéria, é ouvir todos aqueles que têm interesse na aprovação ou na rejeição ou nos questionamentos do PLC nº 116. O objetivo aqui, como já disse, é fundamental para que possamos fazer um juízo de valor, para que possamos aprovar um projeto que não seja um projeto que tenha outro objetivo que não o de criar um ambiente competitivo em benefício do consumidor dos serviços audiovisuais, de criar um ambiente propício ao ambiente privado nas atividades das duas camadas e de criar também e ouvir aqui novos atores, especialmente programadores brasileiros voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias comprometidas com a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro.

Portanto, meu Presidente Eduardo Braga, o objetivo aqui, pelo menos no que se refere à Comissão de Constituição e Justiça e a essa relatoria, é falar praticamente nada e ouvir muito, para saber como vamos formar um juízo de valor em relação ao relatório final que será apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Agradecendo o nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que, além de Senador e ex-Deputado Federal, grande representante do Estado do Ceará, foi Ministro das Comunicações do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer uso da palavra pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e todos que nos honram com a sua presença, de forma especial, os nossos convidados que ocupam cargos estratégicos para esse debate e que têm uma contribuição enorme a dar.

Quero cumprimentar V. Exª, Presidente Eduardo Braga, por essa inovação de podermos fazer uma audiência pública de uma comissão aqui, no Interlegis, com a participação de diversas Assembleias Legislativas, amplificando o debate sobre um tema da maior importância – eu diria o de maior importância - no que se refere à regulamentação do setor de comunicações no Brasil, que tramita no Senado Federal.

Portanto, quero desejar um ótimo debate. Faremos as nossas considerações de mérito após ouvir os nossos palestrantes.

Mas quero cumprimentar V. Exª pela inovação que devemos reproduzir muitas vezes nas audiências públicas, amplificando os debates produzidos pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga; o Presidente da CCJ, Senador Eunício; o Presidente da CNA, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimento os demais Senadores, Senadoras, convidados, dizendo que estamos muito contentes porque hoje estamos diante de um evento inusitado no Senado Federal. São três Comissões reunidas numa audiência pública, mostrando a importância da discussão do PLC nº 116, e, ao mesmo tempo, também, sendo acompanhada pelas assembleias legislativas. Acho que o Interlegis tem esse mérito, e o Senado pouco usa o Interlegis, principalmente para fazer essa comunicação direta com os Estados. E estou vendo no telão que a assembleia do meu Estado é uma das primeiras que está aí nos acompanhando, o Mato Grosso do Sul. Quero aproveitar para cumprimentar os Deputados e, especialmente o Presidente Jerson Domingos. Está na tela o Mato Grosso do Sul, sinal de que a turma está atenta, especialmente nesse assunto que é fundamental para o Brasil.

Ao mesmo tempo... Agora eles estão reclamando. O Eunício perdeu a oportunidade também. O Amazonas, idem, com o Eduardo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir um aparte só para mandar um abraço aos meus conterrâneos do Ceará. que estão nos vendo ali.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aproveito para cumprimentar também São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Piauí, Ceará e, especialmente, o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Não vou me estender porque hoje temos aqui uma série de palestrantes – o importante é ouvi-los; mais do que nunca, esse é o nosso objetivo –, mas quero dizer que essa bola já vem quicando na área do

Congresso há algum tempo. Estamos discutindo esse PLC, da Câmara, mas existe, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, estão aqui a Adriana e o Gonzaga e equipe, e isso já foi motivo de uma discussão intensa na Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive com a elaboração de projetos pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves, que hoje está no Ministério da Previdência. Portanto, é um tema palpitante, é um tema que, mais do que nunca, nos preocupa para qualificar o debate e buscar aquelas soluções que são boas para o Brasil, dando tranquilidade também para um setor fundamental, que é setor de televisão, de telefonia, de TV a cabo.

Portanto, quero agradecer muito por esta audiência. Vou ter de me retirar por alguns minutos, porque está tudo acontecendo, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Agricultura, audiência em Ministérios, e eu convido o Senador Walter Pinheiro a ocupar o meu lugar, um homem experiente, uma pessoa que conhece profundamente o tema que está sendo discutido.

Convido, se V. Exª permite, Senador Eduardo Braga, meu Presidente, a presença aqui, substituindo-me de uma maneira muito mais competente e qualificada, do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço pela participação do nosso Senador Delcídio do Amaral, convidando, portanto, o Senador Roberto Requião para fazer uso da palavra.

Gostaria apenas de confirmar com as assembleias legislativas que nos assistem neste momento se estão interagindo conosco. Se estiverem, o sobrinho do nosso Senador Eunício Oliveira, o Deputado Estadual Daniel Oliveira, que está nos assistindo lá do Ceará, eu gostaria que ele pudesse, portanto, confirmar se está nos ouvindo aí no Ceará.

ASRA. MIRIAN SOBREIRA – Bom dia a todos. Nós estamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, que é presidida pela Deputada Mirian Sobreira, que vos fala, e dizer que estamos interagindo, estamos aqui com a equipe de comunicação para ouvir todas as palestras e participar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Como pretendíamos, está absolutamente confirmado que há a interatividade com todas as assembleias. Feita essa colocação, passo a palavra ao nosso Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, para fazer uso da palavra na abertura dos trabalhos, e convido o Senador Walter Pinheiro para representar aqui a Comissão de Assuntos Econômicos, por solicitação de seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, este deve ser o debate derradeiro, porque, nos últimos dez anos, a Comissão de Educação realizou doze audiências sobre o mesmo tema, projeto da Deputada Jandira, do Senador Flexa Ribeiro, e há coisa de alguns dias fizemos também, no mesmo sentido, um debate com a presença das mesmas instituições. Mas as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura não haviam feito ainda o debate. Então, acedemos em participar, mais uma vez, dele.

A Comissão de Educação aqui fica representada também pelo Senador Walter Pinheiro, que foi o autor inicial da lei de regulamentação na Câmara Federal ainda e hoje é Senador da República. Um debate um pouco mais amplo, um público significativo, com as mesmas personalidades e as mesmas instituições. Mas vamos, então, a um debate que deve pôr um fim para que essa matéria vá ao plenário e possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema que já há dez anos ocupa espaços na Câmara Federal e no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Vamos, então, à participação dos senhores palestrantes.

Convido o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), para fazer uso da palavra por dez minutos, a partir da nossa tribuna.

Portanto, com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Gostaria de agradecer o convite feito pelos Senadores para participar desta audiência pública. Gostaria de cumprimentar os Senadores Roberto Requião, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Eunício Oliveira e Rodrigo Rollemberg e, em nome deles, cumprimentar os demais Senadores e demais presentes nesta audiência pública.

Gostaria, ainda, de parabenizar o Senado pela iniciativa de realizar uma audiência pública conjunta das cinco comissões e, ao mesmo tempo, fazer a interação com as assembleias legislativas dos Estados, permitindo, portanto, mais um episódio de ampla discussão sobre o novo marco regulatório da televisão por assinatura.

Como mencionava o Senador Roberto Requião, o tema vem em debate no Congresso Nacional e na sociedade brasileira já há dez anos, e a razão principal deste debate é o fato de que estamos diante de um serviço, que é o serviço de televisão por assinatura, com baixíssima penetração no território brasileiro. A penetração do serviço de televisão por assinatura no Brasil é um dos menores do mundo e, na América do Sul, só é superior à penetração do serviço de televisão por assinatura na Bolívia. Esses números têm

crescido. Hoje, a penetração do serviço no Brasil, em termos de domicílios com televisão, já chega a cerca de 20%. Esse crescimento se dá, de 2007 para cá, devido a um conjunto de transformações ocorridas no mercado, que permitiram a oferta do triple play e onde começou a haver mais competição pela entrega do serviço. Mas, ainda assim, a gente vive uma realidade, que é de escassez da presença do serviço, de baixa penetração nos domicílios com televisão, de altos preços praticados no Brasil, os preços são mais altos do que na maior parte dos países similares à realidade brasileira e com baixíssima penetração do conteúdo brasileiro e das empresas programadoras brasileiras no serviço de televisão por assinatura.

Portanto, essas são as razões centrais, ao lado das transformações provocadas pela convergência digital, que faz com que, neste momento, nós estejamos reunidos aqui para debater um novo marco regulatório para o serviço de televisão por assinatura que seja capaz de oferecer algumas respostas a essas questões e a esse quadro que já mencionei.

Temos, no Senado Federal, dois projetos em tramitação, o PLS 280, desde 2007, e o PLS 182, desde 2009, que é esse a que o Senador Delcídio Amaral se referia, que foi fruto do debate sobre marcos regulatórios na CAE. Como já foi mencionado aqui, foi realizado um conjunto de audiências públicas sobre o tema do marco regulatório e, em particular, sobre cinco que versavam sobre o marco regulatório da televisão por assinatura, três em 2007 e duas em 2010, especificamente as de 2010 já sobre o PLC 116.

Ao longo desses cinco anos, o cenário que o Congresso Nacional visualizou lá atrás se confirmou. O mercado construiu seu caminho à margem do marco regulatório, pelas brechas que encontrou no marco legal vigente, e ampliou distorções dentro da exploração do serviço.

Na Câmara dos Deputados, quando essa matéria começou a tramitar, foram apresentados quatro projetos sobre a atualização do marco regulatório da televisão por assinatura, que tramitaram apensados: o PL 29, do Deputado Paulo Bornhausen, que basicamente abria o mercado de televisão por assinatura para exploração das telefônicas e permitia a entrada do capital estrangeiro livremente – essa era a essência do projeto; o projeto do Deputado Nelson Marchezelli, anteriormente apresentado pelo Deputado Luiz Piauhylino , em 2004, estabelecendo parâmetros de proteção às empresas de comunicação brasileiras; o PL 332, de 2007, dos Deputados Paulo Teixeira, Walter Pinheiro e coautores, que fazia a abertura da cadeia de valor do serviço de televisão por assinatura e estabelecia parâmetros para sua regulação; e o PL 1.908, de 2007, do Deputado João Maia, que fixava procedimentos e critérios para promoção do conteúdo brasileiro da produção independente e da produção regional.

O PLC 116, que hoje está nesta Casa, é fruto da tramitação desses quatro projetos apensados e de uma tentativa de equilibrar as várias questões que os quatro projetos postulavam, procurando, portanto, um equilíbrio entre o conjunto dos agentes econômicos que atuam no setor e o interesse público: o interesse de ampliação dos serviços, o interesse de serviços entregues em melhores condições de competição, com preços mais baixos, com maior qualidade, com maior proteção das empresas brasileiras e maior presença do conteúdo brasileiro.

O primeiro grande nó que se apresentou foi como permitir a abertura das redes e a entrada de novos competidores, portanto, ampliando a oferta do serviço, ao mesmo tempo garantindo, nessa entrega do serviço, que nós não tivéssemos uma desnacionalização do conteúdo brasileiro e uma desnacionalização das empresas brasileiras de comunicação que atuam nesse segmento. Esse foi o grande nó que se apresentou. Ao lado dele, se apresentou o nó de como equilibrar a relação entre as empresas de telefonia, as empresas de telecomunicações e as empresas de comunicação. As empresas de comunicação foram sempre tratadas, historicamente, pelo País como um ativo estratégico, um ativo de extrema importância e que precisa ser preservado como capacidade do País ter capacidade de se projetar no mundo e ter espaço de soberania e de defesa dos seus interesses nacionais. Portanto, essa busca de um equilíbrio que administrasse essas tensões percorreu a tramitação do PLC 116 ao longo da sua trajetória.

Algumas questões foram sendo equacionadas. Em primeiro lugar se fixou, ainda no substitutivo da Comissão de Defesa Econômica da Câmara dos Deputados, o entendimento de que o serviço de televisão por assinatura deveria estar organizado, consagrado no marco regulatório em duas camadas: a camada de telecomunicações e a camada de audiovisuais, com regramentos distintos para cada uma dessas camadas, condicionantes distintos com atuação dos órgãos reguladores, a Ancine e a Anatel, sobre cada uma dessas duas camadas. Num segundo momento, se consolidou a idéia de que é preciso se estabelecerem restrições à atuação das telefônicas na radiodifusão, na produção e na produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Procurou-se fixar elementos de proteção à manutenção das empresas brasileiras de comunicação no curso deste debate. Essa posição vai se prolongar até o final, sobrevive no PLC 116. E eu gostaria de compartilhar com vocês a convicção do Governo

Federal de que esta questão é central no PLC 116, a defesa do conteúdo brasileiro, a defesa das empresas brasileiras de comunicação, a preservação do território da produção e da programação do conteúdo brasileiro como de restrita atuação das empresas brasileiras.

As camadas, portanto, do PLC, desde a Comissão de Defesa Econômica foram organizadas deste modo: as atividades focadas no conteúdo audiovisual, as atividades de produção e programação e empacotamento; basicamente, a lógica da organização e da agregação do conteúdo audiovisual nos seus diferentes níveis, obra audiovisual, canal de programação, pacote de canais e as atividades focadas em telecomunicações, as camadas de telecom, concentrando atividades de provimento e distribuição, condensadas em distribuição, traduzindo a comercialização de televisão paga e de outros serviços através de uma ou várias redes.

Ainda no substitutivo da comissão de defesa econômica, fixou-se restrição às telefônicas na contratação de talentos e eventos brasileiros como forma auxiliar da proteção de que o território da produção e programação de conteúdo brasileiro deve ser restrito, deve ser de única competência das empresas brasileiras de comunicação. Isso permanece no PLC 116 e permanece como território de convicção do Governo Federal de que essa é a melhor maneira de organizar o marco regulatório. Fixou-se a idéia de restringir a atuação de empresas de radiodifusão, como operadoras de telecomunicações; fixaram-se cotas definindo o mínimo de 50% de conteúdo nacional – isso no substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados remetendo ao Poder Executivo o disciplinamento da matéria por decreto em ação posterior.

Ainda na Câmara dos Deputados, na Comissão de Comunicação e Tecnologia, os principais pontos que foram sendo incorporados ao PLC 116, tal como ele está são: as cotas incidentes sobre atividades de programação, cerca de três horas semanais em determinados canais, os canais de espaço qualificado; construiu-se um fundo de fomento para conteúdos audiovisuais brasileiros, um fundo portanto com a possibilidade de potencializar a atuação das empresas brasileiras de comunicação e dos produtores independentes na entrega de conteúdo brasileiros; evoluiu-se para fixar as cotas na atividade de empacotamento, portanto, fixando a necessidade de que hajam canais programados por empresas brasileiras com maioria de conteúdo brasileiro no interior dos canais programados pelas operadoras de pacotes; fixou-se a obrigatoriedade de mais um canal de jornalismo e se fixou a progressividade no cumprimento das cotas.

No novo lote que se estabeleceu a partir de 2008 na Comissão de Comunicação, passou a haver conflito em torno das cotas nos canais, empresas de radiodifusão, produtoras de conteúdo *versus* produtoras independentes, cuja solução foi estabelecer um equilíbrio permitindo que a cota fosse composta metade por conteúdo brasileiro, três horas e meia, metade obrigatoriamente sendo de produção independente, e o conflito em torno das cotas de programação das cotas dentro dos pacotes. Portanto, assegurando a discussão entre programadoras brasileiras estabelecidas e programadoras brasileiras que desejam entrar no *line up* das operadoras e que precisavam ter espaço assegurado para sua entrada. Esse foi outro conflito que se estabeleceu a partir desse momento.

Ainda nesse processo, o projeto vai à Comissão de Defesa do Consumidor, depois retorna à Comissão de Comunicação.

Durante essa tramitação, algumas questões que nós, da Agência Nacional do Cinema, como reguladores da camada de conteúdo audiovisual, considerávamos essenciais, acabaram se perdendo do processo de discussão. O primeiro elemento é a possibilidade de determinar poder de mercado significativo no âmbito da camada do audiovisual, que, como disse, é uma questão importante para organizar a competição. Outro: a oferta não discriminatória e em bases individuais de conteúdos audiovisuais e canais relevantes – questão importante para assegurar maior competição na camada audiovisual; impedimento de acordos de exclusividade também importante para assegurar maior competição na camada de audiovisual e viabilizar a entrada de novos programadores brasileiros na operação da televisão por assinatura. Essas questões acabaram se perdendo na tramitação do PLC 116.

O texto atual do projeto, texto que é o substitutivo aprovado na Comissão de Comunicação em dezembro de 2009, é fruto de acordo longamente costurado pelo Deputado Paulo Lustosa e uma comissão de Deputados pluripartidária. Esse substitutivo foi aprovado com apoio de todos os partidos na Comissão de Comunicação. E o texto foi terminativo nas comissões.

O texto herdou, da Comissão de Assuntos Econômicos, a regulação por camadas de atividades e a restrição a telefônicas na camada do conteúdo; herdou dos relatórios da Comissão de Comunicação as cotas nos canais, as cotas de canais brasileiros nos pacotes, o fundo de fomento, o canal de jornalismo adicional no pacote e a progressividade na aplicação das cotas e deixou de fora a Internet, operou a simplificação na operação das cotas, estabeleceu que 30% do fundo de fomento deve ser aplicado na produção de conteúdo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estabeleceu um máximo de publicidade idêntico ao praticado nos canais abertos, estabeleceu proteção da publicidade

feita no Brasil, algo estratégico também na defesa do mercado audiovisual brasileiro para empresas brasileiras, estabeleceu regras de transição mais bem equacionadas e fez divisão mais clara das atribuições dos dois órgãos reguladores na regulação do serviço, a relação entre a Ancine a Anatel na regulação dos serviços de transmissão de televisão por assinatura.

Entendemos que é decisivo o PLC 116; ele é a melhor resposta construída até o momento à realidade de convergência digital e a realidade das transformações ocorridas nesse mercado. Até o momento, ele é a melhor resposta oferecida à necessidade de ampliar a competição na camada de telecomunicações e na camada de audiovisual; ele é até o momento a melhor resposta oferecida para ampliar oferta do serviço e criar condições para redução do preço, melhoria da qualidade e maior penetração do serviço de televisão por assinatura nos domicílios com televisão no Brasil. O PLC 116 é perfeito? O PLC 116 atende aos objetivos de todos aqueles que atuaram em torno dele? O PLC 116 responde a todas as questões postas? Não, não responde. Entretanto, ele é fruto do acordo construído no processo tortuoso da democracia, no processo do debate intenso realizado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na sociedade brasileira em busca da pactuação de um caminho.

Eu diria que estão todos insatisfeitos e todos satisfeitos em algum grau. Há equilíbrio entre o grau de satisfação e o grau de insatisfação, mas há uma convicção: sem a transformação do marco regulatório, não temos a segurança jurídica necessária para a reorganização desse mercado e para romper as barreiras de entrada que estão fixadas tanto para mais competidores na entrega do serviço quanto com mais competidores na entrega da programação audiovisual, principalmente no quadro que temos hoje de prestação de serviço, o conteúdo brasileiro e as empresas de comunicação brasileiras são as mais atingidas porque são as que têm menos condição para sua presença na grade da televisão por assinatura ocupada majoritariamente, centralmente pela produção estrangeira. Em termos de filmes e obras seriadas é de 1% o percentual de produção brasileira presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Manoel, apenas para avisá-lo que V. Exª já está há quinze minutos na tribuna.

O SR. MANOEL RANGEL – Vou concluir, Eduardo. Já concluo, Senador.

Portanto, meus amigos, o que eu gostaria apenas de fixar é que nesse processo do PLC nº 116 nós temos a promoção do aumento do acesso à diversidade cultural mundial e brasileira, nós temos a possibilidade de ampliar a condição de oferta de empregos qualificados e o fortalecimento do Brasil enquanto produtor audiovisual de relevância mundial.

E gostaria de concluir dizendo que a experiência de assegurar o mercado brasileiro para as empresas brasileiras e para a produção brasileira é algo que já é praticado ao redor do mundo, no conjunto dos países europeus, no Canadá, na Austrália, na Coréia. Portanto, fixando uma experiência que é a experiência que pode surtir melhores efeitos na promoção do conteúdo nacional, na defesa das empresas brasileiras e, portanto, na capacidade de o Brasil produzir a sua própria imagem.

Muito obrigado. Desculpe-me, Senador Eduardo Braga, por ter ultrapassado meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Dr. Manoel Rangel, pela sua participação, informando aos Srs. Senadores que todas as apresentações estão disponibilizadas aos Srs. Senadores nas pastas que estão sendo entregues aos Senadores.

Chamo, para sua participação, o Dr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, lembrando ao Dr. João Carlos Saad que teremos, portanto, uma participação por dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra o Dr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu queria água, antes de começar o tempo.

Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, Senador e nosso ex-Ministro Eunício Oliveira. Obrigado pelo convite.

Em nome da Abra, eu queria fazer algumas considerações sobre o projeto.

Eu pediria que fosse passando nossa apresentação. Nossa apresentação está sendo distribuída, de tal forma que eu não vou ficar preso à apresentação. Eu queria começar pela democracia, porque eu acho que ela está baseada na pluralidade. Na medida em que não ocorra a pluralidade, a democracia não ocorre. Na medida em que exista só uma pessoa podendo falar ou só um canal podendo existir, não tem como ter essa pluralidade. Esse decreto não permite isso. A gente escutando aqui o Presidente da Ancine, a gente pensa que permite, mas não permite. Existe uma diferença entre o básico e os canais à *la carte* lá em cima, quando você tem que pagar mais cem reais, mais cento e poucos reais para você ter acesso a outro canal.

Para você ter o canal de jornalismo, no básico, com acesso hoje a praticamente onze milhões de pessoas, e o seu à *la carte* pode estar com cem mil, duzentos mil, um milhão. Não são bases de competição iguais.

Então, essa afirmação, na minha opinião, não é correta.

Nós mantivemos no projeto o porteiro. A empresa privada tem direito de não deixar os canais entrarem. E isso ocorre hoje no mercado e, do jeito que está o PL, continuará ocorrendo e será ainda amplificado, porque as teles também terão o direito de fazer isso. Elas terão o direito de dizer quem entra e quem não entra. Então, nós não resolvemos o problema da TV por assinatura que existe desde o seu nascimento. Isso não foi resolvido.

O terceiro problema, eu separei mais ou menos uns dez itens.

Nós temos nesse projeto uma coisa muito divertida. Ele tem teto para canal brasileiro. Ele não tem negociação com canal brasileiro. Ele tem teto. Não tenho nada contra os canais estrangeiros, mas ele teto para o brasileiro. A gente encontra isso no art. 17.

Não existem salvaguardas para concentração. Então, um mesmo grupo pode produzir tudo que quiser. Nós fizemos propostas de que limitem aos grupos de produção tetos para isso: que seja vinte por cento, vinte e poucos por cento, para que não fique na mão de uma empresa só.

Ele tem um negócio que é absolutamente insano e inconstitucional: ele proíbe os radiodifusores de fazer telecomunicações. Eu não posso fazer. Só se eu for estrangeiro. Se eu for estrangeiro, eu posso fazer telecomunicações, posso fazer banda larga, fazer telefonia e fazer TV a cabo. Se eu não for, eu não posso. Procurem lá no art. 37, está lá essa beleza.

Aliás, esse projeto – eu, de vez em quando, falo com o Senador Walter Pinheiro –, ele começou como um bebê bonito. A Bandeirantes apoiou esse projeto, fez vários debates, canais livres, dois deles, e ele acabou virando o Bebê de Rosemary. Nesse projeto, não existe nenhuma preocupação com banda larga. Do jeito que ele está, estaremos perpetuando um monopólio só nas mãos das teles fixas. Nós não teremos outro tipo de correção.

Dentro desse projeto, nos arts. 32, 1, 21, 12, 13, não existe o *must carry* para a televisão aberta. Ele só existe para a televisão analógica. Há lá uma brincadeirinha: está escrito "analógica", mas não está no digital. Nós sabemos que a televisão brasileira, num determinado momento, vai desaparecer como analógica, mas não será mais carregada. Ela terá que pagar às teles para que isso seja feito.

São as pegadinhas que têm aí.

Ele tem lá uma sessão gratuita da programação das televisões. Ele condena as televisões brasileiras a dar suas programações. Não poderão comercializar. Elas não poderão cobrar. Elas serão obrigadas a darem gratuitamente.

Nós já damos. As televisões abertas dão ao povo brasileiro, gratuitamente. Mas fica estranho você dar de graça, e o cara que recebe de graça vai lá e vende para o assinante.

Nós temos cotas horizontais de produção de tal forma que elas invadem todos os canais. Imagina você fazer uma obra, construir uma marca e, de repente, você é obrigado a exibir uma obra que você pode não querer aquela obra.

Então, acho que isso não é uma coisa boa, não é uma coisa democrática. Nós deveríamos, ao contrário estimular a produção independente, estimular com uma série de incentivos à nossa produção nacional e estimular canais independentes e que as programadoras, mesmo as internacionais, sejam também empurradas a fazer isso. Mas sejam estimuladas, não obrigadas. Porque, senão, é uma coisa não consentida – não é verdade?

Nesse projeto, não existe limitação de publicidade. A televisão paga passa a ser tratada, está tratada como televisão aberta. Então, hoje a gente está entupido de comercial na TV paga; hoje a gente está entupido de canais que vendem relógios – eu não sei que tantos mil relógios que eles vendem lá. E você é obrigado a ver por aquilo que você pagou, mas não recebeu. Ele não trata de nada disso.

Na Ancine, a gente coloca a Ancine, gerando um monte de obrigações de produção. Quando você começa a estudar aquilo, você percebe que, na prática, vai ser difícil de as empresas conseguirem cumprir. O que vai acontecer? Você vai gerar um passivo. Esse passivo dá direito à Ancine de suspender, cassar, sei lá o quê. Nós teremos o quê? Nós teremos de uma forma indireta sutil e inteligente – e, por isso, parabenizo o nosso Manoel – um controle. Porque, a hora que a empresa estiver devendo, com um passivo louco ali, ele tem que ir lá bater à porta da Ancine e ver como é que faz para acertar esse passivo que ele não vai conseguir cumprir.

Então, a gente volta, outra vez, àquelas tentativas todas que nós já tivemos – não é isso?

Este projeto despreza tudo que foi discutido na Confecom. A Abra participou da Confecom. Participou, atuou, discutiu, votou, votou com todas as camadas da sociedade. Basicamente, o que foi discutido ali, Srs. Senadores, não está sendo levado em conta.

Esse projeto não presta atenção em nada do que foi feito ali.

Para termos noção da confusão, ele abre para a publicidade o próprio canal de vocês, o canal do Senado, o canal da Câmara, o canal do Judiciário. Já

pensou que divertido o juiz vendendo publicidade? Já pensaram na confusão que nós vamos gerar no mercado publicitário com isso?

Nós temos, hoje, um quadro que preocupa. Nós vemos que a nossa agência reguladora, a Anatel, não está preocupada com os brasileiros. Sente-se que, enquanto o Senado brasileiro está discutindo esse projeto, a Anatel está forçando a sua aprovação, sem ligar para esta soberana Casa, que pode decidir o seu destino, como a dizer: "Se vocês não fizerem, nós faremos". A Anatel, que deveria estar preocupada com a assinatura, com o pagamento da assinatura da telefonia fixa, que é um pagamento que nós fazemos, mas é um serviço que nós não recebemos, não está. Deveria estar preocupada com os bens reversíveis, que são mais de 6.600 imóveis nossos, da população brasileira, na época avaliados em R$80 bilhões. Trazendo isso para valor presente, esse montante pode, no mínimo, dobrar. Não existe nada. Ela disse que não sabe.

Então, nós entregamos as nossas empresas, vendemos as nossas empresas, mas entregamos junto o patrimônio que está sendo vendido. Esse patrimônio é da União. Eu espero que os Srs. Senadores prestem atenção nisso, procurem requerer, saber do que estou falando e busquem mais informações. A gente pode ajudar.

O nosso Ministro das Comunicações se autodeclarou Ministro das Teles. Nós nos preocupamos quando vemos o cenário da radiodifusão totalmente largado. As televisões têm um sistema digital que não pode ser usado na sua plenitude. As rádios brasileiras não têm sistema digital. As AMs brasileiras estão morrendo por falta de definição.

Srs Senadores, eu participei ativamente da batalha da TV digital. À época, contamos com a participação muito importante da Ministra Dilma, hoje Presidente Dilma.

Eu senti, claramente, no meio daquela batalha, que o problema não era de tecnologia entre os vários sistemas que estavam sendo discutidos: o europeu, o americano e o japonês. Era um modelo de negócio; era o dinheiro. Nós estávamos brigando para manter um molde que fosse grátis, e a briga que havia ali era para que fosse cobrado, como é feito na Europa, como é feito em outros lugares. Foi uma guerra feia, não foi uma guerra fácil. E a Ministra Dilma soube ouvir todos naquela época e achar o caminho da travessia, e o Brasil acabou escolhendo um sistema que foi, na época, o mais robusto e o mais competente que tínhamos naquele momento.

Nessas discussões não tem havido consenso. O que foi colocado aqui é que há consenso e que isso é o melhor possível. Isso não é verdade! O que estamos votando aqui machucará profundamente os brasileiros. Nós não temos diversidade, nós não temos pluralidade. Os problemas principais não são enfrentados. Eu não tenho nada contra que as Teles entrem nesse mercado; ao contrário. Apoio a entrada delas, mas apoio de uma forma ordenada. Há, hoje, 5% dos Municípios com licença de TV a cabo. A Anatel ficou dez anos fechada, sem abrir isso, e nós pedindo que aquilo fosse aberto. Isso não aconteceu!

Então, o que nós temos? Um mercado que, na prática, já está funcionando. Todas as Teles são *triple play*, de uma forma direta ou indireta. Todas elas têm TV a cabo, todas elas têm DTH, todas elas têm banda larga, todas elas têm telefonia fixa e móvel. Então, não está havendo distorção nisso.

Não é preciso preocupar-se tanto com elas. É preciso preocupar-se com o povo brasileiro, com a banda larga barata e acessível a todos para que tenha pluralidade, e não condenar os brasileiros a fazerem determinadas tarefas. "Eu sou hoje operador de cabo, eu sou hoje operador de telecomunicação e, passando esse projeto, eu tenho que fechar a empresa".

Então, há coisas complicadas aí. Eu confio no nosso Senado. Eu confio no fato de que esta Casa saberá analisar e discutir a matéria. Há muito conhecimento aqui. Está aqui o nosso Eunício Oliveira, que foi Ministro das Comunicações e estudou o assunto, mergulhou nisso profundamente. Ele é um homem que conhece o tema e sabe o que está falando. O Senador Eduardo Braga é um homem limpo. Então, há gente que vai olhar, analisar e rediscutir isso.

Eu não tenho, como disse desde o começo aqui, nada contra a entrada das Teles, nada contra que as Teles também distribuam sinal de televisão e façam tudo isso, mas não é porque elas vão fazer que nós vamos excluir o resto. Não é porque elas vão fazer que nós vamos montar um monopólio que ficará para sempre. Ao contrário. Nós temos que gerar conteúdo brasileiro, nós temos que gerar banda larga, nós temos que conectar a população brasileira – não só os ricos. Nós temos que conectar todas as casas e, para isso, nós precisamos de competição. Não é o que nós temos aqui.

Então, muito obrigado. Obrigado pelo tempo de vocês. A nossa análise dos pontos mais importantes do projeto – o que consideramos um problema e o consideramos uma proposta – está clara, está por escrita e será distribuída a todos os senhores, hoje, ao longo do dia.

Muito obrigado a todos. Obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao Dr. João

Carlos Saad, informando apenas que essa proposta já foi efetivamente distribuída aos Srs. Senadores.

Eu convido, para fazer uso da palavra, a Drª Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica do *Home Box Office*, HBO.

ASRA. LUCIANA FERRI SOBROSA DE MELLO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar os Exmos Senadores Presidentes de todas as Comissões aqui presentes e também todos os palestrantes. Saúdo todos os presentes e todas as Assembleias Legislativas pelo Brasil afora.

A HBO, primeiramente, sente-se muito honrada por ter sido convidada a estar aqui presente neste evento que é único e que reflete a democracia, o que achamos ser muito importante.

Nós estamos aqui para falar especificamente do Capítulo V do PLC nº 116 e mais especificamente ainda sobre os artigos que tratam da obrigatoriedade de inclusão de cotas de conteúdo nacional nos canais de televisão por assinatura.

A HBO continua acreditando que as cotas são desnecessárias. Na verdade, o mercado brasileiro tem crescido de uma maneira até forte, grande, e, fazendo pesquisas para poder falar aqui, eu mesma fiquei impressionada com o número de artigos que encontrei falando sobre o mercado brasileiro de conteúdo.

Eu não trouxe todos por conta do tempo, mas gostei do título de um deles. É um artigo do *Latin Business Chronicle*, cujo título é "Brasil, a Bollywood Latina". Interessante! E ontem mesmo saiu na *Folha de S.Paulo* uma reportagem dizendo: "Brasil lidera alta em consumo de entretenimento e de mídia".

Então, parafraseando o João Saad, acho que nós deveríamos ser estimulados e não obrigados. Porém,a gente entende também que a sociedade brasileira está entendendo, democraticamente, por esse caminho, pelo caminho das cotas. Então a gente gostaria de mudar um pouco esse ponto de vista e gostaria de contribuir para que esse processo possa se dar de uma maneira melhor e não exatamente como está no PLC, a gente gostaria de poder respeitar mais os direitos dos nossos assinantes. E por isso eu vou explicar um pouquinho como é a HBO.

A HBO é assim, para poder adquirir os canais da HBO, os assinantes têm que pagar um valor a mais também, ela não está naquele pacote básico que já vem carregado logo de início. E o que a gente faz para o assinante poder pagar a mais e poder adquirir a HBO? A HBO tem um conteúdo que é formado 70% por filmes campões de bilheteria, esse é o nosso foco, e o outro um terço que está faltando é formado por produções originais da HBO. Essa é a chave do nosso negócio, isso é o que a gente sabe fazer. Os conteúdos da HBO são exclusivos, produzidos pela própria HBO, com investimentos nunca vistos antes.

Mais um pouco sobre a HBO. A HBO é um canal *premium*, presente em mais de 150 países, e leva esse conteúdo, ao qual acabamos de nos referir, aos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Atualmente a HBO conta com mais de um milhão de assinantes, só aqui no Brasil, assinantes que escolhem a HBO por esse conteúdo, por esse conteúdo variado e específico.

O assinante sabe que vai pagar mais, mas ele vai levar alguma coisa especial, ele vai levar um conteúdo exclusivo, um conteúdo sem cortes e sem intervalos comerciais. E a programadora, por sua vez, tem que se preocupar com esse conteúdo, ela precisa oferecer esse conteúdo, ir ao mercado buscá-lo e produzi-lo. E por que queremos produzir cada vez mais no Brasil? Nós queremos produzir mais no Brasil porque nós podemos oferecer esse conteúdo especial, esse conteúdo que o nosso assinante quer. Esse é o nosso interesse.

Nos últimos anos, utilizando os incentivos da Condecine e do art. 3a, produzimos mais de 60 horas de produções brasileiras, feitas para a televisão por assinatura, as quais foram exibidas não só no Brasil, mas também em toda a América Latina, Estados Unidos e outros países do mundo. Temos interesse em desenvolver a produção de conteúdo para televisão no Brasil. Com certeza. Hoje investimos, em média R$1 milhão em cada episódio das séries que produzimos. Isso é acreditar que o produto brasileiro tem importância comercial.

Quais são os benefícios? A HBO contribui com o mercado local trazendo mais recursos, trocando experiência com os produtores locais, abrindo portas no mercado internacional e utilizando recursos incentivados oferecidos pela Ancine. Para a HBO é interessante pois nos aproximamos dos talentos brasileiros, estamos produzindo também fora do eixo Rio/São Paulo, oferecemos um produto que o nosso assinante reconhece como especial e nos beneficiamos das leis de incentivo. Consideramos que essa é uma troca que hoje em dia é perfeita.

E agora um pouquinho do que a HBO já fez aqui. Essa é nossa primeira produção realizada aqui no Brasil, Mandrake, eu espero que vocês tenham visto, ela foi coproduzida com a Conspiração Filmes, já foi exibida no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos, foi indicada ao M Internacional, como melhor série dramática 2006/2008.

Filhos do Carnaval, foi a nossa segunda série produzida aqui no Brasil, foi coproduzida com a O2 Filmes, do Fernando Meirelles, e foi indicada como melhor mini série no M Internacional de 2006; Alice, foi a próxima, foi produzida com a Gulane Filmes, não

está aí, mas ela foi indicada no Festival de Monte Carlo, atriz e mais dois atores.

Essa é a nossa produção que está em cartaz hoje, é a nossa aventura pela comédia, na minha opinião é a minha favorita, adoro e foi filmada em Porto Alegre, com a Casa de Cinema de Porto Alegre.

Agora a HBO está preparando mais duas produções que vão ao ar em breve, o FDF, este é o Juarez, é o FDP, o nome dele é Juarez, desculpem-me, e Pré Amar, está errado, está sendo coproduzida com a Pindorama filmes. (Risadas)

Ele é um juiz de futebol. *(Risadas)*

E agora, então, sem polêmicas pelo FDP, agora, vocês sabem onde encontrar um FDP, na HBO.

Enfim, a nossa proposta é que a legislação da maneira como está pode interferir de forma negativa nessas parcerias que vêm dando resultados, que são sucesso hoje. Portanto, para o programador, qualquer programador que seja, que invista forte na produção brasileira de programas de televisão, que contribui para o desenvolvimento dessa indústria e que se preocupa em criar um conteúdo especial para o seu assinante, ou seja, um conteúdo com exclusividade, ineditismo e exibido sem interrupções comerciais, esse programador deveria se beneficiar de algum tipo de isenção ou redução dessas cotas para conseguir manter a mesma boa relação com seus assinantes.

Não achamos que deveríamos ser medidos apenas por números de horas de conteúdo nacional, mas, sim, pela qualidade dele. Caso contrário, seremos obrigados a prioritariamente adquirir conteúdo que, muitas vezes, não terá todas as características que os assinantes brasileiros esperam do canal. Até por que, por todas essas características, a HBO já não conta com todo o universo de conteúdo brasileiro disponível para aquisição, já que muitos deles já foram exibidos em algum canal antes e para nós perde o interesse ou simplesmente não estão à disposição para compra.

E também, por último, nós temos um orçamento, o orçamento não estica e esse orçamento vai competir entre aquisição e produção.

Então essa é a nossa posição, gostaríamos de poder manter o nosso modelo de negócio, as parcerias de sucesso que vimos empreendendo aqui no Brasil e contamos com o apoio da legislação.

Nossa prioridade é o nosso assinante, o nosso consumidor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Drª Luciana, passamos a palavra ao Dr. Marcos Alberto Santana Biteli, representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura, ABPTA.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Dr. Saad, eu não quero fazer nenhuma polêmica aqui e nem fazer nenhuma interferência nas palestras, mas eu queria só dar uma informação ao público e ao Brasil, que está nos assistindo neste momento, que nessa questão dos bens reversíveis – eu fui ministro das comunicações e tenho também algumas informações importantes, e por esse motivo o Senador Pedro Taques, que é um Senador diligente, apresentou na Comissão de Constituição e Justiça um requerimento que coloquei em pauta, que nós aprovamos por unanimidade, para fazer uma audiência pública naquela Comissão conjuntamente com a Comissão do Meio Ambiente, que já aprovou um requerimento na mesma posição para fazermos uma audiência pública para discutirmos essa questão importante para o Brasil – compreendo assim – dos bens reversíveis que estão sob a tutela da Anatel.

Então, só me permita e me perdoe, Presidente Eduardo Braga, mas eu não podia, como ex-Ministro das Comunicações, como Senador da República, como alguém que tem a responsabilidade de ter passado por aquela Pasta e ter a obrigação de continuar acompanhando o que acontece lá... Então, sobre o requerimento feito pelo Senador Pedro Taques, houve um deferimento da Presidência da Comissão de constituição e Justiça, com a aprovação plena do Plenário. E, muito em breve, todos os senhores que têm interesse nessa questão poderão estar participando na Comissão de constituição e Justiça, com a participação também da Comissão do Meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Eunício as informações, passo a palavra, então, ao Dr. Marcos Alberto Sant'anna Bitelli.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Bom dia, Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio do Amaral; Senador Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, Senadores presentes, amigos, as pessoas que nos assistem pela Internet.

Hoje falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura. São mais de 60 canais internacionais que os senhores estão acostumados a ver nas suas operadoras de televisão. A nossa associação tem participado das diversas audiências públicas desde o início do PL nº 29.

Nós tínhamos uma apresentação aqui, mas, pelo tempo, optamos por ir direto ao ponto, até porque, se realmente esta for a derradeira audiência pública em que se discute este projeto, é melhor, de uma vez por todas, colocarmos abertamente quais são os pontos de divergência neste projeto, que supostamente teria convergência, e, na verdade, tem um pouco de convergência e muito de divergência.

E aí, Senador Walter Pinheiro, lembro-me da época da Câmara dos Deputados: este projeto começou muito simples, muito óbvio, muito fácil e, de repente, transformou-se em uma coisa muito complexa; e a complexidade é que tem causado as perplexidades que aparecem nos seus diversos artigos e incisos.

As programadoras internacionais não estão contra a entrada no mercado das teles. Elas não estão contra a ampliação da base de assinantes no País. Muito pelo contrário, seria até uma insanidade, porque elas vivem de vender assinatura para os consumidores. A que elas se opõem? Elas se opõem ao bode. Quem é o bode? É o bode que apareceu neste projeto. Ele começou sendo alimentado, alimentado, o bode cresceu, o bode cresceu, e hoje o bode ficou maior que a sala. Então, na verdade, este projeto é tão simples que, em três artigos, qualquer Deputado e Senador conseguiria enfrentar os temas a que ele se propunha: as assimetrias regulatórias dos serviços de televisão por assinatura e a questão das entradas das telefonias fixas no setor de televisão por assinatura.

Quando o bode aparece? O bode aparece quando uma lei muda o seu art. 1º. Em vez de ela passar a querer regular serviços, ela passa a querer regular atividades. E aí há uma coisa que foi feita em 1988, que se chama Constituição, que ninguém está lendo. A Constituição de 1988 estabeleceu claramente os direitos fundamentais, princípios, quais as possibilidades regulatórias no País. E, infelizmente, essa lei foi mudada, o projeto foi mudado, no meio do caminho, para regular atividades de comunicação, que são diferentes de serviços de comunicação. E aí, Senador Eunício, eu não sei como a CCJ vai enfrentar essa questão. Não há como não se extirpar diversas interferências regulatórias na área de comunicação no sentido de direito de comunicar; não no sentido dos serviços de comunicação.

Os serviços de comunicação são monopólios da União, estão lá no art. 21, o serviço de radiodifusão está no art. 222. A Constituição trata, perfeitamente, das competências do Legislativo e do poder regulatório para a interferência nessas atividades de serviço. Agora, nas atividades de comunicação, produção, programação não há possibilidade de interferência regulatória: a Constituição proíbe isso. O art. 220 proíbe isso. O que acontecesse nesse projeto? Nesse projeto, ele ressuscita aquela ideia antiga, que já aconteceu na SINAV, que quase aconteceu na MP 491, que, no ano passado (não sei se os senhores viram), a MP 491 tinha uma "carona" de dois artigos (art. 13 e o art. 14) em que a Ancine virava agência reguladora. Era uma medida provisória para fazer *O Cinema Perto de Você*. Se os senhores virem a justificativa da Medida Provisória, a justificativa vai até o art. 11 e, quando a Medida Provisória chega à Casa, ela chega com 13 artigos. Dois artigos, atropelando o PLC 16, dando poderes regulatórios à Ancine.

Graças a Deus, a MP caducou porque não foi votada no ano passada, época em que se discutia o Orçamento. E, de novo, aqui no PLC 116 aparece a transformação da Ancine em uma agência reguladora das atividades de programação e empacotamento de conteúdo. A Ancine já chegou até a fazer uma Instrução Normativa nº 91 em que regulava o PLC 116. Já está publicada a IN. A IN 91 foi redigida em dezembro, publicada em fevereiro e agora atrasou. Agora ela foi atrasada em março para entrar em vigor daqui a nove meses. Então, não é por acaso de que esta discussão que se dá aqui é porque o "bode" do conteúdo entrou na questão do serviço de telecomunicação. A Constituição brasileira é muito severa em preservar nossos direitos e liberdade de expressão. E a atividade de produção e programação são direitos de comunicação, não sofrerão qualquer restrição. Chega ao ponto – esse projeto – de estabelecer uma verdadeira outorga: a Ancine passa a ser poder concedente das atividades de programação, tanto é que ela pode deferir ou indeferir registro – e isso já consta na IN 91. a IN 91, que já está publicada no Diário Oficial, hoje, permite à Ancine cancelar o credenciamento de uma programadora. A Ancine cria uma gigantesca burocracia nesse projeto. Ela mal dá conta, hoje, com seus 700 funcionários, de cuidar da produção. E para que isso? A Anatel não tem tanta burocracia quanto essa; a Agência Nacional do Petróleo não tem... Nós estamos criando uma agência gigantesca para regular a atividade livre. Essas atividades – falo convicto – não são passíveis de regulação pelo Direito brasileiro.

Agora, como uma série de questões da área de telecomunicações e radiodifusão precisava ser resolvida, aí o "bode" foi sendo alimentado: "Olha, a gente resolve isso, mas a gente aumenta o bode." Aumenta-se o "bode" que não cabe mais na sala. Este é o ponto: como se pegar um canal de programação e se colocar 3h30min lá dentro? Televisão por assinatura (canal/televisão por assinatura) não é radiodifusão! O que a radiodifusão faz é muito melhor, porque a radiodifusão faz tudo. A radiodifusão pega, no dia dela, e

coloca tudo lá dentro: jornalismo, esporte, informação, educação, produção independente... Canal de televisão é que nem revista na banca de jornal: uma é P*layboy*; outra é *Quatro Rodas*... Cada canal é uma coisa! A cota dentro do canal é uma destruição da propriedade intelectual dos canais, é um desincentivo à veiculação da diversidade de conteúdo estrangeiro no Brasil. Quer dizer: que pluralidade é essa? É uma pluralidade para expulsar o brasileiro de ter acesso à informação do mundo. Um nacionalismo que já não se aplica, uma vez que há uma diversidade de enorme de conteúdo brasileiro. E as questões de concentração de conteúdo brasileiro se resolvem no CADE, não na lei. Com esse ponto, as operadoras internacionais estão muito preocupadas, porque cria um modelo de negócio por lei. Modelo de negócio que vale hoje não vale daqui a um ano. E, aí, quem é que vai mudar a lei?

E as empresas vão quebrar? E não vai ter investimento no Brasil? Quem que estabelece o modelo de negócios? A Ancine vai definir qual o horário nobre de cada canal?

A lei diz que a Ancine definirá qual é o horário nobre de cada canal para eu colocar a cota? Então, no *Sexy Hot* qual é horário nobre daquele canal, se é que ele tem um horário nobre? Aí, tem que colocar conteúdo nacional. Então, vamos incentivar o brasileiro a fazer filme pornográfico. Quer dizer, há certas coisas que não têm pé, nem cabeça.

É o minuto dos quinze ou o minuto dos dez? O senhor me dá mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´ANNA BITELLI – Era para me dar um pouco mais de tempo.

Bom, vamos voltar ao tema. Esse tema é realmente picante, esse projeto. Esse é o problema. (Pausa).

As programadoras nacionais têm como objetivo solicitar que o Senado faça uma atenta leitura desse projeto de lei e que extirpe desses projetos de lei a regulação das atividades de audiovisual que não sejam serviço de comunicação, que retire dessa lei as restrições ao capital estrangeiro, que tem investido tanto na produção brasileira, que retire dessa lei as cotas dentro dos canais que destroem a escolha do consumidor, que destroem a especificidade do canal, que retire as cotas na grade do canal e que extinga a possibilidade da Ancine, que foi criada como uma agência reguladora do fomento do audiovisual, ou seja, uma agência para fomentar o audiovisual, se transforme em uma agência reguladora de direito das atividades de audiovisual porque essa regulação é inconstitucional.

Essa regulação fere o art. 174 porque, nessa lei, as atividades de programação são atividades puramente privadas onde o Estado deve ter a sua função meramente indicativa que retire a possibilidade de regulação porque a programação é, no art. 220, protegida como um direito de livre expressão da manifestação artística, intelectual, da criação, da opinião e que retire as cláusulas que permitem à Ancine até a cassação do registro, ou seja, da outorga de empresas de comunicação que não são serviços de telecomunicação.

A gente vê tanta coisa para ser consertada no Brasil e se faz uma lei de televisão por assinatura em que existe um consenso, não sei de quem com quem, porque a gente só não conversou com os canais de programação e com os consumidores. Com o resto, há o consenso. Mas é uma lei só para televisão por assinatura.

Nós até pedimos para que o pessoal da área de consumidor viesse à audiência pública. Ele veio na última audiência pública e, se não me engano, o pessoal do Idec e dos Procons e vieram falar sobre a questão de assinatura porque eles sequer conseguem entender. É uma brincadeira conseguir entender esse projeto porque esse projeto trabalha com o truque jurídico das referências cruzadas de legislação.

Para se conseguir entender o conceito de programadora brasileira independente você "pule duas casas, vire a direita, volte para trás, fica de castigo, ande três". Você não consegue, é uma...

Olhem, eu posso dizer porque escrevo livros de comentários de legislação em telecomunicações e comunicação. É a lei mais estapafúrdia em termos de redação jurídica. Não sei como passaria numa comissão de sistematização um texto desses. É um quebra-cabeça, é um imbróglio que só o Presidente da Ancine consegue explicar. No *power point* dele, eu consigo entender. Quando vou para lei, ninguém entende.

Eu conversei com o Deputado Bittar na época do PL nº 29 e ele me disse assim: "também não entendi. Vamos ver como é que a gente...". É difícil entender, é muito difícil entender a sistematização desse projeto.

Senador Walter Pinheiro, aquele projeto de V. Exª, o senhor tem um projeto na Câmara, que é um projeto limpo sobre esse assunto, é melhor redigido porque isso vai criar um cipoal... E, num litigioso, prepare-se, se passar na CCJ, não passa no STF.

Essa legislação tem vocação para diversos contenciosos, tanto no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, quanto no âmbito de ações judiciais contra a Ancine, quando ela for implementar a regulação.

Veja que até na questão da classificação indicativa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Marcos Alberto, um minuto para concluir.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´NANA BITELLI – ...até na classificação indicativa, a Ancine passa a ter poderes de controlar a classificação indicativa do conteúdo. Quer dizer, a Ancine vai virar uma anaconda.

A Agência Nacional de Comunicação e Direito Autoral que vai controlar desde criancinha até distribuição de conteúdo. E as cotas ferem a liberdade do exercício da atividade econômica.

Eu agradeço, desculpe-me estourar o tempo, mas como é a última chance, quero ir direto ao ponto porque, daqui para frente, se essa lei for aprovada do modo como está, só no Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Sª.

Convido o Dr. Francisco Mistrorigo Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão, ABPI-TV para fazer uso da palavra, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO MISTRORIGO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, demais Senadores, Senhoras e Senhores, agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública, representando o segmento da produção independente brasileira de audiovisual.

Durante os últimos três anos participamos ativamente, na Câmara dos Deputados, do processo que resultou na aprovação do PL nº 29. Foi um longo e exaustivo processo que envolveu longos debates e negociações que desembocaram num acordo possível.

Todas as partes cederam. Nós, produtores, os canais brasileiros de TV a cabo, as produtoras, emissoras de TV aberta, o Governo e as empresas de telefonia.

Sabemos que nunca existirá uma unanimidade ou convergência em uma legislação que envolve extensa negociação com diferentes segmentos e interesses, além, é claro, da complexidade do tema. Sempre haverá pontos a serem aperfeiçoados.

Nós gostaríamos de ter uma legislação mais favorável ao crescimento do nosso mercado. Nesse momento, temos que pegar eventos de outros países onde o mercado de audiovisual ocorre plenamente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma agência, UFCC, Comitê Federal de Comunicações, que é responsável por normas rigorosas nas comunicações dos Estados Unidos que, durante muitos anos, permitiu que as TV´s exibissem somente 30% de programação própria, ou seja, aquela produzida pelo canal. Os outros 70% as TV´s iam buscar no mercado.

As produtoras independentes levaram seus projetos, elas escolhiam os melhores para a sua grade e isso entrava na programação. Isso ativou o mercado a tal ponto que, com o tempo, não foi mais necessário existirem essas cotas. O mercado se regulou sozinho porque a produtoras começaram a ter relações comerciais positivas com esses canais e a coisa começou a funcionar de uma forma mais espontânea.

Na França, por exemplo, existiam produções extraordinárias para a produção nacional independente se desenvolver, além da cota da própria Comunidade Econômica Europeia.

Nesse ponto, em particular, gostaria de ler um trecho de um estudo realizado pela Unesco, em fevereiro de 2011 sobre o ambiente regulatório para radiodifusão.

Uma pesquisa de melhores práticas para os autores-chaves brasileiros no seu capítulo Obrigações Positivas de Conteúdo, em relação às cotas de produção nacional.

"A obrigação de oferecer conteúdo produzido no próprio País é uma forma importante de reforçar o senso de identidade nacional e também de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria de programas para radiodifusão. Isso é especialmente relevante no caso de países mais vulneráveis como o nosso, a influência cultural da programação estrangeira é importada a preços muito baixos."

A produção nacional também ajuda a reforçar o sentimento de unidade em países grandes e diversos, como o Canadá e os Estados Unidos, que têm uma diversidade cultural imensa. No Canadá existem cotas, na África do Sul existem cotas, na Malásia, na comunidade econômica européia, no Reino Unido, em vários países existem as cotas para começar a relação mais justa da produção com os canais.

A operadora Sky cumpre 50% de cota na França, na Alemanha e na Holanda, mas aqui no Brasil a Sky lidera uma posição, a nosso ver, equivocada, afirmando que o cumprimento das cotas poderá interferir na qualidade dos conteúdos dos seus pacotes de programação.

A HBO também cumpre cota em outros lugares do mundo, não só aqui. Todos os países da comunidade européia, além de Canadá, Austrália e Coréia do Sul, possuem um sistema de cotas fundado na percepção de que é necessário proteger a indústria audiovisual nacional, cujo produto é um bem econômico, que representa, explica, dá sentido e valor à sociedade.

Neste momento, reconhecemos ser fundamental o apoio aos avanços estabelecidos do texto do PLC 116, que trarão, para o setor de TV por assinatura, importantes possibilidades de desenvolvimento, oportunidade de negócios e geração de novos empregos.

A entrada de empresa de telefonia no segmento de TV por assinatura representará um aumento significativo na base de assinantes, maior competitividade

e um conseqüente e necessário barateamento desse serviço, ou seja, mais brasileiros vão poder ter a TV por assinatura em suas casas.

Atualmente, no Brasil apenas 10% dos lares que têm um aparelho de TV possuem TV por assinatura; na Argentina esse número vai para 80%. O crescimento econômico brasileiro atual aumentou muito o poder aquisitivo da população. Junto com o sonho da casa própria, do automóvel, de eletrodomésticos, a TV por assinatura começa a ter um lugar de destaque no interesse da população.

Hoje existe cerca de dez milhões de assinantes no Brasil. Esse número vem crescendo, mas, certamente, o número de brasileiros com TV por assinatura será muito maior com a aprovação do PLC 116. É um dos mercados de maior potencial de crescimento no Planeta, o nosso mercado.

Os conteúdos nacionais obviamente são sempre muito bem vindos, a gente tem que ver um pouco de tudo, um pouco do mundo, um pouco de nós mesmos, temos que ter essa oportunidade. Acreditamos na importância e pertinência dos conteúdos brasileiros, que já demonstraram qualidade e aceitação junto ao público brasileiro e internacional. As nossas séries de animações infantis figuram entre as mais assistidas em canais a cabo no Brasil e no mundo. Nossos documentários e série de dramaturgia têm reconhecimento por sua qualidade nos canais estrangeiros, onde são exibidos. Nos últimos dez anos temos vivido um grande fortalecimento da nossa jovem indústria audiovisual independente.

É muito importante que cada segmento envolvido na análise dessa matéria possa se manifestar aqui, nesta Casa, que deverá selar o destino dessa nascente indústria do audiovisual.

É igualmente importante que todos façam com sinceridade de propósitos, de forma pública, republicana e transparente, para que o esforço desses anos todos não tenha sido em vão.

O PLC 116 prevê dois anos para que o mercado se prepare para a sua aplicação, por esse motivo é importante que possa ser votado da forma proposta, preservando o seu texto tal como foi aprovado, após profundo e exaustivo debate travado por todas as partes interessadas. Que se busque solucionar as eventuais questões para a sua aplicação.

Entre os pontos mais polêmicos estão as famosas cotas, são apenas três horas e meia de programação por semana, isso é meia hora por dia. Além de tudo, essas simbólicas três horas e meia vão ser atingidas somente em quatro anos, ou seja, vão durar dó dez anos, depois de dez anos provavelmente a gente não vai precisar mais das cotas.

Fica claro o intuito de fomento catalisador para o mercado nacional, uma vez que haverá tempo suficiente para o mercado se preparar para a adoção dessas cotas. Enfim, tornar-se uma alternativa natural e viável para o mercado, sem depender dessas próprias cotas para garantir a sua veiculação.

Em resumo, essas cotas terão uma adaptação progressiva, mesmo pequenas do jeito que elas são.

Lembramos que o PLC prevê a possibilidade de utilização dos recursos do Fistel, para o projeto de conta independente. Esse dispositivo vai ajudar a garantir a aplicação de cotas sem, necessariamente, haver investimento dos canais, além disso, a produção independente já conta com mecanismos de patrocínio, como o art. 1º e 3º, "a", da Lei do Audiovisual, art. 39, que o canais a cabo utilizam e linhas de financiamento do BNDES, como Procult, fundo setorial de audiovisual e a Lei Rouane, entre tantos. Ou seja, não haverá transferência de custo para o consumidor, uma vez que esses fundos contribuirão muito para o financiamento da produção independente, estipulada pelas cotas. Ao contrário disso, a aprovação do PLC proporcionará maior expansão da tevê paga no País, consequentemente, a oferta de melhores preços para atingir a população de baixa renda para esse tipo de oferta.

A entidade que represento, a BPI TV, ajudei a fundá-la, há 11 anos, Associação Brasileira de Produtores Independentes de Tv. Ela conta hoje com 150 empresas produtoras de conteúdo audiovisual, espalhados em todo o Território Nacional. É uma associação de produtores de conteúdos dos mais variados formatos e gêneros, que vem, ao longo desses anos, conquistando espaço na tevê brasileira, nos canais estrangeiros e no competitivo mercado internacional.

Os brasileiros figuram entre aqueles que assistem mais tevê no mundo, é um dado importante. A tevê tem uma função complementar à educação em nosso País. A cultura é o entretenimento. É de se esperar que possamos oferecer aos brasileiros conteúdos aqui produzidos, que falem a nossa língua para os nossos diferentes públicos e audiências.

Gostaria aqui de dar meu depoimento pessoal, como produtor independente. Eu sou produtor de uma série de animação que talvez vocês conheçam, chama Peixonauta. É uma série de animação infantil, que estreou no canal Discovery Kids, no dia 20 de abril de 2009. Logo na primeira semana atingiu o primeiro lugar na audiência do canal. Ou seja, certamente ele ocupou o lugar de uma outra série estrangeira que estava nesse mesmo, horário nobre, das onze e meia da manhã e às sete e meia da noite. Uma série brasileira ocupando o lugar de uma série estrangeira, o que trouxe? Primeiro, trouxe benefícios comerciais

imediatos para o Discovery Kids. São dez horas e meia de veiculação semanal, só o Peixonauta, ou seja, são três cotas quase. O Discovery Kids teve um aumento na sua audiência enorme. A sociedade brasileira ganhou um produto nacional que fala diretamente com as suas crianças, valorizando a nossa cultura, a nossa música e o nosso jeito de ser. O Peixonauta passou a ser exportado para 67 países, ele é veiculado para mais de 67 países. Esse resultado tem um significado tremendo, ou seja, os *royalties* dessa propriedade, ao invés de serem remetidos ao exterior, são convertidos ao Brasil. É uma propriedade intelectual, que é exportada ao mundo e só pode acontecer com a associação das tevês a cabo com a produção independente.

Esse é o consenso possível. Eu acho que neste momento a questão é que os interesses privados não possam prevalecer sobre os interesses públicos. Aqui temos uma oportunidade tremenda de colocar a produção independente nas tevês, a gente falar da gente para o nosso povo. Além disso, o preço da tevê a cabo vai cair muito, o que será de grande utilidade para a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradeço a participação do Dr. Francisco Mistrovigo.

Consulto os Srs. Senadores se podemos entrar imediatamente no segundo bloco, assim poderemos dar curso à apresentação das diversas entidades; ao cabo, pela ordem de inscrição, os Srs. Senadores farão uso da palavra para as suas manifestações, indagações e aí concluiríamos o nosso debate. Assim, faríamos uma economia de tempo, para que pudéssemos alcançar o objetivo dessa audiência pública.

Convido, portanto, o Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente dos Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exmº Sr. Senador, Presidentes de Comissões, Senador Eduardo Braga, Senador Eunício Oliveira, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, representando aqui o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, em nome da Agência, agradecer o convite que foi formulado e nós queremos relembrar que no dia 07 de dezembro de 2010, no ano passado, o Presidente da Agência, Embaixador Ronaldo Sardenberg, manifestou já na comissão, no sentido de que o PLC nº 116, tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura, e naquela ocasião foram mencionadas as vantagens de unificar o tratamento legal dado ao serviço prestado por diversas tecnologias, cabos, satélites e também rádio freqüências terrestres. Serviços esses que são regidos por regulamentos totalmente distintos.

Nós queremos ressaltar que, por exemplo, o serviço de TV a cabo tem uma legislação própria e debaixo dele toda uma infra-estrutura legal de crédito. Todas as normas são datadas de 1997. De lá pra cá numa mais houve qualquer tipo de atualização.

Enquanto, por outro lado, serviços, por exemplo, que usam segmento satelital de rádio frequência são regidos pela Lei Geral de Telecomunicações, possuem, debaixo deles, um conjunto de normas e regulamentos que são totalmente distintos do regulamento do serviço de TV a cabo.

Portanto, novamente, mesmo serviço, mesma natureza, porém tecnologias diferentes usando, cada um deles, obrigações diferentes e outros serviços sem nenhuma obrigação e quando a Anatel verifica que há uma migração para uma determinada tecnologia, procura realizar alguns acordos com os interessados no sentido de gerarmos algumas obrigações.

Nós estamos sempre olhando o interesse público, no entanto, temos de ter certa uniformidade.

A Agência procura respeitar toda legislação que o Congresso Nacional tenha elaborado.

Nenhum momento há extrapolação e depois vamos entrar um pouco mais em detalhes.

Ainda mais, tem outros serviços de uma forma restrita, que é o serviço de TV A, que é uma televisão por assinatura e que usa outro segmento de rádio freqüências, também regulado por um decreto e debaixo dele não tem nenhuma outra regulamentação.

Bom, hoje é o cenário que nós vivemos e teremos de enfrentá-lo, de tal forma que daremos certa uniformidade em todos os serviços, é o serviço de televisão por assinatura.

Ainda, naquela ocasião, foi destacado que a entrada de novos prestadores, no serviço de televisão por assinatura, também era uma possibilidade de se expandir de um segmento, cuja infra-estrutura também pode ser usada para outros serviços. Pode-se usar a infra-estrutura do cabo para serviços de banda larga e outros.

Então, isso mostra o seguinte, hoje, no cenário de convergência que vivemos uma infra-estrutura não se presa apenas a prestação de um determinado serviço. É claro que, novamente queremos deixar claro, estamos regulando serviços, agora a tecnologia, as facilidades, os meios, permitem você use essa tecnologia para oferecer serviços convergentes. É isso que o consumidor final, no fundo, quer.

Quer ter contato com um ou dois prestadores de serviços com quem ele possa se comunicar, re-

solver os seus problemas e atender também as suas necessidades.

Além disso, naquela ocasião, o Presidente da Agência demonstrou que a Anatel agindo no âmbito da sua competência, observado sempre a regulamentação vigente, também trabalhamos em cima da edição do novo planejamento do serviço de televisão por assinatura.

Então, esse planejamento, na realidade, respeita todo o arcabouço regulatório. O planejamento está previsto dentro da Lei de TV a cabo e também observando os outros serviços dentro da Lei Geral de Telecomunicações.

Portanto, em nenhum momento, há extrapolação de competência.

A competência do Legislativo é legislar e cabe a Agência cumprir a legislação, o que está dentro da legislação.

Além disso, do ponto de vista da Agência, tão logo o congresso aprove o PLC ou qualquer outro regulamento, a Anatel vai ter de atualizar toda a sua regulamentação. Então, não existe uma regulamentação, vamos chamar de pré-concebida ou pré-preparada. A regulamentação vai ter de ser adaptada em função do que essa Casa vai decidir.

Essa regulamentação, dentro inclusive do que está previsto no projeto de lei, existe um prazo para a Agência fazer isso, o projeto de lei. Existe um prazo que foi dado para a Agência fazer isso que é de 180 dias.

Então, de qualquer forma, independentemente dos regulamentos que a Agência está emitindo hoje ou não, ou está em consulta pública, todos esses instrumentos terão de ser adaptados. É outra realidade, outro ambiente, são outras restrições. Algumas obrigações não constam e vão constar. A forma como as empresas vão poder participar também muda, por que tem a questão do capital envolvido.

Novamente, queremos aqui ressaltar que no caso de serviço de TV a cabo, a questão do controle nacional, 51% pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Isso aqui está, integralmente, respeitado.

Não há nenhum momento de extrapolação.

Alguém pode dizer que a Agência está permitindo a entrada do A do B e do C. Nós não sabemos o que é que é isso. Está na legislação e tem de cumprir.

Então, além disso, nós vamos conseguir por meio da aprovação do PLC.

1] Acabar com a distinção dos serviços por diversas tecnologias. Então nós vamos ter uma neutralidade tecnológica.

Hoje nós estamos enxergando esses três, amanhã ou depois podem aparecer outras tecnologias que vão poder ser usadas neste serviço.

Então, a regulamentação que está sendo baixada, a legislação, ela vai ter de ser tecnologicamente neutra.

Isso, aliás, já está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Você tem de regular serviço. Em cima dos serviços é que você vai ver o que vai fazer. Agora, não regular por tecnologia. Hoje nós estamos amarrados.

Aí se discute que um serviço tem uma coisa, tem outra obrigação.

Enfim, entendemos que o PLC da forma como está concebida, do ponto de vista, principalmente, no capítulo de distribuição, ele atende plenamente os interesses.

Não vemos nenhum impedimento legal para que se faça a unificação dos serviços por televisão de assinatura.

Aliás, esse é um dos objetivos da agência e nós, dentro dos nossos limites legais, temos procurado harmonizar os regulamentos. Jamais invadir, dentro da competência dessa Casa. Isso é muito importante.

Harmonizar não quer dizer que você, simplesmente, está tentando gerar um fato, para depois você dizer que a lei está aí. Não é isso.

A Agência, neste momento, só está harmonizando e mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei da TV a cabo, como na Lei Geral de Telecomunicações. É muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o plane-

jamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

A lei está aí. Não é isso. A Agência, neste momento, só está harmonizando e está mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei do Cabo, como também na Lei Geral de Telecomunicações. Isso é muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não

tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

Nós vemos o seguinte, que hoje o PLC, da forma como está, principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde algumas perguntas, tais como, por exemplo, que a questão da distribuição é uma atividade livre para empresas constituídas por brasileiros e brasileiras e com a administração no País, independentemente do seu capital. Isso consta desse projeto.

O serviço de acesso condicionado, da forma como o projeto trata, é um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime privado, onde a liberdade é a regra e cuja outorga se dá por meio de autorização, sem termo final, que não pode ser negada sem justificativas relevante. Portanto, vejam bem, a questão da liberdade está preservada aqui.

Outra coisa, o disciplinamento das obrigações, para distribuição de certos canais, que hoje, em alguns segmentos — por exemplo, no cabo existe; nos outros serviços não existe —, a lei está tentando neste momento uniformizar e também dar um tratamento uniforme.

Então, por essas razões nós entendemos que hoje esta Casa tem que avançar. Nós teremos que partir para o PLC ou, por favor, para qualquer outro projeto de lei, mas nós precisamos disso para começar a retomar o processo de uma forma mais harmonizada que venha a atender os interesses do País.

Em suma, o projeto, da forma como está, no capítulo de distribuição e em outros preceitos ali estabelecidos, do ponto de vista da agência, nós não vimos qualquer tipo de empecilho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Doutor Ara Apkar Minassian e aproveito para informar ao plenário que, neste momento, estamos ao vivo pela TV Senado e para registrar aos Srs. Senadores, a participação intensa que estamos recebendo da população brasileira por essa sessão interativa.

Já recebemos mais de quinhentas perguntas, através dos diversos mecanismos de acesso ao Senado da República. Gostaria de aproveitar para anunciar que, pelo Alô Senado, no 0800612211, estamos recebendo participação e perguntas que serão encaminhadas, não apenas aos Srs. Senadores, mas também aos palestrantes, bem como pelo www.senado.gov.br/alosenado.

Dito isso, eu chamo para a sua participação o Dr. Evandro Guimarães, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, pelas organizações Globo.

Dr. Evandro, eu acho que o senhor tem que apertar um botãozinho.

Desculpe a comissão técnica.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Senador Eduardo Braga, Senador Rollemberg, Senador Eunício, Senador Walter Pinheiro, demais Senadores aqui presentes, Senador José Pimentel, Inácio Arruda, companheiros da comunicação social, eu vou começar fazendo um comentário que não estava previsto.

O representante da Anatel, meu querido amigo Ara, realmente, não conseguiu explicar por que há dez anos não se abre licitações de cabo. É inexplicável que, se apenas 250 cidades tenham o serviço e há uma lei em vigor, um regulamento em vigor, por que há dez anos não se abre licitação de cabo?

Por outro lado, quero dizer para discordar frontalmente, que sou aqui um representante da Abert e, melhor explicando, a Abert só se manifesta publicamente quando o conjunto dos seus associados têm posições de consenso.

Neste caso específico não há consenso na Abert.

As empresas, digamos assim, que participam da direção da Abert têm posições diversas em relação à

necessidade de se discutir mais ou de providenciar modificações, salvaguardas, etc e tal, no atual texto do PLC nº 116.

Agradecemos muito ao Senador Eduardo Braga e aos Senadores, Presidentes das demais comissões, que permitiram que a Abert viesse aqui, através de três ou quatro dos seus representantes, mostrar os diversos ângulos dessa questão, como as organizações Globo enxergam a questão.

Mas eu acho que é fundamental registrar para os Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Interrompendo V. Sª, que ele desse o informe, inclusive, de qual foi a decisão tomada pelas comissões para não caracterizar que há um atendimento exclusivo a uma entidade, portanto uma posição assumida por nós, discutida por todos os Senadores nas comissões, na medida em que as entidades poderiam ter feito a indicação de quem falaria, tendo problemas internos.

Acho que é importante deixar isso claro, porque não foi um critério exclusivamente para a Abert, foi um critério aberto, portanto, para todos.

Era importante que o Presidente da comissão pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o Senador Walter Pinheiro, para dizer exatamente isso, que quando as entidades manifestaram esses pontos de divergência foi colocado a todas as entidades que poderiam adotar o mesmo posicionamento, desde que tivessem posicionamentos diversos e o documento enviado pela entidade ficaria absolutamente não-administrável pelas comissões, que se fizesse de uma maneira individualizada por pessoa jurídica.

Portanto, apenas para que não paire dúvida quanto ao critério estabelecido pelo conjunto das comissões.

Devolvo a palavra ao Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Eu o cumprimento pelo renovado espírito democrático de ouvir realmente o conjunto da sociedade sobre um projeto tão complexo e que há tanto tempo vem sendo discutido.

De qualquer sorte eu quero registrar, e faço isso em nome da Abert,. certamente os meus companheiros de associação vão reiterar isso, com relação a licenças de cabo, conforme consulta pública que a Anatel está no momento praticando, a Abert e a nossa organização é inteiramente contra.

Existe uma legislação em vigor. Existiu sempre oportunidade de que a Anatel abrisse licitações no formato que todos nós conhecemos e não vemos sentido que a Anatel faça, agora, às vésperas da atualização pelo Legislativo, pelo Congresso brasileiro, com posterior sanção do Executivo, que faça uma solução que carece tanto de dificuldade na sua defesa quanto demonstrou a difícil explicação que o amigo Ara tentou aqui apresentar.

Duzentos e sessenta e dois municípios não representam 95% da população, representa mais de 80% da população. Houve alguns enganos do companheiro Ara.

De qualquer sorte, o processo que está em andamento na Anatel, de um certo "atropelamento do processo legislativo" nós consideramos que não contribui em nada para a modernização, organização e harmonização do setor de desenvolvimento social sobre segurança jurídica, do setor de televisão paga no Brasil.

Falando agora pela Abert. Na Abert, há diversas posições de associados, sejam associados que tenham atuação de âmbito nacional ou multirregional, sejam associados que tenham atuação local, aquela pequena rádio, aquele jornal, que certamente está entre esses mil pedidos anteriores de abertura de edital de licitação de cabo, da qual falou o representante da Anatel.

Esses associados gostariam de ter condições de competir e sabem que, se não houver um compromisso prévio dessa agência, de absoluta facilidade e legitimidade, de uso e compartilhamento da infra-estrutura, a competição será impossível, teremos uma abertura, digamos assim, não tão aberta.

De qualquer sorte, isso será certamente tratado pelos meus outros companheiros da Abert, que virão a seguir.

De qualquer maneira, eu preciso também revelar alguma coisa que pensam os companheiros da Abert. O setor da comunicação se faz através do corpo e da alma. O corpo é a infraestrutura, é o conjunto de facilidades que permite, seja por cabo, seja por satélite, seja por sistemas *wireless*, seja por qualquer sistema, fazer com que conteúdos cheguem de forma gratuita ou de forma paga à população como um todo.

Nesse sentido, o rádio e a televisão aberta prestam um inestimável serviço ao Brasil. E esta é a Casa da Federação. Todos aqui sabemos que todos os Estados do Brasil têm um formidável sanduíche bem-sucedido, que é: recebem todos programação nacional, complementadas, acopladas, suplementadas pela programação local dos respectivos rádios e televisões locais e/ou regionais, locais e/ou estaduais.

Então, durante todo o processo em que a Abert, unida, trabalhou na Câmara quanto a esse projeto, o esforço foi de defender o modelo da radiodifusão brasileira, que é um modelo federativo. Esse é um modelo absolutamente casado com o papel do Senado, que é tratar os órgãos da Federação de maneira equânime, de maneira correta, democrática. Isso, a Abert tentou

fazer. Digamos que não conseguimos alguma coisa perfeita no texto do projeto, mas, ao ver das Organizações Globo, conseguimos alguma coisa próxima do que é necessário para proteger a radiodifusão. Dependemos de haver o mesmo espírito de cooperação e de defesa da radiodifusão – radiodifusão, serviço de comunicação social universal no Brasil, atende 100% da população, e atende a 100% da população de forma gratuita. Então, isso que será reforçado e leva a fazer outro complemento.

Desde a abertura, desde a mudança da Constituição brasileira para permitir o ingresso de capital estrangeiro nas telecomunicações, sempre se falou que o Brasil estaria prestes a vender o corpo – ou seja, aquelas empresas de capital intensivo, que poderiam fazer investimentos em redes, satélites e demais esforços que demandavam capital e tecnologia – mas que o Brasil deveria sempre trabalhar para defender a alma. A alma, aí, estamos falando da produção nacional, do conteúdo nacional. Essa é a razão pela qual o art. 222 da Constituição reserva, de maneira expressa, aos meios de comunicação a propriedade de, no mínimo, 70% do capital total, ou seja, total e votante, e reserva aos brasileiros o papel de fazer o conteúdo destinado aos nossos concidadãos.

De resto, essa atitude é uma atitude nacionalista absolutamente politicamente correta. É assim em qualquer nação do mundo que merece esse nome. Estamos falando de uma fronteira imaterial, estamos falando de uma fronteira que não é a fronteira geográfica, que permite a um país-continente ter esse senso comum de ser brasileiro, visto que somos um País cercado por amigos que falam espanhol, e nós somos o único País da América que fala português.

Somado à preocupação com a identidade nacional, com a cultura nacional, com o papel dos brasileiros na produção cultural nacional, eu queria lembrar que, de verdade, as Organizações Globo imaginam que tenha havido um certo problema por um vazio legislativo. Qual é o problema? A tecnologia, rapidamente, mostrou que a convergência vem aí, e nós estamos carecendo de alguma regulamentação que reforce essa atribuição aos brasileiros, atribuição essa prevista no campo da Constituição, no art. 222 da Constituição.

Então, por isso, nós, das Organizações Globo, somos favoráveis ao andamento desse projeto, mas precisamos fazer uma ressalva. Esse projeto tem um tênue equilíbrio, é um exercício de equilíbrio permanente, referindo isso ao papel dos distribuidores, empresas gigantescas, detentoras ou comandatárias da infraestrutura pública, que faturam de 10 a 12 vezes mais do que fatura todo o setor da radiodifusão, dos produtores de conteúdo, sejam eles empresas, sejam eles produtores independentes de menor porte, e, portanto, se houver qualquer mexida no texto que agora é proposto, esse equilíbrio que se faz em prol da Nação pode ser totalmente comprometido.

Então, as Organizações Globo, favoráveis ao projeto com seu texto atual, têm cobrado, têm pedido do Governo, amplamente majoritário no Senado – pedimos isso por escrito ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e estamos dispostos a visitar todos os demais Senadores para pedir isso – aprovam o andamento desse projeto, desde que haja um compromisso no âmbito do Legislativo de que não haverá vetos, particularmente nos artigos que definem claramente limitações e possibilidades na cadeia de valor, claramente definem o que deve ser o papel futuro dos distribuidores e dos produtores.

Esta é, basicamente, nossa posição: favoráveis e pedindo que a ampla maioria do Governo, do atual Governo, neste momento, perceba a questão de Estado que está sobre esse texto. A questão de Estado é: o texto, se for aprovado, precisa ser integralmente sancionado. Devem ser preservados, em particular, os arts. 5º e 6º, artigos esses que complementam a necessária visão de nacionalidade que paira sobre o conteúdo nacional expresso desde sempre na Constituição, particularmente no art. 222.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Evandro Guimarães, convidamos o Dr. Daniel Pimentel Slavieiro, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, também pela Abert, representando as organizações do SBT.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Exmºs Srs. Senadores já nominados; Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício Oliveira; Senador Rodrigo Rollemberg; Senador Walter Pinheiro, representando as demais Comissões, e os já também citados demais Senadores presentes nesta audiência pública, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Senado em fazer esta audiência conjunta porque demonstra a sensibilidade, primeiro com a tramitação ágil, eficiente, mas abrindo espaço para o contraditório para um projeto tão complexo e tão abrangente como esse, que é o PLC 116.

Na questão do espírito, do mérito do projeto, acho que os fatos falam por si sós. O Presidente da Ancine apresentou um *slide* onde mostra a penetração dos serviços de TV paga no Brasil em comparação com os demais países aqui, mesmo da região da América Latina e de outros países do mundo, então mostra que o PLC 116 tem o seu mérito, uma questão importante, que é a abertura do mercado. Isso favorecerá o

Brasil, a competição, a diversidade e a pluralidade, e, certamente, o consumidor final terá o grande benefício.

Mas, nós compreendemos também que há certa angústia dos interlocutores nesse processo pelo trâmite e pelo tempo que esse projeto tem levado. Foi feita uma ampla discussão na Câmara e, agora, chega ao Senado. Porém, também, nós queremos, respeitosamente, Senador Eduardo Braga, dizer que a posição do SBT é que esse projeto precisa de ajustes no seu texto para que ele possa produzir os efeitos necessários.

Nosso companheiro e amigo Evandro Guimarães já explicou a questão da situação da Abert, e, como ela, suas diversas empresas dentro dela têm posições diversas, e nós temos a discordar que esse projeto deva seguir como está. E também a essência da radiodifusão, que foi descrita sob seu modelo federativo, a capacidade de transmitir conteúdo livre, aberto e gratuito e como ele faz isso nas diversas regiões do País.

Então, em respeito aos senhores e ao tempo que isso tem levado, nós gostaríamos de ser muito pontuais e pragmáticos em quais os temas e quais os artigos que devem ser aperfeiçoados.

Começamos pelo art. 5º, que trata de restrições dos radiodifusores a deter mais de 50% de empresas de telecomunicações. Isso, na nossa opinião – já foi dito aqui – consideramos inconstitucional e ilegal, até porque já existem fatos concretos.

Aqui o Senador Inácio Arruda e o Presidente Eunício Oliveira... Existem radiodifusores no Estado do Ceará que já fizeram investimentos; ao longo do tempo, entraram em licitações da Anatel, compraram essa autorização para operar sistemas de TV a cabo. E, agora, vem uma nova lei que diz que eles não podem ter mais. Isso já faz mais de décadas.

Como fica a situação desses radiodifusores que são empreendedores natos, que conhecem a região onde atuam, que conhecem o mercado publicitário, conhecem a sua característica e adotaram, na forma da televisão por assinatura, uma maneira de expandir os seus negócios?

Agora, estão sob o risco de uma lei, que os obrigará a venderem 50% dos seus negócios.

Então, Presidente Eduardo Braga, achamos que esta é uma coisa absolutamente sensível no Estado do nosso Presidente, e ocorre em outros Estados da Federação: radiodifusores que fizeram investimentos no passado e agora estão sob o risco, sob a insegurança jurídica, do PLC nº 116.

Além disso, como disse, o radiodifusor é um empreendedor local, ele conhece as características e, por esse projeto, na maneira como está, estará tolhido de investir em serviços de telecomunicações.

Isso se desdobra para a nossa terceira preocupação desse item, do art. 5º: o que serão serviços de telecomunicações no futuro?

Isso é uma coisa de que poucos de nós sabemos; ou nenhum de nós saberemos o que, neste mundo convergente, será considerado serviços de telecomunicações. Será que, porventura, o canal de retorno, que é da essência da radiodifusão brasileira, da TV digital, não será no futuro, ou qualquer outro serviço, considerado um serviço de telecomunicações? E, aí, nas regras atuais, os radiodifusores estarão privados de deter mais de 50% dessas empresas operadoras de telecomunicações.

Eu diria, Srs. Senadores, que esse é um ponto extremamente vital, do nosso ponto de vista, do grupo SBT, que precisa ser ajustado, e o Senado, dentro desse papel que faz da democracia, de aperfeiçoamento, certamente – e essa audiência pública e essa tramitação conjunta que se está desenhando –, está sensível a essa questão.

O segundo ponto, muito pragmaticamente, é o art. 24, que fala dos limites de publicidade nos canais de TV paga. Aí, pergunto aqui ao Senador Pedro Taques se o modelo de radiodifusão que cobre o País inteiro, leva informação, cultura e entretenimento a 100% da população de maneira gratuita, é sustentado apenas pelo mercado publicitário... Se um outro serviço, que é da sua essência, é financiado pelos assinantes, deve ter o mesmo limite de comercialização, sendo que o mercado publicitário é o mesmo.

Então, entendemos que os limites de publicidade na TV paga e no serviço de acessos condicionados, como é o termo tratado no projeto, devem ser sensivelmente menores pelo motivo razoável e óbvio de que um é só sustentado pelo mercado publicitário, e o outro, a sua base de sustentação é da assinatura, é de uma outra maneira de ingresso de remuneração.

E, por último, entendemos que o art. 32, que fala da distribuição do *must carry*, do modelo de carregamento que está na essência do que o nosso colega Evandro Guimarães falou, do modelo federativo, das emissoras pequenas nos seus Estados, que levam conteúdo local, que agregam isso com a sua programação local, deva estar contemplado com uma redação mais aperfeiçoada, que traga uma segurança jurídica para esses radiodifusores e para esses empreendedores locais, principalmente quando estiver num ambiente totalmente digital; no analógico, ele está garantido, mas no digital, entendemos que o texto merece aperfeiçoamento para que dê essa segurança, Senador Delcídio Amaral. Lá no seu Estado, existem diversos radiodifusores que, no serviço de acesso condicionado, quando ele crescer, quando ele tiver mais amplitude,

certamente eles quererão ter o seu sinal e o seu conteúdo local distribuídos nessa plataforma de maneira segura, podendo ter eventuais negociações, mas que elas também tenham a prerrogativa de que sejam carregadas gratuitamente no sistema de alta definição e no sistema de tecnologia digital.

Em síntese, Srs. Senadores, senhoras e senhores, ficamos honrados com a deferência com que as comissões fizeram e o entendimento da situação da conjuntura especial que vive a Abert nesse contexto, e também saberemos que, mesmo tendo três anos de discussão na Câmara, sendo exaurida a discussão lá, precisam de pontos aperfeiçoados, e o Senado Federal, na sua essência da democracia, está para fazer os ajustes finos, as demais deliberações para que esse projeto possa seguir com a tranquilidade e o acordo necessário.

Volto a dizer que nossa posição não é protelatória. Entendemos, no mérito do projeto, os seus benefícios e também sabemos que os Senadores, ao fazerem tramitações e audiências conjuntas nas cinco comissões interessadas também estão sensíveis a isso, mas não se furtarão a fazer os ajustes de que o projeto precisa para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Daniel e faço um esclarecimento ao Plenário e a todo o Brasil que nos acompanha neste momento: no Senado da República, temos um Regimento que precisamos cumprir. Buscamos, obviamente, de acordo com a soberania do Plenário e das nossas comissões, quando da vontade soberana do Plenário, adaptá-lo àquilo que entendemos ser acordos de procedimentos estabelecidos tradicionalmente numa Casa federativa, que representa a Federação brasileira e que busca permanentemente na tradição do entendimento o seu comportamento.

No entanto, há algumas regras que são absolutamente intransponíveis. As reuniões de audiências públicas são precedidas por publicações que as transformam em ato formal; nessas publicações, obviamente, é necessário um certo tempo para impressão e distribuição da pauta.

Alguns requerimentos chegaram às comissões após o prazo necessário para o referido cumprimento do Regimento Interno do Senado. Por mais que os Srs. Senadores e essas comissões tenham buscado abrir de forma criteriosa e democrática, para que possamos ter as diversas opiniões manifestadas nesta audiência pública, sempre haverá alguém que gostaria de postular mais espaço, e nós precisaremos sempre cumprir o Regimento.

Portanto, com esses esclarecimentos, busco explicar por que, para determinados requerimentos que chegaram de ontem para hoje a esta Comissão, sem que haja questionamento de um Senador que possa provocar uma deliberação do Plenário, é absolutamente impossível a esta Mesa adotar uma medida monocrática e unilateral, mudando a pauta estabelecida de acordo com o Regimento.

Feitos os esclarecimentos, passo a palavra ao Dr. Marcio Novaes, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, desta feita pela Record.

O SR. MARCIO NOVAES – Bom dia a todos. Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio Amaral, Senador Walter Pinheiro, Senador Eunício Oliveira – o Senador Rollemberg saiu há pouco –, senhoras e senhores, amigos que nos acompanham e nos ouvem pela Internet, primeiramente, o grupo Record quer deixar claro que é um grupo eminentemente de radiodifusão. Não temos nenhum canal fechado, não operamos nenhum serviço de TV por assinatura, pelo menos por enquanto. A convergência e a tecnologia talvez nos obriguem a isso.

Hoje, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul estão assistindo, estão podendo nos ver e nos ouvir pela Internet. Isso aqui que estamos fazendo é radiodifusão ou telecomunicação? Pois é, nós radiodifusores ajudamos a construir. Não temos falta de modéstia, não. Nós, brasileiros e radiodifusores, ajudamos, Senador Eduardo Braga, a construir neste País uma integração, como disse o Evandro, da Globo, aqui. E como muitos outros disseram e ainda vão dizer. Nós levamos livre, aberta e gratuitamente para o Brasil um sinal de qualidade.

Aliás, está aqui o Walter Ceneviva que me contou um dia desses que um sujeito entrou na sala dele e tinha uma televisão ligada. O sujeito falou assim: é tal ou tal operadora? Não vou fazer propaganda de graça aqui. Aí ele disse o seguinte: não, é TV aberta, porque nós, radiodifusores, estamos levando a TV digital, a TV com sinal HD, de alta definição. Mais uma vez, no Brasil, quem ganha dinheiro é o sujeito que fabrica essas câmaras que estão aí, que não é brasileiro. E depois o sujeito que fabrica o aparelho de televisão. E nós, nesse sanduíche aí, somos o recheio, a parte mais gostosa, talvez, do sanduíche, porque nós damos o conteúdo, nós levamos esse conteúdo. E TV por assinatura no Brasil cresceu por causa da qualidade do sinal. Muitas pessoas não tinham uma boa qualidade do sinal e passaram a optar pela TV por assinatura para ter uma boa qualidade. Hoje nós temos aí pacote básico. O que é pacote básico? São

canais abertos. O sujeito empacota e me vende. E o que eu ganho? Nada.

Então, um dos pontos em que a Record coincide com o SBT na posição é exatamente este: essa vedação de que nós possamos fazer telecomunicação no futuro. Não pode existir. Volto ao início: o que nós estamos fazendo hoje, aqui?

Então nós precisamos pensar. A tecnologia não pára. Não é a Anatel que está atropelando. É a tecnologia que está atropelando. E é difícil acompanhar esse ritmo. Para nós, que somos empresários dessa área, também é muito difícil levar a TV digital livre, aberta e gratuita para todo o Brasil sem receber nada. É só investimento, é só dinheiro que a gente bota lá. Interatividade não tem. E quando tiver? Vai ser o quê? Telecomunicação? E eu não posso? Quem está ligando hoje é 0800, Senador. Hoje, quem participa aqui é 0800. Agora, quando fazemos uma promoção, um *reality show* como o nosso, "A Fazenda", e o sujeito manda um SMS, ele está mandando esse SMS por uma operadora de telefonia. Quem está ganhando dinheiro é a empresa de telefonia. Está certo que é um acordo comercial com o radiodifusor, mas esse trabalho, esse incentivo é deles.

O Johnny – que não está aqui no momento – usou uma expressão de porteiro, que é o porteiro quem deixa o sujeito entrar ou não. Então, sempre me vem aquela impressão do leão de chácara. O sujeito é porteiro de boate: você entra; você não entra.

Complemento um pouquinho o que o Johnny falou: o porteiro às vezes deixa entrar, mas ele olha bem para você e fala: você está muito bem vestido. Vou botar roupa bem feia em você, vou deixar você mais feio do que é e você entra. Resultado: você não ganha nada nessa boate. Você sai mal, pior do que entrou. E é mais ou menos isso que acontece hoje em outro ponto que a Record quer abordar, que é a qualidade do sinal, a taxa de compressão.

Senador, eu levo qualquer um de vocês à minha casa para assistir à TV aberta e à TV fechada. É uma vergonha! O sinal da Record e de outras emissoras é lavado o colorido, tem sombra, enquanto o sinal aberto, livre, gratuito, o sujeito confunde com operadora. Então é preciso pensar e atuar nisso.

A Anatel está tomando providências. Já conversei com o Dr. Ara, visitei várias pessoas sobre isso. Eu acho que esse é um dos papeis da Anatel, mas não pode passar despercebido pelo Senado como nós estamos sendo tratados, sendo que muito nós fizemos e continuamos a fazer.

Além disso, outro ponto que também coincide com o SBT é a questão da publicidade. Nós temos no Brasil hoje 35 milhões de brasileiros que assistem, veem TV por algum meio de assinatura, seja ele por satélite ou por cabo. Mas de um milhão assistem o HD, que é o novo produto da TV por assinatura, produto esse do qual muito é nosso: livre, aberto e gratuito. O sujeito empacota a gente duas vezes: vende no analógico e no HD. E tem um porteiro aí também... Não tenho tempo para contar desse porteiro.

Questão da publicidade.

Como é que a gente vive com um limite e o sujeito que ganha, cobra por isso, tem livre, não tem nenhum limite para publicidade? Esse é um ponto que merece também total atenção. Mesmo o texto que hoje limita a 25% ou equipara ao radiodifusor, como está no PLC nº 116, nos parece muito injusto. Precisaríamos repensar esse percentual, porque hoje muitos canais desses internacionais, a gente às vezes esquece o que estava assistindo quando vem o *break*, de tão longa que é a publicidade. Você para e pergunta: mas o que é mesmo que eu estava vendo? É o famoso *break* do banho: dá para você sair, tomar banho, voltar e ainda não perder nenhum espaço da história. Isso precisa ter limite, precisa ter regra.

E nos deixa muito entusiasmados, com a sensação de que o projeto vai andar, porque a iniciativa de realizar uma audiência, Senador Eduardo Braga, junto com o Senador Eunício, com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Delcídio do Amaral e com o Senado Rodrigo Rollemberg demonstra claramente para nós a vontade de fazer com que a fila ande. E é necessário.

O PLC tem coisas boas, ele unifica o setor de TV por assinatura. Isso é um avanço, porque o DTH que está por aí não tem regra. Ele não tem regra nem para me carregar quanto mais para manter o sequenciamento de canal. Essa é outra história. Eu lhe conto cada coisa que já fizeram pelo menos conosco. Dos outros eu não posso falar, porque não convivo no dia a dia.

É preciso aproveitar esse momento, aproveitar esse projeto, aproveitar o Senado, sendo que o projeto já passou pela Câmara, para que isso se torne uma lei, torne-se uma regra, para que a gente não fique mais uma vez à margem das regras ou até mesmo no limbo, como é dito. O Evandro sempre usa essa expressão, de que nós, nas nossas renovações, nas nossas questões que estão no Ministério das Comunicações, às vezes a gente está renovando uma outorga... Como me disse o meu Presidente um dia desses. Falou: puxa, que bom! Só daqui a quinze anos! Falei: não, negativo, daqui a sete, porque a gente já estava devendo sete. Mas essa não é a questão que está sendo tratada aqui.

A Record agradece a oportunidade. Vou encerrar nos meus dez minutos, até porque muitos já disseram. Então nossos pontos basicamente são estes: a questão da taxa de compressão, a questão da possibilidade de

o radiodifusor fazer telecomunicação e o limite justo para a publicidade nos canais fechados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Dr. Márcio Novaes e faço inclusive uma observação efetiva com relação ao DTH.

Enquanto V. Sª fazia a sua palestra, eu conversava com o Senador Walter Pinheiro e com o Senador Eunício exatamente sobre a questão do DTH. E nossas comissões estão nesse momento pensando e analisando essa questão do DTH, porque efetivamente é uma área que já é maioria no Brasil, é um serviço que já é maioria no Brasil. Nós estamos discutindo aqui TV por assinatura. Enquanto isso, DTH já tem maioria no mercado brasileiro, em liberdade e sem controle.

Portanto, apenas para fazer essa observação.

Passo a palavra ao Sr. José Francisco de Araújo Lima Neto, Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Com a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA NETO – Prezado Presidente desta nossa sessão, desta audiência que provavelmente vai ficar marcada na história dos debates políticos no Senado, Senador Eduardo Braga, a quem peço permissão para cumprimentar também a plateia amazonense, porque, assim como o senhor, também sou conterrâneo.

Agradeço esta oportunidade de a ABTA vir se expressar e manifestar seu ponto de vista a respeito do projeto. Cumprimento os nossos Senadores da mesa e também peço autorização para fazer um especial destaque ao Senador Walter Pinheiro, com quem trabalhei intensamente durante três anos, na Câmara, participando de cada etapa desse projeto.

Sinto-me, hoje, com uma sensação *déjà vu* ou de um testemunho do movimento pendular da história. Curiosamente, há vinte anos, em 1991, foi apresentado um projeto do Deputado Tilden Santigo, o Projeto nº 2120, de 1991, que foi uma reação à denúncia feita por mais de cinquenta sindicatos de que havia uma movimentação do Executivo da época para baixar uma regulamentação que permitiria àqueles que estavam explorando, o que se chamava na época até de serviço de antena comunitária – daí o primeiro nome da ABTA ter sido Abracom– Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias, fundada em 1989 -, havia uma denúncia de que aqueles exploradores da TV a cabo daquela época estavam tentando uma regulamentação que lhes permitisse fazer telefonia e transmissão de dados. Há vinte anos, uma denúncia grave! Olha, o que esses caras estão querendo fazer é telefone e transmissão de dados. Quer dizer, era uma antecipação do *triple player*, do qual tive, em vários momentos, experiência.

Dez anos depois, foi regulamentado, através do serviço de comunicação multimídia, a prestação do serviço pelas empresas de televisão por assinatura, do acesso, do provimento da banda larga para acesso, especialmente, à rede mundial dos computadores.

Então, esse projeto transformou-se, sob a relatoria do Deputado Koyu Iha, sob a presidência, na Comissão, da Deputada Irma Passoni, no que é hoje a Lei do Cabo. A Lei nº 8977 nasceu dessa reação, para impedir que o cabo prestasse esse serviço.

Acredito que a sobrevivência dessa lei tem sido legítima, porque ela conseguiu reunir, em cinco anos de debate, outra semelhança com o PLC nº116. Conseguiu, em cinco anos de debate, reunir um apoio suficiente para dizer que ela era do interesse de uma maioria significativa. Unanimidade é impossível, mas de uma maioria significativa. Na Comissão houve problema e não deu para ser resolvido numa decisão terminativa, mas foi no plenário, quando manteve-se o Deputado Koyu Iha, que se conseguiu, com apoio da maioria, aprovar o projeto que chegou ao Senado em outubro de 1994.

Em janeiro de 1995, houve outro fato histórico curioso. No dia 05 de janeiro de 1995, o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, pela primeira vez, sancionou uma lei. Essa lei foi a Lei do Cabo, que está aí até hoje. A única crítica que ela recebe é a de que está desatualizada em relação ao fenômeno da convergência digital, que seria necessário abolir, espancar, eliminar essa distinção dos serviços por tecnologia e adotar uma definição única, um serviço que pode se valer de qualquer meio físico, seja ela encapsulado ou não, porque isso é indiferente.

Fisicamente não há grande diferença, mas hoje o serviço é prestado só por meio físico encapsulado. O que significaria isso? Que o DTH, que TVA, do que muito provavelmente nunca ouviram falar – não confundam TVA com a sigla do serviço da Abril. A TVA é um serviço chamado de televisão com uma licença especial, que é transmitido em UHF, fechado, e que pode ser cobrado. Nunca se impôs como serviço, dada à limitação, se bem que há hoje algumas tecnologias que admitem o compartilhamento dessa banda de U para permitir diversos canais, mas também não é ainda uma realidade econômica.

Agora, estamos diante de uma projeto ambicioso que foi, como os senhores sabem, extremamente debatido dentro da Câmara Federal. Nós tivemos quatrocentos e setenta e três emendas; exame de quatro comissões; quatro substitutivos foram produzidos, do

Deputado Jorge Bittar, Deputado Wellington Fagundes; de Defesa do Consumidor foi o atual Senador Vital do Rêgo Filho e depois ainda tivemos o do Paulo Henrique Lustosa. Quer dizer, foram quatro substitutivos, todos, nas suas respectivas comissões, aprovados por unanimidade.

No caso da ABTA, que durante todo o tempo foi inflexível na sua oposição quanto a um aspecto do tratamento que foi dado à prerrogativa do conteúdo nacional, a regalia do conteúdo nacional de ter um espaço privilegiado dentro da programação.

A ABTA sempre se colocou, durante de todo esse período, contra isso. Isso é publico, mas, como o próprio Presidente Alexandre Annenberg, a quem represento aqui com muito orgulho, que está ausente do País... Ele estaria aqui se a audiência se confirmasse na semana que vem, mas ele está em Chicago, representando a Associação num evento internacional de televisão por assinatura que ocorre todos os anos, o mais importante evento do mundo. Portanto, é natural que nosso Presidente esteja lá.

Ele sempre, em todas as oportunidades – e não foram poucas as audiências, contei mais de quarenta e cinco depoentes em audiências públicas na Câmara -, sempre a ABTA fazia parte disso, porque a ABTA provavelmente é a que representa a maioria absoluta dos setores atingidos pelo projeto.

Nós temos, dentro da ABTA, produtores, programadores, empacotadores, que caiu de moda. No início, quando faltava iniciativa dos operadores para arrumar pacotes atraentes – pacote para criança, pacote para amantes de esporte, para pessoas que gostam de cinema –, havia uma empresa que realiza esse serviço, uma empresa atuou dessa forma no Brasil. Hoje, quem faz o empacotamento é o próprio operador. Como no supermercado, onde quem organiza a gôndola é o próprio dono do supermercado ou seu gerente, que sabe o que está preparando para venda e a que público se destina o pacote.

Então, os distribuidores também estão lá, os fornecedores de equipamento, os prestadores de serviço de construção de rede. A ABTA, não quero dizer que é a mais legítima, é a Associação brasileira que consegue reunir todos os *players* do setor. Como não se conseguiu a unanimidade, partiu-se para a decisão democrática, o que custou caro.

A decisão democrática de a maioria apoiar o projeto custou-nos, por exemplo, a perda de importantíssimos partícipes e associados. Como foi o caso, por exemplo, da HBO, da FOX, da Viacom, da Discovery, que saíram da associação. Permaneceram alguns estrangeiros. Estão lá, continuam, até acho que seja uma maneira de continuarem defendendo seus interesses, por exemplo, a Turner, a ESPN, mas a associação foi desfalcada.

Ela nasceu para ser uma associação do setor. Isto é uma coisa raríssima: clientes e fornecedores numa mesma associação e se entendendo há vinte e um anos. Isso é notável.

Um minuto de empolgação, porque agora é a ABTA que está falando com todo mundo. Agora queremos analisar – e é o objetivo principal desta nossa reunião – as conseqüências, os reflexos do PLS 116.

Muito bem, é um pouco complicada a leitura do que está ali explicado – foi distribuído antes –, mas quero explicar o que aconteceu com o PLS 116. O primeiro passo foi a criação de um serviço com uma denominação nova com o propósito de englobar todas os atuais serviços que são distinguidos pela tecnologia que utilizam Aliás, a Anatel está em um processo semelhante. Identifiquei na proposta de regulamentação, proposta contorcionista de regulamentação do Cabo, introduziram o art. 51, segundo o qual o Cabo pode ser prestado por qualquer tecnologia. Então, esse cabo agora saiu da cápsula e pode ser frequência radioelétrica, micro-ondas. Bem, mas esse é outro assunto, e acho que temos que, em relação ao PLS 116, nos apressar para os anteciparmos à consagração de uma regulamentação um pouco improvisada. Esse serviço. O serviço de acesso condicionado,é identificado como um serviço que pode ser prestado e complementado por qualquer tecnologia. Nada impede, por exemplo, que eu forneça, que eu obtenha uma autorização para um determinado bairro de uma cidade – porque não será mais necessário pedir licença para a agência municipal – se quero prestar serviço em um bairro, utilizando um satélite para levar até o *headend* local, o cabeçal, para distribuição. Então, isso vai facilitar muito toda a instalação da rede, que é de grande complexidade.

Os elos da cadeia de valor, que destacamos ali, como já mencionei, vou mostrá-los agora. Mostro como se organizou essa cadeia de valores para efeito de projeto, identificando as diversas fases da distribuição do audiovisual. A produção propriamente dita é aquela que, munido de uma câmera, com iluminação, com artistas, com som, produz-se um conteúdo audiovisual. Esse conteúdo audiovisual, depois de completado seu processo, é selecionado por um programador para compor um canal. Então, preciso de vários programas para compor um canal de televisão. O empacotamento seria a organização desses canais em um pacote, um pacote básico, um pacote dourado, um pacote platinum, seja o que for. Finalmente, a distribuição é quem leva isso à casa do assinante, ao domicílio do assinante.

Portanto, vamos voltar ao PL 116. Limites à verticalização na cadeia de valores: foi uma coisa dura,

uma negociação difícil, como já foi várias vezes mencionado aqui. Precisava haver concessões de lado a lado e precisávamos preservar a qualquer custo esse capital, essa riqueza do nosso conteúdo. A única barreira que temos é o fato de que não falamos espanhol. Mas a única barreira nossa é lingüística, e mesmo assim penetra em cento e tantos mercados com produtos de televisão brasileira – legendados ou dublados. A essa verticalização, que me parece indesejável, de quem produz também distribuir, ou seja, fazer todo o ciclo, foram impostas algumas restrições, maiores para as em presas de telecomunicações, as distribuidoras, do que para os produtores e programadores. Estes últimos podem chegar a até 50%, já é uma *joint venture* robusta de uma distribuidora. Em compensação, as empresas de distribuição não podem ter mais de 30% sobre as programadoras e produtoras. Se o conteúdo passou a ser contemplado, abriu-se um cenário propício à participação da Ancine na regulamentação dessa legislação.

Está lá previsto que essas duas agências terão seis meses para produzir uma regulamentação aplicável ao mercado. Quer dizer, acho que esse será um período de muito trabalho, de muita discussão. Lembro-me de que a Lei do Cabo foi sancionada em 95 e sua regulamentação foi baixada em 97. Participei ativamente do primeiro decreto. Conseguimos derrubá-lo porque ele extrapolava os limites impostos pelo marco legal; quer dizer, o marco regulatório ficando maior que o marco legal. Conseguimos que ele fosse revogado, e, mais adiante, foi baixado outro decreto.

A programação, o assunto mais mencionado aqui, especialmente pelos representantes dos estúdios americanos – eu falo americanos porque os canais étnicos são considerados canais de entretenimento, são classificados como étnicos, se é indiano, se é chinês, se é de Abu Dhabi... Então, como nós falamos entretenimento de qualidade e de interesse geral, estou falando do importado americano, que é um produto espetacular, só que ele é amortizado lá. Aqui, ele vem com preço de arrasar; eles vendem uma série pelo preço que um produtor brasileiro gasta para fazer um capítulo de uma série. Claro eles têm lá o maior mercado do mundo e conseguem amortizar e chegar a um custo ridículo para fazer a exibição no Brasil.

Quanto a isso, houve muita briga. Nós fomos sempre muito sensíveis aos nossos associados, que eram contra as quotas, acho que a maioria dentro da ABTA. Mas que foi-se reduzindo a expressão dessa maioria com as vantagens que o projeto trazia, barrando inclusive algum movimento mais agressivo do Executivo, querendo empurrar uma regulamentação improvisada, sem maiores discussões, pelo menos não sendo feitas nas Casas do Congresso Nacional. Então, esse foi um pomo da discórdia, superado por uma maioria, mas não por unanimidade.

Finalmente, estímulo a conteúdo. Sempre apoiamos, pois isso aí é que é o expediente. Deixa que o produto se imporá. Dê dinheiro, dê crédito, facilite a produção, mas ele se imporá como qualidade. Então ele vai ser procurado, não há dúvida. Mas sempre inspirados em fontes e direitos e sistemas comparativos internacionais, a opção foi por incluir no projeto, e passou a fazer parte. Hoje nós defendemos o projeto como um todo, o que vem fazendo o nosso Presidente em algumas ocasiões e que, desta vez, coube a mim fazê-lo.

Então agradeço mais uma vez essa oportunidade. Lamento por ter passado um pouquinho do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Dr. José Francisco de Araújo Lima Neto.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, representante da Associação Brasileira de Telecomunicações, Telebrasil.

Com a palavra o Dr. Levi.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Não sei se bom dia, boa tarde, mas, em benefício do almoço de todos, não vou estourar meu tempo aqui.

Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eunício, nosso ex-ministro, Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, de Mato Grosso do Sul, esse sinal todos que os senhores estão recebendo de outros Estados é proporcionado pelos investimentos que nós temos feito durante todos esses anos, com certeza, inclusive o sinal de internet, que, para nós, é muito claro. Nós levamos um ponto de A a B; não olhamos para o conteúdo que está lá. Telecomunicações é um ponto a outro ponto carregando, de uma forma neutra, o sinal que nós recebemos e transmitimos com qualidade, como os senhores estão podendo ver. O PLC 116...

Está ali. A Telebrasil é uma associação sem fins lucrativos, trinta e sete anos de história. Participamos, com muita satisfação Confecom – Jonhny Saad estava aqui pressente – em que pudemos debater bastante esse assunto também ,

Quero apenas mostrar aos senhores que, nesses pouco mais de doze anos de privatização, investimos R$230 bilhões neste País. Temos hoje 277 milhões de clientes; nós temos mais clientes do que a população brasileira. Temos hoje mais celulares do que a população brasileira. É um ambiente extremamente competitivo, e nós continuamos ativando um celular por segundo neste País, uma banda larga a cada três segundos no Brasil. Nós temos apenas 5,1 milhões de

assinantes de televisão a cabo, um número, proporcionalmente aos 277 milhões, extremamente pequeno.

O serviço de TV a cabo no Brasil é caro, é concentrado e com baixíssima penetração. No Brasil, todos os Municípios têm infraestrutura de banda larga fixa, todos os Municípios a têm e apenas...

Acredito que eu tenha cometido um engano, porque coloquei 242, ouvi aqui 262 por parte do Ara. Ouvi Evandro falar em duzentos e cinqüenta e poucos Acredito que, se eu colocar ali 262, os pontinhos vermelhos, que são proporcionais ao que tinha sido colocado antes, vão continuar da mesma forma. É muito pouco.

Em São Paulo – para ficarmos apenas comentando sobre o Estado mais rico da País – esse exemplo é também muito triste: são 78 Municípios contra 645 que possuem infraestrutura de banda larga. Aliás, em São Paulo há uma empresa concessionária telefônica, e houve um comentário a respeito no sentido de que, em muitas questões, a aprovação do PL pode fazer alguém fazer o absurdo de ter de se desfazer de alguma operação. Não entendemos que isso é absurdo; ao contrário, entendemos que isso é uma forma extremamente natural. A lei Geral de Telecomunicações... Quem milita nesse setor há algum tempo se lembra da questão da Telefônica com a CRT – a Telecom Itália – quando algumas empresas tiveram de se desfazer daquilo que haviam adquirido, empresas que naquele momento tinham extremo valor no mercado. Muitas vezes, pode ser diferente em outras situações, mas naquele momento eram empresas que valiam muito. Isso fez parte de nossa vida dentro da lei Geral de Telecomunicações, quer dizer, para nós isso é extremamente natural de se encarar. O Brasil tem o preço mais alto entre todos esses países – talvez nem todos possam ler, mas não importa, são bastantes países que estão ali. Além disso, tem a segunda pior penetração. Para quem não está lendo, a mais baixa penetração ali seria por parte do México.

Entendemos a necessidade de oferecer serviços convergentes, e todos falaram aqui, através de uma nova rede de acesso. O país tem discutido muito a questão de banda larga, e não há como dissociar TV, telefonia, daquilo que se fala como convergência.

Esse novo ciclo de investimentos contribuirá muito para PNBL tenha a enorme capacidade de enfrentar o desafio que nós temos . Temos apresentado a alguns Senadores que estão aqui em outras oportunidades – participamos do painel Telebrasil no início de junho com a presença de diversos executivos e do Congresso Nacional em que os investimentos que nós – o país, a sociedade, – temos de fazer são de um valor enorme, que depois vou apresentar aos senhores.

Como eu tinha dito, dos duzentos e poucos bilhões que nós investimos durante todo esse período de privatização, aproximadamente R$50 milhões de reais por dia geram ativos e riquezas para o País.

Por outro lado, só em banda larga, nós vamos ter necessidade de investir 144 bilhões até 2020 para incluir o Brasil na moderna sociedade do conhecimento e atingir determinadas situações que alguns países atingiram em 2010 ou 2011. Nós vamos chegar em 2020 à situação que esses países estão atingindo. Cento e quarenta e quatro bilhões em banda larga, para chegar à residência dos clientes, à residência de toda a população, isso vai exigir nova rede de acesso, vai exigir a necessidade de se passar fibra ótica por todos os recantos do País. Isso só se viabiliza com essa nova possibilidade de oferecer o serviço dentro dessa infraestrutura. Não tem como fazer de forma diferente. Pelo mapa que mostramos anteriormente apenas menos de 300 Municípios brasileiros têm essa oportunidade de ter esse serviço hoje.

Os estudos acadêmicos e alguns outros que nós temos contratado – essa é uma planilha mostrada num estudo que fizemos para o Ministério das Comunicações para apresentar a necessidade de investimentos em banda larga – demonstram... E o mais importante ali é observar que os países que têm baixa penetração dos serviços comparados com países que têm alta penetração do serviço. A outorga do serviço é determinante; países que demoram a ter outorga dos seus serviços são países que ficam mais atrasados na penetração. Países que têm outorga anterior às nossas conseguem uma penetração maior desse serviço. A necessidade de o PLC 116 ser aprovado sem restrições, ser aprovado da forma que o setor de telecomunicações entende que é sem nenhuma restrição futura, vai proporcionar ou fazer com que possamos chegar mais rapidamente à situação desses países que estão na nossa frente nos dias de hoje.

Como eu disse, esse grande volume é mais do que necessário para ampliar a oferta de banda larga e só se viabiliza se o operador tiver o serviço possível, completo a ser oferecido.

O PLC 116, antigo PLC 129, nasceu como instrumento para incentivar essa oferta e aumentá-la e permitirá a banda larga em alta velocidade, indispensável ao Plano Nacional de Banda Larga.

Nós entendemos que o País, precisando de 144 bilhões para atingir todos os recantos com o serviço de qualidade de banda larga, se não houver alavancas para que esse investimento possa ser feito dificilmente vamos conseguir chegar lá. Uma das grandes alavancas é o PLC 116.

Discutiu-se,falou-se muito aqui também... A LGT hoje não nos traz uma série de limitações que o PLC 116 vai nos trazer. Entendemos isso perfeitamente, mas entendemos todos aqui falaram de democracia, falaram de uma série de coisas, mas entendemos que há necessidade de cada um ceder para se chegar ao melhor para o conjunto e conseguir atender a demanda da sociedade. É um grande acordo para atender todas essas demandas. Estamos de acordo que algumas restrições que a Lei Geral não nos faz hoje em benefício do restante que podemos ter e que a sociedade vai ter de benefício.

Por isso, não entendemos muitas vezes... e aqui ficou claro que as próprias associações, com algumas divergências dentro delas mesmas, mas, por serem associações, representam os mesmos setores envolvidos. Então, mesmo dentro daqueles setores, me parece muito mais uma questão comercial do que uma questão de princípios da associação. Por isso a apresentação de cada uma delas. E estou aqui sozinho, apenas com parte do tempo que cada um despendeu, mas represento a unanimidade de um setor de telecomunicações. Ele incentiva a concorrência, aumenta a oferta de serviços, diminui o preço, amplia o conteúdo nacional e gera empregos.

Gente, quem é que ganha com isso? A sociedade; os produtores, com cultura nacional; o País, com um mercado mais maduro, com mais investimentos; os trabalhadores, com mais emprego; o mercado de publicidade, com mais canais.

Quem perde? Eu tive a felicidade de ser o último, assisti à apresentação de todos, e acho que cada um de vocês aqui é suficiente, porque assisti, para saber quem perde com isso no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Eduardo Levy, damos como...

ASRA. BERENICE MENDES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

ASRA. BERENICE MENDES – Por favor. Sou Berenice Mendes, da Executiva Nacional do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Não obstante termos encaminhado em tempo hábil requerimento para participação nesta audiência e não obstante ter havido tempo de nosso nome ter sido incluído, e nosso currículo também, na lista de convidados, fomos informados por sua assessoria, ao aqui chegarmos, que nossa fala estava desconsiderada no âmbito desta audiência. Como a sociedade civil... Represento aqui jornalistas, psicólogos, consumidores, artistas, radialistas, a Central Única dos Trabalhadores e mais de duzentas outras entidades que têm o que falar a respeito do PL 116, que venho acompanhando desde 2007, ainda quando PL 29. De modo que pedimos ou a garantia de nossa fala neste momento ou que seja convocada uma nova audiência para que a sociedade civil possa se posicionar frente ao Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas informar à senhora que esta nossa audiência pública tem o interesse obviamente de ouvir todos os setores. Lamentavelmente, temos vários requerimentos que deveriam ter sido adotados. E a demanda colocada por V. Sª – que aqui, com toda liberdade e com todo respeito, recebemos – vamos levar em consideração. A senhora ouviu, ainda há pouco, porque sei que a senhora está aqui desde o início, a colocação, por exemplo, do Senador Pedro Taques, de uma audiência pública que acontecerá na CCJ e na Comissão de Meio Ambiente sobre um tema que também é pertinente à questão em pauta. Esta audiência pública conjunta tende, obviamente, a ouvir as diversas tendências e as diversas manifestações. No entanto, posso dizer a V. Sª que esta não exclui a possibilidade de outras audiências para que possamos ouvir todos os segmentos. Eu apenas quero lamentar o ocorrido, pedir desculpas à senhora pelo que aconteceu e dizer que, em tempo hábil, procuraremos restabelecer a oportunidade para que a senhora possa falar às nossas comissões com absoluta democracia e liberdade de expressão a todas as correntes que queiram se manifestar sobre o tema. Agradeço inclusive a lembrança colocada aqui diante de todos os Senadores.

Muito obrigado por sua presença e pela forma gentil como colocou.

Gostaria de convidar o Senador Anibal para compor a Mesa pela Comissão de Meio Ambiente, porque o Senador Rollemberg tem, neste momento, um compromisso e terá que se ausentar.

Senador Anibal, por favor, componha a Mesa.

Gostaria de passar a palavra...

Consulto o Senador Eunício se gostaria de fazer uso da palavra como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu queria simplesmente dizer que esta audiência foi extremamente importante para que nós, que temos a responsabilidade de presidir uma comissão como a Comissão de Constituição e Justiça e de estar com a relatoria de um projeto tão importante como este. É preciso, para que a gente faça juízo de valor, que a gente escuta todas as partes interessadas. É natural que nesse processo existam divergências, existam

questionamentos. E a gente aqui se assusta, no Congresso Nacional, porque a frase que eu ouvi aqui ficou marcada: nos últimos dez anos, por exemplo, a Anatel esqueceu que podia fazer essa regulamentação e essa abertura. E, de repente, quando se discute um projeto importante como este, quando toda a sociedade brasileira pode participar e pôde hoje participar, por meio da videoconferência, em que foi dada aqui a oportunidade para que vários segmentos, vários representantes de entidades pudessem se manifestar, no momento em que o Congresso Nacional está numa fase final em relação a este projeto, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião – e não é fácil; quem acompanha o Congresso Nacional sabe que não é fácil –, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião com comissões, no dia de hoje, quinta-feira, reunir arqui todos os Presidentes de comissão, como a CCJ a CCT, a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O que a gente quer mesmo é escutar todos vocês. O que a gente quer mesmo é saber o pensamento de cada um. O objetivo de quem faz legislação está afinado com o sentimento da população.

Obviamente, quando vejo a senhora levantar ali e dizer que não foi atendida no seu requerimento, eu quero deixar bem claro que, em muito breve, muito antes de este relatório ser fechado, na primeira Comissão em que ele está, que é a Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos fazer a audiência pública solicitada pelo Senador Pedro Taques. A senhora pode encaminhar o requerimento, e, de ofício, já está deferida a participação da senhora, que representa também a sociedade civil. É esse o nosso objetivo. Nós somos representantes do povo dos Estados e, portanto, somos nós os responsáveis pelas leis.

Assusta-me muito, com o devido respeito ao Dr. Ara, uma pessoa extremamente técnica, competente, que conheço há muito tempo, mas não posso aceitar esta questão no Brasil de que, quando se faz uma lei no Congresso Nacional, faz-se sempre uma portaria – isso não é privilégio da Anatel – no intuito – entre aspas – "de regulamentar essa lei", faz-se uma portaria que se torna, muitas vezes, mais importante que a própria lei que nós fazemos no Congresso Nacional. Portanto, nós vivemos numa democracia e cabe exclusivamente ao Congresso legislar para todos os brasileiros. Eu sou daqueles que não escondo a minha indignação quando ela chega até a mim.

Portanto, eu quero deixar bem claro, meu querido Senador Eduardo Braga, que eu saio daqui com um juízo de valor feito em relação a tudo o que vi. Obviamente, vou processar tudo isso. Vou ouvir a nossa gravação depois. Vou pedir que ela seja transcrita para o papel para que a gente faça leituras, observações. Eu observei aqui, assinalei os pontos mais polêmicos deste PLC, mas é preciso que a gente faça sempre dessa forma. Se as leis fossem feitas sempre assim, com audiências públicas, com a participação das partes interessadas, elas seriam muito melhores e talvez tivessem muito melhor aplicabilidade.

Nós estamos agora – permitam-me, não é um tema inerente – discutindo a reforma política do Brasil. Estão na Comissão de Constituição e Justiça 11 PECs e dois PLS, que nós estamos fechando para aprovação ou não aprovação.

para aprovação ou para não aprovação. Coube-me, na Comissão, discutir um tema da maior importância que se chama fidelidade partidária. Deparei-me com uma instrução normativa do Tribunal Superior Eleitoral, a última corte eleitoral do Brasil. Eles abriram uma portaria, uma instrução normativa que diz que perderá o mandato aquele que tenha um cargo majoritário e que, mudando de partido, perde o mandato. Eu fiz um questionamento ao TSE: eu sou Senador da República, eleito pelo meu Estado, mas o meu suplente não pertence ao meu partido, o PMDB, o único partido da minha história, com mais de 30 anos de filiação. Quem me substitui? A instrução normativa diz que eu perco o mandato se eu mudar de partido. O meu suplente é do Partido dos Trabalhadores. Eu indaguei ao TSE. Estou-me referindo a portarias e a instruções normativas querendo se sobrepor às leis feitas pelo Congresso Nacional. Eu fiz um questionamento: "quem me substituiria?" Ah, quem o substitui é o seu suplente. Mas ele não é do PMDB. Se o mandato pertence ao partido ou aos partidos, como vai ser a minha substituição? Eu estou dizendo isso para dizer uma única coisa: eu tenho muito medo, eu tenho muito receio, eu fico, às vezes, até mesmo muito indignado quando vejo portarias, portarias, regulamentações, regulamentações sendo baixadas acima das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional. Eu saio daqui com a certeza de que para que a gente possa exercer um bom mandato, para que a gente possa efetivamente representar o povo brasileiro, é preciso que a gente escute o povo brasileiro. Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Eunício Oliveira, que foi acompanhado, nessa videoconferência, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, bem como pelas Assembléias Legislativas do Estado do Amazonas, do Acre, de São Paulo, que, neste momento, nos acompanham.

Eu vou passar a palavra ao Senador Aníbal, pela Comissão de Meio Ambiente.

Apenas para complementar o que disse ainda há pouco o nosso Senador Eunício Oliveira, é preciso re-

gistrar que outras entidades também enviaram ofícios e requerimentos a estas Comissões, no interregno entre a publicação da pauta e a presente audiência. Lamentavelmente, pelo que estabelece o Regimento da Casa, nós não podemos fazer o atendimento de todas essas solicitações. No entanto, a colocação ainda há pouco do Presidente Eunício nos dará oportunidade, por esta audiência pública já estabelecida, de abrir o espaço para que esses setores possam ser ouvidos.

Eu passo a palavra ao Senador Anibal, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentá-lo, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira e dizer que, nesta audiência pública, a nossa missão é muito mais que falar, é ouvir, é sentir o que cada um dos segmentos interessados nesta matéria tem a dizer para a gente tentar formar o nosso juízo de valor e tentar votar de acordo com aquilo que mais atende a necessidade do Brasil.

Não tenho dúvidas de que esta audiência pública, de todas as que participei até agora, foi a mais qualificada, com muitos argumentos potentes a favor e contrários. E a gente vai ter que fazer um estudo aprofundado de cada um desses argumentos para tentar votar com muita razão, sempre atendendo aquilo que é o objetivo maior do Brasil: promover inclusão social, promover inclusão digital, fazer com que esse plano nacional de banda larga realmente aconteça e chegue a todos os Municípios brasileiros para que haja muito mais brasileiros com acesso à informação e ao conhecimento universal disponibilizado na grande rede. E tudo que pudermos fazer no sentido de simplificar o acesso à informação e aos conteúdos acredito que seja de bom grado.

Nenhum projeto é perfeito, e todas as falas aqui apontam para isso. Há falhas, elementos a serem considerados e corrigidos. Acredito que, com o conteúdo todo que foi possível absorver desta audiência, vamos estar muito mais em condição de fazer uma tomada de decisão mais segura.

Quero fazer um cumprimento especial às pessoas que acompanham lá da Assembleia Legislativa do Acre; à Procuradora Alessandra, do Ministério Público estadual, que está lá presente; à Ângela Mendes – daqui consigo visualizar –, que é filha do Chico Mendes e que está lá acompanhando também – quero fazer uma saudação –; e a todo o povo do Acre, que está acompanhando por meio da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Anibal e passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício, da CCJ; Senador Aníbal, da CMA; Senador Walter Pinheiro, especialista da área, eu infelizmente não pude acompanhar todas as explanações.

Hoje é uma quinta-feira, mas existem várias comissões funcionando no Senado, agendas em Ministérios, enfim. Mas, conforme aquilo que acompanhei, acho que o Brasil hoje – e o Congresso – tem algumas pautas muito bem definidas. Elas são poucas e absolutamente essenciais para o País.

A primeira, a reforma tributária fatiada. Em função até de reuniões com os governadores ontem e de todo o trabalho que o Congresso vem fazendo e também os Ministérios, não tenho dúvida de que esse processo vai ser iniciado nos próximos meses. E ele é absolutamente essencial para o País, começando pelo ICMS, pelo PRS nº 72, depois se adentrando os investimentos, a folha, a renegociação da dívida, e assim vai.

Outro desafio nosso é a logística, que, mais que nunca, prejudica a competitividade, o avanço que especialmente os empresários e os produtores brasileiros conquistaram ao longo desses anos.

O terceiro ponto é a energia, item essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que é um grande debate. Todos nós sabemos o que representa um racionamento de energia: algo gravíssimo para um país.

E o quarto ponto são as telecomunicações, mais especificamente o PLC nº 116. Aqui foi falado do trabalho executado em várias comissões, da discussão dos marcos regulatórios. Mas acho que essa questão, o PLC nº 116, é absolutamente fundamental. Foi pela importância que esse assunto representa que os presidentes das comissões se organizaram, e estamos fazendo uma audiência pública histórica, reunindo cinco comissões do Senado – como falei inicialmente aqui – e falando para todo o Brasil, para todas as Assembléias Legislativas.

E vemos os avanços da televisão, da radiodifusão, do HD, da telefonia. São impressionantes os números. Saltam aos olhos, Senador Eduardo Braga, os números das empresas de telefonia, daqueles que têm acesso à TV a cabo. Portanto, entendo como absolutamente prioritária a discussão, nas comissões do Senado, do PLC nº 116.

Nós desenvolvemos, como disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, projetos muito parecidos, mas, na tramitação no Congresso, o PLC nº 116 foi mais ágil. Portanto, é ele que vai ser o foco principal desses debates.

Esse projeto vai passar pelas comissões, mas estou absolutamente convencido, Sr. Presidente, de que estamos diante de uma corrida contra o tempo. Estamos hoje, em função dos números, num quadro em que, em vez de o cachorro balançar o rabo, o rabo está querendo balançar o cachorro.

E, ao mesmo tempo, temos hoje uma corrida tecnológica. No meu ponto de vista, se não houver uma legislação... Sei que isso tem de ser aperfeiçoado, que existem pontos polêmicos nesse projeto. O Senado Federal, assim como está fazendo na discussão do novo Código Florestal, terá o equilíbrio necessário para, debatendo com a sociedade, com os principais agentes, efetivamente colocar à disposição uma legislação adequada para o País.

E vejo essa corrida tecnológica e a corrida legislativa com muita preocupação, porque – vamos ser bastante claros –, se esse projeto se estender por muito tempo, seremos atropelados pela tecnologia. Não tenho dúvida nenhuma disso. Portanto, é essencial que tenhamos uma legislação que corresponda a um marco para essa questão que estamos aqui discutindo, sem deixarmos de considerar um item absolutamente fundamental, que é o conteúdo nacional. E o conteúdo regional também, porque isso é, acima de tudo, cidadania, é um incentivo à nossa história, a tudo aquilo que conquistamos em todos esses anos de vida.

Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, nós daremos absoluta prioridade. Esse será um dos projetos prioritários, para que, na Comissão de Assuntos Econômicos, ele tenha uma tramitação célere, porque senão vamos perder a corrida para a tecnologia e para a capacidade que alguns atores têm de efetivamente liderar esse processo; porque senão vamos perder uma grande oportunidade para o Brasil.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a todas essas pessoas que vieram a esta audiência pública, especialmente aos expositores, que, com muita clareza e com muita honestidade, colocaram aqui seus pontos de vista e que nos alertaram, para que procuremos aperfeiçoar o PLC nº 116.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e registro a presença da nossa Senadora Ana Amelia.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, gostaria de dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia fará uma deferência ao nosso Senador Walter Pinheiro, que, desde os primórdios do debate sobre essa questão, vem trabalhando esse tema no Congresso Nacional e que fará, portanto, em nome dos Senadores, o uso da palavra, no encerramento da participação do Senado.

Mas gostaria, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, de manifestar uma posição pessoal, a decisão do empenho de todos os presidentes aqui presentes, para que pudéssemos formular esta audiência pública.

O objetivo desta audiência pública, para os Senadores, para estas comissões, era exatamente poder ouvir a opinião dos diversos setores, dos diversos segmentos, sobre esta questão do PLC nº 116, que todos nós reconhecemos que é polêmica, mas, ao mesmo tempo, absolutamente necessária.

O Brasil não pode, enquanto nação, continuar tendo suas legislações sendo construídas muitas vezes de forma improvisada, ou por portaria, ou por decisões de decretos, ou por decisões de outros poderes que não o Poder Legislativo. Porque é exatamente no Poder Legislativo que temos essa ampla capacidade do debate e do auscultamento da opinião da população brasileira, pelos seus mais diversos representantes, que foram eleitos pelo voto direto da democracia e que também exercem, através das suas comissões, através dos debates, o exercício do conhecimento do contraditório. É obvio que, no mundo moderno, quando debatemos as questões ainda há pouco levantadas pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, das necessidades prementes de logística, de infraestrutura, para que o Brasil possa continuar crescendo e se desenvolvendo da forma que o Brasil vem implementando nos últimos oito, nove anos, é indispensável perceber que o Brasil está diante de grandes desafios. Desafios como, por exemplo, as nossas estradas; desafios como, por exemplo, a questão dos nossos aeroportos, dos nossos portos; desafios na geração de energia, nas linhas de transmissão, nas distribuições. Mas é indiscutível que um país que ocupa o destaque que o Brasil ocupa hoje na economia mundial precisa ser competitivo também através de uma plataforma tecnológica indispensável para o mundo moderno como a banda larga na Internet, como os acessos a economias nas nossas empresas, nos nossos setores competitivos e a inclusão de regiões que ainda estão excluídas desse processo. A retirada do isolamento de brasileiros que não podem continuar à fronteira do nosso desenvolvimento.

Aqui estão representantes no Senado Federal de várias regiões. Eu represento o Estado do Amazonas, nosso Senador Aníbal representa o Estado do Acre – portanto, a Amazônia aqui representada; o Mato Grosso do Sul aqui representado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral; nosso Nordeste representado por dois dos seus ilustres líderes e representantes, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira; o Sul do País

representado pela nossa Senadora Ana Amélia aqui presente, representante do Estado do Rio Grande do Sul. Mas a verdade dos fatos é que aqueles que estão na Amazônia, isolados muitas vezes pela aviação regional que é proibitiva, nas distâncias quilométricas da Amazônia, sem ter o acesso à modernidade de uma telemedicina que possa levar o diagnóstico de doenças que ainda matam...

Costumo destacar que, analisando o último censo, Senador Eunício, a única região brasileira em que o sexo masculino é maioria na população é a região Norte, porque, lamentavelmente, câncer de mama e câncer de colo de útero diminuem a expectativa de vida das mulheres na Amazônia brasileira.

Esta é uma questão humanitária e social, que no Brasil não responderá apenas pelos interesses econômicos e financeiros, que muitas vezes visam a exclusivamente o lucro do setor privado. Compete, portanto, a nós legisladores e brasileiros que representam a federação no Senado da República equilibrar essa disputa e fazer com que essas plataformas tecnológicas, seja pela radiodifusão, seja pela fibra ótica, seja pela tecnologia do satélite, porque aqui ouvimos ainda há pouco uma referência irônica dizendo: "Agora TV a cabo vai ter tecnologia de todo tipo". Na realidade, nós sabemos que, por exemplo, na Amazônia brasileira, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, no Estado do Pará, para que possamos ter acesso a todas as tecnologias não será possível fazê-lo exclusivamente por fibra ótica. Satélites com banda larga dedicada naquela região serão absolutamente indispensáveis se nós quisermos vencer esses desafios, que não são apenas de infraestrutura, mas que têm aspectos sociais e humanitários extremamente importantes, numa região que detém o maior patrimônio do povo brasileiro e um dos maiores patrimônios que o Brasil hoje dispõe na sua vantagem comparativa no enfrentamento de discussões estratégicas no contexto internacional.

Digo isso para agradecer, agradecer profundamente a todos os senhores e senhoras que aqui vieram e que aqui participaram deste debate, contribuíram com as suas posições, posições coerentes e, acima de tudo, de forma democrática, respeitosa e com o cumprimento rigoroso do horário e da participação de cada um. Isso possibilitou que pudéssemos ouvir uma gama enorme de opiniões, sem perder de vista as necessidades e os avanços que já alcançamos e que precisamos alcançar, e de reconhecer a importância e a relevância do Senado da República e do Parlamento brasileiro.

Dito isso, quero agradecer às assembleias legislativas que nos acompanharam, quero agradecer aqui aos nossos Estados do Brasil inteiro que manifestaram interesse de poder estar junto conosco utilizando dessas plataformas todas, e ainda há pouco ouvimos um dos palestrantes dizer que isso só foi possível graças aos nossos avanços. Esses avanços foram muitos, mas nós precisamos ir além desses avanços.

Agradeço, portanto, ao Ceará, ao Amazonas, a São Paulo, ao Acre, ao Piauí e aos outros Estados que nos acompanham.

E passo a palavra ao nosso Senador Walter Pinheiro, que fará uso da palavra para encerrar a participação por parte dos nossos Senadores nesta audiência pública que reputo ter sido uma audiência pública histórica e que marca, sem nenhuma dúvida, um divisor nas posições aqui ouvidas, e que todos os Senadores irão formar seu juízo de valor para que possamos então nos manifestar quanto ao mérito e ao conteúdo do PL 116.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que a usará da tribuna.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, meu Presidente da Comissão Eduardo Braga; Senador Aníbal, aqui representando a Comissão de Meio Ambiente; Senador Eunício, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; eu, meu Presidente, fiz questão de falar como orador inscrito, apesar de ter sido delegado aqui pelo meu Presidente Roberto Requião, da Comissão de Educação, da qual também faço parte, mas fiz questão de dizer a ele que preferia falar como membro da CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), até para manter a minha trajetória de vida, de luta e a relação, inclusive com esse debate.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer a V. Exª, assim como aos demais presidentes, aqui está o Presidente Eunício, com o qual inclusive iniciamos essas conversações para esse debate, para não só darmos sequência àquilo que o Presidente Eunício teve oportunidade de fazer enquanto Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados... Eu até brincava hoje de manhã cedo com um dos Deputados, que terminou sendo o último Relator, dizendo: "Quis Deus que a aprovação do projeto fosse exatamente no período em que o relator fosse um cearense e o Presidente da Comissão também um cearense".

Esse não é um debate que estamos fazendo aqui hoje, é uma continuidade. O Francisco, da EBTA falava aqui da quantidade. Eu estava, Francisco, buscando na memória, mas fizemos mais de cem reuniões discutindo esse PL 116. Mais de cem, se levarmos em consideração as reuniões que fizemos com grupos, separadamente, com o relator recebendo cada entidade, cada personalidade, cada figura que queria discutir

esta matéria. Não me recordo da indisposição de Jorge Bittar e de Paulo Lustosa para esse feito. Os dois com os quais tive relação direta, por ser membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sem contar Vital do Rêgo e outras figuras, como o próprio Bruno, que era Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor à época. Então, portanto, foram mais de cem reuniões.

E aqui o Senador Eunício usou uma expressão que é muito forte e muito propícia: Quisera a aprovação de lei tivesse um grau de interação que este projeto está tendo. Às vezes às pessoas cobram da gente: "aprova, aprova, aprova", "o Congresso não funcionou", "o Senado não funcionou", "não votou lei", porque as pessoas medem o funcionamento de Câmara e Senado como se fosse possível medir, como quem fabrica sandálias. Produção em série. Ao produzir sandálias, às vezes, umas soltam as tiras, e outras deixam mau cheiro.

Portanto, o debate sobre uma questão de lei deve estar associado a um outro processo. Aí, há essa interação. É que este é o momento inclusive para a gente fazer esse debate aprofundado.

O segundo ponto que quero levantar aqui da crítica: publicamente, meu cara Ara, e aqui na mesma linha do que colocou o Eunício, eu fiz a crítica à Anatel quanto à apreciação, não pelo fato de uma instituição estar tomando o poder da outra. Fiz a crítica inclusive ao Poder a que eu pertenço, pelo fato de não compreender que deveríamos acelerar um pouco mais a apreciação da matéria, para não permitir, inclusive, atropelos, não na competição de quem vai produzir a legislação sobre essa área – até porque compete a nós –, mas exatamente por conta do perfil que esse segmento representa.

Eu não acho que isso pode ser tratado com um simples ajuste de uma portaria ou uma decisão de uma agência. Esse é um dos pontos mais incidentes na nossa economia e na vida da sociedade. Nós estamos tratando aqui da reformulação de um segmento que incidirá decisivamente na vida de cada cidadão, na agenda do dia, nas oportunidades, na democratização ao acesso. Então, acho importante lembrar isso. Não estamos tratando só e somente só de uma parcela da economia, ou para atender radiodifusores ou operadores de telecomunicações.

Portanto, a compreensão que a agência deveria ter sobre esse tema é nessa linha. Aqui, o que está em jogo é exatamente aquilo que a agência tem de cumprir: defender os usuários e os consumidores brasileiros. Na minha opinião, o papel de uma agência reguladora é a defesa dos interesses desses da sociedade; por isso, ela foi constituída. Assim, esse debate tinha de ser amiúde, mas casado com a necessidade de responder ao tema.

Nesse debate, temos dois segmentos: um, com dez milhões de usuários; outro, só em celular – anotei aqui por segundo, como relatou a Telebrasil – íamos falar em duzentos e sete milhões de celulares.

Portanto, se não tivermos cuidado, se não tivermos exatamente essa acuidade em tratar esse assunto, é lógico que quem tem duzentos e sete milhões tem a unha maior, vai subir na parede muito mais rápido e vai esmagar... Então, não teremos competitividade se as regras claras não forem adotadas, se os papéis da Anatel e da Ancine não ficarem estritamente claros num projeto como este.

A tendência natural é que os órgãos reguladores não tenham a menor capacidade para o enfrentamento principalmente do tamanho desses operadores. É importante enxergarmos todos esses aspectos e trabalharmos os pontos cruciais dessa nova relação. Volto a frisar que isso é uma atividade econômica, mas uma atividade econômica que carrega, que empacota, que distribui algo que é um valor imaterial, importantíssimo na sociedade: é um negocinho chamado informação, conhecimento, cultura. São valores preciosos e garantidos constitucionalmente no nosso País.

Nós precisamos agora fazer o desdobramento das garantias constitucionais, para que, em lei, a gente possa promover as condições para que isso chegue a todos, e não só a 262 Municípios. Como isso pode ser utilizado para ampliar a capacidade de banda larga de que todo mundo fala? Como nós podemos casar as diversas infraestruturas e fazer cumprir inclusive o artigo da Lei Geral de Telecomunicações, o compartilhamento da infraestrutura, o tal do *unbundling*?

Do contrário, vamos ficar cobrando investimentos de radiodifusores, operadores de telecomunicações quando, na realidade, se tivéssemos essa obrigatoriedade, poderíamos exatamente compartilhar essa infraestrutura e chegar em mais de 262 Municípios.

Esse é um ponto crucial nesse debate. Não temos a pretensão de o PL nº 116 resolver todos os problemas do mundo. A convergência de mídia, a convergência tecnológica e a convergência inclusive das ideias nos colocam agora diante do PL nº 116. Portanto, o esforço do Senado agora é por tentar mediar, sim... Eu gostaria muito que o PL nº 332, de minha autoria, fosse aprovado na íntegra. Para quê? Para ter o prazer de dizer que aprovei um projeto de minha autoria em conjunto com Paulo Teixeira? Não.

Então, é importante que a gente tenha a capacidade de mediar.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria tocar em alguns pontos que acho que vão merecer de nós, Senadores, um aprofundamento maior para que a gente

possa produzir algo e, efetivamente, entregar à sociedade brasileira uma ferramenta.

Aliás, deixe-me fazer uma crítica aqui. Alguns aqui talvez a conheçam. O Evandro estava aqui e saiu, Chico, Slaviero, Marcio. Sempre fiz uma cobrança – aliás, estou há quatro anos fazendo essa cobrança, e o Johnny Saad sabe disso. Fruto dessa cobrança, logo em seguida, fomos fazer um debate no Canal Livre, no domingo à noite, sobre esse projeto. E minha cobrança é o seguinte: é interessante que estamos tratando de uma matéria que envolve, Marcio, TV por assinatura, radiodifusores, processo de comunicação, e eu nunca vi um programa específico em nenhuma emissora, em nenhum canal desses, em nenhuma rede que tratasse esse tema. Estou fazendo, de novo, a cobrança.

Estamos fazendo a transmissão aqui pelo Interlegis. Mas isso é a essência desse segmento! E esse segmento ainda não topou abrir para fazer o debate. Quantos programas especiais essas redes têm? Poderiam dedicar um programa especial, mesmo na TV por assinatura e mesmo na TV aberta. Quantos programas há para isso? Para chegar e dizer: "vamos fazer o debate nesses canais". O que isso representa para o povo brasileiro? Estou falando de um país em que a TV aberta está presente em quase todas as casas.

Eu estava brincando com o Eduardo Braga: "nós perdemos Minha Casa, Minha Vida". Eu disse: "Eduardo, nós perdemos a oportunidade de votar TV por assinatura. A Dilma está lançando Minha Casa, Minha Vida; se não tiver Minha Casa, Minha Vida, não dá para pendurar uma parabólica, não dá para pendurar uma antena".

No interior da Bahia – eu posso falar aqui sem medo de errar, e a mesma coisa deve estar acontecendo no Ceará, no Mato Grosso do Sul, no Acre, no Amazonas –, meu caro Eduardo, eu posso dizer aqui tranquilamente que mais de 60% da população assistem TV via parabólica.

Na Bahia, há um povoado chamado Tracupá, cuja principal atividade econômica é exploração do couro, fabricação de carteiras, cintos. E o nome do povoado deixou de ser Tracupá, que é um nome indígena, por conta dos índios que vivem naquela região, kiriris e outros. E aí? O Tracupá agora se chama "povoado da parabólica" Não tem uma casa sem parabólica.

Então, é importante fazer esse debate com vocês. Vocês podiam nos ajudar para que esse debate pudesse chegar à vida das pessoas, para o sujeito chegar lá no Crato, em Corumbá, em Cruzeiro do Sul ou em qualquer outra região ribeirinha, do Amazonas, aonde só se vai de barco, mas aonde o sinal chega.

Eu sou do tempo, Eduardo... Chico falou aqui de 1991 – eu era o presidente da federação dos trabalhadores quando entramos com esse projeto. Em 1991, eu era o presidente da Fitel. Eu sou do tempo da tropodifusão para atender o Amazonas, no sistema Telebrás. Eu venho de lá. Era assim que a gente atendia o Amazonas.

Esse tempo mudou: ou a gente aproveita isso, essa mudança de tempo... Quando começarmos a discutir o PL nº 29, que era assim chamado na Câmara, nós estávamos discutindo o 3G. Nós estamos aqui fechando o debate sobre o PL nº 116 no Senado, quando agora estamos discutindo LTE, outra tecnologia; quando estamos discutindo inclusive outras formas. E a TV digital? Quando ela bater na mobilidade, sem regras, sem condição para que isso opere, como é que isso vai ser processado? Volto a frisar: quem tem 207 milhões de celulares na rua pode tranquilamente enfiar o que quiser, fazer *download* do que quiser. E aí? Depois, adiante, nós vamos ficar só reclamando que o aspecto tecnológico tem nos atropelado?

Portanto, criar condições, traçar o caminho, é para permitir principalmente o atendimento de quem está lá na ponta, chegar em todos os cantos deste país, aproveitar essa capilaridade. Eu, por exemplo, tenho dito sempre que quero botar o povo de TV por assinatura para dentro para ver se a gente aumenta a possibilidade dessa última milha de que a gente tanto reclama. A Telebrás anunciou agora que nós vamos chegar a trezentas cidades com banda larga. Faltam 5,3 mil ainda! Não é fácil não, meu velho. É importante termos essa compreensão.

Os Senadores e Deputados não aprovaram uma lei sem ler. Não foi isso, acho muito difícil que isso tenha acontecido. Tiveram toda uma preocupação, foram trabalhando. Nós cometemos erros como legisladores, é por isso que estamos fazendo audiências públicas, queremos escutar para a gente entender isso.

Quais são os pontos de divergência que estamos enfrentando aqui?

Primeiro, as restrições, que foram levantadas aqui. E é importante a gente lembrar uma coisa: as restrições valem para radiodifusores como valem para operadores de telecomunicações, 30% para as teles, 50% para os radiodifusores. Esse debate foi travado exatamente para não permitir um processo em que você tivesse um domínio muito forte.

É fundamental que a gente tenha um processo local, por isso é que insistimos na produção cultural local, por isso é que insistimos na produção independente. E não é só para fortalecer a produção cultural local, mas principalmente para a gente permitir que emissoras locais, relacionando-se com sua produção cultural local, tenham capacidade de sobreviver ante as grandes em nível nacional. Não com o intuito de

derrotá-las, mas com o intuito, inclusive, de ter oportunidade de entrar nesse debate. É por isto que essa combinação no PL nº 116 é importante: é para a gente incentivar a chegada de operadores locais também, para servirem como porta de captação.

Então, quando o Manoel Rangel fala do incentivo... Se não tiver onde veicular, não adianta incentivar a produção independente. Eu vou escoar isso onde? Na manivela local?

O Discovery Kids deu uma grande demonstração de que, no Brasil, há produção cultural de qualidade: está lá na grade do Discovery Kids programa produzido aqui, neste país. Então, não é esse debate de que nós estamos impondo uma cota e que a qualidade, por si só, chegaria. Se não tiver a cota, várias das qualidades produzidas neste país não terão oportunidade de ser apreciadas. Ela é uma janela de oportunidade, ela não é uma regra de imposição para você comprar qualquer produto. É esse o debate. Então, acho que é importante trabalhar com esses aspectos.

Outro aspecto, além da cota, que quero levantar é exatamente essa história do conteúdo e da produção independente. O Brasil, por força da inexistência de regras como essa, tem uma produção cultural muito concentrada, por conta exatamente da força de alguns. Não dá para culpar tal rede ou tal produtora. Na realidade, foi exatamente a ausência de incentivo e de uma política para essa produção que fizeram com que quem era mais forte e que tinha, inclusive, os meios para isso, pudesse ampliar e alargar sua capacidade de produção cultural.

Outro aspecto: a questão da regulação por camadas versus a questão da ausência de regra. O Presidente tocou muito bem aqui: TTH tem ausência total. Então, como é que a gente pode fazer isso? É o debate sobre serviços e atividades. O que é que se regula? Portanto, é possível que isso fique claro.

Eu poderia perguntar ao meu companheiro Manoel Rangel, da Ancine: e aí, será que a Ancine está preparada para essas tarefas? Tem de estar. O nosso papel, enquanto Senado inclusive, é fiscalizar e cobrar essa Ancine para que ela, dentro desse período, não burocratize nem congele as atividades, nem tampouco utilize essas suas atribuições para se contrapor ou até para extrapolar as suas tarefas. É importante que façamos isso tanto com a Ancine quanto com a Anatel. As críticas que tanto Eunício quanto eu fizemos aqui valem também para a Ancine. Esta é a nossa tarefa: ir para cima e dizer "Limite: você tem de ir até aqui". Então, é importante discutir esse aspecto.

A questão da publicidade, que é outra reclamação.

A publicidade vai até para a história do financiamento, por isso é que introduzimos aquela engenharia muito bem produzida pelo companheiro Jorge Bittar, tentando sacar um dinheirinho do Fistel e jogar para cá para permitir que você pudesse dispensar um recurso para o fomento. A publicidade adquirida a partir de cada rede vai ser dispensada? Ou seja, o financiamento privado vai ser utilizado para a produção independente? Eu particularmente não creio nisso.

Com todo respeito: nós não estamos tratando de caridade, nós estamos tratando de uma atividade econômica. Portanto, nós queremos dar aos senhores, da atividade econômica, as condições para que exerçam a atividade econômica, mas nós também precisamos dar a esse segmento a possibilidade de fomentar, de incentivar, de permitir que outros atores cheguem a esse cenário para aumentar a competitividade.

Há também o debate sobre essa questão da distribuição da publicidade. Aliás, há uma crítica que sempre faço... Já ouvi alguém falando aqui da qualidade da distribuição. Na hora, o Senador Inácio até tomou um susto: "Eu pensei que fossem três horas por dia, mas são três horas por semana, o negócio da cota...". Aí todo mundo fala: "Mas as redes colocam filmes de primeira linha...".

Eu poderia citar aqui o nome de pelo menos dez filmes, mas vou citar de dois que todo mundo conhece. São ótimos filmes, ótimos artistas, filmes excelentes, mas que estão permanentemente na grade, estão sempre sendo exibidos. Duro de Matar já ficou duro de ver, porque é repetido frequentemente, principalmente perto do Natal – acontece exatamente no final do ano, com a mulher de um grande ator num sequestro. O outro é O Diabo veste Prada. Esses filmes são permanentemente repetidos!

Não estou falando da qualidade desses dois filmes, estou falando da insistência na repetição deles. Não acredito que seja por ausência de produção, porque há um bocado de outros filmes, inclusive de fora. Não estamos tratando aqui de botar cadeado e de determinar que não entre absolutamente nada de lá para cá, nós não estamos fazendo isso. Não dá para transformar o Brasil numa ilha, nós não temos nem estrutura para isso, além de ser incorreto. O que nós estamos propondo somente é que dêem uma olhada e, nesse cenário, permitam também a entrada daquilo que é produzido no Brasil.

As regras de transição.

A história aqui é muito claramente colocada – vou encerrar, Sr. Presidente – e trata principalmente dessa questão do carregamento, meu caro Davim. Então, acho que esses debates, esses pontos...

Queria dizer muito sinceramente – eu disse ao Presidente ali – que, na minha opinião, são três pontos centrais, mas, se a gente distribuir aqui, nós vamos

ter condição de fazer esse debate com os senhores e as senhoras, com a sociedade, internamente, para a gente tentar ajustar o projeto e ter a oportunidade de entregar ao povo brasileiro uma ferramenta que, de certa forma, nos coloque diante de um momento em que a nossa obrigação é chamada à responsabilidade.

Volto a insistir: se não fizermos isso, nós não teremos, de forma nenhuma, uma contribuição para dar neste cenário que vai se configurar daqui a pouco tempo. Portanto, essa é uma tarefa da qual a gente não pode abdicar. Não se trata de produzir mais uma lei, mas de pelo menos tentar criar os caminhos para tirar cerceamento de direito de escolha de prestadora de serviço e principalmente do consumidor, para a gente tratar essa questão das cotas muito mais numa linha de oportunizar e não de obrigar, para que a gente permita, inclusive, nessa questão das vedações estabelecidas para as teles e para os radiodifusores, que tenhamos condições de equacionar isso e que não se invada o outro a partir da sua estrutura, meu caro Evandro, que é esse cenário de competição no Brasil. Se for estabelecido sem essa regra, não vai ser um enfrentamento igual, mas desigual.

E eu queria deixar aqui três ponderações exatamente na linha das agências reguladoras, tanto a Ancine quanto a Anatel, para entender quais são os pontos desse projeto e como é que esses dois setores vão atuar pensando no consumidor brasileiro.

A Ancine, eu já tinha dito... Penso que seria importante que a agência, cada vez mais, demonstre que não será um obstáculo a esse processo. Ao contrário, ela tem que ser o instrumento facilitador, principalmente para esse mercado se desenvolver, pois é o mercado que mais precisa, e possa chegar.

Aos operadores, gostaria de dizer que considerar a produção independente, a programação, a diversificação da programação, a oferta ao consumidor, a todos esses, gostaria que pudéssemos pensar na possibilidade de cada um ir cedendo. Gostaria muito e quero encerrar com isso. Que eu pegasse aqui e dissesse: é o 332. O 116 é exatamente o extrato desse conjunto de divergências que acumulamos. Não teria como produzir o 116 atendendo a um e discordando de outro. Estamos fazendo um esquartejamento literal de todas as propostas e de todas as posições. E fomos medianos em quais os pontos que poderiam ser produzidos, chegando a isso que está aí.

Quero insistir: em minha opinião, esses pontos básicos que levantei merecem, de nossa parte, enquanto Senadores, um pouco mais de acuidade para ver onde é possível revisar, onde é possível abrir um pouco mais a mão e até onde possível também contar com os segmentos, para que eles entendam que não temos mais condição de aguardar por muito tempo a produção de algo que possa organizar o segmento e não engessá-lo para esse futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro e ao encerrar esta audiência pública, gostaria de dizer que, neste dia, ouvimos praticamente todos os segmentos e ouvimos também diversas opiniões, chegando ao cabo desta audiência pública convencidos de que recebemos contribuições importantes para que possamos, em cada uma de nossas comissões e, finalmente, no plenário, ter um projeto de lei que possa cumprir com o principal objetivo de todo esforço do Senado da República: fazer com que o consumidor, o cidadão brasileiro possa ter uma melhor qualidade no serviço, um preço mais competitivo e um mercado que possa assegurar às futuras gerações um Brasil melhor, mais qualificado e mais bem preparado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13horas e 27 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H00.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO DE SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, RANDOLFE RODRIGUES, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZIOTIN, BLAIRO MAGGI, VALDIR RAUPP, WALDEMIR MOKA, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU** e **PAULO DAVIM.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA**. **PRIMEIRA PARTE**. A Presidência informa que a primeira parte da presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,**

em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2011-CMA, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, com aditamento da Senadora Vanessa Graziotin, aprovado em 15/03/2010, para analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. A audiência conta com os seguintes convidados: Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Édison Castro Martins, Coordenador da Área Técnica da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Victor Bicca, Presidente do Compromisso Empresarial para a Reciclagem – Cempre; Sr. Sérgio Antonio Gonçalves, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Wanderley Baptista, Analista da Confederação Nacional da Indústria – CNI; e Sra. Ana Paula Bernardes, Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO. Antes da exposição dos convidados, o Senador CÍCERO LUCENA apresenta o vídeo "Lixão do Roger", acerca da implantação do aterro sanitário do município de João Pessoa, Paraíba. Após a exibição do vídeo, os convidados fazem suas exposições. Em seguida, usam da palavra os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, VANESSA GRAZIOTIN, IVO CASSOL, CÍCERO LUCENA, ANÍBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, SÉRGIO DE SOUZA.** Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. O Presidente suspende a Reunião às 12h19. O Presidente reabre a Reunião às 12h21. **SEGUNDA PARTE** da reunião, destinada à deliberação de matérias. **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CMA** – que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a Audiência Pública sobre o tema Economia Verde: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), no âmbito da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), conforme Plano de Trabalho da Subcomissão, aprovado em 17 de maio do corrente. Autoria: Senador João Pedro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CMA**, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir denúncias da revista Veja sobre possível esquema de corrupção, em reportagem intitulada "O raio X da corrupção" (Edição 2220, de 08/06/2011), com a presença das seguintes autoridades: Ministro Benjamin Zymler – Presidente do Tribunal de Constas da União – TCU; Leandro Daiello Coimbra – Diretor Geral da Polícia Federal; Eduardo Pereira Nunes – Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Jorge Fontes Hereda – Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF; Luiz Antônio Pagot – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT; José Alberto Pereira Ribeiro – Presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR; Luiz Fernando Leone Vianna – Presidente da Associação Nacional de Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Cyro Miranda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **ITEM 3) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2007,** que Sugere à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, por seu intermédio, às Subcomissões de Resíduos Sólidos e de Aquecimento Global, estudo conjunto de medidas legislativas para reduzir os impactos da ação humano ao meio ambiente.Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer pelo arquivamento do Projeto. **ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2007,** que Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Contrário à matéria. O item foi retirado de pauta. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009,** que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta, e com uma subemenda à emenda de autoria do Sen. Antônio Carlos Valadares. Após a leitura do Relatório, a matéria é discutida e votada simbolicamente. Entretanto será deliberada novamente em votação nominal, por se tratar de decisão terminativa desta Comissão. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 6) PLS n° 64, de 2010; Item 7) PLS n° 259, de 2008; Item 8) PLC n° 147, de 2009 Tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2009; Item 9) PLS n° 259, de 2007;**

Item 10) PLS n° 536, de 2009; Item 11) PLC n° 76, de 2009; Item 12) PLS n° 167, de 2007; Item 13) PLS n° 258, de 2009; Item 14) PLS n° 38, de 2011; e Item 15) PLS n° 190, de 2008; ITEM 16) PLC n° 326, de 2009; ITEM 17) PLC n° 139, de 2010. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes Requerimentos: **REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CMA,** que requer nos termos do art. 93, II, a realização de audiência pública para debater políticas públicas no intuito de diminuir os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde das pessoas, com os seguintes convidados: Leticia Rodrigues Silva – ANVISA – Gerencia de toxicologia (Aborda os agrotóxicos e a legislação) ou José Agenor Álvares da Silva, Diretor da ANVISA; Pedro Serafim – Ministério Público do Trabalho e Fórum nacional de combate aos impactos dos agrotóxicos; Prof. Wanderlei Pignati – Dr. em saúde coletiva UFMT – Impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente; Jose Carlos Alves Ferreira – Instituto Holístico – IHAO - Alternativas para eliminação do uso dos agrotóxicos; Francisco Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcio Freitas, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Autoria: Senadores Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CMA,** que em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro sejam convidados para participarem dos debates os senhores Ricardo Ribeiro Rodrigues (Esalq/USP); Ricardo Abramovay (FEA/USP); Judson Valentim (Embrapa/Acre); Adnan Demachki (Prefeitura de Paragominas); Luis Fernando Guedes Pinto (IMAFLORA); Gerd Sparoveck (Esalq/USP); João Paulo Ribeiro Capobianco (Instituto Democracia e Sustentabilidade); Tasso Azevedo (Consultor do MMA para Mudancas Climáticas); Beto Verissimo (IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente); Paulo Moutinho (IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia); José Carlos Carvalho (Ex– Ministro de Meio Ambiente, Ex-secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais); Jose Antonio Aleixo da Silva (UFRPE/SBPC); Raul Krauser (Via Campesina); Maria da *Graça* Amorim (Coordenadora da Meio Ambiente FETRAF); Paulo Kageyama (Esalq/USP); Tatiana Deana de Abreu Sá (Embrapa); *Vicente* Almeida (SINPAF); Sérgio Sauer (UnB/ Terra de Direitos); Paulo Afonso Leme Machado (Doutor "Honoris Causa" em Direito Ambiental, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), Professor na UNESP – Universidade Estadual Paulista e na UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba); José Afonso da Silva – (Professor de Direito Constitucional – Livre Docente pela Universidade de São Paulo) e Carlos Frederico Marés de Souza Filho – Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CMA,** que requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ciclos de palestras, debates, seminários e painéis ao longo do biênio 2011/2012, para avaliar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, que dispõe sobre o Código Florestal, com a participação das seguintes entidades: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Os eventos serão realizados às 6ª feiras, às 14h, na sala das Comissões. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A primeira parte da reunião destina-se à audiência pública

PAUTA

PRIMEIRA PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2011-CMA, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, com adita-

mento da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 15/03/2010, para analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos.

Para a realização da Audiência Pública, contamos com os seguintes convidados: Sérgio Antonio Gonçalves, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Victor Bicca, que é o Presidente do Cempre; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Edison Castro Martins, Coordenador da Área Técnica da Confederação Nacional dos Municípios; Roberto Laureano Rocha, do Movimento Nacional dos Catadores; Wanderley Baptista, analista da Confederação Nacional da Indústria; Ana Paula Bernardes, da Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro.

A segunda parte da reunião destina-se à deliberação de matérias.

Comunicados da Presidência:

Comunico o recebimento de ofícios encaminhados à Comissão acerca da diligência realizada nas usinas hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia.

Ofício do Ministério da Justiça de 20 de junho de 2011, referente à segurança das obras nas usinas, com informações prestadas pelo Departamento de Polícia Federal, sobre a mobilização de contingente da Força Nacional de Segurança Pública, que tem conseguido manter a ordem no canteiro de obras da Usina de Jirau.

Esclarece, contudo, que somente a presença de policiamento ostensivo pela Polícia Militar poderá garantir segurança no local, já que a Força Nacional não poderá ali permanecer indefinidamente.

Ofício do Conselho Superior da Justiça do Trabalho referente ao exame de viabilidade da criação de novas varas do trabalho, no Estado de Rondônia, informando que cópia da comunicação inicial da CMA foi encaminhada à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Ofício da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama referente à execução das medidas compensatórias e mitigadoras, previstas nos licenciamentos ambientais das usinas, encaminhando cópias de pareceres técnicos que relatam o cumprimento dos programas ambientais descritos nos planos básicos ambientais das obras.

Em relação aos recursos da compensação ambiental, definidos em 0,5% do custo de construção dos empreendimentos, ainda não houve sua execução financeira.

Quero registrar também que, na próxima quinta-feira, às 8h30min, nós teremos uma audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, para ouvir a Ministra do Meio Ambiente, retomando os debates sobre as propostas de alteração do Código Florestal.

Também devemos aprovar hoje, na nossa reunião deliberativa, audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura do Senado para uma série de outras audiências públicas conjuntas para debater as alterações no Código Florestal.

Registro a presença do Senador Blairo Maggi e convido, neste momento, para darmos início à nossa reunião, o Sr. Victor Bicca, Presidente do Cempre e o Sr. Wanderley Baptista, analista da Confederação Nacional da Indústria.

Estamos aguardando os outros convidados. Vamos dar início, pois temos uma agenda longa hoje, não apenas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, mas também em diversas outras comissões da Casa.

Então vamos ouvir primeiro, inicialmente, o Dr. Victor Bicca, Presidente do Cempre, a quem tenho a honra de passar a palavra.

O SR. VICTOR BICCA – Bom-dia, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Blairo Maggi, Wanderley Baptista, Presidente da CNI, meus senhores e minhas senhoras:

É um prazer e uma honra estar aqui novamente, falando um pouquinho da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dos desafios que temos para implementá-la.

A Política, vocês sabem, passou aqui nesta Casa, ou seja, no Congresso, quase 20 anos sendo discutida e foi aprovada no ano passado. Tenho grande orgulho de dizer que participei dessa discussão e que aprovamos uma legislação nova, com princípios inovadores, modernos, que é um marco legal não só para o Brasil, mas para todos os mercados em desenvolvimento. Nosso grande desafio agora é fazer com que ela se torne uma realidade, ou seja, a sua implementação. Ela tem alguns desafios muito grandes e somente a união de todos, ou seja, a efetiva execução da responsabilidade compartilhada, que é um dos princípios fundamentais dessa Política, fará com que ela se torne uma realidade.

Eu vou fazer bem rápido aqui uma apresentação só para a gente discutir o contexto e nos situarmos.

Felizmente, a gente conseguiu, nesses últimos quatro, cinco meses, avançar bastante. Hoje temos um consenso sobre o modelo de governança, principalmente no setor de embalagens, no qual eu vou focar aqui a minha apresentação, que é o grande resíduo. A gente tem esse desafio de fazer com que ele seja disposto de uma forma correta.

(Próximo, por favor.)

Qual é o contexto atual que temos? É que, de uma forma ou de outra, independentemente de a lei ter ficado 20 anos, ou seja, de o projeto de lei ter ficado 20 anos sendo discutido no Brasil, os índices de reciclagem mostram que a gente está no caminho certo, ou seja, eles não param de crescer.

(Próximo, por favor.)

Como vocês veem, os índices são muito bons, e aqui há dados de até 2008, os últimos dados oficiais do IBGE. No Relatório de Desenvolvimento Sustentável, vemos que o Brasil, hoje, é campeão mundial de reciclagem de latas de alumínio e o segundo país que mais recicla embalagens PET, sem contar papelão e outros materiais. Então, a gente está no caminho certo.

Como disse, são dados dos indicadores de desenvolvimento social do IBGE. Não são dados de indústria ou de qualquer outro setor. É o próprio Governo que está ratificando, reiterando esses pontos.

(Próximo, por favor.)

A grande razão desse crescimento é o modelo que foi criado no Brasil nos últimos anos, em função da nossa situação social, econômica e até mesmo educacional, em que, hoje, temos quase um milhão de catadores, 700 cooperativas e 40 mil catadores organizados. São essas pessoas todas, esse contingente que tem sido responsável principalmente por esses índices que nós vimos e que foram ratificados pelo IBGE.

(Próximo, por favor.)

A indústria tem feito a sua parte através do Cempre. O Cempre hoje congrega quase 40 grandes empresas que buscam incentivar a reciclagem no Brasil. São programas de apoio a cooperativas, PEVs, os chamados Pontos de Entrega Voluntária – qualquer supermercado hoje tem lá uma estação de reciclagem, onde o consumidor, o cidadão pode jogar a sua embalagem utilizada, o seu produto, que depois é encaminhado para uma cooperativa e reciclado.

O Governo também tem feito a parte dele. Temos o PAC do saneamento, o Pró-Catador. O BNDES tem uma linha de crédito exclusiva para catadores. Temos o projeto do pagamento por serviços ambientais urbanos, a Funasa, e, recentemente, o Comitê Interministerial, que é liderado tanto pelo Ministério do Meio Ambiente como pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

(Próximo, por favor.)

Porém a gente, para dar um salto maior ainda, que é o que lei está prevendo, temos um grande desafio, que é justamente acabar com essa situação atual. Hoje, 50% dos nossos resíduos vão para lixões, 22% vão para o aterro controlado, que é um lixão melhorado, e somente 27% vão para o aterro sanitário, que é aquele que atende a todas as normas de saneamento, de higiene, enfim, de trabalho, o que significa dizer que a maior parte do nosso resíduo é disposta de forma incorreta.

(Próximo, por favor.)

O grande problema disso, ou seja, a razão disso é o baixíssimo índice de coleta seletiva que a gente tem no País.

Esses são dados do Cempre. O último Ciclosoft, que é pesquisa que a gente faz, aponta que somente 443 Municípios têm alguma iniciativa de coleta seletiva. Isso não quer dizer que 443 Municípios tenham coleta seletiva; só alguma iniciativa. Se a gente considerar que a gente tem 2.565 Municípios, esse percentual é muito baixo. Se a gente considerar a cidade de São Paulo, por exemplo, somente 1% da cidade é servida de coleta seletiva. Então, o grande desafio, a grande oportunidade que nós temos é a implantação da coleta seletiva no País, que é o que lei prevê. Até 2014, a lei determina o fim dos lixões e a implantação da coleta seletiva.

Então, esse é o grande desafio que a gente vai ter que perseguir nesses próximos anos e, somente com a implantação da coleta seletiva, a gente vai ver resolvida a questão da gestão de resíduos no País.

(Próximo, por favor.)

De qualquer forma – e eu falo em nome da indústria –, há a visão de como a indústria pode ajudar nesse grande desafio. E está muito claro no art. 33 da Lei de Resíduos Sólidos que a obrigação da indústria é fazer a logística reversa, ou seja, implantar um sistema em que seus produtos sejam descartados de forma correta. Isso será feito através da instalação de pontos de entrega voluntária e apoio a cooperativas de catadores, que é o que indústria vem fazendo, de certa forma – algumas muito, outras pouco, outras nada ainda. Mas esse é o caminho que a gente gostaria de continuar trilhando, é o caminho que tem se mostrado muito vitorioso em função dos índices de reciclagem que nós temos no País. É assim que a gente vem construindo a nossa proposta, que, rapidamente, vamos expor para vocês.

(Próximo, por favor.)

De qualquer forma esta proposta tem alguns pilares de que o setor privado, através do Cempre, não abre mão. O primeiro deles é que, qualquer que seja a implantação dessa proposta de logística reversa, ela tem de preservar a competitividade do setor privado, porque, sem ela, não vai ser possível a gente ter recursos para atacar esse grande desafio que é a questão

das embalagens. O segundo ponto é que, qualquer que seja a proposta que a gente vá construir, ela vai ter de ter a inclusão dos catadores. Terceiro, a possibilidade de ter parcerias, porque, sem elas, efetivamente, nenhum dos setores conseguirá atingir esse objetivo. O quarto ponto é a articulação entre todos os atores, porque a lei tem o princípio da responsabilidade compartilhada, em que a responsabilidade da gestão de resíduos está distribuída em toda a cadeia de forma uniforme. Desde a ponta do consumidor até o fabricante da matéria-prima, passando pelos envasadores, passando pelo varejo e passando pelo Governo, todos são responsáveis por se fazer a logística reversa. Por fim, a gente não abre mão de que, nessa solução, haja a coleta seletiva, porque é a grande oportunidade que a gente tem de coletar as embalagens no domicílio das pessoas e de não deixar que essas embalagens sejam destinadas de forma incorreta no meio ambiente, daí, sim, fazendo com que essa coleta seja muito mais complicada, complexa e cara.

Para que vocês tenham uma ideia, hoje, o Cempre congrega essas empresas todas. Elas são as grandes empresas que produzem, envasam e utilizam embalagens no Brasil.

(Próximo, por favor.)

E a gente trabalhou entre todas essas empresas uma proposta que pudesse atender à legislação e ao modelo informal que hoje existe no Brasil, modelo, vale ressaltar, que foi ressaltado pelo último relatório de Pnuma como modelo de economia verde, ou seja, como uma das formas de, efetivamente, promover a inclusão social e preservar o meio ambiente. O Brasil é citado com louvor no último relatório do Pnuma, que é este aqui.

Quem não o tem, recomendo que leiam, porque realmente é a base da Conferência Rio+20, no ano que vem.

(Próximo, por favor.)

E há a necessidade de articulação entre todos os atores, todos os setores. Essa foi a base da proposta do Cempre, que nada mais é do que o fortalecimento da cadeia atual da reciclagem no País, que passa do consumidor pelas Prefeituras, através de coleta, porta a porta, cooperativas e os PEVs, e também pelas empresas, através das iniciativas que as empresas apóiam com catadores e com os pontos de entrega voluntária. Tem aí também uma parcela considerável de importância os aparistas e sucateiros legalizados, porque dão aquela escala que ainda é necessária para que a gente possa efetivamente fechar o ciclo da reciclagem. Por fim, os recicladores, que muitas vezes são esquecidos, mas sem eles não há uma coleta sustentável.

Hoje, a lata de alumínio tem 98% de reciclagem porque o setor de alumínio conseguiu formatar uma equação, um modelo econômico no qual a lata de alumínio faz parte da cadeia produtiva do alumínio e hoje representa quase 30% de toda chapa de alumínio que é produzida no Brasil. Você está recolocando aquele material que tinha sido utilizado e que estava disperso no meio ambiente novamente na cadeia produtiva.

Esse é o grande desafio que a gente tem: fazer com que os outros materiais tenham esse tipo de utilização e daí, sim, a gente vai ver esses índices de reciclagem aumentarem ainda mais.

Então, chamo a atenção de vocês para os dois quadrados em verde claro, onde vamos ter que trabalhar a questão da coleta seletiva, as Prefeituras, com a implantação da coleta, seja porta a porta, através de cooperativas ou com a utilização dos PEVs, e as empresas reforçando a atuação que já têm com relação ao apoio à cooperativa e aos PEVs, que é, como mostrei no início da minha apresentação, o que a lei dos resíduos sólidos determina.

(Próximo, por favor.)

Como a gente vai buscar essa meta de implantar coleta seletiva? Primeiro, a gente vai ter que ampliar o número de cooperativas. Hoje existem 600, 700 cooperativas. Para que a gente possa fazer com que o Brasil tenha efetivamente um índice de coleta seletiva aceitável e o próprio decreto de regulamentação da política de resíduos determina que essa coleta seletiva seja feita prioritariamente com cooperativas, vamos ter que triplicar as cooperativas, e vamos ter que fazer isso nos próximos anos. Não sei se vamos conseguir, até 2014, como prevê a lei, mas acho que, se fizermos isso nos próximos 20 anos, vamos ter atingido um índice invejável de outros países, até porque estamos considerando que tudo isso vai ser feito sem a utilização da incineração.

Vamos ter que fazer essa ampliação de investimentos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Hoje tudo está concentrado no Sul e Sudeste, onde a gente tem maior apoio à cooperativa, em caso de implantação de coleta seletiva, mesmo que parcial. Então, a gente tem que ampliar esse desafio para outras regiões do País.

Vamos ter que fortalecer a iniciativa indústria/varejo de instalação de PEVs. O PEV não é a solução. Porém, é um modelo de educação para os consumidores e uma forma de, naquelas regiões onde a cooperativa não estendeu a coleta seletiva, o consumidor descartar corretamente.

Vamos ter que trabalhar um pouquinho também a questão dos instrumentos fiscais, dos instrumentos econômicos. Temos aqui o Projeto de Lei Imposto Verde.

Vamos ter que trabalhar a desoneração da cadeia produtiva da reciclagem. Isso é fundamental para que isso dê certo também.

A gente vai ter que trabalhar a questão da meta de coleta seletiva, ou seja, qualquer que seja a proposta com que a gente esteja trabalhando daqui para a frente, sempre ela tem que estar guiada pelo aumento do número de cidades com coleta seletiva verdadeira implantada.

Por conta dessas discussões todas e dessas nossas ideias, chegamos a um modelo de governança para a questão da logística reversa das embalagens, que está sendo discutida dentro de um grupo temático, técnico, liderado pelo Ministério do Meio Ambiente. Isso faz parte do processo de implantação da política de resíduos sólidos. A gente sugere a implantação de um comitê orientador abaixo do comitê orientador de logística reversa, que é um comitê formado por Ministros e que tem a atribuição de coordenar a implantação dos acordos setoriais e da logística reversa no País, no qual a gente teria representantes de todos aqueles segmentos que compõem a cadeira produtiva, a cadeia de valor das embalagens, que de certa forma estarão ali incluídos dentro da responsabilidade compartilhada que a lei prevê, como sempre liderando as iniciativas todas que existem no setor privado.

O grande problema aqui não era decidirmos qual o modelo de logística reversa que seria implantado no Brasil, mas sim como a gente poderia equalizar e harmonizar as diversas iniciativas de logística reversa que hoje existem no País. Vou pegar o exemplo da lata de alumínio. A lata de alumínio tem uma cadeia totalmente vitoriosa com a reciclagem de 98%. Não seria justo a gente acabar com essa cadeia em detrimento da criação de outro modelo. A gente tem outros materiais que têm reciclagem de 50% de 60%. Como fazemos a união de todos? Estamos propondo que haja um órgão coordenador dessas iniciativas todas, que elas sejam, todas elas, recebidas como iniciativas válidas para a responsabilidade compartilhada e também para implantação da logística reversa e que a gente consiga coordenar essas iniciativas de maneira em que a gente ganhe escala, economia e efetividade. É o que estamos propondo. E que a gente tenha a participação de todos os outros segmentos.

Rapidinho, só para terminar.

Essa proposta tem a adesão de 13 grandes setores e associações brasileiras, o Sempre, refrigerantes ABIR, o Sindicerv, de cervejas, a Abrabe, que é a indústria de bebida quente, a Abrasu, que é a indústria de suco, a Abihpec, que é indústria de higiene e cosméticos, a Abipla, Associação Brasileira da Indústria de Material de Limpeza, a Abia, que é indústria de alimentos, a Abiove, de óleos, a Abralatas, que é latas e alumínios, a Abipet, que é indústria de PETs, a Abicab, a indústria de cacau, e a Bracelpa, que é a indústria de papel.

Esse trabalho todo gerou um trabalho maior que talvez o Wanderley, aqui, da CNI, possa aprofundar, que foi uma proposta consensual ampliando as associações, que foi uma proposta apresentada no último dia 14 de junho ao Governo e que foi recebida, o Governo reconheceu essa proposta como base do acordo setorial de embalagem. É a proposta do Sempre, com a seguinte complementação: a criação de um comitê executivo, que estaria acima do Sempre, que seria o Secretario Executivo da proposta de governança. Nesse comitê executivo a gente teria a participação de outros setores. Ele faria a coordenação e a definição de estratégias, enfim, de todas as outras necessidades da governança. O Sempre participaria como um executor dessa governança, da coordenação. Teríamos um fórum, que estamos chamando de fórum da cadeia de valor de embalagens, que congregaria todas as iniciativas, associações e empresas que teriam que fazer a logística reversa ou que já tenham algum tipo de iniciativa.

Como disse, isso foi aprovado pelo Governo.

O último *slide* aqui, rapidamente, independentemente da governança que vai ser evoluída para o acordo setorial, que é um instrumento em que todos os setores vão se comprometer a fazer a logística reversa, é sobre alguns pontos que a gente precisa atentar e que a gente gostaria que efetivamente fossem observados nessa discussão toda de implantação da política de resíduos. O primeiro, como já falei, é a garantia da competitividade. Não adianta querer instalar algum tipo de modelo de logística reversa no Brasil que faça com que a indústria perca competitividade. Segundo, é o respeito às características próprias de cada setor. Cada setor, cada segmento tem uma característica própria, tem um viés diferente e qualquer solução tem que poder encampar tudo isso.

Já estou terminando, rapidamente.

Segundo, a implantação gradual desse modelo. Nosso País é muito grande e não dá para implantar isso do dia para a noite. Terceiro, que, em um primeiro momento, sejam preservadas as pequenas e médias empresas. As grandes empresas terão que puxar esses novos modelos e, depois, gradualmente, as pequenas e médias terão que entrar. Por fim, a inclusão de catadores. Nenhuma solução pode abrir mão dos

catadores, que hoje são os responsáveis por esses índices que temos.

A necessidade desses instrumentos econômicos de que falei, que é a questão da desoneração da cadeia produtiva da reciclagem, incentivos fiscais, enfim, sem isso, não será possível atingir esse objetivo. Ações de educação, como o próprio Governo acabou de demonstrar e lançou uma campanha de separação do lixo seco do orgânico, que é o primeiro ponto para a implantação de uma coleta seletiva. Por fim, é a ampliação do setor de recicladores. Se não tiver quem queira comprar o material que está sendo coletado, esse material não vai ter preço, não vai ter valor e não vai ser coletado.

Então, isso rapidamente é o que o Cempre, através da liderança que tem junto ao setor privado, gostaria de trazer para vocês para que possamos fazer a nossa discussão hoje aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) **–** Muito obrigado, agradeço ao Sr. Victor Bicca.

Quero registrar aos telespectadores que assistem à TV Senado que nós estamos em uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, com aditamento da Senadora Vanessa Grazziotin, para analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.004, de 23 de dezembro de 2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos.

Eu entendo que esse foi um dos principais projetos aprovados pelo Congresso Nacional. Ele cria a política nacional de resíduos sólidos e impõe uma série de desafios, daí a necessidade da presença de atores governamentais, de atores da iniciativa privada, de representantes dos Municípios. Mas, especialmente no momento em que o Brasil se prepara para receber uma conferência internacional como a Rio+20, a questão do tratamento adequado do lixo pode se transformar também numa grande oportunidade para a economia verde, não apenas no que se refere à reciclagem dos produtos, mas também à produção dos insumos, à produção de energia e de diversos outros subprodutos, que geram riquezas e oportunidades para o nosso País.

Quero registrar aqui a presença entre nós do Dr. Sérgio Gonçalves, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, da Drª Ana Paulo Bernardes, representando a Associação Brasileira das Indústrias de Vidro, e do Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Quero aqui registrar a presença dos Senadores Blairo Maggi, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, que são sempre muito presentes na Comissão de Meio Ambiente.

A pedido do Dr. Paulo Ziulkoski, que tem uma reunião, em seguida eu vou passar a palavra a ele.

O SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI – Muito bom dia, Srs. Senadores, Senadoras, ilustre Presidente Rodrigo Rollemberg desta Comissão, demais companheiros de apresentação, Senhoras e Senhores:

Primeiro, agradecer, em nome da Confederação Nacional dos Municípios, o convite, e também a deferência. Peço desculpas aos demais participantes por pedir essa prioridade nessa apresentação. Nós temos uma assembléia em um hotel aqui separado e tenho que estar lá dirigindo. Agradeço, então, a todos.

Vamos fazer uma apresentação bastante sucinta, até para tentar cumprir o prazo, e já fizemos em parte na Câmara também. A importância do tema, e não poderia deixar de ser diferente, requer muita atenção por parte dos Municípios, principalmente dos Prefeitos e Prefeitas, já que a titularidade é dos Municípios. Portanto, temos que ter uma inserção neste debate bastante forte. Por isso, pedimos a compreensão dos Senadores e das Senadoras para esse encaminhamento.

(Próximo, por favor.)

A Lei nº 12.305 é de 2010 e o Decreto nº 7404, já referido, é também de 2010 e especificamente sobre os resíduos sólidos.

(Próximo, por favor.)

Não podemos deixar de separar a questão do conjunto em que está inserido os resíduos sólidos, que é o saneamento básico, que são quatro eixos já delimitados. Há um marco já votado em 2007, a Lei nº 11.445, que trata da água, do esgoto sanitário, dos resíduos sólidos e da drenagem. Esse é o conjunto do que se chamaria saneamento básico, onde está inserido, como disse, os resíduos sólidos.

(Próximo, por favor.)

Agora, especificamente sobre os resíduos sólidos. Não vou fazer comentários sobre esses temas, porque todos os senhores já conhecem.

Quais os avanços nos conceitos e na gestão introduzidos pela Lei nº 12.305? O que para nós significa esse avanço? A responsabilidade compartilhada, gestão integrada, acordos setoriais, logística reserva, Plano de Gestão dos Municípios, no nível nacional e estadual, e inclusão social.

(Próximo, por favor.)

Agora quais são os desafios Srs. Senadores, que estamos entendendo, para início de avaliação, para os Municípios?

É a questão potencial, tanto do que já tem hoje de lixo e do que vai aumentar, até em decorrência da população que sempre cresce. Se há maior consumo, há maior quantidade de materiais descartáveis e menor durabilidade. Uma maquinazinha de somar e diminuir que tinha uma durabilidade e um preço tem hoje um preço menor. Isso começa a mostrar alguns dos desafios que temos para enfrentar.

Manejo de diferentes tipos e classe de resíduos gelados. A composição do lixo está cada vez mais complicada, em função do avanço da tecnologia, enfim, de toda essa realidade, novos materiais, novas combinações, novas químicas, ausência de cultura de separação, que tem que ser implantada.

(Próximo, por favor.)

Adequação da destinação final. Necessidades de regularização, distância dos centros de geração, aterros sanitários hoje que já estão em situação quase que irregular. Em função do aumento da área urbana, as distâncias têm que ser observadas. Todos esses são desafios que nós temos que enfrentar e vamos enfrentar seguramente.

Resíduos e rejeitos. São imagens que temos de alguns trabalhos no Brasil.

(Próximo, por favor.)

Bom, aí começa a complicar a questão para as Prefeituras e para os Municípios. São os prazos que a lei determinou.

Logicamente, quando existe uma lei, a gestão pública tem que se cingir pela lei. É o princípio da legalidade. Quem não cumprir a lei logo é incurso em improbidade. O promotor não tem muita tolerância com os Municípios, com Prefeitos. Está escrito na lei. A Lei é feita aqui em Brasília, com o maior respeito. Ela é necessária e ela avança, mas nós temos que avaliar isso em termos da realidade do Brasil e não porque consta na lei. Consta na lei, mas temos que procurar observar. Repito, compete aos Municípios, compete às Prefeituras toda essa realidade.

O Plano Municipal de Gestão Integrada e Resíduos Sólidos é agosto de 2012, condição para os recursos da União. Quem não tiver o Plano, não vai poder acessar.

Estou aqui em uma Casa política, mas eu me atreveria a dizer que essa questão de acessar recurso da União é um pouco fantasia. Hoje mesmo, no dia de hoje, estamos discutindo restos a pagar de coisas muito mais graves, que foram as enchentes, os danos ambientais, as catástrofe que houveram e que o Governo simplesmente empenhou, contratou e, agora, colocou tudo como restos a pagar, e não vai pagar. É essa a realidade, a dura realidade dos Municípios. Quando tem algum recurso, e falo em uma área que é muito mais aguda que essa... Então, nós, da Confederação estamos sempre com o pé atrás, porque a União promete, mas, se olharem o orçamento dos Ministérios das Cidades ou da Integração, vocês vão ver como é o comportamento. Então, isso é muito para "inglês ver" também. Esta é a realidade. Consta na lei. Temos que fazer os planos, sim. Temos que fazer. Mas pouca coisa ocorre na prática.

Eliminação dos lixões e implantação dos aterros sanitários até 2014. Isso é uma obrigação. Nós vamos mostrar depois uma pesquisa logo adiante dessa realidade.

(Próximo, por favor.)

Obrigações dos Municípios e Política Nacional de Resíduo Sólido.

(Próximo, por favor.)

Ações para cumprir os prazos da lei, e isso vai estourar sempre na Prefeitura. Ninguém tem dúvida que não é na empresa. A empresa vai procurar preservar os seus interesses, mesmo na logística reversa ou em outro. Nós acabamos de ver o depoimento do Dr. Victor Bicca, a quem respeitamos. Acho que as entidades têm que lutar, enfim, pelos seus interesses, mas temos que olhar a questão mais ampla. Tem que implantar a coleta seletiva em 100% dos Municípios e a compostagem em 100% dos Municípios. Isso é lei. Nós já temos menos de três anos para poder aplicar isso.

Programa de Educação Ambiental. Não tenho tempo aqui para detalhar, e vamos mostrar também o que existe hoje no País logo em seguida, mas são três eixos principais. Como vamos fazer toda essa parte, as Prefeituras e os Municípios do Brasil? Está na Lei. O marco é importante. Como é que nós vamos enfrentar os desafios para podermos implantar? E tem prazo.

A realidade dos Municípios na gestão dos resíduos sólidos. Agora começamos a entrar com alguns números para que os Senadores tenham essa dimensão.

(Próximo, por favor.)

Nossa realidade. Isso aqui é o seguinte. Tem gente que afirma com base em pesquisa. Eu pesquisei tantos Municípios e achei um resultado tal, tem isso aqui. Não! Nós fizemos um censo em 4.500 Municípios no Brasil. Lógico que não chegamos aos 5563, mas chegamos a esse número – esse é um levantamento deste ano, feito em um por um dos Municípios: 63% dos Municípios ainda possuem lixões; 37% dos Municípios possuem aterros sanitários. A cobertura de saneamento no Brasil não condiz com um país que aspira a ter um destaque global.

Nossa realidade: 40,7% dos Municípios realizam algum tipo de coleta seletiva, ou parcial, ou somente urbana, ou rural; 59,3% dos Municípios não possuem nenhum tipo de serviço de coleta seletiva. Vejam bem, lá adiante, quando esses aterros sanitários, em tese, estiverem construídos e funcionando, a partir de 2014, será proibido pela legislação colocar alguns tipos de resíduos, como lixo reciclável, dentro daquele aterro sanitário, terá de ter outra destinação, só ficaram os rejeitos finais, aqueles que não têm outro tipo de reciclagem. Então, esse é outro problema que também, no transcorrer dos acontecimentos, vai aparecer.

A coleta seletiva é realizada entre 10% e 20% na área urbana. São dados da nossa pesquisa. Existem Municípios que fazem coleta rural. Em meu Município, pequenininho, eu implantei o lixo seletivo, quando fui prefeito, há oito anos, na totalidade, nas áreas rural e urbana. É um Município pequeno, agrícola, e isso está sendo feito até agora. Há várias formas de se fazer, inclusive com custo baixo. Há muitas experiências boas a serem seguidas, não que a minha seja a melhor, mas mostra que pode ser feito há muito tempo.

Outros dados: 80,5% dos Municípios não fazem compostagem; 19,5% dos Municípios realizam essa atividade. A compostagem tem um custo alto e, nesta pesquisa, os Municípios assumiram tudo. Setenta por cento dos Municípios possuem catadores; 29,81% dos Municípios não possuem catadores.

Esta é uma imagem daqui de Brasília. Imaginem o Distrito Federal, que tem a maior arrecadação do Brasil. Se comparar, somar... E o Congresso teve a benevolência, porque em Brasília é assim, inclusive nos anos anteriores... Há um fundo, que estamos denunciando há muito tempo, que tira do Brasil inteiro R$12 bilhões por ano para colocar no DF – é o mais rico. Se dividir a arrecadação de Brasília, que se soma como Município e como Estado mais esse fundo, pela população, dá quase R$7 mil por habitante/ano. São Paulo, o Estado mais rico do País, se somar Município e Estado, dá R$2,7 mil. Aqui em Brasília ainda tem um lixão. Aqui em Brasília não tem aterro sanitário. Agora, vamos exigir de um Município do interior do Brasil – e o Ministério Público vai pegar – que tenha de ter o aterro. São discussões que estamos mostrando o problema. Isso não é culpa do governo atual do DF. Eu estou falando porque vem somando-se ao longo dos anos. E estamos próximos à Copa do Mundo.

Em 79% dos Municípios, os catadores não estão organizados; 21% estão organizados. Portanto, eles não poderão se inserir em qualquer convênio, em qualquer tipo de atividade, se não tiverem, porque a lei exige a sua legalização. Este aqui é o Município de Tibagi, no Paraná, que tem um bom exemplo de trabalho.

Estimativas de custos: até 2014, para poder transformar os lixões em aterros sanitários – não é mais o controlado, porque não vai poder ter mais, tem que ser aterro sanitário... E para fazer a instalação, pois os custos do aterro envolvem pré-instalação, implantação, operação e encerramento, nós precisamos hoje de R$52 bilhões.

E eu estou saindo desta audiência para ir a outra para discutir o Plano Nacional de Educação, que são mais R$20 bilhões. O Congresso tem votado todas essas situações toda hora. Então, nós estamos analisando uma situação, uma realidade. Vamos discutir piso magistério, piso dos agentes comunitários, na semana que vem, o que está acontecendo, aqui na Casa da Federação, o Senado Federal. Nós temos que definir essas questões, pois não é possível ficar criando legislações sem que tenha coragem para dizer onde está o recurso para fazer, quando sabemos que 60% da arrecadação nacional pára aqui em Brasília, no Governo Federal. Nós temos 15%. Então, isso já é lei, mas não podemos deixar de fazer essa discussão.

Cinquenta e dois bilhões de reais. Será que os Municípios, em três anos, terão R$52 bilhões para transformar os lixões em aterros sanitários? Onde estão os recursos para isso? Para poder discutir com os outros fornecedores ou logística reversa, onde vai colocar ou não, que é outra cadeia, outra história que está ali dentro. Olha o tamanho, a magnitude. E agora estamos discutindo lá no Meio Ambiente que temos que chamar os Prefeitos, que não tinham sido ouvidos até agora. Agora, a Comissão não chama a entidade dos Prefeitos para poder falar, porque estão usando outros mecanismos, como fazem na educação com a Undine, na saúde com o Conasems. Não houve Prefeito. Houve os Secretários que vão lá e legitimam tudo o que existe aí. Essa é outra questão. É uma briga, e é culpa dos Prefeitos inclusive. Não é outra a realidade.

(Próximo, por favor.)

Instrumentos e desenvolvimento da logística reversa; instrumentos de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto que os senhores já conhecem.

Eu estou terminando já.

(Próximo, por favor.)

Esta aqui é uma breve apresentação do que vai ocorrer na prática, e é um dos assuntos que talvez esteja mais em discussão, porque há setores envolvidos organizados, que são as empresas, as indústrias. Nós queremos saber como é que vamos trabalhar isso lá com o morador, que vai ter que fazer a separação do lixo úmido e seco, e como é que vai destinar. E estamos muito preocupados com que, quando o Governo

Federal baixar decretos e resoluções, isso seja melhor. Que o Congresso nos ajude nisso aí, principalmente o Senado, porque vão produzir um conjunto de normas! Parece que o lixo é problema da União. A União vai baixar um decreto, uma norma. O Ministério do Meio Ambiente, com o maior respeito pela parceria que temos, tem que ouvir a ponta e a realidade do Brasil. E essa é a realidade que nós estamos aqui sucintamente trazendo.

Acho que era isso que eu tinha a dizer a respeito.

(Próximo, por favor.)

Ainda o sistema de logística reversa. Isso aqui os senhores também já conhecem.

Há mais um ponto? *(Pausa.)*

(Próximo, por favor.)

Então, rapidamente era essa nossa exposição.

Queremos agradecer a oportunidade, Senador Rodrigo, Senadores. O nosso companheiro Edison vai ficar aqui para possíveis perguntas, em função da nossa reunião.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Paulo Ziulkoski.

Apenas quero registrar, antes de V. Exª poder ir para a outra reunião, de forma muito respeitosa, a minha profunda discordância em relação ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. É importante compreender que o Distrito Federal, como capital, tem características e encargos diferentes do restante das cidades brasileiras. Foi isso que fez com que o Congresso Nacional entendesse a necessidade de criar o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Mas quero concordar com V. Exª: é um absurdo que a capital da República, até hoje, tenha imagens como aquela mostrada do lixão, que nós ainda não tenhamos o aterro sanitário e todo o lixo tratado de forma seletiva e reaproveitado, reciclado no DF.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nossos convidados!

O Dr. Paulo vai sair. Por isso, eu pedi para fazer esta pequena intervenção. Quero cumprimentá-lo pela apresentação e dizer que realmente há uma discrepância bastante grande entre o que pensa o Congresso e o que as Prefeituras podem fazer lá na sua localidade, com seus recursos e com suas dificuldades. E a sua explanação, na questão dos resíduos sólidos e do lixo, é bem clara e evidente de que, uma vez feita uma lei, não há a observância de saber como é que ela pode ser conclusa lá embaixo. Embora tenha dado bastante tempo para ser implementada, não mostrou onde estão os recursos. E eu conheço a realidade do meu Estado, o Estado de Mato Grosso. Conheço todos os Municípios, pois de lá fui Governador por dois mandatos, e sei que 90% dos Municípios de Mato Grosso não têm como cumprir essa lei também.

Então, gostaria de sugerir ao Presidente da entidade nacional dos Municípios que viesse mais aqui ao Senado Federal, que nos provocasse ou que nos provoque cada vez mais, porque esta Casa funciona mais ou menos por movimentos peristálticos: se não for provocada, não funciona. Quer dizer, ela vai, mas nem sempre aquilo que é necessário, que é a urgência do dia lá fora é a urgência da pauta aqui dentro. Essa é uma questão que, logo, logo, mais três anos, vai colocar realmente a grande maioria dos Municípios na ilegalidade, a merecer dos Promotores Públicos, que, como você disse, eles não têm a mínima complacência com os Municípios. Está na lei e eles querem executar. Alguns têm bom-senso. Alguns têm bom senso. Mas a grande maioria está ali para fazer com que a lei seja cumprida. Se está na lei, ele tem direito de pedir que ela seja cumprida. Mas o Município não tem como cumprir. Então, precisamos antecipar-nos a essa discussão, para não deixar que os nossos Municípios fiquem inadimplentes, sem condições, inclusive, de correr atrás da "merreca" que hoje é distribuída na esfera federal e na estadual.

Gostaria, mais uma vez, de cumprimentar pela exposição, pelo alerta e de dizer que realmente é preocupante, não só nesse aspecto, mas em outros vários. Também estou chegando agora e sei que não consigo corrigir o que acontece no Senado e na Câmara, mas temos de ter um pouco mais de cuidado, de observação, quando fazemos as leis, para saber como elas podem ser cumpridas. É por isso que aqui, no Brasil, Presidente, fala-se que há lei que pega e lei que não pega. Não pega porque não tem condições de ser implementada.

Inclusive, aproveitando, Presidente, na nossa discussão do Código Florestal, que vamos fazer daqui para frente, vamos ter de tomar este cuidado – e aí está a minha grande discussão – de colocar muito claramente na lei o que nós queremos, porque existe distância entre o que nós queremos, o que pode ser feito e o que um promotor público entende, e vira-se uma confusão tão grande, que todo mundo vai para a esfera judicial, e aí se acaba apertando lá.

Então, parabéns.

Chegou o Pedro. Com todo o respeito ao meu querido colega, Senador Pedro Taques, é o papel do Ministério Público, não é nada contra. Mas, se deixar-

mos assim, realmente as coisas acabam ficando todas complicadas.

Por favor, o senhor deve frequentar mais esta Casa e procurar-nos, para irmos desligando os alarmes que vão acontecer logo ali à frente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O senhor percebe como a sua apresentação despertou interesse. Os nossos Senadores todos já estão querendo intervir.

Vou passar a palavra para o Senador Cícero Lucena e, depois, para o Senador Ivo Cassol e fazer um apelo, para que deixemos as interpelações, as perguntas para posteriormente.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Vou acatar a sugestão de V. Exª, já que vai ficar um representante da confederação. Então, deixarei para fazer as considerações ao término da apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Cícero.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vou aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para dizer que acompanhei o nosso Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, Paulo, quando, no passado, fomos Prefeitos juntos.

O que foi levantado aí tem um sentido que nos deixa, especialmente aqui, no Senado, nesta Casa, para começar a fazer certas reavaliações. É muito fácil nesta Casa ficar aprovando lei para que os Municípios cumpram. Nós não estamos aqui debatendo a questão da saúde? Enquanto o Município tem de colocar 15% na saúde, e o Estado, 12%, não há um Município no Brasil que consiga tocar a saúde com 15%. Há Município que chega a gastar até 30%.

Ao mesmo tempo, quando coloco esta questão do resíduo que tem de ser recolhido, do lixo, tudo, a maioria dos Municípios não tem lixão. E aí vem um problema grave em cima de todo mundo. Quando o Paulo falou, especialmente em Brasília, quanto à questão do fundo que foi criado aqui, o senhor está correto em defender a sua casa, é o Distrito Federal, que precisa, mas nós deveríamos ter buscado um fundo para o Brasil inteiro.

Agora, vamos debater, especialmente nesta Casa, o Código Florestal, e todo mundo está voltando os olhos para o setor produtivo. Pergunto: quem está olhando para as cidades? Há um outro setor que acaba contaminando mais do que o lixo, e a maioria – os dados foram mostrados – não tem aterro sanitários, são os catadores que pegam. Quer dizer, não há aproveitamento.

E hoje, na verdade, o que está acontecendo, Paulo? No caso da maioria dos Municípios, há pressão do Ministério Público sobre a Prefeitura. É TAC para lá, TAC para cá, TAC lá, TAC aqui, e, se não fizer, fumo aqui, fumo lá, fumo do outro lado, e não adianta. Podem ver que a qualidade dos prefeitos hoje... É TAC para todo lado. Há o Pedro Tanque aqui, não o Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador, há um Município de Santa Catarina que, só neste mandato o prefeito já assinou 242 TACs.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Isso é um absurdo!

Então, o que está acontecendo? Hoje, estamos perdendo a qualidade dos gestores públicos municipais. O pessoal está caindo fora, por causa dos pepinos que têm nos processos.

Na Lei da Ficha Limpa, a maioria não vão ser candidatos, nem chefes de quarteirão, daqui a 4, 5 anos. Pode escrever o que estou dizendo, porque não sai ninguém sem processo de dentro da entidade.

Esta casa está aprovando aqui, a toda hora, leis para que os municípios cumpram, sem mexer nos cofres do Governo Federal. Temos de mudar. Vamos criar alguma coisa, dizer de onde vai sair, como vai ser feito e de que maneira podemos ajudar. Fui Prefeito e Governador. Sei da experiência que tenho, Sr. Presidente. Por isso, fiz questão de falar e fazer uma reflexão.

Estamos discutindo a questão dos resíduos sólidos hoje aqui. E a questão ambiental? E o nosso Código Florestal? Vamos só cobrar do setor produtivo? Vamos só cuidar de quem planta, de quem está instalado na zona rural? E o pessoal da cidade? Todo mundo fala em preservação ambiental, mas todos jogam lixo no meio da rua, em tudo quanto é lugar, não recolhem. A cidade não tem condições. Então, isso precisa ser visto em termos globais.

Quero aproveitar e colocar-me à disposição para fortalecer as palavras do Senador Blairo Maggi: usem esta Casa! Os prefeitos, se estiverem unidos, com certeza, vão ser ouvidos pelos políticos. Se eles estiverem trabalhando de forma individual, infelizmente todos eles são candidatos a ficarem fora do sistema político. Não tem jeito. Eles precisam estar trabalhando unidos, da forma como sempre fizeram até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Quero dizer que a lista de inscrições já está aberta. O Senador Cícero Lucena é o primeiro inscrito.

Passo a palavra agora, agradecendo a participação do Dr. Paulo, ao Dr. Sérgio Gonçalves, representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES – Bom dia a todas e a todos! Em nome do Ministério do Meio Ambiente e da Ministra Isabela Teixeira, quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui, podendo participar mais uma vez de um debate tão importante

quanto esse. Esta Casa teve um papel fundamental na aprovação da Lei de Resíduos Sólidos. Cumprimento o Presidente Rodrigo Rollemberg e a todos os Senadores e todas as Senadoras, assim como os Colegas da Mesa. Dr. Paulo já saiu, mas estamos fazendo uma peregrinação pelo País inteiro – vários lugares, várias palestras -, e é importante salientar essa parceria do setor governamental, das três esferas de Governo, com o setor produtivo e empresarial, que vêm também trabalhando fortemente, para que a Lei de Resíduos Sólidos possa realmente consolidar-se. Como dizem: que esta Lei possa pegar, e as coisas acontecerem.

Falar da Lei de Resíduos Sólidos seriam muitas horas, porque ela é muito interessante e complexa, mexendo com a vida de todo cidadão. Ela muda realmente a visão de como se olha para o lixo, para o resíduo sólido. Ela muda completamente isso. É um paradigma importante. Os Senadores, como Cícero Lucena e tantos outros, participaram, de maneira muito importante, de todo o processo na legislatura passada.

Depois de muitos anos, o Brasil precisava consolidar uma Lei como esta. Temos o quê, agora? Uma Lei que já foi comentada. Temos o Decreto que vem implementar regulamentar esta Lei, trazendo ou esclarecendo conceitos, colocados pela Lei, dando operacionalidade a ela.

Então, vamos falar mais especificamente como está sendo feito o trabalho, onde o Ministério do Meio Ambiente tem uma responsabilidade de coordenação de comitês criados, o que está sendo feito e quais são os passos que devemos ainda a fazer durante alguns anos. Alguns são muito mais imediatos; outros, mais a longo prazo, mais organizados.

O Decreto nº 7.704 – gostaria de registrá-lo, porque, também oriundo da área de saneamento há algumas décadas; já posso falar assim – foi uma das leis mais rápidas de regulamentação. Na minha história pública, de mais de 26 anos, foi a primeira Lei que, em três meses, saiu deste Congresso Nacional, deste Senado, e, em três meses, um pouquinho mais, foi regulamentada.

Então, isso também mostra o compromisso do Governo Federal e do então Presidente Lula, que estava acompanhando isso, e da própria Presidenta Dilma, como Ministra ainda da Casa Civil naquele momento. Ela acompanhou e deu prioridade no Executivo, para que esta Lei pudesse também existir.

Assim, trata-se de uma lei que foi regulamentada, vamos dizer assim, rapidamente. Isso é muito bom, porque há leis, como a de saneamento, que demoram mais de três anos para ser regulamentada, depois de aprovada no Congresso. Sabemos dos embates que há também sobre isso.

Bem, mas indo propositivamente ao que há no Decreto, vou frisar dois momentos importantes, que mostram a complexidade e a importância de lidar com resíduos sólidos. Não é uma coisa tão fácil. Ela cria no Decreto um comitê interministerial, que é o curador, quem está cuidando, para que a Lei realmente exista e seja implantada.

O Decreto criou o Comitê Interministerial com 12 Ministérios. Então, não é algo do Ministério do Meio Ambiente. Cuidar de resíduos sólidos não é só de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. O Decreto traz 12 Ministérios, que são parceiros importantes, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, para a implementação de vários instrumentos.

A Lei traz instrumentos punitivos, como o próprio enquadramento na Lei de Crimes Ambientais, mas traz a importância de como lidar com o passivo ambiental das áreas de lixões, das áreas órfãs contaminadas. Como é que se vai cuidar disso? Como é que se vai reaproveitar os resíduos sólidos como um aproveitamento energético? Isso é possível, porque a Lei assim o diz. Como é que vai ser feito isso? Como é que vão ser feitos o Plano Nacional, os planos municipais, os planos estaduais, os planos de gerenciamento?

Então, temos os instrumentos econômicos e financeiros que a Lei coloca como também importantes para o avanço. Que tipos de instrumentos econômicos e financeiros o Governo Federal tem por obrigação de colocar à disposição da sociedade, dos municípios e dos empresários, para que também isso avance.

Então, temos muito instrumentos importantes, e o Decreto assim o ratificou, colocando quais os procedimentos que devem ser debatidos dentro do Governo e com a sociedade, para isso realmente seja implementado.

Assim, hoje, temos um comitê. Quer dizer, historicamente, temos uma Lei, de agosto de 2010, um Decreto de Regulamentação, de dezembro, e, já em fevereiro, tivemos a implementação direta, a instalação do comitê orientador – de que vou falar logo em seguida – e, em março, do comitê interministerial.

Então, temos uma sequência de trabalhos ininterrupta desde o dia da aprovação desta Lei. O Governo vem trabalhando diariamente para a implementação de todos esses instrumentos. O Ministério do Meio Ambiente vem coordenando e fazendo com que isso ganhe um ritmo constante e sistêmico, para que isso não pare e venha a funcionar.

Em 17 de março, instalou-se o Comitê Interministerial, com 12 Ministérios. Na instalação desse comitê, já foi aprovado o seu regimento interno, a sua pauta de trabalho principal, o seu calendário de funcionamento

e a aprovação já de cinco grupos de trabalho, que já começaram a se reunir e a trabalhar.

Está acontecendo hoje, no auditório do IBAMA, a instalação do Grupo de Trabalho nº 01, responsável pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos e Apoio aos Planos Municipais e Estaduais. Esses grupos de trabalho são compostos de Governo Federal, governos estaduais e municipais, a própria Confederação dos Municípios, a Anama, a Abema, os empresários, a Confederação das Indústrias e tantos outros presentes. Isso tudo está sendo feito, visando à construção coletiva e conjunta dentro desses grupos de trabalhos, não abrindo mão da responsabilidade de o Governo fazê-lo, mas trazendo a sociedade para participar, para que isso seja construído de forma coletiva. Isso é o que nos interessa.

Então, hoje, já temos, neste comitê interministerial, cinco grupos: um do Plano, um que está cuidando do sistema nacional de informações de resíduos, pois a lei obriga que, daqui a dois anos, tem que ter um sistema implementado em que Município, Estado e União e os empresários têm que colocar todos os dados sobre resíduos gerados, para onde vai, o que gera, o que faz com ele; para onde ele está indo. Então é um sistema, no qual, em dois anos teremos um mapeamento importante, em que um Senador pode chegar e ter acesso para saber o que está acontecendo, que tipo de resíduo, resíduo perigoso, não perigoso, para onde está indo. Assim, o governo poderá criar os seus programas, ações, planos, enfim planejar baseado em um indicador importante, pois o sistema de informações não são números, são ferramentas de planejamento importante, quando bem utilizados. E é isso que queremos fazer. Não é ter meramente números. Sim, esses números servem para quê? Vamos fazer o que com esses números? Que tipo de informação importante de planejamento público pode ser feita com esses números?

O outro diz respeito aos instrumentos econômicos e financeiros que é um grupo de trabalho que, também, tem a missão de ver o que o Governo Federal poderá fazer na sua missão, dentro da legislação própria, de trabalhar para que possamos ter incentivos creditícios, fiscais e econômicos para que, tanto os empresários, quanto as prefeituras possam melhorar, dinamizar e modernizar o seu parque, a sua área de manuseio e manejo de gestão, com compra de equipamentos novos, com instalação de pontos de coleta, com instalações de aterros de coleta seletiva, de galpões. E também o empresário, como a lei diz que ele tem que praticar ações para melhorar e mitigar o seu impacto na sua produção, ele, também, muitas vezes, vai ter que melhorar muito a sua planta de produção. Então, ele também vai precisar de incentivos para trazer equipamentos novos, máquinas novas, tecnologia nova, que pode ser produzida no Brasil, mas que ele possa ter incentivos para que isso ocorra. Então, é nossa função, nossa obrigação, criar mecanismos importantes para isso, E aí abro um parênteses, que não resolve, mas já é um indicador que o Governo já colocou como prática que também, em 30 de dezembro de 2010, foi aprovado no Congresso e sancionado pelo Presidente a Lei 12.375, que cria uma série de coisas e no art. 5º e no art. 6º, fala que já é um incentivo econômico e financeiro que indústrias, que comprem resíduos sólidos de cooperativas de catadores, terão IPI presumido de até 50%.

Então, ele vai poder usar como crédito de IPI, quando ele comprar de cooperativa de catadores o resíduo para implementar, dentro da sua plataforma de produção, até 50%. Então, a lei saiu, e nós estamos na fase final de governo para que saia o decreto de regulamentação dizendo quem é 50%, quem é 30%, quem é 20%, quem é 10%. Isso por si só não resolve, mas já ajuda muito e já é um indicador de que a Lei de Resíduos já está sendo implementada e já tem um instrumento importante. Então temos também essa ferramenta. São uma série de ações que estão sendo feitas, não são esparsas, são coordenadas, que vão dar sustentabilidade à Lei de Resíduos Sólidos.

A recuperação energética é um debate importante que se refere a como usar o resíduo, qual a maneira, quais serão as regras para a utilização de resíduos sólidos urbanos para a geração de energia. Também não podemos incentivar que todo resíduo sólido vire geração de energia, pois estaríamos indo contra o art. 9º da própria lei que diz que tem uma hierarquia de utilização de aproveitamento energético, da qual a recuperação energética é uma das possibilidades, mas não é a prioritária. A prioritária é a redução, reutilização, reciclagem; que esse produto vá como matéria prima para a indústria e, só assim, aquilo que não tiver condições tecnicamente de ser aproveitado, seja usado como aproveitamento energético.

Então, esse é o comitê interministerial. O segundo comitê é o orientador, o Victor Bicca já comentou sobre os comitês, mas é importante. O comitê orientador já tomou posse; foi instalado em 17 de fevereiro, e logo em seguida já foi dada posse. É um comitê especial, porque não é feito de representantes de Ministério, é composto por cinco ministros de Estado. Então, é um comitê que mostra a responsabilidade do que é tratado; mostra a responsabilidade do que está sendo feito. Então a cinco ministros foi dada essa missão, de dizer como será feita a logística reversa no Brasil. O artigo da Lei nº 33 diz os seis principais. Então, com a instala-

ção do Comitê Orientador, que também já se instalou, criou o Grupo Técnico Assessor, que dá esse apoio ao comitê, já está trabalhando com reuniões constantes de como isso irá funcionar.

ASRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Sérgio – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, é porque houve alguns problemas aqui e eu me perdi –, o senhor falava a respeito dos cinco grupos que foram criados.

O SR. SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES – Sim, do Comitê Interministerial.

ASRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que dentro do Comitê Interministerial teriam sido formados cinco grupos.

O SR. SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES – Sim, um grupo que vai tratar dos planos municipais, estaduais e nacional. O nacional de obrigação do Governo Federal e os outros de obrigação dos outros dois entes. Um grupo do Sistema Nacional de Informações e Resíduos; um grupo que vai trabalhar com instrumentos econômicos e financeiros; outro de áreas órfãs e passivos ambientais e o outro de recuperação energética. São os cinco grupos, sendo que o de planos está sendo instalado hoje no auditório do Ibama. Nós temos uma parceria com o Ipea, Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas do Governo, que está nos ajudando a fazer todo o mapeamento e o diagnóstico para que possamos ter, daqui a alguns dias, o primeiro diagnóstico, o primeiro documento formal sobre o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, que será, nos próximos meses, debatido em reuniões e audiências públicas, para que possamos ter, o mais breve possível, o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. Então, o Ipea é um parceiro que está fazendo todo esse diagnóstico junto ao Ministério do Meio Ambiente e, daqui a alguns dias mesmo, já estamos na fase final só de documentos, mostraremos à sociedade qual o documento base que vai servir de debate para termos, até o final do ano ou início do próximo ano, o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos.

E voltando para o Comitê Orientador, que tem essa responsabilidade fundamental, é coordenado, também, pela Ministra Isabela. Temos o Ministro da Fazenda, o Ministro da Agricultura e Pecuária, o da Indústria e Comércio e o da Saúde. Então, são cinco Ministros, com a Ministra, que fazem parte do Comitê Orientador. Eles se reúnem de quatro em quatro meses, aconteceu a reunião de instalação em fevereiro, e já aconteceu agora no dia 20 de junho, há uma semana, a segunda reunião do Comitê Orientador, que vai dando todas as diretrizes e aprovando tudo o que é feito durante todos os estudos, acompanhando e dando a formalidade importante e necessária para que possamos ter, em breve, a implantação das logísticas reversas.

O Comitê Orientador já criou os cinco grupos de trabalho, os chamados GTTs, Grupos Técnicos de Trabalho do Comitê Orientador, que trabalha eletroeletrônicos, que está sendo coordenado pelo representante do MDIC, o de Lâmpadas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o de Embalagens de Óleos Lubrificantes, pelo Ministério da Agricultura, o de Embalagens em Geral, pelo Ministério do Meio Ambiente e o de Medicamentos pelo Ministério da Saúde.

Então, o Comitê Orientador tecnicamente optou por trabalhar, primeiramente, com esses cinco, como prioridade, atendendo à lei e mais uma demanda de saúde pública do Ministério da Saúde, na questão de medicamentos. E todos os produtos terão, um dia, a logística. Esses serão os primeiros, fora aqueles que já existem por resoluções do Conama, já existem e estão funcionando, como o de óleos, como o de pilhas e baterias, como o de pneus, e a questão, que já existe, de agrotóxicos. Então, já temos quatro logísticas, independentemente da lei, que também tem uma característica de logística, que são emanadas por outros mecanismos legais, que já existem, já funcionam e que podem ser revistos. Mas, enquanto isso, elas estão em pé. E estamos com esses novos, que a lei assim determinou, esses grupos de trabalho são compostos pelo Governo Federal, governos estaduais, governos municipais, Anama, Abema, a indústria e as associações, como sempre faz parte. O Victor, sempre protagonista, participando muito com a sua equipe, o Édison, da Confederação, também está em vários grupos que trabalham sobre esse tema.

Então, os municípios estão engajados também acompanhando, porque os editais é que vão dar origem. Como a lei e o decreto colocaram, quem vai dar origem à logística, que é uma das possibilidades, além de os empresários se reunirem e poderem também acordar a logística, a lei também assim o permite, a logística do Governo Federal deve ser feita via editais. Está na lei, está no decreto. Então, os editais são construídos, o Governo poderia construir um edital e colocar no Diário Oficial. Não foi a opção, porque a opção acordada foi que esse edital para a implementação das logísticas tivesse muito cuidado, porque tem que ter mesmo, que fosse construído. Então, essa construção do edital é que esses grupos de trabalho estão fazendo. A partir do momento em que se tenha o edital, ele vai ser lançado e, aí sim, os empresários vão se reunir para montar e trazer uma proposta para o Governo, para o Comitê Orientador dizendo: em cima do edital, nós fizemos a nossa proposta, e a nossa proposta de logística vai ter metas, obrigações; vai ter que trazer esse

material que vai ser analisado, colocado em audiência pública, também está escrito na própria lei, a sociedade vai ter oportunidade de participar e depois, sim, de toda a concertação, será homologado pelo Comitê Orientador, publicado em Diário Oficial, e aí teremos a logística reversa de determinados produtos, como medicamentos, como eletroeletrônicos e como lâmpadas.

Então, há um caminho a ser seguido, e esse caminho é importante. Embora saibamos que teremos que fazer o mais rápido possível as logísticas, não podemos ser inconsequentes ou irresponsáveis, nós todos da sociedade, e o Governo, principalmente, de implementar uma logística que pode ser inviável na sua prática. E isso não colaborará com a implementação e com a lei, porque se se coloca algo em vigor que não funciona, isso não colabora com ninguém, não fortalece a lei, enfraquece a lei. Por isso, na nossa responsabilidade, ao mesmo tempo em ter pressa, temos pressa, sim, em implementar; a sociedade e o meio ambiente precisam, mas temos que ter a responsabilidade. Esses cinco Ministérios têm essa responsabilidade de fazer com que isso seja implantado de forma coerente e factível para que seja realmente sério, pegue, e seja cumprido. Porque depois da logística formal, vai ser cobrado pelos órgãos fiscalizadores, pelos órgãos da Justiça, pelo Ministério Público, vai ser cobrado, porque tem uma logística, tem um pacto. Por isso que esse pacto tem que ser muito real e tem que ser compatível com o que é real.

Então, só para encerrar, também pelo término do meu tempo, quero enfatizar a importância desse processo que é vitorioso; é uma lei moderna, uma lei importante, dialoga com as diretivas internacionais, dialoga com os compromissos do País com a questão de redução de gás de efeito estufa, com as metas do clima, dialoga, também, fortemente com as responsabilidades que o País tem hoje no cenário internacional e nacional, um país que está crescendo cada vez mais e que precisa lidar com os resíduos sólidos de uma maneira coerente.

Não podemos mais, conforme estudo também do Ipea, que fez conosco o final do ano passado e o começo deste ano, desperdiçar mais de R$8 bilhões/ano, em matéria prima que chamamos de lixo, que hoje é jogada de forma irregular, ambientalmente inadequada, e não são aproveitadas, são enterradas. É o copo de vidro, um Pet, um plástico que é matéria prima que já gastou energia, já gastou água, já gastou mão de obra de trabalhador, que isso vá para um lixão ou um aterro é desperdício. É desperdício de bens, de bens ambientais, de bens econômicos; há matéria agregada, tem valor econômico e temos que pegar esse material e vê-lo como insumo, como resíduo não como rejeito. E ele como resíduo tem um valor importante na cadeia produtiva; tem que voltar para a cadeia produtiva e virar novos produtos, até o mesmo ou outros e dar vazão a que possamos, também, saber manejar e manusear melhor os nossos bens ambientais, tendo-os como estratégia e não como uso, usá-los, usá-los... Tê-los como bens estratégicos é importante para o País.

Temos uma meta no PPA, no sentido de que possamos aumentar no PPA 2012/2015, em 20%, o aproveitamento desses materiais. Hoje, é irrisório o que se reaproveita, o que se recicla, mesmo com esse número de municípios que fazem a coleta seletiva, as vezes, é um bairro, uma rua. Então, isso não representa o município, mesmo. Nossos indicadores de coleta seletiva ainda são muito baixos, já foi falado isso por todos, e nós temos esse desafio.

Agora, temos que ter uma certeza disso tudo. Para o Comitê Orientador, Comitê Interministerial, só quero comentar, também, pois não posso deixar de falar, que tem Comitê Interministerial de Inserção Social e Econômica de Catadores, o Cisc, do Decreto nº 7.405, também reorganizado e recriado em dezembro. São 16 Ministérios e 9 órgãos públicos entre bancos e instituições que estão trabalhando fortemente, de como inserir o catador. Temos aproximadamente um milhão, Senador, de catadores e catadoras que vivem em estado de miséria ainda e de pobreza, desorganizados, que precisam ser inseridos no mercado de trabalho, precisam ter dignidade, ter a sua condição social garantida pelo Estado brasileiro.

V. Exªs não têm ideia, mas há 50 anos existe o movimento de catadores. Se os catadores pararem de trabalhar neste País, um dia, os senhores não têm ideia do caos que ocorrerá nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, as grandes cidades e até o Distrito Federal, porque eles fazem um papel importante de retirada já – ainda pequena – mas de retirada de materiais que servem de sobrevivência para eles e servem de matéria prima.

Então, eles são fundamentais, sim, porque o próprio sistema público hoje não tem capacidade, se eles pararem, de tirar o que hoje eles já tiram e já levam para algum lugar e dão o destino. O sistema público não tem capacidade de tirar todo o resíduo sólido, hoje, gerado pela sociedade. É uma realidade, uma realidade social, econômica e uma realidade pública. Temos que ter políticas públicas para isso e a lei veio para dar esse reforço importante de política pública. Então temos que ajudar a fomentar as cooperativas, a criar as cooperativas, são poucos os cooperados ainda, mas temos um papel fundamental de organizá-los para que tenham emprego, renda e cidadania. Isso é que é fundamental e que vem, também, no próprio

programa da Presidenta Dilma de combate à miséria, pois um dos programas é o do pagamento dos serviços ambientais. Temos também um componente que está em tramitação, na Câmara, sobre o pagamento de serviços ambientais. Então é uma lei também importantíssima, Senador, que chegará aqui a esta Casa e dará suporte a todo um contexto de políticas públicas. Temos que entendê-las como um contexto global, geral, não como fragmentadas, porque elas vêm se unir, mas fazem parte de um pacote, de um todo importante, que unidas vão dar estabilidade e vão fazer com que o País realmente possa crescer muito e ter um protagonismo importante na área de melhor gestão de seus resíduos sólidos com responsabilidade social.

Poderíamos aqui falar também sobre o PAC 2, em que temos R$1.500.000,00 já garantidos. Estamos nos organizando com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ministério do Planejamento para trabalharmos no lançamento, já temos esse valor garantido, R$1.500.000,00, para começarmos a fazer o trabalho. Temos a questão dos resíduos sólidos nas cidades-sedes da Copa. Então, temos um campo enorme e temos que olhar como um desafio. Não é fácil, o Prefeito Ziulkoski já falou isso, e não é mesmo. Nós temos desafios, não estamos ainda em céu de brigadeiro, como dizem, viajando. Mas, temos esse desafio que não pode ser um problema; tem que ser um estímulo para que nos mexamos, porque se não vamos ficar vendo os problemas e eles vão sempre a nossa muleta para dizer que não fizemos porque tínhamos um problema. Então, temos que avançar e esse avanço, colocando o resíduo como insumo, colocando o resíduo como valor econômico, colocando o resíduo como inserção, saímos daquele processo de que o lixo é ruim, é feio, tem um odor horrível etc. Temos que tratá-lo como algo importante, como dinheiro, como economia, como inserção.

No Distrito Federal – faço até um parênteses – temos um convênio com o Ministério do Meio Ambiente e com a Ride. Quando se pensa no Distrito Federal, como ente da Federação, temos que pensar na Ride. E temos também uma função, Senador Rodrigo, que é trabalhar com o resíduo na Ride, porque não adianta Brasília estar bem, o Distrito Federal estar bem, se temos os nossos companheiros, vizinhos, cidadãos ao lado que não estão. Então, essa gestão integrada, por meio dos consórcios públicos, por meio do juntar as dificuldades, pois quando se junta as dificuldades se tem potencialidade de soluções. Por meio de consórcios públicos, nós acreditamos, não é a saída para todos, mas é uma grande saída para a maioria, porque se ganha escala, se terá reduzidos os valores de custo diário, pois não é barato lidar com resíduos sólidos. Então, temos uma proposta, o Governo do GDF tem trabalhado conosco fortemente, agora na gestão atual, para que possamos fazer um modelo de consórcio com a Ride e já trabalhar. Queremos esquecer esse passivo do lixão, que é uma mácula, infelizmente, para o DF, e trabalhar com uma visão proativa de inserção com o novo aterro de Samambaia, e trabalhar fortemente nisso.

Então, encerro e agradeço a oportunidade dizendo que essa é uma lei que devemos abraçar e a sociedade tem que abraçar, porque se eu em casa, como cidadão, não fizer a minha parte de separar o úmido e o seco, como manda a lei, não tem coleta seletiva, não tem logística reversa, não tem nada. Então, todos nós temos responsabilidade, a lei diz isso, responsabilidade compartilhada. Não é só do poder público e não é só do empresário, é nossa também; porque se eu também não fizer a minha parte, não vou fazer com que aconteça a cadeia. Então vamos, cada um de nós, fazer a nossa parte e cobrar de quem não faz. Não é não fazer porque fulano ou sicrano não faz; vamos fazer a nossa e vamos cobrar que o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais e os empresários façam a parte deles.

Acho que é isso que temos que colocar e estamos em um ambiente muito bom, muito propício, muito importante e vamos aproveitar essa oportunidade de fazer. O Governo começou, no dia 17, uma campanha nacional sobre resíduos. Não sei se todos tiveram oportunidade, mas tem *spots* em todas as rádios, em todos os Estados da Federação, todos, sem exceção, e nas televisões de grande mídia, passando *spot* do aproveitamento da valorização do resíduo, acerte na lata, da valorização do catador e da valorização de como podemos mudar esse paradigma importante na área de resíduos sólidos neste País.

Muito obrigado, desculpe-me o tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Gonçalves, pela sua apresentação que traz elementos importantes para esse debate.

Quero registrar, com muita alegria, aqui pela primeira vez na nossa comissão, a presença do Senador Sérgio Souza. Seja sempre muito bem-vindo a esta comissão.

Vamos ouvir, agora, o Sr. Wanderley Baptista, Analista da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. WANDERLEY BAPTISTA – Bom dia a todos.

Em nome do Presidente Robson Braga de Andrade, a CNI agradece o convite para estar presente a esta Casa. Traremos hoje para os senhores alguns pontos que consideramos importantes da lei, que vai

além da questão da logística reversa, com o intuito de contribuir na discussão da construção e da implementação da política.

(Próximo, por favor.)

Nesse primeiro *slide*, na verdade, são muitos os pontos de interesse da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Nós elencamos cinco; são cinco pontos de maior preocupação do setor industrial, e que vamos abordar de maneira rápida, já que o tempo é bastante exíguo, e depois podemos complementar qualquer dúvida que os senhores tenham.

(Próximo, por favor.)

O primeiro ponto são os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A lei traz, além do plano nacional, estadual e municipal, já falado aqui pelos meus colegas de Mesa, o Plano de Gerenciamento de Resíduos que as empresas têm que fazer, todas, sem exceção. Não é só a indústria, o comércio, o pessoal da área de transportes, serviços de saúde e até a agropecuária, também, está sujeita a fazer esses planos. Não são planos simples; são planos complexos e pontos importantes que queremos trazer, exatamente tratando a questão de prazos, que, na verdade, a lei traz 15 pontos de detalhamento que os planos têm que ter. E é bom lembrar que, normalmente, as empresas que estão sujeitas ao licenciamento ambiental, e esse plano faz parte do licenciamento ambiental, ela já faz um plano, só que bem mais simplificado do que o plano que a nova lei exige.

Ora, nós vamos precisar de um termo de referência para preenchimento desse plano, de preferência um termo de referência nacional, porque para que tenhamos uma similaridade, no País como um todo, das exigências que serão feitas em cima desse plano. É algo burocrático, mas é algo necessário e nós sabemos que o termo de referência é fundamental para a implementação da lei. Tanto a lei como o decreto não trazem prazos. A princípio é de autoaplicacão, mas vemos que não pode ser assim. De maneira que, na discussão que está havendo agora dentro do Comitê Interministerial, no grupo que trata dos planos, vamos levar nossas preocupações e propostas para que possa ser feito um termo de referência e atender as empresas em todo País.

É bom lembrar que não só aquelas empresas que fazem o licenciamento ambiental têm que apresentar planos; não, todas, independentemente do porte. Nesse aspecto, a lei traz a possibilidade do formulário simplificado para micro e pequenas empresas – isso está ligado a empresas que não geram resíduos perigosos, de que vou falar mais adiante – e também a possibilidade de dispensa dos planos.

E, senhores, estou dizendo que o setor industrial brasileiro é representado, em mais de 90%, por micro e pequenas empresas. Então, estou falando realmente do grosso das empresas do País, independentemente de serem indústrias ou não, que vão precisar de uma regulamentação desses pontos.

O detalhe é que a lei não permite tanto o formulário simplificado quanto a dispensa. E a dispensa, no caso aí, está ligada diretamente àquelas que geram resíduos domiciliados ou equiparados aos domiciliares e àquelas que geram resíduos perigosos, o que, em tese, estaria correto. Só que a tese foge da prática. Por quê?

O caso que a gente cita, que é um caso prático, é este caso que está aqui, das lâmpadas compactas, hoje largamente utilizadas em todos os ambientes, tanto em ambientes domésticos quanto em ambientes industriais e escritórios, que, pela regulamentação, trata-se de resíduo perigoso quando queimado. Se você não criar uma linha de corte para isso, tanto o formulário simplificado quanto a dispensa, na prática, não poderão ser adotados.

Então, nós vemos que isso também precisa de uma regulamentação; caso contrário... O licenciamento ambiental depende desse plano e nós poderemos ter problemas com o licenciamento ambiental não só para os novos empreendimentos, como as renovações, mas também para as licenças em curso, porque imaginamos também que adequações deverão ser exigidas por parte dos órgãos ambientais.

(Próximo, por favor.)

O segundo ponto, que já foi bem dissecado aqui pelo Victor Bicca, o nosso colega da Coca-Cola, é o ponto da logística reversa.

O que a CNI entende, e aí vai além das embalagens em geral, pois estamos falando aqui sobre os demais produtos que a lei prevê com a logística reversa, tanto aqueles que já fazem hoje – e é bom dizer que o Brasil já faz logística reversa há um bom tempo para alguns materiais, e agrotóxicos são um exemplo. Aliás, são o *best case* que existe no mundo para logística reversa. Nenhum país do mundo, na dimensão de um país como o Brasil, tendo a capilaridade da produção desses resíduos que são gerados no campo, não são gerados na cidade – a maioria é no campo – consegue reciclar, receber e reciclar 94% do que é gerado. Isso é um recorde mundial. Realmente, eu até acho que é um *best case* melhor do que o das latinhas de alumínio, viu, Victor, dada a complexidade. E isso já existe há um bom tempo.

É bom dizer que a CNI vê que os pontos apresentados neste *slide* dizem bem o que pensamos da

logística reversa. O primeiro, evidentemente,é que ela não deve afetar a competitividade das empresas nacionais. É uma questão crucial que o Victor já citou aqui. Então, para nós, é uma questão crucial que a logística reversa seja implementada de maneira o mais racional possível, o mais equilibrada possível. Que ela seja transparente em sua governança, para que todos tenham acesso ao que está acontecendo. Isso influencia a vida de todos nós, cidadãos, e todo mundo tem de participar disso.

Não adianta as empresas se organizarem, o comércio se organizar, o Poder Público, se o cidadão não participar. Então, todo mundo tem de participar.

O aspecto participativo é para que se incluam todas as empresas, independentemente de porte. O Victor também já citou. A preocupação maior da CNI é incluir as micros e pequenas empresas nesse processo e dar-lhes segurança jurídica para que elas possam participar e atender o que a lei pede.

Também haver prazos adequados para implementação. Em um país como o Brasil, que tem 5.565 Municípios, não se vai conseguir implementar isso em um, dois ou três anos. A Europa, que iniciou esse processo na década de 90, gastou 20 anos para implementar a lei, as suas diretivas, e nós, possivelmente, gastaremos algumas décadas para chegarmos aonde queremos, que é ter um padrão internacional de referência para reciclagem e aproveitamento de materiais.

Outra questão importante é que isso pode ser feito em etapas; não dá para fazer de uma única vez. O que se está discutindo hoje, e o Sérgio já citou, dentro dos grupos técnicos temáticos do Comitê Orientador de Logística Reversa é basicamente priorizar, no caso, a implementação da logística nas cidades-sede da Copa do Mundo. E nós estamos falando aqui, senhores, em mais de 50% do total de lixo gerado no Brasil. São doze sedes, são doze capitais importantes, e a prioridade, a princípio, pelo menos as discussões que estão acontecendo, nós não temos o produto final do acordo setorial, certamente vai se alinhar a isso. Nós, de cara, em três anos, talvez, já possamos atender a mais de 50% da geração de lixo que hoje é descartada em aterros ou lixões.

Outro aspecto importante é que a logística reversa, obviamente, além dos benefícios ambientais que ela gera, ela tem que gerar benefícios sociais e econômicos. Aí se insere a questão do catador, se insere, também, a questão da sobrevivência das empresas – por isso a competitividade é tão importante –; o Brasil hoje está no cenário internacional, competindo com outros países, muitos não têm esse processo; os Brics não têm isso. Então, também é preciso ter essa visão sistêmica, para que a indústria nacional ganhe com isso. Na verdade, a gente vê a política nacional como uma oportunidade muito grande de desenvolvimento das empresas de tecnologia e inovação.

Outro aspecto importante, claro, logística reversa tem por objetivo minimizar impactos ambientais. Então, você quer na verdade implantar uma logística que pense dessa maneira. E não faz sentido, por exemplo, eu transportar materiais que está no extremo norte do Brasil para o extremo sul, gastando combustível e emitindo gases; tem que dar uma racionalidade ao processo. Por isso que as negociações hoje, ocorrendo dentro do Governo, nos grupos técnicos temáticos do comitê orientador da logística reversa são fundamentais, não podem ser feitos de maneira atabalhoada, tem que ser feitos de maneira bem consensual, bem discutida para que a gente possa, de fato, implementar algo que seja factível, que seja bom para o País.

Por último, a questão da segurança jurídica – e nesse aspecto, até para os Senadores aqui presentes, a gente chama a atenção para uma coisa que está acontecendo no Brasil. A gente entende que Estados e Municípios também querem, claro, que aconteça a logística reversa, que ela seja implementada. O detalhe é que logística reversa, para ser implementada num país como o Brasil, ela tem que ser discutida em âmbito nacional inicialmente. Por quê? Por questão de custos; e alguns Estados estão partindo na frente, eles têm essa competência, é a competência concorrente de legislar na área ambiental, mas que a gente sabe... Os senhores, que são líderes nos seus Estados, podem nos ajudar a que aguarde, não somente aguarde, mas que participe das negociações aqui em Brasília para fazer algo que seja equilibrado. Imaginem os senhores que se eu instalo em um determinado Estado – vou privilegiar, por exemplo, o Estado do Paraná, que tem 399 Municípios –, se eu vou priorizar esse Estado, eu vou ter dificuldades, não vou ter recursos financeiros nem humanos para implementar nos demais Estados do País. E aí cria uma situação ruim para o País.

Então, o desejável nesse caso é que aguardemos e participemos das decisões nacionais porque elas são cruciais para a implementação da logística reversa em todo os Municípios brasileiros.

Um aspecto importante, que são os instrumentos econômicos, está também em discussão dentro do comitê interministerial, tem um GT que vai tratar especificamente disso, e o comitê orientador da logística reversa também tem essa competência, mais específica para logística reversa; a gente sabe que os instrumentos econômicos têm que ser específicos para cada setor. Cada cadeia tem uma realidade diferente, tem incidência de impostos diferentes e tem que ser analisado caso a caso, não dá para ter uma regra ge-

ral. Então, esse é outro aspecto que está sendo discutido, nós defendemos essa discussão, observando a lei de responsabilidade fiscal, obviamente. Ninguém está falando aqui em renúncia fiscal simplesmente, nós estamos falando em criar instrumentos efetivos para o fortalecimento do setor da reciclagem. Ou até mais, para a criação de uma política industrial para a reciclagem no Brasil. Nós sabemos que há setores que estão bem instalados e que têm capacidade de reciclagem forte, mas em algumas regiões, não no Brasil como um todo. Nós estamos pensando em Brasil, nós temos que pensar em algo que seja bem estruturado. Dessa maneira, nós achamos que o setor reciclador, que é fundamental na cadeia, sem ele a gente não conseguiria dar vazão aos materiais que serão separados e destinados.

Apenas para citar, não vou entrar em detalhes, obviamente, que a lei prevê a criação de um sistema nacional de informações sobre gestão de resíduos sólidos (Sinir), que vai se comunicar com outros sistemas de informação, tanto da área ambiental (Sinima) como da área de saneamento (Sinisa), o cadastro técnico federal, o cadastro de atividades e instrumentos de defesa ambiental e ainda temos o inventário, o sistema declaratório, cadastro nacional de operadores de resíduos perigosos. É uma enormidade de cadastros, sistemas... E aí? Como é que a gente vai operar isso? Não é, Sérgio? É um bom desafio. Vai ter um grupo que irá tratar disso; o governo tem apenas dois anos para fazer essa tarefa; a lei foi sancionada em agosto do ano passado. Então, já vai completar um ano daqui a pouco e depende fortemente da articulação com órgãos integrantes do Sisnama, o Sistema Nacional de Meio Ambiente, são os Estados e Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal e 5.565 Municípios. Então, não é uma tarefa simples. Mas, na visão do setor empresarial, o que tiver que ser feito tem que preservar simplicidade e a inteligência; os sistemas têm que ser inteligentes e simples. De que maneira? Quando eu for alimentar esse sistema, eu, indústria, com o meu plano de gerenciamento de resíduos, ou o Município, com os seus planos municipais, ou determinados outros entes que também sejam obrigados, o façam uma única vez e não cadastro aqui cadastro ali, sistema aqui, sistema ali, porque aí não funciona, até porque o volume de informações é grande, não é simples; quem já trabalhou com cadastro técnico federal sabe do que estou falando, e esses são os principais pontos que eu trouxe para o senhor. Acho que cumpri o meu tempo, a campainha não tocou.

Então, agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores e me coloco à disposição para os esclarecimentos posteriores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Na realidade, o senhor fez uma grande economia de tempo. Muito obrigado pela sua exposição, Sr. Wanderley Baptista.

E agora, vamos às intervenções...

Por favor, a Srª Ana Paula Bernardes. A Srª está com a palavra.

ASRA. ANA PAULA BERNARDES – Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite para ter a oportunidade de mostrar o modelo e o estudo que a Abividro fez de logística reversa e aproveitamento do vidro na sua cadeia produtivo. Justificar um pouco por que a Abividro saiu na frente, fazendo esse trabalho.

O vidro é um material 100% reciclável e a gente aproveita ele no nosso processo produtivo. Fazemos isso desde a década de 80; fazemos a logística reversa desde a década de 80 na nossa indústria e isso traz um benefício grande. Diminuímos o consumo de energia na nossa indústria, consequentemente o passivo de emissões, aproveitamos com isso para poupar o consumo de matéria prima, enfim, a indústria do vidro acaba por conta disso conhece essa temática com bastante profundidade. Nesse sentido, quando vimos com gratos olhos a legislação e quando da sua publicação contratamos uma consultoria internacional para que fizesse um estudo e uma proposta de viabilidade econômica de um sistema que pudesse atender o País inteiro na logística reversa do caco de vidro – porque a gente chama o nosso resíduo de caco.

Esse sistema, acabou que a gente conseguiu evoluir e hoje a gente apresenta como uma possível proposta não somente para o vidro mas para todos os materiais. Quem sabe a gente conseguindo implementar ele dê um ganho de escala grande e possa viabilizar o sistema de coordenação centralizada, que é essa nossa proposta.

Vou aqui tentar me espelhar no Wanderley e ser mais sucinta.

Eu vou passar todas essas aberturas e depois quem tiver interesse eu passo a intervenção completa.

O nosso estudo pegou quatro pilares centrais da lei. Primeiro, a questão da responsabilidade compartilhada. Segundo, a questão do Município como coordenador da coleta. Terceiro, a questão da integração social, quer dizer, como a gente poderia fazer com que a idéia do Governo de que o modelo da logística reversa fosse instrumento de inclusão social e como a gente poderia aproveitar os instrumentos indutores que o Governo disponibilizava para o sistema para dar ganho de eficiência nele. Isso é para garantir uma coisa que o Vítor colocou aqui e que é muito importante, que é a gente conseguir atender à legislação, conseguir

um desempenho bom nesse processo, sem perder a competitividade da nossa indústria.

O fato é que no Brasil a gente tem aí um resumo um pouco da situação que foi levantada aqui pelo Sr. Paulo, enfim, por todos aqui. Nós temos uma infraestrutura de saneamento muito precária ainda no Brasil, uma coleta seletiva ainda muito incipiente; dimensões continentais que limitam a viabilidade da logística reversa; informalidade, sobreposição de atores intermediários na reciclagem. Nesse ponto eu quero fazer um alerta para os senhores. Para vocês terem um idéia do que significa essa sobreposição, só na indústria do vidro, 30% do mercado de bebidas quentes, que a gente chama de wodka, uísque, hoje são falsificados a partir da garrafa. Essa garrafa é desviada do sistema de logística reversa e é vendida no mercado. Para vocês terem uma idéia, uma garrafa de uísque hoje, com tampinha, na caixa, chega a valer R$10,00. Isso fez parte do nosso estudo, de como a gente conseguiria minimizar o impacto desse esquema que corre paralelo ao esquema da reciclagem. A questão da disparidade de consumo e infraestrutura de saneamento entre os Municípios. Há Municípios onde o consumo é muito algo, há Municípios em que cai o consumo. Isso tem a ver com renda *per capta* e uma série de outras variantes. O alcance da reciclagem ser limitado ao valor do material recuperado. Então, a gente vê aí que um bom exemplo disso é o alumínio; a cadeia do alumínio obtém essa eficiência toda em função de que o seu material tem um valor agregado muito alto; e o baixo nível de conscientização e comprometimento da sociedade. Se o consumidor não estiver absolutamente imbuído da intenção de fazer parte desse sistema, nós não vamos conseguir fazer ele funcionar. Para acontecer a reciclagem, eu tenho que fazer o material chegar até a unidade de separação, de reciclagem. Por isso a gente, na Abividro, o termo que a gente usa mesmo é logística reversa. A reciclagem é uma consequência da logística reversa, é uma motivação e, ao mesmo tempo, uma consequência do processo da logística reversa.

Esses dados, depois disponibilizo, são dados que já foram exaustivamente aqui discutidos, o que significa a infraestrutura de saneamento e destinação hoje; de como funciona a dispersão dos materiais, a formalidade etc.

(Próximo, por favor.)

Esse slide é para que vocês tenham uma idéia do que significa a logística reversa, hoje, no País. O Brasil é 23 vezes maior que a Alemanha e 15 vezes maior que a França.

Aqui, a gente dá um exemplo do que significaria a logística reversa do vidro em termos de quilometragem. Nós temos indústrias em Recife, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, enfim, veja o que significa você movimentar o resíduo aqui. Por isso a importância de um ponto que o Vítor levanta e que a gente insiste muito, que é a desoneração da cadeia.

Para que vocês tenham uma idéia do que isso significa, a gente está agora com um projeto de fazer a coleta e a retirada dos vidros aqui de Brasília. E nós estamos enfrentando uma dificuldade muito grande porque as cooperativas não conseguem a viabilidade de fazer isso por causa do ICMS do caco; ele é obrigado a pagar na fronteira, em adiantado o ICMS, e ele não consegue fazer isso financeiramente. E nós, do setor vidreiro, que damos um estímulo a isso, muitas vezes patrocinamos o transporte desse caco, temos dificuldade pela informalidade do setor. Muitas vezes a gente não tem sequer uma conta bancária para depositar o dinheiro para a cooperativa poder fazer o transporte desse resíduo.

(Próximo, por favor.)

Aqui a gente coloca um quadro sobre a sobreposição de atores e a informalidade, quer dizer, o que acontece no processo de coleta. A gente tem desde a coleta seletiva a pontos de entrega voluntária e catadores. Esse sistema funciona sem uma coordenação. O que acaba acontecendo? Uma falta de eficiência. A questão da triagem, do beneficiamento e da reciclagem e a questão do reuso. Veja, a gente da indústria do vidro, um bom percentual do nosso material no mercado de bebidas, por exemplo, 70% do mercado de cervejas ele é de reuso, a garrafa é retornável. Mas veja o que acontece no processo de falsificação. Por exemplo, a nossa garrafa *long neck* não de reuso, ela é de uso exclusivo *one way,* e ela acaba caindo no reenvase dessas bebidas que a gente encontra no carnaval, enfim, no mercado de tubaínas, de uma série de mercados que acabam utilizando a garrafa *one way* para reenvase, e ela é desviada do processo de reciclagem e não pode, teoricamente, ser utilizada.

A situação, hoje, da reciclagem do vidro. O que acontece? O vidro é posto no mercado pela indústria envasadora ou importadora, ele acaba sendo coletado; uma parte dele vai para o mercado de reenvase; uma parte é coletada na coleta seletiva; cai nas cooperativas; é desviada boa parte, nas cooperativas, para o mercado secundário e de reuso ilegal; muitas vezes esse desvio não acontece na cooperativa, ele já acontece no canal frio, como a gente chama, no bar e restaurante. E a gente tem uma dificuldade muito grande de intervir nesse processo e fazer com que o caco chegue absoluto na nossa indústria, o que para a gente seria a situação ideal.

Depois coloco aqui para vocês um fluxo, que o Vitor colocou aqui um pouco mais simplificado, o nosso está um pouco mais complexo, eu não vou me ater a ele, porque muitos de vocês já conhecem, é, na verdade, o fluxo que faz o retorno da logística reversa.

Todo o material depois forneço para vocês, eu só estou com um pouco de pressa de mostrar o modelo que a gente está sugerindo.

Muito bem, o que fez a Abividro? A Abividro fez o seguinte: nós fizemos um estudo do mercado nacional e de como funcionava a questão da reciclagem, da logística reversa no Brasil. Fomos também estudar modelos internacionais, o que acontecia de acertos e erros, no mundo inteiro, para que pudéssemos trazer experiências que tiveram eficiência fora do Brasil. Conseguimos compilar esses dados e fazer uma sugestão de um modelo nacional. Esse modelo nacional nós baseamos em cinco premissas básicas.

Quais seriam? Primeiro, o estabelecimento de uma gerenciadora única. Por que essa idéia? A gente viu, primeiro no Brasil, que essa série de elementos que levantamos aqui precisaria de um gerenciamento para que eles não acontecessem, uma visão do processo como um todo, a partir de um único ente. É a experiência que tem inpEV, que é o instituto que faz a logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas, e com bastante sucesso, como levantou o Wanderlei aqui. Eu acredito que seja o modelo de melhor eficiência, hoje, que nós temos no País.

A segunda idéia nossa é a alocação de responsabilidade ao Município, o Município tem que coordenar o processo de coleta seletiva para que ele possa acontecer e o resíduo possa chegar na usina de reciclagem.

A terceira premissa é o envolvimento das cooperativas de forma estruturada. Nós precisamos dar eficiência, profissionalização, capacidade para que essas cooperativas gerem eficiência no sistema e possam funcionar. A coordenação da logística reversa, em âmbito nacional. Por que isso? Porque o resíduo dos grandes centros, e o resíduo concentrado, ele naturalmente vai chegar mais barato pela própria logística de transporte dele. A nossa sugestão, depois de grandes estudos, a nossa conclusão é que a única forma de viabilizar isso e diminuir custos é, se a gente conseguir, de uma forma centralizada, trabalhar com a compensação. Então, o resíduo do mais próximo vai acabar compensando a logística reversa do resíduo que estiver mais distante. Caso contrário nós vamos ter um problema, como, por exemplo, Manaus chafurdando no resíduo e São Paulo transbordando na reciclagem.

E quinto, a conscientização e criação de incentivos, que é um pouco o que o Vítor levanta aqui e que a gente coloca. O setor produtivo já dá um bom auxílio, mas nós vamos precisar que a cadeia seja estudada e que a gente faça um planejamento tributário nessa cadeia, de forma com que ela ganhe eficiência

Essa seria a visão geral do nosso modelo; ele é um modelo que a gente está propondo que seja centralizado numa gerenciadora, que seria uma Oscip. Por que uma Oscip? Porque esse sistema não pode visar lucro; se ele visar lucro, o processo da logística reversa encarece absurdamente, a gente viu isso em vários modelos na Europa. A partir do momento em que você coloca um sistema, uma gerenciadora privatizada, fica absolutamente inviável, o preço vai às alturas, fica inviável para o setor produtivo, fica inviável – aqui no nosso caso – para as cooperativas. Então, seria uma gerenciadora sem fins lucrativas, que coordenaria todo o processo, ajudaria e faria parcerias com o Município, para dar auxílio técnico ao Município para que ele não ficasse exclusivamente sozinho no processo da coleta seletiva; coordenaria um convênio com as cooperativas para fazer o sistema unificar e a gente não ter, por fora desse sistema, a possibilidade de que a cooperativa ou o que a gente chama de mercado ilegal funcione, porque se ele funcionar na clandestinidade não consegue entrar no sistema e se credenciar para entrar no sistema. E tendo um sistema centralizado, ele só vai poder vender o seu resíduo para esse sistema. A gerenciadora faria acordos de compra. Onde a cooperativa e os triadores não tivessem condições de beneficiar ela passaria para uma beneficiadora, coordenaria todo o processo de logística até o resíduo final chegar ou na usina de transformação ou, no caso do vidro, de volta para a nossa indústria. Essa gerenciadora seria nacional e única para todos os materiais.

Vejam, faço aqui uma ressalva. Esse estudo que fizemos foi exclusivamente para o vidro. Vimos experiências em que esse sistema também funciona para outros materiais.

Como no Brasil nós temos várias iniciativas já em andamento, isso teria que ser estudado para entrar aqui. Esse sistema não zera as iniciativas que já estão em curso.

Município responsável pela coordenação da coleta seletiva, cooperativas estruturadas e certificadas atuando na triagem; beneficiadores certificados; fabricantes de embalagem pagam pela utilização do resíduo recuperado. Aqui seria um compromisso da indústria de que ela compraria todo e qualquer material que chegasse, dentro do escopo definido, a porta da sua indústria; fabricantes de embalagem pagam e utilizam o resíduo recuperado e envasadores pagam uma tarifa por embalagem colocada no mercado e o setor público cria incentivos, define e controla metas de reciclagem.

O que seria essa gerenciadora? Ela seria uma Oscip sem fins lucrativos; o ponto central de autorregulação da reciclagem. Como ela funciona? A idéia é que ela tenha um conselho de gestão, com representação de todos os entes envolvidos na cadeia de logística reversa. Então, teria representação aqui os materiais, as indústrias envasadoras, os catadores, o governo, todos no conselho dessa gerenciadora. E o que ela faz? Ela lidera a implementação de solução nacional para a logística reversa.

(Próximo, por favor.)

Itens mais decupados do que seria a atuação da gerenciadora. Ela firma acordos com o Município para coleta e triagem, ela credenciaria e apoiaria capacitações de cooperativas; contrataria e certificaria beneficiadores; contrataria e gerenciaria a operação da logística completa; compra e vende resíduos reciclados. Nesse seguimento aqui a gente pensou muito na questão, porque isso é uma coisa que vai ser complexa, inclusive pela questão dos monopólios. 'Então, aqui, a gente teria que discutir com o governo, o governo teria ajudar em como a gente faria essa operação e participa de campanha de conscientização de reciclagem.

Esse seria o modelo. Ela seria regulada pelo governo federal, reconhecida como Oscip e autorreguladora.

Veja, gente, isso foi todo um estudo que fizemos e é uma proposta; inclusive está assim muito lá na frente já. O que hoje o setor está discutindo, como o Vítor colocou aqui, a gente também aderiu à proposta – apesar de não estar aí no quadro –, estamos trabalhando conjuntamente, isso é a proposta que o vidro está fazendo, e é uma proposta que está em discussão. É um processo em que a tendência acredita que evolua para isso, sem alternativas. Mas existem todos os materiais envolvidos nisso. Estamos discutindo saídas possíveis e viáveis para os seus respectivos materiais.

Aqui seria uma proposta que a gente fez de como funcionaria essa gerenciadora, ela teria os seus núcleos.

E os benefícios que a gente levanta para uma gerenciadora única. Quer dizer, ela permite a viabilização da logística reversa dos resíduos em âmbito nacional por compensação, como eu falei, otimiza os custos da cadeia de reciclagem mais eficiente do que soluções isoladas e dispersas. A gente acredita que se a gente conseguir concentrar numa solução única, a gente ganha em escala e minimize custos. Incentiva a formalidade e garante a participação da indústria na solução dos resíduos.

Como seria o financiamento desse sistema? Esse sistema se financiaria, primeiramente, pelo processo de entrega do resíduo final nas indústrias – no caso do vidro, pela compra do caco – e a parcela que este caco não cumpre, que a gente acredita – a gente está fazendo a avaliações ainda – que seja em torno de 30%, seria a contribuição do envasador e do embalador no processo.

Esse sistema ainda precisa de um estudo tributário e do que a gente chama de *business intelligence* para poder dar a ele uma performance que diminua, cada vez mais, a contribuição no sistema que não seja exclusiva pela própria renda gerada pelo material. A gente acha que no Brasil isso seja possível, a gente tem feito estudos econômicos. Esse estudo nosso envolve todo um planejamento econômico que tem mais de 5 mil páginas e que a gente acredita que minimize cada vez mais o custo e que seja o sistema mais barato de fazer a logística reversa.

Por que a gente faz uma proposta de que seja uma Oscip, pela questão dos benefícios que a Oscip tem e pela transparência que é exigida dela.

Mecanismos e incentivos de fomentos que esse sistema pode ter; temos aí o Pró-catador e n outros incentivos que a gente pode captar no sistema para que as cooperativas tenham *performance*, para que atendam esse sistema de forma eficiente. E o aproveitamento de todas as iniciativas que hoje já existem.

A idéia é que o impacto social desse sistema, além do impacto econômico de a gente conseguir viabilidade econômica a partir de um sistema unificado, a idéia é que o modelo atual, hoje, que está desestruturado, que tem uma infraestrutura e condição de trabalho não adequada, que tem venda do reciclável caso a caso. Hoje, a gente tem negociações caso a caso; oscila o valor do material; oscila o aproveitamento do material pela indústria de transformação e pela nossa indústria; e o beneficiando do caco, em casos isolados, e de baixa qualidade, tudo isso migra para uma situação que a gente chama de paraíso verde: o foco na triagem da coleta seletiva, tratamento de maiores volumes com maior qualidade e, portanto, valor agregado; infraestrutura adequada com investimentos previstos e equipamentos de segurança pessoal, garantia de compra pela gerenciadora de 100% do material; capacitação e certificação para beneficiamento do caco e geração de valor na cooperativa; maior inclusão social com projetos de educação e alfabetização.

Esse estudo nosso está disponível. Se os Srs. Senadores quiserem detalhamento dele, nós podemos fazê-lo. Ele envolve minucioso planejamento econômico, faseamento. A gente pensou numa proposta de fases para que ele seja atingido; relativizamos, porque nós vamos ter que estudar, vejam, o desempenho de cada região e de cada Município diferentemente. Por isso, a gente coloca aqui.

(Próximo, por favor.)

Para vocês terem uma ideia, nesse quadro, vejam como o resíduo no Brasil é gerado de forma concentrada. Aqui, estamos falando de 80% das embalagens de vidro geradas a até 800 quilômetros da nossa indústria. Se a gente conseguir fazer voltar a partir de 800 quilômetros da nossa indústria, a gente faz voltar 80% do resíduo de vidro, hoje, no País.

(Próximo, por favor.)

Esse estudo nosso fez um planejamento de implementação que dividiu os Municípios em escopos. A ideia é a de que a gente trabalhe, num primeiro momento, nos Municípios com mais de um milhão de habitantes, e isso pega 27% do resíduo; depois trabalharíamos com Municípios de 300 a um milhão, que pegaria mais 13% do resíduo, e sempre, num primeiro momento, trabalhando nos centros urbanos, onde houvesse uma concentração populacional maior e uma concentração de habitantes por quilômetro quadrado maior, ou seja, que os resíduos estivessem mais concentrados.

(Próximo, por favor.)

A gente dividiu em três escopos: que tipo de modelo, de recolhimento e de coleta seria mais adequada para cada fração de Município que a gente dividiu. Então, Municípios de mais de um milhão de habitantes trabalhariam com modelo múltiplo; nos lugares de grande concentração, com a coleta porta a porta, PEV no varejo e com recolhimento específico para o canal frio, bares e restaurantes. Os centros urbanos de alta densidade, com coleta seletiva municipal porta aporta e com coleta no canal frio, e os centros urbanos com relação de consumo por quilômetro quadrado seriam favoráveis para iglus. A gente trabalharia com pontos de entrega voluntários.

Municípios que estão muito distantes, na experiência do Empev, a gente pode observar que eles trabalham com sazonalidade e coleta. É muito interessante. Acho que os Srs. Senadores deveriam pedir uma explanação e a oportunidade que o modelo que já temos em funcionamento e com grande eficiência, que é o modelo do Empev. Ele é um sistema muito racional, muito inteligente e que pega uma problemática que é extremamente complexa, que é a dispersão nas propriedades rurais.

(Próximo, por favor.)

Qual seria o benefício do modelo centralizado a partir da gerenciadora? Primeiro que ele atende plenamente à lei. Esse é o primeiro quesito básico. Segundo, ele proporciona inclusão social e geração de renda, porque, a partir do momento em que ele ganha eficiência, melhora a *performance* do sistema todo; a gente consegue investir melhor nas cooperativas; consegue um planejamento da produção que gere, no final do processo, um material de qualidade e com maior valor agregado; garante a destinação adequada dos resíduos e dá suporte técnico às prefeituras; permite controle minucioso das embalagens colocadas no mercado, recolhidas, triadas e recicladas; e é aplicável em escala nacional e a múltiplos materiais recicláveis.

(Próximo, por favor.)

A gente faz aqui uma adequação do porquê que ele atende cada elemento da lei. Então, o recolhimento dos produtos e resíduos previstos no art. 21, feito através do apoio à coleta seletiva, feito pelo sistema; a implementação de PEVs e a capacitação e certificação de cooperativas de catadores; estruturar e implementar o sistema de logística reverso, previsto no art. 33. O sistema não se restringe à reciclagem. Vejam, temos que ficar atentos a isso. Muito se discute sobre a questão da reciclagem. Só que insisto: para que a reciclagem aconteça, a embalagem precisa chegar; e, para ela chegar, temos que ter um sistema eficiente de logística reversa não só nos grandes centros próximos, Sul, Sudeste, onde isso vai ser, de certa forma, fácil, mas vamos ter muita dificuldade para retirar os resíduos dos centros de longa distância e dos Municípios dispersos, que vão ter que cumprir a lei do mesmo jeito. Garantia de reciclagem e destinação adequada. A cadeia de fabricação de embalagens garante a recompra do resíduo e a destinação ambientalmente adequada à reciclagem. E o fornecimento de informações. Possibilidade de maior controle sobre a geração de resíduo de cada participante e melhor acompanhamento das metas propostas.

(Próximo, por favor.)

Vou parar por aqui. Isso aqui é uma ideia sobre a indústria de vidro, para vocês terem uma ideia – pode passar – do que significa o vidro hoje e por que nós nos dedicamos tanto a produzir um sistema, a estudar um sistema de logística reserva para nosso resíduo. O vidro é 100% reciclável; permite um ciclo infinito. Todo vidro que entra no forno vira 100% vidro. Então, para a gente, são economias consideráveis de energia e com diminuição do passivo de emissões que a gente faz hoje. Todo setor de produção de embalagens é energo-intensivo. Então, é uma grande preocupação nossa reduzir o consumo de energia para reduzir nosso passivo ambiental. A indústria de vidro hoje, internacionalmente, tem metas a cumprir, e colocou-se metas aqui, no Brasil. Independentemente da política nacional de resíduos, a indústria de vidros se colocou metas de redução, de consumo de matéria-prima, de emissão, de consumo de energia. Metas próprias nossas para atender a critérios que nós nos impusemos

de sustentabilidade. Além disso, o vidro tem outras características, como embalagem, porque ele é impermeável, alíquotas e gases, porque é uma embalagem pura. Não garante troca com seu conteúdo.

(Próximo, por favor.)

Ele é naturalmente retornável. Para vocês terem uma ideia, a título de curiosidade, esse dias, pedimos para um parceiro nosso, a Coca-Cola do Nordeste – o Vítor está aqui; acho que nem sabe disso –, que nos trouxesse a garrafa mais antiga invasada de vidro. Chegou às nossas mãos uma garrafa que foi produzida em 1979, pela CIV Nordeste, que ainda está em uso, sendo reinvasada. Ela foi reinvasada, para vocês terem uma ideia, pela última vez, em agosto do ano passado, com data de validade ainda em uso, ou seja, quantas vezes essa garrafa foi e voltou no processo de reinvase. Esta também é uma meta do vidro: estimular o mercado de retorno e habilidade para que a gente possa, da melhor forma, cumprir a hierarquia da lei de reutilizar antes de reciclar. Esse é um benefício grande da embalagem de vidro.

(Próximo, por favor.)

Aqui, para vocês terem ideia do que significa o vidro em circulação. A cada 100 toneladas de embalagem em circulação, 85 são embalagens retornáveis. A embalagem retornável é utilizada, em média, 30 vezes, mas, teoricamente, ela pode ser utilizada quantas vezes ela voltar sem quebrar; e a embalagem *one way*, que é hoje nosso grande objetivo e que a gente vem sentindo também.

Nesse quesito, eu gostaria de fazer para vocês uma ressalva de uma palavra que foi utilizada aqui pelo Dr. Paulo, dos Municípios. É uma preocupação que devemos estudar e para a qual nos devemos atentar. Estamos sendo cobrados, na esfera federal, na nossa indústria de invase. Então, está sendo cobrado aqui o dono do produto, quem coloca o produto dentro da embalagem, quem faz a escolha de embalagem.

Só que o que acontece quando isso cai lá no Município? Eu tive a experiência, recentemente, de ir a Foz do Iguaçu para atender a uma demanda do Município, e ele não chama lá, para resolver o problema, o dono do produto, porque não cai no aterro dele um potinho de comida infantil da Nestlé, nem uma garrafa... A garrafa de Coca-Cola é bem identificável. O que cai lá, no aterro sanitário, no lixão do Município, é vidro, no nosso caso.

Aí, somos nós chamados a resolver um problema que, individualmente, nós não temos como resolver, e nós estamos sendo demandados por um universo de Municípios e pequenos Municípios que querem que a indústria vidreira dê solução para o seu resíduo que cai lá, e isso acaba gerando um processo de uma enxurrada de leis, porque, daí, nós não temos como resolver sozinhos, e começam as cobranças de como é que a gente vai resolver o problema.

Hoje, o vidro tem enfrentado proibições de produtos vendidos. O Município acaba proibindo a venda de produtos envasados em vidro, que é uma embalagem sustentável, que tem milhões de benefícios para o meio ambiente, porque nós não conseguimos dar solução unificada para o material. É chamado o envasador na esfera federal; é chamado o material na hora de dar solução lá embaixo.

O grande desafio, eu acho, desse processo é fazer com que esses dois entes consigam conversar entre si e que o Governo tenha uma articulação com os Ministérios Públicos, para que com isso consiga dialogar e a gente consiga, nós, da iniciativa privada, responder a esse processo, porque, enquanto a legislação era discutida aqui, o setor produtivo estava sendo chamado no Paraná a responder e apresentar um modelo que solucionasse o problema das embalagens, sendo que a gente ainda estava discutindo, aqui, a implementação da legislação.

Se não houver uma arquitetura em que as legislações municipais e estaduais conversem com a legislação federal, nós, do setor produtivo, não vamos ter condições de atender pela competitividade um modelo de logística reversa eficiente, que possa, inclusive, auxiliar os Municípios. Essa batata quente vai acabar sobrando na mão de prefeitos e de parte da iniciativa privada, que não vai ter como cumprir com o processo, garantindo a eficiência e a competitividade do seu setor.

Eu falo isso em nome do vidro, porque a gente já vem enfrentando legislações que proíbem a embalagem de vidro em alguns Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer à Drª Ana Paula pela sua apresentação.

Agora, vamos iniciar os nossos debates. Vamos iniciar a lista de oradores inscritos pelo autor do requerimento, nobre Senador Cícero Lucena, que também é o Presidente da Globe Internacional.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, obrigado.

Antes de fazer qualquer consideração, eu gostaria, já com a devida autorização de V. Exª e pedindo desculpas a todos aqui, de dizer que, como prefeito, eu busquei dar uma solução para esse problema de resíduos sólidos na cidade de João Pessoa, e essa experiência tem muito a ver com tudo que aqui foi dito. Lamentavelmente, há cerca de nove anos foi feito, eu passei uns três ou quatro anos para fazer esse trabalho.

Eu gostaria de passar esse vídeo e depois fazer, então, alguns comentários, porque, infelizmente, o que eu vivi em João Pessoa é a realidade, ainda hoje, da maioria dos Municípios do nosso País.

Eu peço à parte técnica para passar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos assistir ao vídeo com muito gosto, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Peço desculpas, porque tem alguns depoimentos, mas é porque o vídeo é antigo e o tempo também, mas foi tudo concluído e devidamente realizado.

Com som. (*Pausa*.)

Até Bill Gates, às vezes, tem problemas técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos aguardar a solução do problema tecnológico.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Enquanto isso, eu vou falando.

A minha preocupação ao pedir esta audiência, já que eu acompanho esse processo desde a experiência como Prefeito e tive o prazer, também, de ser Relator, é porque existem várias iniciativas exitosas no Brasil. Agora, nós temos uma legislação, a qual passou cerca de 19 anos sendo debatida aqui no Senado e no Congresso como um todo e que estabeleceu um prazo que aqueles que aqui falaram antes colocaram de forma clara, alguns falando da sua iniciativa. A Confederação Nacional dos Municípios falou da sua preocupação com a responsabilidade dos Municípios.

Devo dizer que...

Vamos ver se agora... Eu ouvi o som. Agora, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em seguida, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mas estava certo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Está certo.

Começa com o depoimento de um poeta lá da Paraíba, fazendo um comentário sobre o começo do fim do lixão da cidade de João Pessoa.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Cícero, qual é a população de João Pessoa hoje?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Hoje, 650 mil habitantes, mas a solução foi para a da grande João Pessoa, que passa de um milhão.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esse lixão fica a quantos quilômetros do centro urbano?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Fica a 800 metros da Basílica, da Matriz da cidade, e a 1,5 Km da sede da antiga prefeitura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Roger é o bairro. Na verdade, é francês: Roger.

Estamos tendo problemas técnicos.

Continuem tentando, aí, enquanto eu vou falando, tentando ganhar tempo.

Então, como eu dizia, fiz uma experiência em que fiz todo um levantamento e busquei experiência, naquela oportunidade, em 1997, quando assumi a Prefeitura.

Nós procuramos qual a solução a ser dada. Compatível, na oportunidade, foi o lixão. Nós discutimos a possibilidade de gerar energia, nós discutimos a possibilidade de fazer com que...

Acho que se adiantar um pouco, talvez ele entre.

Discutimos se se usaria o lixo como queima das fábricas de cimento que há, inclusive, na cidade de João Pessoa, a três quilômetros de onde é o lixão, enfim, fomos à Itália, vimos o problema da Itália, da Alemanha, conhecemos as soluções dos Estados Unidos, e vimos, efetivamente, que o compatível era o aterro sanitário, com a necessidade de se criar uma cooperativa de catadores de lixo. Por quê? Cerca de 200 famílias moravam no lixão do Roger. Eu não posso dizer nem que moravam: sobreviviam de forma desumana, e o vídeo mostraria isso.

Em cima disso... Se me permitem, eu tenho, talvez, uma solução: na minha página do Senado, tem a disponibilização desse vídeo. Então, talvez, você entrando na página possa captar melhor.

O que nós fizemos? Construímos casas para esses moradores, apartamentos, pegamos as crianças que eram utilizadas como catadoras de lixo lá no lixão, que disputavam com os adultos, inclusive, os alimentos, e criamos a bolsa-escola para essas crianças, quando a bolsa-escola não era, ainda, universalizada no Brasil. Só tinha aqui no Distrito Federal com Cristovam Buarque... Nós criamos... Construímos uma escola e uma creche nesse condomínio – próximo ao lixão do condomínio – para que os pais que trabalhavam pudessem estar no seu trabalho. Criamos a cooperativa, treinamos esses cooperados: primeiro, os alfabetizamos. Com o SEBRAE, fizemos convênio com técnica de higiene pessoal, de higiene local de trabalho, noções de trânsito, porque foram formados núcleos de reciclagem para esse pessoal. Eles tinham temor da queda de sua renda, o que efetivamente ocorreu, porque eles começavam... nem a própria população tinha a capacidade, a consciência de ajudar na coleta seletiva naquela oportunidade. Então, nós garantimos

uma bolsa-renda para cada catador de lixo que, porventura, a cooperativa, ao término da apuração de 15 dias, não desse a renda suficiente, a Prefeitura bancava essa diferença para garantir um pouco mais do que o salário mínimo a cada catador naquela oportunidade.

Então, todo esse trabalho de educação... Levamos as escolas para conhecer o lixão; fizemos gincanas de meio ambiente nas escolas; fizemos concursos de redação, nas escolas públicas, cujo ganhador, inclusive, foi uma criança do "Lixão do Roger" que relatou sua vida como morador do "Lixão do Roge"; fizemos exposições de arte, de produtos recicláveis, com todos os artísticas plásticos da cidade para mexer com o sentimento da cidade na conscientização da importância de que cada um é responsável (ouvi isso do Dr. Célio Gonçalves): o cidadão na produção e de como conduz seu lixo, de jogar o lixo no local, depositando-o em local apropriado e fazer a devida seleção dos produtos e todos os entes do Governo. Então, essa foi, vamos dizer assim, o modelo que nós desenhamos e que, graças a Deus, nós conseguimos implantar em João Pessoa. Não quero dizer que hoje é mantido esse padrão desejado, porque é outra administração, e eu, efetivamente, não cabe a mim estar monitorando a administração municipal.

Agora, me preocupa muito esses prazos... Eu sei que nós tivemos avanços nesse período aqui. Eu tive várias reuniões com o Victor, com o Cempre, está certo que em alguns eventos, há uma consciência por parte importante do empresariado nacional de buscar uma solução. Nós temos um modelo que, sem dúvida nenhuma, é uma referência: a questão da valorização... A lei que nós adotamos aqui não pode ser adotada no Brasil – e no mundo como um todo – porque nós temos a particularidade...

Agora, sim, está saindo o som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço.

Então, como eu estava dizendo, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Essa, infelizmente, ainda é a realidade do caos que nós temos em algumas cidades, mas também como é possível ser feito. Obviamente que a tecnologia evoluiu. Quando fui à Europa discutir o lixo, era, por exemplo, proibido levar lixo de um país para outro. Mas uma série de coisas tem avançado, e eu acho que nós temos que buscar, dentro dessa preocupação com o cumprimento da legislação, inserir cada vez mais novas tecnologias. Eu voltei. Há dois anos, estive na Alemanha e observei, por exemplo, que 8% da energia gerada hoje na Alemanha é de queima de lixo, de resíduos, 8% da matriz energética da Alemanha. Presenciei trem com vários vagões trazendo lixo da Itália para ser queimado da Alemanha, para gerar energia e gerar vapor a um parque industrial ao lado instalado. Ou seja, existem hoje várias tecnologias, como a reciclagem de papel, que pode avançar muito. Por exemplo, um país como a Alemanha lava o papel, a tinta do papel, tira a tinta do papel, recicla esse resíduo de tinta lavada e recicla o papel, que, branco, tem um valor maior do que simplesmente amontoado, como hoje nós fazemos no Brasil.

A questão da reciclagem eletroeletrônica, por exemplo. Eu vi experiências de países que aproveitam o seguro-desemprego de algumas pessoas em readaptação do trabalho, que ganham um salário já bastante razoável, bem maior do que o que é pago hoje no Brasil, essas pessoas trabalham nessas unidades de reciclagem de eletroeletrônicos e têm direito, mesmo com o correspondente ao seguro-desemprego, a um ganho a mais para poder ter essa reciclagem. Enfim, nós temos soluções riquíssimas. Hoje, o Brasil, na questão de cooperativas, é um exemplo mundial. Temos que valorizar o que aqui foi dito por todos que se fizeram presentes. As soluções estão oferecidas, não vou aqui destacar um ou outro. Agora, eu queria, já que me foi concedido este tempo, ao convocar esta reunião, é que acompanhássemos, para que não tenhamos uma lei tão importante, tão rica, tão bem fundamentada, com soluções que podem ser dadas agregando tecnologia de gerenciamento, de compartilhamento, de renúncias fiscais, de incentivos, porque nós temos o dever e a obrigação de fazer cumprir essa legislação.

Tenho muito cuidado, Dr. Sérgio, quando, de repente – e aí é onde está a preocupação maior –, o Governo acha que já está fazendo tudo, mas, com certeza, permita-me a avaliação, não está... Pode estar fazendo tudo, mas não o suficiente. Da mesma forma, a preocupação com os municípios. Fui prefeito e tenho essa preocupação. Participei, com atos, quando Senador, desse projeto. Em determinado instante, Presidente, colocamos emenda aqui de duzentos e quinze milhões, na Comissão de Meio Ambiente, para que, antes da aprovação da lei, a Funasa, que era responsável por municípios menores do que cinquenta mil habitantes, naquela oportunidade, usasse esses duzentos e quinze milhões para fazer o planejamento das pequenas cidades, pois elas são inviáveis economicamente e não têm capacidade técnica de fazer, para que agregasse municípios, que estimulasse a criação de consórcios em pequenos municípios, para viabilizar a solução dos resíduos sólidos. Dos quinhentos e quinze, foram

aplicados dez milhões. E acabou. Perdeu. De um ano para o outro, não foi aplicado.

Da mesma forma, Presidente, no ano passado, houve um debate nesta mesma Comissão – Senador João Pedro, o senhor se recorda –, quando se discutia que uma emenda de comissão fosse colocada para concluir o prédio do Ibama. A Senadora Marina Silva estava presente e defendeu isso. Eu defendi que fosse aprovada, e foram aprovados cento e vinte milhões para a formação e qualificação de agentes ambientais, agentes multiplicadores nos municípios, para que eles fossem multiplicadores. Eu soube que, desses cento e vinte milhões aprovados, até agora não foram aplicados nem dez milhões. Parece que há uma marca de azar nessas emendas, que são tão importantes.

Então, eu queria sugerir, aproveitando este momento, Presidente, que, no momento em que esta Comissão apresentar – não uma iniciativa minha, mas da Comissão –, nós discutíssemos recursos nesta Comissão para estes dois segmentos: o apoio, a estruturação aos pequenos municípios brasileiros, e também a educação ambiental, em que pudéssemos formar agentes multiplicadores na questão ambiental.

No mais, conheço o assunto relativamente bem, a todo momento quero continuar aprendendo, toda informação que os senhores e a senhora tiverem e que puderem disponibilizar eu agradeço, e estarei à disposição para ser o grito de alerta para que essa lei seja verdadeiramente implantada e de uma forma que traga os benefícios que todos nós queremos.

Meu muito obrigado aos convidados, ao Presidente e aos Senadores e Senadoras que apoiaram o requerimento e, com certeza, apoiarão as iniciativas que dependerem desta Casa e desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Quero cumprimentar V. Exª pelo excelente trabalho desenvolvido à frente da Prefeitura de João Pessoa e pelo trabalho que vem realizando, um trabalho de destaque, no Senado, na defesa do meio ambiente.

Dando continuidade à lista de inscritos, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Excelentíssimo Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, quero, em primeiro lugar, manifestar meu contentamento com a qualidade e a importância desta audiência pública para debater a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Cumprimento o Senador Cícero Lucena tanto pela proposição desta audiência quanto pela demonstração do seu trabalho concreto lá, em João Pessoa. Eu sou da opinião de que a sustentabilidade se constrói fundamentalmente a partir do exemplo. Quanto mais exemplos positivos a gente puder mostrar, melhor. Todas as exposições, analisando a política nacional, e, particularmente, essa estrutura toda, esse sistema todo demonstrado pela Srª Ana Paulo Bernardes, no tocante especificamente ao reaproveitamento do vidro, acho que é fundamental que todos nós conheçamos, que o Brasil inteiro conheça e, a partir dos Municípios, tenha oportunidade de ter acesso a esse sistema todo criado para que a gente tenha melhor resultado no sentido dessa política de reciclagem.

Eu também queria aproveitar este momento para dizer que, ainda que nós tenhamos, talvez, a pior situação de logística reversa, porque nós estamos no Estado do Acre, onde as distâncias são muito grandes, são maiores do que todas as demonstradas naquele seu quadro, Rio Branco, com o Prefeito Raimundo Angelim, ousou tentar dar uma resposta também para essa situação. Ele criou a unidade de tratamento de resíduo sólido, obteve o projeto... O projeto teve financiamento da Caixa Econômica Federal. Ele conseguiu o recurso de R$10 milhões. Com isso, ele conseguiu tanto fazer a desativação do antigo lixão quanto a implantação da unidade de tratamento de resíduos sólidos, que tem algumas características bem interessantes: primeiro, só vai para a célula o lixo que não tem nenhum tipo de aproveitamento. Tudo o que é reaproveitável passa por um processo de reciclagem. Isso é muito interessante porque, por exemplo, nós temos muita deficiência de matéria-prima para construção civil no Acre e todo resíduo de construção civil hoje está sendo transformado – não no Estado todo, mas na capital Rio Branco – em areia ou brita, que serve para a construção de sub-base e base para quadras de esporte, para uma infinidade de outras construções. Todo o resíduo orgânico está sendo utilizado, após a compostagem, como adubo. O resíduo hospitalar passa por um processo de incineração em altas temperaturas e, só depois de eliminado o perigo de contaminação, vai para as células. Por fim, em relação ao papel, plástico, lata e vidro, eu não sei exatamente como eles estão se atando com o vidro devido a essa dificuldade de transporte, mas sei que está sendo feito todo esse trabalho de separação. O melhor aproveitamento que a gente está tendo neste momento é com o plástico, porque foi desenvolvida a tecnologia de construção de madeira de plástico. Então, está sendo feito muito forro, muitos sistemas de divisórias a partir do plástico reciclado. E também condutores para instalações elétricas e tal.

De tal maneira que há algo muito interessante acontecendo também em Rio Branco, que vale a pena ser compartilhado nessa busca de alternativas para as pequenas prefeituras, porque a nossa preocupação aqui é buscar linhas de financiamento para que as

prefeituras possam obter os recursos necessários e, automaticamente, para a gente partilhar solidariamente esses projetos de maneira que a gente disponibilize, se for o caso, até um kitzinho de cada projeto para que as pequenas prefeituras possam se aproveitar desses projetos e dar o passo.

Vale a pena ressaltar que Rio Branco já tem o seu código municipal de limpeza pública, que vai ser adequado agora com a inserção de todos os aspectos que estão contidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em breve, a prefeitura estará anunciando o nosso plano municipal de resíduos sólidos, que a gente quer, com o apoio do Governador Tião Viana, trabalhar para que isso se torne um modelo para se implantar em todos os Municípios do Acre, mas acredito que, pela imensidão do Brasil, pelos nossos quase seis mil Municípios, a gente vai ter que usar os esforços de todos os Senadores, uma vez que a República está representada aqui com igualdade de representação de todos os Estados, para que, a partir das demonstrações obtidas nesta audiência, a gente possa incentivar que os Senadores levem para os seus Estados essas possibilidades, que a gente possa, se for o caso, até replicar a experiência desta audiência pública aqui nas nossas capitais e, quem sabe, ao longo de alguns anos, ter outra realidade no reaproveitamento dos resíduos no Brasil. Dessa maneira estaremos ajudando imensamente famílias que estão sobrevivendo abaixo de qualquer sentido de dignidade e que, a partir dessas experiências, podem obter condições melhores de vida.

Vale a pena ressaltar que, nessa unidade de tratamento de resíduo sólido de Rio Branco, já há a contratação direta de 150 trabalhadores, sem contar toda a linha de trabalhadores indiretos na parte de coleta e separação dos materiais.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Quero registrar que, em seguida ao encerramento da audiência pública, nós daremos continuidade à nossa reunião, com caráter deliberativo. Temos alguns requerimentos e projetos a serem apreciados.

Passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, Srs. convidados, Sr. Sérgio Gonçalves, que representa o Ministério do Meio Ambiente, nós, da Amazônia, cuidamos muito de floresta e água. Quando você faz esse debate, veem-se os desafios que temos pela frente. Nós acabamos de sair de uma festa magnífica em Parintins, que é uma ilha e que recebe no período da festa... Esse vermelho da Ana Paula faz jus à vitória do Boi Garantido. Estava aqui passando um filme na minha cabeça, lembrando as toneladas de vidro, de plástico que fica pós-festa. São verdadeiros desafios que temos pela frente, não só os governos, mas a própria sociedade. Nós precisamos avançar muito nessa consciência, no sentido de aumentar o nosso padrão no nosso comportamento. Todos nós.

E, na Amazônia, onde temos esse imenso território e a menor população brasileira, estamos vivendo ali com floresta e água permanentemente. Então, como cuidar desta relação, daquilo que produzimos com esse manancial, com essa riqueza que são as vias de água doce da nossa região? Nós precisamos melhorar muito essa consciência e aplicar, evidentemente, a legislação. Acho que avançamos na legislação – quero destacar aqui. Mas fiquei preocupado, Sérgio, com o número de comitês que V. Sª apresentou. Tem um com os doze Ministérios, mas o comitê orientador... Pela forma como foi apresentado, o comitê orientador envolve apenas cinco Ministérios e o outro, nacional, com 12 Ministérios. Como isso se dá com esse comitê trabalhando o território nacional? Como se materializa com os Estados? V. Sª apresentou, se não me engano, uns três ou quatro comitês. É isso? V. Sª pode explicitar principalmente o papel do comitê orientador, que é menor, com cinco Ministérios.

Quero parabenizar a Abividro pelo trabalho mais focado. E, em relação a... É evidente que chama a atenção o desafio de trabalhar os grandes centros urbanos, as grandes cidades, mas se V. Sª pode explicitar melhor o trabalho da Abividro na nossa região, na Amazônia, considerando que temos grandes cidades. Chamo a atenção para Belém e para Manaus, cidade com quase dois milhões de habitantes e com muitas fábricas.

Essa atividade foi pouco falada Presidente, mas, em um País como o nosso, com um número de computadores celulares, como se dá esse tratamento dos resíduos, dos produtos e subprodutos de pilhas, celulares, baterias por esse Brasil afora?

Quero chamar a atenção. Nós temos um acúmulo com água, com floresta, com energia renovável, mas teremos de ter um esforço, principalmente nesta Casa, para enfrentarmos e termos um acúmulo no sentido de produzirmos uma legislação e uma mobilização nacional para comportamentos contemporâneos da nossa sociedade. Um País com a nossa população, com o papel que tem, com o desafio que tem, haja vista a Rio+20, a economia verde, como podemos tirar lições de experiências ricas, mas ainda pouco compartilhadas com o número de Municípios e com o padrão comportamental da nossa sociedade?

Acho que a agenda do Rio+20 nos impõe essa responsabilidade. Que possamos tirar lições de experiências. Há trabalhos do Victor em São Paulo, com os catadores, com os resíduos sólidos, enfim, com água.

Quero parabenizá-lo pela agenda, pelo trabalho, pelo compromisso.

E a outra questão – alguém pode comentar – é essa consciência que precisamos ter. Fica aqui o desafio dessa consciência que precisamos ter, a sociedade. Vai haver uma eleição municipal em 2012. Como é importante isso vir para o debate das nossas cidades todas; constar nos programas das nossas cidades esse debate, esse compromisso, para que as Prefeituras, os Prefeitos, as Câmaras Municipais possam contribuir com a consciência, com orçamentos, com recursos, com ciência e tecnologia. E, por sinal, o Ministério poderia estar representado também, aqui, neste debate, porque faria uma liga com os desafios e com as experiências da sociedade civil no sentido de enfrentarmos uma consciência ambiental nacional.

Então, é isso. Parabéns pela presença e pela contribuição de todos os convidados e da Ana Paula Bernardes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Vamos ouvir agora o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, caros debatedores, senhoras e senhores, primeiro quero externar minha alegria e satisfação em fazer parte desta Comissão. Espero participar e produzir nos debates que são de interesse do nosso Senado Federal e de toda a população do nosso País.

Dentro dessa questão da logística transversa...

Sou do Paraná, um Estado que está bem avançado na questão da coleta seletiva. Em Curitiba, pelo menos, há duas décadas, já existe a coleta seletiva. Mas, ainda assim, nós temos um problema gravíssimo em Curitiba, que é a questão de espaço para aterro sanitário. Lá, ainda há aterros sanitários.

E algo que me traz bastante preocupação, Senador Cícero – e parabéns pela iniciativa –, é que nós temos dois pontos que temos de debater: a questão de espaços e qual é a finalidade, para onde queremos levar essa questão da reciclagem, da reutilização daquilo que já foi produzido, inclusive gerando-se economia de energia, como foi colocado aqui, nesta reunião de hoje. Mas temos também a preocupação de preservar os recursos que não são renováveis, porque a maioria da matéria-prima que é utilizada nesse tipo... Por exemplo, vidro, plástico, o próprio concreto, como foi dito aqui, são matérias não renováveis, e sim reutilizáveis. Além de serem reutilizáveis, também se economiza energia.

Acho que debates como este atendem ao anseio da sociedade, na medida em que trazem ideias – como essa que aconteceu na Paraíba – de soluções plausíveis, para dar uma melhor condição de vida para os nossos cidadãos.

Então, acho que estamos realmente no caminho certo.

Quero dizer a vocês que uma comissão que vai... Agora, o assunto da moda é o Código Florestal, e se está debatendo somente a preservação ambiental no que diz respeito a conservar o meio ambiente; pouco se está falando na questão de como implantar a lei que foi sancionada no final do ano passado, o decreto que foi sancionado pelo Presidente Lula em dezembro de 2010 e que ainda depende de muitas atividades e de muita organização, para se saber como vai funcionar.

Se, no meu Estado, que é tido como um Estado já bem desenvolvido, acredito que menos de 30% do lixo produzido é colocado em aterro sanitário ou é reciclado, imagine o restante do Brasil.

Então, acho que debates como este são importantes para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio.

Vou sugerir aos membros da Mesa... Vou passar a palavra a cada um para fazer suas considerações sobre o que acharem necessário, por dois minutos. Em seguida, vou interromper, para que possamos iniciar a reunião deliberativa.

Peço a compreensão dos nossos nobres convidados, que trazem uma contribuição extremamente significativa para este debate. Quero registrar apenas que compreendo as preocupações de alguns Senadores e do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios com a dificuldade de recursos financeiros para implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para cumprir a lei, mas também é importante nos mirarmos em exemplos como o do Senador Cícero Lucena, quando Prefeito de João Pessoa, que não é uma cidade rica, mas com recursos modestos, e que priorizou o enfrentamento dessa questão, produzindo um resultado fantástico, que deve servir de exemplo a outros Municípios.

Entendo que a legislação também tem esse papel de criar limites, marcos, condições, que obriguem as Prefeituras, os Estados, a sociedade de uma forma geral a se mobilizarem em torno desses desafios absolutamente importantes para a construção de uma qualidade de vida melhor para todos.

E lembro que os investimentos em inovação tecnológica, em conhecimento podem transformar grande parte desses resíduos em oportunidades de negócios. Parece-me que foi o Sérgio Gonçalves que falou do levantamento do IPEA, de que o Brasil perde algo em torno de R$8 bilhões – é isso, Sérgio? – por ano

em resíduos que poderiam estar sendo aproveitados, gerando-se grandes oportunidades.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, a mulher mais rica hoje da China trabalha com reciclagem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois é. Tenho a informação de que há cidades de médio porte na Suécia que retiram toda energia elétrica do lixo. Temos experiências bem-sucedidas no mundo todo. Já temos tecnologias disponíveis no mundo. É importante que o Brasil também produza novas tecnologias, se aproprie de novas tecnologias e persiga esse objetivo.

Entendo que a política nacional de resíduos sólidos foi um grande avanço. Agora, é claro que isso não exime o Congresso Nacional de buscar recursos para as prefeituras, para os Estados, para que lhe dêem melhores condições de enfrentar esses desafios.

Temos um debate aí pela frente que é a distribuição dos *royalties* do pré-sal, por exemplo, que pode ampliar muitos os recursos das prefeituras e dos Estados brasileiros e que, no meu entendimento, grande parte deveria ser utilizada para educação, ciência, tecnologia e inovação e para a questão da sustentabilidade ambiental.

Passo a pala, então, ao Sr. Sérgio Gonçalves, representando o Ministério do Meio Ambiente.

O SR. SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES – Obrigado, Presidente. Já agradecemos também mais uma vez em nome do Ministério do Meio Ambiente, da Ministra Isabela Teixeira, pelo convite para estarmos aqui. Estamos sempre à disposição. Esses debates vão ser necessários sempre, porque há muito tema a ser detalhado, são muitas nuances da questão do resíduo que têm que ser cada vez mais orientadas e explicitadas para a sociedade e para que os Senadores e as Senadoras possam realmente fazer o seu papel de guardião das leis, para que possamos fazer o nosso trabalho no Governo.

Quero, em poucas palavras, iniciar dizendo, Senador Cícero, que tive o prazer de, em 2003, ir à sua cidade, o senhor como prefeito, logo em seguida à inauguração, eu ainda estava no Ministério das Cidades, num evento nacional sobre resíduos sólidos na cidade, quando a prefeitura foi que nos recebeu e onde tivemos um debate muito importante. O que aconteceu lá serviu também como um espelho indutor para muitas cidades. Por quê?

O senhor lembra que isso ocorreu em 2003 – nem a lei de consórcio existia, que é de 2005. Isso também, para nós, foi um incentivo muito grande, de mostrar que a gestão compartilhada é uma boa saída, não só para os pequenos como também para os grandes. João Pessoa é uma cidade grande. Em tese, poderia resolver o seu problema se quisesse, mas os seus Municípios ao lado não teriam a resolução. Isso mostra a importância da visão de futuro, uma visão importante de compartilhamento e de resolução de problemas comuns aos Municípios, e o aterro serviu a mais de um Município.

Essa não é a saída, mas é uma das grandes saídas, não é só essa a saída, mas a gestão compartilhada é uma das grandes saídas na área de resíduos sólidos. Por quê? Ela reduz custos extremos, ela traz uma gestão mais adequada e propicia a que materiais que tenham uma pequena quantidade, ao se juntarem, tenham uma quantidade suficiente para comercialização e até para atrair pequenas indústrias, pequenas empresas para reciclagem. Porque você, isoladamente, produz pouco, mas, em conjunto, você vai produzir melhor. E a gestão de um aterro compartilhado é muito mais compatível do que cada um ter um aterro. É impossível, tecnicamente, cada Município ter um aterro sanitário – 5.565 Municípios, cada um ter um aterro. O custo é elevado, a maioria dos estudos do Governo Federal mostra que não dura um ano e meio, dois anos e vira lixão. Por quê? Não é que o prefeito não queira, não é isso. É que é custo e precisa compartilhar isso para reduzir.

Para encerrar, responder aqui ao nosso Senador sobre a questão dos comitês. A lei é tão ampla que resolveram se criar dois comitês, para que seja dada sequência a todas as atividades. Um é o interministerial, que cuida de uma questão mais geral de todos os instrumentos da política, e um comitê orientador que cuida exclusivamente da logística reversa, porque é um tema tão importante e que mexe com toda a cadeia produtiva industrial, empresarial, que ele mereceu um comitê específico pela complexidade e pelos cuidados que o Brasil tem que ter para implementar. Então, foi criado um comitê só para logística e um comitê para cuidar de todos os outros instrumentos que a política tem. Agora, esse comitê, como ele também tem muitos temas a tratar, é igual o Senado, que tem as comissões. Então, foram criados comitês para que especialistas e técnicos possam contribuir para que o comitê possa tomar as atitudes e as decisões a partir de alguns estudos técnicos e debates nos nossos grupos de trabalho – vamos chamar assim, que são as comissões que foram criadas.

No Comitê Interministerial, temos cinco grupos de trabalho, trabalhando com cinco temas agora, imediatamente, e, no Comitê Orientador, também cinco grupos trabalhando com cinco temas, que vão gerar informações para que os comitês tomem as decisões. Vão ser abertos quantos grupos forem necessários,

conforme forem se tratando dos assuntos e forem se aprofundando. Realmente, é complexo, são muitos temas e então vão ser criados grupos para subsidiar os comitês, para que tomem as decisões.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradecemos a participação do Ministério do Meio Ambiente, que traz informações importantes para este debate.

Passo agora a palavra ao Wanderley Baptista, analista da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. WANDERLEY BAPTISTA – Depois de toda essa discussão e da apresentação feita pelo Senador Cícero Lucena, podemos dizer que, certamente, Senador, há esperança de que essa situação nossa mude. A indústria, desde a década de 90,quando criou o Cempre, tem preocupação realmente em fomentar a reciclagem e o aproveitamento de materiais. Nós também trabalhamos na construção da lei e também pudemos debater com o Governo o decreto, e hoje estamos trabalhando pesadamente, junto com o Ministério do Meio Ambiente, o Cempre, o Abividro e outros atores na construção das propostas de implementação efetiva, tanto a logística reversa como também dos demais instrumentos que a lei emprega. E a nossa mensagem é de esperança de que nós vamos avançar bastante nos próximos anos, com uma velocidade maior até do que muitos acreditam.

Agradeço mais uma vez, em nome do Presidente Robson, a oportunidade de estamos presentes. Talvez possamos trazer outros atores para falarem de eletroeletrônicos – a gente pode até falar, mas tomaria muito tempo da apresentação – e trazer mais informações aos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Wanderley, nós que agradecemos a participação expressiva da Confederação Nacional da Indústria neste debate.

Passo a palavra ao Sr. Victor Bicca, Presidente do Cempre.

O SR. VICTOR BICCA – Obrigado, Senador Rollemberg. Parabéns pela condução da audiência pública.

Quero parabenizar o Senador Cícero triplamente. Primeiro, pela iniciativa desta audiência pública; segundo, pela coragem e pelo trabalho feito durante a prefeitura de João Pessoa – quem dera todos os prefeitos tivessem tido e tenham a coragem que o senhor teve lá; terceiro, pelo brilhante trabalho que o senhor fez na relatoria da política nacional de resíduos sólidos aqui no Senado Federal; é graças a este trabalho que hoje discutimos aqui e, como Wanderley falou, na busca de um modelo que efetivamente faça com que a lei possa ser executada.

Parabenizar o Senador João Pedro pela vitória do Garantido e tranquilizá-lo de que em Parintins há cooperativas de catadores e elas estão fazendo a coleta de todo o material da festa que terminou no domingo.

Parabenizar o Senador Sérgio porque, efetivamente, o Paraná é um Estado modelo na questão da gestão de resíduos, e os outros Estados têm que, efetivamente, seguir esse modelo.

O Brasil é um País modelo na questão de resíduos. A lei que foi aprovada aqui no Congresso é um modelo e é uma inovação para que os outros países acompanhem isso. Temos tido visitas de outros países, principalmente os dos Brics, como o Wanderley citou, Rússia, Índia e China, para copiarem e entenderem o nosso modelo.

A Abividro tem a proposta dela, muito interessante. Teria sido muito importante para vocês terem tido oportunidade de escutar os outros setores, como o de lata de alumínios, que hoje recicla 98% do que é produzido no País, o pessoal da área de Pet, de papelão, todos com iniciativas muito importantes e inovadoras, que fazem do País efetivamente um marco e um modelo a ser seguido.

O grande desafio que temos é acabar com os lixões, é implantar a coleta seletiva, e isso só vai ser possível com a união de todos e com a harmonização de todas as iniciativas que a gente tem. Não tem uma bala de prata e não tem uma iniciativa única que vá resolver tudo. Temos que ter habilidade de poder coordenar e harmonizar, Senador João Pedro, todas as iniciativas. Temos que louvar quem está fazendo e chamar para essa discussão quem não fez nada até agora, porque tem muitos setores não fizeram nada e estão esperando que outros resolvam o problema que eles têm agora com a legislação. Então, este é o nosso grande desafio: fazer com que todos possam trabalhar. Não tivemos oportunidade aqui de escutar o setor das empresas que promovem a limpeza pública, que aqui também vão ser muito importantes. Não vai haver um modelo único nessa questão da coleta seletiva.

Então, temos de continuar discutindo e vamos ter essa oportunidade lá no governo, dentro do GTT, e eu só tenho a parabenizar o Senado, que está neste momento de discussão e implementação da lei procurando entender o que está acontecendo, para continuar dando a sua participação. Então, foi um prazer. Muito obrigado. E contem com o Cempre, sempre que possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Victor.

Viu como o Senador João Pedro está feliz com aquela gravata vermelha, bandeira do Garantido?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, rapidinho.

Presidente Victor, o setor de pneus aqui no Brasil tem uma postura propositiva? Como está isso?

O SR. VICTOR BICCA – Senador, no Cempre, não temos nenhuma indústria de pneus, mas a questão do pneu acho que já foi resolvida, porque existe uma resolução do Conama que obriga a logística reversa dos pneus, e a indústria toda tem cumprido, até onde sei, o que determina essa resolução do Conama. Então, acho que já avançamos nessa discussão e, como, se não me engano, o Sérgio ou o Wanderley lembraram, alguns setores já têm logística reversa implementada, como agrotóxicos, óleos e pilhas e baterias.

O senhor citou a preocupação com eletroeletrônicos. Nós temos um grande desafio no setor eletroeletrônico, principalmente por conta da informalidade desse setor. Então, é difícil atribuir responsabilidade quando se tem um equipamento todo montado, sem qualquer marca, mas acho que a indústria está consciente disso. Já temos grandes empresas fazendo logística reversa, e é um desafio que não é só do Brasil, mas do mundo todo. Acho que estamos no caminho certo, e, como a maior parte das associações aqui falou, isso é uma coisa que vai acontecer gradualmente, e não de um dia para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Victor.

Passo agora a palavra ao Edison Martins, representando a Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. EDISON MARTINS – Nós queremos também agradecer nossa participação, porque, quando se trata de resíduos sólidos, os Municípios estão sempre na ponta. Então, esse debate tem de ser sempre com a participação dos Municípios.

Também queremos dizer que somos muito gratos pelo exemplo do Senador Cícero Lucena.

Então, podemos ver que muitos prefeitos atuam com atividades próprias para resolver uma situação que é de todos – não é só do prefeito, da prefeita.

Tenho levantado muitas observações com respeito aos Municípios do norte do País. Tenho visitado muito o Amazonas, o Pará, e a situação é muito grave nessas regiões, pois o sistema de logística reversa não está bem desenvolvido para esses Municípios. Os Municípios do Nordeste também sofrem.

Então, com respeito aos Municípios do Paraná também, um exemplo muito bom para o País, o Município de Tibagi é um exemplo positivo com a coleta seletiva e a compostagem. São questões que os prefeitos tomam iniciativa para resolver uma questão que, como já falei, é de todos nós nesse processo.

E a Confederação Nacional de Municípios tem orientado os prefeitos e as prefeitas para fazerem os seus planos municipais, pois não adianta a construção de aterro sanitário, verba, sem um planejamento estratégico. Foi o que aconteceu no Estado de Goiás mais ou menos quatro anos atrás, em que vários Municípios receberam recursos para a construção de aterros sanitários. Seis meses depois, a maioria desses aterros viraram lixões, por falta da capacidade técnica e de recursos para manter um sistema que não se tinha planejado de forma adequada.

Nós agradecemos e nos colocamos sempre à disposição do Senado, dos Senadores, para poder construir a implantação desse processo tão importante para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós agradecemos a participação também preciosa e fundamental da Confederação Nacional dos Municípios neste debate.

Passo a palavra à Srª Ana Paula, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro.

ASRA. ANA PAULA BERNARDES – Eu queria aqui agradecer o convite que nos foi feito para apresentar nossa sugestão de modelo, parabenizando-os pelo trabalho. Agradecemos também porque acho que esse tipo de iniciativa que o Senador Cícero Lucena teve só contribui para nossa evolução num modelo que seja eficiente e que atenda os Municípios, a iniciativa privada, a população, a questão social.

Eu vou responder aqui o seu questionamento sobre o que temos feito no Amazonas, para o senhor ver como a situação é complicada e complexa. Complicada e complexa, cheia de entremeios para se resolver. No setor de vidro, para resolver uma questão particular de um Município ou para gerenciar um banco de dados, nós precisamos inclusive ter cautela para não incorrer em possíveis erros involuntários até de cartelização. Isso é um problema que temos enfrentado na hora de gerenciar o processo de retorno do caco, ou vamos discutir o caco com as nossas indústrias. A Abividro tem tido uma cautela muito grande, e isso tem sido uma preocupação nossa.

O vidro tem uma característica que nos propicia, no caso, por exemplo, do Amazonas... O vidro é um mineral e, triturado, vira areia. Então, essa é uma das saídas.

Nós temos olhado, dentro da nossa meta do setor vidreiro, para atingir nossas expectativas de sustentabilidade, exatamente três temas; temos dividido nossa atenção para três temas. E justamente no escalonamento de hierarquia que propõe a lei.

A primeira coisa é o reuso. Como nós podemos estimular e avançar na questão da embalagem retornável? Que tipo de projeto, que tipo de condições a indústria de vidros pode fazer, até na sua política de preços, que auxilia a questão da embalagem retornável?

A questão da reciclagem do caco, iniciativas que podemos gerar que reciclem e deem possibilidade para o caco voltar para a nossa indústria para, como eu disse, diminuir os nossos passivos ambientais de emissões e extração de matéria-prima e coisas similares.

Por último, o que fazer com o caco em lugares onde não vamos conseguir viabilizar a coleta?

Estamos discutindo, por exemplo, com o Inpev ,que já tem RUBs – já tem pontos no Amazonas, mais de 400 pontos pelo Brasil –, a possível parceria de para conseguir inserir o vidro também no sistema. Mas onde não conseguirmos, que tipo de utilização o vidro pode ter? No caso da construção civil, por exemplo, o vidro vira areia – triturado, vira areia.

Então, que tipo de coisa podemos fazer para dar destino adequado ao material que estamos gerando?

Isso tem sido uma preocupação muito grande do sistema vidreiro no Brasill, principalmente da Abividro. Para que os senhores tenham uma ideia, a Abividro tem um segmento só de reciclagem.

E por último, finalizando, quero resgatar aqui uma fala do Victor e do Wanderley: quantas iniciativas bem sucedidas temos hoje no País em andamento? A Abividro defende hoje que essas iniciativas sejam coordenadas; que possamos ter um sistema de gerenciamento único e inteligente o suficiente, que faça com que essas iniciativas não se sobreponham e consigam, conjuntamente, interagir e dialogar.

Acreditamos que só dessa forma vamos ter um sistema que propicie todos os benefícios que essa legislação pode dar e que consigamos maximizar os resultados, tanto produtivos quanto sociais e tudo o mais que esse sistema da logística reversa pode gerar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Nós é que agradecemos a participação da Abividro e de todas as outras instituições aqui presentes. Realmente, o debate foi extremamente rico e vamos dar continuidade às ações de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Agradeço a presença de todos e suspendo a reunião por dois minutos para em seguida retomarmos como reunião deliberativa.

(A reunião é suspensa às 12 horas e 19 minutos e reaberta às 12 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está reaberta a reunião.

Peço aos nobres Senadores que se posicionem.

Quero submeter, em bloco, ao plenário a inclusão extrapauta de três requerimentos. Um de autoria do Senador Pedro Taques, que requer audiência pública para debater políticas públicas no intuito de diminuir os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente, co-assinados por mim, um de minha autoria, que convida uma série de pessoas para o ciclo de palestras sobre o Código Florestal, e outro também de minha autoria para a participação conjunta, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de um ciclo de palestras, debates e seminários, que vai acontecer na sexta-feira com a participação de diversas entidades.

Submeto ao plenário a inclusão extrapauta desses requerimentos. Depois vou ler individualmente cada um.

Aqueles que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, na quinta-feira, está mantida a nossa audiência pública com a Ministra do Meio Ambiente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está sim, às 8h30min.

Vamos ao mérito dos requerimentos.

Requer a realização de audiência pública para debater políticas públicas no intuito de diminuir os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde das pessoas. Nomes sugeridos: Letícia Rodrigues Silva, da ANVISA, Pedro Serafim, do Ministério Público do Trabalho e Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, professor Wanderlei Pignati, Doutor em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso, José Carlos Alves Ferreira, do Instituto Holístico, Dr. Francisco Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Freitas, do IBAMA, e Guilherme Franco Neto, Diretor do Departamento de Vigilância e Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

Em discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento que solicita a realização pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ciclo de palestras, debates, seminários e painéis ao longo do biênio 2011/2012 para avaliar o Projeto de Lei da Câmara, o PLC nº 30, de 2011, que dispõe sobre o Código Florestal, com a participação das seguintes entidades: OCB, CNA, Contag, União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária e Fede-

ração Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Os eventos serão realizados às sextas-feiras, às 14 horas, nas salas das comissões.

Autor o Senador Rodrigo Rollemberg.

Para a gente fazer junto com a Comissão de Agricultura, que já está marcada para esta sexta-feira com essas entidades.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento que solicita a realização de um aditamento ao Requerimento nº 2, de 2011, que solicita a realização de um ciclo de debates destinado a coletar subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal. Requeiro sejam convidados para participar dos debates os Srs. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da ESALQ, Ricardo Abramovay, da USP, Judson Valentim, da Embrapa, Acre, Adnan Demachki, da prefeitura de Paragominas, Luis Fernando Guedes Pinto, da Imaflora, Guedes Sparovek, da USP, ESALQ/USP, João Paulo Ribeiro Capobianco, Instituto de Democracia e Sustentabilidade, Tasso Azeredo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente para Mudanças Climáticas, Bento Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente, Paulo Motinho, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio Ambiente e ex-secretário de Meio Ambiente em Minas Gerais, José Antônio Aleixo da Silva, UFRP/PE, SBPC, Raul Krauser, da Via Campesina, Maria da Graça Amorim, coordenadora do Meio Ambiente da Fetraf, Paulo Kageyama da ESALQ/USP, Tatiana de Abreu Sá, da Embrapa, Vicente Almeida, do Simpaf, Sérgio Sauer, da UnB, Paulo Afonso Leme Machado, Doutor *Honoris Causa* em Direito Ambiental pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, professor da UNESP, José Afonso da Silva, professor de Direito Constitucional, e Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Em votação.

Aqueles que concordam com a votação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a Audiência Pública sobre o tema Economia Verde: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), no âmbito da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), conforme Plano de Trabalho da Subcomissão, aprovado em 17 de maio do corrente.

Autoria: Senador **João Pedro**

É para uma audiência pública conjunta, não é, Senador João Pedro? *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2
– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir denúncias da revista Veja sobre possível esquema de corrupção, em reportagem intitulada "O raio X da corrupção" (Edição 2220, de 08/06/2011), com a presença das seguintes autoridades: Ministro Benjamin Zymler – Presidente do Tribunal de Constas da União – TCU; Leandro Daiello Coimbra – Diretor Geral da Polícia Federal; Eduardo Pereira Nunes – Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Jorge Fontes Hereda – Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF; Luiz Antônio Pagot – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT; José Alberto Pereira Ribeiro – Presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR; Luiz Fernando Leone Vianna – Presidente da Associação Nacional de Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE.

Autoria: Senadores **Blairo Maggi e Cyro Miranda**

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3
– Não Terminativo –I

NDICAÇÃO Nº 1, DE 2007

Sugere à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, por seu intermédio, às Subcomissões de Resíduos Sólidos e de Aqueci-

mento Global, estudo conjunto de medidas legislativas para reduzir os impactos da ação humano ao meio ambiente.

Autoria: Senadora **Serys Slhessarenko**

Relatoria: Senador **Cícero Lucena**

Com a palavra o Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como o relatório já tinha sido distribuído anteriormente, vou direto ao voto. Considerando que o objetivo da Indicação nº 1, de 2007, foi atendido pela referida Comissão, em especial sobre mudanças climáticas, votamos pelo arquivamento da proposição em exame, embora reconheça todo o mérito do projeto da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 4 foi retirado da pauta.

ITEM 5
– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009

Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

Autoria: Deputado **Felipe Bornier**

Relatoria: Senador **Jayme Campos**

Designo relator *ad hoc* o Senador Aníbal Diniz. Com a palavra o nobre Relator.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, se eu for pedir vista, é antes ou depois dele ler o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Após a leitura do relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Estou só avisando porque tenho algumas dúvidas.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, do relatório do Senador Jayme Campos.

Vamos direto à análise.

Em ocasião anterior este Relator já ofereceu proposta de parecer à proposição.

Entretanto, tendo em vista a apresentação de emenda, faz-se necessário reexaminar a questão neste colegiado. Em atendimento às disposições regimentais o projeto deverá ser apreciado à luz dos ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Considerando o crescente volume de aquisição de ingressos pela Rede Municipal de Computadores, não há como o fornecedor se eximir da obrigatoriedade de oferecer aos interessados a venda de meia-entrada pela *Internet*, alegando, entre outras razões, a impossibilidade de comprovação prévia da condição do beneficiário, como se sabe, na maioria das vezes, essa comprovação ocorre justamente no momento do acesso às dependências no local do evento cultural.

Por ocasião da análise da proposição da Comissão de Ciência e Tecnologia o Relator, acertadamente, destacou que o projeto não impõe obrigação atípica ou excessiva aos fornecedores de produtos culturais, não podendo o Estado permitir a recusa das empresas na adoção dessa tecnologia. Como ressaltado no referido parecer, a *Internet* é particularmente eficaz quanto à divulgação e ao consumo de produtos culturais e não implicará custos adicionais a serem arcados pelos fornecedores.

Contrariamente, é notório que a venda pela Internet permite reduzir o número de posições de atendimento presencial no local do evento, tal como ocorreu com bancos e companhias aéreas. A mencionada Lei 8.078, de 1990, dispõe em seu art. 56 que os fornecedores que infringirem suas normas ficarão sujeitos a sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza, civil, penal e das definidas em leis específicas. Entre as sanções previstas estão: multa, suspensão de fornecimento do produto ou serviço, suspensão temporária de atividade, revogação de concessão ou permissão de uso, cassação de licença do estabelecimento ou de atividades, interdição total ou parcial do estabelecimento de obra ou de atividade.

Essas cominações são pertinentes e adequadas ao descumprimento do que é disposto no PLC nº 35, de 2009. Entretanto, consideramos que o art. 1º da proposição contém elemento que pode levar a uma interpretação ambígua do que se pretende com a norma, pois faz menção a fornecedor de produto ou serviço cultural pela *Internet*. A expressão produto pode significar uma diversidade muito grande de bens culturais vendidos pela *Internet*, tais como os livros, discos e vídeos. Assim sendo, para que seja superada a ambiguidade, propomos que a referência seja feita a fornecedor de ingresso para evento cultural para *Internet*. Para tanto, oferecemos os ajustes necessários na emenda e no art. 1º do PLC nº 35, de 2009.

Por fim, nada a obstar em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLC nº 35, de 2009.

Igualmente, julgamos meritória a emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, a qual deve ser acatada. No entanto, apresentamos subemenda para conferir maior precisão ao texto mediante a substituição do termo "comprador" por "consumidor".

Do voto.

Pelo exposto o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009 e, no mérito, por sua aprovação com as emendas e subemendas a seguir indicadas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu tinha anunciado a questão do pedido de vista, mas a dúvida que eu tinha foi esclarecida com o substituto da emenda do Senador Antonio Carlos Valadares. Então, eu não só deixo de pedir vistas, como voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta que não seja terminativo, declaro encerrada a reunião, lembrando a audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 5ª feira, às 8:30 da manhã para ouvirmos a Ministra do Meio Ambiente sobre as alterações no Código Florestal.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 08H30.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia trinta de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **ACIR GURGACZ,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANIBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VITAL DO RÊGO** e **WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU, PAULO DAVIM** e **RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CRA, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, aprovado em 1/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, com o objetivo de debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente", bem como o debate destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Após a exposição da convidada, usam da palavra os Senhores Senadores **ANTONIO CARLOS VALADARES, ANIBAL DINIZ, ANA AMÉLIA, LUIZ HENRIQUE, JORGE VIANA, VANESSA GRAZZIOTIN, EDUARDO SUPLICY, CASILDO MALDANER, PEDRO TAQUES, WALDEMIR MOKA, BLAIRO MAGGI, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL** e **EDUARDO BRAGA**. A Excelentíssima Ministra Izabella Teixeira responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 20ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 23ª Reu-

nião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2011 – CRA, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento nº 2, de 2001, aprovado em 1º/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença da Exª Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA, Izabella Mônica Vieira Teixeira, com o objetivo de debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/ 2009, que instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente", bem como o debate destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965).

Estamos aguardando a chegada da Ministra, temos informação de que já está vindo.

Quero aqui cumprimentar os Senadores, de forma muito especial o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, os dois relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, a Senadora Ana Amélia e dizer da nossa expectativa, a partir da chegada do projeto, porque, efetivamente, a Comissão de Meio Ambiente já iniciou os debates sobre a revisão do Código Florestal desde o início desta Legislatura, antes mesmo da chegada do Projeto de Código Florestal. Quero dizer, também, desse nosso esforço conjunto de buscarmos construir um ambiente de entendimento que permita oferecermos ao Brasil um Código Florestal que dê tranqüilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que também possa garantir a preservação ambiental e a utilização sustentável dos nossos recursos naturais.

Tenho dito, Presidente Acir Gurgacz, que um dos grandes diferenciais da competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é exatamente o fato de podermos ostentar o título de termos uma agricultura sustentável, diria até a agricultura mais sustentável do Planeta.

Entendo que temos todos os elementos para fazer com que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos e de agroenergia, mas também possa ser, cada vez mais, uma grande potência ambiental, sabendo utilizar com inteligência e sustentabilidade todos os nossos recursos naturais, especialmente toda a nossa biodiversidade.

Quero cumprimentar os Senadores desta Casa pela forma como, até este momento, estamos conduzindo este debate: de forma serena, equilibrada e conjunta, o que demonstra que, no entendimento das Comissões de Meio Ambiente, de Agricultura, como também de Constituição e Justiça, não temos uma agricultura em contraposição ao meio ambiente, ou vice-versa. É absolutamente possível compatibilizar as duas questões. Sabemos que estamos tratando de um tema complexo, até em função da imensa diversidade brasileira, tanto diversidade dos biomas como das formas e dos processos de ocupação, mas tenho convicção de que o Senado estará à altura das suas responsabilidades e oferecerá ao Brasil um Código moderno. Penso que devemos fazer um esforço na implementação de alguns instrumentos econômicos neste novo Código que incentivem a preservação, como pagamento de serviços ambientais e diversos outros instrumentos que possam apontar nessa direção.

Portanto, dou as boas vindas a todos e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Cumprimento

Cumprimento os nossos Senadores, em especial o Relator da Comissão de Agricultura, Senador Luiz Henrique, e o Senador Jorge Viana, Relator desse tema na nossa Comissão de Meio Ambiente.

Hoje, uma das principais expectativas dos brasileiros é exatamente a reforma do Código Florestal, e estamos fazendo um trabalho de uma maneira muito tranquila aqui no Senado, no sentido de debatermos esse assunto com muita responsabilidade, trazendo à população brasileira todas as informações necessárias e levando as informações também aos nossos Senadores, para que possamos produzir um Código Florestal dentro daquilo que todos os brasileiros esperam, não os ambientalistas e nem a questão dos produtores rurais, mas da população brasileira como um todo.

Hoje, há uma expectativa nacional com relação a esse tema e temos a responsabilidade de conduzir os trabalhos de uma maneira imparcial e que seja produtiva, valorizando sempre o nosso produtor rural, que tem um papel muito importante na economia brasileira, seja o produtor do Sul, do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste do País. É uma categoria que precisa do apoio do Governo e a nova agricultura brasileira tem um perfil de uma agricultura consorciada, é uma agricultura que produz com uma responsabilidade ambiental. É assim que vemos o novo Código Florestal, tendo uma

característica ímpar entre os países do Planeta. Queremos produzir conservando, e o meio ambiente quer conservar produzindo. É dessa forma que entendemos que deva ser esse novo Código Florestal brasileiro.

Há essa expectativa dos nossos produtores rurais de todos os cantos do País, principalmente do meu Estado de Rondônia, que significa praticamente uma reforma agrária brasileira. Lá, foi feita uma reforma agrária, nos anos 60, 70 e 80, onde as pessoas deixaram as suas regiões, as mais variadas do País, e foram para aquele Estado desenvolver a Amazônia. Obtiveram uma produção e fizeram o seu desmatamento, à sua época, dentro da lei.

Tive a oportunidade e a honra de conversar com a Presidenta Dilma esta semana, durante um almoço com os partidos, e colocamos essa nossa preocupação em relação ao Estado de Rondônia, onde entendemos que deva ser respeitado o que foi feito dentro da lei, à sua época. A Presidenta concorda conosco e entendo que isso é um grande avanço para que consigamos chegar ao fim dos nossos trabalhos, priorizando os nossos produtores rurais e também as questões ambientais. Essa é a nossa expectativa e tenho plena convicção de que este também é o pensamento do nosso Presidente, Rodrigo Rollemberg, da mesma forma é o pensamento dos nossos relatores e do Executivo, desde a Presidenta Dilma, com a nossa Ministra Izabella, que chega nesse momento. Agradeço a sua presença, é um prazer tê-la conosco e tenho certeza de que faremos um grande trabalho para os nossos produtores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

Quero aqui, mais uma vez, registrar o espírito público do Presidente, Senador Acir, essa busca permanente do entendimento em torno de um tema tão importante para o País. Quero cumprimentar a Ministra Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, dar as boas vindas a esta Casa e dizer da nossa alegria de poder recebê-la, para reiniciar, com o Governo, a discussão dessa reforma do Código Florestal.

Havia dito há pouco, prezada Ministra, quando abri esta reunião, da nossa expectativa de construção de um grande entendimento que possa oferecer ao País um Código moderno que dê tranqüilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que possa também garantir sustentabilidade ambiental, reiterando que considero que um dos maiores diferenciais da competitividade da agricultura brasileira é exatamente de ser uma agricultura sustentável. Portanto, esse Código, no nosso entendimento, deve buscar não apenas regularizar o uso e ocupação do solo, mas ter olhos para o futuro, criando, talvez, instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Para nós, é muito importante ouvir a opinião do Governo. Reconhecemos o trabalho desenvolvido pelo Deputado Aldo Rebelo, sou testemunha do esforço e das diversas reuniões que fez País afora, discutindo com diversos setores. É um tema muito complexo, mas tenho convicção, também, de que o Senado tem todas as condições de aperfeiçoar esse projeto e, para isso, também é muito importante ouvir a opinião do Governo, especialmente porque o Governo terá uma responsabilidade muito grande na implementação desse Código Florestal.

Portanto, se todos os Senadores concordarem, passarei a palavra à Ministra Izabella Teixeira, para que possa fazer a sua exposição.

Com a palavra a Ministra Izabella Teixeira.

A SRA. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Bom dia a todos, meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, meu caro Senador Acir Gurgacz, Senadores aqui presentes, quero, inicialmente agradecer o convite dos senhores para aqui estar, em nome do diálogo aberto, franco e construtivo que temos procurado manter no Governo, em particular entre o Ministério do Meio Ambiente e esta Casa.

É com muita alegria que retorno ao Senado. Lembro-me de, no ano passado, como Ministra, estive nesta Casa e, com o apoio dos senhores, conseguimos aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que hoje apresenta, então, um grande desafio para o Brasil em torno da implementação da gestão estratégica de resíduos, em um contexto de economia sustentável, de justiça social e de proteção do meio ambiente.

Vamos conversar um pouco sobre o Código Florestal, que é um tema que mobiliza todos nós, e considero importante sinalizar um pouco o processo que vivemos no Governo, para que os senhores possam, de interlocução com a Câmara dos Deputados... Em seguida, gostaria de colocar alguns pontos que acredito que devam contribuir para o debate que esta Casa pretende encaminhar, conforme os dois Senadores sinalizaram aqui.

Todo o debate do Código Florestal, que foi modelado na Câmara, foi precedido no Executivo de uma ampla discussão entre os Ministérios diretamente envolvidos, seguindo orientação da Presidente da República, que solicitou que tivéssemos uma postura – os Ministros do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – de construção de um processo forte de diálogo e uma proposta que pudesse tratar de duas coisas muito objetivas: uma, um olhar para o passado, ou seja, buscarmos a coerência da legislação ambiental em função das outras legislações

que existem e buscar meios de reconhecimento do que seria uma formulação de uma lei que pudesse colocar aqueles que praticaram a lei com toda segurança jurídica e aqueles que, eventualmente, dentro da agricultura brasileira, tiveram problemas no cumprimento da lei, em função de várias situações colocadas ao longo do tempo, que criássemos as condições para a sua regularização ambiental.

A segunda orientação é absolutamente importante, porque não é só olhar para o passado, é olhar para o futuro. Esse olhar para o futuro significa, basicamente, não só reconhecer os compromissos assumidos em políticas públicas neste País. Vou dar um exemplo objetivo, que é a questão da Política Nacional de Mudanças Climáticas, aprovada por esta Casa. Portanto, um conjunto de compromissos a serem implementados e cumpridos pelo País, e tínhamos que assegurar mecanismos que possibilitassem o cumprimento desses compromissos, como também uma coerência com aquilo que chamamos, na área ambiental, do legado da Conferência Rio-92, em particular a conversão da diversidade biológica e a proteção aos recursos hídricos.

O desafio colocado ao Executivo foi de que pudéssemos avaliar e discutir conjuntamente quais eram as perspectivas de modificação, com vista ao diálogo com o Congresso Nacional, do Código Florestal em vigência. E assim foi feito. Fizemos um trabalho dos três Ministérios, conduzido pelos três Ministros, depois isso foi oferecido à Casa Civil e, com base nesse processo de convergência, construímos a nossa base de negociação política com a Câmara dos Deputados, em particular com o Deputado Aldo Rebelo, relator do processo.

Estou fazendo essa sinalização para, primeiro, mostrar aos senhores que existe todo um processo de interlocução construtiva e de convergência no Executivo, sem – vou usar uma expressão que ouvi, muitas vezes, na imprensa e nos debates na Câmara dos Deputados – "sem exageros e sem fundamentalismos", com o olhar sobre a soberania nacional, sobre os interesses estratégicos do País, em particular no que diz respeito à agricultura, à economia florestal e à conservação da biodiversidade, e com uma visão muito objetiva de que, para produzir, é preciso ter meio ambiente. Meio ambiente é uma riqueza que possibilita geração de novas riquezas, e a agricultura é a política que oferece isso com maior visibilidade, porque é interdependente, de maneira muito objetiva, dos recursos naturais.

Esse processo foi feito e reputo a ele e à capacidade de diálogo com a Câmara dos Deputados, com os vários partidos e com o relator, termos tido condições de alguns ganhos na proposta, que relatarei mais à frente. Coisas que já foram reconhecidas e que foram colocadas no Projeto de Lei do Deputado Aldo Rebelo, como o Senador Acir fez referência aqui, com a questão do direito intertemporal.

Vou apontar algumas questões que não estavam modeladas desse jeito no primeiro debate na Câmara e que foram objeto de aprimoramento. Isso é do processo democrático, da política e de uma riqueza técnica que acredito que deva ser observada e, onde e se couber aperfeiçoamentos, creio que esta Casa tem toda uma possibilidade de oferecer debate em novos patamares.

Uma outra questão que considero importante colocar aqui para os senhores é que, na realidade, temos no Governo uma leitura de que biodiversidade é um ativo. Por que falamos que é um ativo? O que significa biodiversidade? Significam produtos – a questão de madeiras, pescados –, significam produtos ambientais – a questão da qualidade do ar, da água, do solo, dos polinizadores... Serviços ambientais, serviços ecossistêmicos que são desempenhados pela biodiversidade brasileira. E acesso a recursos genéticos, isso é a base para a agricultura, para a medicina, para a indústria de cosméticos. Tudo isso está no guarda-chuva de biodiversidade. É importante ter esse entendimento para que possamos entender qual é a visão de natureza estratégica que o Código Florestal deveria ou deverá acolher na sua formulação, em particular, no caso, o debate aqui no Senado.

O Brasil detém, já identificados, 15% de toda a biodiversidade do Planeta. E, provavelmente – os dados são dados oficiais, oferecemos um relatório nacional às Nações Unidas –, podemos deter 25% de toda a biodiversidade do Planeta. Somos o país mais importante em biodiversidade do Planeta. E é uma riqueza, não é um empecilho ao desenvolvimento, ao contrário, é uma oportunidade a mais para o desenvolvimento deste País, que dá um fator de competitividade à agricultura brasileira que poucos países têm, no porte que o Brasil tem. Aliás, ninguém tem na magnitude que o Brasil tem. Aqueles que competem conosco não têm a oferta de recursos naturais que temos, com a qualificação, abundância e diversidade que temos. Mais do que isso, e que é absolutamente importante dizer: não estamos discutindo – e não é esse o nosso entendimento – uma lei para tratar exclusivamente da regularização do uso do solo. Estamos discutindo uma proposta de lei que também trata de uma visão estratégica de uso dos recursos da biodiversidade – e aí as novas fronteiras econômicas e sociais que estão associadas ao uso sustentável dessa riqueza. Por isso que sempre digo que é a partir de uma riqueza que podemos gerar mais riqueza ao país. Não é a partir do comprometimento dessa riqueza que se espera mais riqueza. Temos, ao longo do tempo no Brasil, claras situações

que demonstram onde se respeitou a biodiversidade, os ganhos de produtividade e, onde não se respeitou a perda de produtividade e comprometimento. Senão, não teríamos 44 milhões de hectares de áreas degradadas neste País.

Também é importante – isto foi uma coisa por demais frisada no debate na Câmara dos Deputados – registrar que, para produzir, a agricultura brasileira não precisa desmatar ou ser baseada em novos desmatamentos de natureza ilegal. Isso é verdade, porque a própria agricultura brasileira – isto são dados que temos no próprio Mapa, dentro da agricultura de baixo carbono, que é um plano setorial da Política Nacional de Mudanças Climáticas -, pelo seu desenvolvimento tecnológico nos últimos cinquenta anos, foi responsável por não ter desmatamento em mais de quatrocentos milhões de hectares neste País.

Então, é importante que consigamos entender a envergadura dos avanços e a envergadura dos desafios, mas também que tenhamos um aprendizado sobre a leitura de um passado dos últimos cinquenta anos, pois não precisamos repetir os erros onde tivemos perdas. Precisamos ter uma visão estratégica de ganhos. Isso foi o que modelou ou pelo menos tem colocado com muita objetividade toda interlocução no âmbito do Executivo e a interlocução que aconteceu na Câmara dos Deputados.

Também é importante ressaltar que o uso predatório – meu pessoal no Ministério insiste muito nisto – dos recursos naturais não deve ser visto como uma questão estritamente ecológica. Isso é outro preconceito. Essa é outra questão que temos de remover, quando se colocam situações em que as pessoas gostam de titular: ou ruralistas ou fundamentalistas ecológicos. Eu não acredito nisso. Eu acho que temos de ter a serenidade para um debate sobre as pessoas que querem produzir de maneira séria e sobre as pessoas que querem conservar com racionalidade ambiental, com uma visão estratégica de desenvolvimento sustentável deste País.

Então, a questão não é só ecológica. Ela é uma questão que também trata da distribuição dos recursos naturais e que afeta diretamente os fatores de produção da agropecuária. Estamos falando de questões econômicas e questões sociais, além de questões que afetam a qualidade de vida em cidades, o que vou comentar mais à frente.

É importante que tenhamos um debate sobre visão de futuro, para, de fato, entender como as questões ecológicas podem ser compreendidas como fatores estratégicos de produção da agricultura brasileira. Esse é o debate que se coloca, obviamente não penalizando e não buscando punir quem cumpriu a lei. Eu acho, sim, que existem situações que devem ser corrigidas e que o Deputado Aldo Rebelo acolheu, em algumas partes do seu texto, que é objeto de apreciação desta Casa.

É importante também fazermos uma referência a algo que eu ouvi muito no debate nacional. Quando tivemos a Conferência Rio 92, sendo que, no ano que vem, teremos a Conferência Rio+20, e que se afirmou o paradigma do desenvolvimento sustentável, o Brasil foi protagonista de três grandes Convenções: Desertificação, Biodiversidade e de Mudanças Climáticas. E houve um quarto instrumento importante, que foi a Declaração de Florestas. Quando as convenções foram assinaram – e esta Casa reconheceu as convenções -, o que foi dito internacionalmente? Que toda discussão sobre biodiversidade era de soberania nacional, ou seja, as nações definiriam como iam conduzir o seu processo de biodiversidade. Então, discutir as questões de soberania tem a ver com cumprir a Convenção da Diversidade Biológica e isso está posto há vinte anos pela discussão mundial e reconhecido pelo Congresso Nacional brasileiro.

Então, é importante não sairmos dos trilhos. Eu estou apontando essas coisas, Senadores, para dar foco ao debate e para sermos objetivos nas colocações que vou apresentar em seguida.

Também é importante que entendamos que precisamos aperfeiçoar a legislação sobre acesso ao conhecimento da biodiversidade. Não dá para querer proteger, conservar e oferecer bases econômicas se não se consegue conhecer. A legislação que temos hoje no País é muito conservadora e leva a grandes dificuldades, inclusive para a pesquisa científica. Então, hoje, têm situações em que o pesquisador da universidade é equiparado a um pirata ou a um biopirata

Mesmo que a gente tenha aperfeiçoado os processos – e nós o fizemos nos últimos três anos –, na legislação ainda há situações que nós chamamos de zonas cinzentas, zonas que levam à incerteza e que impedem o investimento, a prática da pesquisa científica e o desdobramento tecnológico associado a isso.

Então, é importante ter esse olhar. Refiro-me àquilo que chamo de fronteira do futuro. Se não fosse talvez essa pesquisa, nós não tivéssemos condições de avançar, como avançamos com a Embrapa, em relação à soja, em relação a algumas outras culturas que são estratégicas para este País.

Segundo: a questão da regulamentação *versus* fomento. É importante haver instrumentos claros em relação à regulamentação do uso da biodiversidade para que se possam, de fato, estabelecer novas bases para o fomento quanto a essas políticas de biodiversidade. Caso contrário, certamente se vai continuar ressaltando algo que não é estratégico para o País: um falso con-

flito entre conservação do meio ambiente e produção sustentável deste País. Isso é falso. Quem explora isso está querendo pequenas coisas. Nós temos que ter a serenidade para discutir e buscar o aperfeiçoamento daquilo que deve ser aperfeiçoado para incrementar a produção sustentável de alimentos neste País e para incrementar o *status* de pesquisa sobre biodiversidade, o conhecimento sobre a biodiversidade e incrementar o *status* de conservação. É importante gerar riqueza a partir dessa riqueza, coisa que nós não estamos fazendo hoje na magnitude que temos condições de fazer.

Também é importante ressaltar o papel da conservação da biodiversidade na erradicação da pobreza. E aí há um aspecto estratégico que pouco tem sido debatido. Recentemente, o Governo lançou o Programa Brasil Sem Miséria, no qual há a iniciativa do Bolsa Verde, que é mais um passo para remunerar as populações que vivem nas florestas, de tal maneira que elas possam ter renda e não sejam, obviamente, exploradas, como muitas vezes temos visto por causa do desmatamento, não por quem produz de maneira séria, mas por quem quer explorar e avançar na ilegalidade. Parte do ciclo ruim do desmatamento ilegal, em particular na Amazônia, tem a ver com a exploração social e está aí refletido nas violências no campo. Então, é importante que a gente tenha uma visão crítica sobre quais são os avanços que a legislação pode oferecer para se ampliar a ação de erradicação da miséria. Aqueles que moram nas florestas devem ter condições diferenciadas e ímpares de qualidade de vida e direito à remuneração.

É muito complicado a gente avançar em cadeias de produtos da biodiversidade e não ter infraestrutura para retirar essa produção, colocá-la no mercado e, com isso, viabilizar renda. Então, nós temos que ter uma discussão de natureza estratégica: o que a gente quer com o uso sustentável da biodiversidade deste País?

É importante também evitar a contradição do modelo de desenvolvimento – e eu estou falando de desmatamento. Aí há uma questão importante. Eu não posso... O que eu chamo de contradição do modelo de desenvolvimento? Expandir uma agricultura em torno de florestas primárias quando há áreas degradadas, com uma oferta imensa neste País, e não há uma visão estratégica de fomentar, de recuperar, de criar incentivos, de criar infraestrutura para deixar essas áreas com custo competitivo e direcionar, com instrumento de planejamento, a expansão da produção naquilo que couber. É possível conciliar? É. É possível planejar? É. É possível trabalhar com novos instrumentos além de comando e controle? É. A discussão tem que ser feita do passado, olhando para o futuro. Por isso, no projeto que vem da Câmara essa discussão está desbalanceada, e é importante que a gente possa ressaltar, em particular, o papel da agricultura brasileira nos caminhos da sustentabilidade.

Vou dar aqui três exemplos. Acabei de chegar de Nova Iorque. Fui a convite do Secretário Geral das Nações Unidas e fiz um discurso, uma fala, na abertura de um evento com todos os representantes das Nações Unidas no Planeta, sobre a questão da economia verde, sobre a questão da Rio+20 e sobre a questão do Brasil, que tem um papel protagonista de natureza política em relação aos próximos vinte anos no que diz respeito à sustentabilidade do Planeta.

Aí há duas questões importantes a serem ressaltadas. Primeira: dependendo de como a gente aborde a questão das Áreas de Preservação Permanente no texto final que sai das APPs, eu poderei ter um aumento – esses são dados de várias instituições – um aumento das emissões associadas de toneladas de CO_2 equivalente e mais de 1,2 bilhão, que são os nossos limites, comprometendo a política de clima aprovada por esta Casa.

Então, não houve uma discussão, pelo menos eu não tive conhecimento, sobre as implicações de como o Código Florestal se coloca frente a outras políticas públicas em particular em relação à questão climática. É importante que a gente guarde coerência entre essas políticas. É absolutamente estratégico, porque o País chega nos fóruns internacionais públicos e privados, porque essa discussão também está nos fóruns privados, e eu participo agora da Iniciativa do Crescimento Verde, Green Growth Initiative, que reúne ex-primeiros ministros, ex-ministros da fazenda de vários países sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. E aí você vê a discussão de natureza econômica. E participo, por exemplo, da moratória da soja. E vou, anualmente, com a Abiove e junto com outras instituições, atestar e verificar que não houve novos desmatamentos na Amazônia associados à soja. E a discussão é com a bolsa de valores em Londres.

O Senador Blairo Maggi está aqui na minha frente e sabe muito bem o que significa isso do ponto de vista do debate. Estive, essa semana que passou também, no encontro da Sociedade Nacional de Agricultura, com o ex-ministro Roberto Rodrigues, e debatemos exatamente como a agricultura brasileira pode estar à frente em relação à economia verde.

Então, nós temos que saber debater as oportunidades do Brasil e não ficarmos em situações que, na realidade, colocam aquém a agricultura brasileira ou colocam a aquém a conservação do meio ambiente. Além da questão climática, nós temos desafios em relação à conversão da diversidade biológica, em

relação à própria questão das florestas, que eu vou comentar já já.

Em termos globais, por isso fiz a referencia à minha visita às Nações Unidas, segunda-feira, em Nova York, o que o século vai discutir economicamente falando, isso está na pauta dos grandes debates do Planeta, passa por cinco, por seis grandes temas. Primeiro: segurança alimentar. Então, esse tema é estratégico para o Planeta neste século. Segundo: segurança energética. Terceiro; erradicação da miséria. Quarto: segurança hídrica. Quinto: justiça socioambiental. Sexto: segurança climática. Todos esses temas são os temas globais, e quem tem centralidade nisso é o Brasil.

Então, isso aqui é a agenda internacional dos próximos 50 anos. É por aqui que estão se debatendo as questões econômicas. Não são as questões ambientais somente. São as questões econômicas. Isso aqui foi discutido no fórum de Davos, este ano. Isso aqui está sendo discutido em outros fóruns de natureza econômica e social, porque nós estamos falando de pobreza, nós estamos falando de segurança energética.

Segurança energética, segurança alimentar, segurança hídrica, segurança climática, tudo passa pela conservação da biodiversidade e por este País. O Brasil tem protagonismo econômico, social e ambiental em todos esses temas.

Para os senhores terem uma ideia do que estamos falando em termos de conservação, o assoreamento que temos hoje dá uma perda de solo agrícola da ordem de 822 milhões de toneladas por ano e uma perda anual de 0,5% do volume de reservatórios. Se a gente muda a maneira de olhar isso e praticar, esses itens todos estão assegurados, e eu não tenho perda em produção. Pelo contrário, o Brasil é competitivo e vai ficar cada vez mais competitivo em segurança, por exemplo, alimentar.

E eu sei do papel que nós temos para poder atender aos nove bilhões de habitantes, que é o cenário que o Planeta tem nos próximos 30 anos. Aliás, todo o pessoal da agricultura, a CNA, a câmara de agribusiness, todo mundo insiste nisso, e nós temos condição de produzir certamente com bases sustentáveis desde que a gente faça uso dos instrumentos de maneira correta de planejamento de uso do solo e de conservação da biodiversidade.

Em relação à proposta da Câmara, eu acho que há alguns temas aqui que merecem ser ressaltados. Eu não vou esgotá-los, obviamente, porque há um debate, mas há ganhos importantes. A primeira coisa que eu conversei com os senhores quando fizeram a visita ao meu gabinete: o tempo foi nosso adversário. Acho que segmentos que não foram ouvidos na sua envergadura poderiam ser objeto de consulta ou de audiência nesta Casa. Por exemplo, a questão da ciência, a questão do setor privado não só da agricultura. Existem outros setores associados a isso. Eu acho que tem aí a uma envergadura de grupos de interesse, *stakeholders,* que podem ser parte de uma conversa, de um diálogo, para enriquecer a avaliação a ser feita por esta Casa. Digo também os próprios Estados, os governos estaduais. O Brasil tem situações diferenciadas. Eu não posso tratar a Amazônia do mesmo jeito que eu trato a Mata Atlântica, ou o Pantanal. A produção que acontece que acontece na Amazônia não é a mesma que acontece, consolidada, no Rio Grande do Sul ou no Mato Grosso do Sul ou no Mato Grosso.

E nós temos que entender quais são os limites ou quais são as oportunidades das novas fronteiras agrícolas deste País. Então, é importante ter a acessibilidade de um debate e um tempo para isso. Esse foi um dos argumentos que certamente sensibilizou a Presidenta, quando ela acolheu o pedido desta Casa para que tivéssemos uma prorrogação de prazo daquele artigo do decreto, a fim de possibilitar o melhor debate. Esse foi um dos entendimentos que nós tivemos no Executivo em relação ao pleito desta Casa.

Ganhos da proposta. É importante reconhecer que o relatório do Deputado Aldo Rebelo reconhece o interesse público das florestas e o função social da propriedade. Isso não estava definido na proposta anterior, não tinha a objetividade como veio agora nessa proposta. Consolida o vínculo da pequena propriedade com a agricultura familiar. Esses são aprimoramentos que foram feitos. Retoma tipologias importantes de APPs, de Áreas de Preservação Permanente, como topo de morros acima de 1.800 metros.

O debate foi intenso sobre isso, mostrando o que existia acima de 1.800 metros, a importância da conservação da biodiversidade, excepcionalizando eventuais práticas que estão lá existindo, que têm baixo impacto ou são de interesse social. Quer dizer, não precisa perder o ativo de conservação porque é importante para a conservação da biodiversidade e para a questão de risco ambiental e vulnerabilidade dessas áreas.

Critérios para viabilizar a regularização fundiária de interesse social e específico em áreas urbanas. Esse foi outro debate que veio da Câmara. Áreas onde hoje a gente tem dificuldade de fazer, por exemplo, implantação de adutoras ou de redes de saneamento, porque há 300 anos era uma área de preservação permanente degradada, sem função ecológica. Hoje, a discussão enxergou a necessidade de regularizar, de dar argumentos, para você poder agir com a questão de interesse social nas áreas urbanas.

Também regulariza a questão das culturas lenhosas perenes. Toda aquela questão que envolve

áreas de café, uva entraram. Eu me lembro de que foram mais de vinte reuniões só discutindo culturas, no Executivo, caso a caso. No café, eu mapeei município por município em Minas Gerais, um a um, para dizer onde estava, onde é que não estava. Tudo foi trabalhado pelo Executivo, em parceria com o Ministério da Agricultura – eu ressalto isso. O Ministro Rossi foi um parceiro desde o primeiro momento, e também o Ministro Florêncio, em relação à agricultura familiar, buscando as alternativas para que a gente pudesse conciliar a regularização do uso do solo com uma visão estratégica produção sustentável.

Além disso – outros ganhos que são importantes –, mantém a figura de reserva legal para todos os imóveis rurais e trata as exceções, traz previsão mais objetiva para o uso da vegetação e reserva legal. Essa é outra coisa importante. O Código nunca impediu o uso da reserva legal. Só não tinha os mecanismos nem os critérios para o uso dessa reserva legal. E é lido por alguns como algo improdutivo, algo em que não se pode mexer. Não, você pode manejar, não só você pode recompor como pode manejar, e gerando renda, com critérios que o próprio Deputado Aldo Rebelo acolhe na sua proposta. Facilita a regularização ambiental da reserva legal.

Um dos aspectos importantes da proposta é que, no texto, há uma situação que nós vamos que ler. Eu sugeriria que vocês tivessem um debate mais específico sobre isso, em particular os relatores, para entenderem como no texto pode haver contradições, você anula os ganhos.

Então, a regularização ambiental de reserva legal e o cadastramento ambiental deve ser feito para quem desmatou e não para quem vem induzindo a novos desmatamentos. Isso é importante ser observado. A redação não pode permitir brechas para novos desmatamentos porque isso foi o que orientou o debate na Câmara. O tempo inteiro foi dito que não era para ter novos desmatamentos.

Eu quero, a gente deseja a regularização e a gente deseje a recomposição da reserva legal e trabalhe as exceções em situações consolidadas, em particular no que diz respeito à agricultura familiar e aos pequenos proprietários, que é um desejo do Governo, e o Governo se pautou o tempo inteiro por esse debate, reconhecendo também as diferenças entre o que é o pequeno proprietário na Amazônia e o que é o pequeno proprietário em Santa Catarina, entre o que é a pequena propriedade em São Paulo e o que é a pequena propriedade no Nordeste. Há diferenças. E isso foi tudo debatido e acolhido. Em parte, acho que a legislação carece de alguns aperfeiçoamentos, mas isso é uma questão técnica que o meu *staff* está à disposição para o diálogo com os Relatores, com esta Comissão, na medida em que os senhores demandarem.

Agora, há desafios que precisam ser modelados, que precisam ser modificados. E aqui vou tocar alguns pontos.

A proposta enseja o fim das áreas de preservação permanente nas áreas rurais. Isso é inaceitável. Por que uso essa palavra tão dura, tão difícil? Porque é a APP que assegura a água, assegura o solo, assegura a proteção da fauna. E sem isso, eu não tenho serviços ambientais que são estratégicos para a produção sustentável da agricultura brasileira.

APP é vida, e nós temos que ter uma visão estratégica sobre isso. Da forma como está redigido, leva ao fim das APPs. Então, é importante... Não quero dizer que isso não tenha acontecido, o debate, Senadora, como nós já conversamos anteriormente, de maneira objetiva, mas apenas que, como foi escrito, poderá levar, levará a um entendimento, e esse entendimento levará a uma situação indesejável para todos: insegurança jurídica.

Segundo: qualquer entendimento sobre anistia a desmatamentos, sobrevalorizando a área consolidada, ao invés do interesse social, utilidade pública e baixo impacto, a gente, no Ministério, no Governo, nós não concordamos.

Nós temos que reconhecer duas situações distintas: quem cumpriu a lei e quem não cumpriu a lei. Quem não cumpriu a lei tem que ter os caminhos para se regularizar. Agora, quem cumpriu a lei não pode ser colocado no mesmo patamar de que não a cumpriu, e o texto, em alguns momentos, sugere isso. Sugere. Estou usando essa palavra porque é entendimento jurídico. E eu já aprendi que, dependendo da leitura, você pode gerar uma decisão de um jeito e uma decisão de outro jeito. Aí eu fui conversar com a Justiça, fui conversar com juízes, fui entender a complexidade sobre a jurisprudência adotada em relação à legislação ambiental neste País. Nós poderíamos ter retrocessos em decisões. É por isso que falo tanto no termo "insegurança jurídica".

Esta é outra questão importante: admite o uso de compensação da área de reserva legal independentemente da data em que houve a supressão da vegetação, podendo induzir a novos desmatamentos. Não dá. Compensação tem a ver com a data, como, aliás, o próprio Código hoje define, 98, que você estabelece os mecanismos para fazer essa compensação. Nesse caso, os mecanismos trazem resultados, permitindo, inclusive, que você possa compensar no mesmo bioma em outro Estado, desde que – isto foi uma solicitação do Executivo – você possa ter áreas prioritárias de conservação ou – uma discussão que já aconteceu e

que não está traduzida no texto – que você também possa estimular a recuperação de áreas degradadas.

Então, você poderia buscar mecanismos de natureza, instrumentos econômicos, Senador – como o senhor fez referência aqui –, estimulando a recuperação de áreas degradadas, compatibilizando com os usos prioritários de conservação da biodiversidade.

Então, há oportunidades que não foram por total consolidadas ou acolhidas e que eu acho, na nossa opinião, que seria importante esta Casa acolher o debate e observar essas oportunidades.

Redução através da reserva legal, através do zoneamento, para fins de regularização, desvinculando a recomposição. Isso é outro erro. Isso induzirá a novos desmatamentos e contradiz o debate que foi colocado na Câmara.

É importante ainda: compromete avanços na proteção de ecossistemas como manguezais e veredas. Isso é de uma sensibilidade absoluta. É equivocado achar que ecossistema – isto quem está falando é a Universidade de São Paulo, é a pesquisa, são os pesquisadores, é o conhecimento científico –, que você separa ecossistemas. Isso é um equívoco. Não é assim. "Vai matar os mangues". É isto que os pesquisadores dizem. Esse assunto não foi discutido. Esse assunto entrou com uma emenda, estava colocado como área de preservação permanente e, de repente, apareceu saindo e gerando uma situação de plena incerteza.

Então, é importante debater qual é a demanda e entender se temos saídas a serem construídas sem comprometer esses ecossistemas.

Tenho convicção de que o bom diálogo permitirá a construção de todas as saídas necessárias. Tenho convicção técnica disso, porque foi esse o motivo, essa foi a motivação que nos levou ao entendimento amplo dentro do Governo. Onde existiam divergências, passou-se a ter convergências, e sem comprometer nada. Ao contrário, valorizando, tendo essa visão estratégica de futuro.

A questão de segurança jurídica está exposta em várias situações no texto. Vou dar aqui dois exemplos.

Primeiro, no que dizer respeito ao reconhecimento do direito intertemporal, que é algo extremamente importante, o que está colocado no texto diz textualmente que se deve fazê-lo a partir não da propriedade, mas, sim, de uma menção histórica a uma região, ou permite essa leitura. Isso vai gerar uma completa confusão, para que o proprietário possa dizer que estava lá, que o próprio Ministro Hoffmann é da família dele, de um mil oitocentos e tanto ou de 1900, ou estava lá em 1975, na época em que se permitia ir para a Amazônia, quando se estimulava ir para a Amazônia fazer o desmatamento e casar. Tinha-se que fazer as duas coisas: casar e desmatar para poder ter o título da terra. Essa era a política.

Então, na realidade, temos que ter critérios objetivos, para que o proprietário possa comprovar efetivamente o reconhecimento do seu direito intertemporal, e para que ele não seja jogado em uma situação de insegurança jurídica.

Outro exemplo de insegurança jurídica é aquele que determina que a vegetação em APP deverá ser mantida, porém o texto também prevê, no art. 7º, que toda a ocupação em APP será mantida e legitimada.

Isso é uma contradição. Tem-se que trabalhar com objetividade. Tivemos o trabalho de conversar com toda a área jurídica para entender como podemos avançar e aperfeiçoar isso.

Há desafios também em relação às APPs em área urbano. Há uma possibilidade de melhor trabalhar a questão de utilidade pública. Esse foi um debate muito dividido.

Há ainda situações que merecem um menção, mas rápida, por causa do meu tempo. Sobre a questão dos modos fiscais, em que não se precisa regularizar a reserva legal, como se vai trabalhar isso em agricultura familiar e pequenos proprietários? Isso não ficou objetivamente claro.

Já fiz referência à questão dos fatores históricos.

Quanto à autorização de supressão de vegetação - isso é importante -, há uma leitura de que se pode abrir a brecha para a autorização de supressão de vegetação em nível municipal. Para isso, é preciso haver uma sensibilidade absoluta. O controle de supressão de vegetação, em particular na Amazônia, é algo que precisamos discutir, quanto à natureza estratégica, pois isso poderá ser traduzido, depois, em perdas econômicas para o País.

Então, como trabalhar? Se é uma descentralização para os municípios, qual é o debate? Isso não foi feito, e a redação sugere isso.

Finalmente, também é importante assegurar ao agente público todas as condições de atuar. Há situações que ele deverá, poderá embargar. Esse conceito de embargar deverá voltar, porque, senão, estarei cometendo um crime. Não posso dar discricionariedade se estou vendo a ilegalidade.

Segundo, eu tenho que trazer punições. Quem cumpriu a lei tem de ter seus benefícios. Quem não cumpriu tem de ter uma posição clara, para evitar a discricionariedade e haver objetividade na aplicação da lei.

Existem outras situações de maior detalhe, mas me coloco à disposição, porque falta de tempo.

Para finalizar, é importante que tenhamos um olhar para o futuro. Esse olhar traz novas potencialidades para o País.

Primeiro, a economia florestal. É um código florestal, mas o texto não inova a questão das florestas. Aliás, fala de tudo, menos de floresta. Fala de uso da terra.

O Brasil participa só com 4% do PIB mundial em relação a produtos e subprodutos florestais. É uma riqueza imensa, da qual não estamos fazendo o uso devido. No Governo, estamos trabalhando com propostas inovadoras quanto a isso, que vão desde a modernização do serviço florestal brasileiro, a questão de áreas degradadas, florestas plantadas.

O texto não traz nada, ou seja, é muito fundamentando em instrumentos de comando e controle, e não traz, objetivamente – coisas de caráter mandatório -, questões de instrumentos econômicos, instrumentos estratégicos para fomentar essas novas fronteiras.

Quanto ao pagamento de serviços ambientais, o texto faz uma referência, mas discussão com REDD *plus*, com a medida provisória do Bolsa Verde, que estão acontecendo, não estão colocadas no que esta Casa está discutindo para viabilizar a ligação entre as políticas públicas, ou seja, a integração, a coordenação.

Tecnologia, investimento, exploração sustentável de recursos da biodiversidade.

Nós temos uma serie de agendas bilaterais com o Mdic, MCT, etc. O texto não fala nada, ou seja, esse olhar de você fomentar novas tecnologias, dar espaço para você ter o uso sustentável das florestas também não é dito.

Promover a partilha dos benefícios associados ou sustentar recursos genéticos em função dos ganhos do Protocolo de Nagoya, inclusive principalmente para a agricultura brasileira, também não é feita nenhuma referência à necessidade de você aprimorar essa legislação.

Diretrizes coerentes com as políticas de biodiversidade, clima, agricultura e energia.

O biodiesel está na base disso. Eu não posso...

Lembro aos senhores que a recomposição de reserva legal aparece pela primeira vez, como prioridade em 91 na política nacional agrícola deste País. Foi votada por esta Casa; não foi medida provisória que fez isso.

Senhores, temos de ter coerência. Quem vai para o Executivo é que lida, depois, com todas essas incoerências. Aí o Executivo Federal... Estou olhando o Senador ex-Governador. Há dois ex-governadores, que sabem muito bem o que significa isso na prática, claramente o que significa isso. Perdão. Há três, quatro, cinco, seis. Só tem ex-governador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Então ótimo. Melhor, então. Ex e futuro é ótimo.

Estão vendo que importância? Estou aqui no meio de novos... Ótimo. Torço por todos.

Então, vamos lá, para finalizar.

O teto legal deve ser objetivo, deve ser simples, deve ser claro, deve facilitar sua apuração e deve reduzir a discricionariedade dos agentes púbicos, deve viabilizar a aplicação imediata.

Necessário ouvir a sociedade.

Lembro que a pesquisa de opinião publicada recentemente neste País mostra que 80% da população brasileira não aprova a redução da proteção de florestas.

Eu não acho que a intenção seja reduzir a proteção de floresta, porque o debate na Câmara foi marcado, sempre, pela expressão de que não queríamos novos desmatamentos para associá-los á agricultura. Isso era quase um mantra, era uma diretriz política do Deputado Aldo Rebelo, em que ele insistiu o tempo inteiro.

Importante, além de agricultores, ouvir cientistas, setor florestal, os jovens...

Chamo atenção para o que está acontecendo nos debates nas redes sociais para os futuros governadores.

Além disso, a lei deve tratar de um patrimônio florestal do País. Ela não está tratando de uma riqueza ecológica segmentada não; é um patrimônio do país. Por isso as florestas são de interesse público. A lei não é só para hoje. Deve ter uma visão intergeracional e deve ter um olhar para o futuro, como já ressaltei.

Finalmente, a lei deve, necessariamente, explorar todos os fomentos. Fortalecer os fomentos de controle, aqueles que estão mal colocados, mas fundamentalmente definir novos instrumentos de natureza econômica, instrumentos de fomento que possibilitem a mudança de patamar.

A lei deve criar mecanismos para coibir novos desmatamentos legais, estimular a recuperação de áreas degradadas. Isso é fundamental. O Código, como norma geral, deve orientar a atuação harmônica, integrada dos entes da Federação. Ele não deve fomentar conflitos entre os Estados, ou seja, absolutamente estratégico e, mais do que nunca, deve aperfeiçoar o que está colocado no termo de cadastramento ambiental rural.

O texto o reconhece, mas a forma como está colocada não permite que a gente faça o monitoramento do que existe de ativo de florestas nessa propriedades e possa reconhecer com outros instrumentos novas maneiras de gerar renda. Acho que é importante que a gente incremente o mecanismo de geração de renda no campo, e a proteção ambiental é um fator estratégico para isso.

Finalmente, deve reconhecer a coordenação, a integração entre políticas públicas.

Obviamente tenho várias notas, mas eu procurei fazer aqui um apanhado do que foram as discussões, dos pontos que enxergamos com mais sensibilidade. Existem outros tantos, mas acho que isso será fruto, obviamente, do debate, da interlocução que esta Casa conduzirá nos próximos meses.

Muito obrigada pela atenção.

Desculpem ter me estendido no tempo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Izabella Teixeira, pela sua apresentação, pela sua contribuição a esse debate.

Quero aqui agradecer a presença de todos os Senadores, mas, de forma especial, eu quero agradecer a presença do Senador Russo, que está estreando conosco na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura, e do Senador Sérgio Souza, que são os novatos, que recentemente assumiram o mandato de Senador.

Sejam muito bem-vindos!

Quero aproveitar também para registrar a presença, entre nós, agradecendo, pois é muita honra para nós, do Diretor-Presidente da Ana, Vicente Andreu; da Secretária da Saic, Srª Samyra Crespo; do Secretário de Biodiversidade e Florestas, Bráulio Dias, do Presidente do ICMBio, Rômulo Mello; do Presidente do Ibama, **Curt** Trennepohl; do Presidente do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel; do Diretor de Florestas, João de Deus Medeiros; do Chefe de Gabinete da ANA, Horácio Figueiredo; do Gerente da Acip, Devanir Ribeiro, do Assessor da Ministra, Luiz Antônio, Luizão; do também Assessor da Ministra, Geraldo Siqueira. É uma alegria poder recebê-los aqui.

Estão abertas as inscrições.

Passo a palavra, inicialmente, ao Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz. Em seguida, à Senadora Ana Amélia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Ministra, agradeço sua presença aqui conosco e a parabenizo pelo seu debate.

Quando a senhora coloca a visão de futuro, mostra que o Governo está antenado com a situação brasileira e com a situação do Planeta. Mas essa visão de futuro, realmente, passa a ser mais importante quando analisamos o passado, aquilo que foi feito, reconhecendo o que foi feito no passado, passado que trouxe o Brasil até onde estamos hoje, por meio da agricultura, do desenvolvimento. E, durante muito tempo, nós todos da agricultura fomos bombardeados pelos atores do meio ambiente, e com os ex-Ministros do meio ambiente também. E V. Exª coloca de uma maneira muito responsável e corajosa que precisamos avançar olhando para o futuro, utilizando, inclusive, as florestas para melhorar a renda das famílias, que podem e devem cuidar das florestas brasileiras.

Então, entendo que é um momento importante, um momento ímpar na história do nosso País.

Eu a parabenizo pela sua conduta, pelo seu pensamento. Entendo que dessa forma vamos avançar. Não tem como fazermos com que o Brasil cresça, continue crescendo sem investir em infraestrutura. E toda vez que vamos investir em infraestrutura, precisamos do apoio do meio ambiente. E V. Exª colocou muito bem: precisamos das estradas para escoar nossas produções, precisamos de estradas ao lado das florestas para que possamos também utilizar delas como turismo ecológico, que é uma ferramenta muito importante, para a qual o Brasil ainda não despertou, e não só para o turismo ecológico. A Amazônia quer ser vista pelo mundo. O mundo inteiro fala da Amazônia e não tem a possibilidade de conhecer a Amazônia por via terrestre.

Nós assistimos a europeus e americanos vindo até a divisa do Brasil com a Venezuela pela Venezuela, mas não atravessam para o Brasil porque não há estrada. Eles não conseguem chegar até o sul do País pelas nossas estradas. Por isso V. Exª coloca a importância do investimento com relação à infraestrutura, que não é só para o escoamento da produção, mas também para o turismo ecológico, o turismo amazônico, que não tenho dúvida que será uma das grandes receitas, uma das grandes rendas que teremos num futuro bem próximo se continuarmos com essa visão, tanto os agricultores quanto os ambientalistas.

Quero colocar duas questões apenas, Ministra, muito rapidamente. Como é que o Ministério vai fazer com a regularização ambiental? Temos essa questão que está sendo debatida, está sendo construída dentro do Ministério, mas esse programa de regularização ambiental é uma preocupação. Eu gostaria que a senhora pudesse colocar para a gente.

E quais serão os critérios que o Governo utilizará para aferir a existência dos quatro módulos fiscais na data base de 23 de julho de 2008, que desobriga a averbação da reserva legal, conforme texto em análise pelo Senado Federal, que já chegou aqui dessa forma? Como é que vamos avaliar isso?

No mais, quero cumprimentar V. Exª pela desenvoltura e pela sua objetividade em defender o meio ambiente sem prejudicar a produção. É a nova agricultura brasileira que tem que ser consorciada, é a agricultura em que vamos ter produção de alimentos, produção da bacia leiteira, o nosso gado de corte e também utilizando as reservas florestais, as nossas florestas, para que possamos ter renda para os nossos agricultores.

Era isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir.

Eu recebi uma sugestão aqui. Vou sugerir um procedimento. Já anunciei a palavra para a Senadora Ana Amélia e gostaria de garantir a Senadora como a primeira inscrita, mas, em seguida, gostaria de sugerir passar a palavra aos relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, e em seguida, as demais inscrições.

Consulto o plenário se considera adequado o tempo de cinco minutos para cada Senador fazer as suas ponderações e os seus questionamentos. Eu sei que V. Exª tem muito para falar, Senador Pedro Taques, mas não propus vinte minutos.

Senador Valadares, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, algumas comissões têm adotado o critério de revezamento da palavra por partido político. É claro que isso tem que ter o apoio do plenário. É uma sugestão que estou dando a V. Exª. Algumas comissões têm adotado esse critério.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos receber a sugestão, analisar, mas já temos uma ordem de inscritos que eu gostaria de anunciar para ser bem transparente e para que aqueles que não se inscreveram ainda possam fazê-lo.

Vamos ouvir a Senadora Ana Amélia, em seguida o Senador Luiz Henrique, depois o Senador Jorge Viana, o Senador Valadares, o Senador Suplicy, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Cyro e o Senador Blairo Maggi.

Pedro Taques, Moka, Jayme Campos...

Vou até recomendar à Secretaria da Comissão que a partir das próximas audiências já distribua a lista de inscrições no início da sessão, porque assim os primeiros que chegarem serão os primeiros inscritos.

Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu queria sugerir, já que está sob a responsabilidade do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana a relatoria, se seria possível ouvi-los primeiro, porque eles já estão com o trabalho encadeado, daí sim, fazer a ordem das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só gostaria de pedir a sua compreensão, Senador Anibal.

Eu já havia anunciado a palavra para a Senadora Ana Amélia. Vou garantir a palavra a ela, em seguida vamos aos relatores.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sugiro que a Ministra responda às duas questões que fez o Presidente da Comissão de Agricultura e depois farei as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu queria sugerir também – submeto à consideração do plenário – que nós ouvíssemos algo em torno de cinco Senadores, em seguida a Ministra faria as suas considerações e retornaríamos às perguntas.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Ministra Izabella Teixeira. Eu queria também saudar o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Acir Gurgacz e cumprimentá-la pela exposição. Já tive a oportunidade de conversar com a senhora. E cumprimentá-la pela clareza com que expõe um tema de tanta complexidade, mas de tanta importância e relevância para o País.

Srª Ministra, o tema que provocou o uso de uma palavra forte pela senhora, inaceitável, diz respeito à Emenda 164.

Apesar da relativa dificuldade de interpretação, o art. 8º do PLC nº 30, de 2011, do Código Florestal, determina que as futuras intervenções em áreas de APP somente ocorram nos casos de interesse social, utilidade pública ou impacto ambiental e que as atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 fiquem mantidas, exceto no caso em que ocorra risco de integridade humana.

O texto aprovado, Srª Ministra, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, não permite qualquer desmatamento em área de preservação permanente. No dispositivo que trata do tema, o art. 8º, a redação conferida pelo destaque aprovado na Emenda nº 164 expressamente determina que "é vedada a expansão das áreas ocupadas" (§ 4º), ou seja, não poderá haver qualquer supressão de vegetação em área de preservação permanente para implantação de novas atividades agrícolas.

Essa é a primeira questão sobre essa polêmica em torno dessa interpretação da tal Emenda nº 164.

Eu quero também colocar à senhora que o relatório do Serviço Florestal Brasileiro apresentado na gestão da senhora no Ministério do Meio Ambiente mostra que o Brasil possui 60,7% do território nacional com vegetação nativa. Eu queria saber se isso não é suficiente e, em caso negativo, o porquê, Srª Ministra, para a senhora responder.

Outra questão é a seguinte: o art. 20 do PLC nº 30 extingue a reserva legal em área urbana sem qualquer compensação. A senhora concorda com isso?

O art. 20 do Código Florestal extingue a reserva legal em área urbana sem qualquer compensação. A

senhora concorda com isso? Estaria, se a senhora concordar com isso, apenas o produtor rural penalizado.

Um estudo da ESALQ, Ministra, apoiado pela WWF, SOS Mata Atlântica, demonstra que, apenas com a reposição de APP e a reserva legal, serão gastos mais de dois PIBs do setor agropecuário nacional, algo em torno de R$1,12 trilhão. A senhora tem ciência desse impacto? Qual é a sua opinião?

O mesmo estudo da ESALQ lembra que isso terá impacto em emprego e arrecadação. Eu gostaria de saber se a senhora tem dados sobre essa questão e se a Ministra tem a estimativa da perda da arrecadação da União, Estados e Municípios pelos próximos 30 anos, que é prazo atual da recomposição.

Qual é a solução prática para a situação macroimpactante da recomposição? Qual é a solução prática da situação macroimpactante das finanças públicas?

E eu queria, na última pergunta, saber qual é a medida de APP na Suécia, na Finlândia, em Portugal, na Espanha, nos Estados Unidos e na Austrália e também saber qual é a sua opinião sobre a comparação entre esses países em relação às APPs e a proposta brasileira ou a legislação brasileira em vigor.

Muito obrigada, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a participação da Senadora Ana Amélia. Agradeço, especialmente, o respeito em relação ao tempo, que só facilita o trabalho do Presidente.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo, agora, a palavra ao Senador Luiz Henrique, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srs. Presidentes, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz, Srª Ministra Izabella Teixeira, Srªs Senadores e Srs. Senadores, eu quero assinalar, inicialmente, que, em matéria de meio ambiente, em matéria de proteção dos nossos ativos da biodiversidade, a Constituição Federal traçou uma diretriz muito clara no art. 24, incisos e §§, a Constituição estabeleceu que, nessas matérias, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, enquanto os Estados têm competência concorrente – e concorrente não quer dizer subsidiária, complementar, supletiva, para legislar sobre a matéria.

A nobre Ministra Izabella Teixeira fez uma exposição magnífica a respeito do tema. Colocou um ponto que acho essencial na discussão e na deliberação sobre essa matéria, que é a questão da segurança jurídica. Nós não podemos gerar uma lei que não atenda às normas constitucionais, sob pena de mantermos a insegurança jurídica que vigora sobre esse tema há tantos anos em nosso País.

Nós precisamos ter uma lei que, além de atender a esses objetivos, a essa visão estratégica de futuro, mencionados pela nobre Ministra, nós temos que ter uma lei que atende ao dispositivo constitucional e que não possa ser atacada nos foros judiciários deste País.

Este é o primeiro princípio: nosso consenso terá que respeitar, primeiro, o limite constitucional para que a União estabeleça normas gerais; segundo, a competência concorrente dos Estados, ou seja, nós temos que consagrar no texto legal essa competência concorrente de forma harmônica e não conflituosa, a fim de que possamos ter efetivamente uma lei não para o próximo ano, mas para o próximo século.

Essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer, porque, nesse ponto, um país que tem uma estrutura legal centralista, que, aliás, é a matriz dos nossos grandes problemas... Os problemas da miséria e do subdesenvolvimento decorrem da centralização dos recursos. Eles decorrem da falta de uma Federação efetivamente estatuída. Nesse caso de lei ambiental, como o fez na questão da saúde, ao criar o SUS, a Constituição traçou uma norma federativa descentralizadora.

Esse é o primeiro ponto que quero assinalar. E assinalo para que as Srªs e os Srs. Senadores saibam que temos de fazer uma lei que, além de ambiental, além de desenvolvimentista, além de agrícola, que tenha consistência jurídica.

Quero citar aqui uma decisão do Supremo Tribunal Federal, numa ação direta de inconstitucionalidade, em que era relator o Ministro Carlos Veloso. Assim decidiu o Supremo com base no relatório do Ministro Veloso:

"Penso que a norma geral, tal como posta na Constituição, tenha o sentido de diretriz, de princípio geral. A norma geral federal – melhor será dizer nacional – seria a moldura do quadro a ser pintado pelos Estados e Municípios no âmbito de suas competências. Não são normas gerais as que se ocupem de detalhamentos, pormenores, minúcias, de modo que nada deixam à criação própria do legislador a que se destinam, exaurindo assunto de que tratam.

Quero assinalar aqui afirmação da nossa ministra Izabella Teixeira no sentido de exaltar as diferenças regionais do nosso País continente, as diversidades locais, regionais. Por isso que a Constituição estabeleceu esta metodologia de dar à União arcabouço geral e chamar a competência concorrente dos Estados para complementá-la.

Entendemos que o projeto que veio da Câmara dos Deputados, aprovado por 410 Deputados, tem o arcabouço de normas gerais sobre a matéria. Entendemos também que não podemos, de maneira nenhuma, descartar este projeto que tem o respaldo de maioria

mais que absoluta da Câmara Federal. Por isso, nosso papel aqui no Senado deve ser o de aprimorar o texto que veio da Câmara, naqueles objetivos inclusive traçados pela Ministra, de não deixar lacunas para interpretações, para exegeses, para dúvidas; dar à Nação lei clara e objetiva. E é neste sentido que vamos trabalhar, exatamente na diretriz de, elaborando um texto absolutamente coerente com a norma constitucional, fazê-lo de forma o mais clara e objetiva possível para que ele não possa ser atacada na esfera judiciária.

Por outro lado, fazer com que aqueles 69 artigos distribuídos em 12 capítulos e 3 seções possam expressar este objetivo nacional de proteção do nosso ativo florestal; não apenas proteger, mas estabelecer formas de transformar esse acervo em dispositivos de desenvolvimento, impedir o avanço do desmatamento, ser coerente com o decreto presidencial que estabeleceu normas a respeito da recuperação.

Não tem sentido absolutamente nenhum anistiar quem quer que seja, principalmente quem praticou delitos ambientais, conscientemente ou inconscientemente, para obter vantagens ilícitas, ilegais. Isso é um princípio fundamental, separando esses agentes delituosos de agricultores honestos, principalmente os agricultores familiares, e mais, respeitando situações consolidadas ao longo do tempo, devem-se buscar, na elaboração dessa lei, de um lado, a proteção desse ativo; de outro lado, a exploração econômica racional desse ativo, como já afirmou a nobre Ministra; estabelecer formas para que o Brasil possa ser o grande supridor de alimentos de uma população malthusianamente crescente.

Todos os estudos macroeconômicos, todos os estudos sobre a evolução populacional indicam que, em 2050, seremos 9 bilhões de habitantes no Planeta e que, desses 9 bilhões, 8,2 bilhões viverão em cidades, e que, desses 8,2 bilhões que viverão em cidades, 7 bilhões viverão em grandes, mega e médias cidades. Nós temos que ter, nessa visão de futuro, de conciliação da segurança energética, da segurança hídrica, da redução da pobreza, com a segurança alimentar, o Brasil tem uma grande vocação para fazê-lo e é preciso que nós tenhamos essa visão macro na elaboração desse projeto.

Vamos trabalhar, Sr. Presidente – já vou encerrar –, com essa visão, com esse objetivo de, em conciliar interesses os mais diversos, estabelecer sobre todos eles o supremo interesse da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, prezado Senador Luiz Henrique. Eu quero dizer que, conjuntamente com o nosso Presidente Acir Gurgacz, decidimos ser absolutamente tolerantes em relação ao tempo, em função da importância do tema e de ser um dos relatores do tema o nobre Senador Luiz Henrique.

Passo agora a palavra ao Relator pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Jorge Viana.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sou o primeiro relator de projetos importantes na Comissão de Relações Exteriores. Se eu tiver de me afastar, eu o farei e voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Certamente, sentiremos muito a sua falta e estaremos ansiosos para recebê-lo novamente.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Rodrigo Rollemberg; Sr. Presidente, Acir Gurgacz, eu queria, antes de mais nada, fazer um registro da importância que o próprio Senado, as Senadoras e os Senadores estão dando a esse tema. Quando da chegada dessa matéria aqui, imediatamente propuseram uma audiência conjunta, para ouvirmos, aproveitando o tempo, transformando o tempo não em um problema, como, devemos registrar, ocorreu, e a própria Ministra reconhece, no final da votação na Câmara dos Deputados. E aqui acho da maior importância que essa primeira audiência aconteça conjuntamente.

Quero cumprimentar a Ministra Izabella pela sua exposição clara, objetiva, eu diria, com um posicionamento que ajuda no debate aqui no Senado, porque o melhor que poderia acontecer está acontecendo: o Governo ter uma avaliação sobre o texto votado na Câmara, ter a compreensão da complexidade desse tema e, ao mesmo tempo, se expor no debate já, de antemão, colocando suas preocupações. Penso que a Ministra fez isso com eficiência.

Senadoras, Senadores, nós estamos lidando, iniciando o debate aqui, no Senado, talvez, do tema mais importante deste ano, que o Senado aprecia. É um projeto complexo, que envolve muitos interesses, que trata do passado, do presente e do futuro. É uma lei longa. Nessa proposta que veio da Câmara, nós temos 69 artigos. São 48 páginas, 12 capítulos, sete seções, 131 parágrafos, 149 incisos. Do meu lado está um colega que tem sua vida dedicada ao estudo da Constituição, das leis, e à luta pelo cumprimento dela e sabe o que significa uma lei que trata de conceitos, de limites de regras, que estabelece uma substituição alterando três leis, revogando duas outras e uma medida provisória.

Temos a responsabilidade de, na hora em que estamos apreciando aqui, iniciando essa apreciação e esse debate sobre o Código Florestal, estar lidando com a sucessão de uma lei de 1934, uma lei que, graças à ação de pessoas preocupadas com o futuro, com nossa geração, que estabeleceram, a partir de uma compreensão de que o Brasil – é bom resgatar um pouco isso na hora em que a proposta de revisão do Código Florestal chega ao Senado – leva o nome de uma árvore. Um dos argumentos, usado ainda nos anos de 1800, que, especialmente, levou à preocupação de elaborar uma lei ambiental foi quando se viu que, quando da ocupação do solo brasileiro, principalmente no litoral, estava se dando com grandes danos ao meio ambiente.

Aí, nós tivemos, pela primeira vez, uma das exemplares legislações no mundo com preocupação com os recursos ambientais, o acesso aos recursos ambientais. Era uma lei de proteção à floresta. Era o reconhecimento de um potencial ainda não usado pelo Brasil.

Essa lei sofreu muitas alterações em 1965. Com a entrada em vigor da Lei nº 4.771, de 1965, nós tivemos, então, o Código Florestal que está em vigor hoje.

Obviamente, desde então o Brasil vem se firmando como uma grande potência de produção de alimentos. Seja através de criação, seja através do cultivo, o Brasil se firma e hoje é, reconhecidamente, uma grande potência de produção da agropecuária.

Muitas foram as alterações sofridas desde a aprovação da segunda versão do Código Florestal de 1965. Eu queria registrar que, em 1996, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil vivia uma pressão internacional muito forte – o desmatamento crescia, especialmente na Amazônia, os problemas ambientais se agravavam, os problemas sociais dos conflitos agrários tinham chegado a um extremo – e houve, naquele período, uma alteração significativa, que vale o registro, quando se estabeleceu uma alteração na área de reserva legal nas propriedades, especialmente na Amazônia, saindo de 50% para 80%.

Também em 1986, se estabeleceram os limites para as Áreas de Preservação Permanentes – a Ministra tem uma pergunta feita pela querida colega Ana Amélia – que alteraram e aumentaram a largura das matas ciliares. E foi nesse período de 1986. E por que ocorreu isso? Porque, naquele período, o Brasil vivia um drama dos desastres naturais, ou seja, uma nova realidade com a perda de vidas humanas, com os desastres naturais se repetindo, se entendeu que estava havendo uma relação incompatível da presença e da ocupação humana com a conservação e a preservação de recursos naturais.

Então, a partir daí, nós tivemos a Lei 7.830, de 1989, que alterou outra vez a largura das APPs em mata ciliar.

Bem, vale ressaltar também... Aí, quanto a esse aspecto, eu gostaria de ter um comentário da Srª Ministra Izabella.

Em 2001, foi editada a Medida Provisória nº 2.166/67, de 2001, que promoveu várias alterações, entre elas incluiu o conceito de utilidade pública e interesse social na legislação, que nós não tínhamos. Definiu regras para a delimitação de registro de reserva legal.

Estabeleceu-se regra para recomposição, e, logo em seguida, nós tivemos – vale o registro aqui na Comissão – a edição da Resolução do Banco Central nº 3.545, de 2008, que passou a exigir documentação para comprovar a regularização ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma amazônico.

E também, com a edição do Decreto 6.514, de 2008, que sucedeu a Lei de Crimes Ambientais, foi estabelecida também a exigência de regularização da reserva legal e se definiram multas para o caso da não efetivação da averbação.

Esse ambiente se encontrou com um debate que já vinha acontecendo aqui no Congresso havia oito anos procurando fazer uma revisão no Código Florestal.

Eu estou falando isso porque eu gostaria de ter o comentário da Ministra Izabella, porque houve uma série de mudanças, obviamente procurando se adaptar à realidade nova do nosso País. Eu queria ouvir o comentário da Ministra porque foi estabelecida, em 2008, por meio de decreto, a regulamentação de crimes ambientais.

Com a regulamentação dessa lei, e aí eu entendo que houve certo desencontro com uma situação real que o País vivia, e a proposta da Lei de Crimes Ambientais era no sentido de fazer um reforço à legislação no sentido de estancar os danos à biodiversidade, ao meio ambiente que o Brasil experimentava. Foi editado também o Decreto nº 7.029, de 2009, o Mais Ambiente, que já foi um passo importante no sentido de equalizar a situação que a Lei de Crime Ambiental, que o Decreto de Crime Ambiental trazia, isso pressionado com a questão de exigência, aí sim, já para financiamento da agropecuária, da atividade agrícola de modo geral feita pela Resolução do Banco Central. Daí, tivemos, então, um limite para termos a decisão sobre a revisão do Código Florestal.

Eu gostaria que a Ministra fizesse uma análise destes três últimos processos: a Lei de Crime Ambiental, a Lei Mais Ambiente e essa proposta que nós temos do Código Florestal. E aí me apresento, porque estou na condição de Relator, e meu papel é mais ou-

vir. Não vou tomar nenhum posicionamento, até porque, senão, eu já estaria perdendo a serenidade que devo manter de mais ouvir nessa fase, mais anotar, mais registrar, mais estudar do que agora apresentar minhas impressões, porque a minha missão é de tentar colher, dentro do Senado Federal, a impressão do Senado Federal, as atitudes, as opiniões sobre uma lei tão complexa como essa, que é de tanto interesse para o nosso País, para o setor produtivo, de modo geral, para o presente e para o futuro.

Mas eu gostaria de dizer que a chegada dessa matéria aqui nos impõe um desafio tremendo. Não é o desafio apenas de olharmos para a nossa cultura tão bonita, tão relacionada à atividade produtiva rural. Qualquer um dos Senadores e Senadoras aqui, se for até a terceira geração de sua família, alguns na atual geração de sua família, outros na segunda, vai ter um encontro com o rural, com a nossa relação com a terra, com o uso da terra, com o acesso à terra, com a história do nosso próprio País.

Hoje o Brasil é uma potência do ponto de vista da produção de alimentos, da segurança alimentar, o Brasil é uma possibilidade. O Senador Luiz Henrique, talvez só com a sabedoria que ele tem por ter vivido, por ter tido uma atuação tão importante em tantos espaços da vida pública, especialmente como governador duas vezes de um Estado importante como Santa Catarina, trouxe a visão do mundo que vamos ter daqui a pouco, o mundo de nove bilhões de habitantes, e a importância que nosso País tem nesse momento.

Então, Srª Ministra, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, uma das questões fundamentais é que todo esse processo de alteração na legislação que nós vivemos até aqui, importante de ter acontecido – vale o registro –, de certa forma trouxe uma constatação. Vivemos hoje uma insegurança jurídica. Um por cento das multas aplicadas foi paga. Tem alguma coisa errada nisso. Um por cento das multas aplicadas foram recolhidas, ou próximo disso. Outro dado: com a exigência de averbação de reserva legal das propriedades, as informações que alguns estudos apontam é de que 70% das propriedades cairiam na ilegalidade ou estariam fora de uma situação regular caso esse critério fosse adotado imediatamente. Então, nós temos sim um passivo de uma lei que estabeleceu... E acho até que o Brasil avançou com ela, o desmatamento diminuiu fortemente, a produção aumentou, a produtividade aumentou, mas nós temos um problema sério, uma insegurança jurídica para quem trabalha na criação e na produção e também para aqueles que defendem a aplicação da lei.

Existe uma situação de mão dupla, e é nesse sentido que eu acho que o Congresso busca hoje uma solução para esse passivo, que é real. Obviamente que é um passivo de uso do solo, e aí as observações que a Srª Ministra trouxe são muito importantes. Nós temos sim que estabelecer um debate aqui no Senado que possa, talvez, fazer alguns ajustes na matéria como ela veio da Câmara. Nós sabemos que o tempo foi um adversário das Srªs e dos Srs. Deputados. No final, houve uma precipitação por conta do tempo, e eles mesmos reconhecem que o Senado pode fazer alguns ajustes e deve fazer alguns ajustes.

Então, há um passado, e temos que encontrar uma solução sem deseducar, sem ser antipedagógico, porque não podemos dificultar a vida daqueles – não importa a quantidade – que agiram sempre dentro da lei, separando a pequena produção, a produção familiar, da produção empresarial, mas sem ter preconceito nisso, apenas fazendo um tratamento adequado para aqueles que fazem agricultura de subsistência ou produção familiar. Mas não pode ter, na minha compreensão, nenhum tipo de preconceito, nenhum tipo de enfrentamento.

Fui governador e entendi e compreendi e aprendi a importância dessa ação conjunta da produção empresarial e da produção familiar. Sentamos todos juntos, estabelecemos um zoneamento, pactuamos, e o Acre saiu do impasse.

Fiquei muito feliz de ver, outro dia, lamentando as mortes que ocorreram e ocorrem no nosso País, que foi feito um mapa por um jornal de circulação nacional, **O Globo**, apontando onde estavam pessoas ameaçadas de morte por conta de conflitos agrários ou disputas agrárias ou questões ligadas à produção, e que o Acre não tinha nenhum registro. Era um dos poucos Estados que não tinham nenhum registro de pessoas se sentindo ameaçadas do ponto de vista da vida, que é o que temos de mais precioso.

Então, fazendo esse registro, eu queria dizer que acho que vão conduzir esse debate a serenidade e a busca do entendimento. Vou trabalhar sempre e já temos conversado bastante com o Senador Luiz Henrique.

Agora, o Brasil tem de ter a coragem de fazer o dever de casa. O Brasil é um país que conseguiu resgatar o respeito da comunidade internacional pelas medidas que adotou em defesa do meio ambiente. Isso é um fato. Nós conquistamos esse respeito. E nós temos de seguir sendo uma potência na produção de alimentos, buscando uma segurança alimentar para o mundo, mas também temos de nos firmar como uma potência ambiental no Planeta. Esse é o desafio que está posto.

Então, concluindo aqui as minhas observações e os meus comentários – e são comentários, pois, como eu disse, estou mais a ouvir -, quero dizer que como

pode se explicar um país que tem quase meio bilhão de hectares de florestas hoje, que maneja, ou plantando ou manejando, um pouco menos de vinte milhões de hectares, que tem a maior área do mundo de floresta tropical, que tem 12% da água doce do Planeta, que somos o segundo em área de cobertura florestal do mundo, participar com apenas 4% do PIB vinculado à atividade florestal? Daí a importância. Temos de resolver o uso do solo, sim; temos de encontrar solução para dar segurança jurídica para quem trabalha e produz, sim; mas o Brasil tem de aproveitar esta oportunidade, em 2011, na véspera da Rio+20, no Ano Internacional das Florestas, para consolidar a sua política de incentivo, de estímulo para que possamos nos firmar como uma potência ambiental, uma potência florestal no mundo.

Eu acho que esse desafio também que vejo que não está colocado, como o tema da mudança climática, no que veio da Câmara dos Deputados e que o Senado pode incluir. Também há ciência e tecnologia e a questão das cidades, como bem colocou a Ministra.

Então, Srª Ministra, eu gostaria que a senhora comentasse um pouco também sobre esse histórico de mudanças e sobre a legislação especialmente, porque a questão do crime ambiental está presente na pequena produção e na sociedade e houve a aplicação das multas, mas não o recolhimento das multas, ou seja, a lei não pegou. As leis foram importantes, mas não pegaram. O Senador Luiz Henrique colocou muito bem: temos de fazer algo que possa pegar. Para isso, tem de haver clareza, tem de haver figuras como o Senador Pedro Taques, auxiliando-nos a dar essa segurança jurídica também.

São esses os meus comentários. Quero dizer que vou procurar cumprir um papel de, nessa relatoria, respeitar a vontade do Senado Federal, tendo um posicionamento muito firme de respeito aos produtores, mas fazendo um trabalho para que o meio ambiente não saia perdendo na hora em que fazemos a revisão da lei ambiental mais importante do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Sou eu que agradeço, Senador Jorge Viana. Tenho convicção absoluta de que, com a experiência e o espírito público dos nossos dois relatores – todos os dois são ex-Governadores de Estados importantes -, saberemos oferecer ao Brasil o melhor Código Florestal possível.

Eu passo agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, vamos ouvir a Ministra sobre as cinco intervenções e, depois, reabriremos.

Antes, agradeço a presença honrosa para nós do ex-Senador e ex-Governador Leonel Pavan. Cumprimento, agradecendo pela presença, o Deputado Federal Valdir Colatto, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, e o Deputado Federal Celso Maldaner, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, dois colegas, amigos, todos dois do PMDB, de Santa Catarina.

Passo agora a palavra...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Presidente, quantos Senadores já falaram?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Já falaram quatro Senadores e falará o quinto agora, que é o Senador Valadares. Em seguida, vamos ouvir...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Senador Acir, Senadora Ana Amélia, os dois relatores e agora será o Senador Valadares.

A lista de inscritos é: Senador Suplicy, Senador Casildo Maldaner, Senador Ciro, Senador Blairo, Senador Pedro Taques, Senador Jayme Campos, Senador Moka, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Aníbal Diniz, Senador Sérgio Souza...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Uma ordem aí, Senador. Eu estava há bem mais tempo aqui, na Casa, que a Senadora Vanessa.

Não, pelo contrário, eu estava inscrito aqui

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Peço desculpas a todos os senadores.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – A não ser que seja presente de aniversário. Aí, todos concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Peço que assim seja feito. Porque, na verdade, a Presidência não adotou, desde o início, a ordem de chegada, mas já orientei nossa secretaria para que, a partir da nossa próxima reunião, seja feita a inscrição por ordem de chegada; seja distribuída a lista a todos.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª tem cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Srs. Presidentes das Comissões de Meio Ambiente e da Agricultura, Srª Ministra Drª Izabella Teixeira, Srs. Relatores Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, senhoras e senhores Senadores, o Brasil, pelo menos por meio de suas legislações, tem manifestado, desde 1934, quando foi editado o primeiro código florestal brasileiro, uma preocupação com o manejo das florestas, considerando-as de interesse social e patrimônio vivo do interesse comum do povo brasileiro. Com a edição do código de 1965, a que se referiu o nobre Senador Jorge Viana, que fez um histórico importante, dois conceitos foram edificados: o

da reserva legal e o das APPs. A reserva legal é área que deve ser coberta por vegetação natural e que pode ser explorada com o manejo florestal sustentável. As APPs são áreas de preservação permanente, áreas destinadas a proteger solos, águas, matas ciliares; são de uso limitado, que depende de autorização do Poder Público.

Em 1996, o governo baixou a Medida Provisória 1.511, reeditada varias vezes, que fixou o percentual de cobertura vegetal na composição da reserva legal: 80% na Amazônia, 35% no Cerrado, 20% no restante do País; isso porque o governo entendeu que estava havendo desmatamento exagerado que deveria ser contido; então baixou essa medida provisória. Esses percentuais foram repetidos no projeto do novo código florestal.

Conforme já amplamente esclarecido pela ministra, há pontos críticos no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Durante o processo, a discussão foi colocada basicamente entre ambientalistas e ruralistas. Isso, a meu ver não foi bom porque a discussão do código está inserida no campo da ciência, das mudanças climáticas, das cidades, do papel do Governo brasileiro nas últimas convenções sobre o clima e convenções sobre biodiversidade na Conferência Rio +20 na estratégia de desenvolvimento do Brasil. É, portanto, discussão complexa que está relacionada com vários e diversos setores da sociedade e não deve ser discutida, esta questão, dentro de um ambiente emocional, mas pensando no Brasil de amanhã.

Tenho certeza de que estes nobres relatores escolhidos Luiz Henrique e Jorge Viana irão desencadear processo de ampla discussão, visando a atender a esses pressupostos.

Srª Ministra,...

Já está terminando meu tempo? (*Pausa.)*

Falei demais.

A anistia aos desmatadores.

Tem-se chamado de anistia a previsão de estabelecer que se o produtor cumprir as exigências do programa de regularização ambiental, suas multas serão convertidas em preservação e suas atividades legitimadas.

Assim, Srª Ministra, uma incongruência. Como recuperar áreas desmatadas e, simultaneamente, legitimar o desmate? É claro que com essa opção vai prevalecer o desmate.

Programa de Regularização Ambiental.

O projeto propõe que deixe a esfera exclusiva do Governo Federal e passe também à dos Estados e Municípios.

Esse programa define as regras para que o proprietário de terra que praticou o desmatamento ilegal recupere sua condição legal.

Teríamos, então, uma versão ambiental do que ocorre na área tributária, com a chamada guerra fiscal. Logicamente, tenho certeza de que essa questão vai ser esclarecida e resolvida a contento pelo Senado Federal.

Emenda 164.

A questão é extremamente delicada já que envolve pequenos e médios agricultores em áreas plantadas há décadas. O Governo, na Câmara dos Deputados, teve que aceitar, mas no Senado a proposta da Emenda 164 tem de ser revista. Sem dúvida alguma, isso vai acontecer.

Na definição da área rural consolidada – art. 3º, III...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – ... já estou terminando, define-se a data – eu tinha dez perguntas, só estou fazendo três – 22 de julho de 2008 como marco temporal da preexistência de ocupação

Pergunto: qual o fundamento ou o critério para a escolha desse limite temporal?

Foi escolhido 22 de julho de 2008. Preste atenção, Senador Jorge Viana!

Por que não a data do primeiro decreto que dispõe sobre os crimes ambientais, que é 21 de setembro de 1999 ? Ou, ainda, por que não a data da própria lei dos crimes ambientais, que é 12 de fevereiro de 1998?

As demais perguntas, eu as entregarei pessoalmente á Ministra. Posso fazer isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Pode, claro, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Senadores sobre o tempo, mas essa é uma obrigação regimental, até para que todos os Senadores tenham a oportunidade de fazer suas perguntas.

Passo a palavra à Ministra Izabella, para tecer os comentários que considerar necessários em resposta aos cinco Senadores que tiveram oportunidade de falar.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada, Senador Rollemberg.

Vou procurar ser o mais objetiva possível por causa do tempo e do número de inscritos.

Senador Acir, há três coisas que eu gostaria de mencionar em função de seu questionamento.

Eu mencionei a necessidade de infraestrutura. É importante que a gente entenda duas coisas. Primeira,

nenhum país renuncia a desenvolvimento. O Brasil não pode renunciar ao desenvolvimento, mas deve praticar um desenvolvimento com sustentabilidade.

Temos o dever de fazê-lo pela riqueza que temos. Fazer isso, conciliando meio ambiente com desenvolvimento significa incrementar a riqueza deste País, não é perder a riqueza. Então, acho que é importante, quando faço referência a infraestrutura, que a gente faça uso de um planejamento mais estratégico para conciliar o desenvolvimento e da infraestrutura com a proteção do meio ambiente, quer dizer, como é que, na realidade, eu ganho escala.

Em algumas regiões do País em eu tenho necessidade de uso de estradas, em outras regiões, eu posso ir para outros intermodais, outros modais de transporte, como, por exemplo, as hidrovias ou de ferrovias.

Então, temos de ter uma visão mais ampla sobre o potencial de uso desses modais e como isso, na realidade, agrega valor e competitividade à nossa produção agrícola, ao uso do território e a outras produções, quer dizer, não é só agricultura, mas também o próprio desenvolvimento das cidades. Lembro que na Amazônia há 25 milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas. Então esse debate é importante ser colocado. Eu defendo que se tenha desenvolvimento com sustentabilidade, defendo um planejamento estratégico sobre isso e defendo, claramente, que é preciso dotar de competitividade os produtos das cadeias de sociobiodiversidade, sair da escala demonstrativa e viabilizar de fato os negócios, viabilizar renda para essas populações.

Eu tive um encontro com o Presidente de uma grande rede mundial de supermercados que me disse que gostaria de colocar esses produtos em mercados no centro-sul ou no exterior, mas não tem preço competitivo para isso.

Então, é importante ter essa visão mais estratégica, mas sempre conciliando. Eu acho que todos... Não só o transporte, mas a questão de energia, a questão de portos, o Brasil precisa tratar disso em outro patamar, num desenho de sustentabilidade, e isso é condição para outra questão que foi apontada, que é a do turismo. Quer dizer, é absolutamente estratégico que a gente possa fazer uso das nossas áreas protegidas, não só as federais, mas também as estaduais e as municipais, dentro de uma visão mais ampla sobre turismo sustentável. Não só sobre turismo ecológico, mas sobre turismo sustentável. O Brasil é rico em atrativos turísticos e pobre em negócios turísticos, do ponto de vista dos ativos ambientais.

Essa discussão precisa ser colocada em outro patamar. Não é simplesmente pensarmos que precisamos apenas ter acesso a uma área protegida; nós temos que discutir o modelo de gestão dessas áreas protegidas. Temos que discutir voluntariado, temos que discutir como eu faço a proteção dessas áreas, como eu evito as queimadas e como eu faço um turismo, um acesso a isso para todos os perfis de camadas sociais deste País. Então, essa discussão é de natureza estratégica. A visão de que proteger gera barreira para o desenvolvimento é absolutamente anacrônica e extemporânea frente ao desafio de sustentabilidade deste País.

Eu sou uma pessoa que defende o desenvolvimento de infraestrutura com sustentabilidade, mas numa visão estratégica que este País precisa ganhar escala em relação a meio ambiente como condicionante de desenvolvimento e não como uma restrição. Por isso eu fiz esta manifestação. Defendo mesmo. Acho que temos que ter um debate diferenciado sobre os próximos cinquenta anos de desenvolvimento deste País em relação, em particular, aos seis itens que elenquei aqui, que eu elegi, que, na realidade, são temas que estamos discutindo, fazendo um painel, de alto nível de sustentabilidade, nas Nações Unidas, de que faço parte, a convite do Secretário Geral.

Não dá para discutir mudança climática, segurança alimentar, como foi bem colocado aqui, sem uma visão estratégica. Eu também acho que você não pode impor ao agricultor brasileiro custo de 50% ou 60% em função de ausência de infraestrutura. Quer dizer, para produzir hoje, ele paga muito mais, porque ele poderia estar ganhando mais. Mas também temos que ter investimento em tecnologia para dar eficiência à produtividade agrícola. Ou vamos continuar com uma pecuária que, em média, tem 1,14 cabeças de gado por hectare?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Blooc/PMDB – SC) – Produzir mais em menos hectares.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Em menos hectares. Isso fez o sucesso de várias culturas brasileiras e deverá marcar a produção e o sucesso da agricultura sustentável deste País, que é o que está preconizado no Plano Agricultura de Baixo Carbono, lançado no ano passado, pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura.

Temos aí um desafio enorme de discutir a agricultura sustentável em novos patamares e discutir infraestrutura em novos patamares. Agora, não é de maneira reativa e a área ambiental é estratégica, é condicionante para a qualidade desse desenvolvimento. Nós não somos contra o desenvolvimento. Ao contrário, nós entendemos que, com nosso aprendizado, nós temos que ter uma visão estratégica sobre desenvolvimento e fazer o uso sustentável. Há opções diferenciadas, há opções importantes que devem ser colocadas, e

eu acho que este País tem, hoje, maturidade política, social, econômica e ambiental para enfrentar esse debate de uma maneira muito serena.

A segunda questão que o senhor colocou diz respeito à regularização ambiental, como vamos fazer isso.

O senhor sabe que nós temos o programa Mais Ambiente, que já foi citado aqui por alguns Senadores, e o senhor sabe que já temos concluídos todos os instrumentos do ponto de vista do Governo Federal de como vamos trabalhar para fazer essa regularização. Poderíamos estar mais avançados, só que a discussão do Código Florestal – pelo menos isto é dito por vários representantes e vários segmentos da agricultura com que conversamos e negociamos politicamente –, na realidade, engessou a mobilização, a velocidade de regularização. Estados e Municípios que tiveram esse engajamento têm resultados práticos hoje colocados na mesa. Por exemplo, o Município de Paragominas, no Pará, saiu da lista de desmatamento porque avançou no processo de regularização ambiental.

Então, temos que trabalhar não só com o Mais Ambiente, mas também numa articulação estreita com os órgãos estaduais, porque eu lembro que a competência de regularização ambiental primeira em relação à reserva legal, regularização e reconhecimento, é dos Estados. O Código diz isso.

Então, temos que ter o esforço, ter instrumentos de satélite, avançamos com o Inpe, temos um *software* já colocado, já testado pelo Ministério do Meio Ambiente, de auto declaratório, que você preenche, o agricultor vai lá e preenche com as cooperativas, e aí vai, progressivamente, num acordo de um ano, que foi dado, que é a proposta que está no PL em discussão, para estimular que todos se inscrevam para a regularização ambiental.

Eu sempre faço a comparação do Estado com a Receita Federal: temos que estimular que as pessoas possam aderir com transparência e que se sintam seguros e protegidos e, com isso, não sejam objeto de situações impróprias do ponto de vista de estar cumprindo a lei e ser colocado ou confundido com aquele que não cumpre a lei.

Em relação a uma questão que o senhor falou sobre a existência de módulo fiscal, é importante que a gente destaque um aspecto. No texto original, quando se fala de módulo fiscal, o texto que vem da Câmara faz uma menção à data em que ocorreu o desmatamento, à última, que é o limite de 22/07/2008, mas não vincula essa data também à data em que você estabelece o módulo fiscal, e tem que vincular. Você tem que dar clareza. A segurança jurídica passa por aí. Sem uma referência para essa data do módulo fiscal, realmente fica uma coisa subjetiva. Por isso que eu disse que existem questões técnicas, questões jurídicas, e coloco à disposição todo o nosso *staff* aqui para o Senado, para os Relatores das Comissões para que a gente possa discutir e mostrar as incoerências, porque realmente a gente precisa passar um pente fino e assegurar quando você vai trabalhar na ponta, quando vai aplicar a lei.

Quer dizer, a nossa proposta é manter a indicação do módulo fiscal, mas com uma data de referência, que deve ser a mesma. Esse é um esclarecimento que eu gostaria de fazer porque fica mais fácil de operarmos todos esses aspectos.

Agora vou falar com minha querida Senadora Ana Amélia. Novamente, prazer em revê-la. Vou fazer algumas considerações, Senadora, a partir do que a senhora me provocou.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – No bom sentido.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Sempre no bom sentido e com sustentabilidade.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É a nossa dupla preocupação, Ministra.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – É a nossa dupla preocupação.

Achei extremamente interessante que a senhora tivesse me provocado, no bom sentido, e que a gente possa amadurecer isso. E vou colocar alguns dados para a senhora para uma reflexão conjunta, que, obviamente, não se limita a este nosso encontro. Mais uma vez, reitero meu interesse e o convite para a senhora estar comigo no meu gabinete, junto com nossa equipe, para discutirmos tudo que eventualmente a senhora precise de esclarecimentos.

Mas a senhora nos provoca em relação, primeiro, à Emenda 164, art. 8º. Se a gente ler o texto... Vou ler o *caput*, aí tem os detalhes:

A intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º.

Isso aqui, esse "bem como" é que sinaliza a abertura ou dá a sinalização de uma possível abertura para novos desmatamentos. Isso...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muda-se o texto.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Sim, a senhora deu o entendimento que é o nosso entendimento, por isso era bom sentarmos e conversarmos.

Tem outras questões aqui, mas, por causa do tempo, coloco-me à sua disposição. Tenho o maior in-

teresse que a gente possa ler e discutir isso com toda a profundidade que a matéria requer.

Outra coisa que a senhora coloca é sobre a questão de dados de florestas, se é suficiente ou se não é suficiente. Aí vou pegar os dados de estudos da Esalq, da USP, estudos publicados recentemente. Como é isso? Uso da terra no Brasil. Agropecuária, entre lavouras e pastagens, o Brasil tem 275 milhões de hectares, ou seja, 32% do território brasileiro, sendo que 211 milhões de hectares são dedicados a pastagens. De vegetação natural, temos 63% do Território nacional, sendo 33% no Sul do País e 80% na região Norte. Então, na hora que a gente vai olhar por dentro, você vai ver que na Mata Atlântica tem apenas 28%. E quero dizer o seguinte: terra indígena em área de preservação, que a gente chama de áreas protegidas, no Sul é praticamente inexistente, proporcionalmente às áreas existentes de florestas, porque a maior parte está em áreas privadas. É vegetação nativa existente sem *status* de conservação. Estou excetuando APP e reserva legal, que é da ordem de 103 milhões de hectares. Então, estamos falando de um ativo que estou dizendo com todas as palavras que devemos proteger permitindo a geração de renda, permitindo o uso sustentável daquilo que não é APP e reserva legal, permitindo o uso como está previsto no atual Código, em que faltou a regulamentação disso.

Então, o que o Serviço Florestal Brasileiro aponta, com muita propriedade, é que nós temos uma extensão de florestas, parte protegida, outra área em floresta pública, em que podemos fazer manejo florestal – e é isso que estamos fazendo com as concessões -, e uma instância de área de floresta deste País que está sob o domínio do setor privado.

Eu vou dar um dado novo para a senhora. No Estado de Mato Grosso e no Estado do Amazonas - do meu querido amigo e Senador Blairo Maggi e do Senador Eduardo Braga, também outro ex-Governador –, o perfil de desmatamento no Mato Grosso, em dados do Deter, em quilômetros quadrados, de 1º de agosto de 2010 a 31 de maio de 2011, foi, em Mato Grosso, de 824 quilômetros quadrados, dos quais 112 quilômetros quadrados são autorizados. Isso são dados da base do Governo. São dados do Deter, são polígonos, vamos ao campo etc. Há 112 quilômetros quadrados que são autorizados pelo Estado, ou seja, é supressão de vegetação legal. Nós não estamos dizendo que não tem de...

Que não é proibido. É legal. Pode haver desmatamento legalizado. A lei permite isso. O nosso foco aqui é o debate sobre o ilegal.

Se eu for para o Amazonas, o comportamento, nesse período, é de 193 quilômetros quadrados, dos quais 11 quilômetros quadrados foram autorizados.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Total de quanto no Amazonas?

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – 193 quilômetros quadrados. Isso é da base de dados dos Estados.

Então, o que estamos discutindo aqui que é importante, quando falamos do Código Florestal? Nós queremos estimular a conservação e o não desmatamento ilegal e queremos estimular a produção legalizada. É possível ter supressão de vegetação? É. A lei acolhe e dá os critérios de como fazê-lo. Com o que não concordo e o que acho inaceitável – daí a minha expressão – é que há propriedades hoje licenciadas, produzindo da melhor maneira possível e que pratiquem o desmatamento legal... Isso gera uma contradição para o Brasil na hora de vender a sua produção nacional e internacionalmente com que eu não preciso lidar. Quando eu falo do inaceitável, no sentido do impróprio, é que temos de ter toda a segurança jurídica para assegurar que a produção seja de maneira sustentável.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Ministra, concordo plenamente com V. Exª nesse aspecto. Tem de botar na cadeia até quem desmate ilegalmente nessa região. Não há outro recurso.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Por isso, quando eu falo...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Não tem desmatamento ilegal no Rio Grande.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Eu vou chegar lá. Calma, calma. Eu estou descendo.

Vamos lá, gente, por causa do tempo.

Cara Senadora, outra questão importante que a senhora colocou é a reserva legal em área urbana. O Código Florestal não trata de reserva legal em área urbana. Nunca existiu isso.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Mas não é o caso, Ministra?

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Não é o caso. Na área urbana, tenho planos diretores. O uso do solo é regido por outros instrumentos. Então, o que tem em área urbana é área de preservação permanente.

Aí, lembro à senhora - eu acho que a senhora recebeu, mas, se não recebeu, vou fazer chegar às suas mãos – o relatório que produzimos no Ministério do Meio Ambiente, a partir da tragédia do Rio de Janeiro, em janeiro deste ano. Parte disso é área urbana, parte disso é área rural. Ele mostra realmente a ocupação das áreas de preservação permanente e o fenômeno natural iniciando exatamente das áreas ripárias e das áreas de risco.

Então, a discussão sobre áreas urbanas merece um foco estratégico. Minha sugestão é que o Senado acolhesse esse debate e ouvisse os interlocutores sobre isso, porque é importante reconhecer a questão das áreas de preservação permanente em áreas urbanas. Agora, a reserva legal nunca foi objeto do Código Florestal em área urbana.

Em relação à questão de recuperação e custos, nós avaliamos isso e, por isso, o debate que o Executivo fez de reconhecer situações em que se têm baixo impacto, utilidade pública, interesse social e direito intertemporal, para, na realidade, aplicar com correção o que é restauração de APP e de RL. Então, isso foi largamente discutido, inclusive na Câmara de Agronegócios da FIESP, em que tem um trabalho da instituição chamado Ícone, que apresenta isso com muita clareza. É o debate que fizemos inclusive com os cientistas.

A outra questão que a senhora nos coloca – e essa eu adorei, confesso – é sobre...

(Intervenção fora do microfone)

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Nas outras eu vibrei, mas essa eu adorei.

É sobre a questão dos países, como é que os outros países se comportam. Isso é recorrente no debate. E é importante que a gente observe algumas questões que eu gostaria de compartilhar com a senhora.

Primeiro, muitos dos países que a senhora citou são países envolvidos que praticaram remoção das suas florestas, das suas áreas, sem observar qualquer critério ambiental ou ecológico, até porque na época em que fizeram isso não existia, não tinham nem conhecimento científico para fazê-lo.

Segundo, muitos desses países têm práticas de legislação que asseguram o que nós estamos defendendo em relação à APP. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos. O cidadão em Nova York bebe água da torneira, sem tratamento, etc., graças ao trabalho feito na bacia de recuperação dessas áreas e de descontaminação de agrotóxicos com os produtores rurais daquela região.

Então, se a gente olhar com cuidado esses países que a senhora citou, eu posso não ter neste formato, mas tenho intervenções tanto em relação à água quanto de controle de produção agrícola às vezes muito mais restritivas do que nós temos no Brasil. E são feitas por órgãos competentes, não só órgão ambiental como órgãos ligados à agricultura.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesses países, a informação que eu tenho é de que são dez metros com licenciamento permitido pela legislação a cada mês, mas em média.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Sim, mas nem todo país tem rios como nós temos, não tem riqueza de biodiversidade como nós temos e não são países em desenvolvimento de área tropical.

Esse é um debate que eu fiz, por exemplo, com alguns ministros, meus amigos, de meio ambiente e alguns são de meio ambiente e agricultura. E a gente debate isso em relação à conservação da biodiversidade.

Então acho que a comparação é para ilustrar os desafios de conservação e os mecanismos que são adotados, e não divagar: porque lá não tem desse jeito, aqui não tem que ter. Esse não é um debate que o Brasil acolha, por uma razão muito simples: APP é vida. Nós sabemos disso.

Eu disse aqui: segurança para a proteção da fauna, segurança para a proteção do solo, segurança para a oferta de água. Exatamente os rios menores têm a maior demanda de proteção de APP. Os rios maiores têm uma resiliência maior, porque as áreas de preservação são maiores e você pode administrar isso.

Nem todo país tem rios com a extensão que nós temos, nem todo país, aliás, nenhum país tem a diversidade de ecossistema que nós temos.

Então o debate sobre recursos hídricos, território, clima, processo histórico, base econômica, papel da agricultura é completamente diferenciado entre o Brasil e esses outros países, embora eu reconheça que nós temos que aprender também com alguns mecanismos inovadores que são colocados por esses países como proteção, como a questão dos instrumentos econômicos. E nós fazemos pouco uso no Brasil.

Eu me senti...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesse caso, Ministra, dentro dessa sua lógica, por que organismos internacionais vêm trazer ou impor em alguma medida algumas práticas em relação à questão ambiental?

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Bom, eu não vejo que organismo internacional me imponha nada no Brasil, porque eu cumpro a legislação brasileira. E o que eu cumpro de acordo internacional é confirmado, ratificado por esta Casa. Por isso eu disse, no início da minha fala, que a própria discussão sobre biodiversidade, o acordo de 92 remeteu à soberania dos países definir o seu uso. Então, por mim, podem dizer, questionar. Eu respondo, escrevo e assino como Ministra de Estado e ofereço à Presidente do País e ao Congresso Nacional os dados concretos e relatórios nacionais que faço às Nações Unidas, cumprindo as regras das convenções internacionais. O resto pode ser especulação de um lado, especulação de outro. Mas a senhora tenha absoluta convicção: do meu ponto de vista, eu cumpro a lei brasileira. E a lei brasileira é sólida, importante, inovadora e nós temos que ter a coragem de dizer que nenhum país pode nos impor barreiras não tarifárias

por descumprir legislação ambiental. Ao contrário, nós temos que fazer uma legislação ambiental objetiva, transparente, que seja cumprível e aplicável para que o Brasil use isso como fator de competitividade, e não para fazerem uso disso contra nós.

Nós temos práticas neste País que são exemplos e temos outras que não são. E a expectativa que eu tenho do Código Florestal é de que a gente faça do Código Florestal realmente uma legislação moderna e que não coloque meio ambiente conflitando com agricultura nem agricultura conflitando com meio ambiente. Isso é falso, errado. Isso é extemporâneo e anacrônico. Nós vamos entregar de bandeja para quem quer impor barreiras ao País situações que podemos evitar nesta Casa.

Então, acho que o debate aberto leva a essa objetividade, que sei que é o seu desejo e o meu.

Tanto o pequeno quanto o grande agricultor devem ter regras claras de como cumprir a legislação ambiental. E a legislação ambiental deve reconhecer claramente, nos seus instrumentos de planejamento, de licenciamento, de regularização, os ganhos associados a isso.

Temos que acabar com essa falsa dicotomia. Isso é uma bobagem já feita neste País. Eu, particularmente, acho que não precisamos perder tempo com isso.

Então, a responsabilidade está aqui num debate sereno, objetivo, sabendo reconhecer os erros do passado, mas sabendo acertar no futuro.

É esse o desafio que temos sobre a mesa.

Sobre o debate internacional, vou a qualquer fórum... Se eu tiver uma legislação boa - que, espero, tenho certeza e convicção de que o Congresso Nacional nos oferecerá -, nós iremos corrigir as imperfeições e introduzir coisas inovadoras, aquilo que couber, e tenho absoluta certeza de que defenderemos isso em qualquer fórum no mundo, qualquer um, como defendemos a política climática e o Brasil foi aplaudido de pé.

Acho que, quanto a essa coerência, precisamos ter uma visão mais estratégica e mais abrangentes sobre o que está colocado.

Por isso vibrei tanto com suas inquietações e seus questionamentos, e desculpe-me...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Adorei o seu entusiasmo com esse tema, porque, da mesma forma, para mim, também é essa a idéia.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA - É com ansiedade. Desculpe-me, mas, enfim...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A seguridade jurídica que a senhora define é também o que desejamos.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA - Então, ótimo, Senadora, estamos juntas e estou à sua disposição para os esclarecimentos necessários.

Senador Luiz Henrique, eu gostei também muito das suas colocações, da sua apreciação do ponto de vista de norma geral.

Por que eu digo que o Código Florestal é uma norma geral? Porque uma questão muito simples: o ecossistema não respeita os limites dos estados nem dos municípios, que são limites geopolíticos. É uma competência da União, que dá uma regra geral. Eu vou trabalhar com estados naquilo que o senhor apontou com especificidade.

Devemos evitar que se possa ter briga – vou usar esse termo, desculpem-me –, um conflito entre estados por conta de quem regula mais ou menos restritivo. Lembro que, no passado, já tivemos isso na legislação ambiental em relação à licenciamento.

Então, é importante que União dê as regras gerais, que esta Casa defina critérios e parâmetros objetivos e as exceções, naquilo que couber. Temos instrumentos, como zoneamento e outros, que possibilitam trabalhar as especificidades na instância estadual. Agora, nunca gerando conflito entre estados ou entre estado e União. Isso é inapropriado e vai complicar a vida do agricultor e a nossa vida.

Pelo que entendi da sua fala, é exatamente isto que o senhor não quer: uma guerra ambiental entre os entes da Federação.

Também estou à sua disposição naquilo que eu possa ajudar. Concordo com o senhor, como já disse antes, que o desafio deste País de fazer parte do desafio global da segurança alimentar em torno dos nove bilhões que estarão povoando o mundo a partir de 2050.

Uma outra questão que foi apresentada aqui... Estou tentando ser bem rápida, por uma questão de tempo. Se eu esquecer alguma coisa, cobrem-me, por gentileza.

O Senador Jorge Viana, além da apreciação que ele fez sobre o histórico do processo, pediu que eu fizesse uma apreciação quanto a como essas coisas são colocadas.

Eu acho que há três coisas importantes. Todas essas decisões foram marcadas por um fato preponderante: o desmatamento legal.

O Brasil experimentou patamares de 27 mil quilômetros quadrados de desmatamento, com isso, pobreza, violência no campo, degradação, etc. e chegou, no ano passado, a 6 mil quilômetros quadrados.

Hoje lido com uma realidade muito complexa, porque esses instrumentos estão em vigor e estou tendo aumento de desmatamento, como citei aqui, em alguns estados. Ou seja, temos que propiciar con-

dições para que as pessoas possam se regularizar e para que haja coordenação entre as políticas públicas. Se não o fizermos, vamos gerar uma situação muito complicada e contraditória, qual seja, punir qualquer um, quem comete o crime e quem cometeu no passado, que quer, na realidade, se regularizar.

Outra questão importante, que não foi objeto de debate, pelo menos não tive conhecimento, é sobre o que de fato é crime e o que de fato é infração, e o que estamos fazendo com o processo de regularização.

Quando falamos de adesão ao programa de regularização ambiental, nós estamos suspendendo a multa – ninguém está anistiando – para permitir o serviço de recuperação e a restauração dos serviços ecossistêmicos. Isso é o que a gente precisa resgatar no Código. Acho que o debate na Câmara perdeu um pouco essa objetividade. E você está misturando os programas de regularização ambiental, permitindo, inclusive, leituras, e você, *ad eternum*, emendando e prorrogando prazos e, com isso, esquentando e legitimando os desmatamentos que vão acontecendo depois de 2008.

Isso está errado. Nós temos que dar importância aos instrumentos normativos de comando e de controle adotados nos últimos anos, como foi citado aqui, inclusive a questão do Banco Central, pois esses instrumentos levaram à redução do desmatamento, são determinantes para a redução do desmatamento ilegal na Amazônia e nós não precisamos, de maneira nenhuma, afrouxá-los. Ao contrário, nós devemos mantê-los e dar saídas, para possibilitar a regularização e a eliminação do desmatamento ilegal na Amazônia e em outros ecossistemas.

O Ministério do Meio Ambiente fez um trabalho, de 2009 para cá, de monitoramento de todos os biomas. A Amazônia, supostamente conseguindo controlar o desmatamento; o Cerrado, com uma frente enorme de desmatamento ilegal; a Caatinga, com uma perda de área expressiva. Nós temos que ter o olhar diferenciado para esses biomas, senão estaremos continuando o ciclo do empobrecimento, que é um ciclo desnecessário para o País – o empobrecimento ambiental, o empobrecimento da agricultura, o empobrecimento social e econômico. Quer dizer, tudo que este País não precisa praticar em função de seu aprendizado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Ministra, só um aparte. Nesse ponto que a senhora está falando – acho que não me fiz claro –, parece-me que houve também uma alteração em uma das versões, entre a votada na Câmara e a anterior, no sentido de remeter para outra legislação penalidades sobre eventuais atos ilegais. Eu gostaria que também, dentro desse contexto, a senhor pudesse comentasse.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Eu comentei isso rapidamente na minha apresentação. O texto do Código Florestal deve trazer as punições. Da mesma maneira que eu trago os estímulos, eu tenho que trazer a punição, com objetividade. Senão eu dou uma discricionariedade, eu posso remeter a uma situação de insegurança desnecessária. Tem que se dizer o que se quer efetivamente, como é que se quer aplicar isso. E isso o texto trazia com muita objetividade e foi removido.

Finalmente, um comentário sobre multas Um por cento das multas foram pagas, ou seja, aproximadamente 50% dos autos de infração foram pagos. Estou falando de valor com quantidade de autos.

O Decreto 3.179/99 previa cinco instâncias de recurso para as multas de valor elevado, tem um corte de valor. Depois de exauridas, as multas eram judicializadas. Este é a o ciclo perverso: eu vou no recurso e depois judicializo. Era absolutamente injusto porque só permitia recurso para valor alto, ou seja, multas superiores a 50 mil reais. Para baixo, você estava no sal.

O Decreto 6514 tratou disso, reduziu para duas instâncias. Estamos trabalhando com isso para poder acelerar o pagamento e sair dessa situação, ir além de 1% de arrecadação, embora tenha 50% dos autos de infração e reduzir a judicialização.

Isso é um vício que este País tem de criar instâncias de recursos e o próprio 6514 reduziu isso para poder facilitar. Então, acho que nós estamos no caminho certo, embora muita coisa tenha que ser feita ainda, Senador.

Eu acho que o Congresso, em particular o Senado, vai ter oportunidade de trabalhar isso em várias perspectivas nos debates que vocês vão certamente recepcionar.

Quem é que mais falta? Jorge Viana? Não, eu acho que falei tudo. Quem está faltando é o Senador Valadares. Ele foi embora?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Eu só queria justificar que o Senador Valadares está na Comissão de Relações Exteriores sabatinando os dois embaixadores. Ele deve voltar logo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Pode ser da forma como a senhora preferir, Ministra. Se a senhora já quiser comentar, ele terá acesso às notas taquigráficas, ou também pode aguardar para responder no momento que voltar.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Eu vou responder rapidamente ao que ele perguntou: o que é a data 22/07/2008. A discussão que houve na Câmara é para guardar coerência com o Decreto que foi editado e, depois, o 6514 e o que se desdobra disso. Então, essa é a razão pela qual a Câmara estabeleceu essa data e,

politicamente, é o que foi encaminhado. As outras questões dele, como são dez, eu talvez converse com ele em particular porque fica mais fácil responder. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Ministra.

Vou passar a presidência para o Senador Acir, mas antes peço autorização do Plenário para fazer uma única pergunta e me comprometo a não me demorar mais que dez minutos.

Ministra, temos três tipos de ocupação que se deram ao longo do tempo. Uma muito antiga, diria até cultural, quando essa preocupação ambiental ainda não estava na pauta, quando os produtores rurais utilizavam, por exemplo, as margens dos rios como áreas mais férteis para plantar e ter ali uma série de culturas consolidadas, além de pastagens. Temos outro tipo, aquelas pessoas que foram incentivadas por programas governamentais e que respeitaram a lei quando da ocasião das suas ocupações. É o caso das pessoas que desmataram 50% da Amazônia quando a lei assim o permitia. E temos o terceiro tipo, já recentemente, quando a questão ambiental já estava colocada, quando já tínhamos essa MP aprovada e são pessoas que desmataram de forma criminosa. No meu entendimento, o tema é complexo, mas as pessoas mereciam tratamentos diferenciados nessa questão.

A minha grande preocupação é que se não tivermos a capacidade de construirmos incentivos econômicos que estimulem a preservação, daqui a dez anos nós, o País, estejamos de novo debatendo o código florestal, à luz daqueles que estão ou permaneceram ou entraram na ilegalidade. Diante disso, eu gostaria de saber a opinião do governo em relação a incentivos econômicos. A Embrapa, ao longo desses anos, desenvolveu duas tecnologias reconhecidas mundialmente como tecnologias de boas práticas agrícolas; eu me refiro, primeiro, à integração lavoura-pecuária-silvicultura, que permite o plantio e a utilização do mesmo espaço intensivamente por atividades agrícolas, atividades pecuárias e atividades de silvicultura, com isso reduzindo a pressão sobre áreas preservadas dos biomas, seja cerrado, sejam outros biomas, mas especialmente do cerrado, e outra que é o plantio direto, que reduziu muito o processo de assoreamento e erosão do solo, que é patrimônio fundamental para o sucesso da nossa agricultura.

Pergunto se a senhora entende que os programas de crédito, por exemplo, do Governo Federal, do Banco do Brasil, por meio de suas diversas linhas de crédito, primeiro, aquele produtor rural que ao longo dos anos averbou a reserva legal, respeitou área de preservação permanente como previa a lei, ele não deve ter tratamento diferenciado daquele que não respeitou essas questões, mesmo essa pessoa agora tendo o direito de entrar no programa de regularização ambiental? Outra questão: não seria adequado, até para estimular outros produtores a fazerem o mesmo, que os produtores rurais que estão utilizando essas técnicas de integração lavoura-pecuária de plantio direto também tenham financiamentos melhores, com juros menores do que os produtores que utilizam técnicas tradicionais?

A outra questão é a seguinte: a Embrapa tem demonstrado a preocupação que a partir da aprovação desse código florestal, com a obrigatoriedade de recomposição da reserva legal e de área de preservação permanente isso vai enorme oportunidade para o setor florestal brasileiro, mas hoje há dificuldade na disponibilidade de sementes, de mudas e de tecnologia par recuperação dessas áreas. A gente sabe da dificuldade que vive especialmente o pequeno produtor rural, que é um número muito elevado. Esses produtores rurais estão em muitas áreas de pequenos rios, em muitas áreas - digamos assim - consolidadas, onde a ocupação, nas áreas de preservação permanente, se consolidou por vários motivos, ao longo de muitos anos.

A Senhora não acha que nós deveríamos também ter incentivos econômicos bastante expressivos para que esses produtores rurais, especialmente os pequenos produtores rurais, tenham condições de recuperar essas áreas de preservação permanente, criando um benefício para o conjunto da população?

São esses os questionamentos que eu gostaria de fazer, passando a Presidência ao Senador Acir, agradecendo a compreensão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Seguindo a nossa lista de inscrição, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para que faça os seus questionamentos, em cinco minutos.

Na seqüência, nós teremos o Senador Casildo Maldaner, o Senador Ciro, o Senador Blairo, o Senador Pedro Taques, o Senador Moka e o Senador Jayme Campos.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Quero, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, cumprimentar V. Exª, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobretudo pela maneira como está explicando todas as modificações que considera tão significativas para como combinar a preservação de nosso meio ambiente, as áreas florestais, com a produção agropecuária no Brasil.

Tenho duas questões, em especial.

A primeira é com respeito à alteração do art. 8º, pela Emenda nº 164, que estabelece a supressão ou

intervenção da vegetação em área de preservação permanente, retira a competência do Conama e deixa a cargo da lei, que pode ser, portanto, federal ou estadual, para que isso ocorra.

Esse é um dos temas em que muitos cientistas da SBPC, o Professor Aziz Ab'saber e outros, alertaram que não será o melhor, dada a responsabilidade do Conama, de o Governo Federal ter essa competência.

Então, agradeço se V. Exª puder avaliar como fica essa transferência de competência aos Estados; se recomenda ao Senado Federal que mantenha a competência do Conama.

A segunda questão que quero formular refere-se a uma preocupação, sobretudo dos prefeitos do Vale do Ribeira, que ontem me visitaram, alertando para a questão relativa à possibilidade de proprietários rurais de outras áreas virem a compensar, digamos, a possível utilização de suas áreas, com o desmatamento havido em suas áreas, como, por exemplo, no Estado de São Paulo; mas daí poderem utilizar áreas de reflorestamento justamente na área dos municípios do Vale do Ribeira, mas, com isso prejudicando a produção agrícola, sobretudo de bananas, mas de muitos outros produtos, no Vale do Ribeira.

Então, ponderaram a mim que gostariam que essa parte possa ser revista. Eu agradeço se V. Exª puder esclarecer bem esse ponto e se propõe uma modificação com respeito a isso.

Muitas das outras perguntas que eu teria para fazer estão sendo feitas ou já o foram, sobretudo, pelos relatores e pelos que me precederam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que o agradecemos, Senador Eduardo, por sua precisão com relação ao tempo.

Agora, com a palavra, o Senador Casildo Maldaner. V. Exª tem cinco minutos, Senador Casildo.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vamos tentar sintetizar.

Quero cumprimentar a Ministra Izabella, os nossos Presidentes das duas Comissões – o Acir, da Agricultura, e o Rodrigo, do Meio Ambiente – e os colegas.

Sem dúvida alguma, eu já estou notando que irá dar muito trabalho aos dois relatores. Estou sentindo aqui pelas coisas colocadas. Os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana irão mergulhar com a nossa Ministra Izabella, sem dúvida alguma.

Quanto ao tema levantado – vejo até nas colocações, aqui ao meu lado, do próprio Senador Suplicy –, podemos delegar ou não podemos delegar aos Estados? Até aonde vai? Até onde é possível? Levaram a ele esse questionamento. Eu vi antes ainda, no levantamento da Senadora Ana Amélia, um questionamento de como é feito em países como a Finlândia, aqui e acolá e no Brasil. E a Ministra disse: "As questões, às vezes, em função de matas tropicais, do clima, são diferentes, e não podemos seguir orientações desta ou daquela. São coisas diferentes nos países". Imaginem, então, como é no Brasil, que também é uma espécie de continente com divergências de solo, clima, temperaturas. Temos diversidades enormes e também as divergências.

Muitas vezes sei que não devem interferir no Brasil as questões internacionais, como temos de fazer, como não fazer. A independência é nossa. Mas existe, queiramos ou não queiramos, uma nódoa de que há interferência internacional nessas questões. Isso, de certo modo, existe. É uma cultura de "não, mas os países exigem isso e mais aquilo". Claro que é bom em função até do selo verde, nas questões orgânicas e assim por diante, o que é fundamental.

Outra questão foi levantada, até pela Senadora Ana Amélia, e sobre a que fiquei me questionando foi sobre a reserva legal e a questão urbana. Sei que isso é muito difícil. Agora, pensarmos em urbanizar APPs. Acho que essa questão não pode ser descuidada, a urbanização de APPs não pode ser descuidada. Acho que temos de pensar muito em, hoje, urbanizar. Acho que a questão do Código Florestal... Também tem de ser urbanizado, porque é uma questão de vivência geral. Temos de ter esse cuidado.

Senti que há também, na questão da Emenda nº 164, conforme levantou o Senador Suplicy, a questão da multa, do crime ambiental é mais branda do que no próprio decreto que veio do Governo. Na questão dos prazos, na questão das multas, há divergência. Então, com relação a isso, até o Senador Luiz Henrique me colocava antes de se analisar onde existe alguma divergência.

O que eu gostaria também de levantar – aí é uma preocupação. Houve época – eu vi o Senador Jorge Viana levantar – em que era permitido utilizar até 80%. Hoje, é permitido até 20% em algumas regiões do Brasil. Mas quando era permitido até 80%, a questão da culpabilidade, a questão da responsabilidade, do crime tem de ser diferenciada. Nós temos de ter esse cuidado também, sem dúvida alguma.

Eu gostaria de... E ouvi o Senador Rodrigo levantar: a recuperação das florestas, o incentivo da recuperação. Se é uma região degrada, a recuperação, Ministra, dessa área. Acho que o incentivo a isso é fundamental. Houve em uma época o incentivo, e o Governo dava para reflorestar. Agora, quanto à permissão de usar a floresta, como se vai recuperar isso?

Vou encerrando.

Para recuperar isso, há um estímulo. Acho que tem de haver isso. E quem também mantém a reserva – e o Senador Rodrigo tocou firme nisso – como irá receber o incentivo? Em vários países há uma motivação para isso. Quem preserva ganha estímulos. Assim, ele não degrada, ele preserva. Há um fomento até financeiramente para isso. Eu acho que vale a pena, até para termos uma posição do meio ambiente melhor.

Por fim, eu acho que a convergência entre os dois relatores, o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, deverá ser grande. Buscar essa convergência para encontrarmos o que? Para encontrarmos aquele tripé que eu sempre batizo. Desde a época em que fui governador no meu Estado de Santa Catarina, Ministra, eu batizava muito. Depois eu presidi um banco de fomento dos três Estados do Sul, o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), na questão de florestas em pequenas cooperativas, as pequenas propriedades. Aquilo que não pode usar para isso ou para aquilo, deixa um pedaço para reflorestar, vamos criar um meio ambiente. Então, é aquele tripé que diz: "economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto". Esse tripé é fundamental. E aí é uma grande responsabilidade, sei que vamos chegar a isso, os Senadores Luiz Henrique, que é o relator da Comissão da Agricultura, e o Senador Jorge Viana, relator da Comissão do Meio Ambiente. Os dois naturalmente vão ficar alguns fins de semana se encontrando, trabalhando, não indo aos seus Estados, aqui em Brasília, com a participação da Ministra.

Para nós é importante encontrarmos aquilo que disse o Senador Jorge Viana. É uma legislação longa, como longa deverá ser a vigência dessa lei. Deverá durar, para haver segurança jurídica, como muito se diz aqui na Comissão. Precisa haver segurança na questão da produção e da sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Agora, com a palavra, o Senador Pedro Taques, por cinco minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srs. Presidentes, Srª Ministra, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, bom dia.

Srª Ministra, vou ser bem objetivo. Pegando uma parte da fala de V. Exª, o primeiro ponto que temos que fazer aqui no Senado é superar as diferenças. Nós temos o vezo de entender que o setor produtivo – muitos têm esse vezo – só comete ilegalidades, e aqueles que são tidos por ambientalistas são bancados por sentimentos e muitas vezes por outras coisas não republicanas, americanas ou europeias, para que nossos produtos não possam chegar ao mercado internacional.

Temos que construir essa ponte. Este código não pode ser um código de produtores, nem pode ser um código de ambientalistas. Tem que ser um código de brasileiros. A superação dessa diferença tem que ser feita.

Agora, a superação dessas diferenças – e cada grupo desses tem as suas verdades –, as verdades desses dois grupos possuem um limite. Esse limite é a Constituição. O setor produtivo no Brasil é valorizado na Constituição. A Constituição estabelece a iniciativa privada, nós vivemos num Estado que é capitalista, nós precisamos da chamada segurança alimentar, nós precisamos produzir. Isso está na Constituição, e sou do Estado de Mato Grosso, em que 70% da economia vem do setor produtivo. Nós seguramos a balança comercial, nós sabemos de tudo isso.

Agora, de outro lado, temos compromissos internacionais que precisam ser respeitados. O Brasil não está isolado no mundo, e esses compromissos internacionais foram trazidos para a nossa ordem jurídica e precisam ser respeitados. Tratados internacionais, protocolos, inclusive do Mercosul, a respeito disso.

Muito bem. Esses compromissos internacionais nos trazem obrigações. A Constituição da República estabelece, em seu art. 225, a preservação ambiental. Nós todos conhecemos isso. Esse código, penso, o projeto que veio da Câmara precisa sofrer uma análise para que possamos encontrar o que todos aqui estamos a buscar, que é a chamada segurança jurídica. Nós não temos segurança jurídica com o atual Código Florestal e com este projeto que aqui está.

Vou citar alguns exemplos de futuras demandas que serão levadas ao Poder Judiciário. E você levar demandas ao Poder Judiciário hoje é prejuízo. Existem relatórios do Banco Mundial que identificam o quanto o Brasil está perdendo em razão da demora dos processos judiciais. Temos 12 anos de média de um processo judicial no Brasil, enquanto, no Chile, 8 meses.

Muito bem. Vamos levar as demandas ao Poder Judiciário. Inicio a busca desta segurança jurídica, sempre lembrando que nós não podemos, em qualquer lei hoje, buscar um retrocesso.

Na proteção ambiental,

A Constituição estabelece um marco regulatório, e este marco não pode sofrer retrocesso. Existem decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito disso. Temos que buscar essa segurança jurídica, respeitando o setor produtivo e identificando o que é um setor produtivo. Não são só os grandes produtores, nós temos que tirar a ideologia dessa discussão, tratar o setor produtivo como algo que é econômico, sem ideologia,

sem politizar este tema e partidarizar este tema. Daí uma crítica que faço é a existência de um Ministério do Meio Ambiente, um Ministério da Agricultura, um Ministério da Reforma Agrária, quando deveríamos tratar esse tema como algo que seja econômico.

Muito bem. O art. 2º, ele fala que as disposições desta lei ao projeto serão – a violação a este projeto – são consideradas uso anormal da propriedade. O que é uso anormal da propriedade? Isso aqui nós vamos ter duzentos mil mandados de segurança discutindo o que é uso anormal da propriedade. Nós temos que conceituar aqui se este uso é regular ou irregular, de acordo com os ditames legais. "Uso anormal da propriedade" é um termo muito aberto, uma expressão muito aberta, que vai resultar em milhares de ações judiciais.

Eu vou encaminhar pontos, Sr. Presidente. Me permita.

O art. 3º, no Inciso II, ele fala o seguinte: *a área de preservação permanente tem, dentre outros objetivos, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora.*

"Facilitar". Nós temos que entender o que é facilitar.

Se nós temos um código voltado para a proteção, essa facilitação não pode estar aqui; deve ser "preservação", como se encontra, inclusive, em decisões judiciais nesse sentido.

Próximo ponto. Art. 3º, Inciso X. *Assegurar o uso econômico.*

Este código não pode só assegurar o uso econômico da propriedade. Nós temos que ter um compromisso aqui também da preservação ambiental e isso vai ser discutido judicialmente em vários mandados de seguranças, ações ordinárias pelo Brasil.

Art. 3º, Inciso III. Quando o projeto é todo norteado pelo conceito de área rural consolidada. Área rural consolidada, nós temos que definir bem isso. Eu vou dar um único caso que irá resultar em várias ações judiciais.

Diz o Inciso III: *a área rural consolidada, área de imóvel rural com ocupação antrópica, preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias, atividades*. E, ao final, assim: *a adoção do regime de pousio.*

Qual é a temporalidade disso? A partir de que momento nós vamos considerar isso aqui? Várias ações judiciais!

Eu poderia aqui citar, não vou falar do famoso art. 8º, que veio ao mundo pela emenda lá da Câmara, a 164, que eu respeito. Temos que respeitar...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – ...a vontade da Câmara dos Deputados, mas aqui nós vamos também ter discussões judiciais. E nós estamos partindo de um ponto, da necessidade de segurança jurídica. A Constituição estabelece um tipo de Federação, e este tipo de Federação é bem definido na divisão de competência a partir do art. 21. E o art. 24, com todo o respeito, eu não entendo no art. 24 toda essa largueza que aqui se encontra, com a possibilidade de legislação nesse sentido.

Caminho, ainda, e já vou encerrar, Sr. Presidente, as perguntas de forma objetiva. Gostaria de um comentário de V. Exª a respeito desse ponto.

Mais um ponto. O art. 38. § 3º, combinado com o Inciso IV, ao permitir a compensação em outro bioma, nós teremos aqui possibilidades de que uma área do norte de Pernambuco a reserva legal possa ser compensada na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Esse é um ponto que gostaria de ouvir se existe prejuízo, tendo em conta a natureza e a razão da existência da reserva legal. Para isso aqui nós teremos também teremos discussões judiciais. E já encaminho para o final, Sr. Presidente.

Por fim, o curso d'água, a proteção, a APP, nós não diminuímos a extensão, mas diminuímos o marco inicial da contagem: borda da calha do leito regular, tendo em conta que, agora, será este marco territorial e não o nível mais alto. Isso foge, inclusive, a tratados internacionais que o Brasil firma a respeito – vamos fazer aqui uma analogia com o que é mar territorial: existe o Tratado da Jamaica, que estabelece isso; e a Lei nº 8.617, que estabelece de forma diferente. Então haverá um prejuízo aqui, notadamente aos manguezais.

Gostaria que V. Exª respondesse sobre isso.

E já terminando, Sr. Presidente: topos de morro. Nós passamos a contar a partir da sela – sela com "s", como todos sabem –, e não mais a partir do mar. Isto vai resultar em repercussões, inclusive em apossamento administrativo, em desapropriações indiretas, que hoje, com a jurisprudência do Supremo consolidada, a APP não conta para indenização. Mas nós vamos diminuir a APP; ao diminuirmos a APP, aqueles que tiveram desapropriações indiretas já julgadas, inclusive com trânsito em julgado, eles poderão agora discutir a possibilidade em ação rescisória de aumentar o valor da indenização, porque agora vão diminuir... Isto tem um valor absurdo.

Este ponto eu gostaria que V. Exª, se pudesse, fizesse uma consideração.

Para encerrar, ao tratarmos do Pantanal – e sou de um Estado que, com respeito àqueles de Mato Grosso do Sul, é a parte do Pantanal mais bonita, não é isso Moka? (*Risos*.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Fora do microfone.) – Começa lá.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Começa lá e termina lá, também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É menor e mais feio. (*Risos*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ali nós temos uma disposição absolutamente genérica a respeito da proteção.

Eu gostaria de encerrar, Srª Ministra e Srs. Presidentes destas Comissões, e dizer que nós temos que afastar os fundamentalistas de todos os lados, como V. Exª disse, para que nós possamos buscar essa segurança jurídica. Se não for por uma questão de consciência ambiental, necessariamente, tem que ser para conquistas de mercado, porque nós precisamos fazer com que o setor produtivo possa crescer no Brasil. Agora, ele só pode crescer se conhecer as regras do jogo. Deste jeito aqui nós vamos trazer insegurança jurídica.

Eu queria que V. Exª resolvesse essas questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Agora, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento os nossos Presidentes, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz; também dar as boas-vindas à nossa Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. E teve uma hora em que a sua plaquinha caiu Ministra, mas não foi a senhora. E vi que a senhora ficou preocupada, bateu na madeira, mas está tudo bem. (*Risos*.)

Mas eu quero cumprimentá-la pela exposição.

A primeira consideração que eu gostaria de fazer, Srª Ministra, e se possível, ainda no andamento da nossa audiência, é que a senhora pudesse deixar claro quais são os pontos nos quais o Governo diverge do que veio da Câmara dos Deputados. Inicialmente, falava-se em onze pontos, mas eu não consegui juntar esses onze pontos aqui na sua explicação.

Acho que é importante que eles venham a ser colocados claramente, para que a gente, a partir deles, consiga fazer uma discussão aqui, no Senado.

Eu também não vislumbro, mas se convencido for e tivermos que fazer mudanças para isso, não há problema nenhum. É essa questão de dizer que essa lei está... A lei não, mas o projeto que veio para cá, ele está abrindo possibilidades novas de desmatamentos. Ninguém deseja isso. Portanto, se houver essa possibilidade, nós devemos tratar isso aqui, no Senado, para que não venha a acontecer.

Acho que a grande maioria dos pontos está consolidada; e uma das questões, aqui já colocadas por vários Colegas, é a questão do art. 8º ou da Emenda nº 164, que devemos discuti-la aqui, no Senado.

Eu quero deixar uma proposta para depois discuti-la nas Comissões. Tenho muito receio quando nós generalizamos uma situação como se ela fosse igual para todos e em todos os lugares.

Na questão da APP consolidada, devo confessar que também tenho restrições de que ela seja aceita ou colocada da forma como está. Mas, também, devo colocar aqui a minha preocupação com respeito aos pequenos agricultores, ou à pequena agricultura, ou até aos quatro módulos fiscais. Assim como foi dado tratamento a eles na questão da reserva legal, também defendo que nós devemos dar um tratamento a eles na questão das APPs.

Tento explicar rapidamente o seguinte.

Na semana passada, só para ilustrar, vi na televisão um programa sobre o Jalapão. Muito bonito, mostrando a natureza, etc. Mas, dentro desse programa, foi mostrado um cidadão que sempre morou lá, vive lá e acha que é o melhor lugar do mundo e que ninguém vai tirá-lo de lá. Acontece que a casa dele, o rancho dele, se posso chamar assim, está a dois metros da água. Se bobear ela está passando por dentro do rancho dele. Como é que nós vamos tirar esse cidadão de lá? Como vamos dar, com todo respeito ao Ministério Público... O Senador Pedro fica sempre brigando comigo dizendo que vamos acabar com o Ministério Público. Não é isso. O Ministério Público tem a obrigação e é o fiscal da lei. Sei deixarmos assim, algum promotor vai passar lá algum dia, no Jalapão, e tirar esse cara de lá. Ao tirá-lo de lá, vai tirar a vida dele.

Então, essas questões é que nós devemos observar, não podemos generalizar.

Defendo que, até os quatro módulos, nós podemos fazer a consolidação, a exemplo do que a lei fez na questão da reserva legal.

Outra situação, Srª Ministra, o Estado brasileiro, e aí incluo os Estados da Federação, não têm condições, vamos ser honestos, de recepcionar 100% desses pequenos agricultores, pequenas propriedades, e dar a eles o certificado ou qualquer documento de regularidade ambiental, mesmo que seja declaratório no prazo que a lei está prevendo. Então, correríamos o risco de termos toda agricultura legalizada, a situação no campo legalizada, por dois anos e logo depois nós teríamos a ilegalidade total e absoluta talvez de 60, 70% das propriedades rurais brasileiras.

Essa é uma preocupação e acho que deveríamos tratá-la de forma diferente, porque é diferente. Mas mesmo assim, Srª Ministra, acho que nós podemos propor e o relator Jorge Viana tem colocado essa preocupação de estímulos...

(O Sr Presidente faz soar a campainha)

Não adianta ficar batendo, porque eu esperei duas horas, aqui. Agora vou falar um pouquinho mais. É automático, vamos desligar a automático.

O Senador Jorge Viana tem colocado a preocupação de incentivos fiscais para fazermos a questão da regularização. Acredito que nesses quatro módulos que estou aqui colocando para trabalharmos e deixá-los consolidados, poderíamos propor alguns programas que, ao longo do tempo, esses agricultores que hoje ocupam essas APPs possam sair da APP com um incentivo financeiro, por meio de financiamentos, redução de taxas de juros, isenção de algumas outras taxas que o Poder Público pode dar a eles.

Vou dar um exemplo de que isso é possível.

O passar dos anos, para o meio-ambiente, dois anos, cinco anos, dez anos, cinqüenta anos, não é muito relevante. Nós falamos que vamos deixar um País melhor para as futuras gerações. Para essas futuras gerações, o tempo não significa muito, se cinco, dez anos. Então, podemos criar esses programas de incentivos... Vou dar um exemplo que aconteceu em minha casa. Meu pai, quando abriu a primeira terra, lá no Paraná, para plantar, ele não queria saber de curva de nível. Alguém disse a ele que tinha que fazer a curva de nível. E ele disse que não iria estragar a terra fazendo uma curva de nível. O que aconteceu? Ao inverso do que estou tentando propor, o banco foi quem propôs a ele, dizendo que se não fizesse curva de nível, não teria financiamento. E passaram-se um ano, dois anos, ele tentando não fazer, mas no terceiro ano ele teve que fazer. Fez, gostou e está até hoje lá, e a gente deixou de mandar terra e água suja para dentro dos córregos que tinha lá. Então é possível, através de mecanismos, fazer essa mudança ao longo do tempo sem incomodar muito as pessoas, sem mudar a forma e a vida das pessoas na questão de, um dia para o outro, elas terem de sair da posição que elas se encontram.

Então, Srª Ministra, sei que a nossa responsabilidade aqui no Senado é grande, a preocupação que o Senador Pedro Taques colocou e os demais que passaram aqui, o Luiz Henrique e todos que já falaram, é real. Nós temos que fazer aqui as adequações necessárias para que tudo isso não acabe novamente em ações judiciais. O que nós queremos e precisamos é dar paz ao campo, para que ele possa produzir e levar adiante a grande vocação brasileira de produtor de alimentos para o mundo como um todo.

Quando nós nos referimos a outros países, que eles não fizeram, que deixaram de fazer, tenho viajado – semana passada estava fora do país – e percebo claramente: eles lá não têm as mesmas condições que nós. Eles não têm a mesma condição que temos de produzir. Tanto é que, se nós aqui no Congresso Nacional, no Senado, propuséssemos uma lei e deixássemos claro, Presidente Rodrigo Rollemberg, que o Brasil só poderá importar alimentos de outros países que tenham similaridade ambiental, nós não íamos importar absolutamente nada, de ninguém. Nem dos Estados Unidos, nem da Argentina, nem do Chile. Nada. Ninguém ia poder mandar nada para dentro do Brasil. Nós ficaríamos ilhados, isolados do resto do mundo.

Então esse é um ativo nosso. A Ministra tem toda a razão quando diz que nós vamos fazer uma lei, que é uma lei nossa, sem ouvir os demais de fora, mas, uma vez chegado ao consenso aqui dentro, nós vamos sair e dizer para eles: agora eu quero ver se vocês têm as mesmas condições que nós. E vamos tentar economicamente buscar alguma coisa de volta.

E, para finalizar, Ministra, há leis que pegam e leis que não pegam. Eu discuti isso semana passada na Europa, quando estava lá. E me perguntaram: "Quem garante que essa nova lei que vocês estão propondo e que hoje tem a concordância do setor produtivo, amanhã ou depois, não será mudada novamente?". E a minha resposta é bastante clara e simples. A 2166, quando veio, e vários Senadores fizeram referência a ela, veio em forma de medida provisória; nunca foi discutida no Congresso Nacional, nunca foi votada e aprovada. Ela vale porque vale como medida provisória que ficou naquele limbo. Não foi discutida com a sociedade. A sociedade foi pega de surpresa, colocada na canga e teve que valer até hoje.

Diferente desta lei que estamos fazendo agora, em que o relator Aldo Rebelo andou pelo Brasil inteiro ouvindo desde os ribeirinhos da Amazônia que plantam arroz e feijão nas várzeas, passando pelo Centro-Oeste, na grande agricultura, e indo para o Paraná, na pequena agricultura, e até os banhados do Rio Grande do Sul, nas várzeas. Ele ouviu e trouxe para a Câmara o sentimento nacional. Foi por isso, Ministra, que, em determinado momento, o Governo perdeu o controle da situação. Ali os Deputados estavam agindo e demonstrando o que a sociedade brasileira gostaria de ter naquele momento. Então houve ali uma queda de braço e a gente perdeu um pouco o controle da situação, que será retomada aqui no Senado Federal.

A diferença do que foi feito no passado, na 2166, para o que se pretende fazer nesse Código Florestal agora é muito grande, porque a sociedade foi ouvida, está sendo ouvida, será ouvida e vamos discutir com todos. Então eu posso, e disse ali atrás, quando na semana passada estava fora do Brasil, que estamos fazendo uma lei que está sendo discutida com a sociedade que, se aceita for, vai obedecer, vai atender a essa legislação, diferentemente do que foi no passado.

Então, Srª Ministra, Srs. Presidentes, nossos relatores, a nossa tarifa aqui não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível, porque temos que fazer uma lei que seja aceita pelo Governo, para sancioná-la, que não façamos o enfrentamento com a Câmara, que já fez uma discussão nacional, que seja aceita pelos setores produtivos, por aqueles que querem a conservação, e que possamos dar, sem a obrigação de dar, mas mostrar ao mundo afora que nós somos o único país do mundo que tem as condições ambientais de preservação de produção e fazer com que as coisas andem da forma como está.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

A Ministra vai se ausentar por dois minutos.

Enquanto isso, quero cumprimentar os Senadores e dizer Senador Blairo Maggi que, realmente, o novo Código Florestal, da forma como estamos fazendo, assim como fez a Câmara, debatendo da forma como estamos debatendo ... *(Intervenção fora do microfone.)*

Pois não, a Ministra já vem para concluir as perguntas dos Senadores.

Conforme o combinado, Senador Moka, a cada cinco Senadores a Ministra vai fazer os seus esclarecimentos e responder aos cinco Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, quantos Senadores ainda estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos aqui na sequência: Senador Jayme Campos, Senador Moka, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Anibal Diniz, Senador Sérgio Souza, Senador Ivo Cassol, Senador Eduardo Braga, Senador Randolfe e Senador João Pedro.

Nós ouviremos, na sequência, o Senador Jayme Campos, até para que o Mato Grosso seja todo ouvido, Senador Moka, para que possamos ampliar essa discussão de qual área, qual pantanal é mais belo, mais bonito. Não sei se o Senador Jayme Campos também tem essa pretensão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Mato Grosso do Sul é maior e mais bonito, mas o Mato Grosso também é importante, Presidente, também é importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos aqui, segundo o Senador Rollemberg, montar uma comissão, Senador Eduardo, para ver qual dos dois pantanais são mais importantes e mais bonitos para o nosso País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ambos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos verificar *in loco* para saber.

Agora, a pedido do Senador Jayme Campos, se V.Exª quiser fazer as suas colocações, pode fazê-lo a partir de agora. Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, ilustre Ministra Izabella Teixeira, demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Antes de mais nada, Ministra, quero confessar aqui, de público, que V. Exª me impressionou muito pela capacidade e conhecimento da matéria, sobretudo na medida em que o viés de V. Exª não é um viés da questão ambientalista. Parece-me que V. Exª está fazendo aqui uma política de clarividência em relação à política ambiental, econômica, social do Brasil. E é dessa forma que queremos, com certeza, ter Ministros e pessoas ocupando um cargo tão importante como esse que V. Exª está exercendo.

Ministra Izabella, estamos discutindo, na minha visão, o projeto mais importante. Lamentavelmente, aqui somos meros carimbadores de papel. Somos aqui um cartório, toda tarde aqui, carimbando as medidas provisórias que chegam a esta Casa.

E quando chega aqui o projeto do Código Florestal, entendo que estamos mexendo aqui com milhões de vidas de pessoas, não só do campo, mas também da cidade. O campo faz parte de uma cadeia tanto na economia como na questão social.

E V. Exª traz aqui uma proposta que certamente vamos discutir de forma dura, responsável, independente de sigla partidária ou interesses pessoais.

Vejo que é importante o novo Código Florestal para o Brasil, porque já se exauriu o Código Ambiental editado nos idos de 1964. O mundo cresceu; hoje estamos no mundo avançado da tecnologia e, sobretudo, da economia macro. Temos que, naturalmente, também evoluir. Todavia, entendo que o Código Florestal que foi aprovado na Câmara teve participação efetiva de toda a sociedade brasileira, diante das setenta, ou setenta e tantas, audiências públicas promovidas pelo Deputado Aldo Rabelo, que visitou praticamente todo o Brasil e teve oportunidade ímpar – imagino que tenha sido um momento ímpar da sua vida pública – de ouvir, nessas oitivas que fez pelo imenso País, a sociedade de um modo geral. Entretanto, discutem-se aqui algumas mudanças que, eventualmente, tenham que ser feitas.

Eu tenho minhas dúvidas... O Senador Eduardo está apressadinho, não é? Essa é quase uma prática dele aqui, mas é um homem de bem. Tenho certeza de que ele veio aqui para proteger V. Exª, Ministra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço desculpas. É que fui votar correndo e queria ouvi-la, então...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de fazer várias indagações, mas, pelo adiantado da hora, vejo que já está cansada, e temos que poupá-la o máximo possível.

Mas aqui V. Exª disse – e vou falar em relação ao meu Estado de Mato Grosso – que foi desmatado algo parecido a 824 Km, 112 km autorizados pelos órgãos competentes. Eu tenho um questionamento a fazer. Primeiro, o Deter e o Prodes, por incrível que pareça, não têm, de forma precisa, dados sobre esses números. Ou seja, há aquelas ponderações, aquelas alegações de que, muitas vezes, o céu está com bastantes nuvens, que o céu está encoberto, e não se consegue aproximar mais para dar os números. Ou que choveu muito, ou que está prestes a chover também, então, as informações não são muito precisas. E pelo que me consta, imagino que aqueles números que V. Exª tirou lá são em função das informações que eles lhe deram. Acho que o próprio Ministério não tinha condições de dar-lhe essa informação de forma precisa, até porque o Deter, como bem disse, não tem capacidade suficiente para dar esses números.

Em Mato Grosso, particularmente, Ministra, temos que ter uma política clara, sobretudo sobre segurança jurídica. O Senador Luiz Henrique disse aqui que aqueles que estão fora ou à margem da lei teriam que ser punidos de forma exemplar. Eu concordo com o Senador Luiz Henrique. Todavia, meu caro Senador, se não fosse reeditado o decreto da Ministra Dilma Roussef, eu posso afiançar, com muita confiança e certeza, de que 70% a 80% dos nossos produtores estariam na marginalidade. Ou seja, estariam sendo tachados de bandidos. Lamentavelmente, nos últimos tempos, o produtor, neste País aqui, é visto de forma errônea, está sendo classificado como marginais, e não são marginais. O que nós precisamos é de regras claras, segurança jurídica. Caso contrário, o Brasil vai continuar nesse mesmo marasmo.

Vou dar um exemplo para V. Exª, que deve ter conhecimento. Eu estive visitando alguns países. Fui ao Texas, nos Estados Unidos da América, a uma exposição agropecuária, que é uma das maiores do mundo. Lá, o produtor é tratado de forma diferenciada. Além de terem os incentivos, os créditos subsidiados pelo governo federal, o produtor rural tem a placa do seu carro diferenciada das dos demais cidadãos comuns, aqueles que não são produtores rurais. Perguntei por que aquela placa era diferente das outras, e informaram-me que era placa de produtor rural, para que, sendo abordado por policiais nas estradas, fosse tratado de forma diferenciada. Ou seja, ele é trabalhador, não é marginal, não é bandido. Aqui há uma inversão de valor.

Lamentavelmente, nós temos sido vítimas. Falo que acabei...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um rápido aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O que eu disse é exatamente o que V. Exª está dizendo. Temos que separar o depredador do produtor. Concordo com V. Exª. Eu não disse nada diferente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Eu estou dizendo que, na verdade, esse decreto, se não fosse reeditado, 70% estavam na marginalidade como se fossem bandidos.

Por outro lado, Ministra, nós temos que ter políticas públicas condizentes.

Há poucos dias, ontem mesmo, nós aprovamos uma medida provisória de R$55 bilhões, que será encaminhada para o BNDES. Eu tenho a sensação, e quase certeza, de que R$4 bilhões desses R$55 bilhões vão para a fusão entre Carrefour e o Grupo Abílio Diniz. Diniz. Porque não – a Ministra Isabela é uma mulher bem-intencionada e uma grande brasileira – por que não este recurso? Vai ser canalizado para que as pessoas possam recuperar não só as áreas de APP, que muitos não têm condições financeiras, mas sobretudo para permitir que eles possam recuperar as áreas degradadas com juros subsidiados.

Eu não posso concordar, Governador Luiz Henrique, que nós brasileiros que pagamos a maior carga tributária deste Planeta... Todos os dias há aportes de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES e, este BNDES que tinha que ser o banco de fato, porque é o Banco de Desenvolvimento Social do Brasil ele não faz nada, nenhuma atitude, nenhuma ação em relação às políticas sociais do Brasil. Por que não, esses R$4 bilhões que são apenas para fazer a fusão de dois grupos que não têm interesse nenhum...Por que razão a fusão? Não vai trazer nada em benefício para o Brasil, não vai gerar emprego para o povo brasileiro, muito pelo contrário, vai haver desemprego com certeza. Por que não, parte desse dinheiro Ministra Isabella, vai para fazer o quê? Destinar para os pequenos, para os médios, juros subsidiados para que ele possa recuperar as áreas de APP, para que ele possa recuperar as áreas degradas. Quero crer que o Mato Grosso tem mais de 20 milhões em áreas que não estão produzindo quando teria capacidade de produzir. Falta do quê? De capacidade financeira, o cidadão não tem capacidade, estão querendo sair da dificuldade agora, mas infelizmente se forma cartel da

carne, estão formando o cartel do biodiesel e assim por diante – cartel até de supermercado estão formando no Brasil. É uma vergonha. Eu fico, às vezes, aqui indignado, como brasileiro que sou, fui Governador do meu Estado com muita honra, fui prefeito por três mandatos na minha cidade, hoje sou Senador da República. Estou aqui muitas vezes perguntando para mim mesmo, Governador Blairo Maggi, o que é que estou fazendo aqui nesta Casa. Não estou fazendo nada de bom para o meu povo, sobretudo para o povo mato-grossense, povo sofrido, povo que lamentavelmente hoje está debaixo da taca lá Ministra.

Não pode esse povo ser tratado como marginal. Brasileiros que foram pela vasta região do Brasil próspera e rica por incentivo do próprio Governo Federal. Todavia, hoje, são tratados como se fossem marginais. Marginal, depredador tem que ser punido exemplarmente, é a tese que defendo. Todavia, muitos têm sido vítimas de política destorcida e, sobretudo, de uma política que permitamos trabalhar com segurança em nosso País, sobretudo no Estado de Mato Grosso.

De maneira Ministra, eu estou apostando em V.Exª, que vamos ter um canal democrático, não de imposição goela abaixo, todos aqui somos maduros, mulheres bem-intencionadas que querem ver o Brasil produzindo de forma sustentável, sobretudo respeitando o nosso ecossistema. Mas não podemos perder de vista também as nossas particularidades. Cada região deste Brasil tem suas particularidades, nós particularmente, em Mato Grosso, temos três ecossistemas – que acho uma dádiva de Deus -, que é o bioma da floresta Amazônica, do Cerrado e do Pantanal.

De maneira Ministra Isabella, V. Exª tenha certeza absoluta que este é o debate mais importante que fazemos, e espero que façamos uma lei condizente acima de tudo, uma lei que possamos respeitar sobretudo os direitos adquiridos de milhões de brasileiros que certamente quer e espera que o Governo Federal, através do Poder Executivo faça com que o respeito seja dado para que ele possa ser respeitado. Muito obrigado Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado Senador Jayme Campos.

Conforme acordamos, a cada cinco Senadores a Ministra fará suas colocações. Portanto, passo a palavra para a Ministra Isabela Teixeira para responder aos questionamentos dos últimos seis Senadores que utilizaram da palavra. E na seqüência o Senador Moka iniciará os debates assim que a Ministra concluir as suas colocações.

Com a palavra a Ministra Isabela Teixeira.

A SRA. ISABELA TEIXEIRA – Vamos lá gente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – O que diz o Senador Jayme Campos, viu Ministra Isabela...

A SRA. ISABELA TEIXEIRA – Desculpe.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – O Senador Jayme Campos torceu tanto, embora, que já tínhamos uma Lei Áurea da outra Isabel, que tenhamos agora uma outra lei que também se torne áurea. Mais ou menos nessa linha. Vamos torcer para isso.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Pelo menos, há um grau elevado de entropia aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tivemos, no Brasil, uma Lei Áurea da outra Isabel, não tivemos? E agora vamos torcer para que tenhamos uma Lei Áurea do meio ambiente, da questão...

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Eu vou ter que procurar o Conde d'Eu, então, nesta questão atual. (*Risos*.) Tudo bem. Vou falar isso na minha família.

Vamos lá. Vou procurar responder às colocações feitas pelos Srs. Senadores. Vou falar aqui claramente sobre duas questões importantes que foram colocadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

A questão do art. 8º, Senador, da Emenda 164, tem problemas, sim. Como eu já disse antes, não só de induzir desmatamentos, como também o problema colocado pelo Senador Pedro Taques de conceitos, por exemplo, de "áreas consolidadas", de insegurança jurídica. Ou seja, como é uma matéria muito complexa, temos que nos sentar e discutir linha a linha. Foi por isso que coloquei todo o *staff* à disposição. Estamos aqui para dialogar no que for possível, para esclarecer, para eliminar a insegurança jurídica e dar um texto que seja aceito por todos.

Como nós discutimos no Governo – e isso foi suprimido no texto da Câmara –, no debate, nosso entendimento é que a lei deverá trazer, ou deveria trazer, critérios e parâmetros, dizendo com objetividade o que é "utilidade pública", "interesse social" e "baixo impacto". Não precisa ser uma lista extensa, mas é preciso deixar limites, e, a partir daí, tratar o restante numa regulamentação.

Da maneira como está colocado no art. 8º, isso remete a nova lei. Não só não se definem os parâmetros, como é explicitado que será objeto de uma nova lei, que deverá ser feita, ou seja, vai-se gerar uma situação de paralisação, exatamente para a agricultura familiar, exatamente para o pequeno proprietário.

Então, essas incoerências precisam ser resolvidas no Senado, obviamente reconhecendo-se todo o esforço do debate na Câmara. Em nenhum momento eu quero dizer que houve uma situação de eu estar contrário a isso ou aquilo. Estou apenas olhando o texto, politicamente falando, jurídica e tecnicamente

falando, e dizendo o seguinte: é inexequível. E você remete exatamente o agricultor familiar e o pequeno proprietário a uma nova lei, sem dar clareza de como as coisas vão acontecer. Por isso, usei a expressão "inaceitável", depois usei "impróprio", "induz desmatamento". Ou seja, precisamos ter a serenidade para o debate da proposição, olhando a diversidade deste País.

Então, quando vejo aqui o Senador Moka brincando sobre o pantanal, com o Senador Pedro Taques ou com o Senador Blairo, só olhando a situação desses dois Estados, vemos que há muitas especificidades que precisam ser entendidas numa regra geral, e realmente é preciso saber o que é especificidade, o que é fora da Amazônia, o que é dentro da Amazônia.

Vou pegar o Estado do Mato Grosso: uma parte é fora da Amazônia, outra parte é dentro da Amazônia. O Estado está submetido a dois regulamentos distintos. Qual é a segurança jurídica se você produz mais ao sul, se você produz mais ao norte? Como é que você trabalha isso?

Por isso é que tínhamos discutido no Executivo e proposto à Câmara que tivéssemos esses critérios da objetividade para a agricultura familiar e para o pequeno proprietário e dar a regra geral também para o grande produtor, deixando para o regulamento aquilo que for exceção, aquilo que, na realidade, tem que ser trabalhado naquelas especificidades que cabem em normas específicas, e não em norma geral.

Então, essa é uma questão que é ruim como está colocada hoje, porque se retira, na realidade, a autonomia da Federação. E o efeito prático é que se vai depender da aprovação de uma nova lei, ou seja, é o pior dos mundos, do ponto de vista da gestão do meio ambiente e do ponto de vista de quem usa os recursos naturais. O pior dos mundos é a incerteza a que se pode estar submetido.

E essa avaliação não é só minha. Conversei com alguns juristas, conversei com membros de tribunais superiores sobre a aplicação da lei e sobre a jurisprudência criada sobre ela. E o entendimento é esse também.

Então, eu acho que é bom que coloquemos esses pontos no debate. E, mais um vez, Senador, entendo que temos de ampliar e entender a envergadura dessa insegurança jurídica e quais os papéis que poderão ser resolvidos na lei. E, obviamente, naquilo que couber regulamentação dos Estados ou da União e até mesmo do Conama, que tem um texto no terceiro nível. A resolução do Conama é abaixo de uma lei, abaixo de um decreto. É importante guardar essa coerência da formulação de normas e de legislação. E no passado nós já tivemos situações que sugeriram conflito entre resoluções do Conama e o papel de legislação em Estados, de governos estaduais e do governo federal.

Então, nós devemos evitar valorizar sempre o Conama, mas no seu papel – que a lei define – de estabelecer normas ambientais a partir de um quadro legal definido pelo Congresso Nacional e por uma regulamentação que é do Poder Executivo, porque assim o nosso sistema federativo e constitucional estabelece.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Srª Ministra. Sr. Presidente, me permita. Só nesse ponto que V. Exª levantou. Se nós fizermos o levantamento de leis, decretos, portarias, resoluções ambientais pelo Brasil todo chegaremos a quase 15 mil, se contarmos.

O ponto que V. Exª tocou é importantíssimo no sentido de nós consolidarmos isso numa lei de responsabilidade ambiental, ou o nome que se dê, para evitarmos essa insegurança. Desculpe interrompê-la, mas essa é uma questão importantíssima.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada, Senador.

Então, eu reitero a minha visão de total prioridade e importância do Conama, mas também entendo que nós devemos ter segurança jurídica no quadro definido por lei, que é o que a Constituição estabelece. Então, quanto mais essa lei for objetiva e reduzir a excepcionalidade, melhor acontecerá a regulamentação na instância do Executivo, tanto do ponto de vista de norma geral quanto de normas específicas, no caso dos Estados, quanto no próprio papel do Conama naquilo que for sua competência. O.k.? Acho que esse entendimento não está tão lastreado em vários interlocutores que têm se manifestado sobre a questão do Código Florestal.

O segundo aspecto que o senhor trata é uma colocação feita pelo pessoal do Vale do Ribeira...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Os prefeitos do Vale do Ribeira estiveram ontem aqui no Senado, visitaram inúmeros senadores e colocaram a preocupação relativa à utilização de áreas normalmente produtivas lá para reflorestamento de propriedades em outras áreas...

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Deixe-me compartilhar com os senhores o meu entendimento e como Governo encaminhou esse debate em interlocução com a Câmara.

A compensação de reserva legal tem uma lógica. É a lógica de que o que você não pode restaurar na propriedade, restaurar na mesma microbacia, no mesmo Estado, no mesmo bioma. Quem vai regular todo esse processo é o órgão ambiental. Essa é a primeira questão argumental do Estado, ele vai definir as áreas prioritárias de conservação, ou, na sua ausência, um decreto presidencial que já estabelece isso.

Você tem situações em que você não tem áreas em quantidade necessária para compensar o passivo existente nos Estados ou em determinada bacia. Isso está mapeado, está dito em publicações científicas. Por isso a discussão de você compensar em áreas contíguas ou no mesmo Estado que não seja naquela bacia, mas no mesmo bioma ou fora do Estado, a partir da autorização do órgão ambiental competente, ou seja, o órgão estadual, porque ele é o responsável por isso.

Então, chegou ao meu conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Sempre no mesmo bioma. O sentido é você compensar no mesmo bioma, porque você está querendo restaurar as funções e manter os serviços ambientais e dar integridade àquele bioma. Então, não é uma questão de achismo ecológico, achismo ambiental; é uma questão sólida, técnica, científica de você dar coerência aos serviços ambientais, dar coerência àquilo que você quer do ponto de vista de proteção.

Houve um cuidado no debate, por parte do Executivo, Senador, de que nós evitássemos alguma situação perversa, que algum outro senador aqui – que não me lembro – fez referência, porque poderia ser injusto. Você, na realidade, ao comprovar que não tem áreas para isso – e você pode fazê-los em unidades de conservação –, há uma série de regras que derivam disso; você ir compensar, por exemplo, em um Estado do Nordeste onde a terra é mais barata, ou pode ser entendida como mais barata. O Sul, Sudeste, São Paulo, vou pegar o seu Estado, vai compensar lá em cima. E você levaria a uma situação de engessar áreas que não necessariamente são... Engessar, porque vai averbar reserva, aquilo ali fica como cota, que não são áreas, por exemplo, de interesse de conservação da biodiversidade, ou áreas que,, eventualmente, tenham outros usos planejados, que não seja o interesse de conservação da biodiversidade e que os governos estaduais têm como progressão de ocupação áreas que levam a novos conflitos.

Então, o debate do Executivo, que foi encaminhado à Câmara prevê que se tenham critérios muito objetivos para que se possam estabelecer os processos de compensação de reserva legal. Sempre controlados pelos órgãos estaduais, tanto do Estado que detém o passivo e, eventualmente, do Estado que vai recepcionar essa compra.

Houve uma discussão, que mencionei rapidamente, que não foi recepcionada pela Câmara, que é a possibilidade de se usar, também, no mesmo bioma, áreas degradadas. Então isso não foi recepcionado.

O receio dos prefeitos do Vale do Ribeira tem uma justificativa: eles têm uma dificuldade de se verem prejudicados. É uma área linda de preservação remanescente de mata atlântica, conhecida, acho que de maneira equivocada, como a área mais pobre do Estado de São Paulo. Para mim, é a área mais rica, porque detém a maior biodiversidade do Estado de São Paulo e que os órgãos estaduais, ou se definirmos critérios mais objetivos, poderão recepcionar compensações prioritárias, e assim deve ser nos Estados, e só depois se exportar para outros Estados no mesmo bioma. Porque o interesse é de se manter os ecossistemas, os serviços ambientais e as funções ecológicas o mais próximo possível da produção onde se tem o passivo, sem, obviamente, criar engessamento do processo.

Então, toda a discussão que o Executivo teve com a Câmara foi uma discussão de permitir essa avaliação de situações, que são diferenciadas nacionalmente, e dar alternativas para que o gestor público, com base em critérios técnicos e objetividade, possa encaminhar soluções sem excluir situações de justiça ambiental e justiça social.

Eu, particularmente, defendo a compensação na área do Vale do Ribeira, eu Izabella, particularmente, é uma maneira de gerar renda para aquela população que lá defende os ativos de biodiversidade de mata atlântica e, mais do que isso, promover o desenvolvimento sustentável naquela região que carece de novas alternativas. Eles não podem ser vistos como pessoas – entre aspas – "pobres". Ao contrário, devemos valorizar e dar solidez à agricultura que tem, em São Paulo, passivos em relação à reserva legal.

Então, a nossa discussão no Executivo foi encaminhada nessa direção. Acho que o texto deve ser revisto ou aperfeiçoado no sentido de acolher essa diversidade de situações e resgatar os princípios de conservação da biodiversidade, de funções ecológicas que estão associados a uma leitura econômica e social de compensação de reserva legal. Está Ok.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Espero que eu tenha sido clara. Então, a questão do Senador Suplicy está respondida.

Foi colocada aqui, também, uma questão sobre soberania nacional, e sobre acordos.

Quero lembrar que os acordos internacionais são todos ratificados por esta Casa, todos. É uma obrigação constitucional. Então, o Governo brasileiro não age sem que esta Casa possa dizer que está Ok, reconheça e vamos cumprir. E temos mecanismos de informar a esta Casa sobre o cumprimento de tudo que estamos fazendo por intermédio dos relatórios nacionais.

O Brasil, hoje, exerce uma liderança internacional em relação a vários acordos multilaterais na área de

meio ambiente. Nós fomos, no ano passado, na Convenção de Diversidade Biológica, reconhecidos como o país que mais cumpriu a convenção. Isso é importante destacar. E acho que temos uma liderança mundial na questão de sustentabilidade. Eu me coloco como uma pessoa que defende a sustentabilidade. E acho que um exemplo claro, na semana passada, foi a eleição do nosso Graziano para o cargo da FAO. Esse é um reconhecimento internacional para o País. Estive com vários presidentes, na África, fazendo, ajudando em um debate sobre florestas, e as pessoas discutindo a questão de produção agrícola e como era o avanço do biodiesel, como se trabalhava. A discussão era o Brasil fortalecendo o papel da Cooperação Sul-Sul.

Então, não tenho esse receio. Acho que, ao contrário, devemos é potencializar os ganhos que temos da ação do Governo brasileiro nos acordos multilaterais de meio ambiente, e traduzir isso como uma vantagem competitiva na nossa ação econômica e social nos fóruns que são colocados internacionalmente. Acho que não se trabalha os ganhos da questão ambiental de maneira adequada na competitividade econômica e social deste País, nos outros fóruns internacionais. Acho que esse é um desafio que temos. Se removemos preconceitos, foi falado isso aqui e acho correto, vamos olhar,sim, um país com uma visão de desenvolvimento sustentável, vamos olhar, sim, um país que é o G1, fala-se tanto em G – inclusive o ponto G. Enfim, fala-se tanto em G que o Brasil é o G1 em biodiversidade. Acho que devemos valorizar isso como um ativo de competitividade e desenvolvimento sustentável deste País.

Então, é hora de entender o que estamos fazendo em meio ambiente. Concordo que, com fundamentalistas dos dois lados, ninguém leva a nada, mas tenho certeza de que - e vou dar um exemplo concreto, pois acabei de passar isso na Europa numa pergunta sobre a questão do etanol, da cana -, quando eu coloco na mesa o argumento do zoneamento agroecológico da cana feito e mostro como é que foi tudo mapeado, todo mundo cala a boca e todo mundo diz “Bem, está certo”. Então, acho que temos de valorizar esses mecanismos que temos e as conquistas dos acordos multilaterais de meio ambiente. O Brasil pouco conhece os esforços que este País tem e o reconhecimento internacional que este País tem na área ambiental. Não minimizem isso. É muita coisa. E devemos traduzir isso em riqueza e em reconhecimento social e político para este País. Trabalhamos duramente com isso. Então, eu não temo essa discussão internacional. Ao contrário. Acho que devemos que devemos trabalhar com ela numa outra perspectiva.

Senador Pedro, o senhor abordou vários pontos e eu gostaria de conversar com o senhor com mais detalhes, mas concordo plenamente com duas coisas: a insegurança jurídica e a questão da jurisprudência. Nós não podemos errar nisso. Cada vez que converso com os Ministros de Tribunais Superiores, com juízes, ou seja, quando se vai para a ponta, vê-se a delicadeza do que é mexer sem entender a envergadura do que está se mexendo. Então, posso ter, sim, segundo alguns juristas, alguns juízes me dizem, como o senhor afirmou aqui, situações de retrocesso e, na realidade, novas indenizações. Então, essas nuvens de incertezas devem ser removidas no debate nesta Casa. É a minha opinião. Acho que, do ponto de vista do que colocamos, de topo de morro, de APP, de mudança de critérios de medidas, podemos discutir, porque têm justificativas técnicas e debate jurídico sobre isso - o que motivou, o que acolheu essa proposta de tal maneira que corrija erros que foram colocados em normas ambientais no passado. Então, eu não tenho nenhum problema. Convido o senhor para estar conosco, para podermos discutir com mais propriedade, com mais especificidade.

Em relação à questão da dívida agrícola, que também foi colocada aqui, eu diria que o texto é ruim. O texto que está colocado, na minha opinião, dá a entender – ouçam a expressão que estou usando: dá a entender – que se vai dar um benefício financeiro adicional só para quem agiu irregularmente, na medida em que a pessoa vai para a regularização. Quem agiu dentro da lei - é um pouco do que os senhores colocam aqui em relação a incentivar que as pessoas possam produzir cada vez mais de maneira sustentável -, quem não tem passivo ambiental acaba por não ser beneficiado, ou seja, quem cumpriu a lei é colocado, muitas vezes, na mesma cesta com quem descumpriu a lei. Eu acho isso errado. Eu acho que temos de ter um debate. Eu não sei o formato dos incentivos, se são incentivos, se são estímulos, se são estímulos administrativos - por exemplo, facilitar as licenças ambientais, renovar as licenças de maneira mais eficiente. Têm várias maneiras de se discutir isso, além do pagamento de serviços ambientais, em que o Governo avançou e sobre o que o Congresso traz um debate, além das próprias discussões que este Congresso acolhe sobre a questão de Redd, sobre se ter coerência no mecanismo de emissões evitadas por redução de desmatamento. Então, tem uma envergadura de possibilidades, que, no meu entendimento, foram pouco discutidas na Câmara e, portanto, o texto não reflete essas possibilidades, o que inclusive o Senador Rollemberg aponta.

Acho, Senador Rollemberg, em relação à questão do direito intertemporal, que também o texto não está bom. Eu já fiz menção a isso, que remete a uma insegurança jurídica enlouquecedora. Mais que isso: quem, na realidade, praticou sem ter a lei ambiental, que é o primeiro grupo, precisa ter condições de estar regular, ou seja, precisa objetivamente dizer que ele não descumpriu lei nenhuma, ele simplesmente plantou.

Em relação aos 50% de reserva legal, temos de ter cuidado na Amazônia com o que está colocado sobre o zoneamento. Da maneira como está colocado no texto, eu vou abrindo outras possibilidades, além da de quem desmata além de 2008. Eu não firmo a relação de tempo. Eu não dou objetividade ao texto. Cuidado, porque quem está antes de 2008 pode ser confundido depois com quem praticar desmatamento além de 2008, como, aliás, recentemente, é o caso novamente do Estado de Mato Grosso, com a lei estadual de Mato Grosso, que traz até a publicação da lei em 20 de abril de 2011, o que é uma situação absolutamente incoerente e que, segundo declarações do próprio Governo do Estado, tem estimulado o desmatamento ilegal. Então, aí é uma questão de debate.

E a terceira questão é a forma criminosa, porque tem gente que vai descumprir sempre a lei. E aqui vem uma observação importante. Quando o Sr. Governador e Senador Jayme Campos falou sobre os dados, sobre o Deter e Prodes. Vou explicar um pouco sobre isso, mas quero dizer ao senhor o seguinte: o Deter é um instrumento que auxilia a fiscalização. Dos dados que coloquei aqui, que são do Deter, 80% dos polios foram checados em campo, pelo Ibama. E tenho condições de dizer, desses 80%, e estou fazendo uma comparação deste ano com o ano passado, foram checados este ano, o que é desmatamento, o que é degradação florestal, ou seja, futuro desmatamento, o que é erro de leitura. Erro, infelizmente, é menos de 1%. Eu adoraria que fosse o contrário.

Então, na realidade, estamos, sim, enfrentando frentes novas de desmatamento não autorizado. Essa é a minha preocupação. E a sociedade brasileira terá de aprender a discutir a questão de desmatamento autorizado. Porque, na medida em que formos reduzindo esse desmatamento ilegal, vamos fazer frente com o desmatamento legal, e aí temos de otimizar o uso exatamente dessas novas áreas, porque entendo, particularmente, que não precisamos desmatar floresta para produzir de maneira sustentável. O Brasil pode e deve ampliar a agricultura e tem maneiras de fazê-lo, certamente, além da eficiência de sua produtividade, usar áreas degradadas e desmatar aquilo que é autorizado pela lei.

Quer dizer, a pior situação que temos hoje é uma situação que, infelizmente, estou encontrando, e não gostaria de estar encontrando, de gente que pratica a competitividade, que tem licença ambiental, que faz um esforço, e esse é um esforço do Governo do Estado, a gente tem que reconhecer aqui o esforço do governo do Estado. Estou olhando para o Senador Blairo Maggi, e sei, porque nós discutimos para ter o MT Legal, eu sei o que nós sofremos de maneira sustentável para encontrar o ponto de equilíbrio. E esse esforço, de repente, fica em xeque, não todo o esforço, porque você vai ter um produtor que tem licença, que tem regularização e que, de repente, está praticando ilícitos. E eu embargo tudo, eu embargo a área, e o resultado da lei é cassar a licença dele. Fica uma história que não faz muito sentido. Claro que são situações específicas porque tenho certeza de que a parceria com os governos estaduais vai levar a soluções sólidas e que vamos evitar isso, mas esses dados que estou citando são dados que estão acontecendo de fato hoje. E acho importante que o debate do Código Florestal tenha sempre em vista uma situação que o Brasil, nesta Casa, votou, nesta Casa, que é a política de clima e os novos caminhos em relação ao combate ao desmatamento ilegal e a produção sustentável, como a agricultura de baixo carbono.

Estou vendo aqui o ex-Ministro Stephanes e me lembro de quando conversávamos exatamente sobre o início de termos agricultura de baixo carbono, depois consolidada pelo próprio Ministério da Agricultura no passado. Ou seja, temos caminhos, não é antagonismo. É simplesmente abandonar as más práticas e colocarmos as boas práticas que a agricultura brasileira também tem. Então, temos que tirar a vilania da mesa. Eu não gosto dessa situação de calma, Cassol. Está aí o Governador. E, na realidade, nós temos uma ação de privilegiar e destacar as boas práticas e a competitividade da agricultura brasileira.

Por fim...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ministra...

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Pois não. Fala para o Blairo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, gostaria de fazer um aparte à Ministra. A senhora está concluindo essa bateria de ações, quero apenas fazer uma indagação. V. Exª sabe perfeitamente em relação ao Decreto nº 6.961, faço só uma indagação. V. Exª concorda que as que foram antropizadas há 150 anos, 200 anos, durante o ciclo do ouro, do ciclo de diamante, elas podem ser inviabilizadas para uma nova atividade econômica, sobretudo, V. Exª conhece o decreto, que é em re-

lação à bacia do Alto Paraguai, que inviabilizou algo em torno de 121 Municípios, que não poderão plantar a cana. Ou seja, nessa região, Ministra, já tem essa atividade econômica há 30, 40 anos, por sinal com algumas usinas funcionando em pleno vapor, não só para o etanol, como açúcar. Entretanto, o Governo, no dia 17 de setembro de 2009, baixou esse decreto, inviabilizando uma vasta região do Brasil que, certamente, é propícia para essa atividade e que permitiria, com certeza, melhorarmos não só os milhões de litros de etanol que se produzem, como também até melhorar a contribuição com a balança comercial na exportação do açúcar.

A senhora não acha que tem que ser revista, diante do fato de que essas áreas já foram antropizadas há muitos anos? E esse decreto, lamentavelmente, foi pernicioso a algumas centenas de milhares de famílias que já estavam produzindo e que iriam apenas ampliar, não desmatariam sequer um pé de árvore. Iam apenas aproveitar as áreas degradadas que poderiam produzir e, certamente, de forma autossustentável, e isso gerando, com certeza, não só riqueza, empregos, políticas sociais, que por meio deles viriam. Enfim, acho que seria de bom alvitre V. Exª, competente, sábia, inteligente, brasileira como é, reestudar esse decreto para não penalizar 120 Municípios do Mato Grosso, Senador Rodrigo, que foram penalizados, dizendo que podem plantar cana e, nessa mesma região, já tem várias usinas funcionando há 20 anos, 30 anos. É só essa a minha participação. Agradeço a V. Exª.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Daqui a pouco comento.

O Senador Blairo Maggi fez alguns questionamentos... *(intervenções fora do microfone.)* Ele chegou tarde... Vou entregá-lo. *(Risos.)*

Senador Blairo Maggi, vou dar aqui um exemplo do que a gente entende que pode induzir a novos desmatamentos e termos tantos outros. Tanto no art. 8º, como já fiz comentário aqui com a Senadora Ana Amélia, quanto a mudança do zoneamento econômico, podem reduzir a RL para fins de regularização no lugar exclusivamente de fins de recomposição. Isso admite ou pode levar à prática de que você desmata e se regulariza de uma maneira ao longo do tempo e não recompõe, porque você não define, não está definido no texto que é até 2008. Então, você, na realidade, tem uma leitura cinzenta que leva, pode levar à interpretação de que se você colocar uma trava e dar coerência em outros artigos, porque o texto tem situações em que você afirma aqui; aí você lê dez artigos mais à frente e vê uma contradição em relação ao que você afirmou. Então, além da insegurança jurídica, isso vai criando vazios com que você pode, na realidade, tentar viabilizar novos desmatamentos de natureza ilegal. Então, acho que, mais uma vez, estou à sua disposição, a gente pode ler, passar os critérios etc.

Sobre os pontos do Governo, vamos fazer chegar aqui todos, de maneira colocada direitinho pelas lideranças, mas eu também vou tornar disponível para os relatores a minha apresentação. Quando eu falei aqui, tenho uns pontos que falei e que vou tornar disponíveis para os relatores sem nenhuma dificuldade.

A questão de margem de rio precisa incorporar orientações objetivas para o limite da regularização de ocupação em rios superiores a dez metros. Fala até cinco metros; depois de dez metros, perdeu-se a objetividade, e tenho situações de direito intertemporal de que tenho que tratar. Então, é mais questão em que o texto está capenga – posso usar esse termo mais popular.

Tem uma coisa importante também colocada. Quando a gente falou de APP em área consolidada, isso sugere um tratamento de APP em área consolidada, etc, nós discutimos isso quanto ao baixo impacto ambiental, utilidade pública e interesse social, que é por onde a gente resolve a questão desse agricultor, por exemplo, que está aí há anos ou tem o direito intertemporal dele, porque essa APP dele, possivelmente, se ele está lá há muitos anos, é anterior à legislação que estabelece a faixa de trinta metros para ocupação de APP.

Então, essas questões todos devem ser vistas. Por isso defendo um diálogo de norma geral com os Estados para olhar as questões específicas. Quando discutimos a questão de utilidade pública, por exemplo, no Governo, nós tínhamos toda a preocupação com a questão da irrigação no São Francisco. Em nenhum momento, discutiu-se a questão da irrigação pública nem teve o cuidado de olhar isso com toda objetividade, como também não se teve, muitas vezes, o cuidado de olhar as questões dos governadores com as áreas de compensação de reserva legal e engessamento dos territórios.

Então, isso é fruto do debate, por isso acho que na Câmara nós ficamos reféns do debate. Eu acho que o Senado tem o tempo para olhar essas questões, a partir daquilo, como eu já sinalizei, que foram também ganhos que nós tivemos no texto aprovado na Câmara.

Eu já iniciei falando de pontos que entendi, embora alguns ganhos precisem de aperfeiçoamento da redação para evitar esse sentido dúbio ou, então, a insegurança jurídica.

Aí, um exemplo claro: o uso do cadastramento ambiental, que é excepcional sob o ponto de vista de instrumento, e como foi definido é insuficiente para

dar segurança para o produtor rural, com monitoramento, etc.

Então, é aperfeiçoar a redação, dar um contorno mais específico sobre o cadastramento ambiental rural. Aí, o Senador apontou algumas questões de conceitos. É importante colocar isso nos conceitos.

Concordo, o que é propriedade anormal? É mais ou menos como refrigerante normal. O cara pede: "Me dê um refrigerante normal." Eu fico, assim, querendo entender o que é um refrigerante anormal.

Então, tem uma discussão que precisa passar por um refinamento e isso vai dar coerência e evitar isso que a sociedade está apontando, a insatisfação nas pesquisas, etc, nos comentários, a despeito da envergadura de consulta política que foi feita, de colocar outros atores para debater, aqui no Senado, e ouvir os argumentos que vão dar esses caminhos, como o senhor mesmo sugere, de alternativas para que a gente possa acolher a agricultura familiar e o pequeno agricultor.

Nós, no Governo, também entendemos isso, que devemos buscar os caminhos sem ferir jurisprudência, sem ferir conhecimento técnico-científico, mas dando alternativas para a produção sustentável neste País.

O Código, no nosso entendimento, deve ser um código único. Ele não trata todo o território de forma igual. Ele vai tratar nas suas especificidades, mas ele é único. Eu acho que nós temos de tratar essas regionalidades com um olhar específico, um olhar que dê condições para remeter às notas específicas, mas a regra geral tem de ser mantida, para evitar a chamada "guerra ambiental".

A gente, que é um pouco mais velha na área ambiental, sabe dos momentos que nós vivemos, inclusive, com os Estados, com a questão do licenciamento, por exemplo, e de você usar isso para competição entre os Estados. Isso não serve à natureza e a natureza não está vinculada aos limites geopolíticos.

Então, acho que a lei tem de pegar, concordo com o senhor, e, para ela pegar, ela tem de ser objetiva, transparente e aplicável. Reta, sem gordura, e permitir, obviamente, na excepcionalidade, as saídas para que as pessoas possam acolher todos. Esse é o nosso desejo.

O Senador Jayme Campos, finalmente...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ministra, antes do finalmente, dentro desse mesmo bloco – Casildo Maldaner, de Santa Catarina –, a questão da dúvida que paira na cabeça de muita gente, da urbanização de APPs.

Muitas vezes, as pessoas colocam, claro, que a reserva legal, na questão urbana, é diferente, aí não tem jeito, mas a urbanização de APPs, para se evitar, depois... Fala-se muito na questão das APPs no campo, rural, mas se planeja uma cidade, etc, mas esse cuidado da urbanização de APPs eu acho que é fundamental. Senão, constrói-se, constrói-se, constrói-se até a margem, até junto e, depois, mais tarde, o saneamento é um problema muito sério.

Então, eu acho que essa questão tem de estar na pauta.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Senador, eu acho que o senhor tem razão. Nós fizemos uma discussão com o Ministério das Cidades, com o Conselho Nacional das Cidades. Tivemos um texto inicial de debate com a Câmara. Da maneira como ficou, isso não está suficiente, no nosso entendimento. Agora, é uma questão de a gente poder... Se o Senado Federal vai recepcionar também um debate sobre as questões urbanas.

Na Câmara, tem dois grupos. Tem gente que acha que você pode tratar sob o ponto de vista de regularização, que foi o nosso esforço, e gente que acha que a matéria é específica de outra lei.

Eu, inclusive, conversei com o pessoal da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Então, topam a regularização, mas a ampliação, o debate mais estratégico sobre APP em área urbana entendem alguns que deve ser objeto de uma lei específica.

Então, essa discussão não foi consensuada na Câmara.

Um outro aspecto para o qual chamo a atenção é que quando se discute APP em área urbana ou rural duas questões devem estar na mesa: uma é risco, a questão de risco de ocupação dessas áreas. Aí, o que citei, aqui, para a Senadora, sobre a questão de APPs da zona do Rio de Janeiro.

No levantamento, nós fizemos área por área, imagens de satélite de 2009, 2010 e 2011, comparando as ocupações e comparando depois, em função das inundações, o que aconteceu, inclusive nas áreas agrícolas. E, ali, era rural ou área de segunda residência, e área urbana. Eu ouvi prefeito falando: "A chuva não caiu na área mais crítica."

Uma questão importante é preservar as áreas urbanas, APPs de áreas urbanas, também para os serviços ambientais, para evitar a degradação, quer dizer, você tem situações em áreas urbanas que são pouco discutidas neste País.

Então, a minha sugestão é, primeiro, nós estamos à disposição, nós temos uma área de qualidade ambiental urbana, no Ministério, que se debruçou sobre esse assunto, a área de recursos hídricos em áreas urbanas também, e, eventualmente, é uma avaliação do Senado ouvir atores dessa área para poder entender a envergadura do Código Florestal a respeito disso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone*.) – Ele não está, Ministra. O Jayme Campos saiu. Então, sugiro que, se ele voltar...

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Eu falo, então, quando ele voltar e seguimos com os próximos. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se ele voltar, nós voltaremos ao assunto.

Eu registro e agradeço a presença do ex-Ministro e Deputado Federal Reinhold Stephanes e, também, do Dr. Victor Bicca, Presidente do Cempre, Compromisso Empresarial com a Reciclagem.

Seja bem-vindo. É um prazer tê-lo conosco, Sr. Ministro.

Na sequência, passo a palavra ao Senador Moka e transfiro os trabalhos ao nosso Presidente do Meio Ambiente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Ministra Izabella Teixeira, Srs. Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz.

Srª Ministra, eu, primeiro quero saudar... Eu participei na Câmara, e me orgulho de ter ajudado, com os Deputados Federais – alguns deles aqui presentes, inclusive o ex-Ministro Reinhold Stephanes –, a construir um texto que, se não foi o melhor, podem ter certeza V. Exªs que estão nos ouvindo, resultou de um esforço muito grande da Câmara dos Deputados.

Eu quero que as minhas primeiras palavras sejam para enaltecer o trabalho desse grande brasileiro que é Aldo Rebelo.

Aldo, com uma biografia que todos conhecem, se expôs muito no debate, colocando exatamente, até porque teve oportunidade de ouvir, na prática, o que acontece em relação a essas questões ambientais.

Eu começaria dizendo, Rodrigo Rollemberg, que quanto a esse Código Florestal, na verdade, houve um projeto para alterá-lo. Aí, ele foi vetado e o veto permanece, como todos os outros. Durante esse tempo todo, quem legislou foi o Conama, inclusive em cima do Congresso Nacional.

Então, com essa quantidade de legislação que existe aí – eu não estou criticando –, a cada problema que surgia, tinha uma norma e tinha alguma coisa, sempre restringindo, criando maior dificuldade.

A Ministra diz que a gente precisa de um código com nenhuma insegurança, ou quase nenhuma insegurança jurídica, se isso for possível. Quando, a partir daí, o Brasil se colocar nos mercados internacionais como um país que tem uma agricultura sustentável, em que o produtor rural, o agricultor e o pecuarista seguem a legislação, a partir desse momento, nós não vamos estar, realmente, à mercê de nenhum daqueles que, através de barreiras fitossanitárias ou ambientais, dificultam a nossa competitividade lá fora.

Atrás dessas discussões, não vamos nos iludir, há sempre um interesse comercial muito, muito grande, ou alguém, aqui, desconhece que na Europa, por exemplo, eles produzem açúcar a partir da beterraba, com um custo altíssimo, e ficam muito preocupados quando nós aumentamos a nossa fronteira agrícola, sobretudo para produzir álcool e açúcar?

Cada vez que chega açúcar de melhor qualidade e com preço menor, o Tesouro europeu – e, hoje, nós estamos vendo o que está acontecendo lá – tem de aportar cada vez mais dinheiro para subsidiar os seus produtores rurais, que são altamente subsidiados.

Então, nós temos de ter aqui uma discussão que coloque essas questões muito claramente. Eu quero citar alguns dados aqui que acho são interessantes.

Por exemplo, Ministra, nós somos – estatística com base no ano de 2009: população total, já em 2010, 191 milhões de brasileiros. Área total do País: 850 milhões de hectares. Área de floresta total: 516 milhões de hectares. Vou repetir: 516 milhões de hectares. Proporção da floresta em relação à área total do País: 60,7%, quase 61%. E um dado que acho muito importante dizer aqui: área de floresta por habitante, área de floresta por cada habitante: 2,7 hectares por cada habitante.

O Brasil tem quase 3 hectares de floresta para cada brasileiro. Pergunto: será que há algum país no mundo que tem isso?

Então, acho que o discurso do Governo brasileiro deveria ser, meu caro Rodrigo Rollemberg: nós somos, sim, um país que, nos últimos tempos, aumentou em quarenta e poucos por cento a área plantada e teve 260% de aumento de produção. Isso se chama competência do produtor brasileiro, produtividade! Ninguém consegue sextuplicar, ter seis vezes mais de produção, aumentando em 40% a área que plantamos.

A Região Norte, Srª Ministra – estão aqui os dados –, a Região Norte inteirinha, onde há as maiores denúncias dessas questões de desmatamento e tudo, são 385 milhões de hectares...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, não é denúncia, Senador, é fato!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, não estou dizendo que é fato ou é denúncia. Estou dizendo que essas coisas acontecem lá!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço para não haver interrupção ao orador e apelo ao Senador Moka para que conclua – já foram sete minutos – se possível.

Mais um minuto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me, estou me estendendo. Mas eu não quero, Senador João Pedro, provocar V. Exª em momento algum. Só estou tentando aqui contribuir para o debate e espero que V. Exª entenda desse jeito também.

Na Região Norte, dos 385 milhões de hectares, apenas 54,8 milhões são ocupados. Para a área produtiva, isso representa 14,22%.

Então, fico assim... Porque não é uma questão que... Nós tínhamos de reagir no debate. Gente, 85% da Amazônia é preservada! Está aqui o ex-Governador, está aqui o grande Governador do Acre. Isso é ponto positivo!

Agora, a senhora vai dizer: "Tudo bem. Por isso mesmo é que nós temos de montar um Código Florestal." E, aí, concordo, Ministra, vou ser parceiro, é alguma coisa que vamos colocar, mas que seja exequível. Que seja exequível! Porque, senão, nós vamos colocar um Código Florestal, para amanhã ou depois estar correndo atrás. E, quando digo exequível, não estou aqui estimulando anistia e desmatamento. Longe de mim! Essa questão da anistia, que estão tentando rotular de anistia, nasceu. Está aqui o Ministro Stephanes e o Ministro Minc, estimulado pelo Presidente Lula. Era julho de 2009. Foi feito praticamente um TAC e para os produtores que fossem lá assinar um termo de regularização, criar um cadastro da área rural e se comprometessem em recuperar aquilo que tinha sido degradado, as multas seriam suspensas, mas depois da recuperação. Em momento algum, falou-se em anistia. Anistia é quando você perdoa sem o produtor fazer nada em troca.

Então, é esta questão que quero debater aqui. E quero dizer para cada um que aqui está que, ao contrário, às vezes sou veemente ao falar, mas não me traz um pingo em nenhum momento... Sou capaz de ouvir, e aquilo que for de bom senso, que traga equilíbrio e que seja o melhor para o meu País, eu estou junto para que a gente possa debater. Mas pelo amor de Deus, vamos reagir a esse discurso! O Brasil é, de longe, o País que tem a melhor agricultura, a mais produtiva e que preserva, tanto que preservou até hoje, 60.7 de suas florestas, contra o quê da Europa? Zero ponto três por cento! Estamos falando disto! Temos de nos orgulhar dos produtores brasileiros que conseguem produzir, com tamanha produtividade, sem degradar o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Eu quem agradeço, Senador Waldemir Moka.

Faço um apelo aos nobres Colegas Senadores, para que possamos ser disciplinados em relação ao tempo. Ainda temos oito inscritos, e estamos aqui desde às 8:30 da manhã.

Passo, rapidamente, a palavra, para a agilidade dos trabalhos, à Senadora Vanessa Grazziotin, reiterando o apelo em relação ao tempo de cinco minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou fazer um grande esforço, Sr. Presidente, mas eu começo logo pedindo isonomia em relação aos demais companheiros Senadores que aqui falaram.

Srª Ministra, comentava aqui com os Senadores Eduardo e Jayme Campos de como fico muito impressionada, muitas vezes, com a emoção que V. Exª coloca no debate, e que é importante. Agora, seria errado se fosse uma emoção que tirasse o equilíbrio, que tirasse o bom senso. Agora, quando a emoção chega ao bom senso, ela é fundamental. O Senador Moka é assim também, ele fala com muita intensidade a respeito do tema. Eu acho importante isso.

Mas, sem querer repetir o que falou o Senador Moka, também quero fazer uma referência ao Deputado Aldo Rebelo. Penso que o Deputado Aldo Rebelo talvez tenha sido um dos grandes responsáveis para o debate chegar ao ponto que chegou. Eu não sei se não fosse a presença do Deputado Aldo Rebelo, o envolvimento do Deputado Aldo Rebelo, com essa exata emoção demonstrada pelo Senador Moka e pela Ministra Izabella, se nós estaríamos aqui hoje, não só debatendo em uma audiência pública a mais, mas debatendo com prazo, no nosso horizonte, para votarmos a matéria. Isto é muito importante.

Srª Ministra, inicio repetindo as suas palavras. Acho que o pior dos mundos não é o que pode vir a ser o Código Florestal, porque eu confio que a gente vai fazer uma excelente lei para o Brasil, como a senhora confia, mas o pior dos mundos é o que nós vivemos hoje. Este é o pior. Aqui fala quem vive na Amazônia. E a gente vem tentando e fazendo um esforço muito grande, Senador Luiz Henrique, para fazer com que as coisas entrem na normalidade e na regularidade. Ouço dizerem: "Não, porque os países podem embargar, porque os nossos produtos podem ser barrados, são barreiras". Mas vejam em que mundo nós vivemos: Cuba sofre um bloqueio há 52 anos. E qual é a razão para o bloqueio de Cuba, Ministra? Nenhuma razão; é meramente política. Nenhuma razão! Porque o capitalismo internacional, quando quiser, ele barra, sem ter razão, sem ter justificativa, sem ter nada.

Olhem a nossa realidade: as leis ambientais são rigorosíssimas, elas são rigorosíssimas. No entanto, elas são aplicadas, Ministra Izabella? Fica aqui a primeira pergunta. Rigorosíssima. Estamos tratando de uma delas: o Código Florestal, mas quantas têm por aí, quantos decretos além da lei, Senadores Jorge Viana

e Eduardo Braga, elas são aplicadas? Então, acho que o caminho é este. Está correto. Vamos discutir, vamos resolver as pendências, vamos resolver as polêmicas, não é Senador Rollemberg, e vamos aprovar uma boa lei para o Brasil. Mas, no meu entendimento, a boa lei é aquela que pode ser aplicada. E nós – concordo plenamente – não precisamos ficar na disputa. O Brasil é, sim, uma potência na produção de alimentos. Dias desses, ao ler uma matéria oficial do Governo sobre a Embrapa que mostrava que daqui até 2020 ampliaremos nossa produtividade enormemente. Este tem de ser o nosso esforço: produzir mais em menor espaço físico. Este é o grande esforço. Somos uma potência alimentar, mas temos de ser, e somos também, uma potência ambiental. Este é o foco de tudo, Ministra.

Para não me alongar, eu gostaria de me deter a um ponto aqui já citado. Refiro-me à anistia. Pergunto a V. Exª: o projeto, como veio da Câmara, é um projeto que anistia? Se V. Exª me permitir, quero dar as minhas impressões, que podem não estar corretas, Senador Jorge Viana, o senhor que é um dos relatores da matéria, Senador Luiz Henrique.

A anistia pode ser analisada tanto no art. 33 como no art.13. No art. 33, não tenho dúvida alguma de que ali não há anistia; ali há uma repetição do Decreto nº 7.029, que foi prorrogado, no último dia 10, pela Presidenta Dilma e por V. Exª, que permite o ingresso...

(O Presidente faz soar a campainha.)

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...do agricultor – estou concluindo, Sr. Presidente –, seja pequeno, médio ou grande, para que recupere a área. E, uma vez recuperada a área, a multa finda. E por que a multa finda? Porque ele já pagou. Ele não pagou em espécie, ele pagou com a árvore, aliás, acho muito mais importante do que pagar em espécie, não é Ministra? Muito mais importante. Por exemplo, os pardais, no trânsito, não são para pegar dinheiro dos motoristas não, os pardais é para evitar mortes. Então, é a mesma coisa. A multa é o pagamento de árvore plantada.

Vamos ao art. 13, §7º. E aí, a Ministra sabe que eu mesma sempre discordei do Deputado Aldo Rebelo, no ponto da liberação da recomposição até quatro módulos. O Ipea mostrou isto em um estudo. Isto, para a Amazônia, pode representar, Senador Jayme, 50 milhões de hectares desmatados! E aí, qual seria a alternativa, Ministra? Acho que o importante desta audiência é trabalharmos alternativas. Qual seria a alternativa? Porque também é um princípio que temos de ter: diferentes se tratam de forma desigual. Eu acho que, neste aspecto, o grande e o pequeno estão sendo tratados de forma diferente, porque, até quatro módulos fiscais, mesmo o grande estará – eu não vejo sentido nisto – dispensado da recuperação. Sinceramente, eu não vejo... Infelizmente veio de lá assim, e não era um dos pontos mais polêmicos.

Por fim, o último questionamento diz respeito à questão do encaminhamento. Repito: quero concluir como eu iniciei. Acho que, lá no Estado do Amazonas, a gente tem sido um exemplo, ainda inicial, para o Brasil. Lá, o Senador Eduardo Braga, quando Governador, institui o Bolsa Floresta, que agora está sendo ampliada pelo Governo Federal. Por que isso? Por que essas iniciativas? Porque não adiante ter leis rigorosas e achar que isso é um problema de polícia. Isto não é um problema de polícia. Isto é um problema de desenvolvimento no Brasil, por que são agricultores que vivem no interior, por isso não adianta botar aqui no papel como está: "É proibido queimar". Está aqui. Mas lá, eles sequer sabem ler direito, não tem acesso a nada. Eles vão queimar. Eles não têm a ferramenta para arar, para limpar a terra. Então, junto com a lei tem de vir o instrumento. Eu pergunto a V. Exª, Ministra, qual a estrutura do Ibama, e de outros órgãos ambientais, para atender a demanda da regularização, que não vem só a partir do Código Florestal, já está nas leis do Terra Legal e do Mais Ambiente? A Ministra sabe, e tem sido fantástica com o meu Estado, e tenho certeza de que com o Brasil, mas o Terra Legal, no Amazonas, ainda não expediu sequer 29 títulos. Então, qual a estrutura que tem o Ibama para fazer com que as leis sejam aplicadas e a gente tenha aquele clima de segurança jurídica que a gente tanto precisa e tanto quer?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigada, Senadora.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quantos minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perdi a conta.

Quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin pela sua intervenção e, mais uma vez, fazer o apelo no sentido de – sei que é um tema da maior importância, tenho evitado inclusive interromper as falas dos nobres Senadores e Senadoras – que, na medida do possível, S. Exªs atentem para o tempo, para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Peço desculpas pela insistência.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srª Ministra, em primeiro lugar, quero dizer que faço votos para que esta nossa audiência pública seja mais uma de muitas que a gente faça daqui até a aprovação desta matéria, porque acho fundamental que este tema seja debatido exaustivamente, tão

exaustivamente ao ponto de as crianças compreenderem. Acho que temos de fazer muitas transmissões ao vivo, com um debate completamente transparente, para que as crianças compreendam, porque estamos aqui discutindo sobre as futuras gerações. E a nossa responsabilidade com o pacto de gerações nos impõe cuidar das futuras gerações. E elas serão diretamente impactadas com a decisão que tomaremos aqui com a votação deste Código Florestal em debate.

O primeiro aspecto, Srª Ministra, que eu gostaria de refletir, diz respeito exatamente aos quatro módulos de isenção de recomposição.

Sabemos que os módulos têm variação de extensão nas várias regiões do Brasil. Por exemplo, na Amazônia, especificamente, quatro módulos podem chegar até 400 hectares; em Santa Catarina talvez não chegue a 100 a soma de quatro módulos. Então, neste sentido, quero refletir sobre a possibilidade de, ao invés de deixar um número que não é autoexplicativo, se não é o caso, estabelecermos um número X de hectares, considerando exatamente os pequenos. Porque a gente sabe que pequeno no Brasil, seja no Norte seja no Sul, eles não têm extensão maior que 100 hectares, por exemplo. E a gente poderia estabelecer um corte que, ao mesmo tempo, pudesse atender a todos. Por quê? Porque essa preocupação para com os quatro módulos a gente pode estar falando da possibilidade de 30 milhões de hectares a mais que vão ficar suscetíveis à devastação. Estes 30 milhões de hectares podem até chegar a 50 milhões de hectares. O que estamos falando? Isto está exatamente na contramão dos compromissos que o Brasil assumiu em Copenhague no Cop 15. Assumimos o compromisso de redução de emissões. E, pela redação dada aqui, nós não estamos contribuindo para que o Brasil cumpra com a meta estabelecida. E mais: se cumprirmos a meta estabelecida em Copenhague, vamos gerar 1,01 gigatoneladas de CO_2, vamos sequestrar, vamos diminuir essa emissão. Agora, só com esses hectares a mais que estamos permitindo com estes quatro módulos, vamos gerar pelo menos 18,04 gigatoneladas de CO_2, ou seja, pelo menos 18 vezes mais emissão de gases a partir dessa permissão a mais para esses módulos.

Outro aspecto que eu queria reforçar, que diz respeito diretamente à Amazônia, é que, hoje, na Amazônia, temos uma atividade que está gerando grande impacto econômico, grandes possibilidades de ascensão social do pequeno, e que tem também restrições. Por exemplo: a piscicultura. Hoje, para se fazer um açude tem-se liberdade de até um hectare. E vejam que, em se tratando de água na Amazônia, o impacto é mínimo. Então, acho que poderíamos estudar – para beneficiar os pequenos, porque os pequenos estão altamente interessados em piscicultura –, para ampliar isso para pelo menos cinco hectares, para utilização em área degradada. Fazer cinco hectares de lamina d'água não é agressivo ao meio ambiente. Então, acho que poderíamos pensar em alguma coisa aqui, uma emenda que permitisse a produção de até cinco hectares de lâmina d'água e a gente ter a liberação, desde que seja em áreas já degradadas, áreas já antropizada. Isso não vai implicar em impacto negativo ao meio ambiente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para finalizar, Sr. Presidente – eu ainda tenho alguns segundos –, eu quero dizer que, quando Chico Mendes promoveu o "Empate", ele não tinha ainda a proposta exata do que ele queria no futuro, mas ele sabia que o modelo de desenvolvimento que estava sendo executado na Amazônia não era adequado. Ele falou: bom, se não temos ainda o adequado, pelo menos vamos promover um "Empate": vamos parar e vamos pensar. Tem determinados momentos que o melhor que a gente tem de fazer é empatar o jogo e adiar um pouquinho a discussão. Então, acho que a gente não tem de aprovar esta matéria aqui a toque de caixa. Nós temos de refleti-la, profundamente, em todos os seus aspectos. E nós temos, sim, todas as possibilidades de fazer um Código Florestal á altura da exigência do povo brasileiro. O povo brasileiro está muito preocupado com nossas florestas, sim! Por que esse é nosso diferencial e é nosso passaporte para o respeito internacional. Nós temos possibilidade, sim, de continuar produzindo muito alimento e mantendo essa nossa marca de sermos, sim, o G-1 da sustentabilidade. Acho que essa responsabilidade está nas mãos de nossos eminentes Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana. Eu torço para que as biografias de V. Exªs sejam eternizadas como as dos que assinaram o melhor Código Florestal para o Brasil e para o planeta, para a atual geração e, fundamentalmente, para as futuras gerações.

Eu, sinceramente, estou confiante de que nós Senadores vamos nos orgulhar muito dos relatórios que V. Exªs vão submeter ao Plenário e nós vamos fazer o melhor trabalho para o bem do Brasil, para a geração atual e, fundamentalmente, para as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aníbal Diniz. Acho que a Mesa vai instituir incentivos legislativos para quem cumprir o tempo. A fome acelera...

Com a palavra, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou me esforçar bastante para cumprir o tempo.

Sabemos que o debate é necessário e longo e as questões são muitas, Ministra Izabella. E a ansiedade de ter V. Exª em nossa Casa é que faz a gente extrapolar, eventualmente, o tempo.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, como já colocaram, o Brasil realmente é um País com dimensões continentais com diferentes solos, topografias, climas, vegetação e assim por diante. O Código Florestal, pelo que estou vendo, Srª Ministra, ele é colocado a partir das águas e começando por suas nascentes, delimitando 50m, depois a 30m e vai até 600m, salvo engano... Até 500m para rios acima de 600m. Eu acho que é uma incoerência, neste primeiro ponto, porque, vejam só, nós temos, com rios até 10m de largura, a exigência mínima de 30m por margem; até 50m de largura vai até 50m de margem. As nascentes, elas começam com centímetros: de um a dois centímetros e assim vão crescendo.

Eu acho que o Brasil – eu sou do Paraná que tem uns cinco grandes rios – tem de levar em consideração um aumento gradativo. Eu acho que se nós tivéssemos uma proposta de, pelo menos, 15m de início, até 10m, Ministro Stephanes, de largura e se nós diminuirmos para 15m a mata ciliar, eu acho que seria de grande prudência. E há uma incoerência, porque, como disse o Senador Pedro Taques, essa lei tem algumas falhas e a gente tem de corrigir aqui no Senado, Senador Cassol. Mas se nós olharmos os §§ 2º e 4º do art. 4º, ele vai dizer o seguinte: que, para os reservatórios artificiais, até cinco hectares, por exemplo, é liberado. E os reservatórios artificiais, isso na zona rural, eles são feitos a partir de onde? A partir de nascentes. Então, como é que você libera zero mata ciliar para reservatórios artificiais. Então, há alguma situação... Lógico que nós entendemos que, em áreas já utilizadas, parece-me que está liberada a continuidade de atividades agro-silvo-pastoris, Então, a gente tem de olhar isso com bastante calma, porque realmente pode trazer alguns constrangimentos. E, também, como colocou o Senador Suplicy sobre a questão do Vale da Ribeira – e o Paraná também é atingido por regiões como essa... É um problema... Eu acho que a gente tem de ver uma compensação, até mesmo financeira para esses proprietários que, talvez, não vão conseguir mais desmatar, porque aquele que desmatou 80% ou mais de suas propriedades no passado, eles vão poder continuar utilizando... E aqueles que nunca utilizaram sua propriedade para finalidade agrícola, como é que vai ficar isso? Acho que a gente tem de cuidar muito com relação a isso.

E, para finalizar, Sr. Presidente, eu acho que essa questão dos módulos, – até quatro módulos fiscais, ele tem... Uma situação que foi colocada em um... Está lá no art. 8º, o polêmico art. 8º, que ele é por propriedade. Então, se um proprietário tiver o equivalente a 10 módulos e divididos em três ou quatro propriedades, ele pode ser um grande proprietário ou um médio proprietário, mas pode ficar restrito a módulos e não vai precisar recuperar.

Então, acho que são questões, Ministra, que nós vamos ter realmente de conversar. Era o que tinha... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Sérgio. Quero dizer que sua conduta foi exemplar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – Obrigado. Com alegria, quero cumprimentar o Presidente, nossa Ministra Izabella Teixeira, toda sua equipe o nosso abraço e o nosso obrigado.

A maioria das perguntas que eu iria fazer já foi respondida pela senhora e que já foram feitas pelos meus Pares. Mas eu queria aproveitar aqui... Os decretos que foram reeditados: 6514, 7029 e o 4794, infelizmente, mais uma vez, tratam a região amazônica com uma grande diferença. Continua exigindo (ficou de fora nesse decreto) averbação permanente das áreas até que se discuta o Código Florestal, Srª Ministra.

Nós não podemos mais aceitar... E olha tem muitas vezes... Olha o que aconteceu no passado aqui: criava-se uma política agrícola para o centro-oeste e o sul, e o norte sempre ficava de fora. Então, nós sempre fomos cobrados por tudo e, infelizmente, na verdade, nós tínhamos de ter a igualdade para todos. Além disso, eu vejo muito as pessoas discutirem que, se não nos adequarmos à questão ambiental, os países consumidores não vão adquirir nosso produto. Até hoje não conheço um caso! Eu falava com o ex-Ministro – e falava ainda agora há pouquinho também – que não conheço um caso de um país deixar de comprar de outro país porque não tinha regularização ambiental. Até hoje não existe! O que nós temos de ter, na verdade, é compensação por aquilo que a gente preserva e que a gente cuida.

Eu queria aqui levantar um problema no Estado de Rondônia, e a senhora é testemunha disso, porque a senhora acompanhou na época da ex-Ministra, hoje Presidente Dilma, quando nós fizemos uma permuta com a Flona do Bom Futuro. E houve um acordo assinado entre o Ministério do Meio Ambiente, entre Chico Mendes, IBAMA, com o Palácio do Planalto e com o Governo do Estado de Rondônia quando fui Governador. E, infelizmente, funcionários do IBAMA e

Chico Mendes iam dentro da Flona do Bom Futura e colocaram multas exorbitantes, colocaram multas impagáveis, quando houve o acordo da permuta de 180 mil hectares de terra por 144 mil hectares de terra. Então, estou aqui, Ministra, defendendo esses produtores quando houve um acordo com o Palácio do Planalto e, infelizmente, a equipe e e todo o pessoal iam com a caneta e tratavam os produtores como bandidos.

Eu tenho defendido na tribuna e muitas vezes as pessoas pensam que, Ivo Cassol, Senador, está legislando em causa própria. Eu quero aqui deixar bem claro: sou proprietário de terra, e a minha propriedade eu tenho 50% preservada. Eu tenho 50% preservado! Se a senhora me perguntar: você tem multa no seu CPF? Eu tenho várias! Sabe por quê, Ministra?... Só queria pedir aos colegas para falarem mais baixo, por gentileza, porque agora é minha vez.

Por que eu quero me referir a isso, Srª Ministra? Eu fui Governador e fui autuado várias vezes pelo IBAMA porque o Estado estava abrindo uma estrada. Olha o que fizeram? O meu CPF tem muitas. No meu CPF há multa de quando o Estado foi abrir estrada e nem sequer o fiscal do IBAMA foi lá para ver se o Estado tinha autorização para fazer aquela estrada. Fui multado, em meu CPF – de novo –, em propriedade dos outros, em uma usina de álcool próxima da minha propriedade. E eu tenho 50% de preservação ambiental... Eu falo isso em todos os locais, falo isso na tribuna, em tudo quanto é lugar. Então, não estou legislando por causa própria. Eu sou exemplo como produtor brasileiro.

Agora, o que eu defendo? Que o setor produtivo seja tratado com respeito pelos organismos ambientais, pelos ambientalistas. Eu quero até parabenizar a senhora e sua equipe. Eu sou muito franco: pela primeira vez (pela primeira vez), o Ministério do Meio Ambiente é ocupado por técnicos, porque até há pouco tempo atrás era ocupado, infelizmente, por pessoas que só queriam aparecer na televisão, aparecer com o microfone. Só aparecer para a mídia... Se nós formos prender, botar na cadeia, Srª Ministra, quem cometeu crime ambiental, com certeza, os ex-ministros do passado iriam para a cadeia, porque eles não cumpriram a legislação que estava aí. Deixaram, no Rio Grande do Sul, plantar uvas nas encostas, deixaram plantar maçã no sul de Santa Catarina, nos morros. E, infelizmente, isso vinha acontecendo. Tinha lei e, décadas após décadas, essas leis não foram cumpridas.

Na Amazônia, em nossa região, Ministra, eu vou contar um fato que aconteceu na década de 80, de um senhor, que mora na linha 45, cujo nome é Taboca. Ele, Srª Ministra, o Sr. Taboca, desmatou 100 hectares de terra, Sr. Presidente. E o Governo Federal o premiou com 500 hectares de terra porque ele derrubou 100 hectares. Ele derrubou! O Governo Federal – e já havia uma legislação de que tinha de preservar 50% – premiou ele porque ele derrubou 100 por cento. Premiou e deu mais 500 hectares de terra a ele. Foi o Governo Federal que fez isso.

Então, o que eu estou defendendo aqui? Estou defendendo nossos produtores brasileiros. Da maneira como a senhora falou aqui de São Francisco, quando a gente fala da APP, como é que vai ficar a situação lá dos produtores de frutas de Petrolina, das encostas do rio São Francisco? Dessas pessoas que, no passado e no presente – pouco tempo atrás – foram incentivadas a ocupar aqueles espaços. Eu ouvia de nossa Senadora, Gleisi Hoffmann, agora nossa Ministra, quando nós debatíamos aqui no Senado, ela dizia que, no passado, os produtores do Paraná, para terem direito ao crédito bancário, eram obrigados a desmatar. Então, nós não podemos, de maneira nenhuma, a aceitar que esses produtores, que foram incentivados pelo próprio Governo, simplesmente passem a tratar esses produtores como bandidos.

Outro passo importante por que tenho lutado – e foi também no passado como Governador e, agora, como sugestão – é que vejo os ministérios gastando milhões de reais com Força Nacional, com força não sei do quê, com força não sei do quê, com armas em punho para tentar diminuir o desmatamento e invasões em áreas de preservação. Eu tenho sempre dado uma sugestão: por que não criar uma bolsa, um salário para que essas pessoas, em torno dessas áreas de parque estadual (área biológica), fiquem nesse entorno, porque um salário mínimo é mais barato do que uma diária de um policial federal que sai daqui para ir à Amazônia. Em 2009, foi gasto cento e oitenta e seis milhões com diárias. Se tivéssemos feito isso, com certeza, Ministra, nós vamos conseguir cuidar e conseguir cuidar de todas essas áreas de florestas que temos na Amazônia e no Brasil inteiro. Então, agradeço a oportunidade e quero dizer a senhora que vou continuar a defender os produtos do Brasil. E, infelizmente (infelizmente), eu tenho meu CPF sujo, porque nós temos alguns fiscais que, infelizmente, para atender aos QI, aos "quem indica" esses fiscais na região, e para poder amedrontar e tentar diminuir a ação do governador, mandavam aplicar a multa para ver se conseguiam me calar. E quero dizer que não me calo, porque respeito a lei e, ao mesmo tempo, cobro de todo mundo. É por isso que tenho que dar o exemplo.

Só para encerrar, Sr. Presidente, quero parabenizar os governadores, tanto o do Amazonas, como o do Mato Grosso e o do Acre. Se houve redução de desmatamento na Amazônia, com certeza, 80%, 90%

foi por ação nossa. Porque, no passado, infelizmente, a senhora sabe, nos seis anos em que Marina Silva foi Ministra do Meio Ambiente, ela não me deu um carrinho de mão para ajudar a preservar a Amazônia, para ajudar a cuidar de Rondônia, ela não me deu uma cibalena, ela não me deu uma bala para ajudar a cuidar da nossa Amazônia. Só mandou a polícia para me prender. Quem conseguiu fazer esse trabalho de diminuição foi a parceria dos governadores.

Então, eu queria aqui deixar como sugestão: tragam os governadores, tragam os prefeitos, tragam a sociedade para a responsabilidade, porque eles são as molas propulsoras na ponta, onde está o problema ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Nós temos mais dois inscritos apenas. Seriam três, mas um não está presente. Dos presentes, o Senador Eduardo Braga e o Senador João Pedro.

Vou sugerir o seguinte encaminhamento: vamos ouvir os inscritos e, em seguida, passamos a palavra à Ministra para fazer as considerações, os comentários a respeito das falas dos Senadores e o encerramento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Rodrigo, o Dr. Eduardo Braga, nosso Senador, disse que vai ser uma indagação do tamanho do Estado do Amazonas. Então, por volta das 16 horas é que vamos terminar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Eduardo Braga é conhecido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Eduardo Braga é conhecido pela sua objetividade.

O SR. EUDARUDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Qual é o critério da proporcionalidade de tempo para cada Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O tempo é o do bom senso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O tempo é o do bom senso? Porque, aqui, é o seguinte: eu ouvi o Blairo por dezessete minutos. E como tenho razoável boa memória, posso pedir, pela tradição da Casa, como há precedentes, o critério da proporcionalidade territorial, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª não vai precisar disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Como colocado...

Ainda estou na questão de ordem. Ainda estou na questão de ordem. Na questão de ordem, Sr. Presidente. Na questão de ordem.

Um milhão quinhentos e vinte e oito mil quilômetros quadrados.

Então, pronto.

Sr. Presidente, não abusarei da paciência não só de V. Exª, bem como da nossa querida Ministra que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PSB – DF) – Embora seja um privilégio para todos nós poder ouvi-lo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dizer que me alegra muito ver que esta reunião está sendo realizada de uma forma absolutamente descontraída e distensionada. Eu acho que o primeiro grande mérito desta reunião é podermos ouvir Senadores que são de Estados produtores, que têm base agrícola e no agronegócio, e Estados que têm base na área florestal, na área do extrativismo, etc., e fazer isso com a descontração e o distensioamento que está acontecendo.

Quero cumprimentar e parabenizar a conduta e o posicionamento da Ministra Izabella Teixeira. Aqueles que conviveram comigo nos últimos dez anos sabem que, ao longo da nossa passagem pelo governo, etc., e como militante nessa área que discute a sustentabilidade, raras vezes tivemos a oportunidade de ter um interlocutor no Ministério do Meio Ambiente com espaço democrático para o diálogo como a Ministra Izabella Teixeira. Quero, portanto, começar cumprimentando e parabenizando V. Exª por esse comportamento. Esta Casa precisa reconhecer isso.

Em segundo lugar, quero dizer que ouvimos muitos produtores aqui representados por Senadores, e produtores que são importantíssimos para um país que tem a sua economia fundamentada no agronegócio, na mineração, no semielaborado, e que têm nas *commodities* algo extremamente importante para o fortalecimento da nossa economia.

No entanto, o Brasil também é o país que detém a maior área de floresta em pé do Planeta. E o Brasil também é aquele que detém a segunda maior floresta em pé do Planeta. Porque se formos levar em consideração as florestas como unidade nacional e se formos levar em consideração as florestas por bioma, nós também temos essas colocações. No entanto, toda a discussão que vemos sobre um código florestal é sempre colocada sob a ótica daqueles que produzem, sob a ótica daqueles que fazem a economia brasileira avançar. No entanto, se somos um grande produtor de soja e se 75%, segundo as conclusões do relatório do Ipea, da nossa área de lavoura temporária é de soja, milho e cana-de-açúcar, significa dizer que essas atividades

dão uma renda *per capita*/ano de produção valorada média da ordem de R$1.923,00 por hectare/ano.

Senhores, este País tem um equilíbrio que nós dá uma vantagem comparativa e que nós dá ritmos hidrológicos e que nos dá índices de produtividade que não são apenas em função da *expertise* e da competência do agricultor ou da empresa ou da agricultura brasileira. É também em função do clima, do ecossistema e do sistema ecológico que o Brasil criou. Não é porque outros países cometeram erros que vamos repetir os mesmos erros no Brasil. Não é porque os outros destruíram tudo que tinham que destruir que nós também temos que destruir. E não é porque o amazônida que nasceu num beiradão e que está sofrendo hoje com o fenômeno das terras caídas, como acabamos de acompanhar pela Defesa Civil, numa comissão especial temporária desta Casa, que vamos simplesmente ignorar que precisamos proteger as matas ciliares e as áreas de reserva legal deste País. E não há como querer tratar desiguais de forma igual. A grande discussão que permeia esta Casa é saber se seremos capazes de construir um futuro inteligente no Código Florestal ou se seremos incapazes de legar às futuras gerações um país que esteja equilibrado entre a potência do agronegócio e a nova economia verde que se implanta para o futuro milênio que se inicia.

Este relatório do Ipea, Sr. Presidente, merece ser lido e relido por esta Casa. E eu gostaria de citar alguns números do relatório do Ipea, para que não fique nenhuma dúvida.

Com relação às áreas menores do que quatro módulos fiscais, o número impactado de áreas de passivo de reserva legal na Amazônia é de 18 milhões de hectares. O número ainda há pouco citado pela nossa Senadora Vanessa Grazziotin, da ordem de 30 milhões de hectares, refere-se aos biomas nacionais – à Caatinga, ao Cerrado à Mata Atlântica, ao Pampa, ao Pantanal –, todos somados, Blairo. E aí, esse número é factível, é sustentável, do ponto de vista técnico, acadêmico e tecnológico. Não há como se discutir.

Outra questão, Senador Luiz Henrique: nas áreas maiores do que quatro módulos fiscais, mas atendendo o que diz a proposta da Câmara, estaremos, na Amazônia, também com relação ao passivo de reservas legais, acrescentando mais 12 milhões de hectares, o que fariam os 30 milhões de hectares ditos pela Senadora Vanessa.

Agora, o mais interessante de tudo é que o passivo nos imóveis com até quatro módulos fiscais isentos de recuperação na proposta do PL nº 1.876, de 1999, em relação ao passivo atual por bioma, na Amazônia, é de apenas de 14%. Se formos ver renda *per capita* neste País, a menor renda *per capita* está na Amazônia, o menor IDH do País está exatamente nas regiões mais excluídas da fronteira. Será que queremos também aqui, no momento em que discutimos a questão do Código Florestal, mais uma vez penalizar os brasileiros que vivem na Amazônia ou em áreas excluídas do sertão?

Eu quero aqui me solidarizar com o ex-Governador, Senador Ivo Cassol. V. Exª chegou à Amazônia antes da mudança da Lei do Bioma para 80%. Portanto, quando V. Exª diz que sua propriedade tem 50%, e eu creio na sua boa-fé, o senhor o fez diante de um determinado padrão legal. Agora, o que nós não podemos fazer é continuar sinalizando os equívocos para o futuro. Meu ponto de discordância, e não quero entrar aqui no tecnicismo em que ouvi vários Senadores adentrarem, porque isso nós faremos no tempo próprio e no momento correto, é se o termo legal, se a referência legal... Não, quero dizer apenas o seguinte: nós podemos transformar a reserva legal num ganho para o proprietário rural ou podemos transformá-la numa obrigação que penalize o proprietário rural. Para transformá-la num ganho, os incentivos econômicos podem e devem ser usados. Não se pode achar que vamos encontrar o equilíbrio nessa questão florestal sem dar valor econômico também para o carbono florestal, para o ritmo hidrológico que as florestas produzem, e sem remunerar isso.

Ouvi o Senador dizer que os quatro bilhões que estão sendo destinados pelo BPar para a compra do Carrefour deveriam ser colocados para financiamento da reserva florestal. Quero dizer que todo incentivo fiscal e financeiro para a recomposição da reserva legal e da Área de Proteção Permanente pode advir dos incentivos financeiros dos serviços ambientais. O relatório do Ipea diz isso na sua conclusão. Mas não podemos confundir quatro módulos fiscais de agricultura familiar com quatro módulos fiscais de produtores rurais. São coisas distintas, são coisas distintas. Não dá para fazer de conta. Temos que tratar a agricultura familiar como agricultura familiar e agricultura extensiva como agricultura extensiva, e não dá para querer fazer de conta. O impacto da redução da APP na Amazônia significa desbarrancamento, significa prejuízos enormes para o País e para a população que lá vive. E aqueles que fizeram esses desmatamentos, muitas vezes, já não estão lá na Amazônia, Senador Jorge Viana, como V. Exª sabe. No entanto, os caboclos que lá ficaram, os ribeirinhos que lá ficaram – aquela imagem bonita naquela região lá do Centro-Oeste, a que o Blairo ainda há pouco se referiu –, na Amazônia, as pessoas moram em palafitas na beira do rio. Até porque o rio é vida. V. Exª não vai ver nenhuma agricultura familiar na Amazônia provocando desbarrancamento. O que V. Exª vai ver são áreas degradadas e abandonadas,

que provocam, lamentavelmente, desbarrancamento, assoreamento e grandes prejuízos ambientais, sem nenhuma reposição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E foram embora. E foram embora...

E foram embora. E foram embora. Portanto, o que eu quero encerrar, até para não abusar da paciência dos senhores...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – *(Intervenção fora do microfone)* E não usar o território acreano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...e não usar o território acreano, em que pese tenha lá boa parte do sangue amazonense derramado para tornar aquele Estado independente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* Não queriam a nossa independência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E ainda foram buscar um pedacinho nosso, mas está tudo certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Está vendo, Jorge, como, às vezes, é melhor a gente aguardar.

Eu gostaria apenas de encerrar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – E já tiveram em Galvez um imperador estadual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Galvez, o imperador do Acre, não é um verdadeiro imperador. É um conquistador de um território importante para o Brasil, que é o território do Acre. Está vendo como eu defendo também o Acre?

Eu queria encerrar dizendo o seguinte: os estabelecimentos agropecuários, sobretudo a pequena propriedade familiar, deveriam ser estimulados a conservar e recuperar suas reservas legais de forma... E não vou fazer como V. Exª fez com o meu Senador João Pedro. Eu vou ficar apenas na posição de aluno, ouvindo o professor, o médico, o químico e o doutor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – O assunto é com a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ainda há pouco, quando o Senador Moka disse que as áreas da Região Norte eram as áreas que estavam sendo multadas e autuadas, eu gostaria de me referir, simplesmente, às áreas de passivos de reservas legais a serem anistiadas pelo PL nº 1.876/99, no cenário 2. E aqui diz o seguinte: as áreas anistiadas, como V. Exª bem disse, são nada mais nada menos do que 24 milhões em áreas da Amazônia em quatro módulos fiscais menor e, maior que quatro módulos fiscais, 18 milhões de hectares.

Eu gostaria de dizer o seguinte: este incentivo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Senador, eu só estava dizendo que, quando a Senadora Vanessa referiu-se a isso, ela citou o número de 30 milhões de reais...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não. De hectares.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – De hectares. E eu ia dizer exatamente isto: que, na verdade, são apenas de 18 milhões de hectares.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, na realidade, é que o senhor teve que atender outro compromisso. Eu iniciei a minha fala exatamente por aí e gostaria de concluir a minha fala, dizendo apenas o seguinte: deveriam ser estimulados a conservar e recuperar as suas reservas legais de forma a auferir rendimentos, mediante o uso sustentável da floresta. Esse incentivo poderia vir por meio de políticas de estímulo ao uso sustentável da reserva legal.

Srªs e Srs. Senadores, Srª Ministra, Presidente da Comissão de Agricultura, relatores do Código Florestal, o Código Florestal brasileiro não pode ser apenas o Código Florestal dos produtores agrícolas. O Código Florestal brasileiro não pode ser apenas o Código Florestal do agronegócio. O Código Florestal brasileiro tem que ser, como foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam, o Código Florestal dos brasileiros. Amazônidas são brasileiros. Para este Código Florestal ser para os brasileiros, nós precisamos colocar, no Código Florestal, os aspectos da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Desenvolvimento sustentável sem o aspecto social na Amazônia não é desenvolvimento sustentável. E todos os que me conhecem sabem que eu defendo a agricultura brasileira. Agora, defendo uma agricultura inteligente, defendo uma agricultura que possa equilibrar os ganhos e as vantagens comparativas que o Brasil alcançou pela respeitabilidade de ser do G1 na questão do meio ambiente.

E essa questão da sustentabilidade só não emplacou inteiramente na COP15 porque era o momento certo na hora errada. Se a crise econômica não tivesse alcançado os Estados Unidos e a Europa durante a COP15, o Presidente Lula teria saído de lá não apenas como o grande líder da mudança do comportamento do cenário nacional e do cenário internacional com relação à questão da sustentabilidade, mas também como aquele que viabilizou as compensações financeiras dos serviços ambientais. O Congresso Nacional e o Senado da República estão diante desta oportunidade porque, no caso brasileiro, nós estamos no momento certo e na hora certa. O Brasil não vive...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, antes de V. Exª encerrar, só para que eu não fique omisso. Eu só quero dizer a V. Exª que, quando os produtores rurais se organizam e se mobilizam na defesa de um Código Florestal, eles o fazem pensando exatamente neste País – pode ter certeza V. Exª. No meu Estado, o Pantanal – quiçá o bioma de longe mais preservado deste País –,, quem preservou há mais de 250 anos este grande bioma foram exatamente os produtores rurais, os pantaneiros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu não vou aqui estabelecer um debate paralelo nem uma polêmica com V. Exª, até porque V. Exª sabe do bem e do carinho que tenho por V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não desejo isso, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas dizer o seguinte: tenho a maior admiração pelo Pantanal, tenho a maior admiração pelo Mato Grosso do Sul, mas quero dizer a V. Exª que não dá para deixar de dizer que, se este Código Florestal é o código dos brasileiros, Ministra, o Governo brasileiro, através da bancada de sustentação do Governo no Senado da República, precisa bancar a inclusão dos incentivos financeiros do serviço ambiental neste Código Florestal e deixar de tratar a reserva legal e a APP como um problema, e, sim, como um ativo do bem, que vai melhorar a renda *per capita* dos pequenos, que vai melhorar a renda *per capita* dos brasileiros que guardam o grande patrimônio ambiental, social, biológico deste País e deste Planeta, que são os amazônidas, que não estão incluídos entre os produtores agrícolas, que não estão incluídos sequer hoje na agricultura familiar. Eles estão incluídos entre os extrativistas que vivem na floresta e dependem da floresta. Muito obrigado pela paciência e pela compreensão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Encerrando as inscrições, os inscritos, passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Como eu sou do Amazonas, é o mesmo tempo. É o mesmo território.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aliás, eu acho que o Senador Eduardo Braga já usou o tempo do Amazonas inteiro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Senador Acir, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, eu quero registrar a importância de o Senado retomar o debate sobre o Código Florestal, Presidente, Srª Ministra, de o Senado retomar, de forma pública, o debate sobre o Código Florestal, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, com a presença do relator. Quero chamar a atenção para a importância da paciência do nosso querido Jorge Viana, que é engenheiro florestal – penso que isso ajuda –, que é de ume Estado importante do ponto de vista do território amazônico.

E quero fazer um parênteses aqui sobre esse debate dos últimos meses, porque a proposta tramita aqui há alguns anos, na pessoa da nossa Ministra Izabella. Eu sei que V. Exª sobre esse debate sempre esteve disponível para o Brasil todo. Esteve na Câmara, no Senado. É mais uma volta ao Senado. É evidente que V. Exª inaugura um processo novo aqui por conta do debate que tramita no Senado. Sei que V. Exª esteve na Avenida Paulista, na Fiesp, debatendo, colocando as ideias de Governo, as ideias de V. Exª. Quero dizer aqui de Parintins, lá no Amazonas, quando V. Exª passou um dia ouvindo populações tradicionais, organizações ribeirinhas, instituições que trabalham a Amazônia, que trabalham a água, a floresta. Enfim, eu quero destacar isso como uma agenda positiva e um esforço de Estado que V. Exª tem tido no sentido de construir o Código Florestal.

Pois bem. Pelo adiantado da hora, Presidente Acir, o que eu espero aqui, no Senado? O Senado é um espaço onde nós podemos melhorar o Código Florestal. Eu guardo uma expectativa de que a Presidenta Dilma não precisa vetar absolutamente nada. Nós temos esse compromisso. Nós temos o dever de pensar pelo Estado brasileiro. Não podemos... É um erro para o Brasil, para o Estado brasileiro, para o Código Florestal se nós fizermos aqui uma divisão entre produtores de grãos e ambientalistas. Eu acho muito pequena essa equação. Não ajuda o Brasil.

Quero chamar a atenção na direção do Senador Jorge Viana. Nós não podemos desprezar contribuições como as do Ipea. Não podemos. Não podemos desprezar a contribuição da sociedade brasileira para o progresso da ciência. Está aqui, na Casa, no Brasil, no debate. Não podemos, Presidente Acir, desprezar as observações da Agência Nacional de Águas, da carta que foi feita para a Nação deste grande brasileiro, deste grande geógrafo que é Ab'Saber. Será que nós não podemos ter calma e ouvir essas contribuições? Será que nós temos que travar aqui uma batalha menor, porque é menor? Então, quero dizer que nós precisamos trabalhar essas contribuições. Eu quero chamar a atenção do Senador Jorge Viana para as contribuições relevantes, profundas dessas instituições. Nós podemos fazer isso e melhorar o Código Florestal. Não tem nenhum desmérito, não desqualifica o Deputado Aldo, não desqualifica o que veio da Câmara dizer que nós temos que melhorar o Código Florestal que tramita no Senado da República. Fazer aqui um diálogo com o Senador Moka. A Emenda nº 164 piorou. Nós

tínhamos um acúmulo, porque ela chegou aos 45 minutos do segundo tempo, o acúmulo que o Deputado Aldo conseguiu, no âmbito da comissão especial, com as audiências públicas, percorrendo o Brasil todo. Foi muito ruim você mexer no art. 8º e empurrar, naquela hora da noite, a 164.

Eu gostaria de ouvir da Ministra Izabella – sei que V. Exª já comentou... Hoje nós estávamos simplesmente votando a Unasul, no Senado, na Comissão de Relações Exteriores. E eu deixei de ganhar por não participar do início desta audiência pública meritória e importante para nós fazermos o melhor código para o Brasil. Tive que ficar na Comissão de Relações Exteriores porque era votação da Unasul. E votamos.

As atividades agrossivopastoris, que vieram no texto, justamente na APP. E o Senador Eduardo Braga chamou a atenção para isso. Chamou a atenção para isso.

Então, quero finalizar – e gostaria de ouvir um comentário – no sentido de fazer um substitutivo, uma contribuição concreta nesse debate, no texto, para construirmos esse Código comprometido com a vida.

Mas não pode ser a indignação apenas parcial de um setor do Congresso e da sociedade, em relação ao cidadão que desmata, utilizando correntes na mata da Amazônia, seja no Acre, seja em Mato Grosso. Nós temos de ter indignação. Isso é um bem! Isso é um bem!

Sou daqueles que querem duplicar a produção de grãos do Brasil. Se nós olharmos o mundo, ainda é pequena a produção de grãos de 150 milhões de toneladas. E nós podemos: por que não dobrar isso com tecnologias? Mas sou daqueles que são peremptoriamente contra aquela concepção do século XIX, de sair derrubando a floresta, para crescer, para desenvolver. Então, defendo a floreta em pé.

E podemos ter renda, ganhar dinheiro, ter tanta coisa boa, inclusive para a agricultura, com a floresta em pé.

Então, temos de olhar, de forma estratégica, para a floresta que temos, principalmente para o território amazônico.

Então, Srª Ministra, espero que esta seja a primeira iniciativa das duas Comissões, de Agricultura e do Meio Ambiente. Temos de criar aqui um clima de um bom debate, de um debate profundo, para que o Senado dê uma contribuição ao Brasil, em defesa da vida, da floresta, da produção. Nós temos de encontrar esse ponto; temos de olhar principalmente o presente, mas comprometidos com o futuro do Brasil e do planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador João Pedro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador... Senador Acyr, permita-me, é apenas para que não paire nenhuma dúvida. Quero dizer o seguinte: a emenda nº 164 é do meu partido, o PMDB, que foi aprovada, salvo melhor juízo, pela maioria, com trezentos e tantos votos favoráveis. Então, é no mínimo um texto que merece ser discutido. E será discutido.

E vamos ter de adotar o mesmo critério: aquilo que não for convergente... Quero crer que a Amazônia está satisfeita. São 84% preservados. Agora, quanto aos outros Estados, ao de Mato Grosso do Sul, pelo menos, nós precisamos, sim, das nossas áreas, para que possamos, realmente, produzir, até que o nosso Estado possa passar por um processo de agroindustrialização, que não é o caso do perfil do grande Estado do Amazonas, que tem outros incentivos.

Evidentemente, aí concordo com o Governador: vamos discutir aqui incentivos. Então, para manter floresta em pé, para manter a área da reserva legal, vamos fazer com que o produtor rural receba por isso, porque aí vai haver uma compensação. O que não se pode fazer é simplesmente tentar criminalizar o produtor, até porque – vou encerrar – são 60 bilhões. Isso é o que produz a nossa agricultura, a nossa pecuária, a nossa carne.

Todo o resto produz um déficit de 41 bilhões. Tudo que se produz. O superávit brasileiro, o agronegócio paga tudo isso, os 40 bilhões, e gera um superávit de 20 bilhões. Então, não dá para não levar em conta o que é isso para o País.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Só para esclarecer: não temos mais nenhuma emenda, temos um texto único. E vamos estudar o texto único como um todo; é o texto que vamos debater.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para que fique clara a nossa posição, primeiro, mais uma vez, quero aqui reafirmar a minha admiração, o meu respeito pelo Estado importante do Mato Grosso do Sul, pela representação importante do Mato Grosso do Sul, não só na economia como no Senado da República brasileiro, e, de forma muito especial, pelo Senador Moka. Só gostaria de dizer que, na pauta de importação brasileira, o Brasil importa fertilizantes, o NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio. Portanto, nós precisamos analisar essas balanças econômicas e esses saldos comerciais, analisando cada um dos nossos segmentos, com a importância e a responsabilidade necessária para os impactos macroeconômicos e para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Passo a palavra, agora, para a Ministra Izabella Teixeira, para comentar os assuntos abordados pelos nossos Senadores.

Muito obrigado.

Pode, Ministra. Fique à vontade, por favor.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Então, vamos lá, pelo adiantado da hora e pela fome, que já foi sinalizada aqui, pelo adiantado da fome, mas na expectativa de uma agricultura sustentável, para resolver esse problema da fome – e orgânica, se possível, não é Senadora Maria Rita? –, vou fazer alguns comentários sobre pontos que destaquei como os mais importantes, até porque foram rebatidos em falas.

Quero, mais uma vez, reiterar o nosso compromisso de estar à disposição desta Casa, para toda e qualquer interlocução de natureza técnica, a respeito do Código Florestal.

É uma matéria, como foi dito por vários Senadores, absolutamente estratégica para o desenvolvimento sustentável deste País e um dos pilares da política ambiental brasileira, que é reconhecida mundialmente como uma política inovadora, que na realidade traduz ganhos para o Brasil.

A primeira questão a que vou fazer referência aqui diz respeito ao que foi citado pelos senhores, ao entendimento sobre a anistia ou sobre a não anistia, enfim. É bom termos esta oportunidade para esclarecer.

Dois aspectos são importantes, e a própria Senadora Vanessa Grazziotin, que está ao telefone, também sinalizou essa preocupação dela. O Decreto nº 7.029, que coloca o Programa Mais Ambiente e que traz a perspectiva de regularização ambiental de quem desmatou ou não cumpriu a lei, enfim, trazendo todos para a legalidade, vincula isso à recuperação.

O art. 33, como saiu na redação – e aí é importante sinalizarmos que não vou avaliar a intenção, porque isso é muito subjetivo. Estou lendo o texto. Na realidade, no § 5º, ao garantir a legitimação para todos os fins, garantindo a manutenção de todo o uso consolidado, ele deixa incoerente o texto sobre o que vai ser recuperado.

Então, essa é a leitura que leva ao entendimento de "anistiou". Mais uma vez, Senador Moka... Ouço o senhor, e é muito interessante, porque não só o senhor, mas vários Senadores e Deputados ligados à agricultura, nas suas falas, explicitam que não é isso. Correto. Mas, quando o texto diz, quando se escreve... O texto está escrito, e isso permite leituras, que são derivações daquilo que os senhores discutiram. Então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, Ministra, a contribuição aqui é fazer um texto que não deixe isso...

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – É isso... É isso...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ... porque essa nunca foi a intenção nossa.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Por isso estou sinalizando, estou procurando ser objetiva. E não tenho nenhum tom aqui de dizer que está errado. Estou dizendo apenas o seguinte: como Ministra de Estado e como responsável pela formulação e implantação da política ambiental, vejo que isso não só leva à insegurança jurídica, como também a outras janelas. Tenho certeza de que a maioria das pessoas com quem tive interlocução nesta Casa, no Senado e no Congresso – já estive discutindo neste Senado, em outras reuniões, até antes de chegar o Código Florestal aqui, inclusive com o senhor, com a Comissão de Agricultura, e fora daqui, na Câmara e em outras instâncias: não é a intenção.

Então, temos de trabalhar duramente no pente fino, para entender quais são as situações que devem ser reconhecidas e como o texto acolhe essas situações com segurança jurídica. Então, estou aqui dando o esclarecimento de que não podemos legitimar tudo que foi feito antes da data tal, sem critério. É essa objetividade que a lei tem de ter.

Ouvi o Senador Ivo Casso, com os 50% dele: o direito intertemporal tem de estar assegurado para ele, porque ele cumpriu a lei. O senhor casou também lá, porque, para ganhar a terra, tinha de casar e desmatar.

Então, na realidade, temos de assegurar que a redação do direito intertemporal colha todas as situações e não gere as chamadas zonas de sombra, que leva à imperfeição jurídica do texto.

É importante...

Os senhores são impossíveis. O Senador Blairo... É um trio ternura aqui. Mas, enfim...

É importante assegurarmos tanto para a agricultura quanto para a pecuária que possamos melhorar e muito. E devemos continuar a pesquisa, o incentivo à pesquisa, com eficiência, etc.

Eu visitei a Embrapa recentemente. Exatamente na implementação de algumas políticas que estamos fazendo no Ministério, desde um programa de agroecologia até as questões climáticas. E, para minha surpresa, confesso que eu não sabia disto – pena que o Deputado Stephanes saiu –, foi a primeira vez em que um Ministro do Meio Ambiente visitou a Embrapa, segundo declarações da diretoria da Embrapa.

E nós estamos com uma parceria ampla de interlocução com a Embrapa, exatamente para atuar nesse novo quadro jurídico-institucional e de governança ambiental sobre a produção sustentável da agricultura brasileira e da agricultura de baixo carbono.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ministra, por isso parabenizei a senhora. Pela primeira vez, o

Ministério do Meio Ambiente colocou uma técnica para comandar do Ministério. Os outros eram políticos, então só queriam mostrar para a mídia. Ao contrário, a senhora está fazendo para o povo.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – De qualquer maneira, eu acho que ainda temos muita área para produzir, que tem produção ainda em bases arcaicas, com ausência de tecnologia e com baixa eficiência e baixa produtividade. E há a ponta, o extremo, uma produção moderna, que compete no exterior, que exporta tecnologia, que favorece a Cooperação Sul-Sul, que favorece a interlocução política do País, por exemplo, com países africanos e com países da Ásia, etc, que dá competitividade à agricultura brasileira, que dá orgulho para todo brasileiro – a ambientalista e a não ambientalista.

Então, acho que precisamos também construir os caminhos para reduzir ou para ter uma ponte que reduza a distância entre a produção que chamei aqui, perdão, mais arcaica, de baixa eficiência, uma produção que leva a ter, por exemplo, na área da pecuária, uma eficiência, por cabeça de gado, muito baixa em determinadas regiões do País... Pode-se aumentar a eficiência da pecuária, reduzindo-se a área de pastagens e oferecendo-se essas áreas... porque sessenta e tantos milhões de área de pastagens são destinados... São áreas que têm alto índice de produtividade e que estão aptas à produção agrícola com riqueza, mas que estão sendo usadas para boi, com baixa eficiência, com baixa produtividade.

Quer dizer, é ter um olhar inteligente, que a própria agricultura brasileira nos oferece.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E, Ministra, só uma contribuição: sabe por que acontece isso? Porque é muito mais caro recuperar a área degradada do que abrir uma área nova. Então, se houver um programa de financiamento para recuperar área degradada, não só vamos contribuir com a captura de maior carbono, como também vamos melhorar o índice de produtividade.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Senador, estamos falando as mesmas coisas. Estou falando, na realidade, duas coisas, e uma são as áreas degradadas. Eu particularmente acho que temos de estimular, de buscar meios, de acabar com esse fantasma. Isso virou mito. Todo mundo fala em área...

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que estou referindo-me à pastagem degradável.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – E estou falando... Nós temos também pastagens em uso, com baixa produtividade, e que são terras com grande vocação de produção agrícola. Isso quem está dizendo é a Embrapa, não sou eu. São textos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministra, permita-me aditar, apenas dizer o seguinte: o uso de pastagem para a criação de bovino ocupa no Brasil 74% das áreas destinadas à agropecuária. O índice de lotação médio é de 1,08 cabeça por hectare, o que gera valor efetivo por hectare de R$496,00.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – É sempre... Eu tenho o cuidado de ouvir... Tive e tenho tido o cuidado, e alguns Senadores fizeram referência aqui a isso, talvez por ser uma funcionária do Estado brasileiro e por ter sido treinada a ouvir todos. O gestor público tem por obrigação ouvir todos, porque serve à sociedade. Essa é a função de um gestor público.

E, nas minhas audiências, nas minhas conversas – isto aprendi com os senhores políticos: tem-se de conversar muito, tem-se de ouvir muito, mas se tem de ter fundamentação técnica, para não errar e não comprometer, tem-se de ser inovador, e a tecnologia faz parte desse processo.

Uma das situações que vi foi em Minas, um caso no norte de Minas, onde você, 60 anos atrás, tinha produção de pecuária, uma produtividade pecuária na área do Vale do Rio Doce e Mucuri da ordem de 2.8 unidades de animal, de cabeça de gado por hectare. Isso há 50 anos; praticamente a minha idade.

Em 50 anos, ou seja, o tempo da minha vida, essa mesma área hoje tem uma produtividade de 0.6 unidade de cabeça por hectare, isso associado ao custo do desmatamento da mata atlântica e das áreas de outros biomas que lá estão e que, na realidade, é o empobrecimento daquela população. Se a gente fizer a conta, seria mais barato, de fato, manter essa alta produtividade e proteger, como a tecnologia e o conhecimento da agricultura nos possibilitaram ganhar nos últimos 50 anos.

Por outro lado, também aí nos 60 anos, sem ser da agricultura de baixo carbono, nós fomos capazes, pelos avanços tecnológicos, de evitar desmatamentos em mais de 400 milhões de hectares neste País associados à agricultura. Os dois lados da moeda devem ser analisados.

Como gestora pública, tenho que ter o bom senso de olhar todos os segmentos e procurar saídas sólidas permanentes, numa interlocução que assegure a proteção do meio ambiente como um fator de desenvolvimento sustentável deste País.

Obviamente que tem áreas, Senador Moka, que serão intocáveis, porque o valor dessas áreas é pela intocabilidade. São áreas que o Brasil detém. Graças a Deus. O tal do "Deus é brasileiro", dizem alguns ambientalistas. Não quero aqui complicar. Mas, enfim, estou apenas dizendo que nós temos que olhar a questão, mas ele também come. Temos que olhar a questão sob

o foco estratégico do desenvolvimento do País e não sob – entendo que o debate é apaixonado – restrições ou sob situações que levaram ao desgaste de ambos os lados ao longo desse processo.

A Senadora Vanessa Grazziotin, que é minha amiga, pessoa por quem tenho o maior respeito e com quem temos outras interlocuções nesta Casa, sinaliza uma questão muito importante. Não só ela. O próprio Senador Braga, o Senador Pedro, os três da Amazônia, me procuraram para resolver e tratar da questão dos pequenos. E isso tem a ver com os programas de regularização ambiental, com os programas de regularização fundiária, ou seja, sobre a capacidade de resposta do Estado do Estado na velocidade e na envergadura institucional que os desafios do desenvolvimento da agricultura familiar, do pequeno proprietário e do agricultor existem. E aí temos um desafio, temos um *gap,* temos uma defasagem entre a capacidade de resposta do Estado na velocidade em que a demanda social e econômica do País se coloca.

Estamos trabalhando duramente para aprimorar isso, Senadora, não só o Ministério do Meio Ambiente como também o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No caso do Terra Legal, aí temos um problema, porque não é só federal, parte da regularização passa pelo licenciamento estadual, e o licenciamento estadual é competência dos Estados, que também têm que ter uma capacidade maior de fiscalizar etc. Mas não devemos estar modelados somente pelos instrumentos de comando e controle. Essa é outra questão que tem um desequilíbrio no projeto e que muitos dos senhores fizeram comentários aqui. Temos que ter não só os instrumentos de caráter compulsório, mas os instrumentos também de caráter econômico, de estímulo a novas práticas, que sejam indutores de mudança de comportamento.

As políticas públicas trabalham sempre com base em três instrumentos: os instrumentos de comando de regulação, os instrumentos econômicos, de incentivos, que podem ser tecnológicos, enfim, ou pode ser o contrário, você aumenta os ganhos onde existem ou dá vantagem comparativa, como, por exemplo, no licenciamento – a gente só destaca quem faz errado, a gente não destaca nunca quem faz certo; isso está errado; custa muito fazer e você tem que compartilhar com a sociedade para que ela tenha controle social. E o terceiro instrumento que é a informação, a comunicação. E aí a importância do controle social, que é outro aspecto muito pouco debatido no Código Floresta. Muito pouco debatido.

É um aspecto para o qual chamo a atenção, que estamos querendo melhorar, estamos melhorando. Temos desafios enormes em relação à estrutura institucional. Quero destacar que conheço os problemas, estou nessa área há 27 anos – sempre digo que não sou velha, sou precoce –, venho do século passado na área ambiental, portanto. Agora, reconheço que é importante ver, no caso do MDA, eles estão finalizando um pregão para contratar os serviços do Terra Legal em 100% no Estado, com vistas às políticas federais, então, para dar uma nova escala de implementação. Ou seja, são inovações no modelo de gestão, e que nós devemos também olhar o arcabouço legal que, às vezes, engessa a maneira de você inovar para gerir. E esta Casa recepcionou vários desses debates.

Os compromissos internacionais que são assumidos com relação à questão climática remetem a uma demanda de trabalho do Estado brasileiro, Estado como Poder Público, imensa de interlocução com a sociedade. Não necessariamente nós temos os fóruns políticos institucionais criados para permitir avançar na velocidade que a demanda internacional nos coloca e que esta Casa vai lá e aprova.

Então, esse debate sobre a modernização da gestão pública ambiental, a estrutura de governança ambiental e a estrutura de governança de desenvolvimento sustentável é um debate tão estratégico que pauta a Conferência Rio+20 no ano que vem. Esse debate não é só aqui, é internacional. Vinte anos depois do paradigma do desenvolvimento sustentável, as Nações Unidas, todos os países concluíram: "Precisamos avançar nisso".

Particularmente, coloco-me à disposição para participar, trazer ideias e ouvir os senhores sobre o que a gente pode inovar e modernizar na gestão pública ambiental neste País. Devemos fazê-lo em nome da sustentabilidade, em nome da qualidade de vida e dos ganhos, e da erradicação da pobreza, porque se agente tem um Estado eficiente eu consigo, por exemplo, fazer com que chegue luz às reservas extrativistas, eu consigo fazer com que eu tenha acesso à infraestrutura de maneira sustentável, eu consigo discutir o desenvolvimento de estrutura deste País em outro patamar, considerando a sustentabilidade.

O Senador Aníbal saiu, mas fez uma questão.

Gravei o seu ali, mas o Eduardo Braga o incorporou, então ele ficou no lugar.

A questão de açude... Primeiro, a questão de piscicultura. Acho importante ter esse debate. Agora, lembro que os açudes, os barramentos em área... Na realidade, você não usa desbarramento de rios, você não vai quebrar o rio. Isso não é objeto do Código Florestal. A gente entra na parte que você faz barramento no rio, você intervém na área de preservação permanente, mas acho que a gente deve discutir e tem uma recomendação do próprio Ministério da Pesca, a

Ministra Ideli, enquanto Ministra da Pesca, conversou longamente comigo sobre isso. Acho importante que a gente entenda a extensão de medidas que possam ser adotadas para viabilizar a extensão da apicultura e da piscicultura neste País. É uma riqueza que este País tem e que estamos, na realidade, sobreexplotando os recursos naturais de pesca, estamos com a nossa ictiofauna comprometida em várias espécies chave – estou vendo aqui o Senador Luiz Henrique; Santa Catarina vive esse dilema – e com uma possibilidade infinita de mudar o patamar de piscicultura e da aquicultura neste País, sem que a gente tenha as regras mais objetivas.

Não precisamos degradar mangue, não precisamos comprometer as funções ambientais para poder expandir piscicultura, aquicultura etc. Não é esse o debate.

Mais uma vez, acho que se toca num assunto extremamente estratégico para a alimentação, para a segurança alimentar, para a dieta protéica, para a segurança climática, para erradicação de pobreza, para a agricultura familiar, para a atividade de médio porte e que não tem eventualmente o debate sinalizado e consolidado, em minha opinião, como poderia fazer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E de altíssima rentabilidade.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – E de altíssima rentabilidade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A proporção de um hectare de pasto para um hectare de lâmina d'água é assustadora a diferença.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Isso mesmo. Temos que entender e eu sugiro que, se possível, que vocês possam – não sei se em subcomissões – ouvir setores e ouvir a demanda, sem ter que comprometer manguezal, nem apicum nem salgados. Não precisamos fazer isso para avançar com carcinicultura, para avançar com piscicultura. Não é esse o caminho, senhores. Temos experiências acumuladas que mostram a degradação e mostram, na realidade, uma externalidade negativa a um processo que pode ser melhor pensado.

Chamo a atenção para uma experiência que está em curso sobre área degradada no Estado do Pará em torno do óleo de palma e também sobre o dendê, e nós fomos capazes, no governo, no ano passado, o Presidente Lula lançou isso, de estabelecer um programa que você não derruba uma área de floresta, você conduz tudo para as áreas degradadas e assegura uma produção com agricultura familiar, com financiamento, com crédito e assegura uma produção para dendê e para óleo de palma que vão... Perdão, ela é estratégica para a agricultura brasileira e para o mercado internacional. Há isso graças a uma parceria do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Embrapa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Coordenação da Presidência da República, todos sentaram e fomos capazes de bolar isso para dois milhões de hectares, num projeto modelo. E eu tive o prazer de ir lá e ver a felicidade das pessoas que acessaram o crédito e estão plantando, estão trabalhando e protegendo a Amazônia. Não tem um novo desmatamento naquela área.

Senador Ivo Cassol, quero comentar duas coisas com o senhor. Primeiro, têm, sim, medidas que estão sendo adotadas em relação à não compra de alimentos, a barreiras não tarifárias associadas à questão ambiental. Lembra o senhor o debate da União Européia, que aprovou recentemente diretrizes sobre a importação de biocombustíveis – e as questões ambientais estão lá, como restrição?

Lembra o senhor – não precisa ser internacional, nacional – a própria restrição da sociedade brasileira de comprar carne oriunda de área de desmatamento? E a posição dos supermercados do Brasil de rejeitarem as cadeias e irem para os frigoríficos?

Tem mais discussão. A própria motivação que temos na bem-sucedida parceria com a Abiove – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais sobre a moratória da soja. Quer dizer, nos antecipamos a situações para evitar críticas e evitar processos que não são sustentáveis e saudáveis para o País.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para reforçar, Ministra. Quando me referi ao *status* do ex-ministro, quero dizer que quando a água bater no joelho de toda a humanidade, eles não vão procurar a questão ambiental, eles vão querer o alimento para sustentar o seu povo. E do jeito que a gente está vendo aí, as restrições existentes em cima dos nossos produtos é porque temos capacidade de produzir alimentos com custo baixo.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Ok. Só chamei o senhor porque essa discussão é interessante. Temos vários fatores hoje que não faziam parte antes da vulnerabilidade da produção agrícola, uma delas é a climática. Vinte, trinta anos atrás não era tão presente o risco à produção agrícola em relação à variável climática. Hoje é. Então, temos outros fatores hoje que estão determinando esse debate, e o que eu defendo e defendo com muita objetividade, Senador, é que não precisamos desmatar floresta para ter a produção de alimentos nem para alimentar os nove bilhões que estarão colocados em 2050.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Até fizemos uma campanha em Rondônia – está aqui o Senador Acir que sabe disso: "Desmatamento zero". Fizemos essa proposta em 2009 para o Governo Fe-

deral e a gente defende isso, que não precisa, é só, como a senhora falou há pouco aqui, aproveitar as áreas degradadas. Para isso, precisamos ter incentivo. Aproveitar esse dinheiro que está aí para liberar para o Pão de Açúcar com o BNDES, para esses produtores, com juros subsidiados para poder produzir com custos menores e recuperar essas áreas degradadas.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Discutam, porque é muito importante. Está bem, Senador. Muito obrigado por suas considerações.

Sobre o Bom Futuro, vou lembrar ao senhor: foram acertadas uma desafetação e uma modificação do mosaico de unidade de conservação, mas ninguém discutiu anistia para quem tinha descumprido a lei, quem desmatou sem autorização – vou dizer mais objetivamente. Agora, em função das colocações, vou pedir para ver inclusive sobre o seu CPF, porque eu não tinha conhecimento disso, para saber quais situações de fato estão acontecendo – o presidente do IBAMA está aqui. Ontem mesmo, tive conversa com o pessoal do governo de Rondônia, o governador cancelou a ida, mas estive com a secretária, e estabelecemos um processo de interlocução sobre a questão de Bom Futuro. Isso está sendo encaminhado e vou procurar ver esses dados que o senhor apontou aqui sobre ação do IBAMA, eventualmente, associada, na realidade, penalizar quem não deveria ser penalizado.

Sobre a questão dos módulos fiscais, e aqui alguns Senadores fizeram essa diferença, vou fazer antes uma consideração sobre APP (Área de Preservação Permanente) – o Senador do Paraná fez essa colocação.

A gente não discute APP. É o contrário. A natureza não é assim quanto maior mais eu posso então, na realidade, estender a proteção para quanto maior. Ao contrário. Quanto menor o rio mais há vulnerabilidade, maior a vulnerabilidade, inclusive das nascentes, principalmente das nascentes que, na realidade, não deveriam nem estar tendo uso. Uma coisa é fazer barramento, você cavar, fazer tanque, deixa chover; outra coisa é você usar a nascente. Nascente está proibido. Então, acho que tem aí um equívoco de informação, como também tem uma posição – aí discordo dele – de achar que a gente pode reduzir APP. APP com rios menores, com até cinco metros ou até dez metros, trinta metros, por quê? Há dados científicos mostrando que as funções ecológicas, ou seja, as funções que são mantidas pela natureza, qualidade da água, integridade do solo e os corredores de imigração de fauna dependem dessa APP. E temos estudos que mostram isso até cem metros, rios de maior largura com cem metros. Na realidade, acho que vale aqui – e aí a contribuição da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) é ímpar para o processo – termos um olhar que não é fazer progressivamente redução; ao contrário, temos que proteger APP, porque APP é vida. Mais do que vida, ela assegura a produção agrícola deste País.

Então, temos que buscar caminhos e água limpa para resolver o problema da agricultura familiar, para resolver o problema do baixo impacto, que foi o que discutimos na Câmara. E, no meu entendimento, o texto não recepcionou a envergadura do debate. Aí, é um problema, como eu disse antes, Senador Moka, de redação. O espírito foi conduzido, e eu me lembro muito bem, na própria Comissão de Agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ministra, a própria Embrapa diz que essa questão da largura dos rios depende do tipo do solo, da declividade do rio; que é muito mais importante... Às vezes, você acaba aumentando desnecessariamente. Há quem diga, por exemplo, que mais de 100 metros de cada lado, independente do tamanho do rio, não vai trazer nenhuma outra contribuição. E nós chegamos a colocar 500 metros.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Eu acabei de colocar isso. Falei que a referência até 100 metros é um estudo da USP. Tem tese de doutorado que trabalha isso. Sugiro que o debate traga o pessoal da SBPC, que aí os cientistas vão começar a colocar quais são os pontos críticos, e aí a gente aperfeiçoa. Acho que é importante, ainda na incerteza que temos do conhecimento científico, como fiz referência – conhecemos apenas 15% da nossa biodiversidade, conhecemos pouquíssimo das nossas funções ecológicas –, termos também a precaução para evitar as perdas que experimentamos no ano passado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Ministra, apenas para informar a V. Exª de que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, na próxima semana, teremos uma audiência pública com a SBPC, com a ABC, com o Ipea, debatendo exatamente a questão científica, tecnológica e acadêmica das teses e das pesquisas já publicadas sobre o tema.

A SRA. MINISTRA IZABELLA TEIXEIRA – Ótimo. Vou pedir ao meu pessoal para acompanhar. Está bom?

Bom, sobre os quatro módulos fiscais, vem aqui o seguinte: primeiro, não são 100 hectares, não são 50 hectares; os quatro módulos fiscais têm uma coerência com a Lei de Agricultura Familiar. Esse é o primeiro ponto. Aí, quero aqui destacar o tratamento diferenciado que nós, do Governo, demos – insistimos e foi reconhecido na Câmara – a respeito da agricultura familiar e do pequeno proprietário. Nós temos de dar solução, sim, para isso. E assim foi construído e assim foi debatido. Então, não é uma questão de arbitrarie-

dade: dizer quatro, dois ou um. Tem-se uma lógica, uma coerência, na própria segurança jurídica do País e na prática de políticas públicas. Isso foi muito bem debatido, recepcionado e reconhecido pela Comissão de Agricultura na Câmara. Eu me lembro do debate no Mapa e no próprio Congresso: discutimos como tínhamos de equacionar, junto com o MDA, a questão da agricultura familiar. Mais do que isso: todo o debate que o Governo acolheu com os movimentos sociais associados à agricultura familiar. E eu conversei com todos mais de uma vez, procurando saídas – o que é a agricultura familiar no Nordeste, no São Francisco, e o que é a agricultura familiar no sul do País, o que é completamente diferente.

Então, nesse processo, existe uma massa crítica imensa sobre isso, Senadores, com textos, etc., que obviamente acho que temos de valorizar, porque houve o reconhecimento da agricultura familiar pelo Deputado Aldo Rebelo e temos de assegurar que o texto traduza todos esses ganhos; ou seja, a Lei nº 11.326 faz menção a esses quatro módulos.

Devemos, na realidade, ter cuidado é em remeter esse tratamento da agricultura familiar e especificar a referência temporal para o valor do módulo fiscal. É aquilo a que fiz referência antes. Estão faltando os cortes temporais, e isso gera um desbalanceamento, mas que, pelo que ouvi aqui dos senhores, de todas as intervenções, saio daqui muito animada, porque há toda uma visão do bom senso político de buscar o diálogo e corrigir as imperfeições. Isso é necessário para podermos avançar com o Código que todo mundo quer, nos aspectos de sustentabilidade social, econômica e ambiental, e valorizar isso que o Brasil é o G-1 em biodiversidade, como foi dito aqui anteriormente.

O Governo avançou muito no debate sobre o pagamento de serviços ambientais, agricultura familiar e de pequenos, e acho que nós devemos ter um debate sobre outras formas de incentivos tecnológicos e licenciamentos. Você vai na realidade estimular que as pessoas dêem celeridade e velocidade à adequação e à regularização ambiental e serem mais competitivos. Acho que a questão da produtividade agrícola é essencial em particular no que diz respeito a essas terras que estão sendo usadas, por exemplo, para pecuária e que poderiam ser destinadas à produção agrícola.

A experiência do zoneamento agroecológico tem sido extremamente positiva. Podemos ter o zoneamento da soja. Já conversei com a Embrapa, e há instrumentos para se fazer isso. Quais são as grandes culturas? Como nós trabalhamos? Como eu sobreponho isso com o planejamento de uso do território, com infraestrutura? Qual é a visão para os próximos 20 anos? Esse é o debate que nós, no Governo, estamos fazendo no âmbito da política de clima, e isso tem que estar traduzido em outras políticas. Foi aquilo de que falei inicialmente: uma coerência entre as políticas públicas; uma ação coordenada entre as políticas públicas, para mudarmos a escala e a velocidade do sucesso.

O relatório do Ipea, Senador Eduardo Braga, é um relatório bom. Eu só lembro o seguinte: ele foi inicialmente feito, com base ainda, no relatório da Comissão que tratava da isenção de reserva legal para até quatro módulos fiscais – primeira leitura, tudo e qualquer propriedade. E hoje é preciso averbar o que existe. Quer dizer, antigamente, quando você dispensava, você sinalizava que poderia desmatar quem preservou a reserva legal. Mudou isso no texto. Então, há uma diferença de números e tem também algo que foi colocado aqui, importante: que a gente evite o desmembramento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*.) – É bom dimensionar o tamanho da diferença, senão, daqui a pouco, o Senador...

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – É pequena. O senhor não se anime tanto, Senador.

Desculpe, eu não resisti.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Eduardo Braga está preocupado comigo. É uma coisa. Vira e mexe ele estabelece uma provocação. Está nervoso. Tem que dar um Lexotan para ele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aqui é a Casa do debate. O contraditório é sempre importante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª, como médico, tendo CRM, talvez possa fazer uso da sua prática como médico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Exª está precisando de um Lexotan, Governador.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Finalmente, só para eu terminar aqui, o Senador João Pedro fez referência à questão das atividades agrosilvopastoris, do art. 8º, que já citei que isso enseja acabar, pela forma como está redigido, com as APPs. Eu acho que nós temos, sim, de discutir, como se está discutindo nesta Casa, a questão do REED *Plus,* a questão do pagamento de serviços ambientais, o valor da floresta em pé, mas isso em outras políticas, guardando coerência. Eu acho que temos um espaço ímpar para o debate e para o aperfeiçoamento do texto.

No mais, quero falar e agradecer, em nome do Governo, reiterar a oportunidade de estar aqui com os senhores; reiterar o compromisso da Presidenta Dilma, o compromisso do Governo, compromisso pessoal, de termos um Código Florestal sólido, que assegure condições de sustentabilidade da agricultura e de proteção ao meio ambiente; que a agricultura familiar

e os pequenos produtores têm um papel estratégico na construção de soluções para o Código Florestal; que nós não podemos perder de vista a necessidade de maior eficiência e assegurar, com instrumentos de planejamento, a gestão pública em relação à agricultura e ao meio ambiente; que o debate não se limita à agricultura e ao meio ambiente; que o debate tem uma envergadura maior e, como sinalizamos aqui, do clima, questão de energia: estamos com biocombustíveis, estamos com a questão dos resíduos sólidos – o potencial de geração de energia, a partir de resíduos sólidos no campo, é importante, e está na agricultura de baixo carbono. Então, temos que olhar, na realidade, o que ainda pode e deve ser feito, e muito, pelo Código Florestal.

Temos uma lei sólida, rica segura e que aponte não só a regularização do uso do solo do passado, mas que aponte para isso que é a nova agenda do País: se nós queremos ser a quinta economia do mundo, sejamos a quinta economia dentro de um contexto de economia verde, com sustentabilidade, erradicação de pobreza e com a competitividade que a agricultura brasileira já alcançou e que tenho certeza de que vai alcançar mais ainda.

Então, a minha última fala é dizer que prefiro discutir isso a discutir um subsídio à agricultura brasileira, com base no uso insustentável do capital natural.

Esse tempo já passou. Não é o tempo que reconheço em várias frentes onde vou visitar a agricultura brasileira, e acho que nós temos de, na realidade, viabilizar os caminhos para compatibilizar meio ambiente com produção sustentável, e tenho plena confiança no trabalho que os relatores terão de fazer duramente – eu sei disso –, mas me coloco à disposição dos senhores, e todo o Ministério do Meio Ambiente.

Mais uma vez, agradeço a atenção, a oportunidade de ter estado com os senhores e estou à disposição para os desdobramentos da Agenda.

Obrigada, boa tarde e bom almoço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para as suas considerações, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria, em nome do Senador Rodrigo e de todos da Comissão de Meio Ambiente, agradecer a presença das Senadoras e dos Senadores, da Ministra, e cumprimentá-la, Ministra, dizendo que não teríamos uma maneira mais eficiente, mais adequada de iniciarmos oficialmente esse debate aqui no Senado do que esta, num clima bom, de colaboração. Todos ouvindo os outros. Penso que assim nós acertamos no tom político na condução desse tema tão difícil.

Queria informar à senhora que, conversando com o Senador Luiz Henrique, ele pretende, ainda agora antes do recesso, ter um parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre essa matéria, para que, no começo de agosto, façamos a discussão do mérito dela, nas comissões de Meio Ambiente e de Agricultura conjuntamente no que for possível. A sua participação aqui, em nome do Governo, foi fundamental. Esse é um debate que está dentro do Congresso. Era importante ouvir o Governo. Vamos ouvir a sociedade também, e estou seguro de que a senhora nos ajudou e facilitou a condução do trabalho a partir de hoje, exatamente pela dedicação que a senhora tem a esse tema, pelo estudo feito, pelas posições consequentes e coerentes que a senhora traz em nome do Governo. Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...tive o cuidado... Participamos de uma reunião com o Senador Blairo, Senador Jorge Viana e Luiz Henrique, que aqui não está, e um entendimento nosso, de que a Ministra viria aqui e exporia...

Quero dizer, Ministra, que tive a melhor das impressões. Acho que V. Exª foi perfeita. Eu me sinto realmente muito esclarecido. Achei importante isso. E ficamos de, logo em seguida, ouvir o relator na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Aldo Rebelo. Então, eu queria aqui, até para que possamos realmente cumprir aquilo que foi o nosso encaminhamento, que a audiência pública logo em seguida...até para que a gente dê oportunidade ao próprio Aldo de que tudo aquilo que foi levantado ele também possa dar esclarecimentos. E tenho certeza de que, sobre muitas dessas coisas, o próprio Aldo tem uma visão que certamente precisa de algumas modificações. Eu queria colocar aqui, porque esse foi o nosso intuito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Vamos entrar em contato com o Deputado Rebelo, para que a gente possa marcar para a próxima semana, se possível. Qualquer dia, não precisa ser na quinta-feira exatamente, que é o dia das nossas audiências públicas, mas no dia em que o Deputado estiver à disposição nós faremos essa audiência pública também.

Lembro que, amanhã às 14 horas, continuaremos esta audiência pública com a OCB, a CNA, a Contag, a Unicafes e a Fetrafi, continuando este debate que é muito importante.

Ministra, em nome de todos os Senadores da Comissão de Agricultura, agradecemos a sua presença aqui, a sua paciência em ouvir todos os nossos Se-

nadores. Entendo que sai daqui fortalecido o entendimento, o entendimento a que nos propusemos a partir do primeiro dia, da nossa primeira conversa. Antes de chegar aqui esse texto, nós nos propusemos a buscar o entendimento entre ambientalistas e produtores rurais. Entendo que tivemos um avanço, um passo muito grande, Senador Eduardo Braga, para que isso seja uma realidade, para que possamos levar ao Plenário um texto redondo, no intuito de atender, Senador Moka, a população brasileira. Toda população brasileira deve estar compreendida e contemplada com essa reforma do Código Florestal.

Muito obrigado às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 21 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 – CMACOPOLIM, CONJUNTA COM A 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE, 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi e Benedito de Lira**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM; e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vital Do Rêgo, Waldemir Moka e Walter Pinheiro.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidente comunica que em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13/2011-CDR, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto "II Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo Fazendo Parte do Time da Copa de 2014". Até o presente momento, foram realizadas visitas nas cidades de Fortaleza, Recife, Curitiba e Belo Horizonte. A 5ª visita será em Manaus – AM, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, com abertura pela manhã, almoço e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, com o objetivo de debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República; Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Presidente concede a palavra aos Convidados. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Valdir Raupp** e **Francisco Dornelles**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senador Ricardo Ferraço assume a Presidência da Comissão. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, a Senadora Lúcia Vânia reassume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minuto,

lavrando eu, José Francisco B. Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CI – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da CAE – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da CMACOPOLIM – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CDR.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; a 22ª da Comissão de Assuntos Econômicos; a 18ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 11ª da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e a 13ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores dessas Comissões e Subcomissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública que ora se inicia é a uma iniciativa conjunta de quatro Comissões e de uma Subcomissão permanente do Senado Federal: da Comissão de Serviços de Infraestrutura; da Comissão de Assuntos Econômicos; da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A realização da presente audiência é resultado da aprovação dos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011, da Comissão de Infraestrutura; nº 16, de 2011, da CAE; nº 26, de 2011, da CMA; e nºs 15 e 16, de 2011, da CDR, de nossa autoria e dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Pedro, Vanessa Grazziotin e Ana Rita, com o propósito de debater a situação do tráfego aéreo no Brasil, as condições atuais de infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e, por fim, as implicações de todos esses aspectos para os eventos esportivos de relevância internacional que o Brasil sediará nos próximos anos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil; Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agradeço desde já a inestimável participação dos senhores nesta audiência pública.

Reunir as três principais autoridades brasileiras em aviação civil nesta audiência pública representa uma oportunidade ímpar para o Senado Federal de colher, em primeira mão, informações atualizadas, relevantes e oficiais sobre as providências que o Poder Público vem tomando e que pretende adotar para aprimorar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

No dia 26 de abril deste ano, realizamos, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública sobre o mesmo tema de que tratamos hoje. Naquela ocasião, porém, os convidados apresentaram quadro extremamente preocupante sobre o presente e o futuro da infraestrutura aeroportuária brasileira, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de colapso do setor no curtíssimo prazo, antes mesmo dos eventos internacionais que sediaremos em 2014 e em 2016.

Assim, os depoimentos das três autoridades que recebemos hoje em muito enriquecerão o panorama que estamos formando no Senado Federal a respeito da situação da aviação civil no País. Temos a oportunidade de ponderar acerca dos prognósticos dos estudos já debatidos da reunião do dia 26 de abril com relação aos dados e às informações que nos serão apresentados pelos ilustres convidados de hoje.

Esperamos que esta audiência pública permita-nos uma visão mais cristalina da questão, na medida em que os senhores convidados de hoje terão a oportunidade de apresentar-nos propostas concretas para evitar o caos que ameaça a aviação civil brasileira.

Contamos com a presença do Presidente da CDR, Senador Benedito de Lira, a quem convidamos para fazer parte da Mesa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero comunicar a V. Exª que fico muito à vontade aqui. Faça de conta que estou à Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sinta-se como se V. Exª estivesse na Mesa.

Comunicados e convites: em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção da organização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol no

Brasil. É o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas as seguintes visitas: 18 de abril, em Fortaleza; 9 de maio, em Recife; 16 de maio, em Curitiba; 6 de junho, em Belo Horizonte. A quinta cidade a ser visitada será Manaus, Amazonas, no dia 13 de junho próximo, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, localizada na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque nº 3.950.

A Secretaria da CDR está providenciando o envio de convites a todos os Srs. Senadores.

A estrutura da visita será: na abertura, pela manhã, teremos um espaço para manifestação das maiores autoridades presentes. Almoço para as autoridades no Palácio do Governo do Estado do Amazonas e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima e ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder tempo de quinze minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Vice-Presidente, Senadora Kátia Abreu; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente Senador Benedito de Lira, e Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim; meus colegas de Secretaria, Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e Dr. Carlos Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Anac; cumprimento todos também no Senado, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma apresentação rápida e de tecer alguns comentários sobre o setor, na medida em que já estou, digamos, há dois meses no cargo. O tempo passa muito rápido. Quando a gente observa, ele é muito mais célere do que a gente imagina. Mas é bom, porque a gente vai aprendendo sempre coisas novas.

Vou falar um pouquinho sobre a organização institucional, sobre a importância de haver uma instituição onde trabalha a governança do setor, de forma estruturada, com a participação de todos os agentes. Falar um pouquinho também das ações que já realizamos até agora, apesar do curto prazo, e sobre o que a gente imagina que possa ser uma agenda para o futuro do setor de aviação civil.

No primeiro quadro, temos ali a criação da SAC, que aconteceu em março deste ano. Reputo como uma criação bastante acertada, porque, quanto mais a gente se envolve na discussão das questões desse setor, a gente observa que uma das melhores coisas que se pode ter é uma melhor governança e gestão desse setor.

Temos uma série de participantes. Estamos aqui falando não só da Secretaria, mas da Infraero, da Anac. Há um colega nosso que, talvez, fosse interessante estar aqui hoje, mas não está, que é o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), que é um ator importante no desenvolvimento desse setor. Além disso, temos as companhias aéreas, nós temos o Ministério da Justiça com a Polícia Federal, nós temos o Ministério da Fazenda com a Receita Federal e nós temos o Ministério da Saúde com a Anvisa.

Então, é um setor que, sob o ponto de vista de dentro da cerca, já tem uma série de interlocutores e responsáveis para que esse tipo de serviço seja prestado adequadamente ao usuário. E do lado de fora da cerca, também – quem não está diretamente ligado à administração, à gestão do aeroporto de alguma forma –, nós temos uma série de agentes.

Obviamente, o Congresso Nacional é fundamental no aperfeiçoamento da discussão da regulação prevista para o setor, que é um setor altamente sensível e que precisa ser, de alguma forma, atualizado em suas regulações.

Nós temos uma série de outros agentes, por exemplo, Estados e Municípios. O aeroporto, para funcionar bem, precisa de uma ação concertada com os Municípios. Por exemplo, um aeroporto como o Galeão ou outros aeroportos que existem no Brasil podem estar sendo muito bem operados, talvez com padrões internacionais no limite, em algum momento, mas se nós não tivermos uma parceria estabelecida com Municípios, por exemplo, para que não ocorra o problema do risco aviário, nós poderemos ter uma limitação da utilização desses aeroportos. Por isso, é importantíssimo que os Municípios se integrem junto ao aeroportos, para que a gente possa prestar um serviço melhor ao consumidor, e não só isso, como a questão da mobilidade para se chegar aos aeroportos, enfim.

Existe uma série de questões em que os Estados e os Municípios serão fundamentais. Portanto, não é uma atividade econômica em que alguém, sozinho, resolve os seus problemas. É necessário que exista um trabalho conjunto, um esforço conjunto, uma participação colaborativa de todos os agentes. Nesse sentido, eu acho que a criação da SAC foi uma decisão

bastante correta, porque ela permite que alguém com foco possa se dedicar a esse trabalho.

Poderia passar o próximo *slide*, por favor.

Bom, temos três Secretarias: uma de Política Regulatória, uma Secretaria de Aeroportos, que trata da infraestrutura dos aeroportos, e uma Secretaria de Navegação Civil. Cada uma delas tem uma ligação direta com os outros agentes que nós conversamos aqui e serão fundamentais na articulação e no desenvolvimento de uma agenda comum.

Pode passar, por favor.

Bom, política regulatória, eu, realmente, acho que não é o caso de ler todas as atribuições. O nome, eu acho, é altamente ilustrativo da missão dessa secretaria.

Eu gostaria que, talvez fosse mais interessante, em vez de a gente passar secretaria por secretaria... Eu pediria para passar um pouquinho mais. Um pouquinho, por favor.

Eu acho que nós poderíamos passar, já que nós temos pouco tempo, para algumas questões que eu reputo fundamentais para a gente entender qual é a agenda que nós temos hoje e a futura.

O que, nesse pouco tempo que tivemos, já começamos a tentar desenvolver? Uma melhoria na governança, em função de tudo o que eu já falei aqui antes.

Com vistas a maximizar a utilização dessa infraestrutura disponível... Porque, dessas conversas que tivemos, num primeiro momento, tanto em nível de governo, dever de casa, como com as companhias aéreas e com especialistas do setor, nós observamos que se nós utilizarmos de uma melhor forma a capacidade de infraestrutura que temos hoje, uma indicação que temos é de que a gente poderia aumentar a capacidade dos aeroportos, com os investimentos que temos hoje, na ordem de 30%. Todos nós sabemos que o melhor investimento que temos é utilizar adequadamente o que nós já investimos.

Então, nesse caso aí, começamos a estabelecer um trabalho conjunto e temos reuniões de governança não só com os entes de Governo, como do setor privado, no sentido de desenhar alguns círculos de governança que façam com que possamos operar de uma forma mais eficaz.

Criamos, num primeiro momento, nos aeroportos microlocalizados, em dois aeroportos, em Guarulhos e em Brasília, que começaram a operar neste fim de semana, um centro de governança, de gestão desses aeroportos. Nesses centros, estão todos esses parceiros que a gente vê ali: a Infraero, a Anac, o Decea, a Polícia Federal, a Receita Federal, companhias aéreas. Eles ficam todos juntos num *locus*, no aeroporto, em que tem todo um equipamento em que você pode ver todas as atividades do aeroporto *on-line.* Com isso, essa gestão conjunta que existe lá pode, imediatamente, tomar uma decisão sobre qualquer problema que aconteça no aeroporto.

Isso é uma coisa que está começando e nós esperamos um teste nesses dois pilotos por uns dois ou três meses, para aperfeiçoamento. O *feedback* que temos até agora, apesar de pouco tempo, é muito positivo, porque tem uma série de ações... Só quem visita essa sala ou quem participa de alguma forma disso é que verifica que grau de possibilidade se tem de otimizar a operação do aeroporto com uma gestão integrada.

Então, isso vai ser o embrião futuro de uma autoridade aeroportuária, e não é que ela vá dizer como é que os parceiros trabalham. Ela vai participar e ajudar numa discussão de coordenação, e o importante é que cada um tem a sua atribuição: a Polícia Federal tem a sua, a Receita Federal tem a sua, a Anac tem a sua, a Infraero tem a sua, as companhias aéreas têm a sua, mas, como toda atuação conjunta, precisa ter alguma governança e alguém responsável.

Então, no futuro, uma vez que nós tenhamos desenvolvido a contento esses primeiros testes, deveremos definir alguém que seja responsável pela coordenação do aeroporto, mas, no momento, o que acho relevante é o treinamento, é o exercício de uma atuação conjunta no aeroporto, porque acho que isso vai trazer muitas formas de interpretar problemas e de entender como a forma de trabalhar de uma ou outra instituição pode afetar as outras e a vida, obviamente, dos usuários dos aeroportos. Isso, certamente, vai levar a uma melhor ação e a um melhor resultado.

Essas são ações de curto prazo que foram tomadas e, obviamente, nós vamos ter círculos de governança maiores. Já combinamos com os parceiros. A ideia é que se tenha uma governança, vamos dizer, sob um ponto de vista mais estratégico, de um ano, no sentido de tomar decisões que possam trazer essas melhores práticas para os aeroportos. Nós estamos contatando consultorias internacionais, que deverão nos ajudar a implantar nos aeroportos as melhores práticas que são usadas no mundo.

Nós, neste ano, até o final do ano, deveremos ter, em todos os aeroportos, a operação de um *check-in* compartilhado de todas as companhias, o que vai trazer flexibilidade e aumento de capacidade de *check-in* nos aeroportos.

Vamos usar, também, os totens todos, porque, hoje, você tem totens que são de uma companhia e outros que são de outra. A ideia é que nós tenhamos um sistema comum, em que todos os totens possam atender a todas as companhias. Com isso, também melhoraríamos a nossa capacidade de atender aos usuários.

Há outras atividades de melhorias operacionais dos aeroportos que nós deveremos desenvolver junto e em parceria com consultorias internacionais que tragam para nós essas melhores práticas. Com isso, esperamos aumentar a capacidade dos ativos que nós temos, sem precisar investir nada, ou, pelo menos, de uma forma relevante. Nós precisamos tirar da infraestrutura que nós temos o que ela pode dar, e isso será feito através de gestão e de uma governança nos aeroportos.

Temos essa ação, como eu disse, de uma política de longo prazo, de um ano, e vamos definir um plano, também de longo prazo, sob o ponto de vista de ter, no País, uma visão de 30 anos, em que possamos definir para onde vamos; em que possamos definir com antecedência os investimentos que precisamos fazer, não só sob o ponto de vista dos grandes aeroportos, mas também da questão da aviação regional. É fundamental que a gente desenvolva não só sob o ponto de vista econômico, algumas regiões, mas também de integração de um País continental como é o nosso. Então, essa é uma agenda que já está sendo desenvolvida em conjunto, também, tudo é em parceria, para que nós possamos não só ter uma avaliação melhor, como ter uma proposta de solução.

Uma agenda fundamental para isso, também, nós temos falado, é a questão da reestruturação da Infraero. A reestruturação da Infraero é fundamental, porque será um parceiro que, daqui para a frente, será fundamental na articulação e na parceria com o setor privado.

Foi anunciado pela Presidente, na última semana, que nós deveremos conceder aos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília este ano... É um estudo que ainda está em desenvolvimento, a modelagem está em desenvolvimento, o BNDES vai ajudar a Secretaria a fazer esse trabalho. Já estamos trabalhando juntos e, com esse trabalho, vamos precisar, para que essas coisas funcionem, já que está definido que a Infraero será um parceiro, terá uma participação na companhia de 49%, será um sócio relevante, nos capacitar para isso. Capacitar-se do ponto de vista de ter uma estrutura de engenharia adequada: capacidade em desenvolver projetos; capacidade em fazer a fiscalização do projeto; capacidade em fazer orçamento de projeto adequado, se estruturado do ponto de vista administrativo e jurídico, para que possa fazer licitações de forma bastante eficaz; capacitar-se para ter um diálogo bastante produtivo com as entidades de controle – isso é fundamental, e cada vez mais o será –; é preciso que essa entidade tenha uma reestruturação do ponto de vista financeiro e comercial, para que ela tenha uma visão de negócios e possa se tornar realmente um parceiro desejado e desejável para os investidores privados.

No mundo, hoje, esses setores todos crescem com parcerias. Isso é uma inexorabilidade, é uma forma de você otimizar recurso não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista de conhecimento.

A Infraero não tem dúvidas. Ela tem uma história grande, tem o conhecimento, mas precisa capacitar-se, precisa melhorar sua competência. E essa é uma agenda prioritária que devemos desenvolver a fim de que essa companhia, num prazo de uns três anos – é o que a gente imagina – possa ter uma estrutura adequada e capacitada para desenvolver esse papel de parceiro no setor privado no desenvolvimento da aviação no País.

Essas concessões, como eu disse, já foram aprovadas; outras estão em estudo no momento, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em Confins, como já foi lançado também pela Presidente, e esse trabalho vai ser desenvolvido, os três primeiros, até o final do ano – nosso prazo é apresentar a modelagem até o final do ano –, para que possamos fazer uma licitação desses três aeroportos.

Falamos aqui sobre a importância da aviação regional. A Secretaria vai administrar os fundos que são aplicados nesse tipo de projeto, o Profaa é um deles. Nós temos a capacidade hoje de aplicação de recursos nesse orçamento de R$102 milhões, aproximadamente, com 18 aeroportos em 12 Estados.

A gente tem observado, ao longo dos anos, que os recursos que têm sido disponibilizados não têm sido aplicados totalmente, quer seja por uma dificuldade de identificação de projetos ou até de apresentação de projetos em condições de serem apoiados. Uma ação que nós pretendemos fazer, no caso do Profaa, no atendimento aos aeroportos regionais, é que a Secretaria tenha uma atuação mais proativa, ou seja, em vez de ficar esperando os projetos chegarem que, de alguma forma, possamos identificar esses projetos e, em conjunto com Estados e Municípios, definir uma lista de projetos nos quais a gente deva investir, sem sombra de dúvida, para que a gente possa utilizar adequadamente os recursos e ter uma visão de desenvolvimento regional e integração econômica do território a partir dos recursos que existem. Então, uma ação proativa da Secretaria é o que nós nos propomos a fazer nesses próximos anos.

Obviamente, como já falei, a questão das obras que nós temos, não só do PAC, mas da Copa do Mundo também, como também em outros aeroportos, a nossa visão não é tão somente de preocupação com eventos de Copa do Mundo e Olimpíadas, que são importantíssimas e que têm de ser atendidos. A preocupação

maior que devemos ter é com o dia a dia das pessoas. A nossa preocupação é atender os usuários todos os dias e não somente em datas específicas. Isso é um trabalho muito grande. Estamos desenvolvendo não só ações de gestão para isso – e elas serão sentidas nos próximos meses –, mas também do ponto de vista de investimentos, investimentos que temos de fazer a curtíssimo prazo – e vamos fazer isso, estamos tomando providências para que os investimentos de curtíssimo prazo aconteçam, acho que o Presidente da Infraero vai se referir a isso com mais detalhes – e também uma visão de mais longo prazo, são investimentos para que a gente possa ter sustentabilidade no setor e, assim, viver com tranquilidade o crescimento. O País tem crescido, e o setor tem crescido mais ainda. A elasticidade que havia nesse setor, que era da ordem de 2,4%, hoje já está em 3,5%. O crescimento tem sido cerca de 12% ao ano, nos últimos sete, oito anos, é um crescimento chinês, e nós precisamos estar em condições de atender a essa demanda.

Então, o desafio é grande. Estamos preparados para isso. Estamos aqui, com muito prazer, para apresentar essa nossa visão em curtíssimo espaço de tempo, mas acho que é importante que tenhamos tempo para as perguntas e para a discussão.

Agradeço o convite e a presença dos senhores.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Wagner Bittencourt.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos.

Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; Senador Blairo Maggi, da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo e das Olimpíadas; Senador Benedito de Lira, da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo; Senador Delcídio, da CAE, que teve a gentileza de vir aqui nos cumprimentar, mas, infelizmente, lá, ainda continua na Ordem do Dia; Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles; senhoras e senhores, eu não vou me ater somente à Infraero; acho que o Ministro Wagner já foi suficientemente claro sobre o que se pretende do ponto de vista da companhia e o que nós vamos fazer daqui para frente.

Vou fazer uma apresentação que, a rigor, não é pequena, ela é longa, mas eu vou resumi-la, e vou deixar todo esse material público aqui, de modo que a gente possa, daqui para frente, ser fiscalizado, não só pelas comissões do Congresso Nacional, mas por toda a sociedade, sobre o andamento de cada uma das obras dos 13 aeroportos que compõem a Copa do Mundo. Além disso, caso alguns dos Senadores que não pertençam aos Estados nos quais acontecerão jogos da Copa do Mundo desejarem se manifestar, nós estamos à inteira disposição para responder quaisquer perguntas específicas a respeito desses aeroportos.

Trouxe comigo o nosso Diretor de Operações, o Diretor Financeiro, o nosso Diretor Comercial e o Procurador Jurídico, caso eu não possa tirar alguma dúvida.

Vou começar por Guarulhos. A nossa apresentação será toda mais ou menos do mesmo feitio. Como disse no início, não vou me ater a cada um dos detalhes, já que eles são longos. Vou começar pelo gráfico de capacidade de demanda de cada um dos aeroportos.

Os gráficos de capacidade são feitos pela própria Infraero, seguindo conceitos internacionais da Iata e de outros órgãos do segmento de aviação, e a demanda segue aqueles níveis que vemos ali em cima: 2007/2010 foi o que efetivamente aconteceu em Guarulhos, cresceu 12,62. A nossa projeção para 2011/2014 é de 9,72, e para 2015/2019, de 6,11. Este mês atual é onde se encontra hoje a nossa situação no Aeroporto de Guarulhos. A nossa demanda vem crescendo – que é essa linha vermelha –, e a capacidade parada no mês atual. Cada um dos níveis, daqui para frente, são as ações que faremos no Aeroporto de Guarulhos, de modo a suprir toda a demanda existente, no nosso caso aqui, até setembro de 2015. Então, o item 2, por exemplo, será a construção de um terminal provisório, que termina agora em julho, e assim por diante.

Olhando o mapa de Guarulhos, podemos ver todas as intervenções que a Infraero fará ao longo do tempo.

Então, cada uma dessas indicações será efetivamente um ato ou uma ação por parte da Infraero. Vamos pegar como exemplo qualquer um deles aqui. O item 2, por exemplo, é um terminal de uma remota central, que terá uma capacidade de um milhão de passageiros e que será inaugurado no próximo dia 30 de julho. Se eu pego outro qualquer, o item 3, por exemplo, são dois terminais que nós faremos. Então, esperamos que até o final do ano nós tenhamos um terminal remoto, que é a primeira fase dele, onde vamos ter 5,5 milhões de passageiros e, em maio de 2012, mais 12,5 milhões de passageiros. E assim por diante, em todos os aeroportos nós vamos colocando cada uma das obras onde temos a certeza de que vamos suprir a demanda. Por exemplo, em Brasília, seguimos aquela mesma linha que mostramos para Guarulhos.

A linha da demanda já está ultrapassando a linha da capacidade, de modo que o aeroporto realmente está aquém das suas necessidades, a demanda cresceu mais do que a nossa capacidade.

Aqui também há os crescimentos, o acontecido e o que vai acontecer, e as nossas ações. Nós terminamos um terminal provisório em setembro de 2010 e o Terminal 2 em novembro de 2010; terminaremos, no próximo mês de novembro, mais um terminal e a reforma do TPS atual e do TPS novo.

Olhando o mapa de Brasília, este é o aeroporto. Então, como eu estava dizendo, aqui também tem o Terminal Remoto 1, aquele que eu disse que já tinha terminado; o Terminal Remoto 2, que é esse que fica aqui em frente e que ficará pronto em novembro de 2011; o TPS atual, que nós já estamos reformando, e estamos prevendo a reforma até o final de 2012; e ali, em vermelho, o terminal de passageiros, o novo terminal de passageiros.

Toda a operação de Brasília nós esperamos terminar em... Em 10 de dezembro de 2013 nós teremos a primeira fase do terminal de Brasília pronta e em vias de funcionamento. Eu esqueci de dizer que o nosso investimento em Guarulhos é de R$1,3 bilhão; em Brasília, R$748 milhões.

Olhando para Campinas, o nosso terceiro aeroporto, também seguindo a mesma linha, nós vemos a linha da demanda e a linha da capacidade existente hoje, no mês atual. Nós inauguraremos lá um módulo de *check-in* agora, no mês que vem, quando aumentaremos a capacidade. E daí para frente reformaremos o terminal atual e, ao mesmo tempo iniciaremos a construção do terminal novo, ambos terminando em dezembro de 2013, o que elevará substancialmente a capacidade de Campinas para cerca de 24 milhões de passageiros, enquanto a demanda estará em torno de 13 milhões.

Então, esse é o mapa de Campinas, onde podemos ver aqui o terminal atual, apesar de não estar muito bem desenhado. Eu vou mostrá-lo maior aqui na frente. Este é o terminal remoto, que vai ficar nessa região de Campinas, e a obra de adequação do terminal novo. Os investimentos de Campinas previstos são de R$796 milhões.

O quarto seria o Galeão, que tem essa capacidade *versus* demanda. O Galeão está acima da demanda atual e da demanda prevista. Mesmo assim, nós vamos modernizar completamente o Terminal 1, que já está em obras, termina em dezembro de 2012, e o Terminal 2, que também será completamente construído, já que só existe a metade dele construída hoje. Terminará em janeiro de 2013, de modo que a capacidade será bem maior do que a demanda.

Este é o terminal. Ele terá recursos da ordem de R$657 milhões. Este terminal aqui é o atual e este aqui é o novo, que vocês conhecem, e esta é a parte de ampliação do Terminal 2, que também já está em obra. Quem vai ao Galeão não consegue perceber porque aqui nesta região existe um tapume que impede a visão dessa obra.

O próximo é o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, que também está no limite. Já no início de 2002, nós teremos um problema entre a capacidade e a demanda de Confins. É por isso que nós vamos construir um módulo temporário, que ficará pronto em novembro de 2012, com o qual ampliaremos a capacidade do aeroporto para cerca de 16 milhões de passageiros. E depois a modernização e a ampliação do terminal de passageiros atual, que nos dará também mais cerca de 3 milhões de passageiros. Confins continuará sendo um problema. Nós teremos que trabalhar celeremente na construção do Terminal 2 de Confins. Mas, sem dúvida, será depois da Copa do Mundo, não será até a Copa do Mundo.

Este é o Aeroporto de Confins. Ele terá R$406 milhões de investimento. As propostas do edital serão abertas hoje, às 15h30. E nós esperamos já amanhã iniciar a fase de contratação e as obras. Para a fase do pátio de aeronaves, do táxi, de ampliação e da pista, os projetos estão em andamento. Nós temos uma questão de licença ambiental em Confins que está sendo bem resolvida e espero que nos próximos dias nós possamos dar entrada nesse processo também. Só para vocês terem uma ideia, a ampliação da pista nós esperamos também terminar em 30 de dezembro.

O próximo aeroporto é o de Curitiba, que também já em 2013, quando terminaremos a reforma e a ampliação do terminal de passageiros atual, estará chegando ao limite da sua capacidade. Mas não chegará, na medida em que essa ampliação permitirá que nós quase dobremos a capacidade atual do terminal de Curitiba. Investiremos R$102 milhões nessas ações, ampliando o terminal, que é o que vocês veem aqui, o pátio de aeronaves, o táxi e todas as questões dos aparelhos de pouso e decolagem por meio de instrumentos, porque o aeroporto de Curitiba nos traz problemas em vista das condições meteorológicas lá.

Salvador tem um aeroporto que está dentro da sua capacidade atual. Nós não temos grandes problemas lá, não vamos fazer grandes obras, a não ser a reforma do terminal de passageiros, onde as pessoas vão se sentir bem mais confortáveis do que hoje. Ele consumirá cerca de R$47 milhões de investimentos. Faremos também um investimento no pátio de aeronaves e na torre de controle, que é, vamos dizer, transparente para a população em geral, mas extremamente importante

para o funcionamento do aeroporto, principalmente na Copa do Mundo, quando é muito grande o fluxo de aeronaves pequenas.

Só para terem uma ideia da reforma do TPS, nós desejamos concretizá-la em julho de 2013. O edital da obra será publicado em 2 de fevereiro de 2012.

Como eu disse no início, todos esses dados ficarão à disposição dos senhores, para que possam nos perguntar, no futuro, como está cada uma dessas obras.

O próximo é o de Fortaleza. Em Fortaleza, estamos também no limite da sua capacidade, o que, aliás, é uma questão, vocês sabem muito bem disso, já que a demanda cresceu substancialmente acima da capacidade dos aeroportos. Nós vamos fazer uma reforma em três fases do terminal atual, de modo que ele vai praticamente, não digo dobrar a sua capacidade, mais aumentar em cerca de 50%. E essa é toda a ampliação que nós vamos fazer.

Esta parte amarela é o terminal atual. Nós vamos reformar na fase 1. A fase vermelha é a ampliação desse terminal, e estas duas fases aqui são a terceira ampliação, como eu disse. Além disso, vamos mexer no pátio de aeronaves. Só para os senhores terem uma ideia, a fase mais importante, que é a ampliação do terminal, nós vamos concluí-la no dia 13 de outubro de 2013. O projeto terminou agora, em maio de 2011. Estamos trabalhando para publicar o edital até o próximo dia 15, talvez tenha um pequeno atraso de uma semana, mas a obra, que será iniciada em outubro, terminará em outubro de 2013 e consumirá cerca de R$350 milhões de investimento.

O próximo é Cuiabá. Cuiabá é um aeroporto que nos preocupa bastante, porque as condições não são boas; muito pelo contrário, são ruins. Além disso, a demanda também cresceu acima da capacidade e nós iremos inaugurar agora já em novembro um módulo de desembarque, que melhorará a capacidade do aeroporto e iremos reformar inteiramente o TPS. O aeroporto terá essa configuração, a sede da Infraero virá para cá, ela hoje é nesse ponto aqui, iremos ampliar toda essa parte, inclusive fazendo dois andares e criaremos aqui um terminal remoto, de modo que serão consumidos cerca de R$88 milhões. A fase mais importante do terminal de Cuiabá, a licença já foi concluída, o projeto básico termina em setembro e estamos prevendo publicar o edital em outubro e terminar a obra em 31 de julho.

O próximo aeroporto é Manaus. Manaus é um aeroporto extremamente antigo. Um aeroporto de 35 anos, que vai ser completamente adequado para suportar a demanda, apesar de ele estar com folga na sua capacidade em relação à demanda, mas tem problema de concentração de voo, o sentimento das pessoas, às vezes, é que ele está completamente sobrecarregado – e está mesmo! Esperamos que até dezembro de 2013 ele esteja completamente pronto. Vão ser investidos R$415 milhões, o edital já foi publicado, já está em fase de análise. Esse em amarelo é o terminal atual, nós iremos ampliá-lo para essas duas áreas, inclusive toda essa parte do viaduto que passa debaixo do terminal de Manaus, para quem conhece, e iremos terminá-lo em 20 de dezembro de 2013. A audiência já foi realizado, o edital já está publicado, é só sair o resultado do edital para se iniciar as obras.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Mais dois minutos, Senadora, por favor.

Porto Alegre, da mesma forma. Temos aqui cada uma das obras e como vai aumentando a capacidade em relação à demanda, seguindo a mesma linha. Esse é o aeroporto de Porto Alegre, que irá consumir cerca de R$570 milhões. Nós vamos ampliar tanto a pista quanto o pátio de aeronaves e o terminal remoto, que já foi feita a fase 1, estamos terminando a fase 2, e a reforma do TPS, que foi inaugurado ano passado.

Recife é o aeroporto que temos menos problemas hoje. É um aeroporto que está bem acima da sua capacidade. Nosso trabalho lá será a construção da torre de controle, que esperamos concluí-la em junho de 2013, mas que não afeta o funcionamento do aeroporto, a torre ficará aqui, aqui é todo o terminal de passageiros. Vamos consumir R$18 milhões.

E o Augusto Severo, em Natal, é o nosso último aeroporto, que é o aeroporto administrado pela Infraero, como V. Exªs sabem. Em Natal está previsto outro aeroporto, cujo leilão será no próximo dia 19 de julho. Mesmo assim, estamos reformando o Terminal Augusto Severo em Natal de forma a aumentar a sua capacidade e para que ele não tenha problema nenhum por ocasião da Copa do Mundo. Serão investidos R$16 milhões. Aqui dá para terem uma ideia do terminal de Natal e da pequena ampliação que estamos fazendo em vermelho.

É isso, Senadora. Desculpe o atraso. Estamos à inteira disposição para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; boa tarde, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da

Copa do Mundo, das Olimpíadas; boa-tarde, Senador Benedito Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; boa-tarde, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores, é um prazer estar presente nesta Casa, que aprova o nosso mandato na Anac.

Primeiramente, gostaria de apresentar aqueles que estão presentes comigo nesta audiência pública, os outros três diretores da Agência, o Diretor Ricardo Bezerra, o Diretor Rubens Vieira e o Diretor Claudio Passos, bem como o Superintendente, Bruno Dalcolmo, da área de relações institucionais.

Em nossa apresentação, vamos tentar cobrir todos os pontos que foram colocados em nossos requerimentos. Eu vou me permitir ser bem claro e objetivo para depois podermos entrar nas perguntas e responder aos Exmºs Senadores e Senadoras.

Vou começar com uma visão geral da Anac, as fiscalizações, o desempenho nas auditorias internacionais, a parte de segurança operacional, que é a grande missão da agência, a parte de recolhimento financeiro, as multas, dados do setor, selo dimensional, uma grande discussão com relação à distância de cadeiras, que já existe, a parte de proteção ao passageiro, Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que é o primeiro a ser concedido, já com data de leilão marcada para o dia 19 de julho, e, finalmente, vamos encerrar com o acordo de "céus abertos".

Dentro das pastas que foram distribuídas aos Senadores, nós temos a apresentação, se quiserem acompanhar.

O próximo, por favor.

A visão geral da agência. O que é a agência? Para deixar bem claro, é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 11.182, de 2005, cujas maiores e principais atribuições... Temos a regulação técnica, em que gostamos das partes fundamentais, que são: segurança operacional, que, em inglês, é *safety*; e proteção contra atos e interferências ilícitas na aviação civil, que é a parte de *security*. A parte de regulação econômica é onde podemos trabalhar em coordenação com o Ministério da Fazenda e com o Cade também, para regular as empresas aéreas. E agora esperamos regular os aeroportos. A nossa representação internacional sempre muito bem coordenada com o MRE.

Próximo, por favor.

Só para vocês terem uma ideia, os resultados retirados do nosso relatório de gestão que foi entregue ao TCU têm os seguintes indicadores: inspeções e auditorias em empresas aéreas regulares e empresas de táxis aéreos, inspeções aeroportuárias. E aí vai, até os senhores terem uma noção de que chegamos a 19.047 exames práticos em aeronautas e 32.500 provas realizadas *on-line*. Ou seja, é um trabalho constante que a agência tem para manter o sistema de aviação civil funcionando.

Próximo, por favor.

A Ação 2912 é a ação que determina toda a parte de fiscalização e regulação da agência, de onde saem os recursos orçamentários para que nossos inspetores de aviação civil, que são nossos fiscais, possam trabalhar. E aí os senhores podem ver a evolução da realização tanto da meta da Ação, que hoje está em 12 mil fiscalizações, com a realização efetiva pelos nossos inspetores. No ano passado, atingindo 21.279 fiscalizações pelo nosso pessoal. Ou seja, efetivamente, já vamos levar para este ano, o trabalho do PPA, um aumento da nossa meta, porque ela está já batida no nosso dia a dia com relação ao nosso pessoal.

Próximo, por favor.

Com relação ao desempenho da agência, a melhor maneira de termos uma avaliação do desempenho é compará-la com as demais autoridades do mundo. Então, nós fomos auditados, na parte de *safety*, que é segurança operacional, em maio de 2009. O Oaci esteve aqui no Brasil, passou conosco uma semana, e recebemos a nota 87,3, o Brasil todo. Com isso, chegamos ao nono lugar no *ranking* mundial. E dos países mais desenvolvidos do grupo do G-20, chegamos ao quinto lugar. É expressiva essa melhoria da agência, não só da Anac, mas também do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e do Cenipa, são órgãos do Comando da Aeronáutica, e todos eles trabalham juntos para isso.

Mas não só dessa forma que somos auditados. Os Estados Unidos, através do nosso acordo de serviços aéreos, têm o direito de nos auditar. E nós fomos auditados no mesmo ano, em novembro, quando conseguimos também 100% de aprovação, aí, no caso, foi só a da agência, e nos mantivemos na categoria um, coisa que é importante manter para os voos para aquele país.

No ano passado, dentro dessa visão de auditoria e de desempenho das agências, a Oaci esteve no Brasil para ver a parte de proteção contra atos e interferências ilícitas, como estamos tratando essa ação nos aeroportos brasileiros. E também nós fomos muito bem. Esse dado não é divulgado externamente, não podemos ter uma comparação, mas nos sagramos com 85 de aprovação. E, constantemente, o órgão de fiscalização dessa parte nos Estados Unidos, que é o DCA, vem ao Brasil para manter essa correlação e para podermos ter voos americanos para o Brasil.

Próximo, por favor.

A parte de segurança operacional é outra área que estamos desenvolvendo muito bem aqui no Brasil. E aí o primeiro gráfico, aí em cima, que eu gostaria de mostrar, que mostra a evolução. A linha em vermelho é a nossa média móvel, e a comparação com relação a outros. Nós tivemos um pico, lógico que equacionado pelos dois acidentes que aconteceram no Brasil, que foram terríveis. Mas, a partir daí, todos os órgãos do setor de aviação civil se coordenaram e passaram a ter uma estratégia muito forte para a redução desses acidentes. Hoje, já estamos passando de três anos sem nenhum acidente fatal na aviação civil regular brasileira. Isso é extremamente importante.

Nós estamos inaugurando junho, com aquele gráfico, se fosse montado para o dia de hoje, já com 0,66. A continuar nesse trabalho, temos certeza de que, no final do ano, vamos estar abaixo da meta da Anac, que é 6,61.

Da mesma forma, verificamos, em conjunto com o Comando da Aeronáutica, que voo irregular leva a acidentes. E a hora que o piloto preenche seu plano de voo é a melhor hora para negarmos esse voo. Estabelecemos uma parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e trabalhamos para, exatamente como os senhores podem ver, fazer essa redução. Então, mostra claramente que, hoje, um piloto que preenche um plano de voo, na sala de tráfego da Força Aérea ou da Infraero, para voar, ele é obrigado a ter em dia sua aeronave e sua operação.

Próximo, por favor.

Com isso, mostramos claramente como a Anac vem trabalhando em prol da segurança. Uma das informações importantes que eu gostaria de passar para todos é o recolhimento financeiro. Logicamente, mostra, com isso, que o recolhimento aumentou e muito. O trabalho interno, o processamento dos autos de infração, tem sido cada vez mais célere e bem organizado. No ano passado, atingimos a marca de R$17,4 milhões, recolhidos aos cofres da Anac. Este ano, também dado o nosso trabalho de coordenação, nossas fiscalizações já nos renderam, já de autos de infrações julgados em primeira e segunda instância, R$12,3 milhões, mostrando claramente que a Anac não só está fiscalizando, mas também aplicando as sanções corretas para os casos que encontramos.

Próximo, por favor.

Bom, mostramos o desempenho do ponto de vista de segurança. Agora vamos colocar um pouquinho do desempenho do ponto de vista econômico. A primeira coisa que gostaríamos de mostrar é a regularidade e pontualidade, ou seja, atrasos e cancelamentos de voo. Como estão esses indicadores no Brasil? Claramente, neste gráfico, colocamos que houve uma redução muito rápida a partir de 2007, um trabalho efetivo com as empresas. Tivemos toda uma reformulação dos horários de transporte, junto com o Decea e a Infraero, e estamos trabalhando para uma meta ainda mais agressiva este ano, de chegar a 10% de atraso e em torno de 5% de cancelamento no ano. Logicamente que há uma sazonalidade, há uma influência meteorológica. Só para os senhores ficarem sabendo, hoje estamos também com influências de cinzas vulcânicas vindo do Chile. Ou seja, a aviação é um meio de transporte complexo e a coisa mais importante é a segurança. Na hora que afeta a segurança, não podemos voar.

Próximo, por favor.

Também na parte econômica, a oferta. Como estamos ofertando os voos, principalmente internacionais. E aqui, esta tabela, comparando 2007 a 2010, mostra uma elevação grande de voos que foram ofertados nas nossas principais capitais e onde podemos notar, em parêntese, que é o ponto em que temos um pouso intermediário. Então, mostra a subida de Guarulhos, chegando a 606 e 804, com pousos intermediários; o Rio de Janeiro chegando já a 303; e assim por diante. Se somarmos todos os nossos aeroportos, há um crescimento de 17% nessa nossa estratégia, em que estamos abrindo, cada vez mais, as frequências não só no Brasil, como para o exterior.

Próximo, por gentileza.

Dentro dessa linha de evolução econômica, nós passamos a comparar uma evolução do mercado, em que tínhamos, antigamente, um duopólio claro. Chegávamos a quase 95% do mercado. Hoje isso não é mais realidade. A linha tracejada mostra claramente a tarifa. Quanto mais novas empresas são entrantes no processo – estamos chegando hoje a 20% – há uma redução clara de tarifa. Se compararmos de 2007 ao início agora de 2011, já há uma redução de tarifa de cerca de 50%. Isso é muito bom para o País. Isso é muito bom para a nossa sociedade. É mais gente voando e mais gente tendo oportunidade de executar esse transporte seguro que é a aviação.

Próximo, por favor.

Bom, mudando um pouquinho para discutir – entre aspas – "dimensão a bordo/conforto", a agência, dentro da lei, tem uma liberdade. Ela não pode regular do ponto de vista de tarifas. Ela tem uma necessidade de deixar o mercado cada vez mais competitivo. Porém, ela pode ter estratégias; no caso, uma estratégia clara de divulgação.

No ano passado, em 2010, nós aprovamos uma resolução que trata de selo dimensional e etiqueta, em que definimos faixas. É muito parecido com o Procel e a etiqueta do Inmetro que fala da parte de energia. São faixas de distância útil entre os assentos. Todas

as empresas hoje já estão com seus relatórios aprovados e vão não só colocar no sistema de reservas, mas também vão estar afixados em suas aeronaves. E aí nós temos a medida, como vocês podem ver na etiqueta, do espaço útil entre um banco e outro, bem como a informação da largura lateral do assento, que é importante para o nosso passageiro poder escolher. A ideia da Anac com isso é que cada um possa decidir qual a empresa que quer, de acordo com a sua altura, com seu tamanho, que possa escolher um bom produto.

Próximo, por favor.

Continuando, então, com proteção ao passageiro, dentro do conjunto de documentos que a gente passou a todos, existe um folder que fala justamente – ele é explicativo – dos direitos dos nossos passageiros, por meio da Resolução nº 141, em que a gente fez claramente toda uma determinação, melhorando cada vez mais e divulgando quais os direitos dos passageiros a partir de eventos de atrasos, cancelamentos e até, no último caso, preterição, ou seja, quando lhe é negado embarcar por algum motivo. Está aqui bem claro para todos os Senadores o que cada um tem que fazer.

A Anac, muitas vezes, com a ajuda da Infraero e até coordenando com as empresas, vem trabalhando para que o passageiro possa cobrar isso, porque ele tem um contrato, um contrato de transporte, aprovado, dentro da visão de uma concessão.

Próximo, por favor.

Tentando terminar a nossa apresentação, temos o Aeroporto São Gonçalo do Amarante, onde a gente está trabalhando fortemente para que a sua concessão seja um sucesso, que – é a nossa visão aqui – o valor mínimo lá, no dia 19, seja claramente suplantado, de R$51,7 milhões. E aí é onde a gente tem claramente incentivos para que essa operação possa acontecer antes do previsto, que é de 36 meses contratualmente.

Próximo, por favor.

Nos requerimentos, falava-se sobre céus abertos. A gente quer tecer alguns comentários com relação a essa área de céus abertos. Já existia legislação trabalhando sobre esse tema. É o art. 41, o 49 da nossa lei. A política também da Pnac, que foi aprovada pelo Presidente Lula, no Decreto nº 6.780, de 2009, também trouxe essa mesma linha de ação. E, por último, o Conac, na sua Resolução nº 007, também trouxe essa linha de ação, que é buscar sempre, nas negociações, nos nossos acordos em serviços aéreos, a questão dos céus abertos.

Próximo, por favor.

Bom, o que são céus abertos? De onde estamos buscando isso? Céus abertos é a ligação do Brasil com outros países. Não é a cabotagem; de maneira alguma um acordo nosso com outros países. Nós estamos falando de voar aqui dentro, abrir o nosso espaço aéreo para que possa ligar cidades brasileiras, mas também, cada vez mais, a gente possa ter frequência e habilitar as nossas cidades, a nossa população para ir para outros países.

Com isso, nós já trabalhamos não só com os dois principais, que foram o da União Européia, que está para ser assinado, e o dos Estados Unidos, que já foi assinado pela Presidenta e pelo Presidente Obama, no início deste ano, mas também já temos mais de vinte acordos de céus abertos, que iniciaram a sua confecção desde 2007.

Eu queria mostrar como houve evolução a partir do momento em que a gente introduziu essa política, ou seja, cada vez mais a gente teve acréscimo de passageiros sendo transportados. E isso é bom para o turismo brasileiro. Há sempre a criação de novos empregos quando estamos movimentando pessoas de um lado para o outro.

Próximo, por favor.

A gente está quase terminando. Seria mais um slide somente. Só para a gente poder comparar nos nossos mercados. Aqui, em vermelho, nós mantivemos uma empresa brasileira e, em azul, só na América do Sul que estamos com as duas empresas brasileiras. Os senhores podem notar que estamos sempre à frente, principalmente nas horas em que temos as rotas principais.

Então, na América do Sul, onde nós iniciamos essa abertura de céus abertos, no início de 2008, as duas empresas brasileiras têm uma competição muito forte e estão à frente das demais empresas. Nos Estados Unidos, quando a gente vai analisar, a TAM é a segunda, mas, em todas as rotas em que ela voou para os Estados Unidos das suas cidades, ela é a primeira em transporte de passageiros. A mesma coisa acontece com relação á Europa. Em todas as rotas que a TAM voa para a Europa, ela está em primeiro lugar. Bom, era isso que nós teríamos para apresentar.

Próximo, por favor.

Deixamos aqui com as ações e atribuições da Anac e estamos abertos, logicamente, para perguntas. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente

de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, em nome dos quais eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Agradeço pela presença e cumprimento pela explanação o Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Wagner Bittencourt de Oliveira, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e o Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eu vou ser muito breve e fazer uma pequena observação e um questionamento. Há pouco, nós assistimos aqui, no Senado, à apresentação de um pesquisador do Ipea e do Presidente do Sindicato das Empresas Aéreas, manifestando grave preocupação com o andamento das obras dos nossos aeroportos. Eu confesso que fiquei extremamente preocupado ao ouvir o relato e mais preocupado ainda quando fiz, recentemente, uma viagem ao exterior e vi as condições do nosso Aeroporto de Guarulhos.

Confesso que fico mais tranquilo ao ouvir a apresentação do Presidente da Infraero e torço muito para que a razão esteja com essas afirmações oficiais de que, apesar do nosso curto espaço de tempo e da nossa situação apertada, especialmente em alguns aeroportos, teremos condições de suprir as necessidades e de nos prepararmos adequadamente para receber, para atender a população brasileira em períodos normais, bem como atender, nesses períodos extraordinários, a população mundial que virá ao Brasil, especialmente para a realização da Copa e para a realização das Olimpíadas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro ou ao Presidente da Infraero, o que se considerar mais apropriado para respondê-la.

Na apresentação do Ministro, vimos que há três aeroportos em relação aos quais já se decidiu fazer concessão para a iniciativa privada, e dois outros estão em estudo: o Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Brasília. O de Brasília já demonstra que há um gargalo. A demanda já e maior do que a oferta dos serviços, e a gente percebe isso toda vez que precisa do Aeroporto de Brasília.

Pergunto: qual é o cronograma dessa privatização, quando o Governo pretende lançar e quando pretende concluir o processo de concessão desses aeroportos? E fiquei com uma dúvida: os investimentos previstos para esses aeroportos serão feitos por quem? Serão feitos pela Infraero, e, após esses investimentos, eles serão concedidos à iniciativa privada ou esses investimentos já deverão ser feitos pela iniciativa privada?

São apenas esses os questionamentos, cumprimentando V. Exª, Presidente Lúcia Vânia, e o Presidente Blairo Maggi, que têm feito um trabalho muito sério, muito profundo pela Subcomissão, na Comissão de Meio Ambiente, encarregada de acompanhar as obras da Copa.

Torço muito para que a gente possa cumprir esses cronogramas, para que possamos receber muito bem a população mundial que vem para esses dois grandes eventos e atender, sempre com muita competência e dignidade, a população brasileira, que, cada vez mais, utiliza, felizmente, os nossos aeroportos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (*Falha na gravação*.) ... Seriam feitas todas as perguntas e, depois, os expositores responderiam.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Senadora, acho que depende, porque já temos um número importante de Parlamentares. Se chegarem outros dez Parlamentares, acho que a senhora vai dirigindo. Vamos fazendo as perguntas até que os expositores tenham condições.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos fazer de três em três.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia; também o Ministro Wagner Bittencourt. Seja bem-vindo, mais uma vez, ao Senado. Também o Dr. Antônio Gustavo Matos, que é Presidente da Infraero, e também Dr. Carlos Eduardo Pellegrino, que é Presidente da Anac ou Diretor da Anac. E também cumprimentar meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que é nosso comandante na Comissão. Eu sou uma Subcomissão e devo continências ao Senador.

Na realidade, eu já ouvi essas explanações, na semana passada, quando a Presidente Dilma nos convidou e convidou todos os prefeitos e os governadores das doze cidades que foram escolhidas como sede da Copa do Mundo. Portanto, para mim, não há nenhuma novidade.

Na realidade, senhores, as pessoas de fora, que não estão no dia a dia e que nem têm o conhecimento que tenho ou a informação que tenho hoje, todas se preocupam, realmente, porque a Copa, a cada dia, fica mais próxima. E a gente, a cada dia, não está vendo, não está conseguindo observar as obras que todos sabemos que irão acontecer.

Então, à Subcomissão não resta alternativa agora senão, de fato, acompanhar. Já ouvi as explicações aqui, na Comissão; já ouvi junto a Presidente; estou ouvin-

do novamente aqui, hoje. Então, temos que aguardar. Eu, da minha parte, vou aguardar o acompanhamento e os dias. E, daqui a alguns dias ou daqui a um mês, ou dois meses, no máximo, teremos de conversar, novamente, por intermédio da nossa Subcomissão; informar-nos se tivemos avanços, nestes meses de maio ou de junho, em relação aos meses de agosto e setembro. Não resta outra coisa a fazer, Presidente Lúcia Vânia, a não ser isso.

De fato, não deveria nem torcer, mas estarmos todos imbuídos da mesma vontade, da mesma direção, de fazer essas coisas acontecerem para a Copa do Mundo de 2014. A responsabilidade do Brasil perante o mundo é bastante grande. Não podemos, de forma nenhuma, passar vergonha, passar vexame na Copa do Mundo.

Sendo assim, quero colocar mais uma vez, como já fiz em outras oportunidades, Presidente Rodrigo Rollemberg, a nossa Subcomissão à disposição para que possamos ser um agente facilitador até dentro do próprio Governo com outros órgãos, aqui dentro do Senado. Todos nós, os 81 Senadores desta Casa, por mais divergências políticas que tenhamos, torcem, trabalham e tenho certeza de que não deixarão de contribuir para que possamos chegar no processo, em 2014, em condições de fazer uma boa e bela Copa do Mundo.

Sei que os administradores que estão sentados nesta mesa não têm a responsabilidade do passado, mas se formos olhar os gráficos e tudo o que já vimos, vamos ver que o que estamos fazendo para a Copa do Mundo, na realidade, deveríamos estar fazendo sem a Copa do Mundo, pois esta é uma necessidade do País.

Além das 12 cidades-sedes, temos as outras capitais do País e outras cidades grandes que não estão nesta conta e que, talvez, tenham a mesma necessidade que as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo. O trabalho que os senhores têm pela frente, e vai passar da Copa do Mundo... Todos temos que estar preocupados com a infraestrutura em nosso País se quisermos ser um país moderno e competitivo. E isso não passa só pela aviação, mas também pelas ferrovias, hidrovias e rodovias. Então, o trabalho que temos pela frente não é pequeno.

Quero mais uma vez, ao cumprimentá-los e agradecer pela presença, dizer que a Subcomissão que eu represento estará sempre de portas abertas, e se precisarem de mais alguém para ajudar, estarei à disposição.

Parabéns e muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar também os convidados que participam desta audiência pública tão aguardada, pois já a estamos aguardando há alguns meses.

Nesse período, tive a oportunidade de ter uma reunião, juntamente com toda a bancada da Amazônia, com o Dr. Antônio do Vale, Presidente da Infraero. Mas ainda não tivemos oportunidade de estar com o Presidente da Anac e nem tão pouco com o Ministro da Aviação Civil do Brasil. No entanto, o importante é que estamos aqui debatendo o assunto e agora com mais um componente posto à mesa, que é a mudança do modelo do início do processo da privatização dos aeroportos do Brasil, e um componente que não é tranquilo. E os senhores me desculpem, pois procurei prestar muita atenção em tudo o que foi dito: está tudo uma maravilha, não temos problemas nos aeroportos. O que não está feito, está planejado, Senador Blairo Maggi. E o que está planejado vai acontecer. Foi essa a impressão que tivemos. O que é completamente divergente, por exemplo – e aí se iniciou um grande debate –, com o estudo do Ipea, com a Nota Técnica nº 5, publicada pelo Ipea, que é um instituto de pesquisa ligado ao Governo Federal.

E faço, na presença dos senhores, outra manifestação de aplauso ao Ipea, porque acho que o bom aliado não é aquele que esconde os problemas, mas aquele que ajuda na resolução desses problemas.

Lembro que à época, quando o Ipea falava sobre a questão dos puxadinhos, muita gente do Governo dizia que não era bem assim. Muita gente no Governo dizia que não era preciso os puxadinhos, pois se concluiriam os aeroportos. Hoje, no entanto, por tudo o que temos lido, o que sabemos é que enquanto não sai o modelo definitivo da tal da privatização, as obras continuam, inclusive os MOPs, Senador Rodrigo Rollemberg. E o que são os MOPs? Módulos operacionais provisórios, os puxadinhos.

Então, primeiro, quero dizer que concordo plenamente com o Senador Blairo Maggi. Infelizmente, lamento – e peço desculpas desde já ao Dr. Antônio Gustavo, e já fizemos isso na presença dele – que este debate sobre os aeroportos só venham ocorrendo com mais força agora, porque estamos na iminência da realização da Copa de 2014 aqui. Mas a nossa luta pela ampliação, pela construção de um novo aeroporto – porque nós precisamos muito mais do que uma ampliação, precisamos de um novo aeroporto, pois o nosso tem 30 anos de idade – é de muito tempo. E há muito tempo a gente recebe informações da Infraero que não podemos acreditar. Mostrei lá, em junho de 2010, o então Ministro Nelson Jobim, encaminhou à Câmara dos Deputados, por conta da resposta a um requerimento lá apresentado, dizendo que o projeto

básico do aeroporto de Manaus estava no final de elaboração e a conclusão estava prevista para o mês de agosto; e as obras começariam em fevereiro.

Hoje temos um novo calendário. A publicação do edital ocorreu em maio – de fato, o edital foi publicado no dia 25 de maio – e o término das obras está previsto para 2013. Mas faltou um pedacinho, Dr. Vale, mostrar que a conclusão do aeroporto de Manaus nem pela previsão da Infraero ocorrerá, em sua totalidade, em 2013. Ele estará pronto para o uso, mas as obras continuarão depois de 2013, depois da Copa do Mundo.

Quero dizer que faço essas críticas dentro daquela concepção inicial. O bom aliado não é o que esconde, é o que expõe e ajuda a resolver. Acho que a Infraero – e estamos dispostos a ajudar... Lamento que não foi possível aprovar a simplificação dos procedimentos de licitação, numa medida provisória na Câmara, mas creio que, em breve, será aprovada uma manifestação prática do Parlamento brasileiro no sentido de que queremos ajudar, precisamos ajudar para que esse problema seja resolvido. Queremos uma Copa do Mundo, mas uma Copa do Mundo bem organizada, que o Brasil fique com uma boa impressão no mundo inteiro. E a porta de entrada são os portos e aeroportos. A primeira impressão, como diz o velho ditado, é a que fica na imagem das pessoas. Estou dizendo isso e torço muito para que tudo se adiante. Sei da possibilidade de adiantar algumas etapas caso haja mudança nos procedimentos legais da Administração Pública.

O segundo ponto é a questão da privatização. O primeiro anunciado foi um modelo de que haveria uma parceria público-privada. A iniciativa privada construiria a ampliação e faria parte da administração; áreas comerciais explorariam aquela parte ampliada. Agora, recentemente, não. Já vamos privatizar os três aeroportos, numa decisão que será discutida até o final do ano. E aqui quero sugerir, Senadora Lúcia Vânia: vamos realizar audiência pública para debater isso, Presidente Antônio Gustavo, Presidente da Anac e Ministro da Aviação. Vamos fazer audiência pública, porque para aprovar um processo produtivo básico tem audiência pública; para ampliar o aeroporto tem audiência pública; para meio ambiente tem audiência pública; vamos fazer audiência pública para isso também. Vamos colocar os prós e os contra na mesa. Se ganharem os a favor, ótimo, vamos privatizar. Agora, a experiência do mundo mostra que não é o melhor caminho. E por que começar pelos três aeroportos mais lucrativos do Brasil?

Até onde eu conheço – não conheço muito, mas também não sou um neófito, conheço um pouco – o sistema Infraero é um sistema todo, o que dá lucro cobre aquele que não dá lucro. Por exemplo, o Aeroporto de Manaus é o terceiro em movimentação de carga do Brasil; o primeiro é Guarulhos e o segundo, Viracopos. Agora, esses aeroportos que dão lucro ajudam aqueles que são deficitários, e não são poucos. Com a privatização desses três, da galinha dos ovos de ouro, quem vai manter os outros? Ou será que os aeroportos das capitais brasileiras vão ficar iguaiszinhos aos aeroportos do interior do meu querido Amazonas? Lá, a maior parte da administração dos aeroportos do interior está a cargo dos Municípios, que não têm dinheiro para tapar um buraco na rua, para contratar um médico, para ampliar uma equipe de médico da família, vai manter aeroporto? Não funciona, não funciona. Então, é aquela velha história: o Governo faz de conta que tem, o Município faz de conta que funciona e a gente vai descendo naqueles aeroportos que não entram nem nas estatísticas. E a gente vai descendo, porque não temos estradas, só rio, que demora trinta dias para chegar. Então, será que é isso que vai acontecer com o aeroporto de Natal, com o aeroporto de Teresina, os aeroportos que não são lucrativos? Ou vamos precisar recorrer à OGU, Senador Valdir Raupp, ao Orçamento-Geral da União, Senador Valdir Raupp, que vive contingenciado? Aí, mais uma despesa, mais uma despesa.

Vou formalizar um pedido no sentido de que precisamos ter audiência pública para debater com muita tranquilidade. Está aqui a matéria que divulga a tal da privatização. Tem muita gente interessada. Um tal grupo alemão, Fraport, que seria parceria com Andrade Gutierrez; FMG em parceria com Queiroz Galvão; a francesa Aéroport, de Paris; a A-Port, *joint venture* da Camargo Corrêa com a Suíça. Quer dizer, eles só querem esses. Não seria o caso, se tiver que entregar, de entregar em bloco e exigir uma qualidade para todos, e dar um período, e se não der a mesma qualidade para todos, devolve? Se não fossem aeroportos lucrativos não teria privatização.

E, por fim, aí é um questionamento mais dirigido ao Dr. Wagner, ao Exmº Ministro, sobre a aviação regional. Dei o exemplo aqui dos aeroportos do Amazonas, mas temos, salvo engano, a Infraero atuando em três aeroportos, temos o Comar, da Aeronáutica, atuando em mais alguns pouquíssimos, o governo do Estado em um e o resto, nos Municípios.

Precisamos também resolver esse problema. Eu gostaria de ver mais do que vi aqui em relação à aviação regional e aos aeroportos do Brasil. Tudo bem, a Infraero é uma empresa e tem os seus aeroportos. E o Ministério? Quais os planos para melhorar a aviação regional e garantir a segurança nos aeroportos brasileiros. Não é porque nós temos uma cidade com 30 mil habitantes que essa cidade não deva ter o direito

a ter um aeroporto. Deve ter o direito a um aeroporto, um aeroporto que funcione com total segurança. Mas o modelo hoje não garante isso.

Peço desculpa, Senadora Lúcia Vânia, pela demora, mas são coisas que eu tinha que falar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quantos inscritos nós temos?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Temos inscritos, o próximo, Senador Ferraço; o seguinte, Senador Francisco Dornelles; Senadora Ana Rita; Senador Flexa Ribeiro; Senador Valdir Raupp e Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – São dez então.

Ministro, com a permissão de V. Exª, eu só queria propor à Presidente que pudéssemos fazer dois blocos de cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *OK*. Vamos fazer.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha preocupação é que já temos, a esta altura, um conjunto de indagações e questionamentos feitos. Há o risco de nós comprometermos a qualidade das intervenções se passarmos para cinco. Tínhamos pactuado três. Vou insistir que a Mesa possa responder as três e depois possamos fazer outro bloco. E tenho questionamentos a fazer à Infraero. Eu gostaria de solicitar que mantivéssemos o que foi pactuado, que é manter blocos de três em três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

Concordo com o Senador Ferraço. A preocupação dele é a de todos nós no sentido de ter qualidade na audiência. O que me preocupa é que estamos próximos da Ordem do Dia. Iniciada a Ordem do Dia, temos que suspender a audiência, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, eu prefiro suspender e marcar outra a fazer pela metade, ou não fazer ou fazer malfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Teremos votação nominal na Ordem do Dia e teremos que suspender.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concordo com S. Exª. Só estou defendendo a tese de que, para fazer malfeito é preferível então que façamos outra, porque são 15h50. Não dá nem para responder as três intervenções que foram feitas. É preciso, então, que decidamos agora outro dia para fazer uma outra audiência pública, porque, senão, estaremos comprometendo a intervenção e a qualidade de um tema absolutamente relevante; reunimos três comissões permanentes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu retiro a minha proposta. Vamos ouvir o Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Obrigado. Vou tentar responder o mais objetivamente possível, já que o tempo é importante para todos.

O Senador Rodrigo Rollemberg se retirou, mas eu gostaria de deixar a resposta à pergunta que ele fez: "Qual o cronograma das concessões?" Nesses três primeiros aeroportos que o Governo decidiu conceder, que são Guarulhos, Viracopos e Brasília, o cronograma previsto de avaliação conjunta com o BNDES, que está nos suportando neste trabalho, é até o final do ano. Até dezembro, temos a modelagem feita e, a partir daí, podemos fazer o leilão e, obviamente, em mais alguns meses, estaremos concedidos, se tudo der certo.

Aproveito este comentário para responder à Senadora Vanessa. Na verdade, Senadora, uma parte do processo de avaliação de modelagem que vai acontecer até o final do ano já prevê audiências públicas, em que você apresenta o projeto, apresenta as alternativas, e isso é debatido com a sociedade. Então, isso já acontecerá necessariamente, o que não impede que a gente venha aqui também para debater. Não há problema algum. Mas o processo é transparente e deverá considerar essas etapas.

Outra pergunta do Senador Rollemberg era com relação a investimentos previstos. Se serão feitos. Serão feitos, porque esse conjunto de investimentos que a Infraero apresentou aqui tem coisas de curtíssimo prazo, coisas de médio prazo e alguma coisa de longo prazo. Se a gente olhar do ponto de vista – não quero entrar na discussão de passado –, a gente vê que várias coisas já estão se concretizando. Vários eventos, não só de construção de MOPs, estão sendo realizados agora no mês de julho, pelo menos em dois aeroportos, como licitações que já se realizaram, no sentido de se começar a fazer as obras.

Então, acredito que o que está acontecendo agora é uma realização, fruto de um trabalho que já vem vindo do passado. E, como a gente sabe, às vezes o setor público tem uma certa dificuldade de agilizar e viabilizar os seus projetos. Mas agora nós vemos que muitas dessas ações estão se concretizando e vemos

que é um cronograma factível; e coisas de curtíssimo prazo, a tendência e o que a gente está se forçando é para fazer de forma a que seja atendida a urgência do momento. E esses investimentos continuarão a ser feitos.

Alguns deles – se a gente olhar o cronograma da concessão, cuja modelagem termina no fim do ano e será feita no princípio do ano; quer dizer, no princípio do ano, já se terá a concessão – são compatíveis. Por exemplo, se a gente olhar o terminal 3 de Guarulhos, o Exército está fazendo agora terraplanagem. A construção do terminal 3 vai-se dar mais para frente. Se a gente olhar o cronograma, a gente vê que é algo compatível, mas não vamos parar de fazer nada pelo risco de se ter um *stop and go.* Então, como precisamos ter os ativos realizados, continuarão a ser feitos investimentos. Nada será paralisado.

Bom, agradeço as palavras do Senador Blairo Maggi. Não tem dúvida. Sou uma pessoa que trabalhei muito tempo em infraestrutura no BNDES, de logística, e sei quanto isso é importante; quanto nós temos de planejar a longo prazo; quanto nós temos de fazer intervenções para não ter dificuldades no futuro. Sei como a questão da intermodalidade é fundamental, não só na carga, mas em passageiros. Temos o trem de alta velocidade, que acho que não vamos discutir aqui, porque é um outro projeto grande. Mas acho, do meu ponto de vista, como uma pessoa que trabalhou em desenvolvimento a vida inteira – 36 anos de BNDES – que se a gente não tivesse feito as coisas que fez no passado não teríamos hoje uma série de atributos e projetos importantes para o País.

Então, acho que sempre tem uma dificuldade no momento. Eu me lembro de que a gente está discutindo essa questão do trem, que é muito caro, e um tempo atrás estava discutindo com algumas consultorias que estavam nos ajudando na modelagem do setor aéreo. E começamos a refletir sobre projetos grandes que teríamos feito. Eu me lembro.

Em 1981, era gerente do departamento de mineração e metalurgia do BNDES, e nós estávamos estudando o projeto Ferro-Carajás. Eu me lembro de que, naquela época, foi um estudo com várias agências de desenvolvimento, Banco Mundial, o banco japonês de desenvolvimento, e me lembro de que foi uma discussão muito grande. Levou um ano ou mais para a gente fazer a análise desse projeto. Existiam dúvidas sobre, primeiro, a crise na época que nós vivemos. Eu também já passei por várias crises, e a gente começa a contar história em vez de contar estória. É um problema, mas é verdade, a gente vê as coisas acontecerem. Então, nessa época, questionava-se se existiria mercado para esse projeto; se o custo não era muito elevado; se, por acaso, os dormentes não seriam comidos pelos cupins no meio da Floresta Amazônica, e uma série de questões desse tipo. Hoje, vejo que esse projeto foi feito...

Quanto ao tamanho, é o seguinte: na época, fizemos uma avaliação, há pouco tempo, quando começamos a discutir isso, e vimos que o custo do projeto era muito próximo do que se fala hoje do trem de alta velocidade. E nós o fizemos naquela época. O cupim não comeu a madeira, a Vale do Rio Doce continua produzindo o que produz lá – mais de 100 milhões, quase duzentos milhões de toneladas –, e o mercado não desabou por conta daquele projeto e ele não se tornou inviável.

Então, acho que infraestrutura é uma questão de muito longo prazo. Temos de olhar para o futuro, e às vezes pode ser que alguma coisa que olhemos no curto prazo possa parecer um pouquinho fora do padrão, mas aquilo vai ser importante. No caso, temos recebido muitos operadores internacionais de aeroportos, e eles falam da importância de se ter uma interligação de modais, assim como nós temos a necessidade de ter isso na infraestrutura e na logística de carga.

Agradeço e acho que vamos precisar muito, Senadora. Acho que ninguém faz nada sozinho, principalmente num setor como este, que precisa de muito investimento e de muito suor para acontecer.

À Senadora Vanessa, um pedacinho acho que já respondi, não tem dúvida: Manaus precisa mesmo, nós temos consciência disso; precisa de um aeroporto muito melhor do que tem hoje, pois é um aeroporto muito antigo. Essa intervenção que está sendo feita lá leva a se ter um aeroporto de qualidade na cidade de Manaus.

Obviamente, estou só há dois meses nesse assunto, mas espero e vejo a determinação do presidente Gustavo, que também está há pouco tempo. Vemos que todos os cronogramas, assim como a senhora,... algum evento que era importante, a licitação foi feita, e agora temos marcos acontecendo. Claro, como a senhora disse, é fundamental... (*inaudível*.)

Então, com isso, nós poderemos dar um passo a mais. Sabemos que a dificuldade do setor público de realizar cronogramas é muito grande. Acho importante essa modernização de regulação, uma vez que regras e leis são feitas por homens e para o momento. Já tivemos no Brasil uma lei que previa a escravidão. Hoje em dia, ela não existe, há muito tempo. Então, como não é nenhuma constante universal, nenhuma lei, nenhuma regra, nós temos de constantemente aperfeiçoá-las, e acho que neste caso é o momento de discutir isso, para que possamos ter uma forma mais eficaz de atender as necessidades do País. Então, nós vamos

trabalhar para que Manaus tenha, sim, um aeroporto de que se orgulhe.

O projeto fica pronto para a Copa do Mundo? Se a senhora observar todos os investimentos feitos ali, muitos deles, como só temos uma previsão até 2014, 2015, uma parte deles, não só esses, fica pronta depois, mas certamente o que ficar pronto até 2014 será suficiente para atender a demanda da Copa. Isso foi tudo cotejado, ofertas e demanda. Como disse a Infraero, o Gustavo, isso é discutido na forma de capacidade de padrões internacionais, que a Iata determina, enfim. E isso foi feito exatamente dessa forma: o fato de estar previsto terminar 50% depois não quer dizer que não vá atender a demanda da Copa. Ele vai atender e, depois, vai continuar aumentando a capacidade até, porque a nossa demanda, em função do crescimento do País e de as pessoas estarem usando mais aviões, graças a Deus, ela vai continuar crescendo e bastante.

Bom, a questão das concessões. No princípio, fizemos um estudo preliminar sobre a possibilidade de fazer concessões diárias comerciais em aeroportos, que foram exatamente os três: Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Nós verificamos o seguinte: que não era viável fazer a concessão comercial; quer dizer, teríamos um trabalho que poderia ser feito e não ser viável. Portanto, não ficaria em pé uma proposta dessas. E, como são aeroportos em lugares sensíveis, que nós precisamos tomar uma decisão a respeito do seu futuro, e até porque alguns deles são alternativas para os outros...

Por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, por que Viracopos entra também? Porque, se a gente tiver algum problema em Guarulhos, num momento de crise, quem vai atender Guarulhos? Temos a alternativa de Viracopos, e será uma possibilidade; e temos Galeão, que sempre será uma alternativa para São Paulo. Precisamos ter alternativas de segurança, principalmente em momentos como esse. Então, essa questão das áreas comerciais não se demonstrou viável, e, aí, tivemos de tomar a decisão de conceder os três aeroportos. E como é que faríamos isso?

Agora, temos toda essa preocupação, sim, de como é que fortalecemos a Infraero, que acreditamos poder ser um *player*, assim como outras empresas estatais do País, como a Petrobras, como o Banco do Brasil, como a Eletrobras, que são empresas parceiras do setor privado em vários segmentos da indústria. Ser parceiro é uma coisa muito boa. Isso no mundo hoje é feito cada vez mais, porque você utiliza seus recursos de uma forma mais eficaz, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista do conhecimento.

E o que a gente vê nessa possibilidade é: com esses até 49% que a Infraero terá no capital da companhia, essas companhias certamente vão crescer, vão ter lucro, vão distribuir dividendos, e isso será uma fonte de recursos que estará disponível para a Infraero aplicar eventualmente em outros aeroportos, em outras obrigações que ela tenha do ponto de vista de políticas públicas. Essa é uma forma.

Uma outra forma diz respeito ao modelo, que ainda não está definido – nós vamos discutir isso durante esse período todo aí, inclusive em audiências públicas. Pode ser uma outorga que você tenha que possa irrigar o fundo que foi criado para você desenvolver esse segmento. Talvez essa não possa ser uma alternativa que garanta, além da capacidade de recursos para a Infraero, um volume de recursos que possibilite os investimentos em aeroportos regionais, quer sejam eles em termos de desenvolvimento econômico, quer sejam eles em termos de integrar de uma forma econômica as cidades mais distantes e menos ligadas ao restante do País

A questão de entregar em bloco ou exigir regras. Acho que algumas de que falei aqui, como a questão da outorga e a questão do retorno para o próprio acionista investidor da Infraero, vão permitir que se tenham mecanismos que façam com que a gente desenvolva esses projetos. Entregar em bloco seria uma avaliação possível, mas muito mais complexa. Se fizer as PEs, acho até do ponto de vista de formas, de acompanhar esse processo... E, obviamente, a empresa que for concessionária desses aeroportos vai assumir uma série de compromissos a partir dessa concessão – como em todo contrato de concessão, existe uma série de compromissos – no sentido de atender adequadamente o usuário. Já que isso é uma concessão pública – você não está vendendo um ativo da União, você está disponibilizando esse serviço por um determinado tempo com determinadas condições que serão estabelecidas –, caso eles não sejam cumpridos, obviamente, no limite, há sempre a possibilidade de o Estado tomar o que é seu.

Aviação regional.

Desculpe, Senadora, mas acho que respondi um pedaço com essa questão...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, desculpe-me, mas eu esqueci de levantar uma questão sobre a aviação regional. Gostaria que o senhor dissesse... O senhor mostrou aqui que são 18 aeroportos de 12 Estados brasileiros que vão receber recursos do Profaa. Quantos municípios do Amazonas estão recebendo esses recursos? Gostaria que o senhor me respondesse essa pergunta.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu não tenho aqui. Posso informar a senhora depois?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nenhum assessor seu pode informar? São só 12 Estados e 18 aeroportos. Não há nenhum do Amazonas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Sabe como é que funciona?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Havia dois, mas foram retirados, porque nós não sabíamos...

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Existe uma regra. O que está acontecendo nos últimos anos é muito simples – eu não estava, mas me informaram.

O que acontece? Na verdade, para você poder fazer esses aeroportos, você tem de assinar convênios com o Estado e com o Município. O que acontece é que, para você poder colocar no Orçamento esses projetos, você precisa ter licença de instalação, o que é de responsabilidade do ente público que vai fazer, normalmente o Município ou o Estado, e você precisa ter um projeto básico, que possa aprovar.

Estamos conversando com Estados e Municípios no sentido de capacitá-los – falei também aqui um pouco sobre a proatividade que a Secretaria vai ter –, de ajudá-los a desenvolver esses projetos para que a gente possa, de uma forma proativa, organizada e estruturada, fazer com que eles aconteçam.

Hoje existe um Orçamento, mas acontecem só 15% ou 20% por falta de projetos em condição de serem aprovados.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe, mas é que temos alguns Municípios... Por exemplo, o aeroporto de Parintins – a festa começa no final mês –, ele foi reaberto agora por causa da festa. Acaba a festa, o aeroporto vai ser fechado. O aeroporto de Itacoatiara, uma cidade de cem mil habitantes onde temos um importante terminal graneleiro, está interditado. E nós não estamos no Profaa.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A senhora tem razão. Nós vamos tratar desse assunto de forma prioritária, já decidimos isso.

Agora, por exemplo: Parintins não voa durante o dia porque há um abatedouro na frente do aeroporto. É uma responsabilidade do Município retirá-lo para que o aeroporto possa ser operado. Foi por isso que eu disse aqui quanto ao tal do aeroporto: não adianta um Cristo resolver, ou a gente tem um conjunto de 12 apóstolos para resolver aquilo ou nós não vamos resolver. Temos todo um mapeamento disso, temos todo o interesse e toda a determinação de fazer. Vamos fazer e vamos procurar os Estados e os Municípios para que a gente possa fazer de uma forma concertada e organizada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale para fazer suas observações a respeito das perguntas.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Só complementando o que o Ministro Wagner bem disse na resposta ao Senador Rodrigo Rollemberg: todos os investimentos que foram apresentados e que constam do *site* da Infraero são, rigorosamente, investimentos que não levam em consideração nenhum dos programas de concessão. Todos os programas de concessão a que o Ministro se referiu são no sentido de agilizar esses prazos, já que eles foram determinados pela própria Infraero e são feitos com investimentos próprios.

Sobre algumas das perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, nós já havíamos conversado pessoalmente. Nós também temos as mesmas preocupações da senhora, nós também usamos os estudos que apareceram e que foram apresentados aqui, inclusive do Ipea, como alerta para nós, como sinalizadores de que devemos trabalhar o mais rápido possível, porque a situação é grave.

Nós não escondemos de ninguém que a situação, sem dúvida alguma, é grave. A demanda brasileira, graças a uma série de fatores, cresceu substancialmente nos últimos anos, e a infraestrutura não teve o crescimento necessário para acompanhar essa demanda. Isso aconteceu em todos os setores. Então, é lógico que temos de correr contra o tempo. Estudos como o que o Ipea fez são para nós um sinalizador, como outros que existem por aí.

A questão dos módulos operacionais. Sem dúvida alguma, são módulos que, dependendo do crescimento da demanda, vieram para ficar sim. Eles são módulos extremamente confortáveis, eles fazem parte do novo arcabouço dos aeroportos mundiais, não são coisa do Brasil, não foram inventados aqui e, sem dúvida alguma, onde for necessário, nós vamos usar os módulos operacionais sim. O de Vitória, espero, ficará pronto nos próximos 45 dias.

Quanto à questão de Manaus, a senhora tem razão. Quando nós falamos a primeira vez, um pedaço de cerca de 20% iria ficar para depois, que era toda a área circunscrita ao aeroporto – caso do acesso ao estacionamento. Isso foi revisto, e nós vamos entregar o aeroporto inteiro no prazo que consta do *site*.

A questão da Lei nº 8.666. Tudo o que puder ser flexibilizado, sem dúvida, só vai adiantar esses prazos que nós demos, porque todos os prazos cumprem rigorosamente os termos da Lei nº 8.666. Qualquer coisa

que o Congresso Nacional decidir... Qualquer coisa que agilize esses prazos será na agilização...

Por fim, a pergunta que a senhora fez de quem vai manter os aeroportos deficitários. Sem dúvida, todo o estudo que está sendo feito sobre a concessão prevê, já no próprio estudo e na modelagem – o Ministro foi muito claro –, permitir que a Infraero continue com os recursos necessários e que ela possa investir não só nos aeroportos da rede, mas também assumir outros aeroportos, na linha do que a senhora mesma disse, da aviação geral.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira para fazer seus comentários.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigado, Senadora.

Gostaria apenas de ratificar o que entendi da única parte para a qual a gente pode contribuir. O que o Ministro Wagner colocou... Está aqui o Diretor Rubens, que esteve em duas audiências públicas sobre a concessão do aeroporto São Gonçalo do Amarante.

É um padrão da Anac. Então, Senadora Vanessa, tenha certeza de que a agência tem esse procedimento. Nós fazemos audiências públicas não só documentais, ou seja, no nosso *site*, como também presenciais e, no caso de São Gonçalo do Amarante, foram feitas duas vezes, uma até no local, ou seja, o Diretor Rubens foi a São Gonçalo e teve a chance de conversar com a população local justamente para ter certeza de que esse modelo que estamos trabalhando no Brasil é um modelo vencedor, e a gente imagina que a nossa população e o Brasil vão ganhar muito com isso. É essa a nossa visão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar todos os nossos convidados, o Dr. Carlos Eduardo, o Ministro Wagner Bittencourt, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale. É sempre muito complicado, enquanto o Congresso Brasileiro insistir com esta tese equivocada de que a semana tem dois ou três dias, nós vamos continuar aqui lutando contra o relógio e tendo de fazer, a todo o momento, escolhas de Sofia em relação a este e a aquele tema. Lamentavelmente, o Congresso funciona na terça, funciona na quarta, eventualmente funciona na quinta, e temos uma concentração muito grande de atividades nesses dias.

Enfim, as reflexões que quero fazer não dizem respeito aos senhores, mas evidentemente é com grande ceticismo que recebemos tudo o que foi falado aqui. Ao longo do tempo, os compromissos que a Infraero assumiu não vêm sendo honrados. Todos os compromissos e retificações de cronogramas são, a todo momento, ajustados. De alguma forma, nós, que estamos no dia a dia, com a sociedade e com os contribuintes, sofremos muito com isso. Quando qualquer um de nós recebe em seu Estado o Presidente da República, um Ministro e ali fazemos uma cerimônia e assumimos um compromisso público e formal, os senhores depois vão embora e nós ficamos. E as cobranças e as demandas se intensificam em razão desse compromisso que se torna fé pública.

Digo isso para começar a minha indagação com relação ao aeroporto de Vitória. Esse é um tema absolutamente indigesto para os capixabas. Indigesto porque o Ipea, recentemente, apresentou o nosso aeroporto como o pior do Brasil, estamos com uma demanda cinco vezes superior à estrutura existente, nós temos um aeroporto em que as obras de modernização e ampliação iniciaram-se em fevereiro de 2005, com promessa para estarem concluídas até o final de 2008. As obras estão há três anos paralisadas e não temos, até este momento, um organograma fixo e definitivo para o reinício e a conclusão das obras do aeroporto.

Evidentemente, Dr. Antônio, que a construção dos dois terminais móveis atendem, porque são uma boa improvisação, mas longe do compromisso que o Governo Federal tem com os capixabas, até porque nós não estamos solicitando à União qualquer tipo de privilégio. Nós somos um Estado que tem contribuído com o desenvolvimento nacional e que não tem recebido uma contrapartida adequada do Governo Federal. E o caso do aeroporto de Vitória é simbólico, porque as ambigüidades e a ausência de informação deixam atordoado quem tem obrigação, como eu, de representar os interesses do povo capixaba aqui no Congresso Nacional.

Então, a primeira indagação que faço é quem pode me responder, por gentileza, a respeito do novo cronograma para conclusão das obras do aeroporto de Vitória. Essa é uma agenda velha, carcomida que, lamentavelmente se mantém. Mas quero crer aqui... E estou de novo ratificando que os senhores não têm responsabilidade direta, mas essa é uma questão institucional entre dois entes federados, tanto que nós, quando vimos o Governo Federal pensar na possibilidade de incorporar à sua prática a contratação diferenciada, fizemos uma correspondência à Presidente Dilma para incluir o aeroporto de Vitória, mesmo entendendo que esse aeroporto não é prioridade, porque a prioridade são os aeroportos da Copa. Fiquei muito feliz em ver todos esses aeroportos e fiquei muito triste em não ver o aeroporto de Vitória. Era como se o aeroporto de Vitória não constasse da lista de prioridades de quem

tem a responsabilidade, de quem tem a autoridade de oferecer uma resposta efetiva. E volto a repetir: refiro-me a um aeroporto que está, há três anos, com suas obras paralisadas.

Faria outros questionamentos em relação à privatização, à concessão, mas quero crer, pelo que disse o Dr. Wagner, que esse modelo não está concluído, não está pronto, e que, em algum momento, poderemos conversar sobre esse tema, porque é um tema muito caro aos brasileiros pelo tamanho do desafio que os senhores têm.

Evidentemente que eu vi com muito bons olhos a iniciativa do Governo Federal de criar o Ministério da Aviação Civil. E estou muito empolgado, muito animado, muito estimulado com as informações de reinvenção da Infraero. Sim, porque a Infraero precisa de ser reinventada. Quem ler a revista *Veja* desta semana e ver a Infraero colocada naquelas condições há de se perguntar como que um órgão público pode se colocar de pé com essa intensidade de denúncias não apenas em relação a sua eficiência mas em relação a sua reputação.

Acho que teremos oportunidade para dialogarmos, para debatermos os termos dessa concessão numa outra oportunidade. Essa campainha que ouço é aquela que nos convoca para irmos ao plenário, mas eu gostaria de encerrar a minha manifestação. É evidente que a minha manifestação vem acompanhada de um desabafo muito grande, por conta das incertezas, das ambiguidades, da falta de resposta afirmativa. Com relação ao programa nacional, teremos outras oportunidades, mas indago a V. Sªs qual é o cronograma definitivo e afirmativo para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença, V. Exª me permite um aparte?

O senhor tem certeza de que o senhor estava falando do aeroporto de Vitória. O senhor não leu aeroporto de Goiânia? O senhor tem certeza? Porque não é possível. É cópia fiel do que eu ia falar. Mas eu não tenho o que tirar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar o Ministro Wagner Bittencourt, o Presidente da Infraero e o presidente da Anac.

Ministro, serei muito objetivo: por que motivo o Galeão não entrou no desenho da concessão? O Governador brigou tanto, disputou tanto. Acho que aquilo que pode ser feito pelo setor privado, o setor público deveria economizar seus recursos e aplicar em aeroportos. Não compreendi porque o Galeão não pode ser explorado em forma de concessão.

Gostaria de dizer ao Presidente da Anac que, quando chegar ao Senado o acordo de céu aberto, quero examinar mais alguns detalhes que o senhor apresentou que me trouxeram tranqüilidade.

Quero dizer ao Presidente da Infraero o seguinte: o Senador Jayme Campos disse que um administrador nunca podia se preocupar em priorizar pequenos problemas, tinha que priorizar os grandes. Mas quando não resolve pequenos, não vai resolver grandes. Então, tem uns problemas pequenos da Infraero...Um nem é pequeno, é relacionado à denúncia do Sindicato Nacional de Aeronáutica. Segundo essa denúncia, a camada porosa da única pista em uso no aeroporto Santos Dumont está vencida desde 2007, aumentando o risco de acidentes. Fico neste ponto; se realmente isso prevalece.

Segundo, eu queria dizer aos senhores o seguinte: há setores da Infraero, em alguns Estados, em que sentimos uma bela administração. Quando se chega ao aeroporto do Rio Grande do Sul, de Salvador – estou dando só um exemplo... Agora, no Rio, é um caos. Os pequenos problemas do aeroporto do Rio... O serviço de ônibus é deficiente, o tempo em que se recebe bagagem é enorme, não há local de troca de moeda, as lanchonetes são insuficientes, os banheiros, sujos, os carregadores não podem entrar na área da esteira – às vezes, senhoras idosas não têm um carregador para segurar uma mala –, e há alguns funcionários que há nove meses não recebem seu salário.

Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, para olhar para esses pequenos problemas da administração do Galeão, que é um caos, um caos. Temos noção de que não existe administração no Galeão. Desse modo, eu pediria ao senhor que prestasse atenção a esse ponto.

Quanto à parte do Santos Dumont, eu queria uma resposta da Infraero.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

Já terminou, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Terminei.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Ana Rita não está inscrita?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Ministro Wagner Oliveira; Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo; Presidente da Anac, Sr. Carlos Eduardo; Srs. Senadores, eu ouvi atentamente parte das exposições, pois estava em outro compromisso. Aqui, como disse o Senador

Ferraço, temos cinco compromissos na mesma hora. Audiências... Agora mesmo estamos sendo chamados pela campainha para votarmos no plenário e temos votação na CCJ, para os indicados ao CNJ.

Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, Ministro, Presidente da Infraero e Presidente da Anac, quanto à questão das – vamos colocar entre aspas – "privatizações" dos terminais aeroportuários. Eu perguntaria: mudou a concepção do Governo em relação às privatizações ou foi muito tarde que se acordou para a necessidade de a iniciativa privada ser chamada para apoiar os investimentos nesse setor? Oito anos e meio se passaram, e a situação, a cada momento, se agravando. Tivemos aqui várias audiências sobre apagão aéreo, sobre a incapacidade da Anac de fiscalizar e da Infraero de executar, ao ponto de ter sido criado um novo Ministério, uma Secretaria com *status* de Ministério, ao qual V. Exª foi tão bem conduzido. V. Exª diz que ainda não está maturado o processo. Eu gostaria que não perdêssemos mais tempo, porque acredito, pelo que tivemos de informações do Ipea, que dificilmente os cronogramas dos aeroportos para a Copa estarão executados dentro da necessidade para 2014.

Eu conversava com o Senador Dornelles, e concordo com S. Exª, que, onde a iniciativa privada puder estar... O Governo deve usar esses recursos, que são poucos, em áreas aonde ela não chega. Então, por exemplo, na Amazônia, não adianta fazer concessão de aeroportos, porque ninguém vai querer entrar na concessão; vai ter o Governo Federal de usar 100% de recursos da Infraero para colocar as unidades.

Eu já aproveitaria para perguntar, dentro do que perguntaram o Senador Ferraço e outro Senador, sobre o aeroporto de Santarém também. Há anos se aguarda que o aeroporto de Santarém seja executado, a licitação foi feita, a população de lá nos cobra essa resposta, e não nos chega uma informação correta.

Com relação à modelagem, não acredito que haja necessidade dos 49% da Infraero na concessão. Deve-se deixar a iniciativa privada aplicar os 100%, até para resguardar o interesse dos usuários, da sociedade, melhor dizendo, e aplicar esses recursos que seriam colocados nesses aeroportos em regiões onde a demanda seja por recursos públicos.

Eu não acredito em Estado máximo nem em Estado mínimo. Eu acredito no Estado necessário. Onde ele se fizer necessário, ele tem que estar presente para atender a todos os brasileiros.

Eu perguntaria também ao Presidente da Infraero com relação a essa questão emergencial das puxadinhas nos aeroportos. A gente desce aqui em Brasília, desce lá, um bando de puxadinha para atender emergencialmente. Quanto custa para a Nação brasileira essas puxadinhas e o que será feito com elas quando chegar a remodelagem ou a ampliação desses aeroportos? Quanto estamos perdendo de recursos por falta de planejamento, em médio e longo prazo? Ou seja, nós temos que reconhecer que o Brasil passou oito anos e meio sem planejar a questão da logística, da infraestrutura aeroportuária.

Também uma questão a V. Sª com relação a saber se Anac ou se Infraero ou se o próprio Ministério já tomou providências para que não passemos outro apagão aéreo em relação aos controladores de voo. Nós fizemos aqui diversas reuniões, passou a onda, e não sei como isso vai estar preparado para a Copa. Será que teremos outro apagão às vésperas da Copa ou a Anac, a Infraero ou o Ministério já treinaram pessoas que possam vir a ser contratadas para suportar o aumento de demanda que haverá efetivamente?

Mas eu queria fazer algumas questões. Pergunto ao Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo: V. Sª chegou a ler a matéria da *Veja* desta semana, "Apertem os Cintos, o Dinheiro Sumiu", tratando da Infraero, empresa que hoje V. Sª preside?

A matéria diz, Ministro, que o total dos contratos da Infraero analisados pela Polícia Federal chega a R$4,2 bilhões, e o valor correspondente ao superfaturamento é de R$891 milhões, ou seja, 21% desses contratos foram superfaturados, dinheiro desperdiçado da sociedade brasileira. Queria que V. Sªs pudessem me dizer se já tomaram conhecimento da matéria e quais as providências que foram tomadas.

Também com relação à Infraero, acho que há necessidade de que haja mais conhecimento das matérias que a imprensa escrita e televisada tem colocado. Há pouco tempo, veio uma matéria sobre os custos da alimentação e dos serviços nos aeroportos, mostrando que lojas da mesma franquia cobram um preço fora do aeroporto e um preço muito mais alto no aeroporto, onde o usuário é obrigado a adquirir porque, em função de atraso de voo, ele vai ter que se alimentar, e paga um sobrepreço por não ter opção de concorrência, vai ter de comprar ali mesmo.

Com relação, por último, Presidenta ou Presidente Lúcia Vânia, não sei como V. Exª gosta de ser chamada... Hoje temos essa dúvida, se Presidente ou Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que perguntar a V. Exª.

Eu perguntaria para a Anac: a cobrança do assento conforto pelas companhias aéreas ou pela companhia aérea é correto? É legal? Se for legal, é imoral. É preciso saber de que forma é, porque todas as

vezes que entro no avião, tem o assento conforto, aí eu pergunto: "E o assento desconforto? Eu tenho que cobrar também R$20,00 quando nos colocam no assento onde a gente não tem onde colocar as pernas". O Ministro, à época, disse que não cabia dentro do afastamento, que ia mandar abrir as distâncias. Até hoje não aconteceu. Então, eu pergunto se é correto cobrar esse assento.

E mais: é um absurdo isso, Presidente Lúcia Vânia, porque, quando a porta é fechada, ou seja, os passageiros já estão todos a bordo, você não pode ir para esse assento conforto, mesmo eles estando vagos, porque você teria que ter pago e não pagou, aí não pode ir. Aí eu pergunto: qual é a necessidade de utilizar a saída de emergência? Não havendo ninguém na fila de emergência, como vai ser utilizada? Ninguém vai pagar R$20,00 para ainda trabalhar para a companhia aérea, na necessidade – Deus o livre! – de usar a saída de emergência. Na primeira fila, quando chegam as pessoas que são necessitadas de tratamento diferenciado, as pessoas que pagaram os R$20,00 têm de sair para dar assento, quando seriam devolvidos os R$20,00. Isso é um absurdo. Acho que a Anac tinha de tratar com relação a isso.

Quanto ao atraso, V. Sª mostrou aqui um gráfico... Eu, ontem, estava em Salvador e vinha para Brasília. Meu voo era às 5h20 da tarde. Não posso chegar atrasado um minuto que eu perco o voo. Cheguei e aí começou: o avião está atrasado e a previsão é de 30 minutos. Às 6 horas, tinha um voo para Brasília de outra companhia. Eu poderia ter mudado de voo, mas, por 30 minutos – 5 e 20 com mais 30 minutos passaria para 5 e 50 –, dá esperar. Próximo dos 30 minutos, mais 30. Aí, já não dava mais para pegar o voo das 6 horas. E assim foi. Tivemos 2 horas e 10 minutos de atraso, para sair de Salvador para vir para Brasília. Perdi uns cinco voos, com compromisso aqui, em Brasília.

Minha pergunta é: a informação que é repassada pela companhia aérea devia ser controlada pela Infraero ou pela Anac nos aeroportos...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Não há por que enganar o usuário sem que... V. Sª apresentou aqui a quantidade em milhões de reais de multas da Anac. Não adianta nada, não adianta nada. Essas multas são pagas? É a pergunta que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, último orador inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Srª Presidente.

Senhores convidados, Exmº Sr. Ministro, eu vou aqui só fazer uma síntese de praticamente tudo que se falou.

O que me preocupou foi que os senhores nos mostraram as providências que estão tomando com os aeroportos das cidades que vão sediar a Copa e onde têm o maior fluxo, mas os senhores não se preocuparam ainda com os outros aeroportos, pois os turistas que aqui vierem irão para outras cidades. Esse é o gancho que eu pego.

Eu acho que ou meu colega Ferraço leu aqui ou eu leio o dele, pois são os dois piores aeroportos do País. Vejam os senhores que não temos um lugar para revisteiro, não temos lugar para sentar, não temos lugar para estacionar – gente perde voo, porque não tem onde estacionar o carro –, onde a população é tratada como gado: senhoras grávidas sentadas no chão.

Agora, as tarifas, não; as tarifas são as mais baratas do Brasil. Segundo o ex-Ministro Walfrido dos Mares, nós tínhamos as maiores tarifas. Ele disse que tínhamos de baixá-las. No entanto, em março deste ano, elas foram alteradas – para cima.

Levamos dois anos para conseguir um puxadinho. O puxadinho de Goiânia foi licitado várias vezes. A obra está três anos e meio parada por superfaturamento. E a população paga.

Nós estamos com um problema com o *ambulift.* Eu presenciei uma senhora que não podia subir em cadeira de rodas e o *ambulift* tinha quebrado. Ela subiu com o pessoal da própria segurando, mas ela quase dá uma cambalhota para trás. Ela chegou lívida. Os senhores conhecem isso sobejamente. Agora, o que falta é providência.

É muito triste quando nós nos deparamos com uma revista como a *Veja*, que tem toda a credibilidade, que começa assim "Uma investigação da Polícia Federal comprova: nunca se superfaturou tanto na Infraero quanto no Governo Lula". Ela usa termos pesados, inclusive: "Análise minuciosa dos documentos, aliada à rigorosa vistoria de cada obra, produziu um relatório espantoso" e, como já foi dito aqui, "de R$4,2 bilhões, foram superfaturados R$891 milhões".

Uma última notícia, que eu não sabia: foi orçado em Santos Dumont um vidro plano, que estava orçado em R$3 milhões; depois de licitado, resolveu-se fazer o vidro curvo; e esse vidro curvo custou R$30 milhões. De R$3 milhões para R$30 milhões. Bom, e, assim, a gente está num processo doloroso, de difamação, em que nós, brasileiros, nos sentimos mal em ver tanto desperdício. Eles usam, inclusive, um outro artifício: legalizaram o superfaturamento. Isso que é o pior.

Hoje, temos dois institutos, o de pesquisas de custos, de índices da construção, o Sinapi, e o Sis-

tema de Custo Rodoviário (Sicro). Esses estão bem acima dos valores. Então, o TCU fica amarrado porque não pode classificar como superfaturamento, mas encontra-se, por exemplo, tijolo 20% mais barato no mercado – isso para um cidadão comum –; tinta látex, 128% mais barata; forro para teto, 145%. Quer dizer, está nítido, é nítido o desvio.

Se nós não tomarmos providências, se nós não tivermos acuidade com o dinheiro público, vamos chegar ao que estamos assistindo, à falência de todos os aeroportos. Temos, hoje, uma rodoviária no nosso Estado, que dá de 10 a 0. No entanto, somos tratados como gado. E o resto já foi dito aqui.

Acho que ou a gente rasga tudo isso e começa de novo, Sr. Ministro, ou, então, sinceramente, vamos passar nessa Copa uma das maiores vergonhas que o País já teve, não só pelos aeroportos novos, não. Talvez, os novos ainda fiquem meia-boca, mas o pessoal vai viajar, vai querer conhecer o Brasil e aí vai encontrar a nossa realidade.

O senhor me desculpe, é um desabafo de quem sofre todos os dias, inclusive nem podendo mais entrar naquelas poltronas, como falou meu colega aqui, Flexa Ribeiro, que, numa última viagem, o cidadão reclinou a poltrona e dormiu; o de trás queria levantar para ir ao toalete e não pôde, não passava e ficou meio incomodado de acordar a pessoa da frente. Então, isso tudo está acontecendo aqui e a gente vive – os senhores também viajam –, e as coisas continuam piorando, não melhorando.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Infelizmente, eu queria fazer algumas arguições, mas o painel já está aberto, estamos em votação nominal no plenário do Senado e não me resta outra coisa senão pedir que V. Exª encerre a reunião para que a gente possa ir votar lá.

Mas, colaborando com a fala dos nobres colegas aqui, quero dizer que existem algumas situações que, realmente, são vergonhosas. Aqui foi falado de Goiânia, Vitória, Cuiabá, Florianópolis. Eu citaria só Cuiabá, para não me alongar. Em Cuiabá, é uma vergonha. Lá tem o terminal 1 e o terminal 2. Você tem que descer a bagagem num terminal – falo em terminal, mas não é isso, porque as obras foram feitas separadamente e a parte nova já está caindo aos pedaços, tem parte do teto desabando. Você tem que descer na chuva ou no sol, pegar a bagagem em um terminal e sair por fora, pela rua, e embarcar em outro. Isso já faz mais de cinco anos.

O aeroporto de Florianópolis, coitada da nobre Senadora Ideli, que já não está mais aqui, cumpriu oito anos de mandato e ficou todo esse tempo aqui cobrando e não foi sequer licitado. Não sei se foi licitado, o Sr. Ministro poderia nos informar depois. Mas tenho parentes em Santa Catarina, viajo muito para lá nos finais de ano, e ali é uma vergonha nacional, um aeroporto que recebe turistas do mundo inteiro, que vão para as praias de Santa Catarina, e está naquela situação.

Se formos aqui falar, o nosso problema não é nem superlotação nos aeroportos, é uma questão de redimensionamento de fluxo e fazer estações dignas do povo brasileiro e também dos turistas que aqui chegam.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp, não vou suspender a reunião, mas deixo livre aos Senadores que quiserem ir votar.

Concedo a palavra ao Dr. Wagner Bittencourt, para que ele possa responder as perguntas, uma vez que temos aqui jornalistas, assessores de Senadores, que gostariam de ouvir as respostas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador Ricardo Ferraço, vou tentar responder um pedaço e passar para o Dr. Gustavo, que conseguirá responder com uma propriedade melhor.

Do ponto de vista do aeroporto de Vitória, nós sabemos que ele tem vários problemas, obra paralisada, enfim grandes questionamentos, mas, como é bom a gente olhar para frente, porque eu acredito sempre que a gente tem que tentar resolver os problemas, neste ano agora foi resolvida a questão com a empresa de engenharia, foi feito um corte. A parte de trás, vamos dizer, do projeto será discutida na Justiça e vai ser feita uma nova licitação. Isso vai permitir que ande o projeto.

O Exército já retomou a questão dos seus trabalhos, do projeto de engenharia, que a gente imagina que vai ser cumprido no prazo. Nós tivemos reuniões com o General Peri, que é o Comandante do Exército, com o General responsável pelas obras, e o que a gente vem acompanhando é que o cronograma está em dia.

No caso do terminal MOP, apesar de algumas dificuldades jurídicas que aconteceram nesse período, as obras estão andando; na torre também, e eu acredito que agora nós vamos ter condição de concluir na data prevista os cronogramas.

Esperamos não ter mais nenhuma surpresa do ponto de vista jurídico de andamento, porque, de vez em quando, nós temos uns questionamentos sobre a questão ambiental, mas temos trabalhado para resolver e atender essa data. Então, pediria que, depois, o

Gustavo complementasse a questão dos prazos corretamente.

Acho que era isso, Gustavo. Você quer complementar a data? Melhor, porque aí responde a pergunta do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na prática, a minha pergunta diz respeito à indagação: qual é o cronograma oficial para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória?

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Como o Ministro disse, Senador, o senhor é um homem que tem acompanhado esse processo, eu sou testemunha dele, ao longo do tempo, e o senhor sabe de todas as dificuldades do ponto de vista judicial, inclusive acompanhou a assinatura do contrato do módulo operacional que termina nos próximos dias. Eu acho que toda a Infraero tem vergonha do que aconteceu em Vitória e em Goiânia, sem dúvida nenhuma; uma obra parada há quatro anos por decisão judicial sem que a gente consiga andar nessa obra, eu acho que faz mal a todo mundo. Não é questão deste governo ou daquele governo, é uma questão que as coisas estão sendo decididas na Justiça e nem sempre a gente pode ter, vamos dizer, a ação que deveríamos.

De qualquer maneira, o responsável pelo cronograma sou eu, está aqui, posso entregar para o senhor e posso mandar por escrito, assinado por mim, como o senhor preferir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria que o senhor formalizasse, então, e me enviasse por escrito, não a mim, mas à Comissão, e a Comissão faz chegar a mim, porque esse é um documento muito importante, para que, no tempo, nós possamos monitorar, mais uma vez, esse compromisso institucional que não o senhor assume comigo, mas a Infraero assume comigo, porque são questões impessoais.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sem dúvida nenhuma, farei isso e, mais: farei publicar no *site* da Infraero esse cronograma para que a população de Vitória e do Espírito Santo possa acompanhar também.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Sobre esse assunto, não tenho complementação, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, respondendo agora ao Senador Dornelles.

Senador Ferraço, pode assumir a Presidência aqui, um instante?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador, a primeira questão que o senhor levantou foi por que o Galeão não entrou nesse processo agora. Ele não entrou agora, porque a gente já vinha estudando esses três outros aeroportos no sentido de tentar fazer uma concessão administrativa ou comercial de loja de aeroporto. Então, esse já estava num processo mais avançado. O que não quer dizer que nós não vamos avançar nessa questão tanto para Rio de Janeiro como para Confins.

A Presidenta mesmo, naquele dia, informou que, quanto a esses dois aeroportos, nós iríamos continuar estudando para avaliar. Então, está em avaliação, já conversei com o Governador Pezão, já conversamos com o Governador Anastasia também e estamos em andamento nessa avaliação. Então, essa é a primeira questão.

Existe uma outra questão aqui sobre o Aeroporto Santos Dumont, depois eu vou pedir que o pessoal comente sobre isso, porque talvez eles consigam dar uma resposta mais objetiva, então passaria essa ou para a Infraero ou para a Anac.

Eu acho que nos aeroportos do Rio de Janeiro a gente tem dificuldades, assim como em outros aeroportos. O que foi dito aqui é a absoluta verdade e nós estamos trabalhando para superar essas dificuldades. Uma das ações em que podemos melhorar muito o aeroporto, não somente fazendo investimentos que estão sendo feitos... A gente está remodelando o aeroporto 1, vai ser complementada a parte 2 do aeroporto novo, enfim, eles estão sendo reformados com novas escadas rolantes, reforma de banheiros, tudo para a melhoria do conforto dos passageiros vai ser feito, mas muitas dessas questões como atender melhor o passageiro, nós estamos tentando resolver com essa questão da melhoria de gestão dos aeroportos. É até interessante. Tem uma sala que foi inaugurada aqui em Brasília, na sexta-feira, outra em Guarulhos. Talvez fosse até interessante visitar, porque é um ambiente em que todo mundo que é responsável pelo aeroporto – e não é só um ou outro – tem oportunidade de ver as dificuldades que são...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu viajo muito. Chega-se ao aeroporto de Porto Alegre, verifica-se que o serviço está funcionando às mil maravilhas. Chega-se ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, de Salvador e no Rio, é um caos. A impressão que eu tenho é de que não é um problema de gestão nacional da Infraero; é um problema de administração da Infraero Rio. É um verdadeiro caos.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A gente está tentando melhorar. Esse trabalho de gestão é fundamental. Não sei se o senhor teve oportunidade de sair pelo Santos Dumont essa semana. Foi inaugurada, semana passada, no fim da semana,

foi expandida a área de Raios X do aeroporto. Eram cinco máquinas; estão sendo instaladas mais três máquinas. Duas já estão instaladas e mais uma instalada. Então vai aumentar em 60% a capacidade. Deu uma boa melhorada.

Nós vamos trabalhar para isso. Tem uma série de outras iniciativas desse tipo de que a gente poderia falar aqui. São iniciativas de gestão que melhorarão o atendimento ao usuário. O senhor tem plena razão e nós vamos trabalhar nisso.

Não sei se você quer comentar aquela questão da...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador, uma das ações que a Anac fez em 2009, de implantação do sistema de gerenciamento da segurança operacional, foi justamente tratar do Aeroporto Santos Dumont, onde inicialmente a pista auxiliar foi recapeada no início do ano. No meio do ano, a Infraero nos procurou e solicitou o recapeamento da pista principal.

Isso foi um sucesso para a aviação civil brasileira. Nós fizemos totalmente o recapeamento da pista, as aeronaves passaram a operar numa das menores pistas do mundo com segurança, com uma série de restrições impostas colaborativamente, a Anac e a Infraero. Isso tudo foi feito em 2009.

Então, infelizmente, quem passou a informação para o senhor não passou uma informação fidedigna. A Anac vem acompanhando mensalmente os aeroportos. Nós temos uma resolução que trata justamente da medição dessas pistas.

A Infraero e os outros provedores da Aesp, no caso de São Paulo, passam para a gente e a gente vem acompanhando. Quando há um problema, nós obrigamos as empresas a fazer a retirada de borracha e a manutenção na pista, conforme os critérios de segurança mais perfeitos que a gente imagina, que são os internacionais, feitos pela OAS, que o Brasil recebeu numa resolução da Anac.

Então, Senador, por favor, eu gostaria de ter a sua confiança de que nós estamos mantendo isso em excelentes padrões.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado, Senadora.

Senador, eu acho que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Início de intervenção fora do microfone)* ...no Galeão, há uma fila de carregadores que não recebem há oito, nove meses. Isso dói o coração da gente.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Isso, o senhor pode ter certeza absoluta de que eu vou verificar. Eu não conhecia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se V. Sª permitir, eu vou mandar o nome deles.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente. Aliás, eu gostaria muito que o senhor fizesse isso, porque nos interessa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quando eu chego lá, há uma fila reclamando que não recebe há oito, nove meses, indivíduos passando as maiores necessidades.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – São funcionários contratados pela Infraero?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela Infraero.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sinceramente eu não sei, mas garanto para o senhor que irei olhar isso, porque efetivamente isso não pode acontecer de forma alguma. É contra as normas e não tem o menor sentido. Em todos os lugares onde terceirizados da Infraero deixam de receber por alguma razão, a Infraero tem honrado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eles recebem o seguro-transporte; mas o salário, não recebem.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, eu vou verificar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Recebem o vale-transporte, o vale-alimentação, e o salário não recebem

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se o senhor tiver os nomes, nos ajuda e muito. Pode ter certeza.

Com relação ao atendimento, estamos trabalhando para que o atendimento seja uniforme no Brasil todo, que o atendimento que o senhor tem em Confins e em Porto Alegre, como o senhor citou, o senhor tenha no Galeão também. Pode ter certeza. Nós trocamos a administração lá há pouco tempo e estamos fazendo todo um trabalho de educação visando, efetivamente, ao cliente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O ponto básico, Presidente, é o seguinte: chega-se a Porto Alegre, chega-se ao aeroporto de Salvador... Hoje, nas esteiras, senhoras idosas, às vezes, tem dificuldade de segurar a mala e os carregadores do Rio não podem entrar. Em Porto Alegre entram, em Belo Horizonte entram, e os do Rio não entram. Então ficam ali pedindo ajuda a outras pessoas.

Não vejo razão. Esse é um problema administrativo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – É, sem dúvida, deve ser um problema administrativo. Eu vou verificar. Prometo ao senhor.

Se você puder responder ao Senador agora, fique à vontade, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não precisa responder agora. Estou dizendo para, no momento, oportuno o senhor verificar. Eu considero a administração do Aeroporto do Galeão, em termos de Brasil, a pior administração do País, mas espero que agora melhore. Faço votos...

Quero cumprimentar o Ministro, o Presidente da Anac, o Presidente da Infraero e dizer que aqui no Senado podem contar conosco. Consideramos da maior importância esse problema dos aeroportos, principalmente tendo em vista, eu como Senador do Rio, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, de modo que o que eu puder fazer para ajudar nesse esforço, podem contar comigo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Wagner para suas considerações finais e logo em seguida ao Dr. Antonio e, por fim, ao Dr. Carlos Eduardo.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui no Congresso, particularmente no Senado, para discutir essa questão do aeroporto.

Como tentei esclarecer aqui, com o tempo de vivência mais aprofundado que tenho sobre o tema, é realmente um tema muito complexo. Não é fácil de resolver. Não é uma coisa simples de ser resolvida e, se for resolvida, e será resolvida, vai ser com esforço, como eu disse, não só de quem está dentro da cerca, que são todas aquelas entidades governamentais e privadas que trabalham dentro do aeroporto, mas também das entidades que estão fora da cerca, que são não só Estados e Municípios, como também o Congresso Nacional.

É fundamental que se tenha um tratamento uniforme, que a gente entenda os problemas e que cada um possa fazer o que estiver à sua disposição para viabilizar esse projeto. Hoje vimos questionamentos obviamente todos relevantes, importantes e corretos. Se não tivermos o apoio dos Estados, dos Municípios e do Congresso, nós vamos fazer, mas não o faremos com a eficácia e com a velocidade que nós desejamos. Então, vejo hoje, nesses dois meses de trabalho, uma capacidade de atuação muito grande, vejo uma dedicação muito grande da Infraero, da Anac, da SAC, do Decea, que não está aqui hoje, mas acho que seria que em nova oportunidade ele aqui pudesse estar também para mostrar uma integração de todos os agentes do Governo nessa linha, da Polícia Federal, da Receita Federal, das companhias aéreas. Então, precisamos dessa união para poder trabalhar e conseguir os objetivos que nós pretendemos.

Tenho certeza de que isso vai acontecer. Estou vendo, dentro dos aeroportos, nos centros de governança, de gestão dos aeroportos, que essa atuação conjunta já está dando frutos. Não tenho dúvida de que com a gestão melhor e com a atuação consertada de todos esses agentes, nós vamos atender a todas as necessidades do País não só na Copa e nas Olimpíadas, mas também todos os dias, porque essa é nossa obrigação, essa é a nossa dedicação de todos os dias.

Então agradeço. Estaremos sempre aqui quando convidados. É um prazer. Aguardamos sugestões. Nós recebemos críticas, sugestões não como algo ruim, mas como uma coisa muito boa para aprimorar nosso serviço, até porque todos nós somos usuários do aeroporto; todos nós algum dia já tivemos algum problema e todos nós devemos contribuir no sentido de sugerir soluções e ajudar na solução desse problema. Muito obrigado, Senadora, agradeço realmente muito a presença.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora Lucia Vânia. Na mesma linha do Ministro Wagner, quero dizer que a Infraero está à inteira disposição, como sempre esteve, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para os demais órgãos de controle, assembleias legislativas, como a do Estado da senhora. Eu sou testemunha da sua luta pelo aeroporto de Goiânia.

Quero dizer que, na realidade, isso nada mais é que a demonstração de que o povo brasileiro começou, por diversas razões, a andar de avião, e o aeroporto adquiriu importância que não tinha há 10, 12 ou 15 anos. Então, está na ordem do dia, estamos plenamente conscientes da nossa responsabilidade de prover estrutura aeroportuária condizente com a necessidade da demanda brasileira hoje. O que posso dizer, no pouco tempo em que estou lá, é que tanto eu quanto toda a administração, os funcionários da Infraero, o País pode ter certeza, de que estaremos empenhados em, sem dúvida nenhuma, cumprir os compromissos que temos assumido ao longo do tempo não com o Congresso, não com o Governo, mas com o bem-estar do povo brasileiro. Posso dizer para a senhora que estamos absolutamente abertos a qualquer tipo de pedido, informação, explicação e a qualquer tipo de comprometimento que a Infraero possa ter com o Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigada, Senadora, seguindo as mesmas palavras do Ministro Wagner, do Dr. Gustavo, a Anac é obrigada a seguir essa mesma linha não por obrigação funcional ou disposição legal, mas porque a gente vive a aviação. No dia a dia, quem é piloto, como eu, está lá para contribuir, para dar segurança, para trabalhar diuturnamente para que o nosso sistema de aviação civil seja cada vez melhor. Essa é nossa missão, a atribuição da agência. Tenha a certeza de que os dois mil funcionários da agência estão unidos nesse esforço, não só os diretores que foram aprovados por esta Casa – e temos mais um a ser sabatinado na quinta feira; estaremos aqui torcendo pelo Dr. Marcelo. Pode contar conosco com relação a isso.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Wagner Bittencourt, ao Dr. Antônio Gustavo, ao Dr. Carlos Eduardo. Quero dizer aos senhores da nossa satisfação em recebê-los aqui. Podem contar com o apoio da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Nós entregamos aos senhores nosso voto de confiança e principalmente nosso desejo de que tenham muito sucesso à frente dessa nova gestão, dessa nova diretoria. Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu reconhecimento pelo apoio, pela acessibilidade que os senhores tiveram para com o nosso convite.

A todos o meu muito obrigada pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA N° 20, DE 2010, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011, ÀS 14h00, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia onze de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, DELCÍDIO DO AMARAL, IVO CASSOL, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, PEDRO TAQUES** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta, destinada à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão. Realizada a leitura, é aprovado o Plano de Trabalho, com a adição das alterações sugeridas pelo Relator e pelo Presidente, que segue em anexo. Usam da palavra os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, GLEISI HOFFMANN** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

PLANO DE TRABALHO APROVADO NA REUNIÃO DE 11/05/2011

PROGRAMA DE TRABALHO PARA A SUBCOMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

1. Objetivos

Visa a presente Subcomissão a examinar as questões sociais, técnicas, econômicas e ambientais associadas à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Em relação aos aspectos técnicos e à dimensão econômica, pretende-se examinar o atual estado da arte da produção energética nacional, sua malha de transmissão, o potencial de crescimento da demanda e as medidas que estão atualmente sendo adotadas para suprir as necessidades futuras, eliminando eventuais riscos de "apagões", ou seja, de incapacidade de fornecimento da energia necessária ao crescimento do país.

Buscar-se-á, assim, o exame da eficiência, eficácia e efetividade do empreendimento, no contexto da tecnologia atualmente disponível para obras dessa natureza.

A dimensão social será analisada, prioritariamente, a partir dos impactos sobre a população, previstos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como dos programas de mitigação e compensação desses impactos.

A dimensão ambiental será contemplada por meio da verificação dos impactos ambientais que a obra trará à região e das medidas de compensação que deverão ser adotadas, seja pelo Governo Federal, seja pelo consórcio ganhador do processo licitatório.

Pretende-se, assim, antes de tudo, obter, de forma clara e objetiva, o compromisso formal de órgãos governamentais e dos responsáveis pela obra relativos às medidas que serão adotadas para mitigar e compensar os impactos negativos , bem como para potencializar os benefícios advindos da implantação do projeto.

Espera-se que possa então esta Subcomissão, com esses trabalhos, conhecer objetivamente tais compromissos e assegurar seu cumprimento, por meio de um acompanhamento prévio e concomitante das medidas devidas, de forma a que se possam corrigir a tempo os desvios que se encontrarem no curso da obra.

Entende-se que, com seus trabalhos, a Subcomissão contribuirá para o aperfeiçoamento concreto de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, com a busca incessante de atendimento às necessidades do trinômio progresso, homem e ambiente.

2. Equipe de Trabalho

Além dos senadores membros, propõe-se que assessorem esta Subcomissão os seguintes servidores do Senado:

José Francisco B. de Carvalho, como Secretário;

Hipólito Gadelha Remígio, como apoio técnico;

Ivan Dutra Faria como Consultor Legislativo (Área de Minas e Energia).

Propõe-se, ainda, sejam convidados para acompanhar os trabalhos um representante:

da OAB nacional;

do Ministério Público Federal;

do Tribunal de Contas da União;

do Governo Estadual;

do Ministério Público Estadual;

do Consórcio de Municípios atingidos pela barragem de Belo Monte;

das Câmaras de vereadores dos municípios atingidos pela barragem;

da sociedade civil organizada dos municípios atingidos pela barragem.

3. Pedidos de Documentos

Propõe-se serem requeridos os seguintes documentos:

à ANEEL, a cópia de todos os documentos do processo licitatório;

ao IBAMA, o EIA e o RIMA, bem como toda a documentação relativa aos compromissos firmados, aos programas ambientais constantes do EIA e ao atendimento às condicionantes associadas à Licença Prévia (LP); e

aos Ministérios Públicos (Federal e do Estado do Pará), cópia dos processos judiciais sobre as questões ligadas à hidrelétrica e demais documentos que entenderem úteis.

4. Programa de Atividades

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destinada a obtenção de informações sobre o estado atual de implantação e obras nos sítios principais e nos municípios impactados, e do atendimento às demandas expressas no rol de condicionantes da licença prévia.

Para essa audiência seriam convidados:

– Representante do Ministério do Meio Ambiente;

– Presidente da Norte Energia;

– Representante do Governo do Estado do Pará.

Data prevista: 17/05, 14h00

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tratar das questões socioambientais descritas no EIA e no RIMA, com especial atenção nas causas da judicialização do processo de licenciamento de Belo Monte.

A CMA aprovou em 01/03 requerimento de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), com os seguintes convidados:

– Representante do Consórcio Norte Energia;

- Representante das populações ribeirinhas;

– Representante das populações indígenas;

– Representante da FUNAI;

– Representante do Ministério Público Federal;

– Representante dos municípios;

– Representante do governo do Estado;

– Representante da sociedade (Fort Xingu).

Data prevista: 24/05, 14h00

3ª DILIGÊNCIA

Destinada a conhecer os sítios das obras da usina e os trabalhos desenvolvidos nos municípios, assim como reuniões com as populações que serão impactadas pelas obras. A diligência será realizada em Altamira e em Vitória do Xingu, no Pará.

Data prevista: 02/06 e 03/06

5. Desenvolvimento dos Trabalhos

O presente programa de trabalho não é exaustivo, mas apresenta apenas os passos que inicialmente foram visualizados como necessários à consecução dos objetivos a que se destina esta Subcomissão.

As sugestões que advierem posteriormente à sua aprovação poderão ser recepcionadas e incorporadas ao planejamento dos trabalhos, sem qualquer obstáculo.

Após a diligência, a subcomissão terá uma reunião administrativa para avaliar o estado atual do projeto e propor um plano de acompanhamento permanente da implantação da usina e do cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Há número regimental.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão.

Para a leitura do Plano, passo a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, peço desculpas. Sei que estamos embananando a vida da outra comissão que está se reunindo neste mesmo horário, mas é que hoje, com essa Marcha dos Prefeitos, está difícil administrarmos o nosso tempo. Mas é legítimo, é importante receber os prefeitos.

Serei muito rápido aqui; já vou aos "finalmentes".

Estamos propondo aqui, no item 4, que é o Programa de Atividades, primeiro uma audiência pública destinada à obtenção de informações sobre o estado atual de implantação e obras nos sítios principais e nos Municípios impactados e do atendimento às demandas expressas em rol de condicionantes da licença prévia.

Para essa audiência estamos sugerindo convidar: o presidente da Norte Energia, Dr. Carlos Nascimento; a Ministra do Meio Ambiente ou seu representante; e um representante do Governo do Estado do Pará, que é onde vai ser construída a Usina de Belo Monte.

É importante registrar que a licença de instalação de Belo Monte ainda não saiu. Portanto, é uma preocupação grande hoje do setor de energia a licença de instalação da Usina de Belo Monte, porque é fundamental para que se deem esses passos todos, inclusive de implantação de canteiro. Sem a licença de instalação, isso não é possível acontecer.

A segunda audiência pública destina-se a tratar de questões socioambientais – não só o estudo de impacto ambiental, como também o Rima – e com um enfoque especialíssimo na questão da judicialização do processo de licenciamento de Belo Monte. O Senador Pedro Taques conhece bem isso aí também.

Portanto, estamos convidando, dentro de um trabalho que começou ano passado, primeiro de conhecimento técnico do projeto e, depois, na abordagem ambiental: um representante do Consórcio Norte Energia, um representante das populações ribeirinhas, mais um representante das populações indígenas, e há uma proposta aqui do Senador Flexa no sentido de acrescentar um representante dos Municípios atingidos, do Ministério Público, do Governo do Estado e também um representante da sociedade, por meio de uma ONG.

A proposta é que a primeira audiência pública aconteça no dia 17 de maio, às 14 horas, e essa segunda audiência pública seria no dia 24 de maio, às 14 horas. Poderíamos, inclusive, dividir em duas audiências, para não haver uma sobrecarga de pessoas sendo ouvidas aqui na Subcomissão.

E a terceira atividade seria já uma diligência, ou seja, uma visita ao sítio da obra da usina e aos trabalhos desenvolvidos nos Municípios, assim como reuniões com as populações que serão diretamente impactadas pelas obras. Essa diligência será realizada em Altamira e em Vitória do Xingu, no Pará. E a proposta seria nos dias 02 e 03 de junho.

Portanto, essa é a sugestão que apresentamos ao Presidente da Subcomissão.

E é importante registrar o item 5, que diz o seguinte: o presente Programa de Trabalho não é exaustivo, mas apresenta apenas os passos que, inicialmente, foram visualizados como necessários à consecução dos objetivos a que se destina esta Subcomissão.

As sugestões que advierem posteriormente à sua aprovação poderão ser recepcionadas e incorporadas ao planejamento dos trabalhos, sem qualquer obstáculo.

Após a diligência, a Subcomissão terá uma reunião administrativa para avaliar o estado atual do projeto e propor um plano de acompanhamento permanente da implantação da usina e do cumprimento dos compromissos ambientais e sociais assumidos.

Eu queria só registrar – e volto a defender aqui, pois sei que é um assunto polêmico – que eu conheci

Belo Monte quando ainda se chamava Kararaô. Muitos aqui já ouviram eu falar isso aqui, mas é importante registrar. Era Kararaô e Babaquara. E nós fomos visitar, naquela época, o Cenec, que era uma empresa de engenharia de São Paulo que estava lá fazendo um estudo. E era uma modelagem completamente diferente da modelagem adotada hoje. Tínhamos usinas com grandes reservatórios, com impactos ambientais intensos, atingindo áreas indígenas também.

Eu quero dizer que o projeto que hoje se discute de Belo Monte é um projeto enxuto, um projeto que ocupa a calha do rio Xingu. Portanto, eu acho muito meritória esta Subcomissão até para desmistificar algumas coisas que lamentavelmente têm sido ditas e, ao mesmo tempo, disseminadas em instituições internacionais e disseminadas em outros países.

Belo Monte é resultado de um trabalho extenso de vários governos. Estive em Belo Monte – Belo Monte, não –, Kararaô, em 1985. Ou seja, este projeto vem sendo aperfeiçoado e melhorado ao longo de todos esses anos. E, portanto, eu acho que a iniciativa do Senador Flexa e do Vice-Presidente Ivo Cassol é muito importante, porque nós vamos trazer essa discussão para o Senado para efetivamente esclarecer uma série de pontos que têm sido lamentavelmente distorcidos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Quero agradecer ao nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, que, como todos nós temos conhecimento, é um técnico da área de energia e já foi ministro inclusive de Minas e Energia e é barrageiro, tendo atuado no Pará na usina de Tucuruí, e vai ser de grande valia como relator desta Subcomissão, para que possa, com certeza absoluta, ajudar no acompanhamento das obras de implantação de Belo Monte, para que não se cometa em Belo Monte todo o passivo que se deixou social e ambiental que ocorreu em Tucuruí. Até hoje ainda se procura corrigir esses passivos deixados em Tucuruí.

Vou colocar em discussão o plano de trabalho aqui apresentado pelo Senador Delcídio do Amaral e inicio com o Senador João Pedro, que solicitou a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Relator Delcídio, Vice-Presidente da Subcomissão, Ivo Cassol, primeiro, considero da maior relevância que esta Subcomissão trate de uma obra tão estratégica para o Brasil, porque essa energia que será produzida vai compor a rede nacional, vai para o Brasil. E quero chamar a atenção: em poucos anos, por conta da construção de Belo Monte, Santo Antonio, Jirau, Tucuruí, que está lá, a Amazônia vai ser responsável por aproximadamente 50% da energia brasileira.

V. Exª que é do ramo, vai dizer ao Presidente que não sou da parte de engenharia elétrica. Se somar, dentro de poucos anos, Jirau, Belo Monte, Santo Antônio e Tucuruí, que já está lá, vamos nos aproximar entre 40% e 50%.

O **SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Belo Monte são 11 mil megawatts?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Isso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Tucuruí dá quase 10 mil, então são 21 mil; com Jirau e Santo Antônio, mais 6 mil. São uns 27 mil a 28 mil megawatts. Quer dizer...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Tucuruí.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Dá uns 30% da geração.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quero chamar a atenção, porque é a região...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Intervenção fora do microfone.) – Há Tapajós... Aí, realmente...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quero chamar aqui a atenção do Brasil, dos Senadores, porque é uma região contribuindo com o Brasil. Quero chamar a atenção porque isso não é pouca coisa.

Então, é evidente que a região tem que ter compensações. Nós temos que ir trabalhando isso, tem que haver compensações. Tem que ser olhada do ponto de vista tecnológico, melhorando a tecnologia. São essas as primeiras reflexões.

Mas eu gostaria de ouvir – não sei se eu não ouvi direito – sobre a presença da Funai na discussão de Belo Monte. A OEA, quando fez aquela manifestação, olhou muito o aspecto dos direitos humanos, e eu preciso formar um juízo, embora já tenha uma informação de governo de que nenhuma área indígena em Belo Monte será submergida. Há denúncias, uma das quais dá conta de que as terras indígenas serão alagadas. Precisamos tirar essa dúvida. Eu sou favorável a Belo Monte, mas sou peremptoriamente defensor de que o Estado brasileiro tem que cuidar, de forma respeitosa, humana, das populações que vivem no entorno desse projeto, os ribeirinhos e os povos indígenas.

Faço este questionamento, se há a direção da Funai, porque considero importante fazermos um debate do ponto de vista da questão indígena, da questão ambiental, de impacto ambiental. Mas quero dizer da minha preocupação com os povos indígenas na obra de Belo Monte e gostaria que a Comissão propiciasse esse debate com o Presidente da Funai, o antropólogo Márcio Meira.

Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com a palavra o Relator, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A sugestão é de se ter, na audiência pública, representantes das etnias indígenas que ali vivem e de um representante da Funai.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não tenho nada contra, mas a Funai precisa dizer, porque, como ela responde, tem a tutela, tem de dizer para os Senadores e para o Brasil que não tem. Porque este debate – está aí a sociedade – de que os povos indígenas sofrerão um impacto com o alagamento...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aliás, Senador João Pedro, acho que seria até uma irresponsabilidade da parte do Consórcio Norte Energia estampar as propagandas que estão saindo na mídia, em que eles afirmam peremptoriamente que as etnias indígenas não são atingidas. Está escrito isso. As propagandas que estão saindo são exatamente contrariando aquilo que se diz. E é importante registrar: Belo Monte é uma usina a fio d'água e foi aperfeiçoada no sentido de mitigar os efeitos desse projeto e com atenção especialíssima às questões indígenas. Isso eu posso afirmar porque acompanhei o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Só para colaborar com a discussão. O que tem acontecido nessas intervenções na Amazônia, na questão principalmente das usinas, é que as comunidades indígenas, embora não estejam no sítio, na área onde você faz a barragem, onde você faz a geração, elas estão dizendo que são prejudicadas. Quem está a jusante e a montante.

Eu tenho um problema como esse em Mato Grosso, num empreendimento particular e de outros que estão na mesma área, em que as reservas indígenas estão a 100 Km abaixo de onde vai acontecer o evento e outros que estão acima, e tanto os debaixo quanto os de cima querem compensações porque se sentem prejudicados. Nem o regime de água não é, porque é tudo fio d'água, mas em função de peixes, de outras coisas mais, culturais.

Então, na realidade, as comunidades indígenas estão aproveitando esses investimentos para tentar captar alguma vantagem econômica, conseguir alguma verba para subsistência deles.

Estou até com um projeto em formatação, que eu vou apresentar à Casa, sobre aquela compensação financeira para os Estados e Municípios – também há uma parte dos recursos para o meio ambiente –, de 45% para os Estados, 45% para os Municípios e uma parte pequena para o meio ambiente. Nesse estudo que estou fazendo, sugiro que desmembremos 5% do que é destinado ao Município e 5% do Estado, e retiremos, desse fundo, recursos para compensar financeiramente essas comunidades que estão abaixo, acima ou por onde passam as linhas de transmissão, porque está ficando muito complicado lidar com isso. O Ministério Público Federal, ou seja, a própria Justiça tem entendido, nesses processos, que é devido compensação. Então, se é devido compensação, ela tem que estar na tarifa. Aneel não quer nem discutir a hipótese de se pendurar isso na tarifa. Então, talvez uma das formas seja fazer uma distribuição melhor desse fundo. Mas o que tem acontecido, até onde eu conheço os processos, é que as comunidades não estão envolvidas diretamente, mas indiretamente, e elas estão pedindo uma compensação pelo uso do espaço naquela região onde elas vivem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, quero me associar na defesa deste Brasil que nós todos desejamos, um Brasil sem fundamentalistas de qualquer lado, um Brasil que pensa no futuro com desenvolvimento e na defesa das populações tradicionais, dentre elas a população indígena.

Nós temos que nos recordar de que a Constituição estabelece que a comunidade indígena tem direito a um patrimônio que é material e imaterial. Então, nós temos que levar em conta essa realidade da Constituição ou teremos que rasgar a Constituição.

Estou dizendo isso porque muitas vezes o reflexo de um empreendimento pode ser direto ou indireto. Em algumas oportunidades, ele pode não ser direto, mas existem repercussões a jusante que podem prejudicar o desenvolvimento, inclusive espiritual, de uma determinada comunidade. Assim, há necessidade de que nós ouçamos as comunidades tradicionais e a Funai.

Também quero associar-me à preocupação do Senador João Pedro com os povos da floresta, vamos chamar assim, da região amazônica.

Nós estamos ajudando o Brasil. Agora, o Brasil também precisa nos ajudar no desenvolvimento, tratando os desiguais de forma desigual, porque nós somos economicamente menos desenvolvidos. E uma

federação, não se pode dizer que atende aos ditames constitucionais se todos não tiverem o mesmo grau de desenvolvimento.

Já que nós estamos ajudando o Brasil é interessante que, respeitando as composições ambientais, nós possamos também pensar na navegabilidade, a questão da necessidade das eclusas, o valor que isso representa depois e antes de um empreendimento como esse.

Esses Estados vão ajudar o Brasil, porque o setor energético vai estar interligado no sistema, a energia ali produzida, mas o Brasil precisa ajudar essa região, sempre lembrando que as populações tradicionais devem ser respeitadas nesses impactos que podem ser indiretos. Nós não os enxergamos, mas eles existem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Eu não faço parte da Comissão do Meio Ambiente. Estou aqui para participar de outra reunião, mas não poderia deixar de comentar sobre o tema.

Primeiro, parabenizar a Comissão pela subcomissão criada, que considero de grande importância, principalmente no momento em que nós ampliamos os investimentos no Brasil para a consolidação da infraestrutura na área de geração de energia, mas também na área de transmissão de energia. Com certeza, Belo Monte será um empreendimento necessário para completar a nossa matriz energética.

Queria dizer que é importante a preocupação que devemos ter com o meio ambiente, com os povos indígenas. Acho que o Governo tem tido essa preocupação. O projeto de Belo Monte, a forma de atuação já demonstrou isso. É muito diferente da forma como se lidava com outros empreendimentos da mesma dimensão ou até maiores.

Venho do Estado que tem Itaipu, a maior usina hidrelétrica em operação do mundo. Quero até brincar com o Senador João Pedro, porque não sei se, com todas essas hidrelétricas, o Norte passará a geração que temos no Sul, no Paraná. Itaipu é responsável por quase 25% da energia nacional, o que agora tem se reduzido porque temos feito mais investimentos em geração. E o impacto que nós tivemos na região foi muito grande. Está sendo recuperado hoje, com grandes ações de Itaipu na área ambiental, na área de responsabilidade social, enfim, na área de integração regional.

Hoje teremos um projeto importante para ser votado em plenário, que é a adequação do Tratado de Itaipu, do valor da energia de cessão paga ao Paraguai. Enfim, é um belo empreendimento.

A região amazônica coloca essas questões, inclusive de compensações, mas essas questões têm de ser vistas em quase todas as regiões que contribuem para o desenvolvimento nacional.

Agora, queria dizer que temos de ter muito cuidado quando lidamos com esses temas, para que não acabemos dando para quem não tem interesse na ampliação da nossa matriz energética limpa. O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, 47% de energia renovável, e grande parte disso devemos às hidrelétricas. É uma judiação quando, nas discussões sobre hidrelétricas, ouvimos que elas provocam impactos no meio ambiente, que são causadoras de problema, e não vemos esse mesmo empenho no combate à geração térmica. Todo o mundo desenvolvido, a Europa, os países ricos têm suas matrizes energéticas sujas, principalmente quando é utilizada energia térmica, energia proveniente do carvão, e não vemos nenhuma discussão. Mesmo aqui no Brasil, quando se vai implantar geração de energia térmica, geração de energia a partir do carvão, não ocorre um quinto da discussão que há quando se implanta uma PCH, que é geradora de energia limpa, sustentável e renovável.

Acho meritório porque isso tem de ser esclarecido. Quero aqui me somar às palavras do Senador Delcídio, que conhece bastante o tema. Tive uma pequena convivência em Itaipu, mas suficiente para conhecer a contribuição que a geração de energia hidrelétrica dá ao nosso País e para defender essa matriz, que é um diferencial do Brasil, tão importante para o nosso desenvolvimento, porque não existe paralelo em relação aos rios que temos. É claro que temos que usar isso com muita parcimônia, com equilíbrio ambiental, mas a hidrelétrica, a geração de energia hidráulica é fundamental para o nosso desenvolvimento.

Aproveito para me desculpar porque terei de me retirar. Tenho uma reunião e, logo em seguida, há o plenário, com tema cuja relatoria é minha. Mas quero fazer uma saudação ao Secretário Municipal da minha cidade, Curitiba, o Sr. Luiz Carlos de Carvalho, que estará, daqui a pouco, junto com o Estado de São Paulo, na Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, falando um pouco sobre a preparação do nosso Estado, de Curitiba. Faço essa saudação e peço desculpas ao nosso Presidente Blairo Maggi por não poder permanecer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senadora Gleisi, V. Exª é sempre bem-vinda não só à Subcomissão de Belo Monte, como também à Comissão de Meio Ambiente. Sempre que puder

participar de nossas reuniões, sua presença será festejada por todos nós.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, hoje há notícias sobre Belo Monte que dão conta de que o Ibama se manifestou em relação ao atraso no cumprimento de algumas condicionantes para a concessão da licença para a execução da obra.

Pergunto a V. Exª se não considera relevante ouvirmos a direção do Ibama, para que nos explique o que está acontecendo, quais as razões desse atraso. Está previsto? Então, estou chovendo no molhado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Aloysio, vou colocar, não havendo mais...

Nosso Relator, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só queria fazer um registro. Tive oportunidade, na minha, de participar de bons projetos e de projetos difíceis. Não vou chamar de projetos ruins, projetos difíceis. Vivi Tucuruí, vivi Balbina, vivi Samuel, como também Ita, Machadinho e acompanhei a implantação desses projetos não só no Madeira, mas também no Xingu.

Eu acho que esta Subcomissão é um excelente foro para mostrar qual tratamento está sendo dado, primeiro, aos Municípios atingidos, depois, aos ribeirinhos e às etnias. É uma ação já toda concluída, definida? Não. Eu acho que esse processo, como qualquer projeto desse tamanho, evolui, em função das dificuldades, em função de equívocos que são cometidos ao longo dessa caminhada. Mas ele é sensivelmente superior a outros projetos de hidroeletricidade instalados no Brasil.

Eu queria também fazer um destaque com relação aos efeitos indiretos. Sem dúvida nenhuma, os estudos deram uma atenção especialíssima a essa questão, porque são coisas que não vemos, que só percebemos a posteriori. Eu vi muito isso acontecer em Tucuruí e, até pela maneira como foi desenvolvido o projeto, o resultado foi muito melhor do que se previa, mas com risco enorme de dar exatamente o contrário. Nós temos na Amazônia uma usina chamada Curuá-Una, em Santarém – alguns devem conhecer, o Senador Flexa conhece –, que é um exemplo de como não deve fazer se uma usina hidrelétrica na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Balbina é outra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É um desastre. Balbina também é uma usina que hoje não se faria mais, até pelo tamanho do reservatório.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quem fez Curuá-Una? Quem fez essa obra?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eletronorte. Balbina foi Eletronorte. Mas era num momento que não corresponde mais hoje às exigências sociais e ambientais. Era um outro Brasil. Foi durante a ditadura militar; era muito diferente. O próprio setor elétrico aprendeu, e pagando um preço alto por esse aprendizado, não tenho dúvida nenhuma, e a sociedade também, principalmente a sociedade amazônica.

Eu também queria aproveitar para falar sobre a questão das eclusas, que V. Exª comentou. Há um projeto, do qual fui até o Relator, de autoria do Senador Eliseu Resende, que obriga, num estudo prévio, fazer-se uma avaliação sobre a importância de se fazerem as barragens com as eclusas ou não. Lamentavelmente, esse projeto está patinando, e seria um projeto fundamental, porque, depois que se faz a barragem, fica muito caro e quase inviável, sob o ponto de vista técnico, construírem essas eclusas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dá para incluir nessa fase de Belo Monte?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu não saberia responder, Senador Aloysio Nunes, até porque a característica de Belo Monte é muito específica e eu nem sei se ali caberia uma passagem de nível, uma navegação. Quando nós inauguramos Tucuruí, em 1983, só havia a primeira cabeça da barragem, foi inaugurada a primeira cabeça da eclusa. Foram inauguradas, agora, as duas cabeças e a passagem de nível há poucos meses. Mas o modal hidroviário é fundamental.

Eu só queria registrar – não tive tempo de olhar isso, até porque estamos os Senadores todos envolvidos numa série de atividades – algo que me preocupou muito. Vi ontem, na mídia, uma suposta decisão do Conselho Nacional de Política Energética, alegando que não seriam feitas mais barragens na Amazônia. Eu não sei se essa notícia é verídica ou não, mas é uma notícia ampla, foi manchete de jornal – se não me engano, daquele jornal Brasil Econômico –, feita por um jornalista que conhece bem o setor. Eu só quero dizer o seguinte: os aproveitamentos que nós temos são todos na região Norte. Se não se colocar hidroeletricidade, nós vamos ter que ter uma matriz termoelétrica importante, ou a gás natural ou nuclear; não há para onde fugir. Se a turma acha que, com célula fotovoltaica, geração eólica, vai resolver o problema... É a velha energia termoelétrica. E um pouco o que a Senadora Gleisi disse: acho que mesmo a geração a carvão, se tecnologicamente se investir intensamente; a Europa tem usinas termoelétricas a carvão mineral operando no centro de grandes capitais, sem nenhum impacto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela oportunidade.

Acho que é uma ocasião preciosa para nós termos na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos um Senador que conhece tão bem esse setor, o setor de energia, como o Senador Delcídio do Amaral.

Eu me lembro que, conversando com S. Exª, em uma visita que fizemos a Angra dos Reis, eu indaguei ao Senador se havia, se tínhamos hoje um levantamento rigoroso, e se era possível fazer isso, do potencial de aproveitamento de energia hídrica no Brasil. Porque vejo os números mais díspares nos articulistas, nas pessoas que falam sobre o assunto, e me dá uma sensação de que não há uma base muito sólida.

Pergunto a V. Exª, Senador Delcídio, se nós não poderíamos, por intermédio da nossa Comissão, criar, digamos assim, uma espécie de fórum, em que essa coisa fosse esclarecida, para que nos aproximássemos mais do que há de realidade nisso. Porque, às vezes, o esgotamento do nosso potencial hídrico é apresentado como um argumento ad terrorem e, ao mesmo tempo também, a abundância alegada do potencial hídrico não aproveitado é também um argumento para o desenvolvimento de outras formas de energia, que eu acho que devem ser desenvolvidas, como a nuclear. Mas o fato é que eu sinto que há uma falta de solidez nos dados. Não sei qual é a impressão de V. Exª, mas eu gostaria de ouvi-lo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Senador Aloysio tem razão, porque, na verdade, nem todos os rios foram inventariados. Então, existem ainda números... Há o que fazer. Hoje, por exemplo, é o Teles Pires, que o Senador Blairo citou aqui; é o Tapajós...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desde que não acabe com o peixe lá.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É. Existem vários rios que estão sendo inventariados, mas nós não temos um levantamento completo, não.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A Ana, a agência, não está fazendo esse inventário?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Está fazendo, mas priorizando alguns cursos d'água que potencialmente reúnem mais condições de serem aproveitados energeticamente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Eletronorte tem um inventário feito há algum tempo, há alguns anos, que, naquela altura, só no Pará, o potencial de geração hídrica era o equivalente, àquela altura, igual a toda energia gerada no Brasil, algo em torno de 70 mil megawatts, incluindo aí a Belo Montes, a São Luiz do Tapajós, Santa Isabel, Marabá, todas que estão em projeto e serão executadas.

Custo a acreditar, e o Senador Delcídio merece fé quando diz que ouviu dizer que não serão mais feitas barragens na Amazônia, como também já baixaram um decreto dizendo que não se pode plantar cana na Amazônia. É desconhecer totalmente a região, desconhecer totalmente a Amazônia, porque a Amazônia inclusive tem campos naturais. Quer dizer, se você falar que não pode derrubar floresta para plantar cana, nós vamos aplaudir. Agora, dizer que não se planta cana na Amazônia onde há campo... Roraima é campo natural. Marajó é campo natural. Quer dizer, é desconhecer o que é a Amazônia. Eu não acredito que se diga isso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu também não, mas a matéria do jornal traz isso. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Vamos à aprovação do plano de trabalho, para que possamos dar início à segunda fase da Subcomissão de Belo Monte.

Vou colocar em votação a proposta do Senador Delcídio do Amaral, que é o nosso Relator.

Nós faremos, pela proposta do Senador, uma primeira audiência púbica já na próxima semana, próxima terça-feira, dia 17, às 14 horas, tendo como convidados o Presidente da Norte Energia, o Ministério do Meio Ambiente – em princípio a Ministra, se ela não puder vir, virá um representante do Ministério – e um representante do Estado do Pará.

Nessa audiência pública, teremos o posicionamento do estágio atual de implantação das obras de Belo Monte. Em princípio, as questões de licenças de implantação do canteiro de obras e como se encontra a liberação da licença de implantação por parte do Ministério do Meio Ambiente – leia-se Ibama –, da Norte Energia e, do Estado do Pará, a questão das condicionantes que o Ministério Público, em tão boa hora, está acompanhando lá no Estado.

Uma segunda audiência pública, na semana seguinte, dia 24 de maio, também às 14 horas, com a participação novamente do consórcio Norte Energia, representantes das populações ribeirinhas, das populações indígenas, com a proposta do Senador João Pedro convidando a Funai, o Ministério Público Federal – não estarei aqui –, um representante dos Municípios atingidos, impactados, novamente o Governo do Estado para que possa acompanhar e um representante da sociedade civil das áreas impactadas.

Em seguida – e aí quero pedir o apoio de todos os Senadores que compõem a subcomissão –, faríamos

uma diligência ao sítio de implantação de Belo Monte. É importante para que possamos in loco verificar as condições de implantação do projeto. Lá, faremos reuniões com todos os representantes dos segmentos da área impactada: dos Municípios, da sociedade, do Governo, do consórcio construtor, do consórcio empreendedor. Ou seja, todos esses que estarão representados conosco, lá em Altamira, em Vitória do Xingu. Faremos um sobrevoo nas áreas em que a barragem será implantada.

Então, é importante que os Senadores possam ter suas agendas liberadas, para que, nos dias 2 e 3 de junho, uma quinta e sexta-feira, possamos, em conjunto, fazer essa visita ao canteiro, ao sítio onde a barragem vai se implantada. Para que possamos ouvir a população local, porque há uma reclamação muito grande pela mídia de que os povos indígenas ou os ribeirinhos ou os Municípios não são ouvidos. Então nós vamos até lá para ouvi-los.

Quando houve aquela manifestação da OEA, que, de forma intempestiva, mandou uma manifestação do Governo brasileiro dizendo que teria que suspender a implantação da usina de Belo Monte, eu, Senador Aloysio, dei uma declaração dizendo que, se existisse a preocupação ou a necessidade de suspender a implantação de Belo Monte, seríamos nós, os brasileiros, nós, os Senadores, que faríamos essa solicitação ao Governo para a suspensão da obra. Não haveria necessidade de que essa recomendação viesse de outros países ou de outras organizações para o governo brasileiro. Por isso, nós tínhamos uma subcomissão instalada no Senado Federal, para acompanhar a implantação de Belo Monte.

Tenho certeza absoluta de que, ao final, o que todos nós queremos é que Belo Monte sirva de exemplo para o mundo de que possível, sim, instalar-se um projeto dessa magnitude na Amazônia de forma a atender ambientalmente e socialmente as condições que todos nós exigimos num projeto de geração de energia que seja também econômico e socialmente justo. Ao final dessas reuniões, faremos, pela proposta do nosso Relator, uma reunião administrativa para juntarmos todos os conhecimentos adquiridos. A partir daí, o Relator fará nova proposta de trabalho para que possamos acompanhar efetivamente a implantação. Acreditamos que, até o mês de junho, já teremos a licença de instalação e, então, as obras de implantação de Belo Monte. Elas estarão iniciadas, e nós poderemos acompanhá-las pari passu.

Coloco em votação a aprovação do plano de trabalho inicial proposto pelo nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta, dou por encerrada esta nossa segunda reunião da Subcomissão de Belo Monte.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA PELO RMA nº 25, DE 2011, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 09H00, NO PLENÁRIO 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **JOÃO PEDRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, CÍCERO LUCENA** e **PAULO DAVIM.** Deixam de assinar o livro os Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, IVO CASSOL** e **EDUARDO BRAGA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública para debater o tema "Economia verde: agropecuária", tendo por objetivo analisar experiências concretas e políticas públicas voltadas para o tema, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência. A audiência pública conta com a presença dos seguintes convidados: Paulo Guilherme Cabral, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; Helinton Rocha, Assessor do Departamento de Pro-

dução e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sebastião Barbosa, PhD, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Marcelo Calazans, Representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); e Rodrigo Justus de Brito, Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Após a explanação dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **JOÃO PEDRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **João Pedro,** Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Bom-dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a nossa reunião, que é a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Águas – perdão – da Rio+20.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata. Não tenho ainda a Ata. Pauta. *Audiência pública destinada a debater o tema "Economia verde: agropecuária", tendo por objetivo analisar experiências concretas e políticas públicas voltadas para o tema, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência.*

A audiência conta com a participação dos seguintes convidados: Sr. Paulo Guilherme Cabral, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, que chamamos para compor a Mesa da nossa audiência – seja bem-vindo, Sr. Paulo; Sr. Sebastião Barbosa, PhD e membro da nossa Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – seja bem-vindo; desde já, obrigado pela participação; Sr. Helinton Rocha, Assessor do Departamento de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Marcelo Calazans, Representante da Articulação Nacional de Agroecologia – seja bem-vindo; Sr. Rodrigo Justus de Brito, Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Dos convidados, quem está faltando? Helinton Rocha? *(Pausa.)*

Está chegando o Helinton Rocha? Está a caminho? *(Pausa.)*

Srs. convidados, em nome da nossa Comissão, eu quero agradecer a presença de V. Sªs. Esta Comissão está aqui com os nossos assessores e com a nossa Secretaria. O trabalho todo será gravado e vai compor o acervo de proposituras, de ideias, de reflexões da sociedade brasileira, do Governo, da Academia, dos empresários. Vamos apresentá-lo, com propostas, à Comissão de Relações Exteriores, que vai trabalhar junto com uma comissão nacional, criada pelo Governo brasileiro, para sistematizar todas as propostas com o objetivo de compor a proposta do Brasil neste grande evento, em junho de 2012, que será a Rio+20.

Podemos começar? *(Pausa.)*

Eu vou começar dando a palavra ao Sr. Paulo Guilherme Cabral, está bom? V. Sª tem – vamos combinar aqui – quinze minutos. Pode ser? *(Pausa.)*

Obrigado.

V. Sª tem a palavra.

O SR. PAULO GUILHERME CABRAL – Bom-dia a todos e a todas.

Cumprimento aqui o Senador João Pedro, em nome de toda esta Comissão, ao mesmo tempo em que parabenizo S. Exª e agradeço o convite, a iniciativa de trazer essa discussão para o Senado.

De fato, essa contribuição do Senado para elucidar e agregar mais opiniões e orientações em relação à Rio+20 certamente será muito positiva para o Governo brasileiro, que vai sediar essa Conferência. Especialmente para o Ministério do Meio Ambiente também é uma satisfação muito grande a gente poder dialogar tanto com o Senado, com esta Comissão, quanto também com os colegas aqui que compõem a Mesa. Em outros momentos, a gente já tem discutido assuntos correlatos, mas esta certamente será uma oportunidade maior e de melhor resultado.

Senador, de certa forma, gostaria também de pedir desculpas pela ausência da Ministra e do seu substituto imediato, Sr. Roberto Vizentin, que é Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. A ausência dele é plenamente justificável – acredito que o senhor também teria essa compreensão, porque, infelizmente, ele está, neste momento, no cortejo fúnebre do casal José Cláudio Ribeiro da Silva e da sua esposa, Maria do Espírito Santo da Silva, que são assentados da reforma agrária na região de Marabá, no Pará. Eles foram vitimados exatamente por defenderem a floresta. São assentados de um projeto especial de agroextrativismo e, por este motivo, por defenderem a floresta e irem contra a extração ilegal de madeiras no assentamento em Nova Ipixuna, no Estado do Pará, foram vitimados, e, neste momento, está sendo feito o cortejo de sepultamento desse casal.

A Ministra também, infelizmente, não está presente aqui, porque ela está extremamente envolvida nas operações de comando e controle, especialmente no Estado de Mato Grosso, onde, nos últimos meses, houve uma explosão do desmatamento. Ela esteve ontem mesmo, acompanhada do Ministro da Justiça e do Governador de Mato Grosso, vistoriando algumas áreas, inclusive áreas com desmatamento ilegal e áreas onde ocorre também a produção legal. Então, essa foi uma questão que a Ministra estabeleceu para a sua visita, porque ela queria tanto visitar uma propriedade que está sendo alvo de fiscalização, como também visitar um produtor, uma fazenda no Mato Grosso que cumpre a legislação ambiental e mesmo assim tem eficiência econômica na sua atividade.

Acho que essa é a tônica que nos traz a esta Comissão, embora nós quiséssemos, de fato, ter a oportunidade de ressaltar algumas ações que o Governo vem implementando, junto com a sociedade, para mudar e fortalecer um modelo produtivo sustentável.

Nós queríamos, de fato, ressaltar esses aspectos que existem e são possíveis. Nesta mesa há várias iniciativas nesse sentido, e gostaríamos, de fato, de elucidar uma posição manifestada pela Ministra Izabella Teixeira de que é necessário incorporar a dimensão ambiental, trazer para dentro da propriedade, valorizar, na produção brasileira, os atributos ambientais que grande parte das propriedades no País ainda tem, se fizemos uma análise comparativa com um tipo de produção agropecuária e agrícola feita nos outros países.

Então, o Brasil tem um potencial ainda muito grande de diferenciar a sua produção, de qualificar a sua produção, e nós, do Ministério do Meio Ambiente, entendemos que valorizar e reconhecer os atributos ambientais aumenta a eficiência produtiva. Esse aspecto já é sabido, porque a gente estuda isso nas faculdades, e os produtores também o comprovam. Uma propriedade que tem o solo protegido, que faz manejo de solo, que tem áreas de preservação permanente, mata ciliar, que retém água na propriedade, que faz um tipo de produção sustentável tem melhores condições, inclusive, de enfrentar uma ação mais agressiva de mudança climática, um evento atípico, tanto com excesso quanto com falta de água. Então, de um ponto de vista produtivo e econômico, isso já traz uma condição de competitividade e de maior eficiência produtiva para o produtor. De fato, a natureza, os recursos naturais são aliados da produção. Quanto melhor o produtor manejar esses recursos naturais melhores resultados ele vai ter com a sua atividade produtiva. Portanto, esse já é um ponto, acredito, inquestionável que todo produtor busca implementar.

Agora, outras ações, outras atividades requerem, de fato, maior investimento e, inclusive, maior apoio por parte do Poder Público, e acredito que nós estamos construindo isso no âmbito do Governo de uma forma cada vez mais efetiva.

O papel do Ministério do Meio Ambiente na construção e no fortalecimento dessas políticas, muitas vezes, se dá mais no aspecto demonstrativo. O Ministério do Meio Ambiente conta, em grande parte, com o apoio de recursos internacionais a título de doação, como, por exemplo, o caso do Fundo da Amazônia, e, há algum tempo, nós já estamos apoiando alguns projetos. Esses projetos, pela sua quantidade, pela sua amplitude, acabam tendo um papel mais difusor, animador, de registrar algumas experiências já acontecem em campo com os produtores, e não têm a pretensão de fato de serem massificados. Essa massificação, um apoio mais efetivo enquanto política pública, já conta com os instrumentos de governo, de Estado. Então, são instrumentos de crédito, de pesquisa, de assistência técnica que estão apoiados, estão inseridos em outros Ministérios, por exemplo, no caso do Ministério da Agricultura e no Ministério do desenvolvimento Agrário e aos seus órgãos vinculados.

Então, o papel do Ministério do Meio Ambiente é um papel mais de estimulador de diálogo, de estar demonstrando que é possível incorporar outras variáveis, valorizar outros processos produtivos, ter uma visão mais integrada dessas políticas públicas.

Isso tem surtido efeitos. De forma mais objetiva, podemos destacar algumas iniciativas que tanto o MDA quanto o MAPA já vêm implementando, inclusive algumas ações em conjunto. Acho que talvez o maior exemplo disso seja o programa ABC, que é o Programa da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. É uma ação transversal, integrada, capitaneada pelo MAPA, com a participação também do MDA, que visa a incorporar alguns instrumentos de política pública que fortaleçam esse tipo diferenciado, esse modelo produtivo, esse paradigma mais sustentável, cumprindo, inclusive, alguns compromissos que o Governo brasileiro já assumiu perante a comunidade internacional para estar reduzindo as suas emissões de carbono.

É sabido, é reconhecido que, infelizmente, a agropecuária ainda é o nosso principal emissor de carbono. Diferente das economias mais industrializadas, o Brasil tem esse potencial muito ligado à mudança do solo, ainda às emissões derivadas de queimadas. E é possível com tecnologias, com linhas de crédito mais adequadas promover essa mudança. Uma mudança que é de médio, de longo prazo. Temos alguns prazos para cumprir, mas isso tem que ser paulatino, tem que ser constante. Por isso a preocupação da Ministra Iza-

bela em relação ao repique que teve, a retomada do desmatamento agora em Mato Grosso, por isso nossa atenção muito especial para buscar alternativas em relação a isso.

Fazendo essa associação de comando e controle, diria que uma outra ação, que também é transversal, que a Casa Civil, no ano de 2009, implementou, que foi um dos mutirões Arco Verde, Terra Legal. Uma integração de diversos órgãos do Governo para disponibilizar de forma mais efetiva políticas públicas aos Municípios que são campeões do desmatamento. Então, os 43 Municípios até então, que ontem foi publicada uma nova portaria do Ministério do Meio Ambiente ampliando esse número infelizmente, esses 43 Municípios, no ano de 2009, receberam uma visita organizada com um conjunto de Ministérios, vários órgãos do Governo Federal com o Governo Estadual, para exatamente potencializar algumas políticas de crédito, de comercialização, de assistência técnica para mudança efetiva desse modelo produtivo. Então, esse é mais um exemplo de ação que o Governo está fazendo de forma integrada e que, inclusive, vamos estender para outras regiões que têm maior pressão, ou por desmatamento ou por algum fator de mudança das características ambientais.

Destacando um outro exemplo que o Ministério do Meio Ambiente junto com o Ministério do Desenvolvimento agrário idealizou, construiu, que é o Pronaf Sustentável, que é uma ação do MDA exatamente para ter uma administração, uma gestão da propriedade de forma mais integrada. Então, ao invés de estar financiando uma atividade específica, exclusiva, por exemplo, se vai financiar atividade pecuária dentro de uma propriedade rural, o Pronaf busca aliar a dimensão ambiental à questão do crédito e à questão da assistência técnica e à questão ambiental. Então, são três esferas que trabalham de forma integrada. E é feito um planejamento da propriedade como um todo. Isso decorre de um outro programa que o Ministério do Meio Ambiente junto com o MDA (sic) desenvolveu também, que é o Pró-Ambiente, que agora, em forma de política pública, pode ser estendido para um número maior de propriedades. E o MDA está começando exatamente por esses Municípios, os então 43 Municípios da Operação Arco Verde

Outras ações que o Ministério vem desenvolvendo, inclusive com as entidades de movimentos sociais, especialmente mais voltadas à agroecologia, temos um programa dentro do Ministério que também passa por um processo agora de fortalecimento, que é o Programa de Agrobiodioversidade, que busca apoiar um modelo diferenciado de produção da agroecologia, que tanto é apropriado à propriedade familiar, de uma escala menor, porque trabalha de forma mais eficiente os recursos naturais, de forma mais integrada, e por ter um componente tecnológico com menos uso de agrotóxicos e demais insumos modernos, considerados modernos, para que a propriedade de fato tenha uma produção mais limpa e possa estar se diferenciando no mercado.

Para concluir, diria que temos a oportunidade de, com a Rio+20, de estar mostrando para o mundo que o Governo brasileiro com a sociedade está implementando algumas ações para promover um modo de produção, um sistema produtivo diferenciado, com a base ambiental, ecológica mais forte e que isso venha de fato a diferenciar o nosso produto.

E cabe aí no caso a articulação de todas as cadeias produtivas. Queria citar exemplos, anteontem, inclusive, a Ministra Izabel recebeu os representantes da Biove que coordena a ação da moratória da soja, e que vieram manifestar para a Ministra um descontentamento em relação ao aumento do desmatamento agora verificado em Mato Grosso. Não que este desmatamento esteja associado diretamente à produção de soja. Não queremos também fazer nenhuma análise antecipada, dizendo que está ligada à produção de pecuária. Isso ainda está sendo investigado. Mas, de todo modo, foi manifestado por parte da Biove, e temos contato com GTPS, que o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, que também tem buscado avançar nas suas propostas. O GTPS, por exemplo, que envolve toda a cadeia produtiva da carne, desde o produtor, associações de produtor, inclusive as de Mato Grosso, passando por fornecedores de insumo, indo até aos frigoríficos e aos bancos, está trabalhando proposta bastante avançada em relação à produção sustentável da carne, que, no caso, propõe, inclusive, o desmatamento zero.

Acredito que podemos construir alianças fortes. Já estamos fazendo isso no âmbito do Governo e podemos fazer isso também com os setores produtivos, com os movimentos sociais para que o Brasil tenha uma produção cada vez mais diferenciada, porque isso interessa para o País, interessa para os produtores familiares, para os produtores do agronegócio, interessa de forma geral para a economia brasileira. O meio ambiente, os recursos naturais podem ser de fato um aliado para nossa maior competitividade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro Bloco/PT – AM) – Obrigado, Paulo Guilherme Cabral.

Passo a palavra para Rodrigo Justus de Brito, Assessor Técnico da Comissão do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil – CNA.

S. Exª tem quinze minutos.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Bom dia a todos, Senador João Pedro, a quem cumprimento, os colegas da Mesa, presentes:

Considerando a iniciativa do Senado por meio dessa Subcomissão, buscar subsídios para que apresentemos as propostas relativas ao que o setor, como participante da economia do uso da terra, temos que fazer de forma racional as nossas contribuições, os pensamentos não só sobre as propostas, mas de que forma as coisas vêm acontecendo na dinâmica da visão do agronegócio, que, na verdade, integra toda a cadeia de produção, porque ficou uma pecha de que o agronegócio seria em tese uma coisa dos grandes produtores, mas na verdade quando falo do agronegócio estou falando de toda a produção independentemente daqueles que seriam eventualmente filiados ao sistema da CNA.

Há cinquenta anos, o problema da humanidade seria que, e quem estudou mais antigamente sabe que o mundo estava crescendo e iríamos todos morrer de fome, não haveria produção de comida. Veio a revolução verde e o professor Dr. Norman criou o sistema da produção intensiva. Então, a humanidade corria menos risco de passar forme. Esse homem ganhou o Prêmio Nobel da Paz, através da revolução verde. A ela o Brasil deve muito, até porque, se ela não tivesse ocorrido, para produzir a mesma comida que nós produzimos hoje, nós precisaríamos desmatar um Brasil e meio e, na verdade, nós ainda temos mais de 60% ou 60% da nossa cobertura vegetal. Então, estamos em uma posição favorável em relação à conservação da biodiversidade. Se não houvesse essa revolução, talvez já tivéssemos derrubado o Brasil todo, e inclusive aberto mais terras impróprias à produção, o que é um dos problemas da ocupação do uso solo. Terras que foram abertas sem aptidão, que estão degradadas trazem hoje problemas de pobreza em regiões onde a insustentabilidade do uso acabou por empobrecer a população.

O desafio da Rio+20 é rediscutir exatamente a relação do controle de que não se aumente mais a pobreza e se resolva o problema da alimentação da humanidade. Tecnicamente, sabe-se como produzir comida. A biotecnologia, agora, trazendo os incrementos, aliada à conservação da biodiversidade são os caminhos de que temos que nos utilizar.

Mas o setor, como todos os setores, internamente, é um tanto desigual em uma série de sentidos. No uso da tecnologia, nós temos produtores-modelo, como foi aqui colocado pelo Paulo, mas também aquele produtor que, em determinadas situações, acaba poluindo o ambiente, gerando problemas de saúde, inclusive para si próprio, e danos ambientais. E nós temos essa preocupação, nesse aspecto.

O cerrado, um dia considerado terra infértil, no passado, hoje é o celeiro da produção. Temos mais terras no cerrado para serem apropriadas à produção? Temos. Agora, de que forma responsável nós vamos utilizar esses recursos para que não tenhamos desertificação, para que não acabemos com a qualidade dos nossos recursos hídricos? Temos que tomar cuidado com isso. Para que tudo isso aconteça, o produtor precisa de um braço forte, que é quem? É o Governo na assistência técnica rural, promovendo essa educação, inclusive não só para produzir mais e melhor e o produtor ter mais lucro, mas também a relação da sustentabilidade diretamente. E esse sistema de assistência técnica do Brasil, nos últimos 20 anos, paulatinamente, e não culpem nenhum governo especificamente, vem em um processo de sucateamento. O sucateamento da assistência técnica e da extensão rural é responsável, talvez, por parte dos problemas que os produtores, inclusive economicamente, acabam passando. Então o fortalecimento da assistência técnica e da extensão rural internamente é extremamente necessário.

O Brasil conseguiu modernizar a agricultura tropical. Fizemos uma revolução. Reconstruímos o conceito da agricultura tropical, mas, ao mesmo tempo, nós temos produtores com baixíssimo índice de tecnologia, enquanto, no mesmo momento, o País repassa tecnologia para a África e a uma série de outros países. Chegamos ao ponto de ter uma tecnologia a que nem todos os produtores do Brasil têm acesso. Para isso, o produtor precisa do quê? Não basta eu dizer que ele precisa de um equipamento mais moderno, mais sofisticado. Ele precisa de recursos também.

A política agrícola precisa ser feita vinculada à questão da sustentabilidade ambiental e precisa ser uma política de longo prazo. O Brasil faz política agrícola todo ano. Como que, em uma atividade com esse perfil e que tem importância não só segurança alimentar, mas na economia do País, o nosso planejamento de produção agropecuária é anual? Se a FAO diz que o Brasil será um dos grandes braços da produção mundial de alimentos, nós não podemos planejar a nossa agricultura ano a ano. Temos de saber onde nós queremos chegar e desenhar o País para isso. De que forma vamos ocupar, racional e sustentavelmente, áreas da Amazônia em um futuro de 20 a 30 anos? O que vamos fazer lá de produção? O que será viável? Quais as pesquisas que precisam ser feitas para melhorar o sistema agroflorestal e uma série de outras questões? Então, já que a reunião é Rio+20, devemos desenhar uma política de 20 anos na questão agroecológia. De que forma queremos fazer isso?

Então, talvez, Senador João Pedro, como produto também dessa discussão, possa ser gerada uma discussão mais intensa dessa coligação da política agrícola com a questão da ação ambiental num plano de longo prazo, porque de curto prazo acaba só tomando o trabalho dos técnicos: passa-se metade do ano fazendo orçamento e a outra metade discutindo como vai trabalhar com os cortes. O servidor público sofre porque prepara, faz e não acontece. Então, nós precisamos melhorar a questão da política.

Os Estados Unidos, o *Working Programs* tem uma série de projetos. No controle de erosão é aplicado mais de US$1 bilhão por ano. É claro que nós não vamos medir o tamanho do nosso PIB com o dos Estados Unidos, mas nós temos programas para recuperação de terras que estão degradadas, reincorporando-as ao processo da produção. Nós só vamos ter sustentabilidade plena intensificando o uso das terras que estão abertas da melhor forma, reincorporando terras degradadas, passíveis de serem reincorporadas ao processo produtivo. Assim, vamos aumentar a produção, melhorar a produtividade e diminuir a pressão sobre a floresta nativa. Este é o único caminho para produzir mais: usar melhor o que temos, recuperar o que for possível e, para aquelas terras inaptas, que foram abertas, a ciência deve dar solução a elas – se vai ser feito o reflorestamento ou não ou se vai ser buscada outra utilidade econômica para aquela terra. A ciência é estritamente necessária no sentido desse planejamento do país do futuro.

Então, o Governo precisa desenhar o país que nós queremos. Todo mundo está preocupado com o desmatamento. O desmatamento atrapalha o produtor em todos os aspectos. Embora tenhamos tido redução significativa de desmatamento em relação a anos/pico, essa meta de 80%, caso se aplicasse ao que foi desmatado... A questão do desmatamento tem alguns aspectos. O primeiro é o da ilegalidade, da atividade ilícita, é o de separar o que é lícito do que é ilícito. Nós não sabemos até agora desses 60 mil hectares que foram desmatados quantos foram objeto de uma autorização? Pelo menos uma parte disso tem que estar legalizado. Não é possível.

Então, é preciso que o Governo e os Estados façam, mas não estão fazendo direito esse papel. Depois o Ministério tem que montar uma força-tarefa. Vi 800 pessoas, 1.000 pessoas e a discussão do Código Florestal acontecendo. Será que isso foi reflexo? Eu não acredito, pessoalmente. Eu acho que sempre foi muito explícito que os desmatamentos recentes não teriam nenhuma espécie de benefício. Eu não acredito. Em relação a essa questão do desmatamento até cabem horas de discussão.

Nós produtores, em relação à Rio+20, entendemos que temos como fazer melhor, da mesma forma como foi feito em relação à questão do aumento da produção e produtividade. Precisamos resolver a questão da legislação ambiental com o Governo para que isso não nos crie transtornos externos também, apesar de que eu, Brasil, sou um grande *player* do agronegócio. Outros países não têm a nossa legislação, por outro lado, podem acabar tendo problemas que nós não temos ou não teremos, mas nós temos que acertar esse problema.

Acredito que até a realização da Rio+20, espero, a questão do Código Florestal tenha passado aqui pelo Senado ou ido à Câmara. De um jeito ou de outro, nós precisamos resolver esse problema. Iniciativas nós temos tomado. Nós temos buscado e temos trabalhado também discussões junto ao Governo no sentido da regularização das propriedades com o próprio Paulo Guilherme lá no Ministério. Existe um programa, o Mais Ambiente.

Este ano temos problemas sérios de orçamento no programa ABC. O Brasil assumiu compromissos externos, como, foi colocado aqui, a redução de emissões. Posteriormente institucionalizou uma política nacional de mudanças climáticas que está aí sendo implementada.

O setor agropecuário foi o primeiro, dentre os programas setoriais de redução, os planos setoriais. Antes da energia, antes de outros, nós temos já delineado um programa chamado Programa ABC, capitaneado cientificamente pela Embrapa e outras instituições, que trata sobre como nós vamos chegar lá e cumprir o nosso papel. Agora nós precisamos de execução orçamentária para que esses programas saiam do papel e passem a ser aplicados.

Para terminar, Senador João Pedro, temos o Programa ABC e nós temos que implementá-lo. O Governo precisa aplicar os recursos que são modestos em função da meta e nós temos que brigar para evitar contingenciamentos na hora dos cortes naturais – todo ano existem os cortes orçamentários –, de modo que a gente possa alcançar os nossos resultados e não seja, daqui a quatro ou cinco anos, dito: "Vocês fizeram um plano aqui para dez anos, já faz cinco anos e não foi executado nada desse programa". Então agora temos que ser vigilantes na hora de fazer a execução desse projeto.

Finalizo aqui. Muito obrigado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Tocou a campainha, mas o senhor tem ainda um minuto. Tranquilo?

Vou passar a palavra, em seguida, ao Helinton Rocha, Assessor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. V. Sª tem quinze minutos, igual tempo.

O SR. HELINTON ROCHA – Bom-dia a todos. É uma honra participar deste painel. Acho que é um tema muito importante. Cumprimento o Presidente e, em nome dele, os demais membros da Mesa, as senhoras e os senhores.

Acho que o desafio foi muito bem abordado aqui pelos antecessores na fala. O Paulo Guilherme é um ícone nessa área e a CNA está cada dia com um estudo mais apurado, com propostas cada dia mais consistentes sobre esses assuntos. Fica até difícil a gente falar alguma coisa nova que ainda não foi falada. Com tudo a gente concorda. Eu acho que são pontos importantes.

Os desafios da Rio+20, com certeza, são muito grandes. A Rio original deu início a uma série de linhas que deram em grandes movimentos. Os resultados não são de curto prazo. Em vinte anos, é até difícil fazer uma análise realmente crítica, porque os desafios são muito grandes. Para você montar uma economia, segundo o secretário dessa área da ONU, nós teríamos que ter 2% do PIB dos países aplicados durante quarenta anos. Então são desafios de mudança do perfil de uma economia para uma economia verde.

Nós temos que engenhar como estrategistas de Governo como será uma política verde, quais são as efetivas oportunidades que o País tem dentro de uma economia verde, quais são os desafios que nós temos que enfrentar para fazer a transição para uma economia verde, se há ou não atalhos para a economia verde, porque a gente, às vezes, vê falsos atalhos que nos levam, na verdade, a armadilhas perigosas. Então nós temos que avaliar muito os riscos que a gente assume quando faz uma política pública de longo prazo num campo novo como esse.

Isso só nos desafia, só nos estimula como técnicos e como líderes da agricultura, do agronegócio, da agroindústria, da agropecuária, com todos os nomes que, graças a Deus!, têm. Se tem tanto nome assim é porque tem muita gente preocupada com a questão e isso é bom para a agricultura brasileira.

O Ministério da Agricultura tem 150 anos. Nasceu exatamente para vencer o desafio da profissionalização da agropecuária e de romper barreiras que, na época, eram da escravidão, barreiras ao comércio dos nossos produtos.

Então acho que nós não podemos nos furtar dos desafios que continuam sendo esses. Cada dia mais nós precisamos de produtores mais profissionais, de mais tecnologia, de mais profissionalismo na gestão exatamente para não ficarmos fora do mercado ou fazendo coisas que a humanidade já superou como a chaga da escravidão.

Construir uma adequada integração institucional para a economia verde é realmente o grande desafio. Em relação a esse aspecto, o Dr. Rodrigo colocou algumas coisas muito sérias sobre orçamento. Nós temos uma série de iniciativas que foram nascendo de diálogos com as áreas ambientais, com as áreas trabalhistas, com as áreas do desenvolvimento da agricultura familiar. Tudo isso, há vinte anos, estava dentro do Ministério da Agricultura. Eu entrei há 29 anos e ainda pude trabalhar com os colegas do Incra, do antigo IBDF, da antiga Secretaria de Pesca chamada Sudepe. Dessas políticas derivaram ampliações. Nós temos que verificar que muita evolução houve dessas separações e dessa possibilidade de integração que é cada dia mais necessária. Não será possível nós fazermos uma transição para uma economia verde se essas políticas e essas iniciativas não forem cada dia mais integradas e principalmente fortalecidas.

Nós temos trabalhado em programas de cunho absolutamente prático, como é o caso do programa de orgânicos, como muito bem colocou o Paulo Guilherme, da agroecologia. Orgânico é um movimento hoje internacional que movimenta US$50 bilhões ano e isso já significa um passo efetivo dentro da economia verde. É dentro dela que o orgânico se situa e também áreas como o *fair trade*, o mercado justo.

A busca da distribuição dos benefícios sociais de uma cadeia é uma das áreas que mais cresce, inclusive dentro e paralelo ao Movimento Internacional da Agricultura Orgânica. Então outras...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Concede-me um aparte? Ontem, em Manaus, encerrou-se a Semana da Agricultura Orgânica com a participação de várias entidades, enfim, foi uma semana rica. Só para ilustrar a importância e o debate que está acontecendo. Lá em Manaus, encerrou no dia de ontem.

O SR. HELINTON ROCHA – Agradeço a sua colocação.

Estamos tendo a Semana de Alimentos Orgânicos no País inteiro, inclusive aqui no DF, e isso vem de um diálogo que o Ministério da Agricultura estabeleceu. Em cada superintendência federal de agricultura, há um colegiado de produtos orgânicos que discute com toda a sociedade organizada e principalmente com a agricultura familiar, com a grande participação, a brilhante participação do MDA e do MMA em quase todas elas ou dos seus equivalentes nos governos estaduais e municipais. As feiras orgânicas têm crescido muito, e isso nos mostra um potencial, uma coisa efetiva.

Um exemplo prático de como é essa economia verde. Nós temos uma integração lavoura/pecuária que também trata da racionalização da agricultura convencional, aquela agricultura que herdamos da revolução verde, que, com certeza, foi um passo importante para a agricultura e para o abastecimento mundial principalmente e que nos levou certamente a alguns caminhos que precisamos melhorar, e conhecemos bem o que precisamos melhorar.

Muitos desses aperfeiçoamentos estão na agricultura de emissão de baixo carbono, o Plano ABC, que realmente sofre com os contingenciamentos. Temos programas com a FAO, por exemplo, de recuperação de áreas degradadas, e tenho a honra de dirigir esse programa, na região da Amazônia especificamente. Temos desafios como a venda de serviços ambientais, e o Meio Ambiente tem trabalhado bastante sobre isso, e um grande programa que está dentro do ABC, que é a integração lavoura/pecuária e floresta, que é uma maneira de fazer uma coisa muito antiga – a rotação de cultura, mas a rotação de cultura com conformidade tecnológica. É um portfólio de soluções que a Embrapa e as universidades vêm desenvolvendo ao longo das últimas décadas e que possibilita você pegar uma terra completamente degradada por um solo, por uma ocupação, por uma pastagem, por uma ocupação qualquer inadequada ou mesmo fora do padrão tecnológico e transformá-la em uma área plenamente produtiva, até em uma floresta produtiva, como é o caso da solução que chamamos de agroflorestal, que integra produção vegetal, animal e floresta ao mesmo tempo. Essas são coisas dão estabilidade ao sistema de produção, estabilidade e resiliência, que é a capacidade daquele sistema se manter ao longo do tempo. Então, esses sistemas novos, repensados, equacionados principalmente na questão de dar racionalidade ao uso dos insumos, sejam eles renováveis ou não-renováveis, isso tudo dá a questão da estabilidade e da resiliência.

Outra coisa que é fundamental é a produtividade do sistema. Não é aquilo por hectare pura e simplesmente. É o que colocou de energia bruta no hectare de terra e quanto você recuperou dessa energia. O sistema tem que ser eficiente do ponto de vista energético, eficiente do ponto de vista do uso dos recursos naturais e de insumos que nós colocamos. E, para isso, temos muitos passos a dar. Temos que usar melhor os pós de rocha, os minerais naturais do Brasil. Somos muito importadores de fertilizante. A agricultura brasileira é muito dependente e a produtividade da agricultura depende muitas vezes de você colocar um mineral a mais no solo para completar a fertilidade dele.

Há a questão da logística que influencia na eficácia do sistema. Não adianta a gente produzir um produto com certa agregação de valor e ter que enfrentar uma estrada de terra, de cara, na saída da propriedade, intransitável. Muitas vezes nem a criança consegue ir á escola por causa daquilo. E isso mexe na produtividade porque, para sermos mais produtivos, precisamos de gente educada, digo gente com excelente educação, porque a economia verde não é nenhuma degradação do ponto de vista do conhecimento. Ao contrário, a demanda por conhecimento, a demanda por saúde do agricultor é maior. A demanda por segurança, a demanda por partição dos benefícios da cadeia é importante.

Na questão da produtividade, a logística é um ponto fundamental. E o elemento transferência de tecnologia, com certeza, está no rol daquelas ações que precisam ser mais integradas. É provável que o ambiente tenha que ter hoje um agente mais próximo do produtor rural. A agricultura se ressente muito disso. Temos hoje a Emater muito bem remontada. O MDE tem feito um esforço fantástico no sentido de remontar o sistema que foi desmontado no início da década de 90, e esse esforço ainda não está à altura da demanda que precisamos para se fazer uma grande mudança na economia verde, reverter as questões do êxodo rural, reverter as questões da expectativa que tem o jovem que está na agricultura de permanecer ou de sair da sua propriedade rural, a questão da sucessão na propriedade. Então, nossos agricultores poderão ficar velhos e os filhos irem para a cidade prestar serviços que eles não estão capacitados, que não foram criados para isso e vão continuar engrossando as grandes cidades brasileiras. Então, a chave da reversão disso é transferência tecnológica para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida do produtor no campo, senão o filho dele, com televisão e Internet, não vai ficar naquele lugar. Isso diz respeito a tudo: à produtividade, à resiliência e, o terceiro ponto, que vou abordar dentre os três relativos à sustentabilidade da economia verde, à questão da repartição de benefícios.

Não adianta a gente fazer um bife orgânico e conseguir colocá-lo em um sofisticado mercado japonês se o peão de boiadeiro que trabalhou na produção daquele bife não receber uma parte significativa do benefício da cadeia que conseguiu colocar a cem dólares o quilo do produto na gôndola japonesa. Então, a repartição de benefício passa por toda a organização da cadeia nesse sentido. O *fair trade* pensa muito nisso. É o produtor rural recebendo mais, tendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios da cadeia. Isso faz parte dessa economia verde também e isso se dá pelo fortalecimento do cooperativismo, por exemplo, em

que o produtor organizado possa negociar melhor com a agroindústria ou em uma marca coletiva, através de um condomínio, de um consórcio, de uma associação, possa defender a sua marca no mercado e estabelecer uma via direta com o consumidor para saber o que o consumidor quer e o que ele pode melhorar para suprir de maneira adequada aquele consumidor, porque, na verdade, é o nosso maior público beneficiário que tem que ser pensado. Essa é a grande mudança, a mudança do mercado. A economia verde implica em um mercado mais consciente, mais informado, que saiba administrar os riscos da sua limitação.

Então, são muitas iniciativas que precisam, com certeza, ser fortalecidas. O Ministério da Agricultura tem buscado um diálogo mais qualificado e, cada dia mais, o temos conseguido. O Ministério da Educação, por exemplo, fez um acordo, uma cooperação conosco em que entramos com menos de 8%, porque não temos recursos – o Ministério da Agricultura tem muito pouco recurso para o fomento –, e com 8% fizemos um projeto de um milhão e meio, um milhão e duzentos, na verdade. Os núcleos de educação rural, os Cefet´s hoje têm trinta núcleos trabalhando com a mudança da cultura para a agroecologia, por exemplo. Todos os Cefet´s que têm o módulo agrícola estão trabalhando a agroecologia. Esse é o exemplo de uma mudança de mentalidade que precisamos fazer nas escolas convencionais, nas escolas agrícolas, nas escolas de ciências agrárias, que precisam pensar mais na engenharia dos negócios dentro da concepção da economia verde.

Estabelecemos recentemente um protocolo com o Ministério Público no sentido de trabalhar a questão do mapeamento dos riscos dos produtos referentes às questões de saúde, de meio ambiente e de trabalho, a governança dele e o conceito de conformidade um pouco ampliado que é o que está nos mobilizando no sentido de uma adequada reforma da nossa instituição para podermos trabalhar melhor todas essas questões.

Agradeço a oportunidade, Senador João Pedro, e nos colocamos a disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Helinton Rocha, pela brilhante exposição.

Com a palavra o Marcelo Calazans que representa a Articulação Nacional de Agroecologia.

O SR. MARCELO CALAZANS – Bom dia, meus colegas da Mesa, e também os que estão no plenário nos acompanhando.

Primeiro gostaria de agradecer o convite. A Articulação Nacional de Agroecologia é uma articulação que reúne muitos movimentos do campesinato brasileiro, de várias federações e também confederações, sindicatos e organizações ambientais e organizações de extensão rural também.

Bem, eu creio que um primeiro ponto muito importante é diferenciar o que era o mundo em 1992 do que é o mundo em 2012. Não foram quaisquer vinte anos, foram vinte anos de muitos processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos. Enormes transformações se sucederam nos últimos vinte anos e o cenário que tínhamos na Rio 92 é bastante diversos, diferente do que é o cenário em 2012. Bem, se formos partir dos três principais convenções debatidas na Rio 92, temos pouquíssimo avanço diante do que ali foi celebrado, do que ali foi acordado.

Na convenção do clima, temos COPs, dezenas de COPs, não dezenas, mas quase duas dezenas de COPs e pouquíssimo avanço em relação às urgentes e reais necessidades de corte nas emissões. Os países mais industrializados e também aqueles que tiveram a sua revolução industrial no período anterior, na segunda metade do XVIII, na primeira do XIX, ainda não cumpriram as suas metas de redução tal como se debatia desde a Rio 92, mais ainda a partir de Quioto, em 97, cinco anos depois. De lá para cá, COP atrás de COP, enterram-se os processos, as negociações. E mais do que isso, se avança radicalmente ainda à expectativa de extração e uso de mais petróleo, de mais carvão e de mais combustível fóssil. Esse é um quadro que constrói os ânimos, depois de vinte anos de Rio 92, os ânimos para Rio 2012 são bem distintos. Enquanto em 92 saíamos de uma década razoavelmente vitoriosa, na década de 80 acaba a ditadura militar, cai o muro de Berlim, e se inicia um novo ciclo de ascensão de movimentos sociais, de fortalecimento de processo democráticos e chegamos a 92, no início da década de 90, com fortes movimentos de pressão sobre os estados nacionais, com forte mobilização das sociedades civis em vários países, cobrando uma agenda ambiental, que até então não fazia parte do vocabulário do desenvolvimento, que até então não fazia parte da gramática e da sintaxe, da forma que se planejava e executava o desenvolvimento.

Também na convenção da biodiversidade pouquíssimos avanços e, mais do que isso, uma erosão radical, nos últimos vinte anos, do Banco Genético vegetal, animal, uma erosão da diversidade do Planeta. E também na própria convenção da desertificação. Não temos muito o que comemorar, uma ampliação de processo de desertificação em várias regiões do Planeta, inclusive aqui no nosso País.

São vinte anos que trazem um novo cenário. Se na Eco 92 tínhamos 180 chefes de Estados e processos paralelos aos processos estatais, o fórum global da sociedade civil... Creio que as COPs, as conferência das partes que foram sendo realizadas desde então, vieram diminuindo um pouco a própria expectativa de

que as convenções de fato vão chegar a produzir resultados. Creio que boa parte da economia verde... O debate da economia verde não se dava ainda propriamente em 1992, pois a palavra central do vocabulário era sustentabilidade. Então, creio que boa parte da chamada economia verde vem de alguma forma como uma frustração diante da incapacidade dos Estados e do Planeta em, de fato, pensar nos cortes radicais necessários nas emissões, no caso da convenção do clima, que não vieram sendo feitos. Ao contrário, a exploração de petróleo se expande, vai a regiões cada vez mais arriscadas, três mil, quatro mil, sete mil metros de profundidade, e ela desenvolve tecnologias para se explorar petróleos cada vez mais grosso, cada vez que exige mais refinamento e, claro, mais riscos ambientais também.

Bem, creio que boa parte da economia verde, esse é um ponto que a Articulação Nacional de Agroecologia vem debatendo, infelizmente, não aponta para a transição de um modelo produtivo ou de um novo modelo de sociedade pós-carbônica, pós-devastação ambiental dos últimos vinte, trinta, até cento e cinquenta anos, se contarmos desde a revolução industrial, até mais do que isso.

Ao contrário, a economia verde tem se mostrado um nicho de mercado justamente para setores que foram responsáveis por grandes níveis de degradação e por grandes, inclusive, catástrofes ambientais. Por trás da economia verde também tem o discurso, por exemplo, da energia nuclear; por trás da economia verde vem também uma série de outras expectativa de crescimento de setores, como, por exemplo, dos grandes monocultivos em larga escala, quando associamos a larga escala, o ciclo curto e uma espécie só, como por exemplo, nos grandes monocultivo de eucalipto, área que eu tenho acompanhado com mais proximidade.

Bem, o que garante a estabilidade de um sistema desse? Haja química, haja agrotóxico, haja economia não verde para garantir aquilo que se auto define ou que quer se apresentar ao conjunto da sociedade brasileira e mundial como uma alternativa para a crise do clima. Então quem seria contra plantar árvores? Quem seria contra plantar florestas? É difícil encontrar o contraditório num discurso desse, mas não estamos falando de florestas, não estamos falando em plantações de espécies nativas em larga escala, ao contrário, estamos desconstruindo o Código Florestal, estamos desconstruindo processos que estavam razoavelmente, ainda que não cumprido, mas garantia uma regulação do Estado.

Estamos falando agora de MDLs, de mecanismos de desenvolvimento limpo ou de red e de outros mecanismos, que, certamente, estão aí no mercado de carbono, mas são mecanismo que tiram o foco do debate do clima. Se o debate do clima, o central, neste momento, é a redução radical das emissões, principalmente concentradas nos países do anexo um, quer dizer, ao propormos que as reduções não sejam feitas, que as reduções podem ser compensadas em outro País, em outro território, ao mesmo tempo abrimos espaços para mais uma expansão da economia do carbono, da economia petroleira, da economia das petroquímicas.

Bem, nós, da Articulação Nacional de Agroecologia não cremos que um sistema que necessite de agrotóxico, de um sistema agrícola, como o que predomina, que tem predominado em vastas extensões do campo brasileiro, que necessita de enormes quantidades de agrotóxicos para se manter estável, que isso possa gerar uma economia verde.

Não acreditamos que o avanço da soja nem com o tecnologias, que garantam, talvez, menos emissões de carbono; bem, esse sistema em larga escala de uma única espécie e de ciclo curto, como no caso do eucalipto, eles poderiam ser verdes. Como serem verdes se a sua estabilidade depende de uma estabilização química do sistema agrícola? Então, na agroecologia temos muito contraexemplos a esses modelos. Sistemas agro-florestais, sistema orgânicos, sistema da agricultura familiar, sistema da agricultura camponesa, de uma agricultura que foi massacrada pela revolução verde, que foi tida como uma agricultura arcaica, que não fazia parte do mundo moderno e do mundo tecnológicos, mas uma agricultura que soube conservar os biomas, até, talvez, a data da grande expansão da revolução verde no Brasil.

Se formos pegar os biomas, a mata atlântica, a caatinga, o cerrado, a Amazônia, antes do advento da revolução verde existia, ali se produzia alimento, se fazia extrativismo, numa escala pequena. As cidades não eram como são hoje, mas se tinha agricultura, se tinha segurança alimentar. Então a celebração da revolução verde como o maior advento do campo brasileiro, deve ser pensada, por um lado se ela aumenta a escala dos plantios, ela aumenta a quantidade de veneno nas nossas mesas. Se ela aumenta a escala dos plantios, ela não está muito centrada nos produtos da segurança alimentar, está centrada em commodities para exportação, para alimentar sistemas indústrias, sistemas produtivos e o consumo em outros países, principalmente nas sociedades do Norte.

Eu vejo o adjetivo verde sendo associado à siderurgia. Estão criando o discurso da siderurgia verde. Bem, como assim? Uma siderurgia verde se as siderurgias sempre foram cinza. Faz parte, é estrutural da siderurgia uma cor não verde. Por que está vinculada a expansão

dos grandes monocultivos de eucalipto químicos de rápido crescimento, seja porque na ponta final da cadeia produtiva da siderurgia encontramos mais expansão da indústria automobilística, consumo energético e menos transporte coletivos e menos outras formas energéticas que sustente o trânsito já caótico das nossas cidades.

Nós, da articulação nacional de agroecologia, pensamos que a economia verde só tem nexo e só tem fundamento se de fato ela apontar para uma transição do modelo de produção e consumo, se ela apontar para uma diminuição não apenas gradativa, mas intensa do uso dos combustíveis fósseis, se o Brasil cobrar do anexo um e do resto do mundo o seu compromisso com reduções radicais nas suas emissões, porque de fato não podemos ser nós no Brasil o sumidouro das emissões de carbono do primeiro mundo.

Quanto de eucalipto teremos de plantar? Quanto de soja para agrocombústiveis? Quanto de outras grandes monoculturas de curto ciclo, químicas, e em larga escala para sustentar um padrão de consumo no Norte ou também nas grandes cidades, nos centros de grande consumo aqui no Brasil? Quanto que teremos de plantar, sequestrar, fixar, um carbono emitido por um modelo que já se demonstra absolutamente insustentável para as gerações futuras do planeta.

Creio que é muito importante que o debate da economia verde não passe imediatamente para soluções que não atinjam processos de transformações estruturas dos modelos de produção e consumo.

Não adianta uma economia verde que emita licença para novas emissões de carbono, seja no Norte ou no Sul. Não adianta uma economia verde que prolongue por mais 20, 40 ou 50 anos a expansão do uso de combustíveis fósseis, ou seja, não nos interessa uma economia verde que sirva apenas como um elemento de sequestro e de compensação, também como elemento de financiamento dos mesmos setores que foram responsáveis por uma forte degradação dos biomas brasileiros e uma degradação da qualidade da diversidade de nosso banco genético.

Para nós, na Articulação Nacional de Agroecologia, é muito importante uma economia verde que faça justiça climática, justiça ambiental e que não venha como uma alternativa fantasma, uma alternativa para se manter os atuais níveis de emissão do modelo industrial e carbônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado ao Marcelo pela intervenção.

Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Sebastião Barbosa, que membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. ´

Dispõe de 20 minutos.

O SR. SEBASTIÃO BARBOSA – Senador João Pedro, queria agradecer ao senhor, cumprimentar e agradecer o convite feito a Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, para participar deste debate.

Estou fazendo isso em nome da Professora Helena Nader, a Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que na verdade me designou para nesse ato representar a SBPC.

Queria cumprimentar os demais membros da mesa, senhoras e senhores:

É uma satisfação para mim muito grande de estar aqui, Senador.

Não tivemos muitas oportunidades para nos apresentarmos, de meu currículo eu faço questão de enfatizar que sou filho de um agricultor sem terra. Depois tive a oportunidade de estudar agronomia, de trabalhar na Embrapa, de trabalhar nas Nações Unidas, mas os fundamentos de agricultura eu aprendi com o meu pai, desde a idade de 5 anos. Trabalhando para ajudar a sustentar a minha família.

Então, o que nós ouvimos hoje falar sobre agricultura é um pouco diferente do que estava acostumado.

Meu pai produzia alimentos para a família, para complementar a renda da família, tinha um carinho todo especial pela meio-ambiente.

Então, pelo fato de fazer agricultura ele não estava poluindo o meio-ambiente.

É claro que ao longo desses 60 anos muita coisa mudou, mas acho que os princípios ecológicos são basicamente os mesmos e nós não podemos voltar aos 60 anos. É por isso que a agricultura de hoje é baseada em ciência e tecnologia.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que congrega os professores de universidades e os cientistas do Brasil, acho que a SBPC é um importante mecanismo para o empoderamento do povo brasileiro. Somente através de ciência é que nós poderemos realmente libertar o nosso povo da miséria e atingirmos aquele lugar que está reservado para a sociedade brasileira no futuro.

Foi mencionado aqui que o Brasil até tem tecnologia suficiente inclusive para levá-la para África.

Lembro-me que como coordenador de cooperação internacional da Embrapa, quando estávamos discutindo a transferência de tecnologia da Embrapa para a África, um funcionário da cooperação internacional da Embrapa chegou para mim e questionou dizendo: Olhe, nós temos a nossa própria África no Brasil, por que é que vamos nos preocupar com a África.

Então, lembro-me uma vez quando minha mãe, que era uma pessoa muito caridosa ajudando os mais pobres, mesmo sendo muito pobre, alguém perguntava para ela porque é que ela fazia, então, ela dizia:

ninguém é tão pobre que não pode ajudar quem seja mais pobre.

Então, foi isso que respondi para ele. Olhe nós temos a nossa África aqui, mas nós temos soluções para a nossa África.

A Embrapa, na parte de agricultura, desenvolveu essas soluções. Se elas não chegam ao agricultor são outros problemas, mas precisamos encarar essa situação e lutarmos para que toda a sociedade brasileira tenha acesso a tecnologia desenvolvida pela Embrapa.

Mas, então, neste ponto, quero concordar desde já, e vou terminar a minha exposição, com a ponderação feita pelo nosso representante, pelo Dr. Brito, representante da CNA. O sistema de extensão agrícola brasileiro está sucateado, apesar do esforço que foi mencionado pelo representante do Ministério da Agricultura para reequipá-lo. É o gargalo maior para o desenvolvimento do agrobrasileiro.

Eu preparei um roteiro da minha apresentação sobre economia verde e agropecuária. Há muitos outros aspectos. Se é verde, se não é verde, acho que não compete aqui discutir. Acho que essa iniciativa do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores, em se preparar para apresentar uma proposta à ECO Rio+20, é muito importante. E temos de parabenizar o Presidente desta Comissão e o Senado Brasileiro, o Governo Brasileiro, por essa iniciativa. Acho que é mais uma oportunidade que nós não podemos perder.

Eu gostaria de começar com um pensamento do ecologista Lesser Brown. No último livro dele *O mundo à beira do abismo*, ele diz que "hoje à noite virão duzentos mil novos moradores para jantar que não estavam aqui ontem. Muitos não terão nada para comer." Quer dizer, é o crescimento da população. A cada dia, nós temos duzentas mil novas bocas serem alimentadas. Em pouco tempo, nós teremos oito bilhões. E as Nações Unidas calculam que oitocentos milhões de pessoas passam fome.

E nós assumimos compromissos Na COP15, o Governo Brasileiro divulgou o compromisso de redução das emissões até 2020, entre 36,1 e 38,9. São muito precisos esses dados, deixando de emitir um bilhão de toneladas de CO^2. Então, a gente não pode simplesmente ir para as reuniões, para as convenções internacionais, e assumir compromisso. Temos de arregaçar as mangas e cumprir, pelo menos em parte, o que a gente assumiu de compromisso.

Eu gostaria aqui de passar algum tempo revisando algumas tecnologias que já foram mencionadas aqui antes, que existem, estão disponíveis, e foram desenvolvidas pela Ciência Brasileira, pela Embrapa, pelas universidades, pelos institutos estaduais de pesquisa; inclusive com contribuição de outros países com os quais trabalhamos para o desenvolvimento dessa tecnologia.

Aqui foi mencionado o aspecto de recuperação de pastagens degradadas. São pastagens que hoje não são mais utilizadas como pastagens, porque estão erodidas, estão cheias de cupins, e não suportam mais uma quantidade de gado suficiente para se tornar econômica. Há estimativas de que nós temos, o Brasil, duzentos milhões de hectares de pastagens degradadas. Isso é quase um quarto do território brasileiro. A Embrapa e outros institutos desenvolveram tecnologia para a recuperação de solos degradados.

Hoje existe um conceito de integração de lavoura, pecuária e florestas. E o fundo dessa apresentação minha é exatamente a rotação de cultivos contra o aspecto de mono cultivos. Isso, na verdade, aumenta a base ecológica e aumenta a possibilidade dos inimigos naturais das pragas, de que essa sequência de hospedeiros favoreça as condições do solo, as condições do meio ambiente e que na verdade, levem à estabilidade do sistema.

Outra coisa que nós poderíamos fazer muito como solução para o desenvolvimento da agricultura numa economia verde é a ampliação de áreas de plantio direto. Nós últimos trinta anos, o Brasil está desenvolvendo o plantio direto. Hoje, o Brasil é o terceiro país com mais área em plantio direto no mundo. Primeiro, os Estados Unidos; segundo, a Argentina; e terceiro, o Brasil. São 23 milhões de hectares de plantio direto. Plantio direto quer dizer que o trator e o arado não vão lá e rompem a terra; não expõem o solo às águas de chuva, à erosão. Com isso, não há lavagem de terra das áreas agrícolas. Então, os rios não são assoreados, e essa terra não vai para os lagos, para os rios, e, eventualmente, para o mar, levando terra, levando nutrientes, diminuindo a absorção de água e uma série de coisas.

Então, essa ampliação de áreas de plantio direto talvez seja um dos mecanismos mais importantes para o Brasil, cada vez mais, desenvolver uma agricultura mais autossustentável, mais dinâmica, mas também mais sustentável.

A fixação biológica de nitrogênio. Sabemos que 80% dos gases da estratosfera e da atmosfera são constituídos de nitrogênio, mas os animais e as plantas não conseguem absorver diretamente.

Existem microorganismos que conseguem absorver esse nitrogênio do ar e, em simbiose com as plantas, colocar esse nitrogênio disponível para as plantas. Uma pesquisadora brasileira de renome mundial chamada Johanna Döbereiner foi responsável pelo desenvolvimento dessa tecnologia no Brasil. Hoje, toda a soja plantada no Brasil é plantada sem aplicação de

fertilizante nitrogenado. Isso dá uma economia de mais de US$2bilhões por ano ao Brasil, o que pagaria todo o investimento feito na Embrapa, ano após ano, e feito nas universidades brasileiras.

Então, é uma tecnologia que está disponível. Inclusive hoje as universidades estão trabalhando a mesma alternativa para a cana-de-açúcar e para outras gramíneas, como milho, etc, que hoje utilizam uma grande quantidade de nitrogênio, de fertilizantes a base de nitrogênio, que, além de caros, poluem o meio ambiente, poluem os lençóis de água e causam problemas para a vida do solo, e, além do mais, encarecem os produtos. Então, há possibilidade de que, no futuro, inclusive as gramíneas possam se livrar da necessidade da aplicação de fertilizantes nitrogenados.

Outro aspecto é o manejo integrado de pragas. Ninguém deveria utilizar defensivo apenas pelo desejo de poluir, pelo desejo de utilizar. É utilizado porque existe uma praga. Não estou aqui para fazer apologia do uso de defensivos. Mas me lembro de meu pai chegar em casa com a calça barreada até o joelho de capinar o tempo todo. Pela área de cultivo no Brasil, se fôssemos fazer isso tudo manualmente, toda a população brasileira teria de ir para o campo com uma enxada para capinar, para produzirmos a quantidade de alimentos que produzimos hoje. Então, não é por isso que tenhamos de utilizar os defensivos de maneira pouco inteligente, de maneira irresponsável.

O manejo integrado de pragas é exatamente um conceito e uma prática, de acordo com a qual os defensivos somente – alguns deles - deveriam ser utilizados quando outras ações de controle biológico, de controle mecânico, de controle físico, não viessem a funcionar. Não poderiam ser utilizados de maneira preventiva, mas apenas para controlar uma população de pragas existentes.

É claro que, em muitos ambientes, esse manejo integrado de pragas é muito teórico. O importante é arregaçar as mangas e fazer isso funcionar, trabalhar com os agricultores, para que isso seja possível. Então, não é somente para proteger o meio ambiente, a saúde do agricultor, a saúde da família do agricultor, a saúde do consumidor, é também para proteger o próprio bolso do agricultor, porque esses defensivos custam muito caro. E, através de manejo integrado de pragas, nós podemos reduzir a utilização de defensivos na agricultura.

O manejo integrado de nutrientes. É o mesmo conceito. Ás vezes há uso exagerado de fertilizantes.

E manejo racional de água. Setenta por cento da água utilizada na agricultura brasileira é utilizada em irrigação. Então há necessidade de um uso mais racional da água, porque, se hoje é um bem muito comum no Brasil em grande quantidade, no futuro, poderá faltar em algumas áreas.

É a conclusão.

Para isso, já foi dito aqui pelos que me antecederam, é preciso haver ensino sobre esses conceitos em todos os níveis, nas escolas primárias, na escola secundária e, principalmente, nas escolas médias e nas escolas de nível superior. Na parte de pesquisa, não podemos pensar que chegamos, atingimos já um nível de maioridade. A pesquisa é um processo mecânico a que sempre temos que estar dando atenção.

E a extensão agrícola? Como já falamos, a situação em que está o serviço de extensão no Brasil precisa urgentemente de atenção.

Então eu acho que o Brasil está em condições de participar de uma maneira muito proativa na Rio+20. Agora, precisa rever as situações e realmente avaliar a sua capacidade e o que a ciência já contribuiu para o desenvolvimento dessa tecnologia de produção no Brasil.

Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado Doutor Sebastião Barbosa pela contribuição.

Eu quero primeiro dizer da nossa alegria de ter as contribuições todas aqui das instituições que estão participando desta 3ª Reunião da nossa Subcomissão Rio+20. Foram todas contribuições com muita densidade

Nós vamos prosseguir. A idéia é trabalhar até setembro. Nós vamos promover algumas diligências fora do Senado. Vamos ao Nordeste para ouvir os biomas, as experiências do nordeste brasileiro. Vamos à Amazônia, vamos a Manaus, fazer uma diligência para também interagir e ouvir as experiências lá na região de florestas. Vamos ao Mato Grosso também para interagir, discutir, dentro de outro território, dentro de outro bioma. E eu gostaria de perguntar aos participantes se alguém deseja complementar, fazer alguma outra observação, enfim. Os microfones estão à disposição. *(Pausa.)*

Gostaria de falar Paulo? *(Pausa.)*

V. Sª tem a palavra.

O SR. PAULO GUILHERME CABRAL – Eu agradeço este momento a mais para a gente poder complementar um pouco a fala e também reforçar o que os demais palestrantes aqui abordaram.

Eu gostaria aqui, na fala do Helinton, de reforçar essa questão da necessidade do apoio, da organização dos produtores, porque tudo isso que nós estamos falando de mudança do modelo produtivo requer de fato uma atuação ativa, efetiva por parte dos produtores.

Se eles não estiverem de fato organizados nas suas associações, nas suas cooperativas, nos seus movimentos sociais, pouco avanços nós teremos ou muita dificuldade vamos continuar tendo para a mudança desse modelo produtivo. Então esse é um aspecto que cabe ao MAPA, cabe ao MDA também estar apoiando e, é claro, aos próprios produtores terem essa iniciativa de se organizarem e atuarem de forma mais efetiva.

Gostaria também, ainda destacando algumas ações que estão ao cargo do Ministério do Meio Ambiente no processo mais de coordenação, de citar o zoneamento agroecológico, que é de fato uma ação muito importante. O ZEE, o Zoneamento Ecológico Econômico, está avançando na maioria dos Estados brasileiros e é uma forma também de a sociedade estar protegendo, estar definindo, quais seriam as áreas apropriadas para a expansão. Certamente nós não podemos continuar tendo uma política desregrada, uma ação desordenada de ocupação do território brasileiro, tanto para aquelas regiões que já são tradicionalmente ocupadas, que ainda requerem algum disciplinamento, como teve recentemente em relação ao zoneamento agroecológico da cana, especialmente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste do País, como também para áreas hoje de maior pressão para a expansão da agricultura e da pecuária, especialmente no cerrado e na região amazônica. A sociedade brasileira então tem à sua disposição alguns critérios técnicos para poder disciplinar o uso dessas áreas.

Essa então é uma ação que nós deveríamos recomendar, apontar para a Rio+20 como uma ação, especialmente no caso dos países da agricultura tropical, de grande valia, de grande importância.

Outras questões também que foram apontadas pelos antecessores aqui desta última fala, por exemplo, a questão do pagamento por serviços ambientais.

Tramitam no Congresso brasileiro vários projetos de iniciativa tanto dos parlamentares como também do Poder Executivo para disciplinar, criar um normativo para que a sociedade possa dispor dos seus recursos, para fazer justiça à exclusão de áreas com interesse ambiental, interesse ecológico. Os produtores deveriam então serem compensados, de alguma forma, por essa destinação. Visto que essas áreas prestam serviços ambientais, os produtores deveriam, de fato, ser remunerados por esse tipo de serviço, de destinação das suas áreas. Então, acreditamos que essa, de fato, será uma ação muito importante em que o Congresso está trabalhando e que vem de fato ao encontro desse objetivo, dessa economia verde, que estamos aqui neste momento discutindo.

E, por fim, como o Rodrigo também já estava mencionando, nós estamos implementando um programa criado por decreto do Presidente Lula, o Programa Mais Ambiente, que visa exatamente coordenar um conjunto de políticas públicas para que os produtores, os beneficiários especiais, que são os agricultores familiares e os demais produtores, possam ser apoiados para recompor as suas áreas, especialmente de reserva legal e de APP. É uma recuperação em que, principalmente, a intenção é que seja feita com espécies nativas, reconstituindo o mais próximo esses ambientes, e que eles também possam incorporar receita, ou seja, que seja ampliada a receita desses produtores com essas atividades.

A nossa maior esperança é que o Senado conduza, de forma adequada, e nós temos certeza que isso vai acontecer, a discussão que haverá agora do código Florestal para que de fato sobre algumas áreas para que a gente possa apoiar nessa recuperação, que o Mais Ambiente de fato tenha resultado nessa ação.

É isso Senador.

Obrigado por esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado Paulo.

Só para confirmar um número. Doutor Sebastião, o senhor disse que são duzentos milhões de hectares de terras degradadas por pastagens? É esse o número? *(Pausa.)*

Obrigado.

Alguém, mais? *(Pausa.)*

V. Exª tem a palavra.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Senador João Pedro, praticamente as nossas posições em relação ao produtor, aos Ministérios, à Ciência, ao lado ecológico e à sustentabilidade têm que estar pautadas numa razoabilidade científica. A questão econômica também é muito importante. Nós temos discutido a integração lavoura/pecuária/floresta, só que onde nós esbarramos? Nos aspectos de como vamos fazer certos programas, por exemplo, a integração lavoura/pecuária/floresta de maneira ampla sem estruturarmos previamente condições de uma cadeia produtiva. Imagine se todo produtor conseguisse, numa região, vamos dizer, em que só houvesse agricultura, ter também vacas na sua propriedade e produzir florestas também? Teria que ter uma indústria de base para receber isso, não é? Então, a adequação da cadeia produtiva.

Foi colocado ali, pela representante da agroecologia, Marcelo, a questão da... Você tocou em vários aspectos da questão das insatisfações que geraram a mudança das terminologias, ou seja, certas palavras, como sustentabilidade 92; hoje, estamos falando de economia verde. E, justamente, talvez, porque, em momentos anteriores, quando se tocou o alarme de que precisaríamos repensar os modelos de produção,

decorreu um período, e essas adequações não aconteceram. E não aconteceram, exatamente, muitas delas, por questões econômicas, ou seja, se não mostrarmos para o produtor que a adequação dele trará benefícios a ele, como bem foi colocada a questão do manejo integrado de pragas, no sentido de que o reflexo é no bolso, inclusive, o produtor que entender isso vai se preocupar em fazer melhor também. Não quer dizer que tudo dê lucro. Existem ônus e bônus na atividade.

Eu só queria aqui ponderar a questão da área da pecuária. Segundo o último censo, temos em torno de 170 e 180 milhões de hectares da área total utilizada para a pecuária brasileira, que, hoje, tem um rebanho em torno de 200 milhões de cabeças de gado. Vejam que os Estados Unidos utilizam um sistema intensivo de produção de carne. Eles têm praticamente muito mais rebanho do que nós, mas utilizam 1/3 de área, mas, em relação ao custo de produção, é um outro sistema de produção em confinamento. Desses 170 milhões, a discussão é a de que, de 70 a 100 milhões – não se chegou a um consenso quanto a esse número – são áreas degradadas, subutilizadas, desocupadas, ou seja, na verdade, produção de excelência nós teríamos, mais ou menos, em torno de 70 a 80 milhões de hectares. E se a gente pensar que toda a agricultura utiliza 60 milhões, mais 6 ou 7 milhões de reflorestamento, ou seja, toda a agricultura com essa área que está aí, subutilizada, degradada, poderíamos mais que dobrar a área de produção sem avançar sobre novas áreas; assim, evitando pressões sobre a floresta nativa. Então, resolveríamos essa questão. Só que para isso, é preciso tudo aquilo que foi falado aqui: assistência técnica rural, financiamentos. Ou seja, não vamos dar mais uma virada de página – em 30 anos nos transformamos num potencial gigante de produção de alimentos – sem ter estrutura física, operacional, financiamentos.

Precisamos ter o modelo do Brasil do futuro, que precisa ser construído, inclusive, com a ajuda desta Casa, nos instrumentos de fomento; todos aqueles previstos inclusive na Rio 92: ciência e tecnologia, pesquisa, fomento. Então, precisamos agrupar tudo isso, porque não vamos, do nada, virar uma nova página, até porque ela não foi virada assim, sem esforço.

Então, são essas as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pois não.

O SR. HELINTON ROCHA – Bom, complementando, parcialmente, o que a gente começa a alinhavar, temos um esforço muito importante no sentido de que boas práticas sejam, a cada dia, mais assumidas pelo produtor. E esse desafio é um desafio que estamos estudando em várias questões. Entre elas, a necessidade de revermos, e esta Casa é a Casa onde este debate pode se qualificar, no sentido de se saber qual é o papel do Estado e, principalmente, do Município, onde acontece efetivamente a produção, sobre a área rural, o que a gente chama de espaço *ruris*.

Essa questão de a gente ter... Principalmente depois da Constituição de 88, nós temos muitos deveres assumidos pelo poder municipal sobre a área urbana, mas a área rural sofre uma sofisticação de legislação, de normativos e de, enfim, um emaranhado de legislação que o homem rural não está preparado para acompanhar, não é?

O Ministério da Agricultura, por exemplo, tem 86 mil atos sobre o sistema agropecuário, seus insumos e agroindústria.

Nós precisamos de um processo de simplificação. Nós temos de saber que as coisas, para funcionar, têm de ser simples e que falsos atalhos são perigosos. Falsos atalhos podem ser uma legislação extremamente pretensiosa, mas sem as pernas para a execução, e as pernas para a execução começam pelo Município, começam pela redefinição do papel do Estado nesse processo e, principalmente, que a União também tenha os instrumentos necessários para apoiar os outros entes federativos no sentido dessa transformação.

Então, essas transformações não vão acontecer de uma hora para outra, e não vão acontecer apenas a penadas e a publicações.

Ela acontece com um envolvimento social muito profundo, muito profundo, e distante da realidade para nós e para o mundo todo. O mundo todo sofre dessa falta de pernas para isso. E os modelos precisam ser os melhores. Fazer bem-feito; fazer uma agricultura bem-feita é muito diferente de fazer malfeita.

Nós temos área, no Brasil, ocupadas há 150 anos que estão produtivas, não é? Como é a pecuária, por exemplo, no Pantanal; como é a agricultura na região de Ribeirão Preto, está certo? Com problemas? Todos com problemas, mas estão lá.

Outros modelos levaram à desertificação ou ao que a gente chama de degradado, no particípio, que a Embrapa diz de cerca de 40 milhões de hectares, que é uma área tremenda. Isso são 80 DFs. É uma área muito grande e é, com certeza, para nós, a principal fronteira agrícola que este País tem a ocupar, no aproveitamento da sociedade que já está organizada na produção rural, na logística que já existe nessas regiões, sem a necessidade de fazer grandes investimentos em energia, em transporte, em logística de armazenagem.

Então, essa região que está ocupada... É irracional nós avançarmos em outras regiões se ela ... Do ponto de vista econômico, que dirá do ponto de vista ambiental.

Então, é um grande esforço.

Eu cumprimento o Senado pela montagem da Comissão e pela valorização desse tema fundamental para as próximas décadas de gerações.

Obrigado.

(*Falha da gravacão*.)

O SR. MARCELO CALAZANS – *(Falha na gravação.)*

Por exemplo, a categoria de produtor é uma categoria muito vasta, exige uma metodologia que esmiúce, para dentro desse conceito de produtor, quem é produtor, quem produz, o que produz e como produz, porque, numa categoria vasta assim, se dilui o contraditório. O contraditório fica diluído.

Então, bem, todos produzem, todos querem um Planeta melhor, todos querem uma sustentabilidade. Bem, e onde está o contraditório? Como se não existissem, no campo, projetos em conflito: de um lado, projetos com grandes financiamentos do BNDES, com todo o aparato tecnológico das universidades, muitas vezes voltados para a expansão desse modelo agrícola, e, de outro lado, um modelo, também, que sobrevive e produz boa parte do alimento que também se consome na sociedade brasileira, e um modelo que também produz conhecimento, que também produz experiências, que também...

Os modelos científicos, da ciência ocidental, também levam em conta os experimentos dos próprios agricultores, não é? Não é um modelo criado em laboratório apenas, não é um modelo só matemático e físico-químico. São, também, modelos que se incorporam na cultura territorial e nos territórios onde eles são aplicados.

Bem, creio que é muito importante se esmiuçar esse conceito de produtor e também se pensar na questão das áreas degradadas. Qual é o conceito de degradada? Num território, depois de 40 anos de eucalipto, as áreas estão bem degradadas. Num território, depois de 30 e tantos anos de intenso uso de agrotóxicos, de maquinário, de compactação de solo, etc, as áreas também estão bem degradadas, não é? Nada mais difícil do que reconverter uma área depois de três ou quatro ciclos de eucalipto.

Tem experimentos, por exemplo, agroecológicos, hoje, tentando reconverter uma área de canavial, uma área de eucalipto. Então, é mais complexo, porque é árvore, deixa raízes.

É muito importante se levar em conta, no desenho do Estado e das políticas de Estado, os modelos, a diversidade de modelos agrícolas da sociedade brasileira e um convívio complexo, um convívio que, por um lado, retira, orienta as políticas públicas para os grandes projetos exportadores e, por outro lado, políticas que faltam para a agricultura familiar, para a agricultura camponesa, para a agricultura dos povos tradicionais, uma agricultura ainda bastante vigente nas realidades da Amazônia, do cerrado, mesmo da caatinga e em outras regiões.

Então, creio ser fundamental que o debate se aprofunde nessa categoria do campesinato brasileiro, numa categorização que mostre os diferentes projetos que têm se apresentado para o campo: quem tem empregado no campo; onde se emprega mais, onde se fixa o trabalhador no campo; quem, de fato, aponta para uma transição de modelo pós-agrotóxicos, para uma transição claro que lenta, gradual, mas uma transição que tem de ser feita; por outro lado, quem aposta nas crises climáticas e da biodiversidade, na desertificação, como mais um nicho de mercado e como mais um nicho de financiamento.

Eu acho que isso é algo que deve ser aprofundado nos futuros debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Dr. Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO BARBOSA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Já que todos falaram...

O SR. SEBASTIÃO BARBOSA – OK, é claro. Não posso perder a oportunidade. Muito obrigado.

Eu queria me referir ao que nos disse o representante do Ministério da Agricultura sobre o envolvimento das comunidades. Nós falamos muito que o governo tem responsabilidade de tudo, tem de fazer tudo. Eu acho que nós precisamos chamar à responsabilidade as comunidades, porque elas podem-se empoderar através do desenvolvimento agrícola.

Na verdade, a erradicação da miséria de que falamos tanto, eu acho que a agricultura pode ser o mecanismo, é um mecanismo muito importante.

Eu gostaria, aqui, de compartilhar com todos vocês uma experiência que tive quando trabalhava na FAO, em um projeto de treinamento de pequenos agricultores produtores de algodão do Nordeste do Brasil. Havia uma sessão de treinamento sobre escolas de campo, em que os agricultores aprendiam fazendo, para controlar o bicudo-do-algodoeiro, para produzir algodão, etc.

Nós chegamos ao ponto, lá, de treinamento dos agricultores, e os agricultores não compareceram. Então, perguntamos: “Por que os agricultores não estão

aqui?" "Não, ele vão vir. É porque estão distribuindo cesta básica na cidade. Então, eles foram para lá".

Então, nos convidaram para... Então, o Secretário Barcelos, do Ministério da Agricultura – isso há dez anos –, estava em cima de um caminhão, distribuindo as cestas básicas, com o pessoal da televisão entrevistando.

Veio um agricultor, o Sr. José da Silva, recebeu a cesta básica e a repórter perguntou ao Sr. José da Silva: "O senhor está satisfeito por receber essa cesta básica?" Ele disse: "Como não "havera" de estar? Minha família está passando fome, vem o governo e me dá uma cesta básica, é claro que eu estou satisfeito. Mas eu não gosto disso. Eu sou um homem trabalhador, eu tenho vergonha disso. Olhe as minhas mãos calejadas. Eu gostaria de plantar algodão para não depender de esmola do governo."

Então, os agricultores, por menores que sejam, por mais pobres que sejam, se organizados, são uma força muito importante para o desenvolvimento do setor rural e para o combate à miséria. Acho que precisamos de fazer um trabalho mais participativo com as comunidades e menos paternalismo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado. O eixo principal da Rio+20 trabalha não só a governança, mas a economia verde, na perspectiva da erradicação da pobreza. O Brasil diverso, o Brasil que hoje, por exemplo, chora, com muita vergonha, com muito pesar, o assassinato do José Cláudio e da sua esposa Maria do Espírito Santo, no sul do Pará, tem muita coisa positiva. Devemos condenar o assassinato brutal de pessoas que defendem a floresta. Por que essas pessoas morreram? Um casal – um pai e uma mãe – foi assassinado porque defendia a floresta. Vimos um ato como este em Mato Grosso, imagens dramáticas da derrubada brutal e irresponsável da floresta. Mas, se tem esse lado duro, temos experiências ricas.

Há poucos dias, estive no Município de Manacapuru, no Amazonas, uma região de várzea. Fui a convite do Incra para ver as casas que eles estavam construindo no meio da floresta, com madeira certificada, casas com banheiro, com reservatório de água, para uma comunidade de 80 famílias. Comecei a andar pelos terrenos, ninguém tinha terreno individual, era uma área coletiva, uma experiência rica. E sem assistência técnica, apenas os saberes agroflorestais acumulados daquelas famílias tradicionais. Havia açaí, goiaba, mamão, criação de abelhas. Eu disse: meu Deus do Céu, que felicidade! O foco da produção era a fruticultura, mas tinha madeira. Uma experiência rica e sem a presença das Ateis, aqui colocadas como necessárias, da assistência técnica, da tecnologia, lá na ponta, para garantir a qualidade de vida, a renda. É muito exitoso.

Acho que são essas contribuições que o Senado pode oferecer como proposta no final do nosso objetivo nesta Subcomissão de fazer com que essas experiências possam reafirmar a liderança do Brasil, a responsabilidade do Brasil internacional e nacionalmente para um evento que é de grande responsabilidade para o mundo.

Vocês estão contribuindo com essa pretensão da Subcomissão de, em setembro, sistematizarmos proposituras que possam reafirmar o compromisso de um Brasil com a vida, com a democracia e com o nosso Planeta.

Quero agradecer a todos e encerrar a nossa audiência pública. Muito obrigado a todos e a todas que estão aqui assistindo à nossa audiência pública. Obrigado a nossa Assessoria, enfim a todos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 3 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 06 DE JUNHO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos dia seis de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Ataídes Oliveira e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 63, de 2011 - CDH, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/05/11, com a finalidade de discutir o **"Teste do Pezinho"** – seus avanços e análise das possibilidades de aprimorar a aplicação. Convidados: José Alcides Marton Silva, Presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional; Médica Pediatra Paula Regla Vargas, Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal - SBTN; Dr. Marcos José Burle de Aguiar, Vice-Diretor do Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG - NUPAD; Professora Ana Maria Martins, Universidade Federal de São Paulo; Fernando Gomide,

Representante da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário de Atenção à Saúde – MS. Às nove horas e quinze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Gleisi Hoffmann. A Senhora Presidente franqueia a palavra para diversas pessoas presentes no plenário da Comissão. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Gleisi Hoffmann, Marinor Brito e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, doze horas e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares,** a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou pedir a todos que se sentem, que, em seguida, vamos iniciar nossa audiência pública, que será presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann, conforme já combinado.

Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Participação Legislativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada.

Audiência pública. Nos termos do Requerimento nº 63, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, deste Senador e de outros Senadores e Senadoras, foi aprovado o respectivo requerimento no dia 19/05/2011, com a finalidade de discutir o Teste do Pezinho – seus avanços, análise das possibilidades de aprimorar a aplicação.

Só vou ler o nome dos convidados, depois a Senadora vai formatar a Mesa.

Foram convidados para esse evento o Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário de Atenção à Saúde, em representação ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; também a médica pediatra Paula Regla Vargas, Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal; o Sr. Marcos José Burle de Aguiar, Vice-Diretor do Nupad, Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG; o Sr. José Alcides Marton Silva, Presidente da Fundação Ecumênica de Apoio ao Excepcional; Professora Ana Maria Martins, da Universidade Federal de São Paulo; e Fernando Gomide, Representante da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico.

Peço desculpas a todos. Eu já havia combinado com a Senadora Gleisi Hoffemann que ela iria presidir esta reunião, porque eu vou coordenar outro trabalho no dia de hoje, compromisso que eu havia assumido há muito tempo. Então, passo a Presidência à nossa querida Senadora. Peço uma salva de palmas pelo trabalho brilhante que ela vem fazendo não só em relação a esse tema, mas em todo Congresso Nacional.

Senadora, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – É um prazer estar presidindo esta reunião. Queria agradecer muitíssimo ao Senador Paim pela compreensão, pelo apoio e por ter nos ajudado a formatar esta audiência pública no dia de hoje.

Quero convidar para fazer parte da Mesa a Senadora Ana Amélia, para me acompanhar aqui nos trabalhos, nossa Senadora do Rio Grande do Sul, que tem sido uma companheira grande em todos os temas de relevância desta Casa e muito atuante, que muito nos orgulha.

Tive contato com o Teste do Pezinho e também com a área de pessoas com deficiência por meio do José Alcides, que nós chamamos carinhosamente de Zé Alcides, grande companheiro lá do Paraná, com quem temos contato há muito tempo, que começou a aprender várias coisas, a conhecer os problemas e as soluções adotadas. Ele é um entusiasta do Teste do Pezinho. Uma pessoa que luta muito lá, que batalhou muito para fazer a correção dos valores no Ministério. Sabemos que ainda temos muito a avançar. Mas queria te homenagear com muito carinho, Zé, porque você é um orgulho muito grande para nós.

Hoje é dia 6 de junho, o Dia Nacional do Teste do Pezinho. Essa data foi assim consignada por iniciativa do nosso ex-Senador Flávio Arns, também paranaense, também militante da causa.

O Teste do Pezinho, na verdade, é o nome popular para a triagem neonatal. O teste é feito a partir de gotas de sangue colhidas do calcanhar do recém-nascido. Em sua versão mais simples, o Teste do Pezinho foi introduzido no Brasil na década de setenta para identificar duas doenças, chamadas pelos especialistas de anomalias congênitas, porque se apresentam no nascimento: a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito. Ambas, se não tratadas a tempo, podem levar à deficiência mental.

A identificação precoce de qualquer dessas doenças permite evitar o aparecimento dos sintomas por meio do tratamento apropriado. Por isso, recomendo a realização do teste imediatamente entre o terceiro e o sétimo dia de vida do bebe.

Em 1992, o teste se tornou obrigatório em todo o País, por meio de lei federal.

Em 2001, o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Triagem Neonatal, com o objetivo de

atender a todos os recém-natos em território brasileiro. Hoje já existe uma versão ampliada, que permite identificar mais de 30 doenças antes que seus sintomas se manifestem.

Estamos juntos exatamente no Dia Nacional do Teste do Pezinho para que possamos debater a evolução do teste nesses anos, as dificuldades e os desafios que ainda temos que superar, bem como a conveniência e a viabilidade de ampliarmos o teste neonatal na rede pública de saúde. Para tanto, com satisfação, anuncio os debatedores convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que, tenho certeza, irão nos ajudar muito no debate desse tema hoje aqui, porque têm grande conhecimento sobre o assunto.

Primeiro gostaria de convidar à Mesa o Sr. José Alcides Marton da Silva, Presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, serviço de referência em triagem neonatal do Paraná. *(Pausa.)*

Gostaria de chamar também a Drª Paula Regla Vargas, médica e Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal; o Dr. Marcos José Burle de Aguiar, Vice-Diretor do Nupad, Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG.

Nós tínhamos acertado aqui uma ordem de fala, em que o Zé Alcides abriria os trabalhos situando um pouco esse momento; depois, nós passaríamos para a Drª Paula; em terceiro, para o Dr. Marcos; teríamos, em quarto, a Drª Ana Maria; em quinto, o Dr. Fernando Gomide e, para encerrar, o Dr. Helvécio Miranda. Não sei se o secretário já está aqui. Mas já está chegando.

Mas eu queria perguntar se a gente já abre e depois refaz a Mesa com os próximos três participantes para não ficar... Pode ser?

Então passo a palavra ao José Alcides. Estamos estipulando um prazo de 15 minutos. Se for necessário mais tempo, a gente prorroga, para que todos possam fazer sua exposição, e nós abrirmos para debate.

Chegou o Secretário Helvécio Miranda Magalhães Júnior. Eu o convido a participar da Mesa. Vamos colocar uma cadeira para o Secretário. Acho que é importante ele... Por favor, Secretário.

Seis pessoas vão falar aqui, e nós estávamos avaliando que o senhor poderia encerrar essa fala com a sua apresentação e com um apanhado. Então nós vamos iniciar com o José Alcides Marton, que é lá do Paraná, Presidente da Fepe.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON SILVA – Bom-dia a todos. Cara amiga, Senador Gleise Hoffmann, ao cumprimentá-la, cumprimento a todos. Como o tempo é bastante curto, eu quero ser bem sintético.

Não sou médico, não sou técnico na área. Até hoje, na chamada do Senado, está dizendo que os técnicos iriam discutir. Que bom, porque temos a Drª Paula Vargas, Drª Ana Maria, Dr. Márcio, que poderão falar bem sobre as doenças. Eu às vezes engasgo até com o nome das doenças.

Há quinzes anos, estamos à frente da instituição Fundação Ecumênica, do Paraná, que realiza a triagem neonatal, a primeira a ser credenciada pela Portaria 822, de 2001. Tenho um filho com uma deficiência rara, que é a Síndrome de Smith-Lemli-Opitz, um defeito no braço longo do dehidrocolesterol – isso eu decorei, não sei direito o que é, mas decorei – que causa deficiência mental.

A gente já sabe que essa doença do meu filho Gustavo, que foi descoberta em 1996/97, hoje, 15 anos depois, também já pode ser diagnosticada por meio de uma gota de sangue seca num papel de filtro. Isso nos anima.

Eu tenho como grande modelo da minha atuação o Dr. Justino Alves Pereira, que já foi secretário do Ministério da Saúde. Tem uma história muito grande das pessoas com deficiência no Brasil todo. Foi o criador da Federação Nacional da Apaes, o primeiro Presidente se não me engano. Ele disse: "Eu daria todo o dinheiro que tenho para que o meu filho deficiente fosse normal. Mas, como não é possível, eu daria muito mais para evitar que o filho de outros tenha deficiência". Isso a gente só consegue através do Teste do Pezinho.

Oxalá um dia a gente pudesse, invés de brigar pela inclusão, comemorar não ser mais necessário de atendimento especializado, que não houvesse mais deficientes. Mas a gente sabe que isso é impossível. Ao mesmo tempo, a gente sabe que, para algumas patologias, é muito possível se diagnosticar nos primeiros momentos de vida.

Fico muito contente de estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, primeiro, que é bem da minha área, porque eu represento o Teste do Pezinho no Conselho Nacional de Direito da Pessoa com Deficiência, Conade, que é ligado à Secretaria de Direitos Humanos, da Senadora Maria do Rosário, lá do rio Grande do Sul, a quem admiramos muito.

Por que a minha alegria de estar aqui? Porque nós já tivemos discussão sobre a fibrose cística, já tivemos audiência pública na Subcomissão de Saúde aqui do Senado. Mas é relevante estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos, porque eu acho que o Teste do Pezinho, me permita chamar assim a triagem neonatal porque é o mais conhecido, é para mim um dos primeiros direitos humanos da pessoa nasce em território brasileiro. Só que eu gostaria que esse direito fosse mais respeitado, mais ampliado.

A Senadora Gleisi Hoffmann já falou um pouco, no início, da triagem neonatal. Mas eu queria ressaltar, para as pessoas que não entendem, às vezes há alguns Senadores que não entendem direito, o porquê da maioria dos serviços brasileiros serem feitos pelas Apaes. A história começou com as Apaes. Por volta dos anos 60, houve um congresso na Argentina, do qual participou a Federação das Apaes do Brasil, que se reuniu e foi lá. Havia um tema que estava sendo discutido nesse congresso, em Buenos Aires, sobre as causas da excepcionalidade, como era chamado e como foi divulgado no Brasil. Participaram desse congresso o Dr. Benjamin, Dr..., algumas pessoas que nós consideramos os pais da triagem neonatal no Brasil.

As Apaes vieram muito entusiasmadas para fazer o teste da fralda, que detectava a fenilcetonúria através de um produto químico que reagia com o xixi do bebê, dependendo da cor obtida, diagnosticava-se ou suspeitava-se da fenilcetonúria.

Daí avançou. Entre 67/68, o Dr. Benjamin começou a pesquisar as causas da excepcionalidade, que não eram diagnosticadas pelo Teste do Pezinho, mas criando, lá em São Paulo, todo um trabalho nesse sentido. Em 1975, a Apae de São Paulo começou a fazer pesquisa para diagnosticar o hipotireoidismo congênito.

Embora o serviço de São Paulo seja considerado o primeiro, oficialmente, na Fundação Ecumênica, em Curitiba, foi anterior ainda, porque a nossa criação foi em 1974, lá no Paraná. Daí, até o SUS começar a pagar, ou seja, até que as instituições fossem investindo com recursos próprios, passando o chapéu, fazendo festa junina para fazer o Teste do Pezinho, para convencer o SUS que era importante, viável economicamente fazer o Teste do Pezinho foi de 74/75 até 1992, quando foi implantado em dezembro de 1991. O Roberto Carlos fazia aquele programa especial de Natal, acho que vocês conhecem. No dia de Natal, o dia inteiro de 25 de dezembro, Roberto Carlos ficava na Rede Globo fazendo estão o especial e lá, então, falou sobre o Teste do Pezinho. A partir de fevereiro do ano seguinte, o Ministério da Saúde passou a pagar os dois exames: o de fenilcetonúria e o de hipotireoidismo congênito.

De 1992 até 2001, mais um tanto para que se formulasse a Portaria 822, que criou então o Programa Nacional de Triagem Neonatal, que eu considero e todos nós consideramos um marco, porque daí, do Oiapoque ao Chuí, tinha a mesma regra.

Lembro-me bem que a intenção em 2001 era que... Acho que o Ministério da Saúde calculava que até o final de 2001 e início de 2002 todo o Brasil estaria fazendo o exame para as quatro doenças.

Qual a prova que tenho disso? Pela tabela do SUS, para o hipotireoidismo e a fibrose cística, pagava-se R$13,00 para se fazer a coleta e tudo mais. A partir da portaria, pelo exame dessas duas doenças, passou-se a pagar R$10,00 – R$5,00 por exame. De R$13,00 passou para R$10,00. Quando nós chiamos, o Ministro José Serra, na época, disse que era a única maneira de se financiar as quatro doenças; que já tinham feito o orçamento, calculado, e, para fazer o exame das quatro, só pagando esse preço. Ou seja, que nós teríamos que nos virar.

Ainda disse que o dinheiro que sobrasse de uma pesquisa fosse colocado em outra. Só que nesses anos todos, são dez anos que nós estamos comemorando hoje, o Ministério fez uma grande economia, porque todos os Estados brasileiros estão na fase I, fazendo só o exame de fenilcentonúria e hipotiroidismo com R$10,00, e não com R$13,00, e a maioria dos Estados ainda não estão credenciados na fase III, fazendo o teste da anemia falciforme e da fibrose cística.

Por isso, eu disse que precisamos avançar. Com toda sinceridade, Secretário Helvécio, eu vim hoje na esperança de que o Ministério da Saúde coloque data. Diga: "Olha, nos próximos seis meses, nós avançaremos tanto; em um ano, mais tanto, e vamos ver o que acontece". Por quê? Porque, infelizmente, hoje nós comemoramos dez anos, mas dez anos de estagnação. Nós avançamos tanto de 74/75 até 2001 e paramos. A gente sabe que esse avanço é mais do que necessário.

Uma das coisas que a gente está pedindo é a inclusão da deficiência de biotinidase no pacote do Teste do Pezinho. É uma doença que tem um custo muito baixo de pesquisa e menos ainda para o tratamento. E a gente não sabe por que ainda não foi incluída, porque ela tem uma incidência muito grande. O Estado do Paraná faz com recursos da Fundação Ecumênica, realiza o teste para deficiência de biotinidase. Só para vocês terem uma idéia: nós fazemos isso há 12 anos para o Estado todo. Nós temos 127 casos detectados. É mais ou menos 1 caso para cada 17.000 nascidos vivos. É uma doença que já nem considero mais rara – estava até falando antes de começarmos aqui –, mas uma doença comum.

Até digo que esse critério de raridade está colocado dentro dos padrões internacionais para se incluir uma doença na triagem neonatal. Mas eu até questiono isso, porque a doença só é rara quando acontece na casa dos outros; quando acontece na nossa casa, ela deixa de ser rara.

O caso da doença do meu filho é 1 caso para cada 300 mil nascidos vivos – 300 mil. Mas, lá em casa, é 1 caso para 3. Eu tenho três filhos, dos três, um deles tem. Então, a raridade deixou de ser, na minha casa pelo menos.

Mas veja bem, a Portaria 822 estabelece como meta "promover a detecção de doenças congênitas em fase pré-sintomática em todos os nascidos vivos, permitindo o tratamento precoce, consequentemente, diminuindo a morbidade, suas conseqüências e a morbidade gerada pelas doenças triadas". Esse é o objetivo da Portaria 822. O objetivo não é triar duas, três, quatro doenças.

Também, a exemplo do que fala lá na Lei 8.069, no seu art. 10º, § 3º, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: "Proceder o exame visando ao diagnóstico terapêutico de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientações aos pais". A única lei que obriga a dar à criança o direito do Teste do Pezinho é o Estatuto da Criança, e ela não diz "fazer exame para fenil e hipo", não. Então nós devíamos estar avançando.

Assim nós podemos afirmar com certeza que não existem limitações e, sim, abertura na lei, para que à medida que há avanço da ciência no tocante à investigação diagnóstica e o tratamento de doenças raras, esse avanço deve ser colocado a serviço da comunidade. Eu ainda digo que assim como triar uma patologia, triar uma doença e não tratar é inútil, descobrir formas de se detectar doenças e tratá-las e não oferecer isso à população também é inútil.

A gente fala muito em investir em ciência, mas nós temos que investir em ciência, tendo em vista o bem-estar das pessoas, tendo em vista os direitos humanos dos nossos filhos, dos nossos netos.

Então, nós estamos hoje pedindo – aí a reivindicação, Senadora – a inclusão de, pelo menos, imediatamente, duas doenças importantes que é a hiperplasia adrenal congênita e a deficiência de biotinidase.

Nós sabemos que existe inclusive, aqui no Senado Federal, um projeto de lei, pedindo que se faça o exame que eles chamam de expandido, ampliado, que a gente calcula ser no espectômetro de massa. A gente sabe que isso seria o ideal, mas seria, a meu ver, mais uma lei que não se cumpre, porque a tecnologia é muito cara e mão de obra especializada não existe. Para ter alguém que manuseasse o espectômetro de massa lá na Fundação Ecumênica nós tivemos que financiar a formação do profissional.

Então, isso é o que a gente vem pedindo. E por que isso? Porque... Eu gostaria só de dizer uma coisa: os critérios universalmente aceitos para determinar a triagem neonatal de uma doença. Depois, com certeza, a Drª Paula, a Drª Ana, o Dr. Marcos vão falar mais a respeito de outras doenças, principalmente com a experiência que eles têm em Minas Gerais na pesquisa da hiperplasia.

1º – A doença, para ser incluída no teste do pezinho, deve ser grave ou potencialmente grave, se não for tratada bem no início.

2º – A incidência da doença deve ser relativamente comum.

3º – Garantia de tratamento e acompanhamento para os neonatos afetados.

4º – Deve ser possível diferenciar o portador da doença que desenvolveu os sintomas por falta de tratamento daqueles que, pelo tratamento, não desenvolvem os sintomas, ou seja, deve ser possível comprovar a eficácia do tratamento.

Só para lembrar que, hoje, inclusive, veio conosco de Curitiba a Verônica, que teve o diagnóstico para fibrose cística aos vinte e três anos. Ela foi à Fundação Ecumênica e fez o exame do suor, que ninguém paga – o SUS não paga o exame do suor. Ela toma remédio que custa R$60 mil, e o exame que descobriu a doença dela não é pago. Gozado, não é?

A SRA. VERÔNICA – E salvou a minha vida, na verdade.

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON SILVA – E salvou a sua vida, porque ela ainda tem muitos problemas, principalmente por causa do avanço.

(Som da campainha.)

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON SILVA – Estou terminando.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Pode continuar. Isso aqui dispara sozinho.

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON SILVA – Continuando os critérios:

5º – Deve ser possível, então, reverter ou retardar ou atenuar os sintomas da doença.

6º – Deve haver significativa vantagem ao se iniciar o tratamento precocemente em relação ao tratamento iniciado com o diagnóstico feito quando do aparecimento dos primeiros sintomas.

7º – Garantia de que o tratamento seja realizado no tempo necessário, pois algumas doenças causam danos que não são possíveis de reversão.

Antes de começar a sessão, a Drª Paula estava conversando com a Senadora Ana Amélia e ressaltou que o Rio Grande do Sul não faz exame para fibrose cística, sendo um dos principais motivos a coleta retardada do exame. Se o sangue da criança é colhido depois da primeira semana, não é mais possível fazer o diagnóstico por meio do exame de sangue. Daí tem que ser direto no suor, e só com sintomas visíveis o médico pede o exame, mas, antes disso, fica tratando como pneumonia, como bronquite, como asma pela vida toda e assim por diante. Então, o tempo é fundamental na triagem neonatal.

8º – Devem existir recursos adequados de cuidados de saúde para diagnosticar e tratar todas as pessoas com achado positivo em um teste de triagem.

9º – O custo da triagem, do diagnóstico e do tratamento no estágio assintomático deve ser menor que os gastos dos tratamentos de casos cujos diagnósticos forem tardios.

10º – O teste deve ser acessível, confiável e válido.

A finalidade primária de um teste de triagem de um neonato deve ser identificar uma doença para a qual o tratamento pré-sintomático oferece maior tratamento.

Então, este é o nosso apelo, este é o nosso grande anseio: avançarmos para que possamos garantir maior qualidade de vida para os nossos bebês.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Muito bem.

Agradecemos, aqui, a contribuição do Sr. José Alcides Marton.

Passo a palavra, agora, para a Drª Paula Regla Vargas, que é médica e Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal.

A SRA. PAULA REGLA VARGAS – Bom-dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer à Senadora Gleisi e ao Senador Paulo Paim, que abriram este espaço exatamente nesta data comemorativa aos dez anos do Programa de Triagem Neonatal, que, como falou o José Alcides, é uma data-marco para nós que trabalhamos com triagem neonatal há muitos anos no Brasil.

Então, só para rever alguma coisa histórica, o Brasil, na verdade, está incluído no panorama da triagem neonatal mundial há muitos anos. Como o José Alcides disse, o Dr. Benjamin Schmidt, da Apae de São Paulo, foi quem fez os primeiros estudos pilotos para diagnóstico precoce de fenilcetonúria pela triagem neonatal. Isso é reconhecido como uma das iniciativas pioneiras na América Latina.

Para quem não sabe, em São Paulo, no Brasil, foi organizada a primeira reunião da Sociedade Internacional de Triagem Neonatal, o que nos causa muito orgulho, porque nós realmente participamos, desde o início, desde os primórdios, da triagem neonatal.

Porém, esse nosso início precoce, em 1976, não nos garantiu uma universalização da triagem neonatal no nosso País. Vocês sabem, como o José Alcides acabou de mencionar, que a triagem neonatal era um território de Apaes no início. Havia três ou quatro centros no Brasil que realizavam triagem neonatal, o que fez com que nós tivéssemos um trabalho um pouco fracionado e um pouco isolado, porque cada centro trabalhava de uma forma diferente, cada centro trabalhava de uma forma isolada, sem uma rotina e sem comunicação entre esses centros. Por isso, a gente perdeu bastante no caminho da triagem neonatal.

No ano de 1992, o Ministério da Saúde fez uma portaria dizendo que para o SUS triagem neonatal era o diagnóstico precoce de fenilcetonúria e hipotireoidismo congênito. E por que isso foi feito? Porque, em 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente, está escrito que é direito de todo recém-nascido brasileiro fazer um exame de diagnóstico neonatal. Só que isso estava um pouco vago, e as pessoas confundiam e faziam qualquer teste, como um teste metabólico, para triagem neonatal. Então, em 1992, o Ministério da Saúde definiu fenilcetonúria e hipotireoidismo congênito como sendo as doenças para triagem neonatal no Brasil. Só que isso foi feito de uma forma incompleta, porque, a partir do momento em que a gente fala que triagem neonatal é o diagnóstico de duas doenças, a gente está se esquecendo de tudo que vem por trás, que é a confirmação diagnóstica, o acompanhamento, o tratamento desses pacientes.

Então, no início do ano de 2001, o Ministério da Saúde formou um grupo que pretendia estudar a triagem neonatal no SUS, e a gente se deparou com uma realidade muito interessante. Aqui no Brasil nós pagávamos exames de triagem neonatal para fenilcetonúria e hipotireoidismo congênito, porém nós não sabíamos onde estavam esses pacientes.

O único dado que nós tínhamos no Ministério da Saúde era o número de exames pagos. Nós não sabíamos quem eram essas crianças, quem eram esses pacientes, onde eles estavam sendo tratados, qual era o destino final disso. Daí, nós, como técnicos que trabalhamos com triagem neonatal, concordamos plenamente com o José Alcides. Não adianta fazer diagnóstico precoce, triagem neonatal, e não saber para que isso serve, não saber se o paciente está sendo tratado e se a gente está atingindo a efetividade. Então, foi criado o Programa Nacional de Triagem Neonatal, cuja portaria foi lançada no dia 6 de junho de 2001 – hoje estamos comemorando os dez anos – e que realmente mudou muito a realidade brasileira.

Hoje, estou vindo falar em nome da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal. A Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal é uma sociedade que envolve técnicos que trabalham com triagem neonatal no Brasil. Ela foi criada antes do Programa, em 1999, e certamente, com o Programa de Triagem Neonatal, houve um avanço inclusive na nossa sociedade, porque a gente passou a ter mais sócios, a gente passou a fazer um trabalho mais consistente.

Como o José Alcides ressaltou também, o nosso Programa trabalha com doenças diferenciadas, porém

com fases diferenciadas. Talvez, nesta plenária, as pessoas que estão escutando não saibam – permito-me explicar – por que isso foi feito em fases.

Como havia Estados brasileiros que realmente nem sabiam o que era triagem neonatal e não trabalhavam com triagem neonatal, a gente optou por trabalhar de uma forma estagiada, digamos assim, em fases, para que as pessoas se adequassem. O nosso plano inicial era que houvesse, realmente, um avanço das fases e que todo recém-nascido brasileiro tivesse o direito à triagem neonatal de forma igualitária no Brasil para todas as doenças. Mas aí entram algumas questões que eu vou explanar a seguir.

Em termos de número, em termos de quantidade, o Programa Nacional de Triagem Neonatal é realmente um êxito. Ele é o maior programa de saúde pública em triagem neonatal no mundo.

Como Presidente da Sociedade de Triagem Neonatal, como uma pessoa que trabalha com triagem neonatal há anos, eu viajo para muitos lugares do mundo, e as pessoas ficam realmente impressionadas com os números do Brasil. Primeiro, porque nós somos um País com uma taxa de natalidade imensa: são mais de três milhões recém-nascidos por ano. Isso faz com que a gente tenha um programa imenso.

Pelo programa do SUS, o Programa Nacional de Triagem Neonatal, a gente está fazendo mais de 80% de cobertura, ou seja, em torno de três milhões de bebês brasileiros, a cada ano, fazem a triagem neonatal. Então, isso é um avanço enorme.

Outro avanço importante foi a criação dos serviços de referência em triagem neonatal no Brasil. Então, em cada Estado brasileiro existe um centro, existe um serviço que pode ser uma Apae, um hospital público, um centro universitário, onde esses pacientes fazem o diagnóstico, confirmam o diagnóstico, tratam a doença e são acompanhados por toda a sua vida. Isso ocorre não somente o paciente, mas com a sua família, porque ele passa por um processo de aconselhamento genético, além de ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar de médicos, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais para garantir a adesão ao tratamento, porque, na maioria, são doenças, pelo seu critério genético, que exigem acompanhamento para a vida inteira.

Como disse o José Alcides, quando o raro é na casa dos outros, é muito fácil. Quando o raro é na casa da gente, é mais difícil. Esses pacientes precisam de um suporte para coisas simples, como manter uma dieta, fazer um tratamento de custo baixo que precisa de adesão, fazer uma fisioterapia, ou seja, uma série de coisas. Então, o programa em si, em termos de números, é muito exitoso.

Há outro número que eu gosto de citar bastante e que me enche muito de orgulho de trabalhar nesse Programa Nacional de Triagem Neonatal. Desde que esse Programa foi criado, há dez anos, nós já localizamos e estamos acompanhando mais de 25 mil pacientes em todo o Brasil que eram meros desconhecidos há dez anos e que, hoje, têm nome, sobrenome, um registro num serviço de referência e são acompanhados de forma efetiva e global por toda a sua vida. Em relação a esse ponto, a gente pode realmente ficar muito orgulhoso, porque há números. Mas aí vamos pensar no outro lado da balança: na qualidade.

Vamos começar falando de coisas muito simples, como o tempo ideal da coleta da triagem neonatal. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, pela estatística ou pela evidência, onde parece que há uma maior prevalência de fibrose cística no País – um para cada 2.500 recém-nascidos –, nós ainda não estamos fazendo triagem para fibrose cística pelo motivo que é recorrente aqui no Brasil: coleta tardia da triagem neonatal.

O processo da triagem neonatal do diagnóstico permite-nos analisar alguns analitos com um certo tempo de vida. E o RT, que é o analito que a gente analisa para fibrose cística, pode negativar, a partir de três semanas de vida do bebê, mesmo ele sendo portador da fibrose cística, o que nos torna um tanto quanto irresponsáveis, se formos coletar tardiamente a triagem neonatal e não pudermos fazer o diagnóstico.

Então, aqui no Brasil, a gente precisa ainda avançar em coisas de qualidade. Por esse motivo, é importante o apoio do Senado, assim como o apoio do Ministério da Saúde e de todos os setores da sociedade civil ou técnica, para que a gente consiga realmente divulgar isto para o Brasil, falar da triagem neonatal, a fim de que as pessoas saibam da importância de levar o bebê para a coleta.

Outro critério importante de que a gente tem que falar quanto à questão da qualidade é exatamente o avanço das fases. Por quê? Como já foi citado, a maioria dos Estados ainda está em fase I. A gente precisa passar para a fase II, porque a anemia falciforme, as doenças falciformes são realmente um problema de saúde pública em algumas regiões brasileiras.

Já que eu citei a frequência da fibrose cística, a gente pode citar a freqüência da anemia falciforme, que, no Estado da Bahia, por exemplo, atinge um em cada seiscentos recém-nascidos. Um em cada seiscentos bebês baianos é portador de uma doença genética grave. Se houver a intervenção precoce, há uma evolução não de cura, mas de qualidade de vida e de prolongamento da vida muito grande.

Então, a gente começa a analisar o Programa de Triagem Neonatal e fica feliz porque nós estamos

chegando a dez anos de programa com mais de 25 mil pacientes, com mais de trinta milhões de brasileiros que passaram pelo Programa de Triagem Neonatal. Mas a gente realmente precisa unir forças das várias Casas, das várias instâncias, da sociedade civil organizada, da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal para que a gente possa avançar ainda mais nesse programa.

Acho que eu poderia dizer n outras coisas, porque, pelo tempo que eu trabalho com triagem neonatal, as histórias que eu tenho para contar são longas. Mas me permitam abreviar o meu tempo, porque há vários convidados com coisas importantes ainda para contar.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Queria agradecer à Drª Paula. Foi muito interessante, muito esclarecedora a sua exposição.

Também quero fazer uma saudação à Senadora Marinor, que está aqui nos acompanhando nesta audiência. Muito obrigada pela sua presença.

Nós passamos agora a palavra ao Dr. Marcos Aguiar, que é Vice-Coordenador do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico – Nupad –da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR – ... só enquanto eu coloco aqui o *slide*... Está aberto já.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann o convite para vir participar desta reunião numa data que certamente é extremamente importante para todos nós.

Quero agradecer também... Em nome dela, saúdo os demais membros desta Mesa e todos os senhores presentes nesta Comissão hoje.

Eu vou trazer um pouco da experiência de um programa de triagem neonatal que, na minha opinião, é exitoso.

Onde a gente coloca? Está bom. Ótimo. Aí fica bom.

O conceito de triagem neonatal, para nós que residimos em um Estado de mineração, é muito simples: deve-se identificar, entre os recém-nascidos aparentemente sadios, aqueles que têm ou irão provavelmente desenvolver uma doença e podem se beneficiar da detecção e intervenção precoces.

Na verdade, existem características das doenças para serem passíveis de triagem neonatal. Não vou me prender a isso, porque o Dr. José Alcides relatou todos os critérios da Organização Mundial de Saúde para uma doença. Então, não vamos perder tempo com isso. Mas existe uma outra coisa importante: o sistema de triagem neonatal tem de apresentar, pelo menos, cinco características. E quais são essas características? A primeira diz respeito à triagem, ou seja, o teste do recém-nascido em si. A segunda é o *follow up*, que, no Brasil, nós traduzimos como busca ativa, que diz respeito à localização rápida, ao segmento e à referência dos resultados positivos. A terceira é o diagnóstico que diz respeito à triagem de uma criança: é preciso firmar o diagnóstico ou excluí-lo. A quarta é o manuseio que diz respeito ao planejamento rápido e à implantação de terapia de longo prazo. E, finalmente, todo o programa tem que estar em constante avaliação. Essa avaliação diz respeito à validação dos testes utilizados, à verificação da eficiência da busca ativa e da intervenção e à verificação do benefício do paciente, da família e da sociedade.

Então, por isso já fica muito claro para todos nós – esta é a realidade que o Programa Nacional de Triagem Neonatal nos trouxe – que a triagem neonatal não é exame de laboratório; é uma coisa bem mais complexa do que exame laboratorial.

Quais são os benefícios e os riscos da triagem neonatal?

Os benefícios seriam a detecção pré-sintomática de doenças graves e tratáveis; a prevenção do retardo mental e, muitas vezes, do óbito; a possibilidade de aconselhamento genético, permitindo que as famílias decidam pelo seu planejamento familiar de forma esclarecida.

Os seus riscos são os falsos negativos, porque deixam passar a doença; o falso positivo, porque traz muita ansiedade para as famílias que são chamadas e que têm o resultado negativo; a detecção de falsa paternidade; e a detecção de doenças com tratamento ineficaz.

O Programa Estadual de Triagem Neonatal de Minas Gerais começou em 1994 e está vinculado ao Programa Nacional de Triagem Neonatal desde 2001, e o seu serviço de referência é o Nupad, Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Minas Gerais tem dezenove milhões habitantes, 590 mil quilômetros quadrados e – o que é mais complicado – 853 Municípios. Talvez seja o Estado brasileiro com maior número de Municípios.

Os objetivos do programa são: o diagnóstico neonatal precoce e a redução da mortalidade por hipotireoidismo congênito, fenilcetonúria, doença falciforme e fibrose cística. Ou seja, nós estamos na fase III do Programa Nacional. No entanto, ele tem outras possibilidades, como promover a saúde, produzir o conhecimento na área de saúde e na área especificamente das doenças e formar recursos humanos para atender essas pessoas.

Quais são os fundamentos do Programa Estadual de Triagem Neonatal de Minas Gerais? Primeiro, o seu gerenciamento é local, porque ele é realizado no Muni-

cípio – Minas Gerais ousou ter coragem de confiar no Sistema Único de Saúde e no Município. A coleta e a busca ativa estão centralizadas no centro de saúde, e existe uma regionalização e uma municipalização do segmento nas doenças onde isso é possível.

Este é um organograma do sistema. O sangue da criança deve ser colhido no quinto dia e enviado pelo correio. Ao chegar a coleta ao laboratório, o resultado e o exame vão alimentar um banco de dados, e os resultados positivos ou suspeitos vão passar para o setor de controle e tratamento, que entra em contato com o Município para realizar a busca ativa de cada paciente. É muito importante ressaltar que, nesses dezessete anos de existência, nós não temos relato de nenhuma criança que teve um exame positivo e não foi encontrada.

Bem, nós já diagnosticamos, de 1994 até terça-feira da semana passada, 31 de maio de 2011, 4.317.122 de recém-nascidos com hipotireoidismo congênito e fenilcetonúria; com doença falciforme, que foi introduzida só em 1998, 3.444.204; e, com fibrose cística, 1.971.708 pacientes.

Em 2002, o Programa Estadual de Triagem Neonatal em Minas Gerais era o terceiro maior programa do mundo em volume de exames realizados.

E qual é a cobertura desse Programa? Pelos dados do Sinasc, a cobertura é de aproximadamente 94,6% de toda a população de recém-nascidos do Estado.

A busca ativa é realizada no posto de saúde, o que facilita o conhecimento da família, o relacionamento e o acompanhamento dela durante todo o período. Na verdade, nesse período, nós tivemos...

Nós vamos abordar um pouco agora a questão do diagnóstico da doença: o hipotireoidismo, no Estado de Minas Gerais, tem incidência de um para 3.500 recém-nascidos, e nós temos hoje, em acompanhamento, pelo menos até terça-feira da semana passada 1.158 pacientes; a fenilcetonúria, um para 21 mil, e tínhamos em acompanhamento 283 pacientes; a doença falciforme, a incidência é de um para 1.400, e tínhamos em acompanhamento 2.148 pacientes; e a fibrose cística, incidência de um para 8.970, e tínhamos em acompanhamento 153.

Nesse ponto, vocês vêem um numero um pouquinho mais baixo, licença de BH-4, porque isso é um subproduto da triagem para fenilcetonúria, que tem uma incidência em Minas Gerais de um para 477.530 recém-nascidos, que é muito próximo da incidência mundial. Nós já diagnosticamos nove pacientes. Pela gravidade da doença, porque na época não tínhamos tratamento, três morreram e estão em acompanhamento seis pacientes.

Uma coisa que é importante, qual é a mediana da idade da primeira consulta? Hipotireoidismo congênito, 22 dias; fenilcetonúria, 28 dias; anemia falciforme, 28 dias; fibrose cística, 37 dias. A fenilcetonúria, vocês vão ver no próximo slide, está um pouquinho superestimada porque a gente acrescenta aqueles que vêm direto do primeiro exame e aqueles que têm o primeiro exame suspeito e só chegam para primeira consulta depois do segundo exame.

Aqui a gente vê os dados os dados, e esses dados eu julgo de muita importância. Prestem atenção que a mediana que temos, ou seja, do Estado de Minas Gerais são de cinco dias, que é exatamente o preconizado pelo programa, e o percentil, 95, em 2010. O NC, que é nascimento/coleta, são 10 dias e o percentil, 95. Isso significa o quê? Que 95% das crianças do Estado de Minas Gerais colhem o exame até dez dias de vida. Quando a gente se lembra que o posto de saúde fecha no sábado e domingo, a gente conclui que esse número é difícil de baixar. É por isso que ele estava em onze, baixou para dez e manteve-se em dez. Vocês observem que, entre o nascimento e a primeira consulta para fenilcetonúria, naqueles casos que precisam de um tratamento mais rápido, que é NCONS-1, a mediana está de vinte dias.

(Próximo, por favor.)

Os nossos testes, a questão da validação do teste, a avaliação do programa constante têm um controle externo pelo CDC de Atlanta, que nos visitou ano passado, inclusive. A busca ativa é controlada. Para quê? Para solicitar novas amostras, para controlar e avaliar qual é o tempo de reconvocação dos pacientes e para agendamento de exames e consultas. Não só agendamento dos exames da primeira consulta, mas agendamento de todo o segmento do paciente. Com o nosso banco de dados, eu sou capaz de dizer, para cada paciente, quantas consultas ele faltou e qual foi o motivo alegado em cada consulta a que ele faltou.

Quais as variáveis que apóiam essa supervisão? Primeiro, a cobertura dos nascimentos nos Municípios, a idade na coleta, a idade e o início do tratamento naqueles Municípios, o número de amostras inadequadas daquele Município, o percentual de amostra que fez uso de porte pago ou daqueles que mandaram por portador, o percentual de amostra de maternidade – vocês vão entender por que maternidade aqui – e o estudo dos tempos de reconvocação. Quando o Município não está bem em diversos esses aspectos, ele é convocado para programas que são oferecidos, de treinamento mensalmente.

Verificação do benefício do paciente, da família e da sociedade.

Na verdade, uma das coisas que a gente observou no programa é que a gente estava com a coleta no posto de saúde. Os prematuros e os recém-nascidos de muito baixo peso estavam ficando um pouco esquecidos. Alguns terminavam nem fazendo o exame. Então nós já criamos, hoje, no Estado de Minas Gerais, uma rede de maternidade, onde essas coletas são realizadas nos pré-termos e nos recém-nascidos de baixo termo, com cinco dias, com dez dias e com 30 dias. Na fenilcetonúria, introduzimos o aleitamento materno. Foi o primeiro Estado a fazer isso. Vocês imaginam a dor de uma mãe que tem um filho e a quem era dito, na época, que ela não podia amamentar porque o leite dela poderia criar problema para o menino.

Esses são alguns materiais produzidos para receita, porque a dieta é muito restrita.

Ali é o conteúdo de fenilalanina em diversos elementos e uma cartilha para os pais. Essa é uma cartilha dirigida às crianças para interessá-las na importância do tratamento. É um recordatário e também um segundo livro de receitas.

No hipotireoidismo congênito, a gente está realizando – porque é descrito que existem problemas auditivos, mesmo quando diagnóstico é precoce – avaliação audiológica do paciente. Temos cartilhas em quadrinho para as crianças.

A gente tem desenvolvido estudos extremamente interessantes sobre hipertirotropinemia transitória, porque nem sempre o excesso de TSH significa hipotireoidismo.

Sinais e sintomas precoce da doença. Esse é o programa que está mais descentralizado de hipotireoidismo.

Avaliação de pré-termos e baixo peso, maternidades. A gente fez agora, para o congresso internacional de triagem neonatal, uma revisão da experiência nossa com maternidade e verificou que a coleta, no trigésimo dia para o prematuro, é indispensável para o hipotireiodismo – para as outras doenças, não avaliamos ainda.

Em relação à fibrose cística fizemos estudos de mutação. Não vamos perder muito tempo nisso.

No teste do suor a gente tem investido. Temos experiência de mais de 30 anos em teste de suor. Estamos discutindo agora a aprovação de novas drogas para tratamento e avaliação de novas técnicas para o diagnóstico: o cloridrômetro e o condutivímetro.

Na área de anemia falciforme, o nosso grande avanço é o CEHMOB – Centro de Educação e Apoio para Hemoglobinopatias. Ele foi criado em 2004, com o apóio do Ministério da Saúde com os objetivos de dar suporte à demanda dos pacientes falcêmicos e dar atenção integral ao doente falciforme, através de educação, informação e apóio assistencial.

A gente produziu um protocolo de atendimento aos eventos agudos da doença falciforme, porque, infelizmente, o nosso médico não sabe lidar com os eventos agudos da doença falciforme. É preciso treiná-lo nisso. Além disso, a gente criou um álbum seriado para anemia falciforme, um manual de atenção primária e o Projeto Aninha, que é o acompanhamento das mulheres falcêmicas grávidas, porque a gravidez de paciente com anemia falciforme é uma gravidez de alto risco, com uma prevalência de mortalidade materna muito elevada. A gente tem trabalhado isso e temos dados muito interessante sobre isso.

Outro avanço muito importante é que o CEHMOB atende. O paciente que tem anemia falciforme ou o médico que atende um paciente falcêmico pode ser atendido 24 horas por dia através desse telefone fixo.

Além disso, nós desenvolvemos um convênio Brasil/África, através do Ministério das Relações Exteriores e temos trabalhado em Gana, Benin e Angola.

Fizemos investigações e triagem neonatal exatamente para discutir a questão do avanço. E quais são as doenças que nós estudamos? A doença de chagas, HTLV, a toxoplasmose congênita, deficiência de biotinidase e hiperplasia congênita da suprarrenal.

O que nós já produzimos em termos de produção científica? Quatro teses doutorado, vinte dissertações de mestrados, 41 trabalhos em periódicos nacionais e internacionais e mais de 200 resumos publicados em Anais de Congresso.

Quais são as conclusões? O programa estadual de triagem de neonatal de Minas Gerais preenche todos os requisitos exigidos de um sistema de triagem neonatal; vem contribuindo para promoção da saúde; vem produzindo conhecimento em triagem e na compreensão das doenças triadas; vem contribuindo para formação de recursos humanos no Estado. A sua ampliação é desejada, mas deve ser cuidadosa.

Muito obrigado.

Gostaria, só para terminar, de lembrar vocês que, quando a gente fala em mineração, a gente busca a riqueza material, as pedras preciosas; quando a gente fala em triagem neonatal, a gente fala em cuidar e retirar, dentre todos os recém-nascidos, aqueles que precisam de um cuidado especial para garantir que nós tenhamos uma vida melhor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann.Bloco/PT–PR) – Agradeço ao Dr. Marcos pela exposição.

Agora vamos fazer uma substituição aqui na Mesa. Vou convidar, então, a Professora Drª Ana Maria Martins, da Universidade Federal de São Paulo, e também o Sr. Fernando Gomide, Presidente da Associação Brasiliense de Amparo Fibrosístico. *(Pausa.)*

Queria passar a palavra à Professora Drª Ana Maria Martins, para fazer a sua apresentação; em seguida, o Sr. Fernando Gomide; e encerramos com o secretário.

A SRA. ANA MARIA MARTINS – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann pelo convite para estar aqui nesta discussão, já que a minha ligação com o teste do pezinho, com a fenilcetonúria, vem de muito tempo, desde 1982, quando me tornei responsável pelo ambulatório da APAE de fenilcetonúria, em São Paulo. Fui orientanda do Dr. Benjamin Schmidt. Meu mestrado é deficiência física e mental, na periferia de São Paulo, e o meu doutorado é o acompanhamento de 80 pacientes com fenilcetonúria, o qual defendi, em 1987.

Nessa época do meu doutorado, desses 80 pacientes, apenas 30% eram de diagnóstico precoce. Nosso precoce era até que meio tardio, na época, porque era com menos de três meses. Então, só 30% dos pacientes foram diagnosticados antes de três meses. Setenta por cento desses 80 pacientes que acompanhei na APAE de São Paulo já tinham a grave sequela da fenilcetonúria, que é o retardo mental. Desde essa época, de 1982, comecei a dar aulas pelas APAES de São Paulo, e até em Belo Horizonte, para divulgar o teste do pezinho, explicar o que era o hipotireoidismo, o que era fenilcetonúria. Assisti o crescimento da APAE: quando fui fazer o meu doutorado fora do País, deixei a APAE com 250 pacientes de fenilcetonúria, que era o que tinha na época, e, quando voltei, já estava com bem mais do que 300 pacientes, em 1990.

Hoje trabalho com todas as outras doenças que não fazem parte do teste do pezinho. Não trabalho mais hoje com fenilcetonúria porque elas estão dentro da triagem neonatal, coisa que, obviamente, me deixa muito feliz, porque durante muito tempo eu via esses casos com diagnóstico tardio. Hoje, infelizmente, eu continuo vendo os casos que não são diagnosticados precocemente e que tem graves sequelas.

Tem doenças que são diretamente ligadas à alimentação. O recém-nascido, quando começa a receber o leite materno, começa a receber algumas substancias, principalmente proteína, que ele não consegue digerir, da mesma forma que a fenilcetonúria, só que nestes casos, o problema, a descompensação metabólica, a alteração que ele sofre é muito rápida. Então, na primeira ou na segunda semana de vida, ele já vai ter um comprometimento, uma descompensação grave que é muito parecida com a septicemia. A maioria dos berçários não faz diagnóstico. A maioria dessas crianças vai a óbito sem diagnóstico. A mãe engravida de novo e tem 25% de risco de ter outro filho com o mesmo problema e passar por tudo de novo. Tenho pacientes no meu serviço que foram diagnosticados só no terceiro filho. Os primeiros dois tinham a doença, mas não foram detectados e faleceram ainda no berçário. A gente detectou o terceiro.

Quanto mais cedo a gente fizer o diagnóstico e conseguir tratar, isso também eu vejo. Por quê? Porque, entre os recém-nascidos de famílias de pelo menos classe média que tenham condições de pagar um teste do pezinho, que inclui um maior número de doença, o prognóstico, a evolução dessas crianças é muito boa.

Eu ainda tenho a experiência, infelizmente, de ver adultos diagnosticados com retardo mental, a maioria das vezes com grandes distúrbios de comportamento, alteração psiquiátricas, com uma doença que se chama homocistinúria, pelo aumento dessa homocisteína. Eles não nascem com retardo mental, como nenhuma criança com erro inato de metabolismo nasce com retardo mental. Ele vai sendo produzido durante a vida, porque ele recebe uma alimentação que não dá conta de receber. Ele não pode receber aquela alimentação. Ele teria que receber, como a fenilcetonúria, uma alimentação especial. Então, no caso homocistinúricos, a gente assiste adultos, jovens de 18, 19 anos, que são diagnosticados por trombose, porque a homocisteina é um fator de risco cardiovascular, trombose do seio cavernoso, que leva a uma série de problemas de difícil tratamento, porque, como já tem distúrbio de comportamento, distúrbio psiquiátrico, muitas vezes não aceitam o tratamento e continuam sendo um grande problema dentro dessas famílias.

Essas doenças às quais eu me refiro são diagnosticadas por um método que é a espectrometria de massa em tandem, que já foi comentada aqui. Portugal vivia a mesma coisa que nós. Tinham quatro doenças só e decidiram entrar com este programa. Portugal, obviamente, é um país muito menor, semelhante a um Estado nosso. Então, é muito mais fácil planejar, muito mais fácil a cobertura. Mas eles já têm uma experiência, hoje, grande com a relação à espectrometria de massa. Acho que seria muito interessante que pessoas do Ministério da Saúde do Brasil da triagem neonatal realmente visitassem serviços que tenham funcionamento para ver o que acontece. Obviamente, tem que existir, como na triagem neonatal, uma capacitação dos profissionais para isso.

Esse aparelho, o espectrômetro de massa, vocês já o conhecem, vocês já ouviram falar muito dele, porque é o mesmo aparelho que faz a bioequivalência para os medicamentos genéricos. Muitas vezes esse aparelho não pode ser desligado. Ele trabalha dia e noite, 24 horas. Você pode acoplar e fazer as duas coisas, tanto fazer a bioequivalência quanto fazer a triagem neonatal ampliada. Esse equipamento para

bioequivalência dos genéricos existe praticamente em todos os Estados do Brasil, pelo menos um. Então, não é uma coisa tão complicada em termos de investimento, porque os equipamentos estão aí e a maioria das vezes são subutilizados. Qual seria o investimento? É realmente em pessoal mesmo, em capacitação, que é o que o nosso País está precisando: desenvolver melhores técnicos para termos o nosso trabalho.

Apesar de termos começado em São Paulo, o primeiro paciente de que tratei – hoje já é advogado, tem filho, tem tudo – foi diagnosticado em 1976, o Rodrigo. Eu nunca mais vou me esquecer do Rodrigo. Ele era um paciente precoce, um menino que se desenvolveu absolutamente normal. A Paulinha o conhece porque cruzamos uma época na APAE de São Paulo. Mas o que nos entristece um pouco é que, na verdade, ele só se torna uma realidade nacional em 2001. Hoje a gente ainda está em 80% de cobertura, ainda falta um pouquinho para chegar lá. Obviamente, quando assisto a esses diagnósticos tardios e vejo não só o comprometimento do paciente, como o comprometimento de toda a família... Como disse o José Alcides, e é verdade mesmo, quando a gente tem um em casa, ele não tem nada desse negócio de percentagem. Para nós, ele é 100%. Tenho uma irmã com uma doença genética rara. Então, eu sei qual é o peso disso. É verdade mesmo: para nós, não interessa. Pode falar todo mundo que é doença rara, mas, para quem tem um em casa, realmente o peso é muito importante.

Quando você tem melhor condição sócio-econômica, tudo fica mais facial. Com relação ao diagnóstico de triagem neonatal, todos que têm uma condição melhor, as crianças que nascem, hoje, nessas famílias, fazem os testes chamados ampliados, chamados expandidos. Isso é o que não é justo, porque, na verdade, todo recém-nascido no Brasil, os nossos mais de três milhões – nos Estados Unidos, são mais de quatro milhões – têm o direito de fazer um teste para prevenir doenças tão graves que vão ter sequelas, como retardo mental, que são sequelas importantes. Eu também acho que não adianta a gente viver de fantasia e dizer que vamos implantar e começar semana que vem já para todo mundo.

Na verdade, o que acho que é necessário com relação ao programa de triagem neonatal nacional é o planejamento. Então, vamos fazer um programa. Vamos ver quem já faz outros testes, como Minas Gerais, Paraná, que já faz biotinidase; vamos ver como é o custo; vamos ver como foi a evolução; como é que fizeram; e vamos começar a implantar em outros. Para os que não fazem ainda a fase II, será que em todos os Estados brasileiros é realmente necessário fazer toda a fase II? Não sei. Depende. Qualquer doença grave metabólica é candidata a fazer parte da triagem neonatal, mas depende de cada Região. Então, precisamos saber esses dados. Precisamos criar projetos pilotos, até com o teste expandido, em locais, por exemplo, como Minas Gerais, que está extremamente organizado.

Minas Gerais é um orgulho para todos nós, que somos brasileiros. Toda vez que eu vejo apresentações de Minas, como eu vi agora do Marcos, é uma coisa que me deixa emocionada. Era isso que eu queria em todos os Estados brasileiros. Nem em São Paulo eu tenho uma triagem para a gente ficar orgulhosa. Não, infelizmente.

Então, acho que tem que existir realmente um planejamento para que todos os Estados vão acompanhando. Concordo com a Paula. A gente tem que ter conscientização da sociedade, porque, na verdade, é o cidadão que tem que correr atrás. O exame está lá e, se ele fizer o exame mais tarde, perde a possibilidade, por exemplo, do diagnóstico da fibrose cística, que é uma doença de alta morbidade.

Então, na verdade, o que eu espero... Hoje para mim é um dia muito especial, porque estamos aqui comemorando dez anos de triagem neonatal. Sempre dou um pouco de risada com isso, porque meu aniversário é hoje. E eu digo que estava escrito mesmo. *(Palmas.)*

Eu tenho uma ligação muito forte com essas. Eu considero até uma missão de vida. Eu trabalhei muito na triagem neonatal; trabalho muito hoje com os inatos. Temos também o 0800; ajudo o colega lá a fazer o diagnóstico e o tratamento dessas doenças que são tão graves. Então, realmente, tenho uma ligação íntima com o tal do teste do pezinho, o nosso Programa de Triagem Neonatal.

Então, eu só espero que realmente mais especialistas sejam chamados do Brasil, para que consigamos realmente estruturar e fazer um planejamento. Vamos dar um ano para esses Estados chegarem à fase II, mas já tem um começando o teste expandido; assim, quem tem condição de começar. E aí a gente já vê o que acontece nesse local.

Esse é o projeto piloto. Depois nós expandimos para o resto do Brasil. Esse aparelho, o espectrômetro de massa, barateia muito a dosagem da fenilalanina. Então, ele é vantajoso até para o teste que a gente utiliza, a da fenilcetonúria, por exemplo, porque você consegue fazer mais barato esse teste e ainda diagnosticar uma série de doenças. Esse foi um estudo econômico feito em Portugal, e eles chegaram à conclusão de que valia à pena. E, para eles, o custo entre fazer a fenilcetonúria e mais essas quase quarenta doenças diagnosticadas, ele era mais barato.

Então, tem várias coisas que acho devem ser pesadas com relação a isso E acho que nós temos

muitas coisas para fazer no nosso país. Mas a gente não pode fazer uma primeiro e, depois, a outra, senão vamos levar muito tempo. Levamos mais de trinta anos, de 1968 que a Organização Mundial de Saúde recomendou só efetivo mesmo – a triagem neonatal nacional – em 2001. Então, é muito tempo. E eu realmente não gostaria que a gente esperasse tanto tempo para poder expandir o teste do pezinho.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Agradeço à Drª Ana Maria. Aproveito para desejar muitas felicidades e parabéns, muitos anos de vida! E muitos anos de vida dedicados à causa. Parabéns pelo seu trabalho!

Antes de passar para o Dr. Fernando Gomide, para fazer a sua exposição, eu gostaria de passar rapidamente para a Senadora Marinor, que pediu a palavra. Ela vai ter de se retirar, mas quer fazer uma saudação aqui à nossa audiência.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas! Eu sou do PSOL do Pará. Queria parabenizar pelo aniversário a Profª Ana Maria. A gente sempre sente muita alegria, quando festeja o aniversário num espaço de reflexão, buscando melhorar ainda mais as condições para a nossa militância, para a nossa dedicação, seja profissional, seja política. Tenho certeza de que todos aqui, os nossos convidados que atenderam ao convite da Senadora Gleisi e do Senador Paim, para participarem dessa audiência, no dia de hoje, não ocupam só cargos políticos, mas são pessoas que têm se dedicado, ao longo dos anos, para ajudar na prevenção de doenças, para ajudar no diagnóstico precoce, para ajudar, estimulando a pesquisa nessa área.

Acho que, se não fossem algumas instituições não-governamentais, alguns movimentos nacionais, talvez estivéssemos ainda muito mais atrasado nesse debate do que estamos hoje.

Mas eu queria parabenizá-los pela participação na nossa audiência, agradecer a presença de cada um e me desculpar pela necessidade de deslocamento. Estou acompanhando os bastidores do ficha limpa, em função de alguns processos, e vou precisar me retirar, porque vou ter uma audiência. Felizmente, estou do lado dos ficha limpa. Então, preciso monitorar esses bastidores do tribunal para dar prosseguimento a um processo nosso.

Mas eu queria solicitar, sobretudo ao Secretário da Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Drª Helvécio Miranda, para, se possível – não conhecemos o trabalho; esse é um debate absolutamente novo para o povo brasileiro. Só se envolve com essa temática quem tem alguém com algum problema. É muito difícil isso se tornar um tema nacional. Acho que temos caminhos para isso. A sociedade está avançando, a complexidade dos problemas estão se entrelaçando, e espaços como esse nos ajudam a refletir sobre isso e a buscar alternativas.

Eu moro na Amazônia. As dificuldades de deslocamento naquela região são absurdas. Nós não temos nenhum sistema de transporte, nem o transporte público, nem o transporte institucional. Então, muitas localidades no Estado do Pará não são alcançadas por esse trabalho.

Eu queria que pudéssemos aqui ter informações de vocês para efeito de cobrança do Governo Federal de um diagnóstico, de um mapeamento dessa situação e dessas dificuldades. Só vamos conseguir enfrentar as dificuldades, alcançar todas as grávidas, pois acho que esse trabalho tem de começar na maternidade, porque, se a gente não tiver um pré-natal que se antecipe a essa necessidade, criando condições para que essas mães se desloquem, no espaço e no tempo necessário, para fazer esse teste, mais dificuldades nós vamos ter.

Então, se vocês pudessem nos fornecer o que vocês dispõem de mapeamento, de diagnóstico, e que alternativas são necessárias; inclusive, porque estamos às vias de aprovar as leis de diretrizes orçamentárias; e, na seqüência, o Orçamento-Geral da União.

Nós não podemos continuar achando que os problemas vão ser resolvidos, não é Senadora Gleisi, se não tem o aporte de recursos necessários para as secretarias, para a política de saúde, que dêem conta de instrumentalizar os Governos Estaduais, as Prefeituras, para que possamos, em rede, enfrentar essas dificuldades.

Eu queria me colocar à disposição de vocês, enquanto Senadora eleita pelo Estado do Pará, com uma cadeira no Senado da República, para ajudar no que for necessário. Eu sei que as dificuldades são grandes. Eu sei que vocês estão muito longe ainda de alcançar as condições adequadas. Basta observar as pesquisas apresentadas pelo Dr. Marcos. Quatro teses é muito pouco. São muito recentes, inclusive, os estudos sobre essas questões, e eu acho que, se pudermos fazer um trabalho coletivo entre as instituições públicas - as organizações não governamentais e as instituições políticas -, poderemos ter avanços mais significativos e mais céleres.

Eu queria agradecer e pedir mesmo desculpas por precisar me retirar. Mais uma vez, Professora, parabéns pelo aniversário!

Muito obrigada, Senadora Gleisi.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Agradecemos a participação da Senadora Marinor. Muito obrigada. *(Palmas.)*

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Fernando Gomide, que é o Presidente da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico, Abrafc.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Bom dia a todos! Parabenizo a Senadora Gleisi, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Marinor e, principalmente, o Senador Paulo Paim, que é um defensor das nossas causas no Senado e Presidente da Comissão de direitos Humanos.

Vou falar um pouco, para que todos possam entender.

A fibrose cística é uma doença que, infelizmente, não temos as condições de tratar. E, na maioria das vezes, essa doença é confundida com asma, bronquite, sinusite, alergia a leite, e desnutrição.

Hoje, Senadora Gleisi, estou até emocionado aqui, porque vejo a Verônica, que foi diagnosticada com 24 anos de idade, e a minha filha, há treze anos, fez o diagnóstico precoce. Hoje, a nossa colega tem 65% da sua capacidade pulmonar e a minha filha tem 100%, porque tratam, desde o início, com todas as condições existentes, apesar de sabermos que a Portaria de Medicamento de Alto Custo não possibilita tudo que necessitamos. Mas temos de conviver com essa situação. Então, isso nos dá mais força para reivindicar e falar algumas coisas que pretendo mencionar para os Senhores.

Inicialmente, em 2001, nós conquistamos o êxito da Portaria, porque criamos, no Congresso Nacional, uma frente de mais de 40 Senadores e mais de 200 Deputados, em que pressionamos o Ministro para fazer a inclusão da fibrose cística e da anemia falciforme. O Sr. José Alcides é nosso parceiro há anos e sabe da empreitada que tivemos, no Congresso Nacional, para incluirmos essas duas patologias no teste do pezinho.

Hoje, conforme falou a Drª Paula, o Rio Grande do Sul tem um problema de diagnóstico. Até concordo, porque os pais, enfim, a família não vai antes dos sete dias. Mas nós temos um outro problema. O Rio Grande do Sul está na fase II e já tem todas as condições para implantar a fase III.

Então, nós não podemos ficar à mercê do gestor da saúde no Estado. Nós temos de criar regras, punição, prisão, porque não podemos tratar as pessoas hoje no país com o descaso dos nossos gestores de saúde estaduais. Falo aqui, por exemplo, de Brasília, a cidade onde resido. Aqui falta reagente para fazer o hipotireoidismo e fenilcetonúria. Temos de ter punição para esses gestores.

O Sr. Alcides falou que nós, quando temos um problema em casa, até mudamos, em alguns momentos, o nosso temperamento, porque ficamos preocupados... Será que a minha filha vai viver? Por exemplo, vocês que não sabem, a minha filha faz fisioterapia duas vezes ao dia. Uma sessão de fisioterapia hoje, para quem não tem plano de saúde, custa R$ 120. Quando um paizinho que ganha Bolsa Família, que recebe R$ 120, vai ter condições de tratar o seu filho?

Ele tem de tomar o suplemento nutricional, em que uma latinha custa R$40. Um paciente, no seu início de vida, chega a tomar de dez a quinze latinhas de leite. E se não tivermos os protocolos, conforme foi falado pela Doutora a respeito, se não tivermos a responsabilidade dos nossos gestores, não vamos chegar a lugar nenhum, somente ao óbito desses pacientes.

Eu aqui peço licença para falar - e está presente o Procurador Dr. Carlos Henrique, que tem acompanhado as nossas demandas judiciais – que, hoje, nós só fazemos o teste da fibrose cística em sete Estados da Federação. Por quê? Porque entramos com ação judicial para realizar o teste do pezinho, da fibrose cística, sendo que, há dez anos, a Portaria já existe.

Então, temos de tratar aqui, Secretário, é colocando data: o Estado tem um ano para mudar de fase; o Estado tem outro ano para mudar de fase, porque nós não podemos ver as nossas crianças morrerem. Vocês que são mães e estão presentes e também os que são pais, imaginem o sacrifício que é você ir batendo, de hospital em hospital, para procurar um tratamento para o seu filho. Vai acabar chegando a um hospital universitário e lá eles vão fazer todos os exames e vão chegar à conclusão de que o seu filho tem uma doença que poderia ter sido diagnosticada no teste do pezinho. E nós não podemos pagar o pato dessa situação, dessa omissão do governo, das secretarias estaduais. Por exemplo, a Profª Ana falou muito bem de Minas Gerais. Nós temos do que nos orgulhar, e nós temos de nos orgulhar do Paraná, que é exemplo, há dez anos, e já está na fase III.

O Sr. José Alcides está de parabéns e todos os Governadores que passaram por lá. Isso é o que a sociedade quer. A sociedade quer dignidade, quer viver com a cabeça erguida. Não adianta aqui, Drª Paula, nós colocarmos mais dez, quinze, patologias e não darmos conta de tratar. Nós vamos mexer na Portaria dos Remédios de Alto Custo, que há dez anos não se mexe? Então, temos de pensar justamente nisso, Senadora: como vamos tratar? Vamos aumentar o sofrimento dessas pessoas no nosso país. Por quê? Porque nós estamos sendo omissos. É fácil criarmos aqui a decisão; e como vamos tratar, Drª Ana? Vamos ficar com os pais batendo de hospital em hospital, mendigando um tratamento, tendo de procurar, e, na maioria das vezes, sendo até usados por laboratórios, para entrar

com ação judicial contra os governos, para poderem ter um tratamento digno?

Eu queria ser bem sucinto e dizer que nós precisamos, sim, dar dignidade a todo o paciente que foi diagnosticado. Não adianta nós colocarmos mais cinqüenta patologias e, infelizmente, essas pessoas morrerem, porque não têm tratamento adequado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Agradecido, Sr. Fernando.

Passo a palavra agora ao Secretário Helvécio, responsável pela Secretaria Nacional de Atenção à Saúde, para fazer a sua exposição.

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – Bom dia a todos, bom dia a todas!

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite, em nome do Ministério da Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, à Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora que adotou essa temática aqui, no seu mandato, em boa hora, consolidando vários movimentos como aqui foram muito bem descritos; e, desde que nos procurou, nós vimos a intenção clara de fazer uma discussão pública de uma política importante. Eu queria dar os parabéns; aliás, por um mandato que tem se destacado, nesses primeiros meses, na defesa de grandes questões do país.

É claro que algumas coisas ficam repetidas, depois de tantos especialistas, e de tantos especialistas no sentido amplo, porque tanto o Fernando como o José Alcides são especialistas do ponto de vista da sociedade civil, na mesma luta. Então, vou rapidamente falar de algumas questões e, ao final, de algumas propostas que queremos fazer.

(Próximo, por favor.)

Bom, também sem nenhuma novidade, eu queria me deter nesse tema que foi aqui já explorado. Quer dizer, é a primeira audiência pública que venho pessoalmente ao Senado, Senadora. É claro que alguns técnicos e Diretores da Secretaria de Atenção à Saúde já estiveram em outras audiências. A esta eu quis vir pessoalmente por dois motivos: pela relevância do tema, relevância sanitária, epidemiológica, mas relevância social e humanitária. E, por outro lado, porque nos dá muito o marcador dos desafios do Sistema Único de Saúde nessa etapa.

Nós somos o país que tem o único sistema de saúde no mundo, num país com mais de cem milhões de habitantes, com Sistemas Nacionais Públicos de Saúde. Isso, por si só, é um desafio enorme. Então, "permanente" é o lema do nosso Governo, definido pela Presidenta Dilma, de que temos de ir claramente no sentido de ampliar acesso e qualidade. Não são excludentes. Não podemos só nos fixar no acesso. Exemplifico aqui: colocar mais testes para outras patologias. Não podemos ficar só na qualidade, porque ficaríamos num mundo reduzido, limitado, piloto. Então, esse é o grande desafio.

O conjunto da triagem do Programa de Triagem Neonatal nos dá um marcador muito importante para o Sistema Único de Saúde. É preciso ampliar acesso e é preciso o tempo todo; no que já tem acesso, garantir qualidade, e o que for criado, já criar com qualidade. Então, nos parece um marcador de política pública da saúde muito importante.

Mas tem um princípio, no Sistema Único de Saúde, que é testado - para falar do nosso verbo – permanentemente nesse Programa, que é o da integralidade. Aqui, todos falaram disso, de alguma forma. O SUS é universal, é "o para todos". A ousadia constituinte nos deu isso; E é o "tudo", que é a integralidade. Esse tudo permanentemente discutido, o Congresso Nacional aprovou uma lei que dá um padrão de integralidade ao Sistema Único de Saúde, que terá de ser pactuado. Falo mais disso ao final, nacionalmente, com caráter regional. Mas é preciso que seja um processo permanente de buscar integralidade. Não adianta fazer a primeira consulta, fazer o exame; não adianta cuidar só da atenção básica; não adianta dar parte dos remédios, dos medicamentos.

Então, este é o esforço permanente a que esse Programa nos estimula, todo o tempo: a rever operacionalmente o Sistema Único de Saúde. Isso, para nós, é um marcador importante.

(Próximo, por favor.)

Bom, isso também já foi colocado. Eu queria só chamar a atenção. São os nossos passos. Temos envolvido nesse ciclo integral de atenção uma série de questões muito importantes. Primeiro, a dimensão da triagem em si, da coleta, e aí nós estamos colocando como um dos condicionantes da adesão de Estados e Municípios à Rede Cegonha, no seu componente pré-natal de qualidade, a informação às gestantes e o fluxo continuo de cuidado com a gestante, que significa, principalmente, a primeira consulta na primeira semana de vida do bebê. Isso vai ser um poderoso aliado no sentido de se garantir que a coleta se faça no tempo adequado. É condição da questão da rede de cuidado integral da Rede Cegonha.

Quero dizer também, e ainda não foi adequadamente dada publicidade, que pactuamos com Estados e Municípios, aprovado pela Presidenta, um primeiro programa de certificação de qualidade na atenção básica, que sempre existiu para hospitais. Nós estamos trazendo para a atenção básica com recursos adicio-

nais por adesão, com autoavaliação, como se faz em todos os processos de certificação de qualidade, e verificação *in loco* com a equipe certificadora externa. Um dos condicionantes para a certificação de qualidade da atenção básica que irá, só para vocês terem uma dimensão, dobrar o valor da equipe da Saúde da Família, que hoje é um drama, especialmente para as Prefeituras, é 95% da coleta até os 10 dias do teste do pezinho. Isso será condição verificável no sistema de informação e em visitas, para que tenhamos, na atenção básica no País, estímulos permanentes a essa parte. Não resolvemos tudo, mas é uma parte importante.

A outra questão são os testes confirmatórios, como aqui já foi falado.

Outro aspecto estará também como condicionante. Da mesma forma como temos preocupação de detectar e acompanhar – e vamos começar de forma censitária, 100% dentro das áreas do mapa da pobreza, dentro do Programa que a Presidenta lançou do Brasil Sem Miséria, uma das contribuições da saúde – hipertensos e diabéticos, vamos fazer a busca ativa obrigatória dos pacientes detectados. O exemplo de Minas nos mostra que, em um Estado que tem a face do Brasil, a diversidade brasileira, é possível fazer. É possível fazer, com muita determinação, com muito entrosamento das três esferas de governo, como acontece em Minas Gerais, em especial em Belo Horizonte, um efeito positivo de uma política pública.

(Próximo, por favor.)

Aqui já foi dito, mas quero chamar a atenção. Vários que me antecederam lembraram. A portaria já nasceu, e, felizmente, ousada. Ela é para atingir a todos e fala, como o Dr. José Alcides lembrou, em triagem neonatal – ela não foi limitando as patologias –, criando, felizmente, uma agenda permanente. Acho que nos últimos anos ela não teve a velocidade necessária e precisamos retomar.

(Próximo, por favor.)

Não vou ficar repetindo, mas, lembrando, é muito importante no quesito a que me referi, a qualidade, a questão do credenciamento e a verificação permanente, e vamos fazer com todos a partir de agora, dos serviços de referência. É muito importante que eles sejam não só serviço de referência, mas sejam, a distância, grande referência para tirarmos dúvidas. Devemos instituir neles componentes do Telessaúde, que já é uma realidade brasileira e, como a Senadora Marinor fez menção, em algumas regiões do País muito importante.

(Próximo, por favor.)

Desse ciclo o Professor Marcos já falou e não vou repetir.

(Próximo, por favor.)

É muito importante que nós tenhamos uma abordagem, e aqui já foi dito por quem vive permanentemente no cotidiano, pelas entidades, pelos militantes da causa, de uma equipe multiprofissional. A integralidade tem essa face, também, do cuidado integral qualificado.

(Próximo, por favor.)

Aqui também não vou repetir. Todos já fizeram menção.

(Próximo, por favor.)

Esse mapa tem algo muito importante em termos de abrangência, mas precisa avançar em termos de qualidade. Nós precisamos ter fase III para todos. Vou falar a seguir as demais possibilidades mais imediatas, de curto prazo. Então, não é compatível com o estágio de desenvolvimento do Estado ou do seu Sistema Único de Saúde que o Rio Grande do Sul e São Paulo ainda estejam, formalmente, na fase II e que precisem de ordem judicial permanentemente. Não quer dizer que quem está na fase III esteja maravilhoso, mas tem um patamar de avança mais significativo.

Estive, na semana passada, no Rio Grande do Sul, com o Secretário de Estado, o Secretário Ciro, com a Associação dos Secretários Municipais, debatendo pontos que eles mesmos detectaram. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, não pode ficar no estágio que está. É um esforço enorme, que vamos apoiar, do Ministério da Saúde, assim como nos demais Estados.

Então, essa é a face real, detectada pelos sistemas oficiais, mas, por dentro disso, quando você faz um *zoom*, mesmo em alguns Estados, têm diferenças internas importantes que ainda nos cabe verificar, acompanhar e monitorar a qualidade.

(Próximo, por favor.)

Como eu disse, o nosso sistema de saúde tem de ser um orgulho permanente para cada brasileiro e para cada brasileira que depende dele. Todos, de alguma forma, usamos. E não deixa de ser um orgulho para nós o volume. Nós temos, nesses anos todos, um Canadá inteiro triado, uma Argentina inteira triada. Isso não é pouca coisa. Esse desafio da abrangência e da relevância... Quando nós falamos que está triado, está triado na fase I, porque ainda tem aquelas divisões de que ainda precisamos... Quando se fala em 83% de cobertura dos três milhões de brasileirinhos e brasileirinhas que nascem, nós estamos falando da fase I ainda. Então, é preciso fazer essa referência para ser bastante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – Em parte, exatamente.

São três serviços de referência credenciados, 32 laboratórios e mais de 16 mil postos de coleta. Nisso tudo, um orgulho enorme, mas necessitando, cada vez mais, de ser verificada e monitorada a qualidade.

(Próximo, por favor.)

São recursos que são alocados. É um crescimento. Se pegarmos os últimos 8 anos, esses recursos cresceram muito, e, hoje, no último dado, executado efetivamente. É interessante mostrar que esses são recursos que já colocamos como um iniciativa específica nas discussões do novo Plano Plurianual e que têm de constar da peça orçamentária, além do Plano Plurianual.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma relação entre os nascidos e os vivos. Chegamos a uma certa estabilidade, mas lembramos que as fases precisam ser ampliadas.

(Próximo, por favor.)

O que nós pretendemos, para ir para o final, fazer? Primeiro, e devemos muito ao movimento das entidades, ao diálogo com a Senadora Gleisi Hoffman, trouxemos para o centro da agenda, e isso foi muito importante. O Ministério cuida de milhares de coisas, milhares de grupos técnicos, aquela confusão danada, mas isso está garantido. Esse momento hoje, e falei da importância da minha presença pessoal do ponto de vista do Ministério, é de estar trazendo para o centro da agenda essa questão. Nós temos condição, com poucos recursos a mais, de avançar, extraordinariamente, dentro da questão do acesso e da qualidade, mas de forma integral, pensando no ciclo completo do cuidado.

Primeiro, nós temos de ter um diagnóstico de cada Estado. Não nos basta só dizer que o Estado do Pará está na fase II. Certamente, além de diferenças internas de acesso, que não levam no caminho da equidade, que é muito importante para nós, certamente os mais pobres, os mais carentes têm menos acesso, os mais distantes têm menos acesso. Nós precisamos ter um diagnóstico claro de cada Estado do Brasil e de suas peculiaridades, também reconhecendo as suas singularidades.

Nós, desde março, fizemos contato e reuniões de trabalho com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o próprio NUPAD. Vamos ampliar o convênio que temos com o NUPAD, que é uma referência importante. O Professor Marcos, aqui, nos orgulhou a todos, especialmente a mim, ex-aluno da Faculdade de Medicina da UFMG. É um programa referência, porque é de um Estado, como disse, que é a cara do Brasil, que tem a diversidade, tem a pobreza, tem a riqueza, tem a desigualdade do Brasil e que todas as dificuldades de um território do tamanho da França. São 853 municípios.

Então, vamos, para efeito de maior capacidade operacional, para diagnosticar a situação de cada Estado e nos permitir um diálogo com cada gestor, porque dentro da estrutura do SUS nós não podemos impor nada a Estados e Municípios... O SUS adota a estrutura federada muito radicalmente. Isso às vezes alonga um pouco o processo de negociação, mas é mais rico, porque os Estados também assumem mais claramente o seu papel, e os municípios também. Então, nós vamos apoiar as mudanças que se fazem nos Estados, mas com um cronograma claro. Nós não podemos impor esse cronograma, mas negociar.

O que nós queremos colocar... *(Pausa.)*

Não, isso eu falarei no final.

(Próximo, por favor.)

Nós queremos, do ponto de vista do Ministério, garantir que estamos incluindo as duas outras doenças: a deficiência de biotinidase e a hiperplasia adrenal congênita. Essa é a posição do Ministério, garantindo que iremos incluir neste ano as duas doenças. É a posição do Ministério. *(Palmas.)*

Por tudo isso que foi aqui, com muita tranquilidade, muita firmeza e serenidade, exposto pelo Sr. José Alcides, pelo Sr. Fernando e pelos nossos professores, vamos chamar, num grupo técnico, os Estados e os Municípios, com a participação técnica de quem já ajuda o Ministério, como as professoras, e estabelecer com cada um um compromisso – vamos fazer isso, precisamos de apoio nisso, de um cronograma – para implantar em cada Estado, sempre na lógica de que implantar é fácil, não é implantar o teste, mas o acompanhamento, a detecção, o monitoramento de todos os pacientes, inclusive com a busca de faltosos.

Evidentemente, como o Fernando lembrou, e já estou encerrando, criando também um grupo técnico para rever as normas. Acertamos com a Sociedade Médica Brasileira. Evidentemente aqui, as professoras Paula, Ana Maria e Marcos, certamente, estarão nos ajudando. Será um grupo técnico assessor mais formal para rever os protocolos e diretrizes. Já fizemos isso publicamente com a Associação Médica Brasileira. Isso significa uma avaliação de economicidade e a entrada nos protocolos dos medicamentos de alto custo, porque não adianta fazer o discurso e não fazer nada do outro lado. Podemos certamente ter, e quero ser muito sincero, não consegui colocar tudo aqui agora que é adequado, um horizonte, uma agenda.

Quero anunciar outra questão. Além do nosso apoio junto à UFMG no PAAD, vamos criar, formal-

mente, por ato do Ministro, um comitê nacional assessor, não só de técnicos, de professores, mas com representação da sociedade civil, com Estados e Municípios representados, de tal forma que, à luz do dia, publicamente, além de estar na internet, nós vamos, o tempo todo, acompanhar o que está acontecendo nos Estados, não no sentido de crucificá-los, mas no sentido de apoiar efetivamente e ver onde tem fragilidades. Assim, o Ministério da Saúde cumpre o seu papel de formulador articulado da política nacional de saúde e monitorador de tudo que ele faz, de transferência de recursos a Estados e Municípios. Não nos eximimos da responsabilidade, mas queremos compartilhar a responsabilidade com Estados e Municípios. Neste sentido nós estamos muito convencidos de que a Rede Cegonha, a Rede Urgência e Emergência, o Programa de Qualidade da Atenção Básica já vão nascer com comitês da sociedade civil, dos movimentos organizados, com total possibilidade do Parlamento estar acompanhando. Essa é uma possibilidade de jogar luz e de jogar qualidade, de pressionar para que nós tenhamos cada vez mais uma política efetiva.

Nesse sentido, e encerro, porque foi uma reivindicação de uma reunião com vários representantes, incluindo o Sr. José Alcides e a assessoria da Senadora, nós vamos também nesse espaço com Estados e Municípios, porque exige pactuação na tripartite, incluir o teste do suor na tabela do SUS, para que possamos, minimamente, ter condições de melhorar a assistência. *(Palmas.)*

Portanto, agradeço a oportunidade de ouvir e aprender mais sobre esse tema, de me convencer cada vez mais da importância de se avançar nesse assunto no Brasil e de dar cada vez mais exemplo para o mundo de que é possível ter um sistema nacional de saúde público gratuito e, principalmente, de orgulho para cada brasileiro e para cada brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Agradeço, aqui, ao nosso Secretário Helvécio as boas notícias que nos traz. Muito obrigada.

A idéia, agora, é abrir a palavra, mas antes gostaria de passar a palavra, já que me foi solicitada, à Srª Flávia Viotti Siqueira.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria, Srª Presidente, pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Está bem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não por atenção, até ajudei a Flávia, mas é só por que tenho um compromisso e precisaria pedir a sua colaboração e licença à Flávia para falar agora.

Presidente Gleisi Hoffmann, parabéns pela iniciativa. Aprendi muito hoje, porque nós, leigos, que temos uma responsabilidade institucional e política com os interesses da população, temos uma grande demanda de área. Essa para mim foi extremamente valiosa, afinal hoje é o Dia Nacional do Teste do Pezinho. Fiquei muito feliz porque, pouco antes da nossa aniversariante, da Professora Ana Maria, ter falado que o modelo de Minas Gerais deveria ser seguido pelo País, eu tinha *twittado* que gostaria que o Rio Grande do Sul aplicasse o modelo de Minas Gerais. Então, estamos sintonizadas na responsabilidade.

Todos os depoimentos aqui foram esclarecedores e mostram, para minha alegria como política que está chegando agora no Congresso, não só um trabalho como faz a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, que é uma ONG no Paraná que aborda uma questão de vivência pessoal, como apresentou o Sr. José Alcides, mas também, por outro lado, que há instituições publicas que têm às vezes um encastelamento muito, digamos, criticado, por razões lógicas, mas que se dedicam a cuidar da saúde pública e montar um programa com a ousadia com que montou a Universidade Federal de Minas Gerais, na Faculdade de Medicina.

Então, Dr. Marcos, parabéns pelo envolvimento de uma instituição que é paga com dinheiro dos brasileiros e dos mineiros, por se envolver e liderar esse processo. Para o senhor eu queria perguntar, encaminhando a pergunta, quanto que custou isso? O Dr. Helvécio, do Ministério da Saúde, falou que com um pouquinho mais de dinheiro, mas quanto? Foi muito difícil financeiramente ou esse programa foi uma questão de gestão?

Pareceu-me muito importante o que disse a Drª Paula, minha conterrânea, Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal, em relação à universalização desse atendimento ou da prestação desse serviço, o que praticamente foi citado aqui. Queria saber do Dr. Helvécio se o Ministério da Saúde estabeleceu metas para chegar à universalização de um atendimento superior a 83% hoje no Brasil e também cumprimentar a nossa Dr. Paula pelo que ela vem fazendo em relação à disseminação desse programa.

Recebi da Drª Cleci Furian Müller, que é Presidente da Associação Gaúcha de Assistência à Fibrose Cística, a seguinte informação, que confirma o que foi relatado aqui, e eu, como gaúcha e representante do Rio Grande do Sul, lamento profundamente:

> O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro com a maior incidência de fibrose cística, uma doença genética, ainda sem cura, e que provoca alteração no muco produzido por algumas

glândulas do corpo, levando, principalmente, a problemas respiratórios e digestivos.

Apesar de estar regulamentado há dez anos, o Programa Nacional de Triagem Neonatal ainda não atingiu a fase III no Rio Grande do Sul, o que significa que o Estado, com a maior incidência da doença, ainda não realiza a triagem para a fibrose cística pelo Sistema Único de Saúde em seus bebês. A falta de uma triagem pública traz enormes prejuízos, uma vez que o diagnóstico de muitos pacientes deixa de ser feito precocemente e vai acontecer só quando a criança, ou mesmo adulto, de fibrose cística já apresenta muitas sequelas da doença, levando a uma diminuição da sua sobrevida.

Esperamos que nessa audiência pública, nesta segunda-feira, o Ministério da Saúde e o Estado do Rio Grande do Sul assumam um compromisso claro com relação à implantação da fase III em todas as unidades federativas, diminuindo, assim, o número de mortes precoces por essa doença.

Fico também mais otimista com a declaração do Dr. Helvécio Miranda no sentido de que esteve reunido com o Secretário Ciro Simoni, que é o Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, e de que o governo do Estado, junto com os Municípios, passará a abordar essa questão, talvez, se for preciso, a adotar o modelo que adotou Minas Gerais, envolvendo as universidades, envolvendo todo o setor público do nosso Estado, pelos municípios.

Quero cumprimentar, também, as entidades que eu acompanhei e vi que estão fazendo um trabalho muito interessante. Queria até aproveitar, como esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado, de dar o nome do hospital Pequeno Príncipe lá do seu Estado, o Paraná, da Fundação Ecumênica. E aqui estão os dados para quem quiser mais informações não só da minha conterrânea Cleci Furian Müller, da Associação Gaúcha de Assistência à Fibrose Cística. O site é www.agam-fc.org.br. Esse é do Rio Grande do Sul, do Hospital de Clínicas. Do Paraná, está aqui a nossa informação do *site* Unidos pela Vida, www.unidospelavidafc.com. O e-mail, unidospelavida.fc@gmail.com. E, no *twitter*, www.twitter.com/unidospelavida.

Acho que a responsabilidade pelo que se faz hoje aqui se resume numa palavra: prevenção e informação, o que eu tive muito aqui, hoje, sobretudo informação.

Obrigada a todos vocês.

Eu queria saber dessas questões que encaminhei aos palestrantes.

Muito obrigada, Presidente Gleisi Hoffmann.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senadora Ana Amélia.

Vou passar a palavra à Mesa, para lhe esclarecer, porque V. Exª tem que sair. Depois abriremos ao plenário e faremos um método de discussão.

Quero lhe dizer que nós temos muito orgulho das nossas entidades no Paraná, tanto a FEB como o hospital Pequeno Príncipe, a nossa instituição. O Paraná realmente é uma referência pelo trabalho abnegado dessas pessoas. Então, quero aproveitar também para parabenizar.

Vou passar a palavra... A senhora se dirigiu ao Dr. Marcos e ao Dr. Helvécio. Então, vou passar ao Dr. Marcos e, logo em seguida, ao Dr. Helvécio para lhe esclarecer.

O SR. MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Hoje uma coisa me surpreende, porque o meu gênero é masculino e só tenho visto Senadoras do sexo feminino.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um bom sinal.

O SR. MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR – É um bom sinal, como diz a nossa Presidenta.

Eu tenho os números no meu computador, posso até procurar, mas o número exato de gastos, etc., eu não sei, porque nós tivemos recentemente uma reunião com o Secretário Helvécio Miranda para discutir essa questão do teste de triagem neonatal.

Em um primeiro momento, quando o Estado tem poucos pacientes...

A triagem neonatal tem uma coisa que é muito peculiar. É que ela chama o paciente, ele entra, mas não sai. Ele continua, pelo resto da vida, sendo atendido.

Então, durante muito tempo, a gente cresceu muito em Minas Gerais, com base na diferença entre o teste laboratorial e o que a gente gastava. Só que nós chegamos hoje a um momento de estrangulamento. Quer dizer, não dá mais para sobreviver exclusivamente com o pagamento do teste de triagem. É preciso que se inclua – e acredito que daí a intenção do Secretário do SAS nessa questão – isso dentro do Sistema Único de Saúde, senão nós ficamos completamente descobertos.

Hoje nós temos, emergencialmente, em Minas Gerais, um apoio. O Estado nos fornece anualmente uma suplementação de verba, exatamente para que a gente possa manter o atendimento desses pacientes.

Em longo prazo, não é muito barata essa manutenção. É uma manutenção mais cara e difícil.

Eu queria também alertar. É muito importante essa questão da ampliação, mas é importante que a gente amplie com programas-pilotos. Por isso nós fize-

mos programa-piloto em Minas Gerais. E me preocupa um pouco, por quê? Porque, por exemplo, a Inglaterra, que tem espectometria de massa disponível há muitos anos, optou por manter exatamente as mesmas doenças que nós temos mais uma doença que se chama Mcad. E a Alemanha começou com as 53 doenças da espectometria de massa e depois de dois anos reduziu para dez. Mais do que isso, ela proibiu – alemão é um povo mais rigoroso – a divulgação de resultados intermediários, que dá o diagnóstico de outras doenças, e determinou que as amostras sejam destruídas três meses após a coleta, exatamente para que não possa ser utilizada para outros dados.

Então é uma questão que a gente tem que pensar. Não é tão simples assim essa questão da ampliação e é muito importante que cada ampliação seja precedida de um estudo, um projeto-piloto onde se veja, porque existe um outro problema na ampliação.

A gente tem, por exemplo, uma das doenças diagnosticadas por espectrometria de massa, a MSUD.

Nos Estados Unidos, em 2007, eles triaram 3.364.612 crianças. Acharam 1.249 exames positivos. Havia 18 afetados e 1.231 falso-positivos. Então vocês imaginam: são 1.231 pessoas cuja família tem aquele susto inicial, porque nasceu o seu filho sadio, está muito contente, e bate alguém à porta e lhe diz: olhe, as coisas não são tão boas como vocês estão imaginando. A pessoa entra num processo de diagnóstico e depois: olhe, ele não tem, não. Não é tão simples assim a readaptação emocional dessa pessoa à vida. É muito bonito quando a gente fala que pode triar 52 doenças. Ninguém no mundo faz isso. Os Estados Unidos fazem, em alguns estados. Não vou dar outros exemplos aqui, mas depois, se alguém quiser, eu citarei esses exemplos de que a gente não pode ampliar assim, de uma forma indefinida.

E dizer que realmente o custo mais importante não é do exame; o custo mais importante é o da manutenção do paciente por um período indeterminado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Certo. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Gleici Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Secretário Helvécio.

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – As duas questões que a Senadora Ana Amélia coloca são muito pertinentes. Não temos a resposta final, mas quero dizer que, considerando as atuais doenças e as duas que nós estamos assumindo para introduzir, portanto seis, nós estamos colocando o compromisso no próximo, que será avaliado por esta Casa, Plano Plurianual de Ação Governamental o índice de 95% até o final do próximo período de quatro anos. Isso significa todas as fases para todo o Brasil. Como se dará em cada Estado, nós vamos pactuar com cada Estado e com o conjunto dos secretários municipais, que é a sua entidade estadual. Mas pretendemos ter todo o Brasil nas seis doenças até o final do próximo PPA.

Quero fazer uma referência na linha que o Professor Marcos coloca. A nossa preocupação... O dado oficial de 2010: apenas para a triagem, vale dizer, a transferência de recursos específica é de 50 milhões de reais, mas esse é o menor valor em relação à linha de cuidado completa e necessária. Vale dizer: alto custo, ambulatório especializado, apoio, atenção básica, busca de ausentes. A gente tem que considerar tudo isso.

Um dos itens que queremos acertar na parceria adicional com a UFMG é ter uma boa base de custo da linha de cuidado integral, não só da detecção. E isso vai nos dar condição de transferir aos Estados e Municípios os recursos necessários para o cuidado integral.

Transferindo recursos, acertando a responsabilidade e monitorando, assim nós vamos conseguir essa...

E a última observação. Como a gente tem que dar um melhor uso sem abrir mão da qualidade e do cuidado com os recursos públicos, nós precisamos fazer desenhos regionais onde tiver escala para isso, dentro do próprio Estado. Onde não houver, um serviço, mesmo com tudo o que significa de deslocamento custeado pelo Sistema Único. Nós devemos ter, durante algum tempo, serviços supraestaduais, de forma a começar à distância, treinar equipes, estruturar um serviço de referência e, ao mesmo tempo, vamos estruturando em cada Estado. E uma forma de isso ser feito é o tele saúde, ao qual pretendemos, na Região Amazônica, dar uma velocidade enorme, mas criando um novo tele saúde. Hoje temos nove Estados com maior difusão, para o país todo, dentro das redes de atenção à saúde.

Então, nessas duas linhas, acho que a gente consegue dar conta desse desafio.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor percebeu, lá no Sul, na conversa que teve sobre esse tema, uma disposição de...

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – Sim, muito grande, tanto dos Municípios quanto do Estado e sempre com a dúvida: como serão os recursos.

Eu falei exatamente nesse sentido, quer dizer, vamos acertar a base econômica e ter responsabilidade de ir transferindo e monitorando a aplicação.

Mas muita disposição no Rio Grande do Sul. Acho que vamos mudar a realidade de lá.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Obrigada ao Secretário, obrigada ao Professor.

Agora nós temos também a Drª Ana Maria inscrita, mas eu queria passar primeiro para a Flávia Viotti Siqueira.

A Flávia mora aqui em Brasília, é mãe da Gabriela, que está aqui, junto com a gente, linda. Levante a mão, Gabriela. É o nome da minha filha.

A Gabriela tem nove anos e tem a deficiência da biotinidase.

Então a gente queria passar a palavra à Flávia, para ela fazer a sua manifestação.

A SRA. FLÁVIA VIOTTI SIQUEIRA – Muito obrigada.

Primeiramente bom dia, Senadora. Obrigada pela oportunidade de falar. Em seu nome, cumprimento as demais autoridades e os membros integrantes da Mesa.

Assim como o Dr. José Alcides, eu não sou médica, não sou técnica, mas sou mãe. É difícil às vezes falar.

Há nove anos Gabriela nasceu... Desculpe. Foi diagnosticada com deficiência da biotinidase.

A gente teve a sorte, a felicidade de poder fazer um teste na rede particular. Eu precisei que a minha terceira filha nascesse para saber da importância do teste do pezinho.

A Gabriela hoje é uma criança normal, não tem absolutamente nenhum problema de saúde e tudo isso com o custo de dez reais por mês. O tratamento para a deficiência da biotinidase me custa dez reais por mês.

É doído saber que nascem crianças todos os dias neste País e morrem por causa disso. Se a Gabriela ficar sem a biotina, que ela tem que tomar, que é uma vitamina... É uma doença tão simples!

Eu tenho essa felicidade. É diferente, eu sei, de muita gente, como no caso da fibrose cística, que tem um tratamento caríssimo.

A Gabriela precisa só de dez reais por mês para ser uma criança saudável sem nada, sem nenhum problema. É muito difícil a gente ver que nasce criança... E os sintomas que ela poderia ter se não tivesse esse tratamento. Com certeza ela não estaria aqui, hoje, não estaria andando, ela não enxergaria nem escutaria.

Eu não sou médica, mas gosto muito de números. Sou financista, pode-se dizer assim. Pela lógica, nunca consegui entender. Fiz estudos com dados do IBGE, do Ministério da Saúde, diversos estudos de números.

Uma criança com deficiência da biotinidase vai ter um custo para o Ministério da Saúde nos três primeiros anos de vida. Depois do terceiro ano de vida, ela é uma criança barata. Se ela não tivesse sido diagnosticada, se não estivesse sendo tratada, o Governo estaria pagando uma escola para uma criança surda, estaria pagando um tratamento para uma criança inválida, com certeza, e toda uma família que está ali junto. É uma mãe que vai deixar de trabalhar para tomar conta dessa criança, é uma família que vai sofrer muito e que vai trazer muito custo para o Governo. Então, nunca consegui entender muito.

Hoje sim, estou muito orgulhosa de... como mineira, sou mineira também. Trabalho no Nupad, que conheço há algum tempo por intermédio da Drª Eugênia Valadares, geneticista fantástica, Drª Ana Maria, também. Tive a oportunidade – e Drª Paula – de conhecer em um congresso, porque numa hora dessa a gente vira médico também. Dr. Fernando com certeza deve saber disso. E Drª Ana Maria, inclusive quando tive a oportunidade de conhecê-la, me falou: eu perdi uma criança com deficiência da biotinidase. Não me esqueço disso. A Gabriela, na época, tinha dois anos de idade. Você escutar que uma criança morreu, sendo que ela podia ter tido um acesso tão fácil, um exame tão simples e tão barato! E um tratamento, principalmente, tão barato. É diferente de você escutar: olha, vai custa mil reais por mês um tratamento ou cinco mil, o que seja. São dez reais. Não é nada.

Então, a gente hoje... Eu tenho aqui a Ana Gabriele, que veio de Pernambuco. O filhinho dela, Gabriel, também tem a deficiência da biotinidase. Nós temos hoje um grupo de pais que luta para essa inclusão.

Então, apesar de o aniversário ser da Drª Ana Maria, o presente foi nosso também.

Queria agradecer muito a disposição do Dr. Helvécio e vou cobrar. Tomara que isso aconteça logo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Obrigada, Flávia. A sua emoção é a nossa.

Eu queria passar a palavra agora para a Drª Paula, que pediu inscrição. Logo em seguida, para a Verônica Stasiak, que é psicóloga do Estado do Paraná. A ideia seria ouvir o plenário e, quando se encerrassem as inscrições, passar para a Mesa, para que cada um, em três ou quatro minutos, pudesse fazer um fecho ou um encaminhamento.

Então, Drª Paula.

A SRA. PAULA REGLA VARGAS – Eu tive que me ausentar, não ouvi o resto da discussão. Talvez eu repita o que os outros colegas falaram.

Eu só queria reforçar uma coisa muito importante, que foi a função desta reunião, que trouxe técnicos científicos, pessoas ligadas à nossa política, pessoas ligadas ao Ministério da Saúde, principalmente famílias para comemorar, porque realmente são dez anos de comemoração. A discussão de várias coisas per-

passa por esse controle que a gente tem que fazer da sociedade civil, dos nossos gestores públicos, dos nossos pacientes.

Parabenizo as famílias, os colegas da biotinidase, o Fernando, que tiveram uma visão tão linda do programa, entendendo que não adianta só incluir doenças onde a gente não busque a qualidade, a gente não busque o acesso dos pacientes, a gente não busque a disponibilidade dos medicamentos. Isso nos faz pensar em como expandir o nosso programa, porque a tecnologia ditando em massas é antiga, da década de 60. Ela é usada para uma série de coisas, mas, como o Professor Marcos colocou, em países do primeiro mundo como a Alemanha, onde incluíram muitas coisas, eles acabaram reduzindo depois, em função do que vinha por trás disso.

E, quando o Marcos estava falando, eu me lembrei de contar uma coisa que acho que é bem importante. Dois anos atrás, eu participei de uma discussão na Alemanha, exatamente, com o grupo europeu de erros inatos do metabolismo, onde eles estavam discutindo tratamento e acompanhamento dos programas de triagem neonatal. E eu fiz uma exposição sobre o Brasil que foi citada no final, tendo o Brasil como um modelo para os países europeus, porque eles não têm um programa como o nosso, de tratamento e acompanhamento dos pacientes.

Então, em função disso, acho que a gente realmente está de parabéns. O nosso programa é muito bonito, ele é muito importante, é fundamental, mas nós temos, todos, que refletir sobre qual é o nosso papel hoje, neste dia 6 de junho de 2011, levar para os nossos centros de atendimento essa consciência de que nós temos que falar mais da triagem neonatal, que temos que ampliar a cobertura precoce, precisamos da força dos nossos técnicos para levar para o gestor a nossa demanda de medicamentos, de atenção, de acesso. Certamente assim o nosso programa vai crescer.

Eu estava dando uma entrevista ali fora e me perguntaram, como presidente da sociedade, o que eu acredito que vai acontecer nessa triagem neonatal.

Eu sou uma pessoa particularmente muito positiva, vejo com muito bons olhos esse programa e tenho certeza de que a gente vai crescer, mas para isso o apoio do Senado, dos nossos políticos, do nosso Ministério da Saúde, dos nossos professores universitários, inclusive dos nossos familiares é fundamental para esse programa crescer. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Obrigada, Drª Paula.

Passo, então, à Drª Verônica, psicóloga paranaense portadora de fibrose cística com diagnóstico tardio.

A SRA. VERÔNICA STASIAK – Muito obrigada, Presidente Gleisi.

Bom dia para todo mundo. Vou tentar não me emocionar também, porque, assim como a Professora Ana falou do seu aniversário, quem me conhece bem sabe que eu sou uma pessoa que gosta muito de comemorar aniversários. E, até os meus 23 anos, quando aconteceu o meu diagnóstico de fibrose cística, eu comemorava aniversário da minha primeira cirurgia do pulmão, da minha segunda cirurgia do pulmão, depois, da retirada da vesícula, depois, de uma outra fratura, enfim. Eram muitos os aniversários que eu tinha para comemorar. Mas eu realmente nasci de verdade em outubro de 2009, quando recebi o meu diagnóstico na FEP. Fui absolutamente bem atendida lá. Mas o meu sonho hoje, com 24, um ano e meio de vida, digamos assim, é que as pessoas não levem tanto tempo para descobrir e que as pessoas não sofram o tanto que eu sofri até receber esse diagnóstico, que não precisem estar, aos 24 anos de idade, com a carga de medicamentos, de tomografia e de exames e de internamentos. Inclusive a minha médica, se estiver assistindo, me desculpe. Na terça, estou aí para me internar. Fugi do internamento para vir para cá. Com muito orgulho, se me permitem os pacientes, estou aqui tentando representar de alguma forma.

É muito triste ver tanta gente sofrendo, tanta gente morrendo sem ter tido nem o direito básico de tratamento e de diagnóstico. E não só o diagnóstico, o tratamento. O nosso tratamento é complexo. Falo pela fibrose cística, mas honro cada patologia que deve ser diagnosticada. É um direito de vida das pessoas. A gente fala de custo de vida, de quantas pessoas podem se desenvolver e trabalhar.

Muito orgulho também ter ouvido a Senadora Ana Amélia comentar sobre o grupo Unidos pela Vida, que foi um grupo que tenho a honra de dizer que comecei com uma brincadeira e que, hoje, a gente trabalha firmemente no Brasil para fazer a divulgação da fibrose cística, porque minha mãe sempre comenta: "Filha, se eu soubesse que um dos sintomas era a pneumonia de repetição, você não tinha passado por tudo o que você passou. Horas, meses e tanto tempo em UTI." Todo mundo me conhece no hospital. Graças a Deus, consigo levar minha vida bem. Hoje comemoro meu aniversário de fibrose cística e quero comemorar noventa anos de fibrose cística, se Deus quiser e o tratamento permitir. Mas não quero que as pessoas passem o que eu passei, e sofram o que eu sofri, e esperem tanto tempo por um diagnóstico. Não é justo e não é fácil.

Se eu posso fazer um pedido, não em termos técnicos, nem políticos, mas, por favor, vamos imaginar

que o seu filho tem a fase III ou não tenha nome de fase. Todas as patologias merecem ser diagnosticas e tratadas. A gente tem direito de viver bem.

Era isso!

Obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Verônica, muito bonito o depoimento.

Queria passar também a palavra à Simone Arede para fazer uma pergunta ou comentário, porque foi solicitado.

A SRA. SIMONE AREDE – É sobre o teste do pezinho expandido. Alguns são contra. Eu tenho um filho que tem homocistinúria que pode ser detectada no teste do pezinho expandido.

O que acontece? Ele teve um diagnóstico tardio e, é lógico, tem sequelas e tal. É um tratamento difícil. Quando a gente tem um diagnóstico, depois de certo tempo, a gente entra na Justiça e o Governo paga o tratamento. Então, por que o Governo não faz esse tratamento desde que ele nasce, antes dele ter as sequelas, se, depois, ele vai pagar mesmo? Porque a lei dá esse direito de depois ele ter o tratamento. Então, por que fazer nós, mães, e os pacientes sofrermos? Eles têm deficiências gravíssimas e, muitas das vezes, morrem. Se puder ser feito antes, eles vão ter uma vida normal.

Como disse a Drª Ana Maria, não é caro para fazer a triagem. Parece que todos os Estados têm a máquina que faz. Por que não fazer? Por que deixá-los com sequelas? Apesar de muita gente falar "ah, a homocistinúria é uma coisa muito rara", mas eu vivo em casa com a homocistinúnria, não só em casa, mas com todos os pacientes que há pelo Brasil. Se o senhor me disser que, lá em Minas, tem um com homocistinúria, pode ter certeza de que, em menos de um mês, eu vou estar lá. Vou conversar com a mãe, vou explicar como eu faço a dieta, como não faço, umas dicas para conseguir tomar a fórmula, fazer a comida e tal. Eu faço isso constantemente. Acho que não custa nada se ter o diagnóstico precoce e não ter as sequelas que tenho. Olhar o filho que tenho totalmente normal e ele não poder ir para uma faculdade, não poder estudar, não poder ter uma vida normal como todos os outros, eu não acho que seja uma coisa legal. Por que os pacientes da fenilcetonúria podem? Todos os pacientes de fenilcetonúria, com o diagnóstico precoce, estão em uma universidade, e os da homocistinúria não podem, porque eles não conseguem enxergar. Até lá, eles vão acabar tendo algumas deficiências, quando não morrem.

Eu conheço pacientes da cidade do Paraná que são pacientes gravíssimos. Passou pela associação dele uma família com quatro filhos com homocistinúria. A mãe perdeu todos eles. Só tem uma viva. Essa viva, com 39 anos, nunca tinha tomado piridoxina, que é um medicamento básico. Eu, que sou leiga, que não sou médica, quando descobri que meu filho tinha homocistinúria, fui à Internet e vi que meu filho tinha que tomar piridoxina, porque podia ser que ele respondesse. Essa paciente de Campo Largo nunca tinha tomado piridoxina, com 39 anos, apesar de saber que era homocistinúria e de os outros três irmãos terem falecido. Tem uma família em Araucária, e esse eu levei para dentro da minha casa. Eram duas crianças: a menina faleceu e o menino está muito mal, já está cego, tem um retardo gravíssimo e está totalmente ruim. Por quê? Porque não teve um diagnóstico.

Por que não fazer também o diagnóstico precoce dessas pessoas? Por que é uma doença rara? Não é rara. Eu venho aqui e, se quiserem, eu trago todos eles, vou colocar aqui e vão ver que não é raro, porque eles existem. Então, acho que não pode ser "ah, é raro" ou, então, "ela é cara" ou qualquer coisa assim. Não, não existe isso! O que existe é que pode ser evitado. Se pode ser evitado todo o sofrimento, deve ser evitado, e o sofrimento é triste.

Hoje em dia, a gente vai ao cardiologista e um dos exames que faz parte da nossa rotina é a dosagem da homocisteína. Todo cardiologista pede a dosagem da homocisteína, igual pede a do colesterol, só que o pessoal da homocistinúria tem essa homocisteína altíssima. Nós, que não temos a homocistinúria, se estivermos com a homocisteína a 16, 17, o médico se preocupa porque podemos ter doenças cardiovasculares. E um paciente que tem 300 de homocisteína? Não se precisa preocupar com esse paciente? Quando fizeram o protocolo clínico da osteoporose, em 2002 – há quantos anos? –, já foi dito que uma das causas da osteoporose é homocistinúria, mas não se cuidou da homocistinúria e não se cuida até hoje. Então, acho que a homocistinúria tem que ser olhada.

Eu sei que existem outros erros inatos que são ligados a proteínas e que são gravíssimos, porque vejo isso. Quando levo meu filho para ser atendido, vejo outras mães com outras doenças que não sei direito o nome, mas sei que são até mais graves que a homocistinúria. Presenciei lá pacientes que morreram depois de eu conhecer, porque tiveram um diagnóstico muito tarde e não deu tempo de tratar. Então, tudo isso deve ser pensado na hora de decidir se não deve ser feito o expandido por esse ou por aquele motivo, porque no país tal teve, no país tal não teve. Não! Não temos nada com o país tal que teve ou não teve. Temos com os nossos brasileiros, com os pacientes daqui, e os daqui, eu garanto, sofrem e sofrem bastante. Eu não tive um paciente de homocistinúria que esteja perfeito, que

esteja bem, porque todos tiveram o diagnóstico tardio. E, além do diagnóstico tardio, não existe um protocolo clínico de como vai ser o atendimento. Os médicos não conhecem e fazem o tratamento todo errado.

Eu acho que o Ministério da Saúde tinha, sim, que criar um protocolo clínico para a homocistinúria, dizer como vai tratar e, mesmo que não colocasse na triagem neonatal... O Ministério da Saúde fez uma portaria, em 2007, criando um grupo de estudo para disponibilizar as fórmulas pelo SUS. O tratamento é com as fórmulas. O dinheiro que se vai gastar é com as fórmulas. Criou esse grupo de estudo, tem um trabalho todo pronto, mas isso ficou no papel e não resolveu. Então, se não vai colocar na triagem neonatal, pelo menos que termine aquele trabalho ali para que não continue desse jeito porque não é só a distribuição das fórmulas. Vai existir um protocolo. Vamos supor, se sou uma médica do interior e não conheço nada, a partir do momento que existir um protocolo e eu pegar o exame de uma criança com homocistinúria, eu vou saber o que fazer, e não vai acontecer o que aconteceu comigo. Moro no Rio e fui em todos os especialistas do Rio, em um dos melhores possíveis, mas só consegui o diagnóstico do meu filho em São Paulo. Quem paga as passagens para eu ir a São Paulo levar o meu filho é o Governo – tratamento fora do domicilio. Não só no Estado do Rio, como o Estado do Paraná também paga para os pacientes irem a São Paulo, e daí por diante. Por quê? Porque sabem que não tem tratamento lá, e por que não? Se existir um protocolo – naquela portaria, os estudos ficaram todos prontos –, vai até se economizar com essas passagens, com esses tratamentos fora de domicilio. Não vai existir economia com a fórmula. Todo mundo tem a fórmula. Entra na Justiça e ganha a fórmula. Então, não existe economia, porque há o dinheiro todo. O que vai existir é que não vamos sofrer tanto como as outras.

Eu só quero que me expliquem isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Obrigada, Srª Simone. Parabéns pelo seu trabalho, pela assistência e solidariedade que presta às famílias, em especial as do Paraná, que represento.

Queria passar a palavra ao Dr. Carlos Henrique, Procurador.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Bom dia.

Queria cumprimentar a Senadora Gleisi, a Professora Ana Maria, meu amigo Fernando Gomide e dar os parabéns para a Professora, ao Secretário de Atenção à Saúde, Dr. Helvécio, ao Professor José Alcides, ao Professor Marcos José.

A minha contribuição será bastante rápida. Tenho tido a oportunidade de participar, algumas vezes, também nesta Casa de audiências públicas. Temos alguns trabalhos na área de saúde. Faço um acompanhamento dos colegas que têm fibrose cística. Fizemos vários trabalhos conjuntos. A minha constatação é que os espaços que são reservados à participação popular e a percepção que as pessoas da sociedade têm do quanto elas conseguem influenciar na política pública ou na decisão dos gestores são pequenos, e têm se tornado cada vez menor. As pessoas acabam tendo que buscar caminhos alternativos.

Temos uma discussão grande sobre o que se convencionou chamar de "judicialização" da saúde. Eu não gosto muito do termo. Acho que o termo não constata muita coisa, mas certamente constata que os espaços sociais para a discussão do atendimento á saúde estão enfraquecidos. Eles estão enfraquecidos e as pessoas precisam buscar, às vezes, medicamentos mais caros, às vezes, tratamentos mais caros, ou outros que nem são tão caros, mas elas precisam realmente de outros caminhos para esse acesso.

Foi perguntado ao Professor Marcos José sobre o custo da implantação do teste de identificação e ele deixou muito claro que talvez esse custo nem seja o mais importante. O mais importante é o custo do acompanhamento, do tratamento do paciente. Mas há também outro custo que é muito mal dimensionado até pela sua dificuldade.

Nós temos as pessoas que são acometidas de doenças crônicas são usuárias crônicas do sistema de saúde. Elas são usuárias, são demandantes, certamente, de procedimentos caros. É muito comum que essas pessoas, sem o atendimento adequado, precisem de terapia intensiva, de tratamento intensivo, sejam, então, por exemplo, demandantes de UTI, gerando gastos enormes. É realmente muito difícil colocar isso na conta, mas é imprescindível que levemos em conta que essas pessoas demandarão, sim, serviços de saúde, que existirão gastos que serão feitos com elas, além de todas as sequelas familiares e sociais que foram ditas aqui. Por essa dificuldade toda, é importante que isso seja levado em conta.

Foi abordada pelo Secretário de Atenção à Saúde a questão da lógica do SUS, que não é uma lógica impositiva, é uma lógica negociada com os Estados. Também fiquei pensando sobre esse aspecto. É um aspecto que não podemos mudar, mas talvez possamos interferir fortalecendo os mecanismos de indução para que as unidades federativas, sejam elas Estados, sejam elas Municípios, que prestam a totalidade dos serviços, possam avançar na prestação desse serviço, inclusive com uma compensação financeira por isso. Certamente, no Ministério da Saúde, para a maior parte dos procedimentos nos quais as unidades federativas avançam, há uma compensação financeira.

Parece-me, todavia, que é preciso fortalecer. Consigo perceber isso com muita clareza.

Foi citado aqui o Estado de São Paulo sobre o teste do pezinho, a identificação da fibrose cística na fase III, na verdade. No Estado de São Paulo, houve uma ação judicial promovida pelo Ministério Público. Uma colega do Ministério Público Federal, em São Paulo, moveu uma ação. Só para relatar, o Rio Grande do Sul informou que não há óbices de ordem técnica para que ele implante essa fase logo. O próprio Rio de Janeiro também disse que não há óbices de ordem técnica para implantar a fase III dessa identificação.

Precisamos, então, azeitar a máquina para que ela possa andar com mais celeridade para que não precisemos, e certamente vai acabar em uma situação dessas, impetrar novas ações para induzir os gestores a implantarem essas novas fases e para que o serviço público possa andar com mais celeridade, porque, se ele está na Justiça, isso é uma demonstração de que não está no local adequado e de que podia ter sido tratado de melhor maneira.

Era só isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Muito obrigada. Agradeço ao Dr. Carlos.

Não temos mais inscritos para perguntas. Gostaria de consultar ao Plenário se mais alguém quer se pronunciar. *(Pausa.)*

Por favor, diga seu nome, o Estado e a representação.

A SRA. ARACÉLIA LÚCIA COSTA – Bom dia a todos. Bom dia autoridades da Mesa. Sou Célia, Superintendente da APAE de São Paulo.

A APAE de São Paulo foi citada como a organização que trouxe o teste do pezinho para o Brasil. Assim como a Dr.ª Ana, fico constrangida de saber que São Paulo ainda não é o modelo de gestão que deveria ser. Nesse sentido, queria fazer uma sugestão para o Dr. Helvécio: assim como o senhor sugeriu criar um comitê nacional que possa acompanhar as metas do próximo PPA, que também pudesse indicar a composição de um comitê estadual, com gestores públicos e sociedade civil, para que a gente também pudesse acompanhar a implantação e o monitoramento do programa nacional no território brasileiro e em cada Estado.

São Paulo, como todo mundo já disse, sob liminar, está fazendo a fibrose cística, mas, até o momento, a gente aguarda a mudança de fase pelo Ministério da Saúde por três meses. Gostaria de também aqui reiterar a importância desse retorno para o Estado de São Paulo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Obrigada Célia. *(Pausa.)*

Pois não. Diga o nome, de onde é, entidade.

A SRA. KARINE SANTIELLE – Bom dia a todos, às autoridades, aos médicos presentes na Mesa.

Eu me senti um pouco na obrigação de falar, até por conta dos depoimentos das pessoas.

Eu sou a Dr.ª Karine, sou endócrino-pediatra e sou Coordenadora Estadual do Programa de Triagem aqui no Distrito Federal.

O Distrito Federal está passando por uma fase de mudanças. Nós fomos considerados, por muito tempo, um serviço desorganizado, não por falta de apoio, recursos, porque temos profissionais excelentes que trabalham dentro do programa, não só do programa de triagem, mas dentro da Secretaria.

Em 2008, foi criada uma lei no Distrito Federal ampliando o teste do pezinho para todas as crianças nascidas no serviço público do Distrito Federal. Eu trabalhava desde 2006 no teste do pezinho. Era coordenadora, à época, do Serviço de Referência. Nós, como grupo técnico, ficamos assustados porque, em nenhum momento, fomos chamados ou fomos questionados, sequer, a respeito dessa lei. Essa lei foi criada e sancionada, e nós fomos atrás do que poderíamos se fazer. Chegamos para o grupo, o núcleo de genética que funcionava no hospital de apoio, e conversarmos com a Dr.ª Terezinha. "Dr.ª Terezinha, o que vamos fazer se, em nossa realidade, a gente corre atrás de recursos, corre atrás de reagente para que não falte?" Realmente, a gente tem, desde 2006, o Tafenil, e não tem falta de reagente, mas passamos por falta de hemoglobina. Fazemos triagem da fase II, desde 2003, mas, olhando o mapa, estamos na fase I. "Como vamos fazer para correr atrás desses recursos?" Qual foi a resposta da Dr.ª Terezinha? Ela nos falou: "Nós já atendemos essas crianças, porém sequeladas. Nós já oferecemos o tratamento para elas." Esse tratamento já fazia parte, esses leitos tão caros, na nossa farmácia de alto custo. Então, compramos a idéia e fomos atrás dos recursos. Fizemos um projeto básico e implantamos. Desde janeiro deste ano, 2011, estamos com a triagem ampliada no Distrito Federal.

Eu me senti na obrigação de falar para a Flávia que diagnosticamos um paciente de biotinidase e, ao Dr. Fernando, que convocamos 29 pacientes para refazer o teste em relação à fibrose cística. *(Palmas.)*

Escutei da Dr.ª Tânia que quem pega o vírus do teste do pezinho, fica com o vírus para a vida toda. Então, eu acompanho, faço tanto a parte técnica de organização, como atendo os pacientes de hipotireoidismo congênito, e tenho muito orgulho, apesar de termos muitas dificuldades.

Quero aproveitar esse momento para pedir apoio. No Distrito Federal, precisamos de apoio político para que as coisas funcionem, porque realmente estamos precisamos de coisas pequenas. Já tivemos a visita do serviço técnico do Ministério da Saúde, nos colocando os pontos em que precisamos aprimorar. Falta realmente muito pouco. Então, quero aproveitar essa oportunidade para dar um retorno para vocês, pais desses pacientes. Fazemos isso com muito orgulho e com muito cuidado. Não foi uma coisa que fizemos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KARINE SANTIELLE – Quando chamamos essas famílias, tomamos muito cuidado, para não fazermos a coisa de qualquer jeito. Tivemos muito cuidado. Há dois anos estamos trabalhando, buscando recursos, recursos humanos. O nosso grupo técnico busca se informar. Chamamos o CDC de Atlanta para vir ao nosso laboratório. Há um mês, tivemos a visita do CDC de Atlanta, para que o nosso laboratório também funcione com qualidade e para que esses pacientes tenham um tratamento com qualidade.

Então, senti-me na obrigação de dar esse retorno para vocês e de, aproveitando a oportunidade, pedir apoio para que realmente consigamos passar para a fase III. Na prática, já estamos fazendo as doenças da fase III e outras mais.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Agradeço a Drª Karine.

Agora, passo a palavra à Mesa, para as considerações finais.

Antes, peço ao Secretário Helvécio que, em sua fala de encerramento, fale um pouco sobre o cartão SUS e como ele pode ser instrumento de acompanhamento nessa situação.

A todos os que participaram, pergunto de que maneira o Senado da República pode ajudar? O que podemos fazer aqui? Seja do ponto de vista da discussão, de legislação, na questão orçamentária, enfim, como nós Senadores podemos participar desse processo?

Já são 11 horas e 45 minutos, sei que todos têm compromisso, talvez possamos dar de três a quatro minutos para as considerações finais e encaminhamentos, aí encerraremos a nossa sessão.

Para iniciar, passo a palavra à Drª Paula.

A SRA. PAULA REGLA VARGAS – Sendo absolutamente breve, uma vez que já dei vários recados, é importante comemoramos estes dez anos de uma forma muito enfática.

Temos que apoiar as ações do Ministério da Saúde, que, de uma forma geral, procura trabalhar com qualidade. Não adianta incluir procedimento sem que haja a regularidade do gestor em cada Estado, mantendo suas ações, fornecendo o insumo terapêutico para o paciente, ajudando, junto à sociedade civil, para que façamos uma coleta precoce da triagem neonatal, que é um fator importantíssimo para que possamos incluir novas doenças.

Respondendo à Senadora Gleisi, esperamos desta Casa, do Senado o apoio no orçamento, porque os custos são elevados e acabam sendo mais para aprovação de orçamentos. Basicamente, que tenhamos essa força política junto aos nossos gestores, para que as nossas ações sejam realmente efetivas.

Agradeço a possibilidade de estar aqui, de dar o nosso recado e devo dizer à Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal, assim como à Ana Maria, que hoje estão se sentindo completamente aniversariantes.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Muito obrigada, Drª Paula.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Gomide.

O SR. FERNANDO GOMIDE – Para concluir, hoje já foi mencionado pela Senadora, mas não podemos deixar de lembrar, neste dia, de um parlamentar que defendeu todos os portadores de doenças crônicas e que sempre lutou pelo teste do pezinho, o já mencionado ex-Senador Flávio Arns. Durante muito tempo, ele aqui representou a voz do povo junto ao Governo.

Hoje, a sociedade tem muita esperança na nossa Presidente Dilma, porque ela, mãe, tem sensibilidade diferente ao tratar todas aquelas famílias que necessitam de saúde básica.

Devo falar à Drª Karina que ficamos assustados, porque são 29 novos casos de fibrose cística em menos de seis meses. Isso mostra que a incidência é grande e temos que ficar atentos para que essas crianças tenham tratamento digno, e que não demore.

Deixarei meu telefone. Como a minha amiga, também vou à casa de todos, ensino a dar a enzima, faço todo o tratamento precoce para minimizar o sofrimento dessas famílias.

Agradeço e parabenizo a Senadora Gleisi pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Obrigada, Dr. Fernando.

Passo a palavra à Professora Ana Maria.

A SRA. ANA MARIA MARTINS – Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer o convite. Esse foi o maior presente que eu poderia receber.

O outro presente veio do Secretário Helvécio. Eu realmente fico muito contente. É verdade o que disse para a mãe da Gabriela, que vi uma criança falecer com biotinidase. Para que tenham uma idéia: são convulsões de muito difícil controle. Acriança convulsiona

sem parar e não responde a medicamento nenhum. Depois, evolui para um quadro muito grave e a criança fica toda torta. Ao falecer, a criança fica como se fosse uma vírgula. Eu assisti a isso. Vi a criança. Depois de 15 dias, ela foi internada em nosso hospital e foi a óbito.

Então, fico muito feliz de saber que é algo tão simples. Com isso, vamos conseguir evitar que aconteça a muitas crianças no Brasil. A minha postura, embora professora e médica, é muito mais a de mãe. Acho que todos os pacientes, todos os cidadãos têm direito a tratamento.

Sou otimista, mas também realista, e creio que será um pouco mais demorada a realidade de um teste expandido. Então, proponho que, pelo menos, para que essas doenças não fiquem completamente abandonadas e sabendo que a cada nova doença sofremos pela sequela que ela deixa... ficamos felizes por aqueles que tiveram a sorte de fazer; mas é muito angustiante, é muito difícil trabalhar num ambiente em que se vê isso todos os dias.

Então, proponho, pelo menos, a elaboração, com o apoio do Ministério da Saúde, de uma cartilha que oriente tanto as maternidades, os berçários, quanto a unidade básica de saúde quanto a quando ela deve pensar esse tipo de doença, para que se consiga fazer um diagnóstico um pouco mais precoce, para amenizar, diminuir as graves sequelas que ocorrem.

Eu me coloco à disposição. Devemos criar um grupo para construir essa cartilha. O apoio seria quanto à sua distribuição nos berçários e nas unidades de saúde.

Esse será um outro excelente presente de aniversário. Como estarei sempre junto nesse aniversário da triagem neonatal, todos os anos vou pedir alguma coisa, aí chegaremos lá.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Muito bem. Obrigada, Professora Ana Maria.

Passo a palavra ao Dr. Marcos, para que faça as suas considerações.

O SR. MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR – Inicialmente, quero agradecer a todos pela oportunidade.

Não quero sair sem, de certa forma, abordar as questões levantadas por pessoas sobre aquilo que eu falei.

É importante pensar que há uma grande diferença entre diagnósticos e triagem neonatal. Ao diagnóstico, ao tratamento, todas as pessoas têm o direito e o dever, mas termos o protocolo para todas as doenças é essencial. No entanto, a triagem neonatal inverte, bota a pirâmide de cabeça para baixo. No diagnóstico, temos um paciente, uma família que tem um filho doente buscando saber o que tem seu filho. Já na triagem neonatal, trata-se de uma família com um filho sadio, em cuja porta eu bato para dizer que o filho não é sadio. Isso implica uma série de problemas.

É importante que as pessoas saibam que, não é por ter raiva das pessoas que a Alemanha, das 52 doenças, conseguiu fazer a triagem de apenas 10, porque existem considerações sérias de saúde. A Inglaterra, com dois grupos de trabalho, estudou a espectrometria em massa, mas ampliou apenas com uma doença. Quer dizer, existem motivos médicos para que isso aconteça, não se trata simplesmente de desprezo pelas pessoas.

Gostaria de trazer uma experiência. Quando damos o diagnóstico de 18 pessoas e aborda 1283, estamos disseminando bem ou mal? Temos que pensar nessa questão. Que repercussão há ao informar a uma família que teve um filho que ele tem uma doença grave? Será que, quando damos essa informação, a pessoa aceita? Digo a vocês que já tive, infelizmente, oportunidade muito feliz de transmitir a uma mãe de um filho de um ano e pouco que tinha até então síndrome Down que ele não tinha essa doença. A mulher começou a chorar na minha frente e disse: O que faço com o meu filho agora? Eu já me acostumei, não sou capaz de lidar com ele em outra situação? Eu fiquei completamente perdido na consulta.

Essas coisas são complexas e difíceis. Sou medico. Nunca fui do Ministério, nunca fui de uma secretária nem municipal, nem estadual de saúde. Nunca tive nenhum convênio, nenhuma verba de nenhuma dessas coisas, mas sou um defensor, por ideologia, do Sistema Único de Saúde, e sofro muito quando em meu Estado, o jornal do CRM e, em todo o Brasil, o jornal do CFM mostram que o prato mais fácil de se chutar é o Sistema Único de Saúde. Críticas ao sistema não faltam.

Verificamos que o Sistema Único de Saúde não tira dinheiro, nem tem um pé de dinheiro no Ministério da Saúde, nem no Sistema Único de Saúde, é o nosso dinheiro que está lá e que precisamos defender.

Não é tão simples resolver todos os problemas de uma penada só. As coisas são complexas, difíceis e temos que resolver os problemas de saúde.

Gostaria de deixar isso claro.

Em relação à biotinidase, o Helvécio sabe que em Minas o Nélio chegou a dizer que dá o aval. Mas realizamos testes de biotinidase em 200 mil recém-nascidos, desses, identificamos 181. Dos 181, 179 não tinham nada. Encontramos oito e todos têm deficiência parcial.

Para deficiência parcial precisa haver triagem? Muitas pessoas dizem que o deficiente parcial é portador. Tratamos o traço falciforme? Não, porque se trata de uma pessoa normal. Todos nós somos portadores -

no aspecto de ter um gene alterado – de, pelo menos, dez doenças autossômicas recessivas. Se todos nós formos tratados desse jeito, estão fazendo bobagem.

Então, o grande aspecto positivo que existe na deficiência da biotinidase é o de que, quando montamos a infraestrutura para o teste de triagem neonatal, se trata apenas de um teste a mais que não é caro e cujo valor do tratamento é absolutamente ridículo. Quer dizer, gasta-se R$10 por mês. É isso mesmo! Mesmo que a prevenção de retardo mental ou de alguma doença seja a de poucas pessoas, é muito importante não deixar que essas pessoas fiquem de fora, porque temos estrutura. Isso é colocado, mas acho que é uma doença que tem de ser avaliada.

No meu Estado – é a minha opinião - e em nenhum outro, esse paciente não é tratado. Tivemos debates com neurologistas de São Paulo, da Escola Paulista de Medicina que concordou comigo. Eles não são afetados, mas portadores.

A coisa é complexa. Não queria terminar com essa questão, mas apenas levantar a complexidade da questão, que pode parecer simples.

O mais importante é estarmos comemorando dez anos e vemos que, nesse tempo, temos o que comemorar. Não é à toa que a Drª Paula traz experiências das quais o Brasil é referência em termos de triagem neonatal, talvez porque todos os países fazem a triagem, mas não tratam.

É muito fácil fazer a triagem e dizer: o problema é seu, se vira. Para o laboratório é muito simples. Mas para o pediatra, para aquele que vai seguir, que não sabe como tratar, como lidar, é muito complexo. Para a família que vai lidar com o menino é muito mais complexo e pesado ainda.

Então, são esses aspectos que temos que pesar.

Mas devo dizer que saio daqui realmente muito satisfeito, porque, honestamente, fiquei muito surpreendido com a fala do nosso Secretario de Atenção à Saúde e com o compromisso que ele assumiu hoje conosco. Ele não fez uma promessa, ele assumiu o compromisso de implantar, de promover a triagem neonatal nas quatro doenças e caminhar para mais duas. Incluir a hiperplasia congênita da suprarrenal, que é outra doença que realizamos um teste piloto e cujo diagnóstico é difícil, complexo, cuja implantação exige muito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) – Muito bem. Agradeço ao Dr. Marcos. *(Palmas.)*

Passo a palavra, para as considerações finais, ao José Alcides.

O SR. JOSÉ ALCIDES MARTON SILVA – Ficamos realmente muito felizes com esse empenho do Governo, da atual gestão do Ministério da Saúde, para que possamos avançar, e temos muito a avançar, muito, muito.

Eu agora vivo um novo momento, porque tenho uma netinha, a Maria, que nos trouxe uma nova reflexão. Bebê de novo em casa, surgem todas as preocupações. Lembro-me que, quando a mãe dela disse que estava grávida, a primeira preocupação foi "será que ela pode ter também um filho com o mesmo problema do Gustavo?". Essa é a nossa primeira preocupação.

Quem, em sã consciência, não deseja ter um filho pleno de saúde? A pessoa mais humilde do interior também fala que o mais importante é vir com saúde. Não é assim? É isso que queremos garantir, e é tão simples. O teste do pezinho é a maneira mais simples que existe de conservar a vida, de preservar a vida desses bebes, dessas crianças, que amamos tanto e que dão tanto sentido à nossa vida, à nossa continuidade.

Acho que o empenho do Senado é fundamental, como também de todo o Governo. Costumamos dizer que quem não é visto não é lembrado. Solicitamos esta audiência pública justamente para que pudéssemos, mais uma vez, trazer o debate, as preocupações. Oitenta e três por cento de cobertura é aparente, porque é cobertura para uma, duas doenças; não para todas as doenças que já são garantidas pela lei, que a portaria garante.

Então, temos que avançar, e esse compromisso de todos é fundamental.

Primeiro, gostaria de agradecer muito ao Secretário Dr. Helvécio, que nos atendeu no mês passado e com quem já havíamos combinado este encontra, que agendou e já trouxe essa notícia. Vim com muita esperança de receber essa notícia. Vamos lutar, no que precisarem contem conosco. Posso falar em nome de todos os serviços de triagem do Brasil que estamos totalmente abertos, para fazer parte de comissões, para ajudar, porque sabemos o quanto esse avanço é importante.

A Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal, as pessoas envolvidas no tema buscam sempre novas metas a atingir, acho que essa é a missão de todos e o Senado é nosso parceiro há muito tempo.

Fico feliz porque a comemoração deste dia foi uma provocação minha. Desculpem-me a modéstia, a falsa modéstia, mas pedi ao Senador Flávio Arns.

O mais importante da triagem neonatal é o conhecimento, a consciência das pessoas. O lema do Estado de Goiás é: teste do pezinho, quem ama não esquece. Uma forma de fazer com que as pessoas saibam da importância é informá-las desde a escola. Vemos o netinho chegar à casa com cocar no Dia do Índio, com quepe de jornal no Dia do Soldado, por que

não fazer o dia do teste do pezinho? Para que desde a infância a pessoa saiba da importância do teste do pezinho, e não ao sair da maternidade.

Essa é a nossa grande luta, mas um dia vamos chegar lá, principalmente quando a tecnologia permitir que nenhuma criança saia da maternidade sem que tenha colhido sangue para o teste do pezinho. Essa é a meta. Assim, não se perde caso, não há perigo de coleta atrasada nem nada. Nós vamos avançar. Vamos, com certeza, conseguir isso.

Haver diagnóstico para o problema do nosso filho também é essencial, mesmo que não tenha cura, que não tenha tratamento. Eu tenho o direito de saber o que meu filho tem. Se há tecnologia para descobrir o que ele tem, ela tem que ser usada, tem de ser feito.

A meta maior é um dia haver um teste do pezinho para todas as doenças possíveis, mesmo que seja para dar o resultado só a mãe. Só quem tem um filho que não teve diagnóstico e se arrasta por 15, 20, 30 anos sem saber o que ele tem realmente sabe o quanto isso é doloroso. Sei disso porque ficamos 16 anos buscando diagnóstico para o Gustavo, a ponto de um neurologista, sabendo da ansiedade de minha mulher para saber o diagnóstico do Gustavo, dizer: Como é o seu nome? Ela respondeu: Marli. Então, ele disse: Então, vamos dar o nome para a doença do Gustavo: síndrome do filho da Dona Marli.

Primeiro precisamos mudar a consciência das pessoas; depois, a nossa, de que a pedra pode cair no nosso telhado.

Muito obrigado, Gleisi. Muito obrigados a todos vocês. Obrigado também por ter conseguido o espaço da Interlegis para fazermos a reunião da UNISERT, à tarde. Conte conosco, porque nós vamos sempre estar contando com vocês aqui. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) **–** Está bem, muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Dr. Helvécio, nosso Secretário Nacional de Atenção à Saúde.

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – Bom, eu queria começar sendo bastante rápido.

Primeiro, do ponto de vista da posição e da visão, do sentimento de cada pessoa, concordar, reconhecer e respeitar cada um, principalmente quando envolve a família, o filho, um pouco na linha que o José Alcides acaba de colocar. A diferença, para nós, de sairmos da posição de um demandante, com toda a justiça, com toda a clareza das reivindicações, para a posição de gestor público é que temos essa responsabilidade pública, com uma política pública que pretende ser universal, que pretende ser integral, que pretende ser de qualidade e que, para isso, precisa de sustentabilidade financeira. Então, temos que ter uma imensa responsabilidade ao colocarmos uma doença a mais para ser diagnosticado em uma triagem, um protocolo em alguma outra patologia, um medicamento, uma oferta assistencial hospitalar, um equipamento novo no Samu. Iguais a essas discussões, nós temos centenas no Sistema Único de Saúde, todas, do ponto de vista da saúde pública, de relevâncias variadas, mas individualmente todas absolutamente pertinentes e corretas.

A democracia nos deu, felizmente e brigamos tanto por ela, esses espaços de interlocução, de convivência, de discordância, mas fundamentalmente espaços que nos fazem, quando a administração tem essa abertura, o Parlamento cumpre a sua função e a sociedade civil se manifesta, de avançar conjuntamente. Então, saio muito convencido de que temos que ter abertura para essas colocações, temos que ter muita clareza nos passos que vamos dar e muita responsabilidade. Tudo que coloquei, vamos ter garantia de que vamos poder, do ponto de vista da posição do Governo Federal, do Ministério da Saúde, implementar.

Faço aqui duas rápidas menções. Primeiro, a situação do Distrito Federal.

Temos acompanhado, desde a segunda semana de janeiro, por determinação do Ministro Alexandre Padilha e a pedido do Governador Agnelo, um grupo de trabalho permanente com o Distrito Federal. Então, certamente tem algum problema no fluxo mais formal, porque eu acho que já tem que formalizar, já que, como a Drª Karine disse, estamos correndo contra o prejuízo de anos e anos de descuido com a saúde pública no DF, procurando recuperar. Não vamos fazer tudo de uma vez, mas também neste campo, e acho que principalmente, já temos tido com a questão do hemocentro uma relação grande, mas o que pudermos...

A mesma coisa para a questão de São Paulo. Se já está na prática, mesmo que por via judiciais, na fase III, precisamos... E temos toda a possibilidade, e eu vou tomar a iniciativa de, junto ao gabinete do Secretário Giovannni, tomar as providencias para ver se também, porque isso vai virando um estímulo... Acho que todos têm que concordar que é inconcebível que São Paulo... E se fosse um País, seria um dos mais desenvolvidos do mundo, mas com grandes problemas, com graves problemas no seu sistema de saúde, mas também estamos cooperando intensamente com o Estado de São Paulo e seus Municípios.

Então, só para fazer menção a essas duas questões.

A Simone fez uma colocação. E acho que a nossa posição é um pouco a que o professor Marcos já colocou. Mas, reconhecendo, até nas dificuldades eu acho que você cita um caso de sucesso com tudo o que significa de sofrimento do Sistema Único de Saú-

de, porque até a exceção está sendo custeada pelo Sistema Único de Saúde, mesmo que não seja da forma mais econômica possível, porque é o tratamento fora do domicílio.

Estou usando esse exemplo, como outros aqui, para dizer mais duas coisas.

Independentemente de estar, como o professor Marcos deixou claro, e até neste momento, no espectro da triagem neonatal, que tem característica próprias, condicionantes próprios, certa tecnologia tanto assistencial quanto de prevenção e de gestão, nós vamos avançar muito nos defeitos, nos problemas genéticos, em outros também. Vamos avançar muito na questão de ter diretrizes claras e protocolos, publicizar isso aos nossos profissionais, porque é fundamental. Se um pediatra, um médico de família, em qualquer uma das 36 mil equipes da Saúde da Família, no Brasil – a maior capilaridade em uma política pública no Brasil –, tiver dúvidas sobre o diagnóstico, se tiver lá um cartazinho, uma cartilha, algo, se tiver internet, alguma coisa, se gerar dúvida... Como diz lá em Minas: a gente só cumprimenta quem a gente conhece. Então, é preciso fazer esse esforço. Não é ficar paralisado porque não vai entrar em uma triagem. Há razões para isso. Mas acho que é avançar muito em protocolo, em diretrizes, em tratamento, em normas, em mudanças nas listagens da relação nacional de medicamentos de tecnologias. Essa é uma questão importante. Evidentemente, se já tivermos evidências sólidas que nos permitam, como gestor público, colocar nas rotinas do Sistema Único de Saúde, porque senão seremos cobrados inclusive pelo Ministério Público, pelo Judiciário e pelo Tribunal de Contas, nós vamos colocar com toda a segurança.

É muito importante essa questão do individual e do coletivo, e nossa preocupação é de avançarmos progressivamente, mas partindo de um patamar – e aqui foi deixado claro, mesmo com todas as opiniões e críticas muitos corretas do ponto de vista individual – de um caso de grande sucesso, de milhões, de milhões. Temos a grandiosidade de, e é um enorme desafio, de termos qualidade para os milhões, mas esse é outro patamar. Não é o patamar de diversos países desenvolvidos do mundo que sequer tem isso.

Acho que nós partimos de um patamar, mas precisamos avançar, e essa é a questão que tanto o Dr. Carlos Henrique e a Senadora Gleisi nos coloca. O espaço da participação tem que ser ampliado, mas essa é uma responsabilidade não só dos Governos, mas da sociedade civil e das suas representações concordando integralmente. Assim, temos a equação complexa: do direito, do acesso, da qualidade, da universalidade, da integridade e dos recursos. Nós não somos gestores sem orçamento. Temos orçamento e temos regramento no Brasil inclusive para executar esses orçamentos. Nesse sentido, temos muito que avançar na gestão, temos reconhecido. O Ministro Padilha tem dito isso insistentemente. Têm que ser discutidos mais recursos para a saúde versus mais gestão. Precisamos de doses altas dos dois. Reconhecemos que no nosso campo nós temos procurado avançar.

O Procurador tem toda a razão. O arranjo Federativo na Saúde ficou meio frouxo do ponto de vista da execução. Nós estamos buscando alternativas dentro do marco legal brasileiro, e nós vamos ter um decreto da Presidenta em poucos dias. Estamos chamando de contrato de ação pública organizativa, de tal forma a deixar mais claras as responsabilidades de cada ente federado, em cada das facetas da política pública de saúde, porque, se não tem dúvida hoje que o Prefeito não pode fazer de qualquer um deles, não pode fazer educação básica, tem dúvida se ele faz atenção básica ou não, tem dúvida se ele controla a dengue ou não, tem dúvida se ele cuida para que o teste do pezinho é feito. Queremos deixar mais clareza das responsabilidades e isso também significa mais responsabilidade para o Ministério da Saúde nesse arranjo. Acho que é um aperfeiçoamento. O Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público tem procurado avançar nisso no sentido de nos dar instrumento. Nos comitês executivos, temos feito diálogos tanto com os Ministérios Públicos como Conselho Nacional de Justiça.

E a questão fundamental, a Senadora lembrou, é que estamos precisando avançar na gestão. Será possível cada vez mais, em um país deste com milhões de brasileiros, com um número identificador, popularmente conhecido como cartão nacional de saúde, e estamos relançando em outras bases, muito mais inteligentes, mais econômicas e com muita segurança, traçar a vida clínica no que chamamos rede de atenção à saúde ao longo do tempo, no território nacional. Isso será progressivo, não é de um dia para o outro, mas vamos fazer. Essa é uma prioridade que inclusive é monitorada pelo gabinete pessoal da Presidência. Acho que nós vamos avançar muito porque, e a Senhora tem toda a razão, é um instrumento de gestão muito bom para isso, para fazer universalmente o que a UFMG faz com o apoio de gestores em Minas Gerais.

A última coisa, acho que o papel, também além desse espaço... E eu queria mais uma vez dar os parabéns à Senadora Gleisi, à sua equipe, ao Senado. Uma questão fundamental, naquela equação que eu disse da integralidade e da universalidade com qualidade para todos e usando as melhores práticas científicas, é que nós temos que fechar com a equação do financiamento. Portanto, a famosa Emenda nº 29, tem

que sair da Câmara definitivamente para voltar para o Senado, porque ela foi modificada lá. Precisamos, responsavelmente, em um debate com a sociedade brasileira, saber o que ela quer para o futuro do seu sistema de saúde. Será apenas uma discussão teórica se não tivermos recursos e muita gestão para aplicarmos esses recursos nas melhores práticas em saúde públicas do mundo que podemos ter no Brasil. Então, acho que essa contribuição também o Senado certamente, pelo que tem demonstrado, dará nesse estágio, nesse 20 anos do Sistema Único de Saúde.

Muito obrigado pela oportunidade, muito obrigado a todos pelas contribuições. Certamente serão levadas em consideração pelo Ministério da Saúde.

Bom dia a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT – PR) **–** Obrigada, Dr. Helvécio pela exposição.

Eu queria dizer a vocês que estou muito feliz em ter participado deste momento, que é um momento histórico. É o aniversário do teste do pezinho, o aniversário da Ana Maria, que está aqui e que tanto tem batalhado.

Não sou uma militante dessa área. Tenho dois filhos, mas nenhum filho com problema de deficiência. Também na minha família não tem, mas conheço amigos que têm. Desde a minha primeira campanha, eu sempre me aproximei muito, trabalhando junto com o ex-Senador Flávio, depois conheci o José Alcides também e as entidades. Sempre fiquei muito sensibilizada. Sempre pensei que eu poderia ajudar de alguma forma na minha caminhada política, dentro da área em que eu atuo, que é a área de economia, finanças, área de orçamento. A área social é muito importante e precisa ter esse amparo orçamentário para poder avançar. Acho que essa parte de nós podermos diagnosticar antes, de nós podermos fazer a prevenção, nós vamos ter ganho em todas as situações, na vida, no cuidado, com a família, com o orçamento, com as finanças. Então, quero me colocar à disposição nesse sentido.

Quero dizer que o José Alcides não foi o mentor apenas do Dia Nacional do Teste do Pezinho, mas também desta audiência pública e desta discussão que nós travamos, iniciamos as tratativas com o Ministério da Saúde, sobre a inclusão de mais duas doenças a serem diagnosticadas.

Quero aqui fazer um testemunho da abertura do Ministério da Saúde. Desde o primeiro momento em que procuramos o Ministério, o Dr. Edson que é o Assessor Parlamentar, depois o Dr. Helvécio, o nosso Secretário, e o próprio Ministro Alexandre Padilha, tivemos uma recepção muito boa e muita vontade de fazer as coisas acontecerem. Nem sempre conseguimos fazer no momento em que a gente quer, da forma que a gente quer, mas, quando a gente tem a manifestação dessa vontade e está engajado, sentimos essa energia boa. Então, quero lhe parabenizar e agradecer a sua presença, Dr. Helvécio. Também leve o nosso abraço ao Ministro Padilha, da Saúde, e tenho certeza que logo nós vamos estar juntos novamente comemorando este avanço.

Fiquei muito feliz com a notícia de que, no Projeto da Rede Cegonha, um programa lançado pela nossa Presidenta Dilma, era o seu compromisso, vai ter a informação para a gestante sobre a importância e a necessidade do teste do pezinho. Depois nós temos que complementar com a cartilha. Acho isso muito importante. Foi o que o José Alcides falou, Precisamos informar, porque a informação ajuda muito na prevenção. Também a certificação de qualidade da atenção básica – e não tenho dúvida de que isso vai ser um avanço imenso para que possamos fazer com os Estados e os Municípios cada vez mais melhorem a prestação e saúde –; a busca ativa obrigatória e a questão de incluir a deficiência de biotinidase e hiperplasia congênita nos exames, bem como criar um grupo técnico e um comitê nacional de assessoria com a sociedade civil.

Eu acho que nessa comemoração dos dez anos podemos dizer que saímos daqui com presentes, e isso se deve a essa sensibilidade, claro, do Ministério; a sua vontade e ao seu compromisso, Dr. Helvécio; e, sobretudo, ao movimento da sociedade civil, aos pais, às mães que são afetados por isso e que conseguem mobilizar forças para poder atingir um objetivo. Eu queria parabenizar de forma muito especial. Meus parabéns a todos vocês que fazem a diferença nesta sociedade!

Queria agradecer muito aqui também a presença da Drª Paula, que muito enriqueceu e nos ajudou; ao Dr. Marcos – muito obrigada por sua presença –; ao José Alcides, meu companheiro e amigo de caminhada; à Professora Ana Maria; ao Dr. Fernando Gomide – parabéns pelo seu trabalho.

Queria agradecer muitíssimo ao Senador Paulo Paim, que, desde o inicio, quando propusemos essa audiência pública, esteve junto, assinou comigo o requerimento, porque sabe da importância – felizmente já estava com uma atividade –; à Senadora Ana Amélia, que esteve presente aqui e tenho certeza que vai fazer a diferença agora na tramitação no Rio Grande do Sul; à Senadora Marinor, que também esteve aqui.

Queria agradecer à minha assessoria, especialmente ao Miguel, que está lá no fundo e que foi o responsável por grande parte dessa articulação; à Assessoria da Comissão, à TV Senado, à Rádio Senado,

que fez essa divulgação durante toda a manhã. Tenho certeza que demos mais um passinho nessa evolução.

Então, muito obrigado pela presença e, sobretudo, parabéns pelo que fazem, parabéns pela diferença que fazem à nossa sociedade brasileira!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 06 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos dia sete de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Ataídes Oliveira e Cyro Miranda**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 67, de 2011 - CDH, e nº 14, de 2011-CAS ambos de autoria do Senador Paulo Paim, aprovados em 19/05/11 e 25/05/11, respectivamente, "para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite". Convidados: Doutor Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Doutor João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Senhor Airton Golbert, Presidente; Doutor Paulo Giorelli, Diretor Geral da Associação Brasileira de Nutrologia - ABRAN; Doutor Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clinica Médica - SBCM; Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, em representação ao Senhor Roberto Luiz D'Ávila, Presidente; Doutor Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Doutor Jorge Ilha Guimarães; Professor Doutor Durval Ribas Filho Associação Brasileira de Nutrologia - ABRAN. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Ataídes Oliveira e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, doze horas e dez minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

PAUTA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Audiência Pública*, nos termos dos Requerimentos nº 67, de 2011 – CDH, e nº 14, de 2011 – CAS ambos de autoria do Senador Paulo Paim, aprovados em 19/05/11 e 25/05/11, respectivamente,* ***"para debater a proposta da Anvisa de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite".***

Foram convidados para esta audiência pública Dr. Paulo Giorelli, que está presente, Diretor Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, Abran; Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA; Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Dr. Jorge Ilha Guimarães; Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clinica Médica, SBCM; Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Dr. Airton Golbert; Dr. Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, em representação ao Dr. Roberto Luiz D'Ávila.

Parece-me que alguns não puderam vir, pelo menos dois casos me foram informados, mas seus representantes estão aqui.

Em seguida, vamos iniciar a nossa audiência pública. Estou ganhando um pequeno tempo porque, na verdade, avisei a todos que iniciaríamos às 9 horas em ponto. Estou aproveitando esses minutos para ir organizando os nossos trabalhos. Como a outra audiência pública, tivemos de interrompê-la às 11 horas, porque tínhamos uma sessão de homenagem sobre o ensino técnico no plenário, e eu era o autor – todos entenderam, a maioria foi para o plenário comigo, inclusive, para debater o ensino técnico no Brasil –,

como fiquei devendo um tempo para vocês, iniciei 4 minutos antes hoje, para compensar aquela hora que perdemos aquele dia.

Então, hoje, vamos debater o tempo que for necessário. Ficarei aqui. O Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais, virá para cá no momento adequado. Ficaremos aqui para que o debate se faça à exaustão. Oxalá, a gente chegue num caminho de entendimento sobre essa questão! Os Senhores é que são os especialistas e vão defender as teses em relação ao que está sendo posto. Eu vou me dar ao direito de fazer uma pequena abertura nesse tempo que a gente ainda tem para situar mais ou menos o que recebi.

Mediante os documentos que recebi, fiz essa pequena abertura.

Então, Senhores e Senhoras, nossos convidados, amigos e amigas, estamos mais uma vez aqui, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais, envolvendo um tema tão importante, relacionado à saúde do brasileiro. Abrimos esta reunião falando deste momento para debatermos a proposta da Anvisa de retirar de circulação os medicamentos inibidores de apetite. Eles vão dizer que medicamentos são esses que eles estão pedindo que sejam retirados de circulação.

Só lembro aqui, para todos os presentes, naturalmente a *TV Senado* colabora conosco, que a obesidade é considerada pela Organização Mundial de Saúde um dos dez principais problemas de saúde no mundo, e no Brasil vem crescendo em ritmo alarmante e preocupante. De acordo com as últimas estatísticas do IBGE, mais da metade da população adulta brasileira, segundo informações que recebi, está acima do peso. Essas pesquisas indicam também que o excesso de peso atinge também uma em cada três crianças entre 5 e 9 anos de idade.

Estou falando desse tema com certa tranquilidade porque tenho problema de obesidade na família. Inclusive o meu caçula está num regime enorme, o tal de Paulo Renato Paim Júnior, que já está com 18. Eu digo caçula como se fosse um guri, mas já é um barbado, está cuidando da vida, mas está fazendo regime.

Destaco, ainda, que um estudo do Ministério da Saúde mostra que o brasileiro está cada vez mais obeso por falta também de uma alimentação balanceada, adequada. Não podemos esquecer que a indústria da moda pede pessoas cada vez mais magras. Todo mundo sabe para onde vai esse desdobramento.

Diante dessa situação, temos as divergências entre os profissionais da saúde e os chamados remédios inibidores de apetite. Uns a favor, uns contra. Por isso o motivo desse debate. Não é que todo mundo seja contra os remédios inibidores. Há quem seja contra e quem seja a favor. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de inibidores de apetite à base de anfetamina, que são produtos proibidos na Europa, segundo informações que recebi, em torno de quatro décadas. Temos observado que alguns setores entendem que é possível a retirada de alguns inibidores de apetite do mercado brasileiro, mas sem o apoio de todos os médicos, o que virou uma polêmica. Esta audiência pública visa debater essa polêmica.

Enfim, já relatei aqui os problemas que eu mesmo encontrei na família. Estou também numa briga em relação a mim mesmo, tentando me disciplinar ao máximo para conter a tendência que tenho também de engordar.

Como os nossos convidados já chegaram, vou agora montar a Mesa. Fiz esta introdução enquanto os convidados estavam chegando à sala da Comissão de Direitos Humanos.

Convido para a Mesa o Dr. Paulo Giorelli, Diretor Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, Abran. *(Pausa.)*

Convido o Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. *(Pausa.)*

Pelo que percebo aqui é possível montar uma Mesa completa.

Chamo também o Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Dr. Jorge Ilha Guimarães. *(Pausa.)*

Está conosco também – estou chamando os que me disseram que estão presentes – o Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica. *(Pausa.)*

Tem o seu representante? Quem é o representante do Dr. Antonio Carlos Lopes? *(Pausa.)*

Por favor, Dr. Durval Ribas Filho, Presidente da Abran, pelo cartão que recebi aqui na Mesa, e o Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Sr. Airton Golbert, Presidente. *(Pausa.)*

Pergunto, só para mediar o debate aqui, querendo ser o mais neutro possível – quero e vou ser neutro, estou aqui só para coordenar o debate, simplesmente –, se aqui na Mesa há um equilíbrio entre aqueles que são favoráveis à posição da Anvisa e aqueles que são contra. Há um certo equilíbrio aqui na Mesa? Não conheço as posições. Há um equilíbrio de pelo menos dois para três porque fica mais ou menos na tônica. Quantos defendem a posição daqueles médicos que são contra a posição da Anvisa? Quantos aqui na Mesa? *(Pausa.)*

Há dois. Então, está bem. No mínimo, dois, três. Pode expor? Isso ajuda. Inclusive, foi uma sugestão dos médicos que têm uma posição contra, no caso, a essa visão da Anvisa. Eles gostariam que a Anvisa falasse primeiro. O Dr. Dirceu Brás Aparecido, de pronto, já disse que não há problema algum, que ele fala primeiro, faz a exposição. Depois falam aqueles que têm uma posição contrária. No final, fala, então, o mesmo que tem a posição da ANVISA, porque, percebo aqui, vocês três têm a mesma posição. Então, Ok.

Dr. Dirceu Brás Aparecido, isso, na verdade, é uma continuação. Expliquei antes, quando o senhor não tinha chegado, Dr. Dirceu, que eu tive que interromper aquele dia, e vocês entenderam, foram solidários com este Presidente, porque eu tinha uma sessão de homenagem ao ensino técnico no plenário, de 102 anos, e tive que ir para lá, participar daquela reunião. Nós interrompemos e voltamos como nos comprometemos, no dia de hoje, sem nenhuma pressa, vamos ficar aqui o tempo que for necessário.

Dr. Dirceu com a palavra.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Bom, inicialmente, mais uma vez agradecer ao Senador Paim, aos representantes da Comissão de Direitos Humanos e também à aprovação do seu requerimento na Comissão de Assuntos Sociais. Então, esta é uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Para a Anvisa é uma honra poder participar mais uma vez e trazer os esclarecimentos acerca desse tema que nós consideramos, assim como os inúmeros com os quais a Anvisa lida diariamente, um tema de interesse e de importância para a sociedade brasileira.

Acho que um dos aspectos fundamentais neste debate, Senador, tendo em consideração que ele é uma continuidade do que nós iniciamos aqui naquele dia, é primeiro desfazer impressões que possam de alguma maneira subtrair ou extrair do debate aquilo que é o essencial de que seja debatido. No meu entendimento, é fundamental que nós tenhamos o mais absoluto esclarecimento e a mais absoluta clareza do que nós estamos falando. O senhor até me perdoe, eu vou utilizar a maneira pela qual o senhor começou a reunião para ilustrar um pouco isso.

Nós não estamos falando de um antagonismo de posições entre a Anvisa e ninguém. Nós não temos nenhuma necessidade, nenhuma esperança de que existam consensos em torno de assuntos que naturalmente podem gerar posições que não são antagônicas, podem ser visões diferentes da abordagem do problema. E também, naturalmente, ao longo do desenvolvimento do conhecimento humano, a observação sobre aquilo que a ciência produz gera posições por vezes diferentes na sociedade. É claro que nós poderíamos citar aqui atrocidades que foram cometidas em nome da ciência ou em posições que de alguma maneira pareciam que eram contrárias ao que a própria ciência indicava como sendo um caminho.

Então, eu acho importante deixar isso bastante claro. Nós não estamos numa discussão na qual a Anvisa tem uma posição e pretende fazer valer a sua posição em detrimento de outras posições que possam existir. Nós temos que ter também muita serenidade para compreender o que está acontecendo. E, diferentemente, inclusive, da expectativa que foi gerada desde o início do ano de que a Anvisa age de forma truculenta, de que a Anvisa teria uma decisão tomada e, na verdade, vinha tentando com a abertura da discussão apenas validar uma posição. Na verdade, acho que houve falhas, inclusive da Anvisa, na condução desse processo, porque não era esse propósito. Nós temos um problema de saúde pública que precisa ser tratado da maneira mais responsável possível pelo Estado brasileiro. Nós temos um problema maior, que é a questão da obesidade, como um problema seriíssimo de saúde pública, cujos dados e estudos indicam que uma parte grande, quase metade da população do País sofre de sobrepeso. Temos aí 15, 16% das pessoas num nível de sobrepeso que já pode ser tratado como uma questão de sobrepeso mais agudo e mais complicado. Sabemos que esse é um problema de saúde pública que tem origens diversas de comportamento, mas também como consequência de agravamentos de outras patologias. Bom, esse é um problema sério.

De outro lado, aqui no Brasil, até agora, há uma maneira pela qual os profissionais de saúde vêm manejando esse problema que prevê a utilização também de medicamentos. E, não pela Anvisa, mas aconteceram fatos no mundo todo que hoje impõem à autoridade sanitária do Brasil, aos profissionais de saúde do Brasil uma resposta que seja na medida exata para a sociedade brasileira, diante do problema da obesidade. Hoje nós convivemos com ele, o Ministério da Saúde deve lançar nas próximas semanas um programa extenso com o apoio da Presidenta da República Dilma Rousseff no sentido de um enfrentamento da questão da obesidade como um problema de saúde pública que precisa ser tratado pelo Estado como um problema sério. Mas, de qualquer maneira, nós temos aí uma demanda que foi imposta ao Estado brasileiro, que foram as dúvidas levantadas pelos estudos realizados e pelo histórico de utilização e de disponibilização dos medicamentos inibidores de apetite à qual nós precisamos responder muito claramente. Seja qual for o contexto, sejam quais forem os programas para os quais o Estado destinará

recursos para o enfrentamento desse problema, a utilização desses medicamentos, na medida em que os estudos que foram feitos em escala mundial indicam dúvidas em relação à sua eficácia e à sua segurança, o Estado precisa dar uma resposta objetiva e segura à sociedade. Esses produtos são seguros? São eficazes? Quando esses estudos indicam essas dúvidas, essa é uma resposta que a sociedade precisa ter. Na medida em que esses produtos permanecem no mercado, quem avalizará a sua permanência no mercado no ambiente de dúvidas como essas que foram trazidas – não pela Anvisa, mas pelos estudos, pelo comportamento, às vezes mais uníssono e às vezes menos, das agências sanitárias dos outros países – em relação aos derivados anfetamínicos e à própria sibutramina? E nesse contexto todo, o que na verdade a Anvisa vem buscando fazer é conduzir de maneira serena um debate que fique focado nas questões que efetivamente importam e interessam e que tragam essa resposta à sociedade. Nós não podemos transferir a responsabilidade de dar essa resposta a nenhum segmento da sociedade que possa sofrer pressões ou que possa ter interesses que não sejam aqueles que a sociedade deposita no Estado, no caso, por meio de uma autoridade sanitária que precisa ter reconhecimento quando aprova um produto para entrada no mercado.

Na semana passada, nós vimos a sociedade reproduzindo a decisão da Anvisa de autorização para o uso de uma vacina para o vírus HPV para ser utilizada por homens.

E a sociedade então festeja reconhecendo a competência, reconhecendo a autoridade, reconhecendo a capacidade dos técnicos, dos médicos, dos farmacêuticos que trabalham na agência para, em nome dessa sociedade, tomarem a decisão.

Então, no caso agora, quando se debate a presença, a permanência ou não desses produtos no mercado, nós não podemos tangenciar o problema. Há necessidade de que a sociedade tenha a mais absoluta confiança na decisão do Estado brasileiro, seja na permanência seja na retirada desses produtos do mercado, e a Anvisa tem se empenhado desde o final do ano passado. Já se vão aí praticamente oito meses nessa discussão.

Em outubro do ano passado, quando a agência americana recomenda e a empresa, laboratório Abbott, que detinha o registro do produto sibutramina no mundo, aceita, voluntariamente, depois de concluídos os estudos que ela própria conduziu, retirar um produto que oferecia um faturamento considerável a essa empresa, não era um faturamento pequeno... No Brasil, a sibutramina é o segundo medicamento genérico mais vendido no mercado brasileiro.

Então, nós não estamos falando de uma decisão do laboratório Abbott de desinteresse por um produto, como acontece, Senador. Nós temos dificuldade, muitas vezes, para tratar leishmaniose, para tratar tuberculose, malária e outras doenças comuns no nosso continente, no nosso País, porque as indústrias não têm interesse em comercializar o medicamento. Nesse caso não é essa a situação. Então, o laboratório Abbott decidiu: vou tirar o produto do mercado.

No começo do ano, a Anvisa tinha tomado uma decisão, diante dos primeiros resultados que levaram a agência européia a retirar esse produto do mercado, a de manter uma posição, que foi aprimorar o controle. Mudamos o tipo de controle sobre esse produto e mantivemos o produto no mercado.

Aí, no final do ano, em outubro, quando o laboratório Abbot retirou o produto lá nos Estados Unidos e pediu o cancelamento do registro aqui no Brasil, ainda assim nós optamos: Nós temos que entender como está esse processo, temos que debater com a sociedade como é que fica a questão do tratamento da obesidade no Brasil, temos uma realidade aqui no Brasil que é a disponibilidade e o uso muito elevado dos derivados anfetamínicos e não podemos tomar uma decisão do dia para a noite. Isso foi em outubro.

Encomendamos um parecer interno na Anvisa, da área técnica, dos mesmos técnicos que todo dia autorizam entrada ou renovação de registro de produtos no mercado, com base nos dados de estudos clínicos. E ora os estudos clínicos comprovam que os produtos podem ser comercializados e ora eles indicam que não. A questão é que quando eles indicam que não antes de entrarem no mercado, as indústrias nem solicitam o registro.

Agora, ora são realizados estudos clínicos com os produtos no mercado, porque é possível que se realizem esses estudos de uma maneira mais abrangente. Foi o que aconteceu com esse estudo, o Scout, que foi utilizado pela autoridade sanitária européia, pela autoridade sanitária americana e que depois culminou na retirada do produto nos Estados Unidos.

Então, nós encomendamos esse parecer interno fazendo uma pergunta: Diante dos novos fatos... Isso a diretoria colegiada, que é composta por cinco diretores que têm que tomar decisões diárias acerca da permanência ou não de agrotóxicos, da autorização ou não de equipamentos médicos a ser utilizados, da indicação ou não da possibilidade de funcionamento de bancos de células, de bancos de tecidos, que cuida de registro de cosméticos, que cuida da questão de alimentos.

A diretoria colegiada da Anvisa, que trata desse universo de preocupações, encomenda um relatório

para a área técnica perguntando: Diante desses novos dados, o que se faz?

A área técnica foi clara e precisa. Estudou mais de 170 publicações científicas, analisou os dados dessas publicações, analisou os dados do estudo que havia sido concluído no final do ano e disse à diretoria colegiada: A nossa posição é de que a diretoria deve retirar esse produto do mercado.

A diretoria colegiada, com toda calma, com toda serenidade, disse: Nós temos uma câmara técnica de medicamentos composta por pessoas que não são do quadro da Anvisa, são cientistas, pesquisadores, profissionais de saúde, que assessoram a Anvisa em termos de medicamentos.

Perguntamos para a câmara técnica? O que fazer diante dos dados e diante desse relatório da equipe técnica? A câmara disse: Não há nenhuma dúvida, a diretoria colegiada deve retirar esses produtos do mercado. E disse mais: Não há evidências científicas que sustentem a permanência no mercado de nenhum produto com atividade inibidora de apetite.

A diretoria colegiada da Anvisa recebeu esse relatório, levou para uma reunião, podia ter tomado a decisão de retirar os produtos e não o fez. Decidimos marcar uma audiência pública para o dia 23 de fevereiro. No dia 23 de fevereiro, criou-se um clima de guerra. Como se a Anvisa já tivesse uma decisão tomada e como se não tivesse autoridade para tomá-la. As coisas que nós ouvimos, Senador Paim, naquela audiência pública foram assustadoras por vezes, pelo clima de guerra que se criou. E nós estamos desde aquele momento tentando demonstrar muito claramente que nós somos um órgão do Estado brasileiro, que temos responsabilidade com a saúde do povo brasileiro, que não podemos tomar decisões inadvertidas, mas que não podemos deixar de tomar as decisões que precisam ser tomadas, e alertando a sociedade que nós temos um grande problema: os estudos que foram conduzidos por encomenda das agências e que estão publicados na literatura, e os dados que foram aportados em relação aos registros na Anvisa dos produtos derivados da anfetamina são insuficientes para sustentar a permanência no mercado.

E nós temos dois pareceres, um de uma área técnica interna e outro de uma câmara técnica externa dizendo: Retirem os produtos do mercado.

Fizemos a audiência pública, conduzimos, depois da audiência pública, um extenso processo de discussão com entidades médicas, passamos a sofrer pressões, Senador Paim, de um conjunto de organismos que entendem que não há mais nenhum motivo para a diretoria colegiada não tomar a decisão acatando esses pareceres.

Fizemos audiência pública na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família, fizemos audiência pública aqui no Senado, estamos numa outra audiência pública, estamos tentando preservar o espaço técnico de discussão. Porque, veja, há um conjunto de argumentos que vem sendo colocados que ficam no campo técnico e há um outro conjunto de argumentos que fica em outros campos e que, por vezes, nós não conseguimos nem identificar quais são.

A preocupação nossa, da diretoria colegiada – e eu falo aqui em nome da Drª Maria Cecília, do Dr. Jaime Oliveira, do Dr. Agenor que tiveram as suas indicações aprovadas por uma das comissões que hoje realiza essa audiência pública –, nós temos um grande problema, porque as questões que precisam ser esclarecidas são questões que não podem ser negligenciadas pela ANVISA. Nós temos um conjunto de 15 questões que precisam ser esclarecidas e que eu tomo liberdade de muito rapidamente aqui compartilhar com os senhores.

A primeira delas, considerando que o tratamento da obesidade fundamenta-se nas intervenções para modificação do estilo de vida, na orientação sobre dieta, no aumento da atividade física em mudança de comportamento, segundo as atualizações e diretrizes da própria AMB, essas medidas seriam suficientes, eficazes para perda ponderal em qual percentual?

Uma vez que nós temos questões relacionadas a essa possível restrição de dieta, há necessidade e em quais casos de utilização de medicamentos inibidores de apetite?

Existem dados significantes sobre alteração das taxas de morbidade relacionados com complicações metabólicas associadas à obesidade após o uso da sibutramina e dos derivados da anfetamina?

Outra dúvida importante, o estudo Scout, que foi realizado, leva a própria empresa que detêm o registro a retirar o produto do mercado; quais seriam as bases sobre as quais a Anvisa poderia depositar confiança técnica e científica para permanecer com esse produto no mercado, no Brasil?

Outra pergunta importante, por que é a partir dos resultados desse estudo há posições divergentes entre a equipe técnica da ANVISA, Servidores Públicos custeados pelo Estado brasileiro que propõe a retirada dos produtos do mercado, a câmara técnica de medicamentos composta por professores universitários, pesquisadores, profissionais de saúde que indica a retirada do produto de mercado, por que é que quando dois órgãos: uma equipe técnica da Anvisa e uma Câmara Técnica composta por profissionais externos, que não declaram qualquer conflito de interesse, propõe a retirada com base nesse estudo; e com base

nesse mesmo estudo entidades médicas que prescrevem esse medicamento indicam que esses produtos deveriam ficar no mercado?

Quais são os fundamentos dessa divergência? Por que um grupo chega a uma conclusão e o outro grupo chega à outra conclusão?

E mais, para a Diretoria Colegiada da ANVISA, se essas divergências prevalecerem, em quais relatórios a diretoria da Anvisa deve, em respeito à sociedade brasileira, se basear para tomar sua decisão?

Para concluir Senador, temos uma decisão importante e precisamos ampliar esse debate com a sociedade. Essas perguntas e outras várias que são de caráter, eminentemente, técnico e científico precisam ser respondidas. Se haverá ou não consenso nas respostas, eu acho que é pouco provável, porque nós, talvez, estejamos tratando de olhares que são muito diferentes. O olhar de grupos que buscam na ciência a informação que possa respaldar a responsabilidade do Estado em responder a pergunta. Se esses produtos permanecem no mercado, nós precisamos assegurar que eles sejam eficazes e seguro. Esse é o olhar do Estado. Nós não podemos trabalhar sob o risco. "Ah não, pode ser que sim." "Ah não, nós não temos outra alternativa, então o risco e a falta de segurança compensa." Nós não poderemos e não daremos essa resposta porque é essa a resposta que a Anvisa tem dado e a autoridade sanitária brasileira tem dado tangenciando o problema desde 1993, que esse assunto está em debate. A Anvisa nunca assegurou a eficácia e a segurança e disse: "Ficarão no mercado com essa, com essa, com essa base." Sempre tomou a decisão: "Já que é assim, o uso dos derivados anfetamínicos só tem base na experiência clinica." A sibutramina foi registrada com base em estudos clínicos, que agora foram colocados em xeque. Então, vamos ampliar o controle, já que é assim.

A Anvisa sempre deu essa resposta à sociedade. A Diretoria Colegiada tem uma decisão agora, ou nós vamos deixar esses produtos no mercado e vamos assegurar a todos os médicos que prescrevem e a todas as pessoas que usam que esses produtos são seguros e são eficazes, ou eles não podem permanecer no mercado, na dúvida.

Vamos realizar, Senador, para finalizar, um painel no dia 14 de junho. Vamos contar com a presença da Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Droga, Associação Brasileira sobre Obesidade, Associação Brasileira de Pós Graduações em Saúde Coletiva – Abrasco –, Associação Brasileira de Psiquiatria, Associação Médica Brasileira, Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais, Associação Paulista de Saúde Pública, o Centro Brasileiro de Estudo e Saúde, o Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Medicina, a área técnica de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde, o Departamento de Farmácia Social da Faculdade de Farmácia da UFMG, a Escola Nacional de Saúde Pública, a Federação Nacional dos Farmacêuticos, o Grupo de Prevenção de uso Indevido de Medicamentos, o IDEC – em sua defesa do consumidor –, a FIOCRUZ, pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, de Clínica Médica, Endocrinologia e Metabologia e a Sobravine.

Esse painel, Senador, tem caráter técnico e terá a responsabilidade e o objetivo de responder essas questões para que a Diretoria Colegiada da Anvisa possa tomar a decisão de forma segura.

Então, queria, primeiramente, cumprimentar aqui, mais uma vez, os colegas que estão comigo na Mesa, assegurar a eles que nós não precisamos ter apoio e convergência do ponto de vista da nossa presença aqui nas comissões que realizam esse debate. O que nós precisamos é que tanto a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a Sociedade Brasileira de Clínica Médica, e tem aqui o nosso companheiro da Associação Brasileira de Endocrinologia, possam trazer para o debate respostas a essas questões que estão colocadas, porque, na dúvida, nós vamos ficar numa situação muito complicada.

E outra questão que é importante, há um posicionamento técnico da área da ANVISA. A mesma área que diz todo dia para os diretores: Registrem esse produto. As mesmas áreas que dizem todos os dias para a Diretoria da ANVISA: Restrinjam esse produto. Há um parecer técnico dizendo para a Diretoria: Retirem esse produto. Não conseguimos, ao longo desses seis meses, quase, de debate, produzir elementos concretos que viessem colocar a equipe técnica ou a Câmara Técnica de Medicamentos em uma posição diferente daqueles que eles adotaram inicialmente.

Então, convido a todos a que a gente caminhe no debate no sentido de elucidar essas questões, para que o Estado brasileiro possa assegurar aos brasileiros e aos profissionais de saúde que atuam aqui com o problema da obesidade, que se esses produtos permanecem no mercado, que eles permaneçam porque são, objetivamente, de maneira clara, eficazes e seguros; ou se nós não contarmos com esses produtos, que nós tenhamos alternativas que possam possibilitar que o Estado maneje, de maneira responsável, esse problema grave que enfrentamos hoje, que é a obesidade.

Obrigado, Senador.

Desculpe-me o acréscimo de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Usou a palavra o Dr. Dirceu Brás, Presidente da Anvisa.

Repito a todos que esta é uma audiência conjunta: Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, mediante entendimento, até porque, quando houve o debate somente na Comissão de Direitos Humanos, alguns Senadores da Comissão de Assuntos Sociais manifestaram que gostariam de debater o tema.

Quero registrar que estão aqui conosco a Senadora Ana Amélia; Vanessa Grazziotin já esteve e disse que volta; Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão; Senador João Alberto Souza; Senador Vicentinho Alves esteve aqui conosco; Senador Jayme Campos, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, está vindo para esta Comissão; e o nosso querido Senador Cyro Miranda.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Sr. Airton Golbert.

S. Sª está com a palavra pelo tempo que for necessário. Normalmente, concedo dez minutos com mais cinco, mas mais cinco, se assim o convidado entender necessário. E os Senadores e Senadoras usam a palavra no momento em que entenderem mais adequado.

O SR. JOÃO SALLES – Bom-dia a todos!

Eu queria agradecer a oportunidade que o Senado Federal nos dá, à Sociedade Brasileira de Endocrinologia e à Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), para que venhamos a apresentar os motivos pelos quais a gente acredita que seria interessante a manutenção desses produtos no mercado brasileiro.

Eu queria cumprimentar, inicialmente, o Senador Paulo Paim pelo brilhantismo da condução deste debate e também pela iniciativa de trazer um tema tão importante, que é a obesidade.

O Senador já falou, inicialmente, do problema da obesidade no Brasil. Aproximadamente 70% da população brasileira, hoje, estão em sobrepeso ou são portadores de obesidade, o que se leva a observar que o Brasil é, hoje, um dos maiores países em obesos do mundo. E, em 2030, Senador, seremos o quinto País em obesos no mundo. Então, seremos o número cinco em pacientes portadores de obesidade.

Toda a discussão que o Dr. Dirceu muito bem colocou sobre os medicamentos antiobesidade se iniciou, do ponto de vista histórico, com a publicação do estudo Scout, Sibutramine Cardiovascular Outcomes Trial, que quer dizer: os desfechos cardiovasculares da sibutramina. Ele aconteceu em todos os países do mundo – o Brasil participou também –, e foram arrolados para esse estudo pacientes que tinham previamente uma doença cardiovascular ou que tinham risco muito elevado de desenvolver uma doença cardiovascular.

Só para que todos possam me acompanhar, esta é uma contraindicação da sibutramina. E esse estudo foi encomendado pela agência de vigilância sanitária européia, para que a sibutramina pudesse ser estudada como medicação que pudesse ou não ser usada nesse tipo de paciente. De antemão, a sibutramina nunca foi, com indicação de bula, para esse tipo de população. A população que tem pacientes portadores de doenças cardiovasculares já estabelecidas – já tiveram infarto ou AVC – e a população que tem risco de ter uma nova doença cardiovascular, que são os diabéticos, hipertensos, doenças relacionadas à obesidade, esses pacientes nunca fizeram uso de sibutramina, e a prescrição nunca foi autorizada em bula. O laboratório sempre se eximiu, e corretamente, desse tipo de prescrição.

Todos os estudos que foram feitos com a sibutramina foram realizados em pacientes sem esse tipo de doença, por dois anos; o estudo Storm. E esse estudo que deu base para a aprovação da sibutramina no mercado mundial mostrou que, em dois anos, em pacientes bem indicados, a sibutramina foi bem tolerada e teve boa resposta com manutenção da perda de peso, em torno de 8 a 10 quilos, ao longo de dois anos, sem aumento de incidência de doença cardiovascular.

Esse primeiro estudo, publicado no início da década de 1990, foi importante para que a sibutramina fosse aprovada como medicamento antiobesidade com segurança.

Mas, com a chegada do estudo Scout, houve, então, toda essa polêmica que os senhores estão acompanhando aqui comigo. Eu trouxe o gráfico em que mostro aos senhores sobre o estudo Scout, que foi o gráfico que determinou os resultados finais do estudo Scout. O que o estudo Scout mostrou? Mostrou que não houve um aumento da mortalidade cardiovascular.

Como pode ser visto aqui, a mortalidade cadiovascular, toda vez que essa linha ultrapassa a linha pontilhada, que é a linha do 1, não há significância estatística. Então, não há aumento da mortalidade cardiovascular. O que houve foi que a população que usou sibutramina, em comparação à população que usou placebo, teve o risco maior de um novo evento cardiovascular. Não houve aumento de mortalidade, mas a população que usou sibutramina teve um novo evento cardiovascular relacionado ao uso da medicação, quando comparado ao placebo.

Mas, quando observamos os subgrupos do estudo, lembro que eu disse aos senhores que esses

pacientes ou eram portadores de doença cardiovascular ou de diabetes, que é um acelerador da doença cardiovascular ou dos dois, doença cardiovascular e diabetes. O que podemos ver é que, nos pacientes portadores de diabetes exclusivamente, em nenhum momento, a linha fica deste lado, que é melhor para o placebo. Ela sempre ultrapassa a linha do 1 para tudo, para doença cardiovascular, para infarto não fatal, para AVC não fatal, para morte cardiovascular e para morte por qualquer causa. Ou seja, não há uma significância estatística, que é dada pelo P menor que 005, nesse grupo de pacientes. Se formos olhar também os pacientes que não têm diabetes, mas já tiveram uma doença cardiovascular, infarto, AVC, o que a gente pode ver? A mesma coisa. Em nenhum momento, houve que essa linha aqui ficasse para esse lado, ela sempre cruza a linha do 1, mostrando também que não há significante estatística.

O único grupo que aumentou a mortalidade foi o daqueles pacientes que tinha doenças cardiovasculares estabelecidas. Esses eram portadores de diabetes, como já disse aos senhores, que é uma doença que acelera o aparecimento da doença cardiovascular e, muitas vezes, é uma doença negligenciada, do ponto de vista de controle metabólico, pela maioria dos pacientes. Os pacientes descobrem ser diabéticos, ficam preocupados um ano, em média, e, depois desse ano, voltam a ter aquela rotina toda que os levou a ser portadores de diabetes. Neste grupo, sem dúvida, houve um aumento importante da mortalidade, um risco de 18% de esse paciente ter doença cardiovascular; um risco de 45% de esse paciente ter um novo AVC nesse grupo de portadores de diabetes ou doença cardiovascular. E quero relembrar aos senhores que a indicação de bula da sibutramina é exatamente esta: que a sibutramina não seja prescrita a paciente que têm diabetes, doença cardiovascular ou qualquer dessas doenças isoladas, além de hipertensão de difícil controle e quadro de transtornos psiquiátricos importantes, principalmente os transtornos gerais de ansiedade.

Se os senhores forem ler a bula da sibutramina, ela rapidamente já indica que esses pacientes não têm indicação do uso da medicação.

Então, Dr. Liceu, responder ao senhor por que o EMEA, a agência de vigilância sanitária da Europa, retirou a sibutramina do mercado, sinceramente, não sei lhe responder, porque, baseado em estudos, e o estudo em que se baseou foi o estudo Scout, não houve motivo para que ela fosse retirada do mercado europeu. E também digo ao senhor por que o Abbott retirou a sibutramina do mercado americano, provavelmente. Porque ele já passou anos e anos faturando alto com esse produto e o processo que isso vai acarretar numa possível prescrição errada acarretaria uma perda de milhões e milhões de dólares que não compensa provavelmente a manutenção no mercado.

Acredito que no caso da sibutramina, o Governo brasileiro dará um passo inédito no mundo ao manter esse medicamento como um tratamento antiobesidade. O que precisamos, na verdade, é de uma educação médica, de uma educação para prescrição adequada desse produto. Para isso...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador me fez uma pergunta... Os Senadores e Senadoras falam a qualquer momento, perguntam, questionam, interrompem...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero registrar a presença conosco da Senadora Marisa Serrano.

Pois não, Senador Cyro Miranda.

A qualquer momento pode pedir um aparte aos convidados.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim.

Bom dia, Srs. Convidados!

Só para corroborar com o senhor. A dipirona foi suspensa nos Estados Unidos; no Brasil, não. Temos algum efeito colateral ou alguma coisa que proíba a dipirona aqui no Brasil?

O SR. JOÃO SALLES – Em relação à dipirona, como toda droga mais antiga, Senador, não tem um estudo em longo prazo que possa avaliar o risco desse medicamento. É um estudo duplo cego, aleatorizado, onde um grupo usaria a dipirona e o outro grupo usaria o placebo, como foi o estudo Scout.

O que quero dizer à plateia é que, hoje, a medicina precisa ser baseada em evidências. E a evidência "a", que é a melhor evidência que temos, são os estudos duplo cegos, aleatorizados, onde não existe...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso significa que não é porque é proibido lá que vamos usar isso como parâmetro para medicamentos.

O SR. JOÃO SALLES – Outros medicamentos como o cloranfenicol...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Temos que usar, sim, o tempo, as pesquisas que levem a isso. Esse tipo de comparação não deve ser...

O SR. JOÃO SALLES – Para o senhor ter uma ideia, Senador, o governo americano, hoje, paga um estudo – o NIH, que é o instituto nacional de saúde americano –, pasme o senhor, para provar que mudança de hábito de vida intensivo é melhor do que mudança

de hábito de vida convencional. Por incrível que pareça, eles aleatorizaram cinco mil pacientes portadores de diabetes e obesidade em dois grupos: um grupo é educado de uma maneira intensiva para perder peso, vai a cada 15 dias a um centro de pesquisa e recebe toda a orientação nutricional, toda a orientação de atividade física; o outro grupo só recebe uma cartilha dizendo que tipo de atividade física e que tipo de dieta tem que fazer.

Em um ano, o grupo de mudança intensiva de hábito de vida perdeu em torno de oito quilos; e o grupo convencional perdeu em média 0,8 quilos ao longo desse ano.

Mas veja bem, o governo americano gasta uma fábula de dinheiro para provar algo que já conhecemos há muito tempo: que a atividade física e a mudança de hábito de vida, como dieta e reeducação alimentar, é importante. E por quê? Porque hoje, na medicina, é preciso estudo de grau de evidência "a".

Então, a sugestão que deixo aqui para que possamos continuar nesse debate e o Brasil possa ser um dos países que encabece esse projeto é voltar sobre os outros medicamentos a serem questionados: os derivados da anfetamina.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O que nós sentimos é que, infelizmente, na maioria das vezes, ao invés de se ter uma discussão científica no sentido de se saber se podemos permitir ou temos que proibir, temos, sim, uma briga entre laboratórios. Quer dizer, o poder econômico é que fica em jogo na maioria das vezes. E isso nós notamos em vários medicamentos que foram proibidos e voltaram atrás.

Na verdade, tem que se eliminar essa fase da parte econômica e ir diretamente ao estudo científico, o que eu acho que é o que o Brasil está fazendo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Salles, a respeito disso, gostaria de saber se existe, na área médica brasileira, entre as especialidades da endocrinologia e da cardiologia, uniformidade de pensamento em torno da utilidade da utilização desse medicamento para prevenção da obesidade.

O SR. JOÃO SALLES – Sim. Existe porque a obesidade é o acelerador da doença cardiovascular, que se instala muitos anos antes de ela aparecer. Então, quando o sujeito tem um infarto, ele já teve o problema que iniciou, todo o gatilho, há muitos anos, há muitos anos mesmo, Senadora, em torno de 12 a 20 anos antes do aparecimento do evento coronariano ou cérebro-vascular, antes de todas as alterações metabólicas. Por isso é que a obesidade é o acelerador disso tudo, porque já aconteceu.

Então, aquele paciente que hoje é um portador de diabetes e já teve uma doença cardiovascular não deve perder peso, porque ele perdeu o tempo dele de perder peso, pois já deveria ter perdido peso há muito tempo e não neste momento que a senhora bem lembrou.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. JOÃO SALLES – Gostaria de encerrar dizendo que, na verdade, concordo com o Dr. Dirceu Brás Barbano. Realmente, no que tange aos medicamentos derivados da anfetamina, não temos estudos duplo-cegos aleatorizados. Não temos esses tipos de estudos. Todos os relatos são baseados em estudos muito pequenos e em experiência do médico. E a experiência do médico é grau de evidência "d".

Então, a sugestão que a Sociedade Brasileira de Endocrinologia deixa é que o Governo brasileiro patrocine, sim, um estudo com anfetamina, com derivados da anfetamina, para que possamos testar a segurança desse medicamento, assim como o Emea fez com a sibutramina e que, no meu ponto de vista, é um estudo que mostra que nada mais, nada menos do que a bula da sibutramina é correta.

A bula da sibutramina nunca indicou o uso desse tipo de medicamento para aquele subgrupo de pacientes que teve uma maior evidência de morte e de doença cardiovascular.

Agradeço a paciência de todos e me coloco à disposição para futuras dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. João Salles, que falou como Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Vamos passar a palavra agora ao Dr. Paulo Giorelli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran).

O SR. PAULO GIORELLI – Muito bom dia a todos. Gostaria de agradecer o honroso convite da Comissão para estar aqui representando a Associação Brasileira de Nutrologia. Quero pedir que projetem o meu...

Quero me apresentar. Sou Médico Nutrólogo e Mestre em Neurologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como o Dr. Dirceu colocou de forma muito louvável, nós, na verdade, estamos aqui para dar uma satisfação para a sociedade e, se Deus quiser, vamos conseguir, sobre a discussão dos medicamentos inibidores de apetite para a terapia da obesidade.

O primeiro *slide* que gostaria de mostrar é sobre epidemiologia, enfim, um dado que já é mais ou menos sabido do IBGE, recente do Ministério da Saúde, da Diretoria de Pesquisa de Orçamentos Familiares. De 2002/2003 para 2008/2009, aumentou consideravelmente. Atualmente, no Brasil, temos a população brasileira de homens de 50.1 somando-se sobrepeso – para os Senadores que não são médicos – com o índice de massa corporal está de 25 a 30. E obesidade

acima de 30. Nas mulheres, 48. O que dá uma média de aproximadamente quase 50%, que vem a ser quase 100 milhões de brasileiros, se somarmos excesso de peso mais obesidade. O impacto que isso tem na saúde pública, seria desnecessário falar, mas gostaria de pontuar alguns pontos: a obesidade, na verdade, é a principal causa de diabetes, de câncer – não está nem incluído aí –, há vários tipos de câncer que estão intimamente relacionados, hipertensão arterial, dislipidemias. Se não for tratada, isso é uma coisa muito importante...

O Governo da Presidente Dilma está louvadamente apoiando a terapia das doenças crônicas, e a diabetes, a hipertensão são doenças crônicas, a dislipidemia é outra doença crônica. A terapia dessas doenças está sendo subsidiada pelo Governo, mas se não for tratada a causa da diabetes, por exemplo, em que 90% é causada pela obesidade, na verdade vamos estar tratando esses pacientes para o resto da vida. Eles nunca mais vão sair dessa lista. Se tratarmos a causa, que é a obesidade, alguns pacientes vão sair da lista.

Ou seja, se não tratarmos a causa, esses doentes vão perdurar o resto da vida consumindo, conforme foi divulgado recentemente pelos jornais, cerca de 70% da verba do Ministério da Saúde.

E os medicamentos anorexígenos, na verdade, ninguém, nenhum médico pega um grande obeso e pretende, com um medicamento anorexígeno... Os medicamentos anorexígenos – perdoem-me porque estou usando termos – são os inibidores de apetite, aqueles sobre os quais estamos discutidos a sua suspensão ou não. Esses medicamentos, na verdade, baixam 10% do peso corporal. Isso ninguém discute. Está em toda a literatura científica. Ninguém, conforme eu disse anteriormente, nenhum médico tem a inocência – a não ser em algum caso ou outro pontual que se consegue isso – de pegar um obeso mórbido e transformá-lo em um indivíduo de peso normal por meio de anorexígenos.

Muitos pacientes que fazem a cirurgia bariátrica, depois de 10 ou 15 anos, voltam a engordar.

Mas o que é importante? É que com os medicamentos anorexígenos conseguimos baixar 10% do peso corporal. Isso é sabido. Isso se consegue. E isso faz desaparecer as doenças consequentes à obesidade, o que contribui na melhoria da qualidade de vida e na enorme diminuição dos gastos em saúde pública.

E muitos pacientes que estão sendo subsidiados na terapia da diabetes, da hipertensão, do distúrbio de colesterol, câncer, órteses, próteses, vão sair dessa lista de pacientes crônicos. Por quê? Porque vão deixar de ser diabéticos. Se for tratada a causa, a consequência deixa de existir, evidentemente.

Qual o posicionamento mundial, conforme o Senador muito sabidamente colocou: o Brasil é o Brasil e não temos obrigação e nem nenhuma imposição de imitar o mundo. Na verdade, tomamos o posicionamento mundial em relação aos medicamentos anorexígenos para termos uma ideia.

E o que eu gostaria de ressaltar? Na verdade, a Europa, conforme o Dr. Dirceu já falou, o Emea, que é a agência europeia que trata dos medicamentos – corresponderia à Anvisa aqui no Brasil –, retirou do mercado a sibutramina, mas, por mais paradoxal que seja, o rimonabanto, que é um medicamento que nunca, jamais, entrou nos Estados Unidos por causa do medo que o FDA tinha em relação aos distúrbios psiquiátricos, o que na verdade depois foi provado e, portanto, gerou a suspensão... O próprio laboratório mandou suspender. Não foi proibido. Inicialmente, o próprio laboratório suspendeu o uso de rimonabanto. Mas, na Europa, que foi a primeira a tirar a sibutramina, na verdade, o tempo que durou o uso do rimonabanto foi três anos. Nos Estados Unidos, nunca entrou e, no Brasil, foi usado durante um ano, de 2008, quando foi autorizado – posso estar errado em meses mas foi autorizado em 2008 –, a 2009, quando foi suspenso. Então, a Europa não é nenhum poço de sabedoria e mesmo que o fosse, a Europa é a Europa e o Brasil é o Brasil.

Dou outro exemplo. A aspirina e outros antiinflamatórios aumentam o risco de diverticulite, que é uma inflamação intestinal por causa de vários divertículos, e causa sangramento diverticular, como também causa sangramento em pacientes com úlcera péptica. Isso está comprovado por uma publicação. Ela é vetada na União Europeia e, graças a Deus, é liberada no Brasil, com permissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, muito sabiamente. Portanto, não devemos e não podemos...

O exemplo que o Senador deu – não combinei com ele – também coloquei aqui. Dipirona é proibido em todos os países da União Europeia e é liberada no Brasil, e é um dos medicamentos mais usados no Brasil. Na Europa, entende-se que existe um risco muito grande do uso da dipirona, por provocar agranulocitose, uma doença sanguinea muito séria, muito grave, que, muitas vezes, leva à morte. Entretanto, no Brasil, muito sabiamente – isso está no jornal **Folha de S.Paulo** de maio de 2011 –, a Anvisa declarou que não há nenhuma prova científica entre a dipirona e a agranulocitose, o que é altamente louvável. E aqui, só para avisar, ninguém está brigando com a Anvisa, pelo amor de Deus. Estamos todos tentando chegar a um consenso.

Para que os senhores tenham uma ideia geral, quais são os medicamentos antiobesidade existentes no Brasil atualmente, permitidos e autorizados pela Anvisa? Dietilpropiona, anfepramona, a proposta é a retirada do mercado. Ele é usado desde 1959. Femproporex é outro. Mazindol é outro.Esses três são anorexígenos, noradrenérgicos e, faço questão de frisar, não são anfetaminas, são derivados anfetamínicos. Isso tem uma grande diferença química e dentro do nosso organismo. A sibutramina vem bem depois. Vejam bem a diferença de tempo em que foi lançada. Essa em 1959, em 1963...E nesse meio tempo, vou passar adiante, vários medicamentos foram colocados no mercado e depois retirados. E o orlistat.

E o que a Anvisa está propondo? A retirada da dietilpropiona, do femproporex, do mazindol, da sibutramina, só restando, portanto, de medicamento oral para a terapia da obesidade, ou seja, para cem milhões de pacientes que têm sobrepeso e obesidade, o orlistat.

Os inibidores de apetite no mundo como estão? Eu tirei do que foi falado na audiência pública passada pelo coordenador executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância Sanitária que o Brasil não pode ser o último país a banir os medicamentos que diminuem o apetite, mas será que isto é verdade, que o Brasil será o último país do mundo? Tenho aqui dados das Nações Unidas de que 75 países e territórios relatam que o uso regular de medicamentos como femproporex, anfepramona e mazindol – fentermina também, mas não temos esse medicamento no Brasil.

O relato do ex-presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Raposo, em 2008, dizia que os medicamentos nacionais anfepramona e dietilpropiona, femproporex e mazindol – que, no momento, a proposta é serem proibidos do mercado –, são eficazes e acessíveis às camadas de baixa renda da população, onde a incidência da obesidade é ainda maior. Isso é uma coisa muito importante, porque a obesidade é a maior pandemia do mundo, mas ela tem uma predileção pelas classes menos favorecidas. E isso está na literatura científica, é só olhar na Internet, é acessível a todos. Isso foi dito na 89ª reunião do Conselho Nacional de Saúde.

Aqui, para se ter uma ideia – este artigo acabou de ser publicado, em junho de 2011 – de como está a situação no mundo. Vejam, reparem bem a quantidade de medicamentos que já entraram e já saíram do mercado. Todos os que estão aqui: entrada e saída, entrada e saída. Atualmente, o que está no mercado – este trabalho é americano – é a fentermina, que representa um medicamento simpáticomimético.

E eles têm também, nos Estados Unidos, benfetamina e fendimetrazina. Então, nos Estados Unidos, eles têm benfetamina, dietilpropiona. Portanto, essa alegação de que os Estados Unidos não têm anfepramona e dietilpropiona não procede. Na verdade, eles têm e continuam usando. Mas, além disso, eles têm fendimetrazina, benfetamina, que nós aqui no Brasil não temos. Portanto, eles têm cinco medicamentos de terapia. Entre esses, o Orlistat é o que não tem ação de inibição de apetite. A fentermina tem, a benfetamina tem, a dietilpropiona tem e a fendimetrazina também tem. Conforme falei, são dados recentemente publicados.

No Brasil, o consumo mundial de anorexígeno, a Anavisa faz um controle muito bem feito pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Mas isso só abrange...Ontem mesmo foi falado pelo Anfarmag, e a Drª Maria Eugênia também fez referência a isto na audiência na Câmara dos Deputados, que a Anvisa só consegue controlar 60%, se não estou enganado, dos medicamentos anorexígenos que são usados. Portanto, quarenta por cento não são controlados pela Anvisa porque uma boa parte do consumo é feito de forma criminal, sem prescrição médica, ou seja, em beira de estrada. Mas isso aqui não cabe a nós médicos discutirmos e nem à Anvisa, como está dito aqui, de forma criminal, portanto é caso de polícia. A população brasileira não pode ser incriminada nem penalizada por causa de crime. E a atribuição da Anvisa é disponibilizar o acesso, uma preocupação muito louvável, de fármacos eficazes e seguros.

Mas esses fármacos são eficazes e são seguros? Vamos ver. Sobre a anfepramona, aqui foi falado que não existem trabalhos. Realmente, não têm muitos, mas existem trabalhos. Aqui tenho trabalhos de 1976, 1990, 1991, todos comprovando que a anfepramona é segura, e é segura quando há indicação para tratamento de hipertensão arterial controlada e até angina pectoris.

Outra colocação é que um medicamento que há 59 anos está em uso na terapia da obesidade e que a própria nota técnica da Anvisa relatou que só existem 341 reações adversas e nenhum óbito foi relacionado a esse medicamento. Esse medicamento, a nosso ver, já comprovou, pelo tempo, sua eficácia e sua segurança, pois só teve 341 reações adversas, pouquíssimas reações adversas.

A mesma coisa com relação ao uso de mazindol, há trabalhos comprovando a sua eficácia. E mais do que isso que, além de ser eficaz no controle de apetite e na diminuição do peso, ele também está indicado em pacientes obesos e diabéticos, porque aumenta a sensibilidade insulínica.

O femproporex é outro do grupo... O mazindol e o femproporex foram lançados desde 1973, portanto têm aproximadamente 30 anos no mercado.

De propósito, coloquei aqui uma referência, porque existem muitas, não inúmeras como a sibutramina, porque a sibutramina é de uma época mais recente. Esse é de 2005, um estudo de cardiologia, e chegaram à conclusão de que o femproporex é um fármaco que se pode considerar com perfil de eficácia e segurança. Eficácia, há trinta anos a terapia da obesidade está aí e nunca ninguém levantou e segurança porque a própria Anvisa reconhece que só existem 111 casos relatados de reações adversas.

E os antidepressivos? Incontáveis reações adversas. Isto aqui é da PubliMed, tem 25.225 artigos relacionando efeitos colaterais ao uso de antidepressivos. E por causa disso vai se tirar os antidepressivos do mercado? Não, é claro que não. Do mesmo jeito que nós temos o posicionamento da não retirada.

Outra colocação que muitas vezes se confunde e que muitas pessoas às vezes falam – não a Anvisa, é lógico – é que o medicamento não adianta nada, porque, quando pára de emagrecer, engorda. Ouvimos muito, às vezes até da mídia, mas na verdade isso ocorre com toda terapia de uma doença crônica. Na epilepsia, se o indivíduo parar de tomar o medicamento, o que acontece? Os sintomas voltam. Com a hipertensão, o que acontece? A hipertensão volta. Por quê? Porque a doença é crônica, e obesidade é doença crônica. Doença crônica requer tratamento crônico. E tratamento crônico, quando suspenso, o que acontece? Os sintomas voltam.

E o Conselho Federal de Medicina, que está aqui representado, é contra a proibição dos anorexígenos. Não é absolutamente, jamais seria, contra a Anvisa, nem a Anvisa está propondo, conforme o Dr. Dirceu já falou. E o Conselho Federal de Medicina tem a responsabilidade pelo ato médico prescricional, o Conselho Federal de Medicina é soberano.

Na audiência pública passada, também foi dito pelo coordenador executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – e é algo que quero registrar – que as principais razões para a defesa aguerrida dos medicamentos seriam os interesses das indústrias que os fabricam. Mas será que isso é verdade? Vejam bem. Retirando os anorexígenos, ou seja, os inibidores do apetite do mercado, como está propondo, como é a proposta dessas câmaras que a Anvisa consultou, o que vai acontecer? Não vai restar nenhum medicamento que diminua o apetite. Só vai ficar um único medicamento, que é o orlistat, que só funciona no intestino e só em nível de inibição de absorção e só de gordura. Portanto, esse medicamento evidentemente não irá nunca resolver o problema da obesidade.

Quando um novo medicamento for lançado, o que ainda não ocorreu, uma vez retirados os anorexígenos, o que vai acontecer? Os anorexígenos atualmente são baratos, porque a patente já caiu há muito, muito tempo. O que vai acontecer é que eles vão encontrar um mercado altamente carente de medicamento, portanto com muita demanda. Cem milhões de brasileiros, de uma hora para outra, se isso for aprovado, vão deixar de ter acesso a esses medicamentos. Isso vai favorecer, a nosso ver, ao monopólio da indústria farmacêutica, porque só restará ela para tomar...Mas ainda sim, quero frisar, será mais barato pagar caro por esse novo remédio do que pagar pelas consequências devastadoras que a obesidade tem, que são o câncer, o infarto e a diabetes.

O último, para finalizar, já falei que são cinco medicamentos, e a Anvisa – desculpem-me colocar a Anvisa –, através das câmaras que ela consultou, a proposta é proibir, dos cinco, quatro, só ficando um. E essa proposta, a nosso ver, vai contra os pacientes doentes de obesidade, vai contra a doença obesidade em si e vai contra os médicos, porque já ficou claro pela diretriz e por tudo mais, apoiada por várias sociedades, que nós achamos que esses medicamentos ainda têm que permanecer. Isso, a nosso ver, é uma questão de discriminação e preconceito contra os pacientes obesos, contra uma pessoa que nasceu com uma doença, porque não tem um único gordo na face da Terra que goste de ser gordo. Isso não existe. Dizer para um paciente com obesidade: olha, meu querido...A gente tem que dizer, tem que frisar, mas todos sabemos que mudar um hábito de vida arraigado durante anos e dizer: coma menos e faça bastante atividade física e não o ajudar em nada...A gente tem que primeiro dizer isso, mas depois a gente tem que ajudar. Ajudar com o que tem para ser ajudado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Giorelli, diretor-geral da Associação Brasileira Nutrologia.

Passamos a palavra ao Dr. Antonio Carlos Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Informa-me aqui que ele é também diretor da Escola Paulista de Medicina. Meus cumprimentos.

Antes, permita-me, queria registrar algumas presenças, já falei da Marisa Serrano, nossa Senadora, o Ataídes Oliveira, que chegou neste momento, há uns 15 ou 20 minutos, a Senadora Lídice da Mata e o Senador Sérgio Petecão.

Tem a palavra o Dr. Antonio Carlos Lopes.

O SR. ANTONIO CARLOS LOPES – Senador Paulo Paim, Professor Dirceu Barbano, presidente da Anvisa, que excelente serviço vem prestando a nossa

comunidade, pois há anos está na entidade. Evidentemente que agora poderá trabalhar muito mais como presidente da Anvisa. É um prazer para nós, como médicos, termos a sua pessoa na presidência da Anvisa. É um ganho para nossa comunidade. Senhoras e Senhores, sou professor titular de Clínica Médica da Escola Paulista de Medicina e diretor da Faculdade.

Na realidade, sou bastante neutro nessa situação, porque não sou endocrinologista nem nutrólogo. Sou um clínico, cardiologista, inclusive, de tal forma que fico muito a vontade para abordar o tema, sem torcer para um lado ou para o outro.

A obesidade é uma doença, e nós estamos discutindo o ponto final da doença, que é o seu tratamento. Digo sempre aos alunos que os médicos se diferenciam no diagnóstico e se igualam no tratamento. Isso é uma verdade. Outra verdade é que medicamento que não fizer mal também não faz bem. Isso também é outra verdade. Não tem nenhum medicamento que não tenha efeito colateral. Isso não existe.

A obesidade, na realidade, é muito mais do que o aumento de peso, aquele fenótipo do indivíduo que está gordo. Ela é muito mais do que isso. Tratar a obesidade na sua essência dando medicamentos para emagrecer é o mesmo que, muitas vezes, tratar uma pneumonia, com febre, dando novalgina, e o processo infeccioso continuando no pulmão. A doença que gera a obesidade continua, uma doença, como bem dito, crônica.

De tal forma que, diante de uma doença como essa, somos obrigados a saber qual é etiopatogenia dessa doença, qual o mecanismo dessa doença, como essa doença surge, por que existe essa doença, por que um indivíduo tem muito mais apetite do que outro, por que ele come mil calorias e engorda e outro come 800 calorias e não engorda. Todas são perguntas que têm de ser feitas para que possamos ter um raciocínio crítico sobre tudo isso. È algo muito importante, e convido os senhores a fazerem um raciocínio crítico exatamente sobre esses aspectos.

Nós sabemos que a obesidade é um fator de risco, acompanhada de doença arterial coronária, de dislipidemia, de diabetes mellitus, de lesão osteoarticular, de comprometimento respiratório e até mesmo maior incidência de câncer no intestino, do cólon, dos pacientes obesos, especialmente se ingerirem álcool também. Então, nós somos obrigados, antes de pensar no tratamento, a saber por que essa doença está acontecendo. Muitas vezes, tratando-se a causa da doença obesidade, vamos ter um resultado muito melhor do que tratando com medicamentos. Tratar obesidade mórbida, por exemplo, com medicamentos é uma besteira muito grande, não existe um medicamento que faça um obeso mórbido emagrecer. Isso não existe. Temos que tratar os pacientes como clínicos: aqueles que têm necessidade de reduzir o peso para melhorar uma dor lombar, para melhorar a hipertensão arterial e assim por diante, sem o uso evidentemente dos medicamentos até uma certa fase.

Acho que não é muito correto compararmos a obesidade com a hipertensão arterial no uso crônico do medicamento. Acho que temos uma diferença muito grande no que diz respeito à etiopatogenia das doenças. E o tratamento não pode ser centrado simplesmente em um biomarcador. Posso considerar hoje, num conceito moderno, que obesidade é um biomarcador, o peso, melhor dizendo, é um biomarcador. A hipertensão arterial hoje, o número que eu meço no aparelho de pressão, é um biomarcador. Então, posso pensar dessa forma. Portanto, nós temos que entender que são doenças totalmente diferentes e que não podem ser comparadas por serem doenças crônicas. Os pacientes vão tomar medicamento a vida toda porque são crônicas. O hipertenso tem uma patogenia diferente, e o obeso tem outra patogenia.

Evidentemente que se sabendo as complicações do obeso é fundamental que se tenha um tratamento para o paciente. É evidente que tem um tratamento para o paciente obeso, mas o tratamento não se baseia apenas na administração de medicamentos. O tratamento, dependendo do grau de obesidade que o paciente possui – se é sobrepeso, se é realmente obesidade, se é obesidade mórbida –, fundamenta-se na causa, e essa causa tem de ser investigada. Enfim, fazer o diagnóstico etiopatogênico, quer dizer, o diagnóstico do mecanismo da doença e por que esse indivíduo está obeso. Dessa forma, poderemos fazer um tratamento mais adequado.

No tratamento, temos as medidas gerais que cabem a todas as doenças: a dieta, o exercício físico, tirar o tabagismo. Sabemos que o indivíduo que deixa de fumar engorda, por exemplo. Vai mandá-lo voltar a fumar? Não. Então, temos que ter toda essa ideia que, muitas vezes, é relegada ao segundo plano, vai-se diretamente à descrição medicamentosa e deixa-se de lado o tratamento não medicamentoso, que é de grande importância, inclusive o tratamento do convívio social.

Se formos analisar profundamente o obeso, ele tem uma disfunção social. Podemos chamar desta forma, disfunção social. Ele é mal aceito na sociedade não porque ele é obeso. Ele é obeso em consequência disso, inclusive.

Então, é fundamental que tenhamos uma visão muito mais holística sobre o paciente obeso e não simplesmente entender que ele está gordo e que precisa tomar remédio para emagrecer ou para tirar o apetite

porque ele precisa emagrecer. Se nós caminharmos nessa linha, nós vamos estar totalmente errados.

Inclusive, a terapêutica caminhará, dentro de um curto prazo de tempo, para o que se chama farmacogenético, vamos saber por que alguns pacientes respondem a um tratamento e outro paciente, com tudo igual, não responde àquele tratamento. Dentro de um curto prazo de tempo – curto não é bem o termo –, o indivíduo andará em seu bolso com seu código genético, irá colocá-lo no computador com o diagnóstico e vão sair os medicamentos que poderão ser tomados para aquele tipo de doença. Aí serão escolhidos os medicamentos adequados. E esta conversa vai deixar de existir.

Nós sabemos que o indivíduo muitas vezes toma um medicamento e tem uma reação alérgica brutal, e tantas outras pessoas tomam o medicamento e não têm alergia. Por quê? Porque tem um receptor na célula que interage com o medicamento e desencadeia uma série muito grande de reações dos macrófagos principalmente, que fazem com que esses indivíduos tenham uma reação alérgica e tantos outros não a tenham. Por que um indivíduo toma um antiinflamatório, tem uma resposta excelente, e outro não tem? Por que um tem uma complicação gastrointestinal e outro não tem? Então, vamos caminhar para outro tipo de discussão – espero que não demore muito –, que é exatamente a farmacogenética que vai nortear qualquer tipo de tratamento e não o tratamento baseado no que eu acho, no que eu penso, assim por diante.

No tratamento da obesidade, nós temos essas medidas gerais e vamos caminhar para a farmacogenética. Temos os medicamentos, que já foram salientados. Eu queria fazer um comentário muito importante. A literatura mostra o que nós quisermos. Se abordarmos a literatura querendo provar que um medicamento é ótimo, nós vamos encontrar. Se quisermos provar que ele não presta, vamos encontrar também. Nada substitui a experiência de vida à beira do leito. O médico que não sofre não aprende nem toma decisões adequadas. Esta é a característica da Medicina: a tomada de decisão sem ter quem confira. Por isso, há essas complicações todas com esses medicamentos. O indivíduo sai com a receita do consultório, e ninguém vai conferir o que foi prescrito – nem a dose nem por quanto tempo vai tomar a medicação. Então, esta é a característica fundamental da Medicina: a tomada de decisão sem ter quem confira. Por isso, ela é diferente de muitas outras.

Então, nós temos esses medicamentos. Para que um medicamento funcione, para que um medicamento seja realmente tido como atuante, melhor dizendo, é preciso que ele seja submetido a um estudo randomizado e duplo cego. Qualquer outro estudo não vale absolutamente nada. Só vale o estudo randomizado e duplo cego. E é muito difícil randomizar paciente. Poucas pessoas no nosso meio conseguem randomizar paciente como se deve; e no mundo também. De tal forma que as metanálises que aparecem têm vieses os mais variados possíveis. Nós não podemos nos basear apenas em metanálises, porque a metanálise mistura uma série de outros fatos e é tendenciosa. Atrás de metanálises, existem vários laboratórios patrocinando a pesquisa. Então, eu falo que é preciso que se tome cuidado quando se analise o resultado de uma metanálise.

Não vou me delongar muito.

Os medicamentos têm seus efeitos colaterais; não resta dúvida. Nós estamos cansados de ver pacientes com dependência a medicamentos para emagrecer ou para tirar o apetite. Nós estamos cansados de ver pacientes com dependência realmente importante; pacientes que tentam parar o medicamento e não conseguem, não acordam de manhã cedo, ficam com lassidão e assim por diante. Além disso, a piora da hipertensão arterial também é outro fator importante, assim como as arritmias cardíacas. Por exemplo, como cardiologista, estou cansado de receber pacientes no consultório com palpitação, com fibrilação atrial, uma arritmia cardíaca importante, por tomarem aquelas cápsulas em que há tudo dentro: antitireoidiano, diurético, medicamento para gastrite, medicamento para tirar o apetite e assim por diante. Inúmeras vezes aparece isso, e é difícil resolver esses casos, porque, até que o medicamento seja eliminado, os outros medicamentos acabam não atuando, não segurando realmente o tratamento. De tal forma que esse é outro problema que surge. Essas fórmulas são realmente perigosas e acabam acarretando problemas.

Porém, eu queria, caminhando para o final, dizer que o problema, na realidade, não é o medicamento na sua essência; é quem o prescreve. Na mão de indivíduos competentes, esses medicamentos não acarretam maiores problemas, porque é feito o diagnóstico da doença, o diagnóstico da etiopatogenia da doença. Quantas vezes nós encontramos um paciente com cushing tomando remédio para emagrecer? Se se tirar a suprarrenal desse paciente, ele emagrece. Está certo? Por quê? Porque o médico é mal formado. Hoje, o problema – eu poderia resumir – não está nesses medicamentos, na sua essência. O problema está na má formação médica, porque o indivíduo não sabe receitar, o indivíduo vive às custas, exatamente, dos pacientes que ele faz emagrecer. Então, ele lança mão de tudo que pode para fazer emagrecer e para o outro chegar a ele, porque não adianta um cadáver

magro. Eu sempre digo isto para os alunos: não adianta um cadáver magro. De tal forma que é preciso que haja consciência em relação a isso.

A formação médica está muito ruim. Muitos médicos não sabem prescrever os medicamentos, muitos médicos não sabem procurar a causa da obesidade nem sabem identificar as complicações precocemente, e, consequentemente, acontece isso.

De tal forma que o assunto é bastante complexo, e acho que ele precisa ser analisado com muito cuidado. A princípio, eu não seria favorável à retirada dos medicamentos. Eu seria favorável – permitam-me uma sugestão – a que esses medicamentos tivessem um controle muito mais rigoroso, talvez com o nosso receituário amarelo, que usamos para morfina, por exemplo, para ritalina e outros medicamentos, para os quais o controle é muito mais rigoroso. Sugeriria que a Anvisa estipulasse um rigor muito maior para esses medicamentos por meio desse receituário amarelo, que já é até difícil de ser adquirido, pois é preciso ir à Secretaria de Saúde, com carimbo, etc. e assim por diante, até que se faça uma política realmente de avaliação muito mais precisa do que acontece. Talvez fosse necessário que se fizesse, no nosso meio, um estudo adequado para saber o que é bom e o que não é. Isso é muito importante. O indivíduo emagrece, para de tomar o medicamento e volta a engordar – quando emagrece, porque, muitas vezes, ele nem emagrece. Ele perde três, quatro quilos, o que não significa nada no cômputo geral.

Agora, essa é uma doença que precisa ser tratada, com cuidados gerais – como já salientei –, com medicamentos e, inclusive, com a cirurgia de redução de estômago para certas situações. Ela precisa ser tratada! Não é porque o medicamento tem efeito colateral que ele precisa ser eliminado. Quer dizer, é preciso que o médico saiba receitar esse medicamento, saiba prescrevê-lo, porque todos os medicamentos têm efeitos colaterais. Todos! Não há medicamento que não tenha efeito colateral. E nós temos que estar preparados para identificar o efeito colateral, saber tratar o efeito colateral ou pedir a um colega que possa orientar.

De tal forma que o medicamento, na sua essência, não é o grande problema. O problema é a prescrição médica, que realmente é abusiva por pessoas que não estão preparadas para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A Presidência cumprimenta o Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, e passa a palavra, de imediato, ao Secretário do Conselho Federal de Medicina, Dr. Desiré Carlos Callegari, em representação ao Sr. Roberto Luiz D'Ávila.

O SR. DESIRÉ CARLOS CALLEGARI – Senador Paim, agradeço o convite para o Conselho Federal estar aqui presente. Saúdo os demais componentes da Mesa e os presentes.

A posição do Conselho Federal é vigilante neste aspecto dos medicamentos anorexígenos ou dos inibidores dos apetites.

Algumas coisas foram ressaltadas aqui. Com essas fórmulas magistrais, eles acabaram... O Conselho está vigilante quanto a isso, e temos uma resolução. Misturas de medicamentos não são mais possíveis. O médico que assim o faz é tratado por uma sindicância no Conselho. Ou seja, nós estamos apurando o processo.

Acho que, por tudo que foi dito aqui – não vou ser repetitivo –, vou ficar na questão da defesa da sociedade e do médico bem formado. Pensamos que, se a medicação que está aí há muito tempo for bem aplicada... Todos aqui, médicos, somos unânimes em dizer que, se a medicação é prescrita e vigiada pelo médico pelo prazo que tem que ser receitada, sem dúvida, ela traz benefícios. O que não pode, evidentemente, é a gente proibir alguma coisa. Sabemos como se processam as questões de proibições: o mercado paralelo existe, e fogem do controle da própria vigilância todos esses aspectos. Nós precisamos de um controle efetivo do prescritor e da droga que é vendida.

Acho que, hoje, a Anvisa tem um potencial e já provou isso quando fez inúmeros trabalhos e entregou ao Conselho os maiores prescritores do Brasil que não tinham absolutamente nada a ver com a especialidade. E estão aí tramitando os processos desses maiores prescritores. O Conselho Federal, de posse dessa informação da Anvisa, fez o que lhe é de direito: distribuiu a lista aos Conselhos Regionais e puniu os maiores prescritores. Houve, então, uma baixa sensível das prescrições.

O que nós precisamos é disso. Não podemos deixar de ofertar a um obeso, que não tem indicação de uma cirurgia ou para o qual, muitas vezes, a cirurgia é mais penosa, a possibilidade de ter uma medicação bem prescrita, bem controlada, porque essa é a única forma de que ele vai dispor.

Aqui se disse que o exercício e a dieta resolvem, mas, para nós – coloco-me no grupo de sobrepeso –, é difícil fazer uma dieta; muito difícil! Acho que essas atividades estão inclusas, mas também a medicação tem que ser disponibilizada.

Eu acho que, por exemplo, a autonomia do médico está em jogo. O médico acha que o produto pode ser disponibilizado para determinados pacientes, com

acurácia e sem efeitos colaterais, porque, tão logo ocorram os efeitos, ele pode tirar o medicamento, ele pode fazer um seguimento e contribuir para que esse paciente não tenha taxa de sobrepeso e não tenha doenças provocadas pela obesidade. Mas não é só. Nós sabemos que não é só. O que nós não podemos é negar à sociedade o direito de ter medicações que podem ajudá-la em determinadas situações. E aí nós temos o uso prolongado desses medicamentos que provam que... se já têm reações adversas, o uso indiscriminado... se ele for bem controlado, e o médico fizer o seguimento, essas reações adversas, a tendência é que elas diminuam.

Droga é droga. Nós não estamos falando aqui de coisa que só faz bem à saúde. A droga, todo remédio é um veneno, que, em pequenas doses e bem controlado, pode fazer bem, e, evidentemente, o uso descontrolado pode fazer mal.

Então a posição do Conselho é muito clara. Em primeiro lugar, conservar a autonomia do médico, para que o médico possa, ele, decidir, em que paciente usar; a segunda coisa é defesa da população, que não podemos deixar desassistida. Uma única droga que a gente conhece... Também não é barata. Deixar no mercado só uma droga é um risco que corremos, e esse risco é fugir do nosso controle. Que essa droga exista, mas com todo o rigor. A Anvisa hoje tem esse poder de controlar. Em uma sociedade como hoje, parceira, o Conselho Federal, os conselhos regionais, que podem atuar no prescritor, temos tudo para dar certo, não há problema nenhum. É um uso controlado, de forma racional e que pode ajudar a população, repito, uma população pobre, que às vezes não pode comprar medicações ou fazer qualquer outra terapia, até por que as filas de obesidade mórbida que existem no País são longas. Esse paciente fica desassistido por um período muito grande. E não tem o que se fazer. Esse paciente vai morrer. Hoje assistimos a isso.

Eu sou da Faculdade de Medicina do ABC, onde temos um serviço de obesidade mórbida. Operamos três casos por semana, o que é muito insuficiente para uma lista controlada pelo Ministério Público. O que nós vamos fazer com esses pacientes que são inúmeros? Nós temos uma fila, aproximadamente, na nossa Faculdade, de mais de mil casos, operando três por semana, dois, três por semana. Como é que vão ficar esses pacientes? Vão ficar morrendo na cama? Precisam de alternativas, evidente, controladas. Como foi dito aqui, não preciso repetir, acho que têm que existir.

Essa é posição do Conselho, penso que, dada autonomia ao médico, a responsabilidade ao médico, e com a Vigilância no papel de fiscalizadora, com a competência que tem, a gente pode restringir o uso dessa substância sem os malefícios que ela pode causar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, que expressou aqui o seu ponto de vista.

E vamos agora para o último painelista na Mesa. *(Pausa.)*

Me disseram que, no momento em que chegou o Dr. Antonio Carlos Lopes, ele ia substituir o Dr. Durval. Foi o que me disseram e assim fiz.

Então, nesse momento, o último convidado da Mesa...

Não tenho problema nenhum de as pessoas falarem. Se for necessário para o bom entendimento, que a gente fique aqui até as duas, três. Eu fico.

Então, nesse momento, passo a palavra ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, até porque esse tema cardiologia, aqui, enfim, hipertensão, foi muito falado aqui. Sou hipertenso. Então estou aí olhando tudo. Tomo remedinho todos os dias, só não vou dizer a marca do remédio para não fazer propaganda também.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Muito obrigado, Senador, a quem saúdo nesse instante, demais membros, colegas da Mesa, Srs. Senadores, senhores presentes, minhas senhoras e meus senhores:

Eu acho que este debate está sendo extremamente útil porque a impressão que se tem é que há alguns temas na pauta de políticas públicas brasileiras que rapidamente se transformam numa espécie de Fla x Flu, quer dizer, há um grupo torcendo contra e o outro torcendo a favor. Acho que a posição da Cardiologia, no caso aqui, não é de juiz desse problema, mas eu acho que a Cardiologia passou a entender que a gente tem que estar junto com as autoridades sanitárias brasileiras na formulação de políticas públicas, e essas políticas públicas às vezes incluem medidas que não são bem entendidas ou bem recebidas, quando você tem que, por exemplo, proibir ou colocar em vigilância maior determinados medicamentos que a gente sempre está supondo querer que faça bem à saúde do paciente.

Em relação ao perfil epidemiológico brasileiro, a gente sabe disso, estão coisas acontecendo em relação às mudanças muito rápidas que estão acontecendo na saúde pública e que elas têm correlação exatamente com essas determinantes sociais. Então as determinantes sociais da saúde ainda nos surpreendem.

Eu estava no Ministério da Saúde, fazendo uma pesquisa sobre diabetes – isso foi no Governo Sarney, depois de 1985 –, e qual não foi a nossa surpresa quando vimos que diabetes era um problema sério de

saúde pública e que precisava ser enfrentado. Então o diabetes, um dia desses só, em 1988, 1989, entrou na pauta da saúde pública brasileira. Agora a gente tem a problemática dos obesos, a gente tem a problemática seriíssima dos idosos e a gente tem que entender e aprender como interagir com essas situações.

Eu acho que tem uma série de medicamentos, por exemplo, em relação à hipertensão, em relação ao diabetes. Acho que os pacientes, os médicos, eles estão muitíssimos bem atendidos. Isso é uma coisa muita boa. Esse arsenal, a gente tem cerca de 50 drogas que pode escolher e colocar na sua receita. E eu quero me declarar aqui. Sou um médico de consultório. Eu trabalho ainda, eu prescrevo, eu tenho que estar atento a essas coisas. Dessas 50 drogas, a gente pode, tranquilamente, utilizar um série delas em combinação ou isoladamente. Elas trazem realmente resultados extremamente bons, reduzindo a mortalidade por derrame cerebral, reduzindo a mortalidade por infarto e, importante, controlando a pressão arterial e as suas repercussões renais, o que não é pouca coisa. Isso dá um impacto epidemiológico muito grande.

Em relação ao diabetes a mesma coisa. A gente tem hoje a chegada dos chamados DPP-4, que vão mudar seguramente a história natural do diabetes. Com esse problema da chegada da obesidade na pauta epidemiológica, na pauta da saúde pública brasileira, infelizmente a gente está vendo pelas exposições que ainda não temos uma droga que realmente seja satisfatória.

Eu quero lembrar que na cardiologia, assim como na endocrinologia, a gente tem casos de drogas que entraram no mercado sendo saudadas como drogas aparentemente salvadoras, mas causaram uma série de problemas gravíssimos.

Eu me lembro, por exemplo, quando do meu início aqui, quando era professor da Universidade de Brasília, que chegou uma droga, se não me engano era da Jonhsons, a lidoflazine. Era um excelente antiarrítmico. Então a gente sabe que as arritmias do coração, e já foi citado aqui, são um fator extremamente importante de mortalidade e estão relacionadas, muitas delas, principalmente aqui foi citada também a fibrilação atrial, à idade do paciente. A longevidade tem um preço: aparece uma série de problemas. Essa droga, por exemplo, resolvia o problema da arritmia, mas os pacientes, em grande parte, mais de metade, morriam porque a droga alterava uma coisa que o cardiologista usa muito, que é a chamada síndrome do QT longo. Ela fazia alteração do QT. Era exatamente essa lidoflazine, que tinha um nome extremamente agradável, mas foi rapidamente retirada do mercado.

Tem outra droga mais recente – estou esquecendo o nome, só me lembro do nome comercial, e não vou me permitir citar –, na endocrinologia, que era uma droga para diabetes, que promovia nos pacientes, além do controle do diabetes, a insuficiência cardíaca. Foi retirada também. Mais recentemente, e também já foi citada aqui, a Acomplia, que era o rimonabant, um derivado da *cannabis* que tratava de uma coisa que acho que é do agrado de todo mundo: reduzir aquela obesidade visceral, reduzir o pneu, que é a tragédia estética de muita gente. É também uma tragédia fisiopatológica, pois ela provoca uma série de alterações. Então, a gente está dentro de um contexto simples.

Eu queria colocar que a gente está com uma tarefa importantíssima e que não vai ter o desfecho definitivo na próxima terça-feira, dia 14, mas vai dar um passo. A cardiologia brasileira percebeu que a posição da Anvisa tem algo que é próprio da sua atuação: a obrigação funcional e constitucional de dizer as drogas que podem ou não ser usadas. Esse esforço do Dr. Dirceu já começa lá atrás. A Anvisa poderia alertar, criar dificuldades no uso, quer dizer, fazer uma restrição de uso, ou proibir. O que eu estou vendo é que, na realidade, o que aconteceu em relação a, por exemplo, esses anorexígenos, é que, na realidade, o que a gente chegou a ter é uma espécie de moratória para fazer uma discussão mais ampla, a fim de trazer aqui argumentos.

Então eu digo o seguinte: sempre que a gente toma determinada decisão em relação a políticas públicas de saúde... Uma coisa que interessa aqui é que, garanto, dentro deste auditório, há pessoas que têm um interesse direto nesse tipo de proibição ou permissão. E queremos dizer o seguinte: a gente precisaria, na realidade, tomar uma decisão coletiva, formular uma política pública de medicamento em conjunto. Então a responsabilidade, esse recuo aparente da Anvisa, que eu chamaria de recuo tático em relação aos anorexígenos, tem um desfecho importantíssimo que é o seguinte: nós vamos acertar ou nós vamos errar juntos. E nós estamos aqui, todos nós e a sociedade, tentando dividir essa responsabilidade no sentido de formular políticas públicas.

Perguntei aqui particularmente ao Dr. Dirceu se representantes do FDA e representantes do sistema europeu de controle de medicamentos estariam presentes. Ele me falou que não. Eles não puderam atender o convite, mas me parece, corrijam-me se estiver errado, que o coordenador do estudo Scout estará presente.

Eu queria lembrar então, sem tomar partido, que estamos aqui para compartilhar a decisão. E queria louvar, inclusive, a posição do Senador Paim, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, de tra-

zer um assunto como esse para ser discutido. O que o Desiré falou aqui agora tem sentido, está certo? Quer dizer, a gente precisa ter certa liberdade, mas conhecer esses limites e também o dever de ofício da Anvisa, e dizer: nós precisamos falar sobre isso.

Aqui no Brasil está acontecendo uma coisa curiosa. Na realidade, a medicina já está bastante judicializada. Eu diria que a vida pública brasileira está bastante judicializada. O Judiciário está toda hora sendo chamado para dar decisões e fazer as coisas funcionarem ou não. A gente precisa entender que, com essas formulações, junto com o Congresso Nacional, com a sociedade científica, a sociedade em geral, ONGs, etc., sem nenhuma acusação de sentido pessoal ou indicativa de que há outros interesses, a gente está diante de um problema. A gente tem drogas que têm um trânsito muito bom, inclusive, não só nas pesquisas, mas principalmente na vida real. É nesse cenário que a droga se firma ou então você começa a perceber certas coisas.

Então, o que nós estamos estimando aqui, e eu queria louvar mais uma vez a iniciativa do debate, é que a gente possa, nesse desfecho do próximo dia 14, que, se não me engano, vai ser na própria sede da Anvisa, realmente caminhar. Eu sugeriria que a gente abrisse isso mais um pouco. Por exemplo, existe uma droga que o cardiologista adora, que não pode dispensar e que até hoje não foi proibida, e creio que não o será, porque faltam alguns indícios, mas os endocrinologistas não gostam, que é exatamente a miodarona, antiarrítmico espetacular. Pergunte a qualquer endocrinologista sobre os efeitos deletérios sobre a nossa tiróide desse medicamento antiarrítmico. Então a gente sabe que tem que andar com cuidado principalmente na formação do médico, pois a certeza que se tem hoje na sua profissão, na sua especialidade é de uma coisa chamada interdisciplinaridade. Ninguém pode fazer cardiologia abstraindo a endocrinologia, a nefrologia, quer dizer, os cuidados com o rim, com o pulmão. Principalmente, hoje, a endocrinologia e a cardiologia caminham juntas, de mãos dadas, porque diabetes, obesidade e hipertensão são doenças que têm tudo a ver com essa prevenção. A gente participa de um interregno grande, de um terreno muito grande, em que é preciso trocar experiência.

Agradeço a oportunidade e espero que a gente possa caminhar no sentido.... Insisto que nós estamos aqui, na realidade, discutindo não somente efeitos de drogas, mas estamos querendo tomar uma decisão, porque o grande vencedor desse debate não será nenhuma sociedade médica, muito menos a Anvisa ou o Congresso Nacional. A gente tem que colocar em perspectiva aqueles que estão sob os nossos cuidados, que são exatamente os nossos pacientes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Pelo que percebi aqui no debate, a não ser o Dr. Geniberto Paiva Campos, todos os outros, de uma forma ou de outra, de forma mais contundente ou mais leve – não estou fazendo aqui nenhum tipo de julgamento –, questionam a posição da Anvisa.

Como a Anvisa foi tão questionada pela maioria dos que já falaram, neste momento vou passar a palavra ao Dr. Dirceu Brás, que foi quem abriu esta audiência pública, para que ele faça, enfim, as suas considerações em relação àquilo que os especialistas, os médicos aqui falaram – quatro, pelo menos, pelo que percebi –, discordando da posição da Anvisa; discordando em tese, eu diria. Não estou aqui fazendo nenhum juízo.

Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Obrigado, Senador Paim.

Primeiro, quero agradecer as manifestações respeitosas ao trabalho que a Anvisa vem buscando fazer em relação a este tema.

Pegando aqui uma carona na fala do Dr. Geniberto em relação ao Fla x Flu – para nós, paulistas, há outros e para o Rio Grande do Sul também –, acho que, de qualquer maneira, esta é uma questão importante. A grande questão que se aborda, quando o debate caminha para esse lado, é que os corintianos continuam insistindo que o Corinthians é o melhor time do Brasil – no caso de São Paulo, os palmeirenses também – e querem fazer suas as verdades que precisam valer para os outros. E aí, por vezes, a gente acaba contaminando as verdades com o coração e com a camisa do time pelo qual a gente torce.

Exercer função de Estado, que é o que a gente faz diariamente como diretores da Anvisa, nomeados pelo Presidente da República e aprovados aqui pelo Senado, é o exercício da abstração dessa condição de falar pelas nossas verdades. A gente tenta falar, no máximo, pelas nossas responsabilidades.

Então, acho importante resgatar algumas questões aqui.

Primeiro, esse estudo que se referiu à sibutramina foi concluído no final do ano e não foi com ele que se inaugurou essa discussão a respeito dos inibidores do apetite no Brasil. Desde 1993, esse tema é discutido, e as conclusões a que historicamente se chega é de que nós não temos elementos para poder retirar os produtos. Embora, no caso, antes, da anfetamina, não houvesse todas as informações robustas do pon-

to de vista da ciência, a obesidade é um problema, e nós temos pouca disponibilidade para tratá-la. Então, vamos manter os produtos no mercado.

Agora, o estudo Scout trouxe a questão da sibutramina, e, internamente, na Anvisa, com a Cateme principalmente, é que se fez um parecer envolvendo as quatro drogas. Então, o assunto não é debatido desde o final do ano passado. Ele tem sido recorrentemente debatido, e a decisão, historicamente, sempre foi a de aumentar o controle. Aumentamos o controle, e o que se observou, ao longo do tempo, é que, na verdade, o aumento de controle não trouxe uma solução ao problema do uso, pode-se dizer no mínimo, exagerado desse tipo de substância. Ainda hoje temos uma utilização bastante menos rigorosa do que gostariam os médicos e bastante menos rigorosa do que se espera do ponto de vista sanitário.

Acho que a gente avançou também nesse debate, para todos que estão aqui. Um primeiro comportamento que houve, até fiquei um pouco assustado com isso, é que tínhamos que desqualificar o estudo Scout, tínhamos que desqualificar as notas técnicas da equipe da Anvisa, porque é uma equipe que não teria condições de se manifestar a respeito disso e desqualificar o parecer da Catemi. Acho que a gente avançou um pouquinho, pelo menos a gente não está tendo que desqualificar ninguém para poder fazer com que a nossa verdade vire verdade.

É importante salientar outras coisas.

Esse estudo Scout com a sibutramina foi encomendado pela agência européia. Ele não foi realizado pela agência européia. Ela exigiu que o laboratório Abbott fizesse o estudo porque, nos estudos clínicos apresentados para o registro do produto, já se vislumbravam algumas inconsistências do ponto de vista da segurança da sibutramina. A agência européia disse: "Então, faça o estudo e me traga os resultados". Quando o laboratório concluiu a primeira etapa dos resultados, um estudo multicêntrico feito no Brasil inteiro... Então não estamos falando de acompanhar ou deixar de acompanhar. Dr. Paulo, o senhor tem repetido isso várias vezes. Acho que essa não é uma boa fala para o povo brasileiro, a fala de que, se os Estados Unidos tomaram a decisão, nós não temos que tomar. Não é isso que está em discussão. O estudo foi feito no mundo todo, envolvendo americanos, brasileiros, europeus. Quando os primeiros dados do estudo foram divulgados, a agência européia resolveu tirar o produto do mercado europeu. Isto acho que é importante: sabemos por que a agência européia retirou. Foi porque eles chegaram às conclusões, com os dados preliminares do estudo, que os nossos técnicos chegaram e que a Catemi chegou, ou seja, o estudo de fato foi realizado com pacientes obesos que tinham preexistentes algumas comorbidades. Bom, por que foi feito isso? Por que esse é o perfil prevalente de utilização desses medicamentos.

Eu tenho insistido que há uma questão não resolvida. Em qual paciente nós vamos usar esses medicamentos? Onde estão os pacientes que não são mórbidos, obesos, que são obesos, e que não têm nenhum risco cardiovascular associado para que se justifique o uso? Essa é uma questão que, até agora, não foi respondida pela Anvisa. Porque se temos que restringir, se nós temos que controlar para que os médicos que sejam bem informados utilizem de maneia controlada, não nos foi ainda indicado qual o perfil de paciente que vai ser usado.

Então, a agência européia chegou à seguinte conclusão: "Olha, esse é o paciente para o qual se usa esse produto". Então, por que vamos manter o produto no mercado? Essa foi a decisão da agência européia. Ninguém acordou de manhã e decidiu tirar os produtos. Foi uma decisão muito responsável.

E o senhor também respondeu por que o laboratório Abbott retirou o produto do mercado americano depois, quando o estudo foi concluído. Deve ter sido pelo receio do rigor sanitário das leis americanas no sentido de que: "Bom, se o produto causa dano a quem usa, eu vou manter o produto para depois ter que pagar as indenizações e as ações judiciais?" Eu pergunto: "E, aqui no Brasil, nós não vamos nos preocupar com quem vai pagar?" Quem pagaria?

Bom, então, acho que essas são umas primeiras questões importantes.

Acho também que não é verdade que o produto foi retirado nos Estados Unidos e a Anvisa está acompanhando a decisão americana, tanto que nós não retiramos ainda, e citamos vários exemplos aqui: a aspirina, a dipirona, que comprovam a histórica autonomia da Anvisa em relação às decisões que ela toma. Não há que se deixar o povo brasileiro com medo de que vamos tomar uma decisão porque os Estados Unidos tomaram. Outro dia eu disse: "Olha, essa regra do que é bom ou ruim para os Estados Unidos era da época em que tinha carro e se falava que o carro americano é bom e que poderíamos ter um desse aqui". O que estamos falando são de questões da ciência, que hoje são produzidos estudos em âmbito mundial. O Dr. Antonio Carlos tem um centro de pesquisa clínica em São Paulo e sabe disso. O centro dele realiza pesquisas em conjunto com centros do mundo todo. Então, estamos falando de posições autônomas da agência, não vinculadas a decisões já tomadas pelas outras agências, porque, até agora, em relação a esses produtos, fomos autônomos e continuaremos sendo autônomos,

mas estamos nesse momento com posições técnicas que são iguais às posições européias. As conclusões a que as equipes da Anvisa chegaram são as mesmas conclusões que os técnicos da eMed também chegaram. Se eles chegaram lá a uma conclusão e nós chegamos aqui a uma conclusão que diverge ou desagrada as pessoas, o debate é justamente porque precisamos responder essas questões. Onde estão essas divergências?

Não é possível desqualificar o estudo Scout. Não é possível! A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia insiste nessa tese porque, se ele deve ser desqualificado, se desqualificam as decisões de dezenas de agências sanitárias ao redor do mundo que foram tomadas e que chegaram à mesma conclusão.

A decisão cabe a todos os senhores e também não tem nenhuma relação com as reações adversas conhecidas sobre a sibutramina. As conclusões da área técnica da Anvisa e da Catemi se prendem aos dados que se referem à segurança da sibutramina e à ampliação do risco de eventos cardiovasculares pelo uso dessa substância, seja para pacientes que têm histórico de doenças preexistentes ou para pacientes obesos que, muitas e muitas e muitas vezes, desenvolvem ou já têm essas comorbidades. Então, não estamos falando aqui de combater reações adversas. Ouço as falas "olha, mas todas as drogas causam...", como se Anvisa não soubesse disso. Diariamente, tomamos decisões a respeito desses temas. Indicamos o que deve ter na bula, quais são as informações que devem constar da bula. Nós não temos nenhuma dúvida do que seja uma reação adversa e sabemos, sim, que as reações adversas existem, podem ser manejadas, controladas. Agora, nesse caso, não se resolve uma questão de risco, de fragilidade na segurança do uso da sibutramina. Então, gostaria de deixar isso claro.

A gente tem que salientar isso. Temos conclusões distintas a partir da mesma base de dados. E nós não estamos em uma disputa com ninguém. O que nós queremos é tomar uma decisão, que é o que a Sociedade Brasileira de Cardiologia tem cobrado. Nós precisamos dar uma resposta clara à sociedade. Afirmar que essa dúvida e essa posição técnica da Anvisa é um preconceito com os obesos é de uma irresponsabilidade tremenda porque gera uma posição antagônica entre o Estado e a sociedade. Nós não somos preconceituosos, Dr. Pedro, e essa decisão não tem nenhum viés de preconceito. Nós, talvez, nos apaixonemos um pouco por uma coisa que pode até ser chamada de preconceito, que é a possibilidade de que produtos fiquem no mercado sem que tenham perfis de segurança e de eficácia bem definidos e com estudos clínicos que sejam capazes de fazer isso. E, nesse ponto, a Anvisa é preconceituosa, sim. Não registra produto e propõe retirar. Agora, insistir nessa tese de ter que debater esse assunto é preconceito com os obesos, com essa questão de que ninguém gosta de ser obeso, isso é irresponsável. Nós não podemos fazer isso na Anvisa e nem aqui numa comissão do Senado Federal.

Eu, Dr. Antonio Carlos, fico com uma preocupação, e concordamos com ela, porque a dificuldade aumenta. Uma coisa seria dizer o seguinte: vivemos em um País em que existem substâncias utilizadas para uma patologia cujo perfil de segurança não está bem definido, pode ser que mate as pessoas, mas nós temos médicos bem formados. O senhor está trazendo uma informação que é fundamental: temos que conviver num País com produtos que têm perfis de segurança duvidosos e com médicos, nas suas palavras – eu estou colocando entre aspas –, "mal formados". E aí, como é que fica o órgão, como é que fica o órgão sanitário para tomar uma decisão numa situação dessas? Nós vamos dar qual resposta para a sociedade, Dr. Callegari?

Bom, para ir finalizando, eu gostaria de ainda falar algumas coisas que acho relevante.

O SNGPC não controla uma parte dos medicamentos não por serem ilegais, é porque a Justiça eximiu uma parte das farmácias de alimentarem o sistema, e é a mesma Justiça que muitas vezes..., ontem eu vi um promotor público dizendo: se a Anvisa tomar essa decisão eu vou mover uma ação civil pública. Para interesse de quem?Poderia mover uma ação civil pública contras as farmácias, que não querem alimentar o sistema, seria mais interessante para a sociedade, do que fragilizar uma estrutura e uma discussão que estamos tentando manter no campo técnico.

Dr. Callegari, eu vou dizer para o senhor o seguinte: não houve sensível queda na pressão desses produtos. E seria muito interessante para a sociedade brasileira se os Conselhos de Medicina divulgassem quantos, quais foram os processos e as penalidades que os médicos, que foram denunciados pela Anvisa, sofreram. Nós desconhecemos essa informação, eu acho que se existe é vital. Outro dia o Ministério Público nos questionou por que a gente não manda a informação ao Conselho Federal de Medicina.

Então, eu acho o seguinte: nós não podemos negar à sociedade a possibilidade de que todos os cidadãos possam usar tecnologia na área da saúde que estejam disponíveis, que seja seguras e eficazes; mas nós não podemos negar à sociedade o direito de que ela saiba que existem estudos que, neste momento, colocam em dúvida a segurança da sibutramina e que não existem estudos que sustentem a permanência dos derivados da anfetamina no mercado. A sociedade tem

o direito de saber disso. E aí eu pergunto: o que é proteger a sociedade de uma situação dessas? Proteger a sociedade é manter os produtos no mercado diante dessas evidências que estamos colocando do ponto de vista da segurança, da falta de evidência, do ponto de vista da eficácia dos outros produtos.

Convidaria, por fim, que todos nós fizéssemos o exercício de sermos diretores da Anvisa por alguns momentos e sermos diretores que estão diante desses pareceres técnicos, diante, por vezes, de manifestações, por vezes, apaixonadas pelas camisas e diante de uma sociedade que tem aumento na obesidade e a presença dos produtos. "Como é que vamos tirar e aumentar a obesidade?" A obesidade tem aumentado com esses produtos! Então, eu convido a todos que sejamos diretores da Anvisa e tomemos essa decisão. Qual a decisão que de fato é melhor para a sociedade? Que tipo de resposta é necessário que seja dado?

Cada médico é responsável por dezenas, talvez centenas de pacientes. A nossa decisão aflige 190 milhões de brasileiros ou cem milhões de obesos. E aí não é uma questão de direito de tomada de decisão.

Posso até sugerir aqui que podemos errar e acertar juntos, só que, na hora em que errarmos, os diretores da Anvisa é que serão responsáveis pela tomada da decisão, pelas consequências da sua decisão. Então não podemos ser convidados a errar juntos, Dr. Geniberto. Temos que ser convidados a acertar juntos. E aí nós precisamos...

A partir do dia 14, convido que deixemos um pouco as camisas e, de fato, vamos focar nessas perguntas que não estão respondidas. Que ajudemos a construir as respostas para que, sem paixão e sem interesse nenhum, tenhamos condições de tomar uma decisão que seja, que faça bem à saúde da população brasileira, sem colocar em riscos desnecessários a vida de qualquer um dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dirceu, Presidente da Anvisa.

Nós vamos ter uma mudança aqui na Mesa. Por entendimento, o Dr. Paulo Giorelli, Diretor Geral da Associação Brasileira de Neurologia, quer passar os seus cinco minutos, para as considerações finais, ao Professor José Durval Ribas Filho. Eu não tenho nada contra. Então fizemos a troca neste momento.

Passo a palavra, de imediato, ao Professor Durval Ribas Filho, para que ele possa também expor seu ponto de vista, já que ambos pertencem à mesma entidade. Só para não falarem dois pela mesma entidade. Todos aqui na Mesa terão direito à palavra ainda.

Passo a palavra, neste momento, ao Professor Durval Ribas Filho, para que ele coloque seu ponto de vista sobre o tema.

O SR. DURVAL RIBAS FILHO – Bom dia a todos. Muito obrigado ao nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me esclarecer que todos aqui da Mesa terão espaço para as suas ponderações, lembrando de que os Senadores usam a palavra a qualquer momento que assim entenderem.

Está conosco aqui o Senador Paulo Davim. Está também o nosso ex-Deputado, meu amigo, fomos Deputados juntos, faço questão de registrar, que é o Augusto Carlos Garcia de Oliveira, que hoje é assessor técnico dos Democratas. Nós fomos Deputados juntos.

Quero também informar à Casa que o nosso querido Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais – esta é uma Comissão que hoje faz um trabalho junto, Direitos Humanos e Assuntos Sociais –, teve um problema de vôo. Por isso, não está aqui. O vice, Casildo Maldaner, já esteve conosco.

Por favor, Dr. Durval.

O SR. DURVAL RIBAS FILHO – Muito obrigado.

Eu gostaria de, rapidamente, fazer uma apresentação bem sucinta de alguns slides, porque eu acho que a discussão é técnico-científica e efetivamente isso poderá contribuir, de alguma maneira, para que possamos nos aprofundar sobre o tema.

Eu gosto de trazer essa foto, na qual estamos observando um grande obeso, um obeso mórbido, e um magro. A pergunta sempre é: será que, se esse indivíduo ingerisse grande quantidade de calorias, ele ficaria igual a esse outro? Por que falamos isso? Porque obesidade é uma doença crônica e doença crônica requer tratamento crônico, mas, fundamentalmente, na sua etiopatogenia é multifatorial, poligênica e altamente complexa.

Quando simplesmente dizemos que um desequilíbrio entre ingestão energética e gasto energético é a base de obesidade, nós esquecemos que a predisposição genética é o fundamento. O que significa isso? Que não existe atividade física, não existe dieta e não existe medicamento e nem cirurgia mágica antiobesidade. Infelizmente isso é o que se comenta, o que se divulga e se difunde. Ainda mais agora, com essa possibilidade de retirar os medicamentos antiobesidade, essa cirurgia mágica é o que mais vai estar em voga.

Por isso, se analisarmos os aspectos epidemiológicos, além do sobrepeso, em 2015, estaremos, certamente, com 2.3 bilhões de pessoas no mundo obesas. O Brasil hoje está ocupando o 77º, sendo que as ilhas estão em primeiro lugar, os Estados Unidos está aqui, e o Brasil está em 77º.

Por outro lado, o grande problema é este: de cinco a nove anos, a evolução dos indicadores antropométricos na população vem aumentando. O que aconteceu de 10 a 19 anos? De seis, quatro. O que aconteceu para vinte anos ou mais? De 12% foi para 17%. Então, estamos aumentando, aumentando. E qual o grande problema? Estamos tendo uma média de 2.4% ao ano de crescimento da obesidade no Brasil. Isso significa que são cerca de oitenta e oito milhões de brasileiros e que, em vinte anos, 70% da população brasileira será obesa. Isso custa muito, equivale a cem bilhões. O grande problema está aqui, os custos indiretos, relacionado com os dias perdidos, obesos e não obesos, com relação ao trabalho e auxílio-doença, que aumenta em todas as faixas etárias ao longo da vida.

Por isso, a obesidade é uma doença crônica e tem implicações crônicas graves. A gente até brinca porque diz que, desde o fio do cabelo lá em cima até o dedão do pé aqui embaixo, que é a gota úrica, passa por todos e todos os sistemas do nosso organismo, todos os tecidos, inclusive câncer, além das doenças cardiovasculares e diabetes.

E essa proporção, essa prevalência está muito ligada ao diabetes. Não é por acaso que 7% a 10% da população mundial, hoje, tem diabetes tipo 2, causado por resistência à insulina e com obesidade.

Mas é bom lembrar também que tudo isso é porque o tecido adiposo libera ou expressa mais de 18 substâncias que chamamos de citocinas pró-inflamatórias e que vão favorecer o *status* inflamatório, que, em última análise, se caracteriza pela famosa doença aterosclerótica. E essa é a gravidade dos efeitos cardiometabólicos adversos aos produtos dos adiposos. Por isso, infelizmente, cada vez mais, as pessoas estão morrendo quanto maior o seu índice de massa corporal, tanto homem quanto mulher. Veja que é significativo quanto maior o índice de massa corporal.

Mas, quando falamos da etiologia da obesidade, temos que lembrar a interação com o meio ambiente e a genética. Por quê? Até fazemos uma comparação simples: se você tem uma arma e essa arma tem uma bala, se você apertar o gatilho, a bala sai e não volta mais. A partir do momento em que o meio ambiente obesogênico foi o favorável para desencadear a expressão genética da obesidade, infelizmente, isso vai se manifestar sempre. Por isso, a doença crônica requer tratamento crônico.

E só existem, basicamente, cinco maneiras para você tratar a obesidade. Todas envolvem a mudança comportamental. Mas tudo isso é a base. Se formos analisar, além das mudanças de estilo de vida, temos também a monofarmacoterapia, a plurifarmacoterapia e, lá em cima, sim, é que vem a cirurgia e, eventualmente, insulina, se for diabetes, cardioversão, se for qualquer outro tipo de doença crônica. Por isso, na pirâmide, a pluri ou a monofarmacoterapia deve estar presente, sim, na obesidade. Por quê? O tratamento não farmacológico da obesidade requer reeducação, atividade física, mudança de atitude, sim, mas tem uma mudança básica, que é a prevenção. Através da dietoterapia, usa-se a pirâmide dos alimentos; atividade física que você favorece para que gotículas de lipídios na base de triglicerídeos sejam ocupadas, sejam favorecidas na organela mitocondrial; e mudanças cognitivas.

Quando se fala, aqui, a respeito de alimentação – e, no caso, sou nutrólogo –, existem reações em que os indivíduos têm reações adversas com relação a determinados tipos de alimentos. Sentem-se muito satisfeitos, tanto ratos quanto indivíduos quanto macaco etc., com açúcar. Isso se chama conexão dopaminérgica. Cada vez mais a anfetamina, hoje, está se comparando com a comida, atividade de liberação da dopamina nos núcleos *accumbens*, ou seja, o alimento também tem certa dose de anfetamina, no nosso organismo, de dependência.

E qual é o problema da farmacoterapia? É porque o tratamento não farmacológico da obesidade mostra que, depois de cinco anos, infelizmente, todo mundo volta a ganhar peso. Repito, quando você faz um tratamento não farmacológico da obesidade, utilizando dietoterapia, atividade física, mudanças cognitivas comportamentais, em cinco anos, todos voltam, efetivamente, a ganhar peso. Por isso, se usa a farmacoterapia antiobesidade usando os catecolaminérgicos, cerotonimérgicos, termogênicos absortivos e formulações, lembrando que, com a retirada, logicamente, dos medicamentos, só ficarão os absortivos.

Vou mais além. Chegou o momento ou já passou o momento de não falarmos mais em anfetaminas, nem derivados de anfetaminas, porque, aí, sim, acho que o obeso é discriminado neste País. Quando falamos anfetamina ou derivados da anfetamina, estamos discriminando obeso, sim. O obeso, infelizmente, lamentavelmente, é discriminado em toda a sua forma terapêutica, a partir da farmacoterapia, muito mais.

Por outro lado, a importância do neurotransmissor. Existe um erro aqui. Todas as vezes que o neurotransmissor é dopamina, sim, é anfetamina, mas dietilpropiona, mas endofer é proporex, é noradrenalina, ou seja, não é dopamina, portanto, não é anfetamina. Não é anfetamina.

Muito bem, cirurgia bariátrica. Todos sabemos que as bases fisiológicas seriam restrição mecânica e redução do volume desabsortiva. Existem diferentes tipos, mas também várias e várias e várias e várias complicações.

As entidades médicas e de saúde que apóiam a permanência dos medicamentos antiobesidade são várias, é importante que se diga isso. A obesidade é uma doença crônica nutroneurometabólica, poligênica, multifatorial, tratamento complexo. Nem todo obeso come muito; nem todo magro come pouco. Estigmatizar, discriminar obeso é desconhecer a profundidade de uma doença, de um doente que requer ajuda, auxílio, carinho e compreensão do médico e da sociedade. E, aqui, é o grande foco da questão. Estamos discutindo o aspecto psicossocial do obeso. Estamos esquecendo que, infelizmente, o obeso precisa, efetivamente, de auxílio, de ajuda, de carinho e de compreensão de todos nós. Por isso, gostaria de enfatizar a nossa posição com relação à farmacoterapia antiobesidade.

O Dr. Antonio Carlos Lopes diz, como clínico, que a clínica é soberana. Desde 1959, temos medicamentos aqui, no Brasil, sendo utilizados pelos clínicos que acompanham, efetivamente, esses pacientes, assim como desde 1973, os outros agentes farmacológicos. A clínica é soberana, e esses médicos, certamente, são especializados nessa área, logicamente, conhecem os seus pacientes e sabem dos seus resultados. Infelizmente, fazer trabalho científico com buscopan composto que tem mais de 50 anos no mercado, ninguém faz; fazer trabalho científico com dipirona que tem mais de 50 anos, também ninguém faz; fazer com tandrilax etc., também ninguém faz; e também não vamos fazer com dietilpropiona, porque não tem interesse.

Coincidentemente, é bom que se diga também a todos vocês, depois de 15 anos que vence a patente, lamentavelmente, os laboratórios têm tendência a retirar do mercado os seus produtos. Houve essa coincidência com relação à sibutramina no mercado mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Durval Ribas. Acabei dando a ele 10, 12 minutos para que ele pudesse... *(Pausa.)*

Não, não tem problema. Acho que foi importante. Contribuiu para o debate fazer a exposição de um trabalho que ele fez, segundo me disseram, com muito carinho aqui. Veio do Rio de Janeiro para fazer a exposição.

Neste momento, vou passar a palavra aos Senadores para, depois, destinar à Mesa as considerações finais.

Passo a palavra, neste momento, ao meu amigo Senador Ataídes Oliveira, depois, vou passar para o meu amigo também, Paulo Davim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem, meu Presidente Paim, mais uma vez, sinto-me no direito e na obrigação de parabenizá-lo por essas audiências que V. Exª tem realizado aqui, nesta Casa, audiências de tamanha relevância, sem sombra de dúvida.

Ouvi, atentamente, os nossos doutores. Percebo que, diante de esclarecimentos extraordinários que ouvi aqui, sinto-me, como leigo, impotente para descrever sobre o assunto, mas eu queria fazer, meu Presidente, um breve registro.

Tenho informações aqui do Ministério da Saúde. Quarenta por cento da nossa população está no sobrepeso; 15%, referindo-se a crianças, está na obesidade; adultos, 40% com sobrepeso, 13% na obesidade. O Exmº Dr. Dirceu até colocou aqui, há poucos minutos, que, na verdade, é próximo a cem milhões de brasileiros. Isso significa mais de 50% da nossa população. Esse é um quadro estarrecedor, porque a obesidade é um caso, a meu ver, de saúde pública mesmo. A coisa é grave. Mesmo sendo um leigo, esta é a minha conclusão: é grave. Isso custa aos cofres do governo, importâncias enormes, sem falar do mais importante, que é a vida desses obesos, desses nossos irmãos.

Portanto, Presidente, percebi na fala do nosso eminente Dr. Paulo – salvo melhor engano, Doutor – que a retirada desses medicamentos do mercado, desses inibidores de apetite, será lamentável – foi esse o entendimento que tive da fala do Senhor – e que o único medicamento que está vindo por aí é ineficaz. Deixam-me um tanto quanto triste essas suas informações.

O Dr. Antonio Carlos, a quem ouvimos atentamente, colocou também que, com a retirada desses inibidores, esse remédio que vem agora também é ineficaz. Ele colocou aqui uma coisa que achei de fundamental importância: que o mais importante não é a retirada desses medicamentos do mercado, mas, sim, a de quem os prescrevem, dos médicos que prescrevem esses medicamentos. Não é isso, Dr. Antonio? Então, achei muito interessante quando ele afirmou que a responsabilidade do médico, diante de uma doença dessa, realmente é muito grande.

Também, meu Presidente Paim, fico muito contente em saber que já fizemos outro debate aqui, no passado, inclusive com a presença, salvo engano, do nosso Presidente da Anvisa, aqui, no passado - não é isso? -, discutindo esse mesmo assunto. Confere? Isso é muito bom. Fico muito contente, Dr. Dirceu, porque isso demonstra à sociedade e a todos nós que o Senhor é flexível diante dessa matéria, diante desse assunto. Difícil para nós seria se o Senhor não estivesse aqui presente, se não estivesse discutindo conosco. Então, me deixa muito contente a sua presença, ter ouvido a sua fala e percebido a sua flexibilidade, como também as suas preocupações, que sei que são ta-

manhas. Quero parabenizá-lo pela sua presença, meu Presidente Dirceu Brás.

Meu Presidente Paim, esse é um assunto muito grave neste País; mas é muito grave mesmo. Por isso, V. Exª vem discutindo com a sociedade, com os nossos Ilustres Doutores. Mas acredito – é uma conclusão minha – em uma campanha bastante ostensiva à população brasileira, mostrando os riscos da automedicação, porque percebo que, nesse segmento, a automedicação fala muito alto; e aí eu sei que realmente o risco é muito mais iminente. Então, eu sugeriria que essa campanha – eu até vi algumas campanhas – seja bastante ostensiva, seja bastante dura, em esclarecer a nossa população.

Também percebo que nós temos aqui o nosso doutor endocrinologista, mas eu gostaria de ouvir também alguém da área nutricionista, porque a alimentação é um ponto fundamental desse nosso debate. Então, eu gostaria de ouvir nutricionista também, psicólogos. Não sei se já ouvimos no passado, e eu não estava presente, mas sugeriria também a presença de uma nutricionista capacitada, evidentemente, como os nossos doutores, e psicólogos, pois seria de bom alvitre.

Pois bem, Presidente, era tão-somente isso que eu queria colocar. E gostaria de dizer que estou muito contente em ter essa oportunidade de estar aqui presente e discutir esse assunto de tamanha relevância.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço ao Senador Ataídes Oliveira, sempre contribuindo com sugestões e propostas, para aquilo que todos nós queremos: combater a obesidade, pois, sem sombra de dúvida, decorrente dela, acontecem outras doenças.

Mas, muito mais do que eu, vai falar agora o meu amigo Paulo Davim, Senador, que também é médico.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) - Sr. Presidente, bom dia a todos! Peço desculpas de só ter conseguido chegar nesta audiência agora, Presidente Dirceu, porque realmente tive problemas no voo. Mas eu gostaria de estar aqui, desde o início, pois esse assunto me diz respeito bem de perto. Sou cardiologista, sou intensivista, e vivencio esse problema no meu dia a dia. Nós vivenciamos esse problema nos consultórios, nas urgências, enfim. Já atendi paciente com arritmia, já suspendi esse tipo de substância, já prescrevi, enfim. Isso faz parte do nosso dia a dia.

Entendo e compreendo a preocupação do Presidente Dirceu. A posição que ele ocupa é uma posição realmente que precisa ter esse tipo de olhar, esse tipo de esmero. Isso é inerente à posição que ele ocupa. Agora, eu também acho que retirar um determinado grupo de medicamentos sem oferecer opções terapêuticas é complicado.

Vou dar um salto na história. Na época - não é da minha época, não; mas vou só citar - do combate à hipertensão, usava-se uma substância chamada ismelina. E a ismelina tinha efeitos, tinha uma reação adversa terrível. Chegava a apresentar hipotensão súbita; o paciente chegava até a apresentar uma síncope. Era muito súbito. Depois, foi se aprimorando o arsenal terapêutico e foi-se melhorando. Passou-se a utilizar drogas como reserpina, serpazol, que também tinham efeito adverso muito grande, tinham contraindicações. Até acredito que as contraindicações eram maiores do que as indicações, mas era do que se dispunha naquele momento. Então, o arsenal terapêutico era aquele. Depois, com as pesquisas, os estudos ofereciam ao mercado, sobretudo a quem lidava com hipertensão, opções bem mais modernas, bem mais seguras, e com efeitos bem melhores e resultados bem mais satisfatórios do que se obtinha com aquelas substâncias. Mas as substâncias só saíram do mercado quando foi oferecida uma opção.

Com todas as preocupações, acredito que – e peguei apenas uma parte da explanação do Dr. Dirceu; e não é só do Dr. Dirceu, muita gente se preocupa também com esses efeitos – retirar essas substâncias, essas drogas do mercado agora, realmente, é criar uma situação de difícil tratamento, ou, melhor, de difícil acompanhamento. É difícil. Têm pacientes meus, jovens obesos, que têm uma comorbidade terrível. Para administrar esses pacientes não é fácil. São pacientes com vinte anos, vinte e poucos anos de idade, dando entrada em pronto-socorro com edema agudo de pulmão. Qual a perspectiva de vida desse paciente jovem que já apresenta um quadro dessa forma? Então a gente fica em uma escolha de Sofia. Acho que nós precisamos buscar um meio-termo.

Eu sei que o Brasil é campeão inclusive, o Dr. Dirceu pode até me corrigir, na prescrição dessas substâncias. Se não for campeão, é um dos mais, e as centrais agiram. Me incomoda quando eu estou no consultório e chegam aquelas jovens, eu diria, com um corpo escultural, mas fazendo uso dessas substâncias por absoluta vaidade. O que me incomoda mais é saber que foi um profissional que prescreveu, não é? Isso me incomoda. Quantas vezes eu suspendi essa prescrição? “Não, você não vai fazer isso. Não há sentido. Não tem necessidade alguma.”

Eu gostei muito da explanação do Dr. Durval. A explanação dele foi perfeita quando ele disse uma coisa: nem todo mundo que come muito é obeso; nem todo mundo que come pouco é magro. E é verdade. A

gente pega, e o Dr. Geniberto sabe bem disso, no consultório, pessoas magrinhas que caminham seis, sete quilômetros por dia e o colesterol está nas alturas. E eles dizem: "Mas, Doutor, eu passo fome e não consigo baixar essa taxa." E a gente é obrigado a prescrever um acompanhamento contínuo, um uso contínuo de drogas, substâncias, para combater a dislipidemia desses pacientes. A gente sabe que essas substâncias que combatem a dislipidemia também têm um efeito colateral, também têm os problemas, mas nós não temos outra opção, até que se descubra uma substância, até que se descubra alguma coisa nova do ponto de vista do arsenal terapêutico, para que a gente possa lançar mão. Até agora ninguém tem. A gente sabe que existem os efeitos colaterais dessas substâncias.

Portanto, na minha posição, e não é a posição de Senador, é a posição de médico, é de que essas substâncias são necessárias, ainda. Evidentemente, o que eu acho que poderia acontecer, com tudo isso, é uma vigilância mais rígida, um controle mais rígido na liberação dessas substâncias, um controle no aviamento dessas receitas, mas a retirada dessas substâncias neste momento fica difícil para quem trabalha com obesidade. E é a mesma história da ismelina, anos atrás, do serpazol e de outras substâncias que hoje em dia fazem parte da história da evolução da medicina do Brasil e do mundo.

Mas hoje aqui eu quero elogiar a iniciativa Presidente Paim. Quero elogiar a disponibilidade e o desprendimento do Dr. Dirceu de estar aqui discutindo esse assunto, que é um assunto que diz respeito à população brasileira e a todos que participaram desta Mesa. Lamento muito não ter chegado a tempo de ouvir e enriquecer os meus conhecimentos com as opiniões de casa um dos senhores.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senador Paulo Davim, pelas suas considerações, como sempre, com muita clareza, não deixando nenhuma dúvida quanto ao seu ponto de vista.

O Senador Ataídes, antes das considerações finais da Mesa, pede a palavra e é com satisfação que eu passo a V. Exª, Senador Ataídes de Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um breve registro aqui.

Quero registrar aqui a presença do meu amigo, Sr. Ítalo Melo, Diretor e membro do Conselho Diretor Administrativo do Laboratório Teuto, um dos maiores produtores de genérico do nosso País. Ele está aqui nos prestigiando com a sua presença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Ok. Está feito o registro.

Eu quero só dizer a todos que, de fato, o tema hoje aqui movimentou os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras. Passaram por aqui, pela importância do debate, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Ana Rita, o Senador João Alberto Souza e o Senador Vicentinho Alves. O Senador Jayme Campos só não esteve aqui, mas pediu que eu enfatizasse, porque é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, devido ao atraso do avião. O Senador Cyro Miranda, a Senadora Marisa Serrano, o Senador Ataídes Oliveira, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Sérgio Petecão, o Senador Wellington Dias, o Senador Casildo Maldaner e o Senador Paulo Davim.

Nós vamos agora para as considerações finais. Faço um apelo a todos os que estão aqui para que a gente fique em torno de cinco minutos cada um.

Começo com o Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

O SR. ANTONIO CARLOS LOPES – Quero agradecer o convite para participar deste debate, desta apresentação, e cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa de trazer à baila assuntos extremamente importantes; o Dr. Dirceu Barbano, que tem se comportado ou tem atuado de maneira brilhante frente à ANVISA, desde a época em que era Diretor da ANVISA, mas, agora, como Presidente, espera-se muito mais dele; os demais colegas da Mesa; os Senadores presentes; os colegas outros; as Srªs e os Srs. Quero agradecer a todos pela atenção dispensada às nossas palavras.

Quero dizer que o assunto é muito complexo. Realmente é complexo, porque a obesidade é uma doença. Nós não tratamos doenças, nós tratamos doentes. Doença é uma coisa; doente é outra. A mesma doença em indivíduos diferentes tem tratamento diferente.

O nosso compromisso com a prescrição médica não encerra quando o paciente sai do consultório. Nosso compromisso vai além disso, quer dizer, vai com as complicações do medicamento, inclusive com os seus efeitos adversos e com o compromisso de saber diagnosticar e saber tratar. Podemos nos deparar com efeitos colaterais de qualquer medicamento que prescrevemos: alergias, por exemplo, arritmias cardíacas, enfim, as mais variadas possíveis. Medicamento que não fizer mal também não faz bem. Isso é uma realidade. Todos têm efeitos colaterais. Falaram do amiodarona em relação à tiróide. Eu fico mais preocupado com o amiodarona com relação ao pulmão, com a fibrose pulmonar, que muitas vezes torna-se irreversível inclusive, e nós prescrevemos o amiodarona adoidado,

não é? É preciso que haja uma conscientização na prescrição dos medicamentos.

Eu volto a frisar um aspecto muito importante. O problema é que hoje nós nos deparamos com um número muito grande de escolas médicas no País, que não têm formado adequadamente os profissionais que muitas vezes vão para o caminho da obesidade, utilizando todos os recursos possíveis e imagináveis para fazer o indivíduo emagrecer, porque esse é o meio de vida deles. E, como eu disse – repito –, não adianta um cadáver magro. É preferível ter um indivíduo gordo e vivo. Agora, essas complicações que nós encontramos são muito sérias, porque habitualmente prescritos, e são medicamentos prescritos por indivíduos que não têm habilidade na prescrição, não têm sensibilidade. Como o Senador disse, o nosso colega, são moças magras tomando medicamento para emagrecer, quer dizer, querem ser mais magras ainda. E, o que é claro, fica evidente o aspecto genético. Nós sabemos que o indivíduo come – e eu disse isso anteriormente –, ingere mil calorias por dia e engorda, outro ingere 800 e emagrece ou engorda, e vice-versa, de tal forma que o aspecto genético é fundamental. Acho que o aspecto genético é de capital importância na obesidade.

Os aspectos sociais são fundamentais. Nós não podemos tirar o indivíduo da sociedade em que ele se encontra; temos de ver o indivíduo inserido na sociedade, na comunidade na qual ele sofre inúmeras influências. E nós sabemos muito bem que o indivíduo estressado, com problemas, ou emagrece ou acaba engordando, inclusive. Em várias situações acontece isso.

Dessa forma, o paciente precisa ser visto como um todo; é preciso se fazer o diagnóstico da etiologia da obesidade. Nem todos os obesos são iguais, e frequentemente não se procura a causa da obesidade; prescrevem-se os medicamentos e se vai em frente. E, quando existe uma doença tratável por trás disso, por exemplo, um tumor na suprarrenal, que produz cortisona, nós fazemos a pessoa emagrecer tirando o tumor, e não dando medicamento. E frequentemente nos deparamos com isto: o indivíduo vem tomando medicamento para emagrecer e há uma causa endócrina para a obesidade dele – o hipotireoidismo, muitas vezes, chega até esse ponto.

Dessa forma, espero que essas reuniões aconteçam outras vezes, abordando, inclusive, outros temas importantes da área médica. E a nossa comunidade precisa disso mesmo, quer dizer, precisa de pessoas que tragam à baila essas dúvidas, esses problemas para que se possa debater em alto nível e se criar o contraditório pautando em uma discussão de alto nível. Só assim podemos progredir em relação à nossa comunidade. Quer dizer, se estamos aqui neste momento, é porque existe o doente. Se não existisse o doente, não estaríamos aqui agora, e muitas vezes nós esquecemos que o motivo de estarmos aqui é o doente. Discutimos, discutimos e esquecemos que o doente é o nosso motivo principal de tudo que fazemos em relação à medicina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, doutor. (*Palmas*.)

Meus cumprimentos ao Dr. Antonio Carlos Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, que, de forma muito equilibrada e tranquila, fortaleceu o debate do tema.

Passo a palavra agora ao Dr. João Salles, diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Sr. Airton Golbert, que é o presidente.

Por favor, doutor.

O SR. JOÃO SALLES – Também agradeço, em nome da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, da Associação Brasileira por Estudo da Obesidade, a Abeso, que representa o Departamento de Obesidade da nossa Sociedade, pela iniciativa deste debate.

Eu queria... Vejo que, de fevereiro para cá, houve uma evolução muito grande, e acho que o Sr. Senador Paulo Paim patrocinou muito isso trazendo mais oportunidades para debatermos. Eu vi, no final do ano passado e começo deste ano, realmente aquilo que o Dr. Liceu disse sobre torcedores. Estava uma coisa muito "torcedora": um lado torcendo contra o outro e tentando dizer, fora de bases científicas, o que acontece. E a Sociedade Brasileira de Endocrinologia é totalmente contra esse tipo de atitude, tanto é que, em todas as reuniões, nós estávamos presentes, representando, para que nós entendamos o problema do estudo, o estudo em questão, o *scalt*, como o Dr. Liceu disse. Na verdade, a Sociedade não quer desqualificar o *scalt*; o que a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia quer é dissecar o *scalt*; é ir além da conclusão.

Sou professor da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo e sempre digo para os meus alunos que não adianta eles lerem o artigo começando no resumo e indo para a conclusão. E aluno adora fazer isso – quando eles lêem o artigo já está ótimo. Eles começam na discussão; "olha, a conclusão é essa, portanto..." Acabou. O que digo para eles é que o principal achado, o principal ponto do artigo é exatamente a metodologia do estudo e os resultados passo a passo. Então, quando a gente olha e vê que no estudo do Scout, separando grupo por grupo de pacientes,

é clara a evidência que existe para aqueles pacientes que têm risco ao uso da sibutramina.

Infelizmente, não vou poder discutir isso, dos derivados da anfetamina, uma vez que a literatura é muito pobre nisso. Mas, em relação ao Scout, tenho todas as condições de dissecar esse estudo de uma maneira científica, e não torcedora, e avaliar isso de uma maneira bastante correta, do ponto de vista científico. Preocupada com isso, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, antes mesmo dos resultados finais do Scout, preparou, a convite da Associação Médica Brasileira, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, do próprio Conselho Federal de Medicina, uma diretriz do tratamento da obesidade baseado em estudo clínico. Então, nós arregimentamos todos os estudos clínicos da literatura, fornecemos a esses estudos grau de evidência *a, b, c, d*, e isso está publicado, antes mesmo de esta celeuma toda acontecer. Isso foi aprovado pela Associação Médica Brasileira e está disponível na Internet, através da nossa página, que eu posso falar aqui o endereço: www.abeso.org.br. Você faz o *download* desse registro, dessa diretriz, que foi baseada com profissionais sérios que estudam obesidade, que se preocupam muito com esse tipo de medicação.

A Drª Leila, aqui presente, representando o departamento de obesidade da Sbem, eu já fui diretor da Abeso, na minha gestão, quando fui da diretoria, nós expulsamos três médicos que eram cadastrados, que faziam parte da Abeso, por prescrição errônea de medicamentos. Nós detectamos a receita desses médicos, eles foram expulsos pelo menos da nossa sociedade, e enfrentam hoje processos no CRM. Então a Abeso também está muito preocupada com esse tipo de formulação.

Nós agradecemos muito esta oportunidade e, mais uma vez, faço minhas as palavras do Dr. Antonio Carlos Lopes. Nós não temos nenhum tipo de interesse, a nossa preocupação é simplesmente o paciente. Estamos na ponta e vemos que o problema da obesidade é avassalador, é uma doença que está atingindo principalmente as classes menos favorecidas. A história de que pacientes que não têm condição de comprar alimento não engorda no Brasil já não é mais uma verdade. Hoje essa população compra alimentos, só que o dinheiro que ela tem, compra alimentos de baixíssima qualidade, com alto teor de gordura e sódio, e isso, no meu ponto de vista, junto com a inatividade física, é o motor da obesidade.

Muito obrigado pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos ao nosso convidado, Dr. João Salles, que é Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, que também coloca aqui que o caminho do diálogo é o que nós avançaremos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Paulo Giorelli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, também com seus cinco minutos, já que eu dei dez para o convidado que nos antecedeu.

O SR. PAULO GIORELLI – Eu gostaria de agradecer, mas, conforme eu tinha combinado, eu cedi os meus cinco minutos ao Dr. Durval, que é o Presidente da Associação Brasileira de Nutrologia, cujas colocações faço minhas.

Senador Paulo Davim, que é nosso colega, Senador Ataídes Oliveira, que também se manifestou, quero dizer que a Associação Brasileira de Nutrologia e nós médicos nunca estaríamos contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, muito ao contrário. E quando nós nos referimos a preconceito, é o preconceito que existe na sociedade contra o indivíduo que tem uma doença que é a obesidade e não com relação a nenhum ato que a Anvisa venha tomar.

Gostaria de agradecer e que nós continuemos discutindo isso para dar uma satisfação realmente, conforme o Dr. Dirceu falou no início, à população brasileira, porque isso é um assunto que incomoda e que fere cem milhões de habitantes, quer dizer, mais da metade da população brasileira sofre com esse problema.

Encerrando, dizer que, também, da mesma forma como o senhor colocou, eu compreendo, não tenho nem ideia da pressão que o senhor deva sofrer, enfim, com a responsabilidade do seu cargo, mas que, sentar todo dia diante de um paciente que está sofrendo, tentar ajudar diariamente este paciente é um dever que juramos fazer, e a gente tem que jurar até a morte. Então, é por isso que estou aqui, para defender o paciente, o doente. O obeso é um doente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Giorelli. Estendemos as palmas também ao Dr. Durval, pois ambos dividiram o tempo para expressar sua opinião.

Passamos, agora, ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Dr. Jorge Ilha Guimarães.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Obrigado, Senador Paim.

Eu queria agradecer a atenção do público. Acho que é um assunto que realmente a gente precisa discutir. Já falei o essencial e queria só deixar uma pergunta, porque acho que o que a gente está fazendo é exatamente essa busca para chegar a uma conclusão a mais segura possível.

Eu diria assim: qual o anorexígeno ideal ou já temos um anorexígeno ideal? Eu queria saudar, particularmente, o Dr. Durval, que contribuiu sobremodo para pensarmos não só com aquela frase que o Senador Paulo lembrou, mas sabendo que a gente tem um assunto que realmente é importante.

Eu queria lembrar, em relação a isso, que a gente ainda não tem um anorexígeno ideal e que, por exemplo, se você considerar do ponto de vista da endocrinologia o que é hoje a metiformina, a metiformina daqui a pouco ela será o seguinte: quem não receitar a metiformina está fazendo omissão clínica terapêutica. E a gente sabe que é uma coisa que está provada, na vida real foi provada, talvez, pela sua antiguidade, já não é preciso novos *papers*, novas pesquisas, mas a gente sabe que a metiformina é essencial, e os remédios mais novos que estão surgindo já se associam à metiformina. Então, essa metiformina do anorexígeno a gente ainda não tem.

Eu queria lembrar, só para finalizar, que a gente está tratando, na realidade a gente está se defrontando com doenças assim extremamente traiçoeiras, extremamente insidiosas, como é a hipertensão arterial, como é o diabetes. Você tem pacientes que são absolutamente assintomáticos, não sentem nada, e ele tem hipertensão arterial severa e, às vezes, até de difícil controle terapêutico. O Senador Paulo lembrou aqui um jovem entrar com edema agudo de pulmão. Quer dizer, alguma coisa está acontecendo, e essas novas tecnologias, diagnósticos, essas novas tecnologias no lado agrícola fazem com que o acesso ao alimento seja extremamente facilitado.

Essa visão macro do processo é necessária. Talvez, a gente considerando aqui que o diabetes também... Agora mesmo um político aqui de Brasília estava com quase 600 de glicemia de jejum e ele não tinha a menor noção disso. E a gente sabe que isso é uma coisa frequente. Então, quando a gente vai usar um determinado medicamento, a gente tem que entender que às vezes essa expressão clínica da doença não aparece, ela não existe, mas essa expressão subclínica é nossa obrigação procurar. E, às vezes, a gente pode deixar passar um paciente para o qual se receita uma medicação que não será a ideal.

Agora eu queria saudar particularmente essa posição de flexibilidade da ANVISA, através do Dr. Dirceu e de seus assessores, que a gente pode realmente chegar a uma conclusão, àquela que seja do maior interesse da população e particularmente dos pacientes que necessitam, além da modificação do estilo de vida, e que não é só atitude, a gente sabe disso em relação ao fumante, é o comportamento que vai definir. A gente tem uma ideia de que conhecimento, atitude e comportamento são um contínuo lógico, e não é. Quantas pessoas se conhecem que têm uma atitude antitabagismo, mas que é dependente químico do tabaco, da nicotina? A gente sabe que a coisa comportamental é diferente. Talvez a gente convirja aí, pelo menos, neste resto de ano, não sei, para uma espécie de moratória em relação a determinadas drogas e, principalmente, para colocar essas drogas sob uma égide de um controle muito mais rígido, para dizer: "Olha, não se brinca com essa droga."

O Presidente da Associação de Clínica Médica, o Dr. Antonio Carlos, falou, em relação, por exemplo, à amiodarona. Queremos usar amiodarona, mas, além do que ele citou, que é a fibrose pulmonar, há o depósito da amiodarona na córnea dos pacientes. Então, penso que, com tudo isso, não precisamos, repito, procurar um vencedor, uma opinião hegemônica, mas que tomemos a melhor atitude, pensando sempre na população e nos nossos pacientes.

Fico muito grato e queria elogiar, mais uma vez, a atitude do Presidente Senador Paim de trazer esse debate aqui dessa forma tão democrática. Precisamos aprender realmente a debater cada vez mais e cada vez mais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) — Muito bem.

Meus cumprimentos ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, mais uma vez, fortalecendo que temos que conversar, dialogar, debater.

Como disse, permita-me, Dr. Paiva, aquele poeta espanhol – já que falei pouco, não entendo do tema –, nos momentos, acho, de muita criatividade: "O caminho a gente faz caminhando". Acho que isso diz tudo.

Então, para encerrar, passamos a palavra ao Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, que é o Presidente da Anvisa.

O DR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO — Primeiro, quero agradecer a disposição e a colaboração de todos com o debate.

Dr. Antonio Carlos, Dr. João Salles, de fato, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia tem sido parceira nesse debate e nos ajudado muito a dissecar as informações para que possamos ter como base aquilo que, de fato, interessa.

Eu queria agradecer também a contribuição do Paulo Giorelli, do Dr. Durval, que traz informações também importantes, do Dr. Geniberto, do Dr. Desiré, que foi embora, e falar que essa questão da flexibilidade, na verdade, não é só uma questão de flexibilidade, mas

de costume de construção pela discussão. Acho que isso é importante, o que não significa que tenhamos de sair de todas as discussões pensando as mesmas coisas. O mundo seria uma chatice, se fosse assim. A discussão existe, inclusive, para fortalecer as divergências. Isso é fundamental.

Então, não temos nenhuma dificuldade de reafirmar que, hoje, temos pareceres técnicos da Câmara Técnica de Medicamentos e das áreas da Anvisa e que, naturalmente, a diretoria colegiada tem o dever de reconhecer essas manifestações como sendo as que orientam as decisões da Anvisa. Diariamente, isso é assim, o importante é que, nesse processo de debate, tecnicamente, sejam construídas novas perspectivas, se forem existentes. Se não forem, naturalmente, a Anvisa tomará as decisões que deve tomar. Isso é importante, Senador Paulo.

Para V. Exª ver, há poucos dias, o laboratório que produz a digitoxina injetável, e é o único laboratório, e acho que ainda deve ser, pelo menos, na época em que eu trabalhava com farmácia hospitalar e atendia à área de urgência e emergência, a unidade de terapia intensiva, na área da cardiologia, era o único medicamento para manejar crises de insuficiência cardíaca, quer tirar o produto do mercado. Estamos numa briga enorme contra o laboratório porque achamos que isso não é cabível, porque vamos ficar sem nenhuma alternativa. A lei brasileira diz que, se ele quiser tirar, ele vai tirar. Já está quase uma briga na justiça. Então, diariamente, convivemos com essas decisões. Convivemos com a situação da talidomida. Ainda não há uma droga com o perfil de segurança adequado para tratar a hanseníase no Brasil. Tivemos que, recentemente, ampliar o controle sobre a talidomida, tendo em vista o terror que é o uso inadequado da talidomida. Então, a Anvisa não tem nenhuma dificuldade em conviver com essas questões. Convivemos com elas diariamente e, aparentemente, errando menos do que acertando.

A questão que se coloca em relação a esse estudo, reafirmo, não é que ela se foca nas reações adversas da sibutramina. O que esses dados aparentemente apontam é a indicação de um perfil de segurança da sibutramina que a coloca na seguinte situação: usar e tratar é mais arriscado do que não tratar. Essa é que é a questão. Essa é que é a decisão que estamos tendo que tomar. Não é a decisão entre um tratamento que é mais ou menos arriscado. É uma contraposição entre tratar e gerar o risco e o possível agravo e não tratar. O estudo aponta essa dificuldade, e isso remete àquela pergunta que fiz e que espero que as entidades, no dia 14, consigam produzir respostas: quais serão os pacientes para os quais tratar com sibutramina não significa submetê-lo a um risco ainda maior do que a própria convivência com o grau de obesidade que ele tem? Essa é a tarefa que está colocada, porque é isso que, no nosso entendimento, precisa ser discutido.

Então, eu queria, mais uma vez, reafirmar que a diretoria da Anvisa tem o dever de reconhecer a capacidade técnica das áreas da Anvisa e de se manifestar sobre a questão de registro de medicamentos. Os produtos estão no mercado por conta da capacidade dessas equipes de dissecarem os estudos clínicos, não é estudar o resultado, inclusive, é bom relembrarmos. Os estudos clínicos no Brasil só podem ser realizados com anuência das comissões de ética, as Ceps e a Conep e anuência prévia da Anvisa. Então, a Anvisa não leu os estudos clínicos, nós, inclusive, anuímos ou não a sua realização, e é a mesma equipe que olhou esses dados que está se manifestando agora. Então, a diretoria tem o dever de reconhecer a capacidade dessa equipe, sob pena de que não possamos mais registrar medicamentos, inclusive, no Brasil.

Uma última informação: temos muito interesse em discutir as diretrizes clínicas que foram feitas pela AMB à SBEM, porque ela chega a conclusões diferentes, mas também chegaram às conclusões antes da divulgação do Scout e colocaram como primeira linha de tratamento a sibutramina e o orlistat. Então, também fica parecendo... Já ouvi: "Olha, o que a Anvisa tem de interesse em deixar um produto só?" Não temos interesse nenhum. Não sei nem quem é o laboratório que fabrica o orlistat e que tem registro dele. Não sei qual é o laboratório. Se me perguntarem, não sei. Mas a própria SBEM reconhece o orlistat como um produto de primeira linha de tratamento também, ou seja, ele, hoje, pode ser usado junto com a sibutramina, mas, nas diretrizes terapêuticas, se reconhece o orlistat como primeira linha de tratamento. Então, é bom que se responda isso também: qual seria o grande problema de ter um produto no mercado que já é reconhecido com primeira linha de tratamento?

Por fim, penso que temos que reconhecer sempre que a obesidade já é um grande problema de saúde pública. Não será mais por conta de uma decisão eventual sobre algumas tecnologias que estão disponíveis para o tratamento, ela já é. E reafirmo aqui que a orientação que o Ministério da Saúde recebe do Governo é tratar bem as questões de saúde pública. Se estamos discutindo financiamento com o entendimento de que temos que regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, se temos uma meta do Governo de combate à miséria, de cuidar bem das pessoas que se movimentaram nas classes sociais por conta do ganho de avanços sociais que obtivemos nos últimos anos, temos o dever

também de tomar decisões que tenham consequência com essas políticas. Então, a Anvisa não negligencia, em nenhum momento, o problema sério da obesidade. A questão é que não podemos conviver tomando decisões tangenciais, como as que foram tomadas até agora, desde 1993, em relação a esse tema, não dando uma resposta clara ao país, que não é mais o mesmo e que precisa encontrar maneiras responsáveis de cuidar da saúde das pessoas. Isso significa permanência com dados claros de eficácia e segurança ou tomadas de decisão que podem desagradar um ou outro segmento da sociedade, mas que visam impedir que o próprio tratamento seja mais danoso que a doença, o que aparentemente os dados do Scout colocam e que estão nos pareceres técnicos da área da Anvisa e da Cateme, que está em debate. Aliás, os dois estão em debate. Nós esperamos, no dia 14, no painel, que essas dúvidas sejam tiradas.

Só queria, Senador Paim, tomar a liberdade de informar que esse painel não é uma audiência pública, ele não está aberto ao público. Nós temos um conjunto de entidades já convidadas. Aproveito desde já para convidar a Associação Brasileira de Nutrologia a compor conosco, são quase 30 entidades que irão participar, mas é um debate para o qual as entidades estão sendo convidadas. Nós pretendemos que o debate fique no campo técnico e, por isso, é necessário que ele aconteça com a sociedade, com as entidades que participarão. Isso vai acontecer no dia 14. Nós vamos ter um relatório, um documento final desse painel. O melhor dos mundos para a diretoria colegiada da Anvisa é que venha um documento dizendo: olha, sentamos, chegamos à conclusão, em consenso, de que é essa aqui. Isso seria perfeito para nós, nós iríamos cuidar dos outros problemas. Se isso não acontecer, tenho certeza de que a diretoria tomará a decisão com foco naquilo que é dever. Nós nos orientamos pelo interesse público, nos orientamos pelo dever de proteger, de preservar a saúde das pessoas.

Obrigado, Senador Paulo Paim, obrigado também pelas referências do Senador Paulo Davim, que é de uma terra que tem a primeira instituição que tratou de farmácia clínica no Brasil, que foi a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tenho bons amigos lá, que me ensinaram muita coisa nesse campo. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Anvisa por suas considerações finais.

Não sei se o Senador Paulo Davim quer fazer algum questionamento. *(Pausa.)*

Então, vamos para o encerramento.

Só posso desejar que esse encontro que os Senhores terão no dia 14 com as entidades contribua parra que a gente avance nessa caminhada e que o povo brasileiro seja o grande beneficiado, já que todos queremos diminuir a obesidade, todos queremos fazer com que as pessoas tenham mais saúde. Termino agradecendo muito ao Dr. Paulo Joreli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, agradeço ao Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, agradeço ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, agradeço ao Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, agradeço ao Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, agradeço ao Dr. Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, agradeço ao Dr. Durval Ribas Filho, também da Abran. Enfim, só posso agradecer também aos vinte Senadores, algo em torno, que passaram aqui para participar de um debate como este, em que quem ganha é o povo brasileiro, com a melhoria na saúde no combate à obesidade. Felicidades para vocês no dia 14. Nós vamos agradecer por um grande entendimento.

Obrigado.

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Ângela Portela, João Pedro e Ataídes Oliveira**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Discussão e votação das Emendas da CDH a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2011, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências*. Em seguida, esta Comissão aprovou as seguintes emendas de texto a serem apresentadas ao PLDO 2012:

Nº	Tipo De Emenda	Referência	Texto Proposto
1	Modificativa	Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, as minorias e à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
2	Modificativa	Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, à erradicação do analfabetismo e à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
3	Modificativa	Art. 4º	Art. 4º O Poder Executivo publicará demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
4	Aditiva	Art. 4º	Parágrafo único. O desenvolvimento das ações para cumprimento das metas sociais será amplamente divulgado, permitindo seu monitoramento pela sociedade.
5	Modificativa	Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas à superação da extrema pobreza, ao combate à exploração sexual e trabalho doméstico de crianças e adolescentes, e combate ao trabalho escravo e tráfico transnacional de pessoas, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, e não serão objeto de limitação de empenho.
6	Modificativa	Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações que integram o PAC, as relativas à superação da extrema pobreza, ao combate à exploração sexual e trabalho doméstico de crianças e adolescentes, e combate ao trabalho escravo e tráfico transnacional de pessoas, bem como aquelas que de destinem a prevenir riscos ou compensar as populações atingidas por obras nas faixas de fronteira, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, e não serão objeto de limitação de empenho.
7	Modificativa	Art. 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, à superação da extrema pobreza, ao enfrentamento das desigualdades de gênero e étnico-raciais e à redução da mortalidade materna, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
8	Modificativa	Art. 17, §6º	§ 6º Os Poderes e o MPU deverão realizar audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000.
9	Aditiva	Art. 48.	III - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art 7º, VI da CF, garantindo aumento real equivalente ao INPC acrescido do percentual referente aso PIB (Produto Interno Bruto) acumulado nos últimos 12 meses.
10	Aditiva	Art. 48	III - da aplicação mínima para atendimento das ações de fiscalização no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil.
11	Aditiva	Anexo IV	Despesas referentes ao Programa de Proteção dos Povos Indígenas.
12	Aditiva	Anexo IV	Ações relativas ao Programa erradicação do trabalho escravo.
13	Aditiva	Anexo IV	Ações relativas ao Programa erradicação do trabalho infantil.
14	Aditiva	Anexo IV	Ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher.
15	Aditiva	Anexo IV	Despesas relativas ao Brasil Quilombola.
16	Aditiva	Anexo IV	Despesas relativas ao Programa Nacional de Acessibilidade.
17	Aditiva	Anexo IV	Despesas destinadas ao Ministério do Trabalho e Emprego para atender as ações de fiscalização no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil e na prevenção da segurança e saúde no trabalho.
18	Aditiva	Anexo IV	Despesas referentes ao Programa de Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial.

Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Ângela Portela e Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, nove horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nesta nossa reunião extraordinária, trataremos de um único item: o debate e a votação das emendas da Comissão de Orçamento de 2012.

ITEM 1
– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2011

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora **Ana Rita.**

Observações: *Discussão e votação das Emendas da CDH ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.*

Foram apresentadas trinta emendas perante a Comissão.

Antes de passar a palavra à Relatora, a Senadora Ana Rita – que é nossa Vice-Presidente e que, se possível, poderá proferir o seu relatório aqui, na Mesa –, quero dizer a V. Exª, Senadora Angela Portela, que pedi que V. Exª ficasse aqui por uns minutos a mais por que seria muito bom que, neste momento, ao abrir os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, fizéssemos – eu, pelo menos, farei isso e gostaria de ter a consideração rápida de V. Exª – uma pequena explanação do que aconteceu ontem no nosso Governo, no nosso País.

Portanto, faço questão de deixar o meu ponto de vista em relação à saída do Governo do Ministro Palocci, pelo qual todos nós temos o maior carinho e o maior respeito.

Quero dizer que é totalmente improcedente o que circulou na imprensa ontem à tarde, quando foi dito que a Bancada do PT se negou a assinar uma moção de apoio ao Ministro Palocci. Isso não procede, isso não existiu. O que aconteceu foi que a Bancada se reuniu em torno de meio-dia, quando decidimos conversar, em primeiro lugar, com a articulação política do Governo da Presidenta Dilma, sobre qual seria a forma de, publicamente, deixarmos a nossa posição de apoio ao Ministro do nosso Governo e do nosso Partido.

Então, não houve decisão da Bancada em não apoiar a proposta encaminhada de forma muito competente pela Senadora Marta Suplicy, que, de fato, levantou essa questão, a qual foi vista com a maior tranquilidade. Apenas estávamos vendo o melhor momento para o encaminhamento, a fim de que o apoio fosse articulado por parte da Câmara e do Senado e também com o nosso Governo.

Nesse espaço de tempo, nesse ínterim, o Ministro Palocci decidiu sair do Governo, embora a própria posição do Procurador-Geral da República mostrasse que nada havia de errado na sua atuação, na sua vida particular, que, inclusive, nada tem a ver com o Governo. Mesmo assim, o Ministro Palocci entendeu que deveria se retirar.

Nesse sentido, quero deixar aqui toda a nossa solidariedade ao Ministro Palocci. Ao mesmo tempo, aproveitando este momento, quero cumprimentar a nossa querida Senadora Gleisi Hoffmann, que foi indicada para o posto de Ministra Chefe da Casa Civil, o qual deve assumir hoje, à tarde.

Tivemos uma convivência excelente com a Senadora, que é firme, respeitosa, competente e carinhosa. Ninguém tenha dúvida de que será uma grande Ministra. A Senadora conquistou não só a Bancada, mas inúmeros Senadores e Deputados aqui, no Congresso Nacional.

Então, aproveito este momento da abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos para dar o nosso abraço ao Ministro que sai, o Ministro Palocci, e para, ao mesmo tempo, prestar também a nossa inteira solidariedade à Senadora Gleisi Hoffmann, que tem a nossa torcida para que faça uma grande gestão como Ministra Chefe da Casa Civil.

Aqueles que têm dúvida de que a Senadora não será também competente na área política não a conhecem. A Senadora é, sim, uma excelente gestora. Embora a Senadora tenha dito que seu papel vai ser desempenhado mais nessa área, como uma grande gerente de todos os projetos, ninguém deve desprezá-la, pois, se o fizer, cometerá um erro quanto à capacidade política da Senadora Gleisi Hoffmann. A Senadora mostrará isso, com certeza, no período em que exercer

esse cargo, seja por quatro anos ou por quantos anos a vida lhe oferecer. Estou convicto de que a Senadora será uma grande Ministra. E isso é bom para o País.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, antes de entrar no seu relatório.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim, nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, também quero aproveitar o momento, o início dos trabalhos desta Comissão, para agradecer ao Ministro Palocci a contribuição que deu ao nosso Governo, ao Governo do Presidente Lula, ao Governo da Presidenta Dilma. Ao mesmo tempo, acolho, com muita satisfação, a nossa querida Senadora Gleisi Hoffmann, que, a partir de hoje à tarde, assumirá o Ministério.

Nesse espaço muito curto de convivência, tivemos a oportunidade de conhecê-la muito bem pela sua disposição de trabalho, pela sua coragem e pela sua competência. É uma pessoa que trabalha muito, uma pessoa muito comprometida com o projeto que estamos desenvolvendo neste País. Com certeza, no Ministério, fará um trabalho excelente de diálogo, de conversa, para ajudar a nossa Presidenta a conduzir este Governo.

Quero, então, parabenizar a Ministra Gleisi Hoffmann e dizer que, hoje à tarde, estaremos juntos, participando da sua posse, que será às 16 horas. Quero aproveitar também, Senador Paulo Paim, para desejar toda a sorte para a Senadora Gleisi. Que Deus a ilumine! Que Deus ilumine todos os nossos Ministros e, particularmente, a nossa Presidenta!

Sabemos que o Brasil está passando por um momento bastante importante de crescimento. O Brasil, hoje, é reconhecido internacionalmente como um país que, de fato, está implementando políticas públicas que vêm a atender a toda a população brasileira. Portanto, é preciso que o Governo se sinta cada vez mais apoiado por esta Casa. Estamos aqui, como Senadores, com o objetivo de apoiar e de ajudar o Governo da Presidenta Dilma e de contribuir para que ele possa avançar cada vez mais e, assim, melhorar todos os dias, a cada dia que passa, a vida do nosso povo.

Então, era isso que eu gostaria de dizer, Senador Paulo Paim, aproveitando esta oportunidade. E parabenizo, mais uma vez, a Senadora Gleisi Hoffmann, que, a partir de hoje à tarde, será a nossa grandiosa Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Senadora Ana Rita, nossa Vice-Presidente, eu também gostaria de registrar e de enfatizar as palavras de V. Exªs, quando disseram da importância da Senadora Gleisi Hoffmann, hoje assumindo a Casa Civil, uma mulher extremamente competente, preparada, uma mulher séria, que, durante toda a sua vida política, durante sua vida como gestora pública, por onde passou, demonstrou sua extrema competência em tratar com a coisa pública.

O Governo da Presidenta Dilma fez uma boa escolha, uma vez que Gleisi Hoffmann, nossa Senadora pelo PT do Paraná, assumindo a Casa Civil, certamente, vai desenvolver um trabalho importante para o Governo da Presidenta Dilma, que tem realizado, ao longo desses cinco meses, um Governo transparente, um Governo preocupado com a vulnerabilidade social das famílias carentes do nosso País, um Governo que lançou o programa Brasil sem Miséria, mostrando, assim, sua sensibilidade em erradicar a extrema pobreza do nosso País. Eu queria destacar também a importância, na busca de superação da saúde da mulher, do programa de combate ao câncer de colo de útero e ao câncer de mama. E são muitos os projetos na área econômica do nosso País, demonstrando competência e sabedoria, conduzindo o controle da inflação.

Então, eu gostaria de destacar muitos aspectos positivos da Presidenta Dilma, sabendo que, neste momento, a nossa Senadora Gleisi Hoffmann, assumindo a Casa Civil, vai poder contribuir com este Governo, com transparência.

O Ministro Palocci, que fez o melhor possível, sempre contou com o apoio do Partido dos Trabalhadores na Bancada do Senado Federal. Nesse sentido, eu gostaria de enfatizar suas palavras, Sr. Presidente, pois sempre apoiamos a permanência de Ministro Palocci no Governo, sempre entendemos que as explicações que ele deu eram corretas e convincentes, tanto que a Procuradoria Geral da República fez uma investigação e colheu todas as informações que o Ministro Palocci encaminhou e que haviam sido solicitadas, e foi comprovado que não houve nenhum ilícito, nenhuma forma de desvio de recursos públicos ou algo que pudesse denegrir a imagem do Ministro Palocci.

Entendemos que essa foi uma decisão política. Por essa razão, eu gostaria de deixar aqui nosso apoio ao Ministro Palocci e nosso apoio à futura Ministra da Casa Civil, nossa querida amiga Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela!

Vou passar a palavra ao Senador Ataídes Oliveira. Fiz questão de abrir a Comissão com esse tema, porque a verdade é a verdade, não se podem inverter os fatos.

Hoje, nos jornais, li que um dos motivos da saída do Ministro teria sido o fato de que a Bancada do

PT havia se negado a apoiá-lo. A Bancada do PT não se negou a coisa alguma! A Bancada do PT, como eu disse – V. Exª e a Senadora Ana Rita também foram muito felizes –, sempre teve muito clara a sua posição, tanto que nenhum Senador do PT fez críticas ao Ministro Palocci quanto à sua função como Ministro Chefe da Casa Civil, como também não assinou qualquer documento nesse sentido.

Parabéns a V. Exª!

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, sempre presente na nossa Comissão. É uma alegria ouvir V. Exª!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom dia, meu Presidente! Bom dia, Senadora Ana Rita, também sempre presente nesta Comissão!

Senador Paulo Paim, estou há poucos dias nesta Casa. Acabei de chegar aqui e ouvi suas palavras em relação à situação dos governistas e ao caso Palocci. Até hoje, eu tinha permanecido alheio, mas observando todo o andamento do processo.

Percebi a atuação da nossa bancada de oposição e também a atuação da bancada governista. Portanto, quero parabenizar o sistema democrático diante do quadro que perdurou por mais de três semanas. E quero parabenizar tanto a posição da oposição como a dos governistas. Em momento algum, o nosso eminente ex-Ministro Palocci ficou sozinho, a ver navios. Pelo contrário, acho que o trabalho dos senhores foi brilhante. Cabia realmente ao nosso Ministro dar as explicações, etc, etc. Agora, por fim, ele resolveu sair. E achei de bom alvitre a sua decisão.

Então, quero parabenizar o nosso regime, o nosso sistema democrático nesta Casa, embora, algumas vezes, haja alterações de ânimos. Mas acho que tudo ocorre dentro da normalidade.

Quanto à nossa companheira e amiga Senadora Gleisi Hoffmann, no pouco tempo em que convivi com ela, pude perceber que se trata de uma senhora muito séria, muito correta, muito dinâmica e, como foi possível perceber, muito proativa. Não tenho dúvida de que ela vai agregar valores imensos a este Governo da nossa Presidenta Dilma. Só temos de pedir a Deus que lhe dê muita sabedoria. É o que peço neste momento: que Deus lhe dê muita sabedoria. Devemos apoiá-la em todas as suas posições.

Meu Presidente, hoje, o nosso Governador e amigo Siqueira Campos está aqui, em Brasília. Agendamos algumas visitas com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e com o Ministro das Cidades, Mário Negromonte. A nossa primeira reunião será às 10 horas. Então, eu pediria a V. Exª, já que é de muita valia para o nosso Estado que estejamos juntos nessas duas reuniões, a minha liberação. Deixo o meu muito obrigado a todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira, que tem tido sempre uma posição de muito equilíbrio aqui!

Não escondo minhas posições. Há momentos em que não falo por que não quero falar ou por que o que eu falar vai vazar. Então, prefiro falar aqui, porque tudo o que falo aqui, ao vivo, é o que vale, acabou e pronto.

Sou daqueles que entendem ser importante uma oposição viva e permanente. Para mim, não há democracia sem oposição e situação; esse é o coração da democracia. E V. Exª, com sua postura de equilíbrio, mantém sua posição de parlamentar de oposição, mas também respeita quem está no Governo – mostrou isso aqui muito bem. V. Exª torce para que a Ministra Gleisi tenha um grande desempenho no exercício da chefia da Casa Civil, e essa também é nossa torcida. Sabemos que ela será fundamental. Por isso, fico feliz ao ouvir sua fala, na qual deseja à Senadora Gleisi sucesso e reconhece toda a sua competência.

A Senadora Gleisi está aqui há seis meses. Confesso que eu nunca havia falado com ela pessoalmente. Debati com ela diversas vezes, às vezes concordando, às vezes discordando, como com o Ministro Paulo Bernardo, que também respeito. Conheci a Gleisi nesses seis meses aqui – aliás, nem foram seis meses. Percebemos quando a pessoa é capacitada. Além disso, ela é generosa, respeitosa e, como eu disse, carinhosa com todos os seus Pares. O tratamento dela conosco sempre foi de alto nível e assim será com todos os parlamentares da situação e da oposição no exercício da chefia da Casa Civil.

Meus cumprimentos a V. Exª!

A partir deste momento, passo a palavra à Senadora Ana Rita, que é a Relatora do projeto de lei que vai tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiro, Senador Paim, quero aqui agradecer a V. Exª por me ter dado a oportunidade de relatar essas emendas que chegaram à Comissão de Direitos Humanos. Segundo, eu gostaria também de agradecer à Consultoria do Senado, que, juntamente com a nossa assessoria, analisou a questão e nos ajudou na elaboração deste parecer. Portanto, faço esses agradecimentos aqui.

Na verdade, Senador Paim, a Comissão recebeu trinta emendas, mas, de acordo com o nosso Regimento, não foi possível aceitar todas as emendas, embora todas sejam de extrema importância. Acontece, porém, que, segundo a Resolução nº 1 do Senado, que determina o que deve ser apresentado em cada Comissão, algumas das emendas não cabem no mérito analisado por nossa Comissão, mas no mérito analisado por

outras Comissões. Do ponto de vista do mérito, todas elas são importantes, mas nem todas poderão ser apresentadas por esta Comissão.

Faço esse destaque inicialmente e chamo a atenção dos Senadores autores das emendas para o fato de que poderão fazer individualmente a apresentação das emendas. Se for necessário, poderemos fazer isso juntos. Proponho-me a reapresentar essas emendas, para que elas possam também ser acatadas. Do ponto de vista do Regimento, porém, vou apenas aprovar as emendas que estão relacionadas diretamente aos direitos humanos. Em seguida, vou fazer a leitura do relatório, Sr. Presidente.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 02, de 2011, do Congresso Nacional, relativo à proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

O exame da matéria e emissão de parecer compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e do parecer preliminar aprovado naquele Colegiado. Cada Senador e cada Comissão permanente podem apresentar emendas ao texto do projeto, não havendo limitação de quantidade.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, foram apresentadas trinta sugestões, conforme espelhos em anexo.

Fui escolhida Relatora da matéria, que passo a analisar.

Quanto ao exame da admissibilidade, nos termos do Regimento Interno Comum, art. 90, § 3º, alínea *b*, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e art. 43 e art. 90, inciso IX, do Regimento Interno, compete às Comissões permanentes o exame da matéria na parte que verse sobre assunto de sua competência.

Isso posto, de todas as sugestões de emendas apresentadas a este Colegiado, entendemos que não se enquadram nas atribuições da Comissão de Direitos Humanos apenas as propostas constantes das Emendas nº 9, que trata da contratação de serviços de consultoria pela Administração Pública Federal; nº 12, que versa sobre a inscrição de despesas em Restos a Pagar; nº 19, que requer a supressão das disposições sobre superávit primário do texto da lei; nº 21, que propõe regras sobre obras com indícios de irregularidades graves; nº 28, que prevê regras de reparação a Municípios de fronteira; e nº 30, que também versa sobre obras com indícios de irregularidades graves. Como se pode verificar, as matérias tratadas nessas Emendas não estão no campo de atuação desta Comissão, e devemos evitar o choque com as atribuições de outros colegiados do Senado Federal.

Passamos ao voto da Relatora.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão delibere pela apresentação de todas as sugestões do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, exceto as de nºs 9,12, 19, 21, 28 e 30.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, tal como foram sugeridas para o sistema de elaboração de emendas.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2011.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parece.

Mais uma vez, faço aqui o destaque: não estamos acolhendo essas Emendas em função da sua não admissibilidade nesta Comissão. Fica a critério dos demais Senadores proponentes dessas Emendas apresentá-las nas Comissões competentes; se for o caso, poderemos, juntos, apresentá-las em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lido o relatório da nobre Senadora Ana Rita, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, por unanimidade.

Senadora, V. Exª consegue fazer milagres. E houve unanimidade, incluindo este Senador. V. Exª rejeita emenda de minha autoria, mas tenho plena confiança no seu trabalho. Se a rejeitou, é porque entendeu que a emenda deveria ser encaminhada a outra Comissão, e assim será feito. Parabéns, Senadora!

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Marinor não está presente hoje aqui, mas mandou uma justificativa: está fazendo uma série de exames médicos. Então, está registrada a justificativa para a sua ausência.

Cumprimos o objetivo desta nossa reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte nove minutos do dia nove de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **(Ana Rita)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Humberto Costa, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira.** O Senador **Wellington Dias** justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 61, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Humberto Costa, aprovado em 12/05/11, **"com objetivo de apresentar a pesquisa de implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nas diretrizes do Ensino Fundamental, nos municípios do Brasil"**. Convidados: Lúcia Camine, Coordenadora Geral de Educação em Direitos Humanos, em representação a Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH; Maria do Socorro Ferreira Maia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Pernambuco – UNDIME/PE, em representação a Senhora Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da UNDIME; Manoel Moraes, Coordenador Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP; Professor Mestre Raimundo Moacir Feitosa, Conselheiro da Câmara de Educação Básica e Membro da Comissão Bicameral de Educação em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação, em representação ao Senhor Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE; Ana Paula Portella, Coordenadora de Pesquisa das Organizações Populares – GAJOP; e Leda Gomes, Diretora Substituta da Secretaria Executiva do MEC, em representação ao Ministro Fernando Haddad, Ministério da Educação – ME. Às nove horas e trinta e dois minutos a Senhora Presidente, Ana Rita, passa a presidência para o Senador Humberto Costa. Às onze horas e dois minutos o Senhor Presidente Humberto Costa passa a presidência a Senadora Ana Rita. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Ana Rita, Humberto Costa, Marta Suplicy e Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Bom dia para todos e para todas. Queremos acolher todas as pessoas que aqui estão para mais uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Faremos, no dia de hoje, uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 61, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Humberto Costa, aprovado em 12 de maio de 2011, com objetivo de apresentar a pesquisa de implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nas diretrizes do Ensino Fundamental nos Municípios do Brasil.

Já estão presentes aqui entre nós quase todos os convidados. Quero citar a presença da Srª Lúcia Camini, Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, em representação à Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Também já está conosco a Srª Maria do Socorro Ferreira Maia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Pernambuco – Undime Pernambuco, em representação à Srª Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Undime. Também já está entre nós o Sr. Manoel Moraes, Coordenador-Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop. E também está aqui o Prof. Dr. Raimundo Moacir Feitosa, Conselheiro da Câmara de Educação Básica e membro da Comissão Bicameral de Educação em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação, em representação ao Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE.

Para darmos início à audiência pública, convido o Senador Humberto Costa, autor do requerimento, para presidir esta reunião.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço a presença dos que aqui se encontram e dizer da nossa satisfação de poder receber não somente representantes governamentais, mas também representantes da sociedade civil, para tratarmos dessa temática tão relevante.

Dando início aos nossos trabalhos, convido para compor a Mesa as pessoas que se fazem aqui presentes e que representam diversas instituições governamentais e da sociedade civil.

Convido a Drª Lúcia Camini, Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, que representa a nossa Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretária

Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. *(Pausa.)*

Convido também a Drª Maria do Socorro Ferreira Maia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Seção Pernambuco, que aqui representa a Presidenta Nacional da Undime, Cleuza Rodrigues Repulho. *(Pausa.)*

Convido também o Dr. Manoel Moraes, Coordenador-Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop. *(Pausa.)*

E o Prof. Dr. Raimundo Moacir Feitosa, Conselheiro da Câmara de Educação Básica e membro da Comissão Bicameral de Educação em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação, representando o Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Se chegar aqui o Sr. Dr. Fábio Meirelles Hardman de Castro, peço à Assessoria que me comunique, para que ele possa também compor a Mesa.

Bem, na Comissão de Direitos Humanos, nós realizamos, semanalmente, uma média de duas audiências públicas, além da nossa reunião ordinária. Essas audiências públicas têm o papel fundamental de problematizar, junto à sociedade e ao próprio Senado Federal, temas que são relevantes e que exigem, de forma direta ou indireta, a concorrência do Poder Legislativo, no sentido de que ações possam ser implementadas, apoiadas.

No nosso entendimento, o debate que hoje fazemos, a ação que pretendemos apoiar, implementar, com esta audiência pública, é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nas diretrizes do Ensino Fundamental, nos Municípios brasileiros.

Todos nós entendemos que educar em direitos humanos é, acima de tudo, construir uma cultura de paz, de democracia, do desenvolvimento e da justiça social; significa a criação, o compartilhamento, a consolidação, pela sociedade, de valores relevantes, como a solidariedade, a liberdade e a tolerância.

São vários os exemplos que temos hoje, no Brasil, de avanços que obtivemos, mas também de muitas coisas que precisamos construir na área de direitos humanos. Obviamente, isso se consegue por uma combinação de ações. De um lado, ações da legislação, que procuram traduzir, em leis complementares e ordinárias, direitos que estão garantidos na Constituição brasileira; princípios éticos que a Constituição brasileira define e que precisam de um clareamento quanto à sua aplicação, que precisam, muitas vezes, da sua extensão.

Então, são vários os temas em que avançamos. Avançamos, por exemplo, na luta contra a discriminação racial. Avançamos bastante no tema da opressão sobre as mulheres. Avançamos bastante, agora, na temática da discriminação às pessoas por conta da sua orientação sexual ou da sua identidade de gênero. Enfim, temos construído avanços importantes em relação ao respeito às crianças, aos adolescentes, ao combate aos abusos, tanto do ponto de vista da violência contra adolescentes e jovens, mas também contra a exploração sexual. Enfim, são avanços que estão sendo todos eles conquistados por um conjunto de ações: ações da lei, que obrigam o abandono de determinados comportamentos, que combatem a discriminação, a intolerância, mas, por outro lado, também, outras ações que são as mais importantes, que são aquelas de construção dessa consciência de paz, de tolerância na nossa sociedade.

E, sem dúvida, é o público mais jovem, são as crianças e os adolescentes, especialmente por intermédio das ações educacionais, que podem construir essa consciência de uma forma mais plena, não apenas porque interagem com a família, com os colegas, com os professores, com a sociedade de um modo geral, mas também porque serão amanhã os dirigentes da sociedade ou os principais atores da sociedade futura. Adquirindo essa consciência agora, certamente, ela terá muito mais facilidade de se tornar universal do que nos dias de hoje.

Foi nesse contexto que, em 2006, foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O PNEDH é fruto de um amplo debate do Poder Público, do Estado com a sociedade civil organizada, e incorporou aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário e do próprio programa nacional de direitos humanos.

A contribuição da sociedade civil organizada nesse processo foi fundamental. Ela inseriu no âmbito público as grandes demandas sociais e procura participar ativamente de instâncias decisórias, como forma de avançar na perspectiva de garantir o exercício da soberania popular.

Agora, mais uma vez, podemos contar com a contribuição da sociedade civil organizada na elaboração da pesquisa que está sendo desenvolvida nacionalmente pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, o Gajop, que é uma instituição altamente respeitada na área da defesa e da implementação dos direitos humanos, e a pesquisa tem o tema "A implementação do PNEDH nas diretrizes da Educação Fundamental nos Municípios do Brasil". Essa pesquisa vai ser realizada em todos os Municípios brasileiros com o objetivo de aferir a aplicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nas escolas de Ensino Fundamental. O material será extremamente importante porque poderá nos ajudar

a ter um quadro real da educação no País, especialmente no que se refere aos direitos humanos, e trará contribuições para serem traçadas novas diretrizes e metas que possam ser incorporadas, inclusive ao Plano Nacional de Educação e ao PNEDH. Somente através de iniciativas como essa, que têm o papel de gerar o debate e promover mudanças com integração com os diferentes entes da sociedade, poderemos fugir das marcas culturais de um passado não tão distante, onde o debate dos direitos humanos sempre foi sobrepujado pelo som da desigualdade e dos privilégios de classe.

Aproveitando o ensejo para registrar a presença da Senadora Marta Suplicy, quero dar início à nossa audiência pública, convidando a Drª Lúcia Camini para fazer uso da palavra. Não temos aqui um tempo rígido, mas o ideal seria que, ao longo de dez minutos, cada um dos expositores pudesse apresentar as suas considerações.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA CAMINI – Em nome da Secretaria de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário, quero trazer aqui a minha saudação e os agradecimentos pela oportunidade, saudando especialmente o Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa. Saúdo também a Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Ana Rita; a Senadora Marta Suplicy, que se encontra também presente. Cumprimento a nossa instituição parceira, promotora desse evento e responsável pela pesquisa, o Gabinete de Assessoria Jurídica ás Organizações Populares, o Gajop. Saúdo aqui os integrantes da Mesa, que também participarão desse debate público; a representante da presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a Undime, Prof. Maria do Socorro; o Manoel Moraes, que coordena o Gajop e que tem tido um diálogo permanente conosco da Secretaria de Direitos Humanos; o Dr. Raimundo Moacir Feitosa, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação que aqui representa o seu presidente Antônio Carlos Caruso Ronca.

O Moacir Feitosa também é nosso parceiro na comissão bicameral, que está discutindo neste momento as diretrizes curriculares nacionais para a introdução da temática de educação em direitos humanos na educação básica e superior.

Quero saudar também os demais presentes aqui, representantes das secretarias municipais de educação; da entidade, nossa parceira, Gajop, e seus membros que aqui se encontram presentes; e demais participantes desta audiência pública, que, para nós, se reveste de importância fundamental, porque essa pesquisa vai contribuir em muito para trazer, digamos assim, o tema da educação em direitos humanos à discussão. Especialmente os dados que vão ser organizados por intermédio dessa pesquisa vão nos trazer, digamos assim, um cenário de como se encontra a implementação da educação em direitos humanos a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que foi construído coletivamente, com amplo debate com a sociedade, e que se encontra hoje, ainda, com pouca implementação, na nossa avaliação, e que necessita ser colocado em discussão. Acho que esses resultados da pesquisa vão servir, sobretudo, como referência para outros estudos e para o debate nacional necessário neste momento.

Cabe dizer que a questão da educação em direitos humanos ganhou mais visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988, em que ela recepciona as principais decisões tomadas e difundidas nos documentos internacionais de que o Brasil é signatário e, sobretudo, no seu art. 205, ela já incorpora a concepção de educação em direitos humanos quando visa alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Quando a Constituição Federal coloca isso como uma responsabilidade do Estado e da sociedade, o desenvolvimento da educação visando a alcançar esses objetivos, ela já direciona ou estabelece como diretriz que o Estado e a sociedade devem assumir e visar ao pleno desenvolvimento da pessoa humana. Nisso, está implícita a educação em direitos humanos, a visão de que todo ser humano deve ter uma formação que lhe permita o desenvolvimento da sua cidadania, que lhe permita a qualificação para o trabalho e que lhe permita exercer plenamente a sua cidadania. Também, no art. 214, a Constituição Federal assinala expressamente a responsabilidade do Estado na organização e fiscalização das atividades educativas, estabelecendo assim a obrigatoriedade de elaboração de normas que orientam os currículos escolares.

Então, nessa mesma direção é que se elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, como já se referiu o Sr. Presidente, no ano de 2003; depois, ele teve uma revisão em 2006, com a participação do Ministério da Educação, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça e do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Esse Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos é composto por especialistas da área, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas, representantes de organizações internacionais, como a Unesco e a OEI e também de representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Comunicações e, aqui, da Câmara Federal. Portanto, uma representatividade capaz de representar os interesses da sociedade e, acima de tudo, trazer os elementos necessários para

que a educação em direitos humanos seja desenvolvida por todas as políticas públicas governamentais, mas, acima de tudo, na formação do cidadão através da educação formal e das organizações, aquelas que se ocupam da educação não formal.

A educação em direitos humanos tem por objetivo, então, promover a formação de consciência, tendo por base o respeito, a tolerância, a solidariedade e o compromisso com o combate a todas as formas de discriminação, opressão e violência.

Dessa forma, os direitos humanos devem ser parte do processo educativo de todos os indivíduos, de modo a formar sujeitos de direito "empoderados", ativos e protagonistas da construção e consolidação da democracia. Para tanto, é necessária a implementação de políticas públicas educacionais e a elaboração de currículos coerentes com os princípios da educação em direitos humanos nos diversos níveis e modalidades de ensino, o que inclui a educação básica nas diferentes etapas e modalidades, o ensino superior, graduação e pós-graduação, e as diversas formas de educação não-formal.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, ao tratar, em seu Capítulo 1, da Educação Básica, apresenta como objetivo a inserção da educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares através da integração de seus objetivos aos conteúdos, aos recursos, às metodologias e formas de avaliação dos sistemas de ensino. Isso significa dizer que o ambiente escolar deve ser coerente com os objetivos de promoção do respeito e da efetivação dos direitos humanos.

Por esse motivo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos coloca, em seu artigo 11, a importância da inclusão da educação em direitos humanos nos projetos político-pedagógicos das escolas e da adoção de práticas pedagógicas democráticas em todo o cotidiano escolar.

No ensino fundamental, os princípios, características e dimensões dos direitos humanos devem estar presentes também na formação dos profissionais de educação, nos materiais didáticos, nos conteúdos tratados em sala de aula, na gestão escolar e em sua relação com a comunidade, fomentando sempre a participação e o respeito.

Então, tem-se o entendimento de que não basta trabalhar direitos humanos na sala de aula, termos uma disciplina ou termos um programa escolar. É preciso que as práticas, o ambiente escolar e a gestão escolar também correspondam a esses princípios e à concepção que garanta o respeito humano.

Portanto, quando estamos discutindo hoje junto com o Conselho Nacional de Educação, por demanda da Secretaria de Direitos Humanos, a elaboração de um parecer que visa implementar a educação em direitos humanos nas escolas, nós estamos discutindo que o ambiente escolar deve ser, desde já, um ambiente que construa e que respeite os direitos humanos.

Gostaria ainda de destacar que a legislação educacional brasileira já avançou muito nesse sentido desde que a Constituição Federal definiu que a educação em direitos humanos deveria ser a diretriz básica a orientar a educação no ambiente escolar.

Já foi aprovada a legislação que introduz a educação das relações étnico-raciais nas escolas, história e cultura afrobrasileira e indígena, portanto, abordando a questão da educação quilombola – também já temos legislação que demarca e exige que se tenha uma educação voltada para essas diferenças. A educação indígena também ganhou destaque a partir da Constituição de 88, com a introdução e a garantia da autonomia no uso das línguas maternas.

A educação ambiental também já tem decreto que regulamenta o desenvolvimento da educação ambiental, a educação do campo também já ganhou suas diretrizes em 2002. Temos também a inclusão da educação das pessoas com deficiência, com um trabalho já bem consolidado pelo Ministério da Educação e, ultimamente, as diretrizes gerais nacionais, também em 2010, introduziram a educação em direitos humanos.

Neste momento, como já disse anteriormente, estamos discutindo a elaboração de um parecer que vai orientar todas as escolas de educação fundamental, ensino médio e superior a introduzirem a educação em direitos humanos, e nós esperamos que esse parecer seja aprovado até o final deste ano letivo para que passe a vigorar a partir de 2011.

Nesse sentido, entendemos que essa pesquisa vai contribuir muito. Para tanto, queremos convidar esta Casa e todas as organizações sociais e populares para que, no segundo semestre, possamos fazer uma mobilização nacional a fim de angariar apoio, convencimento e condições para que, já em 2012, tenhamos em todos os estabelecimentos de ensino essa temática sendo desenvolvida e os educandos sejam sujeitos de direito desde o processo educacional. Assim, poderão também praticar na sua vida essa orientação de que não há discriminação. Com isso, poderemos transformar todas aquelas realidades violadoras de direitos humanos e seremos todos promotores dos direitos humanos na sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Infelizmente, vou ter que me retirar. Mas quero dizer que gostei muito da abordagem que a Drª Lúcia Camini fez. O que me chamou a atenção – e não lem-

bro a frase toda – é que, em um dos focos, a senhora usou a palavra da preocupação em discriminação e tinha mais duas outras palavras. Se a senhora puder recuperá-las...

A SRA. LÚCIA CAMINI – Em relação à...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É uma frase. A preocupação que os direitos humanos têm de colocar em pauta nas escolas a discriminação e mais duas outras palavras. As outras duas palavras não me incomodaram tanto, mas senti falta de uma palavra: preconceito.

A SRA. LÚCIA CAMINI – Com certeza só faltou...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque a discriminação não é igual. Então, gostaria que isso fosse levado em conta. Qualquer programa que vá falar de direitos humanos numa escola tem que lidar com a palavra preconceito...

A SRA. LÚCIA CAMINI – Porque é por onde mais se manifesta a falta de respeito aos direitos humanos.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O *bullying* e tudo o mais que nós sabemos. E é a mais difícil de lidar na sociedade, é a mais difícil de os professores lidarem, e tudo isso implica um esforço muito grande. Então, gostaria que fosse acrescentada essa palavra e essa preocupação existisse.

Obrigada e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Gostaria de agradecer à Drª Lúcia Camini e agradecer também a intervenção da Senadora Marta Suplicy. E queria registrar a presença do Senador Ataídes Oliveira, do PSDB do Tocantins, integrante também da Comissão de Direitos Humanos.

Quero fazer um esclarecimento: na verdade, estou presidindo a reunião, mas o Presidente da Comissão é o Senador Paulo Paim, que não pôde estar presente hoje, pois já tinha um outro compromisso fora do Senado. No entanto, pediu que justificássemos a sua ausência.

Também quero registrar algumas presenças aqui: Sr. Betinho José, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Dr. Gilson Cardoso, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos; a Srª Lêda Gomes, que é Diretora substituta da Secretaria Executiva Adjunta do MEC, que aqui representa o Sr. Arlindo Queiroz, Diretor da Secretaria Executiva do MEC, que por sinal é pernambucano.

Quero ceder a palavra agora à Drª Maria do Socorro Ferreira Maia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação do Estado de Pernambuco (Undime – PE), que representa a Srª Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da Undime.

Mais uma vez, apenas como uma referência, se for possível, a apresentação no espaço de dez minutos. Quero esclarecer que, se eu precisar sair daqui, não significa nenhuma desatenção, mas é porque estou esperando um telefonema da Presidência da República. No entanto, volto imediatamente.

A SRA. MARIA DO SOCORRO FERREIRA MAIA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador do nosso Estado, Humberto Costa, e queria cumprimentar também a Senadora Ana Rita, do Espírito Santo.

Diferentemente do que eu iria começar, vou aproveitar a deixa da Senadora Marta Suplicy e dizer a vocês que foi exatamente durante uma conversa entre representantes da Undime, discutindo a violência nas escolas, o *bullying* e tudo aquilo que afeta diretamente as secretarias municipais de educação, que surgiu esta ideia – e não podemos deixar de registrar que foi uma ideia da professora Edla Soares, educadora de Pernambuco, reconhecida nacionalmente. Na discussão conosco, durante um seminário, ela apresentou a necessidade de que direitos humanos fossem discutidos durante a elaboração dos próximos planos municipais de educação.

Na nossa perspectiva, é no chão das escolas e é nos Municípios onde tudo acontece. As leis são criadas, são implementadas, sabemos da importância que elas têm, mas é necessária a conscientização dos secretários municipais de educação para que, nas suas jurisprudências, nas suas comunidades, aquelas ações sejam realmente efetivadas. Era essa a nossa preocupação. Então, foi feito o contato, através de Edla, com o Gajop, e começamos a discutir a possibilidade de chegarmos aos Municípios, por meio de uma pesquisa que teria uma dupla interpretação. Ela traria um subsídio para o Conselho a respeito do que era discutido e do que estava acontecendo nos Municípios em relação aos direitos humanos, mas também levantaria e mostraria a necessidade aos secretários municipais de educação de que aqueles temas teriam que estar implícitos. Muitas vezes, quando não se é provocado, não se tem a consciência disso. Então, a pesquisa teria esta duplicidade de ação, ao mesmo tempo em que entrariam informações, ela despertaria para a necessidade nos Municípios de que realmente fossem discutidos e implementados e que fossem buscadas as melhores formas de todos os direitos humanos aqui citados pela representante da Secretaria de Direitos Humanos realmente acontecessem, passassem a ser realidade. Com essa perspectiva, por meio do Gajop, conseguimos que essa ação fosse efetuada.

Com imensa satisfação, estamos aqui hoje vendo a concretização de uma ideia que surgiu da necessidade de que isso acontecesse. Vemos que hoje, no Brasil, ideias surgem dos mais variados rincões, mas

elas conseguem se transformar em realidade por uma preocupação que há neste momento e neste Governo, de que o ser humano seja respeitado em todos os seus aspectos. Temos a certeza de que iremos contribuir, em todo o País, com a participação efetiva dos Municípios na discussão e na implementação dessas políticas necessárias. Sabemos que é lá, no chão dos Municípios, que elas se efetivam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço a intervenção da Drª Maria do Socorro Maia, Presidente da Undime.

Quero registrar a presença do Sr. Rodrigo de Oliveira Júnior, Coordenador de Direitos Humanos do MEC.

Passo a palavra ao Dr. Manoel Moraes, advogado, Coordenador Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop.

O SR. MANOEL MORAES – Quero agradecer à Casa o espaço, na pessoa do Senador Humberto Costa, a todos os Senadores, Drª Marta, Ana Rita, e todos os Senadores aqui presentes. Agradeço também a presença da equipe do Gajop, Maíra, Maiara, Paulo Henrique, Ana Paula, Leila, todos os companheiros que compõem essa casa que, no Recife, faz 30 anos neste ano. Agradeço ao companheiro Gilson, nosso coordenador nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos, por intermédio de quem quero saudar todos os representantes da sociedade civil; da mesa, Socorro, guerreira no Estado de Pernambuco, representando os secretários municipais por meio da Undime nacional. Lá, ela é presidente da Undime de Pernambuco. A Drª Lúcia Camini é que nos acolheu e tem sido uma pessoa parceira, por intermédio da Ministra Maria do Rosário, na formulação dessa pesquisa, e Dr. Raimundo.

No mais, quero dizer a vocês que o Gajop é uma entidade reconhecida no campo da ONU, reconhecimento que faz com que tenhamos a possibilidade de elaborar comunicações que demonstrem as violações dos direitos humanos do Estado brasileiro. E, a partir desses 30 anos, o Gajop formulou políticas públicas ao lado da construção e do diagnóstico dessas violações, como, por exemplo, a política do programa de proteção à testemunha. Tivemos o, à época Deputado Federal, hoje Senador, Humberto Costa sempre como aliado, que apresentou aqui, no Congresso Nacional, o projeto de lei, que hoje é lei, de proteção à testemunha em âmbito nacional.

Então, nós temos com o Humberto uma caminhada histórica. E é nesse sentido que queremos agradecer este espaço, por ele ser essa pessoa, antes de todas as qualificações formais, comprometida com os direitos humanos na sua caminhada e na luta por uma saúde pública justa e de qualidade social.

Quero agradecer ao nosso companheiro Bruno, fundador do Gajop, também aqui nos prestigiando, e agradecer a todos de forma geral, porque este momento para o Gajop é muito rico. Somos peticionários de denúncias internacionais às violações – como, por exemplo, o assassinato de Manoel Mattos e tantas situações que geram contradições entre o que defendemos da Constituição e o que vivemos no mundo da rua –, e essa pesquisa é produto, é fruto, na verdade, do Plano Nacional de Direitos Humanos. E o Plano Nacional de Direitos Humanos visa fazer, por meio desse tipo de iniciativa, a construção de planos específicos, no caso da educação, para que possamos aproximar esses equipamentos públicos daquilo que reza a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tantos outros tratados internacionais de que o Brasil já é signatário.

Na verdade, o problema do *bullying* e tantas outras violações, como racismo, xenofobia, todo o modelo de educação nosso ainda é montado em matrizes bastante conservadoras. E isso gera várias violações que o plano visa sanear. Para que esse saneamento seja feito, os Municípios devem incorporar, a partir de seus planos municipais de educação, o plano municipal de direitos humanos. E isso está previsto numa perspectiva mais arrojada se analisarmos que as escolas, na sua unidade educacional, na sua comunidade de ensino, devem ter sua proposta político-pedagógica. Essa proposta político-pedagógica deveria apontar a discussão dos direitos humanos, o ponto de vista pedagógico.

Então, o que entendemos, Senador Humberto Costa, Presidente desta reunião, é que este plano implementado pode ser uma resposta efetiva do Estado brasileiro às diversas denúncias que o Gajop e tantos membros da sociedade civil e o MNDH vêm relatando nos últimos 30 anos: que temos uma sociedade diversa, mas que não é respeitada na sua diversidade; que temos preconceitos, como dizia a Senadora Martha Suplicy, de diversas formas e que não são reconhecidos no campo do ensino. Muitas vezes, somos "formatados". Isto, já diria Adorno, é uma grande violência: quando universalizamos o educando tornando-o um sujeito sem identidade, portanto, fazendo com que essa pessoa não possa ter suas opiniões, não possa ter suas opções respeitadas, no universo do ensino e aprendizado.

Nós queremos destacar também que a execução do plano, essa pesquisa, na verdade, tem a ver com o Programa Nacional de Direitos Humanos 3, quando cria, no plano, a perspectiva de que sejam feitos mecanismos de monitoramento para avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos. A pesquisa, na prática,

vai apontar uma sondagem, um diagnóstico inicial do que seria a realidade dos Municípios na adesão e na execução dos planos municipais de direitos humanos. E, naturalmente, na apresentação da metodologia, vai ficar mais claro o que queremos propor: que, na verdade, essa sondagem é, a nosso ver, o ponto de partida para outras sondagens, junto ao Ministério de Direitos Humanos e do Ministério da Educação, ao qual eu também quero agradecer a contribuição. O MEC foi de pronto também outro parceiro importante nesse projeto e, na execução dele, vai ser também, no sentido de que possamos, a partir da pesquisa, produzir outros indicadores que permitam entender esse universo desigual que é o nosso País. E o porquê de muitas vezes – e por isso a importância da Undime neste momento – gestores se afastarem desse tema. Na verdade, a presença da Undime é importante porque é o fortalecimento da sociedade civil e também dos secretários de educação. Essa aliança é fundamental, porque o gestor municipal, o secretário de educação, a secretária tem um papel fundamental na formulação desse ensino. Não adianta traçarmos, em Brasília, diretrizes, apresentar planos, se nós não tivermos o coração do secretário de educação, da secretária de educação, operando, executando essas medidas.

A presença da Undime nessa parceria é central, porque, Senador Humberto Costa, ela vai permitir a mobilização dos secretários de educação, para que eles possam responder esse instrumento que nós vamos apresentar, no sentido do marco que ele representa.

A partir dessa sondagem, nós acreditamos que seja possível o País – é por isso que esta Casa é tão relevante –, como República Federativa do Brasil, apresentar mecanismos eficazes, em parceria com a sociedade civil, que também representa o marco. E o Gajop se coloca nesse lugar e está sendo chamado para contribuir numa concepção de Estado ampliado, no momento em que nosso lugar de monitoramento seja reconhecido e que possamos, portanto, ser parceiros na formulação dessas novas políticas públicas que devem sanear essas violações que nós identificamos e que nós comunicamos.

Portanto, eu acho que é uma resposta importante para a sociedade civil essa pesquisa, para a Undime como formuladora dos planos de ensino, para o Estado como República, no momento em que dialoga, do ponto de vista internacional, com os mecanismos internacionais de direitos humanos e permite que nós sejamos parceiros e, portanto, possamos produzir respostas à altura do nosso País, à altura da vocação de nossa Constituição, que incorporou, efetivou os direitos humanos e as garantias fundamentais.

Então, eu quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Humberto Costa por ser parceiro dessa iniciativa e saber que contamos com ele e com os Senadores aqui presentes para que outras iniciativas dessa magnitude possam ser viabilizadas nesta Casa tão relevante para a República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Quero agradecer ao Dr. Manoel Moraes, coordenador executivo do Gajop, instituição que é a principal responsável pela implementação da pesquisa que nos vai dar exatamente esse desenho para uma melhor implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos em Educação.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Raimundo Moacir Feitosa, conselheiro da Câmara de Educação Básica e membro da Comissão Bicameral de Educação em Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Educação, que aqui representa o Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação, CNE.

Antes eu queria perguntar ao Dr. Manoel Moraes, que me disse que tinha uma apresentação sobre a pesquisa, se prefere fazê-la no final. *(Pausa.)*

Depois da fala do Dr. Raimundo, nós teremos a apresentação da pesquisa.

O SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Presidente da Mesa, Senador Humberto Costa, a Drª Lúcia Carmini, a Prof. Maria do Socorro Ferreira, o Dr. Manoel Moraes, a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Ana Rita e o Senador Ataídes de Oliveira.

Na condição de representante do presidente do Conselho Nacional de Educação, queria também destacar que considero da mais alta relevância essa pesquisa, porque se terá, com certeza, a oportunidade de se revelar, de fato, o que na prática está acontecendo neste Brasil imenso, no que diz respeito à educação de direitos humanos.

O Conselho Nacional de Educação, nos últimos anos, tem-se dedicado, com muita eficiência, com muita determinação, no sentido de buscar atender aquilo que está, de fato, previsto no marco institucional brasileiro, principalmente na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base, no Estatuto da Criança e do Adolescente, além de outros dispositivos que tratam da educação brasileira.

Quer dizer, além do capítulo específico da educação, que se refere aos arts. 205 a 214, o Conselho tem trabalhado entendendo que essa questão tem que ser tratada no momento da elaboração das diretrizes curriculares nacionais. Considerando ainda, por exemplo, o art. 3º da Constituição, que estabelece o direito

fundamental a todo cidadão, que, portanto, tem que ser estendido à área da educação; o art. 6º, quando trata dos direitos sociais; o art. 7º, que ainda trata da questão dos direitos dos trabalhadores brasileiros, de um modo geral, urbanos e rurais. E aí sempre preocupado no sentido de entender que as diretrizes têm que focar a busca de uma prática lá na base, lá no chão da escola, como disse aqui a Socorro, sabendo que as crianças, os jovens e os adultos que mais precisam são aqueles, de fato, que dependem do trabalho remunerado neste País. Além do próprio art. 170, que, embora seja o artigo da ordem econômica, é aquele artigo que está fundamentando a ordem econômica na valorização do trabalho.

Então, dito isso como preliminar, o Conselho, por exemplo, elaborou várias diretrizes, num trabalho imenso, nesses últimos dois anos. Por exemplo, as diretrizes curriculares nacionais da educação infantil. E como colocou bem aqui a Senadora Marta Suplicy, não se deixa de colocar em nenhumas dessas diretrizes a questão explícita do preconceito. Porque o preconceito, para nós, é de fato a maior barreira para que se possa, na prática, exercitar os direitos humanos e a educação em direitos humanos das nossas crianças e da nossa juventude. Elaborou também as diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental de nove anos. Ali também isso está presente, além de outras questões que eu vou colocar aqui. Elaborou as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio, que está em fase de homologação pelo Ministro Fernando Hadadd. Elaborou ainda, já homologadas, as diretrizes da carreira do magistério. E, quando se pensa na carreira do magistério, está valorizando-se o professor, porque, necessariamente, a sala de aula, a escola, a educação tem que ser fortalecida e garantir os direitos humanos de toda a nossa gente que precisa de educação neste País. Além do mais, no momento, para atender ainda princípios do Plano Nacional de Educação, o Conselho está debruçado na elaboração de suas diretrizes, que são extremamente fundamentais para compor aquele quadro de diretrizes já elaboradas, que é o caso das diretrizes nacionais e educação em direitos humanos. Neste momento, inclusive, hoje e amanhã, o Conselho realizará uma reunião técnica, com vários especialistas do Brasil, para que nós foquemos melhor e discutamos melhor a elaboração de conceitos, a elaboração de políticas, de caminhos que sejam capazes de trazer para nós uma diretriz em educação de direitos humanos que seja, de fato, consensuada, porque se trata de uma matéria extremamente sensível, extremamente complexa. É preciso chegar a um consenso nas várias audiências públicas que vamos fazer no Brasil. A última culminará aqui em Brasília. E ainda tem a tarefa que está realizando neste momento, que é a de elaborar também as diretrizes curriculares nacionais da educação escolar quilombola. Por quê? Porque, em todas as outras diretrizes, essas questões são colocadas como questões de direitos humanos que precisam ser efetivamente trabalhadas. Então, lá nas diretrizes anteriores, enquadra-se a questão indígena, a questão da educação em direitos humanos, e agora é uma hora extremamente importante para se fazer também as diretrizes curriculares nacionais da educação escolar quilombola.

Vamos fazer três audiências públicas: uma no Maranhão, no caso dos quilombolas, porque é o Estado onde se concentra o maior número de comunidades quilombolas, além da Bahia. A audiência no Maranhão já será agora em agosto, no dia 5. A da Bahia será em setembro e, em outubro, realizaremos uma audiência pública em Brasília, para que também, junto com as diretrizes da educação em direitos humanos, cheguemos ao final do ano com mais de duas diretrizes elaboradas.

O que se quer com isso de fato? Aí está o reconhecimento de que o direito humano é o fundamento básico de todo esse trabalho que estamos realizando no Conselho de Educação. Por quê? Porque queremos, de fato, como o próprio Senador Humberto Costa já falou, a efetivação da democracia que passa necessariamente por essa solução de implementar, nos sistemas nacionais de educação, nas três esferas, a educação em direitos humanos.

Também há uma grande preocupação com o desenvolvimento das nossas crianças, dos nossos jovens. E aí temos uma leitura que diz que devemos aproveitar ao máximo o que o País tem de bom no momento, em termos de conjuntura, que é o chamado bônus demográfico. Temos que aproveitar isso para termos, de fato, uma educação de qualidade que trabalhe objetivamente como sendo o direito humano essencial a fim de termos uma Nação mais organizada, mais determinada em construir uma cultura inteiramente voltada para a paz e para realização da justiça social.

Esse é um panorama bem rápido, bem geral, do que o Conselho está fazendo. E, do ponto de vista da prática, o Conselho faz um esforço muito grande andando onde for possível, quando é convidado, e até se manifestando como convidado para ajudar a orientar os sistemas para colocar em prática essas diretrizes.

O Conselho tem uma estrutura pequena, mas constantemente estamos em vários Municípios discutindo o formato dessas diretrizes, para que elas possam ser capazes de mobilizar as comunidades locais e colocar em prática aquilo que elas têm de bom.

Por exemplo, no caso das diretrizes, temos sempre uma preocupação grande de dar o conceito, o objetivo

do que é uma proposta política pedagógica, conceituar de forma clara e objetiva a questão curricular, deixar claro que o sistema escolar, a escola não pode viver desarticulada da comunidade, também deixando registrado, em cada diretriz, princípios que são fundamentais para a formação de todos e a implementação dos direitos humanos, como é o caso dos princípios éticos, dos princípios estéticos e políticos que em cada diretriz está colocada, tendo como centralidade de todas as diretrizes o ser humano. No caso da educação infantil, a criança; no caso do ensino fundamental, aquelas crianças que estão entre 6 e 14 anos; e jovens que vão estar necessariamente no ensino médio, principalmente agora depois que a Emenda Constitucional nº 59 é texto da Constituição, em que tudo, de 4 a 17 anos, no meu entender, se tornou direito subjetivo.

Essa é a nossa fala.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Queria agradecer a palavra do Dr. Raimundo Moacir Feitosa, os esclarecimentos que nos dá.

Queria convidar para a Mesa a Drª Lêda Gomes, Diretora Substituta da Secretaria Adjunta do MEC, para quem darei a palavra daqui a pouco, pois a Senadora Marta Suplicy precisará sair e gostaria de assistir à apresentação da pesquisa. Então, peço que a Drª Lêda espere a apresentação da pesquisa para fazer uso da palavra.

Ambas podem se postar junto à Mesa.

A Drª Ana Paula Portela apresentará a pesquisa neste momento.

A SRA. ANA PAULA PORTELA – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Senador Humberto Costa, Senadoras e Senadores aqui presentes e demais participantes.

Agradeço a oportunidade de estarmos nesta Casa, apresentando o trabalho que vimos desenvolvendo.

A pesquisa, como dito aqui, é executada pelo Gajop, mas, na verdade, é uma parceria do Gajop com a Undime e é apoiada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Vou pular os primeiros *slides*, porque se trata do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que já foi amplamente tratado aqui na Mesa. Como precisamos ganhar tempo, vou passar diretamente para a questão da pesquisa.

(Apresentação de Slides.)

Esta pesquisa se volta para esse campo de intervenção no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que é da educação básica. A Drª Lúcia Camini falou, explicitou todos os campos do Plano, mas a pesquisa estará orientada para o campo da educação básica apenas.

Trouxe alguns dados, muito poucos. São dados do IBGE de 2009, da Pesquisa da Base Municipal de Dados do IBGE, apenas para vermos com qual contexto vamos trabalhar os Municípios brasileiros, no que se refere a essa interface entre educação em direitos humanos.

Aqui, por esse gráfico, verificamos que em torno de 40% dos Municípios brasileiros incorporam a educação em direitos humanos, 29% incorporam diretamente no Plano Municipal e 11% não incorporam no Plano, mas a temática dos direitos humanos faz parte do currículo da rede municipal.

Com relação às características da política de direitos humanos, verificamos que a área de crianças e adolescentes é a que recebe, realmente, a maior atenção nos Municípios, seguida pelos programas e ações voltados para idosos e depois para pessoas com deficiências. As demais áreas, vocês veem, recebem uma atenção muito reduzida ainda.

Finalmente, com relação à caracterização do órgão gestor responsável pela política de direitos humanos no Município. A maior parte dos Municípios brasileiros, ou seja, 74%, ou seja, três quartos dos Municípios não têm estrutura própria para lidar com a Política Municipal de Direitos Humanos. Então, 0,3% apenas tem uma secretaria exclusiva, e há um percentual menor com áreas voltadas para direitos humanos, mas ligadas a outros setores.

O objetivo da pesquisa é analisar as contribuições do Plano Nacional de Direitos Humanos para as Diretrizes e Metas da Educação, verificando como os seus objetivos, concepções, princípios e ações programáticas foram contempladas nas Diretrizes e Metas do Ensino Fundamental dos Municípios brasileiros.

A questão geral da pesquisa é exatamente esta: como estão contemplados os princípios norteadores e as ações programáticas dos Planos Municipais de Educação ou na Política Educação dos Municípios brasileiros. Ou seja, pretendemos ampliar para aqueles Municípios que não têm plano, para verificarmos como, na prática, a questão dos direitos humanos vem sendo incorporada, de acordo com os princípios do Plano Nacional.

Os objetivos específicos são cinco.

O primeiro seria verificar os Municípios que têm Plano Municipal de Educação e que têm Plano Municipal de Direitos Humanos. Verificar em que medida há interfaces entre esses dois planos. Identificar os obstáculos encontrados pelos Municípios para a implementação de ações de educação em diretos humanos, independente de estarem referidas ao plano ou não. Analisar

o nível de implementação das ações propostas pelo Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos nas Diretrizes e Metas do Ensino Fundamental. Identificar os obstáculos e limites para implementação das ações – aí sim, as ações específicas no plano – no campo da educação fundamental e verificar se são desenvolvidas ações conjuntas de educação em direitos humanos entre as secretarias municipais de educação, outros órgãos de governo e organizações da sociedade civil. Ou seja, a tentativa de realmente descrever as ações que são desenvolvidas nessa área.

O nosso universo de pesquisa é o universo total dos Municípios brasileiros. Então, são as 5.565 secretarias municipais da educação, e a unidade de análise é a secretaria. Então, o período de desenvolvimento da pesquisa iniciou em fevereiro e pretende ser concluída em setembro deste ano. Até o final do ano, pretendemos ter esses resultados em mãos e já divulgá-los.

Há aqui uma brevíssima síntese do marco conceitual da pesquisa. Então, pretendemos articular conceitualmente a ideia de educação como direito humano, como foi colocado pelo Dr. Raimundo agora, em articulação com a educação em direitos humanos, compreendendo que a educação, em todas as suas formas e níveis, deve ser disponível, acessível, aceitável, adaptável e os direitos humanos devem ser um elemento central da formação de uma cultura de promoção dos valores democráticos e da justiça social.

No caso do ensino fundamental, do ponto de vista da pesquisa, essas características devem estar presentes na formação dos profissionais de educação, nos materiais didáticos, no conteúdo das aulas, na gestão da escola e na relação da escola com a comunidade. Ou seja, o que pretendemos verificar é que o que se ensina e o modo como se ensina, que precisam estar de acordo com os direitos humanos, e nós pretendemos observar como isso se dá na realidade dos Municípios brasileiros.

Vamos usar, como o universo é a totalidade dos Municípios, a única alternativa viável que encontramos, do ponto de vista técnico-metodológico, foi realizar uma sondagem a distância. Então, estamos trabalhando com uma plataforma virtual, um formulário eletrônico fechado que vai ser enviado para todas as secretarias municipais de educação e, para isso, contamos com o apoio técnico fundamental da Undime, que tem a mala-direta de todas as secretarias municipais de educação do Brasil. Esse formulário vai ser enviado e retornado para nós por meio da plataforma virtual. Além disso, pretendemos fazer análise documental dos planos – o Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação – e análise de dados secundários da base, que vamos cruzar com os dados que vierem da nossa sondagem, que são das bases de Municípios do IBGE, a síntese de indicadores sociais da Pnad e o sistema de informação dos conselhos municipais de educação.

Muito resumidamente, esses são os conteúdos do questionário. O questionário está começando a ser enviado na próxima semana. Há um primeiro bloco, que é a identificação do respondente, é uma característica básica muito simplificada de quem é a pessoa que está fornecendo a informação. O bloco 2 é voltado para a educação, em que buscamos caracterizar a gestão municipal de educação, os programas e ações da secretaria e as características do sistema de ensino e seus indicadores de qualidade. O bloco 3 é voltado para os direitos humanos, e procuramos avaliar qual é a concepção de direitos humanos da própria secretaria e quais as instâncias de direitos humanos que existem no Município, as ações de formação dos direitos humanos, o modo de incorporação dos direitos humanos nos currículos e nos materiais, questões relacionadas à acessibilidade, acesso a bens culturais, conflitos na escola e a garantia de acesso à educação pelo Ministério Público.

A pesquisa caminha em paralelo, além do levantamento de dados, uma ação de articulação institucional. Então, entendemos que os resultados dessa pesquisa devem ter desdobramentos práticos e para isso, é necessário que tenhamos uma boa ação de articulação. Então, num primeiro nível, estão os próprios parceiros. Então, temos a Undime, que traz para nós as secretarias municipais de educação; os Ministérios da Educação e Direitos Humanos, que estão apoiando o trabalho; e as organizações da sociedade civil ligadas ao campo dos direitos humanos, que também têm sido ouvidas e estão acompanhando o trabalho. A ideia é que construamos um grupo de apoio. Nós já vimos construindo um grupo de apoio à ação e à pesquisa; esta audiência pública é parte desse trabalho, uma das etapas dessa ação de articulação institucional e, além disso, vamos visitar as cinco regiões, como parte do trabalho de monitoramento e supervisão da pesquisa e organizar um processo de disseminação ampla desses resultados e um seminário nacional para devolvê-los ainda no final deste ano ou no início do ano de 2012.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Antes de continuar, eu queria pedir um compromisso do pessoal do Gajop. Obviamente, quando essa pesquisa estiver concluída, deverá ser apresentada inicialmente aos patrocinadores, mas peço que haja um compromisso de, também aqui na Comissão de Direitos Humanos, nós podermos ter a apresentação dela.

Pergunto à Senadora Marta Suplicy se deseja fazer algum questionamento.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou ter que sair mais cedo. Não saí antes porque queria muito ver como a pesquisa está sendo elaborada. Acho que é a primeira vez que se faz uma pesquisa dessa densidade, com essa profundidade, não é?

Quero parabenizar os dois órgãos – pelo que entendi a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Educação estão juntos – pelo trabalho muito importante mesmo. O difícil será, depois, a partir dos dados, fazer as diretrizes para que possamos realmente lidar com essas questões que estão sendo tão bem pesquisadas. Eu adoraria depois também ter acesso a isso – acho que a Comissão vai ter acesso.

Só quero deixar o exemplo de uma experiência realizada em São Paulo em relação ao preconceito racial. Nós trabalhamos nas escolas. Nós criamos, nas bibliotecas das escolas, principalmente nas novas dos CEUs, que foram 21, se não me engano, 48 títulos que falassem da raça e obviamente de forma não preconceituosa e histórica. E capacitamos o professor.

Então, eu queria deixar aqui, acho que até como uma contribuição, porque é um assunto que sempre me preocupou, tanto na questão da sexualidade, quanto na questão do preconceito racial, e é tão, ou eu diria até, mais importante do que os instrumentos, a formação do professor. Não vai adiantar nós termos ótimos instrumentos se não houver professor capacitado. E, na questão da sexualidade, mais ainda, esse professor tem que ter um acompanhamento, porque, quando você trabalha com questões de sexualidade, levanta muitas turbulências no professor.

Nós tivemos essa experiência na gestão da Luiza Erundina, quando implantei, junto com o Prof. Paulo Freire, a pedido dele, nas escolas municipais de São Paulo, um programa. Eu trabalhava como psicóloga e ele me convidou para fazer esse trabalho. O mais difícil era a supervisão dos professores. Para cada hora com o aluno, eu tinha duas horas de supervisão, para cada hora de sala de aula, exatamente pela dificuldade que eles tinham de lidar com o tema.

Na questão de raça, eu acho que o mais importante era o resgate da autoestima. Pelo conhecimento da história, isso também se faz. Então, são vários instrumentos diferentes de trabalho e de como trabalhar o tema. Acredito que, em relação à raça, a leitura e o resgate da história e a compreensão de todas as crianças, não importa de que raça sejam, da importância e da contribuição da raça negra para a construção da nossa sociedade é que foram os instrumentos mais importantes. E, na sexualidade, a questão da formação do professor.

Então, vejam que a tarefa que vocês têm é gigantesca. Mas já é um passo nós conseguirmos ter a consciência de que esses problemas têm que ser trabalhados para que possamos ter uma sociedade que entenda direitos humanos de uma forma melhor e que tenha a compreensão do que é conviver com diversidade, com opiniões diferentes, com raças diferentes, com orientações sexuais diferentes, com tudo diferente, que temos que conviver harmoniosamente e respeitar. Essa é a riqueza que conseguimos conquistar no Brasil, que não é um País movido por ódio, por violência, mas que caminhou sempre, com uma grande conquista também, de ser um País laico. Essa também é uma grande conquista da sociedade brasileira.

Então, eu quero finalizar, parabenizando-os de fato e com muita vontade de ter acesso a esse material, que vai nos ajudar muito, como formuladores de uma sociedade mais justa.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Primeiro, vamos ouvir a Drª Lêda Gomes, Diretora Substituta da Secretaria Executiva Adjunta do MEC, para depois passarmos a palavra aos demais Senadores e concluirmos esta reunião.

A SRA. LÊDA GOMES – Bom dia a todos e a todas, gostaria de cumprimentar o Senador Humberto Costa, o Senador Ataídes Oliveira, a Senadora Ana Rita, a Senadora Marta Suplicy, que está se ausentando agora, e agradecer muito o convite da instituição que está desenvolvendo a pesquisa, o Gajop, para estarmos aqui presentes, nessa parceira. Fico muito feliz de estar aqui, representando o Professor Arlindo Queiroz, que foi convidado, mas que não pôde estar presente, devido a uma reunião com o ministro.

Eu venho participando desse trabalho de orientação aos Municípios desde 2003. Hoje o Ministério da Educação tem uma política de apoio e assistência técnica aos Municípios, com material didático e também com assistência técnica. Então, desde esse período até o momento, nós desenvolvemos não só os formulários de pesquisa, mas também um sistema de informações, de conselhos municipais de educação e também de planos municipais de educação.

Durante esse período, o objetivo do MEC era prestar essa assistência técnica para que o Município elaborasse seus planos a partir de uma perspectiva coletiva. Nós orientávamos que os Municípios desenvolvessem esses planos a partir do Conselho Municipal de Educação, tendo-o como o grande coordenador do processo, para que a sociedade civil também participasse de forma coletiva e não fosse apenas um plano de gabinete.

O objetivo desse programa era sensibilizar, era estimular, era levar essa consciência de que um plano verdadeiro. E para que um plano realmente aconteça é importante que aqueles que vão receber também participem do seu processo de construção, porque, dessa forma, quando ele for implementado, será mais fácil a concretização daquela política. Geralmente, quando a sociedade recebe os planos de gabinete, dos quais ela não participou, em que ela não opinou, ela não se reconhece nesses planos.

Essa iniciativa da Gajop é muito interessante; nós também trabalhávamos neste sentido: que a educação conversasse com os direitos humanos, para que incorporasse todo o conteúdo de direitos humanos na proposta do plano municipal de educação.

Então nós nos colocamos à disposição. Eu sou servidora do Ministério da Educação e também assessora do Fórum Nacional de Educação. No momento, nós estamos trabalhando com o acompanhamento do projeto de lei do plano nacional de educação, que, ontem, acho que vocês puderam acompanhar. Foi o projeto de lei que mais recebeu emendas na Câmara dos Deputados – eu anotei: 2.915 emendas. Isso mostra que a sociedade está atenta, que quer participar, que quer contribuir com o processo.

O Fórum Nacional de Educação está acompanhando, juntamente com o Ministério da Educação, o plano e também a lei de responsabilidade educacional. Em agosto, nós faremos um seminário com as duas temáticas, que será socializado para todos.

Nós nos colocamos à disposição, para continuar contribuindo na parte do desenvolvimento dos formulários, na pesquisa, da melhor forma possível.

E gostaria de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu vou passar a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, Senador Humberto, eu quero lhe agradecer por estar nos proporcionado este momento de debate da educação em direitos humanos, através desta audiência pública. E quero também parabenizar muito todas as pessoas que estão aqui compondo a Mesa, a representante do Gajop, da Undime, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Conselho Nacional da Educação e também do MEC.

E eu estou, sim, encantada com a fala de vocês porque eu tive a oportunidade, no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, de acompanhar um pouco a Comissão de Direitos Humanos. Mas, naquele momento que começamos a acompanhar, as pessoas que faziam parte da Comissão não tinham essa clareza da amplitude, da importância de falar e discutir a questão da educação em direitos humanos. Nós estávamos ainda tateando nessa discussão. E num passado muito recente, de um ano e pouco atrás.

Hoje vejo vocês falando sobre isso. E, agora cedo, tive acesso a um texto, fruto de material disponibilizado por vocês no *site* da Secretaria de Direitos Humanos. Inclusive a Senadora Marta teve acesso agora e ficou feliz e surpresa com o conteúdo do material e com a concepção que vocês trazem. Ele vai servir para nós como um instrumento importante para nos subsidiar no debate e, claro que não só isso, mas outros materiais que, possivelmente, vocês têm para nos ajudar a subsidiar o debate.

Quando falamos em educação em direitos humanos, para mim fica muito claro que essa reflexão, essa discussão perpassa todos os espaços, não só o espaço formal de educação, que são as escolas municipais, as escolas estaduais, as escolas de ensino superior, mas também tantos outros espaços onde se fazem presentes pessoas da sociedade que precisam ter mais claro o que significa essa questão dos direitos humanos. Porque acredito que, embora estejamos superando isso, ainda há um grande preconceito por parte da sociedade do entendimento do que sejam direitos humanos.

Ouvimos ainda hoje que falar em direitos humanos é falar da defesa daqueles que cometem algum crime, alguma coisa que venha ferir a sociedade. Ainda há essa visão muito estreita, muito limitada, muito pequena do que sejam direitos humanos. Então, é preciso dar amplitude, é preciso disseminar essa ideia do que sejam de fato direitos humanos, inclusive por parte dos próprios gestores.

E eu vivenciei isso na semana passada, quando nós discutíamos a situação, no Estado do Espírito Santo, da manifestação dos estudantes pelo passe livre. Eles foram intimidados, foram coagidos numa manifestação pública de direitos humanos, numa manifestação pública pelo direito ao passe livre e outras reivindicações. E isso nós percebemos constantemente. Então, é preciso trabalhar esse conceito de direitos humanos com todas as pessoas.

Nós que somos parlamentares, de um modo geral, precisamos de nos apropriar dessa concepção, aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, nas câmaras legislativas estaduais, nas câmaras de vereadores. Precisamos trabalhar esse conceito de direitos humanos também nas escolas, conforme vocês estão dizendo, para os próprios professores terem essa compreensão dos direitos humanos, todos os educadores que não são somente os professores. Todos aqueles que lidam com a vida humana precisam ter clareza do que significa essa questão dos direitos humanos.

Olhando aqui um dos conceitos que vocês trazem nesse material, eu acho que isso está muito bem representado, o posicionamento e a atuação, que são características próprias dos sujeitos de direitos. Eu quero ler na íntegra – está entre aspas.

Gostaria de dizer que a formação de sujeitos de direitos significa, em primeiro lugar, que sujeitos de direitos não estão prontos e disponíveis; antes, estão em formação, em construção, o que reforça a noção de processo. Em segundo lugar, falar de sujeitos de direito é reconhecer a presença do ser humano como ser cuja dignidade é construção na e pela interação com outros sujeitos, visto que sujeitos não são unidades fechadas; são, antes, relação e, por isso, multidimensionais. São com os outros, nunca antes, depois, sobre ou sob os outros.

Então, eu acho que é um conceito extremamente importante.

O texto traz também alguns temas, na temática K: educação em direitos humanos e questões desafiantes. E aí vocês trazem uma série de temas muito importantes: justiça socioambiental e direitos humanos, direito humano ao meio ambiente sadio, educação ambiental e direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e direitos humanos, história africana e cultura afrobrasileira e direitos humanos, história e cultura indígena e direitos humanos, direito das crianças e adolescentes e direitos humanos, educação inclusiva, direito humano à memória e à verdade histórica, direitos da juventude e direitos humanos, direitos do idoso e direitos humanos, direitos das pessoas com deficiência e direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, direito das mulheres e direitos humanos, acesso à justiça e direitos humanos, desenvolvimento e direitos humanos, diversidade e direitos humanos, democracia e direitos humanos, participação e controle e direitos humanos, identidade de gênero e direitos humanos, orientação sexual e direitos humanos, ensino religioso e direitos humanos, liberdade religiosa e direitos humanos, direito à saúde como direito humano, bioética e direitos humanos, interculturalidade, quer dizer, a cultura e direitos humanos, democratização da comunicação, combate à violência, enfim, mediação de conflitos, combate à tortura, o controle externo da atividade policial, violência na escola, discriminação e *bullying,* culturas infantis e juvenis entre outros temas.

Na verdade, a questão dos direitos humanos é bem abrangente. Então, gostaria de fazer uma pergunta aqui para vocês. Como o Ministério, o MEC, a Secretaria de Direitos Humanos, as entidades que aqui estão presentes, a Undime, o Gajop, enfim, o Conselho Nacional de Educação, como nós, parlamentares, poderemos colaborar para que esse Conselho de Direitos Humanos possa ser mais amplamente possível conhecido por toda a nossa sociedade? Gostaria de conhecer a opinião de vocês. Temos a nossa opinião, temos o nosso entendimento, mas gostaríamos de também ouvir a opinião de vocês com relação a isso.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESDIENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Vou, então, aproveitar e passar para os expositores para suas considerações finais, mas peço brevidade, porque estamos aqui no limite do limite.

Dou a palavra ao representante do Gajop, Dr. Manoel Moraes, para que ele faça as suas considerações. Preciso de uma licença rápida aqui.

O SR. MANOEL MORAES – Eu queria agradecer a provocação da Senadora Ana porque, de fato, o que nós queremos, é exatamente isso.

Estamos, agora, numa fase de mobilização. Então, se tivermos o Senado nos Estados, mobilizando os atores políticos do Estado, nós teremos possibilidade de adesão, porque o instrumento depende da adesão do Secretário na correspondência dos dados, porque ele vai ser solicitado. Então, temos a parceria da Undime, da sociedade civil através das redes, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, a Plataforma Dhesca. Mas, a presença do Senado daria uma força significativa na capacidade de mobilização.

Imaginem a Senadora, em Vitória, convocando os secretários para um diálogo com a Undime, e nós podendo discutir. Porque vejam, a pesquisa, a nosso ver, é um grande espaço de debate. A pesquisa, para além dos resultados, possibilitará fazer esse debate com os secretários, com os gestores municipais, ampliando com eles a discussão sobre direitos humanos. Esse, para nós, é o grande objetivo estratégico e, com certeza, o MEC, a Secretaria de Direitos Humanos compartilha dessa mesma opinião. Ou seja, nós temos a possibilidade, o Conselho Nacional, de, por meio da pesquisa, travar um debate nacional.

Por último, agradeço a oportunidade de também registrar, e não poderíamos esquecer o Professor Heráclito Fortes, que foi, também, à época, uma figura que, na representação da Coordenação da Educação do Ministério de Direitos Humanos, um formulador e permitiu essa construção.

Então, quero também registrar o reconhecimento ao Professor Heráclito Fortes que foi, também, uma pessoa que idealizou construir conosco essa possibilidade da pesquisa.

Agradeço, portanto, esse espaço ao Senador Humberto Costa, falando em nome do gabinete da Assessoria Jurídica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa Bloco/PT – PE) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom dia, meu Presidente Humberto; bom dia a todos; bom dia a minha querida Senadora Ana Rita e a todos os presentes.

Presidente, quero fazer aqui um breve relato. Estamos tratando do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Vejo que não há como tratar de um assunto de tamanha relevância como este sem falar do nosso querido professor. Porque é ele que está lá na ponta, é ele que vai executar todo esse projeto.

Percebo, ao longo dos anos, que há três categorias em nosso País, que formam o sustentáculo da nossa Nação: o professor; o militar, que é o soldado, o policial; e o médico. São essas três categorias que representam hoje a nossa sociedade e que não são valorizadas.

No caso, aqui, em tese, o nosso professor precisa, principalmente o nosso professor do Norte, em especial do Tocantins, com o qual convivo há muitos anos, ser valorizado. Se não valorizarmos esse professor, não vamos chegar a lugar algum. Valorizar, reciclar e capacitar esse professor seria uma primeira colocação que eu queria fazer, meu Presidente.

Segundo, parabenizar o Sr. Manoel Moraes, a Srª Ana Paula por essa pesquisa, que eu percebi que é de grande valia para a criação de uma estratégia verdadeiramente eficaz.

Trouxe um assunto que gostaria de colocá-lo aqui na Comissão.

No final da semana passada, meu caro Presidente, tive o privilégio de visitar algumas Apaes do meu Estado Tocantins. Fiquei estarrecido pela forma com que as nossas crianças especiais estão, hoje, sendo tratadas dentro da Apae. Tive algumas informações sobre as quais gostaria de fazer, aqui, duas perguntas.

A primeira pergunta: é verdadeiro que o Governo pretende inserir essas crianças especiais na rede pública? Eu gostaria de saber, porque eu não sabia nada sobre o assunto e fui informado disso.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer: uma vez essas crianças inseridas na rede pública – e quero colocar aqui que eu que sou contra qualquer preconceito –, será que elas irão sofrer preconceito perante as outras crianças?

Presidente, voltando à história das Apaes, quero dar um exemplo. Em Gurupi, no Tocantins, a Apae assiste 150 crianças, e o governo repassa para manutenção delas R$6,5 mil por mês. E ainda há uma perspectiva de redução de 30% no repasse dessa verba. Fiquei estarrecido e não poderia deixar de trazer o fato para esta Comissão.

Ouvi, atentamente, a fala da nossa querida Senadora Marta Suplicy sobre sexualidade e gostaria de saber se essa pesquisa se preocupa com as campanhas sociais. Por exemplo, a campanha anti-homofobia, que teve uma enorme repercussão nos últimos dias. Também gostaria de saber se a sociedade será consultada quando pesquisas como essas forem acontecer. Comissões de estudos serão formadas para discutir o assunto? Como o MEC tratará desse assunto doravante? Eu gostaria de ter essas respostas, meu Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço ao Senador Ataídes Oliveira. Vou dar sequência aqui aos expositores para as suas considerações finais e peço que respondam, em suas considerações, as indagações feitas pelos Senadores, por obséquio.

Convido a Drª Lúcia Camini, Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, que representa a Ministra Maria do Rosário.

A SRA. LÚCIA CAMINI – Bem, eu gostaria de agradecer a participação dos Senadores e as questões aqui colocadas, entendendo que este é um debate necessário e urgente, que deve ser feito com toda a sociedade. Nós temos que recolocar a temática "direitos humanos" como uma questão fundamental, pois, se não tivermos direitos humanos respeitados, não podemos dizer que temos democracia no nosso País.

A Senadora enfocou e destacou: nós decidimos colocar os conteúdos referenciais já construídos e que foram fruto de todo esse debate na elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, para que as entidades, as organizações sociais, os educadores possam ter uma referência. Porque às vezes as pessoas dizem: "não sabemos por onde começar a discutir direitos humanos". Então, nós disponibilizamos na página da Secretaria. Que bom que os Senadores já tiveram acesso!

Nesse sentido, respondendo a sua questão, a Ministra Maria do Rosário tem dito que temos que voltar a formar ativistas, defensores e promotores de direitos humanos; disseminar isso na sociedade. Ela tem pedido ajuda por onde tem estado, nos espaços que tem ocupado. A atual Presidente da República, que foi Ministra, afirmou que este nosso *slogan* "País desenvolvido é país sem miséria" exige que trabalhemos com essas populações que estão tendo acesso ao consumo por conta das políticas desenvolvidas, por conta de o nosso País estar em um processo de desenvolvimento e incluindo mais pessoas no acesso aos bens de consumo. Para que essas pessoas tam-

bém tenham educação em direitos humanos, para que não protagonizem os mesmos valores do consumismo, preocupando-se apenas com o ter, porque, senão, vamos continuar tendo uma sociedade excludente, uma sociedade violenta, mesmo com melhores condições de vida.

O nosso papel aqui é convocar, pedir a esta Casa que nos ajude, como figuras públicas que são V. Exªs, no sentido de ajudar a combater o preconceito, a discriminação, toda forma de violação dos direitos humanos e, acima de tudo, que sejam protagonistas e promotores dos direitos humanos. Penso que quem exerce uma função política, uma função pública também é educador.

As outras questões, vou deixar para o Ministério da Educação responder, porque não são diretamente afetas a nós, à Secretaria de Direitos Humanos, entre eles, o financiamento das Apaes e a inclusão das crianças portadoras de deficiência nas redes formais.

Agradeço também pelo espaço concedido. Que, mais vezes, possamos promover encontros como este, para discutir a educação em direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bem, eu queria agradecer a todos. Vou precisar retirar-me para presidir uma reunião da Subcomissão da Saúde, da CAS, em que teremos um debate sobre Políticas de Urgência e Emergência. Portanto, passo a Presidência da Mesa à nossa Vice-Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita.

Desculpo-me, mais uma vez, mas tenho que ir lá, porque sou o Presidente da Subcomissão. Agradeço a importante contribuição que tivemos hoje de todas as instituições aqui presentes.

Agradeço a todos e a todas.

Passo a palavra à Drª Maria do Socorro Ferreira Maia, para que faça as suas considerações.

Obrigado.

A SRA. MARIA DO SOCORRO FERREIRA MAIA – Acredito que, para todos os participantes, este tenha sido um momento de muita importância, com a certeza de que estamos no caminho certo, buscando exatamente que as coisas aconteçam onde elas realmente acontecem e que esse universo de pesquisa nos permita superar os impedimentos a uma cultura de paz, de solidariedade e de cidadania. Foi esse o nosso objetivo de início, ao imaginar e ao discutir um trabalho desse tamanho.

Agradeço ao Senado, a esta Comissão, a todos os Senadores que se fizeram presentes aqui e a todas as instituições que estão sendo parceiras neste momento e que estão contribuindo para que essa pesquisa se efetive. Tenho a certeza de que a implementação dessa pesquisa nos ajudará a seguir esse caminho, principalmente, para uma cultura de paz.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos, então, à Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (Undime-PE), a Srª Maria do Socorro Ferreira Maia. Queremos dizer da nossa alegria e da nossa satisfação de contar com sua presença aqui.

Agora, passo a palavra ao representante do Conselho Nacional de Educação, Professor Dr. Raimundo Feitosa.

O SR. RAIMUNDO MOACIR FEITOSA – Já nos cumprimentos, eu queria, com a permissão da Presidente, fazer uma correção: na verdade, sou professor mestre, mas colocaram o título de doutor. Eu não queria sair daqui sem fazer essa referência.

Eu também queria dizer que fiquei muito contente com a audiência pública. Com certeza, vou levar o relatório ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, que estou aqui representando, sobre a pesquisa. Temos o costume de fazer reuniões nas quintas-feiras em todo início de mês, quando acontecem as reuniões ordinárias do Conselho, e ali se abre espaço para a apresentação de coisas tão relevantes como essas. Vou levar ao Presidente essa ideia, diante da importância que tem a pesquisa, e até a possibilidade concreta de estabelecermos uma parceria mais adequada para o processo de construção das próprias diretrizes.

Em relação à pergunta da Senadora, quero dizer que é motivo de grande alegria ver que o Senado, a partir de sua colocação, está disposto a andar conosco nessa parceria. Também vou comunicar isso ao Presidente do Conselho. Vamos ter o cuidado de informar sistematicamente o andamento do processo de elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos. Também vou falar para ele sobre a possibilidade de conversarmos. Recentemente, o Conselho realizou um grande seminário, e os parlamentares lá falaram sobre o Plano Nacional de Educação. Dessa forma, podemos trabalhar. Acho que isso é fundamental até para que as diretrizes fiquem legitimadas quando forem elaboradas. É uma matéria extremamente delicada, sensível, que precisa, mais do que qualquer uma das diretrizes, de uma atuação mais geral do ponto de vista nacional, na nossa compreensão.

Em relação às ponderações do Senador, eu gostaria de lembrar que, em todas as nossas diretrizes, nós colocamos, como um dos itens fundamentais do parecer e um dos artigos fundamentais da diretriz, a formação e a valorização do professor. E, por isso, inclusive, o Conselho já elaborou as diretrizes nacionais da carreira do Magistério, sempre preocupado com a valorização, a construção e a implementação dos pla-

nos de carreira em nível nacional dos sistemas púbicos de um modo geral.

Em relação à questão das Apaes, eu também não tenho qualificação para responder à altura, pois se trata de mais uma questão inerente ao MEC. Todavia, eu gostaria de emitir uma opinião sobre a sua segunda pergunta.

Eu fui Secretário de Educação de São Luís do Maranhão, onde implementamos uma política de educação muito interessante, ampliamos a inclusão de crianças, jovens e adultos nas classes regulares. E foi uma surpresa extremamente agradável: as crianças não têm a iniciativa de ter preconceitos contra aqueles que são diferentes. Assim, elas se tornam muito mais humanas e passam a conviver muito melhor sabendo da diversidade, da diferença de cada um, ainda mais do que nós podemos imaginar, basta que tenhamos uma qualificada proposta político-pedagógica, um projeto político-pedagógico adequado, um adequado sistema de organização do próprio sistema nessas classes regulares e também nas salas de recursos. E isso é um ganho extraordinário para toda criança, para todo cidadão que está vivendo essa escolaridade naquele momento.

Por fim, quero agradecer a todos e dizer que, lá no Conselho, estamos inteiramente à disposição, Manoel, da pesquisa, do Parlamento, para atendermos na hora em que formos solicitados, para trabalharmos juntos, em parceria, de fato pactuando aquilo que é de interesse nacional – e essa é uma questão da maior relevância para o País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, professor.

Vamos ouvir agora a Srª Ana Paula, do Gajop.

A SRA. ANA PAULA PORTELA – Queria agradecer as colocações aqui da plenária e agradecer também as questões.

Para nós, este é um momento de muita relevância e, de fato, é um momento inicial desse processo de articulação que pretendemos manter durante toda a pesquisa e, especialmente, após a pesquisa.

Penso que, diretamente para nós, veio apenas a pergunta do Senador, que se articula um pouco com a colocação final feita pela Senadora. Ou seja, como é que, afinal, nós podemos usar os resultados da pesquisa até mesmo para fazer com que eles se transformem em ações efetivas?

Eu só queria lembrar que, apesar de estar sendo executada pelo Gajop, essa é uma pesquisa do Governo brasileiro. Então, é uma pesquisa da Secretaria de Educação e Direitos Humanos, apoiada pelo Ministério da Educação. Assim, os dados dessa pesquisa, bem como todo o seu processo de levantamento, são dados públicos. A pesquisa busca identificar e investigar as diversidades da sociedade brasileira no que se refere à questão específica da educação e dos direitos humanos. Mas os resultados dessa pesquisa, de fato, pertencem a esta Casa também, como pertencem ao Conselho Nacional de educação, como pertencem ao Executivo. Então, o que será feito deles dependerá da nossa capacidade de articulação e de debate em torno dos resultados que vamos apresentar.

Como representante do Gajop, assumimos o compromisso público, evidentemente, de disseminar o máximo possível os resultados da pesquisa e estamos à disposição para debater, para conversar em qualquer momento do processo da pesquisa. Então, a partir de agora, o Gajop está de portas abertas para qualquer questão que lhes pareça relevante no que se refere ao trabalho da pesquisa.

Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade e obrigada aos que aqui se fizeram presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Srª Ana Paula.

Nós estamos ansiosos para colhermos os resultados dessa pesquisa e, com certeza, teremos um outro momento aqui para que vocês possam retornar e trazer os resultados. Acho que isso vai ser muito bom.

Então, esta Comissão se coloca à disposição de vocês para repercutir o resultado da pesquisa e, além disso, para dar publicidade à importância dessa pesquisa, a partir de agora, nos Estados e Municípios.

Vamos passar a palavra para a representante do MEC, a Srª Lêda Gomes.

A SRA. LÊDA GOMES – Gostaria de também concordar com as palavras do Prof. Feitosa quando coloca que a senhora foi muito feliz ao nos perguntar como o Senado pode continuar contribuindo. Eu também fico muito feliz com a sua proposta e acho que é muito interessante o Legislativo trabalhar essa articulação com os Executivos. E sugiro, de um ponto de vista bem objetivo, que ainda este ano continuemos com o ciclo de palestras sobre a temática, o Ministério da Educação com a Secretaria de Direitos Humanos e o Senado. E que o resultado dessas palestras seja socializado a partir de um documento informativo, de um boletim, de um instrumento que chegue à sociedade por meio da Rádio Senado, por meio da Rádio MEC, enfim, que ampliemos os canais de comunicação.

O SR. MANOEL MORAES *(Fora do microfone.)* – Complementando a proposta do MEC, nós podemos, inclusive, usar esses debates com as primeiras amostragens que foram coletadas, os primeiros resultados coletados. Isso seria extraordinário, porque teríamos, a partir da TV Senado, possibilidade de divulgar a pesqui-

sa e, com esses debates viabilizados pela Secretaria e o MEC, nós poderíamos fazer intervenções dos dados preliminares. Seria superinteressante para todos nós.

A SRA. **LÊDA GOMES** – E nós nos colocamos à disposição para contribuir na organização.

O Senador Ataídes pergunta sobre algumas questões da pesquisa. A pesquisa não nasceu dentro do MEC. O MEC a está apoiando. Essa é uma pesquisa – até peço licença para esclarecer ao Manoel – que estamos apoiando, mas é uma iniciativa do Gajop.

O senhor perguntou sobre as questões da homofobia, se serão criadas as comissões e se a sociedade será ouvida. Acho que as perguntas são bastante interessantes, mas o MEC não foi o responsável pela elaboração da pesquisa. Enfim, nós nos colocamos à disposição para continuar contribuindo com os formulários e apoiando tecnicamente.

Agradeço o convite e, mais uma vez, desejo boa sorte a vocês. Nós agradecemos...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador. Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Primeiro, eu quero agradecer ao mestre Raimundo Feitosa pelas suas respostas, o que muito me satisfizeram. V. Sª me deixou contente quando disse que, em seu Estado, os garotos e garotas da Apae foram inseridos e muito bem recebidos na escola pública. Essa era uma grande preocupação, mas que doravante não mais terei, porque, se assim foi no seu Estado, imagino nos demais, porque o povo brasileiro é bastante hospitaleiro. Fiquei muito contente com a sua resposta em relação também aos nossos professores.

Agora, com relação à representante do MEC, a Srª Lêda, eu gostaria que, se possível, ficasse um pouco mais clara a sua posição, já que representa esse douto Ministério, em relação as minhas três perguntas. Diante desse quadro colocado, a sociedade será consultada à medida que as pesquisas forem sendo realizadas, como no caso da homofobia? As comissões de estudo serão formadas para discutir o assunto? Como o MEC tratará esse assunto doravante?

Eu gostaria muito de ter essas respostas. Se não for possível, paciência. Mas eu gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Ana Paula, você pode responder, por favor?

A SRA. ANA PAULA PORTELA – Posso.

Veja bem, o momento que foi apresentado aqui é o de levantamento dos dados. Então, o que nós consideramos é que, realmente, havia sujeitos que precisavam ser ouvidos com relação ao desenho dessa pesquisa e ao levantamento das informações. E quem seriam esses sujeitos? Os secretários municipais de educação, representados pela Undime, pela sua associação máxima nacional, e as redes de articulação de direitos humanos, que representam a sociedade civil nessa outra vertente. Então, esses dois conjuntos de sujeitos foram ouvidos, e vêm sendo ouvidos, ao longo do processo de pesquisa.

Evidentemente que, uma vez a pesquisa finalizada e os resultados em mãos, esse conjunto pode ser ampliado, e deve ser ampliado, como está sendo ampliado aqui com esta audiência. Então, com relação à escuta da sociedade, eu acho que a nossa resposta seria essa.

Com relação à formação de comissões, eu imagino que seja algo – posso estar entendendo errado – a ser feito após os resultados serem divulgados. Aí eu acho que cada instância do Governo brasileiro e da sociedade civil terá liberdade de trabalhar com essas informações como melhor lhe aprouver. Então, é evidente que sai da alçada da organização executora da pesquisa. Os resultados, como eu disse, são públicos.

Não sei se respondi à pergunta do Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas, nesse Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, não vai estar inserido, vocês não pensam em inserir essas três perguntas que eu acho muito inerentes ao nosso assunto aqui abordado?

A SRA. ANA PAULA PORTELA – Receio não estar entendendo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A minha preocupação é se essas minhas indagações, essas minhas preocupações vão estar inseridas nesse plano ora exposto.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, só um minutinho. Eu acho que está havendo talvez uma dificuldade de compreensão. Na verdade, os membros que estão aqui compondo esta Mesa não vieram aqui para fazer uma apresentação do Plano Nacional de Educação. Eles estão aqui expondo uma pesquisa que já está sendo feita e querem desta Casa a contribuição na divulgação, na mobilização, para que essa pesquisa possa atingir todos os Municípios brasileiros. Eu estou entendendo isso. Então, eles estão aqui para divulgar a pesquisa, não estão aqui fazendo um debate sobre o Plano Nacional de Educação, que estou entendendo ser a sua preocupação.

Nós poderemos, Senador, num outro momento, fazer uma audiência específica sobre o Plano Nacional de Educação. Entendo que há pontos do plano que o senhor queira aprofundar um pouco mais, mas o objetivo desta audiência de hoje é justamente dar publicidade à iniciativa de se fazer uma pesquisa e, para que ela seja, de fato, eficiente e tenha um resultado satisfató-

rio, é preciso que os Estados e Municípios recebam essa pesquisa de bom gosto, para que ela possa ser aplicada em todos Estados e Municípios brasileiros, respondendo às questões que levanta.

Então, é muito mais no sentido de buscar esta Casa como parceira, no sentido de contribuir no processo de divulgação e de entendimento por parte dos gestores municipais, estaduais e do próprio movimento de educação em direitos humanos, que possa acolher a importância dessa pesquisa e contribuir para que ela seja, de fato, aplicada.

É isso que estou entendendo. Talvez não seja este o momento adequado para dirimir a preocupação do senhor. Num outro momento, poderemos fazer esse debate. Não sei se eu respondi a V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – O.k., minha Presidente. Fiquei satisfeito. Mas eu gostaria, *a priori*, que os nossos palestrantes aqui levassem essas minhas indagações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos. Com certeza, eles estão acolhendo as indagações do senhor.

Você pediu a palavra? Por favor, diga seu nome.

O SR. BETINHO JOSÉ – Meu nome é Betinho José, sou representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que está nesse movimento do PNE. Criamos um movimento chamado "PNE Pra Valer". Inclusive as emendas estão em tramitação aí.

Acho que a Casa pode ajudar a perspectiva de mobilizar e discutir o Plano Nacional de Educação, que está mobilizando a sociedade civil e também todo o Brasil. E essas questões de financiamento da Apae, da educação especial, de educação infantil são tratadas dentro do Plano Nacional que está aí tramitando, que é um projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O senhor também gostaria de se manifestar?

O SR. MANOEL MORAES – É apenas para dizer do encaminhamento desta audiência, do acolhimento que tivemos, Senadora Ana. Talvez haja a possibilidade de que os instrumentos de divulgação, como a TV Senado, produzam um mecanismo de divulgação da pesquisa, como anunciar: "de tanto a tanto, preencha as informações que você receberá pela Undime". Esse anúncio, para nós, seria superinteressante porque é um mecanismo de divulgação fundamental que o próprio Estado tem e que nós poderíamos disponibilizar junto com a Secretaria de Direitos Humanos. Certamente, essa Secretaria tem uma comunicação eficiente, e poderia ser produzida uma peça de comunicação. Isso não está previsto na pesquisa. Isso precisa ser feito a partir dos parceiros e da construção que nós tenhamos de divulgação desse instrumento. Porque, se não for divulgado, Senadora, temo que a pesquisa possa não ter adesões. E, não tendo adesões, teremos resultados pequenos para a relevância que colocamos nesta manhã.

Então, é muito importante, Senadora – caso a senhora possa –, levar isso junto com o Senador Humberto Costa, naturalmente, e os demais Senadores da Casa.

Obrigado.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Manoel.

Há outro senhor que pediu a palavra.

Após a fala do senhor, vamos encerrar aqui.

O SR. GILSON CARDOSO – Sou o Gilson Cardoso, carioca e, hoje, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, pelo menos até abril do próximo ano.

Quero parabenizar o Gajop, na figura do Manoel aqui, e parabenizar também o Senado, por intermédio do Senador Humberto Costa, da Senadora Ana Rita, como também o pessoal do MEC. Além disso, gostaria de parabenizar bastante a Secretaria de Direitos Humanos, que está junto nessa luta. Acho que isso seria interessante para nós.

E gostaria de colocar junto, Manoel, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, do qual o Gajop faz parte, nesse momento da pesquisa. Claro que não só o MNDH, mas acho que há outras redes que poderão estar junto, como a Plataforma Dhesca, como a própria Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), como o próprio fórum de entidades; mas, nós, do MNDH, que temos uma capilaridade em nível nacional, estamos presentes em todos os Estados do Brasil, queremos nos colocar mesmo à disposição. Este momento é um momento importante, mas a gente quer se colocar também depois do resultado, para se definir o que se pode fazer com isso.

E o que estou achando sensacional é que estamos convergindo muito nessa ideia da educação em direitos humanos. Quero dizer a vocês, sinceramente – não é nenhum discurso objetivo –, que sou daqueles que acreditam que a alternativa para o Brasil e para o mundo é de direitos humanos. Eu acho uma alternativa profunda e inclusive ideológica. Sei que, na minha ingenuidade, coloco isso para vocês, eu acredito nessa questão da educação em direitos humanos. E eu queria só colocar a observação de que ela não se dá apenas nas escolas: as escolas têm de ter toda uma relação com a comunidade. Acho que, quando vocês falam do preconceito, do *bullying*, por exemplo, não é uma questão de escola, como a televisão está colocando. Aí se fica penalizando a escola, penalizando o professor. Não é nada disso! Isso está lá na comunidade

também. O preconceito está onde esse menino está, seja na família, seja na comunidade, seja na escola. A escola não pode ser penalizada. Ela, sim, deve ser um ambiente saudável e de formação também, porque a educação se dá em todas as partes, inclusive está se dando aqui agora, todas as vezes em que a gente faz uma audiência pública destas.

Então, estão todos de parabéns, e a gente se coloca à disposição.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Agradecemos, então, ao representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos pela sua fala.

Penso que poderíamos encaminhar da seguinte forma: acolhendo a sugestão do Manoel, penso que esta Casa tem um espaço muito importante de divulgação de todas as ações, de todas as atividades que acontecem aqui.

Por exemplo, esta reunião aqui hoje, esta audiência publica, está indo para o ar. Então, as pessoas estão nos ouvindo neste momento, e depois esta audiência vai ser reprisada mais à tarde, mais à noite. Este já é um espaço de divulgação. Mas, independentemente disso, o que o poderemos fazer?

Acho que é possível dialogarmos com a Comunicação aqui do Senado, para que ela possa colocar toda a estrutura do Senado à disposição de vocês, para que vocês possam ter as mais variadas oportunidades de fazer a divulgação dessa importante pesquisa. Então, nós temos a TV Senado, a Rádio Senado, temos o *site* do Senado, o *Jornal do Senado*. Ou seja, há instrumentos importantes nesta Casa que podem, acredito, colocar-se à disposição de vocês. Para isso, precisamos agendar um momento de conversa com a equipe de comunicação, com a assessoria de comunicação aqui do Senado. E eu me proponho a fazer essa intermediação, se vocês assim o desejarem.

Outra maneira também de divulgarmos essa pesquisa, essa conversa, esse diálogo que fizemos aqui hoje é repercutindo isso do plenário do Senado. Poderemos, nas nossas falas, nos nossos discursos, incluir uma fala no sentido de darmos publicidade a esta audiência de hoje. Além disso, eu, particularmente, como Senadora, quero me colocar à disposição.

Ouvi, mais cedo, a Senadora Marta, que disse que este é um tema que também lhe interessa muito. Vocês poderão, então, ter a Senadora Marta como uma grande parceira; poderão ter, com certeza, o Presidente desta Comissão, o Senador Paim, como um grande parceiro. Inclusive, ele tem alguns instrumentos importantes de comunicação. E há outros membros que compõem esta Comissão, como o Senador Wellington Dias e Senadora Ângela Portela, que têm compromissos com essa causa. Assim, vocês poderão ter, depois, um diálogo, com esse Senador e com essa Senadora, para que possam também abrir outros espaços de divulgação. Mas, no meu caso, temos um *site*, que é o *site* do mandato, que posso destinar a essa causa, fazendo uma matéria, um artigo, divulgando isso, em comum acordo com vocês.

Quero, juntamente com nossa assessoria, que está aqui representada por três pessoas, discutir a possibilidade de fazermos um evento no Estado, envolvendo o governo do Estado, a Secretaria Estadual dos Direitos Humanos e Cidadania, envolvendo as Secretarias Municipais, particularmente a Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória, nossa capital. Pretendemos envolver ainda as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, para que possamos fazer um bom debate no Estado. Acho que estamos nos preparando para fazer a discussão sobre o Plano Nacional de Educação, que deveria acontecer no mês de junho, mas que, por conflito de agenda, foi adiado para o início de agosto no Estado do Espírito Santo.

Paralelamente a isso, em outro momento que não seja muito longe, faremos um debate específico sobre a questão da educação e direitos humanos, inclusive em pareceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, envolvendo nossos parlamentares, envolvendo vereadores. Enfim, penso que é possível fazermos um grande debate, comprometendo vários atores do Estado. Isso é possível, faço-o com muito prazer porque essa é uma área em que também tenho uma militância não muito intensa, devido ao nosso tempo, que é exíguo, mas sempre tive uma relação muito grande com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Na medida do possível, sempre estou presente nas atividades, nos eventos do Estado. Temos muitos parceiros, temos um terreno bastante fértil, com pessoas que têm compromissos, que têm sensibilidade e que querem contribuir. Podemos dar essa grande contribuição, que, acredito, será bom para vocês, mas muito bom para nós e, muito mais ainda, para o nosso povo, que tanto precisa.

Acredito muito em que, por intermédio da educação, de uma nova consciência, possamos, de fato, construir um Brasil melhor. É a justiça social. Precisamos construir uma sociedade em haja fraternidade, respeito mútuo. Estamos perdendo muitos valores humanos. Precisamos recuperar valores humanos. Queremos, de fato, enfrentar a violência e construir uma sociedade de paz; precisamos fortalecer valores que essa sociedade está perdendo. Fico muito feliz com a fala de vocês, porque é uma oportunidade de recuperar valores de respeito humano, em que sejam

respeitadas diferenças sociais, em que preconceitos sejam superados, de fato. Somos uma sociedade extremamente preconceituosa.

Nós – e eu me incluo – somos extremamente preconceituosos e muitas vezes não nos damos conta disso. Precisamos combater o preconceito. Precisamos superar essa questão. E entendo que superar o preconceito pressupõe trabalhar outros valores, tais como o respeito ao outro, na sua diversidade, nas suas diferenças. Se não tivermos essa capacidade de respeito a outras pessoas, nunca vamos construir uma sociedade verdadeiramente justa. Na minha opinião, esse é o caminho, esse é um dos caminhos entre os mais importantes.

Então, quero colocar-me à disposição nesse sentido. Quero ainda agradecer a presença de vocês.

Manoel, você gostaria de falar mais um pouco?

O SR. MANOEL MORAES – Quero apenas agradecer todos os encaminhamentos e dizer que a comunicação certamente deve envolver o diálogo com o Ministério dos Direitos Humanos, porque a pesquisa, como disse a Ana Paula – e é verdade – é da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Então, na verdade, teríamos que fazer uma triangulação, dialogar com a Secretaria, que deve ter a sua proposta de divulgação, e nós, claro, com subsídios relevantes.

Quero muito agradecer à Srª Senadora e à Casa porque acreditamos nisso. Quer dizer, nesse lugar da sociedade civil e nesta Casa, que é o lugar mais alto da democracia brasileira e, certamente, a pesquisa contribuirá para esse debate.

Muito obrigado, Senadora, pelos encaminhamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigado, Manoel.

Pergunto se alguém da Mesa ainda gostaria de fazer alguma colocação, porque estamos prestes a encerrar.

Quero, então, agradecer a presença de todas e de todos que aqui estão; agradecer muito a presença de toda a Mesa. E faço questão de reforçar quem está aqui: a Lúcia Camini, Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos da Presidência da República; a Maria do Socorro Fereira Maia, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais do Estado de Pernambuco; o Manoel, que é o Coordenador Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, o Gajop; o Professor Raimundo Moacir Feitosa, que é conselheiro do Conselho Nacional de Educação; a Ana Paula, do Gajop, e também a Lêda Gomes, que está aqui representando o MEC, Ministério da Educação.

Muito obrigada a todos vocês.

Declaro encerrada a presente reunião e convoco a próxima para o dia e hora regimental.

Muito obrigada a todos.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 16 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Wellington Dias, João Pedro, Vicentinho Alves, Pedro Simon, Eduardo Amorim, Paulo Davim e Randolfe Rodrigues.** Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita justificam suas ausências. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 35, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 31/03/11, **intitulada "Poesia e os Direitos Humanos", em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, 14 de março.** Convidados: Luiz Carlos Cerqueira, Presidente da Casa do Poeta; Professor Adison Amaral, Poeta e Presidente da Academia de Trovadores e Ex-Presidente da Academia Maçônica de Letras; Professor Gustavo Dourado, Poeta Cordelista, Presidente da Academia de Letras de Taguatinga e Ex-Presidente do Sindicato dos Escritores do DF, em representação ao Senhor Adirson Vasconcelos, Poeta e Escritor; Alcinéia Cavalcante, Poeta, filha do Poeta Amapaense Alcy Araújo; Nida Chalegre, Poeta e Escritora; Luiz Amorim, Responsável pela ONG – Açougue Cultural T-Bone; José Peixoto Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Escritores; Stella Rodopoulas, Escritora; e Thiago de Mello, Poeta. O Senhor Presidente franqueia a palavra para algumas pessoas presentes no plenário da Comissão. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Vicentinho Alves, João Pedro, Randolfe Rodrigues, Paulo Davim e Pedro Simon. Também faz uso da palavra a Deputada Federal Fátima Pelaes do Estado do Amapá, PMDB. É feito o encaminhamento no sentido de regulamentar a profissão de Escritor e fica acordado que os próprios poetas irão apresentar a sugestão na Comissão. É entregue pela Senhora Stella Rodopoulas, escritora e autora ao Senador Paulo Paim,

para constar da Biblioteca do Senado Federal, uma coleção de livros de poesia infanto juvenil. O Senador Presidente também anuncia que fará uma proposição de lei para que seja considerado o mês de Março, o dia da Poesia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares,** a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, está aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A audiência pública de hoje foi de nossa iniciativa e de outros Srs. Senadores, baseada no Requerimento nº 35, de 2011-CDH, aprovado em 31/03/2011, intitulado "Poesia e os Direitos Humanos", numa homenagem a todos os poetas brasileiros.

Lembramos que o Dia Nacional da Poesia é 14 de março, para alegria, talvez, mais do meu pai e da minha mãe, porque, do resto, não sei. Faço aniversário no dia 15 de março. Então, nasci um dia depois do dia 14 de março, que é o dia da poesia.

Com alegria, convidamos para esta audiência pública – e todos aqui, convidados, sabem do carinho, enfim, da visão que todos temos dele – o grande Thiago de Mello; eu diria poeta sem fronteira, poeta do mundo. E todos os convidados são grandes escritores, poetas, pessoas que têm muito a dizer na visão de políticas de direitos humanos.

Quando falo em direitos humanos, quando falo em política de direitos humanos, olho para o meio ambiente, olho para o conjunto do planeta, olho para a vida. Vocês, poetas, e os metidos a serem poetas, que nem eu, porque escrevi alguns livrinhos de poesia, mas para gasto interno... Acho que quem leu os livrinhos fui eu e meus filhos. Mas sou fã da poesia.

Quando falo a palavra "poeta", é como seu falasse a palavra "amor", como se eu falasse a palavra "liberdade", é como seu falasse as palavras "alegria", "felicidade". Para mim, as palavras "poesia" e "poeta" têm certa magia. Por isso, é com enorme alegria que estou presidindo esta reunião.

Eu gostaria de chamar para a Mesa o nosso Thiago de Mello. Aí vou ler algumas coisinhas sobre ele.

Uma salva de palmas para o nosso poeta sem fronteira, Thiago de Mello.

(*Palmas*.)

Se os senhores concordarem, vamos montar nossa Mesa da seguinte forma: o Thiago de Mello continua aqui, de forma permanente, e nossos convidados vão se revezando, já que são diversos.

Já está presente o Sr. Luiz Carlos Cerqueira, Presidente da Casa do Poeta. Eu já convidaria para a Mesa o Sr. Luiz Carlos Cerqueira, Presidente da Casa do Poeta. Os outros convidados já se encontram aqui. Eu pediria que se sentassem aqui, na primeira fila, e nós vamos falando.

O nosso convidado especial no dia de hoje, que é o nosso Thiago de Mello, usará a palavra no momento em que entender mais adequado: se é agora, se é no meio, se quer ouvir um pouco. Quer fazer o encerramento, não é? Então, fará o encerramento.

Vou fazer uma pequena leitura, que tomei a liberdade de escrever, sobre este momento. Depois, cada um dos nossos convidados vai vir à mesa para falar sobre direitos humanos e poesia.

Já agradeço a presença conosco do Senador Vicentinho Alves, Senador sempre presente, um apaixonado também por direitos humanos, por meio ambiente, e tem um trabalho muito bonito com a comunidade indígena. Muito poucos são os Parlamentares que se dedicam a esse tema.

Mas deixem-me falar um pouco sobre esta reunião de hoje.

Meus amigos e minhas amigas, abrimos esta reunião lembrando a importância da poesia e a importância, naturalmente, de política de direitos humanos.

Lembro que o Dia Nacional da Poesia é 14 de março. Coube ao mês do meio ambiente, da natureza, da reflexão por um mundo melhor para as futuras e presentes gerações a conciliação da agenda dos nossos poetas neste encontro de hoje; hoje, principalmente, do poeta, do meio ambiente e dos direitos humanos. O nosso homenageado especial, no dia de hoje, é o poeta, como digo, sem fronteira, Thiago de Mello.

Eu dizia antes e vou repetir – porque escrevi ontem este texto e quase o improvisei aqui – que os poetas possuem o dom de ensinar de forma mágica e de transformar o som das palavras em versos. O poeta tem a força de saber falar com cumplicidade. O poeta fala com sentimento, fala com emoção tudo o que se passa lá no fundo da nossa alma e do nosso coração, o que nós, simples mortais, porque não somos poetas, muitas vezes não conseguimos transformar no nosso linguajar.

Lembro aqui: a Unesco, em 1999, decretou o dia 21 de março o Dia Mundial da Poesia. Esse dia foi

escolhido porque marca o início da primavera, lá no hemisfério norte. E programou o Dia Nacional da Poesia, no Brasil, 14 de março, em homenagem à data de nascimento do poeta brasileiro Castro Alves, 1847, negro, abolicionista, um visionário dos direitos humanos que pensava além do seu tempo.

Eu dizia antes, no improviso, Senador Vicentinho, que eu também me aventuro, algumas vezes, a discorrer sobre o papel. E eu mesmo digo: isso aqui é uma poesia. Nem todos que a leem dizem que é, mas eu digo que é.

Enfim, quando estou sentado na minha velha casa... E, lá no Rio Grande, a gente toma chimarrão. E chimarrão se toma de manhã, quando o sol vem surgindo no horizonte, e também à noite, quando a lua vem entrando. E, naturalmente, olhando para as estrelas, a gente toma o velho chimarrão.

Hoje, tendo aqui, ao meu lado, tantos poetas, tantas poetisas, tenho também a alegria de dizer que vocês norteiam um pouco a minha atuação. A minha atuação como Senador, como Deputado e, no início, como sindicalista, sempre foi olhando, com muito carinho e respeito, para a força da poesia, a força dos versos, a força daquilo que digo que vem da alma e do coração.

Enfim, pautamos nossas vidas na defesa dos homens, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos adultos, dos idosos, dos brancos, dos negros, dos índios, dos orientais, dos trabalhadores do campo e da cidade – o Senador João Pedro chega aqui, agora, e me diz que viria para cá, com muito carinho, porque ele também reconhece que esta é uma reunião especial; esse é o Senador João Pedro –, dos empreendedores, das pessoas com deficiência, da livre orientação sexual, da liberdade religiosa, dos idosos, dos aposentados ou não, enfim, de todos que são discriminados e excluídos. Pautamos esta vida na linha da rebeldia, da coragem e da ousadia. Para mim, esses termos aos quais me refiro, neste momento, são usados pelos poetas.

Posso dizer que os primeiros anos em que presidi esta reunião, há quatro anos, dediquei meu trabalho, durante dois anos, a Thiago de Mello, não é, Roberto? Dediquei ao Thiago de Mello meus dois anos. Inclusive, escrevi um pequeno livro, Thiago de Mello, em que dediquei meus primeiros dois anos a você. Só que ele ficou sabendo depois de eu ter feito aqui, na apresentação do meu trabalho e do meu livro, uma homenagem a ele por algo que foi uma das coisas mais lindas que li. E vou ler aqui. Vou ler aqui o que coloquei na apresentação do meu livro. Vou ler só as primeiras frases. Não se preocupem que não vou ler esse livro.

Quinta-feira. Passei os olhos pelo "Os Estatutos do Homem", o ato institucional permanente, escrito pelo grande poeta brasileiro Thiago de Mello, em abril de 1964, na cidade de Santiago do Chile.

Vale a pena lembrar o texto aqui, como reflexão. Vou ler só o Art. I:

> Fica decretado que agora vale a verdade.
> Agora vale a vida,
> e de mãos dadas,
> marcharemos todos pela vida verdadeira.

Isso é Thiago de Mello.

(*Palmas.*)

Eu vou entregar, neste momento, ao Thiago de Mello, este livro que escrevi, que, na verdade, é um diário de dois anos de trabalho: *O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil – Diário dos Direitos Humanos*, deste Senador. Eu dediquei os dois anos ao Thiago de Mello e, hoje, ele me deu esta alegria de trabalhar na sua agenda e estar aqui conosco.

(*Palmas*.)

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* Nós, poetas e bandidos, precisamos sonhar. Nós precisamos sonhar.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já que fizemos essa homenagem ao Thiago de Mello, e a TV Senado, naturalmente, transmite esta sessão para todo o Brasil, permito-me dizer para os que estão assistindo, também, à TV Senado, que esse jovem de alma e coração continua, aos 85 anos, percorrendo como um guri o Brasil de norte a sul e o mundo. Ele é incansável.

Segundo o **Jornal de Poesia:**

> Thiago de Mello é o nome literário de Amadeu Thiago de Mello, nascido em 30 de março de 1926, na pequenina cidade de Barreirinha [os senhores sabem muito bem], fincada à margem direita do Paraná do Ramos, braço mais comprido do rio Amazonas, no meio do pedaço mais verde do planeta: a Amazônia. O poeta, ainda criança, mudou-se para a capital, Manaus, onde iniciou seus primeiros estudos no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o segundo grau no então Gyminásio Pedro II. Concluído os estudos preliminares mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade Nacional de Medicina. Por lídima vocação, ou por tara compulsiva, como ele prefere, abraçou o ofício de poeta abandonando o curso de medicina para se entregar, por inteiro, ao difícil e duvidoso (em termos profissionais) caminho da arte poética. Vivia-se o glamour dos anos 50, num Rio de Janeiro capital do país, ditando para todo Brasil não

só as questões de cunho político, mas sobretudo, os eventos artísticos e acontecimentos da produção literária [e a busca permanente da liberdade e da igualdade].

Eu quero concluir, para passar a palavra aos Senadores.

Aqui, meu amigo Thiago, tem uma série de homenagens que eu pesquisei e a equipe pesquisou. Por exemplo: "Thiago de Mello é um poeta de verdade e, coisa rara no momento, tem o que dizer", escreveu Sérgio Milliet.

E, aqui, tem suas obras, seu trabalho, sua vida, que eu vou deixar nos Anais da Casa.

Termino dizendo que, para nós, defensores dos direitos humanos, para as famílias dos cinco continentes, os versos de "Os Estatutos do Homem", de Thiago de Mello, estão marcados para sempre na história da Humanidade e deveriam ser lidos, uma vez por mês, em todas as casas, nas igrejas, nas escolas, nas esquinas e nas praças. Se assim fosse feito, o mundo, com certeza, Thiago, seria bem melhor.

Enfim, termino dizendo o que você disse em *Os Estatutos do Homem*:

> Fica proibido o uso da palavra liberdade,
> *a qual será suprimida dos dicionários*
> *e do pântano enganoso das bocas.*
> *A partir deste instante*
> *a liberdade será algo vivo e transparente*
> *como um fogo ou um rio,*
> *e a sua morada será sempre*
> *o coração do homem*.

Grande Thiago de Mello, liberdade. Estão tatuados no meu peito e fazem parte do prefácio do livro *O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil*, o *Diário dos Direitos Humanos*, de Thiago de Mello.

Eu posso dizer, ao falar desses versos na presença de Thiago de Mello: Thiago, eu, quando leio a tua obra, sinto que, ali, qualquer militante pelos direitos humanos tem o direito de dizer: "Eu lutei, sim. Eu chorei, sim. Eu enfrentei, sim. Eu combati os torturadores, a ditadura e fui pela liberdade inspirado naquilo que você escreveu".

Pelos direitos sociais, pelo povo brasileiro, enfim, viva a ousadia, viva a coragem, viva a rebeldia que é dos poetas, vivam os direitos humanos, viva Thiago de Mello! (*Palmas*.)

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* Viva Thiago!

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A partir deste momento, meus amigos e minhas amigas, todos os poetas que estão aqui vão falar, e vão falar o que entenderem adequado para este momento. Nada, aqui, é pautado. Quem é metido a ser poeta, como eu, diz: "Eu falo aquilo que eu penso e pronto." Se gostaram ou não gostaram, não importa.

Eu digo, num poema que fiz, que o poeta é tão corajoso que alguém, quando a gente escreve algo, pode até pensar que é ridículo. O importante é que, para mim, não foi ridículo. Eu me senti satisfeito, eu me senti alegre, eu me senti feliz por escrever aquilo e dei o melhor de mim para quem fosse ler.

O poeta é um pouco disso tudo, permitam que eu diga isso.

No fim, eu vou ler, no encerramento, e está aqui neste meu livro – do qual vou dar uma cópia para os senhores –, o que chamo de cumplicidade política em poesia. Aqui, eu fiz um poema falando dos poetas, mas só o leio no final. Se ficarem bravos comigo, será na hora da saída e eu não apanharei.

Então, neste momento, meus amigos, como sempre fazemos na Comissão, além dos poetas usarem a palavra, os Senadores usarão a palavra no momento que eles entenderem mais adequado.

Eu tenho certeza de que eles estão, ali, loucos para falar.

Então, Senador Vicentinho Alves, o louco, aqui, é o louco de poeta. Hoje, aqui, vale.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente. Saúdo V. Exª; saúdo o Senador Randolfe, do Amapá, brilhante Senador; saúdo o Senador João Pedro, do Amazonas, que também nos prestigia e ao ilustre conterrâneo; saúdo o presidente da Casa do Poeta, Sr. Luiz Carlos, estendendo aos demais; e o grande homenageado, nosso ilustre poeta Thiago de Mello.

Senador Presidente Paulo Paim, eu venho também do norte. Eu venho de Porto Nacional, cidade centenária às margens do nosso Tocantins, berço cultural, inclusive, do então norte goiano – cidade mais ou menos da mesma fase de Goiás Velho, de Arraias, enfim, com quase 300 anos. Quer dizer, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com o espírito de Cora Coralina.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Cora Coralina.

Porto Nacional vem de Porto Real, quando ainda era época de Reinado. Depois, Porto Imperial, quando passamos ao Império, e, quando à República, Porto Nacional.

Com isso, eu quero dizer que a nossa cidade é, assim, um palco, um caldeirão de poetas, de poetisas, de cancioneiros. Tivemos a felicidade, também, de misturar toda aquela cultura nativa com os nossos padres

franceses, porque tivemos uma boa formação sob esse aspecto, e eu devo muito, inclusive, a eles. Boa parte do pouco que sei devo muito à nossa Igreja Católica e, particularmente, a Dom Alano Maria Du Noday, que era um nobre francês que, na Primeira Guerra, defendeu a França e, depois, optou por ser padre e foi ser bispo em Porto Nacional, no então sertão brasileiro. Ali, formou muitas gerações.

O mapa do Estado do Tocantins, Presidente Paim e poeta Thiago, é exatamente o desenho da Diocese de Porto Nacional. Ela abrangia todo o atual Estado do Tocantins.

Portanto, com isso, quero dizer que essa convivência nossa, desde a nossa infância, fez com que eu também enveredasse... Eu tenho alguns traços, algumas redações de um pouco, também, de poesia para o gasto. Porque, sempre o poeta que não leva ali muito, como o brilhante Thiago de Mello e os demais, ele faz mais ali para ele, para a esposa e para os filhos e os mais próximos.

Mas, com isso, eu quero dizer que eu tive a felicidade de me tornar aviador no Rio de Janeiro: saía de Porto Nacional, levado por nossos padres que levavam jovens para buscarem suas profissões: uns médicos, outros advogados. Eu optei por ser aviador, inclusive profissão de meu pai. A aviação me deu a condição de voar por este Brasil enorme – eminente poeta Thiago. E, lá, terminei na Amazônia, voando na Amazônia. Quando nasceu meu filho, na Maternidade Tapajós, lá em Itaituba, que hoje faz Medicina e que aproximadamente há um mês eu citei isso aqui na Comissão de Direitos Humanos, em que Presidente Paim presidia a sessão, quando registrei que Thiago (esse meu filho que faz Medicina) foi em homenagem ao senhor, grande Poeta Thiago de Mello. Eu sou de Barreirinha, próximo a Itaituba, e ele nascido ali, às margens do Tapajós, um belo rio majestoso, eu falei: vai se chamar Thiago Tapajós. Pronto! Esse é o Thiago. Então, hoje para alegria nossa, está concluindo Medicina, um rapaz que nos dá prazer. Eu até brinco com ele: olha, não perca sua certidão de nascimento, porque se não você tem de ir lá a Itaituba buscar a segunda via – lá no Pará. Fique com ela aí para não... Mas nós já fomos lá, mostrei a ele onde nós morávamos e onde ele nasceu.

De modo que o Estatuto dos Homens, citado entre tantas outras edições, do poeta Thiago, citado pelo Presidente Paim, realmente é um norte para todos nós, pessoas que queremos o melhor para nosso País e para o mundo. E o senhor, muito inspirado, foi muito feliz. É uma obra que vai ficar para a eternidade, não é Presidente? Todos nós temos... E nossa madre Norbertina, em Porto Nacional, uma freira, ela colocava a gente lá na frente para declamar o Estatuto dos Homens. Aí, eu ia lá e, quando não saía bom, treinava direitinho para fazer a coisa certa.

Portanto, eu fico muito honrado e muito feliz de estar diante do senhor. Eu esperava por este momento, não sabia que seria como aviador a Senador, talvez eu iria como cidadão lá do interior mesmo... Mas, está aqui, hoje, como Senador da República, na Comissão de Direitos Humanos, é honroso para mim estar diante do grande poeta Thiago de Mello, Presidente. Eu queria registrar esta minha honra, esta minha satisfação, este meu prazer.

Desculpem-me, eu vou ter de me ausentar, porque em meu gabinete estão o Presidente da OAB do meu Estado, Dr. Hercílio Bezerra, com alguns advogados, porque nós vamos ter alguns encontros hoje em Brasília. E, por último, Sr. Presidente, registrar – já que V. Exª citou sobre nossos índios, aqui na Comissão de Direitos Humanos meu agradecimento ao Governador Siqueira Campos, Presidente Paim, que criou (nós que defendemos a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas), lá no nosso Tocantins, ele criou, na Secretaria de Justiça, a Diretoria Estadual dos Povos Indígenas do Tocantins. Então, nós conseguimos essa conquista. Nossos índios estão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, antes que você termine de falar, faço questão de chamar à Mesa, para sua composição, os convidados, de forma que você possa, inclusive, contemplá-los ao sair.

Já está na Mesa nosso Luiz Carlos; do Thiago já falei; o professor Adison Amaral, poeta e Presidente da Academia dos Trovadores e ex-Presidente da Academia Maçônica de Letras.

(Palmas.)

Convido, também, o professor Gustavo Dourado, poeta, cordelista, Presidente da Academia Brasileira de Letras de Taguatinga e ex-Presidente do Sindicato de Escritores do DF, que está também conosco e vem à Mesa.

(*Palmas*.)

A Srª Alcinéa Cavalcante, poeta, filha do poeta amapaense Alcy Araújo, em substituição do Sr. João Gomes.

(*Palmas*.)

A Srª Nida Chalegre, poeta e escritora.

(*Palmas*.)

Então, composta nossa Mesa, quero registrar presenças, que já estão conosco aqui... Já vi que trazer poeta aqui ajuda a dar quórum. Está aqui conosco os Senadores Vicentinho Alves, João Pedro, Randolfe Rodrigues e Paulo Davim. O Senador Pedro Simon me disse que viria aqui, sem falta: "Eu vou lá, Paim". Vou

aguardar meu Pedro Simon que também se comprometeu a vir aqui.

Volto a palavra para o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR - TO) – Presidente, só para concluir.

Portanto, ao cumprimentar os demais membros que agora compõem a Mesa, eu finalizo, grande poeta Thiago de Mello, expressando a mais...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Nós vamos... Permita-me ainda, Vicentinho...

Como a Mesa aqui não tem mais espaço, nós faremos uma segunda Mesa, porque tem mais outros três convidados que virão em um segundo momento para a Mesa. Depois que estiverem aqui falarão e retornaram para a primeira fila e os outros três virão. Ok?

Desculpe-me, Vicentinho, minha interrupção.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR - TO) – O que é isso, Presidente? É com prazer.

Expressando o mais nobre sentimento verdadeiro de um brasileiro que o admira, que o tem como a um norte, o senhor pode ter certeza de que hoje é um dos dias mais importantes da minha vida: poder conhecê-lo pessoalmente. Às vezes, as pessoas têm admiradores e não percebem onde estão: são anônimos. E eu sou um anônimo. Agora, não... Agora já não somos anônimos. Agora já somos conhecidos e espero ter ainda a oportunidade de conviver com o senhor por muitas vezes. No mais, quero agora tietar, Sr. Presidente, se tiver um fotógrafo, quero tirar uma foto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Na hora em que você sair... Ele vai falar ao final para criar toda uma expectativa. Faço questão de que seja no final também. Concordo que seja para garantir o quórum.

Só um pouquinho...

Há algo que ele me pediu para transmitir – porque ele vai falar ao final: que você deixe o endereço de seu filho, que tem o mesmo nome, para que ele mande um livro de presente. *Ok*?

Vá lá e volte aqui depois, nós o estamos aguardando.

Então, quem havia pedido a palavra foi o Senador Randolfe Rodrigues; em seguida, Senador João Pedro. O Senador Paulo Davim falará momento em que ele entender mais adequado.

Senador João Pedro, a preferência é para você.

Ele ficou muito animado quando viu que você não queria...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu quero agradecer ao Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só lembrar que o Senador Eduardo Amorim já está conosco também. Já podemos votar projetos...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Poeta também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui está... Todos aqui são poetas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O que a poesia propicia: está completo o quorum da CDH. Que bom, não é?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Paulo Paim, senhores poetas, poetisas, Srs. Senadores, Senadoras, primeiro, dizer da minha alegria pela Sessão Especial, a deferência à data. Quero, evidentemente, falar aos poetas que estão aqui, falar com o coração – como vocês fazem a poesia: o poeta não escreve com o cérebro, por isto que é bonito: ele escreve com o coração, por isso as poesias são belas. É uma ferramenta universal.

Quero dizer de minha satisfação em ter aqui uma representação nacional de poetisas e de poetas. E quero dizer da minha alegria de ter na sessão um homem muito especial da Amazônia, do meu Estado, o Amazonas, que é Thiago de Mello.

(Palmas.)

Quero inclusive fazer uma revelação. Ontem, falei para o Presidente Paulo Paim: "Olha, eu comecei nos anos 80 a minha militância política e social. E comecei com a benção de Thiago de Mello". Ele estava voltando do exílio e nós organizamos, então, uma tribuna livre na rua chamada Projeto Jaraqui. Jaraqui é um peixe do Amazonas. Era uma forma de fustigarmos a ditadura militar, todo sábado pela manhã, no centro de Manaus, com um megafone. Era uma coisa muito simplória, mas de um significado político, com a audácia de poucos que iam para a Praça da Polícia, como é conhecida, no centro de Manaus, na Avenida 7 de Setembro. O Thiago ia para lá e ficávamos felizes porque dizíamos: "Olha, a polícia não baixa hoje aqui porque o poeta está aqui". Todo de branco, uma marca do Thiago. Então, eu começo ali nos anos 80 a minha militância, como Presidente de DCE, e fui embora.

E quero dizer aqui, até porque acho que nunca agradeci de forma tão sincera, que, quando fui vereador em Manaus, ele também assinou manifestos – não sei nem se lembra o poeta – de apoio à minha candidatura. Então, tenho uma vida política lá no Estado e chego aqui por conta da somatória. Ninguém chega sozinho. Eu quero dizer da importância...

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim, Deputado Estadual.

Ninguém chega aqui no Senado sozinho. E uma das pessoas que me fez responsável, comprometido com o ser humano, com a vida, com o socialismo, com o Estado Democrático, é Thiago de Mello, esse amazonense defensor da água, da floresta, dos povos indígenas, teimoso, firme.

(*Palmas*.)

Nós precisamos de teimosia, nós precisamos de maluquice para fazer um Brasil melhor e uma Amazônia respeitada. O Thiago nunca se calou contra as injustiças. Nunca se calou. Foi para a rua conosco. Houve o golpe militar e, quando estamos voltando ali, alguns poucos, ele foi lá e deu a benção, dava conselhos, e fomos para a rua. Então, além de um grande poeta, é um ser político. É muito importante isso. Não tem neutralidade na vida do Thiago de Mello. Não tem essa coisa da neutralidade. Ele sempre colocou a voz, sempre colocou a palavra, sempre colocou a rima, sempre colocou a caneta, sempre colocou o verbo para chamar a atenção não só do Brasil, mas do mundo. É um homem internacional. É um poeta. E eu diria que – com todo perdão, mas este é o momento de falarmos com o coração, com franqueza –, se tem o Pelé no futebol, tem o Thiago na poesia. Ele é grande. Perdoem-me, mas é isso.

A poesia faz parte. Todos vocês que escrevem poesia, que teimam em fazer um livro – com todos os sacrifícios, pois não é fácil fazer livro no Brasil, melhorou muito, mas não é fácil –, sabem que a poesia ajuda a todos nós, ajuda a humanidade, chama a atenção da juventude, de homens e de mulheres que rimam a vida política com a poesia que vocês nos fornecem e nos colocam tão bem no dia a dia. Tantos poetas que tem este Brasil! O Amazonas mesmo é rico em poetas. O Thiago é uma referência, mas existe tanta gente legal, tantos poetas maravilhosos. E aqui tem uma plêiade, um conjunto. Estou vendo aqui a poetisa, filha de um poeta do Amapá, esse Estado bonito da nossa Amazônia, o Professor Gustavo, aqui de Brasília, a Nida... Parabéns pela solenidade e quero dizer da minha alegria e do meu orgulho. Falo com orgulho de o Brasil ter um poeta e do Amazonas guardar a residência e ter a convivência de um poeta especial e corajoso, que é o Thiago de Mello.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se os Senadores concordarem, eu estava pensando em fazer o seguinte: fala um Senador e fala um poeta. Porque para quem está assistindo à TV eu acho que é bom ver o Senador e saber que, em seguida, falará um poeta. Vai falar um poeta e vai falar um Senador. Se o Senador...

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* E a poetisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a poetisa. Muito bem. Por isso que é um dos meus líderes aqui. Orientou a Mesa: "Não se esqueça da poetisa". Então, fala um Senador e fala um poeta e uma poetisa, enfim, para que possamos dar uma dinâmica bonita e prazerosa para aqueles que estão assistindo à TV Senado.

Então, neste momento, passarei a palavra ao Presidente da Casa do Poeta, Luiz Carlos Cerqueira, e, em seguida, falará o Senador Randolfe.

O senhor tem dez minutos para falar o que quiser.

O SR. LUIZ CARLOS CERQUEIRA – Prezado Senador Paulo Paim, nosso homenageado, o poeta que todos nós muito admiramos e cuja poesia respeitamos, Thiago de Mello, Srs. Senadores presentes, demais membros da Mesa, amigos nossos, senhoras e senhores, é com muito prazer e muita honra que a Casa do Poeta Brasileiro, Seção de Brasília, se faz presente nesta homenagem ao Dia do Poeta, que transcorreu no dia 14 de março, conforme já foi dito pelo Senador Paulo Paim. Isso faz parte desse movimento que temos que ter em mente de estar permanente... Aliás, deve estar permanentemente em nossas mentes essa questão dos direitos humanos e sociais. Todos nós devemos nos considerar iguais, todos nós, apesar de termos nascido em berços diferentes. Eu nasci em um berço relativamente pobre. Com algum sacrifício, viemos lutando pela vida e chegamos aqui, em um *status* que podemos considerar, em termos não só do Brasil, mas do mundo, um *status* mediano.

Eu queria ressaltar, já que estamos falando em direitos humanos, em poesia e direitos humanos, que está em discussão no Congresso Nacional, já passou pela Câmara e agora vai para o Senado, o Código Florestal. Para o nosso continente Brasil essa talvez seja uma das questões mais importantes. Nós temos o continente Brasil, tanto a parte geológica, o solo, como a cobertura vegetal muito diversificada. E temos a obrigação, Senador Paulo Paim – sei que o senhor está do nosso lado –, de assegurarmos essa preciosa dádiva que a natureza nos legou. Então, se temos um cerrado de um solo um tanto agreste, laterítico, meio agressivo, muito ferruginoso, temos, ao sul, belíssimas savanas, e, no norte, centro-norte, uma cobertura vegetal que é cobiça do mundo todo. A floresta Amazônica é uma dádiva que a natureza nos ofereceu – ao Brasil e a alguns países nossos limítrofes –, uma imensa capa florestal que vem muito contribuir para equilibrar o fator climático do nosso planeta Terra, tão sacrificado. Então, nós temos muito receio de certas liberações nessas votações do Código Florestal que teremos agora no

Senado, que, talvez, depois, retornará à Câmara – não sei bem qual o processo. Então, os nossos rios devem ser cuidadosamente tratados.

Percorrendo por aí, eu vi devastações até junto à água do rio, em cima do São Francisco, devastações sem deixar a mínima nesga de floresta, de cobertura vegetal à margem do rio. Isso é um crime absurdo. Mangues sendo aterrados. Eu vi isso no Nordeste, em Alagoas, aterrados para construção, para loteamento. Parece-me que lá em Santa Catarina também há mangues aterrados. São nesses mangues que peixes, crustáceos e tudo vão se reproduzir. Eles têm que ser cuidadosamente preservados.

Outra coisa: eu falei, há uns dois ou três anos, talvez, com o Senador Paulo Paim que estive naquele maravilhoso salto, na fronteira do Rio Grande do Sul, sua terra, com a Argentina, no Salto de Uatumã. Ali é uma reserva florestal, mas o guarda, vigia falava: "o senhor está vindo aqui; brevemente isto não existirá mais." Parece que vão fazer uma barragem, construir uma usina. Essas coisas... Primeiro, porque é um parque nacional; segundo, porque é uma coisa maravilhosa. Eu registrei aquilo e mandei fazer dois cartões postais. É um salto diferente, tem uma extensão de mais ou menos três quilômetros, porque o rio não cai de frente. Ele cai de lado, ele vai caindo de lado. É uma coisa magnífica. Já pensou destruir uma coisa dessa que a natureza ofereceu, tão linda, tão magnífica? Não sei como está, Senador. E não deveria ser feito. Assim como fizeram com Guaíra. É um crime acabar com aquelas quedas com a represa de Itaipu. Havia projeto mais econômico, com quatro barragens, sem destruir a natureza, mas preferiram fazer aquele monstrengo, destruindo um dos mais belos parques nacionais do Brasil, o de Guaíra.

Também, em nome dos poetas, queria lembrar o nome do nosso queridíssimo poeta de Brasília – aliás, ele veio de Santos para Brasília – e professor da UnB, o poeta Cassiano Nunes. *(Palmas.)* Ele faleceu há uns dois anos. Companheiro sempre, além da poesia, de teatro. Sempre íamos juntos aos concertos do Teatro Nacional e aos concertos da Casa Thomas Jefferson. Foi inaugurado, na UnB, o espaço Cassiano Nunes, muito bom. Seria bom quem todos pudessem visitá-lo. Com isso, se o senhor me permitir, não sei se posso falar algum poema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deve. Ele perguntou se eu permito, ainda no tempo dele, que se está encerrando, que ele declame um poema. Eu digo: deve, pode e está prorrogado seu tempo.

O SR. LUIZ CARLOS CERQUEIRA – Foi pedido, em uma ocasião, que eu fizesse alguma coisa sobre meninos de rua. Então, na ocasião, eu escrevi isto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem tudo a ver com direitos humanos.

O SR. LUIZ CARLOS CERQUEIRA – Do outro lado. Nasci. Nasci? Talvez fizesse sol ou fosse noite de lua. Num beco sem nome ou num canto de rua. Pai? Minha mãe nunca saberia dizer. Mãe? Não sei quem seria. Fui achado. Cresci nas calçadas ensolaradas entre mil passantes, nas praças ensombradas, refúgios de mendigos, diamantes. Cresci perambulando pelos escuros cantos, enrodilhando-me para me aquecer em noites frias, mendigando para iludir a fome implacável. Será que eu queria ter nascido para tanto penário sofrer? Puseram-me neste mundo como muitos outros como eu, dominado por seres egoístas, fanáticos, execráveis. Por que nos geraram e nos deixaram nascer? Por quê? Nascer? Eu fui simplesmente achado num canto qualquer de rua, onde a lua se envergonha de se mostrar, onde o sol se esconde nas sombras, e miséria é tanta. E os homens vão passando, passando pelas ensolaradas calçadas onde me criei, onde levo os meus dias, onde me enrodilho em leitos de jornal em noites frias. E os homens vão passando sem notarem que existo ou enxotam-me como um cão vadio. Tornei-me animal arredio. Não tenho proteção de pai nem carinho de mãe. Não tenho nada. Nem sonhos tenho quando faz noite enluarada. Nasci num canto qualquer de calçada, sem direito a sonhar, pois à noite me vem o cansaço e, por mais azul que estivesse o céu, assolou-me o mormaço. Então, ponho-me a vadiar, contemplando o meu fracasso. E sucumbo, sufocado, no meu irremediável espaço.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Mesa, o Plenário e o Brasil, tenho certeza, cumprimentam Luiz Carlos Cerqueira, que termina com esse belo poema, depois de fazer aqui uma defesa firme, durante o seu tempo, do meio ambiente, não é, meu amigo Paulo Davim, você que fala tanto da questão do meio ambiente? E para nós tem uma simbologia: o primeiro poeta a falar faz a defesa do Planeta, da vida, do meio ambiente.

Agora, com a palavra o nosso querido Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, agora fica decretado que vale a verdade, que agora vale a vida e que, de mãos dadas, caminharemos todos pela vida verdadeira. Meu querido poeta Thiago de Mello, com esse primeiro trecho da sua mais bela e famosa poesia, que inspira a todos nós e nos emociona, até a mim, que embargo um pouquinho quando a declamo, a emoção de estar presente

diante do senhor, diante de você, diante de poetas que fazem da vida de fato verdadeira, traduzindo a vida na poesia, quero saudá-lo e todos as poetisas e poetas que estão nesta sessão.

Em especial, quero saudar também a minha querida Alcinéa Cavalcante, poetisa amapaense, que conduz no Amapá um trabalho belo, formidável. O *blog* da Alcinéa é lido em todo o Brasil, Presidente Paulo Paim, meu querido João Pedro. A Alcinéa tem um trabalho belíssimo. Ela reúne poetas. Há uma sociedade de poetas no Amapá e, todo final de tarde, um projeto chamado Poesia na Boca da Noite, quando se reúnem cantos da cidade e declamam poesias.

Um desses momentos, em especial, é de encher os olhos da gente. A Alcinéa reuniu seus amigos poetas e foram para o hospital de pediatria declamar, dizer poesias para as crianças que lá estavam enfermas. E a Alcinéa também, filha daquele que é um dos maiores – acredito que Thiago deve tê-lo conhecido –, daquele que considero um dos mais belos e maiores poetas que a Amazônia já teve, que é Alcy Araújo.

Alcy Araújo é um poeta que é orgulho para nós, do Amapá. Aliás, Amapá, Amazônia, meu querido João Pedro. Terra de Thiago e de Alcy

Araújo, a Amazônia. E nos enche de orgulho haver filhos da Amazônia que sintetizam e declamam as belezas que temos. Aliás, nas regiões em que vivemos, há muita fonte de inspiração para poesias.

Thiago, eu, tal qual o João Pedro... Sou um pouquinho mais novo que João Pedro, só um pouquinho.

O João viveu as suas poesias e foi inspirado pelas suas poesias na organização sindical, na luta dos trabalhadores, na luta contra a ditadura. Eu já sou da geração que já viveu os frutos da redemocratização, daquela geração que, no começo dos anos 90, participou das manifestações dos caras-pintadas. Mas a sua poesia foi totalmente presente nas nossas manifestações.

Permita-me dizer que violei o direito autoral várias vezes, ao epigrafar manifestos nossos com textos da sua poesia. E creio que, ao me denunciar, não sou o único, porque o Estatuto do Homem, permita-me, poeta, passou a ser um patrimônio presenteado por você para a humanidade. O Estatuto do Homem é o contraponto, o antônimo, o antagonismo daquilo que os homens, nas normas, podem fazer de pior. Enquanto os homens, no Direito, em alguns momentos, baixavam atos institucionais, como o de nº 5, V. Sª proclamou no Estatuto os direitos da humanidade – os direitos e a capacidade. A mesma capacidade que a humanidade tem de fazer coisas como o A.I. nº 5 tem de fazer peças como o Estatuto do Homem.

O Estatuto é um manifesto à liberdade; é um manifesto à vida; é um manifesto que nos conclama, que nos proclama a fazer neste mundo o que há de melhor e o que uma humanidade de melhor pode fazer.

É em poesias como a sua, de Alcy e de poetas como os que estão, aqui, à mesa, que nos inspiramos, para trazer a poesia para a política e para fazer da política este terreno não fértil de poesia, mas de conchavos, de cumplicidades não muito pelo interesse público, mas muitas vezes em função do interesse privado e não do interesse de todos; para trazer para a política a função que ela deve exercer, Presidente, de ser o espaço da coisa pública, da *res publica*. Por isso, por ser o espaço da coisa pública e do povo, a poesia deve e necessita ser – a política, perdão, deve e necessita ser feita com a poesia – com a poesia comprometida com o povo, como a de poetas como Thiago e Alcy, que tanto nos ensinam.

Quero terminar, Presidente... A Alcinéa me emprestou, e é um dos poemas de Alcy de que mais gosto. Acho que ele sintetiza o nosso dever, João, Paulo, Presidente, na política. É o poema Participação, de Alcy.

Diz Alcy, nessa poesia, o seguinte:

> Estou convosco.
> Participo dos vossos anseios coletivos.
> Vim unir meu grito de protesto
> ao suor dos que suaram
> nos campos e nas fábricas.
> Aqui estou
> para juntar a minha boca
> às vossas bocas no clamor pelo pão
> sancionar com este rumor que vai crescendo
> a petição de liberdade.
> Estou convosco.
> Para unir meu sangue ao sangue
> dos que tombaram
> na luta contra a fome e a injustiça
> foram vilipendiados em sua glória
> de mártires
> de heróis.
> Vim de longe
> percorrendo desesperos.
> Das docas agitadas de Hamburgo
> das plantações de banana da Guatemala
> dos seringais quentes do Haiti.
> Vim do cais angustiado de Belém
> dos poços de petróleo do Kuwait
> das minas de salitre do Chile [que o senhor viveu e conheceu, poeta Thiago].
> Passei fome nos arrozais da China
> nos canaviais de Cuba
> entre as vacas sagradas da Índia

ouvindo música de jazz no Harlem.
Afundei nas geladas estepes russas.
morri ontem no Canal da Mancha
e hoje no de Suez.
Tombei nas margens do Reno
e nas areias do Saara
lutando pela vossa liberdade
pelo vosso direito de dizer
e de amar.
Estou convosco.
Voluntariamente aumento o efetivo
dos que não se conformam
em viver de joelhos
morrendo sufocando lágrimas
nas frentes de batalha
nas prisões
para dar à criança recém-parida
o riso negado aos vossos pais
o pão que falta em vossas mesas.
Meu filho
e o filho do meu filho
saberão que o meu poema não se omitiu
quando vossas vozes fenderem o silêncio
e ecoarem inutilmente nos ouvidos de Deus.

(Palmas.)

Parabéns, Presidente, por esta bela homenagem à poesia.

Que a poesia venha para a política e a transforme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou tão animado com esta audiência que estamos fazendo hoje – e estou animado mesmo –, que vocês podem saber que nós, aqui, no final, vamos fazer, no ano que vem – aqui, já o fizemos hoje –, no mês de março, uma sessão no plenário.

Vamos assinar nós todos e garantir a data. Aí vamos pegar o dia 14 de março, para fazer uma sessão de homenagem aos poetas no plenário do Senado, aí, com certeza, com a presença da maioria dos Senadores, porque esta audiência, para mim, é uma aula de vida. É uma aula de vida!

Passo a palavra, neste momento, ao Professor Adison Amaral, poeta e Presidente da Academia dos Trovadores e ex-Presidente da Academia Maçônica de Letras.

Professor Adison, com a palavra.

(Palmas.)

O SR. ADISON AMARAL – Senador Paulo Paim, poeta Thiago de Mello, em nome de quem cumprimento V. Exªs, nós realmente pertencemos à Academia Maçônica de Letras do Brasil – uma academia voltada, portanto, para as belas letras – e à Academia de Trovadores do Distrito Federal.

Antigamente, víamos poesia nas revistas. Havia concurso de poesia das grandes revistas, por sinal, levando-se ao povo um pensamento superior de beleza e, ao mesmo tempo, mensagens de edificação das pessoas.

Infelizmente, hoje não temos mais esse foco de levar às pessoas a arte poética, que, sabemos, é uma arte que praticamente construiu o mundo, porque a imagem que se tem da poesia é a de que ela sempre andou à frente da prosa.

De fato, o primeiro livro do mundo foi escrito em versos. A Bíblia está cheia de versos, o Evangelho, por exemplo. O Novo Testamento encanta as imagens de Jesus, falando "Olhai as aves do céu que não plantam, nem segam. Nem Salomão [...]" Concluiu o nosso poeta.

Então, os lírios do campo... Ele fala: "Olhai os lírios do campo. Nem Salomão se vestiu como um deles, e eles não fiam nem tecem". Isso demonstra a presença divina de forma poética. Aliás, há coisas realmente lindíssimas.

Mas hoje vemos, por exemplo, que, "de um certo tempo para cá", não é total, muitas pessoas tentaram abastardar a própria poesia, trazendo palavras chulas, pessoas despreparadas intelectualmente e moralmente inclusive. Não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver, às vezes passa um carro perto de nós, na rua, cantando uma música totalmente obscena e pornográfica, e quando passa porto de um ônibus, por exemplo, ainda põe mais alto o som. Quer dizer, é uma agressão à dignidade das pessoas, das mulheres especialmente.

Então achamos e temos presente na nossa vida, do nosso trabalho, já produzimos 40 oficinas de arte poética de graça e já fizemos em diversos Estados, já também fizemos uma na UnB, na Católica, em diversos locais, procurando levar a mensagem poética superior. Não resta dúvida, sabemos que a prosa tem uma magnífica importância, ela realmente pode ser encantadora, porque muita gente não sabe que a prosa também tem ritmo. Vocês podem observar um repórter desses, de uma TV, ele fala cadenciado, exatamente para captar a atenção da pessoa, que fica presa àquela maneira de falar própria, ritmada.

Nós consideramos a poesia tradicional clássica realmente o maior diadema, o maior diamante da humanidade. Poesia clássica tradicional, sem desmerecer, evidentemente, a poesia modernista, que também nós fazemos. Mas, na verdade, todos os grandes poetas modernistas foram clássicos. Por quê? Porque a poesia modernista, se o indivíduo não conhece poesia clássica, ela não vai saber ritmo, como põe o ritmo. Então, ele faz um trabalho, põe frases, versos, tipo prosa, e diz que é uma poesia, e realmente não é.

A poesia modernista ela não tem métrica e nem tem rima, mas ela tem ritmo. E aí que vem a problemática do nosso tempo. Muitas pessoas pensam que juntar uma porção de linhas, aliás, quem já falou isso até foi Manoel Bandeira, ele faz uma crítica sobre esse trabalho.

Bem, então, essa dignidade da pessoa, que a poesia clássica sempre transmitiu, dificilmente se encontra um poeta clássico usando palavras chulas. Eu mesmo não conheço um poeta clássico falando palavras chulas. Um indivíduo digno não envia uma mensagem, não escreve bobagem, porque isso seria um depoimento contra ele no futuro. Explico sempre isso aos meus alunos, que não podem fazer uma coisa dessa porque, no futuro, ele quer ser um Senador, um Deputado, quer ser um diretor de escola, enfim, ocupar uma posição nobre e alguém, os seus adversários poderão mostrar que a pessoa não tem dignidade, porque ele escreveu sandices na sua juventude, ou num momento ruim.

Essas informações a gente sempre passa às pessoas.

Ontem, quando fomos convidados para participar, escrevemos uma poesia e dedicamos ao Senador Paulo Paim.

A poesia diz assim:

Poesia, amor, querência
Da vida é grande adorno
Se falta, há violência
Por favor, olhe em torno.

(*Palmas.*)

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* É um haicai.

O SR. ADISON AMARAL – Por exemplo, se falou em haicai. Existe o chamado haicai guilhermino. Existe o Guilhermino, por exemplo, que tem a rima leonina. Nós temos, no haicai, cinco sílabas métricas, sete sílabas métricas e cinco sílabas métricas, rimando o primeiro com o terceiro. Muito bem, só que, por exemplo, Guilherme de Almeida, da Academia Brasileira de Letras, usava o haicai usando a rima leonina, que é assim: a segunda sílaba métrica rima com a sétima, no segundo verso. Realmente é lindo e maravilhoso esse trabalho dessa rima. Se eu tiver uma aqui, vou ler para vocês, para que vejam como o haicai guilhermino é diferente do haicai comum.

"Nasce a aurora.
Reluz e enche de luz
o meu céu agora"

(*Palmas.*)

Eis um haicai Guilhermino, que foi cultivado.

"O dia fenece,
o sol posto no arrebol
ainda me aquece."

E vai assim esse esquema de poesia.

Nós queríamos cumprimentar o Senador por essa ideia nobre de trazer a poesia a esse nível que estamos assistindo aqui, um nível seleto, intelectual, um momento nobre, vamos dizer assim, em que as belas letras possam aparecer com mensagens dignificantes. Porque hoje vemos que a pessoa não tem essa dignidade toda que merecia, porque cada ser, como diz o professor Pietro Ubaldi, cada ser é um universo e merece o apoio, o carinho, a atenção, o amparo, o respeito. Vimos, na poesia do nosso irmão, agora há pouco, esse caso do menino abandonado.

Quero cumprimentar a todos e desejar felicidades. E que a poesia renasça realmente no nosso tempo, porque é só olhar em torno para verificar que realmente temos problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao professor Adison, poeta e presidente da Academia de Trovadores e ex-presidente da Academia Maçônica de Letras pela sua bela fala feita para nós todos, inclusive nos dando o prazer de declamar algumas poesias. Uma delas vou levar com muito carinho e guardar no meu gabinete. Quando recebo presentes como esse, coloco-os num quadro e ponho no meu gabinete, As pessoas chegam e vão lendo. Esse eu vou colocar lá. Muito obrigado, professor.

Passo a palavra neste momento, como havíamos combinado, ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero parabenizá-lo, Sr Presidente Paulo Paim, pela brilhante iniciativa. Confesso que estou envaidecido por estar aqui nesta manhã. Somo-me a todos os oradores que me antecederam. Peço vênia a todos os poetas da Mesa, mas eu também sou muito fã e tiete da história e da obra do grande poeta Thiago de Mello.

Falar sobe Thiago de Mello é caminhar no senso comum. Portanto, esta é uma manhã muito especial para mim. A sua história foi testemunha, a sua história foi a energia que nós utilizávamos na política estudantil, nos enfrentamentos, fortalecia os nossos ideais e os nossos sonhos. Esta manhã de poesias e de poetas me faz pensar como o mundo seria triste, sem sabor, se não existissem os poetas e as poesias. Porque os poetas são pessoas especiais. Os poetas são as antenas do mundo; os poetas têm ligação direta com Deus, porque Deus concebe o verso, e o poeta faz a rima. Para fazer uma poesia, o coração sente, o pensamento pensa, e Deus escreve o verso. A humanidade busca

sempre entender essas pessoas especiais que são os poetas. Todos, todos procuram conceituar os poetas, compreender os poetas. Nem eles mesmos sabem por que são poetas.

Aí, eu me lembro de uma poesia que diz: "*Eu canto porque o instante existe e minha vida está completa. Não sou nem alegre, nem sou triste: sou poeta*". Cecília Meirelles.

(*Palmas.)*

Os poetas tentam se diagnosticar, se conceituar. Tem uns que dizem: "*O poeta, o poeta é um fingidor. Finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente*", de Fernando Pessoa.

Então, os poetas realmente são figuras especiais. Especiais, que chegam a dizer coisas fantásticas que marcaram a minha adolescência lá na universidade, ainda vivendo aquele período difícil.

Há poetas que dizem: "*Depois de cada noite, há um amanhecer. Depois de cada dor, brota a esperança. Faz escuro, mas eu canto porque o amanhã vai chegar*", do grande Thiago de Mello, que embalou muito os nossos sonhos, nas nossas lutas, nas nossas aspirações. Eu duvido, grande poeta, que exista neste País um só homem ou uma só mulher que tenha sonhado firmemente um sonho, que tenha acalentado no seu peito o ideal, que seja amante da liberdade e que não tenha usado suas poesias, sua história de vida como instrumento e como combustível para continuar caminhando, por mais longa que fosse a caminhada.

Mas nós sabemos que toda grande caminhada começa com o primeiro passo, e foi isso que moveu os meus sonhos, que me fez estudar, que me fez sair do interior, lá do sertão potiguar, onde até a água era difícil; onde o único contato poético que eu tinha era com a natureza árida, com o semiárido insolente, com o sol que queimava a pele branca de um jovem. E, como eu, milhares de jovens correndo nos campos secos na caatinga. Foi isso o que me fez chegar a Natal, cursar a universidade, sonhar um sonho forte, amar a liberdade, ser médico, para ajudar tantos outros que tinham o mesmo exemplo de vida que eu, que sofreram como eu sofri. Foi o que me fez entrar na política e o que me fez estar aqui, mas, sobretudo, que me fez amar a vida e amar os poetas.

Parabéns a todos vocês.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Se eu falar uma bobagem, vocês não me xinguem. Eu já vi que todos nós temos um pouco de poesia. O Senador deu agora um *show*. Meus cumprimentos. Fiquei impressionado, Paulo Davim, com a sua veia poética. Meus parabéns. Uma alegria enorme.

Eu sou daqueles que, quanto mais convivo com os Senadores, mais cresce o meu respeito por cada um deles. E, no seu caso, agora, é uma bela surpresa, por essa veia da poesia que você tem.

Neste momento, passamos a palavra ao Professor Gustavo Dourado, poeta, poeta cordelista, Presidente da Academia de Letras de Taguatinga, ex-presidente do Sindicato dos Escritores da nossa Capital e que veio nos prestigiar aqui. Aceitou nosso convite.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Muito obrigado. Bom dia a todos!

Exmº Sr. Senador Paulo Paim, líder das causas sociais e Presidente da Comissão de Direitos Humanos; meu querido poeta e mestre, Thiago de Mello, poeta maior, referência para todos nós, brasileiros, pelo seu trabalho, a sua luta e o seu exemplo de homem criativo e luminoso; Luís Carlos, da Casa do Poeta; poetisa Nida Chalegre; nossa poetisa do Amapá, Alcinéa Cavalcante; nosso presidente da Academia dos Trovadores, Professor Adison do Amaral, também membro da Academia de Letras de Taguatinga.

Quero dizer, Sr. Senador, que vários membros da Academia de Letras de Taguatinga estão aqui presentes. Gostaria de nominar o nosso diretor, compositor e poeta, Donato Epifânio de Oliveira. (*Palmas.)*; nosso poeta e filósofo José Filho, também da Academia de Letras de Taguatinga (*Palmas.)*; a nossa pioneira-mor de Brasília, escritora, uma das grandes autoras, nossa querida Stella Rodopoulos, também da Academia de Letras de Taguatinga (*Palmas.*), que tomará posse brevemente.

Quero agradecer a todos os Senadores aqui presentes pelo incentivo às nossas artes e dizer o seguinte, Senador: quero fazer neste momento uma defesa da profissão do escritor. Até hoje, a profissão de escritor não é regulamentada. Eu sou escritor, publiquei 13 livros, e perguntam: "Qual é mesmo a sua profissão?". "Não, eu sou professor." Então, é importante que os Senadores aqui presentes, como representantes dos Estados e do povo, façam um encaminhamento nesse sentido para regulamentar a profissão do escritor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que seja uma decisão desta audiência pública.

(*Palmas.)*

O SR. GUSTAVO DOURADO – Faço essa sugestão ao nosso líder, Senador Paulo Paim e aos demais Senadores, porque não é possível que, num país com mais de 500 anos, uma das maiores economias, potências do Planeta, o escritor seja tratado assim: economicamente, não é uma profissão. Então, fica aqui a sugestão.

O senhor, como poeta e como escritor, e tendo aqui à frente o nosso Thiago de Mello como nosso líder

maior, que a profissão do escritor seja regulamentada, porque a Academia é importante, sim – a glória, o reconhecimento público –, mas a questão profissional precisa ser autorizada.

O Presidente Lula fez uma coisa muito bonita, que achei importante: regulamentou a profissão do poeta cordelista, do repentista e dos cantadores. E o escritor. "Ah, você é o quê?" "Eu sou jornalista, eu sou médico, eu sou sociólogo, sou professor", mas o escritor não é uma profissão?

Então, fica aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Professor Gustavo, até para ajudar, nós poderíamos tomar uma decisão que, para mim, é muito mais simpática do que nós apresentarmos um projeto de forma individual: que uma das entidades aqui presentes apresente uma minuta aqui na Comissão de Direitos Humanos para a regulamentação da profissão. A Comissão a acata e encaminha ao Relator.

(*Palmas.*)

Uma vez aprovada aqui no Plenário, começa a circular na Casa como uma iniciativa das próprias entidades dos escritores e poetas.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Nós faremos o encaminhamento, Senador, por meio do Sindicato de Escritores e das Academias de Letras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, pronto. Está resolvido. E tem muito mais força do que um Senador pessoalmente.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Eu agradeço a sugestão do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vocês são muito mais do que nós, Senadores.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Muito obrigado.

E quero aproveitar a oportunidade do convite, Senador Paulo Paim. Fiz uma homenagem na Feira do Livro ao nosso poeta Thiago de Mello, e ele não esteve presente por questões do momento, da temperatutra, não é Thiago? Na Feira do Livro, ele era nosso patrono e estava muito seco em Brasília. Além de estar muito quente, a umidade estava muito baixa, e o poeta não pôde ouvir naquele momento o cordel para Thiago de Mello, que eu recitei publicamente. Lá estava o Ministro da Cultura e vários outros representantes, mas o Thiago não teve oportunidade. Eu prometi a ele, e o Senador me concedeu a oportunidade de aqui fazer essa homenagem ao nosso poeta maior.

Amadeu Thiago de Mello:

Em Barreirinha nasceu...
Estado do Amazonas:
Thiago apareceu...
Pássaro uirapuru:
A natureza o concebeu...

Ano 1926:
30 de março o dia...
O poeta veio ao Mundo:
Nas asas da poesia...
Amazônida universal:
Fluiu paz e fantasia...
Na cidade de Manaus:
Educação inicial...
Rumo ao Rio de Janeiro:
Projeto educacional...
Faculdade de Medicina:
Quatro anos no total...
Poesia à flor da pele:
Na alma desde menino...
Os mistérios da floresta:
Coração diamantino...
Amornauta do eterno:
Solidário...Cristalino...
Ditadura Militar:
O Brasil encarcerado...
Silêncio, tortura e dor:
Coração dilacerado...
Sonho desaparecido:
Condor aprisionado...
Longo exílio no Chile:
De lá teve que mudar...
Com a morte de Allende:
A Ditadura Militar...
Sanguinário Pinochet:
Sorria ao torturar...
A barra ficou pesada:
Na América Latina...
Selvageria, brutalidade:
E a sanha assassina:
Terror, morte, violência:
Brasil, Chile e Argentina...
Traduziu Pablo Neruda:
Eliot e Cardenal...
Foi traduzido em Cuba:
Etc e coisa e tal...
França, Chile, Inglaterra
É bem lido em Portugal...
Estados Unidos, Alemanha:
Tradução em poesia...
Em vários outros países:
Sua voz é alquimia...
Poeta Thiago de Mello:
Versos em discografia...
Os Estatutos do Homem:
É um registro profundo...
No "Mormaço da Floresta":
Naturezarte a fundo
Tem poética em discos:

Como “A criação do mundo”...
Poeta Thiago de Mello:
Telurbano...Lírico-social...
O vate de Barreirinha:
Navegantena natural:
Amazônida cantador:
Artista quintessencial...
Borges à Luz de Borges:
“Silêncio e Palavra”, poesia...
Narciso Cego ecoa:
Vento Geral tem magia...
Tenebrosa Acqua leio:
O Andarilho desafia...
A Manhã e Ponderações:
Faz Escuro mas Eu Canto
A Canção do Amor Armado
Os Estatutos são encanto...
Horóscopo para os que Estão Vivos:
Vivendo no desencanto...
Paulo Freire o nominou:
Andarilho da Liberdade...
De uma vez por todas:
Vate da fraternidade...
Amazonas, Pátria da Água:
Pororoca da saudade...
A luta pela justiça:
Ética e dignidade...
Amargou duro exílio:
Dor, arbitrariedade...
Caboclo suburucu:
Flui a naturalidade...
No coração da floresta:
Um poeta a pulsar...
Peixe-boi...Mapinguari...
Curupira ao luar...
Caipora na Hiléia:
Nas ondas do Rio-Mar...
Viva Thiago de Mello!

(Palmas.)

Para concluir, eu não poderia perder a oportunidade de também fazer aqui uma homenagem aos direitos humanos. É um trecho de cordel, direitos humanos e cordel. É rápido, e eu não poderia perder a oportunidade de fazer esta homenagem aqui dentro da Comissão de Direitos Humanos.

Direitos Humanos sempre
Devem ser prioridade
Sociedade mais justa
Com ação e liberdade
Com renda distribuída
Mais solidariedade...
Educação para todos
Consciência pra pensar
Pelo fim da opressão
Sem fome pra dizimar
Direitos Humanos na prática
Para a vida melhorar...
Poder sem corrupção
Atuação popular
Fim do analfabetismo
Ética para governar
Honestidade e justiça:
Ao ser humano respeitar...
Direitos do Cidadão
Direitos Fundamentais
Cultura e alimento
Respeito aos hominais
Direitos humanos unidos
Aos Direitos Sociais....
Vamos melhorar o mundo
A tirania acabar
Desconcentre-se a renda
Para o povo educar
Consciência sem miséria
É hora de transformar...
Direito à Comunicação
Acesso ao conhecimento
Democratização da mídia
Liberdade ao pensamento
Formação/Informação
Em crescente movimento...
A economia vai bem?!
O nosso povo vai mal
A exclusão é uma praga
Desestrutura o social
Não à desigualdade
Imposta pelo capital...
Mude-se! Transforme o mundo!
Cultive a fraternidade
Que a paz una o povo
Desarme a humanidade
Pelo fim da exploração
Viva a multiplicidade!
Direitos humanos sempre!

(Palmas.)

Quero aproveitar a oportunidade, Senador, e passar ao senhor e ao Thiago de Mello a Revista nº 1 da Academia de Letras de Taguatinga, uma luta de 25 anos – esse aí é do senhor; este aqui é do mestre Thiago.

Nós precisamos quebrar o *apartheid* cultural que existe aqui em Brasília, um avião e seus satélites. Nós temos de integrar e levar cultura para o povo.

Quero passar também ao senhor a nossa *Antologia de Cordel* e o *ABC de Vladimir Carvalho*, são duas obras de minha autoria.

Está entre nós aqui, Senador, uma das nossas maiores escritoras, que é a nossa querida Stella Rodopoulos, que chegou a Brasília ainda como pioneira. Ela veio aqui trazer a sua coleção e oferecer um poema ao nosso Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Passarei ao nosso querido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele pede uma cópia dos poemas que você leu.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Sim.

A nossa querida Stella, pioneira, vai fazer aqui uma homenagem à Comissão de Direitos Humanos com um breve poema e passar a coleção para o Senador Paulo Paim – por favor, traga a coleção – e para a Biblioteca do Senado. São duas coleções.

A Stella é uma escritora premiada, reconhecida internacionalmente, e ela traz o seu trabalho para as nossas crianças e para os nossos jovens.

"O Falar de um Coração Feliz", da Stella Rodopoulos.

A Stella é brasileira e ajudou a construir Brasília, com seu marido, que era marceneiro; foi uma das construtoras aqui. Então, boa parte dos ministérios tem a argamassa dos Rodopoulos e dos nordestinos, de todos os brasileiros.

Enquanto a entrega é feita, eu vou lendo a poesia.

O Falar de um Coração Feliz
Em homenagem a um amor inigualável
Eu lhes ofereço os cânticos mais belos que existem sobre a terra
Pelo amor que sinto ao admirar a natureza
Eu bebo o meu néctar na hora do ângelus
E transporto os meus pensamentos para um mundo distante
Onde só a harmonia existe
Pelos sonhos maravilhosos e místicos
Que vejo quando meu corpo se desliga da luz do dia
Oro para que nunca termine
Este meu trajeto pelos campos dos filmes mentais
Pela saudade que tenho da infância
Ergo os braços aos céus
E solto meus gorjeios
Como os de um pássaro que nunca se viu engaiolado
Pelo ruído das ondas que se debatem contra os rochedos
Preencho meus pensamentos de mistérios
E respeito a esse Deus tecelão das águas sem fim.
Pelas flores que enfeitam os campos,
canto a minha felicidade por ter o dom
de amar tudo e a todos que me cercam.
Pelo ar que respiro,
sinto que me amas verdadeiramente
e esse é o motivo de me considerar completo e feliz.
Pelo muito que te quero,
detenho as minhas tristezas
e espalho os meus sorrisos, sem pensar na incerteza.
Pelos beijos que me deste com doçura e com calor,
vivo um sonho celeste por ter conhecido o amor.
(Stella Alexandra Rodopoulos)

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, parabenizá-lo e convidá-lo para que, brevemente, venha a ser um dos membros da nossa Academia de Letras de Taguatinga, pelo seu trabalho, pela sua luta e pelo seu empenho. Temos lá a categoria especial e vamos recebê-lo com toda a honra como um dos Senadores que irão participar de nossa Academia. (*Palmas*.)

Também quero dizer que Taguatinga paga 30% dos impostos do DF e hoje é conhecida como a Taguaiorque do Cerrado, tal a sua pujança e o seu dinamismo. E Taguatinga traz um abraço aos nossos direitos humanos e ao nosso Senador.

Muito obrigado.

Vivam os escritores!

Viva a poesia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Prof. Gustavo. Não sei se mereço, mas já aceitei. Já vai para o meu currículo.

Dada a dificuldade de a nossa escritora se deslocar, quero dizer que é com muito orgulho que recebi esta coletânea. Só pelos títulos já se vê a grandeza dos textos, com certeza: *O Sentido do Amor*, Stella Alexandra; *Chuvinha de Amor*, Stella Alexandra; *A Boa Ação do Velho Guí*, Stella Alexandra; *Mariela*, Stella Alexandra; *Tudo Certinho*, Stella Alexandra; *Cobra versus Lagarto*, Stella Alexandra; tudo de autoria dela; *No Reino Encantado das Minhocas,* Stella Alexandra; *O Boneco das Águas Azuis*, Stella Alexandra; *As Flores Cantantes*, Stella Alexandra; *O Cavalinho Sonhador*, Stella Alexandra.

Muito, mas muito obrigado por esta coleção. Vou lê-la com muito carinho e, com certeza, vou aprender muito. Acho que tudo o que está aqui são aulas. Tem uma música do Gonzaguinha que diz "quero ser que nem as crianças, um eterno aprendiz". Vamos apren-

dendo todos os dias e com a senhora vamos aprender também, com certeza.

Depois mostrarei os outros livros que estão aqui.

Convido, neste momento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para registrar a presença, no plenário da CDH, da Drª Danieli Scapin, também professora porque dirige uma das mais conceituadas instituições de ensino superior do Amapá, a Faculdade SEAMA, da qual também tenho orgulho de ser professor. Ela está aqui a prestigiar os nossos poetas, em especial a querida Alcinéa, filha de Alcy Araújo. Só para fazer o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vinda. Pode levantar para os cumprimentos.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Senador Paulo Paim, gostaria de passar para a Comissão o Cordel de Direitos Humanos e para o Thiago de Mello também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vou mandar reproduzir porque o Thiago quer e eu também quero. Estamos disputando.

O SR. GUSTAVO DOURADO – Só para lembrar e fazer um agradecimento, citando a presença do grande produtor cultural Luiz Amorim, do T-Bone, e do nosso Presidente da Associação Nacional de Escritores, José Peixoto Filho.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Levantem-se os dois, por favor, para que possamos situá-los e cumprimentá-los. Todos os três.

Neste momento, passo a palavra à poeta, filha do poeta amapaense Alcy Araújo, Alcinéa Cavalcante.

A SRA. ALCINÉA CAVALCANTE – Em primeiro lugar quero agradecer e parabenizar o Senador Paulo Paim, que nos protege neste momento de imensa ternura. É uma manhã, nesta Comissão, que está sendo "ternurada" pelas palavras e pelos versos de tantos poetas, especialmente de Thiago de Mello, que, para mim, é o máximo.

Também quero agradecer ao Senador Randolfe Rodrigues, que trouxe a poesia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me Alcinéa, mas o Simon é uma figura para nós todos. Estaria chorando se ele não viesse. Então, uma salva de palmas para o Senador Pedro Simon. (*Palmas*.)

Ele me perguntou: Paim, está confirmado amanhã? Eu respondi: está. Ele então respondeu: estarei lá.

E não me deixou mentir, porque anunciei no início que V. Exª viria. Permita-me passar a palavra de novo para a senhora, pedindo desculpas pela interrupção.

A SRA. ALCINÉA CAVALCANTE – Bom dia a todos, nossos irmãos de versos e de poesia. Aqui, neste momento, todos são poetas.

Alguém falou em sindicato do escritor. Realmente, escrever é uma profissão. Estamos aqui disfarçados de outra coisa. Digo: sou poeta. Mas, para sobreviver, tenho que me disfarçar de jornalista, hoje professora. No entanto, chega uma hora em que tiro o disfarce de jornalista e de professora e vou tecer os versos, vou levar a poesia na boca da noite.

No Amapá tão distante, como disse o poeta Alcy, "tão distante dos meus ais, tão longe dos meus longes", a gente tem que lutar muito para inserir a poesia, para levar a poesia.

No início do território, meu pai, o poeta Álvaro da Cunha, Arthur Marinho e Aluizio da Cunha, fizeram um trabalho muito bonito. É a primeira geração de poetas modernistas do Amapá. Eles conseguiram fazer a antologia *Modernos Poetas do Amapá*, uma revista cultural, a revista *Rumo*, que circulou em todo o País e tinha correspondente no Rio, São Paulo e Minas Gerais. Promoveram saraus, grandes noites lítero-musicais.

Depois, Álvaro da Cunha escreveu o livro *Quem explorou quem no contrato do manganês?,* quando começou a ser perseguido pelo regime militar e teve que ir embora. Ivo Torres também foi embora e o grupo praticamente se desfez. O movimento parou, então.

No Amapá, não há política pública para cultura. E a gente reclama disso. Desde que eu tinha 12 ou 13 anos se reclamava disso, quando já estava no movimento cultural. Então, de vez em quando, os grupos se reúnem e tentam, com toda a teimosia, fazer alguma coisa.

Temos um grupo, chamado Grupo Universo, que lançou recentemente um livro *Coletânea (poetas, contistas e cronistas do meio do mundo)*. No mês que vem é que sai a de cronistas do meio do mundo.

Agora temos um movimento "Poesia na Boca da Noite". E qual é o objetivo? Libertar a poesia, tirar a poesia que está na gaveta, que está no *pen drive*, que está no HD do computador e trazê-la para fora; queremos resgatar a poesia amapaense de Alcy, de Manoel Bispo, de Isnard Lima, levando-a para a nova geração, a fim de que conheçam os poetas do Amapá, e também despertar os jovens e descobrir novos talentos.

Então, nas sextas-feiras, vamos para uma calçada, para uma praça, para a porta de uma escola, para a porta de um hospital, em qualquer lugar. E o

movimento cresceu bastante. Hoje tem inclusive crianças participando. Um dia desses, três crianças que já vinham participando, declamando muito timidamente, sentaram no que a gente chama de "pano da vida". Nós levamos um pano grande para todo mundo sentar. Os três sentaram ali e escreveram um poema. São duas meninas de nove anos e um menino de oito anos. E isso é muito gratificante.

Outros jovens de 16, 17, 18 anos começaram a escrever, declamam, levam sua poesia, colocam no varal. É o que queremos: um mundo melhor.

O Senador perguntou como seria o mundo se não tivesse poesia. O poeta amapaense Manoel Bispo diz que onde não há poesia a vida pesa como chumbo. *(Palmas.)*

E por falar em chumbo, naquela época, nos anos de chumbo, Alcy Araújo, meu pai, escreveu um poema A Ironia dos Deuses, que está no livro *Autogeografia*. Não temos nenhum exemplar aqui, a edição está esgotada.

Ele diz:

Eu ergui tanto
os braços nus
pedindo uma manhã,
que meus dedos inchados
tocaram as estrelas encobertas
pelas nuvens negras
da minha noite horrível.
Eu gritei tanto
pedindo uma aurora
que golfadas de sangue
escorreram da minha boca disforme
e empastaram o pó.
Aí então, os deuses deram-me, rindo,
uma manhã, irmãos,
uma manhã fria e sem luz,
uma manhã de chumbo.

(Palmas.)

Eu gostaria também de trazer um poema meu, do livro *Estrela Azul*. Alguém disse: é tão difícil fazer um livro! No Amapá, não temos nem editora, então vamos fazendo, todo mundo se reúne, todo mundo ajuda, um formata, outro revisa, e vamos fazendo de qualquer jeito. O Amapá, ao mesmo tempo que é rico culturalmente, é pobre para divulgar. Dizemos que o Amapá é tão longe, é uma pobreza tão grande, que até a nossa flor, diferente das flores de Brasília, é tão mirrada.

Poema do retorno
Voltaste
driblando nuvens e pássaros
e trazendo nas mãos
estrelas azuis que me encantam.
Durante a tua ausência
tentei plantar a paz,
clamei pelo direito de ser livre
e colhi dores e desenganos
que abriram feridas profundas
e machucaram o meu verso,
inaugurando revoltas e frustrações.
Voltaste
trazendo no olhar marrom
esperanças que arranham
as minhas desesperanças.
Mais uma vez,
inutilmente,
uniremos nossos gritos
pedindo liberdade para viver
amar
cantar
e sorrir.
Serão protestos aos crimes
cometidos contra a liberdade
e contra as crianças que deixaram de nascer
os nossos gritos
(ainda que não encontrem eco).
Mas, se te faz bem,
posso dizer-te
que não é proibido cultivar sonhos,
onde todos os caminhos se abrirão
e a liberdade será uma realidade palpável.

(Palmas.)

Eu ainda tenho um tempinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todo o tempo do mundo. Parece que o Plenário está entendendo. Deixem-me dizer isso para a Alcinéa declamar outro. Para mim, o segredo da poesia é o silêncio. Esse, para mim, é o segredo da poesia. Então, quem não ficar em silêncio não entendeu o segredo da poesia. Acho tão bonito isso, que falar num momento desses é quase uma violência. E o Plenário está assim. Isso não acontece aqui não. Aqui, os palestrantes estão falando, e está um zum-zum-zum lá de consultor, de jornalista, às vezes, também de parlamentar, e aqui estão em silêncio. Isso é bonito. Fazemos questão de ouvi-la. *(Palmas.)*

A SRA. ALCINÉA CAVALCANTE – É, e a luta do Alcy é com "Participação" e "Ironia dos Deuses" e tantos outros poemas. Mas tem também aquela outra forma de "Lirismo", quando ele diz:

Não,
eu não te darei um mal-me-quer.
Eu te darei
uma rosa de todo ano

e uma estrela
e uma lua branca
muito branca
um lírio
– porque os polichinelos ficaram inanimados
no bazar.
Depois
farei o poema do nosso primeiro beijo
recostarás tua cabeça no meu peito
e meus dedos compridos
acariciarão os teus cabelos
e Deus [Ele] saberá
que nós estamos nos amando
porque haverá luz
e um grande silêncio
no pensamento das coisas.
Alcy Araújo, "Lirismo".

Vou pedir licença para quebrar o protocolo para não quebrar o verso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (Intervenção f*ora do Microfone.*) – O protocolo é seu, você faz o que quiser com o protocolo.

A SRA. ALCINÉA CAVALCANTE – Como o Presidente Paulo Paim disse que já quer garantir para o próximo ano, dia 14 de março do próximo ano, a sessão da poesia no plenário, então vou fazer um "Convite". É uma poesia minha.

Vem comigo!

Vamos sair por aí plantando alegrias.
Traz um pincel, eu levo a tinta
e pintaremos de verde-esperança
todas as venezianas daquela ruazinha
por onde tantas vezes passeamos de corações dados.
Vem comigo!
Vamos plantar dálias, rosas e margaridas na velha praça
onde dividíamos algodão-doce no arraial do padroeiro.
Naquele tempo a infância era doce,
e a gente ainda tinha medo de pecar.
Vem comigo!
Vamos plantar papoulas vermelhas e amarelas nos canteiros da ladeira
para enfeitar a cidade e alegrar os passantes.
E depois – cansados e felizes – tomaremos um sorvete.
Eu te darei um beijo sabor tucumã
tu retribuirás com um beijo sabor açaí.
E o Anjo que nos acompanha
– cheinho de ciúme – dará de asas
(sabes, poeta, que os anjos nunca dão de ombros)
mas Deus, Ele sorrirá e acenderá sóis na nossa estrada.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me pelo menos dizer que ela arrasou aqui!

Eu ia falar de você, porque você foi que a convidou, fez todo um movimento, botou seu gabinete à disposição, pediu para ela vir, patrocinou. Eu mostrei as dificuldades da Comissão. Nós, aqui...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – *(Intervenção fora do Microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falar nisso, você vai ser o próximo a falar, meu Senador, porque é um poeta e um Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – *(Intervenção fora do Microfone.) (*...) Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meu Senador!

Senador Simon, aqui tem falado um poeta e um Senador. Agora seria sua vez de falar. Todo mundo quer que o senhor fale antes; o poeta vai encerrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E porque o senhor também é poeta, inspirador de nós todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos poderão falar. Passo a palavra ao Senador Randolfe.

Ia falar no seu nome, porque você foi que nos ajudou muito, pois aqui na Comissão temos um critério muito duro: para quase todos os convidados, não pagamos hotel, não pagamos passagem, não pagamos nada. Todos vêm fazendo um esforço enorme, e o Randolfe ajudou nesse encaminhamento, fazendo um esforço enorme. Queria agradecer ao Randolfe. *(Palmas.)*

E a palavra é para você.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Excelência, é bem breve, porque o que quero, de fato, é ouvir aqui poesias e ouvir um dos nossos Senadores poetas que nos inspiram, que é Pedro Simon.

Eu queria dar uma sugestão à nossa CDH: poderíamos propor à Gráfica do Senado que ela fizesse, como produção da Comissão de Direitos Humanos, uma publicação em homenagem a esta reunião de hoje, reunindo as poesias de Alcy Araújo, de Alcinéa,

de Thiago de Mello e dos poetas que para cá hoje vieram. *(Palmas.)*

Presidente, só uma questão – deixe-me entregar-me aqui, denunciar-me também -: eu também sou Senador twitteiro. Eu estava aqui no Twitter e comecei a declamar Os Estatutos do Homem. E foi um negócio belíssimo: todos começaram não só a replicar os versos de Os Estatutos do Homem, como a completá-lo verso a verso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – A sugestão já está acatada. Vamos reproduzir esta audiência pública. Eu tenho até um título para o livro: Thiago de Mello, simplesmente.

Senador Simon, com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB - RS) – Eu não entendi o negócio das passagens. O que V. Exª falou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – É que sou muito duro aqui com os convidados para efeito de passagem e hotel. Eu aperto o máximo aqui. Só em uma ou outra exceção, fizemos o movimento. É muito difícil doarmos passagem e hotel, numa economia de gastos aqui, para a Casa. Tem uma ou outra exceção. Nessa, o Randolfe me ajudou com uma das passagens, como também encaminhei outras. Só isso que eu quis dizer.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB - RS) – Quer dizer que se gasta passagem em tudo e vamos economizar com essa gente aqui?! Viva o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Com toda essa gente que está aqui, eu diria que só houve duas passagens que nós encaminhamos. Os outros todos vieram espontaneamente, sem hotel, sem nada.

Senador Simon, com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB - RS) – Sr. Presidente, eu tenho o maior carinho pelos ilustres representados aqui – fiquei emocionado com a querida Alcinéa –, mas vou ser sincero: eu vim aqui ver o Thiago. Eu sou um admirador dele, das horas difíceis que nós atravessamos. Eu me lembro das reuniões lá, no Rio de Janeiro, inclusive com aquele nosso baixinho, que hoje é Procurador da Assembleia Legislativa. Eu torci para que ele se elegesse Senador, mas ele é um sonhador... Mas eu vejo no Thiago de Mello uma das pessoas mais dignas e mais fantásticas da vida brasileira. Ele é mais que um poeta; ele é um poeta, ele é um sonhador, mas ele é um orientador de ideias e de pensamentos. A beleza que ele fez na obra sobre o homem, como disse o nosso bravo Senador do Amapá, é uma grande verdade. É uma obra lida, relida e repensada. Eu me emociono quando vejo pessoas como o Thiago de Mello.

Na última vez em que jantamos juntos, numa cobertura em Ipanema ou no Leblon, quando ele chegou, mudou o ambiente. O tempo foi passando, ele falava e eu dizia, a toda hora: "Mas a gente tinha de ter um gravador para gravar o que ele está dizendo, porque, com o que ele está falando, é pegar a gravação e publicar, porque não tem de mudar uma vírgula". Eu acho que o Thiago devia andar com um gravador no bolso ligado permanentemente para depois entregar para alguém fazer a coisa... *(Palmas.)* Ele vive o que ele pensa. Ele realmente é isso.

Naqueles momentos difíceis, o Thiago de Mello foi um dos grandes nomes que falaram. Ele falou, disse, defendeu, gritou por uma causa. Hoje, sob esse sentido, você é um dos grandes vencedores de sairmos de uma ditadura militar dura, difícil, amarga. Quando muitos queriam ir para a luta armada, V. Exª, com a poesia, com a beleza, com o seu pensamento, estando em todos os lugares, foi um dos que conduziram o povo a, pacificamente, sem uma bala, chegar aonde chegamos.

Por isso, V. Exª é um grande poeta – grande poeta! -, mas eu me atrevo a dizer que, mais que poeta, V. Exª é um cidadão humano, detentor de grandeza, de beleza. Realmente, é uma dessas pessoas de que um país precisa. Que bom o dia em que isso que estou dizendo de Thiago de Mello seja uma coisa que dizemos na rotina. Tem mais, tem bastante, tem muitos, mas, na verdade, só conheço Thiago de Mello.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, com a sua oratória brilhante, não é "rasgação" de seda, porque o senhor mexeu com as emoções do nosso Thiago aqui. Eu o vi enxugando o canto dos olhos aqui com sua fala em relação a um pouco da vida dele.

Neste momento, passamos, então, à nossa poetiza e escritora, Nida Chalegre. Depois, vou convidar os outros dois, ainda, permitam-me, que não estão compondo a Mesa ainda, mas virão, que é o José Peixoto Júnior e Luiz Amorim, no momento adequado.

A SRA. NIDA CHALEGRE – Pensem numa manhã como essa, no Senado, onde se discutem os assuntos mais inóspitos possíveis, estarmos desfrutando de uma manhã regada a poesia. Parabéns pela oportunidade.

Em primeiro lugar, eu me sinto tremendamente envaidecida de estar participando desta Mesa, junto com Thiago de Mello, com o Senador, com tantos outros colegas aqui. E eu, que produzi apenas três livros, jamais poderia imaginar que estaria nesta Mesa, dividindo uma mesa com Thiago de Mello. É uma oportunidade, algo que me deixa emocionada.

Por outro lado, também, Senador, também estou disfarçada, como disse a Alcinéa. Sou disfarçada de arquiteta, trabalhei 20 anos com meio ambiente e, casualmente, tendo expressar as minhas emoções nas palavras. Eu não sabia que ia ter oportunidade de falar aqui. Modestamente, fui convidada e não sabia que teria direito à palavra e, se eu soubesse, teria preparado alguma coisa, mas talvez tenha sido isso bom porque, assim como os poetas, vou falar com o coração, que é isso que nós fazemos. Também estou feliz por descobrir algumas coincidências com o Senador Paim. Somos gaúchos, com muito orgulho, não é Senador? De Pelotas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)* A cidade mais negra do Rio Grande, que tem mais membros da comunidade negra do Rio Grande.

A SRA. NIDA CHALEGRE – Ah, é? Olha, estou feliz por isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brancos e negros.

A SRA. NIDA CHALEGRE – Mas estou aqui há 23 anos; então, já sou uma cidadã candanga também. Não tenho pátria, como costumo dizer, a minha pátria é a poesia, porque a poesia é capaz de tocar o coração das pessoas em qualquer local do mundo, da mesma forma. (*Palmas.*) Então, temos algumas coincidências felizes, somos gaúchos, eu sou de 10 de março –14 de março é o Dia do Poeta. Então, para quem acredita em Astrologia, somos todos piscianos. Os piscianos têm uma emoção à flor da pele, talvez por isso...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas você é muito mais bonita do que o Paim. Muito, muito mais bonita.

A SRA. NIDA CHALEGRE – Talvez, por isso, também estou descobrindo sua veia poética, daquelas pessoas que escrevem escondido e têm receio, vergonha ou medo de uma crítica. Foi isso que aconteceu comigo. Quando comecei a escrever, escrevia e colocava dentro de uma gaveta e alguém uma vez viu e disse: "Você não pode nos privar de ter essas poesias, de poder ler. Você está sendo egoísta". Então, comecei a exercitar e dali comecei a produzir mais. Mas nós sabemos que a poesia tem uma liberdade. Nós temos uma liberdade de expressão na poesia que chega mais aos corações das pessoas do que a prosa, por isso a importância de estarmos aqui numa audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, porque ela é capaz de, sutilmente, chegar ao coração das pessoas e passar uma mensagem. E eu o parabenizo demais por ter tido essa iniciativa, proporcionar e trazer essa forma de expressão ao cotidiano.

Como disse a Alcinéa, é importante que nós levemos a poesia a todas as atividades das pessoas. Como arquiteta, uma vez introduzi numa Casa Cor uma poesia na porta de um *closet* que eu estava fazendo, para que a pessoa pudesse ter essa poesia ao seu alcance no momento de se vestir, além de rever os seus votos, estimular a sua emoção. Com isso, as pessoas se tornariam bem melhores, bem mais sensíveis, bem mais abertas.

Não querendo tomar muito tempo, eu também trouxe meus três modestos livros para você e vou...

No meu terceiro livro *Aprendi que...,* a primeira poesia, sob o mesmo título do livro, diz assim:

> Aprendi que...
> *O Sol não nasce para todos.*
> *A Lua não ilumina todos os enamorados.*
> *Nem todos os sonhos são abençoados, realizados; alguns são apenas sonhados.*

Em relação a isso, eu gostaria de dizer que, embora alguns sonhos sejam apenas sonhados, é importante que todos continuemos a sonhar – *(Palmas.)* –, porque todas as mudanças que acontecem no mundo ou que aconteceram no mundo ou que vão acontecer são provenientes de um sonho de uma pessoa, às vezes, que se multiplicou no sonho de milhares de pessoas que, por isso, conseguiram, com ações, fazer mudanças e transformar o mundo para melhor.

Então, a minha mensagem aqui é que todos continuemos a sonhar. E é uma grande oportunidade este incentivo, Senador Paim.

Meus parabéns!

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossos cumprimentos à Nida Chalegre, poeta, escritora, gaúcha de Pelotas.

Meus cumprimentos pela poesia.

Passamos, neste momento, a palavra... Nós vamos ter que fazer uma pequena mudança. Como não pode haver um critério definido, eu apenas pediria que os dois que estão na ponta da Mesa fossem para a primeira fila e que viessem aqui para a Mesa o Presidente da Associação Nacional de Escritores, José Peixoto Júnior, e Luiz Amorim, responsável pela ONG Açougue Cultural T-Bone, para que possam usar da palavra.

Os senhores voltam à primeira fila, mas vão falar de novo ainda no encerramento. Por favor, fiquem aqui na primeira fila.

Eu convido o José Peixoto Júnior, por favor, Presidente da Associação Nacional de Escritores, e o Luiz Amorim, que já está aqui conosco. Só não estavam

na Mesa, porque não havia lugar, e tivemos que fazer essa pequena mudança.

Então, passo de imediato a palavra para o Luiz Amorim e, em seguida, para o...

Luiz Amorim, com a palavra.

O SR. LUIZ AMORIM – Bom dia. Obrigado pelo convite.

Eu venho de origem humilde e talvez seja o único que não está disfarçado, porque realmente sou açougueiro, não sou poeta. Gostaria de estar disfarçado de açougueiro e ser poeta também.

Vou apresentar um pequeno vídeo até para justificar a minha presença aqui, porque hoje é Dia do Poeta. Eu considero hoje o dia da arte, até porque, em todas as manifestações da arte, a poesia está incluída.

Sou um incentivador dessa manifestação artística e cultural e gostaria de passar um vídeo curto, com a permissão do Senador, para justificar um pouco a minha história de luta pela arte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem está operando o vídeo para ele? (*Pausa.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Muito bem.

(*Palmas*.)

O SR. LUIZ AMORIM – Eu quero agradecer a atenção de todos. Obrigado.

Gostaria de fazer um convite. Nosso espaço ainda não está completo porque falta a presença de Thiago de Mello Neto. Gostaríamos de fazer esse convite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Sobrou para ti, Thiago.

O SR. LUIZ AMORIM – (...) público e humilde para visitar e conhecer nosso espaço. Então, quero agradecer muito. Eu tive acesso à arte muito tarde, venho de origem humilde. Alfabetizei-me aos 16 anos, li o primeiro livro aos 18, encantei-me com o mundo das artes e passei a acreditar que uma das formas do homem ser livre é através da arte. Eu não conheço outra forma de libertar o homem se não for através das artes. Eu sou um divulgador muito forte do livro porque ele foi e continua sendo o objeto mais perseguido do mundo. Em qualquer ditadura, política ou militar, o livro – o escritor, o poeta – é o primeiro a encontrar sérias dificuldades. Então, eu sou um defensor da arte, mas a arte na rua, com todas as pessoas tendo acesso. Infelizmente, o Brasil não é ainda um país onde a grande massa tem acesso à arte.

Quando nós trouxemos a Orquestra de Viena, fomos até criticados. Disseram que o público na rua não tinha condição de entender aquilo ali. Eu digo que não. Se você oferecer arte de qualidade para o povo, ele realmente corresponde. A arte nem sempre é um entendimento mental, mas ela toca o coração. Como Beethoven dizia, "aquele que ouviu minha sinfonia e não se transmutou é porque não entendeu e não tocou seu coração".

Então, parabéns hoje por esta sessão. Fico feliz. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Meus cumprimentos ao Luiz Amorim, meus cumprimentos à assessoria. Foi uma surpresa até para mim. Eles me fizeram essa surpresa trazendo você e esse belo vídeo. E cá eu, aqui nos meus sonhos e nas minhas imaginações, fico pensando se em cada sindicato, se em cada avenida deste País houvesse *shows* iguais a esse, com certeza não teríamos tantos jovens envolvidos com drogas ou com violência, e estariam curtindo a poesia, a música, enfim, a arte.

Meus cumprimentos. Eu vou pedir uma salva de palmas pelo teu trabalho. Parabéns.

(*Palmas*.)

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Associação Nacional dos Escritores, Sr. José Peixoto Júnior. Por favor.

(*Palmas*.)

O SR. JOSÉ PEIXOTO JÚNIOR – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, ilustríssimo Sr. Poeta do Brasil Thiago de Mello, excelências, venho apenas agradecer em nome da Associação Nacional de Escritores essa iniciativa amparada por um político. Os políticos não têm tempo para essas coisinhas, não é literatura. Aqui e acolá, surge um Senador como este, como aquele e outros que apareceram aqui num elenco de Senadores tão grande. E sensibilizado pelo Senador Paulo Paim ter dito que, no próximo ano, fará essa homenagem no plenário do Senado. É uma ideia que merece acatamento por nós que escrevemos para os outros, essa ideia do Senador Paulo Paim de prestigiar aqueles que não têm profissão, como disse o Presidente da Academia de Letras de Taguatinga.

Muito obrigado, Senador. Agradeço em nome da Associação Nacional de Escritores.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentamos o Presidente da Associação Nacional de Escritores, José Peixoto Júnior.

Quero dizer que estão conosco neste evento – alguns tiveram que sair, mas retornaram – o Senador Vicentinho Alves, Senador João Pedro, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Paulo Davim, Senador Eduardo Amorim, Senador Wellington Dias, Senador Pedro Simon e a Deputada Federal Fátima Pelaes, que eu quero que ela dê uma saudação aqui. Ela disse: não, não precisa falar. Sou Deputada, o evento é de Senadores, e tal. Ela veio lá da Câmara, estava

assistindo pelo sistema de TV, e disse: não, vou lá dar um abraço neles.

Com a palavra a nossa querida Deputada Fátima Pelaes, Deputada Federal do Amapá.

A SRA. FÁTIMA PELAES – Obrigada, Presidente Paim.

Primeiro, eu queria lhe parabenizar por esta iniciativa e dizer da nossa alegria também nós do Amapá em termos aqui a nossa grande Alcinéa, que tem o respeito de todos nós, ao lado de pessoas tão importantes também, como o Thiago de Mello.

Então, nós aqui, ainda há pouco, pudemos assistir também a uma parte do trabalho que vem sendo feito aqui em Brasília.

Realmente, Senador, precisamos cada vez mais levar a este País a cultura da paz. E nós sabemos o quanto é importante a poesia para isso. Acho que o que está faltando no mundo é cada vez mais buscarmos esse sentimento, nós trabalharmos isso, o amor, e conseguirmos também fazer a expressão da liberdade. E lá no Amapá temos hoje esse trabalho que vem sendo feito pela Alcinéa com tantos outros. Ali é a poesia na boca da noite. Esse trabalho belo, levando a juventude para esse grande movimento.

Parabenizo o Senador por esta Comissão, o Senador Randolfe também está aqui, que tem nos orgulhado com seu trabalho, sua dedicação, esse jovem. Eu brinco sempre com ele, porque eu dizia que ele era o bebê – mas, agora, eu não posso mais –, quando ele era Deputado Estadual. Ele é precoce, um menino precoce. Mas ele tem nos orgulhado. É uma pessoa que tem o respeito, e isso foi mostrado ali no Amapá com essa grande votação que teve. Da mesma forma, a Alcinéa.

Eu queria, então, só deixar a nossa alegria, o nosso respeito por esse trabalho e dizer que nós estamos juntos. Nós precisamos levar cada vez mais a poesia, puxar o que temos de bom para termos um mundo melhor, um mundo mais justo, um mundo menos violento. Nisto, com certeza, na cultura da paz, precisa estar presente a poesia. Que Deus abençoe a todos e que possamos nos fortalecer a cada dia. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputada Fátima Pelais, que dá bela contribuição a este debate.

Ia falar agora o nosso querido Thiago de Mello, mas a pedido da Mesa, o pessoal pediu que pudesse falar a nossa querida escritora Stella Alexandra Rodopoulos, especialista em literatura infantil, além de todas as outras... E como ela está com dificuldade de caminhar, peço que ela fale do lugar para que o Brasil ouça a sua voz.

Em seguida, falará então o nosso Thiago de Mello.

O SR. *(Não identificado.) – (intervenção fora do microfone)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Tudo no momento adequado. Aguarde. Você terá o seu momento.

A SRA. STELLA ALEXANDRA RODOPOLUS – Quero agradecer a todos a presença. Eu me dirijo mais ao público infantil porque é um público que deve ser muito, muito homenageado e, vamos dizer, temos que colocar todo o nosso cuidado quando a escrita é dirigida a uma criança. E não é fácil; por isso não se pode escrever um livro por dia para criança, precisa vir uma inspiração muito grande. As minhas histórias vêm da realidade; eu as transformo em histórias e tomo muito cuidado ao escrever. Principalmente, o português. Não sei mais o que fazer porque até artistas, várias pessoas de estudo...

Eu vou lhes dizer, eu não tenho muito estudo não. Mas o pessoal, o povo fala errado, fala como vem no pensamento. Mas eu morreria bem feliz se o povo falasse melhor o português. A gente não sabe se parte das professoras, que tiveram um ensinamento muito ruim, muito fraco na língua portuguesa. Eu sou uma pessoa que não tive estudos; fiz até o quarto ano primário apenas. Com o que tomo mais cuidado é não errar com o plural. Apareceu uma escritora esses dias na televisão, não sei quem foi, não me lembro, e disse: "vamos deixar o livro como está". Se o plural está na primeira pessoa... A gente tem que entender que se a primeira palavra está no plural, a segunda palavra tem que ser plural também.

Isso não é justo. No meu tempo, professora era mãe, era tudo. Eu me orgulhava muito porque as professoras não perdoavam qualquer errinho. Se alguma pessoa da classe fazia um erro, a gente passava o domingo inteirinho repetindo aquela palavra, escrevia mil vezes. Sei que a coisa era muito diferente. Hoje a minha filha é professora de artes. Eu fiquei com muita pena dela. Há uns dez anos, ela estava ganhando uns trezentos e tantos reais de salário. Um dia, fui assistir a uma aula que ela estava dando aos estudantes e falei: "o que você está fazendo aqui?" Ela disse: "Mãe, estou ensinando". "Ensinando o quê?" Todos eles davam pontapés nas cadeiras, gritavam... Você não consegue dominar um aluno. Eu disse a ela: "Saia, dê a sua vez a outra pessoa que precisa porque assim não tem jeito não". Foi uma decepção muito grande essa aula a que assisti que a minha filha dava em artes. Não demorou muito, e, no mês seguinte, ela pediu as contas e disse que seria melhor porque ela gastaria menos. Eu disse para ela: "Ensine seus filhos a falarem direito", porque não tem condições.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Senador Simon foi votar e retornou.

Vou dizer, Simon, porque eu digo. Sabe o que me disse o Thiago de Mello aqui? Ele disse: "Cadê o Simon?" Eu digo: "Ele foi votar". Eu vou iniciar minha fala quando ele estiver aqui.

Não deixa de ser uma homenagem a V. Exª também, viu? Pela sua história.

(*Palmas*.)

Antes de passar para o Thiago porque alguns Senadores têm que sair para votar, o nosso colega aqui presente o José Bezerra Melo Filho, embora não esteja entre os painelistas, ele pediu a palavra para dizer um poema, somente um, pequenininho, disse ele.

Então, ligue o microfone e diga o poema para nós aqui.

O SR. JOSÉ BEZERRA MELO FILHO – Eu quero fazer neste momento uma homenagem a meu pai, José Bezerra de Melo, e a minha mãe, Ana Ferreira de Melo. Eu tanto quanto ele e sei que muitos de nós que estamos aqui, do povo, nós éramos pobres, e a memória da minha família, dos meus cinco irmãos naturais e mais quatro que meus pais adotaram, a nossa memória, está engrandecida neste instante.

Quero mandar saudosa homenagem a nossa ex-governadora Ana Júlia Carepa e ao comunista Nazareno de Bastos Tourinho.

Estive com o poeta Thiago de Mello em Belém, ele foi a uma feira. Quero dizer que o poeta Thiago de Mello é o maior poeta vivo que está no Brasil atualmente; depois vem o Ferreira Gular. O Ferreira Gular é mais novo. Thiago de Mello é o maior poeta vivo que está no Brasil.

Olha, gente, é uma vergonha o que está acontecendo lá no Pará. O pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem que declamar o poema porque os Senadores têm que votar, senão o Thiago falará sem que eles estejam aqui.

O SR. JOSÉ BEZERRA MELO FILHO – Está bem. Vamos lá.

Fica aqui a minha repulsa em relação às mortes que estão acontecendo lá no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, todos nós. Haverá uma reunião especial aqui de protesto contra o assassinato...

O SR. JOSÉ BEZERRA MELO FILHO – Todos nós. Isso é uma vergonha. Quando você tira a vida de pessoas é muito indignificante. O governo que está lá é um governo fraco! É o governo do PSDB, um governo reacionário e antidemocrático.

O poema é em homenagem à água, que tanto tem na Amazônia. Eu tinha mais dois poemas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você ler um, contempla a nós todos aqui.

O SR. JOSÉ BEZERRA MELO FILHO – Eis o poema:

Água
Água é fina
Água é flor
Água é sina
Água é cor
Água é tina
Água é amor
Água ensina
Água dor
Água em cima
Água em flor
Água com dor
Água ensimesmada;
Água, em si mesmo, mimada.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meu amigo. Parabéns! Falou de improviso e foi muito bem.

Neste momento, vamos passar a palavra ao nosso convidado especial, eu diria, que é o poeta, simplesmente, o poeta Thiago de Mello.

Com a palavra pelo tempo que for necessário.

O SR. THIAGO DE MELLO – Primeiro quero dizer um pouquinho de mim, muito da minha esperança e do que eu pretendo de todos nós.

Vou falar em pé porque a poesia pede respeito.

Venho armado de amor para trabalhar cantando na construção do amanhã.

O amor dá tudo o que tem;

Reparto a minha esperança e planto a claridão de um verde novo que vem;

Um dia, era quase a primavera no Chile, quando a cordilheira estava ardendo em fogo e quiseram calar para sempre o meu coração de companheiro.

Mas atravessei o incêndio e continuo a cantar, para me encontrar hoje com tantos companheiros da manhã.

Não tenho caminho novo; o que tenho de novo é o jeito de caminhar;

Mas com a dor dos deserdados, com o sonho escuro da criança que dorme com fome;

com a árvore minha amiga de infância que morreu queimada; mas também com a

lágrima radiosa que vi correr na face da moça camponesa que aprendeu a ler.

Eu aprendi que o mundo não é só meu; mas, sobretudo, aprendi que, na verdade, o que importa é trabalhar na mudança do que é preciso mudar, cada um na sua vez e cada qual no seu lugar.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui o senhor é nosso comandante em chefe.

O SR. THIAGO DE MELLO – Como se falou com tanta generosidade deste poema que não me pertence mais, tantas as esperanças, tantas as bocas em tantos cantos do mundo que repetem este poema, eu digo que às vezes até me constranjo quando me pedem para dizer. Porque ainda que eu trate de seguir os valores humanos que meus pais pobres naquela infância de beira de rio plantaram fundamente, docemente na minha consciência de menino; ainda que tenha recebido uma carta do meu avô quando eu tinha nove anos, ele, lá na barreirinha, lá nas brenhas da mata, e eu estudando já em Manaus, porque meus pais, pobres, e meu pai teve a iniciativa com a minha mãe de levar os filhos para a cidade porque éramos pobres e a única coisa que poderiam nos deixar era a educação. E era aniversário do meu avô, eu estava com nove anos, e meu pai pediu que escrevesse a ele uma carta. Eu escrevi uma carta para o vovô, varão nobre. E ele me respondeu com uma carta que eu tenho emoldurada na minha sala de trabalho lá na beira do rio Andirá, em cujas águas eu nadei pela primeira vez, rio que só não é mar porque não quer. Há um trecho pequenino na carta que diz: "gostei da tua cartinha, já entendo o que tu queres dizer".

Acho que foi... Eu não vou chamar ninguém de senador. Todos aqui são meus companheiros.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um elogio para nós.

O SR THIAGO DE MELLO – Acho que foi o que Paulo disse aqui quando citou Milliet, tantos anos depois, quando Sérgio Milliet, a propósito de meu primeiro livro ou segundo, não lembro agora, disse: Este poeta tem o que dizer e sabe dizer". O meu avô disse antes na cartinha dele: "Tu já dissestes o que tu queres dizer. Estuda, meu neto, e lê, porque eu quero que sejas um homem de bem". *(Palmas.)*. Ele ligou a leitura, fator fundamental para a formação de um ser humano, sabem as professoras – professor não ensina, professor forma ou deve formar, ainda não forma no Brasil –, ele ligou com a ética, dizendo: "para ser um homem de bem".

Neruda, a quem eu chamava de Paulinho, com esse meu jeito, e ele gostava muito. Até os companheiros de infância dele passaram a chamá-lo de Pablito. Pablo Neruda fazia uma observação, não era uma crítica, ele observava com carinho, dizendo: *Compañeritos, haces demasiadas ramas en el árbol de tu conversación"*. E reconheço que é verdade. Eu vou por aqui, vou por ali, mas nunca saio do eixo, que é o eixo da esperança. Mas respondi: É verdade, eu faço os meus galhos na minha árvore, mas os teus galhos são mais compridos e mais bonitos que os meus. Ele saia de um assunto e ia para outro: Eu quero fazer agora um ramo na minha árvore. Eu falei do meu avô que queria que eu fosse um homem de bem. Como é que eu vou fazer? Vou inventar agora.

Eu trouxe este exemplar dos *Estatutos do Homem*, que acaba de ser editado fora do Brasil, mas é em português, é bilíngue. As edições comuns aqui têm três idiomas: português, espanhol e inglês. Este é só com Neruda e comigo. Edição muito linda. Eu só trouxe este exemplar. Trouxe um para Paim, este do *Amazonas, Pátria da Água*, e este aqui. Mas para quem é que eu vou dar? Para quem eu vou dar?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. THIAGO DE MELLO – Podem me interromper, sim. É muito importante o que eu vou fazer. E de repente, entrou na sala a luz que me clareou tanto e me ensinou para quem eu vou dar. Eu vou dar para Pedro Simon.

(Palmas.)

E por quê? Porque ele é o mais antigo e, dando a ele eu sei que... Antigo dentro de mim, de todos vocês, de todo o Senado, de todo o Congresso e porque ele reúne e resume as nossas melhores virtudes, de cada um de nós ele resume: é um homem de bem e me dá forças cada vez que o ouço.

(Palmas.)

E é de poesia que estamos tratando. Dou uma notícia e quem sabe muitos companheiros não conhecem. Sabem quando o conheci? Quando ele era prefeito de Caxias do Sul. E sabem o que ele fez? Ele chamou uma comitiva de poetas e de escritores, desde logo do Rio Grande do Sul, de sua terra, mas de São Paulo e do Rio de Janeiro. E, olha, o João Condé me chama para integrar essa comitiva. Eu tinha publicado... Estava com vinte e cinco anos. E que respeito tinha ele? Que interesse em que a juventude conhecesse poesia! Ele inaugurava um grande auditório de uma escola. E eu lembro que entre todas – olha como eu faço ramos na minha árvore -, entre todas estava a atriz Ítala Nandi, que chegou na frente dele, depois que nós falamos – eu não padeço da enfermidade

chamada falsa modéstia, porque é falsa... Depois que eu falei, a Ítala Nandi foi agradecer ao prefeito e disse: "Obrigada, Prefeito Simon, porque eu ouvi esse poema desse poeta lá do Amazonas". E até hoje a Ítala Nandi é uma querida companheira.

Eu vou dar notícias então desse poema que não me pertence e vou talvez fazer algumas revelações. Eu servia à missão diplomática do Brasil, no Chile, no ano de 64, quando veio a ferocidade da ditadura militar. Eu já havia escrito "Faz escuro mas eu canto", não ainda publicado. Outro ramo que eu tenho que fazer, outro parêntese.

Eu ontem patrocinei uma feira de livros em Porto Velho, e uma linda companheira, na juventude dos seus quase oitenta anos, mais de setenta e cinco anos, ela veio me entregar, com as bordas todas queimadas, porque ela recolheu de um incêndio o meu livro "Faz escuro mas eu canto", na Cinelândia do Rio de Janeiro, onde queimaram vários livros editados por Ênio Silveira, esse grande patriota, grande companheiro, na Cinelândia; entre os livros editados por Ênio estava "A canção do amor armado" e estava "Faz escuro mas eu canto". Ela, universitária do Calabouço, ela conseguiu, com as bordas todas queimadas, o vento levou e ela guardou e guardou como uma relíquia até ontem. Isso me dá muita força, como me dá uma força imensa para eu seguir fazendo a minha parte, o poder da delicadeza de Paulo Paim nos reunir aqui. Eu tenho a impressão até que essa delicadeza toda não passa de uma palavra unida de todas vocês para dizerem: Thiago, continua, Thiago, não amolece, faz a tua parte!

E me lembra, que bom que eu estou lembrando, e me lembra de um grande irmão, a palavra de um grande irmão poucos dias, ao redor de uns dez dias antes de morrer, Darcy Ribeiro *(Palmas.)*. Ouçam, entrem nesta Casa. Eu fui vê-lo. Vim lá da floresta e fui vê-lo, querido Darcy. Antes de contar do Darcy, vou contar uma anterior do Darcy. Eu tive – eu não sei quem era uma pessoa de quem eu gostava muito – um piripaque nas coronárias. Eu estava no exílio e vinha da Universidade de San Marcos, convidado pela mais antiga universidade da América Latina, para dirigir um seminário sobre poesia latino-americana, sobre texto poético. Então passei mal das coronárias, fui levado para um hospital e tive realmente uma deficiência coronariana séria, tão moço ainda. Eu faço uma grande diferença entre mocidade e juventude. Podem olhar para mim que eu não sou mais moço, mas a cada dia eu amanheço mais pleno de juventude, para ajudar a mudar.

(Palmas.)

Então o Darcy, que estava no exílio, conseguiu antes, dois anos antes do episódio, voltar, entrar no Brasil para se operar de um câncer no pulmão. E a ditadura, que se exime de qualquer qualidade humana, sobretudo do respeito da ternura humana, exigiu que ele fosse operado num hospital militar e com guardas na porta, como se ele fosse um facínora. Ele foi operado, depois passou para outro hospital.

Eu estava no hospital, era proibida a visita. Mas de madrugada ele conseguiu entrar, o poeta Mário Benedetti, que acaba de partir para as estrelas, ele chegou e disse a mim baixinho: Minhas senhoras, eu vou dizer o que o Darcy falou para mim: "Seu sacana, pára com esse negócio de infarto, você deve ter é câncer. Porque o câncer eu já tive, com infarto a gente morre. E com câncer a gente fica bom e pode olhar a beleza das mulheres".

Sabe o que o Darcy me disse poucos dias antes de morrer? Ele pegou na minha mão, assim devagar, aquela voz poderosa dele, ele falou devagarinho, e disse: Thiago, Thiago, não desanima, não desanima. Faz a tua parte por que um dia o Brasil vai dar certo.

(Palmas.)

Eu transfiro essa palavra do Darcy a cada um de nós, que cresçamos em juventude.

Eu vou voltar onde estava. Eu era diplomata no Chile, quando veio a notícia do golpe. Com poucos dias, chegou uma nota confidencial do Embaixador Vasco Leitão da Cunha, que foi o primeiro chanceler da ditadura, reprimindo cada membro da missão diplomática, de embaixador até o de menor escalão, de ter contato com refugiado que chegasse.

Eu recebo o jornal *Correio da Manhã* em que vejo Gregório Bezerra, na rua do Recife só de calção, o grande líder, e eu não era de partido político nenhum, sendo puxado pelo pescoço – botaram uma corda no pescoço –, por um coronel que eu vou dizer o nome, Ibiapina. Está no livro de Márcio Moreira Alves, o nosso querido Marcito. Ele puxado pelas ruas do Recife. O Julião já havia desaparecido. O Julião que eu pude asilar, depois, numa embaixada.

E menos de uma semana depois, isso já era primeiros dias de maio, um mês depois do golpe, eu vejo no mesmo *Correio da Manhã*, até escrevi um poema, Astrogildo Pereira, o escritor, o grande machadiano, que trazia Machado desde 12 anos, que lia os boletins no *Diário do Rio*. Ele foi ao Cosme Velho, à casa onde Machado de Assis já estava moribundo, foi lá e beijou a mão de Machado de Assis.

Esse homem tinha a melhor biblioteca. Ele escreveu o melhor livro sobre Machado de Assis, na minha opinião – ele e Lúcia Miguel Pereira –, contando da vida desse pobre de morro, que conseguiu ser um dos principais escritores do Brasil, fundador da academia.

Ele estava num catre amarrado – Astrogildo Pereira, era do Partido Comunista – no mesmo quartel onde eu depois fui também conhecer o que era um cárcere.

A indignação exigiu muito de mim, tomou conta de mim. Eu disse: eu não posso servir esse governo. E escrevi minha renúncia ao meu posto. E contra a opinião de dois seres *hermanos* lindos, que já foram para as estrelas e continuam cantando, Salvador Allende e Pablo Neruda *(Palmas.)*, que não quiseram que eu renunciasse. Não facilita o trabalho do inimigo. Mas eu não podia. E renunciei e entreguei ao embaixador que era um democrata, mas era um diplomata que tinha que continuar, tinha a sua carreira, e enviou.

E Vasco Leitão da Cunha, que conhecia os meus poemas na casa de Augusto Frederico Schmidt, do Rio de Janeiro – "Silêncio e Palavra", "Narciso Cego". Ele tinha apreço por mim. Não era nem meu amigo. Ele engavetou o meu pedido de renúncia, o que foi ótimo, como disse Celso Furtado, no seu livro *Ares do Mundo*, que eu pude continuar mais cinco meses, esperando a renúncia. E eu recebi na minha casa, que era a casa onde hoje é a Fundación Pablo Neruda, refugiados e pude ser útil à vida daqueles refugiados. Foram mais de mil refugiados no Chile, entre eles Fernando Henrique e Marcelo Cerqueira.

Marcelo Cerqueira, que me deu de presente no dia do meu aniversário, lá no Leblon, entrou com Pedro Simon. Toma de presente, esse homem é de bem.

Eu chego na Índia e o Presidente da Índia – eu esqueço – vem toma minhas mãos e diz: *what counts is life.* O que vale... Eu nem traduzi: what *counts is life.* Ele tomou minha mão, e eu disse: que bonito!

Mas logo depois veio o cerimonial dizer que ele, no final do encontro... Houve terrível acidente, a explosão de uma fábrica de agrotóxicos – vocês se lembram? – na cidade de Bhopal. E a Índia, esse país místico, respondeu com um congresso de poesia. E me chamaram para representar o Brasil. Então, ele veio dizer que o presidente queria conversar comigo depois, no final do congresso. Nesse instante, ele me disse: ele é seu leitor.

Eu me dei conta "*what counts is life"* é a tradução do primeiro verso dos Estatutos do Homem. Fica o resultado, e agora vale a vida, o que conta é a vida.

Iniciou-se a..., aquela cortina grossa de veludo persa, aqueles tapetes, e apareceu aquele parque Nero, aquele parque imensamente verde, mais de 100 pessoas sentadas no chão. Tinha mulheres, moças, crianças. E começaram a falar... Como eu não entendia nada, ele tinha me chamado, ficou ao meu lado. Ainda bem que ele disse: É o seu poema. E o que mais me comoveu é que as pessoas que ouviam, em vez de dizer bravo, aleluia, ficaram dizendo na língua deles, faziam... Quer dizer: que bom, que bom... Aleluia. Ele anda pelo mundo.

Mas o que me comove muito, porque também está emoldurado, desse lado de cá, é que, na solenidade inaugural da Constituinte, o querido Ulysses me chamou para lhe dizer o poema, com a Orquestra Sinfônica de Brasília, com um grande coral regido por Cláudio Santoro, na Praça dos Três Poderes. E, no final, ele veio e me entregou o primeiro exemplar da Constituinte. Está escrito. E eu mandei ampliar. Eu não sou falso modesto. Mandei ampliar por que ele disse assim: não vou dizer não por que, primeiro, eu sou isso, eu sou aquilo, e me dizia: este poema que vai ajudar a salvar o Brasil. Botou salvar. *(Palmas.)*

Pois bem, eu tenho que falar dos direitos humanos agora mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fale o tempo que quiser, sobre o que quiser.

O SR. THIAGO DE MELLO – Não. Então, eu vou concluir.

Eu me comovo, me dá força ouvir tudo que eu ouvi.

Daqui a pouco vou falar de mãos dadas com João Pedro – ele está ali, mas estou de mãos dadas –, por que eu vou falar dos direitos humanos.

Ulysses, com a dedicatória daquela noite, seja em Itacoatiara, seja em Viena, de onde eu estou chegando e onde um artista maravilhoso, grande pintor, que tem obra em todos os museus Underwaser, que em alemão quer dizer sem águas, que planta árvores em colégios, planta árvores em avenidas, para salvar a floresta Amazônica, tema que vai ser meu para terminar, ele fala deste poema como sendo o poema que vai contribuir para formação de um novo tempo.

Pois vou dizer para vocês todos o que eu acho, meus companheiros: não vai ajudar não, porque ele é só um poema, é só metáfora, assim como os direitos humanos são só uma declaração e por isso nem o meu poema vai prevalecer e nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevalece até hoje. Sofro porque li e ganhei e fiquei tão feliz quando corajosamente Austregésilo de Athayde, o único brasileiro que ajudou na redação da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas nos deu de presente uma cópia da declaração, quando nem havia aquele livrinho tão bonito que primeiro que foi editado.

Quando cheguei no capítulo dois eu pensei: que maravilha, todo mundo vai ter direito ao trabalho e tem direito a comer. Já naquele tempo, antes do *Faz escuro mas eu canto*, antes da *Canção do Amor Armado*, da *Poesia Comprometida com a minha e a tua vida*, dos *Estatutos do Homem*, o meu pensamento já era nas crianças da floresta, no sonho escuro da criança que dorme com fome. É só uma declaração, são só pala-

vras. É preciso que a declaração, esse pequeno estatuto, seja um dia transformado com carne, com o peso, com o aço da lei. Isso está nas mãos de vocês, está nas mãos do povo no dia em que o povo brasileiro não vender mais voto, porque criminoso é quem compra.

O Dr. Hadmar Cruz, meu doutor gostava de mim e não quer que tenha emoções fortes. Devo dizer, quero dizer, tenho precisão de dizer, que acredito que essa Comissão de Direitos vai fazer ajudar com que prevaleça não a preservação da floresta, causa a qual me consagro faz tempo e não porque seja filho da floresta. A partir deste instante, quem está falando com vocês é o filho da floresta não é o poeta conhecido. Um parêntese rápido: estão me chamando de grande poeta, outros chamam de poeta maior. Quero que vocês me emprestem a medida de vocês, a métrica, que é grande, é maior. É poeta. Tu, companheiro, somos todos poetas. Cada qual tem suas predileções. Aquele poema que entra em ti e ajude a dar força, como a Unicamp recentemente organizou, junto com a UNESCO, Secretaria de Meio Ambiente e reitoria, um grande encontro chamado Sustentabilidade, que se usa muito agora, palavra que ninguém sabe direito o que é, desenvolvimento sustentável e me chamaram para falar, para encerrar falando sobre a Amazônia. Não a preservação, depois do aquecimento da Terra, do Planeta, nós queimamos o Planeta. Esse animal humano, o mais belo filho, o mais ilustre da natureza, o único a quem a vida deu o direito de pensar, querer saber a raiz das coisas, a razão do que acontece e que tem o direito de escolher. Pois esse ser humano se transformou em desumano. Pela cobiça, pela ganância, pelo egoísmo se transformou num ser ímpio, cruel, perverso e quis matar o maior manancial de vida. Não defendo a floresta e nem o João Pedro que está aqui meu irmão, porque é o pedaço mais verde do planeta. Quando digo no *Estatutos dos Homens* "as janelas fiquem abertas todo o dia para o verde, para a floresta, onde está a esperança". Está a esperança porque é o maior manancial de vida do planeta, a maior biodiversidade, maior quantidade de vida, de coisas vivas.

(Palmas.)

Saí de um lugar e fui para o outro mas estou dentro da floresta. Por que os direitos humanos têm maior importância, a meu juízo, do que Comissão de Meio Ambiente? A Comissão de Meio Ambiente não tem autoridade, não tem poder. Vou dizer agora de outra maneira: a Declaração Universal dos Direitos do Homem não tem poder político para impor, não tem lei, não tem punição para quem não fizer. Pois o IBAMA não exigiu de Belo Monte, para fazer a usina, quarenta condições e nem vinte delas foram atendidas e já está dando autorização para fazer. Isso desmoraliza a própria grandeza, a dignidade da alma do Congresso.

(Palmas.)

Olha, não sou candidato a nada não.

Vocês querem saber o meu amor pela floresta? A minha indignação por tudo que está aí? Vou dizer duas coisas: uma minha e outra... E acho formidável se alguém não gostar, acho formidável, porque é assim mesmo a democracia de pensamento.

Estive para ser fuzilado no Chile quando Pinochet caiu, porque trabalhei com Allende e o meu último gesto romântico eu cometi na minha despedida no Chile, Paulo. A esposa de Allende, Hortensia, tinha um programa parecido com esse Roda Viva, na TV Nacional do Chile e me chamou e ia voltar dias depois. Primeiro, tinha feito um grande artigo no jornal dizendo: "se ali não te querem, a tua pátria, fica aqui onde tu tens..." Então, ela pergunta nessa roda viva na televisão: "*Mi poeta querido, Thiago, por que vas a volver se não eres persona grata de la ditadura*?" Sabem o que respondi e que nunca mais vou errar tanto: vou voltar para lutar contra a ditadura.

(Palmas.)

Voltei no avião da Varig e eles fizeram muito bem e faria o mesmo se fosse um gorila fascista, sei lá. Eu faria o mesmo: prenderam-me na porta do avião. "Você veio lutar? Então venha".

Muito bem, então fiquei lá, fiquei quase três anos, fui preso pela primeira vez junto com oito companheiros e deles todos só estamos vivos o Coni e eu. O Marcílio já se foi, Glauber Rocha já se foi, o Flávio Rangel, o Embaixador Jaime Rodrigues, enfim, todos, quando fizemos uma manifestação, em frente ao Hotel Glória, os famosos nove da Glória, a primeira manifestação que fizemos só nove, organizado tão secretamente que o querido Otto Maria Carpeaux ficou zangado porque não foi convidado para participar. Abrimos e pintamos madrugada: "Abaixo a ditadura e viva a liberdade!" Mas dois de nós se exaltaram, estava no meio deles, e, debaixo da ditadura, no instante, Castello Branco e Dean Rusk, o Secretário de Estado norte-americano iam entrando, chegaram a entrar no Hotel Glória, nós gritamos: "Ditador filho da puta". Então, vem o segurança e, como eu tinha, meu cabelo era bem maior, me acharam com a minha cara que eu era o líder, não sei o que que tem, deram em cima de mim, torciam meus dedos, assim, e chamaram um soldado: "leva, tira esse homem daqui, tira esse homem daqui". Levaram-me para lá, e os oito, depois vim a saber... Acontece que eles foram me levando pela frente do Hotel Glória, pelo Aterro do Flamengo e parou onde estava a polícia. Ele disse: agora, vamos... Eu digo: não, vocês já cumpriram a ordem dele, tira daqui, você já me tirou de lá. E

olha, outra coisa, comecei a conscientizar o soldado. Olha, nós estávamos lá gritando a favor dos filhos de vocês, do futuro, da educação, da saúde, para mudar, rapaz, faz tu também a tua parte. Tá bem, vou embora. Dei a mão para ele, me deu a mão e disse até logo e saí correndo. E fiquei... Os outros foram de camburão direto para a polícia, fiquei dois dias soltos. Foi ótimo que eu pude dar notícia, até para a BBC dei entrevista contando a ditadura, mas paguei um preço caro, porque os oito ficaram juntos numa cela grandona. Eu entrei, fui, apresentei-me ao quartel: vim aqui para ser preso, sou o Thiago de Mello. Então, me levaram para a cela. Cinco minutos depois, foi até bonito, os oito companheiros me receberam, batendo palma para mim, me abraça. Chegou o coronel, me tirou, disse: não ele vai para uma cela especial. E nessa cela, vi que eu já estava... Me deu força aquela visão: "Poxa, se estou preso é porque..." E me deu uma força especial. Porque eu estava escrevendo com uma linguagem e recomendo a todos ao companheiros poetas que estão aqui, que é nosso dever. Mas, companheiro, você quer dar lição para a gente? Não, estou dizendo que acho que devemos... Falo isso na Alemanha, fala isso em Viena, falo isso na França, falo no Chile, vou falar, agora, dia 12, estou convidado pela terceira vez, mais importante, não é Paraty, que é tudo comércio de editor, é o Congresso Internacional de Medelín. Vou tornar a dizer: o nosso dever é escrever com uma linguagem como tu escreves, há que ser uma linguagem acessível cada dia mais a um número maior de pessoas, ao leitor comum.

(*Palmas*.)

Não escrevo para iniciados, para gente que fez mestrado ou para quem estudou Letras ou tem curso universitário.

A alegria que me deu, Roberto Marinho – sempre o chamo de Roberto... Eu comecei em *O Globo* minha crônica diária, onde *O Globo* dizia que o canto dos pássaros é feio, no Editorial, e, no dia seguinte, na minha crônica diária, chamada *Contraponto do Globo*, eu, com 24 anos, eu escrevia: Que coisa linda o canto dos pássaros! E assinava. Sempre fui assim.

O maior manancial de vida do planeta vinha sendo desmatado pela ferocidade do capitalismo, os empresários poderosos, apoiados por muitos brasileiros eleitos pelo povo, e se tratava por alguns que são numerosos, e cada dia mais numerosos, somos muito poucos, de preservar a floresta que, para mim, sempre foi, eu já disse isso em três livros e digo neste aqui – *Amazonas, Pátria da Água*: a preservação da floresta só tem sentido se servir à elevação da qualidade da vida do povo que vive nela e depende dela.

(*Palmas*.)

Por isso, desmatar floresta, queimar a floresta, essa floresta que é única no mundo, onde chove três vezes, tem um grande temporal, mas aquele grande colchão verde acumula a chuva ali dentro, deixa passar um pouco, entranha embaixo dela, deixa passar. Aí, acaba a chuva e continua chovendo. As plantinhas lá embaixo, as 11 horas, as plantinhas, e aqueles animaizinhos pequenininhos, ficam contentes, e continua chovendo devagarzinho, aí, para de chover, e a água que estava aqui, é o fenômeno da Eva por transpiração, como vocês sabem, o calor vem, ela se transforma em vapor d'água, vira nuvem e, depois, chove outra vez, é a chuva que o Amazonas fez. Esse manancial que é tão bom! Como a floresta é bondosa! Ela absorve o gás carbônico das queimadas dela própria, aquela fumaça cheia de gás, ela absorve. Por isso, os troncos, os âmagos das nossas árvores são como aço de tanto gás carbônico. O gás, o CO_2 que sai do cano de descarga de cada automóvel das cidades da floresta, ela reduz para não subir, essa floresta que, anualmente, nos últimos anos, porque tem a média, ela, pelo menos, são 50 milhões de metros quadrados de floresta que são devorados pela ferocidade humana. Para nós, que moramos lá, isso aprendemos, não precisa ir nos livros, o livro diz claro, a floresta é esta sala, queimou aqui, o resultado está sentindo lá. Mas queimar a floresta atinge a vida das crianças, atinge a vida dos ribeirinhos, atinge a vida das águas. E, no entanto, preciso concluir, porque senão, começo a, quero falar bem brando, por que os homens têm que lutar por seus direitos? Porque a vida do povo, são milhões de pessoas que dependem da floresta. E, neste instante em que a Câmara aprova o Código Florestal, que favorece e induz ao desmatamento, nesse instante em que vem para o Senado, onde está sendo discutida a Comissão da Verdade, simultaneamente, discute a anistia para certos agricultores, além de insensatos e ferozes da queima, para boi, para arroz, assim, assim, precisão tem muita, tem muito governante dos países amazônicos que têm fazenda fora do Amazonas, que se cogita também de anistia como foram anistiados os torturadores. Será que não é uma analogia perigosa, muito estranha? Porque são torturadores os que queimam a floresta, são torturadores sabem de quem? Das crianças que ainda vão nascer, torturadores da vida.

Peço, faço questão de um esclarecimento, o Drummond ensinou: "Como são tristes as coisas, e como são tristes as palavras consideradas e vividas sem ênfase!" Essa minha veemência, quero que aceitem como a convicção que tenho de que estou certo porque estou falando em nome das crianças que dormem com fome na minha floresta e estou com medo pelas minhas árvores, aquela fonte de vida que ferve, que

não é o pulmão do mundo, isso foi um erro da ciência. Ela, ao invés de ser amada... Há cientista maravilhoso, estrangeiro, que dizia, e está no seu livro: o que o Governo brasileiro devia fazer era a união com organismos internacionais, dentro das Nações Unidas, para instalar, com microscópios muito poderosos, redes de pesquisa dentro da floresta para conhecer as virtudes dos princípios químicos ativos dos nossos vegetais, porque, às vezes, num pistilo, numa pétala, numa casca, numa raiz, pode estar a cura de doenças consideradas incuráveis.

Quando estive em Estocolmo estavam pesquisando, estudando, a Unha de Gato, essa casca da raiz, e garantindo... Olha outra vez o pesquisador da Suécia, que era leitor dos *Estatutos do Homem* lá na língua deles e queria mudar de assunto, queria falar da literatura. E eu disse: não, vamos falar da sua ciência, me ensina. Pesquisando a Unha de Gato. Os predadores são torturadores, e agora esse mesmo Código quer anistiar.

Vou terminar, estou muito emocionado. Não vou agradecer a vocês, porque ninguém agradece por amor. É um gesto de amor, é um gesto solidário, é solidariedade, é ternura humana, é atenção. Esse verbo, atender, é lindo, dar atenção a ti, dar atenção a uma criança... A solidariedade, a atenção, a ternura, o carinho... As pessoas têm vergonha da ternura. Essas virtudes humanas estão tão ameaçadas, hoje, quanto certos pássaros da nossa floresta.

Vou terminar fazendo um pedido a cada um de vocês. Faço um pedido ao Senado por um pacto de amor. Quero propor ao Senado brasileiro um pacto de amor com a floresta amazônica, com a vida do povo da floresta.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qualquer palavra agora se perde no vento e no espaço. Então, a melhor coisa é o Coral do Senado fazer uma pequena homenagem a Thiago de Mello.

Então, peço ao Coral do Senado que faça essa homenagem. Após a apresentação do Coral, nós encerrarmos esta audiência pública.´

Só peço a todos que aguardem, pois, logo após o Coral, a quem agradeço muito, pois fez questão de estar aqui para fazer esta homenagem ao Poeta sem fronteiras,

Coral do Senado que comanda até o encerramento da reunião.

A SRA. *(Não identificada.) – (Intervenção fora do microfone.)* Bom dia, é um prazer enorme estarmos aqui. Nós não temos o Coral todo, por questões de trabalho, mas estamos aqui com a representação do Coral para participar com vocês desta comemoração. Agradecemos o convite e a oportunidade de participar.

Aqui estamos com o coração, a mente e a alma, com todo prazer, participando desta homenagem ao nosso querido escritor, Thiago de Mello.

Apresentamos *Coisa mais Linda*, de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes, *Paz do meu amor*, de Luiz Vieira, e *Se todos fossem iguais a você*, de Tom Jobim e Vinícius de Morais. E, assim, lembramos o quanto a nossa poesia é linda e cheia de amor, de vida. É uma suíte, que é um quadro dessas três músicas.

Bom dia a todos.

Muito obrigada.

(Procede-se à execução das peças musicais.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este encerramento foi brilhante. Como seria tudo diferente Se *todos no mundo fossem iguais a você*, iguais a Thiago de Mello. (Palmas)

Neste momento, Senador Simon, ele quer lhe entregar um livro, entregou um a mim também. O meu livro chama-se *Amazonas, pátria da água*. Faço questão que o Senhor leia a dedicatória que ele lhe escreveu ou ele mesmo o faça.

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* O comunismo não acabou, é mentira deles...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) - Por favor, aguarde um pouquinho, é um momento especial.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – "*Para o meu querido Pedro Simon, homem de bem a quem tanto devo para caminhar cantando a esperança. Um abraço solidário".*

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Recebi o livro *Amazonas, pátria da água*. Ele assim dedicou:

"*Para Paulo Paim*, *companheiro de esperança, deixo a minha confiança de que a sua luz aqui no Senado abrirá caminho para a chegada dos direitos humanos, à vida das crianças, das florestas. Um abraço solidário do seu sempre amigo, Thiago de Mello*".

(*Palmas*.)

Eu queria convidar os Senadores que estão aqui presentes, a gente não colocou a data porque vamos assinar em conjunto.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDH

Nos termos do art. 199 do nosso Regimento, requeremos a realização de sessão especial do Senado no dia 16 de março de 2012, destinada a homenagear o Dia Nacional da Poesia, celebrado atualmente no dia 14 de março.

Se todos concordarem, os Senadores assinam e, no próximo ano, será no plenário do Senado. Só não será no dia 14 porque, se não me engano, cai num sábado. Eu também queria, fazendo os encaminhamentos finais...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Thiago vai estar presente nesta data?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está convocado, vai estar presente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Combinou com ele a data?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está combinado, ele vai ter de estar presente, nós vamos buscá-lo nem que seja de avião. Então, se os Senadores puderem assinar para podermos encaminhar... Eu queria também dizer que a outra proposta que nós vamos receber é para a regulamentação da profissão de escritor. A entidade vai encaminhar. Peço aos Senadores que, antes que saiam, assinem. Quero também informar, Thiago, que o mês de março é também a data do aniversário do nosso Thiago de Mello, é no dia 30 de março. Em homenagem a Thiago de Mello, vamos propor, via Comissão de Direitos Humanos, um projeto, aqui no Senado, de que o mês de março seja o mês da poesia, em homenagem a Thiago de Mello.

(*Palmas*.)

Em nome da Comissão de Direitos Humanos vamos encaminhar uma lei em homenagem a Thiago de Mello. Meus amigos, tudo que eu disser agora, os meus poemas, o que preparei para encerrar aqui, tudo ficou paradinho para outro momento, porque a fala do nosso Poeta sem fronteiras, permita que eu diga isso, Thiago de Mello, foi de mexer com todas as nossas emoções.

Thiago, só posso encerrar dizendo muito obrigado. Como é bom encerrar dizendo: que bom que no mundo existem pessoas iguais a você.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE JUNHO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira.** O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 17, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/03/11, **"para discutir uma proposta de regulamentação de combustível e Biocombustível no Brasil".** Convidados: Rutelly Marques da Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; José Carlos Ulhoa Fonseca, Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS; Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM; Antônio Porcino Sobrinho, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO; Carlos César L. Nitão, Assessor de Imprensa - FENEPOSPETRO; José Augusto da Silva Filho, Diretor, 1º Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC; Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FEPOSPETRO; Charles Guerreiro, Coordenador do Movimento de Combate a Cartelização dos Combustíveis no DF; José Alberto Paiva Gouveia, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo – SINCOPETRO; e Ângelo Martins, Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – SINTRAPOSTO – RS. Fazem uso da Palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Ataídes de Oliveira e Wilson Santiago. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares,** a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Nos termos do Requerimento nº 17, de 2011, CDH, deste Senador e de outros, estamos aqui para discutir a questão dos combustíveis e biocombustíveis no Brasil e o mundo do trabalho, ou seja, as relações do trabalho.

Nós convidamos para esta audiência pública, inúmeros painelistas. Como a mesa aqui não permite mais do que quatro, vou fazer blocos de quatro e, provavelmente, serão necessárias duas mesas.

Então, de imediato, eu convido para a mesa, pela ordem que tenho aqui, o Sr. Rutelly Marques da Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Convidamos também o Sr. Antônio Porcino Sobrinho – Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – Fenepospetro. Convidamos também o Sr. José Carlos Ulhôa Fonseca – Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes; Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes. Depois virá para a mesa ainda, o Sr. Luiz de Souza Arraes, Presidente Geral da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, e também Charles Guerreiro, Coordenador do Movimento de Combate a Cartelização dos Combustíveis no DF, e ainda o Sr. Ângelo Martins, Sindipostos – RS.

Nós já estamos com quatro convidados à mesa. Os quatro falam, eles retornam para a primeira mesa, e falam outros quatro. Eu quero só dizer que aqui não tem preferência na primeira ou na segunda mesa. Eu estou seguindo a ordem simplesmente de chegada, de acordo com a nossa Secretaria. Os quatro falam, retornam para a primeira mesa e outros quatro assumem aqui, num segundo momento.

Deixe-me resumir, rapidamente, para vocês, embora eu tenha aqui todo um material que justifica o motivo dessa audiência pública, que o principal motivo desta audiência pública, em que os nossos convidados vão expor naturalmente o seu ponto de vista, passa principalmente pelas condições de trabalho dos frentistas, pelas informações que recebi. Aí vão discutir a questão do piso e, naturalmente, avançarão na questão da própria regulamentação do setor, na visão tanto do governo como dos empresários e dos trabalhadores.

Em resumo, desde a aprovação do Fundo Social do Pré-sal, que trata da destinação dos recursos para as áreas de – então tem tudo a ver com direitos humanos – educação, combate à pobreza, ciência, tecnologia, saúde, cultura, meio ambiente, previdência. São todos temas relativos ao interesse dos direitos humanos.

Para ganhar tempo, eu não vou ler toda a contribuição que eu recebi aqui da assessoria sobre o tema, vamos, de imediato, passar a palavra para os nossos convidados. Mas, antes, de iniciar o nosso debate, queria aproveitar o momento para agradecer muito àqueles que organizaram...

Meus amigos, eu estou iniciando a audiência pública. Deixem a moçada fazer a filmagem, porque estão fazendo a meu pedido. Tudo o que for dito aqui não é segredo, pessoal, a TV Senado está passando ao vivo para todo o Brasil. Isso aqui é ao vivo. Desde as nove horas nós estamos no ar, ao vivo, para todo o Brasil. Então, quem quiser filmar, fotografar, fique bem à vontade.

Eu quero agradecer aqui ao setor daqueles que atuam no transporte terrestre no Brasil. Eu estive em São Paulo, neste fim de semana, com o representante do setor de transporte rodoviário de cargas e também de passageiros, numa audiência pública, na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde discutimos o Estatuto do Motorista. Esteve comigo lá, como meu convidado, o Senador de São Paulo, Eduardo Suplicy, e depois estiveram como convidados e painelistas José Araújo Silva, China, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros, Unicam; Flávio Benatti, representante da Confederação Nacional dos Empresários do Transporte; pela CNT, esteve também o Luís Festino, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre; esteve também CNTTT; Luís Alberto Mincarone, Secretário do Grupo de Trabalho do Movimento Pró-Estatuto dos Caminhoneiros.

Lembro aqui rapidamente e cumprimento o Mincarone, que é responsável também por um setor do empresariado brasileiro que ele afirmou, na audiência pública, que estamos começando e – uma frase que é dele –, "com o andar da carruagem, vamos amadurecendo as ideias para construir o Estatuto do Motorista.

O Estatuto do Motorista propõe a regulamentação da profissão, garantindo a aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, a jornada de trabalho regulamentada, entre tantos outros direitos, como também o piso salarial.

Eu reafirmei na minha fala que o Estatuto do Motorista vai diminuir os conflitos entre empregados e empregadores, bem como ajudar na melhoria das condições de vida e de trabalho dos nossos motoristas. Visa, também, claro, combater os acidentes no trânsito.

O Estatuto do Motorista vai ser um verdadeiro pacto pela vida, como já disse o próprio Ministro da Saúde, numa campanha que ele lançou para combater os acidentes no trânsito.

O evento na capital paulista foi o segundo encontro regional de uma série que estamos fazendo

em todo o País. O primeiro foi em Curitiba, o próximo será uma audiência pública em Cuiabá – MT e depois teremos uma em Porto Alegre, no dia 15 de julho, na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – Fiergs, e lá vai haver também o debate sobre o Estatuto do Motorista e o Mercosul.

Eu só dou essa informação, agradecendo a todos. Quero, ao mesmo tempo, dizer que lamentamos o mal entendido que houve em São Paulo, porque eu tinha acertado que faria também um debate com os aposentados que seria na própria Assembleia Legislativa, porque eu me comprometi, inclusive, com suspender o almoço, para que houvesse também esse debate em Porto Alegre, mas um setor dos aposentados, de uma entidade, preferia que fosse na sua sede.

Enfim, não houve o acordo. Eles estavam montando os dois eventos, e o debate não houve, mas, de pronto, eu quero me colocar totalmente à disposição para debater qualquer tema em qualquer parte do País, mas esses dois com muito carinho, naturalmente, junto com o debate das 40 horas, que é uma proposta de minha autoria e do Senador Inácio Arruda, como também o Estatuto do Motorista, como o fim do fator previdenciário, como o reajuste dos aposentados, como o fim da tal de alta programada. Eu repito aqui, de público, que eu estou inteiramente à disposição, até porque todos esses projetos são de minha autoria e, se são de minha autoria, eu tenho mais que debater os projetos com toda a sociedade. Se houve um equívoco na montagem do painel da tarde, a gente lamenta, mas me coloco totalmente à disposição.

Agradeço a Cobap, ao Warley Martins, que soltou uma nota nesta mesma sexta-feira, dizendo que estavam totalmente à disposição de fazer o debate na Assembleia, se for necessário, ou onde for junto com este Parlamentar.

Obrigado, Warley Martins, Presidente da Cobap, pelo apoio que tem dado a esse debate e a importância que é acabarmos com o fator e termos uma política de valorização dos benefícios dos aposentados. Quero só dizer que todos esses projetos, que nós já aprovamos aqui, no Senado, estão na Câmara dos Deputados.

Queremos fazer a mesma coisa com o Estatuto do Motorista, fazer com que o Estatuto do Motorista, já aprovado aqui, vá para a Câmara dos Deputados.

Com essas informações, nós vamos, agora, ao nosso debate da manhã de hoje, de um tema tão importante.

Eu passarei a palavra por dez minutos, com cinco de tolerância, para cada um dos convidados, e repito para todos: não se preocupem, porque quem veio primeiro para a mesa é quem vem em segundo lugar. O espaço e o tempo são os mesmos para todos. Falarão quatro. Os quatro falam, o debate não inicia, os quatro voltam para o plenário e outros quatro assumem na mesa.

Se alguém tiver alguma dúvida, é só olhar a relação dos convidados, que está aqui comigo, para ver se o seu nome está contemplado.

Então, de imediato, passo a palavra ao Sr. Rutelly Marques da Silva, Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, para falar sobre o tema pelo tempo que entender necessário.

Em seguida, vai falar o José Carlos Ulhôa.

O SR. RUTTELY MARQUES DA SILVA – Bom-dia a todos, bom-dia, Senador. É uma honra estar aqui, nesta sessão, e espero que eu possa contribuir, em nome do Ministério da Fazenda, com as questões que serão colocadas aqui.

Pela pauta, a gente tem uma série de temas e vou procurar me deter naquele tema com o qual a Secretaria de Acompanhamento Econômico tem mais relação.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico é o órgão do Ministério da Fazenda que trata das questões de concorrência e de regulação econômica. Então, até mesmo em virtude disso, eu pretendo focar a minha fala e pretendo ser sucinto, breve, na questão da regulação do etanol.

Pois bem, a regulamentação do etanol, que está sendo discutida agora, tem origem na MP 532, editada neste ano, que, definitivamente, coloca o etanol como combustível.

Desde a década de 70, o etanol convive de forma proeminente e destacada na matriz energética brasileira. Isso começou com o Proálcool – não vou relembrar aqui, porque, certamente, todos têm um bom conhecimento disso – e, desde então, o álcool avançou bastante na matriz energética. Passou por um período difícil e teve um novo dinamismo a partir do lançamento dos carros *flex*, não é? Com o lançamento dos veículos *flex*, o etanol, definitivamente, entrou para valer na matriz energética brasileira. O Alísio está aqui e tem mais dados a esse respeito, a respeito do consumo de etanol e gasolina. Enfim, passou a ter um destaque grande.

Por conta disso, era mais do natural que o etanol passasse a ser tratado como um combustível. Até a Medida 532, ele era combustível, mas não era tratado como tal. Trata-se de um passo importante e esperado, por quê? Porque qualquer país do mundo, para ter um produto como combustível, precisa de certas garantias.

O combustível é uma das bases da economia, então, a economia não gira se não tiver combustível, não é? Até por conta disso, era natural a MP 532, dando poderes para a agência reguladora, no caso, a

ANP, regular e regulamentar esse mercado, com vistas a dar mais segurança ao abastecimento no mercado de etanol.

Por que isso é importante? Porque é meio que senso comum, qualquer consumidor nota isso perfeitamente. Esse mercado, o mercado de etanol, tem falhas. Há uma falha de mercado que faz com que seja necessária uma regulamentação para mitigar os efeitos negativos dessa falha.

Como o etanol tem base na produção de cana, no caso brasileiro, e a sua produção é datada, num determinado período do ano, isso faz com que toda a produção seja despejada no mercado num determinado período. Só que há um interesse de que a oferta de etanol seja paulatina, por quê? Porque, senão, teremos períodos em que há uma oferta grande do produto e períodos em que a oferta se torna muito escassa.

Então, há uma falha de mercado que impede que a oferta de etanol seja melhor distribuída ao longo do tempo.

Então, é mais do que natural que a agência reguladora busque mecanismos para evitar que essa concentração da oferta ocorra. Então, ela está buscando, agora, e já colocou em audiência pública duas resoluções, que são passos importantes para tentar mitigar os efeitos negativos dessa falha.

Fruto dessa concentração da oferta em um determinado período do ano, nós temos uma variação de preços muito grande. A amplitude do preço de safra e entressafra é grande, e é tão maior quanto mais difícil for o cenário de entressafra. Então, os consumidores não gostam disso, os produtores não gostam, as distribuidoras não gostam, os revendedores de combustíveis não gostam, o Governo não gosta, ninguém gosta. Então, a gente acredita que também é um tema a ser tratado pela agência reguladora.

Nessa questão da regulação, e como órgão que acompanha as questões regulatórias, eu queria chamar a atenção para duas coisas que são importantes: qualquer regulação, qualquer regra impõe um custo à sociedade. Qualquer obrigação gera um custo. Não estou dizendo com isso que, por conta desse custo, a gente deva abandonar qualquer regulamentação, não é isso, mas, no processo de regulamentação e de regulação do mercado, é preciso que os agentes, tanto o regulador, como o regulado e também os consumidores, tenham ciência do custo, desse custo. Por que é importante? Porque será a partir da ciência desse custo que nós conseguiremos avaliar se os benefícios trazidos por essa regulação são suficientes para compensar essa intervenção.

Então, até por isso, é importante que, nesse processo de regulamentação da MP 532 por parte da ANP, esteja claro qual é o objetivo da Agência com cada norma que ela submete a audiência pública. Qual é o objetivo? O que ela busca corrigir? Qual dano ela busca evitar? Quais são os custos dessa intervenção? Qual o benefício que essa intervenção pode trazer?

Sem isso, a gente corre o risco de implementar uma regulação falha, defeituosa e que desagrade boa parte dos agentes. Aí, com agentes, estou falando não só de agente privado, que produz, que distribui, que revende. São todos: o consumidor, o próprio Governo, porque isso tem reflexo na política pública.

Então, acho importante ter ciência disso sempre que houver uma regulação, uma norma em discussão, e a audiência pública é o instrumento adequado para isso, porque, nesse ambiente, os agentes discutem, debatem, criticam, de forma que a agência tenha mais condições de propor uma regulação efetiva, eficaz e mais eficiente, menos onerosa para a sociedade.

As outras questões, também, que é preciso avaliar, por parte da Agência – e tenho certeza de que serão avaliadas –, são as questões relacionadas à concorrência. A gente precisa ter muito cuidado, porque não são raros os casos em que uma norma – e, aí, estou me referindo seja a resolução de agência, decreto, lei – restringe a concorrência. E por que esse cuidado é importante? Porque a restrição à concorrência tem efeitos nefastos sobre o consumidor. Por quê? Porque cria poder de mercado para determinados agentes, pode criar ou reforçar, com reflexo nos preços. Então, o consumidor acaba pagando mais caro se uma norma a ser editada por qualquer órgão público restringir a concorrência. Até mesmo por conta disso, é preciso ter muita clareza de quais são os benefícios dessa norma.

Nesse nosso acompanhamento dos vários setores regulados, que a Secretaria acompanha, nós prestamos muita atenção nisto: essa regulação... Qual o objetivo dela? Ela está bem direcionada, ela busca solucionar... Qual o problema que ela busca solucionar? Ela traz a melhor alternativa? Foram avaliadas alternativas? Por que uma determinada alternativa foi preterida? A gente busca, com isso, garantir uma regulação mais eficiente.

Outra questão é a da concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco minutos...

O SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA – Tudo bem, Senador. Obrigado.

Essa norma restringe a concorrência? São aspectos importantes na nossa avaliação e acho que, nesse processo de regulamentação, são dois aspectos que precisam ser observados. Eu tenho certeza de que a agência reguladora observará isso.

Senador, encerro por aqui. Procurei focar os pontos de nossa atuação e deixo o tempo mais livre para perguntas. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Rutelly Marques da Silva, Secretário Adjunto de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Primeiro, quero cumprimentá-lo por sua presença. A gente nota que, às vezes, convidamos alguns setores da sociedade (não vou falar se é da área privada ou a do Governo) e, simplesmente, eles não vêm ao debate, não vêm dialogar, não vêm conversar. Por isso, meus cumprimentos a V. Exª que está aqui aberto ao diálogo para ouvir as lideranças dos trabalhadores, dos empreendedores; enfim, dos empregadores e tentarem juntos construir o melhor para a sociedade brasileira. Meus cumprimentos a V. Sª.

Eu passo a palavra, neste momento, a José Carlos Ulhôa Fonseca, Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes.

Quando acender a luz verde, está funcionando.

O SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – Um bom-dia. Cumprimento a Mesa e às demais autoridades em nome do Exmº Sr. Senador Paulo Paim, parabenizando-o por esta iniciativa e trazendo por mim um abraço do Adão, seu companheiro do Rio Grande do Sul.

Ao perceber o enfoque específico e a expectativa deste público, eu resolvi modificar algumas coisas. Nós temos, evidentemente, uma apresentação da Federação, mas vou tentar ser breve, apenas com um quadro referenciador de todos os sindicatos do País. Representa 34 sindicatos, filiado à Federação Nacional do Comércio, Bens de Serviço e Turismo. Os agentes que atuam nesse mercado, nós temos 15 refinarias, 427 usinas de etanol, 40.170 revendedores e 23 distribuidores de LP, 38.148 postos de serviços, 370 TRR – Transportes Retalistas de Diesel, 211 distribuidores de combustível líquido e 68 produtores de biodiesel, atualmente.

Aí, nós temos uma cadeia de comercialização, apenas para se entender todo processo para se chegar à bomba, ou seja, a ponta do *iceberg*, que somos nós, é fundamental que o público conheça. Nós temos a extração da gasolina na refinaria, seu processamento e sua distribuição. Do lado do álcool, as usinas que, a partir daí, com sua modificação – esse item será bem abordado por Alísio, nosso companheiro do Sindicom –, são colocadas para os postos de combustíveis e há o consumo efetivo. Nesta expressão: "livres em toda cadeia" não há nenhuma regulamentação que tabele esse valor – ainda bem! Somos um País livre nesse contesto e eu acho fundamental.

Nós temos a composição de preço ao consumidor em valores macro. De ICMS, 26%, o custo da produção do anidro, 22%, preço (não estou conseguindo ler) da Petrobras, 28%, e a composição de tributos diretos... Eu costumo dizer, muito claramente, deixando óbvio que nós temos uma coisa que a gente enxerga na hora em que a gente recebe a nota fiscal das distribuidoras. Do lado federal: o CID, PIS e Cofins e, do lado estadual, o ICMS.

Convém observar, antes de nós abordarmos isso, o problema de margens, Senador e demais autoridades e público presentes, quando eu falo de impostos indiretos, nós temos aí, de nossa margem de revenda, que os postos recebem, pagamentos – e muito – de impostos, taxas e tributos indiretos. Ou seja, para que um posto de gasolina possa se sustentar e operacionalizar seu papel para a sociedade, ele tem muito imposto embutido nisso aí. Quando se fala – e eu louvo, evidentemente, porque reivindicações são sempre a ser discutidas – em pisos salariais, melhorias salariais, evidentemente nós temos de buscar esse contexto para a população brasileira como um todo, para todo o trabalhador. Mas nós não podemos esquecer que nosso tributo é altíssimo, direto e indireto. Quando nós pagamos um funcionário, haveria uma necessidade evidente – e aí há uma proposta que se está discutindo há muito tempo – de uma revisão tributária profunda em nosso segmento, particularmente neste caso, neste contexto deste ambiente aqui: a desoneração da folha de pagamento. É fundamental que a gente veja com esses olhos.

Aí nós temos um comparativo de faturamento, entre 2009 e 2010, dos quatro combustíveis básicos: GLP, diesel, gasolina e etanol nos quais tivemos um incremento na ordem de 12% de faturamento no período de 2009 para 2010. Na arrecadação tributária, efetivamente... Obviamente, em função do próprio aumento da comercialização, isso deveria – como aconteceu – refletir na arrecadação tributária: de R$57 bilhões para R$64 bilhões, um aumento de 22,6% nesses produtos.

A composição do preço em 2010.

Nós temos aí: diesel, gasolina e etanol. São os diversos percentuais que compõem nossa margem. No diesel, frete 2%; biodiesel, 5%... Evidentemente, esses são dados médios e variam de cada Estado. Biodiesel, 5%, margem de 15%; tributos, 23; e diesel, 54.

Eu faço uma observação ao diesel. Se eles nos dessem essa margem de 15% no Brasil, nas estradas, nós não estaríamos caóticos, como estamos, com vários postos quebrando ao longo deste País, com muita sonegação, com muita adulteração, com problema de fiscalização gritante, coisas muito sérias.

Gasolina, nós temos 2% de percentual de frete; anidro, 11%, as nossas margens são 16 e que também não refletem a média nacional... Isso aí é média,

mas, evidentemente, quando se fala em média, você pode puxar como renda per capita que é uma análise econômica que precisa muito bem ser caracterizada. A gasolina em 31% e os tributos, 40%. Vejam os senhores que os tributos estão sempre como carro-chefe de nosso problema. Etanol, frete 3%; tributos, 22% – margem de 24% e as usinas em 52%, que é o custo, evidentemente, do próprio produto.

Os preços do etanol e do anidro da gasolina no primeiro quadrimestre, o que aconteceu... A culpa é dos postos? A alta do anidro nas usinas... Nós tivemos um aumento de 92,6%. Se fala muito que a gasolina não subiu muito na Petróleo Brasileira... De fato, ao longo destes últimos anos, a gasolina estacionou em um preço básico, se não me falha a memória, em 82 centavos. E, a partir daí... Mas o álcool subiu violentamente. E o que se refletiu no Brasil todo? Nós vimos movimentos populares legítimos em que se discutiam o problema do preço acima de R$3,00. O incremento do custo da gasolina, houve de 13,7%; 9,3% foi a elevação repassada pelas distribuidoras.

Vejam, Srs. Senadores: o preço da gasolina subiu apenas 8,4 nos postos. Então, a desinformação é fantástica quando se coloca a culpa na ponta do *iceberg*, que somos nós, os que estamos de frente do público. Os postos não oneraram o preço da gasolina ao final e, sim, a coisa vem de sua cadeia como um todo. Na trajetória de preços, graficamente, de anidro e gasolina, se observamos o etanol, que é este vermelho, veremos que ele vinha numa curva ascendente pequena, mas quase estabilizada, e que, a partir de certo período, ele deu um pulo: ele estava em 1,59 e foi para 2,37. A distribuição no Brasil manteve seu preço, evidentemente refletida também pelo preço do combustível depois de misturado. Ela teve também um reflexo natural. E a gasolina, revenda, teve uma curva ascendente pequena. A variação do preço do etanol, do anidro, na usina, de junho de 2010 a abril de 2011, foi de 187%.

Neste momento, em pleno início de safra, já temos um aumento substancial do álcool nas usinas. Nesta semana mesmo, já recebemos preços aumentados das distribuidoras na ordem de 19%, 20%, ou seja, há um problema sério na nossa produção, há um problema sério, como disse o representante da Secretaria. Há uma expectativa de todo o setor em relação a essa Emenda nº 532. Acreditamos que, ao longo de um período de planejamento e de adequação, possa vir se situar num patamar mais adequado e mais transparente, que é do que precisamos muito, seja ele da Petróleo Brasileiro, seja ele das próprias usinas.

Sobe o preço da gasolina e, como eu já disse anteriormente, temos de analisar toda a cadeia, especificamente sob esse aspecto.

Eu vou tentar colocar alguma coisa a respeito, Senador e público presente, desse item que é a pauta de reivindicações. Eu acho que nenhum presidente de sindicato que está aqui presente ou a federação é contra aumento salarial e condições dignas ao trabalhador, porque esse é que é nosso cartão de visita no nosso negócio. Quando se fala em piso salarial nacional, evidentemente, têm aspectos técnicos que demandariam muito tempo para discutir. Não há absolutamente nada contrário a melhores salários, a pisos etc. Agora, tem um detalhe muito importante: quando se fala em reforma tributária neste Brasil, tem de se olhar muito a desoneração da folha de pagamento. Isso é realmente muito sério. Quando contratamos num piso de Brasília a R$878,00 ou R$882,00, se não me falha a memória, nós pagamos, ao final, mil e duzentos e poucos reais. Isso é um absurdo. Nós não temos como adequar isso. Aí vem aquela velha falácia: até que ponto o problema do custo da gasolina na ponta é dos postos. Se olharem taxas de Ibama, taxas, como eu disse, indiretas, verão que temos uma carga tributária que onera esse produto final e que impede, às vezes, até por uma concorrência desleal, por lavagem de dinheiro que temos no nosso setor...

Todos sabem aqui ou alguns devem saber que, nesses dois últimos dois anos, foram fechados – o representante de São Paulo, José Paiva Gouveia, vai poder falar sobre isto muito melhor que eu – postos que eram do comando do PCC. Não só ele. Há lavagem de dinheiro de toda natureza; adulteração de diesel ao longo da nossa cadeia; diesel marítimo sendo comercializado em Minas, Goiás etc. Nós temos efetivamente a necessidade de uma desoneração.

É necessário que a Emenda nº 532 seja muito bem estruturada e planejada, porque ela só vai dar resultados depois de toda sua concepção macro e de os agentes econômicos e os governos atuarem adequadamente nesse processo. Tem de haver uma estruturação da Agência Nacional de Petróleo, para que possa buscar efetivamente o controle e os estoques reguladores do álcool etanol, para que não soframos o que já estamos começando, neste ano, a sofrer, ou seja, quando esperávamos ter uma entressafra antecipada em setembro, já temos, em pleno junho, aumento do álcool. Não tem oferta. Mas isso já foi dito pelo próprio representante das usinas. O Sr. Marcos Jank e o Sr. Pádua já fizeram comentários em outras situações. É um problema estrutural do setor, segundo eles, mas que nós imaginamos e reputamos muito importante, para que não tenhamos o mesmo quadro que tivemos de pressões populares legítimas, de pressões de toda ordem, mas com uma desinformação fantástica.

Por último, Senador, eu gostaria de mencionar que o nosso setor é o de maior transparência na economia nacional. Todos os dados nossos estão disponíveis, às vezes, defasados, mas eles estão no site da Agência Nacional de Petróleo. Ali, sabemos quanto custou na distribuidora, quanto o posto recebe, quais são as suas margens etc. Não há transparência no setor econômico brasileiro igual ao nosso.

Portanto, quando uma autoridade, seja ela qual for, vai ao jornal, à mídia e, de uma forma precipitada e equivocada, joga a culpa sobre eventuais cartéis, combinações de preços ou mesmo abusos de preços, ela está demonstrando que está mal assessorada ou não está consultando os dados adequados, que estão disponíveis e que o próprio Governo faz.

Eu encerro com isso. Acho que é o suficiente. Agradeço. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentamos o Sr. José Carlos Ulhôa Fonseca, que é Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, que disse que os dados que ele coloca aqui, de uma forma, eu diria, muito voluntária, muito improvisada, são da maior gravidade, quando fala de lavagem de dinheiro, de alteração no combustível. Enfim, são denúncias da maior gravidade que o senhor está colocando aqui, neste momento, em relação a como é feito, como funciona. Percebo que outros falarão dessa questão que acho muito séria. Falta de fiscalização.

Aí, claro, vem também a questão da desoneração sobre a folha de pagamentos, que é um debate que está ocorrendo também dentro do Governo. Eu mesmo tenho cuidado desse tema. Acho que podemos desonerar a folha, mas temos de ter o maior cuidado. Por exemplo, recentemente, eu ouvi alguém dizer: "vamos desonerar em 20% a folha sobre o percentual que o empregador paga para a Previdência". Pagam 20% sobre o total da folha para a Previdência. Isso representa mais ou menos R$100 bilhões. Dá para tirar da nossa Previdência – que eles dizem que está falida, embora eu diga que não está falida e que é superavitária – R$100 bilhões? Aqueles que dizem que ela está falida vão ter de responder. Como eu digo que ela é superavitária, eu aceito esse debate. No entanto, se mexerem nas contribuições do empregador para a Previdência, nós vamos ter de encontrar onde buscar esses R$100 bilhões. Para mim, aí, é faturamento ou lucro. Se retirarem os 20% do total da folha, vão ter de deslocar para o faturamento ou para o lucro. Não tem saída. A Previdência não é falida hoje; hoje ela é superavitária. Só na questão do Regime Geral da Previdência, o superávit recente anunciado foi de R$15 bilhões. Agora, se retirar R$100 bilhões... Não é bem assim. De onde vai tirar? É como o velho debate da CPMF: de onde saía, para onde ia, como ficaria a saúde. Todos nós sabemos a situação em que está a saúde hoje no Brasil e todos nós estamos à procura de respostas.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom.

O SR ALÍSIO VAZ – Bom-dia a todos.

Na pessoa do Senador Paim, eu queria agradecer à Comissão de Direitos Humanos esse convite ao Sindicom e, desde já, nos colocar à disposição para o debate em torno de tema tão importante quanto o abastecimento de combustíveis no País.

Em termos do assunto que nos toca diretamente, através do convite, a regulamentação do setor de combustíveis, eu queria fazer, primeiro, uma pequena introdução a respeito da nossa atividade.

Eu sou Presidente do Sindicom, que é o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes. Estamos sediados no Rio de Janeiro. Existimos desde 1941, uma das entidades patronais mais antigas no País, somos sócios fundadores do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o Instituto Ético. Nossas associadas são estas que estão destacadas, empresas que atuam na área de combustíveis e lubrificantes como a Petrobras Distribuidora, a Ipiranga, a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, a Shell; temos empresas que atuam só com combustíveis, como a Air BP, um braço da BP inglesa, que atua com combustíveis de aviação no País; e a ALE, empresa brasileira que tem sua sede dividida entre Belo Horizonte e Rio Grande do Norte, representando nova fase do setor de combustíveis, empresa que cresceu depois da abertura do mercado, nos anos 1990. Temos empresas associadas que atuam com lubrificantes apenas; são estas à direita do quadro. Ou seja, somos 11 empresas associadas, representamos 78% do mercado global de combustíveis e lubrificantes no País. Nossas associadas têm 18,5 mil postos com suas marcas por todo o País, armazenamos combustíveis em mais de 120 locais para atendimento do mercado e atuamos, as nossas associadas, em todos os Estados.

O Próximo, por favor.

O setor de combustíveis está estruturado na linha do que o José Carlos já mostrou. Estamos estruturados e regulados em três etapas: produção, distribuição e revenda. Na produção, temos as refinarias que produzem gasolina, diesel, óleos combustíveis, querosenes; as petroquímicas, são três centrais petroquímicas, que produzem gasolina A; mais de 400 usinas de etanol, que produzem dois tipos de etanol, o hidratado, com

aproximadamente 93% de pureza, e o anidro, com 99,5% de pureza. São 68 produtores de biodiesel, um formulador de gasolina. E a importação também é permitida. Na área de distribuição, temos cerca de 211 distribuidoras aprovadas, autorizadas pela ANP, mas apenas 150 em efetiva operação.

Lembrando que no Sindicom temos 11 distribuidoras e 150 distribuidoras em operação no País.

As distribuidoras compram os combustíveis dos produtores, derivados de petróleo ou biocombustíveis e vendem para os postos, são mais de 38 mil postos no País, são cerca de 21 mil postos operam com uma única bandeira, e o restante, a diferença entre 38 mil e 21 mil, têm bandeira branca, aqueles que têm sua própria marca, marca do revendedor não vinculado diretamente com a distribuidora; ele é livre para comprar de qualquer distribuidora. Os TRRs, os Transportadores Revendedores Retalhistas que entregam o combustível diretamente nas empresas que consomem combustíveis; os TRRs entregam diesel, óleo combustível e também lubrificantes à empresas que necessitam desses combustíveis em suas atividades, indústrias, agricultura, transportes e o setor de aviação.

Esses segmentos chamados de grande consumidores também podem ser atendidos diretamente pelas distribuidoras, ou seja, quando são grandes indústrias, grandes fazendas são atendidos por distribuidoras; quando são de menor porte, geralmente são atendidos pelos TRRs.

Só lembrando que a Agência Nacional de Petróleo, a ANP, regula todas essas atividades, de maneira que só se pode atuar na distribuição, no comércio de combustíveis por meio de autorização e atendendo aos requisitos da ANP.

Próximo.

Aí temos uma idéia global de como é feita a distribuição de combustíveis no Brasil. Os círculos vermelhos são as refinarias de onde compramos os derivados de petróleo; ao lado das refinarias temos nossas bases de distribuição, as bases primárias a partir das quais recebemos o combustível bombeado da refinaria e, por meio de rodovias, ferrovias, balsas e dutos, nós distribuímos esse combustível para todo o País.

Existem três dutos, para ser mais preciso: um duto na Bahia, que vai da refinaria, a RLAM, até Jequié-Itabuna; um duto que sai de Paulínia e vem até Brasília, e outro, de Araucária até Florianópolis. Esses dutos são operados pela Transpetro. Adquirimos na refinaria, mas a operação do duto é feita pela Transpetro. Temos aí instalações e o combustível é armazenado para atender o mercado final em todos esses locais do País.

Próximo.

Este mostra como se distribuiu o mercado de combustíveis. Foram mais de 107 bilhões de litros de combustíveis distribuídos em 2010, num crescimento bastante vigoroso, de quase nove por cento no consumo de combustíveis; temos o diesel como principal combustível, com quase 46% do volume; a gasolina, com cerca de 28%; e o etanol hidratado, em terceiro lugar, com 14%, seguido por outros combustíveis. Lembro que tanto no óleo diesel temos a presença do biodiesel, como na gasolina temos a presença do etanol anidro.

As empresas do Sindicom, neste quadro à direita, têm participação variada. Nós distribuímos cerca de 83% do diesel consumido, 74% da gasolina e apenas 59% do etanol, uma diferença que chama a atenção. Uma coisa que o José Carlos também destacou. É um setor que movimenta muito recurso, mas a principal parcela no preço da movimentação de 210 bilhões de reais, cerca de 64 bilhões, são tributos, sejam eles estaduais ou federais. O setor de combustíveis é um forte arrecadador, seja para a União, seja para os Estados. Normalmente, nos Estados os combustíveis representam a maior parcela de arrecadação de ICMS; é o segmento da economia que normalmente nos Estados mais contribui para o ICMS.

Próximo.

Era a visão geral do setor de combustíveis. Eu queria me colocar à disposição para discutir a regulamentação, destacando alguns aspectos.

Em termos de legislação, nós temos hoje a necessidade de uma revisão permanente. Como o José Carlos falou, a fraude no mercado de combustíveis tem sido algo com que convivemos com desconforto.

Existe uma lei, a Lei nº 9.847, a Lei de Penalidades, da ANP, que merece ser revista, dando poder à ANP, dando agilidade à ANP para que ela possa combater de maneira mais efetiva os fraudadores do mercado de combustíveis.

Falando em fraudes, um assunto que passa pelo Congresso Nacional é a questão tributária. Infelizmente, no setor de combustível, existem principalmente distribuidoras que não pagam impostos; distribuidoras que chamo de inadimplentes profissionais, empresas oficiais que emitem nota fiscal, mas não pagam tributação no final do mês. A legislação brasileira é muito tolerante com quem não paga imposto; a legislação brasileira é tolerante com o inadimplente. Não é o sonegador; é o inadimplente, aquele que declara, mas não paga. Então, no setor de combustíveis, assim como em outros setores, existe o inadimplente profissional, as empresas oficialmente constituídas para não pagar impostos. E isso vem perturbando demais o mercado de combustíveis.

Por ultimo, outro assunto que está no Congresso Nacional é a Medida Provisória 532, que prevê a regulação do mercado, a participação mais efetiva da ANP na regulação da produção de etanol e no mercado de etanol como um todo. Essa presença da ANP no mercado de etanol é desejada por nós, há muito tempo nós pleiteamos que a ANP tenha papel relevante no mercado de etanol. Ela ganhou esse papel com a Medida Provisória 532, ela já emitiu uma primeira proposta de regulação no setor de etanol que estamos discutindo, está em consulta pública e será debatida intensamente na ANP. Nós entendemos que a ANP deve ser o órgão que vai direcionar o mercado de etanol.

Temos um problema no Brasil que ficou evidente nessa última safra de cana: a produção de etanol não acompanhou o crescimento da economia; a produção de etanol não acompanhou o crescimento da frota de veículos. Então temos pouco etanol para atender ao mercado. O carro *flex*, que está aí, não vai poder ser atendido em todo o País com etanol. Esse é um fato que precisa ficar bem claro para todos. A produção de etanol deste ano de 2011 e início do ano que vem não será suficiente para atender a demanda potencial da frota *flex*.

Então, a ANP tem um papel de tentar administrar a situação de um cobertor curto. Ou seja, o etanol anidro que é misturado na gasolina é que será o ponto chave para mantermos o abastecimento normal de combustível no País. Teremos de ter um consumo de hidratado daquele álcool que é consumido direto nos carros, e esse consumo vai ter que ser restrito, não vai ser tão ampliado, e teremos então uma folga de etanol para atender, através da gasolina, a demanda do País, que é essa demanda que cresce a olhos vistos com crescimento da frota de veículos que reflete o crescimento do País.

Então, a ANP tem essa missão. Estamos prontos para colaborar não só com a ANP, mas com o Congresso Nacional na discussão de como administrarmos essa situação, relembrando: a produção de etanol depende de investimentos e, dependendo de investimentos, depende de não haver, digamos assim, uma sinalização negativa por parte da regulação que assuste os investidores. É uma atividade empresarial e que o Brasil é líder mundial e nós precisamos preservar essa condição de liderança mundial, ao mesmo tempo em que preservarmos um ambiente razoável para que haja os investimentos necessários para que tenhamos o abastecimento de etanol normalizado no País.

Era esse o recado que eu gostaria de dar neste momento, mas fico à disposição para o debate posterior.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Alísio Vaz, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes, que levanta suas preocupações, desde que poderá até, se não tivermos investimentos adequados, faltar etanol, e a importância, de fato, da regulamentação devida, adequada, construindo o equilíbrio.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Antônio Porcino Sobrinho, presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, que vai dividir o seu tempo com o Sr. Carlos César Nitão.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. componentes da Mesa, representantes dos empregadores, representantes do Ministério da Fazenda, trabalhadores, frentistas presentes, a imprensa, nosso amigo José Carlos Alberto de Paiva Gouveia, nós, trabalhadores, estamos orgulhosos de termos um Senador da postura do Paulo Paim, que, ao longo de sua vida, tem se dedicado à causa do Brasil e à dos operários desta Pátria.

Eu gostaria de perguntar, Senador, se a Agência Nacional do Petróleo está presente, se faz presente aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Infelizmente, não. Quero dizer que a Agência não está, mas está um grande Senador nosso, que eu não tinha falado o nome dele antes e, aproveitando o teu gancho, é o Senador Ataídes Oliveira, sempre presente e que, com certeza, dará uma grande contribuição a este debate. Uma salva de palmas para o Senador. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Nosso abraço, dos quinhentos mil frentistas, ao Senador e ao Congresso Nacional. Nós já tivemos muitas benesses deste Congresso, Senador Paim. A proibição do *self-service* no setor, aprovado à unanimidade pela Câmara e pelo Senado – aliás, tive um voto contrário de um Senador que continua fazendo Oposição ao Governo. Não vou citar o nome para não lembrá-lo. Mas tivemos uma lei aprovada garantindo o emprego hoje de quinhentos mil trabalhadores distribuídos no Brasil em mais de 35 mil postos de serviços instalados.

Quero registrar aqui a disparidade que existe, ressalvando o que nosso representante patronal falou aqui, o José Carlos Ulhôa. Nós sofremos uma disparidade extraordinária neste País. É uma coisa que dá para a gente ficar espantado. Enquanto São Paulo paga, em termos de ganho, cerca de R$1.400,00, R$1.500,00 por frentista, no Amazonas se pagam R$700,00. Aliás, não pagam nem o adicional de periculosidade na maioria dos casos. Fui lá, inclusive fui ameaçado por

três pistoleiros contratados, não sei se pelo sindicato patronal, Sr. Presidente, ou se pelo sindicato adverso. Mas estou falando a verdade.

Contra essas situações é que temos nos revoltado, Paim. O seu Estado, este ano, deu uma guinada, graças ao Ângelo, que tem feito um bom trabalho lá, mas pagava-se salário mínimo unicamente para o trabalhador, mais o adicional de periculosidade.

Então, não podemos entender que situação é essa, por que existe tanta distância entre uma coisa e outra? Se no Estado de São Paulo um empregador gasta mais de R$2.000,00 com um frentista, por que em Minas Gerais só gastam R$1.000,00? No lucro, há exorbitância. Temos um demonstrativo, que vai ser apresentado aqui, de que enquanto alguns Estados brasileiros dispõem de uma cota de um percentual para atender a demanda salarial, outros chegam a ganhar o dobro, pagam a metade. Então, precisamos quebrar essa caixa preta.

Agradecemos a V. Exª por essa iniciativa, porque não é possível. O Ministério da Fazenda, outrora, junto com o Ministério do Trabalho, junto com a Seplan... Em 1990, fui, junto com o Sindicato patronal, assinei, junto com a Dorothea Werneck, na época Ministra do Trabalho, com João Sayad e com meu conterrâneo, que era Ministro da Fazenda, e fixamos um piso salarial de dez milhões – naquele tempo eram milhões; equivaliam a três salários mínimos. E hoje estamos nessa situação. Muitos Estados venderam aquela conquista, mas nós procuramos mantê-la no Estado de São Paulo, graças à compreensão do setor de lá. E assistimos a isso no Brasil. Alguém está levando, ou a companhia, ou o Governo ou os patrões. O que queremos é quebrar essa caixa preta para saber por que o estômago do trabalhador do Rio Grande do Norte pode ser inferior ao do de São Paulo. Se o aluguel é o mesmo, se o custo da carne é o mesmo, se os custos dos transportes são maiores ainda, é por isso que estamos aqui. Pedimos a V. Exª que, de pronto, atendeu esse pleito nosso, para que pudéssemos quebrar essa caixa preta.

Fico desapontado, Senador,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para esclarecimento nosso: esse piso era mediante acordo, ou era lei?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Era acordo. Lá em São Paulo temos um salário normativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O da Dorothea era nacional?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Não. Nós temos um salário normativo em São Paulo, com adicionais, de cerca de R$950,00; adicionado a uma cesta básica, adicionado a um *ticket* refeição e adicionado ao transporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor falou que, no passado,...

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Naquela época era nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É importante esse dado. Era pago o mesmo piso nacionalmente?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Foi assinado o mesmo piso para o Brasil inteiro. Isso em 1990.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Junto com a Dorothea Werneck no Ministério do Trabalho?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Junto com a Dorothea Werneck, com João Sayad e com o meu conterrâneo que era Ministro da Fazenda – esqueci o nome dele; e a Agência Nacional do Petróleo, na época DNC, que aqui se faz presente, que dita normas à revelia dos trabalhadores. Ela fica ditando normas como se os trabalhadores não existissem. Quero lançar o meu protesto, Senador, ao nosso amigo de outrora, porque agora não o posso considerar amigo, ao presidente da agência, ao partido que nós ajudamos soerguer neste País, inclusive a Bahia, e fico indignado com isso. Até porque deveria estar aqui para dizer por que não faz fiscalizações no Estado do Ceará, por que não faz o mesmo processo que faz no Estado de São Paulo, por que, em alguns Estados do Brasil, vende-se metanol por etanol? Aliás, em São Paulo mesmo isso acontece, mas quando se descobre está fechado, porque lá existe uma força-tarefa patrocinada pelo sindicato patronal, pela Rádio Bandeirantes; pelo prefeito do Município; pelo Governo do Estado – é uma cadeia. Isso não acontece no resto do Brasil. O Ministério Público do Brasil fica preocupado em processar sindicalista, fica preocupado em processar quem cobra contribuição assistencial, fica preocupado em processar as pessoas, fazendo economia de palitos, e não cuida desse processo de adulteração, que é uma coisa vergonhosa que grassa no País inteiro; uma concorrência desleal. Eu sei da situação do sindicato patronal, porque eu gerencio postos há 40 anos, mas eu tenho de lamentar a atuação do Governo, que é o maior culpado pelo disparate que existe dentro do setor.

E V. Exª, como nosso porta-voz, a partir de então, tem que conclamar o Senado Federal, o Congresso Nacional para dar um basta, dar um fim nisso, porque os trabalhadores e os patrões tradicionais buscam viver em harmonia. Agora, é como eu disse: o sindicato patronal – é verdade –, tem postos onde nem a fiscalização vai, nem a Polícia Federal chega próximo, por medo de serem assassinados.

Outro dia, tivemos conhecimento de que um carro de fiscalização da Agência, depois de recolher produtos

em determinado posto de gasolina, foi abordado por bandidos, cercado e jogaram os combustíveis que estavam dentro do carro, no assoalho do veículo, e ameaçaram tocar fogo; pediram socorro, saíram e pediram pelo amor de Deus para que não os matassem queimados dentro daquele veículo. Temos conhecimento disso, e o Governo sabe, porque eles concedem – os postos não funcionam sem ter autorização. É preciso que haja um basta nisso.

Eu fui fazer assembleia em Manaus e fui ameaçado por três pistoleiros. Não sei se foi o sindicato patronal ou se foi o pessoal dos minérios, mas fui. E escapei por um triz. Quando voltei para São Paulo fui abordado por um agente de bordo da companhia, perguntando se eu estava alterado.

Faço questão de registrar isso aqui para que todos saibam neste País o que passamos para sobreviver.

Em uma época, o Zeca andava de táxi, porque não tinha condições de andar com seu próprio veículo, nem com motorista particular, porque os bandidos o ameaçavam. É brincadeira. Nós somos uma ponta importante, nós temos uma tarefa importante dentro desse setor.

Vou pedir ao César para mostrar alguns dados importante que nós temos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para completar o tempo, mais cinco minutos, ao Carlos César Nitão. Por favor.

O SR. CARLOS CÉSAR NITÃO – Bom-dia, senhoras e senhores. Bom dia, Presidente, bom dia, pessoal da Mesa. Vou apresentar alguns dados rapidamente sobre o crescimento do setor de combustíveis dos postos.

Aqui, temos nossos estabelecimentos no Brasil e o valor remunerado dos frentistas. Vemos a disparidade do valor que cada frentista recebe por Estado.

Por favor, o segundo *slide*.

Continuando a mesma tese, mostrando... pode seguir.

Aqui, está o crescimento de consumo de combustíveis entre 2009 e 2010. Vemos que só está crescendo o biodiesel, valores R$44 milhões, variação de 11,58% entre 2010 e 2009.

Próximo *slide*.

Consumo ainda: gasolina comum e gasolina aditivada. Então, só está crescendo o consumo e, com certeza, as vendas estão na estratosfera de crescimento.

Por favor, o próximo.

Aqui, teve uma pequena do etanol anidrido, por conta do valor do combustível, que foi um pouco mais alto e teve essa queda pequena. Aqui, está em combustível etanol – 2009/2010 – outra pequena variação, mas não significativa.

O GLP, que teve um crescimento, o óleo combustível. Aqui, o querosene de avião e a gasolina de avião tiveram um crescimento bastante elevado, na faixa de 8%.

O próximo, por favor.

Aqui é o GNV. Como o GNV não está em todo o País – algumas regiões no Norte não têm –, então, ele teve uma queda lá de 4,5%.

Senhores, aqui estão as vendas de etanol por postos de combustíveis. Então, lá, entre 2009 e 2010, teve uma pequena variação, na média de 8%, mas neste ano, nos três meses, já está tendo um crescimento de 13, 21 e 2,4% – aqui são os valores em milhões. Sobre a gasolina, isso é por posto de combustível em metro quadrado. Vejam só como está o combustível de gasolina. Só crescendo o setor – só crescimento. Estamos agora com valores reais de 2, 3 e 7% nos três meses – dados atualizados, Senador Paulo Paim.

O próximo *slide*, por favor.

Estou indo um pouco rápido por questão de tempo.

Aqui, é uma coisa bem interessante, Senador, que quero lhe mostrar: o preço médio da distribuidora, o preço médio do consumidor, o preço pesquisado e quanto é o faturamento do posto de combustível. Então, podemos ver quanto o posto de gasolina vai ganhar em média. Estão lá o preço da distribuidora e o preço final que o consumidor paga. A média de margem de lucro é na faixa de 3,74%; chega até a alguns postos terem 4,31%, quer dizer, R$0,43 por litro de combustível – a margem de lucro.

A próxima.

Aqui está a composição da produção nacional de veículos. Temos aqui que, no período de 2009, foram mais produzidos veículos *flex*; a gasolina e o *diesel* também cresceram um pouco. A venda de unidades – produção da composição de carros – já em 2010: 72% da produção nacional de carros são *flex*.

Aqui, a venda de veículos de concessionárias. Então, entre a variação 2011, tivemos um aumento de 14%. Vale salientar que carro vendido é carro emplacado, carro que sai com todos os impostos pagos e devidos à concessionária que o consumidor paga. Entra mais dinheiro para o Governo. Veículo licenciado também é a mesma coisa que nós colocamos.

Aqui, está a composição... combustíveis. De vendas.

Em 2009, foram vendidos 50% de óleo diesel, 6% de etanol anidrido, gasolina, 25%, 2% de GNV e 2% também de álcool. Consumo veicular 2010: 50% de óleo *diesel*, 28% de gasolina – essa gasolina que a gente colocou não é a gasolina aditivada, que a gente esqueceu de colocar ali; é a gasolina no geral –, o GNV e o álcool hidratado.

O próximo, por favor.

Aqui, a composição de venda dos postos de combustíveis: 37% de gasolina, 38% de óleo *diesel* e 25% de etanol.

Então, Senador Paulo Paim, o crescimento é real. As vendas de combustíveis só cresceram; as vendas nos postos de combustíveis só cresceram, fazendo com que abrissem cada vez mais postos de combustíveis. Para o senhor ter uma ideia, no meu Estado da Paraíba, cada esquina tem um ou dois postos de combustíveis. Estão crescendo mais e construindo mais. Então, se estão crescendo e se estão construindo mais postos de combustível, ele não está em crise. Margem de venda se tem; lucro se tem, senão o pessoal estava saindo do setor.

Tem que haver essa disparidade e saber o que está acontecendo com essa caixa preta. Saber o que está havendo. Não podem ser penalizadas duas pessoas aí: o consumidor e o trabalhador, principalmente o trabalhador, porque hoje o frentista, além de vender o combustível, é obrigado a olhar o óleo, olhar a água, calibrar o pneu e, dependendo do horário da noite, ser até garçom, porque vai ter que vender a cervejinha. Todos já viram reportagens nos jornais, de que postos de gasolina estão vendendo bebidas a torto e a direito – ali virou um *point* da sociedade. Então, de todas as formas, os postos de combustível estão ganhando.

O crescimento do lucro deles é real.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Antônio Porcino.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Obrigado.

Mostrados esses dados, Senador, queria fazer outro registro e pedir o seu apoio e o apoio do Senado para que haja providências. Inclusive, vou fazer esta denúncia no Conselho Nacional de Justiça.

No Estado do Mato Grosso, há uma medida cautelar há quase cinco anos, limitando o lucro dos postos, o que é absurdo. Se o mercado é livre, como o Judiciário pode intervir numa situação dessas? Limitou, dizendo que os postos revendedores só podem ganhar R$0,20 com a venda de combustíveis. Ora, se a gasolina está custando R$3,00, o percentual deles não chega a 7%. Eu estou fazendo a defesa dos patrões, porque eu não consigo aumentar o salário da categoria por conta de uma medida esdrúxula dessa, exarada por um juiz que se diz representante da Justiça. Isso é um absurdo! Eu denuncio isso aqui e não tenho medo de que ele mande pistoleiros atrás de mim depois, não tem problema. É preciso que se tome uma providência urgente, que o Senado exija medidas cabíveis do Conselho Nacional de Justiça para punir esse magistrado que está proibindo o livre comércio. Se foi liberado em 1960, como é que ele pode estabelecer uma medida dessa? Ele pode ganhar até trinta centavos no álcool, até 20% no álcool. O álcool está custando quase três reais, como é que o cara vai estabelecer um preço desse? Aí ninguém mais vai botar álcool, ninguém mais vai usar etanol! Minha categoria fica proibida de ter reajustes, fica proibida de avançar por causa medidas esdrúxulas como essa.

Nosso País está precisando de medidas sérias urgentemente, e o Congresso Nacional tem um papel importante, aliás, é o responsável por isso. Criou o Conselho Nacional de Justiça? Então remeta essa denúncia urgentemente. É um pedido que faço, Senador: que seja tomada uma providência com urgência, porque ele está sentado no processo, não despacha. E o pessoal fica impedido de me dar o mérito, porque não tem condições de trabalhar com uma medida dessa, porque não pode se operacionalizar.

Até o agiota ganha mais dinheiro do que ele. O agiota não faz nada, só empresta dinheiro. Os bancos ganham 8%, 9%, 11%, e o homem, para operar seu posto, em sua propriedade ou pagando aluguéis, pagando energia, impostos, etc., é limitado a ganhar vinte centavos num litro de combustível. É um absurdo uma coisa dessas! É uma denúncia que faço nesta Casa para que os senhores tomem providências junto ao Conselho Nacional de Justiça e mandem punir esse desembargador que está cometendo esse crime contra a minha categoria no Estado de Mato Grosso.

Era isso o que tinha a dizer aos senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aproveito o momento para registrar a presença aqui do nosso representante da Mesa do Senado, Senador Wilson Santiago, que está sempre conosco aqui. Cumprimento o nobre Senador por sua presença aqui. *(Palmas.)*

Cumprimento o Antônio Porcino Sobrinho e também o Carlos César Nitão pela exposição que fizeram. Reafirmaram aqui a questão da sonegação, que me dizia o senhor... Quem é que me deu essa informação? O Ulhôa?

A sonegação no álcool chega a 35%. Aqui se falou sobre ameaças de pistoleiros, principalmente no Amazonas. Não pagam a periculosidade – alguns não pagam, não todos. A diferença entre o que ganha um frentista – de um salário mínimo a três salários mínimos, mais ou menos a diferença entre um Estado e outro – já foi de três salários mínimos em nível nacional. Há a fraude, a concorrência desleal, a falta de fiscalização. Quem perde é o consumidor e o trabalhador, como aqui foi falado.

Por fim, falou dessa decisão, que eu também não entendi bem: como é que um juiz pode dizer que, na iniciativa privada, alguém pode lucrar tantos centavos

ou não? De fato, merece um estudo, e vamos olhar com carinho isso.

Agradeço a esta mesa. Peço aos senhores que retornem ao plenário e ocupem os lugares daqueles que virão para a Mesa, porque o debate vai continuar.

Chamo para esta segunda Mesa o Sr. José Augusto da Silva Filho, Diretor e 1º Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. *(Palmas.)*

Convido o Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo. *(Palmas.)*

Convido José Alberto Paiva Gouveia, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo. *(Palmas.)*

Convido o Charles Guerreiro, Coordenador do Movimento de Combate à Cartelização de Combustíveis no DF. *(Palmas.)*

Convido ainda o Sr. Ângelo Martins, do Sintraposto do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, vocês sabem que aqui o Senador fala no momento em que entender mais adequado.

Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente Paim, cheguei um pouco atrasado a esta bela audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª sempre chega bem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – (*Risos*.) Mas eu gostaria de ter ouvido os outros convidados, mas, infelizmente, por força maior, não cheguei a tempo.

Eu gostaria de fazer um breve comentário sobre as palavras do Sr. Antônio Porcino, representante do sindicato, que acabou de declinar as suas palavras.

Sr. Presidente Paim, eu imagino que V. Exª, que está nesta Casa há longa data, deva ter visto e ouvido muitas coisas que o estarreceram. Mas eu queria aqui fazer um registro sobre o problema salarial que o Sr. Antônio Porcino acabou de colocar. Surpreende-me muito saber que um frentista do Sul ganha X e um frentista do Norte ganha X menos Y. É o mesmo ser humano, é a mesma Federação, é o mesmo Ente Federado! Isso me deixa muito indignado, ainda mais sabendo que, não há muito tempo, existia um piso salarial nacional. Por que isso aconteceu? Por que o nosso irmão do Norte ganha menos do que o outro? Isso me deixa muito triste.

Mas não há só o problema dos frentistas, meu Presidente Paim. O que me deixa mais indignado é a situação de três categorias de fundamental importância para uma nação: o professor, o médico e o policial. A situação desses profissionais é a que me deixa mais indignado. O médico do Sudeste e do Sul ganha X, mas o nosso, lá do Norte, da Amazônia Legal, ganha muito menos. Um professor no Norte chega a ganhar cem reais por mês!

Interessante que, em época de política, a gente escuta muitos colegas dizerem que vão fazer hospitais, que vão construir mais presídios, que vão construir mais escolas, mas eles esquecem a nossa peça-chave, que é o nosso ser humano, que é o nosso homem ou a nossa mulher da linha de frente. Fico muito indignado com essa diferenciação de faixas salariais quando é prestado o mesmo serviço.

V. Exª, que está diante desta Comissão de tamanha importância, está sempre de olhos abertos diante dessa situação caótica que temos em nosso País. Não a acho justa.

Mas eu quero também fazer um comentário sobre o problema das fraudes, agora como consumidor. O problema das fraudes nos combustíveis hoje neste País: não sei se é um caso de polícia, se é um caso de saúde... Eu não consigo definir isso. Eu sei que, há poucos dias, parei num posto para abastecer o meu veículo, um veículo importado cujo motor é muito sensível, e pedi para completar o tanque. Depois de andar uns vinte metros, tive de retornar para tirar a gasolina do tanque e botar outro combustível. Isso é uma barbaridade! Cadê a nossa fiscalização? Hoje aqui estão os nossos representantes legais. Pergunto, então: cadê a nossa fiscalização? E essa fraude?

Há outra coisa também, meu Presidente Paim. O Poder Judiciário, através de nossos magistrados, pelos quais tenho uma grande admiração, não deve ditar as normas do mercado.

Acabei de ouvir o Sr. Antônio Porcino dizer também que, no Mato Grosso, um juiz determinou a rentabilidade de uma empresa. Ele não está capacitado para fazer isso, não é prerrogativa de um magistrado determinar o lucro de uma empresa. Quem determina o lucro de uma empresa, a rentabilidade de uma empresa, é o próprio mercado. Então, eu gostaria que esses magistrados... Que o nosso Poder Judiciário pensasse com mais carinho em relação a isso.

Era isso que eu gostaria de colocar, meu Presidente. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meu caro Senador Ataídes Oliveira, como sempre preciso e apontando caminhos.

Com alegria, passamos a palavra, antes de iniciar a segunda Mesa, ao nosso querido Senador Wilson Santiago, Senador presente em todas as Comissões.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Bom-dia a todos.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, pelo trabalho em favor da classe trabalhadora brasileira e também, indiretamente ou diretamente, em favor do povo brasileiro. Quando V. Exª se preocupa com todos os setores que incomodam especificamente os pequenos, com certeza está contribuindo muito não só com a sobrevivência, como também com a garantia dos direitos dos trabalhadores e da grande maioria da população, que são os menores.

Eu gostaria de cumprimentar a todos da Mesa, cumprimentar também o Presidente do Sindicato, o representante maior, Sr. Antônio Porcino, e a todos que aqui estão: os sindicalistas do Distrito Federal e também de todo o Brasil.

Quero dizer que o movimento que os frentistas estão fazendo é muito justo por várias razões: em primeiro lugar, eles defendem melhoria salarial, mas com equilíbrio em todos os Estados Federados. Isso é justo porque, independentemente das regiões, carentes ou não, todos comem da mesma forma, todos têm que fazer a feira da mesma forma. Por isso, precisam de salários dignos. Em segundo lugar, e entendo também como um fator extremamente essencial para o movimento, é que eles se preocupam também com os consumidores quando exigem não só os seus direitos, as suas garantias, como também aquilo que é, na verdade, o desejo de cada cidadão brasileiro, ou seja, a garantia da feira. Ele também se preocupa com o consumidor quando contesta, protesta as questões das fraudes nos combustíveis, da sonegação, enfim, tudo aquilo que vem a incomodar e, digo até, distorcer a finalidade essencial que o combustível, os derivados do petróleo têm para a economia.

Por essa razão é que, a cada dia, o movimento se fortalece, porque, de um lado, defende os direitos dos trabalhadores da área e, de outro, defende também os direitos dos consumidores quando procura levantar a bandeira do combate à fraude, do combate à corrupção, do combate à exploração no preço, da cartelização, enfim, todas as garantias dos consumidores brasileiros. (*Palmas*.)

Por isso, repito, o movimento tem ganhado força e chegou a esta Casa já com o apoio da grande maioria dos seus representantes, já que ataca as duas frentes: a frente do trabalhador e a frente do consumidor.

Então, para não me alongar muito, porque sei que todos querem falar e expor as razões pelas quais estão aqui. E quero parabenizar a todos que organizaram esta festa, começando de Porcino até aqueles que representam os sindicatos de todas as regiões do Brasil. Por último, quero parabenizar mais uma vez V. Exª, Senador Paulo Paim, pelo acolhimento da intenção e do desejo dessas classes trabalhadoras, que, de fato, merecem unir forças e buscar aquele mínimo que o cidadão brasileiro precisa: a solidariedade em relação às causas justas.

Parabéns a todos e contem com o meu apoio, com a minha solidariedade, pois tenho certeza... (*Palmas*.) ...que, juntos, nós teremos condições de fazer o melhor em favor dos frentistas e também de todos aqueles que, com justiça, defendem os seus direitos.

Um bom-dia a todos e vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wilson Santiago, que resumiu o motivo desta audiência apenas numa frase: estamos aqui em defesa dos trabalhadores e dos consumidores e combatendo todo o tipo de desvio de conduta, que foi muito bem enfatizado pelo Senador Ataídes Oliveira, quando falou sobre a valorização do piso, pois é inadmissível que o trabalhador exerça a mesma função, a mesma atividade, seja exposto aos mesmos riscos e ganhe o salário mínimo em um Estado e, no outro, ganhe R$1.500 e o adicional de periculosidade, que muitos não ganham.

Meus cumprimentos a ambos os Senadores.

De imediato, passamos a palavra ao Diretor e 1º Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC, José Augusto, que sempre está conosco nestes debates em defesa do nosso povo e do conjunto dos trabalhadores.

O Sr. José Augusto da Silva Filho com a palavra.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Gostaria de fazer uma saudação à Mesa, aos Senadores presentes, à representação patronal aqui, inclusive o Roberto, da CNC, que sempre está nas audiências, e ao público convidado de praticamente todos os Estados do País. Não sei se esqueceram de falar isto, mas todos que estão neste auditório são praticamente formadores de opinião, pois são sindicalistas e vão levar resultados desta audiência para todo o território nacional. (*Palmas*.)

Mas queria mudar um pouco o discurso. Sou um homem de segurança de trabalho, pois trabalho com prevenção de acidentes de trabalho. Portanto, não vou ficar repetindo dados e mais dados que já discutimos, inclusive, com o pessoal da Fecombustíveis e da CNC, numa audiência na outra Casa há aproximadamente duas semanas.

Assim, gostaria de enveredar... Porque empresário inteligente, sério, Senador Wilson Santiago, é aquele que cuida da saúde e da segurança do trabalhador. Então, quando se fala em regulamentar o setor, tem que se pensar em um todo e, principalmente, no as-

pecto humanístico dessa matéria tão bem colocada por V. Exª. Mas estamos perdendo a noção de Nação – e isso rima – quando há essa desigualdade no segmento, que é padronizado. Portanto, se há uma padronização, por que esta desigualdade?

Diante dessa situação, os frentistas brasileiros pedem o apoio da sociedade, dos Senadores, em especial dos integrantes desta Comissão, a CDH, para elaborar um projeto de lei a fim de regulamentar o setor de combustíveis e biocombustíveis.

Acho que esta audiência é o primeiro passo nessa direção. Estamos cumprindo, inclusive, uma questão regimental dentro da Casa. Então, que isso não fique só no debate, morrendo por aqui, mas que avancemos nessa direção.

Também entendemos que tal legislação precisa estabelecer normas que identifiquem, entre outras coisas, o custo total de revenda, o custo da mão de obra e o lucro. Ontem, na CNTC, foi discutido com todos que aqui estão e outros que não puderam entrar – por uma questão de segurança, pois lotou; ficaram de fora mais ou menos 75, 80 pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer, para não dar uma impressão errada para quem está assistindo a TV Senado, que eu mandei liberar e colocar em uma sala ao lado. Assim, todos terão acesso, sim, mas ficarão em uma sala ao lado, pois esta sala está superlotada. E na sala ao lado foi instalado um telão. Portanto, todos puderam entrar, porque o Senado tem mantido a palavra de receber a todos. (*Palmas*.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Obrigado pela acolhida, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Informo até o número da sala: estão na Sala 9.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Porque tem Amapá, Pará, Sergipe... É uma pena eles terem viajado – quase 15 horas de voo, via Itapemirim (*Risos*.) – e ficarem fora da audiência. É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fez propaganda para a Itapemirim.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Desculpe.

A lei tem que criar ainda controles rígidos sobre a abertura e funcionamento dos postos, além de combater e punir a prática do trabalho análogo à condição de escravo, até certo ponto comum em muitos postos de combustíveis das Regiões Norte e Nordeste.

Como disse, ontem também discutimos essa questão jurídica juntamente com o Dr. Hélio – não é, Dr. Hélio? –; com o Gerardi, que também está aqui no auditório e é advogado dos companheiros da federação. Também voltei aos meus velhos tempos de técnico de segurança de trabalho e passei alguma experiência com relação à saúde do trabalhador.

A mesma legislação que vai tratar da regulamentação do setor de combustível tem também de determinar a unificação nacional da data base da categoria e a unificação nacional do piso salarial.

Já foi dito aqui que isto é muito difícil, é impossível, Senador Wilson Santiago. Nada é impossível, não é Porcino? A gente tem que tentar. Esta é a Casa do diálogo, aqui é o Parlamento. É aqui que se discute e se negocia. Há o jogo de cintura, há a questão política...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive estamos trabalhando para regulamentar a profissão dos comerciários.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Dos comerciários também. Nós estamos na luta juntamente com o Senador Paim, que é o autor do projeto, com o Senador Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, que é o Relator da matéria. Estamos com muita esperança de ver uma das maiores categorias deste País e a mais antiga do mundo ter o crivo merecido da regulamentação.

A categoria também, como já disseram aqui, passa por uma questão muita complicada que é a negociação coletiva. Sou um colecionador de convenção coletiva, estudo muito convenções e acordos coletivos. Às vezes, têm disparidades, alguns avançam nas questões sociais, que são muito importantes – e a segurança e a saúde no trabalho estão inseridas aí –, e outros só falam de uniforme, de troca de macacão, dois na entrega, dois depois de seis meses.

Ninguém está preocupado, porque a lei, Senador Paim – quem é leigo não entende sobre o que estou falando –, dá a opção de periculosidade ou insalubridade. "Ah, recebe periculosidade, então que se dane com o câncer"! Hidróxido de sódio dá câncer. Contato direto com graxa e óleo é cancerígeno. E a exposição vai se manifestar depois de 20 a 25 anos, como acontece com a fibra cancerígena, que se chama amianto. Graças a Deus, estamos na luta, juntamente com a Ban Asbestos, a Fernanda Giannasi, um grupo muito grande neste País, para definitivamente banirmos o amianto de nossos processos produtivos. É uma doença muito ingrata que só será percebida depois de 25 anos, 30 anos de exposição ao amianto.

Outra coisa que discutimos ontem no seminário na CNTC com o pessoal que está aqui é a questão... Sou conselheiro do Conama, onde represento todas as centrais sindicais e todas as confederações nacionais de trabalhadores da área urbana. Quem representa a área rural é a Contag. Lá sempre discutimos a nova política de resíduos. A política nacional de resíduos deu uma vitória muito grande para os ambientalistas e para aqueles que defendem o meio ambiente, por-

que o que era uma diretriz, a resolução do Conama, foi transformada em lei.

E tem uma resolução interessante do segmento, Paim, que vou passar às suas mãos, que é Resolução Conama nº 273, de 29 de novembro de 2009. Essa resolução prevê treinamentos e adequação dos estabelecimentos de postos de gasolina com relação à prevenção de acidentes, oferecendo treinamento aos frentistas; prevenção e combate a incêndio; prevenção contra acidentes maiores que inclusive contemplam uma convenção internacional da OIT sobre acidentes maiores, esses grandes desastres que acontecem em algumas regiões do nosso País que são acidentes ou incidentes que podem atingir o entorno, a vizinhança dos postos de gasolina; prevenção contra os desastres, os acidentes e incidentes relativos ao meio ambiente; separação e coleta de resíduos sólidos e líquidos – papel, papelão, lata, plástico –, estabelecendo uma política de resíduos sólidos e líquidos nos postos de gasolina.

Uma coisa elementar que não vemos e eu fiz esse desafio ontem à Confederação Nacional dos Postos de Gasolina – não sei se o Porcino estava lá na hora, ele estava em companhia, estava para chegar com o Wilson Santiago, que fez uma visita à CNTC durante o seminário – sobre o designado da Cipa. Todo posto de gasolina tem de ter um representante da segurança, que deve ser treinado, ter um curso de, no mínimo, 40 horas. O posto de gasolina também recebe um certificado, e a pessoa designada pelo patrão vai ficar responsável para tentar organizar as questões de segurança e saúde. Não é eleição da Cipa, que tem um dimensionamento, é paritária, tem o lado do empregador, o lado dos trabalhadores. Não é isso que estou dizendo. É preciso um número elevado para atingir essa condição de promover eleição da Cipa. Estou me referindo a um designado, que a lei já obriga. E nós estamos precisando rever isso também. A mão de obra é preciosa.

O sindicato tem de defender não só a questão do PLR, do aumento salarial, a parte econômica. A questão social, principalmente a vida e a saúde, é fundamental. Como eu disse, empresário sério, como a CNC, que tem um programa, tem um portal maravilhoso, conheço o Dr. Clóvis que é um companheiro da CT-SST, nós trabalhamos juntos na construção de uma política nacional de segurança e saúde do trabalho, são pessoas evoluídas. E sindicalista, federação, central sindical, confederação que pensam em segurança e saúde e meio ambiente são entidades avançadas, de primeiro mundo que estão sempre um passo à frente na defesa do ser humano e de seus representados.

Para concluir, Paulo Paim, falaram que o Congresso Nacional é uma caixa de ressonância – e é mesmo – que também funciona sob pressão. Também. E quem faz *lobby* aqui não é só empregador não, é trabalhador, empregador, todos os segmentos têm seus interesses. Ninguém é bonzinho, ninguém é amiguinho de ninguém não. Cada um tem seus interesses dentro da área política e vai defender seus representados, a sua região, aquilo que foi um dos principais motivos da sua reeleição ou da sua eleição aqui dentro do Senado, o compromisso com seu eleitorado, o compromisso com seu Estado, com seu Município. E nós temos de fazer o nosso papel; a patronal também; e os trabalhadores também.

E nós deveremos discutir não apenas o piso. Temos de discutir o piso, a regulamentação, as condições de trabalho e, por incrível que pareça, há denúncias aos dirigentes que estão sentados à Mesa aqui – o Luiz Arraes é um – e a outros dirigentes sindicais de vários Estados sobre casos até de trabalho escravo, nem de terceirização não é. Pega o cara, coloca-o dentro do posto de gasolina sem registro, sem qualquer tipo de relação de trabalho, o que é lamentável.

Como foi dito aqui, dentro desse segmento, Senador Paulo Paim, tem vários tipos, parece que são divididos em classe. Aí o Estado tem que falar mais alto. Por quê? Nós temos três categorias numeradas aqui: os oportunistas, que sonegam impostos, promovem a cartelização do setor e descumprem a legislação trabalhista; os criminosos, que usam o estabelecimento para lavar dinheiro do crime organizado, enquanto outros adulteram o combustível em qualidade e em quantidade para auferir lucros exorbitantes; e, finalmente, os tradicionais, que são os empresários que cumprem as leis e pagam seus impostos.

Para concluir, na regulamentação, temos de discutir um conjunto dessa questão social da regulamentação, não do ponto de vista frio, calculista e econômico, como foi exposto em várias lâminas aqui. Não duvido que são dados reais, honestos, mas estou querendo uma promoção mais voltada para a cidadania, para o direito humano, para o resgate de melhores condições de vida, de trabalho, principalmente que o setor seja blindado desses tipos de ameaças que ocorrem no segmento por maus patrões e por aqueles que já foram citados aqui.

Deixo um abraço do nosso Presidente Levi, da CNTC, de toda a diretoria, colocando à disposição desta Casa, desta Comissão da CDH, juntamente com nosso companheiro e amigo Senador Paulo Paim, da Fenepospreto, da Fepospretro e de todos os frentistas do Brasil, na tentativa de ajudar, de contribuir, junto com vocês, para que alcancemos o nosso objetivo com relação a esse desejo da regulamentação, para, quem

sabe, termos o sonho que é o piso nacional unificado da categoria.

Obrigado pelo convite e até uma próxima oportunidade! (*Palmas.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, permite-me só um breve relato?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª fala sempre aqui. É só pedir e falar!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Então, está bom.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – O Sr. José Augusto colocou, no início da sua fala, uma certa preocupação sobre decisões após uma audiência como esta.

Eu gostaria, Sr. José Augusto, de colocar o seguinte: pode ter certeza de que é peculiar ao nosso Presidente Paim a competência. Pode ter absoluta certeza disso. E em reunião como esta, em audiência como esta, tão rica, tão valiosa, com pessoas de tamanha importância e de tamanha representatividade, pode ter absoluta certeza de que decisões o nosso Presidente irá tomar.

Eu faço até questão, porque não tenho esse número, só como informação aos senhores: meu Presidente Paim, quantas proposições V. Exª tem hoje, V. Exª poderia dizer mais ou menos para nós, só oriundas dessas belíssimas audiências ocorridas aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como eu tenho 25 anos de Congresso, entre as duas Casas, devem estar tramitando em torno de mil e poucos projetos. Em torno de mil. (*Palmas.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Olha só, gente! Então, esperem aí... Com certeza, a decisão será tomada, eu não tenho dúvida disso!

Sobre insalubridade e periculosidade, nós sabemos que é um direito, inclusive, constitucional dos nossos trabalhadores hoje em postos de gasolina, como também isso é acordado nas convenções coletivas dos Estados, um direito que, a qualquer momento, esse trabalhador pode requerer, pois é um direito dele. Eu tenho pena e peço, até certo ponto, que os nossos empresários da área sejam sensíveis, sejam mais sensatos, sejam mais sábios – eu pediria desse jeito – em honrar os compromissos com os nossos trabalhadores de postos, porque esses direitos adquiridos eles vão ter de pagar mais cedo ou mais tarde. Não tenho dúvida disso.

Agora, é muito importante que os nossos representantes do sindicato estejam sempre ativos, sempre cobrando dos nossos empresários, a quem devemos aqui todo o respeito e toda a admiração também.

Era só isso que eu queria colocar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Só para dizer a todos que o Senador Ataídes Oliveira é empresário, um empresário bem-sucedido, mas que faz sempre essa defesa, que acho mostra o compromisso dele com o social. Ele diz sempre para mim que o empresário bem-sucedido é aquele que trata bem, respeita e paga um salário decente para os trabalhadores.

Parabéns a V. Exª! (*Palmas.*)

Meus cumprimentos ao nosso querido José Augusto, que falou da importância da regulamentação. Aí, eu já havia conversado, vocês vão deixar uma minuta conosco, que vamos encaminhar para o departamento jurídico e técnico aqui do Senado, e eles vão elaborar o projeto, que sairá em nome das entidades.

As entidades presentes entram com o pedido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu o acato, indico o relator, e o relator, então, vai dar o seu parecer, que a Comissão vota e passa a tramitar. É importante dizer que o projeto será fruto, então, da decisão desta audiência pública.

Falou também da importância da Cipa. E eu também, que fui membro de Cipa durante muito tempo e depois fui supervisor de segurança do trabalho quando estava lá, na empresa, acho que é uma ideia importante essa. Independentemente do número de pessoas que atuam naquele posto, que haja pelo menos um lá que faça esse trabalho, que a gente chama de prevenção e segurança no trabalho. Acho interessante isso.

Enfim, o piso nacional, as placas estão aí – cadê as placas? – mostrando a importância do piso salarial unificado já. E como foi dito aqui, já existiu, e não há por que nós não trabalharmos, pois o preço da gasolina é praticamente o mesmo eu diria, com pequena diferença em todo o País. É praticamente o mesmo, com pequena diferença, e não há por que nós não termos um piso mínimo. E, daí para cima, a livre negociação avança em algo a mais. Mas pelo menos um piso mínimo! (*Palmas.*)

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de São Paulo.

O Luiz Arraes é companheiro nosso de longas jornadas aqui. Sempre esteve aqui, defendendo não somente a sua corporação, a sua categoria, mas nos grandes temas esteve aqui conosco, como esteve a maioria dos sindicalistas que estão aqui.

Está com a palavra. (*Palmas*.)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Bom-dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador e, em nome dele, cumprimentar todos os Senadores presentes.

Quero cumprimentar o Zeca, que é o nosso parceiro lá em São Paulo, em todas as batalhas, para tentar regulamentar esse setor; o Charles Guerreiro, que está aí, com esse programa, Movimento contra a Cartelização; o meu companheiro de Confederação, José Augusto; o Ângelo, o nosso parceiro lá do Rio Grande; o nosso companheiro Porcino, Presidente da Federação Nacional.

Quero cumprimentar todos os companheiros que vieram de longe, com muito sacrifício, aqui representados por todas as Regiões do País – do Norte ao Nordeste e Centro-Oeste, lá do Rio Grande, do Sudeste. Todas as regiões estão aqui representadas pelos nossos trabalhadores.

Eu gostaria de começar lamentando profundamente o desrespeito e a falta de compromisso que a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo têm com esse setor. Eles foram convidados, tanto para esta audiência quanto para outra audiência sobre o preço de combustível que houve na Câmara, e não compareceram a nenhuma das audiências.

A Petrobras existe no Brasil só para obter lucro. Para ela, não existe empregado em nenhum setor dela. O problema dela é só mostrar para a Nação números absurdos de lucro e não tem nenhuma preocupação em vir debater com os trabalhadores. Para ela, os trabalhadores não existem.

Com a Agência Nacional do Petróleo é a mesma forma. Em nada do que é regulamentado dentro daquela entidade os trabalhadores têm assento e têm voz. Quero lamentar porque o presidente dela não é uma pessoa oriunda da Arena; é um companheiro, um camarada do PCdoB que não olha para os trabalhadores.

Eu gostaria de deixar aqui registrado este nosso repúdio a essa falta de compromisso desses dois órgãos do Governo Federal. (*Palmas.*)

Agora, começando, o nosso setor, outrora, era regulamentado: tinha preço regulamentado, tudo era regulamentado. E nós ouvimos do setor patronal na época que nós não poderíamos reivindicar reajuste porque eles tinham tudo ali, dentro de uma planilha. Quantas vezes nós encabeçamos, junto com o patronal, movimentos para vir aqui, no antigo DNC, cobrar daqueles generais que o presidiam um reajuste na tabela para que os trabalhadores também fossem contemplados com algum aumento!

Ouvíamos isso e o setor patronal dizia: "Desregulamentando, com os trabalhadores nós vamos ter uma relação melhor. Nós vamos ter uma relação assim: se o preço está liberado, nós vamos poder dar reajuste salarial; nós vamos poder fazer um plano de saúde, que é uma reivindicação histórica dos trabalhadores; nós vamos poder dar uma alimentação melhor, um vale-transporte gratuito, um tíquete-refeição melhor."

Pois bem, veio a desregulamentação, que, na verdade, é uma esculhambação. O setor patronal – tenho participado de tudo o que acontece nesse setor e estranho: ou não entendo nada ou então não dá para saber o que é que acontece. Os revendedores, eu participei de negociação em dezesseis Estados do País, de novembro para cá, e a choradeira é a mesma: não tem margem, não tem lucro, a concorrência é predatória e tudo.

Aí eu vou a um encontro de revendedores do Nordeste e escuto do Presidente da Fecombustíveis que o setor está bem, é superfiscalizado, e na hora de negociar, o setor está bagunçado. Então, o que acontece? Vêm para a audiência pública do Senado números que são a coisa mais bonita do mundo, números perfeitamente contestáveis. O próprio vice-presidente da Fecombustíveis apresentou um número de margem de lucro e disse: Olha, mas não é aquela realidade, porque se fosse assim, nós estaríamos bem. Quer dizer, ele próprio apresentou o número e ele próprio contestou-o.

Então, o que acontece? Com essa esculhambação do setor, o setor de combustíveis foi dividido em três tipos de revendedores, como nós colocamos aí: os oportunistas, que são aqueles que cartelizam, que estão aí só para ganhar e não têm absolutamente compromisso com o setor; os bandidos, que apareceram para lavar dinheiro do narcotráfico, para sonegar, para fazer todo tipo de bagunça nesse setor; e os revendedores tradicionais, que estão naqueles postos que eram do pai, passaram para o filho, que eram do avô, passou para o pai e hoje está com o filho. Esses estão no meio daqueles dois, sofrendo absurdos.

Então, Senador, eu queria deixar os números de lado e ir para a rua. O que os trabalhadores sentem e o que o consumidor sente, porque se os trabalhadores e o consumidor virem esses números aí, eles não vão entender absolutamente nada do que está acontecendo. Numa mesma avenida, você pode encontrar diferença de R$0,20 ou R$0,30 por litro de combustível. Se você vai aos hipermercados, os hipermercados vendem ao preço que o outro que está ao lado, que não é do hipermercado, compra. Ele pega a nota e diz: Olha, meu preço é este aqui. Vai ao supermercado que ele está vendendo pelo preço que eu compro. Então não dá para entender nada do que acontece nesse setor.

A grita dos trabalhadores é para que esse setor volte a ter qualquer tipo de regulagem. Fundar um posto de gasolina hoje, montar um posto de gasolina

hoje, qualquer um, qualquer bandido, qualquer pessoa monta. Outrora tinha um controle rígido. Para se montar um posto, era complicado, era rígido. Se você entrar no site da Agência Nacional de petróleo, você vai encontrar um monte de postos que não constam lá, porque nem a Agência Nacional de Petróleo sabe o que tem. Tem distribuidora que a Agência Nacional de Petróleo não sabe que existe. A Agência Nacional de Petróleo hoje, ou por falta de estrutura ou por falta de vontade, é igual, desculpem-me a expressão, a peito de homem: é só para compor, não serve para nada.

A confusão começa nas distribuidoras: Têm distribuidoras em que o cliente "x" tem um preço, o cliente "y" tem outro preço. Então eles já começam a fazer a guerra lá dentro das distribuidoras. Tem distribuidora regulando preços Ela diz: Eu vou passar para você por esse preço, mas você tem que vender por esse preço. Esse é um dos absurdos que acontecem nesse setor.

Vamos para a adulteração. Adulteram na qualidade e adulteram na quantidade. E, diga-se de passagem, eles estão criativos. Já tem patrão adulterando a quantidade do Guarujá. Está lá na sua cadeira de palha, pega o celular, e diz: agora o meu litro não vai ser mais de 1000 ml. Vai ser só 870. Vai lá, entra na Internet e adultera lá na bomba.

E o coitado do frentista, do empregado do posto, quando a polícia chega, é quem vai no camburão. É um negócio impressionante. É ele quem paga o preço. *(Palmas.)* E aí nesse *iceberg* que o representante do revendedor disse que a revenda é a ponta, os trabalhadores devem ser o lixo que encosta no *iceberg*, porque não existem para eles. Na hora de negociar, é essa dificuldade toda. O frentista do Pará, o frentista do Piauí, o frentista do Rio Grande e o frentista de São Paulo têm o mesmo estômago, o trabalho é o mesmo, a lucratividade dos postos nunca esteve tão grande. Não dá para entender. Eu não vejo carro abastecendo, lá em São Paulo, no rio Tietê; eu não vejo ninguém abastecendo no mar; eu só vejo abastecendo nos postos. O aumento no volume de vendas é um absurdo. É o único setor do mundo em que aumenta o volume de vendas, aumenta tudo e não tem lucro. Não dá para entender.

Por isso, Paim, esta nossa reivindicação de saber onde está o lucro desse setor, com quem está: se é com o Governo, através dos impostos; se é com a Petrobrás, se é com as distribuidoras, se é com a revenda. Isso porque com os trabalhadores com certeza não certeza não está. Os trabalhadores não têm o reconhecimento... Como ele disse, nós somos o espelho do posto, nós não estamos sendo esse espelho, pelo menos reconhecidos como esse espelho. Nós somos espelho só para prestar o nosso serviço. Nós temos aí no interior do nosso País frentistas trabalhando treze, quatorze horas – e o sindicato com muita dificuldade para chegar nesses postos –, ameaçados; tem ameaça de morte, é verdade, tem um monte de coisas que acontecem no setor e que não passam pelos trabalhadores. Então esse negócio de número é muito bonito. Mostrar número é fácil. Você põe aqui na planilha e mostra ali. Agora, vá para a rua e peça aos consumidores, aos trabalhadores para verem o que realmente acontece nesse setor. É uma coisa absurda e lamentável. E o Governo tem responsabilidade. Esta Casa, o Parlamento brasileiro é que tem que regular isso. Posto de gasolina é um setor importantíssimo. Quando a gasolina sobe, quando combustível sobe, sobe tudo e nada desce mais. Quando tem uma praga, por exemplo, o tomate teve um problema na entressafra, o preço vai... Mas quando volta, volta tudo ao normal. Agora quando o combustível sobe, não é verdade. Tudo que sobre não desce mais.

E os trabalhadores estão aí nesse fogo cruzado, sem saberem como sair dessa enrascada. Contamos com esta Casa para que isso seja possível.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Luiz de Souza Arraes, Presidente Geral da Federação dos Empregados em Postos e Serviços de Combustíveis de São Paulo e Derivados de Petróleo, que fez aqui uma série de denúncias também da maior gravidade, inclusive cobrando da Petrobras e da Agência a não presença...

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Sem contar uma coisa que eu ia esquecendo com relação aos TREs. Isso é outra coisa gravíssima. Os grandes consumidores compram sem imposto, imposto reduzido, e vendem concorrendo com o revendedor, repassam aquilo. Tem cara que montou um PA e que não tem um carro na empresa dele. Lá em São Paulo, nós encontramos laboratório, madeireira que não tem nem carro, mas tem um posto lá dentro, comprando sem imposto e revendendo. Isso é outra coisa absurda que enfraquece a revenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enfim, adulteração, fraude, exigindo a regulamentação, exigindo que o piso seja assegurado. E ele levanta aqui, num linguajar bem simples, e todos nós estamos percebendo, isso é um fato real, que o tráfego está cada vez mais congestionado, cada vez estamos vendendo mais carros. Se nós aumentamos a nossa frota de carros circulando, alguém está abastecendo. Se alguém está abastecendo, alguém está comprando; se alguém está comprando, alguém está lucrando. É mais ou menos esse raciocínio que eu peguei aqui e que nós temos que apontar caminhos aí para que os

frentistas não fiquem de lado aí dessa estrada da vida, por onde transitam os combustíveis.

Bom, o projeto nós vamos encaminhá-lo e vamos registrar aqui.

Passamos a palavra, agora, ao José Alberto Paiva Gouveia, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e de Derivados de Petróleo, também de São Paulo.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Obrigado, Senador pelo convite; obrigado a todos os presentes.

Eu tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se quiser inverter, não há problema nenhum. Eu estou seguindo uma ordem que eu recebi aqui...

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Se achar melhor eu inverter, eu inverto. Eu não tenho nenhum problema para falar. Você quer ouvir lá primeiro? Está bom. Eu aguardo a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá. Tem problema para vocês aqui? Vamos ouvir o Charles então?

Então vamos lá. Charles Guerreiro, Coordenador do Movimento de Combate à Cartelização dos Combustíveis do DF.

Então fala o Charles e depois fala o José Alberto Gouveia.

Charles, com a palavra.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Bom-dia a todos!. Eu me chamo Charles Guerreiro, coordenador do Movimento de Combate à Cartelização dos Combustíveis. Quero parabenizar a Mesa, a partir desta iniciativa muito louvável, mais do que importante para o Brasil, de parte do Senador Paim. Quero agradecer a presença dos Senadores Ataídes Oliveira, que também nos prestigia; do Senador Wilson Santiago; dos coordenadores do movimento que também se encontram aqui presentes; do Dr. Alfredo, jornalista; do Maione; o Denílson e demais colaboradores que não puderam estar presentes, todas as entidades que vêm debater um assunto tão sério para o Brasil, tanto representantes da parte patronal, como também os representantes da parte dos trabalhadores, ao qual nós nos somamos e agradecemos também esse apoio que temos recebido por parte de vocês. E nos somamos também às suas reivindicações. O movimento está atento e à disposição para o que se faça necessário, para que também, juntos, possamos construir as possibilidades, para que este País seja um País mais justo, não só para o consumidor, mas também para os trabalhadores.

O nosso movimento, para que vocês entendam rapidamente, ele surgiu em 2009. Eu já vinha fazendo um trabalho em anos anteriores, mas ele nasceu da necessidade de a sociedade se organizar e sair em sua defesa, já que, até então, nós nunca tivemos um órgão voltado ao consumidor. E a prova maior é essa, Senador Paim, que nós estamos vendo hoje aqui.

Hoje, mais do que nunca, a Petrobras deveria estar neste plenário respondendo à sociedade brasileira todas essas incógnitas, todos esses questionamentos, todas essas ponderações que têm sido feitas, e não se encontra aqui presente.

Nós não temos um único representante da ANP. Não temos um representante do Ministério Público, para também estar aqui, porque é a veia da sociedade na hora das denúncias também. E acho que faltou mais um segmento a ser citado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, só para ajudar, porque está presente o Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Departamento de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Luiz Teodoro, Coordenador-Geral de Abastecimento, Refino e Infraestrutura. Está presente, representando o Ministério de Minas e Energia.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Mas eu não citei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você não citou ele.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Eu não citei. Outro que não se encontra aqui é o representante da Secretaria de Direito Econômico.

Eu gostaria, antes de começar a minha fala, que vocês pudessem assistir a um vídeo, que nós resumimos a ópera de tudo que está sendo colocado aqui. E vão tirar as suas próprias conclusões.

Eu tenho a minha opinião, como a própria coordenação, de que de tudo que nós estamos ouvindo aqui nós vamos encontrar um culpado para tudo isso que está aí, e vai ser o consumidor. Porque ninguém assume a sua responsabilidade na hora de se falar sobre essa questão dos combustíveis.

Os números que foram apresentados aqui, e que eu faço minha palavra de alguns que me antecederam, mostram um País com um crescimento absurdo em relação, hoje, à venda de combustíveis, onde as pessoas, no fim das contas, quer dizer, jogam a bola para frente, jogam a bola para o lado, mas ninguém tem assumido a sua responsabilidade. Os únicos que têm pago, com certeza, o preço para tudo isso é o consumidor, o trabalhador.

Então, eu peço a todos vocês um instante de sua atenção. Depois, eu volto para concluir, agradecendo, mais uma vez, essa oportunidade de nós debatermos um tema que afeta a vida de todo mundo.

E eu até aproveito uma colocação do Senador Ataídes Oliveira, que ainda há pouco fez um relato so-

bre o seu carro importado, que é muito sensível. E olha que esses carros têm sensores para tudo, para fazer hoje uma regulagem. Mesmo assim não consegue.

Imagine, Senador, os milhares, milhões de brasileiros que se encontram neste País e que ainda rodam com seus fusquinhas, com as suas brasílias, os seus opalas. Isso é uma realidade.

Por mais que, no ano passado, a Anfavea tenha colocado, que envolve todos os fabricantes, 3 milhões e 430 mil veículos no mercado, onde mostra, sem dúvida, um crescimento do consumo, no fim das contas nós ainda sabemos que muitos carros antigos funcionam e rodam neste País. Porque uma coisa é você ter um carro novo, a outra coisa é você ter um carro velho, que você precisa também rodar. E tudo isso desemboca onde esse movimento começou também, para dizer o seguinte: esse movimento só existe por que o consumidor não tem quem o represente hoje em dia. O movimento nasceu da sociedade. Rompeu as fronteiras do Distrito Federal. Chegou em todo o País com o nosso movimento, com as campanhas de abastecer com R$0,50, os protestos, as carreatas que fizemos junto ao Palácio do Planalto, ao Palácio da Alvorada, nas ruas de Brasília, Goiás, Rio Grande do Norte, São Paulo, por este País afora.

Neste momento, eu gostaria de pedir a colaboração de nosso Coordenador Denison, que colocasse aqui, passasse o vídeo. E eu gostaria também de pedir que, se possível, que diminuíssem as luzes também da frente, para que a gente possa então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só tem um problema: se diminuir muito as luzes, dá problema para a TV.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Está ok. Desculpe-me, Senador.

O áudio, então, poderia aumentar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se conseguirem aumentar o áudio, aí depende da moçada aqui.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Não é ali, o áudio é controlado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas se tem problema aqui, não dá lá também.

É aí o problema, porque aqui está normal o áudio.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Porque lá na Câmara nós apresentamos esse vídeo e estava normal, o áudio e tudo. Mas me parece que um técnico havia falado que a imagem controla aqui e o áudio é com ele lá. Falou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só sei dizer que não é a primeira vez que dá problema de áudio. Algum problema tem. Seguidamente, dá esse problema aqui.

Mas vai comentando, enquanto ganha tempo.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Posso me levantar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode, fique à vontade.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Isso aí fala, na verdade,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem um microfone sem fio aí para ele?

O SR. CHARLES GUERREIRO – Segura um pouco a imagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso eu peço sempre que testem antes para não dar esse problema aqui, por que nós estamos ao vivo aqui, pessoal.

Usa o microfone aí mesmo, vai falando aí de pé. Mas vai falando. Vai falando que o tempo está correndo.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Isso aí é o início do movimento, como ele nasceu, sendo noticiado pela TV Globo. O movimento nasceu em Taguatinga, aqui no DF. E, a partir daí, foi ganhando as ruas do Distrito Federal. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está confirmado que não é aqui. Com o áudio está tudo normal aqui. O problema é no equipamento aí, pessoal.

Então, vamos lá. Se não dá para passar...

O SR. CHARLES GUERREIRO – Comentando aí, mostrando os preços. E a carreata nasceu em 2009.

Fizemos as campanhas aí convocando a população nas ruas e mostrando que, há poucos quilômetros do Distrito Federal, ouse seja, chegando em Goiás, a diferença do combustível já chegava da ordem de R$0,30 a R$0,40 de diferença. Até então tínhamos aí o ICMS aqui no DF de 25%, enquanto Goiás 20%.

(Apresentação do vídeo)

Isso aí é em Cruzeiro do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai falando porque não tem jeito.

O SR. CHARLES GUERREIRO – No Acre, quando chegamos agora a esse preço absurdo, o valor do combustível chegou a R$3,50. E o foco da matéria era chamar a atenção de que não adianta ter o carro se não tem como abastecer.

Isso aí foi uma carreata que nós fizemos no Distrito Federal. Tinha mais de 300 veículos, onde nós começamos a campanha dos R$0,50, e que tomou conta depois do País, protestando claramente contra esses absurdos.

Eu falo aí sobre a questão de não termos um transporte público que atenda às necessidades do consumidor, do cidadão, nem em Brasília, nem no Brasil. Então, o carro se faz necessário.

Chamo a atenção também para as ciclovias. Fomos para frente do Palácio do Buriti, tomamos as ruas do DF. Nessa carreta aí temos mais de 300 veículos e fomos até o Palácio do Planalto. E, logo em seguida, no Alvorada. Mas fomos barrados na altura do Jaburu, onde logo depois dessa carreata nós fomos... O Ministro também vai dar uma declaração. Aí esse cidadão fala do monopólio da Petrobras.

Agora vem a questão da adulteração, como bem foi colocado aqui. Isso é um reservatório que foi arrancado de um posto, isso em São Paulo, que mostra como se dão as adulterações no Brasil que envolvem desde outros produtos que são misturados ao combustível como também uns argumentos de travamento de bomba, chamada bomba baixa. O cidadão, muitas vezes, acha que está colocando um litro, mas, na verdade, está colocando 800 ml. Ele sai do posto e nós não temos, como consumidor, uma forma de saber... E você pede para abastecer R$20,00, R$40,00, ou para completar e coloca a bomba e você não tem noção. Mas existe o sistema onde a numeração que você paga corre normal, mas aquilo que é jogado dentro do seu tanque possui o chamado travamento da bomba e acaba sendo jogados 800 ml, 850 ml, conforme o que estabelece o dono do posto, que pode ser adulterado até mesmo pelo celular, o que é chamado de bomba baixa.

Esse é um representante comentando como é feito o processo. Se há em outro Estado comentando o mesmo problema. Aí mostra o mecanismo do cidadão que vende o posto com o sistema já implantado ou sem.

Cada bomba dessa adulterada com esse sistema aí custa R$5mil e a pessoa pode trabalhar esse esquema acionando até mesmo pelo celular, pode até fora do Brasil que ele aciona. Agora vem falando sobre a questão da carga tributária, uma matéria também da TV Globo, em que, no mês passado, foi falado em todo o País a respeito da carga tributária e que ao se tirar os impostos o quanto fica menor. Até nessa hora, no que diz respeito do Distrito Federal, quanto ao trabalho que foi feito a partir do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e alguns outros Estados, aqui em Brasília, mesmo assim, o preço ficou mais caro, R$1,59 enquanto que em outros Estados R$1,34.

Esse senhor faz um protesto com relação aos impostos.

Essa matéria da TV Record fala sobre o combustível mais barato do mundo, que é o da Venezuela.

Nós usamos esse exemplo porque é o que os brasileiros comentam e ficam surpresos, já que lá também eles são autossuficientes, e onde o combustível custa R$0,04 o litro.

Eles falam de uma grande reserva que existe na Venezuela e que o cidadão, ao chegar lá, fica abismado. Muitos brasileiros hoje atravessam as fronteiras do Brasil para comprar combustível. Só para os senhores terem uma ideia, o brasileiro sai do Amazonas e vai até a Venezuela para encher o seu tanque, muitos fazem adaptação até para vender gasolina aqui no Brasil; saem na fronteira para o Paraguai, em Foz do Iguaçu, para abastecer a nossa gasolina. Como vocês sabem, o Paraguai não fabrica, não tem petróleo, não tem usina, nada disso, mas sai do Brasil e é vendido a R$1,22 o litro; como é também vendida na Argentina por R$1,58; no Uruguai R$1,44 a R$1,45. Hoje, no Brasil, para vocês terem uma ideia, na cadeia como está relacionada, o Brasil entraria como o sétimo combustível mais caro do mundo. Imagine o tamanho do mundo e quantos países existem por aí afora e estamos em sétimo. Eu digo que estamos em primeiro lugar. Quem nos sucede (antecede), em relação ao preço, mais alto é o Reino Unido, a Itália, a Alemanha, o Canadá, o Japão e depois vem o Brasil, ocupando a sétima colocação. Imagine que só falei países de primeiro mundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Charles, tem mais um minuto para concluir.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Sr. Presidente, vou pedir um instante da paciência de vocês para dizer o seguinte: tenho em mãos um jornal que anuncia a fusão da Shell e da Cosan, que vão dominar o mercado brasileiro com relação às suas usinas, seus plantios e tudo que se possa imaginar. Estamos em plena safra de cana, não estamos na entressafra, já vão aumentar o álcool conforme aqui está estampado: usineiros avisam que até julho o etanol subirá 19% e puxará a alta da gasolina.

Sobre tudo o que ouvimos aqui eu digo uma coisa para vocês: esse monopólio que vai existir hoje nas mãos desses dois grandes grupos não nos ajuda em nada. Existe hoje uma caixa preta, com certeza, na Petrobras que precisa ser aberta. Imagino que tudo o que estamos falando aqui se resume a uma só situação, que é a abertura de uma CPI nesta Casa, como nós estamos sugerindo e trabalhando junto à Câmara dos Deputados, para apurar tudo que se envolve em relação a essa questão, por quê? O cidadão hoje, além de pagar um preço absurdo tem essas misturas todas, as bombas baixas e uma série de coisas que estão envolvidas. Só uma Casa com uma estrutura desta, com a coragem de Parlamentares desta Casa e da Câmara é que nós, de fato, vamos mostrar à população brasileira que o cidadão, tanto o consumidor comum como os trabalhadores no setor... Agora me somam muito e um dia desses chamava atenção, uma coisa que chama muito atenção como é que pode, Senador

Paim, V. Exª que é um homem voltado aos pleito dos trabalhadores, como é que a classe pode ficar hoje no posto em pé de 6, 8 a 10 horas em pé e não se permite inclusive um banco do lado para que se possa sentar um instante. Isso é uma coisa que não dá para imaginar. (*Palmas*.) Mulheres grávidas do posto, como a gente vê, funcionárias, cidadãos com problemas, que têm que passar por essa situação.

Agradeço a paciência da Mesa, mas digo que tudo isso que ouvimos aqui só se resume a isso: a criação de uma CPI e que os órgãos de defesa do consumidor de fato se façam presente porque uma audiência de tamanha repercussão como essa nem a Petrobras e nem a ANP, que deveriam estar aqui dando resposta neste momento, se encontram presente.

Agradeço à Mesa e a todos que se fazem presentes porque o Brasil tem que se organizar para que neste País tudo não fique nas mãos de empresários que tampouco estão pensando em trabalhadores e consumidores e sim somente no lucro dessas grandes empresas que se formam hoje no Brasil. Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essas foram as considerações do José Alberto Paiva Gouveia... Essas foram as considerações do Charles Guerreiro, Coordenador do Movimento de Combate à Cartelização dos Combustíveis no DF. Houve a inversão e agora vai falar o José Alberto Paiva Gouveia, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Sincopetro.

O pessoal pede que se alguém tiver celular ligado que desligue porque dá interferência no sistema integrado inclusive para TV.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Senador Paim, Senadores presentes, Senador Ataídes, começo com uma reivindicação: quero o mesmo tempo para responder, antes de entrar no assunto da audiência, o que foi dito sobre a minha categoria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª terá com certeza o mesmo tempo ou mais um pouquinho. Fique muito tranquilo e me diga o tempo que ele usou. Deve ter usado no mínimo 20 minutos. Você terá os mesmos 20 minutos e se comprovar que usou mais, terá mais.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, acho que quando uma categoria é atacada frontalmente, os seus representantes aqui presentes têm o direito e o dever de responder a algumas coisas que foram ditas e não são muito verdadeiras.

A primeira coisa que todo mundo precisa entender e acho que isso todos, todos nós... E vou ter aqui depois algumas explicações para os meus companheiros frentistas, porque em São Paulo é assim que a gente se trata: como companheiros. Em São Paulo não existe divisão, existe uma parte que vocês vão entender já, já. A gente trabalha muito junto com as diretorias.

Quando se faz qualquer movimento que seja prejudicando o posto, quando a culpa não é do posto... O preço quem faz não somos nós. Isso precisa ficar claro. Quem faz preço são as cadeias anteriores. Quem faz preço de álcool é o usineiro; quem faz preço de gasolina é a Petrobras. Dono de posto agrega margem. Eu vou trabalhar por um valor que acho que vale o meu trabalho, quanto pago de aluguel, quanto pago para os meus frentistas. Isso a gente tem que discutir aqui. Agora, ser acusado de cartelizador, quando sabemos que o preço é igual para todo mundo na base, Senador, isso não é uma verdade nem eu posso aceitar tranquilamente.

Quando se chega a prejudicar um posto inteiro, colocando 50 centavos é um movimento válido? É sim. Mas tinha que se pagar 50 centavos para a Petrobras e não para o dono do posto, porque o dono do posto está lá fazendo o seu trabalho.

Então, quando a gente escuta isso, realmente, para quem... Acho que em São Paulo todos os exemplos de penalização dados aqui aconteceram. Então, tenho tranquilidade para falar, sossegado, que o meu Estado trabalha, sim, para punir bandido, para punir PCC, para punir safado da minha categoria. O meu Estado trabalha, sim, para isso. *(Palmas.)*

Gostaria, honestamente, que todos os outros estados procurassem a mesma coisa. Aliás, Senador, quando fizemos a legislação no Estado de São Paulo, que é a 11.929, uma legislação estadual, nós fizemos uma legislação municipal, enviamos para todas as Assembleias do País inteiro a legislação.

Veja, nós não temos nenhum interesse em dizer que isso foi inventado em São Paulo. Não é isso. É que a minha categoria realmente precisa de fiscalização. A minha categoria realmente ficou muito vulnerável depois da liberdade de mercado. Nós ficamos na mão de muita gente que é aventureira no nosso setor.

Nós tivemos uma categoria tranquila, sossegada, batalhadora, trabalhadora. E agora os senhores vão saber por que os salários eram todos iguais no Brasil inteiro. Porque o preço era determinado pelo Governo e o salário era determinado pelo Governo no Brasil inteiro. Não fomos nós que acabamos com isso. Quem acabou com isso foi quando, infelizmente, se falou em modernidade e era moderno ser empresário. E a minha categoria não estava pronta, ainda, para ser empresária. Foi feita uma liberdade total de um dia para o outro. Isso abriu espaço para quem? Pra quem quis ser aventureiro.

Quando o Alísio fala em 150 distribuidoras, nós tivemos quase 600 distribuidoras neste País. Nós tivemos liminares na justiça que acabaram com nosso mercado. Nós tivemos revendedores com postos abertos. E até hoje, até hoje, infelizmente, a ANP publica uma tabela de preços que não é verdadeira. É uma tabela que usa muito o mercado safado, o mercado bandido para achar uma média de preço. Ela publica isso até hoje. Nós temos postos fechados há mais de ano, em São Paulo, e a ANP continua publicando preço de venda. Então, veja, é escabroso.

Eu acho que uma CPI realmente precisa acontecer. Eu não estou contra o Charles nisso, não. *(Palmas.)*

Eu só acho que isso não pode ser começado do jeito que nós estamos querendo começar: atacando uma categoria! Isso tem que ser começado, sim, analisando o mercado como um todo.

Agora, quando escutei, aqui, alguém falar do meu lado que a Federação disse que o mercado está ótimo, desculpe! Não está não. O mercado está horrível. O mercado, dependendo de regiões... Eu tenho chamado de ilhas, Senador. Existem algumas ilhas onde o nosso mercado está bem. Mas a grande maioria do mercado não pode ser considerada boa. É um mercado que está totalmente defasado. Então, quando a gente vem discutir salário...

Eu vou dizer pra vocês que quando foi conseguida a proibição do *self service*, eu já estava junto com vocês desde aquela época. Eu estive aqui com a minha diretoria toda brigando por isso. Para mim é orgulho hoje a gente ter uma categoria que emprega mais de 500 mil trabalhadores. Mas tem que empregar com qualidade.

Eu não aceito isso que foi dito aqui também, tanto quanto vocês falam, de ter salários diferenciados desde que a gente tenha ganhos iguais, igualitários. Quer dizer, o dono do posto tem que ter condição de trabalhar. Como ele pode trabalhar – e aí vou usar o que o Luiz não quis falar – quando tem um mercado, por exemplo, que vende – e bancado – abaixo do preço de custo que o outro paga?

Como eu posso aceitar, Senador, que uma empresa que fabrique etanol, uma indústria, venda sem nota fiscal? Ou então venda um produto com a mesma nota cinco vezes? O caminhão viaja cinco vezes com a mesma nota. E isso está acontecendo no mercado.

Então, quando o Alísio apresenta lá que eles têm 80% do mercado de gasolina e têm 59% do mercado de álcool, qual o segredo disso? Onde está esse etanol que não está dentro da mesma paridade? É o etanol bandido, o etanol que está desviado, o etanol que está indo para o posto safado, que nem número de ANP ele tem.

Então, veja, é isso que eu queria dizer para o Charles, viu Charles? Porque às vezes aparenta uma coisa, Charles. E, puxa vida, eu, como revendedor que busco trabalhar dentro de uma legalidade me sinto meio mal, sabe, quando escuto algumas coisas que dizem diretamente respeito à minha categoria, porque eu acho que só estou aqui até agora porque acredito na minha categoria. Se eu não acreditasse mais, Charles, com certeza estaria ao teu lado batendo em cara que não presta. E quero estar ao teu lado pra bater em cara que não presta.

Eu quero estar ao teu lado. Se houver cartel, tem que dar cadeia. Ponto. Acabou. É cadeia! *(Palmas.)*

Agora, acusação de cartel é uma acusação muito séria, muito grave. Eu acho que deve ser estudado isso com mais calma. Então, esse foi o prazo que pedi antes de entrar no assunto.

Agora, vou entrar num assunto que acho que é o que a gente quer discutir aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só me permita dizer que audiência pública é isso mesmo e tem que pedir o tempo pra poder responder. E no mínimo o mesmo período. Se foram 20 minutos, serão 20 minutos. Fica à disposição.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você usou oito, tem mais doze para usar.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Mais doze. Vocês vão me escutar, mas não tanto. Não vão escutar tanto.

Eu acho que a gente tem que fazer uma reflexão. Quando a gente pede algumas coisas... Por exemplo, quando a gente fala de mercado, o nosso mercado está passando por uma alteração muito grande. Nós estamos com uma fase nova aí de biodiesel que está dando um problema sério. Todo mundo sabe disso. É mais um produto novo no mercado. Nós estamos entrando aí com um novo produto, o S50. Nós estamos tendo muitas mudanças no nosso mercado que estão acontecendo ao mesmo tempo. Essas mudanças precisam ser tratadas.

Hoje mesmo tem gente aqui tratando de meio ambiente. Foi falado aqui também. Já estão reunidos lá com um problema de resíduos. A gente está trabalhando em uma série de setores. Mas eu acho que o setor que a gente deveria tratar hoje aqui, pelo que eu senti desta audiência, é muito mais relacionado com a categoria dos frentistas, dos obreiros do nosso negócio do que com qualquer outra coisa.

Acho que quando se fala em unificar um piso, para mim é muito tranquilo, porque o maior piso do Brasil é o lá de São Paulo. Isso tem uma explicação.

Acho que vocês deveriam escutar isso. Porque, veja, nada acontece de graça. Nada!

São Paulo não tem o melhor piso, hoje, de graça. Não! Teve trabalho grande dos sindicatos que estavam trabalhando em São Paulo. O sindicato dos frentistas em São Paulo fez um trabalho conjunto com o sindicato patronal quando liberou; e isso veio trazer um salário melhor. É o ideal? Não. É o que precisa ser pago? Não. Mas é o que a gente conseguiu em conversas.

Veja, quando eu sento com o Antônio, com o Luiz, com o Chico que eu nem vi se hoje está aqui... Eu conheço... Está doente o Chico, né? Eu nem sabia. Com todos eles que estão aqui, sabe. A gente tem que tomar muito cuidado pra não deixar ninguém de fora. E a gente tem diversos amigos aqui na Mesa, na sala. A gente vai discutir a fundo por que eu não posso dar? Eu não digo: não dou. Eu digo porque não dou e onde está o problema para não dar. E ele sente e fala por que eles querem e onde eles querem. E a gente acaba conseguindo uma negociação trabalhista que, hoje, é dito pelos dois que são os maiores representantes que a melhor negociação do Brasil ainda continua sendo a de São Paulo.

Eu gostaria que vocês começassem a pensar por esse lado: o problema pode não estar só no pedido de unificação já, porque, queira ou não queira, o Brasil é muito grande, existem sim diferenças de posicionamento no Brasil, quer dizer, não é a mesma coisa, são as mesmas pessoas, não resta a menor dúvida, mas são categorias diferenciadas. Por exemplo, você pega um posto em São Paulo, ele vende 300 mil litros de produto, ou 170, ou 200 mil litros, e, de repente, você pega um posto lá em São Paulo, também, lá no finzinho de São Paulo, que vende 80 mil litros. Então, tem que ser analisado isso com calma, quer dizer, pedir a unificação dos salários, tem que ser pedida sim, mas tem que haver uma análise disso, não pode pura e simplesmente achar que é igual em todo mundo. Porque todo mundo vai querer o quê? O maior, ponto. Estão no direito, não. Só que acho que, quando a gente vai unificar salários, temos que discutir as regionalidades dos salários.

Antonio, eu gostaria só de terminar, estou quase terminando, e, depois, quem quiser me bater, pode bater, mas, deixa primeiro eu terminar. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica à vontade no teu tempo aí, depois, é que vamos entrar no debate, fica à vontade.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Na grande realidade, o seguinte: eu gostaria que vocês fizessem essa reivindicação, mas com um pouco mais de discussão, eu acho que eu gostaria de sentir que eu tenho condições de lutar por isso junto com vocês. Não sou contra isso, não sou contra a unificação, só quero estar junto para lutar junto por ela, e o que eu puder ceder de conhecimento nosso, de participação, pode ter certeza de que eu estarei junto com vocês, não tenham a menor dúvida disso. (*Palmas*.)

Então, acho que as minhas palavras, não preparei nada, Senador, pelo seguinte, porque sou muito assim, sou muito transparente, falo o que estou pensando, o que estou sentindo: os números que iam ser apresentados, eu já conhecia todos, eu sabia que iam ser apresentados, então, eu não ia cansá-los mais uma vez, mas a minha participação foi sempre assim, muito transparente, muito aberta e dizendo o que realmente sinto.

Agradeço a V. Exª por ter me convidado, aos meus amigos todos que estão aqui presentes. E Antônio, pode fazer a sua pergunta que tenho prazer em responder.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Não seria bem, com licença, Senador, uma pergunta, só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minuto, o debate é depois, só um pouquinho, mas como ele tem sete minutos ainda, você vai entrar no tempo dele, ele te cedeu um aparte do tempo dele para você.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO — Eu só queria dizer para ele, Senador, que o posto que vende 300 mil litros emprega 13, 14 funcionários; o que vende 80 mil litros emprega quatro. Era só esse comparativo que eu queria fazer.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Bom, às vezes, nem emprega ninguém, trabalha ele, a mulher e os filhos. (*Palmas*.)

Veja, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) — A palavra está com ele ainda.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – ...o Antônio não está errado, você sabe disso, você sabe disso, não está errado, você sabe o que disse e falou uma verdade. Vou lembrar só uma coisa: a ANP nos pagava um valor para trabalhar, cada funcionário vendendo, no mínimo, 35 mil litros, por funcionário, na época. Não, era menos, eram 20 mil, 20 mil litros, desculpa, então, cada funcionário tinha que vender 20 mil litros, esse salário recebia por isso. Quando houve a liberação de preço, fizemos um ano maravilhoso logo o seguinte, até os bandidos, brinco, que o nosso negócio era bom para eles, até, por exemplo, o supermercado entrar no nosso negócio. Só para quem não conhece o setor: o setor posto de gasolina trabalha com três itens: gasolina, álcool e diesel, 90% da venda deles cabem nestes três itens. Quando você vai concorrer com o supermercado, o item gasolina, álcool e diesel

é um valor em torno de 70 mil itens lá dentro. Então, dá para fazer alguma coisa para poder se aproveitar disso, não temos isso. E, quando alguém aqui fala que o setor tem que alterar um pouquinho, também concordo, nosso setor tem que se modernizar, e está se modernizando aos poucos dentro da capacidade financeira de cada um, que são os postos já que vêm com as lojas, que vêm com suportes, estilo americano; um posto que tem as lojas em volta. Esta é a modernidade do nosso setor: loja de conveniência, tem uma barbearia, tem um aluguel de fita, tem uma série de coisas que podem ser usadas para atrair o consumidor e ajudar a gente também um pouquinho.

Por mim, dou a palavra a quem quiser, no meu tempo...

SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem mais quatro minutos ainda?

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Quero aproveitar o tempo do Zé Gouveia, porque a autenticidade dele também me toca, é muito parecida com a minha. A comparação de supermercado, acho fundamental, porque estamos vivendo um momento muito interessante e um movimento aqui, às vezes, muito equivocado, defende a participação, inclusive com números absurdos, vamos abaixar 10% do produto, isso não existe, isso não existe, eles são legítimos quando abaixam o preço, depois, alcança o patamar novamente. Isso, no Brasil inteiro, acontece.

E já que você está falando sobre piso salarial, sobre respeito às normas salariais e de segurança, eu gostaria de abordar um pouco sobre o problema dos supermercados, porque sabemos que, no Brasil, não adotam em sua maioria, a convenção coletiva dos postos de combustíveis, e, sim, a deles, não pagam periculosidade, em sua maioria, e têm um problema de segurança seriíssimo nos supermercados, não só do trabalhador, porque até não se veste adequadamente, porque são repositores que são destinados a isso, e também ao próprio público que, de vez, por mais que você tenha ISOs 14, 15, ou o que inventam, realmente, a população corre seu risco.

Eu gostaria que você abordasse isso.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Você, na realidade, já disse quase tudo, a única diferença é o seguinte: o supermercado fez aquilo como mais um ponto. Já tinha o terreno, já tinha o local, aquilo estava ocioso, então, colocou seu posto de gasolina lá, que, na realidade, não é um posto de gasolina, é uma bomba de vender gasolina, é outra coisa, posto de gasolina é uma coisa, bomba de vender gasolina é outra. Então, por que não ter a bomba de calçada novamente? Vamos voltar a ter a bomba de calçada. O risco de que você falou é seriíssimo, se tiver um acidente, a saída é uma só, e a entrada é uma só, quer dizer, não tem área de escape, não existe área de escape. Quando você fala em funcionário, temos certeza absoluta de que eles não pagam os 30%, temos certeza, lá, em São Paulo, também tem, só que lá, em São Paulo, tem o sindicato que fica enchendo, eles vão lá, pegam no pé, entram com ação na justiça, é isso que tem que ser feito, tem que continuar enchendo. (*Palmas*.)

Agora, quando você falou que o supermercado é bonzinho – acho que bonzinho, o único que conheci que foi realmente muito bonzinho foi, sou católico, o que morreu pregado na cruz. Foi Este o único que conheci realmente bonzinho – não existe isso, no comércio, não existe essa bondade que a gente gostaria que existisse, no comércio, vive-se de lucro, vive-se de ganhar dinheiro para pagar empregado, para pagar imposto, para pagar aluguel, é isso que é o comércio. E, quando você fala que preço é bom no supermercado, é só você voltar para o meu Estado. No meu Estado, a diferença deles é R$0,01, R$0,02 os postos na rua, e só, mais nada. E outro mais vizinho aqui, mais para baixo, *los hermanos,* já não têm mais nada de diferença, é o mesmo preço. Então, é só bonzinho no começo, depois que conseguiu assumir o mercado, o que acontece? O preço é o de mercado e vai comprar quem quiser. Vai ter aquele produto lá que vai dar uma promoção, mas, na realidade, o preço da gasolina lá fora é igualzinho ao nosso.

Senador, obrigado. (*Palmas*.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho. Só para cumprimentar o nosso painelista, neste momento, o Sr. José Alberto Paiva Gouveia, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, São Paulo, que fez a sua exposição com a maior tranqüilidade, suscitando, inclusive, o debate do plenário, mas falando com certa autoridade, porque, em São Paulo, é bem melhor pelo que vi que em outros lugares. Então, ele falou com certa tranquilidade.

Mas, meu Senador, nunca vou lhe cortar a palavra. V. Exª está com a palavra, só quis falar um pouquinho antes de V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, interessante, não sou um conhecedor do sistema e, doravante, agora, quero conhecer. Vou, realmente, buscar informações, mas a conclusão a que chego aqui, agora, é que o problema dos combustíveis hoje, no nosso País, é uma questão de utilidade

social, e gravíssima, gravíssima, pelo que acabei de perceber aqui.

Ouvi, aqui, o Charles colocando a respeito dos cartéis; o Luiz Arraes colocando aqui as empresas sérias que têm no mercado hoje, sérias, os bandidos que lavam dinheiro, os oportunistas. Isso é verdadeiro, Sr. José Alberto, porque a televisão mostra isso para nós todo dia (*Palmas*). Não tem como sermos míopes neste momento, a não ser que a televisão esteja divulgando coisa ilegal, o que não acredito, pois eles sabem o tamanho da responsabilidade deles. Acho que isso tem de ser olhado com muito carinho. A respeito do piso, Sr. José Alberto, como empresário que sou, sabemos que os nossos empresários são a força motriz do nosso país. São eles que dão emprego, distribuem renda. Precisamos cuidar dos nossos empresários. Agora, não significa que quem vende 500 milhões de litros possa pagar um piso e quem vende 20 milhões de litros não pode pagar o piso. Acho que o que está em questão é a rentabilidade de cada um desses empresários, não a quantidade ora vendida. Eu queria colocar isso para o Senhor, com todo respeito, pois percebi que o Senhor é um grande conhecedor do assunto. Quero até buscar, já pedi à moça, a normatização que o Senhor tem em São Paulo, porque quero olhar com muito carinho. Se o Senhor puder me fornecer, ficarei muito grato.

Meu Presidente Paim, é lamentável que outras autoridades não estejam aqui presentes. Lamentável mesmo, porque uma audiência de tamanha valia teria de ter o Ministério Público, assim como a ANP, alguém da Petrobrás, por que não? (*Palmas*.) Pelo contrário, deveria, porque aqui estão as pessoas que fazem o resultado da Petrobrás. Mas temos aqui também o Sr. Alísio, que não ouvi falar, mas que é o representante dos distribuidores. Lamento a ausência dessas autoridades e chego à conclusão, meu Presidente Paim, que a coisa é muito mais grave do que imaginei quando cheguei aqui. Muito mais grave! Acho que uma CPI (*Palmas*.) seria, realmente, de bom alvitre. Acho que seria de bom alvitre porque é uma questão social neste país. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador. Neste momento fará uso da palavra o Ângelo Martins Cintra Posto, RS. Só dizer que depois da fala dele, que vai ser de 10 minutos com mais 5, se necessário, todos que usaram da palavra vão poder fazer as suas considerações finais. O Charles mesmo queria usar da palavra neste momento. Conversei com ele, que entendeu que vamos terminar com os painelistas.

Ângelo Martins com a palavra.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Bom-dia a todos! Cumprimentar o companheiro Paim e principalmente os companheiros que se encontram aqui, do Oiapoque ao Chuí, do Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, que, realmente, produzem o trabalho neste país.

Eu queria, primeiro, dirigir-me ao companheiro poeta, Senador, e dar o anúncio em primeira mão de que o companheiro Paim vai ser homenageado no carnaval de 2012 pela escola de samba *Imperadores do Samba*, do Rio Grande do Sul, que fará o tema enredo em nome desse guerreiro, metalúrgico, poeta, Senador. O *slogan* vai ser *Fazer o bem sem olhar a quem*. Esse vai ser o tema da nossa escola, que vai homenagear o nosso companheiro Paim. Eu me sinto orgulhoso nesse sentido, de ser gaúcho neste momento, porque tu já não és mais um gaúcho, és um brasileiro internacional (*Palmas*.), que está sempre nas causas dos direitos humanos. Por isso que tu és o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Então, é fundamental que se diga neste momento que tema de tal relevância, e aqui está toda a cadeia produtiva... Se esse tema é de tal relevância, por que será que os empresários, os microempresários, os próprios Parlamentares nunca chamaram esse assunto à lida? Teve de vir a Fenepospetro pedir ao nosso Senador para que colocasse esse assunto em voga.

Ora, já era no século passado, 1900, o Anísio nem era nascido, mas o Anísio sabe que as empresas já estavam aqui (Esso, Shell, Texaco e outras). Naquele momento, diziam que no país não existia petróleo. O Sindicom dizia que no Brasil não existia petróleo. Passado o tempo, lá em 1953, foi criada a Petróleo Brasileiro. Só ali que veio o monopólio do petróleo, em 1953, na famosa *O petróleo é nosso*. Então, o petróleo é nosso, mas o lucro é deles. Tínhamos de tentar, companheiro Paim, companheiros, entender essa cadeia produtiva na matriz dos combustíveis do país, que nasce com a Petróleo Brasileiro, e não confundir a Petróleo Brasileiro com a Petrobras, distribuidora, que é sócia do Sindicom. Então, tem a Petróleo Brasileiro, que prospecta, que refina e entrega para as distribuidoras. A BR pertence também à questão do Sindicom. Ela concorre no mercado de igual com a Esso, com a Texaco... Isso é o que a sociedade precisa saber. Outra questão é que foi desregulamentado o mercado. Dizia que o deus mercado ia regular tudo. Quebraram o monopólio da Petróleo Brasileiro. Hoje, o monopólio é da União. Está liberado e o Vaz está ali. Está liberado para qualquer empresa distribuidora de petróleo vir colocar uma refinaria, uma distribuidora, importar produtos, se preciso for. Por que será que, depois da desregulamentação, não foi criada alguma refinaria no Brasil pela Shell, pela Esso, pela Texaco? Não. Então, pega o produto totalmente refinado e coloca nas distribuidoras. Já faz mais de dois anos que a gasolina

da Petróleo Brasileiro não sobe para as distribuidoras. Como é que das distribuidoras sobe para o posto e como é que do posto sobe para o consumidor? E o salário é essa miséria que está aí. (*Palmas*.)

Companheiro, eu não sou contra a CPI, mas a legislação, caro Senador, já é totalmente suficiente para que os agentes pudessem atuar. A questão de adulteração e outras questões não são caso de CPI, mas caso de polícia. Se há um que está descumprindo a regra, a lei, faça-se a questão. Por isso que sinto que a Petróleo Brasileiro não esteja presente, deve ter havido alguma coisa. Vou falar com o Gabrielli, perguntar por que ele não mandou ninguém. Vou falar com o Lima Neto, da Petrobrás Distribuidora, para saber por que não mandou alguém? Vou falar com o Haroldo Lima, por que não mandou alguém? Haroldo Lima, Edson Silva... Por que não mandaram alguém lá? Será que é porque era uma questão dos trabalhadores, que os trabalhadores estavam pedindo essa audiência? Porque na outra eles vieram; por que não vieram nessa?

Então, é importante e é fundamental nós sabermos o seguinte, que essa cadeia, Senadora, é muito curta: petróleo brasileiro, distribuidoras e postos. E tudo está totalmente engajado, regulamentado. A Petrobras tem o seu preço, vende para as distribuidoras, as distribuidoras vendem para os postos de revenda e os postos de revenda para o consumidor, que, ao final e ao cabo, é o que paga o pato. Essa que é a verdade. Agora, eu queria colocar também o seguinte, veja bem. Antes, as Sete Irmãs é que só estavam com o filé, que era a distribuição. Hoje, as Sete Irmãs não estão mais aí. A única que ainda tem um rebusque aí é a questão da Shell, com *joint venture*. Olhe bem, Paim, uma *joint venture* onde a Cosan comprou a Esso. A **Exxon Mobil** é a maior empresa do mundo. Como é que a Cosan comprou a Esso? Mas, essas megafusões, esses meganegócios, comprou e depois se juntou com a Shell para fazerem a maior empresa sucroalcooleira do mundo. Hoje, qualquer questão que passar pelo álcool... Hoje, não há Alcoolbrás; é o usineiro. Só que a Cosan é dona de 24 usinas que mais produzem álcool no mundo, e o salário desse tamanhozinho e algumas lavouras de cana-de-açúcar ainda quase como trabalho escravo. Então, é essa questão que nós temos que abordar.

Eu não quero tirar o foco da nossa questão específica e especial, que é piso nacional já. Eu ouvi aqui: "Não, mas como é que eu posso..." Piso é piso, não estou falando em teto. Vou falar aquilo que você falou lá na audiência dos motoristas em São Paulo. Eu estou pedindo piso. O estado que tiver mais produção negocia com o sindicato e vai para cima. Eu não estou pedindo salário unificado, eu estou pedindo piso salarial. Como a margem, Senadora, a margem do produto é igual no Oiapoque ou no Chuí, o salário tem que ter um piso, poxa. Eu não sou... (*Palmas*.) Eu não sou nenhum Pitágoras na matemática, mas essa questão é redundante.

Então, companheiros, sobre a questão dos impostos tem que haver fiscalização. Olha, PIS, Cofins, ICMS e Cide, tudo tem determinada questão para ser colocada. Por exemplo, o PIS financia o seguro-desemprego, o abono anual de salário mínimo para quem recebe até dois salários mínimos por mês; o Cofins cobra para custeio da seguridade social, ou seja, Previdência e saúde; o ICMS é dos estados e a Cide incide sobre a comercialização dos derivados de petróleo, a pretexto de bancar a conservação de estradas. Então, tudo que está no imposto da gasolina, se bem administrado – que se fosse de verdade, se não fosse uma falácia, se não fosse só para inglês ver – isso estaria tranquilo. O brasileiro não é contra essa questão, é como é empregado o imposto, é isso que nós temos que colocar.

Eu sei que meu tempo está acabando. Mais cinco ainda? Mas eu só queria colocar, companheirada, que todo mundo sabe, do Oiapoque ao Chuí, que tudo gira em torno de um posto. Há até uma propaganda que diz assim: "Vai comprar alguma coisa? É no posto. Vai comprar pneu? É no posto." Não é? Mas, companheiros e companheiras, nós frentistas não somos artistas. Porque na televisão passa aquele artista bonitão. Aquilo não é verdade, companheirada. Aquilo, Srs. Senadores e aí para os revendedores, ouviu Vaz, para a distribuidora... Poxa, Vaz, por que na convenção do Sindicom – às vezes eu chamo de "sindicão", mas tenho que me policiar – por que na comissão do Sindicom o piso é um e para os frentistas, que realmente fazem as questões, o piso é outro? Será que o estômago do trabalhador da distribuidora é um e o estômago do trabalhador dos postos de revenda é outro?

Então, a gente tem que colocar o dedo na ferida, não precisa nem de CPI. Tem é que dar voz ao trabalhador e ao Senador como Paulo Paim para nos dar voz. Então, acontece o seguinte, Paim, eu sempre digo: Havia um *slogan* lá no Rio Grande do Sul, e ainda continua, que era do poço ao posto, hoje pode ser da lavoura ao posto, que é a cana-de-açúcar. É inacreditável, companheiros, que só agora, em 2011, o álcool anidro, ou hidratado, vai ser tratado pela ANP. Isso é um absurdo, vai ser tratado como combustível e vai ser fiscalizado pela ANP. Isso é um descalabro.

Então, eu gostaria de colocar que essa questão aí, outra questão dessa categoria tão sacrificada, Paim, essa categoria que faz o pilar... Eu já falo pouco e o cara ainda me atrapalha. Olha só. Então, eu estava

colocando a questão da... Hoje nós temos esse ciclo e nós, que temos essa cor com orgulho, o ciclo do outro nós tivemos e tivemos o ciclo da cana-de-açúcar, só que naquela oportunidade o trabalho era escravo. Hoje, nós temos e vamos ter o ciclo do petróleo com o pré-sal e já estamos tendo o ciclo da cana-de-açúcar. Aquilo que você tanto combate está voltando, só que vai haver os barões do petróleo, os barões da cana-de--açúcar e os escravos, que já se sabe, só que agora serão pretos e brancos a trabalharem e o dono, senhor de tudo, sentado mandando dar.

Quer dizer, isso é que nós vamos ter que colocar, companheirada. É numa audiência pública que nós temos que ter vez e voz. Então, nesse sentido, Paim, eu saí acreditando muito no seu trabalho, como sempre acreditei, daquela audiência pública dos motoristas. Olha só, o que o Paim está fazendo? Vou enumerar as mil e tantas coisas, as mil e uma utilidades. O Paim está fazendo o Estatuto do Motorista. Eu estava aqui pensando e vou pedir licença aqui para o meu Presidente, Porcino, para dizer: Por que não fazemos o estatuto do frentista? (*Palmas*.) O estatuto do frentista é uma necessidade já. E o Paim depois pode ver como é que funciona o estatuto do frentista para essa ampla e complexa questão dessa cadeia, onde tantos ganham e o trabalhador tão pouco.

E eu queria finalizar, Paim. Eu não podia deixar. Sabe, eu sempre botava nas minhas anotações lá quando eu ia fazer um texto, eu botava a poesia do **Maiakovsky;** depois eu enveredei para o Bertold Brecht, lá de *O Alfabeto Político* e estava procurando daqui e procurando dali, chê, eu estava com a questão em casa e não sabia, até que encontrei este livrinho, livrinho carinhoso, livrinho *Vida, sonhos e Poesia*, de Paulo Paim. (*Palmas.*) Olha só, companheirada, neste livrinho, que eu chamo carinhosamente, eu pesquisei lá, porque nisso aqui o Collares era o avô do salário mínimo, você é o pai e está sempre lutando e batalhando. Então, pessoal, até peço para todos os companheiros que possam reproduzir essa poesia. A gente não precisa pegar Bertold Brecht, **Maiakovsky** e outros mais. Há uma pessoa que escreveu um texto que eu vou ler uma parte dele e queremos fazer o que está ali escrito.

Uma pessoa escreveu um texto, de que lerei uma parte e que está ali escrito:

> Piso nacional dos frentistas
> Mas tu não és só um sonho
> Tu podes ser uma realidade
> Tu podes ser a justa distribuição de renda
> Tu podes ser o pão, o leite
> Tu podes ser um pedaço de chão
> Tu podes ser o remédio, a escola, o passeio
> Mas, eu sei, tudo ainda não existe
> Mas nós, frentistas, vamos lutar, unidos,
> do Oiapoque ao Chuí, para conquistá-lo.

E, com a ajuda do companheiro Paim, tenho certeza de que agora nós temos vez e voz, companheiros. A caminhada está só iniciando. Há um caminho árduo pela frente, e o poderio é muito grande porque são as maiores empresas do mundo que nós estamos enfrentando e vamos enfrentar, por causa que tem gente do nosso lado e, principalmente, a nossa unidade, unificação, luta, trabalho e pão para todos! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este livro que ele apresentou aqui foi um dos primeiros que fiz. Foram em torno de 23 livros. Se não me engano, 24. Este foi o primeiro. Eu nem tenho mais cópia dele no meu gabinete. Vai deixar este como cópia para a gente aqui? Não, não. Pode levar que a gente reproduz.

Agora, vou passar a palavra, para as considerações finais, à nossa Mesa. E vamos começar, com cinco minutos para cada um, devido ao nosso horário. Vamos retomar aqui a primeira Mesa. Eles podem falar de onde estão mesmo.

Começo com o Sr. Rutelly Marques da Silva.

O SR. RUTELLY MARQUES DA SILVA – Eu gostaria apenas de agradecer a oportunidade. Nós estamos sempre à disposição para contribuir para o debate. Enfim, sobretudo nessas questões de regulação e concorrência a Secretaria está à disposição para ouvir e para empreender as coisas necessárias, tomar as atitudes necessárias para melhorar o funcionamento da atividade econômica no quesito eficiência e concorrência. Não teria muito mais o que falar. As questões que foram levantadas aqui dizem mais respeito a outros assuntos sobre os quais a Secretaria não se sente confortável para se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Agradeço o Rutelly, que representou aqui o Ministério da Fazenda.

Passamos a palavra a José Carlos Ulhôa Fonseca, Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes.

O SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – Só para esclarecer, Senador, sou Presidente do sindicato de Brasília, que tem enfrentado algumas batalhas pesadas.

Mas ainda bem que Ângelo Martins não é candidato a Senador. Surpreendeu-me realmente (*Risos*). Tem uma verve fantástica. Parabéns a você. Acho que a Federação está muito bem representada por um gaúcho, mais um gaúcho.

Eu queria fazer uma observação. Achei muito interessante. É evidente que tenho pares, e isso tem

de ser discutido. Não sei como o José vê isso, mas um estatuto do frentista é uma coisa interessante, é uma coisa a ser pensada, a ser discutida. Acho que é plenamente viável. Por que não? Mas realmente represento uma instituição e que isso tem de ser levado para a gente poder discutir.

A titulo de esclarecimento – é pena que o Senador tenha saído –, mas há algo que nesta Casa está há bastante tempo correndo e que nós precisamos agilizar, Senador: chama-se Código Nacional de Combustíveis. Extenso, difícil, está na Câmara; não está nesta Casa. Mas ele já tem muitos anos, muita discussão. Pela própria situação do setor, com seus detalhes que são muito intrincados, ele precisa ter certo apoio, certa cobrança. Acho que o Código de Combustíveis aborda uma séria de coisa que nós discutimos, mas acho que é fundamental que a gente possa tratar isso com mais agilidade.

Já veio da CPI dos Combustíveis. É bom que as pessoas saibam. Estão sugerindo nova CPI, mas ele é oriundo disse, ele é fruto disso.

Uma coisa que eu gostaria era dar uma informação ao Senador que também teve de se ausentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois ele recebe cópia das notas taquigráficas.

O SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – Pois não.

Aqui em Brasília, nós já estamos discutindo com os Parlamentares na Assembléia sobre legislação praticamente idêntica a de São Paulo. Evidentemente, o índice de Brasília, comparativamente ao de São Paulo, é algo bem diferente. Nós não temos 320 postos; temos 314, com um fechado neste momento. Então, há um dado estatístico furado, mas faz parte dos dados estatísticos da ANP. Como sempre, ela não consegue retirar a tempo as coisas. Mas estamos discutindo uma legislação em que, apesar do índice de qualidade do combustível comercializado e do tamanho, nós desejamos que isso seja implementado aqui também em Brasília. Portanto, acho desnecessário tecer novos comentários.

Parabenizo o Senador. Acho que em toda essa discussão, em que, de fato, Ângelo foi muito feliz em algumas colocações a respeito do Estatuto e desse piso que se discute, é algo em que ainda tem muita água para passar debaixo da ponte, e a gente se coloca à disposição para tratar desse assunto com mais profundidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Sr. José Carlos Ulhôa, Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e também Presidente do sindicato aqui de Brasília, não é?

Passamos a palavra ao Sr. Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis.

Não sei se ele está aqui.

O SR. ALÍSIO VAZ – Estou aqui.

Senador, eu não poderia deixar de agradecer o carinho e a atenção do Ângelo com o Sindicom. Fomos objeto de várias citações dele. Eu apenas gostaria de esclarecer alguns pontos muito rapidamente.

Quanto à questão de preços que aumentaram, temos dois fatores que não são mistério para ninguém. Apesar de os preços da Petrobras estarem congelados, eu diria até mais, há cinco anos, mais ou menos – houve uma flutuação, mas isso foi compensado na redução e aumento da Cide, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico –, o preço da gasolina e do diesel realmente não tem aumento há mais de cinco anos. Agora, a realidade de custos no País não é mistério para ninguém. Temos aumentos constantes de diversos componentes de custos não só de distribuidoras, mas também dos postos: aluguéis, energia, salários, uma série de componentes de custos que estão nos preços. Então, quanto a esse repasse – estou tomando a posição dos revendedores –, eles têm aumento de custo que precisam repassar independente do aumento do custo do produto. Aquele preço final reflete uma série de outros custos, assim como nas distribuidoras.

Mais recentemente, nos últimos meses, nós tivemos uma entressafra de álcool. Eu tentei esclarecer aqui, sem entrar em detalhes, mas nós tivemos a mais difícil entressafra de cana-de-açúcar dos tempos recentes. Isso levou o preço do etanol a atingir patamares inéditos. O preço do etanol anidro, que é misturado na gasolina, aumentou 120% em questão de quatro meses, mais do que dobrou em quatro meses. Isso certamente teve um impacto, independente do preço da refinaria, do preço da Petrobras na porta da refinaria não ter se alterado, houve um aumento enorme do anidro, que teve de ser repassado aos preços. Esse aumento foi bem noticiado quando aumentou e está sendo noticiado agora que está se reduzindo a cada semana. Também, como alertei, este ano não teremos uma safra de etanol aumentada. Consequentemente, os preços de etanol vão se situar em patamares superiores ao do ano passado, por causa daquele descompasso, que frisei bem, entre o crescimento do consumo e o crescimento da produção de etanol. Isso é bem simples na economia. Quando a demanda está acima da oferta, os preços sobem. Essa é a realidade no mercado de

etanol. Como disse, precisamos encontrar uma forma de estimular a produção de etanol.

Nessa linha, também foi mencionada pelo Ângelo a questão de uma associada do Sindicom, que agora se chama Raízen, que é justamente essa empresa criada pela Cosan e pela Shell. Mas quero tranquilizá-lo, Ângelo. De forma alguma essa empresa vai representar um monopólio. Essa empresa não tem nem 10%, eu diria, talvez nem 5% da produção nacional de cana-de-açúcar e etanol. É uma grande empresa, muito eficiente. É a maior empresa do mundo, mas, como se viu nos números, são 400 empresas produzindo etanol no Brasil.

O Grupo Cosan é o maior e muito eficiente. Orgulha-nos tê-los como associados. Mas, de forma alguma vai representar um monopólio. Existe um outro parque de produção de etanol no Brasil bem consolidado e bem diversificado. Não representa uma ameaça ao consumidor, tanto que essas empresas foram aprovadas pelas autoridades de defesa da concorrência.

Por último, a questão que V. Exª mencionou que é a questão salarial. Nós temos um histórico muito saudável o Sindicom com o Sindicato dos trabalhadores das Distribuidoras, um histórico muito saudável de negociação. Acho que temos pacotes bem razoáveis para os produtores. Temos benefícios bem diferenciados para os trabalhadores da nossa atividade e espero que esses benefícios também, aos poucos, dentro das possibilidades dos revendedores, também seja incorporado aos frentistas.

São duas realidades diferentes, tipos de negócios diferenciados. Somos o mesmo estômago, de fato.

Eu, você, todos que estão presentes, precisamos dos nossos alimentos. Mas a realidade, a diferença de salário conforme o tipo de trabalho, isso é natural na economia.

Então, os trabalhadores de distribuidoras têm os seus benefícios, que você conhece muito bem e espero que esses benefícios possam, na medida do possível, ser levados para os empregados da revenda de combustíveis.

São essas as observações que eu queria fazer, reiterando a disponibilidade de estar sempre aqui quando chamado, convidado, para discutir esses temas de tamanho interesse, não só do nosso setor, mas do país como um todo.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim; muito obrigado à Comissão. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Alísio Vaz, do Sindicom, Presidente desse importante sindicato nacional.

Passamos a palavra ao Sr. Antônio Porcino Sobrinho, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Quero dizer ao Senador Paim que, como paraibano, me sinto muito feliz em tê-lo como Senador do Brasil.

Getúlio Vargas disse não a Júlio Prestes e pagou com a própria vida, mas irmanou-se ao gaúcho na defesa da democracia brasileira.

V. Exª está de parabéns e tenha a nossa solidariedade sempre, dos paraibanos e dos frentistas, dos 500 mil frentistas que você ajudou a preservar os empregos nesse congresso brasileiro.

Agradecer ao Zeca, agradecer ao representante da Fecombustível, agradecer ao Alísio Vaz do Sindicom, e dizer para ele que é uma realidade diferente o piso salarial e as condições de trabalho do Sindicom. Já fui negociador representando a entidade antiga dos minérios e derivados de petróleo de São Paulo, quando se discutia a redução de jornada o Sindicom já tinha. Quando se discutia o auxílio de férias o Sindicom já dava até 100%.

Agora, infelizmente a categoria acabou-se. Tínhamos 10.000 trabalhadores numa Shell e agora temos 100. Então, fica fácil pagar um salário altíssimo, por que foram trocados pelas máquinas e nós conseguimos manter o nosso. Graças ao Congresso Nacional.

Então, nós queremos a nossa fatia do bolo, viu Zeca. Nós queremos a nossa fatia. Não posso negar o que você disse. Você referendou tudo aquilo que nós havíamos falado antes. O que o Luiz falou e o que eu falei e o que nós falamos. É verdade. O Estado de São Paulo é um espelho para o Brasil, mas nós queremos melhorar essas condições.

Quando vou pleitear melhorias você diz: e o resto do Brasil, você não fazem nada?

Nós estamos fazendo embora enfrentando as dificuldades que eu citei aí. Ameaçado de morte e coisa e tal, mas estamos começando a avançar.

Peço encarecidamente ao Senado, Senador Paulo Paim, a esta Comissão de Direitos Humanos que veja de fato o que falei a respeito do Estado do Mato Grosso.

Nós estamos com duas pendências graves, uma no Estado do Espírito Santo e outra no Estado do Piauí, onde magistrados estão sentados em processos segurando o que o Supremo Tribunal Federal decidiu, na contramão da história.

Recentemente, o Sr. Luiz esteve em Manaus e um Procurador da República, um Procurador Geral do Trabalho, disse que nós discutíssemos na Justiça a representatividade. Ora, isso é um absurdo. Se o Supremo Tribunal de Justiça já decidiu que a representação é nossa, como é que esse Procurador pode fazer uma coisa dessas?!

Tem de denunciar, tem de colocar como réu dos denunciados, ou ele não é concursado, entrou emprestado na Procuradoria-Geral do Trabalho ou ele está afrontando uma sentença do Supremo Tribunal, que pronunciou a unanimidade do seu pleno. O pleno do Conselho do Supremo Tribunal Federal, disse que a representação é nossa e ele ainda está discutindo se é nossa ou dos minérios. Esse tipo de absurdo tem de acabar e este Senado Federal tem responsabilidade, esse Congresso Nacional tem responsabilidade com isso.

Estou pedindo a V. Exª que encaminhe denúncias a esse Procurador do Amazonas. Que encaminhe denuncia para aquele Juiz de Vitória que nos causou um profundo prejuízo, liberando recursos que eram nossos para o Sindicato dos Minérios, que não representa mais. E esse Juiz do Piauí que está sentado num processo, segurando uma sentença, bem como aquele magistrado de Cuiabá, que está lá segurando a sentença, uma liminar que já dura quase cinco anos e impedindo que o trabalho avance nas suas conquistas.

Esses absurdos nós temos de acabar.

Não é apenas o piso salarial que nós queremos. Os professores têm piso salarial, os policiais estão lutando pelo seu piso salarial e nós queremos também o nosso. É justo e é possível. Nós acreditamos no seu empenho e por isso estamos aqui.

Agradeço a cada frentista que veio aqui e a cada dirigente que veio aqui da minha categoria. Sofrendo e veio na sua dispensa, na grande maioria. Com dificuldades que nós passamos, mas fico muito grato por essa irmandade que nós somos.

Somos 56 sindicatos no Brasil. Hoje temos apenas 9 dependendo de regulamentação, de reconhecimento no Ministério do Trabalho e também quero registrar a ausência deles aqui, deveriam estar aqui.

Nós temos uma ligação forte com esse ministério. Foi um desprezo com a gente não comparecer nessa audiência tão importante.

Mas, tenho certeza, Senador Paulo Paim, que V. Exª vai conseguir, junto aos seus pares, a aprovação do nosso piso salarial, por que nós lutamos com fé, com força e nós lutamos com garra.

Que Deus lhe ilumine, lhe dê muita saúde e muita paz!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Antônio Porcino Sobrinho, Presidente dessa importante Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo e dizer que, você falou da nossa querida Paraíba, sou cidadão paraibano. Eu ganhei o título de cidadão da Paraíba, num grande evento na Assembleia. Tenho uma bela recordação da Paraíba.

Agora, vamos começar na segunda mesa, que falou foi a primeira, e vamos inverter.

O Ângelo teve a satisfação de fechar e agora ele vai ter de abrir.

Passamos a palavra, para as suas considerações finais, por cinco minutos, ao Ângelo Martins, da Sindipostos/RS.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Prometo que não vou declamar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou lhe dar outro livro de poesia que tenho.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Perfeito.

Senador Paim, eu gostaria de falar dessa questão que o Vaz colocou de que, por exemplo, o Sindicom coloca que tem 150 distribuidoras ativas. Só que sócias do Sindicom só têm 11; e essas 11 são, mais ou menos, responsáveis por 80% do mercado brasileiro. Entende?

Quando se coloca a questão das usinas, é a Raízen agora, o Sindicom disse que tem 427 usinas, só que as 24 usinas, Sr. Vaz, da Raízen produzem 60 ou 70% do etanol em termos de Brasil.

Então, nesse sentido, só quero chamar a atenção para a nação brasileira, o etanol, hoje, está na mão da Raízen.

Os Estados Unidos, Senador Paim, já liberou ou está liberando as taxas para que o álcool seja colocado nos Estados Unidos.

Quando isso for colocado, vocês acham que vão colocar o álcool aqui ou vão exportar o álcool?

Atenção sociedade brasileira!

Outra questão: Tudo cai na entressafra, nós vamos pedir para São Pedro fazer alguma coisa, pois a entressafra é uma blindagem, uma desculpa que colocam para a sociedade brasileira: por que é que sobe o álcool, por que é que desce o álcool. Na verdade, o que coloca o preço do açúcar no comércio internacional, que dá muito mais dinheiro vender açúcar no mercado internacional do que fazer álcool aqui para a sociedade brasileira; essa é a grande razão. Ainda mais, os empresários colocam de quê: Agora nós queremos mais incentivo para plantar mais cana para produzir mais álcool. Muito bem! Para onde é que eles vão pedir dinheiro? Para o BNDES. O BNDES financia os usineiros, para os usineiros depois produzirem açúcar para mandar para o estrangeiro. Poxa, esse filme é desde 1500 que estou vendo; é desde as Capitanias Hereditárias, desde a Escravatura! Hoje só mudou a figura, Paim. São grandes senhores da terra e centenas de milhões de trabalhadores produzindo, produzindo para esta Nação.

Nós vamos ter Paim que fazer os Lanceiros Negros voltar nessa peleia. E tu sabes. Porque tu és o comandante dos Lanceiros Negros. É por isso que vou dizer... (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – o Ângelo é criativo, como sempre. Lembrou a história dos Lanceiros Negros, que é uma bela história lá do Rio Grande, a Revolução Farroupilha; eles prometeram aos Lanceiro Negros – há época da escravidão ainda – que eles iam ter a liberdade se lutassem contra o poder imperial. Eles lutaram, fizeram o acordo, no final, a cúpula do Rio Grande com o poder imperial, os negros prometeram para eles a liberdade, desarmaram eles, porque ele sabiam que se não dessem a liberdade, eles iam continuar peleando; e 90% deles foram assassinados, desarmados. É uma história muito dura. Chama-se Traição de Porongos.

Passo a palavra, agora, ao Charles Guerreiro, Coordenador do Movimento de Combate à Cartelização de Combustíveis do DF, que tem cinco minutos.

O SR. CHARLES GUERREIRO – Eu gostaria de parabenizar o Senador Paim que presta, com tudo que foi colocado aqui, um trabalho realmente que merece o aplauso de todos, não só desta Comissão, mas do Brasil, pela importância do tema a ser discutido aqui.

Gostaria de responder ao Dr. José Alberto Paiva, do Sincopetro, é que quando o movimento, ele iniciou ele não tinha nenhum sentido de desmerecer as condições dos empresários. Nós não somos, Dr. José Paiva, contra o lucro, porque nós também entendemos, está muito claro aqui quando nós saímos com essa frase: "Cartel, impostos, ninguém merece!" Porque de fato por quem pratica o cartel, ele prejudica o consumidor final e por parte dos impostos é aquela história de que nós não vemos por parte desses absurdos, desses valores também absurdos, a contra partida para o cidadão. Então nós não somos contra o lucro – que os empresários entendam isso –, nós somos contra é o abuso em relação como a consumidores não sermos respeitados. E é um problema sério neste País com relação a isso.

Quero dizer, também, ao Dr. Alísio Vaz, do Sindicom, que essa Raízen, como ela nasce com tanto poderio, que um País como o nosso, onde nós não vemos setores que deveriam proteger a sociedade, ela não tem força alguma. Digo como cidadão e como coordenador desse movimento, que é o movimento que combate a cartelização dos combustíveis, que nós não sentimos nenhuma segurança com relação à ANP: ela não sai às ruas, ela não protege o consumidor, ficam em seus gabinetes e a gente vê esses absurdos acontecerem por este País afora, porque quando se aperta uma das primeiras coisas é dizer que eles não têm estrutura. Então por que essa ANP funciona?

Chamar a atenção sim, de não ter um representante nesta Comissão respondendo à sociedade por parte da Petrobras, por parte da ANP, por parte do Ministério Público, por parte da Secretaria de Direito Econômico? (*Palmas*.)

Dizer para vocês; vejam só os números, vou entrar em alguns números. Olha só como a Raízen nasce – isso aqui é matéria paga. É uma página inteira, todos os dias, no *Correio Braziliense* – faturamento de R$50 bilhões: uma nova empresa de energia brasileira, fruto da união entre Shell e Cosan; 4.500 postos estão subordinados a eles; 550 lojas de conveniência; capacidade de moagem de 50 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, venda de 21 bilhões de litros de combustíveis. Se isso representar 10%, como o senhor falou, eu não sei mais o que é fazer matemática.

Outra coisa. Entendam vocês, a falta de uma transparência por parte do Governo Federal, como é que funciona o refino do petróleo. Você pega um barril de petróleo, e quando você vai fazer o refino 40% quarenta e poucos por cento representa, para você fazer a gasolina, representa uma sobra de quarenta e poucos por cento de diesel, você só consegue 30% de um barril, porque as outras partes vão para a parte petroquímica. Então o modal, no País energético no que diz respeito a essa composição – por isso que representa ali, praticamente, quase 50% do diesel. Por isso que nós não temos para baratear custos navios neste País. O próprio trem que foi esquecido por esse País a fora. Por isso que nesse modal, nesse modal o que representa? Representa colocar o transporte público na estrada, por isso que não se baixa custo. Outra coisa, se hoje no País – e é onde vem enganação, que não tem sido transparente por parte do Governo Federal –, por que se hoje o álcool baixasse e o cidadão que tem seu carro *flex* e ele abastecesse com o álcool, o que se faria com a gasolina deste País? Não se pega gasolina pronta e manda para a Europa não. No máximo é aqui na América do Sul, porque é produto volátil.

Então o Governo não está vindo ao público para dizer o seguinte: É necessário vendermos essa produção. Por isso que fica nesse jogo de empurra, nessa enganação toda, e o cidadão está sendo enganado sim, neste País. Porque é necessário vender a gasolina aqui. Por isso que, no fim das contas, o álcool não baixa neste País, vai ficar nesse jogo de 25% somente a mistura no álcool, onde nós não vamos poder dizer o seguinte: Ah, compensa pôr o álcool hoje no seu carro.

Gostaria de pedir, Sr. Presidente, se o senhor me permite, era destinar dez segundos ao Carlos César, jornalista e assessor da Federação dos Frentistas da

Paraíba, que ele gostaria de falar alguma coisinha, dentro do meu tempo, dez segundos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho pessoal, eu tenho que coordenar os trabalhos. Se eu abrir a palavra todo mundo vai querer falar, tem três, quatro ali já com o microfone levantado. Vamos com calma, pessoal, que vamos encaminhar.

Vai falar agora o Luiz de Souza Arraes, Presidente Geral da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRRAES – Agradecer ao Senador a oportunidade de estar. Dizer que estamos sentindo como dever cumprido. A intenção, realmente, da Federação, quando solicitou de V. Exª essa audiência era justamente isso, nós nunca fomos irresponsável de sair reivindicando aumento de salário, piso e tudo, a qualquer custo. Sempre estivemos de mãos dadas com a revenda, desde quando falei na minha outra fala, que nós vínhamos aqui para corrigir a planilha de custo. Então, para nós é interessante que tenhamos uma revenda forte para que nós possamos reivindicar. Nós não seriamos irresponsável de chegar aqui simplesmente pedindo um piso nacional para os frentistas, um planos de saúde, com o setor da forma que está. Eu acho que foi comprovado aqui que o setor realmente requer uma regulamentação, que o setor está bagunçado, que os próprios revendedores mostraram aqui que tem bandido no meio da revenda, que tem gente lavando dinheiro, que tem adulteração, que tem tudo isso. Então as leis que estão aí não devem ser suficientes. Eu acho que dessa audiência deve nascer uma lei que regule esse setor.

Uma lei que regule esse setor. Não estamos falando em tabelamento de preço. Nós estamos dizendo que pode ter um acompanhamento. Os remédios têm um acompanhamento. Por que o nosso setor não pode ter?

Essa disparidade de alguém vender pelo preço de custo é um absurdo.

Então, nós estamos satisfeitos com o resultado da audiência. O objetivo, a meu ver, foi alcançado que era justamente mostrar como está esse setor e reivindicar para os trabalhadores melhores condições. Se pegar o ticket-refeição do Sindicom e o ticket-refeição, mesmo de São Paulo, dos frentistas, o nosso é quatro ou cinco vezes inferior ao deles.

Então, essas coisas é que nós queremos consertar e queremos mostrar que o frentista tem que estar na discussão, que o trabalhador tem que estar na discussão.

Desde quando se discute o pré-sal, o setor, nós temos que ter participação, porque nós fazemos parte desse setor. Lamento profundamente que alguns órgãos desse setor não vejam que os trabalhadores estão presentes. Eu acho que o Sr. Haroldo Lima só sabe que tem frentista quando ele encosta o carro dele para abastecer. E nós, trabalhadores, devemos fazer um repúdio ao partido que o indicou, dizendo que esse camarada indicado pelo PCdoB não está cumprindo com aquilo que o Partido prega, que é valorizar os trabalhadores. Sempre estivemos juntos com eles e por que, nesse momento, ele simplesmente ignora que, no setor, existem os trabalhadores? Para discutir absolutamente nada que é feito naquela agência os trabalhadores são chamados. Então, nós apelamos para que, sempre que esse setor discuta qualquer coisa, levem em conta que esse setor também tem trabalhador, que não só o lucro que tem que ser auferido. Os trabalhadores têm que ter essa participação.

Então, Senador, eu agradeço mais uma vez a V. Exª. Acho que o nosso dever foi cumprido. O objetivo foi alcançado. E agora está na mão do Congresso, de V. Exª. E V. Exª viu tudo o que foi relatado aqui, todas as mazelas desse setor. E eu confio inteiramente em V. Exª e acredito que nós vamos regular esse setor.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, como nem o Haroldo Lima, nem o Edson Silva estão aqui, por uma questão apenas de equilíbrio, eu vou me comprometer contigo, Luiz de Souza, como o Ângelo também o fez, de entrar em contato com o Haroldo Lima e com o Edson também. O Edson é gaúcho e os dois estão lá na ANP, para ver se a gente estabelece um diálogo com as entidades que estiveram aqui presentes.

Posso fazer esse encaminhamento, para estabelecer uma conversa com vocês? (*Palmas*.)

O Haroldo Lima foi Constituinte comigo e, na época, eu não tenho nenhuma dúvida de que ele foi muito parceiro no embate, no debate e na defesa do que há de melhor na nossa Constituição. Só faço isso e sabe o respeito que tenho por todos vocês. Como ele não está, eu farei o contato com ele, para estabelecer esse diálogo mediante a cobrança que você fez aqui, que é legítima, como sindicalista. E queria que ele estivesse aqui para dialogar.

E, inspirando-nos nas palavras do Ângelo, também faremos esse contato com a Petrobras, porque não é só o fato de vocês não virem aqui. Na verdade – isso eu tenho que dizer – é um desprestígio para esta Comissão. Se os empresários vieram e ficaram aqui ouvindo os questionamentos de vocês, os trabalhadores vieram... Porque, se o Ministério da Fazenda veio, se temos aqui um representante inclusive de Minas e Energia, é inadmissível que a Petrobras e também a

ANP não mandassem pelo menos um representante para ouvir no mínimo.

Por isso que, naturalmente, não vou deixar só você cobrar. Eu estou cobrando, porque, se eu faço parte deste Governo, eu farei esse contato com ambos, como o Ângelo também o fará.

Passo a palavra, neste momento, a José Augusto da Silva Filho.

Não sei se você está notando: eu estou deixando, de propósito, para o final o Paiva, porque todos aqui falaram sob a visão mais dos trabalhadores. Então, ele, pelo menos, vai poder falar no final, depois de ouvir a todos aqui. E eu vou dar-lhe o minuto que você pediu. Fique tranquilo.

José Augusto da Silva Filho.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bem, Senador Paulo Paim, eu quero parabenizar a Fenepospetro e a Fepospetro, ambas filiadas à nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, CNTC, e também os 56 sindicatos pelo Brasil, não é, Porcino?

Eu, para ganhar tempo aqui – eu não sou bobo, eu não sou nada –, fiz um resuminho aqui rapidinho na caneta. Então, eu acho, como já está encerrando – não é, José? – a fase de encaminhamento. Eu disse o seguinte para o Senador Paulo Paim, ouvintes e telespectadores da TV Senado: nós viemos aqui com um objetivo: o nosso convidado tem um objetivo diferente do nosso, mas também nós temos a nossa solidariedade.

Então, nós temos que separar um pouco as coisas, não é, Carlinhos? Uma coisa é uma coisa. Outra coisa é outra coisa. Nós queremos evoluir aqui numa pauta específica dos frentistas. A outra, da CPI, também é outra pauta que deve sair separada dessa. Ela não pode andar junto com essa, porque, senão, vai atrapalhar os trabalhadores do Brasil, os frentistas. Não é?

E isso é um planejamento estratégico da Fenepospetro. E tem outra Mesa aqui que é da paulista, que é o Luiz, que inclusive é da minha base – não é Luiz? – lá de São Paulo. Nós somos da mesma base. Eu sou de Barueri. Ele é de Osasco, região oeste ali de São Paulo.

Construíram uma minuta, então, que já encaminhando, Senador Paim, à CDH, aos cuidados do Presidente Paulo Paim, por parte da Federação, Porcino. É a segunda etapa agora, para ser elaborado o PLS, com designação do autor e relator. Ok? É sobre a regulamentação do setor de combustível e biocombustível.

2 - Tirar uma delegação da Fenepospetro e agendar com o Ministro Edson Lobão, do Ministério do Meio Ambiente, do seu Partido, Porcino, que é o PMDB – ele é do PMDB do Maranhão – e tratar com ele e sua equipe sobre essa proposição, apoio e também relatar a gafe, que eu acredito que só pode ser isso – ouviu, Roberto? – e o cinismo da Petrobras e da ANP. Porque ignorou um convite do Senador Paulo Paim, que é o Presidente da Comissão. Na véspera, na sexta-feira, eu estive aqui na CDH, chequei e pensei: "Mas não é possível". Aí a menina que esteve ao seu lado, há pouco, ligou na minha frente e disse: "Realmente, eles não vêm e não vão mandar ninguém. Não vem ninguém da Petrobras".

Disso eu já estava sabendo na quinta-feira, quando estive aqui, nesta Comissão, aqui no escritório.

3 - Iniciar já com o Parlamento e com a patronal os parâmetros e negociações sobre o piso mínimo único nacional, o que nós já estamos fazendo, Porcino, com a CNC – não é Roberto? –, com o doutor lá de Pernambuco, Josias Albuquerque. Nós estamos tratando este assunto com relação ao seu projeto, Paulo Paim. Estamos tentando entrar em um acordo.

Então, a proposta, Porcino, é também iniciar já com o Parlamento e com a patronal os parâmetros de negociação sobre essa proposta do piso mínimo único nacional.

4 – organizar o setor nas questões de SST – Segurança, Saúde e Trabalho –, e meio ambiente.

A sugestão é a Fenepospetro, a Fepospetro, Luiz Arraes, e os 56 sindicatos atuarem na ação sindical e nos acordos nas convenções coletivas relativas a esta matéria, coisa que nós discutimos ontem, num seminário lá na CNTC, preparatório a esta audiência pública.

E, com relação – já concluindo, Senador Paim – à lei que regulamenta o setor de combustível e biocombustível, extraindo inclusive uma proposta que foi tirada lá do seminário, é que a lei também deve criar controles rígidos... Eu acho que estou repetindo até isso, pois, durante a minha fala, eu já disse, mas estou reforçando. A lei tem que criar controles rígidos sobre abertura e funcionamento dos postos, que aqui está envolvido o quê? As condições de trabalho. Além de combater e punir a prática do trabalho análogo, a condição de escravo, até certo ponto comum em muitos postos de combustível das regiões Norte e Nordeste, já denunciada à Fenepospetro, que inclusive sabe até os municípios onde foi detectada essa forma de trabalho.

Agradecemos o convite do Senador Paulo Paim para participar desta audiência pública e agradecemos também à Federação por ter nos indicado a fazer parte desta mesa, para discutir.

Concluindo, Senador Paim, eu coloco a CNTC, a nossa Secretaria-Geral e a nossa Diretoria à disposição do Senador Paim e também das nossas afiliadas, que são a Fenepospetro e Fepospetro, para a gente continuar nessa jornada, que tem o objetivo de

proporcionar conquistas aos trabalhadores do nosso País, que são os frentistas. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Augusto, da CNTC.

Vou dar, a pedido do Charles, um minuto... O pedido é do Charles, que fez o pedido para que eu desse um minuto ao Carlos César. Um minuto, Carlos.

O SR. CARLOS CÉSAR NITÃO – Senador, muito obrigado. É rápido. É só para constar aqui que já fui vítima do combustível. Eu coloquei gasolina para chegar a minha cidade, de Patos a João Pessoa, que são 300 quilômetros, e coloquei o combustível que dava para chegar lá. Rodei 178 km. Aí vem a onda de que o carro é à vela, que são os cabos... O meu carro é todo revisado; eu ando a uma quilometragem normal, de BR, que dá para fazer, mais ou menos, 150 quilômetros, e fui vítima.

Outra coisa, aconteceu na Paraíba, recentemente, abasteci na minha cidade, de manhã, a R$2,54; no outro dia, de manhã, estava R$2,80. Em João Pessoa, está R$2,80; baixou para R$2,37. Explique, eu só quero que alguém explique. Agora, José Carlos, com todo respeito, sei que, na área, tem empresários e empresários honestos. Um amigo já puxou comigo R$100,00, que ele colocou R$100,00 de combustível, deu para chegar a Patos e voltar. Agora, não justifica aumentar combustível de manhã e baixar de noite. E ainda, por cima, não colocar o valor certo. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ficou no minuto. (*Palmas.*)

Agora, como último painelista, passamos a palavra ao Sr. José Alberto Paiva Gouveia, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de São Paulo.

O SR. JOSÉ ALBERTO PAIVA GOUVEIA – Senador, acho que, pelo que assisti aqui hoje, a gente se orgulha às vezes de ser brasileiro, orgulha-se de participar disso, porque acho que é uma reivindicação justa, é uma discussão justa, mas também acho que, quando a gente vem para cá, a gente só rende com uma coisa: falando a verdade. Tem bandido, sim, no meu setor; não neguei isso, não. Só que não é acusando um honesto que se vai resolver esse problema de que você acabou de falar. É prendendo o bandido. Denuncie o bandido, faça a denúncia. Existem autoridades para você fazer a sua denúncia.

Esta Casa não é a Casa de denúncias. A denúncia é para ser feita aos agentes responsáveis por isso e que não estão aqui presentes, que é a Agência Nacional do Petróleo. (*Palmas.*)

Eu não quero atacar ninguém, não. Eu não acho que é o caminho atacar a agência; a gente conhece os problemas que a agência tem, e não são poucos. São muitos. O Governo não deu a credibilidade que tinha de ser dada às agências, como tantas outras. Então, a agência hoje não resolve absolutamente nada, nenhuma delas. Não é a ANP; é a Aneel, é a que você escolher, qualquer uma, "ah, você está com um problema".

Agora, acho que o Senador talvez tenha uma informação hoje que vale a pena. No meu setor há coisas de 15 anos ou 17 anos, foi o primeiro setor patronal que se mobilizou; colocou três mil revendedores aqui em Brasília, Senador, sabe para quê? Para pedir fiscalização, Senador. Viemos do Brasil inteiro, mais de três mil donos de postos, para pedir o quê? Queremos ser fiscalizados. Sabe por que queremos ser fiscalizados? Porque é o único modo de expurgar os bandidos do meu setor. Só existe um jeito de expurgar o bandido: fiscalizando.

Quando alguém pergunta para o Alísio como é possível a Raízen não representar 20%, é muito fácil explicar isso. Hoje, no mercado de São Paulo, há três tipos de álcool, o senhor escolhe o que quer comprar. O senhor tem um álcool que é composto por metanol, que é um produto perigosíssimo, cancerígeno, que qualquer dono de posto bobo sabe que compra por R$1,20. O senhor tem álcool que tem mais água do que deveria ter, mas é um álcool, e o senhor sabe que lá no mercado paralelo compra por R$1,36. E o senhor tem o álcool honesto, que é aquele com o qual o revendedor quer trabalhar dentro da legalidade, que paga R$1,47, R$1,48, R$1,49. Então, como é que vou concorrer com quem paga R$1,20? Aí sou cartelizador, porque o meu preço é o preço com que eu compro das distribuidoras. E tenho direito de pôr a minha margem, e não tenho vergonha de falar qual é a minha: eu ganho R$0,30 por litro de etanol que vendo, e tenho que ganhar R$0,30; e alguém tem que ganhar R$0,35; alguém tem que ganhar R$0,40, alguém tem que ganhar R$0,45. Quer dizer, a nossa rentabilidade não está aqui em condições de ser discutida sem antes se fazer uma grande conjuntura do que estamos pedindo aqui. Por que estamos falando isso? Porque, vejam bem, para ter salário bom, tem que ter empresa saudável.

Foi o que o Porcino acabou de falar ali: se não tiver uma empresa saudável, não se consegue pagar um salário bom. Então, estou pedindo para o senhor; depois de vinte anos, voltei, e vou dizer uma coisa: peça ao sindicato de São Paulo. Acho que a federação endossa as minhas palavras. Por que peço? Porque a minha cidade é a que mais consome álcool; o meu Estado é o que mais produz álcool, mas é o Estado que também tem mais bandido no mercado de álcool. Sabem, é tudo assim. (*Palmas.*)

Na grande realidade, eu quero o quê? Eu quero, Senador, que isso vá em frente mesmo, que se faça

para valer alguma coisa e que se vá buscar, por exemplo, aquele álcool que todo mundo sabe onde está. Quando você falou em 18, que você compra a 20, que é o que aconteceu com ele, e só levou 18, porque tem uma chavinha, tipo de garagem de prédio, que, na hora em que o tonto chega na bomba e pede para encher o tanque, o esperto aperta a chavinha. E, em vez de levar 20, leva 18. Só que isso está sendo denunciado. O tanque que foi mostrado aqui, nós ficamos três anos atrás desse tanque, para poder mostrar para o consumidor que o preço barato – isso é importante para quem está aqui e para quem escutar – é, com certeza, de produto adulterado. Preço caro pode deixá-lo na dúvida, mas o preço barato é certeza.

Então, o consumidor que procura aquele preço milagroso, aquele preço que sabe que não dá para vender, esse consumidor tem que ser muito bem orientado e muito bem cuidado, porque é ele que vai ser enganado.

Senador, obrigado. Estou às ordens para o que o senhor precisar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Sr. José Alberto Paiva Gouveia, que fala com muita franqueza do banditismo que tem no setor. E, claro, que preserva os empresários sérios, e o fez com muita competência.

Além dos encaminhamentos que o José Augusto já apresentou aqui, vamos tentar também avançar na proposta do Ângelo, se assim as entidades de empregados e empregadores assim entenderem, no caminho de construir o estatuto do frentista. Se o pessoal concordar, vamos ver a manifestação. Podemos trabalhar nessa ideia? (*Palmas.*) É uma ideia que tem que ser amplamente discutida, naturalmente, com ambos. E vamos também trabalhar, com rapidez, sem prejuízo da ideia daquela proposta, da qual não estou vendo nenhum cartaz aqui até agora – ah, essa aí. Então, vamos trabalhar na linha de fortalecer o piso único nacional, e, como foi dito, é o Piso Único Nacional, mediante acordo ou convenção coletiva, conforme o Estado, pode avançar além, mas esse seria o piso mínimo, único, no âmbito nacional.

Também tomarei aqui a seguinte decisão, peço já que a minha assessoria apresente o requerimento, porque vou fazer uma audiência pública e vou convidar para discutir todas as denúncias da maior gravidade que ouvi nesta audiência pública, de roubo, de fraude, de desvio de conduta, de assalto ao consumidor. Aqui foi dito com todas as palavras e não pode ficar assim. Se nós perdermos o direito de nos indignarmos e nos mobilizarmos contra isso, fica o dito pelo não dito, acabou a audiência pública, vamos todos para casa.

Vou convidar o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Petrobras e a ANP. (*Palmas*.) Vou convidá-los para virem aqui discutir e vou entregar para eles uma cópia desta audiência pública, porque isto tem que ter desdobramento. Eles estão roubando quem? Estão roubando diretamente o consumidor, estão roubando cada um de nós, e isso não pode, de fato, continuar. Faremos isso e vamos esperar, depois, o desdobramento dos encaminhamentos.

Só posso agradecer a todos e a todas que estiveram aqui, aos líderes que vieram, eu sei, de todo o Brasil; agradecer muito aos empresários, porque eles vieram para o debate. O ruim é quando não vêm. Parece-me que tem culpa no cartório quem não vem. E lamentar a não presença. Eu mesmo já disse aqui que vamos convidar a Petrobras, a ANP, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, porque esse debate há de continuar.

Solicito às entidades aqui presentes que me apresentem a minuta do projeto, porque vou encaminhá-la via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; indico o relator e vamos trabalhar para que seja votado com rapidez.

Sei que a palavra de ordem número um aqui é o piso. Qual é o piso mesmo? (*Manifestação fora do microfone*.) Então, como vamos dizer aqui? Será Piso Nacional Unificado... Quando? (*Manifestação fora do microfone*.) Pegaram ligeiro!

Está encerrada a audiência pública.

Parabéns a todos! (*Palmas*.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Ataídes Oliveira, Marinor Brito, João Pedro e Vicentinho Alves**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 83, de 2011** – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 02/06/11, **"a fim de debatermos a violência no campo e os recentes assassinatos de lideranças camponesas nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e do**

Acre". Convidados: Gercino José da Silva Filho, Desembargador, Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; José Elaeres Marques Teixeira, Procurador Regional da República na 1ª Região; Padre Dirceu Fumagalli, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT; Willian Clementino da Silva Matias, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em representação ao Senhor Alberto Ercílio Broch, Presidente da CONTAG; Antônio Sérgio Escrivão Filho, Advogado, Assessor Jurídico da Terra de Direitos, Organização dos Direitos Humanos, em representação ao Senhor Darci Frigo, Coordenador Executivo da Terra de Direitos; Delegado Sílvio Cezar Maués Batista, Diretor de Polícia do Interior - DPI, em representação ao Senhor Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará; Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal do Conselho Seccional da OAB-DF, em representação ao Senhor Ophir Cavalcante Junior - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Luciano Brunet, Diretor Substituto de Obtenção de Terras do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Cláudio Gomes, Coordenador Geral de Polícia Fazendária do Departamento de Polícia Federal; Marco Aurélio Pereira de Moura, Coordenador Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, em representação ao Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça; Alexandre Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional; Evane Lopes, Militante das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, em representação ao Senhor Ronaldo dos Santos, Coordenador. Fazem uso da Palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Inácio Arruda, João Pedro, Marinor Brito, Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

PAUTA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 83, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 02/06/11, **"a fim de debatermos a violência no campo e os recentes assassinatos de lideranças camponesas nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e do Acre".**

E, naturalmente, de outros Estados, se assim entenderem nossos convidados.

Entre um e outro motivo para a realização desta audiência pública, encontra-se o assassinato de seis lideranças, ocorrido recentemente, praticamente há vinte dias. E, pelas informações que nos chegaram até o momento – teremos outras –, mais de duas mil pessoas estão na lista daqueles que os pistoleiros e seus mandantes gostariam de assassinar.

Vou fazer a leitura dos que foram convidados. Agradeço muito aos que já estão presentes e lamento a ausência de outros. Mas, vamos lá! Convidados: Gercino José da Silva Filho, Desembargador, Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Eu já queria convidá-lo para vir à mesa. Convidamos também para a Mesa o Procurador Regional da República da 1ª Região, Dr. José Elaeres Marques Teixeira, também presente.

Queremos, aqui, ler a lista de todos os que foram convidados: Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal do Conselho Seccional da OAB, em representação ao Sr. Ophir Cavalcante Junior, Presidente da OAB do Brasil; Padre Dirceu Fumagalli, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra; Sr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, Advogado, Assessor Jurídico da Terra de Direitos, organização de direitos humanos; Delegado Sílvio Cézar Maués Batista, Diretor de Polícia do Interior, em representação ao Sr. Luiz Fernando Rocha; convidamos também o Sr. Willian Clementino da Silva Matias, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representando, aqui, a Contag; convidamos também Luciano Brunet, Diretor substituto de obtenção de terras do Incra; Sandra Braga, Vice-Presidente da Associação Quilombo Mesquita.

Vamos fazer algumas Mesas. Esses quatro estão na Mesa; depois, vamos trocá-los, e outros virão.

Também Claudio Gomes, Coordenador-Geral da Polícia Fazendária do Departamento da Polícia Federal; o Sr. Marcos Aurélio Pereira de Moura, Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, em representação ao Sr. José Eduardo Cardozo, nosso Ministro de Estado da Justiça; e Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional.

Como vemos, são em torno de dez convidados. Vamos fazer, então, duas Mesas. Os quatro que estão aqui, neste momento, usarão a palavra e, depois, traremos outros quatro para a mesa, na segunda Mesa, como fizemos em outras audiências públicas.

Estão chegando, já, os Srs. Senadores. O Senador Eduardo Amorim já está conosco, aqui.

Eu apenas faço, aqui, alguns registros antes de passar a palavra para os nossos convidados.

Eu quero dizer que recebi telefonemas do Consulado do Brasil em Washington, Atlanta, Miami, São Francisco, Los Angeles, Boston, Nova Iorque, escritório financeiro em Nova Iorque, missão junto à OEA, do Canadá, México, Reino Unido, França, Alemanha, Suíça e Espanha.

Por que recebi esses telefonemas? Eles relatam a situação dos trabalhadores brasileiros no exterior, em relação aos mínimos direitos trabalhistas.

Fiz, já, um discurso no plenário defendendo que eles têm de ter os mesmos direitos que no país de origem, o que, infelizmente, parece-me que não está acontecendo, pelas denúncias que recebi.

Vamos fazer, aqui, uma audiência pública, para que não fique nenhuma dúvida, para ver quem está com a razão: se são os trabalhadores que estão no exterior ou aqueles que têm uma visão contrária e que estão cumprindo, que estão sendo cumpridos os direitos trabalhistas.

O que eles dizem? Que, conforme a situação mais favorável para os governos, eles adotam a política que interessa ao governo e não aos trabalhadores, quando eu entendo o contrário. Em cada país, eu não sou advogado e os senhores, aqui, todos são advogados, ou, pelo menos, alguns eu sei que são... Mas tem um princípio do Direito que eu sempre uso: na dúvida, *pro misero.* Entre o Estado brasileiro, o governo e os trabalhadores, na dúvida, sempre fico com os trabalhadores.

A Senadora Marinor, como já li aqui, é uma das que, junto comigo, assinou o motivo desta audiência pública.

Para mim, deveria prevalecer no atendimento aos trabalhadores, em qualquer embaixada ou representação no exterior, não só para o Brasil, mas também para outros países, a legislação que protegesse de forma mais adequada o trabalhador, mas é o inverso. Cada país adota o princípio do interesse do governo e não dos trabalhadores, em matéria de legislação.

Vou dar um exemplo: os trabalhadores que estão na representação do Brasil no Canadá. Se a legislação, lá, é favorável ao trabalhador, adota-se a legislação brasileira. Se a legislação do Canadá é favorável ao trabalhador, inverte-se sempre. Sempre usam aquela que não beneficie, efetivamente, o trabalhador.

Vamos fazer uma audiência pública e todos os fatos serão esclarecidos aqui, nesta Comissão, ou seja, que prevaleça o interesse dos trabalhadores, respeitando a legislação de cada país. O que não pode é sempre se usar o princípio de que o pior fica com o trabalhador, de que a legislação menos adequada é que se aplica para assegurar direitos para os trabalhadores.

Depois, nós votaremos esse requerimento, então, garantindo essa audiência pública, que visa a discutir a situação dos funcionários das embaixadas, consulados e representações diplomáticas no mundo.

Eu tenho uma série de dados sobre esta audiência pública, mas vou desenvolvê-los ao longo do debate, ou mesmo no encerramento.

Vamos, de imediato, à nossa audiência pública, dizendo que estão presentes, já, a Senadora Marinor Brito, como eu disse, que provocou esta reunião junto comigo, e também o Senador Eduardo Amorim.

Passo a palavra, de imediato, ao Desembargador Gercino José da Silva Filho.

V. Exª tem dez minutos com mais cinco, com a tolerância devida, se for necessária.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – OK. Bom-dia, Senador Paulo Paim. Bom-dia a todos.

A maioria, aqui, não me conhece. Eu sou desembargador aposentado e exerço o cargo de Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e presido uma comissão criada pelo Governo Federal, através dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, chamada Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que tem a finalidade de diminuir o número de conflitos agrários e a violência no campo em todo o Brasil. Inclusive, Dr. José Laeres, do Ministério Público Federal, que está aqui do meu lado, integra esta Comissão.

Então, eu vou pedir permissão para fazer uso do *data show*, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me que eu registre a presença da Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Rita. Ela está também conosco.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Bom-dia.

Nilmar, pode lançar. *(Pausa.)*

Vou falar, então, em primeiro lugar, das ações contra a violência e a impunidade no campo.

Primeiro caso: as causas de violência no campo de acordo com os documentos que existem na Ouvidoria Agrária Nacional e, também, na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. Então, nós

colocamos lá no centro as causas de violência. Está ruim para ler, mas acho que dá.

De acordo com estes dados, as causas da violência são: grilagem de terras públicas; a impunidade das pessoas que praticam violência contra os trabalhadores, violência no campo, de um modo geral; a extração ilegal de madeira; a reconcentração de lotes nos projetos de assentamento do Incra; e a ocupação de terras públicas de maneira ilegal. Lógico que há outras causas, mas essas são as principais.

Quais são as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo Federal para diminuir a violência no campo?

Então, vamos ver as causas para diminuir a violência no campo e que estão sendo adotadas pelo Governo Federal são as seguintes:

1º agilizar o Programa Terra Legal: O Programa Terra Legal, como todos sabem, visa regularizar a situação daquelas ocupações de terras públicas federais na Amazônia e isso, evidentemente, agilizando esse programa, regularizando a situação será uma maneira de diminuir a violência no campo, porque acaba a disputa entre o grande ocupante e o pequeno ocupante que buscam acelerar essa área para reforma agrária.

2º mutirão para julgar os processos criminais: Existem, por exemplo, lá no Estado do Pará, no Estado de Rondônia e no Estado de Mato Grosso alguns processos em tramitação e que precisam de um mutirão fundiário, do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça para agilizarem o julgamento desse processo, acabando assim com a sensação de impunidade que existe na zona rural.

3º mutirão para agilizar o andamento dos Inquéritos Policiais: Isso já está sendo feito. Inclusive, Dr. Sílvio, do Estado do Pará, está aqui presente (Delegado). Quero, inclusive, registrar que o Estado do Pará é hoje o mais bem preparado para enfrentar as questões agrárias. Por que digo isso? Porque o Estado do Pará é o único que tem Várias Agrárias, Promotoria de Justiça Agrária, Defensoria Pública Agrária, Polícia Civil Agrária, Ouvidorias Agrárias Regionais – do Incra, Tribunal de Justiça tem uma Ouvidoria Agrária. Então, o Estado está muito bem preparado, embora aconteçam lá homicídios, isso decorre, principalmente, em razão da grilagem de terras.

4º fiscalização do IBAMA para acabar com a extração ilegal de madeira: Aí, é de um modo geral, principalmente nas áreas públicas, tanto nas estaduais quanto nas federais existe muita extração ilegal de madeira, e o IBAMA precisa – e já está fazendo, essa fiscalização.

5º agilizar a retomada de lotes irregularmente ocupados em projetos de assentamento do Incra: E citando como exemplo da atuação que o Incra está agilizando, ele está, neste momento, lá na região de Nova Ipixuna, no Projeto de Assentamento Praia Alta, fazendo o levantamento para a retomada das áreas irregularmente ocupadas dentro do Projeto de Assentamento Praia Alta.

6º retomada de áreas públicas irregularmente ocupadas: Há muita área pública, tanto federal quanto estadual, ocupada irregularmente. Essas áreas precisam ser retomadas e destinadas ao Programa de Reforma Agrária, tanto do Governo Federal quanto dos Governos Estaduais.

(Próximo, por favor.)

As medidas que estão em execução no momento para acabar com a violência no campo. Vamos ver o que está sendo feito no momento. O Manual das Diretrizes Nacionais para a Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva é um manual elaborado por nós da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e disciplina a maneira de cumprimento dos mandados judiciais de reintegração de posse coletiva, dizendo como é que a Polícia Federal ou a Polícia Militar, quando requisitada para dar apoio no cumprimento do mandado judicial deve se portar. E isso tem surtido um efeito muito bom porque, depois de Eldorado dos Carajás, quando aconteceram aquelas mortes em razão de cumprimento de mandados judiciais, não houve nenhum caso de morte decorrente de atuação da polícia no cumprimento de reintegração de posse, exceto no Rio Grande do Sul. E por que aconteceu no Rio Grande do Sul? Porque é o único Estado que não aderiu ao manual. Quando elaboramos esse manual, em 2008, convidamos os comandantes gerais para opinarem e darem apoio, e o Rio Grande do Sul se posicionou contra, dizendo: "Nós não concordamos e não vamos aderir". Consequência: foi o único Estado em que aconteceu um homicídio depois de Eldorado dos Carajás, em cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse.

Outra coisa é a execução do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, que também é um plano do Governo Federal, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que prevê principalmente a especialização dos órgãos que atuam nas questões agrárias: juízes agrários, promotores de justiça agrários, policiais federais agrários, policiais militares agrários, policiais civis agrários, defensores públicos agrários. E isso está sendo executado. Hoje, temos mais ou menos doze Estados que já têm essa especialização e estamos em contato com os demais Estados para que

eles também assim o façam. Porque onde tem a especialização, principalmente os juízes e os promotores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco minutos.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Mais cinco. Eles, então, aplicam o Direito Agrário em substituição ao Direito Civil. E isso é muito bom para evitar a violência.

Outra é a atuação da Operação Defesa da Vida nos conflitos agrários emblemáticos. Ou seja, a Operação Defesa da Vida, que é feita em conjunto com Polícia Federal, Força Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Ibama, já está atuando nos casos concretos, como Nova Ipixuna, onde aconteceram os homicídios do José Cláudio e da Dona Maria Vitória do Espírito Santo; Pacajá, que tem alguns projetos de assentamento do Incra com incidência de homicídios; Fazenda Estrela de Maceió, onde aconteceram cinco homicídios; Fazenda Cristalina, onde aconteceram mais de dez homicídios; a região sul do Estado do Amazonas, onde atuava Adelino Ramos, que foi morto no Estado de Rondônia; e mais alguns casos concretos.

(Próximo, por favor.)

Vamos ver como está a situação dos assassinatos de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo.

(Próximo, por favor.)

No caso dos assassinatos de José Cláudio e Maria do Espírito Santo, é de possível ligação com o conflito agrário. Estou dizendo "possível ligação" porque ainda não tem a formação oficial, mas tudo indica que sim.

No caso do Eremilton, que foi também lá em Nova Ipixuna, não é decorrente de conflito agrário, mas uma possível ligação com tráfico de drogas. Aliás, esse é o de Eldorado dos Carajás.

O caso da retomada, pelo Incra, dos lotes irregularmente ocupados lá no assentamento Praia Alta, fiscalização do Ibama...

Os casos da Maria e do José Cláudio estão com apuração pela polícia civil e polícia federal, as duas estão atuando, haja vista que houve determinação do Ministro da Justiça para atuação da polícia federal.

(Próximo, por favor.)

O meu tempo está curtíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas darei mais cinco, se for necessário. Queremos que fique tudo muito claro.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Ótimo, Senador.

Vamos ver como está a situação do assassinato de Adelino Ramos.

(Próximo, por favor.)

A apuração está sendo feita pela polícia civil, com o apoio da polícia federal. O executor do crime, Ozéias Vicente, já está preso, e envolvidos no caso também estão presos: Pedro de Jesus de Souza, Zaqueu de Jesus de Souza, Marcos Antônio Rangel, Odair Pinheiro Cunha e Jobe Vicente. Já estão presos também.

O Incra criou o projeto de assentamento florestal na gleba Curuquetê, que era onde o senhor Adelino Ramos atuava e lutava para a criação do projeto. O Incra já criou o projeto e já está em funcionamento. Criou também o escritório do Incra, do MDA e do Governo do Estado do Amazonas em Lábrea, que é a região onde tem atuação nessa região sul do Estado do Amazonas. Inclusive, o Governo do Estado do Amazonas acabou de designar também um delegado de polícia civil para o local. E está foragido, ainda não foi preso o Luiz Vicente, que também está envolvido na morte do senhor Adelino Ramos.

Agora, o assassinato de Obede Loyola Souza, município de Pacajá, Estado do Pará. A apuração é feita pela polícia civil, foi preso Luiz Carlos, e não é decorrente de conflito agrário, segundo investigações preliminares.

Assassinato de Marcos Gomes da Silva, em Eldorado dos Carajás. Apuração pela polícia civil, não é decorrente de conflito agrário, o nome verdadeiro da vítima é João Vieira dos Santos e o mesmo é oriundo do Estado do Maranhão. Estava, na realidade, no acampamento, mas estava foragido. Portanto, não é decorrente de conflito agrário.

O gráfico dos homicídios do Brasil. Entre direto na questão dos decorrentes, para mostrarmos só...

Este é o quadro dos homicídios essencialmente decorrentes de conflitos agrários. É a evolução do quadro, de 2001 para cá. Por que de 2001? Porque foi quando a ouvidoria começou a fazer o levantamento. O pico foi, em 2003, com 42 homicídios decorrentes de conflitos agrários em todo o Brasil, e aí houve um decréscimo, passou, em 2004, para 16; em 2005, 14; em 2006, subiu um pouquinho para 16; em 2007, caiu para 9; manteve-se, em 2008, em 9; em 2009, subiu para 11; em 2010, 11; em 2001, está em um só, porque ainda não temos, Senador, as informações das autoridades competentes. Então, por enquanto, comprovadamente e de acordo com os documentos, só um, mas, evidentemente, tem mais.

Estas são as informações, senhores, que nós, da Ouvidoria Agrária Nacional e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, tínhamos a apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Dr. Gercino José da Silva Filho, Desembargador da Ouvidoria Agrária Nacional, que fez aqui a sua exposição.

Quero registrar, com satisfação, a presença conosco, e me permitam que comece citando aqui o Senador Pedro Taques. V. Exª chegou há minutos na sala, o que é muito positivo, porque, quando estávamos para fazer esta audiência pública, os Senadores Ana Rita, João Pedro, Marinor Brito e Eduardo Amorim disseram-nos que, em uma véspera de feriado, em uma quarta, pela manhã, não teria nenhum Senador presente. Eu disse que não era bem assim, de modo que é com alegria que registro a presença aqui dos Senadores Eduardo Amorim, Marinor Brito, Ana Rita, Pedro Taques e João Pedro, que já estão conosco aqui para participar do debate.

Passamos, de imediato, pela ordem que recebi da Secretaria-Geral da Mesa, a palavra ao senhor José Elaeres Marques Teixeira, Procurador Regional da República na 1ª Região.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Sr. Presidente Paulo Paim, Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, meu Estado de origem, que abrilhanta a representação do Rio Grande do Sul nesta Casa, Desembargador Gercino, que há 12 anos tem estado à frente da Ouvidoria Agrária Nacional – tenho testemunhado os excepcionais serviços prestados ao País na questão da resolução dos conflitos agrários –, demais membros da Mesa, Senadores, senhoras e senhores, vou justificar a ausência da Drª Gilda Carvalho, que é a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, na audiência pública e que me pediu que comparecesse aqui, representando-a, em razão de que hoje encontra-se participando de um Encontro Regional de Procuradores dos Direitos do Cidadão, em Porto Alegre, do qual participam os Procuradores dos Direitos do Cidadão dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Gostaria de colocar aqui, Senador Paulo Paim, a visão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e dos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão sobre as principais causas da violência no campo, nos Estados da Amazônia. Algumas delas já foram mencionadas aqui pelo Desembargador Gercino, mas gostaria de explorar um pouquinho mais, porque entendo que, se não houver um eficaz combate dessas causas, não resolveremos a questão da violência no campo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Procurador, permita-me registrar também a presença conosco do Senador Ataídes de Oliveira. Seja bem-vindo, Senador. Por favor, Procurador.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Diria que a principal causa da violência no campo, Senador Paim, é a questão da impunidade. Os crimes são cometidos e muito poucos deles são apurados e os criminosos punidos. Aqui lembro o caso do massacre de Eldorado dos Carajás. Passaram-se 15 anos, houve duas condenações, o processo ainda não terminou, está em grau de recurso, enfim, não há, efetivamente, punição por esse grave crime ocorrido em 1996, no Pará.

Dados que tenho aqui, que obtive junto à Ouvidoria Agrária, revelam que, nos últimos dez anos – certamente não todos os casos de homicídios no campo relacionados à questão fundiária –, houve, no Pará, 219 homicídios na área rural e, desses 219 homicídios, apenas quatro condenações ocorreram. No Estado de Rondônia, foram 71 homicídios e apenas seis condenações; no Mato Grosso, 50 homicídios e três condenações; no Estado do Pará, pelo menos 37 casos de homicídios, ocorridos nos últimos dez anos, e sequer houve instauração de inquérito policial. Isso é muito grave, porque revela a deficiência dos órgãos de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Doutor, não leve a mal, mas poderia repetir os dados? Porque os que vi aqui antes...

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – São 219 homicídios, nem todos eles vinculados a questões fundiárias, mas 219 homicídios, sim. 163 foram mencionados pelo Desembargador Gercino, em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. E V. Exª fala em 219, só no Pará.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Só no Estado do Pará.

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – 136 são os efetivamente decorrentes de conflitos agrários.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Foram 219 homicídios no Estado do Pará, na área rural, e, desses 219 homicídios, apenas quatro condenações, apenas em quatro processos houve condenação. Em Rondônia, 71 homicídios e seis condenações; em Mato Grosso, 50 homicídios e três condenações.

Diria que as causas dessa impunidade... 37 homicídios sem inquérito policial. Tenho uma informação aqui que revela uma coisa extraordinária. Aqui, por exemplo, em 6 de novembro de 2002, no Município de Anapu, foi morto o senhor Antônio Francisco dos Santos, e a informação que se tem é de que a delegacia de polícia de Anapu informa que o inquérito policial não foi encontrado, porque a delegacia local foi implantada somente no mês de outubro de 2006. Na época do fato, os inquéritos policiais eram feitos de forma precária

pela polícia militar. A polícia militar não tem atribuição de fazer investigação e inquérito policial.

Então, as causas que apontaria como principais dessa impunidade são, primeiro, a questão da ineficiência dos órgãos de segurança pública no combate à violência no campo. Segundo ponto, a morosidade do Poder Judiciário, e aí menciono a questão da nossa arcaica legislação processual penal. Temos, hoje, um Código de Processo Penal que completa, este ano, se já não completou, 70 anos, ou seja, precisa compulsoriamente ser aposentado e uma nova legislação processual ser editada imediatamente, porque a forma como hoje temos de apurar os crimes só milita no sentido de que a impunidade seja sacramentada, ainda que pessoas acusadas de crimes sejam processadas. Então, a legislação processual é uma das causas principais, hoje, da impunidade, de uma forma geral, especificamente na questão da violência no campo.

O segundo ponto foi mencionado também pelo Dr. Gercino, mas fez referência mais à questão da necessidade da atuação no combate à extração ilegal de madeira. Na região da Amazônia, temos verificado isso. Digo porque tenho acompanhado, como representante do Ministério Público Federal, na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, o Desembargador Gercino e é claramente identificável que um dos pontos principais da violência no campo e desses assassinados que têm ocorrido é a falta de fiscalização na extração ilegal de madeira.

O inquérito dos crimes que resultaram nas mortes de José Cláudio e Maria do Espírito Santo está em andamento, mas tudo indica que, efetivamente, esses assassinatos decorreram da atuação deles face à ação dos madeireiros no assentamento onde residiam. Ora, esse é um papel, no caso, do Ibama, é um papel dos órgãos incumbidos de fiscalizar a extração ilegal de madeira. A ausência desses órgãos faz com que pessoas que se oponham à ação dos madeireiros acabem sendo mortas, como, tudo indica, foi o caso de José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Identificamos essa falta de fiscalização do Ibama não só na região de Nova Ipixuna, como em Anapu. Estivemos em Anapu em janeiro deste ano, fizemos uma audiência pública da qual participaram mais de 1000 pessoas, aproximadamente 1200 pessoas, e lá colhemos informações e reclamações da ausência do Ibama na fiscalização do corte ilegal de madeira. Sabemos que, hoje, existe uma operação, que resultou dessa audiência pública, inclusive, onde o Ibama está atuando ali na região, no sentido de combater a extração ilegal de madeira.

Uma terceira causa dessa violência no campo diria que é a falta de estrutura nos projetos de assentamentos do Incra. Trouxe aqui a ata da reunião que fizemos em Anapu que revela claramente que não só nós temos certeza de que, efetivamente, a falta de infraestrutura nos assentamentos é uma das causas da violência, como os próprios trabalhadores rurais sabem claramente disso. Aqui vou mencionar uma fala de um dos líderes dos trabalhadores rurais de Anapu, vou ler os dois itens da nossa ata de audiência pública que realizamos no dia 25 de janeiro:

Disse o coordenador regional da Fetagri de Altamira, senhor Pedro dos Santos, que a causa dos conflitos agrários na região de Anapu é a ausência do Estado no que se refere à reforma agrária. Disse que a falta de infraestrutura [e aqui ele se refere à infraestrutura nos projetos de assentamentos] provoca a extração ilegal nos projetos de assentamentos e projetos de desenvolvimento sustentável.

Por que provoca a extração ilegal? Porque o trabalhador rural precisa sobreviver, não tem atividade econômica fomentada pelo órgão incumbido da reforma agrária no Incra. Vem a tentação do madeireiro. O trabalhador rural acaba cedendo à tentação, cortando a madeira e vendendo para o madeireiro. E aqueles que se opõem a isso, resistem, acabam sendo mortos.

Diria que essas três são as principais. Existem outras causas, Presidente Paim, que levam à violência no campo, mas essas três considero que são as principais: impunidade, falta de fiscalização no corte ilegal de madeira e falta de infraestrutura nos projetos de assentamento.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Exª que, nos dias 7 e 8 de junho agora, assim como está acontecendo hoje, em Porto Alegre, haverá um encontro regional dos Procuradores de Defesa do Cidadão. Esse mesmo encontro aconteceu na região da Amazônia, onde os Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão dos Estados da Amazônia reuniram-se, em Belém, dias 7 e 8, e retiraram desse encontro 29 resoluções, das quais sete dizem respeito à reforma agrária e violência no campo.

Eu gostaria de destacar, especialmente, a Resolução nº 4, que trata da criação do projeto PRDC em Movimento. É um projeto que os colegas procuradores da República dos Estados da região amazônica pretendem implementar. Esse projeto deverá, primeiro, fazer um levantamento dos assentamentos mais problemáticos da Amazônia, fazer inspeções nesses assentamentos, inclusive com audiências públicas, especialmente tratando da questão da assistência técnica de educação e saúde, especialmente assistência técnica. Acho que um dos pontos que faltam hoje na reforma agrária é assistência técnica às pessoas que são assentadas. Reforma agrária, penso eu, não se

faz só distribuindo terra. É preciso colocar a pessoa lá e dar condições para que ela trabalhe. Isso é possível por meio da assistência técnica. E, por fim, cobrança das autoridades por políticas públicas adequadas aos trabalhadores rurais. Esse é o projeto PRDC em Movimento, que deve ser levado a cabo pelos colegas procuradores da República que atuam nos Estados da região amazônica.

Enfim, menciono aqui, Sr. Presidente, que nós, da PFDC, estamos elaborando uma cartilha sobre direitos e deveres dos assentados. Essa cartilha deverá ser feita pela PFDC, em conjunto com a ouvidoria agrária, que nós convidamos para participar dessa elaboração, e o próprio Incra também.

Então, Sr. Presidente, são essas as considerações que eu gostaria de colocar. Estou à disposição se houver alguma pergunta mais à frente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Procurador Regional da República da 1ª Região, Dr. José Elaeres Marques Teixeira, que faz sua exposição e deixa aqui na mesa um documento com uma série de considerações e propostas para combatermos a violência no campo, que para nós é uma grande contribuição. A gente agradece a V. Exª.

Passamos, de imediato, a palavra ao padre...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para informar aos nossos convidados que as Srªs e Srs. Senadores usam a palavra, nesta Comissão, a qualquer momento que assim entenderem. Não há aquela de que só podem falar no encerramento, mas no momento adequado.

Por isso, meu querido Senador Ataídes Oliveira, V. Exª está com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eu quero fazer um registro, porque, lamentavelmente, eu não vou poder continuar ouvindo aqui as nossas autoridades, os nossos palestrantes, mas quero fazer este registro.

Na década de 70, mais precisamente em 1972, eu estava completando os meus onze anos de idade, meu pai mudou do norte do Estado de Goiás, hoje Tocantins, para Redenção, no Pará. Portanto, ele foi um dos precursores hoje daquela cidade, da criação daquela cidade. O interessante é que, naquela época, dizia-se o seguinte: "nós vamos matar o fulano de tal". Acabou. Podia mandar comprar logo o caixão, porque aquele cidadão ia ser morto mesmo. Isso se passou anos, anos e anos. E hoje continua a mesma coisa.

S. Exª, o nosso promotor, que vive a situação de perto, colocou com muita sabedoria todas as causas, os efeitos, as medidas que teremos que tomar. Eu vejo que, realmente, são sábias e têm que ser tomadas.

Agora, ele disse, logo que cheguei aqui, a palavra mais correta que, no meu entendimento, ocorre no nosso País, em especial na nossa Amazônia Legal, como um todo: a impunidade. Evidentemente, a lei, a legislação, é deficitária. Estamos aqui diante de S. Exª, o Desembargador Gercino. A lei é deficitária, sim, mas existe uma lei. O problema é a impunidade, doutor. Nós sabemos perfeitamente disso. Enquanto não botarem esses caras na cadeia, não os fizerem pagar pelo crime, não adiantará, meu Presidente Paim. E vivi isso. Eu pude assistir a isso ao vivo e a cores. Vi vários assassinatos na minha frente, de pessoas encomendadas. Eu ainda era criança naquela época.

Quero colocar, meu Presidente Paim, que esta Casa é tão rica, principalmente esta douta Comissão. Há aqui vários doutores do Direito. E vejo, meu Presidente Paim, como bom alvitre, neste momento: que os nossos doutores que participam olhem com mais carinho, então, essa nossa legislação.

Mas é a impunidade. Enquanto ela existir, enquanto existirem esses poderosos, que chegam e conseguem que se acoberte tudo... Um processo, um BO, lá na delegacia de polícia é enterrado; ele é sepultado lá dentro. Não adianta, vão continuar cometendo esses crimes pelo resto de nossas vidas. Então, tem de haver a punição. Tem-se de botar esses criminosos na cadeia.

Era só isso que queria registrar. Enquanto isso, é bobagem; vai continuar morrendo gente do mesmo jeito. Quando o cidadão fala "Eu vou matar", no Pará, principalmente, mata mesmo, os doutores sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira, que dá sua contribuição.

Já registramos a presença do nosso querido Senador Anibal Diniz, que veio para este debate.

Estaria com a palavra, neste momento, o Padre Dirceu Fumagalli, mas parece-me que o Senador João Pedro quer falar agora. Depois do Padre? *(Pausa.)*

Então, com a palavra, o Padre Dirceu Fumagalli, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra.

Vamos tentar intercalar com o entendimento dos Senadores: fala um convidado e um Senador, fala um convidado e um Senador.

Por favor, Padre, com a palavra.

O SR. DIRCEU FUMAGALLI – Bom-dia, Senador Presidente, demais Senadores e Senadora desta Casa, convidados e demais presentes.

Não sou médico, sou padre. Nem sou benzedor. Mas, para qualquer remédio, temos de fazer um bom diagnóstico, senão, em vez de curarmos um problema, vamos agravá-lo.

Acho que é um pouco isto que estamos tentando fazer aqui: buscar diagnosticar quais são as causas dos conflitos do campo e, consequentemente, fazer os aplicativos para resolver o problema. Foi uma tentativa, Dr. Gercino. Digo "tentativa", porque ainda há brechas nesse diagnóstico, e acho importante ampliarmos o entendimento.

A Comissão Pastoral da Terra é um serviço ecumênico das Igrejas, que, historicamente – estamos com 35 anos –, tem a perspectiva de se fazer presente junto aos camponeses e às camponesas, em especial nos momentos de conflitos. Surgiu no período ainda militar, principalmente na Amazônia, mas depois se expandiu para todo o território nacional, uma vez que a questão do conflito da terra no Brasil não é um privilégio só da Amazônia.

Ela se faz presente em todos os Estados, inclusive os ditos desenvolvidos. Vamos encontrar desde assassinatos até trabalho escravo nos Estados mais desenvolvidos deste País.

Bem, os números... Não são números, mas pessoas que estão atrás desses números. Eles nem sempre batem – os da CPT com os da ouvidoria –, porque são diferentes os critérios de registro. A ouvidoria passa a registrar depois que se gerou um processo; aí se vai catalogar como um caso. Para a CPT, não é simplesmente se se gerou ou não um processo, mas o fato de se encontrar um corpo ou a denúncia de um assassinato, por exemplo, desde que haja um registro, seja uma informação primária de um agente de pastoral, de um agente comunitário que registrou e enviou isso para CPT nacional. De imediato nós não catalogamos isso. Temos que procurar outras fontes para ver se de fato ela tem certa credibilidade, e a partir de então ela é incluída no nosso banco de dados.

Portanto, por isso tem essas divergências muitas vezes de números, que não é o que aqui queremos discutir. Mas, para todos nós, somos sabedores da realidade de conflitos e, consequentemente, a violência.

A violência para nós, da CPT, também é decorrência do conflito, por isso que nós registramos os conflitos no campo. O conflito é uma realidade de disputa de interesses. É isso que, de fato, nós registramos. A violência nem sempre é o elemento mais importante ou aquilo que nós nos prontificamos a registrar. Tem muitas questões de violência no campo que não registramos porque não é decorrente de conflito, muitos assassinatos. Então, os números maiores de assassinatos registrados formalmente são altos, mas não dão conta da totalidade dos assassinatos no campo, porque muitos deles não são decorrentes de conflitos.

Por isso, o importante é resolver o conflito. E aquilo que o Dr. Gercino colocou, alguns elementos muito bem colocados, desenhados no esquema, para nossa leitura, dos movimentos sociais, existem alguns elementos fundamentais que geram esses conflitos. É aquela questão a que chamamos de um modelo de desenvolvimento que querem impor para a região da Amazônia, que é uma reprodução do sistema do centro sul do Brasil, isto é, lá nós desmatamos, derrubamos as perobas para plantar depois eucalipto. No Amazonas, querem derrubar as castanheiras para plantar soja, ou plantar eucalipto, ou criar boi. Portanto, é esse modelo em curso que, de fato, gera o conflito. Porque aquele território não é inabitável. Aquele território é historicamente ocupado, milenarmente ocupado. O problema é que sempre tratou a região Amazônica como uma região desabitada, sem homens e mulheres, sem donos, como hoje o pessoal diz. E não é verdade. As comunidades indígenas estão lá milenarmente. As comunidades quilombolas, secularmente. As comunidades ribeirinhas, secularmente. Os pescadores, secularmente. Portanto, são territórios ocupados.

Agora, esse modelo que, de fato, está no debate. E é por isso que, inclusive, é muito bem detectável onde, geograficamente, se encontram os maiores números de conflitos, que é na área de expansão desse modelo, que é principalmente o norte de Mato Grosso, Rondônia, norte do Pará, sul do Amazonas. É ali que nós vamos encontrar o maior índice de conflitos, porque é o avanço da ocupação, que vai para cima da floresta, na tentativa de ampliar aquilo a que chamamos o modelo do agronegócio. E aí é claro que vamos encontrar resistência das comunidades lá existentes. Porque aquilo não é terra de ninguém. Aquilo é território culturalmente, historicamente ocupado e querem impor um modelo que eles não aceitam, nunca aceitaram. Não é o primeiro momento da história brasileira que assistimos isso. Já houve outras tentativas que, de certa forma, recuaram. E agora retomam novamente.

Então, temos um modelo, temos um método, que é a ocupação dos grileiros, temos as práticas, que é da violência, da impunidade, e temos os agentes, propagadores desse modelo, que é o Estado brasileiro, inclusive, que fomenta, que cria infraestrutura para isso. Os projetos hoje direcionados para a região amazônica têm como finalidade a expansão do agronegócio. Se você vai abrir uma BR, se você vai construir uma hidrelétrica, se você vai abrir espaço para exploração de uma mineradora, se vai criar uma hidrovia, não é para o turismo rural. Que eu saiba, as BRs não são para fomentar o turismo rural; são para ocupação daquele território pelo agronegócio especial, para a escoação do produto.

Portanto, por trás dos projetos, inclusive aqueles em que o Estado investe, os que fomenta e financia,

tem um modelo de ocupação daquele território. Para isso, é claro, temos as três esferas do Estado: governo/Executivo, que financia e que projeta; temos o Judiciário, que não tem só a impunidade, mas criminaliza toda e qualquer iniciativa de resistência – por isso, os movimentos sociais são altamente criminalizados. Anteontem, acabamos de assistir à condenação do José Batista, que é um defensor dos direitos de Marabá e de toda região – foi condenado; e temos o comportamento do Legislativo, de flexibilizar as leis para que o capital avance – todas as leis agrárias. A regularização, por exemplo, do território, aquilo que chamamos de regularização da grilagem, somente isso não resolve o problema.

O que vamos fazer, por exemplo, com as 20 mil famílias que estão acampadas em Marabá, se regularizar simplesmente as terras ocupadas pelos grileiros? Eles vão continuar sem terra; portanto, temos de fazer a reforma agrária. Se não houver a reforma agrária, vamos continuar com os mesmos conflitos, acentuando os conflitos; se não houver regularização das terras, os territórios das comunidades que tradicionalmente ocuparam aqueles territórios, nós vamos ter conflitos, com os índios, com os quilombolas.

A lei da regularização fundiária não parte da premissa de que, primeiro, era preciso regularizar as terras ocupadas. Por que não regularizam primeiro os territórios dos quilombolas e dos indígenas, titularizando essas terras? Se eles não têm os títulos das terras, ela vai ser, de fato, espaço aberto para os grileiros. Eles não estão assegurados naquele território: continuam em terras públicas, e eles se sentem muito à vontade para avançar.

Portanto, além daquilo que o próprio coordenador já mencionou, que depois deve inclusive acentuar isto – todo esse fortalecimento e investimento na questão técnica, dos investimentos; àqueles e àquelas que já foram destinados garantir também o direito de acesso às terras. Mas, se não resolvermos o problema de fundo, que é não só a regularização, mas a titulação e a descentralização das terras, nós vamos continuar assistindo amargamente a esses conflitos, e a consequência de muitos deles é a morte de muitos companheiros e companheiras. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos ao Padre Dirceu Fumagalli, coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que também aponta caminhos, como a reforma agrária e a regulamentação das terras.

Quero só informar a todos, e é minha obrigação, que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil e vai ser transmitida durante todo o período em que ela acontecer.

Recebi um e-mail da Deputada Federal pelo PT, de Goiás, Marina Sant'Anna, que pediu que eu registrasse aqui os seguintes documentos, que vou resumir: a) condições degradantes de trabalho em carvoaria na região norte do Estado de Goiás culminam com o resgate de 25 trabalhadores e a prisão de um dos proprietários. A operação foi coordenada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, com apoio da Procuradoria Regional do Trabalho. Foram inspecionadas sete carvoarias. Em resumo, por causa do reiterado descaso com a lei, isso garantiu, neste momento pelo menos, a prisão... E aqui se diz: "Foi o primeiro caso de prisão em flagrante em Goiás". Então, está registrado o documento.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara fará esse mesmo debate ainda durante este mês em função da importância do tema – segundo me informam agora, no dia 28.

Passo a palavra agora ao nosso próximo painelista, que é Willian Clementino da Silva Matias, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representando o Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Contag.

O Senador João Pedro quer falar neste momento?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Vamos ouvir primeiro a Contag.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então fala o Willian, o Senador João Pedro e, depois, a Senadora Marinor.

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS – Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, que preside esta Comissão, e quero cumprimentar os demais componentes da Mesa e os demais presentes neste espaço na pessoa do nosso eterno Presidente da Contag, companheiro Urbano, presente aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Urbano está aqui? Sou do tempo do Urbano. Está lá o Urbano!

(Palmas.)

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS – Nós recebemos o convite para participar desta audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Willian, antes de você começar, quero corrigir uma falha minha.

Faço questão de registrar a presença do Senador Cristovam Buarque e também do Senador Inácio Arruda, que já estão aqui com a gente. Com esses dois, somamos nove Senadores presentes neste debate.

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS – Certo, obrigado.

Quanto recebi, por *e-mail*, o referido convite, fiquei pensando sobre as informações que ele trazia sobre a violência no campo, sobre os estados atingidos. Cheguei à conclusão de que a gente não poderia discutir a partir desses estados e dos assassinatos ocorridos recentemente, apesar de serem estados que, neste momento, passam por uma situação extremamente delicada.

Os Senadores e os demais me desculpem pela santa ignorância, mas acho que a principal definição a fazer neste País é quanto ao modelo de desenvolvimento que queremos para o Brasil, modelo que leve em consideração o campo e a cidade. Se a gente tiver claro qual é o modelo de desenvolvimento que queremos para o País, vamos tomar as medidas necessárias para fazer este País se desenvolver corrigindo todas as dificuldades que nós temos. Do contrário, nós não vamos avançar.

Eu sei o país que eu quero, mas eu não sei o país que o Estado brasileiro quer. Eu não sei se o País quer um Estado com desenvolvimento agrário, a partir da reforma agrária e da distribuição do espaço de poder que temos hoje, que é a terra, ou se o Estado brasileiro quer um país com um latifúndio perverso como o que temos hoje. Então, passa por uma definição política prévia o combate e a resolução de vários problemas que temos hoje em nosso País.

A outra coisa diz respeito às políticas públicas. Não dá para a gente imaginar que, somente com o Judiciário e com medidas pontuais, nós vamos resolver o problema da violência no campo. Nós temos de resolver é o problema de o próprio Estado violentar o campo hoje, a falta de educação na zona rural.

Precisamos de uma educação do campo para o campo, que não seja uma educação da cidade para o campo, porque esta também é uma forma de violência que temos hoje no campo: a negligência do próprio Estado de responder às nossas necessidades no campo, tanto as das crianças, como as dos jovens e dos idosos. Então, acho que essa decisão quanto ao modelo de desenvolvimento que nós queremos para o Brasil impõe várias medidas que conduzam para o rumo ideal que precisamos tomar.

A outra coisa que vejo e lamento muito, Presidente Paim, é o caso da Maria do Espírito Santo e do Zé Cláudio, que já se foram. Mas há outros casos, como o meu Bispo Dirceu, e eu prefiro falar, citou aqui, estão no anonimato. Eles não aparecem. Vou citar um caso específico para não fazer juízo próprio, mas eu tive três ameaças de morte no município de Wanderlândia, no Tocantins, uma pelo latifúndio e duas pelo prefeito que representava o latifúndio. Em nenhuma delas está registrada ocorrência e vou dizer para vocês o porquê. O fato é simples. Sabe por quê? Porque, se eu fizesse o registro da ocorrência, a minha morte seria antecipada. É essa a situação que ainda temos no nosso país. São muitos trabalhadores que, um dia ameaçados, se passarem na porta de uma delegacia de polícia civil do município para fazer o registro, só andam uma ou duas quadras. Se andarem muito entram dois quilômetros no seu assentamento. *(Palmas.)*

Essa é uma realidade que temos e que não tem nenhuma medida política neste momento, olhando para os casos do momento, que resolva essa situação.

Outro caso é o de uma pessoa que está aqui em Brasília, hoje, uma companheira nossa, que é coordenadora da regional onde está o maior conflito, hoje, no Pará, a companheira Joel, que está aqui em Brasília porque ela não pode mais ficar no Pará. Hoje, ela tem dois policiais que a acompanham. Um está de férias e o outro está na ativa, sozinho, trabalhando. Mas as ameaças foram tão grandes e insustentáveis que ela está trabalhando em Brasília agora. Esta é uma situação extremamente complicada. Por outro lado, Joel é uma mulher, precisaria também ser tratada como uma mulher, mas ela é acompanhada cotidianamente por dois policiais homens. Ela entra no banheiro, como quando estávamos em negociação no Incra, em Marabá, e o rapaz fica na porta. Nessa lógica dos direitos humanos, o desembargador Gercino está aqui, temos muito carinho por ele, precisamos começar a olhar para vários outros casos, mas olhar também para o da Joel, que está aqui, mas os filhos permanecem lá: uma filha está no curso de Direito Agrário, em Goiás, e a outra está lá no Pará. Como é que ficam os filhos? Quando não se acha quem se quer matar se mata quem está mais próximo, a quem dói mais. Nós vamos deixar matar as filhas da Joel?

Esses são casos que estão pautados para nós neste momento.

Por outro lado, acho que muitas questões passam na invisibilidade por conta disso, por conta do fato de que não pode registrar as suas ocorrências lá na delegacia.

Outro fato muito ruim, eu acho que o Judiciário, a Polícia, não gostarão de ouvir o que vou falar, mas, em nome da defesa da propriedade, além do Judiciário, temos os policiais que cometem várias violências no campo em nome desse direito de propriedade, mesmo que não saibamos que propriedades são essas. Um exemplo é o Pará. Nós não temos seis andares de terras no Pará e tem gente com direito de propriedade no Pará. O CNJ tem acompanhado isso, cancelado títulos, mas isso não basta, não é suficiente. Tem mais propriedade do que terra no Estado do Pará, a exemplo disso.

A outra coisa é que, hoje, temos uma lista de marcados para morrer entre nós, trabalhadores rurais. Parece não ser crime ter essa lista, mas, se tivéssemos a reação de fazer a lista dos que nos marcam para morrer para que eles também fossem marcados para morrer, seríamos, automaticamente, no outro dia, condenados pelo fato de ter construído uma lista de marcados para morrer. Isso é lamentável! Então, que Estado de Direito é esse, que zela pelo direito de tão poucos, ficando uma maioria descoberta? Nós precisamos, no processo de violência no campo, corrigir essas distorções, senão nós vamos, cada dia mais, dar efetividade a ela, por conta de essas coisas parecerem simples. Parecem ser muito pontuais esses casos que aconteceram, mas companheiros nossos morrem constantemente.

Vou voltar ao caso em que fui ameaçado de morte. Fui ameaçado porque o companheiro sumiu. Foi na cidade, fez a sua compra, chegou ao seu barraco, numa terra pública, colocou a sua trouxa de alimentos que tinha trazido da cidade. Lá onde ele tirou as botinas elas ficaram. Parece que ele evaporou. Eu fui denunciar na Câmara Municipal, em vários espaços. A reação foi imediata. A minha esposa, grávida, era pressionada com o carro do fazendeiro, que topava nela quando ela ia para a escola. Era uma confusão danada.

Então, essas são as questões que trago, para a gente poder refletir.

As recentes medidas anunciadas e apresentadas até pelo nosso colega Gercino são insuficientes para responder as demandas e os problemas que nós temos. Aí, uma das coisas que, inclusive, discuti com o Incra – o Luciano do Incra está aqui e sabe disso; sabe das minhas posições e das convicções da Contag – é que não basta apenas fazer retomada de lote e desconcentração de terra dentro dos assentamentos. Sabem por quê? Porque, para fazer retomada, é preciso dar condições para os trabalhadores circularem dentro do assentamento. É preciso dar condição para as crianças estudarem, porque, se não se fizer isso, retoma hoje e, amanhã, volta para a mão do latifúndio e do madeireiro, porque eles são perversos. E, quando não se tem política pública, todos os pais dizem o que meu pai disse para mim, a maioria deles do sítio: "Vou lhe botar para estudar, porque é a única coisa que vou lhe dar, e ninguém vai lhe tomar."

Então, um pai, para botar um filho para estudar, abre mão de uma parcela que botou ele lá, de onde ele não pode nem sair, da sua propriedade, para levar seu filho para estudar. No dia em que um menino quebra um braço, botando um bezerro no curral, para tirar o leite no outro dia, de manhã, ele não tem como levar ele num posto de saúde. Portanto, ele não fica lá.

Então, tem que fazer a retomada dos lotes, mas garantir a política pública que faça ele ficar lá dentro, porque é muito fácil a sociedade, os Poderes dizerem que os assentados – vou dizer uma palavra vulgar aqui – são vagabundos e que não querem terra; querem vender terra. Mas nós vamos para a terra e nós ficamos lá para trabalhar. Tudo o que nós conseguimos de saúde, educação, moradia e tudo, é com nosso suor, é com a força da nossa luta, enquanto os outros setores da sociedade, que recebem salário todo dia 25 do mês, estão tranquilos. Nós não recebemos. É a partir disso que temos que sobreviver nesse espaço.

Quero dizer o seguinte: por que os trabalhadores também vendem ou passam seus lotes para os madeireiros, ou permitem extração ilegal em muitos dos nossos assentamentos? Primeiro, o Estado brasileiro não chega com uma política pública de Estado; nem o Governo Federal, nem o governo do Estado, nem o dos Municípios. Parece que também a obrigação é só do Governo Federal. Os Municípios também, os governos dos Estados são muito irresponsáveis conosco na reforma agrária.

O que acontece? O madeireiro diz assim: "Eu vou comprar umas toras no fundo desse projeto de assentamento. Eu faço a estrada para vocês." Quem está há dez anos sem estrada aceita ou não aceita a estrada? Claro que aceita! Muito embora seja uma prática ilegal, ele está recebendo, em troca disso também, o benefício de ter estrada. Vocês acham que aqueles caminhões de madeireiros que passam, cheios de madeira e gente em cima, são os trabalhadores da madeireira? Não! Nós também não tivemos o direito de comprar, muitas vezes, nenhum carro, nenhuma moto, nenhuma bicicleta para sair. Nós pegamos carona com o madeireiro lá do projeto de assentamento. A não ser que muita gente desconheça. E, inclusive, botamos em risco a nossa vida em cima daquelas toras de madeira, porque, se elas caírem com a gente, adeus para nós.

Então, essas questões são complicadas. Quero trazer um elemento que está na mão deste Senado, Senador Paulo Paim. Precisa de muito cuidado para não avançar na violência no campo. É sobre nosso bendito e querido Código Florestal. Se ele passar aqui, do jeito que passou na Câmara dos Deputados, aí nós não vamos dizer que a impunidade é só por conta do madeireiro, não. Vamos assumir a corresponsabilidade daquilo que a gente deu o aval, do ponto de vista legal. Se o Código Florestal brasileiro flexibilizar bastante coisas como está lá, aí, meus companheiros, o conflito tem uma tendência enorme a se acrescentar neste País, por onde nós pisamos.

Quero dizer que, se nós não tivermos um posicionamento do Estado brasileiro sobre o projeto do

modelo de desenvolvimento que nós queremos, vamos continuar lutando, porque nós somos persistentes, mas as coisas não vão avançar o suficiente. Aí, eu tenho muito medo de morrer, mas sempre, quando eu tenho medo de morrer, eu me lembro de um homem santo desta terra, que, infelizmente, deveria estar aqui, vivo, para fazer santidade junto com a gente, que é o Padre Josimo, lá da minha terra, de Tocantins.

Ele disse assim: "É hora de assumir. Se morrer, eu morro por uma causa justa."

Nós, que estamos assumindo, como lideranças, esse espaço, estamo-nos propondo a isso.

Eu gostaria de convidar todos, porque embora sejamos, neste espaço, minoria, nós vamos assumir. É hora de assumir. Alguém chama a gente para assumir e esse alguém é o mesmo alguém que, depois, poderá nos receber em fileira, para a prestação de contas das nossas omissões ou dos nossos atos aqui nesta terra.

Muito agradecido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta Willian Clementino da Silva Matias, Secretário de Política Agrária da nossa querida Contag.

Eu vou resumir, Willian e Urbano. Eu venho lá de trás – muitos, aqui, eu sei que vieram da mesma origem, do movimento sindical – e comecei a minha caminhada junto com você também, e é bom ouvir uma liderança jovem, com tanta precisão, dar o diagnóstico do conflito no campo. Isso dá muita esperança, para nós todos, de que a gente pode mudar esse quadro.

Eu vou tomar a liberdade de pedir mais uma salva de palmas para o Willian. (*Palmas.*)

Coragem, coragem.

Quero dizer que, como nós estamos ao vivo, você fez a denúncia com muita clareza e precisão. Você já teve três ameaças de morte e se passar em frente a uma delegacia e entrar, morreu.

A Polícia Federal está acompanhando este debate e nós vamos pedir que você tenha, também, proteção, porque é inadmissível que a gente veja a lista aumentar, falam-me em duas mil pessoas, e a gente não faça nada.

Eu começo ouvindo relatórios como esse de que você vai falar agora, João Pedro. Há outro, que ouvi ontem, ainda, da máfia do sistema de combustíveis deste País. Parece que a gente vive no mundo do faz-de-conta, mas esses relatos são o mundo real. Esse é o mundo real, o que nos deixa cada vez mais preocupados.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador João Pedro tinha pedido, a Senadora Marinor, o Senador Pedro Taques e, aí, vem V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero falar pela ordem porque tem um outro latifúndio, também, que é o latifúndio partidário, que, se puder, exclui vários partidos do cenário político brasileiro, alguns muito comprometidos com uma das mais importantes lutas do povo brasileiro, que é a reforma agrária.

Eu vou ter de me ausentar e não sei se vou conseguir voltar, porque, aqui do lado, tem uma reunião da Comissão de Justiça, em que se vão discutir a questão partidária e a proposição de fim das coligações. Eu tenho de estar lá, de olho vigilante, como o Willian está aqui também, vigilante.

Pedi pela ordem exatamente porque uma das agremiações políticas que mais tem tidos vítimas, nessa batalha, tem sido o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, juntamente com lutadores do Partido dos Trabalhadores e do movimento dos sem-terra do nosso País, e muitos que não têm militância partidária, mas que têm relação direta com o nosso partido. Em nome deles, eu queria dar, também, o meu apoio ao Willian, especialmente.

É claro que todos estão envolvidos com a causa, mas você é o representante de uma das instituições mais envolvidas com o problema da luta pela reforma agrária, de trabalhadores brasileiros que querem produzir, produzir riqueza para o nosso País, e que têm sido vítimas permanentes.

Esse conluio é antigo no nosso País, do Judiciário, com polícia, capatazes e pistolagem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, eu peço licença, porque sei que talvez eu não possa voltar, mas eu queria fazer este registro e dar o meu apoio à causa que você, Paim, está tomando a frente, juntamente com os companheiros que aqui estão. Eu tenho de apresentar o meu voto em separado e ficar vigilante, porque, senão, o outro latifúndio tira a gente daqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Inácio Arruda.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra ao Senador João Pedro, pela ordem de inscrição.

Senador João Pedro com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente Paim, o Senador Inácio Arruda continua com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não, não. Foi um pequeno debate paralelo, aqui, mas já está resolvido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Senador João Pedro com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, estimados e prezados convidados que estão neste debate, primeiro, quero dizer da principalidade que vejo nesta audiência pública. Eu acho que existem duas questões. Há uma série de elementos para discutirmos, mas há duas questões que considero relevantes, Presidente.

Uma é a Comissão de Direitos Humanos do Senado garantir a segurança dos ameaçados. Temos que encontrar mecanismos políticos para garantir as pessoas, as mulheres, as lideranças que estão ameaçadas na Amazônia. Nem todos, pela informação que tenho, estão com a presença de segurança, da polícia fazendo a segurança. Acho que precisamos ter um foco nessa questão. A outra é ter uma iniciativa política da Comissão. Podemos visitar o Supremo Tribunal Federal e, principalmente no Pará, Presidente Paim, visitar o TJ, o Tribunal de Justiça Estadual. É grave o que o Promotor falou, do número de criminosos e mandantes presos. É muito grave isso.

Então, para mim, isso é a principalidade. Isso é a principalidade. E não tenho ilusões, Presidente, conhecendo a nossa Amazônia, a nossa região, e o modelo de capitalismo no Brasil, qualquer modelo definido, o mais adequado e o mais perfeito possível, de que vamos continuar, não podemos ter ilusões, porque esses conflitos, esses assassinatos, estão em uma raiz também ideológica.

Ontem, no plenário do Senado, um Senador ocupou por 35 minutos a tribuna, criticando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou fazer um apelo ao Plenário porque, quando um orador está falando, fica muito ruim o debate paralelo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...criticando o livro didático do MEC. Um Senador lá de Goiás. O primeiro ponto da crítica é a apologia ao MST. Veja como isso é tratado. A primeira crítica contundente: "Não se pode admitir que o MEC faça apologia ao MST, esse movimento criminoso". Falando para o Brasil. Falando para o Brasil. Então, não podemos ter ilusões, é um embate ideológico de muito, e nós vamos continuar enfrentando.

Esta audiência pública é importante para confrontar ideias, opiniões, para avançar no sentido de montarmos um imaginário de respeito aos índios, não é só o assassinato, é a forma como trata as etnias, os ribeirinhos, os negros. Tem pouco tempo o reconhecimento dos territórios quilombolas na nossa história. Tem pouco tempo. Não podemos ter ilusões, há um debate político ideológico no Poder Executivo, na sociedade, nos governos estaduais, nas prefeituras municipais, no Congresso Nacional. Ontem, eu estava ouvindo a crítica aqui ao MST, e o MST é tachado como um movimento criminoso. Aqui no nosso Senado. Senadora, nós estávamos no plenário e ouvimos isso, essas pérolas.

O Presidente Lula, quando pôs o boné do MST, aqui no Senado, foi levantada a possibilidade de uma CPI porque o Presidente colocou um boné do MST. Eu não esqueci isso. Isso faz parte do debate político. Um boné causa um...

Pois bem. Esta reunião é para dizer que nós não aceitamos essa covardia, o assassinato. A nossa voz aqui é no sentido de cobrar.

Desembargador Gercino, V. Exª tem uma vida pública, mas quero dizer que o casal que foi assassinado covardemente, a Maria e o José Cláudio, eles não calaram e morreram por não calar frente ao roubo da madeira, num projeto que era deles.

Quero dizer que comecei a criar o curuquerê, no sul do Amazonas, quando superintendente do Incra. Ali, além da terra, a principal luta é pela madeira. Os grupos saem da 364 para roubar a madeira no sul do Amazonas, nesse território, e ali encontrei as famílias. Vamos criar um projeto coletivo, uma unidade de conservação. Fomos empurrando, os donos dos territórios, todos grileiros, porque não tinham documentos e ocupam com base na ameaça, na intimidação territórios importantes.

Claro que o terra legal tem que melhorar sua eficiência. Temos que melhorar a presença do Estado nos assentamentos com luz, com crédito, com assistência técnica. Tem que melhorar; tem que melhorar. Nós temos que avançar nisso. Penso que o Governo avançou nesses últimos anos, mas falta mais, muito ainda. Luz para todos. Precisamos colocar todos os ministérios juntos. As ações dos ministérios são muito... Um vai lá, outro fica. Depois vai sozinho. Precisamos ter ações mais conjuntas por parte dos ministérios nessas regiões.

Quero terminar, Presidente, dizendo que nós repudiamos, não aceitamos, não calaremos frente a essas ameaças, os assassinatos que ocorreram ao longo dos séculos – tem isso – mas esses últimos assassinatos são uma afronta aos movimentos sociais, à sociedade brasileira, enfim, à vida, uma afronta à vida, a forma covarde como se assassinam homens que pregam a defesa da floresta, que pregam a defesa da

biodiversidade, do desenvolvimento sustentável. Não podemos aceitar. Esta é uma reunião para colocarmos o grito, condenando os assassinatos e pedindo mais eficiência, mais celeridade nas apurações. Essa morosidade é uma forma de ir esvaziando e colocando no esquecimento, que, lamentavelmente, nós mesmos às vezes esquecemos, e não podemos esquecer. Esta reunião é para não esquecer, é para gritar, é para botar na cadeia os assassinos de homens e mulheres que defendem a Amazônia, que defendem a terra, que defendem a democratização da ocupação nos territórios da Amazônia.

Tenho uma relação com as dirigentes da CPT lá no Estado, que são mulheres, lá no Amazonas... Enfim, fica a minha fala, parabenizando a todos que estão compondo a Mesa, Senadoras e Senadores que estão nesta reunião por não calar frente aos assassinatos históricos, principalmente os últimos ocorridos na Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Pedro, as suas propostas serão encaminhados ao final da audiência.

Vou convidar agora os painelistas que estão aqui na Mesa, se puderem retornar ao plenário, sentando na primeira ou segunda fila. Chamaria neste momento a segunda Mesa. Chamo o Sr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, advogado, assessor jurídico da Terra de Direitos, organização de direitos humanos; o Sr. Luciano Brunet, diretor substituto da obtenção de terras do Incra; o Sr. Cláudio Gomes, coordenador-geral de polícia fazendária do Departamento de Polícia Federal; o Sr. Marco Aurélio Pereira de Moura, coordenador-geral de defesa institucional do Departamento de Polícia Federal, que está aqui presente; e também o Sr. Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional.

Eu solicito mais uma cadeira aqui na mesa; e todos podem ir sentando, por favor. E V. Exª. São duas Mesas.

Tudo bem. Eu peço à assessoria, por favor. Não tinham me informado, aqui. A Senadora Marinor, como sempre, dentro da sua competência e capacidade, assessora este Presidente, porque V. Exª estava aqui desde o início, inclusive. Desde o início. Estava presente desde o início.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Delegado Sílvio César Maués Batista, Diretor de Polícia do Interior, em representação ao Sr. Luiz Fernandes Rocha, que é Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com as devidas considerações e o pedido de desculpa por parte da assessoria, não deste Senador.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pode ir para a mesa. Tem que colocar só mais uma cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu convido V. Exª para se dirigir à mesa, Delegado Sílvio César Maués Batista, Diretor de Polícia do Interior, DPI, representando aqui o Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará. Coloquem mais uma cadeira aqui. Os senhores se aproximam aqui e nós vamos de imediato para a nossa segunda Mesa.

Começamos, nesse momento, dando a palavra ao Sr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, advogado e assessor jurídico da Terra de Direitos.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO – Um bom-dia a todos. Cumprimento a todos na figura do Presidente dessa audiência, Senador Paulo Paim Agradecemos o convite mais uma vez para tratar dessa problemática da violência no campo.

Bom, nunca houve morte tão anunciada. Essa frase já foi proferida por Gabriel Garcia Márquez no livro clássico *Crônica de uma Morte Anunciada*. E a diferença do realismo fantástico de Garcia Márquez para a questão aqui é que no livro somente a vítima não sabia que seria executada. No caso que estamos tratando, o companheiro José Cláudio anunciou o seu homicídio em rede nacional.

Bom, essa anunciação já está colocada desde muito, porque tem uma causa e talvez... Permita-me aqui inverter um pouco os elementos da equação que foi colocada da violência no campo. A causa da violência nós entendemos e podemos perceber que os companheiros aqui da Contag e da CPT também compreendem que a causa da violência é o problema fundiário, é a questão agrária. Então, a anunciação dos conflitos fundiários se coloca aí.

Os conflitos fundiários são o fundamento dessa violência, portanto. Nós compreendemos que a impunidade é um meio do qual a violência se utiliza para reproduzir, para se retroalimentar, mas a causa está na questão agrária. Por isso, é importante ressaltar e é tão importante a sociedade vir aos Poderes, ter a voz numa audiência pública como essa, porque nós também percebemos a dissonância, muitas vezes, entre a voz da sociedade em um espaço como esse e a voz do Estado. Talvez uma não exclua a outra, mas com certeza elas são complementares.

A questão é que se encararmos as mortes, a violência no campo sob a ótica dos conflitos fundiários, nós vamos encontrar uma tipologia. E essa tipologia acaba colocando em evidência o porquê da impunidade. Se encarada sob a ótica do conflito fundiário, sabemos que estamos colocando defensores de direitos humanos, como foi bem dito aqui, contra jagunços, pistoleiros

aliados ao poder econômico e político local, contando, então, com uma postura e uma falta de estrutura também do sistema de justiça local. Então esses são os elementos que estão colocados em todos os crimes e não apenas no Norte, mas em todo o Brasil, quando tratamos de conflitos fundiários.

Bom, o conflito fundiário é sempre uma situação coletiva, de tensão coletiva em uma área, em um imóvel rural ou num território, onde há uma situação de irregularidade fundiária: descumprimento da função social da propriedade, trabalho escravo, desmatamento, grilagem e a expulsão de posseiros. Sempre encontramos conflitos fundiários em situações onde há disputa pela terra, com algumas irregularidades.

No caso das recentes mortes, Sr. Presidente, nós percebemos que são em áreas remanescentes de florestas.

Bom, vem o primeiro elemento diretamente relacionado com esta Casa, que é justamente a futura votação e debate acerca do Código Florestal. Essas mortes estão relacionadas a áreas de remanescentes, florestas, e temos aqui uma votação diretamente relacionada, sim, às mortes no campo. Dependendo do rumo que tomar a votação do Código Florestal, nós podemos afirmar, nós podemos anunciar que a situação de conflito e violência no campo vai-se agravar justamente nessas áreas.

Bom, com relação àquela tipologia dos crimes fundiários, os defensores dos direitos humanos, isso foi bem colocado pelo Padre Dirceu, eles são duplamente vítimas, porque eles são vítimas da violência, das ameaças, mas também são vítimas da criminalização da sua atuação, como foi muito bem colocado.

Recentemente, na segunda-feira houve a confirmação de um advogado na CPT do Pará, uma condenação criminal. E nós poderíamos perguntar a esse companheiro, a esse lutador pelos direitos humanos no Estado do Pará, quantos processos ele acompanha, enquanto advogado na assistência de acusação, e em quantos processos ele conhece a condenação. Ele é condenado na sua atuação, mas quantos ele conhece, quantos ele presenciou?

Essa questão em que nos colocam esse mapa dos conflitos fundiários, ele nos apresenta essa crônica de que todos sabem o que vai acontecer, todos sabem quem vai matar e todos sabem quem vai morrer. O William colocou de maneira muito clara aqui e nosso Presidente ressaltou. O que é necessário e está colocado é realmente o enfrentamento das estruturas de poder local, é o enfrentamento das estruturas de reprodução de violência no campo, da estrutura agrária.

Do mapa, nós podemos passar para medidas concretas. Para atuação, nós compreendemos que para atuar com alguma eficácia sobre os conflitos e as mortes no campo, deve ser realizado um programa de atuação em três níveis. Os três níveis se complementam em um grau e em um avanço do grau de eficácia do combate à violência. O primeiro nível é o nível da proteção, que foi colocado aqui. Nós sabemos a fragilidade da estrutura que o Brasil tem para realizar a proteção. Mas isso não significa que ela não deve ser aumentada; muito pelo contrário. O segundo nível é o nível da impunidade, do combate à impunidade; o terceiro nível é o nível do combate às causas dos conflitos, às causas da violência.

Percebemos então a ampliação do grau de eficácia das ações com relação aos três níveis.

Bom, quanto ao primeiro, a questão da proteção. Está colocado para esta Casa, para os Poderes Públicos a necessidade de fortalecimento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. É um programa alocado na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. É necessário então medidas de fortalecimento desse programa. Uma das medidas, por exemplo, sempre que falamos em fortalecimento, falamos na ampliação de recursos, mas uma das medidas é justamente a implementação de programas estaduais de proteção a defensores dos direitos humanos. Isso é muito importante, inclusive a colaboração e contribuição, Senador, no diálogo junto aos poderes executivos estaduais, na implementação de programas estaduais.

Outro elemento também diretamente ligado à proteção e também diretamente ligado à competência desta Casa é a provação do Projeto de Lei 4.575, de 2009, que trata justamente da criação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Esse é um projeto de lei que foi recentemente aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, está indo a plenário naquela Casa e, num futuro próximo, virá para o Senado Federal.

O segundo nível, aprofundando o grau de eficácia no combate, certamente o combate à impunidade. Nesse sentido vale à pena saudar aqui, realmente, as iniciativas do Governo Federal, que colocou publicamente a sua intenção e a sua estrutura no sentido de combater a impunidade nos locais de conflitos fundiários. Nós compreendemos que isso é um avanço certamente nesse cenário de impunidade, e teriam algumas medidas a serem sugeridas nesse sentido.

A primeira delas, a abertura de processos correcionais, e a gente sabe que é sempre um problema e sempre uma tensão falar em processo correcional no sistema de justiça, mas é um tema que deve ser enfrentado: o sistema de justiça como poder público, como agentes públicos passíveis então dessa forma

de participação e fiscalização. Enfim, a abertura de processos correcionais, porque, se nós temos inúmeros assassinatos que não têm sequer inquérito policial constituído, se os processos não andam, se não há condenação, não existe algum nível de responsabilidade do poder, do sistema de justiça, nesse sentido? Então, é a primeira medida.

A segunda, então, seria a investigação das estruturas de poder local, o enfretamento disso e a abertura de inquéritos policiais sobre ameaça e o chamamento a depor de todos os suspeitos, porque, certamente, as vítimas sabem quem são os seus algozes. Existe muito medo de colocar publicamente, de adentrar a uma delegacia, como foi colocado. Mas saber, sabem. Isso é notório. Então, chamar os suspeitos a depor e colocar a máquina pública em funcionamento e atenção.

O tratamento prioritário às questões fundiárias no sistema de justiça e a capacitação dos agentes públicos nesse sentido, nessa tipologia, na história da questão agrária, na condição dos defensores dos direitos humanos. Vemos ainda a necessidade premente de capacitação dos setores públicos e também da sociedade na questão dos defensores dos direitos humanos.

O Poder Judiciário também pode ser, e será certamente... O Ministro da Justiça colocou na Comissão Geral da Câmara dos Deputados que haverá uma interlocução com o Poder Judiciário, para haver realmente um trabalho conjunto da interdependência dos Poderes. No Poder Judiciário, foi instituído, no ano de 2009, o Fórum de Assuntos Fundiários no âmbito do CNJ, no âmbito da presidência do CNJ. É a hora de chamar o comitê executivo e a estrutura do Fórum de Assuntos Fundiários para atuar no combate à violência no campo.

A competência, então, de dar tramitação prioritária aos processos judiciais que tratam dos crimes, dos homicídios para combater essa impunidade, e principalmente dar prioridade aos processos judiciais paralisados na justiça que tratam de reforma agrária e tratam da regularização fundiária não no sentido, ressalto aqui também, do programa Terra Legal, que, segundo os companheiros da Amazônia, dizem vem sendo a legalização da grilagem, mas a regularização fundiária entendida enquanto titulação em territórios quilombolas, a regularização de reservas extrativistas, de comunidades ribeirinhas, demarcação em terras indígenas, retomada de terras públicas e, certamente, a realização da reforma agrária. É interessante notar que a sociedade, quando vem a público, fala em regularização fundiária, fala em reforma agrária nesse sentido. O poder público tem que compreender isso. São 400 processos judiciais paralisados na justiça hoje que tratam de reforma agrária e de regularização fundiária nesse sentido que foi colocado aqui.

No Fórum de Assuntos Fundiários foram elaborados uma centena de recomendações da sociedade civil ao Poder Judiciário para atuar na temática agrária. Dentre essas recomendações, está a prioridade, que decorre da lei, na tramitação da ação judicial de desapropriação para reforma agrária em relação a outras. E, justamente, por não se dar prioridade a essa tramitação existem 200 processos tão somente de reforma agrária paralisados, outros 200 de retomada de terras públicas, por exemplo.

Nós já estamos tratando, nesse momento, então, do terceiro nível de combate à violência no campo e, certamente, nós compreendemos que é o nível mais eficaz, não somente nós da Terra de Direitos, mas certamente dos movimentos sociais, como foi colocado aqui pelo companheiro da Contag e CPT.

A reforma agrária e a regularização fundiária. Essas, no nosso entender, são as causas das mortes no campo, a ausência dessas medidas certamente. Em 2011, não foi assinado – e estamos no mês de junho – ainda sequer qualquer decreto de desapropriação para fins de reforma agrária e nenhuma titulação em território quilombola. Isso denota que o Poder Público, o Poder Executivo, focou no combate à impunidade, e isso é um avanço e saudamos, reafirmo aqui, mas a questão da reforma agrária, a questão fundiária tem que ser colocada na pauta de Poder Executivo como medida de combate à violência no campo. Ela tem que ser trazida e a prioridade tem que ser reconhecida, tem que ser ouvida a voz da sociedade. Na Comissão realizada no Plenário da Câmara, Sr. Presidente, todas as pessoas que falaram em nome das comunidades locais, dos movimentos sociais, falaram em regularização fundiária e reforma agrária, todos. Então, essa é uma pauta que deve ser colocada na agenda do Poder Executivo no combate à violência.

Fortalecimento do Incra, do IBAMA, da Polícia Federal nas áreas. Ações de ponta. Certamente a ausência do Estado também é colocada como um dos problemas.

Sem a regulamentação fundiária, se isso não for colocado na pauta – já estou encerrando –, sabemos que certamente a violência no campo e as mortes continuarão. Será um eterno processo de enxugamento desse gelo. Certamente conhecemos a garra do povo brasileiro, conhecemos a identidade que coloca a luta. Então, em homenagem a isso e rememorando Berthold Brecht, que coloca essa temática nos devidos termos, sem regularização fundiária, os poderosos poderão matar uma, duas até três rosas, mas jamais impedirão a primavera.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Dr. Antônio José Escrivão Filho, assessor jurídico da Terra de Direitos.

Vou pedir uma gentileza para você. Não chamamos para a Mesa ainda o representante da OAB, Dr. Jaime Asfora. Se você pudesse ir para a primeira fila, ele usaria a palavra no seu lugar.

Convidaria todos os nossos painelistas da Mesa anterior para que ficassem na primeira fila, porque todos vão usar a palavra de novo para considerações finais. Então, se puderem vir para a primeira fila todos que falaram na primeira Mesa...

Agradeço ao Antônio Sérgio e peço que fique na primeira fila.

Passamos a palavra neste momento ao Delegado Sílvio Cézar Maués Batista, Diretor da Polícia do Interior, mas antes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ser? Porque a Senadora Marinor inclusive é uma das autoras do requerimento. Depois dele, V. Exª usa a palavra então.

O SR. SÍLVIO CÉZAR MAUÉS BATISTA – Senador Paulo Paim, Presidente desta reunião, em nome de quem gostaria de cumprimentar os demais Senadores presentes; Dr. Gercino, Desembargador e Ouvidor Agrário Nacional, na pessoa de quem gostaria de cumprimentar os demais presentes e autoridades:

Aproveito o ensejo novamente para publicamente parabenizar atuação do Dr. Gercino. Por quê? Conheço Dr. Gercino praticamente desde a criação da Ouvidoria. Encontramo-nos em diversas regiões do Estado e já tive oportunidade de trabalhar em todas as regiões de tensão no Estado e vejo a incansável luta do Dr. Gercino em levar conformação e buscar soluções para as demandas no campo. No Estado do Pará, tem sido uma pessoa presente o tempo todo, discutindo com o Estado medidas de atuação que possam trazer o controle porque entendemos muito bem que a solução do problema não está na pessoa do Dr. Gercino, assim como não está na Polícia Judiciária do Estado do Pará, assim como também não está no próprio Estado do Pará. O entendimento que temos, na realidade, é esse.

Não viemos com a intenção de contestar dados, contestar números até porque, como o próprio Padre Dirceu nos colocou, os dados têm suas fontes diversas, são filtradas, não são filtradas, mas creio que os dados demonstrados pela Ouvidoria Agrária Nacional demonstram muito bem a evolução desse processo, o trabalho que vem sendo feito no sentido de controlar essa demanda. Por que eu chamo de controlar a demanda? Porque não tenho, ao longo do tempo, observado ações que efetivamente busquem solucionar o problema.

As medidas que são adotadas pelos entes que participam desse processo têm sido fundamentalmente no sentido de controle, e, nesse aspecto – o Dr. Gercino disse muito bem –, o Estado do Pará tem buscado, ao longo do tempo, avançar no sentido daquilo que é de sua competência, criar condições para que a tensão no campo diminua. Eliminar – volto a dizer – não está na esfera simplesmente do Estado do Pará, por quê? Nós criamos, para atender às demandas, várias agrárias... O Ministério Público tem seus representantes especializados no atendimento à demanda: a Ouvidoria Agrária. A Polícia Judiciária do Estado também se aparelhou nesse sentido. Nós temos hoje três Delegacias de Conflitos Agrários, que dividem a competência em relação ao Estado. Nós temos em via de criação... Estamos agora formatando um novo concurso público já prevendo uma situação que pode ser criada de tensão na região do Xingu – não é, Dr. Gencino? –, porque é uma nova fronteira. Com o crescimento da população naquela região, naturalmente haverá uma acentuação da tensão por disputa pelo espaço, pelas terras que nós temos naquela região.

Então, vejam que nós temos buscado dar solução à nossa problemática. O Governo, e não digo o Governo, digo o Estado do Pará tem sucessivamente trabalhado no sentido de alcançar essas soluções.

Agora, de que forma você pode imaginar que vai solucionar um problema como Estado, como ente federado, quando grande parte da solução dessa demanda não reside na sua competência? Mais do que resposta o que o Estado traz para esta reunião são questionamentos, são indagações. Se forem respondidas, eu tenho certeza de que nós teremos a solução.

Muito se falou da boa, aliás, normalmente má atuação da Polícia Judiciária, que é a instituição à qual eu pertenço, da qual eu faço parte há muitos anos.

Todo o território brasileiro, ao longo do tempo, vem passando por um processo de estruturação. Nós inauguramos o Estado de Direito em 1988. E todas as instituições, ao longo do tempo, têm buscado aperfeiçoar-se, aparelhar-se, e os territórios, especificamente, buscam a ocupação mediante a presença do Estado. E o Estado do Pará não está distante disso. Nós temos um território vasto, um território de movimentação diversa. Você tem várias formas de locomoção – às vezes única – para chegar a determinadas partes do Estado. O que faz do Estado do Pará, assim como dos Estados que compõem a região Norte, por assim dizer, são peculiaridades em si, cada um dentro da sua característica. E me preocupa muito, na realidade, a estigmatização do Estado. O Estado parece que é um mundo sem lei, uma fronteira sem controle, e quem vive lá sabe muito bem que não é verdade.

Eu vou retratar só alguns pontos, porque a gente fala muito em ameaças, em homicídios. Ora, o Prefeito de São Paulo – salvo engano, de São Bernardo do Campo, que inclusive era do Partido dos Trabalhadores – foi ameaçado e assassinado lá. Quantas e quantas pessoas dentro do meio urbano não têm sido mortas, vítimas da violência de forma geral, por tensões urbanas, etc, etc? Nós temos toda a preocupação em trazer soluções para as nossas demandas naturalmente.

Agora a grande questão está no seguinte: o que efetivamente cabe ao Estado do Pará fazer para resolver o problema? O que, de fato, o Estado do Pará não fez ao longo do tempo? Falaram em registro. Colocaram situações que eu considero até esdrúxulas, porque o Procurador, Dr. José Elaeres, mencionou um fato ocorrido no Município de Anapu, onde a Polícia Militar apuraria precariamente. A Polícia Militar não apura nada no Estado do Pará. Não apura e nunca apurou, não faz inquérito. Nos espaços onde nós não tínhamos historicamente uma delegacia de polícia, o Município mais próximo, como diz o Código de Processo Penal, socorre, vai lá e atua como Polícia judiciária. Há um deslocamento de um espaço para o outro. Se isso levou ao esclarecimento ou não do fato, isso é decorrência daquilo que se apura, mas daí dizer que há essa distorção na estrutura de polícia no Estado, na estrutura de segurança, ela não existe. Onde há, há; onde não há, nós fazemos a migração do efetivo para aquela região.

Então, é necessário que a gente compreenda efetivamente aquilo que se está falando. Falar do Estado do Pará sem conhecer o Estado do Pará, sem atuar nas regiões do Estado do Pará onde existe a tensão, lendo pelo jornal, assistindo pela televisão... Todo mundo sabe – e aprendemos isso nas primeiras oportunidades que temos – que a notícia que é passada pelos meios de comunicação pode guardar algum fundo de verdade, pode ser uma verdade real, fática, e pode não guardar nenhuma e ser notícia simplesmente e não verdade apurada.

Temos que ter muita cautela em relação a isso, por conta desta preocupação: estigmatizar efetivamente um Estado. Nós temos, ao longo do tempo, buscado corrigir essas dificuldades e temos, efetivamente, trabalhado as soluções dessas demandas. Os crimes que têm ocorrido no Estado do Pará na última década, que podemos mensurar mais facilmente, quando se passou a se construir esse processo de maior controle, todos eles têm registros, todos eles têm instauração de procedimento policial. Em muitos deles, naturalmente, não se chegou à autoria, porque existe uma dificuldade latente quando se trabalha a investigação na zona rural. Muitas vezes, você só tem o autor e a vítima no espaço. Construir a apuração e a elucidação de um fato dessa natureza, temos que entender, é difícil realmente.

Outra peculiaridade que temos no Estado, quando se fala em números, é mensurar aquilo que ocorre na zona rural do Estado, associado a conflito ou a tensão, envolvendo a luta pela terra, ou envolvendo o trabalhador rural e outros interesses. Naturalmente, em todo espaço de tensão, existem conflitos de naturezas diversas. E a maioria absoluta dos crimes ocorridos na zona rural do Estado envolve algum tipo de conflito, sim, mas não o conflito relacionado a tensão, a disputa pela posse da terra. Muitas vezes, até é sim, mas entre os próprios ocupantes dos espaços, entre os próprios trabalhadores rurais. Essa também é uma característica ali na região.

Mas vejam bem: não significa dizer que lá não existe isso, porque é inegável que existem eventos que envolvem essa correlação, essa tensão entre forças diversas. Mas, em todos eles, nós temos buscado, pontualmente, dar uma resposta.

Em relação, por exemplo, à morte do casal, eu particularmente estive, antes de vir para cá, à frente das investigações do primeiro momento. Na ocasião em que fui chamado pelo secretário para estar presente no Município de Nova Ipixuna, eu estava em Canaã dos Carajás. Eu me desloquei, à noite ainda, para lá e lá permaneci até domingo, quando fui chamado por ele para me fazer presente nesse evento. E a gente que trabalha com investigação acaba conhecendo os meandros de tudo. Eu conheço toda aquela relação existente ali na área de Nova Ipixuna desde 2001, quando houve de fato aquele foco de tensão maior envolvendo as pessoas que detinham a posse ali e os trabalhadores rurais. Acompanhei todo esse processo do início ao fim. Então, vejam que há, sim, uma vigilância. Além da vigilância, há também a atuação de outros órgãos que, normalmente, nos provocam, e a gente busca dar uma resposta a todas as situações. No Estado hoje, para tudo aquilo que de alguma forma é noticiado, nós buscamos dar uma solução. O mais recente fato trazido pela mídia – e nós tomamos conhecimento através dela –, de que pessoas lá do assentamento Praialta Piranheira estariam sendo alvos de ameaça. Imediatamente, mesmo sem termos sido procurados por ninguém, instauramos procedimentos, buscamos essas pessoas, ouvimos essas pessoas, analisamos o que estava ocorrendo. Então, há toda uma preocupação por parte do Estado, sim. O Estado de forma alguma tem sido negligente nesse sentido.

Agora, é importante que todos avaliem o que causa essa tensão toda no campo e a atuação de

cada instituição, de cada órgão, de cada Poder, dentro desse processo.

Vamos tentar analisar por que – e o Dirceu, aliás, o Wiliam acabou mencionando há pouco, que as causas estão relacionadas à falta de assistência, à falta de acompanhamento – mas por que 90% – vou colocar dessa forma – das áreas desapropriadas já estão em mãos de terceiros. Por que o trabalhador não foi mantido, não foi assistido dentro daquele espaço? Porque a gente só tem a movimentação dos pontos de tensão; você sai de um ponto e vai para um outro, porque o trabalhador que estava na área desapropriada aqui, por questões de necessidade ou por qualquer outra razão, ele se desfaz daquele espaço, ele passa a tensionar uma outra área. Há um processo migratório constante ali.

Então, a gente tem que discutir, como bem disse o Wiliam, esse modelo que está aí, esse modelo de reforma agrária, a forma como o processo está sendo feito, porque, de fato, você acaba gerando situações de constante tensão. E, dentro dessa tensão, acabam ocorrendo eventos dessa natureza, quer seja envolvendo partes conflitantes propriamente ditas, quando você tem o detentor da posse rural, o latifundiário, como chamam, e o trabalhador rural, quer seja o processo interno que se cria ali na disputa pelas presidências de associações, das entidades representativas lá.

Ontem mesmo, para que vocês tomem conhecimento, tivemos que desarmar dois grupos. Tivemos que fazer uma incursão – nosso pessoal da Delegacia de Conflitos Agrários, junto com o pessoal da Força Nacional que estava lá –, tivemos que ir para um ponto de tensão envolvendo dois grupos: um grupo que ocupava a área do acampamento do km 21 – viu, Dr. Gercino? – e outro grupo da Geran, armados. Pistolas foram apreendidas, munição apreendida, e eram dois grupos ali que iriam se enfrentar. Também com uma situação de violência anunciada, mas internamente. Como não se vão produzir resultados negativos? Como não vai haver baixas nesse contexto todo? Não há como você controlar.

Assim, ou se resolve de fato a questão fundiária daquele região, já que estou falando pelo Estado do Pará – e resolver isso significa discutir com seriedade, discutir com a vontade de resolver efetivamente, fazendo com que todas os atores atuem efetivamente com a vontade de resolver a questão –, ou não se resolve. E, já fazendo críticas, por exemplo, como é que você vai fazer isso quando o próprio órgão responsável pela coordenação de tudo isso – e falo porque acompanho as audiências públicas – é o alvo de maior crítica em todas as audiência públicas feitas? Não é a Polícia do Estado, não é a atuação do Estado. É o próprio Incra. Em todas as audiências públicas, 99% das reclamações são direcionadas ao Incra. O trabalhador rural reclama do Incra!

Então, por que o Estado foi colocado nessa condição? Por que o Estado tem que permanecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais cinco minutos para concluir.

O SR. SÍLVIO CÉZAR MAUÉS BATISTA – Então, a gente tem que fazer realmente esse debate, Sr. Presidente, é extremamente oportuno que se faça, mas penso que a solução parte da seriedade do tratamento dessa questão como verdade mesmo, como a busca de uma verdade, para que se possa trazer uma solução. Criticar é muito fácil. É fácil você simplesmente transferir a responsabilidade para terceiros e dizer que um falha, que outro falha. A ideia é que se corrija de fato, que se busque efetivamente a solução, porque, se não, vamos continuar tendo mortes no campo, assim como temos na cidade, porque a gente não consegue resolver os problemas da cidade também.

Então, vamos discutir isso com a seriedade necessária.

Sei que existem muitas pessoas dentro desse processo que são extremamente compromissadas, tanto com ideais, quanto com a solução dos problemas, mas, para que isso de fato aconteça, é preciso que se trabalhe com a verdade necessária. Que não se trabalhe essa questão sob o ponto de vista do discurso, porque é muito fácil dizer "eu tenho uma visão político-partidária desta forma", "eu defendo desta maneira", "eu tenho este discurso", "dentro de uma linha dos movimentos sociais, eu discuto de outra maneira", e cada um só busca atingir o ideal do seu discurso, a concretização do seu discurso, mas a solução do problema, que de fato todos deveríamos buscar, é que fica difícil.

O Padre Dirceu fez uma fala bem pontual em relação a essas questões.

É necessário que se encontre solução, realmente; e se para isso for discutir o modelo de reforma agrária, vamos discutir. Se a questão for a atuação dos entes envolvidos, dos órgãos envolvidos, vamos discutir. Agora, não vamos somente discutir. Discutir é encontrar solução. O que é difícil é você fazer parte de uma estrutura e pertencer a um Estado... E eu falo não somente como agente público, mas, fundamentalmente, como cidadão paraense, porque você se sente estigmatizado, parece terra de ninguém. E não é. O problema é que acaba, em alguns pontos, sendo terra de todo mundo; e onde é terra de todo mundo há conflito. Quem tem que pacificar isso é a polícia judiciária do Estado? O Estado, simplesmente? Claro que não é. Então, vamos falar isso com verdade, vamos encontrar soluções com verdade. Aí, sim, dizer o que cabe ao

Estado do Pará, e o Estado do Pará está pronto para assumir aquele seu papel. Porque ninguém quer ver um semelhante sendo morto, não se admite isso. E ninguém negligencia, eu posso lhe dizer. Tudo o que chega ao nosso conhecimento é apurado.

O Dr. Gercino, às vezes, nos traz informações que a gente até desconhece, porque para que o Estado faça o controle é necessário que, de alguma forma, algo tenha passado pelo espaço de controle fático, de controle oficial. Como é que você vai apurar um fato se não tomou conhecimento. Não precisa ter havido registro de ocorrência, mas tem que ter tomado conhecimento para que se instaure. Ah, saiu na mídia. Ninguém foi lá registrar, mas nós mandamos buscar, registramos, instauramos procedimento. Não é pela repercussão, mas já é uma prática. No Estado do Pará, qualquer morte que chegue ao conhecimento, nós temos 24 horas para instaurar o inquérito policial. Se o inquérito não foi instaurado por negligência do servidor, o servidor vai responder administrativamente. Se ficar caracterizada uma negligência com outra característica, criminalmente também. Nós temos um sistema integrado no Estado. Diferentemente da maioria dos Estados da Federação, toda e qualquer ocorrência feita em qualquer lugar do Estado, ela é acessível para o Estado todo; nós temos como controlar isso. Então, a gente busca fazer o dever de casa. Agora, é duro tomar nas costas, como eu digo, a culpa, a responsabilidade daquilo que não é só teu. Ninguém nega a necessidade de que nós temos de melhorar ainda mais, mas nós estamos caminhando para isso, com bem disse o Dr. Gercino, que é a testemunha disso há mais de uma década, vem acompanhando todo esse processo.

Então, Senador, a princípio seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Delegado Sílvio César Maués Batista, Diretor de Polícia do Interior, mas está aqui representando o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, Sr. Luiz Fernandes Rocha.

Então, neste momento, conforme havíamos anunciado, a Senadora Marinor Brito, que é signatária do documento que provocou esta audiência pública, junto comigo, está com a palavra.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas. É uma honra recebê-los aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, atendendo ao nosso convite para fazermos esse debate.

Eu queria fazer uma saudação especial a todos os lutadores dos direitos humanos, aqui em nome do William Matias, que é um exemplo da nova geração que tem feito resistência e tem se colocado na frente das balas, colocando a sua vida e da sua família em risco em nome de uma luta e de uma causa que entendemos como justa e que deveria ser respeitada e deveria ter o amparo, a proteção e assegurados os seus direitos pelo Estado. Então, quero dizer da honra em recebê-lo aqui, William.

Assim como o Delegado Sílvio, eu sou paraense. Sou paraense e tenho tanto orgulho de ser paraense quanto ele. Amo a minha terra e passei a semana inteira no Estado em uma área de fogo, enfrentando o sentimento de abandono que está levando uma parcela do povo do Pará, estimulada pelos representantes do agronegócio, das mineradoras, a querer dividir o nosso Estado.

Então, eu sou daquelas que vai para a linha de frente. Não faço críticas apenas. Eu ajudo a construir e a consolidar a visão de mundo em que acredito: um mundo de justiça, de liberdade, que não pode ser pensado, excluindo-se socialmente uma parcela importante do povo brasileiro, e que, na nossa região, são os lutadores pela Reforma Agrária, que são os lutadores pela manutenção das florestas, que são os lutadores que defendem a nossa biodiversidade, que defendem a harmonização da natureza com o desenvolvimento sob uma perspectiva humanizante.

Eu queria aqui dizer a vocês que fiz questão de incluir na lista – fui eu que incluí – o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, para que ele pudesse estar aqui, neste momento, debatendo conosco e para que os integrantes dessa rede, que deveria ser uma rede de proteção (o representante do Estado e da sociedade civil), pudessem ter uma leitura de como se comporta e funciona parte do nosso sistema de justiça. O Tribunal de Justiça do Estado também foi convidado. E, felizmente, mandou um representante.

Talvez com uma posição bem diferente do Delegado Sílvio, eu prefiro dizer alto e bom som, para que o mundo inteiro ouça, que o meu Estado é campeão de trabalho escravo, é campeão de mortes no campo e de impunidade, é campeão de rotas de tráfico humano, que tem os menores índices educacionais. Eu prefiro assumir essa realidade, abrir a boca e dizer que isso precisa mudar. Que o Estado rico, como o Pará, não pode continuar sendo anunciado, pelos meios de comunicação, pelo massacre de Eldorado de Carajás, pela morte da Irmã Dorothy; pela morte de muitos trabalhadores e trabalhadoras que, ou são do Pará, o migram para lá em busca de dias melhores.

Prefiro anunciar e dizer que tem solução e que a solução ao Estado Brasileiro, aos governos que se têm sucedido, nessas últimas duas décadas, tanto do Governo Federal, quando do Governo Estadual, do PSDB e do PT, não deve estar apenas somando ou tentando desempatar o número de mortes. Se as estatísticas de morte são mais de 200, ou mais de 300,

quinhentos e não sei quantos; se há impunidade, se há processos que não estão julgados... Esse não é o debate para garantir o enfrentamento dos problemas. Não é! Não é! Porque, nas duas últimas décadas, os dois governos que se têm sucedido na União e no meu Estado, dos mesmos partidos, têm feito esse debate, acusando um ao outro, na disputa eleitoral, mas tendo a mesma prática.

E a prática é: de apoio aos projetos de desenvolvimento que não garantem o direito do povo na região. O projeto de desenvolvimento, como foi dito aqui, não pensa o direito a terra para o povo da região.

O nosso Padre Dirceu aqui apontou um dado muito importante: fez uma referência ao debate do Código Florestal com as mortes. Como não relacionar isso? Como não relacionar isso se essas mortes estão anunciadas pelos madeireiros, se essas pessoas estão na lista de morte dos madeireiros? Como não anunciar isso se exatamente no dia da votação do Código Florestal os nossos dois companheiros tombaram lá? Não reconhecer isso é ter lado. E o Estado tem ficado ao lado dos madeireiros.

O Município de Altamira, no Pará, onde está sendo construída a Usina de Belo Monte, foi campeão de desmatamento na Amazônia neste mês de maio, Senador Paim. Eu fiz diligência a Altamira, eu fiz audiência pública com V. Exª aqui, trouxemos as populações indígenas, trouxemos os quilombolas, os ribeirinhos, trouxemos os pescadores aqui, e o Governo e a sua base aliada, em grande parte, continuam dizendo que naquela região vai ter desenvolvimento para o povo, continua omitindo nos relatórios oficiais que os indígenas não serão prejudicados com a hidrelétrica de Tucuruí. Por que será que o desmatamento nessa região, onde se desmatou quase 22km² em torno da hidrelétrica, chegou a esses patamares? É porque está sendo pensado o desenvolvimento? É porque está sendo pensada a proteção da floresta? É porque está sendo pensada a proteção do povo daquela região?

E, em segundo lugar na lista de desmatadores do mês de maio, na região que também abriga as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, está o Município de Porto Velho. E aí não tem relação uma coisa com a outra? O modelo de desenvolvimento é o modelo que interessa para enfrentar a violência no campo, para enfrentar o processo de exclusão social, a vulnerabilidade social por que o povo daquelas regiões passa? Esse modelo de desenvolvimento serve a quem afinal?

E, aí, Delegado, me desculpe, não se trata aqui de querer responsabilizar exclusivamente os sucessivos governos do Estado, mas não se pode deixar de fazer uma leitura da realidade, não se pode omitir os dados, não se pode omitir as dificuldades que há. Ou a Secretaria de Segurança do Estado tem estrutura para fazer acompanhamento dessa lista de pessoas anunciadas para morrer? Ou o Governo Federal, mesmo quando manda a Força Nacional... E eu fiz o meu papel de Senadora quando completou um ano da morte da Irmã Dorothy. Estive em Anapu com o Ministro da Justiça; fui lá pedir o envio para a região das tropas da Força Nacional, o que já havia sido pedido pelo Ministério Público Federal, cujos Promotores estão sendo criminalizados pelo Estado, pelo Governo brasileiro porque defendem os interesses do povo da região.

Assim como a gente tem que lamentar, tem que denunciar a estrutura da Justiça brasileira. Somem os dados, e qualquer um dos dados que qualquer uma das entidades traga aqui seria suficiente para envergonhar a justiça do nosso Estado e do nosso País. São informações que precisam sair do Brasil, ir para os organismos internacionais, serem discutidos e debatidos nos espaços onde se pode denunciar que os tratados internacionais não estão sendo cumpridos aqui em nosso País – os tratados sobre direitos humanos.

Mas punir pela segunda vez, criminalizar pela segunda vez um companheiro lutador pela causa dos direitos humanos porque, em 1999, estava na sede do Incra intermediando, tentando intermediar uma negociação entre trabalhadores rurais e o Incra, um companheiro com a história do José Batista Afonso, sofrer uma derrota na justiça brasileira? Ele que foi agora - como aqui já foi feito referência pelo nosso querido padre - ele que foi agora julgado pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal, aqui em Brasília, da 1ª Região, e que foi mais uma vez condenado. Muito rápido muito célere o processo que julga os crimes que não são crimes, a perseguição que os governos sucessivos e que o Estado brasileiro tem feito contra os que lutam, contra os que resistem. Nós podemos ter duzentos, trezentos, quatrocentos, quinhentos, sei lá quantos crimes sem serem julgados. Nós podemos ter mortes que tiveram repercussão internacional sem um único bandido na cadeia, quando vai o mandante não vai, quando consegue botar um mandante não vai, quando consegue botar no outro dia está solto. Tem fragilidade na legislação? Tem. Nós temos que enfrentar isso, nós temos que enfrentar e estou assumindo a responsabilidade nesses poucos meses de mandato que estou aqui, eu estou aqui a pouco tempo. Talvez até nem fique, porque talvez outros criminosos venham assumir o meu lugar aqui, daqui a pouco tempo. Daqui a pouco tempo pode ter um criminoso sentado aqui. Mas não vai estar aqui Senador Paim, porque não vai estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, vai

estar negociando pelos corredores, vai negociando o aumento do seu patrimônio pelos corredores.

Então eu queria, eu falo com emoção e falo também com sentimento Dr. Silvio, de desabafo, de desabafo de alguém que nunca abaixou a cabeça, de alguém que migrou de uma cidade do interior do Pará para a capital, com uma mãe com 8 filhos e atrás de uma máquina de costura e, que conseguiu não ser prostituta, e que conseguiu não ser violentada sexualmente, levada pelas redes de tráfico humano que são muitas no Estado do Pará, que são muitas nesse país e que não tem fiscalização da Polícia Federal, não tem estrutura nas Secretarias de Segurança Pública para dar retaguarda. O tráfico de pessoas, de crianças e adolescentes, especialmente na Amazônia sai como sai uma carga, uma mercadoria qualquer. E sabe quem são essas crianças que sai, esses adolescentes? São as filhas do povo dos nossos interiores, dos filhos dos trabalhadores, dos filhos dos pequenos agricultores, dos trabalhadores rurais sem terra. São essas que migram, inclusive, para servir como – simbolicamente nós conseguimos punir um caso de pedofilia no Estado do Pará, 21 anos de cadeia de um ex-deputado, médico que levou a criança com 9 anos de idade para a sua casa e colocou um aparelho na vagina para alargar a vagina da criança e se serviu da criança durante vários anos, de 9 a 13 anos, até que ela conseguiu se libertar de lá.

São filhas do Pará, são as filhas dos que migram para o Pará também. Então eu falo com este sentimento de paraense, este sentimento de uma mulher, uma cidadã que conseguiu se contrapor por sorte dos caminhos que a minha mãe trilhou. Que como o pai dele a minha mãe também dizia: o seu emprego, o seu marido é o trabalho, é o estudo. Se dedique a estudar. E eu consegui sentando em vários bancos de escola público com todas as dificuldades sobreviver a esse massacre das políticas sucessivas que tem se imposto – que sido impostas ao povo paraense.

E aqui, em nome do companheiro José Batista Afonso, declarar aqui a minha mais profunda indignação com a Justiça brasileira por ver um cidadão de bem, lutador, que defende o direito da classe trabalhadora ter sido punido. Mesmo que não vá para cadeia, ou que vá, que o crime já tenha prescrito ou coisa do tipo, mas o fato de ser condenado, como está aqui escondida a Joel, como está lá em Belém, na capital... Não precisa ir para o interior. A irmã Henriqueta sendo ameaçada de morte, como estão todos os bispos daquela região que se aliam à luta pelos direitos humanos, que se colocam à disposição das lutas, como estão milhares e milhares de homens e mulheres daquela região.

Senador Paim, eu tenho uma avaliação crítica e lamento dizer que o Governo Lula tanto quanto o Governo Fernando Henrique fracassaram na política de Reforma Agrária. Fracassaram porque não deram passos estruturais, por mais que a gente tenha que reconhecer alguns avanços no sentido de enfrentar, fazer uma mudança estrutural para que os direitos humanos sejam assegurados neste País. Mas os 50% do orçamento da União continuam sendo direcionados para a dívida pública. E a política é essa. E aqui o Congresso Nacional não votou a favor do Código Florestal a troco de nada. Votou a favor dos acordos políticos eleitorais que trazem os Deputados e os Senadores para cá. Espero que aqui, Senador Paim, possamos reverter a situação. Vamos brigar muito.

Sabe V. Exª que contraditoriamente ao desejo de muitos de vocês, de pessoas comprometidas com a luta do povo sabem que esses acordos espúrios estão acontecendo nos corredores da Câmara e do Senado para continuar favorecendo aos interesses das elites, dos latifundiários, dos representantes do agro- negócio, dos grandes empreendedores das mineradoras que tomam conta dos grandes projetos de desenvolvimento, entre aspas, do País, e que lucram muito com isso por meio da opressão, da fome, da miséria, do medo que o povo tem de denunciar à polícia. Por isso, só denunciam o Incra, porque uma parte da estrutura do Estado brasileiro, dos órgãos, dos servidores públicos na nossa região e neste País estão ao lado dos criminosos, lamentavelmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Estas foram as palavras da Senadora Marinor Brito, uma das que assinou o documento para que esta Comissão realizasse essa audiência pública.

Passamos a palavra ao representante da OAB, Dr. Jaime Asfora, por 10 minutos.

Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JAIME ASFORA – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direito Humanos no Senado, em nome de quem quero parabenizar a Comissão pela realização tão oportuna dessa audiência pública.

Quero também cumprimentar os Senadores na figura elogiável e admirável da Senadora Marinor Brito que acabou de expor com tanta emoção e propriedade, de maneira tão densa do ponto de vista histórico e cultural de quem conhece a realidade do Pará.

Venho aqui, e já viria porque ocupo, com muita honra, o cargo de Presidente da Comissão de Direito Humanos da OAB federal, mas venho por uma recomendação expressa do Presidente Ophir, que é paraense também. O Presidente Ophir me pediu para vir, embora ele mesmo gostaria de vir, dada a magnitude do problema e também do fato de muitos desses gra-

ves resultados acontecerem no Pará. Mas ele está no exterior, eu viria com ele, mas estou representando-o aqui também.

Quero cumprimentar os demais membros da Mesa e os demais palestrantes na pessoa do meu colega Antônio Sérgio Escrivão Filho, que delineou o problema para mim muito bem, contextualizando essa questão que, para nós da OAB Federal e da Comissão de Direitos Humanos é muito relevante, a partir de quatro níveis: o nível de proteção aos defensores de direitos humanos e de proteção, diria mais, a todos os que lutam pelos direitos humanos na região, não os defensores no sentido estrito; o nível de impunidade e o nível das causas, do problema, que, como ele mesmo disse, é remetido por todos.

Aqui também ouvi todos falando que as causas mediatas e imediatas se remetem, na verdade, à questão da falta de reforma agrária e de regularização fundiária, que, por sua vez, se remete ao modelo de desenvolvimento ou ao modelo econômico que o Estado brasileiro quer para o País, como bem disse o padre... Eu também achava que ele fosse bispo. Não sei se o correto é padre ou bispo, me desculpe, mas como vi na placa escrito "padre", o nosso representante da CPT, Dirceu Fumagalli. Estou querendo ser o mais preciso possível.

Bem, quero me reportar aqui, Senador Paulo Paim, porque acho que é aí que a OAB pode atuar melhor, à questão da impunidade. Eu acho sinceramente que a questão da impunidade como, de resto, todas as violências, é o grande motor, é o grande combustível. Se não houvesse impunidade, se houvesse uma justiça rápida, isonômica, uma justiça que olhasse do mesmo jeito os grandes proprietários de terra e os índios quilombolas, uma justiça que olhasse da mesma maneira as pessoas pobres e as pessoas ricas, com certeza, a gente não teria grande parte desse problema aqui.

Então, para nós, é muito importante que haja essa cobrança e esse olhar mais firme do CNJ inclusive. Eu acho que um dos focos para o qual deve ser direcionada a nossa atenção, a nossa energia, eu já me propus até com o Dr. Antônio Sérgio Escrivão Filho a fazermos um trabalho para embasarmos uma ação nesse sentido, é o CNJ cobrar uma ação correcional em cima desses processos que não andam. Cobrar do CNJ punições aos juízes que fazem com que esses processos fiquem parados, que produzem até em outros processos, mas que não têm meta de produtividade alcançadas nesses processos. Temos um dado na Comissão de Direitos Humanos da OAB Federal, trazido por nossa membro paraense Mary Cohen, em que há 66 processos hoje de assassinatos no campo, no Pará, sem solução. Mas o Antônio trouxe um dado, que são 450 processos no Brasil todo. É um dado mais alarmante ainda! Quatrocentos e cinquenta processos onde os crimes podem estar prescritos ou prescrever sem solução.

Então é preciso que o CNJ reedite com toda a energia possível, toda a força, um mutirão – que, na atual gestão, não tem tido a mesma força, a mesma eficácia, o mesmo trabalho como resultado – para julgar os casos de violência no campo. É uma das ações. É preciso que o CNJ tenha o sistema carcerário e o problema carcerário como um norte, como uma diretriz, mas também volte a ter, como uma diretriz, como uma prioridade, essa questão da violência no campo. E aí é que entra essa nossa preocupação mais específica.

Não vou falar aqui sobre as causas, porque já foi muito bem delineado pelos que me antecederam, a Senadora Marinor, o Padre Dirceu Fumagalli, o William, da Contag, já falaram bem qual o modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro pratica há anos, há décadas, não é de hoje, a falta de modelo, de reforma agrária, quais as ausências de regularização fundiária.

Eu gostei muito quando o Padre Dirceu Fumagalli disse que uma coisa que demonstraria um modelo diferente de alternativa de desenvolvimento era começar realmente a se fazer regularização fundiária, que é um problema nacional. Falta regularização fundiária inclusive nas capitais. Recife, por exemplo, de onde eu sou, só tem 2% das áreas periféricas regulares fundiariamente. Quer dizer, só tem uma entidade, o Centro Dom Hélder Câmara, que trabalha com usucapião coletivo etc. Então, vai demorar muito tempo para essa área ser regularizada. E por que não começar as regularizações fundiárias pelas terras dos quilombolas e dos índios? Mas isso são coisas que remontam as causas, e eu pretendo focar mais no que a OAB pode fazer.

E a OAB quer ser uma parceira desta Comissão e uma parceira dos movimentos sociais, até porque ela faz parte dos movimentos sociais nessa luta, no que diz respeito ao plano, ao nível da impunidade. Claro que o nível de proteção é importante e, obviamente, houve avanços. E é importante também – a gente traz aqui a palavra da OAB cobrando – que seja finalmente transformado em lei o projeto de lei. Ele está tramitando como projeto de lei que estabelece melhor as normas para o programa nacional de proteção às testemunhas. E também essa proposta é muito importante, muito oportuna, que a partir de agora também é da OAB, de haver programas estaduais de proteção aos defensores dos direitos humanos. Por que ficar isso concentrado em Brasília? Por que ficar isso concentrado, num Estado continental como é o Estado brasileiro, de dimensões continentais, ficar circunstanciado apenas a Brasília? Então, eu me coloco à disposição não só da organi-

zação Terra de Direitos, mas de todos os movimentos sociais, como a OAB, para que a gente possa trabalhar junto às OABs estaduais, seccionais. Fui presidente da OAB de Pernambuco e senti a ausência de um programa estadual de proteção aos defensores de direitos humanos. Acho que está na hora de recrudescermos essa luta, para que sejam criados programas estaduais a partir de leis estaduais, e os Estados teriam competência para ditar lei nesse sentido.

Isso tudo é muito grave para a OAB. Ontem saiu uma matéria do jornal *O Globo* dizendo que 58% das cidades brasileiras não têm defensores públicos. Então, quer dizer, ainda é mais grave quando vemos que as pessoas que são vítimas de violência no campo, no mais das vezes pobres, muito pobres, têm que se socorrer das poucas organizações que existem, como a Terra de Direitos, enfim, de outras, porque não há defensores públicos. Ou seja, 58% das cidades brasileiras não têm defensor público. Em Pernambuco mesmo, são dezenas de cidades sem defensor público. Uma cidade onde não há um defensor público sequer e, se houvesse, não resolveria suficientemente. Mas esse é um dado relevante para nós da OAB, e essa é outra causa que nos entusiasma muito. Há Estados, inclusive, sem defensoria pública, como o Estado de Santa Catarina, por exemplo, onde não há sequer uma lei instituindo o organismo defensoria pública.

Há a questão também que deve ser levada ao CNJ, para que seja cumprida mesmo essa determinação. Eu não sei se há uma lei, como há no caso da lei do idoso, estabelecendo prioridade para esses processos. Mas, se não houver, por que não pensarmos nisso ou por que não cobrarmos do CNJ uma recomendação mais firme nesse sentido, ou renovação de recomendação para que isso aconteça? Então, eu acho que uma medida concreta, Senador, que pode sair daqui é irmos juntos, depois de elaborado o documento, ao CNJ cobrar um olhar correcional mais firme em relação às poucas produtividades, digamos assim, ou a leniência ou a falta de compromisso de alguns magistrados com esses processos. E também, claro, ir ao CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público –, quando for constatado que há também leniência, que há também falta de compromisso de membros do Ministério Público. E eu tenho muito respeito pelo Ministério Público, como também tenho pelo Judiciário. Faço questão de dizer que fui membro do Ministério Público no começo de minha carreira, fui promotor de Justiça. Então, aqui não vai nenhuma crítica ao Ministério Público. Pelo contrário, se estamos mal no Brasil hoje, estaríamos muito pior sem o Ministério Público, na minha opinião. O Ministério Público, a imprensa livre, o Congresso livre são as coisas que nos salvam. As ONGs e os movimentos sociais que não se deixam cooptar, como é o caso da OAB e de tantos que aqui estão, como a CPT, da CNBB, é isso ainda que oxigena a nossa democracia e faz com que nós possamos ter vozes ou porta-vozes que nos deem esperanças de termos um mundo com mais paz e justiça.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, dizendo que nós, da Comissão de Direito Humanos da OAB, estamos muito preocupados com isso. Quero mais uma vez elogiar um documento fundamental, essencial para balizar essa luta e para nos guiar e que deveria ser mais bem observado pelo Ministério da Justiça, pela Presidência da República e pelos Governadores dos Estados que é o relatório Conflitos no campo no Brasil, editado há 26 anos pela CPT. Eu estava lendo a última edição e encontramos nesse relatório um dado estarrecedor que todos nós estamos falando sobre ele, aqui, mas é preciso que se fale mais. E basicamente, a tentativa, hoje, é não deixar essa voz morrer. Essa capacidade de resistência nossa minguar, porque os problemas infelizmente não vão se resolver ao final dessa audiência, mas ela é oportuna como porta-voz desse problema. Nós tivemos 1885 pessoas ameaçados pelo menos uma vez, 207 mais de uma vez. Dentre essas, 42 pessoas foram assassinadas, vejam que número grave, e 30 delas objeto de tentativa de assassinato. Além de 401 pessoas assassinadas no total, no Brasil de 2000 a 2010. É preciso que essa Comissão esteja como está sob a presidência lúcida e alerta do Senador Paulo Paim, permanentemente , porque naturalmente pode ser necessário uma nova audiência, uma nova manifestação e V. Exª é fundamental nesse sentido.

Parabenizo-lhe, mais uma vez, encerro e agradeço em nome da OAB a presença aqui e convite para participarmos dizendo, por último, que estaremos aqui quantas vezes formos convocados por V Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Jaime Asfora falou pela OAB e, nesse momento, pediu a palavra o Senador Cristovam e, depois, a Senadora Marinor dará uma contribuição ao debate.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Paim, estou assistindo na parte que pude por outras atividades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, só me permita porque me pediram, faz horas, para registrar e não o fiz. Quero registrar a presença da Apib, Articulação dos Povos Iindígenas no Brasil, está aqui a Rosane Kaingang.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu dizia, Senador Paim, que a parte que pude assistir, porque algumas outras atividades estão me tomando o tempo, me fazem sentir uma tristeza profunda em estar aqui e, ao mesmo tempo, por estar aqui. O respeito porque vejo que há uma Comissão, no Senado, liderada pelo senhor, que se preocupa com este assunto. Então sinto uma sensação de estar aqui diante de pessoas responsáveis como todos que falaram.

Mas uma tristeza de ver um País aos 123 anos da Abolição da Escravatura, 122 anos depois da República, 27 depois da redemocratização discutindo aqui um assunto de cabras marcados para morrer. É triste, profundamente triste estarmos aqui. O discurso da Senadora Marinor enche a gente de tristeza e de orgulho. Orgulho por ouvi-la falar e tristeza por saber que ela está refletindo uma realidade do meu País, do País de cada um de nós.

E aí vem a pergunta que talvez a melhor pessoa seja de fato o Presidente da OAB, o representante da OAB.

O Governo tem dito que é incapaz, a própria Ministra que é uma das figuras mais formidável desse Governo, Ministra Maria do Rosário, tenho por ela um carinho e um respeito muito grande. Ela reconheceu, com toda a franqueza, que não tem condições de proteger a todos. Isso é muito grave, também. Nós temos Polícia Federal, 27 polícias estaduais, temos polícias militares, polícias federais, Exército, Marinha, Aeronáutica e a gente não consegue proteger as pessoas, algumas das quais sabemos que morrerão de forma violenta, assassinadas. Há um risco muito grande que isso aconteça. E o Governo diz: não temos condições. Não é possível que, em um número tão grande de pessoas que usam armas a serviço do Estado, que têm a força a serviço do Estado, a gente não consiga protegê-las. Mas vamos supor que não tem.

Aí a minha pergunta, Senadora Marinor – e por isso que falo da OAB –: não tem maneira legal de a gente inverter o polo em que se trabalha? Já que não dá para proteger as vítimas, cuidar dos potenciais assassinos? Talvez a gente não saiba quem eles vão pagar, mas a gente tem ideia de quem tem interesse em cometer esses crimes. Não tem nenhuma maneira legal de nos anteciparmos? Eu nem digo prendê-los, mas colocá-los sob acompanhamento, dentro da legalidade, e não de maneira clandestina. Não há nenhuma maneira? Não falo em tirar a liberdade deles por causa de apenas suspeitas. A gente não está conseguindo tirar a liberdade nem dos que pagaram assassinatos que ocorreram quanto mais daqueles de quem apenas se desconfia! Mas não tem nenhuma maneira deles sentirem que, caso venha haver a morte de um desses, eles serão os primeiros suspeitos? De que nós estamos de olho neles? Isso é impossível dentro do marco da legalidade, dentro do marco dos direitos humanos deles, que se contrapõem aos direitos humanos do que são ameaçados? Essa é a pergunta que faço.

Se não somos capazes de proteger – o que acho um absurdo, pois, volto a insistir: tem Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, polícias militares, uma porção de forças por aí, as quais acho que deveríamos saber como usá-las todas e não apenas uma ou outra –, fica a pergunta: como é que fazemos a observação daqueles sobre os quais pesa a suspeita de virem a ser os mandantes nas diversas regiões?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou deixar que ele responda no momento das considerações finais.

Neste momento, passamos a palavra ao Luciano Brunet, Diretor Substituto de Obtenção de Terras do Incra (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária).

O SR. LUCIANO BRUNET – Bom dia, Senador Paulo Paim. Em seu nome cumprimento os demais Senadores e todos os representantes da Mesa. Queria agradecer as palavras da Senadora Marinor, porque tenho a impressão de que ela trouxe um pouco o debate para um eixo que acho que devemos tratar, ou seja, de que as responsabilidades de cada um nessa questão devem ser tratadas na sua inteireza. Então concordo com a senhora que talvez a razão de eu estar aqui seja o fato de que morei um ano em Parauapebas e dois anos e meio fui Superintendente do Incra em Santarém.

Quero aproveitar também para agradecer à Senadora a intervenção que ela fez em Anapu, na ocasião em que a nossa Superintendente esteve retida e que justamente motivou, mais adiante, a audiência pública promovida pelo Desembargador Gercino. Quero agradecer realmente aos esforços que ela fez para que a gente pudesse sair daquela situação.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Era a minha obrigação.

O SR. LUCIANO BRUNET – Muito obrigado. De qualquer maneira, uma das questões que realmente criam um ambiente para a violência, talvez uma das mais importantes seja o quadro fundiário do Estado do Pará. E, agregando ao que a senhora colocou – cada um com a sua responsabilidade –, é um quadro fundiário do qual o Incra não se furta da sua responsabilidade, o Incra e o Terra Legal, que são os dois programas do Governo federal em relação a isso e que dizem respeito às glebas federais que ainda estão por concluir o seu ordenamento fundiário, ou ainda, que já tiveram o seu ordenamento fundiário feito pelo Estado brasi-

leiro. Esse é o caso dos CATPs, na região de Anapu, que foi destinação de terras, que hoje o próprio Incra busca recuperar para fins de assentamento. São os Contratos de Alienação de Terras Públicas. E também uma grande parte do Estado do Pará, do Amazonas e de Rondônia, que não é federal, mas estadual. Entra aí, portanto, a responsabilidade dos institutos de terras estaduais, que é o caso do Iterpa, do Iteram e tudo mais. Nesses locais, nós também temos conflitos, violência e assassinatos.

Apenas para colocar o problema na sua real dimensão.

O segundo ponto, faço questão de ressaltar aqui que talvez uma das ações mais interessantes que o MDA realizou, e que, na verdade, está sendo encabeçada pelo Dr. Gercino, foi a criação da Ouvidoria Agrária Nacional, que, de fato, tem servido como uma espécie de lente que coloca o foco onde os conflitos realmente acontecem. É a nossa relação contraditória com a Ouvidoria: a Ouvidoria chega aos conflitos, assume uma série de compromissos e chama o Incra, para que nós possamos, pelo menos, trabalhar essas situações que estão mais evidentes.

Outra questão para qual eu ainda quero chamar a atenção é o trabalho do Governo brasileiro na Amazônia nos últimos tempos. Isso, Senadora Marinor, é importante ressaltar. O Incra trabalha com meta de assentamentos de famílias, o que é muito polêmico – essas metas, o que elas são e tal.

Na nossa concepção, o ato de assentar uma família não significa necessariamente levar uma pessoa para um assentamento. A maior parte dos assentamentos no Norte do País hoje, nos últimos cinco anos, a maior parte das famílias assentadas pelo Incra nos últimos cinco anos são, na verdade, reconhecimento de populações tradicionais que estão sendo territorializadas pelo Incra. Por exemplo, a Superintendência de Belém é a nossa campeã de metas de assentamento de famílias: uma média de 5 mil famílias por ano, 90% das famílias são assentadas no reconhecimento de território, principalmente nas ilhas, no seu entorno; na várzea do rio Amazonas, ou ainda as populações tradicionais, como é o caso do Lago Grande ou ainda de Juriti Velho. Então, essa tem sido a mudança de foco, dada a pressão dos governos sociais, da CPT e outros mais. Em relação ao Incra, esta realmente tem sido a mudança de foco: priorizar o assentamento, principalmente na Amazônia, a regularização e o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, territorializando-as.

Não vamos entrar no debate se isso é ou não é reforma agrária. Nossa avaliação é de que é. O programa de ordenamento fundiário do País passa também, não apenas, pelo combate ao latifúndio. Ele faz parte de um processo de reforma agrária. Subtrair isso da discussão da reforma agrária, na minha opinião, ainda mais na Amazônia, seria compactuar com a situação anterior, de não reconhecimento dessas populações. E aí o Padre Dirceu colocou bem, quando disse que grande parte dos conflitos e da violência ocorrida lá é porque havia gente naqueles territórios, sejam milenares ou seculares, pessoas não só em quilombos, mas também ribeirinhos, que o próprio padre citou.

Então, do ponto de vista do Incra, eu queria levantar que já temos, há algum tempo, essa mudança de orientação, embora, talvez, em um ritmo insuficiente, na velocidade insuficiente, mas, sem dúvida nenhuma, esse tem sido o foco atual. Não é o caso do sudeste do Pará. Não é o caso, exatamente pela forma de ocupação do sudeste do Pará, onde as populações tradicionais já foram banidas. E os territórios indígenas que conseguiram se manter estão colocados, ainda com alguns estudos de ampliação por parte da Funai.

O caso do sudeste do Pará é diferente. É um território de expansão econômica, onde há, no eixo da ferrovia que sai de Carajás e vai até São Luís, um outro padrão de desenvolvimento, e, por incrível que pareça – deixamos com o Senador Paulo Paim um exemplar da revista da CUT que trata do problema do desmatamento lá –, a lógica, vamos dizer assim, do desenvolvimento daquela região é uma lógica que não é dada exatamente pelo agronegócio, e, sim, pelo beneficiamento do minério de ferro em ferro gusa. Ali é que se tem concentrado, vamos dizer assim, a lógica de desenvolvimento, passível de discussão, mas que ordena o resto. Só para chamar a atenção para vocês, de cada tonelada de ferro gusa que é produzido, é preciso abater, se for eucalipto, pelo menos 60 árvores. E, obviamente, nem todo ferro gusa produzido naquela região é feito apenas com eucalipto plantado. Obviamente, grande parte dele é oriundo... E, por acaso, o PAE Praialta Piranheira se localiza nesse entorno. Hoje, um produtor de carvão daquela região, um camponês, talvez assentado pelo Incra, pode, com uma pequena carvoeira, tirar até R$2 mil por mês, vendendo carvão. Então, como diz a revista, talvez o automóvel que a gente está usando em São Paulo tem um pouquinho do sangue desses companheiros que estão sendo assassinados aqui por conta da extração de carvão, e talvez as responsabilizações, Delegado, tenham que ser – sem fugir às responsabilidades do órgão fundiário –, muito além de simplesmente discutir o ordenamento fundiário da região.

Então, eu queria levantar esses pontos.

O Incra, do ponto de vista da estrutura dos assentamentos, do fornecimento de assistência técnica, da

disponibilização de assistência técnica – foram citados aqui –, realmente é devedor. Nós tivemos, por exemplo, inclusive na região lá, diversas licitações vazias de assistência técnica, por falta de capacidade das empresas da região de se habilitarem para estarem lá prestando assistência técnica.

Nós concordamos com o fato de que, quando a gente assenta um trabalhador – e quanto a isso o William tem toda a razão – numa área como essas áreas da Amazônia, é preciso trabalhar, sim, formas de desenvolvimento que não são a tradicional, porque grande parte desses trabalhadores... Você pergunta a um colono que a gente assenta lá: "O que é ser rico?" "Ser rico é ter muito gado". Não é, William? O William vê lá, naquela região, e ele sabe do que que estamos falando. Na verdade, a gente sabe que isso não se sustenta. A média de permanência de um assentado numa área de pastagem que não é recuperada e continua sendo trabalhada com pastagens é de cinco anos. Com cinco anos, ele vai embora. Ele não consegue sobreviver, a não ser que tenha uma renda adicional para o seu lote.

Então, de fato, esses temas são temas que temos enfrentando – com dificuldade, mas temos procurado enfrentá-los, o Incra tem procurado enfrentar. E, quanto a essa discussão sobre o ordenamento fundiário e a regularização fundiária, nós não excluímos o programa Terra Legal e não imputamos o programa Terra Legal como um programa de regularização da grilagem. Muito pelo contrário, existem, sim, especialmente em diversos eixos das BRs, pessoas que já estão lá há 20 anos, há 30 anos, ocupando de 6 hectares a 1000 hectares, com suas famílias há muito tempo, e, de fato, o programa de regularização fundiária Terra Legal vem para tratar esse temas. Isso não elide o fato de que as políticas agrícolas e agrárias que têm de ser levadas para aquela região precisam ser intensificadas, qualificadas, tanto em termos de pesquisa, quanto de tecnologia e de assistência técnica.

Era isso, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Luciano, diretor do Incra, que faz sua exposição e dá esse fato novo sobre o qual, depois, para quem tiver interesse, posso dar um xerox desse documento, divulgado numa revista da CUT que faz essa relação.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Cláudio Gomes, coordenador-geral de Polícia Fazendária do Departamento da Polícia Federal.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA GOMES – Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os demais Senadores e membros da Mesa, senhoras e senhores, nós vamos dividir, aqui, a apresentação da Polícia Federal em dois tópicos. Nós vamos falar de uma das causas do problema da violência no campo, que é a questão do desmatamento. Depois, o Dr. Moura vai falar propriamente sobre a questão das apurações.

O Governo Federal, no ano de 2009, em razão de um aumento expressivo do desmatamento – em especial na Amazônia Legal. Inicialmente, notadamente, eram três Estados: Rodônia, Mato Grosso e Pará – instalou uma Comissão Interministerial de Combate aos Crimes Ambientais, que é a CICCIA, que buscava a interação de diversos órgãos envolvidos na questão do combate ao desmatamento para ter uma ação integrada, e que pudesse atingir objetivos específicos, metas estabelecidas pelo Governo Federal, no intuito de diminuir esse desmatamento. Desde o início a gente acompanha esse trabalho e um dos problemas que a gente vivenciou e sentia na pele, verificando trabalhos que já haviam sidos realizados, alguns problemas que grande parte das áreas não envolviam áreas públicas federais e nem reservas federais, eram de responsabilidade do Estado, o Governo Federal resolveu autorizar a atuação da Polícia Federal junto com a Força Nacional, IBAMA, que já tinha competência supletiva para poder coibir esse tipo de desmatamento. E nas ações a gente verificava que, às vezes, quando a gente chegava na localidade, você chegava no hipossuficiente, você chegava no coitado, você chegava naquele que, às vezes, era vítima da situação, porque o Governo Federal, ao longo dos anos, na década de 70 e 80, por uma decisão estratégica, incentivou a ocupação dessas áreas, incentivou o desmatamento dessas áreas. E chega, posteriormente, com o avanço do desmatamento e diz: "Não pode!". Aí você chega numa localidade e você verifica uma pessoa – estou falando de coração agora, não com um discurso tão apaixonado quanto o da Senadora, que chega a emocionar – que diz: "O meu avô fazia isso, o meu pai fazia isso e eu só sei fazer isso. Se o senhor sair daqui, eu vou ter que fazer de novo porque não vou deixar o meu filho morrer de fome.". Isso era uma realidade que a gente vivenciava. E a gente procurou estabelecer... Olha, se esse é o problema, a gente tem que estabelecer uma outra forma de atuação. Não é ele que está causando o problema. Quem está fomentando o extrativismo dele? Porque a atividade ali era essencialmente extrativista, porque ele nada ganhava, às vezes era explorado. E o recurso financeiro que lhe sobrava era pouco, ele não tinha uma oportunidade de outra coisa. E a gente resolveu concentrar as ações no grande, naquele que fomenta o desmatamento na Amazônia. E os resultados foram expressivos, expressivos a tal ponto de sermos questionados "por que estão pegando o coitado...". Não, não estávamos pegando mais o coitado,

estávamos pegando o grande, o que fomentava, o que explorava aquele coitado. E era uma realidade que a gente vivenciava. Esta operação foi a Arco de Fogo, paralelamente o Governo lançou a operação Arco Verde, que buscava levar cidadania, porque quando a gente chegava, às vezes esse cidadão não tinha carteira de trabalho, às vezes não tinha nem registro de identificação civil, não tinha nem identidade. Era a realidade que a gente vivenciava. Era uma situação até análoga a condição de escravos, e tínhamos que reprimir. Esse processo foi bem objetivo, durante dois anos tivemos o menor desmatamento da história, chegando ao ponto de ser elogiado.

E por último, é claro que a gente tem dificuldades em termos de efetivo para cobrir toda uma Amazônia Legal. Se você colocar os cinco Estados, a gente pega Rondônia, Mato Grosso, Pará, Amazonas, uma ponta do Acre, nós temos Estados maiores que muitos países e numa população de mais de vinte milhões de habitantes, cuja atuação é objetiva. E procuramos fazer o possível, mas nós não temos como cobrir todas as áreas, principalmente que ali grande parte das áreas são de atribuição do Estado.

Uma coisa que a gente verificou é que esse desmatamento não é fruto só, ele não consegue vivenciar sem a corrupção. Não adianta eu extrair a madeira, eu preciso legalizar essa madeira. E se não houver corrupção no Poder Público, quer na fiscalização, quer na questão da legalização dessa madeira, esse extrativismo não vai acontecer.

E a gente fez diversas operações, prendemos diversos servidores públicos para tentar conter esse tipo de desmatamento. Agora, a gente sabe que isso aí não vai ser apenas uma questão de repressão; é uma questão de prevenção, é uma questão cultural, de tentar talvez levar – e estou falando como homem da polícia, eu sou técnico; eu não sou político, não sou filiado a partido político, não tenho visão política. Mas a gente tem que ter, como homem de segurança pública, uma visão social do problema.

Não adianta nada a gente só prender, levar à justiça aqueles responsáveis, mas também é preciso dar possibilidade de um desenvolvimento sustentável àquela área, àquela população mais carente.

Por último, em razão do acirramento, do aumento do número de mortes, o Governo Federal resolveu ampliar a Operação Arco de Fogo, mundo inclusive de nome como Operação Defesa da Vida. Esta Operação Defesa da Vida teve duas vertentes, isso por determinação da Presidência da República, do Sr. Ministro da Justiça, do Sr. Ministro da Defesa, do Sr. Ministro do Meio Ambiente, que decidiram atuar em duas frentes: primeiramente, no foco do problema. O que é que gera a violência no campo, além da questão fundiária, dos conflitos agrários, a da questão do desmatamento? Então vamos focar, implementar, aumentar o efetivo nessas áreas de desmatamento. E não é só isso, vamos também auxiliar os Estados na apuração, porque a Polícia Federal não tem atribuição constitucional para apurar esses homicídios; se não tiver uma vinculação direta, um crime federal, um agente federal envolvido nessa situação, ela não tem atribuição; é a Polícia Civil.

Então ficou definido que a Polícia Federal, quando houvesse requisição, ingressaria nas investigações e, quando não, a Força Nacional apoiaria – porque ele tem um núcleo específico de investigação também, dentro da Força Nacional de Segurança Pública –, apoiaria, na medida do possível, na medida em que fosse solicitado, os Estados da investigação desses homicídios. Porque não é uma questão de não querer; é uma questão de não poder, de não ter atribuição para tanto. E sempre que possível, as forças federais estarão apoiando essas ações dos governos dos Estados que estão se esforçando, mas que a gente pode, no que for possível, tentar a melhora dessas ações.

Os objetivos das ações ficaram assim:

- Prevenir e investigar homicídios e crimes conexos de repercussão interestadual e internacional, além de outros crimes praticados contra ambientalistas e trabalhadores, decorrentes de questões agrárias e ambientais;

- Continuar combatendo, ampliando as ações, a atividade madeireira predatória na Amazônia Legal.

Engrossou também a Polícia Rodoviária Federal nessa Operação Defesa da Vida, mais recentemente.

E ficou definido à Polícia Federal como suas atribuições:

– Combate e investigação de crimes ambientais em áreas protegidas federais, tais como: terras indígenas, unidades de conservações federais, reservas legais de assentamento para fins de reforma agrária do Incra, além do descumprimento de embargos e demais restrições impostas pelo Ibama.

Isto é como o Dr. José Elaeres falou com muita propriedade: não adianta só repressão; é preciso fiscalização. O descumprimento do embargo é essencial para que o Estado faça valer. Não adianta nada você multar, você fiscalizar, você embargar uma determinada área se o Poder Público não faz a fiscalização e não reprime aquele que não está cumprindo aquela determinação.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal seria o policiamento ostensivo e a repressão geral aos crimes sob fiscalização da Força Nacional. Por quê? Porque essa madeira que sai, ela é escoada por uma rodovia;

ela sai legalizada, ela sai às vezes legalizada por um documento tido como ilegal.

Nós chegamos a alguns Estados – e não falo de um Estado específico, foram vários Estados; tivemos a oportunidade de fazer isso – para prender servidores públicos que estavam autorizando planos de manejo em áreas irregulares. Planos de manejo em áreas inexistentes. Se você verificasse pelo georreferenciamento, eram áreas que estariam no oceano. E planos de manejo sem georreferenciamento, em que se chegava lá, legalizava-se aquela madeira, que passava pela fiscalização sem você ter qualquer possibilidade de levar ao Ministério Público, ao Judiciário os responsáveis por aquele desmatamento.

E, por fim, o apoio da Força Nacional, atuando no policiamento ostensivo em conjunto com a Polícia Federal, e também na repressão aos crimes em geral e na fiscalização de trânsito. A Força, ainda, dá apoio geral aos órgãos federais e estaduais nas suas atribuições legais, além das investigações dos crimes decorrentes dos conflitos agrários.

Nós tivemos um acréscimo, só nesse período agora, de 135 policias para tentar apoiar as ações que estão sendo feitas, bem como as demais instituições, como as Forças Armadas, a quem compete a questão da logística; ao Ibama, na fiscalização; ao Incra, que tem um papel fundamental na questão da mediação. E quando a gente fala em mediação – estou falando com quase 22 anos de polícia, onde trabalhei tanto na Civil quando na Federal, onde estou já há 16 anos –, verificava que o crime de ameaça não é tão simples de ser registrado. Não se trata de resolver ali, indiciar e levar ao Judiciário. Você tem também que mediar conflitos. Às vezes, a mediação resolve mais até do que a repressão.

E temos, ainda, a Funai na mediação e com uma preocupação especial sobre as áreas indígenas. Uma grande parte da madeira de valor hoje se concentra em terras indígenas. Então, a gente tem um carinho especial pelas comunidades indígenas e pela sua proteção.

Por fim, a gente tem procurado concentrar a operação não de forma estagnada, colocando-a em cidades-chave, de tal sorte que a gente possa atender à demanda. A repressão é muito dinâmica: se a Polícia chega, o indivíduo para de atuar e vai para outra área. Então, a gente está fazendo uma fiscalização mais dinâmica, concentrada em cidades-polo, de tal sorte que a gente possa atender a toda a coletividade.

Assim, coloco-me á disposição.

O Dr. Moura vai falar propriamente sobre a apuração.

Espero ter ajudado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Cláudio Gomes, Coordenador-Geral Fazendário do Departamento de Polícia Federal, pelos seus esclarecimentos e pela forma como a Polícia Federal está olhando para essa questão, ou seja, com um olhar da cobrança, da prisão, enfim, mas também com um olhar humano e social. Para mim, que trabalho tanto nessa área, é bom ouvir isso.

Passo a palavra agora ao Dr. Marco Aurélio Pereira de Moura, Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia federal.

Lembro que ambos os convidados, tanto o Dr. Cláudio Gomes quanto o Dr. Marco Aurélio Moura, aqui representam o Ministro da Justiça. Sr. José Eduardo Cardozo, nosso colega parlamentar aqui por muito tempo.

O SR MARCO AURÉLIO PEREIRA DE MOURA – Sr. Senador Paulo Paim, bom dia. Em nome de V. Exª, cumprimento a todos os membros da Mesa.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, demais convidados, tenho para mim que já um ponto de consenso no debate: a violência no campo é extremamente complexa e perpassa vários órgãos públicos, não ficando restrita apenas aos órgãos da Segurança Pública, em especial as polícias judiciárias estaduais e a Polícia Judiciária da União.

Por uma questão de distribuição interna das competências previstas na Constituição Federal, coube às polícias judiciárias estaduais apurar os crimes de homicídio envolvendo particulares. A Polícia Federal, inclusive como já foi dito aqui pelo Desembargador Gercino, tem atuado apenas de forma auxiliar nas investigações desses homicídios praticados por conta de questões agrárias.

Em alguns casos nós chegamos a instaurar inquéritos, tendo domo base os homicídios ocorridos no Pará envolvendo o casal de ambientalistas. Naquele caso específico, nós temos duas investigações paralelas: uma conduzida pela Polícia Civil do Estado do Pará, outra conduzida pela Polícia Federal. Naturalmente, as provas colhidas em um inquérito acabam servindo para o outro também. E isso tem sido uma constante nessas investigações em que nós apoiamos as polícias estaduais. Naturalmente foi uma decisão tomada pelo Ministro da Justiça que, com base na legislação que trata especificamente do assunto, determinou que a Polícia Federal instaurasse um inquérito policial. Mas a competência, já que podemos entender assim, ou atribuição originária para esse tipo de investigação é das polícias estaduais. No âmbito da nossa coordenação geral, temos uma divisão de direitos humanos que também acompanha essas investigações. E, dentro dessa divisão, Senador Paulo Paim, o senhor fez

referência, à questão do nosso companheiro Wiliam que está sendo ameaçado, nós temos um serviço de proteção à testemunha e ao depoente especial. Naturalmente, para que a pessoa possa entrar nesse programa ela tem que preencher alguns requisitos. E o caso concreto deve ser analisado por uma comissão que fica no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, que também gerencia o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que me parece ser o caso específico do nosso companheiro Wiliam. Eu até o orientaria no sentido de que procurasse a Secretaria de Direitos Humanos, relatasse a sua situação que vai ser analisada e, se for o caso, você passa a ter proteção do Estado brasileiro, durante a sua militância como defensor dos direitos humanos.

Para tudo isso existem requisitos legais, então nós gestores públicos estamos adstritos ao cumprimento integral da lei. Então, dificilmente, nós vamos poder adotar alguma medida que não tenha previsão legal, sob pena de respondermos administrativamente por isso.

Com relação aos crimes de ameaça, já foi dito aqui, a própria legislação penal exige que a pessoa que se sente ameaçada procure a autoridade policial e manifeste a sua intenção no sentido de que aquele fato seja apurado. É o que nós chamamos de crime de ação penal privada. Não basta puro e simplesmente a pessoa ir a público, em qualquer evento ou fórum e dizer que está sendo ameaçada, porque nós como Polícia Judiciária da União estamos impedidos legalmente de adotar qualquer providência por uma questão legal.

Gostaria de encerrar a minha pequena participação neste evento e dizer que nós na Polícia Federal confiamos no trabalho que todas as Polícias Judiciárias Estaduais fazem. Tenho a certeza de que se muito mais não é feito é por absoluta falta de meios. Então nós confiamos nos trabalhos de todas as Polícias Estaduais.

Voltando ao caso concreto do Estado do Pará, nós temos plena certeza de que esses fatos todos serão esclarecidos, porque o Estado do Pará é pioneiro na estruturação de unidades específicas para lidar com conflitos agrários. Já existem as delegacias especializadas, as varas especializadas e também as promotorias. Temos plena confiança de que o trabalho será desenvolvido a contento. Como profissional da área de segurança pública, com pouco mais de 15 anos de militância especificamente nessa área, sabemos plenamente que essas investigações são complexas. Como exemplo, temos o caso do Pará com a morte dos ambientalistas. São crimes que não possuem, como regra geral, testemunhas oculares. Então trata-se de um crime onde encontramos um certo grau de dificuldade para esclarecimento. Isso naturalmente envolve outras medidas que a autoridade policial deve adotar. E, principalmente num sistema criminal garantista como é o nosso. Então esse tipo de investigação exige várias quebras. Isso depende de manifestação do Ministério Público e, principalmente, do Judiciário. Muitas vezes, nós como policiais não podemos avançar muito porque dependemos de autorização judicial, de quebra de sigilo. E todos têm conhecimento de que o nosso Poder Judiciário está totalmente abarrotado de trabalho.

Temos que ter uma certa paciência e, muitas vezes, a opinião pública quer que o Estado dê uma solução, de imediato, para esse tipo de investigação, e isso não é fácil.

Senador Paulo Paim, encerro as minhas palavras dizendo que estamos à disposição e agradecemos também honroso convite feito à Polícia Federal para vir participar desse importante debate aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Dr. Marcos Aurélio, também da Polícia Federal, e dizer que, na sua questão, Willian, entendi a orientação que o Dr. Marcos deu. Ele deu uma orientação que compete, neste momento, na linha do esclarecimento.

Eu me comprometo, se você aceitar: em nome da Comissão de Direitos Humanos, eu faria então esse procedimento, para que você tenha a proteção, diante das ameaças de morte que têm sido feitas a você. O.k, Willian?

Que seja o resultado desta audiência pública, pois, para nós, da Comissão de Direitos Humanos, embora a gente não tenha grandes poderes, fica muito difícil: você vem aqui, diz que está sendo ameaçado, por mais de três vezes; não pode passar em frente a uma delegacia de polícia; se entrar, piora; e a gente diz: "Olhe, procure os meios competentes"?

O doutor fez o esclarecimento devido, a mim, inclusive: "Olhe, o procedimento é este". Eu citei aqui, de fato, a Polícia Federal, e o doutor esclareceu: "Faça o procedimento legal". E eu o faria então, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Eu, que venho da área sindical, lembro que, muitas vezes... Ainda acontece nas empresas, não é? O cara tem até estabilidade no emprego como dirigente sindical – só vou dar como exemplo; eles colocam no olho da rua e dizem: "Vá procurar teus direitos onde bem entender". E o camarada não sabe nem para onde ir, nem para onde correr. No fim, acaba perdendo todos os direitos, e a OAB sabe muito bem disso.

Não é o teu caso, Willian. Só quero sua autorização para que a Comissão de Direitos Humanos faça esse procedimento. E agradeço aqui ao Dr. Marco Aurélio, que fez um esclarecimento; se não, para quem está ouvindo, dá a impressão de que, falou aqui, a Polícia

Federal já dá toda a segurança. Não! Tem que haver um procedimento, e nós seguiremos a sua orientação.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional; e, por fim, falará ainda a Srª Ivane Lopes, que está aqui conosco e representa as Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em nome da Conaq – é isso?

Por favor, Dr. Augusto Aragon.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON – Boa tarde, Senador Paulo Paim, Senadora Marinor, Senador Cristovam, amigos aqui presentes, muitas pessoas com quem temos trabalhado diretamente, o Delegado Cláudio, que é nosso companheiro há bastante tempo nessa luta da questão ambiental.

Só para complementar, Dr. Delegado Cláudio, foi o menor desmatamento da história, e nós atingimos as metas do Protocolo de Kyoto já em 2009, que estavam previstas para 2014.

O Dr. Gercino, nosso companheiro também nas questões agrárias, nos ensinou muito.

A Força Nacional é um tropa de solidariedade federativa. Ela é um pacto federativo, sob coordenação do Ministério da Justiça. Então, na Força, temos policiais militares, policiais civis, peritos e bombeiros das 27 unidades da Federação, que trabalham sob orientação, sob coordenação do Exmo Sr. Ministro da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

E, como bem disse o Delegado Cláudio, fomos determinados pela Presidenta da República, tendo em vista essa situação que se agravava, e também pelo pedido dos governadores dos Estados, porque, para a Força ser empregada, é necessário o pedido dos governadores dos Estados. A Força trabalha em duas situações: se há requisição do governador do Estado – porque ela não é uma tropa de intervenção; é uma tropa federativa, são os Estados que se unem para auxiliar um Estado – e em apoio à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal. E agora, com o advento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que também, por meio de um acordo específico com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, tem condições de movimentar a Força, como nós vamos ver adiante.

Então, a situação já foi citada. Aqui está um diagnóstico sobre a característica dos Estados da região. Por que o Mato Grosso e o Maranhão estão incluídos, e não apenas os três anteriores? Como bem disse o Delegado Cláudio, essas mortes, como veremos adiante... Esta apresentação foi feita em conjunto pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal e pela Força Nacional. O que está mostrado aqui foram os três entes, os órgãos do Ministério da Justiça que fizeram. O que se verificou? Que as mortes estão diretamente vinculadas ao cinturão do desmatamento, como vamos ver adiante.

Esta estatística já foi mostrada anteriormente.

(Clique no mapa, por favor, ali onde está escrito "mapa".)

Esta é a área do Pará, e ali onde estamos vendo o triângulo vermelho são as mortes; onde estamos vendo o balãozinho amarelo são os ameaçados de morte; Pará e Maranhão, exatamente a área em que se trabalha no desmatamento, em que temos trabalhado no desmatamento. As ações da Operação Arco de Fogo trabalham exatamente nessas áreas. E aí, segue-se também da mesma forma no Amazonas, que seria o norte de Rondônia e sul do Amazonas, da mesma forma no Mato Grosso. Também em Rondônia, alí há um cinturão de desmatamento, no sul de Lábrea, sul do Amazonas, norte de Rondônia, exatamente onde trabalhamos em apoio à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal na questão do desmatamento.

Em reunião também com os governos dos Estados, também são essas as áreas que os governos estaduais solicitam o apoio da Força Nacional.

Bom, já foi citado o objetivo, as atribuições também já foram citadas, as demais instituições já foram citadas, a defesa da vida nós já tivemos também uma contextualização. Essa é uma das vantagens de ser o último a falar. *(Risos.)*

O que foi a defesa da vida? O que se identificou? Nós estamos apoiando, pela Força Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, mas também os órgãos de segurança dos Estados. Está aqui o nosso representante da Polícia Civil do Pará, que trabalha muito – e nós verificamos *in loco,* mas que, às vezes, não tem capacidade de resposta, não tem gente para fazer a investigação. O que nós estamos formando nas próximas duas semanas é mais uma turma de policiais civis, dos 27 Estados da Federação, para que possam apoiar tanto a Polícia Civil do Pará quanto as de Rondônia e do Amazonas nessas ações investigativas.

O que nós temos feito neste momento? Primeiro, um levantamento em conjunto com os órgãos estaduais e com a Polícia Federal e também com uma tropa de pronta resposta. Esse é o caso de um resgate; agricultores que estavam ameaçados de morte por pistoleiros em uma determinada noite, em um determinado local. E a Secretaria Especial de Direitos Humanos nos movimentou, na semana passada, era madrugada, e nós fizemos um resgate tático desse pessoal e eles estão em um local sob proteção da Força Nacional até serem remanejados para outra situação. Também já fazíamos esse serviço com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. E quando nós falávamos em

proteção VIP, as pessoas imaginam que é um carro blindado, com uma pessoa de terno preto, com todo aquele ela, com aquela coisa que vemos em filme. A proteção VIP é mais ou menos no mesmo sentido do que vemos na tela; aquele cidadão é um quilombola, que é escoltado todos os dias por uma guarnição da Força Nacional, que tem que atravessar um rio: o soldado da Força Nacional tem uma barraca ao lado de onde mora o quilombola, e ele, dentro da mochila, leva o seu fardamento para trocar porque ele faz a proteção desse cidadão. Então, essa proteção existe, mas não é aquela que estamos acostumados a ver. Essa proteção não aparece, mas o Estado brasileiro se faz presente e faz essa proteção. Agora, em casos mais graves. Nos casos mais genéricos, quando nós temos uma comunidade inteira, como é a do caso do Pará, em certas regiões do Pará, em certas regiões em Rondônia e no Amazonas, é claro que outras ações são tomadas, outras ações em termos de garantir a segurança da região, porque para cada pessoa que é ameaçada, são necessárias oito para fazer a proteção. Se nós temos mil ameaçados, é todo o efetivo da Polícia Federal brasileira, praticamente. A Secretaria Especial de Direitos Humanos seleciona aqueles casos mais graves e nós entramos em campo nos casos mais graves. E nos casos mais genéricos, quando uma comunidade está sendo ameaçada, nós trabalhamos com o apoio em força, mediante a orientação dos órgãos estaduais e da Polícia Federal, apoiando em força e nas questões investigativas.

O que eu teria era basicamente isso. Nós temos um rol de ações, mas aí nos estenderíamos por demais e perderíamos o foco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Sr. Alexandre Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional, pela sua exposição, que demonstra que não está se fazendo tudo, mas está se tentando, dentro do possível.

Passo a palavra, de imediato, à Srª Evane Lopes, da Comunidade Negra Rural Quilombola – Conaq.

A SRA. EVANE LOPES – Boa-tarde, Senador Paulo Paim! Boa-tarde a todos os componentes da Mesa! Boa-tarde a todos os presentes!

Vejo com grande alegria toda essa questão que estamos aqui tratando, mas, ao mesmo tempo, também uma preocupação – creio eu que até foi colocado também nesse mesmo sentido –: que o bom seria que não precisássemos estar aqui; cada um exercendo a sua função de uma forma em que não se exigisse uma audiência como esta. Porque é lamentável percebermos a que nível chegou a nossa sociedade, a ponto de termos que decidir como proteger vidas que, simplesmente, querem continuar vivendo e exercendo o seu trabalho.

Diante dessa preocupação, a Conaq, nós membros militantes da Conaq, das federações e até mesmo quilombolas, continuamos a ver toda essa situação com um grande pesar, porque percebemos que é inadmissível que vidas sejam tiradas, simplesmente, pelo fato de quererem defender um território que é garantido pela Constituição Federal, território esse que daria direito a continuarem suas vidas simples que, com certeza, não vêm agravar a vida de outros – aqueles que sabemos não possuem determinado interesse.

Para nós, militantes das comunidades quilombolas, é triste, muito triste, porque vimos irmãos sendo assassinados, vimos companheiros... Nós temos uma rede onde estamos informados 24 horas; nós vimos irmãos que não têm respeito – e aqui peço desculpas, eu sei da seriedade do trabalho da Polícia Federal; sei da seriedade de órgãos que se envolvem realmente com toda a questão, que envolve comunidades tradicionais e defensores ameaçados. Mas, infelizmente, temos militares que contribuem para que isso aconteça. E falo porque recebemos isso constantemente: recebemos o depoimento de uma irmã que foi colocada em cima de um formigueiro, diante de uma situação em que estava vindo uma desapropriação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o Estado?

A SRA. EVANE LOPES – É do... Se não me engano é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você lembra, ótimo, senão...

A SRA. EVANE LOPES – Eu não consigo me lembrar, porque são muitas informações. E essa pessoa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi na Bahia.

A SRA. EVANE LOPES – Isso mesmo.

E essa irmã foi humilhada. Foi colocada sobre um formigueiro e quem fez isso foi um militar juntamente com – podemos dizer assim – jagunços, que estavam ali atuando. O território que eles defendiam era um território que já estava delimitado pelo Incra. Na verdade, era um território que já pertencia àquela comunidade.

Mas não querendo voltar a esse foco somente para essa situação, porque, infelizmente, no Brasil, a realidade das comunidades quilombolas é essa. Eu mesma sou uma defensora, sou uma mobilizadora do território, e sou ameaçada constantemente. (*Pausa*.) Às vezes é difícil até pronunciar porque eu também tenho família e eu penso. Saio de casa, vou mobilizar um território e não sei se, quando eu voltar, vou encontrar a minha família como deixei; ou sequer se eu voltarei.

É difícil, quando a gente chega, em determinadas regiões, como nós chegamos – e quero passar aqui para vocês um pouco do que a gente vive. Porque eu vejo aqui, assistindo, vendo cada um fazer uso da palavra, e percebo que há, sim, um incentivo, uma força para tentar resolver a situação. Mas nós precisamos tomar medidas imediatas, porque vidas continuam sendo ceifadas, vidas continuam sendo retiradas, e nós, mobilizadores, sofremos muito com isso, porque nós temos a obrigação de ir aos quilombos e fazer com que aquelas pessoas não desistam de lutar e que não saiam dali. E se, às vezes, penso que na minha região está difícil, vejo que nos outros quilombos que visitamos a situação está mais complicada ainda, e você ainda tem que voltar buscando força para si e levando força para os outros. Essa é a realidade de todos os mobilizadores quilombolas.

Muitas das vezes não se encontra apoio nos governos municipais, nos governos estaduais. Eu falo principalmente destes no que se refere à atuação da Polícia Militar – felizmente não são todos, não podemos generalizar –, mas a realidade é que eles são apoiadores principalmente daqueles que possuem grandes territórios que são pertencentes às comunidades quilombolas.

E nós temos que buscar forças para tudo isso! Nós, na verdade – e me desculpem aqui a expressão –, não roubamos nada de ninguém. Nós só queremos ter o que é nosso, pois nós, sim, é que fomos roubados. Eu fui tirada da minha terra, do meu país, a África, e vim para um lugar desconhecido através dos meus antepassados. Livre lá eu era; aqui, fui escravizada e ainda continuo sendo escrava, uma vez que a Abolição, infelizmente, só está no papel. Ainda continuamos a lutar pela liberdade do nosso povo, liberdade de ter um espaço para poder viver.

E, aqui, falo em nome de todas as comunidades quilombolas, uma vez que me pediram e me designaram para isso: por favor, ajudem-nos! Nós não estamos querendo muito, nós só queremos continuar vivendo, principalmente os mobilizadores. Contamos com vocês!

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou passar a palavra ao Senador Suplicy, que já a havia solicitado, mas antes desejo registrar que somente aqui, nesta manhã, dois militantes das causas populares – os quilombolas, os sem terra e os sem teto – fazem uma denúncia pública de que são ameaçados de morte, ainda mais, falam claramente que não são só eles. Entre oito, dez painelistas, dois estão ameaçados de morte, dois jovens, uma mulher e um homem. Então, nós adotaremos o mesmo procedimento que adotamos com o Willian, se assim você autorizar, por parte da Comissão de Direitos Humanos, ou seja, enviaremos um ofício da Comissão pedindo a segurança que o Estado deve dar.

Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero, primeiro, cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos, V. Exª e todos os seus componentes, pela extraordinária reunião que hoje dedicou a ouvir testemunhas, inclusive o Sr. Willian e da Srª Evanir agora, ameaçados por defenderem as suas comunidades e os seus direitos. Cumprimento a todos aqueles que contribuíram com os seus depoimentos.

Embora eu também devesse estar, ao mesmo tempo, na Comissão de Constituição e Justiça, que vota agora matérias importante, eu gostaria, Sr, Presidente, até por recomendação da Comissão de Direitos Humanos Teotônio Vilela, presidida pela Srª Margarida Genevois – e o ex-ministro da Justiça, José Gregório, inclusive, foi um dos que recomendou isso –, que possa esta Comissão – e peço até seja este requerimento apreciado na próxima reunião –, após mencionar que, como o programa "Profissão Repórter", da Rede Globo de televisão, do jornalista Caco Barcelos, quinta-feira passada, mostrou o problema da superlotação dos nossos presídios, do nosso sistema penitenciário, com ênfase no Rio Grande do Sul, mas esse é um problema que ocorre em cadeias masculinas e femininas de todo o Brasil, dedicar um dia para haver aqui uma audiência, quando, quem sabe, V. Exª poderia nos proporcionar a oportunidade de assistirmos a esse documentário com a presença do próprio Caco Barcellos e aqui convidar o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça Augusto Eduardo Rossini, o responsável pelo Sistema Penitenciário Gaúcho Airton Michel, também o Secretário de Administração Previdenciária do Estado de São Paulo, Rival Gomes e Ângelo Roncalli de Ramos Barros da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo. Escolhi alguns dos Estados onde o problema parece ser muito grave, mas eu sugeriria que este requerimento possa ser distribuído aos membros da Comissão e até a próxima semana sugestões podem ser feitas, como a Senadora Marinor está fazendo, para acrescentar eventuais nomes.

Submeto para apreciação na próxima reunião já contando com as assinaturas dos Senadores Cristovam Buarque e Marinor Brito, porque eu mesmo não sou membro, mas já tendo obtido o apoio e se V. Exª quiser subscrever me sentirei honrado, até porque toca um Estado que é Governado pelo nosso querido Tarso Genro mas ele, acredito, veria essa iniciativa

como positiva, uma vez que o programa teve grande repercussão.

Peço licença porque eu terei que votar na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, no encerramento dessa audiência pública, nós vamos votar alguns requerimento e não vejo obstáculo nenhum que o seu requerimento seja aprovado extrapauta, deixando aberto aos Senadores que queiram indicar outras representações, para o debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento encontra-se formalizado, faltando algumas assinaturas de outros Senadores. Eu já assinei.

Nesse momento, antes de encerrarmos vou conceder a palavra a cada um dos nossos convidados por 3 minutos para suas considerações finais. Em seguida, iremos para o encerramento da nossa reunião.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Gostaria de fazer uma sugestão como as considerações finais vão passar por todos, que o representante da OAB, Dr. Jaime que a gente possa dar prosseguimento àquela tarefa de procurar o Conselho Nacional de Justiça que recentemente esteve no Pará para organizar um mutirão. Esses mutirões que estão acontecendo nos Estados poderíamos pedir ao Conselho Nacional que incluísse os processos que estão sendo debatidos aqui. Que pedíssemos prioridade na inclusão dos processos relacionados aos crimes de conflito no campo, crimes agrários, etc.

A outra questão diz respeito à Emenda 45 que direciona para federalizar os crimes contra os Direitos Humanos. Passa pela Procuradoria-Geral da República que a gente pudesse fazer um documento comum da Comissão de Direitos Humanos, ou visitar o Procurador-Geral junto com a Comissão de Direitos Humanos, para fazer uma discussão e atualizar essa discussão. O que pode ser feito e por que não está sendo feito. Se tem tanta demanda, se sabemos das dificuldades que acontecem nos Estados, não apenas pela falta de estrutura, mas pela relação direta das oligarquias com o Judiciário nas regiões. Acho que isso é muito importante que seja feito; que se possa ter uma conclusão, aqui, e se tivermos a apoio da OAB para que façamos em conjunto, acho que vai ter um pouco mais de força.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No momento das considerações finais...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, o meu voo sai agora para o Pará. Se eu perder esse agora, eu não vou conseguir voltar, porque é muito dificultoso. Queria pedir licença e ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marinor, V. Exª está liberada com nossos aplausos pela sua participação na Comissão. (*Palmas*.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... agradecer do fundo do coração as contribuições que todos trouxeram para cá. Estou à inteira disposição. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou deixar o Desembargador Gercino para o final, porque V. Exª foi quem abriu os trabalhos de hoje. Passamos a palavra ao Procurador José Elaeres Marques Teixeira para as suas considerações finais, por três minutos.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Sr. Presidente Paulo Paim e demais presentes, gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada nesta audiência pública de colocarmos aqui a nossa posição, a nossa visão à respeito dos problemas relacionados com a violência no campo.

Como considerações finais, eu diria o seguinte: acho, pelo que nós temos observado, de extrema importância o que tem sido feito em alguns Estados, inclusive no Estado do Pará, a criação de varas agrárias, de delegacia agrária e de promotoria agrária. Vemos que essa medida que tem sido adotada nos Estados, o Pará é um exemplo dessa medida – a Delegacia Agrária do Estado do Pará realmente tem feito um trabalho muito importante no combate à violência no campo –, em alguns Estados, a gente verifica que há uma resistência na criação de vara agrária, promotoria agrária e delegacia agrária. A nossa posição é de que esses organismos sejam criados em todos os Estados da Federação, especialmente naqueles que tem maiores problemas de violência no campo.

Com relação a uma questão que foi mencionada aqui, a questão dos crimes de ameaça, apenas trago para a reflexão desta Casa legislativa uma proposta que não é minha, é de uma promotora de Justiça agrária no Estado do Pará, Drª Ana Maria, que mencionou que talvez fosse o caso de se criar uma espécie de ameaça qualificada, quando se trata de conflitos coletivos, especialmente no campo. Talvez fosse o caso de se pensar em modificar a legislação penal, criando-se a figura da ameaça qualificada.

Por último, gostaria de registrar aqui, Presidente, uma impressão que tenho a respeito de um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que é uma comissão criada em 2006, da qual integram, além da Ouvidoria Agrária, o Ministério Público Federal, o representante do Ministério da Justiça, o do Desenvolvimento Agrário, o do Meio Ambiente, a própria OAB também está

nessa comissão. Essa comissão tem feito um trabalho quase que silencioso neste País e tem dado sua contribuição... Digo isso porque estou há dois anos participando dessa comissão, tenho 20 anos de Ministério Público, então tenho alguma experiência no trato com o Judiciário, na resolução de conflitos pelo Judiciário e no que vem sendo feito hoje pela Comissão de Combate à Violência no Campo. A impressão que temos é que o Judiciário brasileiro não está preparado estruturalmente, enfim, para tratar de questões de violência no campo, de conflitos coletivos. E essa comissão tem feito o trabalho de suprir a lacuna que temos hoje, dando uma contribuição extraordinária na resolução de conflitos no campo, especialmente na prevenção dos conflitos.

Dou um exemplo: semana passada, estivemos em Uberlândia e havia um conflito, aliás, ele existe, está lá ainda, em uma fazenda no Município de Prata, onde os trabalhadores rurais estavam dispostos ao enfrentamento. O fato de a comissão estar lá naquele dia, dialogar com os trabalhadores e adotar alguns encaminhamentos pacificou, pelo menos provisoriamente, a questão. Então, ali certamente ia acontecer um conflito sério de enfrentamento entre os trabalhadores rurais e a empresa que atua na fazenda de interesse dos trabalhadores.

Então, eu gostaria de registrar isso, Presidente. E acho importante que esta comissão tenha apoio da Comissão de Direitos Humanos, dos órgãos de governo relacionados a reforma agrária. É uma comissão que realmente tem feito um grande trabalho, e não é por eu estar participando dela, até porque não tenho tido condições de ir a todas as reuniões. Toda semana, esta comissão está em algum lugar do País. Vou às reuniões, o que me é possível fazer, dadas as outras tarefas que tenho no Ministério Público. Mas, nas vezes que tenho participado das reuniões da comissão, tenho saído de lá realmente muito satisfeito com os resultados obtidos.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, procurador.

Meus cumprimentos ao Procurador Regional da República da 1ª Região, Dr. José Elaeres Marques Teixeira, de quem, durante toda sua exposição no primeiro momento e agora, percebemos o compromisso com esta causa, que é a causa de todos nós.

Passo a palavra ao Dr. Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal da OAB.

O SR. JAYME JEMIL ASFORA FILHO – Em primeiro lugar, eu queria tentar responder a pergunta do Senador Cristovam Buarque, que, aliás, é um dos orgulhos para nós, pernambucanos. Como pernambucano, sinto-me na obrigação e com o desejo de dizer isso.

Senador, eu não consigo vislumbrar uma maneira de podermos estudar mais isso, de fazer com que sua proposta vire realidade sem ser alegada como inconstitucional, sem ela ser inquinada de inconstitucionalidade. É uma questão difícil, que precisa ser mais bem estudada. O que nós podemos fazer é o que estamos tentando fazer aqui, e que também é muito importante, que é tentar punir quem já está com a investigação concluída, onde há indícios, provas, com processo em curso, para que não prescreva etc. Esse esforço do CNJ etc.

Seria bom que pudéssemos fazer essa lista, esse inventário. A partir de sua proposta, eu me proponho a estudar junto à OAB. Estou à sua disposição, mas tenho dificuldade de ver a concretização dessa proposta como possível dentro do esquema constitucional que nós temos. Porque também não podemos concretizar uma proposta – não seria de bom alvitre –, para depois ela vir a ser objeto de inconstitucionalidade. É preciso que façamos isso com cuidado, até porque o Supremo pode, e deve, se assim achar, declarar a inconstitucionalidade.

Quero dizer também, Senador, que fico estarrecido quando vejo o Estado brasileiro, *lato sensu*, com todas as suas forças, dizer que não pode dar garantia de vida a todos os ameaçados. É preciso que renovemos esses esforços, essas cobranças, porque não é possível que aconteça um caso só sem o amparo do Estado. Afinal de contas, são centenas de pessoas que estão correndo risco de vida, com mais familiares ainda correndo o risco de perderem seus pais, suas mães etc.

A federalização é um caminho importante, e vamos trabalhar nesse sentido. Inclusive foi lá em Pernambuco que se conseguiu a primeira federalização – no caso do assassinato do advogado Manoel Mattos. Foi um pedido nosso, quando eu era Presidente da OAB de Pernambuco. E, naturalmente, tem que ser feito por meio do Ministério Público, que tem legitimidade para isso, como o Dr. Antônio sabe. E acho que é uma proposta a ser perseguida por todos nós, a criação, como disse o nosso nobre representante do MP federal, de várias agrárias, promotorias agrárias, delegacias agrárias em todo o Brasil, além de ver, com muito bons olhos, sua proposta da criação de um tipo de ameaça qualificada, quer dizer, do estudo de uma proposta com a finalidade de se criar um tipo penal específico. Acho que depois poderíamos entrar em contato para discutir melhor essa proposta. A OAB poderia talvez encampar essa proposta da criação desse tipo penal específico. Vejo isso com muito bons olhos. Acho muito lúcida, muito importante essa contribuição.

Quero agradecer mais uma vez e colocar-me à disposição ainda mais uma vez.

Obrigado Senador Paim. Parabéns, mais uma vez, pela sua ideia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Jayme Jemil Asfora Filho, que falou pela OAB.

E só para lembrar que nós falávamos aqui, procurador, que esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Se alguém nos apresentar aqui uma minuta de projeto, em nome de uma entidade de caráter nacional, eu a acato e, como Presidente da Comissão, indico o relator. Naturalmente, no momento em que acatei, é porque vi que o projeto é de interesse da Comissão de Direitos Humanos e da sociedade brasileira. Indico o relator, o relator dá o parecer, aprovamos a iniciativa e o projeto começa a tramitar no Senado e depois na Câmara, em nome da Comissão de Direitos Humanos, respeitando a entidade de origem, que foi quem fez a proposição.

Então, fica essa possibilidade de encaminharmos esse projeto junto.

Passo a palavra ao Padre Dirceu Fumagalli, que coordena a CPT, Comissão Pastoral da Terra.

O SR. DIRCEU FUMAGALLI – Obrigado, Senador Paulo Paim, a quem quero parabenizar também pela iniciativa, que acho foi de extrema importância.

A CPT sente-se contemplada, não por mérito, mas, quando ela faz esse trabalho, esse serviço de registrar os conflitos, e quando vem a público também explicitar essa realidade, o objetivo é este mesmo: provocar o debate, chamar a atenção da sociedade brasileira e dos organismos responsáveis para uma realidade que muitas vezes parece meio que relegar a questão do campo como um espaço ultrapassado, ou onde a paz se estabelece. Acredita-se que viver no campo é muito bom, que se respira ar puro, e assim por diante, mas, na verdade, não se respira mais ar puro, porque só respiramos o agrotóxico, e não vivemos em paz, porque somos extremamente ameaçados.

Então, acho importantíssimo o peso que se deu a esta audiência, com a participação de muitas entidade convidadas que se colocam com o único objetivo de tentar a superação desse problema.

Eu queria registrar nesta Casa três questões básicas, uma já reforçada pelo Willian: por aqui vai passar a questão dos ajustes do Código Florestal, de extrema importância para isso; eu acho que vale a pena a gente reforçar isso.

Estamos em plena campanha para o limite da propriedade – tema que passará por aqui. Quem sabe esta Comissão de Direitos Humanos possa propor uma PEC para limitar o tamanho da propriedade, porque é uma questão absurda no Brasil o fato de que pode haver propriedade com milhões de hectares. Em países desenvolvidos, e em países nem tão desenvolvidos assim, já existe o limite de propriedade, e nós temos de fazer isso. Quanto maior a propriedade, maior é o poder econômico, que inclusive gera a violência no campo.

Depois, outro ponto é a questão do trabalho escravo, uma das grandes situações de violência contra os direitos da pessoa, e já faz dez anos que está engavetado isso pelos Poderes Legislativos. Então, a nossa expectativa é que continuemos o diálogo, que continuemos, de fato, buscando alternativas, e que somemos esforços para que o campo, de fato, cumpra sua função social de produzir alimentos, alimentos de qualidade, principalmente para abastecer a mesa do povo brasileiro. E que aqueles e aquelas que se colocam e se dedicam a vida toda para isso sejam reconhecidos e valorizados no direito de defesa de sua vida.

Muito obrigado a todos e a todas, e peço licença, porque tenho um compromisso no final do dia em Goiânia, e tenho que enfrentar o trânsito até lá. Assim, eu me retiro daqui a pouco, o.k.?

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Pe Dirceu Fumagalli, coordenador da CPT.

Sobre os três encaminhamentos, falarei bem rápido, e só encerro no final: quanto à PEC do Combate ao Trabalho Escravo, estamos juntos, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado. Estamos peleando para que a Câmara aprove. Ela nasceu de um ex-Senador, se não me engano, o Senador Ademir Andrade.

Sobre a segunda questão – está aqui o Urbano ainda –, eu recomendaria que a Contag entrasse com esse projeto aqui. Muita gente não sabe que esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Basta só a assinatura de uma entidade nacional, no caso, a Contag, para que essa segunda proposição levantada pelo Padre entre como um projeto aqui, indicamos o relator, e ele passa a tramitar em nome da Comissão de Direitos Humanos. O.k.?

O SR. DIRCEU FUMAGALLI – O.k. Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto à questão do Código Florestal, somos parceiros. Há uma fala feita pela Presidenta Dilma que peço me permitam repetir – ela a fez na bancada dos Senadores do PT: se o Senado aprovar exatamente como saiu da Câmara, ela veta o projeto. Vai ser vetado. Então, há um debate muito grande aqui no Senado para que a gente faça as devidas correções no Código Florestal, para que não seja aprovado como veio da Câmara dos Deputados. E aí, claro, vamos discutir

juntos quais as correções; a Comissão terminativa é a Comissão de Meio Ambiente, o Senador Rodrigo Rollemberg é o Presidente daquela Comissão e já indicou o Senador Jorge Viana, do PT, para ser o Relator.

Então, no meu entendimento, aqui vai ser diferente do que foi na Câmara. Essa é a intenção.

Passamos a palavra para o Sr. Antônio Sérgio Escrivão Filho, advogado e assessor jurídico da Terra de Direitos. V. Sª dispõe de 3 minutos.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO – Para agradecer, mais uma vez o convite à Terra de Direitos e saudar, novamente, a iniciativa desta Comissão na pessoa do seu presidente, Senador Paulo Paim, da importância, realmente, de levantar o debate, trazendo a sociedade à discussão, para a complementação de informações e compreensões sobre o tema e, também, nas medidas de encaminhamentos que certamente sairão desta reunião.

Então, eu ressaltaria algumas delas neste momento, talvez essa mensagem, Senador, da base aliada e da Comissão de Direitos Humanos à Presidenta Dilma, ao Governo, no sentido de que a retomada da política agrária no Governo é de suma importância para a lida da questão que estamos tratando aqui.

A segunda medida seria também, talvez, esta Comissão – e faço aqui a sugestão ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, também estaremos conversando com o Dr. Jaime – oficiar o Conselho Nacional de Justiça, em especial o fórum de assuntos fundiários, para entrar em cena no combate a essas mortes, implementando as recomendações dos dois encontros nacionais do fórum de assuntos fundiários, o Desembargador Dr. Gercino esteve presente em todas elas, sempre com uma postura combativa e ao lado das forças da sociedade nesse sentido, especialmente oficiando também na abertura do comitê executivo do fórum de assuntos fundiários, que é composto por seis magistrados – que realizam o seu trabalho, certamente – e o próprio CNJ tem uma composição heterogenia, com a participação da sociedade, OAB, Ministério Público. Então, o comitê executivo seria também interessante que ele tivesse uma composição heterogenia. O Incra já oficiou o fórum de assuntos fundiários nesse sentido, a sociedade talvez também seja motivo para essa comissão.

Rapidamente, também, chamando, oficiando e dialogando com a Corregedoria Nacional de Justiça. A Ministra Eliana Calmon tem sempre se posicionado de maneira combativa e aberta ao diálogo nas questões relacionadas aos direitos humanos, para também ter uma atenção especial não somente aos crimes, mas, especialmente, a esses quatrocentos processos ligados à reforma agrária e regularização fundiária. Eu só ressalto que são processos em que não há empenho de orçamento, porque as ações judiciais de desapropriação estão paralisadas com o depósito judicial realizado. Então, é dinheiro público que está parado no banco, aguardando o andamento judicial e a retomada de terras públicas, então, também não envolvem empenho do orçamento.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Advogado Antônio Sérgio Escrivão Filho, assessor jurídico da Terra e Direitos, organização dos direitos humanos. E as suas sugestões, todas anotadas, serão encaminhadas, pode ter certeza.

Por uma questão de justiça, o procurador lembra aqui que quem lhe apresentou a idéia desse projeto, que a OAB poderá, inclusive, se assim entender, apresentar aqui em nome da OAB, foi a Promotora Agrária Ana Maria Magalhães de Carvalho.

Passamos a palavra ao Delegado Sílvio Cezar Maués Batista, Diretor da Polícia do Interior, DPI, representando o aqui o Dr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará.

O SR. SÍLVIO CEZAR MAUÉS BATISTA – As minhas considerações finais são no sentido de agradecer o convite e de fazer parte deste momento. Eu acho que toda a situação de debate é extremamente importante e nos permite trazer uma visão diferenciada, porque discutir uma demanda fora do foco, trazendo uma visão distante, às vezes, gera uma leitura distorcida dos fatos e a gente poder vir representando o Estado e repassar não uma simples visão, mas a leitura do que, de fato, está acontecendo no Estado do Pará, o que, para nós, é de extrema importância. Então a gente aproveita e parabeniza esta Comissão e V. Exª, Sr. Presidente.

E dizer também a todos que o Estado do Pará continua firme no compromisso de transformar essa realidade, no sentido de apurar suas instituições; de investir no sentido de combater todas as desigualdades, principalmente a busca pela eliminação desses conflitos, dessa tensão que acaba trazendo um desgaste na imagem do Estado – e isso tem a ver com prejuízo na busca por investimentos: o Estado do Pará, como todos os Estados da Região Norte, é um Estado que precisa se desenvolver. Nós temos um fluxo migratório muito grande e precisamos atrair investimentos para o nosso Estado, a fim de que isso possa de alguma forma contemplar as famílias que chegam ao Estado e, daí, você trabalhar as distorções das desigualdades sociais que são extremas.

Uma imagem como a que acabou se estigmatizando, no que tange ao meu Estado, funciona como um fator que afasta os investimentos. Nós precisamos,

a todo custo, avançar no sentido de levar para todo o país e para fora do país a ideia de que temos o compromisso de transformar.

O Pará está buscando investir na melhoria de suas estruturas; a Polícia Judiciária do nosso Estado vem recebendo investimentos e tem projeções de investimentos. Mas a gente não pode se esquecer de um detalhe – e falo como operador do Direito, como profissional de segurança: a nossa limitação e o nosso norte é o sistema legal que temos no país. Então, enquanto operador do Direito, a gente não pode se afastar nunca daquilo que a Lei contempla. E, da mesma forma, toda ação acaba sendo formal. Isso exige uma relação diferenciada. Por quê? Aquilo que você vai produzir como resposta para a sociedade acaba sendo lento; não é aquilo que a sociedade espera. E, muitas vezes, a sociedade espera que as instituições que operam o Direito deem uma resposta que não está dentro da instituição, mas, sim, no próprio ordenamento jurídico.

Então, é outro processo.

Esta é uma Casa de absoluta e fundamental importância para o país, é por aqui que as coisas, que a gente tem como norte para as soluções, acabam sendo construídas.

Quero novamente agradecer a todos pela oportunidade, e dizer que estamos em busca de melhorar a cada dia, no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas*.)

Muito bem, Delegado Silvio Cezar Maués Batista, que representou aqui o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, Luiz Fernando Rocha.

Eu quero lhe cumprimentar, porque, muitas vezes, quando o foco do debate é um ou outro setor, é um ou outro Estado, muitos se omitem, não vêm para o debate. Então eu fico muito chateado, fico triste até com a omissão. Quer dizer, vem aqui, coloca o seu ponto de vista, faz a sua defesa, explica – às vezes, pode não convencer, mas, pelo menos, não se omitiu de vir dar o seu ponto de vista sobre o tema em debate.

Por isso, os meus cumprimentos.

O pior são aqueles que se omitem e, muitas vezes, não vêm, como foi um caso recentemente. Vou dizer com pesar, porque envolvia a Petrobrás: não veio ninguém da Petrobrás, e as pessoas que estavam aqui falaram o que entenderam. E quem estava assistindo a TV Senado não ficou sabendo o que a Petrobrás, efetivamente, pensa sobre – e vou dizer o que é – a máfia dos combustíveis. As denúncias foram da maior gravidade em matéria de máfia, de uma quadrilha, de uma gangue que se montou neste país. E não são todos, estavam aqui os donos dos postos de gasolina. Eles pediram pelo amor de Deus que se fizesse alguma coisa. E dizia-me um deles, que estava aqui, que chegaram a trazer 3.000 donos de postos a Brasília, pedindo que houvesse alguma interferência.

Como a Petrobras não veio e, se não me engano, a Agência Nacional de Petróleo também não veio, ficou só uma versão dos fatos. E isso não é bom para a democracia, não é bom para ninguém, porque não houve o contraditório.

Por isso fiz questão de dar esse destaque. O Estado do Pará, de fato, é o centro do debate nessa questão. Pelo menos tem sido aqui na Casa – e estou sendo muito franco, ouviu delegado? –, tanto no plenário, como aqui nas comissões. E foi importante V. Sª expor aqui o seu ponto de vista, reconhecendo que existe o problema e apontando na sua visão o que poderia ser feito para avançarmos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Willian Clementino da Silva Matias, Secretário de Política Agrária da nossa Contag.

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS – Primeiro, em nome da Contag, quero agradecer pela oportunidade de a gente estar aqui falando. Talvez se Alberto não estivesse em viagem, ele viria falar. E me sinto tão mal quando parece que a gente faz legislação em causa própria.

Em segundo lugar, eu quero, antes de encerrar, dialogar com o nosso Delegado lá do Estado do Pará, porque penso que precisamos ser grandes parceiros – movimento social com o Governo do Estado do Pará. Aqui não há ninguém desentendido do processo de violência no campo; nós sabemos de todos os cantos por onde ela roda, e nós ainda morremos em nome do Estado democrático de direito, porque o Estado e os executores das políticas de estado tampouco são ameaçados quanto nós somos, mas nós morremos em nome do Estado de direito. Queria, assim, abrir esse diálogo com você, porque acho que é fundamental a gente continuar conversando. Este é um primeiro momento, mas eu vou me encontrar com você nesta luta contra a violência no campo.

Senador Paulo Paim e demais aqui presentes, Senador Cristovam – e, se fala em Senador Cristovam, a gente já vê educação –, para a gente combater a violência no campo na prática, para no futuro a gente ter algumas coisas mais rentáveis, nós vamos ter de começar pela educação. E vocês sabem onde é que o outro lado da moeda nos imputou? Foi quando nós propusemos, pelo Pronera, através do Incra, um curso de Direito Agrário, que o Dr. Gercino conhece, para filhos de agricultores familiares assentados pela reforma agrária. Todos os setores reagiram contra esse curso, alegando que nós não podíamos ter esse privi-

légio, ou seja, nós só somos passíveis de sermos endireitados pelos outros, mas nós fazemos o exercício, a prática jurídica do direito nós não podemos. Então, o Curso de Direito de Goiás precisa continuar e nós precisamos abrir outros cursos. Os nossos cursos de pedagogia que nós propusemos pelo Incra nenhum foi questionado, porque ficou para nós esse serviçozinho de fazer pedagogia e estudar história, inclusive nossos companheiros que já morreram.

(*Palmas*.)

Por outro lado, a gente – e aí eu achei bom eu ficar olhando para esta Mesa, porque esta é a Mesa real onde nós precisaríamos bater vários papos na história –, primeiro, precisa conversar muitas coisas, porque o próprio Estado também é negligente – e não estou responsabilizando o Estado pelo Estado. Mas, agora mesmo, a Ferrovia Norte-Sul, aqui em Goiás, está arrombando os nossos trabalhadores assentados pelo Incra, o que vai gerar vários problemas, inclusive com autorização do Estado brasileiro, através do Incra, que não consultou o próprio povo.

Então, é esse tipo de problema que nós vivenciamos. Nós temos uma reação do outro lado da moeda e temos uma reação do governo, que não dialoga com a sociedade para resolver esses problemas. E eu não acredito no governo que governa o povo; eu acredito no governo que governa com o povo. E qualquer governo que quiser dar certo precisa fazer isso.

Encerro dizendo o seguinte: se eu me ausentar aqui tão logo é porque eu vou acompanhar a Joelma, que ligou agora, da Coordenação do Programa de Proteção a essa coisa aí que eu não sei dizer o nome todo, porque vai ter uma reunião com ela agora, às 14h, e ela já me ligou pedindo que eu acompanhasse, que ela está...

(Interrupção do som.)

O SR. WILLIAN CLEMENTINO DA SILVA MATIAS – (...) relação a pessoa que acompanha. É uma crise muito ruim.

E queria dizer, para finalizar, que, quando eu falava do projeto de desenvolvimento que o País precisa ter – e eu dizia ali para uma repórter –, entendo que, para nós continuamos a ter orgulho de produzir alimento para esse País e propondo um Brasil sustentável, nós precisamos ainda convencer aqueles que vivem no ar condicionado, que me provoca tosse, alergia e um monte de coisas, que nós somos importantes, que isso é importante para o Brasil. O que o outro lado da moeda, que diz que produz alimento, produz é uma coisa que eles chamam de *commodities*, que é só para exportar, que é gerar divisa, mas divide mesmo, divide cada vez os mais pobres dos mais ricos. E a gente nunca tem acesso a isso.

Então, eu findo dizendo dessas angústias que nós temos ainda por fazer. E, Senador, eu acho que nós vamos precisar conversar melhor com o centro do nosso governo. Digo nosso porque esse é o Governo do Partido dos Trabalhadores, é o governo do Brasil. Mas não dá para o governo ignorar que a Reforma Agrária não seja um processo de combate à miséria à violência. E o Governo brasileiro não esboçou nenhum gesto. Nós tivemos as jornadas de todos os movimentos sociais e de janeiro para cá não saiu um decreto para fins de interesse social, até mesmo o Incra ir fazer a vistoria. Todo o processo que conhecemos.

Não fizer isso, não se combate a violência, a miséria nem a pobreza. Isso aqui não é só discurso, é sentimento. Isso dói quando parece que estamos colocando emoções. Mas estamos colocando emoções, porque somos seres humanos constituídos de vários fatos da nossa história que não podem ser escondidos. Fico muito agradecido e espero termos várias oportunidades para conversarmos sobre temas que parecem que não existem, mas que existem em quantidade na sociedade. *(Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Wiliam, que representou muito bem a Contag.

Urbano, é importante isso. Há uma geração nova que você é formador dessa geração. Meus cumprimentos a você, Urbano e, naturalmente, ao Wiliam.

Passo a palavra ao Luciano Brunet, Diretor do Incra.

O SR. LUCIANO BRUNET – Sem dúvida, a primeira coisa a fazer é o elogio ao Senador Paulo Paim, Senador do meu Estado o qual tive a honra de votar, e de acompanhar a sua trajetória, desde o tempo do Sindicado Metalúrgico de Canoas, lá dentro da Fase. Temos o orgulho de estarmos ao lado do Senador Paim, num momento como esse .

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muitos cursos de formação que a Fase deu.

O SR. LUCIANO BRUNET – Em segundo lugar, a importância dessa reunião aqui é porque a gente não pode deixar barato, pessoal. O que aconteceu e está acontecendo neste início de ano é algo que podemos publicizar o que for possível. A sensação que temos, estamos lá trabalhando há 5 anos, na Região Norte, é a de que o pessoal passou, como se estivessem congelados, e, de repente colocassem a cabeça para fora e voltassem com ousadia a matar trabalhadores rurais. Não estou dizendo que anteriormente não existiam conflitos, mas a impressão que dá é a de que há uma nova leva, como se de repente as pessoas resolvessem que agindo dessa forma resolveriam os conflitos e há um momento de a sociedade brasileira dizer que

isto deve voltar ao passado de onde realmente nunca deveria ter saído. Daí a importância dessa reunião e das iniciativas que estão sendo tomadas, a importância de, sem dúvida nenhuma, que o Procurador chamou a atenção da nossa coordenação nacional de combate à violência no campo seguir trabalhando esses conflitos e a importância de colocar a Reforma Agrária e a questão fundiária no centro dos problemas desse País. Encarar isso como um problema dos Estados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Luciano Brunet que falou pelo Incra e lembrou os meus tempos de jovem. Jovem, nada, eles eram os meninos se formando na universidade e eu um peão da fábrica e eles resolveram que eu tinha que conhecer mais e passaram a me proporcionar cursos de formação na Fase e no Incra. E, por culpa de vocês virei Senador. Vocês são culpados disso.

Passo a palavra ao Cláudio Gomes, Coordenador Geral da Polícia Fazendária do Departamento de Policia Federal.

O SR. CLAUDIO GOMES – Senador Paulo Paim, mais uma vez, referendando a impossibilidade de participação do Ministro José Eduardo Cardozo em razão de problemas de saúde e agradecer a oportunidade de colaborar na discussão de um tema tão importante que afeta, principalmente, àquelas pessoas mais necessitadas. Quero dizer, de forma bem objetiva, que a Polícia Federal tem já no seu hino a defesa dos Direitos Humanos como uma bandeira e a Polícia Federal não vai deixar de executar o que for necessário para o cumprimento dessa missão constitucional .

Gostaria de agradecer a oportunidade de manifestação e estamos à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cláudio. Pode ter certeza de que há um grande respeito desta Comissão e também da sociedade brasileira com a nossa Polícia Federal.

Dr. Marco Aurélio Pereira de Moura, também da Polícia Federal, ambos representando o meu amigo Eduardo Cardozo, que tenho certeza de que viria aqui se não tivesse com problema de doença. Por favor.

O SR. MARCO AURÉLIO PEREIRA DE MOURA – Bem, Senador, como disse o Major Aragon, falar por último tem as suas vantagens: acaba poupando-nos algumas palavras. Na realidade, gostaríamos de agradecer o convite que foi feito aqui para debater esse importante tema, como disse o Dr. Cláudio, ressaltando a preocupação que a Polícia Federal tem com a temática direitos humanos. É uma divisão que existe, desde 2002, na estrutura formal da Polícia Federal e está subordinada diretamente à nossa Coordenação-Geral. Um dado público, que faço questão de ressaltar, é que, de toda a documentação que ingressa na nossa Coordenação-Geral, eu afirmo com precisão milimétrica, 80% se refere à questão de direitos humanos. Por aí, já se tem ideia da importância que o tema tem dentro da Polícia Federal.

Gostaria de reiterar as palavras do Dr. Cláudio e dizer que a Polícia Federal está à disposição dos senhores para aprofundar os debates e também colaborar no que for possível e que estiver dentro da sua esfera de atribuições. Então, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marco Aurélio, que mais uma vez reafirma a posição da Polícia Federal com políticas de direitos humanos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional. Eu posso até dizer que vi com muito bons olhos o momento que a Força Nacional passou a se deslocar por inúmeras áreas do nosso País na defesa do nosso povo, da nossa gente. Por isso é uma alegria V. Sª ter aceitado o convite e estar aqui com a gente.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON – Muito obrigado, Senador. Nós também agradecemos o convite. Aqui representamos a Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, na pessoa da Secretária Nacional, Regina Miki, vinculada ao Ministro José Eduardo Cardozo.

A Força Nacional, como o senhor bem disse, começa a se tornar um ente da Federação mesmo. Nós estamos hoje, agora, neste momento, em 53 operações diferentes, que vão de operação de bombeiros, o resgate que está sendo feito agora em Roraima, operações de fronteiras, em apoio à Polícia Federal, ou operações em geral aos Estados que estão enquadrados à Operação Defesa da Vida.

Mas reforçando, assim como a Polícia Federal, a Senasp, nos últimos cinco anos, se preocupou bastante em mexer na superestrutura da polícia brasileira. Quinhentos e oitenta e oito mil alunos foram formados nos últimos quatro anos e o curso mais procurado é o de Direitos Humanos, com 230 mil alunos, que frequentaram de livre e espontânea vontade o curso de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Na Força Nacional, a primeira instrução, fui eu o primeiro instrutor, em 2004, foi aula de Direitos Humanos. Então já está no currículo da Força, quando a Força inicia, e também, em contato direto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, todos os cursos da Força Nacional tem Proteção a Defensores de Direitos Humanos, é obrigatório, está no currículo e também Manejo, como lidar com conflitos agrários, que foi uma construção com o Dr. Gercino.

Nós estamos progredindo, vendo as necessidades, e essa riqueza de trabalhar com as 27 unidades da Federação e todas as corporações: Bombeiros, Polícias Militares, Polícias Civis e perícias das 27 unidades da Federação, que nos permite identificar as falhas e corrigir os erros.

Muito obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Augusto Aragon, Diretor da Força Nacional. Aquelas fotos que V. Sª trouxe aqui ilustram bem o trabalho com as comunidades quilombolas e sensibilizaram a todos. E, falando em quilombolas, com a palavra a Evane Lopes, Líder das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

A SRA. EVANE LOPES – Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador por essa iniciativa. Vimos que estamos avançando, graças a Deus, devido à sensibilidade de muitas pessoas que viram a necessidade, como o Senador, de criarmos comissões como essas. Isso faz com que nós, da Conaq, possamos ter mais força para irmos aos quilombos, fortalecendo nossos companheiros e mostrando a eles que não estamos sozinhos, como há muito era pensado. Isso vem trazer para nós uma esperança maior de podermos continuar lutando pelos nossos direitos, como já foi colocado.

Gostaria de agradecer a sugestão que me foi feita pelo senhor, de que eu seja incluída no programa de proteção.

Esse programa de proteção já existe em Minas Gerais, e eu fui procurada por eles. Fico tranquilizada por isso, mas, ao mesmo tempo, preocupada, porque, enquanto eu sou protegida, outras vidas são ceifadas. Então, eu gostaria que essa proteção alcançasse não somente a mim, mas a todos os meus irmãos quilombolas, que passam pela mesma situação que eu.

E gostaria também de deixar aqui uma proposta, talvez até um pouco ousada, de que fosse – uma vez que foi colocado aqui que quase não se conhece esta Comissão de Direitos Humanos –, Senador, estudada a possibilidade de se realizarem audiências públicas estaduais. Não sei se haveria essa possibilidade, mas seria uma forma de fazer com que os militantes, os defensores, e até mesmo aqueles que os repreendem, conhecessem e soubessem que existe esta Comissão que se preocupa com essas pessoas, que elas não estão abandonadas.

Então, gostaria que essa proposta fosse pensada com carinho, essa possibilidade de se realizarem audiências estaduais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Evane.

Quero dizer que esta Comissão se sente homenageada com a sua proposta de irmos aos Estados para fazermos este mesmo debate com apenas um objetivo: a defesa dos direitos humanos, a valorização das pessoas.

Cumprimento-a pelo seu trabalho. Conheço bastante a realidade dos quilombolas. Sei que muitas comunidades vivem no que chamamos de casa de pau a pique, onde, infelizmente, o chão continua sendo de terra mesmo.

Tenho um projeto aqui, no Congresso, de um novo espaço quilombola, para que cada comunidade quilombola tenha um centro olímpico – coloquei no Orçamento da União –, para que a comunidade tivesse um espaço para praticar esporte, para estudar, para dançar, para bailar, para cantar, para o teatro, enfim, aquilo que é assegurado nos bairros das grandes cidades. Vemos uma dificuldade enorme de a luz chegar, de a água chegar às comunidades quilombolas. Eu tenho acompanhado o trabalho dos quilombolas. Posso dizer que, no meu último encontro numa comunidade quilombola em Santa Maria, o momento que mais me emocionou foi quando eu pude dizer para a molecada: "Digam em sala de aula que vocês têm um Senador quilombola". Porque o negro que não entende que é descente de quilombola nem sabe da razão da vida dele. Então, eu sou um Senador quilombola. *(Palmas.)*

Como havíamos combinado, terminamos com a palavra do Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E aqui eu posso dizer o que muitos lhe disseram: que o senhor tem tentado fazer um grande trabalho nessa área e, se não fez mais, é porque, infelizmente, o conflito da terra, todos sabemos, é muito grande.

Meus cumprimentos. E peço uma salva de palmas antes de o Dr. Gercino começar a falar. *(Palmas.)*

O SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Muito obrigado.

Senador Paulo Paim, eu quero acompanhar as propostas do Dr. José Elaeres e sugerir, respeitosamente, que esta Comissão faça gestão junto ao Conselho da Justiça Federal, para a criação de Varas Agrárias Federais; junto aos Tribunais de Justiça, para a criação das Varas Agrárias Estaduais; junto aos procuradores-gerais de Justiça, para a criação das Promotorias de Justiça Agrária Estaduais; junto aos governadores, para criação das Defensorias Públicas Agrárias; ainda junto aos governadores, criação também de Polícias Militares Agrárias e Polícias Civis Agrárias. Vou mandar a V. Exª a relação dos Estados onde já existe e dos Estados que não têm essa especialização, facilitando, assim, a atuação de V. Exª.

Outro pedido que quero fazer é que a Comissão faça gestão no sentido de fazer tramitar um projeto de lei que está na Câmara dos Deputados que, se aprovado, vai obrigar os juízes a, quando julgarem as questões possessórias, examinarem se aquele imóvel objeto da prestação jurisdicional cumpre ou não cumpre a função social da propriedade, porque é mais uma coisa que vai diminuir a violência no campo. Quando eles não analisam a função social da propriedade, muitas vezes uma liminar concedida provoca conflitos agrários, provoca violência.

A outra coisa é responder, perante a nossa Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e perante a Ouvidoria Agrária Nacional, sobre a questão levantada pelo Senador Cristovam no que se refere às pessoas que praticam as ameaças; tratamos da seguinte forma: quando isso chega ao nosso conhecimento, nós nos dirigimos às autoridades daquele local, à comarca onde estão acontecendo as ameaças, comunicando que aquela pessoa está ameaçada e comunicando que os ameaçadores são fulano, sicrano e beltrano. E pedimos as providências cabíveis ao caso.

São essas as sugestões que, respeitosamente, faço à Comissão. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, procurador, nosso desembargador e ouvidor agrário.

Eu só peço que, se V. Exª puder entregar aqui suas sugestões para a nossa Assessoria... Rascunhadas mesmo. Depois nós encaminhamos.

Enfim, só quero agradecer a todos. Todas as sugestões encaminhadas vamos resumir em um documento e vamos encaminhar para as áreas competentes. Aquilo que for da alçada do Congresso, do Senado, nós encaminharemos, inclusive aquela proposta que o procurador encaminhou em nome da Promotora Ana Maria. Faremos aqui a ponte com a OAB.

Gostaria de agradecer a todos. Sei que esta é uma caminhada de todos nós, a caminhada de combate à violência no campo. Estamos aqui falando de salvar vidas, e lembro-me de uma audiência pública que fiz com a participação de um poeta famosíssimo, que me disse, no encerramento da audiência: "Paim, queremos que o olhar dos políticos do Senado da República seja deslocado para o horizonte, para a floresta, para o planeta, mas também para as crianças da floresta". Para mim, essa frase "crianças da floresta", vinda desse poeta, significa todo o sentido da vida. Isso tem muito que ver com o que debatemos aqui hoje.

Então, agradeço a todos por este momento tão importante, por esta audiência que foi transmitida ao vivo para todo o País. Vamos inclusive pedir que uma cópia seja encaminhada a todos os Senadores e vamos remetê-la também aos Poderes constituídos que têm compromisso com esta causa.

Permitam que eu ainda aprove rapidamente alguns requerimentos, inclusive do Senador Suplicy.

Vou encaminhar à votação requerimento de minha autoria:

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro realização de audiência pública para discutir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Passo a ler outro requerimento baseado no mesmo artigo:

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro realização de audiência pública para discutir a erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Esse requerimento já foi colocado aqui, e faremos uma audiência pública que será pautada principalmente pela PEC que trata do tema.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Segue outro requerimento de nossa autoria, baseado também no art. 93.

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro realização de audiência pública junto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social [que coordeno em outra Comissão], para debater a questão da redução da jornada de trabalho, mas, também, a redução dos encargos sobre a folha de pagamentos.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública para debater a situação – como eu disse na abertura dos trabalhos – dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas, pelas denúncias que recebi de diversas partes do mundo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

E o último, que não estava na pauta, e peço para que seja incluído na pauta. É de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e eu assino com ele, falando sobre essa questão dos presídios.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Só posso agradecer a todos e quero encerrar me dirigindo a você, Ivana Lopes, que essa sua proposta de fazermos audiência pública nos Estados sensibilizou esta Presidência e vamos viabilizar para que isso aconteça o mais rápido possível.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas*.)

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 04 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS.

Às doze horas e quatorze minutos do dia quatro de maio de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora (Ângela Portela), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: Ângela Portela, Lídice da Mata, Sérgio Petecão e Ana Rita e o não membro Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como pauta a apresentação e apreciação do plano de trabalho para o biênio 2011/2012 da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher: Objetivo Geral: Encaminhar proposições e organizar debates sobre temas relativos à qualidade de vida da Mulher. Objetos específicos: aprofundar a discussão de temas e proposições relativas à presença da Mulher na sociedade brasileira; discutir questões relevantes e emergentes que dizem respeito às mulheres brasileiras nos espaços públicos e privados; convidar autoridades, atores e movimentos de mulheres para debater os temas e propor ações a favor da igualdade política da mulher na sociedade brasileira; dos Temas: Violência doméstica: Lei Maria da Penha; Mulher e Orçamento; Objetivo: debater os programas e ações com recorte de gênero nas Leis Orçamentárias de modo a dar maior visibilidade às políticas voltadas para as mulheres brasileiras; quotas para mulheres no Sistema Eleitoral; Feminilização da Pobreza; acesso das mulheres ao mercado de trabalho/A autonomia econômica e financeira das mulheres; valorização do trabalho doméstico; política educacional e cultural com perspectiva de gênero, raça/étnica; atenção à saúde da mulher; combate à violência e a exploração sexual; tráfico internacional de mulheres; propostas de outros temas. A Senadora Ana Rita faz o encaminhamento para que o tema "Reforma Política sobre o ponto de vista das mulheres" seja incluído nos temas a serem discutidos pela Subcomissão. A Senhora Presidente faz o encaminhamento para que esta Subcomissão reúna-se sempre às doze horas, nas quartas-feiras, que é acatado pelos membros. Extrapauta. Item 01. Requerimento nº 01, de 2011 – SPDM, que requer a realização de audiência pública para debater a participação da mulher na política. Convidados Secretária de Políticas Públicas; Instituto Patrícia Galvão; Fundação Perseu Abramo; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Doutora Lúcia Avelar, Professora e Pesquisadora da Universidade de Brasília - UNB. Autoria Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra as seguintes senhoras Senadoras e Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ângela Portela,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião tem como pauta a apresentação e a apreciação do plano de trabalho para o biênio 2011/2012 da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. O objetivo geral é encaminhar proposições e organizar debates sobre temas relativos à qualidade

de vida da mulher. Temos como objetivos específicos aprofundar a discussão de temas e proposições relativas à presença da mulher na sociedade brasileira, discutir questões relacionadas relevantes e emergentes que dizem respeito à mulher brasileira nos espaços públicos e privados, convidar autoridades, atores e movimentos de mulheres para debater os temas e propor ações a favor da igualdade de política da mulher na sociedade brasileira.

Dos temas "violência doméstica", "Lei Maria da Penha", "mulher e orçamento", objetivo de debater programas e ações com recorte de gênero nas leis orçamentárias, de modo a dar maior visibilidade às políticas voltadas para as mulheres brasileiras. Cotas para Mulheres no sistema eleitoral; feminilização da pobreza; acesso das mulheres no mercado de trabalho; autonomia econômica e financeira das mulheres; valorização do trabalho doméstico; política educacional com perspectiva de gênero, raça e etnia; combate à violência e à exploração sexual; tráfico internacional de mulheres; propostas de outros temas.

Então, queríamos colocar para apreciação esse plano de trabalho para as atividades da Subcomissão dos Direitos da Mulher.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, eu gostaria parabenizar a nossa Senadora Angela Portela, que preside esta Subcomissão, pela sua disposição, pela coragem e pelo estímulo que V. Exª está tendo em conduzir este trabalho de extrema importância para todas nós, mulheres brasileiras.

O que discutimos aqui, com certeza, Senadora, tem o impacto e tem um rebatimento muito forte na sociedade e, com certeza, prioritariamente, sobre as mulheres brasileiras.

Eu gostaria de dizer, Senadora, que os temas aqui propostos são extremamente importantes. Os temas são atuais, são temas que a gente já vem levantando nos diversos momentos de nossas reuniões, de nossas conversas. Inclusive, acabamos de ouvir, cedo, de duas audiências públicas. Uma, sobre saúde, com o Ministro Padilha. Ele também coloca no Plano Nacional de Saúde toda a questão voltada para a saúde da mulher, que é extremamente importante; e uma outra audiência pública, em que se estava discutindo a questão da educação. E é necessário também discutir educação sob o ponto de vista das mulheres. Os temas aqui colocam isso.

Então, eu gostaria apenas de sugerir, Senadora, que pudéssemos, para iniciar nossos trabalhos, realizar, aqui, na Subcomissão da Mulher, uma discussão sobre a reforma política do ponto de vista das mulheres, convidando entidades da sociedade civil, universidades que têm acúmulo nessa discussão, para que a gente possa aprofundar mais.

Fizemos todo um debate na comissão que discute reforma política aqui, no Senado. Sabemos que também há Senadores que estão discutindo esse tema na Câmara Federal, mas esse debate não se esgota nas comissões. Ele, com certeza, será intensificado no plenário do Senado e também no plenário da Câmara Federal. E, mais do que nunca, precisamos levar esse debate para a sociedade, e esta Comissão tem esse papel de ajudar, de contribuir com essa discussão para que a sociedade também acompanhe esse debate e possa compreender melhor a importância da reforma política para a vida das mulheres e, particularmente, para a participação da mulher nesses espaços, nos espaços de poder, como é o caso dos espaços institucionais.

Então, eu gostaria de propor – posteriormente, encaminharemos, oficialmente, um requerimento – que, na próxima reunião nossa, a gente faça essa audiência pública para discutirmos, então, a mulher e a reforma política. Então, discutir a reforma política sob o ponto de vista das mulheres é extremamente importante e, com certeza, irá nos dar mais subsídios até para o debate, depois, da reforma política em plenário.

Seria esta a minha fala neste momento, parabenizando-a por esse trabalho que V. Exª está conduzindo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

É de fundamental importância nós iniciarmos o nosso trabalho, o trabalho da Subcomissão dos Direitos da Mulher, com um tema de extrema relevância, que é a reforma política. A participação da mulher na reforma política precisa ser discutida, principalmente neste momento em que o Congresso Nacional a discute amplamente. A gente sabe que o Congresso Nacional, que a bancada feminina na Câmara e no Senado tem feito movimentos no sentido de deixar forte e firme, na reunião da Comissão de Reforma Política, a intenção, a ideia da paridade e da alternância de gênero na lista fechada. Isso é uma coisa que defendemos.

Em conversa com outras Parlamentares, nós percebemos que há uma unanimidade, praticamente, quanto à importância da apresentação de 50% de mulheres, pelos partidos, para concorrer aos pleitos eleitorais.

Sou defensora dessa causa e acredito que é de fundamental importância nós iniciarmos as discussões já com esse tema.

Eu queria agradecê-la, Senadora, e passar a palavra para o nobre Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem apoiado

imensamente os trabalhos desta Comissão de interesse das mulheres brasileiras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela, Presidente desta Subcomissão. A Senadora Ana Rita é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Primeiro, eu me escalei, porque eu soube que um Senador estava dizendo que... Estava dizendo, não, pediu-me que eu o deslocasse para uma outra comissão. Eu disse para ele: "Muito obrigado, porque agora eu vou indicar o meu nome em seu lugar." Então, já negociei um lugar aqui, mesmo sendo de suplente, porque entendo que esta é uma das comissões mais importantes do Senado da República, que vai tratar de políticas públicas para as mulheres.

Eu não tenho dúvida alguma de que o organograma que recebi é de suma importância, porque trata de todos os temas, inclusive de sistema eleitoral e cotas as para mulheres.

Já está sendo colocada pela Senadora Ana Rita uma proposta de audiência pública e eu também tenho o entendimento de que a reforma política tem de estar ao alcance de toda a sociedade brasileira. Por isso, vamos fazer, em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais, um debate sobre a reforma política e os movimentos sociais. Eu estarei naquele debate, mas estarei no daqui também, específico sobre a questão das mulheres, que acho fundamental.

Eu quero, também, dizer que nós tínhamos organizado, e já está preparada para, se não me engano, o dia 10, uma audiência pública que vai discutir – foi lá no início, antes da Subcomissão estar pronta, esta Subcomissão muito bem presidida por V. Exª – o câncer de mama, porque vai haver um evento em Brasília, com as chamadas primeiras-damas dos Municípios.

Naquela oportunidade, eles nos procuraram para que a gente aproveitasse a vinda das primeiras-damas a Brasília, para que a Comissão de Direitos Humanos tratasse do tema.

Então, já que essa audiência está marcada, se não me engano, para o dia 10 próximo... Dia 10 próximo, CDH: debater os problemas de câncer de mama no Brasil.

Eu quero combinar com V. Exª, porque a gente vai fazer nesse dia, e naturalmente a Senadora Ana Rita, uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão da Mulher. Como a gente fez com a questão das empregadas domésticas, que estava marcada, que a gente divida a presidência dos trabalhos. E é claro que vocês vão tomar conta. São duas contra um, e vocês é que vão acabar presidindo. *(Risos.)* Isso é uma brincadeira para descontrair. Com certeza, vocês vão presidir, e eu estarei junto nessa audiência, que já está organizada e preparada e, a partir daí, nenhuma iniciativa será tomada sem combinar com a nossa presidenta, que é V. Exª.

Quero ainda destacar que esta Subcomissão, de fato, tem um papel fundamental em todos os sentidos. Agora mesmo, com o Ministro Padilha, lembrava-me de casos, dos quais acabei participando, relacionados à dependência química, das drogas chamadas lícitas e ilícitas, e, a questão do álcool, para mim, é da maior gravidade. Como disse, lá, o Ministro: "É a droga número um". Para sair do álcool e entrar na maconha e no *crack* e outras mais é um passo. Então, acho que esta Subcomissão, principalmente, segue a ótica das mulheres. Há uma pesquisa que mostra que é praticamente cinco por um o número de homens em relação às mulheres que acabam entrando nas drogas, principalmente as chamadas ilícitas. Então, as mulheres podem dar grande contribuição. Aliás, está comprovado que é menor o número de mulheres que se acidentam no trânsito em relação aos homens. Dou este exemplo de forma positiva.

Quero dizer a V. Exª e à Senadora Ana Rita, Senadora Angela Portela, que preside a Subcomissão, que quero ser membro dela, até como Suplente, para ajudar no quórum e nos debates.

Às vezes, criam-se coisas neste País que acho discriminação. Por exemplo, pensam que comissão das mulheres é só para as mulheres, que comissões dos negros é só para os negros. Não é! É um absurdo! Está comprovado. Lembro-me da história da luta de Mandela na África do Sul: quando estive lá, a minha alegria foi ver que a comissão representativa que liderava o movimento de Winnie Mandela e Nelson Mandela eram de brancos e negros. Estavam lá. Por isso deu certo a grande mudança, ou seja, acabar com o *apartheid* na África do Sul. E aqui também. Se vamos ter a subcomissão de trabalho escravo, a subcomissão da mulher, é importante que estejamos todos juntos. Por isso, estou aqui com enorme satisfação para seguir a orientação da senhora, mas sempre dando minhas sugestões, minhas pitadas, como se diz no Rio Grande – só que pitada lembra cigarro; essa foi ruim, porque temos de combater também o cigarro.

Parabéns, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Parabéns, Senador Paulo Paim. Certamente a parceria desta Subcomissão com V. Exª é de fundamental importância. O senhor tem apoiado, desde o início, a criação desta Subcomissão. Todas as atividades desta Subcomissão foram amplamente apoiadas por V. Exª.

Acho muito importante quando o senhor fala também que a Subcomissão das Mulheres não pode ser

composta, não pode ter como membros dela apenas as mulheres; é necessário que os homens também participem. Por isso vamos fazer um trabalho para que a gente consiga a participação maior dos homens que compõem esta Subcomissão. Vamos conversar com eles, vamos trazê-los até aqui, para que eles também estejam conosco discutindo essas políticas, que são de interesse das mulheres. E quando você trabalha pelos interesses da mulher, pelos direitos da mulher na área de saúde, no combate à violência doméstica e em todos os outros temas, estamos ajudando, efetivamente, na qualidade de vida das famílias brasileiras: homens, mulheres, filhos. Então, a gente vai também incluir temas que são de interesse de toda a família brasileira, onde a mulher está inserida. Se a mulher tem os seus direitos respeitados, se ela consegue formação profissional, se consegue inserir-se no mercado de trabalho, a qualidade de vida da família melhora, se dúvida alguma.

Quero destacar aqui que, hoje, em audiência pública com a presença do Ministro Alexandre Padilha, ele colocou todo o plano de Governo, as metas do Ministério da Saúde para a melhoria da saúde pública brasileira. Eu fiquei muito feliz, muito contente em perceber que há inúmeros programas voltados para a saúde da mulher: a Rede Cegonha, que foi lançado em Belo Horizonte, que visa a dar um atendimento, um tratamento humanizado à gestante no parto, pós-parto e no nascimento da criança até o segundo ano de vida; o Programa de Prevenção, Diagnóstico e Combate ao Câncer de Colo de Útero, que é o câncer que mais mata mulheres no Brasil. O câncer de colo de útero e o câncer de mama. O de mama é o que mais mata; o segundo colocado é o de colo de útero. E a preocupação que nós demonstramos, durante essa audiência pública, para o Ministro da Saúde, é de olhar de uma forma atenciosa para os Estados da Região Norte.

A Região Norte, segundo pesquisas realizadas pelo próprio Ministério da Saúde, é onde a incidência do câncer de colo de útero e de mama é quase o dobro da incidência dos outros Estados da Federação. Então, considerando que esses Estados também têm uma rede hospitalar muito mais reduzida em relação aos outros Estados da Federação e que a atenção básica à saúde nos postos de saúde desses Municípios, nesses Estados, também é mais precária, tem mais dificuldades, nós apelamos ao Ministro para que a execução desse projeto na região Norte e no meu Estado de Roraima possa ser feita de uma forma mais atenciosa por parte do Ministério, considerando essas dificuldades todas que temos no atendimento à saúde pública da mulher brasileira.

Então, Senadora Ana Rita, não podemos deixar de festejar o fato de a Presidenta Dilma estar, nesse início de governo, priorizando ações voltadas para a saúde da mulher.

Eu também propus ao Ministro Alexandre Padilha a possibilidade da construção, da articulação das ações que o Ministério da Saúde faz atualmente para a elaboração da política nacional da atenção à saúde do homem. Vejo que há necessidade também dessa ação articulada do Ministério para priorizar a saúde do homem brasileiro.

Então, queremos aqui, neste momento, festejar essas iniciativas do Governo Federal visando à melhoria da saúde da população brasileira, uma vez que dados estatísticos e estudos mostram que a preocupação, a reclamação número um da população brasileira é com a saúde pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Antes que a senhora termine, eu quero destacar essa sua fala final, porque o que achei interessante na fala do Ministro Alexandre Padilha foi exatamente isto: ele não foi dourar a pílula, como eu acabei falando lá. Ele chegou lá dizendo que a preocupação número um é a saúde. Nós estamos aqui para buscar caminhos.

Achei interessante também, depois, na fala de outros Senadores, que nós todos falamos que a saúde está mal, mas, na hora de apontar recursos, todo mundo se encolhe. É outro debate para o qual o Ministro apontou caminhos, bem como o Senador Wellington e o nosso Líder Humberto Costa. Nós temos que enfrentar também o debate de recursos para a saúde. Por isso, muitos lá enfatizaram, além de outras fontes, a questão da Emenda nº 29.

Eu lembraria também a PEC nº 24, que não permite mais que a DRU retire recursos da seguridade social, que reúne a saúde, a assistência e a previdência.

Mas parabéns! Eu estou só fazendo um aparte, mas cumprimentando a fala de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Sem dúvida alguma, Senador Paulo Paim, a regulamentação da Emenda nº 29 é de fundamental importância para a eficiência da gestão moderna que a saúde precisa.

A criação de novos impostos é um tema polêmico, que precisa ser amplamente discutido. Mas o Ministro Alexandre Padilha já sinaliza que não é muito favorável à criação da CSS, o novo imposto.

Então, sem dúvida alguma, eu acredito que há necessidade de maiores recursos para a saúde pública sem pesar no bolso do contribuinte.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Se me permite, Senadora, uma questão que muito me chamou

também a atenção na audiência pública com o Ministro Alexandre Padilha é essa do parto humanizado. É um ponto que acho extremamente importante. As pesquisas mostram que muitas mulheres, durante o parto, sofrem certos constrangimentos que poderíamos chamar de violência mesmo: violência emocional, violência psicológica. É preciso humanizar o parto, ou seja, também preparar os profissionais para esse momento do nascimento da criança, para que a mulher seja bem atendida, para que a mulher não sofra nenhum constrangimento, para que esse parto, de fato, seja humanizado.

Mas o que mais me chamou atenção, que é interessante, porque é uma preocupação que, de fato, seja humanizado. Mas o que mais me chamou a atenção, que é interessante e que é uma preocupação que eu particularmente tenho também, e o Ministro mostrou metas com relação a isso, é quanto à saúde mental e também trabalhar a questão do atendimento a quem é usuário de drogas, de álcool, enfim... E hoje é uma realidade muito premente em nosso País, não é? É preciso, de fato, cuidar da saúde mental da nossa população, que é um problema contemporâneo. Na verdade, o Sistema Único de Saúde, conforme ele mesmo disse, está se adequando também ao momento atual da realidade que vivemos, e a saúde sofre os reflexos disso. Então, a questão da saúde mental é extremamente importante. E nós sabemos que muitas mulheres têm problema de saúde mental em função da sua tripla jornada de trabalho, em função de vários problemas que ela sofre, em função da violência. Ela acaba também ficando com sua saúde extremamente comprometida. Sua saúde psicológica, sua saúde mental. E também a questão das drogas, do *crack* particularmente, que afeta e muito nossos jovens. Que bom que o Ministério está colocando isso como uma de suas principais metas. É preciso que os Estados e os Municípios, cada vez mais, se articulem, se organizem, também façam seus planos, para se adequar a esta realidade.

Por último, Senadora, eu gostaria apenas de dizer que já encaminhamos a V. Exª requerimento solicitando audiência pública para tratar da questão da participação da mulher na política.

Era isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Gostaria de informar que a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou requerimento solicitando audiência pública com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Orçamento, para discutir o tema "Mulher e Orçamento". Há também o requerimento da Senadora Ana Rita, propondo tema para audiência pública: "A Reforma Política", que gostaríamos de colocar também para a apreciação deste Plenário. São dois requerimentos: o da Senadora Ana Rita, "A Reforma Política"; e o da Senadora Gleisi Hoffmann, para discutir "Mulher e Orçamento". Vamos saber o que existe de recursos no Orçamento do Governo Federal para 2011 para investimento nas políticas públicas para as mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos discutir e votar os requerimentos?

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Gostaria de submeter ao Plenário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não vou discutir. Só quero dizer que concordo com os dois requerimentos, na íntegra.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Então, vamos fazer a inclusão extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ok.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bem, eu também gostaria de submeter ao Plenário o horário das reuniões deliberativas, se poderia ser às doze horas das quartas-feiras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por mim, é um bom horário. Porque tenho muitas tarefas na terça e na quinta, e na quarta seria o ideal para mim. Não sei...

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – E para as audiências públicas, que são mais duradouras, teríamos que fazer em parceria e de acordo com a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aí nós fechamos acordo: ou na segunda ou na terça ou na quinta mesmo. Nós combinamos.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Acho que, em princípio, Senador, nós podemos ficar com a reunião da Subcomissão nas quartas-feiras ao meio dia, e depois, com o andamento dos trabalhos, vamos avaliar se esse é realmente o melhor horário. Mas, em princípio, acredito que seja o melhor horário, considerando que todas as terças, quartas e quintas temos reuniões de comissões pela manhã, e dificulta se marcarmos um horário mais cedo. Acho que meio dia é um horário adequado.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Então, está aprovada a reunião na quarta-feira, meio-dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, se V. Exª me permite,...

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vejo como esta sua audiência no dia de hoje tem repercussão. Recebi aqui um documento do Deputado do Rio Grande do Sul Edegar Pretto, em que informa, e fez questão que eu destacasse aqui nesta Comissão,...

Vou esperar um pouquinho porque é importante a atenção de V. Exª neste momento.

O Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, Edegar Pretto. Sua assessoria me encaminhou o seguinte documento, dizendo que, ontem, foi lançada, na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Esteve presente a Ministra Iriny Lopes, que disse que, oxalá, todas as assembleias dos Estados façam esse mesmo movimento, ou seja, criem a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Está aqui com destaque: "Edegar Pretto lança a Frente Parlamentar dos Homens na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul".

Diz a Ministra: "Vou falar para o Brasil..." Vou esperar um pouquinho até que...

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pode falar, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A senhora não consegue ouvir dois ao mesmo tempo.

"Vou falar..." Quando estou na presidência, se alguém da assessoria vem, fico meio perdido; não sei se ouço a assessoria ou o plenário, por isso estou fazendo aqui um meio de campo.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Não, mas o senhor está correto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Disse, então, a Ministra: "Vou falar ao Brasil inteiro, por todos os lugares, dessa iniciativa." [São palavras da Ministra.] "Quiçá, todas as assembleias legislativas possam seguir esse exemplo."

Peço para registrar nos Anais da Comissão o documento.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Sem dúvida nenhuma, Sr. Senador Paulo Paim, é uma iniciativa de grande importância. Seria muito bom que nós, mulheres, que compomos a subcomissão, pudéssemos estimular, em nossos Estados, a criação da Frente Parlamentar dos Homens em Defesa das Mulheres.

Acho que é uma iniciativa válida, que podemos discutir aqui, na nossa subcomissão, propondo a possibilidade de criação dessa frente parlamentar nas Assembléias Legislativas dos Estados.

Vou propor ao meu marido, que é Deputado Estadual lá em Roraima, que tome essa iniciativa.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E é importante lembrar que nós temos também a iniciativa dos homens do Laço Branco, que é uma iniciativa de organização dos homens da campanha do combate à violência contra a mulher, que é a Campanha do Laço Branco, que acontece todos os anos, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Isso é muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Com certeza.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É bom que os homens fortaleçam essa luta nossa, das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Certamente, Senadora Ana Rita.

Eu gostaria de submeter à apreciação o requerimento da Senadora Ana Rita para discutirmos, em audiência pública, alguns temas que gostaria de destacar aqui: Secretaria de Política para as Mulheres – ela quer incluir nessa audiência pública para discutir a reforma política –; Instituto Patrícia Galvão; Fundação Perseu Abramo; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea; Drª Lúcia Avelar, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília.

Então, são essas as sugestões da Senadora Ana Rita para a realização da próxima audiência pública. Quero ver se há alguém que queira discutir esse requerimento.

Senadora Ana Rita, pois não.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então vou fazer a leitura, Srª Presidenta, do nosso requerimento.

Srª Presidenta da Comissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 90, II, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública, a fim de debatermos a participação da mulher na política.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes organizações...

Já foi lembrado pela senhora, mas estamos aqui reafirmando. Então, gostaríamos muito de contar com a presença de representantes da Secretaria de Política para as Mulheres, do Instituto Patrícia Galvão, da Fundação Perseu Abramo, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea, e, se possível, da Drª Lúcia Avelar, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília.

Estamos sugerindo esses nomes, essas entidades e instituições, considerando que todas já acumulam informações, pesquisas, debates sobre esse tema; com certeza darão uma grande contribuição para nós, por isso a nossa sugestão com relação a esses nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Em discussão o requerimento da Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovado o requerimento.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Parabéns.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza, teremos uma belíssima audiência pública.

Obrigada pela condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bem, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Rita, nada mais havendo a discutir, a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 43 minutos)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** e da Senhora Senadora **Ana Amélia,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias**, **Marcelo Crivella**, **Clésio Andrade, Ana Amélia**, **Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Justifica a ausência o Senhor Senador **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 27ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Blairo Maggi**, **Eduardo Suplicy** e **Ana Amélia**. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 72, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Antigua e Barbuda".* Relator: Senador **Eduardo Suplicy. Item 2 – Mensagem (SF) nº 76, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana".* Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. O embaixador Raul Campos e Castro é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. A Senhora Senadora **Ana Amélia** assume a Presidência. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. A reunião é tornada secreta às onze horas e trinta e dois minutos, e reaberta às onze horas e trinta e cinco minutos. A Presidente anuncia a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** solicita inversão de Pauta, que, após consulta ao Plenário da Comissão, é deferida pela Presidente. **Item 8 – Requerimento nº 24, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Luiz Henrique** e **Blairo Maggi**, que *"requer, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de discutir a viabilidade de criação de um Departamento de Comércio, a exemplo do que acontece nos EUA".* Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 9 – Requerimento nº 25, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que *"requer, nos termos do inciso II e do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, destinada a debater e discutir a Educação como Questão de Segurança Nacional".* Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 10 – Requerimento nº 26, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que *"requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater o 'Plano Estratégico de Fronteiras', lançado no dia 08 de junho próximo passado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff".* Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 69, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: lido o relatório, foi

concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 75, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa".* Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. O Senador **Luiz Henrique** faz uso da palavra. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 323, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinado em Madri, em 25 de junho de 2007".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 124, de 2011,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1º de junho de 2009"*. Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 126, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009"*. Relator: Senador **Francisco Dornelles.** Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no **Diário do Senado Federal. –** Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Leitura de documentos recebidos.

Requerimento do Senador Cristovam Buarque:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 13, que seja considerada 'desempenho de missão política e cultura de interesse parlamentar no exterior' minha ausência às sessões plenárias no período de 14 a 21 de junho de 2011, quando estarei atendendo a convite formulado pelo Instituto Internacional de Pesquisa Política de Civilização, da Universidade Internacional, para proferir palestra sobre Incertezas Políticas no Brasil, no fórum em torno das incertezas Rio+20, que se realizará em Dijon, França, conforme cópia de documento anexo, com vistas à Conferência Mundial Rio+20, que acontecerá no Rio de Janeiro, Brasil, em maio de 2012.

Informo, por oportuno, que essa participação não representará quaisquer ônus financeiros para o Senado Federal.

Comunico, ainda, a V. Exª, para fins do disposto no art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período entre 14 e 21 de junho para atender ao compromisso acima citado.

Sala das sessões, – Senador **Cristovam Buarque.**

Recebido no dia 9 de junho de 2011.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

REQUERIMENTO Nº 718, DE 2011

"Nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª autorização para ausentar-me do país no período de 3 a 7 de julho de 2011, conforme convite em anexo, para, atendendo a convite da Embaixada de Israel, visitar o seu país com a finalidade de participar do Seminário Internacional para Parlamentares Latino-Americanos, que ocorrerá em Jerusalém."

Designo, como Relator desse requerimento, o Exmº Sr. Senador Blairo Maggi.

Comunicados

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Presidente da Delegação da União Européia para as Relações com os Países do Mercosul, Sr. Luis Yáñes-Barnuevo García, convidando os membros desta Comissão de

Relações e Defesa Nacional pra uma visita ao Parlamento Europeu, a fim de que possamos realizar uma reunião interparlamentar.

É sugerida a data de 6 de julho próximo, à margem da sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, por coincidir com a próxima rodada de negociações relativas ao acordo de associação ente a União Européia e o Mercosul em Bruxelas" .

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que tiverem interesse em maiores informações, por favor, peço que procurem a Secretaria desta Comissão.

Informo, ainda, o recebimento de correspondência do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em resposta a convite oficial encaminhado pelo Governo brasileiro, comunicando que estará em Brasília entre os dias 1º e 3 de agosto de 2011. Estará presente nesse período aqui no Brasil o Sr. António Guterres, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, com o desejo de fazer pronunciamento aos membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, bem como aos membros da Comissão de Direitos Humanos. Solicita-nos a realização de reunião conjunta entre as referidas Comissões no dia 3 de agosto próximo.

Outro comunicado: Assistência consular ao Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa.

Trata-se de uma continuação à resposta já oferecida, mas iniciada com o Ofício 58/11 da Comissão de Relações ao Ministério das Relações Exteriores, pedindo apoio à causa, por solicitação inicial do Exmº Sr. Senador Epitácio Cafeteira.

Em 17 de maio de 2011, o Senador Epitácio Cafeteira enviou ofício à Presidência desta Comissão, solicitando apoio ao caso do nacional brasileiro Ricardo Azevedo Souza Costa, detido há mais de dois anos no Arizona, Estados Unidos da América, sem julgamento, mediante intervenção junto ao Itamaraty.

Em 20 de maio, esta Presidência encaminhou ofício ao Ministro das Relações Exteriores, comunicando que o plenário da Comissão manifestou-se favoravelmente ao apelo formulado, solicitando a atenção do Itamaraty ao assunto.

Em resposta datada de 3 de junho, o Itamaraty informa que o Consulado brasileiro em Los Angeles e o Ministério das Relações Exteriores tomaram conhecimento do caso do nacional brasileiro apenas em 2011. Segundo o Itamaraty, trata-se de um longo processo de divórcio com cidadã americana que acusou o esposo brasileiro de abuso sexual dos filhos. Detido, a família optou inicialmente por contratar advogado, sem recorrer ao Consulado, ao Itamaraty ou a qualquer outro órgão. Estipulada a fiança de US$75 milhões, o processo passou a ter vários percalços jurídicos: mudança de juízes responsáveis, acusação de conflito de interesses da defesa, entre outros. Em novembro de 2010, depois de várias tentativas fracassadas de acordo, foi oferecida liberdade imediata caso o brasileiro se considerasse culpado. A oferta foi recusada, pois o brasileiro alega peremptoriamente sua inocência. A família, antes de procurar os meios oficiais, optou por levar o assunto à mídia brasileira, por cujo intermédio o Itamaraty ficou sabendo do caso. Imediatamente, acionou o Consulado em Los Angeles, que tem, desde então, acompanhado os desdobramentos do processo e prestado assistência ao brasileiro, que recebeu visita em caráter emergencial da chefe do setor consular. Na avaliação da chefe consular, o brasileiro encontra-se bem de saúde, com direito a contatos telefônicos diários com a família. O relatório dessa visita foi repassado aos pais do brasileiro, em reunião que tiveram no Itamaraty. Os pais mostraram-se cientes das dificuldades do caso e solicitaram apoio político para a definição da data do julgamento. Foram discutidas com os parentes possíveis estratégias de divulgação na mídia para sensibilizar a opinião pública norte-americana. O Itamaraty tem trabalhado para garantir que o brasileiro tenha um processo justo e não discriminatório. Os familiares se manifestaram satisfeitos pelo apoio que têm recebido do Governo.

Comunicado da reunião de 16 de junho de 2011. Relato da audiência pública da Subcomissão Permanente para o Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

A Subcomissão Permanente para o Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizou, no último dia 9 de junho, audiência pública para debater o tema "Energia, para que e como".

A reunião contou com a presença do Professor Neilton Fidélis da Silva, da Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Sr. Carlos Rittl, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do World Wildlife Fund, do Sr. Pedro Henrique Torres, Coordenador da campanha de clima do Greenpeace, e do Sr. João de Deus Carvalho, consultor para projetos de energia solar.

O Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão, informou que o debate tinha como objetivo auxiliar todos os países na busca de propostas a serem apresentadas na Conferência Rio+20 que pudessem reorientar o modelo de desenvolvimento mundial dos últimos dois séculos, modelo que, segundo o Senador, já começa a apresentar as suas fragilidades. Enfatizou também a necessidade de se saber se o mundo realmente precisa de mais energia e se haveria alternativas viáveis ao uso de combustíveis fósseis.

O Sr. João de Deus Carvalho, consultor na área de energia solar e primeiro expositor, afirmou que a energia termossolar é a única matriz energética totalmente limpa, abundante e renovável, além de ser mais barata e mais confiável do que as energias fotovoltaica e eólica.

O Prof. Dr. Neilton Fidélis da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciou sua exposição apontando que "energia sempre foi um tema central do desenvolvimento humano e que, nos últimos séculos, tornou-se uma necessidade essencial da própria humanidade". "Tanto é assim", continuou, "que o acesso à energia é considerado como direito fundamental em alguns países".

Destacou que não há previsão expressa de acesso à energia como direito fundamental. No entanto, em seu entendimento, não é possível alcançar os objetivos fundamentais pretendidos pela Constituição Federal sem que todos possuam acesso à energia.

O expositor afirmou que uma condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer sociedade moderna é a existência de um sistema energético que garanta um abastecimento regular e que seja baseado em recursos abundantes de custos racionais, de fácil transporte e de suficiente qualidade. Lembrou que o Brasil assumiu o compromisso de redução de emissões por meio da Lei nº 12.187, de 2009. Em busca desse objetivo, o plano do setor energético foi estabelecido com base na expansão da oferta de renováveis na produção de energia elétrica, na expansão da oferta de combustíveis líquidos renováveis e no incremento da eficiência energética. Ressaltou que o plano de desenvolvimento energético também tem como objetivos, além da redução de emissões, a segurança energética, a modicidade de preços e tarifas e a universalização do acesso às fontes de energia. Por fim, mencionou o grande potencial eólico do País, em especial na Região Nordeste. Explicou que o planejamento deve esperar os desdobramentos do desastre nuclear japonês antes de considerar o uso de energia nuclear como alternativa.

O Sr. Pedro Henrique Torres, do Greenpeace, começou afirmando não estar otimista quanto ao futuro ambiental do Brasil, especialmente considerados os fatos, que reputou negativos, da aprovação de Belo Monte, da continuação do programa nuclear, da expansão da exploração do petróleo e do projeto de Código Florestal. Disse que o País está negativo na pauta ambiental – não acredito – e que precisa ainda dar sinais concretos de que busca um desenvolvimento verde e limpo. Sobre energia nuclear, o palestrante afirmou que o País pode abandonar o seu uso sem maiores consequências, visto que esse tipo de energia só contribui com 2% da matriz energética nacional. Citou o exemplo de países como Suíça e Alemanha, mais dependentes do poder nuclear, que já se comprometeram a substituir de suas matrizes esta fonte energética. Afirmou também que são necessários incentivos do Governo para baratear as energias solar e eólica, e que é possível uma matriz energética nacional composta de 93% de energia de fontes limpas e apenas 7% provenientes de combustíveis fósseis. Por fim, disse que o planeta não comportaria a extensão às demais nações dos níveis de consumo dos países desenvolvidos. Por isso, afirmou, há necessidade de adoção de um modelo de desenvolvimento verde e limpo.

O último expositor, Sr. Carlos Rittl, do World Wildlife Fund, assinalou que "o Brasil ainda tem tempo para tomar medidas que lhe permitiriam chegar à Rio+20 como um país que caminha para um modelo de desenvolvimento sustentável de baixo carbono e que gere inclusão social". "O Brasil participaria da Conferência", continuou, "não somente como anfitrião, mas como um país capaz de liderar, por exemplo". Afirmou que é possível chegar a 2050 com 100% do suprimento energético mundial provindo de fontes limpas e renováveis. O palestrante apresentou um estudo da sua organização que estabelece um cenário sustentável para o País até 2020, em que, comparado ao plano oficial do Governo para o desenvolvimento do setor elétrico, teríamos 38% de economia de energia; redução de 12% de gastos, representando a economia de 33 bilhões de reais; e criação de oito milhões de postos de trabalho e redução de áreas alagadas por barragens. Afirmou que o Brasil já dispõe do conhecimento científico necessário à implementação desse cenário, tanto no governo, quanto no meio acadêmico e no setor privado. Possui também a infraestrutura institucional adequada, além de contar com economia forte e crescente e com inúmeros investimentos em projetos energéticos. Por fim, o expositor alertou para o fator de que, apesar de a matriz energética brasileira ser uma das mais limpas do mundo, tem crescido o uso de fontes termelétricas no País.

Segundo comunicado: Relato da audiência pública da Subcomissão da Amazônia e Faixas de Fronteiras.

A Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixas de Fronteiras promoveu, na última terça-feira, dia 14 de junho, o III Encontro do Ciclo de Audiências Públicas sobre as Fronteiras e a Segurança Pública, dessa vez para receber a contribuição dos Secretários de Segurança dos Estados da Região Norte.

A audiência contou com a participação dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Acir Gurgacz.

O primeiro expositor foi o Sr. Marcos Roberto da Silva, Secretário de Segurança do Amapá, que iniciou a sua apresentação falando sobre a expectativa positiva causada pelo recente lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal. Frisou o Secretário que, até o momento, os Estados não têm definido o seu papel nesse plano, havendo necessidade de sua inclusão. Isso porque, embora as fronteiras estejam afetas à União, os Estados qualificam pessoal, devem prover a segurança das populações e precisam trabalhar de forma integrada com os órgãos federais. Citou, ainda, a primeira reunião de Secretários de Segurança Pública da Amazônia, ocorrida em 30 de maio, na cidade de Porto Velho, em Rondônia, que resultou na criação do Conselho de Secretários de Segurança de Fronteira da Região Norte e na expedição do documento conjunto denominado "Carta do Madeira", na qual são elencadas ações de interesse comum a serem implementadas. O expositor destacou as grandes diferenças regionais, inclusive entre Estados da mesma Região, que afetam a questão fronteiriça, citando que o Amapá possui setecentos quilômetros de fronteiras sobre rios. Os principais problemas dizem respeito à entrada de drogas, à prostituição infantil e aos brasileiros trabalhando na ilegalidade na Guiana Francesa, especialmente garimpeiros, o que requer ação integrada com as autoridades francesas. Lembrou que os problemas devem se intensificar com a próxima inauguração da ponte binacional que une os dois países, e exemplificou a falta de infraestrutura, citando que, na rodovia que liga a capital ao Oiapoque, só existe um posto de controle da Polícia Rodoviária Federal a nove quilômetros de Macapá.

O segundo expositor, Sr. Zulmar Pimentel dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Amazonas, ressaltou que também aguarda pela definição do papel dos Estados no Plano Estratégico de Fronteiras, destacando a importância da reunião realizada em Porto Velho para o estabelecimento de bases de planejamento integrado. Destacou o Secretário a intensa dificuldade em patrulhar a extensa linha de fronteira, especialmente nas áreas despovoadas, frisando que a maior parte é constituída de rios, o que demanda patrulhamento fluvial. Citou o problema dos índios, que não se atêm aos limites fronteiriços e que, inclusive, sofrem aliciamento de organizações outras. Segundo o expositor, a maior preocupação é com o tráfico de drogas, as quais ingressam no País principalmente pelos rios e em pequenas aeronaves, já que o País vizinho, a Colômbia, é o maior produtor mundial. Além disso, acentuou que, se antes o Estado do Amazonas era apenas passagem, hoje verifica-se significativo aumento do consumo tanto na capital como no interior. A entrada ilegal de imigrantes peruanos e colombianos e na fronteira seca, na região de Tabatinga, avulta o problema da criminalidade, notadamente contrabando, descaminho e passagem de carros roubados.

Representando a Secretaria Pública do Pará, o Coronel José Roberto Damasceno explicou que a fronteira paraense se caracteriza por ser quase totalmente desabitada, sem infraestrutura de transporte e comunicação, com a sede dos três Municípios fronteiriços situada a 450 quilômetros da fronteira, o que inviabiliza um controle efetivo. Citou como principal problema o tráfico de mulheres, ressaltando a ocorrência também de apreensão de drogas. Informou o expositor que o Estado capacitou novecentos policiais e tem conhecimento da área, mas faltam meios que possibilitem ações efetivas de controle da fronteira, que dependem de embarcações e helicópteros. Destacou a necessidade de presença continuada, o que dificilmente poderá ser executado pela Força Nacional, já que essa realiza operações esporádicas e também não possui conhecimento e experiência locais. Por fim, lamentou o tempo exíguo concedido pelo Governo para apresentar o Plano Estadual à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O Secretário de Segurança Adjunto do Mato Grosso, Sr. Alexandre Bustamante, citou a exiguidade dos meios federais voltados para a segurança da fronteira em seu Estado, destacando a existência de apenas uma delegacia da Polícia Federal e nenhum posto da Polícia Rodoviária Federal. Essa situação levou o Estado a criar, por meios próprios, em 2012, segundo ele, o Grupamento de Fronteira, que, por meio de postos de fronteira e operações periódicas, vem sistematicamente aumentando suas apreensões, principalmente de armas e drogas.

O quinto expositor, Sr. Ildor Reni Graebner, Secretário de Segurança do Acre, salientou que o seu Estado possui 1.350 quilômetros de fronteira com o Peru e 618 quilômetros de fronteira com a Bolívia e que, por absoluta falta de meios, as ações voltadas à segurança dessa faixa se resumem ao controle, compartilhado com a Polícia Federal e a Força Nacional, das pontes internacionais e ações esporádicas na fronteira com o Peru. Frisou que espera uma ocupação mais efetiva da fronteira por forças federais, em decorrência do plano estratégico recém-lançado pelo Governo Federal. Salientou ainda que o Estado tem boas relações com os vizinhos e citou a visita oficial ao Estado de Pando, na Bolívia, em que foram firmados protocolos para cooperação na apuração e combate a ilícitos e na entrega de delinquentes. Mencionou um plano de metas de redução da criminalidade que, mediante ações integradas e continuadas, proporcionou

uma redução de 50% em tais índices nas áreas visadas. Finalmente, o Secretário manifestou que espera apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública na obtenção de barcos e viaturas apropriados e que há necessidade de aumento de efetivos, meios de comunicação e de coleta de dados para expandir tais ações para a área rural.

Encerrou as exposições o Secretário de Segurança Pública de Rondônia, Sr. Marcelo Nascimento Bessa, que esclareceu que a fronteira internacional do seu Estado com a Bolívia é toda fluvial e se estende por 1.342 quilômetros. Nessa região, ocorrem ilícitos como a exploração... Enfim, essas questões todas que não vou repetir, todos esses problemas que nós já conhecemos e elencamos aqui, ditos por outros secretários. Citou o agravamento dos problemas sociais. Importante aqui é o fato de ele dizer que o seu Estado, Rondônia, tem uma fronteira, que é toda fluvial, com a Bolívia, que se estende por 1.342 quilômetros, mais o outro Estado, que é o Acre, que tem 618 quilômetros de fronteira com a Bolívia.

Manifestou o expositor, Sr. Marcelo Nascimento Rosa, Secretário de Segurança Pública de Rondônia, a expectativa positiva em relação aos resultados decorrentes do I Encontro de Secretários de Segurança. Nesse sentido, citou que houve uma operação, denominada Cerco Integrado da Fronteira, conduzida pelo Estado, com um pequeno efetivo especializado, planejamento e integração entre diversos órgãos estaduais e federais e com resultados bastante significativos.

Essa reunião foi presidida por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Amazônia e Política de Fronteiras.

Pela Ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista uma audiência que terei agora, às 10h30, com o Ministro da Aviação Civil, sendo possível, peço a V. Exª que deixe para o fim da sessão a análise dos itens 3 e 5. Se não for possível, V. Exª poderá designar um relator *ad hoc*; mas, se for possível, gostaria que deixasse para o final da sessão, porque eu vou lá e volto rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a solicitação feita pelo Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, solicitando que os itens 3 e 5 da pauta de hoje sejam postergados para o final da nossa reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovada.

Então, os itens 3 e 5 da pauta constarão do final da nossa reunião, para avaliação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, V. Exª já acabou a exposição?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim, Sr. Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Queria só fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Gostaria de registrar, em nome da Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que concluímos a oitiva das autoridades federais e agora das estaduais. Inicialmente, ouvimos os da fronteira sul e concluímos com os da fronteira amazônica, vamos dizer assim. Lamentavelmente, faltaram três Estados, que ficaram de nos enviar um documento que contivesse as suas preocupações.

Acho que, com isso... Temos até um requerimento hoje – e, pediria a V. Exª, se pudesse ser apreciado logo... – convidando, como tínhamos combinado, o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça para dar a esta Comissão – não, no caso, à Subcomissão Permanente, mas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, porque, com isso, completamos um diagnóstico, um quadro para podermos fazer, de fato...

Agora, diria até que fomos brindados pelo lançamento desse Plano Estratégico de Fronteiras, que poderia ser a sugestão final do trabalho da Subcomissão, mas, com isso, poderemos participar e aprimorar isso aqui.

Da leitura que V. Exª fez, ficou bem claro uma coisa: há uma nítida dissintonia entre a ação dos órgãos federais e a dos órgãos estaduais. Realmente, como eles frisaram, as operações feitas são exitosas, mas são temporárias. As Forças Armadas, a Guarda Nacional vão lá, mas depois se retiram. Aí essas fronteiras continuam desguarnecidas, e são eles que ficam lá.

Então, acho que seria importante, depois, apreciarmos esse requerimento. E, ouvidos os dois ministros, que nós possamos então deliberar sobre uma conduta que deveremos tomar a respeito.

V. Exª sabe muito bem, como ex-Presidente, que nossas fronteiras são extensas. São mais de 17 mil quilômetros de fronteiras com vários países que têm problemas de drogas, de tráfico de armas, contrabando de armas e outros ilícitos, como foi frisado, até tráfico de pessoas. Precisamos realmente fazer um tratamento de choque. A Presidente Dilma já sinalizou que quer; basta que o Poder Legislativo se integre a essa ação e passe até a fazer um trabalho de fiscalização e acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Gostaria de cumprimento e parabenizar V. Exª pela condução, a nível de excelência, que V. Exª vem emprestando à realização das reuniões das audiências públicas no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e Política de Fronteiras.

O requerimento de V. Exª consta da nossa pauta de hoje e será em breve apreciado.

Continuando os comunicados, para este eu pediria uma especial atenção de todos os Srs. Senadores, porque se trata de um comunicado a respeito do PLC nº 41, de 2010, que trata de acesso a informações sigilosas.

Srªs e Srs. Senadores, em função da repercussão gerada pelo Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações públicas, que envolvem diretamente os trabalhos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e ainda considerando a precaução, por mim adotada, diante de uma possível aprovação do projeto sem o devido e acurado exame, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos:

O PLC nº 41, de 2010, de fato envolve questões do maior interesse nacional. Em análise minuciosa da matéria, identifiquei uma série de aspectos na versão adotada pela Câmara dos Deputados que podem gerar impacto danoso não só à Administração Pública brasileira, mas também, e principalmente, à segurança do Estado e da sociedade.

Não se trata, portanto – e isto é imperioso que seja destacado –, de questões de um ou de outro Governo; mais ainda, de um ou outro período de nossa história. Repito: os componentes que envolvem o projeto constituem matéria de segurança de Estado e, portanto, de máxima relevância aos interesses nacionais, tema para o qual deve prevalecer a salvaguarda de assuntos específicos e sigilosos e a devida acuidade quanto ao regulamento de acesso a determinados documentos e informações classificadas.

São temas, informações e documentos ligados a toda a trajetória, à atuação e às estratégias de nossa diplomacia e dos serviços de inteligência do País, bem como a assuntos ligados a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias extremamente sensíveis. Tudo isso sem falar nos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil, com vinculação ao sigilo de determinadas informações de cunho eminentemente voltadas à nossa política externa.

Nesse sentido, e numa primeira análise que fiz do texto oriundo da Câmara dos Deputados, identifiquei algumas necessidades de alteração que uma lei dessa magnitude requer. Assim, gostaria de citar as seguintes modificações que, de início, me parecem de suma importância:

1) Resgatar a possibilidade de que determinados documentos com informações sigilosas e de caráter ultrassecreto, ou cuja divulgação ameace a segurança do Estado e da sociedade, tenham seu sigilo prorrogado por mais de uma vez (art. 24 do Projeto de Lei). Há de se ressaltar que nem mesmo as mais tradicionais e liberais democracias do mundo, como a Inglaterra e os Estados Unidos, permitem a completa divulgação da totalidade dos documentos públicos, principalmente daqueles relacionados à segurança do Estado. Além disso, a Constituição federal, em seu art. 5º, inciso XXXIII, e que serve inclusive de base para justificar a iniciativa do PLC 41, de 2010, ressalva textualmente, da divulgação, as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Observe-se que se trata de dispositivo constante das chamadas cláusulas pétreas, imodificável, portanto, ainda mais por meio de um projeto de lei ordinária;

2) Resgatar o conceito original de informação (art. 4º, inciso I, do projeto), que, no âmbito da literatura das atividades de inteligência – segundo V. Exªs podem ter nesse documento pessoal, distribuído agora a cada um dos membros da Comissão –, constitui um dado trabalhado, um produto final, para o qual não cabe qualquer suposição quanto ao seu processamento;

3) Evitar repetições de mandamentos que já constam na legislação brasileira ou na própria Constituição Federal, como é o caso do art. 5º do projeto, relativo ao direito de acesso à informação;

4) Evitar uma verdadeira oficialização do WikiLeaks, na forma do art. 8º – e eu pediria a atenção de V. Exªs para o art. 8º, §2º, do PLC 41 e o art. 10, §2º, do mesmo projeto –, ou seja, retirar a obrigatoriedade de divulgação de informações na rede mundial de computadores (Internet), transformando-a em possibilidade. Trata-se de medida de cautela, em função da natureza e do conteúdo de determinados documentos públicos, que não devem ser expostos aleatória e indiscriminadamente, ou mesmo além das fronteiras nacionais.

Vale lembrar que, ao agente público, só lhe é permitido fazer – só lhe é permitido fazer, ao agente público – o que estiver expressamente previsto em lei, dentro do princípio administrativo da vinculação. No Direito Privado, diferentemente, ocorre o inverso: em que se pode tudo desde que não se contrarie da lei.

5) Resgatar a hipótese do caráter confidencial de determinados documentos e informações com o objetivo de dar maior flexibilidade ao agente público na classificação e evitar problemas com aqueles existentes e assim já denominados (art. 24 do projeto). Além disso, há de se considerar os acordos e tratados internacionais em que consta essa classificação e cuja alteração demandaria novas tratativas com os respectivos

Estados, podendo, inclusive, haver responsabilização do Estado brasileiro no plano internacional.

6) Manter informações referentes ao Presidente da República como secretas (art. 24, § 2º, do projeto), deixando de ter a necessidade de vinculação ao término do mandato presidencial, já que o prazo de divulgação das informações secretas é de 15 anos. Ou seja, extrapola o mandato do Presidente da Republica ainda que reeleito.

No meu caso, por exemplo, eu fui Presidente há cerca de 20 anos, então, todas as informações em relação ao meu governo, além do escrutínio severíssimo a que já fui submetido e o meu governo, já estão inteiramente disponíveis; em relação ao governo do Presidente Sarney, a mesma coisa. Diferentemente do que alguns colocaram de que a posição que estaríamos defendendo teria alguma conotação pessoal em relação às nossas administrações. Longe disso. Longe disso. Esta não é uma questão pessoal, não é uma questão de governo. Esta é uma questão de Estado.

7) Inverter a lógica da classificação da natureza das informações (art. 27). O conteúdo da informação é o elemento decisivo para a decisão sobre o seu grau de sigilo.

É com base na informação que se pode estabelecer qual o grau de sigilo que essa informação terá. E não o nível hierárquico do responsável pela qualificação. Isso me parece uma coisa absolutamente lógica.

Entendemos, portanto, ser fundamental a adoção de critérios de conteúdo conforme a melhor doutrina e legislação vigente para classificar os documentos. Percebemos a necessidade de alguns ajustes no que diz respeito às autoridades competentes para classificar os documentos.

Pelo texto do projeto, o Diretor-Geral da Abin, da Polícia Federal ou da Receita, entre outros – gostaria que atentassem para isso – não teriam competência para classificar um documento como ultrassecreto, ao passo que as secretarias da Presidência da Republica o teriam.

8) Evitar o comprometimento do próprio sigilo que se pretende proteger (art. 30, inciso II, do projeto). Não se pode indicar de forma tão evidente quais são as tendências e os interesses brasileiros no campo da reunião da informação. Além disso, a publicação dos documentos sigilosos no *Diário Oficial da União*, por exemplo, em vez da divulgação em sítio da Internet (art. 30, *caput*), proporcionaria maior clareza, confiabilidade, igual publicidade – porque, com base no que fosse divulgado pelo *Diário Oficial*, isso logo em seguida poderia ser colocado nas redes sociais. Mas há que ser publicado no *Diário Oficial* –, menor possibilidade de exposição dos órgãos detentores de informações sigilosas e de ações de *hackers*, além de se tratar do veículo de comunicação que contem as informações autenticamente oficiais.

9) Estabelecer uma nova composição da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, já que o texto original não é claro quanto a isso, propondo que a sua coordenação fique a cargo do Vice-Presidente da República e dando a possibilidade de indicação de membros *ad hoc* quando se tratar de áreas específicas. Além disso, recomenda-se alterar sua competência para que ela seja uma instância consultiva e não decisória, de modo a evitar que o próprio Presidente da República se torne subordinado a esta Comissão (art. 35 e §§).

10) Salvaguardar o Estado de uma eventual desclassificação de documentos sensíveis por decurso de prazo, caso a Comissão de Reavaliação não possa cumprir suas atribuições no prazo fixado na lei – sugere-se a supressão do §3º do art. 35 do projeto. Da mesma forma, evitar o risco do automatismo da desclassificação dos documentos – supressão do §4º, art. 39, do projeto.

11) Dar maior substância à denúncia e mais segurança ao servidor público nos casos de responsabilização civil, penal ou administrativa por dar ciência da prática de crime ou improbidade de que tenha conhecimento – aí se propõe o acréscimo da expressão "fundamentada e idônea" no texto do art. 126-A, da Lei nº 8.112/1990, que se pretende acrescentar por meio do art. 44 do projeto.

Essas são, Srªs e Srs. Senadores, algumas sugestões iniciais que entendemos serem importantes e que foram levadas, primeiro, no dia 5 de maio, por mim, pessoalmente, ao então Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, oportunidade em que repassamos, detalhadamente, ponto por ponto, todo o projeto. Comprometendo-se o Ministro, na época, em reunir sua assessoria jurídica com a nossa assessoria técnica para tratar das modificações; segundo, informei ao Ministro das Relações Institucionais, Dr. Luís Sérgio; e, por fim, mais recentemente, à própria Presidenta Dilma Rousseff, que se mostrou sensibilizada com o assunto e disposta a encontrar a melhor solução.

Ressalte-se que ela mesma – ressalte-se que ela mesma –, quando Ministra-Chefe da Casa Civil, foi uma das subscritoras do Projeto de Lei nº 5.228, enviado ao Congresso em maio de 2009, pelo Presidente Lula, por intermédio da própria então Ministra, que entregou, em mãos, a proposição ao Presidente da Câmara, à época, Deputado Michel Temer.

Devo informar, também, que, logo na semana seguinte ao encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, tive o primeiro encontro com a atual Secretária

de Relações Institucionais, Ministra Ideli Salvatti, que já está empenhada na aprovação da matéria, com preferência, vale dizer, para a versão original do projeto encaminhado ao Congresso em 2009 que, como visto, constitui a versão oficial do Governo. A versão oficial do Governo está expressa no Projeto de Lei nº 5.228, encaminhado pelo Presidente Lula, pelas mãos da Ministra Dilma Rousseff – literalmente pelas mãos: ela que veio ao Congresso, à Câmara dos Deputados, e o entregou ao então Presidente da Câmara, Michel Temer. Esta é a posição do Governo: o Projeto de Lei nº 5228.

Quando chegou na Câmara, esse projeto foi, de alguma maneira, adensado com uma série de emendas e se transformou no PLC 041 e que contém, segundo minha avaliação – salvo melhor juízo –, algumas imperfeições que necessitam ser corrigidas.

Essa proposta da versão original do projeto, do Presidente Lula, devo esclarecer, conta com minha total concordância, na medida em que, diferentemente da versão emendada pela Câmara, seu texto atende à grande maioria das observações e sugestões iniciais aqui já expostas. Acredito que, com pequenas adaptações de redação e um aperfeiçoamento pontual em poucos aspectos, será possível se chegar a uma lei moderna, realista e dentro dos melhores padrões frente às normas do gênero das principais democracias do mundo.

O aperfeiçoamento, que acredito ser razoável e, mais do que isso, recomendável em relação ao projeto original do Executivo, direciona-se para três pontos básicos:

1º O estabelecimento de uma composição mais bem definida e a adoção do caráter consultivo da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, porque, pelo projeto (PLC 041), essa Comissão Mista de Reavaliação de Informações submeteria a própria Presidenta da República às suas decisões. E isso me parece uma inversão total na questão hierárquica, porque a Chefe de Estado do País é a Presidenta eleita do Brasil e não a Comissão Mista de Reavaliação de Informações;

2º O resgate da classificação de documentos, denominada como "de natureza confidencial";

3º A adoção da relação pelo conteúdo e não pelas autoridades dos documentos a serem classificados – o que também me parece absolutamente lógico. Ou seja, como é que nós vamos classificar uma informação como confidencial ou sigilosa? Pelo seu conteúdo, pelo conteúdo que essa informação nos traz, ou pela hierarquia daquele que tem essa informação em mão? Acho que o que prevalece deve ser o conteúdo. É com base nesse conteúdo, com base na precisão... Por exemplo, há uma diferença aí... E os senhores poderão ver, acho que no item 5, há umas normas da Secretaria Nacional de Segurança Pública – está assinalado em amarelo – em que fala, especificamente, do que é informe, do que é informação, do que é documento confidencial, do que é documento secreto, ultrassecreto e assim por diante.

Então, o informe é algo aleatório: "consta que fulano de tal esteve, possivelmente, em contato com representante da embaixada tal. Deduz-se que o resultado da conversa..." Isso é um informe. A informação é diferente, a informação é precisa. Ela diz: "Fulano de tal esteve às tantas horas com o secretário 'X', fulano de tal, da embaixada, onde permaneceu de tal hora a tal hora, e foram tratados os assuntos x, y, z..." E, com base nessas informações é que elas poderão ser classificadas e não com base em quem as receba.

Naturalmente, dentro do rito ordinário da tramitação legislativa, especialmente nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria poderá ser ainda mais aperfeiçoada, por meio não só de emendas parlamentares de seus membros, como também pela discussão que ensejará em momento oportuno.

Por fim, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de compartilhar as declarações do Presidente José Sarney sobre o assunto, especificamente no que tange à nota oficial da Presidência do Senado Federal, divulgada ontem, dia 15 de junho.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição das Srªs e Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, inclusive quanto ao compêndio da documentação sobre o tema, distribuído agora a S. Exªs.

Naturalmente, eu acredito que V. Exªs demandarão tempo para poderem tomar conhecimento dos diversos apensos que estão incluídos nessa pasta que... O pessoal a que foi distribuído, cada um dos Srs. Senadores, tomando conhecimento do texto original, enviado pelo Governo, tomando conhecimento das emendas que foram oferecidas na Câmara dos Deputados e das ponderações que aqui foram feitas e que estão bem explicadas em um dos itens do referido documento que V. Exªs hoje receberam. Muito obrigado.

Passaremos agora à nossa pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar V. Exª pelo informe e pela documentação que o senhor nos apresenta para que a gente possa ter uma noção clara desse assunto e, também, pelo posicionamento, uma vez que V. Exª já foi Presidente da República e

está mais capacitado do que qualquer um de nós para falar sobre esse assunto e entender desse assunto.

Quando V. Exª coloca que nós temos documentos que são... melhor dizer assim, que a gente deve classificar por quem emitiu, por quem falou ou pelo conteúdo. O senhor tem toda razão quando se refere ao conteúdo. Acho que, historicamente, nós temos muitas passagens em nossa história, no Brasil nós temos uma fronteira muito grande e tivemos várias negociações ao longo de nossa história. Temos algumas histórias em que se diz que aconteceu isso ou aquilo, mas nunca veio um documento público dizendo o que efetivamente aconteceu e como aconteceu.

Acho que, se trouxéssemos documentos a público, independente do tempo em que aconteceram, talvez hoje os nossos vizinhos ou nós mesmos poderíamos ter alguns problemas de relacionamento. Portanto, V. Exª tem toda razão quando coloca que o que vale é o assunto e não quem o fez.

Também quero cumprimentá-lo pela forma como coloca quanto a não haver qualquer restrição, qualquer empecilho de que atos feitos, que foram levados a cabo em seu governo ou no governo do Presidente Sarney, que são nossos ex-Presidentes e estão na política hoje, de que não há qualquer preocupação na divulgação de documentos. Como V. Exª já colocou, seu governo, ao final, foi investigado e foram trazidos à tona praticamente todos os atos que V. Exª cometeu – praticou, melhor dizendo – na época em que foi Presidente.

Portanto, acho que... Acho, não, é um assunto delicado, é um assunto que merece toda nossa consideração. Esta Comissão tem por obrigação, sim, ajudar na discussão e, ao final do projeto, também colocar sua posição.

Quero cumprimentar V. Exª pelo posicionamento, pela clareza, e sem esta preocupação de "eu já fui Presidente e não vou falar sobre esse assunto". Pelo contrário: "eu fui Presidente e estou falando sobre esse assunto porque tenho conhecimento e sei como as coisas acontecem, no caso, na Presidência da República".

Parabéns, Presidente! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, acho importante o depoimento que V. Exª nos traz hoje, reunindo todos os documentos, e o histórico que faz relativamente à iniciativa do então Presidente Lula, encaminhado pela hoje Presidenta Dilma Rousseff, o esclarecimento sobre as modificações que foram realizadas. Ontem, nós tivemos a oportunidade de dialogar um pouco.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de... Acho importante também, conforme o Senador Blairo aqui mencionou, o esclarecimento que V. Exª deu no que diz respeito a que o que se passou durante seu governo já estar, hoje, inteiramente colocado para o conhecimento da opinião pública.

Gostaria de propor, Sr. Presidente, para exame – não precisa ser lido agora... Porque eu gostaria de fazer a seguinte sugestão: tenho aqui a sugestão de uma audiência pública onde possamos, para discutir o PLC 41, que regula o acesso às informações pública, convidar os ex-Presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva para um possível diálogo conosco. Mas eu gostaria que essa proposição, se acatada – pode, se possível, ser até por consenso –, e, ouvindo V. Exª – isso se baseia muito no pronunciamento que fiz ontem –, mas eu gostaria que... Quem sabe, com o procedimento sugerido, V. Exª possa distribuir aos membros da Comissão, quem sabe na próxima semana ser lido, para que, então, na outra semana, seja votado, conforme o regulamento que V. Exª já estabeleceu e foi por nós aprovado.

Dada a natureza do assunto, acho que seria bom se pudéssemos dialogar e, por consenso, ter a aprovação da sugestão. Por isso, encaminho às mãos de V. Exª e, quem sabe, a Secretaria da Mesa possa distribuir uma cópia a cada um dos membros da Comissão para, eventualmente, ser lido na próxima semana. Durante a semana, nós poderíamos, e V. Exª, dialogar com todos sobre se acham adequado, ou outra forma, para melhor debatermos esse assunto que é de tanta importância.

Eu, pessoalmente, conforme expus ontem, e tendo em conta o histórico de como os diversos governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e tantos outros países estão mais e mais abrindo as informações, parece-me que precisamos também caminhar nessa direção.

Se cuidados deveremos ter, que possamos conhecer, quem sabe, no diálogo com os próprios ex-Presidentes da República e a própria Presidenta hoje. Se vamos ouvir a Presidenta, até pessoalmente, quem sabe V. Exª possa sugerir a melhor forma de fazermos isso.

Era a ponderação que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Eduardo Suplicy, o requerimento de V. Exª já se encontra sobre a mesa e será dado procedimento normal, de acordo com o Ato nº 1, §§ 3º e 4º, dos atos que compõem o funcionamento da nossa Comissão, para ser apreciado proximamente pelos membros desta Comissão.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas manifestar a aprovação pela forma como V. Exª, com riqueza de detalhes, faz esse relatório, repondo os fatos históricos relativamente a essa matéria de caráter tão delicado.

Como jornalista que fui até 2010, o acesso à informação é um direito de toda a sociedade, mas fico muito tranqulizada quando V. Exª destaca que quanto à informação pertinente a acordos, a atos, não se trata de discutir interesses deste ou daquele governo, mas acordos ou o interesse especifico de Estado. E é nessa medida que temos aqui essa responsabilidade.

Penso que a sugestão do Senador Suplicy, trazendo ao debate a contribuição valiosa de ex-Presidentes da República, V. Exª declinou aqui a informação, apresentou a informação relativamente ao seu Governo e do ex-Presidente José Sarney, Presidente do Senado, de que todas as informações relativas a esse período de governo estão à disposição da sociedade brasileira.

Essa informação e esse esclarecimento é muito necessário. Temos, às vezes, dado mais valor às versões do que aos fatos, e é nessa medida que me associo também a essa forma de esclarecimento aqui apresentada pelo Senador, e cumprimentar novamente V. Exª pelo esclarecimento detalhado e completo a respeito desse assunto, inclusive dos procedimentos de como o projeto do ex-Presidente Lula foi feito e as modificações introduzidas, que, de alguma forma, podem comprometer até a hierarquia dos Poderes. Não em relação à informação, mas não podemos inverter a ordem natural da Constituição brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pelas suas palavras e pela perfeita compreensão que V. Exª teve da intenção desta Presidência de, pela primeira vez – pela primeira vez –, falar sobre esse assunto. Falarei desse assunto na Comissão, para os senhores membros, Srªs Senadoras e Srs. Senadores. Saindo daqui, não darei nenhuma entrevista e não falarei com quem quer que seja sobre esse assunto, porque é um assunto muito delicado e sensível e, neste momento, cabe, no caso, ao Presidente José Sarney, Presidente deste Senado e do Congresso Nacional, evocar a posição – e me parece que estou perfeitamente perfilado a ela – que me parece mais de acordo para o momento em que estamos discutindo, aqui, no Senado, o PLC 41.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quero cumprimentar V. Exª pela postura e pela clareza das posições que tem tomado em relação a essa questão, e fico feliz de falar depois da Senadora Ana Amélia, que é jornalista, porque realmente fica esta dicotomia de que está se cerceando a liberdade, seja de informação, seja de conhecimento dos fatos, quando, na verdade, não se trata disso. Penso que é uma questão de preocupação com o País, com a Nação, uma preocupação com a relação nossa com países vizinhos e até com outros países, mas, notadamente, com os vizinhos.

Entendo claramente que temos que ter bastante tranquilidade e serenidade nessa questão. V. Exª está conduzindo muito bem, o Senador Suplicy fez esse requerimento que acho que, depois de analisado, vale a pena realmente pensar. Mas é evidente que as modificações feitas, que não foram, portanto, iniciativa do Poder Executivo, não são, no meu entender, adequadas, todas elas, e que devamos, simplesmente, digamos, pela onda, sob um argumento bonito, que é o dá liberdade de informação, liberdade de conhecimento e de tudo, poder tornar público documentos que são inconvenientes. Não para nós, necessariamente, mas principalmente para a nossa relação com outros países.

Então, quero, de antemão, me solidarizar. Lógico que lerei com cautela a documentação que V. Exª encaminhou, procurarei também me aprofundar e creio que, neste momento, a conduta da Presidente Dilma de tirar a urgência foi fundamental para que possamos deliberar realmente com serenidade e com a visão das consequências desse ato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelas suas palavras.

E, se V. Exªs permitirem, iniciaremos agora a nossa pauta.

ITEM 1
– Não terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para

exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antigua e Barbuda.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador **Eduardo Suplicy**

Observação: Dia 09/06/2011, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 2
– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2011

Submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: *Dia 09/06/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Lembro às Srªs e Srs. Senadores que, para a apreciação da presente mensagem, não é necessária a presença e sabatina da autoridade indicada, uma vez que ela já foi objeto de arguição pública quando de sua indicação para a Embaixada residente.

Assim, a votação do item 2 será feita com a votação do item 1, por meio de cédula única, contendo o nome dos dois indicados para os respectivos cargos.

Convido para que tome assento o Exmº Sr. Ministro Raul Campos e Castro, indicado pela Presidenta da República para representar o Brasil em Antigua e Barbuda.

Seja V. Exª muito bem-vindo! (*Pausa*.)

Informo ao indicado, Sr. Embaixador Raul Campos e Castro que o tempo destinado a sua exposição será de 15 minutos. Em seguida, haverá a arguição por parte das Srªs e Srs. Senadores inscritos.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

S. Exª Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; S. Exª Senador Eduardo Suplicy, Relator da matéria em apreciação; S. Exªs Senadores aqui presentes; senhoras e senhores, fui honrado com a indicação da Srª Presidenta da República para chefiar a Embaixada do Brasil em Antigua e Barbuda.

Antigua e Barbuda é um país caribenho, ex-colônia britânica, que em 1967 tornou-se Estado Associado da Comunidade Britânica, ainda com estatuto dependente. E, a partir de 1981, tornou-se definitivamente independente.

O país faz parte da Organização dos Estados do Caribe Oriental integrado por Barbados, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristovão e Névis e São Vicente Granadinas.

É também membro da Caricom, a comunidade caribenha que reúne, além dos países citados, as Bahamas, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago.

Antigua e Barbuda está organizada institucionalmente no modelo britânico, sendo formalmente uma monarquia constitucional, representada localmente por um governador-geral, que exerce as funções de Chefe de Estado, em nome da rainha Elizabeth II, do Reino Unido. Seu governo adota o sistema parlamentar com indicação de um primeiro-ministro, pelo partido majoritário, como Chefe do Executivo.

O parlamento é bicameral, dispondo de Senado e Câmara de Representantes, equivalente à Câmara dos Deputados. A chamada Câmara Alta tem seus representantes indicados pelo governador-geral, e aqueles da Câmara Baixa são eleitos diretamente pela população.

O Brasil mantém relações diplomáticas com Antigua e Barbuda desde logo após sua independência, em 1982. Inicialmente, com embaixadas residentes na Jamaica, em Cuba e em Barbados. Desde fevereiro de 2009, decidiu abrir representação em Saint John's, capital do país.

As relações bilaterais se têm caracterizado tradicionalmente por um diálogo cordial, tanto no plano bilateral, como no multilateral, e se beneficiaram do processo mais vasto de acercamento do Brasil com todos os países da Comunidade do Caribe, nos quais dispomos atualmente de representações residentes. Verificou-se, naturalmente, ainda maior aproximação desde a decisão brasileira de manter embaixada residente em Antigua.

Na reunião de cúpula Brasil-Caricom, realizada em Brasília em abril do ano passado, o chefe de governo antiguano, primeiro-ministro Baldwin Spencer, manteve encontro bilateral com o Presidente Lula, quando ficou clara a disposição mútua de aprofundar o diálogo e estimular a cooperação nas áreas econômica e comercial, científico-tecnológica, cultural e educacional.

No plano externo, Antígua e Barbuda, país de língua inglesa, mantém laços especiais com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, o Canadá e a União Europeia. São essas as três fontes principais do turismo, base da economia das ilhas. Mais recentemente, nota-se um desejo de diversificação desse relacionamento, com o estabelecimento de novas parcerias com a China, Venezuela, Cuba e Brasil.

No plano estritamente regional, o país participa dos esforços de integração intracaribenha. No âmbito das relações com o Brasil, temos assinados um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e, mais recentemente, por ocasião da Cúpula Brasil-Caricom, um Acordo de Isenção de Vistos em passaportes diplomáticos oficiais e de serviços e um Acordo de Cooperação Educacional ainda tramitando nesta Casa.

Na ocasião de sua visita a Brasília, o primeiro-ministro Spencer expressou interesse no estabelecimento de cursos de português em Antígua e Barbuda para facilitar a vinda de estudantes e técnicos locais para cursos de treinamento no Brasil, assim como em uma possível cooperação brasileira para ampliação e modernização do Porto de Saint Jonh's. Mencionou também o objetivo estratégico de diversificação da matriz energética antiguana, inteiramente dependente de importações de petróleo, e o interesse pela experiência brasileira em biocombustíveis.

A presença do Brasil em Antígua e Barbuda se integra à política de fortalecimento de nossa presença no Caribe e de ampliação dos laços bilaterais com todos os seus países. Tem por objetivos fundamentais as vertentes políticas e de cooperação, o que não significa que se deva descuidar das oportunidades econômicas e comerciais.

No plano regional, o intercâmbio comercial do Brasil com os países caribenhos passou de US$650 milhões, em 2002, para US$5,2 bilhões, em 2008. Embora modesto, o intercâmbio comercial bilateral quintuplicou nos últimos oito anos e tende a aumentar pela dependência antiguana da importação de alimentos.

A Companhia Andrade Gutierrez já participou de obras de ampliação da pista do aeroporto internacional da capital e a Liat, empresa aérea regional dos países do Caribe Oriental, estuda adquirir aviões da Embraer para as linhas que conectam as diversas ilhas.

No plano político estratégico, é relevante o peso da região caribenha no contexto interamericano, assim como no âmbito das organizações internacionais da ONU e da Organização Mundial do Comércio. O bloco caribenho dispõe, por exemplo, de 44% dos votos na OEA, constituindo bloco parlamentar que incorpora dois países da América do Sul, a Guiana e o Suriname, e um da América Central, Belize. Esse número torna o grupo do Caribe essencial para o equilíbrio de posições entre o Norte e o Sul no quadro interamericano e importante no cenário parlamentar internacional.

Além da relevância da presença política, cabe também ressaltar a importância da vertente da cooperação internacional para a atuação do Brasil no Caribe. É já notável a ação do nosso País no Haiti e é importante que, como nação emergente na arena internacional, o Brasil se destaque como uma potência com atuação diferenciada e solidária, que contribua notadamente com aquelas nações mais carentes de apoio, para a superação dos seus problemas e desvantagens. Essa preocupação é coerente com princípios fundamentais inscritos em nossa Constituição, como o apoio à autodeterminação dos povos, e, portanto, à opção dos pequenos países pela independência, à igualdade jurídica entre os Estados, ou seja, a necessidade de tratá-los com respeito semelhante ao que demonstramos às grandes nações, e à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. É igualmente coerente com a atenção e com o respeito que dedicamos ao contingente afrodescendente de nossa população, já que os países caribenhos contam com populações de maioria afrodescendente, que passaram por agruras históricas similares àquelas do Brasil também submetidas à escravidão.

O mesmo esforço que mantemos pela inclusão social e por uma vida digna para todos em nosso País se traduz no plano externo por uma cooperação solidária, não falo desinteressada, pois a cooperação fomenta o contato humano e, naturalmente, atrai interesses que a compartilham, o que favorece o interesse público e os negócios privados. Nesse sentido, a cooperação é também instrumento de promoção de interesses por meio da gestação de projetos e de programas que tendem a vincular-se à ação de entidades e empresas do país que a promove.

Caso venha a contar com o apoio de V. Exªs para a minha designação, tendo, pois, em vista também a promoção dos interesses econômicos e comerciais brasileiros, pretendo levar adiante a tarefa iniciada pelo meu antecessor, Embaixador Michael Neele, de consolidação de um programa de cooperação abrangente, que reflita as preocupações que antes mencionei e contribua para o adensamento de nossas relações de amizade com Antígua e Barbuda. Espero que esse programa de cooperação possa, igualmente, contribuir com novas ideias para nossos programas de cooperação com outras pequenas nações em desenvolvimento em geral.

Nesse sentido, será de grande valia a abertura do escritório da Embrapa para as Américas no Panamá, que oferecerá cursos de capacitação técnica nas áre-

as de desenvolvimento agropecuário e de segurança alimentar, assim como a adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, o que abrirá novas oportunidades de colaboração, com projetos de desenvolvimento nessa região.

Com esse objetivo, o Itamaraty espera continuar a contar com o inestimável apoio e compreensão que o Congresso Nacional sempre empresta às ações de política externa brasileira levadas a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Raul Campos e Castro, pela sua exposição.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores inscritos, pergunto ao Plenário se podemos declarar aberto o processo de votação, de acordo com o art. 3º, §4º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo – o Senador Eduardo Suplicy está de acordo – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

Passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero cumprimentar o Embaixador Raul Campos e Castro. Tive a oportunidade de dialogar bastante com ele nesta semana e gostaria aqui de ressaltar, porque houve um questionamento da parte de alguns Senadores sobre a designação de embaixadas em países relativamente pequenos, como Antígua e Barbuda. Mas exatamente aquilo que pensávamos a respeito, quando da designação do primeiro embaixador, que V. Exª citou... Por favor!

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Michael Neele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Michael Neele.

Se levarmos em conta a evolução das exportações, do comércio e do intercâmbio nesses últimos anos, veremos que esse montante cresceu, de 2002 a 2010, cinco vezes, alcançando US$5,2 milhões. Embora modesto, o que se nota é que, certamente, a criação da embaixada, a presença ali de um embaixador colaborou para que houvesse essa multiplicação do comércio.

Então, avalio, Embaixador Raul Campos e Castro, que poderemos prosseguir, com o seu trabalho lá, nessa direção, com o crescimento do intercâmbio comercial, cultural, científico, técnico e com maior presença em todo o Caribe. Inclusive, com essa interação com os organismos que citou, no Panamá, a proximidade ali com o Haiti, com quem nós temos cooperado intensamente.

Quero também lhe dizer, conforme já reiterei em nosso diálogo, da minha disposição de cooperar com a troca de informações e experiências dos programas sociais brasileiros que possam ser relevantes para o Brasil e a própria proposição da renda básica de cidadania.

Srª Presidenta Ana Amélia, eu expliquei ao Embaixador que tenho uma audiência, marcada há três semanas já, no Ministério do Desenvolvimento Social e vou precisar me ausentar. Agradeço, cumprimento e desejo muito sucesso ao Embaixador Raul Campos e Castro em sua missão em Antígua e Barbuda.

Muito obrigado.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Algum comentário, Embaixador?

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Não, não tenho muito a comentar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Senador Suplicy já está aberto o processo de votação, então V. Exª poderá votar antes de deixar a reunião. (*Pausa*.)

O Senador Mozarildo já votou? (*Pausa*.)

Apenas para explicar ao embaixador Raul Campos e Castro que nós temos aqui, no Senado, um problema de superposição de comissões técnicas. Então, os Senadores se dividem. São 31 comissões técnicas e cada Senador participa, como titular, de três ou quatro comissões. E muitas das vezes os horários são coincidentes. Então, nós estamos agora fazendo, a assessoria da Comissão de Relações Exteriores, um trabalho para que não haja interrupção de votação e o senhor possa, com tranqüilidade, depois ser submetido ao plenário, onde também não haverá nenhum problema. Mas foi muito bom.

A gente está aguardando para poder seguir para outro item da pauta.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – [Fora do microfone.]

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente. É, exatamente. (*Pausa*.)

Estou presidindo esta reunião, Srs. Senadores, a pedido do presidente, do titular da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, que, por alguns minutos se afastou, por um outro compro-

misso, e reassumirá assim que terminarmos esta votação. (*Pausa*.)

Estamos aguardando quórum para concluir o processo de votação. Eu já expliquei para o nosso Embaixador sobre as questões relacionadas a essa área.

Aproveito, Embaixador, que nós estamos aguardando a assessoria: as relações do Brasil no âmbito da América Central têm sido bastante intensas na área de cooperação e, no Panamá, tem um escritório da Embrapa. Penso que no país onde o senhor vai servir será de grande valia essa aproximação pela cooperação técnica, na área da agropecuária, da pesquisa no setor de produção de alimentos.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Certamente, quando o primeiro-ministro antiguano esteve aqui, no ano passado, ele mencionou como uma das prioridades do país uma diversificação da produção agrícola, porque eles dependem quase inteiramente da importação de alimentos. Tem um território pequeno, mas, além do território pequeno, as plantações foram abandonadas...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por falta de renda e mercado...

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Falta de renda e também o não querer trabalhar mais na terra, os ex-escravos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O êxodo rural.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Sim, o êxodo rural.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aliás, fenômeno em todo...

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Ô, Senador, como está o senhor? Prazer em revê-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – é só fazer uma rubrica aqui, pois estou presidindo a Comissão em nome do Senador Fernando Collor, que é o titular da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Mas, certamente, será um grande apoio um trabalho de cooperação que resulte numa contribuição efetiva e estruturante para a economia local, para que eles possam andar com as próprias pernas, serem menos dependentes tanto do turismo, quanto das importações de alimentos. Para a segurança alimentar é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aliás, o Brasil, neste ano, a orientação política, determinada até pela circunstância da própria economia global, tem ampliado substancialmente o relacionamento comercial com os países das Américas.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Por certo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, isso tem ajudado. (*Pausa.*)

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Um fator, Senadora, que certamente ajudaria muito esse trabalho seria a eleição do Dr. Graziano da Silva para a Diretoria-Geral da FAO. Isso seria um grandíssimo apoio para esse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ontem, nós, do Partido Progressista, ao qual pertenço representando o Rio Grande do Sul, tivemos um almoço muito agradável com a Presidenta Dilma Rousseff, e eu mencionei a situação, indagando a ela se o Governo estava confiante na eleição do Dr. Graziano para a FAO, cuja sede é em Roma. Ela, então, informou que a posição está bastante confortável, porque já foi obtido o apoio na região, aqui na América Latina.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Na América do Sul e no Caribe...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No Caribe e também na África...

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Muitos países africanos...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E alguns países europeus também estão apoiando a posição brasileira. Como V. Exª disse, seria extremamente positivo para o Brasil...

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Muito positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma posição estratégica essa, numa área que nós estamos bem situados.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Temos vantagens comparativas evidentes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E competitivas também.

O SR. RAUL CAMPOS E CASTRO – Competitivas e tecnologia, *know-how*, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tecnologia também. Exatamente.

Podemos encerrar.

De acordo com o dispositivo do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta a partir deste momento.

Então, os senhores assessores, por favor, para fazermos o processo de apuração dos votos desta indicação do Embaixador Raul Campos e Castro...

Designo o Senador Luiz Henrique para atuar como secretário, conforme determina o artigo... (*Interrupção do som*.)

(A reunião torna-se secreta às 11 horas e 32 minutos e volta a ser pública às 11 horas e 35 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro reaberta esta sessão.

Agora, continuamos com a Ordem do dia, ou com a pauta desta sessão da Comissão de Relações Exteriores.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente, eu queria pedir inversão para apreciarmos, já que se trata de matéria sobre a qual não há debate, um requerimento de minha autoria, feito de comum acordo, convidando para uma audiência publica para debater o plano estratégico de fronteiras... Na verdade, creio que há um equívoco aqui. Queria indagar da Secretaria. Acho que há um equívoco, porque o convite não está especificado para quem é. É para o Ministro da Justiça e para o Ministro da Defesa. Na ementa, isso não está especificado. Mas deixo claro que é para convidar o Ministro de Defesa e o Ministro da Justiça para explanarem para esta Comissão a questão do Plano Estratégico de Defesa, já que estamos, na Subcomissão, acabando de concluir – aliás, concluindo, falta apenas o relatório – sobre esse tema. Então, queria pedir a aprovação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Solicito, então, a inversão de pauta dos requerimentos e que nós os aprovemos coletivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ótimo! Agradeço muito a V. Exª a compreensão, Senador Luiz Henrique, até porque o senhor é o Relator do item 3 da pauta. Então, gostaria que a assessoria apresentasse todos os requerimentos que foram colocados para que se faça, com maior celeridade, a votação dos requerimentos.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CRE

Requeiro, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de discutir a viabilidade de criação de um Departamento de Comércio a exemplo do que acontece nos EUA.

Para tanto, sugiro que sejam convidados para a referida audiência pública as seguintes personalidades: Embaixador Ruy Nogueira, Secretário-Geral do Ministério de Relações Exteriores; Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp; Luiz Fernando Furlan, Co-Presidente do Conselho de Diretores da Brasil Foods; Paulo Rabello de Castro, Presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomércio de São Paulo; e Clifford Sobel, ex-Embaixador dos Estados Unidos da América.

Autoria: Senadores **Luiz Henrique da Silveira e Blairo Maggi**

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CRE

Requeiro, nos termos do inciso II e do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater e discutir a Educação como Questão de Segurança Nacional.

Pelo exposto, sugiro convidar as autoridades abaixo, para apresentarem suas ideias: Prof. Dr. Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp de São Paulo; Prof. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal; Prof. Dr. Clóvis Brigagão, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro; e Prof. Danny Zahreddine, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Autoria: Senador **Cristovam Buarque.**

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRE

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater o "Plano Estratégico de Fronteiras", lançado no dia 08 de junho próximo passado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Nelson Jobim, Ministro de Estado de Defesa; e o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça.

Autoria: Senador **Mozarildo Cavalcanti.**

O Senador Mozarildo Cavalcanti já havia se manifestado a respeito, até da inversão dessa pauta.

Então, os três requerimentos estão em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os três requerimentos.

Agora, vamos para o item 3, não terminativo:

ITEM 3
– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal.

Relatoria: Senador **Luiz Henrique**.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srª Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 1º de outubro de 1944. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em História e Crítica de Arte pela *The American University*, de Washington, ingressou na carreira diplomática em 1968 e tornou-se Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2004. Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores, destacam-se a de Chefe da Divisão de Difusão Cultural (1984-87), Cônsul-Geral em Montevidéu (1997-2000), em Tóquio (2000-06) e na Cidade do Cabo (2006-08), na África do Sul.

O Nepal é uma República Parlamentarista, majoritariamente hinduísta, que tem passado por significativas transformações políticas. Houve o fim da insurgência maoísta no final de 2006, a realização de eleições de Assembleia Constituinte em 2007 e abolição da Monarquia em 2008. A transição de monarquia autoritária a regime democrático tem acarretado várias tensões e clima de instabilidade.

As relações bilaterais entre o Nepal e o Brasil são tímidas, embora haja sintonia em certos temas, como aquecimento global, reforma do Conselho de Segurança, erradicação da pobreza e promoção da paz.

A criação, em 2010, de missões diplomáticas permanentes recíprocas servirá, sem dúvida, como catalisador do relacionamento entre os dois países. As oportunidades com esse país, marcadamente agrícola, em primeiro momento, voltam-se ao aprimoramento da infraestrutura local, como construção de barragens, ferrovias e rodovias, mas podem se diversificar, sobretudo tendo em vista os benefícios tarifários que o Nepal mantém com a Índia e a China, o que pode gerar condição favorável a empresas brasileiras, no sentido de transformar-se, futuramente, o Nepal em um centro de distribuição de produtos brasileiros destinados aos mercados indiano e chinês.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Srª Presidente, nós somos, pois, pela aprovação do nome do ilustre diplomata do Itamaraty.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço, Senador Luiz Henrique, o seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores.

ITEM 4
– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

O Relator é Senador Eduardo Suplicy. E eu gostaria de contar, como Relator *ad hoc*, com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente, como o relatório já está disponível para todos os Srs. Senadores, eu quero ir às suas conclusões, dizendo que as relações diplomáticas entre os dois países foram oficialmente estabelecidas em 1974, com a abertura da Embaixada do Brasil em Freetown, em caráter cumulativo com Acra, capital de Gana, e da representação de Serra Leoa em Brasília, com sede em Washington, Estados Unidos.

O Decreto Presidencial nº 7.076, de 26 de janeiro de 2010, oficializou a abertura da Embaixada brasileira residente em Freetown, que está em processo de instalação, sendo justamente o diplomata indicado o primeiro Embaixador.

O comércio entre Brasil e Serra Leoa é bastante modesto, em trocas amplamente superavitárias para o Brasil. Em 2010, o comércio bilateral atingiu US$14 milhões: o Brasil importou US$66 mil de Serra Leoa e exportou US$14 milhões. Em sua maioria, móveis, mobiliário médico-cirúrgico e colchões.

Além do incipiente, mas promissor, comércio, há um Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, em vigor desde 08 de abril de 2010, que já tem propiciado programa de capacitação conjunta na área de saúde, particularmente em prevenção e tratamento de pessoas com HIV e em atenção à saúde materno-infantil.

Há interesse do governo de Serra Leoa em informar as negociações para a realização de cooperação técnica na área de agricultura familiar, irrigação e piscicultura.

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente relatório, estimamos estarem os Srs. Senadores Membros da Comissão, após a complementação da sabatina do diplomata, informados e aptos para votar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela colaboração.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria destacar a importância de um fato que se deduz do *curriculum vitae* do ilustre diplomata. De 2000 até 2010, S. Exª exerceu funções em países africanos. Foi Conselheiro em Nairóbi, em Iaundé, em Malabo e também foi Encarregado de Negócios da Embaixada em Beirute.

Desse modo, pelo que se depreende, trata-se de um especialista naquela região. Daí a importância da sua designação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao Senador Luiz Henrique.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores.

Passamos para o item 5:

ITEM 5
– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, DE 2010

Aprova o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinado em Madri, em 25 de junho de 2007.

A Relatoria está com o Senador Luiz Henrique, a quem passo a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srª Presidente, trata-se de um projeto importante, que trata de convênio entre o Brasil e a Espanha sobre cooperação em matéria de combate à criminalidade. Esse convênio foi assinado em Madri em 25 de junho de 2007, tramitou na Câmara dos Deputados e só veio ao Senado em 24 de junho de 2010, tendo sido, na época, designado relator o Senador Marco Maciel.

Com a superveniência das eleições, acabou não sendo relatado naquele ano. Chegou às nossas mãos recentemente, e o parecer é pela sua aprovação, nos termos da peça distribuída a todos os Srs. Senadores e de pleno conhecimento de S. Exªs.

Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do Pais a ratificação do acordo em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2010.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em discussão o relatório apresentado pelo Sr. Senador Luiz Henrique, que trata desse convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, sobre a cooperação em matéria de combate à criminalidade.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Luiz Henrique.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6
– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1º de junho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador **Marcelo Crivella**

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Data de 1992 o primeiro acordo entre Brasil e Namíbia, de acordo com a Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, e somam cerca de quatorze os tratados bilaterais pactuados até o momento. A maior parte desses tratados versa sobre os eixos temáticos da cooperação técnica nas áreas fundamentais ao desenvolvimento. De serem tão incipientes as relações com a Namíbia e por cobrir campo pouco contemplado na agenda bilateral, o ato internacional em apreço se torna tão momentoso. Ele estabelece linhas gerais de cooperação no domínio da defesa, refletindo outros acordos da mesma natureza e propósito, em nada excedendo as conveniências nacionais.

Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 124, de 2011, por sua conveniência e oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o seu relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7
– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador **Francisco Dornelles**

Concedo a palavra ao Sr. Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, a Mensagem a que V. Exª se referiu foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Nesse primeiro órgão, a Mensagem deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo ora analisado, que, posteriormente, passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Trabalho, Administração e Serviço Público. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário daquela Casa em 20 de abril de 2011. Esse parecer foi amplamente divulgado.

O meu voto: por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2011.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em discussão o relatório do Senador Francisco Dornelles sobre o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, sobre o exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas.

A autoria dessa matéria, como bem sublinhou o Senador Dornelles, é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Não havendo quem queira discutir, encerrado o processo de discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 30 de junho, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário. Faço isso em nome do Presidente Fernando Collor.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 53 minutos.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia trinta de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Vital do Rêgo**, **Pedro Simon**, **Paulo Bauer**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Ana Amélia**, **Eduardo Amorim**, **Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Justifica a ausência o Senhor Senador **Marcelo Crivella**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 28ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. O Presidente submete à deliberação do Plenário a inserção, na Ata da presente Reunião, e registro nos Anais do Senado Federal, das apresentações realizadas na Reunião entre os Senadores desta Comissão e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, ocorrida no Edifício sede do Ministério da Defesa, às onze horas do dia 29 de junho de 2011 ocasião em que foram apresentados aos senhores Senadores o Sistema Militar de Comando e Controle, bem como o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado pela Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff, no dia 8 de junho de 2011 (os documentos referidos encontram-se anexo a presente Ata). **Aprovado**. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 69, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal"*. Relator: Senador **Luiz Henrique**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 75, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa"*. Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Os embaixadores Marcos Borges Duprat Ribeiro e José Jorge Alcazar Almeida são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Os Senadores **Anibal Diniz** e **Mozarildo Cavalcanti** fazem uso da palavra. A reunião é tornada secreta às onze horas e quatro minutos, e reaberta às onze horas e seis minutos. O Presidente anuncia a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. O Senador **Anibal Diniz** solicita inversão de Pauta, que, após consulta ao Plenário da Comissão, é deferida pelo Presidente. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 138, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008"*. Relator: Senador **Anibal Diniz**.

Resultado: aprovado o parecer favorável. Os Senadores **Inácio Arruda** e **João Pedro** fazem uso da palavra. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 77, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles"*. Relator: Senador **João Pedro**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 78, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago."*. Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 88, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia"*. Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 7 – Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986"*. Relator: Senador **Anibal Diniz**. Resultado: aprovado o Projeto. **Item 8 – Requerimento nº 360, de 2010**, de autoria do Senador **Marconi Perillo**, que *"requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à diplomata e representante do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, pelo artigo "Livre do Racismo e da Discriminação", publicado no Jornal O Globo, no dia 1º de abril de 2010"*. Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria. **Item 9 – Requerimento nº 718, de 2011**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que *"requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 03 a 07 de julho de 2011, para visitar Israel, a convite da Embaixada daquele país, para participar do 'Seminário Internacional para Parlamentares Latinoamericanos', que ocorrerá em Jerusalém"*. Relator: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: referendado o despacho da Presidência. Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 1 – Requerimento nº 781, de 2011**, de autoria do Senador **João Pedro**, que *"requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no dia 5 de julho de 2011, para participar de Sessão Extraordinária do Parlamento Amazônico - PARLAMAZ, no período de 3 a 5 de julho de 2011, na cidade de Lima, no Peru, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do país nesse período"*. Relator: Avocado pelo Presidente da Comissão. Resultado: referendado o despacho da Presidência. Aprovado. **Item 2 – Requerimento nº 27, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Anibal Diniz** e **João Pedro**, que *"requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2011, que 'Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008'"*. Resultado: aprovado o Requerimento. Observação: anexado ao PDS nº 138, de 2011. Fazem uso da palavra os Senadores **João Pedro**, **Cristovam Buarque** e **Mozarildo Cavalcanti**. Nada mais havendo a tratar, a

reunião é encerrada às doze horas e quinze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Mesa recebeu do Senador Marcelo Crivella ofício cujo assunto é a sua comunicação de ausência do País:

Sr. Presidente, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Exª que me encontrarei em viagem aos Estados Unidos da América a partir do dia 25 de junho e retorno em 18 de julho.

Assim, colho do ensejo para renovar os protestos...

Atenciosamente,

Senador Marcelo Crivella.

Do Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, o seguinte expediente enviado pelo Ministro Antonio Patriota, das Relações Exteriores.

Como é do conhecimento de V. Exª, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República assinou, em 7 de junho de 2011, o Decreto nº 7.495, que cria, entre outras disposições, a Comissão Nacional para Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

A Conferência Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, deverá ser o mais importante evento internacional dos próximos anos nas áreas econômica, social e ambiental.

À Comissão Nacional da Rio+20 compete promover a interlocução entre órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na conferência.

Também estão convidados a indicar representantes o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Temos o prazer de convidar, por intermédio de V. Exª [referindo-se ao Presidente José Sarney], os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para integrarem, na qualidade de membros titulares, a Comissão Nacional da Conferência Rio+20.

Permitimo-nos convidar, ademais, na qualidade de suplentes, os Presidentes das Subcomissões Rio+20 estabelecidas no âmbito das referidas comissões.

A primeira reunião da Conferência Rio+20, a ser co-presidida pelos signatários, respectivamente Ministros Antonio de Aguiar Patriota e Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, será realizada em Brasília em 1º de julho de 2011, amanhã, às 10 horas, na Sala San Tiago Dantas, do Palácio Itamaraty.

A confirmação de presença na reunião da Comissão Nacional poderá ser feita pelo endereço eletrônico da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores.

O endereço eletrônico está à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão.

Do Sr. Embaixador Alan Charlton, Embaixador de Sua Majestade e da Embaixada do Reino Unido. O assunto de que ele trata, agradecendo a carta-convite que a Mesa encaminhou a todos os embaixadores para participarem das audiências públicas que estão sendo realizadas no âmbito da Subcomissão Rio+20, presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque.

Ele, então, diz que agradece o convite e diz que o Reino Unido está interessado em trabalhar conjuntamente com o Brasil rumo à Rio+20. Um exemplo dessa iniciativa foi a parceria lançada durante a visita da Ministra do Meio Ambiente do Reino Unido, Caroline Spelman, ao Brasil, em abril de 2011. Nessa ocasião, segundo o Sr. Embaixador, a Ministra britânica teve a oportunidade de dialogar com o Governo brasileiro sobre questões de desenvolvimento sustentável e estabelecer a parceria entre o Reino Unido e o Brasil sobre a Rio+20, incluindo temas de economia verde e governança ambiental internacional, traçando objetivos de trabalhos comuns a serem alcançados em 2012.

Do Embaixador Sérgio Danese, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, esta Comissão recebe ofício, em caráter urgente, dizendo:

Em aditamento à Mensagem Oficial nº 134, de 13 de junho de 2011, encaminho, anexo, original de convite recebido da Delegação do Brasil junto à União Europeia, dirigido ao Presidente e aos demais membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para participar de reunião interparlamentar com o Parlamento europeu, a qual terá lugar em Estrasburgo, França, no dia 6 de julho próximo.

Segundo informado por aquele Parlamento, esse convite insere-se no contexto da viagem de Parlamentares brasileiros à Europa, a Bruxelas e a Estrasburgo, que está sendo organizada pela Delegação da União Europeia em Brasília.

Muito agradeceria em informar sobre a eventual participação de Parlamentares da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na referida missão.

Assinado: Embaixador Sérgio Danese.

Com essa comunicação que faço aos Srs. membros desta Comissão, eu peço que aqueles que tiverem interesse em participar dessa Delegação para a reunião em Estrasburgo, no próximo dia 6 de julho, que, por favor, façam saber à Secretaria desta Comissão ou diretamente ao Sr. Embaixador Sérgio Danese, para que sejam tomadas as providências devidas.

Comunicados.

A Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu, por aclamação, no dia 21 de junho, indicar Ban Ki-moon para servir um segundo mandato consecutivo como Secretário Geral da Organização, no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Ao congratular o Secretário-Geral das Nações Unidas por sua indicação para um segundo mandato, o Governo brasileiro reafirma o seu comprometimento em cooperar com a Secretaria-Geral das Nações Unidas no encaminhamento de questões-chaves da agenda internacional, como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a solução política das crises no norte da África e no Oriente Médio, o cumprimento da metas de desenvolvimento do milênio e o processo de reforma e fortalecimento das Nações Unidas.

Comunico também às Srªs e aos Srs Senadores que se encontra presente nas dependências do Senado Federal o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, recentemente, comemorou os seus 80 anos de idade e, hoje, aqui está para receber

homenagem de Parlamentares e amigos na Casa, em que ele tanto trabalhou em favor do Brasil.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores, desejo a S. Exª, o Presidente Fernando Henrique, muitos anos de vida, muita paz, muita tranqüilidade e, sobretudo, muito discernimento para continuar colaborando com os trabalhos que vêm sendo realizados pelo Governo do Brasil, buscando a paz e a prosperidade da Nação brasileira.

Reunião com o Ministro da Defesa.

A Presidência comunica a realização de reunião, no dia de ontem, entre o Ministro da Defesa Nelson Jobim e os membros desta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, no edifício-sede do Ministério da Defesa.

Essa foi uma audiência pública que a Comissão realizou fora do local de suas reuniões ordinárias, em razão das explanações que o Sr. Ministro nos fez e que seriam muito mais substanciosas se realizadas no local do Centro de Comando de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa e também para suprir a última quinta-feira em que não houve reunião da Comissão de Relações Exteriores. Então, essa audiência pública foi realizada na sede do Ministério da Defesa e a sua gravação e tudo aquilo que foi tratado durante a audiência pública já está sendo enviado para esta Comissão, para que sejam incluídas tanto a explanação quanto as discussões travadas pelos Srs. Senadores com o Sr. Ministro sobre as suas preocupações e indagações, para ser transcritas nos anais desta Comissão e posteriormente divulgadas pela TV Senado.

A reunião teve por objetivo a apresentação aos Srs. Senadores do sistema militar de comando e controle e do plano estratégico de fronteira, iniciativa esta decorrente do Requerimento nº 26, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que é Presidente da Subcomissão da Amazônia e da Política de Fronteiras, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Participaram do encontro, além desta Presidência e do Exmº Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim, os ilustres Senadores Anibal Diniz, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique e Rodrigo Rollemberg. Também esteve presente o General de Exército José Carlos de Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, além de secretários daquele Ministério.

Foram apresentados aos Senadores detalhes de funcionamento do sistema de controle, juntamente com demonstração de como é realizada a comunicação do comando central com as equipes que se encontram em operação pelo País. Para esse propósito, foram ouvidos os comandantes das missões do Exército no Mato Grosso e no Haiti.

Isso tudo foi feito nessa sala do comando de operações de controle do Ministério da Defesa e os Senadores tiveram oportunidade de ver o diálogo travado via satélite, com imagem e som, do comandante das operações brasileiras no Haiti e do nosso comandante, coronel de uma operação especial que está sendo realizada no Mato Grosso.

Além do programa de fronteira que envolve o trabalho conjunto de órgãos dos Ministérios da Defesa e da Justiça, o Sr. Ministro anunciou a intenção do Governo brasileiro de lançar, até 2014, um satélite geoestacionário para interligar os sistemas de defesa em todo o território nacional. Isso é de uma importância transcendental.

Atualmente o Brasil aluga um satélite de uma empresa privada, de capital mexicano. Além de não garantir total segurança de sigilo de informações importantes, ainda há o risco de um apagão de comunicação em todo o País.

Portanto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se colocou efetivamente empenhada no sentido de que esse objetivo do lançamento de um satélite próprio, satélite do Estado brasileiro possa rigorosamente ser lançado em 2014.

O custo para colocar um satélite estatal em órbita está avaliado em R$700 milhões, mas a nossa soberania, acredito, não tem preço. No entanto, segundo o Sr. Ministro, a quantia envolve a construção de satélite, seu lançamento, seu seguro e sistema de acompanhamento em terra.

Atualmente, o custo anual do aluguel dos canais de um satélite privado para serviços de telecomunicação e transmissão de imagens está em torno de R$44.800.000,00 por mês.

É por mês, comandante? É por mês ou por ano?

Desculpe. Então, retificando, os serviços de telecomunicação e transmissão de imagens estão em torno de R$44.800.000,00 por ano.

O satélite brasileiro permitirá a comunicação direta entre a central de operação e comando do Ministério da Defesa, em Brasília, e pelotões de fronteira e submarinos que navegam no Oceano Atlântico, além do rápido envio de imagens de áreas pouco acessíveis. Por isso o Ministro considerou o satélite vital para a segurança nacional. E nisso ele tem toda a razão, no que foi acompanhado pela unanimidade dos Srs. Senadores e da Srª Senadora Ana Amélia, que acompanharam a sua exposição.

O equipamento tornará ainda possível o acesso à internet para mais de 1.800 Municípios que ainda não são conectados à rede mundial de computadores.

O Ministro antecipou também que as imagens do novo satélite poderão ser cedidas a países vizinhos, dentro de uma política de aproximação com as nações da América do Sul. Trata-se da adoção de uma relação de compreensão com os demais do subcontinente, já que o Brasil possui a maior economia da região.

O Ministro Jobim relatou ainda que, em recente visita a Colômbia, negociou acordos de cooperação em defesa na área de fronteira. Na sua opinião, a cooperação com a Colômbia poderá servir de modelo a ações semelhantes com os demais países vizinhos.

Ao propor maior aproximação com esses países, lembrou que a América do Sul dispõe da maior capacidade mundial na produção de proteína vegetal e animal, sem falar do imenso potencial energético e das reservas de água doce da Amazônia e do aquífero Guarani.

Finalmente, o Ministro discorreu sobre os trabalhos na área de defesa, na reunião do Pré-sal, e lembrou que o Brasil é o único País do mundo com tecnologia para exploração de petróleo em águas profundas.

Especificamente sobre o Plano Estratégico de Fronteiras, foi mostrado o cenário de sua abrangência, em 27% do território nacional, alcançando 11 Estados brasileiros e 10 países fronteiriços.

As ações do plano dividem-se em duas operações básicas: a Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça com a colaboração do Ministério da Defesa, cujo foco é o da inteligência e da permanência, e a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa com a colaboração do Ministério da Justiça, com o foco pontual de impacto e temporalidade.

Pela primeira vez no Brasil, está se unindo esses dois Ministérios e seus organismos para, de forma conjunta, trabalharem pela segurança de nossas fronteiras.

Além do detalhamento de cada uma das operações, destacou-se, no Plano, a importância do esforço conjugado entre o Centro de Operações Conjuntas, órgão centralizador das operações, o apoio logístico das Forças Armadas e a ligação com o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Com objetivos estratégicos, o Plano visa basicamente:

1- A neutralização do crime organizado;

2- A redução dois índices de criminalidade;

3- A coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais;

4- A cooperação com os países fronteiriços;

5- A intensificação da presença das Forças Armadas; e

6- O apoio à população.

Como condicionantes políticas e militares, o Plano se baseia nos direitos e garantias individuais previstos na Constituição de 1988, o respeito à soberania dos países fronteiriços, às regras de engajamento entre os Ministérios da Justiça e da Defesa, com a coordenação deste último.

A Otan e a situação do Norte da África e do Oriente Médio, a atualização desse cenário.

O cenário das rebeliões no Norte da África e no Oriente Médio mostra impasse na Líbia, o crescimento da repressão na Síria e afloramento de problemas internos dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Mais de dois meses depois do início dos bombardeios da Otan na Líbia, o regime do Coronel Kadafi continua a ter uma atitude desafiadora. Apesar das perdas infringidas pela Aliança Atlântica, o Governo líbio se mantém firmemente no poder e as forças de oposição não têm obtido vantagens decisivas.

A ajuda financeira e logística ocidental aos rebeldes não alterou significativamente o cenário do início das hostilidades.

A Alemanha, no último dia 13 de junho, reconheceu o Conselho Nacional de Transição dos rebeldes como legítimo representante do povo líbio e comprometeu-se a ajudá-lo financeiramente. Essa atitude da Alemanha, tomada após um período de clara hesitação, segue o exemplo dos reconhecimentos por parte da União Européia, do Reino Unido, da França, dos Estados Unidos, da Itália, da Espanha, dos Emirados Árabes Unidos, da Austrália, de Gâmbia, de Malta, da Jordânia e do Senegal.

Recorde-se que a Alemanha absteve-se na votação da Resolução nº 1.973 das Nações Unidas, em março deste ano, o que permitiu a intervenção da OTAN ao estabelecer *no flies on* e determinar a defesa da população civil.

No que diz respeito à Síria, a repressão tem aumentado, sem conseguir coibir, no entanto, as manifestações. As forças armadas de mais de 220 mil homens têm continuado fieis ao regime de Bashir Al-Assad e não se registram defecções relevantes.

Os protestos sírios, apesar de contínuos, não atingiram os grandes centros urbanos de modo decisivo e a atuação da Irmandade Muçulmana, ou Fraternidade Muçulmana, tampouco é importante. Há, no entanto, crescente mal-estar entre a minoria dominante alauíta e a maioria sunita.

No plano diplomático, a França está em campanha por resolução do Conselho de Segurança da ONU que condene a repressão. Uma resolução nesse sentido conta com firme oposição da China e da Rússia.

Ainda no contexto da chamada Primavera Árabe, no Iêmen, cujo presidente continua hospitalizado na Arábia Saudita desde o ataque ao palácio presidencial, ocasião em que foi ferido, também a situação é de impasse. As potências ocidentais, encabeçadas pelos Estados Unidos, pelo reino Unido e pela França, têm pressionado a Arábia Saudita, que tem enorme influência no Iêmen, a definir a situação do presidente Saleh, sem contudo gerar mais instabilidade. Registre-se que o Iêmen é considerado um dos santuários da Al-Qaeda e seu governo tem sido usado pelos norte-americanos para a luta antiterrorista.

No Marrocos, o Rei Mohammed VI anunciou, no último dia 17 de junho, pessoalmente, em fala do trono, reformas constitucionais em que abdicaria de parte dos seus poderes. O governo marroquino tem sido cuidadoso na repressão de manifestações da oposição.

A instabilidade árabe, particularmente a intervenção na Líbia, teve um significativo desdobramento ao fazer aflorar fissuras no âmbito da OTAN. O Secretário de Defesa, Robert Gates, que vai deixar o cargo em breve, tem feito fortes declarações no sentido de criticar a pequena participação da Europa no financiamento das atividades da Aliança Atlântica e a diminuição dos orçamentos individuais de defesa. A atitude crítica de Gates foi seguida por manifestações do Secretário-Geral da OTAN, Anders Rasmussen. Ambos preocupam-se com a falta de coordenação das forças armadas europeias, que possuem, frequentemente, programas paralelos de armamento, equipamentos logísticos, informação e treinamento, o que leva à duplicação de esforços e ao desperdício de recursos. Destacam que, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos contribuíam com 50% dos recursos da OTAN e, agora, aportam 75% dos recursos da OTAN.

Embora, no caso específico do Afeganistão, a OTAN seja um exemplo de cooperação europeia com os Estados Unidos, fica o contraste entre o montante de quarenta mil soldados europeus em relação aos cem mil soldados americanos.

A campanha da Líbia é a prova evidente da falta de proporção de meios, pois, na primeira missão da Aliança Atlântica não liderada pelos Estados Unidos, a França e o Reino Unido já esgotam sua munição e têm que ser socorridos pelos norte-americanos. Embora, naturalmente, não tendo sido liderado pelos Estados Unidos todos nós sabemos que essa operação só teve início depois do aprove-se do Presidente Barack Obama, que, na oportunidade em que deu essa autorização, estava em visita oficial ao Brasil, por coincidência.

Há também dependência dos Estados Unidos para o reabastecimento em voo dos caças da coalizão e para o fornecimento de dados estratégicos supridos pelos aviões radares AWACS americanos. O inesperado prolongamento da intervenção na Líbia – isso é algo que aqui, na Comissão, foi tratado desde os primórdios da iniciativa franco-inglesa sobre o prolongamento dessa intervenção e as suas conseqüências – está colocando pressão excessiva nos gastos de defesa, tanto do Reino Unido quanto da França, o que tem sido objeto de queixas discretas de militares de alta patente dos dois países.

No entanto, recente divulgação pela imprensa de reclamações de importantes comandantes militares ingleses a respeito da pressão sobre as Forças Armadas pela participação simultânea nas campanhas do Afeganistão e da Líbia levou o Primeiro Ministro inglês David Cameron a criticar pública e duramente, no último dia 21 de junho, a posição dos militares. De sua parte, o Presidente Sarkozy criticou as manifestações de Gates e afirmou que a Europa está cumprindo sua missão.

Em outra vertente – e aqui não vai nenhum juízo de valor, é apenas um relato do que está acontecendo –, o chanceler italiano defendeu, no último dia 22, uma suspensão das hostilidades, com a finalidade de permitir a prestação de ajuda humanitária na Líbia. A Itália que tem um tratado de amizade e cooperação assinado em 2008, na cidade de Benghazi. Então, o chanceler italiano defende, agora, a suspensão das hostilidades, com a finalidade de permitir a prestação de ajuda humanitária à Líbia e talvez criar um espaço para algum possível entendimento.

Lembre-se que o Governo da Itália tem sido firme aliado dos Estados Unidos e que muitas operações aéreas da Aliança Atlântica da Líbia partem de bases italianas da OTAN, contrariando os termos do tratado de 2008, assinado em Benghazi, que não permite que Roma ceda bases militares suas para ataques a território líbio.

Essa nova posição mostra também uma insatisfação com a duração, custos e falta de resultados evidentes na intervenção da coalizão na Líbia, sobretudo em função também da recuperação que a Europa está realizando, tentando realizar da crise de 2008 e dos diversos problemas que estão sendo criados pela fragilidade econômica de alguns países da comunidade.

Não se deve esquecer, entretanto, que a reclamação sobre o peso da contribuição dos Estados Unidos para a OTAN tem como pano de fundo uma crescente clivagem entre a visão norte-americana e europeia do próprio papel atual da OTAN. De um lado, os europeus não compartilham o enfoque americano de reação à ameaça terrorista por meio de ações bélicas e, na verdade, não creem na eficácia dessas ações. De outra parte, com o fim da ameaça soviética presente na guerra fria, os europeus sentem-se mais seguros, não têm mais a sensação de perigo iminente perto de suas fronteiras. A opinião pública europeia não vê, portanto, justificativa para maiores dispêndios militares, principalmente em período de pouco crescimento econômico, de desemprego e da ameaça ao euro pela crise da Grécia, da Irlanda, de Portugal e, possivelmente, da Espanha.

Cresce, assim, a discussão tanto sobre o papel da OTAN em um mundo pós-guerra fria quanto sobre os limites territoriais de atuação da Aliança Atlântica.

A esse debate, acrescenta-se a discussão interna nos Estados Unidos sobre a legalidade da atuação norte-americana na Líbia, feita sem autorização do Congresso, considerada dispensável pelo Executivo e pelos democratas.

O argumento principal do Presidente Obama é a não-existência de participação direta de forças americanas em combates. Os republicanos, em busca de sintonia com a opinião pública, têm atacado também os custos dos compromissos bélicos dos Estados Unidos. Note-se que o anúncio feito por Obama sobre a antecipação de retirada de tropas do Afeganistão foi recebido com polêmica nos Estados Unidos e com satisfação pelos membros europeus na OTAN.

As dificuldades da OTAN e a própria disputa interna nos Estados Unidos sobre a legalidade da intervenção na Líbia indicam que dificilmente haverá outra ação armada direta ocidental no norte da África e Oriente Médio.

Assim, mesmo que a situação da Síria se agrave, é, por enquanto, remota a possibilidade de participação bélica da Aliança Atlântica.

Outro comunicado sobre a questão dos supridores nucleares.

Encerrou-se, agora, no dia 30, hoje, em Noorwijk, Países Baixos, a 21ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares, foro que tem por objetivo promover a coordenação das políticas nacionais dos 46 Estados participantes sobre controle de transferência de bens e tecnologias sensíveis no campo nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Além de passar em revista os principais acontecimentos e desafios relacionados ao regime internacional de não proliferação e desarmamento nucleares, centrados no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP, os países do NSCG, países supridores nucleares, acordaram revisar suas diretrizes comuns para o controle da transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio e reprocessamento de combustível nuclear.

Após mais de seis anos de negociações no âmbito do NCG, as novas diretrizes estabelecem que apenas países atendam aos mais elevados padrões de proteção física, segurança e salvaguarda nucleares terão acesso desimpedido àquelas tecnologias sensíveis.

Para o Brasil, isso se reveste de uma importância muito grande, na medida em que o NSG reconheceu o acordo quadripartite assinado pelo Brasil e Argentina. A Agência também reconheceu a Agência Brasileiro-Argentina de

Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, ABACC, e a Agência Internacional de Energia Atômica, a AIEA, como critério alternativo ao protocolo adicional nos acordos de salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica.

Além de realçar o significado político do acordo quadripartite, que celebra este ano seu 20º aniversário – foi assinado, com alegria e satisfação, por mim quando no exercício da Presidência da República –, como modelo de aproximação e fomento da confiança entre o Brasil e a Argentina no campo dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear, a decisão do NSG abre novas perspectivas para a cooperação internacional e o maior acesso a tecnologias relevantes ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro.

O compromisso do Brasil com o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear está inscrito na Constituição de 1998 e é reforçado pela sua participação nos principais instrumentos e foros internacionais associados ao desarmamento e não proliferação nucleares, entre os quais, no âmbito regional, o Tratado de Tlatelolco, que tornou a América Latina e o Caribe a primeira zona livre de armas nucleares em uma área densamente povoada.

Iniciando a pauta do dia de hoje:

ITEM1.

NÃO TERMINATIVO.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 69, DE 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do SR. MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal.

Autoria: Presidenta da República; Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Observação: *no dia 16 de junho foi lido o Relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

Indico o Senador Mozarildo Cavalcanti como Relator *ad hoc* deste Item nº 1.

ITEM 2.

NÃO TERMINATIVO.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 75, DE 2011.

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Autoria: Presidenta da República; Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Observações: *dia 16/06/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Ministros Marcos Borges Duprat Ribeiro e José Jorge Alcazar Almeida.

Sejam V. Exªs bem-vindos ao plenário desta Comissão.

Lembro aos membros desta Comissão que, na reunião do dia 16 de junho, foram lidos os relatórios referentes às Mensagens nºs 69 e 75, ambas de 2011, e, concedida vista coletiva das matérias, conforme já anunciado.

Informo aos Srs. Ministros indicados que o tempo destinado a cada um será de 15 minutos. Em seguida, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar S. Exªs.

Concedo a palavra ao Ministro Marcos Borges Duprat Ribeiro para fazer a sua exposição.

O SR. MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Presidente Fernando Collor de Mello, Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, Exmº Sr. Senador Luiz Henrique, excelentíssimos senhores e senhoras integrantes da Comissão e demais presentes, a criação da embaixada do Brasil no Nepal está inserida num processo de expansão e reforço da nossa presença diplomática no plano internacional, principalmente na Ásia, região de maior crescimento do mundo.

O primeiro Embaixador do Nepal no Brasil, Pradhumma Shah, apresentou credenciais no início do ano passado. Além da embaixada em Brasília, o Nepal possui apenas as embaixadas em Washington e a missão junto à ONU nas Américas.

Além do princípio da reciprocidade, a abertura da embaixada do Brasil em Katmandu será um gesto pioneiro, pois não há outra embaixada residente latino-americana naquele país. Como o Brasil, o Nepal advoga o multilateralismo e a solução pacífica das controvérsias internacionais e, nesse sentido, tem desempenhado um papel significativo nas ações de paz da ONU. Foi o terceiro maior contingente na Minustah, na Missão de Estabilização para o Haiti, liderada pelo Brasil.

Há quase duas décadas, o Nepal passa por modificações em sua estrutura política interna. Em 1991, a monarquia teve seus poderes limitados pelo novo parlamento, formado pela oposição. Nos anos 90, intensificaram-se as atividades dos militantes maoístas contra o governo monárquico instituído. De 2001 a 2006, acontecimentos turbulentos, o assassinato da família real pelo príncipe herdeiro e o seu suicídio e a ascensão de um novo monarca, que dissolveu o parlamento e procurou reviver o modelo autoritário, esses acontecimentos tiveram como consequência o movimento popular de 2006, com a participação maciça do povo nepalês.

Aliás, eu soube ontem com o Embaixador Pimentel, que foi nosso embaixador em Nova Déli que, na ocasião, o Senador Cristovam Buarque se encontrava em Déli, queria visitar o Nepal, não pode ir por causa desse movimento e previu que esse monarca não iria permanecer no torno. E efetivamente assim ocorreu.

Em janeiro de 2007, foi instalada a missão das Nações Unidas no Nepal, com a participação de militares brasileiros para supervisionar os termos desse acordo. Essa missão terminou em janeiro deste ano, de 2011.

Eleições para uma assembleia constituinte foram realizadas em abril de 2008, e, pela primeira vez, os maoístas tiveram maioria em eleições representativas e livres. Em sua primeira sessão, a assembleia aboliu a monarquia e instituiu a República Federal Democrática do Nepal.

O Nepal passa, sim, por um período de transição de um regime autoritário monárquico para uma democracia representativa. Apesar dos avanços no sistema político, com o mecanismo de consultas políticas entre os três principais partidos, a situação política interna continua marcada por uma certa instabilidade.

A política externa do Nepal tem-se pautado pela implementação da paz e do desenvolvimento econômico e, para tal, o país necessita do apoio financeiro internacional. A realidade geopolítica do Nepal é a de sua situação entre duas grandes potências emergentes, a Índia e a China. Claro, com ambas, o bom relacionamento e a cooperação são essenciais. A Índia é o mais antigo e tradicional parceiro, ambos os países compartilham profundos laços culturais e religiosos. Em 1950, foi firmado um tratado de comércio e trânsito, que foi revisto recentemente, em 2009, com novas reduções e isenções tarifárias, e o Nepal espera, com isso, conseguir reduzir o seu déficit comercial com a Índia. O tratado também prevê o compromisso pela Índia de desenvolver a infraestrutura viária na região fronteiriça, que é, mais ou menos, ali, a

oeste, se os senhores olharem Deli, a capital, do Nepal, justamente a área mais rica é a que desce para o planalto do Ganges e há esse compromisso indiano, então, de melhorar a estrutura viária.

As boas relações com a China têm servido historicamente de contrapeso à presença indiana em Katmandu. O governo nepalês apoia a política de uma só China e não reconhece a soberania de Taiwan. As atividades políticas dos exilados tibetanos são desestimuladas pelo governo. O governo chinês passou a ser o principal fornecedor de material bélico ao Nepal desde 2005, quando foi também assinado um acordo de isenção aduaneira, que aumentou expressivamente o comércio bilateral.

Há interesse comum em unir os sistemas viários chinês e indiano através do Nepal, com redução de tempo e custos. O governo chinês espera também usufruir do vasto potencial hidrelétrico do Nepal e manter o apoio da política de uma só China também em relação ao Tibet.

O Nepal tem uma população multiétnica de 30 milhões e um território de 148 mil quilômetros quadrados, e seu PIB é de US$475. É classificado pela ONU como país de menor desenvolvimento relativo. Defende a prestação de assistência técnica e financeira aos países menos desenvolvidos, o desenvolvimento sustentável e a tese de que os países desenvolvidos devem arcar com os maiores esforços para redução de emissão de carbono.

O comércio é a principal atividade no setor de serviços. As rendas vindas do turismo continuam voláteis e dependem do quadro político e social do país. Outra importante fonte de divisas tem sido as remessas por parte de mais de um milhão de trabalhadores nepaleses no exterior. O déficit crônico na balança comercial é fruto da dependência da importação de bens de capital e petróleo. Em 2010, 50% dos produtos eram provenientes da Índia. A China teve participação de 20%.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Nepal foram estabelecidas em 1976. O Governo brasileiro manteve até julho do ano passado um consulado honorário em Katmandu e uma embaixada não-residente cumulativa com a missão brasileira em Deli. O relacionamento bilateral tem-se tornado mais expressivo nos últimos anos. Está pronto para assinatura pelos dois países o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, com vistas a promover novas parcerias nas áreas de energia, de agricultura, de comércio, de administração. A ampla experiência do Brasil em programas sociais, como o Bolsa Família e o Fome Zero, poderá ser de grande utilidade para o Nepal.

O governo nepalês apoia eventual reforma do Conselho de Segurança na ONU. A candidatura brasileira com assento permanente no conselho foi objeto de apoio explícito pelo Nepal na 62ª Assembleia Geral e cabe assinalar também que o Nepal deu seu apoio ao candidato brasileiro Graziano nas eleições de domingo passado para a direção geral da FAO.

Em 2009, por ocasião de sua visita a Brasília, o chanceler nepalês Upendra Yadav manifestou a expectativa de atrair investimentos brasileiros para tornar o Nepal autossuficiente em energia limpa. Esta semana foi confirmada a visita próxima do chanceler nepalês, provavelmente nos dias 3 e 4 de agosto vindouro, com o objetivo de efetuar a assinatura do acordo de cooperação técnica e prosseguir nessas conversações, principalmente no que diz respeito à cooperação na área de hidroeletricidade.

A Embaixada em Katmandu poderá contribuir para identificar áreas prioritárias de cooperação, facilitar os contatos com as autoridades locais e com as empresas brasileiras para a elaboração dos projetos. A Embaixada poderá também contribuir para a identificação de setores capazes de dinamizar e expandir o fluxo de comércio bilateral, que ainda é bastante modesto. O açúcar, por exemplo, é um produto

do qual o Nepal é carente e que poderia estabelecer um fluxo contínuo de comércio com o Brasil.

Em decorrência da participação do Nepal em blocos econômicos regionais, as empresas brasileiras poderiam se beneficiar dessas reduções tarifárias para processar suas mercadorias no Nepal e exportá-las para os demais países.

A Embaixada em Katmandu poderá também prestar assistência consular à comunidade brasileira no Nepal – uma comunidade pequena, de cem a duzentos voluntários que trabalham em ONGs – e também a uma quantidade expressiva de turistas e alpinistas que viajam pelo país.

O território nepalês apresenta recursos naturais viáveis para a exploração econômica. Existem reservas significativas de petróleo, de gás natural metano, de calcário e de magnesita. O calcário é especialmente interessante, porque só 40% da demanda do produto no Nepal são supridas, e o Brasil poderia entrar com a exploração conjunta dessas jazidas. O Brasil poderá auxiliar, então, na exploração sustentável desse vasto potencial nepalês e contribuir para o desenvolvimento da indústria local.

Nesse contexto, cabe destacar o projeto da hidrelétrica do rio Arun, mais ou menos no oeste, na região também do Terai. Ele foi adjudicado à empresa brasileira Engevix e será o maior investimento no Nepal, com captação de US$7 bilhões. Ao gerar 400 megawatts, essa hidrelétrica poderá suprir a demanda local de 600 megawatts e exportar a energia excedente para os países vizinhos.

Em suma, o interesse manifestado pelo Nepal na prestação da cooperação técnica do Brasil nas áreas de energia limpa, hidrelétricas e biocombustíveis reforça a posição do Brasil defendida nos fóruns internacionais, além de propiciar a nossa expansão de mercado.

No caso de eu vir a contar com a aprovação de V. Exªs, espero poder fazer com que a futura Embaixada em Katmandu possa contribuir para fortalecer os vínculos bilaterais e vir a ser mais um reforço da atuação internacional na defesa dos nossos interesses.

Exmºs senhores e senhoras, muito agradeço a atenção que todos me dispensaram e com que honraram. Não poderia deixar de ressaltar o significado e a importância deste momento muito antecipado ao longo de nossa carreira diplomática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Marcos Borges Duprat, pela sua explanação.

Antes de passar a palavra ao próximo Embaixador, o Sr. José Jorge Alcazar Almeida, indicado para Serra Leoa, eu consulto os membros desta Comissão se podemos iniciar o processo de votação quanto à indicação dos Srs. Embaixadores que hoje estão sendo ouvidos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a abertura do início da votação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro, então, aberto o processo de votação.

Imediatamente, concedo a palavra ao Ministro José Jorge Alcazar Almeida, indicado para Serra Leoa, para fazer a sua explanação. V. Exª dispõe de quinze minutos para fazê-la.

O SR. JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA – Muito obrigado.

Exmº Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Exmº Sr. Cristovam Buarque, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Exmºs Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, relatores, muito agradeço os relatos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; demais ilustres e nobres membros desta digna

Comissão, é uma honra apresentar minha proposta de trabalho, com a permissão do Senado, de dinamizar as relações entre o Brasil e a República de Serra Leoa, onde o Brasil acaba de criar uma nova embaixada.

Faço-o com humildade, pois sei que ele é apenas um elemento no vasto mundo da diplomacia brasileira, onde em nível mundial, o Brasil logrou um elevado grau de reconhecimento, graças ao ativo empenho desta nobre Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e seus digníssimos membros, do Itamaraty, meus chefes e colegas.

Hoje o Brasil é presente e atuante na construção de uma nova ordem internacional mais justa e democrática e é, com intuito de contribuir para esse fim, que falo sobre Serra Leoa.

O objetivo central do meu trabalho, com a permissão do Senado, é dinamizar as relações com Serra Leoa. Esta aproximação se coaduna com a política externa brasileira, articulada para o sul, onde prevalecem interesses mútuos que necessitam de uma abordagem prática, em especial no plano negocial.

Para dinamizar essas relações da presença brasileira na área, proponho, com a permissão do Senado, uma maior integração da Serra Leoa na política externa brasileira para a África de forma equilibrada.

A estratégia política para o país em pauta poderia ser definida como: a decisão de, sem deixar de levar em conta o inegável valor das relações com a sub-região e com o continente africano, cuidar de estreitar os laços com Serra Leoa.

Essa estratégia engloba duas vertentes principais. Primeira, o exame e o uso de fatores que beneficiaram a ação da diplomacia brasileira na África, fatores que não decorrem apenas de condições geográficas, mas também de opções lúcidas e eficazes efetivadas pelos nossos diplomatas. De fato, temos um bom nome na África. Em segundo lugar, a inserção gradual e seletiva do Brasil no país de forma a ocupar relativo vazio diplomático e comercial. Essa estratégia implica em uma ação de maior vontade política. Estão implícitos os seguintes elementos: dotar uma dimensão de infraestrutura coordenada nas relações bilaterais; valorizar as parcerias com a Serra Leoa e a sub-região; trabalhar para a edificação da confiança do Brasil na Serra Leoa na qualidade de parceiro modernizador e dotado de capacitação tecnológica e financeira.

Essa estratégia é o resultado de duas avaliações: na esfera política, reforça a ideia de que o Brasil tem um projeto Sul/Sul, que o Brasil deseja ampliar, por meio de novas bases, o fortalecimento dos interesses nacionais como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; na esfera econômica, a estratégia visa incrementar nossas exportações para Serra Leoa, onde nosso comércio ainda está aquém do desejável. Por exemplo, em 2010, as exportações para Serra Leoa totalizaram apenas US$14,2 milhões; e as importações, US$66 milhões.

Ademais, pretendo, com a permissão desta nobre Casa, aproveitar brechas na infraestrutura do País, onde empresas brasileiras poderiam trabalhar em áreas como o da construção de barragens hidrelétricas, especificamente a empresa Andrade Gutierrez tem interesse na reconstrução do aeroporto de Freetowm, um projeto de US$200 milhões; a construção de uma ponte entre o aeroporto e a cidade, um projeto de escala da ponte Rio-Niteroi; a expansão da hidrelétrica de Bumbuna, que foi inaugurada em 2009; a construção de estradas e aeroportos.

No plano político, na avaliação de diplomatas brasileiros como o Embaixador Sérgio Sobral Duarte, chefe do Departamento de Organismos Internacionais, DOI, do Itamaraty, o apoio do grupo africano é fundamental para as pretensões brasileiras para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para o chefe do DOI, a União Africana detém 53 votos, mas é um conjunto de votos

fundamental. Isso é importante. O Governo brasileiro tem interesse em democratizar os interesses internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional.

Recentemente, Serra Leoa apoiou a candidatura à grande vitória que nós tivemos na FAO do Dr. Graziano. Pergunto por que o brasileiro não pode ser Presidente do FMI. Por que o FMI continua sendo um monopólio dos Estados Unidos e da Europa?

Precisamos de mais votos. Tais reformas precisam de reforçar a multipolaridade. Tais reformas precisam do apoio do maior número possível de países e tem na Serra Leoa um componente importante. Precisamos, cada vez mais, fazer convergir as posições dos países em desenvolvimento a favor de interesses mútuos.

Nesse sentido específico, Serra Leoa é um dos mais importantes interlocutores africanos sobre o tema da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois o Presidente Koroma é o coordenador do C10 – grupo de países estabelecidos pela União Africana para examinar o tema e facilitar a consolidação da posição africana sobre o assunto.

O país já se pronunciou em favor da aproximação entre o G-4, a posição brasileira, e a União Africana.

Há boas perspectivas para empresas brasileiras na Serra Leoa nas áreas de mineração, construção de obras de infraestrutura e exportação de produtos manufaturados, particularmente, se conjugado ao maior esforço do papel do Estado brasileiro como indutor e regulador na busca de ver atendidos os interesses de nossa diplomacia nas áreas material e política. Tal proposta para a inserção do Brasil no país e na região se lastra no atual quadro mundial de crescimento econômico reduzido e competitividade acirrada.

Na ausência de uma política externa mais focada para a África, o Brasil poderá vir a perder oportunidades de inserção numa área de competição entre seus competidores, nas condições acima apontadas e na medida em que as amarras dos laços coloniais se enfraquecem, nasce uma nova ordem nas relações comerciais com o continente africano, onde os vencedores serão aqueles com capacitação técnica, competitividade, estudo, espírito empreendedor, logística e não apenas logística de transporte, mas também logística de centros estratégicos de estudo, pois sem estudo não há tática.

Esse fato é compreendido pelo Executivo e pelo Senado, mas não por outros importantes setores da sociedade brasileira, como o empresarial e a mídia e o universitário, que ainda veem a África sob o prisma distorcido dos genocídios e das guerras civis.

Não podemos nos contentar com os louros já adquiridos no continente africano, que não são poucos; é desejável avançar na direção de novos patamares de inserção e de intercâmbio com nosso vizinhos do outro lado do Atlântico.

A Serra Leoa, para concluir, junto com o resto da África, segue, por si só, mais célere e confiante, com taxas de crescimento acima da mundial, senhora das maiores riquezas de recursos naturais do planeta, assim como do maior bloco de estados votantes das nações Unidas. É melhor que siga com o Brasil. É decisão do Governo brasileiro estreitar vínculos com a África oriental.

Empenhar-me-ei em Serra Leoa, com permissão do Senado, para contribuir para esse objetivo.

Muito obrigado, Exmº senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato a S. Exª o Sr. Embaixador José Jorge Alcazar Almeida pela sua exposição.

Está aberta a inscrição às Srªs e aos Srs. Senadores que desejem fazer algum comentário.

Senador Anibal Diniz com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ ((Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só mesmo para cumprimentar os Srs. Embaixadores e desejar-lhes, em nome desta Casa, muito boa sorte na nova missão que têm pela frente, de representar o Brasil na Serra Leoa e também no Nepal.

Muito boa sorte e que seja coroada de êxito essa missão de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Segundo inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, tive oportunidade de analisar os currículos e ouvir a explanação dos dois Embaixadores e entendo que esta Comissão tem condição de decidir sobre a indicação dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não havendo mais Senadores que desejem fazer qualquer indagação aos Srs. Embaixadores indicados para Serra Leoa e para o Nepal, pergunto se algum Senador ou se alguma Srª Senadora ainda precisa votar. (*Pausa.)*

Todos tendo votado, vou, de acordo com o inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno Federal, transformar, a partir de agora, a reunião desta Comissão em reunião secreta.

Solicito às senhoras e aos senhores que não sejam membro desta Comissão que se ausentem do plenário.

Designo o Senador Mozarildo Cavalcanti para atuar como Secretário, de acordo com o art. 116, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, e o Sr. Senadores Anibal Diniz e a Srª Senadora Ana Amélia para atuarem como escrutinadores. (Pausa)

(Secreta às 11 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 08. minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está reaberta a reunião.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, já que estamos com a nossa pauta normal, gostaria de inversão de ordem para que votássemos de imediato a relatoria do projeto do Unasul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Item nº 6, não é, Senador?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador Anibal Diniz propõe inversão de pauta, colocando o Item nº 6, que trata da apreciação da ratificação do tratado de criação da Unasul, para primeiro item da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A pauta está invertida e o Item nº 6 passará a primeiro a ser analisado.

Dando por encerrado o processo de votação e de escrutínio, anuncio que foram aprovados pela unanimidade dos votos desta Comissão os Srs. Embaixadores Marcos Borges Duprat Ribeiro, indicado para Embaixador na República Federal Democrática do Nepal, e o Sr. José Jorge Alcazar Almeida para Serra Leoa.

Cumprimento os dois Srs. Embaixadores, desejando, em nome desta Comissão, um amplo êxito nas suas missões honrando o nome do Brasil na África e na Ásia.

Muito obrigado pela presença de V. Exªs.

Conforme já anunciado, o Item nº 6 da pauta passa a ser o Item nº 1. Houve uma inversão por solicitação do Senador Anibal Diniz com aprovação do Plenário.

ITEM 6

- NÃO TERMINATIVO -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 138 DE 2011

Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Senador Anibal Diniz para proferir seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vamos ao relatório.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2011, que aprova o texto do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 537, de 22 de julho de 2008, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, autora do Projeto de Decreto Legislativo que o aprova, tendo passado também pelo exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aprovado pelo Plenário em 31 de maio de 2011, o projeto foi enviado ao exame desta Casa.

Distribuída a matéria a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 06 de junho de 2011, veio a este Relator em 15 de junho de 2011, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

ANÁLISE.

O Acordo ora em apreciação visa, conforme assinala a Exposição de Motivos nº 225, datada de 18 de maio de 2008, do então Ministro das Relações Exteriores, ao constituir a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a prover a região de "... arcabouço institucional flexível e ágil para articular iniciativas comuns de integração".

Dotada de personalidade jurídica internacional, a Unasul tem como objetivo construir um espaço de integração nos âmbitos cultural, social, econômico e político, priorizando as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio-ambiente, buscando eliminar a desigualdade social, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias entre os países.

Os arts de 4 a 10 referem-se à institucionalidade da Unasul. São criados o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; o Conselho de Delegadas e Delegados e a Secretaria Geral, que terá sua sede em Quito, Equador. O art. 5 determina que o Conselho Energético Sul-Americano, criado em virtude da Declaração de Margarita, de 17 de abril de 2007, também é parte da Unasul.

O art. 12 estipula que toda a normativa da Unasul será adotada por consenso e obrigatória para os Estados Membros, uma vez que tenham sido incorporadas ao ordenamento jurídico interno de cada um deles, de acordo com seus procedimentos internos.

O art. 17 prevê a formação de um Parlamento Sul-Americano, com sede na cidade de Cochabamba, na Bolívia, o que deverá ser matéria de um Protocolo Adicional ao Tratado em exame. A participação democrática da cidadania na Unasul encontra-se também prevista, por força do art. 18, que determina que os Estados Membros e os órgãos da Unasul gerarão mecanismos e espaços inovadores que incentivem a discussão dos diferentes temas, garantindo que as propostas que tenham sido apresentadas pela cidadania recebam adequada consideração e resposta.

Nos termos dos art. 19 e 20, outros Estados da América Latina e do Caribe poderão aderir à Unasul na condição de Estados Associados, sendo-lhes facultado solicitar, posteriormente, a adesão ao bloco como membros plenos. Vê-se, portanto, que o alcance geográfico da Unasul poderá ser muito mais amplo, podendo tornar-se instrumento privilegiado de integração de toda a América Latina.

O art. 21 versa sobre o sistema de solução de controvérsias, que serão dirimidas por meio da negociação direta, ou com a ajuda do Conselho de Delegadas e Delegados ou, caso não se alcance uma solução, mediante a intervenção do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.

É prevista a celebração de um Acordo de Sede entre a Unasul e a República do Equador, que estabelecerá as imunidades e privilégios de que desfrutarão os representantes dos Estados Membros e os funcionários internacionais, necessários para que estes possam desempenhar com independência as suas funções.

Os artigos finais regulam, como de praxe, a entrada em vigor e a vigência, que será por tempo indeterminado, ressalvada a possibilidade de denúncia por qualquer uma das Partes. O art. 25 prevê a possibilidade de que qualquer Estado Membro proponha emendas ao Tratado, que serão comunicadas à Secretaria-Geral da UNASUL, para sua consideração pelos órgãos da organização.

Finalmente, Artigo Transitório determina a designação de uma Comissão Especial, coordenada pelo Conselho de Delegadas e Delegados e integrada por representantes dos Parlamentos Nacionais, Sub-Regionais e Regionais com o objetivo de elaborar um Projeto de Protocolo Adicional, estabelecendo a composição, atribuições e funcionamento do Parlamento sul-americano.

Convém ressaltar, no âmbito desse parecer, observação que, com muita propriedade, foi formulada pelo Deputado Marcondes Gadelha, Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados.

Aponta o Deputado que o preceituado artigo transitório deveria ser negociado por subordinar uma Comissão, deveria ser renegociado. Por subordinar uma Comissão integrada por Deputados e Senadores, representantes dos Parlamentos nacionais, a coordenação do Conselho de Delegados e Delegadas, que, nos termos do art. 9º, é formada por representantes, acreditado por cada estado membro, presumivelmente, diplomatas de carreiras.

Segundo o eminente Deputado, entendemos que não é jurídica nem politicamente sustentável que uma Comissão integrada por Deputados e Senadores seja coordenada por um órgão composto por servidores públicos, hierarquicamente subordinada aos ministros das relações exteriores dos estados membros.

Defende o Deputado que o protocolo adicional, ao Tratado da Unasul, que cria o Parlamento sul-americano, deveria ser objeto de negociação, por uma comissão formada exclusivamente por parlamentares com mandato e oriundos dos parlamentos nacionais. Sobre esse último ponto, a nosso ver, ao fazer o artigo transitório referência

a representantes dos Parlamentos nacionais, regionais, sub-regionais, deseja ele incluir na Comissão, que negociará o referido protocolo adicional, também os membros de parlamentos pertencentes a processo de integração regional, tais como Mercosul e o Andino, que já contam com representes eleitos pelo voto direto.

Por derradeiro, ressaltamos o reconhecimento que o preâmbulo do presente tratado estende às conquistas alcançadas pelo Mercosul e pela comunidade Andina, no que diz respeito à integração sub-regional, bem como a importância de que se reveste para o futuro de todo o continente latino-americano, o passo que ora se dá em direção á união de todas as suas nações.

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de decreto Legislativo nº 138, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, a V. Exª, Senador Anibal Diniz, Relator da matéria que trata da aprovação por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do tratado constitutivo da união de nações sul-americanas.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir. Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, embora a matéria já tenha sido votada, e eu não tenha pedido para declarar o voto, favorável, evidentemente, à matéria, quero dizer que essa é uma daquelas conquistas da nossa região, quer dizer, a região que integra toda a América do Sul, é um tratado muito importante. Considero uma vitória da nossa diplomacia e do Estado brasileiro, que vem a um período longo, acho que desde Sarney, V. Exª, Itamar, Fernando Henrique, agora, a Presidente Dilma, antes o Presidente Lula, nesse esforço extraordinário de alargar o nosso espaço de convivência na América do Sul. Considero que esse tratado seja uma dessas conquistas que merecem ser aplaudidas pelo povo brasileiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Pela ordem, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Por conta da importância dessa matéria, Presidente, solicito urgência para ir ao Plenário. Considero da maior importância, passado pela Câmara e por esta Comissão. Quero parabenizar o relatório do Senador Anibal, mas peço, conforme nosso Regimento, o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A solicitação de V. Exª será atendida.

Subscrito o pedido de urgência formulado pelo Exmº Sr. Senador João Pedro e também pelo Exmº Sr. Senador Inácio Arruda.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre o tratado de união das nações sul-americanas.

Esse tratado foi assinado em 23 e maio de 2008, aqui, em Brasília, e prevê em seu art. 17 a formação de um Parlamento Sul-Americano com sede na cidade de Cochabamba, na Bolívia. Essa sugestão para a sede desse novo Parlamento partiu

do Presidente Lula. Esse Parlamento Sul-Americano que consta do tratado, como todos nós podemos bem compreender, de extrema importância.

Esse tratado já está em vigor porque oito membros, o que constitui a maioria, haviam ratificado pelos seus parlamentos. O Brasil ainda não. Houve muita demora na Câmara dos Deputados para apreciação desta matéria, daí a solicitação do pedido de urgência dos Senadores João Pedro e Inácio Arruda e vamos ver se conseguimos fazer com que isso seja deliberado pelo Plenário do Senado até na semana que vem. Pediria a ajuda de todos os Srs. Senadores para podermos, junto ao Presidente e as Lideranças dos diversos partidos, para que isso se realize, até porque no dia 15 de julho há o recesso e, coincidentemente também, S. Exª, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, estará fazendo uma visita oficial a Quito, Equador, que é a sede da Unasul. Foi escolhido como o país sede da Unasul. Então, seria de todo louvável se pudéssemos alcançar esse marco.

Entendi que o Senador Anibal Diniz...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para subscrever o pedido de urgência também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

A Mesa do Senado já está informando que estará pautada esta matéria para a semana que vem, atendendo à solicitação do pedido de urgência feito pelos Senadores João Pedro e Inácio Arruda.

Também houve o seguinte. O Congresso Nacional brasileiro não enviou representantes para compor a Comissão Especial na reunião de Quito, porque os Presidentes das duas Casas do Congresso entenderam que não poderiam enviar representantes enquanto o tratado não tivesse sido ratificado pelo Congresso. Então, a partir de agora, isso já pode ocorrer.

No encontro de Chefes do Parlamento em junho de 2010, no ano passado, faz agora um ano, a Declaração de São Francisco, de Quito, foi assinada estabelecendo que a coordenação política para constituir o Parlamento Sul-Americano ficará a cargo dos Presidentes dos Parlamentos – isso é importante, Srs. Senadores – das Nações sul-americanas, decidindo por formar uma comissão parlamentar especial de alto nível a fim de elaborar e aprovar o projeto final do protocolo adicional. Esta comissão especial de alto nível será constituída por um Parlamentar de cada um dos Parlamentos das Nações Sul-Americanas e por um representante de cada um dos Parlamentos Regionais do Mercosul: Andino, Latino-Americano, Indígena e Amazônico.

De modo que gostaria de mais uma vez cumprimenta o Senador Anibal Diniz pelo relatório, pela forma como está vazado. Também congratular-me com os Senadores João Pedro e Inácio Arruda pela solicitação de urgência para que essa matéria seja apreciada o quanto antes pelo Plenário do Senado Federal para que possamos cumprir com esse sonho que é da constituição de um só continente Sul americano.

E o próximo item da pauta é não terminativo.

ITEM 3

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à União de Comores e Seicheles.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador João Pedro.

Concedo a palavra a S. Exª, o Sr. Senador João Pedro, para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT - AM) – Sr, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, do relatório.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República deseja fazer do nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e Seicheles.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). De acordo com o *curriculum vitae*, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ é filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz, tendo nascido em Poços de Caldas – MG, a 11 de março de 1962.

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, ingressou na carreira diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública destaca-se a de Coordenador-Executivo do Departamento de Comunicações e Documentação. No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário em Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro em Maputo e Encarregado de Negócios em Harare e em Maputo. Atualmente, é o plenipotenciário do Brasil em Dar es Salam.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, as relações diplomáticas entre Brasil e a República de Seicheles foram estabelecidas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país.

Em 1991, por motivos financeiros, a missão na Tanzânia foi desativada, sendo reaberta em 2005, sob a égide da política externa de vertente africanista reinaugurada no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, a representação em Seicheles, que passara a ser cumulativa com a de Maputo, voltou a Dar es Salam.

Convém registrar que as relações entre as Seicheles e o Brasil são cordiais, mas pouco intensas. Nos foros internacionais, ambos os países abraçam as mesmas posições voltadas à redução da pobreza e da desigualdade, bem como de um comércio mais justo, de desenvolvimento sustentável e de respeito ao meio ambiente. Não há consulados honorários em Seicheles, nem registro de brasileiros residentes nas ilhas. Em setembro de 2008, foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação, em abril de 2010.

No que concerne à União de Comores, o documento do Itamaraty informa que “a política comorense tem sido particularmente turbulenta, com 21 tentativas de golpe desde que o país obteve a independência da França, em 1975”. A instabilidade relaciona-se, inclusive, a movimentos separatistas em parte do arquipélago. Em termos de política externa, o país o país é um dos mais pobres do mundo, com “forte dependência de ajuda externa”. Nesse sentido, Comores tem parceiros importantes na União Européia, na União Africana e na África do Sul. A influência de potências como a França e a China não pode ser desconsiderada.

Em se tratando das relações com o Brasil, o relatório do Itamaraty informa que “são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005”,

mas que há, no entanto, "potencial para o desenvolvimento de cooperação". Autoridades brasileiras e comorenses têm-se aproximado nos últimos anos, com encontros bilaterais entre os mandatários dos dois países em foros multilaterais. Não há, entretanto, atos bilaterais entre Brasil e Comores, tampouco consulados honorários nem registro de brasileiros naquele país.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador João Pedro, pela leitura do seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2011

Submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra a S. Exª Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu vou me ater à parte final do relatório e do parecer, que diz o seguinte:

A presença brasileira em Trinidad e Tobago cresceu nos últimos anos. Isso se deu de maneira destacada no domínio da promoção cultural. Na área econômica, percebe-se crescimento consistente e praticamente ininterrupto do comércio bilateral com saldos favoráveis ao Brasil. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Trinidad e Tobago é o maior parceiro comercial do Brasil em toda a região compreendida pelo Caribe e América Central. Exportamos minério de ferro, óleo bruto de petróleo, álcool etílico, madeiras, materiais de construção, papéis, produtos lácteos e café solúvel e importamos amoníaco, anidro, fios de ferro e aço e gás natural liquefeito. Observa-se, ainda, crescente interesse de empresas brasileiras por oportunidades de negócios naquele país com ênfase no campo da infraestrutura e do saneamento. Há, por igual, possibilidades nas indústrias de alimentos e de energia.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Mozarildo Cavalcanti pela leitura do seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-la, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª Srª Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, é uma alegria muito grande fazer este relatório, porque conheci e convivi muito com o indicado para a representação da Embaixada Brasileira na Finlândia, Norton de Andrade Mello Rapesta.

Ele tem um grande currículo profissional na área da diplomacia. Ele nasceu em 20 de janeiro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro. É filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta.

É graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980). Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 2007. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos no ano de 2007.

Tem uma carreira de funções muito importantes, realizadas ao longo das suas atividades; foi agraciado com várias condecorações nacionais e estrangeiras.

O Ministério das Relações Exteriores, faz algumas informações que considero relevantes, porque se trata da representação num País, muito importante, a Finlândia, uma República com sistema político misto presidencialista e parlamentarista. Conta com população de 5,3 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto de 186 bilhões de euros. Os idiomas oficiais são o finlandês e o sueco.

O governo finlandês tem buscado maior envolvimento com a União Europeia e intensificação do relacionamento com os Estados Unidos da América, diminuindo a dependência com a Rússia, apesar de ainda manterem fortes laços.

Tem-se acentuado a tendência de limitação da competência da Presidente da República em matéria de política externa em favor do Parlamento. A Finlândia defende o fortalecimento da União Europeia como comunidade econômica, política e de segurança. Também privilegia o sistema das Nações Unidas, considerando-o essencial para a cooperação multilateral.

No campo bilateral, as relações entre Brasil e Finlândia são bastante cordiais, com reuniões de consultas políticas bilaterais e visitas de alto nível. Porém, destacam-se as relações nas áreas de investimento e comercial. São várias as empresas finlandesas com atuação no setor produtivo brasileiro. A Valmet, nos anos 50, contribuiu para a política desenvolvimentista da época com a fabricação de tratores. Destacam-se, também: a finlandesa-sueca Wärtsila, no setor energético; a Stora Enso, em empreendimento conjunto com a Aracruz na produção de celulose de eucalipto; e a Nokia nas telecomunicações, sendo que sua única fábrica de celulares na América do Sul encontra-se instalada em Manaus.

Além disso, o empresariado finlandês tem demonstrado grande interesse no setor de combustíveis no Brasil, mais especificamente no biodiesel.

O comércio bilateral, embora tenha sofrido redução no ano de 2009, havia experimentado forte incremento nos anos anteriores. Entre 2003 e 2008, elevou-se em 186,25%. Com exceção de 2004, segundo metodologia adotada pela aduana finlandesa

– que considera para formação de seus dados também o país de fabricação do bem importado e não apenas eventuais intermediadores –, houve superávit para o lado brasileiro.

A pauta de exportações do Brasil, apesar de ainda contar com significativa participação de produtos primários, apresentou aumento de bens manufaturados. Em 2007, os produtos mais vendidos foram mates de níquel, aeronaves, café, caulim, carne bovina e etanol.

Nas importações brasileiras, destacam-se equipamentos de telecomunicações, níquel e papéis especiais, além de maquinário para uso do setor industrial brasileiro.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório, a não ser aprovar a indicação da Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a. Exª a Senadora Ana Amélia pela leitura do seu relatório.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 3º do Ato nº 1 de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2011

Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *1 - Em 11/05/2011 foi aprovado parecer favorável à matéria na CCJ.*

2 - Em 07/06/2011 foi aprovado parecer favorável à matéria na CE.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Anibal Diniz para proferir o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

É submetido ao exame desta Comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 2011, (nº 5.085, de 2009, na origem).

Nos termos da Exposição de Motivos nº 165 de 18 de maio de 2009, do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Nelson Jobim, a proposição vem substituir a Lei nº 7.549 de 11 de dezembro de 1986, a qual dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica e não permite o alinhamento do ensino com os conceitos de preparo e emprego da Aeronáutica, presentes na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; a concessão expressa de grau de nível superior para os concluintes dos Cursos de Formação de Oficiais da Aeronáutica; o reconhecimento, o suprimento e a equivalência de títulos, graus e certificados em todos os níveis educacionais; a normatização referente aos processos de seleção, admissão e matrícula nos diversos cursos de formação e adaptação; a fixação dos fundamentos do Ensino na Aeronáutica; e a qualificação para a atividade militar permanente.

Desse modo, os 37 (trinta e sete) artigos do PLC estão distribuídos em 5 (cinco) capítulos.

As Disposições Preliminares (Capítulo I) trazem a definição do ensino na Aeronáutica, ressaltando-se a necessária qualificação para o exercício dos cargos e

para desempenho das funções no Comando da Aeronáutica, com o fim de dar cumprimento a sua destinação constitucional.

Determina-se, ainda, a observância das diretrizes e bases da educação nacional, estabelecidas em legislação federal específica (art. 1º, *caput* e parágrafo único).

O segundo capítulo cuida do Sistema de Ensino da Aeronáutica (Sistens), integrado por seu órgão central, que é o Departamento de Ensino da Aeronáutica, pelas organizações de ensino e por outras organizações da Aeronáutica que também desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, extensão ou apoio ao ensino. Além disso, o ensino da Aeronáutica compreenderá a educação básica (infantil, fundamental e médio); a educação superior (graduação, pós-graduação e extensão); e a educação profissional (formação continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação) (art. 7º).

O terceiro capítulo trata da Diplomação e Certificação. Serão reconhecidos como oficialmente válidos os diplomas e certificados, registrados no órgão central do Sistens e expedidos pelas organizações de ensino integrantes do Sistens (art. 30). A Aeronáutica poderá analisar a aceitabilidade daqueles diplomas e certificados obtidos em cursos fora de seu âmbito, visando a atender as suas necessidades (art. 32).

ANÁLISE

A matéria apresenta todos os requisitos de constitucionalidade. Assim, é urgente a aprovação do PLC, cujo art. 20, inciso V, define os limites etários a serem observados. Tal providência certamente assegurará a adequação dos candidatos ao perfil exigido para os quadros da Aeronáutica, sem que as suas seleções sejam alvo da insegurança jurídica que havia se instalado devido a recorrentes decisões judiciais que afastavam a necessidade de cumprimento de exigência de limite etário previsto nos editais.

VOTO

Em face do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Anibal Diniz, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembro às Srªs e os Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. A votação será nominal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite registrar o meu voto “sim”, porque a Ministra está respondendo as minhas perguntas na sala ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011. Quem vota com o relator, vota “sim”. Vou proceder à votação nominal.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador Pedro Simon vota "sim".

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto "sim", Senador, com o Relator e também gostaria de aproveitar para destacar a sua iniciativa ontem da audiência pública no Ministério da Defesa, em que estivemos com as autoridades do Ministério da Aeronáutica e, também, do Exército. Foi extremamente proveitosa.

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Aprendi muito no encontro de ontem e já repito o meu voto "sim" a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Srª Senadora Ana Amélia. Acho que foi produtivo para todos nós o encontro que mantivemos ontem com S. Exª o Ministro Nelson Jobim, a respeito do projeto de política de fronteiras, recentemente lançado pela Presidenta Dilma Rousseff.

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – "Sim".

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Cyro. *(Pausa.)*

O Senador Cyro não está.

Algum Senador presente deixou de apresentar o seu voto? *(Pausa.)*

Declaro encerrado o processo de votação.

O Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011, foi aprovado por aprovado por 11 votos favoráveis.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 8

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 360, DE 2010

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à diplomata e representante do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, pelo artigo "Livre do Racismo e da Discriminação", publicado no Jornal O Globo, no dia 1º de abril de 2010.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti. Tem V. Exª a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, conforme já explicitado na ementa por V. Exª, vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 360, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo.

A iniciativa propõe seja consignado nos Anais do Senado Federal o voto de aplauso à representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevêdo, pelo artigo "Livre do Racismo e da Discriminação", publicado no Jornal *O Globo.*

ANÁLISE

Nos termos dos arts. 103 (inciso IV) e 222 (§ 1º) do RISF, a apreciação de votos de aplauso e assemelhados que se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Assim, o Requerimento nº 360, de 2010, foi distribuído para a apreciação desta Comissão.

A despeito do longo período já transcorrido, considerando a alta significação do tema abordado pela diplomata, permanece pertinente e meritório o requerimento proposto. Os requisitos regimentais encontram-se plenamente atendidos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 360, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela leitura do relatório.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 9

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 718, DE 2011

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 03 a 07 de julho de 2011, para visitar Israel, a convite da Embaixada daquele país, para participar do "Seminário Internacional para Parlamentares Latinoamericanos", que ocorrerá em Jerusalém.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Desejo informar às Srªs e aos Srs. Senadores que este requerimento foi aprovado, juntamente com outros aqui que vou citar, *ad hoc*, por mim próprio e, em

função disso, gostaria de dirigir algumas palavras às Srªs e aos Srs. Senadores sobre esta questão.

Esta Presidência deseja prestar um esclarecimento a respeito dos Requerimentos nºs 718, de 2011 – último item da nossa pauta – e 781, de 2011, que requerem, nos termos do art. 55, § 3º, da Constituição Federal, combinado com art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que os Senadores Flexa Ribeiro e João Pedro possam se ausentar do Brasil.

Como é do conhecimento de V. Exªs, o Ato nº 4, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estabelece um rito para apreciação dessa modalidade de requerimento por este Colegiado, no qual está prevista a designação de relator e a posterior apreciação do relatório pelo Plenário desta Comissão.

Lembro ainda que, apesar de esta Presidência ter encaminhado ofício dirigido aos membros do Senado, em 2 de junho de 2011, objetivando manter o planejamento adequado e o bom andamento desta Comissão, sem a necessidade de quebra dos ritos ordinários, por situações a serem consideradas como de caráter extraordinário, constatamos haver situações que independem da vontade dos membros desta Casa.

O requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que solicita autorização para se ausentar do País no período de 3 a 7 de julho de 2011, para participar do Seminário Internacional para Parlamentares Latinoamericanos, foi recebido nesta Comissão no dia 15 de junho. No dia seguinte, 16 de junho, foi designado Relator o Senador Blairo Maggi, que apresentou o seu relatório no mesmo dia. No entanto, não foi possível submeter o requerimento ao rito previsto, devido ao fato de que, entre a chegada do requerimento e a realização desta reunião, que é a subseqüente, houve o feriado de *Corpus Christi*, no dia 23 de junho.

Quanto ao requerimento de autoria do Senador João Pedro, que solicita autorização para ausentar-se do País no período de 3 a 5 de julho, foi recebido no dia 29 de junho, ontem, em função de o convite ter chegado às mãos de S. Exª, o Senador João Pedro, no dia 28.

Como é necessário, por outro lado, que a Comissão se manifeste sobre as solicitações de S. Exªs, esta Presidência avocou a relatoria das matérias *ad referendum* do nosso Colegiado.

Gostaria de esclarecer que essa providência somente foi adotada diante da urgência da solicitação.

O nosso propósito com a edição dos Atos nºs 2 e 4, de 2011, foi de fazer com que os procedimentos rotineiros, que podem ser adotados de forma organizada e sem prejudicar o planejamento dos trabalhos, observem os devidos ritos. Por isso, mais uma vez, exortamos a todos para que, quando pretenderem apresentar esse tipo de requerimento, o façam no tempo devido – e, em seguida, farei uma outra proposição a V. Exªs.

Mas, no que diz respeito, e para concluir estas palavras em relação ao processo de tramitação dos Requerimentos nºs 718, de 2011 e781, de 2011, resta agora, Srªs e Srs. Senadores, submeter as decisões desta Presidência a V. Exªs.

Coloco em votação, portanto, os requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem...

Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com as análises feitas por V. Exª. Eu só digo que os requerimentos chegam na última hora porque nunca ninguém deu bola para isso. Quer dizer, saíam, viajavam... Não precisava nem aprovação do Plenário, muito menos passar por essa Comissão. Isso era uma rotina. Voltavam não faziam parecer e nem relatório do que

tinha acontecido. Hoje as coisas se aprofundaram – justiça a V. Exª inclusive, deu um trato especial de que a matéria tem que chegar aqui e tem que ser lida, tem que ter um relator, tem analisar e tem que debater.

Eu acho que uma das coisas que seria interessante é V. Exª mandar um ofício a todos os Senadores explicando a eles. Olha, a questão é assim e assim... Se o senhor receber um convite para tal lugar, não deixe para a última hora. Quer dizer, não manda o ofício. Vai e, depois de ter ido, vem o ofício para aprovar. Envie com antecedência para a gente analisar, para a gente debater. Eu acho que se V. Exª fizesse isso... Só o que está acontecendo não é desprezo nem nada, é a rotina. O pessoal está acostumado que sempre foi assim e agora ainda não se adaptaram a essa mudança. Eu acho que seria muito interessante se V. Exª enviasse, nos termos mais elegantes, apenas comunicando aos Srs Senadores que agora é assim. Acho que muitos nem sabem disso, muitos não sabem. Aqui, geralmente, a gente não sabe de coisa nenhuma. Se fizesse um texto da maior elegância dizendo: Olha o negócio é assim, agora está sendo regulamentado, o senhor recebe um convite e entra com o requerimento. Nós vamos ver, vamos analisar. Agora, nós queremos ter tempo para fazer a análise e aprovar o requerimento antes da viagem. Porque viajar e depois mandar o requerimento para nós votarmos, a gente fica numa posição até ridícula nesse sentindo.

Não tem nada que ver, se V. Exª me permite, eu acho que a escolha do Ouvidor fui muito boa. Não tenho nada a opor. Mas eu acho que a maneira de fazer não foi correta. Eu acho que tinha que passar por uma votação do Plenário. Eu acho que o Presidente poderia até indicar, e seria aprovado quase que por unanimidade, mas seria uma coisa da representação geral. Um cargo dessa importância, o Ouvidor, que vai passar a ver, a examinar, a analisar as questões que existem, as coisas que vão ser apresentadas – têm algumas graves que vão chegar à gente – eu acho que o Presidente poderia indicar, mas tinha que ter a aprovação do Plenário do Senado. Ele estaria com muito mais autoridade, ele seria um Ouvidor que teria muito mais peso na sua decisão se ele tivesse investido por uma decisão do Senado Federal e não por uma mera indicação do Presidente. Com todo o respeito ao Presidente, eu acho que ele cometeu um equívoco, ele deveria ter indicado – eu votaria com ele – porque eu não tenho nada em sentido contrário ao relator, eu votaria a favor, mas gostaria de poder ter votado em Plenário. E não... O Sr. Sarney indicou... Aliás, essas coisas que ele faz... Outro dia ele indicou o colega dele lá do Maranhão para ser Presidente da Comissão de Ética. Quer dizer, uma coisa que é de uma posição tão delicada... Tipo Comissão de Ética... O que é que aconteceu? Morreu a Comissão de Ética, passou um tempão inteiro sem se reunir. Era um outro assunto que eu acho...

Então como todo o respeito, gostaria de deixar esclarecido que não tenho nada com relação ao ilustre Senador do Pará, acho que a escolha foi bem feita, se fosse votado no Plenário eu votaria favorável, mas gostaria de ter votado em Plenário porque ai ele estaria... Porque o cargo é um cargo importante, é uma espécie de Procurador, é uma espécie de Promotor que vai receber tudo o que tiver. Alguém fala mal de mim, o cara recebe alguma coisa de V. Exª, seja de quem for é ele que vai lá, é ele que vai analisar, é ele que vai tomar as providências, é ele que pode apresentar uma denúncia, ele é que vai fazer. Então o cargo é muito importante, e seria normal que fosse aprovado pelo Plenário do Senado. Obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Pedro Simon, apenas em relação a suas palavras Sr. Senador, no último dia 2 de junho, eu enviei um ofício a cada um dos Srs. Senadores tratando dessa questão do requerimento de autorização de viagens, solicitando exatamente o que V. Exª acaba de pedir, de indicar. Agora, o que acontece, e ai vem depois um outro comunicado que

gostaria de fazer a V. Exªs e submeter à deliberação de V. Exªs é que realmente os Srs. Senadores e Srªs Senadoras eles não tem culpa, a gente sabe, o convite chega – aqui temos dois casos que sempre acontecem: um, no caso do Senador Flexa, recebeu o convite com antecedência, mas, no dia em que seria votado o requerimento, depois de sua leitura, caiu num feriado. Não foi possível. No caso do Sr. Senador João Pedro, ele recebeu o convite no dia 28, para um encontro da maior importância. Então, essas questões é que fazem com que tenhamos de sugerir uma mudança na redação do Ato, que eu farei em seguida, mas não sem antes colocar ainda em discussão os requerimentos aqui apresentados, os Requerimentos nºs 718/2011 e 781/2011.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram (*Pausa*.)

Aprovados os requerimentos, eu peço à Mesa urgência para que cheguem imediatamente à Mesa do Senado da República a aprovação desses dois requerimentos.

Como V. Exªs sabem, no início desta legislatura, a Presidência tomou a iniciativa de propor este conjunto de atos destinados a disciplinar os trabalhos da Comissão. O final deste primeiro semestre de atividades acho que é o momento oportuno para realizarmos um balanço das medidas adotadas e também para reconsiderarmos eventuais decisões que não estejam produzindo os resultados esperados.

Nesse ponto, a Presidência se antecipa em reconhecer que nem sempre foi possível implementar integralmente os procedimentos previstos para o exame dos requerimentos e das propostas de representação do Senado em missão no Exterior. Entre as dificuldades já experimentadas nessa matéria, já mencionamos aqui vários exemplos. Como podem constatar V. Exªs, esses exemplos independem das ações dos membros desta Comissão e de todo o Senado Federal, que, podemos afirmar, têm se comportado à altura das expectativas e tem colaborado plenamente para que sejam cumpridos os ritos aprovados.

Entretanto, se há aspectos alheios à vontade das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores e também à desta Presidência, antecipamo-nos em sugerir a modificação pontual dos Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, de modo a assegurar que os requerimentos que chegarem à Secretaria da Comissão até o final do expediente de quarta-feira sejam apreciados na reunião ordinária do dia seguinte.

Com essa providência, é verdade que a Comissão terá prazos mais restritos para examinar os requerimentos, mas, em contrapartida, todos os Senadores terão a compreensão e a colaboração deste Colegiado para que suas atividades não sejam prejudicadas por fatos que não lhes possam ser imputados, como os anteriormente mencionados.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores receberam cópia das alterações sugeridas por esta Presidência. Eu peço à Secretaria da Mesa que, enviando o Ato com a modificação que estamos sugerindo, seja encaminhado a cada um dos Srs. Senadores para colocarmos à deliberação na nossa próxima reunião, e eu indico como relator dessa modificação S. Exª o Senador Blairo Maggi. E nós deliberaremos sobre essa modificação no Ato nº 4 na próxima reunião regular desta Comissão. Seria o Ato nº 5.

Farei a leitura agora de dois requerimentos que apresento, acredito, em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores, para que tomem conhecimento os Srs. Senadores e para deliberação, cumprindo o que regem os atos normativos de nossos trabalhos, na próxima reunião.

O primeiro requerimento é o seguinte:

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro um voto de congratulações ao Exmº Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião de seu aniversário de 80 anos, completados no último dia 18 de junho.

Justificação

Qualquer referência à história do Brasil nas últimas décadas deve, necessariamente, considerar a pessoa do ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso, intelectual renomado, que se mostrou grande estadista, S. Exª foi responsável por mudanças essenciais na economia, na política e na sociedade brasileiras, promovendo grandes avanços rumo ao desenvolvimento do País e das instituições democráticas.

Grandes nações preservam a memória dos seus grandes líderes. Nesse sentido, é com satisfação que propomos o presente requerimento, pois entendemos que um grande brasileiro, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso, deve ser sempre lembrado e cumprimentado por sua data natalícia e as oito décadas de serviços ao Brasil.

Sala de comunicações, com a minha assinatura.

O outro requerimento requer voto de aplauso ao Dr. José Graziano da Silva, por haver sido eleito para o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Como justificação, o Regimento Interno do Senado Federal prevê o voto de aplauso, de louvor ou semelhantes para acontecimento de alto significação nacional ou internacional. Evidentemente este é o caso da eleição do Dr. José Graziano da Silva, ocorrida no último domingo, dia 26, na cidade de Roma, Itália, para exercer, no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de julho de 2015, o expressivo cargo diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

À frente da FAO, o Dr. José Graziano certamente poderá colocar a serviço das Nações Unidas a sua vasta experiência profissional, cujo ápice foi a titularidade do Ministério da Segurança Alimentar e do combate à Fome, exercida entre 2003/2004, quando coordenou a elaboração do programa Fome Zero e deu início à sua implementação.

Além disso, deve-se assinalar que a escolha do Dr. José Graziano, primeiro latino americano a ocupar esse elevado posto, representa um reconhecimento internacional às políticas econômicas e sociais que vêm sendo implementadas no Brasil, com o propósito de atender às necessidades das populações mais carentes e reduzir entre nós os níveis de miséria e de pobreza.

Por fim, não se pode deixar de mencionar a excelência do trabalho desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores e de seu titular, Ministro Antônio Patriota, imprescindível para viabilizar a escolha do Dr. José Graziano para a direção geral da FAO.

Esses dois requerimentos, eu peço que sejam incluídos, portanto, na pauta da nossa próxima reunião ordinária.

E agora, passo a palavra pela ordem ao Senador João Pedro, que havia solicitado, e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, V. Exª não citou o destino da minha viagem. Fiquei preocupado porque me pareceu que eu estaria viajando para Israel. É um dia de reunião, estou saindo de 3 as 5, e quero dizer da minha concordância com esses procedimentos que, inclusive, valorizam a viagem no sentido de o Senador participar dos foros internacionais.

Então, passando pelo plenário, passando por esta Comissão, me parece que dá um *plus* a mais na viagem, no reconhecimento e na importância da agenda lá fora.

Quero concordar plenamente com esses procedimentos de transparência e de valorizar a viagem de qualquer Senador que esteja representando ou participando de eventos internacionais. A minha viagem é para Lima, e é um encontro de parlamentares que moram, que vivem na Panamazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª.

O Sr. Senador João Pedro me passou aqui, me dizendo exatamente da destinação de sua viagem. Minhas escusas, mas é da maior relevância e eu desejo que tudo transcorra da melhor forma possível.

Com a palavra o Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, primeiro o meu total apoio às duas moções apresentadas. A do aniversário do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que aliás está sendo homenageado aqui ao lado. Eu estava fora, à parte desta reunião porque estava lá, mas, pelo visto, com os discursos, vai demorar muito. E também a moção de reconhecimento da importância da eleição do Sr. Graziano ao cargo de diretor da FAO. Então, meus cumprimentos. Creio que foram duas moções, não é isso? Foram duas apenas.

Mas eu queria me solidarizar com a posição do Senador Pedro Simon. Estou totalmente de acordo com o senhor, que eu adoraria votar o nome do Senador Flexa para Ouvidor. Eu teria chance de votar. Creio que ele teria muito mais força para exercer o papel de Ouvidor se tivesse passado pelo Plenário.

E em tom de brincadeira, mas nem tanto, eu fico com medo, Senador Pedro Simon, que a primeira – não chamemos denúncia –, mas o primeiro problema levantado ao Ouvidor seja a forma como ele foi nomeado sem ouvir a gente. Espero que nenhum tenha esta ideia. (*Risos*.) E se tiver, não faça.

Mas apenas para mostrar como seria bom se o Ouvidor – que é uma boa ideia do Presidente Sarney, é uma boa iniciativa, mas teria todo o nosso apoio se tivesse passado pelo Plenário.

Eu gostaria de votar no Senador Flexa para Ouvidor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro – e V. Exª já fez o relato da nossa reunião ontem com o Ministro da Defesa, inclusive, com o requerimento de minha autoria e com a concordância de V. Exª –, mas eu queria indagar se nós já temos uma posição quanto ao Ministro da Justiça? Porque são os dois Ministros que estão encarregados desse Plano Estratégico de Fronteiras.

Com relação à Defesa – como V. Exª frisou muito bem –, foi uma explanação muito adequada, inclusive mostrando o ambiente onde serão realizadas as operações. Acho que foi muito produtiva para a Comissão.

O Ministro da Justiça eu acho fundamental ouvirmos também e vermos se temos uma previsão para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu pediria à Mesa que fizesse tratativas com a Assessoria de S. Exª o Sr. Ministro da Justiça, para saber sobre o atendimento ao convite que foi por nós

formulado, nesta Comissão, por intermédio de requerimento assinado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, para que ele aqui compareça para tratar da questão das nossas fronteiras. E tão logo se tenha essa data, de preferência antes do recesso, até o dia 15 de julho, se puder, isso nos daria muita satisfação em aqui recebê-lo, atendendo ao requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, lembro aos Membros desta Comissão que, hoje, às 18horas, neste plenário, será realizada a nona reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com audiência pública, para tratar do tema: Pobreza. Como superar?

E são os seguintes os convidados: Srª Maria Leão, Presidente da Ação Brasileira Pela Nutrição e Direitos Humanos; professor Marcel Burstyn, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB; Srª Diana Sawyer, Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas Para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas, em Brasília.

Essa reunião será presidida pelo Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas.

Essa reunião será hoje, às 18horas, neste plenário. É uma audiência pública, com a presença desses que acabei de citar.

Convoco, por fim, a nossa próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 7 de julho, quinta-feira, às 10horas, neste plenário.

Com os meus agradecimentos de praxe, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia sete de julho dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti,** e **Inácio Arruda.** Justifica a ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Registra presença o Deputado Estadual **Paulo José**, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa do Amapá. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 77, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.".* Relator: Senador **João Pedro. Item 2 – Mensagem (SF) nº 78, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago."* Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 88, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia."* Relatora: Senadora **Ana Amélia**.Os indicados, Embaixadores Paulo Sérgio Traballi Bozzi e Norton de Andrade Mello Rapesta são convidados a comporem a Mesa, e fazem suas exposições. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e três minutos, e reaberta às onze horas e cinquenta e sete minutos. Resultado dos itens 1, 2 e 3: apreciadas as Mensagens. É retomada a análise da Pauta. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 85, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete, em comformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão."* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. . **Item 5 – Mensagem (SF) nº 87, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe."* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 122, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009".* Relatora "*ad hoc*": Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 7 – Requerimento nº 28, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja externado* ***VOTO DE CONGRATULAÇÕES*** *ao Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de seu aniversário de oitenta anos, completados no último dia 18 de junho.".* Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 8 – Requerimento nº 29, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos* ***voto de aplauso e de louvor*** *ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, ex-Mi-*

nistro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 16, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO." Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 9 – Requerimento nº 30, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Aníbal Diniz**, que *"requeiro, nos termos do Art. 74 e segs., do Regimento Interno, a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Exmos. Srs. Senadores Randolfe Rodrigues, João Pedro, Jorge Viana e o próprio subscritor, destinada a representar o Senado Federal na solenidade de posse do novo Presidente da República do Peru, o Exmo. Sr. Ollanta Humala, no próximo dia 28 de julho, na cidade de Lima/Peru."* Resultado: Retirado de pauta a pedido do Autor. **Item 10 – Ato Nº 5, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"Acrescenta parágrafo único ao art.3º do Ato nº 2, de 2011 – CRE, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e altera o art. 2º do Ato nº 4, de 2011– CRE, que disciplina o rito para exame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior."* Relator "*ad hoc*": Senador **Aníbal Diniz**. Resultado: aprovado o ato. Fazem uso da palavra, durante a Reunião, os Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Randolfe Rodrigues** e **Ana Amélia.** Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

OFÍCIO Nº , DE 2011

Nos termos do art. 13 do Regimento Interno, solicito seja considerada ausência justificada o dia 07 de julho de 2011, por motivo de missão política, realizada no Rio de Janeiro.

É a solicitação que faz o Senador Ministro Francisco Dornelles, Líder do PP no Senado Federal e membro desta Comissão.

Esse ofício foi devidamente encaminhado ao Presidente da Casa, Senador José Sarney.

OFÍCIO Nº , DE 2011

Ofício da Fenabrave – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, de 29 de junho de 2011, assinado pelo Dr. Sérgio Antônio Reze, Presidente dos Conselhos Deliberativo e Diretor da Fenabrave.

Este ofício se refere à lei em vigor na Bolívia, que regulariza veículos sem documentação. Diz ele:

Foi com estarrecimento e revolta que a Fenabrave – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores, entidade que representa mais de 6 mil concessionários de veículos no Brasil e, por meio deste, 5% do PIB nacional, e a geração de mais de 290 mil empregos diretos, tomou conhecimento da lei que passa a vigorar na Bolívia, por meio da qual o presidente daquele país autoriza a regularização de veículos que por lá estejam transitando sem a devida documentação. Sem surpresa, mas com profunda indignação, confirmamos a medida, sancionada pelo presidente da Bolívia, legalizando o que é ilícito.

A permissão para que veículos de origem duvidosa, em sua maioria subtraídos de países vizinhos, passem a ser aceitos em território boliviano como produtos provenientes de legítima comercialização, torna-se escandalosa e envergonha certamente toda a América do Sul.

Vale lembrar que a Bolívia, como Estado associado ao Mercosul, é signatário do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional, cuja essência foi escandalosamente violada pela malfadada lei aprovada naquele país.

No aspecto concernente ao Mercosul, ressalta-se que a iniciativa boliviana afronta o próprio compromisso estabelecido no Tratado de Assunção, onde os Estados partes e associados reconhecem a importância de harmonizar suas legislações em função dos objetivos comuns ali estabelecidos.

E continua o Presidente da Fenabrave, Dr. Sérgio Antônio Reze, as suas considerações e conclui dizendo:

Na certeza de que o Governo Federal adotará as medidas necessárias e urgentes que o assunto requer, agradecemos em nome desta federação, suas 48 associações de marca, seus mais de 6 mil concessionários, 290 mil funcionários e, principalmente, em nome dos mais de 5,5 milhões de brasileiros que adquirem veículos no Brasil a cada ano.

Essa nota será devidamente encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores que, pelo que eu soube, já vem tratando dessa questão com as autoridades bolivianas.

Fica aqui, portanto, o registro da Fenabrave.

Temos aqui uma nota do Itamaraty em relação à assistência consular ao nacional brasileiro Ricardo Azevedo Souza Costa, preso nos Estados Unidos. O

interessado nessa questão, o Senador Epitácio Cafeteira, que, como os membros desta Comissão poderão se lembrar, nos enviou, cerca de um mês e pouco atrás, o seu primeiro ofício, pedindo que a Comissão acompanhasse e estivesse sempre tomando conhecimento das ações do Itamaraty visando ao que a família pede, que é justiça ao nacional brasileiro detido nos Estados Unidos.

A nota do Itamaraty a esse respeito, diz o seguinte:

A fim de atualizar as informações enviadas pela Mensagem Oficial nº 125, de 03 de junho passado, informo que o cônsul-geral do Brasil em Los Angeles, Embaixador José Alfredo Graça Lima deslocou-se até a cidade de Phoenix, Arizona, a fim de verificar a situação do Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa, e relatou o que se segue: 'Na manhã de sexta-feira, desloquei-me até o centro de detenção de Camp Verde, a mais ou menos duas horas de Phoenix, para a visita consular a Ricardo Costa, que durou uma hora e meia aproximadamente. Encontrei-o como quando com ele havia estado em maio a conselheira Ellen Barros: hígido, lúcido, articulado e animado com a perspectiva de uma decisão judicial favorável à petição encaminhada pelo advogado Bruce Griffen relativamente à redução da fiança de US$75 milhões, bem como a remoção do caso da juíza que a impôs. Ricardo está consciente da mobilização criada para evitar seja ele vítima de injustiça e/ou abuso de poder e agradecido pelos esforços dos que acreditam na sua inocência e esperam vê-lo recuperar a liberdade com toda brevidade possível. A respeito da evolução do seu caso nos últimos dias, adianto que o painel composto pelos três juízes da corte de apelação ainda está deliberando sobre a petição acima mencionada. O advogado de Ricardo Costa, Bruce Griffen chegou a ser convocado para receber a deliberação anteontem, dia 28. Ao final, foi informado de que os três juízes continuariam deliberando sobre o assunto por cerca de mais um dia [o que deveria ter sido no dia 29 último, de maio]. Embora o advogado não saiba dizer se o fato de os três juízes estarem solicitando mais tempo para discutir o caso poderia ser ou não um sinal positivo, indicou que a decisão da corte de apelação deve acontecer a qualquer momento'.

E assim termina a nota informativa do Itamaraty.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho muito importante esteja o Itamaraty atendendo às solicitações e aos apelos do Senador Epitácio Cafeteira. Eu próprio também encaminhei ao Ministro Antonio Patriota correspondência a respeito, a pedido dos familiares de Ricardo Azevedo Souza Costa. Também foi encaminhado ao Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos, que também solicitou o Itamaraty que houvesse a devida assistência ao Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa, que foi acusado de ter abusado de seus filhos pela ex-esposa dele. Entretanto, pelo depoimento de todos os familiares, tudo isso não representaria inteiramente a verdade. Não conheço os fatos, mas tantas pessoas ficaram impressionadas, porque este valor de fiança, US$75 milhões, definido pela juíza norte-americana é o valor maior que já foi cobrado de qualquer tipo de delito que tenha sido cometido na história dos Estados Unidos. Parece ser um exagero e denota claramente algo que não parece adequado.

Então, é importante, sim, que o Itamaraty esteja realizando o procedimento de visitar o Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa e acompanhando os esforços, obviamente legais, que o advogado da família está realizando para que haja uma decisão da Justiça que seja de bom senso e que realmente represente aquilo que possa ser justo. Então, cumprimento V. Exª por aqui reportar isso, o que significa um conforto para os familiares e amigos da família, que solicitaram a inúmeros Senadores, inclusive ao Senador Epitácio Cafeteira, que veio conversar comigo. Eu, de pronto, disse a ele que também iria ajudar no propósito de que haja justiça com bom senso no caso do Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Antes de continuar a leitura de documentos, eu gostaria de registrar a presença, nesta nossa Comissão, na sessão de hoje, do Deputado Paulo José, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa do Amapá. Ele aqui está hoje, acompanhando esta reunião, por convite do Senador Randolfe Rodrigues.

Ofereço, em nome de todos os membros desta Comissão, as melhores boas-vindas a S. Exª, o Sr. Deputado Paulo José, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa do Amapá.

Seja muito bem-vindo, Sr. Deputado, Sr. Presidente da Comissão.

Continuando a leitura de documentos, uma outra nota do Itamaraty sobre a Cartilha de Orientação Jurídica aos Brasileiros no Exterior.

Diz a nota:

Para divulgar informações úteis a brasileiros residentes no exterior que tenham questões jurídicas a tratar no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores lançou a Cartilha de Orientação Jurídica aos Brasileiros no Exterior.

Trata-se de iniciativa pioneira de cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e a Defensoria Pública da União, para levar aos brasileiros, e por intermédio da rede consular brasileira, informações sobre os pré-requisitos e as providências necessárias para acionar o Poder Judiciário brasileiro gratuitamente, por intermédio da Defensoria Pública da União a partir do exterior.

O trabalho é resultado da experiência proporcionada pelas jornadas realizadas junto à comunidade brasileira nas cidades de Berlim, Munique, Frankfurt e Hamburgo, da qual participaram diplomatas, defensores públicos federais e agentes das repartições consulares daquelas cidades.

As dificuldades mais frequentes relatadas pelos brasileiros, e que agora poderão ser tratadas junto à Defensoria Pública da União, são casos de homologação de sentença estrangeira de divórcio, alteração de nome ou retificação de dados pessoais em registro civil no Brasil, guarda de menores, cobrança de alimentos e benefícios previdenciários.

A Cartilha está à disposição, em arquivo, no *site* do Ministério das Relações Exteriores, Portal Consular.

Leitura de requerimentos que serão colocados na pauta da nossa próxima reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu agradeceria se, depois, pudesse ter a cópia daquela carta, da comunicação do Itamaraty sobre o assunto do brasileiro nos Estados Unidos, o Ricardo, pois eu gostaria de encaminhar cópia da mesma aos pais do Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa, que me escreveram a respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador.

Eu pediria ao Secretário da Comissão que providenciasse, imediatamente, a cópia dessa carta, dessa nota do Itamaraty sobre o brasileiro detido no exterior, para o Senador Eduardo Suplicy. Agora, por favor.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de discutir o processo de autorização de vistos a trabalhadores estrangeiros.

Esse é o requerimento de autoria do Senador Luiz Henrique da Silveira e também assinado pelo Senador Armando Monteiro.

Como justificação, S. Exªs apresentam que, apesar dos avanços ocorridos no período de 2006 a 2010, que indicam que o número de vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros mais que dobrou, esse índice ainda é extremamente baixo em comparação a outros países.

Segundo dados levantados pela Empresa de Recrutamento Robert Ralf, a pedido de um periódico brasileiro que fez publicar matéria sobre esse assunto no último dia 03 de julho do corrente ano, o Brasil precisa acelerar e facilitar o visto para profissionais de alto nível, para estimular o crescimento da inovação e da competitividade nacional. Os entraves burocráticos ao crescimento econômico no Brasil levam muitas empresas brasileiras a simplesmente não buscar mão de obra qualificada de outros países. Estudos abalizados demonstram que as empresas brasileiras estão entre as que mais sentem a falta de mão de obra qualificada, atrás apenas de Botswana e da Índia.

As cinquenta e seis mil e seis autorizações concedidas em 2010 representam um décimo dos trabalhadores estrangeiros que Reino Unido ou Estados Unidos receberam, ou um quarto do que a China e Canadá autorizaram.

Diante desses dados, e principalmente pela necessidade de termos os processos de autorização de vistos a trabalhadores estrangeiros expedidos com maior agilidade e facilidade, é que apresento o presente requerimento de audiência pública, que submeto aos membros desta Comissão, pretendendo buscar alternativas para os entraves ao crescimento econômico do nosso País.

Para tanto, sugerimos convidar para participar dessas discussões as seguintes personalidades: Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores, Exmº Sr. Ruy Nunes Pinto Nogueira; Presidente do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Dr. Paulo Sérgio de Almeida; Presidente do Conselho de Administração da Amcham no Brasil, Sr. Eduardo Wanick, e a sócia da empresa Assistere, especializada em assessoria jurídica a trabalhadores brasileiros, Srª Alessandra Leite.

Este requerimento que acabo de ler é de autoria do Senador Luiz Henrique, também assinando pelo Senador Armando Monteiro, que estará na pauta da nossa próxima reunião.

Gostaria de sublinhar, em relação a esse requerimento, a importância e a oportunidade dele, Senador Luiz Henrique, porque, ainda quando na Presidência da Comissão de Infraestrutura, um dos temas mais debatidos nas audiências públicas que realizamos foi exatamente o gargalho que a indústria brasileira encontra pela falta de mão de obra qualificada. E essa iniciativa de V. Exª, acho que irá, e muito, ajudar, para que possamos minorar esse impacto negativo que a falta de mão de obra qualificada causa ao crescimento, ao desenvolvimento brasileiro.

O segundo requerimento seria o voto de pesar pelo falecimento do Senador Itamar Franco.

REQUERIMENTO Nº ,DE 2011

Nos termos do arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja externado o voto de pesar pelo falecimento do Senador e Ex-Presidente da República, Itamar Franco, ex-membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a devida apresentação de condolências à sua família.

No último dia 02 de julho, a população brasileira se emocionou com a notícia do falecimento, em São Paulo, do Senador e Ex-Presidente da República Itamar Franco.

Nesse momento, torna-se desnecessário alegar os motivos pelos quais devemos externar, principalmente à sua família, o voto de pesar pelo falecimento de um homem público da importância política e estatura moral de Itamar Franco.

Além de exercer o mandato de Senador da República pelo Estado de Minas Gerais por três mandatos, o Ex-Presidente Itamar Franco foi Prefeito de Juiz de Fora por duas vezes, Governador do seu Estado e Embaixador do Brasil em três postos distintos e, o mais importante, foi o de Presidente da República de 1992 a 1994.

A conhecida retidão do seu caráter, a sua postura de austeridade e o compromisso público firmado há mais de 50 anos de trajetória política por si só já denotam a relevância do homem de sua obra para o processo de consolidação da democracia brasileira nos últimos 35 anos.

Além disso, é nosso dever falar das condições políticas e administrativas por ele conduzidas no exercício da Presidência da República, para viabilizar a implantação e o sucesso do plano de estabilização econômica de 1994, conhecido como Plano Real.

Por fim, há de se lembrar a honradez e a dignidade com que ele representou o País diplomaticamente nas Embaixadas do Brasil na Itália, em Portugal e na Organização dos Estados Americanos, além de ter sido membro desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado entre 1975 e 1980, no seu primeiro mandato de Senador, e entre 1983 e 1986, e no ano de 1989, no seu segundo mandato.

Por tudo isso, nada mais justo e oportuno do que este voto de pesar pelo falecimento do Presidente Itamar Franco neste momento de verdadeira consternação pelo qual passa a sociedade brasileira.

Este requerimento é por mim assinado com muito pesar.

O segundo requerimento, também por mim assinado, é um requerimento nos termos do de voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado, requeremos seja apresentado voto de pesar em razão do acidente aéreo ocorrido ontem, 6 de julho de 2011, culminando no falecimento dos capitães-aviadores Tibério César Corvello Vitola e Alex Araújo Affonso Rego e dos tenentes-aviadores André Luiz Franchi Grigoletto e Jamil Nazif Rasul Neto.

Requeremos ainda que sejam apresentadas nossas condolências aos familiares dos pilotos e à Força Aérea Brasileira.

COMUNICADOS

Em relação à audiência pública da Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi realizada no dia 30 de junho de 2011, pela Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, a reunião que tratou do tema “Pobreza: como superar?”.

Estiveram presentes a Prof. Marília Leão, Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição Brasileira e Direitos Humanos; o Prof. Marcel Bursztyn, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília; e a Prof. Diana Sawyer, Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília.

Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, os palestrantes tiveram oportunidade de debater o assunto numa audiência pública presidida pelo excelentíssimo Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão.

A Prof. Marília Leão afirmou de início que a sua exposição teria como objetivo específico a fome, lembrando que pobreza e fome estão sempre relacionadas. Destacou que o direito à alimentação tem grande relevância dentro do rol dos direitos humanos porque equivale ao direito à vida. Explicou ainda que o conceito de fome é mais amplo do que o usualmente conhecido, pois considera também as situações de insegurança alimentar quando a família não pode garantir com certeza o seu abastecimento futuro. Destacou como essencial o fato de o programa Fome Zero ter como objetivo diminuir a pobreza atacando as suas causas estruturais. Sobre a transferência de renda, levou o fato de o método utilizado para erradicação da pobreza e da miséria aplicado no Brasil quebrar o paradigma do assistencialismo existente no País até então, dando forma direta ao alívio da pobreza. Salientou o paradoxo atual do meio rural brasileiro, qual seja, um dos maio-

res produtores mundiais de alimento tem justamente no campo as situações de pobreza mais dramáticas. A Professora mencionou a possibilidade de combate à pobreza rural pelo incentivo à produção sustentável de alimentos por meio da agricultura familiar.

A Prof. Diana Sawyer disse que o mais comum, de acordo com ela, claro, é o conceito vinculado a necessidades básicas como moradia, saúde, educação, água potável, entre outras. Mencionou ainda o conceito de pobreza ligado à capacidade e à liberdade das pessoas em definir suas próprias necessidades, o que amplia a noção de pobreza para muito além das carências econômicas, inspirando a criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A palestrante também comentou a crescente urbanização observada no mundo todo, durante os últimos anos. De acordo com a Professora, o avanço dessa urbanização não está sendo acompanhado pela redução das taxas de pobreza, como seria o esperado.

Ao tratar da discussão entre o uso de transferência de renda e o de provimento de serviços no combate à pobreza, a palestrante afirmou que o antagonismo entre os dois métodos é apenas aparente. São, ao contrário, métodos complementares, especialmente considerando que será necessário expandir os serviços oferecidos pelo Estado para atender o aumento da demanda causado pela transferência de renda.

O Prof. Marcel Bursztyn, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, afirmou não haver dúvidas de que o País tem conseguido bons resultados no combate à pobreza. Expressou, no entanto, preocupação sobre o risco de acomodação em relação ao problema e indagou em que medida essa tendência é sustentável e em que medida se está diante de uma perspectiva de se prescindir dos instrumentos de atenuação da pobreza utilizados atualmente. Concluindo, o Professor comemorou os resultados alcançados até agora, mas asseverou a necessidade de se conceber uma saída para o mecanismo de transferência de renda.

Essa série de audiências púbicas realizadas no âmbito da Subcomissão de Acompanhamento dos Preparativos Rio+20 faz parte da necessidade que, julgamos nós, tem esta Comissão e o Senado da República de poder apresentar como uma contribuição à elaboração da agenda da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a nossa colaboração sobre itens e temas importantes a serem tratados paralelamente à questão da governança global e da economia verde.

Também foi realizada a primeira reunião da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Foi realizada na sexta-feira passada, 1º de julho, no Palácio do Itamaraty, essa primeira conferência. Na realidade, essa primeira reunião da Comissão Nacional, que foi a sua instalação. Foi copresidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, e pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A Comissão Nacional foi criada pelo Decreto nº 7.495, de 7 de junho de 2011, e tem como objetivo promover a interlocução entre as diversas esferas do Governo e da sociedade civil, com a finalidade de articular os eixos de participação do Brasil na Rio+20. É composta de órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, representantes do empresariado e dos trabalhadores, de comunidades indígenas e tradicionais, de organizações não-governamentais e de movimentos sociais.

Pelo Senado da República estavam presentes, além de mim, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional de Mudanças Climáticas.

Recordo que a Rio+20 será realizada de 28 de maio a 6 de junho do ano que vem, e seus dois temas maiores são, como já foi dito, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

O Ministro Patriota, ao referir-se aos itens da agenda, afirmou que o Brasil tem muito a dizer sobre esses dois temas. Na visão brasileira, o manejo sustentável dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento e a luta pela justiça social têm de ser complementares e harmônicos.

A Ministra Izabella Teixeira recordou que a Rio+20 não é uma conferência sobre meio ambiente, mas de desenvolvimento, e é uma oportunidade para a sociedade brasileira pensar seu futuro e expressar a liderança do Brasil.

O Senador Rollemberg, em suas palavras, afirmou que devemos envidar esforços para que o legado da Conferência represente a aliança do crescimento econômico e da redução de pobreza.

O Senador Cristovam Buarque nos indicou, com sua visão sempre descortinada, que o mundo deve reorientar o modelo de desenvolvimento atual; a mudança no modelo civilizatório é um dever para com as gerações futuras. Aduziu ainda que a Rio+20 é uma oportunidade única para evitarmos o desastre, com o que, particularmente, concordo plenamente. Talvez

seja, creio, nossa última oportunidade para evitar uma hecatombe ambiental e social.

Para que a conferência tenha maiores chances de êxito é absolutamente necessário que o Brasil afirme a sua liderança e exerça o seu poder de convocatória, de forma a garantir que o maior número possível de Chefes de Estado e de Governo acorra ao Rio de Janeiro. É a única maneira de revestir as decisões da Rio+20 de legitimidade política.

Um ponto que nos chamou atenção foi que, na instalação dessa comissão e quando tratávamos da necessidade da representatividade no seu mais alto nível por parte dos representantes estrangeiros que acorrerem à Conferência Rio+20, é que, infelizmente, não conseguimos representação do mais alto nível, como imaginávamos.

Para que possamos atingir esse engajamento da sociedade brasileira e dos seus líderes, é fundamental que possamos dar o exemplo a partir desta Comissão Nacional. Por exemplo, na sua instalação, dos doze Ministros de Estado que compõem a Comissão Nacional da Rio+20, apenas cinco compareceram. Se concordarmos que a conferência somente será exitosa com a presença maciça de Chefes de Estado e de Chefes de Governo, pergunto: que mensagem nós passamos ao mundo se nossos Ministros não conseguem encontrar tempo em suas agendas para participar da mais alta instância nacional da organização da Rio+20?

Na nossa próxima reunião, no dia 8 de agosto, tenho por acreditar que S. Exªs, os Ministros titulares, de acordo com o decreto assinado por Sua Excelência a Srª Presidenta da República, estejam presentes para abrilhantar a comissão. É necessário que o mesmo empenho demonstrado pela Presidenta Dilma, em conclamar seus pares a participarem da conferência e engajarem-se no seu sucesso, seja espelhado, portanto, por seus Ministros. Nesse sentido, transmiti esse apelo que acabo de trazer aos senhores.

A responsabilidade que recai sobre nós, Parlamentares, é grande, em relação à conferência. Devemos estar atentos à necessidade de aportar contribuições consistentes ao processo de organização e elaboração da agenda. Devemos ser atuantes na Comissão Nacional. Para tanto, recordando que a próxima reunião se dará na semana de 8 de agosto, encareço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que apresentem suas sugestões sobre os temas que julgarem apropriados ao Senador Cristovam Buarque, já que ele é o Presidente, na nossa comissão, da Subcomissão Rio+20, quer no debate sobre governança, populações tradicionais, economia verde, quer também sobre as formas de como poder melhor debater e discutir esses temas dentro da Rio+20.

Iniciando a pauta do dia de hoje:

ITEM 1
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador **João Pedro**.

Observações: *Dia 30/06/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, para a apreciação da presente mensagem, não são necessárias a presença e a sabatina da autoridade indicada, uma vez ela já ter sido objeto de arguição pública, quando de sua indicação para a embaixada residente.

Assim, a votação do item 1 será feita juntamente com os itens 2 e 3, por meio de cédula única, contendo o nome dos três indicados para seus respectivos cargos.

Passo, então, ao item 2, em caráter não terminativo.

ITEM 2
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Observações: *No dia 30/06/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 3
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora **Ana Amélia**.

Observações: *No dia 30/06/2011 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva da matéria.*

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Ministros Paulo Sérgio Traballi Bozzi, indicado para Trinidad e Tobago, e o Sr. Ministro Norton de Andrade Mello Rapesta, indicado para a Finlândia.

Desejo a V. Exªs as melhores boas-vindas e peço-lhes que tomem assento à Mesa.

Lembro aos membros da Comissão, mais uma vez, que, na reunião do dia 30 de junho de 2011, foram lidos os relatórios referentes às Mensagens nº 77, 78 e 88, todas de 2011, e concedida vista coletiva das matérias.

Informo aos senhores indicados que o tempo destinado às suas exposições será de 15 minutos para cada um.

Concedo a palavra ao Ministro Paulo Sérgio Traballi Bozzi, indicado para nosso representante em Trinidad e Tobago, para fazer a sua exposição.

O SR. PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI – Bom dia, Srs. Senadores. Bom dia, Excelência. Bom dia, Sr. Presidente.

Estou sendo indicado para representar a Senhora Presidenta da República e o Estado brasileiro na República de Trinidad e Tobago. Na verdade, é um pequeno país, mas importante para as nossas relações, principalmente porque está a uma distância geográfica relativamente perto da costa do Norte brasileiro.

A República de Trinidad e Tobago tem 5.128 Km². A ilha de Trinidad, que é a mais importante, tem 4.828 Km², e a menor, que é a ilha de Tobago, 300 Km².

A República de Trinidad e Tobago tem uma economia fundada na extração do gás e é o 20º produtor de gás do mundo. Comparando-se – nós compramos gás da Colômbia –, a Colômbia é o 32º produtor. Nós compramos hoje 27,5 milhões de m³/dia de gás. Perdão, não é da Colômbia, é da Bolívia. Perdão. Trinidad e Tobago pode fornecer para o terminal de regaseificação de Pecém, no Ceará, uma quantidade de gás é muito importante.

Trinidad e Tobago tem sido um grande parceiro do Brasil desde 1942, quando estabelecemos ali um vice-consulado por causa da guerra. Os navios brasileiros que subiam o Atlântico e demandavam os portos norte-americanos eram levados até lá por escolta da Marinha de Guerra Brasileira e, dali em diante, tinham sua escolta sob a responsabilidade da Marinha norte-americana e vice-versa.

Esse vice-consulado foi transformado em consulado e depois em embaixada, em 1965. Desde então, a parceria com Trinidad e Tobago é extremamente amistosa, principalmente nesses últimos anos. Há uma troca bastante grande de visitas de autoridades brasileiras e trinitárias nesses últimos anos.

O primeiro chanceler a visitar a República de Trinidad e Tobago foi o chanceler Gibson Barbosa , em 1971, quando assinou vários tratados, entre eles um tratado de supressão de visto, um acordo aéreo. Mais recentemente, tivemos a visita do chanceler Celso Amorim, em 2005. O ex-Presidente Lula esteve em Trinidad e Tobago por ocasião da Cúpula das Américas. O Brasil participou, patrocinou e incentivou a Cúpula Latino-Americana para Integração e Desenvolvimento, na Bahia, em Salvador. Depois, tivemos uma segunda cúpula em Cancun, no México, em 2010. Estamos esperando que a questão da terceira cúpula se esclareça, em função da doença do Presidente Chávez, porque estava marcada para ser realizada em Caracas. Já tivemos a cúpula aqui em Brasília, na Capital Federal. Tivemos a Cúpula Brasil-Caricom, que marcou um divisor de águas no relacionamento entre Brasil e Trinidad e Tobago.

Temos um fluxo de comércio bastante interessante. Podemos visualizar que a economia de Trinidad e Tobago gera um PIB de US$21 bilhões e tem um *per capita* de US$17 mil, e nós hoje vendemos para lá cerca de US$539 milhões e compramos cerca de US$396 milhões. Nossas importações e exportações estão muito centradas no setor de energia, gás natural liquefeito, que compramos de Trinidad e Tobago, dado seus imensos depósitos dessa matéria-prima, e vendemos óleo, gás, minério de ferro.

Nós também estamos muito presentes na promoção cultural em Trinidad e Tobago. Já temos realizado alguns eventos bastante interessantes com muita afluência de público, como um festival de cinema. Temos levado para Trinidad e Tobago artistas brasileiros, pintores brasileiros para exporem na capital e em outras cidades.

Pretendemos, caso eu venho contar com a indicação de V. Exªs, desenvolver muito a parte cultural. Temos, inclusive, pedidos do Chanceler Surujrattan Rambachan, para levar um modelo do Instituto Rio Branco à Chancelaria Trinitária, para formar diplomatas naquele país.

Então, desenvolverei todas essas atividades, todas essas iniciativas, uma vez aprovadas e uma vez impostas, e gostaria de desenvolvê-las, porque são iniciativas bastante profundas que fazem conhecer a cultura brasileira e trazem uma troca entre a cultura brasileira e a cultura trinitária, que se assemelha muito à nossa cultura, pois é um país multicultural, pluriétnico, um país que tem 40% da sua população de etnia hindu e 37,5%, mais ou menos, de afrodescendentes. Então, aproxima-se muito, há muitas semelhanças. Há o Carnaval, que eles respeitam; eles gostam do Carnaval.

Então, creio que há um campo para trabalhar, contando com a confiança de V. Exªs, um campo enorme para o Embaixador brasileiro trabalhar em Trinidad e Tobago.

É preciso também registrar que foi com o apoio, foi com o voto trinitário que conseguimos eleger o próximo diretor-geral da FAO, o Dr. José Graziano da Silva. Então, é um país próximo não só geograficamente, mas também nas nossas relações diplomáticas, nas nossas relações de amizade.

Hoje, há o governo de uma Primeira-Ministra, a Srª Kamla Persad-Bissessar, eleita em 24 de maio do ano passado. Ela já esteve no Brasil, em abril, participou do Fórum para a América Latina no Rio de Janeiro e tem procurado aproximar-se do Brasil. Ela está tentando, por exemplo – ela é bastante ativa na questão da mulher: participou do Fórum Mulher em Nova York; agora, na próxima reunião da Assembleia Geral, também participará e já pretende que as líderes possam estar ali presentes, junto com ela. Há um convite para a Srª Presidenta da República participar, uma vez que estará em Nova York também, do Fórum Mulher, que acontecerá paralelamente à reunião da Assembleia Geral em setembro.

Acredito que temos campo para trabalhar. Temos campo para melhorar o relacionamento entre os nossos dois países.

Era isso o que eu tinha a dizer a V. Exªs.

Agradeço muito ao Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti. O seu relatório me inspirou muito a organizar as minhas ideias. Muito agradecido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Ministro Paulo Sérgio Traballi Bozzi, indicado para Trinidad e Tobago.

Concedo agora a palavra ao Sr. Ministro Norton de Andrade Mello Rapesta, indicado para a República da Finlândia, para fazer a sua exposição.

V. Exª dispõe dos 15 minutos habituais.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito obrigado e muito bom dia.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente Fernando Collor; Srª Relatora, Senadora Ana Amélia, a quem já gostaria de agradecer as palavras carinhosas na apresentação do relatório – muito obrigado –, Srs. Senadores, a Finlândia é um país nórdico, mas não escandinavo nem eslavo.

A Finlândia é o quinto maior país em extensão territorial da União Europeia, 20º em população – uma população pequena para os padrões dos da América do Sul; são apenas 5,3 milhões de habitantes. É um país que, curiosamente – no mapa nós não vemos –, tem 187 mil lagos e 179 mil ilhas, um país em que 10% do seu território são de água, lagos, e 69% cobertos por florestas.

A Finlândia aderiu à União Europeia em 1995 e, desde 1994, é um parceiro da paz – conta, mas não é membro efetivo desse organismo. É um país com um dos maiores IDH do mundo – 16º no mundo e 6º na Europa. É conhecido pelo tratamento sustentável das riquezas naturais, da educação – segundo OCDE, tem apenas 1% de sua população analfabeta, população acima de 15 anos. Tem um regime presidencialista parlamentarista, cuja Presidente Tarja Halonen está no seu segundo mandato até o início de 2012, quando teremos eleições presidenciais.

Recentemente, foi formado um novo governo, liderado pelo Jyrki Katainen, ex-ministro da economia e líder do partido de coalizão nacional, governo que mais tempo demorou a ser formado porque as eleições foram em 17 de abril e formaram o governo em 23 de junho. Está sendo chamado o governo arco-íris, porque é uma coalizão de seis partidos, e pretende reduzir gastos no orçamento, porque, depois da crise de 2009, a Finlândia teve um grande baque, visto que, na sua economia, pelo menos 30% do seu PIB são exportações. Então, com a retração do mercado internacional, isso afetou muito a economia finlandesa. De lá para cá, já houve uma recuperação, tanto que, em 2010, o PIB cresceu 3,1% e estima-se para este ano um crescimento de 3,5%. O PIB atual, 2010, é de US$239 bilhões. É o 15º *per capita* da União Europeia, ficando entre Grã Bretanha e Alemanha. Foi estimado, para o ano passado, em cerca de US$35 mil. Desse PIB, 26% vêm da agricultura, como vimos, um país muito próximo e parte de seu território dentro do círculo polar ártico, a agricultura não é um setor da economia que tenha muita expressão na Finlândia, à exceção do setor florestal, que a Finlândia é um importante fabricante de papel e de móveis de madeira.

Os principais setores, então, da economia seriam os serviços, com 65,7% da participação; depois o setor manufatureiro, com 30%, e o primário, 2,9%, incluindo a agricultura e extração mineral de alguns setores.

É um país que tem – como todo mundo sabe – a Nokia, que já teve 40% do mercado mundial de celulares. É uma empresa finlandesa que começou fabricando botas e depois se transformou nessa potência de tecnologia no setor.

O comércio da Finlândia é um comércio de trocas, algo em torno, em 2010, de US$138 bilhões, sendo que 60% de suas trocas se dão com países da União Europeia, particularmente Alemanha, Suécia, Grã-Bretanha, Holanda. Mas também um parceiro importante é a Rússia, que tem longo contato, longa fronteira e história comum. E, no âmbito da União Europeia, eles apoiam o comércio livre, à exceção da agricultura, e é o único país nórdico que se encontra na zona do euro. A Dinamarca e a Suécia mantêm as suas moedas, e Noruega e Islândia, como sabemos, não estão na União Europeia.

A educação na Finlândia é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento tecnológico do país. Depois da Segunda Guerra Mundial, investiram fortemente em pesquisas de desenvolvimento e em educação basicamente. Isso é um ponto interessante, caso venha a ser aprovado por V. Exªs e pelo Plenário do Senado, um tema que pretenderia desenvolver e que sei também muito caro ao Senador Cristovam Buarque.

Como a Finlândia vê o Brasil? Curiosamente, a Finlândia vê o Brasil de duas maneiras muito interessantes. Uma, como parceiro importante para temas ligados à energia sustentável, indústria florestal. Temos o caso da Stora Enso, sociedade sueco-finlandesa que tem investimentos aqui junto com a Aracruz, pela indústria florestal por causa da produção do papel; e, no campo da bioenergia, eles têm vários estudos, várias pesquisas, e a nossa experiência com biocombustíveis pode ser útil para biocombustíveis de segunda e terceira geração.

Além do mais, eles têm um carinho muito interessante pelo Brasil. Só a título de curiosidade, Sr. Presidente, existem sete escolas de samba finlandesas na Finlândia. Todo ano elas desfilam com finlandeses cantando samba em finlandês. Existe campeonato de capoeira. Isso é a nossa cultura, uma parte da cultura brasileira que toca os finlandeses, uma terra normalmente fria, e eles têm um fluxo de turistas para cá muito grande. Isso é muito interessante e nos permite mostrar que o Brasil tem outras coisas além de capoeira, samba, música e alegria.

As nossas relações com a Finlândia são muito boas, muito cordiais. Há coincidências em termos multilaterais. A Finlândia apoia a pretensão do Brasil a um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. E, curiosamente, o primeiro visitante brasileiro à Finlândia foi D. Pedro II. Em 1876, ele esteve na Finlândia, visitando o que era então o Grão-Ducado da Finlândia, vinculado ao Império da Rússia; depois, tivemos o então Vice-Presidente Marco Maciel, em 2002, e o Presidente Lula em 2007.

Autoridades finlandesas têm vindo aqui com maior regularidade também. A Presidenta atual já esteve cinco vezes no Brasil nos últimos anos durante seu mandato; o Ministro da Economia e também o da Indústria e Comércio estiveram aqui.

Pretendo, caso seja aprovado, reforçar os nossos contatos nas áreas de turismo, inovação, energia renovável e defesa. É muito importante a questão da inovação que eles têm, que desenvolveram, pesquisas de desenvolvimento – acho que é importante no momento que o Brasil está vivendo.

O nosso comércio bilateral não é dos mais expressivos para uma população de 5,3 milhões, mas, como sempre, nesses casos, temos o chamado efeito Roterdã. As nossas estatísticas do MDIC dizem que temos déficit comercial histórico com a Finlândia, à exceção de dois anos em que tivemos venda de aeronaves da Embraer para a companhia Finnair, em que houve superávit. Mas, segundo as estatísticas da Finlândia, tivemos saldo positivo em alguns anos, isso porque a Finlândia se abastece de vários fornecedores. Um dos principais é a Holanda, por isso o chamado efeito Roterdã, em que os nossos produtos chegam à Finlândia como produtos brasileiros, mas nós, na nossa estatística, colocamos a Holanda como destino. Portanto, isso não aparece na balança comercial com o país destino, final, no caso a Finlândia.

O Brasil foi o 22º mercado de destino para os produtos finlandeses. A Finlândia tem a 11ª posição entre os parceiros brasileiros no âmbito da União Europeia, e tivemos uma corrente de comércio, no ano passado, em torno de 1,3 bilhão, com 477 milhões de exportação. Deve-se destacar que houve uma expansão das nossas exportações algo em torno de 59% em relação a 2009, e é o 9º destino de vendas do Brasil para a União Europeia. A maior parte das nossas exportações ainda é de produtos primários e manufaturados, mas não posso deixar de destacar que a Embraer já vendeu 19 aviões E-Jets da linha 170 e 190 para empresa Finnair, sendo que ainda há um a ser entregue em março de 2012. É importante a venda de aviões da Embraer, porque mostra a capacidade tecnológica do Brasil em produzir produtos de última geração como aviões a jato da qualidade desses.

Em termos de importações, no ano passado, foram 827 milhões. Foram máquinas, papéis, derivados de celulose, produtos farmacêuticos, instrumentos médicos que nós importamos da Finlândia.

Outro detalhe que gostaria de destacar, Sr. Presidente, já concluindo, sobre as exportações brasileiras: tivemos 348 empresas brasileiras exportando para a Finlândia no ano passado, sendo que 307 com valores até US$1 milhão. E foram 17 Estados da Federação. Isso mostra que empresas de diferentes Estados têm capacidade de atingir um mercado com tanta demanda por tecnologia e qualidade como esse.

São Paulo foi o Estado com o maior número de empresas que exportou para a Finlândia, e Minas Gerais com o maior valor.

Gostaria de dizer também que oito cooperativas exportaram para a Finlândia em 2011, sendo café, alimentos e vinhos do Rio Grande do Sul. Senadora, estão exportando vinhos e espumantes para lá, o que mostra mais uma vez a qualidade de nossos produtos.

Existem mais de 40 empresas investindo no Brasil. Ainda não temos empresas investindo na Finlândia, mas o potencial é grande.

O meu tempo se esgota. Não gostaria de usá-lo em sua totalidade.

Agradeço, Sr. Presidente, a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Ministro Norton de Andrade Mello Rapesta, indicado para a República da Finlândia.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, que iniciará o ciclo de indagações das Srªs e dos Srs. Senadores aos Srs. Ministros indicados, pergunto ao Plenário se poderíamos dar início ao processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Então, ao tempo em que fazemos as indagações aos Srs. Ministros, estará aberto o processo de votação. As cédulas encontram-se sobre a mesa. Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, numa mesma cédula, existem três nomes para serem votados: o primeiro é do embaixador que é cumulativo e que já foi sabatinado, e os outros dois são dos ministros indicados para Trinidad e Tobago e para a Finlândia, que estão hoje se submetendo à sabatina da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, primeira Senadora inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, sucesso nos novos desafios profissionais, a Diplomacia brasileira ganha sempre com isso.

Peço desculpas ao Ministro Paulo Sérgio, porque vou me limitar a perguntar para o Ministro Norton Rapesta, de quem fui relatora.

Em função não só das boas notícias de que a Finlândia importa vinhos, espero que, em algum momento, a Finlândia consuma mais vinhos do que vodca, para suportar o rigoroso inverno do Hemisfério Norte.

Mas a Finlândia, Ministro Norton, até um determinado tempo, tinha maciços investimentos na área da celulose, florestas, exploração de florestas, papel. Hoje, estamos discutindo aqui Código Florestal, e essa questão está entrando na transversalidade do debate. E queria saber, então, do senhor, nesta matéria, como podemos intensificar ou ter uma relação. O que o modelo finlandês... Porque saiu dessa área, dessa produção para investir maciçamente na área da tecnologia da informação. Uma das maiores empresas do mundo está lá, a Nokia. Estive na Finlândia, tive oportunidade de ter contato e de verificar isso. E também nos controles de gestão sobre combate à corrupção. Ela nem precisava ter isso, porque é um país que está nos *rankings* de seriedade administrativa de maneira muito privilegiada.

Então, são essas as questões que tenho para o senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sr. Ministro Rapesta.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Efetivamente, os investimentos finlandeses no Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, em florestas, são grandes, na parte sul do Rio Grande do Sul. Eles têm, como mencionei rapidamente, um dos modelos, reconhecidamente muito positivos, de gestão dos recursos naturais. Como existem acordos com CNPq, no âmbito de ciência e tecnologia, e com a Universidade de Pernambuco, mas dentro desse quadro institucional dos acordos de ciência e tecnologia, acho que seria importante, sim, uma aproximação com as entidades finlandesas de gestão das florestas, porque, uma coisa que não mencionei: em uma força de trabalho de 2,6 milhões de habitantes, 900 mil têm florestas, têm alguma floresta. Então, floresta é, muitas vezes, propriedade particular. Isso é uma característica interessante. E essa floresta é utilizada para corte, para madeira, para celulose. Então, acho importante estreitarmos os laços para vermos o modelo deles.

Há também a questão da educação – vejo, aqui, a presença do nosso Senador Cristovam Buarque. O modelo finlandês de educação é tido como um dos melhores do mundo, mas ele não necessariamente

poderá ser replicado aqui ou em qualquer outra parte do mundo tal e qual, na medida em que as características dos países são diferentes, culturalmente e tal.

Então, acho que, em relação a essa questão da floresta, ver como eles fazem e ajustar à nossa realidade, acho que pode ser um modelo interessante.

Investimento em tecnologia e informação. Eles investiram muito. A educação, hoje, é o terceiro maior orçamento da Finlândia. Eles investiram muito em inovação, muito em tecnologia; o *design* finlandês é reconhecido – o sueco, o finlandês são reconhecidos. Temos aqui o movimento brasileiro de *design*, que procura incentivar isso. Acho que esse é o caminho. Investimento em tecnologia da informação e em geral.

V. Exª mencionou a questão da corrupção. Sim, é tido como um dos países com menor número de corrupção. Tem também, às vezes, umas coisinhas, mas acho que lá passa pela informação e pela educação a cobrança. Temos um parlamento recém-eleito com todos os espectros políticos representados. Então, acho que lá é a questão do acesso da opinião pública às informações.

Espero ter respondido à pergunta de V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Senadora Ana Amélia está satisfeita com a resposta.

Em seguida, o Senador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, na verdade, não é propriamente um questionamento.

Eu quero cumprimentar os Embaixadores, em especial o nosso futuro Embaixador em Trinidad e Tobago, o Embaixador Paulo Sérgio.

Eu estava vendo, aqui, os dados da balança comercial de Trinidad e Tobago. Trinidad e Tobago e o Caribe ficam dentro da expectativa de um modelo que considero fundamental para o desenvolvimento da região Norte do País, da Amazônia brasileira.

Inclusive por isso, Sr. Presidente, fiz questão de convidar o Deputado Paulo José, Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa do Amapá. E, permita-me, Sr. Presidente, já com a autorização do Deputado, eu quero trazer um convite ao senhor e aos membros da Comissão de Relações Exteriores, ou à representação desta Comissão, se for o caso, em especial ao senhor.

A Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa do Amapá estará promovendo, no mês de setembro, um encontro de cooperação transfronteiriça em Caiena, na Guiana Francesa, envolvendo autoridades do Suriname, da Guiana, da Venezuela. Isso está dentro do contexto do que virá a ser o segundo semestre para a integração e a cooperação do norte do Brasil com o platô das Guianas, com o Caribe e com a Venezuela, a partir da inauguração da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

Então, trago, em primeiro lugar, Presidente, este convite da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia do Amapá ao senhor e à nossa Comissão de Relações Exteriores, para estar presente nesse encontro promovido pela Assembleia Legislativa do Amapá, que fará parte desse conjunto, desse esforço que temos feito de integração do norte do Brasil com o norte da América do Sul.

Nesse conjunto, considero importante a ação, a nossa integração também com o Caribe.

Então, passemos à pergunta, Embaixador Paulo Sérgio.

Nós temos uma balança comercial com Trinidad e Tobago que é superavitária para o Brasil, pelos dados que vi agora. Pergunto ao senhor: quais as ações que o Itamaraty pode, que as nossas relações exteriores podem ter para que essa nossa cooperação e o nosso intercâmbio comercial com o Caribe sejam mais efetivos a partir do norte brasileiro, a partir de Roraima, do Amapá, em especial desses dois Estados, que ficam localizados no extremo, que ficam junto ao platô das Guianas, que ficam junto da Venezuela e, por conseguinte, com a ligação física, ficam também próximos do Caribe; quais as pontes e ações que nós poderíamos fazer, em especial, do lado do Caribe, de cooperação e de ações de incentivo ao turismo e de cooperação de intercâmbio comercial com os produtos advindos de Trinidad e Tobago e do restante do Caribe para a Amazônia brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro Paulo Sérgio Bozzi, respondendo à indagação de S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues, eu gostaria de lembrar que ambos os Ministros que hoje estão sendo sabatinados foram cônsules em Caiena.

Então, depois, se o Senador Randolfe Rodrigues quiser explorar um pouco mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que agradável coincidência!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Exatamente.

Com a palavra, o Sr. Ministro Paulo Sérgio Bozzi.

O SR. PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente

Agradeço a pergunta de V. Exª, Sr. Senador.

Realmente, eu tive o prazer, a honra de ser Cônsul-Geral do Brasil em Caiena. Digo isso porque, ali em Caiena, ali na Guiana Francesa, estávamos ao lado do Estado do Amapá.

Tive a satisfação de, várias vezes, cruzar o rio Oiapoque e ir até Macapá, visitar a capital, falar, entrevistar-me com o governador e realizar uma série de ações comerciais entra a Guiana Francesa e o Estado do Amapá.

Creio importantíssimo, importantíssimo, termos esse vetor quase geopolítico de comércio entre o Norte brasileiro e a República de Trinidad e Tobago. Já houve, por parte de um dos meus antecessores, uma intensa convivência, digamos, comercial entre o Norte e o Nordeste brasileiro e a República de Trinidad e Tobago.

Eu pretendo retomar essas ações. Pretendo primeiro fazer um diagnóstico, assim que puder ser aprovado o meu nome por esta Comissão e pelo Plenário deste Senado, fazer um diagnóstico e ver que tipo de produto será mais aceito nos dois mercados, tanto no mercado trinitário quanto nos mercados do Norte e Nordeste brasileiro. Porque V. Exª há de saber que o comércio é uma questão, vamos dizer, de gosto, de entendimento. O que eu posso lhe vender? O que eu posso comprar? Hoje compramos determinado tipo de produto, amanhã poderemos comprar outro produto que sequer pensávamos que fosse agradar àquele mercado.

Então, é preciso ver qual será a oferta exportável do Norte e Nordeste brasileiro, o que podemos colocar em Trinidad e Tobago, e qual será, em contrapartida, a oferta exportável que se possa colocar nos Estados do Norte e Nordeste brasileiro. Entendo que, uma vez indicado e aprovado como Embaixador brasileiro em Porto of Spain, esta será uma das tarefas prioritárias na Embaixada. Até informo a V. Exª que a Embaixada já conta com o serviço de promoção comercial, um setor de promoção comercial, que está muito bem formado, que está muito bem equipado, e poderá ajudar o embaixador a promover esse tipo de ação, de modo que as correntes de comércio entre Trinidad e Tobago e o Norte e o Nordeste brasileiro possam se desenvolver, mas, antes de tudo, ver que tipo de produto ou que tipos de produtos poderemos trocar. Eu acho isso muito importante, porque nós não podemos, aí, no caso do comércio, trocar qualquer produto. Aí, realmente, não funciona.

Creio que respondi a V. Exª. Se V. Exª quiser outro pormenor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero também desejar sucesso a ambos os Embaixadores Paulo Sérgio Traballi Bozzi, em Trinidad e Tobago, e Norton de Andrade Mello Rapesta, na Finlândia.

Como Trinidad e Tobago é um país que faz parte do Caricom, organização das Nações do Caribe, e o Brasil tem feito um esforço diplomático de aproximação do Caribe ao Caricom, agradeceria se V. Exª pudesse nos fazer uma avaliação do esforço, e quais seriam os passos que, como embaixador, o senhor gostaria de promover mais e mais com vista a esse bom entendimento.

E, ao Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta, como a Finlândia tem um dos mais elevados níveis educacionais do mundo, e também um dos mais altos Índices de Desenvolvimento Humano e um Coeficiente de Gini que indica um bom índice de equidade em relação a outros países, como o senhor avalia o potencial de cooperação, especialmente na área de educação e sobretudo de ciência, tecnologia e inovação, conforme o senhor mencionou em sua exposição, que poderemos ter com a Finlândia? Que iniciativas nós poderíamos desenvolver com essa finalidade?

Eu conheci a Finlândia em 1962, por ocasião do Festival da Juventude pela Paz e Amizade, ao tempo em que os partidos socialistas e comunistas no mundo organizavam esse tipo de festival ali junto à União Soviética. Eu estava nos meus 21 anos, querendo descobrir as coisas, e muito aprendi naquele momento, com uma interação com os jovens de todo o mundo. Depois fui visitar seis países do Leste Europeu e outros tantos da Europa, do Mercado Comum Europeu de então, para descobrir o que seria melhor. E sempre com a preocupação de aqui no Brasil podermos caminhar de forma democrática para uma nação justa e civilizada.

Eu gostaria de encaminhar a ambos trabalhos recentes que desenvolvi exatamente sobre a renda básica de cidadania, porque, além de procurar instituí-la no Brasil, sinto-me na responsabilidade de espalhar a ideia por todo o mundo. Inclusive, na segunda vez que estive na Finlândia, fui participar, a convite do Banco Mundial, de um encontro de parlamentares de todos os países do mundo, onde fiz exposição a respeito. Acho que isso foi há uns quatro ou cinco anos. Então, para ambos eu encaminho essas publicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª deseja que qual dos Srs. Ministros responda?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu fiz perguntas aos dois, então a ordem é o Presidente que define.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Ministro Paulo Sérgio Bozzi inicialmente.

O SR. PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Exª, Sr. Senador, por encaminhar uma pergunta realmente importante.

Como na minha exposição eu citei as duas Cúpulas da América Latina e do Caribe para Integração e Desenvolvimento, e citei também a realização da Cúpula Brasil-Caricom, quer dizer, isso enfatiza a importância que o Governo brasileiro dá hoje à região caribenha. É uma região, como eu já disse, geopolítica e geograficamente muito importante para a política externa brasileira. Creio que nós podemos dimensionar essa importância no fato de que o Governo brasileiro hoje mantém embaixadas residentes em quase todos os 15 Estados caribenhos.

A política externa brasileira tem hoje uma preocupação bastante forte com a região do Caribe. É uma região em que nós devemos estar, temos de estar presentes, porque são países pequenos mas extremamente importantes para certas ações que a política externa brasileira pretende tomar, principalmente no caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Caribe, o Caricom, na verdade, ainda não se pronunciou sobre esse tema. Uma vez Embaixador aprovado, suscitarei o tema junto às autoridades de meu Ministério, cumprirei as instruções que porventura queiram dar-me a respeito do assunto, mas é importante mencionar que o Caribe, como um todo, ainda não se pronunciou sobre esse tema. Até mesmo na Conferência de Roma, que aconteceu em abril deste ano, ele esteve quase ausente; não houve sequer um pronunciamento de um representante caribenho sobre esse tema, que nos interessa.

Acredito que hoje temos uma presença bastante importante na região. O Brasil, à mercê do Decreto Legislativo nº 801, do começo de 2011, deste Senado Federal, é membro não tomador de empréstimo do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Tem cerca de 17% do capital, o que dá, mais ou menos, 19,5 mil ações. Quer dizer, estamos aumentando a nossa presença na região. Outro pormenor importante é que, durante a realização da reunião Brasil–Caricom, aqui, na Capital federal, os Estados do Caribe estiveram representados por 11 dos seus presidentes ou primeiros-ministros; apenas quatro não mandaram autoridades dessa importância, dessa relevância, dessa magnitude.

O país para onde estou sendo indicado foi o único cuja embaixadora residente aqui o representava durante a reunião. Com esses pontos todos que estou a indicar a V. Exª, Sr. Senador, creio que podemos ter uma ideia da relevância que a política externa brasileira no momento está dando à região. E creio que terei muito trabalho a fazer em conformidade com as instruções que devo receber do Ministério das Relações Exteriores e do Sr. Ministro de Estado.

Creio que estou à disposição de V. Exª, se tiver alguma outra questão a levantar sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro Paulo Sérgio Bozzi.

Agora, passo a palavra ao Ministro Norton Rapesta.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Senador Suplicy, obrigado pela questão.

Acho que este é o grande desafio que terei, se vier a ser aprovado pela Comissão e pelo Plenário do Senado: aproximar Brasil e Finlândia, com este foco de educação, inovação, ciência e tecnologia.

O arcabouço jurídico já existe. Existem vários acordos firmados de ciência e tecnologia, acordos de cooperação, inclusive um que me esqueci de mencionar, na área florestal, com a Universidade do Paraná. Esses mecanismos já criaram o arcabouço jurídico, para que as nossas instituições, as nossas empresas também se aproximem mais dos institutos e das empresas finlandesas.

Por exemplo, a Nokia tem um centro de pesquisas aqui, em Brasília, uma coisa que descobri outro dia. Não há placa, não é? Se a Nokia e outras empresas, como empresas chinesas, estão vindo ao Brasil, para fazerem centros de pesquisa, para montarem centros de pesquisa, quer dizer que temos a capacidade para pesquisar. Então, acho que visitas, aumento do conhecimento, do potencial de cada um, aumento do número de visitas, aumento do número de encontros e de reuniões, para que possamos fazer, com isso, que as empresas pesquisem mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Ministro Rapesta.

Agora, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço desculpas por não estar aqui desde o começo, pois estou presidindo – não sei se verbo estar fica bem para dizer isto –, mas estou presidindo uma audiência na subcomissão que estamos recriando, do trabalho escravo no Brasil, em pleno século XXI.

Mas gostaria de perguntar ao Embaixador, e nem é perguntar, mas sugerir que dê o máximo de ênfase, Sr. Paulo Sérgio, à cooperação cultural entre o Brasil e Trinidad Tobago. Poucos sabem que temos, talvez, entre os vivos, um dos maiores escritores do mundo, que é de lá, Prêmio Nobel, embora more na Inglaterra há muitos anos. Temos grandes atividades dentro de Trinidad Tobago na área cultural. E na educação é um dos bons países do continente. Então, eu sugiro que procure aumentar ao máximo.

Quanto ao Embaixador Norton, eu queria sugerir que leve o máximo de empresários, para que vejam na Finlândia, Senador Collor, como a competitividade surge da capacidade de inovar e como a capacidade de inovar surge da educação de base. Nós tivemos aqui, ao lado, na Comissão de Economia, uma audiência muito interessante, sob a presidência do Senador Delcídio, sobre competitividade. E só um dos empresários falou com clareza de educação. E eu lembrei que existem dois tipos de competitividade: a competitividade que se consegue nos produtos tradicionais, baixando os custos, melhorando a logística, e a competitividade que surge de criar novos produtos. O Brasil até que, de vez em quando, ganha bem na competitividade em relação aos produtos tradicionais, baixando o custo, mas nós estamos muito fracos na competitividade de novos produtos.

O senhor citou há pouco que, até 30 anos atrás, a Nokia era uma exportadora de papel higiênico. A Nokia não foi criada para produzir telefones celulares. Foi o resultado da capacidade de inovação, e essa veio do investimento, do trabalho na educação.

Eu acho bom levar professores para que vejam que lá o professor tem essa estabilidade plena, total. É uma estabilidade responsável. Não foi responsável, perde o posto. Além disso, há outras coisas, graças, obviamente, ao apoio. Lá, o sindicato de professores, Senador Collor, mudou de nome. Chama-se Sindicato da Educação, e não Sindicato dos Professores. Mudou. Fizeram uma festa para comemorar 20 anos sem greve. Agora deve estar em uns 24, 25.

Pois bem, eu queria que trabalhasse a ideia da competitividade que a Finlândia tem hoje no mundo e como essa competitividade se dá para gerar novos produtos. A Nokia agora está meio em dificuldades, pela concorrência com outra que conseguiu mais inovação ainda, que é a Apple. Então, é uma disputa por quem inventa o melhor produto. Não é apenas por quem baixa o preço, com medidas como a gente consegue.

Eu queria que o senhor fosse não apenas o nosso porta-voz lá, nosso representante, mas também fosse o arauto de lá para cá, mostrando como a educação é a base da inovação e a inovação é a base da economia do futuro.

Um grande abraço e muito boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Sr. Ministro Norton Rapesta.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Senador Cristovam Buarque, muito obrigado. Conto com a ajuda de V. Exª, se aprovado. Sei que V. Exª gosta muito da Finlândia, já esteve lá várias vezes, tive a oportunidade de conversar com o senhor sobre isso. Concordo: competitividade, e nós temos capacidade.

Lembro-me da palestra de um ex-Presidente da Renault, que disse que, na fábrica do Paraná, ali perto de Curitiba, operários que não tinham o grau de formação educacional formal que tinham os franceses conseguiam, muitas vezes, encontrar soluções para pequenos problemas na linha de montagem que resultavam em economias fantásticas, e que lá na França não encontravam. Então, nós temos criatividade. O brasileiro é criativo. Temos que pensar em competitividade. Um dia, conversando com o presidente de uma associação, ele disse: "Quando falamos em inovação para as empresas, eles têm calafrios". Acho que isso é uma questão cultural nessa tradição. Se me permitem recordar aqui, quando o então Presidente da República abriu as importações em 1990, disseram que iam acabar com a indústria brasileira. Não, a indústria conseguiu se adaptar, gerar inovação e competitividade e melhorar muito. Acho que temos de continuar trabalhando nisso e espero contar com a ajuda de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Embaixador Norton.

Agora, com a palavra o Sr. Ministro Paulo Sérgio Bozzi.

O SR. PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com sua permissão, muito obrigado pelos seus comentários.

Sr. Senador Cristovam Buarque, o senhor pode estar tranquilo, porque eu sou um amante dos livros. Então, creio que o seu interesse corresponde também ao meu interesse. Eu tenho certeza de que trabalharei muito para que essa união, que já existe, de certa forma, e é dinâmica, entre Trinidad e Tobago e o Brasil, no aspecto cultural das nossas relações, possa-se desenvolver e ganhar um momento mais auspicioso, porque acredito que só podemos ser um país se o país tiver a capacidade de dar educação aos seus filhos. Eu agradeço muito a V. Exª essa sugestão. V. Exª pode estar certo de que eu poderei ser cobrado por V. Exª e, se eu não tiver feito a tarefa que aqui estou me propondo, uma vez aprovado por este Senado Federal e por esta Comissão, V. Exª poderá criticar-me e reclamar, mas creio que trabalharei nessa vertente das nossas relações diplomáticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Senador Cristovam, V. Exª está satisfeito? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, último Senador inscrito para as considerações sobre as exposições dos sabatinados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão tem sido brindada, nesta sessão legislativa, com a presença de ilustres membros da comunidade do Itamaraty,

que têm revelado, em suas palestras, como no caso de hoje, o alto nível da massa crítica daquele Ministério.

Saudando o Ministro Paulo Sérgio Bozzi, eu gostaria de fazer uma pergunta. Não obstante a proximidade do nosso País com Trinidad e Tobago, somos o oitavo mercado nas relações com aquela nação, com a participação de apenas 2% do total do comércio bilateral com aquele país. Como incrementar essas relações, Sr. Ministro? Como aumentar essas relações? Como nos valer da proximidade com aquele país para incrementar esse intercâmbio?

Ao Embaixador Norton, eu gostaria de suscitar uma proposta no sentido de que ele, nas funções de representante do nosso País, possa manifestar o interesse de Santa Catarina estabelecer, entre a sua universidade e o principal centro de *design* da Finlândia, um projeto de cooperação que resulte na instalação de um centro avançado de *design* no nosso Estado.

Faço essa proposta, Sr. Embaixador, porque ela dará seguimento a uma política de qualificação que o nosso Estado vem seguindo na última década. Nós temos hoje, em Joinville, a única filial da Escola do Teatro Bolshoi, a única no mundo, que já está no seu 11º ano de funcionamento, qualificando artistas para o mundo todo. Ainda recentemente, o ABT contratou um dos formados naquela Escola, o primeiro brasileiro a trabalhar no corpo de baile do ABT. E há vários formados naquela Escola nos principais corpos de baile do exterior. Inclusive, ontem recebemos a notícia de que dois alunos da Escola acabam de ser contratados para o próprio Teatro Bolshoi. O Teatro Bolshoi só tinha bailarinos russos até o ano passado, quando contratou uma baiana, chamada Mariana Gomes, uma menina que foi, com oito anos, sozinha para Joinville. Ficou lá oito anos sozinha, sem a família, e se tornou artista, já fazendo os primeiros papéis na Escola, ou melhor, no Teatro Bolshoi da Rússia.

É com essa mesma filosofia – de buscar qualidade, de buscar incremento cultural, incremento educacional – que levamos para Florianópolis também a única filial da ENA – École Nationale d'Administration, a principal escola de formação de serviço público da Europa e, provavelmente, do mundo, por onde passaram vários ex-primeiros-ministros e ex-presidentes da França.

Foi com essa mesma filosofia que levamos para Florianópolis o curso de doutoramento em Inovação da École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne, considerada, na Europa, a mais avançada universidade na área de Tecnologia da Informação.

Foi com essa mesma filosofia que estamos levando – deverá ser instalada este ano, no segundo semestre – a Escola d'Arte de Firenze, onde estudou Michelangelo e onde estudaram tantos expoentes da arte universal.

Então, é com esse mesmo objetivo e com esse precedente que Santa Catarina se apresenta para, se for possível, obter um centro avançado de *design* no nosso Estado.

Quero salientar, Sr. Embaixador, que atingimos o maior nível de escolarização do Brasil, e talvez até da América do Sul, porque temos, de crianças e jovens entre 7 e 14 anos, 99,9% na escola. O analfabetismo despencou e hoje atinge apenas 3% da população. E, se considerarmos que houve um processo migratório muito forte de regiões mais pobres para Santa Catarina, teríamos um analfabetismo semelhante ao da Finlândia.

Então, a política que seguimos naquele Estado é no sentido de, em sendo um dos menores territórios do País, procurar sermos os melhores. Somos, embora tenhamos apenas 1% do território, o quinto produtor de alimentos do Brasil e, embora com apenas com 1% do território, o sétimo exportador do nosso País; temos a quarta melhor renda *per capita* do País, e é a quarta porque a primeira é Brasília, que não conta – aqui mora a alta burocracia nacional e internacional –, a segunda é São Paulo, e a terceira é o Rio, onde a renda é muito concentrada. Caso se analise o nível de atomização da renda, a nossa é a melhor do País.

Com esses credenciais, gostaríamos de apelar a V. Exª para intermediar e ser o padrinho do Centro Avançado de *Design* Finlandês em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Sr. Ministro Norton Rapesta.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Luiz Henrique, esteja certo V. Exª de que, sendo aprovado, ao assumir lá, essa será uma das minhas primeiras tarefas. São oportunidades concretas mencionadas quando questionado pelo Senador Suplicy sobre o que fazer. Isto: trazer, juntar, aproximar e dar condições, como V. Exª mostrou a capacidade de Santa Catarina. Entendo que outros Estados da Federação também têm, mas esteja certo de que terei prazer em comunicar a V. Exª a vinda, o acerto, a aproximação com a Universidade de Santa Catarina. Pretendo inclusive, diante dessa tarefa que V. Exª me dá, visitar o reitor da Universidade antes de partir, para poder já conhecer *in loco*, para chegar à Finlândia e dizer "Eu fui, vi e assino embaixo".

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro Norton Rapesta.

Agora, passo a palavra ao Ministro Paulo Sérgio Bozzi.

O SR. PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com a permissão de V. Exª, Senador Luiz Henrique, muito agradeço as suas observações sobre o comércio entre o Brasil e Trinidad e Tobago. Não há como refutar os números, mas 2% da participação brasileira no comércio com Trinidad e Tobago mais ou menos correspondem à média nacional de participação do País no comércio mundial.

Claro que, para aumentar, para melhorar esses números, é preciso trabalhar. Eu já tive oportunidade de dizer a esta Comissão que é preciso trabalhar de uma forma racional; ou seja, em comércio é preciso saber o que comerciar, o que o parceiro quer e o que nós queremos.

Então, uma vez em Trinidad e Tobago, pretendo fazer um diagnóstico, aliás um diagnóstico que já foi feito pela Fundação de Comércio Exterior, e já tem aí um caminho, uma luz, iluminando esse caminho de modo a desenvolver melhor o nosso fluxo de comércio. Eu gostaria também de mencionar a V. Exª que também estamos fazendo cooperação técnica bastante importante com Trinidad e Tobago, e isso também é comércio; isso também traz comércio, principalmente na área agrícola.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique, satisfeito com as respostas? (*Pausa.*)

Agora, sim, finalizando a nossa lista de inscritos, S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, na verdade, os dois embaixadores responderam quase todos os aspectos das missões que interessam ao País.

Eu queria, um pouquinho na esteira do que disse o Senador Randolfe, pedir atenção em todos os aspectos mesmo à região Norte do Brasil. Quando se fala aqui, em qualquer que seja o país para onde vá o embaixador, que o Brasil tem superávit comercial, tal e tal. Com quem? Com Sul e Sudeste do Brasil; sequer com o Estado do Amazonas, que tem um polo industrial grande. Roraima, então, e Amapá, como foi dito pelo Senador Randolfe não temos nada. Roraima já fez contato, nos governos passados, com Trinidad e Tobago – estou falando dos mais próximos. O mesmo problema com a Venezuela. Roraima está encaixada na Venezuela e o superávit com a Venezuela é feito com quem? Basicamente com Minas Gerais e São Paulo. Até por um ditame constitucional, temos que trabalhar também, via diplomacia, para eliminar essas desigualdades, porque a atuação da nossa diplomacia beneficia o aprofundamento das desigualdades.

Eu só queria colocar este tema para reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Considerações finais em relação ao que foi colocado por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiramente o Ministro Norton Rapesta, em seguida o Ministro Paulo Bozzi.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Senador, nos últimos oito anos, trabalhei no Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Itamaraty. Esta sempre foi a nossa preocupação, preocupação do Itamaraty, estimular o máximo possível, convidar, e todas as vezes que uma alta autoridade brasileira, o Presidente da República, ou o Ministro da Indústria e Comércio, o Ministro das Relações Exteriores viajava, o nosso departamento indicava essa oportunidade aos presidentes das federações de indústrias de todos os Estados da Federação. Além disso, ainda divulgávamos pela CNI.

Essa questão que V. Exª menciona é uma questão que está nas nossas cabeças e se procura, sobretudo com a cooperação com a CNI, em aproximar as regiões. Porque, muitas vezes, o que havia muito antes: comprávamos – Manaus, a região Norte, Roraima – gasolina de São Paulo, tendo a gasolina do outro lado muito mais barato, de muito mais fácil acesso. Então, tem se procurado estimular os contatos fronteiriços para permitir que os Estados da Federação, que fazem fronteira, sobretudo os que fazem fronteira com a América do Sul, possam incrementar seu comércio bilateral com os países limítrofes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ministro Paulo Sérgio Bozzi.

O SR. PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI – Obrigado, Sr. Presidente. Com a sua permissão.

Sr. Senador, eu gostaria de revelar à Comissão e a V. Exª que eu tenho sangue nortista. Meu bisavô foi um dos que lutaram pelo Acre; minha avó paterna nasceu no que seria o Estado do Acre. Portanto, dizendo isso, queria dizer a V. Exª que aqui o senhor tem um lutador pela causa do Norte. Eu ficarei à sua inteira disposição para que o senhor me ofereça sugestões, critique o meu trabalho, no sentido de desenvolvermos esse comércio entre Trinidad e Tobago e a região geopolítica brasileira mais perto da República.

Fique V. Exª certo de que estou do seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Mozarildo está satisfeito? *(Pausa.)*

Muito obrigado aos Srs. Ministros Norton Rapesta e Paulo Sérgio Bozzi e, de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Anibal Diniz para atuar como secretário na apuração dos votos, de acordo com o art. 116, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal. E peço para atuarem como escrutinadores a Exmª Srª Senadora Ana Amélia e o Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy.

(A reunião torna-se secreta às 11h54min e volta a ser pública às 11h57.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Reaberta a sessão ordinária de hoje, eu gostaria de declarar oficialmente que foram aprovados os nomes do Sr. Paulo Sérgio Traballi Bozzi, indicado para Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago; também do Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta, indicado para Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e também aprovada a cumulatividade do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e Seicheles.

Os cumprimentos desta Comissão a S. Exªs e os votos de uma profícua e exitosa missão.

Continuando, agora, com o Item 4 da nossa pauta:

ITEM 4
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2011

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador **Cristovam Buarque**.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, tenho dois pareceres. Trata-se da Índia ou de São Tomé e Príncipe?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Começando pela Índia. Item 4, Sr. Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso.

Sr. Presidente, o Ministro indicado pelo Presidente da República Carlos Sérgio Sobral Duarte nasceu no Rio de Janeiro em 27 de fevereiro de 1959. É filho de Sérgio de Queiroz Duarte e de Lucia Maria Sobral Duarte.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1982. Acho importante frisar que isso foi feito dois anos após graduar-se em Economia pela Universidade de Sussex.

Foi nomeado Terceiro Secretário em 1983. Foi promovido a Segundo Secretário em 1987; a Primeiro Secretário em 1993; a Conselheiro em 1999; a Ministro de Segunda Classe em 2004; e a Ministro de Primeira Classe em 2010, o que mostra uma carreira, podemos dizer, limpa, uma boa carreira.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar o de assessor na Assessoria Diplomática da Presidência da República e no gabinete do Ministro do Estado. Também foi chefe da Divisão de Nações Unidas, Ministro-Conselheiro na Missão junto à ONU em Nova York e diretor do Departamento de Organismos Internacionais.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações.

Consta do processado, além do *curriculum vitae*, documento informativo que veio do Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino do Butão, onde ele será Embaixador cumulativamente.

Em relação à Índia, cabe lembrar que é o segundo maior país do mundo, com uma população que supera 1 bilhão e 100 mil, obviamente superado apenas pela China.

É uma democracia constitucional desde a sua origem, com parlamento bicameral, três partidos de projeção nacional e um total de quarenta e um partidos de diferentes matizes ideológicos.

O Partido do Congresso dirige a coalizão a que pertence o governo atual. Essa coalizão vem sofrendo certos desequilíbrios em virtude da oposição de partidos da esquerda, em relação à oposição que fazem a reformas econômicas.

É preciso lembrar que, depois da Guerra Fria, a Índia abandonou, de certa maneira – porque não totalmente – o planejamento econômico como centro de sua estratégia de desenvolvimento, que ela utilizou desde o seu início.

A Índia tem buscado modernizar seu perfil por meio do incremento de suas relações econômico-comerciais, seja com a Associação de Nações do Sudeste Asiático, seja com o Oriente Médio, a África e a América Latina.

Também cresceu o fluxo comercial com a União Europeia. Esse favorável ambiente econômico tem se mostrado fator positivo para minimizar as tensões

históricas entre Índia e Paquistão, e para praticamente tê-las eliminado entre a Índia e a China.

Vale lembrar que o Governo brasileiro tem buscado aprofundar os vínculos com a República da Índia e que há uma série de convergências entre as agendas de política externa de ambos os países, tanto no empenho na Rodada de Doha, na liderança no G-20, na aspiração ao assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Ademais, Brasil e Índia estão no grupo dos Brics, sendo as duas maiores democracias entre essas potências emergentes.

A parceria Brasil-Índia tem crescido em vários campos, com destaque para a defesa, ciência e tecnologia e o setor espacial, no que a Índia tem sido um exemplo.

Além dessas cooperações, os dois países têm cooperado em áreas como agricultura e energia, com diversos projetos em comum.

O crescimento econômico estimado de 8,6% para o período 2010/2011, uma classe média em expansão, tudo isso faz da Índia um mercado consumidor bastante atraente, com grande potencial de acesso para produtos brasileiros.

Pode-se dizer que, certamente, a Índia será o país onde teremos mais crescimento no comércio no que se refere a produtos não *commodities*. O que não é *commodity* será Índia.

De acordo com a documentação encaminhada pelo Itamaraty, destacamos que há diversos atos bilaterais em vigor entre Brasil e Índia.

O Reino do Butão, por sua vez, organiza-se politicamente como uma monarquia constitucional. É um pequeno país, incrustado entre dois gigantes como a Índia e a China.

O Brasil propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com o Butão em outubro de 2004 e em maio de 2005. Embora, em ambas as ocasiões, a parte butanesa houvesse indicado receber positivamente a proposta, somente agora, em 21 de setembro de 2009, é que o Butão expressou formalmente o interesse de estabelecer relações.

Os últimos dados apresentados no informe ministerial sobre o intercâmbio comercial mostram que a relação comercial não é grande. O valor total ficou em US$77,3 mil apenas, com déficit para o Brasil.

Há, entretanto, áreas potenciais a serem exploradas no relacionamento do Brasil com o país himalaio. Destacam-se eventuais projetos de cooperação no campo da construção civil – hidrelétricas, pontes, estradas –, dada a vasta experiência do Brasil nesses setores.

O Butão certamente necessitará de US$300 milhões em financiamento externo, que poderiam ser canalizados também por cooperação com o Brasil, de natureza o mais ampla possível.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador **Cristovam Buarque**.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro José Carlos de Araújo Leitão ingressou na carreira diplomática em 1975, por concurso, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Conselheiro em 1996 e a Ministro de Segunda Classe em 2004, sempre por merecimento.

É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se a de Primeiro-Secretário na Embaixada em La Paz; Conselheiro na Embaixada no Vaticano; assessor no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa, e Subsecretário de Relações Internacionais junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem informe sobre as relações entre os dois países, além do *curriculum* do Sr. Ministro.

Destacamos do documento o que segue.

O relacionamento bilateral é marcado pela cordialidade mútua. As relações se estabeleceram com a independência de São Tomé e Príncipe em 1975. No entanto, elas começam a ganhar densidade em mea-

dos dos anos 80, com a assinatura de tratados de cooperação, bem assim com a visita do então Chanceler santomense Maria Amorim.

A década de 90 consolida os acordos bilaterais com ênfase na formação de recursos humanos para o emprego na administração do Estado santomense. Nova e mais consistente fase se inicia no romper do novo século.

Em 2003, é criada a embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe e verificam-se, por igual, visitas presidenciais nos anos de 2003, 2004 e 2005. O Brasil desenvolve, no momento, inúmeros projetos de cooperação técnica, com destaque para as áreas de educação, a formação de adultos, a formação profissional e a inauguração do Centro de Estudos Brasileiros. Saúde: combate à malária, prevenção e controle da Aids, luta contra a tuberculose. Na informatização do governo local, o Brasil colabora na governança eletrônica e na intranet governamental.

É de se ressaltar, ainda, a tradicional participação de diplomatas santomenses no curso de formação do Instituto Rio Branco. Uma boa parte dos embaixadores, dos diplomatas de São Tomé, foi formada aqui no Brasil.

No campo comercial as trocas ainda seguem modestas. O valor de 5,7 milhões, em 2009, representa o recorde de nossas exportações. Claro que se compõe basicamente de alimentos. As importações são inexistentes. Essa circunstância se deve à baixa competitividade de São Tomé, bem como às dificuldades logísticas do nosso parceiro. Há a perspectiva de maior aquecimento no trato econômico bilateral no futuro quando da exploração de reservas de petróleo submarino, localizados na zona econômica exclusiva de São Tomé e Príncipe.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Acrescento, apenas, Sr. Presidente, obviamente, o fato que todos conhecem, mas que é fundamental, da nossa colaboração na comunidade de países de Língua Portuguesa. Só isso já justificaria um cuidado especial do Brasil, além de todos os outros potenciais na relação entre os dois países.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 122, DE 2011

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador **Valdir Raupp**.

Designo Relatora *ad hoc* da matéria S. Exª Senadora Ana Amélia, a quem passo agora a palavra para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório do Senador Valdir Raupp trata desse acordo referido por V. Exª que, conforme assinala a exposição de motivos, datada de 6 de agosto de 2009, no Ministério das Relações Exteriores, visa desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias de modo a estimular e a aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico dos respectivos países.

Ele é composto de 11 artigos.

O Ato Internacional em epígrafe pretende desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico nos Estados partes, particularmente nas áreas consideradas prioritárias por cada um dos signatários.

Os programas serão implementados por meio de contribuições das partes contratantes, que poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e de outros doadores.

Nos termos do art. 7º, cada parte concederá ao pessoal designado pela outra parte, para exercer funções no seu território, vistos, conforme a regra de cada parte, isenção de taxas aduaneiras e de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais durante os seis primeiros meses de Estado, isenção de impostos sobre a renda quanto a salário a cargo de instituições da parte que os enviou, imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito desse acordo.

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data do recebimento da segunda das notificações de ratificação e terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia de uma das partes. Isso é o que prevê o art. 10.

A cooperação com países do continente africano é parte das recentes diretrizes da política externa brasileira. No caso em apreço, a iniciativa reveste-se

de importância especial, porquanto poderá contribuir para a superação de difíceis desafios enfrentados pela população da Libéria na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável. Para o Brasil, tal iniciativa contribuirá para aprofundar os laços de amizade que unem os dois países.

O voto neste relatório do Senador Valdir Raupp: com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011.

Era este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela leitura do relatório.

Em discussão o referido relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 28, de 2011-CRE

"Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja externado VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de seu aniversário de oitenta anos, completados no último dia 18 de junho."

Autoria: Senador **Fernando Collor**.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 29, de 2011-CRE

"Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de aplauso e de louvor ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, ex-Ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 16, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO."

Autoria: Senador **Fernando Collor**.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 29, de 2011, desta Comissão.

ITEM 9
REQUERIMENTO Nº 30 , DE 2011-CRE

"Requeiro, nos termos do Art. 74 e segs., Do Regimento Interno, a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Exmos. Srs. Senadores Randolfe Rodrigues, João Pedro, Jorge Viana e o próprio subscritor, destinada a representar o Senado Federal na solenidade de posse do novo Presidente da República do Peru, o Exmo. Sr. Ollanta Humala, no próximo dia 28 de julho, na cidade de Lima/Peru."

Autoria: Senador **Anibal Diniz**.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Item 9, eu requeri que fosse retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A pedido do autor, do Requerimento nº 30, de 2011, o Exmº Sr. Senador Anibal Diniz, fica retirado de pauta o Item 9.

ITEM 10
ATO Nº 5, DE 2011-CRE

Acrescenta parágrafo único ao art.3º do Ato nº 2, de 2011 – CRE, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e altera o art. 2º do Ato nº 4, de 2011– CRE, que disciplina o rito para exame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior.

Autoria: Senador **Fernando Collor**.

Relatoria: Senador **Blairo Maggi**.

Designo o Exmº Sr. Senador Anibal Diniz como Relator *ad hoc* da matéria, para a leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, a proposta de Ato nº 5, de autoria do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, destina-se a flexibilizar o rito de apreciação dos requerimentos e propostas para que Senador represente a Casa ou exerça missão no exterior. Para tanto, a nova proposta de ato acrescen-

ta parágrafo único ao art. 3º do Ato nº 2, de 2011, da CRE, de modo a permitir que qualquer requerimento e proposta dessa natureza possa ser incluído na pauta da Comissão até o final do expediente do dia anterior.

Além disso, a proposta de Ato nº 5 também compatibiliza, com o mesmo propósito, a redação do art. 2º do Ato nº 4, de 2011, da CRE.

À proposta, não foram apresentadas emendas.

Voto

Com base na argumentação até aqui expedida, opinamos pela aprovação do Ato nº 5, de 2011, da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Senador Anibal Diniz pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Às vezes, até acontecimentos no esporte têm consequências internacionais.

O fato de Neymar, Ganso, Pato não terem ido tão bem contra a Venezuela parece ter contribuído para que o Presidente Hugo Chávez tenha sarado antes e voltado à Venezuela para as comemorações da independência daquele país. Mas aqui registro que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele fala com propriedade, porque é santista.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Neymar garante hoje, segundo *O Globo*, que a Seleção vai desencantar contra o Paraguai, na Argentina, no próximo sábado.

Só um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo, como disse o Senador Randolfe Rodrigues, registro santista de V. Exª. *(Risos.)*

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores, lembro aos membros que hoje, às 18 horas, neste plenário, a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, realizará a sua 10ª Reunião, com audiência pública para tratar do tema Economia Verde, com os seguintes convidados: a Srª Maria Amélia Enríquez, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – EcoEco; o Prof. Donald Sawyer, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, e a Srª Elisa Tonda, representante do Pnuma, no Brasil.

Convoco, por fim, nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 14 de julho, quinta-feira, às 10 horas neste plenário.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 19 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 16:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia dezenove de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Blairo Maggi,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a Presença dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Inácio Arruda** e **Randolfe Rodrigues.** Justifica a ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião informando que a

mesma destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, para o biênio 2011/2012. O Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. Os Senadores **Lindbergh Farias** e **Inácio Arruda** são designados para, como escrutinadores, procederem à apuração dos votos. O Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado, que elege o Senador **Cristovam Buarque** como Presidente e o Senador **Francisco Dornelles** como Vice-Presidente da Subcomissão, com três votos "Sim". O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. O Presidente convoca os Senadores para a 2ª Reunião Extraordinária, a ser realizada imediatamente após o termino desta Reunião, e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da presente reunião. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente (art. 88, § 1º RISF).

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas desta Comissão, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão para o biênio 2011-2012.

Foi registrada, até o presente momento, uma chapa em que temos como Presidente o Senador Cristovam Buarque e para Vice-Presidente o Senador Francisco Dornelles.

Encontra-se sobre a mesa, à disposição dos Srs. e das Srªs Senadoras, as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas para a chamada nominal da votação.

A Presidência vai proceder à chamada dos Srs. e das Srªs Senadoras, obedecendo à composição partidária para exercerem o direito de voto.

Convido para exercer o voto o Senador Cristovam Buarque, Senador Lindbergh Farias e o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Chapa única, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Chapa única. Ainda há tempo de inscrever uma outra, se quiser.

Bem, como faço parte do bloco, estou sempre representado aqui pelos Senadores Cristovam e Lindbergh.

Convido o Senador Lindbergh e o Senador Inácio Arruda para procederem à apuração dos votos. Eu não vou convidar o Senador Cristovam porque ele é parte interessada agora. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Unanimidade, Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Unanimidade? Bom de voto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Três a zero.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Três votos SIM, zero voto NÃO, zero abstenção.

Então, procedida à eleição, convido o Presidente eleito para ocupar a mesa e, em seguida, fazer uso da palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, por que não continuamos como está, rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Se o senhor preferir assim...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não. O senhor tem a palavra, pode prosseguir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero falar duas coisas: uma sobre esta Subcomissão, iniciando pelo agradecimento ao Presidente Collor – Presidente no sentido de ex-Presidente da República e Presidente desta Comissão. Foi a compreensão dele que fez com que esta Subcomissão surgisse.

Eu creio que é uma Subcomissão que pode ter um papel fundamental para despertar a opinião pública brasileira da importância desta reunião que haverá daqui a quinze meses, no Rio de Janeiro, onde se deve buscar que estejam representantes, 150 chefes de Estado ou governo, porque é uma reunião que vai discutir o futuro do mundo, vai discutir qual é o rumo que a gente vai tomar, sobretudo numa discussão, em que o Governador Blairo sempre esteve muito presente, o Inácio Arruda, todos nós, que é como fazer o desenvolvimento econômico sem depredar a natureza nem cair no conservacionismo absoluto que alguns defendem, e nem no produtivismo absoluto.

Essa reunião pode trazer uma resposta para isso e, aparentemente, nós estamos falando muito mais na Copa do ano seguinte, nas Olimpíadas de cinco anos depois, do que nesta que será daqui a poucos meses. Então, isso é a primeira coisa.

E a segunda: encaminhar um requerimento, Presidente, no sentido de que... *(Intervenção fora do microfone.)*

Na segunda? Na próxima. Então, está bom. Mas eu quero já avisar pelo tempo. Foi sugestão do Presidente Collor que, no dia 2 de maio, a gente possa ir ao Rio de Janeiro, visitar as instalações onde vai funcionar o encontro, para ver se nós estamos de acordo. Foi uma sugestão do Collor e da comissão do Itamaraty, que está encarregada do assunto. Pela conversa que o Presidente Collor e eu tivemos, passou muita segurança a comissão do Itamaraty, além de representantes do Exército também; passou muita segurança pelo menos no que se refere à infraestrutura, o resto não depende dele propriamente.

Então, a gente estava pensando no dia 2. A Aeronáutica disponibilizaria um avião para que saíssemos daqui de manhã cedo e voltássemos perto do almoço. Mas isso, então, segundo a assessoria, a gente...

Ah, encerraria. Não pode ser com ele não? Pode, é isso que estou querendo.

Então, a gente encaminha da Presidência do Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, Senador, eu encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 26 minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dezenove de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Blairo Maggi,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a Presença dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Inácio Arruda** e **Randolfe Rodrigues.** Justifica a ausência o Senador **Francisco Dornelles.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. É apreciado o **Requerimento nº 01, de 2011**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que, "*nos termos do art. 90, IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requer a realização de Diligências por parte dos membros desta Subcomissão, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor. Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, autoridades locais, diplomáticas e Organismos Internacionais, no dia 02 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, sendo convidado, ainda, o Exmo. Sr. Governador Sérgio Cabral para a reunião*". Fazem uso da palavra os Senadores **Inácio Arruda**, **Lindbergh Farias** e **Cristovam Buarque**. Resultado: aprovado o Requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Marcelo Crivella** e **Randolfe Rodrigues.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Abro a segunda reunião, para dar sequência aos trabalhos.

Mais uma vez, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

A presente reunião tem por finalidade discutir e votar o requerimento de autoria do Senador Cristovam, da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Por favor, pode proceder à leitura, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nos termos do art. 90, incisos IX e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de diligências por parte dos membros desta Subcomissão, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, que irá conosco.

Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, autoridades locais, diplomáticas e organismos internacionais, no dia 02 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, durante a manhã.

Justificação

Considerando o principal escopo da Subcomissão, ou seja, acompanhar e fiscalizar as providências onde será a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente e ainda visando oferecer toda cobertura logística para uma melhor ação da Subcomissão, é que submeto o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, acho que nós não poderíamos deixar de realizar também uma reunião, Senador Cristovam, com o Governador do Estado do Rio, porque, embora a responsabilidade recaia sobre o Município – e está certo, está correto – mas eu me lembro da Conferência de 92, na qual tive oportunidade de estar presente, que foi muito entrelaçada: Prefeitura do Rio, Governo do Rio e Governo Federal.

Então, acho que a gente teria que fazer uma pauta com o Governador Sérgio Cabral. Acho que V. Exª poderia incluir no requerimento, para que a gente não perdesse a oportunidade de também estar reunido com o Governador, porque é muito importante, ele tem muita responsabilidade, em relação, especialmente, à segurança no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Totalmente de acordo, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só para esclarecimento, Presidente, esta é uma Subcomissão que não é só de acompanhamento dos preparativos, porque isso acho que nós vamos fazer também, mas é uma Subcomissão que tem que acompanhar, também, os debates, a discussão, o mérito, para que este Senado tenha um papel de protagonismo lá.

Eu queria, também, Sr. Presidente Cristovam, agradecer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Presidente Collor, que me convidou para participar desta Comissão, e que, no momento em que me convidou a participar desta reunião, presenciei uma conversa dele com o Vice-Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, com o Prefeito Eduardo Paes, e é claro que eu acho que essa visita é muito importante.

O dia 2 cai numa terça-feira?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Segunda-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Segunda-feira? Isto que eu ia sugerir, que fosse numa segunda ou numa sexta, para não perdermos trabalho de comissões.

Acho que poderíamos aproveitar essa primeira visita também para tentar agendar com o Governador e com o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Senador Cristovam concorda...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Concordo plenamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fica como um adendo ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Um adendo ao requerimento também uma visita ao Governador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Um adendo ao requerimento também uma visita ao Governador Sérgio Cabral.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão e os que não concordam se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Aprovado.

Eu só queria pedir a palavra, Presidente, para consultar os demais Senadores sobre quando eles acham que poderiam fazer a nossa primeira reunião de trabalho realmente, em que pudéssemos discutir a viagem, mas,

mais do que isso, o que o Senador Lindbergh trouxe: como é que vamos usar esta Comissão para fazer o debate; o que é que a gente quer dizer aos chefes de Estados; o que é que a gente quer que eles ouçam; o que é que a gente quer que, até mesmo, nas negociações, se possa chegar do Brasil para o mundo inteiro.

Então, quando é que a gente faria uma reunião. Eu, como Presidente da Subcomissão, estou à disposição, para o melhor horário que for determinado pelos Srs. Senadores.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acho que o melhor dia é a terça-feira. A quarta, geralmente, é um dia muito difícil. Então, acho que, na terça-feira, nesse horário de 15h30, 15 horas, a gente podia sentar aqui na sala da Comissão...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Já na próxima terça-feira?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já na próxima terça, porque nós vamos ter a reunião logo em seguida. Na segunda-feira seguinte, nós vamos ter a reunião no Rio de Janeiro. A gente já tem que ter, mais ou menos, uma ideia do que a gente vai conversar com o Governador Sérgio Cabral e com o Prefeito Eduardo Paes, e um pouco essas questões que o Lindbergh levanta para também a gente não atropelar a atividade das outras Comissões.

Nós temos aqui uma referência muito clara: nós somos a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Esse é um assunto que nos toca, é evidente, mas nós temos uma Comissão de Meio Ambiente e temos uma Comissão Conjunta de Mudanças Climáticas, então a gente tem que estar em sintonia com essas duas Comissões; uma do Congresso Nacional e a outra do próprio Senado.

A gente tem que examinar bem onde é que nós vamos entrar. É muito importante o papel da Relações Exteriores. Eu tenho acompanhado algumas discussões internacionais em nome desta Comissão. Eu estive, no ano passado, numa conferência internacional sobre a questão nuclear; muito importante a participação brasileira e muito importante a participação do Congresso Nacional, nessas atividades das Nações Unidas – e essa é uma atividade das Nações Unidas. Então, eu acho que nós temos um grande papel e devemos aproveitar a oportunidade para nos preparar para chegar,...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Inácio, você me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ... na conversa com o Governador e com o Prefeito, com os nossos propósitos, o que nós estamos pensando mesmo, o que a nossa Comissão está pensando.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, mas o que o Lindbergh propôs aqui é o seguinte: a nossa agenda do Rio de Janeiro é uma agenda internacional. Aqui é debate nacional.

Essas Comissões que você citou são muito ativas quanto aos projetos que estão em tramitação nesta Casa e aos problemas nossos.

Agora, nós vamos pensar uma conferência mundial, quer dizer, temas internacionais. E nós temos que estar preparados para esse debate.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Quer dizer, esse é o objetivo da nossa Subcomissão, não tem nada a ver com o resto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E nós temos apenas que estar em sintonia com o chamado resto. É muito importante, porque uma é do Congresso em relação à mudanças climáticas, uma ação conjugada que nós temos que fazer, para ninguém se sentir atropelado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, ninguém vai se sentir atropelado, mas a nossa pauta aqui é uma pauta... A inserção do Brasil...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu tenho a opinião de que isso está garantido porque nós temos um Presidente que sabe muito bem o que é sintonia e vai fazer isso com maestria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero pedir desculpas. Eu estava exatamente em um compromisso internacional. Eu estava recebendo o Embaixador Samuel Pinheiro no meu gabinete e, por isso, atrasei na vinda para a Comissão, mas, pelo visto já tivemos a eleição, queria manifestar também o meu voto também ao Senador Cristovam Buarque como Presidente desta Subcomissão e queria, sim, da mesma forma, já apresentar uma sugestão como Presidente desta Subcomissão. E eu já queria, da mesma forma, apresentar uma sugestão para o debate sobre as nossas primeiras atividades, Senador Cristovam, Presidente, no seguinte sentido: creio que poderíamos fazer essa reunião nossa na terça-feira que vem. Pelo visto, temos um problema de horário sempre às tardes, porque as nossas tardes têm coincido com as sessões ordinárias do Senado Federal. E as manhãs de terça-feira, salvo melhor juízo, sempre são menos congestionadas de comissões.

Não sei se não poderíamos fazer a reunião da Subcomissão na próxima terça-feira, pela manhã, para dar conta e dar cabo da pauta proposta pelo Senador Cristovam e já discutirmos também uma pauta para o encontro, na semana seguinte, com o Governador Sérgio Cabral e com o Prefeito do Rio de Janeiro.

Esta é uma sugestão: se não poderíamos, quem sabe, fazermos essa nossa reunião na terça-feira, pela manhã.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas a terça-feira de manhã também é congestionada: temos Direitos Humanos, Economia, Assuntos Econômicos, quer dizer, Educação, Assuntos Econômicos, Direitos Humanos e Meio Ambiente também.

Creio que o melhor é tirarmos um tempinho do plenário e fazermos reuniões rápidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Uma alternativa poderia ser à tarde, então, às 14 horas, quando inicia o plenário, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Tentarmos reunir-nos de 14 às 15 horas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Um bom horário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Às 14 horas, então.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu tenho uma Subcomissão que ponho em funcionamento às 14 horas. Mas não há como participar de tudo. Nós já temos trinta e poucas subcomissões na Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Trinta e tantas?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, vamos ter de prejudicar alguma, não tem jeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ou, então, é uma vez uma, uma vez a outra.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vamos ter de fazer isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nem todas vão ter quórum.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Enquadrar todo mundo ao mesmo tempo não vai dar: é humanamente impossível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E fica melhor às 14 horas porque às 16 horas sempre há a Ordem do Dia. Então, às 14 horas creio que não teremos maiores prejuízos e ainda poderemos ficar liberados em tempo para a Ordem do Dia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nem problema legal não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nem problema legal, visto que não pode haver nenhuma comissão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Até às 16 horas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não podemos ter comissão funcionando no horário da Ordem do Dia, que se inicia às 16 horas.

Então, acho que às 14 horas é mais condizente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, às 14 horas, na terça-feira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E a respeito da observação do Senador Cristovam, Senador Blairo, a Conferência de 1992, no Rio, foi uma conferência gigantesca. Não foi um evento pequeno. Foi um evento de grande dimensão: nós tivemos a conferência oficial; nós tivemos a conferência paralela no Rio de Janeiro. Foi um evento de movimentação extraordinária.

É por isso que eu queria fazer no Ceará, mas não deu certo. O Collor é alagoano, mas tem muitas raízes no Rio de Janeiro. E terminou que o negócio ficou no Rio de Janeiro. Mas eu acho que está de bom tamanho.

E acho que a gente pode dar a dimensão do que vai acontecer, porque às vezes... A Copa do Mundo é o evento mais visível de todos os eventos que o mundo acompanha. É a Copa do Mundo de Futebol. O povo adora futebol no mundo inteiro. Depois, vêm os Jogos Olímpicos, mas a Conferência do Rio, em 1992, mexeu com esses dois eventos em termos de acompanhamento da sociedade humana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade, é verdade. E essa, com mais razão, deve ser ainda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, acho que, em um evento dessa dimensão, precisamos dar visibilidade interna a ele também, porque a dimensão externa vai haver. Agora, precisamos dar a dimensão interna, para que o nosso País acompanhe com um outro olhar o que vai acontecer no Rio em 2012.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só queria dizer que, se fosse no Ceará, não precisava nem mudar o nome: seria um CeaRio+20.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ok. Eu também quero cumprimentar, então, o Presidente, Senador Cristovam Buarque, também o Vice-Presidente, Senador Francisco Dornelles, que não se encontra presente, e dizer que realmente é uma comissão de extrema importância.

O mundo inteiro discute essa questão das mudanças climáticas. Eu, enquanto era Governador, participei de vários eventos mundo afora. E acho, Senador Cristovam, que o Brasil tem muito a colaborar e muito a ensinar. É claro, vai ensinar sugerindo nas questões de mudanças climáticas, principalmente no que diz

respeito às questões ambientais relacionadas à produção e à conservação.

Eu conheço muitos países – e tenho certeza de que os Srs. Senadores conhecem também–, mas nenhum deles têm a preocupação e a organização que o Brasil está tendo, nesses últimos anos, quanto a produzir, de forma sustentada, respeitando as questões ambientais.

Então, na Rio+20, em vez de recebermos muitas críticas, como foi no passado, tenho certeza de que o Senado, esta Subcomissão e a própria organização poderão apresentar soluções para o mundo que hoje não estão na ordem do dia dos países. O Brasil já tem um largo caminho pela frente, trabalhou muito, avançou e tem o que mostrar hoje, tem o que celebrar inclusive.

Então, só para comunicar que foi aprovado o requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, acoplando a sugestão para a visita ao Governador Sérgio Cabral também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente reunião.

Muito obrigado pela presença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 41 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL--RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a Presença dos Senhores Senadores **Lindbergh Farias** e **Randolfe Rodrigues.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. É realizada a discussão da agenda e roteiro da Primeira viagem ao Rio de Janeiro, com base no **Requerimento nº 01, de 2011**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que, "*nos termos do art. 90, IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, evento de dimensão global, requer a realização de Diligências por parte dos membros desta Subcomissão, para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor. Nesse sentido, a primeira reunião será realizada entre os membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com o Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, autoridades locais, diplomáticas e Organismos Internacionais, no dia 02 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, sendo convidado, ainda, o Exmo. Sr. Governador Sérgio Cabral para a reunião*". O Requerimento foi aprovado pela Subcomissão em reunião realizada no dia 19 de abril de 2011. É realizada a discussão sobre o tema: *organizar a realização de Audiências Públicas com personidades e especialistas visando definir propostas que possam ser levadas à reunião com Chefes de Estado e de Governo*. Fazem uso da palavra, durante a reunião, os Senadores **Lindbergh Farias** e **Randolfe Rodrigues** O presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a todos! Esta é a primeira reunião da nossa Comissão para acompanhar os trabalhos da Rio+20. Nós temos dois temas, como mandei anteriormente: primeiro, a viagem da segunda-feira. Está tudo certo, e vocês dois estarão no Rio. Vamos sair daqui às 8h no avião da FAB. O Presidente Collor vai, e a mídia do Senado vai também: televisão – onde está o Haroldo?

Lá, temos garantido um almoço com o Prefeito; o Governador talvez vá para o almoço; estamos esperando confirmar a audiência com o Governador; visita às instalações; coletiva à imprensa e voltamos, a ponto de chegar aqui – os que quiserem voltar – antes das 18h, porque tem uma reunião da Comissão de Relações Exteriores, desses debates que estão fazendo.

Aliás, quero dizer a vocês que um dos melhores momentos que tive aqui ultimamente foi o debate ontem sobre o Oriente Médio, com cinco professores. Foi um debate do mais alto nível, e – é engraçado – nenhum deles carregando preconceitos. Todos foram capazes de fazer críticas a Israel, aos árabes, muito bonito, e todos com muita esperança. Então, esse é um tema que estou mais para comunicar.

O outro tema é que preciso debater. É o seguinte: uma ideia que quero trazer é de a gente fazer um ciclo de debates que termine em um pequeno livro, com os depoimentos transcritos, para entregarmos à Presidente Dilma, e quem sabe ela fazer um resumo para levar aos Chefes de Estado. Pensei em 12 temas, que se podem ampliar ou juntar, como estava sendo sugerido há pouco. Depois, a gente discute nomes.

Coloquei: Água – como conservar; Energia – para que e como; Pobreza – como superar; Padrão de Consumo – como modificar; Novo Indicador de Progresso – como criar; Biodiversidade – como manter; Aquecimento Global – como evitar (e por sugestão do consultor) e adaptar-se; Padrão de Produção e Distribuição – como dar eficiência; Economia Verde – como adotá-la; Cidades – o que fazer; Ciência e Tecnologia – como ela pode ajudar; e um tema que está em crescimento que é Decrescimento – quais as consequências, que é uma das propostas que há hoje circulando no mundo, o decrescimento para ser feliz.

Então, aqui ficam 12 temas. Eu consegui juntar alguns nomes, ouvindo as pessoas, mas a ideia primeiro é saber: fazemos 12? É um número grande demais? São esses os temas? Juntamos alguns? Colocamos outros? Fazemos um por semana? Um a cada quinze dias? Estão de acordo em fazer esse ciclo de debates?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, acho que o que o senhor traz aqui é justamente a preocupação de esta Comissão não ser só uma comissão para acompanhar as obras de instalação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso é importante, e nós queremos que tudo dê certo. É o momento de reafirmação do Brasil, mas entrar no debate do mérito também do que vai ser o Rio+20. Entrar nesses temas. Eu acho fantástico. Eu queria sugerir inclusive, o tema é tão importante... Eu estava aqui em Brasília e não pude vir à reunião da Comissão de Relações Exteriores na segunda-feira, mas a acompanhei pela TV Senado. Não sei inclusive se a Comissão de Relações Exteriores está toda segunda-feira, com pautas marcadas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está toda segunda-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então, já não daria por aí, porque seria interessante fazer inclusive com a TV Senado, porque são debates muito importantes. Eu daria até uma outra sugestão, não sei, de ver uma outra data, que seria a sexta à tarde, porque é o horário que vejo que está vago na TV Senado. Nós vivemos nesta correria na terça, na quarta e na quinta. Estou aqui e tenho que ir à Comissão de Infraestrutura; estava na reunião da Liderança da Bancada. É uma loucura.

Merecemos dar uma respirada, se preparar e participar. Então, eu ia sugerir – não precisa fechar agora – que nós olhássemos, conversássemos com a direção da TV Senado inclusive, pela importância que tem. Deixaria até a sugestão para uma sexta à tarde como essa para fazer esses debates.

Quanto ao número de doze exposições, Presidente, queria fazer um pedido. Acho fantásticas todas as propostas apresentadas por V. Exª, mas, se tivéssemos o tempo de uma semana, eu poderia consultar minha assessoria, ligar para o Luiz Eduardo Soares e para outras pessoas que estão envolvidas também para sugerir fazer isso aí. Eu acho interessante, teria grande interesse em sugerir...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ótima ideia. Não decidimos hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E vamos tentar achar um momento que não seja sufocante com é o caso das terças, quartas e quintas, um momento em que possamos também ter espaço na TV Senado. É tão interessante para o País esse debate! Se achássemos esse caminho, valorizaríamos muito a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A transmissão disso é muito importante, talvez até mais do que as nossas presenças aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, algo em relação à viagem ao Rio: como V. Exª sabe, já estarei lá aguardando. Voltarei...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Inscreva-se no avião da volta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Inscreva-nos, eu e o Senador Lindbergh, no avião da volta, junto com a Comissão. Já estarei lá aguardando por V. Exª e pelo restante da Subcomissão.

Considero essa primeira agenda no Rio extremamente acertada. Foi extremamente acertada a decisão de nos encontrar com o Governador Sérgio Cabral e com o Prefeito Eduardo Paes.

Concordo plenamente com a premissa que V. Exª apresentou quando instituiu esta Subcomissão. O encontro que será realizado no ano que vem é o encontro mais importante da década, com todo respeito à Olimpíada que o meu querido Rio de Janeiro vai sediar, Lindbergh, e à Copa do Mundo. Este é o mais importante encontro da década, e não somente para o Brasil: eu diria que é o mais importante encontro dos últimos cem anos para o mundo, pela proporção que estão tomando as dramáticas alterações do clima do Planeta. Nesse sentido, acho fundamental construirmos um arcabouço teórico que seja o resultado do debate com a sociedade para levarmos até a Rio+20.

Aos temas de profundo interesse apresentados por V. Exª, eu gostaria de incluir mais um, que é o tema das compras governamentais e o meio ambiente. Creio que temos de começar a dialogar diretamente com o Governo sobre as compras feitas pelos diferentes níveis de governo, que representam mais de 20% do nosso Produto Interno Bruto e têm influência direta sobre o meio ambiente. Então, esse é um tema que, creio, é fundamental ser debatido.

Há outra questão sobre a qual poderíamos pensar, Presidente, e eu queria sugeri-la à Comissão – pode ser, inclusive, objeto de requerimento que podemos protocolar na próxima sessão da Subcomissão. Nós temos sentido no Brasil, concretamente, o resultado das mudanças do clima do mundo. No Rio de Janeiro, Lindbergh, no começo do ano, tivemos dramáticos acontecimentos na região serrana. Agora mesmo, no Estado do Amapá, foi registrada elevação dos níveis dos rios nunca vista antes na história; num mesmo período, três dos principais rios da bacia do Amapá tiveram elevação de seu nível normal – os rios Araguari, Amapari e Jari. Seis cidades estão em estado de emergência. Era até comum ter a elevação do rio Jari, mas não em seis dos dezesseis Municípios do Estado. Veja: um terço do Estado está em situação de emergência. A mesma coisa está acontecendo no Acre. Então, gostaria de sugerir à nossa Subcomissão que organizássemos uma agenda de deslocamento da Subcomissão para o conjunto das regiões do Brasil que estão sofrendo o impacto das mudanças climáticas. Poderíamos conversar com os prefeitos e vereadores, com as comunidades locais – acho importante ouvirmos o testemunho das pessoas mais humildes. No interior do Amapá, por exemplo, há pessoas que dizem que, em trinta anos, nunca viram cheias como as que estão ocorrendo agora. Em Rio Branco, onde o Ministro da Integração Regional precisou estar recentemente, há 1,2 mil pessoas atingidas pela elevação das águas do rio Branco. Em Santa Catarina também há problemas. Enfim, podemos pensar num conjunto de regiões do Brasil que têm sido atingidas pelas alterações dramáticas do regime do clima para serem visitadas pela Subcomissão.

Até agora é a única subcomissão do Congresso nacional designada para acompanhar o encontro do ano que vem; a Câmara dos Deputados não organizou nada similar até então. Esta é a subcomissão representativa do povo brasileiro porque, na prática, é neste momento a subcomissão do Congresso nacional para tratar desse tema. Então, creio que podemos pensar na subcomissão, além dos encontros e dos debates que o senhor apresenta e propõe o deslocamento para algumas regiões do Brasil que tem sido atingido pela alteração do regime do clima.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Essa sugestão obviamente a gente traz para o próximo.

Como vou fazer a lista dos temas para distribuir a todos para ouvir a opinião deles, creio que a gente pode incluir esse décimo terceiro item como governança.

O que acha disso, Senador? A idéia das compras seria governança até...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Aí a gente inclui algo que é a coisa mais preocupante para mim: a política é nacional e o problema é planetário; a política se faz pensando na próxima eleição, e o meio ambiente, na próxima geração. A governança disso hoje é impossível.

Então vou fazer um pequeno documento para não tomar mais o tempo de ninguém, mandar para cada um dos membros, dizendo que nós chegamos a esses temas e queremos, na próxima terça-feira, nesse horário nos reunirmos meia hora para fecharmos e começarmos a trabalhar. Vou dizer que surgiu aqui a sugestão de que seja sexta à tarde, tendo em vista a importância da transmissão. Vamos conversar com o pessoal da TV para saber se é possível.

Só quero dar uma informação: o Senador Randolfe disse que é a única subcomissão, mas hoje de manhã na Comissão de Mudanças Climáticas parece que eles estão querendo criar uma subcomissão também com essa mesma finalidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Comissão de Meio Ambiente, não?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, de Comissão de Mudanças Climáticas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós temos a Comissão Mista do Congresso Nacional de Mudanças Climáticas. Eu faço parte dela e...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É de Meio Ambiente. Tem razão.

Já conversei com Rodrigo Rollemberg sobre isso para ver como a gente faz para nos ordenarmos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu creio que haveria nenhum impedimento de nós somarmos esforços ao que já deflagramos porque a Subcomissão já está em curso. Esta é nossa segunda reunião. Já temos uma atividade na segunda-feira: deslocamento ao Rio de Janeiro. Então, acabaria sendo redundante. Talvez fosse adequado conversar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente para – quem sabe? – ampliarmos esta Subcomissão, introduzindo representantes da omissão do Meio Ambiente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Antes do encerramento, submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que foi apenas de eleição.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 57 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia três de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a Presença dos Senhores Senadores **Lindbergh Farias, Luiz Henrique** e **Randolfe Rodrigues.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. É realizada a discussão sobre a realização de Ciclo de Audiências Públicas, com os temas a seguir, bem como a recomendação de nomes que possam fazer parte das Mesas de Debate: – Água: como preservar?– Energia: para que e como gerar e consumir?– Mudança do clima: como evitar e adaptar-se?– Biodiversidade e florestas: como manter? – Desenvolvimento sustentável: o que é e como promover?– Economia verde: como adotá-la?– Ciência e Tecnologia: como ela pode ajudar?– Novos indicadores de progresso: como criar?– Padrões de produção e distribuição: como dar eficiência do ponto de vista ecológico?– Padrões de consumo (inclusive compras governamentais): como modificar?– Decrescimento: quais as consequências?– Cidades: o que fazer?– Saneamento– Pobreza: como superar?– Governança: como administrar o desenvolvimento sustentável nos âmbitos nacional e internacional?. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um dos presentes. Cumprimento o grande amigo presente. Desculpem-me a voz. Vou tentar chegar até o final da reunião; se não conseguir, pedirei o apoio dos outros Senadores para falar e ler.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião tem por finalidade discutir a realização de ciclo de audiências públicas com os temas constantes da pauta, bem como a recomendação de nomes que possam fazer parte das mesmas.

Como uma maneira de descansar por alguns minutos a minha garganta, antes de entrar nos temas, eu pediria ao Senador Randolfe que fizesse um rápido registro, para ficar nos Anais, de nossa visita ontem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Presidente Cristovam.

A Subcomissão se deslocou ontem para o Rio de Janeiro, em uma missão na qual alguns de seus membros – o Presidente, Senador Cristovam Buarque; eu, Senador Randolfe Rodrigues; Senador Lindbergh Farias e o Senador Francisco Dornelles – estiveram presentes. Fomos acompanhados também pelo Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, Presidente Fernando Collor, e pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Senador Rodrigo Rollemberg. Logicamente, também da Subcomissão, tivemos a presença do querido Senador Aloysio Nunes.

A Subcomissão foi recebida no Aeroporto Santos Dumont, de onde nos deslocamos até a área do cais do Rio. Lá, na área do porto, fomos recebidos pelo Secretário de Desenvolvimento e Revitalização da Região Portuária, Sr. Felipe Góes. Lá, ele descreveu o conjunto das obras de revitalização da área portuária do Rio e do seu entorno que estão sendo feitas, já visando o conjunto de eventos que se inicia com a Conferência Rio+20, tendo na sequência a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em seguida, nós nos deslocamos para conhecer as instalações que deverão ser revitalizadas, também da área portuária do Rio: os armazéns da área portuária do Rio que serão revitalizados para a Conferência Mundial de Meio Ambiente Rio+20.

É importante também destacar que, nesse relato, nos foi apresentado o conjunto da estrutura e do espaço físico para a realização da conferência. Basicamente, os Chefes de Estado... A conferência oficial deverá ser sediada na área portuária do Rio e o espaço localizado no Aterro do Flamengo deverá ser destinado às organizações não governamentais. É importante destacar, Sr. Presidente, que, no conjunto da estrutura que me parece estar sendo pensado para a conferência, devem-se sediar o mais próximo possível da conferência oficial os eventos paralelos da conferência do meio ambiente.

De lá, nós nos deslocamos para o Centro de Operações da Prefeitura do Rio, com que, particularmente, Senador Cristovam – creio que falo por V. Exª também –, ficamos muito bem impressionados com a estrutura da municipalidade do Rio de Janeiro no seu centro de operações. Trata-se de um avançado e moderno centro de operações, montado pela Prefeitura desde o último dia 31 de dezembro, 31 de dezembro do ano passado, ou seja, há pouco tempo de funcionamento. É um sistema de monitoramento de toda a cidade, com câmeras que cobrem o conjunto da cidade do Rio de Janeiro. É um sistema, detalhado pelo Prefeito Eduardo Paes, muito interessante do ponto de vista de fiscalização da infraestrutura urbana do Rio de Janeiro.

De lá, do centro de operações e da apresentação de toda a infraestrutura urbana disponibilizada, nós nos deslocamos até o Palácio da Cidade. Permita-me destacar, como historiador, um prédio que sediou a Embaixada Inglesa, construído no começo do século XX, um prédio com uma arquitetura que remonta ao século XVIII e ao século XIX. Lá no Palácio da Cidade, o Prefeito nos apresentou o conjunto do seu secretariado, do seu *staff*, e acabou que, no almoço, nós tivemos mais uma reunião de trabalho sobre o debate do conjunto dos temas da Rio+20 e sobre o debate propriamente dito sobre a infra-estrutura para o encontro.

No geral, eu quero fazer minhas, Senador Cristovam, as palavras suas na reunião que nós tivemos com o Prefeito Eduardo Paes, no Palácio da Cidade.

V. Exª destacou que saímos do Rio de Janeiro, particularmente tranqüilizados em relação à infraestrutura. É lógico que ainda – acho que é a avaliação do conjunto da comissão – há muito para ser feito, mas o básico, o sistema de coordenação da infraestrutura do evento, parece-me, está muito bem articulado, em especial por parte da municipalidade do Rio de Janeiro.

No mais, gostaria apenas destacar a recepção do Prefeito Eduardo Paes. O Prefeito Eduardo Paes foi extremamente atencioso com o conjunto dos membros da comissão e abriu espaço para esclarecermos as dúvidas que tínhamos sobre a infraestrutura do evento. Parece-me que temos de avançar no conjunto do acompanhamento dos temas do evento.

Gostaria de destacar também, já ia esquecendo que, na reunião com o prefeito no Palácio da Cidade, levantamos alguns outros temas para serem incorporados no conjunto de debates que esta Subcomissão vai promover em relação à Rio+20.

Dentre os temas levantados na reunião no Palácio da Cidade junto com o Prefeito e os demais membros da Subcomissão e da Comissão de Relações Exteriores, destaco a inclusão do tema das nações indígenas, que deverá ser objeto de debate a ser promovido pela nossa Subcomissão.

Sr. Presidente, creio que do que foi possível captar, sintetizar, da viagem que fizemos, creio que foi esse o conjunto dos encaminhamentos que tivemos na visita de ontem ao Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Toda coisa ruim tem uma vantagem. Como não estou podendo falar, ele fez um relato melhor do que eu faria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O relato do nobre Senador Randolfe foi perfeito, abrangente e não há o que acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Fico satisfeito e só faço uma pequena análise. Nós tínhamos três problemas para 2012: a infraestrutura, a presença dos Chefes de Estado para dar dimensão e o tema.

Acho que não temos de nos preocupar com infraestrutura. Nós vimos que estão, realmente, trabalhando bem.

No que se refere à presença dos Chefes de Estado, o que acertamos é de que o Presidente Collor e nós todos juntos pediríamos uma audiência com a Presidenta Dilma, para levar a ela a nossa preocupação e pedir o seu empenho. De repente, vamos descobrir que esse empenho já está sendo feito. Sob o meu comando, pessoalmente, ligaremos para os Chefes de Estado, convocando-os e convidando-os.

O terceiro é a temática.

Nós já falamos da outra vez, está terminando de vir uma ordem, que nós tínhamos 14 itens, mas já surgiram alguns novos.

O primeiro, mas não na ordem necessária do debate, seria "Desenvolvimento sustentável, o que é e como promover". O segundo seria "Energia, para que, como gerar e consumir". O terceiro seria "Água, como preservar". O quarto seria "Mudança do clima, como evitar e adaptar-se". O seguinte seria "Biodiversidade e florestas, como mantê-las". O outro seria "Economia verde, como adotá-la". O outro seria "Governança, como administrar o desenvolvimento sustentável nos âmbitos nacional e internacional". O outro seria "Novos indicadores de progresso, como criar". O outro seria "Padrões de produção e distribuição, como dar eficiência do ponto de vista ecológico". Mais um seria "Padrões de consumo, como modificar". O outro seria "Pobreza, como superar". O outro: "Decrescimento, quais as consequências". Mais um: "Ciência e tecnologia, como elas podem ajudar". Finalmente, "Cidades, o que fazer".

Agora, tenho algumas sugestões. O Senador Aloysio sugeriu que incluíssemos "Saneamento". O Senador Randolfe, "Nações indígenas". E ontem, no almoço, alguém lançou uma ideia que achei que valeria a pena discutir. É "Oceanos e espaço, como cuidar deles e a quem pertencem".

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu teria uma sugestão no item "Água": aqüíferos subterrâneos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vai entrar em "Água", não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É, "Água." Mais um capítulo específico em água seria: "Aquífero subterrâneo, dimensioná-los, conhecê-los e como explorá-los racionalmente".

Segundo informações que temos, de 1% do manancial de água de que dispõe o Planeta, de água doce para consumo, 0,60% são constituídos de aquíferos subterrâneos. E o Brasil tem o maior conjunto de aquíferos subterrâneos. Nós temos, no Sul, o Aquífero Guarani; na região do Piauí, há o aquífero que, segundo as dimensões preliminares, seria dez vezes maior que a Baía da Guanabara.

Então, esse, considero um assunto da maior relevância, até porque está se disseminando no nosso País a prática de exploração desses aqüíferos, com processo totalmente não planejado e irracional, com o uso de materiais que comprometem a qualidade desses aquíferos.

Por isso, considero uma das coisas mais importantes a serem discutidas, nessa temática, a questão dos aquíferos subterrâneos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – "Nações indígenas" é uma sugestão do Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, além da sugestão de "Nações indígenas", que não sei se caberia nós debatermos neste momento, eu tinha levantado um conjunto de autoridades, nos diferentes temas que V. Exª apresentou para debate, como sugestão para ser incorporado, para estar na mesa desses debates.

Enfim, o tema "Nações indígenas", considero, primeiro, fundamental nós incluirmos. Não podemos acompanhar uma conferência mundial do meio ambiente em que não esteja, no conjunto dessa conferência, o debate sobre as populações originárias da América, que são aquelas populações as principais responsáveis hoje, inclusive, pela preservação do nosso ecossistema, do nosso meio ambiente. Então, ainda sem detalhar os nomes para o debate sobre nações indígenas, queria incluir o tema "Nações indígenas", como já tinha dito ontem, no conjunto de debates que vamos promover por parte da Subcomissão.

Eu também queria apresentar algumas sugestões de nomes para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Permita-me, antes disso, fechar os temas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O que lhe parece se colocássemos "Diversidade étnica", em vez de colocar "Nações indígenas"?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Eu acho que contempla. Eu acho que garantindo, na mesa de debates, e com certeza estará, a representação do temário das nações indígenas, eu não tenho dúvida de que estará contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós temos "Biodiversidade e florestas". Aí colocaríamos "Diversidades étnicas". Está bem assim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Contemplado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Lindbergh, nós estamos tirando cópia com a ordem, para depois ver os nomes. Mas quero dizer apenas que surgiram algumas sugestões novas. Uma é "Nações indígena"s, que nós colocaríamos como "Diversidade étnica". Como preservar, não é, diante da globalização? O outro seria – o Aloysio Nunes sugeriu – "Saneamento". Eu não sei se deixamos dentro de cidades ou se colocamos um tema novo. Queria ouvir a opinião de vocês.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu acho, nobre Senador Presidente, Cristovam Buarque, você sabe que a equipe do meu gabinete teve a ousadia de sugerir a agregação de alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ótimo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu não vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vai...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Claro que vai.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas a minha sugestão era a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vasco da Gama voltou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Seria uma ousadia.

Qual é a sugestão que eu vou deixar aqui?

Vou entregar alguns pontos e acho que, com essas contribuições todas, V. Exª poderia depois sistematizar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas leia logo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Há alguns pontos, por exemplo, desenvolvimento sustentável e energia.

Desenvolvimento sustentável: o que é e como promover.

Economia verde: como adotá-la.

Mudança do clima: como evitar e adaptar-se.

Padrões de produção e distribuição: como dar eficiência do ponto de vista ecológico.

Pobreza: como superar.

Decrescimento: quais as consequências.

Resultado da agregação desenvolvimento sustentável e economia verde: que política econômica contempla as problemáticas da mudança climática, da preservação ambiental e do crescimento com justiça social.

Energia: para que, como gerar e consumir.

Ciência e tecnologia: como ela pode ajudar.

Resultado da agregação matrizes energéticas: grande desafio para a ciência e tecnologia.

São sugestões, Sr. Presidente, que vou passar a V. Exª, que, depois de todas elas, vai ter que sistematizar

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Todas, até aqui, estão dentro do que a gente pensou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Todas dentro. Aqui a tese era para contribuir nisso. E tinha algumas sugestões de nome.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes dos nomes, eu quero saber se vocês estão de acordo de a gente acrescentar algo que eu ouvi no almoço ontem, quando alguém falou do problema dos oceanos. Eu aí pensei: "Oceanos e espaço: a quem pertencem e como cuidar" – não é? Porque há alguns donos aí jogando lixo no espaço.

Bem, dito isso e com essas novas considerações, eu acho que está na hora de a gente discutir nomes.

Eu queria também distribuir cópia disto; há alguns nomes aqui. Agora não levem em conta a ordem das datas. As datas, a gente pode mudar completamente.

E eu, sinceramente, gostaria que se levasse em conta a ordem que está nesse documento aí, se vocês estiverem de acordo.

Eu queria discutir essa ordem das palestras.

Eu procurei colocar aquilo que interessa mais no começo.

Vamos discutir primeiro a ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Diga, pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu creio que seria interessante nós incluirmos, na temática, a introdução de espécies exóticas na natureza, tipo *pinus elliottii*, *pinus taeda*.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso não entra na biodiversidade?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Isso no capítulo da biodiversidade, mas dando destaque a isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

A ordem que sugeri, depois de ouvir vocês, foi que a primeira sessão seria sobre água – tem aí me-

lhor para verem, se quiserem –; a segunda, energia; a terceira, mudança do clima; a quarta, biodiversidade; depois, floresta; aí vem desenvolvimento sustentável; logo depois, economia verde; depois, ciência e tecnologia; depois, novos indicadores de progresso; depois, os padrões de produção e distribuição; depois, os padrões de consumo; aí viria decrescimento; depois, cidades; depois, pobreza. O último de todos seria governança, que é um pouco o resumo de tudo.

Alguém quer sugerir mudança de ordem? *(Pausa.)*

Considera que algum seja mais importante e deva vir antes ou, além da importância, algum que chame mais atenção das pessoas que vão assistir? *(Pausa.)*

É claro que fica faltando aqui "diversidade étnica", que a gente pode colocar aí no meio, e também "espaço e oceanos". *(Pausa)*

A gente não decidiu se "saneamento" vem como item independente ou dentro de cidades. *(Pausa.)*

Foi uma sugestão do Aloysio Nunes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES – Sr. Presidente, se me permite. Parece-me que o item saneamento é um dos principais das cidades atuais. Então, seria um pouco redundante termos um debate específico sobre saneamento e outro sobre cidades. Para contemplar o nobre Senador Aloysio Nunes, podemos incluir "cidades, saneamento: o que fazer", mas não me resta dúvida de que saneamento incorpora o tema cidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Acho que ele vai estar totalmente de acordo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Acho que cidade já é um tema muito amplo, porque envolve mobilidade urbana, prioridade e tratamento das regiões periféricas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Manutenção do patrimônio artístico.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...todo tipo de infraestrutura. Acho que saneamento realmente podia ser se não um tema, mas um subtema, e apartado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, está na mesma linha do Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Claro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É que está na mesma linha dele: saneamento e discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Desculpem-me, é que eu me confundi. O primeiro debate é desenvolvimento sustentável, decrescimento e novos indicadores do progresso?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não. Distribuíram errado o documento. A minha sugestão, que estamos discutindo aqui, a ordem seria... *(Pausa.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O primeiro não seria água?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É isso. Essa é a ideia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de sugerir um nome sobre esse tema "Água".

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aí já poderíamos entrar nos nomes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES – Vamos entrar?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Podemos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos seguindo essa ordem, mas, se vocês sugerirem, a gente muda a ordem. Pode mudar. Acho que água chama atenção.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de sugerir o nome do empresário Ingo Doubrawa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Como se escreve?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ingo: I-N-G-O. Droubrawa: D-O-U-B-R-A-W-A. Ele é presidente da Docol.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Presidente da Docol?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É, da Docol. Docol é fabricante de materiais sanitários, torneiras, etc. E vou justificar por quê. Porque esse empresário dedicou-se à produção de bens economizadores de água, torneiras e outros produtos. E ele dedica toda a sua vida empresarial a essa temática da economia, da conservação e da preservação dos mananciais de água. A empresa Docol S. A. fica em Joinville. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Há um conjunto de sugestões, Sr. Presidente, para os temas. Quero pedir a atenção da nossa Assessoria, pois talvez eu não as cite na ordem em que estão aqui colocadas. E estou vendo que alguns nomes já coincidem com os apresentados.

Por exemplo, para o tema "Desenvolvimento Sustentável: o que é e como promover", eu sugeriria o nome do Dr. José Eli da Veiga, que já está sendo proposto. É o nosso eminente Doutor da Universidade de São Paulo.

Eu queria acrescentar a indicação do nome do Dr. José Augusto Pádua, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para o tema "Desenvolvimento Sustentável de Crescimento: Novos indicadores de progresso".

Para o tema "Energia: para quê, como gerar e consumir", eu queria...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para esse tema ainda, Sr. Presidente, para o tema anterior.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – "Desenvolvimento sustentável"?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Isso. Engenheiro Murilo Flores, ex-presidente da Embrapa e atual Presidente da Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para o tema "Desenvolvimento Sustentável"?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim. Desenvolvimento sustentável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aqui, nós havíamos anotado antes um representante do Pnud. Valeria apenas trazer alguém do Pnud?

Eu também acho que valeria a pena tentar alguém do nosso Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, que é um centro que se dedica a isso há 15 anos.

Você tem algum nome, Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tenho dois nomes para avaliar, que podem ser usados em outro momento: Sérgio Abranches e Sérgio Besserman. Aí, o Presidente avalia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) –Sérgio Abranches...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E Sérgio Besserman, que inclusive estava conosco no evento com o Prefeito Eduardo Paes. São dois grandes nomes, que podem estar em qualquer um dos debates mais amplos de desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas pela nossa agenda, que é uma loucura.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não há problema.

E quanto ao tema "Água"? Quem mais nós poderíamos chamar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu gostaria de trazer a sugestão do Sr. Roberto Malvezzi, que é da Comissão Pastoral da Terra, para o tema "Água".

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT–- DF) – Aqui me indicaram Alex Gonçalves dos Santos e Oscar de Moraes Cordeiro. Então, já temos os nomes suficientes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Cristovam, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu integro também a Subcomissão de Reforma Tributária, que está se reunindo agora na CAE. Consulto V. Exª se, posteriormente, podemos encaminhar a esta Presidência outras sugestões de nomes. Podemos fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim, mas sem esperar a próxima semana. A gente conversa por aqui e vocês me entregam.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu peço desculpas, mas tenho de me retirar para atender a outra convocação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu entendo.

Então, V. Exªs me entregariam nesses dias, então, eu colocaria a lista bem ampla. Depois a gente se reúne para aprovar.

Está bem assim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, se me permite eu vou deixar já a nossa sugestão de nomes aqui com a assessoria. Se V. Exª me permite declinar os nomes pelos temas, para o tema "Energia", alguns, inclusive, coincidem com os já sugeridos pela Presidência. Para o tema da "Energia", nós estávamos sugerindo o nome do Dr. José Goldemberg, da USP, e do Sr. Luiz Dalla Costa, do MAB. Eu vou deixar esta lista com a nossa assessoria.

"Mudança do Clima". Bom, já foi sugerido o nome do Dr. Luiz Pinguelli Rosa. Ele já consta aqui, nós também tínhamos sugerido. Estamos sugerindo também o nome da Srª Fabrina Furtado, do Jubileu Sul, e do Sr. Maureen Santos, da Fase.

Para o tema "Biodiversidades e Florestas: Como Manter", esse nome é muito caro. O senhor deve conhecer a Drª Maria Helena Allegretti.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Minha orientanda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Particular amiga nossa, coordenadora da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, conhecidíssima nos fóruns internacionais e amiga de Chico Mendes nas batalhas do Acre. Eu tive a honra de trabalhar com Maria Helena Allegretti quando era assessor de juventude do Governo de João Capiberibe, do Amapá, e a Drª Maria Helena Allegretti era Secretária de Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Seria para "Biodivesidades e Florestas"?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Biodiversidades e Florestas". E sugiro Antônio Carlos Diegues, que é Professor da USP.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agora que o senhor falou nela, eu me lembrei de uma pessoa que acho que, para "Desenvolvimento Sustentável" ou outro item, não pode estar fora: Marina Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sem dúvida. A Senadora Marina é indispensável. E creio até que ou no tema "Desenvolvimento Sustentável" ou no tema "Biodiversidades e Florestas". Em um ou outro é indispensável a contribuição da Senadora Marina.

Tenho outros nomes aqui, que depois entregarei.

O tema "Economia Verde": Sérgio Besserman Vianna, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Lúcia Ortiz, do Nat Brasil.

"Novos Indicadores de Progresso: Como Criar". Estou sugerindo aqui o nome do Eduardo Gianetti, do IBMEC-SP, e do Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo.

Estamos sugerindo aqui, para "Padrões de Produção e Distribuição: Como Dar Eficiência do Ponto de Vista Ecológico", o nome do Sr. Luiz Zarref, da Via Campesina.

Indicamos também, para o tema "Pobreza: Como Superar", o nome do Ivo Lesbaupin, do Iser.

E sugerimos, para "Decrescimento: Quais as Consequências?", Marcos Arruda, que também é do Jubileu Sul, e Julianna Malerba, da Fase.

Eu estou sugerindo, Presidente, para o tema "Cidades" – e aí incorporamos "Saneamento: O que fazer?" –, o jornalista André Trigueiro, da Globo News. Ele tem dado uma contribuição importante em uma série de programas da Globo News institulados "Cidades e Soluções". Parece-me que os temas que ele tem trazido, inclusive pelo acompanhamento que ele tem dado desde a conferência de Copenhague, seria necessário nós termos o depoimento, ouvirmos o jornalista André Trigueiro aqui conosco.

Estão nesse tema também Marcelo Edmundo e Carlos Weiner, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

São alguns dos nomes sugeridos.

Além desses nomes, há outros que não vou declinar para não nos alongarmos, Sr. Presidente. Vou deixar com a Mesa da Comissão. Não sei se teríamos pernas para tanto, mas eu tinha sugerido, na reunião anterior, que considerava importante, antes da conferência – ai, como dizemos no Nordeste, principalmente no interior de Pernambuco, que não precisa ser sangria desatada –, a Subcomissão ver de perto o impacto do regime de mudanças climáticas no Brasil.

Eu estou citando cinco regiões atingidas recentemente pelas mudanças climáticas, que tiveram drásticas mudanças no clima, alteração do nível pluviométrico das chuvas. Esses acontecimentos aconteceram nos últimos três ou quatro anos, e eu sugeriria – é importante –, se possível, um deslocamento da Subcomissão para ouvir as populações dessas regiões, que seriam as seguintes: Rio Branco, no Acre; Macapá ou Laranjal do Jari, que é o Município do interior do Estado do Amapá que tem uma freqüente elevação dos níveis das águas e teve excesso desta vez; a cidade do Rio de Janeiro, que é uma das vítimas da mudanças climáticas, conjuntamente com a Região Serrana do Rio de Janeiro; o nosso querido agreste meridional pernambucano e o nordeste de Alagoas, vítima de uma forte enchente nos rios daquela região no ano passado. E a nossa querida e bela Santa Catarina que tem sido vítima de freqüentes alterações climáticas.

Então, queria apresentar essas sugestões – lógico que a disponibilidade da Comissão não precisa ser dentro do primeiro calendário – à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Já estão recebidas.

Agora, uma pergunta: Em setembro, o Governo vai querer ter um documento para enviar para os outros países. Então, teremos que encurtar isso. Temos fôlego, pernas, como você disse, para fazer duas reuniões por semana ou não temos.

Em vez disso, juntamos dois temas em uma só tarde e fazemos as reuniões nas sextas-feiras à tarde ou não?

Com relação à televisão, eu apurei: não vai nos transmitir ao vivo, porque já tem compromisso com a Comissão de Agricultura, que toda a sexta-feira tem reunião.

Então, do ponto de vista da televisão, tanto faz um dia como o outro; eles vão repercutir por gravações. Que dia mantemos? *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Temos as opções de segunda e sexta?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) **–** Não, qualquer dia. Nos outros dias, terça, quarta e quinta, temos que terminar até as 16h. Fica muito apertado. Ou fazemos à noite, como a Comissão de Relações Exteriores, que tem feito debates muito interessante à noite. Ontem foi excelente e terminou às 21h.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parece-me que a manhã de terça é menos congestionada de comissões funcionando.

Não sei se seria uma sugestão ponderável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) () – Esta sala está ocupada, mas poderíamos encontrar outra sala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Bem eu acho que poderíamos fazer uma consulta aos membros da Comissão. Quanto à minha disponibilidade, Sr. Presidente, se forem marcadas para as noites, estaremos aqui; se forem marcadas para as manhãs, estaremos aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) **–** Além de que o público não somos só nós, Senadores; o público é todo mundo do Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) **–** Teremos um debate amplo.

Vamos trabalhar, então, uma data, depois conversamos amanhã e depois para fechar tudo isso.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 30 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL--RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia dez de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a Presença dos Senhores Senadores **Luiz Henrique** e **Gleisi Hoffmann.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra presença o Senador João Pedro. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. É realizada a discussão sobre o Plano de Trabalho da Subcomissão e a realização de Ciclo de Audiências Públicas com os Temas sugeridos, bem como definição dos nomes a serem convidados para as Reuniões. Fazem uso da palavra, durante a reunião, os Senadores **Luiz Henrique, Gleisi Hoffmann** e **João Pedro**. **Item extrapauta – Requerimento Nº 02 de 2011-CRER+20,** de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que *"Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Ciclo de Audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates sobre o tema, conforme Plano de Trabalho desta Subcomissão."* Resultado: Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada um e a cada uma!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata em reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada.

Esta reunião tem por finalidade, como ficou acertado na última, definirmos os temas e escolhermos nomes de pelo menos quatro dos debates.

Vou ler diretamente os temas que ficaram para ver se alguém quer acrescentar mais um ou eliminar mais um.

O primeiro – não por ordem de debate ou de prioridade – seria Água, Como Preservar. Isso interessa muito ao Paraná, porque tem água sobrando! O segundo é Energia, Para Que, Como Gerar e Consumir; o terceiro é Mudança do Clima, Como Evitar e/ou Adaptar-se; quarto, Biodiversidade e Florestas, Como Manter; Desenvolvimento Sustentável, O Que É e Como Promover; Economia Verde, Como Adotá-la; Ciência e Tecnologia, Como Ela Pode Ajudar; No-

vos Indicadores de Progresso, Como Criar; Padrões de Produção e Distribuição, Como Dar Eficiência do Ponto de Vista Ecológico; Padrões de Consumo, Como Modificar; Decrescimento, Quais as Consequências dessa Ideia; Cidades, O Que Fazer; Pobreza, Como Superar; Governança, Como Administrar o Desenvolvimento Sustentável.

Eu queria sugerir, se acharem coerente, incluir o tema Migração, que é um assunto, hoje, fundamental no mundo inteiro. Até onde a gente vai resolver o problema, criando barreiras à migração; criando incentivos, para que as pessoas fiquem onde estão, ou abrir as portas, o que é impossível.

No sábado, fiz um artigo em O Globo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – **(***Intervenção fora do microfone*.) – Mas, antes, seria mobilidade populacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mobilidade populacional. É isso. Migração, mobilidade... Acho importante.

Não sei se vocês tiveram oportunidade de tomar conhecimento de uma declaração da candidata a Presidente da França, em que ela disse aos tunisianos – foi lá onde eles estavam, na Itália: "Vocês não cabem na França". Um discurso de uma sinceridade monumental! "Vocês não cabem aqui." A filha do Le Pen.

E, se você for olhar direito, não cabem! A não ser que se mude o modelo de desenvolvimento da França.

João Pedro, não sei se você soube, mas a candidata a Presidente, filha do Le Pen, na França, foi à Itália, onde estão os tunisianos que querem migrar – e a França não deixa – e disse: "Não tenho nada contra vocês, não somos racistas, gostamos de vocês, mas vocês não cabem na França".

Mas não cabem! A França tem que mudar para que caibam.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Portugal recebeu um milhão do que eles chamavam de "retornados"; pessoas que vieram de Angola, Moçambique e de outras Colônias descolonizados.

Então, havia a tese de que não havia espaço físico para receber todo aquele povo. Havia a tese de que não haveria emprego, não haveria espaço, na economia portuguesa, para receber aquele povo todo. Aquele povo todo foi para Portugal, Portugal foi para frente, não teve nenhum colapso por isso.

Então, é o que V. Exª diz. Quer dizer, na França atual, talvez não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É, mas tem de se adaptar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas numa França não preconceituosa, seguramente cabe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas tem de ser não preconceituosa, que compre menos automóveis, em que os sistemas sociais se adaptem. E, aí, para a aposentadoria, têm de aumentar a idade. Têm de se adaptar.

Bem, Senador João Pedro, eu li a lista dos temas.

Não havendo quem queira sugerir mais nenhum, além de Imigração, nós temos, aqui, a proposta de fazer quatro. Temos uma lista de nomes para todos eles, mas há quatro que nós achamos que conseguimos organizar melhor, colocando pessoas que não vão estar totalmente de acordo para que haja debate.

No caso de Água, Como Preservar, foram-nos sugerido Oscar Cordeiro, que já foi da ANA; Paulo Canedo, que é da COPPE; e uma figura que eu não sabia que estava trabalhando com isso, que é Delfim Netto, que tem escrito muito sobre isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Onde está esse quadrinho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, esse está aqui.

Não deu cópia, não, para eles?

Vamos tirar cópia que fica mais fácil.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É que, para o tema Água, eu teria uma sugestão de nome.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ótimo!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu também.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Uma sugestão de nome: nós poderíamos chamar um representante da Itaipu Binacional, que tem feito um trabalho de preservação das nascentes do rio, que são afluentes do rio Paraná, por conta do reservatório, muito interessante. Ou poderia ser o Presidente, Jorge Samek, ou, então, o Diretor de Coordenação e Meio Ambiente, Nelton Friedrich, que já foi Deputado Federal,...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu conheço.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – ...para que pudesse fazer parte desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós limitamos o número de pessoas, ou não? Temos de limitar, não é? Mas podemos substituir os que estão aí por outros, é claro!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não, mas olhe: nos outros temas... Em energia, por exemplo, há seis; em água, quatro. Acho que dá para aumentar mais um.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em água há três.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Três? Aqui tem quatro: Alex Gonçalves, Roberto Malvezzi, Ingo...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, é outro papel.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ingo Doubrawa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Ah, está.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É que a gente fez uma lista grande e tentou selecionar aqueles que achamos que podem criar um debate. Esta lista que está aqui não é a dos que seriam escolhidos, mas é a dos nomes em geral.

Em mudança de clima tem sete e a gente vai ter de escolher três ou quatro. A ideia é escolher pessoas que não pensem exatamente igual.

Então, água...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Bom, deixo a sugestão. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, não, está bom. Seriam, então...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu sugeri o empresário Ingo Doubrawa porque é um homem que não apenas tem um discurso conservacionista sobre a água, mas é um empresário que operou toda uma série de tecnologia de torneiras e reservatórios voltados para a conservação da água.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só um detalhe: o Samek tem a visão água do mundo, não tem?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Tem, tem participado de vários seminários internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É, não é?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Inclusive, Itaipu tem sido referência nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É, e é uma figura querida, não é?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É. Poderíamos chamar ele.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho ótimo o Samek.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E o Luiz Henrique insiste no Doubrawa, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu não quero fazer disso tábula rasa, não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, eu sei, eu sei, mas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu apenas o sugeri, porque é um empresário que tem visão disso e que pratica isso nos seus produtos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bom.

Senadora, e quanto aos outros nomes para alimento, energia e pobreza?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu penso que todos os que estão aqui têm muitas condições para fazer o debate. Está bem representativo.

Energia... Mas eu acho que, para a água, é mais importante a presença de Itaipu. Para energia, tem o Pinguelli, tem...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Energia é bem mais amplo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – ...nomes fortes. Eu acho que, na questão da pobreza, também. Está bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Tem alguma sugestão?

O SR. JOÃO PEDRO(Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Bdfuarque. Bloco/PDT – DF) – A água, sem ter alguém do Amazonas, não pode, não é?

O SR. JOÃO PEDRO(Bloco/PT – AM) – Eu digo que a ANA, a Agência Nacional, pode ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A ANA está bem.

O SR. JOÃO PEDRO(Bloco/PT – AM) – Ela tem um trabalho muito...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O Oscar Cordeiro, não é?

O SR. JOÃO PEDRO(Bloco/PT – AM) – ... comprometido.

Sr. Presidente, primeiro, eu quero desejar um bom trabalho para esta Subcomissão, com V. Exª presidindo esses trabalhos e com uma composição que pode contribuir para com o Senado, o Brasil e a ONU.

Eu quero apenas desejar um bom trabalho e dizer que eu gostaria de dialogar com V. Exª.

Eu estou presidindo a Subcomissão Rio+20 no âmbito da Comissão do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ótimo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – No âmbito da Comissão de Meio Ambiente, na condição de Presidente. O Senador Paulo Davim, do PV do Rio Grande do Norte, é o Vice-Presidente.

Vejo, aqui, essa proposta de trabalho muito rica, uma proposta densa, e quero dialogar com V. Exª e com os membros desta Subcomissão para vermos a

possibilidade de, em algumas audiências públicas, nós participarmos, porque é comum...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Estou totalmente de acordo. Eu pergunto, até, se não em todas, inclusive.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – De nós participarmos. É evidente que nós estamos atrasados pelo menos em uma reunião, e estamos confeccionando essa proposta para apresentá-la. Hoje, V. Exª já está dando ciência à Comissão.

Passando, aqui, eu tenho plena concordância com esse esboço de trabalho e quero falar do nosso interesse. Conversei, há pouco, com o Senador Pedro Taques sobre a importância de nós dialogarmos e fazermos alguns trabalhos em conjunto.

Nós pensamos, também, em algumas audiências. Pensamos numa audiência com esse foco na economia verde; em irmos ao bioma Pantanal, na região do Pantanal, para fazermos uma audiência lá; em Manaus, no bioma Floresta, quanto à água, para fazermos uma lá, em Manaus; e participarmos, aqui, evidentemente, dentro do Senado, principalmente na construção de proposituras.

Olhar esse calendário formal: os países terão até novembro próximo para apresentar as propostas, apesar de o encontro ser em junho. É preciso que se veja isso, para que o Itamaraty também acompanhe essa dinâmica toda de proposituras da sociedade civil, de estudiosos, de pesquisadores, enfim.

Mas tem o meu aplauso e o nosso interesse nas audiências e em outras atividades com o objetivo de o Senado contribuir para com o debate da Rio+20, e de nós participarmos e contribuirmos. É isso.

Um bom trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Para nós, também. Agora, eu sugiro – nós somos "subs", tanto o senhor quanto eu – que o Rodrigo Rollemberg e o Fernando Collor conversem, também, sobre como a gente fazer a cooperação.

De minha parte, quanto mais juntarmos, acho que melhor ficará o trabalho, embora com dois pode ser que a gente consiga dinamizar mais também. Mas, de minha parte, pode contar comigo, porque para tudo que for possível fazermos juntos eu estou pronto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, parabéns pela matéria! Eu recebi a matéria de V. Exª, escrita para o jornal *O Globo*.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É o artigo de *O Globo*.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Exª começa a matéria falando de uma questão emblemática.

Quando eu olho para a França, para a postura da França, um país com um povo que fez uma revolução, e para essas atitudes todas de agora, contra o povo árabe, proibindo que a cultura árabe, que as mulheres, enfim, usem o véu... Essa participação da França nesse conflito dos países árabes, fundamentalmente na Líbia, entristece-me profundamente. A postura de tratamento do povo africano que chega à Europa, proibindo-o de adentrar a França, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu acho um absurdo, mas se nós não entendermos a lógica por trás disso, perdemos. A lógica é que, com o modelo de crescimento dessas últimas décadas ou séculos, de fato, a França não vai poder receber gente. Se a gente não entender essa lógica, tenho a impressão que vamos perder, porque essa declaração dela...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mas a forma é muito agressiva.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu sei. A declaração dela, vinte anos atrás, a tiraria do páreo. Hoje, ela cresce nas pesquisas por essa fala. Os trabalhadores franceses começam a defender isso. Ou seja, o velho proletariado, que lutava pela internacionalização, hoje luta pelo protecionismo do seu posto de trabalho. Tem que entender isso. Daí um dos itens que a gente quer debater aqui, que é o Decrescimento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Tem manifestações que são novas na sociedade. E, como estamos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, com foco na Rio+20, é preciso aprofundar isso.

Esse apoio coletivo sobre o assassinato do Bin Laden, nos Estados Unidos e mundialmente, ninguém para para olhar outros princípios, regras internacionais, e fica uma coisa como verdadeira: tinha que ser esse o caminho dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos fazer...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E a postura do Presidente Barack Obama é esta, está certíssimo: "Meu Deus, para onde vamos, como nação, como estado?".

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Reconheçamos o mérito: o Senador Suplicy, ontem, foi à tribuna e fez um belo discurso sobre o assunto. Eu e Lindbergh fizemos apartes. Os três levamos muita pancada de alguns jornalistas. Mas o Suplicy merece todo o elogio por ter levantado o assunto, com a coragem que ele teve, de que todos querem o fim do terrorismo, mas todos nós tememos a falta de lei, não é? Fui até muito criticado hoje no jornal em razão da frase em que eu disse que a maior vitória do terrorista é fazer com que todos nós sejamos

terroristas. A grande vitória deles é que todos entrem na regra deles.

Pois bem, então, Senador, vamos trabalhar ao máximo juntos.

Outro assunto, Senador Luiz Henrique, é a data, a hora dos nossos debates. Chegamos a pensar em sexta de manhã, apesar das dificuldades dos Senadores, porque a televisão transmitiria. Não dá, já tem. Toda sexta-feira, o Senador Acir faz uma audiência, a televisão está com ele. Às segundas-feiras, às 18 horas, são transmitidos, ao vivo, os debates do Senador Collor. Excelentes, aliás. Ontem, tivemos um debate muito bom. Todos os três que eu vi foram bons. Então, não pode ser. Tenho a impressão de que a ideia de ter transmissão ao vivo não tem jeito. A gente tem que pensar em uma forma...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Botar mais uma hora no dia. Vinte e cinco horas, nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós temos que escolher... Não tem. Então, nós temos que escolher uma hora conveniente e, depois, a televisão repassa, gravada, em algum horário. Não tem outro jeito. Chegamos tarde. Qual é o melhor horário? Não pode ser de tarde nos dias de sessão ordinária, porque, de repente, pode cortar e correr para lá. Fecha-se. Não se pode nem deixar aqui os debatedores, não é? O Regimento não permite, não é? Não permite. Então, tem que ser ou segunda de tarde...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ou quinta à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu acho que quinta tem...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A Comissão de Reforma Política funcionou bem nas quintas à tarde. Sempre com quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas na quinta à tarde não tem sessão lá? Ordinária?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ele marcava para as duas horas. Das duas às quatro. E funcionou bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu tenho simpatia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Porque sexta e segunda é complicado, a gente sabe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – SC) – E não teríamos vantagens, porque já tem televisão sendo transmitida.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim. Quinta, às duas horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – SC) – O senhor acha que quinta daria? João Pedro, quinta-feira daria, de duas às quatro? Ou seja, pode ser até mais, se não houver sessão ordinária. Até quatro é garantido.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não tem problema, não. É um horário, para a gente ter foco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Além disso, mais de duas horas é cansativo, realmente. Tem que disciplinar.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Na hora das audiências é que a coisa pega. Três convidados sempre dá mais de duas horas. Mas não tem jeito, não tem horário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E contar que não haja sessão ordinária. Quinta-feira, à tarde, não tem tido sessão ordinária?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, não há Ordem do Dia. Quinta, à tarde, não tem Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O que a assessoria acha? Quinta-feira, das duas às quatro. Ele lembrou que, às vezes, a Comissão de Relações Exteriores se estende... Não, mas aí a gente conversa com o Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Às vezes, o quê?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Comissão de Relações Exteriores pode se estender além das duas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não tem acontecido isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É raro, e a gente conversa com o Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não tem acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, marcamos quinta-feira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É o único espaço que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Começamos por Água. Em Água, nós chamaremos o Oscar Cordeiro, o Samek e o Ingo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, põe a sua sugestão. Delfim, então.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas aí ficariam quatro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Transfira o Ingo, fica para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Fica para o outro. Está bom. Ou então tira o Paulo Canedo, até porque nem sempre os quatro podem vir.

Eu vou, então, já fazer contato com os outros Senadores.

Então, quinta-feira, às duas horas. Não é nesta quinta-feira, nesta não dá para trazer as pessoas; na outra quinta-feira.

Agora, só uma coisa a mais para a gente preencher a formalidade aqui: é um requerimento.

ITEM EXTRAPAUTA
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011 – CRER+20

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Ciclo de Audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates sobre o tema, conforme Plano de Trabalho desta Subcomissão.

Quem estiver de acordo permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Está encerrada a reunião.

Obrigado, Senador Luiz Henrique.

(Levanta-se a reunião às 14 horas 54 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL--RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a Presença dos Senhores Senadores **Luiz Henrique, Lindbergh Farias** e **Inácio Arruda.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra presença o Senador Rodrigo Rollemberg. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa os senhores, Paulo Lopes Varella, da Agência Nacional de Águas, Nelton Miguel Friedrich, da Itaipu Binacional, e o Professor Francisco de Assis Souza, da Universidade Federal do Ceará. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique**, **Rodrigo Rollemberg** e **Inácio Arruda**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Declaro aberta a 6ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, deixamos para outro momento a aprovação da Ata da reunião anterior.

Esta reunião destina-se à abertura do nosso ciclo de audiências públicas, com a realização do primeiro dos painéis que estamos organizando, com o tema "Água: como preservar?"

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, convidamos as seguintes autoridades especialistas, que chamo para que venham compor a Mesa: Dr. Paulo Lopes Varella, Diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas; Dr. Nelton Friedrich, Diretor de Coordenação e Meio Ambiente de Itaipu; Professor Doutor Francisco de Assis, da Universidade Federal do Ceará.

Quero inicialmente dizer a todos que vão assistir pela televisão e aos que estão aqui presentes que este debate faz parte de uma rede, de uma série longa de temas, que queremos debater como forma de contribuir para o entendimento do problema que vive a civilização brasileira e de tentar ajudar os chefes de

Estado e de governo que estarão reunidos em junho do próximo ano, na busca de um novo rumo para esse projeto civilizatório.

Em junho, vai haver o encontro Rio+20. Esperam-se entre 150 e 180 chefes de Estado e de governo. Eu espero que isso se confirme. Mas espero também – muitos esperam – que eles não se limitem a debater superficialmente como reduzir algumas das crises que vivemos, como o problema do clima, tentar adaptar-se a vida num planeta mais quente. Esperamos que eles debatam mais do que isso: por que estamos vivendo essa crise neste momento?

Nós elaboramos uma série de temas e o primeiro deles foi "Água: como preservar?"; o segundo será "Energia: para que e como criar?", porque muitos discutem como fazer energia, mas ninguém discute, por exemplo, para que queremos tanta energia e se é possível viver com menos energia.

Vamos querer debater a mudança climática obviamente. Então, como evitar. E incluímos também como adaptar-se.

Também, "Biodiversidade e florestas: como manter?"; "Desenvolvimento sustentável: o que é e como promover?"; "Economia verde: como adotá-la?"; Ciência e tecnologia: como ela pode ser instrumento de ajuda e não de crise?; "Novos indicadores do progresso: como criar?". Enquanto o indicador do progresso for o PIB, é possível que não tenhamos solução para o problema ecológico.

Continuando, "Padrões de produção e distribuição". Talvez a maneira como a gente produz seja a grande causa da crise que a gente vive. Hoje, aqui, em Brasília, a gente compra um iogurte cujo leite foi produzido numa fazenda a 1,5 mil quilômetros de distância, que viajou mil quilômetros para outra cidade para ser transformado em iogurte e mais mil quilômetros para chegar até o supermercado em Brasília. Não há como termos um equilíbrio ecológico, um funcionamento mais eficiente, se não mudarmos os padrões de produção e de distribuição.

Vamos discutir os padrões de consumo. Queremos discutir a ideia de descrescimento, que hoje se usa em muitos lugares, como forma de dizer que é possível uma sociedade ser mais feliz, mesmo sem crescer a produção.

Queremos discutir as cidades, o que fazer com elas; essas megalópoles que surgiram. Outros temas: "Pobreza: como superar?"; "Governança: como administrar saídas para problemas planetários e de longo prazo", se os políticos são eleitos pela província, pensando na próxima eleição. Esses são os temas.

Hoje, nós vamos discutir um tema fundamental para a própria sobrevivência, que é o problema da água, que todos sabem que, a cada dia, é um recurso mais escasso.

Há três especialistas que vão apresentar o tema. Nós vamos transmitir pela televisão, não ao vivo, porque coincide com o horário da sessão plenária. Vamos passar em outro horário. E queremos que isso se transforme num grande debate nacional.

A grande ideia de fazer este encontro não é ter aqui os Senadores, embora fosse bom que os tivéssemos, mas é difícil com tantas atividades que eles têm, mas fazer com que a população descubra que vai haver um encontro em 2012 mais importante que a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Nas Olimpíadas, a gente vai dar medalha para quem saltar mais alto; na Copa, a gente vai ver quem faz mais gol; em 2012, a gente vai ver como sobreviver.

Esses três expositores terão 20 minutos cada um para fazer sua apresentação, e logo após faremos um debate.

Esclareço que, conforme a regra das audiências estabelecidas no Ato nº 3 desta Comissão, esses 20 minutos poderão ter uma pequena tolerância de 10%, ou seja, de dois minutos, ao final de cada um deles. O mesmo procedimento será no caso de perguntas, se elas existirem.

Vou passar a palavra, na ordem, em primeiro lugar, ao Paulo Lopes Varella, que representa a ANA, a agência que tem por responsabilidade cuidar desse recurso, que é a água, no Brasil. Espero que, pela sua experiência, ele possa falar também do problema da água em escala mundial.

Está com a palavra o Dr. Paulo.

O SR. PAULO LOPES VARELLA – Boa tarde a todos.

Quero saudar o Senador Cristovam Buarque e expressar a alegria de estar nesta Casa, mais uma vez. São muitas as vezes em que viemos aqui para prestar contas, essa é a nossa obrigação.

Também quero expressar a alegria de dividir a mesa com profissionais da estatura do Dr. Nelton e do Dr. Assis, o que, realmente, muito me envaidece.

Vamos procurar andar dentro dos 20 minutos, fazendo, portanto, uma síntese.

Queria começar esse processo, trazendo aqui uma questão que acho importante: a de que, para preservar, para entender, para gerir a água, é preciso que entendamos que ela tem duas dimensões que lhes são intrínsecas. Uma, como recurso hídrico, portanto como promotora ou como vetor fundamental do desenvolvimento em qualquer dimensão que se possa pensar, seja na produção de alimentos, seja na produção de energia ou no lazer, enfim, em todas as áreas do desenvolvimento. Mas também se deve imaginar que

esse desenvolvimento, por outro lado, afeta a própria água como elemento natural, como parte necessária à manutenção dos ecossistemas, etc. Aí temos de ter esse balanço bem conformado. Essa é uma constatação sobre a qual quero embasar o que vou discorrer.

Aqui, só para levar uma ideia para vocês – acho que o tema é bastante válido –, se a gente observar ali, em nível planetário, vai vendo que, no último século, multiplicou-se por seis a demanda de água, enquanto a quantidade de água disponível é constante.

Na Terra, há cerca de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água, contando-se, evidentemente, com os oceanos, com as calotas polares, e desse total utilizamos 0,01%, o que ainda é bastante, mas finito.

Vemos a agricultura como grande demandante, e assim é no mundo e no Brasil: cerca de 69% do nosso consumo vai para a agricultura. Há a questão do abastecimento também, e é absolutamente fundamental e necessário que ela seja coordenada, porque polui muito. A própria indústria. Aqui, no Brasil, a indústria corresponde a cerca de 7%, enquanto o abastecimento, a cerca de 10%.

Bem, dentro dessa reflexão que a gente faz, desse desafio da água, como conservá-la, e frente àquela perspectiva que nós colocamos da água como vetor de desenvolvimento, como recurso, por um lado, e como necessária aos ecossistemas, de outro lado, existem algumas questões nacionais relevantes que a demandam e que a gente precisa saber como gerí-la. A expansão da matriz energética, principalmente, na área do norte, ali só temos cerca de 1% até agora aproveitado, e lá está o grande potencial. Nesse momento, inclusive, lá estão sendo construídas grandes usinas, como é o caso de Santo Antonio, como é o caso de Jirau, Belo Monte. Temos a expansão de uma fronteira agrícola grande aqui no Centro-Oeste, com grandes produtores de grãos. Temos a questão do déficit hídrico lá no nosso Nordeste, já agora acrescentado também da questão importante da qualidade da água. Eu até diria que começa a tomar um papel tão importante quanto mais a gente tem discutido isso lá com o Dr. Assis, que no Ceará tem feito um trabalho de acompanhamento muito interessante. Mas também a questão da poluição hídrica, principalmente no Sul e no Sudeste, mas não somente aí, onde a gente tem as grandes concentrações humanas.

Aqui, vamos dar um retrato rápido para vocês de como está a questão de disponibilidade hídrica no País. Naquela parte azul ali, temos uma posição satisfatória, enquanto na laranja vai começando a ter problema; na amarela já vai ficando com mais problema quantitativo, na outra, qualitativo; e naquela vermelha quali-quantitativo. Olhando ali, na grande maioria do País, em cerca de 90% a situação é boa, em termos de área, mas, já no Nordeste, por conta exatamente do déficit hídrico, e vemos uma série de bolsões vermelhos, caracterizando já ali a presença das cidades. Mesmo no Norte a gente vê aquele pontinho vermelho, Manaus; se formos descendo mais para o Sudeste, aí temos pontos vermelhos maiores: São Paulo, Rio, onde temos as concentrações humanas. E ali na parte do Rio Grande do Sul também, inclusive a questão por conta do arroz.

Então, temos criticidade quantitativa, temos criticidade às vezes quali-quantitativa e temos criticidade só quantitativa. Mas a gente tem que ter esse balanço: pouca água boa não resolve, muita água ruim tampouco. Portanto, temos que tratar sempre essa dupla de qualidade e quantidade.

E como se faz isso? Vou procurar fazer essa minha fala mais institucional, mais conceitual, até porque imagino que os colegas possam trazer coisas mais práticas. Como a gente resolve isso? Só tem um jeito: se nós encontrarmos caminhos para organizar e para disciplinar o uso dessa água. E temos caminhos para isso. Qual é o caminho do Brasil? Acho que esse caminho está muito bem traçado e muito tem a ver com esta Casa. A Carta Magna de 1988 já diz, no seu art. 23, que é competência comum de União, Estados, Municípios e do Distrito Federal proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Quer dizer, a própria Constituição já traz esses conceitos e define inclusive a responsabilidade dividida.

Mas a água é de tal forma importante que a própria Constituição – é uma das poucas no mundo – resolve determinar que é preciso que se institua um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos em que se definam critérios de outorga de direito de uso. A própria Constituição assim o determinou.

Nove anos depois, então, nós tivemos a Lei das Águas, Lei nº 9.433, que exatamente instituiu essa política que criou esse sistema, que é um dos mais desenvolvidos, mais bem elaborados do mundo, hoje reconhecido assim.

Seus objetivos são vários – peguei dois ali exatamente – no que diz que são objetivos dessa política nacional assegurar disponibilidade da água em padrões de qualidade adequados aos usos e também, no segundo, um pouco daquilo que a gente falava, para dar tom à palestra, à nossa fala, que é exatamente que essa utilização tem que ser racional e integrada, garantindo, portanto, desenvolvimento, evidentemente que sustentável.

Também determina a lei que a gestão desses recursos deve ser integrada, descentralizada e participativa, com o Poder Público participando com os usu-

ários e com as comunidades. É uma lei que nasce no desabrochar da democracia brasileira e ela é uma lei absolutamente moderna nesse sentido, diferente das demais. Embora não seja vinculante, começa também a espraiar os seus efeitos aí, porque traz essa perspectiva de que esse recurso seja tratado também junto com a sociedade civil, com o Poder Público, com essa questão dos comitês de bacia, que é um verdadeiro parlamento das águas.

O art. 32 determina que fica criado o Sistema Nacional e, no art. 4º, diz que a ele cabe planejar, regular e controlar a preservação e recuperação dos recursos hídricos. Então, bastante dentro desse tema, temos questões constitucionais, determinações legais de que o façamos.

No dia 17 de julho de 2000, foi criada a ANA, um grande passo, essa instituição, no âmbito nacional, tem exatamente a responsabilidade da coordenação desse sistema. Mas, desde agora, quero chamar a atenção que é um sistema, conforme ele está posto, conforme a lei nos traz, ou é um sistema ou não funciona, quer dizer, incluir responsabilidades, conforme definidas, entre a União, os Estados, os Municípios, os usuários, e assim por diante.

Isso é exatamente o que eu dizia, quer dizer, o sistema que está proposto é uma visão distorcida se a gente imaginar que existe um nível federal e um nível estadual que estão à parte. Na verdade, o que temos é um sistema e ele tem que funcionar como tal, até pela questão do dominialidade dupla. Não vou entra aqui nisso, porque seria impossível nesses 20 minutos, mas a nossa lei dispõe que existem águas que são federais, águas que são estaduais; portanto, as estaduais de responsabilidade dos órgãos outorgantes estaduais, as federais de responsabilidade da ANA. Mas isso só vai funcionar até porque muitas vezes essa água é a mesma. As águas subterrâneas, por exemplo, são de dominialidade estadual, mas muitas vezes são duas expressões da mesmíssima essência e, como tal, têm que ser tratadas de forma integrada.

Aqui eu queria aproveitar porque está a essência da questão. Existem dois aspectos e duas abordagens que, Senador Cristovam, acho que temos que levar em conta para responder à pergunta que nos é posta.

Dois aspectos: um, qualidade; um, quantidade. Não são dissociáveis. Como eu dizia a princípio, temos que ter recursos em qualidade e em quantidade que sejam suficientes. E temos aí duas abordagens: a que diz respeito à oferta, ou seja, a água que temos que tornar disponível para ser usada, mas também temos que ter a questão da demanda, e aqui eu queria chamar a atenção que, no mundo de hoje – e o Senador aqui já falava de quanta energia nós precisamos – também temos que fazer a mesma reflexão de quanto água temos que usar, quanta água podemos economizar, quanta coisa podemos fazer com a mesma quantidade de água.

A questão da oferta, que é uma abordagem direta e vai tratar das necessidades de uma forte articulação entre os entes da Federação – União, Estados, Municípios –, traz uma maior aplicabilidade dos instrumentos de planejamento, de comando e de controle, e usa instrumentos da lei, como enquadramento, plano etc.

Temos experiências interessantes que a gente vai procurar falar, da questão dos pagamentos ambientais. E temos a questão da demanda, que é uma abordagem mais indireta e que trata de questão não estruturais, instrumento por excelência que pode ajudar à cobrança pelo uso da água.

Aqui a lei traz uma mudança, se formos olhar na linha do tempo. Até a questão da lei, trabalhamos sempre gerando mais água, querendo fazer mais estrutura, mas, a partir daí, começou-se a trabalhar nessa ideia mais conjunta, examinando gestão da oferta e da demanda, trazendo aí uma visão multissetorial, levando em conta soluções também não estruturais.

Na linha da oferta, temos aí um instrumento que é da lei, que é o enquadramento, que define os rios por classe de uso preponderante. Então, determinado rio, eu digo que é de classe especial, e tenho que fazê-lo chegar àquela classe e ali mantê-lo. É uma água muito especial que eu tenho que manter para proteção de comunidade aquática, ou para abastecimento doméstico. E tem rios que eu posso usar inclusive com uma classe muito menor. Então é um instrumento de oferta. Não vou entrar muito a fundo, mas, no debate, vamos esclarecendo isso, se for do entendimento dos senhores.

Outro instrumento fundamental é a questão dos planos de recursos hídricos. Essa lei nos traz a proposta de que possamos ter um corte de território para fazer análise e gestão dessa água, que é a bacia hidrográfica, e o plano olha com visão multissetorial as questões onde a água está envolvida, seja agricultura, seja transporte, navegação, seja lazer, seja abastecimento. E esses planos têm sido feito, o Brasil tem sido pródigo nisso, a ANA tem feito planos como o da bacia do São Francisco, do Araguaia/Tocantins, estamos terminando agora, e logo estará à disposição dos senhores, um plano fantástico de todos os afluentes da margem direita do rio Amazonas. Imaginem que dimensão tem um trabalho desses!

Então, num plano desse, por exemplo, no Araguaia/Tocantins, para pegar números que me estão na cabeça, você vê lá que tem cinco milhões de hectares que podem ser usados para irrigação; está determina-

do onde você pode fazer hidrelétrica. E não teríamos tantas discussões a respeito, ou onde você não deve fazer. E assim por diante. Quer dizer, é um plano de uma visão multissetorial.

Mas aqui quero deixar a angústia de que temos que avançar, porque planos tão bons como esse ainda não são totalmente aplicados, eles têm que ser incorporados no PPA, seja do governo federal, seja dos governos estaduais. Acho que esta Casa pode ter um papel importante dentro desse processo. Temos que fazer realmente um grande pacto com os Estados, para que a gente possa ter metas e possamos avançar nessa direção.

Outro grande instrumento para a gente responder a esta pergunta é também a questão da outorga. A sociedade planeja o que quer, mas é através do instrumento da outorga que isso se torna um direito efetivo para o cidadão. Então, quem quiser usar hoje uma gota d´água ou muita água... E falo de gota d´água porque há regiões no Brasil, como no Nordeste, onde a coisa pode ser medida com um copo d´água, mas há outras, como no Norte mesmo, em Itaipu, onde tem uma quantidade de água muito maior. Enfim, a outorga sempre vem disciplinar isso. Então, é um instrumento importante. Quem quiser água, tem que pedir uma licença de uso, seja no nível federal, seja no nível estadual, que estabelece os padrões de como ela deve ser usada.

Temos, além dos instrumentos da lei, algumas experiências sobre as quais vou falar muito rapidamente, pelo tempo, como, por exemplo, a questão do pagamento por serviços ambientais. O produtor de água traz um conceito, uma ideia de que é muito melhor você preservar a água antes de sujá-la do que tratá-la depois que ela já está deteriorada. Então, é um estímulo aos produtores rurais para que essas águas, ainda no nível rural, possam ser preservadas e, quando chegarem a ser tratadas para as cidades, elas estejam em condições muito melhores. Isso é muito mais barato, aumenta muito mais a quantidade, a disponibilidade; já temos resultados interessantes, como em Extrema, as bacias do PCJ, Balneário Camboriú, enfim, não vou ler para não perder tempo, mas aí está. É uma experiência que temos em andamento, já com sucesso na ANA, onde, para este ano, vamos colocar R$4,7 milhões.

Também o Prodes, uma experiência muito interessante de pagamento por serviço tratado. Quer dizer, você paga não para fazer a obra, mas depois de ela pronta, se você atingir determinados níveis de eficiência.

E aqui é a gestão da demanda. Trouxe aqui um exemplo de quando se fala na cobrança da água. Muitas vezes há pessoas que dizem: "Puxa, mas vamos pagar pela água?" É um instrumento importante, porque, evidentemente, esse pagamento está de acordo com a capacidade do usuário, mas dando para vocês um exemplo que acabamos de tirar do forno. Fizemos uma campanha, iniciando a cobrança na bacia do São Francisco e, entre o começo e o fim, a Codevasf, que é um usuário, pediu para diminuir na outorga dela – respondendo bem aqui, Senador, àquilo que conversamos – 129,7 metros cúbicos por segundo. Isso é mais do que o pico máximo da transposição do São Francisco, por exemplo, para dar uma ideia. Quer dizer, é muita água. Só um usuário. Por quê? Porque ele estava com mais água do que ele precisava, claro. E assim é. É um processo educativo.

Estamos ali nos nossos quatro minutos. Para ver se a gente fica exatamente dentro do tempo, quero fazer algumas considerações finais, eu diria que a gente fazia a reflexão de que só há uma forma de conservar: se tivermos um aparato jurídico institucional que nos permita usar essa água de forma disciplinada, de forma organizada. A constatação a que chegamos é que temos, sim, um sólido e avançado marco legal. Evidentemente que implementá-lo é uma questão que todos nós temos que nos unir para fazê-lo, mas temos esse marco.

Há outras experiências institucionais já estabelecidas, além do Singreh, como é o caso do Sisnama, que tem suas competências complementares. São sistemas que temos que trabalhar juntos.

Os problemas e as soluções, de certa forma, já são conhecidos. Eu não diria que em todas as dimensões, mas na sua grande maioria nós já sabemos o que fazer. Temos é que fazer.

E aí, em dois caminhos nos teríamos que agir. Primeiro, é necessário reverter passivos ambientais que já estão postos, recuperar nascentes, recompor matas ciliares, reduzir o enorme déficit de tratamento de esgotos, enfim. E, nessa de recompor coisas, não sei se o Dr. Nelton vai falar disso aqui, mas sou um fã da fala dele quando mostra o que foi conseguido, por exemplo, em Itaipu. Isso pode ser aplicado, é uma questão que temos que enfrentar.

É necessário também se antecipar aos problemas do futuro. O Senador inclusive colocou aqui que uma das questões a ser abordada aqui é a questão das mudanças climáticas. É preciso implementar estratégias robustas que nos permitam nos adaptar a essas mudanças climáticas se elas se confirmarem. E elas estão se confirmando. Então, é preciso que estejamos preparados para elas e possamos mitigá-las e nos adaptarmos de forma adequada.

É preciso impedir a ocupação de áreas de recarga de aquíferos e mananciais de superfície. Essa questão de uso e ocupação do solo é crucial. As cidades

crescem e, às vezes, vão englobando áreas que não deviam, e cidades inteiras que eram bem abastecidas de repente estão contaminadas por nitrato e outras coisas, um problema muito sério.

Impedir a ocupação de áreas de inundação. Vemos desastres um atrás do outro, e eu digo para vocês que água não invade área de ninguém. Aquele rio já passou por ali vezes outras e passará outras no futuro; passou no passado, vai passar no futuro – esse é o caminho dele. Então, é preciso que a gente impeça essa ocupação desordenada.

Impedir a instalação de atividades econômicas hidrointensivas em áreas mais sensíveis. Então, esse mapeamento, esse zoneamento é absolutamente fundamental.

Impedir o desmatamento nas APP hídricas. Agora mesmo a ANA está se posicionando para que possamos ter, no Código Florestal, uma área mínima de proteção principalmente aos pequenos rios.

A responsabilidade por essa conservação é de todos. E não tem como, nos escritórios, fazermos isso. Nós temos de fazer os usuários passarem de espectadores a atores, e a lei das águas tem essa característica. A regulação do uso da água passa pela União e pelos Estados que possuem responsabilidades complementares, principalmente devido a essa questão da dupla dominialidade da água. É preciso envolvê-los, embora os Municípios não tenham dominialidade. Na Lei nº 9.433, o próprio art. 31 determina que eles devam articular-se com a política de águas. Não tem como a gente fazer a gestão dessas águas se não houver uma articulação com os Municípios na direção da preservação dessas águas.

A gestão integrada, na oferta e na demanda hídrica, é uma questão fundamental. A gente via isso no princípio, como entrada. A questão de incentivos econômicos acho que é fundamental. O pagamento de serviços ambientais pode ser uma boa saída, e a ANA já detém experiência, há mais de uma década, nesses serviços que poderão ser aplicados no processo.

Bom, então, estamos ali com 33 segundos, que quero aproveitar para, mais uma vez, agradecer, nos colocando à disposição dos senhores se, na hora do debate, alguma coisa parecer interessante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço e, antes de passar ao nosso amigo, companheiro Nelton, queria dizer que, no tempo final, eu queria ouvir do Dr. Paulo um pouco mais sobre a água no mundo. Como vê esse problema não só no espaço brasileiro, mas como um problema planetário, e que disputa nós vamos ter no futuro por conta da água.

Nelton.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Uma saudação muito especial ao nosso Senador Cristovam Buarque que, na verdade, é um dos protagonistas importantes da vida pública deste País, personalidade importante da República brasileira, e mais a presença dos nossos Senadores, do ex-governador, meu ex-líder das lutas estudantis, em que partilhamos alguns momentos.

A todos que estão aqui, especialmente nossos dois expositores, quero dizer que o que vamos colocar – por mais que sejam 63 ações, 20 programas –, nesse tempo, pretendemos, evidentemente, ao menos colocar um pouco o enunciado de uma ação que está sendo desenvolvida em 29 Municípios, numa área de 1,1 milhão habitantes, e estamos com perto de 300 mil pessoas envolvidas no programa.

Pode trocar, por favor. Pode ir trocando, que é uma questão que já foi situada. Mas vejam o que disse o nosso Secretário da ONU – que, por certo, estará aqui em junho do próximo ano, abrindo a Rio+20 –: "O nosso pé pisa fundo no acelerador, e nós estamos indo na direção de um abismo". Ou compreendemos isso, ou não temos a dimensão de que, pela primeira vez, é a sobrevivência do ser humano que está em jogo no Planeta Terra.

Pode trocar direto até a questão que quero considerar. Pode ir trocando, que são apenas algumas configurações do significado que tem isso tudo.

Quando criamos o programa Cultivando Água Boa, é para colocar exatamente no gerúndio, meu ilustre professor, porque cultivando quando criamos em 2003, cultivando em 2011, cultivando em 2011 e 2020.

Aprender a cultivar a água, mas ela está como âncora do programa, porque, por mais que se possa às vezes pensar diferente, nós já começamos a ter estresse hídrico em várias regiões do sul do País, e não é diferente no extremo oeste do Paraná.

Essas fotos até mostram isso.

E aí a conexão. Por isso, o programa tem uma visão muito sistêmica, construindo a cultura da sustentabilidade, mas também com inclusão social. E aí a conexão clara entre o que significou e o que significa – isso é um retrato de boa parte do País; por exemplo, naquela problemática regional, o que nós desmatamos, o que nós temos ainda de erosão, embora sejamos uma região com práticas conservacionistas exemplares.

Ao mesmo tempo, temos a maior produção de suínos, de aves e a maior produção de leite do Paraná no extremo oeste – mais de 1,4 milhão dia. Nós temos Municípios com 5 mil habitantes e 95 mil suínos. Isso tudo tem um impacto muito grande, além de todos os outros dejetos e resíduos, inclusive o nosso, humano,

no que diz respeito à questão da água, mas como um todo também.

Isso nos leva, por exemplo, a compreender também o que significa hoje a eutrofização das nossas águas. Tivemos recentemente um reservatório que foi interditado pela área de fiscalização, enfim, estadual pelo processo agudo de eutrofização. Não há mais como utilizar aquela água para usos nobres.

Ao mesmo tempo, há o problema que temos hoje dos agrotóxicos. Estamos hoje com o maior consumo de agrotóxicos do mundo, e aí já estão de novo entre as primeiras causas geradoras da contaminação da água o veneno agrícola, os dejetos humanos e os resíduos nossos de cada dia, que é o lixo, e assim por diante.

E aí a responsabilidade tem de ser compartilhada. Por isso, toda ação que desenvolvemos... Por exemplo, não é Itaipu Binacional; Itaipu é uma das principais partícipes dessa grande arquitetura que fizemos. Hoje, temos 2.480 parceiros no programa.

Isso se deveu também – com muito respeito – às ações que Itaipu já desenvolvia, mas, a partir de 2003, houve um planejamento estratégico situacional que colocou Itaipu também como uma empresa geradora de energia elétrica – isso está na missão –, mas de responsabilidade social, ambiental e sustentabilidade na missão. Entendemos que nenhuma empresa pública ou privada vai prevalecer, nem florescerá em pouco tempo no mundo inteiro se não tiver também a responsabilidade social e ambiental. Acabou a época de se pensar apenas no seu *business*, apenas e especificamente no seu objetivo econômico.

Aí é um pouco o resultado dessa mudança da missão. Como surge um parque tecnológico de Itaipu, em que dentro dele se está instalando um centro ou instituto nacional de águas, que significa também a criação do Cultivando Água Boa, o carro elétrico, as pesquisas de hidrogênio, a plataforma de Itaipu de energias renováveis, o centro de hidroinformática com a Unesco. Temos uma webrádio, rádio água, funcionando também a partir daí, e o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, porque trabalhamos muito o conceito de bacia hidrográfica e a unidade de planejamento da natureza não é porque eu quero.

Assim, a natureza está planejada e, como nós dizemos na fronteira, somos *hijos de la cuenca del plata.* Ou compreendemos que estamos todos envolvidos numa bacia hidrográfica ou continuaremos a ter ações, às vezes pontuais, isoladas, ou muito segmentadas.

Enquanto vai trocando, por gentileza, vou aproveitar que está o nosso ex-governador de Santa Catarina, para dizer que, na plataforma de Itaipu de energias renováveis, uma das coisas que já estamos conseguindo resolver é a biomassa residual. Hoje, há suinocultor que tem mais de R$3.800,00 de ganho por mês vendendo energia dos dejetos dos seus suínos, além de abastecer toda sua propriedade.

Pode ir direto, que eu queria colocar a última conquista. Por certo, virá um convite aos nossos ilustres Senadores e Senadoras, que é esse condomínio cooperativo de agroenergia na agricultura familiar, que é isso aqui.

São 41, por exemplo, suinocultores e produtores de leite que não têm escala e não têm condições de individualmente ter uma produção de energia a partir dos dejetos dos animais. Então, cada um com um biodigestor, mas passa um gasoduto, canaliza todo esse metano e, lá na ponta, uma miniusina termoelétrica à biogás fornece energia para todas as famílias. O excedente a companhia de energia compra. Eles já estão secando grãos a partir dessa experiência e, evidentemente, ainda gerando um biofertilizante e ainda podendo creditar no crédito de carbono.

Estou, com isso, colocando uma questão concreta que se chama economia verde, a primeira grande questão da Rio+20. Economia verde e erradicação da pobreza.

Aí também surgiu a Universidade de Integração da América Latina, que era um sonho do Presidente Lula. Hoje, mais de seis países participam com alunos. Terá 10 mil acadêmicos em menos de seis anos, bilíngue, e um dos primeiros cursos aprovados, em funcionamento, é o de energias renováveis, porque também está funcionando em Itaipu um observatório latino-americano de energias renováveis.

Aí está o programa. Aproveito este tempo para situar... e está em construção de mandala, porque é assim que precisamos trabalhar. Está tudo interconectado e interdependente.

Aí os documentos planetários que sustentam Sempre digo que não se tem de inventar mais nenhum documento planetário. Temos só de colocar em prática aquilo que já temos. É evidente também a exaltação ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, ao papel da ANA e a todo esse trabalho extraordinário que o Brasil tem.

Esse é um dado que eu queria registrar aqui, porque entendemos que é reaplicável em qualquer lugar do Brasil uma proposta como esta. Não estamos fazendo um piloto. Estamos chegando a 100 microbacias recuperadas. São quase 300 mil pessoas envolvidas no programa. Agora, o mais importante é que o nosso papel é articular, compartilhar, somar esforços, dividir responsabilidades. Por isso, a cada real que colocamos, é preciso ter mais dois, senão não entramos...

Aí nós mudamos, portanto, o foco e o território de atuação da Itaipu. Fomos para a bacia hidrográfica do rio Paraná, parte três, que está aí bem identificada.

E aqui um dos segredos que entendemos desse trabalho, sendo um segredo absolutamente democrático e aberto para quem quiser reproduzir: primeiro, reunião de sensibilização. Nós não fazemos nenhuma ação sem, com as comunidades das microbacias, fazer reuniões de sensibilização. Por quê? Porque eu ensino, em 30 segundos, uma pessoa a plantar uma árvore. Se ela não entender por que, Senador, se jogou fora tudo. Sensibilização!

Segundo, comitê gestor. Hoje, temos 29 comitês gestores, um comitê por Município. Os comitês gestores hoje têm, no total, 1.520 participantes representando os segmentos, e aí aconteceu um coisa surpreendente para todos nós: todos os comitês gestores hoje estão aprovados como lei municipal, em cada um dos Municípios, e a lei municipal de cada Município foi aprovada por unanimidade pelos vereadores.

Oficinas do futuro, sempre com parcerias. Aqui um exemplo de comitê gestor.

Aí, sensibilização de comitê gestor em cada microbacia com as comunidades. Nós fazemos as oficinas do futuro. Olha que coisa simples. Não tem nenhuma invenção de grande estratégia de planejamento.

Muro das lamentações. Paulo Freire. Problematização. Primeiro, no muro das lamentações, nós não falamos. Só estimulamos e facilitamos, e a comunidade abre o coração. E cada lamento se anota. Inclusive, atingimos com isso a vitimologia, que é um problema sério que temos: sempre os outros são culpados.

Quando terminam os lamentos, há uma reunião: simbolicamente, uma árvore num *banner* impresso, portanto, porque é a árvore da esperança, de sonhos. "Vamos sonhar. Não só lamentar". Aí, a comunidade começa, depois dos lamentos todos, a apresentar os seus sonhos. E cada sonho apresentado é discutido e votado – reunião organizada, crachá. E só o que é aprovado na assembleia da comunidade é colado na árvore da esperança.

Portanto, passa a ser, de uma proposta individual, um sonho coletivo. Quando terminam os sonhos dessa etapa, entra um outro *banner*, que tem um caminho adiante, como são os caminhos longos das mudanças e transformações, inspiradas na Carta da Terra. É quando se faz o plano de trabalho. O caminho adiante, na verdade, é o plano de trabalho. O que vamos realmente fazer entre o lamento o e os sonhos? O que vamos fazer concretamente?

Isso, na verdade, estamos chamando de agenda 21 do pedaço, porque a agenda 21 é que vai funcionar – parece-me – no Planeta. Não é a estratosférica; é a que vai tocar o cotidiano das pessoas. Essa é a agenda 21 de que precisamos. E, por isso, quando se esgotam todas essas etapas, nós fazemos em cada uma das microbacias o grande pacto das águas, porque é o momento de celebrar. Nós já lamentamos, nós já sonhamos. Vamos colocar em prática um plano de trabalho chamado Agenda 21. Mas, para isso, vamos todos nos reunir para firmar esse documento, essa proposta e fazer um pacto. E aí tem muitos rituais. A gente também perdeu muito das ritualidades, dos cerimoniais, inclusive até dos rituais. Por isso Mística da Água, Mística do Fogo, Mística da Terra, Mística da Paz. A ecopedagogia é que tem isso tudo. Mística da Água por quê? Porque nós transformamos a água apenas numa mercadoria, num insumo. Perdemos as dimensões da água. Só que tem um detalhe: é proibido funcionário da Itaipu ou da Prefeitura fazer parte dos pactos, porque é só com os atores locais, porque o protagonismo é das comunidades. Por isso, a vitalidade comunitária é a seiva que move o programa Cultivando Água Boa. E é nesse sentido que eu poderia dizer que a Mística da Água tem um efeito multiplicador muito grande porque, pela primeira vez, de repente o filho ou o neto vai ouvir o que seu avô conta de como estava a água quando ele chegou na comunidade, há 30, 50 ou 60 anos, e assim por diante.

Também a Mística da Paz, sempre envolvendo a questão socioambiental.

E aí o grande ato de assinatura do pacto. Aí vira, na verdade, um grande momento de celebração, repito, a tal ponto que algumas prefeituras estão decretando, hoje, ponto facultativo naquele momento do pacto, naquela manhã ou naquela tarde, tal é a convergência de pessoas. Nós não tivemos um pacto com menos de 320 pessoas até agora.

Aqui é um exemplo das fotografias em todos os Municípios, porque isso se faz em cada microbacia, repito. O conceito e a metodologia geral se aplicam em cada microbacia.

E aí houve um dado fundamental, meu caro ex-Governador de Santa Catarina. A comunidade mesmo começou a dizer o seguinte: "olha, aqui há um costume: em festa de igreja, casamento e nascimento tem torta, bolo, e nós queremos fazer um bolo". Com um detalhe: quando nós começamos o programa, nenhuma comunidade sabia o que era microbacia. "Isso é para comer?", perguntavam. E hoje nós temos isso aqui: dois metros, por aí, de um bolo em que o desenho é da microbacia onde eles vivem. Porque esse é o último ato do pacto. Na celebração, quando se partilha esse bolo, cada um pega o seu pedaço, porque ajudou a fazer o bolo e se responsabiliza pelo seu pedaço dentro do pedaço que é a microbacia.

E é aí que nós assinamos convênio. Eu sempre tenho dito que você ensina, aliás, que você normalmente estraga boas ideias porque sempre começa falando em dinheiro. E nós só falamos em dinheiro nessa etapa, porque aqui você tem condições de quantificar aquilo que foi decidido pela comunidade, e de novo sempre em parceria, senão a gente não entra.

Aí a rede de parceiros.

Aí a gente tem um eixo fundamental: todas as ações permeiam a educação formal, não formal e difusa.

Por exemplo, nós temos 145 mil cartilhas do Mundo Orgânico. Mas não é só para a questão dos orgânicos. É que essa mesma cartilha, na capa, tem a peça de teatro "A Matita", que tem mais de 500 apresentações. Tem, na própria capa, a Camomila, que é uma das personagens de todo o programa, inclusive do programa de plantas medicinais. Mas na cartilha tem até as fases da lua, que a maioria das crianças hoje acha que lua é só para americano explorar.

Por outro lado, não se consegue mais ter hoje, muitas vezes, nas escolas locais, os rios da região, mas se aprende tudo sobre o rio Nilo.

Ao mesmo tempo, como é que a gente pode dizer aqui, perante a sociedade brasileira, num momento tão rico como o desta Comissão, que nós estamos com 10.400 protagonistas de educação ambiental formal, não formal e difusa, agora funcionários da Itaipu, e que coordenam a área são apenas cinco pessoas? Eles estão esparramados numa grande rede, porque cada Município tem um coletivo educador e tem um coletivo educador dos 29 Municípios, inclusive para otimizar todas as ações de educação formal, não formal e difusa.

Aqui é um exemplo de como você, com apenas um projeto, atinge 2.907 novas multiplicações, formando comunidades de aprendizagem, porque, para concluir esse curso, não tem que fazer nenhuma monografia; tem que trazer mais dez ativistas socioambientais, senão não recebe o certificado.

Por exemplo, no último Dia Mundial da Água, nós reunimos 19.800 pessoas dos 29 Municípios no mesmo dia, na mesma hora, com atividades que terminaram com a Mística da Água.

Aí dá um pouco também das Caminhadas da Sustentabilidade.

Por exemplo, as Caminhadas da Sustentabilidade da Semana do Meio Ambiente, que vamos ter em todos os Municípios, são caminhadas da sustentabilidade com ênfase na Rio +20 já.

Agora nós temos que trabalhar também a formação. Então, nós fizemos um multicurso chamado Gestor de Bacia Hidrográfica porque nós temos que formar gente para trabalhar com gente. Às vezes, não é ter o melhor especialista em água, mas ter as pessoas que saibam orquestrar pessoas, motivá-las e articulá-las para que elas possam agir.

E aí o reúso da água.

Por exemplo, nós temos ainda no sul do País uma precipitação razoável e boa, para dizer o mínimo. Mas você começa a ter problemas de água, inclusive de chuvas.

Então, nós trabalhamos as cisternas. Cada Município recebeu, no projeto, a ideia de duas cisternas como efeito multiplicador. Só que a cisterna não é construir a obra e chamar os alunos para bater palmas para o diretor de Itaipu ou para o prefeito e cantar o hino no dia da inauguração.

Na aula de matemática, calcula-se, enquanto se começa a cisterna, quanto vai de areia, de cimento e de ferro, quantos metros cúbicos. Para compreender, inclusive que a gente poderia superar a pedagogia antropocêntrica é para a ecopedagogia.

Olha o exemplo concreto. Só que aí a gente deu preferência para fazer em escolas públicas e que tenham espaço para fazer horta, para plantio de árvores, com canteiro irrigado, outro não, para incutir a cultura da água. O que você faz com a água? A essência da cultura da água. O que se faz com a água, para a água e na água?

E aqui outro dado bem concreto. Além de fazer todo o monitoramento da qualidade da água, que Itaipu faz bem, e também de todo o processo erosivo, dos sedimentos, esse é um curso que você faz em apenas 42 horas em cada comunidade. A comunidade vai lá no riozinho fazer, com amostra de água, com a lupa, um pequeno *kit* físico-químico, e vai analisar e verificar, pela primeira vez na sua vida, que tem vida na água, que são os macroinvertebrados, e com isso você tem um processo de transformação da sua subcultura de que o rio é um lugar onde se joga tudo que não serve, porque começa a verificar que só tem aqueles, como eles chamam, bichinhos – nessa parte verde aqui – exatamente na água boa. Quando tem mais do vermelho, evidentemente, a água não é boa. Isso dá uma virada na sua cabeça.

Isso envolve jovens de 10, 15, 16 anos a senhores de oitenta anos.

É impressionante o que significa isso.

Aí pode verificar um trabalho que se faz muito... Trabalhamos muito com Leonardo Boff, Fritjof Kapra, Enrique Leff e tantos outros pensadores que já levamos para lá várias vezes.

Bom, nos meus dois minutos, eu queria concluir dizendo o seguinte: como é que se enfrenta o processo erosivo? Como é que se enfrenta o problema da microbacia? Então, quero dizer aqui, perante este País, num momento tão importante que estamos vivendo

neste assunto que nós completamos 380 quilômetros de cerca com mata ciliar recomposta, numa região em que 89% das propriedades têm menos de 50 hectares. Não temos uma ação em juízo contra o programa, Senador. Não temos um protesto administrativo. São 830 quilômetros de cerca nos pequenos rios que formam os outros rios e que vão chegar no reservatório de Itaipu. Noventa por cento com menos de 50 hectares. Agora surgiu cooperativa de produtor de mel em função da recuperação das matas ciliares. Nas primeiras matas ciliares que nós recuperamos voltaram as 55 espécies da flora e da fauna. Não tem uma pequena propriedade inviabilizada. Agora, isso pelo convencimento, pelo processo, não apenas apontando isso ou aquilo.

Outra coisa: 507 quilômetros de estradas readequadas. Boa parte das nossas estradas são erosivas. O terraceamento para que, quando chove, a terra não vá embora. As práticas, como do plantio direto, só que tem que ser de qualidade, que nós hoje temos muita meia-sola. Adubação verde, não só adubação química. E aí vai.

Envolvendo as universidades.

Olha as matas ciliares, etc... Então, se nós fôssemos colocar um mapa no Paraná em linha reta, as matas ciliares recompostas, nós sairíamos de Foz, iríamos ao porto de Paranaguá, oceano Atlântico, e voltaríamos até Curitiba, e, pelo processo que estamos trabalhando, até o final de 2012 voltaríamos até Foz do Iguaçu. Tem Município dos mais pobres da região que só neste momento está chegando a 90 quilômetros de cerca, no último convênio conosco, de mata ciliar – o Município de Ouro Verde, um dos mais pobres do Brasil.

Então, é evidente que é importante a gente poder concluir dizendo o seguinte: não dá para falar aqui o que significa o programa da agricultura orgânica, o que significa termos feito concurso com todas as merendeiras, Senador, V. Exª que se dedica muito à educação. Ninguém inventou melhor remédio do que a boa alimentação. E a maneira mais forte que encontramos para colocar produtos orgânicos na merenda escolar foi fazer concurso com as merendeiras. Foram 870 merendeiras que participaram do último concurso. Os prefeitos, inclusive, participaram da comissão julgadora. Dessa maneira, internalizou-se uma discussão sobre a qualidade da água, sobre a qualidade de vida e, portanto, sobre o alimento. E isso trouxe um protagonismo para quem, antes, estava isolado, às vezes fazendo só a mistura da merenda escolar.

Eu poderia falar das plantas medicinais. Hoje já temos 16 postos de saúde com fitoterápicos no SUS, mas isso significa um campo muito grande para a pequena propriedade e o cuidado com a natureza, porque quem planta plantas medicinais, planta vida para colher saúde.

Ao mesmo tempo, o que significa o programa com os catadores de lixo? Não é possível deixar de falar sobre isso. O catador, ao final de cada dia, é uma árvore a menos que é cortada pela indústria de papel e papelão. E quanto lixo deixa de ir para os rios, o que contaminaria a água! Temos 1.618 catadores, só que já estamos com 200 carrinhos elétricos, não mais o carrinho do esforço desumano que tem que ser feito. E todos em associações e cooperativas.

Nesse sentido, ainda poderia completar dizendo da satisfação de estar aqui, pois dá para reconhecer que é possível fazer, e com a participação. Sem a vitalidade comunitária, sem o protagonismo dos atores locais não faríamos isso.

Em segundo lugar, quero dizer a todos que é muito evolutivo e muito animador esse aspecto, porque não é mais um programa, mas um movimento, tendo em vista as tantas atitudes e ações que estão surgindo. Por isso, vocês todos vão acompanhar, pois vamos ter, a partir deste mês – já começou –, as jornadas preparatórias para a Rio+20.

Vinte e nove Municípios vão ter, durante todo este ano, em todos os meses, atividades olhando para a Rio+20, reunindo contribuições de representantes que estarão participando daquela conferência.

Então, muito obrigado pela oportunidade e pela compreensão clara de que, como diria Gandhi, temos que ser a mudança que queremos ver no planeta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado pelo belo exemplo do que se pode fazer e coerente com a apresentação do Dr. Paulo Lopes, dando a visão geral para o Brasil.

Passo a palavra ao Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS SOUZA – Inicialmente gostaria de agradecer o honroso convite para participar desta reunião e o privilégio de dividir a Mesa, para quem é da universidade pública brasileira, com o Senador Cristovam Buarque. Quero saudar o Dr. Paulo Varella, os Senadores, o Nelton.

Vou fazer uma apresentação adaptativa, em função, inclusive, do que já foi visto. E com o desenvolvimento adaptativo, vou ajustar um pouco o que estava me propondo a fazer em relação às intervenções anteriores.

O roteiro inicial que eu tinha pensado, em função do que eu ia falar anteriormente, seria discutir um pouco o contexto da questão da água. De forma disciplinada tentei fazer uma reflexão sobre a questão da conservação da água. Até que ponto podemos fazer conservação de água e como é que ela se relaciona com isso.

Depois disso, vou falar um pouco sobre quais são os focos, objetivos e as definições da conservação de água: conservação com foco na demanda, conservação

com foco na oferta e o que foi visto no Plano Nacional de Recursos Hídricos e na Agenda 21 sobre isso.

O contexto que considero fundamental sobre a questão da lógica da conservação da água, e em grande medida o Dr. Paulo Varella já antecipou esse ponto, que a água é natureza e é desenvolvimento. A água em si é natureza; a água para nós é recurso hídrico, é desenvolvimento.

Nesse sentido, felicito esta Subcomissão ao iniciar sua discussão sobre a Rio+20 com o tema da água. Porque a água traz a cor e o cheiro do lugar que ela passa; a água integra o uso e ocupação do solo. Se existe um mecanismo indicador de como está o meio ambiente, como estão os níveis de desenvolvimento, como se comporta o uso do solo e a natureza, este é obtido por meio dos recursos hídricos.

A política de águas, normalmente, é uma política integradora da política de desenvolvimento e da natureza. Então, é muito interessante começar por essa questão da água e o Dr. Paulo Varella, de certa forma, já antecipou de maneira muito precisa...

Outro ponto que o Dr. Paulo Varella já sinalizou diz respeito aos diferentes cenários que temos no Brasil: a escassez quantitativa no Nordeste, que agora passa a ser qualitativa também; e a escassez de qualidade que temos no sul do País. Uma das bacias mais secas do Brasil é a bacia do Alto Tietê. Passa por dentro dela o rio Tietê, com 60 m^3 por segundo de água, mas não se tem disponibilidade dessa água por conta da poluição.

Hoje, o *Jornal do Senado*, inclusive, mostra algum tipo de ação que esta Casa está fazendo em relação ao rio Tietê.

Então, essa questão dos recursos hídricos dos diferentes cenários do Brasil precisa ser contemplado.

Outra questão fundamental do ponto de vista de contexto – e essas duas primeiras o Dr. Paulo Varella já sinalizou com muita propriedade – é que hoje existe uma escassez quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos. E isso impõe, inclusive, medidas de conservação muito importantes.

Em algumas bacias hidrográficas, todo o potencial hídrico de oferta já foi ativado com a construção de barragens e com infraestrutura. Assim, novos empreendimentos e desenvolvimento que sejam necessários nesse local para que a nova água possa vir para esses lugares só acontecerá a partir do racionamento, a partir da conservação da água.

Então, o processo de conservação de água, quando entendemos essa conservação como uma redução do consumo, disponibiliza a água para outros usos e disponibiliza a água para o desenvolvimento. Então, hoje, existe uma escassez relativa e essa escassez leva a uma situação de conflito em muitas regiões.

O Brasil, em grande medida, já está preparado para lidar com o conflito por meio da Lei nº 9.433, de 1997, que coloca como um dos fundamentos do gerenciamento de recursos hídricos a administração de conflitos por intermédio da via administrativa, sem que seja necessária a intervenção do Judiciário. Para tanto, há os mecanismos de comitês de bacia, e todo esse aparato trabalha e pode lidar bem com essa questão do conflito.

Outra característica fundamental em relação aos recursos hídricos que precisamos ter em mente é que esses recursos estão em processo de extrema mudança. E dois vetores são fundamentais e, inclusive, unificam a escala local e a escala global.

O primeiro deles é o clima. O clima e o regime de chuvas, por exemplo, que faz a seca no Nordeste e traz as enchentes no Sul, ou as enchentes que estamos tendo no Nordeste do País, ou seja, esses condicionantes climáticos de um extremo a outro normalmente não são definidos em escala local. São temperaturas do oceano Pacífico, é a dinâmica e a circulação da atmosfera na escala global. Portanto, o que fazemos em termo de poluição, lançando gases de efeito estufa, ou a própria dinâmica da atmosfera na escala global é que vai definir as condições do que vamos ter agora. Isso unifica, inclusive, a situação de diversas populações do Planeta em termos de seca e de cheia.

O segundo vetor de mudança extremamente importante é exatamente a economia. Na questão econômica, estamos trabalhando, hoje, com uma economia extremamente internacionalizada. Isso faz com que, em grande medida, os problemas de recursos hídricos deixem de ser da escala local ou uma cesta de recursos hídricos de escala local para começarmos a ter uma dimensão internacional e global para o problema dos recursos hídricos.

Por exemplo, o subsídio que é dado hoje à energia elétrica na Índia, que faz com que haja um superbombeamento na parte norte do país, onde há uma migração de mais de mil pessoas, faz com que a produção agrícola desequilibre, inclusive, as transferências, a venda e a troca de mercadorias na escala global.

Ainda que tenhamos um bom sistema de alocação de água no Brasil, na escala regional, isso pode estar desbalanceado por algum tipo de incentivo ou algum tipo de subsídio que é dado em outra escala.

Hoje, por exemplo, o Ceará, que é o meu Estado de origem, e o Rio Grande do Norte, do Dr. Paulo Varella, são exportadores de água. Existe uma água virtual, incorporada para produção de melão, para produção de frutas, que é exportada para outros países. Atualmente, a economia e as demandas de recursos hídricos em cada lugar são fortemente condicionadas

por processos na escala do Planeta através da economia. Isso faz com que tenhamos que pensar a questão dos recursos hídricos não só na escala local, ou seja, mesmo quando planejamos a escala local, temos que ter incorporado na nossa análise a escala global em relação ao clima e à economia. E tanto o clima quanto a economia condicionam a oferta de recursos hídricos e a estrutura da demanda.

Um outro fator extremamente importante que temos que incorporar, e a variabilidade da mudança climática faz parte disso – além disso, também a própria estrutura das demandas futuras –, diz respeito à questão da incerteza.

Os recursos hídricos são um insumo produtivo em grande medida, mas submetido à grande incerteza. E essa incerteza é manifesta em todos os setores que utilizam a água, como o setor hidrelétrico brasileiro que, muitas vezes, tem que pagar um certo preço para garantir uma produção de energia elétrica segura, como acontece nos setores de recursos hídricos e de agricultura. Então, existe uma grande incerteza nesse processo, oriunda normalmente da variabilidade muito grande do clima.

Só para vocês terem um número, no Nordeste do Brasil podemos ter uma vazão média de dez anos, por exemplo, no Jaguaribe, que vai de 70 metros cúbicos por segundo para 20 metros cúbicos por segundo. O que significa isso? Se eu tivesse um José do Egito agora mais sabido, que em vez de sete anos na frente ele enxergasse dez, ele dia dizer o seguinte: nos próximos dez anos, logo no início do século XX, nós vamos ter 70 metros cúbicos de água. Se você colocasse um litro por segundo por hectare, você iria dizer assim: instale 70 mil hectares de produção agrícola. Trinta anos depois, a média de dez anos, foi de 20 metros cúbicos por segundo. Daqueles 70 mil hectares instalados, você só tinha água para 20 mil. Essa variabilidade decadal não é por conta só da mudança climática, faz parte de processos naturais.

E essa incerteza o setor de recursos hídricos tem de viver. Para isso, tem que estar com uma habilidade muito forte no gerenciamento, para ter flexibilidade dos seus instrumentos de gerenciamento para poder tratar com essa incerteza. Além disso, como recursos hídricos são o encontro da natureza com a sociedade, o encontro dessa incerteza desses processos naturais com a dinâmica da sociedade, existe uma complexidade muito grande nesse processo. Uma complexidade oriunda do trato e dos processos que existem na sociedade, e uma complexidade porque normalmente a oferta hídrica vai se dar na escala do Planeta e você vai ter toda a problemática da dinâmica da natureza hoje com todos os processos de alteração e a capacidade que o homem tem hoje de modificar os ciclos hidrológicos e a intervenção na dinâmica da própria natureza.

Hoje o homem é uma força geológica. Ao ser uma força geológica, ele modifica os padrões de ocorrência natural e isso faz com que gere mais incerteza. Teremos que trabalhar em como considerar essa complexidade do processo de mudança associado ao clima e à economia e a esse processo de incerteza.

O setor de recursos hídricos tem que avançar fortemente nessa questão da complexidade. A gente vive hoje nesse processo todo uma fase de alocação de água. Hoje estamos vivendo uma fase em que grande número de bacias hidrográficas brasileiras, em muitos locais do Planeta, que podemos discutir depois, temos, por exemplo, a fase de desenvolvimento inicial de construção de infraestrutura que já foi dada. Hoje estamos vivendo uma fase, em um grande número de bacias, onde a demanda é aproximadamente igual à oferta. Para isso, vamos precisar ter um nível de racionalidade e de gerenciamento de recursos hídricos mais significativo.

O Brasil, em grande parte, se armou para esses desafios, apesar de eu estar achando que nós temos de viver o momento agora de ter nova energia no sistema para buscar um novo equilíbrio.

A Lei nº 9.433 foi um instrumento muito importante ao dar ferramentas para que pudéssemos fazer uma gestão da oferta, associada a uma gestão da demanda e associada a uma gestão de conflitos. Estas três lógicas de gestão da oferta, gestão da demanda e gestão de conflitos hoje estão colocadas na Lei nº 9.433, só que precisamos avançar significativamente. Possivelmente esta Casa terá condições de aprimorar e melhorar esses mecanismos e dar o relevo político que eles têm.

Então, esse é um contexto sobre o qual temos de fazer a reflexão sobre a conservação de água. Nesse contexto de escassez hídrica, conservar água, em grande medida, vai ser a única forma que vamos ter de ativar novos usos na bacia hidrográfica.

Podemos passar para a próxima. Então, de fato, o que é conservação de água? Logo no início do século XX, a conservação de água tinha um foco na oferta. Conservar água significa armazenar água e guardá-la para uso produtivo futuro. Como os rios tinham uma grande variabilidade nas suas afluências, na ocorrência dos rios, anos secos, anos úmidos, uma grande variação sazonal, um período mais seco, um período mais úmido, a conservação de água era entendida, naquela época, como a construção de reservatório, fazer com que a água deixasse de ir para o mar e fosse guardada para, no momento devido e oportuno, ter um uso produtivo, fosse no abastecimento das cidades, no uso industrial, na produção de energia elétrica.

Hoje, em grande medidas, o foco que temos da conservação de água diz respeito ao foco na demanda, onde a conservação de água significa atualmente utilizar o mínimo possível para um dado uso produtivo, reduzindo-se perdas e desperdícios. É aí que começa a indústria a falar em reúso, aí que tem um processo na cidade de redução de perdas físicas e de faturamento no sistema, o processo de hidrometração.

Todos esses mecanismos dizem respeito hoje a esse foco de conservação de água, que é um foco na demanda. Mas eu estou acreditando, inclusive existem algumas sinalizações sobre as quais poderemos conversar um pouco mais depois, que nós temos de ter um foco futuro, o foco da conservação baseada nos serviços ambientais, que teriam práticas que permitam que o bem natural se preserve e se renove.

Em certa medida, tem algumas experiências – a Itaipu acabou de sinalizar uma –, como o rio Delaware. A cidade de Nova Iorque resolveu fazer um financiamento muito significativo no rio Delaware para tratar de todas as fontes difusas. Toda a parte, por exemplo, de produção dos rebanhos que existiam na margem do rio Delaware financiou o tratamento. Por quê? Hoje o rio Delaware tem, na costa leste dos Estados Unidos, a melhor água. E Nova York utiliza essa água sem tratamento. Reduziu o custo de tratamento de água significativamente e, com isso, financiou. A cidade de Nova York já consegue beber água com custo menor. Então, o que ela fez, na realidade, foi uma aposta no serviço ambiental e outros usos começaram a surgir. O foco no serviço ambiental de alta depuração dos rios e, a partir daí, a sociedade começar a se apropriar desse foco ambiental vai ser um foco também de conservação extremamente interessante de ser explorado.

Vamos continuar. Então, quais são os objetivos da conservação da água? Primeiro, é a questão da sustentabilidade, garantir para as futuras gerações que a quantidade de água retirada dos ecossistemas não exceda a sua realimentação natural. Segundo, conservação de energia, porque quando se reduz a quantidade de água que se precisa produzir para abastecer a cidade, reduz-se os custos de energia e os custos de produção dessa água. Terceiro, é exatamente a questão de conservação dos ecossistemas. Não só por conta da necessidade de redução de infraestruturas hídricas para ativar o potencial hídrico, como também devido à questão da maior quantidade de água que fica disponível para a sobrevivência dos ecossistemas. Finalmente, em grande medida, em alguns lugares onde se tem uma grande escassez hídrica, essa conservação pode possibilitar o aumento da disponibilidade hídrica em bacias. Em algumas bacias brasileiras, o único "manancial" que vai poder ser ativado é reduzir a demanda para entrar uma nova demanda e realocação de algumas outras questões. Acho que essa definição já foi dada, pode partir para frente.

Na realidade, se você pensar na conservação de água como foco na demanda, a gente pode identificar que o conteúdo da ação que hoje se tem materializado muito fortemente é que a ação tem de viabilizar a redução de custos e o aumento de receitas por conta da conservação de água, incentivar os usuários para que reduzam as perdas e desperdícios, ampliar a consciência ambiental que faz com que diversas empresas comecem a conservar água como sendo uma resposta a seus consumidores. Existe uma dimensão que é posta aí. Tem-se algumas ferramentas que são os incentivos à mudança de comportamento, como educação, restrições estruturais como definição de regras de operação e cobrança pelo uso da água e a utilização de reúso.

Hoje, no Brasil, do ponto de vista do abastecimento urbano, 37% do faturamento é perdido. O consumo médio do Brasil é em torno de 150 litros por habitante/dia. Uma das tarefas que se teria, do ponto de vista da conservação de água, é a redução do consumo per capita em alguns lugares.

Obviamente, o desenvolvimento vai na contramão desse objetivo. No século XX, a quantidade de consumo de água *per capita* aumentou três vezes mais que o crescimento populacional por conta do uso na indústria, nos serviços, na agricultura.

Então, teríamos que trabalhar como operar do ponto de vista do urbano a redução do consumo *per capita*. Várias técnicas têm sido trabalhadas nesse sentido, alguns buscando resposta comportamental, com educação pública que muda as crenças e o conhecimento sobre a realidade, a estrutura de preços do sistema que também já foi sinalizada aqui, algumas respostas estruturais como a que a própria estrutura de preços também tem a ver – cobrar faz com que haja um certo nível de racionamento –, regras de uso e até mecanismos mais físicos, como a hidrometração. Às vezes, não só medir a casa, mas também medir os apartamentos com o que podemos chamar de uma sub-hidrometração, feita em cada unidade de consumo. Então, têm todas essas ações de redução de perda.

Outro ponto extremamente importante na conservação, do ponto de vista da demanda, diz respeito à questão da irrigação, que foi sinalizada aqui como sendo o nosso maior usuário de água. E, na irrigação, hoje, é fundamental que a gente melhore o manejo da irrigação. Em alguns lugares você faz irrigação por inundação, que, hoje, tem-se, por exemplo, uma eficiência só de 40%. Quarenta por cento da água que é retirada do rio é efetivamente utilizada, ou volta em retorno, etc.

Então, precisamos melhorar fortemente isso aí. Isso não é fácil, precisa de tecnologia de como utilizar, por exemplo, tensiômetros ou outros mecanismos para poder ter uma boa aplicação da água no solo, além disso, você precisa ter uma mudança cultural e, muitas vezes, não só mudança cultural, mas como a própria estrutura econômica daquela região.

A indústria tem avançado significativamente nessa direção. A própria Agencia Nacional de Águas, com a Fiesp, já lançou manuais inclusive educativos nessa direção.

Vou utilizar o meu último minuto para falar que existe essa abordagem setorial, mas uma abordagem que eu acho fundamental que seja trabalhada para a conservação de água é a abordagem na gestão dos recursos hídricos. Essa é chave para que a gente possa operar. Porque se aquela outra é o setor em si, essa abordagem no setor de recursos hídricos é uma abordagem em que a gente estaria modificando as condições com que se dão a utilização da água. Nesse sentido, você teria hoje os instrumentos de gestão da água, que podem focar e forçar mais, cada vez mais, essa questão da conservação da água. Por exemplo, a outorga, que foi citada pelo Dr. Paulo Varella, pode estar associada a metas de conservação. Se você não conservar e não tiver uma meta de redução do seu uso, você vai perder seu direito de outorga. A questão da cobrança tem um fundamento muito importante, que o financiamento do sistema de recursos hídricos, ela também deve ter uma dimensão de conservação da água, e aí, em certa medida, ter aquela ideia de Pigou de internalizar a externalidade do ponto de vista do lançamento de afluentes, mas também impor ao usuário que ele tenha algum nível de racionalidade. Se a cobrança for muito baixa, o industrial, muitas vezes, não vai fazer o reúso da água, ou não vai aplicar as medidas de conservação que tem de ter. A questão mesmo do plano, do enquadramento, os sistemas de informações podem utilizar. Mas, para além dos instrumentos que temos hoje, temos de desenvolver novos instrumentos de gestão da demanda. Nesses instrumentos de gestão da demanda no setor de recursos hídricos, nós temos de duas classes pelo menos, uma, de medidas conjunturais, que mexem com ambiência, com o arranjo institucional; algumas políticas de regulação que façam com que os usuários tenham um incentivo maior a fazer a conservação de água; incentivos econômicos, como a questão da cobrança do uso da água, como já foi dito, pela poluição e pelo uso; os incentivos fiscais e até mecanismos de realocação de água, a pessoa receber quando reduzir a água, que vai ser transferida para outro tipo de benefício, e incentivos econômicos, como quotas e, fundamentalmente, campanhas educativas.

Então, essa questão da abordagem da gestão de recursos hídricos no foco da demanda da conservação de água, eu acho que, se tem uma resposta para a pergunta "podemos conservar a água?", podemos sim, através das ações setoriais, mas podemos, fundamentalmente, do ponto de vista de política pública, através do fortalecimento da política de recursos hídricos. Essa política de recursos hídricos é para além de uma política ambiental, porque a água é desenvolvimento também, além de ser natureza.

Eu já cheguei ao limite do meu tempo, agradeço, e, no debate, a gente acrescenta mais algumas outras ideias que trouxemos para compartilhar com os senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu é que agradeço.

Quero passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, depois ao Senador Rodrigo Rollemberg, e guardarei as minhas para o final.

Eu só quero dizer que me surpreenderam positivamente, não apenas pela maneira bem preparada como vieram os apresentadores, mas também como se percebe que o Brasil está com uma grande preocupação. O que ainda me incomoda é que o debate todo foi sobre o Brasil. E o problema da água não é brasileiro, ele é planetário. Se nós tivermos a melhor conservação possível da água, no Brasil, daqui a 50 anos a gente vai ser invadido para roubarem a nossa água. Ou a gente tem uma proposta para, no Rio+20, termos uma política – como essa aqui, por exemplo – para o mundo inteiro, mesmo que a gente não consiga fazer isso, ou nós corremos o risco de que tudo que a gente conservar vai ser roubado dentro de mais algumas décadas.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar os ilustres palestrantes, a começar pelo nosso colega parlamentar Nelton Friedrich que, para nossa grande alegria, permanece fiel aos princípios que o trouxeram para esta Casa e que o fez um destacado Parlamentar. Saúdo também o Dr. Paulo e o Dr. Francisco.

Quero dizer ao Deputado Nelton que tenho certeza de que esse programa só existe na Itaipu Binacional porque você está lá como Diretor. Você levou para lá as suas ideias, levou para lá as suas convicções políticas e levou para lá o seu profundo sentimento de solidariedade social.

Em Santa Catarina, temos um programa semelhante: microbacias. Este programa organiza 956 microbacias em todo o Estado. Eu posso reforçar, com convicção...

(Falha na gravação.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...não só na conservação da água, não só na recuperação de áreas degradadas, na conservação das matas ciliares, assim como no ensino de novas técnicas e tecnologias de produção, e, mais do que isso, também de comercialização do produto. O agricultor aprende a ser o empreendedor.

Desenvolvemos, lá, outro programa muito importante – talvez esta reunião possa transpor para o Senado todo, por meio de uma legislação que leve ao estabelecimento de uma política nacional de conservação de água da chuva. Estabelecemos, em Santa Catarina, primeiro, que todas as construções públicas do Estado passaram a ter o sistema de coleta e armazenagem de água da chuva; segundo, uma recomendação às prefeituras, para que, na concessão de alvarás, se estabelecesse como uma das cláusulas nas legislações municipais, a existência de projeto e execução de coleta e conservação de água da chuva.

Então, ao dar esses dois depoimentos, eu queria abordar um aspecto que acho importantíssimo na questão de uma política hídrica para o País, que é a questão das águas subterrâneas. Temos um grande manancial de águas subterrâneas e não temos uma política de utilização dessas águas. Não temos uma política de conservação dessas águas. Não temos uma política que evite a contaminação dessas águas.

Foi falado aqui pelo Deputado Nelton da suinocultura intensiva lá do sudoeste e oeste do Paraná, do oeste e sul de Santa Catarina, falou também da criação intensiva de frango, e falou de algumas experiências feitas por agricultores em aproveitar esses dejetos, transformando-os de drama ambiental em uma solução energética, mas é preciso também uma política nacional para massificar a produção de energia a partir de dejetos.

Por que isso é importante? Porque o dejeto é um elemento poluidor, seja das águas de rios, riachos, ribeirões, seja das águas subterrâneas.

Sr. Presidente, vou pedir desculpas porque o Governador de Santa Catarina está na minha sala me aguardando. Então, vou lá e volto o mais rápido possível, mas deixo essa indagação para o debate.

Peço desculpas, mas tenho de atender ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A sua contribuição compensa perfeitamente a sua ausência. Mas, se puder voltar, melhor ainda.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Vou passar às perguntas antes, para depois encerrarmos.

Lembro que, se houver sessão ordinária, teremos de suspender esse debate. Sei que a Ordem do Dia não começa antes das 16 horas, mas, a partir das 16 horas, a qualquer momento pode começar, ou não também.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa desse debate. Quero cumprimentar os palestrantes, Deputado Nelton Friedrich, o Dr. Paulo Lopes Varella e o Dr. Francisco de Assis Souza Filho, e, desde já, pedir desculpas, Presidente Cristovam, porque eu também vou ter de me retirar em seguida, já que vou ser paraninfo de uma turma de formandos da Polícia Militar do Distrito Federal – vou levar o seu abraço também.

Senador Cristovam, V. Exª tem toda razão quando fala que devemos ter uma preocupação planetária com a questão da água. Apenas discordo, porque, no Brasil, a situação em relação à água é grave.

Temos iniciativas muito bem-sucedidas, como o projeto Cultivando Água Boa, em Itaipu, mas, infelizmente, são casos isolados no nosso País. É claro que estamos evoluindo; avançamos numa legislação, que precisa ser efetivamente implantada, fortalecida, com a criação dos comitês de bacias hidrográficas.

Sr. Presidente, vou tomar a liberdade de descrever uma experiência que eu tive há 11 anos. Quando eu era Deputado Distrital, participei de uma expedição, organizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB – acho que V. Exª foi o criador –, com a presença de pesquisadores de várias universidades brasileiras – UnB, da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, da Universidade Federal de Minas Gerais. Saímos de Pirapora, Minas Gerais, e fomos até a foz do São Francisco, passando pela eclusa, em Sobradinho – claro que tem um pedaço que não é navegável do rio São Francisco, mas, em seguida, pegamos um catamarã para chegar até a foz.

E, naquela ocasião, há 11 anos, o que já se percebia claramente era um quase completo desmatamento nas margens do rio São Francisco. É importante relembrar isso no momento em que se debate o Código Florestal, e que um dos pontos polêmicos desse debate é a necessidade ou não de recomposição das áreas ditas consolidadas. Grande parte dessas áreas desmatadas nas margens do rio São Francisco não estava ocupada pela produção agrícola; elas tinham sido desmatadas criminosamente – como ocorre no cerrado brasileiro, que está sendo desmatado nesse momento em vários pontos o cerrado está sendo desmatado ilegalmente, para fornecer carvão para as siderúrgicas, sobretudo de Minas Gerais.

Além do desmatamento de toda margem do rio São Francisco, a gente percebia, primeiro, que grande parte dos afluentes já estavam secos. Praticamente todas as cidades – não sei como é essa realidade

agora, mas gostaria de refazer essa viagem 11 anos depois para saber se essa realidade mudou; talvez o Dr. Paulo Lopes Varella possa nos dizer – e vou consultar as notas taquigráficas posteriormente –, mas quase todas as cidades jogavam seus esgotos, *in natura*, no rio São Francisco. E, a barca que nos levava, por várias vezes ficou presa no meio do rio, em bancos de areia, em função do assoreamento. Assoreamento que começa nos afluentes iniciais e nós, aqui do Distrito Federal, somos parte da bacia do São Francisco, aqui exatamente no rio Preto, onde já existe um conflito gravíssimo envolvendo a água por causa do número enorme de pivôs centrais. Já não dá para atender a todos os produtores rurais e, com o desmatamento indiscriminado, inclusive das áreas de preservação permanente, o assoreamento começa no rio Preto, depois vai para o Paracatu e depois chega ao rio São Francisco. E todas as vezes que a barca ancorava era exatamente no encontro, quando esses afluentes se encontram com o rio São Francisco – claro, levando aqueles bancos de areia.

A cidade de Bom Jesus da Lapa, à margem do rio São Francisco, estava a mais de um quilômetro de onde era o antigo porto, o que mostra que o rio São Francisco era um rio que estava agonizando.

No entanto, vejo nisso, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade de o Brasil recuperar essas áreas degradadas e, com isso, recuperar um patrimônio que talvez seja o maior patrimônio que possamos ter além do solo, que é a nossa água, pode garantir água de boa qualidade e grandes investimentos em reflorestamento, enfim, criando oportunidades de ocupação e de trabalho com a recuperação dessas áreas.

Quero registrar também uma outra experiência que tive oportunidade de conhecer, tão bem-sucedida como a de Itaipu. Foi na Embrapa de Sete Lagoas, a Embrapa Milho e Sorgo, onde o pesquisador Luciano Cordoval – se não me engano, é esse o nome dele – desenvolveu uma coisa absolutamente simples nas regiões ondulosas que Minas tem muitas e Goiás tem muitas. Quando temos chuvas muito fortes, sobretudo no verão, há enxurradas muito grandes que provocam erosões e assoreamentos muito grandes. Com a técnica criada por ele, de construir pequenas barragens, é possível captar essas águas da chuva, que, depois, alimentam vagarosamente o lençol freático, fazendo com que o lençol freático suba e faça aflorar água, nascentes de água, nas partes mais baixas do terreno, perenizando alguns rios. E com o aumento do lençol freático, aumenta-se a produtividade daquelas terras.

Digo isso para mostrar que, se investirmos em conhecimento, em novas tecnologias e em decisão política, podemos transformar isso numa atividade que, além de ser restauradora do meio ambiente, seja extremamente produtiva do ponto de vista econômico, criando instrumentos para essa transição que estamos empenhados em debater nesta Subcomissão, de uma economia tradicional para uma economia verde.

E vou dar outro exemplo, Senador Cristovam: há uma propriedade que conheço, aqui no distrito Federal, que é certificada como sendo de agricultura orgânica – propriedade de um Deputado Distrital, o Deputado Joe Valle. Numa área de cem hectares, há 150 empregados com carteira assinada produzindo agricultura orgânica, frango orgânico, verduras orgânicas, leite orgânico e tal. Estou dizendo isso para mostrar que o Distrito Federal – e estou citando o Distrito Federal porque é uma unidade da Federação que conheço e que tenho a honra de representar – pode ser um exemplo do que pode ser feito no Brasil. Trata-se de uma área de cem hectares, com 150 empregados, que produz alimentos orgânicos numa unidade da Federação que consome, seja na merenda escolar, seja no consumo das famílias, uma quantidade enorme de alimentos que, em grande parte, são trazidos de outros Estados, causando impactos em nossas rodovias, gastando óleo diesel, poluindo o meio ambiente, e são alimentos cuja origem não conhecemos. Se houvesse uma articulação da produção apenas com a merenda escolar, e se nós tivéssemos apenas mais cem propriedades desse tipo no Distrito Federal, estaríamos gerando quinze mil empregos e produzindo alimentos de boa qualidade para as crianças, alimentos absolutamente saudáveis, alimentos orgânicos.

Então, efetivamente, Senador Cristovam, o que nós precisamos no Brasil é parar e planejar, com muita seriedade, com muita responsabilidade e com muito espírito público, o nosso futuro e construir políticas públicas nesse sentido.

Eu não tenho a menor inveja da China, das taxas de crescimento da China, porque entendo que o Brasil tem muito mais oportunidades de garantir um crescimento sustentável. Pode não ser de 9% ou 10% ao ano, mas pode ser um pouco menos, mas um crescimento que seja sustentável, que a gente possa garantir para esta e para as futuras gerações uma grande qualidade de vida.

E estamos diante de uma grande oportunidade. A Rio+20 traz a oportunidade para uma grande reflexão e de uma grande formulação e dá oportunidade para que o Brasil assuma, efetivamente, um papel de liderança na transição dessa economia tradicional para uma economia verde, gerando os empregos de que precisamos para combater a pobreza, porque entendo que só teremos um desenvolvimento sustentável se efetivamente eliminarmos a pobreza em nosso País.

Cumprimento os palestrantes, cumprimento V. Exª e peço desculpas porque daqui a pouquinho terei de me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de fazer minhas perguntas, quero aproveitar a presença dos Senadores e pedir, primeiro, que os que estiverem de acordo fiquem como estão para aprovarmos a ata da última reunião. Em segundo lugar, quero dizer que esta sessão de quarta-feira foi extra, porque o dia que acertamos foi quinta-feira. Na próxima quinta-feira não vamos ter reunião, mas na outra quinta vamos ter e vamos discutir energia: para quê e como.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – V. Exª quer fazer suas perguntas? Eu quero fazer por último.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, gostaria de fazê-las, mas, antes de o Senador Rollemberg sair, gostaria de dizer que tenho inveja das taxas chinesas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Arruda, eu também não tenho, não, Senador Rodrigo. Eu tenho mais inveja das taxas de felicidade que alguns países do mundo registram independentemente das taxas de crescimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se não fossem as taxas de crescimento chinesas, a bancarrota seria maior, aqui no Brasil e em outros países.

Sempre tiveram inveja das taxas de crescimento dos Estados Unidos e da Europa – era muito bonito, era muito lindo –, mas, agora que o chineses cresceram, ninguém quer ter inveja. Antigamente se dizia: ”Vai para a China”, tornando pejorativa a existência da China. Agora que ela está crescendo e o povo chinês está com a autoestima elevada, a gente também não está querendo. É um negócio meio estranho.

Exatamente porque somos diferentes, deveríamos não só ter inveja das taxas de crescimento chinesas, mas buscar, nesse debate da Rio+20, estabelecer mecanismos para o chamado desenvolvimento sustentável – expressão que surgiu na Rio 92 –, que os chineses estão buscando alcançar agora. Eles cresceram rapidamente e hoje são o país que tem o maior programa ambiental do mundo; o maior programa de defesa do meio ambiente do mundo está na China. Por que eles estão fazendo isso? Porque fizeram crescer a sua economia, têm reservas, têm moral no mundo, estão de cabeça erguida e podem fazer. Quem ainda não fez isso tem de fazer para ter meios adequados para defender o seu meio ambiente.

Nós estamos buscando esse caminho no Brasil. Vejam esta situação: a cidade em que nasci e me criei nasceu às margens de um rio chamado Pajeú, que hoje é todo canalizado. A maior cidade do Brasil nasceu às margens do Tietê, que está todo canalizado, não sei como vai ser a recuperação de APP lá, assim como a recuperação de mata ciliar e etc no Tietê – o mesmo vale para o rio Pinheiros.

Nas pizzarias, as principais fornecedoras de alimentos, que viraram coqueluche no Brasil, o pessoal quer pizza de forno a lenha e não assadas no forno elétrico ou no forno a gás, que poderiam poluir menos.

Então, tudo está em volta de quê? O meio ambiente para nós não pode ser um modismo, tema sobre o qual seja fácil e bonito falar, tem de ser um programa, um projeto largo.

Para se ter uma ideia: José Bonifácio de Andrada e Silva, em carta à Assembleia de Portugal, Brasil e Algarve, em 1821, mandou um texto para produção constitucional cujo centro era a defesa do meio ambiente. Em 1821! Era um programa, um projeto de nação, e não uma coisa sobre a qual era bonito falar. Tratava-se de desenvolvimento, de crescimento econômico etc.

Tenho percorrido a América do Sul em função do Mercosul, em vários programas. Fiquei na Comissão de Infraestrutura, mas também me liguei a uma outra comissão relacionada à questão ambiental. Ficou meio ambiente e habitação numa comissão só, e a minha, de Infraestrutura, também pegava energia e mexia muito com o meio ambiente. Então, você tinha uma comissão de meio ambiente, mas a energia estava noutra comissão, que era a de infraestrutura.

Discutimos muito os aquíferos, discutimos muito o aquífero Guarani. Falei várias vezes dos nossos aquíferos. Temos no Ceará um aquífero, lá na região do Cariri, que não tem o tamanho e a dimensão do aquífero Guarani. Não sei como está na ANA, mas gostaria de ter uma informação a respeito dos aquíferos que estamos estudando na região amazônica. Não sei sobre os aquíferos na região, não sei quantas vezes maiores ou quantas vezes menores são que o aquífero Guarani, mas gostaria de ter uma ideia porque sei que estão sendo estudados. E quando discutimos o aquífero Guarani, já se levantava, lá em 1995 – foi o primeiro debate de que participei, em Montevidéu, sobre o aquífero Guarani –, a questão dos aquíferos brasileiros, especialmente os que tinham porte.

Havia um na região amazônica que incluía o Pará e entrava pelo Mato Grosso, então, acho que é um aquífero também de grandes dimensões. Havia outro na região do Piauí. Acho que ANA e as universidades da nossa região devem estar monitorando isso. Então, gostaria de saber como estão esses estudos sobre

esses aquíferos e se nesses aquíferos... No aquífero Guarani se discutiu muito – ele pega São Paulo, pega uma parte do sul do Brasil – a poluição dos aquíferos já. Talvez estejamos mais protegidos. Não sei se estamos mais protegidos no Brasil. É uma coisa que considero importante.

Uma outra coisa diz respeito às experiências das nossas barragens. Não sei, Nelton, se é o caso, se há similaridade com o programa de Itaipu, mas você podia nos dar uma ajuda nesse sentido. Como eu fazia um curso de eletrotécnica na Escola Técnica Federal, nossos estágios normalmente eram na Chesf. Eu notei que na Chesf, nos vários barramentos que temos no rio São Francisco, a companhia tem um programa, mas, além do programa, ela paga *royalties* para os Estados da região. Mas nós não controlamos a aplicação dos recursos de *royalties* das usinas, como não controlamos também os do petróleo, do gás ou da mineração. Nós não sabemos em que programas os Estados estão investindo os recursos dos *royalties.* Poderíamos ver a experiência de Itaipu, se há um programa das mesmas dimensões nas outras... E a ANA também está envolvida diretamente com isso, porque é uma coisa que diz respeito aos mananciais hídricos do nosso País.

Nós fizemos uma experiência no Ceará em função da nossa situação peculiar: é um semiárido num cristalino, então é um duplo problema. Não é um problema só. Então, o nosso cuidado com a água, o zelo com a água, a ansiedade em torno da água entre nós é muito grande. Tanto é assim que, quando começamos a migrar, migrávamos logo para o rio Amazonas, para a maior bacia que existe. Fruto dessas grandes estiagens foi o povoamento da Amazônia, daquela região. Fomos nós, nordestinos, que em grande parte migramos para aquela região. Só ultimamente é que chegaram os sulistas naquela região, mas antes eram os nordestinos migrando para as grandes bacias hidrográficas brasileiras.

Então, ali no Ceará, fizemos um programa especial de águas, de cuidado das barragens, de interlocução grande com o Dnocs, que era o principal agente estatal do governo federal na região. Não sei se é a mesma coisa com a Codevasf, mas, com o Dnocs, o Estado do Ceará fez uma grande relação em função dos outros Estados – não sei se é a mesma coisa, mas ali nós fizemos. Fizemos um programa de águas do nosso Estado, do Estado do Ceará, que tem também resistências porque algumas das nossas bacias são povoadas, as cidades nasceram às margens dos rios, Fortaleza é na beira d'água, o Pajeú desapareceu, o Cocó está ocupado, o Siqueira também está ocupado.

Nós estamos fazendo agora, Senador Cristovam, o maior programa de macrodrenagem e de recuperação de rios em região metropolitana do Brasil, que é feito em três rios no Estado do Ceará – o rio Cocó, o rio Maranguapinho e o rio Ceará –, recuperação da calha, mata ciliar, desobstrução e retirada da população para colocar próximo – porque não se pode tirá-la e mandá-la para muito distante. Buscar realocá-la próximo não é tarefa fácil, numa região já densamente ocupada. É um esforço de governo que reúne o Governo Federal, o governo estadual, o governo municipal e também um conjunto de instituições – federais, estaduais e municipais – nesse esforço grandioso de um Estado, digamos assim, relativamente pobre, comparado com outros Estados brasileiros.

Então, eu deixo um pouco dessas reflexões. Que respostas podemos ter das experiências vividas? Quer dizer, como proteger e garantir o nosso desenvolvimento? Como casar essas duas coisas bem, adequadamente? A proteção do meio ambiente não pode ser empecilho para o desenvolvimento, e o desenvolvimento não pode ser um instrumento de destruição total da natureza, porque só existe desenvolvimento – imagino como é que vai haver agronegócio, agricultura familiar ou qualquer agricultura sem a proteção dos mananciais. Não considero que isso possa ser possível. E não é possível proteger os mananciais destruindo toda a mata ciliar.

Então, esse conjunto tem de estar muito bem casado, sem desespero de ambos os lados. E parece sempre que há desespero de um lado e desespero do outro: um querendo destruir tudo e outro querendo deixar tudo intocado. Quer dizer, não há um meio termo adequado, para que a gente possa conduzir bem a nossa economia, para a gente ser desenvolvido, para a gente crescer e ter mais meios ainda e, ao mesmo tempo, proteger a natureza, que acho é o grande objetivo da nossa Comissão, no trabalho preparatório da Rio+20.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agregar, mas, na verdade, deveria ser em outro debate, que o que faz com que haja um lado e outros, Senador Arruda, é o horizonte de tempo. Alguns estão pensando em 30, 50 anos, na próxima geração; outros estão pensando no próximo balanço empresarial ou na próxima eleição...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se o Rollemberg estivesse aqui, a gente poderia dar o exemplo da devolução de Hong Kong para a China, e o acordo foi de 100 anos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Exatamente.

Então, esta é a diferença: alguns estão olhando a próxima geração; outros estão olhando o próximo

balanço comercial da empresa. E eu, como empresário, ia ficar preso ao meu próximo balanço; eu não iria pensar na próxima geração, porque, aí, a minha empresa quebraria. Agora, se todos pensarem só no próximo balanço, aí a próxima geração quebrará. Aí é que está a dificuldade do Código Florestal: são duas óticas diferentes.

Não vou dizer se uma é míope ou se o outro sofre de distropia – é assim que se chama? Não vou dizer quem é que está com o olho errado, mas um está vendo mais distante do que o outro. Talvez o mais distante esteja errado.

Mas vamos concluir...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vejam o caso da soja. A soja hoje não é um produto, não é só um grão, não é verdade? É um grão sofisticado, porque tem a tecnologia de 30 anos da Embrapa. Então, virou um grande negócio, mas porque foi vista no longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Por isso foi feita pela Embrapa e não por nenhuma empresa.

Nenhuma empresa montaria...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma empresa, mas é uma empresa estatal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Estatal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Que pensou o progresso de forma mais distante.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso, exatamente! Nenhuma empresa privada poderia pensar em longo prazo desse jeito. Só essas imensas.

Bem, quero fazer quatro perguntas, que eu gostaria que a gente pudesse colocar no boletim que queremos fazer desta nossa reunião: a primeira é se existe hoje, se podemos ter como otimismo hoje alternativas tecnológicas para superar as dificuldades da falta de água. Ou seja, dessalinização, por exemplo, da água do mar: com isso aí dá para a gente ser otimista?

A revista *The Economist* desta semana – quer dizer, da semana passada, porque a nova sai hoje – coloca que, em Israel, estão descobrindo formas de limpar a água através de bactérias. Então, isso é possível. Existem técnicas que permitam a gente superar a falta de água?

A segundo, que talvez devesse ter vindo antes: o problema da água está no aumento demográfico, no aumento do consumo *per capita* dos ricos, na inclusão social dos pobres ou na contaminação industrial? Onde é que está a gravidade maior? E quando digo industrial, digo no sentido americano de energia, transporte e agricultura.

A terceira pergunta é: o que é que os senhores recomendem que levemos para a Eco+20 como sugestão do Brasil no que se refere à água?

E a quarta e última: que sugestões os senhores têm para a gente, dentro da educação, poder ajudar a mudar o problema da água? O que é que a gente tem de fazer com a educação de nossas crianças para que a água deixe de ser um problema em médio e em longo prazo?

Eu vou seguir a mesma ordem. Dr. Paulo Lopes Varella.

O SR. PAULO LOPES VARELLA – Bom, procurando seguir aqui a ordem das perguntas, nós tivemos a intervenção do Senador Luiz Henrique e do Senador Inácio Arruda, com uma preocupação específica na questão das águas subterrâneas.

Eu acho que os senhores têm toda a razão, até porque elas estão subterrâneas mas muitas vezes numa interação direta com as águas superficiais, e a gestão de uma tem de estar harmonizada com a gestão de outra. Mas, de forma prática, Senador, exatamente conscientes disso, apesar de que a dominialidade da água é estadual – e nós defendemos aqui, numa comissão, e eu fui um dos aqui presentes, de que assim continuasse –, como a ANA tem responsabilidade pela implementação do sistema nacional, nós trabalhamos a integração dos Estados na montagem de uma agenda nacional de águas.

Isso está posto e ela inclui desde um pilar que tratou de um diagnóstico – nós visitamos todos os Estados para ver como estava a gestão de águas subterrâneas no processo –, um pilar de capacitação, outro de geração de conhecimento, outro de inclusão dos instrumentos da política também na gestão da água subterrânea e também na questão transfronteiriça interestadual.

Hoje nós estamos, nesta semana, dando ordem de serviço para dois grandes estudos – e isso em harmonia com os Estados que aí estão incluídos e com a academia também –, para que nós possamos ter um trabalho de conhecimento, como foi feito com o Guarani – um pouco menor, em princípio –, mas para que a gente possa realmente começar a conhecer o grande aquífero Amazonas no contexto global, que certamente – é a impressão que temos – terá muito mais água, inclusive, do que o Guarani, mas isso está sendo palco desse esforço.

Estamos também, ainda esta semana, começando um grande estudo no que diz respeito ao aquífero Urucuia, que, inclusive, é responsável em algumas áreas por 30%, 40% ou até por 60% da recarga do rio São Francisco, dependendo da área do ano.

Estamos também dando continuidade, obedecendo ao que foi definido no Programa aquífero Guarani, de cujo Conselho Diretor tive a honra de participar no Brasil e que era formado por quatro países, e estamos começando exatamente, junto com os Estados, a mapear as zonas que devem ser preservadas, as áreas de recarga e outras coisas mais que foram pedidas naquele programa.

Terminamos um grande estudo nos aquíferos que dividem o Rio Grande do Norte e o Ceará. Está pronto. Vamos acabar de entregá-lo aos dois Estados. Foi feito em conjunto com eles para a gestão daquele aquífero profundo, de Baraúna, Mossoró, pelo Rio Grande do Norte e que ia entrando lá pelo Ceará.

Também foi dada à ANA a responsabilidade de coordenar o monitoramento dos aquíferos brasileiros.

De maneira que eu diria que águas subterrâneas, definitivamente, entraram na agenda. Elas tinham ficado um pouco à parte, mas entraram definitivamente na agenda e estamos trabalhando isso, apesar da dominialidade estadual, em muita harmonia com os Estados. E não vemos outra forma de fazer gestão de recursos hídricos como um todo, se não levarmos em consideração a gestão integrada de água de superfície e água subterrânea.

Dizem que, quando fui apresentar isso para a diretoria da ANA, eu peguei um pensamento do Einstein – ele estava pensando em outra coisa, mas eu peguei para isso –, quando ele dizia que não é adequado se ver como diferente coisas que a gente não pode distinguir. Água subterrânea e água superficial estão em absoluta integração e precisam ser geridas de forma integrada.

Os nossos aquíferos estão mais protegidos quando são mais profundos, mas os aquíferos rasos, muitas vezes, estão muito vulneráveis. A minha cidade de Natal, que tem água de excelente qualidade, está com dois terços do aquífero com problema de nitrato, por conta da contaminação devido ao saneamento.

A questão da preservação de que o Senador Rollemberg falava também, a ANA tem um posicionamento, evidentemente com um olhar equilibrado, mas principalmente nos rios menores. Estamos defendendo que se faça uma proteção de margem e que se mantenham os 30 metros, porque a gente costuma dizer que todo rio nasce pequeno, e são os pequenos que mais sofrem. E ele dizia aqui que exatamente viu que há muito rio pequeno que já não tem mais água.

É claro, é um contexto maior que tem de ser visto, mas para a proteção das margens dos pequenos rios, a ANA chegou a fazer, inclusive, uma nota técnica a esse respeito. No que diz respeito ao que foi tocado acho que pelo Senador Rollemberg, lá do rio São Francisco, de quando ele o visitou, a ANA, em conjunto com os Estados, em 2003, levou a cabo e executou, junto com o comitê inclusive, o plano decenal, em que foram previstas todas as ações que deveriam ser implementadas também na área da proteção, do saneamento, da revitalização do rio etc.

Nesse momento, um mês atrás, participei de uma reunião em Recife, e os Estados que compõem a bacia estão se conscientizando, principalmente depois de superado aquele problema que houve da transposição do São Francisco, que complicou muito o processo, de que é preciso que a gente enxergue o plano – e o Ministério da Integração também ali presente –, que possamos tirar do plano as ações e cruzar os PPAs do Governo Federal com o governo estadual, para a gente apresentar talvez ali, em Petrolina, pela primeira vez, uma proposta de ação conjunta – Ministério e Estados – a fim de que a gente possa ter as ações de saneamento.

E muita coisa tem sido feita. Alguns bilhões estão sendo aplicados aí, nessa área, mas sem uma visão geral. Então, queremos ver isso dentro da ótica daquele plano.

O Senador fazia uma provocação inicial das águas planetárias, e acho que esse contexto tem de ser realmente visto, Senador. Aí, nós temos de fazer uma reflexão aqui rápida. Quer dizer, a água que o Planeta possui é constante: ela nem aumenta, nem diminui. A gente perde um pouquinho aí pela atmosfera, ganha dos vulcões e mais ou menos temos cerca de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água. Só que 97% disso está no mar. Outra grande parte está nas calotas e o que sobra mesmo é 0,001%, que ainda é muita coisa, mas é evidente que precisamos geri-la com cuidado, porque, senão, essa questão dará problema.

E a humanidade, quem pavimentou a ocupação da Terra, nos primórdios da humanidade, foi exatamente a presença da água. Então, não tínhamos problema de muita água, porque só havia gente onde havia rio, onde havia lago. Eles não iam para outro canto se não havia como fazer poço. O problema é que, à medida que essa população começou a se espraiar pelo continente afora, essas questões começaram a aparecer.

Eu fiz uma apresentação, lá no último Congresso, em São Luís, de "Água Subterrânea: ontem, hoje e amanhã", e vi que os chineses, quando começaram a ir para o interior, cinco séculos atrás, já faziam poços com varas de bambu, para poderem começar a entrar um pouco mais no continente.

Então, a situação planetária é séria. Hoje, cerca de um terço da população não tem abastecimento adequado; quase metade não tem saneamento adequado e isso reflete em quase 70% das doenças de

veiculação hídrica, principalmente nos países pobres, onde isso se dá. Nós temos situações seriíssimas na África, no Oriente Médio, enfim, onde a situação se põe quase que em pé de guerra. Os postos se defendem com tanques. E é evidente que o maior donatário desse patrimônio hídrico é o Brasil. Cerca de 13% da água do mundo é gerada aqui. Se considerarmos o que passa dos países a montante, podemos chegar a 18% desse patrimônio. Portanto, temos uma responsabilidade muito grande nesse processo.

Estamos conscientes disso. A ANA tem procurado, inclusive junto com os países que falam a língua portuguesa, com Portugal e a Espanha também, trabalhando junto com a África – temos alguns programas nessa direção.

A partir do Rio, a partir de Dublin e, depois, do Rio, parece que caiu a ficha e o mundo todo começou a se preocupar com isso e a criar o seu sistema de gestão. Existe uma entidade no mundo chamada Conselho Mundial da Água, que envolve governo – não só governo, mas outras academias, enfim, as empresas, todas as dimensões que compõem água. Nós temos a honra de ser um dos 36 Governadores do mundo, enquanto o Diretor da ANA tem dois só na América do Sul, os dois brasileiros, Benedito Braga, que já foi antes pela USP, onde está se discutindo essas questões. Eu acho que o Senador tem razão, como dizia Kennedy, os poucos que são ricos não defenderem os muitos que são pobres poderá ter problema depois.

Nós já estamos exportando muito água, água virtual – Assis falava disso via questão de alimentos, etc. Nós estamos também numa ação coordenada com os países da América do Sul, aqui nós somos água abaixo da bacia amazônica, somos água acima da bacia do Prata e temos uma série de interações com este país, estamos tentando ajudar, inclusive, pondo recurso, para monitoramento água acima porque nos interessa fazer as nossas barragens aqui. Enfim todo esse esforço tem sido feito na direção que possamos integrar realmente – o Assis coloca isso com muita propriedade – a água, muitas vezes, no fundo é um integrador geográfico e geopolítico também, porque passa de um canto para outro, acho que sim, o senhor tem razão, mas além dos muitos problemas que nós estamos tentando enfrentar também essa questão do relacionamento, principalmente de uma forma geral, está sendo levado em conta e nós não vamos ter sucesso se não caminharmos, que não seja nessa direção.

Acho que estamos entrando numa era, todos nós vivemos uma geração fantástica dos transplantes, da informática e de coisas que ousava nem pensar em poucas décadas atrás e, evidentemente, que já existem tecnologias que podem ser usada na mitigação dos problemas da água, mas evidentemente que isso tem que ser levado do ponto de vista econômico – como Assis colocava.

Claro, é possível dessalinizar a água? É possível e temos exemplos mundiais fazendo isso, mas a gente também tem que lembrar que o mar termina na beira da praia e nós temos que levar água para o interior. Às vezes ainda é mais barato você trabalhar no limite de usar as águas locais. Mas, sim, evidentemente, é chegado o momento, e foi assim nos países... não tem outro jeito, ou a gente vai ter que ir para a dessalinização. Mas antes disso temos o reúso, estamos trabalhando, estamos com alguns programas interessantes, a Universidade de Campina Grande, por exemplo. Estamos trabalhando, agora mesmo estivemos no Ceará, com Dr. Assis e o pessoal da gestão do Ceará, o grande problema de qualidade de água para que a gente não desconstrua; os reservatórios estão perdendo água por falta de qualidade. Mas, certamente, existe uma gama de possibilidades tecnológicas que, combinadas com a questão econômica, poderão ser usadas.

Eu, de cara, para definir a minha posição: sou um otimista, sou um preocupado, mas um preocupado otimista. Quer dizer, se nós não tivermos cuidado daqui a pouco serão 5 bilhões de pessoas até o ano de 2025, que seremos quase 9 bilhões com problema.

Mas me perguntem: se isso vai acontecer?

Não me passa pela cabeça que a gente possa deixar que isso aconteça. Essa é uma questão que temos que superar.

Educação, o que fazer? Essa é uma outra pergunta que eu me recordo que o senhor fez.

Aí eu queria trazer aqui uma reflexão forte. Nós não vamos conseguir superar e avançar nesse processo sem efetivamente aplicar a natureza da Lei 9.433. Eu adoro ouvir o Nelton falar e trazer esse exemplo; e ele termina dizendo que é possível fazer exatamente por isso, porque lá foi feito toda uma conscientização e atração de que a própria população começa ser gestora de água. Quer dizer, se nós não conseguirmos fazer que a população passe de expectador para ator, nós não vamos conseguir avançar. Então, a questão da educação, da conscientização em todos os níveis, desde o nível mais alto, dos pós-doutores, até as crianças ribeirinhas é preciso sejam feitas. Do meu ponto de vista, e quando eu fui Secretário lá no Estado, tentei fazer isso, em vez de criar matérias específicas, vamos hoje ter aula de água... Se a gente pudesse ter isso disseminado em todas as matérias, na física, na química, na biologia, no português, na matemática, etc, eu acho que poderia ser um caminho, que a gente pudesse disseminar isso na grade como um todo.

Por outro lado, também falando em educação, é preciso formar nas universidades, enfim, profissionais competentes em todas essas áreas.

Eu acho que me perdi em outras duas perguntas que eu não me recordo agora. Qual foi a segunda?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.)* – O que vamos levar para a Rio+20?

O SR. PAULO LOPES VARELLA – Eu tenho impressão de que a primeira tela que a gente pôs aí, especificamente a gente vai ter que pensar os produtos, mas esse conceito de que nós temos que ter desenvolvimento, evidentemente que sem desenvolvimento não é possível, mas que por outro lado o desenvolvimento afeta a água, enquanto natural, quer dizer, temos que levar para lá esse conceito. Temos que trabalhar em volta disso e ver que demanda nós vamos levar. Enfim, água é o grande vetor de desenvolvimento. Nós não vamos avançar se não nos preocuparmos com isso.

Eu queria aproveitar esta hora, nesta Casa aonde tenho o maior prazer de sempre vir, porque o mandato que me foi dado foram vocês que me deram, temos que levar água para a agenda política mais alta, temos que discutir esse assunto na agenda mais alta. Temos que fazer um grande pacto nacional, isso eu digo em nível de Brasil, para que os Estados e a União possam inclusive estabelecer metas.

A nossa lei é uma lei belíssima. É uma lei avançadíssima, mas parece que ela carece ainda de um pequeno detalhe. Nós não estabelecemos metas quali-quantitativas e temos que estabelecê-las, evidentemente que cada Estado vai ter o seu caminho, mas temos que estabelecer esse pacto, delimitá-lo e, se for o caso, até repensá-lo ao longo do caminho.

Enfim, acho que eu levaria para a Rio+20 o que realmente é o grande desafio desse século que se inicia: a questão de enxergar a água como grande vetor de desenvolvimento perpendicular transversal a toda dimensão de desenvolvimento no que a gente queira pensar. Evidentemente que aí temos que trabalhar muita coisa. A agricultura a gente viu aí que tem um trabalho imenso para você diminuir. Mas eu levaria esse conceito, essa ideia de que realmente é preciso, e me parece que ela está um pouco ainda numa dimensão menor na Rio+20, nós temos que trabalhar para modificar isso, para levar a ela como realmente um fator de destaque. Acho que, se nós não resolvermos esse problema, não enxergarmos a água e não dermos essa dimensão que ela merece de grande vetor de desenvolvimento, nós não vamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Nelton. Quer que eu lembre as perguntas? Eu insisto nas perguntas porque a gente quer incluir isso num texto que vamos publicar depois.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Muito rapidamente duas observações. Primeiro eu quero me reportar à importância da participação dos nossos Senadores e dizer ao nosso ilustre Senador e ex-Governador Luiz Henrique que realmente temos uma equipe muito estruturada, integrada. O Dr. Jorge Miguel Samek é o nosso Diretor-Geral e tem sido o grande maestro desse trabalho todo da Itaipu binacional, à luz evidentemente de um planejamento estratégico situacional feito em 2003 e à luz também de um compromisso que veio muito claro: as empresas públicas de energia, por exemplo, não ficassem apenas no seu negócio. Foi muito clara essa missão dada em janeiro de 2003. E foi assim também a Agência de Desenvolvimento, com visão de integração e, acima de tudo, também de inclusão social e ambiental. Participei de uma reunião fundamental sobre esse aspecto e sentimos claramente que isso também é missão das empresas estatais.

Outra observação. Eu queria aproveitar muito rapidamente também para entrar nas questões dizendo, Senador, que à luz da experiência que estamos tendo, e aí citou a questão dos *royalties,* realmente os *royalties* podem ter um pouquinho de diferença com esses outros que são praticados no Brasil. Ficaria binacional, então. Mas, na verdade, os *royalties* são muito significativos. Um Município como Santa Helena tem 21 mil habitantes e recebe praticamente R$2 milhões por mês de *royalties*. Porque a divisão que há nos *royalties* de Itaipu e correspondem os *royalties* de Itaipu a 14% da receita de Itaipu, 14% vão diretamente para os *royalties*, 73% vão para pagar os juros e serviços da dívida. Mas esses 14% têm uma divisão: um terço para os Municípios atingidos, proporcionalmente às áreas alagadas; um terço para o Governo do Paraná e o outro terço uma partilha inclusive que chega até Brasília – Brasília recebe uma pequena parte, mas recebe, porque está na bacia. Mas também o Ministério de Meio Ambiente, Ministério sem essa tecnologia é assim. Então tem uma partilha, um terço, um terço, um terço. Mas não há dúvida, repito, o significado que tem. E é até uma das razões também que a gente pode comparar no programa Cultivando Água Boa, porque nós saímos dos Municípios lindeiros ao adotarmos a bacia hidrográfica como território de ação – e tem que ser – porque nós somos 29 Municípios e não apenas 16, que têm um grau pequeno, médio ou grande de *royalties* de participação.

Agora outro detalhe: realmente não marcamos quando aprovamos a lei. Eu lembro que foi uma luta titânica na Constituinte. Eu estive aqui para inserir essa questão dos *royalties*, até à exaustão e aquela

questão toda. Mas quando veio a lei evidentemente nós não carimbamos esse recurso. E é algo que tem que se observar.

Então melhorou muito na região do oeste do Paraná, onde temos os 16 Municípios com *royalties* a gestão desses recursos. Por exemplo, houve até com o Ministério Público outras iniciativas de não se aplicar em pagamento de pessoal, nem para pagamento de dívida municipal e, ao mesmo tempo, alguns Municípios tiveram a iniciativa de constituir até fundos. E há Municípios em que 25% dos *royalties* obrigatoriamente são aplicados na agricultura familiar.

Então, começou a ter várias iniciativas que eu diria profícuas até na destinação, na aplicação dos recursos oriundos dos *royalties.*

Outra observação que eu queria fazer, até pela sua história de vivência também na área, é que eu acho que nós estamos também tendo um avanço muito significativo em toda a área, por exemplo, do campo das empresas estatais de energia elétrica, no que diz respeito à questão da responsabilidade social e ambiental. Os nossos próprios relatórios de sustentabilidade, que cada vez mais estão sendo considerados; a questão da auditagem; mas, ao mesmo tempo, uma clareza que nós temos que compreender que não é mais possível fazer empreendimento de médio e grande porte, se não tivermos o antes, o durante e o depois. E, principalmente, eu completaria nesse aspecto, considerando, por exemplo, o significado dessas ações positivas que já acontecem e podemos ampliar. Cito um exemplo bem menor: as últimas hidrelétricas estão trabalhando a possibilidade, por exemplo, de canal da piracema, da migração de peixes. E a experiência de Itaipu é rigorosamente vitoriosa porque são 9 quilômetros de migração, porque há uma queda de 170 metros, diferente de Santo Antonio e Jirau, por exemplo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu visitei e acho que o senhor estava na visita junto com a gente, quando levamos lá os paraguaios para que eles pudessem ver também. Os paraguaios falavam muito, mas não iam visitar. Estivemos lá vendo o canal.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – E é impressionante e virou até uma atração hoje. O período de piracema, que vai de outubro a início de fevereiro, é impressionante o que tem de subida de peixes, cardumes. E outra coisa, a variedade. Nós estamos monitorando isso, inclusive com marcação eletrônica até, com uma pequena cirurgia, com *microships*, mas ao mesmo tempo também com a marcação convencional. E a marcação convencional já nos deu 642 quilômetros acima capturados peixes marcados na bacia do Paraná. É um negócio fantástico!

Eu vou diretamente a essa última questão. Apenas – o Senador Rodrigo não está aqui – uma consideração que ele colocou muito bem. Eu quero só fazer uma observação, Senador, que toca diretamente a área em que o senhor é um dos maiores protagonistas neste nosso continente. Nós temos mais de 34 milhões de crianças que comem merenda escolar todos os dias no Brasil. Isso é mais que a população inteira da Argentina. Pois bem, imaginem isso conectado com uma proposta sustentável de agricultura familiar, de agricultura orgânica, o exemplo que citou o nosso ilustre Senador. Por quê? Porque é um crime ter hoje, por exemplo, alimentos que fazem 1200 quilômetros para chegar à mesa do consumidor, que é quase a média americana e que o senhor citou. O que significa de CO^2 na atmosfera? Mas o que significa de encarecimento e o que significa de quebra do saber e do sabor que é fundamental no que diz respeito, por exemplo, não só à questão alimentar, mas, ao mesmo tempo, dos pratos regionais e tudo isso? Se nós conectarmos isso ao movimento da economia local, que é um dos pilares da economia verde: produz aqui, consome aqui do lado, e trabalha concretamente a questão da mudança de paradigma! Quer dizer, consumo saudável, vida saudável, cidade saudável, água de qualidade, porque está tudo interconectado. Mas para isso é preciso um grande movimento.

E aí eu vou entrar diretamente nessa questão última colocada brilhantemente. Vou pegar pela última, casando com a primeira. A tecnologia resolverá o problema? Acho que não há dúvida de que é imprescindível a tecnologia. Mas nós temos que fazer uma revisitação à tecnologia e à ciência. Isso porque há... Eu vou usar aqui até uma expressão de um pensador que escreve muito sobre as questões até de gestão e é *best-seller*, muitos dos problemas que nós temos hoje vêm das soluções que nos deram ontem. Isso significa evidentemente novas tecnologias. Mas, por outro lado, nós também temos que compreender onde está o nascente dessas novas tecnologias, para evitar que elas sejam monopolizadas, dominadas, o que seria outro tipo de colonização. Se não tem acesso, tem dificuldade. Onde é que estão 70% das tecnologias criadas nesses últimos dez anos? Nas mãos de quantos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nas mãos daqueles que investiram em educação 50 anos atrás.

O SR. NELTON MIGUEL FRIEDRICH – Perfeito. Mas aí você tem também que abrir para esse espaço o seguinte: o que significa um pacto realmente global hoje.

E aí eu terminaria nesse ponto, especialmente nesse ponto, dizendo que eu acho tão importante quanto à questão da tecnologia, de pesquisa e inves-

timento: consorciar com a questão da educação. E a educação, desculpem-me dizer aqui – é algo que alguns podem... Eu não me sinto bem quando ouço que as crianças vão salvar o planeta. É a educação com as criancinhas... Eu acho que é fundamental, é imprescindível e elas têm hoje um papel extraordinário pelo que elas significam nas famílias, em todos os campos. Mas e os adultos? Quando nós temos um horizonte de que 3 bilhões de seres humanos que terão escassez de água de algum tamanho nos próximos 50 anos... Isso significa educação formal, não formal e difusa simultaneamente trabalhando. Mas significa compreender, permitam-me ser um pouco insistente nisso, que a questão da tecnologia, a questão da educação nós precisamos trabalhar muito. O que significa esse novo pensamento? Isso porque o pensamento imediatista, absolutamente linear, rigorosamente economicista não é sustentável e, se não é sustentável, temos que revê-lo, porque eu continuo tendo muitas vezes fornalhas de formados com a mesma tecnologia ou a mesma cabeça, com o pensamento único, que é absolutamente inviável, porque ele também está embutido em cima de uma visão de que a natureza é uma máquina. E o criador, afinal de contas, o idealizador do empirismo científico foi claro em dizer: nós temos que torturar a natureza como a Santa Sé fazia com os seus infiéis para tirar o último dos seus segredos. Está escrito e é da base do pensamento ocidental. Então é muito mais profundo. Isso implica uma reflexão, eu diria, absolutamente vigorosa desse paradigma. E aí é necessário diálogo de disciplinas.

Eu vivi uma experiência recente. Um professor de Química chegou para mim e disse: "Finalmente me caiu toda a ficha." Isso o professor de Química, quando me perguntava sobre o meio ambiente, eu dizia: olha, a aula de meio ambiente é na terça-feira, às duas da tarde. Não é comigo. Isso porque ele era professor de Química. Isso está hoje na chamada lógica da separatividade. Isso é um processo profundamente.... Tem 150 anos. Não há uma fronteira das disciplinas. Então, não se consegue construir o pensamento sistêmico, porque está tudo interdependente. Nós somos apenas fio de uma teia da vida. O que se fizer para a teia, estará sendo feito para você mesmo. Isso é sabedoria o quê? Originária. Quem disse isso não foi o maior *best-seller*. Foi um líder indígena. Por quê? Porque é compreensão da natureza. Nós somos apenas fios de uma teia da vida, onde há vida há uma rede de células, microorganismos, células e moléculas. Vamos aprofundar isso, senão a gente não sai e fica fazendo, de repente, me desculpem dizer, um trabalho intenso no dia da árvore ou no dia do meio ambiente. E os outros dias do ano? Não estou dizendo que não tenha isso.

Completando, e aí outra questão que eu queria concluir. Sugestão Rio+20: eu tenho a impressão de que tem uma questão fundamental, os principais centros de poder do mundo... Eu participei das últimas cops, Cop 15, Cop 16, acompanhei várias outras iniciativas, o protagonismo do Brasil é um negócio extraordinário. Aliás, os brasileiros ainda não se situaram, parece-me, no que significa o papel hoje do Brasil hoje no mundo e o que melhorou.

Mas eu queria completar, portanto, é uma das razões que trouxemos para cá a Rio+20. E aí aproveitar, por exemplo, o senso de urgência não bateu nos principais centros de decisão do planeta, o senso de urgência do que nós estamos vivendo. Essa é uma questão fundamental na Rio+20: senso de urgência.

Em segundo lugar: quais são as metas? Se não tiver metas, me desculpem, é mais um tratado, mais uma discussão. Qual é a agenda que nós vamos trabalhar com metas concretas, definidas?

A Agenda 21 era para ser a grande agenda do novo milênio. Onde que a Agenda 21 está integralmente sendo aplicada? Essa é a questão concreta que nós temos que desafiar na Rio+20, como brasileiros e quem está fazendo o dever de casa, que vai hoje aos fóruns internacionais, é respeitado, é valorizado, e absolutamente reconhecido. E como é que nós podemos avançar muito mais nessa questão, estabelecendo, efetivamente, metas? E aí, evidentemente, também vamos considerar na Rio+20 que a água é vítima das mudanças climáticas. Então, nós temos que compreender mesmo o significado de a gente pactuar, o que poderíamos chamar o macro e o micro.

E eu concluo, nós precisamos talvez motivar muito na Rio+20 uma espécie de mapeamento das melhores práticas que existem no mundo, para servirem de laboratório aberto, de referência, de campo de observação, para mostrar que dá para fazer.

E eu sou otimista. Sou otimista por dois lados. Primeiro, porque eu acho que o ser humano aprende de duas formas. Eu gostaria que aprendesse pela segunda. Ela aprende pela dor. Mas eu gostaria que ele aprendesse só pelo amor. E a solidariedade entre as pessoas, das pessoas com a natureza, talvez seja o eixo fundamental de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem. Eu agradeço.

Eu diria que, entre a dor e o amor, tem uma outra coisa que pode ajudar a gente a aprender: a necessidade. A necessidade não está nem na dor, nem no amor, e talvez seja o que vai fazer com que a gente aprenda.

Eu passo a palavra ao Dr. Francisco Assis Souza Filho, para suas palavras.

O SR. FRANCISCO ASSIS SOUZA FILHO – Agradeço novamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero antes dizer que cumprimento aqui o Dr. Marcos Pereira, que está aqui nos visitando, e o Roberto Wagner, que é quase Senador.

O SR. FRANCISCO ASSIS SOUZA FILHO – Bem, tem as quatro questões que o senhor colocou e eu vou tentar responder.

Mas antes só uma observação sobre o que o Senador Inácio falou, da questão lá do Nordeste semiárido. Eu acho que ainda tem um grande desafio nosso do setor de gestão, que é exatamente a questão ainda ter um melhor gerenciamento do risco do clima, principalmente em função das oportunidades.

Às vezes, a gente hoje faz uma gestão de risco que olha mais o dano do que o potencial. A gente tem que olhar como é que não sofremos tanto no dano e usufrui das oportunidades por conta da variabilidade do clima. Isso é uma questão fundamental.

E com relação à questão de água subterrânea, ela é mais difícil, porque o conhecimento sobre água subterrânea, por ser água invisível é mais caro. E, ao ser mais caro, você tem que ser parcimonioso na utilização. E isso faz com que você, às vezes, não utilize adequadamente ou, às vezes, superexplore um aquífero. Então, essa é questão extremamente relevante e precisamos aprofundar a questão na política de gerenciamento de recursos hídricos, na questão da água subterrânea.

Então, vamos às quatro questões. A primeira: qual é o problema da água? Demográfico, poluição industrial ou consumo *per capita*? Na realidade, inclusão do...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Desperdício do rio ou inclusão dos pobres.

O SR. FRANCISCO ASSIS SOUZA FILHO – Desperdício do rio ou inclusão dos pobres, que esse é um ponto.

Na realidade, o problema da água, dizendo de outra forma, tudo isso faz parte do problema da água, porque ele é multidimensional. E a gente podia dividir isso em duas classes: uma, é o clima, quando muda por conta da questão da variabilidade do clima, que gera extremos de secas e de cheias. Então, o clima é uma dimensão da questão da água que tem que ser levado em conta. E o outro tem a ver com a sociedade. E na sociedade tem um crescimento populacional significativo, a humanidade cresceu imensamente no século XX e está continuando a crescer. E isso significa mais boca para alimentar, mais energia para ser utilizada. Isso demanda e estressa o meio ambiente.

Então, o crescimento populacional, sem dúvida nenhuma, é um vetor de demanda do sistema, associado ao tipo de desenvolvimento que nós temos. Se a gente quer manter essa população, temos que repensar qual é o tipo de desenvolvimento que temos.

Edmund Wilson disse que se a gente tivesse o padrão de consumo dos Estados Unidos, nós precisaríamos de quatro planetas Terra para ter a capacidade de suporte.

Então, hoje em dia, a questão do problema da água tem a ver com desenvolvimento e crescimento populacional, de um lado da sociedade. E de outro lado, a questão do clima e seus eventos extremos. E essas duas dimensões, natureza e sociedade, elas se completam, formando um sistema socionatural, uma influencia a outra. Então, na realidade é um problema conjugado.

Então, demografia, poluição industrial, consumo *per capita* são manifestações dessa essência mais primitiva, dessa dinâmica mais primitiva que define e condiciona a questão da água.

Segunda questão: existem alternativas tecnológicas para a escassez? Na realidade, acho que a melhor tecnologia para escassez é um bom gerenciamento de recursos hídricos. Essas outras formas de acesso e de mananciais, como dessalinização, a natureza já faz o tratamento bacteriano na autodepuração dos rios e dá isso de graça para a gente. Então, essas tecnologias, na realidade, são ferramentas. Não há uma tecnologia milagrosa. A gente vai ter que fazer uma boa gestão.

E se há uma aposta que a gente vai ter que fazer no conjunto desse processo é utilizar, talvez, a água do mar. O pessoal está utilizando água do mar hoje na Índia para plantação de arroz. Então, na realidade a gente pode utilizar a dimensão de usufruir mais do ambiente marinho para poder produzir alimentos e algumas outras questões. E com isso, inclusive, diminuir a nossa demanda sobre o sistema de água doce.

Um terceiro ponto é exatamente a questão do que é que a gente recomenda para a Rio+20. Na realidade, eu acho que tem três classes de tarefas que talvez a gente tenha que colocar. Uma talvez de ordem mais política, geral, que seria a sensibilização sobre essa questão, no caso da água, que a água é natureza e desenvolvimento, como o Dr. Paulo Varella seguiu.

Segundo, talvez eu me arriscaria a citar alguns temas de caráter mais global. Na realidade, a água hoje deixa de ser uma cesta de problemas locais. Ela começa a ter uma dimensão global. Onde é que se localiza essa dimensão global da água? Primeiro, na questão da apropriação da água na escala do planeta. A produção de alimentos na escala do planeta e a produção de riqueza na escala do planeta fazem com que a gente tenha uma apropriação da água planetária. Por exemplo, se a Índia dá subsídio para a agricultura

lá, eles vão produzir alimento lá. Se eles deixam de dar aquele subsídio, possivelmente existirá outra alocação de que a produção de alimentos vá para o Brasil ou para algum outro país.

Então, o sistema de subsídios que é dado hoje define uma relação de como é alocado na escala do planeta como um todo os recursos naturais, especificamente a questão da água.

Então, a apropriação da água na escala do planeta com relação à questão de subsídios que são dados, e aí a OECD e toda essa questão de discussão de subsídios e de transferência de água, porque no alimento está a água. Dentro de um melão tem água – é água virtual, como é chamada –, do feijão, de tudo, qualquer alimento. No sapato tem água, está certo? Qualquer *commodity* tem água.

Então, essas transferências internacionais de água com o mercado internacionalizado faz com que haja uma alocação e uma intensidade maior de utilização em alguns lugares. Isso precisa ser melhor planejado para evitar distorções alocativas desses recursos.

Então, a questão do subsídio estaria necessariamente associada a essa questão da apropriação da água como um todo. Então, a apropriação da água no planeta com a questão da água virtual e *commodities*, a questão do sistema de subsídios e a questão do clima, porque o clima está associado, necessariamente, ao aumento ou diminuição do risco associado aos recursos hídricos.

Então, essas três dimensões são o que a gente poderia chamar do problema da água na escala global. E a água aí deixa de ser um problema de recursos hídricos, uma cesta de problemas específicos de países e de regiões, para ter uma dimensão global, associada a um vetor que é o clima, e outro vetor que é a economia.

Segunda dimensão de problemas que a gente talvez pudesse levar para a Rio+20 são boas práticas de conservação e boas práticas de manejo de recursos hídricos. O Brasil acho que está na altura para poder fazer isso, ao ter o Plano Nacional de Recursos Hídricos, ao ter uma Agência Nacional de Águas, ao ter experiências exitosas, como é o caso, por exemplo, lá do Ceará, que no último relatório sobre escassez da ONU ele cita como sendo um dos casos de referência mundial com relação na questão dos recursos hídricos. E em outros locais do Nordeste, outras experiências brasileiras, como foi sinalizada a de Itaipu.

Então, o Brasil inclusive está preparado e tem moral suficiente para poder sinalizar e levar boas práticas.

Então, são esses três pontos. Um, é essa dimensão política da água como desenvolvimento, que precisa ser discutido; uma agenda internacional para começar a se discutir e, na realidade, evitar talvez, assim, só reuniões internacionais de encontros, e ter uma agenda propositiva a partir do vetor da economia e do clima; e a outra, boas práticas locais. Essa seria a terceira pergunta.

E com relação à questão da educação, dentro da educação, como é que a gente poderia interferir, na realidade, eu acho que tem uma dimensão, que é uma dimensão de mudança de cultura e de postura com relação à apropriação dos recursos naturais. Isso tem que ser feito na escola, no primeiro ano, porque independente de qual será sua contribuição e na distribuição social do trabalho, qual será a sua tarefa, cada um tem que ter a consciência de que ali você tem que conservar a natureza.

De fato, até começar o homem a se reconhecer como parte alienada da natureza, porque às vezes esquecemos que também somos natureza. A cultura é tão forte que faz com que esqueçamos isso. Hoje a humanidade tem uma capacidade de movimentar os ciclos de energia e de matéria na escala do planeta. Hoje o planeta é do tamanho de uma antena parabólica; hoje a gente interfere, a humanidade está interferindo como uma força geológica, interferindo nos rumos da natureza e precisamos ter responsabilidade de vida ao poder que temos hoje. Isso tem a ver com a cultura, com mudança de cultura e de postura e de relação com a natureza que pode nascer na escola.

Além disso, acho que a educação tem um papel fundamental na construção de uma inteligência, uma inteligência com preparo técnico suficiente para poder fazer frente ao tamanho do desafio e da complexidade que temos, que é um desafio maior do que os nossos índios tinham quando se moviam de uma parte mais úmida para uma parte mais seca. Houve um problema na escala planetária, em regiões muito grande e o Brasil é um continente e, se pensar hidrelétrica no Brasil, se pensa no Brasil como um todo. Então, essa escala do problema gera uma complexidade muito grande e para isso precisamos de conhecimento.

Apesar de estarmos numa era pós-moderna e o sonho de Bacon, que foi citado aqui e que deve ter sido questionado a partir dos anos 60, a complexidade da natureza exige que tenhamos conhecimento para poder agir. Sem conhecimento não teremos soluções sustentáveis. Para isso, a educação é o único caminho que nos leva a conhecer as nossas necessidades, conhecer as potencialidades que existem e, a partir daí, construir soluções sustentáveis. Sem conhecimento, não seremos uma população viável, serão outras que virão. Para isso também, além da cultura, da mudança na escola do pré-primário, etc, temos que formar um grupo técnico que tenha capacidade de ver.

Obviamente, do ponto de vista até da produção do conhecimento, pensar em questões transdisciplinares, multidisciplinares. Na realidade, hoje em dia o problema não é mais específico de uma disciplina. Quando falamos em recursos hídricos, nós que militamos na área de recursos hídricos, eu sou engenheiro civil, trabalho junto com sociólogo, economista e outras áreas do conhecimento, porque temos que identificar que existe uma unidade na realidade e cada vez mais, em função da complexidade, não conseguiremos quebrar essa unidade. A partir daí, vamos ter que nos apropriar do ponto de vista de conhecimento, utilizando todas as dimensões possíveis que o problema tenha para darmos uma solução sustentável.

Existe aí inclusive um desafio epistemológico, que é um desafio que vamos ter que enfrentar. Teria aí a questão da cultura na formação dos novos, da capacidade técnica que vamos ter que ver e, além da construção técnica, temos que ter a construção de uma nova epistemologia que consiga fazer com que tenhamos uma visão mais sistêmica.

São as respostas que poderia lhe oferecer agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Fico muito feliz com a participação de todos e agradeço muito a maneira como foi fechada respondendo as perguntas. Creio que temos material substancial para o relatório que vamos querer fazer ao longo das próximas semanas, debatendo item por item.

Vamos fazer a próxima reunião nossa de amanhã a oito, desculpe, de amanhã a quinze, na próxima semana não teremos reunião e será sobre energia, para quê e como fazer.

Muito obrigado e acho que esta Comissão começou muito bem a série que vamos levar adiante.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 33 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL--RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia dois de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa os senhores Sílvio Porto, Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento, André Nassar, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, Werner Fuchs, Conselheiro Representante da Sociedade Civil no CONSEA e o Ministro Milton Rondó Filho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada um. Declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas com a realização do segundo painel, que é *Alimento, como produzir para atender às necessidades*.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem aproveito para convidar para a Mesa:

Dr. Sílvio Porto, que é diretor da Companhia Nacional de Abastecimento, o Sr. André Nassar, Diretor-Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, o Sr. Werner Fuchs, Conselheiro, representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e o Ministro Milton Rondó Filho.

Quero, antes de qualquer coisa, enquanto agradeço a presença de cada um, cumprimentar a presença do Antônio Alessandro, que é Ministro Conselheiro da Itália, do Embaixador da Etiópia, do Primeiro Secretário da Embaixada da República da Guiné Bissau no Brasil, do Conselheiro da Embaixada Real da Tailândia, do Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia, da segunda pessoa, creio, da Embaixada do Reino da Arábia Saudita e do vice-chefe de Missão da Embaixada da Austrália. Agradeço a todos.

Peço desculpas por não termos tradução simultânea. I don´t know if this will be a problem or not, mas prometo que, na próxima, vamos ter tradução simultânea.

Quero dizer também que este encontro visa preparar um documento para o Governo brasileiro levar à reunião do Rio de Janeiro. Por isso, elaboramos uma lista de perguntas, que quero ler aqui:

1. Para mostrar que não é um debate sobre o Brasil: Haverá escassez de alimentos no mundo?

2. Com a mercantilização dos alimentos é possível alimentar a população mundial?

3. Quais os problemas ecológicos e ambientais que podem ser provocados pela produção de alimentos?

4. Há risco de disputa entre alimentação e energia?

5. Como colocar a alimentação como tema da Governança Mundial?

6. O que cada um sugere para a nossa Presidente Dilma levar aos Chefes de Estado em 2012, por ocasião da reunião Rio+20, no que se refere à alimentação?

7. Que evolução tecnológica pode ser esperada para realizar o aumento de produção de alimentos no mundo? Quais são as evoluções tecnológicas não apenas na agricultura, mas também, e por que não, na química, substituindo os produtos tradicionais feitos pela agricultura?

Vou passar a palavra, na ordem, de lá para cá, começando com o Dr. Fuchs. Vamos dar 15 minutos. Se for preciso um pouco mais, podemos, de qualquer maneira, ampliar esse tempo.

O SR. WERNER FUCHS – Boa noite a todos.

Sr. Senador, seria a sequência de todas as sete ou oito questões?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós não vamos amarrar o Senhor nessas perguntas. É apenas uma orientação. Vamos publicar um documento, um livro, e queremos que esteja pronto até outubro, e nesse livro a nossa intenção é ter essas perguntas. Mas cada um pode responder à pergunta que quiser. Eu vou fazer minhas pesquisas para dar respostas também. É apenas uma orientação.

O SR. WERNER FUCHS – Está certo.

Então eu me baseio um pouco na pergunta mais geral para início.

A pergunta era como produzir alimento para atender às necessidades. O Conselho de Segurança Alimentar, nos anos passados, já definiu as necessidades. Então, a gente tem a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, que é de 2006, e o decreto que normatiza, o Decreto nº 7.272, de 2010, define, então, as necessidades humanas básicas, entre elas, alimentação, como sendo alimentação de cultivo, de base agroecológica. Então, houve um processo todo de debates no Brasil, um processo de conferência que culminou no documento final da terceira conferência em 2007 e a segunda diretriz justamente define alimentação saudável como alimentação de base agroecológica.

Então, nós temos uma base legal hoje no Brasil para afirmar que alimentação adequada para atender o direito humano, alimentação adequada e saudável, é necessário ter uma matriz de produção orgânica ou agroecológica. Isso, na verdade, entra em conflito com outras – talvez devêssemos dizer em descompasso, não necessariamente conflito – com outras medidas na área da produção de alimentos, principalmente na liberação de transgênicos, porque a própria Lei de Produção Orgânica veda a possibilidade de fazer produção orgânica com sementes geneticamente modificadas. Além disso, há toda a discussão, que dentro do Consea também está muito forte, na questão dos agrotóxicos. Além disso, eu pessoalmente sempre defendi – eu vivo mais no sul do Brasil, no Estado do Paraná, andei com movimentos sociais, participando de várias questões, hoje participo da rede de produção agroecológica chamada Ecovida – a gente sempre, conversando com os agricultores, a gente percebeu um hiato, um conflito, na verdade, entre o que fala a academia ou o que falam até os gestores públicos e os documentos e o que fala o próprio agricultor de si. Então, talvez a forma mais fácil de mostrar isso seja na termologia. Sei que o senhor, Senador, o senhor gosta de termos claros, definidos e de conceitos claros também. Então, por exemplo, o agricultor, quando ele fala de si, ele não fala produtor rural, ele fala de agricultor, camponês ou homem do campo. Por que ele não usa a palavra produtor? Porque ele sabe que quem produz é a terra, não ele. Assim como o dono da vaca não é o produtor de leite, a vaca que produz o leite. Então, ele sabe disso, ele tem um respeito pela mãe terra, tem uma proximidade maior e quem está distanciado da terra é que vai falar de produtor rural. É uma diferença

talvez sutil, mas ela mostra claramente que o homem do campo se sente sintonizado com a realidade, digamos assim, do clima, das mudanças das estações, ele se vê muito claramente dentro desse processo e não como alguém de fora que vem, interfere, usa a terra apenas para sugar alimentos e, no fim, ele se autodeclara como produtor do alimento.

Então, é um conflito terminológico, mas por trás tem uma coisa muito importante, que eu gostaria de exemplificar com uma notícia recente que eu recebi da França: "A Europa semeia a fome". Na verdade, é uma notícia da Alemanha, vou passar para os autos depois, mas dizendo o seguinte: com as mudanças climáticas, a França está sofrendo uma grave seca e as leis europeias sobre sementes impedem os agricultores deste País de utilizarem maior variedade de sementes, porque só pode ser semente certificada. Então, isso é o Sr. Michel Pimbert que fala, autor de um estudo que está sendo citado aqui. "Nossas leis sobre sementes estabelecem a uniformidade. A França só pode usar sementes aprovadas, e as novas variedades necessitam de muita água".

Então, ele diz assim mais adiante, que: "As políticas agrícolas da Europa nos impedem de nos adaptarmos à mudança climática." Os agricultores não têm liberdade de trocar sementes entre si, fazer experimentos e eles conversarem sobre a experiência prática deles e usarem variedades deles mesmos que sejam mais resistentes às mudanças climáticas. Isso é um engessamento, porque a semente tem que ser certificada e a empresa que é dona das sementes. No Brasil nós temos a situação seguinte, que a Agroeste, que era a única empresa nacional, sediada em Xanxerê, Santa Catarina, foi comprada, a última empresa de sementes nacional foi comprada por uma multinacional. Então, hoje todo mercado de sementes certificadas no Brasil é controlado por seis grandes multinacionais e, quando nós no

Conselho de Segurança Alimentar discutimos questão de soberania alimentar e segurança alimentar, até no inglês, na palavra portuguesa de segurança a gente junta os dois termos ingleses, *safety* e *security*. Então, a palavra segurança significa as duas coisas: o alimento saudável, bom para o consumo e a própria segurança da pessoa de que não vai lhe faltar o alimento. As duas coisas estão dentro do conceito de segurança alimentar.

Então, vejam, se as multinacionais das sementes disserem: "Não damos mais sementes para o Brasil, vamos vender para ração essa semente". Pronto, o Brasil fica de joelhos, não tem mais como produzir alimentos. Então, esse é um conflito muito grande que a gente sente. Agora, o Consea foi recriado, ele já existiu nos anos 90 e, em 2003, ele foi recriado pelo Presidente Lula. Uma das primeiras coisas, foi a Lei de Sementes e Mudas, onde o Consea pôde influir. Essa é a diferença em relação a esse caso da Europa que eu citei. Então, por exemplo, a Lei nº 12.188, não, desculpem, 10.714, de 2003, no art. 48 há uma exceção à semente certificada e diz bem claramente que: "é vedado o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivar local, tradicional ou crioula". Certo? Então, podem ser incluídas no incentivo e, vamos dizer assim, nos programas de governo de financiamento do Governo, as sementes locais, as chamadas sementes crioulas. Então, esse é um direito conquistado por meio da influência do Consea, já em 2003, de que o pequeno agricultor pode ter o seu banco de sementes, pode trocar com os seus vizinhos e pode fazer o seu próprio melhoramento e guardar aquilo que muitas e muitas gerações de agricultores desenvolveram.

Então, esse é um dado que mostra a possibilidade de autonomia e de soberania do agricultor para ele ter as suas sementes. Agora, infelizmente, há poucas semanas, talvez o Silvio depois possa entrar mais nesse assunto, saiu um documento do Governo brasileiro sobre a agricultura de baixo carbono. Eu não tive tempo ainda de analisar todos os aspectos, mas um dos aspectos que eu procurei lá dentro foi sobre sementes crioulas e não fala absolutamente nada. Então, inclusive, nesse plano de erradicação da extrema miséria, é a Embrapa que vai dar sementes para o pequeno agricultor poder plantar, mas não fala que o pequeno agricultor pode começar a fazer troca entre si e pode desenvolver a sua tecnologia, a sua experiência.

Eu vou citar um exemplo dos Andes. Por exemplo, nos países andinos os agricultores sabem que determinada variedade de milho dá num nível de altitude de 50 metros; depois daqueles 50 metros de altitude, é outra variedade de milho; depois, outra variedade de milho. Então, eles sabem, para cada nível de altitude, quais as variedades de milho que podem ser usadas, mas, com as mudanças climáticas, bagunçou tudo. O milho está subindo o morro, está subindo os Andes, porque aquela variedade que dava mais embaixo agora tem que ir para uma variedade um pouco mais alta, porque lá vai ter aquela temperatura a que esse milho estava acostumado. Isso são conhecimentos milenares e os agricultores estão sabendo reagir a isso.

Infelizmente, eu acho que uma das coisas que a gente deveria demandar mais é esta questão, de que nós temos já essa base legal, de que o agricultor precisa ter esse poder de decidir sobre a sua semente. Isso vai dar, para o País inteiro, soberania e segurança alimentar.

Bom, talvez mais um ponto, e depois deixamos para outros debates, a questão dos agrocombustíveis, que é uma das questões que está levantada. Se existe ou não existe competição com a produção de alimento?

Eu gostaria de dizer que não, dentro de determinadas condições. No momento em que você foca em uma monocultura, que só produz, por exemplo, etanol, é obvio que há competição, é obvio que vai deslocar a produção de alimento, mas, no momento em que você pensa em um policultivo, em cultivo consorciado ou em rotação de culturas, onde uma planta é de agroenergia e a outra é para alimento, ou às vezes a mesma planta tem uso para energia e também para subproduto para ração, ou é para própria alimentação humana, nesses modelos não existe esse risco de deslocamento e de uma entrar em conflito com a outra. Essa discussão já é bastante recorrente, mas eu sempre admiro que, no passado, por exemplo, se usava trigo para fazer cola, se usava caseína – que vem do leite – para fazer tinta. São tecnologias antigas, conhecidas, muito praticadas no passado. Assim podia se descobrir mais coisas.

No sul do Brasil, por exemplo, somos perto de duzentos mil fumicultores. Nasci na capital do fumo, em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Meu pai não plantava fumo, mas acabou saindo da agricultura. Mas lá eu conheço agricultores que têm doze, quinze hectares plantados de fumo, mas, se a gente fizesse uma média nos três Estados do Sul do Brasil, a média seria de cinco hectares. Temos um milhão de hectares plantados com fumo. Quanto de alimento podia ter sido plantado nesse mesmo lugar ou podia estar sendo plantado nesse lugar? Então, são dados que a gente deveria questionar.

Outro dado do Paraná. Por exemplo, a empresa de Celulose Klabin sistematicamente está comprando as melhores terras. E o desafio para assistência técnica, extensão rural vai ser como ensinar o agricultor a produzir mais nas pedreiras, nas piores terras.

Na verdade, essa questão, Senador, está nos levando a um questionamento do modelo e não, necessariamente, só à questão da produção de alimentos.

Obrigada, fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Silvio Porto.

O SR. SÍLVIO PORTO – Boa noite.

Em primeiro lugar, ao cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, quero agradecer pelo convite, pela oportunidade. Quero cumprimentar o Milton, o André e o Fuchs e dizer que é uma grande satisfação e honra estar partilhando aqui esta Mesa com eles.

Senhoras e Senhores, vou tentar dialogar um pouco com as questões que vieram como uma referência no sentido da provocação e daquilo que essa subcomissão espera colocar como subsídio para esse debate importante que vai acontecer na Rio+20.

Considero que temos, hoje, olhando para o futuro, fatores críticos para a agricultura: a questão da demanda, que por um lado é bom, mas isso nos remete a reflexões sobre a demanda dos países emergentes; a questão da utilização e o crescente uso de produtos para agroenergia; a questão das mudanças climáticas ou fatores climáticos, que têm acontecido de forma mais intensa, pelo menos, para aqueles que não acreditam que esses fatores estão ocorrendo em função de mudança – efetivamente, nós temos tido problemas bem mais recorrentes na questão climática nos últimos períodos; a questão da especulação do mercado de *commodities* no mundo; a questão de infraestrutura aqui, especificamente, na questão do Brasil, mas isso não seria só aqui, mas colocando numa questão mais interna; e a questão da concentração econômica de alguns setores.

(Próximo, por favor)

Em relação à demanda, aqui, o que dá para perceber, olhando em todos os Continentes, é que temos tido uma crescente demanda. Percebe-se, claramente, em função a isso aqui – claro que esse é um dado feito pelo FMI e pelas Nações Unidas –, em relação à população e ao consumo, que em todos os Continentes, mesmo nos países mais pobres, nós tivemos um aumento do consumo *per capita*. Quando se fala *per capita*, não necessariamente esse é o melhor dado, mas, pelo menos, pegando em termos de consumo agregado, a gente percebe que há uma elevação bastante significativa em relação ao consumo que vem ocorrendo de forma geral, no mundo. Isso significa maior demanda por produtos.

(Próximo, por favor)

Pegando os dados da subnutrição, de crescimento de populacional, percebe-se que de 1995 para 2005 nós tivemos aqui, em termos de subnutridos, praticamente uma estagnação e um crescimento da população mundial também em torno de 13 % a 14%, só que de 2005 para 2010, ou seja, nesses últimos cinco anos e, sobretudo, no ano de 2008 e 2099, fruto da crise financeira, da crise de preços, relacionados a *commodities*, enfim, nós tivemos um crescimento para além de um bilhão de pessoas. Então, em princípio, houve uma redução nesse período – embora aqui esteja mantido, há quase uma estagnação, mas, como há um crescente crescimento da população mundial, na verdade, percentualmente a subnutrição estava diminuindo no mundo –, só que volta a crescer e passa, novamente, a ser uma das grandes

preocupações não só da FAO, mas está sendo discutido, inclusive, no G-20. Milton está chegando de Washington, de uma reunião, e isso sempre faz parte do tema hoje que está colocado nas discussões dos diferentes fóruns em nível mundial.

(Próximo, por favor)

Quando pegamos aqui a relação entre estoque e consumo, a gente percebe que há, efetivamente, uma redução, ou seja, um crescente consumo e uma senão estagnação, diminuição da produção, seja por vários efeitos e, sobretudo, muitas vezes por problemas climáticos que acontecem de um ano para o outro. Efetivamente, o que vem acontecendo é uma diminuição da relação de estoque e consumo, a exceção aqui foi, principalmente, o trigo que teve duas safras seguidas muito boas, mas já volta a diminuir no ano passado. Para todos os outros produtos... O complexo soja é o único que se difere. Se nós pegarmos daqui para cá, na verdade, ele teve até um crescimento, em relação ao início da década de 2000 comparada a 2010, relativamente pequeno. Em 2006, 2007, ele teve um grande pico. Portanto, esse é o único produto que vem com um comportamento diferente do milho, trigo e arroz.

Esse é um dado... *(Pausa.)*

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT–DF) – Para nós, que não somos especialistas, essa é a porcentagem do consumo em função do estoque?

O SR. SÍLVIO PORTO – Isso, exatamente, aquilo que temos de estoque disponível comparado àquilo que foi consumido no ano, ou seja, isso aqui demonstra claramente que há uma disponibilidade menor nessa relação entre estoque e consumo.

Efetivamente, até os anos 80, todos os países, principalmente os da Europa, os Estados Unidos, o Japão, a China e mesmo o Brasil, trabalhavam com a ideia de estoques de segurança, de estoques públicos, de forma bem mais significativa. Ao longo dos anos 90, com a ideia de que o Estado não deve participar da relação da economia, sobretudo no mercado agrícola – o mercado precisa resolver essas questões –, houve um desmantelamento das estruturas do Estado. Basta olharmos para a América Latina e para o Caribe, que tinham estruturas de atuação de governo semelhantes às que existem no Brasil.

A própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 31 de dezembro de 2002, foi retirada da lista das empresas que iam ser privatizadas. Essa é uma prova de que, efetivamente, havia uma tendência – esta era a grande recomendação do FMI – de que os governos se afastassem desse tipo de preocupação, porque os mercados resolveriam isso. E, como tínhamos disponibilidade de produtos, o importante era fazer com que eles chegassem aos consumidores, independentemente do fato de que eles eram produzidos internamente ou de que eles chegavam aqui por importação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Deixe-me fazer mais uma pergunta: isso quer dizer que, no caso daquele milho roxo, se parasse a produção hoje, só haveria comida para um mês e meio?

O SR. SÍLVIO PORTO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É isso?

O SR. SÍLVIO PORTO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É grave, então?

O SR. SÍLVIO PORTO – É uma situação grave. Até cresceu a produção de milho no Brasil, o que tem contribuído positivamente nesse sentido. Mas boa parte da nossa produção de milho, na verdade, destina-se muito mais à ração do que propriamente ao consumo humano, embora, obviamente, depois, as carnes entrem na questão do consumo humano.

Como disse aqui o Pastor Fuchs, a gente vem mudando nossos hábitos alimentares. Essa padronização da produção e do consumo que passamos a viver nos últimos 50 anos, sobretudo nos últimos 40 anos, traz-nos uma série de reflexões.

Hoje, há basicamente oito ou dez produtos que estão – são as chamadas *commodities* – sempre na pauta das discussões, como milho, soja, trigo, arroz. Embora o arroz seja um produto de escala comercial muito pequena – o comércio agrícola em nível mundial de arroz está abaixo de 10% daquilo que se produz –, o arroz é tido como produto de estratégia nacional, vamos dizer assim. Todos os países que são grandes consumidores de arroz sempre se preocuparam em produzir arroz. O produto que representa o maior fluxo aqui é o trigo.

De qualquer forma, essa é uma questão que traz exatamente a perspectiva da pergunta feita pelo senhor aqui: haverá escassez de alimentos no mundo no futuro? Certamente, se nos pautarmos em poucos produtos, haverá, cada vez mais, riscos maiores. Haverá um grau de fragilidade. Isso significa que o nível de troca terá de se intensificar cada vez mais. Por isso, certamente, essa não é uma boa estratégia.

(Próximo, por favor)

Quanto à evolução das exportações, na mesma magnitude, também aumentamos muito o nível de expor-

tação, a troca entre os países, com base nesses mesmos produtos. Mesmo a produção de arroz, que é um produto de baixa circulação, se a compararmos àquela verificada no início de 2000, também teve um crescimento ascendente. O complexo soja é, mais uma vez, o que representa aqui uma maior troca entre uma região e outra. A soja é sempre o produto que está sendo mais demandado. Há o componente China, principalmente, que, obviamente, intensifica-se nos últimos anos. Portanto, isso faz com que haja um crescimento ainda maior.

(Próximo, por favor)

O mapa mostra a forma como se dá o fluxo dessas mercadorias no mundo. Percebe-se que há uma tendência muito forte de o fluxo ir da América para os outros países. As rotas se dão muito fortes, principalmente, nos Estados Unidos e no Canadá, como os grandes provedores, embora haja alguns *players* importantes também na América do Sul. Esta é a principal rota de troca, que pode ser por aqui ou nesse sentido inverso, olhando o globo.

A Europa, se olharmos em termos de demanda, de necessidade, é o continente com maior índice de pobreza. Esse índice está concentrado aqui, mas o fluxo para a Europa praticamente entra pela África do Sul. O fluxo desses produtos pouco chega a essa região e se intensifica, obviamente, onde há grandes demandas populacionais casadas com a capacidade de pagar por esses produtos, numa relação econômica.

(Próximo, por favor)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero fazer mais uma pergunta.

O SR. SÍLVIO PORTO – Pode voltar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Rússia não é uma grande produtora, uma exportadora?

O SR. SÍLVIO PORTO – Não, a Rússia fornece alguma coisa, mas, na verdade, os grandes produtores estão aqui. Os Estados Unidos, como sempre, é um grande produtor. Alguma coisa sai do Canadá. Milho e trigo são produtos que saem da Argentina. Do Brasil, saem a soja e, mais recentemente, o milho. Também somos grandes provedores de carnes, de açúcar, de café. Esses são produtos que saem muito fortemente do nosso País, como sai o café também do Vietnã e da Colômbia. Mas, efetivamente, cerca de dez países são os grandes provedores desses principais produtos que circulam no mundo.

(Próximo, por favor.)

Aqui se fala dos fatores críticos. É a questão do etanol e do biodiesel. Percebe-se claramente um crescimento bastante significativo, fazendo uma projeção em relação a consumo. No caso do etanol, há volumes bem maiores, porque o etanol é consumido tanto sozinho, como na mistura com a gasolina. O biodiesel poderia ser consumido, sem nenhum problema, sozinho, como óleo vegetal, mas, na lógica com que vem sendo trabalho, ele é misturado.

É importante dizer, Senador, que, na questão do biodiesel, por exemplo, quando atingirmos o B15, vamos consumir um volume de, no mínimo, 40% do que produzimos hoje. A matriz da nossa produção de biodiesel é a soja. Praticamente – dependendo da época, isso varia um pouco –, as duas principais matrizes do biodiesel são o óleo de soja e o sebo de animal. Portanto, isso tem relação direta com essa demanda de produção de óleo. Essa relação poderá, com essa demanda tão expressiva que passará a existir se continuarmos assentados em cima do óleo de soja, ter algum impacto sobre os preços. Hoje, nos leilões da ANP, por exemplo, estão pagando em torno de R$2,80 até R$3,00 o litro do biodiesel, do óleo do biodiesel.

Sr. Presidente, vou lhe pedir um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pode continuar. Não se preocupe.

O SR. SÍLVIO PORTO – Aqui, estão os principais produtos disponíveis para a agroenergia: nos Estados Unidos, o milho, que representa um terço do que eles produzem; nessa região da Ásia, a palma; e, no nosso caso, a soja ou a cana-de-açúcar, que está nessa região mais tropical. Nesse caso, também há soja.

(Próximo, por favor.)

Esse é um dado importante que pode trazer consequências para o futuro. Em torno ou no centro dessas bolinhas vermelhas, estão as indústrias de álcool espalhadas no Brasil hoje. Em torno de 430 indústrias, hoje, estão em funcionamento. Fizemos isto a partir de dados georreferenciados. Projetamos até 50 km, que é o máximo que uma indústria trabalha para ter uma escala de economia. A indústria tenta trabalhar com 30 km no seu entorno, mas essa distância chega, dependendo da necessidade, até a 50 km. Fazendo essa projeção de 50 km, essa é a área em que a cana estaria relacionada diretamente à indústria que, hoje, está em funcionamento.

Em São Paulo, já há uma concentração histórica. Com a concentração do poliduto, ou do alcoolduto, que está sendo construído pelo PAC, a tendência é a de que tenhamos, de fato, uma concentração de cana entre essa latitude aqui, ou seja, mais ou menos na metade de Mato Grosso e parte de Goiás, pegando até aqui o Paraná.

Então, essa região tem crescido muito nesse último período. Praticamente, nos últimos seis anos,

dobramos a produção de cana, onde São Paulo continua, à exceção do último ano – julgo ter sido o crescimento da produção pequeno mais por questões climáticas do que por aspectos econômicos. Noroeste do Paraná e Mato Grosso do Sul vêm crescendo muito, assim como a região do sul de Minas Gerais, triângulo mineiro e Goiás.

Isso significa que estamos, em parte dessa produção, em parte dessa área – era de milho, de soja, de arroz, enfim –, principalmente no caso da soja e do milho, ou de pecuária, estabelecendo uma pressão sobre outras áreas.

Então, queiramos ou não, para onde vai essa produção que está saindo daqui? É possível que ela venha a pressionar ainda mais o bioma do cerrado e poderá, inclusive, estar pressionando um pouco mais o bioma amazônico, o que é uma preocupação de todos nós, devido à questão do desmatamento tanto no bioma amazônico, como no cerrado, porque este tem uma importância hídrica para o País fundamental. Muitas vezes, diz-se que é uma savana, que não há problema, mas aqui há a grande caixa d'água. Não é de graça que temos três grandes rios que nascem no cerrado, muito próximo de nós aqui. Acho que esse é um aspecto fundamental também para ser avaliado.

(Próximo, por favor.)

Aqui, só para mostrar, esse verde é onde há áreas de lavouras anuais, havendo, de fato, um confronto, uma coincidência, uma disputa efetivamente por área. Também se fala muito da questão da pecuária, cuja otimização é possível, a partir da estabulação.

Acho isso um contrassenso, porque, na verdade, a grande questão que o Brasil coloca hoje é que nós produzimos exatamente a pasto, sem hormônios, de uma forma onde o gado é mais livre, menos estressado, ou seja, produzimos uma carne de melhor qualidade comparada com a dos Estados Unidos e com a da Europa. A estabulação é um componente que, além de aumentar custos, não acredito que seja o caminho brasileiro.

(Próximo, por favor.)

A questão dos fatores críticos ligados ao clima.

(Próximo,por favor.)

Tivemos aqui, muito recentemente, secas prolongadas na região sul-americana, chuvas torrenciais na centro das Américas, também chuvas torrenciais mais ao norte e nordeste do nosso País, seca prolongada nos Estados Unidos, também chuvas torrenciais – é o que está acontecendo mais uma vez lá no Mississipi –, inverno rigoroso aqui, seca prolongada entre 2009 e 2010, na Rússia. Tivemos aqui problemas com chuvas torrenciais na Índia, problema no Paquistão, chuvas e secas torrenciais, ou seja, aconteceram as duas coisas na Índia e chuvas torrenciais nas Filipinas. Enfim, houve vários problemas a nível de países produtores.

(Próximo, por favor.)

Aqui é outro aspecto importante, Senador, só para mostrar como se vem comportando a questão da especulação financeira a nível das bolsas de mercadorias. Quando pegamos a questão do algodão, por exemplo, percebemos claramente que há um descompasso entre a aplicação financeira nessas *commodities*, volumes de contratos em aberto, com a diferença de preço ao produtor. Isso demarca bem a realidade entre relação que se dá na formação de preço, por meio da especulação financeira, com a realidade, ou seja, vai puxando – isso aconteceu com o algodão, recentemente com o milho, com a soja, que se vem mantendo de uma forma ainda maior.

(Próximo, por favor.)

(Intervenção fora do microfone)

O SR. SÍLVIO PORTO – Isso. Exatamente. Pegando aqui o caso do café em Nova York, vamos ver preço ao produtor e preço em Nova York. Essa é a diferença que nós temos. À medida que vai subindo, vai puxando, porque são as bolsas que definem preços.

(Próximo, por favor.)

Só para mostrar, isso aqui é o volume de aplicações financeiras que acontecem a nível da Bolsa. Ou seja, se trabalhássemos a nível de uma correlação entre aplicação em bolsa e o que tem de físico correspondente a essas aplicações. Aqui são os contratos em aberto nessas bolsas.

Portanto, esses contratos em aberto é que efetivamente são o grande perigo, porque existem várias análises que demonstram o distanciamento e a incoerência entre aquilo que está aplicado em termos de volume nas bolsas – se fôssemos traduzir isso, em termos de produto físico, precisaríamos, às vezes, até de cinco ou dez safras para corresponder àquilo que está sendo aplicado na Bolsa.

Então, essa questão levantada pela França recentemente no G-20 não é descabida. De fato, isso deve ser analisado com mais critério, com mais cuidado. Precisamos aprofundar a relação com esse elemento. Isso não vale somente para *commodities* agrícolas, mas para minérios e outros produtos, em que também acontece esse tipo de especulação.

(Próximo, por favor.)

Quanto à infraestrutura, vou passar direto.

(Próximo, por favor.)

Pode ir passando, porque, caso contrário, não vou conseguir, pois já extrapolei demais o meu tempo.

(Próximo, por favor.)

Aqui. Só para mostrar a questão de como se vem comportando os custos. Em 2000, tínhamos um preço de R$100,00 por tonelada em relação a produtos que saem, por exemplo, de Rio Verde, aqui em Goiás, para Recife, em Pernambuco, pegando o caso do milho; agora, em 2010, em uma década, temos R$285,00 por tonelada, ou seja, cresceu 185%.

Se pegarmos aqui o crescimento do preço da soja, foi de 170%. No caso do milho, peguei esse período de dezembro, cujo preço estava bem alto, porque, na verdade, se fosse julho de ano passado, seria quase igual a este, havendo um crescimento de 158%.

Então, estamos mostrando que se há de repensar essa coisas de caminhões no Brasil. Essa questão ferrovias é crucial, fundamental, porque, na verdade, não se trata só de ferrovias, mas sim da questão do intermodal, ou seja, usarmos as diferentes modalidades. Sobretudo em grandes distâncias, não há como continuar fazendo... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Esse aumento de preço é do combustível ou é da infraestrutura?

O SR. SÍLVIO PORTO – Não. Do frete.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim, mas por que o frete sobe? A infraestrutura é ruim, ou o combustível cai?

O SR. SÍLVIO PORTO – Diria que as duas coisas respondem à sua pergunta, mas principalmente a questão do aumento de demanda e a incapacidade, vamos dizer assim, de responder de forma correspondente.

Por favor, volta ali um pouco.

É o caso aqui. Dependemos muito desse tipo de alternativa. Portanto, é a infraestrutura – caminhão, problemas de estradas questionáveis, de qualidade, enfim, esse tipo de coisa – , mas, sobretudo, porque vamos muitos em cima de veículos. Isso faz com que, obviamente, tenhamos um estrangulamento no escoamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Fica refém.

O SR. SÍLVIO PORTO – É isso.

(Próximo, por favor.)

Aqui, só para alguns dados complementares relevantes também. Quanto ao preço dos fertilizantes, tivemos um crescimento muito significativo, principalmente nessa crise de 2008, onde os preços dos fertilizantes, juntamente com o petróleo, acompanharam essa subida, depois reduziram um pouco.

Quando pegamos a relação do dólar, vemos que não há uma coerência do fertilizante com a questão desta moeda. Então, de uma certa forma, colocamos o fertilizante dolarizado, que se descola significativamente. Aqui, muitas vezes, como foi o caso do petróleo, que tem uma relação direta com a uréia, mas não necessariamente com o potássio e o fósforo, que são os três nutrientes mais demandados em termos de fertilizantes, houve descolamento de fato e, quando caiu, não o foi na mesma proporção.

(Próximo, por favor.)

Aqui, é um aspecto relacionado ao uso de herbicida, porque, hoje, essa é uma grande preocupação que está colocada para a sociedade brasileira hoje. Nós somos o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Nós estamos consumindo em torno de 5 kg/per capita por ano, algo absurdo, eu diria.

Se pegarmos o período de 2005 para 2010, produzimos praticamente... De 2004 para 2010, a diferença de área de soja foi muito pequena, ou seja, de um milhão de hectares, se eu pegar pelos extremos. Se eu pegar 2009, foram 500 mil hectares de diferença, nem isso, 200 mil hectares de diferença entre 2004 e 2009. Em 2004, nós consumimos 129 mil litros de herbicidas e, em 2009, nós consumimos 226 mil litros, ou seja, aqui houve um crescimento de 94%.

Tudo que se falava na liberação dos transgênicos é que nós passaríamos a consumir menos herbicidas, menos agrotóxicos. E essa é uma demonstração...Não, se nós pegarmos pelo argumento – e isso é só nós buscarmos em várias falas publicadas na imprensa inclusive – sempre se dizia que os transgênicos eram mais ecológicos porque dependiam de menos produtos, racionalizavam mais o uso. Aqui é uma demonstração clara de que, além de ser um tipo de tecnologia que prende o produtor, ou seja, escraviza o produtor na sua relação porque ele depende totalmente de comprar um único tipo de produto que é o glifosato, ele ainda precisa sempre comprar a semente ou pagar royalty na hora da comercialização, se porventura usar a sua semente. Não é de graça que a Aprosoja entrou com uma ação na Justiça questionando a questão dos royalties em relação à Monsanto. Esse é um outro elemento importantíssimo em relação à discussão da liberação de transgênicos.

E outro problema sério é que todas ou praticamente a maioria das cultivares que estão sendo registradas no Ministério da Agricultura são geneticamente modificadas. Esse é um outro dado significativo, porque os produtores que quiserem produzir convencional vão ter, como nos Estados Unidos, cada vez mais dificuldades de buscar alternativas que não sejam geneticamente modificadas, sobretudo nos casos da soja, do algodão, do milho. Há uma dependência tecnológica que certamente não é nem um pouco salutar para o setor agrícola.

(Próximo, por favor.)

Aqui é a relação do crescimento.

(Próximo, por favor.)

Aqui, só para ir finalizando, a questão das concentrações que houve nos últimos anos em relação a determinados setores. Quando pegamos, por exemplo, alimentos, bebidas e fumo, isso aqui são fusões ou incorporações que foram acontecendo ano a ano, ou seja, nós tivemos aqui 305 fusões ou incorporações nessa década. Isso vem concentrando, seja na área de varejo, seja na área de fertilizantes e sementes, seja na área de terras, inclusive, agora que estamos passando por um processo, ou mesmo da indústria, como é o caso da indústria sucroalcooleira, que hoje mais de 30% estão nas mãos de empresas multinacionais.

(Próximo, por favor.)

Aqui são as empresas na área de alimentos, supermercados. O Pão de Açúcar – saiu na imprensa outro dia – está em litígio porque está discutindo a possibilidade de fazer uma associação, uma fusão com o Carrefour. Hoje três grandes redes de supermercados, Pão de Açúcar, Walmart e Carrefour, representam quase 50% daquilo que é comercializado de alimentos no Brasil. Isso aqui é um problema seriíssimo porque é uma desestruturação das cadeias produtivas regionais, é uma imposição de preços, é uma imposição sobre nosso padrão de produção e de consumo nacional.

(Próximo, por favor.)

Só para finalizar, então, acho que, dentro dessa pergunta que nos é colocada em relação à evolução tecnológica, acho que o grande desafio, Senador, é conseguirmos aliar a preservação da agrobiodeiversidade. Para isso, a agroecologia, certamente, é o sistema que permite, de fato, avançarmos em relação à preservação da agrobiodiversidade, na perspectiva de termos um modelo agrícola, um referencial agrícola efetivamente sustentável, porque, certamente, a ninguém interessa o volume de veneno que estamos consumindo hoje, o volume de fertilizantes, e, portanto, acho que temos que repensar nosso modelo agrícola, porque, de fato, ele está em xeque.

(Próximo, por favor.)

Aqui, eu diria que, nesse sentido, a agricultura familiar traz algumas vantagens, porque é muito mais fácil falar de agroecologia e pequena escala. Não dá para imaginar que vamos ter 400 mil hectares, 100 mil hectares, 50 mil hectares plantados de um único produto, de uma única variedade e pensar em agroecologia. Portanto, a diversificação produtiva e a valorização econômica, a valorização social e ambiental, sem sombra de dúvida, estão muito mais assentadas nessa cadeia do que nessa, porque, aqui, temos mais cerca de 4,5 milhões de unidades produtivas, segundo o senso agrícola, frente a mais ou menos 300 mil, que estão, hoje, nesse cenário.

Era isso. Já agradeço e peço desculpas porque extrapolei, significativamente, meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Extrapolou, mas de maneira muito positiva para o entendimento do programa. Agradeço muito.

Passo a palavra agora ao Dr. André Nassar.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Senador, muito obrigado pelo convite.

Acredito que vou ser voz dissonante aqui na mesa. A gente tem este problema: há vantagens e desvantagens em falar depois. Primeiro, que você fica morrendo de vontade de rebater tudo o que foi dito, mas acho que é melhor eu ficar preso no que eu preparei. Depois, a gente parte para o debate. Acho que é mais interessante.

Acredito que produzir alimento implica a necessidade da combinação de vários modelos de produção. Acho que o modelo de agricultura ecológica sozinho não alimenta as pessoas; o modelo de agricultura orgânica sozinho não alimenta, assim como o modelo de agricultura industrial pode alimentar, mas ele traz mais problemas, mais consequências do ponto de vista ambiental e, eventualmente, até social, dependendo da abordagem que você usa. Então, não gosto muito dessa coisa de agronegócio *versus* agricultura familiar, porque foram criadas premissas para defender essa separação, e as premissas são, basicamente, irreais. Elas são reais do ponto de vista de política pública. Acho que faz sentido, mas não reais do ponto de vista de produção de alimentos, porque está todo mundo integrado. Acho que o modelo de agricultura industrial nosso ou de agronegócio – ou um nome qualquer que a gente vai colocar – tem problema. Acho que tem vários problemas. Ninguém nega. Agora, ele é, sem dúvida, parte da solução para se produzir mais comida.

Vou ter que pular alguns *slides*, porque, agora, meu raciocínio perdeu um pouco de linearidade, mas vamos lá! Eu tinha posto as perguntas e só mudei a ordem, Senador, se V. Exª me permite uma pequena crítica. Acho que era mais fácil responder a pergunta 7 depois da 4; sua 6 ser a última e a 5 ser a penúltima. Organizei meus dados para ir dando conta até a pergunta 7. A 5 e a 6 já são impressões minhas. O resto eu consigo provar, pelo menos na minha perspectiva.

(Próximo, por favor.)

Bom, esses são os elementos que quero abordar. Deixe-me pular para o próximo. Só para esquentar a discussão, vai mais um; mais um; mais um. Para aí.

Esse é o gráfico de 1970 até 2010 do índice de preços de *commodities*. O preço que quiser, mas aí tem soja, tem milho, tem algodão. Estão todos aí. Então, vocês vejam: preço alto não é novidade, porque nos anos 70 já houve. É a linha vermelha, certo? São os preços reais. Preço nominal é meio complicado enxergar. Mais uma coisa: a minha fala aqui é a fala com uma abordagem econômica, certo? Então, sempre vou olhar do lado – embora seja agrônomo – do lado do econômico, sempre, que também é uma visão parcial da realidade. A gente sabe disso.

O de lá é o gráfico de estoques, que o Silvio já mostrou. Agora temos 20%, mas, no máximo, a gente teve 35%. Então, claro que o estoque está baixo. Agora também não é que a gente tenha que ter 100% de estoque, porque se a gente tiver 100% de estoque não tem um agricultor no mundo, nem familiar, nem do agronegócio, que vai conseguir produzir um quilo de comida, porque o preço vai estar tão baixo que os governos vão ter que subsidiar, a Conab vai ter que comprar toda produção deles por um preço mínimo. Acho que temos que pensar nas consequências do que a gente fala em relação a isso.

O preço já foi alto, e o que fez esse preço cair foi a chamada revolução verde. Por pior que as pessoas queiram assumir, foi a intensificação da agricultura, quer dizer, foi a utilização de insumos industriais. Hoje a gente sabe que a utilização de insumos industriais tem um monte de problemas. Se você não tem área de preservação permanente, aquele negócio vai para o rio, ruim. Se você usa adubo além do necessário, aquilo percola para o seu lençol freático e você corre o risco de contaminar o aquífero que está sendo usado pelas populações que estão a quilômetros de distância e consumindo aquela água. Hoje a gente sabe disso. Lá, nos anos 70, ninguém sabia.

Então, eu acredito na capacidade da agricultura industrial de assumir e incorporar essa questão da sustentabilidade. Você não precisa ir para a agricultura ecológica. A agricultura ecológica tem um papel fundamental. Acho que ela tem e ela vai crescer. Agora, nós não podemos prescindir da agricultura industrial. E o que a gente tem é que fazer a agricultura industrial reconhecer as externalidades negativas que ela está gerando, e não dizer que ela está errada como modelo, porque senão vamos passar fome, definitivamente vamos passar fome. Acho que a gente tem que ser um pouco mais responsável na hora em que a gente coloca: "Esse aqui é bom"; "Esse aqui é ruim". Isso está errado. Isso é uma inverdade. A gente está informando erradamente às pessoas que não conhecem o assunto. Isso é muito importante entender.

Agora vou para o meu argumento, agora que já fiz a minha reclamação, vou voltar para a minha sequência. Anterior, por favor.

O mundo hoje usa 1 bilhão e 400 mil hectares com lavouras – desculpe o inglês aqui; não deu tempo de traduzir – e 2 bilhões e 800 mil hectares com pastagens. Eu acho, sim, que a gente tem que intensificar pastagem, porque o estoque de terra está aqui. Aqui está o estoque de terra. As pessoas não vão comer menos carne, ou vão diminuir lentamente o consumo, sem dúvida – é até bom –, mas elas não vão comer menos comida, porque ninguém quer um mundo que se coma menos comida. Certo? Não existe essa hipótese. Quem faz uma hipótese dessa não merece respeito. Então, temos que expandir a produção sem desmatar, porque nenhum louco – nem eu mesmo, que acho que a agricultura industrial é importante – defenderia o desmatamento como solução da expansão da agricultura.

Então, essa pecuária aqui tem que mudar, não tem discussão. Se a gente não mudar essa pecuária, vamos continuar com nosso modelo de expandir na fronteira. Certo? E você sair de um sistema extensivo de pecuária para um sistema tipo com piquete, pastejo rotacionado, manejo de gramínea, sem ter que adubar necessariamente – porque senão já tem gente aqui que vai ficar arrepiado se eu falar para adubar pastagem, certo? – você aumenta em três ou quatro vezes a produção e libera um monte dessa área aqui, e continua sendo boi verde. Ele não foi estabulado; você não precisou botar aquecimento quando está no inverno, porque ele morre de frio; ele não passa o dia inteiro sentado com um monte de problema de casco. Não faz nada disso. Os extremos não servem para essa nossa discussão de alimentar o mundo. Eles não servem. São inúteis. E grande parte da discussão está na questão tecnológica, está certo?

A Embrapa há anos desenvolveu sistemas de integração lavoura-pecuária e o mercado até hoje não adotou. Por que ele não adotou? Tem alguma explicação... Está certo? Sistemas bons, produtivos, que dão retorno, reduzem o risco. Por que nem o familiar nem o tal do agronegócio adotou? Então, acho que a gente tem de começar a pensar nisso: como é que a gente estimula a adoção... Plantio direto: aquele monte de defensivo ali tem a ver com o plantio direto. Tem escolhas... Está certo? O plantio direto é muito importante: ele reduz a emissão de carbono, melhora a textura do solo, ele reduz a erosão, só que você tem de colocar mais agrotóxico. São escolhas... Acho que a gente tem de balancear. É assim... O perfeito; não, não tenho! A gente vai ter de encontrar a forma de balancear.

(Próximo, por favor.)

Aqui é outra coisa: produtividade, no conceito mais trivial de todos.

Se a gente pegar produtividade – nem vou pegar nos Estados Unidos para não haver reclamação – da América Latina, produtividade da soja 2.6... África: 1.4... Está certo? Quer dizer... Você consegue duplicar a produção da África? Teoricamente, porque tudo isso aqui é teórico e não é à toa que o Governo brasileiro está investindo um monte de transferência de tecnologia para a África, pois ele olhou um negócio desse e disse: vale a pena. Você consegue duplicar a produção de soja na África sem aumentar a área. Então, existem, sim, um problema de adoção de tecnologia tradicional. Muitos países não adotam a tecnologia tradicional, produzem mal e tem pobreza no campo. É isso! Então, é a transição da Revolução Verde, que vimos ter ocorrido nos Estados Unidos e jogou os preços para baixo, que não aconteceu em vários países no mundo, ainda. E não é o problema de mudarmos o modelo, mas simplesmente adotarmos algumas tecnologias.

Se vocês pegarem todo o aumento da produtividade de arroz (vamos dar esse exemplo) que aconteceu no Rio Grande do Sul, não foi porque colocaram mais adubo, mas porque, simplesmente, os caras deixaram de plantar arroz em outubro e passaram a plantar arroz em setembro. Descobriram que se pega melhor a época de chuva: pega-se menos água e ainda reduz o risco na colheita. Então, tem práticas... Extensão rural... Questões desse tipo vão ser chave. E nós ficamos discutindo aqui se é agricultura familiar, se é agronegócio e nós não estamos pegando o que é o cerne do debate. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – *(Início da intervenção fora do microfone.)* ...nós temos uma produtividade tão baixa em vegetais...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não sei. Eu não consigo responder. O senhor fala sobre quem? Sobre a América Latina?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A América Latina.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não é o Brasil. Em vegetais... São 14,2. Outros são 23, 24, 23, 18, 16... Só a África é pior que nós.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não sei... Provavelmente, porque, talvez, para se ter os 23, você tem de irrigar para caramba, que é o que acontece no Oriente Médio e, provavelmente, fazer estufas de capital superintensivo, e a gente ainda faz muito a produção de vegetais...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Poderia ter outra explicação: nós somos bons no que exportamos e relegamos o que a gente come.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Acho que é um bom debate. Então, eu iria falar isso ao final, mas se o senhor quer, eu falo agora também. O que eu acho? O que a gente exporta, a gente come. Não é válida essa separação...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ou queima...

O SR. ANDRÉ NASSAR – A gente come. Soja vira frango.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, não, não, não, não... Eu sei... Está bom... Mas o que a gente come, internamente, a gente não exporta, necessariamente. Vegetais – não se exporta. Vegetal não tem muito mercado.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Mas vegetal não tem muito mercado, porque...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É isso o que eu quero dizer. Como não tem mercado externo, a gente não tem eficiência.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Aí, sim, começou a entrar em minha praia. O que acontece? Tem vários estudos que comprovam que aquelas cadeias que são mais inseridas no mercado internacional o nível de adoção e tecnologia foi maior. Por quê? Porque teve investimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É verdade. Certo...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Porque teve alguém interessado em investir naquilo, sobretudo quem vai comprar. Certo? Acho que é um bom tema. Eu responderia ao senhor assim: não é culpa de quem exporta, porque quem exporta está fazendo um bom trabalho. É culpa de a gente não ter os incentivos certos para promover investimento naquilo que a gente mantém aqui dentro. Certo? Porque o mercado está resolvendo o problema do lado dos produtos que exporta, mas ele não está resolvendo o problema do lado dos produtos que a gente consome.

Então, a resposta é bem tradicional: exportar é bom!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O mercado, não é?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Isso. O mercado é bom, porque ele promove incremento de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E vegetais pode ser até que a gente não tenha o gosto, não consuma muito.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Acho que é um bom tema para se discutir. É um bom tema. Exige... Aumentar produtividade exige investimento. Não existe lugar ne-

nhum do mundo que essa coisa seja diferente. E, claro, geralmente aumenta sua dependência nos setores atrás da produção. Aumenta. Você fica mais amarrado. Você tem um pacote tecnológico que tem de adotar. Agora, com esses preços mais altos, dos produtos agrícolas, os produtores estão ganhando um pouco mais de poder de barganha, por isso que a soja sabe que pode, sim, bater de frente com os setores atrás. Não só elas, vários setores estão fazendo isso. Os pecuaristas estão fazendo e um monte de gente está fazendo.

Vamos em frente, senão eu não consigo falar tudo. Tem mais coisas polêmicas para falar, ainda. Vamos enfrente...

(Próximo, por favor.)

Isto aqui é o negócio da FAO. Eu não... Na dá para explicar tudo, mas é... Eu vou mostrar o outro que é bem polêmico. Com base naquele anterior, aqui eu fiz a conta da área. Então, segundo a FAO, a área, hoje utilizada por esses produtos, é na casa de 690 milhões de hectares. Certo? Ou seja: essas culturas utilizam, mais ou menos, 40% de toda área agrícola do mundo. Era um bilhão e quatrocentos... Lembram-se do que falei...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Da área agrícola utilizada...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Área não agricultável, agrícola: em produção.

Então, vocês vejam. Se a FAO estiver certa, para atender à demanda até 2050, a área tem de crescer 81 milhões de hectares. Não fui eu que fiz isso; se fosse eu, teria posto bem mais. Foi a FAO: 81 milhões.

Se a gente pega e põe em perspectiva dois bilhões e oitocentos, pastagens; um e meio, lavouras utilizadas, hoje. Certo? A FAO diz que nós vamos precisar usar 81 milhões a mais nas lavouras que são as principais (as *cashes crops*)... como se fala... Grãos e oleaginosas são os principais, tirando frutas e vegetais...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Açúcar...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Açúcar tem também... Mas eu não pus porque é bem pequeno. Cana é bem pouco. Cana é pouco em termo de área.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Parte energética também não...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Na parte energética... Está a soja... Está certo. Tirou... Está no grão, não é? Você faz etanol de milho...

Aqui está pouco. Aqui eles não puxaram muito a produção de biocombustíveis. Mas, já pensando nisso, eu fiz o seguinte. Vocês vejam que, aqui, a área cresceu – de 2000 a 2009 – 5,5 milhões de hectares ano. Na projeção de 09 a 2019, 4,5; de 2019 para 2030, 1.1... Então, a FAO está sendo bem otimista em termo de ganho de produtividade. Está certo?

Então, eu fiz aqui embaixo o seguinte. Vamos admitir que de 2009 até 2050 o crescimento de área, por ano, vai ser o equivalente ao que foi de 2000 a 2009, ou seja, bem conservador. Esses 81 virarão 229 milhões de hectares, está certo? A gente precisaria de 229 e não de 80... Olha, tem um estudo do Banco Mundial que mostra... É um bom estudo este aqui. Tem gente que não gosta das coisas do Banco Mundial... Este aqui é um bom estudo. Tem 445 milhões de hectares em áreas (não sob floresta, é claro, está cheio de cerrado aí) que não são muito populosas. Isso é outra coisa importante. Na Índia tem muita área, mas se você tira 700 milhões daquela área não vai dar... Então, são 445 milhões de hectares. Tudo bem, diz-se que, então, não se está mudando o modelo produtivo. Não, não estou! Mas, o que estou dizendo é que tem área para alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Essa é a agricultável.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Área agricultável que não está utilizada pela agricultura, ainda, e que pode ter pastagem. Então, parte disso é pastagem. Então, no pior dos cenários, nós vamos usar, em 2050, metade do estoque de terra que ainda tem. Se ainda você fizer uma agricultura bem feita, você vai usar 81 dos 445, desde que não se desperdice. Terra não se pode desperdiçar. Como disse o Fuchs: "É a terra que produz; não é o produtor." Não se desperdiça a terra, como a gente fez no Brasil durante muitos anos. Coisa que acabou também. Então acho que não temos que pôr em perspectiva. É claro que quando aumenta a demanda de palma para o biodiesel – lá da Indonésia se desmata um pouco mais –, isso é péssimo, é verdade. Agora é verdade que se tem muita área. No Brasil, a soja cresce na Amazônia. Citei a Indonésia, mas devia ter citado o Brasil, seria mais educado.

Mas, veja, não se tem uma área.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aí não se inclui floresta?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não inclui floresta. Eles tiraram tudo que é floresta. Bom, tem a classificação deles lá do estudo, cerrado e pastagens, *grassland*, e tudo estão aí. O cerrado está aqui. Eu acho que a ocupação do cerrado é um desafio para o Brasil. Acho. Só que é um desafio que dá para gerenciar. Dá para trabalhar a questão hídrica, via tecnologia. O que não pode é fazer uma agricultura extrativista. Tem que ser uma agricultura num conceito de alta tecnologia e com elevados compromissos na área ambiental. Mas isso o Brasil sabe como fazer, e o Governo cumprindo o seu papel também. O problema do desmatamento

ilegal que temos no Brasil tem muito a ver com inoperância do Estado. Não dá mais para ter inoperância do Estado nisso.

Vamos em frente. Mas, enfim, eu tenho um número mágico aqui. Para atender à demanda mundial, a área no Brasil precisa crescer entre 800 e 1,1 milhão de hectares/ano, nos próximos 15 anos.

Esses são os resultados das nossas projeções com esses preços que estão aí. Então esse é o crescimento brasileiro, mais ou menos o quanto a agricultura, o chamado agronegócio, teria que crescer.

Eu tenho um número melhor.

(Próximo, por favor.)

Aqui são as contas que eu faço. Eu vivo de fazer isso. Desenhamos esses cenários, tecnicamente bem feitos. As premissas podem ser todas criticadas, podem ser um lixo todas elas, mas são cenários com metodologias bem defensáveis. A gente acredita que a produção de grãos no Brasil vai bater em 205 milhões de hectares, hoje é de 147. Aqui está todo o crescimento. Vamos olhar em área.

Estamos falando que a produção de grãos vai crescer... Aqui em tonelada, mas vamos falar em área, é mais fácil. Hoje nós temos 46 milhões de hectares com esses principais grãos: milho, soja, trigo, algodão, feijão, arroz. Contabilizamos tudo isso. Quer dizer, estamos projetando para esse crescimento um crescimento de área na casa de 8 milhões de hectares; um crescimento da cana na casa de 4 milhões de hectares, e a pastagem caindo no Brasil. Então, tem-se uma intensificação na pastagem, parte do crescimento desses grãos é incorporada à pastagem. Agora, no nosso cenário, gera um efeito líquido na fronteira. Quer dizer que teria de haver alguma conversão de vegetação natural para acomodar a expansão do setor como um todo. Não são somente grãos; tem haver com a pastagem também.

Esses são os nossos cenários, porque a gente projeta, diferentemente de muitos ligados ao setor produtivo, a gente acha, sim, que os preços agrícolas podem levar ao aumento do desmatamento. A gente acha que a expansão da agricultura afeta o desmatamento. Então tem-se que pensar bem esse negócio.

Nas nossas contas, estamos olhando uma expansão na fronteira. Não sei se é desmatamento, porque o desmatamento pode ser 5, 10 vezes mais do que isso, por fatores não agrícola, certo? A gente sabe que há várias outras coisas que determinam isso.

Nas nossas contas, para atender a essa demanda toda, teria que haver uma conversão na Amazônia de 4 milhões de hectares, que dá 336 mil hectares/ano; no cerrado, 2,2 milhões, que daria 183 mil hectares/ano.

(Gráfico anterior, por favor.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) Hoje está em quanto?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Isso. Vou pôr o gráfico. Veja que eu pensei igual ao senhor.

(Gráfico, por favor.)

A Amazônia hoje, dado de 2009, 700 mil hectares/ano; e cerrado hoje, 450 mil hectares/ano, usando os dados do pessoal da Universidade de Goiás. Se usar os dados do Ibama dá o dobro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Estão voltando ao quadro anterior?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Então nós estamos falando de 180 de expansão no cerrado, hoje são 450; e estamos falando de 350, na Amazônia, hoje são 750.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O seu não seria em cima disso?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não. De jeito nenhum. Projetado, é esse mesmo, pelos preços, é coisa de economista.

O que eu estou querendo dizer? Estou querendo dizer que não existe razão econômica para que o desmatamento nesses dois biomas fiquem nos patamares em que estão. Não deveria haver. Esse desmatamento deveria cair, sobretudo se se fizer boas políticas para recuperação de pastagens.

Aí é que está a chave do negócio; aí vai reduzir ainda mais aquele negócio que eu calculei lá. Aí é que política pública entra. Aí que acho que faz diferença ter uma política pública diferente. Por quê? Porque se vai permitir toda essa expansão, que é necessária, e, de quebra, vai-se fazer o desmatamento cair. Além, claro, da queda que já houve aqui porque o Estado cumpriu melhor o seu papel. A gente sabe que isso tem muito a ver com fiscalização, tem a ver com a moratória da soja. Acho que o setor privado, as ONGs têm o seu papel.

Acho que isso aqui é muito importante, gente. Na agricultura brasileira, o modelo não está falido, o modelo está melhorando. É isso que está acontecendo. Claro que tem problemas, todos apontados aqui. Mas o modelo é bom.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Tenho uma pergunta sobre o quadro anterior.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Esse aqui, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Há um fator técnico diferente em 2010/2022? No pasto, sim, porque...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Tecnológico, o senhor fala?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Tecnológico.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Aqui, o que acontece? É difícil projetar produtividade, porque...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Você manteve a mesma produtividade?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não. Eu pus uma tendência. Aqui é tendência: 1,2% de crescimento na soja; 1,5% na cana; mais ou menos 2% no milho. Ou seja, estou assumindo que a tendência se mantém.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E o pasto? Ali vai exigir uma mudança de padrão.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Totalmente. É que eu não pus aqui. Mas o investimento para se fazer... É que aqui está a produção de carne total. Está vendo? Nove milhões a mais de tonelagem de produção de carnes. Uma parte disso é frango; mais uma grande parte disso é boi. Para se produzir mais bois com o mesmo rebanho e menos pastagens, é outra pecuária que tem que nascer. Outra pecuária. Por isso, que toda política agrícola brasileira agora tinha que estar voltada para incremento de tecnologia na pecuária. O resto é jogar dinheiro fora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O fator técnico é tonelada por hectare vai melhorar, não é?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Tonelada de carne por hectare vai melhorar. E o rebanho estabilizar. A gente sabe que o que desmata no Brasil é a expansão do rebanho, porque, como se tem um nível baixo de tecnologia, à medida que está botando mais bezerro, você precisa de mais área para fazer a cria e a recria desse animal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então vamos agradecer à Rússia que não quer comprar a carne brasileira.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não. Não, porque aqui ela está comprando. Aqui ela está comprando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aí você inclui.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Claro. Aqui a China está comprando. Todo mundo comprando.

Eu não aceito cenários em que a gente reduz a demanda para nos deixar mais tranquilos em relação ao aumento da oferta. Não aceito isso. Se a demanda está crescendo, tem que botar ela inteira ali dentro. O chinês não está comendo mais?

É, mais é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É conjuntural.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não. O russo não é muito conjuntural, não. Mas, assim, a exportação da carne bovina não vai crescer tanto, porque o Brasil já não é o país de menor custo no mundo. Não pode ser. Tem que aumentar o custo, porque nós temos que intensificar a pecuária. Tem que aumentar custo. Boi barato é igual a desmatamento. Essa que é a verdade, e vice-versa.

(Próximo, por favor.)

Aí é estrutura produtiva. Não sei se vocês querem entrar nessa polêmica, mas essa é a brasileira, e a de lá é a indiana. Acho que você não tem que se fazer nada com uma estrutura produtiva como essa, em que está concentrado em propriedades com menos de meio hectare. Eu não acho que a gente tem que ter propriedades de 150 mil hectares. Não acho que isso seja solução. Pelo contrário, acho que isso aconteceu no Brasil por causa do problema da logística. Quando se tem problema de logística, um grande produtor consegue diluir aquele negócio muito mais. Se você tivesse boa logística no Mato Grosso o tamanho das propriedades seria menor. E você descapitaliza demais o produtor, e aí só os grandes capitalizados conseguem crescer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não tem nada acima de 20 hectares na Índia?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Tem, mas não dá para enxergar; podia por uma lupa ali.

Eles têm um bilhão de habitantes, nós temos 193 milhões; nós temos 5 milhões de propriedades, eles têm 129. O consumidor na Índia ainda está no campo. A idéia de – como o Fuchs falou, eu não gosto do termo, mas ele gosta – soberania alimentar na Índia faz sentido. No Brasil, não faz, porque o nosso consumidor está na cidade já. Você vende. Na Índia a gente não vende as coisas, aqui se vendem. Mas, tudo bem, é algo para se discutir.

(Próximo, por favor.)

Claro, tem toda uma miséria no campo, tem muitas variáveis; eu estou aqui simplificando o problema. É arriscado para mim.

Então, em termos de área, de novo, não estou dizendo que temos que ter propriedades gigantescas, em hipótese alguma, mas uma estrutura produtiva que é uma estrutura boa para se produzir bem. Em países como Índia, ou mesmo China, você produz mal; ou usa muito insumo. Na Índia, por exemplo, o fertilizante é subsidiado. Será? Faz sentido subsidiar fertilizante? Você vai usar bem mais mal, não é? A indústria vai adorar, mas o meio ambiente provavelmente não.

(Próximo, por favor.)

Aí a grande produtividade, acho que isso já foi falado. O Silvio já falou.

(Próximo, por favor.)

Produtividade do frango, por exemplo, só para mostrar.

Aqui é outro jeito de medir produtividade, para mostrar que a produtividade no Brasil está crescendo mais do que a dos Estados Unidos.

Este aqui é o nível de subsídIo por propriedade. Por que eu sou um liberal, então eu acho que se é para subsidiar faz bem; se fizer mal, você está errando. E vários países fazem mal isso. O Brasil faz bem, eu acho. Tanto que o Brasil é o país que tem o menor subsidio por valor de produção, embora não seja o menor por subsidio por propriedade.

Vou terminar. Não vai dar para responder as perguntas. A gente responde no debate, não é?

Mais ou menos, fui tocando em cada uma delas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Passo agora a palavra ao Milton.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Obrigado, Senador Cristovam, querido amigo, obrigado ao Silvio, pastor Fuchs, meus colegas e queridos amigos lá do Concel, André, aprendi muito coisa aí.

Há muitos dados de aumento de produtividade, dá para usar para outras coisas, Senador, esse enorme aumento de produtividade, já que é fundamental que o Congresso discuta a questão da democracia da terra. O André comentou bastante isto. Com esse aumento de produtividade, como é que justificamos que ainda trabalhamos com a produtividade dos anos 70 para desapropriação de terra no Brasil?

Senador, eu queria agradecer também, como a gente tem representantes aqui das embaixadas, o esforço do Congresso em aprovar, anteontem, a MP 519 aqui no Senado. É a maior doação de alimentos que o Brasil já fez para países em situação de fome aguda, inclusive países que têm grande contingente de refugiados – são 710 mil toneladas viabilizadas pela Conab com arroz, feijão, milho, mais 10 mil toneladas de leite em pó, e mil toneladas de sementes, essas dos estoques públicos. Isso nos coloca como um dos cinco maiores doadores mundiais este ano e tudo por meio da Organização das Nações Unidas, com programa mundial de alimentos. Então a gente tem muito que agradecer ao Congresso.

Vou tentar seguir o roteiro, Senador.

Em primeiro lugar, a questão se haverá escassez. Já há a escassez. No prato de um bilhão de pessoas há muita escassez. Há escassez total de alimentos. Um bilhão de pessoas no mundo não comem e não comem porque, como dizia o seu conterrâneo nosso querido José de Castro, a fome é um problema político; não é questão malthuseana. Nós temos produção para alimentar todos os habitantes do mundo. Não comem porque alguns comem demais, ou alguns queimam esse alimento para fazer outras coisas. Então, nós temos que discutir o acesso a esse alimento; o acesso é fundamental para este um bilhão de pessoas; como é que este um bilhão de pessoas tem acesso a comida? Não é problema de produção. Programas como o Bolsa Família têm 70% dos recursos para o consumo de alimentos.

E aí, André, é o que o Senador colocava, quer dizer, nós tínhamos mais investimentos em produtos para exportação porque antes só dávamos importância ao mercado externo. Durante 500 anos foi isso que fizemos no País. Agora passamos a dar importância ao mercado interno; agora passamos a dar importância ao mercado interno. Então agora vamos ter investimento nessa área porque passamos a dar importância ao mercado interno. O nosso povo tinha que comer. Aí entra a questão da soberania.

Por que a conferência de 2008 terminou em fracasso em Roma? Porque os países do norte diziam que não era possível impor qualquer restrição a exportação. E nós dizemos: – "Não! Primeiro o nosso povo! Se a farinha é pouca, primeiro o meu pirão. O povo tem que comer primeiro; depois nós vamos exportar."

O próprio Reinhold Stephanes, que não pode ser considerado um perigoso esquerdista, disse: – "Não, os estoques de arroz da Sunab nós vamos parar de exportar", porque nós tínhamos três meses, não é, Silvio?

Esse é um dado recorrente. O G-20 vem de novo com isso. Eu estava nos Estados Unidos com o Ministro Patriota e eu disse para os americanos: olha, nós precisamos nos sentar e conversar um pouco porque não estamos mais dispostos a ser o que éramos no passado, deixar o nosso povo morrer de fome e exportar comida. Não vamos mais fazer isso. Vocês têm que entender a nossa lógica.

Então, sim, soberania. E, me permitam, sendo diplomata, o que é a soberania se não é a soberania alimentar, a soberania energética, a soberania financeira? Soberania não é conceito vazio. O pai da nossa diplomacia, aliás, conquistou, defendeu nosso território com um princípio chamado *uti possidetis*, ou seja, a posse se justifica pela utilização, o artigo 186 da nossa Constituição. A função social da terra. Assim eu posso falar em posse; se não, ela é ilegítima.

A questão da mercantilização dos alimentos: concordo plenamente. Um direito não pode ser objeto de comércio. Graças, mais uma vez ao Congresso, a PEC aprovada, hoje nós temos o direito a alimentação na nossa Constituição. Falar de direito a vida, sem falar em direito a alimentação é uma falácia. Aliás, falar em direito a alimentação sem falar em direito a posse ou acesso aos meios de produção é uma falácia. Isso as diretrizes voluntárias para o direito a alimentação, de 2004, deixam muito claro.

Quando falamos em direitos, estamos falando em democratização. Eu acho, Senador, que o senhor

tocou no centro da Rio 92; talvez esse seja o tema que mais reúne os três pilares: o social, o econômico e o ambiental. Porque só com esses três pilares nós resolveremos o problema da fome. E trabalhando numa perspectiva de democracia porque sem democracia não há como resolver esse tema. A função do Congresso...

Nós só vamos obter esse desenvolvimento sustentável se democratizarmos tanto a produção quanto o acesso de alimentos. A questão da produção sustentável, social, econômica e ambientalmente falando. Ora, por que tantas vezes tocamos – e eu concordo plenamente com você – na questão das pastagens – mas é também o que o pastor dizia e é o que o Silvio também pensa porque já discutimos isso tantas vezes... É uma pecuária racional, uma pecuária com pastoreio *voisin*, uma pecuária enfim, nisso todos concordamos. É aí que está um grande estoque de terra, está em outros lugares também, mas aí tem grande estoque de terra.

Aquela coletânea que o Nead fez e foi organizada pelo João Carlos Stédile é muito interessante porque o João Pedro coloca uma coisa: por que nós falamos tanto em Embrapa? Toda força é a Embrapa. Por que nós não temos a Embrapa também pensando sobre os modos de produção, a produtividade ligada aos modos de produção? A passagem da escravidão para o modelo feudal e para o modelo mercantilista traz enormes ganhos de produtividade na forma de organização, na forma de produção. Então, vamos pensar nisso também. Vamos comparar as duas formas sem excluir uma ou outra, vamos ser científicos, vamos comparar a produtividade de determinado tipo de agricultura, a agricultura sustentável com a não sustentável. Acho que é essa a dicotomia; a dicotomia não se coloca em outros termos, pelo menos em termos de Rio-92.

Quanto à questão de alimentos X energia, eu concordo plenamente com o pastor. Ele tem toda autoridade para tratar desse tema e nos ilustra no Consea com relação a isso. A gente também já discutiu isso lá, o senhor também já colocou isso. Quando o Sílvio mostra aquele mapa ali vemos que ele coincide com a mancha de terra roxa – não sou agrônomo; sou diplomata, vocês vão me corrigir –, que até onde sei são as melhores terras do Brasil. Então, será que é justo que o Brasil, porque o direito à alimentação é um direito humano, portanto ele é fundamental, portanto ele é universal, pode se dar ao luxo de plantar cana nessa terra, só cana, porque é o caso do Estado de São Paulo? Isso é sustentável trazer alimento, porque, como o Sílvio disse, continuamos com a economia dos tropeiros. Sou de Sorocaba e muito me orgulho do ciclo dos tropeiros, mas acho que temos de pensar outro modelo de transporte de alimentos..Isso é soberania alimentar. Como é que você tem uma comunidade daquele tamanho tendo de trazer alimento de tão longe e com aquela terra da melhor qualidade, em cima do Aquífero Guarani...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Você acha justo, então, a gente ter cana em cima... Alguns alimentos, aliás, com muita... Acho que é muito importante colocar isso aqui. Você me dá oportunidade de colocar isso aqui, o arroz agroecológico, que, graças ao Congresso, foi aprovado que 30% da alimentação escolar tem de ser comprada da agricultura familiar, principalmente de assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas, o arroz que São Bernardo, Santo André e Guarulhos estão comprando, em compras governamentais, vem de assentamentos do Rio do Sul. Graças ao Congresso, estamos dando a pessoas que moram na rua, pessoas que muitas vezes só têm uma refeição ao dia, a oportunidade de comer um alimento agroecológico, sem veneno. Não é pouca coisa. Eu digo sempre que só conseguimos aprovar isso porque tínhamos um Conselho Nacional de Segurança Alimentar com uma grande participação e um Congresso sensível a isso, porque a gente fica falando de tantas fórmulas, mas se a gente não fala de uma ampla base social para aprovar essas políticas públicas, a gente pode estar falando de modelos, de Embrapa, de modelos produtivos e não vamos ter nunca um modelo de segurança alimentar sustentável.

A questão da governança internacional, que talvez fosse o tem em que deveria concentrar-me, sendo diplomata, acho que há coisas importantes, acho que no G-20 temos coisas importantes. A questão da transparência dos estoques – o Sílvio insistiu muito em que colocássemos isso – tem sido colocad pelo Brasil. Eu coloquei isso Estados Unidos. Eu disse: está bem, muito bem que falemos de transparência, mas transparências dos estoques públicos e privados, porque queremos saber... Se não, vamos ficar sempre nas mãos da Bolsa de Chicago, nas mãos de meia dúzia, como o Sílvio disse. Isso não é democracia. Acho que tem uma coisa importante que o G-20 incorporou e que o Sílvio coloca na questão do armazenamento: a partir do momento em que, muito espertamente, alguns organismos internacionais fizeram o trabalho sujo para meia dúzia de empresas comercializadoras de alimentos, ou seja, diminuíram os estoques públicos, fazendo com que o agricultor familiar tivesse de vender a produção dele no momento da colheita, que, pela lei do capitalismo, é o momento em que os preços estão mais baixos, essas empresas compravam e depois iam vendendo. Isso o G-20 está enfrentando, o que para mim é uma surpresa. Eu não esperava que

ele fosse enfrentar. Acho isso uma surpresa e um ganho internacional em termos de governança.

O que o Brasil quer? Quer que o tema da segurança alimentar esteja no Comitê Mundial de Segurança Alimentar da FAO, que haja um especo minimamente democrático. Conseguimos colocar a sociedade civil dentro do Conselho de Segurança Alimentar. Isso já é um grande ganho. Isso graças ao trabalho do Brasil, o País que mais buscou isso. Agora com os irmãozinhos do Oriente Médio teremos possibilidades muito maiores, porque antes a situação era muito mais difícil, mesmo os países do Oriente Médio tinham dificuldade com o tema da participação social. Agora a gente acha que neste momento vai haver uma evolução enorme nesse tema, porque, realmente, vamos poder contar com uma parcela do G-77, com o qual não podíamos contar.

Com relação à sugestão pra o Riio+20, a minha sugestão é mais democracia. Acho que o Congresso tem de ter um papel essencial para a gente discutir esse tema. Aí vou utilizar as palavras do Presidente Lula no momento da crise de 2008. Quando nós fizemos a reunião regional da FAO no Palácio do Itamaraty, no final da fala dele, ele disse ao Renato Maluf: "Renato, a solução é ter um Consea em cada país". Eu acho isso também. A gente fica falando de PA. Sem dúvida, o PA é um modelo que todos os países deveriam adotar. O PA para alimentação escolar mais ainda. Agora, isso só se aprova com, no caso do Brasil, 19 Ministérios e 38 representantes da sociedade civil juntos. Só assim o Congresso pôde aquilatar o que era isso para a sociedade civil. Assim a gente garantiu a aprovação.

Acho que a gente deveria pensar um modelo em que a gente pudesse ter o Consea liderando a organização da sociedade civil junto com o Congresso e pensar num foro em que a gente possa ter outros países com participação governamental, com foros em que haja participação governamental, participação da sociedade civil, participação de parlamentares para a gente poder discutir a questão da democratização desse tema.

O Sílvio mencionou – aí já vou me encaminhando para o fim – a questão da concentração da não democracia em termos de produção e distribuição de alimentos. Ora, nessa doação, eu me reuni com a Conab, e o nosso companheiro da Conab disse: "Não, nós temos 100 mil toneladas de feijão, porque o feijão nós estamos pagando o preço mínimo". Eu disse: O quê? O feijão? Pagando o preço mínimo ao produtor? "Sim, estamos pagando."

Os senhores acompanharam, todos nós acompanhamos, durante meses os telejornais entrevistando as donas de casa, e elas dizendo: "Não é possível. O preço do feijão... Não estamos dando conta de pagar". Eu disse: Como? Como é que a dona de casa não podia pagar aquele preço,, que estava acima do que era possível, e o produtor recebendo menos do que o preço mínimo?

O que propusemos, Senador? Com isso, encerro. Eu acho... Já tive oportunidade de colocar isso aquele dia que o Senador Paim nos chamou na Comissão de Direitos Humanos, e eu queria reiterar o convite, Senador...

Acho que a gente precisaria... O Brasil propôs internamente – isso está a cargo da Conab –, dentro do Consea, um observatório. Eu coloquei isso para os americanos também, porque a gente ficar discutindo o que está acontecendo e o que está deixando de acontecer... Todos esses dados são fundamentais, são muito importantes.

Muitas vezes a nossa tendência no G-20, nas Nações Unidas, é tentar, cada um de nós, fazer o diagnóstico com o remédio na mão, e esse não é o melhor diagnóstico. O melhor diagnóstico é dizer: vamos nos sentar, todos, vamos comparar os dados, vamos discutir. Aí a gente vai vendo coisas, como o Sílvio estava dizendo, quer dizer, enorme concentração no varejo, porque aí justifica esse tipo de prática. Como é que você reverte isso? Então, eu acho que poucos temas, Senador, requerem tanto do Congresso. Eu não diria nem "tão poucos temas", porque seria uma pretensão, mas esse é um dos temas principais com que o Congresso pode, efetivamente, contribuir com o avanço do tempo, porque o centro desse tema é o déficit democrático.

Se nós conseguirmos... Acho que é isso que esse observatório, é este o dever desse observatório: identificar onde é que nós temos déficits democráticos. É no acesso à terra, é no acesso à água, é na produção, é na distribuição, onde é que nós temos? Aí, a gente vai chegar, realmente, na solução da questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas a democracia não seria o liberalismo?

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Eu acho que a democracia tem várias interpretações, mas eu acho que a gente não pode dar só uma paternidade a ela. Eu acho que, numa sociedade democrática, a gente tem de incorporar as várias ideias. Por exemplo, quando eu falo de acesso aos meios de produção para garantir direitos humanos, isso é um conceito marxista, não é? O senhor, mais do que ninguém, sabe disso. Enfim, e está nas nossas diretrizes voluntárias do direito à alimentação, no §8º. Sem direito à terra, o agricultor não tem garantido o seu direito à alimentação. Então, eu acho que é desse conjunto... E acho que, aí, o Congresso é o único que pode fazer essa articulação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço bastante, embaixador, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero passar a palavra a cada um para fazerem os comentários que acharem convenientes. Depois, eu faço um encerramento.

Então, podem completar o que não tiveram tempo de dizer ou comentar o que os outros falaram, vamos dizer, em três, quatro ou cinco minutos.

O SR. WERNER FUCHS – Então, eu acho que a democracia também passa pelo empoderamento dos grupos locais. A gente está vendo isso muito bem no Concea: a participação de grupos indígenas, comunidades tradicionais, assim como, por exemplo, na questão da biodiversidade, o Protocolo de Cartagena já reconhece que são as comunidades tradicionais que preservam a biodiversidade, com seus vários costumes alimentares, e assim por diante. Eles têm a sua própria cultura, eles são os que preservam, são os guardiães da biodiversidade hoje, no Planeta.

Por isso, eu gostaria de fazer o contraponto com o André: eu acho que o agronegócio não é bonzinho. Talvez, ele não quis dizer isso, porque ele também precisa ser corrigido, mas não tem só externalidades negativas, tem internalidades negativas também. Eu acho que a gente tem de dizer isso, senão, a gente vai se perder nos números.

Deixem-me só dar um pequeno exemplo e, primeiro, um conceito denominador para toda essa discussão. Eu venho repetindo isso para mim mesmo, muitas vezes, e me convenço que é certo: não existe sustentabilidade sem autossustentabilidade – isso vale para o País, e você teve o exemplo das sementes na mão das multinacionais; isso vale para os supermercados de que você falou, Sílvio, de três cadeias controlando mais da metade dos supermercados, da venda dos supermercados; mas isso vale, também, para as comunidades locais. Foi isso que eu falei dos agricultores na França, ou na Europa, seja como for.

Tem de ter autossustentabilidade em nível local. Não adianta a quebradeira de coco de babaçu ganhar um bom dinheiro com coco babaçu se ela tem de ir ao supermercado comprar mandioca descascada. Não adianta, isso não é autossustentabilidade, e isso dá para repetir, dezenas e dezenas de vezes, andando por este País.

Como é que agem as grandes corporações? Elas quebram as cadeias de produção e consumo locais. Elas agem assim e é por isso que o alimento viaja de norte a sul, e de sul a norte, como faz o biocombustível também, que é produzido no noroeste do Paraná e vai para uma refinaria lá em Araucária, perto de Curitiba, para ser misturado à gasolina e, depois, ser mandado de volta para o noroeste do Paraná. O biocombustível viaja mil e duzentos, mil e trezentos, mil e quinhentos quilômetros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WERNER FUCHS – Pois é, monopólio, e assim por diante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WERNER FUCHS – Mas isso é irracional, isso é absurdo. Isso é absurdo! E a gente tem de continuar batendo nisto: por que não produzir e consumir localmente, em primeiro lugar, para ganhar a garantia à autossustentabilidade? Agora, o excedente, sim, vai ser exportado. Aí, sim, vai ter comércio, vai ter de ter regulação desse comércio. Agora, só discutir comércio internacional ou comércio dentro do Brasil, de Goiás até Recife, não resolve o problema, jamais, da questão da garantia de alimentos.

Então, eu acho que esse é ponto principal, que eu gostaria que fosse levado, também, para a Rio+20, essa questão de ter autossustentabilidade local e, também, nacional. Aí, entra a questão do Concea, porque é voz desses grupos que o Milton colocou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um minuto. Eu queria dizer que, além dos que citei no começo, também temos, aqui, o Conselheiro da Embaixada do Suriname e o Segundo-Secretário da Embaixada do Suriname, cujas presenças eu agradeço.

Por favor, senhor.

O SR. SÍLVIO PORTO – Não é o fato de ser a estatal brasileira – felizmente, estatal brasileira – que é o problema da questão dessa matriz da energia. O fato é que a opção foi feita, André, de misturar o óleo ao diesel. Onde é produzido, onde estão as refinarias? Ou o petróleo se interioriza para chegar até onde se produz... O Mato Grosso é o principal Estado produtor de soja e dali está saindo boa parte do óleo que vai... Onde é que estão localizadas as refinarias de óleo? Não vai levar o grão, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO PORTO – Sim, mas, de qualquer forma, mesmo que seja levar isso para Mato Grosso, vai ter de levar essa indústria de transesterificação, ou seja, de mistura do óleo ao diesel para o Mato Grosso. Aí, quem vai chegar até lá vai ser o petróleo, vai ser o óleo diesel.

Então, o que de fato a gente precisa é repensar na nossa matriz energética. Eu acho que essa é uma questão, Senador. Embora nós não estejamos, aqui, na discussão do alimento, as coisas têm-se casado um pouco nessa relação. Efetivamente, nós temos um problema de concentração da nossa matriz energética

que ou é em hidrelétricas, ou é na questão do petróleo, basicamente em cima disso.

Agora, quando a gente pensa na questão da matriz energética pela agroenergia, nós já temos, há muitos anos, a questão da cana. Mais de 60% estão concentrados, como disse o Milton, no Estado de São Paulo, ou seja, o Estado de São Paulo, sim, é um Estado altamente inseguro, sob o ponto de vista alimentar, porque desde o século XIX, desde a época das charqueadas, o arroz sempre saiu do Rio Grande do Sul, e continua saindo do Rio Grande do Sul, para ser consumido em São Paulo; boa parte do leite consumido em São Paulo é produzida fora de lá; e boa parte de vários, e vários, e vários outros produtos. É só olhar, no fluxo da Ceagesp, de onde vêm os produtos e para onde vão esses produtos, ou seja, nós temos uma irracionalidade sob o ponto de vista da produção e do consumo em nosso País. É só nós olharmos o mapa da produção e olharmos o mapa do consumo.

Isto que o Fuchs falou é muito verdadeiro: o óleo de soja está caminhando em torno de mil e duzentos quilômetros, isso com base em estudos que nós fizemos, olhando onde se produz e onde se consome.

O único Estado que está tendo um mínimo de racionalidade com relação a isso é o Rio Grande do Sul, porque tem refinaria e tem produção. No resto, acontece essa troca e esse grande descaminho.

Eu queria colocar que o liberalismo dos anos 1990 até 2002 fez com que nós assumíssemos a Conab com apenas 400 mil toneladas em estoque, André. Quatrocentas mil toneladas em estoque eram o que nós tínhamos na posição de 31 de dezembro de 2002, entre arroz, algodão, farinha e feijão. Zero estoque de milho. Nós não tínhamos. O governo teve de lançar mão, em 2002, Senador, para atender a um problema principalmente de pequenos produtores e, também, dos produtores do Ceará e de Pernambuco, o seu Estado, de comprar milho por meio de leilão, no mercado, para conseguir fornecer para esses produtores de lá.

Vejam a insanidade, pelo fato de....

Eu não estou colocando, aqui, que nós temos de ter montanhas de estoques e administrar mal os estoques – do leite também. O que estou dizendo é aquilo que coloca a lei agrícola, que, dependendo do tipo de produto, nós devemos ter entre um mês e três meses de consumo, por uma questão de segurança. Eu entendo que isso, para o País... O que aconteceu em 2003? Tivemos que abrir a possibilidade. Reduzimos a tarifa externa comum do arroz; importamos 500 mil toneladas de arroz dos Estados Unidos, porque não tínhamos estoque de arroz suficiente para atender a uma quebra de safra de mais de um milhão de toneladas que aconteceu no Rio Grande do Sul naquela época. Então, no ano passado, não tivemos o mesmo problema, porque tínhamos um milhão e meio de toneladas em estoque, quando teve a quebra de safra de um milhão de toneladas no Rio Grande do Sul.

Entendo que essas são questões cruciais do ponto de vista do abastecimento e da segurança alimentar e também da nossa soberania, no sentido de sermos capazes de, efetivamente, fornecer o que precisamos aqui; e não imaginar que é de fora que vamos estar trabalhando, até porque, no Brasil, isso seria um absurdo.

Aí, eu diria, é uma falsa dicotomia, André, entre aquilo que é a alta tecnologia, usada no sentido de uso de insumos fora a propriedade, como se a agroecologia não fosse alta tecnologia. Entendo que a agroecologia é de uma capacidade tecnológica muito superior, porque, em primeiro lugar, emite pouquíssimo carbono. Então, já estamos trabalhando com uma tecnologia que, na condição atual, é o que hoje se está buscando pela biotecnologia. A agroecologia já oferece isso dentro da sua tradição milenar e histórica.

Portanto, quando se fala em princípios agroecológicos, isso é exatamente a possibilidade de dialogarmos com a necessidade da mitigação dos problemas climáticos hoje, ou seja, sem sombra de dúvida, usar menos fertilizantes químicos, porque estamos aí importando burras de fertilizantes de fora. O balanço energético dessa produção, da qual tu falas no agronegócio, bota isso na ponta do lápis. Tu vais ver o quanto ela é absurda! Já que tu gostas tanto de dado econômico, vamos colocar o balanço energético nisso. Tu vais ver o quanto ela é negativa, o quanto ela não se sustenta.

Por isso é que digo: não é só a questão entre custo de produção e ganho monetário, mas é também a incorporação de outros elementos que entendo são cruciais, hoje, para olharmos de fato. E, certamente, isso não é a solução para o mundo. Entendo que a solução para a África é endógena; é uma solução que passa por transferir para a África – e acho que o Brasil vem tentando fazer isso – no sentido de refortalecer as relações Sul/Sul, mas não da forma como estamos fazendo, levando para lá tecnologias nossas no sentido de que sejam apropriadas ou desenvolvidas por terceiros, e não por aquelas comunidades. O principal seria o quê? Exatamente o apoio tecnológico, no sentido de resgatar as sementes e a biodiversidade que existe na África – e é muito farta –, e, efetivamente, valorizar os hábitos e os saberes daquelas populações. Isso, para mim, é de alta tecnologia, porque, na verdade, é desenvolvimento de capacidade, e não transferência de tecnologia de uma forma tradicional.

Fala-se muito da Embrapa. Vi um dado recente da Embrapa. Há mais de 800 projetos em pesquisa, e eles estão se vangloriando, Senador, de dizer que

mais de 60% desses projetos, hoje, estão vinculados a sistemas para a agricultura familiar. Menos de 10% do orçamento da Embrapa é o que sustenta esses mais de 60% dos projetos; portanto, o que significa que o direcionamento dos recursos da Embrapa tem um foco. Então, é o Poder Público que sustenta aquilo, André, que tu dizias ali. Não é o mercado; não é o mercado que desenvolve essa tecnológica, porque foi a Embrapa que sustentou isso durante muito tempo, focada exatamente em algumas poucas cadeias, quer dizer, temos uma relação e uma cultura agroexportadora que vem sendo mantida. Aí o Senador, com seu olho clínico, pinçou bem e nos coloca como desafio.

Eu diria: quantas variedades de feijão, de trigo foram lançadas nesse último período pela Embrapa? De trigo, praticamente, nada; de feijão... Será lançado o feijão transgênico agora. Ou seja, qual é o enfoque que essa pesquisa vem trabalhando, no sentido daquilo que a gente está discutindo, para um cenário cujo padrão que está aí hoje – e tu mesmo admites isso – a gente precisa rever?

A questão do plantio direto. O plantio direto, no Paraná, está consolidado há muito tempo. Muito antes dos transgênicos, inclusive muito antes da utilização da soja RR lá. Portanto, não é só o crescimento... Possivelmente, houve crescimento do uso da adoção dessa tecnologia, mas certamente... Eu mostrei um dado ali, que é o crescimento que dobrou, hoje chegando a 150%. Lembrem que, antes de se aprovar a liberação dos transgênicos, foi aumentada a concentração de resíduo por unidade do produto, ou seja, já se entendia que a intensificação iria acontecer, como foi o caso que está acontecendo, de problemas sérios na Argentina hoje, que tem tanto veneno no solo, que até a decomposição da palhada já está sendo um problema.

Então, são questões... Sem falar de resistência de planta, sem falar de aparecimento de novas pragas e doenças, tudo decorrente desse tipo de modelo de produção. Imaginar que nós temos milhares, milhões de hectares com duas ou três variedades que são idênticas, que são iguais, é claro que nós temos que sustentar isso com um modelo que não dialoga com a questão ambiental. Por isso que entendo que, de fato, a revisão para um outro modelo é fundamental.

Para finalizar, quando o André colocou a questão como se estivéssemos aqui falando de agricultura familiar e defendendo minifúndio, quando mostrou modelo brasileiro e modelo...

(Intervenção fora do microfone.)

Não, me desculpe, André, mas pareceu...

O SR. ANDRÉ NASSAR – É democrático ou não isso aqui? Eu não fiz isso. Eu fiz questão de separar as coisas. Eu tomei todo o cuidado necessário. Eu não vou aceitar aqui você falar que eu falei uma coisa, e não falei.

E ainda falei que estava simplificando o problema, reconheci que não sou o mais entendido no negócio.

O SR. SÍLVIO PORTO – O.k., vou me dar o direito de fazer aparte na tua fala também. Da forma como tu colocaste, então, estou chamando a atenção: da forma como tu colocaste, parece que tu estavas colocando para nós uma pecha de que eu estava defendo o modelo de reforma agrária do México, de três hectares. É claro que isso não se sustenta.

Agora, por outro lado, foi usada, na aprovação da revisão do Código Florestal, a anistia para agricultura familiar, sendo que a agricultura familiar, na Amazônia, está sendo entendida com até 400 hectares, porque é até quatro módulos, aí está valendo isso.

Então, são questões... É isso o que estou dizendo aqui: em primeiro lugar, tu vês que nós estamos falando de 400 hectares, então, acho que o tema do limite da propriedade da terra, ele é crucial, ele precisa, Senador, voltar. Esse debate é importantíssimo, isso é necessário, isso é fundamental.

Tu mesmo...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Com quantas pessoas no campo? Vinte milhões de pessoas, de novo?

O SR. SÍLVIO PORTO – O problema é a intolerância. O problema, André, exatamente, é que vocês não conseguem fazer um debate no qual haja a possibilidade de a gente... Por isso que liberalismo significa não democracia e, sim, ditadura, Senador. Porque aqui todos nós fomos capazes de ouvir educadamente todas as questões, independente das inúmeras divergências que tenho com o André. Ouvi educadamente sua exposição. Vejam que, infelizmente, o liberalismo traz intolerância, o liberalismo traz exatamente o sentido de que só se pode ter um pensamento único. E a sociedade brasileira, a sociedade mundial não se construiu e não se constrói por essa visão.

O que queremos exatamente é porque a agricultura familiar não tem uma bancada ruralista, como tem o agronegócio, de mais de 90 Deputados e vários Senadores, que consegue defender os seus direitos. Então, efetivamente, não é só uma questão de repensar as políticas e que elas sejam diferenciadas. A questão é a composição política que temos no Parlamento, que, sem sombra de dúvida, tem sido um grande problema para os avanços do campo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço.

Acho que esse confronto é positivo, não tem nada de negativo. E nós até fizemos questão de, ao selecionar, permitir isso.

Só lembro também que há uma bancada ruralista, de que se fala muito, mas há uma bancada não ruralista, da qual eu faço parte, e que também procura encontrar um caminho.

Passo a palavra ao André.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Quero pedir desculpas ao Sílvio, porque foi muito feio o que fiz.

Desculpe-me, Sílvio, você tem razão. Não adianta pregar uma coisa e fazer outra. Está certo. Interrompa-me a hora que você achar que é necessário, ficarei quieto.

Eu ia fazer uma ironia, que a Mesa está desbalanceada e pouco democrática, mas depois do meu papelão na fala do Sílvio, é melhor não ficar falando muito sobre isso.

Eu quero dizer o seguinte: eu acho que realmente a gente tem divisores de água no Brasil, e deve ser verdade isso em outros países também. Há visões de modelo de desenvolvimento que são diferentes. Eu acho que é isso aí, certo?

Eu acho que a gente teve um governo liberal antes, o governo liberal cometeu graves erros. O assunto dos baixos estoques da Conab é verdade, concordo absolutamente. Eu era contra elevados estoques na época da Cibrazem, CFP, aquela maluquice. Mas aquilo era para intervir no mercado. Agora, ter pouco estoque num país que ainda tem problema de segurança alimentar não faz sentido. Então, concordo. Isso é verdade. Acho que, nesse sentido, se pegarmos o PAA – estão saindo vários estudos mostrando os benefícios do PAA – não há o que discutir. Quer dizer, só um louco criticaria esse tipo de coisa. Então, do ponto de vista de política pública, não há o que discutir.

Só que a gente tem diferenças muito grandes em relação a modelos de desenvolvimento, a conceito de país e conceito de democracia também. Então, é meio complicado eu conseguir resumir tudo porque, quando são três falando de um lado e um do outro, aquele um escorrega e não consegue explicar.

Eu acho assim, eu vou começar a fase de pedir as coisas, porque não adianta mais argumentar. Acho que precisamos parar com essa coisa de que o agronegócio é ruim. Precisamos parar com esse negócio. Não funciona isso, não adianta ficar associando o agronegócio à falta de democracia no campo. Eu não consigo ver isso. Eu tenho que assistir, ler mais, talvez. Mas eu não consigo ver...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ NASSER – Pode rever. Você tem 150 milhões de hectares de pasto para fazer desapropriação. Só que vai ter que desapropriar os pequenos também, que são de baixíssima produção.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ NASSER – Mas veja, eu não sou da bancada ruralista, eu não dou dinheiro para Deputado, eu não faço nada disso. Eu faço aquilo que eu mostrei aqui: eu boto um monte de número e interpreto o que eles estão me dizendo.

O que eu acho? Eu acho que há uma visão maniqueísta de desenvolvimento sendo colocada aí. Eu fico arrepiado de ver esse negócio, de ficar essa separação, o que é bom, o que é ruim. E eu acho que esse é um caminho errado, e ele, infelizmente, está ganhando força dentro da burocracia brasileira.

E essa coisa de acreditar que o Estado é capaz de arbitrar corretamente a distribuição das rendas no Brasil não é verdade. O Estado não arbitra melhor do que o mercado. Os dois têm que fazer juntos. Tem hora que o preço define melhor. Por exemplo, o problema da especulação nas bolsas é real. A volatilidade está muito alta. Para o produtor é péssimo a volatilidade estar muito alta. Você sair de um preço de soja de 10 dólares o *bushel* para 15 dólares o *bushel* põe não sei quantos milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. É verdade e pronto. Vamos discutir. Agora, achar que formar estoque regulador, que o Estado vai fazer isso e vai salvar a pele do mundo porque, na hora que ele tem aquele monte de estoque, ele vai vender na hora que o preço sobe é uma visão, para mim, ingênua, simplificando o mercado, porque o mercado vai passar o pé, vai passar a perna nesse tipo de coisa.

Então, acho que a gente precisa aproximar um pouco essas coisas. É preciso aproximar, é preciso chamar um pouco... Está complicado isso. Eu não sei, talvez vocês pudessem me colocar lá no Consea. Eu indo lá no Consea, sei lá eu, e quem sabe alguém me dê um microfone lá. Porque é preciso, precisa trazer... Certos temas são técnicos, gente. Está muito político. Isso está fogo! Está muito na base do princípio, e na base do princípio a coisa não anda, por quê? Porque os meus princípios são esses. Sei lá se o Nelson Piquet, um dia brigando com o Ayrton Senna, dizem que ele não podia falar com o Ayrton Senna porque ele gostava de mulher bonita, entendem? É o princípio. O princípio, não tem jeito, não se discute princípio.

Nós temos que sair um pouco dos princípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Uma pergunta: não tem ninguém do chamado agronegócio no Consea?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Tem. Só é preciso que o coloquem para...

O SR. ANDRÉ NASSAR Não, é aí que está. Até o senhor, Senador, falando nesse negócio do agronegócio? Estou perdido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, eu não sabia. É que para mim seria um absurdo não ter alguém do agronegócio no Consea.

O SR. ANDRÉ NASSAR – É que o diálogo é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sei, sei, mas é importante que estejam lá.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Eu sou daqueles que diz que o agronegócio tem que mudar de discurso. Eu falo isso aqui publicamente, falo para ele, falo em tudo quanto é lugar, escrevo no jornal – todo mês eu escrevo no jornal. Eu acho que tem que mudar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Queiram ou não, eles são produtores de comida, produzem comida.

O SR. ANDRÉ NASSAR – São geradores de renda, são desenvolvedores do País, está certo? A agricultura é o setor que mais multiplica renda no País, é o que mais multiplica, sobretudo nas cidades do interior. É um setor muito importante, ele não pode ser dividido, não faz sentido. Ele não pode ser classificado como bom ou ruim. Agora, ele pode, sim, dizer o seguinte: a prática da soja está errada, tem de melhorar. Ótimo! A prática da cana está errada. Ah! Muito bem. Há municípios em São Paulo em que 80% da paisagem é cana. Ótimo! Acho que pesou demais, está certo? Agora, desde quando 50% daquele município ser cana é ruim, se você faz 25% de renovação todo ano, se você produz soja ou amendoim na área de renovação, bem feitinho? Você vai mitigando os problemas, porque se trata de mitigar os problemas e não de ter uma agricultura idealizada e perfeita. Ela não existe.

O SR. SÍLVIO PORTO – Senador, já que o André me deu um aparte, vou usar só para dizer uma coisa: André, a grande questão que tu colocas de que a máxima do mercado é o que vale, o problema nessa lógica da escolha vai ser que eu vou escolher pela rentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas ele não colocou só o mercado não. Ele falou que era preciso casar com o Estado.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Boa, Senador! Obrigado. Eu falei isso.

O SR. SILVIO PORTO – Não, mas na lógica de quem decide, de quem toma a decisão, certo? Então, nessa questão, historicamente foi isso. O mercado determinou as relações. Agora, há três anos não tem nenhum produto que bata a rentabilidade da soja. Pela liquidez e junto com liquidez, nem se fala. Então, o que está acontecendo? Aquele dado que tu colocaste ali, 147 milhões ou 150 milhões de toneladas, 90% estão assentados em soja, em milho e, um pouquinho menos de 10%, em arroz, ou seja, três produtos representam mais de 90% da produção nacional de grãos. Isso, no mínimo, indica que há erro, que isso é uma fragilidade muito grande para o País, porque esse modelo em que o preço é que me determina, a relação do mercado é que acaba estabelecendo, o problema é que nós trabalhamos com uma lógica de uso e ocupação do espaço agrário e agrícola de uma forma muito distorcida. Temos hoje 65% do arroz produzido no Rio Grande do Sul. Estamos fazendo prêmio ao escoamento da produção, que é subvenção ao diferencial de preço de mercado ao preço mínimo. Para onde está indo esse produto? Está indo para a África, está indo para outros países. Em contrassenso, está chegando produto da Argentina no Nordeste brasileiro.

Nós precisamos resgatar esse equilíbrio. O Centro-Oeste já foi um grande produtor de arroz e precisa voltar a ser grande produtor de arroz. Nós estamos com um problema. A indústria do Mato Grosso está trabalhando com ociosidade porque não tem produto, ou vai buscar lá sul. Então, tem o custo de logística, o custo das estradas, o custo de emissão de CO2 para transporte de tudo isso. Então, esse tipo de irracionalidade, para fugirmos aqui da dicotomia que tu estás propondo, no mínimo nós precisamos rever. E aí, se a estrutura agrária não é revista, não tem como dar a solução. Essa é a grande questão. Obrigado pelo aparte.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Posso comentar um negócio?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pode, com certeza.

O SR. ANDRÉ NASSAR – É curtinho. Acho que não tem a ver com a estrutura agrária, tem a ver com política pública. A estrutura agrária é boa, funciona, certo? É assim, aí é que está. Alguma especialização na agricultura tem que ocorrer. No Rio Grande do Sul, eles produzem bem arroz. Eles estão usando cada vez menos água por tonelada de arroz, é uma produção, vamos dizer assim, que tem níveis de produtividade que são crescentes. Eles são, sim, chamados de produtor eficiente, por isso que a coisa cresce lá.

Realmente, é uma ignorância trazer arroz da Argentina e levar para o Nordeste. Mas isso é porque a cabotagem no Brasil é um... O Governo não deixa ter competição na cabotagem. Porque você tem problema de acúmulo de PIS-Cofins, você tem um monte de distorção tributaria, tem a guerra fiscal de ICMS. Se você

deixa o mercado operar um pouco mais, iria arroz do Rio Grande do Sul.

Agora, eu concordo contigo: o Nordeste deveria ter um nível de autossuficiência no arroz um pouco maior. Está ótimo. A Conab está aí para fazer política para isso. A Embrapa está aí para transferir tecnologia para os produtores de lá. É por isso que eu não entendo: está tudo aí e por que não acontece?

O SR. SÍLVIO PORTO – Porque a decisão está na mão do privado.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não, pelo contrário. O Estado nunca esteve tanto na economia como agora. São oito anos de governo PT.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bem, de fato o Estado está presente, ninguém tem dúvida.

Milton.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Obrigado, Senador. Eu vou ser breve.

Primeira coisa, André, eu acho que esse maniqueísmo, enfim, o túnel tem dois lados. Até o maniqueísmo pode ser interessante, porque você tem que distinguir entre uma coisa e outra. Aqui o nosso objetivo – foi por isso que o Senador nos convidou – é distinguir entre o sustentável e o não sustentável. O bom é o sustentável e o mal é o não sustentável. Sejamos maniqueístas assim.

Então, o que é o bom? O que é o sustentável?

O sustentável tem três pilares, segundo a Rio 92: o social, o econômico e o ambiental. Então, um tipo de agricultura que expulsa gente da terra, ele não é socialmente sustentável – e tem lá as regras que no art. 186 da Constituição Federal.

Quem não paga Previdência, quem utiliza mal, enfim, quem traz dano ao meio ambiente – e o glifosato está aí, estão aí os índices que... Tudo isso não é sustentável. Então, isso é que é ruim. Então, sejamos maniqueístas assim. Entre o sustentável, não.

Concordo com ele que o que temos de diferenciar aqui é entre essas duas categorias. São essas duas categorias que temos que diferenciar. E aqui acho que nós temos que ser, sim, maniqueístas. Uma, que o que não é sustentável é ruim; o bom é o sustentável. Nós temos que ter isso, senão não vamos chegar preparados para a Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas, Milton, tem que ser uma sustentabilidade, mas com eficiência. Não pode ser uma sustentabilidade...

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Social, econômico e ambiental, os três pilares têm que ir juntos. Por isso que eu gostei dos índices de produtividade dele.

Então, esses índices de produtividade são muito diferentes dos que nós temos hoje para desapropriação de terras que são dos anos 70. Utilizemos esses índices.

Esse é um item.

Depois, a questão de... Quando eu utilizo os três pilares – e há muita oposição, e você sabe de quem vem –, o social, o econômico e o ambiental, nós estamos falando de democratização. Esse é o espírito da Rio 92: a democratização do acesso das pessoas aos meios de produção – esse é o social, no caso, a produção de alimentos –, uma produtividade que tenha a ver com esse acesso do agricultor ao meio de produção, e formas ambientais, democráticas, que você tenha critérios ambientais democráticos para a produção. Por exemplo, o acesso: se é um modelo de produção que tem que trazer, como o Sílvio colocou, quer dizer, um fertilizante caro, ele tem que trazer lá do norte da África, ele não serve. Até porque, muitas vezes... E aí vamos à multifuncionalidade – que praticamente nós não tocamos nesse assunto, porque é anátema aqui no Brasil. Mas, enfim, os assentamentos. Você citou o caso da produção de arroz, o assentamento lá de Tapes, que está vendendo para São Paulo. Eles têm uma praia, que é belíssima, na beira da Lagoa dos Patos. Não podiam usar a praia por causa da Ureia. Tiraram a Ureia; hoje é risipsicultura, ganharam 20% do custo da produção – e tem 20% a mais no custo final...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Qual é a produtividade lá?

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Eu sou diplomata...

O SR. ANDRÉ NASSAR – Legal. Acho o modelo bom, ótimo.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Tanto que estão exportando para São Paulo. Venderam para São Paulo. Então, o... São Paulo podia estar... Já que São Paulo tem toda essa matriz produtiva, poderia estar produzindo lá, não precisaria estar no Rio Grande do Sul.

Então, considerar isso tudo... Hoje, eles ganham (porque a praia está limpa) com o frango, que eles vendem aos turistas no fim-de-semana, a cuca que se faz... Então, há uma série de ganhos, inclusive no que diz respeito à higiene e nós não tocamos aqui. São as mulheres que estão liberadas, por quê? Há uma cozinha comunitária e estão liberadas para produzir a cuca e tem acesso aos recursos financeiros. Bom... O mercado, tudo bem... Ele não é um mito. Ele tem nome, ele tem endereço... Quem é o mercado? Que mercado mitológico é esse? Há mercados e mercados! O mercado em que, por exemplo, aquele que Sílvio disse que três empresas têm 50% do varejo... Vamos qualificar a coisa: não é um mercado democrático. E por aí vamos. Enfim, a gente poderia estender esse

assunto. Mas, quando a gente fala de mercado tem de qualificar: tem de ter dia, hora, endereço... Não é? Se não estamos falando de uma coisa que não é nada científica – como você mesmo o disse – nem técnica.

Bom, aí a questão de... Quando se fala nos estoques, que é o caso da América Central, por exemplo, que foi, como sempre, a mais atingida pelas políticas de consenso de Washington, destruiu-se qualquer tipo de armazenamento público. Sílvio esteve comigo na Nicarágua, em Salvador também... Então, aquilo que eu estava dizendo... Isso, eu acho que é uma coisa que a gente deveria, inclusive, fortalecer. O G-20 ter feito essa discussão, eu achei de uma coragem... É um dos itens mais corajosos que o G-20 está enfrentando. Quer dizer, você restabelecer a possibilidade de o agricultor familiar contar com o armazenamento público. Porque, coitado, se ele não tem onde armazenar, ele tem de vender imediatamente.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não é familiar... Qualquer agricultor! Qualquer agricultor!

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Sim. Mas nós estamos falando em democracia, companheiro. Deixa eu ser governo do PT aqui. É questão de democracia. O outro tem acesso.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não tem acesso...

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Bom... O outro tem mais meios de ter acesso. Então, vamos falar daquele que tem menos meio de ter acesso. O Estado precisa se preocupar primeiro... Política é prioridade. Primeiro, com aquele que tem menos meio de ter acesso. É como a questão da fome. Esse é o mais atingido, não é?

Bom, depois a questão do limite da propriedade da terra. Deixa eu lhe informar que não foi nenhum companheiro do PT que estabeleceu limites à propriedade da terra. Foi um senhor chamado Antonio Delfim Neto que, junto de seus pares, em 1979, na Conferência, da FAO, de Reforma Agrária, aceitou que todos os países deveriam estabelecer limites à propriedade da terra. Então, não se trata de nenhum perigoso esquerdista.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Ainda bem que não deu certo.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Aí, a gente entra no tema que o Sílvio colocava: democratização. Falar em democracia e não lhe dar substância, não serve para nada. As coisas têm de ter forma, mas têm de ter substância. Se a gente não fala de Democracia e do acesso aos meios de produção... De que democracia a gente está falando? Falar de democracia é fácil! Como uma balela qualquer é fácil. O duro é falar de democracia de verdade. E eu acho que esta Casa fala de democracia de verdade e não está aqui para ficar falando de perfumes.

Por último, a questão da Agenda 21. Senador, acho muito importante de, na Agenda 21, um dos pontos mais importantes ser o Princípio da Precaução. Se nós não sabemos o dano que estamos causando com uma determinada medida, nós não poderemos adotar esse dano. E isso está lá... Todos nós aceitamos isso e nós estamos aceitando esse risco na CTNBio. Isso está muito claro! Inclusive, o representante do Itamarati tem sido um dos mais entusiasmados em que se aceitem riscos. Então, eu acho que isso é fundamental... E o Concea teve um papel fundamental na COP, inclusive para impedir que a gente aceitasse experimento a céu aberto, com experimentos que poderiam esterilizar o mundo, que poderiam esterilizar a agricultura do mundo.

Então é disso que estamos falando, de coisas muito concretas. O Congresso vai ter que ter um papel muito central nesse tema. Vamos interpretar, sim, o princípio da precaução de uma forma séria, responsável, como a sociedade brasileira e a sociedade do mundo merecem.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu que agradeço aos quatro.

Quero dizer aos que não assistiram pela televisão ao começo desse debate, porque, só a partir de certo ponto, foi sendo transmitido ao vivo, depois é que passará por completo, que estamos discutindo aqui com especialistas extremamente qualificados, quatro, que vocês viram aqui. Estamos discutindo o que o Brasil pode levar para essa grande reunião dos presidentes da República, de reis, de príncipes, de primeiros-ministros, nessa grande reunião de cúpula que acontecerá no Rio+20, em junho do próximo ano, daqui a exatamente um ano.

Aliás, amanhã, no Rio de Janeiro, será lançado oficialmente e haverá um relógio marcando quando dias faltam para essa reunião, em que vai se discutir o futuro da humanidade. Hoje, nós discutimos aqui o problema da alimentação. Confesso que foi uma excelente sessão. Vi aqui coisas que me ajudou muito a entender o problema, informações que eu estava longe de ter, apesar de procurar sempre estar bem-informado.

O que ficou para mim de positivo em relação ao futuro é que, aparentemente, alimentação não é dos mais graves problemas que a humanidade vai enfrentar se soubermos utilizar a área agricultável que temos e a ciência e tecnologia que temos. Diferente, por exemplo, do problema da energia, que esse, sim, talvez já tenha esse esgotamento das fontes tradicionais, como as fontes fósseis, a nuclear é extremamente perigosa e as outras ainda são muito caras, como a eólica, solares.

Então eu saio daqui mais otimista com relação ao que significa o problema da fome, da alimentação.

As questões que ficaram pendentes. O que a gente vai ter que usar como mecanismos para produzir alimentos é mais o mercado livre, é a interferência estatal, ou uma combinação dos dois? Esse é um problema. O que a gente vai usar é mais agrotóxicos, transgênicos ou orgânicos, ou de uma combinação deles?

Outra questão é a pequena propriedade, a grande propriedade ou uma combinação delas. Para isso, não vamos dar uma resposta hoje.

E o que mais fica realmente pendente, porque a gente não sabe como resolver no mundo inteiro, é como governar tudo isso. A palavra é governança. Como fazer a governança das bolsas, dos riscos de alguns agrotóxicos e mesmo de transgênicos?

Como fazer a governança entre países, porque a colocação de um conselho de segurança alimentar em cada país pode gerar ineficiência. Cada país querendo se proteger contra a fome e sem aproveitar as vantagens comparativas de produção em outros países. Pode acontecer.

Então tem que haver, além desses conselhos, uma grande governança mundial que em algum momento diga que vale a pena produzir para exportar alimentos e, com o dinheiro que se ganha, importar alimentos que é mais barato de produzir em outros países. Esse é um tema que a gente vai ter que discutir muito.

Na próxima semana, quinta-feira, às 6 horas, vamos discutir o problema da energia. Para quê? Como produzir?

Nós tivemos a discussão sobre água, como conservá-la, na semana passada. Depois, nós vamos discutir o desenvolvimento sustentável: O que é? Como fazer?

Vamos discutir um tema polêmico: decrescimento. Como é possível, reduzindo a produção, melhor o bem-estar? Se isso é possível ou não? Claro que, no caso de alimento, não tem como, porque, se você está com fome, não tem como. Mas você pode reduzir o consumo de alguns bens.

Como inventar novos indicadores para medir a qualidade de vida? Como modificar os padrões de consumo – padrões de produção e de distribuição, que têm tudo a ver como isso? Como conseguir uma eficiência inteligente, inteligente e ecológica, e justa?

Economia verde: Que limites ela tem?

Ciência e Tecnologia, como ela pode ajudar na construção desse novo mundo. Mudanças climáticas, como evitar e como adaptar-se a ela. Eu achei interessante esta sua fala: o risco das mudanças climáticas –creio que foi na sua apresentação – na produção de alimentos; a biodiversidade e a pobreza, como superar a pobreza; e outros temas que iremos discutindo aos poucos, ao longo das próximas semanas, até outubro, setembro, quando queremos ter um documento para enviar à Presidenta Dilma.

Agradeço muito a presença de vocês. Foi uma excelente noite, que durou 2 horas e 43 minutos. Creio que o público deve estar se beneficiando bastante ao assistir ao debate e à sua reapresentação.

Quero agradecer também aos representantes de diversas embaixadas de países estrangeiros no Brasil pela presença. Um abraço para cada um, cada uma.

Está encerrada esta reunião.

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL--RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e onze minutos do dia nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa o professor doutor Neilton Fidelis da Silva, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), o senhor Carlos Rittl, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF, o senhor Pedro Henrique Torres, coordenador da Campanha de Clima do Greenpeace, e o senhor João de Deus Carvalho, consultor para Projetos de Energia Solar. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Estão presentes, entre outros, o Sr. Ibrahim Aleisa, da Embaixada da Arábia Saudita; o Embaixador Mohsen, que é amigo nosso, Embaixador da República do Irã; e o Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia. Meus agradecimentos pela presença de cada um aqui.

Informo que a presente reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A primeira audiência teve como tema: Água: como conservar? A segunda: Alimentos: como produzir? E esta de hoje: Energia: para que e como?

Para proferir as palestras e debater o tema, convidamos as seguintes autoridades e especialistas: Prof. Neilton Fidelis da Silva, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe); o Sr. Carlos Rittl, Coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF; o Sr. Pedro Henrique Torres, Coordenador da Campanha de Clima do Greenpeace; e o Sr. João de Deus Carvalho, Consultor para Projetos de Energia Solar.

Eu quero informar que o que estamos fazendo aqui é a tentativa de auxiliar, não apenas o Brasil, mas todos os países, na busca de chegarmos, em junho de 2012, ao encontro Rio+20 com um conjunto de propostas que possam reorientar o modelo de desenvolvimento que tivemos nos últimos dois séculos e que neste momento começa a apresentar suas fragilidades. O que aparentemente acontece é que aqueles três itens de um casamento que parecia perfeito entraram em crise: progresso, justiça social e democracia.

O que parece é que não estão combinando mais. O progresso está levando a uma desigualdade crescente, sem justiça social. Para fazer justiça social, vamos ter que mudar o tipo de progresso. E o próprio conceito de democracia, às vezes, parece insuficiente, uma vez que a democracia é baseada no espaço local e no curto prazo. Falamos em democracia brasileira e pensamos nas próximas eleições. E o futuro do mundo vai precisar pensar o Planeta e as próximas gerações. E não existe presidente de Planeta, só existe presidente de nação.

Então, é na busca de encontrar saídas que estamos fazendo esse debate: ainda vamos ter um debate sobre desenvolvimento sustentável; outro sobre economia verde; vamos fazer um sobre a possibilidade de decrescimento como alternativa para a felicidade geral; fazer um sobre novos indicadores de progresso – não basta o Produto Interno Bruto, isso todos já sabem; vamos fazer um sobre a governança mundial em um planeta dividido em países; vamos discutir oceanos e espaço – quem são os donos do oceano e do espaço. Vamos discutir todos esses problemas ao longo das próximas semanas.

Mas, hoje, como eu disse, o tema é: Energia: para que e como? Por que essa pergunta? Porque há uma ideia de que o problema da energia é só aumentar a quantidade de energia. Não é. A primeira pergunta é: precisamos de muito mais energia, ou é possível o bem-estar com menos energia? Segunda: quando a gente fala em energia, sempre fala em fóssil. Mas, quais são as alternativas viáveis?

Nós enviamos perguntas aos palestrantes exatamente nesse sentido. Cada um deles recebeu as perguntas, porque nós percebemos, na primeira, que cada um falava só do seu trabalho, da sua entidade, e não do problema global que nós temos.

Informo a cada um dos convidados que o tempo destinado será de 15 minutos. Mas não se preocupe se precisarem de um pouco mais do que isso. Não vamos cortar a palavra. Após a exposição de cada um, concederemos a palavra àqueles que quiserem participar, óbvio e especialmente, se tivermos, como geralmente temos tido, Senadores presentes. Depois dos 15 minutos, nós daremos a palavra a cada um, por dois minutos, que queira fazer perguntas, e os palestrantes responderão a essas perguntas.

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, o que significa que temos, nós e cada um de vocês, alguns milhões de pessoas assistindo. Não se preocupem com o número aqui. Lembrem-se de que são alguns milhões de pessoas que estão nos ouvindo. Porque uma das finalidades disso é despertar a opinião pública brasileira para o problema do desenvolvimento e a chance que nós temos, em 2012, de que,

a partir do Brasil, seja possível dar uma luz, um rumo, ainda que teoricamente, para o futuro da humanidade.

Eu vou dar, então, a palavra na ordem, iniciando pelo Sr. João de Deus Carvalho.

O SR. JOÃO DE DEUS CARVALHO – Muito obrigado pela oportunidade, Senador, de falar sobre energia termossolar.

Nós temos uma apresentação que eu gostaria de fazer, que, em síntese, vai dar conhecimento exato do que é energia termossolar, diferentemente de outras tecnologias solar, e um pequeno filmezinho, também para dar uma noção melhor sobre isso. São bem sintéticos.

Pois bem, de fato, a termossolar é a única matriz 100% limpa, 100% abundante e 100% renovável. Não existe outra. Nem mesmo a fotovoltaica é 100% limpa. Para se produzir um painel fotovoltaico, é necessária a energia que ele irá produzir durante dois anos e meio. Então, ele consome muita energia para ser produzido.

A eólica também não é uma energia 100% limpa. Existem muitas coisas hoje que estão em questão, inclusive a matança excessiva de pássaros, que é muito registrada na energia eólica.

Pois bem, as hídricas, todos nós sabemos, têm problemas gravíssimos de degradação do meio ambiente.

Agora nós podemos dizer que a termossolar é uma matriz 100% competitiva, e os senhores vão saber por quê.

O mundo está adotando-a, só falta o Brasil. Isso é fato. No norte da África, está sendo implementado o maior projeto da humanidade, o projeto Desertec, dirigido pelos países da União Europeia, que tem o objetivo de abastecer até 20% de toda a energia dos países da União Europeia. É muita coisa, é um projeto gigante de 550 bilhões de euros. Desses 550 bilhões de euros, 180 são apenas para linhas de distribuição – o problema é que o Brasil não tem. Então, o mundo está adotando-o.

Os Estados Unidos estão, atualmente, com 24 usinas funcionando e há 103 projetos para construção desse tipo de usinas naquele país, totalizando 35.000 *megawatts* de potência.

Esse Mapa Solarimétrico, para os senhores terem uma ideia, é onde se registra a fartura de energia solar que existe no mundo inteiro. Esses pontos pretos são apenas para mostrar os locais onde a intensidade é maior, que são exatamente as áreas desérticas. É uma virtude que o Brasil tem: nas áreas desérticas, não temos tempestade de areias. Então o Nordeste brasileiro é excelente, porque não registra essas tempestades. Vemos que há energia solar abundante.

Neste *slide* foram descritas exatamente as regiões do Brasil onde a luz solar é mais rica, sem as tempestades de areia, como está registrado ali. Esses mais alaranjados são exatamente as melhores áreas, onde se consegue coisas equivalentes ao que acontece no deserto, em termos de geração de energia solar.

Para se ter uma ideia da magnitude do potencial da energia solar, 50 minutos da luz solar incidente sobre a parte sólida da terra, se fosse convertido em energia, abasteceria toda a humanidade pelo período de um ano. Inclusive substituindo todos os veículos a combustível por elétrico, tamanho o potencial da energia solar. Isso, agora, está sendo traduzido, de fato, em energia elétrica, através desses projetos. Esses 50 minutos, se convertido em área, nós teríamos 0,058% da superfície da terra para ser usada para abastecer toda a humanidade. Isso é uma área equivalente ao Estado de Goiás. Imagine essa área do Estado de Goiás dividida entre os desertos da África, dos Estados Unidos, no Oriente Médio, na Austrália, no Brasil, América do Sul. Vejam só como seriam pequenas essas áreas, se fosse dividida uma área equivalente ao Estado de Goiás.

Diferenciais entre tecnologias. É porque hoje nós estamos habituados, todo mundo está habituado com a fotovoltaica. Quando se fala em energia solar, já se associa à fotovoltaica. A fotovoltaica são placas de geração de energia a partir da excitação de elétrons, que é o silício, o telureto de cádmio e têm outros agora que estão sendo feitos. É uma tecnologia que foi criada há mais de 40 anos e tem evoluído muito lentamente – essa é que é a verdade. Experimentou uma boa evolução agora, mas ainda não chegou a um nível satisfatório. Por isso, a energia solar foi mal vista durante muito tempo no mundo inteiro.

A tecnologia de aquecedor solar, essa existe há séculos. Tem-se notícias dela há milênios. Ela é muito importante para aquecimento residencial, chuveiros, piscinas e reservatórios, inclusive de empresas, indústrias; ela é importante.

Agora, são as usinas termossolares. Essas usinas são para geração de energia em grande escala. São verdadeiras usinas. Para se ter uma ideia, essa, por exemplo, é uma usina de 19,9 *megawatts*, mas já existem, agora, os Estados Unidos estão instalando usina de 1.000 *megawatts*, um *giga*. Então essa é uma das tecnologias que aditou. Isso aqui são espelhos, simples espelhos. Esses espelhos, todos eles, focam em determinado local, aqui nesse local tem sal liquefeito ou outro tipo de óleo, e esse óleo, ou esse sal líquido, produz o vapor no reservatório de água, gerando, tocando a turbina. É um sistema simples, mas que foi caro até recentemente em razão do próprio procedi-

mento. Isso existe desde 1964 e, de lá para cá, vem evoluindo bastante, principalmente nos últimos anos.

O sistema é exatamente isso: a luz incide em painéis de espelho que foca naquela torre receptora central, que são sais que enchem, que vai produzir o vapor para rodar a turbina e, aqui, gera energia. Depois, passa por um resfriador e volta o processo.

São tecnologias absolutamente consolidadas. Por exemplo, tem usina, em operação, nos Estados Unidos, desde 1984. Ora, são 27 anos. Então, não tem mais o que questionar essa tecnologia. É uma tecnologia absolutamente consolidada, claro que em evolução ainda.

Crescimento mundial. Como eu falei agora, 103 projetos de novas usinas estão em andamento nos Estados Unidos. Tem-se notícias de que, recentemente, nos Estados Unidos, quase que diariamente, dão entrada de um novo projeto de construção de usina termossolar. Imaginem que 103 estão em execução e 24 já estão em plena operação. O total são 35 mil *megawatts*. Isso equivale a oito usinas e meia de Belo Monte em potência firme. Fala-se muito em potência instalada. Por exemplo: Belo Monte vai ter 11 mil *megawatts*. Agora, 11 mil *megawatts*, mas a potência firme de Belo Monte é de apenas 4 mil *megawatts*. Então, quando se fala em uma usina tem que se falar da potência firme dela. A ilusão da potência instalada é mera ilusão. A eólica sofre muito com isso. Então, são 35 mil *megawatts* que equivale, de fato, a oito usinas e meia de Belo Monte.

Essa proposta foi feita levantada por um estudo encomendado pelo governo americano e instituições de ensino e de pesquisa nos Estados Unidos e foi publicada, inclusive, na revista científica *América*. Só que, fazendo uso de todas as tecnologias, inclusive a fotovoltaica, são 120 mil quilômetros quadrados. Na época, eles levantaram isso, mas já se sabe que isso aqui já caiu para 80 mil quilômetros quadrados. Isso em solo americano e, é claro, localizado em áreas desérticas, coberta por coletores espelhos abastecerá 69% da energia elétrica dos Estados Unidos – 69% –, ou 35% de toda a energia daquele país, prevendo-se, com segurança, o sucesso dos carros elétricos. Os carros elétricos já estão em linha de produção, mais de 40 montadoras já iniciaram a fabricação de carros elétricos. E essas 40 montadoras estão pagando um preço alto para vingar os veículos elétricos. É fato que isso vai acontecer. Então se os veículos elétricos acontecerem, que é o esperado, vai ser muito importante a contribuição de fontes limpas, absolutamente limpas – e a solar é a única que reúne isso, inclusive o potencial.

Essas são as áreas, nos Estados Unidos, que estão designadas para a construção dessas usinas. Os Estados Unidos, de fato, nessa área desértica aqui, em Mojave, tem uma fartura enorme de incidência solar.

O projeto Desertec, que nós já falamos, que prevê abastecer a demanda de 15% a 18% da demanda de toda a União Europeia. São 27 países desenvolvidos. Imagine de 15% a 18% de toda a demanda da União Europeia desses 27 países, demanda elétrica. Não foi à toa que a Alemanha teve coragem de peitar o sistema nuclear agora. É porque a Alemanha está confiando nisso aqui. Muita gente ficou surpresa: e aí, como é que a Alemanha vai resolver o problema dela? Vai resolver assim, com energia termossolar.

Apoio mundial. Por favor, o filme, agora.

(Procede-se à projeção de filme em língua estrangeira.)

.... (*Falha na gravação.)....* PCH, *solar sense* – essa vocês não conhecem – e fotovoltaica. Essa é a mais cara de todas.

Então, de fato, esses são os custos. Nesse sistema, há uma coisa que está sendo feita que tenho de revelar a vocês: as empresas do setor não se interessaram em divulgar, porque não tinham, e não têm até agora, condições de atender à demanda. Sou obrigado a divulgar porque no Brasil as coisas só andam com aporte do Governo Federal. Aqui estamos começando uma trajetória para conseguir isso. Por isso que estamos divulgando. As empresas do setor no mundo não tiveram interesse em divulgar isso. Na verdade, o sistema solar tower está superando o eólico, superando o PCH e todos eles. A única que supera todas elas aqui é o biomassa. De fato, a biomassa, vocês vão ver. São exatamente elas que têm o melhor custo.

A nuclear se situaria... É aquela história da potência firme. Em potência firme, a nuclear se igualaria à eólica, mais ou menos; é um pouco a mais. E a nuclear tem a virtude apenas de ser sempre potência firme. Essa é a grande virtude, mas é uma energia cara. É cara, todos nós sabemos disso.

A biomassa é que, de fato, é excelente. A biomassa está lá disputando pau a pau. Para se ter uma ideia, em Belo Monte serão investidos R$30 bilhões, gerando a potência firme de 4 *gigawatts* com 12 *gigawatts* instalados. Para essa mesma potência, uma usina termossolar stirling seriam necessários apenas R$20,1 bilhões, sem nenhum dano ambiental ou uso de terras produtivas, porque isso é colocado lá no deserto, nas áreas secas do Nordeste, onde tem dificuldade de nascer até um pé de mandacaru É mais barato e não causa nenhum tipo de degradação.

Novas tecnologias.

Filmes e espelhos.

Eu não sei como está meu tempo aí. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passou, mas...

O SR. JOÃO DE DEUS CARVALHO – Passou. Obrigado.

Filmes e espelhos. Aqueles espelhos, que os senhores viram, que fazem as usinas, foram substituídos por uma simples película. Essa película é um adesivo que é colocado em uma chapa metálica. Essa chapa metálica pode ser zinco ou alumínio. Então, em vez de manipular e manusear vidros e vidros grandes, de difícil manipulação e manuseio, agora são simples filmes, que podem ser colados nas chapas metálicas num processo muito mais simples, que reduz o tempo de construção de uma usina de forma estupenda.

A refletividade é de 94%. É a mesma conseguida com os vidros fabricados na Alemanha por uma empresa especialista em termossolar, 94% de eficiência, de refletividade e a vida útil de 25 anos. Isso foi feito em um teste realizado no laboratório da 3M. No período de oito meses, ela conseguiu envelhecer essas películas 25 anos.

Fácil manuseio e transporte, de que nós falamos. Vocês viram com que dificuldade aquele carro, no filme, transportava os espelhos, de quatro em quatro. A dificuldade logística para colocar espelhos nessas usinas. Então esse filme acaba com isso.

Fácil manuseio para instalação e fácil reposição após decorridos os 25 anos. Na usina de espelhos, tem-se que arrancar todos os espelhos e colocar novamente. Aqui é só colocar o filme em cima do outro. Não é preciso nem remover o filme que está lá.

É a redução de 70% nos custos dos helióstatos e redução em dois terços do tempo necessário para construção de usina. Isso é importantíssimo, muito importante. Atualmente os helióstatos representam 80% dos custos totais de termossolares.

As tecnologias de *stirling* é a eliminação de mais ou menos 90% de número de componentes, aqueles de que falei lá, os pistons os motores, os painéis de comando. São eliminados mais ou menos 90%. Reduziu drasticamente o custo disso. Para se ter uma ideia, só uma comparação rápida, o sistema atual pega essas quantidades 2.600 helióstatos, 2.600 pistons, 2.600 motores e um total de 18.200 procedimentos de instalação para esses componentes. O sistema *stirling power* reduz de 2.600 para 680; esses para 88, 88, 16, 16, 88 e de 18.200 procedimentos para 1.280. Essa usina vai ficar, de fato, no custo extremamente interessante. O ciclo *stirling* é a nova fronteira da geração de energia termossolar, que é a expansão do hidrogênio em ciclo fechado, sem queima; não queima o hidrogênio.

A proposta para o Brasil, com essa tecnologia, é a instalação no sertão nordestino, ocupando a área total de 3 mil quilômetros quadrados. Isso equivale a 50% da área de Brasília, para vocês terem uma ideia – é pequena –, ou 10% da área total alagada por hidroelétrica no Brasil. Então, é uma área pequena. É uma área pequena e abastecendo dois terços da energia elétrica do Brasil.

Isso é audacioso, mas, sinceramente, eu gosto de ser audacioso. Nós estamos na fase inicial, mas a nossa tentativa é criar um projeto de 5 mil *megawatts* para o Brasil em termossolar. O investimento: só R$11,5 bilhões, quase um terço do valor destinado a Belo Monte, por exemplo. Prazo de construção: apenas sete anos.

Ações institucionais. Aqui no Congresso, Senador, tem a emenda do Senador João Vicente, relatoria do Senador Francisco Dornelles, que concede isenção do Imposto de Importação às células solares e aos filmes solares fotovoltaicos e aos filmes refletivos, que são esses espelhos que vocês estão vendo, suas partes e acessórios. Essa emenda é de 2009 e só previa a fotovoltaica, mas agora o Senador João Vicente está adequando-a para ela atender a essas novas tecnologias. Está sendo criada a frente parlamentar da energia termossolar. Nós estamos tentando conseguir apoio suficiente para isso, Senador.

Ações institucionais III. Frente à Aneel e ao Ministério das Minas e Energia, regulamentação específica para o setor, que é necessário. Estamos lutando por isso. Desconto de Tust. São descontos das chamadas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. Realização de leilões com participação termossolar. Um companheiro nosso também tem um projeto de usina termossolar para o Brasil, que está avançado, que já vai participar do próximo leilão.

A outra ação institucional é realização do primeiro seminário brasileiro sobre termossolar. Achamos que isso é necessário, muito necessário, dado o desconhecimento desse setor no Brasil. Vamos torcer para que seja um evento que atenda a todas as necessidades, com a presença de técnicos e especialistas internacionais renomados, presença de autoridades internacionais, exposição de diretrizes mundiais e ações no Brasil, conferências especiais, posição de microusina *stirling.* Vamos pegar uma pequena usina, miniatura, e colocá-la em funcionamento nesse seminário para que todo mundo veja, ao vivo, como ela funciona. Exposição dos coletores em tamanho real. Então precisamos de uma parte externa, onde possamos colocar uma fileira de espelhos.

Finalizando, o mundo está adotando; só falta o Brasil.

Peço a vocês o apoio a essa ideia. (*Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço bastante a apresentação do João de Deus, que realmente nos dá otimismo sobre a possibilidade de termos, de fato, fontes limpas e inesgotáveis de energia.

Passo a palavra ao Dr. Neilton Fidelis da Silva.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA – Boa noite a todos e a todas.

Quero, primeiro, agradecer o convite feito pelo Sr. Luiz Pinguelli Rosa, que é o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança Climática e atualmente Diretor da Coppe.

Agradeço também ao Senador o convite.

Para mim, é sempre um desafio representar o Professor Pinguelli. Isso sempre gera certa preocupação, porque ele é uma pessoa de representatividade muito forte no setor acadêmico, mas preparei junto com ele; então, não estou fugindo muito do pensamento do professor.

Eu fiquei mais tranquilo quando o Senador fez a abertura do trabalho, porque ele fez exatamente uma síntese do que vou tentar trabalhar aqui.

Pode passar o próximo *slide*.

Energia é um tema muito vasto. A energia se coloca hoje na sociedade em todos os setores, desde que Prometeu, desobedecendo a Zeus, vai ao Olimpo e traz uma centelha do fogo e torna os homens mais próximos dos deuses, deixando, inclusive, os deuses temerários dessa possibilidade, que a energia se faz presente.

Outro momento também muito marcante é quando surge o termo "trabalho", aquele trabalho que a gente aprendeu na Física – trabalho é energia em realização –, quando, também por desobediência, no paraíso, os habitantes do momento foram condenados a sobreviver com o suor do seu trabalho. De lá para cá a energia tem sido exatamente esse foco. A sociedade, nesse período em que vem ocupando o Planeta, já entende energia como algo que pode ser visto como um direito. Em algumas sociedades, a energia é colocada como um direito. No Brasil, nós não temos claramente a energia como direito constitucional. Mas se você faz uma interpretação do art. 3º da Constituição, que diz que temos de ter uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, fica impossível pensar em atingir essa determinação constitucional sem que a energia seja um produto ou um serviço, como se queira entender, que deva ser levado a todos na sociedade sem discriminação alguma. Então, atualmente, temos tecnologias com um século e meio ou mais de uso no mundo e há uma grande parcela da sociedade que não faz uso dessa tecnologia. Esta é uma grande dificuldade que vamos ter para discutir também na Rio+20: como não conseguimos superar alguns desafios no século passado de universalização da energia.

A busca por esse desenvolvimento social só é possível garantindo à sociedade aquilo que a sociedade elege como essencial. Se fizermos uma pesquisa, a sociedade tem... Se você colocar no mercado jiló, é possível que a sociedade não entenda isso como um produto que ela deseja, mas eletricidade, ou energia, se você a coloca, a sociedade tem isso como necessidade e inclusive como um direito. A disponibilidade de energia elétrica no domicílio se liga diretamente à questão da saúde, da educação, da segurança. Por isso, a gente faz um vínculo muito forte com o art. 3º da Constituição; ou seja, erradicar a marginalização significa integrar os brasileiros aos bens e serviços proporcionais ao desenvolvimento alcançado por toda a sociedade. É justamente este o sentido do termo cidadania: acesso público ao que é considerado público.

Não quero ser dramático, mas a Constituição Federal expressa claramente que a prestação de serviço de fornecimento de eletricidade, por ser essencial, deve atender exclusivamente aos interesses da população. Há um fato que aconteceu em 2007, no Ceará – vejam como a energia entra em todos os setores da sociedade –, onde uma cidadã perdeu a vida porque ela necessitava do acompanhamento de um aparelho elétrico, que era necessário para a sua sobrevivência e, por não ter pagado a conta de luz, o equipamento foi desligado e aquela cidadã foi a óbito. Isso serve para a gente ver que as decisões tomadas no espaço do setor energético devem ser muito bem discutidas e esse acordo deve ser muito bem acertado com a sociedade, tanto as escolhas tanto tecnológica como de cadeias ou de sistema de energia.

A energia é um indutor de desenvolvimento. A gente já percebeu que, em qualquer sistema energético, o abastecimento de energia – talvez aí estejam algumas dificuldades que algumas tecnologias novas tenham porque os sistemas que se consolidam têm que ter o abastecimento regular de energia –, não adianta ele ser o mais limpo, ambientalmente amigável, se ele não garantir o abastecimento regular de energia, se os recursos que garantem esse abastecimento não forem abundantes, se os custos de obtenção não forem racionais e tenham fácil transporte e o transporte não tiver suficiente qualidade.

Eu sou engenheiro, formado em uma escola "energívora" no nordeste do País. Em toda nossa base de conhecimento os professores começavam dizendo assim: "Partindo de um barramento infinito, resolva tal exercício". Já vimos que esse barramento não é infinito.

Sintetizando a questão do desenvolvimento, acho muito interessante o que Carmen Contreras, professora da UFRJ, já falecida, sintetizava dizendo que a estrutura produtiva existe e se recria graças à estrutura energética e que, por oposição, a estrutura energética se cria graças à estrutura produtiva. Então um leva o outro, e é isso que tem levado ao que o Senador disse no início dos trabalhos, que o modelo foi estabelecido há dois séculos e hoje a gente vive a dificuldade de manutenção desse modelo.

Pode passar para o próximo *slide*, por favor.

A distribuição desigual de serviço público é um impedimento da erradicação da pobreza, o que indica um aparente, um falso dilema entre crescimento e distribuição. É aquela coisa: vamos crescer para distribuir depois.

Um programa brasileiro cuja importância não se pode negar pelo impacto que está causando, mesmo com as dificuldades que se apresentam, é o Luz para Todos, que fora levar energia se percebe que só a chegada da energia já é um grande ganho. Talvez a gente não tenha a dimensão do que significa chegar a energia elétrica à casa de um cidadão que nunca a teve. Mesmo se fosse só isso, já seria um evento importante. Ela deve estar ligada a programas paralelos que permitam o uso da energia como um vetor de desenvolvimento.

Aí a gente percebe que a pobreza – não gosto muito desse termo, porque as pessoas não são pobres; as pessoas estão, é processual, não é uma categoria – é muito facetada. Sendo umas das faces da pobreza – isso é de um aluno nosso que está terminando doutorado traçando exatamente alguns indicadores do que seria a pobreza energética entendida como a restrição ao acesso, ao uso de um contingente mínimo de aporte energético –, ali está o Luz para Todos apresentando seus resultados.

Eu ia falar sobre o Luz para Todos um pouco na frente, mas... No primeiro momento, o Luz para Todos avançava onde a rede era mais próxima. Agora a dificuldade é como chegar a regiões mais remotas, onde essa tecnologia convencional e mais barata não é acessível. Hoje a dificuldade é exatamente levar para os outros centros. Aí vem o contrapé desse processo histórico da energia. Estruturado esse processo de produção, também estruturamos agora um processo em que triunfa, de forma generalizada, o desperdício.

Por isso que colocamos: da maximização, da vida útil da mercadoria à produção de desperdiço. Baseamos isso num trabalho de István Mézáros, que fala exatamente da utilidade marginal decrescente dos bens. Ele diz que, na atualidade, os bens de grande valor são os bens sem utilidade alguma, aquele bem que morre exatamente na hora da produção, porque ele precisa ser imediatamente recomposto, e a carga energética de fazer isso é a grande dívida que fica desse formato, ou seja, é o aumento da necessidade da vida sem que se tenha qualquer necessidade. Vivemos este momento.

As possibilidades de você ampliar a produção se distorcem quando você consolida uma prática de acento destrutivo e perdulário. As necessidades naturais sob pressão da necessária ampliação da produção são constantemente substituídas por necessidades historicamente criadas. Então, muitas vezes, a gente se dá conta de que determinado produto não tem utilidade nenhuma e de repente a gente pensa: como vivi até hoje sem fazer uso disso. O que se deseja é que mais recursos de uma sociedade sejam destinados à produção de bens reutilizáveis e que todos os membros da sociedade tivessem suas necessidades básicas adequadamente satisfeitas.

Aí vem a grande contradição, porque, sob o ponto de vista do capital, é incompatível aceitar limites. Tudo que um dia parece ser demais se torna muito pouco em outra época, porque ainda temos o espírito de Prometeu, de que, via tecnologia, vamos resolver. Não é à toa que aqui foram apresentadas um série de outras tecnologias exatamente para tentar resolver esse nosso conflito.

Quanto à matriz energética mundial, o foco que pegamos é de 1973 a 2006 porque você teve, nos anos 70, o choque do petróleo e percebe que o mundo, que vinha, a cada século, duplicando ou triplicando o seu uso de energia consegue reduzir para 25% o crescimento do consumo. Mas, passado o choque, você volta a duplicar a demanda de energia no mundo e, fundamentalmente, com o petróleo, gás natural e carvão. São essas fontes que imperam no mundo, são essas fontes que garantem a produção de bens e serviços de que tanto gostamos e que desejamos.

Obviamente, dado você usa quando tem desejo. Quando queremos falar em indústria... Mas temos de fazer uma reflexão: a indústria produz bens para nossa utilidade. Então, não adianta dizermos que é o setor produtivo o responsável, uma vez que somos nós os grandes demandantes desse setor. E é assim que se estrutura.

O próximo, por favor.

Aí vem um grande ponto que vai ser importante discutir: é como se dá esse uso mundial de energia. Há uma simetria tamanha, metade da oferta de energia primária do mundo é destinada aos países industrializados da OCDE. Se você pegar a participação da América Latina, verá que ela não chega a 5% de toda a matriz do mundo. Então é preciso discutir isso.

É exatamente por essa simetria que a Convenção de Mudança Climática entende que alguns países têm compromissos e outros compõem um anexo exatamente por não terem essa participação.

E o Brasil, tão criticado também pelo seu modelo energético, tem uma característica completamente diferente do mundo: metade da nossa energia é renovável. Precisamos também colocar um ponto: a energia renovável pode ser limpa sob o ponto de vista ambiental e pode não ser sob o ponto de vista do aquecimento global. Eu não consigo separar as duas coisas, mas as convenções separam isso. Então, uma energia renovável garantida pode não ser limpa do ponto de vista social. Acho que ninguém aqui deseja ter seus filhos na lavoura de cana para produzir o álcool, tão festejado. Precisamos fazer essa diferenciação do que é limpo sob o ponto de vista ambiental, social e do aquecimento global.

O Brasil, de fato, tem uma matriz renovável de 50%, mas tem de discutir na mesa quais os impactos da adoção de um modelo hídrico sob o ponto de vista dos impactos da sociedade.

Eu era aluno, ainda, quando fui visitar a usina de Itaparica e acho que foi um grande ponto que me levou a pensar na engenharia um pouco diferente. A gente visitou as comunidades atingidas por barragens, onde eles cederam as suas terras para uma usina hidrelétrica, e, naquele período, ainda não tinha uso de energia elétrica. É um tanto contraditório isso.

E, das fontes renováveis brasileiras, a bioenergia é a mais intensa; a energia eólica começa a ocupar espaço e a hidroeletricidade também.

Por que a gente fala em energia? Porque 75% das emissões de gases que intensificam o efeito estufa advêm da produção e uso de energia. Os 25% restantes vêm do uso da terra, da mudança do uso da terra.

Então, o grande problema de pauta é como o mundo produz e faz uso de energia, e através de qual tecnologia. Então, isso é uma síntese disso, para a gente ver que o grande problema do aquecimento global está ligado à energia, mas a energia também tem grandes vínculos com a questão ambiental.

Pode passar o próximo.

Aí, só para diferenciar, no Brasil, em termos de participação do setor energético nas suas emissões – não estou querendo dizer que pelo fato de ter uma matriz limpa sob o ponto de vista de emissões ela tenha uma matriz limpa sob o ponto de vista social e ambiental –, apenas 16,5% das suas emissões advêm do setor energético.

Se você compara com países como Rússia, China, África e Índia, você vê que a grande fonte de emissão de gases que intensificam o efeito estufa é a energia – inclusive, a União Europeia e os Estados Unidos.

Obviamente, se temos uma matriz energética menos intensiva em fontes fósseis, a intensidade das emissões, ou seja, quanto de emissão participa das nossas riquezas, no Brasil também é bastante reduzida, porque é uma decorrência dessa atividade.

Bom, as nossas emissões por habitante – aí, Senador, isso vai ser uma discussão que estará muito em pauta no ano que vem, porque já existem alguns pensadores, alguns especialistas que desistem de discutir a questão das assimetrias via emissão *per capita* e trabalham com as emissões absolutas. Essa é uma discussão ética para se levar com muita seriedade.

Se a gente for colocar as emissões absolutas, a China seria o grande vilão, mas quando a gente coloca as emissões *per capita,* sem tirar as emissões que são exportadas sob a forma de produto acabado, que se contabilizam para a China, a gente vê que há uma discrepância muito grande. Por isso, mais uma vez, é o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que a gente mantém, ainda, na Conferência do Clima.

Pode passar.

Bom, aí, temos uma lei, para tentar cobrir. A lei aprovada no País, de mudança climática, aprovada em 2009 – pode passar o próximo –, assume alguns compromissos voluntários de redução de emissão, e, para o setor de energia, você tem redução em torno de 6,1 a 7,7.

Se a gente for ver historicamente, o setor energético tem praticado a eficiência energética, ele tem praticado a conservação de energia muito por um pouco da nossa história, porque nós vivemos alguns períodos de crise e de racionamento, e inclusive porque, quando a energia começa a pesar sobre o preço final, o setor produtivo faz uso, incluso o próprio avanço tecnológico.

Se você pega um motor elétrico de 40 anos atrás e pega um motor elétrico de hoje, o peso diferencia e a intensidade de carbono nesses motores, nesses conversores é bem menor.

Então, está aí, já definido. Então, a gente já tem um compromisso assumido.

Alguns colocam que isso é tímido, que poderiam ter avançado mais, mas é bom, também, refletir que a gente está falando do Brasil, com as suas diferenças sociais, com as suas dívidas sociais ainda grandes para serem supridas.

Então, eficiência energética, aumento do biocombustível, expansão da hidroeletricidade – aí, tentando tocar num ponto, quer dizer, a hidroeletricidade, hoje, está sendo muito questionada pelo País, mas a gente não pode esquecer que temos uma vocação hídrica.

Não estou fazendo a defesa ou sendo contra. A gente precisará negociar muito bem com a sociedade quando formos abrir mão desse potencial hídrico em nome de uma demanda ambiental ou de uma demanda social.

Então, essa discussão tem de ser muito clara, porque temos um potencial hídrico elevado e estamos abrindo mão, inclusive abrimos mão de grandes barragens. Trabalhamos, agora, pelas pressões da sociedade, com a produção de energia fio d'água e isso deixa o sistema mais vulnerável, porque você não tem mais uma regularidade de reservatórios para cinco anos. Aí, a gente também vai ter de explicar para a sociedade, se a gente tiver de, no futuro, despachar mais térmicas, e dizer que esse despacho de térmica foi por uma escolha que nós fizemos, na atualidade, por um modelo diferente do que a gente via, porque entendemos que grandes barragens, pelos seus impactos nas comunidades tradicionais e indígenas, e na questão ambiental, não eram interessantes para se manter. Mas é preciso ter claro que esse modelo modifica, inclusive, como vai ser o despacho elétrico.

Espero que a gente consiga, de fato, colocar todas as fontes renováveis e que esse despacho não venha a ser térmico.

Pode passar o próximo.

Aí, o plano setorial, que é exigência da Política Nacional de Mudança do Clima, praticamente entende que vai ter de expandir a oferta de fonte renovável, só que é uma discussão que a gente tem de travar. O plano, para alcançar aquelas metas definidas em lei, entende que a hidroeletricidade de grande porte deve ser seguida, e a gente tem de estabelecer essa discussão – e outras renováveis, como PCH, eólica, térmica e biomassa.

A expansão dos biocombustíveis e dos combustíveis renováveis, incluindo os denominados biocombustíveis sólidos, como carvão de floresta plantada em substituição ao carvão mineral, e o aumento da eficiência energética.

Só que a gente também tem de entender que, assumidos esses compromissos de redução, os planos de desenvolvimento energético também têm de contemplar algumas outras exigências institucionais.

Temos de ter uma garantia da segurança energética; preço, a tarifa, porque a gente sempre aumenta a tarifa, foge investidor, e a tente tem de ter essa preocupação; e garantir, também, a universalização do acesso às fontes de energia.

Pode passar o próximo.

Aí, a gente percebe que, como tecnologia... Eu não vou entrar em tecnologia porque sei que todo mundo vai falar um pouco dela. Então, vou ser mais breve aqui, quer dizer, o sistema interligado nacional compreende uma faixa muito grande do País, mas parte do País não tem acesso, no caso, aos sistemas isolados. Então, para esses sistemas isolados, essas tecnologias são muito mais atrativas. Aí, a gente precisa conjugar as potencialidades locais de recurso natural e a inclusão energética. Isso é um desafio para as comunidades amazônicas. A gente tem de pensar, levando para a igualdade, aquilo que também se apresenta diferente.

Pode passar o próximo.

O potencial eólico brasileiro – eu não vou entrar em detalhes, mas há um documento que aponta as regiões melhores.

O Brasil tem um potencial elevado. Para se ter uma ideia, o fator de capacidade no Nordeste do Brasil, principalmente no norte do Rio Grande do Norte e no sul do Ceará, é um dos maiores fatores de capacidade. Ou seja, o fator de capacidade representa, mais ou menos, qual o percentual do tempo que essa turbina fica funcionando, porque isso é um grande problema das fontes renováveis: a sua intermitência. Você pode ver que para toda fonte intermitente você precisa, como ele falou, de uma fonte térmica ali ao lado.

No momento, a gente está pensando, no País, para sempre o *backup* dessas fontes intermitentes ser a rede hídrica, que a gente também não quer que avance. Então, no futuro, é possível que tenhamos de pensar na energia renovável de forma realmente descentralizada, para os pontos de rede renovável serem o *backup* ali, ou térmico, ou qualquer um que se aponte.

Pode passar o próximo.

Da solar eu não vou falar, porque já tivemos uma aula aqui.

Pode passar.

O potencial hidroelétrico brasileiro, para tristeza de muitos, quer dizer, o grande potencial, a fronteira a que se pode ir é a Amazônia. Aí, é o que a gente tem de discutir, porque hoje, no Sul e no Sudeste, que têm potencial, já está tão urbanizado o meio rural que você não tem, as disputas e os conflitos são maiores.

O nosso grande desafio é se vamos ou não avançar sobre a Amazônia.

Aí, tentando percorrer, Senador, os pontos, vem a questão nuclear.

Um entendimento que tive, em conversa com o professor Pinguelli: a gente não pode, hoje, ter já a nuclear como sendo uma alternativa. Então, tem de ver o desdobramento que vai acontecer, agora, no Japão e entender que já há recursos nacionais, recursos nossos, que podem ser aproveitados, sem que se tenha de fazer uso dessa tecnologia. Por outro lado, tem-se a matriz brasileira hoje começando a avançar mais em fonte térmica, exatamente para suprir essa demanda.

Para se ter uma ideia, o Brasil ainda vive um momento – aí tocando um pouco na intensidade energética, todos os países que se industrializaram passaram primeiro pelo momento de crescimento da intensidade energética. Quando ele consegue equacionar as necessidades básicas da sua população, essa intensidade energética tende a cair, porque, se você têm as 10 TVs, e a enésima não lhe dá utilidade nenhuma, para-se de comprar TV. Mas no nosso País, ainda estamos no processo de crescimento dessa intensidade. Obviamente, ela acontece em valores bem inferiores aos dos países que se industrializaram antes, porque já recebemos as tecnologias mais eficientes, mas temos o desafio de termos um potencial hídrico elevado, de deixar claro para a sociedade que não vamos fazer uso dele ou vamos fazer e de definir, de forma muito tranquila, por que vamos usar ou por que não vamos fazer uso desses recursos.

Pode passar, por favor.

Bem tecnologias também... A cana já é conhecida de todos.

Para adiantar um pouco, pode passar, por favor.

Quanto ao *biodiesel* também há conflitos. Temos dificuldades, porque, depois que se implementa, não é bem como se pensou. Não vou entrar nele.

Pode passar.

E aí, já finalizando, quais são os nossos desafios? E não são desafios do Brasil. Precisamos intervir fortemente na estrutura de produção e consumo, porque o que percebemos é que vimos ganhando, e a engenharia fez a sua parte. Historicamente, vimos ganhando em eficiência, mas aquilo que ganhamos em eficiência perdemos em escala. Quer dizer, o bom produto é aquele que se faz em grande quantidade. Então, perde-se nisso.

Quando fizemos o Pró-Álcool, obrigatoriamente, lá, na época – a tecnologia não estava nem desenvolvida ao certo – ele estava condicionado ao aumento da produção de automóveis, para que as montadoras fizessem o pacto. Então, sempre ganhamos por um lado e perdemos em escala.

Aí, temos também – o Senador falou muito bem dos trabalhos – de redefinir outras lógicas. Não podemos mais manter-nos nessa lógica estrita do mercado como determinante das nossas necessidades. Desde a revolução técnico-científica, não era mais a demanda que pautava a oferta; hoje é a oferta que pauta a demanda. E os índices são meramente econômicos.

Por isso, algumas tecnologias não conseguem espaço, ou seja, porque não conseguem ter uma leitura, senão sob o ponto de vista único, o econômico. Temos de abrir... Se lermos os documentos do WWF e do Greenpeace, veremos que está lá: abrir mão dessa lógica estrita de mercado.

Tem-se de pensar de outra forma e de redefinir os sistemas energéticos, de forma a adotar rota de menores impactos e de maior eficiência, o que de certa forma vem acontecendo.

Pode passar para o próximo, por favor. Já estou finalizando.

Reconhecer também que a energia física, ultrapassados certos limites, torna-se inevitavelmente corruptora do ambiente social. Não dá para acreditarmos que, via tecnologia e novas fontes, vamos resolver o problema. O que vamos fazer é substituir a constante de resistência da mola, para dar mais fôlego ao sistema, que um dia vai também entrar em colapso.

Mantendo-se os perfis atuais de consumo, o incremento do volume de energia produzida, mesmo que a partir de fontes renováveis, estará intrinsecamente ligado às diferenças sociais. As fontes renováveis não vieram ainda, para dar aquilo que sonhávamos nos anos 80, que é a autonomia energética.

Pode passar, por favor. Garanto que é a última.

Gosto muito de citar esta frase, que sintetiza muito: mesmo que se consiga produzir uma energia não contaminante e em grande quantidade, o uso em massa da energia terá, no corpo social, o mesmo efeito da intoxicação produzida por uma droga fisicamente inofensiva, mas psiquicamente escravizante.

Acho que concluo por aqui.

Pode passar o próximo.

Bem, finalizando, agradeço, mais uma vez, o convite, Senador. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra a Pedro Henrique Torres, quero agradecer a presença também aqui da Srª Ria Uki Suharsi, da Embaixada da Indonésia; do Waldemar Coutts, que é Ministro Conselheiro da Embaixada do Chile; de Ibrahim Aleisa, em quem já falei; de Maria de Lourdes B. Monteiro, Primeira-Secretária e Cônsul da Embaixada das Filipinas; do Embaixador do Irão; da Srª Milena Smith, da Embaixada da República da Eslovênia; de José Luis Mendes, Primeiro-Secretário da Embaixada de Guiné-Bissau; do Embaixador das Filipinas; do Embaixador da Tanzânia.

Passo, agora, a palavra a Pedro Henrique Torres.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRES – Minha apresentação não tem PowerPoint. Então, podemos economizar um pouco de energia nestes poucos minutos de minha fala.

Queria agradecer imensamente o convite de estar aqui representando o Greenpeace Brasil e de dar esta contribuição, neste debate tão importante, neste momento em que a gente vive, talvez, uma das Se-

manas do Meio Ambiente mais tristes da nossa história, um momento muito sombrio, em que se faz muito necessário o debate.

É um momento de aprovação do Código Florestal brasileiro no Congresso; é um momento de morte de nossos defensores da floresta na Amazônia; é um momento de Belo Monte sendo aprovada; é um momento do nuclear, que está sendo mantido no PDE, anunciado, há poucos dias. Então, acho que é fundamental este debate do qual a gente está fazendo parte aqui.

Eu queria fazer uma fala menos otimista do que a dos dois antecessores, porque não estou vendo ainda indícios de que a gente tem de estar otimista com a Rio+20 e com os rumos que o Brasil tem tomado em relação ao seu desenvolvimento. Quando discutimos a questão ambiental, estamos discutindo um modelo de desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento não necessariamente é um modelo imposto, que a gente deve aceitar seja por vocação, seja por qualquer outro motivo.

Há de se oferecer ao Brasil a possibilidade de um outro modelo. Acho que a gente tem todas as condições, diferentemente de vários outros países, de estar buscando esse modelo que seja verde e limpo. E aí foi mostrado o enorme potencial solar, da energia termossolar, que há no Brasil e em que pouco se investe.

Hoje há uma notícia no *Valor Econômico*, que reproduz uma matéria do *The New York Times*, sobre como se está barateando o custo da energia solar nos Estados Unidos. Nos últimos cinco anos, ela ficou 60% mais barata, e, nos próximos três anos, espera-se que, sem subsídio, consiga-se ter uma tarifa concorrente com as matrizes convencionais.

Então, é preciso que se invista em energias renováveis e limpas, mas a gente não está vendo isso acontecer. Pelo contrário, cito aqui um quarteto negativo da situação atual. E estou olhando muito para o Brasil passado e presente, o que a Ministra Izabella Teixeira falou para a gente não fazer em relação à Rio+20. Mas acho que a gente precisa fazer essa reflexão sobre o Brasil, que tem caminhado de 1992 até aqui, e as notícias são bem negativas. Tem-se Belo Monte sendo aprovada, o nuclear, o petróleo crescendo... E o PDL fala que, nos próximos dez anos, vai haver a triplicação da exploração do petróleo no Brasil, o que representa dobrar a emissão de CO^2 em nosso País, nos próximos dez anos, só com a exploração do petróleo.

Isso, sem falar da questão central no Brasil, que é o desmatamento. Com a aprovação do Código Florestal, a tendência – a gente acredita muito nisto – é a de que haja esse aumento das queimadas, esse aumento da contribuição dos gases de efeito-estufa, colocando-se o Brasil numa situação muito complicada, quando ele for o anfitrião na conferência do ano que vem da Rio+20. A gente acredita que o Brasil ainda não fez o dever de casa. Ele precisa arrumar a casa, para receber essa conferência, e dar sinais concretos de que realmente está querendo apontar para um desenvolvimento que seja verde e limpo. Não há hoje sinais que o deixam nessa situação.

Em relação à energia nuclear, a gente tem uma situação engraçada. Foi comentada a questão da Alemanha. Como a Alemanha conseguiu bancar essa condição de descomissionamento das energias até 2022... Mas a Alemanha é o mesmo país que anunciou esse descomissionamento e que, aqui, no Brasil, mantém a garantia Hermes, que possibilita que Angra 3, que está no PDE, também anunciado, há dois dias, seja concretizada. Portanto, 41,4% do valor de Angra 3 vêm de um aval externo de crédito da Alemanha, ou seja, cadê a coerência?

O Brasil precisa se posicionar sobre isso o mais rápido possível.

A contribuição da energia nuclear no Brasil, para a matriz energética elétrica, é de cerca de 2%, é muito pouco. Não é como a Suíça, que hoje também anunciou o descomissionamento, lá são 40%, 40%; no Brasil são 2%. A Suíça anunciou hoje. Ainda vai ao Senado, foi aprovado no Congresso e ainda vai ao Senado. São 2%, gente, dá para jogar para escanteio, a gente não precisa da energia nuclear.

A gente precisa tirar um PL que está na Câmara, Senador Cristovam, e trazer aqui para a Casa. O PL nº 630, de 2003, que é o PL dos renováveis. A gente precisa que o Brasil crie condições de transformar energia eólica em energia barata. Que a gente consiga desenvolver os nossos parques eólicos de maneira racional e inteligente. Não há incentivos – e a solar também precisa entrar nesse pacote –, a gente precisa de incentivo do Governo também para mostrar... A gente precisa barrar o *lobby* do carvão, barrar o *lobby* das energias fôsseis. O Greenpeace apresenta um relatório, que se chama Revolução Energética, que está disponível para *download on-line*, em que se prevê que a gente consegue ter 93% da nossa matriz energética baseada em fontes limpas, tendo só 7% de combustível fóssil, que é o gás natural. Esse caminho é que precisamos seguir, e eu não estou vendo que a gente esteja seguindo esse caminho.

Em relação a Belo Monte, e eu volto à questão inicial, que é a pergunta que move essa audiência: energia para que e como? Isso é fundamental, fala-se muito que quando se fala de ambiente fala-se de social também, nesse tripé econômico, social e ambiental. Mas faltou um aspecto que eu gostaria de acrescentar, de dar uma contribuição: para quê? Como? E

para quem? Para quem está sendo feito Belo Monte? Para os 23 mil índios que estão sendo retirados daquela região de Xingu, na Amazônia? Ou são para as empresas que estão se instalando na região? Para os frigoríficos? Para o grande setor latifundiário? Para quem está sendo gerada essa energia?

Então, a gente não deve aceitar esse discurso fácil de achar que crescimento é igual a desenvolvimento. Não é. A gente tem que oferecer possibilidade de outro desenvolvimento que seja limpo e que seja claro: para quem a gente está crescendo? Para quem está sendo gerada essa energia? Para que a gente precisa gerar essa quantidade de energia de Belo Monte? Para quem a gente precisa gerar mais energia, mais hidrelétricas na Amazônia? É para o índio do Xingu? Essa é uma questão que precisa ser colocada. Sem falar no desrespeito que ocorreu durante todo o processo, principalmente a oitiva 169, que não ouviu a população indígena local. Quando se faz uma obra, como Belo Monte, em uma área indígena, é preciso respeitar a oitiva 169 e ouvir os índios que não foram ouvidos, que não fizeram parte desse processo.

Então, a gente acha que o Brasil hoje se encontra num momento muito negativo na pauta ambiental, é uma Semana do Meio Ambiente que começou domingo e encerra no sábado, não é, Senador Cristovam? É uma Semana do Meio Ambiente, repito, talvez seja uma das mais sombrias da nossa história. Pensar na Rio+20 faz a gente pensar que precisamos arrumar a casa, não só aqui nacionalmente, mas exigir que a internacionalmente também façamos isso acontecer.

Não vemos também, no plano externo, esta semana – o Carlos sabe – está tendo a reunião preparatória para a COP 17, em Bonn. As notícias que chegam da Alemanha não são tão positivas. A gente quer indícios, queremos políticas públicas, a gente quer que a sociedade seja ouvida, a gente não quer que o Brasil repita o modelo de desenvolvimento que foi feito há 50, 100 anos, por esses países que representam – como o Professor Neilton mostrou –, que puxam uma matriz gigantesca de energia elétrica, quase 50%, a gente acha que não cabe no mundo, não cabe no Planeta, todos os países quererem se desenvolver dessa forma, então temos que nos desenvolver de outra forma.

Para a COP-17 também já está se adiando a questão. O que a gente vai fazer? Vamos esperar quantas CPOs? Quantas reuniões? Quantas conferências, para termos políticas públicas concretas?

Hoje saiu um relatório da FAO também sobre o impacto da mudança climática na agricultura, por conta da escassez de água. Os indícios estão aí, nós estamos discutindo, mas temos feito muito pouco. O Brasil, como anfitrião dessa Conferência muito importante, que está sendo discutida aqui, precisa arrumar a sua casa, precisa mostrar que quer crescer sim, quer se desenvolver, mas de outra maneira.

O Greenpeace acredita que tenha uma possibilidade de crescer de forma verde e limpa, investindo principalmente na matriz solar eólica de biomassa. A gente tem um enorme potencial, mas, como o João de Deus mostrou, principalmente na questão solar eólica que teve um crescimento considerável nos últimos anos, a solar ainda está muito defasada. Acreditamos que temos que rumar para um outro caminho, senão vamos cometer os mesmos erros, como Europa e Estados Unidos, que investiram nesses combustíveis fósseis, investiram na dependência do combustível fóssil. Isso a gente não quer. Achamos que não devemos buscar o caminho do crescimento a qualquer custo, que não devemos repetir o modelo chinês também, desenvolvimento destrutivo dos recursos naturais. Devemos buscar, apontar para outros recursos, e o Brasil oferece essa possibilidade.

Então, eu não vou me alongar muito, vou esperar o debate das perguntas, que é quando a riqueza aparece de forma mais clara e possibilita também aos integrantes aqui mostrarem a sua vontade de participação.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Pedro Henrique, representante da Greenpeace.

Passo a palavra agora ao Carlos Rittl, que representa o WWF. Fico feliz de termos os dois conosco aqui, trazendo a visão não diria crítica, mas a visão preocupada que alguém tem que ter.

O SR. CARLOS RITTL – Muito obrigado, Senador Cristovam. Agradeço ao senhor, em especial ao Senado, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Subcomissão, da qual o senhor é Presidente, de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, pela oportunidade de estar participando desse debate, que faz parte de uma série de debates que o senhor tem buscado promover aqui na Casa. Agradeço a presença de todos aqui, dos representantes de diversas embaixadas e dos demais presentes. É um prazer!

De tudo o que foi colocado aqui, a um ano da Rio+20, a gente tem bastante tempo, mas, ao mesmo tempo, o tempo é bastante curto para tomarmos algumas medidas e chegar à Rio+20 como um país que pode dar demonstrações de um modelo de desenvolvimento sustentável de baixo carbono, que gere inclusão social e que possamos desempenhar um papel não apenas de anfitriões da reunião, mas também de liderança desse movimento global de desenvolvimento pelo exemplo.

O WWF Brasil, vou dar apenas informações rápidas, é uma organização fundada em 1996, somos relativamente jovens, temos uns quinze anos de Brasil, mas, dentro dos nossos objetivos, está promover a realização da atividade humana, com a conservação da biodiversidade, promover o uso racional dos recursos naturais, em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

A nossa atuação na área de energia se dá nos últimos cinco, seis anos, através do desenvolvimento de cenários de estudos e na busca de produzir informações que possam alimentar o processo de debate junto à sociedade e formulação de políticas públicas, no sentido de contribuir para que o Brasil caminhe para não só a manutenção da sua matriz elétrica e energética, limpa e sustentável, mas com maior participação de fontes renováveis de baixo impacto.

Em 2006, o WWF, uma das organizações que desenvolve esse cenário e estudos, lançamos as chamadas agendas elétricas sustentáveis, que comparava planos de governos, planos de expansão da produção de energia elétrica no País e apontava caminhos que pudessem aumentar a participação de energias renováveis de baixo impacto e promover a eficiência energética no País. Através desse estudo, a gente começa o nosso trabalho na agenda de energia. Este ano, o WWF Brasil, que faz parte da rede WWF Internacional de conservação, lançou cenários para 2050. O Greenpeace lançou o seu Revolução Energético. O WWF está demonstrando também que é possível chegarmos a 2050 globalmente, não só no Brasil, com suprimento das necessidades de crescimento e do atendimento às demandas de energia, com suprimento 100% baseado em fontes renováveis.

Temos alguns estudos em desenvolvimento, tentando contribuir para o debate sobre energia no Brasil, sobre a vulnerabilidade dos rios da bacia amazônica, as mudanças climáticas e quais os impactos que poderíamos ter nos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. Hoje a variável climática entra no planejamento de projetos no planejamento elétrico olhando-se para o passado, mas a gente ainda não olha para os cenários de mudanças climáticas, que indicam o que deve acontecer com a alteração do regime de chuvas, portanto, na alteração na vazão dos rios.

O que a gente pretende, com esses estudos, é contribuir para o pensamento e o planejamento do setor hidrelétrico, demonstrando que precisamos considerar esses cenários futuros de mudanças climáticas e também olhar para todas as alternativas e todas as demandas. A de geração de energia, demandas como foram colocadas muito bem aqui na Mesa, demandas sociais, demandas ambientais de conservação, áreas que são prioritárias para a conservação, áreas onde existe grande concentração de populações indígenas, de povos indígenas, comunidades tradicionais, para que possamos crescer, gerar inclusão e termos um modelo de desenvolvimento que não seja não gere miséria. Em muitos casos, a gente está crescendo, implementando grandes projetos, mas localmente podemos estar... Como no caso da usina de Tucuruí: quanto tempo se demorou para pagar as compensações ambientais àqueles que foram deslocados! Algumas famílias não receberam ainda, depois de décadas, a sua parte de compensação.

Nós trabalhamos no sentido de desenvolver algumas ferramentas para contribuir para a discussão de energia no Brasil. Se vamos considerar o aproveitamento da energia hídrica no Brasil, como fazê-lo? De que forma podemos fazer? O que é preciso ser considerado? Quais são as áreas de maior vulnerabilidade? Quais são as áreas de maior importância para a conservação? Quais são as áreas onde existem demandas sociais? Hoje discutimos projeto a projeto. Discutimos Belo Monte, estamos discutindo agora usinas no rio Tapajós e, de projeto a projeto, a gente não desenvolve o todo. Precisamos olhar o Brasil e a Amazônia de forma integrada, de maneira a permitir decisões mais apropriadas.

Bom, vou apresentar rapidamente alguns dados trazidos da nossa Agenda Elétrica Sustentável 2020. Apesar de termos aqui esse estudo, lançado em 2006, 2007, as recomendações presentes nesse estudo são ainda pertinentes. Só que, de lá para cá, tivemos desenvolvimento tecnológico, redução de custos em opções renováveis, mas a escala, o importante desse gráfico é a escala de economia de energia que a gente poderia ter no Brasil – nessa barra ao lado direito do gráfico –, que é o cenário de energia sustentável, em comparação com o que seria o cenário de energia tendencial. O cenário de energia tendencial foi construído baseado em planos de expansão da produção de geração de energia no Brasil. Eram planos de governo. Estávamos comparando aquilo a que o Governo estava se propondo, para atender à demanda, à expectativa de crescimento do País e aquilo que é possível fazer através de medidas, tanto do lado da demanda quanto do lado de consumo de eficiência energética e investimentos renováveis. A gente chega a uma economia de cerca de 38% da energia, que seria demandada em 2020, através dessas medidas. Vou trazer mais alguns dados.

Em termos de custos, se a gente implementasse as recomendações desse relatório, como eu disse, de maneira conservadora – porque temos desenvolvimento tecnológico, redução de custos –, poderíamos

ter uma economia de cerca de 12% de gastos para o atendimento de serviços de energia, através de eficiência energética. Isso representaria uma economia em torno de R$33 bilhões. Esses recursos poderiam ser investidos em diversas áreas, para atender as demandas da sociedade brasileira, e haveria uma grande geração de empregos.

Esse Cenário Sustentável, na nossa modelagem, foi um estudo desenvolvido em parceira com pesquisadores da Unicamp (Universidade de Campinas). Nesse cenário, estaríamos criando cerca de oito milhões de postos de trabalho, porque estaríamos desenvolvendo nossa indústria, a tecnologia para provimento dos equipamentos e atendimento da demanda para utilização das fontes renováveis de baixo impacto. Na nossa modelagem, a gente conclui que são pelo menos três milhões e meio de postos de trabalho a mais do que aquilo que ocorreria no desenvolvimento do Brasil, baseado no cenário tendencial nos planos de governo.

Redução de áreas de barragens no Brasil seria muito reduzida, nas usinas hidrelétricas, porque não precisaríamos de Belo Monte, das usinas do Madeira, poderíamos utilizar outras fontes de energia sem termos que recorrer a esses projetos, que, apesar de renováveis, como foi dito pelo Neilton, causam bastante impacto. Seria possível também estabilizar emissões de gases de efeito estufa, de CO^2, no setor de energia no Brasil.

O Brasil pode? Pode sim. Além dos inúmeros benefícios ambientais, dos benefícios sociais, pela redução de impactos, benefícios climáticos e benefícios econômicos – pelos números que apresentei anteriormente –, a gente possui no Brasil inúmeros ingredientes, condições e vantagens comparativas. A gente tem expertise em nível comparável, em nível internacional, tanto no Governo como na nossa academia e no setor privado, a gente dispõe de conhecimento para esse investimento.

Possuímos infraestrutura institucional, temos um arcabouço institucional aqui no Brasil que permite isso. Temos a Agência Nacional de Energia Elétrica, temos diversas instituições, temos ministérios, que atuam e podem atuar de forma integrada, temos secretarias no nível dos Estados. Então nós temos essa infraestrutura à nossa disposição. Temos uma economia forte, com crescimento mais rápido, estamos atraindo muitos investimentos para o País. Existem fundos setoriais, voltados a investimentos no setor de energia, e temos, no nosso setor privado, uma grande capacidade industrial e empresarial.

No entanto, temos uma série de desafios. Como foi colocado aqui no âmbito das perguntas, para o debate, apesar de nossa matriz ainda ser, em teoria, limpa em comparação com todos os países do mundo ou outros países do mundo, talvez uma das mais limpas, temos, em energia, considerando eletricidade e, outras fontes de energia, cerca de 44.7% da nossa energia sendo provida de fontes renováveis, quando no mundo, em média, temos algo em torno de 13, 14%. Mas por quanto tempo isso se mantém? Temos visto que, nos últimos leilões de energia no Brasil, temos tido mais usinas de fonte térmica a carvão, que, do nosso ponto de vista, acredito que outros representantes aqui na Mesa também concordem, o carvão, para o Brasil, é uma fonte de energia do século XIX, da qual não necessitamos, mas temos investido ainda. Até na Amazônia brasileira temos hoje usinas termelétricas a carvão sendo estabelecidas.

Bom, medidas que podem ser aplicadas no Brasil e sua importância. Eficiência energética. A energia que a gente economiza, a gente não utiliza no Brasil é sempre a energia mais barata. Economizar energia, seja do ponto de vista com medidas de eficiência energética, na produção ou na demanda, vai gerar uma economia gigantesca. A redução da demanda, segundo cenário desenvolvido pelo WWF, em parceria com a Unicamp, é de cerca de 78 *gigawatts*, como mencionei, uma economia de, talvez, 38% da demanda esperada para 2020. Estamos falando só de 2020. Se investíssemos mais, pensando num prazo mais extenso, 2050, a economia seria ainda maior em termos de recursos, de geração de emprego. Teríamos uma redução na necessidade de investimentos em projetos de grandes impactos e socioambientais. Os impactos diminuem e os recursos economizados podem ser investidos em outras áreas ou em outras fontes alternativas. Teríamos a eliminação da necessidade de investimentos, aqui no Brasil, em fontes fósseis e nucleares. Claramente, com alguns números que vou demonstrar, a gente não precisaria mais dessas fontes.

Por gentileza, o próximo.

Em termos de energias renováveis, vou apresentar alguns números. Tivemos uma aula extensa sobre solar, meus números são tímidos perante a riqueza das informações apresentadas pelo João de Deus, mas, considerando solar tudo que nos foi posto, energia eólica, aqueles dados apresentados pelo Neilton, que eu repito aqui, são dados estimados para 2001. Era nosso potencial de dez anos atrás. Nesse período, para energia eólica, a gente contava com uma tecnologia menos avançada. Por exemplo, as torres onde são instaladas as turbinas tinham, à época, uma altura máxima de 50m. Hoje, trabalha-se com torres de até 100m. Então, nosso potencial de 143 *gigawatts* é tímido, é conservador, esse número é conservador. E nosso aproveitamento desse potencial hoje, aqui no

Brasil, considerando os últimos leilões, é talvez em torno de 1% desse potencial. Então, se a gente multiplicar por 10, a gente ainda estará aproveitando pouco desse potencial, mas gerando talvez energia de duas ou três Belo Montes se investíssemos apenas para o aproveitamento de 10% desse potencial.

Solar, como eu falei, já passamos.

Biomassa, aqui no Brasil, só do aproveitamento da palha de cana, temos um potencial em torno de 14 *gigawatts* e um aproveitamento em torno de 3,7. Ou seja, ainda podemos aproveitar muito. A biomassa, a palha de cana hoje, muitas vezes queimada, gerando poluição, gerando gás de feito estufa, é um recurso desperdiçado. Se houver medidas de aproveitamento, de conexão das usinas localmente, de forma integrada, ou medidas para descentralização da geração de energia, isso seria extremamente viável.

Próximo, por favor.

Energia nuclear. O Brasil precisa de novas usinas? Pelo potencial que a gente demonstra, não. Acrescentando outras questões, problemas e riscos... Até hoje não existe uma solução definitiva para a destinação dos resíduos. Nós tivemos exemplos de acidentes. Cito três grandes acidentes: um nos Estados Unidos, Chernobyl e Fukushima, neste ano. Nós tivemos no Brasil um caso relacionado a nuclear em Goiânia, com o Césio 137. O Greenpeace demonstrou, acho que nos últimos dois anos, que, nas áreas de exploração de urânio na Bahia, em Caetité, existe contaminação da água consumida pela população local. Então, temos vários riscos.

E, em função de Fukushima, a regulamentação vai ser muito mais severa, as regras para geração de energia nuclear, para produção de energia nuclear vão ser mais rigorosas, os aspectos de segurança vão implicar aumento de custos. Os riscos com relação a resíduos e com relação a acidentes não são completamente eliminados e, numa reflexão pós-Fukushima, a gente tem Alemanha, tem Suíça, mas tem a Bélgica, Chile repensando seus investimentos e tomando decisões pelo descomissionamento, pela exclusão da energia nuclear em algumas décadas da geração de energia nesses países. E a gente pode citar os Estados Unidos. Os Estados Unidos, que, depois de trinta anos, estavam discutindo a instalação de dois novos geradores termonucleares no Estado do Texas, interrompeu essa discussão, os planos para implementação desses geradores em função da reflexão exigida após esse acidente.

O Brasil tem todas as alternativas. Aquela economia de 78,6 *gigawatts* equivale a 60 vezes o que seria gerado pela usina de Angra 3 ou 14 vezes o que seria gerado pela usina de Belo Monte. Então, a gente tem o potencial em nossas mãos.

Próximo, por favor.

Em termos de recomendações que fazemos para as políticas públicas, o Congresso, Senador Cristovam, tem um papel fundamental; foi citada aqui a Lei de Renováveis, é de extrema importância que a gente trabalhe pela aprovação dessa lei, que vai viabilizar muito do aproveitamento desse nosso potencial. Além disso, no Brasil, como temos leilões para geração de energia, poderíamos ter leilões de eficiência energética, de economia de energia, estabelecer metas para economia de energia. Nossas metas no plano de expansão de energia ainda são tímidas, o Neilton tocou nesse aspecto. Poderíamos ter leilões, como temos para hidrelétricas, como temos para energia eólica, para térmica, poderíamos ter leilões de eficiência energética no Brasil.

Devemos ter padrões mais rigorosos de eficiência nos equipamentos, nos processos industriais, nos serviços aqui no Brasil. A gente precisa estabelecer metas de investimentos das concessionárias de energia no Brasil para eficiência energética, quanta energia será conservada. Isso é possível, isso é viável. A gente pode ter no Brasil, também, licitações tecnológicas para atender às demandas, Governo Federal, todos, sua estrutura; os governos estaduais são grandes consumidores de energia também. Então, nas licitações, existe uma tendência de que a gente comece a considerar mais e mais, nas políticas de compras públicas, o aspecto de sustentabilidade. Portanto, a gente pode ter tecnologias inovadoras, tecnologias que geram menor consumo de energia inseridas nessas licitações.

Próximo, por favor.

Em termos de renováveis, a gente precisa de um planejamento integrado mais eficiente no Brasil. Hoje, a gente considera, apesar de haver os planos de expansão, a gente discute muito no nível dos projetos; a gente precisa olhar o Brasil como um todo, precisa abrir o debate. Cito, como exemplo, a discussão de mudanças climáticas, nas ações que o Brasil pretende implementar para reduzir suas emissões, no plano setorial de energia, em que se esperava haver um debate com a sociedade, essa discussão não houve. Apresentou-se o Plano de Expansão de Energia, a consulta à sociedade que foi feita baseou-se na consulta pública do Plano de Expansão de Energia colocado no *site* da Empresa de Pesquisa Energética do Brasil, então, não houve esse debate. É preciso abrir. Temos aqui várias informações que poderiam contribuir para um debate maior.

Um dos documentos que foram entregues aos senhores trata do potencial de repotenciação de usinas

hidrelétricas. É algo que se deve fazer no Brasil, pode se fazer no Brasil. A gente está falando em melhoria tecnológica. Quando foram instaladas algumas usinas, a tecnologia era muito mais precária, menos avançada do que é hoje. A gente pode e precisa investir nessa repotenciação.

É preciso haver incentivos positivos para renováveis e eficiência energética, ao invés de termos incentivos assim chamados perversos para fósseis e nuclear. Hoje a gente paga pela energia térmica, pela expectativa de produzir geração de energia, independente de a gente utilizar ou não aquela energia. Então, é preciso uma reversão, que haja incentivos aqui no Brasil para essas opções mais limpas e de menor impacto.

Pode haver um sistema de tarifas diferenciado. Isso vem sendo discutido em vários países do mundo para aquelas fontes de renováveis de baixo impacto. Temos vários programas que podem ser incrementados, podem ser melhorados, onde a gente pode investir muito mais. O Programa Nacional de Geração Distribuída, solução descentralizada, é fundamental num país com a nossa dimensão. Depender da interligação com a rede em todas as regiões é incorrer em riscos, em altíssimos custos, em altíssimos impactos. Em determinadas regiões, temos de recorrer à geração distribuída. Temos o Proinfa, de investimentos em fontes alternativas de energia elétrica, temos o Programa Nacional para a Energia Solar Térmica. É necessário mais investimento nesses programas.

Foi colocado muito bem pelo Pedro, embora pareça não existir nenhuma relação com essa discussão em torno de energia, esse alerta que a gente traz: o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas lançou uma análise sobre os impactos do Código Florestal, do texto que foi aprovado na Câmara. Como estamos aqui no Senado, esperamos, temos certeza de que existe no Senado a oportunidade para um debate que não ocorreu anteriormente. Falava-se, quando foi aprovado o texto, que não haveria novos desmatamentos, mas a análise da instituição do Governo demonstra que a gente está falando em novos desmatamentos, algo em torno, talvez, de 8% do Território brasileiro. É um passivo não recuperado... Desculpe, algo em torno de mais de 5% do Território brasileiro, um passivo não recuperado próximo de 9% do Território brasileiro e emissões de gás de efeito estufa associadas somente àquilo que seria desmatado entre 17 e 28 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente. Isso equivale a entre 17 e 28 vezes o compromisso brasileiro de redução de emissões até 2020.

Bastante importante isso, porque hoje desmatamento tem uma relação com geração de energia também aqui no Brasil. Cerca de 10% a 12% da nossa energia vem do desmatamento, é produzida por carvão e lenha. Além da integração da discussão de energia e desmatamento no Brasil com a questão climática, existe uma relação direta entre desmatamento e geração de energia no País. Temos, então, alternativas, temos os meios e, no caminho para a Rio+20, Senador e todos os presentes, temos um longo trabalho pela frente.

Esta semana, a Presidente Dilma lançou o Comitê para a Rio+20. Eu estive hoje numa reunião em que estava presente a Ministra Izabella Teixeira, e ela falou da relevância, da importância e do desejo do Brasil de contribuir para que a Rio+20 seja uma reunião diferente, e não uma reunião em que apenas sejam assinados compromissos, mas que haja demonstração de vontade para que realmente a gente tome medidas para que o mundo caminhe no rumo de um desenvolvimento de fato sustentável. Mas hoje temos vários elementos, temos as oportunidades, no Brasil, nas nossas mãos. Basta aproveitá-las, basta que façamos uma reflexão profunda. Este debate contribui para isso. As contribuições de cada um aqui mostram que temos bastante potencial, mas temos que avançar muito na decisão, nas medidas que nós tomamos para que a gente chegue na Rio+20, Brasil anfitrião do evento, como um País que dá exemplo de como é possível gerar riqueza, desenvolver nossa economia e ao mesmo tempo reduzir nosso impacto em nosso Planeta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de fazer até mesmo algumas perguntas que eu preparei, quero saber se alguém vai ter perguntas, para as quais abrirei espaço.

Mas quero dizer que chegaram algumas perguntas pelo Twitter. Vou ler, mesmo sabendo que não teremos tempo para responder a todas. Algumas são muito provocativas em relação ao WWF e ao Greenpeace, como sempre.

"Houve consulta pública sobre Belo Monte? Quais os impactos, a curto e médio e longo prazo, com a implantação da usina de Belo Monte? Qual o posicionamento e quais as ações públicas que pretendem tomar em relação à discussão do novo Código Florestal? Investir em tecnologia nacional seria a solução para favorecer a produção de energia alternativa?". Do Thiago Kintof.

"O que o Brasil poderia fazer para baratear o custo e para produzir energia renovável no País? A eólica, por exemplo, ainda é muito cara".

Aqui é o Márcio Proteste. Ele pergunta algo sobre a exploração de recursos da Amazônia por outros países.

Aqui, de Paula Félix: "Essas instituições" – as de vocês – "vêm ditar regras ao Brasil, já que não conse-

guem impor regras nos seus países. Pergunto ao representante do WWF por que, com tantos empresários no mundo, eles vêm às ruas para pedir dinheiro para quem não tem.

Pergunte se é verdade que governos que não querem nosso crescimento financiam suas ações. Qual atitude está sendo tomada em relação à poluição que a China tem produzido e ainda produzirá com seu crescimento? O mundo não deveria pagar ao Brasil pela preservação da Amazônia? Um país que não investe em educação jamais terá energia limpa e barata.

A verdade é que a ONU diz que temos de nos adaptar ao aquecimento global, e não tentar impedi-lo. O que representa para um desenvolvimento sustentável o atual crescimento dos Verdes na Alemanha e o que isso representa de mudança na pauta internacional? O debate do pré-sal, da forma emocional como se faz, não é um passo atrás quando deveríamos discutir fontes de energia renováveis?

Pergunte por que o motivo de não fazerem ações de protesto contra os Estados Unidos. Pergunte por que eles não lutam por leis ambientais rígidas em seus respectivos países." É preciso dizer que os dois são brasileiros.

"Perguntem se a verdadeira causa deles não é trabalhar sob a influência do governo americano".

"Qual seria" – essa é importante – "uma solução prática para melhorar a consciência do povo quanto à ecologia?". Quem escreve chama-se Bestilhoteiro.

Qual seria uma solução para melhorar a consciência do povo quanto à ecologia?

Essas são as perguntas que eu recebi.

Não sei se alguém aqui tem perguntas. Eu queria dizer que...

Professor João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Muito se falou aí sobre a geração de energia, mas essa energia vai ser disponibilizada para a transformação de matéria, e o grande problema no mundo hoje é consumo, gasto de recursos naturais. É sabido que não se pode gastar infinitamente num mundo de recursos naturais finitos.

Eu diria até que Belo Monte não é um problema, é consequência de um modelo econômico que nós temos.

Então, acho que fica muito no ar quando se discute energia limpa, mas não se faz uma crítica quanto ao fato de que essa energia limpa vai gastar mais recursos naturais. Então, eu gostaria que se fizesse uma observação sobre isso porque, na realidade, a preocupação nossa é também – tem que ser – com a questão de recursos naturais. A perspectiva, nos próximos 40 anos, é de vários picos por causa do consumo de recursos naturais, em função de um crescimento exacerbado que temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra, quero dizer que nós fizemos um pequeno texto com 100 perguntas para a Cúpula do Futuro. Aquele que quiser receber esse texto, ter acesso, basta olhar no www.cristovam.org.br, que é o *site* que temos no meu gabinete.

Eu queria dizer que eu tenho 100 perguntas aqui, mas de energia, nem tantas. Mas só ouvindo o discurso de vocês, eu fiz mais 10 perguntas, que eu não quero que respondam. Mas, como estamos transmitindo pela televisão, eu queria que isso ajudasse a gente a pensar.

Por exemplo, a saída está mais no aumento da oferta ou na redução da demanda?

É melhor explorar petróleo no polo ou energia solar no deserto?

Nós temos falta de energia, nós temos escassez de fontes ou temos excesso de consumo?

É mais sério para o futuro da humanidade a falta de energia no futuro ou a má distribuição do consumo no presente? Essa eu fiz inspirado pela sua fala.

Onde estão as fontes de energia? Onde estão, geograficamente, as fontes de energia possíveis no atual conhecimento científico e tecnológico? E onde estarão as fontes de energia no futuro para o possível previsível conhecimento científico tecnológico?

Uma coisa que eu não ouvi falar aqui: como ampliar as produções domésticas de energia, como hoje se faz na Alemanha com energia solar, onde, em vez de pagar a conta de luz, cada casa vende energia solar – energia elétrica, claro, produzida por solar – na rede?

Lixo, também, com que se pode produzir energia.

Aqui, uma pergunta para o Pedro Henrique, talvez. Quais são os *lobbies* da energia? Eu anotei quatro: barrageiros, carvoeiros, nucleares e petroleiros. Mas devem existir outros também.

Quem são as vítimas da energia, como os refugiados de cada energia nuclear, sem falar os refugiados de Chernobyl e os de Fukushima?

Quem são os beneficiados pela energia?

São 10 perguntas que fiz aqui, que não vou pedir que respondam porque não temos tempo, mas que eu gostaria que as pessoas que estão assistindo se fizessem e tentassem, a partir daí, construir a consciência que o "Bestilhoteiro", se não me engano é o nome dele, mencionou ao fazer aquela pergunta.

Vou passar a palavra a cada um, na ordem inversa, para fazer comentários, responder a perguntas, se quiser, ou comentar o que os outros disseram. Só peço que a gente tente reduzir para cinco minutos, embora eu vá continuar sem exercer o poder de repressão, salvo tocar a campainha de vez em quando.

Por favor, Carlos.

O SR. CARLOS RITTI – Obrigado, Senador.

Vou tentar responder, primeiro, à pergunta do Professor João Luiz. Alguns dos dados que a gente apresentou, a gente está tratando não só da produção, da geração das alternativas que a gente tem, mas medidas também do ponto de vista do consumo. O WWF trabalha com o conceito de pegada ecológica, que é qual o pedaço do Planeta que cada indivíduo consome e o que a gente pode fazer a respeito. Então, isso tem a ver com a pegada de água, com a pegada de biodiversidade, qual é o pedacinho que estamos consumindo nas cidades brasileiras, de forma que a gente faça a reflexão: é possível continuar crescendo dessa forma, consumindo dessa forma, com – como foi muito bem colocado aqui – esses padrões de desperdício?

A gente tem, talvez, mais e mais, a chamada obsolescência programada dos produtos que consumimos. Então, um celular de hoje, daqui a um ano, já é obsoleto e muitas vezes é trocado. Portanto, definitivamente, é preciso adotar medidas do ponto de vista do consumo. O consumidor é a ponta final de uma cadeia de problemas ou de soluções.

Há uma série de perguntas, professor. Acho que temos excesso de consumo, não temos escassez de fontes. Foi demonstrado aqui que temos fontes disponíveis que são mal aproveitadas hoje, as fontes limpas.

Fontes de energia possíveis, temos. Há potencial diferenciado em todo o mundo, mas no Brasil, a gente tratou de algumas delas aqui: a solar, a de biomassa, a eólica. Num País com 7 milhões e 500 mil quilômetros de costa, não falamos do potencial de energia gerado através das marés, que é um potencial interessante, onde se está desenvolvendo tecnologia que pode ser aproveitada no futuro. Já é aproveitada em algumas regiões do Planeta. No Brasil, existem alguns projetos-piloto.

Fontes domésticas, acho que cabe alguma regulamentação por parte do Governo que permita isso. A gente sabe que, hoje, se eu colocar um painel solar e não consumir toda a energia produzida, se essa energia voltar para a rede, eu estou infringindo algumas leis aqui no Brasil, passo a ser um infrator, ao invés de contribuir para o menor consumo. Não é viável ainda isso. É possível viabilizar que a energia gerada na minha casa entre na rede ou diminua as minhas fontes, meus impostos. Para isso, são necessárias algumas medidas do ponto de vista público.

Sobre vítimas de energia, dependendo dos projetos, a gente tem os atingidos por barragens, aqueles que são atingidos por desastres nucleares, aqueles que são atingidos por grandes empreendimentos; no caso do carvão, aqueles que são atingidos por produção de carvão, a contaminação gerada por isso. Então, em geral, essas vítimas não são aquelas que se beneficiam. Mesmo em Belo Monte, nos primeiros projetos de implantação de Belo Monte, desde que o Governo Lula trouxe de novo esse projeto à discussão, a população local era a última a ser atendida, inclusive no Luz para Todos. A geração de energia de Belo Monte ia atender aos frigoríficos, a indústrias eletrointensivas, como de produção de alumínio na região, e a população local ia ser a última a ser atendida com geração de energia. Isso era um absurdo, isso mudou um pouco. Mas ainda assim, em geral, aqueles que são atingidos, aqueles que são impactados são os últimos a se beneficiar do desenvolvimento, da geração de energia.

Por fim, como reflexão, só reforçando o que já foi falado, espero que a gente tenha outras oportunidades como esta, de interagir, de contribuir com o debate. Que isso seja contínua, daqui até 2012, na Rio+20. A gente vai passar por momentos importantes, mais e mais a questão de sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável é inevitável. Os países que não adotarem medidas para progredir na sustentabilidade, no desenvolvimento baseado em baixas emissões de gás de efeito estufa, vão perder mercados. A própria discussão do Código Florestal o potencial de devastação e de florestas e de emissões gera preocupação dos mercados consumidores. Então, é possível atender nossa demanda com medidas de consumo mais consciente, adoção de boas práticas nos nossos meios de produção e, é claro, o papel de governos e de instituições como o Senado Federal, o Congresso Nacional, no sentido de viabilizar aquilo que está a nossa disposição.

Agradecemos ao Senado, agradeço ao Senador, em nome do WWF, a oportunidade de estar aqui contribuindo com este debate e nos colocamos à disposição para comparecer em outras oportunidades. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT) – Obrigado a você.

Passo a palavra ao Pedro Henrique.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRES – Acho que a quantidade de perguntas e a qualidade delas demonstra o exemplo da qualidade do debate. Como o Carlos colocou, também o Greenpeace está à disposição novamente para estar, junto com a sociedade e a classe política, debatendo esse tema tão importante a cerca de um ano da Rio+20.

Foi perguntado sobre a consulta pública a Belo Monte e me fez lembrar também a do Código Florestal. Foram consultas públicas que não foram transparentes. Uma consulta pública que fica a 200 quilômetros da localidade onde moram os índios, como é que o índio chega lá? Ele está se fazendo representar? Ele está sendo ouvido? Consulta pública precisa integrar, precisa mostrar que aquele objeto de discussão quer

ser realmente participativo. No caso de Belo Monte, não foi. Os índios não foram ouvidos. Assim como no Código Florestal, o Deputado Aldo disse inúmeras vezes que rodou o Brasil ouvindo especialistas, população, a sociedade civil sobre o assunto, também foi um processo muito pouco transparente. Não ouviu principalmente a ciência. A SBPC lançou um relatório crítico em relação aos impactos do Código Florestal e também não foi ouvida.

Então, esse processo de audiências públicas, de consulta popular, precisa também ser reavaliado. É preciso criar condições para que o povo, a população local seja realmente partícipe desse processo. Hoje, não é. Então, no caso de Belo Monte, como foi perguntado, foi muito grave porque não beneficiou os mais impactados que são aqueles que moram na região.

E não adianta oferecer efeito mitigador para índio, você não vai transferi-lo para Altamira. A região do Xingu é a casa dele, é outra relação com espaço, é outra relação com o território. Não é a mesma que está prevista no processo de mitigação, por mais que ele exista na lei.

Quanto ao posicionamento de atuação pública em relação ao Código Florestal, não só a Greenpeace, mas a também o WWF, junto com SOS Floresta, há um posicionamento que a gente espera que aqui no Senado, Senador Cristovam, seja revertido, principalmente no que se refere a essa questão gravíssima que é da anistia aos desmatadores, porque ela não fere só uma questão ambiental, ela fere uma questão legal. Ela dá o exemplo àqueles que não cumpriram a lei. Então, ela fere o princípio maior do Estado de direito democrático. A gente espera que, no Senado, isso seja revisto. Se não for revisto no Senado, que a Presidente Dilma vete essa questão fundamental, como o Carlos falou, que já vai contribuir imensamente para a emissão de gases e desmatamento na região.

Há um relatório importante do Observatório do Clima que já fez um estudo sobre o impacto do Código Florestal em relação a mudanças climáticas. Sobre isso a gente tem de ter um debate mais profundo aqui na Casa, aqui no Senado, escutar os cientistas, escutar os especialistas, escutar a sociedade civil como um todo, para a gente resolver esta questão tão séria do Código Florestal.

Foi falado também sobre a exploração dos recursos na Amazônia por estrangeiros. Aproveito para responder a essa provocação que sempre surge em relação ao WWF e ao Greenpeace. Ontem, o Greenpeace estava fazendo um protesto na Embaixada da Alemanha, que quer impor, como eu falei, essa medida contraditória que é o financiamento Hermes. Então, a gente está aqui defendendo direitos. É uma garantia Hermes que possibilita que bancos liderados principalmente por um consórcio francês, o Société Générale e o BNP Paribas, é um aval, uma segurança para que esses bancos possam investir em Angra 3. A Alemanha é a avalizadora desse processo e não retirou isso de pauta. Então, o Greenpeace Brasil foi, ontem, à sede da Alemanha mostrar ao Embaixador que a gente quer coerência do governo alemão.

No caso da Amazônia também. A gente não está fazendo *lobby* para o alumínio. Pelo contrário. A gente não está fazendo *lobby* para que empresas estatais chinesas comprem terras, como está ocorrendo de maneira muito grande na região. O Greenpeace tem uma atuação nacional, assim como o WWF. A gente tem uma independência em relação a partidos políticos, a governos, a empresas, e a gente tem a nossa atuação aqui, que é isenta.

Antes de terminar meu tempo, é fundamental essa discussão do pré-sal/petróleo, Senador. Eu acho que se hoje a gente tem um índice tão grande da emissão de gases de efeito estufa, baseado na queima da floresta, a gente vai, com esse pré-sal, com esse aumento que já está previsto no PDE, triplicar a exploração de petróleo no Brasil, num direcionamento contraditório ao que vem sendo feito no mundo.

O Brasil quer ser uma nova Arábia Saudita e a gente acha que isso não deve acontecer. O Governo quer explorar petróleo – imaginem, senhores! – em Abrolhos. E a gente volta à questão dos recursos naturais: precisa explorar numa área como Abrolhos? Fica uma contradição. Por isso acho que não é o momento de comemorar, é o momento de refletir sobre essas questões. Em minha opinião, é claro que a gente deve investir muito mais na energia solar, no deserto, do que no petróleo, no Ártico, ou nos glaciares aqui da Argentina. Acho que isso não tem cabimento. Acho que a gente tem de buscar um desenvolvimento que seja menos dependente, cada vez mais dependente dos combustíveis fósseis. Mas está difícil vencer essa barreira, esse *lobby* – o senhor citou até quatro –, os barrageiros, os carvoeiros, os nucleares, os petroleiros.

Mas o Greenpeace está aqui, o WWF também, a sociedade civil , para mostrar que a gente não aceita esse tipo de coisa, que a gente pode oferecer, sim, outro tipo de desenvolvimento. O Brasil merece, precisa sonhar e fazer acontecer outro modelo de desenvolvimento. É nisso que a gente acredita.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É bom lembrar que vocês tiveram uma luta forte quando o Presidente Bush quis explorar petróleo no Polo e que o Obama começa a falar também.

O SR. PEDRO HENRIQUE TORRES – Inúmeros estão lá. O Greenpeace tem uma série de lutas históricas contra multinacionais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu ia deixar para o final, para não tomar o tempo, mas Joaquim Nabuco – para os embaixadores e diplomatas que não sabem foi o grande libertador dos escravos brasileiros – foi acusado de estar a serviço da Inglaterra porque lutava pela abolição dos escravos. De fato, havia uma entidade privada, liderada por um parlamentar chamado Wilbeforce, na Inglaterra, que criou uma sociedade mundial pela abolição dos escravos, da qual Joaquim Nabuco era um associado. E quando ele trouxe a luta dele pelo fim da escravidão, disseram que ele estava a serviço dos ingleses para impedir a produção agrícola brasileira, que dependia do petróleo da época, que eram os braços dos escravos, que era a energia daquele tempo. Então, essa é uma visão muito antiga, mas, lamentavelmente, engana muita gente.

Por favor, o Professor Neilton Fidélis, que representa aqui esta grande figura que é o nosso Professor Pinguelli, professor de todos nós.

O SR. NEILTON FIDÉLIS DA SILVA – Eu queria aproveitar exatamente uma conversa que eu tive com o Pinguelli, antes de vir, para deixar registrada a preocupação dele que, daqui do Senado, surjam ações voltadas para o Código Florestal. Ele coloca que a gente tem de evitar, no Código Florestal, qualquer tipo de ação que venha comprometer os compromissos assumidos em lei e em Copenhagen. Isso ele disse textualmente e estou trazendo para cá

Quero lembrar também, por solicitação dele, que na COP estamos desenvolvendo um protótipo no Ceará, com energia da maré, e no laboratório coordenado por ele a pesquisa já está bem avançada. Já estamos conseguindo produzir – o Luiz Guilherme é o engenheiro que toca esse projeto – biodiesel com gordura de esgoto. Uma coisa é produzir em bancada, outra coisa é produzir num volume maior, e já se está conseguindo.

Senador, eu trabalhei num projeto do Prodeem com a Sudene e instalamos cem sistemas fotovoltaicos do Rio Grande Norte para bombeamento de água. Para minha surpresa, a gente foi instalar uma vez num assentamento do movimento dos sem-terra e eles disseram: a gente não quer esse sistema aqui, porque o sistema anterior, a *diesel*, quando quebra, o filho do seu Francisco vem e resolve em dois dias e esse sistema é completamente alienado do que a gente faz. Eu fiquei assim. Engenheiro recém-formado, dono da verdade, fui impedido botar um sistema fotovoltaico.

Então, Senador, acho que há outra possibilidade no Brasil: fazer um levantamento do estado da arte ou do potencial do uso da energia eólica para bombeamento de água. Isso é muito usado no semiárido nordestino. Só que a engenharia é meio rançosa com aquilo que é simples. Então, eu não instalei cem unidades de produção de energia e de bombeamento de água com eólica, que o pessoal faz com lata de óleo, e, sim, instalei cem placas fotovoltaicas, uma tecnologia completamente...

Eu acho que temos um potencial grande no semiárido nordestino. Os pequenos fabricantes fazem isso. Acho que está na hora de trazer essa tecnologia para dentro dos centros de pesquisa e dar uma melhoria tecnológica nela.

O chuveiro elétrico é outra preocupação que a gente tem de ter, de forma muito imediata. No horário de ponta, no Brasil, o chuveiro elétrico assume cerca de 20% da nossa demanda. Então, sob o ponto de vista de termodinâmica, é a coisa mais absurda usar uma energia de alta qualidade para produzir um trabalho de baixíssima qualidade. Então, esse é um ponto no qual a gente pode avançar.

Continuamos muito presos à lógica de mercado. Eu lembro que o lançamento do estudo do Greenpeace – por sorte eu estava presente – um dos destaques do documento era "a energia eólica necessita de mais trabalhadores por megawatt /hora gerado". Isso, sob o ponto de vista da ótica estrita de mercado, é um absurdo. O investidor não quer isso, ou seja, para caminhar, tem que romper com isso. Como o João Luiz falou, a demanda é por recursos naturais. Marx diz uma coisa simples que é muito lógica: todo o mundo do valor de uso, ou seja, todo o mundo da produção de coisa essencialmente é recurso natural convertido em coisas, através do trabalho. E o que é o trabalho em si da energia?

Então, estamos presos. Vi um dia desses a propaganda do carro elétrico. A gente tem de ir um pouco mais à frente. Eletricidade é um vetor, ela é produzida por uma coisa que está lá atrás. Então, fica essa expectativa de que resolvemos os problemas, temos o carro elétrico. Não temos. O carro elétrico é mais uma necessidade que vai precisar de energia. Então, a gente não consegue resolver.

Só para lembrar, temos um sistema interligado nacional. Então não dá para dizer, hoje, que uma unidade geradora ou outra vai satisfazer a uma demanda específica. A gente não pode esquecer que este é um Brasil extremamente assimétrico, é um país com distribuição de renda mais desigual do mundo. Então, nós crescemos ainda em média 5% ao ano, estando ou não a economia avançando. A gente não pode esquecer isso. Crescer a 5% ao ano significa duplicar a matriz a cada vinte anos, ou menos. Então, a gente tem de pensar as alternativas, mas tem de pensar

que você tem uma população que acredita e deseja isso. A gente ainda vive numa sociedade em que vencer é ter acesso aos bens. Então, tem de ter cuidado com algumas proposições que não levem a isso. Um sistema interligado, crescendo 5% ao ano, fica muito difícil dizer para onde foi o elétron. É verdade que a gente não pode mais avançar com fontes hídricas e deixar as comunidades que foram ocupadas às escuras. Isso não dá.

Foi falado aqui que o carvão é um combustível do século XIX, mas é um combustível do século XIX que é usado na Europa, na África, na Ásia. É muito usado.

Há um livro da União Europeia chamado Livro Verde sobre o Aprovisionamento da Energia na Comunidade. O livro é belíssimo. Inclusive eles usam uma palavra que não se usava nos anos 80, que era subsídio. Falava-se em subsídio nos anos 80 e as pessoas tinham um ataque. O documento até fala em subsídio das fontes renováveis na Europa. O documento é lindo. Só que no fim eles dizem assim: os membros da comunidade não podem esquecer o caráter estratégico da nossa reserva de carvão. Então, a energia é muito mais que só uma escolha. Os gestores dos Estados são muito tensos com a destinação que é dada à energia.

Eu quero, Senador, dizer da minha satisfação de estar aqui participando deste debate. Agradeço também ao Professor Pinguelli e ao Senador, por confiar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco;PDT) – Nós é que agradecemos a você. Peço que leve um abraço ao amigo Pinguelli e agradeça a ele também.

Professor João de Deus.

O SR. JOÃO DE DEUS CARVALHO – Primeiro queria dar uma notícia sobre algo que o Senador abordou e o Pedro também, dizer uma coisa muito curiosa. A Areva é um fabricante francês, um dos maiores fornecedores de usinas nucleares. A Areva acabou de comprar uma das maiores empresas de geração de energia termossolar do mundo. Então, isso é um indicador de que a coisa vai mudar. Então, fiquem tranquilo porque tem coisa acontecendo. Como eu disse, o setor termossolar ficou resguardado em razão de interesses do meio. Os empresários não tinham interesse que fossem divulgados os avanços que estavam sendo conquistados. Agora, aqui no Brasil, nós temos que divulgar porque todos nós sabemos que no Brasil só se alavanca empreendimento com a participação do Governo Federal. Se nós não movermos o Congresso, os formadores de opinião, não vamos conseguir nada. Então, essa é a notícia boa que eu queria dar a respeito da nuclear.

O Professor João Luiz fez um questionamento, que foi repetido, a respeito da redução do consumo. Eu considero isso, professor, uma coisa ideal. Antigamente, eu não sei há quanto tempo, teve alguém que escreveu que o mundo iria passar por problemas seriíssimos de abastecimento de alimentos. Não havia perspectiva nenhuma de produção de alimentos que hoje nós temos, e, no entanto, foi resolvido e resolvido muito bem. Hoje nem se pensa nessa possibilidade de escassez de alimentos. Da mesma forma que isso foi resolvido, várias outras coisas foram resolvidas no momento em que aconteceu a demanda. A velha mão invisível de Adam Smith resolveu, podem ter certeza disso. O problema da energia está resolvido.

Agora, redução de demanda, que foi muito falado aqui, me permitam dizer, é meio utópico. Os fundamentos do mundo não funcionam assim. As palavras crescimento e desenvolvimento estão na ponta da língua de qualquer um nos quatro cantos do mundo. Então, haverá sempre um crescimento. A humanidade é que tem que se adaptar a esse crescimento. Não adianta dizer: vamos difundir uma filosofia de que todo mundo tem de resumir o consumo. Não. O que tem que se fazer é aprimorar e muito o sistema de eficiência em todos os aspectos, em todos os estágios: eficiência de consumo energético, eficiência no consumo, inclusive, em outros aspectos.

Em síntese, para encerrar, gostaria de dizer, primeiro, que as tecnologias de energia termossolar estão consolidadas e à disposição para resolver o problema energético do mundo. Não é do Brasil, não é dos Estados Unidos, não é da Europa, é do mundo. Estou inteiramente à disposição de quem quiser saber mais a respeito disso.

Só para encerrar, o Presidente Lula teve o cuidado de, no encerramento de seu mandato, assinar o decreto de construção da primeira usina termossolar do Brasil. Seria muito importante que uma iniciativa do Congresso, iniciativa de quem tiver alcance, fizesse com que esse projeto vá à frente. Esse projeto começou, eu não posso tecer muitos comentários aqui, e está andando a passos de tartaruga.

Mas foi um decreto. O Presidente Lula insistiu durante muito tempo. Quando ele percebeu que não havia interesses em, efetivamente, levar adiante, ele, no dia 31 de dezembro – eu digo sempre –, vestindo o paletó para entregar a faixa para entregar a faixa para a Dilma, ele assinou esse decreto.

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Professor João de Deus. Eu quero dizer a cada um e a cada uma de vocês da minha satisfação de tê-los aqui conosco. O ciclo continuará. Na próxima quinta-feira não teremos, ficará

para o dia 30 de junho, e o tema será Pobreza – como superar a pobreza.

Quero concluir dizendo aos que mandaram mensagens pelo Twitter que, muito oportunamente, para o encontro sobre energia, eu não pude ler todas as perguntas porque acabou a energia do meu Twitter. A bateria morreu. Peço desculpas. Da próxima vez, serei mais cuidadoso.

Um grande abraço para cada um e cada uma.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 25 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia 3 de maio de 2011, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aloysio Nunes Ferreira, Marcelo Crivella, Acir Gurgacz**, **João Pedro** e **Lobão Filho**. Justifica a ausência a Senhora Senadora **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a análise da Pauta, com a "*Apreciação da proposta de Plano de Trabalho para o Biênio 2011-2012*". A proposta, apresentada pelo Presidente, é discutida pelos Senadores **Marcelo Crivella**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Gleisi Hoffmann** e **Acir Gurgacz**. As sugestões apresentadas pelos Senadores são incorporadas à proposta de Plano de Trabalho. Resultado: aprovado o Plano de Trabalho da Subcomissão para o biênio 2011-2012. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às nove horas e cinquenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem a finalidade de apreciar proposta de trabalho para o biênio 2011/2012.

Está distribuída aos Srs. Senadores a proposta do plano de trabalho, logicamente, para análise, discussão e aprovação final, com as alterações que vierem a ser acrescentadas. Eu quero apenas frisar que dividimos em quatro temas principais a proposta de trabalho. O primeiro: fronteiras e segurança nacional; o segundo: desenvolvimento econômico e social; o terceiro: infraestrutura, e o quarto: a questão indígena e fundiária na faixa de fronteiras.

Portanto, nós procuramos fazer uma sistematização que dê condições de discutirmos todos os temas que envolvem a faixa de fronteira, que no Brasil é bastante grande, porque, se considerarmos que constitucionalmente a faixa de fronteira são 150 Km a partir da linha de fronteira, nós temos uma quantidade enorme de Estados envolvidos e uma quantidade enorme de Municípios. E o que é pior, com muitos óbices legais para a ação dos próprios Municípios e dos Estados nessa faixa.

Entendo que é preciso fazer um diagnóstico dessa questão e, ao final, propor realmente uma lei, um projeto de lei, eu diria, até mesmo um estatuto que normatize, não só a questão da Amazônia, porque esta Comissão é da Amazônia e da faixa de fronteira, considerando que a Amazônia é que tem a maior parte da faixa de fronteira: são 11 mil Km. E o que é pior: na região menos desenvolvida, é onde temos a maior faixa de fronteiras; fronteiras, como todas elas, secas, sem nenhum tipo de obstáculo ao ir e vir de pessoas, abertas ao narcotráfico, ao tráfico de drogas, ao contrabando de armas, ao descaminho de minerais. Na

região amazônica, nós temos "n" casos documentados de descaminho de minerais, inclusive de estratégicos, como o nióbio. E nós precisamos realmente, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dentro desta Subcomissão, ter uma proposta que possa ser consenso no Senado, para que, depois, nós possamos ter realmente uma legislação mais moderna, mais atual porque a atual legislação efetivamente engessa.

Queria, portanto, ouvir os Srs. Senadores, para começarmos o debate.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que hoje nós começamos um trabalho de importância fundamental para a sociedade brasileira. Nós todos juramos, ao assumir, preservar a nossa soberania. Mas nós não seremos um País soberano enquanto tivermos nossas fronteiras tão, eu diria, vulneráveis a tudo isso que V. Exª citou.

As fronteiras secas no Brasil, na Amazônia sobretudo, são um deserto demográfico onde não sabemos o que está ocorrendo, o que está se passando. E precisamos saber.

Fui presidente de uma CPI e digo que é caminhando que abrimos caminhos. Acho que, com a nossa persistência, com as nossas audiências públicas, trazendo aqui as pessoas responsáveis por isso – porque já há, no nosso ordenamento jurídico, um arcabouço todo elaborado para que nós tivéssemos nossas fronteiras mais seguras, mas que, efetivamente, não ocorre, e creio até que por falta de recursos, falta de prioridades orçamentárias –, nós vamos encontrar os caminhos. Mas acho que, além de proposições legislativas e trazer este tema à pauta do Congresso, deveríamos apresentar à mídia e à opinião pública, para as pessoas começarem a relacionar aquela bala perdida que matou o seu parente não com a incompetência da polícia local, mas com o descaso com as armas que todos nós brasileiros sabemos existir nas fronteiras.

O Brasil tem uma fábrica de munição desde a época em que eu era soldado, a Companhia Brasileira de Cartuchos, que é herdeira da fábrica de pólvora fundada por D. João VI no Jardim Botânico. Pois bem. Sempre foi um monopolista nesse setor.

Eu desconfio de que os maiores clientes internacionais sejam os nossos vizinhos e de que essa munição volte para o Brasil contrabandeada. Isso é um perigo! Isso é um risco! O povo brasileiro precisa associar a sua insegurança, na hora de mandar os seus filhos para a escola ou na hora de ir e voltar para o trabalho ou nos momentos, vamos dizer assim, que atormentam o nosso cotidiano, o nosso dia a dia, que são os crimes, os assaltos no sinal de trânsito, as balas perdidas nas comunidades carentes, com o problema da fronteira. Hoje, isso não está claro na cabeça do brasileiro. Ele culpa o prefeito, culpa o governador, culpa a polícia do Estado, e fica por isso mesmo.

Então, acho que temos uma missão fundamental. Eu quero augurar, ensejar todo o sucesso à nossa Comissão e a V. Exª, em especial, que é um homem da Amazônia, e dizer também que estou tentando instalar a CPI da Amazônia. Conversei com o Ministro da Justiça, que tem certa hesitação. Acho que essa também é uma CPI que nós devemos implantar, não só pelos recursos que ela traz de orçamento, mas também pela possibilidade de se quebrar sigilo bancário e fiscal. E nós podemos também trabalhar juntos para, enfim, trazer consciência aos brasileiros de que não é possível mais vivermos ou legarmos às próximas gerações, os nossos vindouros, essa situação.

Lembro-me – já vou concluir – de que participei de uma CPI chamada CPI da Imigração Ilegal e andei por todas as fronteiras dos Estados Unidos com o México. Vocês precisam ver que cuidado eles têm. Não satisfeitos com os radares de calor, com os helicópteros, com as rondas de bicicleta, de motocicleta e de automóveis e com os barcos que andavam pelo rio Grande, resolveram fazer um muro. Eu não vou entrar aqui no mérito político ou ideológico de se criarem muros – acho que não é esse o caminho –, mas quero dar o exemplo de uma nação que se preocupa com a sua soberania e que tem quatro Forças Armadas: Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Costeira, instituição que nós não temos, embora a nossa maior riqueza mineral esteja no mar. Nós não temos um barco na Guarda Costeira da nossa Marinha.

É desalentador quando começamos a divagar e a pensar sobre o tema, mas eu gostaria muito de dizer a V. Exª que conte comigo e com o meu Partido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo.

Esta é a nossa primeira reunião de trabalho, e eu tenho certeza de que a nossa Comissão poderá dar excelentes resultados para o nosso País, não só pela importância do tema, como também pelo fato de estar sob o comando de V. Exª, que é exemplar no cumprimento dos seus deveres parlamentares. Todos nós o admiramos também por isso.

Eu vejo aqui a proposta temática de V. Exª, com a qual concordo. Eu queria apenas fazer uma sugestão em relação ao primeiro tema.

Uma vez que vamos tratar de fronteira, nós vamos tratar de relações com os países fronteiriços. Eu

queria sugerir que pudéssemos ouvir também representantes do Ministério das Relações Exteriores para que nos dissessem que providências estão sendo tomadas – se estão sendo tomadas – para ações conjuntas do Brasil com os países vizinhos, especialmente para a repressão do tráfico de drogas, de armas, e do contrabando, além de ilícitos de qualquer natureza. Sugiro também a presença de um representante da Abin nessa primeira fase dos nossos trabalhos sobre fronteira e segurança nacional.

São essas as sugestões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também quero fazer uma saudação a V. Exª, desejar que nossa Subcomissão tenha muito sucesso, chegue às conclusões, aos encaminhamentos que todos queremos: segurança nas fronteiras, convivência e bom relacionamento com os países fronteiriços. Claro que temos que cuidar da nossa soberania, mas fazer isso com muita solidariedade e com a responsabilidade que o Brasil tem. Um País de dimensão continental, com nossa força econômica, com certeza, cumprimos um papel muito importante.

Queria fazer, assim como o Senador Aloysio, algumas sugestões a V. Exª.

No tema 1, Fronteiras e Segurança Nacional, V. Exª sugere um representante do Exército brasileiro, e eu queria incluir aqui Marinha e Aeronáutica. As Forças Armadas, porque, no Estado do Paraná, não é maior fronteira de extensão, mas, com certeza, é maior fronteira de população que temos. E temos ali o lago de Itaipu, pelo qual a Marinha é responsável. Temos vários problemas e situações a resolver.

Lembro também que foi implantado, na semana passada, o primeiro gabinete de gestão integrada de segurança na fronteira, com o Ministro da Justiça e o Governo do Estado do Paraná, numa ação conjunta com as polícias. Talvez fosse o caso também – aqui já tem o Departamento da Polícia Federal – de reforçar com a presença de alguém do Ministério. Penso que a presença do Ministério das Relações Exteriores devia se dar em todos os temas de maneira transversal, sempre termos alguém das Relações Exteriores participando, porque eles mediam muitas coisas, muitas atividades, ações.

Em relação ao segundo tema, também queria fazer algumas sugestões. A primeira, se pudéssemos chamar representante do Banco do Brasil junto com os demais bancos. Temos aqui da nossa região Sul, o BNDES, mas o Banco do Brasil tem ações importantes junto à Argentina, ao Paraguai, inclusive com agências, com fomento de produção. Acho que seria muito importante ter da parte deles uma exposição sobre essa situação. E no Paraguai, temos uma característica muito interessante que é o número de brasileiros que lá residem, mais de trezentos mil brasileiros. E a economia paraguaia é, em grande parte, sustentada pelo trabalho dos nossos brasileiros na área da agricultura. São produtores de soja, de gado. E temos cooperativas muito fortes de brasileiros no Paraguai. E há uma associação dessas cooperativas.

Então, gostaria também, se pudéssemos, convidar essa representação de cooperativa de brasileiros no Paraguai, chamados brasiguaios, a participar, porque eles fazem uma relação muito importante entre Brasil e Paraguai, do ponto de vista econômico. E também um representante do Ministério da Saúde. Ontem foi publicada a Portaria em Diário Oficial do cartão SUS, que pretende duzentos milhões de cartões. Acho que é um avanço muito grande para nossa saúde, quer dizer, termos informações sobre os usuários. E temos um projeto junto ao Ministério da Saúde, que há algum tempo está também sendo discutido, que é o cartão SUS da fronteira, principalmente as fronteiras com grande população. Então, penso que, se tivéssemos um representante do Ministério da Saúde, seria importante nessa linha do desenvolvimento social conjunto.

E no tema de infraestrutura, V. Exª sugere aqui o Dnit dos Estados da Amazônia. Acho que poderíamos chamar um representante do Ministério dos Transportes, porque teríamos condições de analisar um investimento geral que estamos fazendo do País nessa região.

Por exemplo, temos na nossa região a segunda ponte ligando Paraná e Cidade de Leste, nós temos previsão no PAC do corredor bio-oceânico, inclusive com ligações ferroviárias. Se pudéssemos chamar esse representante, acho que poderíamos ter uma visão geral desses investimentos.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Queria parabenizá-lo pelo plano de trabalho. Acho que temos muito trabalho pela frente, mas, se cumprirmos esses debates, essas discussões, vamos dar uma grande contribuição a uma política estruturada nas regiões de fronteira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço à Senadora Gleisi.

Quero dizer que concordo integralmente que, onde está "Exército Brasileiro", nós teríamos que colocar "Forças Armadas". Realmente, é verdade que os pelotões, os destacamentos mais avançados são do Exército e, às vezes, as outras Forças prestam apenas apoio logístico, mas é muito importante saber o

pensamento, tanto da Aeronáutica quanto da Marinha, em relação a isso.

Concordo também com o Senador Aloysio quando sugere a inclusão da Abin porque, muito mais do que termos faixa territorial de fronteira, mais importante é termos uma inteligência funcionando adequadamente nessa região. Quanto ao Ministério das Relações Exteriores, concordo que tenha que estar transversalmente em todos os pontos. E podemos até criar um item à parte, em que conste a TCA, que é a organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e também o Ministério das Relações Exteriores. Podemos até ouvir autoridades, os Embaixadores desses países vizinhos para, quem sabe, tratar também dessa questão das relações bilaterais do Brasil com os diversos países, porque muitos dos problemas poderão ser resolvidos no nível da ação diplomática se realmente acontecer de maneira adequada.

Então, consultaria se devemos abrir um tema à parte na questão, por exemplo, de relações exteriores, incluindo aí o TCA, o Ministério das Relações Exteriores e as missões diplomáticas dos países fronteiriços.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu tenho uma dúvida, Sr. Presidente, porque, na realidade, tudo o que formos discutir em razão de fronteira e que tenha implicações com outro país, seja na questão de segurança, seja na questão de desenvolvimento econômico e social, infraestrutura ou questão indígena, o Ministério das Relações Exteriores vai estar envolvido.

Talvez fosse importante sempre ter um representante. Podemos até fazer um debate especial, próprio para isso, mas formalmente ter representação do Ministério aqui para acompanhar esses demais assuntos. Seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concordo plenamente, até porque tenho comentado com vários Colegas aqui da Comissão, porque a nossa é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não podemos dissociar realmente um assunto de outro e, infelizmente, tem acontecido isso. Temos cuidado muito das relações exteriores e pouco da defesa nacional ou, quando cuidamos da defesa nacional, separamos as relações exteriores, e acho que tem que estar tudo unido.

Então, vou acolher e, se todos concordarem, incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores em todos os temas e abrir um tema específico para ouvir o Ministério das Relações Exteriores, as missões diplomáticas dos outros países junto com a organização do Tratado de Cooperação Amazônica e, daí, fechamos o estudo.

Concordo também, Senadora Gleisi, que, além de incluir a Sudam, a Suframa, o BNDES, devemos colocar também o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal porque são duas instituições bancárias de muita influência nessa região.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Se me permite, Presidente, eu esqueci um item que tinha anotado aqui.

Para esse tema 2, se pudéssemos também ter representação da Itaipu Binacional. Acho que é muito importante para a nossa região de fronteira e é um empreendimento conjunto com outro país e pode nos oferecer muitos subsídios de convivência e encaminhamentos práticos na fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Perfeitamente. E também, no item 3, onde está aqui Dnit, dentro dos Estados da Amazônia, ficaria assim: representante do Ministério dos Transportes nos Estados da Amazônia e da faixa de fronteira. Assim, incluiríamos tudo. Perfeito?

Se todos estão de acordo, vamos aprovar o plano com essas alterações, apenas indagando agora, uma vez que chegou neste momento, o Senador Acir, que é de um importante Estado da Amazônia.

Acabamos de analisar, Senador Acir, o plano de trabalho, acatando sugestões de algumas alterações. Basicamente, no tema 1, substituir "Exército Brasileiro" por "Forças Armadas"; incluir em todos os temas que são fronteiras de segurança nacional, desenvolvimento econômico e social, infraestrutura e questão indígena e fundiária um representante do Ministério das Relações Exteriores; e, no tema nº 1, a Abin.

Se V. Exª tem alguma observação ou sugestão, gostaríamos de ouvi-lo, com muito prazer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, e demais Srªs e Srs. Senadores. Acompanho o que já foi conversado e decidido aqui, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o assunto é importante: a questão das nossas fronteiras, principalmente na Amazônia. Eu sei do problema da fronteira do Paraná, do Rio Grande do Sul, principalmente Paraná com Paraguai, mas o nosso problema hoje, em Rondônia, na divisa com a Bolívia, também é bastante sério. Nós temos que ter uma atenção especial às nossas fronteiras. Entendo que o que foi proposto aqui é importante. Acompanho, portanto, essas modificações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço, Senador Acir.

Assim, temos, vamos dizer, o plano de trabalho com as alterações propostas, que submeto à aprovação.

Se todos concordarem, está aprovado.

Nós vamos, então, fazer a redação final e, depois, distribuir a cada um para que possamos começar a marcar as audiências e ter a maior objetividade pos-

sível para chegarmos, num menor espaço de tempo, a um diagnóstico.

Acho muito importante, Senador Acir, o que V. Exª colocou: se eu analisar, por exemplo, os problemas de fronteira do Estado de Roraima, há muitas peculiaridades que não há, por exemplo, no Estado de Rondônia, embora muitas sejam comuns. Há peculiaridades no Paraná ou no Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amelia – que, inclusive, justificou a ausência, mas que gostaria muito de estar aqui. Parece que não há semelhanças ou diferenças. Mas, tanto há semelhanças como muitas diferenças, que temos que fazer um diagnóstico único, a fim de termos um plano só para toda essa região. Porque o que nós temos até aqui são apenas ações muito isoladas, até mesmo do Ministério da Integração Nacional, que é o Ministério mais responsável, vamos dizer assim, por essa integração de toda a região da fronteira, mas não temos um plano discutido, acabado e que possa ser implementado.

Então, quero dizer aqui que vamos aprovar o plano, se todos concordarem, com essas alterações, distribuí-lo e marcar já uma agenda de audiência que possamos ter no menor espaço de tempo possível

Se todos concordarem, está aprovado.

Não havendo mais quem queira se manifestar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 51 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia 24 de maio de 2011, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Valdir Raupp, Ana Amélia** e **João Pedro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa os senhores Glauco Costa de Moraes, Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira, Subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Oslain Campos Santana, Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal e Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa, Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais. Durante a reunião, fazem uso da palavra as senhoras Senadoras **Gleisi Hoffmann** e **Ana Amélia** e os senhores Senadores **João Pedro** e **Blairo Maggi**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 3ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à abertura do nosso ciclo de audiências públicas, com a realização do primeiro painel "Fronteiras e Segurança Nacional". Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: Major Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira, Subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Dr. Oslain Campos Santana, Diretor de Combate ao Cri-

me Organizado da Polícia Federal; Dr. Glauco Costa de Moraes, Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa, da Coordenação Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, que ainda não chegou, mas está a caminho.

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado a apresentação inicial será de vinte minutos, com tolerância de até cinco minutos. Após a exposição, concederemos a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que V. Exªs acharem necessários. Esclareço também que, conforme regra das audiências estabelecidas no Ato 3º, de 2011, desta Comissão, cada palestrante disporá de vinte minutos para sua exposição, com tolerância, como já falei, de cinco minutos; ao final da apresentação de cada um dos palestrantes, os Senadores inscritos poderão fazer suas observações e interpelações pelo prazo de três minutos. Para a resposta, os palestrantes disporão do mesmo tempo, três minutos, com direito à réplica dos Senadores, de dois minutos, e à tréplica dos expositores, de dois minutos.

Para dar início a apresentação, convido, portanto, o Major Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira, Subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, Senador Mozarildo, membro honorário da Força Brasileira, é um prazer estar aqui nesta manhã tão agradável, para discorrer sobre assunto extremamente importante para todos nós, brasileiros, não só para as Forças Armadas. Agradeço a oportunidade também de poder explanar por vinte minutos, pretendo ocupar mais os cinco de folga, para poder me ater a poucos detalhes.

Para iniciar, gostaria de citar uma frase do Advogado-Geral da União, Alvaro Costa, na época, sobre a situação-problema faixa de fronteira. Disse ele: "A questão da faixa de fronteira é um desafio para a nossa própria capacidade enquanto Nação de vivenciar o texto constitucional e as questões envolvidas de natureza ambiental, de natureza mineral, a questão fundiária, a questão das nações indígenas, tudo isso já exalta a complexidade de todas as questões inter-relacionadas".

Dentro desse enfoque, dessas palavras, eu gostaria de apresentar aqui, na parte que me toca, como as Forças Armadas estão articuladas e resolvendo essas questões que lhe são afetas.

Vou fazer uma pequena apresentação. Pediria permissão para fazê-la em pé, fica mais fácil.

Vamos falar sobre algumas ações de proteção da fronteira brasileira nesta importante audiência pública. Vamos dar uma visão geral do que falaremos: faremos algumas considerações sobre política nacional de defesa, no que tange às ações de intensificação da presença do Estado e das Forças Armadas na faixa de fronteira e o incremento dessa integração, outros órgãos estaduais e federais. Poderemos ver aqui ao vivo as ações que a Polícia Federal e a Abin estão desenvolvendo também, além das agências humanitárias e organizações não governamentais, otimizando as ações contra os ilícitos transfronteiriços e ambientais.

Só algumas considerações com relação à nossa faixa de fronteira. Trata-se de um processo histórico, desde a nossa primeira Constituição – os senhores sabem melhor do que eu. A nossa faixa de fronteira, interna, atual, consiste numa faixa de 150 quilômetros, abrange 588 Municípios, totalmente inclusos nessa área ou não, ou parte dele, uma extensão arredondada de 17 mil quilômetros, conceito estratégico em toda a nossa legislação. A gente pode ver esse conceito em duas vertentes: segurança e desenvolvimento. Em relação a isso, posso citar que, apesar das finalidades de alto alcance estratégico e fundamento, conceito de faixa de fronteira, segurança e desenvolvimento, a nossa legislação, as leis e a própria Constituição Federal são paradoxalmente questionadas e, frequentemente, acusadas de dificultarem o desenvolvimento regional, particularmente na região Sul do País, em virtude do maior adensamento populacional.

Um aspecto, no entanto, não pode deixar de ser considerado. Uma vez que existe a exigência legal do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional para determinados atos e atividades na faixa de fronteira, ocorre um inevitável trâmite burocrático. A segurança por sua vez, em um País da estatura estratégica do Brasil, não pode prescindir de mecanismos e critérios de controle que lhe permitam instrumentalizar sua racionalidade de Estado soberano, especialmente quanto às medidas de defesa da integridade nacional. Logicamente que segurança e desenvolvimento se complementam e se alimentam por si mesmos, como a gente pode ver, na nossa própria legislação. Uma não convive sem a outra, falando especificamente da faixa de fronteira. O nosso regime jurídico facilita essa ação, tanto de desenvolvimento quanto de segurança nessa faixa.

Com relação à nossa Estratégica Nacional de Defesa de 2008, ela traça várias diretrizes estratégicas e temos, entre os eixos estruturantes, o trinômio de monitoramento e controle de nossa fronteira, a mobilidade das nossas forças e dos nossos órgãos de Estado e, principalmente, a presença em relação à nossa segurança.

Na América do Sul, fazemos fronteira com dez países, mas nos atemos mais especificamente aos nossos problemas fronteiriços com a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Paraguai, sem deixar de lado também os outros países, em relação a ilícitos. Esse é o nosso contexto geoestratégico na América do Sul.

Como fonte, em relação a ilícitos, o panorama Brasil, já é realmente uma surpresa verificar que, na realidade, não é a Bolívia o primeiro produtor de drogas na América do Sul. Temos o Peru como primeiro produtor de drogas, cocaína e seus derivados, o segundo é a Colômbia, a Bolívia e o Paraguai mais na parte de plantações.

Quais são os reflexos do narcotráfico para o Brasil na faixa de fronteira? Os crimes conexos com o narcotráfico, o Brasil como eixo de escoamento e atualmente como consumo também, o aumento da violência, influenciando diretamente na saúde pública, cooptação das Forças Armadas, que estão presentes constantemente nessa faixa e órgãos de segurança pública e, logicamente, a partir disso, emprego das Forças Armadas na segurança dessa faixa. O crime organizado, como a Polícia Federal está aqui, pode confirmar o que estou dizendo, em relação a narcotráfico, tráfico de armas e munições, é um emaranhado e um inter-relacionamento muito grande entre essas organizações criminosas; o narcotráfico e o tráfico de armas como consequência gerando tráfico de pessoas, prostituição, sequestros, roubos, assaltos, crimes financeiros, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho, tudo isso girando em torno do crime organizado.

A entrada de drogas no Brasil – e esses dados são ostensivos, inclusive publicados pela própria ONU anualmente – em relação à América do Sul, as maiores entradas de tráfico de drogas no País da Colômbia, do Peru, da Bolívia, do Paraguai e recentemente também pelo Uruguai, como nós vamos ver que as organizações estão se contrapondo às ações que o Estado brasileiro tem desenvolvido na faixa de fronteira, utilizando outros meios, métodos e metodologias para que essa droga entre no Brasil.

Com relação às rotas aéreas e rotas fluviais, nós temos também nesse relatório e na nossa área de inteligência essas rotas que entram pela Amazônia, principalmente pela Amazônia, porque envolvem esses países maiores produtores e, logicamente, com a lei de medida de destruição, regulamentada em 2004 e aprovada em 1998, houve uma diminuição sensível pela parte aérea – embora exista, logicamente – e um aumento desse narcotráfico pela superfície, tanto pelos rios quanto por terra, fronteira terrestre.

A Política de Defesa Nacional nos dá o amparo legal da aplicação das Forças Armadas, o emprego das Forças Armadas nesse processo. Diz ela:

"A vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento."

Como eu disse no início, o desenvolvimento anda *pari passu* com a segurança, um alimentando o outro. Aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil. Com relação à estratégia nacional de defesa, já derivada da política, dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e impedir o uso do espaço aéreo – ou seja, abrangeu toda a ideia da nossa política – e adensar a presença das unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras, como vou mostrar algumas coisas que estão ocorrendo agora.

Então, o objetivo nosso do emprego das Forças Armadas é realizar as ações de intensificação da presença das Forças Armadas na faixa de fronteira e incrementar a integração dos outros órgãos federais, estaduais, isso que a gente tem buscado constantemente em todas nossas operações, otimizando as ações dos ilícitos transfronteiriços e ambientais, buscando capacitar o entendimento da saúde dos habitantes locais. Não podemos deixar nunca de lado, em todas nossas operações existem diretrizes e orientações para que, além da operação em si, façam-se operações de auxílio às populações que vivem na faixa.

Principais ações que têm sido desenvolvidas – eu vou mostrar agora por Força Armada – vigilância na faixa de fronteira no Estado do Amazonas, por meio de patrulhamentos aéreos e fluviais; vigilância na faixa de fronteira no Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por meio de patrulhamento também; nos Estados de Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo incrementado cada vez mais nessa parte sul, como eu mostrei naquele relatório, estabelecimentos dos postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias para realização de revista, embarcações, automóveis, ônibus, caminhões e aeronaves também, operações especiais, atividades logísticas, comunicações, ações cívico-sociais e a integração e coordenação com outros órgãos de segurança pública, agentes de saúde, de estados, etc.

Para isso, nós possuímos um programa e uma ação de recursos orçamentários que respaldam essas

ações. O Programa 8032 prepara o emprego conjunto das Forças Armadas, que prevê dentro desse programa a ação 6499, que é especificamente intensificação da presença das Forças Armadas na área de fronteira. Então, nós temos um programa e uma ação que respalda toda nossa estratégia, todo nosso emprego na faixa de fronteira. E, logicamente, a participação dos outros órgãos governamentais em operações conjuntas, singulares ou em apoio ou suporte a esses órgãos de segurança pública, a fim de proporcionar rapidez nas ações, repressão, fiscalização e apoio à população. Aqui temos todos os órgãos onde trabalhamos diuturnamente ou em apoio ou em operações conjuntas.

Vou falar algumas ações que estão sendo realizadas pelas três Forças, dividi na Marinha, no Exército e na Força Aérea Brasileira, para se ter uma noção, realmente, do que tem sido feito. Eu vou falar das coisas que estão acontecendo atualmente, do ano de 2010 para cá.

O amparo legal que prevê o emprego das Forças Armadas é a Lei Complementar nº 97, que foi alterada pela nº 117 e a mais atual, de 25 de agosto do ano passado, a de nº 136. Esse antigo é comum a todas. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, não podemos tirar esse foco da atribuição subsidiária das Forças, preservar as competências das polícias judiciárias, atuar por meio de ações preventivas, repressivas na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores independentemente da posse da propriedade, da finalidade ou de qualquer outro gravame que recaia sobre delitos transfronteiriços e ambientais isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo executando, dentre outras, ações de patrulhamento, revista de pessoas, de veículos, de embarcações e aeronaves e prisões em flagrante delito.

Próximo *slide*.

À Marinha cabe especificamente, como atribuições subsidiárias, cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão dos delitos de repercussão nacional e internacional quanto ao uso do mar, águas interiores – que é o que nós estamos dizendo aqui – e áreas portuárias na forma de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução. E isso é o que tem sido feito diuturnamente pela nossa Marinha.

Pincei algumas responsabilidades dos distritos navais que operam na faixa de fronteira, por exemplo, o Comando do 4º Distrito Naval no Estado do Pará, operações conjuntas com o Exército e o 9º Distrito Naval, que está na Amazônia, no patrulhamento da calha do rio Amazonas, rio Negro e Solimões. E também operações conjuntas com o Exército na calha do rio Amazonas, na parte de sua responsabilidade no combate aos ilícitos transfronteiriços.

Nós temos efetivo no 4º Distrito Naval empregado nessas ações subsidiárias 2.653 militares. Comando do 5º Distrito Naval, situado no sul do País, em Rio Grande, realiza operações na faixa de fronteira, principalmente na área de Guaíra, operações na faixa de fronteira em Uruguaiana e conta atualmente com 2.497 militares no 5º Distrito Naval. Volta um pouquinho, 2.497 militares, que são empregados também... Depois vou falar especificamente das operações que estão sendo realizadas.

O 6º Distrito Naval, que engloba o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, realiza operações ribeirinhas em Porto Murtinho, na calha do rio Paraguai e seus afluentes e operações de patrulhamento fluvial e inspeção naval nos rios Apa, Paraguai e afluentes também. Conta com o efetivo de 1.759 militares o 6º Distrito Naval.

E o 9º Distrito Naval, que engloba toda a nossa Amazônia – o Estado do Amazonas, Acre e Rondônia –, operações de patrulhamento e inspeção naval em toda essa faixa de fronteira. Conta com o efetivo de 2.529 militares o 9º Distrito, logicamente que interligado e integrado aos outros órgãos também.

Temos o eixo de escoamento da Colômbia, onde estão os maiores rios que adentram o território brasileiro, a partir de Cucuí, Uaretê, Vila Bittencourt, Japurá, Tabatinga, no Santo Antônio do Içá, e todos eles culminando na cidade de Manaus. Daí já dá para ver, com relação a ilícitos que utilizam os meios fluviais, o escoamento desses ilícitos para a cidade de Manaus. Está indicada essa direção, esse eixo de escoamento.

Com relação ao Exército brasileiro, o mesmo respaldo legal, com atribuições subsidiárias de realizar as operação na faixa de fronteira, além da Constituição Federal, que prevê a garantia de lei e da ordem.

Com relação ao Comando Militar da Amazônia, só para dirigir o raciocínio, eu dividi nos três Comandos que também operam na área da Amazônia. Temos uma área de 11.192 km de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, com essas distâncias específicas em relação a cada país.

Também a Lei Complementar nº 97/1999; a 117/2004, que a alterou; e a 136/2010, do ano passado.

Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias, "cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico...." Igualzinho ao da Marinha, além da Constituição Federal, que prevê a operação da lei e da ordem.

Para se ter uma ideia do que foi realizado no ano passado e até neste ano, o Exército, só pelo CMA, re-

alizou 98 operações na faixa de fronteira. Então, isso às vezes não é divulgado, não é de interesse, mas há um esforço muito grande sendo expendido. Cinco operações nessas regiões; 31 em Roraima; pegando a Venezuela e a Colômbia, 21 operações; 23 nesta região; e 18 aqui no Acre e Rondônia, fazendo fronteira com a Bolívia e com o Peru. Só o Comando Militar da Amazônia, de 2010 até abril deste ano.

Para ilustrar, o Exército teve uma atuação muito grande por meio das Operações Curare, de 2010, não só de narcotráfico, mas de todos os ilícitos cometidos: garimpo ilegal no rio Paru d'Este, em Almeirim, na região norte do Pará, e obtenção de ouro por draga no rio Puruê, onde foi desmantelada toda essa parte ambiental.

Com relação ao Comando Militar do Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que fazem fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, dentro dessas distâncias.

Área de responsabilidade do Comando Militar do Oeste. Fizeram a Operação Verde, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, nessa região. Operação Azul, nessa região. E Operação Vermelha, nessa região, cobrindo toda essa região da área de responsabilidade durante 2010. Foram feitas sete operações.

E, lá no sul, responsabilidade do Comando Militar do Sul. A responsabilidade 5ª Divisão do Exército nesta faixa; aqui a 3ª Divisão do Exército; e a 6ª aqui também, realizando operações nesta área. Depois eu vou mostrar o total de operações que realizamos.

Isso daí já é uma realidade pelo menos em projeto: é integrar todas essas operações num comando e controle único, que vai ser desenvolvido no Comando de Operações Terrestres do Exército, por meio do famoso e já conhecido Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), também previsto na nossa estratégia nacional de defesa. Consiste na integração de todos esses Comandos, de todas essas ações, não só na faixa de fronteira, mas especialmente na faixa de fronteira, mas especialmente na faixa de fronteira, englobando todas essas operações que o Exército tem realizado, integrando os centros regionais, os comandos militares, as brigadas, os batalhões, as companhias, os pelotões especiais de fronteira e até as patrulhas realizadas, que é o nível mais tático.

Este dado é extremamente importante, que foi realizado: o efetivo do Exército brasileiro na faixa de fronteira consta de 31.811 militares. Foram realizadas 104 operações. No ano de 2010, foram 205 dias de operações, logicamente intercalados ao longo do ano todo, dos 365 dias. Isso dá 1,7 dia de operação constante na faixa de fronteira. Especificamente na faixa de fronteira, sem falar das outras operações no interior do País, em outras regiões. Especificamente na faixa de 150 km, dentro daquela visão geral, esse efetivo do Exército foi utilizado.

A Força Aérea Brasileira – é um assunto que entendo um pouquinho mais – também tem a mesma lei de amparo legal. Além disso, para a Aeronáutica, devido às características inerentes a ela, aquele artigo como atribuição subsidiária já é um pouco mais completo. Na realidade, o poder de polícia que falaram que foi dado à Aeronáutica foi o de revistar pessoas e fazer prisões em flagrante delito – a gente não tinha essa possibilidade. Foram preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias em operações conjuntas – todas as polícias judiciárias. A Aeronáutica está autorizada, por lei, a operar, fiscalizar, prender, revistar pessoas, não só na faixa de fronteira – isto que é importante também de se citar –, mas em todo o espaço aéreo brasileiro, que não tem delimitação, logicamente. O Exército e a Marinha também, mas, especificamente neste ponto da Lei Complementar sobre as atribuições subsidiárias, o Exército e a Marinha têm essa atribuição especificamente na faixa de fronteira.

Este é o nosso Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, pouco conhecido também, principalmente pela sociedade brasileira. Essa é a cobertura radar de nosso País, existente hoje. Hoje temos esse sistema interligado, com uma visualização central aqui em Brasília e supervisionado por um órgão central que é o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, o único Comando conjunto ativado desde os tempos de paz, desde 1980.

Esta é a cobertura radar brasileira, dividida entre os nossos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo: Cindacta I, na Região Sudeste e Centro-Oeste; Cindacta II, na Região Sul; Cindacta III, na Região Nordeste; Cindacta IV, em toda a nossa Amazônia. Como podemos ver aí, não existe buraco negro no País, não. Isso daí é uma situação real da cobertura radar do espaço aéreo do País.

Na faixa de fronteira, pincei todos os radares. Temos esta situação. Então, houve, desde a concepção de emprego integrado das Forças, e principalmente da Defesa Aeroespacial, uma preocupação com a nossa fronteira. Ela nunca foi deixada de lado. Essa concepção veio da década de 1970, quando começou a implantação dos nossos Centros Integrados. Atualmente, temos esta cobertura radar na nossa fronteira.

Esta é a articulação dos meios aéreos, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Podemos ver aqui toda a nossa fronteira oeste com articulação de meios aéreos, em alerta de defesa aérea. Já atendendo à vivificação da fronteira e adensamento das Forças Armadas, no ano passado, em dezembro

de 2010, houve a transferência de uma unidade com aeronaves supersônicas para a Amazônia, situada em Manaus. Ela veio de Natal, toda a unidade aérea, o esquadrão inteiro, e também a unidade daquele helicóptero russo que foi comprado, o A-H2 Sabre, para Porto Velho, e já estão operando normalmente nessas duas localidades, além das outras que temos de Boa Vista, Porto Velho, Campo Grande, Santa Maria, fechando toda a nossa fronteira oeste.

Com relação à parte terrestre, a Força Aérea Brasileira tem desenvolvido ações importantes em toda a nossa Amazônia, com a construção de vários destacamentos: o Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira já é uma realidade, é o que nós temos lá agora – logicamente, o Senador Mozarildo conhece isso daí, principalmente o de Boa Vista; o Destacamento de Aeronáutica de Eirunepé já é uma realidade, com pistas e as instalações todas; e o Destacamento de Aeronáutica de Vilhena fecha todo esse cinturão de Amazônia, integrado com a parte centro-oeste e sul do País.

A Força Aérea Brasileira tem desenvolvido operações com a França – existem operações de defesa aeroespacial com a França aqui na Guiana, que é território francês –, com a Venezuela, com a Colômbia, com o Peru, com a Argentina e com o Uruguai. No tocante ao Uruguai, saiu até uma notícia agora: foi desenvolvida agora em abril – terminou no dia 30 de abril essa operação – a primeira operação de defesa aeroespacial que foi feita entre o Brasil e o Uruguai, já derivada dos acordos de defesa.

Quero lembrar que temos acordos de defesa com todos os países da América do Sul e, decorrentes desses acordos, as normas binacionais de defesa aeroespacial. São termos específicos para atender os acordos. Temos acordos em vigor com Argentina, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e França. Não temos com o Paraguai e com a Bolívia; embora exista o acordo de defesa, não temos acordo de defesa aeroespacial, pelo simples motivo de que eles não possuem sistema de defesa aeroespacial, e um dos princípios para se fazer um acordo de normas de defesa aeroespacial é reciprocidade, porque se trata de faixa de fronteira. O intercâmbio de informações entre esses países tem de ser recíproco. O que nós passamos para esses países deve ser passado para nós, e eles não têm sistema de defesa aeroespacial, embora o Brasil tenha incentivado muito a criação. Contudo, o Paraguai, este ano, já está implantando dois radares integrados e, logicamente, vai fazer parte dessa rede também. Essas normas são desenvolvidas por meio de exercícios anuais com esses países.

Isto aqui é só para ilustrar também. É uma foto do ano passado, de uma aeronave boliviana com 460 kg de cocaína. A Polícia Federal participou da operação, inclusive o Dr. Oslain, aqui presente, e apreendemos a aeronave, a droga e as pessoas.

Este se refere a 2001. Eu disse que aquelas operações eram até abril. Este é o planejamento para 2011: 9º Distrito Naval, na região de Tabatinga, 16 operações; 6º Distrito Naval, no Centro-Oeste, 12 operações; 5º Distrito Naval, no Sul, 6 operações. São 238 dias no ano de 2011, ou seja, em 65% dos dias do ano, estão sendo realizadas operações nos rios brasileiros pela Marinha do Brasil, por meio de seus Distritos Navais.

Operações do Exército brasileiro: Operação Escudo, na Amazônia; Operação Curare, também do Comando Militar da Amazônia – 10 planejadas para aquela região; no CMO, 3 planejadas numa determinada área; Operação Atalaia, mais 2 planejadas em 2011; na fronteira sul, 2 planejadas pelo Comando Militar do Sul, totalizando 259 dias com tropas no terreno na faixa de fronteira, ou seja, 71% do ano em operações.

Quanto à Força Aérea, há o VII Comando Aéreo Regional, com 5 operações planejadas, na região de São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Vilhena, com 102 dias de operação. Isto daqui são operações terrestres da Força Aérea Brasileira – não estou falando da parte aérea.

Da parte aérea, há uma Operação Porteira Fechada, feita em conjunto com a Polícia Federal sempre – a maioria delas com a Polícia Federal –, empregando todos os tipos de aeronave, que vão desde o Oiapoque até o Chuí, nessa faixa de fronteira, logicamente utilizando as nossas bases de articulação e mobilidade, envolvendo, desde a Polícia Federal, que tem uma participação extremamente importante nessas operações, como além dos pilotos, mecânicos, auxiliares, controladores de voos, em todo o Brasil.

Neste ano, estão previstas 1.450 horas de voo para operações só na faixa de fronteira, aeronaves de caça, de reabastecimento em voo e de transporte, totalizando quatro horas/dia de voo na faixa de fronteira.

Então, o resumo de tudo.

O efetivo a ser utilizado pela Marinha do Brasil este ano: 7.175 homens, dentro daquelas três regiões que foram ditas; 34 operações; 238 dias de operação.

O Exército brasileiro empregando 31.181 homens; 17 operações, totalizando 259 dias.

FAB – o efetivo é extremamente variável, porque depende, como eu disse, de pilotos, mecânicos, controladores etc., traduzido no esforço aéreo de 1.450 horas de voo, que dá 4 horas de voo/dia, na fronteira, fora as outras ações de vigilância.

Algumas perspectivas bem rápidas.

Como eu disse, nós temos o Sisfron, que está se tornando uma realidade dentro de um planejamento estratégico e sistemático de integração dos órgãos que operam na fronteira, mais o Sisdabra, que é uma realidade já, e também – eu não citei aqui, mas diz respeito à Amazônia Azul – o sistema de gerenciamento da Amazônia Azul, que vai ser totalmente integrado, através de satélite geoestacionário brasileiro, em desenvolvimento; radares...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. *Intervenção fora do microfone*.) – Amazônia Verde, não é?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Amazônia Verde aqui; Amazônia Azul no mar. Integrando com a Amazônia Verde, a Amazônia Azul e nosso espaço aéreo, que não tem fronteira, é contínuo; integrando tudo, isso aqui vai ser uma preocupação mundial, porque nós vamos ter o controle total, integrado, o que é o principal para nós, de sistema de comando e controle. Essa é a nossa perspectiva, e já está prevista na estratégia nacional de defesa. As ações já estão sendo realizadas, e isso vai ser uma realidade até 2025.

Era o que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero sugerir aos Srs. Senadores que nós ouçamos os três expositores e que, depois, façamos perguntas individualizadas, porque senão nós não vamos ouvir os três.

Se concordam...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Senador, só uma sugestão.

Eu concordo também, mas nós temos várias comissões ao mesmo tempo, e eu tenho que sair daqui a pouquinho para a CAE. Não sei se seria o caso de, pelo menos, nós deixarmos as nossas dúvidas ou, então, na hora que nós tivermos que sair, nós podermos interromper e falar. Sou relatora de projeto na CAE e não tenho como não ir. E esse é um tema que me interessa muitíssimo, por causa da nossa fronteira no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Acho que todos nós temos esse problema. Eu também sou relator na Comissão de Educação, mas, por isso mesmo, estou propondo que consigamos ouvir os três e, caso não possamos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, talvez reduzir 15 minutos, porque aí, nas perguntas, nós podemos esclarecer algumas dúvidas a respeito do tema, que é um ponto importante para todos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Embora seja uma decisão já da Comissão, eu vou passar a palavra ao Dr. Oslain e, se ele puder sintetizar, portanto, nos 15 minutos, tudo bem. Senão, ele terá os 20 minutos regimentais.

Com a palavra o Dr. Oslain Campos Santana.

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Bom dia a todos.

Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Senador Mozarildo Cavalcanti; Brigadeiro Machado; Dr. Glauco, da Abin; Senador João Pedro, do Amazonas; Senador Blairo Maggi, de Mato Grosso; Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul; Senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná; demais presentes.

Meu nome é Oslain Campos Santana, sou delegado e diretor substituto de combate ao crime organizado da Polícia Federal.

O tema que abordarei hoje é "Fronteira e Segurança Nacional".

O objetivo desta exposição é apresentar as ações da Polícia Federal no enfrentamento aos crimes transnacionais, na faixa de fronteira e região amazônica.

O sumário, por favor.

1 – Fronteiras.

2 – Estratégias de enfrentamento de crimes transnacionais.

3 – Operação sentinela.

4 – Propostas de ações.

5 – Resultados operacionais.

6 – Conclusão.

Fronteiras.

Esta é a nossa fronteira. Como já foi dito pelo Brigadeiro Machado, nós temos uma fronteira no Brasil de 16.886 km. A título de comparação, a fronteira dos Estados Unidos com o México é em torno de 3.141 km, lembrando que metade do consumo de drogas no mundo é feito na América do Norte. Seja cocaína ou heroína, os Estados Unidos consomem metade dessas drogas, tem uma fronteira com o México de 3.141 km e não consegue conter a entrada desses entorpecentes. É só para frisar esse ponto quando analisarmos a questão de fronteira.

Dados da fronteira brasileira: uma faixa de 150 km, em 11 Estados; 27% do território nacional; 10 países; 7.363 km de linha seca – isso é importante; 9.523 km de rios, lagos e canais – são destaques naturais; 588 Municípios; 122 Municípios limítrofes; 10 milhões de habitantes, e aqui há dados de menor e maior Município.

América do Sul.

Infelizmente, ou felizmente, nós temos fronteira com dez países, dentre os quais, os três maiores produtores mundiais de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia – e o segundo maior produtor mundial de maconha: o Paraguai. Essa é a nossa fronteira.

A área plantada de coca, na Colômbia (dados de 2010), é de 68 mil hectares; no Peru, 60 mil hectares;

na Bolívia, 30.900 hectares. Grosso modo, cada hectare produz cinco quilos de cocaína, seja o sal, seja a pasta base; esse é o cálculo que deve ser feito – isso, em média.

Essas são as regiões produtoras de cocaína dos nossos vizinhos, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, na região do Chapare e Yungas. Ressaltando que a maior parte da cocaína consumida no Brasil é produzida no Peru e na Bolívia.

Continuando, por favor.

As regiões produtoras de maconha no Paraguai, desde a fronteira no Mato Grosso do Sul – Porto Murtinho – até Guaíra (Paraná); Cidade do Leste mais abaixo e Foz do Iguaçu (Paraná).

Situações da fronteira brasileira – tipos de crime, o que nós chamamos de crimes transnacionais. Temos tráfico de drogas; tráfico de armas; contrabando e descaminho; tráfico de pessoas; crimes financeiros; sonegação fiscal – o que nós chamamos de "exportabando", ou seja, é a mercadoria produzida no Brasil destinada à exportação, que não vai, que fica em território nacional; esse é um problema que temos na região de fronteira –; exportação ilegal de veículos, que é furto ou roubo de veículos no Brasil, levando-se para território vizinho; e crimes ambientais.

Isto é fato: organizações criminosas estabelecidas há muito tempo na região. Há muito tempo, 30, 40 anos. O pessoal que tem a minha idade ou mais lembra-se das operações café, de contrabando de café, contrabando de soja, que havia nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, há 30, 40 anos.

Aquelas organizações que se dedicavam ao contrabando, hoje, são dedicadas ao tráfico de drogas e tráfico de armas. E sempre falamos que é lucro; o crime é lucro. Tráfico de armas e tráfico de drogas visam lucro. "Isso é lucro", não há muito escrúpulo se é especializado em tráfico de drogas ou contrabando e descaminho; é tudo crime.

Modus operandi.

Utilização de aviões para entrada desses produtos, no caso de drogas, armas, contrabando e descaminho; utilização de embarcações; utilização de vias terrestres. Não é só por vias terrestres que entram armas e drogas neste País, e contrabando e descaminho. Então, há utilização de aviões, embarcações e vias terrestres.

Quanto às vias terrestres, temos o tráfico formiga, tráfico de mulas, que é feito em pequena escala. Nós temos a travessia simples, que é simplesmente a que se dá com uma pessoa passando a carga. Nós temos a cituração, organização criminosa em que três ou quatro cargas em itinerários diferentes, contando que uma carga possa ser caída por ordem de repressão. Nós temos a utilização de batedores, ou seja, a carga lícita vai atrás e os batedores vão identificando se há patrulhamento ostensivo naquele local. Nós temos cargas lícitas, carga lícita de grãos, carga lícita de carne, carga lícita de mercadorias produzidas numa determinada região e, dentro dessa carga lícita, é camuflada a droga ou a arma ou o contrabando, para dificultar a fiscalização. Nós temos a corrupção de agentes públicos. Não existe organização criminosa sem a anuência de agentes públicos. Infelizmente, nós temos isso.

Quanto à Amazônia, basicamente os rios são as estradas daquela região. Então, o tráfico, o contrabando e descaminho se dão em menor escala e são sempre feitos utilizando os rios. Um trabalho muito eficiente feito pela nossa Aeronáutica diminuiu bastante o tráfico naquela região por via aérea. Então, utiliza-se basicamente – dados de inteligência – os rios como meio de deslocamento.

O Senador Blairo Maggi vai conhecer esta região. Esta é a região da fronteira seca de Mato Grosso. Falamos de quase 4 mil quilômetros, salvo engano, de fronteira seca – Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul...

Aqui na região de Mato Grosso, são 700 Km, e é esse o relevo que os senhores encontram lá. Essa é a região que se tem que fiscalizar. Então, é muito difícil um patrulhamento ostensivo dar o resultado esperado.

Continuando, por favor.

Dados de inteligência nossa, da Polícia Federal.

Nós temos os pontos críticos na situação da fronteira. A fronteira com o Paraguai e a fronteira com a Bolívia. Por que falo isso? Porque o crime, como já dito anteriormente, visa lucro e, se ele visa lucro, ele visa o mercado consumidor. E qual é o maior mercado consumidor no Brasil? Região Sul e região Sudeste. Nas regiões Sul e Sudeste, concentra-se 75% do PIB nacional e em torno de 60% da população. Então, o direcionamento do tráfico de drogas, do tráfico de armas, contrabando e descaminho é sempre visando as regiões Sul e Sudeste. Por isso, nós colocamos os pontos mais críticos, não que a Amazônia não seja um ponto crítico. Mas eu falo para o nosso País, principalmente.

Parte da droga que passa e transita pelo território da Amazônia tem como destino a Europa. Agora, praticamente a droga que sai do Peru e da Bolívia tem como destino o mercado consumidor brasileiro, a grande maioria.

Na fronteira do Paraguai, nós temos o contrabando de cigarros, com problemas sérios nesse país, de organizações criminosas estruturadas dedicadas a esse crime. Contrabando de eletrônicos, pneus, agrotóxicos, informática, materiais cirúrgicos e medicamentos, tráfico de armas, tráfico de maconha e cocaína e tráfico de pessoas.

Na fronteira com Bolívia e Peru, nós temos contrabando em menor escala, tráfico de armas, tráfico de cocaína e tráfico de pessoas.

Continuando, por favor.

Temos aqui algumas fotos. São as formas, como eu disse anteriormente, que os narcotraficantes ou traficantes de armas utilizam.

Anteriormente, um caminhão graneleiro e, aqui, um caminhão frigorífico.

Havia 600 Kg de cocaína nesse caminhão frigorífico.

Aqui, outro caminhão frigorífico com carga camuflada.

Dentro desse caminhão graneleiro, havia cocaína.

Bagageiro de ônibus com uma tonelada de maconha camuflada no interior da madeira, dentro de baterias ou mercadorias, lataria de veículos e pneus.

Fiz essa apresentação por quê? Não adianta só o patrulhamento ostensivo sem inteligência. Eu sempre comento que 30% a 40% do tráfico de armas e do tráfico de drogas neste País é decorrente do tráfico formiga, que nós comentamos anteriormente. Setenta por cento são estruturas mais complexas e utiliza-se essa forma de camuflagem.

O Senador Blairo Maggi tem conhecimento disto: são milhares de caminhões que saem do Estado de Mato Grosso por dia. Não é possível fiscalizar tudo aquilo; só a inteligência. Tem que haver patrulhamento ostensivo? Tem, mas é fundamental a inteligência.

Conhecer o traficante. É crime que visa lucro? É; então existe um homem, e esse homem tem que ser identificado e tem que ser acompanhado.

A inteligência de que falamos sempre é a inteligência policial, é identificar, investigar, reunir provas e, se for o caso, prender.

Continuando, por favor.

Estratégias de enfrentamento de crimes transnacionais na fronteira pela Polícia Federal. Como disse: inteligência, Polícia Federal, banco de dados, identificar o homem. Quem é o homem que faz tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando e descaminho?

Outra ação que temos, até pouco divulgada, é a Operação Sentinela. É uma operação permanente que começou em março do ano passado, em toda a fronteira, dos onze Estados da fronteira oeste e fronteira norte do Brasil. É feito pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal, Polícias Estaduais, Polícias Estaduais de Fronteira – no caso, o Gefron em Mato Grosso e o DOF em Mato Grosso do Sul – e as Forças Armadas. Esse trabalho vem desde março do ano passado.

Ao final, estão os resultados alcançados pela Operação Sentinela.

Integração com as Forças Armadas, o que é fundamental.

A Operação Sentinela existe em Santa Catarina e no Paraná. Neste ano, há um planejamento de começar no Rio Grande do Sul; no ano passado, ela não existia lá.

Integração com as Polícias Estaduais de Fronteira (Gefron) em Mato Grosso e DOF em Mato Grosso do Sul.

Erradicação de maconha: destruir a droga em território paraguaio.

Erradicação de coca na Bolívia e no Peru – da planta coca.

Cooperação internacional com o Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Argentina. Aumento de oficiais de ligações, ou seja, policiais brasileiros nesses países e policiais estrangeiros no Brasil, o que visa facilitar as investigações de inteligência.

Priorizar a destinação de recursos materiais – gestão que está sendo feita pela Polícia Federal.

Capacitação de policiais lotados na fronteira. Normalmente, são policiais mais novos e têm a sua primeira lotação ali. Então, eles têm que ser capacitados.

Priorizar a lotação de novos policiais da PF e da PRF. Desde 2006, todo policial formado na Academia Nacional de Polícia é lotado em Estados e fronteira.

Continuando, por favor.

Investimento em tecnologia.

Projeto Cintepol de Inteligência, Projeto Vant, Projeto Afis, Projeto Pequi. Pelo tempo, não dará para explicá-los.

Padronização dos meios de comunicação. É fundamental haver, entre PF, PRF e Polícias Estaduais, o mesmo padrão de comunicação.

Sistema de monitoramento por imagens de pontos principais de ingresso no Brasil – projeto da Polícia Rodoviária Federal.

Aquisição de *scanners* veiculares, que seriam colocados em pontos estratégicos de rodovias, também da PRF.

Melhorias dos prédios das delegacias da Polícia Federal e postos da PRF localizados em fronteira.

Este é o veículo aéreo não tripulado Vant, da Polícia Federal, que está em fase de teste. Nós temos dois, já adquiridos, em fase de teste. No projeto, são catorze, mas até agora foram adquiridos dois e estão em teste em São Miguel do Iguaçu, no Paraná.

As nossas unidades descentralizadas: são 27 regionais, 27 delegacias, 17 postos de adidantes ou oficiais de ligação.

Aumento do efetivo. Em 2006, tínhamos 553 policiais; em 2010, 982. Essa é uma questão de gestão

e prioridade que a Polícia Federal adotou, de lotação de servidores.

Do Paraná até o Estado do Amapá, os temos 2.700 policiais federais. Nesses Estados, concentram-se em torno de 30 milhões de habitantes, 15% da população nacional, e o efetivo da Polícia Federal, nesses locais, é em torno de 25%. Então, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará concentram em torno de 25% do nosso efetivo e 15% da população. São medidas de gestão adotadas pela Polícia Federal para locação de seus servidores.

Priorizar a destinação de recursos humanos e materiais.

Essa Operação Sentinela começou em março do ano passado e está em andamento. Qual o objetivo, a concepção? Coordenar os esforços da União e dos Estados, principalmente com os Estados; atuar em toda a faixa de fronteira – o projeto inicial é do Rio Grande do Sul, apesar de ainda não estar atuando, até o Amapá – permanentemente; intensificar a inteligência e fiscalização; manter o esforço conjugado permanentemente.

A área e a abrangência dela. No ano passado, Senadora, ela funcionou no Rio Grande do Sul, mas só a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal; não houve integração com o Estado e nem a Força Nacional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Prendeu 12 pessoas em Uruguaiana por tráfico de drogas.

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Trabalho do Dr. Gasparetto lá.

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará.

Participantes da União: PF, PRF, Força Nacional de Segurança, Forças Armadas, Receita Federal e Abin; Estados fronteiriços: Polícias Militar e Civil, Secretarias Estaduais; demais Estados: policiais militares e civis engajados na Força Nacional.

Continuando, por favor.

O objetivo dela, a tática: fiscalização e controle de veículos, bens, pessoas e vias terrestres, patrulhamento móvel, realização de barreiras policiais, manutenção das atividades de inteligência – isso é fundamental – e atividades de polícia judiciária. A atividade de inteligência é que dá suporte para a ação do pessoal que está distribuído no terreno de forma ostensiva.

Resultado de 2010-2011.

Ela tem um ano e dois meses. Foram apreendidos, nessa faixa de fronteira, 4.100 quilos de cocaína – falo do gênero: cloridrato, cocaína base e *crack*, as formas de apresentação da cocaína; 75 toneladas de maconha; 361 armas de fogo; 63 mil cartuchos, 2.086.000 pacotes de cigarros, 378 mil unidades de medicamentos, 34 mil quilos de agrotóxicos. Foram presos em flagrantes e em razão de mandados: 2.747 pessoas, foram realizadas 8.700 barreiras, 1.200.000 pessoas fiscalizadas, 430 mil veículos vistoriados, 6.000 embarcações e 1.400 aeronaves – isso aí é devido a fiscalizações em aeroportos.

Esse é o resultado da Operação Sentinela em um ano.

Propostas de ações: mediatas e imediatas. A continuidade da Operação Sentinela – isso demanda recursos; já foram feitas gestões junto ao Poder Executivo:

A concentração do efetivo da Polícia Federal nos sete Estados que mais apreende 70% da droga neste país. São sete Estados que, nos últimos dez anos, apreenderam 70% de toda a droga, pela Polícia Federal. Em sequência: Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. E São Paulo porque é o destino final da droga. Obviamente, temos que concentrar o nosso efetivo, nossas ações principais nesses Estados;

O preenchimento de 3.500 cargos na Polícia Federal. Nós temos hoje um claro de 3.500 cargos; é uma determinação do TCU. O TCU fez uma fiscalização na apreensão de drogas da Polícia Federal e recomendou à nossa Direção-Geral, que já encaminhou a solicitação de preenchimento ao Poder Executivo, e já está sendo estudado o preenchimento desses cargos;

Concursos anuais. Algo que as Forças Armadas têm e que nós não temos, e estamos pleiteando, seria um gatilho: quando houvesse um claro nos quadros da Polícia Federal, que fosse autorizada a realização de concurso automaticamente. As Forças Armadas, todo ano, tem concurso; as Polícias Militares também, para o preenchimento de seus quadros. Mas a Polícia Federal não tem. Então é fundamental esse preenchimento anual, independente de autorização. Então, tendo claro, autorização para concurso.

O Governo criou os cargos, só que houve muita gente que se aposentou, deixou a instituição. Então sempre estamos pedindo autorização. O ideal seria concurso anual para podermos planejar, até a aposentadoria. Mas não temos essa autorização. Isso é recomendação do próprio TCU. Na auditoria eles recomendaram, a Polícia Federal solicitou e encaminhou esse relatório para o Poder Executivo.

Uma ação mediata, que é plano nosso: formação de 300 policiais especialistas no combate ao narcotráfico. Isso custaria em torno de 35 milhões de reais/ano. São 300 agentes. Eu falo que, com esse efetivo, eu dobraria ou até triplicaria a apreensão de drogas no Brasil. Falo isso com conhecimento de causa, de

quem trabalhou oito anos no Mato Grosso do Sul, dois anos e meio no Mato Grosso. Certamente, dobraríamos ou triplicaríamos a apreensão de drogas. Isso com R$35 milhões.

A criação de premiação de fronteira, de forma semelhante ao que as Forças Armadas têm; e o Ministério Público da União também tem. É um incentivo para um policial que esteja servindo, trabalhando em Epitaciolândia, e outro que esteja trabalhando em Florianópolis ou Porto Alegre, ganhem o mesmo salário. Ou que está em Corumbá, ou em Cáceres com aquele que está em Natal, em Fortaleza, ganhem o mesmo salário. Então a criação de um incentivo salarial para a região de fronteira.

Quanto ao financiamento de ações da Polícia Federal, eu falo que grande parte de financiamento a solução está na Polícia Federal. Nós temos alguns recursos que são taxas arrecadadas pela Polícia e que somente precisam ser descontingenciadas para serem aplicadas na repressão. Então são recursos do Funapol: são 300 milhões de reais por ano (taxas de passaporte, segurança privada, transporte internacional e armas). São fiscalizações da própria Polícia. Se esses recursos voltassem para nós poderiam ser muito bem empregados. São recursos que, por lei, deveriam ser empregados pela Polícia Federal.

Liberação de recursos para fiscalização de produtos químicos: 22 milhões de reais. Isso, também, por lei, deveria ser aplicado na repressão ao tráfico de drogas. Isso está descontingenciado. Se fosse liberado esse fundo, nós teríamos mais recursos para combater o tráfico e o crime como um todo.

Aceleração de leilões de bens. Anualmente, eu calculo de 100 a 150 milhões em valores de bens, bens de mercado, apreendidos na repressão ao tráfico de drogas. Esses bens não estão sendo leiloados; só são leiloados depois de muito tempo, e quando vão ser leiloados os veículos já perdem o valor. Então é preciso acelerar, ampliar a estrutura e o Orçamento da Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), que é a responsável por esses leilões. Então se a gente não aumentar... A Drª Paulina não me deu liberdade para fazer a defesa, mas a estrutura da Senad é pequena; é necessário aumentar essa estrutura para se conseguir leiloar esses bens, e esses bens serem revertidos para a sociedade: 60% desse valor para tratamento e prevenção, 40% da repressão. Em prol da própria sociedade. São bens dos narcotraficantes. E realização de leilões de bens imóveis, que nunca foi feito também. Então bens móveis foram leiloados, mas bens imóveis não.

Nesse sentido, é interagir com o Conselho Nacional de Justiça, com o Conselho Nacional do Ministério Público para pedir o leilão antecipado, porque é o Ministério Público quem propõe o leilão antecipado.

Resultados operacionais: algumas organizações criminosas têm sido desarticuladas pela Polícia Federal em regiões de fronteira. A PF não visa somente prender a droga, o contrabando; a gente visa desarticular todo o crime. Os líderes, aquele, o grande criminoso, ele não coloca a mão; o termo geral é: ele não coloca a mão na massa, ele não opera; ele só comanda. É uma empresa, onde ele é o diretor, ele não vai para a fábrica trabalhar, ele só opera.

Então, algumas operações. Tráfico de drogas: Operação Aracne (Mato Grosso). Nessa Operação Aracne eu aprendi duas toneladas e meia de cocaína; Operação São Cristovão – furto de veículos no Brasil, caminhões, para trocar por cocaína na Bolívia; Operação Príncipe da Beira – tráfico de armas e tráfico de drogas em Rondônia; Operação Tráfico de Armas; Operação Blade, em Mato Grosso do Sul; contrabando de descaminho (Operação Hydra) em Mato Grosso. Uma grande organização criminosa na região de Mundo Novo e Guaíra, dedicada ao contrabando de descaminho e transporte; Operação Bola de Fogo, em Mato Grosso do Sul. Ambientais (Caipora e Jurupari, em Mato Grosso); Sonegação Fiscal – é aquilo que argumentei: produto fabricado no Brasil e destinado à exportação. Operação Vulcano (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo); jogo ilegal: contrabando e Operação Dominó, em Mato Grosso do Sul. Exploração de máquinas caça-níqueis e a introdução dessas máquinas em Território Nacional. Crimes financeiros: prisão no Banestado, no Estado do Paraná.

Resultados: a apreensão de drogas no Brasil, nos últimos anos, foi: em 2007, 19 toneladas de cocaína; em 2008, 20 toneladas de cocaína; em 2009, 24 toneladas de cocaína; em 2010, 27 toneladas de cocaína. Maconha: 198 toneladas em 2007; em 2008, 187 toneladas; 152 toneladas em 2009; e em 2010, 155 toneladas. Já explicando o porquê do declínio: em razão da erradicação que o Brasil faz em cooperação no Paraguai, a chamada Operação Aliança.

Esta aí é uma apreensão de drogas, armas e cocaína, operação em conjunto com a FAB, em 2009. (*Pausa*.)

A erradicação do cultivo de maconha. No Brasil, infelizmente, ainda temos plantação de maconha no Nordeste Brasileiro. A Polícia Federal faz essa erradicação na Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Então, em torno de 20% do mercado brasileiro é abastecido de maconha fabricada no Brasil; 80% é de maconha proveniente do Paraguai. Mas nós erradicamos nas duas pontas.

Para efeito de cálculo, cada pé de maconha, em média, produz 1 kg de maconha. A metodologia brasileira é pé; no Paraguai a metodologia é: cada hectare produz em torno de 3 toneladas de maconha. Então, em 900 hectares teríamos um potencial de produção de 2.700 toneladas de maconha. E lá no Paraguai o cultivo é mais denso, e a maconha é mais alta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – *(Inaudível*.) –

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Acho que o solo do Nordeste e do Norte devem ser mais pobres. Eu não conheço tanto, Governador. O senhor... (*Risos*.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu posso dar uma aula, mas vai ficar ruim, ouviu? (*Risos*.)

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Mas aí as metodologias são diferentes. A produtividade do Paraguai é maior: fica em torno de 3 metros; no Brasil, em torno de 1,5 m.

A erradicação do cultivo de maconha (Operação Nova Aliança), dentro do território do Paraguai – a erradicação e apreensão dele *in loco*. Resultado de uma parceria com a Força Aérea Brasileira. Aliás, a parceria com a FAB é muito exitosa, é de longa data. Em 2009, foram quatro aviões aprendidos com 1.600 kg de cocaína; em 2010, foram 3 interceptações – eu falo interceptações exitosas, porque houve vários ações em que nós não conseguimos apreender –, mas foram 3 interceptações exitosas; em 2010, 2 aviões, 800 kg de cocaína e *crack*; em 2011, 2 interceptações, 2 aviões; já neste ano, já com 900 kg de cocaína e 200 kg de maconha.

Conclusão:

Combate à organização criminosa. Emprego de técnicas especiais de investigação. Isso é básico, não tem como combater organização criminosa sem a utilização de técnicas especiais, ação controlada, entrega vigiada, interceptação de comunicações – isso tudo é inteligência –, infiltração e delação premiada.

Foco no patrimônio, obtido por meio ilegal. Crime de tráfico de droga, de tráfico de arma visa lucro. Então, não adiante você prender o criminoso se deixar ele com o patrimônio, com o motivo do crime que ele cometeu. E o objetivo maior é sempre neutralizar a organização.

Há que ter maior cooperação internacional, cooperação de instituições no Brasil, processar legislação sobre crime organizado, técnicas especiais de investigação da base de ativos, ação permanente integrada nas fronteiras, previsão de dotação orçamentária específica e plurianual para todos os partícipes: seja a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, as Forças Armadas... Então tem que ter essa previsão orçamentária; senão não tem como operar.

Seria isso, Sr. Presidente. Peço desculpas por ter falado rápido, mas eu queria adequar ao tempo, embora tenha excedido o tempo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu vou ter que me retirar, porque já se iniciou a reunião da CAE e o projeto que eu relato é o primeiro.

Só gostaria de saber se esta apresentação, tanto em MDs... (*Fala fora do microfone. Inaudível*.) ...vão ficar disponíveis para nós? Se ficarem eu gostaria de solicitar à secretaria da Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vão estar todas disponíveis na página da Comissão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Isso. Muito interessante.

O senhor responde por toda a articulação da Polícia Federal na fronteira?

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – O Brigadeiro Machado também é responsável pelas Forças Armadas na fronteira? Nós temos alguma centralidade das Forças Armadas nas zonas de fronteira, ou não?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO – É. Sou Subchefe de Operações do Estado-Maior Conjunto, do Ministério da Defesa, e a gente coordena todas as operações através do Ministério da Defesa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Da fronteira?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO – Da fronteira também.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Ah, também. É só para saber, porque depois eu vou procurá-los então.

Muito bem. Meus parabéns pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Dando continuidade, eu quero convidar para fazer sua exposição o Dr. Glauco Costa de Moraes, Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tudo, quero dizer que é um prazer estar aqui. Normalmente é raro alguém da Abin ser chamado para algum evento, geralmente é alguma coisa muito polêmica. Mas fico satisfeito porque, desta vez, não é uma coisa muito polêmica. Então, agradeço em nome da Abin e coloco a instituição à disposição de novas convocações, caso queiram algum tipo de esclarecimento sobre qualquer natureza. Muito obrigado.

Bom, a gente já colocou bastante, na minha concepção, o problema da fronteira aqui, que é demais

conhecido. Assim, vou trabalhar mais na estrutura da Abin para a atuação na fronteira e acho que atende um pouco a curiosidade coletiva em termos do trabalho da Abin nessa área específica.

Em termos gerais, a estrutura geral da Abin é dividida no país, com uma sede aqui em Brasília, uma grande sede que fica no Setor Policial Sul. Então ela é dividida em superintendências, uma em cada capital de Estado. Em todas as capitais brasileiras, como as capitais dos Srs. Senadores aqui presentes; em cada Estado também temos uma agência regional da Abin com um determinado tipo específico de efetivo. Vou dar um exemplo: em Boa Vista nós temos uma agência tipo b. A agência b e uma agência menor, um tamanho um pouco menor em relação a efetivo e estrutura. No Amazonas nós temos uma agência tipo a, já com uma estrutura maior. No Mato Grosso, temos uma agência tipo b, menor; no Mato Grosso do Sul, uma agência tipo a, um modelo de agência maior. E no Rio Grande do Sul nós temos também uma agência tipo a, bastante grande.

É importante colocar isso para a gente ver mais ou menos a ideia da estrutura.

Na região de fronteira, nós não temos agências, mas sim subunidades – pequenas unidades que estão ligadas às agências dos Estados. Vou citar quais são: Em Roraima nós temos uma subunidade que fica em Pacaraima, lá na saída para a Venezuela. O Senador Presidente conhece bem essa questão. No momento, nós temos um escritório, mas nenhuma pessoa lá, lotada lá. O que é um fato lamentável por questões estruturais que colocarei depois.

No Amazonas nós temos uma subunidade em Tabatinga; por não ser capital não é uma superintendência. E, nessa agência, nós temos um oficial de inteligência lá. Um apenas.

No Acre, nós temos uma em Brasileia, que atualmente está sem funcionário.

Em Rondônia, nós temos uma em Guajará-Mirim, com um funcionário que não é nem de carreira, mas requisitado. E, descendo um pouco mais, Cáceres, nós temos um funcionário também em nosso escritório. Descendo um pouco mais para o sul, nós temos Foz do Iguaçu, com seis funcionários – já é um número maior para uma subunidade.

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, nós não temos nenhuma pessoa locada na fronteira. Dá para notar, acho que todos já perceberam, a ideia de que há um hiato de presença da Abin, também, nesses locais.

Como é que a gente compensa esse tipo de coisa? Por intermédio de operações que nós chamamos Operações Exploratórias, que são aquelas em que a gente manda uma equipe para verificar um determinado problema próximo ou não da fronteira, mas com algum reflexo na fronteira. E essa equipe fica lá, durante certo tempo, para coletar dados, buscar dados e produzir conhecimento, como a gente chama – o conhecimento seria um documento, um relatório comum, mas adaptado para tomada de decisão governamental. Então, no nosso linguajar, o analista vai lá, pega os dados, coleta os dados, busca os dados, através de operações, produz um conhecimento e o envia à nossa mandatária atual, que é quem determina o que o serviço de inteligência deve fazer.

Essa produção de conhecimentos é feita por esses grupos de analistas que vão até as fronteiras, ou às áreas fronteiriças, como no restante do país também – mas como o foco é fronteira, estou falando especificamente disso –, estudam o tema, ficam um bom tempo lá – às vezes, vão até especialistas –, e mandam esse conhecimento para o Governo Federal que, então, toma as decisões evidentemente políticas.

As decisões de inteligência, que o delegado comentou, da Polícia Federal, elas são as que buscam a prova. O delegado pode explicar melhor. Na Abin é para tomada de decisão. A tomada de decisão de um ente político é geralmente uma tomada de decisão política, técnica – vamos colocar assim –, dentro dos pressupostos técnicos, mas os políticos também interferem.

Então não é uma decisão com provas e, sim, para amparar essas decisões.

Essas operações que a gente chama de exploratórias são feitas, frequentemente, na fronteira e geralmente motivadas pelo próprio Governo para que a gente estude determinadas problemáticas. E vou citar algumas, só por alto, para conhecerem, como a questão, por exemplo, da Polícia Indígena que surgiu lá no Javari, no Amazonas. Foi um caso que gerou certa curiosidade, que denota um hiato da presença governamental, no país, já que eles tiveram de criar uma política indígena. Então nós mandamos uma equipe de agentes analistas e, através de um estudo da questão, produzimos conhecimento para o nosso presidente na época, o Presidente Lula.

As decisões não são da nossa conta; elas são por conta do mandatário que recebe a documentação. E o que fará em relação a isso.

Polícia Indígena; tráfico de haitianos recente naquela região, onde um grupo foi lá analisar a questão, como é que é, se eles estavam empregados na hidroelétrica, ou seja, uma série de questões que envolviam, qual era a situação deles: se eles mereceriam ou não, na visão do Governo, receber ajuda para permanecerem no Brasil – coisas desse tipo.

Outra situação: a dos brasiguaios, também é um problema comum que a gente costuma, inclusive, ir ao Paraguai, com a autorização do Governo paraguaio, para estudar quais são as demandas desses brasiguaios, o que eles estão passando, se eles estão sofrendo, etc.; afinal, são brasileiros que estão do outro lado da fronteira. Compra de terras por estrangeiros. Os grupos operacionais e analíticos vão a esses locais para saberem sobre isso.

A questão da Raposa Serra do Sol também foi bastante estudada, durante muitos anos, já que o assunto foi bastante debatido. Neste caso, foi feito um documento com cenários: O que aconteceria com a região se ela fosse demarcada de uma determinada forma; se fosse demarcada de outra forma, etc. O modelo de inteligência foi o modelo, um documento de conhecimento, como a gente chama, na forma de cenários, para favorecer a decisão governamental da época.

Contrabando de minerais, situação de brasileiros na Bolívia... Enfim, uma série de assuntos que são assuntos típicos da região fronteiriça e de segurança da Amazônia também, que são levantados por essas equipes que vão ao local, saem das suas sedes, para fazer esses levantamentos – às vezes, ficam 10 dias, 20 dias, um mês, não importa –; então fazem os estudos, produzem conhecimento e, então, o enviam para o Governo Federal.

É a prática normal em relação à presença da Abin nas áreas fronteiriças.

Existe um outro tipo de operação que seria a operação sistemática que seria a permanência do pessoal da Abin por um bom tempo na região. Isso demanda muito dinheiro, pois envolve custos, diária, uma série de questões que todos nós conhecemos. Essas operações sistemáticas geralmente são feitas em conjunto. Exemplo, antes do Sivam nós tínhamos que fazer o levantamento aéreo-eletromagnético, ouvir depoimentos de traficantes que vinham do outro lado, através do Amazonas. Essa era uma operação sistemática, necessitava que a gente permanecesse na área por um bom tempo. Essa também é um tipo de operação que nós fazemos na atividade de inteligência. Essa que chamamos de sistemática de caráter permanente. Tem que manter uma equipe e gera um rodízio de pessoas nessa região. Essa já demanda um custo bem maior do que a operação exploratória que é ir lá ver o problema, volta, produz o documento e entrega ao Presidente.

Essa é a metodologia que usamos na área de fronteira.

Registro que a gente coloca.

Trabalhamos também no exterior. Temos três postos no exterior: na Colômbia, temos um adido de inteligência que trabalha na embaixada, temos um adido de inteligência chamado adido civil na Venezuela e um na Argentina. Já há um programa para a ampliação desse número de adidos para pelo menos os países lindeiros do Brasil. Foi autorizado no governo passado, do Presidente Lula, mas ainda não saiu do papel. Essas autorizações efetivas dependem de alguma negociação com o Ministério das Relações Exteriores, para que seja liberada a ida pessoal da Abin para trabalhar com a inteligência nesses países. Isso ajudaria a segurança da fronteira sem dúvida. Há um acompanhamento do outro lado do país a respeito de problemas que podem gerar consequências na nossa fronteira. Esses elementos da Abin fazem esse tipo de levantamento do outro lado do país, que não é uma coisa típica do Ministério das Relações Exteriores. É uma coisa típica operacional lastreada em relações com outros serviços de inteligência.

Temos relações com 82 serviços de inteligências, usando aqui a terminologia que não é mais usual, antigamente se dizia que eram serviços de inteligência de esquerda, direita, centro, não importa, são serviços de inteligência que podem nos passar dados dentro do interesse nacional nosso. Temos essas relações, cultivamos essas relações tanto no âmbito de Brasília, como no âmbito de ação dos adidos civis que são adidos de inteligência nas embaixadas. Temos apenas três que é um número considerado muito pequeno. Só para registro comparativo, o Brasil que hoje é um plêiade internacional importante, com grande certeza absoluta é o país que tem menos adidos extra fronteiras do mundo inteiro. A Argentina, a última vez que verificamos tinha 61 adidos de inteligência em vários países do mundo, que são países de interesse do Brasil. Nós temos 3. Depois houve um corte de recursos na Argentina e esse número caiu para um pouco mais de 20. Mesmo assim, temos uma ideia da dimensão pequena da nossa presença do outro lado da fronteira acompanhando esses problemas que têm reflexos diretos com a segurança da nossa própria fronteira.

Recebemos dados sobre tráfico de drogas que depois transformamos em conhecimento, repassamos para a Polícia Federal e outros órgãos também paralelamente para o Governo Federal que decidirá sobre essas questões. Tráfico de madeiras, de drogas, extravio de minérios, entrada ilegal de pessoas, grupos migratórios, etc. Enfim, um a sequência muito grande de dados que são obtidos por esses adidos de inteligência, através dos seus contatos na embaixada e com os demais adidos de inteligência de outras embaixadas. Coloquei esse comparativo porque é importante para termos um quadro comparativo com determinados países.

Estou comparando com a Argentina, mas poderíamos comparar com outros países. Seria meio enfadonho, mas se entrarmos em países de primeiro mundo podemos registrar que é absurda a quantidade de pessoas que circulam pelo mundo atrás de interesses desses países. Geralmente, os principais países do mundo, independente de linha ideológica, etc. , são milhares e milhares deles.

Nosso aparato de trabalho de inteligência é esse: missões exploratórias, missões sistemáticas, nossa muito parca presença nas fronteiras e isso terá que ser mudado, na nossa visão. Nossa atual Presidente, determinou que a gente reforçasse a nossa estrutura da Abin na fronteira. Temos um plano montado para reforçar. Por exemplo, citei o exemplo do escritório que é a nossa subunidade em Foz do Iguaçu. É apenas um escritório que será elevado à condição de agência. E, assim, por diante. Vamos fazer um upgrade nas nossas unidades de fronteira, proporcionando, obviamente, o envio de mais pessoas qualificadas, advindas de concurso público recente e algumas mais treinadas para cargos de chefia para reforçar essa nossa presença ao longo de toda a fronteira brasileira, que vai do Chuí, Oiapoque ou Roraima. Agora parece que mudou o extremo do País. Eu fico com Roraima, Senador.

Isso aí é bastante interessante e dá a ideia do trabalho da Abin na fronteira. Isso precisa ser bastante intensifica, não tenha dúvida. Há necessidade de recursos para isso. Nós da Abin sabemos que o corte de verbas foi bastante significativo em todas as áreas. Na Abin também. Chegamos a brincar que todo o orçamento que a Abin dispõe para trabalhar nessas viagens exploratórias ou sistemáticas, não compram, fazendo uma comparação, dois mísseis desses que os Estados Unidos costumam lançar sobre países. Vou dar um exemplo bem recente. O ataque americano à Líbia – não estou entrando em questão de valores, o ataque é um fato. Só no primeiro dia os Estados Unidos lançaram 120 mísseis Cruises sobre a Líbia. O nosso orçamento total para o ano para atividades exploratórias e sistemáticas não chega ao preço de dois mísseis desses. Então vemos aí a questão da desproporção na atuação da atividade da inteligência. Infelizmente, é um processo crescente que deverá melhorar ao poucos.

Só para registro, temos também muita troca de dados com nossos órgãos parceiros. Temos o Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), que agora está sendo bastante intensificado com operações conjuntas. O Brasil é um país de corporações, mas isso está sendo resolvido aos poucos. Temos evoluído bastante nesse contato com os demais órgãos para fazermos operações conjuntas com a Polícia Federal, Exército, Marinha, Coaf, e outras organizações. Isso está crescendo bastante no Governo Dilma.

Só lembrando uma outra questão, que é um mito que se coloca fora, que toda a atividade de inteligência é pautada num plano nacional de inteligência que, por sinal, é decorrente de uma política nacional de inteligência. Em todo país democrático, cabe ao mandatário maior criar uma política nacional de inteligência, daí, saem planos de inteligência.

Então, o que for estabelecido na política nacional de inteligência é exatamente onde a Abin atuará. Foi estabelecida a política nacional de inteligência, temos um plano e a Abin atuará exclusivamente naqueles aspectos. Não há como fugir a isso. Tudo é feito ali, inclusive organogramas são modificados para atenderem ao próprio plano nacional de inteligência.

Outro aspecto a ser colocado seria o de que temos vários fóruns de discussão com países lindeiros, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Venezuela, para troca de dados que são importantes, inclusive no meio da inteligência. Em troca disso, eles nos repassam dados sobre a vinda de traficantes de drogas da África, de Angola, pessoas, enfim, não desejadas, não no sentido de serem pessoas de Angola, mas estou falando especificamente de traficantes, mulas, como chamamos na área policial. Trocamos e recebemos esses dados repassamos para a polícia que faz as prisões concernentes à situação.

O que estou exemplificando é em Portugal, mas isso acontece nos fóruns que a gente participa no âmbito do Mercosul e em alguns outros fóruns com países fronteiriços nossos reuniões que tratam desde a questão do terrorismo até segurança nuclear, processo migratório. Quantos de lá estão vindo para cá, que tipo de informações têm. Enfim, é algo bastante complexo não há tempo para detalhar.

Temos todas essas ações. Vale destacar também que esse trabalho de integração está crescendo. No ano passado foi dado prioridade à atividade de inteligência pelo Presidente Lula, foi muito direcionada para a área ambiental e também na área do crime organizado. Logo, a organização pautou seus trabalhos basicamente para crime organizado e área ambiental. Fizemos vários trabalhos conjuntos com a Ministra Izabella, fazendo um trabalho de inteligência, levantando os dados e entregando para que os efetivos que fossem realizar a prisão ou autuação o fizessem.

Então o trabalho de inteligência entra mais nessa parte de antecipação dos problemas para evitá-los mais adiante para quem for reprimir o delito.

Enfim, nesse aspecto é interessante, na parte de crime organizado também, e a nossa atual Presidenta solicitou que continuássemos com esse trabalho e

que migrasse para a área fronteiriça e é o que estamos fazendo. Temos esse plano de aperfeiçoamento da nossa presença na fronteira e esperamos, ao longo do ano, dependendo dos recursos financeiros que tivermos à disposição teremos o reforço da atividade de inteligência na fronteira, seguindo essas determinações da Presidenta.

Esperamos para isso, obviamente, mais recursos, concurso público potencializado para a fronteira. Sabemos que é difícil mandar alguém para a fronteira, pois tem duração finita. As pessoas acabam saindo de lá seja por questões de direito... enfim, casaram com pessoas de outras regiões. Acaba que não conseguimos manter um grupo fixo por algum tempo.

Finalizando, rogo a necessidade de ter, como o delegado falou, a idéia de como as Forças Armadas têm de um gatilho. Não precisa ser anual, mas a cada dois anos teríamos um concurso público para reforçar a atividade de inteligência e não como normalmente acontece. Em 2005, recebemos 400 analistas e vamos receber mais 400 em 2015. Então dá uma descontinuidade muito grande e isso prejudica bastante o trabalho da Abin nessas áreas específicas sob demanda presidencial e no nosso caso especificamente na área de fronteira.

Era mais ou menos o que eu tinha a dizer, estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti PTB – RR) – Como havíamos combinado, vamos ouvir o último expositor Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa, Coordenador-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais do Ministério de Relações Exteriores.

O SR. LUIZ MARIA PIO CORRÊA – Obrigado, Presidente.

Antes, vou traçar um panorama do que é a atuação do Itamaraty nessa área de crimes transnacionais, como é a nossa política, quais são as nossas competência.

Como todos sabem, o Itamaraty trata, antes de mais nada, de política externa. Então nossa visão de todos os temas, por mais técnicos que sejam, é sempre pela dimensão política. É o caso também do crime transnacional.

Nossa interlocução é normalmente de governo a governo, tanto no plano bilateral, como no plano multilateral. Nós participamos de inúmeros fóruns, promovemos encontros às vezes bastante complexos como são as comissões de drogas que envolvem diversas áreas de governo, ajudamos a fazer um trabalho de coordenação das diversas áreas de governo no que diz respeito aos crimes transnacionais e promover a aproximação entre as nações. Promover a cooperação e identificar problemas comuns que possam solucionados pelos governos.

Também participamos de vários fóruns multilaterais nas diversas áreas de crimes transnacionais. Temos importantes organizações em Viena, Nova Iorque, Washington, Paris, no âmbito do Mercosul, no âmbito da Unasul, ONU, OEA.

São diversos fóruns que o Itamaraty acompanha. E, muitas vezes é o Itamaraty que exerce o papel de coordenar os diversos fóruns.

Na estrutura do Itamaraty, quem cuida desses temas diretamente é a Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, da qual sou parte. É uma unidade pequena são 4 diplomatas, incluindo a chefe, e nós temos que acompanhar toda essa gama de temas.

No que diz respeito diretamente às questões de fronteiras o Itamaraty entende que a defesa e a segurança na fronteira é um tema basicamente de exercício da soberania nacional. O Itamaraty não é uma unidade operativa de fronteira, ela não cuida diretamente da segurança na fronteira. Ele ajuda a promover a cooperação entre os países que têm reflexo na segurança das fronteiras.

Temos também rede de consulados próximos das fronteiras que tratam de assuntos principalmente do bem-estar das populações que vivem na região de fronteira e com questões de fluxo de comércio, de imigração, de viagens, turismo, porém não diretamente com a área de segurança. Mas são unidades do Itamaraty sensíveis aos assuntos de segurança e que informam as suas embaixadas e a Brasília. Também ajudam ao Itamaraty a compreender as questões de segurança e a melhor cooperar com os órgãos do Executivo que cuidam da matéria.

No caso da Cosit, por exemplo, dividimos o trabalho entre ilícitos financeiros, que é a parte de corrupção, lavagem de dinheiro, suborno. Terrorismo, financiamento do terrorismo e toda parte de tráfico: de pessoas, de armas, de drogas. Tentamos acompanhar todos esses temas, sobretudo nos fóruns internacionais e a promover a cooperação bilateral.

O Itamaraty tem abrigado, cada vez mais em suas embaixadas, adidanças, adidanças de inteligência, tem dado apoio a oficiais de ligação que também são, digamos assim, a outra forma de o Itamaraty cooperar com a parte mais operacional, o dia a dia das questões de combate ao crime transnacional. Porém eu queria deixar claro que na fronteira, diretamente envolvido com questões de segurança, não faz parte, digamos assim, das competências diretas do Itamaraty. Ele está mais preocupado com as nossa linhas gerais de políticas externas e em promover a cooperação, em chegar a

posições consensuadas em fóruns internacionais que cuidam de questões de ilícitos transnacionais.

Basicamente, o Itamaraty é, antes de tudo, um facilitador de operação e que tem em conta, antes de tudo, as questões políticas. Não descemos ao nível operacional, mas procuramos ser facilitador, tentar melhorar, na medida do possível, as questões relativas à segurança nacional.

Basicamente era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti PTB – RR) – Concedo a palavra para suas considerações e indagações à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Queria cumprimentar a exposição esclarecedora e informativa de todos os que aqui compareceram das Forças Armadas, representada pelo Brigadeiro da nossa Aeronáutica, pela Abin, pela Polícia Federal e pela área da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais.

Começo com o Brigadeiro, em função de ter reapresentado um projeto sobre a questão da área de fronteira. Na sua exposição são 588 municípios de 17 mil quilômetros de extensão, área que está limítrofe com outros países.

Como o senhor falou, existem exigências para determinadas atividades. Primeiro, que atividades são essas. No meu projeto, aliás, não é um projeto meu, mas de iniciativa do ex-Senador Sérgio Zambiasi, reduz-se de 150 km para 50 km o limite da considerada área de fronteira que obedece a uma legislação específica para a instalação da atividade. Então queria ouvir do senhor um comentário a respeito disso, se é possível haver essa revisão, uma vez que o próprio Senador Zambiasi teve interlocução com as Forças Armadas e com o Ministério da Defesa a esse respeito.

O senhor também mencionou, vou fazer as perguntas para cada um e depois espero as respostas. Não sei como o Presidente deseja...

Queria ter uma informação sobre a questão dos radares nos Municípios de Canguçu e Santiago, qual é o serviço que eles fazem. O senhor fez menção de que está encerrando uma operação de cooperação com o Uruguai, na área de segurança, de fronteira também. Então queria alguma informação sobre isso e, basicamente, sobre essa questão da redução diária.

Para o nosso representante da Polícia Federal, Dr. Oslain, que a gente já ouviu aqui na Subcomissão Permanente do *Crack*, o senhor falou que existem acordos de integração com alguns Estados, e o Rio Grande do Sul não tem ainda. Quero saber quando isso deverá ser feito e qual é a perspectiva que temos. Impressionou-me muito o que o senhor falou a respeito do contingenciamento das verbas, daqueles valores que compõem o Funapol e por que está havendo esse contingenciamento, considerando a importância e a emergência das ações da Polícia Federal, que, apesar do pouco recurso, vem apurando apreensão frequente em alto volume.

Aliás, o senhor está repetindo uma informação que eu usei até na tribuna de que, com o investimento de 35 milhões/ano para o aperfeiçoamento profissional de 300 agentes especializados no tráfico de drogas, poderia dobrar ou até triplicar a apreensão de drogas. Como é possível e de que forma, aqui no Senado, podemos agir para que esses 300 milhões/ano desse Funapol possam ser descontingenciados e passados para a Polícia Federal.

Para o nosso representante da Abin, eu queria saber que ações foram tomadas por iniciativas da Abin, que é um órgão de inteligência, e que tenham apresentado resultados, digamos, nas outras instâncias de governo que operam integradamente, que tenham tido uma relevância na visão da própria agência. O senhor citou muito a questão ambiental, mas que operação foi essa, onde se deu isso e que ação pode ser feita?

Para o Dr. Luiz Maria Pio Corrêa, queria uma informação. No dia 26 de abril, a Presidenta Dilma Rousseff criou uma Comissão Permanente de Integração e Desenvolvimento da Faixa de fronteira, que seria uma espécie de PAC da fronteiras. A comissão é presidida pelo Ministro da Integração Nacional e tem o objetivo de organizar os investimentos para esta área, para o combate ao tráfico de armas e drogas, trabalho infantil e exploração sexual. Queria saber sobre o trabalho dessa comissão e se já existe parceria ou cooperação com os órgãos aqui presentes, porque nenhum mencionou esse programa anunciado pelo Governo.

São essas as minhas questões, Presidente.

Há também a questão dos leilões dos bens, que é um tema importante. O Rio Grande do Sul fez um acordo agora recentemente para que sejam compartilhados os bens que são apreendidos como fruto de apreensão de drogas, para dividir com União e Estado para essas finalidades a que o senhor se referiu também.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo agora a palavra ao Senador João Pedro, para suas indagações.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, senhores convidados da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da nossa Comissão, considero importante esta audiência pública aqui não só para o Senado, mas no sentido de construirmos um entendimento sobre o que chamo de novas fronteiras

brasileiras. Existem elementos novos neste debate sobre a concepção e a forma de construir políticas para as relações fronteiriças do Brasil com os nossos países vizinhos.

Sobre a Polícia Federal, para eu formar um juízo, gostaria de saber quantos homens da Polícia Federal têm ali naquele posto de Tabatinga e, dos 982 policiais que estão na fronteira, essa é uma constatação, esse é um número reduzido, é um número que está aquém, que houvesse um comentário da parte de V. Sª a respeito de quantos homens precisaríamos para atender esse desafio de fazer o confronto, de coibir, enfim, com a presença da Polícia Federal?

Quero prestar aqui, nesta homenagem, a minha solidariedade à Polícia Federal, que, não tem nem seis meses, perdeu dois agentes que foram surpreendidos em um confronto lá no meu Estado, no Amazonas, no rio. Isso mostra o grau da radicalidade, da tensão com que a Polícia Federal trabalha nas nossas fronteiras.

Eu gostaria de ouvir mais detalhes sobre essa cooperação internacional com o Paraguai, com a Bolívia, com a Venezuela, que foi mostrada aqui. Como se dá essa cooperação internacional? É na formação militar, nessa prioridade que a Polícia Federal apresentou aqui acerca do trabalho com a inteligência? Como se dá essa troca, essa convivência? O trabalho de cooperação internacional é lá fora, é aqui dentro, aqui no Brasil? Gostaria de ouvir mais detalhes sobre a cooperação internacional.

Para o Conselheiro Luiz Maria: V. Sª não mencionou, entre as instituições, os organismos internacionais, a OTCA. Considero a OTCA um foro importante para a Amazônia, para os países que compõem a Amazônia. Lamentavelmente, nesses últimos anos, a OTCA desapareceu. Por que isso? Por que a OTCA, por conta da Amazônia, por conta do debate que se faz sobre a Amazônia, por conta da importância econômica, social dos países da Pan-Amazônia, não se vê, não se percebe uma agenda dos países do Tratado Amazônico, da OTCA? Inclusive, Presidente, poderíamos fazer uma audiência pública com a OTCA aqui. Eu penso que a OTCA continua atual, precisamos fazer uma discussão sobre esse organismo tão importante para a Amazônia.

Brigadeiro, eu gostaria de ouvir a diferença entre o Sipam, o Sivam e a nova proposta do Ministério da Defesa sobre o Sisfron. Evidente que eu enxergo que um é relativo à Amazônia e o outro, à fronteira nacional toda, não é isso?, aos quase dezessete quilômetros de fronteira. Qual é a diferença? E, do ponto de vista estratégico, são similares os sistemas de vigilância da Amazônia com essa nova proposta, do Sisfron? E, do ponto de vista tecnológico, eu gostaria de ouvir um comentário sobre esses dois sistemas, um já em funcionamento e o outro a ser implantado, salvo engano, até 2019, o Sisfron. Que o senhor falasse um pouco sobre isso.

Eu quero dizer da minha concordância com o sistema de vigilância. Acho que precisamos adotá-lo; essa não é apenas uma política para as fronteiras brasileiras, acho que diz respeito à presença do Estado brasileiro, que tem como objetivo ser membro do Conselho de Segurança da ONU. Então, temos que ter um sistema forte, competente, com muita tecnologia, para fazermos esse controle nas nossas fronteiras. Gostaria que V. Sª abordasse aí as diferenças dos dois sistemas.

Das subunidades nas fronteiras, no Amazonas, V. Sª apresentou Tabatinga e uma na Venezuela; em Roraima, uma, em Pacairama. Só são duas subunidades em toda aquela região?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES (*Fora do microfone*) – ... na faixa de fronteira. Mais uma em Brasileia....

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quantos servidores da Abin têm em cada unidade, principalmente em Tabatinga, na Tríplice Fronteira, na subunidade? Acho que é isso da Abin.

Brigadeiro, quando V. Sª estava mostrando a presença da estrutura da Aeronáutica na Amazônia, senti falta de Barcelos. Mas, quando sai dessa apresentação, já vem para o Paraguai. Mostra a estrutura, tem a presença aqui e, quando sai dessa apresentação já vem para o sul. Aí observei que, no Acre, não tem nenhuma estrutura de apoio. É isso mesmo? Eu senti um vazio entre a Amazônia, desde a fronteira com a França – aí vem a Colômbia, a Bolívia –, até o Peru; depois já desce para o Paraguai. Gostaria que V. Sª comentasse isso, se há algum equívoco da minha parte. Mas a compreensão que eu tive foi essa. É assim mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Bom, então eu quero devolver a palavra aos expositores para responderem aos questionamentos. Vamos, portanto, obedecer à ordem da direita para a esquerda, começando pelo representante da Abin.

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – Obrigado, Senador.

Senadora Ana Amélia, a senhora me perguntou, então, tipos de operações que tinham gerado algum resultado com a participação da Abin. Nos últimos três anos, a Abin tem participado de uma comissão que se chama Ciccia – Comissão Interministerial de Combate a Crimes e Infrações Ambientais – uma comissão multiórgãos dirigida pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério do Meio Ambiente – e, no âmbito dessa comissão, em todas as operações trabalhadas dentro dessa comissão – temos inclusive gráficos que denotam o decréscimo significativo do desmatamento nas

regiões onde ocorreram operações nesse sentido –, em todas as operações a Abin fez o trabalho prévio de inteligência.

Explico detalhadamente como seria isso. É elencado um local onde há suspeita de que haja desmatamento em larga escala, muita madeira ilegal, desvio de minério etc. Tudo isso é tratado no âmbito da Ciccia. Nós então, mandamos equipes para lá, fazemos levantamentos secretos, naturalmente, sigilosos, dos principais pontos a serem atingidos na futura operação de repressão e esses dados são transformados em conhecimento, como eu disse aqui, preparados para a tomada de decisão e entregues aos outros membros da Ciccia – Ibama, Instituto Chico Bio, Polícia Federal etc. –, que, a partir desses dados, vão direto no ponto e conseguem fechar madeireiras ilegais – algumas são legais, tudo bem! –, evitar áreas de desmatamento, fechamento de estradas. Enfim, em todas essas operações envolvendo questões do meio ambiente a atividade de inteligência está por trás nesse trabalho de antecipação dos dados, para evitar problemas para quem vá atuar na frente. Isso é geral, eu podia citar algumas operações, entre elas, Arco Verde, Arco do Desmatamento; enfim há uma série dessas operações.

Vou dar outro exemplo, apenas para ilustrar. Uma operação chamada Goldman, que fizemos uma vez no Amazonas. Quem é do Amazonas, deve lembrar de um avião que caiu derrubado pela guarda civil venezuelana com garimpeiros brasileiros lá do outro lado. Havia uma pressão do governo da Venezuela para que nós tomássemos conta dos nossos garimpeiros, para que eles não migrassem para o outro lado. Então foi feita uma grande operação de inteligência, que envolveu em grande parte a Abin, em que foram levantados todos os aspectos que mantinham os garimpeiros naquela região, ou seja, toda a logística – eles precisam de combustível, alimentação etc. Esse levantamento de inteligência foi feito, transformado em documentos ou levantamentos, entregue à Polícia Federal, Exército e organizações que fazem a parte repressiva e, a partir daí, foi retirada toda a logística desse pessoal e esse pessoal voltou da Venezuela para o Brasil. Na época, houve a participação até do MRE nessa questão, porque já estava gerando um atrito internacional. Só como exemplo desse tipo de operação. Essas operações são feitas a dezenas por ano, conforme demanda e necessidade do Governo Federal, que é quem nos provoca para esse tipo de ação. Não sei se deu para entender.

A pergunta do Senador João Pedro, trabalhei na Amazônia como Analista de Informação durante 16 anos. Conheço razoavelmente a região e lembro do senhor de lá em outras funções. O senhor me perguntou sobre a estrutura que nós temos na Amazônia. No momento, nós temos um escritório em Pacairama – podemos usar aquele mapa lá na saída com a Venezuela –, que, no momento, está fechado, porque não temos funcionário lá. Temos também outro oficialmente criado em Tabatinga, onde temos uma pessoa, mas dá para mais pessoas, com certeza. No Acre, temos um escritório em Brasiléia, que também não tem ninguém no momento, e um em Guajará-Mirim, onde temos uma pessoa, que não é nem do quadro, é requisitada da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Descendo um pouco mais adiante, nós temos um escritório em Cáceres, com um pessoa, e baixando mais pela fronteira até Foz do Iguaçu, temos seis pessoas, por questões diversas, aquela complexidade que a gente tem em Ciudad del Este etc.

Nosso plano é colocar também uma subunidade, como citei aqui, em São Gabriel da Cachoeira, bem na entrada da Cabeça do Cachorro, e uma em Bonfim, em Roraima. Também está prevista uma subunidade em Cruzeiro do Sul, pegando a porção oeste do sul do Amazonas com o oeste do Acre; uma em Príncipe da Beira, em Rondônia – tudo está sendo estudado, para criarmos subunidades nesses locais –; uma em Vilhena, onde há um ponto de saída de segmentos ilegais, no sul de Rondônia; em Comodoro, em Mato Grosso; em Cáceres – já existe uma subunidade lá, com uma pessoa –; e também em Ponta Porã. E há previsão de se colocar uma subunidade mais ao sul, em Dionísio Cerqueira, no oeste de Santa Catarina; em Rio Grande, em Uruguaiana e em São Borja, no Rio Grande do Sul. São escritórios da Abin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São novas unidades?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – São novas unidades, para que haja esse reforço na parte de fronteira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Haverá uma unidade em Rio Grande...

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – Na cidade de Rio Grande, no Rio Grande Sul, e também em Uruguaiana e em São Borja. Isso está em fase de estudo, mas, em princípio, serão esses os locais. Pode ser que haja alguma alteração.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dionísio Cerqueira fica em Santa Catarina, não é?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – Em Santa Catarina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E três ficarão no Rio Grande do Sul?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – Isso. Isso está sendo estudado. Vai depender de verba. Vamos estudar o número de pessoas que será colocado nisso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São agências?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – São subunidades. As que não existiam serão subunidades, e as que já existiam se tornarão agências do tipo B, como, por exemplo, a de Tabatinga.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No Rio Grande do Sul, já há agências do tipo a. Quais são?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – A da capital.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só a de Porto Alegre?

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – A de Porto Alegre.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, só existe a de Porto Alegre, e, depois, virão essas outras três, se aprovadas.

O SR. GLAUCO COSTA DE MORAES – Isso. São subunidades ligadas à sede.

Em Manaus, há a nossa agência tipo a, a de Tabatinga, mas, pela importância do problema relativo a essa questão de fronteira, migraremos de uma subunidade pequena para uma agência tipo b. Já é uma evolução bastante grande. E, com mais esse posto, essa subunidade em São Gabriel da Cachoeira, haverá um reforço significativo.

O senhor conhece muito bem, talvez melhor do que eu, como é difícil colocar agentes nesses pontos. Há concurso público, e, às vezes, a pessoa passa no concurso em Brasília e não quer ficar lá. Há essas coisas todas. E olhe que São Gabriel da Cachoeira é bastante bonita.

Obrigado.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Vou ver se consegui anotar todos os questionamentos.

Vou falar especificamente para a Senadora sobre as perguntas relativas à diminuição da faixa de fronteira para 50 km. Quero tirar uma dúvida: a senhora se refere à PEC nº 49?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim. É exatamente a PEC nº 49.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – É a PEC nº 49, que vem desde 2006...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Há um estudo sobre isso, mas não me vou alongar demais nessa questão. Quero fazer algumas considerações. O processo referente à largura da faixa de fronteira de 150 km é um processo histórico no nosso País, na sociedade brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas é o único País na América Latina cuja faixa de fronteira é de 150 km? Há outro país que tem a faixa de fronteira de 150 km?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Há país com faixa de fronteira de 50 km. Cada país adota uma faixa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A de 150 km existe só no Brasil?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Há países, inclusive na América do Sul, que não adotam nenhuma. A Bolívia adota uma faixa de 50 km; o Paraguai e a Argentina não adotam nenhuma; o Peru adota uma faixa de 50 km.

Esse é um processo histórico, que vem desde 1850, com a Lei Imperial das Terras, que foi consolidada na Constituição de 1937, que definiu aqui a faixa de 150 km.

Sem querer rebater a PEC – logicamente, há argumentos extremamente válidos –, quero dizer que, na visão do estudo que foi feito, há várias considerações, inclusive por itens. Na realidade, resumindo esse estudo, não é por sujeição a várias restrições em relação às faixas de fronteira que esses órgãos engessam ou relegam economicamente, por insuficiência, as atividades na faixa de fronteira. Mas a lei que regula isso propicia um trâmite burocrático tão grande, na visão do que foi realizado, que, realmente, engessa o desenvolvimento e, inclusive, a segurança. Como eu disse no início, os dois conceitos, de segurança e de desenvolvimento, alimentam um ao outro, estão intrinsecamente relacionados. Eliminar esses critérios e mecanismos de controle, pura e simplesmente, com a redução para qualquer faixa, de 150 km para qualquer faixa, significa abrir mão de importantes aspectos de segurança nacional e de desenvolvimento, se consideramos que, realmente, um alimenta o outro.

Também existem argumentos, tanto na PEC, quanto na lei atualmente vigente, de que ela contribui para o desenvolvimento da região. Não vou citar tudo o que li aqui, mas tenho um resumo do que diz essa lei atualmente, da lei que está em vigor. Vou citar alguns itens. A senhora deve saber muito mais do que eu sobre isso, é lógico.

O decreto que regulamentou isso fala sobre alienação e concessão de terras públicas dentro da faixa de fronteira de 150 km; colonização e loteamentos rurais; serviços de radiodifusão; atividades de mineração; transações com imóveis rurais envolvendo estrangeiros, na faixa de fronteira; participação de estrangeiros como pessoa jurídica brasileira; auxílio financeiro aos Municípios da faixa de fronteira. Ou seja, os mesmos argumentos que se utilizam para diminuir a faixa de

150 km para 50 km permanecerão, independentemente de que largura seja essa faixa. Dentro da faixa de fronteira reduzida para 50 km – até se aventou a possibilidade de reduzi-la para 66 km –, essas mesmas regras serão aplicadas dentro dessa faixa, que pode ser de 150 km, de 50 km ou de 66 km.

Então, vemos que não é a dimensão da faixa de fronteira que inibe a atividade econômica de estrangeiros, nem o desenvolvimento dos próprios brasileiros, mas os critérios existentes dentro da própria lei, que deveriam ser mais flexibilizados e agilizados dentro dos processos burocráticos necessários.

Se houver uma redução dessa faixa – não é juízo de valor, mas é uma constatação –, haverá uma diminuição em dois terços da área considerada pela Constituição Federal como indispensável à segurança nacional. Aí, realmente, falo especificamente sobre a segurança, sem deixar de lado o desenvolvimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é a visão das Forças Armadas, ou é uma visão de governo?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – É um estudo que foi feito em relação à alteração da faixa de fronteira, visando tanto à aplicação e ao emprego das Forças Armadas na faixa de fronteira, como ao envolvimento do nosso emprego na faixa de fronteira em relação ao desenvolvimento.

Conforme nossa doutrina militar de defesa, a Lei Complementar nº 97, que já foi mencionada aqui por várias vezes, atribui-se a essas áreas tratamento especial, pela importância estratégica que representam para a segurança nacional.

Então, logicamente, existem argumentos contrários e favoráveis à largura da faixa de fronteira, mas, falando especificamente de desenvolvimento, o que vai acontecer é que a burocracia vai continuar a mesma, independentemente da faixa.

Com relação à segurança do País, à soberania do País e às ações das Forças Armadas, essa redução, realmente, vai prejudicar muito as ações das Forças Armadas na faixa de fronteira. Isso não quer dizer que sejamos a favor disso ou contra isso. São dados que estou passando em relação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, Brigadeiro, para bom entendedor...

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Não. Há um estudo bastante grande sobre essa faixa de fronteira, não especificamente sobre a PEC nº 49, mas sobre como os países tratam a faixa de fronteira tanto na América do Sul, como em outros continentes. Inclusive, na Europa, depois da junção da União Europeia, alguns países continuam usando faixa de fronteira, logicamente com uma visão diferente daquela adotada na América do Sul, porque a realidade deles é outra. Mas eles utilizam a faixa de fronteira, principalmente para garantir a segurança, já que o desenvolvimento não está tão em jogo na União Europeia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso é discutível, realmente. Como o senhor disse, na Argentina, não há faixa de fronteira. E, ao contrário do Brasil, a Argentina já teve problemas com o Chile e com a Inglaterra, na região das Malvinas, que entra na fronteira, embora seja uma ilha separada. Mas o fato é que isso não redundou em problemas graves para o desenvolvimento. De qualquer maneira, é tema para ser examinado com mais profundidade.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Com certeza. A sociedade brasileira, o Senado, a senhora ficam preocupados. Logicamente, é um tema que precisa, realmente, ser discutido. O que a nossa sociedade, o que nós, brasileiros, queremos com relação à nossa faixa de fronteira? Quais as ações que devemos implementar?

Para complementar, quero dizer que a Argentina não utiliza o conceito de faixa de fronteira, mas utiliza outros meios; não usa especificamente uma delimitação da faixa de fronteira.

No Uruguai, agora, está tramitando uma legislação que estabelece uma faixa de 50 km, que não existia lá também. Está em trâmite, agora, uma legislação que estabelece uma faixa de 50 km para fins fundiários e para controle ambiental. É só isso. Não se fala de segurança de fronteira.

Na Bolívia, mantém-se uma faixa de 50 km. As empresas estrangeiras e nacionais cujo capital seja de maioria estrangeira não podem adquirir nem possuir solo ou subsolo e águas.

No Peru, a faixa de fronteira é de 50 km, com restrições para estrangeiros.

Na Colômbia, não se estabelece dimensão da faixa de fronteira, mas há regras internas na sua legislação que, embora não falem em delimitação, tocam no assunto de aquisição de terras.

A Venezuela não estabelece dimensão para a faixa de fronteira, mas a Constituição bolivariana de 1999 prevê a promulgação da Lei Orgânica de Fronteiras e da Política Fronteiriça de Estado, para tentar solucionar problemas históricos que todos nós conhecemos.

Os Estados Unidos trabalham com o conceito de fronteira avançada. Na China, isso é variável; lá se traçam fronteiras de acordo com os países vizinhos. A França, embora faça parte da União Europeia, estabelece uma faixa de 20 km, para fins de Imposto de Renda, para utilização de terras por estrangeiros.

Há vários aspectos a serem analisados. É extremamente importante unir esses dois temas, não só

uma visão de segurança e de soberania do território brasileiro, mas também a parte de desenvolvimento das populações que vivem nessas regiões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que são as mais atrasadas. Isso ocorre pelo menos no meu Estado. No caso da Amazônia, isso é diferente. Até acho que, na Amazônia, por questão estratégica e de defesa mesmo, em função de ser uma área de preservação, com parques nacionais, com reservas indígenas, poderia ser mantida a faixa de fronteira de 150 km, exatamente pelos argumentos que o Brigadeiro acabou de apresentar. Mas, no sul do País, em Santa Catarina, no Paraná, no meu Estado, a situação é diferente, inibe-se esse crescimento.

Como o senhor está dizendo, talvez, a saída seja a simplificação da legislação em vigor, para agilizar a liberação de investimentos que seriam necessários na área.

Eu lhe agradeço muito as suas respostas.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – A segunda questão foi referente aos radares de Canguçu e de Santiago, situados no Rio Grande do Sul. São radares que fazem parte do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro e do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Por coincidência, são os radares mais modernos que existem no nosso sistema, nesses dois sistemas de controle do espaço aéreo brasileiro. São radares tridimensionais, que fornecem informações de toda a área do sul do País que faz fronteira com a Argentina e com o Uruguai. E são os radares que mais ficam disponíveis durante o ano, talvez até pelo clima – não sei. Tenho dados de disponibilidade de todos os radares do País, e esses são radares que ficam, por muito tempo, disponíveis, embora haja as manutenções preventivas e corretivas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era uma curiosidade.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – São excelentes radares, que prestam um serviço muito bom para a defesa aeroespacial do País e para o controle do espaço aéreo.

A outra pergunta feita pela senhora diz respeito ao exercício Uruguai-Brasil, que acabou no dia 30 de abril. Foi o primeiro exercício que fizemos. Como eu disse, temos um acordo de defesa com todos os países da América do Sul, uns mais incipientes, outros mais...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quem operou foi o Comando Militar do Sul?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Não. Quem operou foi a Força Aérea Brasileira, por meio das Normas Binacionais de Defesa Aeroespacial. Como tínhamos um acordo de defesa, o Uruguai, do ano passado para cá, atualizou seu sistema de defesa aeroespacial, implantando novos radares, centralizando as informações de comando e de controle em Montevidéu, embora existam três radares no país integrados nesse centro de comando e controle, praticamente seguindo um auxílio que foi dado pelo Brasil, pois temos uma experiência muito maior do que eles nessa parte de defesa aérea.

Esse exercício, essa norma visa ao quê? Dentro de uma faixa de fronteira de espaço aéreo, que é contínuo – não existe uma parede, não existe um rio, não existe uma estrada separando o espaço aéreo –, foi estabelecida uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma linha imaginária?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Foi estabelecida uma linha imaginária – logicamente, no chão, há um ponto geográfico – de 25 milhas náuticas para cada lado, o que significa algo em torno de 50 km. Não é faixa de fronteira, é faixa de transferência de tráfegos que possam cometer ilícitos. Esse primeiro exercício, a implantação dessa norma foi assinada pelas duas Forças Aéreas, pelo nosso comandante e pelo comandante da Força Aérea uruguaia, para que houvesse essa transferência quando algum tráfego cruzasse o espaço aéreo transnacional, para que houvesse uma comunicação e ações, logicamente, de policiamento do espaço aéreo.

A senhora pode ver esse exercício no *site* que divulgou esse exercício para o mundo. O país que mais acessou esse *site* foram os Estados Unidos, pelo interesse que demonstrou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É claro. Informação é poder, não é?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Realmente, foi muito bom. E já temos uma experiência, porque, com a Argentina, já fizemos sete versões desse exercício, que é o Exercício Prata Brasil-Argentina; estamos na sétima versão. Com a Venezuela, estamos na sexta versão. Então, já temos uma experiência muito grande na realização desses exercícios, e eles gostaram muito.

O exercício com o Uruguai chamou-se – o nome não é muito bonito – Urubra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Urubra?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Urubra, Uruguai-Brasil.

Creio que respondi à pergunta da senhora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Brigadeiro.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – A primeira pergunta do Senador João Pedro diz respeito ao Sipam, ao Sivam, ao Sisfron. Em rápidas palavras, para não me alongar demais, quero

dizer que, dessas siglas, a primeira que surgiu foi o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), cuja frente foi tomada pela Força Aérea Brasileira. Essa foi uma iniciativa da Força Aérea Brasileira naquela época em que existia, é lógico, o controle da Amazônia. Estamos falando de vigilância. Isso surgiu com a necessidade de vigilância do espaço aéreo.

A partir daí, quando realmente esse projeto foi levado à frente, o Sivam caminhou muito mais, mas se viu que havia a necessidade de se implantar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que envolvia o Sivam e outras ações. Nesse contexto todo, foi chamado, então, de Sipam. E o que existe agora é o Centro Gestor e Operacional do Sipam (Censipam). O Sivam não existe mais. O Sivam se tornou o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, o Cindacta IV. O Sivam se tornou o Cindacta IV, em que pese o fato de ele estar integrado com o Censipam em vários aspectos. Para dividir as atividades de vigilância territorial, de níveis dos rios, de estatística e indicadores dos raios da Amazônia, toda a parte que envolve o Sipam, esses sistemas são integrados.

Eu disse isso para situar o que era o Sivam e o que é, agora, o Sipam. O Cindacta IV – lembro que o Sivam se tornou o Cindacta IV – opera da mesma forma que operam os outros Cindactas: o Cindacta I, em Brasília; o Cindacta II, em Curitiba; e o Cindacta III, em Recife. O Cindacta IV opera em Manaus.

O que vai acontecer agora? Esse sistema existe desde 1980, foi implantado por etapas, foi sistematizado, inclusive, para a aplicação de recursos. O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro envolve os quatro Cindactas nossos, e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro envolve tudo isso também. Esse sistema foi implantado por etapas, e, em 2005, é que se terminou de fechar todo o sistema, como mostrei naquele mapa do Sisdabra. O primeiro foi o Cindacta I, os radares em amarela; depois, o II lá no Sul; o III, no Nordeste; e por último, o Sivam, em 2002, que em 2005 passou a ser Cindacta IV, fechando todo esse sistema. Isso daí não foi feito como se fosse fazendo puxadinho. Isso foi um planejamento feito na década de 70, a integração de todos os radares de telecomunicações no espaço aéreo brasileiro, sendo supervisionado por um centro único, aqui em Brasília, que é o que acontece.

Então, isso é o que existe agora. Mais de 110 radares – aqui só estão os radares de vigilância, existem os outros tipos de radares, radares de terminal, radares móveis, radares táticos, tridimensionais, bidimensionais, radares secundários, que não estão aí, mas que compõem todo esse grande sistema. Isso é uma realidade agora, hoje. Isso é o que estamos tendo.

O Sisfron não é nada disso. O Sisfron é um sistema de monitoramento de fronteira do país todo, que está sendo desenvolvido pelo Exército, que tenta nisso daí congregar todos os órgãos que operam na fronteira, como mostrei. O CMA está fazendo as operações dele, o CMO (Comando Militar do Oeste) está fazendo as operações dele, e o Comando Militar do Sul fazendo as operações dele. Como nós estamos integrando isso? Por enquanto através de relatórios, comunicações, gerenciamento dessas ações, como manda o controle. Isso tudo vai ser um sistema de proteção de fronteira terrestre; mais a parte de comunicações, trâmites de comando e controle, união de todos os escalões que compõem um comando militar de área. Isso é o que está sendo feito agora. Após isso estar pronto – e logicamente paralelo a concepção – vai unir com o Sisdabra. Essa é a nossa perspectiva, de que o Sisfron fique pronto até 2019, o SisGAAz em torno de 2020, em 2030 o Brasil todo sendo monitorado, independente se esteja em fronteira ou não. O Sisfron na parte de fronteira, o Sisdabra já existente no dia de hoje, já em fase de modernização, e o SisGAAz também na fase de projeto, que é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul.

Não sei na minha resposta ao senhor deu para dividir a concepção de integração desse sistema.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. *Fora do microfone.)* – ... falou que o controle se dá agora por terra. Como é que esse controle se dará depois dessa fase? É satélite?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Por exemplo, o Sisdabra utiliza satélite, por exemplo, para o radar de Boa Vista, da terra do Senador Mozarildo. Como é que ele na visualização do radar de Boa Vista em tempo real aqui? Só pode ser por satélite.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Isso vai ser em Brasília?

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – É em Brasília.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, o Sisfron.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – O Sisfron vai ser aqui em Brasília também.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Centralizado.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Centralizado em Brasília. Mas o Sisfron não utiliza sistema de radares. O sistema de radares é o Sisdabra. O Sisfron é sistema de comando e controle da Tel Link Comunicações para unir todas as ações de fronteira. Logicamente que nesse grande centro que nós estamos chamando que nós estamos chamando

assim num nome inicial de Sisbravi, Sistema Brasileiro de Vigilância, que vai unir o sistema da Marinha, SisGAAz, Sisdabra, da Força Aérea, todo esse sistema num grande centro de comando e controle, ele vai ter a visualização do espaço aéreo, ter a visualização terrestre, vai ter a visualização do mar, vai ter a visualização dos rios, e poder fazer ingerência e supervisão sobre esses sistemas, coisa que não existe hoje.

O satélite de que falei, satélite hoje, o satélite geoestacionário brasileiro está previsto dentro do Sisfron; a construção e desenvolvimento de um satélite geoestacionário brasileiro, desenvolvido por brasileiros para tirar a dependência do exterior, de alugar *transponder* para fazer a visualização dos nossos radares aqui em Brasília, da Embratel ou de qualquer outro...

Então, nós estamos tendo um cuidado muito grande, principalmente o Exército está fazendo um trabalho primoroso com relação ao Sisfron para não haver superposição de ações, e muito menos de equipamentos de telecomunicações, utilizar telecomunicações para isso, às vezes no mesmo lugar em que já existe ou que poderia ser potencializado. Essa tem sido uma preocupação muito grande.

Já se aventou a possibilidade de o Sisfron ter radares. E eu falei aqui que não haveria radares. Os radares foram desenvolvidos pelo Centro Tecnológico do Exército, radar Saber M60 – acho que todos já ouviram falar nisso –, que seriam colocados nos pelotões de fronteira; é um radar excelente, tridimensional, poucos países no mundo têm capacidade de fazer um radar desses, embora seja de 60 km, já existe um projeto para 200 km e 400 km, que é realmente o que interessa para o espaço aéreo. Mas, para os pelotões de fronteira poderia servir de alarme antecipado. Tudo isso tem que ser integrado em algum lugar. Não adianta colocar um radar sozinho no meio da Amazônia que não vai acontecer nada; ele só irá ver que tem ilícito, avião passando, ou qualquer outra coisa e não vai ter ação nenhuma sobre isso. Ele tem que ser integrado a um outro sistema que possa ter ação sobre aquela visualização que está tendo.

No mapa do Brasil, não sei se foi aquele que mostrei das nossas operações da Força Aérea. É porque nós não temos normas binacionais com o Paraguai e com a Bolívia. Então, não fazemos operação de defesa aeroespacial com o Paraguai ou com a Bolívia, porque – não sei se o senhor se encontrava aqui naquela hora...

Nós temos normas binacionais de defesa aeroespacial com todos esses países, inclusive com a França lá na Guiana Francesa, que é território francês, e não temos com a Bolívia e com o Paraguai, porque eles não possuem um sistema de defesa aeroespacial implantado; não possuem radares, não possuem alertas de defesa aérea, não possuem sistema artilharia antiaérea que façam parte da defesa aeroespacial, embora nós tenhamos o acordo de defesa; que essas normas são decorrentes do acordo de defesa, que determina para cada Força fazer os acordos que lhes interessa. Estamos incentivando muito, o Paraguai está instalando um sistema de radares este ano e provavelmente no próximo ano a gente já vamos estar fazendo o que fizemos com o Uruguai este ano.

Segue-se o princípio, dentro dessas normas de defesa aeroespacial, de reciprocidade. Então, o intercâmbio de informações tem que ser de lá para cá e daqui para lá. Como nós podemos fazer uma norma binacional só informando para eles, sem poder receber nada. Então, por isso que não existe essa norma e por isso que o mapa pulou lá da França, Venezuela, Colômbia, Peru, lá para a Argentina e, depois, para o Uruguai; só porque a gente não tem essa norma, embora a gente tenha incentivado muito, houve até doação de aviões para a Bolívia, os nossos helicópteros HH, houve doação de três aviões Tucano, aprovado logicamente pelo Senado, para o Paraguai, que vão fazer parte desse sistema aeroespacial de policiamento do espaço aéreo contra o tráfico ilícito na região. Por isso que o mapa pulou.

Creio que...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Dr. Oslain, para as suas respostas e considerações.

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Bem, respondendo à Senadora Ana Amélia.

Quanta a primeira pergunta, o acordo de cooperação com o Rio Grande do Sul, no caso da Operação Sentinela, ela não foi integrada com a polícia estadual, no ano passado, em razão de problemas políticos com o Estado. Então, no ano passado ela só foi feita entre Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, mas não foi permitida a ação da Força Nacional no Estado do Rio Grande do Sul. Então, só foi Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e a articulação com as polícias estaduais. Mas a Força Nacional, que atua em apoio à Polícia Federal, não foi permitida sua ação no ano passado. Por isso ela não atuou no Rio Grande do Sul.

Quanto ao contingenciamento de verbas do Funapol, que é o fundo para aparelhamento da Polícia Federal, e o Funad, que é o Fundo Nacional Antidrogas. O Funapol foi criado no ano 2000 e, desde a sua criação, sempre todos os governos contingenciaram as verbas do Funapol. Não é autorizada a Polícia Federal a gastar nas atividades dela, principalmente na repressão. E o Funad foi criado em 1986, e, da mesma forma, sempre foi contingenciado.

O Funad, o Fundo Nacional Antidrogas, é aquele onde aquelas verbas de recursos provenientes de leilão de bens vão para um fundo e esses recursos seriam utilizados na repressão, na contenção da oferta e da demanda. Então, desde a criação desse fundo não é autorizada a utilização desses recursos. Então, vêm de longa data os dois fundos, não é de agora.

Então, como falei para a senhora, se houvesse a contratação dos 3.500 para preenchimento dos cargos, e se especializasse 300 policiais na região de fronteira, onde se apreendeu, nos últimos 10 anos, 75% da apreensão de maconha e cocaína no Brasil, o resultado seria dobrar ou triplicar as apreensões de entorpecentes. Isso daí é com conhecimento de causa que falo para a senhora, por ter trabalhado 10 anos na fronteira. A Polícia Federal não combate somente o tráfico de droga; tem o tráfico de arma, contrabando de descaminho, crimes ambientais, tráfico de pessoas. O efetivo é disponibilizado, trata, de acordo com o Estado, a prioridade x ou y. Mas, se eu colocasse 300 policiais só na repressão a entorpecentes o resultado seria esse. Depois do primeiro ou segundo ano, naturalmente cairia, porque os narcotraficantes iriam procurar rotas alternativas, mas iria atingir o nosso objetivo, mas dobraria.

A senhora perguntou sobre como o Congresso poderia ajudar a Polícia Federal.

Nós temos um projeto de lei orgânica aqui na Casa em que existe a previsão do gatilho, como foi colocado aqui pelo colega da Abin, de preenchimento dos cargos vagos. Então, nós temos 3.500 cargos vagos, num total de 15.000. No Projeto de Lei orgânico da Polícia Federal existe o preenchimento dos cargos por concurso anual.

É importante frisar também, eu entrei na Polícia Federal no ano de 95, quando nós tínhamos 6.000 cargos. No governo Fernando Henrique foram criados 4.000 cargos, passando o efetivo de policiais para 11.000 cargos. No governo foram criados mais 4.000 cargos. Então, são 15.000 cargos criados, 4.000 na administração anterior, quatro mil na atual administração. Em decorrência de aposentadorias, a Polícia Federal antes de 95 ficou um longo período sem entrada de novos quadros, e houve envelhecimento dos quadros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.)* – ... dos 4.000 criados no governo Fernando Henrique Cardoso, e dos 4.000 do governo Lula, todos foram preenchidos?

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Salvo engano, Senadora, em 2001/2002, no governo Fernando Henrique, houve preenchimento. Depois, não houve concurso, o pessoal foi se aposentando e vagando esses quadros. Foi o que aconteceu agora. Chegamos a ter 12.500 homens e mulheres há dois anos, mas o pessoal foi se aposentando, deixando os quadros, e foi diminuindo. Por isso é importante o ingresso anual; a reposição...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A reposição.

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Na nossa lei orgânica existe essa previsão, bem como do adicional de fronteira também. À semelhança do que existe nas Forças Armadas e no Ministério Público Federal, aos policiais que estão lotados nessas regiões de fronteira, seja Tabatinga, Brasiléia, Cáceres, Guaíra, São Borja, Uruguaiana, uma gratificação para fixar o homem na fronteira.

Como disse o meu colega da Abin, o pessoal é recrutado em todo o Brasil, muitos até com o nobre interesse de voltar ao seu Estado de origem. Então, com o passar do tempo, os policiais acabam pedindo remoção e deixando a fronteira.

Como a senhora falou dos leilões de bens, no Rio Grande do Sul os bens apreendidos em razão da repressão ao tráfico de drogas são repartidos pela polícia judiciária estadual ou pela polícia judiciária federal. No caso, as apreensões da polícia judiciária estadual, os valores arrecadados com os leilões revertem ao Estado membro, e os apreendidos em razão do trabalho da Polícia Federal revertem para a União. Então, o Rio Grande do Sul tem um convênio assinado recentemente. Tem um senão no Rio Grande do Sul, tem o projeto Senad, um projeto que estamos terminando de implantar agora, que seria isso, o Estado se compromete a informar para a União o quantitativo de drogas apreendidas, integrar um sistema nacional de estatística sobre droga, para ter direito de receber esses bens. Isto está na lei, esse repasse de recursos.

Então, a integração está sendo feita agora, nós estamos terminando, creio que vai ser lançado agora em junho, na Semana Nacional Antidrogas, por parte do Ministro da Justiça. Alguns Estados já estão integrados via alimentação do sistema, via portal e outros sistemas, como aquele sistema da União que vai buscar os dados diretamente nos Estados. Então, depende só do Rio Grande do Sul se integrar ao Senad para ter direito ao repasse desses recursos.

Quanto aos leilões que a senhora falou que as nossas casas legislativas poderiam auxiliar, seria – a Drª Paulínia não meu deu o direito de advogar em nome dela, mas é consequência, porque nós temos interesse direto também... Lembrando que 40% do valor dos bens arrecadados em leilões vêm para a repressão e 60% para a contenção da demanda, tratamento e prevenção. Então, tem interesse direto da Polícia Federal também. Só que o problema é que o orçamento

da Senad, por mais que ela leiloe, digamos que ela leiloe 30 milhões de reais, os bens são leiloados em imóveis, fazendas, aviões de narcotraficantes, ela tem um orçamento pequeno, de 10 milhões. Então, mesmo que entre no fundo, não pode gastar.

Então, primeiro ponto, aumentar a estrutura da Senad, reiterando que ela não me deu procuração, mas está refletindo no trabalho da Polícia Federal, bem como aumentar o orçamento. Isso é conseqüência. Por mais que se leiloe os 100 milhões – porque tem potencial, isto é fato –, que tenha uma arrecadação de 100 milhões por ano com bens de narcotraficantes, não vai poder gastar esse dinheiro porque o orçamento do fundo é pequeno.

E novamente, do Funad, também é contingenciado aquele fundo em razão disso, que o orçamento da Senad sempre foi pequeno. A Senad foi criada em 2000/2001, sempre com um orçamento bem menor que a possibilidade de gasto.

Eu respondi todas as perguntas da senhora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Senador João Pedro, quanto ao efetivo da Polícia Federal em Tabatinga.

Hoje nós temos 60 policiais ali, entre agentes, delegados, escrivães, papiloscopistas e peritos. Nós temos um reforço ali, desde março do ano passado, que são os policiais da Operação Sentinela. Então, nós temos 50 policiais da Força Nacional de Segurança Pública e em torno de 10 policiais federais concentrados em Tabatinga.

No ano passado, quando estávamos com 1.000 policiais para reforço na região de fronteira, além daqueles lotados na Polícia Federal, mais 1.000 policiais lotados: 400 da Polícia Federal e 600 da Força Nacional, nós tínhamos 6 postos na Amazônia, além de Tabatinga. Salvo engano, São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio de Içá, Ipiranga, Tefé e mais duas que me falha a memória. Nós tínhamos postos fixos, com policiais federais e policiais da Força Nacional. Então, este ano houve uma pequena redução, principalmente do efetivo ostensivo da Polícia Federal; demos um novo mote à Operação Sentinela, mais na área de inteligência, mas hoje temos em torno de 110 homens ali em Tabatinga.

Quanto ao número ideal. Seria difícil mensurar o número ideal, porque uma investigação é quase um projeto. Se eu alocar mais policiais para investigação de uma organização criminosa, se eu tenho 10, eu vou desarticular essa articulação em um ano. Se eu tiver 20, vou desarticular em 6 meses. É quase um projeto. Quanto mais, mais resultado nós teríamos. É difícil mensurar isso aí. Mas, se nós tivéssemos o preenchimento dos cargos que já existem, já seria um avanço, um aumento de quase 30% do efetivo. Temos 15 mil cargos, autorização para preenchimento deles, aí o efetivo da Polícia Federal aumentaria em 30%, o que seria um gás enorme.

A cooperação internacional.

A Polícia Federal, com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores, firmou acordo de cooperação com polícias de vários países da América do Sul. Então, Colômbia nós temos acordo de cooperação, Peru, Bolívia, Paraguai. Estamos firmando agora com o Uruguai e Argentina.

O que permitem esses acordos? Nós fazemos a troca de oficiais de ligação. Então, nós temos adidos nesses países; além disso, os policiais desses países se deslocam para o Brasil para auxiliar nas investigações de inteligência; e policiais brasileiros se deslocam para o Brasil a fim de auxiliar nas investigações de inteligência, bem como policiais brasileiros se deslocam para esses países a fim de trabalharem também na inteligência junto aos policiais colombianos, peruanos, bolivianos e paraguaios. Então, há essa troca de policiais.

O acordo também prevê a capacitação das polícias dos países signatários, operações ostensivas, que são aquelas operações simultâneas que se realizam na fronteira em conjunto, tanto do lado brasileiro quando do lado peruano, boliviano, colombiano ou paraguaio. E o mais importante é essa ação de inteligência, essa troca de policiais.

Queria agradecer a menção que o senhor fez quanto ao incidente que ocorreu no ano passado no rio Amazonas, quando dois policiais federais foram mortos em conflito com narcotraficantes peruanos. Foram dois policiais mortos, um ferido e um quarto que saiu ileso. Eram duas equipes que iriam abordar um barco, numa operação de inteligência, no rio Amazonas; não era uma operação ostensiva, de patrulhamento comum. Sabíamos que ia descer um barco, planejou-se essa abordagem, as duas equipes foram abordar o barco, houve confronto e os peruanos acabaram disparando. Eram, de fato, quatro peruanos e dois brasileiros, armados com fuzis Galil, que dispararam e mataram os dois policiais.

Na investigação dessa operação em particular, na investigação decorrente, houve uma parceria com a polícia peruana. Os policiais peruanos se deslocaram para cá, investigaram a organização, e nós prendemos cerca de sete elementos – salvo engano, quatro brasileiros, dois peruanos... E mais dois peruanos que morreram em confronto com o nosso pessoal. Então,

este é um resultado da parceria e da integração que houve com as duas polícias.

E também os peruanos tinham interesse particular no caso porque, em 2009, foi assassinado um policial peruano que estava trabalhando em Tabatinga, em cooperação conosco. O policial foi assassinado por esse mesmo grupo de narcotraficantes dentro de Tabatinga. É um traficante de nome Xavier, líder da organização, que foi preso este ano pela Polícia Federal em conjunto com os peruanos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. *Fora do microfone.)* – Ele estava preso em Manaus?

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Como, senhor?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. *Fora do microfone.)* – Ele estava preso em Manaus?

O SR. OSLAIN CAMPOS SANTANA – Ele estava preso em Manaus. Foi pedida a remoção dele para um presídio federal. Não sei se já foi autorizada.

Acho que atendi às dúvidas do senhor.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. *Fora do microfone.)* – Sr. Presidente, eu vou ter que sair porque estão me chamando em outra Comissão, a de Meio Ambiente.

Muito prazer em conhecê-lo. Quando for a Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Passo a palavra agora ao Sr. Luiz Maria para as suas respostas e as considerações que entenda deva fazer.

O SR. LUIZ MARIA PIO CORRÊA – Obrigado, Sr. Presidente.

O que vou falar aqui não é nenhuma novidade. O Itamaraty, já de muito tempo, é um instrumento de uma importante política de estado do Brasil no sentido de promover a integração regional, desde a década de 60, mas que se intensificou na década de 70. E, nos anos 80. lançamos as bases do Mercosul, muito por obra da política externa do Brasil conduzida pelo Itamaraty, dirigida não só ao Sul do Brasil, mas também ao Norte, como no caso do Tratado de Cooperação Amazônica. Além do mais, o Itamaraty tomou várias iniciativas de natureza bilateral, que promovem a aproximação com esses países. Mais uma vez, eu digo que foi uma obra que se deu ao longo das décadas, o que exige muita perseverança, convencimento, tanto interno quanto dos nossos parceiros aqui na América do Sul. E isso gerou frutos na forma de entendimentos os mais variados, multilaterais e bilaterais, nas mais diversas áreas, inclusive nas áreas de defesa e de segurança pública. Nós vimos aqui vários exemplos de cooperação com os países vizinhos.

Acho que essa é uma tendência a se aprofundar, ou seja, nós buscarmos soluções conjuntas para as questões de integração e, mais especificamente, de fronteira.

No caso das fronteiras, o Itamaraty, através de sua rede de embaixadas e consulados, acompanha de perto as questões de fronteira, leva a sério todas as questões que envolvem as populações de fronteira e as questões de fronteira em geral. Nós temos consulados que organizam comitês de fronteira, que estão preocupados com questões ligadas a cidadania, comercio, bem-estar e, inclusive, a questões de crime.

As adidâncias nas embaixadas têm essa função de, em primeira mão, tomar conhecimento dessas questões que dizem respeito a segurança pública. Quando as adidâncias não tomam conhecimento em primeira mão, o Itamaraty toma as medidas necessárias para que os órgãos do Executivo responsáveis pela segurança pública tomem conhecimento dessas questões e tomem as medidas que julgarem necessárias.

A América do Sul sempre foi uma prioridade para o Itamaraty nos últimos anos, e a tendência é de se aprofundar. Nós criamos, há pouco, a Unasul, e as iniciativas bilaterais só se multiplicam. Agora, como eu disse, na questão das fronteiras para cá, é algo ligado ao exercício da soberania nacional. Então, o Itamaraty pode apoiar, quando convocado, pode dar informações, pode buscar a cooperação internacional, quando é o caso, mas ele não participa diretamente porque não tem funções operacionais.

Sobre a questão da comissão recém-criada de integração das fronteiras, confesso que não sei qual é a parte que cabe ao Itamaraty. Agora, eu entendo que, se é uma iniciativa unilateral do Governo brasileiro, é uma questão de soberania nacional, então o Itamaraty pode... Caso se identifique algum problema nas fronteias onde o Itamaraty possa facilitar algum entendimento com o país vizinho, é claro que o Itamaraty vai atuar do melhor modo possível.

Essa questão do trabalho infantil preocupa o Itamaraty – não é da minha área é da área de direitos humanos –, tanto que o Itamaraty participa de vários fóruns internacionais que tratam da questão e também atua bilateralmente quando surgem crises. Para isso é que nós temos os consulados, que atuam, por exemplo, no caso do tráfico de pessoas, como nós também já tivemos casos. Aí as embaixadas são acionadas para solucionar aquelas crises específicas. Todavia, não é a função primeira do Itamaraty ir à fronteira e ter uma ação policial, digamos assim.

Quanto à questão do Tratado de Cooperação Amazônica, eu realmente acho que deveria ser consultada a área específica do Itamaraty que cuida desse tratado de

integração, bem assim a área também de América do Sul. Eles poderiam prestar maiores esclarecimentos...

Infelizmente, o Senador não está aqui para dizer como anda esse tratado. Eu imagino que, como o Mercosul, ele sofre períodos em que se avança mais, períodos em que se avança menos, mas também cabe um pouco à sociedade tentar canalizar as suas demandas para os órgãos do Executivo para que tentem solucionar, no âmbito multilateral das organizações, essas questões. Eu não saberia responder com toda a propriedade sobre a questão do Tratado de Cooperação Amazônica.

É basicamente isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a participação dos diversos expositores. Entendo que foram muito proveitosas as suas intervenções.

Esta Subcomissão, que pertence à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal , fez um planejamento de trabalho, e este é o primeiro tema, "Fronteiras e segurança nacional". Depois, daremos seguimento tratando dos temas "Desenvolvimento econômico e social". "Infraestrutura", "Questão indígena e fundiária" e "Relações internacionais", quando está prevista a participação de um representante da OTCA, assim como de representantes dos corpos diplomáticos dos países vizinhos.

Então, na verdade, há um planejamento para que possamos ver todos os aspectos que digam respeito, como foi muito bem colocado aqui pelo Major-Brigadeiro Gerson, ao moderno conceito de segurança nacional, que não pode estar ligado apenas à questão militar, mas também às questões de inteligência, de desenvolvimento, de ocupação racional, de exploração adequada. Então, é isso que a gente vai tentar fazer, inclusive num trabalho conjunto também com a Subcomissão da Amazônia, que pertence à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Na verdade, o objetivo final disso é que nós possamos ter uma proposta de um plano nacional para analisar esses diversos aspectos da Amazônia, da faixa de fronteira que percorre toda a Amazônia e vai até o Sul da Senadora Ana Amélia, uma vez que essa área corresponde a mais de 70% do Território Nacional. Então, é muito importante que realmente o Senado, como Casa do Parlamento que representa a Federação, que representa os Estados, se preocupe com essa área e que comece – e começamos muito bem, ouvindo explanações muito preciosas –, inclusive por aqueles pontos em que a gente pode interferir para sanar as falhas.

Então, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 08 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia 07 de junho de 2011, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Blairo Maggi, Delcídio do Amaral** e **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa o senhor Juarez Pinheiro, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Durante a reunião, fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e o Senador **Blairo Maggi**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização do segundo painel do nosso ciclo de audiências públicas Fronteiras e Segurança Nacional.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidadas autoridades e especialistas, que convido para compor a Mesa. Até este momento, está presente aqui o Sr. Juarez Pinheiro, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, mas também foram convidados o Sr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, e os Secretários de Segurança Pública de Santa Catarina e do Paraná.

Para dar início às apresentações, concedo a palavra por 20 minutos, prorrogáveis pelo tempo que se fizer necessário, ao Sr. Juarez Pinheiro, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Obrigado, Exmº Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta digna Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira do Senado Federal, que, hoje, aborda o tema Fronteiras e Segurança Nacional.

Em primeiro lugar, quero saudar a Senadora do meu Estado, que, no pouco espaço de tempo que está nesta Casa, tem honrado, sobremaneira, seu mandato, como o fez o seu falecido esposo, a quem faço minhas homenagens.

Também quero homenagear o seu colega, Senador Blairo Maggi, ex-Deputado; todos os Deputados que eventualmente aqui se encontram; os senhores servidores desta Comissão, que nos recepcionaram de forma muito gentil. Quero aqui agradecer aos servidores desta Casa, à imprensa e a todos que têm participado das discussões sobre esse tema, em função do seu viés profissional ou de seu interesse.

Senadora, eu soube que a última reunião desta Subcomissão foi muito especial, muito significativa, quando foram ouvidas entidades sobre a questão dos crimes fronteiriços. Isso demonstra a importância do objeto desta Subcomissão, tão bem conduzida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e a importância que ela tem para todo o País.

Aqui venho, Sr. Presidente, tentando trazer alguns dados, para que V. Exª, com seus Pares, possa acompanhar os dados daquela região do nosso Estado, do nosso País, e aproveitá-los no relatório que será feito. Além disso, também quero trazer uma visão sistêmica dessa questão tão importante para o País como um todo.

Não podemos abordar a questão das fronteiras sem, antes, brevemente, em voo de pássaro, pensarmos um pouco sobre a segurança ou insegurança do País.

O fenômeno da violência é um fenômeno social, da sociedade pós-moderna, que é enfrentado pelos países desenvolvidos, principalmente depois do fim do estado do bem-estar social, que é enfrentado pelos países emergentes, como é o nosso caso, e que é enfrentado pelos países pobres. Essa é uma preocupação, hoje, não só dos países e de seus governos, como também da ONU. Esse problema é pensado e enfrentado, principalmente, pela ONU.

Não existe desenvolvimento se não houver, nos nossos estados nacionais, segurança, principalmente segurança pública, mas também segurança jurídica e segurança institucional.

Então, o tema que V. Exª propõe ao Senado Federal é de grande relevância. Hoje, em qualquer pesquisa que se faça neste País, uma das três questões apontadas pela população é a questão da segurança. Hoje, neste País – abordo brevemente isso –, há aproximadamente 51 mil homicídios/ano. Perdemos apenas, infelizmente, para a Rússia em números absolutos. Somos o sexto País no mundo em número de homicídios, fazendo um recorte, Senadora Ana Amélia, do principal delito, que é o delito que tira a vida dos nossos cidadãos e cidadãs. Portanto, é uma situação que tem de ser enfrentada por todos aqueles que fazem a gestão do Estado, seja o Poder Executivo, seja o Poder Legislativo, como é o caso desta Casa, seja o Poder Judiciário.

O Governo Federal tem feito iniciativas. Recentemente, os recursos, Sr. Presidente, têm sido melhorados, mas ainda são insuficientes para o enfrentamento dessas questões. Foi criado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que é importante. Mais do que o nome, o importante é que isso contribui, penso, com esta douta Subcomissão, no sentido de que a lógica vem da ONU.

Houve o XII Congresso, realizado na Bahia no ano passado. E a questão de segurança pública não é mais caso de polícia. É também caso de polícia, mas é uma questão do Estado brasileiro, é uma questão da União, é uma questão dos Estados, é uma questão dos Municípios. Nosso País tem uma estrutura federativa tripartida, e são raros os países que têm essa situação. A Constituição aprovada pelos senhores aqui em 1988 emergiu o ente Município como também protagonista da Federação.

E a nova lógica, eu diria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, é que o modelo

de persecução criminal e de justiça criminal começa na Polícia Civil ou no policiamento ostensivo, quando a Polícia Militar não consegue conter que um delito seja praticado; passa, depois, pela Polícia judiciária; passa pelo Ministério Público e, depois, chega ao Poder Judiciário. Esse modelo, funcionando de forma reativa, não deu resultado.

O Instituto Sangari, recentemente, publicou uma pesquisa em que mostra o crescimento, de forma significativa, principalmente dos homicídios no Brasil no período que vai de 1998 a 2008. São números muitos significativos. Apenas duas unidades da Federação – não vou, por questões éticas, citar as unidades que melhoraram ou pioraram –, com relação ao principal delito, conseguiram diminuir o número de homicídios. Na maioria dos Estados, esse índice piorou.

Talvez, possivelmente, seja essa atuação meramente reativa. Temos de ter, como esta Comissão está demonstrando, uma nova postura. Se eu digo que as instituições – e o Senado, junto com a Câmara, é um Poder – devem deixar de ser reativas, para serem proativas, isso deve ocorrer muito mais no Poder Legislativo. Ou seja, não se pode apenas ficar verificando os dados comparados das pesquisas, mas é preciso ter uma ação de proatividade, como é o caso desta Comissão, que busca fazer uma leitura, para, depois, fazer as proposições por meio de projetos de lei e de debates com a sociedade brasileira. Essa proatividade é uma marca daqueles países que, no mundo, estão contendo a questão da violência de forma significativa.

E não mais devemos ficar na dicotomia: se é a repressão qualificada, que é monopólio do Estado, que tem um papel fundamental nessa questão; ou se é a busca das causas mais recônditas das questões socioculturais e econômicas do nosso povo. Hoje, temos de combinar: há momentos em que não há outra saída a não ser a utilização da repressão qualificada, que é questão do Estado, que é monopólio do Estado; e há momentos e situações em que podemos, a médio e longo prazo, diminuir esses índices muito altos e em que deve haver a prevenção combinada com as ações de natureza repressiva.

Faço essa rápida passagem sobre a questão da violência no mundo e cito este fato, Senadora Ana Amélia: 51 mil brasileiros e brasileiras são assassinados, principalmente, nas regiões metropolitanas, onde há os maiores índices de violência e de criminalidade. A ONU diz que o limite seria de dez a doze homicídios para cada cem mil habitantes, mas, na maioria absoluta das nossas capitais, esse número é dobrado ou triplicado.

Na nossa capital Porto Alegre, Senadora Ana Amélia, há um índice de 46 homicídios para cada cem mil habitantes. Portanto, tem havido um crescimento muito alto no período que vai de 1998 a 2008. Felizmente, neste semestre – isso já vinha ocorrendo no semestre anterior –, houve uma diminuição de 15%.

Pois não, ouço V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Secretário, esse crescimento decorre de que razões? Esse crescimento registrado na capital Porto Alegre representa o mesmo índice verificado nas outras capitais brasileiras de mesmo porte, de mesmo tamanho?

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Com muita honra, Senadora, respondo à sua indagação.

Em algumas capitais, diminuiu esse número. Vou falar de Rio de Janeiro. Quando falo Rio de janeiro, não estou falando do Estado do Rio de janeiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor fala só da capital.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Na capital do Rio de Janeiro, houve uma diminuição extremamente expressiva, devido às políticas públicas, como as UPPs e outras iniciativas, que mostraram a ação proativa do Estado, numa nova lógica de equipamento das instituições policiais, de capacitação e de combinação destes dois elementos: a repressão e a prevenção.

A nossa capital apresentou esses dados, que são verificados de 1998 a 2008. Estamos investigando as mais diversas causas, mas ainda não temos, Senadora, condições de dizer exatamente qual a causa mais objetiva. Estamos investigando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que o crime migra, não é, Secretário? Por isso, há curiosidade. A redução desses índices no Rio pode, pela repressão no Rio, ter ocorrido por que o bandido mudou de lugar.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – É verdade, o crime não tem fronteira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso acontece, por exemplo, na questão do assalto a banco. Nas zonas metropolitanas, nas grandes cidades, a repressão aumentou drasticamente, e, assim, o bandido foi para o interior, onde está descoberto. Então, aumentou muito a violência. Nesse caso, pode haver uma migração da região do Rio de Janeiro para outras cidades, como Porto Alegre.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – A senhora aborda esse tema com muita sapiência. Por exemplo, o Rio de Janeiro já está preocupado com a migração do crime. O sul fluminense já está preparando suas estruturas...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Já está migrando para o interior, então.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Inclusive, há a participação dos Municípios, para que a migração do crime não venha a afetar a região que envolve Volta Redonda e todos aqueles Municípios limítrofes.

Só sublinhei esses dados, antes de entrar no tema que é objeto desta discussão – tenho ainda dez minutos, eu acho –, para mostrar que não estamos tratando de pouca coisa.

As armas apreendidas nas fronteiras do País correspondem a aproximadamente 20% das armas que são apreendidas nas regiões metropolitanas, e há o registro de algo em torno de 80 mil armas. O sub-registro, logicamente, existe aí de forma desmesurada, mas o registro é de 80 mil armas de fogo – estou falando de dados de 2009 – que foram interceptadas na nossa fronteira. Quatrocentos mil veículos passaram – estou falando do ano de 2009 – pelas nossas fronteiras e foram furtados ou roubados nas nossas fronteiras, por meio dez países que tem regiões fronteiriças com o Brasil. Houve trinta mil pessoas desaparecidas. Logicamente, muitas podem ter ido para países da Europa, da Ásia, de outros continentes, mas uma parcela foi para essas regiões de fronteiras. E há o registro de 15 mil cargas – então, isso afeta a atividade econômica – que desapareceram em nossas fronteiras.

Muito mais do que eu, os Senadores e todos os senhores sabem dessa questão, mas quero dimensionar o que estamos tratando: há 16.876 quilômetros de fronteira neste País continental, sendo aproximadamente oito mil quilômetros de fronteira seca. Logicamente, controlar as fronteiras de um país continental não é tarefa fácil. Se não houver colaboração dos Poderes, se não houver integração e se não houver uma atuação sistêmica dos órgãos, não obteremos êxito.

No Rio Grande do Sul – peço que a Senadora me ajude –, na fronteira com o Uruguai... Aqui, quero abordar um pouco do meu Estado, até para contemplar aqui, Senadores e participantes desta Subcomissão, a contribuição do nosso Estado nesse debate.

Eu não quis chamar a atenção, mas apenas dizer por que deixamos nossas questões no Rio Grande do Sul e viemos aqui: porque o que estamos tratando nesta Subcomissão é uma questão de fundo para o Estado brasileiro. E, já que houve essa iniciativa do Senado Federal, o Rio Grande do Sul não poderia estar ausente. O Estado já estava presente, pela participação da Senadora Ana Amélia. Mas, neste momento, temos a responsabilidade da contenção da violência e da criminalidade. Somos um Estado em que há 28,1 homicídios para cada cem mil habitantes. Então, tínhamos de estar aqui e trazer nossa humilde contribuição, uma contribuição que entendemos significativa em alguns aspectos.

Se eu tivesse de terminar a minha fala neste momento – sei que o Presidente vai ser benevolente e me dar os minutinhos que faltam –, eu diria duas palavras: temos de ser sistêmicos e temos de ter integração. Uma fronteira desse jaez, desse tamanho, com tamanha diversidade... O cuidado que o Senador Blairo Maggi, que foi Governador do seu Estado, deve ter com a fronteira do seu Estado é absolutamente diferente do cuidado que a sua colega Senadora Ana Amélia deve ter com a fronteira do Estado que ela representa. Ou seja, não temos uma saída única. E não adianta fazermos simplificações e acharmos que uma iniciativa única vai atingir todas as fronteiras. São fronteiras que têm diversidades significativas. Então, deve-se dar atenção à questão sistêmica e à questão integrada.

Nós, no Rio Grande do Sul, tivemos uma experiência... Aí falo na questão sistêmica e na questão integrada, já abordando a experiência do nosso Estado, Sr. Presidente. Lá, criamos um programa que chamamos Combate ao Abigeato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só no Rio Grande do Sul, essa palavra existe.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – É, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que há um gaúcho desgarrado aqui. A palavra é "abigeato".

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Senadora, "abigeato" significa roubo ou furto do gado, dependendo da forma como ele seja cometido.

A nossa fronteira com o Uruguai é de aproximadamente mil quilômetros – é uma fronteira seca – e é de setecentos quilômetros, aproximadamente, com a Argentina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São seis Municípios.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Nós envolvemos 37 Municípios de forma sistêmica, junto com o Estado do Rio Grande do Sul, e essa é uma questão republicana. Participaram, sim, nessa operação a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar. Inclusive, era um governo de outra égide partidária do atual, mas atuou de forma conjunta conosco, com a União, com os Estados e com 37 Municípios, o que gerou um processo novo, um processo sistêmico e integrado

O abigeato é um crime que, inicialmente, pode parecer um crime de menos potencial, porque não é a vida humana, em princípio, que está em jogo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o patrimônio.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – É o patrimônio. Mas ele é um crime matriz. E o Senador Blairo sabe como ele se desdobra, inclusive, em alguns casos, em execuções, para silenciar quem sabe como as coisas estão acontecendo. Não é que essa seja uma característica desse crime, mas quis dizer que ele se desdobra em outros delitos. É, então, um crime que não é de somenos importância. É um crime importante, que afeta, sim, a vida de pequenos produtores. A Senadora, aqui,

tem defendido tanto os pequenos, médios e também grandes produtores daquela região do Rio Grande do Sul em que há a produção.

Peço-lhe que me conceda mais dois minutos, Sr. Presidente, para eu finalizar.

Então, criamos lá essa experiência. Lá criamos uma ordem sistêmica, integrada com esses 37 Municípios. Senador Cavalcanti, ressalto a experiência. Criamos o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, que é composto pelo Prefeito, que o preside; pela Polícia Federal, se por acaso há uma delegacia ou, de alguma forma, um posto da Polícia Federal; pela Polícia Rodoviária Federal; pela Polícia Militar; pela Polícia Civil e por quem cuida, em cada Município, da parte de políticas preventivas.

Em todos esses Municípios, foi criado, então, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, que se reúne, no mínimo, uma vez por mês. Inclusive, há um observatório de segurança pública e um pleno, composto por essas instituições a que me referi aqui. Isso fez com que esse crime que estava em total descontrole no Rio Grande do Sul tivesse uma diminuição extremamente significativa.

Fizemos aportes pelo Governo do Estado e pela União, com a colaboração dos Municípios, de capacitação de servidores das Polícias desses Municípios. Nós repassamos recursos. E conseguimos obter, de um lado, a diminuição significativa desse delito, em percentuais que variaram entre os 37 Municípios. Mas, mais do que isso, aprendemos uma lição. Essa nossa fronteira, Senadora Ana Amélia, foi construída a ferro e fogo e, hoje, é uma fronteira qualificada na relação que temos com os nossos irmãos argentinos e uruguaios. Por exemplo, na fronteira de Livramento, basta darmos um passo, e estamos em Rivera, no Uruguai. Temos uma relação harmônica com esses dois países, uma relação extremamente qualificada. Mas isso fez com que essa integração desses Estados gerasse uma nova visão, uma percepção nova de que não existe saída unitária, de que não adianta um Município ter uma boa atuação se o seu vizinho não está lá. A Senadora, mais atrás, apontou a questão da migração do crime. Então, é preciso cobrir todo o espaço da fronteira.

Agora, lá estamos criando o Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira (GGIF), desde o mês de junho. É o que ainda vamos criar. É lógico que a Senadora será convidada. Mandarei um convite também ao Senador, que tem também muitas tarefas, que preside tão bem esta Comissão e que tem interesse no tema, para, se possível, comparecer ao evento ou mandar uma representação. Então, vamos criar o Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira, que, num segundo momento, absorve todo esse acúmulo que conseguimos obter com essa questão do combate ao abigeato, para que possamos fazer o combate a outros delitos.

Chamo atenção aqui dos principais delitos das nossas fronteiras. Já falamos do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do abigeato.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Já falamos do abigeato. Há também contrabando, descaminho, crimes ambientais, evasão de divisas, exploração sexual infanto-juvenil, pistolagem, refúgio de criminosos, rota de veículos roubados, roubo de cargas e de veículos, tráfico de armas e de munições, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, turismo sexual. Estou falando aqui o que acontece em nível nacional, nas principais regiões, a título de colaboração.

Senadora, na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com a Argentina – talvez, seja esta a colaboração que a senhora e eu podemos ofertar aos Anais desta Subcomissão –, os principais crimes cometidos são: crime organizado, rota de fuga de criminosos, narcotráfico, abigeato, imigração clandestina, exploração de menores, roubo de veículos, tráfico de seres humanos, além da prostituição. Já na fronteira com o Uruguai, que é uma fronteira seca, mudam um pouco os crimes, mas ali estão o crime organizado, rota de fuga de criminosos, narcotráfico, abigeato, prostituição, exploração de menores, furto de veículo, evasão de divisas, descaminho, contrabando e tráfico de armas e de munições.

Então, o que queríamos trazer à colação neste debate, colaborando com esta Subcomissão ao trazermos aqui aquilo que acumulamos nos últimos anos, é que temos de contar com o ente federado, com o Município. As pessoas, a União e os Estados são entes abstratos. Nós moramos no Município, e esses Municípios fronteiriços precisam fazer parte de uma estratégia de combate aos crimes que ocorrem nas nossas regiões fronteiriças.

Queremos chamar a atenção para o fato de que é preciso aprofundar, Sr. Presidente, a relação entre os entes federados, a União, os Estados e os Municípios, em todas as políticas, mas, principalmente, na questão da segurança e da segurança das nossas fronteiras.

Queremos dizer aqui – e sinto não ter estado aqui na última reunião da Subcomissão – que nossos organismos Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Abin, Exército Brasileiro, Estados, Municípios, União, todos precisam, juntos, de forma sistêmica, cuidar de nossas fronteiras, sob pena de não atingirmos os objetivos e de deixarmos que todos esses delitos que, rapidamente, abordei continuem a acontecer.

É preciso dizer, de uma vez por todas, que muitos estudiosos militares e civis têm chamado a atenção do

Estado brasileiro, ao longo da última década, sobre a importância do que seja cuidar das nossas fronteiras. Mas precisamos fazer mais, usando a inteligência, usando a tecnologia, usando a integração, de forma sistêmica, acima de tudo numa unidade entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

A nossa experiência, sendo um Estado que tem fronteiras com dois países, foi significativa, porque, no combate a um tipo de delito, vimos o quanto conseguimos diminuir os índices de violência e de criminalidade quando se trabalha de forma inteligente e integrada e de forma sistêmica. Nós queremos aprofundar isso e, logicamente, queremos nos apropriar de todos esses debates acumulados nesta douta Comissão, para que possamos aprofundar essas discussões com as nossas representações no Congresso Nacional, seja no Senado, seja na Câmara, e para que, no Estado, possamos melhorar o cuidado das nossas fronteiras.

Uma coisa importante de dizer, e ao final encerro, é que, logicamente, temos fronteira com dois países com quem temos uma relação política extremamente respeitosa, como deve ser, que respeita a questão de cada um, os assuntos internos, no caso a Argentina e o Uruguai, países amigos. Temos feitos muitos protocolos. Recentemente, fizemos c*omisiones*, por exemplo. Estamos fazendo protocolos com esses países nas varias regiões, para entrar também a questão da segurança pública.

Repito que o número de armamentos que entra pela fronteira, que precisa ser visto, é em torno de 20%; o que se apreende, nos centros urbanos, é em torno de 80%. Mas 20% é muita coisa! Pode salvar a vida de muitos brasileiros e brasileiras se tivermos um maior cuidado.

Esta Subcomissão, ao final, quando fizer seu relatório, Sr. Presidente, com toda a humildade, poderia passar para o País a noção de que precisamos trabalhar de forma sistêmica e de que todos os órgãos precisam envolver-se. Cada um tem de falar com o outro. Não dá para cada um ficar na sua caixinha! Se não houver entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional um diálogo permanente, cada um vai fazer a sua tarefa institucional, e não vamos ter os resultados esperados.

É preciso que os Estados se engajem. Nós estamos aqui, Sr. Presidente; fomos chamados por V. Exª e comparecemos aqui, porque temos clareza de que esse é um grande problema. Fiz aquela introdução, falando dos números de delitos, principalmente de homicídios, neste País, porque as pessoas, em geral, não sabem que 51 mil brasileiros morrem, neste País, por homicídio. É um número muito maior que o provocado pelas guerras. E, por vezes, devemos ficar – e é certo que fiquemos – sensibilizados com o que vemos na televisão, no dia a dia. Mas, neste País, 51 mil homicídios são cometidos. E muitos desses homicídios que são cometidos devem-se também a armas de fogo.

Completo com uma última resposta, Senador, que eu não disse: o aumento dos índices de violência e de criminalidade está muito vinculado à questão do tráfico de drogas, um dos problemas das nossas fronteiras. Hoje, 64% dos encarcerados neste País são jovens entre 19 e 24 anos. Vejam os senhores e senhoras: 64% dos encarcerados neste País são jovens entre 19 e 24 anos! E a maioria avassaladora dos delitos por eles cometidos para serem condenados pelo Poder Judiciário foi o tráfico de drogas. E, na maioria, são aqueles agentes menores nessa cadeia, porque se sabe que o mais difícil é pegarmos aquele grande traficante, que arrebanha essa nossa juventude, fazendo com que haja um verdadeiro genocídio com drogas como o *crack* e essa última droga que agora surgiu, o oxi.

Portanto, expresso nossa honra, Sr. Presidente, de estarmos aqui e de colaborarmos naquilo que nos afeta. E a nossa colaboração é a nossa experiência de que a única forma de combate – e agora termino mesmo! –, Sr. Presidente, é um trabalho sistêmico, inteligente, integrado, um trabalho que envolva todos os órgãos federais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Exército Brasileiro, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, a União, os Estados e os Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para suas considerações. Depois, falará o Senador Blairo Maggi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou começar pelo final.

Obrigada, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti e Secretário Juarez Pinheiro, pelas informações muito importantes. Dados são fundamentais para avaliarmos o verdadeiro cenário em que estamos vivendo atualmente.

Quando o senhor diz que 64% dos encarcerados são os jovens de 19 a 24 anos que cometeram crimes pelo uso de entorpecentes ou de qualquer tipo de droga, eu lhe pergunto como é que o senhor, como autoridade policial de políticas públicas na área da Polícia, avalia a sugestão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que preside a Comissão Global para descriminalizar o consumo de drogas. É a primeira questão, que já foi até mencionada na Câmara.

Quanto à outra questão, o senhor fez uma referência de que 20% das armas entram pelo contrabando. O que esses 20% representam em números de

armas? Que tipos de armas são? Elas são feitas sob encomenda? Elas entram aqui de que forma?

Aqui mesmo, nesta Comissão, o representante da Polícia Federal que opera na região de fronteira no combate ao tráfico de drogas, um especialista, disse que, se fosse dobrado o contingente, o efetivo da Polícia Federal, seria possível quadruplicar o volume de apreensão de drogas na região de fronteira.

Então, como é possível operar se essas instituições que o senhor aferiu... Algumas dessas instituições são de competência federal, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Abin, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a Polícia Civil. É como aquela história das pragas que dão no gado: a mosca do chifre, se não for combatida no vizinho, continua a provocar danos. Então, se o senhor está combatendo na fronteira, esse grupo de gestão integrada pressupõe também uma participação solidária – não pode ser institucional – com os países vizinhos, no caso, o Uruguai e a Argentina?

Então, essas são as minhas primeiras indagações dirigidas ao caro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Vou pedir ao Senador Blairo Maggi que faça a sua indagação, para que o Secretário possa responder a ambos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o Presidente da Subcomissão, Senador Mozarildo Cavalcanti; o Secretário Adjunto Juarez Pinheiro, do Rio Grande do Sul, que está aqui conosco; e minha colega Senadora Ana Amélia.

Na realidade, não tenho um questionamento próprio a fazer ao Secretário, até porque, como ele disse, cada região tem suas preocupações com respeito à questão da fronteira. De fato, em Mato Grosso, há setecentos quilômetros de fronteira seca com a Bolívia, numa região que não é habitada. Só o fato de a região não ser populosa, já há grandes diferenças no tipo de crime que se pratica nessa região.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um encaminhamento à Mesa. Durante a semana passada – e vi ontem, no final –, a Rede Globo fez uma reportagem, durante uma semana, sobre a questão das divisas brasileiras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Passou no Bom Dia, Brasil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Passou no Bom Dia, Brasil? Então, repetiu a matéria de ontem, do Jornal da Globo, ou vai repetir, não sei. Mas o material é interessante, e eu o vi uma ou duas vezes.

Também ouvi do Ministro da Justiça que eles apresentarão, nos próximos dias, um plano de ocupação de espaço na fronteira, para diminuir tais problemas que foram levantados pela imprensa, que todos sabemos e conhecemos e que são verdadeiros.

Então, eu gostaria de deixar a sugestão ao Presidente da Subcomissão: assim que o Governo divulgar o plano, poderemos convidar quem de direito, quem estabeleceu esse plano, para fazermos um debate nesta Subcomissão, para entender bem como funciona e, também pelas experiências que cada um tem, fazer algumas sugestões a respeito desse assunto.

Os problemas são conhecidos. Sempre defendi – e acho que é muito mais barato para o País – que se fizesse o controle na fronteira, o combate ao narcotráfico na fronteira, em vez de, depois, combatê-lo nos morros, no Rio de Janeiro ou nas grandes cidades. Aliás, essa questão das drogas não é mais um problema de grandes cidades; nas pequenas cidades, nas fazendas, em qualquer lugar deste Brasil, encontra-se a droga que se quer. É um problema sério.

E eu gostaria de deixar, então, a sugestão ao Presidente, para que a gente fizesse um convite a quem de direito para falar sobre essa questão do novo organograma, da nova política que o Governo está fazendo para as fronteiras, para que a gente possa avalizar isso ou fazer sugestões para algumas mudanças, caso forem necessárias.

Muito obrigado. Parabéns, Secretário, pela sua presença. É discutindo assim que a gente consegue alguns avanços.

Não é fácil a tarefa de vocês de cuidar disso. Essa seria uma tarefa muito mais da própria Polícia Federal, do Governo Federal, mas, enquanto ele fica inerte, o Estado tem de estar presente, porque, como o senhor disse, as pessoas vivem no Município e têm seus problemas, que precisam ser resolvidos.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Muito obrigado, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Dr. Juarez Pinheiro.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Quero dizer aos senhores e às senhoras que, assim como os Senadores, os representantes maiores do Poder Legislativo em cada Estado, têm uma agenda extremamente potente e cansativa – quando estão aqui, são demandados em inúmeras Comissões e precisam apreciar inúmeras propostas, projetos de lei, inúmeras questões de todo o País –, nós também temos uma função na área da segurança extremamente desgastante, com outro viés, logicamente, e com outro patamar, porque não temos ali o condão do voto popular, que conduz aqui os Senadores, que sabem o quanto é difícil chegar aqui. Aqui só chega quem tem muito trabalho, como é o caso da Senadora, que, por muitos anos, tratou principalmente da questão de agricultores, pequenos,

médios e grandes, ao longo de sua trajetória como jornalista. Ressalto ainda o acúmulo que tem o ex-Governador e hoje Senador da República Blairo Maggi na discussão visceral das questões econômicas deste País, com posições firmes, que, às vezes, são difíceis. Quando a gente quer construir um caminho novo, não é fácil. O novo atemoriza um pouco aqueles que estão acostumados com uma determinada rotina. E lembro ainda o Senador Cavalcanti, por quem tive a honra de ser convidado.

Vim aqui, Sr. Presidente, com muita esperança. Quis mostrar alguns dados aqui. Tenho trilhado esse caminho. Preocupa-me muito a questão dos homicídios neste País, principalmente, do crescimento da violência e da criminalidade.

Para que o nosso País, que, a exemplo do Estado do nosso Senador Blairo, tem tido um crescimento significativo num passado recente, consiga crescer nos patamares que todos queremos, é preciso que haja segurança pública. Sem segurança pública, não atraímos investimentos, não atraímos grandes empreendimentos.

Temos a responsabilidade de vir aqui e de, com humildade, com aquilo que acumulamos, buscar aproveitar este espaço tão significativo do Senado Federal para mostrar esses dados aqui.

Aqui, estou falando com pessoas que falam com o Brasil inteiro. Quando os senhores falam, as pessoas os escutam. Aqui, está o nosso Poder Legislativo em sua maior essência.

Então, trazemos esses números, para mostrar a importância do cuidado nas fronteiras, para chamar a atenção para o fato de que poderíamos diminuir os homicídios neste País se cuidássemos mais do tráfico de armas. Essa é uma questão que me fez vir aqui, não somente pela honra do convite, mas para participar dessa discussão formalmente. Vim aqui, materialmente; estou aqui com meu coração. Estou aqui, porque acompanho diariamente as vítimas, o verdadeiro genocídio que acontece neste País. Estou visceralmente empenhado no nosso Estado para conseguirmos diminuir os índices que, para nós, são muito altos. Não são os maiores, mas são 21,8 homicídios para cada cem mil habitantes.

A Senadora, com sua sapiência de Senadora, apesar de não ter completado aqui seis meses, e de jornalista, apresenta uma questão inicial significativa. Inclusive, está sendo lançado um filme de que o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso faz parte. Anteontem, ele assistiu a esse filme em uma comunidade do Rio de Janeiro, dialogando com eles sobre a questão da liberação do uso da maconha. É isto: *numerus clausus*. Para que a gente não faça confusão, o que ele defende é isto: a liberação do uso da maconha, para descriminalizar esse uso. Qual a consequência disso? Ele faz isso de forma corajosa, porque não é muito fácil fazer esse debate.

Quero dizer, Senadora, que há uma grande controvérsia sobre esse tema, que não está pacificado. Especialistas, como o Laranjeira, por exemplo, dizem que, na comunidade científica, na literatura e na política de combate ao tráfico de drogas, isso é controvertido. Há aqueles que defendem a ideia de que, liberando o uso da maconha, poderíamos quebrar um pouco a firma, que é o tráfico de drogas. O grande traficante de drogas tem uma firma destruidora de vidas humanas, mas ela é uma empresa clandestina. Hoje, um quarto do que circula de recursos no mundo é do crime organizado! Então, é um grande negócio o tráfico.

Para alguns, então, o uso da maconha seria, assim como o álcool, um primeiro passo, porque o organismo, depois, não reagiria mais ao prazer com a utilização da maconha, que não teria os efeitos realmente devastadores de outras drogas. Então, assim como é o álcool, a maconha propiciaria um próximo passo, para que o usuário ingressasse em outros mercados, como o de cocaína e o de outras drogas mais letais para o ser humano. Isso é o que dizem aqueles que contrariam, principalmente, o Laranjeira, que é um psiquiatra de grande importância para o Estado brasileiro. Já outros acham que, com a liberação da maconha, poder-se-ia descomprimir um pouco o mercado do tráfico de drogas.

Somos responsáveis pela segurança pública, e nossa leitura é a de que temos, primeiramente, de combater o grande traficante, usando tecnologia, usando inteligência. O Senador Blairo foi Governador. Quem está numa função pública não pode, não tem o direito de cometer ilegalidades. Pessoalmente, como cidadão, posso cometer uma irregularidade, um delito, mas vou arcar, junto ao Poder Judiciário, com a minha iniciativa.

A questão é que a lei tem de ser interpretada não só literalmente, mas também de forma extensiva. Temos de ver a *mens legis*, aquilo que diz o legislador. Temos de fazer uma interpretação mais inteligente.

Senadora, a senhora falou em 64% de encarcerados. A senhora visitou – tenho acompanhado – o interior do Estado no fim de semana. Quando a senhora for aos nossos presídios, como já foi, a senhora verá, na hora do banho de sol dos encarcerados, pessoas da minha idade, jovens. Esses jovens precisavam, acima de tudo, do Estado brasileiro, de atendimento à saúde. Não é que os crimes por eles praticados possam ser perdoados, porque não são muito grandes. Mas deve haver estabelecimentos penais adequados, para que esses jovens que, inicialmente, cometem pequenos delitos não tenham contato com aqueles criminosos que, há

muitos anos, estão na cadeia, que são reincidentes e que, infelizmente, por culpa do Estado brasileiro, não têm mais como ser recuperados. Essa é uma questão extremamente difícil.

Senadora, quanto à questão das armas, quero dizer que armas que apreendidas na fronteira não são armas longas, na sua maioria. São pistolas, em sua maioria, armas as mais diversas, mas não são armas longas. Porém, por exemplo, na fronteira de Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, há, sim, o entendimento de que passam armas chamadas longas. Inclusive, o próprio Prefeito de Foz do Iguaçu me disse que a arma que foi utilizada no Rio de Janeiro para derrubar aquele helicóptero teria passado por Foz do Iguaçu.

Aliás, elogie-se Foz do Iguaçu, que tem um Prefeito que é de um partido diferente do meu – por isso, posso falar com a maior tranqüilidade aqui – e que faz um trabalho excepcional e exemplar neste País. O Prefeito MacDonald instalou lá um sistema de inteligência. Hoje, no rio Paraná, podemos acompanhar, dia e noite, toda aquela passagem que existente ali, maior ou menor, de tráficos os mais variados de um país para o outro, devido ao estabelecimento de videomonitoramento que o Prefeito lá colocou.

Então, no Rio Grande do Sul, Senadora, há armas curtas, como as de calibre 38, revólveres, pistolas. Já na tríplice fronteira, acontece o caso de armas longas.

Por último, a Senadora perguntou se temos trabalhado com os nossos vizinhos. Sim, Senadora. E a senhora aí também vai ter um papel fundamental, como Senadora, afinada que está com essas questões.

Para que tirarmos o nosso Estado do internismo em que se encontra, estamos firmando uma serie de protocolos com o Uruguai e com a Argentina, trabalhando de forma irmã, respeitando as questões internas dos países, mas colocando a questão da segurança pública numa série de protocolos, que, talvez, precisem ser sistematizados. E essa é a melhor forma.

Se foi construída uma cultura de violência, Presidente Cavalcanti, também é possível construir uma cultura de paz. Basta a nossa vontade.

Por fim, o ex-Governador Blairo, hoje Senador, abordou aqui questões significativas. A questão da migração do crime ocorre.

Vou divergir um pouco de quem me antecedeu na reunião anterior. Mesmo que quadrupliquemos o efetivo, se não usarmos inteligência, se não usarmos a questão sistêmica, não vamos diminuir muito o que acontece nas nossas fronteiras, o descaminho e o tráfico, porque é uma fronteira muito extensa. O aumento de pessoas envolvidas é importante, mas somente isso não basta, esse não é o único caminho.

Por exemplo, na base aérea de Santa Maria, em experiência, conheci o Veículo Aéreo Não Tripulado, o chamado Vant, que tem origem em Israel. É um instrumento novo, e verifiquei pessoalmente a sua utilização. É realmente sensacional o custo/benefício e o fato de que ele pode controlar uma extensa área com um custo pequeno. Mas vai ser preciso, como dizia o ex-Governador Blairo, hoje Senador, que nossas Polícias Militares estejam envolvidas. Não adianta verificarmos no sistema, pelo Vant, que está ocorrendo um grande tráfico de cocaína, se, naquela região, Sr. Presidente, não houver alguém que possa imediatamente prender aqueles que estão cometendo aquele delito. Por isso, falo na questão sistêmica. O Vant consegue, realmente, com grande precisão, ver até a placa de um veículo, dependendo da altura em que é colocado. Mas, se não houver integração com as Polícias Militares dos Estados, com a Força Nacional, vamos assistir ao descaminho, e as pessoas não serão presas.

Senador Blairo, amanhã – é importante a questão que V. Exª abordou –, vai ser lançada, no Palácio do Planalto, uma iniciativa do Governo Federal chamada Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira (GGIF). A Presidenta vai lançar essa iniciativa, que, por certo, trará possibilidade de subsídios, para que esta douta Comissão possa analisar essa iniciativa governamental e colaborar com seu aperfeiçoamento e com sua implementação.

Sr. Presidente, acho que abordei, dentro do tempo, as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer ao Dr. Juarez e parabenizá-lo pela sua explanação, que, não há dúvida, foi de grande e inestimável contribuição para o tema que estamos abordando.

Queremos lamentar a ausência dos outros Estados do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Paraná, que justificaram sua ausência e ficaram de mandar para esta Comissão, por escrito, a colaboração da sua experiência a respeito do tema.

Antes de encerrar a reunião, quero comunicar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, na próxima semana, dia 14 de junho, vamos ter a quinta reunião desta Subcomissão, que será realizada em dois momentos: na parte da manhã, às 9 horas, ouviremos os Secretários – agora, já vamos avançar para a região Norte – dos Estados do Amazonas, do Amapá e de Roraima; e, à tarde, a partir das 14 horas, ouviremos os Secretários de Segurança do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso. Portanto, com isso, teremos ouvido todos os Secretários que fazem parte dos Estados que estão na faixa de fronteira. E aí concluiremos esse

módulo, que justamente fala da segurança na faixa de fronteira. Depois, partiremos para os outros módulos, mas já teremos condições de trabalhar numa proposta que coincidirá, inclusive, com o lançamento, pela Presidente Dilma, amanhã, desse Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira.

Realmente, foi dito aqui, tanto pelas autoridades federais, na reunião passada, como agora, pelo Secretário Adjunto do Rio Grande do Sul, o que basicamente já está claro: se não houver integração, se não houver inteligência, se não houver algo sistemático, vamos ficar assistindo ao que a Rede Globo mostrou de maneira muito clara, ou seja, como é que estão as nossas fronteiras.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Mozarildo Cavalcanti.

Quero reafirmar o compromisso que V. Exª e nós aqui temos nesta Subcomissão e, de novo, avaliar isso como extremamente positivo. Como gaúcha, estou orgulhosa de o meu Estado estar representado nesta reunião. Lamento profundamente a ausência dos demais, e acho que a Comissão deveria formalizar uma correspondência, um comunicado, porque esta é uma missão de Estado. A situação da fronteira, associada à questão da criminalidade, é muito grave. Então, eu gostaria que fosse feito um registro, seja uma correspondência ou uma moção até, formalizando isso aos Governadores dos Estados que não compareceram aqui e um agradecimento ao Estado do Rio Grande do Sul por prestar o compromisso que tem com a sociedade. Fico muito orgulhosa, como representante do Rio Grande do Sul, de o Governo ter assumido este compromisso com seriedade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu quero endossar as palavras de V. Exª. O Estado de Mato Grosso estava comprometido de vir aqui, mas deve ter havido problema de última hora. Os Governadores de Santa Catarina e do Paraná tinham dificuldade de vir aqui. Conversei com os Governadores ontem, e os dois me garantiram que viriam.

Vamos, sim, formalizar o pedido para que eles nos mandem – não vamos ter oportunidade de fazer outra audiência com eles –, formalmente, a documentação, explanando os problemas de cada um dos Estados. Vamos partir para, portanto, ouvir os Estados da região Norte que mencionei. Com isso, concluiremos a audiência de todas as autoridades federais – que já ouvimos – e de todas as autoridades estaduais, para podermos formular uma proposta.

Quem sabe até, como foi sugerido aqui, podemos convidar os dirigentes desse Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira, para que nós possamos fechar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho uma boa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Assim, poderemos fechar uma proposta do Senado. Repito aqui: o Senado, como representante dos Estados, de fato, tem de estar atento a essa questão. Para mim, foi até uma feliz coincidência que a Rede Globo mostrasse para toda a Nação essa questão das nossas fronteiras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Como é delicada essa questão! Estamos vivendo problemas nas capitais e até em cidades que não são capitais, justamente em decorrência do abandono que as nossas fronteiras têm sofrido de maneira sistemática.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com prazer, eu o ouço.

O SR. JUAREZ PINHEIRO – Eu não queria quebrar o protocolo, mas só quero fazer o registro de que, como gaúcho também, afora ser o Secretário Adjunto da Segurança Pública, fico muito honrado com o fato de que uma mulher que faz parte do nosso rol de três Senadores tenha estado aqui conosco e tenha tido a sensibilidade política de ter preocupação com esse tema tão significativo. Então, como gaúcho também, quero dizer que me orgulho da Senadora, que se tem destacado no seu trabalho parlamentar, mas me orgulho mais ainda por ver que, com tantas matérias em que poderia hoje estar envolvida, ela escolheu o tema da segurança pública.

Eu quero dizer que fico orgulhoso, Sr. Presidente, de que um dos três Senadores do meu Estado, no caso, a única mulher, tenha tido essa sensibilidade. E, por certo, ao Governador, que tem dialogado com ela seguidamente, vou fazer esse registro, para que ela possa conosco lá também receber as informações e nos ajudar no trabalho, que é árduo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero também aduzir que a Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidente desta Comissão, é atuante tanto aqui, quanto em todas as outras Comissões e também em plenário. Tenho certeza de que ela vai dar uma colaboração muito importante, para que possamos produzir um projeto ou um documento com que possamos contribuir para mudar essa realidade triste das nossas fronteiras.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Marcelo Crivella, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Ivo Cassol e Mário Couto.** Também esteve presente o Senador não-membro: **Clésio Andrade**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 21ª Reunião, que é aprovada. A Presidente comunica aos senhores membros e àqueles que acompanham os trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura que a partir desta semana encontram-se disponíveis na página do Senado Federal a íntegra dos requerimentos aprovados pela Comissão neste ano, bem como informações acerca da realização das audiências públicas a que esses requerimentos se referem. Esse procedimento faz parte do sistema de modernização dos trabalhos legislativos das Comissões, coordenado pela Secretaria de Comissões e pela Diretoria das Comissões Permanentes. A sigla dos requerimentos aprovados na Comissão é "RQI", que podem ser acompanhados na área "atividade legislativa" da página principal do Senado Federal. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010,** de autoria do Deputado Alberto Goldman, que "Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências." A matéria é adiada**. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2011,** de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências." A Presidente designa o Senador Waldemir Moka como Relator "ad hoc" para a matéria. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01 – 02 – CI. Usa da palavra para discutir a matéria o Senador Walter Pinheiro. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011,** de autoria do Senador Marcelo Crivela, que "Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências." A matéria é adiada. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2011,** de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera o art. 9º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas no caso de rendimentos da prestação de serviços de transporte, em veículo próprio, locado, ou adquirido com reserva de domínio." A Presidente designa o Senador Ivo Cassol como Relator "ad hoc" para a matéria. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto. A matéria via à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 5 – Requerimento nº 35, de 2011 – CI**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia**, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infra-estrutura financiados com recursos públicos, com os seguintes convidados: **Ataíde Ribeiro da Costa** – Procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014 – MPF; **Cláudio Weber Abramo** – Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil; **MinistroValmir Campelo** – Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU (relator das obras da Copa no TCU); e **Ricardo Leyser Gonçalves** – Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, representando o Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva." Usam da palavra para discutir o Senador Walter Pinheiro e Vanessa Grazziotin, é solicitada a participação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 CMACOPOLIM e a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL. A matéria é aprovada. **ITEM 6 – Requerimento nº 36, de 2011 – CI**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que "Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimen-

to de n.18, com o objetivo de incluir a presença do Senhor Célio Alberto Barros de Lima, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, na Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil." A matéria é aprovada. **ITEM 7 – Requerimento nº 37, de 2011 – CI**, de autoria do Senador **Vital do Rêgo** e Senadora **Vanessa Grazziotin**, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, o transporte ferroviário, a necessidade e viabilidade de um novo marco regulatório para o setor, com a participação das seguintes autoridades: – Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e – Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF." A matéria é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PDDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata 21ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Comunico aos Srs. Membros e àqueles que acompanham os trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura que, a partir desta semana, se encontra disponível, na página do Senado Federal, a íntegra dos requerimentos aprovados pela Comissão neste ano, bem como informações acerca da realização de audiências públicas a que esses requerimentos se referem.

Esse procedimento faz parte do sistema de modernização dos trabalhos legislativos das Comissões, coordenado pela Secretaria de Comissões e pela Diretoria das Comissões Permanentes.

A sigla dos requerimentos aprovados na Comissão é RQI e podem ser acompanhados na área de atividades legislativas da página principal do Senado Federal.

ITEM 1
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 166, DE 2010

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Autoria: Deputado **Alberto Goldman**
Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**
Relatório: Pela aprovação do Projeto

Solicito ao Senador Waldemir Moka... Aliás, este item é terminativo. Então, vamos retirá-lo de pauta, uma vez que não temos o quorum qualificado para votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PDDB – GO) –

ITEM 2
-Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2011

Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

Autoria: Senador **Walter Pinheiro**
Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:*1– A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

Solicito que o Senador Waldemir Moka relate a matéria como Relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –

PARECER Nº , DE 2011

Da Comissão De Serviços De Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei nº 227, de 2011, que altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e n 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos *royalties* e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendi-

mento das populações atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

Relator: Senador **Acir Gurgacz**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei nº 227, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que propõe vincular parte dos recursos de *royalties* de petróleo e do Fundo Social para a prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo.

O autor da proposição sustenta que os recentes desastres naturais que assolaram o Brasil mostram a necessidade de se criarem planos de prevenção e obras de infraestrutura para reduzir significativamente os efeitos dessas intempéries sobre a população. Lembra também o Senador Walter Pinheiro que o recente desastre nuclear no Japão, ainda que raro, põe à mostra os riscos para a população brasileira das usinas nucleares e a necessidade de prepará-la para enfrentá-los. Finalmente, propõe alteração no texto do art. 49 da Lei nº 9.478, de 1997, preservando o seu conteúdo.

A matéria foi despachada inicialmente para esta Comissão, e seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

A esta Comissão de Serviços de Infraestrutura cabe se manifestar sobre matérias diversas, inclusive as atinentes a obras públicas em geral. É nesse tema que se insere a proposição sob análise.

É inegável o mérito da proposição. A população brasileira tem sofrido enormemente com a ocorrência de desastres naturais, que vêm se repetindo com crescente gravidade, sem que o Poder Público tenha feito qualquer ação preventiva para minorar o sofrimento das pessoas.

A experiência de outros países mostra que a prevenção, inclusive com planos de contingência bem estruturados, tem evitado mortes e prejuízos para os seus cidadãos, quando da ocorrência de chuvas intensas, deslizamentos, maremotos, furacões, entre outros desastres naturais de grandes proporções. A prevenção se materializa mediante a implantação e a melhoria de infraestrutura, associadas a ações de preservação de cobertura verde.

Em boa hora, portanto, o Senador Walter Pinheiro traz à consideração do Parlamento essa proposta, que, se aprovada, dará as devidas condições ao Poder Público para enfrentar os recorrentes desastres naturais ou eventuais acidentes radioativos. Destaca-se também o alcance nacional do projeto, que não se restringe aos Municípios e Estados produtores de petróleo.

Cabe apenas um reparo a fazer na redação do art. 1º do PLS. Ele altera a Lei nº 2.004, de 1953. Mas essa Lei foi revogada pela Lei nº 9.478, de 1997, a chamada Lei do Petróleo. Por outro lado, a própria Lei do Petróleo, ao tempo em que a revoga, faz referência indireta a ela, quando remete a distribuição da parcela de 5% de *royalties* para o art. 7º da Lei nº 7.990, de 1989, Ocorre que esse mesmo art. 7º é uma alteração na Lei nº 2.004, de 1953, revogada pela Lei do Petróleo. Trata-se, pois, de um antigo defeito de técnica legislativa que precisa ser corrigido.

Para sanar definitivamente esse defeito, que pode causar insegurança jurídica, proponho uma emenda de redação ao art. 7º da Lei nº 7.990, de 1989, para a exclusão de qualquer referência à Lei nº 2.004, de 1953, na legislação.

III – Voto

Voto pela aprovação do PLS nº 227, de 2011, com duas emendas.

EMENDA Nº – CI (ao PLS nº 227, de 2011)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º Os arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a viger com a seguinte redação:

"Art. 48 .....

§ 1º No mínimo vinte por cento dos recursos transferidos aos estados e municípios pelo Fundo Especial previsto no art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, deverão ser destinados para prevenir desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos, bem como para atender à população e às áreas atingidas por esses desastres.

§ 2º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no § 1º." (NR)

"Art. 49. .....

§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos *royalties* que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao Fundo Social, de que trata o art. 47 da Lei nº 12.531, de 22 de dezembro de 2010, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.

§ 4º No mínimo vinte por cento dos recursos transferidos pelo Fundo Especial previsto

na alínea *e* do inciso II do *caput* deverão ser destinados para prevenir desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos, bem como para atender à população e às áreas atingidas por esses desastres.

§ 5º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no § 4º." (NR)"

EMENDA Nº – CI (ao PLS nº 227, de 2011)

Inclua-se o seguinte artigo 3º ao Projeto de Lei nº 227, de 2011, renumerando-se o art. 3º para art. 4º:

"Art. 3º O art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O valor do royalty, previsto no contrato de concessão para extração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, que representar cinco por cento da produção, será distribuído conforme os seguintes critérios:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) setenta por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) vinte por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) dez por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) trinta por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) trinta por cento aos Municípios onde ocorrer a produção e suas respectivas áreas geoeconômicas;

c) dez por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, segundo critérios estabelecidos em regulamento;

d) vinte por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

e) dez por cento para constituição do Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;" (NR)"

O voto é favorável. Esse é o Relatório, Srª Presidente, e o nosso voto é favorável. Evidentemente que o Relatório é de autoria do Senador Acir Gurgacz e com essas emendas aqui já lidas.

A SRª PRESIDENTE (Senadora Lúcia Vânia – PSDB – GO) – Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto. (*Pausa*.)

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Os Srs. e Srªs Senadores que concordam com a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Infraestrutura. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Senadora Lúcia Vânia – PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, quero agradecer ao Senador Acir Gurgacz pelo brilhante relatório e também ao Senador Moka, que fez aqui, além da leitura, a apresentação desse relatório.

Mas eu queria insistir, Srª Presidenta, em uma coisa que acho muito importante. Quando nós até discutíamos a possibilidade desse projeto, na realidade não havia nem iniciado, ou melhor, não tínhamos nem tomado posse, até porque estávamos em um processo ainda de nosso término de mandato na outra Casa. Mas nós assistimos, principalmente naquele período, um conjunto de ações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, recursos liberados, meu caro Moka, sempre em um processo posterior a desastres, a efeitos causados por intempéries ou até ações que necessitavam de uma mobilização por parte do Poder Público, em remover pessoas, em socorrê-las, em dotar de infraestrutura determinados locais para aquele período crítico.

O que motivou esse projeto? É que, toda as vezes, atacamos os problemas chamados de ações de defesa civil, e todas as pessoas retornam para os mesmo locais de que, num período crítico, são retiradas. É óbvio que aí vem uma máxima, e sempre me recordo disto: todas as vezes em que tínhamos uma crise como essa em Salvador, por conta da chuva, em que, pirambeira, encosta abaixo e coisa do gênero, íamos falar com as pessoas, elas nos diziam o seguinte: "Está bem, está legal, estou enfrentando isto aqui, há risco, mas vou morar onde? Vou viver em que local?"

Portanto, a ideia de criar a cultura da política de defesa civil e de dispensar esses recursos dos chamados *royalties* que envolvem o pré-sal para uma ação de prevenção e para uma ação de planejamento é evitarmos essa lógica de que, todas as vezes, liberam-se recursos, e efetivamente não se recupera, ou não se remaneja, tampouco se corrige a distorção. Não há como fazer isso. Então, vamos convivendo sempre com a tese de que o Ministério da Integração Nacional tem de ter recursos para dispensar, para atacar.

Um exemplo: Santa Catarina. Todo ano chove, naquele período, no Estado de Santa Catarina. Mato Grosso do Sul, todo ano, enfrenta suas crises: o rio subiu, varreu, é gado para aqui, gente para acolá. Aí entra a Defesa Civil, vai um dinheirinho do Ministério da Integração Nacional, e, na maioria das vezes, meu caro Senador Moka, quando ele chega, o povo já se acomodou. O dinheiro é liberado, vem até por medida provisória, mas, quando chega ao outro lado, o povo já se reacomodou no mesmo lugar e, portanto, já está enfrentando uma nova crise. Ele sai de um período de chuva e enfrenta um período de seca; aí quando o dinheiro chega não é para resolver o problema causado pela chuva, mas para matar a fome e para resolver as questões de renda por conta da seca, da estiagem. Então, a ideia é a de que trabalhemos com isso.

Na mesma linha, estou defendendo, em nível nacional, que adotemos uma política de centros de emergência. O Senador Aloysio Mercadante, inclusive, vai estar, na semana que vem, na Comissão de Assuntos Econômicos e esteve na CCT. Estamos cobrando a instalação de centros de serviços de emergência no País, que possam trabalhar na prevenção, atuando, também, nos momentos em que as crises se apresentam.

Nós não temos cultura de defesa civil no Brasil. Por isso, esta Comissão produziu um bom debate sobre a questão nuclear, e chegamos à conclusão de que não é só por sermos contra a continuidade do programa nuclear, mas porque conhecemos, por exemplo, todos os riscos que a energia nuclear tem. Não conhecemos é a nossa capacidade de atuar, quando esses riscos se apresentam. Esse é o problema.

Olhem Fukushima. Os japoneses, com toda a larga experiência em defesa civil, não conseguiram dar resposta. Então, é essa a ideia para trabalharmos. "Ah, mas não temos acidentes da proporção de Fukushima." Mas temos coisas como aquelas com que convivemos recentemente, tanto no Sul, como no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste. Agora, recentemente, os Estados do Norte estavam convivendo com problemas dessa natureza, com a necessidade de deslocar recursos.

Estamos o tempo inteiro com isso. Então, é para se trabalhar isso com uma lógica planejada, segundo a qual se construam casas, para que tenhamos a condição de promover um verdadeiro reordenamento urbano e de melhorar as condições de saneamento; é para se ter a oportunidade de ir planejando determinadas áreas, para que se viva em paz e não permanentemente em risco.

Então, é isso, Srª Presidente. As duas emendas que foram apresentadas pelo Relator gostaria muito de discutir lá na CAE, porque elas envolvem, inclusive, uma partilha, e esse é um debate que está sendo feito na CAE. Seria importante fazer o verdadeiro debate sobre a forma pela qual constituiremos o nosso fundo – até o fundo a partir da questão dos *royalties* –, até porque talvez nós cruzemos o debate desse projeto com o outro debate que abrimos na Casa, que é esse frenético debate envolvendo a partilha dos *royalties* do petróleo no Brasil. É importante que, de uma vez por todas, botemos o dedo nessa ferida.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) –

ITEM 3
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011

Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.

Autoria: Senador **Marcelo Crivella**
Relatoria: Senador **Lobão Filho**

Este projeto é terminativo. Vamos adiá-lo porque não temos agora um quórum qualificado.

Passamos ao

ITEM 4
-Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2011

Altera o art. 9º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas no caso de rendimentos da prestação de serviços de transporte, em veículo próprio, locado, ou adquirido com reserva de domínio.

Autoria: Senador **Gim Argello**
Relatoria: Senador **Mozarildo Cavalcanti**
Relatório: Pela aprovação do projeto

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol para proferir o relatório como relator *ad hoc.*

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Srª Presidente.

Srs. Senadores, na Comissão de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei nº 234, do Senador Gim Argello, que propõe reduzir a base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas no caso de rendimento de prestação de serviço de transporte em veículo próprio, locado ou adquirido com reserva de domínio.

Vamos à análise.

A competência da Comissão de Infraestrutura para a análise da matéria está expressa no art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A legitimidade da iniciativa parlamentar e o uso da lei complementar estão expressos no art. 48, inciso 61, bem como nos artigos 24 e 153, III, todos da Constituição Federal. Os primeiros estabelecem a competência do Congresso Nacional e seus membros para legislar sobre tributos, e os últimos, a competência da União para legislar sobre tributos e Imposto de Renda.

No que concerne à atribuição da Comissão de Infraestrutura, entendemos que procede a argumentação exposta na justificação do ilustre autor, que muito bem traduziu a falta de isonomia de tratamento no âmbito do Imposto de Renda sobre empresas transportadoras de cargas e caminhoneiros autônomos. Além disso, salta aos olhos e traz grande preocupação o alto índice de acidentes nas estradas denunciado pelo autor em sua justificação.

Assim, entendemos que a diminuição da carga tributária incidente sobre o caminhoneiro proporcionada pelo projeto trará, certamente, grande alívio ao segmento, permitindo aumento de formalização, a possibilidade da renovação da frota e outros.

O projeto de lei é elaborado em boa técnica legislativa, nos moldes previstos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto à exigência de responsabilidade fiscal do PL nº 234, de 2011, contém as necessárias cautelas previstas na lei.

Ante o exposto, somos a favor da aprovação do projeto, uma vez que dá melhores condições e autonomia para os nossos proprietários de transportes nos quatro cantos do País para que, além de substituir seus caminhões, possam ter uma renda maior, melhor e, ao mesmo tempo, possam sair da informalidade e entrar na formalidade, para que possamos valorizar e agregar, na iniciativa desses pequenos e autônomos proprietários, a condição de fortalecer.

Portanto, somos a favor da aprovação do PL nº 234, de 2011.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PDDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Relatório passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM 5
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº35, DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infra-estrutura financiados com recursos públicos, com convidados a serem oportunamente definidos.

Autoria: Senadora **Lúcia Vânia**

Convidados: Ataíde Ribeiro da Costa, Procurador da República e coordenador do grupo de trabalho da Copa 2014; Claudio Weber Abramo, Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil; Ministro Valmir Campelo, Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU; Ricardo Leyser Gonçalves, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, representando o Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, quero discutir a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PDDB – GO) – Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, eu queria debater esta matéria porque é importante e oportuno que façamos este debate. Acho que é até muito apropriado, porque a Comissão de Orçamento, inclusive, deve fazer, na próxima quarta-feira, uma reunião extraordinária para também discutir esta matéria. A Comissão Mista de Orçamento conta com a nossa participação, inclusive.

Mas é importante que pudéssemos – e esta cobrança fiz à Comissão de Assuntos Econômicos – juntar as diversas Comissões, até por conta do tempo extremamente exíguo em relação à apreciação de matéria que está tramitando na Câmara dos Deputados, qual seja, a medida provisória que foi objeto de todo este debate. Assim, é importante que pudéssemos, efetivamente, construir esse caminho, já que a medida provisória, provavelmente, só deve chegar a esta Casa, numa análise mais otimista, quarta ou quinta da semana que vem, visto que ainda há emendas para serem apreciadas naquela Casa, na terça-feira.

Portanto, como há a possibilidade efetiva dessa audiência pública na Comissão de Orçamento, o que eu aditaria a esse requerimento de V. Exª é o seguinte: primeiro, a oportunidade de também estar em um debate como esse na presença de órgãos de fiscalização, como CGU, TCU – convidar a própria estrutura da

nossa Controladoria Geral da União –, e também com a participação principalmente de um representante do Ministério do Planejamento, a fim de que possamos fazer a compatibilização entre o que é o debate da infraestrutura e a própria questão do acompanhamento do desembolso em relação às questões orçamentárias e à liberação de recursos.

E V. Exª sugere, inclusive, a participação de membros do Ministério do Esporte, o que considero importante pelo fato de ser o Ministro do Esporte o principal responsável pelas obras para a Copa em nosso País.

Então, o que pediria a V. Exª é a oportunidade de ajustar com essas duas outras Comissões. Mas creio que vai ser impossível fazermos audiência conjunta com a Comissão de Orçamento. Pode ser até que nas tratativas de hoje até terça ou quarta-feira, não sei até que ponto seria possível juntar essa audiência, Senadora Vanessa, mas pelo menos com a Comissão de Assuntos Econômicos, eu conversei com o Sr. Presidente, não há audiência da Comissão, somente na próxima terça-feira. Portanto, haveria mais do que intenção, em minha opinião, era importante para nós aqui, se não conseguirmos fazer junto com a Comissão de Orçamento, que pelo menos nós inseríssemos a Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado para nós darmos exatamente o trato da outra parte desse debate, que é, na minha opinião, o debate mais importante, na medida em que há uma preocupação em relação à celeridade, mas há também, eu diria, mais que uma preocupação, uma obrigação de nossa parte no que diz respeito ao que seria um cronograma físico/financeiro, associado, efetivamente, ao que vamos ter de orçamento para essas obras e de que forma nós vamos poder acompanhar.

Mais do que nós, efetivamente, a Comissão de Orçamento tem essa obrigação de promover todas as condições para um rigoroso acompanhamento dessa questão, mas acho que é nossa obrigação, a partir do Senado também, envolver a esfera de fiscalização por parte da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, até tirando toda e qualquer aura de sigilo que porventura tenha se estabelecido a partir da leitura ou da intenção por diversas pessoas, na medida em que uma matéria com esse teor está em apreciação na Câmara.

Então, o que eu faria de sugestão a V. Exª, nós poderíamos aprovar o requerimento, tentaríamos esse, eu diria, acerto com a Comissão de Assuntos Econômicos, na semana que vem, para que tivéssemos a oportunidade de marcar essa audiência em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Volto a insistir, acho pouco provável que tenhamos sucesso numa empreitada de debates em conjunto com a Comissão de Orçamento, essa reunião da Comissão de Orçamento já havia sido marcada no dia de ontem, portanto, marcada para a próxima quarta-feira, e, se não me falha a memória, V. Exª também é membro da Comissão de Orçamento, então nós teremos a oportunidade de fazer esse debate na quarta-feira. Se houvesse a possibilidade até da junção dessa audiência já na próxima quarta-feira, com a própria, o mesmo debate na Comissão de Orçamento, talvez fosse importante porque nós já faríamos o debate dessas questões, inclusive antecipando-nos ao processo de apreciação da medida provisória que, creio eu, deve acontecer num período entre o dia 4 e 5 de julho aqui na Casa, quando a medida provisória efetivamente deverá aqui chegar.

Então, são essas ponderações que gostaria de fazer, além de acrescer a essa lista de debatedores ou até de expositores sobre o tema, essas figuras que citei aqui representando principalmente os órgãos de fiscalização e o próprio Ministério do Planejamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Walter Pinheiro, quero dizer, Senador, que concordo plenamente com V. Exª, vamos procurar o Senador Delcídio do Amaral, para que a gente possa fazer em conjunto.

Concordo também que os nomes escolhidos sejam feitos em combinação com a Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos aguardar, vamos colocar em votação, mas vamos aguardar os nomes para que façamos isso de forma conjunta.

Em relação à Comissão de Orçamento, regimentalmente, nós não podemos fazer em conjunto, o que nós podemos fazer é participar. Como a participação do Senado é relativamente pequena na Comissão de Orçamento, eu acho oportuno que a gente, antes de votar a medida provisória, faça esse debate aqui no Senado Federal.

Com a palavra a Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Primeiro era isso, que eu não fiquei em dúvida acerca dos convidados, V. Exª leu uma relação, o Senador Walter Pinheiro propôs outros representantes de outras entidades, de outros órgãos, e V. Exª acaba de dizer que definiremos, posteriormente, o rol de convidados para este debate. Perfeito? É isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É esse o entendimento. Correto. Então; tenho uma outra preocupação que eu gostaria de agregar, Senador Walter Pinheiro. Aqui nesta Casa, não tenho a certeza absoluta, temos duas ou três Subcomissões que acompanham as questões da Copa, sendo uma delas é presidida pelo Senador Blairo Maggi; a outra, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Seria importante que envolvêssemos isso, porque acho

que deveríamos fazer... Se conseguirmos, vai ser realizar um debate sobre o tema, mais do que um é impossível. Então, se pudéssemos, mesmo, Senadora, que não seja formal, acho que poderemos fazer um esforço para a próxima semana juntarmos essas outras Comissões que tenham Subcomissões de acompanhamento da Copa e que têm feito um belo trabalho, debatido cidade a cidade, e vamos debater isso, porque a medida provisória trata exatamente disso, de assuntos da Copa. E se não conseguirmos formalmente, formalmente, que, pelo menos, o façamos informalmente, incluir esses membros, são 4, 5 Senadores de cada uma dessas Subcomissões, para que, conosco, participem desse importante debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concordo, Senadora Vanessa, vou procurar os Presidentes de Comissão, e vamos tentar mobilizar o maior número de Senadores.

Portanto, então, vamos colocar em votação sem a...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, só uma coisa, só para...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A Subcomissão que é presidida, dirigida pelo Senador Blairo Maggi, não é desdobramento da Infraestrutura ou ela é da CMA?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É da CMA.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Os nomes serão posteriormente indicados por meio de uma reunião conjunta desta Comissão com as demais que participarão do debate.

ITEM 6
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 36 , DE 2011 – CI

Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento de n.18, com o objetivo de incluir a presença do Senhor Célio Alberto Barros de Lima, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, na Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil.

Autoria: Senadora **Vanessa Grazziotin**

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

V. Exª deseja falar alguma coisa, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – BA) – Não, não, obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) –

ITEM 7
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, o transporte ferroviário, a necessidade e viabilidade de um novo marco regulatório para o setor, com a participação das seguintes autoridades: Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF.

Autoria: Senador **Vital do Rêgo**, subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin

Os Srs. e Srªs Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Vanessa Grazziotin e os demais Senadores que estiveram presentes.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 14H30M, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinqüenta minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da

Senadora Lúcia Vânia**,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Blairo Maggi, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, José Pimentel, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol e Aloysio Nunes Ferreira.** Também estiveram presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores não-membros da Comissão **Ataídes Oliveira, Clésio Andrade, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e Ana Rita.** A Presidente convida os participantes a tomarem assento à mesa. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 35 de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com o objetivo de debater as propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infraestrutura financiados com recursos públicos, com a participação da comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM e a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL, com a presença dos seguintes participantes: Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior – Ministro de Estado do Esporte; e Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União – TCU. A Presidente registra a presença do Sr. Waldemar de Souza, Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes. A seguir, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Ricardo Ferraço, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Ataídes Oliveira, Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Eduardo Suplicy e Cyro Miranda**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lucia Vania,** Presidente .

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Convido para compor a Mesa o Ministro Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte; convido o Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Cumprimento o Sr. Ministro. Quero, nesta oportunidade, agradecer-lhe pela presença; cumprimento o Dr. Marcelo e também lhe agradeço a presença.

Damos início, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a mais uma audiência pública, na qual trataremos do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as obras da Copa e das confederações, em 2013, da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e das Olimpíadas e Paraolimpíadas, em 2016, com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CMA), cujo Presidente, Senador Blairo Maggi, convido para tomar assento à mesa.

A audiência é resultado da aprovação do Requerimento nº 35, de 2011, de minha autoria, Comissão de Infraestrutura, ocorrido na reunião desta Comissão no dia 22 de junho.

Contamos com a presença dos seguintes convidados, aqui já mencionados: Exmº Sr. Ministro de Estado do Esporte, Sr. Orlando Silva, e o Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União. Desde já, agradeço a presença dos senhores nesta audiência.

O tema que aqui será tratado é da mais alta relevância para o País, não somente pela importância econômica e social dos eventos mundiais que o País sediará, mas, sobretudo, pelo impacto na cultura jurídica brasileira de proteção aos recursos públicos, vigente a quase duas décadas, que as propostas aprovadas ontem, na Câmara dos Deputados, provocam.

Somam-se quatro as tentativas do Executivo em aprovar normas especiais para as licitações e contratos da Copa do Mundo e jogos olímpicos. Ressurge a proposta agora, no bojo da Medida Provisória nº 527, aprovada ontem, pela Câmara dos Deputados, que está sendo encaminhada a esta Casa ainda nesta semana e cujo prazo de validade encerra-se no próximo dia 15 de julho.

São muitos os pontos que demandam indagações. A proposta de contratação integrada, por meio da qual as obras são contratadas por inteiro e devem ser entregues à administração pública, pronta para o uso, tem gerado críticas contundentes. Suspeita-se que essa modalidade de contratação não permitirá uma adequada fiscalização do TCU.

Outro aspecto relevante são os pesos diferenciados para os critérios de escolha por preço e por técnica hoje definidos em igual proporção. O RDC permite a proporção de até 70% para um em detrimento do outro, sob a justificativa de busca da vantagem para a administração. A subjetividade dessa motivação pode gerar problemas. Uma vez em se tratando de recur-

sos públicos, quanto mais objetivos forem os critérios melhor para o Estado.

A proposta de bonificação das empresas licitantes que entregaram as obras antes do prazo também preocupa, pois pode estimular a fraude e uma má prestação dos serviços contratados, que já são comuns, mesmo com a inexistência desses prêmios, conforme a legislação hoje em vigor.

Enfim, o RDC constitui uma complexa modalidade de licitação, e é para discutir as causas e os efeitos desse regime especial, além de outras questões envolvendo sigilo de orçamento e fiscalização das obras públicas, que nos reunimos, hoje, nesta Comissão.

Estou certa de que o debate que se inicia agora, nesta audiência pública, será fundamental para subsidiar os trabalhos legislativos à apreciação da Medida Provisória nº 527. Dessa forma, a Comissão de Infraestrutura não somente permitirá uma discussão clara e técnica acerca dos temas aqui tratados como também possibilitará às Srªs e aos Srs. Senadores ouvir os argumentos e as fundamentações desses assuntos e esclarecer as dúvidas porventura existentes com a devida antecedência, algo que esta Casa não tem feito nos últimos meses nas discussões das medidas provisórias.

Comunicados.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tem participado, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto, segundo fóruns legislativos, nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas visitas em cinco cidades: Fortaleza, Recife, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus. A sexta visita acontecerá no dia 5 de julho, próxima terça-feira, aqui, em Brasília, na Câmara Legislativa. A Secretaria da CDR já encaminhou o convite do evento a todos os Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Sr. Ministro de Estado Orlando Silva, para que ele possa fazer sua exposição.

O tempo concedido, Sr. Ministro, será de vinte minutos, uma vez que V. Exª sabe que temos, logo em seguida, o Ordem do Dia, por volta das 16 horas.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Agradeço o convite feito pela nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia. A oportunidade de dialogar com os Senadores é sempre muito importante, para se aperfeiçoar o trabalho do Poder Executivo. Sei que a Ordem do Dia, aqui, tem momento definido para começar, assim como a nossa, lá no gabinete. Então, também me interessa que a reunião seja a mais célere possível.

Além da Senadora Lúcia Vânia, eu queria agradecer ao Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e que tem coordenado a Subcomissão que tem acompanhado todo o processo de preparação da Copa, inclusive o Senador participou da reunião com a Presidenta da República, vários Ministros, Prefeitos e Governadores das cidades da Copa. Demais Senadores presentes, Senadora Lídice da Mata, Senador Aloysio Nunes, Senador Inácio Arruda, Senador Ricardo Ferraço, Senador Ataídes Oliveira, além do meu companheiro de mesa Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento do Tribunal de Contas da União.

Vou falar sobre uma matéria, que é esse Regime Diferenciado de Contratação, cujo texto, como os senhores sabem, foi ontem, à noite, até o final da noite de ontem, examinado pela Câmara dos Deputados, e a expectativa que temos é que a Câmara ofereça a versão final do texto aprovado no prazo mais breve possível para o Senado poder examinar essa matéria e encaminhá-la como julgar mais adequado. Mas acredito que vale a pena, ainda que o texto não tenha chegado a esta Casa, por economia processual, digamos assim, Presidenta, adiantarmos um pouco as impressões que o Governo Federal tem, a partir do Ministério do Esporte, sobre esse tema.

Os senhores sabem que esse é um projeto de lei que há tempos foi debatido internamente no Governo. Conversamos, na Câmara dos Deputados, com as lideranças sobre a oportunidade de apresentação dessa iniciativa legislativa. Ainda no ano passado, essa matéria compôs um relatório que seria examinado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, mas não houve oportunidade de exame e de votação por parte daquela Casa. No ano de 2011, essa matéria foi objeto de relatório de uma medida provisória na Câmara dos Deputados, mas, a partir de um apelo da Oposição, o Governo retirou desse relatório, para que a Oposição pudesse ter mais informações, pudesse estudar mais o tema, discutir, aprofundar as questões tratadas naquela medida. Dessa maneira, após quase seis meses é que a matéria voltou à tela e foi examinada, há pouco mais de quinze dias, pela Câmara dos Deputados, e a votação foi encerrada na noite de ontem.

Faço esse breve histórico para registrar que é uma matéria que vem sendo trabalhada, refletida no âmbito da Câmara dos Deputados. É matéria que foi alvo de consultas informais a órgãos de controle interno e externo do Governo, cujo objetivo era, no processo de diálogo, enriquecer essa matéria que veio a ser examinada pelo Congresso Nacional, a iniciativa de modernização da Lei 8.666. Aliás, diga-se de passagem, é uma lei que é muito importante. A Lei 8.666

é oriunda de um processo de debate intenso, após alguns traumas, digamos assim, institucionais que o Brasil viveu no início dos anos 90. É uma lei que foi muito importante para estabelecer parâmetros claros, objetivos, nítidos para a administração pública, e é um instrumento importante para que os órgãos de controle e para que a sociedade, portanto, acompanhem a gestão do Estado.

Então, eu creio que a Lei 8.666 é uma lei muito importante para a administração e para a sociedade brasileira.

A visão que o Governo tem é de que, passados esses quase 20 anos de vigência dessa lei, a partir da experiência internacional, a partir de grandes empresas nacionais e de grandes empresas estatais brasileiras, em função de desafios que o País possui... Hoje, o País vive uma fase de crescimento econômico, com taxas mais relevantes. O desafio do Brasil é ampliar a sua taxa de investimentos, o que vai repercutir e exigir o aperfeiçoamento da sua infraestrutura, da sua logística.

Nessa fase que o País vive, em função da nova realidade econômica deste último período, julgamos ser conveniente e importante, além da realização dos grandes eventos esportivos – a Copa do Mundo da Fifa, os Jogos Olímpicos e os Jogos Para-Olímpicos –, julgamos ser importante refletir, examinar e apresentar a proposta de modernização dessa legislação.

Importa dizer, de saída, que essa iniciativa, esse regime diferenciado de contratação se aplica, se o Senado mantiver o texto votado na Câmara, exclusivamente aos projetos vinculados à Copa do Mundo da Fifa e aos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos.

Portanto, haverá uma carteira de projetos. No caso das Olimpíadas, é a Autoridade Pública Olímpica quem fixa qual é a carteira de projetos olímpicos. No caso da Copa do Mundo, um comitê interministerial formado a partir do decreto da Presidência da República, que faz a interlocução com as cidades da Copa, com os governos estaduais e municipais, a exemplo da reunião que o Senador Blairo Maggi acompanhou. É aquele comitê que define os projetos que vão ser incorporados na matriz de responsabilidades.

Existe um documento, cuja primeira versão foi assinada em janeiro de 2010, em que todos os governadores, todos os prefeitos e o Governo Federal pactuaram os projetos de aeroportos, portos, estádios e mobilidade urbana que tenham relação direta com a Copa do Mundo.

Essa matriz de responsabilidades pode ser adendada por novos projetos, e esses novos projetos, pactuados pelos três níveis de Governo, ou seja, só ao que está definido na matriz de responsabilidades é que cabe aplicar essa regra de contratação, assim como só à carteira de projetos olímpicos, aprovada pela Autoridade Pública Olímpica, que é um consórcio – cidade do Rio, Estado do Rio e Governo Federal –, é que cabe aplicar essa regra.

Então, é primeira observação que julgo conveniente oferecer aos Srs. Senadores.

A segunda observação é um regimento cuja aplicação é facultativa.

Se, eventualmente, algum órgão executor de algum desses empreendimentos julgar por bem aplicar, pura e simplesmente, a Lei 8.666, é possível que o faça. Então, não é imperativo, impositivo para a sua aplicação a nenhum órgão da administração.

Como me referi, foi feita uma pesquisa, um estudo, uma reflexão sobre boas práticas de gestão pública, particularmente envolvendo os Estados centrais da União Europeia – inclusive, colhemos documentos oficiais da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico da União Europeia.

Foi feita uma análise sobre o regulamento federal de aquisições públicas dos Estados Unidos, que é um documento importante, de um país, enfim, relevante no plano internacional, que são os Estados Unidos, além de pesquisar sobre realidades de países próximos ao Brasil, seja o México e mesmo a Argentina, que é um país irmão, aqui do nosso continente.

Parte do que está expresso nessas propostas, de que vou falar a seguir, tem a ver com o olhar sobre essa experiência; outra parte tem a ver com a incorporação de boas práticas vividas no nosso Brasil.

Eu queria chamar a atenção, em seguida, Presidenta, para alguns temas que compõem o conteúdo dessa medida que os senhores examinarão dentro em breve. Primeiro, pregão eletrônico. Firmamos uma consciência, no âmbito do Governo Federal, de que é boa a experiência de aplicação do pregão eletrônico por parte da administração brasileira.

Nos vários níveis de governo, nas várias experiências a que nós assistimos, sempre percebemos que o pregão eletrônico repercute na ampliação da concorrência, na ampliação da participação de empresas várias nos certames licitatórios, de um lado, e, de outro lado, repercute na redução de preços, ou seja, serve à economia do Estado, serve à preservação do Erário público, daí a perspectiva de nós ampliarmos, inclusive, o escopo, a possibilidade de utilização do pregão eletrônico como instrumento de contratação de obras de serviços públicos para esses eventos. Então, nós, digamos assim, valorizamos e ampliamos a aplicação do pregão eletrônico.

Uma segunda observação que consideramos importante: a hipótese, a ideia de inversão de fases do processo de licitação.

Esse é um tema que já foi debatido em inúmeros momentos, mesmo no Congresso. Eu sei que na Câmara e no Senado, por muitas vezes, houve debate sobre essa matéria. É uma medida que tem impacto, a meu ver, desburocratizador, simplificador dos processos de licitação, não é? E, na medida em que vai permitir mais gente concorrer, também pode ter impacto positivo no preço, aliás, o preço passa a ser o foco relevante com a inversão de fases.

A partir do menor preço, nós passaríamos para o exame do projeto técnico e, cumpridos os aspectos técnicos da demanda ofertada pelo Governo, examinaríamos a habilitação jurídica daquela empresa concorrente.

Parece um detalhe, mas a mera inversão de fases pode impedir o trabalho extenuante, desgastante e inútil que por vezes se faz quando partimos do exame das formalidades, da habilitação jurídica, com prazo de recurso contra recurso, prazos a contar, a partir daí, a parte de avaliação técnica e, em seguida, a parte de avaliação orçamentária.

Portanto, ao tempo em que nós simplificamos o rito, ganhamos prazo, desburocratizamos, ao mesmo tempo nós partimos da consideração do preço, do menor preço e, a seguir, o cumprimento dos requisitos técnicos, que é o que interessa para atender à necessidade pública.

Chamarei a atenção para uma terceira questão, que considero muito relevante, que diz respeito à recepção, na lei de licitações, de um tema que é prática usual, digamos assim, em países centrais, em outros países, e que o Brasil recepcionou, recentemente, nas normas utilizadas para contratos públicos da Petrobras, que é uma grande empresa.

Eu falo, aqui, da contratação integrada, da contratação global. Londres, por exemplo, que é a cidade, a capital do Reino Unido, que hoje realiza, prepara os Jogos Olímpicos, utiliza esse mecanismo de contratação integrada, que é um processo de licitação e contratação que parte de um anteprojeto que é elaborado pelo poder público, um anteprojeto que tem todo o detalhamento técnico da demanda de infraestrutura ou de serviço que o poder público possui, e esse anteprojeto é a base para a apresentação das propostas pelos concorrentes.

Evidentemente, aqui nesta sala, estão Senadores e Senadoras muito experientes e dispensaria falar como é o processo de licitação hoje.

Todos sabem que nós temos a primeira fase, que é de licitação de um projeto básico, que tem o seu devido edital, com o detalhamento do que é exigido para um projeto básico, a contratação a partir da elaboração do projeto básico, e, em função disso, se encerrou outro processo de licitação em que chegamos ao Executivo, e a contratação dos empreendedores efetivos do determinado investimento.

Com a contratação integrada, de saída, nós faremos um processo de licitação, não dois.

Nós acreditamos que o anteprojeto deve conter todo o detalhamento técnico necessário para que haja competitividade, em igualdade de condições, de todos os interessados em disputar a determinada concorrência pública.

Nós acreditamos, portanto, que, ao fazer um e não dois processos, há um ganho importante. Acreditamos que, olhando a experiência – mais uma vez, eu estimulo a memória dos senhores na experiência que os senhores têm –, não são poucas as vezes que uma empresa que oferece o projeto básico e uma outra empresa realiza aquele empreendimento e, ao realizar o empreendimento, são sucessivas as críticas, há insuficiências ao projeto básico, e aí está o fundamento para justificar sucessivos aditivos aos contratos e, a partir daí, expansão do orçamento que anteriormente havia sido projetado. Ou seja, essa é uma medida que vai ter impacto não só na desburocratização do processo, na aceleração dos processos de contratação, também terá impacto na redução do custo dos empreendimentos, na redução do gasto público.

Quero aqui chamar a atenção, porque esta é uma medida, que considero muito apropriada, e que foi absorvida pela Administração Pública ainda quando o Presidente era o Fernando Henrique Cardoso que, por intermédio de um decreto, que regulamentava normas gerais, enfim que impactava sobre a atividade da Petrobras, o decreto incluiu a possibilidade de contratação global. Parece-me que a expressão, salvo engano, "seria contratação global", e havia até remissão ao turn key, uma expressão inglesa, do que venha a ser essa medida que estamos propondo aqui. Portanto, não é uma medida inédita na Administração Pública brasileira. Ao contrário. É uma medida que, com a visão que temos hoje, observando a aplicação desde 1998, tem oferecido boas condições para que essa empresa brasileira possa ter, digamos assim, um saldo positivo na execução das suas tarefas.

E uma última observação – porque eu queria falar de um tema, Srª Presidenta, tenho me pautado sobre temas que têm sido mais vivos; foram vivos no debate na Câmara dos Deputados, estão vivos no debate da sociedade porque creio que, se estão vivos na sociedade e na Câmara, é porque merecem uma abordagem, uma explicação, uma satisfação aos Srs. Senadores – diz respeito à publicidade das informações durante o processo de licitação.

Evidentemente que sabemos que o art. 37 da Constituição determina o princípio da publicidade dos atos da Administração. Então, toda e qualquer proposta de modernização de qualquer regra que impacte em atos da administração, leva em conta esse tema da publicidade.

E nós partimos de uma situação de fato, que não é apenas brasileira. Uma situação de fato que existe e que pauta a ação de estados em vários lugares do mundo.

Por vezes, há conflitos de interesses entre aquilo que é de interesse público, que é acirrar a competição, a concorrência, reduzir preço e garantir a qualidade do serviço do equipamento público oferecido e há contradição com o interesse privado que, por vezes, se acomodam em grupos, e essa acomodação de grupos tenta impor ao Estado uma visão diferenciada com vantagens econômicas quase sempre a esses grupos, que se conluem, digamos assim – vou usar uma expressão franca para os senhores –, e enfrentar essa situação é que impôs ao Estado, por exemplo, por vezes, acionar o Cade. Não só o concorrente aciona o Cade. Mesmo o Estado, ativa, por vezes, o Cade, para que se manifeste sobre determinados assuntos. E estimulou-nos a recepcionar essa proposta uma orientação, que está presente no regulamento federal de aquisições públicas dos Estados Unidos, e está presente em recomendações, uma cartilha de recomendações para governos europeus, como boa prática de gestão, que é a hipótese de o orçamento de determinado produto requerido pelo Estado não ser oferecido aberto aos concorrentes, e ser informado ao conjunto da sociedade apenas ao final do certame licitatório. Alguns chamaram isso de sigilo, e houve uma emenda na Câmara dos Deputados inclusive, que incorporou a ideia de dado sigiloso com o objetivo de afirmar um conceito jurídico. Porque dado sigiloso é um dado cujo vazamento impacta penalmente sobre o agente que der causa àquele vazamento.

Então, para nós é importante dizer que: primeiro, os órgãos de controle interno e externo, em qualquer tempo, terão acesso a todos os dados do processo, inclusive ao orçamento do processo previamente estimado pelo Poder Executivo. Ou seja, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público, a Controladoria-Geral da União, para ilustrar... Aliás, foi explicitado, mais uma vez, na norma aprovada, ontem, na Câmara dos Deputados, esse compromisso de que os órgãos de controle interno e externo tenham acesso, a qualquer tempo, permanentemente, a esses dados, a todos os dados do processo. E, também atendendo, dialogando com observações feitas publicamente por Senadores, por entidades da sociedade, até por manifestações de alguns responsáveis pelo controle público, ficou definido que, imediatamente após o encerramento da licitação, esse dado passará a ser um dado público.

Quero insistir com os senhores que isso não é uma jabuticaba, como eu tenho dito, não é uma invenção brasileira, é a incorporação nas nossas normas de mecanismos que outros governos em outros países utilizam com o objetivo de enfrentar acordo prévio na formação de preço por parte de empresas e garantir o interesse público, a redução de preço, sem comprometer a transparência, na medida em que os instrumentos do parlamento e da sociedade, que são os órgãos de controle interno e externo, em qualquer tempo, permanentemente, terão a oportunidade de ter acesso a todos os dados.

Então, eu diria, Senhora Presidenta, que são esses temas que considero centrais, para utilizar bem os 12 minutos que me foram ofertados pela senhora.

Tenho a impressão de que o Senado Federal poderá examinar essa matéria num prazo muito célere. A medida provisória vai expirar no próximo dia 14 de julho. Evidentemente é um debate, mas quanto mais tempo tivermos mais rico o processo poderá se formar, mas a aplicação desse instrumento vai se dar para aperfeiçoar a preparação do Brasil para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Portanto, será um instrumento de gestão que o Congresso Nacional vai ofertar ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e Municipais. É importante dizer que a execução pode seguir esse rito em quaisquer dos três níveis de Governo. Não é apenas um instrumento a ser utilizado pelo Governo Federal. Isso terá um impacto – creio – muito positivo. Não é a pauta da reunião, mas se pudesse dar uma manchete, poderia dizer que será útil para todos os Governos, os Governos dos três níveis de Poder, porque para o tema aeroportos, que é um tema importante para a Copa do Mundo, há um plano de investimento desenvolvido pela Infraero, plano de modernização do trabalho da Infraero, comandado pela nova direção desta empresa, uma estratégia, orientada pela Presidenta Dilma, de abertura para a participação do setor privado que vai acelerar as medidas de aperfeiçoamento do sistema aeroportuário. E a atenção do Governo está em estimular a modernização do sistema aeroportuário para atender a demanda de hoje, não é nem à demanda da Copa, que é uma demanda para adiante, mas é uma demanda de hoje que a população brasileira exige. Nos últimos quatro anos, a demanda aeroportuária cresceu a taxa de dois dígitos. É provável que nos próximos quatro anos essa tendência continue. Portanto, vai ser fundamental aumentarmos em muito a capacidade da infraestrutura operacional dos aeroportos brasileiros.

O tema portos, construção de terminais turísticos, é um tema sobre controle. São sete portos, R$720 milhões, cujo investimento tem cronograma, tem prazo para execução. O tema mais pendente era em Manaus, porque ali havia uma concessão para um gestor privado, mas o tema foi resolvido pelo Ministério dos Transportes ao reassumir a responsabilidade sobre aquele porto.

O tema estádios é um tema, eu diria, equacionado, com exceção do estádio de São Paulo, que é um tema que está por se consolidar. Mas tenho insistido que teremos – e tenho confiança – boa resolução por esses dias, antes do encerramento da atividade parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo.

E o tema mobilidade urbana é um tema que merece mais cuidado. É um tema que envolve 50 projetos. A execução é pelas cidades, pelos Estados. Na reunião realizada no final de maio, a Presidenta da República fez uma convocação, um apelo aos prefeitos e governadores para que concentrem mais energia na execução desses projetos. A minha impressão é que ofertar esse instrumento, sobretudo aos prefeitos e governadores, que têm a responsabilidade com a execução de mobilidade urbana, que é um legado pretendido para a Copa de 2014, pode ser uma oferta que aumente a eficiência destes Poderes locais. Se for exigido ou conveniente, eu posso até detalhar quais Estados têm maiores dificuldade. Posso detalhar, claramente, que Estados e cidades têm mais problemas e onde poderá ser mais útil a aplicação desse regime, desde que o Senado entenda a conveniência e a oportunidade de aprovar essa norma e tome essa decisão. Portanto, é um instrumento de gestão que poderá ajudar – e muito – sobretudo as cidades da Copa, seus prefeitos e governadores a cumprir com aquilo que ficou estabelecido junto à FIFA, mas, sobretudo, cumprir aquilo que for necessário às necessidades.

Ontem, os senhores devem ter observado – ou lido pela mídia no dia de hoje – que a Câmara fez um ajuste, no que diz respeito a excluir o Comitê Olímpico Internacional e a FIFA – Associação das Federações Internacionais de Futebol – da possibilidade de, a partir de recomendações desses organismos, efetuarmos alterações qualitativas dos projetos que serão executados. Ontem, a proposta foi aprovada na Câmara: a exclusão dessas recomendações. Já é um esforço de dialogar com demandas que surgiram em manifestações públicas nesta Casa, no Senado Federal, para deixar mais nítido nosso compromisso com a correção de todos os processos. Nós, inclusive, quando sugerimos, originalmente, que FIFA e Comitê Olímpico fossem referências, o objetivo era restringir alterações qualitativas. Como os senhores bem o sabem e conhecem, na Lei 8.666 existe a previsão de alterações qualitativas na lei de hoje. Alterações qualitativas que não se subordinam ao teto de 25% quando construção e 50% quando reforma. Existe isso na lei de hoje.

Se credenciássemos o COI e a FIFA, nós iríamos restringir os atores que poderiam pautar o tema, porque a aplicação do regime só permitiria a alteração qualitativa a partir de demanda desses organismos. Isso foi afastado e vale, nesse caso, a regra de hoje: a Lei 8.666. Portanto, eu creio que são medidas que nós... Atuamos na Câmara dos Deputados... Claro, a Câmara tem toda autonomia, mas houve um diálogo importante – registro que não só com líderes da base, mas também com líderes da oposição –, o que, para nós, reforça o conceito de que a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos não são projetos de governos, muito menos de partidos, são projetos do País. Quando, ontem, a oposição se manifestou favoravelmente, ao final da sessão, é uma manifestação madura que as instituições brasileiras dão de compromisso com esses projetos que são de interesse de nosso País.

Então, queria agradecer a Presidenta, mais uma vez, o convite e a oportunidade de estar com os senhores e aprender um pouco mais a favor do Brasil. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Ministro Orlando Silva.

Quero aqui registrar a presença honrosa do Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Dr. Waldemar de Souza, seja bem-vindo.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, que disporá de vinte minutos para sua exposição, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimentos do Tribunal de Contas da União – TCU.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Muito obrigado, Srª Presidente.

É uma satisfação e uma honra comparecer aqui à Comissão de Infraestrutura. Fui designado pelo Ministro Valmir Campelo, que foi a autoridade convidada e que, infelizmente, não pode estar presente em função da sessão plenária do TCU que se realiza justamente na quarta-feira neste mesmo horário. Há alguns processos bastante importantes hoje na pauta e que impedem que o Ministro Valmir Campelo esteja aqui presente.

Cumprimento aqui também o Ministro Orlando Silva. V. Exª sabe que tem um dos maiores desafios do Governo brasileiro nas mãos: o desafio de coordenar a preparação de todos esses grandes eventos esportivos que o Brasil, por reconhecimento das outras nações, mereceu sediar. Então, é um desafio e tanto. Nós sabemos, temos acompanhado de perto, do esforço do Ministério do Esporte e dos demais Ministérios.

É importante mencionar porque foi ventilado e veiculado em alguns jornais que o TCU teria participado da elaboração da medida provisória ou teria concordado ou não concordado. Então, é importante iniciar deixando isso bem claro: o TCU não faz parte – como V. Exª bem o sabe – do processo legislativo. Uma medida provisória é preparada pelo Poder Executivo e apreciada pelo Legislativo, pelo Congresso Nacional.

O TCU, como em outras oportunidades, foi convidado a apresentar sugestões sobre o texto elaborado pelo Executivo e, como sempre o tem feito, o TCU prestou essa cooperação técnica no sentido de apresentar as sugestões que entendeu cabíveis. Como sempre acontece, algumas sugestões foram acolhidas e incorporadas, outras sugestões não foram acolhidas e, portanto, não estão incorporadas ao texto. Então, não cabe, não seria correto afirmar que o TCU concorda com o texto. O TCU apresentou sugestões, algumas foram acatadas outras não. É assim que é o processo e V. Exªs sabem disso muito melhor do que eu. Então, isso é para deixar bem claro.

Outros exemplos de participação do TCU, semelhantes a esse, ocorrem e são comuns. Por exemplo, a cada projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o TCU é chamado a apresentar sugestões, e o TCU as apresenta, como aconteceu neste ano. Em outros anos, nossas sugestões foram até mais bem recebidas. Neste ano, infelizmente, o substitutivo que foi divulgado ontem, da LDO, é bastante complicado – eu diria – e de forma alguma atende aos interesses do controle externo das obras públicas brasileiras. Então, é algo que o TCU deu sua colaboração. O que foi acolhido foi acolhido e é assim que acontece.

Sobre o RDC – e aí os pontos principais foram muito bem colocados pelo Ministro Orlando Silva –, eu apenas vou acrescentar alguns comentários. Por exemplo: o que pode ser contratado mediante o RDC? No caso de obras, são as obras constantes da Matriz Responsabilidades da Copa ou aquelas que serão aprovadas pela Autoridade Pública Olímpica. Outras obras, não. Então, é provável que haja... É provável, não! Há outras obras sendo feitas pelos Municípios, pelos Estados, algumas até com recursos da União, que não estão nas matrizes e que, portanto, não podem ser submetidas ao regime diferenciado.

Com relação a aeroportos, há uma exceção que a MP abriu para aqueles aeroportos que não estão na Matriz Responsabilidades e àqueles que estão até 350km das cidades-sedes. Isso, embora não eu não tenha visto uma justificativa para isso, mas isso abrange alguns outros aeroportos de capitais brasileiros – que não estão na Matriz Responsabilidades e, portanto, não têm relação com a Copa do Mundo.

Bom, Serviços – que não sejam serviços de engenharia: outros serviços – e Compras também precisam ter sido aprovados pelo G-Copa (pelo Grupo Executivo ou pela Autoridade Pública Olímpica). Então, isso também dá uma garantia maior de que haverá um controle por parte dos órgãos da União, principalmente o Ministério do Esporte. E esse controle realmente se faz bastante necessário. É fundamental que o G-Copa e o Ministério do Esporte tenham as informações, tenham o controle, por assim dizer, das obras que estão sendo feitas para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas e, como está previsto, como é a intenção colocada pelo Ministro Orlando Silva, deem ampla publicidade para a sociedade brasileira. Essa deve ser a linha.

Quanto ao texto do RDC, quanto às inovações colocadas, também acho muito importante frisar que são medidas aplicáveis a um evento com características muito específicas. No caso, dois eventos – Copa do Mundo e Olimpíadas –, mas com características muito específicas. São eventos com data marcada, um compromisso assumido pelo Brasil que não pode deixar de ser cumprido. O que quero dizer com isso? Que não há possibilidade de se afirmar que as regras estabelecidas no RDC deveriam ser extrapoladas e se constituírem na nova Lei Geral de Licitações. Isso traria uma série de problemas para a Administração.

Para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, há uma série de limitadores, de fatores que precisam ser observados. Um deles é, como eu falei, a data marcada, sem possibilidade de alteração. Por isso, é possível se falar em prazos menores. Por isso, é possível se falar em outros dispositivos que foram colocados no RDC. O principal deles, a meu ver, é a figura da contratação integrada, que talvez seja a grande inovação que o RDC nos traz e que gera inquietudes, gera argumentos a favor e contra, mas que a gente tenha a convicção de que, para outras contratações que não sejam essas, poderia ser algo muito mais crítico.

O problema da contratação integrada é que quem contrata precisa saber o que está contratando e quanto vale o que está contratando. Isso é básico. Quer dizer, isso dispensa maiores comentários. Não dá, por exemplo, para alguém dizer: "Vou contratar a construção de um aeroporto. Quanto custa construir esse aeroporto?" ou "Bom, um outro aeroporto que foi construído em outra cidade custou tanto, então, esse vai custar mais ou menos a mesma coisa." Isso seria um absurdo, está certo? Porque a margem de variação em torno desse preço seria enorme. Então, não é isso que o RDC traz. O RDC diz que tem que ter um anteprojeto e coloca alguns atributos que esse anteprojeto tem que ter. Isso dá uma certa confiança à Administração de que ela tem uma boa ideia daquilo que está contratando. É su-

ficiente? Não sei, sinceramente. Não sei dizer se essa definição de anteprojeto que está no RDC é suficiente. Eu acredito que o regulamento que será expedido por decreto da Presidência deverá detalhar melhor o que é anteprojeto. Eu lembro que a definição de projeto básico, embora a Lei nº 8.666 traga a definição de projeto básico, é uma definição que até hoje se discute, até hoje. A lei é de 1993 e até hoje se discute. Esse projeto básico aqui é suficiente ou não é suficiente? Então, agora que estamos trabalhando com conceito de anteprojeto é provável que passemos também pelas mesmas dificuldades de definição.

Por isso, quanto mais detalhado for – a gente espera que isso aconteça no decreto regulamentador – melhor para todos, inclusive para orientar os contratantes.

Outro ponto que foi colocado é a questão do orçamento sigiloso, que tanto se falou nos últimos dias. De fato, esse não é o ponto principal da MP. O que acontece: a Administração não divulgando o seu próprio preço, quer dizer, o orçamento que ela fez daquela obra... Existe sim uma tendência de que os licitantes ofereçam preços mais próximos da sua realidade, daquela que seria a sua oferta, de qualquer forma. O que nos preocupa, como sempre, como órgão de controle, é que nem todos os administradores – e aí nós estamos falando de administradores dos órgãos da União, dos Estados e dos Municípios – sempre são honestos e agem de acordo com a lei. Então, pode acontecer de alguém, em algum lugar, revelar o preço, o orçamento sigiloso para um dos licitantes. É uma forma de tentar direcionar a licitação e tal.

No tocante às obras, para nós isso realmente é uma preocupação menor. Por quê? Porque o art. 8º da MP coloca que os preços unitários serão limitados pelos preços do Sinapi e do Sicro, que são referências de preços para obras públicas no Brasil. Então, embora sigiloso, na verdade, quando se trata de obras públicas, esses preços são conhecidos. Quando se trata de obras públicas, esses preços são conhecidos. Talvez quando se estiver falando de serviços ou quando se estiver falando de compras, aí pode ser que haja realmente um certo sigilo.

Outras questões em relação ao RDC: o prazo que é colocado, o prazo de publicidade, o prazo para preparação e apresentação das propostas é suficiente ou não é suficiente? A gente acredita que, na grande maioria dos casos, o prazo curto não chega a ser um problema. O prazo curto é um problema sério em uma obra complexa, quando você está contratando um objeto mais complexo, mas, mesmo nessas situações, a lei privilegia a contratação integrada. O projeto privilegia a contratação integrada. Então, não há aquela... Porque o que mais consome tempo nessa situação é o tempo que o licitante precisa ter para estudar o projeto e elaborar o seu orçamento. Isso será uma coisa mais simples.

Esses são os pontos principais. Acredito que outros deverão surgir nas perguntas de V. Exªs. Então, estamos à disposição para o que for perguntado. Agradeço mais uma vez.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Marcelo e passo, agora, às inscrições dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

Senador, eu gostaria de mencionar o nome dos Senadores inscritos e pediria ao Plenário que ouvíssemos todas as perguntas e, posteriormente, o Ministro e o Dr. Marcelo poderiam responder, para agilidade dos nossos trabalhos aqui.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estão inscritos o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Inácio Arruda, o Senador Eduardo Braga, o Senador Ataídes, o Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Exmª Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, nosso convidados, Ministro Orlando Silva, Dr. Marcelo Luiz Souza, representando o Tribunal de Contas da União.

Sr. Ministro, nós estamos aqui meio que numa situação que está muito vinculada a um ditado popular que diz que se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega, porque, por um lado, eu concordo integralmente com a necessidade de nós identificarmos métodos mais eficientes que estão estabelecidos na Lei nº 8.666 ou mesmo no pregão eletrônico, mas, por outro, há, de fato, uma enorme necessidade de nós incorporarmos velocidade às nossas obras públicas, tentando com isso priorizar o interesse do cidadão e da sociedade.

E eu digo isso por uma pessoal experiência que tive como Vice-Governador do Espírito Santo. A minha tarefa era coordenar um escritório de projetos que gerenciava todo um portfólio e o tempo do mandato ou o tempo dos nossos compromissos são incompatíveis eventualmente com o regramento que se estabelece.

V. Sª pôde aqui detalhar a chamada novela mexicana, aquela que tem princípio, tem meio e não tem fim, que é você contratar uma boa obra pública hoje no setor público brasileiro. É realmente um desafio extraordinário e quem tem os compromissos adicionais que tem o País, em razão dos compromissos internacionais, torna essa responsabilidade ainda maior, o que faz com o que Governo, naturalmente, possa

buscar alternativas que possam fazer com que o País se apresente em boas condições para receber a Copa do Mundo, receber as Olimpíadas, tirar os proveitos socioeconômicos desses que são dois dos mais relevantes e estratégicos eventos em escala global.

Ocorre que, em que pese até pessoalmente concordar com a tese, porque acho que é preciso buscar caminho alternativo, é preciso que a gente encontre mundo afora boas práticas na gestão pública, mas, ao mesmo tempo, nós recebemos aqui uma nota técnica do Ministério Público Federal. E a nós, Parlamentares, está dada a responsabilidade de fazer o julgamento final porque, uma vez votado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, a Presidência depois deverá adicionar atos regulamentando alguns detalhes da MP 527. Mas o fato é que a nota técnica do Ministério Público é do seguinte teor, que eu queria submeter à avaliação de S. Exªs, de V. Sªs, para que pudessem comentar.

De acordo com a nota, a aplicação do RDC às contratações necessárias para a Copa de 2014, é uma cláusula intoleravelmente aberta e, a rigor, indica que está sendo conferido ao Poder Executivo o poder de definir ou escolher, com base em critério de elevado subjetivismo, o regime jurídico da licitação pública. Para os Procuradores da República que assinam a nota, há violação dos princípios constitucionais da isonomia e da moralidade administrativa.

A nota questiona ainda a possibilidade de contratar obras e serviços de engenharia sem apresentação de projeto básico e de projeto executivo, conforme exigido pela legislação atual. É o que foi chamado de regime de contratação integrada. Assim, o edital dessas obras poderá conter apenas um anteprojeto de engenharia, termo considerado, pelos Procuradores, vago e genérico, implicando não definição adequada do objeto da licitação. O documento afirma que essa possibilidade viola os princípios constitucionais da competitividade, da isonomia e da impessoalidade, podendo dar margem a grandes desvios de verbas públicas pela insuficiência do anteprojeto. "Certamente, o regime de contratação integrada implicará maior rapidez na execução dos serviços de obras de engenharia. Todavia, essa pretendida celeridade não pode ser obtida com a eliminação do núcleo essencial do princípio da licitação, que exige especificação adequada do objeto e não apenas documentos destinados a possibilitar a caracterização da obra ou serviço, como pretende inconstitucionalmente o Projeto, na visão de procuradores da república. A Constituição não pode ser alterada por norma jurídica de estatura hierárquica inferior", afirma a nota.

Portanto, vejam a situação em que ficamos nós, Parlamentares. Se ficar o bicho come, se correr o bicho pega.

Podemos, em tese, ser responsabilizados por não colaborarmos com a agilidade e a entrega dessas obras, porque o caderno de encargos a que está submetido o Governo Federal, os governos estaduais e até municipais, é um caderno de encargos muito complexo.

Em contrapartida, uma nota como esse é muito pesada. Eu gostaria que não apenas o nosso Ministro, mas o nosso representante do Tribunal de Contas pudesse comentar e, de fato, se colocar no lugar dos Senadores e dos representantes da população que aqui estão para fazer essa avaliação.

É essa, Srª Presidente, a reflexão que faço, pedindo o concurso do nosso Ministro e o concurso do nosso "Conselheiro", Ministro do Tribunal de Contas da União, representando aqui o nosso Ministro Conselheiro, para deixá-lo mais confortável. Essa é a questão que precisamos debater, porque, via de regra, está certo o Governo em encontrar alternativas, mas, diante de uma manifestação como essa, como ficamos diante da Constituição e como ficamos diante da Procuradoria da República.

É a minha manifestação. Agradeço e cumprimento o Ministro Orlando e o Representante do TCU.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, Ministro Orlando Silva, Sr. Marcelo Luiz, Secretário adjunto de Planejamento do Tribunal de Contas da União, quero primeiro, Srª Presidente, louvar a iniciativa de a nossa Comissão se antecipar. Aliás, já estamos debatendo isso há algum tempo. Nós sempre falamos: "Não, eu não debati, não". Estamos debatendo há algum tempo e voltamos ao debate novamente sobre os procedimentos que o país busca realizar, no sentido de cumprir essa grande responsabilidade que meritoriamente conquistamos, que é realizar uma Copa do Mundo, que vai envolver doze Estados, porque se realizará em doze cidades, em doze capitais brasileiras; e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que, evidentemente se trata da realização em uma única cidade, mas que tem repercussão em muitos Estados do nosso país.

Quem já governou algum lugar do país, já teve essa oportunidade excelente de poder governar o município, o Estado, e mesmo a Nação, sabe e tem consciência de que a Lei nº 8.666, buscou resolver os problemas que se apresentaram para a Nação no final dos anos oitenta, início dos anos noventa. Mas podemos dizer hoje que, se nós dependermos exclu-

sivamente da Lei nº 8666, nós não vamos entregar as obras que fazem parte desse portfólio da Olimpíada e da Copa do Mundo. Não será possível.

E, do ponto de vista da transparência, eu me surpreendo todo dia com a Lei nº 8.666, porque nós conseguimos fazer licitações em que, se um permite um desconto de 50% na obra, em seguida, você realiza tantos aditivos que a obra sai por quase o triplo do preço por que foi licitada, além dos embaraços jurídicos que têm travado. Acho que é uma marca o embaraço na preparação da licitação. É algo que deixa em dificuldade qualquer governante.

O outro aspecto positivo que levanto, da proposta de alteração para um regime diferenciado e que hoje é dirigido exclusivamente á Olimpíada e à Copa do Mundo, essa proposição, Srª Presidente, ela, digamos assim, permite – aí é uma questão que tem sido muito levantada, Ministro Orlando Silva, pelos engenheiros, pelas empresas de consultoria – é uma preocupação que não é exatamente sobre o aspecto da transparência, é sobre o espaço de mercado que muitas empresas de consultoria têm, que conquistaram esse espaço de mercado, que fazem com que hoje você tenha um projeto básico, depois um projeto de engenharia, depois você ainda pode corrigir o projeto de engenharia, até você chegar à obra em si; e, na obra, você ainda pode chamar a consultoria para fazer uma nova correção do projeto de engenharia. E até retornar esse projeto.

Ora, para quem está assistindo o problema agora, dos restos a pagar, e muitos de nós aqui sabem do que se trata, não são apenas os restos a pagar paroquial, que, por si, já seriam muito relevantes, porque tem Município que depende exclusivamente de uma emenda parlamentar para ter algum recurso federal. Só isso já seria relevante. Mas não é só isso. São obras de grande impacto de infraestrutura de Estados e obras da União. A obra de interligação de bacias do rio São Francisco tem vários trechos paralisados nesse momento e têm restos a pagar. Então veja o grau de embaraço muitas vezes na discussão de uma medição da obra, que vai à Caixa, que vai ao TCU, que vai à Controladoria-Geral da União, que vai ao Ministério Público e que pode parar uma obra importante.

No caso das obras da Copa e das obras das Olimpíadas, nós temos uma responsabilidade política do Estado brasileiro. Foi muito importante essa votação de ontem, uma votação, digamos assim, unitária, de todas as forças políticas, porque compreendem o que está em jogo no País. E se têm essa compreensão do ponto de vista político na hora da decisão, evidentemente, acho que tanto os órgãos controladores, sejam os órgãos auxiliares do Congresso Nacional e do Legislativo, como é o caso do TCU e dos TCE no caso dos Estados, sejam dos órgãos internos do Executivo, sejam o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais, têm que ter também a mesma visão, compartilhar a mesma responsabilidade de que o Brasil possa se apresentar bem durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Então, vejo o regime diferenciado mais como uma conquista no sentido de nós agilizarmos o procedimento.

E há essa questão que talvez a gente precisasse deixar mais claro para as nossas empresas que atuam na área de consultoria de engenharia no Brasil. Elas têm preocupações, têm levantado essas preocupações, e falta às vezes mais clareza mesmo, ao explicar, ao mostrar que elas jamais ficarão fora do processo. Nós vamos precisar é de empresas ainda mais competentes e mais eficientes na área de engenharia. O que nós queremos é que esse procedimento tenha uma agilidade necessária para que não sejamos impedidos, ou que sejamos censurados externamente por não apresentar nas Olimpíadas e na Copa do Mundo as obras que nos responsabilizamos em realizar.

Acho que é esse o sentido e acho que estamos no caminho ajustado, correto. Devemos dar toda transparência possível, toda, toda. Acho que há uma responsabilidade do Governo. E mais, o Governo Federal tem responsabilidade talvez em poucas obras nesse portfólio. A maior responsabilidade provavelmente será dos Estados e dos Municípios. Agora, a responsabilidade do Governo Federal é aquela responsabilidade do grande coordenador. Se ele falhar no Município, se tiver uma falha do Município ou do Estado, a responsabilidade é do Governo Federal. Por isso que ele precisa oferecer essa alternativa para governadores e para prefeitos, que são de toda sorte e de todas as tendências no Brasil. E acho que isso ajuda também a compreender melhor o momento que estamos vivendo, minha cara Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, meu caro Ministro Orlando Silva, meu caro Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimentos do Tribunal de Contas da União, nossos colegas Senadores e Senadoras, eu gostaria de iniciar a minha colocação, primeiro, reafirmando uma preocupação, Sr. Ministro, que tem permeado todas as audiências públicas que esta Comissão ou a Subcomissão presidida pelo Senador Blairo Maggi, que trata especificamente do tema Copa e Olimpíadas, tem ouvido de todos os Estados sedes e todos aqueles envolvidos com obras da Copa e das Olimpíadas, a de que estamos diante de desafios para cumprimento de prazos e para cumprimento das

exigências legais – que, quando em torno de uma obra que não tem data pré-fixada para início de um determinado evento, acredito ser absolutamente interessante, condizente com as necessidades etc. No entanto, o que estamos assistindo é uma demonstração clara e inequívoca de Estados e Municípios, e até mesmo do Governo Federal... E aqui cito um exemplo recente em que toda Bancada do Amazonas testemunhou na Infraero a licitação das reformas e ampliação do aeroporto da cidade de Manaus, aeroporto este que foi construído na década de 70 e que está hoje com a sua capacidade absolutamente tomada; resposta da Infraero: em algum momento, entre o final do último trimestre de 2011 e o início do primeiro trimestre de 2012, se não houver nenhum óbice judicial e não houver nenhum óbice dos setores que precisamos aprovar determinadas situações com relação a esse projeto, nós poderemos iniciar a obra. E, na situação limite, chegaremos à Copa do Mundo com o aeroporto inacabado. Isso foi dito a todos os Deputados e Senadores do Estado do Amazonas.

Então, estamos diante de uma questão de necessidade de analisarmos se esse regime é necessário ou não é necessário. A minha opinião é de que é necessário diante da constatação que estamos assistindo em todos os Estados que estão tendo a responsabilidade de executar essas obras.

Vem o Ministério Público, em uma nota técnica – porque ainda há pouco o nosso querido Senador Ricardo Ferraço leu uma nota editada, mas tive acesso, nesse interregno, à nota técnica propriamente dita – alegando que se ferem princípios da Constituição. E alega isso com relação ao art. 22, inciso XXVII, e o art. 37, inciso XXI, ambos remetendo a questão da impessoalidade, da transparência, do controle, do interesse público às leis que normatizam as contratações de obras e serviços, colocando sempre o interesse público em primeiro lugar.

Ora, ao meu juízo, *data venia* melhor entendimento de um douto jurista, o que se pretende aprovar no RDC não fere o Direito Constitucional, ao contrário, não vejo em que se pode ferir o Direito Constitucional ao se inverter as fases do processo licitatório, ou seja, abrir as propostas de preços e, a seguir, aquele que teve o melhor preço e técnica terá a sua documentação avaliada. Por que teremos que avaliar 32 documentações de 32 hipotéticas empresas licitantes e apenas uma será vencedora? Assim, essa inversão trará uma economia de prazo sem nenhum prejuízo à administração.

Outras questões que me parecem importante... Este texto foi votado finalmente no dia de ontem, tarde da noite, pela Câmara dos Deputados e, no dia de hoje, já estamos formulando este debate. Ainda há pouco, tanto eu quanto o Senador Blairo Maggi buscávamos na Internet o texto finalizado, com a redação final da Câmara, para que pudéssemos embasar nossos questionamentos. Lamentavelmente, não conseguimos encontrar esse texto já publicado, mas podemos dizer o seguinte: a inversão de fases, a meu juízo, não fere o Direito Constitucional. No entanto, gostaria de ouvir a opinião do Tribunal de Contas da União se isso fere efetivamente o Direito Constitucional.

As exigências estabelecidas para anti-projetos também me parecem... E o Tribunal de Contas disse de forma clara que, dependendo de como isso for regulamentado – e será regulamentado por um decreto do Executivo –, essas exigências estabelecerão obrigatoriamente que o projeto-básico e o projeto-executivo estejam vinculados à especificidade daquela dita obra. Portanto, não haverá o envolvimento de uma ou de outra obra. Mas é importante ficar claro e ouvir o Tribunal de Contas da União em relação a isso.

No entanto, fica aqui uma pergunta ao Ministro Orlando Silva: houve redução com relação aos prazos estabelecidos na Lei nº 8.666 em relação ao RDC, tendo em vista que algumas obras, principalmente na área de mobilidade urbana, ainda estão travadas e ainda estão em fase inicial de licitação sem ter sido sequer colocado seu edital a público? Também quero saber se os prazos originais estão mantidos, porque não foi mencionado nada na apresentação do Ministro Orlando Silva em relação à questão dos prazos.

Finalmente, perguntaria se o Tribunal de Contas da União entende que tem o seu direito de fiscalização e controle prejudicado por esse regime diferenciado de contratação. É importante entender se, em algumas dessas fases estabelecidas pelo RDC, o Tribunal de Contas visualiza ou encontra algum impedimento no exercício do controle e da fiscalização da obra pública. Se isso traz algum impedimento à fiscalização. Não creio que traga, até porque acredito que o Tribunal vem tomando todas as providências nesse sentido. E digo isso pela apresentação que tivemos aqui do Presidente do Tribunal de Contas da União sobre essa questão, ficando bastante claro que há um envolvimento técnico, político e administrativo do Tribunal, que vem acompanhando *pari passu* obras desse vulto no Estado.

Portanto, Srª Presidente, gostaria de ouvir a posição do Ministro e do Tribunal de Contas, deixando clara a posição desta Comissão: acho que o Brasil precisa ter, sim, um regime diferenciado para tratar de uma questão que é diferenciada. Não podemos tratar obras diferenciadas de forma comum; precisamos tratar obras diferenciadas de forma diferenciada.

O SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira. Logo

em seguida, vou passar a palavra ao Ministro, porque os Senadores estão chegando e acho justo que os que fizeram as primeiras perguntas sejam liberados.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Minha Presidente, quero parabenizá-la pela sabedoria de ter convocado esta audiência de tamanha importância para todo o nosso povo. Quero cumprimentar V. Exª, Ministro Orlando Silva; o Dr. Marcelo Luiz de Souza, representante do TCU; os nossos Senadores e Senadoras aqui presentes.

Sr. Ministro, o senhor colocou de maneira muito clara a forma e o procedimento dessa licitação. E o senhor ainda cita que os Estados Unidos e a Europa também já se utilizaram desse procedimento licitatório. Só gostaria de fazer uma colocação *a priori* sobre o que foi falado por V. Exª: nos Estados Unidos e na Europa existem leis e elas são cumpridas. Lá, existe a punição dos criminosos. Aqui no nosso País, não! Aqui no nosso País paira a corrupção. Então, é uma comparação que eu gostaria que o senhor olhasse com mais carinho, porque são três países muito diferentes na sua forma de tratar seus criminosos.

Minha Presidente, tenho aqui oito perguntas a fazer aos nossos convidados. Mas gostaria de tecer um comentário antes de fazê-las. No entanto, diante do nosso tempo, pois temos a Ordem do Dia, vou deixar de fazer as minhas considerações e vou direto às perguntas.

Antes de fazê-las, quero lembrar que o nosso Senador Ricardo Ferraço e o nosso Senador Eduardo Braga falaram sobre a Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações. Percebo, diante desse quadro, que ela está sendo estuprada, permita-me o termo.

Mais uma vez nos chega uma medida provisória inconstitucional em virtude da incompetência do Governo Federal em preparar um evento para o qual o Brasil foi escolhido para sediar há mais de 1.300 dias. Poderiam ter enviado ao Congresso um projeto de lei para tratar de alterações na Lei das Licitações, instrumento legal que está sendo rasgado com essa medida provisória do enriquecimento ilícito. Mas não, o Governo prefere deixar nas mãos dos Congressistas o fardo de aprovar esse cheque em branco, essa porta para o superfaturamento de obras.

Minha Presidente, antes de elaborar as minhas oito perguntas, gostaria de colocar que sou um construtor há vinte e tantos anos e eu sei muito bem que não se faz obra desse porte, Sr. Ministro, no anoitecer, de um dia para o outro. Fazer um aeroporto, reformar um aeroporto, fazer um estádio de futebol, todas são obras pesadíssimas.

Mas vamos às perguntas. Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma pergunta a V. Exª, Ministro Orlando Silva.

Como pode o Governo violar princípios da administração pública como o da isonomia, já que será atribuído à administração a aplicação de regimes jurídicos diferentes para contratações similares? Esta é a primeira, Sr. Ministro.

Não seria esta conduta verdadeiro incentivo à corrupção no País, visto que, neste novo modelo, por exemplo, não haverá o menor detalhamento da obra realizada?

A medida não incentiva a realização de licitações sem que haja a perfeita definição dos seus objetivos, violando, assim, a Constituição Federal? Essa é a minha terceira pergunta.

Não é exatamente a ausência de projetos técnicos completos, com orçamentos detalhados que leva a exigir aditivos e complementações posteriores, com o consequente sobrepreço dos empreendimentos?

A minha quinta pergunta: não teria sido bem melhor se o Governo tivesse feito as licitações há mais de um ano, em vez de tentar empurrar agora esse regime diferenciado embutido em medida provisória, para ser votado de afogadilho no nosso Congresso? Como disse o Ferraço, o nosso Senador Ferraço, nós agora teremos de "pagar o pato"?

A sexta pergunta: V. Exª já determinou alguma providência, já tomou – já determinou, perdão, alguma providência –, para facilitar essas indispensáveis ações de fiscalização do TCU?

A sétima. Insisto na pergunta anterior: que providências V. Exª está tomando para dar transparência às ações preparatórias para a Copa do Mundo?

O que justifica o atraso nessas informações tão importantes para a transparência e confiança no processo?

Essas são as oito perguntas. Falta mais uma, perdão.

A última: V. Exª já providenciou essa relação? A falta dessa informação não passa a impressão de que se pode tudo?

São as oito perguntas, minha Presidente, que eu gostaria de fazer ao nosso Ministro.

Mas eu gostaria de fazer, por último, uma colocação. Nós sabemos que este Parlamento é um órgão fiscalizador, Sr. Ministro. E aqui recai, sob a nossa responsabilidade, a fiscalização.

Eu sou otimista por natureza, mas, às vezes, levam-me a pensar que os grandes ganhadores desta Copa serão as grandes construtoras do nosso País. Tomara que eu esteja enganado e errado.

Minha Presidente, por último, eu quero dizer o seguinte: estou entrando com um PLS por meio do qual espero ser aprovada, por este Parlamento, uma carteira de projetos da administração pública federal. Nós precisamos de mais informação, minha Presidente. Nós não temos informações aqui no Congresso, lamentavelmente. Eu estou correndo em busca das obras inacabadas deste País há mais de 60 dias e, até então, nada consegui.

Nós vamos, então, criar essa carteira para termos aqui instrumentos que possam balizar-nos diante de procedimento como este aqui.

Essas são as minhas perguntas, Sr. Ministro, e agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Eu vou precisar de bastante tempo para responder às perguntas do Senador Ataídes Oliveira. Se eu não errei na conta, foram dez e não oito! Mas eu vou tentar ser objetivo para permitir que outros Senadores possam manifestar-se e, dessa maneira, o debate seja mais produtivo.

Primeiramente, nos questionamentos apresentados, nas reflexões e nos questionamentos apresentados pelo Senador Ricardo Ferraço, à reflexão eu me somo plenamente quanto à necessidade de a administração estruturar métodos novos, aperfeiçoar as normas existentes, para que a ação do Estado seja mais eficaz. Até porque o Brasil, na minha impressão, Senador Inácio Arruda, foi muito feliz ao desenvolver uma série de instrumentos, de mecanismos, de normas de fiscalização da ação pública.

Felizmente, o Brasil possui o Ministério Público em vários níveis. Felizmente, o Brasil possui o Tribunal de Contas em vários níveis. Eu queria aproveitar para testemunhar o esforço que o Tribunal de Contas da União realiza para o acompanhamento da Copa do Mundo, no Brasil, de 2014, um trabalho que não é um trabalho frio, um trabalho de mero exame de contas, mas um trabalho crítico que estimula o aperfeiçoamento da ação do Poder Executivo.

Creio que, assim como o País foi pródigo em construir instrumentos, instituições, leis que estruturaram um forte aparato de fiscalização, a minha impressão é a de que uma medida como essa serve ao propósito de oferecer ao País leis, instrumentos, mecanismos para execução de políticas públicas.

Esse é o tema, é o desafio do Brasil de hoje. Ao tempo em que garante transparência e fiscalização, não inibe a ação do Estado, a execução de políticas por parte do Estado, para alcançar o progresso e o desenvolvimento, aquilo que todos nós desejamos.

Então, eu queria somar-me à reflexão do Senador Ricardo Ferraço, que vai pelo caminho de estimular o aperfeiçoamento institucional e administrativo do Estado brasileiro.

Eu não li o detalhe, não fui brindado pela nota, pela manifestação do Ministério Público Federal acerca desse assunto, mas tenho a impressão de que a caracterização de vaga e genérica para um dos instrumentos oferecidos nessa lei seria a justa caracterização para a crítica feita ao projeto examinado no Congresso Nacional. É uma crítica vaga e genérica a que foi ofertada até aqui.

Digo isso porque há o objetivo primeiro que é inadmissível supor que vai o Poder Executivo tomar a iniciativa sem o estudo prévio quanto à constitucionalidade e ao respeito a todas as normas da Constituição, inclusive aos princípios da administração, da impessoalidade, da isonomia, da moralidade, da competitividade. Tudo isso permeia a proposta apresentada originalmente pelo projeto do Executivo.

Somo-me à preocupação que o meu companheiro do TCU Dr. Marcelo apresenta, que não é apenas a generalidade de afirmar a necessidade de um projeto básico a garantia de que as especificações ofertadas nesse projeto são suficientes para atender as demandas da execução do empreendimento.

Reafirmo o que digo: não sou poucas as vezes que, sob crítica de imperfeição no projeto básico, há a sucessão de pedidos de aditivos e a explosão de orçamentos em obras públicas. É contra isso que nós nos levantamos.

A proposta é clara: haverá um anteprojeto, um anteprojeto com detalhamento e cumprindo a norma, o princípio estabelecido na norma de hoje. A ideia da especificação adequada do objeto para a contratação pode estar explícita e estará explícita no anteprojeto que vai ser ofertado aos licitantes.

Então, quanto ao detalhamento suficiente para que a concorrência aconteça de maneira isonômica, não há a menor hipótese de que isso não seja cumprido, já que o anteprojeto conterá todos os detalhes necessários – e o regulamento vai estabelecer claramente isso –, cumprirá todos os detalhes necessários para que os concorrentes saibam o que a administração quer, saibam o que a administração espera contratar, seja obra, seja serviço. Portanto, acredito no aperfeiçoamento dessa legislação – e insisto –, incorporando as conquistas recentes de práticas nacionais e internacionais.

Qual o balanço que damos hoje da contratação integrada realizada pela Petrobras, por vezes, para

grandes empreendimentos? É um balanço positivo. Qual é o balanço que fazemos de boas experiências que organismos internacionais realizam e observam? É um balanço positivo.

Permita-me, Senador Ataídes Oliveira: a lei vale para todos. Sou daqueles que cumprem a lei do Brasil. Sou daqueles que defendem a lei do Brasil. Portanto, não me cabe observar a ação pública pela ótica dos violadores da lei. A lei no Brasil é respeitada como é respeitada nos Estados Unidos, sim. A lei no Brasil é respeitada como é respeitada na União Europeia, sim. Essa é a minha percepção.

Desvios de conduta ética acontecem aqui como acontecem lá. E por acontecerem aqui como acontecem lá é que nós, inclusive, procuramos compreender mecanismos que, no caso, a União Europeia e os Estados Unidos encontraram para enfrentar o desvio de conduta ética, inclusive desvio de conduta ética na relação entre agentes públicos e agentes privados.

Por isso, eu creio que o esforço que fazemos aqui é de aperfeiçoamento dessas normas. A noção de contratação integrada é uma noção que parte de uma experiência positiva realizada pela Petrobras, de uma experiência realizada em países centrais, que já enfrentaram, inclusive, desafios de logística, de infraestrutura que o nosso País está por realizar.

Eu acredito e compreendo a preocupação por parte...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Excelência, só um segundo. Permita-me, só um segundo. O senhor disse que as nossas leis são cumpridas. Nós estamos agora, com essa MP, estuprando a nossa Constituição Federal, nossa Carta Magna. Não é correto. Perdoe-me.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ataídes, por favor, vamos aguardar o Ministro concluir. Posteriormente o senhor pede a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Permita-me, Senador. Nós estamos... Esse debate é parte do processo legislativo. Na medida em que nós seguimos o rito do processo legislativo, é um exemplo claro do cumprimento da legislação do País. Definindo uma nova regra, definindo uma nova lei, é essa nova regra, é essa nova lei que se torna imperiosa para todos da Administração. Então, eu devo dizer que faço a defesa do cumprimento da lei porque eu a cumpro. Eu tenho um compromisso com o meu País e com a regra estabelecida para a Administração Pública.

Eu acredito que a preocupação manifestada pelo Senador Inácio Arruda no que diz respeito a preocupações, a temores que alguns profissionais liberais, alguns profissionais que atuam na área de elaboração de projetos, de consultaria, é um temor demasiado, porque haverá, seguramente, espaço no mercado profissional para que esses profissionais possam colaborar, intervir nas várias etapas de preparação desses projetos.

Mesmo o anteprojeto, como me referi aqui, que vai orientar o processo de licitação pública vai exigir um trabalho exaustivo, criterioso, cuidadoso de especificação, para não falar de outras etapas da execução. Aliás, aquilo de que nosso País mais carece é a formação de engenheiros, de profissionais qualificados para colaborar com essa fase nova de mais investimentos, que é a fase que o Brasil vive.

O Senador Eduardo Braga, além das reflexões que ele apresentou aqui, chamou atenção para um aspecto em especial que diz respeito aos prazos. E o exame do texto aprovado na Câmara dos Deputados vai permitir aos senhores conhecer que, sim, há uma redução de prazos nas várias fases diferenciadas de licitação, com uma redução dos prazos mínimos sobretudo, e na medida em que você faz, por exemplo, a contratação integrada, em que você elimina uma das duas licitações, também há um ganho na escala, um ganho no prazo do processo de contratação dessas obras e desses serviços. Haverá, portanto, celeridade. E mesmo a inversão de fases, vista de conjunto, também vai impactar na redução de prazos, porque aquela fase de recursos sucessivos após a habilitação, recursos sucessivos e contrarrecursos na fase técnica, até chegar à fase da avaliação de preço, também visto de conjunto, a inversão de fases vai permitir um ganho, digamos assim, uma celeridade no processo.

Ele invocou o exemplo do aeroporto de Manaus. Mas não é o caso apenas de Manaus. O testemunho que a Infraero nos dá é que, aplicando a regra de hoje, na média, nós temos levado mais tempo licitando uma obra de aeroporto do que a executando. Esse é o fato, é o dado da realidade, e é contra isso, também, que se levanta essa medida, buscar mecanismos que acelerem e simplifiquem ritos, garantindo transparência, buscando redução de preço e estimulando concorrência entre as empresas.

O Senador Ataídes Oliveira fez um conjunto de questões. Eu vou tentar, na medida da possibilidade, Senador, do razoável, no uso do tempo, responder aos seus questionamentos.

Não creio que haja nenhum tipo de incentivo à corrupção, nenhum tipo de incentivo a desvio de conduta ética, tanto assim que observamos que a aplicação da lei de hoje, por vezes, redunda em desvio de conduta ética. Não são poucas as vezes em que há denúncias públicas de corrupção mesmo no exercício da aplicação da lei de hoje, porque o que é moral ou imoral não é a lei; moral ou imoral é o agente que

executa essa lei. O mesmo que executa de maneira imoral a lei de hoje poderá tentar executar de maneira imoral qualquer outra lei que venha a ser aprovada em nosso País.

Portanto, eu creio que não é razoável supor creditar a essa iniciativa qualquer tipo de desvio de conduta ética. Eu não imagino nunca que, quando o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso estimulou, no decreto de 1998, a contratação integrada pela Petrobras como possibilidade ele fez o decreto projetando dar instrumentos para qualquer conduta antiética.

Eu não imagino que isso seja uma referencia que a União Europeia ou a OCDE proponha, recomende aos Estados de toda a Europa a adoção de restrição de dado ao concorrente, pensando, projetando algum tipo de violação de conduta ética. Não é razoável supor que isso aconteça.

Portanto, eu queria, assim, se o senhor me permitir, registrar que o desvio ético não tem a ver com a norma do país e, sim, com a condução do homem público, que, muitas vezes ou por vezes, pode não ser adequada.

Eu já me referi, não quero me repetir, que a chamada ausência de projeto básico é uma falsificação da realidade porque ela ignora que o anteprojeto que vai ser a base para contratação integrada pode explicitar todos os detalhes técnicos suficientes para elaboração da proposta por parte dos concorrentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, por que não fica no projeto básico, Ministro? Então, por que essa novidade? Se é a mesma coisa, por que mudou? Eu não consigo entender. O senhor está dizendo que é a mesma coisa.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Eu vou apresentar, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só para eu poder entender.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Eu vou explicar mais uma vez para o senhor como é o rito hoje. O senhor é um homem muito experiente, um homem de Estado, Ministro de Estado, secretário-chefe do Governo de São Paulo, que convive com administração e sabe com é a experiência. Hoje, há elaboração de um projeto básico, que é resultado de uma licitação publica, com todo o seu rito e os seus prazos. A partir daí, há uma outra licitação, em que você faz a elaboração do Executivo e a execução do empreendimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E vocês querem juntar num só.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Em vez de dois processos, será feito um processo só.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, como a Copa do Mundo foi decidida onde que seria no Brasil, e não em 2007, resolveram ganhar tempo juntando tudo. É isso. No fundo, é isso.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Senador, se o senhor me permite, eu vou dar um exemplo para o senhor, já que o senhor está estimulando a reflexão coletiva, eu quero fazer uso desse seu estímulo. Desde o ano de 2009, a cidade de São Paulo sabe que a cidade de São Paulo será sede da Copa do Mundo. São Paulo é a única cidade do Brasil que não tem estádio da copa, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não é responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo construir estádio da Copa. O senhor sabe perfeitamente disso. Foi dito desde o início.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador. Senador Aloysio.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Senador, quem indica o estádio da Copa, quem qualificou a cidade para participar da Copa foi o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, e eu não estou nem argumentando que a responsabilidade é do Governo do Estado.

Tem um ano e meio, Senador, que nós selecionamos um projeto, que é o chamado monotrilho, que é uma obra extraordinária para a cidade de São Paulo, que vai conectar o aeroporto de Congonhas – aliás, é das poucas grandes cidades do mundo que não tem conexão do aeroporto com o metrô –, vai conectar o aeroporto de São Paulo, o aeroporto de Congonhas com o metrô, vai conectar com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, e vai chegar um outro ramal do metrô. É uma obra estruturante para a cidade, e tem pelo menos um ano e meio, Senador, que está assinado na matriz de responsabilidade...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Você fique tranquilo que vai sair. Fique tranquilo que sai.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Estou tão tranquilo que as obras de São Paulo vão sair, Senador, como eu estou tranquilo que todas as obras do Brasil vão sair.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, põe o trem-bala no Regime Especial de Contratação também, porque é tão flexível esse negócio, Ministro, me desculpe. Então, põe o trem-bala.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio, o senhor será o próximo inscrito.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Eu acredito, portanto, que é inescapável. Eu creio que tanto São Paulo cumprirá com todas as obras quanto todos os Estados do Brasil cumprirão com todas as

obras. Agora, é um problema de visão de governo e de construção de instrumentos de gestão.

Felizmente, a Câmara dos Deputados se manifestou, inclusive, num entendimento importante, com lideranças de oposição, e permitiu que 80% dos parlamentares se somassem a esse nosso esforço. Não há nenhum prejuízo à transparência das obras públicas. Os organismos de controle interno e externo terão acesso a todos os dados.

Essas medidas, Senador Ataídes, visam simplificar rito, ganhar prazo, estimular competitividade, estimular redução de custo. Eu falo como se um mantra fossem esses princípios porque as medidas praticamente materializam esses nossos objetivos.

Inclusive há um registro público que acho que é importante, e mais uma vez invoco o Senador Blairo Maggi porque participou daquela reunião de 31 de maio. Achei muito interessante, porque governadores de partidos da base e da oposição apoiaram a iniciativa de modernização da Lei 8.666. Vou citar o exemplo de um governador que pediu a palavra, o Governador Antonio Anastasia, de Minas Gerais, para dizer que acredita ser importante que façamos a modernização dessa lei, o aperfeiçoamento dessa lei, que é o tema que está sendo examinado nesse momento por esta Casa.

As licitações já poderiam ser realizadas, como questionou o Senador Ataídes Oliveira? Boa parte das licitações, Senador, já foram realizadas, de obras de estádios, de obras de aeroportos. Há temas de mobilidade urbana que estão por se realizar, mas essa regra terá uma serventia muito importante para os empreendimentos que não foram ainda licitados e os empreendimentos ligados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Portanto, é uma carteira de projetos ligada aos dois eventos. Mas o esforço de licitação foi realizado em grande parte dos empreendimentos. Boa parte deles, inclusive, já foi iniciada, e alguns estão em estágios avançados. Como referi, estádios é um assunto, por exemplo, em que as obras estão em estágio bastante satisfatório.

O senhor fez três ou quatro questões que entendi que estão vinculadas e, se o senhor me permite, vou dar só uma resposta, para ganhar tempo. Imagino que seja com relação ao acompanhamento por parte do Tribunal de Contas da União. O senhor questiona as providências para facilitar a ação do TCU, aumentar a transparência, relação de obras da Copa, imagino que são todos temas ligados ao acompanhamento feito pelo Tribunal de Contas da União. A nossa perspectiva é de que haja matriz de responsabilidades como pacto do que é projeto efetivamente vinculado à Copa do Mundo. Por quê, Senador? Porque, de repente, muitas cidades, muitos Estados, até mesmo cidades e Estados que não participarão dos jogos oficiais da Copa do Mundo, de repente, começam a estruturar projetos e reivindicar caracterizando esses projetos como fundamentais para a Copa no Brasil. Há o carimbo Copa do Mundo com a perspectiva de que isso signifique garantia de orçamento e, em alguns casos, signifique aplicação desse regimento. Qual é a nossa perspectiva? Só aplicaremos essa regra àquilo que for pactuado com as cidades da Copa, com os governos estaduais como iniciativa imprescindível para realização da Copa do Mundo.

Há rodovias pelo Brasil, que eu já vi, inclusive com inscrição no Orçamento. Isso vale inclusive para órgãos do Governo Federal, estamos debatendo internamente no Governo Federal. E não vamos aceitar que seja atribuído à Copa algo que não seja fundamental para que a Copa aconteça. Digo isso porque tem repercussão no regime de contratação e terá repercussão seguramente orçamentária.

O TCU fez um apelo, e vamos procurar colaborar com o TCU, para que consolidemos a matriz de responsabilidade com outros temas que não os temas constantes já hoje, no caso da Copa. Falo de segurança, infraestrutura de telecomunicações e, eventualmente, oferta de serviços como saúde. O TCU entende que é importante consolidarmos rapidamente tudo aquilo que tem a ver com Copa do Mundo. Nós estamos de acordo com o TCU. O problema é que temos um prazo para consolidar essa posição com as cidades e com os Estados.

Vou dar um exemplo para ilustrar: segurança. Nesse momento, há um diálogo das Prefeituras e dos Governos estaduais, sobretudo, que é quem tem um papel central na segurança pública com o Ministério da Justiça, para consolidar qual é o plano de segurança para a Copa do Mundo. Agosto é o prazo previsto para a conclusão desse plano. Concluído o plano, ele deve ser objeto de acordo entre os governantes e, a partir daí, vai fazer parte dessa matriz de responsabilidade. Portanto, o TCU será informado, imediatamente após a conclusão de cada acordo com cidades e Estados, de quais são os temas novos, quanto custará cada uma dessas iniciativas. Isso irá para o portal da transparência e o esforço nosso será o de atualizá-lo no prazo mais breve.

Nós tomamos uma medida adicional para atualizar de maneira mais rápida as informações do portal da transparência. Qual foi? Contratamos doze escritórios locais e os implantamos em cada uma das cidades da Copa, para que eles possam fazer a fiscalização *in loco* e, sobretudo, colher o dado no detalhe, ofertando esse dado ao Portal da Transparência, já que essa é uma demanda da CGU e do TCU, para que a oferta

de dados seja mais próxima daquilo que está acontecendo na realidade.

Eu espero ter respondido, Sr. Senador, às dez questões, que tentei agrupar para responder.

Na nossa visão, não há violação de nenhum princípio constitucional - inclusive há um parecer da Advocacia-Geral da União sustentando isso. Eu posso até ofertar esse parecer aos Srs. Senadores, que pode ser também objeto de reflexão sobre a matéria que está sendo examinada pelo Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Marcelo Luiz Souza.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Minha Presidenta, eu não poderia fazer um breve...?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – No final.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – No final.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Obrigado, Srª Presidente.

Respondendo, então.

O Senador Ricardo Ferraço fez menção à nota divulgada pelo Ministério Público Federal – e, aí, precisamos ressaltar o excelente trabalho que o Ministério Público Federal tem feito no acompanhamento das ações para a Copa do Mundo. A nota traz uma série de ponderações que devem ser examinadas por V. Exªs – eu imagino que já estejam fazendo, como o Senador Ricardo Ferraço colocou – com bastante atenção.

Lembro que o TCU apresentou, como eu disse, algumas sugestões. Nem todas foram aceitas. Quanto à definição de anteprojeto, que é uma definição fundamental, muitas das sugestões não foram incorporadas. Então, temos a expectativa realmente de que isso aconteça no decreto que vai regulamentar a medida provisória.

O Senador Inácio Arruda mencionou que, mesmo com a 8.666, há uma série de dificuldades de aplicação. É difícil contratar hoje no Brasil. Isso é um fato. Eu atribuo a maior parte dessa dificuldade à dificuldade que a Administração Pública, nas três esferas, tem hoje de planejamento: a dificuldade de se terem bons projetos, a dificuldade de se ter um planejamento adequado para a execução das obras. O TCU, já há bastante tempo, vem insistindo na necessidade de que se invista em capacidade de investimento, de que se invista em capacidade de elaboração de projetos, de que se tenham carteiras de projeto. O exemplo da Infraero é absolutamente gritante. Não é para a Copa do Mundo que se precisam reformar os nossos aeroportos. Precisam-se reformar os nossos aeroportos para vários anos atrás. A situação é caótica já há muito tempo. Ainda não temos projetos. A maioria dos projetos está ainda sendo elaborada. Não acredito que transferir para o contratado a responsabilidade de elaborar o projeto vá resolver esse problema. Não é assim, não é uma solução mágica que vai resolver. O que se precisa, de fato, é que quem é responsável por administrar orçamentos grandes, orçamentos pesados, como é o caso da Infraero, precisa, sim, ter estrutura e capacidade de elaborar projetos adequados.

O Senador Inácio Arruda mencionou também aquelas situações em que a dificuldade acontece por vários motivos e inclusive, às vezes, as obras são paralisadas. Quanto a isso, o papel do TCU é bastante claro: as obras que têm irregularidades graves são paralisadas por força do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, partindo do princípio de que é mais interessante interromper uma obra que está no início e impedir que o prejuízo se materialize do que esperar que esse prejuízo se materialize e depois tentar correr atrás para recuperar aquilo. A experiência mostra que não se consegue recuperar o recurso mal aplicado.

O Senador Eduardo Braga fez menção ao caso do aeroporto de Manaus. Lembro que, recentemente, a Infraero publicou o edital. O TCU examinou o edital e, na postura que o TCU tem adotado, bastante proativa, já respondeu a Infraero, houve necessidade de alguns ajustes que, inclusive, resultavam numa redução do preço em mais de R$30 milhões, e a Infraero já publicou a retificação do edital, quer dizer, o processo de licitação está em andamento. É óbvio que essa obra ainda não é tudo de que o Aeroporto Eduardo Gomes precisa, mas é algo que está sendo feito.

O Senador pergunta também sobre se a inversão de fases é um impeditivo, se é um problema sério. A inversão de fases, no caso do pregão eletrônico, se mostrou bastante adequada; agiliza, impede a ocorrência de uma série de contestações protelatórias na licitação, impugnações, recursos. Agiliza bastante o processo. A inversão de fases não é o problema.

Pergunta também se a questão do anteprojeto é uma dificuldade. Nós temos ainda algumas questões que queremos ver melhor esclarecidas em relação ao anteprojeto. Acreditamos que a definição que está no RDC ainda não é suficiente, e por isso mencionei o regulamento que deverá sair depois.

O exemplo da Petrobras, quando se fala em contratação integrada, e aí a definição de anteprojeto vem dentro do conceito da contratação integrada, a Petrobras usa algo semelhante há muito tempo. Isso é fato. A questão é que não quer dizer que as obras da Petrobras sejam imunes a irregularidades e a problemas, basta ver a jurisprudência e os acórdãos do TCU. Veremos que há problemas também em obras de Petrobras. Então, não é o fato de ser usado pela

Petrobras que seja solução. E a Constituição assegura que as sociedades de economia mista e as empresas públicas tenham um regime diferenciado, inclusive regime de licitação e de contratação diferenciado, e é com base nisso, então, que a Petrobras tem o seu regimento. E a mesma Constituição diz que a regra para o restante da administração, para a administração como um todo, é a 8.666, ou seja, a lei específica, a Lei Geral de Licitação. O que estamos falando aqui é de um regime diferenciado para Copa do Mundo e Olimpíadas, algo então exclusivo para esses eventos, algo totalmente específico e, por isso, repito, não deve ser entendido como a semente de uma nova lei geral, de forma alguma.

Pergunta também S. Exª o Senador Eduardo Braga se o direito de fiscalização do TCU está prejudicado por esse regime do RDC. De forma alguma, o TCU se sente tolido, no que se refere à fiscalização. A fiscalização vai acontecer. Como acontece hoje, o TCU vai atuar como tem atuado.

Em relação às colocações do Senador Ataídes Oliveira, embora as perguntas tenham sido dirigidas ao Ministro Orlando Silva, há alguns comentários que eu gostaria de fazer. Gostaria de lembrar que o problema que se vive hoje e que motivou a iniciativa de instalar o regime diferenciado de contratação, obviamente, não é simplesmente porque temos a Copa do Mundo e as Olimpíadas pela frente, pois sabíamos, há bastante tempo, que realizaríamos esses eventos. Então, não há como negar que existe a deficiência de planejamento, que levou a essa necessidade. Mas essa deficiência não é só federal; ela é também da Administração Pública como um todo – estadual e municipal. Na verdade, a nossa preocupação tem sido esta: "Bom, o problema está aí. O que fazer agora?" Então, a gente entende que essa medida surge no contexto da situação já posta.

Enfim, em relação a recentes acórdãos do Tribunal que têm exigido maior transparência quanto às despesas da Copa, o Ministro Orlando Silva colocou bem a definição da matriz de responsabilidade. O que o TCU tem pedido, de fato, é que todas as áreas que vão ser envolvidas nesse evento – turismo, segurança, educação, saúde – tenham claramente publicado, divulgado para a sociedade o seu planejamento de investimentos, o que deverá ser gasto, como deverá ser gasto. De fato, isso ainda não existe. Hoje, o que nós temos é apenas a definição em relação a arenas – há ainda indefinição em relação a São Paulo –, portos, aeroportos e à mobilidade urbana em termos, porque ainda há uma série de obras relacionadas à mobilidade urbana. A essa altura, ainda se discute se o modal vai ser esse ou aquele, se vai ser BRT, se vai ser VLT, o que vai ser feito. Então, isso nos preocupa bastante.

Por isso, repito: o desafio do Ministério do Esporte é enorme, porque envolve uma coordenação de Estados e de Municípios, que é algo extremamente complexo, mas o fato é que há ainda muita indefinição em relação a essas obras.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi e, em seguida, a Senadora Vanessa e os Senadores Aloysio Nunes e Eduardo Suplicy.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente, Lúcia Vânia; o Ministro Orlando Silva, que está aqui presente; e o Dr. Marcelo Luiz da Eira.

Acho que as perguntas já foram aqui expostas.

Só quero dizer, Ministro, que, para fazer mudança, tem que ter coragem mesmo. Há muito tempo... Eu estou vendo o meu querido amigo, Ministro Aloysio, nosso Senador aqui, e tenho certeza de que, enquanto ele estava no Executivo, muitas vezes ele se irritou também com os prazos, com tudo que acontece nas licitações que um governo faz.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas, às vezes, Senador Maggi,...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Às vezes, é bom o governante ficar irritado. Às vezes, a nossa irritação tem como contrapartida a satisfação do público.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não tenha dúvida disso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor também deve ter ouvido isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Olhem o debate paralelo! Vamos em frente?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas a irritação a que me refiro é por demorarmos muito para conseguir fazer as coisas. Hoje em dia, no Brasil, se você não for um pouquinho arrojado, entre assumir o governo, pensar num projeto, arrumar o recurso, fazer o projeto, licitar, e não for reeleito, talvez você não faça nada. Essa é a realidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com licenças ambientais e o tudo mais.

Então, a mudança se faz necessária. Há muito tempo, pede-se uma mudança nesta legislação, na Lei nº 8.666. Acho que é interessante a experiência que se vai fazer na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, para

que a gente possa até saber o resultado final disso e depois propor mudanças para todo o sistema, não só para esse conjunto de obras. Na grande maioria das obras do País, nas rodovias, ferrovias, a gente sofre demais para tirar uma obra do pensamento e do papel. Eu sei que as mudanças incomodam, a gente não consegue combinar com todo mundo e é assim mesmo que as coisas vão acontecendo.

A única coisa que eu gostaria de deixar aqui como uma pergunta é a seguinte: qual é a diferença que vocês estão imaginando entre o projeto básico e o anteprojeto?

Os projetos básicos que hoje são fornecidos, na grande maioria das vezes, ao encaminhar um projeto para um ministério ou as prefeituras, ao encaminhar para o governo do Estado, nas suas respectivas secretarias, praticamente eles não servem para nada. É quase que o cumprimento legal de um papel que você coloca para se candidatar a uma determinada obra, a um determinado recurso. Depois é que, efetivamente, você vai correr atrás do Executivo. E aí as diferenças de preços, já vêm os aditivos e assim por diante.

Então, quero cumprimentá-lo e à Presidente Dilma pela coragem. Não é fácil fazer essas mudanças, ainda mais escolhendo um conjunto de obras que é discutível. A grande maioria das pessoas querem a Copa do Mundo no Brasil, querem as Olimpíadas, mas muitos fazem as suas considerações: se vale a pena, se não vale, se vamos concentrar ou não.

O que eu quero dizer é o seguinte – o Dr. Marcelo passou por esse assunto bem rapidamente: os nossos aeroportos... Nós temos doze cidades com Copa do Mundo. E, na realidade, as 27 capitais do Brasil precisam não só de reforma, mas de ampliação dos aeroportos. E a grande maioria das cidades médias e grandes que não são capitais também precisam de reforma e de ampliação. O País está mudando, estamos crescendo, estamos ficando mais ricos, a população tem mais recursos, mas a infraestrutura do País não se mexe, ela não vai. E aí, minha cara Presidente desta Comissão, a senhora sabe o quanto é difícil mexer com infraestrutura no País.

Eu me lembro, na eleição de 2010, de que a Rede Globo fez uma matéria sobre o que a população pensa do País, quais são as prioridades que a população tem. E apenas 1.8, 1.7 da população respondeu que infraestrutura é uma coisa importante para o País. Eles se preocupavam com segurança, com educação, com saúde, que está no nosso radar, é o dia a dia. Mas o povo esquece, muitas vezes nós nos esquecemos de que, ao sair de casa e procurar um ônibus ou pegar nosso automóvel e entrar numa rodovia, numa via pública para chegar ao emprego, estamos passando pela infraestrutura, aliás, estamos passando por aquilo que falta, que é a ampliação das nossas vias, os viadutos, os aeroportos, as rodoviárias, os trens e tudo o mais que nós não temos.

Então, quero mais uma vez parabenizá-lo, Ministro, pelo trabalho que vem fazendo. Não é fácil. Eu tenho ouvido... Já ouvi as 14 cidades aqui na Subcomissão da Copa, e a fiscalização, aqueles que estão com receio de que vamos flexibilizar não podem esquecer que as obras feitas pelos Municípios e pelos Estados no mínimo... Eu pedi a cada um que veio aqui, Senador Ataídes. Tem 14 órgãos fiscalizando uma obra da Copa do Mundo. E, melhor – ou pior –, cada um quer um relatório diferente. Então você gasta muito mais tempo para cuidar da burocracia do que propriamente para fazer as obras.

Uma coisa é certa – o Ministro colocou muito bem aqui: se querem fazer coisa errada, se querem fazer sacanagem nas obras, se se organizarem para fazer, não é com a lei antiga nem com a lei nova que se vai impedir. Aí sim, tem que haver órgãos de controle para fiscalizar, saber se a aplicação foi correta, se os volumes de concreto proposto foram ali colocados, se não foram majorados, se os preços... Então, os órgãos de controle é que têm que dar tranquilidade à nação de que estão acompanhando *pari passu* e dizer se as coisas estão corretas ou não.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Parabéns.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. *(Palmas.)*

O Ministro poderia ter evitado esse constrangimento inicial.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) **–** Sempre é bom celebrar os 35 anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Depois de certa idade, Senador Eduardo... Muito obrigada! Agradeço a gentileza do Ministro, que, além de Ministro, é um grande amigo meu, pessoa que admiro muito pela competência.

Presidente Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentá-la também pela iniciativa.

Esta Comissão – é bom que se diga – tem procurado discutir todos os temas que chegam ao plenário. Então, os temas polêmicos que, muitas vezes, não temos tempo de debatê-los no plenário em decorrência

do rito da tramitação das medidas provisórias, esse debate que não ocorre lá temos procurado travá-lo aqui muita vezes com certa dificuldade, mas sempre aprovando essas audiências públicas, que são muito importantes. Hoje estamos aqui debatendo e daqui a alguns dias estaremos no plenário votando essa matéria, que é importante.

Eu quero dizer ao Dr. Marcelo, Ministro Orlando, que não ouvi as exposições de V. Exª, mas ouvi as perguntas, os questionamentos, e todas as respostas.

Fiquei muito tranquila ao ouvir o Tribunal de Contas da União, que V. Sª representa, responder de forma muito simples à pergunta simples feita pelo Senador Eduardo Braga, ou seja, se impede a livre ação não só do Tribunal de Contas, mas também de outros órgãos com essa mudança da lei, aprovação da RDC, se impediria os atos de fiscalização, enfim, absolutamente nada. Acho que isso traz tranquilidade não a nós Senadores, mas ao Brasil, à imprensa, que aqui está, porque quando há uma polêmica muito grande em relação ao sigilo é porque isso poderá vir a acarretar ou propiciar maior desvio ou maior dificuldade no controle, e V. Sª acabou de dizer, de uma forma simples, direta, objetiva: nenhum, não há nenhum óbice, não há nada que impeça não só a ação do Tribunal de Contas, mas a ação de todos os órgãos fiscalizadores, como disse o Senador Blairo Maggi.

Quero aproveitar a presença do Ministro orlando para dar um exemplo concreto: nós temos a maior arena da Amazônia. Há pouco eu conversava com o Governador por telefone, conversava com o coordenador da Copa do Mundo, porque conversei com a Ministra Gleisi no dia de ontem a respeito da liberação dos recursos para construção das obras da arena por parte do BNDES. Está tudo parado. Para a obra Arena da Amazônia foram liberados, até agora, 6 milhões de reais, para o projeto executivo, somente 6 milhões. Que me corrija o Senador Eduardo, que acompanha muito de perto, porque foi o responsável pelas obras, por tudo – 6 milhões. Há mais 5 milhões, aproximadamente, para serem liberados. Há uma decisão, há uma nota, assinada pelo Tribunal de Contas da União, assinada pela CGU, de que pode ser liberado até 20 do valor da obra mesmo não estando o projeto executivo plenamente concluído com os valores. Há essa decisão do Tribunal de Contas, Senador Aloysio, e da CGU, mas o BNDES não libera.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se V. Exª me permite...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Do Tribunal de Contas da União, da CGU liberando e aí – pasme, Sr. Ministro e Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Olha o debate paralelo!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não é o debate paralelo. É apenas para...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu concedi aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É apenas para aditar, dizendo o seguinte: o Ministério Público Federal, através de uma nota de um procurador federal, notifica a direção do BNDES e intimida a direção do BNDES no sentido de não liberar o recurso sob pena de eles tomarem providências quando não há nenhum ato do Tribunal de Contas da União nesse sentido nem da CGU. Ora, dessa forma, fica impossível se administrar a execução das obras da Copa. Aí o que disse o Ministro Orlando Silvas obras até e? As obras estão caminhando, mas, lamentavelmente, o esgotamento dos recursos está chegando ao limite. A contrapartida do Estado do amazonas está esgotada. Portanto, o que a Senadora está abordando é, efetivamente, um caso claro desse tipo de situação que o Brasil está atravessando.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Vanessa, conclua para a gente dar oportunidade...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós estamos aqui...

O Senador Ataídes questiona por que não foram feitas antes as licitações? Grande parte delas estão sendo feitas. A fiscalização nunca foi tão rigorosa no Brasil, como está sendo agora. Nós temos de ter um limite, um ponto, para não prejudicar o andamento das obras e a realização da Copa do Mundo.

O aeroporto, de que aqui se falou, Ministro Orlando, Dr. Marcelo, a primeira proposta que apresentaram há pouco foi no sentido de que ele não ficaria pronto. Ele não estaria concluído até a Copa do Mundo. Foi preciso a bancada se rebelar para que, aí sim, voltássemos lá e eles dissessem: "Vai ficar pronto".

Estou vendo aqui, ouvi aqui alguns adjetivos ao RDC. Como assim? É um projeto que flexibiliza de forma absurda, de forma absurda. É um projeto que agride a 8.666, viola a 8.666. Onde? Estou procurando ler, ponto a ponto, e não vejo isso. São etapas investidas. São etapas investidas. Eu acho que não é bem assim. Eu acho que o que temos que fazer... E aí, Ministro Orlando, é bom que V. Exª diga. Isso tudo foi trabalhado não só pelo Governo Federal, mas em comum acordo com os governos dos Estados, das doze unidades da Federação que têm responsabilidade com a Copa do

Mundo, e mais o Rio de Janeiro, que, além da Copa, tem os Jogos Olímpicos.

Então, em relação às mudanças feitas ontem, eu acho que foram extremamente positivas, ajudam muito o Senado as mudanças operadas ontem na Câmara em relação àquele item que permitia à Fifa e ao COI determinar ajustes. Isso foi retirado. Isso é muito bom. Foi retirado. Ficou claro, ficou explicitado, de forma ainda mais clara, que, após a licitação, os preços serão disponibilizados ao TCU e aos órgãos de fiscalização, o tempo inteiro. Não haverá sigilo para os órgãos de fiscalização. E também o preço estimado ficará à disposição, repito, depois de feita a licitação.

Por fim, eu queria fazer somente uma pergunta ao Ministro Orlando. Recebi uma nota que parece que foi lida por algum Senador aqui, dizendo que é uma nota do Ministério Público. Mas não é do Ministério Público. É assinada por quatro procuradores. Não representa o Ministério Público. Não passou por nenhum colegiado do Ministério Público, até onde sei. Se eu estiver errada, que me corrijam, mas são quatro procuradores. Não estou aqui diminuindo a importância. São quatro procuradores dedicados, estudiosos, mas não é o Ministério Público. Segundo, essa nota se refere à Medida Provisória nº 521, que era até relatada pela Deputada Jandira lá, e é de 10 de maio. Agora, estamos tratando de outra medida provisória, a Medida Provisória nº 527, com modificações que foram operadas tanto no conteúdo inicial quanto na votação pela Câmara dos Deputados. E uma resposta do Governo Federal, através da Advocacia-Geral da União.

Então, Sr. Ministro, eu queria que o senhor nos falasse, em rápidas palavras, resumindo, pois sei que o tempo não nos permite, a respeito dessas respostas, se elas foram todas respondidas e se as mudanças operadas ontem... Não é que elas corrigem, mas é que elas deixam mais claro que esse tal sigilo de que se fala não é bem assim. Não é bem assim. É uma mudança de procedimento durante o processo licitatório. Ou seja, o projeto básico não existirá mais. O Governo fará apenas um anteprojeto, passará às empresas, manterá os valores sob sigilo, abrindo apenas para os órgãos de controle, e as empresas apresentarão. Após a comparação é que as empresas serão classificadas e, a partir daí, todos os dados publicizados, para que todos possam não apenas conhecer, mas também ter a oportunidade de acompanhar e fiscalizar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente do TCU, eu queria, em primeiro lugar, Ministro, me desculpar pela interrupção. É que, o senhor compreende, às vezes, ficamos com a coisa entalada aqui e com vontade de falar, mas o senhor esteja certo do meu respeito pelo senhor, da minha estima pelo senhor, pela sua competência, pela sua integridade, e também pela forma como o senhor se conduziu diante do Governo de São Paulo e da Prefeitura de São Paulo, ao nosso tempo, no tempo do Governo Serra e mesmo do Governo Kassab. O senhor sempre foi extremamente correto e republicano, para usar uma palavra gasta, mas que tem muito valor.

Isso posto, Ministro, eu queria dizer, em primeiro lugar, do meu inconformismo, e talvez minha aflição em interromper se deva um pouco a isso. Veja, o Senador Blair Maggi, que costuma sentar no extremo oposto à minha posição geográfica, mas com o qual tenho muita convergência de opinião, e o Senador Eduardo Braga, estavam cavucando na Internet ontem para saber o que a Câmara estava votando, o que nós íamos receber para votar. Um absurdo! Veja, o senhor se referiu muitas vezes ao Senado norte-americano, dos países do Primeiro Mundo. Isso jamais seria admitido no Senado norte-americano. Uma audiência como esta, jamais. Até porque temos um projeto de lei de autoria de um ilustre Senador desta Casa, o Senador Eduardo Suplicy, que propõe uma mudança na lei atual de licitações, uma mudança longamente meditada, com amplo diálogo com o Tribunal de Contas e com outros órgãos de controle, debate na Casa. O projeto está pronto para votar. Por que não adotar, não aproveitar um projeto que está aqui e que trate de uma maneira abrangente os problemas que já se pode observar, a partir da vigência da Lei nº 866, para corrigi-los? E se adote a medida provisória, criando um regime especial só para as obras da Copa, das Olimpíadas e das Paraolimpíadas? É um arremedo, é uma coisa improvisada, e um improviso que não tem razão de ser, Ministro. Porque, veja: a decisão de que a Copa do Mundo seria realizada no Brasil é de 2007. Faz quatro anos, com grandes festas, e tal, patriotismo, Brasil. Em 2007. Em 2009, foi a decisão sobre as Olimpíadas. E agora se toma medidas que, para acelerar os processos de contratação, põe em risco, ou pelo menos em dúvida séria a vulnerabilidade, quer dizer, a solidez da proteção legal que esses empreendimentos devem ter. Ou seja, melhor, dizendo, abre brechas, tornam-se mais vulneráveis à corrupção, ao descaminho, ao desvio. Inegavelmente, abre, Sr. Ministro, vai me desculpar.

O senhor disse que, quando se contrata um projeto básico, é necessária uma licitação e, portanto, é uma etapa para se chegar à contratação da obra. O projeto busca queimar essa etapa. Não sei se o interesse público ganha com isso. Eu creio que não. Talvez,

se ganhe no prazo. Mas o que se ganha no prazo pode se perder no volume de recursos e de contestações judiciais, que o método adotado pelo Governo, que é o ponto de partida de um projeto, projeto – como é o nome aqui –, é o anteprojeto de engenharia, que é uma novidade, algo que não se sabe direito o que é. Então, imagine as contestações que podem acontecer quando nós abandonamos algo que já é arquiconhecido, que é a noção de projeto básico, e adotamos algo que não sei se é uma jabuticaba ou não, mas algo que ainda não foi experimentado. Então, o tempo que se ganha vai se perder em recurso. O senhor pode ter certeza disso, certeza absoluta.

Outra coisa: ao se mudar o regime jurídico de contratação apenas das obras da Copa, vamos ter uma situação em que haverá uma pressão muito grande não apenas sobre o Governo Federal, mas sobre os Estados, sobre os Municípios, para se colocar o carimbo de obra necessária à Copa para coisas que não são necessariamente vinculadas, digamos assim, ontologicamente, a essas competições. O senhor não ignora que há um jogo de pressões que vão se dirigir especialmente nos elos mais fracos da administração. E o senhor me dizer que haverá um acordo, um entendimento entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios, a mim, não me tranquiliza. Que houvesse definições objetivas: olha, isso aqui pode ser contratado nesse regime especial; e isso, não. E mais: o melhor seria não haver regime especial coisa nenhuma. É se proceder a modernização, a atualização, que a experiência da Lei nº 8.666 já nos permite dizer quais são.

A ideia de que não se divulgar os orçamentos básicos possa evitar conluios, me desculpe o Ministro, é ingênua. Não diria que V. Exª é ingênuo, mas a idéia é ingênua, porque é óbvio que haverá vazamentos, e vazamentos remunerados. Imaginem em todos os Municípios onde vai haver obras da Copa, os Estados, mesmo o Governo Federal, a longa tramitação desde a concepção do projeto, a apresentação do anteprojeto de engenharia até o julgamento. Quantas pessoas não vão ter que lidar com esses documentos? É claro que vai haver vazamento. Não tenho dúvida nenhuma. Nós já tivemos experiências ruins com os Jogos Pan-Americanos. Eu tenho receio que isso aumente em grande escala os problemas que nós já tivemos.

Aí também há uma discricionariedade excessiva na possibilidade, na faculdade que se dá ao Governo como obra necessária à Copa qualquer coisa. Eu dizia, num aparte irregular ao senhor, pelo qual já me desculpei, e reitero as minhas desculpas, que se pode colocar o trem-bala no regime especial. Por que não? Mobilidade entre Rio e São Paulo. Maravilha. Regime especial. Aí se evitaria o inconveniente de um novo adiamento do leilão, como o que aconteceu na semana passada, por falta de detalhamento de projeto. Se diz: "Vamos contratar um trem-bala. Vai ter que correr a 350km/h, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, com estação em tal e tal lugar". Pronto, não é?

Tenho certeza de que haverá quem reclame o carimbo "de obra para Copa", "regime especial para o trem-bala". O senhor não tenha dúvida quanto a isso.

Questão da publicidade. É verdade que houve uma mudança na Câmara. A Câmara, aliás, retirou algo parecido com um bode que foi colocado na sala, que é a possibilidade de um organismo, altamente suspeito que é a Fifa, estar aqui dando palpite sobre aquilo que a gente deva fazer ou não deva fazer. Aliás, nós temos sido altamente permissivos com a Fifa, dando confiança demais a essa gente.

Enfim, retirou-se esse bode da sala, mas permanece a comunicação, a publicidade, apenas aquilo que é estritamente necessário que são os órgãos de controle. Eu gostaria que a comunicação fosse para a opinião pública, uma vez que não há garantia contra vazamento. Por que dizer ao povo? Dar publicidade a tudo o que estiver nos projetos de engenharia? Não. Só os órgãos de controle. É importante o povo saber, é importante a imprensa saber. Isso ajuda os próprios órgãos de controle.

Enfim, Ministro, são essas preocupações que eu queria expressar ao senhor, desejando que aqui no Senado tenhamos condições de trabalhar melhor esse tema e desejando ao senhor sucesso. Esteja certo de que o senhor tem aqui um admirador.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cyro Miranda, concede um aparte rapidinho ao Senador Ataídes, que vai relatar a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para um *postscriptum*, uma nota de rodapé.

Ministro, aqui há uma cobrança do TCU, um acórdão do TCU sobre o Ministério dos Esportes, um alerta dizendo que a matriz de responsabilidade sobre as obras da Copa se encontra desatualizada; faz alguns apelos ao senhor em prol do princípio da transparência, inclusive a definição de qual será o conjunto de obras consideradas essências à realização da Copa do Mundo de 2014. É um acórdão recentíssimo do Tribunal de Contas da União.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vou ser muito breve, nossa Presidenta, muito obrigado meu Senador Cyro.

O Dr. Marcelo colocou de forma muito clara essa harmonia entre o TCU e o Ministério representado por V. Exª, Ministro Orlando Silva.

O senhor deve ter conhecimento que o tribunal, em fevereiro, editou relatório dizendo que havia divulgado em fevereiro o primeiro relatório das ações para a Copa de 2014. O Ministro relator do processo, Walmir Campello, apontou em seu relatório uma série de anormalidades, como atraso no início das obras, estouro de orçamentos, falta de transparência nos atos do governo e irregularidades graves nos projetos. TCU. Pois bem, V. Exª, Ministro Orlando, data vênia, não estou convencido com suas explicações. E, afinal, quero dizer o seguinte: quando usa o dinheiro do povo brasileiro não pode haver sigilo. Não pode haver sigilo, meu Senador Aloysio! Como é que se usa o dinheiro do povo e se pede sigilo?

Era só isso que eu queria colocar, Srª Presidenta, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Senadora Presidente Lucia Vânia, Exmº Sr. Ministro Orlando Silva, Dr. Marcelo, Dr. Orlando, com quem tenho laços de família – minha sobrinha e afilhada é intima e amiga da família.

Primeiro, quero dizer que a Senadora disse que nada aconteceu de um passado recente para cá que tenha sido extremamente bem auditado. É verdade. Vejam que os precedentes dos Jogos Panamericanos de 2007, durante o governo Lula, são alarmantes. Houve aumento de 800% nos custos; de 410 milhões em 2002, a conta fechou em 3,7 bilhões. Uma ligeira diferença de 800%.

Esse foi apenas um adendo. Minha questão ao ministro é a seguinte: ministro, foi mencionado que a construção de aeroportos se enquadra, sim, no regime especial de contratação previsto no projeto e que abrangeria ainda outros aeroportos nas proximidades das cidades, cidades alternativas, inclusive. É o caso da nossa cidade. O Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, é uma coisa ridícula. É o único Estado em que a rodoviária bate de dez a zero no aeroporto. Sei que o senhor não tem culpa disso. Nós estamos com uma obra há três anos parada pelo superfaturamento de 65% acusado pelo TCU. Pergunto ao senhor se temos a chance de entrarmos nesse programa pra eu ficar um pouquinho mais aliviado. Sei da seriedade de V. Exª, sei da preocupação em que isso ande rápido, mas nos dê um alento, diga que isso vai estar junto, pelo amor de Deus. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Último orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente Senadora Lucia Vânia, Sr. Secretário da Secretaria Adjunta de Planejamento do Tribunal de Contas, Marcelo Luís de Sousa Vieira, querido Ministro de Estado de Esporte, Orlando Silva Junior, eu acompanhei boa parte das explicações de ambos e acredito no propósito de V. Exª de assegurar que possam as obras para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas serem organizadas de maneira que se garanta a melhor defesa do interesse público.

Eu gostaria de perguntar, prezado Ministro, em que medida o Governo Federal considerou a hipótese de acelerar a votação e a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 32, que, desde 2009, está pronto para ser votado aqui, e que, de alguma maneira, modifica, atualiza e aperfeiçoa a Lei Geral de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666, de 1983; avaliou que a eventual votação desse projeto pudesse, se acelerado, contribuir para o propósito deste regime diferenciado de contratações públicas ou que pudesse haver a consideração, uma vez que esse projeto está praticamente pronto para ser votado.

Houve, há um ano e meio, um diálogo meu com o então Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com o Senador Francisco Dornelles e nós chegamos a um entendimento. O Senador Romero Jucá, Líder do Governo, disse que precisaria apenas haver certo aperfeiçoamento de alguns itens para que nós os apreciássemos e os votássemos. Ainda ontem conversei com o Senador Romero Jucá e disse a S. Exª que da minha parte estou pronto para votar.

Como o jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria que publicou ontem, disse que o projeto estaria guardado, quero dizer que não na minha gaveta. O Líder do Governo me disse que muito provavelmente será acelerado.

Aproveito para fazer essa indagação. Chegou-se a cogitar dessa possibilidade.

Objetivamente, sobre o regime diferenciado de contratações públicas, que permite que todas as etapas da obra sejam contratadas por uma única empresa, ou seja, a contatada fará o projeto o básico, o executivo e fará a obra, entregando-a pronta à administração pública e como a Lei 8.666 não prevê esse tipo de contrato e que os projetos básicos e executivos devem ser realizados por outra empresa, há uma pergunta. De alguma maneira ela foi respondida, mas eu gostaria, objetivamente, de saber se esse mecanismo não tenderia a provocar um superfaturamento da obra.

A outra questão breve é que o texto da MP 527, art. 10, diz que " o orçamento previamente estimado para contratação será divulgado somente após o encerramento da licitação".

O § 3º do mesmo artigo estabelece que a informação referida será permanentemente disponibilizada

nos órgãos de controle interno e externo, no caso o Tribunal de Contas.

Essa é a grande polêmica do momento.

Aí a pergunta ao Tribunal de Contas: como vê o sigilo dessa informação e a não divulgação dos valores se eles poderão ser divulgadas apenas após a realização da licitação se haverá qualquer prejuízo para o interesse o público com esse procedimento?

Meus cumprimentos a ambos pelos esclarecimentos aqui prestados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Quero considerar as reflexões feitas pelo Senador Blairo Maggi, homem experiente, ex-Governador de Estado. Eu me somo às preocupações que ele tem de conciliar a boa utilização dos recursos públicos com a celeridade necessária para que os investimentos possam se realizar.

Quanto à preocupação dele com relação ao anteprojeto não quero reiterar o que já manifestei anteriormente. Nós trabalhamos com conceito e creio que meu colega, meu companheiro do Tribunal de Contas da União, – Dr. Marcelo o ajudou, inclusive, – quando lembra que o regulamento vai permitir um detalhamento no limite daquilo que deve ser objeto, daquilo que deve ser a forma do anteprojeto, de modo que possamos dar máxima segurança não só à sociedade mas também, sobretudo, aos que concorrem de que haverá isonomia entre aqueles que disputam a conquista de determinado contrato público. Portanto, o anteprojeto vai especificar, no detalhe, todos os aspectos técnicos que devem fundamentar as propostas dos vários concorrentes.

A Senadora Vanessa manifestou preocupação quando ao pronunciamento do Ministério Público, ainda que não seja o chefe do Ministério Público Federal, mas diz respeito a um grupo que faz o acompanhamento permanente dos investimentos da Copa, que está mais atento ao debate que fazemos aqui. Há – já ofereci uma cópia – uma nota conjunta da Advocacia Geral da União e da Controladoria Geral da União que contra-argumenta sustentando a constitucionalidade da matéria proposta pelo Governo e aprovada na noite de ontem na Câmara dos Deputados e que polemiza e desconstrói as preocupações que foram manifestadas pelo Ministério Público. Vou fazer isso por escrito e enviar esse documento à nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

Gostaria de agradecer a homenagem que recebi do Senador Aloysio Nunes Ferreira na presença de S. Exª, mas, na sua ausência, creio que vale à pena registrar que as preocupações que o Senador tem, inclusive o ponto de partida do debate que o Senador propôs é, no caso dele, o desconhecimento da matéria votada na Câmara, que, talvez, seja o fator que produz as suas preocupações. Tenho certeza de que, na medida em que ele conhecer objetivamente o texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, boa parte das preocupações do Senador serão dissipadas.

Por exemplo, ele falou sobre não haver publicidade dos dados. Digo que haverá publicidade total de todos os dados, a restrição será apenas de orçamento durante o certame para os licitantes. Os órgãos de controle, todo o tempo, terão acesso a todos os dados.

A manifestação do Senador quanto à definição clara sobre o que é projeto da Copa e o que é projeto das Olimpíadas. Insisto que a autoridade pública olímpica, o órgão que reunirá cidade, Estado e Governo Federal, no Rio de Janeiro, no caso das Olimpíadas, fixará carteira de projetos olímpicos. E a matriz de responsabilidades é o que determina quais são os projetos que, efetivamente, têm vínculo com o projeto da Copa do Mundo. Ou seja, não será projeto da Copa do Mundo porque assim deseja o prefeito de uma dada cidade, mas porque a análise dos órgãos de Governo dos três níveis, da chefia do Poder Executivo dos três níveis, entenderam e pactuaram na matriz, assinaram um documento, informaram o Tribunal de Contas da União e publicaram no portal da transparência. Estes serão os projetos aos quais se poderão aplicar esse regime e que terão o *status* de projetos funcionais para a realização da Copa do Mundo.

Pressão política sempre há, mas o papel do Governo é reagir à pressão política para garantir a defesa do interesse público.

Insisto que não é possível discutir o que abre e o que fecha a brecha para corrupção, porque o meu entendimento é que a conduta do homem público independe da lei. A conduta moral ou imoral independe da lei que estabelece a regra e, sim, do compromisso ético que o homem público deve ter para salvaguardar os interesses e os recursos públicos, aplicando-os adequadamente.

Então, rechaço a hipótese de que abre brecha para a corrupção. Não vejo em nenhum artigo proposto qualquer brecha para a conduta antiética.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Ministro Orlando Silva, estamos com votação nominal com necessidade de presença urgente. Só queria cumprimentá-lo. Talvez V. Exª ainda não saiba, mas o Brasil da Seleção de Marta ganhou de 1X0 da Austrália. Meus parabéns a V. Exª.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Parabéns à Seleção Brasileira de Futebol Feminino, que obteve mais um resultado extraordinário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me também eu precisar me ausentar para votar, assim como todos os demais Senadores.

O SR. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR – Enfim, as preocupações do Senador Aloysio Nunes Ferreira se baseiam no desconhecimento da proposta que foi aprovada na Câmara e está sendo examinada por esta Casa.

A preocupação do Tribunal de Contas da União, a que ele se referiu, manifestada no acórdão, é a nossa preocupação. Isto é, interessa-nos, Senador Eduardo Suplicy, ter o máximo de informações publicadas. E a preocupação justa do Tribunal é no sentido de reforçar a estrutura do Ministério do Esporte para fazer o justo e adequado acompanhamento.

Aliás, Senadora Lúcia Vânia, apesar da ausência de vários Senadores, aproveito para fazer um apelo a esta Casa, ao Senado Federal, que examina há pelo menos dois anos uma proposta de ampliação da estrutura do Ministério do Esporte, que permitirá, seguramente, criar melhores condições para acompanhamento desses investimentos da Copa do Mundo de 2014. Um projeto que está, neste momento, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Há um entendimento entre nós e o Tribunal de Contas da União quanto à necessidade de mais publicidade. E toda a publicidade será dada na medida em que pactos forem feitos com Estados, cidades e Governo Federal, e adendos forem assinados à matriz de responsabilidade.

O Senador Ataídes Oliveira, talvez por ignorar a proposta que será examinada aqui na Casa, sugere que defendemos sigilo no gasto dos investimentos da Copa, o que não é verdade, pois não há nenhum sigilo quanto aos gastos da Copa, ao contrário, há o compromisso de máxima transparência no que diz respeito a esses gastos. Apenas para os licitantes, durante a licitação, durante o certame, é que vai haver a restrição de acesso aos dados do orçamento prévio, o qual será oferecido a todos da sociedade, inclusive aos licitantes, logo após o encerramento do processo.

O Senador Cyro Miranda se refere a uma emenda aprovada na Câmara que permite que aeroportos de cidades até 350 quilômetros, cidades-sede, possam se beneficiar desse regimento de licitações. Não foi uma proposta originalmente apresentada pelo Poder Executivo, mas uma emenda aprovada pela Câmara dos Deputados e que está sob exame do Senado. Evidentemente que a cidade goiana será beneficiada na medida em que esse projeto seja aprovado.

Por fim, o Senador Eduardo Suplicy se refere ao PL nº 32, que regulamenta um belo projeto de lei que trata da lei de compras governamentais, a Lei das Licitações. É um tema que foi examinado no Poder Executivo, mas é tão polêmico que, como bem lembrou o Dr. Marcelo, quando propomos o regime específico para eventos datados, isso suscitou muita polêmica. Imagino que a revisão global da Lei das Licitações deverá suscitar mais polêmica ainda e, seguramente, será um tema que vai merecer um exame meticuloso, detalhado por parte do Congresso Nacional, particularmente por parte do Senado. Mas espero que tenha um bom resultado.

Mais uma vez, Senadora Lúcia Vânia, quero agradecer o convite da Comissão. Procurei trabalhar os temas mais quentes e mais vivos que foram pautados, desde manifestações públicas de Senadores, de lideranças da Câmara, até mesmo de entidades da sociedade. Penso que é importante dialogar com a crítica que a sociedade faz à formulação do Governo. Estamos convencidos de que a proposta de modernização da Lei das Licitações, focada nesses eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, é um bom serviço que prestamos ao País. Também estamos convencidos de que é correto ter um regime diferenciado para um evento diferenciado, cuja diferença, o Dr. Marcelo falou muito bem, é haver data, ou seja, há dia, hora e lugar para acontecer a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Sendo assim, esperamos que o Senado Federal reflita sobre a proposta que chega a esta Casa, examine-a com todo o cuidado e ofereça um bom resultado, colaborando com os princípios orientados pela Presidenta: garantir a máxima transparência, buscar o aumento de competitividade e concorrência entre empresas, a redução de custos e a defesa dos recursos públicos do Erário.

Então, queria agradecer mais uma vez e desejar sucesso ao debate nesta Casa. Quero cumprimentar o Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira pelo trabalho, e agradecer também a colaboração – e gostaria que o senhor transmitisse ao Ministro Valmir Campelo o nosso agradecimento – muito ativa que o Tribunal faz, insisto, não apenas uma Corte que avalia contas, mas procura interagir no sentido de interferir positivamente na defesa do interesse público.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Ministro Orlando Silva.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo para as considerações finais. Em seguida, vamos encerrar esta reunião.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Obrigado, Srª Presidente. Confesso que estou um pouco inquieto desde as palavras do Senador Ataídes Oliveira, que mencionou que, no entendimento dele, havia uma harmonia entre TCU e Ministério do Esporte. Entendo que harmonia não é exatamente a melhor palavra.

Existe, sim, cooperação no sentido de que ambos os órgãos, como deve ser, buscam a promoção do interesse público.

Mas o TCU jamais abriu mão, e nem abrirá, do seu papel de fiscalizador, responsável pelo controle externo. E a evidência disso são os acórdãos. Alguns deles mencionados aqui, um deles foi mencionado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, em que o TCU, até de uma forma bastante dura, tem cobrado algumas medidas que precisam ser adotadas não só pelo Ministério do Esporte, mas também por outros órgãos. Entendo que é assim que deve ser de fato.

O Senador Blairo Maggi pergunta qual é a diferença entre projeto básico e anteprojeto. Acho que essa é uma das grandes questões, de fato.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Marcelo, pediria licença para o Ministro se ausentar, porque ele já está com atraso de uma hora. Então, gostaria que o senhor utilizasse o microfone para responder as perguntas.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Então, essa diferença entre projeto básico e anteprojeto é um dos pontos fundamentais. Podemos falar bem sobre o que é projeto básico, mas ainda não há elementos suficientes para se especificar precisamente o que é anteprojeto. Esta, talvez, seja a maior dificuldade em relação ao RDC.

O projeto básico é aquilo que é necessário para caracterizar a obra e permitir que se defina o custo, que se saiba quanto vai custar aquela obra. Se pegarmos, por exemplo, o projeto de um aeroporto, da pista de pouso e decolagem, o projeto básico precisa dizer, precisa ter elementos que comprovem que tipo de solo existe ali para que se saiba que tipo de movimento de terra, quanto vai ser preciso escavar, remover, quanto vai ser preciso aterrar, que tipo de material, enfim, e isso resulta em uma diferença muito significativa no custo final dessa obra.

Então, quando se fala em anteprojeto e não se vê essas questões bem definidas aqui, nos preocupamos, porque entendemos que é necessário, sim, que haja maior definição. E acreditamos que isso vai acontecer no regulamento que será feito por decreto da Presidência da República. Mas essa preocupação, hoje, existe.

A Senadora Vanessa Grazziotin lembra algumas situações. De fato, como afirmei, o RDC não impede a atuação do TCU, que vai fiscalizar, sim, vai continuar fiscalizando. Mas é claro que queremos que a lei seja aquela que possibilite que as coisas aconteçam e aconteçam dentro dos princípios constitucionais. Isso é o que se busca e acreditamos que é também a intenção dos Srs. Deputados e Senadores que estão discutindo esse projeto.

Portanto, acredito que terão, sim, esta preocupação na hora de votar: se atende aos princípios constitucionais ou não.

No caso da arena da Amazônia, Senadora, o acórdão do TCU é bem claro: até 20% dos recursos do financiamento do BNDES podem ser liberados antes que o projeto executivo esteja pronto, até porque essa obra é um caso bastante complicado, porque foi licitada sem um projeto básico adequado e, de fato, foi constatado que, se fosse feito da forma como estava prevista, havia a possibilidade de preço acima do valor mercado. Isso foi, então, revisto. Mas há necessidade de que os projetos sejam elaborados e apresentados.

Os projetos já estão prontos. Já foram apresentados ao TCU, mas o orçamento ainda não foi apresentado. Continuamos aguardando o orçamento, não que isso seja impeditivo de o BNDES liberar nada, quero deixar isso bem claro. Ou seja, o TCU ainda aguarda o orçamento para poder se posicionar sobre essa obra.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira lembrou que seria mais interessante termos a alteração definitiva na Lei das Licitações e aí o Senador Eduardo Suplicy lembrou o Projeto de Lei da Câmara nº 32, que é essa proposta de alteração da Lei nº 8.666. Entendemos que seria muito bom para o País se fosse dada uma prioridade para a tramitação desse projeto de lei também.

Sobre o aeroporto de Santa Genoveva, em Goiânia, que foi mencionado pelo Senador Cyro Miranda, apenas um comentário: essa obra está paralisada, mas o TCU não tem nenhuma restrição à retomada dessas obras. Há mais de dois anos que o TCU não tem nenhuma restrição. Essa obra está paralisada por uma questão de determinação judicial. Então, é bom que isso fique claro. Mas essa questão da determinação judicial já vem sendo enfrentada. É provável que isso se resolva. Acreditamos.

Pergunta do Senador Eduardo Suplicy: se a contratação integrada provocaria o superfaturamento. A chave para responder essa questão é a definição clara do que seja anteprojeto. Entendemos que é preciso definir melhor o que é anteprojeto. A partir daí, ficando muito claro e havendo elementos suficientes na definição de anteprojeto, a questão do superfaturamento volta a ser tão possível quanto qualquer outra forma de licitação e de contratação.

Lembro que há um ponto positivo a favor do RDC, da MP que foi aprovada na Câmara, que define que não haverá aditivos. Não é possível celebrar aditivos contratuais no caso da contratação integrada. Isso facilita bastante as coisas, porque, na maioria das vezes, é na celebração dos aditivos, que são alterações contratuais, que ocorre o sobrepreço, que ocorre o descontrole nas obras.

Em relação ao sigilo, pergunta também feita pelo Senador Eduardo Suplicy, do orçamento durante o período da licitação, como eu já disse, não vemos isso como o grande problema. A questão do sigilo para obras, se é contratação de obras o art. 8º já diz que tem que se usar como referência os preços do Sinapi e do Sicro, então esse preço, mesmo sendo sigiloso, na verdade não é tão sigiloso assim, porque se sabe quais são os parâmetros de elaboração desse preço. Então, não há grande mistério em relação ao preço. Para o órgão de controle, esse preço é acessível, o regulamento prevê isso. Mas, mesmo para o público, para quem tem acesso – está na Internet –, é acessível para todo mundo. Nas tabelas de preços do Sinapi, da Caixa Econômica, do Sicro, do Denit, o custo pode ser montado sem grande dificuldade. Talvez haja alguma preocupação em relação ao que não é obra, à contratação de serviços ou contas. Mas mesmo nesses pontos achamos que não reside aí o grande problema. Quem tem intenção de fazer conluio tem outras formas de fazê-lo, isso não é impeditivo.

Era isso, Srª Presidente. Agradeço imensamente. Reitero que o Ministro Valmir Campelo gostaria muito de estar aqui, mas não pode, mas para mim foi uma satisfação enorme. Agradeço a honra deste convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Marcelo. Quero também agradecer ao Ministro Orlando Silva, pela sua disponibilidade em estar aqui nesta Comissão debatendo conosco um tema de extrema importância. Acredito que a presença do Ministro significa um gesto muito importante, no sentido de que está aberto a esse debate. Acredito que todos nós ganhamos com as explicações que aqui ele pode colocar. Quero também agradecer ao TCU pela parceria que faz com esta Comissão. A importância do TCU neste debate, a disponibilidade de estar aqui conosco no dia hoje esclarecendo e colocando seu ponto de vista. Acredito, Dr. Marcelo, que o nó que ficou desse debate todo está realmente na substituição do projeto básico pelo anteprojeto de engenharia. Como V. Sª bem colocou aqui, se já houvesse a regulamentação, talvez não tivéssemos tantas indagações para serem feitas a respeito desse regime diferenciado de contratação.

Portanto, os nossos agradecimentos e podem ter certeza de que vamos continuar esse debate até o dia da votação da medida provisória.

Muito obrigada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 43 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinqüenta e cinco minutos do dia trinta de junho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadres, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Rodrigo Rollembrg, Vanessa Grazziotin, Cassildo Maldaner, Ivo Cassol e Jayme Campos.** Justifica ausência o Senador Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das 22ª e 23ª Reuniões, que são aprovadas. O Senador Inácio Arruda assume a presidência às nove horas e cinqüenta e seis minutos. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor AUGUSTO CÉSAR CARVALHO BARBOSA DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI**. ITEM 2 – OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2011,** de autoria do Governo do Estado de Minas Gerais, que "Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes a parcerias público-privadas realizadas e a realizar pelo Governo de Minas Gerais." O Presidente em exercício, Senador Inácio Arruda, designa o Senador Blairo Maggi como Relator "ad hoc". O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do seu Relatório. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S" nº 3, de 2011, e proce-

da ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para na forma do § 1 do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 22ª e 23ª reuniões.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 1
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor AUGUSTO CÉSAR CARVALHO BARBOSA DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

A autoria é da Senhora Presidenta da República e o relator é o Senador Blairo Maggi. A Comissão já dispõe de elementos necessários para a sua deliberação. Convido, então, o Senador Inácio Arruda para presidir a sessão enquanto faço a relatoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi para que possa fazer a relatoria da Mensagem do Senado Federal de nº 91, de 2011. V. Exª tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, esta relatoria se propõe a analisar a indicação do *Sr. Augusto César Carvalho Barbosa de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura, DNIT. A apreciação da indicação fundamenta-se no art. 52 da Constituição Federal, dispositivo que estabelece a competência privativa do Senado para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de titular de cargo sempre que a lei especificar e assim determinar.

Por sua vez, a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, a qual dá outras providências e cria o DNIT, determina no seu art. 88 que os diretores dessa autarquia deverão atender aos seguintes requisitos: serem brasileiros, terem idoneidade moral, reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do órgão e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Ao ler o currículo, sua biografia e por onde já trabalhou, Sr. Presidente, concluo que o Sr. César tem todas as condições para exercer o cargo para o qual está sendo indicado pela Presidência da República. Portanto, sem maiores comentários, este relator concorda com a indicação.

O relatório, então, é favorável à condução do Dr. César ao posto para o qual foi indicado.

Portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º , do art. 2º da Resolução nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Meu caro presidente Blairo Maggi, queria aproveitar que o V. Exª já está na bancada e pedir que relate *ad hoc*

OFICIO "S" Nº 3, DE 2011

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 1.079, de 2004, informações referentes a parcerias público-privadas realizadas e a realizar pelo Governo de Minas Gerais.

Autoria: Governo do Estado de Minas Gerais
Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro**

Tem a palavra o Senador Blairo Maggi, como relator *ad hoc.*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom, o relatório aqui apresentado pelo Senador Flexa, que não se encontra presente, faz considerações sobre a s parcerias público-privadas e conclui: em face do exposto, voto para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício S nº 3, de 2011, e proceda ao seu arquivamento com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do §1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

Essa é a relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório para que se tome conhecimento e se proceda ao seu arquivamento com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão para que esta tome conhecimento e proceda ao seu arquivamento com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para, na forma do §1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

O projeto vai à Secretaria Geral da Mesa.

Senhoras e Senhores Senadores, nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão já convocando sessão ordinária para a próxima quinta-feira.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 02 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 31º REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 14:30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Delcídio do Amaral**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Antonio Carlos Valadares, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Pimentel, Vanessa Grazziotin e Waldemir Moka.** A Presidente declara abertos os trabalhos e convida os participantes a tomarem assento à mesa. A Presidente informa que a presente Reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 34, de 2011-CI e nº 42, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, e Lúcia Vânia, com o objetivo de debater a Renovação das concessões, com a presença dos seguintes participantes: Flávio Antônio Neiva – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE; César de Barros Pinto – Diretor Executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE; Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE; e Paulo Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. A seguir, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Waldemir Moka, Ivo Cassol, Delcídio do Amaral, Cyro Miranda e Lúcia Vânia.** A Presidente atendendo solicitação do Senador Waldemir Moka, solicita à Consultoria Legislativa do Senado, estudo técnico acerca da constitucionalidade e juridicidade incidente sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica. O Senador Delcídio do Amaral assume a Presidência às dezesseis horas e cinqüenta e sete minutos. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CI – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da CAE.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Passemos agora à pauta, conforme previamente divulgada.

Antes, convido para compor a Mesa, como convidados desta audiência pública, Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Abrage; César de Barros Pinto, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – Abrate, representando o Presidente da Abrate, José Cláudio Cardoso; Nelson Fonseca Leite, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Abradee; Paulo Skaff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Cumprimento os senhores expositores, agradecendo a presença de cada um. Vamos dar início a nossa reunião, mais uma audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado

Federal e da Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a renovação das concessões, em cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2011, aprovado em 16 de junho, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Blairo Maggi e Lúcia Vânia, e ao Requerimento nº 42, de 2011, da CAE, aprovado em 21 de junho, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Contamos hoje com a presença dos convidados que já foram aqui nominados.

Desde já, quero agradecer encarecidamente a presença de V. Sªs nesta audiência.

Estamos dando início ao segundo debate em torno de um assunto da maior relevância para o País, em que o Estado brasileiro deverá tomar uma das mais importantes decisões da história recente, com graves repercussões econômicas e sociais: a proximidade do vencimento das concessões de serviço público de energia elétrica.

Até 2015, estarão vencidos os mais de 28 mil *megawatts* entre concessões para aproveitamento de potenciais hídricos na produção de energia elétrica. Até lá, vencem 33% dos contratos de transmissão e 55% dos contratos de distribuição de eletricidade. O impacto global desses contratos no conjunto do setor elétrico é imenso, relembrando que alguns deles, já vencidos, operam hoje a título precário, com base em decisão governamental que necessita de fundamento legal e constitucional mais seguro.

Este é, inclusive, um dos pontos mais polêmicos a serem enfrentados, quer seja em debates acalorados em meios acadêmicos ou políticos: deve-se optar por prorrogar as concessões ou por licitá-las? O que a Constituição Federal determina? À primeira vista, parece claro que o art. 175 impõe o regime licitatório como caminho mais adequado a ser seguido. Todavia, a própria lei geral de concessão de serviços públicos prevê a possibilidade de prorrogação.

Está instaurada, portanto, a controvérsia jurídica a respeito do assunto. Certo é que, além do debate jurídico, essa será uma decisão política fundamental, que terá enorme repercussão no setor e na sociedade brasileira como um todo. A verdade é que o encaminhamento dessas concessões depende essencialmente de um complexo conjunto de critérios ainda não delineados, mas que reclamam a adoção de uma estratégia clara e amplamente discutida.

É este o papel do Congresso Nacional, cuja missão não se limita a discutir e esclarecer as questões de interesse nacional, mas, sobretudo, é a de representar a sociedade brasileira nesses debates. Temos hoje a rara oportunidade de podermos antecipar essa questão de forma a permitir que caminhos sejam apontados e trilhados, sempre ao encontro dos interesses da Nação.

O vencimento das concessões para produção, transmissão e distribuição de energia também permite que se introduza nessa discussão a revisão de algumas das políticas públicas do Brasil no setor.

Aspectos como modicidade tarifária, carga tributária, rediscussão de encargos e de investimentos setoriais e competitividade do setor produtivo podem e devem ser trazidos ao debate.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a segunda reunião para discutir o tema nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

No curso dos debates, muito poderá ser esclarecido, analisado e bem avaliado, com a preciosa colaboração de nossa ilustre lista de convidados.

Eu gostaria de dizer que, na última reunião, foram levantados alguns pontos importantes. O primeiro deles, a urgência da definição do modelo de concessões, uma vez que foi apresentada aqui a dificuldade que as empresas sentem em promover o seu planejamento estratégico.

Segundo, a importância da busca da modicidade tarifária sem, contudo, deixar de levar em conta a segurança do sistema.

Terceiro, as vantagens e desvantagens dos modelos de prorrogação e licitação.

Portanto, concedo a palavra ao Sr. Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage, que terá 15 minutos para expor seu trabalho.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Boa tarde a todos, boa tarde à Senadora Lúcia Vânia, aos meus companheiros e participantes deste debate, ao César, da Abrate; ao Nelson, da Abradee; ao Dr. Paulo Skaff, da Fiesp; às senhoras e aos senhores.

Farei agora algumas considerações a respeito desse debate nacional que se trava sobre o vencimento das concessões.

Próximo, por favor.

Farei rapidamente uma descrição da Abrage. A Abrage é uma associação civil sem fins lucrativos, instituída a 7 de dezembro de 1998. Tem um parque gerador predominantemente hidrelétrico, possui 15 associadas – ali está desatualizado – cujas usinas representam cerca de 80% da geração do Brasil. É apoiada por nove grupos de trabalho e um comitê jurídico.

Próximo, por favor.

São essas as empresas associadas da Abrage: as empresas federais de geração, empresas estatais estaduais e cinco empresas privadas.

Próximo.

Vencimento das concessões de geração: em 2015, vencerão as concessões de 49 usinas hidrelétricas de associadas da Abrage. A capacidade instalada desse conjunto de usinas é de cerca de 19 mil megawatts. A energia assegurada associada a elas é de cerca de 9 mil megawatts médios, 23% do parque hidrelétrico brasileiro. As empresas associadas envolvidas, concessionárias dessas usinas, são as estatais estaduais do Rio Grande do Sul, CEEE; Cemig, de Minas Gerais; Cesp, de São Paulo; Copel, do Paraná; Chesf; Eletronorte e Furnas. As concessões são individualizadas de cada uma das 49 e cada usina tem a sua concessão.

Próximo.

Quanto à legislação pertinente ao tema, eu mencionaria aí, depois da Constituição Federal de 1988, a Lei 8.987, de 1995, que estipulava, vencido o prazo de concessão, licitação. Está escrito nessa lei, no § 1º, que, vencido o prazo de concessão, o poder concedente procederá à sua licitação, nos termos dessa lei.

No mesmo ano, na Lei 9.074, foi admitida a prorrogação até 20 anos, ou seja, até 2015, razão pela qual 2015 é o ano, ou então a alternativa: privatiza a usina com nova outorga até 35 anos.

Um ano depois, veio a Lei 9.427, que foram admitidas prorrogações sucessivas, no famoso art. 27 dessa lei. No entanto, já no governo do Presidente Lula, na Lei nº 10.848, foi revogado esse artigo e admitida uma só prorrogação de 20 anos, que permanece com esse problema que estamos aqui diante dele.

Bom, estamos diante de um problema regulatório de solução bastante complexa, como disse a Senadora. Contudo, a Constituição oferece o caminho para se chegar a uma solução. A Constituição Federal, depois de esclarecer que os potenciais hidráulicos brasileiros são bens da União, amortizados ou não, indica exatamente o que a União deve fazer, o que a União não pode e não deve fazer e o que é facultado à União agir. A União deve resolver essa situação, porque é privativo legislar sobre essa matéria. Ela tem que resolver essa situação. E a União não pode renovar a concessão sem licitar. Na Constituição, está escrito claramente isso. Porém, está escrito também, no art. 175, que é facultada à União legislar, promovendo a prorrogação, da mesma forma que já o fez em algumas leis recentes, como eu acabei de ler. Então, prorrogar não é uma novidade.

Alternativas para a solução do problema, como mencionou a Senadora Lúcia Vânia: primeiro, a reversão das concessões para posterior licitação; segundo, prorrogação das concessões.

Próximo.

Reverter as concessões e posterior licitação tem uma complexidade e custo econômico para o País bem mais alto que a prorrogação. É bastante complexo licitar cada uma daquelas usinas até 2015.

Viabilidade temporal: difícil licitar todas nesse prazo.

Viabilidade política: mais baixa que a prorrogação.

Daria para clicar ali, por favor?

A Constituição Federal prevê, no art. 21, que compete à União explorar direta ou indiretamente, mediante autorização, concessão ou permissão – letra "b" desse inciso –, os bens, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d'água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos. A Constituição prevê articular com os Estados.

Próximo, por favor.

Segurança jurídica: independe de mudança de lei licitar, porém requer um processo complexo de definição de regras para a reversão de ativos e de indenizações dos investimentos.

Investimentos: usa recursos financeiros para aquisição de ativos existentes, os quais poderiam ser usados na expansão da oferta tão necessária.

Oferta de energia: continuidade dos serviços e investimentos possivelmente comprometidos no período pré-licitação, pela indefinição.

Prorrogação.

A prorrogação é mais ou menos o inverso.

A complexidade e o custo econômico mais baixo.

Viabilidade temporal: mais rápido do que licitar.

Viabilidade política: alta, como já oi dito no item anterior.

Segurança jurídica: requer mudanças à lei, conforme prevê o art. 175, que acabei de ler.

Por favor, clica lá.

O art. 175 diz o seguinte:

Incumbe ao poder público, na forma da lei, direta ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação do serviço público.

No entanto, o inciso I diz:

O regime de empresas concessionárias permissionárias de serviço público, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão.

Enfim, dizendo que ali está o dispositivo constitucional que permitiu fazer aquelas leis que foram feitas de 1988 para cá.

Próximo.

Investimentos: não aloca recursos financeiros em ativos existentes e a oferta de energia tem menos

risco para a continuidade dos serviços e investimentos em ativos existentes.

O posicionamento da associação brasileira dos geradores são esses três pontos: sugere e propõe prorrogar as concessões já prorrogadas – segundo aquela lei que mencionei –, repristinando o art. 27 – aquele que impedia prorrogação sucessiva –, mediante a criação de um ônus relativo à prorrogação de concessão de geração, a ser recolhido das usinas prorrogadas em um percentual incidente sobre as suas respectivas receitas líquidas e venda de energia. Destinar os recursos arrecadados para a modicidade tarifária, por exemplo, utilizá-lo para o alívio da Tust e para o alívio da Tusd e para o alívio dos encargos de sistemas, que todos conhecem. Manter a liberdade para os geradores comercializarem sua energia no ACR, no ACL, num ambiente com transação regulada, num ambiente com transação livre, como está na Lei 10.848 e do Decreto 5.163.

Próximo.

São essas as posições das geradoras.

Considerações que nós faríamos sobre o vencimento. As usinas cujos vencimentos de concessão se darão a partir de 2015 encontram-se em diferentes graus de amortização. Para a maioria das usinas a remuneração projetada não foi alcançada por diversos motivos: sobras durante o seu funcionamento; Itaipu, que tinha prioridade de contratação; Rencor, que foi a equalização tarifária; período de concessão insuficiente; controle inflacionário de algum período dessa concessão. A utilização dos preços de energia da Teles Pires, destinado ao mercado cativo, que é 70% da usina, a R$58,00, como referência para o preço de prorrogação das concessões não é adequado no nosso ponto de vista, porque os outros 30% restantes da energia dessa usina foram reservados ao mercado livre a preços esperados muito superiores a esse valor. Então, é uma usina que, como todo mundo fala, custou barato, mas é uma usina pontual. Realmente tem esse valor, mas há esses aspectos a que acabei de me referir.

Existe pouca margem para se reduzir a tarifa de energia para o consumidor através da redução do preço dessas usinas a serem prorrogadas, conforme mostra a figura a seguir. Essa figura, e pediria bastante atenção para ela, representa o valor de uma conta de luz em 2008, ano em que apuramos esse valor, no valor de R$400,00, de uma residência que consumia 1.000KW/h por mês. Dá para ver ali que, desses R$400,00, R$22,00 provêm da transmissão brasileira de toda a rede básica brasileira de extra e alta tensão; a distribuição, R$100,00, e a geração, R$115,00, correspondentes, àquela época, a 40.000Mw médios. Aqueles nove mil a que acabei de me referir, que são as usinas cujas concessões estão vencendo, representam R$18,00 nesta conta de R$400,00. Isso significa que, numa situação absurda, se colocássemos, *in extremis*, o valor zero nessa tarifa para esta conta de luz, a conta cairia para R$382,00. Quer dizer, não é que não tenha efeito, mas é pequeno o efeito esperado.

Aqui mostra as tarifas médias industriais de alguns países do mundo. Mostra ali que o Brasil está em terceiro lugar, pelo menos nesta lista, de mais cara. A Itália está com 286; o Brasil com 180 dólares por megawatt hora, tarifas industriais. E o Japão está lá com 158 dólares MW/h. Quem olha aquilo ali pode pensar que a energia do Japão tem uma tarifa de energia mais favorável, mais tranqüila. Mas quem aprecia o valor do Japão está, na verdade, apreciando o imposto que se cobra no Japão sobre a energia elétrica, que é da ordem de 8%. No Brasil, corresponde a 36% de imposto, sem encargos; esse valor é sem encargo.

São essas as considerações. Nós, como os senhores puderam notar, temos uma proposição positiva. Não estamos fugindo da economia real do País, estamos, sim, querendo prosseguir inseridos nela, numa solução que traga menos transtornos para o País, buscando a modicidade tarifária possível como acabei de mostrar.

Muito obrigado a todos pela atenção.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Antonio Flávio Neiva.

Concedo a palavra ao Sr. Cesar de Barros Pinto. V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. CESAR DE BARROS PINTO – Inicialmente quero cumprimentar a Exmª Srª Senadora que preside esta reunião, os Senadores presentes, assim como as senhoras e os senhores que aqui também acompanham.

O setor elétrico, a gente costuma chamar de uma coisa só; na verdade, nele nós podemos identificar três segmentos bem característicos. Os segmentos de geração, de transmissão e de distribuição. Os três constituem o sistema elétrico brasileiro, mas são coisas diferentes que têm características peculiares. No caso da transmissão, por exemplo, a prorrogação das concessões é viabilizada praticamente *in totum* pelas razões que vamos mostrar.

Os contratos de concessão foram realizados em 2001, com retroação em 1995, e termo final em sete de julho de 2015. Não houve concessão individual de linha por linha, subestação por subestação. Aquelas instalações existentes até o fim de 1999 foram concedidas em bloco; então nós temos as instalações concedidas à Chesf, à Cemig, à Eletronorte e assim por diante. Diferentemente das novas instalações, as novas linhas e as novas subestações são, cada uma,

uma concessão. Esse comportamento diferente é que dá característica muito peculiar ao segmento de transmissão. Os contratos feitos pela transmissão com poder concedente têm cláusula de prorrogação por mais 20 anos; quer dizer, não é nenhuma invenção. Ele já existe, é um contrato assinado, ato jurídico perfeito em vigor que prevê a possibilidade de prorrogação por mais 20 anos. Na prática, os contratos celebraram a primeira concessão e não a prorrogação de concessão porque não havia concessão de transmissão anteriormente a essa lei. A transmissão era concedida juntamente com a geração que dela fazia uso.

A fundamentação legal – vou passar muito rapidamente porque ela é praticamente igual a que o Flávio mostrou para a geração. A Lei 8.987 dispõe sobre o regime de concessão e cita como cláusula essencial a que estabelece condição para prorrogação.

Próximo. No advento da prorrogação, os investimentos ainda não remunerados devem ser reconhecidos no estabelecimento de nova receita. A Lei 9.074 tratou de regras de transição da prestação de serviço de prazo indeterminado para prazo determinado, o objetivo básico dela. Essa lei, em seus artigos 19 e 22, dispõe especificamente sobre o período de transição; eles já produziram os efeitos que resultaram nos contratos de concessão hoje vigentes.

A Lei 9.427, que foi o artigo revogado pela Lei 10.848, estabelecia que os contratos de concessão celebrados na vigência dessa lei teriam cláusula de prorrogação de concessão. A lei estava em vigor quando foram celebrados aqueles contratos, motivo pelo qual não há o cancelamento da vigência.

Próximo. A Lei 9.427, que ainda estava em vigor àquela época: a simples revogação não implica comando proibitivo.

Próximo. Do ponto de vista legal, a análise dos aspectos jurídicos e legais dos contratos prevê a possibilidade de prorrogações e estão em conformidade com a legislação e nunca tiveram sua legalidade questionada. Vamos ver agora o contrato.

O contrato é a cláusula 12ª. Estabelece que o prazo de concessão estabelecido no *caput* da cláusula poderá ser prorrogado pelo período de até 20 anos. É bem explícita a determinação da possibilidade da prorrogação. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do contrato que é o prazo que está nos apertando agora, com relação a 2015.

Próximo

A Aneel terá 18 meses, até o 18º mês anterior, até aprovar ou não o pedido de prorrogação do prazo. E estabelece no contrato os pré-requisitos para a prorrogação: subordinação ao interesse público, assegurar continuidade e qualidade do serviço, relatórios técnicos à fiscalização da Aneel, revisão das condições contratuais e regularidade fiscal e previdenciária da concessionária.

É interessante observar que os critérios e parâmetros de avaliação não estão definidos ainda. Essa é uma das razões por que temos pressa na definição da solução que vai ser adotada para que possa ser tomado esse conjunto de providências necessárias.

A conveniência da prorrogação atende a seis itens que podemos destacar. Eu passaria diretamente para o primeiro.

Próximo.

A garantia na continuidade e na qualidade da prestação do serviço público. É preciso entender que a transmissão é a espinha dorsal do sistema elétrico. É a transmissão que liga o Estado do Pará ao Rio Grande do Sul; é a transmissão que vai trazer para a Região Sudeste a geração das usinas do Madeira; é a transmissão que, posteriormente, vai transportar a energia gerada em Belo Monte para os centros de carga. Esse conjunto de 73 mil quilômetros de linha que seria licitado de uma só vez iria tumultuar de forma tal o sistema que a segurança operacional ficaria totalmente comprometida.

Próximo. Modicidade tarifária. As transmissoras, para quem não sabe, são submetidas, a cada quatro anos, as transmissoras que têm essas instalações concedidas em 99, elas são submetidas, a cada quatro anos, a uma revisão tarifária periódica com transferência de tudo quanto é ganho, até exageradamente, todos os ganhos de produtividade, todos os ganhos de rendimento das transmissoras são transferidos para tarifa, para modicidade tarifária. É natural que em uma prorrogação de concessão a revisão seja feita com mais profundidade, mudando-se certas regras. Por exemplo, desblindando as receitas básicas das instalações existentes; os detalhes, não vou cansá-los com isso.

Outra conveniência é o direcionamento de investimentos para novos empreendimentos. É mil vezes melhor que o capital privado, em vez de comprar instalações já existentes, invista em expansão do sistema, uma vez que temos necessidade enorme de recursos para garantir a expansão para assegurar adequado suprimento de energia elétrica ao País. O interesse público não recomenda que os recursos sejam direcionados para aquisição de artigos existentes.

Próximo.

O custo de reversão para artigos não depreciados ao término da concessão será feito com indenização das parcelas vinculadas aos bens reversíveis ainda não amortizados – aqueles que a gente faz ao longo da vida do equipamento para garantir a continuidade e

a qualidade dos serviços. As concessões com término em 2015 incluem bens pouco depreciados e exigiriam significativa indenização ou da RGR ou do vencedor da licitação.

Segurança para os investidores. Considerando essas disposições legais que a gente leu quando da apresentação da fundamentação legal, considerando os termos contratuais, a simples discussão da questão se é prorrogável ou não gera insegurança jurídica muito grande, uma vez que o contrato perfeitamente em ordem e em vigor deixa de ser considerado para efeito de aplicação. Essa insegurança seria agravada na hipótese da quebra de contratos que contenham cláusulas de prorrogação.

Próximo.

O desestimulo nas práticas de excelência seria conseqüência natural da inibição dos investimentos quando não se sabe qual seria o rendimento futuro desses investimentos mexidos por meio de mudança na concessão.

Próximo.

A nossa conclusão é que a prorrogação de contratos de concessão das transmissoras é legal, viável e conveniente, motivo pelo qual acreditamos que esse deve ser o caminho, no caso das instalações de transmissão.

Aduzimos que uma determinação legal mais clara que estabeleça o direito a prorrogação nesses casos por meio de medida provisória ou mudança na Constituição seria muito bem vinda para a tranqüilidade de todo o segmento. Era isso. Muito obrigado.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. César de Barros Pinto e concedo a palavra ao Sr. Nelson Fonseca Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, boa tarde colegas apresentadores, Dr. Flavio Neiva, Dr. Paulo Skaff, Dr. César de Barros Pinto, Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senado Federal na pessoa da Senadora Lúcia Vânia pela oportunidade de apresentarmos e discutirmos tema tão relevante que é o tema do vencimento dos contratos de concessão nesta audiência pública.

Próximo. O setor de distribuição hoje no Brasil. Vamos primeiro fazer um panorama do setor de distribuição para depois entrarmos no aspecto específico dos contratos de concessão, tendo em vista que o Dr. Flávio já fez um voo sobre a questão jurídica avaliando a viabilidade política e jurídica de cada alternativa.

Nós vamos apresentar aqui alguns princípios aprovados pelo conselho de distribuição da Abradee, que são os princípios que julgamos de interesse do setor de distribuição. Hoje no Brasil temos 67 milhões de unidades consumidoras, atendemos dois milhões de novas ligações por ano, empregamos 160 mil pessoas, temos receita bruta de 118 bilhões no ano passado, recolhemos em encargos e tributos 44 bilhões e atendemos um mercado de 375 terawatt/hora, com participação de 2,2% no PIB. O setor investe anualmente 8 bilhões de reais em média por ano e pelos nosso cálculos até 2015, com a economia crescendo a 5%, teremos que investir 11 bilhões de reais em média por ano. É um setor que tem taxa de universalização de 99,2%; é o serviço público mais universalizado do Brasil, e com índice de satisfação de consumidores residenciais de 77,3%.

Próximo.

Este mapa mostra a atuação da Abradee, de como a associação das distribuidoras congregam 43 concessionárias responsáveis por 99% dos consumidores do País.

Próximo.

Este gráfico mostra, até 2009, o grau de universalização de alguns serviços básicos mostrando que a energia elétrica é o serviço básico mais universalizado que existe. Em 2010 nós chegamos a 99,2%.

Próximo.

É um setor que, comparado com outros setores, tem baixo nível de reclamação junto a órgãos de defesa do consumidor. Aí mostra uma reportagem de 2009 com índice de reclamação no Procon.

Próximo.

Aqui um gráfico que mostra nos últimos 14 anos a redução de 30% na duração de interrupções e de 48% na freqüência de interrupções.

Próximo.

Este gráfico é resultado de uma pesquisa contratada pela Confederação Nacional da indústria junto ao Ibope em dezembro de 2010 publicada agora em março de 2011, feita em 140 Municípios brasileiros, sendo ouvidas duas mil pessoas que avaliaram a qualidade de 12 serviços públicos. O fornecimento de energia elétrica foi o serviço público mais bem avaliado pela população, com grau de aprovação de75%.

Próximo.

A Abradee, que é a associação das distribuidoras realiza há 13 anos uma pesquisa de satisfação de clientes residenciais. Na pesquisa de 2010, nós apuramos um índice de satisfação de 77%. Quer dizer, números bem parecidos com aqueles da pesquisa da CNI, sendo que a nossa amostra é feita com 26 mil consumidores de distribuição em mais dois mil municípios do Brasil.

Uma questão que se discute muito hoje é a questão do valor da conta de luz. Todo mundo reclama que a conta de luz é muito alta e nós, nesse gráfico, mostramos que somente ¼ da conta de luz destina-se à

concessionária de distribuição, ou seja, a maior parcela do que o brasileiro paga na conta de luz vai para encargos e tributos com 45%, a geração e a transmissão ficam com 31% e a distribuição com 24%

Esses tributos, eles são, na sua maioria, tributos estaduais, com 47%, basicamente o ICMS que em alguns Estados chegam à alíquota de 30%, calculado por dentro, que se calcularmos por fora daria 42%; tributos federais 31%, encargos setoriais 19%, encargos trabalhistas 3%.

Quando pegamos os encargos setoriais, nós temos aí uma série de encargos, sendo que o maior deles é a CCC, que é o encargo que visa cobrir a geração nos sistemas isolados. A CDE, que é a conta para desenvolvimento do setor elétrico, que também financia aí uma série de obras do "Luz para Todos" e do desenvolvimento do setor elétrico: Proinfa, RGR, e uma série de taxas de fiscalização no setor, que nós achamos – como disse muito bem a Senadora Lúcia Vânia, na sua fala introdutória -, que é uma oportunidade de nós rediscutirmos essa questão de tributos e encargos em prol da motricidade tarifária.

Esse gráfico é uma notícia que foi publicada recentemente, que mostra que esses encargos que representam 45% na arrecadação do setor elétrico eles estão subindo mais que o valor da conta da energia, proporcionalmente, ou seja, em 2002 o setor arrecadava R$ 21 bilhões em encargos, em 2008 passou a arrecadar R$ 46, 2 bilhões em encargos.

Aqui nós fizemos um levantamento da variação dos encargos de 2010 para 2011, tendo em consideração o reajuste tarifário das empresas ocorrido neste ano, no mês de abril e nós chegamos a uma variação de alguns encargos superiores, inclusive, a 100%, ou seja, os encargos variaram em média 16%, sendo que a RGR teve uma variação de 104% a CC 15,65%. O encargo de serviço e sistema variou 70,8%.

Próximo.

Senhoras e Senhores, nós mostramos aí que o setor é um setor bem avaliado, o serviço é bem avaliado pela população, a qualidade do serviço pelos indicadores é uma qualidade que está melhorando ao longo do tempo e o preço é uma questão que deve ser aproveitada, a oportunidade aí da discussão dos contratos de concessão para ser discutido.

No setor de distribuição, no mercado regulado, em 2010, foi atendida uma carga de 310 terawatt/hora e desses 310 terawatt/hora, 33% são concessões que vão vencer entre 2015 e 2017, representando aí 33% do bolo total.

Quando nós pegamos o número de contratos de concessão aquela proporção é diferente. Aqui são as concessões que estarão vencendo no período de 2015 e 2016; nós temos aí concessões de empresas, cujo controle acionário é o do Estado; nós temos empresas com controle acionário da União, que são empresas com controle acionário da Eletrobrás e nós temos empresas com controle acionário de grupos privados como é ali: Grupo Rede, CPFL e outras.

Aqui tem outra continuidade da lista das empresas; tem, inclusive, empresas municipais com concessão vencendo em 2015.

Próximo, por favor.

Aqui é uma continuidade, eu não vou ler empresa por empresa.

Próximo, por favor.

É a Ceam, porque o contrato de concessão foi fundido com a Manaus Energia, numa empresa só, que se chama Amazonas Energia. Mas o contrato original ainda é o contrato da Ceam e o contrato da Manaus Energia.

Bom, considerando o número de contratos vencendo em 2015, nós temos aí 63%. Por que é diferente aquela proporção de 63% dos 33% mostrados no gráfico anterior? Porque no gráfico anterior era considerada a energia fornecida, e nesse gráfico aqui o número de contratos vencidos.

Significa o seguinte: tem várias empresas pequenas, municipais e de atuação mais local, regional, com contratos vencendo em 2015. São, ao todo, quarenta contratos vencendo em 2015, em 2016.

Pontos que nós consideramos importante serem observados neste momento em que se discute a questão do vencimento dos contratos de concessão.

Primeiro, as concessões de energia pertencem ao Estado. Ou seja, as concessões são da União. Existem diferenças econômicas e regulatórias entre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Ou seja, nós não podemos... Como existem especificidades no setor elétrico em relação a outras concessões de serviços, como o de rodovias, a outros serviços concedidos, existe dentro do próprio setor elétrico uma diferença grande entre geração, transmissão e distribuição. No caso da distribuição, a reavaliação permanente da eficiência da distribuição, que se dá via revisões tarifárias periódicas, pode tornar ineficaz um processo licitatório para contestá-las. Ou seja, o processo de revisão tarifária periódica das distribuidoras já traz embutida uma contestação pública, através de audiências públicas, da questão das tarifas. Ou seja, a cada quatro ou cinco anos, o contrato de concessão é revisitado e há um processo de audiência pública para se questionar e se restabelecer um novo patamar de tarifas.

E nós achamos que a solução que for adotada deve preservar os investimentos. Por quê? Porque a distribuição requer investimentos contínuos.

Para os senhores terem idéia, através do Programa Luz para Todos, nós incorporamos 2,600 milhões de consumidores nos últimos anos. Foram 13 milhões de brasileiros que passaram a ser interligados ao sistema elétrico nacional, que saíram da escuridão e tiveram acesso à energia elétrica.

E o setor de distribuição é um setor em expansão constante. Por quê? Os ativos que vão envelhecendo, que são ativos que chegam ao final da vida útil, são sempre renovados, desativando-se os ativos, os bens de massa mais antigos. Então é um setor cujos ativos estão sempre renovados. Ou seja, nós não podemos dizer que os ativos do setor estão depreciados.

Aqui são alguns princípios, defendidos pela Associação Brasileira de Distribuidores, que nós julgamos importante serem levados em consideração. Primeiro, nós somos favoráveis à modicidade tarifária, até porque a modicidade tarifária já é uma constante no nosso modelo regulatório.

Segundo, nós achamos que na modicidade tarifária nós devemos carrear todos os ganhos eventuais de um processo de renovação ou de prorrogação de concessões para atenuação de encargos setoriais que são encargos que oneram muito a conta de energia elétrica.

Terceiro, o regime de regulação econômica já promove a modicidade na distribuição, conforme nós falamos aqui, através do processo de revisão tarifária periódica. E a desejável redução do custo da energia para o consumidor não deve ser obtida a partir de uma diminuição artificial do preço da energia.

Próximo, por favor.

Tem uma questão importante que nós julgamos, e que foi relatada aqui pelo colega Cesar de Barros Pinto quando falou dos contratos de concessão. É que nós temos que respeitar os contratos de concessão. Eventuais alterações de lei após a assinatura dos contratos não devem interferir nas condições e termos previstos no momento em que esses contratos foram assinados, e alguns contratos de concessão têm cláusula que prevê a prorrogação.

Uma outra questão importante e relevante é a da definição prévia do valor da reversão. É indispensável que se formalize o critério para o valor da reversão, para apoiar a tomada de decisão por parte dos empreendedores estatais e privados e por parte do próprio Estado.

No caso das concessões de distribuição, o valor deve ser o dos ativos não depreciados, de forma coerente com a base de remuneração regulatória que já é mantida pelo regulador o tempo todo para estabelecimento das tarifas.

Esse prazo para tomada de decisão dos agentes envolvidos tem que ser suficiente para avaliação econômica dos valores a serem ressarcidos em caso de reversão. Portanto, é muito importante, nesse processo, que se busque a isonomia no tratamento dos novos contratos, tendo em vista que o modelo de revisão tarifária do terceiro ciclo prevê uma comparação entre empresas por *benchmarking*. Então, não teria sentido nós compararmos empresas sob regimes regulatórios diferentes.

Acreditamos que a modicidade tarifária deveria ser endereçada aos serviços regulados, ou seja, à tarifa fio tanto de consumidores que comercializam no ambiente regulado quanto no ambiente livre, mas à tarifa fio, tendo em vista que a parte da energia do ambiente livre é livremente negociada entre as partes. Essa solução deve garantir a sustentabilidade do setor.

E, por último, a indefinição das regras compromete a própria sustentabilidade e gera uma insegurança muito grande no setor. Por isso é que conclamamos a todos para que busquem uma solução o mais rápido possível dessa questão, no sentido de dar uma certa previsibilidade aos investimentos no setor e dar segurança jurídica para aqueles que são detentores de concessões de distribuição hoje.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Sr. Nelson Fonseca Leite e passo a palavra ao Sr. Paulo Skaff.

O SR. PAULO SKAFF – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Moka, Senador Ivo Cassol, companheiros Cesar, Nelson e Flávio, senhoras e senhores, jornalistas, eu, Presidente Lúcia Vânia, creio que deveríamos analisar, eu sempre defendi, por redução de impostos. Eu acho que no Brasil nós temos muitos impostos. Assim como temos na área, no setor energético, temos também em outros setores.

Mas eu creio que o que estamos discutindo aqui não seja isso. Podemos pensar em fazer uma discussão sobre impostos num outro momento, porque o que estamos discutindo neste momento é o vencimento de concessões do setor elétrico. Eu, por exemplo, observei aí até uma apresentação que mostra, num queijo, o valor de impostos, o valor da tarifa, ou do custo da energia, como se as coisas fossem separadas. É lógico que se o custo da energia for mais baixo os impostos serão muito mais baixos também, porque são percentuais sobre o valor da energia.

O que nós estamos discutindo neste momento é o vencimento de aproximadamente 110 usinas geradoras que tiveram concessões, que estão com média de

idade de 56 anos. Aqui se falou muito também: pode-se prorrogar ou não se pode prorrogar? Nós estamos falando de uma média de 56 anos. Se, eventualmente, desse pacote que estará vencendo, principalmente em torno de 2015... Porque teremos vencimentos em 2014, 15, 16, até 2030, mas esse pacote, o percentual de empresas que não tiveram ainda o vencimento do primeiro período de 35 anos é muito pequeno. Noventa e cinco por cento desse pacote são usinas que já tiveram mais do que cinqüenta anos, que já tiveram prorrogações.

Então, deveríamos nos concentrar, eu creio, é nessas concessões, há uma lei que determina o que fazer com elas, há uma regra na Constituição em relação a concessões públicas. Teoricamente, talvez nem precisássemos estar discutindo. Vencem as concessões, façam-se os leilões, com toda transparência, respeito ao consumidor. Porque aqui eu ouvi tudo. Ouvi imposto, sobre uma série de inconvenientes no caso de novas concessões, de novos leilões. Quer dizer, pela conclusão a que chego, pelos argumentos que aqui foram colocados, Sr.ª Presidente Lúcia Vânia, nunca mais devemos fazer concessões para os próximos mil e quinhentos anos. Por quê?

A concessão nova gera insegurança, gera insegurança na qualidade do serviço, ela só gera inconvenientes. Então, nunca mais vamos ter concessão e temos que mudar a lei. Falar que as concessões são eternas. Aí sim, vou concordar. Mas não é isso que diz a lei nem a Constituição. Passaram-se 56 anos.

Em uma usina hidrelétrica, o grande investimento, o grande custo está no investimento e na amortização. Então, é lógico que no preço, a parte pesada do preço que a dona de casa paga, que o setor industrial paga e que eu quero afirmar aqui que o Brasil perdeu, está perdendo cada vez mais a sua competitividade, uma das razões é pelo custo da energia. Apesar de termos 90% de hidrelétrica, que é o custo mais barato para se gerar a energia do mundo, temos no Brasil, porém na hora do custo para o consumidor, nós temos os preços mais caros do mundo.

Então, produzimos energia, geramos energia da forma mais barata e competitiva do mundo, mas para o consumidor chega aos preços mais caros do mundo. Creio que se pegarmos os países que mais cobram, o Brasil está entre os cinco primeiros países. Há alguma distorção, há alguma coisa errada. Nós precisamos corrigir. Agora, se temos, nos próximos anos, vencimentos e concessões e, eu comparo inclusive países que têm também na sua matriz elétrica, a hidrelétrica. É o caso, por exemplo, da Colômbia, da Costa Rica, do Canadá, Paraguai, todos esses que têm semelhança com o Brasil, em torno de 70% a 80% de hidrelétricas e os preços são muito mais baratos que no Brasil.

Se temos um problema, temos um preço absurdo para o consumidor brasileiro. E eu não me refiro só aos setores industriais. Eu estou cansado de ouvir setores que são intensos na parte de energia, de consumo de energia que me dizem não há mais condição de fazermos fábricas no Brasil. Temos que ir para o país tal, para o país tal, quer dizer, o Brasil perdendo porque perdeu a sua competitividade no que diz respeito ao preço da energia. E, agora, temos o vencimento das concessões.

Pensem. A lei diz "vencimento", a Constituição diz "venceu" tem-se que fazer novos leilões. O que estamos falando é em muito dinheiro. Se pegarmos hoje o preço em que está a energia dessas usinas que estão vencendo e o preço até de novos leilões, tirando a distribuição e pegando a geração, somente a geração e fizermos a conta, projetando mais trinta anos nesses mesmos preços porque aqui foi afirmado que não há muita flexibilidade de preços, não.

Aqui foi dito que não há como baixar muito o preço. Estamos falando de muitos bilhões, nós estamos falando, talvez, de R$900 milhões em trinta anos, estamos falando em R$30 bilhões por ano. Quem é que vai negociar isso? Eu sou cidadão brasileiro e não quero dar essa procuração a ninguém. Eu quero que se cumpram a lei e a Constituição, que se façam leilões com transparência, com toda legitimidade e que, se as atuais usinas, entrarem nos leilões, tenham todo o direito de ganhar e que fiquem com a concessão mais trinta anos. E, se perderem para outros por preços mais competitivos, que o povo brasileiro, que a sociedade brasileira toda ganhe com isso, em seus preços finais.

Terminado esse episódio, podemos discutir a questão dos impostos. Sou aliado de todos vocês. Vamos terminar discutindo essa questão de agora e ainda vamos fazer uma outra luta em relação á redução de impostos, mas neste momento o que estamos discutindo se trata de outra coisa. Até tenho aqui uma declaração que saiu no *Valor Econômico* de 22 de dezembro de 2010: "se em um empreendimento novo, em que todo investimento está por ser feito, é possível se ter uma tarifa de 58.35 por *megawatt/hora* que, descontado o custo de transmissão, cai para 35.36 e, num antigo que já está amortizando, não é admissível que a energia custe mais. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel".

Essa é a declaração dele e saiu no *Valor Econômico* do dia 22 de dezembro de 2010.

Se considerarmos esses leilões de Jirau, Santo Antonio, Belo Monte, Teles Pires. Teles Pires especialmente. Teles Pires é o caso a que o Nelson se referiu, mas o preço médio dos leilões, se você exclui

a amortização, dá em torno de R$20,00 o *megawatt/hora* e hoje essas usinas estão com 90. Então, o que estamos falando?

Eu ouço falar assim "não, a prorrogação?". A lei não está permitindo. Mas, "tem uma prorrogação". Vamos nos referir, Senador Ivo Cassol, estamos falando de usinas com tempo médio de 56 anos. Mas, me perdoe se alguma usina, em 50 anos, não amortizou, vamos chamar à responsabilidade os seus gestores porque deveriam ter amortizado. Não é por causa disso que a sociedade brasileira vai pagar a conta.

No meio de tudo isso, ouvi aqui que podem ter feito alguns investimentos e esses investimentos ainda não foram amortizados e tal. Para isso que há o RGR que, no ano de 2008, salvo engano, tinha R$18 bilhões e, em 2015, 2015, tem a previsão de chegar a R$30 bilhões preço de ajustes. Teoricamente, não precisaríamos nem estar discutindo nada.

Venha-se e façam-se os leilões com transparência que deverá acontecer nessa fatia que é mais que 30% da capacidade instalada, é uma queda de preço significativa porque o grosso é a amortização. Em uma hidrelétrica, nos cálculos que se faz, a amortização representa 75% do preço.

Então, deve haver uma queda muito significativa, que vai representar bilhões de reais para toda a sociedade brasileira, para os próximos trinta anos e isso que precisa ser feito. Se há ajustes, por isso tem a Aneel e a Aneel que se entenda com as usinas. Por isso que há o RGR que vai estar com R$30 bilhões. Todo mundo acha pouco. É muito dinheiro, é muito dinheiro.

Quero concluir, nobre Senadora, dizendo que a sociedade, eu como cidadão, independente de representar setores produtivos e afirmar que estamos perdendo competitividade por causa do custo da energia, não quero dar procuração a ninguém que vá negociar R$900 bilhões para os próximos trinta anos. Não acho que esse seja o caminho e também entendo que a forma correta é o cumprimento da lei e, para cumprir a lei, o que precisa ser feito pode haver casos de usinas a que me referi, é um percentual muito pequeno que estão em seu primeiro período de trinta e cinco anos, mas estou me referindo àquelas que já receberam prorrogação de trinta, mais vinte, que estão nos oitenta anos e estamos aqui falando que não é possível que teríamos risco.

Ouvi falar, por exemplo, da segurança jurídica. Falta de segurança jurídica é discutir lei que já existe. A lei está aí. Então, quando se discute "ah, vai ser prorrogação", não vai ser. Isso é o que gera segurança jurídica. Não deveria nem haver essa discussão.

A definição não afeta só esse lote de concessões. Se aqui decidirmos prorrogar as concessões 2015, como é que serão todas as outras futuras? Alguém vai aceitar não prorrogar mais? Nunca mais vai baixar o preço da energia no Brasil e como é que ficarão as concessões dos portos, dos aerorportos, das estradas? Com todo direito, todo mundo quer mais prorrogação. Acaba essa questão do leilão. Então, vamos estudar outra lei, vamos juntar e mudar as regras todas. Isso é bagunça.

Senadora Lúcia Vânia, quero dizer à senhora, responsável por esta comissão do Senado Federal de infraestrutura, que é fundamental que se cumpra rigorosamente a lei. Se as usinas que estão no primeiro período não estão aqui em discussão, há um pouco de confusão em nosso debate. A que nos estamos referindo são a usinas que estão aí há cinco, seis, sete, décadas, que não têm nada a ver com aquelas que estão em seus primeiros 30 anos e, certamente, teremos também uma recuperação da competitividade brasileira, um respeito ao consumidor. Aqui não foi falado no consumidor. Aqui estamos falando em regras, em válvulas, em leis, em impostos e em demonstrações que podem mostrar vantagens que não são bem assim.

Então, eu gostaria, Senadora, que o Senado Federal realmente apoiasse, eliminasse essa possibilidade de falarmos em prorrogações. E se todos esses argumentos fossem verdadeiros no sentido de que, em novos leilões e novas concessões, a qualidade do serviço fica ruim, há risco de todos os tipos, então, estaríamos chegando à conclusão de que nunca vamos poder ter o fim das concessões, porque os anos passam. Daqui a 20, 30 anos, talvez alguns dos nossos não estejam mais aqui, mas haverá uma nova discussão aqui com os mesmos argumentos. Eu não concordo com nada disso. Acho que, por mais competência que tenham os atuais concessionários, se eles ganharem novamente e legitimamente um novo período de concessão, muito bem; se não ganharem, os outros que ganharem também terão competência. É para isso que existe uma agência reguladora, a Aneel; é para isso que existe o nosso Ministério de Minas e Energia; é para isso que existem as representações e as instituições. Senão, seria regra para todo mundo em todos os setores: em qualquer vencimento de concessão pára por aí porque, se houver renovação, seria um problema.

Até pediria, Senadora, que a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal encaminhasse ao Poder Executivo uma solicitação, um pedido de esclarecimento no sentido dessa omissão, porque o tempo está passando. Aqui eu ouvi também que talvez não tenhamos tempo para fazer os leilões. Ora, nós estamos em 2011; para 2015. A China, em quatro anos, constrói o que nós temos de geração de energia. Nós não vamos ter tempo de fazer leilão? Não é possível.

Então, seria muito interessante que o Senado, que a Comissão de Infraestrutura encaminhasse realmente, pedisse esclarecimentos ao Poder Executivo: por que essa omissão? Por que não está tomando as providências no sentido de preparação dos leilões, considerando o vencimento breve, nos próximos anos – é breve, mas a tempo para 2014, 2015, 2016 em diante? Assim como também um pedido de informações, por meio do TCU, também ao Poder Executivo para que as coisas caminhem, porque, se nós ficarmos discutindo, pode ser que, sim, daqui a um, dois, três anos, aí não se tenha mais tempo. Mas hoje tem tempo sim.

Eu quero agradecer à Presidente o convite, a oportunidade de estar aqui e aos Senadores que aqui estão. Agradeço a todos. Estou certo de que a nossa sociedade não vai aceitar que a gente perca essa oportunidade de reduzir os custos e recuperar a competitividade brasileira no custo da energia. Muito obrigado a todos.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Skaff.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka para que faça suas indagações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, não sou um especialista no assunto e acho realmente que nesse assunto deve-se emitir opinião com certo conhecimento. Aliás, eu acredito que o Senador Delcídio e o Senador Blairo Maggi, que propuseram esta audiência teriam condições. Imagino que por um motivo muito sério eles não puderam estar aqui presentes, certamente em função de compromisso mesmo.

Eu começaria dizendo o seguinte: Senadora Lúcia Vânia, depois que o Dr. Paulo Skaff colocou, eu gostaria de ouvir os senhores que falaram antes dele até para que a gente possa fazer juízo.

Agora, para começar o questionamento, diria o seguinte: na fala do Sr. Nelson Fonseca Leite, do Sr. César de Barros Pinto e do Sr. Flávio, os senhores colocam como se essa questão da prorrogação fosse uma coisa líquida e certa. E eu também, salvo melhor juízo, não entendo que seja desse jeito. Podem até argumentar que essa talvez, a juízo dos senhores, seja a maneira mais tranquila, colocando toda essa questão da insegurança jurídica, dos investimentos que foram feitos. Mas eu quero ficar com o argumento que me parece muito consistente, do Dr. Paulo Skaff, no sentido de que, se prorrogarmos agora, qual argumento se usaria? Então, quando é que nós vamos licitar outras vezes?

O argumento é simples: se prorrogou agora, vai continuar prorrogando isso *ad.eternum*?..Como seria isso então, na avaliação dos senhores? Uma outra coisa. Eu chamo a atenção se são dezoito meses, três meses. Então eu gostaria de ouvi-los, até porque nós vamos fazer um juízo melhor do debate.

E aí, Senadora Lúcia Vânia, eu acho que nós temos consultoria na Casa, o Senado tem. Nós temos excelentes consultores. É só uma sugestão para V. Exª: que encomendasse à Consultoria do Senado um estudo. A questão é jurídica mesmo. Como é que o Senado, a nossa Consultoria, entende essa questão jurídica. Na opinião dos senhores que aqui vieram – posso estar equivocado –, parece que eles entendem que essa prorrogação é líquida e certa.

Eu, realmente, acho que não. Acho que ali prevê duas coisas: você pode licitar ou prorrogar. Ali quer dizer que a prorrogação não é ilegal. É diferente. Você pode até prorrogar, mas evidentemente aí o argumento é o seguinte... Acho que o momento é esse.

E hoje pela manhã, por coincidência ou não, eu participei de uma audiência pública do setor de indústrias têxteis mostrando o processo de desestruturação do país. Nós estamos perdendo competitividade. Os gráficos mostram claramente isso. E, na avaliação desse setor da indústria, uma das coisas que fazem com que o país perca a competitividade é exatamente o alto preço da energia elétrica.

Aliás, foi feita uma comparação que eu memorizei: o Canadá é o país que tem a maior semelhança na produção de energia elétrica, até porque, como o Brasil, o Canadá produz energia a partir desse perfil, que é a energia hidrelétrica. Então o Canadá se assemelha muito e cobra praticamente a metade do preço da tarifa do Brasil.

Estou falando de memória, mas prestei atenção à exposição do setor da indústria de têxteis, alegando, entre outras, evidentemente, como a questão tributária, mas uma coisa que me chamou a atenção foi essa questão do custo da energia elétrica no País.

Então eu ficaria por aqui. O meu questionamento seria ouvi-los nessa questão sobre se eles entendem que, se não prorrogarmos e partirmos para nova licitação, estaria incorrendo em alguma...se criaria algum problema em termos de ruptura de contrato ou algo parecido com isso. Não sei se estou sendo claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Moka, agradeço a participação de V. Exª e quero dizer que os consultores estão acompanhando todas as audiências públicas e posteriormente terão condições de fornecer aos Senadores a média do que foi discutido aqui nessas audiências.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu pediria, então, que eles fizessem um estudo à luz...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Da constitucionalidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...da Constituição. No entendimento da nossa Consultoria, como se daria essa questão de licitação: nova licitação ou simplesmente prorrogação de concessão, sendo objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pois não, será atendido.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) - Obrigado. Quero cumprimentar os palestrantes que participam dessa audiência pública. Nós estamos debatendo exatamente o que vem ao encontro do desenvolvimento nacional. O que o nosso Senador Moka falou de manhã é verdadeiro. O que a gente vê, em muitas regiões do Brasil, é a desmobilização do setor da indústria.

Com a experiência que eu passei como ex-Governador em dois mandatos, infelizmente, a moeda que a gente tem - e acaba sendo uma moeda cara - é a guerra fiscal, quando, na verdade, tinha de vir uma política direta do Governo Federal para todos, respeitando sempre as potencialidades regionais. Os dados mostrados aqui, no começo e hoje de manhã também, em outra audiência pública, Srª Presidente, vêm demonstrar que a energia adquirida pelo setor industrial do Brasil é uma das mais caras do mundo. Infelizmente, é o preço que a gente paga. A tristeza maior nossa é ver que o maior ganhador no queijo, como disse o Paulo Skaff, infelizmente, é ou o Governo Federal ou o Estadual ou o Municipal, quando tem a divisão dos seus impostos.

É uma situação que tem de ser debatida, nesta Casa, para diminuir e sermos mais competitivos, e não perdermos várias indústrias para outros países, porque, no mercado globalizado, por mais que tenhamos consumidores hoje para agüentar qualquer crise mundial, como aconteceu, não temos para suportar a vida inteira.

Ao mesmo tempo, eu vi dados do preço da energia adquirida agora em leilões e ouvi também a exposição do Paulo SCAFF, e não vi o valor dessas concessões de cinco décadas, de cinqüenta anos; na verdade, quanto estão ganhando hoje, porque também tenho de ter um valor real, pois uma situação é defender a concessão. Mas essa concessão é com que tarifa? Bom, então, nós vamos para uma tarifa nova. Eu quero saber o seguinte: nessa nova legislação, ela vai direto para o consumidor? O nosso usuário e o nosso empresário que vão ser beneficiados? Se não forem, não adianta mudar a regra, não.

Da mesma maneira, eu percebi, no gráfico, que várias empresas estatais, por incompetência de governos passados - estaduais ou federal - eram um cabide de emprego e quem pagava a conta era o consumidor, eram os cofres do governo. E hoje ficou provado que a iniciativa privada tem competência e capacidade de disputar o mercado. Ao mesmo tempo, vemos que há muitas estatais com prejuízos ainda. Eu dou como exemplo a Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron, que até hoje vem cobrindo um déficit de incompetência, pois ela era do Estado; os governos passados não tiveram competência, e o Governo Federal adquiriu.

Ao mesmo tempo, também vejo que nós não podemos colocar em risco o desenvolvimento do País e nem os investidores que temos pela frente. Então, nós temos de aqui verificar a situação de cada um, a explanação de cada um dos nossos palestrantes, a do Sr. César, a do Nélson, e também a do Paulo, defendendo o setor industrial, a de todo mundo, mas verificar o que é melhor para a sociedade brasileira, o que é melhor para os consumidores e para a indústria brasileira.

Nós queremos que esta economia, que esses novos leilões que venham a acontecer tenham resultado positivo no final. Se nós conseguimos, nas usinas do Madeira, colocar a energia a R$86 e a setenta e poucos reais o *megawatts*/hora, para construir aquele empreendimento, por que nós temos de continuar pagando R$ 200 *megawatts*/hora para usinas que já estão construídas há cinqüenta anos?

Então, é inaceitável essa comparação. É isso que esta Casa precisa rever no conjunto; nós não podemos ver isoladamente. Não podemos pegar só alguns empreendimentos que tiveram necessidade de revisão, de ampliação de aporte de capital, para poderem melhorar, pois são cinqüenta anos, e muito desses empreendimentos têm de ser revistos, muitas obras, mas também o investimento que tem de ser feito não é tão grande. Eu falo isso com conhecimento na área, não da magnitude das grandes usinas, mas das médias e pequenas do setor. Mas, ao mesmo tempo, também, vejo, Senador Moka, que precisamos ter, nessa economia, a nossa sociedade beneficiada. Não basta só diminuirmos a tarifa, os leilões, nós também temos de diminuir os impostos. É inaceitável o Estado que pratica o ICMS de 30% no setor energético. Não dá para aceitar. Então, esta Casa - infelizmente, esta Casa - muitas vezes tem sido omissa. E aí o Supremo teve de legislar várias vezes. Está aí o exemplo dessa briga, da guerra fiscal da nossa fatia do Fundo de Participação Estadual e municipal. Nós temos até o ano que vem para fazer a repactuação, a revisão, e fazer a correção na lei. Se não fizermos, o Supremo também vai tomar providência. E não é diferente nessas situações aqui.

Então, nós precisamos debater e, ao mesmo tempo, pegar dados de todas as áreas, sem paixões financeiras, nem de um lado, nem de outro, nem de quem está para vender uma tarifa melhor. Mas de uma

coisa pode ter certeza: eu defendo e brigo por uma tarifa menor. Quanto mais nós pudermos desonerar as indústrias, as residências, todo mundo com uma tarifa melhor, com certeza, nós vamos ganhar competitividade no mercado nacional e no mercado internacional, se nós quisermos ser competitivos em produtos que vêm da China e de outros países.

Na maioria da indústria, na maioria do setor industrial, o maior índice colocado no seu produto, infelizmente, é o da tarifa de energia. E vou dar um exemplo para a Senhora, Srª Presidente. Rondônia está propiciando para o Brasil a energia que o Brasil precisa no momento. E nós não temos nenhuma política de incentivo para a indústria de isenção daquela energia que vai ser colocada à disposição no nosso Estado. Então, isso vem em conjunto com ações que temos de tomar providências para fortalecer o setor industrial. Mas, ao mesmo tempo, nós não podemos perder, de maneira nenhuma, a capacidade de investimento, nem colocar em risco esses empreendimentos que já existem e os que vão vir pela frente, porque nenhum empresário, nenhuma empresa, mesmo que do governo, vai aceitar mudar o sistema, do dia para a noite, sem sequer ser compensado.

Não sei qual dos palestrantes colocou que um leilão público até 2015 demora muito. Eu não concordo com isso. Desculpe-me a expressão, mas está errado. Um leilão público, no mínimo, demora, com toda a burocracia, com a morosidade que há, é no máximo de seis meses a um ano; consegue-se viabilizar e projetar em cima disso.

Eu tenho uma sugestão, nossa Presidente. De repente, nessa mesma legislação, e nessas concessões que estão vencendo, por que não colocar pelo preço mínimo já adquirido nos leilões? Paulo Skaff, é uma sugestão. Por que não, de repente, pegar o leilão menor de todos e colocar, como regra, para todas as empresas que tenham vencido as concessões, que a tarifa para continuar é aquela menor oferecida no mercado?

O SR. PAULO SKAFF - Sem amortização

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) - Sem amortização. Já é a menor que está, porque já amortizou, e ela passa a ganhar só as compensações dali para frente. Qual é a menor tarifa? Com qual conseguimos até hoje a menor tarifa? Foi 58. Então, o mercado ia começar a trabalhar...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – É, mas aí está em condições de trabalhar daí para baixo. Enquanto, eu não sei, mas pelo que dá para perceber no rosto de todo mundo aqui, as tarifas dessas empresas que estão para perder a concessão são de, no mínimo, R$ 200 o *megawatts*. Não sei, só estou deixando essa pergunta no ar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, autor do requerimento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT - MS) – A professora e Senadora Lúcia Vânia ia me dar falta se eu não chegasse.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Ia mesmo. A audiência é minha e sua.

WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Eu havia justificado, Senador. Eu justifiquei que devia ter um motivo muito grave, porque sei do seu interesse. A comissão se ressente da ausência de V. Exª, porque é especialista no assunto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Moka. O Moka fala isso, porque ele é meu amigo. Mas quero pedir desculpas não só à Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, mas também aos nossos queridos Paulo Skaf, Flávio Neiva, nosso companheiro do setor elétrico também, Nélson Fonseca Leite. César de Barros Pinto. Há quanto tempo eu não vejo o César aqui! Aí que a gente começa a achar que está ficando velho, não é, César? Infelizmente, não pude ouvir as exposições e, portanto, vou ter de me pronunciar de uma forma muito cautelosa, até porque não ouvi o posicionamento. Conheço razoavelmente o posicionamento de cada associação porque já tive contato com cada uma delas e também com o próprio Paulo, mas queria, primeiro, enfatizar a minha preocupação, estive agora, inclusive, com a Ministra Gleisi e enfatizei, insisti muito com ela sobre a questão das concessões. Esse problema das concessões, para mim, é o maior problema que o setor de energia elétrica enfrenta hoje. Eu já vi muitos estudos, tinha gente querendo importar o modelo francês de conceder bacia com aproveitamento múltiplo. Já vi de tudo, prorrogação de concessão, leilão, que é o que a legislação, o Paulo tem batido muito firme nisso, que a legislação, a lei atual determina, mas já tivemos uma primeira fase, já convidamos os consumidores.

Agora, convidamos a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, os agentes principais, o gerador, o homem da transmissão e o homem da distribuição, e esperamos agora, depois do recesso, fazer uma reunião com o Governo. Ouvimos até agora os dois lados envolvidos, mas do outro lado do balcão. Agora, precisamos conversar com o Governo, com o Ministro Lobão. Na reunião da bancada do PT, na segunda-feira, tratamos disso também e todo mundo está consciente, na bancada do PT do Senado, de que esse assunto é muito importante. Por que ele é importante? Primeiro um dos conceitos que está

sendo colocado... Primeiro, é uma constatação, são 20 *megawatts* em jogo, acho que 82% da transmissão, e uma boa parte da distribuição. Então, é grave isso e, tendo em vista que, pelo menos o discurso mais fácil é que as usinas, todas elas, foram amortizadas, porque a concessão caducou e, consequentemente, agora é custo de operação e manutenção, basicamente. Existe um modelo hoje vigente, de que fui relator, inclusive, aqui no Senado, em que um dos pilares que sustentam esse modelo é a motricidade tarifária, então, esse discurso é uma música, porque, a partir do momento em que é só custo de operação e manutenção, claro que isso vai impactar diretamente nas tarifas. Hoje mesmo, Paulo, nós tivemos uma reunião sobre desindustrialização. Um dos pontos que os expositores reiteraram, ressaltaram, é a questão do custo da energia. Você conhece muito bem isso, sabe o que isso representa, principalmente para o consumidor brasileiro, especificamente para o consumidor industrial. Então, isso soa como música. Caducou a concessão, é só operação e manutenção. Maravilha! Só que não é assim, porque o setor elétrico brasileiro passou por tantas sístoles e diástoles, como dizia o Ministro Golbery do Couto e Silva, que, na verdade, eu não vou radicalizar, mas, aparentemente, cada caso é um caso.

Tivemos aqui, na semana passada ou há duas semanas atrás – a Presidenta Lúcia Vânia coordenou a reunião – o Presidente da CESP, o Mauro Arce. O Mauro disse aqui que, se tivesse de abrir mão dos ativos dele de geração, que deve ser Ilha Solteira, Jupiá, aquelas usinas mais antigas, não sei se Água Vermelha também está no meio, mas que ele precisaria receber 19 bilhões – acho que foi esse o número que ele usou, não me lembro bem, mas era um número assim. E aí ele fez a seguinte pergunta: vou ser ressarcido pela RGR? De certa maneira, conceitualmente, a RGR faria esse ressarcimento em tese, todo mundo sabe que não é isso. Então, esse é um assunto grave, porque temos de buscar uma saída, uma solução, para que os agentes tenham tranquilidade para investir e os consumidores para contratar, porque, coincidentemente ou não, em 2014, ninguém contrata mais nada porque ninguém sabe o que vai acontecer no mercado. Então, é um fato crítico, é um assunto crítico para o setor de energia elétrica no Brasil e importante, segurança energética.

Eu me lembro bem, enfrentei aquele racionamento de 2001, quando o País, economicamente em plenas condições de crescimento, sofreu o racionamento de energia. Aquilo foi um estrago, é mortal para uma sociedade, para todos os segmentos sociais. Então, segurança energética é absolutamente fundamental para o Brasil. Eu queria só fazer esse registro, até porque fiquei impossibilitado de ouvir, são todos especialistas, pessoas muito competentes, que pensam no Brasil, pensam nos seus negócios também, o que não é palavrão, não é feio, é assim mesmo que tem de ser, mas eu entendo que nós precisamos urgentemente buscar uma saída para esse impasse que estamos vivendo, porque está tudo parado.

Investimento parado, as cargas estão prejudicadas, ninguém faz contratação porque não sabe como é que vai ficar. É um pepino dos grandes. Acho que o Congresso é o local adequado para fazer esse debate. Precisamos ocupar esse papel, Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, porque o Brasil, nos próximos meses, espera uma decisão. Não dá mais para segurar esse dique, ele vai romper, e a melhor solução vai ser alcançada com o diálogo. Não adianta soluções herméticas, soluções fechadas, soluções isoladas, soluções de gabinete, são soluções conversando com os principais atores para que a gente encontre, de uma maneira franca, leal, com espírito público, aquilo que é melhor para o Brasil.

Quero parabenizar V. Exª por esses encontros. Não sou um decano, mas me considero um Senador mais envelhecido neste mandato. Fazer uma reunião numa quarta-feira, dia 6 de julho, às 16h24min com essa quantidade de gente que está aqui mostra que alguma coisa está acontecendo e a gente sabe o que é. Então, essa questão das concessões é absolutamente fundamental e prefiro ouvir, até em respeito aos Senadores que estavam aqui, as respostas e, eventualmente, se eu puder me inserir nesse contexto, agradeceria, mas pedir desculpas aos nossos convidamos e à nossa Presidenta pelo atraso.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio. Quero dizer, Senador, que devo dividir o êxito das nossas audiências públicas com V. Exª

É sabido de todos que estão aqui o conhecimento que V. Exª tem do setor e nós temos podido fazer essas audiências, sem dúvida nenhuma, assessorados por V. Exª instigando o debate. Esta Comissão tem podido crescer em função desta ajuda sem tamanho que a Comissão de Assuntos Econômicos tem dado ao nosso trabalho.

Agradeço a V. Exª a presença. Sei que sua presença aqui no início fez muita falta, mas a sua vinda, sem dúvida nenhuma, é motivo de alegria para todos os expositores que aqui estiveram, que ficam felizes de saber que V. Exª também acompanha esse projeto com muita atenção.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para comunicar que passou das 16h e a Ordem do Dia está... Está o sino tocando direto já, chamando os Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Hoje vai haver obstrução. Nós temos um tempinho aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pode ficar tranquilo, meu caro Senador Cassol, porque hoje nós entraremos noite adentro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não há dúvida.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Antonio Neiva para as suas considerações.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Eu fico bastante confortável aqui por ouvir os que me sucederam, tendo em vista que as posições alinham argumentos, os dois únicos que nos colocam à frente, que é licitar ou simplesmente estudar a prorrogação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um comentário ao Senador Moka, que sobre a condição de prorrogar é líquido e certo, isso foi falado aqui. Eu gostaria de explicar, pelo menos no que eu disse aqui, que prorrogar era o mais difícil, porque nós temos que mudar a lei, trazer a lei, trazer a discussão ao Congresso para debater. Haja vista nesta audiência a dificuldade que há para a gente alinhar essas posições. Então, é uma questão de opção que nós devemos discutir se por uma ou por outra. Na licitação *ad eternum,* mencionada pelo Dr. Paulo Skaff e mencionada também pelo Senador Moka, existem mecanismos em todos os países para controlar essa renovação de licitação pela qualidade, pelo preço, pela qualidade do serviço, pelo preço com que se faz esse serviço, pela preservação do patrimônio. Enfim, existem mecanismos para controlar o *ad eternum* mencionado, não é *ad eternum* que a gente pleiteia, são prorrogações, ao fim das quais se reveja.

O Senador Ivo Cassol lembra aqui sobre o problema do preço da energia existente, nó temos esse valor. Essas usinas são usinas... Nós temos o mix de energia que comporta geração existente, sem serem essas que nós estamos discutindo, térmica nova, contratos antigos que existem, por exemplo, em São Paulo com essas empresas privatizadas, o Proinfa, Itaipu. Então, por exemplo, as usinas que vão vencer R$80 o *megawatt*/hora, a geração existente 80, a térmica nova R$300, contratos antigos R$150,00, Proinfa R$150, Itaipu R$110 e, devo dizer também que o plano decenal que está em audiência pública para as próximas usinas que atenderão até o ano 2020 pressupõe o custo marginal da expansão do próximo *megawatt*/hora a ser construído para atender a carga brasileira, para cada *megawatt/*hora R$123,00. Então, são números diante dos quais nós estamos e eu simplesmente anoto aqui para nossa reflexão. O Senador Delcídio, finalizando minha participação, realmente destaca que está tudo parado, na verdade, no sentido de dizer que falta...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Na emoção aqui eu esqueci de falar uma coisa que acho que é importante ouvir.

Falam muito em Teles Pires, que Teles Pires é o valor referencial para essa nova modelagem. Hoje o setor pratica 80 mais ou menos, não é?

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Essas usinas aqui são 80, números de 2008.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – De 80 a 82. Aqui já estamos falando em 90.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Esse é do ano de 2008.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aí, eu vi uma simulação – não me pergunte quem me mostrou essa simulação – de que a referência é Teles Pires, a renovação em cima de Teles Pires, dá 1% no consumidor final. Aí eu pergunto: As geradoras, como é que ficam? Porque há geradora que o EBIT ainda vai a zero, dependendo de como essa questão da renovação das concessões venha a acontecer. Então, é um negócio complicado.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Então, finalizando a minha participação nessa fase aqui eu gostaria de dizer que realmente o diálogo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para ficar claro, o senhor defende a licitação?

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Não, defendo a prorrogação das concessões com as atuais. Nós temos esses dois caminhos. Eu opto pela prorrogação e aqueles motivos. Defendo a prorrogação pelo conjunto de benefícios que o Brasil venha a ter e a quem eu dirijo? Dirijo a este Congresso Nacional e, de resto, à União, que, com toda instalação produtiva, toda planta industrial no preço do seu produto incorpora remuneração do investimento, incorpora o custo de operação e manutenção e incorpora a depreciação no prazo que se estima para zerar, para o fim da vida útil. Todo consumidor de qualquer coisa paga por essas três coisas. No caso da energia elétrica acontece isso também. No fim, o que se espera para a concessão, acontece que essa usina não morre e essa usina volta para a União, que entende qual caminho que deva tomar. É claro que qualquer um desses dois caminhos tem vantagens e dificuldades em cada um e nós optamos, a Abrage, para que permaneçam com essas geradoras que souberam, ao longo desse tempo, preservar esse patrimônio para a Nação e praticar o menor preço de energia, como foi mostrado ali.

Gostaria também de participar aqui quando a temporada for de estudar preço da energia e tornar o Brasil mais competitivo, porque nós temos inúmeras contribuições a fazer. Mas nós estamos com um problema

nas mãos, que é prorrogar ou tratar o vencimento das concessões sobre qual assunto nós temos exposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. César de Barros Pinto.

O SR. CÉSAR DE BARROS PINTO – É sensacional essa oportunidade que a gente tem de participar de uma audiência pública e poder contribuir para a construção da solução de um problema que é grave. Mas é muito cruel a gente trabalhar com a limitação de tempo na exposição e a nossa incompetência e nosso despreparo em um tempo curto transmitir tudo aquilo que a gente gostaria. Até como vício de engenheiro a gente acaba simplificando as exposições e dá margens a interpretações que são muito longe daquilo que é real.

Por exemplo, a prorrogação líquida e certa não, a prorrogação é uma alternativa, ela – como disse o Flávio – não é a mais fácil. A prorrogação também não vem de graça, não é perde e ganha. A prorrogação tem que estar subordinada ao interesse público, assegurar a continuidade e qualidade do serviço, tem que se basear em relatórios técnicos da fiscalização da Aneel, tem que passar pela revisão das condições contratuais e tem que ter apresentação de regularidade fiscal e previdenciária. Não é um movimento simples, não é pede e ganha, é pede e a Aneel, em nome do poder concedente, faz a análise e concede ou não concede. Assim que a coisa deve funcionar, não é uma prorrogação automática não.

Uma coisa interessante é a seguinte: Nós trabalhamos hoje com tarifa pelo preço, em vez de tarifa pelo custo.

Isso daí afeta todo o mecanismo de tarifação, dentro dessa mágica que a gente faz de ter um mercado meio que "de energia e *commodities"*, ou um mercado como serviço público, bem de serviço público.

Eu gostaria só de, rapidamente, dar um exemplo para reflexão.

Vamos imaginar uma empresa como a Chesf, uma empresa que tem muita geração e que tem muita transmissão. São dezoito mil quilômetros de linha de transmissão, a maior parte dos quais sujeita ao término da concessão.

Como a gente vai licitar a Chesf? Nós vamos pegar a Chesf inteira e fazer um edital de licitação da Chesf? Isso se chama privatização. Nós temos espaço para privatização neste momento?

Bom, então vamos fazer por usina. Cada usina vira uma empresa. A Chesf, em vez de ser uma empresa, passa a ser cento e vinte empresas diferentes, porque cada linha vai ter uma concessão também. E o que isso significa na prática? Nós acabamos com todo o cabedal de experiência que a Chesf acumulou ao longo do tempo. Nós estamos impedindo a continuidade de um serviço que a Chesf presta à região onde ela atua, de inegável importância.

E não é fácil, não. Tem que se pensar, tem que se dialogar, como o Senador Delcídio falou. É do diálogo que vai nascer uma solução adequada.

Não é da imposição de parte ou de outra parte. Era o que eu queria observar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Nelson Fonseca Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Bom, eu queria tecer alguns comentários aqui, aproveitando a fala do Excelentíssimo Senador Waldemir Moka, dizendo o seguinte: Primeiro, a situação do setor de distribuição tem especificidades em relação a geração e transmissão. Existem contratos das distribuidoras que já preconizam que, vencido, o prazo não pode ser prorrogado.

E existem contratos de 1995, com cláusulas que permitem a prorrogação. E esses contratos foram assinados antes da lei de 2004 que não permite a prorrogação.

Então a questão que nós colocamos aqui é a questão do respeito aos contratos, porque eventuais alterações de lei, após a assinatura dos contratos, não deveria interferir nas condições e termos previstos no momento em que os contratos foram assinados. Ou seja, quem assinou um contrato em 1995, prevendo uma cláusula de que, desde que haja interesse público, desde que haja uma boa qualidade do serviço prestado e, desde que haja interesse do concessionário e esse interesse seja manifestado com 36 meses de antecedência, esse contrato pode ser prorrogado, o setor entende que tem um espaço aí, tendo em vista a lei vigente no momento em que o contrato foi assinado.

Agora, existem outros contratos em que está explicito no próprio contrato que ele não pode ser prorrogado.

Uma outra questão importante é que o modelo regulatório da distribuidora já preconiza revisões tarifárias periódicas a cada quatro ou cinco anos, quando o contrato da distribuidora é submetido pelo regulador a uma audiência pública em que todas as partes interessadas tenham a oportunidade de se manifestar sobre a questão do contrato. E as tarifas são reavaliadas e são capturados para a modicidade tarifária os ganhos de eficiência da empresa e os ganhos de produtividade decorrentes do ganho de escala que a empresa teve nesse período.

Isso aí é uma especificidade do contrato de distribuição. Ou seja, o que nós colocamos? Olha, é possível fazer um processo licitatório? É. Só que já existe uma contestação pública no momento de uma revisão tarifária, em que o processo de licitação, de contestação através de uma licitação, provavelmente não vai

ser tão eficaz na captura de ganhos para a modicidade tarifária. Isso é o que foi colocado.

Uma outra questão também que foi colocada, que diferencia uma instalação de geração de uma instalação de distribuição, é que os investimentos na distribuição são contínuos na medida em que vai se universalizando o serviço, na medida em que vão se fazendo as expansões da rede aí.

Eu citei como exemplo o Luz para Todos que agregou dois milhões e seiscentos mil consumidores ao mercado, ou seja, mais de treze milhões de brasileiros que passaram a ter energia elétrica em suas casas. E esses ativos foram incorporados, muito recentemente; parte deles, ativos subsidiados e parte deles ativos com contrapartida das próprias distribuidoras. Ou seja, existe uma base de remuneração regulatória, que está aí, que é contabilizado pelo regulador, que tem que ser levada em consideração.

O Senador Ivo Cassol colocou, com muita propriedade, que nós devemos buscar o que é melhor para a sociedade brasileira e nós concordamos com isso. Nós concordamos que devemos buscar a modicidade tarifária, que devemos buscar o que é melhor para a sociedade brasileira e analisar as especificidades de cada caso. Eu acho que é muito importante isso.

Eu acho que o Senador Delcídio foi muito feliz nas suas colocações aí de que cada caso é um caso, principalmente no aspecto da urgência da discussão desse assunto. Ou seja, o Brasil espera uma decisão nos próximos meses.

Concordamos plenamente, Senador Delcídio, que esse assunto é o assunto do momento e que os investidores, os empreendedores, ficam inseguros se vão investir na expansão das redes ou na reforma, no reforço das redes, uma vez que eles não têm segurança se depois de 2015 tem ou não contrato, como também as empresas que vão comercializar essa energia.

Como ficarão os contratos depois desse período?

Eu acho que é uma questão que a gente tem que estar discutindo. Ou seja, é muito importante se discutir com o pensamento do que é melhor para a sociedade brasileira, o que é melhor para todos. Nós temos que ter uma solução que seja boa para todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada Dr. Nelson.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Skaff.

O SR. PAULO SKAFF – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Quero cumprimentar aqui o Senador Cyro Miranda, o nosso Senador Delcídio Amaral, e eu queria fazer algumas ponderações aqui, com todo o respeito aos companheiros que aqui estão.

Na verdade, como foi dito até pelo Senador Delcídio Amaral, é legítimo as pessoas defenderem aquilo em que estão envolvidas. Nós temos aqui os representantes daqueles que geram energia, aqueles que distribuem energia e daqueles que transmitem, o setor de transmissão. Essas empresas são as atuais concessionárias.

Então é lógico que seria estranho se chegasse aqui o representante dos atuais concessionários de energia para defender novos leilões ou então o representante das atuais distribuidoras para defender novos leilões. Então é mais do que natural que os argumentos aqui sejam no sentido de defender a prorrogação. Este é o primeiro ponto.

É lógico que o companheiro Nelson falou que os preços são colocados em contestação pública periodicamente. Ora, se ele tem certeza que os preços são os melhores possíveis, e contestados publicamente, periodicamente, eu não sei qual o receio de se fazer um leilão? Ele vai ganhar um leilão com esses mesmos preços. Porque se estão sendo contestados publicamente, periodicamente, e como o melhor preço possível num leilão, vai ganhar o leilão. Por que ser contra o leilão?

Também eu quero lembrar, com relação ao que foi dito aqui, que tem dois tipos de situação. A situação daqueles que já estão há cinqüenta, sessenta, setenta anos e a situação daqueles que ainda não tiveram prorrogação.

Esses, no conjunto, é pouca coisa. A maioria já teve mais que cinquenta anos, na geração, distribuição, enfim, transmissão. Então nós devemos focar esses 90% do pacote, que são aquelas usinas que há muito tempo já tiveram trinta, quarenta, cinqüenta, sessenta, setenta anos, grande parte delas estatais. E como disse aqui o Senador Ivo Cassol nós sabemos muitas vezes como é a gestão estatal e como foi ao longo dessas décadas.

Então, Senador Delcídio Amaral, nós temos quase um trilhão de reais voando, que é da sociedade, que depende do que for decidido aqui, não aqui, nesta questão, em relação a esse assunto. A diferença é, nos próximos trinta anos, a sociedade ficar com um trilhão no bolso, ou algumas poucas empresas.

Sinceramente, o senhor citou, por exemplo, o meu amigo, Mauro Arce da Cesp. Eu não estou preocupado com a Cesp. Se a Cesp, em cinqüenta, sessenta anos, não soube amortizar seus investimentos, teve os seus problemas, este é um problema do Governo do Estado de São Paulo. Como eu não sou governador de São Paulo, não é o meu problema.

Agora, como sociedade, eu quero sim uma energia competitiva, a preço competitivo, porque o Brasil perdeu essa competitividade.

E só uma correção, que Teles Pires não é 58 não. É 58, com transmissão. Sem a transmissão é 35. E nós estamos pagando hoje 90 sem a transmissão. Quer dizer, a usina que vai ser construída, nova, custa 35, sem o investimento. E naquelas em que já existe o investimento custa 90. E nós vamos prorrogar?.

Também foi dito aqui que tem as opções de prorrogar.

Não, não tem opção não. Aqui o companheiro Flávio foi muito claro. Para prorrogar precisa outra lei, porque o que a lei determina são os leilões em nova concessão. E por que nós vamos criar uma lei nova para prorrogar? Ah, por que prorrogar é bom, porque se não prorrogar acaba o mundo.

Olha eu quero dizer até com muito respeito, que me lembra um pouco a história de 2007, da CPMF, que o Brasil iria acabar em janeiro de 2008 com o fim da CPMF. Nós estamos em 2011. Alguém viu o Brasil acabar de 2008, 2009, 2010 e 2011? Então, quem falou se enganou. Não ia acabar nada não. Pelo contrário, foi a primeira vez que, no início de 2008, o Governo falava em olhar os seus custos, em olhar o custeio.

Por quê? Porque diminuiu um pouco aquela arrecadação e se ajustou rapidamente. E nós estamos falando a mesma coisa.

Com todo respeito a Cesp, com todo o respeito a CEMIG, com todo o respeito a Furnas, com todo o respeito a Chesf, o que o companheiro Cesar falou, ele se equivocou. Perdão César, com todo o respeito.

Você falar que o leilão seria da empresa? Nós estamos falando de usina, de unidade. Se essa usina aqui venceu a concessão, é esta usina. Não são todas as usinas. Nós não devemos, vamos dizer, confundir o que é muito claro. Então como é que se faz um leilão? Convoca o leilão para aquela usina. Se a Chesf ganhar, parabéns para a Chesf. Ela fica mais trinta anos administrando. Se ela não ganhar, parabéns para todo o povo brasileiro. Ou se ela ganhar, pode ser parabéns para todo o povo brasileiro também. Por quê? Porque pode reduzir 70% aquele preço, 60 % aquele preço, 80% aquele preço.

Agora, vamos negociar um trilhão, vamos ver, queria sugestão de nomes, de quem deveria sentar à mesa para negociar esse um trilhão com as companhias, para a gente prorrogar. Perdoem-me. Eu acho que a gente já tem uma lei. Segurança jurídica é quando se põe em dúvida a lei existente. A lei determina com muita clareza, e o que nós estamos discutindo são aqueles casos em que está muito claro, são muito claros, tem que haver leilões e rápidos.

E que ninguém diga que não há tempo para fazer leilão. Se não houver tempo para fazer leilão, a sociedade tem que cobrar das pessoas responsáveis. Também queria dizer que o Mauro Arce fala que são dezenove bilhões. Não cabe a ele, cabe à Aneel fala quanto a Cesp tem que receber e não a Cesp falar quanto ela tem que receber.

Se eu tivesse na Cesp, ou se qualquer um aqui tivesse, talvez tivesse o número de vinte, ou de nove ou de doze. Eu não conheço os cálculos da Cesp. Agora, na verdade, a sociedade brasileira não tem que pagar uma conta que não é dela. Nós temos que buscar a nossa competitividade. Nós temos que recuperar a competitividade que nós perdemos.

. E também não é só setores industriais não. A pessoa mais simples, que paga sua conta de energia, paga lá até os programas sociais, é um percentual de redução sobre uma conta. Se a conta for maior, mesmo reduzindo aquilo continua alto. E a palavra privatização que foi colocada aqui, eu ouço falar, é porque privatização assusta muita gente. Então a estratégia é falar privatização, como se fosse assustar a sociedade.

Nós não estamos falando em privatização nenhuma não. Com o leilão, quem ganhar leva. Se ganhar a Cesp, a Cesp leva e não é privada. Se ganhar Furnas, ou se ganhar a Chesf, a Chesf vai levar e não é privada. E não é por empresa, ninguém está falando em leiloar empresa. Nós estamos falando em leiloar, em fazer novos leilões, para novas concessões de usinas que têm, de acordo com a lei, que fazer os novos leilões.

E, neste momento, se nós tivéssemos com a energia superbarata, iríamos falar como falou o Senador Ivo Cassol: Bom, que tal, vamos prorrogar tudo então, com base em 35 *megawatts*/hora, que é o preço de Teles Pires, sem transmissão. Acabou. Mas mesmo assim eu sou contra. Por quê? Porque temos que cumprir a lei. Nós não temos direito de toda hora mudar as regras da lei. A lei não diz para fazer um ajuste. A lei diz para fazer com transparência os novos leilões.

Então, eu peço perdão da minha franqueza absoluta, que é um pouco do meu jeito pessoal, mas eu quero reiterar, Senador Delcídio Amaral, antes de V. Exª chegar aqui, e o senhor sabe do respeito enorme e do carinho que eu tenho pela sua pessoa como grande homem público que nós temos no Brasil.

Eu pedi à Senadora Lúcia Vânia que a Comissão de Infraestrutura do Senado encaminhasse ao Executivo, imediatamente, e também através do TCU, pedidos de esclarecimentos por essa omissão do Governo de não ter dado andamento imediato, porque todo mundo fala também da definição. Eu estou de acordo, está definido, a lei já define. Imediato no sentido de termos os procedimentos necessários para que os leilões

aconteçam, com a transparência e a lisura, dentro dos princípios constitucionais.

E pediria a V. Exª também, à CAE, que a Comissão de Economia desta Casa fizesse o mesmo, encaminhasse esse pedido como uma recomendação ao TCU, para que ele solicitasse do Executivo e também direto para o Executivo, como V. Exª achar melhor, para que a gente defina rápido isso. Mas a definição não no sentido de "vai ser prorrogação ou não vai ser", a definição no sentido de o Governo tomar as providências para acontecerem os leilões, para que a gente tenha as novas concessões, ou na mão daqueles que já estão com as concessões ou não mão de outros que ganharam as concessões com melhor preço.

Então, mais uma vez eu agradeço a oportunidade, e espero que a gente possa contar com o nosso Senado Federal no sentido de beneficiar e atender aquilo que é o interesse de todo o povo brasileiro, de toda a sociedade brasileira, e não de uma ou outra eventual empresa, na sua maioria estatal. E todos nós sabemos o que ocorreu nas gestões estatais ao longo das últimas décadas, trinta, quarenta, cinqüenta, sessenta anos. Não vamos pagar essa conta. E não queremos pagar essa conta de jeito nenhum.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) -.Vou passar a palavra ao Senador Cyro, mas antes eu perguntaria aos senhores expositores se teriam alguma colocação a fazer.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Só uma colocação, é que eu falei sobre o preço dessa energia estar em jogo, das usinas que estão com vencimento de cotação de oitenta reais. Eu me referia ao preço daquela referência, daqueles quatrocentos reais, negócio de hora, de 2008.

Então hoje aqui, eu recebi uma informação de que seriam noventa reais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) -. Com a palavra o Dr. Nelson.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Eu tenho um esclarecimento. O Doutor Paulo Skaff comentou sobre a questão da contestação pública que eu disse. E eu me referi a contestação pública dos preços da distribuidora para atendimento ao mercado regulado. Ou seja, a parcela da distribuidora, naquela fatia do queijo ali que cabe à distribuidora, àqueles 24%, para atendimento ao mercado regulado.

Então o mercado da distribuidora, que é o mercado regulado, nos custos relativos a pessoal, a material, a serviços e outros, remuneração de investimentos e depreciação da distribuidora são contestados publicamente a cada quatro ou cinco anos por questão contratual. É só fazer esse esclarecimento para a gente não confundir, porque deu a entender como se eu tivesse falado do preço da energia como um todo. Não é, porque a fatia da transmissora, a fatia da geradora, os encargos e os impostos são *pass-through*, não entrando na revisão tarifária.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Dr. César se gostaria...

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. Posteriormente, Senador Moka e Senador Delcídio.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Presidente desta Comissão Lúcia Vânia, minha conterrânea, senhores convidados, infelizmente, eu não tive oportunidade de assistir a esse debate, que, pelo que vejo foi muito rico, mas nós temos sobreposto as Comissões e uma delas é a CMO, em que estamos tendo que relatar a LDO.

Pelo resumo, eu entendi que... Quando aqui cheguei, achei que estávamos discutindo "prorrogação ou licitação, eis a questão", mas, no fim, eu entendi que não. Pelo menos esse é o entendimento em princípio. Nós estamos aqui... A questão é: cumpre-se ou não se cumpre a lei? Esta lei é realmente... Se não cumprir, porque não cumprir? Por que fazer uma nova lei? Eu acho que tem que haver justificativas. Então, eu acho que tem muito caminho ainda para se discutir. Ainda não estou seguro. Se existe uma lei pela qual temos que realmente licitar, tem que haver muitos argumentos para que se faça uma lei contrária. Não vou dizer que isso seja impossível, mas nós vamos ter que estar muito sedimentados de princípios que vão justificar essa mudança.

Era isto que eu tinha... E eu acho que nós temos, Presidente Delcídio do Amaral, embora esteja a Lúcia Vânia, acho que ainda temos muita água embaixo dessa ponte para mover essa energia porque há questões que precisam ser esclarecidas. Não podemos, ao arrepio da lei, mudar pura e simplesmente, como também é preciso saber se vamos estar alicerçados numa mudança, se faz sentido ou não.

Era só para colaborar nesse finzinho e dizer que ainda saio com muitas dúvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, é duro para um caboclo como eu, lá do pantanal, ter que entender de transmissão, de distribuição, mas eu fico feliz, ainda que tenha entendido equivocado, mas quero dizer a V. Sª que, na hora de falar da prorrogação, V. Sª me deu a impressão de que era a coisa mais certa a fazer. Pareceu-me isso. Talvez a forma com que eu tenha entendido, evidentemente, eu não quis criar nenhum constrangimento a ninguém.

Mas acho que foi oportuna esta audiência porque fica muito claro aqui. E eu quero dizer ao Dr. Paulo Skaff que, como membro titular da Comissão de Infraestrutura, eu acho que – V. Exª não estava aqui, estava a Senadora Lúcia Vânia –, eu acho que a gente tem que encerra esta audiência exatamente com essa decisão: a Comissão, a partir de agora, vai fazer gestão ao Executivo no sentido de que tome as providências para que os leilões aconteçam. Até porque se não tomar providência, aí tem uma outra providência, porque é uma decisão política de alterar a lei.

Veja como mesmo esse entendimento, ainda que o Governo tenha um entendimento diferente, ele vai ter que se pronunciar: "não, nós não vamos tomar a providência, porque a providência seria outra".

Então, a meu juízo, essa seria uma conclusão para que a gente realmente fizesse com que esta audiência pública tivesse uma consequência no sentido de que cumprir a lei é licitar e não cumprir a lei é uma decisão política. Então, é preciso que o Governo tome providências e mande para o Congresso, para que o Congresso decida se vai ter outra legislação, que vai permitir a prorrogação.

Acho que, depois que V. Sª se pronunciar, acho que esse é o meu entendimento e acho que isso realmente daria objetividade a esta audiência pública, o que, em última instância, é o que precisamos fazer aqui: ouvir e, depois da audiência pública, ter uma conclusão que possa realmente... A questão é de decisão mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, quem divergir de mim eu corto a palavra.

Mas eu só queria, primeiro, registrar, fazer algumas observações sobre o que eu ouvi, porque cheguei bem mais tarde e não pude acompanhar de perto. Eu queria fazer algumas ponderações importantes para que a gente avalie bem essa questão.

Eu sou fático. Eu fui do setor elétrico muitos anos e não fico tergiversando, filosofando muito. Eu vivi os bons e os maus períodos do setor elétrico, especialmente os períodos ruins, César. Todos nós aqui, eu acho, conviveram com o período ruim do setor elétrico. Por que, quando eu falei...? Algumas coisas que eu afirmei aqui são questões fáticas, repeti o que disseram aqui.

Primeiro, o setor elétrico... Quem não se lembra aqui da famosa RGR? Alguns lembram, são mais velhos e devem lembrar. RGR: Reserva Global de Reversão. Aliás, não, perdão. Até eu já estou pirado. Não é RGR, mas CRC: Conta de Resultados a Compensar. Alguns se lembram disso, do que era Conta de Resultados a Compensar.

Não adianta a gente fazer uma análise pontual. Essa análise é muito... É por isso que há essa divergência. Não é só do ponto de vista contratual, mas do ponto de vista do histórico do setor elétrico brasileiro. Essa Conta de Resultados a Compensar era uma pequena conta de 25 bilhões, na época em que o ex-Senador Eliseu Resende aprovou um projeto aqui para a gente fazer um encontrão de contas. E por que existia a CRC? Para equalizar a tarifa no Brasil inteiro. Então, o cara que estava na Amazônia pagava a mesma coisa que pagava o cara que estava lá em Porto Alegre. Então, existia um instrumento de compensação que era a famosa CRC.

Mas não foi só isso. Muitas distorções vieram ao longo dessa construção do setor elétrico. E eu não posso aqui deixar de destacar que, hoje, Itaipu, para nós, é uma usina absolutamente estratégica e nós não vivemos sem ela. Mas as pessoas lembram quando muitas concessionárias deixaram de pagar ou muitas concessionárias quase quebraram porque Itaipu era compulsório? Tem que lembrar essas coisas. Não é uma leitura assim tão direta, "pão, pão; queijo, queijo". Não é assim, não.

De tudo que vi no setor elétrico, eu acho que o setor elétrico estatal, o setor elétrico privado, isso coexiste e existe em muitos países do mundo. O importante é o bom serviço. O importante é a energia elétrica competitiva. Se é estatal, se é privada, não interessa. Pelo mundo aí há maus exemplos de estatais e há maus exemplos de privados também. Mesma coisa. Mesma coisa. Aliás, nós não precisamos avançar muito. É só olhar as ventanias que se abateram sobre São Paulo e a chuva para ver que na principal cidade brasileira basta chover e ventar que vários bairros ficam sem energia.

Então, eu vou ser muito sincero para vocês. Para mim, discutir esse negócio de discutir se é estatal ou se é privado, pouco importa. O que importa é o consumidor. O que importa são os vários segmentos que buscam uma energia competitiva. Isso que importa para mim. Se é estatal, se é privada, não interessa. Há mal exemplo em todos os lados.

Outra coisa que aconteceu... Aqui tem muitos barrageiros. Estou vendo alguns aqui. Estou vendo o Mário Miranda, de Tucuruí, e outros, de Coaracy Nunes, no Amapá. Quantas barragens nós fizemos aqui que tinham um tempo de concessão? O Neiva sabe bem. Corria a concessão; aí não tinha dinheiro para fazer, atrasava, a usina levava um tempão para entrar em operação. Quem não se lembra disso? Então, nós temos que... Se esse negócio fosse fácil, já havia sido resolvido, porque as pressões são muito grandes. Quando a gente diz assim: ok, vamos privatizar as linhas de transmissão. Bom, qual é a modelagem que nós vamos adotar para privatizar as linhas de transmissão, 82% das linhas de transmissão? É por região,

de subestação para subestação? Como é o negócio? Quinhentos KV, 230, 345? Qual é o jogo? Como vai ser o desenho?

Eu, às vezes, falo assim: tranquilo; vamos usar a lei, porque, se for para cumprir, é a lei. Agora, como fica, Sr. César, a transmissão com mil e um *players* ou cada geração com um camarada? Como faz a coordenação desse jogo todo? Como é a questão da operação, da manutenção e das pessoas que o Brasil investiu para qualificá-las? Porque, quer queira, quer não, o setor de energia elétrica tem gente muito competente, tanto estatal quanto privado, como também tem gente ruim de serviço. Não é uma coisa simples, Moka. Essa é a questão. Não é uma coisa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Olha lá o que você vai falar, porque, senão, vou cortar a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou confrontar V. Exª. O debate é isso. Eu estou vendo até a dificuldade de V. Exª, do setor, é claro. Mas o quero tranquilizar a todos... Eu acho que, se esta audiência pública concluir em fazer com que o Governo, o Executivo se manifeste, se vamos fazer licitação, porque pedir para tomar providências para que se façam leilões, porque aí, Senador Delcídio, se o Governo tiver outra opção ou se quiser discutir caso a caso, como V. Exª colocou aqui, ele vai ter que se manifestar. O importante é que esta audiência pública e esta Comissão possam fazer com que a decisão, que é o mais importante, seja a mais rápida possível, porque, salvo melhor juízo – eu estou agora preocupado em não me equivocar –, eu vi prazos, que V. Exª não viu na exposição, de que esses leilões têm que ser antecedidos de 18 meses, 17 meses. Alguém expôs isso aí. Então, daqui a pouco, nós vamos levando, levando e não tem prazo útil mais nem para você fazer – não sei se isso está normatizado ou não. Essa é a preocupação. E acho que uma audiência como esta, se concluir pelo que estou sugerindo, quer dizer, quem vai decidir, evidentemente... O Governo: não, nós não vamos fazer leilão. Agora vai ter que mandar para o Congresso alteração da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu compreendi bem a postura de V. Exª, que é o cumprimento da lei, só que, pelo que se ouve dos vários agentes, que, inclusive, não são só estatais, são privados também – para mim o Neiva não representa só estatal, muito menos o César e muito menos ainda o Nelson –, não é uma coisa tão simples, não é um enfrentamento estatal privado, privado estatal. É uma coisa bem mais complicada. Então, eu acho... Aí eu vou um pouco no que o César falou, por experiência prática:

Eu acho – aí vou um pouco no que o César falou –, por experiência prática, vamos privatizar... Vamos privatizar não, vamos leiloar. Como o Paulo disse aqui: privatizar não, pode ser estatal ou privada, não interessa. Vamos leiloar tudo. Depois nós vamos... Primeiro, tem que ter alguma modelagem isso. Não é pegar um instrumento único e leiloar. Por quê? Porque tem toda uma conceituação de otimização energética.

Alguém não lembra aqui que tem usina em cascata, então tem que haver uma otimização entre as usinas todas? "Ah, a ONS faz". Depende. Não é tão simples assim não. Até porque, se a gente colocar numa cascata interesses diferenciados, eu, que já vivi isso, sei que não é fácil. Por mais que seja muito lógico, não é fácil. Não é fácil!

Aí não, nós vamos amarrar. Então vamos amarrar nos contratos. Nós fazemos isso de imediato? Será? A bacia do São Francisco, a bacia do rio Paraná, a bacia em que está Água Vermelha e companhia, Furnas, do Rio Grande? Não sei não. A bacia do Paraná, com Ilha Solteira, Jupiá, é mole fazer? Com as outras bacias que estão para cima? Então, não é uma coisa simples.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, só para resumir, porque eu queria, não poderia perder a oportunidade, já que eu cheguei...

Eu tenho meu objetivo, claro, e vou ser muito sincero, agora que já entendi, mais ou menos, as posições: duvido muito que não caminhemos para uma prorrogação. Pela minha percepção, duvido muito. Agora, as condições em que essa prorrogação vai acontecer são outros quinhentos, aí eu não sei dizer. Mas que nós estamos caminhando para a prorrogação, pelo que eu sinto... Tenho um certo *feeling* de que isso vai acabar acontecendo.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de concordar com V. Exª sobre a complexidade do tema, Senador Delcídio. O que não se entende é o Governo não estar presente – mas acho que vai estar, porque nós vamos convidá-lo na próxima audiência pública – para analisar cada uma dessas complexidades que são colocadas e estabelecer um prazo de definição, porque não se pode mais adiar, pelo que a gente tem ouvido aqui. Todos os expositores estão inquietos, angustiados, por não saberem qual o rumo que vai se dar à questão.

Pela complexidade do tema, pode ser que o Governo não tenha formatado ainda um modelo ideal, mas ele tem algumas diretrizes que poderiam ser colocadas aqui de forma a que possamos fazer uma avaliação mais segura do tema.

Portanto, eu acredito que tanto V. Exª como eu temos uma responsabilidade muito grande de, assim que terminar o recesso parlamentar, trazermos o Governo aqui para uma definição, ou pelo menos diretrizes. Se não tem definição, que haja diretrizes para que a gente possa dar uma resposta a essa inquietação, porque não se trata de uma questão simples e comum. Está envolvido aí o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Então, é preciso que haja uma definição, e nós temos o dever de provocar essa definição. E esse é o objetivo do nosso esforço no sentido de trazer esse debate à tona.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E só para registrar, Senadora Lúcia Vânia: o Governo até agora também não deixou claro isso porque ele enxerga o que foi colocado aqui, porque as coisas não são tão simples, e existem casos e casos.

É complicado, é o que o Nelson falou aqui: existem especificidades, e o Governo está tentando encontrar uma solução para, pelo menos dentro dessas diferenças, ou propor o leilão, que é o que a lei determina, ou então mudar a lei, ou mudar a lei dentro de novas condições que o Governo pode estar estudando e que o Congresso, efetivamente, vai analisar e votar.

Acho que esse é que o ponto, porque não é uma coisa simples. É complexo isso, não é uma coisa fácil de decidir. Agora, precisa ser decidido, em função do tempo.

Não sei se os expositores...

César, Neiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não tinha como eu ficar mais aqui, Senador, mas eu queria dizer o seguinte: V. Exª teria dificuldade de que gente pudesse encaminhar ao Executivo...

Essa decisão, se puder ser feita, e se o Senador Ivo Cassol também concordar, é que a gente concluiria dizendo que o Executivo tem que tomar as providências para ou fazer leilão e, se não entender que vai ser leilão, que vai ser uma prorrogação, aí precisa de uma decisão que é exatamente mudar aqui a legislação.

De uma forma ou de outra, Senador, o fundamental é que essa audiência vai acabar fazendo com que objetivamente o Executivo... E V. Exª disse: não é fácil, é complexo. Entendo, tenho clareza, e por isso mesmo, quanto mais cedo se decidir, mais tempo vai-se ter para, se for o caso da prorrogação, se o Governo resolver isso e o Congresso concordar com isso, mudando a legislação, todas as providências que precisam ser tomadas... Até me atendo ainda à questão de que – não sei se está normatizado – são precisos 17, 18 meses, são quase dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É isso aí.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E como começo de cantiga é assobio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª já imagina o que vem.

Meu caro César.

O SR. CÉSAR DE BARROS PINTO – Na verdade, eu não queria mais aduzir aspectos técnicos, mas queria fazer um agradecimento pela oportunidade de estar presente a esta audiência e colocar a Abratee ao inteiro dispor da Comissão e do grupo de especialistas com este objetivo: ajudar a construir uma solução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Desculpem, é que aqui a gente assobia e chupa cana ao mesmo tempo. Pensei que estavam fazendo votação nominal no plenário. Ainda não.

Meu caro Nelson Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Exmº Senador Delcídio, eu queria agradecer a oportunidade. Acho que foi um debate muito rico e acho que um consenso a que chegamos – e o Senador Moka colocou isso muito bem – é a questão da urgência de uma definição, até porque é o seguinte. Vamos imaginar que se faça um leilão, como está previsto na lei, e o concessionário atual perca. Ele necessita de um tempo para desmobilizar seus recursos. Ou seja, uma substituição de um concessionário de distribuição ou de um concessionário de geração numa instalação dessas é um processo complexo, é um processo que leva anos. Não é uma coisa que se faz da noite para o dia. Isso não é uma concessão de táxi, em que se fala que se cassou a licença do fulano, o outro vai lá e substitui na hora.

Então, chamo a atenção para o seguinte: qualquer solução que for adotada tem que ser adotada com tempo suficiente para que os agentes possam reagir tomando as decisões necessárias sem prejuízo nenhum dentro da cadeia e sem prejuízo até para a continuidade do serviço para os consumidores, pensando no bem da sociedade brasileira.

E o Ministro Lobão já citou isso quando tomou posse. Ele disse: "Nós temos que madrugar nesse assunto". No dia da posse ele disse isto: "Nós temos que madrugar nesse assunto". Madrugar nesse assunto é tomar a decisão a tempo para que os agentes possam analisar os reflexos nos seus negócios e tomar as decisões necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Neiva.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Eu gostaria de agradecer ao meu amigo Delcídio, de longa data, companheiro do setor elétrico há 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aí também é demais.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – ..esclarecendo uma coisa, o novo modelo do setor elétrico felizmente permite hoje uma solução criativa que o Governo teve, que a EPE teve de partir as usinas novas – Santo Antonio, Jirau, Belo Monte, Teles Pires – 70% destinados ao consumo cativo, que é o residencial e o industrial que esteja nesse ambiente, e 30% destinados ao mercado livre: um em torno de R$60 a R$70, o outro em torno de R$130 a R$140. Sem essa partição, o nosso consumo, a nossa conta residencial ficaria insuportável, porque a usina é um bem caro, complicado, localizado em locais distantes. Essa solução que se imagina talvez destruísse essa oportunidade. No caso de Teles Pires, quando se fala em 58, com transmissão, a transmissão está ali na porta, e 58 é a parte dos 70%; dos outros 30% não se falam. E se fosse uma usina 100% licitada, qual seria o preço? Eu não sei. Então, tem esse aspecto.

Agora, vou clarear a proposta da Abrage. Nós solicitamos que se prorrogue, mas não de uma forma atabalhoada e contra a lei. Não. Formule-se uma lei, traga-a para o Congresso, em que cada usina tenha um ônus específico e ajustado para ela. Se ela está quase amortizada, o ônus dela é mais alto; se ela está pouco amortizada, o ônus dela é pequeno. De forma que fique perfeitamente ajustado da forma que queremos: que se capture ali o que já foi pago e volte para amortização tarifária naqueles itens que encontramos, que é na tarifa de transmissão, na tarifa de distribuição, e no encargo do sistema, que é o consumo de óleo combustível e de combustível nas térmicas. Vemos muito isso por aí. Por exemplo, foram US$4 bilhões em 2008.

Então, esta é a proposta da Abrage: ajustar ônus uma por uma e não estar ali nenhum benefício permanente, nem coisa alguma. Estamos propondo prorrogar com ônus ajustado por cada usina.

Muito obrigado pela participação, por esta honra de ter sido convidado para estar aqui com tão ilustres Senadores e companheiros de apresentação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo a palavra ao Dr. Paulo Skaff, para as últimas considerações, se V. Sª assim entender.

O SR. PAULO SKAFF – Muito obrigado, Presidente. A minha palavra final é a V. Exª por esse honroso convite, à Senadora Lúcia Vânia e aos Senadores que aqui estão.

Olhando o consumidor brasileiro, a competitividade brasileira, a segurança jurídica no Brasil, sem dúvida a nossa posição é a do cumprimento da lei. Isso significa que façam novos leilões, que se faça a competitividade com transparência, com serenidade, com toda a correção. É lógico que é um processo complexo e, por isso mesmo, precisa começar logo. Se não fosse complexo, poderia ser deixado para adiante.

Por isso que eu quero cumprimentar o Senador Moka pela proposta que fez. Se o Senado, se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraesturura imediatamente provocarem – não sei se o termo é esse – o Governo no sentido de tomar as providências que já deveria ter tomado exatamente pela complexidade do modelo, nós teríamos esse processo caminhando e atenderia a todos. Isso porque uma coisa foi unânime aqui: ninguém quer que fique como está, na indefinição. Então, para caminhar, que comece na direção do cumprimento da lei, e eu espero que termine nesta mesma direção, cumprindo a lei e atendendo aos interesses maiores da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Paulo Skaff.

Eu entendo, Senadora Lúcia Vânia, que esse encaminhamento é correto, as duas comissões...O ideal é que tratássemos administrativamente do tema em uma reunião das duas Comissões, talvez uma reunião mais no sentido de montar esse encaminhamento para o Governo e colocar as nossas preocupações que estão mais do que aqui delineadas por tudo aquilo que já ouvimos, não só dos grandes consumidores, mas especialmente aqui dos principais atores do setor elétrico e os empresários, os industriais que, também, são peças fundamentais nesse processo.

Essa é uma discussão difícil, mas quero só destacar um ponto. Sou um Senador do Governo, mas quero dizer que o problema da tarifa de energia, sob o ponto de vista de geração, transmissão e distribuição, não temos um quadro tarifário tão dramático. O problema são os encargos que vamos ter que olhar, depois, com absoluto rigor e cuidado. Estou meio enferrujado, mas acho que, pelo menos, de encargo em cima da tarifa devem dar, se somarmos a cascata toda, 48%, quanto que dão?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) *(Intervenção fora do microfone.)* – Dão 47%, ou melhor, 45%.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, 45%, não estou tão mal, estou na margem de erro aí, 2%, 3%.

Esse é um assunto, também, delicado. E começamos a ver aí, hoje mesmo, vi pela manhã, tarifa do Brasil, só a Itália que vence, tarifa italiana, um gigante.

Mas o problema da tarifa de energia brasileira é o que está embutido, não é só o serviço, não é o preço das concessionárias; é o que vem em cima disso, que são os encargos. Então, essa é uma outra discussão, também, uma discussão fundamental, importante...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aliás, o Dr. Paulo Skaff colocou isso com muita clareza e o Senador, também, nesse momento, temos que decidir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Olha que nem combinei com ele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas temos que decidir essa questão se vai ter leilão ou se vai prorrogar. Essa é a decisão.

E, para finalizar a minha participação, se podemos dizer, que essa audiência pública conclui com esse encaminhamento. Quer dizer, tanto a CAE como a Infraestrutura, vamos encaminhar ao Executivo um pedido para que tome providências em relação a isso aí.

Claro que administrativamente V. Exª já colocou uma reunião maior para tratar de como isso será feito. Mas, a conclusão ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O encaminhamento é esse e aí vamos precisar, peço até para o Neiva, para o Paulo, para o Nelson, para o César, até levantando muitas das questões que afligem, não só o encaminhamento, vai fazer assim, vai prorrogar ou, como e lei determina, leiloar. Mas, ponderando e colocando uma série de questões que, naturalmente, precisam ser abordadas em uma decisão como essa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio, gostaria de dizer o seguinte: nós estamos aqui com uma equipe de consultores e acho que seria muito oportuno que eles pudessem, em uma reunião reservada aqui conosco, transmitir essa experiência que foi passada hoje para nós aqui, para que possamos fazer um estudo mais profundo da questão. Se os senhores estiverem dispostos a isso, Delcídio e eu podemos marcar essa reunião junto com os consultores para que possamos esmiuçar com mais profundidade o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E com certeza, também, mobilizando a Casa, no sentido de esse assunto passar a fazer parte da agenda e uma das prioridades da agenda do Senado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sinceramente gostaria, até para aprender um pouco essa ... Dei aula de física e química, não vou ter muita dificuldade em aprender isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estou achando esse Senador Moka muito esperto para o setor elétrico, nós já vamos começar a persegui-lo aqui na Comissão de Infraestrutura

Quero agradecer a todos, aos senhores e senhoras; quero agradecer aos Senadores e Senadoras, especialmente, ao Neiva, ao nosso querido Paulo Skaff, ao Nelson Leite, ao César de Barros Pinto, pela excelente exposição e, muito obrigado. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 29 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e um minuto do dia sete de julho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e Jayme Campos.** Também presente o Senhor Senador não-membro da Comissão, Senador **Álvaro Dias.** Justifica a ausência o Senhor **Senador Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das 24ª e 25ª Reuniões, que são aprovadas. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1113 – GP/TCU do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, que, nos termos do caput do art. 99 da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO 2011) informa novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras constantes do orçamento da união de 2011: – (PAC) BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques; – (PAC) BR 487/PR – Construção Porto Camargo – Campo Mourão; – (PAC) BR – 101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB; – (PAC) Construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste – Ilhéus – Barreira – no Estado da Bahia; – (PAC) Construção da Ferrovia Integração do Centro-Oeste – Uruaçu/GO – Lucas do Rio Verde/MT. A Presidente comunica, ainda, o recebimento da carta nº 309/11, do Presidente da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, Adolfo Garrido, onde encaminha para conhecimento a "Carta de Fortaleza" resultado de Encontro Federativo Interestadual Sindical com o objetivo de debater e obter propostas para os diversos problemas existentes no Sistema de Transportes Nacional. Os referidos documentos encontram-se à disposição na Secretaria da Comissão. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – Requerimento nº 38, de 2011 – CI**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que "Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor ALFREDO NASCIMENTO, Ministro

de Estado dos Transportes e convidado o senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta." Usam da palavra para discutir os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Valdir Raupp, Blairo Maggi, Walter Pinheiro e Lobão Filho. Durante a discussão da matéria a Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 03/2011 do Senhor Luiz Antônio Pagot, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, colocando-se a disposição do Senado Federal para esclarecer e afastar quaisquer suspeitas que pairam sobre a sua atuação no DNIT. O Requerimento é prejudicado. **ITEM 2 – Requerimento nº 39, de 2011 – CI**, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira, que "Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a participação do Senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes." Usam da palavra para discutir os Senadores Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira e Lobão Filho. Durante a discussão o Requerimento é retificado, excluindo-se o nome do Senhor Alfredo Nascimento, ex-Ministro de Estados dos Transportes e incluindo-se o nome do Sr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT. A matéria é aprovada. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010,** de autoria do Senador Pedro Simon, que "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências." Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator, Senador Valdir Raupp. **ITEM ÚNICO EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 40, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Lobão Filho, que "Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro sejam convidados os Senhores Hildebrando Coelho Corrêa e Paulo Roberto Pereira da Costa, Superintendente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) em São Luís-MA, e o Superintendente Regional do Norte, respectivamente, para prestar esclarecimentos a respeito da interdição, no dia 24/03/2011, do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de São Luís/Marechal Cunha Machado." É lido o requerimento, a discussão e votação são adiadas. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009,** de autoria do Senador Gim Argello, que "Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda." A matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 24ª e 25ª reuniões.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso Nº 1113 – GP/TCU do Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, que, nos termos do caput do art. 99 da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO 2011), que informa novos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras constantes do Orçamento da União de 2011.

– (PAC) BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques;

– (PAC) BR-487/PR – Construção Porto Camargo – Campo Mourão;

– (PAC) BR – 101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB;

– (PAC) Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Ilhéus – Barreira – No Estado Da Bahia;

– (PAC) Construção da Ferrovia Integração Do Centro-Oeste – Uruaçú/Go – Lucas Do Rio Verde/Mt;

Comunico, ainda, o recebimento da Carta Nº 309/11, do Presidente da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, Adolfo Garrido, onde encaminha para conhecimento a "CARTA DE FORTALEZA", resultado de Encontro Federativo Interestadual Sindical com o objetivo de debater e obter propostas para os diversos problemas existentes no sistema de transportes nacional.

Os referidos documentos encontram-se à disposição na Secretaria da Comissão.

Passaremos, agora, à pauta.

ITEM 1
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor ALFREDO NASCIMENTO, Ministro de Estado dos Transportes e convidado o senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Autoria: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, Srs. Senadores o requerimento fala por si mesmo. Apenas é preciso alterar os seus termos, uma vez que o Sr. Senador Alfredo Nascimento não é mais Ministro dos Transportes. Mas vejo que há já um pedido para que seja convidado o Senador para tratar do mesmo tema por requerimento de autoria do Senador Blairo Maggi.

De modo que eu mantenho o meu requerimento. É importante para que nós possamos aprofundar esse assunto que foi apenas abordado de uma maneira ainda pela rama pela imprensa brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) –Em discussão o requerimento.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srsª e Srs. Senadores, eu entendo que esse requerimento entrou quando o Senador Alfredo Nascimento ainda era Ministro dos Transportes. Hoje não é mais e é um Senador desta Casa. Entendo que o Senador vai estar agora todos os dias no plenário do Senado e pode dar as explicações que lhe convierem.

Os Senadores poderão até questioná-lo, mas chamar o Senador aqui numa comissão para prestar esclarecimento nunca aconteceu nesta Casa. Acho que é desnecessário. Queria contar com a compreensão do Senador Aloysio Nunes. Da mesma forma os outros convidados. Eles não estão ocupando mais cargo nenhum e já existe investigação em cima desse caso.

Eu vejo que não há necessidade mais de se aprovar essa convocação ou convite para todas essas ex-autoridades, quer dizer, o Senador Alfredo Nascimento é uma autoridade, é um Senador desta Casa, mas os outros não são mais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Srª Presidente Lúcia Vânia, em relação ao ex-Ministro Alfredo Nascimento, já há definição inclusive de data para que ele venha prestar esclarecimentos, na condição agora de ex-Ministro, mas com a responsabilidade de quem comandou o Ministério dos Transportes durante esse período em que os fatos denunciados ocorreram.

Evidente que é um convite e vai depender dele, mas já há a definição de data inclusive – seria terça-feira. Exatamente.

Então, quanto ao requerimento do Sr. Alfredo Nascimento não há necessidade de deliberar, mas há necessidade de deliberar sobre o outro requerimento. O Sr. Pagot não tem só o dever, tem o direito...é um convite, ele poderá se negar a comparecer, mas nós não podemos negar a ele o direito de vir a esta Casa se defender das acusações assacadas contra ele e que são gravíssimas.

Temos também que entender que a demissão de um ministro ou de um dirigente de qualquer órgão, autarquia ou instituição do governo não se constitui em sentença de absolvição, sentença judicial de absolvição. Se ilícitos foram praticados, se ações de improbidade administrativa ocorreram, há que se responder por elas. E com a transparência que se exige, já que é constitucional o dispositivo que impõe transparência e publicidade a todos os atos da administração pública.

Portanto, o requerimento que convida o Sr. Pagot, na minha modesta opinião, deve ser colocado em votação para que ele possa vir a esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores...

Registramos a presença do Senador Lobão e desejamo-lhe as boas-vindas. Senador Lobão, estamos todos muito felizes por sua recuperação.

Eu gostaria de ler aos Srs. Senadores a Carta que recebemos do Sr. Pagot, inicialmente dirigida ao Senador José Sarney:

Exmº Sr. Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, coloco-me à disposição do Senado Federal para prestar esclarecimentos desejáveis ao pleno afastamento de quaisquer suspeitas que possam pairar sobre a atuação desta autarquia

Sem mais para o momento, reitero que estou à disposição para atendimento das demandas concernentes ao cargo que ocupo com toda dedicação e compromisso.

Luiz Antonio Pagot.

Diretor-geral

Esta Carta foi recebida no dia 05 de julho de 2011. Depois, o Senador Sarney encaminha a esta Comissão.

Agora, uma dirigida a mim.

Exmª Srª Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, coloco-me à disposição do Senado Federal para prestar esclarecimentos desejáveis ao pleno afastamento de quaisquer suspeitas que possam pairar sobre a atuação desta autarquia

Sem mais para o momento, reitero que estou à disposição para atendimento das demandas concernentes ao cargo que ocupo com toda dedicação e compromisso.

Luiz Antonio Pagot.

Diretor-geral

Essa carta foi encaminhada após seu afastamento do DNIT.

Portanto, continuo colocando em discussão o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Na mesma linha do Líder Alvaro Dias, eu considero que, no que diz respeito ao Senador Alfredo Nascimento, o meu requerimento fica prejudicado até porque S. Exª já manifestou desejo de vir a esta Casa. Quanto ao Dr. Pagot, creio que há uma convergência de vontades entre aquela expressa no meu requerimento e a dele mesmo, que deseja vir a esta Casa, como a senhora acaba de confirmar pela carta que recebeu, para prestar todos os esclarecimentos.

Portanto, prejudicado em relação a Alfredo Nascimento, mas mantido em relação ao Sr. Pagot.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu solicitaria a V. Exª que fizesse um novo requerimento afastando já a convocação do ex-Ministro e colocando o convite ao Dr. Luiz Pagot.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores que existe um requerimento de autoria do Senador Blairo Maggi, solicitando a presença do Sr. Luiz Pagot nesta Comissão.

Também o requerimento do Senador Blairo Maggi convida o Ministro dos Transportes. Portanto, nós teríamos que refazer esse requerimento, retirando do convite o Ministro e mantendo...segundo o Senador Blairo Maggi, que esteve comigo aqui, manteria o requerimento.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Srª Presidente, Srs. e Srªs Senadoras.

A determinação, a vontade é de continuar com o requerimento para que o Sr. Luiz Antonio Pagot venha a esta Comissão, uma vez que tenho conversado com ele sobre os assuntos, sobre a denúncia divulgada na *Veja*, e ele obviamente não concorda com o que foi colocado e está pronto a vir ao Senado dar as explicações necessárias e ser arguido aqui pelos Senadores e Senadora.

Portanto, eu gostaria de manter o convite para que ele venha a esta Comissão e possa dar as explicações necessárias com respeito às denúncias que foram feitas na revista *Veja*.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu solicito ao Senador Aloysio que pegue a subscrição no requerimento do Senador Blairo Maggi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É mais prático.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, eu queria sugerir, se o Senador Aloysio e o Senador Blairo me permitem, em relação a essa separação do que seria obviamente a presença do ex-Ministro Alfredo Nascimento e do Sr. Luiz Antonio Pagot. Como há essa disposição já aqui expressamente verbalizada pelo Senador Blairo Maggi, eu proporia que nós separássemos isso, até porque a partir de segunda-feira, ou a partir já de hoje, Senador Aloysio, o Senador Alfredo Nascimento vai estar entre nós. Seria uma espécie de prática de convocar um Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Em relação a isso, eu concordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Aí a gente, talvez, separasse isso...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu também concordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É o que nós estamos solicitando.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Blairo Maggi, a gente separaria e eu penso que até o próprio Alfredo Nascimento, como Senador desta Casa, terá inclusive todo interesse em vir à Comissão, falar no plenário. Ele vai ter autonomia, independente de convocação nossa ou não, a subir à tribuna...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Me permite, Senador Pinheiro?

Estou de pleno acordo com V. Exª. Esse requerimento foi anterior à exoneração do Ministro. Jamais me passaria pela cabeça convidar um Senador a prestar esclarecimentos perante uma comissão temática.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Inclusive o ex-Ministro mantém até agora a audiência da terça-feira. Até agora não foi cancelada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu estou propondo que a gente faça a separação, porque os requerimentos, todos eles, têm Alfredo Nascimento e Antonio Pagot.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Aloysio já providenciou a formalização do ofício e será subscrito pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Srª Presidente. Eu retiro o que falei no início de que não haveria necessidade de convidar o Pagot, mas com essa afirmativa do Senador Blairo Maggi de que ele gostaria de vir aqui ...até porque no ofício está dizendo "o cargo que ocupo". Quando ele mandou esse ofício, ele ainda estava ocupando, não tinha sido exonerado.

E quanto ao Senador Alfredo, eu concordo, eu tinha falado aqui no início...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senador Raupp, ele não foi exonerado, ele está de férias.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ah, ele ainda não foi exonerado?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, ele está de férias. Ele não está respondendo porque está de férias, mas ele viria aqui na condição de ...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Aproveito para pedir que seja retirado de pauta o item 3, de que sou relator, para reexame.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, está retirado, Senador.

Em votação o requerimento.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Os dois requerimentos divergem entre si. O requerimento do Senador Blairo Maggi pleiteia uma reunião conjunto com a Comissão de Fiscalização; o do Senador Aloysio, não. Então, é preciso saber qual dos dois, quem vai subscrever qual. Esse item precisa ser esclarecido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo Maggi, o ofício de V. Exª menciona também a Comissão de Fiscalização e Controle. Eu gostaria de saber se V. Exª mantém a Comissão em reunião conjunta ou se será só aqui na Comissão de Infraestrutura.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pode ser as duas Comissões, Senadora. Não há problema nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Podemos fazer conjunta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo. Quem subscreve? É o Blairo? Um requerimento para fazermos uma conjunta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – A gente reescreve ele convidando o Dr. Luiz Antonio Pagot, retirando o Ministro Alfredo Nascimento e mantém as duas comissões conjuntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Enquanto preparam o requerimento...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia, só para a gente deixar claro, quero insistir nisto: é bom que haja a separação não que eu não defenda a vinda de Alfredo Nascimento em qualquer comissão, só que nós vamos atropelar, inclusive, pois não é nossa prerrogativa convocar Senadores para comissões. Enquanto ministro, sim. Mas como Senadores, nós não temos essa prerrogativa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É essa posição é unânime. Não há discordância em relação a isso.

Não há discordância em relação a essa questão.

Então, o requerimento será apenas para o Diretor Presidente do DNIT, Dr. Luiz Pagot. A reunião será conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, vamos colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O item 3 da pauta foi retirado por solicitação do Senador Valdir Raupp.

Lá já foi aprovado, eu acho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Lá não foi aprovado ainda não, Senadora. Seria importante, porque acho que o Senador Aloysio está indo para lá e, se necessitar da nossa presença, a gente vai também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de levar ao conhecimento dos Srs. Senadores que há um requerimento aqui apresentado pelo Senador Lobão extrapauta, convidando o Presidente da Infraero para falar sobre o aeroporto de São Luís, do Maranhão.

Solicito aos Srs. Senadores que se pronunciem se concordam que coloquemos esse requerimento em votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu não tenho absolutamente nada contra. O único problema era de procedimento que vinha se adotando na Comissão para apreciação de requerimento...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Eu pediria apenas que ele fosse lido e, no caso, debati-

do na próxima reunião, como é hábito em todas as comissões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É convite ou o que é?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – É convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Lobão, colaborando com todos os procedimentos da Casa, solicita que leiamos o requerimento e, na próxima reunião, coloquemos em votação.

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 58, § 2º do inciso V da Constituição Federal, requeiro que sejam convidados os Srs. Hildebrando Coelho Correia e Paulo Roberto Pereira da Costa, Superintendente da Infraero em São Luís no Maranhão e Superintendente Regional do Norte, respectivamente, para prestar esclarecimentos a respeito da interdição no dia 24/03/2011 do terminal de passageiros no aeroporto internacional de São Luís, Marechal Cunha Machado.

Justificativa: a desativação do aeroporto se deve a problemas estruturais no teto do saguão, agravados na primeira semana de março em função de água acumulada deixada no teto pelas chuvas intensas na capital maranhense. Os problemas estruturais trazem sérios riscos para os usuários do aeroporto. A determinação para interditar totalmente a área de embarque e desembarque do aeroporto partiu diretamente da direção da Infraero em Brasília. Os usuários continuam usando a entrada no antigo terminal de passageiros para embarque e absurdamente um reduzido e antigo terminal de cargas para desembarque.

Vale ressaltar que até o presente momento as obras não foram sequer licitadas.

Portanto, o requerimento será votado na próxima reunião.

O item 4 da pauta é de também de decisão não terminativa e o relator é o Senador Delcídio do Amaral, que não está presente. Como é a primeira vez que o projeto vem à apreciação desta Comissão, nós vamos retirá-lo de pauta e aguardar na próxima reunião a presença...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Srª Presidente, eu posso subscrever junto ao Senador Delcídio esse requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ele solicitou, Senador Lobão, que fosse retirado.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pelas presenças.

A próxima reunião será realizada ordinariamente na quinta-feira.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, CONJUNTA COM A 27º REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA ÀS 9H, NO PLENÁRIO Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO.

Às nove horas e quatro minutos do dia doze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Rodrigo Rollemberg**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Acir Gurgacz, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Blairo Maggi, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Geonavi Borges, Humberto Costa, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Alberto Souza, Jorge Viana, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias e Wilson Santiago.** Também estiveram presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores não-membros das Comissões **José Agripino, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Renan Calheiros, Clésio Andrade, Gim Argello, Sérgio Petecão, Ana Amélia e Lídice da Mata** . Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente comunica a presença do ex-Senador **Adelmir Santana**. Registra-se ainda, a presença dos Senhores Deputados **Francisco Praciano, João Carlos Bacelar, Vanderlei Macris, Vaz de Lima, Neri Geller, Ricarte de Freitas, Francisco Araújo, Valtenir Pereira, Ronaldo Fonseca, Luís Carlos Heinze, Pauderney Avelino**, e da Senhora Deputada **Íris de Araújo**. **ITEM ÚNICO – EXTRA PAUTA– Requerimento nº 59, de 2011 – CMA**, de autoria do SenadorAloysio Nunes Ferreira, que "Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

– CMA, com a participação do Senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes." É aprovado o Requerimento. A Presidente convida o Senhor Luiz Antonio Pagot a tomar assento à mesa. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 39 de 2011-CI e nº 59, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja, em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta, com a presença do seguinte participante: Sr. Luiz Antonio Pagot – Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Usam da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg, Álvaro Dias e Humberto Costa.** A seguir, a Presidente concede a palavra ao participante. Após a apresentação deste, usam da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Álvaro Dias, Roberto Requião, Pedro Simon, Cyro Miranda, Jorge Viana, José Agripino, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias e Acir Gurgacz**. O Senador Rodrigo Rollemberg assume a presidência às doze horas minutos. O convidado responde às perguntas, conforme ordem de apresentação, e faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CI – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões. (*Pausa.*)

Antes de colocar em votação a Ata, vamos aguardar a composição do quórum.

Gostaria de ler aqui um requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58 da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para, em audiência conjunta com a Comissão de Serviço de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja, em sua edição de 06 de junho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte dos funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Assina o requerimento o Senador **Aloysio Nunes Ferreira.**

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, para tomar assento à Mesa. (*Pausa*.)

Cumprimento o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Quero dizer, Dr. Pagot, que é um prazer recebê-lo aqui nesta reunião conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente do Senado Federal.

Damos início à 27ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em que realizaremos uma Audiência Pública em cumprimento aos Requerimentos nº 39, de 2011-CI, aprovado em 07 de julho último, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira; e nº 59, de 2011-CMA, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A presente reunião tem por objetivo ouvir os esclarecimentos do Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com relação às denúncias publicadas pela revista *Veja*, em sua edição de 06 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento

de obras por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

As denúncias que motivaram a realização desta Audiência Pública, amplamente divulgadas pela imprensa nacional, são de natureza grave e devem ser esclarecidas a contento.

O Senado Federal, por intermédio da sua Comissão de Fiscalização e Controle e desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, tem a prerrogativa e o dever de esclarecer as denúncias, na qualidade de órgão fiscalizador dos interesses públicos direta ou indiretamente envolvidos na área de competência do Ministério dos Transportes.

Foi aqui nesta Comissão que, há cerca de quatro anos, o Sr. Luiz Antonio Pagot foi sabatinado para assumir o cargo de Diretor-Geral do Dnit, em uma votação que resultou em sua aprovação para o cargo. Havia, portanto, uma obrigação e um dever institucional deste Colegiado em convidar o Sr. Pagot a comparecer para prestar os esclarecimentos sobre as denúncias que dizem respeito à sua atuação à frente daquela autarquia. Nesse sentido, cumprimento o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi, e o Senador Aloysio Nunes pela iniciativa salutar.

Registro, também, a pronta disposição do convidado aqui presente em comunicar esta Presidência, através de carta lida na última reunião, sua intenção em comparecer ao chamado desta Comissão antes mesmo que tivesse sido formalizado o convite, segundo os inafastáveis e necessários ritos regimentais. Esse gesto é digno de nota e uma demonstração de respeito não somente a esta Casa, mas a toda a sociedade brasileira.

Não é nosso dever servir ao papel de acusadores, menos ainda de defensores de envolvidos em denúncias dessa natureza, assim como o Senado Federal não é o foro adequado para processar ou julgar agentes públicos pela suposta prática de crimes comuns – para isto, existem as instâncias competentes. No entanto, temos a responsabilidade institucional de exercer o nosso papel fiscalizador dos interesses da sociedade brasileira e na defesa da coisa pública, e esta Audiência Pública que ora realizamos representa o fiel cumprimento dessa missão constitucional.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a nossa Reunião Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Fiscalização e Controle. No curso dos debates, muito poderá ser esclarecido. Comunico a todos que encaminharemos cópia da gravação desta Reunião, em áudio e vídeo, e das notas taquigráficas ao Ministério Público Federal.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, gostaria de passar a palavra ao Senador Rollemberg, para que possa falar em nome da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Muito rapidamente, só para desejar um bom dia à Presidente Lúcia Vânia, desejar-lhe sucesso na condução dos trabalhos, cumprimentar as Srªs e Srs. Senadores, o convidado de hoje, Dr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, e fazer também o registro de que, no dia seguinte à publicação, pela *Veja*, das denúncias de supostos casos de corrupção envolvendo o Ministério dos Transportes e órgãos vinculados, recebemos uma carta do Diretor-Geral do Dnit, colocando-se à disposição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prestar os esclarecimentos que o Senado e a Comissão considerarem necessários. Imediatamente colocamos o requerimento de convite em pauta para a realização desta audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura. É uma oportunidade de esclarecermos todas as questões e darmos transparência total à utilização dos gastos públicos.

Portanto, desejo um bom dia a todos e que tenhamos uma reunião proveitosa na manhã desta terça-feira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é evidente que há, já em curso, uma investigação judiciária, por isso faço essa questão de ordem, para um registro de natureza pedagógica, porque, quem sabe, seria desnecessário diante do depoente de hoje. Eu o conheço e sei da sua responsabilidade forte, certamente responderá a todas as questões e dirá a verdade. É o que imaginamos.

De qualquer maneira, faço o seguinte registro: existe a crença de que a falta de compromisso do depoente o isenta de prestar contas à justiça, se seu depoimento for falso. Esta crença não é verdadeira. O STF tem jurisprudência pacífica de que o crime de falso testemunho se aplica a quem, tendo obrigação de dizer a verdade, falta com ela ou se cala.

Leio o HC nº 66.511, do Rio Grande do Sul, do Ministro Néri da Silveira:

"O Código Penal não exclui da prática do crime de falso testemunho a pessoa que, embora impedida, venha falsear em depoimento que preste, negando, afirmando, ou calando a verdade. Tampouco o direito de dizer a verdade foi condicionado pelo legislador à prestação de compromisso."

Portanto, em uma reunião como esta, onde não há prestação de compromisso, uma reunião onde o

depoente é convidado, e não convocado, mesmo nessas circunstâncias não há como isentar o depoente da obrigação de dizer a verdade e não se calar diante das indagações, sob pena de prestar contas à justiça.

Esta é a questão de ordem ao registro que gostaria de fazer no início dos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Alvaro Dias e informo que, para o melhor andamento dos trabalhos, concederei um tempo de 20 minutos para o convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, muito obrigado por aceitar este meu depoimento. Também muito obrigado ao Senador Rollemberg, aos Srs. e Srªs Senadoras aqui presentes e a todos os que participam desta Comissão.

Inicialmente, quero refutar todas as acusações que são feitas contra a minha pessoa, e fiz questão absoluta de vir, tanto ao Senado como à Câmara, para fazer uma defesa do Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Também preciso fazer uma manifestação inicial sobre matérias vinculadas na imprensa. A maioria absoluta dessas matérias que citaram meu nome não foram matérias em que me pronunciei e sequer estive nos lugares onde as matérias me colocaram.

Inicialmente, quero fazer uma pequena apresentação do Dnit, muito rápida, até porque temos um tempo limitado e precisaria de muito tempo para dizer tudo o que o Dnit faz. Mas precisaria fixar algumas questões.

O Dnit tem um Regimento Interno que, em seu Capítulo II, art. 4º, está escrito e sacramentado que ao Dnit compete:

"Implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Transportes, para administração, manutenção, melhoramento, expansão e operação da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, seguindo os princípios e diretrizes fixados na Lei nº 10.233, de 2001."

No seu capítulo III, art. 5º, o Dnit tem a seguinte estrutura organizacional – e isso é importante se fixar, também: o órgão superior de deliberação – que é acima do Colegiado do Dnit –, é o Conselho de Administração, formado por representantes de diversos Ministérios, entre eles o Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, o Diretor-Geral do Dnit, dois outros representantes do Ministério dos Transportes e também por um representante do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e um representante do Ministério da Fazenda. Esse é o órgão superior de deliberação.

No seu item II, diz que o órgão executivo é a Diretoria Colegiada, formada pelo Diretor-Geral do Dnit e seis outros diretores: Diretor Executivo, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Infraestrutura Rodoviária, Diretor de Infraestrutura Ferroviária, Diretor de Infraestrutura Aquaviária e Diretor de Pesquisa e Planejamento. Além disso, como participantes seccionais, fazem parte desse Colegiado: pela Procuradoria Federal Especializada, um Procurador da AGU; pela Auditoria Interna, um Auditor da CGU; pela Corregedoria, um Auditor da CGU; e a Ouvidoria.

No seu Capítulo VI, art. 11, ao Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, compete exercer a administração superior do Dnit, e, em especial no item III, definir parâmetros e critérios para elaboração dos planos e programas de trabalho e de investimentos do Dnit, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério dos Transportes. E, no item XI, claramente, aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

O Capítulo VI, seção V, art. 69, trata do orçamento anual e plurianual – que cabe à Coordenadoria-Geral de Planejamento da Diretoria de Pesquisa e Planejamento –, que deve ser, normalmente, até maio de cada ano, formulado e apresentado para discussões com o Ministério dos Transportes.

Além disso, com o advento do PAC, passamos a ter a gestão de investimentos através de um comitê gestor do PAC, que vem formulando decisões. Nesse comitê gestor, diversos Ministérios da área econômica estão assentados, mais Ministério do Meio Ambiente, mais a Auditoria-Geral da União e o próprio Ministério dos Transportes.

O Dnit tem uma estrutura com uma sede aqui, em Brasília, no Distrito Federal, e 23 superintendências. Ele tem somente 23 e deveria ter 27, mas tem 23 superintendências, porque Goiás abriga as responsabilidades do Distrito Federal; o Estado do Amazonas, as responsabilidades de Roraima; o Estado do Pará, as responsabilidades sobre o Amapá; o Estado de Rondônia, as responsabilidades sobre o Acre. Além disso, temos espalhados por todo o Brasil 123 unidades locais nas regiões mais estratégicas, obviamente em função da malha rodoviária. Temos 8 administrações hidroviárias que são vinculadas à Companhia Docas do Maranhão, ou seja, o nosso sistema de manutenção hidroviária ou de investimentos hidroviários se faz vinculado à Companhia Docas do Maranhão. Temos 3 administrações ferroviárias, porque recebemos o espólio da rede: uma no Nordeste e duas no Sudeste. Há o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, que fica no Rio de Janeiro. Além disso, o Dnit é responsável, neste momento, por 56 mil quilômetros de rodovias pavimen-

tadas e por mais 13 mil quilômetros de rodovias não pavimentadas em todo o Brasil. São 12 mil quilômetros de vias navegáveis de um potencial de 44 mil e 11 mil quilômetros de vias férreas remanescentes da Rede Ferroviária Federal.

Quanto à composição do pessoal do Dnit, o lotacionograma de criação, no ano de 2002, estabeleceu 4.980 postos funcionais, que estavam completos na ocasião em que sucedemos ao DNER e que recebemos as tarefas hidroviárias e ferroviárias. Na data de hoje, desses 4.980 postos, temos apenas 2.830 preenchidos por funcionários. Por quê? Porque ou se aposentaram ou saíram, tendo em vista a questão de salários baixos, com o que convivemos por muito tempo. E mais 1.600 funcionários terceirizados, incluídos os 420 funcionários que trabalham exclusivamente nas questões socioambientais ligadas à Coordenadoria-Geral de Meio Ambiente. Podemos destacar que conseguimos manter esses 2.830 funcionários graças à aprovação, em 2009, de um bônus que permitiu a reestruturação da questão de pagamentos.

Apresentamos, por determinação do Presidente Lula, um programa de reestruturação do Dnit, que foi apresentado inicialmente ao Conselho de Administração, ao Ministério dos Transportes e à área de recursos humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse plano, demonstramos claramente a necessidade de um novo lotacionograma, tendo em vista nossas imensas tarefas, e que precisamos, para funcionar adequadamente, mais de 6.200 funcionários.

Quanto à formulação de obras, a formulação de obras no Dnit é uma ação integrada da Diretoria de Pesquisa e Planejamento e das diretorias especializadas, como a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, a Ferroviária e a Aquaviária. Só para dar a exemplificação, cabem à DPP – Diretoria de Pesquisa e Planejamento, inicialmente, os estudos e os levantamentos da malha. Nós temos um sistema de gerenciamento de transporte. Esse sistema de gerenciamento de transporte passa pelas rodovias nacionais uma vez a cada trimestre e faz o levantamento de todas as rodovias. Ele sabe exatamente o estado de funcionamento dessas rodovias, se é um estado insatisfatório, satisfatório ou bom. É em função desse levantamento que a Diretoria de Pesquisa, através da Cgplan – Coordenadoria de Planejamento, faz o planejamento necessário para o investimento, tanto na parte do PNLT – Programa Nacional de Logística e Transporte como na parte do Programa Plurianual e como dos orçamentos anuais. Mas apenas sugerimos, não decidimos.

E são exatamente esses levantamentos que definem o escopo que deve ser aplicado numa rodovia. Se você vai fazer um investimento em implantação, em adequação com melhoramentos ou em duplicação, em função de fluxo e volume é determinado esse escopo.

No Brasil, nos últimos anos, notadamente nos últimos oito anos, praticamente dobramos a frota rodoviária nacional, dobramos o volume de transporte por toneladas. Só para dar um dado do agronegócio brasileiro, em 2002, o agronegócio transportava pelas rodovias brasileiras 500 milhões de toneladas e em 2010 estávamos transportando 900 milhões de toneladas, rigorosamente na mesma malha rodoviária implantada no Plano Nacional de Viação, de 1972. Rigorosamente nessa malha rodoviária, vez por outra aperfeiçoada com duplicação, vez por outra aperfeiçoada por adequação em melhoramentos.

A maioria absoluta das nossas rodovias tem mais de vinte anos e foi projetada, foi programada quando a maior carreta que andava pelo Brasil era uma carreta de 16 metros e o maior eixo transportava cerca de 4,5 toneladas. Hoje, só se veem nas estradas brasileiras os bitrens, os treminhões, oito eixos, nove eixos, dez eixos, com a possibilidade de transporte de dez toneladas por eixo, inclusive utilizando as mesmas curvas de giro que estavam previstas nas rodovias implantadas ao longo do tempo.

Então, o que muda em muitos projetos, na realidade, é em função de fluxo e volume você tem que ampliar o escopo dos projetos. Muitos lugares em que nós tínhamos uma pequena cidade, em que nós tínhamos um distrito, hoje nós temos uma cidade maior, um distrito industrial e zonas de produção que, qualquer uma delas, jogam em cima das rodovias quinhentas, seiscentas, mil toneladas por ano, com enormes exigências. E a manutenção rodoviária está sendo feita dentro de escopos baseados nesses levantamentos.

Depois dos estudos, é obrigação da Diretoria de Pesquisa e Planejamento fazer o termo de referência para os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e também para o projeto, que se divide em duas fases, do projeto básico e do projeto executivo.

Vem a orçamentação. Na orçamentação, nós utilizamos a tabela Sicro, que é uma tabela de referência de preços. Essa tabela, nós temos um contrato com a Fundação Getúlio Vargas e fazemos levantamentos em todas as regiões brasileiras bimestralmente para saber o que está mudando em termos de preço de insumos, preço de maquinários, a modernização dos maquinários e o custo que isso tem. Esse levantamento é feito e disponibilizado em *sites* específicos para todas as empresas de consultoria de projetos, empresas de obras, para os órgãos de controle e para quem quiser consultar. A tabela Sicro é permanentemente aperfeiçoada.

Depois da parte de orçamentação, vem a questão do licenciamento socioambiental, de responsabilidade de uma coordenadoria.

O licenciamento, no Brasil, não é licenciamento ambiental. A estrada é entendida como indutora de desenvolvimento. Então, na nossa legislação, o licenciamento é socioambiental. Quem licencia, efetivamente, é o Ibama, mas o Ibama, antes de dar o licenciamento, tem que obter a anuência da Fundação Palmares, que são quilombolas, tem que ter a anuência da Funai, que são, obviamente, as etnias indígenas, tem que ter a anuência do ICM-Bio, que é o instituto de florestas, o Instituto Chico Mendes, tem que ter a anuência do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico.

Depois dessas quatro autarquias darem anuência, remete-se isso ao Ibama, que analisa todos esses dados e estabelece primeiro a licença prévia com suas condicionantes intermináveis, depois a licença de instalação, quando já temos o projeto executivo e a obra para ser iniciada. Promove a licença de instalação também com exigências intermináveis. E isso não só atrasa muito as obras e muitas vezes atrapalha o licenciamento inicial... O licenciamento inicial, não. Você fez o levantamento inicial para colocar aquela obra em funcionamento, e às vezes, dois anos depois, três anos depois, numa situação completamente diferente do leito estradal é que você vai ter que começar a trabalhar com aquela obra.

Isso exige modificações de escopo, ampliação de escopo, exige novas diretivas com relação até à formulação do pavimento a ser utilizado naquela rodovia. E muitas vezes, quando se faz o licenciamento, vêm as exigências de mudança do escopo da obra, como, por exemplo, eu posso citar o caso da 101 Santa Catarina, em que nós tínhamos uma rodovia sobre a qual por décadas se passava. Essa rodovia passava por cidades, passava por maciços montanhosos, e foram feitas mudanças de escopo de tal ordem que só as mudanças de escopo ambiental exigem investimentos de mais de R$1,5 bilhão na 101 Santa Catarina. Só as mudanças de escopo ambiental!

Depois vem a aprovação do projeto com a responsabilidade, obviamente, de diretores e dos analistas de projeto. Aí vêm as execuções das condicionantes, que também são de responsabilidade da Diretoria de Pesquisa e Planejamento.

Ou seja, só para se concluir essa fase da Diretoria de Pesquisa e Planejamento, um projeto de uma rodovia iniciada do zero demora no mínimo dois anos. São dois anos de trabalho e trabalho árduo.

Depois vai para a diretoria especializada. Vamos dar o caso da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, que faz a avaliação do projeto, a ratificação das soluções, a verificação do orçamento, porque aquele orçamento já foi feito um ano atrás, dois anos atrás. Tem que se fazer a verificação do orçamento, porque para se licitar tem que ser com o último orçamento existente. Depois vem a revisão do escopo, exatamente para atender às condicionantes ambientais ou a outras condicionantes, depois vai para a aprovação do colegiado. E a aprovação tem sido por unanimidade.

Qualquer diretor e qualquer questionamento do projeto, com a retirada de pauta, volta para a diretoria e posteriormente vem de novo ao colegiado para novos esclarecimentos.

Faz-se a fase de licitação, a contratação da obra, a ordem de serviço e, durante a execução da obra, vem o cumprimento das intermináveis condicionantes com medidas mitigadoras.

Lamentavelmente, na faixa de domínio, preconizada para fazermos as obras rodoviárias ao longo do tempo, nós temos graves problemas com relação a desapropriações, relocações das invasões na faixa de domínio e toda a sorte de serviços que estão instalados ao longo da faixa de domínio, como por exemplo a questão de fornecimento de água, a distribuição de gás, a distribuição de energia elétrica, de fibra ótica e outras coisas mais. Tudo isso interagindo com a Direx, que é a Diretoria Executiva, responsável pela comissão geral de licitação, e sob supervisão, gerenciamento e fiscalização dos órgãos de controle. E aí nós temos o Dnit, além da auditoria interna, a CGU e o TCU, sobre o qual oportunamente eu vou falar.

Da execução.

Nós temos três tipos de modais em que operamos.

No modal ferroviário, nós recebemos o remanescente da Rede Ferroviária Federal e, ao recebermos o remanescente da Rede Ferroviária Federal, recebemos 11 mil quilômetros de ferrovias abandonadas pelo Brasil, 47 armazéns, oficinas abarrotadas de equipamentos, e uma quantidade extraordinária de vagões, locomotivas e outros tipos de equipamentos que a Rede Ferroviária Federal utilizava. Estamos fazendo a recepção e a destinação disso.

E licitamos um programa denominado Prosefer. Esse programa denominado Prosefer é o Programa de Segurança Ferroviária, porque ficamos responsáveis, no Dnit, mesmo nas rodovias que foram licitadas para concessão, pelos contornos ferroviários pelas travessias urbanas. É o grande conflito entre o transporte ferroviário com a mobilidade urbana.

A maioria absoluta das nossas ferrovias transita dentro de médias e grandes cidades e, obviamente, esse conflito é um conflito explosivo, em que acontecem muitos acidentes. Esse Programa de Segurança Ferroviária já identificou, no Brasil, como um todo, mais de

900 pontos necessários para intervenção. Obviamente que o orçamento do setor ferroviário é um orçamento extremamente limitado e precisamos imediatamente encontrar uma nova solução para resolvermos e colocarmos em funcionamento esse Programa de Segurança Ferroviária.

Junto com o Iphan, junto com o Ministério do Turismo, junto com a Secretaria de Patrimônio da União, desenvolvemos um programa de turismo de trem, que é exatamente para dar destinação, pelo menos em alguns trechos ferroviários, às estações ferroviárias das velhas locomotivas e dos velhos vagões, para fazer com que essas regiões tenham a possibilidade de ter, na área tanto turística como econômica, alguma nova possibilidade.

Desenvolvemos projetos ferroviários, como a Litorânea Sul e a integração de Santa Catarina, e algumas obras que estão previstas no PAC, como o contorno de Araraquara e o contorno de Barra Mansa, só para exemplificar.

E apoio, as desapropriações, principalmente da Transnordestina, fazendo também o papel de fiscalização. É uma área modal importantíssima para o Brasil e que, dentro do Dnit, recebe orçamentos que não superam 1 bilhão por ano.

A parte hidroviária. Nessa parte, apresentamos ao Governo o Plano Nacional Aquaviário, que são intervenções para as quais estão previstas, no PAC 2, 2,7 bilhões nas principais hidrovias brasileiras, tanto na Tietê-Paraná como na Tocantins, na Teles Pires-Tapajós, na Madeira-Amazonas e outras hidrovias. Esses programas pretendem estabelecer uma maior possibilidade de navegação o ano inteiro para comboios de alta performance.

Também se constrói, nesse momento, principalmente na Amazônia Legal, nos Estados da Amazônia Legal, 47 terminais de pequeno porte para diminuir o sofrimento das populações que estão lindeiras aos rios e que, na época das grandes cheias, têm dificuldades para acessar as embarcações que chegam e, principalmente, na época que os rios têm o seu menor volume de água, têm que atravessar lodaçais imensos para se chegar às embarcações de transportes, tanto de carga quanto de passageiros.

E esses portos estão sendo construídos basicamente com convênios com prefeituras municipais, com a Companhia Docas do Maranhão e com a Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

Nós temos, para monitorar, para colaborar com a Codomar, até porque são espécies de subsidiárias da Codomar, as administrações hidroviárias, que fazem a fiscalização e também a parte de sinalização e balizamento das hidrovias.

Na parte rodoviária. Na parte rodoviária, nós trabalhamos com dois grandes núcleos de atuação: o núcleo da manutenção rodoviária, que obviamente é responsável pela conservação e pela manutenção desses 56 mil quilômetros, através de uma série de programas. A conservação rodoviária é o que se faz de mais simples numa rodovia, é o tapa-buraco, é a limpeza das pistas, é a descida d'água, é a limpeza das canaletas, é o desflorestamento ao longo da rodovia na parte de 1,5 metro a 2 metros além do acostamento. E os programas novos, especialmente os que foram aprovados no novo Plano Nacional de Manutenção Rodoviária, em 15 de julho de 2008, que é um programa extremamente ambicioso, que tem um valor superior a 20 bilhões e que nele temos, como destaque, o Crema 1ª Etapa, em execução em todo o Brasil, em cerca de 32 mil quilômetros, que é um programa que não é o velho tapa-buraco, é um programa que faz alterações no pavimento, sobrevida aos pavimentos, que reforma acostamentos e que, principalmente, melhora os acessos às cidades.

Este programa denominado Crema 1ª Etapa é um programa que tem um ano de restaura e, posteriormente a esse ano de restaura, mais um ano de conservação. É um programa, neste momento, que está sendo concluído, para a entrada em funcionamento do Crema 2ª Etapa, que é uma nova modalidade; um programa de cinco anos, com aplicação de R$550 mil por quilômetro; um programa que nasce de projetos, projetos que foram licitados, contratados, e as empresas de consultoria, embora com atraso, estão entregando; um programa que vem sendo discutido inclusive com as secretarias do TCU, e foi criado até um comitê no próprio TCU, coordenado pelo Ministro José Múcio, em que nós temos feito reuniões sucessivas, até porque é um programa que vai investir mais de 15 bilhões no Brasil, durante cinco anos, de longa duração, e que precisa ser corretamente implantado.

Como destaque dos investimentos que têm sido feito nos últimos anos, eu posso dizer que nós evoluímos de uma malha rodoviária de 2003 – em 2003, nós tínhamos que seguir a seguinte situação: 65% das nossas rodovias em estado insatisfatório – 65% insatisfatório – e apenas 35% das rodovias em estado satisfatório. Em 2010, no último levantamento, inclusive corroborado pelo levantamento da Confederação Nacional de Transporte, nós concluímos com 35% de rodovias em bom estado, 50% em estado ainda satisfatório e 35% em estado insatisfatório, sendo que, principalmente, essas rodovias que estão em estado insatisfatório são rodovias notadamente em três Estados: no Pará, na Bahia e no Ceará.

É preciso destacar a agilidade que o Dnit tem nas obras emergenciais. Primeiro, tratamos as emergências extremamente pontuais, não aceitamos qualquer obra como emergência e seguimos a determinação da legislação existente, mas as intempéries, a situação principalmente das grandes chuvas no Brasil e principalmente a concentração dessas grandes chuvas em algumas áreas tem produzido enormes estragos, e temos, com certeza, sido extremamente importantes na resolução dessas situações.

Quanto a essas obras emergenciais, o Dnit, nos últimos anos, tem gasto uma média de 250 milhões por ano, exceto no ano de 2010, em que tivemos que destinar, especialmente para o Estado de Alagoas e para o Estado de Pernambuco, além dos 250 milhões, mais 50 milhões para cada um desses Estados, até porque tivemos uma grande quantidade de rodovias e acessos atingidos e, principalmente, 57 cidades desses Estados foram atingidas duramente por aquela enorme enchente ocorrida em junho de 2010.

A nossa participação nesses episódios emergenciais tem produzido recuperações imediatas das rodovias, desobstrução de acesso a cidades e, principalmente, restabelecimento da trafegabilidade.

Fizemos, ao longo do tempo, um convênio com o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) e destinamos cerca de 80 milhões para a compra de pontes que são utilizadas em todo o Brasil. São pontes metálicas, que foram compradas pelo DEC na Inglaterra, com possibilidade de, em 15 dias, estarem montadas. São pontes de 60 metros, que podem ser complementadas e que, obviamente, permitem restabelecer a trafegabilidade.

Além dessa área de manutenção rodoviária, temos a área de obras, implantação, adequação com melhoramentos de duplicação.

Quanto à implantação, são rodovias de todo o Brasil que aguardam há muitos e muitos anos pavimentação. Por exemplo, a 364, no Acre, que liga a Capital do Acre a Cruzeiro do Sul. Outro exemplo é a BR-163, que ainda não tinha pavimentação entre Guarantã do Norte até Santarém; a BR-230, a Transamazônica, que não está pavimentada em grande parte de sua extensão. Neste momento, há um esforço para pavimentá-la, pelo menos nos Estados do Maranhão e do Pará, com obras de mais de 1,500 mil quilômetros nesses dois Estados.

Esses projetos de implantação, muitos deles ocorrem em regiões inóspitas, como, por exemplo, a BR-317 e a BR-319, ambas no Estado do Amazonas.

Adequação com melhoramentos, o que significa? Faz-se um estudo de fluxo e volume. Há lugares onde se faz apenas a reestruturação do pavimento, a ampliação do acostamento e a introdução de uma terceira via. Em lugares em que o fluxo exige, principalmente onde há mais de 50 mil veículos por dia, se faz duplicação. Às vezes, em um trecho de 500 quilômetros, são duplicados 100 e faz-se 400 de adequação. Esse é apenas um pequeno exemplo.

A parte de duplicação, principalmente nos grandes eixos estruturantes, como a BR-101 Nordeste, a BR-101 Sul e outras tantas rodovias brasileiras, como a BR-060, em Goiás – onde estamos iniciando a duplicação no trecho Goiânia/Jataí -, tudo isso se prende a estudos e exatamente à identificação de fluxo e volume.

No Mato Grosso, devemos iniciar, finalmente, após o licenciamento, a duplicação da BR-161, entre Rondonópolis e Posto Gil, em uma primeira etapa, e, em uma segunda, entre Posto Gil e Sinop. Essas obras são importantíssimas para essas regiões e para reduzir o custo do frete em todo o Brasil.

As obras de duplicação, também em função de fluxo e volume e, principalmente, em função das serras, do tipo de terreno que enfrentamos, a fazemos em pavimento rígido, ou seja, em concreto ou com material betuminoso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há um objetivo específico para o convite ao Sr. Luiz Antonio Pagot: responder sobre denúncias de irregularidades.

Acho que já perdemos um bom tempo ouvindo uma exposição sobre o Dnit. Imagino que a oportunidade para essa exposição já se foi há algum tempo. Hoje estamos aqui dispostos a ouvi-lo, mas sobre outras questões, aquelas que permeiam a preocupação dos brasileiros no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos através do Ministério dos Transportes.

Imagino que seria hora de começarmos essa parte, a parte oficial que determinou esta reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Alvaro Dias. Nós deliberamos por 20 minutos, com uma tolerância de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós tivemos quantos minutos, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vinte minutos a exposição, com tolerância de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente, para contestar a colocação do Senador Alvaro Dias.

Antes de mais nada, é importante repetir que o depoente vem aqui praticamente por sua livre e espontânea vontade, já que foi dele próprio a iniciativa de pedir a essas comissões que o recebessem aqui. Segundo, eu entendo que ele deve ter o tempo necessário para situar as questões administrativas que ele julgar necessárias, até porque, provavelmente, as explicações que ele dará às indagações aqui guardam relação direta com as questões as quais ele estás e referindo.

Portanto, eu quero aqui reiterar a V. Exª que dê o tempo necessário, V. Exª já fixou, e que o Senador Alvaro Dias aguarde o momento adequado para fazer as suas indagações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Humberto Costa, foi discutido com o expositor os 20 minutos, e estamos dando uma tolerância de mais cinco minutos. Ele terá tempo para concluir seu trabalho.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – É especialmente interessante salientar que a Coordenadoria Geral de Meio Ambiente tem uma responsabilidade muito grande no Brasil com relação ao licenciamento socioambiental. E esse licenciamento muitas vezes, nas determinações que nós recebemos nas condicionantes, nós temos que produzir mudança de escopos, estudos ético-ecológicos, estudos de ictiofauna e ictioflora, recuperação dos passivos e principalmente estudos antropológicos – que isso é um retardo e acrescenta um custo às obras. As desapropriações também, os processos são muitas vezes sem previsão de tempo, principalmente pela judicialização de muitas questões. E as realocações têm tido um sucesso absoluto, até porque nós temos conseguido a colaboração dos Estados.

Na questão de fiscalização e controle, que é importante salientar, o TCU tem, além de seus engenheiros nas unidades locais que fazem a fiscalização das obras, tem as supervisoras contratadas e as gerenciadoras contratadas. Também temos como fiscalização e controle os órgãos de controle interno e externo. A auditoria que recebe e tem que apresentar... A auditoria interna que recebe a determinação do conselho de administração e, no início do ano, tem que apresentar um plano de trabalho e, ao final do ano, os resultados. Normalmente, abre 40 processos identificando algumas áreas.

A questão do CGU. Normalmente, a Controladoria-Geral da União abre no Dnit... Desde que eu estou no Dnit, nunca abriu menos de 300 processos. Então, a Controladoria-Geral da União abre no Dnit mais de 300 processos por ano. A média dos últimos dois anos foi de 350 processos. E a Controladoria-Geral da União mantém um gabinete o tempo todo no Dnit, com um coordenador-chefe, que, até o ano passado, foi o Dr. Júnior e agora é o Dr. Tarcísio – que até espero eles estejam nesta audiência. E a Controladoria-Geral da União exerce o papel de controle interno. Ela nos exige relatórios permanentes e faz conosco reuniões permanentes.

Além disso, temos o TCU, que tem sua rede de controle espalhada por todos os Estados, através das Secretarias de Controle Externo nos Estados, nos 27 Estados. E também temos as obras que são inerentes às secretarias da sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília.

Então, temos: auditoria interna, com mais de 40 processos; o CGU, que já abre mais de 300 processos por ano; e também o TCU que abre, em média, mais de 50 processos por ano.

Então, só para respondermos esse processo, temos que ter uma boa equipe para poder fazer frente a essa necessidade de respostas a esses processos.

Do ano de 2009 para cá, foi estabelecida uma rede de controle. O que é que é essa rede controle? A rede de controle une a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e o TCU, que vão fazer não mais a auditoria das obras, mas a investigação sobre as obras. Então, eu posso dizer a todos os senhores que o Dnit é um órgão extremamente fiscalizado e extremamente controlado.

Para fazer frente a toda essa fiscalização e controle, nós criamos o núcleo sistêmico, onde estão auditores, corregedores, mais advogados que foram contratados para isso. E nós, obviamente, temos que responder a todos os processos, especialmente as questões que se transformam em acórdãos no TC.

O sistema de preços – já falei rapidamente para ele – é um sistema bem complexo, que é a tabela ciclo dois. É um sistema referencial de preços e em função dele nós fazemos as licitações. Trabalhamos com eles orçamentariamente, atualizamos esse sistema de preços, que tem preços extremamente flutuantes. Em algumas regiões brasileiras, hoje, temos um diferencial enorme, principalmente pela quantidade muito grande de obras que acontecem nesses Estados. E eu poderia citar dois Estados: o Estado de Rondônia, onde se está produzindo neste momento um diferencial em relação a mão de obra e insumos, e o Estado de Pernambuco, que também tem um grande diferencial em relação à

mão de obra e aos insumos, tal é a ordem de investimento que tem nesses Estados.

Não se pode fazer comparação de obras, então, licitadas nesses Estados e não se pode fazer referência de preços dessas com outras, como também no próprio Estado do Acre, onde a componente de transporte é uma componente muito pesada. O Estado do Acre tem sérios problemas com relação, obviamente, à formatação de preços.

Só para concluir essa primeira etapa, Senador, eu queria falar sobre as licitações. Quando entrei no Dnit, nós tínhamos graves problemas com relação às licitações. Eram intermináveis, porque os editais eram totalmente díspares, ou seja, cada licitação praticamente tinha um edital. Discutimos esse assunto amiúde com as secretarias do TCU e do CGU, principalmente com um núcleo que foi criado no TCU e dentro do Ministério dos Transportes, do Dnit, para criação do edital padrão. O edital padrão nos permitiu uma grande agilização dos processos licitatórios. Nós praticamente saímos de doze meses num processo licitatório para quatro meses num processo licitatório, e isso muito contribuiu para que muitas obras do PAC estivessem hoje já em fase final de conclusão. Então, graças a esse edital padrão, que é continuamente aperfeiçoado, vez por outra, o próprio CGU faz alguma manifestação, o TCU também faz.

Esses trabalhos que nós realizamos junto com o TCU e com o CGU fizeram com que, por exemplo, na área de consultoria de projetos, 94% das obras de consultoria de projetos eram dominadas por nove empresas. Hoje, são mais de 50 que atuam dentro do Dnit. As obras propriamente ditas, 90% delas não passavam de 60 empresas que faziam 90% das obras, Hoje são mais de 300 empresas que atuam dentro do... Foram reduzidos atestados, foram modificados atestados e, muitas vezes, os atestados que nós colocamos na praça estão até abaixo da exigência do TCU, até para permitir uma maior participação das empresas.

Eu também quero esclarecer que as licitações são feitas por menor preço, exceto de consultoria de projeto, que o processo se dá por técnica e preço.

Então, aqui ficam as minhas observações iniciais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Luiz Antonio Pagot.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Neri Geller, Deputado Ricarte de Freitas, Deputado Francisco Araújo, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Ronaldo Fonseca, Deputado Luis Carlos Heinze, Deputado Pauderney Avelino. Sejam bem-vindos!

Comunico aos senhores Senadores que temos 18 inscritos.

Passo a palavra neste momento para o autor do requerimento, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

V. Exª terá cinco minutos, com tolerância de mais cinco minutos, se necessário for, como autor do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Luiz Antonio Pagot, bom dia.

Começo, Dr. Pagot, com um pedido de esclarecimento sobre a sua situação funcional. A Presidente Lucia Vânia falou inicialmente como ex-diretor e depois como Diretor-Geral do Dnit. O senhor estaria de férias; há uma notícia de que o senhor teria pedido férias, aconselhado pela Ministra Gleisi Hoffmann, que depois de uma nota do Ministério dos Transportes teria ficado irritada, pedido para abortar a nota, e eu gostaria de saber qual é a sua situação funcional.

Eu vou fazer algumas perguntas e depois o senhor me responde.

Sobre a sua exposição, Dr. Pagot, o senhor nos dá uma visão geral sobre a estrutura do Dnit e suas principais atribuições. Agora, eu gostaria de entrar em alguns aspectos de funcionamento do Dnit como órgão vivo. O senhor se referiu a diretoria colegiada. O ex-Ministro José Dirceu recentemente disse que defendeu o critério das indicações políticas para as diretorias. Um dos diretores, o Sr. Hideraldo Luiz Caron, que, segundo consta, foi indicado pelo PT. Quais são as indicações políticas, a quem devem os seus cargos, se o senhor pode dizer, os demais diretores?

Ainda na vida real. Esta audiência foi provocada por reportagem da revista *Veja* que tem por título O mensalão do PR. Segundo a reportagem, a Presidente da República teria tido uma reunião duríssima com a cúpula do Ministério dos Transportes, excetuado o ministro, que estava ausente. Mas o senhor participou. Nessa reunião, a Presidente Dilma Rousseff, em que pese a toda a existência desse mecanismo de controle, direção colegiada, etc., ela chegou a dizer que "vocês precisam de babá, e terão três a partir de agora, a Miriam, a Gleisi e eu." Ela teria dito na reunião que o Ministério estaria descontrolado e que estaria inviabilizando o Governo em razão do que ela chamava de preços insuflados. Imagino que ela tenha querido dizer preços inflados, e dá como exemplo algumas obras, especialmente uma parte da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul, que teria preço insuflado, para usar o termo que teria sido usado pela Presidente. Ainda hoje, o jornal *O Estado de S.Paulo* tem declarações do Ministro da Justiça que diz que o ministério há muito tempo está sendo investigado pela Polícia Federal. Diz ele. *O Estado de S.Paulo*, melhor

dizendo. Há muito tempo está sendo investigado. Se houver fatos novos, abriremos novos inquéritos, mas existem inquéritos em andamento.

O mesmo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, diz que a Controladoria-Geral da União está realizando, a mando da Presidente, uma auditoria no Ministério dos Transportes. Pergunto a V. Sª o seguinte: essa reunião no Palácio do Planalto, com uma diatribe com tamanha violência que por si só, na minha opinião, suscitaria imediato pedido de demissão de todos aqueles que foram apontados servidores públicos a necessitarem de babás, essa reunião ocorreu assim subitamente? Não houve antes dessa reunião não diria uma admoestação, mas algum pedido de esclarecimento sobre esse ministério que estaria descontrolado, inviabilizando o Governo. Ninguém falou com ninguém sobre isso, o Ministro da Justiça, ninguém. Foi um raio de sol num céu sereno. De repente, são chamados lá e levam essa descompostura. Essa é uma pergunta que me intriga.

O jornal *O Globo* do dia 6 de julho disse que o TCU tem acórdãos esclarecendo que algumas empreiteiras que têm contrato com o Dnit doaram recursos ao Diretório Nacional do PR na ordem de R$6 milhões – Queiroz Galvão, Sanches Tripoloni e Andrade Gutierrez. Ora, o PR não tinha candidato próprio a Presidente da República. Como explicar tamanha generosidade, sendo que 83% desses recurso foram procedentes do Dnit?

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União apontou sobrepreço de R$9,2 milhões na construção do contorno norte de Maringá, executado pela Sanches Tripoloni, que também foi generosa doadora. Foram tomadas providências a respeito dessa advertência do TCU? O senhor conhece os diretores dessa empresa Sanches Tripoloni? O senhor saberia me dizer se esses senhores têm alguma relação com os Ministros Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann?

Faço essas perguntas por que em determinado momento o senhor disse que o Ministro Paulo Bernardo era o grande... Digamos assim, o senhor se reportava a ele nas decisões. Eu perguntaria se houve alguma interferência do Ministro Paulo Bernardo na liberação dos recursos para a realização dessas obras.

Eu perguntaria, ainda, em relação a outra entrevista, a outra reportagem da revista *Veja,* que nos dá conta de que o Ministro Alfredo Nascimento teria ligado para o senhor mandando abrir uma sindicância em relação à construção de um trecho de nove quilômetros da BR-0440, obra em que até aquele momento haviam sido executados apenas dois quilômetros a um custo de R$35 milhões. Essa denúncia teria sido levada ao Ministro por um Deputado durante uma audiência, e, de acordo, com a revista, o Ministro teria dito que isso dá cadeia – está na revista *Veja.*

Foi aberta uma sindicância? Que providências o senhor tomou para averiguar se havia alguma irregularidade nessa obra? Perguntaria também se o senhor saberia explicar como andam as obras da BR-010, travessia entre Imperatriz até Davinópolis.

São essas as perguntas iniciais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Exmº Senador, primeiro sobre minha situação funcional. Nós, todo mês de novembro, recebemos uma determinação para fazer uma programação de férias. Minha programação de férias para 2011 previa dois períodos: de 4 de julho a 21 de julho de 2011 e outro em novembro, complementando o período de férias inerente a 2010. Então, já existia a programação.

No mês de março, o Siap, que é o sistema que controla isso, pergunta se você está de acordo com esse período de férias, e, novamente, eu ratifiquei o período de férias. No dia 2 de junho, fiz uma correspondência ao Ministro Alfredo Nascimento, tendo em vista eu estar com a saúde debilitada, tanto que estive cinco dias internado no Einstein, solicitando-lhe que me concedesse esse período de férias, que já estava pré-determinado. E ele, numa audiência com a Presidente Dilma Rousseff, ao retornar, disse que "a Presidente concordou com você tirar férias, então, de 4 a 21 de julho". Então, minhas férias já estavam programadas e não teve nenhuma alteração com relação a isso; certo?

Obviamente, eu nem iria na segunda-feira, dia 4, ao Dnit, porque no dia 4, segunda-feira, eu estaria de férias. No sábado, à tarde, o Ministro Alfredo Nascimento me comunicou da reportagem da revista *Veja* e disse que tinha que tomar algumas providências e pediu que eu aguardasse em Brasília. Isso foi num sábado. No domingo, à noite, ele me chamou para uma conversa e me disse que a Presidente tinha determinado o afastamento de todos os citados na revista.

Obviamente, eu debati com ele esse assunto e ele me disse: "Então, amanhã, de manhã, você me aguarde no Dnit às nove horas, que eu vou convidar algumas pessoas e vou te chamar ao meu gabinete no Ministério para nós discutirmos o assunto. Aguarde no Dnit". E eu só fui ao Dnit na segunda-feira por causa disso.

Obviamente, vários enunciados sobre esse assunto foram ditos. Primeiro, eu não desrespeitei ninguém. Segundo, não descumpri nenhuma ordem, e só fui ao Dnit porque o Ministro dos Transportes assim me determinou para aguardar a reunião que deveria ter com ele.

A minha situação funcional, portanto, é uma situação de férias

Sobre a segunda pergunta que o senhor fez, com relação à Diretoria-Geral e aos diretores do Dnit. Obviamente, eu sei informações que circulam também, que vários diretores são indicações políticas. Circulam essas informações que vários diretores são indicações políticas. Agora, eu não sei, especificamente, dizer para o senhor... Obviamente, eu sei que o Hideraldo é filiado ao PT, certo? Eu sei, por exemplo, que diretores nossos são ligados ao Partido da República, e há outros que não têm ligação e não têm vinculação partidária.

Quando eu entrei no Dnit, por exemplo, o Diretor Administrativo e Financeiro era o Heraldo Cosentino, que não tinha vinculação partidária. O novo Diretor Administrativo e Financeiro, que vai ser sabatinado pela Comissão de Infraestrutura, não tem vinculação partidária. Então, tem alguns diretores que têm e outros que não têm. Eu, especificamente, tenho vinculação partidária ao Partido da República.

Agora, tudo no Dnit é aprovado no colegiado. Apesar de nós podermos aprovar por maioria absoluta, nós temos o entendimento de aprovar por unanimidade. Qualquer obra que tiver, por parte de algum diretor, procurador, corregedor ou ouvidor, uma manifestação em contrário é retirada da pauta para reavaliação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E como se dá a relação com o Ministro e com o Secretário Executivo do Ministério?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – A relação sempre foi uma relação de companheirismo e de auxílio total, de apoio total, em todas as reuniões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Inclusive com o Secretário Executivo?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Tanto para o Ministro Alfredo Nascimento como para o Ministro Paulo Sérgio, que, aliás, no período que eu estou no Dnit, se alteraram, porque houve um período em que o Ministro Alfredo Nascimento saiu para disputar uma eleição e depois voltou a ser Ministro e, obviamente, nessas duas ocasiões ele foi substituído pelo Ministro Paulo Sérgio Passos. Então, o Ministro atual já foi, obviamente, Ministro do Ministério dos Transportes. É a quarta vez que ele assume o Ministério dos Transportes. Eu só estou no Dnit a partir de outubro de 2007, mas peguei vários períodos dele como Ministro e outras vezes como Secretário Executivo.

Também com relação à pergunta que o senhor faz sobre a questão da reunião com a Presidente, nós tivemos uma reunião com a Presidente quando ela era Ministra Chefe da Casa Civil e coordenadora do Comitê do PAC. Isso foi em outubro de 2009. Posteriormente, ela teve problema, foi acometida por uma doença, teve um período de convalescença dessa doença, e praticamente retornou numa reunião de fevereiro de 2010. E, nesse período de outubro de 2009 até essa reunião que fizemos em julho de 2011, as reuniões foram todas elas coordenadas pela Ministra Miriam Belchior, obviamente junto com os outros Ministros que comparecem às reuniões, não só o Ministro dos Transportes, que, por um longo período, foi o Paulo Sérgio Passos, principalmente de março de 2010 até dezembro de 2010, e também pelo Ministro Paulo Bernardo, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo Ministro da Auditoria-Geral da União, pela Ministra Izabella, que substituiu o Ministro Minc. Então, as reuniões do Comitê Gestor do PAC são reuniões bastante completas, com Ministro, Presidentes de autarquias e assessores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Em nenhum momento o senhor foi advertido, houve qualquer reparo ao seu trabalho, nada?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não, ao longo do tempo, por diversas vezes, nós tivemos várias obras em que foram determinados um novo escopo para elas ou foi pedido que reavaliássemos as obras que foram apresentadas.

E aqui quero salientar: se nós temos um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, que determina que aquela obra seja feita dentro de um determinado escopo, obviamente que nós apresentamos como resultado isso. E, muitas vezes, tendo em vista a questão financeira, é mandado reduzir esse escopo. E, obviamente, como fazia bastante tempo que a própria Presidente não comparecia a uma reunião daquele tamanho que foi feito, eu não me surpreendi que ela tenha se admirado que algumas obras estivessem com o escopo bem superior aos registros iniciais que constavam dos balanços do PAC.

Havia obra, por exemplo, que constava no balanço do PAC por 450 milhões, e nesse processo licitatório agora está por 850 milhões. Mas a diferença não é superfaturamento, a diferença não é sobrepreço, até porque eu quero salientar para os senhores o seguinte: o TCU e a CGU são muito ágeis. Eles, hoje, quando o processo licitatório está em andamento, se eles têm algum achado, se eles têm alguma coisa efetivamente para se pronunciar contra aquilo, eles imediatamente emitem um relato e exigem que a gente responda a esse relato. E obviamente isso tem uma correção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só para mantermos, o senhor confirma ou não essa diatribe, "Ministério descontrolado", "precisa de babá"?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio, eu solicitaria a V. Exª que o

deixasse responder, posteriormente eu daria a palavra a V. Exª, se ficar alguma dúvida.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não acredito que o Ministério esteja descontrolado. Sempre foram feitas as reuniões necessárias, e toda vez que houve as intervenções, o Dnit soube responder tanto às intervenções para os órgãos de controle como, obviamente, para aqueles com quem nós temos responsabilidade direta, que é o Planejamento e o Transporte.

Sobre a questão da Polícia Rodoviária Federal... Especialmente na rodovia que o senhor citou, a BR-116, a BR-116 teve aumento de escopo em função de fluxo e volume e em função da necessidade que apresentavam os estudos de viabilidade técnica e econômica.

Com relação à Polícia Federal, quando entrei no Dnit, já tínhamos vários inquéritos em andamento, e entraram outros inquéritos em andamento, porque, com a montagem da rede de controle da Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União, com a montagem dessa rede de controle, algumas obras saíram da fase de auditoria para investigação. E o que significa isso quando você tem uma rede de controle como essa montada? Quer dizer, a Polícia Federal passa a fazer campana, escuta telefônica, começa a seguir, obviamente, empreiteiros, consultores, fiscais e, obviamente, faz todo um trabalho já de investigação. E esse trabalho de investigação resultou em alguns casos, como, por exemplo, no Ceará, em que foram afastados oito servidores. Esses oito servidores foram inclusive presos e afastados. No Rio Grande do Norte também houve um caso semelhante. Tivemos um caso no Pará, no Paraná... São investigações que foram desenvolvidas por essa rede de controle, não mais na fase de auditoria, mas na fase de investigação. E toda vez que nós tomamos conhecimento disso imediatamente tomamos providências.

Aí o senhor vai dizer: só tomaram providência depois da porta arrombada. Não. Por isso eu preciso fazer um esclarecimento.

Depois de um ano que eu estava no Dnit, constatando que por vários meses, mesmo abrindo um PAD, que é um processo administrativo – e tenho inúmeros processos administrativos que abri –, mesmo fazendo isso eu notei, obviamente pelas denúncias que acabaram surgindo, que eu precisava de algo mais contundente. Então estabeleci um núcleo itinerante. Esse núcleo itinerante era composto por auditores da própria coordenação da CGU, Controladoria-Geral da União, que trabalham no Dnit, por mais outros funcionários que foram deslocados para essa auditoria interna e mais um reforço que foi dado para a Corregedoria, para serem verdadeiros caixeiros viajantes pelo Brasil.

Nós estabelecemos um plano de trabalho e, nos últimos dois anos, fomos a todas as regiões brasileiras, chamamos todas as superintendências. E não conformado com isso, principalmente pela inobservância de algumas instruções, passei a convocar reuniões bimestrais ou combinando com o Ministro, trimestrais, para que nós chamássemos principalmente quem? Os superintendentes, os chefes de engenharia para dar o padrão necessário, as instruções específicas.

Para ser mais preciso nas questões e para que as pessoas não se esquecessem do que foi falado nas reuniões, além daquilo que os corregedores e auditores faziam em cada reunião, mandei gravar as reuniões. Existe a gravação dessas reuniões com todas as afirmações que foram feitas, com todas as recomendações que foram feitas, com toda a responsabilidade que cada um devia ter. E mandei passar essas gravações nas unidades locais, nas superintendências e especialmente que os corregedores se reunissem por regiões. Então, por exemplo, vou citar o caso do Ceará: foi um corregedor para o Cera, reuniu os cinco Estados ao redor e falou para todos os que tinham que ouvir. E esses CDs foram obviamente passados... Então ninguém pode dizer, nenhum funcionário do Dnit pode dizer que desconhecia as instruções ou que desconhecia as informações que foram mandadas.

E fiz mais. Ainda sendo reprimido por algumas pessoas, fiz mais: disse a eles, aos superintendentes e aos chefes de engenharia, principalmente com a proximidade da campanha política, se eles tivessem algum problema com os agentes políticos que remetessem esses problemas à Diretoria-Geral do Dnit. Assumi uma responsabilidade que não podia ter assumido. E até alguns parlamentares entenderam isso como um confronto aos parlamentares. Mas não, foi para dar um alerta aos superintendentes e aos nossos engenheiros fiscais, principalmente chefes de engenharia, que tinham o respaldo da Diretoria-Geral, especialmente do Diretor-Geral quanto a essas questões.

Também o senhor pergunta sobre as doações de partido.

Eu não me manifesto sobre isso. Essa é uma pergunta que tem que ser remetida ao partido. Cada partido sabe o que faz, como faz, como conduz. Eu posso dizer que o Partido da República não utilizou o Dnit para cooptar, para buscar, utilizando qualquer tipo de mecanismo para buscar dinheiro para os seus cofres. Obviamente, a direção do partido, através de seus parlamentares, deve ter tomado suas providências para obter essas doações.

Quanto à questão do contorno de Maringá, especificamente, trata-se de uma obra que estava sendo reivindicada há muitos e muitos anos. Quando entrei

no Dnit, ela já estava no processo de conclusão da parte inicial do projeto, pronto para licitação. Tendo em vista a questão orçamentária, essa obra foi feita em duas etapas. A inicial de cerca de 176 milhões, sendo que desse valor cerca de 40 e pouco milhões foram destinados a desapropriações, e o restante foi para a parte inicial da obra. Essa obra foi disputada, licitada, corretamente contratada, em boa performance de execução. Aí, o senhor pergunta se o TCU fez alguma manifestação.

O TCU fez três achados nessa obra. Os três achados foram respondidos, e foi corrigido. Mas o principal achado nessa obra foi em relação à questão do cimento. Se o cimento teria que ser comprado em saco, da praça de Maringá, ou cimento a granel transportado de alguma indústria, principalmente da região de Araucária, que pudesse fornecer em maior quantidade para a obra, tendo em vista que é uma obra que tem muitos viadutos, passagens inferiores, galerias, etc.

Então, a obra só pôde andar depois de respondidos todos os questionamentos e de o TCU aceitá-los. Daqueles que ele não aceitou, mandou reduzir os percentuais e os índices.

V. Exª pergunta se eu conheço os diretores da Sanches Tripoloni, posso afirmar para o senhor que conheço basicamente os diretores de todas as grande companhias do Brasil. Das 300 e tantas companhias que operam no Dnit, conheço praticamente todos os diretores ou seus principais diretores, porque faço, sistematicamente, reuniões de gerenciamento. Dessas reuniões, constam as empresas de consultoria de projetos, as empresas de supervisão, as empresas de gerenciamento. Nelas, obviamente, constam as empresas executoras das obras. Se a obra é conveniada com os Estados, constam os agentes do DER local ou das secretarias de infraestrutura locais. São grande reuniões, às vezes há na sala 60, 70, 80 pessoas, porque, normalmente, não trato de um canteiro de obras, mas da rodovia como um todo. Por exemplo, quando reúno a 101 de Santa Catarina, são mais de 30 lotes de obras e, obviamente, muitos diretores, muitos coordenadores participam dessa reunião. Quando se trata, por exemplo, de obras menores, há um número menor de diretores.

Estou desde outubro de 2007 no Dnit e fiz inúmeras reuniões. Todas elas estão colocadas na minha agenda, que é distribuída e fica à disposição. Tem hora para começar a audiência. Tem hora para terminar a audiência. Para muitas dessas reuniões, a gente convida o CGU, a auditoria interna, para participar, quando há algum problema que exija a natureza e a intervenção deles.

Portanto, tenho conhecimento não só com eles, mas com a grande maioria dos diretores.

Também me manifesto nos sindicatos. Tenho procurado mostrar a política de obras de qualidade por preços competitivos seja no Sinaenco, na Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, na ABC Trans, na Abifer, na Aneor. Não tenho me furtado a ir, para deixar claro qual a posição do Dnit, como o Dnit pretende que sejam feitas as obras e, muitas vezes, incitando as empresas a melhorar o seu trabalho. Este é um grande problemas que vivemos: a grande maioria das empresas está com muito mais obras do que a sua capacidade de realizá-las. Aí precisaríamos ter uma modificação, precisaríamos agir da mesma maneira que a Caixa Econômica age quando faz obras, ou seja, estabelecer um limite para o empreiteiro. Na Caixa Econômica Federal, o empreiteiro só pode fazer obras até aquele limite.

Nós devíamos ter no Dnit uma espécie de uma gerência de cadastro que passasse pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, para se saber o tamanho das empresas, para se saber o quanto aquelas empresas podem desenvolver de obras, e até em função da quantidade de equipamentos e da quantidade de pessoas que as empresas têm nos seus quadros técnicos. Por quê? Com a facilidade que elas encontram na 8.666, obviamente, muitas empresas têm uma carteira de obras muito superior e a qualidade da arte está muito ruim, que envolve pessoas executando obras, máquinas e equipamentos muitas vezes não condizentes com a qualidade daquela obra, a questão dos próprios insumos que não chegam à obra. Então, isso tem dificultado extraordinariamente a execução e tem atrasado extraordinariamente a execução das obras. E nós não temos nos poupado de afirmar, em todas essas associações e também nas reuniões que nós fazemos, de mandar refazer o que tem que ser feito e tomar as providências necessárias. Tudo isso tem processo dentro do Dnit.

Também com relação à pergunta específica sobre o Ministro Paulo Bernardo, principalmente, primeiro, não tem uma palavra dita sobre mim sobre o Ministro Paulo Bernardo. Não tem uma palavra dita. O *off* de não sei quem, o *bis off* de não sei quem, quer dizer, os enunciados inventados aos quatro ventos, que, aliás, a imprensa é pródiga na formação desses enunciados, certo? Eu não preciso... todos os senhores sabem do que estou falando, certo? Dessa invencionice e desses factóides que são gerados interminavelmente. Tenho o maior respeito pelo Ministro Paulo Bernardo, como tenho o maior respeito por todos os Ministros.

Pela Ministra Gleisi, tenho a maior admiração, pela sua capacidade de trabalho e combatividade. E

são ministros extremamente exigentes, principalmente o Paulo Bernardo, com quem tive a possibilidade de trabalhar um longo tempo. Extremamente exigente, ele e a diretoria com que ele trabalhava. Eu me lembro de Afonso Almeida, eu me lembro de Carrara, eu me lembro de Denis. Não davam folga para ninguém, exigiam explicações até a última, entendeu? Eram extremamente exigentes na execução orçamentária.

O Ministro Paulo Bernardo, obviamente, era um ministro que também fazia parte do comitê gestor. Então, periodicamente, nós nos encontrávamos, tanto Paulo Bernardo, como Guido Mantega, como a atual Ministra Miriam, como o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, quando era Paulo Sérgio Passos, como o Minc, como a Izabella, e assim por diante. Então, eu tenho conhecimento com ele dessas reuniões.

Especificamente sobre o Paulo Bernardo, ele nunca me exigiu e nunca me pediu nada. Nem obra. A própria obra de Maringá, que era obra da cidade dele, quem eventualmente vinha falar comigo era o Prefeito Sílvio Barros, que era o responsável pelas desapropriações, e muitas vezes vinha o irmão dele, que era Deputado Federal e vinha exigir pressa na licitação, conclusão do segundo lote de obras, licitação do segundo lote de obras, obviamente uma coisa inerente às atividades que representam uma região.

Sobre a questão da BR–440, essa é uma obra de longuíssimo prazo. Essa obra se arrasta há muitos e muitos anos. Ela foi iniciada praticamente oito anos atrás. Qual é a situação dela na minha gestão? Ela tinha um acórdão do TCU que impedia o desenvolvimento da obra, que exigia a paralisação dessa obra. Essa obra nasceu dentro da Prefeitura de Juiz de Fora. Nós herdamos, num determinado momento, a partir desse momento, o convênio, que é com a Prefeitura de Juiz de Fora, tem de ser rescindido e o Dnit tem que assumir essa obra. Faz um ano e meio que nós assumimos essa obra. Ao assumi-la, procuramos o TCU e fizemos as perguntas necessárias de como nós devíamos... se era interesse do TCU simplesmente que nós encerrássemos a obra naquele momento ou se era interesse do TCU que nós continuássemos a obra. A obra tem um custo gerencial extremamente competitivo. Vale a pena, sim, continuar nesse custo gerencial, porque se eu for parar a obra, relicitá-la, com certeza ela vai para a praça num novo custo. Então, o ideal é que a empresa que esteja desenvolvendo a obra continue com essa obra.

Nós fomos a várias audiências no TCU, apresentamos, inclusive, isso ao Ministro Relator, e o Ministro, olhando os preços, que seriam preços atuais, e o preço pelo qual ela está contratada, determinou: "Então, esses trechos que já estão sendo mexidos, de agora para frente, vamos dar autorização para vocês continuarem com essa obra".

Então, nesse caso da 440, a questão... Outro detalhe: quando nós assumimos a obra, o contrato da obra era um contrato de R$137 milhões. Nós trouxemos os preços para a tabela Sicro, e o contrato virou um contrato de R$103 milhões.

Então, quero dizer ao senhor que nós fizemos o dever de casa, e essa obra se arrasta indefinidamente pela, vamos falar assim, *performance* dessa empresa, que não é uma boa *performance*, infelizmente. Para mim, teria sido muito melhor, igual a outros casos que fiz, simplesmente ter encerrado esse contrato e ter feito uma nova licitação. Como, por exemplo, com toda a pressão que sofri no Lote 29 da BR-101, em Santa Catarina, eu resolvi, pelos problemas que tinham com aquela empreiteira, encerrar aquela obra, fazer um levantamento total sobre ela, as novas exigências que tínhamos, principalmente de escopo socioambiental, e colocar essa obra no prazo de novo processo licitatório. Demora, mas fica de acordo com os órgãos de controle.

Também o senhor perguntou sobre a BR-010, lá no Maranhão. A BR-010, a única determinação que recebemos foi de fazer o projeto da travessia urbana de Imperatriz. Ponto. Não tem autorização para licitação, não tem recursos em orçamento, e essa obra não está contemplada para execuções de obras no Dnit.

Então, espero ter respondido a essas novas perguntas que me fazem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor me perdoe, Sr. Pagot. A senhora me perdoe, Srª Presidente....

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu só pediria, Senador Aloysio, que o senhor fosse bem breve, para dar oportunidade a outros. Temos vinte inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito breve, mas muito breve.

Há uma pergunta que V. Sª não respondeu: foi sobre a tal descompostura – é esse o termo; não há outro termo – que o senhor e seus companheiros de trabalho receberam daquela que tem por missão ser a sua superior hierárquica, que é a Presidente da República. "Precisam de babá. Terão três babás. O Ministério está descontrolado. O Ministério vai inviabilizar o meu Governo. Os preços estão inflados."

Essa foi uma descompostura, segundo os termos da revista *Veja*, que o senhor e outros membros da cúpula do Ministério receberam. Eu pergunto ao senhor: isso é verdade? Essa reunião ocorreu? A cobrança foi feita dessa forma? E não houve nenhuma cobrança anterior?

Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer e que me parece V. Sª não respondeu.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Primeiro, a manifestação que quero fazer é que foi uma reunião semelhante a todas as reuniões que temos no Comitê Gestor do PAC. São reuniões de intenso debate. São reuniões de intenso debate. São reuniões respeitosas. São reuniões respeitosas, de... A própria revista disse que ouvimos tudo absolutamente calados. Primeiro que as frases, obviamente, estão carregadas de conceitos que não foram emitidos e de palavras que foram colocadas na boca da Presidenta que não foram exatamente essas palavras.

Obviamente que a Presidenta tem o estilo de sempre cobrar, de maneira veemente, o que ela pretende ver realizado. Esse é o estilo dela. Eu nunca participei de uma reunião em que ela não cobrasse tudo de forma enérgica e veemente, em que o Presidente Lula não cobrasse de forma enérgica e veemente, e principalmente exigissem de nós o cumprimento fiel dos prazos, e que nós, ao longo do tempo, não conseguimos cumprir, por uma série de questões.

Mas não é verdade que nós não respondemos. Respondemos ponto por ponto, e, principalmente no aumento dos escopos, que obviamente era uma grande indignação – era não, é –, é uma grande indignação da Presidente, dissemos como foram formulados esses aumentos de escopo e até onde era a responsabilidade do Dnit e as determinações que tínhamos recebido obviamente do Comitê Gestor e também do Ministério dos Transportes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o segundo autor do requerimento, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia; o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg; as colegas Senadoras, os colegas Senadores, cumprimento também o Sr. Luiz Antonio Pagot, que está nesta audiência pública conosco.

Quero, Luiz Antonio Pagot, primeiro agradecer a sua disposição de vir até aqui e prestar todos os esclarecimentos necessários que estão e que serão feitos pelos demais Senadores e Senadoras nesta Comissão, porque eu o conheço de há muitos anos, acompanho a sua trajetória na vida privada, desde o tempo em que o senhor foi estudar na Marinha e se formou, ficou lá por muitos anos e depois veio a trabalhar na iniciativa privada. Posteriormente, tivemos o privilégio, o meu pai o convidou para participar de um movimento de desenvolvimento na região de Mato Grosso que culminou, mais tarde, não somente na criação do Município Sapezal, mas todo o desenvolvimento da região do Parecis, inclusive onde você foi o responsável pela implantação do Projeto da Hermasa, que foi, nos últimos 50 anos, o único projeto de infraestrutura neste País que mudou algo na questão dos transportes; que fez com que a soja produzida fizesse uma inversão, ao invés de ir para o sul, para o porto de Paranaguá, que fosse para o porto de Porto Velho e depois para o porto de Itacoatiara, fazendo com que mil quilômetros de rodovia desaparecesse entre aqueles produtores da soja de Rondônia e produtores do noroeste do Estado de Mato Grosso. Portanto, o senhor tem um conhecimento vasto na questão de infraestrutura e por isso foi convidado pelo Presidente Lula a vir participar do Dnit, e lembro-me muito bem o que era o Dnit. Era um órgão em que não existia nenhum tipo de projeto, não existia um direcionamento, não existia uma meta a ser atingida. É claro que as coisas mudaram nesse sentido também, porque o próprio governo criou um programa, o PAC, que deu direcionamento e que deu a todos aqueles que trabalham na infraestrutura responsabilidades e metas a serem cumpridas.

Portanto, eu sou reconhecedor do trabalho que você fez não somente aqui no Dnit, mas como Secretário de Infraestrutura em Mato Grosso. Aliás, no primeiro governo do Presidente Lula e no meu primeiro governo você era Secretário de Infraestrutura e nós criamos naquele Estado o maior programa de pavimentação feito no Brasil até aquele momento. Aliás, o que o Estado de Mato Grosso fez de rodovias asfaltadas foi maior do que o Governo Federal inteiro fez no período de 2003/2006. Fizemos lá parceria com os produtores, consórcios rodoviários, PPPs Caipiras. Enfim, movimentamos e conseguimos fazer uma mudança que foi muito importante para que o Estado de Mato Grosso pudesse fazer da sua grande produção algo melhor para a população, deixando não só o dinheiro no transporte, mas para a população e as pessoas que lá vivem.

Portanto, conheço muito bem o seu trabalho e fazer aqui o reconhecimento de público.

Mas também quero aproveitar, Luiz Antonio Pagot, a oportunidade, porque durante esta semana em que houve toda essa confusão...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou dar 5 minutos de tolerância.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Tudo muito rápido. Duro é esperar aqui. Mas, quando a gente fala, é muito rápido.

Mas esta semana eu fiquei participando desse meio, em função de estar militando no partido político de que faz parte o Ministro Alfredo Nascimento, e portanto discutimos muito. Mas eu percebi que há uma grande confusão nas informações que são colocadas. As coisas nascem praticamente do nada, ou alguém diz alguma coisa e isso vira uma verdade, e depois você tem que se defender daquilo que acham que é uma verdade, e que nem foi dito. É uma situação muito complicada. Por isso lhe apoiei para que o senhor viesse aqui hoje e esclarecesse os fatos; dizer como funciona esse Dnit, como funciona o Governo na questão das obras. E a impressão que fica para a sociedade é de que qualquer político, qualquer agente pode chegar num órgão desse e substituir a obra: tira uma, põe a outra, muda o preço, muda o escopo; faz isso e faz aquilo, como se tudo fosse uma grande confusão.

Não, o Governo é uma instituição bem organizada. Nós, as pessoas, às vezes, é que não somos organizados, mas o Governo tem regras, tem procedimentos. Então, quero crer que lá, no Dnit, vocês seguiram as regras que foram colocadas.

Então, diante do testemunho de que lhe conheço e que fui um dos que avalizaram V. Sª, para que chegasse até esse cargo, quando o Presidente Lula lhe convidou – não fui eu que ofereci, tem que deixar claro isso também – e teve o meu apoio. E vendo o trabalho que foi feito em Mato Grosso, o Presidente achou, ele tinha a certeza, que você poderia ajudar a mudar os destinos e os rumos da questão das rodovias em nosso País.

Mas eu gostaria que na resposta, da pergunta que eu vou fazer, o senhor deixasse bem claro: O que é a mudança de escopo de uma obra? E o que é o superfaturamento de uma obra? Para mim, as coisas são muito diferentes: superfaturamento é uma coisa que é feita de forma ilegal, de forma que você convence alguém que mesmo não tendo aquela necessidade, aquele valor, você acaba aceitando.

E o que é a questão do escopo de obra? Porque uma obra começa – e, se não me engano, foi uma obra realizada em Santa Catarina, citada pela revista *Veja* –, a obra começou em 700 milhões, se é este o número, e virou 1 bilhão e qualquer coisa. Por que isso acontece? Quais são os pontos que levam uma obra a nascer com um preço x, e ao terminar ela, o preço é x+y, e as pessoas acabam não entendendo? Nem nós, muitas vezes, também não entendemos.

Eu já ouvi muitas histórias de rodovias que custam 50 milhões de reais o quilômetro. Não sei se é verdade ou não. Mas se isso é colocado numa revista, ela vira verdade. Noutro dia precisa ser explicada.

Então eu gostaria que V. Sª pudesse responder de forma concreta, para que o público que nos assiste, e também os Parlamentares – e quero crer que todos aqui conheçam, porque são pessoas experientes, a grande maioria já foi governador, já foi gestor público e tem conhecimento disso –, compreendessem bem, porque o cidadão e, muitas vezes, os jornalistas que cobrem os fatos no dia a dia não têm esse conhecimento. Eu gostaria que V. Sª aproveitasse e fizesse essas considerações.

Para finalizar, dizer que desejo agradecer, em nome de todos os mato-grossenses, o trabalho que você prestou, não só em Mato Grosso, mas pelo Mato Grosso, quando você assumiu o Dnit. Nós lá reclamávamos de várias obras que, quando o senhor chegou no Dnit, nós fomos ver por que as obras não saíam. Sequer projetos tinham. Quer dizer, a continuar do jeito que estava não ia sair obra nunca.

Então nós precisamos ter um país que saiba projetar, que a população saiba pedir, que o Governo saiba ouvir, programar, projetar, fazer projetos; e depois licitar e tocar as obras pela frente.

Sei que muitas modificações, Senador Requião, nós precisamos fazer em nossa legislação, muitas mudanças. Não é possível que empresas que não tenham o mínimo gabarito, que não tenham a mínima possibilidade de fazer uma obra, porque têm no seu rol os documentos necessários, sejam habilitadas para fazer uma obra que nunca darão conta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Blairo Maggi, as nossas obras têm parâmetros definidos, e esses parâmetros são definidos nos orçamentos. Quando elas sofrem mudança de escopo, elas têm dois momentos que são fundamentais para essa mudança de escopo, que eu considero: um é na conclusão dos estudos de viabilidade técnico-econômico-ambiental, em que ao fazer o estudo, em função de fluxo e volume, se tem a necessidade, era uma rotatória de fazer um viaduto, ou de fazer uma passagem interior, se o terreno permite, e se a integração dessa obra com as obras urbanas, porque isso acontece muito em regiões próximas a regiões metropolitanas ou em regiões metropolitanas.

Para melhorar a performance daquela estrada e diminuir a quantidade de acidentes, para se diminuir o risco e para evitar trechos críticos e pontos perigosos que têm nas estradas e são identificados no desenvolvimento de projeto se faz essas alterações necessárias. Que muitas vezes, como eu disse, é uma passagem inferior, é um viaduto, um alargamento, uma terceira

faixa. Elas têm o seu momento em que são colocados os órgãos superiores, no caso o Conselho de Administração, Ministério dos Transportes, e Comitê Gestor do PAC para que sejam discutidas essas mudanças.

A questão do sobrepreço já é malversação. Na execução do projeto muitas vezes os próprios funcionários do Dnit já identificam determinadas distâncias médias de transporte superiores às jazidas mais próximas, ou determinados insumos por um preço irreal, com relação ao mercado local. E se na aprovação daquele projeto isso não consegue ser identificado, ou "não quis ser identificado" (entre aspas) quando vai para a licitação, com certeza, o TCU não deixa passar. Inclusive o TCU faz imensos relatórios sobre isso, a própria CGU tem feito manifestações ao acompanhar a coordenação geral de licitações sobre asse assunto. Enfim, acredito que a questão de sobrepreço é muito menor do que a questão de superfaturamento que vem sendo divulgada.

Mas nós temos um fato real que acontece, que é a questão da fiscalização. Infelizmente, o número de fiscais que o Dnit tem é muito aquém da sua necessidade. E a maioria absoluta são fiscais que já têm mais de 25 anos de serviço, que andam por esse Brasil afora. Não estou dizendo que são irresponsáveis, que andam por esse Brasil afora nas unidades locais e, muitas vezes, têm fiscais que cuidam de 600, 800 e até 1.000km de rodovias. Humanamente impossível para fazer um trabalho correto. E, obviamente, há coisas que passam despercebidas da fiscalização e outras coisas não passam despercebidas, e aí são conluios. E sempre que há conluios pode ter ser certeza que lá na frente estarão o TCU, o CGU, para descobrir esse conluio, está a própria auditoria interna do Dnit, para estornar, fazer o processo e fazer com que as coisas aconteçam.

Existe muita conversa que é irreal e existe muita coisa que é real. Tudo que é real está nos relatórios do CGU e do TCU. Se olharem, por exemplo, os gráficos de atuação do próprio Dnit com relação a isso e a criação de modelo de núcleo sistêmico, é difícil de olhar mas, nos últimos anos, nós saímos de 21 obra que tínhamos no anexo 6, que são as obras que têm graves irregularidades e determinação de paralisação para não receber mais dinheiro e quem paralisa é a Comissão Mista de Orçamento por indicação do Tribunal de Contas da União. Pulamos de 21, 2007, 19, 2008, 4 em 2009 e zero em 2010. Isso aconteceu por causa da pró-atividade do Dnit, isso aconteceu por causa de tudo aquilo que acabei de relatar sobre as corregedorias, caixeiro-viajante, das auditorias mais intensas e da própria intensificação do trabalho do TCU, CGU e da rede de controle.

O Governo tem controle dessas obras e muitas manifestações que são feitas são baseadas em manifestações de julgados. Eu ouvi, sem ter como responder, muitas e muitas denúncias de casos que já estão até arquivados pelo TCU, de casos que as empresas já estão respondendo na Justiça comum e que ainda são citados como casos pendentes e casos atuais.

Na questão dos aditivos, temos um problema. O ideal para a diretoria do Dnit, mesmo com o Governo tendo pressa das obras, o ideal é que só fossem licitadas obras com projetos executivos. Mas não é a realidade do que acontece, não. Muitas obras são licitadas com o projeto básico. O projeto básico não é um projeto completo. O projeto básico se baseia em estudos preliminares. Por que se licita com o projeto básico? Para ganhar o prazo de 120 dias do processo licitatório, mas a obra começa, então, com o projeto executivo. E, muitas vezes, entre o projeto básico e o projeto executivo são identificados alguns problemas, como interferências com outras obras públicas, problemas com serviços públicos.

Na sondagem que se faz do projeto básico, exige-se muito menos furos de sondagem que no projeto executivo. E, depois, na elaboração final do projeto executivo, aquele pelo qual se vai executar a obra, existem muitas diferenças. Não se pode exceder a 25%, que é o que está determinado pela 8.666. Então tem que se fazer os aditivos de obra. E os aditivos de obra são feitos basicamente, no caso dessas obras, em cima do resultado obtido entre o projeto básico e o projeto executivo.

Que outros tipos de aditivos existem? Foi feito o levantamento de uma obra que demorou três, quatro anos para ser licitada. Por quê? Porque não tinha licenciamento ambiental, porque a obra não tinha recebido ainda a autorização do Ibama para a sua licitação.

No caso específico, o que precisamos esclarecer? Que muitos aditivos se dão porque o levantamento que foi feito naquela obra, na hora da execução, não é mais aquele leito estradal, sofreu assoreamento. Se é um pavimento que já tinha sido pavimentado anteriormente, o desgaste está muito maior do que aquele feito no levantamento inicial. A jazida que estava identificada no projeto e que estava confirmada e que foi até investigada pelo próprio TCU se exauriu por ser utilizada jazida para outras obras e é preciso buscar esse material em outra jazida. Então existem os aditivos necessários para as obras.

Tudo isso, obviamente, começa onde? Começa com o fiscal que cuida da obra, o engenheiro fiscal que cuida da obra, passa por uma supervisora de obra, que tem que dar a sua anuência, depois vem para o engenheiro chefe da superintendência, onde é apro-

vado, depois vem para a Coordenadoria de Obras ou para a Coordenadoria de Pesquisas e Planejamento do Dnit, depois passa pela Diretoria de Pesquisa e Planejamento, depois, pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária e, finalmente, vem para o colegiado. É uma verdadeira corrida de obstáculos até poder se autorizar aquele aditivo. E muitos aditivos, quando chegam no colegiado, ainda são recusados, volta tudo para trás para refazer os cálculos, para se avaliar.

Então não tem nada feito de forma irresponsável. O senhor pode ficar absolutamente tranquilo, Senador Blairo Maggi, quanto à nossa atuação. Toda vez que percebermos o malfeito ou identificamos alguma coisa, imediatamente corremos atrás para responder, a ponto, Senador Blairo Maggi, de, nos últimos tempos, e eu diria que desde que eu entrei no Dnit, mas intensificamos ultimamente, eu ter ido primeiro ao Ministro Aldo, que era o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, e dizer: estou me apresentando para o serviço, estou me apresentando como Diretor-Geral do Dnit. Ele disse: "Eu tenho 56 processos contra o Dnit que não estão respondidos". Eu lhe disse: Ministro, me dê 90 dias de prazo que eu vou responder aos 56 processos", e assim eu o fiz, criando o Núcleo Sistêmico.

Depois, quando fomos lançar o grande programa Crema 1ª Etapa, fui discutir com o novo Ministro Presidente do Tribunal de Contas, Ubiratan Aguiar, mostrando para ele as necessidades de termos um projeto que tivesse não menos interferência possível com o TCU, mas afinado com o TCU, pela grandiosidade de um projeto de 32 mil quilômetros. Também disse para ele: preciso de sua ajuda para poder licitar os outros 32 mil quilômetros de projetos na questão do Crema 2ª Etapa. Eu preciso que a Secretaria de Controle trabalhe conosco na questão dos escopos, e assim o fizemos. Tanto que o edital padrão ajudou e licitamos sem problemas 32 mil quilômetros de projetos de obras de manutenção rodoviária, obviamente monitorados pelo TCU.

E, agora, antes de licitar as obras, e numa matéria que está aí, com a falta de verdade na revista *Veja*, e que o Senador Aloysio sequer citou, mas está com falta de verdade. Fui ao Ministro Benjamin Zymler, falei sobre a minha preocupação sobre a licitação desses 32 mil km, 17 bilhões de investimento em cinco anos. E o Ministro chamou o Ministro Relator do TCU, referente ao Dnit. Fizemos uma reunião na sala do Ministro Benjamin Zymler com todas as Secretarias e decidimos criar, então, o núcleo do Comitê de Trabalho, o Núcleo de Trabalhos ou qualquer coisa que o valha, e que está sendo coordenado, até hoje, pelo Ministro José Múcio. Exatamente para discutir como colocaríamos na praça essas obras, se a Secretaria de Controle de Obras do TCU tem apontamentos para fazer, tem achados para fazer.

E ainda nos disseram: Coloquem e corrijam depois. Nós falamos: não, vamos corrigir tudo, vamos chamar as empresas de consultoria de projetos e vamos fazer corrigir tudo, vamos colocar nos índices que vocês estão desejando, nos índices que vocês estão determinando e vamos depois colocar na praça. Ah, vai atrasar um pouco! É melhor atrasar um pouco do que sair com correções para fazer lá na frente. E voltei ao Ministro Múcio, junto com o Ministro Alfredo Nascimento e fizemos uma nova reunião para tratar desses assuntos. E os assuntos apontados eram cinco e tomamos a decisão. O Ministro Alfredo então, falou: reúna as empresas de projeto, reúna imediatamente as empresas de projeto, faça uma reunião com elas e determine que elas revisem seus projetos. São cinco achados, e elas tinham que revisar os cinco achados.

E eu tinha outras críticas a fazer às empresas de projeto; o atraso delas nas entregas dos projetos, a má qualidade dos projetos, entregar, por exemplo, todos os volumes com cálculos orçamentários diferentes em cada volume, o que depois exigiu que os nossos engenheiros, que a Sofi Property tivessem que devolver tudo isso. Então elas, para não perder o prazo entregam os cinco volumes necessários, mas os cinco volumes incorretos. Então, recebem de volta para ganhar mais algum tempo para fazer.

E as empresas de consultoria de projetos têm um sério problema, o Brasil tem um sério problema com elas, não é o Dnit, não, é a Petrobrás que tem, é a Companhia Vale do Rio Doce, nas suas obras, é a Valec nas suas obras, que tem um sério problema. Em 1988, as empresas de consultoria de projeto tinham 48 mil funcionários registrados. Em 2003, por causa dessa *dêbácle* que aconteceu com a infraestrutura nacional, esse número de funcionários caiu para 14 mil. Saímos, em 1988, de 48 mil funcionários para 14 mil, no início de 2003. Hoje são 44 mil funcionários, mas muitos deles ainda não têm o preparo, não têm tirocínio, não têm a expertise necessária. E produzem projetos de qualidade duvidosa, que faz com que o Dnit tenha um retrabalho e, inclusive, atrase as suas obras. Então, essa reunião foi para se colocar, vamos dizer, os pingos nos is. Primeiro, a determinação dos cinco itens que o TCU determinou de revisão. Segundo, para dizer em que as empresas precisariam melhorar. Terceiro, para falar especificamente sobre questões técnicas operacionais que, inclusive, vamos modificar no edital padrão a exigência com relação às empresas e, também, vamos implantar algumas exigências com relação ao material que as empresas têm que trabalhar, as equipes de campo e muito mais exigências.

Então, foi esse o objetivo de uma reunião de duas horas e não foi o objetivo de chamar as empresas para achacar as empresas, para fazer qualquer tipo de admoestação às empresas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero apenas registrar a presença honrosa aqui do ex-Senador Adelmir Santana. Seja bem-vindo!

Passo a palavra ao próximo orador inscrito Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, Srs.Senadores, convidado, quero primeiro destacar que, o que ocorreu no âmbito do Ministério dos Transportes, é uma afronta ao País, é um escárnio, é uma violência contra os valores essenciais da ética. E nós não estamos aqui para investigar se houve corrupção ou não no Ministério dos Transportes. Essa investigação está ocorrendo. O Tribunal de Contas da União atesta. A Corregedoria-Geral da União confirma. O Ministério Público inicia as investigações. O Ministro da Justiça afirma que a Polícia Federal vai investigar. Nós estamos aqui essencialmente para tentar revelar quem são os responsáveis por esse modelo promíscuo que se instalou na esfera do Ministério dos Transportes.

Perdoe-me, Luiz Antonio Pagot, a contundência das afirmações, mas não há hoje no Brasil nenhum cidadão de bem que não esteja indignado com o noticiário dos últimos dias. E nós temos que ecoar aqui exatamente essa indignação.

As perguntas que faço a V. Sª podem ser até em sua defesa, porque há – pelo menos se percebe isso – uma tentativa de transformá-lo em bode expiatório, o único responsável por tudo o que ocorreu. Tanto é que o jornal hoje mostra: "*Site* tira do ar foto de Pagot com o Ministro Paulo Bernardo". O *site* da Prefeitura de Maringá tira a foto de V. Sª ao lado do Ministro. "Pagot disse que recebia ordens de Bernardo para fazer aditivos em obras." É o que diz o jornal.

V. Sª já disse, e a Imprensa destacou, e aliás não ficará bem afirmar que a Imprensa é responsável por tudo o que está ocorrendo, porque há uma prática também comum de se responsabilizar a Imprensa.

Aqui diz: "Petista responsável por 90% das obras do Dnit, filiado ao PR, um dos pivôs da crise, Pagot afirma que o PT manda tanto no órgão quanto o seu partido."

O que nós pretendemos indagar de V. Sª é exatamente: quem determinava, a voz de comando partia de onde para que os aditivos fossem concedidos?

Peço também que explique esta coincidência: as empresas beneficiadas com aditivos eram as empresas que mais doavam para a campanha eleitoral. E emendo a indagação: a Imprensa divulgou que V. Sª teria afirmado que os aditivos eram concedidos para que recursos fossem destinados à campanha da Presidente Dilma. Esta é uma indagação cuja resposta é fundamental, não só da Presidente Dilma, mas de outras candidaturas.

Além de saber de onde provinha a voz de comando, é importante saber quem participou dessa operação, quais foram os partícipes desse modelo, e os seus beneficiados.

Eu tenho aqui 54 perguntas, Presidente, mas eu sei que não posso fazer todas elas. Vou apenas fazer as perguntas gerais.

Portanto, há uma convicção de que há corrupção no âmbito do Ministério dos Transportes. Essa convicção está arraigada. As investigações ocorrerão. E V. Sª não pode ficar como único responsável. É preciso que distribua as responsabilidades de conformidade com o mérito dos responsáveis.

Faço referência especificamente... Quando se fala na participação do Ministro Paulo Bernardo, V. Sª teria afirmado que, antes que os empreiteiros chegassem ao Dnit, passavam pelo Ministro do Planejamento.

Faço referência pontual a um fato. Tivemos, há algum tempo, uma operação tapa-buracos muito questionada. Consta que houve um *pool* de empreiteiras do País. Cerca de 170 empreiteiras teriam participado. E há empreiteiros que afirmam que obras de restauração, obras de reparos são as preferidas para que se efetuem desvios. A fiscalização é mais complexa.

Eu indago se na composição deste quadro de empreiteiras que realizaram a operação tapa buracos – aliás, o asfalto foi um asfalto casca de ovo, que derreteu nas primeiras chuvas; o dinheiro foi pelo ralo nessa operação tapa buracos – se realmente houve uma participação do Ministro na composição desse pool de empreiteiras que realizou esta operação tapa buracos? Não há como não afirmar que obras são superfaturadas. Quem tem alguma experiência, quem exerceu cargo no executivo, quem trabalhou com isso sabe que uma obra como aquela de Maringá, aqui referida pelo Senador Aloysio, de apenas 17 km não pode custar mais de R$300 milhões, tanto é assim que a primeira licitação chegou a 160 ou R$170 milhões. Depois, houve uma nova licitação e ainda mais aditivos. Portanto, o dinheiro vai pelo ralo, não há como aceitar que não houve superfaturamento, como em outras obras.

A BR-10, aqui também focalizada, que diz respeito à travessia entre Imperatriz e Davinópolis, que é a obra focalizada naquele vídeo veiculado pela revista *IstoÉ*, em que o Ministro Nascimento conversava com um deputado, que se transferiria posteriormente para o PR. Esta é a obra que aqui foi focalizada pelo Senador Aloysio Nunes.

A própria Presidente Dilma fez referência, com espanto, ao superfaturamento de uma obra no Rio Grande do Sul. Há uma outra coincidência; aditivos excessivos na região sul do País, sobretudo durante o período da campanha eleitoral. Uma indagação de natureza mais política a V. Sª. A sua relação era muito mais estreitada com o partido, quando tratava de assuntos do Ministério, ou com o Ministro e a Presidência da República? A Presidente Dilma afirmou que estava impressionada com o preço das obras – isto foi veiculado – embora ela tenha sido gestora no período compreendido em que as denúncias foram veiculadas. Exatamente no governo anterior a Ministra Dilma era a gestora, responsável, inclusive, pela administração das obras do PAC, conforme a imprensa veiculava. De qualquer maneira, ela demonstrou espanto, agora como Presidente, ao verificar o preço das obras. São indagações que devem ser respondidas por V. Sª.

O TCU aponta que em cada dez contratos do Dnit, quatro têm valores inflados. São 926 contratos vigentes ao fim de 2009, sendo que destes 43% sofreram aditivos de valor e 39% tiveram alterações para data de entrega das obras. No dia 6/7 foram suspensos dois contratos relativos à BR-101. Enfim, o Tribunal de Contas da União aponta prática de se inflar orçamentos de obras no âmbito do Ministério dos Transportes.

Em respeito aos demais inscritos para indagações, vou concluir e faço a última indagação.

V. Sª afirmou que alertou o superintendente do Dnit sobre eventuais irregularidades. O fez porque constatou a prática de corrupção, de desvio de recursos públicos, ou foi convocado a chamar a atenção deles por algum superior, ou Ministro, ou a Presidência da República?

São essas as indagações, Srª Presidente. Muito obrigado pela concessão do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Primeiro, voltando ao assunto da reunião trimestral ou bimestral que eu fazia com o superintendente e chefe de engenharia.

No início de 2008, ao se iniciarem os trabalhos da CGU, pois todo ano a CGU elabora um plano de trabalho, nós conversamos bastante com o coordenador-geral do trabalho, que é o Júnior, que nos disse: Olha, Pagot, nós estamos verificando que algumas obras de manutenção rodoviária, vocês estão tendo problemas recorrentes nela. E exatamente, em função dessa observação da CGU, eu tomei obviamente imediatas providências no sentido de chamar os superintendentes, os chefes de engenharia, para que eles... E colocamos uma nova Instrução Normativa claríssima sobre a questão de medições e, especificamente, sobre a questão da avaliação das obras de manutenção rodoviárias, que se dividem em: conservação, primeira etapa, segunda etapa, PIR IV, e restauração rodoviária. Estabelecendo, inclusive, limite para valor dessas obras: um crema, primeira etapa, não pode exceder a 250 mil reais por quilômetro; um crema, segunda etapa, não pode exceder a 550 mil reais por quilômetro e, também, com relação aos programas de restauração.

O Dnit não toca meia dúzia de obras, de contratos de obras; neste momento, o Dnit executa em todo o Brasil 1.156 contratos de obras! E esses contratos de obras, como eu disse, muitos são auditados dentro de processos que eu já citei anteriormente. Dos 1.156 – este ano, praticamente, vão receber alguma forma de fiscalização, de auditoria –, o TCU deve ter mais de 300 para investigar; o Fiscobras, do TCU, 50 a 60 para investigar; e também a própria Auditoria Interna, cerca de uns 40.

Então, estamos falando de 400 obras dos 1.156 contratos. Pelo menos, 400 contratos vão ser auditados.

A questão dos preços, Senador Alvaro Dias – de novo, saliento isso –, são preços unitários. Se algum malfeito ocorre, obrigatoriamente, depois da licitação feita, da disputa que é feita na licitação, do contrato que é feito, não é o preço unitário que é alterado, porque o preço unitário ele é checado, ele é discutido, e o próprio TCU e o CGU se não concordam com aquele preço unitário, imediatamente eles fazem uma representação no Dnit.

Então os preços unitários são preços justos. Eventualmente existe algum desequilíbrio. E nós tivemos em 2008 um desequilíbrio com relação ao preço do aço; foi corrigido. Nós tivemos em 2008 uma questão de preço de fornecimento de cimento. Quer dizer, se você tem um mercado muito aquecido, obviamente, não existirá um preço fixo para o cimento; em função do aquecimento do mercado tem regiões que pegam um preço maior.

Enfim, nós buscamos a correção ao longo das obras. Eu digo que os órgãos de controle estão sempre atentos a isso.

Nós temos um conflito, por exemplo, entre a utilização da pá carregadeira e da escavadeira hidráulica. Estamos eliminando isso. Nós temos um conflito entre o material que é produzido na jazida e o material que é comprado na jazida comercial: muitas vezes, a quantidade de material, da pedra que é utilizada na obra, não vale a pena você montar uma exploração de jazida para isso; é por isso que você vai para uma jazida comercial. Quer dizer, sairia mais caro, inclusive, você fazer a pedra produzida.

E, muitas vezes, Senador Alvaro Dias, tem apontamentos de sobrepreço, ou de superfaturamento,

que, na própria indagação que o TCU faz, na própria representação que o TCU faz, nós respondemos e o TCU admite a nossa resposta. Nós provamos, e o TCU concorda com a nossa resposta. E quando ele não concorda, transforma num acórdão, para que, imediatamente, seja cumprido.

Senador, muitas palavras foram colocadas na minha boca nesses 14 dias, palavras que eu não disse. Muitas afirmações que foram atribuídas a minha pessoa e que sequer eu pensei nelas. Outros fatos, por exemplo: encontros com ministros, com a cúpula do partido, com isso, com aquilo. E me colocaram em locais que eu não estive. Agora, se apareceu em um *site* uma foto minha com o Ministro Paulo Bernardo, essa foto pode ser em Maringá, como pode ser uma foto das obras de inauguração que ele participou junto com o Presidente Lula, como pode ser uma foto de uma reunião ministerial que nós fizemos no grupo do PAC que, antes de começar, se tira foto de todos. E lá em Maringá participei de duas visitas a obras.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A referência não é a existência da foto, é a retirada da foto.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não é responsabilidade minha. Nem da colocação, nem da retirada. Mas a questão é a seguinte. No caso de Maringá participei de duas visitas a obras. As duas visitas foram acompanhadas pelo Secretário Executivo Sérgio Passos, que vistoriou e fiscalizou a obra. Fizemos reunião na prefeitura, tínhamos um problema com relação às desapropriações, pedimos o apoio das procuradorias, tanto da prefeitura, como da Auditoria-Geral da União, através do contencioso do Estado do Paraná para melhorarmos as desapropriações. Nós não estivemos lá para discutir com o Ministro Paulo Bernardo o escopo da obra. Por acaso, na visita, nós encontramos com o Ministro.

No caso específico da BR-010, Imperatriz/Davinópolis, quero salientar que nós recebemos uma determinação do Ministro Alfredo Nascimento para faze o projeto da obra. Da travessia urbana de Imperatriz, que é a BR-230 que nasce em Cabedelo, cruza o Maranhão e vai até Boca do Acre, no Estado do Amazonas, e no caso da travessia urbana Imperatriz já deveria ter sido implantada há muito tempo é uma obra mais que necessária. Mas ela ainda está na fase de aprovação de projeto e não tem orçamento para ela. Portanto é uma obra não implantada.

Com referência ao tapa-buraco do ano de 2006/2007, ou seja, do final do ano de 2006 para o início de 2007, era caótico o estado das rodovias brasileiras. Elas precisavam de investimento, precisavam pelo menos de uma manutenção mínima e foi feito um programa denominado PETSR. Foi um programa que abrangeu mais de 20 mil quilômetros de tapa-buracos nas rodovias brasileiras. Esse programa foi acompanhado por diversas auditorias, inclusive CGU e TCU. Nem tem todas as rodovias foi feita má aplicação. E no caso das rodovias onde foi feita má aplicação tem muitas empresas respondendo por essa má aplicação. O Ministro não tem interferência nisso, nem o Ministro é que faz o conluio das empresas, nem também o Dnit para ver quem vai ganhar o processo licitatório. O mercado disputa o processo licitatório.

Com relação às doações de campanha, não posso responder, porque as doações de campanha são feitas para todos os partidos. Se o senhor consultar o Tribunal Regional Eleitoral dos Estados...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para facilitar sua resposta, eu fiz referência à coincidência de que os maiores doadores são os maiores beneficiados pelos aditivos. Houve essa constatação de coincidência, apenas isso.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Mas eu discordo veementemente disso, porque posso provar matematicamente. Agora, é claro que empresas que têm um maior volume de obras... Temos empresas que têm um maior volume de obras. Tanto no caso do Dnit, como no caso de vários Estados. Obviamente, empresas que têm mais obras, pode ser que tenham mais aditivos. Outra coisa que se faz uma confusão total é sobre o que é aditivo e o que é reajuste. Eu pessoalmente, tenho a convicção de as obras contratadas e que você tem um prazo para executá-las, seja de 12, 24, 36 meses, você colocou a licitação na praça e a obra tem o prazo para executá-la , nessa execução não cabe reajuste. Porque se você colocou a obra em licitação e ela tem que ser executada naquele prazo, acredito que essa obra não tenha que ter reajuste. Mas o reajuste anual, está na lei.

Então, há uma confusão muito grande: o que é mudança de escopo, o que é superfaturamento, o que é sobrepreço, o que é aditivo, o que é reajuste. Obviamente quem muitas vezes escreve mistura tudo isso ou, às vezes, não tem informação sobre tudo isso.

Muitas vezes eu recebo um jornalista para conversar sobre obras no Dnit, jornalistas que trabalham muito ligados ao TCU e às autarquias que fazem obras no Brasil. A primeira coisa que eu tenho que explicar é isto: o que é reajuste, o que é aditivo, o que é mudança de escopo e o que significa tudo isso. Esse esclarecimento seria interessante que fosse feito de maneira até educacional. O senhor tem razão, Senador Alvaro Dias, quando se refere à questão do superfaturamento. Nós não escondemos. O Dnit não esconde os problemas que têm. Aliás, são transparentes, porque são imediatamente divulgados.

Nós percebemos uma prática que vem do Ministério Público Federal e até de muitos auditores: antes mesmo de nós recebermos a notificação, já está na imprensa. Quem vazou aquilo? Quem deu essa informação à imprensa? Obviamente vamos responder a isso da maneira que a adequação exige. Então não vejo esta relação entre doadores de campanha e aditivos, até porque não tem. Eu posso lhe dizer que, no Dnit, não tem esta relação entre doadores de campanha e aditivos.

A questão de "alguém disse que o Pagot disse que as doações foram para a campanha da Presidenta Dilma Rousseff", mentira! Mentira! Veementemente mentira! Não fiz qualquer alusão nem à campanha da Presidenta Dilma nem à campanha de qualquer governador nem à campanha do meu partido. Agora, produzem fatos contínuos. Por quê? Parece-me que esse caso inclusive virou uma guerra de vaidades. A *Veja* estabeleceu o que, no mercado, pareceu um furo. Imediatamente os outros mecanismos de imprensa saíram alucinados atrás disso. Há 14 dias, só se fala nesse assunto, certo? Estão requentando assunto de quatro anos atrás, de dois anos atrás, assuntos até julgados, assuntos investigados pela Polícia Federal, assuntos investigados pelo próprio TCU e assuntos que já tem acusado pagando o que deve. Notícias foram requentadas e trazidas novamente à mídia. Coisas estapafúrdias que já se passaram e que estão colocadas novamente como verdades absolutas e atuais, coisas de dois anos atrás, quatro anos atrás, de seis anos atrás. Essa obra de Minas Gerais começou a oito ano atrás, quer dizer, eu até expliquei como eu recebi essa obra no Dnit, quanto eu reduzi de preço e qual a *perfomance* da obra. Então, desculpe-me se eu não consegui ser suficientemente claro, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Rapidamente, só para a réplica.

Eu quero indagar ainda, faltou, sobre o atual Ministro Passos. V. Sª disse que ele foi ministro quatro vezes, portanto, ele deve ter conhecimento de tudo o que ocorreu no âmbito do Ministério e, provavelmente, participou do que ocorreu. Parece-me ser contraditório: se a Presidente desbanca todos os principais coadjuvantes do Ministério, não só o coadjuvante, mas o ator principal – o Ministro foi desalojado do cargo –, mas assume o Ministério alguém que participava do grupo e, portanto, tem pleno conhecimento de tudo o que ocorreu, isso me parece contraditório.

Para concluir, Presidente. Acho que é subestimar a inteligência das pessoas afirmar que não há superfaturamento nas obras do Ministério dos Transportes, que os aditivos não foram exagero. Portanto, o que posso sugerir é que se compare preços; que se estabeleça um comparativo dos preços praticados pelo Ministério dos Transportes com os preços praticados em alguns Estados ou, quem sabe, até em outros países. Aí nós veremos que há uma diferença abissal. É subestimar a inteligência das pessoas, é exigir demais da nossa ingenuidade afirmar que tudo o que se fez, se fez corretamente e que não há superfaturamento. Há, sim, um brutal superfaturamento. Os preços estão inflados, mas inflados demais e, exatamente, provocam irritação. Quem tem alguma experiência sabe disso. Uma obra de 17 km não pode custar mais do que R$300 milhões.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Alvaro Dias, eu que já concordei com o senhor em muitos pontos, principalmente...

(Interrupção na gravação.)

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – (...) vou me permitir, com todo o respeito, discordar veementemente. Nós podemos discutir obra por obra, não tem problema algum. Aliás, é o que a CGU está fazendo. Quando houve essa manifestação de um novo tipo de trabalho que a CGU ia fazer lá no Dnit, chamei imediatamente o Dr. Tarcísio e disse: Dr. Tarcísio, eu gostaria que o senhor explicasse porque a equipe da CGU já vem trabalhando no Dnit há muitos anos. O senhor tem, inclusive, escritório aqui. O seu colega anterior, o Júnior, com mais cinco auditores fizeram auditoria permanente do Dnit nesse tempo. E, agora, gostaria de saber se o senhor vem com nova orientação de trabalho, porque é muito importante saber em que grau vai ser preciso fazer esses levantamentos. E a questão do Ministro Paulo Sérgio Passos que o senhor coloca, o Ministro, obviamente, participou como Secretário Executivo e como Ministro e nos deu as orientações precisas. Ele é um técnico de ilibada reputação, renomado, que sempre esteve atento. Mas, obviamente, muitas ordens e muitas portarias foram emanadas por ocasião da sua gestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Luiz Antonio Pagot por dois motivos. O primeiro por ter se disposto a vir ao Senador Federal dar explicações e conversar com os Senadores. Isso não tem ocorrido com muita frequência, nesse período em que assumimos o mandato.

E, em segundo lugar, cumprimentá-lo pelo veemente protesto que fez em Cascavel, em relação à inadimplência das concessionárias de pedágio que não cumprem os seus compromissos e cobram uma tarifa rigorosamente absurda. Sem sombra de dúvida, foi uma atitude corajosa.

Mas a questão que quero colocar é a seguinte: no Paraná, há muito tempo, nós pleiteávamos junto ao Governo Federal, algumas modificações na Ferroeste, uma ferrovia que foi feita no meu primeiro governo, numa parceria com o Exército Brasileiro, com custo extraordinariamente barato, à época US$380 milhões, ligando Cascavel a Guarapuava. O Governo Federal pleiteava uma retificação de um trecho dessa ferrovia, entre Guarapuava e Ipiranga. E no *site* dos Ministérios, do Planejamento, inclusive, havia um preço avançado, era de R$220 milhões, preço com o qual, tendo em vista o custo da estrada que o Governo havia construído anteriormente, nós não concordávamos. Mas, era o preço que constava dos documentos dos Ministérios, Ministério do Planejamento, inclusive, e confirmado por entrevistas do Diretor Presidente da LL América Latina Logística, R$220 milhões. A minha assessoria no governo do Estado acreditava que essa estrada podia ser feita, da forma que fizemos a Ferroeste, anteriormente, em parceria com o Exército por R$150 milhões, R$160 milhões.

Mas o Estado do Paraná não concordava com esse trecho, Guarapava-Ipiranga. Nós queríamos uma obra diversa, inclusive pleiteávamos junto ao Governo Federal uma quantia bem superior, que se destinava a uma intervenção, inclusive Curitiba-Paranaguá, na serra, 362, 363 km. Pois muito bem, em determinado momento recebi um pedido de audiência – governador que era – do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Ele não me disse qual era o assunto a ser tratado, e eu pensava que o assunto a ser tratado seria aquela pendência do Governo do Estado do Paraná com o Banco Itaú, que tentava ficar com a nossa companhia de energia elétrica, irregularmente dada em garantia a uma negociação pelo governo anterior. Recebi o Ministro na minha casa no fim de semana e ele foi acompanhado do Sr. Bernardo Figueiredo, que hoje é o diretor-geral da ANTT. E eles estão me disseram que havia um novo orçamento para essa estrada, não era mais R$220 milhões, mas R$540 milhões. E agora, com essa conversa toda de escopo, Sr. Pagot, eu fico me perguntando se a mudança do escopo não foi a troca de trilhos de aços por trilhos de prata; 220 para 540 é um preço enorme.

Pois bem, era uma PPP – Parceria Público Privada. O Governo Federal incentivaria a LL, que construiria o trecho, uma vez que ela já é a concessionária de todo o ramal sul do País, com recursos do BNDES e com a supressão do pagamento de R$52 milhões por ano, que era o que ela pagava pela concessão do seu ramal. Ela faria a estrada e, posteriormente, poderia cobrar pedágio no trecho, o que, segundo cálculo da assessoria da própria Ferroeste, significaria US$6 por tonelada. Eu achei a mudança absurda; não entendi como sai uma obra de 220 para 540, e dei a reunião com o ministro e com o Bernardo Figueiredo por encerrada, e disse que não teria nada mais a discutir com eles, porque o Estado do Paraná não concordava com o trecho, não era o ideal para a nossa economia, que o pedágio cobrado pela LL, posteriormente, oneraria a nossa agricultura. E comuniquei isso ao Governo Federal, a minha não concordância. Eu já havia mandado algumas correspondências pros Ministérios, dizendo que o Paraná não concordava com a estrada e muito menos com o preço, que havia sido elevado para 540 milhões. Eu até tenho cópia dessas correspondências todas.

Pois muito bem, não se falou mais nessa obra; comuniquei ao Governo Federal e não se falou mais nessa obra. Um ano e meio depois, o Ministro Paulo Bernardo, em uma entrevista a um jornal do Paraná, declarou que o governo do Paraná, ou especificamente o Governador Roberto Requião, estava impedindo investimentos privados no Estado. Eu não havia mais falado no assunto porque o assunto estava encerrado após o nosso contato com a Presidência da República, com o Governo Federal. Então, eu tomei a liberdade de na Escola de Governo, que era uma escola televisada que nós fazíamos toda terça-feira, prestando contas, o primeiro e o segundo escalão prestando contas à sociedade, eu expliquei porque eu não havia concordado com esse investimento privado, que era para mim rigorosamente absurdo.

A minha pergunta: como é que um projeto de 220 pode passar para 540? E o que rigorosamente tinha a ver o Ministro do Planejamento junto com o então assessor da Casa Civil Bernardo Figueiredo me procurar, se eu não teria nada a ver com aquilo, era uma obra direta do Governo Federal? Depois que eu fiz a declaração, eu passei a ser processo por crime contra a honra pelo Ministro Paulo Bernardo. Não sei onde atingi a sua honra ao discordar com o aumento de preço numa obra pública. Qual é o mecanismo que permite que espécie de mudança de escopo ou variação de mercado que permite um acréscimo de 220 para 540 milhões, quando uma obra que deveria ser pública e se transforma em uma PPP, a ser financiada pelo BNDES e paga com a isenção, o estímulo e incentivo da supressão do pagamento da concessão do Ramal Sul do Brasil.

Eu gostaria que o Sr. Luiz Antonio Pagot me explicasse, sob a perspectiva do Ministério dos Transportes, como se dá uma mudança de preço dessa natureza? E que responsabilidade direta teriam o Sr. Bernardo Figueiredo, Assessor da Casa Civil, e o Ministro Paulo Bernardo, para me procurarem a fim de que eu anuísse,

concordasse com essa perspectiva e essa mudança que, absolutamente, não era razoável?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – *(Início da intervenção fora do microfone.) Inaudível.)* Senador Roberto Requião, o Dnit, na parte ferroviária, é extremamente limitado. O Dnit, na parte ferroviária, ele é extremamente limitado. Nós temos a responsabilidade de algumas travessias urbanas para evitar o conflito entre o tráfico urbano e, obviamente, o tráfico ferroviário, mas precisaríamos ter um orçamento bem dilatado, pois o nosso orçamento é muito pequeno.

Nós fizemos um levantamento em todo o Brasil: nós temos mais de 900 pontos de conflito. Porque, Senador Requião, na concessão que se deu através de licitação de ferrovia, no Brasil, os 28 mil quilômetros que foram adquiridos pelas concessionárias, foram por intermédio de uma cláusula que dizia que as travessias urbanas e os contornos ferroviários, apesar deles receberem as ferrovias, estariam sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. Então essa responsabilidade acabou sendo destinada ao Dnit, que nunca tem o orçamento para fazer frente ao tamanho das necessidades do Brasil.

E mais, que nós recebemos da extinta rede, a partir do ano de 2009, o patrimônio da extinta rede, mas não o patrimônio imobiliário, pois este está vinculado à SPU – Secretaria de Patrimônio da União; na verdade, nós recebemos 11 mil quilômetros de trilhos, que eu não falei no começo, trilhos abandonados; as estações que estão deterioradas; 47 armazéns com oficinas, com estoques de materiais, como tem lá em Curitiba, no Paraná.

Eu estive várias vezes com o Presidente da Ferroeste, o Samuel Gomes, que, na sua gestão, era o Presidente da Ferroeste, para colocar à disposição dele justamente esses materiais que tínhamos disponíveis, pois ele tinha muita vontade de ampliar a operação de Cascavel até Guarapuava, e lhe faltavam vagões e locomotivas; vagões e locomotivas que temos, até hoje, em estoque, só que no estado em que se encontram. E aí eu sugeri para ele que a reforma desses vagões e dessas locomotivas não tem um custo alto, mas que ele poderia efetivamente utilizar para transporte de carga.

Recentemente, naquela reunião de Cascavel, manifestei para o Maurício a mesma coisa: que nós temos vagões e locomotivas que são do mesmo tipo que percorre o trecho de 200 km entre Cascavel e Guarapuava, e que a Ferroeste poderia utilizar para fazer o transporte de cargas.

Agora, com referência a essa informação que V. Exª está dando aqui neste plenário, eu só tomei conhecimento vago pela imprensa, e não posso responder pela ANTT, obviamente, porque é uma agência que responde pela regulamentação, é quem faz as concessões de transporte ferroviário e, obviamente, também na questão das rodovias concessionadas e...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas, Sr. Luiz Pagot, eu não falei da ANTT; eu falei no Ministro do Planejamento e no então Assessor da Casa Civil Bernardo Figueiredo.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Mas eu não tenho como responder sobre esses atos, Senador. Eu quero que V. Exª me entenda que eu não tenho como responder sobre esses atos. Desejo afirmar que qualquer assunto referente ao Dnit eu estou pronto a responder, a assumir responsabilidades. Mas, por atos de terceiros, mesmo sendo do Ministro, acho que esses Ministros saberão responder melhor, saberão encaminhar essas questões.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Sª me permite?

Embora V. Exª tenha dito à imprensa que o Ministro Bernardo tinha tanta influência quanto V. Exª em seu trabalho.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Pedro Simon, primeiro que eu não falei com a imprensa. No entanto, falei nesse plenário que o Ministro Paulo Bernardo faz parte do Comitê Gestor do PAC. Não me manifestei na imprensa sobre isso nem sobre o Ministro Paulo Bernardo. Mas, nesse plenário, falei que o Ministro Paulo Bernardo, como Ministro do Planejamento, fazia parte do Comitê Gestor do PAC e eu o encontrava regularmente nas reuniões do Comitê.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Roberto Requião. Solicito que seja rápido porque temos 20 oradores inscritos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É a minha réplica.

Nessa questão, essa mudança de 220 para 540 milhões seria responsabilidade do Comitê Gestor do PAC, daí a presença do Ministro Paulo Bernardo na residência oficial do Governador para me propor a alteração.

Para complementar eu gostaria que, se fosse possível essa resposta, V. Sª me informasse quantas locomotivas zero quilômetro existem na rede, no acervo da LL, e que estariam sendo colocadas à venda como sucata? Existem locomotivas em excelente estado, zero quilômetro que a LL pretendia vender em leilão privado?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Isso é uma questão que precisa ser esclarecida. A LL não administra esse patrimônio. A LL é uma concessionária que tem

seus trechos de trilho e nesses trechos tem seus vagões, suas locomotivas, suas oficinas. Muitos trechos ela já fez duplicação. Esse assunto das concessionárias é diretamente vinculado ao Bernardo da ANTT. Nós temos um grande acervo sob a responsabilidade atual do Dnit de peças rodoviárias e nesse acervo também se encontra uma grande quantidade de locomotivas. Grande parte dessas locomotivas são antigas e pode ser dado um bom uso para elas. Além das locomotivas antigas temos no depósito de São Carlos 56 locomotivas zero quilômetro que nunca saíram da caixa e que foram compradas antes de 2000. São locomotivas elétricas que faziam parte de um programa Transurb, ou seja transporte urbano, e que utilizaria trilhos ferroviários já implantados. Essas locomotivas elétricas e mais vagões que seriam comprados, adaptados, ou construídos aqui no Brasil e, obviamente, serviriam para transporte de passageiros, principalmente em algumas regiões metropolitanas. Não sei o porquê, mas em determinado momento esse programa não foi adiante e até hoje essas locomotivas estão encaixotadas. Estão bem preservadas, mas estão encaixotadas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas havia uma ação para vendê-las como sucata?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não, posso lhe dizer que não. O que existe, até hoje, só tem um projeto de sucata que, cuidadosamente, está sendo conduzido no Dnit. Só tem um processo um único processo de venda de sucatas.

Primeiro fizemos o levantamento e identificamos, ao longo desses 11 mil quilômetros que citei, muitos pedaços de trens, pedaços de locomotivas, completamente canibalizados e que, obviamente, foram fotografados e identificados como sucatas. Esse registro foi colocado à disposição da CGU, do TCU e do Ministério Público Federal. Foi encaminhado, inclusive, para vários Ministérios Públicos Federais, como o do Rio de Janeiro e, até hoje, não se fez nenhuma licitação porque essa única licitação de venda de sucata ainda está em avaliação.

Mas posso lhe garantir, Senador Requião, que é sucata. Quanto aos demais equipamentos, o que estamos querendo fazer? Por exemplo, o Estado do Piauí está querendo implementar uma ferrovia, que vai da sua capital até o porto; certo? Essa ferrovia hoje precisa receber uma reestruturação. Nós temos trilhos para fornecer para a reestruturação e temos equipamentos que podem andar nessa ferrovia de maneira competitiva. Esse material que existe hoje, sob a responsabilidade do Dnit, nós estamos tentando encaminhar dessa forma, como também naquele programa que eu já citei, do turismo de trem, pegar trecho de 40km, 50km, existem velhas marias-fumaças e há prefeituras que se interessam por isso. Em vez de deixar aquele material para ser vendido a R$1,00 o quilo, colocar para gerar um ambiente econômico, um ambiente cultural, um ambiente de turismo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, quero só esclarecer que o pedido do Piauí foi feito e esperamos que ande aceleradamente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador José Agripino, o Sr. Luiz Pagot pede um instantinho para ele ir ao toalete.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, acho que sou o próximo inscrito, não?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Era V. Exª. Como V. Exª não estava, eu passei...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu não era depois do Senador Requião?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Era logo em seguida. Como V. Exª não estava presente, eu coloquei o Senador José Agripino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o Senador Requião não acabou de fazer as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, mas é porque V. Exª chegou agora. Mas eu posso voltar novamente a inscrição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Lúcia Vânia, só para esclarecer: falo eu ou o Senador Cyro?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Cyro estava inscrito, Senador Agripino. Eu peço desculpas, mas vou conceder a palavra a S. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Lúcia Vânia, na ordem de inscrição, quantos Senadores já tiveram a sua participação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E quem falta, Presidente?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quem falta? Para ser mais claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Apenas cinco Senadores falaram.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA, Sr. Luiz Antonio Pagot, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos aqui diante de um mar de denúncias no Ministério dos Transportes, que envolvem implicitamente várias pessoas, inclusive todos do Partido Republicano. Temos aqui denúncias de que funcionários ligados a empresas de engenharia e do ramo de construtoras despacham direto nas instalações do Dnit. O Diretor da autarquia não vê irregularidades. A imprensa também se refere aos 2km que custaram 35 milhões. A imprensa também diz que o Diretor do Dnit recebia entregas em um hotel, "entregas" – entre aspas. O quarto era uma bagunça, ele marcava uma reunião lá e a gente chegava. Falava sobre a obra e deixava o envelope com o acerto em cima da mesa e ia embora como se nada tivesse acontecido. Isso e várias coisas estão aqui na imprensa.

Só quero fazer duas perguntas ao senhor, vou ser muito rápido. O senhor acha que a Presidente Dilma está sendo injusta com o senhor e com os demais, por tê-los demitido do cargo? Qual o motivo que levou a Presidente a demiti-lo, e se o que está na revista for injúria, se o senhor está disposto a processar a revista *Veja*. Somente isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Cyro Miranda, é o seguinte. Primeiro, identifico nessas matérias uma falsidade total. Por duas vezes na minha vida, já fiz processos contra empresas jornalísticas, certo? Tenho um advogado, as empresas jornalísticas têm departamento jurídico. Eu não tenho como sustentar anos e anos e anos e anos, um advogado numa causa. Uma causa do Paraná já tem 25 anos, e até hoje não chegou ao final. Com certeza, se eu for tomar uma providência dessas com a revista *Veja*, eu já estarei cremado, e não chega uma solução desse episódio. Então, tenho que me manifestar nos fóruns em que tenho condições. Hoje é um fórum em que tenho condições e eu rebato veementemente isso. Mas, a única possibilidade que tenho é a de rebater veementemente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite?

O senhor representa um partido, o senhor está lá colocado pelo partido. O partido teria, por obrigação, defendê-lo, e o partido, também, tem um departamento jurídico.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – O partido tem que fazer a parte dele como partido e como legenda partidária e procurar conduzir as bandeiras. Nunca vi um partido ter preocupação com o dirigente que ele indica, ou fazer a defesa de um dirigente que ele indica. Aliás, quero dizer para o senhor, todas essas reivindicações, todos esses processos que estão em trâmite na Polícia Federal, na Receita Federal, no Ministério Público Federal, enfim, na Controladoria-Geral da União, eu, como gestor do Dnit respondo por eles. E tenho a convicção de que vou ter que responder por muitos e muitos anos, mesmo sendo inocente na maioria absoluta dos casos. Talvez, Senador, em algum item desses, eles vão dizer assim: Você não tomou providências a tempo e a hora. Até estive pensando e examinando muitos processos que nós temos e pode ser até que eu seja acusado de não ter tomado providência a tempo e a hora, tendo em vista a quantidade extraordinária de serviço que tem o Dnit, e a pouca quantidade de pessoas que tem para trabalhar. Tem coisas que deviam estar prontas há três meses e que não estão prontas porque quem está conduzindo os processos são pessoas que têm outras atribuições e, eventualmente, têm que dividir essas atribuições com seus processos. Quer dizer, eu não me vejo em condições.

O outro assunto, com relação à Presidenta Dilma, se o senhor pudesse fazer a pergunta de novo, porque eu não entendi...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria saber se o senhor acha que a Presidente Dilma foi sendo injusta ao proceder à demissão do senhor, dos outros companheiros e do próprio Ministra, se foi injusta. E, qual o motivo que levou a Presidente a fazer isso.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Na realidade, a Presidente Dilma determinou ao Ministro Alfredo Nascimento que nos afastássemos. Não teve a figura da demissão; certo? E eu disse ao Ministro Alfredo Nascimento que o meu cargo não permitiria o afastamento. Então...

Deixe-me repetir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu pergunto: por que ela pediu afastamento? Demissão ou afastamento.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não; ela fez um pedido para que todas as pessoas que estavam citadas pela revista fossem afastadas. E eu disse ao Ministro Alfredo Nascimento que do meu cargo eu não posso ser afastado. Ou eu sou demitido, ou eu continuo no cargo e vou responder, vou assumir as responsabilidades que já tenho e vou continuar respondendo pelo Dnit.

Agora, quero deixar bem claro também, Senador Cyro, que eu respondo pelo Dnit e ponto. Eu assumo

as responsabilidades pelo Dnit. O Ministério dos Transportes é muito grande. O Ministério dos Transportes tem o Fundo de Marinha Mercante; o Ministério dos Transportes tem a Antaq; o Ministério dos Transportes tem a ANTT; o Ministério dos Transportes tem a Valec. Ou seja, o Ministério dos Transportes é um ministério muito grande; ele não tem só o Dnit. O Dnit é uma das autarquias do Ministério dos Transportes. E eu sou diretor-geral...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – o senhor continua respondendo pelo Dnit? É isso?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não; neste momento estou de férias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom; mas, mesmo de férias, o senhor continua respondendo pelo Dnit.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Exatamente; respondendo pelo Dnit. Eu tenho um substituto, chamado Dr. Sadoc, o Diretor Executivo, e que, regulamentarmente, isto é, de acordo com o que está no nosso regulamento, me substitui. Então, agora estou de férias, continuo como gestor do Dnit, continuo como responsável pela gestão do Dnit, mas, obviamente, quem está respondendo por mim neste momento é o Dr. Sadoc.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, queria parabenizá-los por esta audiência conjunta. Queria também cumprimentar os signatários do requerimento, sem, no entanto, deixar de fazer o registro de que foi também tomada uma iniciativa pelo Sr. Luiz Antonio Pagot de, voluntariamente, se colocar à disposição do Senado Federal para responder sobre seus atos e também sobre o Dnit.

Devo dizer, Sr. Depoente, Srªs e Srs. Senadores, que estamos falando talvez de uma das áreas mais complexas do Brasil. Eu não conheço – e fui Governador por oito anos –, quero ser apresentado a um governador ou que me coloquem, porque quero aprofundar os meus conhecimentos, que não tenha tido problemas com a execução de obras rodoviárias em sua gestão, independentemente de ter alguma culpa ou de não ter alguma culpa. É complexo; envolve muitos interesses e envolve, inclusive, um despreparo do País para o desafio que essa área requer.

Digo isso para cumprimentar, já de antemão, V. Sª pela maneira clara, eficiente e objetiva com que respondeu os questionamentos até aqui e, tenho certeza, responderá até o final desta audiência.

Eu queria dizer que é importante lembrarmos, neste começo, que há dez anos foi criado o Dnit– há dez anos, frise-se – no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E não foi criado o Dnit porque as coisas estavam às mil maravilhas no Ministério dos Transportes, não. O Ministério dos Transportes passava por vários problemas. Eu era Governador nessa época. Endossei e renovei a minha confiança no Presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele se dispôs a mudar a estrutura do Ministério dos Transportes no Brasil. Naquela época, 90% dos projetos do Ministério dos Transportes, como muito bem lembrou V. Sª, eram feitos por nove empresas de consultoria – nove! Hoje, esse número mudou bastante: são mais de cinqüenta empresas que concorrem para a elaboração de projetos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um minuto, Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora que está às mil maravilhas? Então, parabéns! Honra ao mérito!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu já lhe permito... É que o problema é político aqui. Enquanto ele for técnico, eu acho que está indo muito bem. E V. Sª trouxe questões técnicas para cá que acho da maior importância. Quero colocar ainda que sessenta empreiteiras tomavam de conta das obras rodoviárias no Brasil; hoje, são mais de trezentas.

Sr. Pagot, meus colegas Senadores, não estou dizendo isso aqui para fazer nenhuma acusação a governo passado ou a outros colegas. Eu também tive e tenho de me explicar. Especialmente meu sucessor, o Governador Binho, uma pessoa honesta e decente, exatamente por ser honesto e decente, passa dificuldades até para ser ex-Governador e está respondendo a uma série de processos, por conta de uma obra no Acre, a BR-364, que V. Sª citou. Mas a obra da BR-364 só está saindo – nós a começamos ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos confiou, que nos delegou essa obra; depois, o Presidente Lula a assumiu, bem como agora a Presidente Dilma – por conta do envolvimento direto do Estado e da intenção de romper com a situação gritante para todos nós. A pedra usada no Acre vem da Colômbia; o cimento tem de ser importado, para ser jogado num solo que não tem qualquer resistência. E o custo do quilômetro é e deve ser questionado.

Já que o tempo é nosso adversário, eu queria dizer que, nesta audiência, temos de separar aquilo que é problema e tem resposta daquilo que é problema, mas não tem resposta. Há muito tempo, o Brasil está procurando promover mudanças na aplicação dos recursos na área de transportes, especificamente por conta do volume de recursos envolvidos. Eu gostaria que V. Sª, se pudesse, fizesse um paralelo sobre os

custos de grandes obras no Brasil e fora do Brasil, porque há empresas que fazem obras aqui e que fazem obras fora daqui. Esta é uma coisa importante: a resposta. E é muito importante que o Senado cumpra seu papel, inclusive os colegas da oposição.

Um convite foi feito pelo meu companheiro Blairo Maggi e também pelo meu colega e companheiro Aloysio Nunes. E, prontamente, V. Sª os atendeu. Quem sabe dessa maneira enfrentaremos melhor os problemas existentes ainda no Brasil?

Falo isso porque, há dez anos, 65% das estradas brasileiras estavam em situação insatisfatória do ponto de vista técnico, matando gente e inviabilizando o País. Hoje, esse número caiu para 35%, o que ainda é muito. Há ainda muito a ser feito.

O questionamento que faço a V. Sª, sem deixar nada fora, é o seguinte: o que encarece as obras no nosso País hoje? Licenciamento ambiental? Qual é o peso disso? A demora na anuência de órgãos diretamente envolvidos? V. Sª já citou pelo menos quatro órgãos. O que significa essa mudança num País que, em dez anos, transportava quinhentos milhões de toneladas e que, hoje, transporta quase um bilhão de toneladas, para citar o setor do agronegócio, por exemplo? Em dez anos, dobrou o número de veículos nas estradas; em dez anos, dobrou o número de cargas transportadas nas mesmas estradas.

Sr. Pagot, peço que, por favor, V. Sª diga com mais detalhe quanto tempo demora, de fato, para uma obra sair. O senhor falou em dois anos. Mas acho que, em dois anos, saem aquelas obras que têm melhor sorte. Em dois anos, o preço original vira quanto? O preço muda.

Aqui, eu só queria dizer que é muito importante que o Senado, antes do recesso, entre nesse tema, procure esclarecer esse tema, e acho que V. Sª está colaborando.

Tenho de dar um testemunho aqui: V. Sª tem alguns defeitos que conheço e deve ter outros que não conheço, mas o defeito que conheço é o de ser duro, firme, como foi com meu Estado. Tive de fazer uma audiência com V. Sª, porque também somos duros, até para lhe pedir desculpas, por conta de alguns termos que alguns colegas usaram no trato com V. Sª. Sei da dureza e do grau de exigência que nós sofremos no Acre por conta da execução de obras. E acho essa uma qualidade, não um defeito. Essa é uma qualidade.

Aqui, não estou autorizado por ninguém a fazer a defesa de ninguém. Só quero aprofundar essa questão e esclarecer isso.

Acho que o Presidente Fernando Henrique – aqui, Senador Aloysio, não há paralelo, nem comparativo – agiu de forma correta quando criou o Dnit. O Presidente pensou na reestruturação do Dnit. Eu queria que V. Sª também respondesse por que o Presidente Lula, antes de completar dez anos de Dnit, estava propondo uma reestruturação desse órgão, que é tão importante para a infraestrutura do País, quando a nossa Presidente está decidida a dar um passo importante e histórico no sentido de consolidar a infraestrutura do nosso País. O senhor acha que, com a estrutura existente hoje, vamos atender a um país que cresce e se desenvolve?

Por último, Srª Presidente – sei que a senhora já me deu a tolerância dos cinco minutos; estou vendo ali que há mais um minuto e vinte segundos –, eu queria dizer que também acho que devemos separar as questões que podem estar em volta de um tema tão delicado e tão importante como esse para o País de ilações ou tentativas de atingir pessoas que não deveriam ser atingidas por não haver razão para isso. Eu me refiro ao Ministro Paulo Bernardo e à Ministra Gleisi. São pessoas rigorosas, que cumprem um papel importante de gestores nesta República, na nossa República. V. Sª já esclareceu sobre isso.

Encerrando, eu queria agradecer a V. Sª por ter vindo aqui.

Srª Presidente, encerro, dizendo que, aqui, pelo menos mais 20 Senadores vão fazer arguições e questionamentos e levantar alguns pontos que ainda não foram lembrados pela imprensa, nem por nós, Senadores que já falamos.

Penso que a imprensa tem um papel importantíssimo a cumprir, neste momento, no País. Não me associo àqueles que a satanizam. Também sofro com isso, mas é muito importante a imprensa livre. Mas não podemos incorrer no grave erro no País e no nosso Senado de, às vezes, por conta de alguma suspeita ou de alguns questionamentos, julgarmos e condenarmos as pessoas, sem que elas tenham o direito de dizer pelo menos a sua versão. E a vinda de V. Sª aqui foi muito importante. A sua versão foi posta de maneira clara, objetiva e corajosa. Obviamente, depois da apuração que o Ministério Público Federal certamente fará, bem como outros órgãos competentes, como o Tribunal de Contas e a própria CGU, será esclarecido definitivamente esse tema tão complexo que, há uma década, está na agenda do nosso País, que é a aplicação de recursos no Ministério dos Transportes e a execução de obras no Ministério dos Transportes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Primeiro, respondo à questão referente aos custos de obras. É muito difícil, Senador, fazer comparativos. Tratamos a questão de obras de maneira muito diferente, digamos

assim, da tratada pelos dez maiores países do mundo que executam obras. É muito diferente, por conta da nossa falta de recursos, da escassez ou da insuficiência de recursos.

Se o senhor olhar o nosso Plano Nacional de Logística e Transporte, que é formulado pelo Ministério dos Transportes, mas que conta com a orientação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conint) e também com a participação de todos os Estados brasileiros, o senhor vai identificar um número, que é o seguinte: para recuperarmos as rodovias brasileiras e darmos a elas condições totais, deixando-as num excelente nível de trafegabilidade, e para atendermos ao constante aumento de fluxo e volume, temos de investir, durante oito anos, R$30 bilhões por ano só na área rodoviária. Além disso, devem ser feitos investimentos no setor hidroviário. Não começamos sequer os investimentos necessários. Temos um potencial extraordinário, mas não começamos sequer esses investimentos. É onde se pretende mudar a matriz de transporte no Brasil. É preciso complementar os investimentos ferroviários, que são fundamentais para a Nação brasileira, para a mudança da matriz de transporte e até para a questão da redução de CO_2.

O Dnit classifica de 0 a 4 as suas rodovias, em função de fluxo e volume e, principalmente, em função dos locais em que estão implantadas essas rodovias, se estão em regiões metropolitanas ou em regiões ermas, se estão em regiões de serra ou em regiões de planalto. Então, o custo de nossas obras tem uma variação bastante grande. A própria tabela Sicro traz isso.

Posso encaminhar à Casa, sem problema algum, os custos gerenciais, rodovia por rodovia, tabela por tabela, e o custo por metro quadrado de obras, se a ponte é protendida, se a ponte é estaiada. Temos tudo isso. Tudo está registrado. Certo?

Então, qual a grande diferença entre as obras que executamos aqui e as obras que os outros executam lá fora? Primeiro, há o seguinte: a nossa referência são custos unitários. Nós trabalhamos com a referência de custos unitários; os países, a grande maioria, a maioria absoluta, com custos globais. Eles têm um termo de referência para aquela obra, uma especificação para aquela obra; colocam na praça e recebem a melhor proposta, e isso não quer dizer que a melhor proposta seja o menor preço. A melhor proposta é a que envolve a geometria da rodovia; a melhor proposta é a que envolve a parte de trafegabilidade da rodovia, alguns tipos de melhoria para o usuário que está trafegando, faixas específicas para trens-tipos ou para esses caminhões maiores. Então, em função da proposta que aquela empresa apresenta, eles não julgam o menor preço nem o preço unitário; eles querem saber a empreitada global. E aí há duas coisas que eles fazem: uma grande exigência na caução e, segundo, na caução que você tem que fazer... Hoje também, para você pegar um contrato no Brasil, você tem que fazer caução. Lá eles fazem uma exigência grande na caução e um seguro, porque, se num momento qualquer daqueles, aquela empresa que ganhou não der conta de fazer a obra, eles executam o seguro e põem uma outra empresa para fazer. Certo?

Então, é um processo completamente diferente das obras que são feitas no Brasil. Nós, com certeza, poderíamos adotar esse processo no Brasil. Nós poderíamos adotar. Eu vejo que é um processo... É claro que tem que dar um tempo para o TCU se preparar para tudo isso, a CGU se preparar, mas acabaria com uma discussão infinita sobre o tipo de máquina e equipamento que se vai utilizar, que tipo de vibro acabadora que se vai usar, que tipo de pó de pedra que se vai utilizar, que é o *filler;* acabaria com tudo isso. Ele tem que fornecer uma estrada naquela especificação, com resistência para cinco anos, para dez anos, para vinte anos. Aí o seguro pesado, para, se por acaso der alguma coisa errada, o seguro responder. Então, essa seria...

Olha, se nós tivéssemos um programa como esse no Brasil, com certeza, nós não estaríamos discutindo isso e muito menos corrupção na área rodoviária ou ferroviária ou hidroviária, assim por diante.

A segunda questão que o senhor colocou: tempo. Olha, o tempo realmente é incerto, Senador. Por mais que a gente organize organograma, por mais que a gente faça programa, por mais que a gente tenha reuniões nos GTs, nos comitês, o tempo é incerto. Porque os licenciadores são verdadeiros potentados, que fazem o que querem, quando querem, na hora que querem. Aí você nunca sabe o que vai haver no licenciamento, na licença prévia ou na licença de instalação. E essa legislação que está aí não foi uma legislação formada nos últimos anos; é uma legislação que se arrasta nos últimos vinte anos. E esses licenciadores fazem tantas exigências que, muitas vezes, as exigências até influem no traçado da rodovia, influem na maneira de você construir aquela rodovia, acrescentam preço às obras. Fora o custo de todos esses estudos.

Este ano, por exemplo, o ano da graça de 2011, o Brasil vai consumir R$500 milhões em condicionantes ambientais, seja por mudança de corpo, seja por contratação de serviços, de consultorias, de antropólogos, de sociólogos, de educadores. Por que educadores? Porque muitas das exigências são educação ambiental, de reflorestamento, de condicionantes que tratam, por exemplo, na área de medidas mitigadoras, por onde passam as rodovias. Então, esses custos são

custos pesados. Em algumas rodovias nossas, esse custo está significando 22% do custo da obra.

Eu poderia fazer aqui uma lista de 20 itens e, de qualquer dos 20 itens, todos os senhores e senhoras que estão aqui dariam risada, mas eles estão nas condicionantes ambientais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um instante. V. Sª está dizendo que hoje mais de 20% dos custos das obras estão vinculados a exigências novas, que começaram a surgir no Brasil nos últimos anos; é isso?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Exatamente. Não estou me referindo a todas as obras, mas, em algumas obras, notadamente na Amazônia Legal, esses custos estão se verificando pesadíssimos. E agora até no Nordeste. Por exemplo, eu estou com uma obra parada no contorno de Fortaleza, não consigo tocá-la por causa de uma tribo indígena que está ali secularmente, colocada ali ao lado da rodovia e não consigo duplicar porque há exigências, querem que faça ciclovia, querem que faça isso e aquilo. Isso para dar um pequeno exemplo, eu podia dar vários exemplos aqui para mostrar o quanto esses custos podem acrescer ao valor final de uma obra.

Outra questão que o senhor falou é sobre a reestruturação que o Presidente Lula determinou já em 2009. Fizemos todo o trabalho, esse trabalho foi apresentado para o Conselho de Administração, que é algo superior ao DNIT, foi aprovado no Conselho de Administração, foi remetido, então, ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Planejamento. Sinceramente, espero que nós possamos implantar no próximo ano, rapidamente, esse trabalho de reestruturação, de que o Dnit precisa. O Dnit foi criado com lotacionograma de 4.980 funcionários e tinha um orçamento de R$2,5 milhões, sempre contingenciado. No máximo o que fazia era R$1,5 milhão de obras. Por isso que praticamente se acabaram as rodovias no Brasil.

Agora, esse Dnit novo, que está aqui hoje – não vou chamar de novo, mas este Dnit que está aqui hoje –, os 4.980 funcionários não são 4.980, são só 2.800, porque, por questões de salários e aposentadorias, nós já perdemos essa massa de 2.000 funcionários. E mais: não tivemos autorização para novos concursos, um novo concurso de 150 funcionários, que não resolve nada.

Então, nós precisamos ter os 6.200 e poucos funcionários para poder tocar R$12 bilhões de orçamento. Então, pulamos de R$2,5 milhões para R$ 12 bilhões, com aquelas pessoas que estão sendo extraordinariamente exigidas nas suas unidades locais, exigidas nas rodovias, exigidas na superintendência, exigidas na própria sede. Tem gente que vira o fim de semana trabalhando. E aí a identificação desse cidadão que vira o fim de semana trabalhando é de corrupto, não é de gente de bem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*) S. Exª não está presente.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Pagot, eu queria louvar a iniciativa de V. Exª de vir a esta Comissão, evidentemente para esclarecer. Esclarecer, suponho eu, denúncias de que V. Sª é alvo e denúncias de que o PR – Partido que o indicou – é também objeto.

Veja V. Sª: nos últimos dois meses, o atual Governo foi envolvido em vários casos que tratam de corrupção – o caso Palocci, que terminou com a saída do Ministro, que não teve explicações e, por isso, foi exonerado; o caso dos aloprados voltou à cena pela denúncia de um dos citados, que voltou a reafirmar fatos que trouxeram o assunto a lume; recentemente o Procurador Geral da República confirmou a denúncia do mensalão, reiterando a culpa da quase totalidade dos envolvidos denunciados; e o caso do Ministério dos Transportes – e nenhum deles teve ou está tendo a notoriedade ou a divulgação de imprensa, quer seja pelas televisões pelas rádios, pelos jornais que o caso do Ministério dos Transportes.

Dr. Pagot, esta é a sua grande oportunidade de desfazer, se tiver argumentos, o fato que está sendo posto, de forma clara, de que o Ministério dos Transportes é um feudo do PR. E que desse feudo são sugados e extraídos recursos de campanha, desse feudo produz-se enriquecimento ilícito de muitas pessoas. O nome do PR e de pessoas envolvidas com o Partido estão enxovalhados e, talvez motivado por isso, V. Sª esteja vindo voluntariamente aqui para ter a grande oportunidade de esclarecer esses fatos que possam isentar o partido, isentar V. Sª da culpa, tendo em vista que a Imprensa não se ocupa de fato que não tenha procedência.

A edição de um jornal importante do domingo, eu fiquei abismado, Senador Jorge Viana. O jornal *O Globo* do domingo, da primeira à última página do primeiro caderno, o mais importante, só não tratava do assunto Ministério dos Transportes nas páginas dedicadas a publicidade. Fora isso, era só Ministério dos Transportes. A revista *Veja*, o jornal *Folha de S.Paulo*, enfim, todos os jornais. Então, esse assunto merece investigação, merece esclarecimento, porque ele está ocupando a opinião pública do Brasil.

Ficou claro que... Eu sou engenheiro, Dr. Pagot, e participei, como engenheiro, da construção de obras durante 11 anos da minha vida, no começo da minha

vida profissional. Eu conheço construção de estrada, sei como é que é feita, com era feita lá atrás concorrência pública. Lembro do livrão, dos livrões que eram o projeto de uma estrada, a concorrência pública como era feita. Se o projeto está definido e se a concorrência é lícita, não há como discutir a legitimidade ou a licitude de um processo. A menos que ocorram fatos como os que V. Sª colocou: mudança de escopo, motivada por várias razões.

O que estão colocando é que toda a culpa é do PR, é de V. Sª. V. Sª disse que o Dnit é um órgão colegiado e que muitas pessoas opinam ou definem procedimentos. Quem é que, na estrutura do Dnit– que, no meu tempo, era DNER –, tem a condição de rever escopos? Quem é que convence, no órgão colegiado, que a mudança de escopo proposta está correta ou não está correta? A decisão é do colegiado, mas alguém defende uma causa; quem é? Quem era essa estrutura? É o PR? É V. Sª? É o Ministro Alfredo Nascimento? Quem é? Acho importante que isso seja esclarecido. Quem é que dá a palavra de esclarecimento sobre a mudança de escopo?

O segundo ponto que está intrigando o País é o seguinte: a então Ministra Dilma era a mãe do PAC; ela, durante muitas oportunidades, anunciou ao Brasil os percentuais de andamento das obras do PAC, para que o Brasil fizesse uma avaliação de desempenho do Governo; muitas vezes, ela foi criticada, porque esta ou aquela obra andava claudicante, mas nunca ficou muito claro, por exemplo, que o PAC é, em grande medida, produto de recursos da iniciativa privada, junto com alguns recursos públicos; muitos; o caso da Petrobras é típico; mas, no caso das obras de transporte e de infraestrutura, não; aí são recursos públicos 100%; então, a responsabilidade da então Ministra deveria ser completa, porque eram recursos públicos, totalmente; ela deveria colocar uma lupa em cima desse assunto; como ela anunciou diversas vezes o andamento das obras do PAC, eu suponho que ela deve ter reunido, Presidente Lúcia Vânia, as estrutura de Governo para dar informações sobre o andamento ou sobre problemas; ou andamento ou problemas! O caso do Ministério dos Transportes só está ocorrendo agora por denúncias da Imprensa. A Ministra Dilma, transformada ou eleita Presidente, só está tomando as providências por conta de denúncias na Imprensa. Eu gostaria de saber se, em oportunidades anteriores, quando ela fazia as avaliações como Ministra, ocorreram reuniões de correção de rumo, de cobrança, de determinação de posições, tendo em vista que só agora ela determinou a saída do Ministro e a suspensão de atividades de pessoas como V. Sª.

Aliás, aproveite bem, Dr. Pagot, esta oportunidade, porque, se V. Sª amanhã for demitido, vão dizer que V. Sª foi demitido porque não conseguiu provar a sua correção, e, em assim tendo sido, a Presidente da República teria determinado a sua exoneração. Então, acho que esta é uma grande oportunidade, até para que V. Sª obtenha o salvo-conduto de sua vida pessoal e profissional, tendo em vista que V. Sª está de férias, não está demitido. O Ministro Alfredo Nascimento foi afastado, mas os outros, não.

Então, eu gostaria de saber se a então Ministra Dilma, em outras oportunidades, teria cobrado do Dnit ou do Ministério dos Transportes providências, como agora estão sendo cobradas; se se referiu a insuflação de preços no passado ou se só agora, pelo fato de a imprensa ter denunciado os fatos que estão denunciados, para que o Brasil possa saber, na verdade, como se comporta esse Governo, se por pressão de denúncias da imprensa ou se por comportamento normal, é por padrão ético que o Governo queira resguardar?

Um ponto importante que gostaria que V. Sª esclarecesse: V. Sª tem apartamento no Meliá Tryp Convention, aqui em Brasília, ou se freqüenta? Porque a revista *Veja* menciona este assunto e eu gostaria de ter uma palavra sua; se V. Sª tem apartamento? Se freqüenta o Meliá Tryp Convention, aqui em Brasília, o hotel?

E último ponto. Não sei quem é que revê o escopo dos projetos, mas eu tenho a informação de que o Sr. Newton de Brito, que é proprietário de 95% das ações de uma empresa chamada Engepoint, foi coordenador de projeto do Dnit e atualmente é o diretor geral, não sei qual a nomenclatura correta, chefe do distrito do Dnit em Mato Grosso. Ele tem 95% de uma empresa, a Engepoint, portanto ele é quase o dono de uma empresa, ele tem perto de 20 milhões em contratos, pagos já, em 2009, 2010 e 2011 em Mato Grosso. Ou seja, ele é chefe do distrito, chefe do órgão e contrata obras para uma empresa da qual é 95% proprietário. Gostaria de ter a informação sobre se procede ou não?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Vou começar pela última pergunta.

O Dr. Newton de Brito é um funcionário do Estado do Mato Grosso, ele é funcionário de carreira da Secretaria de Transportes, Secretaria de Infraestrutura, ou seja, é funcionário de carreira do Governo do Estado. Pela sua competência, pela sua determinação, ele foi cedido pelo Estado do Mato Grosso para ser o superintendente do Dnit no Estado do Mato Grosso.

A família dele, não ele, empresas que trabalham no ramo da construção civil. Fabricam prédios, casas e a família dele também fabrica pontes. Quem é o dono

da empresa, quem toca a empresa, quem exercita essa empresa, enfim, quem é o responsável pela empresa – pode ser constado na junta comercial do Estado do Mato Grosso – é o irmão dele, que se chama Milton de Brito. É uma pessoa da minha confiança, é um dos engenheiros mais dedicados que conheço no Brasil; as obras especificamente no Mato Grosso, em frase citada pela própria Presidenta Dilma, são as mais competitivas que têm neste Brasil e estão exatamente sob a gerência direta do Newton de Brito, que não é dono da Engepoint.

O caso do Meliá Tryp Convention. Eu moro no Meliá Tryp Convention desde 2009, no apartamento 304. E nesse apartamento raramente recebo alguma pessoa. Quando recebo, recebo amigos ou amigas, recebo familiares; não recebo lobistas, não recebo diretores de empresas, não recebo proprietários de empresas. Eventualmente, eu encontro com algum diretor, com algum proprietário, eu encontro casualmente no café da manhã, que raramente eu vou, ou no almoço. Eu até mudei de hotel – antigamente eu morava no Naoun – porque no Naoun havia muitos empreiteiros que se hospedavam no Naoun, havia muitos consultores de engenharia que se hospedavam no Naoun. Eu mudei do Naoum, exatamente para o Tryp, porque é um lugar assim mais... que o pessoal não tinha o costume de freqüentar. Certo? Até para evitar aquilo que o senhor fala, de ilações; ou seja, para evitar Senador as ilações.

V. Exª não estava presente na sala quando eu fiz a explicação, e já rebati veementemente não só o conteúdo dessa reportagem, como de muitas e muitas outras reportagens, com todo o respeito que se possa ter pela imprensa, mas que, ao invés de apresentar, falam *off* de não sei de quem, e não sei de quem mais; é só esse tipo de conversa, que é conversa mole para boi dormir.

E tem mais, sobre as questões que o senhor colocou como a de escopo, eu comecei exatamente a minha fala, de 20 minutos, mais 5 minutos, e infelizmente o senhor não estava aqui,...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não. Eu estava sim.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – (...) explicando a atuação do Dnit, ponto por ponto, quais as diretorias responsáveis. E especificamente sobre essa questão das obras, eu expliquei que tem duas diretorias que são fundamentais para se colocar uma obra para trabalhar. São duas diretorias. É claro que nós temos outras diretorias. Por exemplo, a Diretoria Aquaviária, que é fundamental para as obras aquaviárias; a Diretoria Ferroviária, que é fundamental para as obras ferroviárias. Mas a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, que inclusive é a Diretoria que tem um grande orçamento no Dnit, juntamente com a Diretoria de Pesquisa e Planejamento são os responsáveis diretos para a formulação do escopo das obras.

Elas começam lá atrás; elas começam por um levantamento que é feito trimestralmente no Brasil, em que você tem... Essa é a regra, Senador, que está disponível no *site* do Dnit, que é o sistema de gerenciamento de pavimento, e exatamente em cima disso é que se fazem os levantamentos visuais contínuos, se faz a leitura das rodovias – existem empresas contratadas para fazer isso, são acompanhadas por nossos fiscais, por nossos engenheiros – e se tem um levantamento. Em cima disso você sabe se vai fazer uma obra classe 0 ou uma obra classe 4; em cima disso você sabe se vai fazer com pavimento rígido ou com pavimento flexível; em cima disso você sabe se num entroncamento ou numa rotatória você vai fazer um viaduto ou uma passagem inferior. E em cima disso você sabe exatamente definir o escopo da obra.

Muitas vezes, Senador, o escopo da obra está aquém da necessidade daquela obra; não é sempre que está além do que estava previsto orçamentariamente. Muitas vezes está aquém, por quê? Algumas obras dessas são postergadas ao longo do tempo. O cobertor é curto, nós não temos recursos necessários, suficientes para fazer frente a todas as obras que precisamos. Passamos muitos e muitos anos, Senador – e aqui não vai crítica a ninguém, a partido A, a partido B; era uma situação brasileira, nacional –, sem recursos para fazer frente à infraestrutura nacional. O Brasil cresce mais rapidamente do que a capacidade que o Governo tem de investir. E têm regiões em que não havia exigência nenhuma, mas que hoje apresentam grandes exigências.

Então o escopo da obra é em função dessas análises, é em função da telemetria que você faz ao longo das rodovias para constatar que tipo de veículo passa por ela: se é veículo pesado, se é veículo leve, se é ônibus. E exatamente em cima disso é feita a definição do escopo. Quem define? Primeiro, o Departamento de Pesquisa e Planejamento. Define. Quando você formula o Orçamento do Dnit, nele você coloca as necessidades que tem para fazer o enfrentamento das condições da malha. Ou seja, você estuda a malha e apresenta-a para o Ministério dos Transportes como sugestão, o que precisa ser feito. Isso é responsabilidade da CGPLAN, do Departamento de Pesquisa e Planejamento, que entrega isso ao Conselho de Administração, que, por sua vez, entrega isso ao Ministério dos Transportes. Também tem a sede do Ministério dos Transportes que fica fazendo, junto conosco, uma constante avaliação; também tem uma diretoria no Ministério dos Transportes que especificamente trata do Plano Nacional de

Logística e Transporte. Em cima disso, ou após isso, vem o plano plurianual e os orçamentos.

Então essa Diretoria de Pesquisa e Planejamento formula projetos e orçamentos. Posteriormente, encaminha processos de licenciamento. Muitas obras, Senador, elas mudam o escopo delas no processo de licenciamento. Outras obras, mudam por iniciativa político-administrativa. Governadores que reivindicam, Bancadas inteiras que reivindicam. Não é o Partido da República que reivindica, também reivindica, mas Bancadas inteiras. Recentemente, tivemos um episódio, por exemplo, Goiás, e a Senador Lúcia Vânia sabe muito bem, se uniu integralmente para pedir a duplicação da BR-060, Goiânia/Jataí, porque estava insuportável a situação. E a obra entrou no PAC em 2009, foi determinada a execução dos projetos, posteriormente a aprovação e finalmente a licitação da obra. Duplicação de uma rodovia que passa por várias cidades, por vários distritos industriais e por uma região que hoje... O entroncamento nacional de cargas, antigamente qualquer mineiro batia no peito e dizia que todo mundo tem que passar por Minas. Hoje, o eixo de entroncamento de cargas mudou de Minas – Minas ainda é forte – para Goiás, principalmente por conta do Noroeste brasileiro e do Centro-Oeste brasileiro. Grande fluxo e volume. E não é só o agronegócio que está produzindo e proporcionando e proporcionando isso. Temos grandes projetos florestais e projetos minerosiderúrgicos instalados na região.

Quem define o escopo é a Diretoria de Pesquisa e Planejamento. O diretor de pesquisa e planejamento não tem vinculação partidária é um engenheiro do órgão que se destacou pela sua capacidade de trabalho que se destacou até como líder na sua categoria e foi alçado para diretor pela sua capacidade de trabalho, pela sua veemência em tocar os projetos para frente. Posteriormente, isso é remetido para três setores do Dnit: Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, Diretoria Executiva, que já vai começar com as tratativas da licitação, e para a Procuradoria-Geral Federal, que tem que fazer a manifestação das questões jurídicas, se os cronogramas estão sendo seguidos, se estão sendo seguidos tudo que determina a nossa regulamentação, as instruções normativas específicas sobre as obras. Você não licita uma obra classe 4 com escopo classe 2, de maneira nenhuma. Então, ainda a Procuradoria Federal especializada faz esse tipo de avaliação.

Depois de tudo isso, obviamente vai para o colegiado para que ele se manifeste sobre a realização da obra. Mas, antes de chegar nisso, temos aquilo que falei no início: temos que respeitar os orçamentos plurianuais. Nenhuma obra executada pelo Dnit está fora do orçamento plurianual, nem uma obra executada pelo Dnit está fora do orçamento anual.

Outro assunto que o senhor se referiu é que o Dnit ou o Ministério dos Transportes é um feudo do Partido da República. Eu entendo o que é a palavra feudo. Então, o senhor me permite, com toda a amizade que nós temos, rebater isso. O Dnit não é um feudo do Partido da República, inclusive os nossos funcionários e mesmo coordenadores e até superintendentes não têm qualquer indicação política. Aí o senhor pode me dizer: mas alguns têm. Com certeza, alguns têm, mas talvez não chegue a 1% dos que trabalham no Dnit. Precisaria fazer um bom cálculo para dizer que chega a 1%. Porque a maioria absoluta dos nossos coordenadores são funcionários de carreira, não têm vinculação partidária. E, se chegaram a coordenador, é porque têm qualidade para isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Pagot, quem contextualiza o fato de o Ministério dos Transportes ser um feudo do PR não sou eu. Longe de mim! São os fatos, a notícia, as circunstâncias que contextualizam nesse sentido. O meu desejo é que V. Sª encontre argumentos e oportunidade de mostrar que não procede. É o meu desejo. Como o meu desejo é que quem falou que estaria havendo insuflação de preços e que o Ministério dos Transportes, com a sua política, estaria inviabilizando o meu governo, ao que eu li, foi a Presidente Dilma. Foi ela. Por essa razão é que ela teria feito a exoneração de uma série de pessoas.

V. Sª colocou de forma didática como é que se chega à mudança de escopo de uma obra. Eu desejo, e desejo mesmo, que o processo de investigação a cargo da CGU, da Polícia Federal, investigação que está posta pelos órgãos do Governo, cheguem a evidências que mostrem que não é V. Sª como Diretor-Geral do Dnit que é o responsável, e sim escalões intermediários.

Agora, a definição da prática do dolo foi feita pela própria Presidente da República, aqui está relatado. Em reuniões com elementos do Ministério dos Transportes, teria relatado claramente, de forma irritada, que estariam inviabilizando o governo dela. Então a mudança de escopo de obras estaria inviabilizando o governo dela. Quem é que está? Quem é o responsável pela mudança de escopo que está inviabilizando o governo dela, mediante reconhecimento pessoal dela? O que eu desejo é que as investigações em curso pela CGU, pelo Tribunal de Contas da União, pela Polícia Federal mostrem que não é ação de V. Sª. Desejo honestamente que não seja ação de V. Sª nem do Ministro Alfredo Nascimento. Até porque se chegar a Presidente a

demitir V. Sª, o que não desejo, será uma antecipação de culpa que ela fará ao indicado do PR do partido da República, um partido que, na minha opinião, merece o nosso respeito.

De modo que eu quero dizer a V. Sª que esta – terão muitas perguntas e muitas repostas ainda – é a grande oportunidade que V. Sª tem de deixar esses assuntos esclarecidos e não permitir que se coloque sobre o PR ou sobre V. Sª a culpa ou a culpa exclusiva das denúncias que estão sendo massificadas por todos os órgãos de imprensa deste País.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Posso responder? (*Pausa.*)

Eu não estou lhe retrucando, não. É que agora eu que deixei de dar uma resposta ao senhor. O senhor fez uma pergunta que... A Presidente, na época, era Ministra da Casa Civil, certo? E a Ministra da Casa Civil foi designada pelo Presidente Lula para fazer o gerenciamento do Comitê Gestor do PAC. Ela era responsável, era coordenadora, ela comandava o Comitê Gestor do PAC. Obviamente que não comandava sozinha. Comandava com outros Ministros, certo?, que dividiam igualmente as responsabilidades em cada área. Se fosse área orçamentária ou financeira, estavam envolvidos o Planejamento e a Fazenda. Se fosse área ambiental, estavam envolvidos, além do Ministro ou a Ministra da área, todos os órgãos de licenciamento. No caso do Ministério dos Transportes, o Ministério e suas autarquias vinculadas, sejam a ANTT, no caso da concessões, a Valec, no caso das ferrovias, ou o Dnit, no caso que nos cabe.

Então, obviamente, que, lá atrás, como coordenadora, ela inúmeras vezes questionou a questão do valor das obras. Por quê? O PAC veio em uma sequência de investimentos que eram fundamentais e necessários para a Nação. No ano de 2003, estava corretamente identificado pela sociedade o tamanho descalabro que vivia a infraestrutura nacional, principalmente o setor rodoviário, que é o setor mais relevante de transportes no Brasil. Não estou dizendo que é o mais importante, porque deveríamos ter outros modais na frente do rodoviário, mas na época, no ano de 2003, era o mais relevante. E a situação das nossas rodovias, naquela oportunidade, era uma situação caótica. E aí começaram a surgir alguns instrumentos, instrumentos que foram discutidos pelo Executivo, muitos deles com o próprio Parlamento, o próprio Congresso Nacional. Por exemplo, a regulamentação da Cide, embora toda a Cide não entre no Ministério dos Transportes, apenas um quinhão da Cide entre no Ministério dos Transportes, desse quinhão, o Dnit passou a receber uma parte. Foi o primeiro grande alento, o primeiro grande sopro financeiro que nos permitiu planejar alguma coisa no Dnit.

Posteriormente, os senhores aprovaram, fizeram algumas restrições, e também aprovaram aqui, o programa piloto de investimentos que foi, digamos assim, o instrumento fundamental para a criação do PAC. Através do programa piloto de investimentos, 5% do superávit primário entraram onde? Quer dizer, um quinhão disso foi para o Ministério dos Transportes, e uma parte disso foi para o Dnit. Então, passamos a ter um recurso que não disponibilizávamos, um recurso sempre disputado no Orçamento Geral da União, passamos a ter esse recurso para começar a execução da malha rodoviária federal. E que passou a se tornar consistente.

O orçamento, por exemplo, antes do advento do PAC, em 2004, já tivemos dois bilhões e meio não contingenciados. E dez anos antes, era tudo contingenciado, foi a primeira vez, em 2004, não contingenciado. Em 2005, pulamos para quatro bilhões; em 2006, repetimos os quatro bilhões; em 2007, já com o advento do PAC, tivemos sete bilhões disponíveis. Em 2008, 2009 e 2010, cada ano, nove bilhões disponíveis. E aí por que pulou de quatro para nove? Porque aí entrou o PAC, e o PAC acrescentou no Dnit 27 bilhões de investimento. Só que acrescentou 27 bilhões de investimento e, infelizmente, tínhamos um problema, quer dizer, nós não tínhamos projeto. O Dnit não tinha projetos. Então, quando foi criado o PAC, quer dizer, as obras que entraram no PAC que eram obras prioritárias, foi feito um levantamento em base de um custo chamado custo gerencial. Esse custo gerencial, ano após ano, é atualizado e se atualiza em função de pesquisa que se faz de insumos, de pesquisa que se faz de hora/máquina, homem/máquina.

Hoje, por exemplo, se eu for verificar um homem/máquina, uma hora/ máquina de 2004, de 2005 para 2011 existe uma enorme diferença de preço, até porque os trabalhadores brasileiros viram uma possibilidade de, obviamente, auferir um melhor salário. Quer dizer, a demanda está aquecida. Um operador de máquina que trabalhava por R$400,00, R$500,00, R$600,00, lá atrás, hoje ganha R$2.000,00. Então, esse homem/máquina, essa hora/máquina tem uma outra conformação nisso. Tudo, nessa formatação orçamentária, está previsto dentro das tabelas cinco, que são as tabelas que evoluem. E, obviamente, isso vai sendo discutido. E a questão da mudança de escopo, de novo eu falo. Quer dizer, você tem mudanças de escopo por questões ambientais, você tem mudanças de escopo por questão de que, na hora de se fazer o projeto estrutural é melhor se fazer de uma outra maneira e que, obviamente, acrescente uma obra que vai dar menos risco para aquela rodovia, que vai melhor contribuir para a trafegabilidade.

Vou, por exemplo, mostrar para o senhor uma obra em Santa Catarina, apenas uma. A nossa rodovia 101, todo ano era alagada. Se nos fizéssemos a duplicação, quer dizer, no mesmo nível daquela rodovia, o que ia acontecer? Nós iríamos continuar com a rodovia, todos os anos, sendo alagada pelo rio Araranguá. Qual foi a mudança de escopo? Uma ponte de 4 Km. Mas uma ponte de 4km? Uma ponte de 4km que foi calculada porque senão iríamos deixar uma obra pronta e inadequada; certo?

Eu quero dizer ao senhor que a Presidenta Dilma sempre agiu e interagiu com os Ministros com veemência, com cobrança, com determinação e, muitas vezes, exigiu dos Ministros que tomassem providências em relação aos seus Ministérios. Eu posso dizer ao senhor que ela não foi omissa em momento algum.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª Presidente, apenas mais trinta segundos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Apenas sobre uma última colocação que o Dr. Pagot faz, dando explicação sobre escopo. A mudança de escopo é uma coisa que se aceita, agora o valor da mudança de escopo, a definição, quem assume a responsabilidade é o fato que está em questão.

Agora, aqui foi dito algo muito importante: na questão do Ministério dos Transportes, os 27 bilhões que o Governo incorporou como meta do PAC, foram incorporados de forma claríssima, ficou claro, como uma mera expectativa, porque não havia projeto, ou seja, uma peça de *marketing* colocada para a opinião pública como uma intenção que ficou, em muitos dos casos, no campo das expectativas, porque foram incluídos sem projeto em cima de elementos que apenas poderiam levar a um orçamento minimamente confiável. Então, esse deve ser mais ou menos o espírito do PAC em todos os segmentos que ele existe.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senado Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Pagot, eu não entendi –e é a minha primeira pergunta – qual é a situação jurídica de V. Sª hoje. O senhor está de férias mas, ao final desse período de férias, o senhor volta para a direção do Dnit? Essa é a primeira indagação.

A segunda indagação, de forma bem objetiva, Srª Presidente. Levando como certas as denúncias que saíram na imprensa nesses últimos dias, notadamente a partir da denúncia da revista *Veja*, com todo respeito aos parlamentares do PR, aos militantes do PR, a quem aqui quero expressar o meu respeito, que é verdadeiro, nós temos um partido político que se adona, que se assenhora de um Ministério. Isso equipara-se ao que ocorre na Itália com a máfia. Muito bem. E quero expressar o meu respeito aos Senadores, aos Deputados, aos militantes do PR, que repito, é verdadeiro. Em sendo verdadeiras as notícias, objetivamente é isso.

V. Sª vem aqui – e fui um dos signatários do requerimento para que V. Sª aqui estivesse na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização – e demonstra que nada existe ali de irregular, de ilícito. Muito bem. A segunda pergunta: por que V. Sª foi afastado então? Se competente V. Sª demonstrou aqui que é, e reconheço isso porque o conheço. Reconheço a sua competência e nós todos aqui acompanhamos os seus conhecimentos técnicos da área. V. Sª conhece tecnicamente a área, eu diria, como poucos no Brasil – e quero ressaltar isso.

Tendo em conta esses dois pontos – o que foi noticiado pela imprensa e o que V. Sª disse aqui... Eu tenho vários defeitos, entre eles o de ler relatórios. E, lendo relatórios do Tribunal de Contas, eu identifiquei vários pontos que gostaria de citar para que, se fosse possível, V. Sª nos esclarecesse a respeito deles.

Nós poderíamos ficar dias lendo esses relatórios, mas nós encontramos várias falhas, irregularidades, ilícitos em obras levadas a cabo pelo Dnit. Cito: projetos básicos executivos deficientes, sobrepreço, duplicidade ou quantificação errada de itens contratados, pagamento por serviços não realizados, ausência de fiscalização, obstrução à fiscalização do Tribunal de Contas da União entre outros. Para que não fique ao vento isso, vou citar os relatórios e eu gostaria, se fosse possível, se V. Sª assim recordar, ou não, tenho aqui os relatórios do Tribunal de Contas. Por exemplo: com relação à adequação das obras da BR-060, que V. Sª já citou. O Tribunal de Contas, no Relatório nº 2.501, de 2010, diz o seguinte: "(...) tendo sido estimado potencial dano ao Erário de pelo menos R$95 milhões numa obra de 316 quilômetros". Isso foi consertado depois, foi resolvido? Li os relatórios. Esse caso inclui sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

Há outro exemplo disso, e vou citar o relatório. Que medidas o Dnit tem utilizado, Sr. Pagot, para amenizar um grave problema relatado pela auditoria do Tribunal de Contas, que é a obstrução ao livre exercício da fiscalização pelo Tribunal de Contas? Isso está nos Relatórios nºs 2.501, de 2010, e 2.135, de 2010. Ou esses relatórios foram modificados? Era isso que eu gostaria de saber.

No Acórdão nº 763, de 2011, relativo às obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – V. Sª sabe qual é –, o Tribunal fez referência

à contratação de serviços que não serão necessários ou que não seriam necessários. O Tribunal de Contas apontou um potencial de dano ao Erário de R$2,2 milhões. Isso está escrito em razão dos editais. Aqui, tenho os editais também. São os Editais nºs 213, de 2008; 755, de 2009; e 472, de 2009. Tenho os acórdãos e também os editais.

Há outro caso que cito aqui, para, se puder, V. Sª anotar. Na implantação do Contorno Rodoviário Oeste em Boa Vista, o Tribunal levantou um sobrepreço de R$1,8 milhão – isso está no Acórdão nº 1.952, de 2008 –, tendo em conta que a memória de cálculo do Dnit da área de pintura e sinalização era de 34 mil metros quadrados e que a quantidade medida pelo Tribunal de Contas chegou a 17 mil metros quadrados.

Por fim, o Acórdão nº 2.135, de 2010, diz respeito à duplicação e restauração, com melhoramentos na rodovia BR-101, com sobrepreço em itens relevantes dos contratos de execução compostos por 44 itens. O sobrepreço identificado foi de R$6,6 milhões.

O Acórdão nº 763, a que já fiz referência, diz respeito à construção de trechos rodoviários do Corredor Oeste-Norte. O sobrepreço apontado pelo Tribunal de Contas é de R$29 milhões.

Tenho esses acórdãos e esses relatórios.

Aqui, há um dilema: as notícias da imprensa revelam um fato, e V. Sª veio aqui com toda a competência e revelou outros fatos, dizendo que a fiscalização funciona, que está tudo muito bonito, que há a fiscalização do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Polícia Federal, que tudo está funcionando. Mas o Tribunal de Contas, nesses relatórios, faz afirmações de forma diversa. Quem está errado? Ou isso foi mudado depois? Eu gostaria de saber isso.

Era isso, Srª Presidente. Eu me reservo a fazer outras perguntas, tendo em conta a resposta do Dr. Pagot.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Pedro Taques, do meu Estado de Mato Grosso, eu muito me orgulho de ver o senhor sentado nessa tribuna, bem como os Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi.

Primeiro, vou responder sobre minha situação funcional. Sou Diretor-Geral do Dnit nomeado e estou de férias. Parece-me que o senhor estava aqui desde o início, quando expliquei que, no programa anual de férias, coloquei o período que eu desfrutaria, de 04 de julho a 21 de julho; posteriormente, haverá um segundo período de férias, em novembro deste ano. Se serei exonerado ao completar esse período ou se vou continuar como Diretor-Geral do Dnit, obviamente, essa é uma questão que depende da Presidente Dilma Rousseff. Posso lhe afiançar, posso lhe assegurar que tenho consciência tanto das minhas virtudes, quanto das minhas falhas. E tenho consciência da quantidade de horas que trabalho e do entusiasmo com que trabalho no Dnit para cumprir o que chamo de obras de qualidade por preços competitivos.

O senhor me conhece, e não sou de tapar o sol com a peneira, de maneira nenhuma. Já em vários fóruns, em vários lugares, nesta Casa, na Câmara Federal, na Procuradoria-Geral federal, já tive oportunidade de me manifestar sobre os problemas que o Dnit tem. Em nenhum lugar eu deixei de reconhecer os nossos problemas. Tanto reconheci os nossos problemas que fui buscar, nos órgãos de controle, respaldo, auxílio e, diversas vezes – e está na imprensa isso –, disse que os órgãos de controle são verdadeiros anjos da guarda para gestores públicos. Afirmei isso.

Com relação à questão dos ilícitos, eu não afirmo que não existem ilícitos; eu afirmo que nós trabalhamos para corrigir os ilícitos. Também eu quero fazer menção, no caso específico, aos dados do próprio Tribunal de Contas. Vamos pegar aqui o ano de 2007. Em 2007, o Tribunal de Contas fez a investigação de 112 obras. Das 112 obras, 34 obras ele declarou que tinham irregularidades. Nós corrigimos as irregularidades das 34 obras, corrigimos as irregularidades e, mesmo assim, ele encaminhou 21 delas à Comissão Mista de Orçamento dizendo que o resultado, a resolução que o Dnit tinha dado não era satisfatória e, portanto, 21 obras deviam ser incluídas no Anexo VI da LOA. Ou seja, de obras paralisadas. E que são obras que só podem ser retiradas de paralisação depois de resolvidos todos os problemas. Se é a questão do funcionário que deu causa, se é a questão da empreiteira que deu causa, se é a questão da supervisora que deu causa, enfim, quem deu causa que responda.

No ano de 2008, o total de obras caiu de 112 para 61, até porque o Tribunal de Contas da União tem um universo, não é só o Dnit que ele investiga, ou melhor dizendo, que ele audita. Das 61 obras, 25 também entraram no rol de obras com irregularidades, das quais 19 obras foram para o Anexo.

No ano de 2009, 63 obras foram auditadas, 15 com irregularidades. E como nós conseguimos demonstrar que as obras não tinham essas irregularidades ou que nós corrigimos essas irregularidades, apenas 4 foram para o Anexo.

E no ano de 2010, 70 obras foram auditadas, 18 foram ditas como obras que ainda tinham algum tipo de coisa para resolver, achados de irregularidades, e zero foi para o Anexo, porque nós conseguimos resolver os problemas de todas.

Então, eu não estou dizendo que não haja questão de algum ilícito, mas eu estou dizendo que o ilícito é combatido, com veemência, com determinação. Certo?

A questão da 060, que o senhor perguntou se nós corrigimos, ela só está em execução e só está na praça porque os defeitos que ela tinha foram corrigidos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, para réplica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de saber como nós chegamos a erros, irregularidades, ilícitos dessa ordem, um sobrepreço de R$95 milhões, R$2,8 milhões, sem que o Dnit visse isso antes do Tribunal de Contas?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – O TCU funciona da seguinte maneira: ele faz os relatórios locais através da Secretaria de Controle. Certo? Faz os relatórios locais. Depois que ele faz esses relatórios, nós temos cinco dias de oportunidade para nos defender. Se o agente local achar, se o auditor local achar que as respostas estão suficientes, está elidido o feito. Na maioria absoluta dos casos, o feito se elide ali; em outros casos, sobe para a Secretaria de Controle de Obras, então, sobe para Brasília, para a sede do TCU. O TCU prepara um relatório e tem a designação de um Ministro Relator. A partir daquele momento, nós temos um prazo para responder à Secretaria de Controle de Obras. E, posteriormente, depois das nossas respostas, depois da nossa defesa vai para o Ministro relator, que faz o seu relato, leva a plenário e sai o acórdão.

Eu quero dizer que nem tudo nós concordamos. Primeiro que nem tudo é ilícito e nem tudo nós concordamos com o TCU. O TCU tem sua capacidade de trabalho, o TCU tem sua capacidade de formulação, mas nem tudo que o TCU escreve nós corroboramos. Tem muita coisa que nós debatemos com o TCU, tem muita coisa que nós contestamos, principalmente quando lá na CESEC local o auditor quer interferir na forma de se fazer a obra, na solução que foi dada, na discussão da solução, porque a solução que foi dada para aquele pavimento que tem que ser restaurado ou de uma implantação de rodovia tem uma área técnica que avalia isso. E avalia em função da qualidade do terreno, se o terreno é acidentado ou não, em função de drenagem, em função de material de transporte e sua resistência, em função de fluxo e volume. E muitas vezes, como os auditores da Secretaria de Controle têm um prazo muito curto para fazer a auditagem e muitas obras para fazer, eles não se apercebem de alguns fatos, que, posteriormente, nós colocamos com clareza, defendemos com veemência. E não é tudo que concordamos com o TCU.

E muitas vezes, mesmo depois do acórdão, ainda a gente faz pedido de reexame e apresenta justificativas e mostra tecnicamente por que foi adotada aquela solução.

Então, eu precisava, para responder a cada relatório do senhor, eu teria que pegar o seu relatório, levar ao nosso núcleo sistêmico, avaliar a forma como respondemos, o que saiu no acórdão e o que defendemos até depois do que saiu no acórdão. Quero dizer ao senhor que, infelizmente, muita coisa nós temos errado, mas na grande maioria, na maioria absoluta das coisas nós temos acertado.

Refiro-me de novo a que o Dnit não faz meia dúzia de obras, o Dnit em todo o Brasil tem, neste momento, 1.156 contratos de obras. Se nós não tivéssemos paralisado agora, por determinação do Ministro dos Transportes, os processos licitatórios, provavelmente no final do mês nós vamos para 1.200 e tantos contratos de obras a serem realizadas em todo o Brasil – obras rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só faltou uma, Srª Presidente, a respeito da obstrução à fiscalização...

(Interrupção na gravação.)

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Isso eu nego veementemente. Desculpe...eu sei, o senhor pode citar, mas eu nego veementemente, até porque o entendimento que nós temos com os Ministros da Casa, com o Ministro Presidente, com os diretores das Secretarias...eu não sei nem o que pode ser. Eu precisava até avaliar essa questão, porque eu não posso admitir uma coisa dessa. Aliás nós estendemos tapete vermelho para CGU e TCU e, desde que eu entrei no DNIT, eu tenho dito que nós temos que trabalhar de acordo com orientações e determinações, porque um detalhe, Senador Pedro Taques: os gestores respondem com seu patrimônio. Quem quer perder o pequeno patrimônio que tem? Quem quer perder o pequeno patrimônio da família?

Nós respondemos com o nosso patrimônio, Senador Pedro Taques. Quem quer obstruir a justiça? Quem quer ser apenado por obstruir a justiça? Então, eu fico até revoltado com uma observação dessa que eu considero muito pouco verdadeira. Eu sei que está escrito, mas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa observação, Srª Presidente, não é minha, mas de relatórios do Tribunal de Contas. Eu vou citar novamente aqui, tenho os relatórios que citam isso. Tenho a cópia aqui dos relatórios.

Só isso, Srª Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, Sr. Luiz Antonio Pagot, tendo em conta que muitas perguntas já foram formuladas e respondidas, gostaria de perguntar o seguinte: o senhor, na sua exposição inicial, falou das responsabilidades do Dnit(Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), mas eu agradeço se puder nos informar que tipo de relação há entre o Dnit e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e se V. Sª, de alguma maneira, interagiu com ela dentro do Ministério dos Transportes, e que análise faz e recomendações a respeito do que aconteceu na data de ontem, uma vez que a licitação sobre o trem-bala, que é também da área de transportes, acabou não tendo comparecimento por parte de empresas, o que levou, então, a ANTT a fazer uma divisão e anunciar uma nova forma de licitação, uma parte para a área de tecnologia e operação, e outra parte para a construção. Então, se puder nos transmitir que análise faz e se, de alguma forma, interagiu, dentro do Ministério dos Transportes, com o projeto do trem de alta velocidade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Nós temos, eu diria, uma boa convivência e uma interação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, até porque temos que interagir notadamente em dois pontos: na questão das rodovias concessionadas e na questão das ferrovias concessionadas. O Dnit produz relatórios periódicos para a Agência Nacional de Transportes Terrestres com relação ao leito estradal. Nós não temos a responsabilidade sobre a questão econômica da concessão; nós temos responsabilidade... Porque, em algum momento, aquela rodovia vai voltar ao abrigo do Governo Federal, porque, ao final dos contratos de concessão, ou se faz uma nova concessão por licitação, ou aquela rodovia ou aquela ferrovia vai ter que voltar ao abrigo do Governo Federal.

Então, o Governo Federal tem uma preocupação. Eles têm o sistema de fiscalização deles, mas, especialmente no caso das rodovias, temos que emitir relatórios periódicos sobre o estado da via, que são entregues à Agência Nacional de Transportes Terrestres, que toma suas providências com relação às concessionárias, principalmente com relação ao cumprimento dos contratos, de manter em boas condições o estado da via.

Também quando vai ser licitada uma concessão, é feito um estudo pela ANTT, e essa planilha de cálculos que compõe a TIR (Taxa Interna de Retorno) vem para o Dnit. O Dnit tem um bom programa de cálculos sobre isso, e essas planilhas são todas revisadas e checadas pelo Dnit. Então, a nossa Diretoria de Planejamento e Pesquisa não é que refaz os cálculos, mas checa os cálculos, vistoria os cálculos e entrega-os de volta à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Enfim, na questão do trem-bala, foi criado um comitê especial, um comitê gestor. Desse comitê gestor o Dnit não faz parte. Apenas nós interagimos no tocante à parte não operacional das ferrovias, que está sob a responsabilidade do Dnit. E, como existe um traçado prévio, um traçado previsto para esse trem-bala, em alguns lugares, esse traçado prévio, esse traçado previsto cruza por trechos ferroviários que hoje estão sob a nossa responsabilidade, que é essa parte das ferrovias não operacionais. Então, nós tivemos que emitir alguns laudos, alguns pareceres, mas apenas sobre esse trechos, a situação deles, se têm oficina, se têm trilhos, se têm túneis, qual é a situação deles. São relatórios meramente preliminares e não são relatórios, digamos assim, essenciais ou importantes, Senador, para... São mais coisas técnicas, mas não são essenciais ou importantes na questão do julgamento ou principalmente para a formulação dos termos de referência desse trem-bala, até porque mais de 95% do percurso do trem-bala, evidentemente, não vai passar por nenhuma estação, por nenhum trecho ou por nenhuma parte não operacional. Mais de 95%!

Então, a questão do trem-bala eu não posso responder, eu apenas sei que no Ministério dos Transportes quem coordenava esse grupo de trabalho era o Secretário Executivo e depois Ministro Paulo Sérgio Passos, que interagia, evidentemente, com a ANTT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Randolfe. Eu perguntaria se V. Exª permite fazer as perguntas e logo em seguida o Senador Wellington...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. Sinto-me honrado por estar bem acompanhado pelo Senador Wellington.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (...) porque serão os dois últimos oradores inscritos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Pagot, primeiramente, em relação a resposta agora ao Senador Pedro Taques, o senhor disse que ficava revoltado com qualquer denúncia sobre se houve obstrução ao livre exercício da fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União. Mas, somente para colocar as questões no devido lugar, quem diz o contrário é o próprio Tribunal de Contas da União, conforme está no relatório que já foi citado pelo Senador Pedro Taques, e está precisamente na página 40 do relatório

do Tribunal de Contas da União, item 3.4: "obstrução ao livre exercício da fiscalização do Tribunal de Contas da União."

É o relatório do TCU que aponta, e aqui vou destacar, "graves irregularidades na obra de adequação do trecho rodoviário da BR-060, no trecho Goiânia--Jataí". Então, quem fala em obstrução é de fato o Tribunal de Contas da União, não é nenhum de nós daqui do Senado. E parece-me que o que está sendo dito pelo Tribunal de Contas e o que o senhor fala aqui, há uma grave discrepância, que me parece claramente ser necessário, por parte dessas comissões, um esclarecimento sobre se houve ou não obstrução, que está dita no relatório do Tribunal de Contas da União.

Eu ainda não entendi, Sr. Luiz Antonio, a sua situação funcional. Porque o senhor – desculpe a minha lerdeza em tentar compreender, mas não consegui – porque o senhor diz que está de férias. Entretanto, em vários momento da sua exposição aqui o senhor falou no futuro, falou de ações a fazer no Ministério dos Transportes. Na sua expectativa, o senhor, ao terminar as suas férias, retornará ao Dnit, reassumirá o posto, continuará a conduzir o Dnit da mesma forma? No seu entender, não há nenhum tipo de denúncia que implique em razão alguma para o seu afastamento do Dnit? Essa é uma pergunta para qual gostaria da sua resposta. Repito, desculpe-me pela lerdeza em não entender, porque o senhor disse que está de férias; não ficou claro se o senhor retorna, mas fala sobre atos a fazer, o senhor coloca o verbo sempre no futuro. Então, me dá a entender que em agosto, assim que terminar as suas férias, o senhor retornará para o Dnit e tudo o que aconteceu, tudo o que foi noticiado pela revista *Veja*, tudo o que saiu na imprensa deve ter sido uma obra de ficção ou alguma coisa com uma dimensão paralela a essa, que de fato não ocorreu. Eu quero aqui pegar uma declaração sua; o senhor fez uma declaração ao jornal *O Globo*, dizendo o seguinte: "Sou da velha escola, manda quem pode e obedece quem tem juízo. Tudo o que foi feito no Dnit foi dentro da legalidade e de acordo com as instruções recebidas". Essa frase é atribuída ao senhor pelo jornal *O Globo.* A pergunta que faço é a quem o senhor obedecia? Ou melhor, como o senhor mesmo disse, manda quem pode e obedece quem tem juízo, então, quem mandava?

A outra questão é: segundo as denúncias, também veiculadas, houve um aumento no orçamento de obras em ferrovias de 38%; teria sido de 11,9 bilhões para 16,4 bilhões. Embora o senhor já tenha se referido a esse tema, eu queria... O senhor não precisa discorrer com maiores detalhes sobre essa questão, basta o senhor dizer: não, esse aumento não ocorreu, embora os números apontem o contrário; ou esse aumento, de fato, ocorreu.

Ainda de acordo com a reportagem que foi publicada pela revista *Veja*, que é causa inclusive de todas as denúncias que resultaram, pelo menos até onde sei, na demissão do Ministro dos Transportes – estou dizendo "até onde sei", porque, até agora, em virtude da incerteza sobre a sua situação funcional, fiquei em dúvida se, de fato, o Ministro dos Transportes é ou não é mais o Ministro dos Transportes. Mas, enfim, de acordo com a reportagem publicada pela revista *Veja,* foi apurado que o PR cobra propina de seus fornecedores em troca de sucesso nas licitações.

O que o senhor sabe dessa chamada "propina de 4%" que foi veiculado pela revista *Veja*?

Na mesma denúncia, Sr. Pagot, foi dado conta de que o Deputado Valdemar da Costa Neto transitava à vontade pelo Ministério dos Transportes; dá conta inclusive que ele teria presidido uma reunião com empreiteiras, com prestadoras de serviços na sua sala. O senhor já encontrou, alguma vez, o Sr. Valdemar da Costa Neto por lá, pelo Ministério dos Transportes? É verdade que ele transitava com liberdade pelos corredores do Ministério? Essa reunião que teria sido atribuída a ele, presidida por ele na sua sala, ela de fato ocorreu?

E, por último, o senhor, em outra declaração, disse que, afirmou que 90% das obras da sua autarquia, do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, são de responsabilidade do Sr. Hideraldo Caron. O senhor afirma que esse servidor tem responsabilidade. Então, se ele é responsável por 90% das obras, as denúncias de superfaturamento também são de responsabilidade dele? Se, de fato, são nós vamos ter que ouvir aqui, também, em reunião igual a esta, Sr. Presidente, o Sr. Hideraldo Caron.

São as minhas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Wellington Dias, último orador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, em primeiro lugar, eu quero louvar a iniciativa de V. Sª de vir à Comissão, também do Senador Blairo e de outros Senadores que fizeram o requerimento, para que tivéssemos a iniciativa para este momento aqui, unindo as duas Comissões...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias, V. Exª pode aguardar um instante?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não. (*Pausa*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de registrar a presença dos Deputados

Francisco Praciano, do PT do Amazonas; João Carlos Bacelar; Vanderlei Macris; e Vaz de Lima. (*Pausa*.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, como eu disse, louvando aqui a iniciativa quero começar fazendo alguns esclarecimentos de alguns colegas que fizeram uso da palavra.

Primeiro lembrar que o Ministro Palocci não deixou o Governo, afastado, nem por decisão judicial. Na verdade, ele pediu demissão inclusive num momento em que a própria Procuradoria-Geral tinha exposto uma posição no sentido de que não havia razão para as denúncias. Digo isso porque se tentou passar aqui uma ideia de que a denúncia já e condenação. Esse é o primeiro ponto sobre o qual quero fazer uma reflexão. Aliás, muitas vezes, nos Senadores e acho estranho que pessoas com experiência de ter passado pelo Executivo, por tantas áreas, basta uma denúncia, pronto. O Senador Randolfe acaba de achar estranho... Na verdade, o Diretor Presidente do Dnit pediu férias para ter tempo para fazer a sua defesa, para ter alguém tocando o dia a dia para exatamente não atrapalhar a parte fundamental. E acham estranho. Coisa normalíssima. Aliás, tenho defendido a tese de que o Brasil precisa estar muito atento a isso. Quando se tem uma situação de denúncia, você tem duas alternativas: ou você se convence de que precisa se afastar para não atrapalhar o dia a dia do trabalho, ou se mantém no cargo. Sou da tese de que muitas vezes a gente cede a chantagem. E o País não pode viver sob chantagem que, muitas vezes, tem viés político e isso lista uma quantidade gigantesca de pessoas de diversos Governos – do Presidente Sarney, do Presidente Collor, do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma – que tem, muitas vezes, que pedir afastamento, que pedir demissão. Depois comprova a sua inocência, ou seja, basta ter uma denúncia... E isso cria um ambiente que basta ter uma denúncia de quem quer que seja e isso já é fato. Denúncia é denúncia. Denúncia feita por qualquer pessoa, denúncia feita com uma investigação. Enfim, acho que essa é uma situação que, muitas vezes, as lideranças políticas, os Partidos, quando se trata de pessoas ligadas ao seu Partido fazem as suas limitações. No entanto, muitas vezes, as próprias lideranças fortalecem essa tese: basta ter uma denúncia para ser classificada como uma condenação.

E aqui quero pela minha experiência acompanhando do Parlamento ou do Executivo, colocar três momentos importantes. O primeiro, Dr. Luiz Pagot, quero lhe dizer que conheci a realidade deste País, nessa área de transporte. Vou pegar só a parte rodoviária. Como foi dito aqui pelo Senador Jorge Viana, nós tínhamos nada menos que mais de 2/3 das rodovias deste País um caos. No meu Estado, como exemplo, era uma buraqueira só. Não havia estradas com buraco, havia só buraco. Você saía de Teresina em direção à Parnaíba ou ao Ceará, ou em direção ao Sul do Estado era uma bagaceira só. Basta ver pelos dados colocados. Você tinha de execução um bilhão e meio por ano de orçamento. Então, uma mudança como a que tivemos que permitiu reduzir à metade, aproximadamente, esta situação ainda nos remete para o grande desafio: o cumprimento de um conjunto de normas. Eu estive ontem no meu Estado com o Governador Wilson Martins e o Ministro Fernando Bezerra fazendo o acompanhamento dos problemas para a ferrovia Transnordestina, ou seja, é um juiz que não consegue homologar o valor de uma terra a ser indenizada, é o Iphan, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, enfim, você tem não sei quantos atores para poder realizar uma obra. Tem lá o dinheiro, tem lá as condições. Uma obra que era para ter começado em 2006, nós estamos em 2011, e na qual existem trechos em que sequer teve início, na hora que começa a obra, tem que atualizar. Aí, houve superfaturamento, porque se pega como referência o preço lá do projeto em 2006 para começar uma obra em 2011. Se um quilômetro, naquela época, custava R$2 milhões, R$3 milhões, vai ser agora R$4 milhões ou sei lá quanto. Então, foi o dobro. É um escândalo!

São situações como essa que a gente precisa olhar em um país em que boa parte dos produtos circulantes ocorre em cima de rodovias. Se quer, muitas vezes, fazer uma comparação – ouvi há pouco o Senador Requião – do quilômetro de uma rodovia com o quilômetro de outra rodovia. Aliás, nem dentro do mesmo Estado, muitas vezes, há parâmetros; varia de trecho a trecho. Um trecho passar por uma serra, outro atravessa rio, outro é pantanoso, enfim, há uma variedade muito grande para ter a mesma avaliação. Estive agora no Acre e constatei isto que dizia o Senador Jorge Viana: o que é fazer uma estrada asfaltada no Acre trazendo pedra, cascalho da Colômbia, da Venezuela, da Bolívia, sei lá da onde.

Então, quero colocar aqui que o Brasil não só ampliou investimentos no Dnit, mas também em um conjunto de outras áreas, para que a gente pudesse ampliar a capacidade de escoamento nos portos, em aeroportos, em rodovias, em ferrovias, em hidrovias, enfim. Estamos ainda muito atrasados na área de hidrovia, quero aqui louvar a sua posição.

A outra é a acusação feita em relação ao Ministro Paulo Bernardo. Estava, aqui há pouco, o ex-Governador e Senador Requião estranhando por que o Ministro do Planejamento, que é do Paraná, tinha que pedir uma audiência a ele para tratar de uma rodovia. Primeiro, porque ele é uma pessoa do Paraná, da equi-

pe da coordenação do PAC, enfim. "Eu sou Senador da República, não posso tratar com o governador do meu Estado, tratar com o ministro sobre alguma obra." Se não tivermos cuidado, daqui a pouco, enveredamos por um caminho que, daqui a pouco, quem está fazendo as coisas que o povo precisa se transforma em uma vítima, em um criminoso, em um bandido. Acho que isso precisa ser alterado completamente.

Quero aqui dizer, meu querido Pagot, que eu o conheci nesse período em que governei o Estado e quero louvar a forma corajosa com que V. Sª atua no Dnit, na sua equipe. Reconheço a escassez de pessoal que tem esse órgão, reconheço a escassez de pessoal em todos os Estados do Brasil, praticamente, e também no Dnit de forma geral. Isso tem que ser mudado. Basta olhar o que era o Dnit com o quadro de pessoal que tinha para executar R$1,5 bilhão/ano em obra para agora executar R$10 bilhões, R$12 bilhões em obra. Isso, por si só, já diz a necessidade de uma mudança muito grande que temos que fazer.

Quero ainda parabenizar pela forma com que acompanha a execução. Quero aqui dar o meu testemunho do que acompanhei quando era Governador do meu Estado. Eu vi uma pessoa dedicada, dia e noite, sábado e domingo, muitas vezes, trabalhando para que as coisas acontecessem no meu Estado e, tenho certeza, neste País. Então, quero apenas dar um depoimento: este é o Luiz Pagot que eu conheço. Quero aqui lhe dizer que sou daqueles que acredita que a verdade sempre vence. E essa atitude de vir aqui ao Parlamento, a forma precisa, correta com que esclarece todas as informações...

Nós, como políticos, como Senadores, temos que separar a futrica, a política, a política, da parte técnica. E é isso que tem que acontecer. E V. Exª é uma pessoa que cuida da parte técnica e com muita competência. Era isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Presidente, Senador Blairo Maggi, Dr. Pagot, vou pedir desculpas porque tive que sair, Srª Presidente, porque tive uma reunião da bancada de Rondônia com o Ministério, mas fiz questão de voltar aqui e dizer, Pagot, que você fez muito bem em vir aqui com essa sua tranquilidade e responder a todas as perguntas, todos os questionamentos. Isso traz a transparência para o serviço público, de que nós precisamos. Se toda a vez que houvesse esse tipo de notícia, as pessoas viessem aqui e esclarecessem, seria muito mais fácil para nós.

Então quero cumprimentá-lo pelo desprendimento, pela disposição de vir aqui conversar, debater com todos os Senadores desta Casa.

Quero lembrar a diferença do Dnit de hoje para o Dnit do passado. Eu o conheci pessoalmente naquela audiência pública em Vilhena, quando tratávamos o Crema para a 364, Vilhena-Porto Velho, e a chegada da ferrovia até Porto Velho, onde nós ainda estamos debatendo e continuaremos debatendo, porque é uma obra importantíssima para Rondônia. É evidente que ainda temos que conversar sobre esse assunto, no sentido de fazer com que a ferrovia se estenda até Porto Velho, mas que ela comece, vindo de Porto Velho ao encontro de Lucas para que possamos aos poucos, Senador Blairo, utilizar. Quando a ferrovia chegar em Ariquemes, já dá para utilizar um pedaço dela; quando chegar em Ji-Paraná, já vai dar para utilizar. Enfim, vamos debater muito esse assunto. Mas o Dnit de hoje é diferente de anos atrás. Por muitos anos as obras ficaram paralisadas, ficaram sem acontecer. Hoje, temos uma BR 364 sem buraco. No passado, de quatro anos para trás, isso era impossível. Hoje, não, hoje a 364 está toda ela consolidada. E estamos aguardando a reconstrução. Quero perguntar a V. Sª como anda esse projeto de reconstrução da BR 364, que é uma das preocupações de toda a população do Estado.

Estamos com a BR 429 quase concluída; no que vem ela deverá estar concluída. E a diferença de uma obra, Senador Blairo, que é feita pelo Dnit da de uma obra feita pelo Estado é muito grande. É evidente que ela é muito mais cara, a obra é muito superior. Não denegrindo as obras do Estado, não é isso, mas a diferença é muito grande. Portanto, Rondônia está muito bem servida pelo Governo atual. Nós temos a ponte de Porto Velho-Humaitá, que está no meio do caminho, mas está em ritmo acelerado, a 319 já foi feito o tapa-buraco até a Porto Velho/Humaitá. Há uma expectativa grande de que chegue até Manaus o mais rápido possível. São obras importantes.

De modo que vim aqui lhe cumprimentar pelo trabalho de toda a sua equipe, não só do senhor, mas dos Ministros, tanto do Paulo que reassume, do Ministro Alfredo que deixou o Ministério, junto com o nosso ex-Presidente Lula e com a nossa Presidente Dilma, tem feito a diferença no investimento de infraestrutura em nosso País.

Vou só fazer uma pergunta. Essa questão já foi falada várias vezes, mas apenas para deixar mais claro, Pagot, o TCU e a CGU, em que momento começam a acompanhar as licitações, ou o processo de... Em que momento há esse acompanhamento; desde o nascimento do processo ou depois da obra pronta. Esse é uma questão que as pessoas não sabem. De repente,

as pessoas podem estar pensando que o TCU e a CGU passam a acompanhar o processo depois que a obra está concluída, foi paga e tudo mais. Mas é bom, se possível, fazer essa explanação, embora já tenha feito, estava ouvindo pelo rádio. Mas, quanto mais pudermos deixar claro para a população, melhor.

No mais, quero cumprimentar a nossa Presidente Lúcia pela audiência pública. Tenho certeza de que foi muito importante para a população brasileira, foi importante para nós, Senadores, e também para a imprensa.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Registro aqui a honrosa presença da Deputada Ìris de Araújo.

Sr. Pagot, eu gostaria, para finalizar, de fazer uma observação. V. Sª colocou aqui que um dos grandes gargalos que existem na área de transporte é a questão do projeto executivo, que muitas vezes não é feito na sua plenitude. Assim, gostaria de saber de V. Sª o que acha do regime diferenciado de contratação, onde é dispensado o projeto básico e é apenas apresentado um anteprojeto de engenharia.

Era esse o questionamento que queria fazer.

Passo a palavra a V. Sª.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Vou começar pelas mais fáceis, depois vou para...

Senador Acir, o senhor tocou em um assunto importante e que eu devia até fazer um apelo ao Ministro dos Transportes, se não for mais como Diretor-Geral do Dnit, faço-o mesmo como cidadão. Foram paralisadas todas as contratações e licitações de obras do Dnit; certo? Ocorre que temos regiões brasileiras onde se trabalha sazonalmente e muito pouco, principalmente na região da Amazônia Legal. Se você perder o período de seca, você perdeu o ano. E, se você perder o ano, sabe o que acontece? Aquela rodovia vai se deteriorar, vai ter problemas e nós vamos gastar muito mais depois para conserta-la.

E o senhor tocou em uma BR importantíssima, a BR-364, de Rondônia. Dois megaprojetos na área de energia elétrica estão sendo lançados, com imensos canteiros de obras. Só a parte do trânsito de cimento ou de preparo do cimento envolve mais de mil carretas por dia, afora todas as safras, todo o material que passa, todos os produtos que vão para Rondônia e para o Acre. Além disso, o Brasil está construindo, junto com o Peru, a rodovia pan-americana.. Não é a pan-americana; é a rodovia que vai até o Pacífico, até o Porto de Ilo, e já começam as cargas a circular por essa rodovia. Então, aquilo que era lá atrás, Senador Blairo Maggi, quinhentas carretas por dia, nos longínquos anos de 2003, 2004, hoje são cinco mil carretas por dia. Isso numa rodovia que já não suporta mais.

Nós programamos um Crema 2ª Etapa, e o senhor teve oportunidade de escutar a minha manifestação na frente do Ministro, com toda a bancada de Rondônia, que não era o ideal o Crema 2ª Etapa, porque é até um projeto de cinco anos, enquanto ali nós precisamos fazer uma intervenção imediata, de um ano, fazendo com que se melhore definitivamente a BR-364, que, do contrário, não vai suportar ficar aguardando obras até o próximo verão. E, neste momento, a licitação, que estava na praça, foi suspensa. E é uma obra que não tem nenhum problema, já passou pelo crivo do TCU.

Nós precisamos fazer com que essas obras que não têm problemas voltem imediatamente para a praça. Aquelas sobre as quais ainda se têm dúvidas, que fiquem até que se esclareçam as dúvidas. Esse seria o meu apelo ao Ministro dos Transportes para que imediatamente revisse essa portaria e as obras que não têm problemas voltassem a praça para cumprir o processo licitatório e a contratação.

Com relação ao TCU, normalmente o TCU cumpre agendas que são previstas no FISCOBRAS. Para este ano, ele já está com a agende de trabalho. As SECECs, que são as Secretaria de Controle Estaduais já estão em campo, junto com as instruções da SECOB, e o rol de obras que estão enunciadas como obras para serem auditadas já estão no processo de auditoria.

Então, ele interfere tanto na execução da obra, como na licitação da obra e, muitas vezes, até na própria aprovação do projeto. Ele tem notícia de um projeto aprovado e começa a investigar a aprovação desse projeto. São metodologias, são aperfeiçoamentos que o TCU tem desenvolvido ao longo do tempo.

Temos elucidado muitas questões junto ao TCU. Recentemente, saiu um acórdão balizador sobre a questão do transporte de material betuminoso, material que vem das usinas, das geradoras, das produtoras de asfalto, material que vamos buscar nesses complexos. Esses materiais são transportados para todo o Brasil. Havia uma discrepância. Havia uma metodologia de dez anos. No último ano, o TCU contestou essa metodologia, achou que os referenciais deveriam ser revistos, fez um acórdão sobre isso e deu um prazo para o Dnit fazer uma revisão sobre isso e apresentá-la ao TCU. Então, há muitos assuntos que, muitas vezes, são recorrentes, e o TCU toma uma atitude como essa, produz um acórdão.

Uma questão relevante foi abordada pela Senadora Presidente Lúcia Vânia com referência aos projetos executivos.

A minha referência, Senadora, é que, para o bem de todos, de agora para frente, só sejam licitadas obras com projeto executivo. Sei que isso pode parecer um contrassenso para as obras da Copa do Mundo. Tal-

vez, algumas obras da Copa do Mundo possam ter uma nova sistemática. Mas imagino, para essas obras de trabalho de longo prazo, para essas obras feitas pelo Dnit, principalmente em regiões metropolitanas, que têm interferência enorme numa quantidade de serviços, que fazer obras com projeto básico, é claro, vai ensejar a necessidade de aditivos. E, se estamos querendo combater a necessidade de aditivos, temos de fazer obras com projetos executivos. E mais: temos de fazer obras dentro de uma nova metodologia. E defendo a metodologia de empreitada global. O Governo, por meio do Ministério do Planejamento, do Ministério dos Transportes e do Conint, precisa definir termos de referência para obras rodoviárias, com suas classes determinadas com base em fluxo e volume tecnicamente, e para obras de travessia urbana, notadamente viadutos, rotatórias especiais, passagens inferiores, para que, efetivamente, haja parâmetros e limites para serem produzidas e estabelecidas essas obras.

Pessoalmente, tenho grandes dúvidas sobre a questão do RDC. Obviamente, o Dnit não foi consultado a respeito disso e não fez nenhuma manifestação.

Especificamente sobre processos licitatórios, o que vejo é que poderíamos ganhar muito tempo não se estabelecêssemos uma nova modalidade, mas se reduzíssemos os prazos dos processos licitatórios. Isso é possível. Hoje, ninguém mais trabalha com montanhas de papel. Hoje, trabalha-se com planilhas, com Excel, com o mais moderno sistema de informática. As empresas de consultoria de projetos, pelos menos as boas, têm grandes programas em seus computadores que desenvolvem propostas, que desenvolvem complementos e levantamentos de campo para levantar as propostas. Desde o primeiro dia em que uma licitação é colocada na praça, isso fica à disposição, seja num projeto que tem técnica e preço, seja numa obra de menor preço. Então, podíamos reduzir, por exemplo, uma licitação de menor preço para 21 dias e estabelecer como prazo máximo de todas as reivindicações o prazo de nove dias, porque, em nove dias, os escritórios jurídicos, as assessorias jurídicas das empresas, as consultorias têm qualquer documento na mão e sabem exatamente o que precisam reivindicar, e nós também sabemos o que é preciso resolver. Então, poderíamos rapidamente encerrar aqueles processos licitatórios.

E mais: poderia haver uma pré-qualificação. A própria lei admite a pré-qualificação regulamentada, para que as empresas tenham um cadastro. A empresa é cadastrada, e, no cadastro, consta que a empresa é ilibada, não deve para o Fisco, tem suas certidões em dia, da mesma maneira que a Caixa Econômica faz com o Geric, que é gerência de cadastro, e só admite licitações de empresas aprovadas, o Dnit podia ter um mecanismo semelhante e só permitir... e também por tamanho.

Há empresas que não têm condições e, numa tomada de preço, pegam obras porque têm atestados, porque se unem com outras e pegam obras gigantescas. E depois não fazem, só causam problemas para a administração. Tem que ser encerrado aquele contrato, têm que ser tomadas providências; eles têm departamento jurídico, eles apelam. A nossa procuradoria é atulhada de serviço, tem poucos procuradores. Quer dizer, nós poderíamos simplificar tudo através de uma série de metodologias.

E isso que estou falando agora, Senador, que o senhor está me cobrando, que a senhora está me cobrando, são assuntos que eu venho discutindo há três anos nesta Casa, no Senado, na Câmara, nos fóruns.

Os jornalistas que eventualmente acompanham – há vários jornalistas que nos acompanham –, que vão ao Dnit, que fazem perguntas, que se interessam seriamente pelas questões e que escrevem suas matérias sabem o quanto eu tenho defendido algumas posições, algumas mudanças de metodologia, que são fundamentais para a sociedade brasileira. Não são fundamentais para o Dnit, para o Pagot; são fundamentais para a sociedade brasileira, para o próprio Governo atual e para o governo futuro.

Essa metodologia atual emperra; nós temos de estabelecer limites para os licenciadores. Não é possível se arrastar por dois, três anos um processo de licenciamento. Quer dizer, pode ser feita muito bem aquela obra com licenciamento único do Ibama. E que as medidas mitigadoras que normalmente são as exigências de Funai, que são as exigências de Iphan, que são as exigências da Fundação Palmares, do ICM-Bio, sejam cumpridas como medidas mitigadoras concomitantemente com a execução da obra. O quanto mais rápido nós seríamos! Não precisaríamos ficar revisando aquela obra, reajustando preço daquela obra. Então, há muitas coisas que eu me admiro de não terem sido colocadas na praça nesse período todo.

O Congresso, por várias vezes, ensaiou de fazer essa mudança de legislação, até escreveu alguma coisa na LOA, mas não prosperou. Então, eu me sinto assim, muitas vezes, desesperado no meu lugar de trabalho pelo excesso de burocracia e, principalmente por toda uma série de normas que nós temos que cumprir, que eu vejo que não dá em nada. Muitas vezes, enriquecem organizações não governamentais, escondidas atrás de universidades, escondidas atrás de institutos, e prejudicam demais a execução das obras no nosso Brasil como um todo.

E respondendo ao ilustre Senador. Primeiro, nem tudo que está escrito nos relatórios do TCU são ver-

dades absolutas, porque nós contestamos o que está escrito. Certo? E agora eu me lembrei especificamente desse assunto da 060. Não houve obstrução, Senador. Pode acreditar que não houve obstrução. Aconteceu o seguinte: eles pediram a seção transversal da 060. Era uma exigência – e até que não é comum pegar uma rodovia de grande porte e exigir a seção transversal para investigá-la. Mas, provavelmente, o secretário local, aliás, o auditor local da Cesec teve dúvida de alguma coisa e pediu uma seção transversal. E o que fez a engenheira? Mandou o processo, mandou o disquete ou mandou sei lá o que para uma gráfica para fazer a impressão, e isso passou dos cinco dias que nós tínhamos para responder aquilo. Ela devia, imediatamente, ter mandado arquivo eletrônico. E não era desrespeito nenhum mandar arquivo eletrônico. Quando o arquivo eletrônico chegou às mãos desse auditor, ele disse que estava sendo um desaforo com ele, que ele não tinha pedido arquivo eletrônico; ele queria as pilhas de papel referentes à seção transversal dessa rodovia, que tem centenas e centenas de quilômetros e que geram centenas e centenas de documentos. Eu inclusive conversei não na secretaria-geral, mas conversei com o Dr. Ulisses da Secob – eu me lembro muito bem desse caso – e disse a ele: "Dr. Ulisses, isso é um absurdo! Nós, de maneira nenhuma... Nós queremos é ajudar. O TCU pode pedir que nós vamos responder". E fiz questão, na semana seguinte, de encaminhar esses documentos. Eu, pessoalmente, cuidei desse assunto. Mas ficou lá escrito a questão da obstrução. Por isso que eu estou rebatendo com tanta veemência. Porque nós acompanhamos isso, Senador. Como é que eu vou querer ser apenado por obstrução de Justiça, por obstrução do TCU, por obstrução da CGU? De maneira nenhuma. Não concordo com isso, não tenho orientação para isso. E se algum funcionário, em algum momento, em alguma obra, fez isso, ou porque estava nervoso, ou porque estava numa situação, descumprindo uma ordem nossa, obviamente, eu chamo esse funcionário à responsabilidade, muitas vezes com suspensão, com abertura de um procedimento administrativo. Nós podemos ser culpados de uma série de coisas, mas não de obstrução da justiça e não de obstrução do trabalho do TCU e da CGU, de maneira nenhuma.

Até porque nós convivemos com eles diuturnamente, discutimos esse assunto nos diversos fóruns, que não são poucos. E eles têm as posições dele. Recentemente, na Procuradoria Geral foi feita uma discussão ampla, estava lá a Polícia Federal com seus relatórios, estava lá o TCU e a CGU com seus relatórios e fizemos uma discussão ampla, porque queremos melhorar os procedimentos. Até porque nós, gestores, não queremos ser apenados e responder com o nosso pouco patrimônio. Peguem minha declaração de imposto de renda e vejam meu patrimônio. Aliás, Senadora Lúcia Vânia, o meu sigilo fiscal, telefônico, bancário, da minha vida estão abertos, não precisa ninguém fazer requerimento, pode ir lá e consultar. O gerente da minha conta, por favor, está autorizado a entregar, para quem for autoridade competente, todos os meus extratos nos últimos 20 anos, certo? As minhas declarações de imposto de renda estão abertas, podem ser consultadas. A evolução do meu patrimônio, sem problema nenhum.

Então, eu não posso admitir esse assunto de obstrução de justiça.

Outro assunto que o senhor perguntou e que é relevante: a quem eu obedecia. E o senhor citou uma frase, uma frase minha. É que o senhor não me conhece. O Senador Blairo Maggi, que trabalhou comigo, já escutou essa frase várias vezes de mim: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo." – é uma frase minha, certo? Essa frase me foi feita no escopo de uma pergunta. E eu respondi com essa frase, sem querer ser deselegante, sem nada.

Várias pessoas, não esse jornalista especificamente que foi absolutamente correto em sua reportagem, mas outros aproveitaram essa frase para dizer: "Ele está ameaçando o Governo." De maneira nenhuma. É um governo que eu admiro e para o qual trabalho alucinadamente, e que faço o maior empenho para que vá para frente, para que ele coloque as obras, para que atenda à sociedade, para que responda aos recursos do contribuinte que estão sendo colocados. Eu trabalho desesperadamente para que isso aconteça.

De forma nenhuma eu quero desobedecer a alguém, ameaçar alguém com essa frase. Eu quero dizer o seguinte: existe uma regra, existe um padrão, eu li aqui no começo as minhas responsabilidades e a quem eu devo respeito e responsabilidade e obediência. Eu coloquei lá: os meus pares da colegiada, eu não devo obediência, mas devo respeito a eles. A lei diz que eu posso aprovar por maioria absoluta. Eu não aprovo por maioria absoluta. Nós temos um acordo que é por unanimidade ou o projeto não é aprovado. Ou é unanimidade ou a licitação não vai para a praça. Ou é unanimidade ou aquele assunto não prospera no DNIT.

Outro detalhe que eu considero importante é essa questão da obediência. Eu devo, sim, obediência ao Conselho de Administração do DNIT, que é órgão superior do DNIT. Toda vez a gente reúne e tem vários assuntos a serem tratados, uma pauta extensa. E eu devo obediência. Lá se fazem as deliberações, são dadas as ordens para o DNIT. Eu tenho como obrigação forjar um orçamento e tenho um prazo e

esse orçamento é forjado em cima dos levantamentos que são feitos. Posteriormente, são encaminhados ao Conselho de Administração, que remete ao Ministério dos Transportes. Isso é cumprido. Agora, se existem modificações nesse orçamento e existem modificações no orçamento, muitas dessas modificações são aprovadas no Congresso Nacional.

Hoje de manhã mesmo, eu estava fazendo um comentário com o Senador Rollemberg aqui que nós precisamos resolver definitivamente um problema. Já que estamos passando a limpo o DNIT, nós temos que resolver um problema: não é mais possível se começar uma obra e não se terminar a obra. São obras que começaram de emendas parlamentares, de investimentos chamados "demais investimentos". Não é da rubrica do PAC, porque a rubrica do PAC tem recursos para projeto, para início, meio e fim das obras. São obras que começaram com emendas parlamentares e que tinham que ter, nos anos subsequentes, os recursos necessários para serem concluídas. Eu tenho mais de 100 obras no Dnit que começaram com emendas parlamentares e que estão paralisadas. Isso é um desperdício de dinheiro público.

Então, nós temos que resolver essa situação. O próprio Congresso separar, no orçamento, um recurso para terminar essas obras. Porque são todas obras importantes, reivindicadas por bancadas parlamentares. E digo para os senhores que a maioria delas não tem nada a ver com o PR, tem a ver com o PMDB, tem a ver com partidos de oposição, tem a ver com vários partidos, em que o Senador, num determinado momento, fez uma emenda, as vezes, individual, as vezes, sacrificando a emenda individual inteira. Conseguiu o limite, colocou a obra na praça e agora não consegue continuar, porque nos anos subsequentes ele não consegue tocar aquela obra. Então, são coisas nas quais precisamos intervir e fazer modificações e vejo que é um trabalho conjunto, coletivo, e o próprio TCU pode trabalhar muito nisso. E por que falo no TCU, porque vejo no TCU uma belíssima organização, com auditórios preparados, com assessoria, com todo o sistema de informática que precisa, não igual ao Dnit. Faz três anos que o Dnit está buscando, tentando conseguir recursos para investimento no nosso sistema de informática e sair do jugo do Serpro, porque não aguento mais trabalhar com o Serpro, não responde às necessidades que tem o Dnit. E se os senhores forem nas nossas unidades locais, se forem na superintendência, enquanto lá estão os engenheiros das companhias de engenharia com *palm top*, *notebook*, sete, catorze, quinze, com *iPad*, com o não sei o quê. O nosso está com computador da outra geração, com uma vaga lembrança, nem memória tem. Então, são situações terríveis que se vive no dia a dia, você olha o veículo em que as empreiteiras transitam nas obras e olha os Santanas velhos em que transitamos, os Gols velhos em que transitamos. Quer dizer, não estou dizendo que isso vá ensejar a corrupção, que por isso o cara tem que ceder à vontade do empreiteiro, não. Estou dizendo que nós precisamos ser respeitados no nível em que o Dnit está atuando; que nós precisamos dessa reestruturação para poder cumprir com o povo brasileiro, cumprir com as nossas responsabilidades e com as responsabilidades do Dnit.

Agora, o Dnit não é o Ministério dos Transportes, o Dnit é o Dnit; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, com todas as suas responsabilidades. E tanto eu, como o senhor perguntou, Senador, os outros diretores têm responsabilidades equivalentes a cada pasta. O Diretor de Infraestrutura Rodoviária, é claro que tem um orçamento maior do que a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária, até porque o nosso País é rodoviarista, o Diretor de Infraestrutura Rodoviária, é claro que tem um orçamento maior do que o Setor Aquaviário, porque sequer começamos a trabalhar com o Setor Aquaviário no Brasil, e precisávamos começar a trabalhar imediatamente. Passei, nos últimos anos aí, quase caixeiro viajante, aproveitando as minhas visitas às obras, fazendo reuniões com o governo de Goiás, com o governo de Minas Gerais, com o governo de São Paulo, com o governo do Paraná, com o governo de Mato Grosso do Sul, porque considero extremamente importante colocar para funcionar a hidrovia do Tietê Paraná. Não daquele jeito que ela está funcionando, transportando 5 milhões de toneladas de carga, uma hidrovia que tem um potencial de 110 milhões de toneladas de carga. Poderia tirar todas essas carretas da estrada, está transportando 5 milhões de toneladas de carga, por quê? Porque não tem investimentos, precisa de investimentos.

Agora, o PAC 2 traz um alento, pelo menos, 600 milhões de obras para a hidrovia do Tietê-Paraná e mais 400 que o Governo de São Paulo vai colocar. Então, essas parcerias, também, são fundamentais e necessárias. E uma nova legislação sobre convênios. Precisamos ter uma nova legislação sobre convênios. Não sou contra fazer convênios, só que o ente que está sendo conveniado, o Estado que está sendo conveniado, a prefeitura tem que ser responsabilizada 100% por aquela obra; não da maneira como se toca hoje.

Quer dizer, tem fiscalização do TCU, porque é dinheiro do Governo Federal, tem fiscalização da CGU, dentro do Dnit para ver o que está fazendo, mas a prefeitura ou o governo do Estado que está recebendo aquele recurso tem que ser responsabilizado 100% pelo valor daquela obra. Eu lhe garanto que muitas

coisas que acontecem nos convênios mudariam de figura, e muitas obras que estamos cancelando hoje, muitas obras que estamos relicitando hoje, nasceram de convênios e convênios que não prosperaram ou convênios que estão aí há 20, 30 anos andando.

Então, vejo que há situações ... E quando falo do futuro, não sei o meu futuro. Senador, quero lhe falar que não sei do meu futuro. Eu sei que, no Dnit ou fora dela, uma coisa ninguém vai tirar: a minha capacidade de trabalho. Se eu vou estar trabalhando...eu vim da iniciativa privada e estou doido para voltar para a iniciativa privada. Eu já falei isso para o Senador Blairo Maggi, eu tenho projetos para o rio Madeira, eu tenho projetos para uma navegação de cabotagem, são projetos que no futuro eu vou trabalhar.

Então, se eu vou continuar no Dnit eu não sei, só depende de uma pessoa: da Presidente Dilma Rousseff. Ela sabe se eu vou ou não continuar no Dnit. Agora, eu não podia deixar de vir me manifestar aqui, fazer a defesa do DNIT, porque o DNIT... e aí me desculpe Ministro Hage, mas eu não concordo com o senhor em um ponto. Eu concordo com as suas investigações, eu concordo com as suas auditorias, eu concordo com seu grupo de trabalho, eu concordo com o Agapito, com o Wagner, como Tarcísio, com o Júnior, mas eu não concordo que o Dnit tem DNA de corrupto. O Dnit pode ter, em alguns momentos, situações de ilicitudes e de corrupção, todas elas nas barras dos tribunais, todas elas com PAD, todas elas com inquéritos, em todas elas quem deu causa está respondendo, até com patrimônio.

O Dnit, eu digo aos senhores, é o Dnit do bem, é o Dnit dos trabalhadores, é o Dnit dos abnegados, é o Dnit que na hora das emergências chega na comoção e continua no ranger de dentes, porque tem muita gente que chega na hora da comoção e some do canteiro dos desabrigados. E o Dnit continua no canteiro dos desabrigados. O Dnit é de gente que trabalha muito em prol do Brasil.

Eu espero ter conseguido responder ao senhor.

Desculpe, faltou a questão da Valec, das ferrovias. Eu não posso falar pela Valec. Eu acredito que, no momento adequado, o próprio Congresso Nacional deve chamar a Valec.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, para a última pergunta. E quero dizer ao Senador que já estamos na Ordem do Dia e sou obrigada a encerrar a reunião.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, uma vez que tive a honra, junto com o Senador Blairo Maggi, de ser o autor deste requerimento.

As explicações e as respostas que o Sr. Luiz Pagot deu serão evidentemente examinadas por cada um dos Senadores, serão esquadrinhadas, tem aí os órgãos de controle, inclusive o controle externo, o Tribunal de Contas, as investigações que foram hoje referidas pelo Ministro da Justiça...eu volto à primeira pergunta que fiz e cuja resposta muito é ilustrativa sobre o modo de funcionamento dessa nossa República de hoje. Eu perguntei ao Sr. Luiz Pagot qual era a sua situação funcional. Ele me disse e depois reiterou essa resposta que ele era o Diretor do Dnit e que estava apenas de férias. Ora, toda esta audiência pública e a demissão do Ministro dos Transportes não se originou não de uma denúncia da oposição, mas de uma reportagem em que é relatada uma conversa, uma diatribe, um cobrança rigorosíssima da Presidente da República aos seus subordinados que integram e integravam a cúpula do Ministério dos Transportes.

Quem vazou essa notícia evidentemente não foi nenhum dos senhores que estavam presentes na reunião. Evidentemente, ninguém vai produzir um fato negativo contra si mesmo. É óbvio que o vazamento da notícia foi por responsabilidade do próprio Palácio do Planalto. Não há outra explicação.

E segundo o relato que a revista *Veja* transcreve, a Presidente Dilma foi muito além do tom que ela – segundo dizem seus subordinados, os atuais e ex-subordinados – costuma adotar. Ela fala em viabilização do governo, ela fala em preços insuflados – um termo que ela teria usado –, ela fala em necessidade de três babás para o Ministério dos Transportes, para cada um dos senhores. Feito isso tudo, o que acontece? O Ministro dos Transportes recebe uma nota no dia seguinte em que o Governo reitera a sua total confiança nele, apenas depois ele pede demissão diante do vazamento de uma reportagem do jornal *O Globo* de que a empresa do seu filho teria aumentado o seu patrimônio em 84 mil por cento. E aí o braço direito do Ministro, que é o Secretário Executivo, quem toca a máquina do Ministério é nomeado no lugar desse Ministro, para continuar tocando o Ministério, já que era ele que fazia parte da cúpula do Ministério como Secretário Executivo, o que contribuiu a que o Ministério tivesse uma imagem tão ruim aos olhos da Presidente da República. E ele é nomeado Ministro.

O Controlador Geral da União vem e diz que o Dnit tem o DNA da corrupção e ele não é demitido! Ele diz isso de um órgão subordinado a um colega dele, também Ministro: "O Dnit tem o DNA da corrupção." E ele não é demitido. O senhor aqui toma as dores do órgão que o senhor dirige, continua dirigindo, embora

de férias, mas ninguém repreendeu o Ministro por ter dito que um órgão do Governo da importância do Dnit tem o DNA da corrupção.

O senhor está no pelourinho, mas a Diretoria do Dnit, como o senhor disse e lembrou, é um órgão colegiado e as decisões são tomadas por unanimidade. Os demais diretores estão lá quietinhos, acomodados, ninguém fala deles. Se o senhor não dissesse aqui, até respondendo a uma pergunta minha, quem são, não seriam seus nomes sequer mencionados pela imprensa, com exceção de um deles que seria membro do PT.

Então, Dr. Pagot, tudo indica – não tenho bola de cristal – que o senhor será uma vítima imolada no altar da deusa das boas aparências. Quando terminar o seu período de férias, o senhor será exonerado ou pedirá exoneração. Mas, pelo andar da carruagem, pelo tom das coisas, pelas práticas correntes nesse governo e que são as mesmas correntes do governo anterior, tudo continuará como dantes no quartel de Abrantes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Dr. Pagot se ele tem alguma observação a fazer. (*Pausa.*)

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos. Afinal, foi uma audiência bastante longa, mas também todos os colegas Senadores que aqui se manifestaram fizeram de forma respeitosa, não houve aqui nenhum ataque pessoa a ninguém.

E quero também aqui cumprimentar o Dr. Luiz Antonio Pagot pela forma clara, pela forma precisa como colocou os temas e as respostas que foram feitas através das perguntas.

Portanto, eu quero crer que um dos objetivos, ou o maior objetivo que nós queríamos com a sua vinda aqui nós atingimos, que foi o de dar as devidas explicações de como funciona o DNIT, como funcionam as estruturas de governo. E, em nenhum momento aconteceu como foi preanunciado ou especulado de que se faria uma audiência pública para execrar o governo ou para falar disso ou daquilo. Não. O objetivo sempre foi no sentido de buscar o entendimento, de buscar a verdade. Acho que o Dr. Luiz Antonio Pagot conseguiu colocar aqui com bastante propriedade o seu conhecimento não só sobre como funciona o DNIT, mas sobre como é a infraestrutura brasileira, das suas necessidades, das suas mazelas.

Enfim, espero que esta audiência pública, Senadora Lúcia Vânia, possa ajudar a própria Presidente da República, a nossa Presidente Dilma, a buscar um caminho mais tranquilo, a fazer com que as obras públicas possam de fato acontecer.

Eu vou aguardar, como já disse a alguns jornalistas que me perguntaram, não é segredo para ninguém, que o meu pleito na Casa Civil, junto ao Governo, de que, no final dos 30 dias de férias do Luiz Antonio Pagot, se houver qualquer levantamento, qualquer confirmação, qualquer tipo de problema dos que foram aventados nessas matérias veiculadas nos últimos dias, não há dúvida nenhuma de que eu serei o primeiro a pedir para que o Dr. Luiz Antonio Pagot se afaste do cargo do qual está à frente neste momento. Mas também, se não houver nenhum empecilho, se não houver nenhuma comprovação, se não se comprovar absolutamente nada, claro que os cargos da Nação sempre pertencem à Presidente, é ela que tem o comando, é a ela que cabe a definição das coisas que se devem fazer.

Eu me referi em alguns momentos, em todo esse episódio, eu mostrei minha contrariedade com a forma como tudo isso se desenrolou, com a forma como foi feito, sem que as pessoas tivessem a oportunidade sequer de falar, sequer de se defender. E acho que aqui demos a oportunidade a alguém que presta serviço ao Governo, a alguém que tem o conhecimento do Governo, a alguém que trabalha, como disse aqui, diuturnamente para que este País possa dar certo. Então, da minha parte, eu me sinto absolutamente à vontade e tranquilo hoje aqui nesta reunião.

E também quero dizer a V. Exª, Srª Presidente, já que sou Vice-Presidente da sua Comissão de Infraestrutura, e quero dizer também aos demais colegas que, na tarde de ontem, agradeci à Presidente Dilma. Na quarta-feira, ela me fez o convite para que eu aceitasse dirigir o Ministério dos Transportes, e eu expliquei ontem a ela os motivos pelos quais eu não tenho a condição de aceitar, ou não tinha condição de aceitar esse convite, em função de questões empresariais que são legais, e muitos acham que não é legal, mas eu diria que, no mínimo, é ético, já que temos negócios, sou sócio de empresas. Não é que tenho negócios com o Governo; o Governo regula negócios de que eu faço parte. Portanto, não acho justo, não é correto, não é ético, não é moral eu sentar de um lado da mesa para pedir e mudar a cadeira para o outro lado para depois receber.

Portanto, lamento não poder ajudar. Creio eu que, com o conhecimento que tenho, com dois mandatos de governador, tendo feito o maior programa rodoviário deste País em quatro anos, poderia, e muito, ajudar a conduzir essas questões da rede de transportes. Mas,

infelizmente, as coisas são incompatíveis, e, portanto, Senadora Lúcia Vânia, a senhora terá que me suportar aqui como seu Vice-Presidente até o final da nossa gestão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Inicialmente, eu queria...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Por favor, permita-me.

Apenas para agradecer também ao Senador Aloysio Nunes, que, junto comigo, fez este requerimento para que esta audiência pública pudesse acontecer.

Muito obrigado, Senador.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senadora Lúcia Vânia, agradeço demais a sua paciência. Eu tomei aqui demasiado o seu tempo. Havia respostas que não poderiam ser dadas em tempo mais breve, porque são assuntos complexos. Então, agradeço demais à senhora.

Agradeço também aos autores do requerimento, Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira. Muito obrigado.

Agradeço pela forma cavalheiresca como todos se comportaram. Acho que foi uma coisa importante. Eu passo um momento difícil, os senhores tiveram muito respeito, e, obviamente, tenho muito que agradecer por isso, porque poderiam ter usado a tribuna de forma veemente e ter me colocado numa situação ainda mais constrangedora do que a situação que eu vivo hoje.

Também agradeço a paciência dos jornalistas comigo, porque tenho um rol de jornalistas que, seguidamente, frequentam o Dnit, com temas, com matérias, com interrogações, com pautas, a quem, nesses últimos dias, não pude atender de maneira alguma, até porque fiz um compromisso de que só vou me manifestar aos jornalistas depois das audiências do Senado, que é hoje, e da Câmara, que é amanhã.

Então, agradeço a compreensão.

Muito obrigado a todos, e que Deus abençoe a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia Bloco/PSDB – GO) – Quero dizer, Dr. Pagot, da nossa satisfação em recebê-lo aqui nesta Comissão. Gostaria de cumprimentá-lo pela forma didática com que V. Sª colocou todos os problemas que foram aqui levantados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 24 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Ana Amélia, Cícero Lucena e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Benedito de Lira. A Presidência registra a presença das autoridades: Sebastião Carvalho, Assistente Parlamentar do Ministério do Turismo; João Quirino, Diretor Parlamentar da ABAV Nacional; e Telmo Lustosa, Diretor da SAE/PR. Dando prosseguimento, a Presidência declarada aberta a reunião, e esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente sessão destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, aprovado em 16/03/11, que propõe a "realização de um ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil", sendo que a presente reunião será destinada ao Segundo Painel, que tem como tema: "Inclusão Digital como Fator de Desenvolvimento Regional". A Audiência é realizada com a presença dos Senhores: Lygia Lumina Pupatto, Secretária de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, representando o Ministro Paulo Bernardo Silva; Paulo Eduardo Kapp, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás; Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital; e Roberto Basei, Secretário Municipal de Fazenda do Município de Canela/RS, representando o Prefeito Constantino Orsolin. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ana Amélia, Cícero Lucena, Eduardo Amorim e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das

notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados e convites.

Para os fóruns legislativos nas cidades sedes da Copa, temos a seguinte posição: primeira visita, realizada no dia 18 de abril em Fortaleza; segunda visita, no dia 9 de maio em Recife; terceira visita, no dia 16 de maio em Curitiba; quarta visita, no dia 30 de maio em Belo Horizonte; e a quinta visita, no dia 13 de junho em Manaus. A sexta visita acontecerá no dia 5 de julho, na próxima semana, próxima terça-feira, aqui em Brasília.

A Secretaria da Comissão está providenciando o envio do convite a todos os Parlamentares.

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste estará promovendo visitas aos Estados que compõem a região de abrangência da Sudene.

O terceiro Estado a ser visitado será o Piauí, no dia 4 de julho, segunda-feira próxima.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, na figura do seu Presidente, o Sr. Antonio Oliveira Santos, convida todos os membros a participar da visita técnica à Estância Ecológica Sesc Pantanal, localizada no Estado de Mato Grosso. A visita está programada para acontecer entre os dias 11 e 14 de agosto próximo, ocasião em que será debatido o tema: Políticas Ambientais para a Sustentabilidade na Copa de 2014. Os Senadores que desejam participar podem entrar em contato com a Secretaria da Comissão para maiores informações.

PAUTA
– AUDIÊNCIA PÚBLICA -

2º Painel do Ciclo de Debates, em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, que requer *"nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) um Ciclo de Debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, tais como logística, inclusão digital e guerra fiscal".*

Na presente audiência, realizaremos o 2º Painel do Ciclo de Debates, que tem como tema: Inclusão Digital como Fator do Desenvolvimento Regional. Para tanto, convido para compor a Mesa: Srª Lygia Lumina Pupatto, Secretária da Inclusão Digital do Ministério das Comunicações – muito obrigado, Drª Lygia, por sua presença –; Sr. Paulo Bernardo Kapp, Gerente de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás – muito obrigado, Sr. Bernardo, pela presença –; Sr. Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para a Inclusão Digital – muito obrigado pela sua presença –; e o Sr. Roberto Basei, Secretário Municipal de Fazenda do Município de Canela, Rio Grande do Sul, que vem aqui representando o Exmo Prefeito Constantino Orsolin.

Muito obrigado pela presença dos senhores mais uma vez.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno desta Casa, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras aqui inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Para tanto, concedo a palavra à Srª Lygia Lumina Pupatto para começar sua fala.

A SRª LYGIA LUMINA PUPATTO – Boa-tarde, Senador Eduardo Amorim – quero agradecer o convite – e demais presentes.

Quero parabenizá-los por essa discussão que consideramos de extrema importância para que nós possamos avançar nessa proposta da inclusão digital, que está no centro das preocupações do nosso Governo.

Antes que eu comece a discorrer sobre a nossa apresentação, eu gostaria de fazer uma reflexão com os senhores para que nós possamos entender o momento que vivemos hoje.

Depois que acabou a guerra fria, o maior ponto de disputa entre os países, que a gente divide em países desenvolvidos e países em desenvolvimento, está em quem tem a demanda ou em quem tem a concentração das tecnologias. Se nós pensarmos hoje 15% da população mundial detém os processos tecnológicos; 50% da população mundial importa essas tecnologias para os seus serviços e para a produção do seu consumo; e um terço da população mundial vive marginalizada tecnologicamente, quer dizer, nem importa e nem produz esses serviços. Isso quer dizer o quê? Que temos uma divisão, no mundo, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento que é calcada na tecnologia.

Para acompanhar esse processo que se instala mundialmente hoje, vem-se discutindo o que a gente vem chamando de "a sociedade do conhecimento" e, nessa sociedade do conhecimento, o que se tem discutido muito é que temos que investir no capital humano.

O que seria esse investimento no capital humano? Que possamos investir no desenvolvimento educacional das pessoas, que possamos ter programas de treinamento dessas pessoas para que elas tenham a capacidade de desenvolver, dentro das suas profissões, habilidades e também para que elas tenham o desenvolvimento de várias competências para que possam, na realidade, exercer a sua cidadania e estar presente nesse mundo que a gente chama "da sociedade do conhecimento".

Então, dentro desse parâmetro, queríamos discutir a proposta da inclusão digital como um mecanismo a mais para que possamos diminuir as diferenças do desenvolvimento regional do nosso País.

(Próximo, por favor.)

Vejam que Mahatma Ghandi, há muito tempo, dizia:

"Não quero que a minha casa fique cercada de muros e que as minhas janelas fiquem fechadas. Quero que as culturas de todas as terras soprem sobre a minha casa tão livremente quanto possível, mas recuso-me a ser derrubado por qualquer uma delas".

Ou seja, para que nós possamos ter nosso desenvolvimento, com as nossas características, temos que ter o acesso a essa tecnologia.

(Próximo, por favor.)

E essa sociedade do conhecimento pressupõe o quê? Que tem que haver uma democratização do acesso aos espaços de produção e disseminação do conhecimento, que temos que enfatizar a sustentabilidade como princípio de convivência social, que temos que promover a formação continuada das pessoas para que elas possam exercer a sua cidadania.

(Próximo, por favor.)

Como se dá o campo da disputa hoje no mundo? Se dá como o conhecimento é adquirido, é armazenado, é processado, é transmitido e é disseminado, ou seja, nós temos muita informação hoje, mas não adianta só obtermos a informação. Temos que processar essa informação para que realmente a gente dê um salto qualitativo.

(Próximo, por favor.)

O processo da inclusão digital é hoje discutido com uma nova cultura do direito em que o acesso á informação é um bem público e, se formos ver a realidade do nosso País sobre a inclusão digital, vemos que ela reproduz as diferenças sociais também. Em 2009, o IBGE diz que 30% da sociedade brasileira tinha acesso à Internet. Embora tenhamos dados parciais nos últimos dois anos, isso aumentou bastante, mas vemos ali as diferenciações entre as diferentes regiões: 48% na região Sudeste, 47% no Centro-Oeste, 46% no Sul, 34% no Norte e 30% no Nordeste.

(Próximo, por favor.)

Se formos confrontar com as desigualdades da classe econômica, vemos, logicamente, que isso tem uma conexão igual: 80% da classe "a" tem acesso à Internet, 70% da "b", 40% da "c" e 10% da classe "d" e "e".

Como que a inclusão digital pode ser uma ferramenta para disseminação do conhecimento? Primeiro, porque um dos fatores das desigualdades regionais são, em parte, explicadas pelas defasagens educacionais e, consequentemente, do acesso ao conhecimento da população. As políticas de inclusão digital podem contribuir para ampliar o acesso da população dessas regiões a esse conhecimento.

(Próximo, por favor.)

Qual que é o objetivo do Ministério das Comunicações para a inclusão digital? Que a gente possa consolidar uma política pública de inclusão digital em que o uso da Internet e outras tecnologias da informação sejam considerados um direito de todos os brasileiros e uma ferramenta para a cidadania. E, aqui, temos inúmeros desafios.

O que a gente quer? Que tenhamos o acesso a uma velocidade maior, que tenhamos mais quantidade de acesso e de melhor qualidade. E o que nós queremos? Que todos tenham as mesmas oportunidades, independentemente da sua condição social ou da região geográfica em que estejam localizados.

(Próximo, por favor.)

Essa Secretaria que represento hoje aqui, a Secretaria de Inclusão Digital, os senhores e as senhoras devem saber, foi criada agora, no dia 05 de maio, por proposta da nossa Presidenta para que houvesse uma articulação das políticas de inclusão digital que existem hoje no Governo Federal. Se formos pensar, a grande maioria dos Ministérios e outros órgãos do Governo têm, de uma maneira ou de outra, a sua política de inclusão digital e o objetivo da criação dessa Secretaria é que possamos, então, coordenar essas ações com esses objetivos que estamos discutindo.

Nosso maior desafio hoje é que possamos ter um trabalho intersetorial, multidisciplinar para que todas essas políticas que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, em última análise, possam beneficiar a sociedade brasileira, porque o desafio que temos, a grande discussão que se faz no Brasil hoje é o Programa Nacional de Banda Larga. É lógico que, se não tivermos a infraestrutura, não temos como fazer todos esses projetos, mas a discussão importante também é

o que vamos fazer com essa infraestrutura e para que ela vai servir para a sociedade brasileira.

(Próximo, por favor.)

A atuação da Secretaria de Inclusão Digital vai ter dois grandes parâmetros: as cidades e as comunidades rurais remotas excluídas. Aqui, os senhores e as senhoras devem ter ouvido falar muito sobre as cidades digitais ou cidades inteligentes ou cidades criativas. O que estamos construindo é um conceito do que isso significa para a sociedade brasileira.

(Próximo, por favor.)

Como a inclusão digital pode contribuir para reduzir os déficits de cidadania e ampliar o acesso ao conhecimento? Eu acho que o nosso desafio é criar uma cultura digital no Brasil. E como criamos essa cultura digital? Primeiro, logicamente, que a sociedade tenha acesso; segundo, que ela entenda os benefícios que isso pode trazer à sua vida e à sua formação.

O que estamos construindo, por exemplo, dentro desse conceito de cidade digital, é fomentando as ações de governo eletrônico nos três níveis de governo. Para que isso? Por exemplo, se nós fomentarmos ações do governo eletrônico nos governos municipais, para que haja uma maior transparência, uma maior eficiência nos serviços públicos, e mais ainda, que haja uma maior interlocução dos governos com a sociedade.

Nós estávamos vendo um dado que no programa nacional de banda larga que foi feita uma pesquisa, uma amostragem com cem municípios, 74% deles não têm nenhum orçamento para a tecnologia da informação e 63% não utilizam nenhum mecanismo nas suas estruturas e nos seus serviços.

Bem, poderíamos perguntar.... outro dia estávamos numa discussão com o Secretário de Ciência e Tecnologia de Porto Alegre, que para que haja..., quando o governante diz: vou investir na educação ou na saúde ou no governo eletrônico, que quando se faz um projeto do governo eletrônico pode economizar muito mais, para que possa investir em outras áreas. Por exemplo, se você tem uma agilidade maior no seu governo, você pode controlar, por exemplo, a frota, pode economizar em telefonia, e mais do que isso, pode oferecer serviço de melhor qualidade à sociedade. Logicamente que temos de ampliar a estrutura de acesso à Internet, e aqui o Paulo está representando a Telebrás. Estamos caminhando par e passo com o programa nacional de banda larga. Lógico que a infraestrutura é uma condição primária para que isso possa se desenvolver.

Nós também achamos que temos que instalar pontos de acesso gratuito à Internet. E aqui podemos, por exemplo, ter pontos de acessos livres em espaços públicos, para que aquelas pessoas que não tenham como acessar nas suas casas possam acessar. E também apoiando e qualificando os telecentros, que já existem milhares no Brasil hoje, mas queremos qualificá-los com espaço de cidadania, em que as pessoas realmente possam se qualificar nesses telecentros para usufruir dessa tecnologia.

Queremos fomentar o desenvolvimento e disponibilizar conteúdos de acesso público. Vários governadores e prefeitos têm nos procurado, por exemplo – e nós estamos discutindo isso com o Ministério da Saúde -, que querem instituir a telemedicina. Seriam processos de longa distância, para facilitar e impedir que muitas pessoas do interior tivessem de ir a centros maiores, para fazer consultas médicas simples. Podemos ter, numa articulação com o MEC, estudos de longa distância, para que essas pessoas possam usufruir desses espaços públicos, servindo à sua qualificação.

Queremos fomentar a comunicação comunitária e ampliar as comunidades nas redes de formação. Quer dizer, se não tivermos uma rede nacional de formação, que dê sustentação a esses projetos, teremos, mais uma vez, muitas máquinas, mas a sociedade não estará se apropriando desse conhecimento e dando um salto de qualidade para o seu desenvolvimento.

Temos um desafio imenso, porque na zona rural a chegada da conexão é ainda mais difícil do que na zona urbana, temos as comunidades quilombolas, temos as comunidades indígenas, temos os assentamentos da reforma agrária, temos mais de sessenta mil escolas, aliás, oitenta e duas mil escolas na zona rural, muitas delas ainda precisando de conexão. Então, vamos ter que ter um olhar específico também para a zona rural, porque temos um problema muito sério de sucessão hoje, principalmente nas pequenas comunidades rurais, porque os jovens não querem mais ficar nas suas comunidades se não tiverem o acesso à conexão. Isso o Ministério está negociando para que tenhamos um projeto especial para que haja conexão na zona rural.

Já existem programas de inclusão digital, que já estão em andamento, temos um programa no Ministério do Planejamento, que faz conexão à Internet em escolas públicas, em telecentros, em áreas remotas; temos o que chamamos dos telecentros, em que o Governo cede equipamentos e a conexão em parceria com todas as prefeituras e entidades sem fins lucrativos.

Houve no final do ano passado o início dessa rede de formação, então está qualificando, com bolsas, esses agentes de inclusão digital, que são pessoas da própria comunidade que possam transmitir esse conhecimento à população daqueles telecentros.

Ao todo já foram apoiados 14.580 equipamentos públicos, como escolas bibliotecas, espaços comuni-

tários, telecentros, conexão e formação de agentes de inclusão digital. Dentre esses equipamentos, temos quatro mil escolas públicas, particularmente nas áreas rurais, 1800 espaços comunitários em áreas rurais e assentamentos e 410 bibliotecas públicas.

O critério adotado até o ano passado era a instalação desses equipamentos naquelas cidades de menor IDH. Então, temos aqui no Centro–Oeste 6,2%; no Nordeste, 46%; no Norte, 13,5%; no Sudeste, 23,5%; e no Sul, 10%.

Aqui as ações previstas para o período de 2011 a 2014 é a articulação com as políticas públicas e as políticas sociais do Governo Federal, para que possamos constituir essa grande rede digital, integrada às políticas sociais.

A implementação das ações dos programas das cidades digitais, com aquelas características, que eu mencionei é para os senhores e senhoras, e, logicamente, às cidades rurais. A expansão da banda larga, como disse, é uma condição primária para que todos esses projetos possam ser desenvolvidos. A formação e pagamento de bolsas para os agentes de inclusão digital. A formação de servidores públicos municipais, para que eles possam desenvolver esses programas dos governos eletrônicos. E apoio aos projetos de inovações de conteúdos e aplicação para inclusão digital.

Enfim, para que possamos desenvolver uma política pública a médio e longo prazo, acreditamos que devemos qualificar as pessoas para que elas se apropriem de todas as informações que a inclusão digital possa dar. Assim, consequentemente, podemos contribuir para que haja uma diminuição dos desenvolvimentos regionais através da inclusão digital.

Era isso que eu tinha que apresentar.

Estou à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Drª Lygia.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Paulo Kapp, para fazer seu pronunciamento.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Boa tarde, Sr. Senador Eduardo Amorim; Srª Senadora Ana Amélia.

Talvez algum primo distante, Henriques, não sei, porque sou Henriques também, não é? E o Basei, Secretário de Canela também. Nós nos conhecemos no projeto lá.

Bom, queria agradecer a oportunidade de estar aqui em nome da Telebrás, para poder falar sobre inclusão digital. E a Telebrás, como vetor de desenvolvimento, encara esse como um dos papéis da empresa; como sendo um vetor de desenvolvimento no sentido como vou apresentar mais pra frente.

No momento em que começo a colocar infraestrutura e a distribuir rede, distribuir serviço, enfim, colocar a mão na massa pelo Brasil afora, começamos a gerar, indiretamente, um tipo de desenvolvimento.

Quero deixar bem claro qual o papel nosso aqui na rede. O que se previu do programa nacional de banda larga. Onde a Telebrás está enquadrada aqui. Então, reparem que ela é um dos itens da Telebrás, como a Secretária Lygia falou. Regulação, infraestrutura... Ou seja, partilha de infraestrutura, incentivos fiscais. Mas onde a gente se enquadra?

A gente está entre dois itens importantes, aqui: a parte de conteúdos e aplicações e a parte política, produtiva e tecnológica e a Telebrás como uma maneira de juntar isso aqui e colocar infraestrutura pra toda parte.

Quem te chama... Mais tarde vou falar, mais pra frente vou dizer, mas vou adiantar um pouquinho que da maneira que a gente enxerga o desenvolvimento, ele se dá de duas formas principais, bem diretas, com que a Telebrás contribui, e uma mais indireta assim.

Ela contribui, primeiro, porque precisa de tecnologia e dentro da política produtiva tecnológica, a Telebrás compra, preferencialmente, usando o poder de compra do Estado, equipamentos que tenham sido desenvolvidos no Brasil. Não falo fabricados, mas que tenham sido desenvolvidos.

É claro que a Telebrás não julga o que foi desenvolvido ou não foi desenvolvido no Brasil. Isso é uma prerrogativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas a gente adota como premissa para escolher. O que eles disserem que é desenvolvido no Brasil, a gente considera como desenvolvido no Brasil.

Bom, só o fato de ter esse item nas compras da Telebrás, vários fornecedores multinacionais, ou seja, fornecedores de fora do Brasil já manifestaram o interesse de trazer esse centro de desenvolvimento para o Brasil; de pesquisa e desenvolvimento, ou coisa assim. Vocês devem ter ouvido a Foxconn, a ZTE e outras empresas chinesas e coreanas com interesse de trazer centros de pesquisa e desenvolvimento pra cá.

Tem o lado bom e o lado ruim isso. O lado bom é que eu estou trazendo mais conhecimento e o lado ruim é que as empresas nacionais que tentaram de alguma forma colocar o desenvolvimento aqui têm mais concorrência. Pra nós, como usuários e como empresa, é bom a concorrência. A concorrência é boa e saudável pra nós, nesse ponto de vista.

Muito bem. Qual a importância do acesso à banda larga? Não quero ser muito prolixo. A Secretária Lygia falou isso. Mas vou falar basicamente que o papel da parte de tecnologia de informação e conhecimento é inovação, crescimento econômico, incremento de produ-

tividade e aprimoramento das relações com o Governo e cidadãos, etc, etc. O que a Secretária Lygia já falou.

Mas um ponto importante disso aqui, quando a gente fala de Internet e o conhecimento, é o aumento da concorrência. O que eu chamo de aumento da concorrência? Há uns meses atrás eu estava falando numa escola secundarista, de ensino médio, e pedi para as meninas se levantarem na sala. As meninas ficaram caladas e eu perguntei para os meninos: "Vocês, que estão sentados – era uma cidade pequena – podem estar vendo, aqui, algumas de vossas futuras esposas". Todos riram, é claro. Mas pensem que sem a Internet, todas essas meninas aqui só teriam vocês como pretendentes. Com a Internet, uma em cada oito vai casar com alguém de fora. Então, isso vale pra vocês também. Vocês podem procurar as esposas fora daqui. Para gente ter uma idéia, nos Estados Unidos, em 2006, um em cada oito casamentos foi de pessoas que se conheceram por meio da Internet. No Brasil, não tem um dado específico assim bem geral, mas a gente já tem algumas pesquisas prévias indicando que isso já está em um para doze. Um pra doze! Se eu considerar que tenho uma penetração próxima de 36% até 60%, dependendo do caso, estou conseguindo, meu Deus do céu... Quase 15% das pessoas... mais um pouco, quase 20% das pessoas que estão se casando se conheceram por meio da Internet. Puxa vida!

Se eu levar isso para o conhecimento, posso, além de procurar um emprego, não sair de casa e continuar trabalhando. Quem conhece – usando o termo – o teletrabalho? Tem algumas empresas, uma empresa aérea pequena, de Campinas, que está iniciando um processo de montar um *Call Center* onde nenhum dos trabalhadores do *Call Center* está efetivamente no *Call Center*, porque está na sua cidade de origem.

Bom, continuando, entre as premissas do PNBL, de serviços e produtos, está o uso as fibras óticas do Governo.

A modalidade de escalabilidade de muitos serviços da rede e dimensionamento da capacidade por ano. O que eu quero dizer com isso? Que como a nossa necessidade de rede, necessidade de informação dobra a cada ano... um pouco mais que dobra. Ela dobrava até o ano retrasado; agora, ela triplica a cada ano. E as informações técnicas que a gente tem... tem, não, porque a cada 72 horas elas já dobram também. Levando em conta que a gente publica 3 mil livros por ano, desculpe-me, por dia, eu consigo duplicar a quantidade de informação técnica na rede a cada 72 horas. Isso o ano passado. Este ano talvez um pouco menos.

Com uma rede de fibra que o Governo já tinha, com a informação que está disponível e com a grande quantidade de serviços que surgem na rede e que existem em governo eletrônico, a gente consegue criar uma necessidade técnica de equipamentos de rede – e assim por diante – e uma necessidade de novas tecnologias.

Então, agora, estou entrando como vetor de necessidade de desenvolvimento. Se eu, Telebrás, digo que não vou comprar nada de fora do Brasil e que preciso de uma tecnologia que aqui não existe, alguém daqui terá que desenvolver. Como os serviços que estão surgindo... possivelmente, com toda essa tecnologia disponível, brasileiros vão desenvolver serviços, presumo que daqui a algum tempo a gente vai poder estar concorrendo fora do Brasil, com isso. Só que eu preciso ter infraestrutura e é preciso ter rede aqui dentro.

Muito bem, as oportunidades, conforme eu já disse. A Secretária Lygia também falou de várias aqui: Integração; redes já existentes de outros entes federados, outros países; ampliação de pontos de trocas de tráfego, que é um tecniquês assim um pouco desnecessário. Mas vamos falar bem claro aqui do que ela já disse: interiorização dos serviços de atendimento do Governo e estímulo à produção de conteúdo local.

A Secretária Lygia sempre fala que eu falo numa cidadezinha pequenininha, lá do interior do Rio Grande do Sul. Eles estão montando uma cidade, lá, só que quando vieram pedir auxílio da Telebrás, eu falei pra eles: Olha, a Telebrás ajuda vocês se fizerem uma cidade que seja muito acima da média; que seja uma cidade que não exista nada igual no hemisfério sul e seja uma coisa totalmente atípica, diferente.

Tinha um rapaz, lá, que se comoveu com a idéia. E é impressionante como ele conseguiu mobilizar todo mundo, conseguiu seguir e levou toda região... Como não conseguia ter força sozinho, ele juntou a região toda, que o trouxe a Brasília. E hoje ele já tem aquele programa de um computador por aluno; já conseguiu que algumas empresas dessem parte da infraestrutura e se comprometeu a comprar a outra parte e assim por diante. De modo que até o final de agosto ele vai ter todas as casas do município com fibra ótica.

Não tem nada no hemisfério sul parecido, tanto que logo depois outra cidade já quis a mesma coisa e também entrou na mesma linha. Imediatamente, acho que até o final de dezembro teremos duas. Talvez três, porque ontem outra já entrou em contato conosco. Mas o fato é o seguinte: uma coisa leva à outra. Então, fica um círculo virtuoso onde a necessidade traz o desenvolvimento e o desenvolvimento traz a necessidade.

É claro que boa parte das cidades digitais, conforme a secretária falou, hoje não se sustentam, porque eu consigo o valor para implantar a cidade, mas não consigo manter a cidade depois. Então, isso que

a gente discute hoje são modelos de sustentabilidade para essas cidades aqui.

Muito bem, decorrentes das oportunidades, vem a infraestrutura. Então, necessidade é uma arquitetura de rede apoiada na estrutura central. Ou seja, eu tenho uma rede de serviços centralizados, na medida em que os serviços não surgem na localidade. Quando alguma localidade surgir com um produto novo, esse produto novo – produto que eu digo um serviço – ele vai estar "socializado" para quem quiser.

Larga abrangência nacional, integração de *backbones.* Eu não gosto de falar esses termos, mas, enfim...É a integração de quem já tem rede. O Paraná tem uma empresa pública, uma empresa de energia, a Copel, que tem uma infraestrutura excepcional para distribuição de rede. Existem outros. O Ceará, o Pará também, com o Navegapará; e outras iniciativas estão surgindo agora com a CE, no Rio Grande do Sul, mais uma no Rio de Janeiro, outra, na Bahia também está surgindo, catalizados um pouco pelas Redecomep. Ou seja, começou a surgir uma linha de *backbones* regionais que podem ser integradas e estão sendo integradas ao *backbone* da Telebrás. Então, integração com as redes metropolitanas e trocas de informação com alta velocidade.

Hoje, para a gente ter uma idéia, o Brasil consome 1,6 terabites por segundo. Então, se eu fosse medir a velocidade que todo mundo está consumindo, que está andando dentro da nossa rede nesse segundo, eu teria 1,6 terabites.

Por uma decorrência da língua portuguesa, então, por sorte nossa falarmos a língua portuguesa e não a espanhola, 56% desse conteúdo estão dentro do Brasil e são guardados dentro do Brasil, porque os nossos vizinhos que falam espanhol são vítimas do efeito Miami. Como todos se ligam em Miami, 84% do conteúdo deles é guardado em um país de língua inglesa. Eles guardam lá, porque é mais fácil. Se eu tenho um provedor de conteúdo, eu guardo em Miami, e distribuo para todo mundo que fala espanhol. Mas, para fazer isso, é melhor guardar no Brasil. Já que é português, é melhor guardar aqui. Por sorte nossa, nós falamos português e, por sorte nossa, o custo de se armazenar um megabite no Brasil, hoje, é um dos mais baratos do mundo. Apesar de tudo, seja do preço de equipamento, que é mais caro. Mesmo sem impostos, os equipamentos são mais caros aqui. Tirando todos os impostos, eles são mais caros, mesmo antes de entrar na aduana. Eles são mais caros que nos outros países, porque nós não temos concorrência nacional e o nosso nível – digamos assim - de desenvolvimento tecnológico nacional ainda é pequeno. Prova que, se eu for olhar as empresas nacionais de tecnologia, poucas têm doutores agregados, porque o que se desenvolve em tecnologia ainda é pouca coisa. São adaptações que têm protocolos já padronizados fora do Brasil ou enfim. Isso nos deixa atrasados.

Tem um dado da indústria farmacêutica que diz que um pesquisador gera 117 empregos diretos, embaixo dele; um fabricante gera três; e um importador não gera nenhum. Puxa, mas ele não tem logística comercial? Tem, todos têm. Por isso, eu digo que a diferença entre quem desenvolve está de 117 para 1. Isso sem contar que, para formar um doutor, eu tive de ter um professor, uma universidade; eu tive de ter alguém que ensinou. Ou seja, eu tenho uma cadeia. Se eu encarar um pesquisador como um produto acabado, eu tive de trabalhar mais nesse produto. Então, eu gerei mais emprego e ele é um produto de valor mais, digamos assim, agregado. Ele tem um valor maior para a gente.

O que a gente força na Telebrás é que se desenvolva aqui e o que força o nosso edital de pesquisa, que terminou quarta passada, é que gente obriga: Eu tenho de ter desenvolvimento no Brasil. "Ah, mas eu preciso disso agora." Nós esperamos seis meses, um ano, sem a tecnologia. Nós preferimos comprar um nacional.

Bom, aqui um pouco do nosso *backbone*, só para dar uma idéia para quem não conhece. A Telebrás tem 30.803 quilômetros de fibra em *backbone*, com 322 pontos de presença; *making roll* são 4.283 municípios. Inicialmente, eram só rádios; agora, já tem fibra também. A gente está trabalhando em um modelo em que as fibras óticas vão passando nas estradas e vão colocando banda larga rural também onde é possível. Mas, como a Telebrás não atende o usuário final, a gente procura provedores, parceiros, que o façam. A Telebrás, o principal papel dela é moderar preço no atacado.

Eu estava há pouco com um colega, o Henriques, e falei para ele o preço com que a Telebrás ia chegar em Canela. Ele disse: "Puxa, eu tenho mais barato." Eu disse: "Por que você não vende, então, mais barato?" E ele: "Não, eu ainda não tenho, mas terei." "Então, está bom, quando você tiver, pode vender, porque a gente não vai se importar." O nosso objetivo é baixar o preço, não é concorrer; é baixar o preço.

Nos pontos de governo: população, 4.383 municípios. Reparem que a gente tem mais de 5 mil municípios. Onde estão os outros? Nisso que a gente consegue chegar até 2014. E os outros? A gente tem um projeto, especificamente, estamos em fase de definição, de ter um satélite que faça isso em banda K e permita colocar 40 megabites de *backing roll* por município. É pouco, mas é muito mais do que tenho hoje, porque

os municípios que estão fora dessa faixa ou eles estão em lugares inalcansáveis por fibra ou por rádio ou eles são lugares tão pequenos, tão pequenos, que é muito mais barato eu descer com satélite do que eu colocar um equipamento naquele lugar em que está passando uma fibra ótica. Ele vai ter a mesma qualidade, pois a gente vai usar um satélite de banda K, que é o mesmo do australiano, o mesmo usado na banda larga nos Estados Unidos, o mesmo usado na banda larga da Europa, para pontos rurais remotos.

Aqui o desenho. Reparem que existem uns pontos brancos, porque ele ainda não está no *backbone*, mas, por exemplo, já tem Coari, em Manaus aqui, já tem um plano na Petrobras de ligar Porto Velho. E eu consigo fechar essa parte aqui.

Existe uma fibra financiada pelo desenvolvimento da Amazônia. Bom, a agência de fomento da Amazonas pagou para uma operadora lançar um cabo aqui. Então, a gente tenta negociar com a operadora para chegar lá, porque hoje eu dependo da Venezuela para chegar com a banda larga em Manaus.

Esse verde que vocês estão vendo aqui não existe ainda. Esse é o linhão de Tucuruí, que ainda está em construção e só vai estar pronto em 2014. Então, possivelmente, essas conexões chegarão antes. Isso que vocês estão vendo em verde é a Eletronorte, que hoje praticamente tem o monopólio de rede, porque, tirando uma que atendia a região aqui, todas usavam o mesmo *backbone*. Quando a gente faz a conta: "Puxa, o Brasil tem 183 mil quilômetros de *backbone*. Se reparar que todas as operadoras, não vou dizer o nome, mas todas elas usam o mesmo *backbone*...Puxa, eu tenho ele sobreposto. Então, na verdade, não tenho *backbone* nenhum. Se alguém cortar esse cabo, todas caem. Prova disso que teve um incêndio em Salvador e, como não existe redundância para essa operadora, o Norte ficou isolado do Sul. Ou seja, por mais investimento privado que tenha, a gente ainda não tem todo o investimento que a gente precisa. Então, tem de entrar a Telebrás, como meio privado, meio Governo. Por que eu digo meio privado, meio governo? Porque a gente procura captar parceiros que nos ajudem no investimento para isso.

Onde a Telebrás recebe o dinheiro disso? A Telebrás procura, digamos assim, vendendo para o governo, que eu consiga baratear o preço para vender para os provedores e botar a banda larga para todo mundo.

(Próximo, por favor.)

Esse é o básico do atendimento. Ou seja, eu tenho o *backbone* da Telebrás; eu atendo um provedor, a estação. Está aqui o provedor; ele distribui sem fio ou ele distribui por fibra ótica. Por que a gente fala em fibra ótica? A Telebrás incentiva fortemente o uso de fibra ótica mesmo dentro das cidades. Tem um bordão que eu falo. Eu tenho uma filha de oito anos. É que nem eu dar um sapato para ela agora, botar no pé dela, e dizer: "Olha, minha filha, esse é o que você vai ter para toda a sua vida. Você pode crescer o que você puder, mas, sapato, você não vai ter outro." O rádio é assim, ele já nasce no limite. Então, a fibra ótica, eu sempre posso aumentar a banda. É mais caro? É, mas eu não me amarro no máximo. Ou seja, eu botando o rádio, é que nem eu construir uma casa para uma criança de oito anos na altura que ela tem de oito anos. Se ela crescer, vai bater com a cabeça no teto. Então, a gente incentiva a fibra, até para atender depois os outros pontos de governo que existem.

Por isso que, quando alguma cidade nos procura, a gente ajuda, mas tem de botar fibra. Realmente, é impressionante que, dependendo do lugar, não é só no Sul ou no Norte, mas aqueles que entendem o que a gente propõe, eles se empenham naquilo e realmente levam para frente.

A gente já fez vários projetos de cidades digitais, onde a Telebrás chega e não chega, com várias situações: de municípios extremamente pobres, com IDH muito baixo; municípios que vivem do mundo agrícola; municípios que vivem de área tecnológica. Ou seja, participamos de vários projetos. É impressionante como alguns – não sei se é a característica do Município ou não, possivelmente sim – funcionam melhor do que em outros. Então, há aquele Município que ganha totalmente o projeto, passam-se dois anos e parece que aquilo não vai para frente. No Município que se empenhou, que colocou, que tentou, que fez a sociedade inteira participar, que botou a iniciativa privada e as cooperativas ajudaram a pagar a solução, é impressionante como ele vai para frente. Há uma frase nesse Município – não vou falar o nome, senão a Secretaria vai pegar no meu pé –, uma placa na entrada que diz assim: "Se esse povo que aqui vive em outro lugar estivesse, tudo que aqui existe lá estaria." Ou seja, não depende do lugar, depende do povo, depende de quem vive lá. Não tem outra história. Não adianta dizer que tem petróleo, tem mineral, tem o que for. Vale quem está lá. É impressionante como isso funciona para as cidades digitais. É o povo que determina o que tem de ser feito.

(Próximo, por favor.)

Estratégias propostas: fomento da adoção de modelos e negócios propostos no plano.

A gente incentiva a criação de negócios inovadores, a capacitação do pessoal técnico e do usuário. Por exemplo, se a gente incentiva o uso das fibras

óticas, a gente quer que, na cidade, exista aquele técnico em telefonia que anda de sandália havaiana, mas que consiga emendar fibra ótica; que ele tenha o mesmo conhecimento que, hoje, poucos têm. Isso eleva o preço do serviço.

Incentivo à produção de conteúdo. Isso até algumas cidades fizeram. Eles obrigaram a rainha do Município a ter um *blog* com as fotos dos lugares em que ela vai. Muito bacana de ver.

(Próximo, por favor.)

O que a gente constrói de modelo? Que a nossa infraestrutura e os processos de negócios da cultura nacional que o Ministério faz leve – não só à sociedade organizada e até um pouco desorganizada; parece que funciona – a práticas comerciais e a tecnologias com que eu consiga desmaterializar os processos que tenho arraigados hoje. Então, tenho de botar um pouco de pensamento destrutivo para ter um construtivo. Aí, vou ter uma ideia de produtividade e vou ter alguma coisa em termos de relacionamento, de crescimento econômico. Então, não adianta alcançar aqueles 16% que têm todos; eu tenho de ultrapassá-los nisso. Se a gente pensar que com quase 1,5 bilhão de pessoas nunca se fez uma chamada telefônica, puxa vida, eu tenho de fazer isso.

Hoje, o que assisto, por exemplo, nesse modelo é que a gente é extremamente dependente da tecnologia externa. Dependente em todos os detalhes. Por exemplo, posso me orgulhar hoje de ter uma empresa que monta aviões no Brasil, mas eu ainda importo rebites para fazer o avião. Então, eu ainda sou dependente disso. A mesma coisa para os equipamentos da rede. Eu desenvolvo alguma coisa, mas eu não desenvolvo tudo.

Aí o que a banda larga traz? Tem a parte econômica, social, administrativa e serviços e, aqui embaixo, redução de custos de Governo, maior produtividade, crescimento econômico, cidadão com maior acesso a serviços de informação de governo – é claro que isso volta –, padronização, transparente gestão pública, conectividade permanente, convergência de voz, vídeo, dados e serviços. Dou o exemplo, de novo, para essa cidadezinha. Eles, quando anunciaram dois centros de desenvolvimento de empresas, empresas manifestaram o desejo de ir para lá. Uma já começou a se instalar, mesmo sem terem a cidade ainda.

Muito bem. Então, fomentar o desenvolvimento, geração de emprego e renda, aprimorar a malha governamental. É claro que fui de baixo para cima, mas tanto faz aqui. Infraestrutura de governo, massificação da banda larga e um que acho mais interessante aqui, do que comecei dizendo e onde vou terminar: o desenvolvimento decorrente da disponibilização da banda larga é diferente do desenvolvimento direto em tecnologias decorrentes das necessidades da Telebrás em tecnologia.

Vamos dar um exemplo, por exemplo, dos grandes roteadores de rede, que foram os únicos que a Telebrás não comprou.

Não sei se os senhores ouviram falar, mas existe uma lei, no American Lex, norte-americana, que a gente chama de *Calea, Communications Assistance for Law Enforcement Act* . É uma lei do Congresso norte-americano que fala que qualquer serviço de mídia, ou seja, telefone, dados, *e-mail*, vídeo, voz, uma ligação *VoIP*, têm de ser capaz de ser desviado, se necessário, ou seja, o equipamento tem de permitir isso, para a Homeland Security Agency ou para o FBI. Ele tem de ser capaz de desviar esse tráfego sem que a operadora saiba e sem que o usuário saiba. Puxa, isso é muito bom! É bom para eles, porque o usuário lá é protegido, porque, para ele sofrer essa escuta, ele tem de ter uma autorização legal, que nem no Brasil. A diferença é que, quando a gente compra um equipamento fabricado lá, esse equipamento é *Calea compliance*, ou seja, de acordo com lei norte-americana. Ele vem para o Brasil, então, de acordo com essa lei, mas os equipamentos que estão aqui no Brasil não têm proteção judicial norte-americana, ou seja, o FBI pode entrar no equipamento e ver o que está passando aqui, sem ninguém dizer nada para ele e sem dar a menor satisfação para nós. Preocupados com isso, fomos à Finep. "Finep, você financia um roteador de grande porte?" A Finep: "Claro que sim." E nós conseguimos que se iniciasse o processo de desenvolver equipamentos roteadores nacionais, especificamente. Se os senhores olharem hoje – podem andar por todo o Senado – os equipamentos de rede nacional do Congresso Nacional, não me refiro só ao Senado, todos, sem nenhuma exceção, são *Calea compliance*. Então, se esses equipamentos estiverem ligados à rede, sem que o usuário perceba, sem que ninguém saiba, só o FBI pode entrar aqui e ver o que está dentro dessa rede.

A Telebrás tem um *core* de rede que ainda é *Calea compliance.* Apesar da obrigação do fornecedor em desabilitar esse serviço, ele alega: "Eu não tenho como desabilitar isso. É nativo. Não posso fazer isso. Já vem com ele, ele é fabricado assim."

V. Exªs devem se lembrar do problema que aconteceu entre a China e a Índia há pouco tempo em que a Índia devolveu os equipamentos chineses, porque descobriu que havia umas gracinhas dentro dos equipamentos chineses, certo? Então, puxa vida! Ah, mas é mais barato! É uma questão de escolha nossa. Posso comprar mais barato ou não. Agora, eu pergunto: alguém compraria uma casa sabendo que o cons-

trutor fica com a chave? Nós compramos isso. Hoje, nós fazemos isso. Hoje, nós usamos um satélite que é controlado por um mexicano, usamos roteadores fabricados e desenvolvidos por outros países. A gente tem de acordar e resolver esse problema. Então, a Telebrás entra como vetor disso. Eu tenho de obrigar a gerar essa tecnologia que seja 100% minha. Este é o primeiro motivo: segurança; segundo: concorrência.

Hoje, se nós não tivéssemos algum tipo de concorrência no Brasil, nós estaríamos pagando o mesmo preço que os africanos pagam pela tecnologia. Puxa, mas a África tem mais dinheiro do que nós! Por que o Zimbábue, um país tão rico, o Quênia, um país tão rico, hoje pagam quase seis vezes do que nós pagamos por um "modemzinho" de ADSL? Por quê? Porque lá não tem concorrência. Lá, um país asiático vai e vende ao preço que ele quer, porque é só ele que tem mesmo. E são os mesmos que vendem muito barato aqui. Eu não estou dizendo que não podemos. Eles têm de vir para cá, eles têm de entrar na concorrência, porque, senão, nós vamos sofrer o mesmo problema dos nossos nacionais aqui. Então, eles têm de fazer baixar o preço aqui. Isso é justo e é necessário.

E, por último, disponibilização de serviços convergentes com valor agregado aos provedores e ao Estado. Isso é um papel da Telebrás. No momento em que consigo ter um serviço que seja diferente de todos, eu consigo trazer usuários para nós. E usuário e tráfego, refiro-me a tráfego de dados, é dinheiro. Quem tem tráfego, quem tem usuário tem barganha para poder trocar tráfego com os outros, certo?

Quantos funcionários públicos há hoje? Todos eles são usuários. Se todos são usuários, posso barganhar, comprar Internet de um provedor mais barato. Só preciso agregar isso. Onde agregaria? Na Telebrás.

Finalmente, colocando que existe uma mão dupla, um lado que gera onde eu coloco o conteúdo na rede – seja ele qual for, de trânsito, tempo, TV Justiça, TV Senado, enfim, conhecimentos, seja de quem for e de onde venha –, que distribuo e também consigo gerar o oposto. Ou seja, essas cidades, esses Municípios também geram conhecimento. Então, a gente não tem monopólio e, por incrível que pareça, o conhecimento, o desenvolvimento da tecnologia virá de onde a gente menos espera. De onde a gente menos espera é de onde vem o desenvolvimento. Onde a gente acha que não tem nada tem. Vou dar o exemplo de um lugar no Pará de que vou dizer o nome. Chama-se São João da Ponta, uma comunidade extrativista, onde entrou o projeto Uca-Total. No Uca-Total há um computador por aluno e, pelo "Total", se coloca rede na cidade inteira e se dá um computador para todos os alunos e para todos os professores. Puxa, isso aqui não vai dar em nada! Puxa, esse é um dos Municípios de que virá seta para baixo, não vai, aqui não tem, o solo não é fértil! Da segunda vez que eu fui lá, já havia duas lojas de material de informática e uma construtora. Por quê? Não, agora que todo mundo vai comprar Internet aqui, todo mundo vai ter acesso à decoração melhor e a outras coisas para poder crescer. Em crise, amanhã, o cara que vendia caranguejo, coletava caranguejo já fez uma cooperativa e já vende para fora também. Puxa, é um negócio decorrente? Não! Mas o mais interessante foi um menino de 14 anos que aprendeu *visual basic* sozinho e fez um produto para a cooperativa. Então, não dá para imaginar de onde vêm as coisas.

Não podemos resolver um problema pensando da mesma forma como quando ele foi criado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – CE) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Dando continuidade, pelo avançado da hora, porque daqui a pouco teremos a Ordem do Dia, passo a palavra ao Dr. Percival Henriques para que ele possa fazer sua explanação.

O SR. PERCIVAL HENRIQUES – Boa tarde, Senador Eduardo, Senadoras Ana Rita e Ana Amélia, Secretária Lígia, meu colega Paulo Roberto aqui, compondo a Mesa:

Optei por não trazer uma apresentação formal porque tendo descambar para o lado técnico e daqui a pouco a gente não conversa o que eu queria conversar.

Inclusive, antes de qualquer coisa, quero agradecer o convite da Senadora Ana Amélia. Para mim é uma oportunidade de discutir, de conversar. Por isso, vou me isentar de ser mais técnico.

Sou físico. Sou Presidente da Associação Nacional para a Inclusão Digital. Fui recentemente eleito para o Comitê Gestor da Internet Brasileira. Assumimos agora em junho. Vou falar um pouco da entidade que dirijo.

Ela nasceu há três anos, por incrível que pareça, pensando exatamente com essa premissa do Plano Nacional de Banda Larga. Somos uma entidade sem fins lucrativos, uma entidade de direito privado. O que a gente pensava? Tem uma lógica muito perversa nessa questão da inclusão digital, das telecomunicações, do acesso à tecnologia. Qual é a lógica? A lógica é a seguinte: quem tem mais dinheiro é quem tem o acesso mais barato, ou seja, quem, em tese, menos precisa, porque teria vários meios para conseguir a mesma coisa, tem a oferta maior. Depois a gente percebeu que isso não acontece bonitinho como a gente coloca... Sudeste menos pior do que Nordeste e Norte. A lógica é a seguinte: se você for pobre, não pode pagar e, se você não pode pagar, você espera que venha a inclu-

são digital do governo. Mas os projetos que inclusive são financiados pelo governo, pelo BNDES, vão para os grandes bolsões.

Então, começo por São Paulo. Em São Paulo, no centro de São Paulo... Inclusive internet ruim no centro de São Paulo, mas nos bairros mais ricos internet barata e com grande capacidade. Se afastar 10 Km de São Paulo, na cidade de Tiradentes, São Miguel Paulista, não tem nada. Em Sousa, na Paraíba, tem muito mais internet. São João da Urtiga, no Rio Grande do Sul, tem muito mais internet.

Mas, voltando, o que a gente fez? Tivemos oportunidade de ter uma empresa falindo chamada Intelig e de comprarmos uma capacidade de fibra deles. Chegamos para a Intelig e dissemos: "Olha, como funciona isso?" Quando eles montaram, montaram com essa mesma ideia. Temos uma fibra e vamos atender os grandes centros, só que, para chegar de "a" para "b" ou de "a" para "z", passamos pelo alfabeto inteiro, e esse alfabeto não interessa. O que é o alfabeto dessa fibra da Intelig? Começando em Fortaleza, vem para Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Piquet Carneiro, Iguatu, entra pela Paraíba, Pernambuco e vai parar no Rio Grande do Sul, em Osório, em Porto Alegre, aqui vai pela 101 e aqui vai pela 116, e em Colinas. Bom, o que estamos fazendo? Abra todos os pontos que a gente... Como você vai abrir o ponto? Então, aí é uma dificuldade porque o cara dizia: "Olha, essa cidade Arrojada... Na verdade, a cidade era Lavras da Mangabeira e Arrojado é um distrito de Lavras de Magabeira e tem, sei lá, quinhentas casas, no máximo. Não tem nem isso. Deve ter umas duzentas. Mas a fibra não obedece á lógica das teles. Ela está métrica, porque você precisa iluminar a cada 100 Km e naqueles pontos nós abrimos. A surpresa nossa foi a seguinte, quando...

Sim, precisava de torres. Como no lugar você não iria conseguir ofertar aquela demanda, a gente precisava de torres. As torres eram muito caras. Montamos uma fábrica de torres também na Associação, ainda sem fins lucrativos.

Qual era o alvo? Eram os pequenos provedores, porque a gente entende que naquele momento os pequenos provedores, que a gente chamava não de provedor de internet, mas de empresa de base tecnológica, precisavam ser ajudados. Começamos exatamente por onde não tinha nada. Não sei se deu muita coincidência com o momento em que o Brasil começou a viver, quando 48 milhões de pessoas mudaram de classe, fizeram aquela mobilidade social, e as teles também não estavam preparadas para isso.

E deu certo nesse sentido. A Associação começou com R$1,5 mil e hoje tem um patrimônio de cerca de R$12 milhões. Ela continua sem fins lucrativos, continua prestando serviço. Hoje temos cerca de 10 giga nesta rede.

Depois falo mais alguma coisa sobre a Associação, mas quero falar agora o que a gente entende sobre inclusão digital, de exclusão digital, mais precisamente.

A gente acha, e aí vou pelo Pierre Lévy dizia, que nós não realizamos o virtual é o virtual que nos realiza. E o excluído está para a exclusão ou para a tecnologia, assim como a mosca está para o mundo lá fora, se debatendo contra vidro e não sabendo o que a separa um do outro. Então, a mosca que bate contra o vidro na janela não sabe porque não chega no mundo lá fora. A exclusão social é pior do que fome, e ninguém pode dizer nada que é pior do que fome, do que sede, mas é mais cruel porque é uma coisa silenciosa. O cara que está com fome, o cara que está com sede grita, sente. Tem um diagnóstico do que ele está sentindo. Quem é excluído vai passando a vida, as oportunidades vão passando por ele e ele começa a fazer parte do desemprego estrutural.

Essa lógica perversa que a privatização no Brasil trouxe, e aí meu amigo Senador Cícero não está aqui para a gente discutir sobre essa questão, mas... Aquilo não ficou muito bem resolvido. Você tinha inovação colocada como ideia primeira, mas, com a inovação, por mais que se traga novas tecnologias, por mais que se traga luz, se não tiver o foco na socialização do conhecimento, você não resolve os problemas da sociedade. Você não resolve os problemas do povo somente com inovação tecnológica. Parece uma contradição um físico estar dizendo isso.

Então, quero contar rapidamente uma historinha. Os americanos, quando na corrida espacial, tinham um problema seriíssimo que era como fazer para escrever no espaço, porque as canetas da época não conseguiam escrever com gravidade zero. Gastaram milhões e milhões e finalmente chegaram à caneta esferográfica. Um belo dia alguém teve a ideia de perguntar: "Os russos gastaram quanto?" E foram lá saber. Os russos: "A gente usa grafite". Então, às vezes não é só a inovação, só a tecnologia. Às vezes, é resolver mesmo o problema.

Voltando o foco para a questão da micro e pequena empresa de base tecnológica, nós temos a grande dificuldade do acesso à rede, do acesso à informação. E vemos essa briga da teles querendo que Telebrás, que lutamos para que voltasse, pois foi amplamente discutida a questão da democratização das comunicações passando pela Telebrás... Nesse contexto das teles, o que acontece? Tudo que existe de rede no Brasil, juntando Teles, juntando a pequena contribuição que a NID deu, juntando o que vai ser fazer, ainda é muito pouco. Se V. Exªs prestaram atenção no mapa que o

Paulo mostrou ali – e eu vou pegar Estado da Senadora, que eu conheço bem –, não ando, por exemplo, muito por Canela, por Gramado. Geralmente pego a BR-152 e vou a Anta Gorda, saio até Uruguaiana e subo por Itaqui, São Borja, São Luiz Gonzaga. Nesse cinturão não tem nada. No mapa, é um clarão, tanto no lado do Chuí, porque já tem a dificuldade por causa do boiado, como no lado dos pampas, do lado da Serra Gaúcha, da fronteira com a Serra Catarinense, onde também não tem nada.

Não adianta essa questão de dizer que vai se resolver fazendo um *backbone* A, um *backbone* B, operadora "a" vai resolver. Não sei se são sete bilhões, se são quarenta bilhões, se são cento e quatorze. Eu sei que é preciso um esforço de todo o mundo. Entra Governo, operadora, a sociedade civil. O foco precisa estar não só nessa loja, de que eu falei, nessa loja perversa que diz que, se não dá resultado, não dá dinheiro, não faz. É a mesma coisa que falar da transposição, Senador Cícero. Uma vez um rapaz me falou o seguinte: "Olha, vai colocar água para o Nordeste para quê? Vai colocar água para o semiárido para quê? Se fosse pelo menos para plantar damasco, plantar uva, plantar alguma coisa cara, mas plantar feijão? Para quê? É só para o pessoal não morrer de fome, mas..." Essa lógica de que só se investe onde dá lucro, precisa ser mudada e, na verdade, se pensa em lucro imediato, porque o lucro existe e o contrapé que falo é exatamente o da mobilidade social. Se você chegar a qualquer região hoje, em cidades como citei, Lavras da Mangabeira, Crato, que é uma cidade grande, Baturité, Juazeirinho, na Paraíba, se você chega lá, o que você coloca de Internet as pessoas consomem e precisam de mais.

Então, só para concluir, eu acho que o Senado e que os Parlamentares têm uma participação importantíssima nisso, inclusive na questão de olhar algumas questões que ficaram meio distorcidas. Por exemplo, ninguém entende empresa de telecomunicações, mesmo que seja um pequeno provedor de 200 usuários, como microempresa, por quê? Porque a Lei nº 123, a Lei Geral, não define microempresa pela capacidade econômica. Aliás, a definição geral é capacidade econômica, mas exceto as empresas de consultoria, de telecomunicações, porque sempre se achou que só se poderia fazer telecomunicações com uma empresa muito grande. Quem tem um portal, por exemplo, tem que pagar imposto como uma televisão. Se o portal consegue colocar uma propagandazinha em um portal, tem que pagar imposto como uma televisão, enquanto os grandes jornais têm isenção de papel.

É esse o olhar para micro e pequena empresa – e vou concluir com a parte técnica – que vai nos ajudar a fechar esse cenário. Por quê? Para você ter conectividade, no Brasil, como bem explicou o Eduardo, você precisa ter o *backbone,* ou seja, essas grandes estradas de fibra ótica, estradas menores, vicinais, que levam até as cidades e, o mais importante, chegar a cada casa. E, aqui, há outro problema. Por exemplo, o Plano Nacional da Banda Larga indica que se tenha a R$35,00 o mega, mas o Banco do Brasil, a Caixa Econômica cobra R$3,50 por boleto, 10%. A concessionária local de energia cobra R$13,00 do pequeno; das Teles cobra R$2,00. Se um pequeno for lá, cobra R$13,00. O que acontece? Todo mundo passa cabo, passa fibra e fica lá mesmo, e suborna o cara da companhia que vai lá olhar. Então, é a questão desse arranjo.

Por último, por exemplo, algumas questões. Tem uma questão que, toda vez quando eu vejo aqui, eu falo, e pode ser até que o pessoal da Telebrás e do Governo não goste muito. A maior dificuldade hoje que sentimos foi negociar com uma estrutura que o Eduardo acabou de dizer que não é do Governo, mas eu acho que é do Governo. A Eletronorte é do Governo. Então, por exemplo, se eu for comprar a capacidade da Eletronorte, que vende mais dados do que energia, ela cobra 20 vezes mais, para eu ter uma ligação de Imperatriz até Paraopeba, por exemplo, e de cara feia, do que eu pago hoje de Fortaleza ao Rio Grande do Sul. Por quê? A questão acontece com o pequeno provedor também. Você ajuda um cara a comprar uma banda por R$2.000,00 o mega e consegue fazer com que ele passe a pagar R$200,00, mas, assim que ele toma pé, começa a ganhar dinheiro e trocar de carro, já que ser o monopolista da cidade. Não quer mais que outro pequeno entre. Tem resistência a baixar o preço, porque, como ele está sozinho, vale a lei de mercado. Na hora de chorar, é pequeno, mas, na hora de vender, vale o mercado. Com o Governo acontece a mesma coisa. Em Roraima, um monte de pequenos provedores que poderiam usar a fibra da Eletronorte para pegar a banda em um preço equivalente ao da Paraíba, por exemplo, que já é um preço bem em conta, não consegue porque não tem acesso. Não tem acesso, mas, se tiver, são quatro megas, R$20 mil. O cara demora para dar a proposta. Não lhe atente. Então, essa é uma questão.

A preocupação que eu tenho com o Plano Nacional de Banda Larga é basicamente essa. E fico muito feliz quando eu escuto que as coisas estão andando, que já estão resolvidas. Até diziam as más línguas que tinha uma briga dentro do Governo e que o pessoal do PMDB não queria entregar para o PT uma coisa que era como se fosse um ativo particular de determinado grupo e tal. Não acredito nesse tipo de coisa, porque é um negócio muito absurdo que estaria acontecendo, mas o fato é que eu quero ver quando é que vou po-

der usar a fibra da Eletronorte. Essa é uma questão, um desafio até.

No mais, a questão do olhar da pequena e microempresa, a questão da lei geral do enquadramento dessas micros e pequenas empresas pela capacidade econômica, não só pelo título, nem pela atividade, ou seja, se uma empresa só fatura R$1 mil por mês, é microempresa, independentemente do que esteja no CNAE. A outra questão é o financiamento. Qualquer empresa estrangeira ou que chegue para financiar, que chegue com um bom projeto ao Brasil ou com um projeto que seja de interesse, ela consegue um financiamento sem ter um apartamento, sem ter uma fazenda. O BNDES...O Ministro Paulo Bernardo foi quem me disse isso, na conversa com ele, no Ministério. Ele disse: pode ser que o BNDES...O BNDES tem um fundo garantidor. O que eu falava: hoje tem centenas de pequenas empresas que investiriam em fibra. A Anid, por exemplo...Nós estamos ministrando dois cursos de fibra por mês, ensinando o cara de chinelo lá no... Este mês, por exemplo, tem um em Fortaleza e outro em Torres, no Rio Grande do Sul. Nós já fizemos na Bahia, fizemos...Então, leva a máquina de fibra, não tem bicho de sete cabeças. O cara aprende. Matuto é bicho inteligente, só falta oportunidade. Só que, quando o cara precisa de R$1 milhão para fibrar a cidade inteira, ele tem de ter um patrimônio de R$2 milhões. A própria rede é um patrimônio. Foi quando o Ministro me disse: tem o fundo garantidor do BNDES. Só que precisamos viabilizar isso, precisamos garantir que essas pequenas e micro empresas tenham acesso a esse crédito e tenham como resolver o problema de não ter fiador, não ter garantia. Não tem garantia real. Às vezes, é um sonhador, é um cara honesto, mas tem um patrimônio de R$50 mil ou R$100 mil.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Deixei o tempo muito livre, mas, pelo adiantado da hora, agora, infelizmente, Dr. Roberto, vou ter que ser mais rigoroso. Você é o último a falar e os colegas Senadores vão querer debater, fazer alguma pergunta, e às 16 horas começa a ordem do dia. Então, peço que o senhor faça sua explanação lembrando que poderemos ser chamados a qualquer momento para o plenário, e ainda queremos ouvir os colegas Senadores, seus questionamentos e suas idéias.

Com a palavra o Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO BASEI – Senador Eduardo Amorim, Secretária Lígia, Sr. Paulo, Sr. Percival, Senador Cícero Lucena, Senadora Ana Rita, Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelo convite. Vou ter que acelerar um pouquinho a minha explanação sobre o projeto que desenvolvemos em Canela, que está em fase de implantação.

Vou passar rapidamente pelos dados estatísticos do Município. Nós temos hoje pouco menos de 40 mil habitantes numa unidade territorial de 254 quilômetros quadrados. Temos 23 escolas municipais, 7 unidades básicas de saúde, 4 parques municipais.

Aqui é a divisão territorial.

(Próximo, por favor.)

Ações realizadas pré-projeto. Como Canela enxerga hoje a questão tecnológica como fator de desenvolvimento. Para terem uma ideia, no Município hoje contamos com 200 ruas que não são pavimentadas. Em torno de 15% a 20% das famílias do Município vivem hoje abaixo da linha da pobreza. Porém, vemos a questão do investimento em tecnologia como fator fundamental e crucial para o desenvolvimento do Município.

Ações realizadas pré-projeto: implantação do sistema integral de gestão, o software livre; reorganização do departamento de informática, foi dada maior relevância à coordenação de informática dentro da estrutura administrativa do Município; central telefônica, que possibilita a telefonia IP, gerando custo zero em todas as áreas da administração pública municipal.

O sistema integrado de gestão. Além das áreas básicas – tributária, contábil, recursos humanos e compras –, estamos dando relevância às áreas da saúde e educação.

A evolução do projeto. O conceito que trouxemos para o Município, como a cidade física passando para a cidade digital. Após esse passo, a cidadania digital. Os pilares básicos para desenvolver o projeto de forma sustentável. Priorizamos a modernização da gestão, inclusão digital, qualificação dos serviços e o fomento da economia local.

Para vocês entenderem como está disposta a infraestrutra, nós temos uma infovia que permite uma alta trafegabilidade de dados vídeo e voz.

(Próximo, por favor.)

Dentro dessa estrutura, nós temos os serviços que trazem benefícios para a comunidade e para a administração, com o intuito de agilizar todos os serviços prestados para a comunidade, controle de acesso, saúde, educação, videomonitoramento, teletrabalho, banco de dados unificado, telefonia Volpi. Então, tudo isso dentro de uma mesma rede lógica.

(Próximo, por favor.)

Acesso ao cidadão. Infraestrutura de acesso ao cidadão, aos serviços hotspot, telecentros, portais e serviços, entre outros. Temos tudo disponível dentro da mesma rede.

(Próximo, por favor.)

Com essa rede, trabalhamos com a ideia de compartilhamento da infraestrutura. Como é uma rede de alta capacidade, alta disponibilidade, a administração do Município não tem necessidade de utilizar toda essa estrutura. Então, como forma de manutenção da rede, de infraestrutura, como forma de termos o projeto de maneira sustentável, estamos promovendo parcerias com provedores locais que farão a manutenção da rede e poderão utilizá-la para fins comerciais.

O projeto foi dividido em três etapas distintas. A primeira etapa, já finalizada, já implantada, foi um projeto que, através do núcleo de inclusão digital, pelo Sr. Paulo Kapp, o Sr. José Aquino, eles incentivaram o Município a implantar esse modelo. É o anel ótico, que já está disposto na geografia do Município, rádios de alta frequência, rádios WiMax, porque o relevo de Canela é muito acidentado, não nos permite ter um topologia só por rádio frequência ou fibra ótica, porque os pontos são distantes. Então, montamos uma rede mista.

Na segunda etapa, que está sendo implantada neste momento, já temos todas as escolas municipais e unidades básicas de saúde interligadas. Elaboração do projeto de segurança, que está sendo desenvolvido neste momento. Até o final de 2011, vamos ter implantada essa parte de segurança pública.

Na terceira etapa, implantação do sistema de segurança pública, até o final do ano, como falei para vocês, e a liberação de sinal em áreas de convívio comum, como praças e parques municipais, liberação do sinal WiFi, através de hotspot.

Para vocês entenderem, é o mapa do Município. Essa linha vermelha é o nosso anel inicial de fibra ótica, que já está expandido. Essa foi a primeira parte que nós implantamos. A nossa ideia é expandir ainda mais a estrutura de fibra ótica. Esse entorno amarelo é área onde temos hoje liberado o sinal de Internet para livre acesso da comunidade.

(Próximo, por favor.)

Esses pontos amarelos são escolas municipais. Todas elas já interligadas nessa mesma rede. Os pontos vermelhos, uma cruzinha, são os postos de saúde. Então, temos diversos prédios da administração municipal, secretarias anexas, hospital, Poder Judiciário, Poder Legislativo. Estão todos interligados nessa mesma rede.

(Próximo, por favor.)

Foco em educação. Temos, nessas 23 escolas do Município, entre escolas do ensino fundamental, escolas de ensino infantil, temos quase 500 computadores, entre salas de informática, laboratórios de informática. E o projeto Um Computador por Aluno, que temos hoje uma escola que está dentro da mesma rede. Isso para provar que a rede tem uma condição de carregar o máximo possível de informações. E ela suporta isso. Ações sociais, telecentros. Temos um telecentro instalado em um bairro carente do Município e nós temos um laboratório de treinamento comunitário no prédio da prefeitura, que serve tanto para treinamento e cursos específicos para os servidores públicos municipais, como cursos gratuitos para toda a comunidade.

(Próximo, por favor.)

Aqui tem uma questão interessante. Conversando antes com o Sr. Percival e com o Paulo, o distrito industrial do Município não tem Internet. Ele está um pouquinho afastado da área urbana e provedor nenhum chega lá. Para desenvolvermos a indústria no Município, temos de ter um distrito industrial bem estruturado, com infra-estrutura, de forma a atrair empresas para fazer investimento no Município de Canela. De que forma vou atrair uma empresa hoje em dia, se não tenho Internet, na área destinada para essa finalidade? Então, a Prefeitura está entrando com uma infra-estrutura de fibra ótica e High WiMax, que suporta alta capacidade. Estamos instalando isso para chegar até essa área do distrito industrial e, a partir daí, também em parceria com provedores locais, eles vão utilizar essa infra-estrutura, fazer sua manutenção e vender os serviços de Internet e telefonia nessa área.

(Próximo, por favor.)

Aqui, rapidamente é o nosso *site*. Temos dois domínios: canela.com.br e canela.rs.gov.br. Então, nosso *site* está disposto em três plataformas básicas. Visitando Canela é destinado para o turista, tem serviços de guia de lugares, pontos turísticos, eventos, onde comer, onde comprar, onde ficar, galeria de fotos e tem uma área de interatividade com o visitante do *site.* A plataforma Vivendo em Canela é focada no contribuinte do Município, na comunidade de Canela. Ali, atualizamos as obras que estão acontecendo; tem informações diversas de interesse para a comunidade. E a parte de publicações é uma espécie de portal de transparência pública, onde também o Município publica os editais e todas as contas da Administração.

(Próximo, por favor.)

Aqui também alguns pontos que os colegas já colocaram. Algumas dificuldades que nós temos. Hoje, estava conversando com o Paulo sobre a questão do *link*. Hoje, somos restritos, porque no Município, apesar de estarmos situados a apenas 100 quilômetros de Porto Alegre, temos uma dificuldade; há um monopólio da operadora que oferece serviço de Internet.

O relevo do Município, como falei, muito acidentado, exige uma tecnologia mista. Precisamos de torres muito altas para fazer o ponto a ponto dentro do Município. *Data center* inchado, exigindo maior investimento em manutenção e segurança. Canela hoje possui 11 servidores. Um Município pequeno, do porte de Canela, ou até outros Municípios um pouco maiores, não tem condições de fazer investimento alto na parte de *data center*.

Por exemplo, Porto Alegre, região metropolitana, tem a Procergs. Não sei se seria uma forma de buscar um investimento, uma linha de crédito para possibilitar ao Município fazer esse investimento em *data center*, ou abrir *data centers* regionais, possibilitando ao Município essa tranquilidade na gestão da sua rede.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Agradeço a compreensão do Dr. Roberto por ter apresentado sua fala em tempo muito breve e o parabenizo pela iniciativa, pela coragem. Transmita isso ao Prefeito Constantino. Acho que o nosso País preciso muito disso.

Passo, agora, a palavra aos colegas Senadores e Senadoras, começando pela Senadora Ana Amélia, que foi uma das autoras do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Eduardo Amorim.

Queria cumprimentar todos os expositores pela excelência do que disseram aqui, embora não concorde com tudo o que tenha sido dito em alguns casos, como, por exemplo, a crítica do Percival sobre o problema da privatização. Até o provoco, perguntando: na telefonia, se não tivesse havido a privatização, hoje os brasileiros teriam esse grau de massificação do serviço? Isso, para mim, é uma forma de democratização e de inclusão também a um serviço que até então não era permitido às pessoas de baixa renda.

Então, essa é uma questão elementar porque houve a provocação disso.

O SR. PERCIVAL HENRIQUES – Quando eu coloquei a questão da privatização no Brasil, eu coloquei a consequência do ponto de vista da concentração nos grandes centros. Tudo aquilo que o Serjão pensou ou disse, um detalhe do ponto de vista técnico foi por água abaixo, não sei se é pelo fato de ele não ter conduzido até o final. Mas, na minha opinião, se tivessem primeiro liberado as "espelhinhos" – ...lembra que as Vésper, não sei o quê, tal... elas ficassem... e o governo demora só um pouco para liberar as grandes operadoras, como a Embratel e outras –, você teria dado musculatura às "espelhinhos". E, depois, as grandes operadoras passariam também para a privatização dentro daquele conceito... Então, não teria resolvido.

O que aconteceu? Não fez isso. Então, você pensava em 20, 30 e tal... então, a questão que não deu certo foi que você saiu de um monopólio público para o monopólio privado. Obviamente, você teve milhões de telefones..., só que priorizando essas grandes áreas. Se você tivesse as "espelhinhos" que queriam... aí elas não poderiam concorrer com essas maiores...

Então, a tese, mais ou menos, é essa. Defendo um sistema misto e...colocando pequenas empresas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço a resposta. Independente para mim, fico muito mais impressionada. Esse detalhe é importante porque é desinteresse ao interesse nacional, ao patrimônio nacional.

Mas acho muito relevante que numa carrocinha esteja escrito: "Faço frete. Celular nº tal..."; ou uma pequena costureira, num recanto longínquo do País, diga que presta serviço, fornecendo seu telefone celular, o que era impensável antes de haver esse processo.

Mas eu queria dirigir à Drª Lygia algumas perguntas, já que a questão diz respeito especificamente à Política Nacional de Banda Larga.

O que vai mudar em relação às ações efetivamente realizadas no governo passado, que investiu basicamente em telecentros públicos conectados via G-sac, em detrimento da aplicação do Fust, no caso do subsídio de acessos individuais ou do desenvolvimento de soluções tecnológicas de baixo custo via Funtel? Essa pergunta é motivada pelo fato de que as pesquisas primárias conduzidas pelo comitê gestor da Internet no Brasil continuaria apontando baixa utilização dos telecentros públicos que não substituíram as *lan houses* privadas e pagas na oferta de acesso coletivo à Internet. Primeira.

Segunda. Qual será o papel da Telebrás na nova política que vem sendo desenhada? E que critérios determinarão a divisão, ainda no exíguo orçamento do Ministério das Comunicações, entre Telebrás, telecentros e o próprio Fust?

Queria saber também se o Governo vai dar apoio à aprovação do PL nº 1.481, de 2007, do Senado, de autoria do ex-Senador, agora Ministro, Aloizio Mercadante, que permitirá que o Fust seja aplicado em banda larga.

Finalmente, o Governo pretende realmente subsidiar telefones fixos a R$9,50 para beneficiários do Bolsa Família, como foi noticiado na semana pela imprensa? Quais os objetivos e resultados esperados desse projeto no que tange à inclusão digital e quando será alocado no orçamento do Ministério das Comunicações?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Com a palavra a Drª Lygia.

A SRª LYGIA LUMINA PUPATTO – Senadora, vou tentar responder todas as perguntas...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não sei se a Senadora vai perguntar a mais alguém, mas a minha sugestão em termos práticos seria que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Os Senadores fizessem todas as perguntas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – ...todos fizessem todas as perguntas, já que só somos três Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – E pelo adiantado da hora também.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Isso. Seria minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Fica acolhida a sua sugestão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, eu continuo.

Queria fazer a pergunta ao Dr. Paulo Eduardo...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...inclusão digital das populações de baixa renda nas localidades onde começará a oferecer o seu serviço. Para realizar ações nesse sentido, a empresa espera que o Governo Federal reveja o orçamento dedicado à Telebrás. Os recursos assegurados até agora são suficientes?

Queria também saber que relação a Telebrás vem tendo nas administrações dos Estados e Municípios, se é que isso existe, para facilitar essa ação de acesso fácil.

Queria também fazer uma menção: foi feito aqui, e o senhor falou muito de tecnologia... O fato de a Lei Geral de Informática no Brasil chegar muito atrasada não contribuiu para isso? Também porque aí tivemos uma demora muito grande do cartório ou foi boa e ela devia ter sido mais estatizada essa legislação? Qual é a sua visão sobre isso?

E, no Rio Grande do Sul, onde o senhor tem feito uma incursão – a Telebrás ainda é recente lá –, o senhor não quis mencionar algumas cidades, mas eu imagino que tenha se referido a Lagoa dos Três Cantos ou à própria Canela, de que foi feita a exposição aqui. No caso da Companhia Estadual de Energia Elétrica, que vocês costumam chamar de CEEE, mas nós chamamos de CEE, se há possibilidade de, digamos, uma aliança, se é possível usar esse termo, no sentido da disseminação desses processos.

E para o nosso Roberto Basei: você fez uma menção interessante de que há muita pobreza em Canela e que está com um projeto ambicioso de inclusão da cidade digital. A Índia é um país de distorção social muito séria, muito mais do que o Brasil. No entanto, hoje, tem um centro de excelência na área de tecnologia da informação e da informática, reconhecido pelo mundo inteiro. Eu queria saber em que pé está, quais os próximos passos e quais as maiores dificuldades que vocês encontraram na implantação desse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Serei bastante breve. E peço desculpas, pois devido à necessidade de fazer um pronunciamento no plenário não pude ouvir todos os palestrantes.

Quero, primeiro, parabenizar o Roberto pela explanação. Acho que o exemplo dele demonstra, de forma clara, que quando existe decisão política a questão técnica está por demais equacionada. Viabiliza-se o recurso. Ele gerou algumas demandas que se fazem necessárias, alguns gargalos na condução técnica, de *datacenter* e de outras operações que se fazem necessárias, mas poucos dimensionam a importância do gerenciamento municipal – falo isso como ex-prefeito –, dessa ferramenta de trabalho. É algo imensurável o benefício que pode trazer.

Vou contar rapidamente: quando prefeito, no primeiro orçamento de informatização da Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, foi-me oferecida uma proposta de R$32 milhões, à época. Estou falando de 97, 98. Consegui alguns avanços com menos de R$3 milhões. Só para ter ideia, na área de saúde, deixei pronta a questão do prontuário eletrônico, a que ele aqui fez menção; instalei 180 equipes de saúde, e em todas as equipes havia um computador, os agentes de saúde tinham *palmtop* – naquele tempo em que *palmtop* era um bicho –, visitavam as casas e cadastravam, Roberto, o tipo de habitação, se a rua tinha esgoto, se não tinha, se era pavimentada, o risco do barbeiro, que existe na nossa região, se era um pré-natal, que exames a mulher tinha feito, se havia um idoso que tomava remédio continuado, se o medicamento estava na casa, se tinha sido beneficiado, se tinha recebido. Quando o médico fazia o exame no PSF e que solicitava os exames, ele recebia do laboratório municipal o resultado pela Internet. O resultado dos exames ele recebia no PSF perto da casa onde o paciente morava, pela Internet. Estou falando de dez,

doze anos atrás. Essa é uma das ferramentas que são fundamentais na gestão municipal.

Isso me permitia o planejamento, porque muito da saúde tem a ver com estatística. Você podia voltar campanhas e orientações de gerenciamento de saúde nessa área. A Internet, para a gestão, é fundamental. A pessoa saía do PSF sabendo onde ia fazer a ultrassonografia, o local, o dia e a hora. Se precisasse de um especialista, um cardiologista ou um neurologista, ele sabia onde seria atendido, que dia, que hora e quem era o médico que iria atendê-lo. Era quase uma transferência da relação que se tem quando se paga uma consulta particular e que a tecnologia permite.

Não é só o acesso que é fundamental, com que o Dr. Percival vem lutando. Eu conheço, porque é paraibano, sei da sua luta inicial. Ele é de origem de um dos mais importantes parques tecnológicos deste País, que é Campina Grande, portanto, conhece bem o assunto e vem lutando há muito tempo para que haja essa universalização do uso, vamos dizer, a exemplo do que temos em alguns locais. Então, tecnologia nós temos. O que precisamos é de decisão política.

Eu só queria aproveitar o que a Senadora Ana Amélia disse no sentido do investimento do Fust. Será que, como governo, é prioritário fazer caixa com esse dinheiro, quando poderia proporcionar um suporte técnico às prefeituras para fazerem o que o Roberto está fazendo em Canela, assim como o Prefeito e outros prefeitos estão fazendo ou já fizeram no País afora? É prioritário fazer caixa com esse fundo ou aplicar nesses recursos, como defende o Ministro Mercadante, da universalização, e com qualidade? Há países que já estão chegando ao 4G. Nós ainda estamos tentando chegar ao 3G. Aqui em Brasília, há momentos em que você não pega 3G. Na Paraíba, há momentos em que você não pega 3G. Está certo? E hoje existem equipamentos, como *iPad* e *iPhone*, com vários instrumentos disponibilizados que nós não podemos usar.

Portanto, diagnóstico já temos. Eu queria saber, efetivamente, o que vamos fazer e em que esta Casa pode colaborar para que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Eu só queria complementar o questionamento do Senador Cícero Lucena. Mesmo sem saber da sua experiência, da sua vivência, de toda essa realização, eu também fiz isso como Secretário de Saúde. Eu acho que o agente de saúde pode ser muito mais, pode ser um agente de cidadania. No dia em que um agente de saúde tiver um *palmtop* na mão, ele vai poder mostrar, em tempo real, tudo que está acontecendo em cada família deste País. A Presidente, os senhores gestores e os ministros vão ter a realidade deste País, no mínimo, de forma mensal. Porque ele é obrigado a retornar, de casa em casa, pelo menos uma vez por mês.

Então, você veja que ferramentas existem, que instrumentos temos para dar o diagnóstico, que, às vezes, é o mais complexo. Eu sugeri à Presidente Dilma, na reunião do Conselho Político, que ela utilizasse os agentes de saúde, que desse essa nova missão. Coincidentemente, confesso que eu não sabia dessa sua experiência. Elaboramos e estamos terminando um projeto para dar toda essa missão aos agentes de saúde. É lógico que com mais ganhos, com mais realidade. Mas, olha, nós temos uma ferramenta que nenhum outro país do mundo tem, um exército montado para o bem que nenhum outro país do mundo tem, e, com certeza, poderemos ser um exemplo para o Planeta. Ou seja, o agente de saúde, que é o profissional que vai de casa em casa e que conhece cada família, que às vezes funciona como enfermeiro, como padre, como psicólogo, como quase tudo, poderá ser um contribuidor nesse diagnóstico de tudo que está acontecendo em cada família, do ponto de vista de saúde, educacional, econômico, social. Enfim, eu queria que os senhores que estão nesta Mesa pensassem nessa possibilidade.

E faço aqui um convite: que o senhor também nos ajude a subscrever esse projeto, já que eu não sabia dessa sua experiência.

O SR. ROBERTO BASEI – Com o maior prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está quase pronto. Porque eu vivi isso. E disse à Presidente: "Se a senhora quiser acompanhar tudo que está acontecendo em cada família, a senhora pode ter". Utilizando, lógico, os agentes de saúde, que não precisam ser só agentes de saúde, podem ser agentes de saúde, agentes de educação, agentes de cidadania.

Então, faço aqui esse registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas acrescentar, já que foi mencionada pela Drª Lygia a questão da telemedicina, que no pequeno Município de Lagoa dos Três Cantos, no Rio Grande do Sul, foi criada a telemedicina, já que em cidade pequena não existem especialistas de alta complexidade, cardiologistas, oncologistas e outras áreas. Com a radiografia e os exames de ressonância disponíveis em uma região mais próxima, aquele exame passa ao especialista na Santa Casa, em Porto Alegre, ou seja, no centro de excelência, em que uma equipe médica examina toda essa bateria de exames e o cardiologista recomenda ao clínico, naquela cidade pequena, a forma de tratamento mais adequado. Então, o pequeno município de Lagoa dos Três Cantos, no

Rio Grande do Sul, assim como o de Canela, iniciou esse processo há cinco anos, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Ou seja, a inclusão digital não é só inclusão digital.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É inclusão de saúde também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – É inclusão de saúde, é inclusão social, é diminuir muitas e muitas perversidades que conseguiram realmente atravessar os séculos e séculos deste País.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita. Não sei se tem algum comentário a fazer.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, eu gostaria também aqui de, principalmente, parabenizar o Dr. Roberto, da Prefeitura Municipal de Canela, Rio Grande do Sul, pela experiência que vocês vêm desenvolvendo, que muito nos estimula inclusive a incentivar, para que outros municípios também tenham esse compromisso e essa decisão política de implementar de fato uma cidade digital, porque isso contribui em todas as áreas. Faço aqui minhas as palavras do Senador Cícero Lucena.

Também quero parabenizar os demais membros da Mesa, particularmente o Percival, porque tive oportunidade de ouvir toda fala dele. Não pude ouvir a fala da Drª Lygia, que acredito tenha sido muito boa também; nem a do Dr. Paulo.

Na verdade, o que me chamou atenção, Dr. Percival, na sua fala, é o valor que se dá à pequena e micro empresas. É preciso, de fato, regulamentar a lei geral, para que as pequenas e micro empresas possam ter uma legislação que venha a favorecer o seu fortalecimento. E para o desenvolvimento das nossas cidades, particularmente as interioranas, se os estados e municípios não tiverem esse olhar voltado para as micro e pequenas empresas e também para a questão tecnológica, o nosso desenvolvimento estará completamente comprometido, eu diria. Então, a fala de vocês muito nos estimula a incentivar os municípios que realmente tenham esse olhar e esse foco.

Apenas faria uma rápida pergunta para o Dr. Roberto, que me chamou muita atenção. O trabalho que vocês desenvolvem começou com a saúde, educação; agora, vocês estão implementando na área de segurança, parques e jardins. Como eu sou assistente social, quero saber se a área social, as políticas e programas na área de assistência social também estão sendo contemplados? Possivelmente serão, mas gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Bom, pelo adiantado da hora, pedirei aos senhores e à senhora, Drª Lygia, para que seja muito breve, porque já estamos sendo chamados.

Eu deixei meu tempo bem pouco à vontade, porque começamos atrasados essa audiência pública, mas de antemão agradeço a todos vocês a contribuição. Saio daqui, com certeza, muito mais conhecedor da realidade do nosso País, lutando para materializar esse sonho do que é possível, sim, porque Canela vem aqui demonstrar o exemplo, mas ainda há muitos desafios para serem vencidos. Um deles é proclamar a independência, não é, Dr. Paulo? Um outro tipo de independência que é a de equipamentos, de tecnologia, enfim, pra que a gente não fique simplesmente na mão de outras nações.

Então, peço que sejam muito breves Não sei se conseguirão responder essas perguntas, mas de antemão já agradeço.

Passo a palavra à Drª Lygia.

A SRª LYGIA LUMINA PUPATTO – Eu vou procurar ser bastante objetiva, embora as questões, Senadora, que a senhora me fez demandariam um tempo maior.

Em primeiro lugar, acho que a discussão da inclusão digital, da disseminação está no centro da discussão do nosso Governo. É só observarmos as discussões que estão ocorrendo pra que se veja que há um interesse: todos nós estamos debruçados para que a gente dê esse salto.

Bem, quando a senhora pergunta a questão do Fust, que acho relevante, há uma intenção do Governo e há negociações com o Ministério da Fazenda para que ele seja aprovado e possa ser a sua característica mudada, porque o Fust da maneira como está hoje só pode ser usado pra telefonia fixa.

E há uma demanda imensa para que haja universalização por meio das escolas, como é o PL do então Senador Aloizio Mercadante, e está havendo negociações com o Ministério da Fazenda. Há um interesse para que ele finalmente possa ser aprovado no Congresso e utilizado, atualizado nessa nova concepção de universalização da telefonia e das telecomunicações.

Em que vamos avançar na política dos telecentros? Como eu disse aqui, a nossa Secretaria veio da fusão de alguns setores do Ministério das Comunicações e do Planejamento. E no final do ano passado houve a formação de uma rede nacional de formação, para que possamos fazer com que esses telecentros na realidade sejam pólos de formação das pessoas, a fim de que venham a exercer a sua cidadania dentro daquele conceito do conhecimento que discutimos aqui anteriormente.

Acho que essa discussão que está sendo feita aqui no Congresso sobre as *lan houses* tem outro pa-

pel e pode também, logicamente, somar nessa política que estamos desenvolvendo.

A questão dos telefones fixos diminuírem de preço é real. Está sendo discutida agora no Programa Geral de Metas de Universalização, PGMU, que a gente espera que se concretize até o final desse mês. Acho que vai ter uma atuação fantástica, porque, hoje, 49% dos municípios rurais não têm telefonia fixa. Então, a proposta do Governo é de que seja um preço fixo de 9 reais e 50 centavos para aqueles estados que abrirem mão do seu ICMS; e para aqueles que não abrirem, será 13,30. E uma franquia de 90 minutos de fixo pra fixo. Então, isso já está acertado e o Ministro, no final, deve... Ele já falou isso, é real e será mais uma das ações que o Governo está intensificando.

Eu tentei fazer o que achei que era melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Drª Lygia.

Passo a palavra ao Dr. Paulo.

O SR. PAULO BERNARDO KAPP – Bom, Senadora, eu vou tentar ser breve aqui.

Só queria falar uma coisa para o meu parente Henriques, aqui, certo? Dizer para ele que fique tranquilo, porque a Telebrás vai chegar em Paraopeba, está bom?. Vocês vendem a R$100,00 e a gente vai vender a R$100,00 lá também. Então, fique tranquilo porque Paraopeba será atendida, senão pela Eletronorte, mas pelo mesmo preço de quem pagar em Canela, certo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia pedir para baixar o preço da Eletronorte também.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Só que é a Telebrás que vai chegar lá, porque ela tem um acordo com a Eletronorte, porque infelizmente eles não conseguiram fazer. Infelizmente, não vamos poder trocar fibras com vocês, porque a gente não pode trocar o que não é nosso, é das elétricas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Eu acho isso sensacional. Se você puder vender a R$100,00 em Canela, eu já estou satisfeito. Esse é o objetivo: não concorrer, mas ter o preço mais baixo possível.

Bom, Senadora, primeiro, eu anotei aqui... Não sei se a senhora se referiu à lei geral de telecomunicações ou à lei de informática?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – À lei de informática.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Prevê incentivos para desenvolvimento de produto nacional desenvolvido aqui no Brasil especificamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A de informática atrasou muito, né?

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – É sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Lá atrás.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – É, sim. Realmente... Eu vou dar uma opinião pessoal. Acho que atrasou, tanto que esse atraso levou a um problema, porque hoje fabricar coisas no Brasil está mais barato do que importar, mas, quando eu importo, vem conhecimento junto, e esse conhecimento que vem é mais caro. Se você comprar um...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O valor agregado...

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – O valor agregado é que está nos matando hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...que estamos pagando, e podíamos estar vendendo.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Exatamente. Então, se eu for comprar um chip, por exemplo, de um modem ADSL, é o preço do modem ADSL que eu trago de fora. Então, comprar o chip para fabricar aqui não vale a pena. Então, isso nos mata mesmo, e vai continuar enquanto não estivermos agregando conhecimento nisso.

Sobre a CE. Eu sou gaúcho de Philipson, um distrito de Itaara, que à época era distrito de Santa Maria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Santa Maria da Boca do Monte.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Eu também chamo de CE, certo? Não chamo de C13. Mas, muito bem, existe, sim. A gente tem um acordo já alinhado – não está assinado – não só com a CE, mas com todos os entes federados. Então, a CE é especificamente para aquele branco de que o Percival falou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E eu também tinha anotado. Há um vazio.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Tem uma rede.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ali só cobre um terço do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – É. A metade sul, a metade sudoeste ali...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está tudo fora. A fronteira oeste está toda fora.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – É. Mas ela... Tenho aqui, até poderia projetar, a rede da CE. O que a gente tem? Um acordo de troca de fibras. A Telebrás instala a fibra onde a CE não tem e a gente troca o que eu tenho pelo que eu não tenho e ilumina tudo. A Telebrás vai dar o *backbone*, de modo que se viabilize a CE.

O problema hoje é que não existe a CE Telecom. Existe a CE distribuidora de energia. Ela tem uma licença, mas é para ela. Se ele for prover serviço de internet, vai ter que diminuir a tarifa da elétrica, o que já é inviável para ela. Então, tenho que fazer um ajuste, de modo que eu tenha um contrato e que eu tente colocar isso no "zero a zero", ou seja, ela não pode

me pagar nada e eu não posso pagar nada para ela, porque senão não viabiliza a CE fazer isso. Então, é importante fazer não só com a CE, como com a Copel, com qualquer entidade municipal, estadual. A gente vai fazer com Canela.

Aqui entro em outro item: atendimento, a inclusão digital por parte da Telebrás.

A Telebrás, por determinação do decreto que a criou, não chega ao usuário final, a menos que seja enviada: "Telebrás, você vai atender essa escola." Vem um programa do Ministério das Comunicações e manda. Só tem duas maneiras de se colocar dinheiro na Telebrás: um, colocando dinheiro como capital dela. Então, se o Governo coloca dinheiro na Telebrás, ele está aumentando o capital, está virando mais... está aumentando a... Isso complica. A outra maneira é contratar a Telebrás. Ela vai entrar numa licitação, como todo mundo, para ser contratada pelo MiniCom, aliás, não pelo MiniCom, porque esse é especificamente o único item que pode contratar a Telebrás sem licitação, mas qualquer outro Ministério tem que licitar para contratar a Telebrás. Então, por estar vinculado ao MiniCom, o Ministério das Comunicações é o único que não precisa fazer isso com a Telebrás, mas os outros precisariam. Então, onde ela entra na parte social? Ela entra forçando baixar o preço, e os provedores pequenos é que vão atender onde fica inviável para, digamos assim, as operadoras maiores. Para isso, entra o FUST.

O FUST foi concebido na lei para cobrir os buracos onde era inviável, só que o que se fez na época? Foi diminuído, foi atrasado porque a concorrência estava muito grande. Aí chegou-se à conclusão de que não seria preciso dar dinheiro porque eles estão atendendo mais rápido do que a gente espera. O que aconteceu é que o telefone chegou, tanto que até costureira tem telefone, mas não tem Internet: "Puxa, eu queria ter um FUST de Internet, porque eu não tenho." Então, esse é o problema. Têm decorrentes.

Muito bem: A senhora falou das cidades que a gente tem. Hoje tenho na lista praticamente 206, até ontem, cidades que pediram algum tipo de ajuda para a Telebrás para fazer algum tipo de projeto. Eu não vou nomear todas aqui. A senhora falou Lagoa dos Três Cantos, porque foi a segunda. E vale citar essa cidade, desculpe-me, Secretária...

A SRª LYGIA LUMINA PUPATTO – Ele só fala nela.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Não, não falo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa cidade merece. Essa cidade, Drª Ligia, foi a cidade que fez aquele regime coletivo.

A SRª LYGIA LUMINA PUPATTO – Eu conheço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sabe, então, não é?

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Eles tinham que caminhar até a lua. Eles disseram que a distância que toda a cidade tem que caminhar junto é a distância da terra até a lua e voltar. Então, eles deveriam caminhar a mesma distância para perder quatro toneladas a cidade inteira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Ah, bom! Porque sou peregrino aí me interessei para ver como é que eu chegava até a lua.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É mais do que Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Já fiz Santiago, então...

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Até a medicina deles é de raios-x, que eles estão colocando agora. Eles são os únicos no Brasil que têm a ultrassonografia de todos os tipos e essa da cardiologia. Têm mais duas que eles estão para lançar, mas, agora, pessoalmente, não sei. Eles que sabem nomear melhor lá. Ele brinca comigo dizendo: "Aqui, às dez horas da noite, a Brigada fecha, porque não tem o que fazer." A Brigada, a Polícia Militar, vai dormir porque não tem o que fazer. E agora que a cidade está sendo ligada – porque eles só tinham asfalto em um sentido, mas agora, no outro – vai ser ponto de passagem. Então, eles estão reorganizando a cidade inteira para receber a passagem dos carros. Realmente, é Município muito diferente, mas existem outros no Rio Grande do Sul e fora do Rio Grande do Sul também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Um mil e seiscentos habitantes; 256 domicílios urbanos e 250 rurais. Vão ter 10 megas nos rurais e 100 megas nos urbanos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Grande parte da população é descendente de imigrantes alemães.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – O Prefeito disse que 80% da população é bilíngue e 100% fala alemão. *(Risos.)*

É complicado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Estamos no Brasil! E eles, em hipótese alguma, dizem que não são. Dizem que são brasileiros, só que eles falam um dialeto que não é alemão. Eles falam *hunsrickish*, que é um alemão abrasileirado e que não é falado na Alemanha mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Alemanha também pesquisa isso, porque é resgate da...

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – É uma língua que é falada no Brasil. Não é uma língua alemã. É um alemão modificado e tem coisa em português no meio. Então, não dá para dizer que é um alemão. Eles falam um dialeto misturado com português. Em Domingos Martins também tem a mesma coisa.

A senhora falou também pobreza, intermedicina, estatizante e Lagoa. Sim, posso citar também Harmonia. Falei São Sebastião do Caí, Monte Negro, Bom Princípio, Salvador do Sul, Paverama, Brochier, Maratá, enfim, posso colocar várias que estão exatamente na mesma linha. Tinha até aqui um *slide* de um anel pequeno da Telebrás para chegar com banda suficiente, porque os Prefeitos não pedem mais 2 megabits. Eles dizem assim: "Eu quero 100 megas." "Eu quero 400 megabites." "Eu quero 200 megabits." Então, hoje, Canela está entrando com quanto? Com 10 megas, eu acho que é. Eles não vão querer mais dez. É 100, 200, 300. E as associações de Municípios estão comprando banda como quem compra remédio. Eles se juntam e compram mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Consórcios.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Daqui a pouco não vai ser 100, vai ser um giga, ou seja, esse paradigma de dois, quatro, acabou. São dez, cem, duzentos e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Eu não quis fazer uma pergunta pelo adiantado do tempo, mas a curiosidade é tão grande. Dr. Paulo, no ritmo em que vamos, na velocidade em que vamos, quando será a nossa independência com relação a esses equipamentos do setor de tecnologia e informação? O que o senhor acha?

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – A independência do conhecimento, acho que país no mundo tem 100% dela, tirando um ou dois. Acho que a gente consegue, pelas nossas contas, em termos de implantação de rede no que diz respeito à nfraestrutura básica de rede, em seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Em 2018.

O SR. PERCIVAL HENRIQUES – Nós resolvemos o problema de linha três e de roteamento de borda com salto livre. A gente não usa cisco...

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Não, não. Quando a gente fala de uma quantidade de rede... Infelizmente, e a gente gostaria que fosse, um *software* livre não consegue declarar 18 milhões de rotas ainda.

O SR. PERCIVAL HENRIQUES – Consegue.

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Tudo bem. Tranquilo, então.

O SR. PERCIVAL HENRIQUES – Ou por...

O SR. PAULO EDUARDO KAPP – Vou poupar os Senadores da discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra ao Dr. Roberto para responder a pergunta da Senadora Ana Rita.

O SR. ROBERTO BASEI – Para Senadora Ana Amélia, ainda dando segmento a sua pergunta que foi direcionada para o Sr. Paulo sobre a questão da CE, da participação da CE, temos uma reunião marcada com o Presidente da CE, o Município de Canela e a Presidência da CE, na próxima quinta-feira, para discutindo a questão do compartilhamento de rede. Temos uma parte da infraestrutura e eles, outra. Eles têm fibra ótica também disposta dentro do Município. Então, a gente quer saber onde a gente pode ocupar a parte deles e oferecer a nossa também, como contrapartida. O nosso projeto é conceituado e, basicamente, trabalha na questão das parcerias – quem pode ajudar, quem pode agregar algo a mais no projeto –, também como forma de sustentabilidade para o projeto, sabendo que a Prefeitura não tem estrutura também para a manutenção do projeto. Então, a gente tem essas parcerias para desenvolver, implementar e, cada vez mais, agregar serviços em cima dessa rede.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – A Senadora Ana Rita sobre a social...

O SR. ROBERTO BASEI – Isso, a Senadora Ana Rita pergunta sobre programas sociais que estariam implantados também nesse projeto. A gente pode destacar cursos profissionalizantes que a Prefeitura também está movimentando com parcerias, através de instituições privadas. Os cursos profissionalizantes vão ser disponibilizados nos laboratórios de informática das escolas para a comunidade. Em horários adversos os turnos de aula, a Prefeitura vai possibilitar, através de uma parceria, esses cursos profissionalizantes. Da mesma forma, a Prefeitura vai implantar telecentros, uma espécie de telecentro municipal. Nos finais de semana, os laboratórios de informática das escolas vão estar abertos para a comunidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO BASEI – Sim, exatamente, também fazem parte disso.

Então, é como uma forma de trabalhar a questão social. A gente também tem esse vínculo aí no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só para dizer que essa experiência que o Roberto está citando é bastante interessante, desde que as escolas tenham, nos projetos dos laboratórios das escolas, acesso externo para que, quando estiverem

funcionando em final de semana ou à noite ou em escola que não tenha, não precise ocupar e entrar pela escola, aumentando os custos de vigilância, de manutenção. Então, os laboratórios das escolas – eu fiz isso em João Pessoa – é importante que estejam com possibilidade de acesso, sem que necessariamente se tenha que passar por dentro da escola.

E, antes de o Dr. Percival falar, Presidente, permita-me, concordo plenamente com a posição da Senadora Ana Amélia quanto à felicidade da privatização da telecomunicação, entre outras privatizações, e não quero criar polêmica aqui. Hoje estamos discutindo a possibilidade de universalizar, fruto dela. Agora também concordo com o Dr. Percival, quando ele demonstra algumas preocupações. E aqui eu o faço de forma concreta.

Como 1º Secretário do Senado, estou encaminhando à Anatel uma consulta sobre a prática de preços abusivos para o Senado. Temos um contrato com a Embratel para transmitir a *TV Senado* – e, por exemplo, esta audiência seja transmitida, e, com certeza, o será – para as parabólicas do País todo, mas só há um satélite. É um monopólio privado da Embratel. Pagamos cerca de duzentos e pouco mil reais. Eles estavam querendo elevar para R$600 mil e baixaram para R$409 mil, mas não estou aceitando fazer esse contrato e estou representando junto à Anatel.

Então, a preocupação também com determinados pontos – a exclusividade e a privatização –, nós, o Governo, regulamentando, temos que ter essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – A Presidência agradece a presença de todos.

Estamos sendo chamados para o plenário.

Sua explanação foi muito enriquecedora – com certeza – e muito irá contribuir essa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE JUNHO DE 2011.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia nove de junho de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, BLAIRO MAGGI e ANTONIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Eduardo Amorim e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 13, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo Plano e discutir o aperfeiçoamento do Modelo de Política Agrícola, e **Requerimento nº 23, de 2011-CRA**, aprovado em 19/05/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir as propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Osmar Dias** – Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil – **BB**; Sr. **Laudemir André Muller** – Secretário Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; Sr. **José Carlos Vaz** – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Jenner Guimarães do Rego** – Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – **MI**; Sr. **Gilson Bittencourt** – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **MF**. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, convida para compor a mesa o Senhor Ives Cezar Fulber, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil – BB. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Delcídio do Amaral, Antonio Carlos Valadares, Clésio Andrade e Acir Gurgacz, Presidente da CRA. **EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, seja realizado Encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, no dia 17 de junho corrente, sexta-feira, às 14:00 horas, com o objetivo de avaliar o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e ameaças fitossanitárias para o Brasil, com ênfase em espécies que podem ser introduzidas através das regiões de fronteira, com a

presença dos seguintes convidados: Representante do Governo de Rondônia; Representante da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária – **SBDA**; Representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **SDA/MAPA**; Representante da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – **IDARON**; e Representante do Fundo de Apoio a Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia – **FEFA/RO**. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura .

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, no dia 3 de junho de 2011 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sob a presidência da Senadora Ana Amélia, realizou o sétimo seminário da série agricultura em debate para discutir os problemas referentes à comercialização do arroz e do trigo no Brasil. Participaram do Seminário os seguintes convidados: Dr. Francisco Lineu Chardon, presidente da Comissão de Arroz da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul; Dr. Flávio Enir Turra, da Ocepar; Sr. Márcio Langer, da Fetag; José Maria dos Anjos, diretor do Departamento de Abastecimento Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os representantes dos produtores de arroz e trigo reclamaram que as atuais regras de livre comércio do Mercosul prejudicam a economia e a competitividade da indústria brasileira para a qual sai mais barato adquiri o arroz cultivados na Argentina em razão dos custos da produção.

Os produtores nacionais também se queixaram de não ter acesso aos insumos produzidos nos países parceiros e utilizados em larga escala nas lavouras, como óleo diesel e fertilizantes, o que seria fundamental para ampliar a disputa de mercado, tendo em vista que o Brasil é hoje o maior produtor mundial de arroz fora da Ásia, enquanto o Rio do Sul já é o primeiro do mundo em produtividade por hectare com arroz irrigado.

Embora haja resultados que a indústria tem o direito de comprar seus insumos onde quiser, os produtores lamentaram que a mesma regra não seja seguida no que se refere à comercialização dos grãos no Mercosul. Eles explicaram, ainda, que tudo que é produzido pela indústria do sul do Brasil pode ser adquirido por preço mais em conta no outro lado da fronteira. Se uma colheitadeira produzida em Horizontina, Rio Grande do Sul, é vendida no Brasil por R$311 mil, o mesmo equipamento exportado para a Argentina custa o equivalente a R$243 mil naquele país, um trator que aqui custa, em média, R$79 mil é vendido lá por R$55 mil, o que acaba tornando mais vantajosa a aquisição desses produtos nos países vizinhos.

Os representantes dos produtores de arroz e trigo defenderam um ajuste de simetria nas regras comerciais do Mercosul . Para o presidente nacional da Câmara Setorial de Arroz, Francisco Chandon, o arroz, o trigo, o leite e o vinho produzidos no sul do Brasil acabam servindo como moeda de troca na manutenção do livre comércio de exportação do bloco comercial, cujo processo de integração foi iniciado em 1991. Para ele, essa parceria não está tendo nem ônus nem bônus; só favorece a indústria do Mercosul. O livre comércio não vale para os produtores rurais. Francisco Chardon disse que o custo de produção no Uruguai é 30% menor do que no Brasil e que para aumentar a competitividade é preciso tirar 32% de peso morto das costas dos produtores e que muitas indústrias compram o produto do Mercosul para escapar das taxas cobradas no Brasil. Os navios com a carga seguem diretamente para os portos do norte e do nordeste, onde a cobrança do imposto é zero. A partir dali, o produto é distribuídos às duas redes de supermercado das regiões, onde, por problema de logística, a produção nacional dificilmente chega à população. Ele citou o exemplo do arroz do sul, que funciona como indexador do preço; é negociado a R$19 a saca quando o preço mínimo é de R$25,80 e o custo da produção é de R$29. Isso é realmente uma questão difícil de resolver.

O gerente técnico-econômico do sistema cooperativista do Paraná, Flávio Enir Turra, explicou que o Brasil importa muito trigo, uma média anual de 6 milhões de toneladas e não atende à demanda nacional devido a problemas de logística e distribuição, elevados custos de produção e riscos climáticos. Flávio Enir Turra defendeu a criação de um instrumento de polçítica agrícola que garanta renda ao produtor de trigo, cultura que se destaca por ocupa a força de trabalho o ano todo, contribuindo para a segurança alimentar do nosso País, para a melhoria das condições de renda das famílias e para o meio ambiente, uma vez que o sistema de plantio direto, a exemplo do que ocorre no Paraná, reduz a erosão e melhora a qualidade do solo. Turra disse, ainda, que é preciso

melhorar o transporte de cabotagem para que o Brasil possa ampliar a competição com a Argentina e o Paraguai. Ele defende, ainda, a imediata suspensão de importação automática de trigo da Argentina no período de comercialização da safra nacional, que vai de agosto a janeiro, e, ainda, um aumento de 10% para 35% da tarifa externa comum do Mercosul, além de uma tarifa compensatória que anule vantagem concedida na origem com autorização de uma quota de 200 mil toneladas de farinha de trigo por ano contra a quota atual de 600 mil toneladas.

Em sua exposição, o diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos, reconheceu os problemas apontados pelos representantes dos produtores e disse que o Governo vem procurando corrigir as distorções. José Maria dos Anjos também explicou que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está agilizando o credenciamento de armazéns para guardar os grãos mantidos no estoque do Governo. Ele disse que a demora se deve às exigências normativas como a apresentação de documentos pelos donos dos armazéns interessados.

Em relação à alteração das regras de livre comércio do Mercosul, ele disse que esse é um assunto da esfera do Governo Federal, do Itamaraty, e não do Ministério da agricultura.

Agradeço, mais uma vez, à Senadora Ana Amélia e a parabenizo pela condução dos trabalhos. Esse é um tema importantíssimo não só para o sul do País, mas também para todo o Brasil. Eu tenho certeza de que a audiência foi muito proveitosa e nos trouxe muitas informações importantes.

Matéria extrapauta.

Requerimento de minha autoria, que passo a ler:

"Requer, nos termos regimentais, seja realizado encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, no dia 17 de junho corrente, sexta-feira, às 14 horas, com o objetivo de avaliar o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e Ameaças Fitossanitárias para o Brasil com ênfase em espécies que podem ser introduzidas através das regiões de fronteiras, com a presença dos seguintes convidas: representante do Governo de Rondônia; representante da sociedade brasileira de defesa agropecuária; representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia; representante do Fundo de Apoio da Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia (Afefa)."

Em votação o requerimento.

A Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

PAUTA DE 9/06/2011

Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 13, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo Plano e discutir o aperfeiçoamento do Modelo de Política Agrícola, e **Requerimento nº 23, de 2011-CRA**, aprovado em 19/05/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir as propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com a presença dos seguintes convidados:

• Sr. **Osmar Dias** – Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil – **BB**;

• Sr. **Laudemir André Muller** – Secretário Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**;

• Sr. **José Carlos Vaz** – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**;

• Sr. **Jenner Guimarães do Rego** – Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – **MI**;

• Sr. **Gilson Bittencourt** – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **MF**.

Nosso colega Senador Osmar Dias, é um prazer tê-lo de volta aqui, na sua casa. Convido V. Exª e os demais convidados para fazer parte da Mesa. Aguardamos ainda a chegada do Sr. Jenner Guimarães do Rego.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Acho que o senhor poderia começar a reunião e quando ele chegar seria convidado a compor a Mesa. As outras pessoas já chegaram. Façamos isso por delicadeza e em atenção aos nossos convidados.

É a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Sugestão acatada, Senadora.

Iniciamos, então, com Dr. Gilson Bittencourt, que tem a palavra para fazer sua explanção.

Muito obrigado pela presença, Dr. Gilson

O SR. GILSON BITTENCOURT – Bom-dia, Srª Senadora, Sr. Senador, demais participantes desta audiência!

É um prazer e uma honra estar aqui discutindo e principalmente tentando apresentar um conjunto de medidas que o Governo Federal em conjunto com o

Ministério da Fazenda, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e as próprias instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas, vêm fazendo para que a gente possa tentar modernizar e simplificar o processo de concessão de crédito rural no Brasil.

Então estamos com uma discussão que vem ocorrendo desde o final do ano passado. Estamos na etapa final de conclusão dessas mudanças ou dessas propostas de alterações, já debatidas de forma bastante intensa com as instituições financeiras já que nosso foco principal, pelo Ministério da Fazenda, neste momento não está sendo o Plano Safra em si.. Esse debate nós o estamos fazendo em conjunto com os demais Ministérios, mas o foco está sendo muito mais dedicado ao processo operacional de concessão do crédito, quer dizer, todo o processo de regulamentação pelo Governo Federal, o processo operacional por parte das instituições financeiras e, principalmente, o processo de entendimento dessas normas por parte dos produtores.0Em função disso, estamos tentando desenvolver esse trabalho. De antemão adianto que a nossa expectativa é tentar aprová-lo no Conselho Monetário nos próximos dois meses – agora no mês de junho e no mês de julho – para entrar vigor, provavelmente, a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

Para iniciar...

(Próximo, por favor.)

Antes de entrar, efetivamente nas principais propostas de alteração que estamos apresentando, só uma sinalização da dificuldade que é hoje trabalhar com a questão do crédito rural na medida em que temos um conjunto de legislações, algumas até um pouco conflitantes entre si. Algumas entram num detalhe um pouco maior, outra em outro detalhe. Em toda e qualquer norma do Conselho Monetário Nacional, nós temos de ter esse aparato legal nos guiando no processo de elaboração das normas. Muitas vezes há uma demanda específica de um setor ou de outro, para que o Conselho Monetário avance no processo de regulamentação e nem sempre isso é possível com base no processo todo da legislação em vigor.

(Próximo, por favor.)

Vou passar rápido. Não vou entrar em detalhes, mas temos só sobre o crédito rural quatro leis; relacionadas com os fundos constitucionais, outras duas; política agrícola, outras duas leis bem complexas; agricultura familiar, outras duas; a parte que trata de crédito e comercialização de recebíveis, outras duas; renegociação de dívida, só para não destacar as pontuais, as principais mais gerais nos últimos anos, duas, além das antigas que ainda nós temos de considerar, que são do PES e da securitização; garantia e subvenção de preços, duas leis – essa última inclusive já foi alterada umas dez vezes –; meio ambiente, outras duas.

Então, essas são as principais questões que nos colocam quando vamos discutir normas para o crédito rural. Quando a gente entra na discussão de crédito rural também, nem sempre as pessoas têm em mente a diversidade de fontes com que estamos trabalhando. Muitas vezes, o produtor vê na ponta a operação de crédito ou o recurso, mas, na elaboração de um plano safra, nós temos de compor um conjunto de fontes: cada fonte tem um custo; cada fonte tem uma regra em termos de taxa de juros; cada fonte tem uma limitação em termos de recurso. E, na composição no crédito rural, seja do plano safra, seja a distribuição dos recursos, nós temos de analisar cada uma das fontes.

Elencamos rapidamente as principais: exigibilidade do crédito rural, que é um percentual dos depósitos à vista destinados à agricultura – hoje, isso representa algo em torno de R$ 44 bilhões. No momento, em vez de 25%, estamos com 29%, porque durante a crise a gente elevou de 25% para 30%, e agora está caindo novamente 1% ao ano, até chegar a 25%, como era antes do processo da crise.

Nós temos os recursos da poupança rural. Basicamente, até poucos anos atrás, nós tínhamos BB, base BNB; desde 2005, incluiu-se o Bansicredi e o Bancoob, os dois bancos cooperativos, também como possíveis captadores de poupança rural. Além disso, mais recentemente, abriu-se para que os bancos privados também pudessem operar com até 10% de sua poupança habitacional em poupança rural.

Essa é uma fonte, cuja taxa de juros é livre. Há uma regulamentação em termos do uso, para crédito rural, mas a taxa é livre para os bancos. Na primeira, é o Conselho Monetário que determina, e hoje está em 6,75%.

Temos os recursos do BNDES, e aí são usados principalmente para as linhas de investimento, seja do Ministério da Agricultura, como de algumas linhas específicas do Pronaf.

(Próximo, por favor.)

Temos as operações oficiais de crédito, recursos do próprio Orçamento da União, onde o foco central aqui são dois: um é principalmente para agricultores de mais baixa renda, em que a União assume o risco, como é o microcrédito para o grupo B e para os assentados da reforma agrária. E dessa mesma fonte, lógico que numa ação diferenciada, saem os recursos para equalização de taxas de juros, por exemplo quando utilizamos recursos da poupança rural e os colocamos – era 6,75%, e nisso tem um custo e esse custo sai dessa fonte.

Nós temos os recursos próprios de cooperativas de crédito ou dos próprios bancos cooperativos, os fundos constitucionais – têm uma regras específica, e uma percentual vai para a agricultura –, Funcafé e recursos livres dos bancos.

(Próximo, por favor.)

Essas são as principais fontes utilizadas. Insisto: a elaboração de um plano de safra é uma soma disso tudo e uma tentativa de chegar no melhor desenho possível a cada ano.

Hoje, a maior parte das operações de crédito são efetuadas com risco bancário; portanto, por mais que haja uma normatização das operações por parte do Conselho Monetário Nacional, é uma operação de risco bancário. Isso torna inclusive muito mais difícil qualquer processo de imposição de algum tipo de renegociação, na medida em que o risco é do setor privado, e a fonte em geral é também uma fonte privada. A participação do Estado acaba se dando na equalização de taxa de juros, mas tanto o *funding* quanto o risco são da instituição financeira. Em qualquer intervenção do governo nesse processo, em geral, há necessidade de um pagamento adicional por essa equalização.

Apesar de toda essa complexidade, alguns números bem rápidos, duas tabelas, e a gente já entra nas mudanças efetivas. Primeiro, apesar de todos esses problemas, a evolução do crédito rural controlado pelo governo vem crescendo muito nos últimos anos – não estou com os percentuais de crescimento, mas podemos ver em termos de números. Nós partimos de um patamar de R$27 bilhões na safra 2003/2004 e, no ano passado, fechamos em R$100 bilhões. Quadriplicamos os recursos nesse período.

Neste ano, há uma evolução ainda maior, mas vou deixar para o Ministério da Agricultura apresentar, tanto no custeio quanto no investimento, o que é um fator importante, na medida em que o investimento, por mais que este valor seja menor, vai se acumulando; na medida em que esses investimentos vão se somando e não têm duração de apenas um ano. Custeio e comercialização giram a cada safra. E isso se acumula. Na prática, o que temos hoje de operação de crédito não é só o custeio normal, mas também esses investimentos que vão se somando, visto que muitas dessas operações são financiadas por prazos de até 10 anos. Então hoje nós ainda temos operações concebidas em 2003, 2004.

(Próximo, por favor.)

Aqui é só um gráfico com o crescimento.

(Próximo, por favor.)

Na agricultura familiar também não foi diferente esse crescimento; nós partimos de 3,2 bilhões na safra 1999-2000, disponibilizados, para um total na safra passada, que está se encerrando no final deste ano, de 16 bilhões de reais. Mostra esta evolução, apesar de todas as dificuldades.

(Próximo, por favor.)

Entrando agora, efetivamente, nas propostas de mudança, vou comentar mais dos princípios e de forma geral essas propostas, deixando para que depois, tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, quanto o Ministério da Agricultura e o próprio Banco do Brasil apontem um pouco na questão mais específica do Plano safra, que a gente vai iniciar no próximo mês.

Primeiro, o que é este manual do crédito rural? Este manual de crédito rural acaba sendo uma síntese ou um espaço para depósito de todas as normas. Então entram resolução do Conselho Monetário Nacional, leis, partes de leis, circulares do Banco Central. É um apanhado de normas, não necessariamente todas, mas quase 85% das normas que regem o crédito rural estão dispostas neste manual. A cada resolução do Conselho Monetário Nacional há uma alteração neste manual. Na prática, nós temos três momentos: temos um voto apresentado pelo ministério, uma resolução apresentada como resultado desse voto, e temos a folha que se incorpora a este manual e que normalmente as pessoas vêem no seu dia a dia. A última revisão deste manual foi em 1980. Há 30 anos, vimos colocando atos novos ou só alterando normas e com um problema grande: altera-se a norma, substituindo-se a antiga pela nova; e acaba se perdendo muito do histórico desse processo. Nosso objetivo nesse momento é alterar a forma como a gente trabalha este manual, assim como questões específicas na operacionalização do crédito rural.

(Próximo, por favor.)

Para se ter uma idéia geral, a tese inicial era para trabalharmos este manual numa única resolução que aprovaríamos no Conselho Monetário Nacional, sendo o manual inteiro, e a partir daí nós interpretaríamos isso como a principal – não a única – legislação do crédito rural. Adotaríamos o mesmo princípio já adotado pelo Palácio do Planalto na atualização das leis. Toda vez que houver alteração, taxa-se a versão anterior e introduz-se a nova. Vai se permitir que se tenha o histórico de todo o processo do crédito rural, seja em relação a taxas, a condições, a valores e limites de financiamentos. Então, usando inclusive uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional que trata disso. Vamos trabalhar toda uma parte de assuntos e normas transitórias separadamente para dar facilidade

maior de entendimento por parte tanto dos agentes financeiros quanto dos produtores. Em geral, fazer uma simplificação e atualização dos termos e conceitos. Hoje, no crédito rural, a cada vez que se altera valor de financiamento tem que se alterarem vários itens do crédito rural, o que muitas vezes acaba gerando erros e com isso atrasos na liberação de crédito.

(Próximo, por favor.)

Primeiro, a forma como vamos tratar essa atualização; segundo, quais as principais mudanças efetivas. Esse aqui é só o detalhe das principais; efetivamente vamos reduzir o manual, simplificar, tornando-o de mais fácil entendimento. Qual a principal mudança no crédito de custeio que se está propondo? Substituição no atual limite de crédito por produto passando a ser limite de crédito por produtor. Atualmente, a maior parte das culturas ou atividades agrícolas têm limite de R$200 mil, algumas têm limite de R$275 mil, como é o caso da cana-de-açúcar, outras de R$500 mil, e o limite máximo hoje, para algumas culturas, é de R$650 mil. Na prática, quando se vai fazer o financiamento, a composição desses financiamentos não pode ultrapassar o limite máximo desde que se faça a mesma cultura.

Então, se ele vai financiar a atividade de pecuária, o máximo que consegue é R$200 mil. Se vai financiar pecuária e algodão, a soma dos dois não pode passar R$650 mil. Se ele tomou R$200 mil, sobrarão apenas R$450 mil para o algodão. Hoje, isso vale para algumas culturas. A tese é ter um limite único. A princípio, aquilo em que estamos trabalhando já foi aprovado no Conselho, que é o limite máximo atual de R$650 mil. Então, estaríamos dando para todos os produtos o mesmo limite, entendendo que o apoio do Estado passa a ser ao produtor, independentemente da sua atividade. Com isso, se beneficiam muitos produtos, inclusive os destinados ao mercado interno. O limite maior, hoje, é principalmente para *commodities* focadas na exportação. Isso amplia as possibilidades de financiamento para o mercado interno e, de cara, já simplifica muito o processo operacional porque os produtores vão saber qual é o limite máximo de financiamento, entendendo o que é limite: cada produtor, com sua capacidade, vai ter e vai buscar o financiamento, o banco pode liberar R$400 mil, R$500 mil, mas o limite máximo normativo passa a ser único independentemente da atividade. Em casos específicos, o Governo pode ampliar esse limite quando quer incentivar mais um produto ou outro, como vai acontecer este ano em relação ao gado e cana, como o Zé Carlos pode detalhar depois.

Então, já vem o item 2, que é o fato de que se acaba atuando e beneficiando os produtores focados no mercado interno que hoje, em geral, estavam limitados a R$200 mil. Acho que uma mudança que vai ajudar muito é a criação de uma modalidade de crédito que estamos chamando de renovação anual simplificada. Hoje, na prática, um produtor rural que tem uma relação com o banco há vinte anos, quando via fazer um custeio, cada ano, é como se fosse um novo produtor chegando no banco, como um desconhecido, e levando o conjunto da documentação. Uma garantia que ele colocou no banco em um ano, registrou, averbou no cartório – não sei se esse é o termo correto –, no ano seguinte, tem que repetir, tem que fazer a mesma coisa. Produtores menores, que demandam de garantia de terceiros, muitas vezes dois ou três produtores atuando como garantia de um, todo ano devem levar todos para assinar novamente a garantia.

A tese é de que esse processo seja simplificado, de que a instituição financeira possa fazer um contrato, digamos, por quatro ou cinco anos, pegando a garantia para esse valor. Na medida em que o produtor, a cada ano, vai pagando, o limite de crédito dele vai se abrindo automaticamente, de maneira que ele não precisa trazer toda a documentação. Que ele vai ter que ir ao banco todo ano, vai ter que ir nem que seja para levar um documento dizendo "vou plantar soja, vou plantar milho, o meu cronograma de desembolso vai ser esse", mas não mais toda a documentação. Essa não é uma ação que os bancos vão aplicar para todos de forma imediata, até porque há necessidade de conhecer alguns, mas, para aqueles produtores que já têm um histórico com a instituição financeira, a tese é de que a gente simplifique, agilize e reduza os custos desse processo. E que isso vá se ampliando na medida em que os bancos vão conhecendo cada vez mais os clientes. Provavelmente, vão começar com os clientes que já conhecem, que já têm um histórico.

No custeio, essas são as principais mudanças. Há uma série de outros detalhes, que são mais de simplificação e que não é o caso abordarmos aqui. No caso do crédito de investimento, não estamos falando aqui de BNDES, estamos falando dos recursos de depósitos a vista, que é o que há em todos os bancos públicos e privados. Primeiramente, estamos elevando os limites para permitir que os bancos privados, principalmente que tenham recursos disponíveis, também possam colocar alocar mais investimentos. O atual limite por produtor é R$200 mil. Está se elevando a R$300 mil. Não está se elevando mais do que isso porque queremos incentivar o uso dessa fonte para investimento, mas com certo limite, porque, se gastarmos todo dinheiro que normalmente é usado em custeio e investimento, vamos ter falta de recurso para custeio na safra.

Então, a gente concilia isso com recurso via BNDES para investimento.

Aqui uma demanda também. Há investimentos de prazos curtos. Hoje há uma limitação de prazos. A gente está abrindo essa possibilidade.

Outra coisa. Hoje tem atividades que são consideradas fixas, semifixas. Há dúvida no que é fixo e semifixo. Há financiamentos que misturam fixo e semifixo, mas o manual de crédito impõe prazos para um e prazos para outro. Assim, toda vez em que surge uma dúvida a gente tem que mudar a regra para explicitar que aquele é fixo ou semifixo. O que a gente fez? A gente acabou com esse conceito. É investimento. De acordo com a capacidade de financiamento de cada produtor ou da atividade que está financiando, a instituição financeira vai definir o prazo, que pode ser de até 12 anos. Então, simplifica e dá mais agilidade para que o banco possa tratar caso a caso de forma muito mais rápida, sem essas amarras efetivas que a regra impõe. Hoje já há um conhecimento por parte das instituições que permite fazer essa distinção sem que a regra a imponha.

Seguindo ainda no crédito, temos uma proposta de alteração no crédito de comercialização. A gente tem hoje um crédito que é conhecido, que é o EGF, que é o empréstimo do Governo Federal, que é usado tanto para o produtor quanto para as agroindústrias. Efetivamente, não tem mais nada a ver com empréstimo do Governo Federal, porque o empréstimo de comercialização nada mais é do que um crédito de comercialização com recursos privados. O que estamos fazendo é abrindo esse financiamento em três grupos. Então, hoje tem o EGF, que é para produtos da PGPM, Política de Garantia de Preços Mínimos, e a LEC, que são para produtos específicos. O que estamos fazendo? Abrindo em três, com dois focando no produtor. O foco aqui vai sempre na linha de tentar focar a ação do Governo em relação ao crédito ao produtor ou a garantia de preço ao produtor. Então, a gente está abrindo em dois financiamentos destinados ao produtor: um é financiamento para estocagem de produtos vinculados à PGPM e outro é a antiga LEC, que a gente está chamando de financiamento especial para estocagem de produtos não vinculados pela PGPM.

Tem alguns produtos que não estão na política de garantia, mas para os quais há, todo ano, a renovação dessa linha especial. Estamos tornando permanente até que o Ministério da Agricultura proponha uma alteração: a inclusão de um produto ou retirada de outro produto. Isso evita criar anualmente uma insegurança: "Vai ter crédito para comercialização da maçã?" "Vai ter crédito para comercialização da carne suína?" Vai se fazer a regra toda vez. Deixa-se definido e, no momento em que o Ministério da Agricultura achar que não deve ter mais, altera-se sem maiores problemas.

A terceira linha, que hoje é o EGF para agroindústria, estamos chamando de FGPP, que é a sigla mais fácil que encontramos e que é financiamento para garantia de preços ao produtor. Estamos financiando a indústria, mas com objetivo de que ela garanta o preço ao produtor. Hoje essa regra já existe. Mais recentemente, nos últimos dois anos, começamos a entrar de forma mais efetiva no controle dessas operações, exigindo inclusive que as indústrias, quando peguem esse financiamento, nos apresentem quais foram os produtores para os quais elas garantiram o preço, exatamente porque a legislação é clara em dizer que o beneficiário do crédito rural é produtor e cooperativa e abre exceção para a indústria, desde que ela garanta o preço. Então, estamos focando, explicitando que nosso objetivo é o produtor e exigindo esta listagem exatamente para provar que garantiram ou não o preço para o produtor.

Em tudo aqui estamos falando de crédito.

A outra coisa, a gente eleva, em vez de trabalhar com valor, a gente trabalha com percentual, o financiamento destinado á comercialização para o produtor. Hoje o mesmo valor de custeio é o valor de comercialização, e a gente sabe que o custeio não atinge o total do valor bruto da produção, exatamente porque você tem um adicional a partir do financiamento. Você financia 100 com a expectativa de colher 130, 150 e assim por diante. Hoje, o financiamento de comercialização é o mesmo valor do custeio, o que estamos fazendo é, no limite máximo de 650, dar mais 50% como limite de financiamento, permitindo que o produtor possa colocar dentro do seu financiamento o conjunto da sua produção que foi financiada e que gerou uma produção maior que o valor do financiamento.

No caso da agroindústria, no passado não existia limite nenhum. Estamos colocando um limite... Há dois anos, a gente colocou que era o mesmo limite do produtor, que ela poderia comprar com a garantia de preço, usando o recurso do crédito rural. Estamos colocando o dobro do que cada produtor pode pegar para poder fazer com que a indústria conceda o benefício ou essa vantagem da garantia de preço ao máximo de produtores possível. No caso de financiamentos de leite, por exemplo, em que o limite era 200 mil, como elevamos para 650, o produtor, em última instância, poderia chegar a 975, mais ou menos, ou, quando a indústria comprar, ao dobro disso.

No caso dos recursos do BNDES, a gente também fez um conjunto de alterações. Todas essas alterações, insisto, foram negociadas, conversadas, acordadas com os Ministérios envolvidos, a partir de sugestões

das instituições financeiras. A primeira, uma unificação de três linhas de crédito, que é o Proflora, o Produsa e o ABC, entrando nas condições do ABC, em uma tentativa de simplificar, e tudo ficou na taxa de juros do ABC, que é menor.

Hoje, nas linhas de financiamento do BNDES, cada item de financiamento está especificado e chega a um nível de detalhamento que, em vez de ajudar, prejudica. Então, digamos que você está financiando atividade leiteira e a gente colocou lá em determinado momento que financia a ordenhadeira e o resfriador. E alguém pergunta: "Sim, mas, se eu quiser comprar os galões de leite, pode?" "Não sei." E vai lá fazer uma norma para dizer que pode comprar o galão. E vem outra dúvida, e assim sucessivamente. O que estamos tentando fazer aqui é tirar o máximo possível do detalhamento, não conseguimos tirar tudo, deixando claro que o objetivo de financiamento é a atividade e todos os itens relacionados àquela atividade. Então, evita-se ter que ficar mudando para tratar do detalhe. O que tem a ver com a atividade de bovinocultura está sendo financiado, o que tem a ver com atividade de raniculturа, de fruticultura, e assim por diante, sem entrar no tipo específico de atividade.

No caso do Moderagro também houve uma simplificação. Tínhamos duas modalidades, cada uma financiava um grupo de atividade. Tinha um limite para cada um. Unificamos tudo no Moderagro, de forma geral, permitindo que tenha mais simplicidade e facilidade nesse processo.

Estamos juntando em uma única seção do manual toda parte que trata de recursos, porque todo ano tem que mudar o manual inteiro porque você mudou o valor e é uma nova safra – isso fica separado.

Estamos unificando os prazos de reembolso, os prazos máximos. Para uma linha era oito anos; para outra, 10; para outra, 12. Na medida do possível, a gente juntou isso. Cada operação é analisada pela instituição financeira. Fica fácil. É um único programa. Diminui o tempo e a dificuldade de entendimento dos produtores de cada uma das linhas que existem.

Estamos criando também uma linha permanente de capital de giro destinada às cooperativas.

Rapidamente, mais duas ou três a gente encerra, o Pronamp, que é um programa de apoio ao médio produtor, nos últimos anos vem crescendo de forma bastante significativa as aplicações. Tanto agricultura quanto o Banco do Brasil podem entrar com mais detalhes, mas vem ganhando robustez. Então, está tendo uma ampliação. Essa é uma demanda que o Ministério da Agricultura tinha há tempos: o enquadramento para permitir que mais produtores entrem nesta classificação. Foram elevados os limites de custeio e investimento e também vai ser permitida essa elevação anual simplificada.

(Próximo, por favor.)

No caso do Pronaf, também tem um conjunto de mudanças.

Insisto, a parte mais de alteração focada no Plano Safra, o Laudemir, da Secretaria de Agricultura Familiar, terá melhores condições de detalhar.

Então, no caso do Pronaf também é uma simplificação. É importante dizer que o Pronaf foi criado com R$20 milhões. A expectativa inicial era uma, mas hoje ele virou um programa com dezenas de linhas de crédito, atendendo quase 2 milhões de produtores e inserindo coisas. O que nós estamos tentando fazer é dar uma limpeza, uma simplificada nesse processo, tendo um conceito mais geral da agricultura familiar, observando logicamente a legislação que trata da agricultura, tentando focar um pouco e permitir... Hoje nós temos uma contradição que é a seguinte: na norma, consta que, para ser considerado agricultor familiar, tem que ter, no mínimo, 60%, mais da metade, da receita vinda do estabelecimento. Mas temos muitos casos de famílias que têm uma renda – digamos – de R$10 mil com atividade anual e uma pessoa que trabalha fora, como professora ou funcionário da Prefeitura, e que ganha um salário mínimo por mês. Essa família vai passar dos R$10 mil e deixar de ser pronafeano. Nesse caso, toda ótica de incentivar aquela família a permanecer no campo, ficar na propriedade, incentivar o transporte, tendo mais pessoas usando esse transporte, viabilizando para os demais; toda ótica de tentar deixar o meio rural como um espaço também de moradia dos filhos... Hoje, na prática tem que expulsar. Se tiver um filho trabalhando, ele tem que ir embora, sair dali, porque, se ficar, vai deixar de ser agricultor familiar.

Portanto, aqui a tese é diminuir ou rebater um percentual da renda que seja de atividades não agrícolas, exatamente para permitir que essas famílias que tenham produção possam se beneficiar do Pronaf e continuar financiando suas atividades – insisto –, mantendo o máximo de pessoas no meio rural que possam desenvolver atividades. No sul, na sua terra, Senadora, é muito comum, na região de Santa Cruz do Sul, filhos de agricultores irem ajudar na indústria durante a colheita e trazerem uma renda e exclui. Então, há toda uma lógica de simplificação, também toda negociada com o MDA.

Também uma proposta de identificação geral dos prazos para tentar fazer com que o produtor familiar possa ter várias linhas – para mulher, para jovem –, mas com condições muito similares. É muito mais o carimbo do tipo de financiamento. Ele sabe que a taxa

é basicamente a mesma, o prazo é o mesmo. Ele não precisava ficar decorando cada uma, o que era uma coisa muito difícil até de as instituições financeiras fazerem.

(Próximo, por favor.)

Há também um processo que se conclui nesse programa. Hoje temos o Mais Alimentos, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf antigo, investimento antigo. O que nós estamos fazendo também é unificar as condições desses programas para facilitar o entendimento por parte do produtor, tirando um monte de amarras que há no Pronaf: quem está nesta condição não pode pegar este, quem pega este não pode pegar aquele. É uma coisa quase impossível de entender. A proposta que há é estipular um teto de endividamento de operações em ser, ou seja, ativas, tanto para operações com risco bancário quanto com risco da União. Vou dar um exemplo. Hoje, o Mais Alimentos financia até R$130 mil de investimento com risco bancário; o Agroindústria, até R$50 mil; o Agroecologia, até R$50 mil. A proposta é elevar para o mesmo do Mais Alimento. A tese é estipular um teto de R$200 mil como limite. Ele pode juntar as linhas que quiser, qualquer uma, desde que respeite esse teto. Vai pagando, vai abrindo o teto. Esse seria um teto para investimento e a tese é ter um teto para custeio, um para risco da União e outro para risco bancário, ou seja, até que tamanho que a União está disposta a assumir risco. Também simplifica porque você tira todas as amarras que existem em cada um dos programas.

(Próximo, por favor.)

Acho que é o último.

Bem, já encerrando, até para a gente ter um debate mais efetivo.

Em relação ao Plano Safra, a gente já aprovou no Conselho Monetário uma série de medidas, principalmente aquelas que demandavam ação das instituições financeiras. Para poder preparar para esta operacional a partir de julho, foi aprovada no mês de maio. Neste mês ainda, devemos aprovar mais uns três ou quatro votos ainda focados no Plano Safra. E a tese é que vamos tentar, mas, se não der este mês, no máximo mês que vem, aprovar esse pacotão todo. Nós estamos falando de um pacote de normas de mais ou menos 500 a 700 páginas, que é a unificação e a revisão de todo esse processo. A tese é aprovar, no máximo, até o mês que vem, dando um prazo de cinco meses para entrar em vigor. Na prática, funcionaria quase como uma audiência pública, porque você vai aprovar, mas vai estar em vigor só em 1º de janeiro do ano que vem e, com isso, a gente pode, inclusive, revisar, se houver algum problema durante esse processo, dando tempo principalmente para que as instituições financeiras possam se adaptar e estar operacional a partir do momento da entrada em vigor dessas medidas. Insisto: algumas delas vão entrar em vigor já em 1º de julho, como os limites, essas coisas todas. Agora, o pacotão todo teria esse prazo.

É isso que eu gostaria de dizer.

Obrigado.

Desculpe o tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria primeiro solicitar, se possível, que se disponibilizasse todo esse material para entregá-lo a todos os membros da Comissão, porque é extremamente elucidativo. Falo dessa exposição do Dr. Gilson e dos demais que eventualmente não tenham trazido impressas as cópias dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pedir desculpas, e o Senador Osmar Dias sabe bem que nós aqui temos superposição de Comissões, pois, neste momento, tenho uma reunião no Palácio com o Secretário Adjunto Vinhatti, para tratar de uma área que interessa muito, que é a Lei Geral da Pequena e Microempresa. Estou indo lá, mas volto aqui para fazer uns questionamentos.

Quero apenas cumprimentar pela alterações, que me pareceram extremamente simplificadoras. Só lhe perguntaria, Dr. Gilson, antes de sair, e já até decorei, se, no FGPP, que é o novo financiamento para a garantia do produtor, a indústria é que tem o compromisso de pagar ao produtor a garantia do preço mínimo. No caso, agora, e o senhor está acompanhando bem e sabe do problema do arroz no Rio Grande, a indústria teria que pagar os R$25 por saca?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Vinte e cinco a 80. Se ela for buscar financiamento com o recurso equalizado a 6,75, ela teria que pagar isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, e tem que comprovar...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Tem que comprovar o nome do produtor, um a um, CPF, tudo. Ela tem que encaminhar isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma grande mudança.

Obrigada pela atenção.

Voltarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Obrigado. Aguardamo-lhe, Senadora.

Dr. Gilson, muito obrigado pela sua explanação.

Na sequência, passo a palavra ao Senador Osmar Dias, mas já antecipando aos Senadores e às Senadoras que o Senador Osmar tem uma reunião do Comitê do Banco do Brasil, em São Paulo, à tarde e precisará sair ao final da sua explanação. Então, eu deixo aberto para, no final da explanação do Senador Osmar Dias, que nós possamos fazer as indagações, as interpretações para extrairmos todo o conhecimento do Senador para a nossa audiência.

Então, com a palavra o Senador Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, que acaba de sair para um compromisso:

Primeiro eu gostaria de registrar o prazer de voltar a esta Casa, de cujos trabalhos participei por 16 anos. Por 16 anos, permaneci neste plenário para fazer as indagações aos convidados que vinham aqui. Hoje me sinto numa situação oposta. Mas é uma honra para mim estar aqui de volta, principalmente porque esta Comissão, Senador Acir, foi criada por uma resolução proposta pelo Senador Pedro Simon e por mim. Sou coautor, portanto, da criação desta Comissão e confesso que fiquei, por algum período, desalentado com o funcionamento da Comissão. Hoje lhe posso afirmar que V. Exª colocou a Comissão no patamar que nós gostaríamos de vê-la quando fizemos a proposta da sua criação. Com esses debates que nós temos acompanhado – embora eu não esteja mais aqui, acompanho –, V. Exª mudou completamente o patamar em que se encontrava a Comissão. Eu posso dizer-lhe, com toda a franqueza, que hoje este é um local de debate dos assuntos ligados ao agronegócio, que é o setor que alavanca a economia brasileira. Precisava aqui no Senado haver esse fórum de debates, e V. Exª tem transformado a Comissão neste ambiente de debates, proporcionando aos Senadores esse contato ou com o poder público ou com a iniciativa privada, para buscar, inclusive, no seu trabalho legislativo, novas propostas que possam orientar a política agrícola geral do País. Portanto, parabéns ao trabalho que V. Exª desenvolve aqui.

Quero agradecer o convite e dizer que todos nós comemoramos o fato de o Brasil ter produzido em torno de 160 milhões de toneladas de grãos, que somos o primeiro exportador de carne do mundo, que somos o primeiro em muitas coisas que produzimos e exportamos, em algumas que produzimos e em outras que exportamos. Mas durante toda a minha vida dediquei o meu tempo, tanto aqui no Senado, como quando fui Secretário da Agricultura e como produtor rural que sou, a olhar para os outros países que têm alguma semelhança com o Brasil na sua base de produção e posso afirmar que eu não acho que possamos comemorar o fato de produzirmos 160 milhões de toneladas. A China produz isso de arroz. Outros países que têm menos condições, inclusive de clima e de solo do que nós, produzem três, quatro vezes mais do que o Brasil. Estamos muito aquém do potencial e talvez o que explica isso, ao longo de toda a história da agricultura brasileira, são períodos, são fases em que a agricultura teve que enfrentar políticas completamente avessas ao crescimento da agricultura. Não se leva em conta, por exemplo, que quando a gente fala em 160 milhões de toneladas, a gente está falando em um crescimento, em relação a 90, de 179%. E aí a gente vê o debate, principalmente neste momento em que o Senado Federal assume a responsabilidade de aprovar o Código Florestal, como se não houvesse, ao longo desse período, nada que tivesse sido feito para preservar o meio-ambiente e com ele a gente aumentar a produtividade. A tecnologia tem muito a ver com tudo aquilo que estamos produzindo hoje. Nós estamos exportando, junto com grãos e carne, tecnologia.

E aqui devo render minhas homenagens à Embrapa, que é a grande catalisadora ou coordenadora desse processo de pesquisa, desenvolvimento científico no meio rural e que proporcionou essa situação que vivemos hoje de alcançar índices de produtividade que estão já iguais ou melhores, se comparados aos países desenvolvidos.

E eu estou chamando a atenção com relação a isso, Senador João Pedro, para que a gente faça uma análise assim: Se a gente pegar, Senador Acir, a produção que houve em 1990 e a produção que hoje estamos colhendo, se a gente pegar aquela produtividade e colocar em cima de uma área para produzir o total que nós estamos produzindo hoje, é bom lembrar que a gente plantou nesta safra quarenta milhões de hectares, naquela safra de 90, a gente plantou só 30% a menos de área. Então nós aumentamos a área em apenas 30%. Cento e quarenta e nove por cento foi em cima da produtividade que nós crescemos.

Então, fazendo um cálculo assim bastante rápido, Senador Acir, se a gente tivesse com os mesmos índices de produtividade de 1990, nós teríamos hoje que plantar, Senador Blairo Maggi, mais 60 milhões de hectares. Ou seja, em cima dos 48, nós teríamos avançado mais 60 milhões de hectares.

E isso não é levado em conta quando se debate, por exemplo, a necessidade de um Código Florestal que clareie as regras para que o produtor possa cumpri-las, porque ele vem cumprindo o seu papel de produzir e preservar.

Claro que há coisas a corrigir e esse Código Florestal tem que corrigir, mas o grande mérito da aprovação do Código Florestal é deixar as coisas claras, tanto para o produtor quanto para os órgãos ambientais, órgãos fiscalizadores e instituições, tal como a que pertenço hoje, o Banco do Brasil, que precisa dessas regras claras para a gente continuar operando e para a gente continuar crescendo e ofertando esse mecanismo de política agrícola que tem tudo a ver também com o crescimento das safras, porque o crédito é um instrumento de política agrícola que acompanha o crescimento da safra ou o crescimento da safra acompanha a disponibilidade de crédito. Por isso, quando o Gilson colocou ali a evolução da disponibilidade de crédito que houve, isso explica, não apenas a tecnologia, também explica essa evolução das safras que estamos colhendo hoje.

Então, vou só repetir o dado, porque ele é muito importante para o debate do Código Florestal aqui. Se a gente tivesse plantando com a produtividade de 1990, nós teríamos hoje os 48 milhões de hectares plantados, mais 60 milhões, o que seria 108 milhões. Teríamos avançado nas florestas com toda a certeza. Não houve isso porque a tecnologia proporcionou esse avanço de produtividade.

Pois bem, quando a gente está discutindo aqui o papel do Banco do Brasil, e eu sou vice-Presidente, tem um nome comprido o meu cargo agora. Antes era só Senador, agora é vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, viu Jayme?

Quando a gente vai discutir aqui a questão do agronegócio, a gente está falando, e eu insisti nesse discurso no Senado, por dezesseis anos, para a gente não separar os produtores. Todos pertencem à cadeia do agronegócio. E aí a gente tem que falar que dá gosto participar de uma instituição como o Banco do Brasil que, ao longo dos anos, tem sido a marca principal do crédito rural no Brasil. Os dados são mais claros até do que as minhas palavras.

Nós temos hoje, em carteira, 77 bilhões de reais no Banco do Brasil, financiando o agronegócio neste País.

O Banco do Brasil, no ano que passou, quando o Gilson colocou ali dezesseis bilhões para a agricultura familiar, a gente tem que entender o seguinte: Há dificuldades. E quando eu entrei no banco eu cheguei e disse: Olha, eu quero trazer para cá a cabeça do produtor rural, porque não adianta eu vir aqui e tentar ser igual a todos os que estão no banco, há vinte, trinta anos, que sabe muito mais de banco do que eu. Eu tenho que trazer aqui o que pensa o produtor rural.

E veja, duas palavra que eu insisto todos os dias no banco.

Assistência técnica. Por que o Pronaf disponibilizou dezesseis bilhões, mas na verdade só onze que foram desembolsados? Então sobrou dinheiro no Pronaf? Na verdade sobrou. E a Presidente Dilma mandou dizer: Eu quero os dezesseis bilhões, mas quero aplicados.

E nós vamos fazer um esforço para que o Banco do Brasil participe dessa aplicação, no percentual que nós já participamos, porque no ano que passou 73% de todo o Pronaf operado no País saiu do Banco do Brasil e, praticamente, 41% de todo o crédito para o agronegócio, para a agricultura empresarial.

Na média, o Banco do Brasil, portanto, oferta 60% de todo o crédito rural que é disponibilizado no País.

Com isso eu posso dizer, para encurtar a nossa conversa aqui, porque eu vou ter que ir para a reunião do Conselho Diretor em São Paulo que está discutindo exatamente estratégias para a gente entrar bastante forte nas políticas públicas, porque o acionista majoritário do banco é o governo e nós temos que seguir as políticas públicas do Governo.

Aliás, eu gostaria de ter vindo aqui, Senador Acir, depois de o Plano Safra ter sido lançado, por uma questão de ética e respeito ao Ministro da Agricultura e à Presidenta Dilma, eu não posso falar em detalhes o que estamos trabalhando e vamos colocar por parte do Banco do Brasil dentro das políticas geradas no Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura.

Faço isso em respeito à Presidente Dilma, que vai fazer o anúncio do Plano Safra, mas já me comprometo a voltar depois para que a gente possa, com o Plano Safra lançado, detalhar, debater, corrigir e aperfeiçoar.

Mas o que eu posso dizer é que, com a cabeça de produtor rural, e eu que também sempre fui e agora não posso ser mais um tomador de crédito do Banco do Brasil, por imposição legal eu não posso mais tomar crédito do Banco do Brasil, mas eu sempre fui um tomador de crédito do Banco do Brasil.

E eu pensava assim: Como é que a gente não pode ter um crédito rotativo por cinco anos, que a gente possa ir lá, ter um limite e ir tomando? Quando acaba o limite, renova-se se estiver tudo bem. Felizmente, com todo o empenho de uma equipe multidisciplinar que vem do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, do Banco do Brasil, nós estamos conseguindo fazer a implantação desse crédito renovável que o Gilson colocou, que será muito importante para agilizar, reduzir custos do produtor e reduzir custos das instituições financeiras, vai desburocratizar a tomada de crédito, porque dava pena ver o produtor tendo que assinar 80 documentos todos os anos, ir ao cartório, custas do cartório, para renovar aquele crédito que todo mundo sabia que ia ser renovado, mas ele precisava

fazer tudo aquilo. Então, esse é um avanço que considero importantíssimo para dar mais agilidade, mais dinamismo ao crédito rural.

Segundo, quando se define que não mais por cultura, mas por produtor, esse limite de crédito parece pouco, mas não o é. O Moka sabe o quanto isso significa. Quando você define por produtor, você dá mais liberdade para que o produtor utilize esse recurso em sua propriedade.

Nós estamos tirando aqui também aquela diferença entre culturas, colocando um limite único para todas as culturas, que pode ser ampliado, inclusive – esta é uma regra importante –, quando o produtor cumprir algumas exigências, como, por exemplo, realizar o plantio direto. Ele pode ter um acréscimo de 15% em cima desse limite. Se ele tiver a reserva legal e a APP, obedecendo às regras do Código Florestal, ele pode ter esse acréscimo de 15% no limite. Isso é importante.

E, pensando como produtor rural, eu cheguei ao banco e encontrei o José Carlos, que era o diretor de crédito rural, que também é do Paraná. Eu – é claro – lamentei muito a saída do José Carlos pela sua experiência, mas fiquei feliz com a vinda do Ives, que eu queria apresentar. É o novo diretor de agronegócio do Banco do Brasil, que vai ficar aqui para responder qualquer questão que for feita ao banco quando eu sair. O José Carlos também pode ajudar. Os dois estão juntos aí. Mas foi bom que o José Carlos fosse para o Ministério da Agricultura para levar o conhecimento que ele tem do banco. E isso permite um entrosamento também entre o Banco do Brasil e o Ministério da Agricultura.

Eu gostaria de destacar que, neste momento, nós tomamos algumas medidas, depois da minha chegada, que, creio, Moka, são muito importantes eu revelar aqui. Primeiro, nós fizemos uma reavaliação daqueles produtores que, durante a crise, tiveram que rolar suas dívidas de investimento. Eles estavam pagando certinho e não podiam tomar novo crédito. Nós eliminamos essa restrição. Hoje, aqueles que haviam rolado suas dívidas de 2007, 2008 com a crise podem voltar a tomar crédito no Banco do Brasil, depois, evidentemente, de avaliadas as suas condições de pagamento, mas, se estiverem pagando regularmente, não há por quê, porque eles não estão inadimplentes. Eles estão adimplentes com a nova situação. E aí nós renovamos essa possibilidade.

A segunda medida que adotamos é fazer uma reavaliação dos limites dos produtores, aliás, da situação cadastral dos produtores. Nós fizemos o teto pré-avaliado, trazendo para o banco mais 40 mil clientes que já estavam impossibilitados, praticamente, de operar com o Banco do Brasil. E nós fizemos mais do que isso quando estabelecemos...

Então, são duas medidas importantes para facilitar a tomada de crédito para o produtor. Também tomamos uma medida de *check-list* de operações e investimentos rurais que vai melhorar a originação dos negócios nas agências. Nós vamos especializar as agências para que elas sejam especializadas em crédito rural, em agronegócio, para que, especializadas, possam dar um atendimento melhor, focando, como disse aqui o Gilson, o produtor ou, no caso, o nosso cliente do banco, que é, em outras palavras, o produtor. Nós também já estamos bastante adiantados em algumas medidas que vamos adotar e que serão anunciadas no plano Safra, mas não posso revelá-las aqui.

Mas, em relação ao Pronaf, que o Laudemir vai falar depois, eu gostaria de dizer o seguinte: o Banco do Brasil, no ano passado, liberou R$8 bilhões 600 milhões, em torno de 8,5 bilhões, dos 16, aliás, dos 11 que foram liberados. Então, deu 73, 75%. A Presidente Dilma, quando anunciou o Programa de Combate à Miséria, revelou números que são muito importantes considerarmos: primeiro, dos 28 milhões de brasileiros que saíram da pobreza, considerados os que ganham menos de R$70,00 por dia, uma renda *per capita*, 4 milhões e 800 mil brasileiros estavam no campo e foram resgatados dessa situação para uma situação melhor. Isso tem tudo a ver com o Pronaf. Segundo, do levantamento feito dos 16 milhões de brasileiros que ainda estão nessa situação de miséria, 47% estão no campo.

E a CMA encomendou um estudo da Fundação Getúlio Vargas que revela números que me chocaram: Apenas 5% dos produtores rurais brasileiros se encontram numa faixa de renda em que podem ser classificados como a e b; 15% na c, que seria a chamada classe média rural. Então, 80% estão abaixo disso, que têm uma renda abaixo de R$1.100,00, o que significa que essas pessoas estão com sua família recebendo menos do que dois salários mínimos e cerca de 47% de 16 milhões estão com uma renda abaixo de R$70,00. Então, combater a miséria no campo é uma missão, é um desafio do Governo e da sociedade e só pode dar certo se, realmente, fizermos do Pronaf a grande ferramenta desse combate à miséria no campo.

E nós vamos, por meio do Banco do Brasil, colocar todo o nosso empenho, toda a nossa equipe, todo o nosso esforço para responder não apenas à expectativa da Presidente, que coloca isso como meta, como objetivo, como missão, mas à demanda da própria sociedade, porque, Moka, não podemos ignorar que, durante a crise mundial, o que tirou o Brasil mais rápido da crise foi o fato de o Brasil estar produzindo de forma acelerada na agricultura, fazendo crescê-la ao invés de de cair, mesmo durante a crise. Isso foi

muito bem aproveitado no mercado internacional, que precisou dos nossos produtos.

Também não podemos ignorar que a FAO revela hoje dados bastante animadores em relação à capacidade que temos de dar resposta a essas demandas. A FAO disse que até o ano de 2025 o mundo vai precisar de cerca de 40% a mais de comida do que produz hoje. 2025 está aí. O Acir ainda vai ser Senador em 2025 ou Governador de Rondônia, não sei. Mas a gente vai estar numa situação assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Não, mas aquele do meu partido.

E aí é o seguinte: em 2025, João Pedro... A FAO diz o seguinte: para atender esse crescimento de demanda que vai ocorrer, o Brasil tem que ficar com a responsabilidade de produzir, pelo menos, 40% desse total que vai ter que aumentar. Ou seja, do total que vai aumentar, o Brasil tem que produzir 40%. Então, é um desafio muito bom para nós. Nós temos potencial para isso? É claro que temos potencial para isso. Eu disse, lá no começo, que 160 milhões de toneladas é muito pouco. O que nós produzimos de carne é muito pouco. Hoje nós já estamos com consumo *per capita* de carne de frango no Brasil de 42. Quando eu dava aula na faculdade, esse consumo *per capita* era de 16, e não faz tanto tempo assim. O consumo *per capita* de carne de boi já é menor do que carne de frango. Isso é bom? Por um certo aspecto, sim, porque nós estamos falando de uma proteína que consome muito milho, que consome muita soja, e a agricultura é um sistema. Não podemos separar uma cultura, tanto que estamos juntando isso no crédito, fazendo da agricultura um sistema.

Outra coisa, Jayme Campos, que lhe vai interessar, por uma razão óbvia, é que um estudo da FAO diz que hoje, 20% da dieta alimentar no mundo é proteína animal. Até 2025, esse percentual vai crescer para 30%; ou seja, o poder aquisitivo vai aumentando, a população vai crescendo, mas com o poder aquisitivo melhorando, principalmente nos países em desenvolvimento, a gente tem uma perspectiva de crescimento da proteína animal na dieta e, com isso, a gente vai ter que produzir mais.

Para encerrar, gostaria de falar um pouco sobre o ABC, um programa que o Ministro tem... Senador Casildo Maldaner, então, estamos detalhando agora, com a Embrapa, com o Ministério da Agricultura e com o Ministério da Fazenda, o que é financiável na agricultura ABC. Do contrário, daqui a pouco, tudo é agricultura de baixo carbono, e vai faltar dinheiro para aquilo que é efetivamente agricultura de baixo carbono.

O que nós queremos – estou cobrando bastante isso dos meus pares e e já entramos num entendimento de que isso tem de ser definido mesmo – é o seguinte: bom, quanto vai ser essa linha da agricultura de baixo carbono? São R$3 bilhões? São R$4 bilhões? Porque estamos fazendo de recursos controlados, de taxa de 5,5% ao ano, com prazos que podem chegar a 15 anos em alguns casos, quando falamos em reflorestamento.

A gente fala em oito anos de prazo e três de carência para renovar pastagem, e aí a gente não pode esquecer que o Presidente Lula assinou um protocolo, lá em Copenhagen, de reduzir a emissão de carbono – e, para isso, algumas metas têm de ser atingidas. Quando a gente fala em 120 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser incorporadas ao processo produtivo, é claro que a gente não está falando que 120 milhões de hectares podem produzir grãos, mas elas podem ser recuperadas para pastagens mais produtivas, onde há zero/quatro unidades animal por hectare dá para colocar uma, dá para colocar uma e meia, dá para colocar duas.

Nós queremos partir para uma experiência que é desenvolvida pela Embrapa aqui em Ipameri, onde a integração lavoura/pecuária/floresta está mostrando que é possível, em terras com fertilidade baixa até, com 30% de argila como lá ocorre, a gente ter um alto índice de produtividade: a proprietária da fazenda multiplicou a produção de carne por cinco, multiplicou a produtividade de grãos por três e tem ainda uma poupança que é o reflorestamento em linhas colocadas entre os pastos e a lavoura.

Agora, nós queremos essa agricultura moderna? Essa é a agricultura do futuro. Essa que nós fomos ver lá que a Embrapa está desenvolvendo é a agricultura deste começo de século. Quem quiser realmente continuar na agricultura com rentabilidade e com viabilidade vai ter que enveredar por esse caminho da integração, e essa integração é o programa ABC: é financiar a recuperação de pastagem degradada.

Podemos chegar a 40 milhões de hectares num curto espaço de tempo? Podemos. Agora, para recuperar a pastagem degradada são necessários trator, calcário, adubação verde e, portanto, de investimentos para máquinas. O produtor não vai fazer isso sem ter a máquina adequada.

Quando você vai hoje a uma feira de máquinas você vê que a modernização da mecanização também permitiu que houvesse uma evolução muito grande nesta trajetória que estamos seguindo de aumento de produtividade.

Portanto, estamos em fase final de elaboração do Plano Safra. Ele vai ser lançado nas próximas semanas, e nós, após o anúncio do Plano Safra, o banco está

totalmente preparado para dar conta da demanda que vem de tomada de crédito. Nós podemos garantir uma coisa: vamos atuar muito fortemente para que aquele número um 1.300.000 famílias que atendemos no Pronaf cresça. É assim que a Presidente Dilma quer. O Banco vai atuar para cumprir seu compromisso, sua responsabilidade. Mas não podemos fazer isso sem assistência técnica. Senão, não é o crédito produtivo que o Governo quer. O crédito produtivo, na agricultura, tem que ter assistência técnica. Estamos buscando uma solução para a questão assistência técnica; sem ela, vai ficar difícil tornarmos esse crédito produtivo e eficiente. Essa é uma demanda do setor que precisa ser resolvida pelo Governo e principalmente pelas cooperativas, que precisam se integrar mais nessa questão da assistência técnica.

Dito isso, Presidente, encerro, agradecendo esta oportunidade e a satisfação de rever aqui os amigos com quem convivi por tanto tempo. E fico à disposição para as perguntas que queiram fazer. Depois, eu preciso seguir viagem, porque hoje tem reunião do Conselho Diretor, lá em São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Agradeço suas palavras com relação a esta Comissão e quero dividir seus elogios com o nosso Vice-Presidente Moka e todos os membros desta Comissão, que têm feito, realmente, um trabalho em conjunto para que possamos debater e discutir os assuntos pertinentes à agricultura brasileira. Tenho certeza que, ao levar o pensamento do agricultor às decisões do Banco do Brasil, V. Exª tem ajudado muito, tem contribuído muito para com o agricultor brasileiro e também com o Governo brasileiro. E tenho certeza de que vamos atingir essa meta de crescimento e de desenvolvimento. Conseguiremos ser o maior produtor de alimentos do Planeta, graças a interveniências como a sua para que tenhamos com o nosso produtor rural essa atenção de que ele precisa para ter essa assistência técnica tão necessária e que faz aumentar a produtividade sem ter que aumentar a quantidade de terra de plantio. Eu imagino que esse deve ser o grande objetivo e o grande segredo de aumentar a produtividade sem aumentar a quantidade de terras plantadas

Pela ordem, Senador Suplicy.

Na sequência, Senador Moka, Senador Casildo,...

Muito bem. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar nosso colega ex-Senador Osmar Dias, hoje Vice-Presidente do Banco do Brasil, também o Sr. Gilson Alceu Bittencourt, o Sr. José Carlos Vaz, o Sr. Laudemir André Muller e o Sr. Jenner Guimarães do Rego. Quero dizer uma palavra em especial ao vice-Presidente Osmar Dias, do Banco do Brasil, cumprimentá-lo por sua contribuição, conhecimento e experiência na área da agricultura e transmitir o agradecimento à sua atenção no que diz respeito a um dos temas a que V. Exª mais tem se dedicado durante o nosso tempo de convivência aqui: as cooperativas que V. Exª há pouco mencionou.

Gostaria de lhe dar a informação de que, ainda ontem, falei com o Senador Delcídio do Amaral, uma vez que a Senadora Gleisi Hoffmann, a partir de ontem, já não é mais Senadora, e terá o Senador Delcídio do Amaral que designar um novo Relator para o projeto sobre o qual temos conversado, o das cooperativas. Eu queria dizer que as diversas entidades representativas da agricultura familiar, que V. Exª conhece bem, interessadas no projeto, deverão encaminhar, nos próximos dias... Encaminhariam à Relatora, a V. Exª e a mim próprio algumas recomendações, mas isso agora vai para o novo Relator que o Senador Delcídio do Amaral irá designar. Então, só para informar e dizer da minha disposição de cooperar com V. Exª, que continua sendo o autor do projeto que está sendo examinado, juntamente com o projeto que eu apresentei.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Jayme Campos, pela ordem de inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir, senhores convidados, a quem saúdo na pessoa do nosso colega, vice-Presidente do Banco do Brasil, Senador Osmar Dias, caros Senadores e Senadoras aqui presentes, quero apenas dizer da nossa alegria e do nosso contentamento por estarmos hoje recebendo o valoroso e competente Senador Osmar Dias, que, com certeza, deixou marcas indeléveis no Senado Federal do seu trabalho, além de competente, acima de tudo, ético. Desta feita, com certeza, ocupando essa tão importante diretoria do Banco do Brasil, vai fazer um trabalho que certamente poderá melhorar até a imagem do próprio Banco do Brasil em determinados momentos, na medida em que V. Exª aqui disse que quarenta mil produtores que estavam à margem de financiamento já foram incluídos, ou seja, poderão receber novos financiamentos.

Todavia, V. Exª tocou em um assunto muito importante, meu caro Senador, em uma matéria muito interessante e oportuna, que é a questão do Código Florestal Brasileiro. Lamentavelmente – V. Exª tem muito mais conhecimento do que eu –, esse é um código ultrapassado, superado, da década de 60 – 1964. Por

incrível que pareça, eu acho que é um dos primeiros projetos interessantes que estamos discutindo.

Lamentavelmente – o senhor participou por dezesseis anos desta Casa –, nos últimos tempos, passamos a ser meros carimbadores de papéis, ou seja, um cartório, em relação às medidas provisórias. E quero crer que poderemos sanar, sobretudo, as dúvidas que existem quanto à insegurança jurídica do campo brasileiro. Todavia, V. Exª também disse aqui que poderíamos produzir muito mais. De acordo com dados e números muito significativos, poderíamos ampliar muito nossa produção, em razão, naturalmente, das áreas degradadas em abundância.

Exemplificando, meu caro Presidente, o Mato Grosso, particularmente, tem quase 26 milhões de hectares de terras, conforme os números que V. Exª citou, meu caro Senador, ocupadas por 0,4, 0,3. Mas, aproveitando a presença da diretoria e do MDA, que é muito importante, quero chamar a atenção para o fato de que precisamos de crédito, mas de um crédito subsidiado, no bom sentido. O crédito praticado hoje no Brasil, sobretudo pelo próprio Banco do Brasil, é inconsistente. Naturalmente, o cidadão vai tomar um financiamento para comprar calcário, equipamentos mecânicos, adubo ou fosfato para recuperar sua terra. É fundamental – o senhor conhece muito bem, assim como o José Carlos, que é do ramo há muitos anos, conheci seu velho e querido pai também – travar um debate, uma discussão que permita conceder financiamentos compatíveis com a nossa realidade, sob pena de... Como o senhor muito bem disse, hoje temos 80% de homens do campo com uma renda *per capita* de R$6.200,00. Fruto de quê? Dos grandes assentamentos e das pequenas propriedades que hoje o Brasil tem, e que não são poucas, são milhões delas. E, lamentavelmente, algumas dessas pessoas não têm nem acesso ao crédito, em razão das dificuldades, não só da LAU, do GEO e da própria regulação fundiária que no Brasil, lamentavelmente, hoje é pouca, sobretudo nessa vasta região do Brasil, que abrange as regiões Centro-Oeste e Norte, a Amazônia brasileira, em que não há acesso a financiamento.

Portanto, estou apostando em V. Exª, pela experiência e por ser conhecedor profundo da matéria. Aprendi muito com o Osmar Dias aqui. De vez em quando, não sabia da situação de alguns assuntos e perguntava: "Meu professor, como é que funciona isso, de fato, na prática?"; "É assim, Jayme: pá, pá, pá..." Então, foi um verdadeiro mestre nosso aqui na Comissão, como também no plenário da Casa.

Quero saudá-lo e cumprimentá-lo. E espero que possamos, com certeza, multiplicar, triplicar, como na década de 90, a nossa produção, através da tecnificação, através de uma extensão agrícola. Ou seja, a extensão no Brasil é precária. No Mato Grosso, particularmente, posso dizer, não existe assistência técnica. É uma piada, é uma brincadeira o que se faz hoje em termos de assistência técnica. Nunca se deu prioridade. Hoje, é vergonhoso dizer que um engenheiro agrônomo da Empaer, em meu Estado, ganha R$2.500,00 – R$2.500,00! – e um técnico agrícola ganha R$1.260,00. É vergonhoso. É vergonhoso. Nunca se vai achar profissional para prestar uma boa assistência técnica em órgãos públicos de Mato Grosso particularmente, não vou falar por outros Estados da Federação. Portanto, quero cumprimentá-lo. Espero que possamos ter realmente uma alta produção brasileira. Dizem que produzimos muito, mas é muito pouco se comparados a outros países. O senhor disse que, só em arroz, a China produz mais do que o Brasil produz de tudo, seja arroz, soja, algodão, milho. O Brasil produz 160 milhões de toneladas, enquanto a China produz duzentos e tantos milhões de toneladas só de arroz.

De forma que estamos apostando principalmente na Presidente Dilma. Que ela veja a agricultura brasileira, sobretudo a pequena agricultura, que está à margem de financiamento. Eu digo que fico assombrado, horrorizado. Tive a oportunidade de visitar alguns assentamentos em Mato Grosso, José Carlos, e vi o estado de miséria. Não adianta fazer reforma agrária no Brasil e o cidadão ficar ali e não ter saúde, não ter educação, não ter crédito agrícola, não ter nada. É vergonhoso. Em um país fantástico como este, que tem terras boas, tem clima, tem tudo, precisamos de quê? De boas políticas públicas. E, lamentavelmente, isso não está tendo no Brasil. Espero que possamos mudar.

Quero cumprimentar V. Exª, meu caro amigo Osmar Dias, assim como as demais autoridades do setor, na certeza absoluta de que vamos trabalhar na busca de boas políticas públicas para o nosso País.

Um abraço. Felicidades. Que Deus abençoe V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou me limitar a fazer uma saudação ao amigo, até para não prejudicar, porque acho que temos que ouvir o resto dos convidados. E as perguntas que eu faria ao nosso Senador Osmar Dias farei ao representante de agronegócios.

Mas, Senador Osmar Dias, quero dizer da alegria que nós aqui temos com essa indicação. Quero dizer isso e deixar muito claro, até porque ficamos muito felizes quando vemos que alguém que assume um cargo conhece o assunto profundamente. Isso é importante. Você leva exatamente para o Banco do Brasil a dificul-

dade que os produtores têm. Isso é fundamental, não tenho dúvida. Como a experiência já colocada aqui rapidamente, de que não adianta só o crédito do Pronaf se não houver assistência técnica. Isso é fundamental. Se dermos o dinheiro para o pequeno produtor e se ele não tiver alguém que o oriente tecnicamente, ele não vai aproveitar aquele recurso, ou vai aproveitar 50%, não tenho a menor dúvida disso.

Então, quero dizer da nossa satisfação e que, tenho certeza, vamos continuar o debate. Tenho algumas questões importantes para discutir, para debater com o Gilson, mas não quero tomar mais tempo, porque é fundamental que possamos ouvir os outros convidados e, aí sim, fazer um grande debate, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Igualmente, Sr. Presidente, quero, em breves palavras, saudar nosso velho amigo, o Senador Osmar Dias, e demais convidados.

Eu vinha de um compromisso externo, escutando a Rádio Senado, a palestra do nosso eminente Senador Osmar Dias, e chamou-me a atenção o fato de que dezesseis ou dezessete milhões de pessoas no Brasil estão na linha de pobreza e que cerca de 47%, ou coisa que o valha, encontram-se no meio rural. Fiquei escutando aquilo no caminho. São dados que eu não conhecia. E, ainda, a importância de atacar e de enfrentar isso. Gostei também daquela coisa moderna de consorciar a pastagem, a agricultura e o reflorestamento. Consorciado. Isso embeleza. Quem escuta isso fica com tesão, no bom sentido, de praticar a agricultura, os pequenos negócios, a pequena agricultura, como a nossa, a catarinense. E assim no Brasil, com o aproveitamento das áreas. Um trabalho consorciado.

E sei que o amigo Osmar Dias, à frente disso... E até, não sei por que... Claro, o Paraná o queria como governador, mas o Brasil não queria que ficasse só lá, que ficasse para o Brasil, para trazer essa tecnologia moderna, esse avanço. O Brasil não quis abrir mão, que ficasse no Paraná, como governador, e ter que ficar mais um tempo ainda para ajudar o agronegócio no Brasil, o pequeno produtor. Pois bem, esse consórcio... E vai ajudar, sem dúvida alguma, o consorciado. A lavoura, a pastagem e o reflorestamento. E os consorciados. Vai ajudar a diminuir os 47% de pobreza e também a fazer com que a pessoa fique lá e não venha ajudar a criar favelas nos centros urbanos neste Brasil afora.

Tenha sucesso. E o sucesso, meu amigo Osmar Dias, desse projeto é o sucesso do Brasil, tenha certeza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar os demais membros da Mesa, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Integração, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sei que esta audiência vai se estender – nós também temos agora a sabatina do novo diretor da Anac, Dr. Guaranys, então, daqui a pouco, temos que ir também à Comissão de Infraestrutura –, mas eu não podia deixar de especialmente vir cumprimentar o nosso querido Vice-Presidente – agora, é um nome longo – de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil. É grande o título! Antes, o Osmar era só Senador. Venho cumprimentar o nosso querido Vice-Presidente do Banco do Brasil, o Senador Osmar Dias, e reiterar o que os Senadores aqui falaram também: o papel que o Senador Osmar Dias cumpriu aqui.

Um dos Senadores mais competentes desta Casa – disparado –, homem sério, homem de bem, alguém com quem aprendi que não adiantava entrar em um debate com ele despreparado, porque o Senador Osmar Dias sempre se destacou pelo seguinte: falava sobre aquilo que tinha conhecimento, ou sobre o que tinha feito a lição de casa; não ficava dando opinião sobre tudo e sobre todos sem consistência e sem base. Então, isso não é fácil, principalmente para nós que somos políticos.

O Senador Osmar Dias também teve um papel muito importante no Paraná, para o Brasil, como Senador da República e como candidato, também, a governador, inclusive na eleição da Presidenta Dilma. Foi crucial a candidatura do Senador Osmar Dias. E ele vai ser governador do Paraná, porque reúne todas as condições necessárias para governar o seu Estado. E, agora, em uma nova missão: um vice-presidente que conhece o babado; não aprendeu agronegócio na cátedra; é um camarada que convive com isso, trabalha nisso, tem propriedades, é produtor rural e, portanto, tem competência para exercer essa vice-presidência. E não tenho dúvida nenhuma de que os produtores rurais vão ter um parceiro, vão ter alguém que entenda do negócio; não só alguém que tem uma visão de banco – a importância do Banco do Brasil para o nosso País –, mas também alguém que conhece o outro lado do balcão. E não é fácil. Aparentemente, é óbvio. Mas não é fácil a gente ter alguém que conhece as duas pontas.

Eu só queria fazer um registro, meu caro Osmar, com relação ao Código Florestal. Ontem, tive a oportunidade de acompanhar uma reunião que houve no Ministério do Meio Ambiente com o Senador Luiz Henrique, com o Senador Tião Viana, com o Senador

Acir. Eu estava de bicão lá, fui lá tratar de outra coisa, fui tratar do nosso Pantanal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Falei do Tião? Não, o Tião está no Acre. Jorge Viana e também o Senador Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente. Participei, rapidamente, da reunião – eles já estavam já desde cedo discutindo com a Ministra Izabella –, e uma coisa me chamou a atenção. Acho que o Senado vai ter tempo suficiente para fazer uma discussão mais ampla do novo Código Florestal, tudo indica que as coisas vão caminhar nesse sentido e, possivelmente, com a extensão do famoso decreto de 11 de junho, mas me chamaram a atenção algumas coisas que foram lá debatidas e que eu não podia deixar de registrar, alguns desafios que nós temos, não só com relação ao texto, mas também com relação a alguns temas que são valiosos para uma política ambiental e uma política voltada para o Brasil, uma grande economia na produção de alimentos, que nós não podemos esquecer.

Houve uma discussão, Senador Osmar Dias, muito territorialista, que é fundamental, mas não podemos esquecer também de uma visão de sustentabilidade, de recuperação de área degradada que, lamentavelmente, premidos pelo tempo, a Câmara teve que efetivamente discutir e votar o projeto. E entrando em outros assuntos que, no meu ponto de vista, não podemos ficar para trás com essa oportunidade de votar o novo Código Florestal aqui, que é sequestro de carbono, o mercado de carbono, que são coisas absolutamente atuais e que vão ter uma representatividade grande sob o ponto de vista de economia mundial.

Só registrar isso, porque V. Exª lembrou e destacou a preocupação com relação a essa discussão e acho que precisamos mais do que nunca qualificar ainda mais esse texto que veio da Câmara, que acho que isso vai ser bom para o Brasil.

No mais desejar, meu caro Osmar, todo sucesso – competência você tem. Tranquilamente, sei que você terá um grande desempenho no Banco do Brasil, e nós somos seus soldados aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Senador Acir, não vou poder ficar para o almoço – o Acir convidou todo mundo aqui para almoçar. Mas também não preciso mais nem almoçar, depois de tudo que ouvi aqui. Não preciso mais nem almoçar hoje.

Foi para mim muito bom voltar ao Senado Federal, não só pela oportunidade de rever tantos amigos e poder chamar a todos pelo nome, mas principalmente porque isso reforça um princípio que tenho: a gente não pode passar por um lugar sem deixar nesse lugar realizações, boas lembranças, enfim, a gente deve plantar dignidade por onde a gente passar. Felizmente, posso voltar ao Senado e receber esses elogios, que às vezes fazem parte até da amizade que todos têm para comigo, mas fico emocionado, realmente emocionado, porque foram 16 anos aqui e nesses 16 anos procurei plantar dignidade nesta Casa. É isso que estou fazendo por onde estou passando. Em nenhum cargo público a gente tem o direito de exercê-lo pensando mais na gente do que nos outros. A gente tem que pensar no coletivo, e estou no Banco do Brasil hoje muito orgulhoso e agradecendo a oportunidade que me deu a Presidente Dilma, para dizer aos produtores rurais deste País: nunca quebrei o pacto com os produtores rurais. Alguns até usaram isso pela aliança que fiz para disputar as eleições do Paraná maldosamente. Mas a oportunidade que a Presidente Dilma me deu foi para reafirmar o pacto que firmei desde o dia que nasci com os produtores rurais. Porque eu sou um produtor rural com muito orgulho. Sou um produtor rural que posso bater no peito e dizer, como dizia meu pai lá atrás: "Essa é uma das profissões mais nobres que existem no mundo". Eu exerço essa profissão nobre que é ser produtor de alimentos neste País.

Portanto, estou aqui muito orgulhoso de poder revê-los, colocando-me à disposição para voltar. E agora tenho que ir realmente para São Paulo, porque senão acabo perdendo o emprego lá no Banco; e aí não tenho mais mandato aqui no Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, antes de o Senador Osmar Dias terminar, gostaria de falar para fazer um registro.

O SR. OSMAR DIAS – Só um minutinho.

Delcídio, fico muito feliz que você tenha assumido a relatoria do projeto que é de minha autoria, do cooperativismo, é isso?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Como sou presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e depois do que o Senador Suplicy falou aqui, sinto-me obrigado a indicar o Senador Eduardo Suplicy para ser o Relator.

O SR. OSMAR DIAS – Ele não pode, ele é autor de um dos projetos. Aí ele vai aprovar o dele e deixar o meu para trás.

Fiquei com a barba branca debatendo este projeto. Ele é de 1999, portanto do século passado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – De 1900 e quanto?

O SR. OSMAR DIAS – De 1999.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então é do século passado.

O SR. OSMAR DIAS – É do século passado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Delcídio do Amaral, se V. Exª acatar a sugestão do Senador Osmar Dias e se auto-designar, V. Exª pode, sim, ser o Relator de ambas as proposições para um bom entendimento.

O SR. OSMAR DIAS – Peço desculpas aos outros convidados por ter tomado o tempo, mas achei importante que também introduzíssemos no debate essa questão do Código Florestal. E quero me colocar à disposição da Comissão para esse debate sobre o Código Florestal, porque antes de eu sair daqui eu debati muito, e o Moka participou de muitas reuniões sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para dizer ao Senador Osmar Dias que, quando aprovarmos o seu projeto, poderemos dizer que é de autoria de um Senador do século passado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, é tão somente para me regozijar com a presença do Senador Osmar Dias, Vice-Presidente do Banco do Brasil, que comparece a esta Comissão para participar de um debate muito importante. Também quero dizer que, durante os 16 anos que ele passou aqui – e eu também já tenho 16 anos de Casa –, pude constatar pessoalmente o seu compromisso com o meio rural, com o pequeno e o médio empresário, com os produtores rurais do Brasil, notadamente do seu Estado do Paraná. Ele também foi um grande Secretário de Agricultura, dando uma contribuição inestimável ao aperfeiçoamento de diversas matérias e apresentando outros tantos projetos como este a que ele se referiu, ao qual eu vou me somar durante a sua tramitação, apesar de já estar tramitando desde o século passado.

Conte V. Exª, Senador Osmar Dias, com o meu apoio nas proposições que aqui deixou e tenha certeza de que confiamos no seu trabalho no Banco do Brasil. Acho que quem ganhou foi o Banco do Brasil. O Senado perdeu. O Paraná perdeu. Mas o Banco do Brasil ganhou um grande produtor rural a serviço do Brasil.

Meus parabéns e que Deus o ajude nessa nova função. Esperamos que daqui a quatro anos V. Exª retorne.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Agradeço mais uma vez, Senador Osmar Dias, pela sua presença e por ter trazido, nesta manhã, um pouquinho da sua experiência para nós, Senadores. Deu para sentir que V. Exª é muito bem quisto aqui. Volte sempre. Esperamos realmente a sua volta.

O SR. OSMAR DIAS – Desde já estou me comprometendo com V. Exª para comparecer à feira de Ji-Paraná, no seu Estado, a fim de debatermos mais sobre agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dia 15 estaremos em Ji-Paraná com o Senador Osmar Dias.

Vou-lhe acompanhar. Só um minuto.

Passo a palavra ao Dr. Laudemir André Muller, Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E convido o Senador Waldemir Moka para presidir enquanto eu acompanho o nosso Senador Osmar Dias até a porta.

Obrigado.

Com a palavra o Dr. Laudemir.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Bom dia a todos e a todas, Srs. e Srªs Senadores, Senador Waldemir Moka, que preside a reunião neste momento, prezados colegas do Banco do Brasil e do Governo Federal:

Com a sua permissão, Senador, vou tecer rápidos comentários sobre qual é a nossa estratégia central para o Plano Safra no que tange à agricultura familiar, destacando e já usando as falas anteriores, principalmente do Senador e Vice-Presidente do Banco do Brasil, e também, principalmente, do excelente trabalho que vem sendo feito em conjunto entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda em relação à simplificação para dar mais agilidade e eficiência ao crédito rural e outras políticas para agricultura e, no meu caso especialmente, para a agricultura familiar.

O primeiro aspecto que eu queria destacar aqui em relação à estratégia do Plano Safra para a agricultura familiar é que estamos fazendo um grande trabalho de buscar, como resultado, ampliar a capacidade de investimento da agricultura familiar. Isso que nós queremos fazer. Por quê? Porque temos uma agricultura familiar bastante forte no nosso País; temos nossas políticas de crédito bastante adequadas à agricultura familiar, que foram construídas ao longo de todos esses anos, de vários anos, desde 2003 – até mesmo antes

disso –, e temos um País que cresce, que cresce de forma acelerada e que precisa de alimentos. E a agricultura familiar dialoga muito com isso.

Então, todo esse trabalho que o Dr. Gilson muito bem colocou de simplificação, de modernização vai dar mais agilidade, vai dar mais capacidade de investimento para a agricultura familiar. Junto com isso, estamos fazendo, basicamente, dois grandes movimentos, dois grandes avanços, além da simplificação e junto da simplificação, que são aumentar os limites de crédito para a agricultura familiar e reduzir ainda mais as taxas de juros.

Então, hoje, a agricultura familiar, na prática, vai poder tomar crédito até R$200 mil, sendo que quem tomar até R$10 mil vai pagar 1% de taxa de juros; e quem tomar acima de R$10 mil vai pagar 2% de taxa de juros. Antes não era assim; até agora não era assim. Havia várias taxas de juros. Algumas muito acima de 2%. Havia vários limites de pagamento. Alguns eram de oito anos, outros eram de dez anos. Algumas taxas eram diferentes. Então, estamos fazendo um grande processo de simplificação, vamos dizer assim, com vantagem para o agricultor, tanto no aumento do limite quanto na redução da taxa de juros, como, por exemplo, no Mais Alimentos, que é um programa muito forte e que está rodando muito bem, que é de modernização e de compra de máquinas e equipamentos para a agricultura familiar. Temos um crédito até R$130 mil a 2%. Quem tomar até R$10 mil e comprar equipamento de baixo custo vai ter uma taxa de juros pela metade, que é 1%, com prazo de 10 anos com até três de carência para pagamento. Tem uma exceção a isso, que é uma exceção muito vantajosa, e o Dr. Gilson colocou aqui, que é um crédito específico e especial para os agricultores que estão, principalmente, no semi-árido brasileiro, no Nordeste brasileiro, que é o microcrédito rural, que chamamos de crédito do Pronaf do Grupo B, cuja taxa de juros é de apenas 0,5% ao ano. E quem pagar em dia ainda tem uma rebate de 25%. Estamos aumentando esse limite. Hoje, o agricultor podia tomar até R$6 mil. Estamos aumentando esse limite para R$7,5 mil; estamos aumentando o limite de crédito na agroindustrialização, passando de R$20 mil para R$50 mil, ampliando a capacidade de tomar crédito das cooperativas, em alguns casos estamos duplicando a capacidade das cooperativas de tomar crédito.

Então, essa é a nossa primeira grande estratégia, vamos dizer assim. Eu diria, talvez, uma das mais importantes, que é aumentar a capacidade de investimento da agricultura familiar para produzir alimentos, com a simplificação do crédito, redução da taxa de juros e aumento dos limites.

Eu queria fazer dois destaques em relação a isso: um deles é um crédito específico para a juventude, para jovens do meio rural, jovens de até 29 anos. Então, estamos reformulando essa linha de crédito para a juventude rural; estamos ampliando o limite de crédito, chegando até a R$12 mil, com recursos da União à taxa de juros de 1%. Então, um crédito bastante interessante justamente com o objetivo da permanência da juventude no meio rural, porque isso para nós é bastante importante. E também um crédito específico para o semi-árido brasileiro, que é o Pronaf Semi-Árido, com o qual também estamos mexendo nas taxas de juros e ampliando nosso limite, passando para um limite maior em relação ao atual.

Então, essa é a primeira grande questão que eu queria ressaltar aqui, Srs. Senadores e demais, em relação à estratégia para a agricultura familiar nesse próximo Plano Safra, que tem a ver com o tema de aumentar a capacidade de investimento da nossa agricultura familiar.

O segundo aspecto, e aqui foi muito bem salientado, e o Senador e, agora, Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, salientou com bastante ênfase – o que achamos ser muito correto – o tema da assistência técnica à extensão rural. Não faz sentido nós termos um crédito para a agricultura se junto desse crédito não houver um acompanhamento técnico a essas famílias para que esse crédito possa ser, por um lado, bem aplicado – que ele renda e tenha produção – e, por outro lado, que gere capacidade econômica e capacidade de pagamento desse crédito da agricultura familiar. Então, nós estamos fazendo um grande esforço em relação ao tema da assistência técnica e ao da extensão rural. Nós, hoje, no Brasil, recuperamos o sistema público de assistência técnica. Nós temos, hoje (em nosso sistema), ao redor de um milhão e quinhentas mil famílias que recebem assistência técnica, em torno de setecentas a oitocentas diretamente com recursos do MDA, via chamadas públicas de Ater. Então, são muitos agricultores que recebem assistência técnica. Porém, nós estamos com mais ou menos um milhão e quinhentas mil famílias, só que nós temos quatro milhões de agricultores familiares. Então, nós avançamos muito, mas ainda estamos muito aquém daquilo que nós temos de fazer. Precisamos de mais investimento em relação a isso e de mais qualificação.

E um dos desafios que nós temos é o de encontrar técnicos adequados e que tenham essa capacidade. E não é qualquer assistência técnica... Fazer um acompanhamento técnico detalhado (com o que de fato renda para o agricultor) custa caro. Infelizmente, nós tivemos cortes no orçamento que encaminhamos ao Congresso no ano passado. A Presidenta Dilma tomou

uma atitude muito importante há três semanas: nós tivemos todo nosso orçamento de assistência técnica à extensão rural liberado. Nós estamos atuando... E também há um compromisso da Presidenta Dilma de que, se nós conseguirmos aplicar – e isso vale para o Governo Federal, para todas as empresas e entidades contratadas que nós temos de assistência técnica à extensão rural – poderemos ter a possibilidade de suplementação orçamentária pela importância que tem o tema da qualificação e o tema da assistência técnica à extensão rural no meio rural. Isso tem a ver não só com a agricultura, mas também tem a ver com equipamentos e com a qualificação, inclusive com a do trabalho dos técnicos.

Junto com isso tem todo o trabalho que estamos fazendo no próximo Plano Safra e que tem a ver com o fato de dar mais segurança para a agricultura familiar. Hoje nós temos no Brasil um dos sistemas mais avançados de seguro agrícola do mundo, porém muito aquém de nossas necessidades e temos, mais ou menos, um milhão e quinhentas mil famílias que têm acesso a algum tipo de seguro rural no Brasil. Nós temos um seguro específico da agricultura familiar vinculada ao crédito, que é o SEAF, temos um seguro específico para a região da SUDENE, para o semiárido brasileiro, que é o Garantia Safra. Nós temos... Vamos chegar a, provavelmente, mais de novecentas mil famílias seguradas nesse tipo de seguro. São famílias que têm uma renda bastante baixa e é um programa muito específico para o semiárido brasileiro e que ajuda muito nossa agricultura, especialmente nessa região, sobretudo neste momento muito complicado quando vem uma estiagem ou quando vem uma enchente. Então, isso é um tema muito importante.

Nós temos um programa de garantia de preços da agricultura familiar que está vinculado ao crédito e o chamamos de PGPAF. Então, esse conjunto de ações permite que a agricultura familiar avance em seu investimento. Com a assistência técnica, nós temos de ampliar e aperfeiçoar melhoria na qualidade desse crédito e melhoria na qualidade da produção e, junto com isso, o tema da segurança na produção com essa diversidade de mecanismos que nós estamos trabalhando.

Nós estamos trabalhando dentro do Governo e acompanhados, muito de perto, pelo Ministério da Fazenda na busca da ampliação desses três tipos de seguros agrícolas no que concerne aos preços e à ampliação dos bônus que os agricultores recebem. Então, hoje, um agricultor familiar pode receber de bônus, em um dos modelos de seguro que a gente tem, até R$5 mil. Nós estamos trabalhando para ampliar isso. Não temos essa definição ainda, provavelmente nós a teremos no Conselho Monetário Nacional no próximo mês. Então, esse é outro aspecto muito importante com que nós estamos trabalhando. E eu queria, sendo bastante expedito aqui, sendo bastante rápido, em função do adiantado da hora já, apresentar o nosso último ponto, vamos dizer assim, que conforma a estratégia geral do nosso Plano Safra, que é o plano da renda para a agricultura familiar e organização econômica.

Nossa avaliação como Ministério, como Governo, é a de que nós avançamos muito nos últimos anos, com o crédito para a agricultura familiar, com assistência técnica, com outras formas de seguro agrícola, enfim, tudo que mencionei aqui.

É claro que temos de ampliar e de aperfeiçoar muito, mas avançamos muito em relação a isso. Agora, o que falta mesmo para a agricultura familiar, principalmente neste momento histórico que o País vive, que é de crescimento acelerado – em que precisamos de mais alimentos, inclusive como elemento central da nossa política econômica de estabilidade, em que os preços têm um diálogo direto com o tema da inflação, que tem a ver com taxa de juros, a qual tem a ver com crescimento –, então, nesse ambiente, o que temos de inovar, na nossa percepção, é o tema da organização econômica da agricultura familiar e da renda para a agricultura familiar.

Então, estamos trabalhando muito para haver, por exemplo, assistência técnica de mercado para a agricultura familiar. Nós achamos que não temos de dar só assistência técnica para produzir feijão, milho, arroz, leite. Achamos que temos de ter assistência técnica, inclusive para a agricultura familiar organizar-se do ponto de vista da gestão e dos seus empreendimentos, das suas cooperativas. Para quê? Para melhorar a comercialização, para se acessar o Programa de Aquisição de Alimentos, para se poder, de uma forma organizada, viabilizar a alimentação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar e para se ter acesso a um programa, a uma ação histórica, para nós, da agricultura familiar, que foi a determinação da Presidenta Dilma de criar uma Política de Garantia de Preços Mínimos específica para a agricultura familiar.

Todos os senhores sabem que o Brasil tem uma política muito arrojada, que é a PGPM, Política de Garantia de Preços Mínimos, que já vem de longa data, mas essa política atendia, de uma forma parcial, de uma forma não adequada, à agricultura familiar. E a Presidenta Dilma determinou que se criasse – estamos trabalhando nisso – uma Política de Garantia de Preços Mínimos específica para a agricultura familiar, que contemple as especificidades dela.

Então, junto com a ampliação do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos; com a implementação do

Programa Nacional de Alimentação Escolar; com as relações que estamos construindo na agricultura familiar, por exemplo, com os supermercados, com a Abras, Associação Brasileira dos Supermercados; e com a PGPM específica para a agricultura familiar, achamos que vamos completar um ciclo muito interessante de política para a agricultura familiar. Junto com todo o tema da simplificação arrojada e com a modernização do nosso crédito, vamos dar mais capacidade de investimento para a agricultura familiar; também, com a qualificação técnica para esse investimento e para o aumento da produção, junto com o tema da segurança, com os nossos três tipos de seguro agrícola. E mais: agora, completando-se esse leque, eu diria, com o tema da organização econômica e da renda para a agricultura familiar, com esses mecanismos todos que já temos e com este mecanismo novo, específico, que é o Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar.

Então, achamos que, com isso, nós podemos inaugurar, talvez, um novo processo na agricultura familiar, em que podemos engatá-la nesse vagão, vamos dizer assim, ou nesse trem que passa de uma forma acelerada, que é o crescimento da economia brasileira. Teremos uma economia de grande classe média com capacidade de consumo cada vez maior. Nós precisamos produzir alimentos para exportar; nós precisamos produzir alimentos para o consumo interno; nós precisamos ter uma política que estabilize os preços para os produtores, para os consumidores, porque isso é essencial para o nosso crescimento com estabilidade. E achamos que a agricultura, se corretamente estimulada, tem a capacidade, sim – ela demonstra isso –, de produzir e de cumprir este papel muito importante para este momento que o País vive, que é o de produzir alimentos, o de gerar emprego. Também, do nosso ponto de vista, esta é a principal forma de estimular a agricultura familiar, para produzir alimentos e também para superar a condição de extrema pobreza no meio rural: transformar esses homens, mulheres e jovens, agricultores e agricultoras, que estão nessa condição de extrema pobreza, transformá-los, estruturar a produção dessas famílias, para que elas possam também receber transferência de renda, mas sobretudo ter capacidade de produção e ter renda; a partir da sua produção, produzir alimentos para a sua família, a família desses agricultores, mas também produzir alimentos para o nosso País.

Então, essas são as grandes diretrizes aqui. Eu fico à disposição não só agora, mas eventualmente para voltar, para podermos detalhar e entrar em alguns mecanismos. O Dr. Gilson já salientou alguns deles, e eu não tenho tempo aqui para detalhar todos eles – estamos trabalhando bastante em relação a isso. E, mais uma vez, dizer da satisfação e da alegria de o nosso Ministério ter sido convidado para participar disso; e também da alegria minha, como filho de pequeno agricultor e filho de agricultor familiar, como Secretário Nacional de Agricultura Familiar, poder estar aqui no Senado Federal e discutir importantes medidas que teremos para a agricultura familiar no nosso Plano Safra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Laudemir André Muller, Secretário de Agricultura Familiar no Ministério de Desenvolvimento Agrário, quero passar a palavra ao Sr. Jenner Guimarães do Rêgo, Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO REGO – Bom dia a todos e a todas presentes. Bom dia, Senador. Queria agradecer pela oportunidade deste convite e dizer que o Ministério da Integração vê com muito bons olhos as iniciativas relacionadas à agricultura familiar sobretudo e que, da nossa parte, embora não tenhamos linhas de financiamento e recursos diretamente ligados ao segmento, exercemos, através dos fundos constitucionais de financiamento, uma atividade complementar ao financiamento dos produtores rurais em toda a Região Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Não teria neste momento muito a acrescentar em relação às propostas apresentadas, Gilson, mas me satisfaz muito, como funcionário de carreira do Banco do Nordeste, onde tive a oportunidade de trabalhar na área de crédito rural, perceber essa iniciativa como uma coisa muito importante devido à diversidade de normas expedidas diariamente, relacionadas à operacionalização do crédito rural.

Então, é muito bem-vinda uma medida como essa. Certamente, vai facilitar não só o trabalho nas agências bancárias, mas sobretudo o acesso dos produtores às linhas de crédito disponíveis. Gostaria de enfatizar que estamos disponíveis para participar e ajudar no enriquecimento desse debate, assim que os senhores entenderem como conveniente e oportuna a nossa participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Sr. Jenner Guimarães do Rêgo, de imediato, passando a palavra ao Sr. Gilson Bittencourt.

Ah, desculpe, a ordem foi invertida.

Passamos a palavra ao Sr. José Carlos Vaz, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que fala de imediato.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Bom dia a todos; nossos colegas de Mesa, Gilson, Jenner e Laudemir.

Queria saudar aqui meus ex-colegas de Banco do Brasil, Ives, Álvaro e Rabelo, que continuam sendo companheiros de trabalho e principalmente amigos que a gente terá sempre perto.

Algumas palavras sobre a safra 2010/2011. Ontem, foi divulgado pela Conab, pelo Ministro Wagner Rossi, o nono levantamento da safra, em que foi constatado um aumento diário em relação à safra anterior de 3,8% e um aumento da produção de 8,2% – uma produção de 161 milhões de toneladas, um novo recorde de produção brasileira, mas com grande destaque, que é o recorde de produtividade. Acho que esse é o grande destaque desse levantamento que foi anunciado. Acho importante compartilhar, registrar e transmitir aqui os cumprimentos aos produtores rurais brasileiros que conseguiram esse extraordinário resultado não só em volume, mas principalmente em produtividade.

O grande destaque é que essa produtividade não foi conseguida só porque o clima teve bom comportamento na safra que estamos colhendo, mas principalmente pela inclusão de tecnologia. Isso é uma consequência de quê? Dos trabalhos da Embrapa, dos trabalhos das fábricas produtoras de máquinas e implementos, do pessoal da extensão, da capacidade do produtor e da vontade de usar novas tecnologias, mas é resultado também de uma sequência de três a quatro anos, conforme a região, em que os produtores colheram melhores margens e puderam, com isso, capitalizar-se, reduzir endividamento e investir em tecnologia. Na atividade produtiva, é essencial que haja uma reposição na tecnologia mediante a modernização dos equipamentos e a continuidade da colocação das tecnologias que vão sendo desenvolvidas, sejam os manejos, sejam os produtos que devem ser colocados. Então, é um excelente resultado.

Observamos, no que se refere ao quadro de recursos, que também por conta desse quadro de dois ou três anos que, em geral, a agricultura e os produtores vêm tendo, a demanda foi atendida dentro das condições atualmente existentes na legislação do crédito rural, principalmente a demanda de custeio, que foi atendida satisfatoriamente. Há ajustes que podem ser feitos, há melhorias que podem ser feitas, mas ela foi atendida.

Observamos uma sobra de recursos nos programas de investimento que sinaliza a necessidade de ajuste no modelo operacional, que nós já estamos fazendo para o próximo plano de safra e, principalmente, um trabalho grande que precisa ser feito na divulgação e na capacitação dos técnicos que vão possibilitar a operacionalização desses programas. Há um compromisso forte do Governo e dos bancos operadores dos programas para que esses recursos fluam em maior volume no próximo plano de safra.

No geral, a safra que está sendo colhida apresenta boas margens para o produtor – estamos observando um quadro um pouco mais delicado para o arroz, cujo processo de comercialização está sob acompanhamento do Governo. Diversas medidas estão sendo colocadas em prática, e a nossa expectativa é que, ao longo dos próximos dias, essas medidas comecem a mostrar resultados na gestão dos preços.

O plano de safra 2011/2012, como o Gilson enfatizou, está sendo anunciado em três tempos. Primeiro, na semana passada, foi anunciada a alteração de preços mínimos e dos normativos de crédito para possibilitar aos bancos operadores fazerem os ajustes nos seus procedimentos operacionais, normativos e de sistema, de forma que, pelo quarto ano consecutivo, nós possamos ter o sistema bancário operando o crédito rural já no primeiro dia da safra, 1º de julho. Já havia sido assegurado que iríamos transmitir aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho extraordinário e pela coordenação que foi feita pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco Central e a integração com o Banco do Brasil, o BNDES, a Conab e a Embrapa. Então, pelo quarto ano consecutivo, em 1º de julho, os recursos já estarão disponíveis nas agências bancárias.

Num segundo momento, ainda este mês, teremos dois eventos, da agricultura empresarial e da agricultura familiar, quando a Presidenta da República anunciará os volumes de recursos previstos e os orientadores de estratégia e atuação do Governo com relação ao novo ano-safra.

Como o Gilson enfatizou, ao longo deste ano haverá o anúncio e depois a definição da data da vigência das medidas de simplificação do crédito rural, que foram dinâmica e intensamente perseguidas pela equipe do Gilson lá no Ministério da Fazenda e com a integração de todos – a gente tem de reconhecer a abnegação e a disposição de construção que foi feita pela equipe do Ministério da Fazenda, liderada pelo Gilson Bittencourt.

Dos principais ajustes normativos já divulgados, os principais destaques foram as alterações no teto para custeio para a maior parte dos produtos e produtores, houve alteração de valores para cima.

Estamos avaliando a questão da cadeia do milho – pode ser que a gente venha a fazer algum ajuste em relação a milho. Foram feitos ajustes nos tetos para investimento – o Gilson enfatizou isso –, alguns ajustes de taxa nos programas com recursos do BNDES.

Houve, em geral, uma redução de taxa e aumento de volume a taxas controladas, com destaque para os médios agricultores. Estou falando da agricultura empresarial. A agricultura familiar, o Valdemir já falou, teve um excelente avanço com relação a esse aspecto. Foram criadas duas linhas que norteiam o processo de modernização da agricultura, que é o financiamento de matrizes e reprodutores e financiamento de canaviais para os fornecedores independentes de pequeno e médio porte.

O plano vem com uma ênfase muito forte na sustentabilidade, o carro-chefe é o ABC, mas existem outras linhas de crédito. Alguns dos itens financiáveis tiveram redução de encargos. Temos um bom volume de recursos para esses programas. Estamos trabalhando fortemente a divulgação do programa para os produtores e a capacitação das pessoas, dos técnicos que vão elaborar os projetos. Estamos com um trabalho muito forte com o BNDES, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil visando a otimizar o processo operacional, de forma que vemos com bastante expectativa positiva o crescimento do desembolso de recursos de investimento nesse novo plano de safra.

Os recursos serão anunciados pela Presidente da República, mas desde já podemos dizer que é um plano pragmático, suficiente e adequado e reconhece a agilidade do Ministério da Fazenda em assegurar os recursos suficientes para tal. São recursos pragmáticos e adequados por conta da continuidade do contexto de boas margens, capitalização, redução de endividamento e investimento em tecnologia, que nós projetamos que os produtores terão na safra que será plantada. Isso em geral, algumas cadeias terão que ser gerenciadas e adequadas. Projetamos que a safra 2011/2012 terá um terceiro e um quarto ano positivos, conforme a região, em termos de geração de margens positivas para os produtores, gerando todos os benefícios daí decorrentes.

Os preços mínimos, em sua maioria, foram mantidos, ou tiveram alguns ajustes para mais. Fizemos apenas ajustes técnicos no feijão e no milho de Mato Grosso e de Rondônia. Embora, possivelmente o milho deverá fugir ao preço mínimo, a rentabilidade do produtor não deverá suscitar muita necessidade de proteção via preço mínimo para o produtor.

Temos recursos suficientes para apoio à comercialização com os programas da Conab, tanto a comercialização da safra 2010/2011 como da safra 2011/2012. Mas o cenário indica a possibilidade de utilizarmos recursos que originalmente seriam utilizados para equalização de juros, eventualmente para equalização de preços ou garantia de preços. Eventualmente, poderão ser utilizados para permitir que façamos uma expansão um pouco mais intensa e agressiva ao subsídio do seguro agrícola, ou para buscarmos novos instrumentos em comercialização, garantia de renda ou proteção contra intempéries.

Temos recursos suficientes para continuidade da expansão do seguro agrícola nos moldes como vem vindo. A grande novidade será um seguro agrícola acoplado com garantia de renda, que começará a ser operado pela seguradora do Banco do Brasil. O seguro agrícola depende de ajustes nas questões orçamentária e de fundo de catástrofe. É essencial que as lideranças contribuam para esse processo. Mas ele depende principalmente de uma mudança cultural do produtor rural. É preciso que conversemos bastante com os produtores e mostremos os benefícios de uma continuada utilização do seguro agrícola, inclusive para recursos próprios. Ele precisa também do desenvolvimento de uma infraestrutra. As seguradoras precisam montar estruturas próprias, as resseguradoras precisam contar com base de dados estatística bastante robusta sobre os riscos, sobre o histórico da atividade produtiva no Brasil.

Nós temos dado saltos bastante significativos no seguro agrícola, mas realmente o potencial a ser feito é enorme e é um dos grandes desafios para os gestores de política agrícola, sejam gestores privados, sejam gestores políticos, sejam gestores técnicos e do Poder Executivo. É um dos grandes desafios na gestão da política agrícola brasileira.

Para a nova safra, os nossos pontos de atenção neste momento têm a ver com a questão do quadro de suprimento de milho – e estamos começando a fazer uma discussão no Governo e ver se há necessidade de já fazer algum ajuste nos próximos meses com relação a isso –, a questão da elevação dos custos de insumos, que é uma realidade, que, por enquanto, nós projetamos que não prejudicarão a ocorrência de imagens positivas para a maior parte das cadeias produtivas, mas está sob acompanhamento, e a questão do comércio internacional de aves e suínos, que pode ter repercussões na cadeia de milho.

Em síntese, nós esperamos um ano-safra com um excelente resultado... Bom, estamos colhendo um ano-safra, 2010 e 2011, com excelentes resultados, ressalvadas algumas cadeias produtivas, entendemos que esses bons momentos continuarão na safra 2011/2012, mas, como a gente já percebe alguns elementos tradicionais do comportamento cíclico da renda da agricultura, como, por exemplo, a elevação do custo dos insumos e como, por exemplo, também um descompasso entre a demanda por compra de máquinas e a capacidade de entrega dessas máquinas, que são elementos que sinalizam a possibilidade

de ocorrência de eventos cíclicos na agricultura, seria bastante oportuno que Governo, lideranças setoriais, produtores e lideranças políticas aproveitassem este ano agrícola que estamos começando para fazer alguma reflexão sobre ajustes no modelo de gestão da política agrícola. E isso o nosso Ministro Wagner Rossi está bastante convicto da necessidade de fazer essa discussão, incumbiu a Secretaria de Política Agrícola de procurar todos os entes da sociedade para fazer esse diálogo e essa construção no sentido de a gente construir uma política agrícola plurianual, uma política agrícola declarada, com premissas pré-definidas, paramecanizada, efetiva e tempestiva, menos reativa e mais antecipando os problemas e as soluções.

Era isso que nós queríamos transmitir aos senhores. Estamos á disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, José Carlos, pela sua presença aqui conosco.

Convido o Dr. Ives Cezar Fulber para fazer parte da Mesa representando o Banco do Brasil. Ele é Diretor de Agronegócios, na ausência do nosso Senador, Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas.

Pela ordem de inscrição dos Senadores para debater, com a palavra o Senador Moka.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho preferência.

Ele é um conhecedor do Regimento e, mais do que tudo, é um cavalheiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora, isso acontece quando a gente sai e volta... A senhora me perdoe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa matéria eu tenho que ver.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer, Presidente. Mesmo não tendo assistido aqui, por favor, transmita ao Osmar Dias os cumprimentos porque a exposição dele foi muito competente. Como ele está ausente, por isso eu o faço. Foi competente como a dos demais.

No caso da agricultura familiar – começo pelo Laudemir –, nós fizemos aqui, nesta Comissão, um debate e eu fui provocada pelos movimentos sociais – Via Campesina, MPA, Fetag, MST – a respeito do endividamento do setor. É a agricultura familiar, porque o quadro que V. Exª mostrou aqui não é bem o da realidade local.

A dívida, hoje, da agricultura familiar é de R$30 bilhões, considerando vencidas e vincendas. Em curto prazo, R$8 bilhões. Eles tentaram uma renegociação dessas dívidas. Estão muito preocupados também com um problema sério, porque começam a vencer agora aqueles prazos de carência daqueles financiamentos de investimento para custeio do Mais Alimentos e máquinas agrícolas. Foi bom para o setor, porque são máquinas de pequeno porte, o que ativou muito a economia em relação a essa matéria.

Então, eu queria essa questão especificamente para o senhor.

Para o Dr. José Carlos Vaz, o senhor mencionou a questão relacionada aos problemas da comercialização do arroz.

Bom, é desnecessário dizer porque eu tenho batido muito nessa questão, e o senhor e o Dr. Gilson têm, no âmbito do Ministério da Fazenda e da Agricultura, tratado muito dessa questão. Então, eu queria ver o que isso sinaliza. Para isso, nós estamos, desde fevereiro, tratando ora com o Ministério da Agricultura, ora com o Ministério da Fazenda. Estivemos com o ex-Ministro Palocci, na quarta-feira, e ele admitiu, até porque foi solicitada uma subvenção, porque já foi aplicado esse instrumento, em tempos passados, até na gestão de Palocci na Fazenda, com os produtores de cana... Então, se seria o caso agora.

O Dr. Gilson mencionou a questão do comprometimento, dentro desse novo Manual de Crédito Rural, da necessidade de comprovação de que o financiamento para indústria está, digamos, associado à obrigação de que a indústria pague ao produtor o preço mínimo. Hoje, existe um mecanismo semelhante. Só que esse critério não é cumprido. O produtor é submetido a uma imposição do preço que a indústria determina. Então, como vai funcionar, se dá para acreditar que vai funcionar.

Numa outra questão do Dr. José Carlos, nós aqui também, na discussão que tivemos, tem um problema sério dentro desse novo Manual de financiamento para estocagem.

Ora, a demora da Conab para fazer o credenciamento de armazéns tem provocado também um problema sério até no caso do arroz. Não há lugar disponível para guardar, para esperar uma melhora da condição de safra.

Essas são as questões iniciais que eu tenho para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, sim, então, com a palavra o Senador Moka, pela inscrição que está aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, eu vou começar, Sr. Presidente, falando ao Laudemir.

Laudemir, do jeito que você falou aqui, com seu entusiasmo – você fala sorrindo –, dá a impressão de que a agricultura familiar é a sétima maravilha do mudo. Não é o que a gente encontra.

Eu quero dizer para você o seguinte: eu atuo muito mais na agricultura, vamos dizer assim, de escala. Mas, com a ausência, em Mato Grosso do Sul, do Deputado João Grandão, eu comecei a acompanhar e a ajudar a agricultura familiar e tenho o compromisso, neste mandato como Senador, de ajudar muito mais, o que vou fazer. Eles sabem que é um estilo meio pragmático mesmo, na conversa.

Acho, por exemplo, que... Nessa questão da extensão rural, você falou que se avançou. Um milhão e meio, mas em cinco milhões de famílias...! Eu não vejo, em Mato Grosso do Sul, não vejo essa extensão rural. E eu acho que, com pequenos agricultores sem orientação técnica, ela não vai funcionar. Esse acúmulo de dívida é, em parte, um pouco disso. Você tem que dar o recurso, mas ele vai ter que retornar esse dinheiro. Se ele não tiver uma orientação, essas coisas vão ficando difíceis. Vai acumulando e vai chegar uma hora em que...

Então, eu diria que, de tudo que ouvi aqui, eu acho que essa questão da extensão rural é fundamental. Nós já tivemos, no País, uma extensão rural muito mais técnica. Aí, de repente, foi desestruturando. Eu quero reconhecer que, nos últimos anos, houve um esforço. Inclusive, eu participei, fui um dos que mais ajudaram na aprovação daquele projeto de lei que deu à extensão rural uma outra...

Não é crítica, mas quero dizer para focarem isso, porque isso é fundamental, essa questão. É uma colocação.

Em relação ao José Carlos, que está chegando lá agora...

Uma coisa que eu acho impraticável, Sr. Presidente, é essa coisa do Plano Safra. Nós temos que parar com isso. Nós temos que ter uma política nacional de agricultura. Tem que ter.

Eu até quero saber de vocês, porque a gente havia discutido, tinha uma discussão com a CNA, o Ministério da Agricultura.

Gilson, você participou disso.

Eu queria saber em que nível está isso, se avançou muito. De repente a gente parou... Eu, pelo menos, não tenho mais notícia disso. E é fundamental para o agricultor que ele tenha uma política de médio e longo prazo. "Olha o que vai acontecer nos próximos dez anos..." Isso é fundamental. Não estou dizendo que não tenha que ter o Plano Safra, mas o Plano Safra não pode substituir uma política... Não pode ser assim. Essas coisas nós vamos ter... E eu acho... Daqui a pouco anuncia um Plano Safra, o pessoal vem para cá, nós debatemos essas coisas...

Então, nas Comissões de Agricultura, tanto na Câmara como no Senado, eu não sei se seria intromissão do Poder Legislativo, Presidente, mas eu acho que a gente teria contribuições a dar nessas questões. Por isso que eu insisto que a gente tem que ter uma política mais duradoura, alguma coisa que sinalize para os próximos dez anos, eu diria. Só isso.

Eu vejo esforço nessa questão do seguro rural. Eu sou um daqueles que diz: ninguém aguenta mais discutir renegociação de dívidas. Gilson foi um grande parceiro nisso. As pessoas falam isso. O próprio Ministro Mantega, eu quero reconhecer aqui. O pessoal fala... Com o setor, o Ministro sempre recebeu, ouviu, o que ele pode fazer, ele fez. Eu tenho as melhores impressões do Ministro Mantega em relação ao setor produtivo. É claro que precisa... O pessoal critica, mas ele sempre foi muito receptivo, e o Gilson sempre foi uma pessoa que ouviu, conversou. Claro que a gente sempre precisa de mais, e o cobertor é curto.

Mas essa questão do seguro, temos que mudar exatamente essa questão. Temos que parar de falar de renegociação. O que entra no lugar da renegociação? É cobertura. É um seguro, realmente. Porque na hora que tiver qualquer frustração de safra, nós vamos ter um seguro que vai cobrir aquilo. Isso é fundamental. Tem um crédito. Agora, os seguros que temos aí são seguros para os bancos. É o dinheiro dos bancos que tem seguro, o produtor não tem.

Agora, eu acho que está sendo um esforço. Discutimos isso, avançamos. Eu fico feliz por você estar lá agora, você conhece muito essa questão de crédito, de banco. Enfim, acho que isso é um avanço.

Mas queria ouvir – você falou, não sei se é possível dizer: este ano, o que vamos ter realmente de recurso, com que o produtor vai poder contar? Porque nossa questão é subsídio mesmo. Não adianta achar que um produtor rural, sobretudo o médio produtor, vai ter recurso para pagar o prêmio do seguro. É esse que emperra. Na hora que você coloca para o produtor "o custo do seu seguro é tanto", ele deixa de fazer, Presidente. Então, essas coisas, eu gostaria de ouvir um pouco mais aqui de vocês, se for possível.

E digo ao Gilson: fiquei muito entusiasmado com as simplificações. Isso é fundamental, aquela questão de você colocar um valor, um teto, em que o produtor vai dizer: "eu quero para soja, para milho". Isso é fundamental. Acho que isso é muito bom. Quer dizer, cada produtor vai ter um limite e ele vai dizer onde ele vai querer. Isso é fundamental. O que acontece na prática? O produtor pega um crédito – você sabe disso – aí a mulher tem outro CPF, faz uma outra, e começa

aquela coisa. Acho que desse jeito vamos realmente fazer algo que tem muito mais a ver com a nossa realidade. Tenho certeza que isso vai... Claro que o limite poderia ser maior, mas aí vamos esbarrar numa coisa que é a limitação do dinheiro disponível, do recurso disponível para fazer isso.

Tenho uma dúvida que quero externar aqui para você. Você falou em aprovar isso através do Banco Central, por resolução, o Manual do Crédito, mas, do jeito que está aí, tenho minhas dúvidas se isso não vai ter que passar pelo Congresso Nacional. É uma dúvida que eu acho que... E se pudesse e passasse, Gilson, vou dizer: poderia até demorar, mas acho que aqui, num combinado aqui, poderíamos dar grande contribuição nisso e teríamos uma coisa que teria a chancela, realmente, do Congresso Nacional, porque isso daí, Presidente, o Manual do Crédito – o Gilson sabe disso – é a vida do produtor nessa área de crédito, de financiamento. É fundamental.

Se não precisar, se não tiver essa limitação, vai ser o Banco Central, mas aí eu queria assegurar uma discussão, Presidente, talvez com um grupo mesmo. Aí não adianta também fazer numa multidão porque essas coisas são bastante técnicas. Mas nós gostaríamos, eu, pelo menos, gostaria de discutir mais pontualmente essas questões aí, porque acho que tem alguns pontos que vocês já abordaram, estão colocando da forma mais prática possível – e eu realmente parabenizo porque essa experiência que se acumulou aí está beneficiando... Quer dizer, você, mais do que ninguém, conhece o que emperra, na prática, essas questões todas.

Sr. Presidente, vou parar por aqui para não me estender muito. Ficam essas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka. V. Exª coloca com muita propriedade esse assunto. Já de outras vezes falamos sobre o seguro da produção, no sentido até de que fosse embutido no financiamento para que fosse diluído no preço, para que não haja um lucro com a venda do seguro, mas, sim, o apoio ao nosso produtor rural.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente Acir e senhores convidados, senti as colocações da Senadora Ana Amélia, como autora dessa audiência pública, e quero subscrevê-las. Inclusive, em relação ao arroz, que ela aqui mencionou, e o preço mínimo, temos participado também com ela. O Rio Grande do Sul vive um drama e, por extensão, também Santa Catarina. Há um preço mínimo do arroz, mas o que se alega – e aí levanto as questões, o José Carlos falou em preço mínimo, e acho que a Fazenda também tem participado nisso, e o Gilson é que a representa – é que o preço mínimo do arroz parece que não está sendo cumprido, tanto é que nós, naquela audiência pública com o ex-Ministro Palocci... E a ideia da Fazenda – agora estão tratando até com o Ministro Mantega, inclusive, e aí acho que entra na área do Gilson – é de haver pelo menos uma parte para que os produtores não fiquem com esse prejuízo. Parece que o preço mínimo está em torno de 24 ou 25 para o arroz e, no mercado, está em torno de 18 ou 19. O custo, dizem que já é um pouco mais do que isso. Mas estão no prejuízo. Parece que o preço mínimo não está sendo cumprido. Se é possível essa diferença que está no mercado... Quer dizer, na prática, parece que se sente muito isso.

E arroz é uma coisa que... O arroz com feijão, no Brasil, é um cardápio... Se não dá para dar essa segurança, fica difícil. E, em Santa Catarina, a maioria absoluta é de pequenos produtores de arroz. Não é extensivo, são pequenos produtores de arroz. É intensa essa questão, é bom vermos isso com muito afinco.

Outra parte ali, e o Moka coloca com muita preocupação, é essa situação do seguro. O seguro é uma garantia.

Em relação ao Muller, também fiquei entusiasmado. Senti que a coisa de consorciar, a agricultura familiar... Se isso funcionar, Muller, na prática, vamos tirar o chapéu, porque isso vai ser... O que vai ajudar? Eu escutava no caminho, não peguei toda a parte de manhã, estava no começo fora, mas ouvi no rádio, até falei, quando o Senador Osmar Dias estava... Parece que 47% dos 16 ou 17 milhões de brasileiros na pobreza ficam no meio rural. Esse projeto, Muller, da agricultura familiar vai ajudar muito a diminuir a pobreza. Vai ajudar muito isso. Isso é fundamental se funcionar, ainda mais com os seguros que existem, os vários tipos de seguro da agricultura familiar.

Hoje, por exemplo, nós temos o biodiesel no Brasil. E 80% do biodiesel é feito da *commodity* de soja, praticamente, que é extensiva. E aí, hoje, temos o biodiesel B5, em que 5% é misturado no diesel, e a ideia é subir do B5 para o B10, o B12, o B15, porque isso ajuda muito na despoluição, principalmente das grandes cidades. Usar o biodiesel é fundamental. E aí eu acho que está no seu campo motivar na agricultura familiar a produção da matéria prima para o biodiesel. Acho que diversifica a agricultura familiar, diversifica, mas vê os produtos que entram ali também para ajudar na matéria-prima para a produção do biodiesel, pinhão-manso, o girassol, canola, enfim, todos esses. Eu acho que tem de fomentar isso e fazer com que, com assistência técnica, possamos aumentar a matéria-prima no fabrico do diesel com esses produtos.

Isso segura a pessoa na agricultura familiar e ajuda a fazer com que possamos aumentar, melhorar do B5 para o B10. Hoje, a indústria nacional já tem condições de agregar mais ao diesel o biodiesel. Acho que isso é fundamental.

Nesse consórcio todo, com insistência, essa sua área vai responder muito para diminuirmos a pobreza no meio rural e fazer com que a pessoa fique lá, se sinta bem, respire, tenha um bom ganho. O que temos de mudar? Fazer com que as pessoas que foram para os centros urbanos, os aglomerados, com aquela coisa toda, com o problema de infraestrutura nos grandes centros, sintam certa inveja, no bom sentido, daquele que vive no meio rural. Se isso acontecer, você está salvo. Aliás, isso é bom para o Brasil, sem dúvida alguma. Vamos ajudar a diminuir a pobreza no meio rural e fazer com que as pessoas que queiram sair do meio e ir para os centros urbanos se sintam bem ali e com que a pessoa que foi queira até voltar. Seria fantástico isso.

São os comentários que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra agora o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Sr. Presidente, cumprimento-o por esta reunião – V. Exª tem realmente dado uma importância grande à área agrícola com as reuniões que aqui têm feito – e cumprimento os Senadores.

Sou produtor rural de pouco tempo – cinco anos, não mais que isso.

Não sei se eu posso fazer questionamentos. Poderia?

(Interferências fora do microfone.)

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Então, eu faria um questionamento ao Dr. Gilson e ao Dr. José Carlos, mais para orientação e para sabermos como dar sequência a essas demandas que chegam a nós.

Sou produtor de café do sul de Minas. É uma área de grande produção. O Brasil produz metade do que se consome no mundo, mais ou menos por aí, e Minas produz metade do que o Brasil produz. Em termos diretos, seria mais ou menos isso. O sul de Minas produz um café de alta qualidade.

Dr. Gilson, o que temos ouvido de uma parte dos fazendeiros, principalmente aqueles da área de Três Pontas, Boa Esperança, Varginha, é que há um passivo muito elevado com relação ao café, com relação ao Funcafé, com relação a alguns financiamentos privados. Alguns fazendeiros tiveram de fazer financiamento de refinanciamento. Para uma parte desse segmento, o aumento do preço, que realmente está excepcional perto do que existiu nos últimos dez anos, não tem sido suficiente para resolver as questões desse grupo que se endividou por algum motivo. No café, por ser uma cultura tradicional, que vem de pai para filhos, sabemos que nem todos têm a mesma forma de atuar com suas fazendas. Sabemos que uma parte, mais ligada a Guaxupé, àquela região ali, é totalmente contra qualquer tipo de refinanciamento, pois são muito ligados aos exportadores e os exportadores têm outra visão do produtor de café. Eu acho que é uma situação que precisa ser avaliada. Sempre que eles veem as lideranças do café, naquela parte de Varginha, de Boa Esperança e de Três Pontas, eles vêm sempre colocando uma posição contrária da área econômica do Governo com relação ao refinanciamento dessas dívidas, principalmente incluindo as dívidas privadas, dos bancos privados também, mostrando sempre uma dificuldade. É claro que o refinanciamento também teria de ser coisa de quinze anos. Em cinco anos, como se tem feito, ou com alguns tipos de liberação que têm sido feitos, não tem sido suficiente para esse grupo. Sabemos que tem ocorrido, constantemente, perda de fazendas, porque o pessoal está chegando a um ponto em que não consegue pagar essas dívidas. Precisa-se realmente discutir uma situação mais excepcional.

Então, para o Dr. Gilson, eu colocaria isso como um questionamento. Depois, se possível, poderíamos dar sequência em outras reuniões com essas lideranças. Fizemos uma tentativa em janeiro, fevereiro, num contato, mas tivemos um pouco de dificuldade. Talvez fosse porque eu estava iniciando no Senado. Então, precisamos ver como dar sequência, se não forem suficientes as respostas.

Com o Dr. José Carlos, na questão com o Ministério da Agricultura, eu diria o seguinte: a Alemanha – pelo menos é o que eles me falam, pois eu sou muito recente na produção de café – não produz um pé de café e é o maior exportador de café pronto do mundo. Não é verdade? Parece que é essa a colocação. Os Estados Unidos investiram fortemente na Colômbia, para a substituição da coca pelo café na Colômbia. Hoje, toma-se café do Brasil no mundo inteiro e se fala que é colombiano. Então, o que o Ministério da Agricultura pode fazer nesse sentido? Como se agrega valor ao café? Como é que o Ministério pode ter uma política nesse sentido? Eu tenho impressão de que é uma questão que precisamos retomar. Como um país que produz metade do café que se consome no mundo e não exporta nem 5% do café pronto? Nós exportamos o café verde. Assim, estamos perdendo valor. É uma grande *commodity* para o Brasil, principalmente para Minas Gerais, com uma exportação bastante elevada, que ajuda muito a balança comercial, mas que pode

ser muito mais potencializada se agregarmos valor a esse café. Então, eu perguntaria ao Ministério da Agricultura o que se pensa a respeito do café.

Chega-se a falar até na recriação do IBC. Já têm grupos de fazendeiros trabalhando nessa ideia. Sabemos dos erros que o IBC cometeu no passado, mas tanto quanto a Sudam e a Sudene, que foram recriadas, porque se chegaram à conclusão de que eram necessárias. Talvez fosse um caminho criar o IBC ou uma empresa brasileira do café, para levar a marca café do Brasil ao exterior, para fazer um marketing e começar realmente a agregar valor. Se nós exportamos um X valor, se agregarmos, vamos exportar três vezes mais em termos de balança comercial. Principalmente neste momento em que o Brasil precisa, é uma *commodity* que pode ser bastante valorizada.

Então, seriam esses dois questionamentos. Ao mesmo tempo, faço um apelo para que pudéssemos dar sequência – eu estou muito recente no Senado ainda – com as lideranças do sul de Minas, principalmente, que é o meu Estado e eu tenho obrigações com eles, para procurarmos solução nesse sentido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, Senadores e Senadoras, recebi uma ligação para que possamos ou não confirmar uma audiência pública em conjunto para receber a Ministra Izabella, para a próxima terça-feira, às oito e meia da manhã. Eu consulto os meus pares...

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Terça-feira próxima, às oito e meia da manhã. Essa reunião estava previamente agendada para a próxima quinta-feira, mas, na quinta-feira, teremos um debate sobre um tema com cinco comissões que já está marcado e a Comissão de Meio Ambiente será uma dessas cinco comissões. Portanto, não será possível fazermos essa reunião na quinta-feira e me pediram para que a antecipássemos para terça-feira. Portanto, consulto V. Exªs para saber se eu posso confirmar ou não. Tenho um prazo até meio-dia para confirmar com a Ministra, porque, senão, ela fará outra agenda. Na quarta-feira, entende-se que vamos competir com CCJ. Então, sobraria a terça-feira livre, às oito e meia. Consulto V. Exªs.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Essa audiência será só da Agricultura ou será em sintonia com a...?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, conjunta com a de Meio Ambiente. Serão a Comissão de Meio Ambiente e a nossa Comissão de Agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que... Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não teria dificuldades, mas acho que é uma condição a presença do relator da Comissão de Agricultura...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já está confirmada a presença.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Luiz Henrique. Se ele teria condição de participar, porque acho fundamental que ele participe dessa discussão com a Ministra do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aliás, já foi transferida de hoje para a próxima semana exatamente a pedido do nosso Relator Luiz Henrique. Foi atendendo a um pedido dele que foi feita essa transferência, porque ele não poderia estar, por ter um compromisso em Joinvile, ao qual não poderia faltar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da minha parte, OK.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, foi marcado, junto com ele, previamente, terça, quarta ou quinta. Inicialmente, deixamos certo, no Ministério, ontem, para quinta-feira, mas, quando chegamos aqui, soubemos dessa reunião de cinco comissões para debater a questão do cooperativismo... Não me recordo qual é o tema. Não é cooperativismo, senão, estaríamos juntos também. Não é esse tema, mas é um tema importante.

Consulto a Senadora Ana Amélia se pode ser...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Clésio, pode ser na terça-feira, então?

Na terça-feira, então, faremos a reunião às oito e meia da manhã, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, apenas, já que se mencionou a questão do Código Florestal...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...e não foi tocado aqui, pergunto ao Dr. Gilson e, especialmente, ao Dr. José Carlos Vaz se, nesse novo manual – no dia 11 vence o prazo, e é claro que o Governo vai ter

que prorrogá-lo, porque o Senado não apreciou ainda a matéria –, as instituições financeiras vão continuar obedecendo aos critérios na concessão do crédito e às exigências que vêm sendo feitas até agora. Pergunto se vai haver alguma modificação, alguma alteração.

E há outra coisinha apenas, porque o nosso Senador Casildo Maldaner... Em todos os relatos, a gente vê que o Banco do Brasil tem a concentração, até por vocação histórica do crédito rural.

Apresentei um projeto de lei – a inspiração foi de uma Senadora do Mato Grosso, Senadora Serys Slhessarenko –, permitindo que as cooperativas de crédito, que hoje são muito bem fiscalizadas pelo Banco Central, tivessem acesso a recursos do FAT para repassar à produção rural. O projeto foi relatado e aprovado pelo Senador Casildo, na Comissão de Assuntos Econômicos, incluindo, por iniciativa da Senadora Marisa Serrano, os bancos regionais e bancos oficiais de crédito para terem acesso também a esse recurso. Mas houve um pedido de vistas na CAE sob o argumento de que cooperativa de crédito é ente privado e não teria acesso.

Então, eu queria ouvir uma palavra dos especialistas sobre isso para saber como veem especialmente o Banco do Brasil, porque não vai concorrer com o Banco do Brasil uma cooperativa de crédito hoje bem fiscalizada pelo Banco Central.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Eu quero aqui reforçar, antes de lhe passar a palavra, Gilson, essa questão do seguro da produção – nós já conversamos sobre esse assunto, que foi abordado aqui pelo nosso Senador Moka – e reforçar também a colocação da Senadora Ana Amélia com relação ao preço mínimo dos produtores. Esse é um tema importantíssimo não só para a questão do trigo, do arroz, mas para todos os produtos, inclusive do leite, que é um assunto que nós debatemos muito. Eu acredito que não haja preço mínimo do leite ainda. Há? Então, quero só reforçar a colocação da Senadora Ana Amélia.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Para a agricultura familiar e para a pecuária, isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Também quero dizer aqui que o biodiesel nasceu para fortalecer a agricultura familiar, Laudemir, só que isso não funcionou. A agricultura familiar... A questão da produção de..

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A produção da matéria-prima para o biodiesel, através da agricultura familiar, não funciona, não funcionou ainda nem teve o avanço esperado pelo Governo. Eu não vejo isso em nenhum canto do País por onde tenho andado. Realmente, é uma dificuldade talvez da matéria-prima ou – batemos sempre nesta tecla – da falta de assistência técnica ao nosso produtor rural. Não adianta colocar o agricultor no campo e dar até crédito a ele, se não houver assistência técnica. Tem que haver uma vinculação. Trata-se de um programa de produção agrícola. É evidente que o que nós falamos aqui sobre a produção agrícola ou sobre o programa de produção agrícola, a longo prazo, é muito importante.

Vamos fazer coro com V. Exª, Senador Moka, porque já falamos sobre esse assunto aqui – o José Carlos já esteve conosco em outra audiência e o Gilson também –, mas entendemos que é imprescindível o Brasil ter um planejamento a médio e longo prazo com relação à agricultura brasileira. Aliás, eu diria que essa é uma meta nossa a ser conquistada nesta Comissão. Entendo que essa é uma das contribuições que nós podemos dar ao Governo brasileiro, não apenas exigindo que haja uma política agrícola a longo prazo, mas participando dela naquilo que competir ao Senado e contribuindo com o que realmente pudermos, para que haja uma política agrícola a longo prazo. Nós temos realmente que debater este assunto: política agrícola, política ambiental. Quer dizer, tem que haver um envolvimento para que isso realmente aconteça.

Concedo a palavra ao Dr. Gilson para fazer as suas considerações.

Muito obrigado, Dr. Gilson.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. GILSON BITTENCOURT – ... realmente, cada uma das questões, até para dar tempo de todo mundo participar.

Primeiro, Senador Moka, a questão sobre Conselho Monetário ou Senado. Na prática, um dos motivos, inclusive, da tentativa de revisão é diminuir o número de votos. Por quê? Porque a gente quer as normas sejam mais permanentes e que não seja preciso esperar um conselho se reunir para aprovar uma medida que, muitas vezes, tem urgência.

A base para tudo que a gente está fazendo é o arcabouço legal. A gente está usando a lei – somos obrigados a fazer isso, temos que fazer isso. Então, a gente está usando um conjunto de leis que rege o crédito rural e, com base nisso, a gente faz o MCR. Trazer isso para uma legislação, na prática, engessaria ainda mais o processo, e a gente teria ainda mais dificuldade, porque muitas das normas do MCR tratam de quanto

vai haver de recurso equalizado, de quais vão ser as atividades financiadas, dos limites de crédito que são muito variáveis de um período para outro, da distribuição de recursos por fonte, o que varia muito de ano para ano. Então, é necessária uma agilidade, muitas vezes, de um mês para outro, e o Conselho Monetário acaba conseguindo fazer isso. Mesmo assim, a gente quer reduzir, exatamente para deixar essas questões mais permanentes.

Podemos voltar a sentar e a discutir as propostas que estão sendo efetuadas junto com o Senado – não vejo problema algum nisso – e podemos aprofundar o assunto. Inclusive a nossa tese é de talvez aprovar no CMN, dando um prazo longo de início de vigência, o que tornaria pública efetivamente a norma, e a gente poderia até, nesse meio tempo, se fosse necessário, fazer alguma adaptação. Tudo que a gente está fazendo é baseado no processo da lei. Então, estamos à disposição em relação a isso.

Segundo, concordo plenamente com o senhor, e, de certa forma, nós já estamos caminhando para o fim do Plano Safra Anual. No passado, cada Plano Safra era quase que reinventar a roda. Se a gente analisar os últimos cinco anos ou, mais recentemente, talvez os últimos três anos, as nossas mudanças são muito mais pontuais, e, cada vez mais, o Plano Safra deixa de ser uma alteração geral. Concordo com o fato de que precisamos de um plano de safra, não sei se para dez anos – acho muito –, mas talvez para cinco, realizando, a cada ano, pequenos ajustes. Mas, no passado, sempre havia muita briga mais pela taxa de juros, etc. Essas coisas foram se consolidando, e, hoje, o Plano Safra... Na prática, são detalhes. As coisas estão se tornando mais permanentes, e o ideal – acho que a gente já está trabalhando para isso, concordando plenamente com o senhor – é que a gente estabeleça: "Nos próximos cinco anos, nós vamos ter esse plano; os recursos vão aumentar 10% ao ano – estou chutando; vamos trabalhar com isso; o Governo, a cada ano, que se vire para tentar misturar as fontes e garantir isso; os preços vão ser esses e poderão sofrer uma alteração – como ocorre nos Estados Unidos – para mais dez ou menos dez a cada ano, dependendo da conjuntura, mas vão ser esses para os próximos cinco anos". Temos que caminhar para isso, e acho que estamos, pela prática, chegando lá, mas vamos ter que chegar, porque não dá efetivamente para fazermos isso a cada ano. Então, concordo com o senhor.

Efetivamente, as cooperativas de crédito, hoje, já disputam com o Banco do Brasil, o que é ótimo. Hoje, o Plano Safra, que a gente está discutindo – eu estava ontem discutindo com o Tesouro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas aplicam o dinheiro que é uma reserva da poupança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILSON BITTENCOURT – É isso que vou comentar.

Hoje, Senadora, efetivamente, dos cento e tantos bilhões do total do Plano Safra, nós não vamos ter mais do que R$300 milhões de recursos do FAT. O FAT, até cinco anos atrás, era praticamente o principal responsável pelos recursos da agricultura familiar e por uma parte importante de investimento da agricultura empresarial.

Pela própria dinâmica da nossa economia, hoje, para obter a maior parte dos recursos do FAT que vão para o BNDES, as cooperativas já acessam diretamente o Banco. O Banco do Brasil, que era o principal aplicador, já não é mais; não tem mais. Dos R$120 bilhões mais ou menos, R$300 milhões são para o FAT. As cooperativas cresceram. Hoje, o Plano Safra deve ficar, só na agricultura familiar, em torno de R$1 bilhão: R$917 milhões vão ser só de recursos das cooperativas de crédito por intermédio dos dois bancos cooperativos, sem contar as cooperativas que trabalham com repasse de recursos do Banco do Brasil.

Eu acredito que, hoje, na agricultura familiar, algo em torno de quase 20% do crédito já é operado pela agricultura familiar. Na agricultura empresarial, eu diria que é algo em torno de 5% a 10% e crescendo – e nós queremos que cresça ainda mais.

No nosso entender, hoje, não é o FAT. Essa é uma briga que talvez não nos traga nenhum resultado de imediato. O mais importante está sendo equalizar os recursos da poupança, que hoje estão disponíveis para eles. E a gente equaliza para dar rentabilidade para a poupança desses bancos cooperativos, ao mesmo tempo em que viabiliza o *spread* para os bancos. Então, a gente quer que cresça, sim, a participação das cooperativas.

Em relação à parte orçamentária, se se mudar a lei resolve, mas há uma lei que diz que, quando o recurso é orçamentário, só pode ser operado por...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por instituição oficial.

O SR. GILSON BITTENCOURT – ...diretamente por instituição. Ele pega via BNDES, mas, aí, você tem uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas aí fica mais caro. Fica mais caro no repasse e, aí, tem de pagar uma taxa maior.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Mas hoje, como boa parte desses recursos são do próprio BNDES, estamos criando, este ano, uma alternativa. Talvez, no

futuro, a gente possa trabalhar isso também. No caso de custeio, a gente já equaliza direto. Este ano, além do recurso do BNDES para investimento, nós estamos equalizando uma parte diretamente para o Banco do Brasil, com recurso da poupança. Ainda é banco público federal, mas já é uma tentativa de ir diminuindo esses intermediários.

Em relação ao endividamento, acho que o Laudemir pode colocar mais, mas aqui é importante citar que, na agricultura familiar, principalmente nos Estados do Sul, a gente vai pegar o Rio Grande do Sul onde temos, no histórico da agricultura familiar, cerca de 30 mil contratos inadimplentes em um total em torno de 7 milhões de contratos realizados nesses últimos 10 anos no Pronaf. Em Santa Catarina, são menos de 20 mil num total de quase 3 milhões de contratos. Então, o que efetivamente a gente tem é todo um esquema de garantia de preço vinculado ao financiamento.

No caso do arroz – adiantando o que vou comentar à frente –, nós temos 12 mil produtores familiares de arroz entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos que financiaram via Pronaf. A todos, na hora de pagar, calcula-se o preço de mercado *versus* o preço mínimo, e essa diferença que há de preço recebem como desconto no financiamento. Então, isso serve tanto para custeio quanto para investimento.

O que temos na agricultura familiar – e isto é uma realidade que precisa ser percebida pelos produtores – é que, por muitos e muitos anos, os agricultores familiares não tinham crédito para investimento. Nesses últimos anos, isso cresceu, principalmente com mais alimentos. Então, há a sensação de que há um endividamento, que é fruto do investimento. Então, se eu tenho um produtor que tinha zero de crédito e não estava acostumado a ter um crédito para pagar em 10 anos, mas estava acostumado a pegar o crédito e comer, no sentido do custeio. Então, quando se fala em R$30 bilhões é porque foi o recurso que nos últimos dez anos se investiu e se colocou em investimento para esses produtores.

Então, eles estão endividados? Estão, mas estão com um trator novo, estão com uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aumentaram a produtividade.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Aumentaram a produtividade, principalmente em leite. Então, isso precisa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ser entendido dessa maneira, no conjunto.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Ser entendido um pouco melhor.

Está se fazendo agricultura familiar, pode-se colocar, mas um conjunto de medidas – inclusive, o seguro, hoje, que antigamente era só para custeio, está atendendo investimento, já pensando exatamente nisso que a senhora colocou. A garantia de preço, que antes era só para custeio, também foi vinculada a investimento e, este ano, ainda vai aumentar o limite de desconto.

Então, estamos de olho nesse processo, mas só que tem de ser tratado com um certo cuidado, porque a sensação de endividamento é forte e é presente, porque você não estava.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não estavam preparados para o financiamento.

O SR. GILSON BITTENCOURT – É a mesma coisa de uma pessoa que nunca financiou uma casa financiar uma casa e começar a dizer: "Poxa, estou devendo R$100 mil da casa que financei." E tem de pagar R$1.000,00 por mês de prestação, mas antes pagava R$1.000,00 de aluguel. Só que não tinha uma dívida de 20 anos.

Então, essa sensação precisa ser trabalhada.

Rapidamente. Uma coisa importante colocada aqui e o Laudemir talvez possa destacar um pouco mais, é que, quando a gente fala de 5 milhões de agricultores familiares, temos mais ou menos 1,5 milhão de agricultores que são extremamente pobres e cujo foco não necessariamente é crédito. Tanto que o Programa Brasil sem Miséria, lançado pela Presidenta Dilma junto com o Ministério do Desenvolvimento Social na semana passada, vai focar em recurso a fundo perdido.

E qual a conclusão a que estamos chegando? A Fazenda participou desse debate conjuntamente: não adianta para um produtor muito pobre, que nunca participou de um financiamento, começar com um financiamento porque, em qualquer dificuldade, ele ficará inadimplente, vai para o Cadin e, na prática, cria-se um problema maior do que a solução. O que está sendo feito? Está-se criando um programa com assistência técnica e com recurso a fundo perdido, uma espécie de contratualização. Vai-se dar um recurso – estamos falando de miséria extrema, não estamos falando de agricultores pobres, mas de extrema miséria – por seis meses, com assistência técnica, e ele terá o compromisso de cumprir um conjunto de ações que pode ser melhorar a produtividade do feijão para comer. Cumpriu? Seis meses depois, recebe outro, quatro vezes, durante dois anos. A tese é você fazer um giro e prepará-lo para o crédito. Deu certo? Ótimo, entra nas linhas mais simples do Pronaf. Não deu? Vamos ver o que a gente precisa continuar fazendo. Dentro dessa população rural, tem um conjunto de pessoas que não é crédito, porque tem meio hectare no semiárido, sem acesso a água. Então, esse debate de entrar efetivamente na demanda de cada um é o que o

Governo Federal, via MDA e MDS, está fazendo nesse processo do Brasil sem Miséria.

Rapidamente, café, Senador. A demanda da região sul de Minas é importante. Hoje, o fato de o preço estar bom está ajudando em parte. Muita gente está conseguindo antecipar. Nós lançamos, depois da conversa... Eu não me lembro de não ter recebido os senhores. Estamos à disposição, na hora que o senhor marcar, não há problema quanto a isso, Senador. Queira me desculpar se acaso nós não o atendemos, não estou sabendo dessa questão. Mas fizemos, há cerca de dois, três meses, negociando com o setor e com a região, uma linha de crédito, por cinco anos, para tentar pegar todas as dívidas privadas desses produtores de café que foram efetuadas para a produção de café, exatamente para tentar dar uma condição de respiro para esses produtores, mesmo que o preço hoje seja o melhor da história. Exatamente para tentar pegar isso. Uma parte vai ser importante? Vai. Mas nós temos que discutir de forma mais profunda, para o sul de Minas, porque, hoje, o preço do café está sendo rentável, mas não temos certeza no futuro. E aquela é uma região que tem um custo de produção mais alto e tem a ver com a discussão do Código Florestas, porque tem a ver com a questão da agricultura de montanha, e acho que esse é um dos pontos em que temos que avançar.

Por fim, duas questões para concluir, rapidamente. Uma é que iniciamos uma discussão com a CNA e com o Ministério da Agricultura, em que queremos avançar, que é a discussão sobre a revisão dos instrumentos de garantia de preço. Eu acho que esse é o debate central que temos que fazer, e vem avançando, Senador, que é tentar buscar novos meios.

Hoje, no Rio Grande do Sul, no caso do arroz, temos um exemplo típico. Talvez tenha sido uma das primeiras vezes na história em que foram adotados 100% dos instrumentos conhecidos de política de garantia de preço e o processo não deu certo. Nós estamos com uma produção de arroz de 13,8 milhões de toneladas. Temos um consumo de 12,8 toneladas, este ano, fruto do aumento da produtividade, uma importação de cerca de um milhão de toneladas e exportamos novecentas. Ou seja, na prática, estamos com uma sobra de um milhão de toneladas. Temos um estoque de um milhão, que está na mão do Governo. A princípio, se entrássemos tirando um milhão de toneladas do mercado, resolveríamos. O Governo já aprovou R$200 milhões para fazer escoamento da produção – dois milhões de toneladas –; já aprovou e está em execução, com uma certa dificuldade, por uma questão de armazéns, R$211 milhões para compra – mais 360 mil toneladas –; aprovou R$300 milhões para Contrato de Opção, para a compra futura pelo Governo, de mais 500 mil toneladas, já foi lançado o leilão e já vendeu cerca de 200 mil; o Governo está fechando agora uma portaria para Contrato de Opção Privada, mais R$60 milhões para ajudar mais 500 mil toneladas; via Pgpaf, garantimos, com R$36 milhões, algo em torno de 274 mil toneladas. Ou seja, já foram, previstos, não todos gastos, mas estão na mão do Ministério da Agricultura R$800 milhões para escoar 3,6 milhões de toneladas. E o preço do arroz continua baixo. Ou seja, todos os instrumentos – PEP, AGF, Contrato de Opção, Pgpaf, Contrato de Opção Privada – foram efetuados ou estão em processo, e o preço não sobe. Prorrogou-se o vencimento de EGF, custeio... Ou seja, fizemos as medidas e não estamos conseguindo. É efetivamente um problema. O Governo não pode ser acusado de não ter feito, mas também estamos em uma discussão... Estamos no meio de um impasse.

O preço continua baixo. Se pegarmos todos os documentos do setor trazidos para nós de fevereiro para cá, praticamente já atendemos 100% das demandas. Não 99%, mas 100% das demandas, para tentar garantir. E não estamos conseguindo. Efetivamente, isso está jogando para a necessidade de uma revisão. Estamos tentando garantir, estamos usando todos os instrumentos, e não estamos conseguindo. Vamos ter que discutir para o arroz não só a situação deste ano como uma alternativa. O problema da demanda colocada, que é a subvenção, pode até resolver parcialmente o problema agora, mas no ano que vem o problema tende a se agravar ainda mais, porque o produto não será escoado, estará na região, vamos colher mais, o produto continuará ali, e o preço cairá ainda mais.

Então, a questão do arroz coloca em xeque, hoje, de certa forma, a política adotada pelo Governo, eu diria, nos últimos 30 anos, em termos de garantia de preço. O Governo está discutindo. Hoje mesmo temos uma conversa no ministério, junto com a Agricultura. Estamos tentando buscar novas alternativas, mas é uma das questões que nos demonstra essa dificuldade e necessidade de rever, de buscar novos instrumentos que efetivamente garantam o preço.

Nós já emitimos ações para garantir mais de 30% da produção de arroz e o preço não sobe. É uma situação complexa.

Obrigado. Desculpe-me o tempo, novamente.

Agradeço aos presentes.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Presidente, eu gostaria de colocar uma questão aqui.

Eu ouvi atentamente a Ministra Tereza com relação ao lançamento do programa Brasil Sem Miséria. Eu acho um programa excelente, excepcional. E ela coloca que a principal ferramenta que vai ser usada

para ajudar o nosso agricultor que está nessa condição será os técnicos da Embrapa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É, ela colocou técnicos da Embrapa para poder dar assistência técnica. E aí eu os conheço. A tecnologia da Embrapa é ótima. Muito bem, então, ela deve ter colocado uma palavra lá... Porque eu não quis perguntá-la aquele dia, até porque talvez um assunto para ela responder. Mas, aqui, sim. Aqui é o lugar.

Então, nós teremos técnicos suficientes para atender a essa demanda, para dar o apoio técnico aos nossos produtores? Porque realmente, sem assistência técnica... O programa é perfeito. Eu diria que, se não for perfeito, está muito próximo. Mas é um programa realmente muito importante para o Brasil.

Agora, a minha dúvida é a questão técnica. Dinheiro nem sempre vai resolver essa questão, se nós não tivermos técnicos. Nós temos técnicos suficientes para atender essa demanda tão grande, que é, na área rural, as pessoas terem capacidade para o plantio, para a colheita e também para a comercialização? Porque tudo isso faz parte do programa.

Muito obrigado.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Não sei se eu vou responder a dele, ou se respondo todas as outras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que você deveria responder no geral.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – No geral. Está ótimo.

Bom, vamos lá, então.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muller, eu só fiquei meditando aqui.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Sim, Senador Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu só fiquei meditando aqui aquela resposta do Gilson – viu, Gilson? – como é que vão fazer. O Governo colocou todos os mecanismos, os instrumentos à disposição, e o arroz não sobe, e aí não se pode pagar o mínimo, não dá para chegar lá. Tem que fazer de tudo.

Pelo o que entendi, há um milhão de estoque de arroz, que é o que o Governo tem, mais ou menos isso, se fosse retirar um pouco mais, não sei. E para retirarmos, se você bancar o preço mínimo e o Governo segurar isso, a Conab – temos armazéns –, e monitorar a produção. Dizer: olha, nós temos para os próximos dois anos, ou três anos, um plano plurianual. Talvez um plano plurianual. O Governo tem os planos plurianuais. Desculpe-me, Muller, só porque o Moka até levantou aquela questão. O que acontece, às vezes, até com o negócio de arroz? Os caras que alugam as várzeas para plantar arroz, onde é permitido, que vai alocar, vai alugar, ele não aluga por um ano. O Plano Safra aí entra um pouco nisso. Ele aluga, mas, no mínimo, por cinco anos. Na prática, é isso. O costume, o consuetudinário, é nessa base. Porque ele vai ter que agregar valores à terra, dependo do tipo de produção, o calcário, é isso, é aquilo, prepara o terreno. Então, só para uma safra, ele faz, no mínimo, um plano plurianual, que na base são cinco anos, geralmente, nesses negócios de parcerias.

E se fosse o Governo – não sei se tem condições de receber esse arroz que está aí – o preço está em baixa –, receber pelo preço mínimo? Aí não sei se é AGF, ou EGF, como é que se faz isso. Retirar isso, para o produtor ficar e orientar: olha aqui, ou produz um pouco menos da quota... Tem que orientar as cooperativas, os produtores. Porque o Brasil exporta 900 mil toneladas, ou um milhão de toneladas, pelo o que eu li, mas também importou na base de um milhão. Então, dá elas por elas, mais ou menos. A produção nacional está sobrando um milhão, pelo o que eu senti.

Então, não é possível receber isso e dar sustentabilidade. E aí, com isso, o arroz... Daqui a pouco, o mercado aquece um pouco. Não sei por que... O pessoal diz que o arroz está tão barato. Está barato demais o arroz! Sei lá, um plano para consumir um pouco mais isso. Aliás, agora vem a tainha, tem a safra da tainha misturada com o arroz. Sei lá, sei lá! O feijão...

Apenas um comentário. Desculpe-me, mas fiquei um pouco assim... As pessoas ficam um pouco nessa... Eu senti o seu esforço. Estão fazendo de tudo, mas não dá para a gente cumprir o... Aí fica uma coisa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, pelas suas colocações.

Dr. Laudemir André Muller.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Bom, obrigado, Presidente.

Eu vou começar pelo tema da pobreza, o Brasil Sem Miséria.

A lógica central do problema é a estruturação produtiva. O que nós estamos fazendo? Qual é a nossa linha de chagada? A nossa linha de chegada é que a composição entre a transferência de renda e a renda, vindo da produção, da comercialização, renda produtiva, esse conjunto faça com que aquelas pessoas, aquelas famílias, no caso do rural – estou me referindo aqui ao caso do rural –, superem essa condição da pobreza extrema, que a gente está usando, como um dos indicadores, R$70,00/*per capita*/mês.

Bom, para fazer isso, se a lógica é a estruturação produtiva, a composição da renda, temos que apostar na produção desses agricultores e dessas agricultoras. E estamos fazendo, inclusive, uma aposta central no tema das mulheres. Porque, no rural, a renda das mulheres é ainda muito menor do que a renda dos homens. Também tem a questão de gênero, mas, enfim, não vou detalhar em relação a isso.

Qual é a nossa lógica, então? Se aquela família tem que entrar numa rota de inclusão produtiva, nós temos que entrar com os instrumentos que viabilizem isso. Um deles: acompanhamento técnico. Nós estamos até usando a palavra acompanhamento para dizer que é acompanhar a família de fato, acompanhar aquele projeto – projeto em um sentido muito simplificado –, aquele plano de estruturação produtiva. Que é o quê? Que pode ser melhorar a horta; que pode ser melhorar o caprino; que pode ser melhorar o bovino. Enfim, o que for possível naquela estrutura, naquela região, naquele bioma, com aquela capacidade que aquela família tem, montar um plano de estruturação produtiva.

De que forma entra esse plano? Ou com crédito, ou com recurso a fundo perdido. Nós estamos trabalhando com R$2,4 mil a fundo perdido, para famílias que não têm capacidade de pagamento e que, inclusive, não têm ainda uma cultura do crédito. Então, crédito e recurso a fundo perdido vão depender de cada caso; semente da Embrapa para a produção – então, semente de graça, para estruturar a produção. Por que a gente acha que isso é importante? Porque é importante a família ter, além de acompanhamento técnico, semente de qualidade para começar a produção. Claro, estamos pensando, por exemplo, para o semi-árido, em concentrar semente de milho e feijão, que é o que as famílias já fazem.

Junto com esse plano de estruturação produtiva acompanhado pelo técnico, tem que vir a comercialização, porque, senão, não adianta produzir muito bem, se não tem a comercialização. Então, nós vamos fazer todo o nosso esforço com os instrumentos que nós já temos, que é o PAA, que terá uma ampliação – queremos chegar, como meta estratégica nos próximos anos, a R$2 bilhões no PAA, e achamos que o PAA é um instrumento bastante interessante para esse público.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ajudar muito nisso, porque é um recurso que já está lá nos Municípios para comprar desta agricultura – é claro que, para isso, os gestores municipais, os prefeitos, têm que estar mobilizados para isso – e também nós estamos – e por isso também a presença do presidente da Abras no próprio lançamento do Brasil Sem Miséria – articulando com a Associação Brasileira de Supermercados, para que eles também se engajem nesse processo e comprem junto da agricultura familiar. É claro que vamos trabalhar com o apoio da Conab.

Então, a estruturação produtiva tem um tripé: o acompanhamento técnico; a capacidade semente, insumos, crédito ou recursos a fundo perdido; e comercialização. Então, nossa lógica é: chegando isso junto, articulado, organizado naquelas famílias onde nós vamos trabalhar e que estão nessa condição, nós estamos entendendo que, com isso, conseguiremos gerar renda naquelas famílias. Então essa é que é a grande lógica.

Onde entra a Embrapa? A Embrapa vai entrar sempre pela questão da tecnologia via sementes. Já temos um programa grande de sementes com a Embrapa, vamos entrar agora na parte olerícula. Já temos sementes de milho e feijão, sempre adaptadas ao Nordeste. E dar suporte tecnológico a esses técnicos que vão ser contratados, via entidades, para dar o suporte, por exemplo, a uma família que tem um bioma específico. A nossa ideia, a nossa proposta é que possamos contratar técnicos experientes de nível superior, mas que possam coordenar equipes com técnicos de nível médio.

Então o que queremos é dar emprego para a juventude que está saindo da faculdade, da escola técnica. Temos cerca de seis mil que se formam todos os anos no Brasil. Muitos desses que se formam em veterinária, agronomia no nível técnico das escolas técnicas não têm emprego. Então, inclusive, esse vai ser um instrumento de geração de emprego. A Embrapa vai entrar com a tecnologia e disponibilizá-la, para que esses técnicos possam fazer a difusão dessa tecnologia, seja para o semiárido, seja para a Amazônia, seja para outras regiões.

Então essa é a lógica de como a Embrapa vai entrar, porque a Embrapa não tem essa característica de fazer a extensão. A Embrapa não está lá na propriedade. Então é assistência, até as entidades que serão contratadas para isso, e a Embrapa dará esse suporte.

Eu aproveito, Senador, para dizer da grata satisfação nossa de ver o foco do nosso ponto de vista correto, que é dado por vários Senadores ao tema da assistência técnica. Nós estamos muito convencidos disso.

Nós achamos que – não sei qual a palavra correta – já não é mais o momento de focarmos no crédito. Nós achamos que, com relação ao crédito, temos que fazer ajustes, estamos avançando e tal. Mas é um tema que já anda, vamos dizer assim. Nós temos que partir agora para a qualidade da nossa política. A qualidade da produção, o resultado da nossa política. E aí a assistência técnica é fundamental.

Temos problemas? Temos muitos problemas, muitos problemas. Para se ter uma ideia, Senador, em 2003, tinha no orçamento R$4 milhões ou menos

para a assistência técnica no Brasil inteiro no Sistema Nacional, e tinham dois funcionários lá no Ministério da Agricultura. Dali que nós partimos com a assistência técnica. Então, hoje, nós estamos operando com uma capacidade muito maior do que aquela. Esta Casa aprovou uma lei muito importante de assistência técnica. Isso significa para nós uma revolução na assistência técnica.

O que estamos fazendo? Hoje contratam-se entidades, sejam públicas ou privadas, sejam ONGs, cooperativas, sejam Emateres, para prestarem serviços. Não é para ir à casa do agricultor e bater bato. É também para isso, mas nos cobramos serviço, resultado. É isso que é a grande novidade da lei, para dar qualidade e cobrar resultado. Então é uma pequena revolução que estamos fazendo.

Avançamos muito, mas, claro, estamos muito aquém, muito aquém, do que precisamos. Então, do ponto de vista estratégico, a nossa agricultura familiar tem mais ou menos 4 milhões de estabelecimentos. Desses 4 milhões, 1 milhão, 1,5 milhão está na extrema pobreza. Existe agricultura familiar mais dinâmica. Então, a gente tem que modelar a nossa política, inclusive do ponto de vista estratégico. Para esse segmento que está na pobreza extrema, vamos fazer uma política focada e diferenciada, em que a grande estratégia é fazer esse povo produzir para si, para sua família e para o País.

O tema das dívidas. O Gilson colocou muito bem. É um trabalho, é um pensar que estamos fazendo no Governo, principalmente nós, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na relação, nós temos sido frequentemente procurados pelos movimentos sociais, especialmente os do Sul. Há uma preocupação ao olharmos os números dos inadimplentes, pois são números pequenos, mas poderiam ser menores, mas são números pequenos.

Hoje, o Pronaf, na sua história, já fez 17 milhões de contratos e nós temos uma taxa de não pagamento de 6% a 7%, inclusive menor do que a de alguns segmentos da economia. Estou dizendo isso do ponto de vista histórico, isto, é considerando os mais de dez anos do Pronaf. Hoje estamos girando com 3 milhões, 3 milhões e 200, 3 milhões e 300 de contratos em aberto, em ser, o que dá, mais ou menos, R$27 bilhões, que hoje está financiando a agricultura familiar brasileira, cada vez mais no tema do investimento, como o Dr. Gilson colocou aqui.

É bastante claro que o endividamento está crescendo. Por quê? Porque se está tomando mais crédito e, principalmente, o Mais Alimento, que é uma linha de crédito de dez anos. Então passam a ser linhas de prazo mais longo. O Pronaf Agroindústria também vai para dez anos; era oito. De fato, a agricultura familiar está tomando crédito.

Muitos têm dito: "Aquilo que vai vencer daqui a um mês, dois, três meses, não sei se vou conseguir pagar".

Então é um tema que, efetivamente, tem sido abordado muito, que é capacidade de pagamento, o que para nós tem a ver com renda. Então esse é o grande diferencial que a gente tem de observar; uma coisa é crédito, outra coisa é renda para a agricultura familiar, organização econômica. Como é que a agricultura familiar aproveita do crescimento que a economia brasileira está tendo? Produzindo alimentos.

Esse é um debate que estamos fazendo, sim. A Senadora coloca ênfase nesse ponto, de forma bastante correta. Estamos analisando o assunto. Temos conversado, inclusive, têm vindo bastantes sugestões, têm vindo notas técnicas com explicações, as especificidades do Rio Grande do Sul. Há o tema do crédito emergencial, que vence até dezembro. Vários agricultores tomaram esse crédito emergencial, que está vencendo. Nós temos bastante sensibilidade quanto a isso, mas acho um grande tema que se abre é o tema da renda, o que tem a ver com capacidade de pagamento.

Por isso... Há mais um tema aqui.

Queria agradecer muito os elogios – assim entendi as palavras do Senador Maldaner, do Senador Moka e do Senador Acir, sobre a minha empolgação a respeito do assunto. De fato, sou e estou empolgado com a nossa situação. Não me iludo quanto às nossas dificuldades e com o quanto ainda temos de avançar, mas também reconheço nosso avanço. Somos um país de 200 milhões e vamos chegar a uma classe medida de 120 a 130 milhões de pessoas, se tudo der certo. Esse é o projeto estratégico da Presidente até 2014. Então vamos ter uma pirâmide gordinha, com uma base pequena e com um topo bastante pequeno e vamos ter uma grande classe média com capacidade de consumo. Se nós não tivermos capacidade de abastecer esse consumo – falo de alimento e de agricultura familiar – de forma estável, vamos enfrentar o tema da instabilidade e o tema da inflação, que leva à taxa de juros e que leva á derrubada do crescimento. Acho que a agricultura familiar, a agricultura de modo geral em nosso País... Nós somos altamente auto-suficientes com uma exceção, que daria para discutir muito, que é o tema do trigo, no resto nós somos altamente suficientes. Posso dar... É pena que o Senador Moka não esteja aqui, que é bastante envolvido com o tema de lácteos, há pouco mais de dez anos atrás o Brasil consumia 20 bilhões de litros de leite e produzíamos 16; nós o segundo, ou terceiro maior importador de leite, junto com o México. Hoje estamos produzindo 29 bilhões de litros de leite e estamos consumindo 29.

Então, nossa produção foi de 16 para quase 30 e o consumo aumentou de 21 para quase 30. Isso tem a ver com a agricultura familiar e nos debatendo com o tema da importação. Por quê? Porque o leite é o produto que mais recebe subsídio no mundo. Aí, com o tema da triangulação, que a Senadora conhece bem, aumentamos a tarifa, há toda uma negociação de quotas que estamos fazendo com a Argentina.

O que estou querendo dizer é que construímos no país – isso tem a ver com a agricultura e tem a ver com a agricultura familiar – uma capacidade de suprir o nosso crescimento acelerado, e isso é estratégico. Isso é uma maravilha. Agora, nós temos muitos problemas para enfrentar. Nós falamos sobre vários deles aqui. Isso me anima muito e eu acho que anima o Senado Federal também a colocar mais ênfase política nas questões da agricultura familiar, a colocar mais crédito. Por exemplo, ontem nós tivemos... O PLOA, Projeto de Lei Orçamentária Anual, foi maior do que a LOA no que tem a ver com assistência técnica; então, houve corte aqui. A Presidenta agora determinou que deve ser tudo liberado para fazer. Então tem várias questões que têm importância e me anima muito que os senhores e que a Senadora coloquem ênfase em algumas questões importantes.

Já me alonguei bastante e só queria terminar com o tema do biodiesel, que o Senador Acir e o Senador Maldaner colocaram aqui.

Para mim, na minha avaliação, o programa nacional do biodiesel é sucesso absoluto se nós entendermos que queríamos ter chegado, neste momento, a ter o B3 e já estamos no B5; antecipamos nossas metas e hoje teríamos condições de fazer mais que o B5. E 80% disso vem da agricultura familiar. Desse ponto de vista ele é um sucesso em 80%.

Como funciona hoje? Hoje são dois leiloes, o leilão trimestral da ANP acaba de ser realizado, na semana passada. E 80% da demanda nacional é atendido por leilão. Quem pode participar do leilão? Apenas quem tem o selo biocombustível social, selo dado a quem compra da agricultura familiar. Todos os leilões foram assim. Acontece que muitos de nós olhamos para o biodiesel e pensamos: mamona do Nordeste. Mamona do Nordeste não está funcionando por enquanto, porque não faz sentido, por exemplo, a Petrobras Biocombustível ou qualquer empresa no Nordeste deixar de vender um litro de óleo de mamona por quatro reais e cinquenta centavos para colocar no programa de biodiesel ou participar do leilão e vender a dois reais e onze centavos, dois reais e doze, preço do último leilão. Então não faz sentido economicamente.

Acontece que a soja, cuja cadeia é bem estruturada no nosso País, tem o óleo em sua cadeia produtiva, um dos elementos dessa cadeia produtiva é óleo, e uma parte desse óleo vai para o biodiesel. Ocorre que essa cadeia faz mais sentido econômico, é a mais barata porque investimos, temos alta produtividade, todos os senhores e a Senadora conhecem o que é a cadeia da soja no Brasil, os investimentos feitos e o grau de eficiência que temos. Então uma cadeia longa e bem estruturada é muito mais fácil ela ser mais comprida ainda entrando no biodiesel; é mais uma parte do segmento de óleo que vira biodiesel. Para fazer isso com a mamona no semiárido brasileiro, o que nós apenas começamos, com baixa produtividade, com tecnologia ainda muito aquém do necessário, falta de capacidade técnica do ministério, dos nossos técnicos, é muito difícil. Temos que entender hoje que o biodiesel não é uma cadeia só, não existe a cadeia do biodiesel em si; quem tenta fazer isso não tem resultado. Temos que ter uma cadeia de produção, e dentro dessa cadeia da oleoginosa temos o óleo, que é 20% em geral de alguma oleoginosa. Na mamona é 50%, na soja é 20%, só 20%. Então, se não tiver resolvido os outros 80% da soja, da cadeia produtiva, não se viabilizará toda a cadeia produtiva só com os 20%. Qual a cadeia que temos mais estruturada? A soja. O que significa isso? Fazer biodiesel de soja significa que estamos deixando de exportar grão, estamos exportando talvez mais óleo, ou estamos tendo mais renda e talvez exportando mais carne porque 80% vira ração.

Temos que desmistificar, achar que tudo o que é soja não é agricultura familiar e que o programa de biodiesel é só mamona e só Nordeste. Esse é um tema muito importante. Temos dificuldade, sim, estamos muito no começo ainda, temos muita tecnologia para gerar para enfrentar o tema de ter uma oleoginosa com maior produtividade, que tenha sentido econômico e que seja viável produzir no Nordeste e no semiárido brasileiro.

Já termino. Prometo, Senador.

Quando se começou o Programa do Biodiesel no nordeste, o agricultor recebia em torno de R$0,25, quando o preço estava bom, a R$0,50. Hoje ele está recebendo quase R$2,00.

A produtividade é baixa? É. Falta tecnologia? Falta.

Temos muito que avançar? Temos muito que avançar.

O Programa do Biodiesel depende do lado que a gente o olha. Então as cooperativas do sul, a Cotrimaio, a Granol, enfim, as outras cooperativas que fornecem óleo para a cadeia do biodiesel, ou que fornecem soja são da agricultura familiar. Muita, em grande parte... Boa parte dessa matéria-prima vem da agricultura familiar, sim, do Paraná, de Santa Catarina, do próprio

centro-oeste, em alguns casos. Depende de como a gente olha o programa.

A gente tem de desmistificar um pouco também. Estamos debatendo dentro do governo para ver como conseguir usar esse programa. Ele funciona muito bem do ponto de vista de metas em muitas regiões brasileiras, só que hoje ele está assentado na soja. Eu não estou dizendo que isso é ruim nem que isso é bom. Não quero entrar no mérito. Se a gente quiser ter um bom programa de biodiesel no nordeste e no semiárido brasileiro, que é um grande desafio e uma meta nossa, nós temos de construir uma cadeia de oleaginosa que seja viável e adequada a isso. A mamona hoje tem uma característica de produção, mas, do ponto de vista de mercado, ela está ótima. Não faz sentido você deixar de vender por R$4,50 o litro e vender por R$2 e pouco no leilão da ANP.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Dr. Laudemir, eu tenho que discordar da questão da matéria-prima do biodiesel vir 80% da agricultura familiar. Não conheço nenhum plantio que não seja soja, e soja não é agricultura familiar, nesse índice. Também do sebo... Pinhão Manso não avançou. Era uma grande expectativa. Mamona, a gente sabe que é cara. Pinhão manso era... Mas não avançou também.

Não quero polemizar, nem vamos continuar...

Não consigo visualizar que 80% da produção do biodiesel venha da matéria-prima vinda da agricultura familiar. Entendo que isso pode acontecer, mas realmente tem muito trabalho pela frente. Volto a colocar o projeto...

Este programa de Brasil Sem Miséria... Espero e vamos torcer e vamos ajudar para que ele funcione realmente porque se ele funcionar da maneira que foi colocado, Senadora Ana Amélia, Senador Casildo, nós teremos em 2014 outro país. Com certeza, teremos outro país. Tudo porque colocou assistência técnica, não apenas assistência financeira, mas também assistência técnica, para que as pessoas possam produzir com qualidade. Esse, sim, é um programa que vai estabelecer as famílias no campo, vai melhorar a qualidade de vida de muita gente.

Vamos trabalhar juntos.

Colocamos naquele dia para a Presidenta Dilma, naquele dia em que tivemos reunião com ela e com a Ministra, que há necessidade do engajamento da sociedade para que esse programa dê certo. Não é questão de situação e de oposição. A sociedade, Senadora Ana Amélia, precisa se engajar nesse programa. Realmente é um programa muito bom. Vamos trabalhar para que ele seja um sucesso.

Dr. José Carlos Vaz, com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Obrigado, Presidente.

Senadora, há pouco, o Gilson Bittencourt apresentou algumas informações sobre o quadro de suprimento do arroz e destacou o fato de que o Governo está colocando todo os instrumentos permitidos na legislação e na regulamentação para sustentar o preço do arroz, sejam os instrumentos que mexem com expectativa, que apóiem a comercialização, que remanejam recursos. Nós estamos usando todos os instrumentos. Em fevereiro, o Ministro Wagner disse: Se o Gilson estiver no Rio Grande do Sul... Todas as medidas prometidas pelo governo naquela época estão sendo cumpridas rigorosamente. Estamos até aumentando um pouco o volume em relação ao que foi prometido. Há vontade do governo de sustentar o preço do arroz. Hoje mesmo nós teremos mais uma reunião – Fazenda e Agricultura – para tentar enxergar saídas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então já é mais ameno, porque me disseram que o Dr. Gilson disse que estava esgotado para o arroz. Eu disse: bem, vim buscar lã e saí tosquiada, como se diz no sul, mas pelo jeito...

Dr. José é a agricultura falando; Dr. Gilson é a área econômica. Acredito piamente na sensibilidade da equipe econômica para resolver esse problema.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Teremos essa reunião... Há vontade do Governo. Há possibilidade de remanejamento de recursos, mas a situação é complexa porque o que há disponível não está fazendo reagir.

Nós temos algumas notícias, da parte da Conab, de que estaria sendo percebida uma pequena, uma tênue reação. Não é uma coisa que todos percebem. Também temos noticias a respeito do credenciamento de armazéns: a Conab estaria conseguindo viabilizar as compras no volume que foi prometido estocar. Nitidamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. José Carlos, está contando aí aquele volume da medida provisória, de doação de alimentos, de 500 mil toneladas?

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não, não contamos e precisamos acelerar aquilo.

Claramente o arroz está aparecendo nesse momento numa situação padrão, de uma cadeia produtiva que quando ocorre determinados problemas, que são estruturais em todas as cadeias, mas também há algumas coisas a considerar: primeiro, foi a cultura que mais teve aumento de produção; segundo é uma cultura em que há uma comunicação automática dos demais países produtores com o Brasil, quer dizer...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – É um pote de que a gente tira água e a água entra de novo.

Terceiro, é um produto que não tem muita elasticidade de consumo, embora o próprio setor esteja procurando alternativas via etanol, ração, alguma coisa, na se vislumbra em curto prazo outras destinações para o arroz que não seja o consumo alimentar.

Além disso, o aumento da renda leva à substituição do arroz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No consumo interno.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Conjunturalmente o governo está disposto a usar todos os recursos para fazer isso; não há indisposição do governo. Temos de ver se os instrumentos conseguem gerar os efeitos práticos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que todos desejam.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – ... que todos desejam.

O que se destaca? Questão estrutural. Então, na pauta que o setor apresentou ao governo uma das sugestões é a criação de um grupo para discutir as questões estruturais do arroz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A armazenagem é mais de uma delas. Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Isso. A questão da armazenagem...

Além dos problemas de credenciamento que a Conab enfrenta, o que ocorre é que armazéns que estão disponíveis na região...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estão com problemas.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não, os armazenadores preferem estocar milho e soja, que eles sabem que terá escoamento a arroz, que vai ficar mais tempo lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que vai ficar mais tempo lá.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Sem dizer que podem pagar mais pela armazenagem.

Então, o que eu poderia dizer, conjunturalmente, é que vamos tentar fazer, vamos continuar o diálogo, vamos fazer uma reunião e vamos ver se conseguimos colocar mais alguma coisa de instrumentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –Já é animador isso.

O SR. JOÉ CARLOS VAZ – De toda a conversa que tivemos aqui, o fato é o seguinte: todos os setores de produção padecem de algumas questões estruturais. Primeiro, planta olhando para trás; segundo, a renda anual do produtor nem sempre é suficiente para pagar o custo da produção, paga a margem de subsistência, capitalizar para futuras perdas, arcar com as despesas de investimento para reposição de máquinas depreciadas, reposição de calcário, reposição de...

São investimentos que, na verdade, todo ano tem que fazer. E também para pagar parcela dos investimentos, vamos dizer, que alavancam a renda, como um armazém, um equipamento, alguma coisa assim.

Ao longo de três anos, normalmente a renda é suficiente, dependendo do nível... mas, como ele não consegue se capitalizar e quando ele se capitaliza se capitaliza em ativos que perdem valor ou liquidez no momento em que ele precisa utilizá-los, o fato é que, cada vez mais, à medida que o ano de baixa renda ocorre, mas produtores são alijados do processo porque eles não conseguem chegar ao ano em que vão recuperar a renda para pagar aqueles compromissos com que eles não arcar. Nitidamente é necessário que tenhamos um planejamento plurianual, por isso que saí da conjuntura do arroz para a questão estrutural, que são coisas que o Senador Moka colocou. Nitidamente nós temos que pensar isso.

Então eu diria que não temos nem Plano Safra. É preciso que o agronegócio brasileiro tenha um plano de negócios plurianual, porque não adianta a gente continuar meta de X milhões de toneladas ou de crescer produtividade. Nós temos de ter meta no seguinte sentido: nós queremos produzir tanto de alimento, queremos usar tal tecnologia, para isso nós precisamos manter determinada produtividade. É preciso assegurar que essa produção que vamos ter tenha um valor bruto X e que esse valor se distribua ao longo da cadeia, ou seja, antes da porteira e depois da porteira assegurando uma margem mínima ao produtor de modo que ele possa fazer frente aos custos, investimentos, recuperação de depreciação, se não tem jeito de fazer.

É preciso fazer um planejamento com relação a isso. Da parte do produtor é preciso também entender que, uma vez que esse planejamento resulte em determinada estratégia, ele vai ter, todo ano, e não só nos anos ruins, fazer uma proteção contra problemas climáticos, uma proteção contra perda de renda. Ele tem de fazer isso todo ano, porque, se não entrar nos anos bons, não capitaliza aqueles agentes, que podem correr risco mais à frente. Eles não ficam capitalizados para poder suportar aquele risco e acaba ficando um risco um seguro agrícola caro, um seguro agrícola que não cobre o suficiente, que é o famoso guarda-chuva em dia de sol. Então, é preciso discutir essa questão.

Feito um plano de negócio plurianual, tem de ter a política agrícola plurianual. Essa é outra coisa que temos de entender: a política agrícola, por mais que queiramos, por mais que o Brasil seja um país que está crescendo muito, jamais o Estado terá condições de atender 100% das necessidades do agronegócio,

mas também boa parte do agronegócio não precisa tanto de intervenção direta do Estado; precisa apenas de ter clareza de como a política vai intervir e qual é o espaço que está reservado para a iniciativa privada e quais são os limites que o Estado não vai admitir que determinadas situações extremas ocorram e ele vai fazer a intervenção.

Então, claramente, precisamos discutir as questões estruturais. Não podemos abandonar a conjuntura, mas precisamos abandonar esse vício eterno de a conjuntura consome a discussão estrutural.

O Ministro Wagner Rossi nos incumbiu de, passado o Plano Safra e a administração da comercialização, que são os dois itens, focarmos muito fortemente essa questão da rediscussão do modelo de gestão da política agrícola.

Já abrimos uma pauta com o Ministério da Fazenda, resgatamos a pauta com a CNA, já abrimos pauta com o Banco do Brasil, com o BNDES, já falamos com outras entidades. A gente percebe que há um amadurecimento e um consenso muito forte de todas as entidades e lideranças sobre o que tem de ser feito. Então, como temos de fazer o trabalho de casa agora? É a formulação dessa proposta. Aí virá para o ambiente do Legislativo, porque tem de mexer na legislação para amadurecimento quanto à decisão política, porque nós vamos ter de fazer muito fortemente a descontaminação dessa discussão de outros aspectos partidários ou ideológicos que possam contaminar uma discussão bem profissional, bem técnica, bem pragmática, que é a seguinte: como é que a gente assegura manutenção de renda ao produtor para que ele assegure que vai fazer um fornecimento regular de alimento e de energia que permita não ter impactos no abastecimento, não ter impactos na inflação, permita a geração dos excedentes exportáveis e as divisas de que precisamos, mas que não leve a esses sobressaltos, que é essa questão que a gente colocou aqui?

O Senador Moka disse: "Não aguento mais falar em endividamento". Ninguém aguenta mais falar em endividamento, mas o problema é que de vez em quando ele aparece lá de novo. Por quê? Por só tratamos de endividamento. Não tratamos de seguro agrícola, não tratamos de proteção de preço, não tratamos de mudar o modelo da política agrícola, não tratamos....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os gargalos da infraestrutura.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não tratamos da assistência técnica, da obrigação de o produtor de usar determinadas tecnologias e mudança de gestão, do cooperativismo, de uma série de coisas.

Acho que, com o que eu disse, eu consegui responder desde a questão do arroz até...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A questão do arroz não atrapalhou. Mexeu no arroz, apenas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Hoje à tarde tem mais uma reunião ótima. Tomara que resolva.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para clarear: eu entendo que tem de ter estratégia, Plano Plurianual, política. Só fico remoendo comigo todos os instrumentos da questão do arroz, que foram colocados , mas... Eu pergunto: a política dos preços mínimos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O mercado é perverso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A política de preços mínimos não é uma política de governo também? Quem estabeleceu? Fico imaginando o produtor que foi plantar o arroz, porque foi feito um plano, no caso, de safra, para ganhar 25. Então, ele plantou. Se ele soubesse que não tinha a garantia de 25, eu não sei se ele ia plantar, eu não sei se ele ia fazer os compromissos. Fico imaginando, todos os instrumentos foram... colocamos tudo, mas a política de preço mínimo foi colocada... eu fico nessa

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Senador, deixe-me só terminar o meu fecho, e volto a sua resposta. O senhor cortou o meu fecho.

Então, é o seguinte: se a gente trabalhar dessa forma toda, nós vamos atender todos. Então, vamos desde o conjuntural ao estrutural fazer as discussões, utilizar o Poder Legislativo para fazer todo esse fortalecimento das políticas públicas para o setor.

Com relação ao que o senhor falou do arroz, vou dizer o seguinte. A situação não é fácil, mas, se nós nos conformarmos e entendermos que não é possível, ela vai ficar pior, porque as expectativas que estão na formação de preço são de que no segundo semestre entre o estoque o Mercosul, que o produtor daqui a pouco está plantando arroz e, no primeiro semestre do ano que vem, vai entrar mais arroz. Então, nós não podemos nos conformar simplesmente dizendo o seguinte: os instrumentos não estão dando efeito. Não! Os instrumentos estão dando pequeno efeito. Vamos tentar fazer com que eles tenham mais efeito, mas isso não quer... E mesmo o fato de eles ainda não terem uma reação forte, não quer dizer que vamos desistir. Vamos roubar um pouquinho da esperança do Laudemir para nós todos. É preciso colocar fortemente isto: os produtores, suas lideranças e o Governo não podem passar uma expectativa de que a situação vai ficar igual ou pior porque senão ela vai ficar pior. Então é o seguinte, existem instrumentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não, é expectativa mesmo porque existem analistas. O pessoal olha o quadro de suprimentos para fazer.

Então é o seguinte: a situação é difícil, estamos colocando todos os instrumentos, vamos tentar achar mais instrumentos, vamos procurar forma de subsidiar, tentar enfrentar a questão do armazenamento. Há uma decisão de Governo de tentar ajudar o máximo possível.

Então, o que eu digo para o senhor é o seguinte: vamos aguardar e dar mais um pouco de confiança ao processo porque, nas próximas semanas e meses, a situação ficará melhor do que está. Eu não sei se ficará uma situação perfeita, ideal, mas será melhor do que está. Agora, nós não podemos entender que a batalha está perdida.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendo ter que avisar para o ano que vem. "Produtor, nós não vamos garantir 25 para o ano que vem, para a outra safra." Então, tem que avisar. Agora, para esta, foi anunciado 25, agora disse que não dá para... Não entendo. Não sei. Ficou uma coisa... Eu acho que não dá para fazer... Agora, para o ano que vem, o Ministério ou o Governo diz: "Olha, para o ano que vem, pelos índices, não podemos anunciar R$25 mil de preço mínimo. Essa política não dá..." Para não colocar ilusão para o produtor. Temos que ser sinceros com o produtor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para não criar expectativa.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Eu concordo com o senhor, eu acompanho o senhor. Eu acho que nós temos que acionar aquela proposta do setor de criar um grupo estrutural. Esse grupo deve fazer o quadro, a visão para a próxima safra, ainda em tempo do plantio desse aqui, e sinalizar uma estratégia de que o preço de mercado e o preço mínimo assegurem, no seu conjunto, uma renda razoável para o produtor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como foi anunciado para este ano que eram 25 para esta safra? Fica difícil atender o chamado. Vou produzir o alimento. Eu não sei...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Permitem-me uma questão? O caso do arroz é tão complexo e, por isso, essa questão de a gente tentar avançar ainda mais. Algumas das medidas que o Governo já anunciou estão à disposição e a gente ainda pode intensificar; no caso do escoamento, a gente pode ampliar.

Agora, nós temos um problema no arroz, e a Senadora deve estar acompanhando. O preço ao produtor nos últimos oito meses caiu algo em torno de 30%, pouco mais de 30%, e o preço ao consumidor caiu algo em torno de 5%, ou seja...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Alguma coisa não está fechando.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Essa margem... Tem uma questão que é não necessariamente o não funcionamento do mercado, porque o produtor está recebendo menos e o consumidor está pagando um pouquinho a menos, mas não na mesma proporção. Essa margem está sendo absorvida. O setor intermediário está absorvendo essa questão e faz a seguinte conta: eu tenho um produto disponível, o Governo tem estoque, está comprando mais, vai comprar ainda mais, na medida em que viabilizar mais a liberação dos armazéns, os contratos de opção, que é a compra futura, já totalizam 200 mil toneladas e vão ser lançadas mais 300. Tem várias ações do Governo que ainda estão em andamento e o que a gente vai discutir hoje já não são nem só essas ações, é o que a gente pode fazer ainda mais. Mas compra, Senador? Estamos fazendo e vamos continuar fazendo. Apoio a escoamento? Talvez agora focar um pouco no Nordeste, tentar jogar mais para o Nordeste, que há demanda de arroz. A tese é ainda no curto prazo ver o máximo de ações e, com essa linha do Zé Carlos, já pensando a longo prazo para o arroz. A gente está atento, mas, como em um primeiro momento, Senador, a gente soltou várias medidas – e aí tem uma questão de política pública –, se eu solto mais medidas antes de iniciar ou de essas medidas começarem a surtir efeito, faço mais ....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fica um estado de guerra. Vai ser uma guerra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas no fim da história aquele...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...com essa história do preço ao consumidor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas, Senadora Ana Amélia, no fim da história, quem plantou, quem atendeu o chamado... "Vou plantar, vou ter essa garantia." Ele calculou. "Vou ter esses custos, vou ter que plantar. Pode ser que seja mais. Vou ganhar 29, 30, mas, pelo menos, se eu chegar ao preço mínimo, eu não vou não quebrar." O pessoal calculou isso. Agora, não depende disso, depende disso. Fica difícil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que nós aqui, Senador, lamentavelmente, o produtor não é tratado como na Europa ou nos Estados Unidos, onde os Tesouros são ricos, têm subsídios e nem se preocupam. Aliás, quando o Laudemir estava falando, com seu entusiasmo, sobre a assistência técnica, a produção, sobre aumentar e tudo, eu perguntei se combinaram com o La Nina e com o El Niño também. Não. Isso é outro detalhe porque essa é uma atividade de alto risco,

por mais que se planeje o zoneamento agroclimático, todas essas questões. Então, é importante.

Mas eu agradeço imensamente ao Dr. Gilson e ao Dr. José Carlos, que agora me deram um pouco mais de tranquilidade, porque me disseram que o senhor tinha dito que esgotou. Não, não esgotou. Parabéns! É isso, essa visão que a gente tinha de que o consumidor não está se beneficiando daquele sacrifício que o produtor está tendo em relação a preço. E, lamentavelmente, a cadeia produtiva no Brasil não funciona. No Uruguai, funciona muito bem. A cadeia produtiva é integrada, toda ela: o produtor, a área de consumo, a indústria, o governo, como apenas poder moderador, produtor de insumos, máquinas, fertilizantes. No Brasil, lamentavelmente, ela não está funcionando. Quem está pagando sempre a conta é o produtor, e muito a agricultura familiar.

Eu, de minha parte, agradeço imensamente porque saio mais confortada daqui depois dessa declaração, porque hoje tenho uma outra reunião.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu gostei. Acho que é interessante isso, não há a menor dúvida. Na minha ideia, Dr. José Carlos, Dr. Gilson, não só pelo que eu passei, mas, se o Governo chegar a cumprir com o que foi anunciado ao produtor, se receber esse produto, se os armazéns tiverem como receber esse produto, Conab, etc, se retirar isso... Se o Governo receber esse produto, pagar e o produtor receber 25, o preço mínimo, se isso for cumprido, na hora em que esse produto não está mais solto, com certeza já melhora o preço, e, então, há o anúncio: "Olha, o Governo está com estoque e, para o ano que vem, não precisamos colher 13 milhões de toneladas. Vamos diminuir. O Governo vai garantir não esse valor. Vai garantir menos um pouco." Projeta-se. A hora em que retirar a garantia, ele já sabe: "Olha, eu já não vou plantar tanto. Vou diminuir. Vou plantar menos. E já está resolvido." A hora que garantir que vão retirar, vão ficar com estoque, já o preço melhora, sem dúvida alguma. É a questão da procura, da demanda. Acho que é um dos remédios.

Só para finalizar, essa do biodiesel, eu quero me associar porque a gente ouve que 80% mais ou menos são da *commodities* de soja, de que se produz o biodiesel, e, pelo que entendi do Muller, o Pronaf, que é o subsídio, participa também nessa mesmo do soja, porque a ideia é de a agricultura familiar oferecer matéria-prima. Então, há um subsídio do Governo de 20% ou de 30% a quem se inscreve e produz biodiesel ou coisa que o valha. Há um estímulo. A indústria tem um estímulo. Tem um estímulo para isso. O que se quer é proteger o pequeno produtor, o agricultor familiar. É claro que tem uma grande parte de produtores pequenos que produzem a cadeia da soja, mas a grande maioria é em escala maior. Então, se nós quisermos fomentar o pequeno produtor para ele ficar lá, temos que buscar não sei se é canola, girassol ou outros. Não só para o Nordeste, para o Sul também dá para melhorar, sem dúvida alguma, essa matéria-prima, para segurar o pequeno lá onde ele está, já que tem subsídio para a indústria para transformar isso em biodiesel. Também defendo que tem que subir de b5 para b10 ou coisa que o valha.

Apenas este comentário. No mais quero cumprimentar a todos. Sei que estamos todos preocupados, Ana Amélia mais do que todos nós, mas nós, juntos, precisamos enfrentar isso, discutindo, com os pés no chão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Casildo.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Gilson Bittencourt, do Dr. José Carlos Vaz, do Dr. Jenner Guimarães, do Dr. Laudemir André Muller e do Dr. Ives César Hubert.

Tivemos uma manhã muito importante, muito proveitosa. Agradeço a Senadora Ana Amélia e a Ministra Gleisi Hoffmann, que propuseram a realização desta audiência pública tão importante.

Agradeço a presença de todos. Espero que também tenham se sentido à vontade e aproveitado este momento para nós tão importante.

Antes de concluir, informo que amanhã teremos mais um seminário: Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura, a realizar-se em 10 de junho, sexta-feira, às 14 horas, na Ala Alexandre Costa, sala nº 13. O assunto: avaliar as propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo plano e discutir o aperfeiçoamento do modelo de política agrícola, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Luis Sérgio Farias Machado, do Banco do Nordeste; Sr. Antoninho Rovaris, da Contag; Ademiro Vian, da Febraban; e Rosimeire Cristina dos Santos, da CNA.

Estão todos convidados a estarem conosco amanhã, às 14 horas.

Também agradeço, juntamente com os senhores, os técnicos que os acompanham.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE JUNHO DE 2011.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP e MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixa de comparecer, o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011 – EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** – Votação Nominal; – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS; – A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Às oito horas e quarenta e cinco minutos, o Senador Acir Gurgacz passa a Presidência da reunião à Senadora Ana Amélia, para que possa fazer a leitura do relatório. **Resultado: Aprovado o Projeto. A Matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011 – EMENTA:** Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Silvio Torres. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutivo). **Observação:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Na fase de discussão da matéria, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). A matéria será apreciada pela CAS e posteriormente pela CDR em decisão terminativa. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2011 – EMENTA:** Altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observação:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Às oito horas e cinqüenta e quatro minutos, o Senador Acir Gurgacz reassume a Presidência da CRA. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Blairo Maggi, Jayme Campos, Ivo Cassol, Cyro Miranda, Ana Amélia e Casildo Maldaner. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa. ITEM 4**: **REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CRA** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do Leite, arroz, trigo, carne e vinho, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Fernando Pimentel** – Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – **MDIC;** Sr. Carlos Domingos Polleto – Presidente da Cooperativa Regional Tritícola Serrana – **COTRIJUI**; Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. Antônio Jorge Camardelli – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – **ABIEC**; Sr. Carlos Raimundo Paviani – Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho – **IBRAVIN**. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia usou da palavra para tecer comentário sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi

aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CRA** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais seja realizado Encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, no dia 15 de julho corrente, sexta-feira, às 14:00 horas, durante a 32ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Ji-Paraná – EXPOJIPA, fazendo parte da programação oficial do evento, com o objetivo de debater e avaliar o Associativismo e o Cooperativismo como instrumento de apoio aos produtores rurais e agente de desenvolvimento regional, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Governo de Rondônia**;** Representante da **OCB;** Representante do **SESCOOP-RO;** Representante da **OCEPAR-PR**; Dirigentes de Cooperativas Agroindustriais e de Crédito; Vice-Presidente **de Agronegócios e Pequenas e Micros Empresas do Banco do Brasil. Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA**: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2011 – EMENTA:** Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações: –** Votação nominal; **–** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental; – A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CRA** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos, do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiências públicas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com objetivo discutir e avaliar as mudanças previstas no Código Florestal, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Alisson Paulinelli;** Sr. **Gustavo Cursio –** Embrapa Floresta; Sr. **Sebastião Valverde –** Professor da Universidade de Viçosa; Sr. **Rodrigo Lima –** Instituto do Comércio e Negociações Internacionais – Ícone; **Representante da OAB na Comissão que debate o Código Florestal na Entidade;** Sr. **Miguel Reale Júnior;** Sr. **Edgar Manoel –** Agricultor do Município de Boca do Acre-AM; Sr. **Ives Gandra Martins;** Sr. **Evaristo Miranda –** Embrapa; **Presidente da Federação do trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina;** Deputado **Aldo Rebelo;** Sr. **Roberto Rodrigues. Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Realizamos, na última sexta-feira, dia 10 de junho, o X Seminário do Ciclo de Debates da Comissão de Agricultura do Senado, em cumprimento aos requerimentos de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer a preparação do próximo plano e discutir o aperfeiçoamento do modelo de política agrícola, bem como as propostas de alterações do Manual de Crédito Rural.

A discussão desse conjunto de temas iniciou-se na quinta-feira, no formato de audiência pública, e creio que promovemos um grande debate para o aperfeiçoamento da política agrícola e de crédito rural em nosso País.

No seminário de sexta-feira, contamos com a participação da Senadora Ana Amélia, que abordou questões importantes para esclarecer os produtores rurais sobre o tema.

Estiveram presentes os seguintes convidados: Dr. Luís Sérgio Farias Machado, Superintendente da Área de Agricultura Familiar e Microfinança do Banco do Nordeste; Dr. Ademiro Vian, representante da Federação Brasileira de Bancos – Febraban; Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Contag; Drª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da CNA.

O Dr. Luís Sérgio Farias Machado iniciou sua apresentação comentando a atuação do Banco do Nordeste em apoiar a estruturação da cadeia produtiva e estimular as atividades de maior valor agregado, fortalecer as parcerias para viabilizar a assistência técnica e a comercialização, incentivar a utilização de tecnologia e convivência com a seca e combate à desertificação; articulação com os movimentos sociais, sindicatos e

órgãos de assistência técnica, apoio à fruticultura, ao desenvolvimento do cerrado nordestino e à irrigação.

No Banco do Nordeste, existem 1.256.225 de operações de créditos contratadas, com R$1,9 bilhão financiado. Sendo que 47% são financiados por mulheres, com uma adimplência que chega a 96,6%

O Dr. Ademiro Vian, Diretor Adjunto de Produtos da Febraban, alertou que, com tantas linhas de crédito existentes, o produtor não sabe muito bem qual é a melhor para ele tomar. Sobre os fundos constitucionais que têm linhas restritas aos bancos oficiais, ele entende que deveriam ser abertos para os outros bancos. Citou alguns programas de créditos rurais que existem financiamento pelo FAT ou pelo BNDES, tais como o Procap-Agro, Moderinfra, Moderagro, Moderfrota, Proflora, Prodecoop, Produsa, Programa ABC, justamente para demonstrar o número excessivo de programas de crédito à disposição do agricultor brasileiro. Informou também que recursos disponíveis para a safra 2011 estão na ordem de R$165 milhões. Encaminhou as seguintes propostas à Febraban:

Para o custeio agrícola, a proposta é unificar os limites para R$1,3 milhão; estender o sistema de parcerias para todas as cadeias produtivas; elevar o crédito de investimento para R$1 bilhão; elevar o limite de crédito da indústria para R$40 milhões; elevar os limites de financiamento de cooperados. Quanto ao desconto da Nota Rural, a conversão do título em dinheiro deveria ser elevada para 7%.

O Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Contag disse que falta, no campo, principalmente assistência técnica no campo e que é preciso colocar uma assistência técnica diferenciada em relação às condições de vida de cada família. Portanto, é preciso trabalhar dentro de uma lógica não mais do produto, mas, sim, do produtor rural. Mencionou também que há agricultores vivendo quase que absolutamente na ilegalidade, mesmo assentados, sem terem acesso ao crédito e muito menos à assistência técnica.

Sobre a assistência técnica, questionei os convidados quanto ao caráter restritivo desse instrumento para atingir as metas do Programa Brasil sem Miséria, lançado pela nossa Presidenta Dilma. Tanto a CNA quanto a Contag afirmaram que, com o modelo existente e com o número de técnicos disponíveis no campo neste momento, as metas de erradicação da pobreza do Brasil serão dificilmente atendidas.

O representante da Contag afirmou que o Fundo de Catástrofe não sai do papel, mesmo exigindo uma possibilidade da legislação da sua efetiva implementação.

A Drª Rosemeire Cristina dos Santos, da CNA, mencionou que o Plano Agrícola e Pecuário não chega a tempo ao produtor. Destacou que, no momento em que se está discutindo o valor, o produtor já comercializou parte ou quase 50% da sua safra seguinte. Comentou também sobre a defasagem do Manual de Crédito Rural, sendo necessária a sua utilização o mais rápido possível. Ressaltou que uma das dificuldades do modelo de Plano Safra é que esse tipo de modelo político já não atende mais o produtor e que, portanto, há necessidade de se atualizar esse modelo de política agrícola. Para a especialista da CNA, é preciso uma política sinalizadora, uma política para o produtor rural e não para a produção, porque hoje os produtores já pensam em reduzir as áreas de plantio na próxima safra. Mencionou ainda que os cartórios são um grande problema para o produtor, porque as taxas são caras e o produtor só consegue o financiamento após o registro, depois de 40 dias. Por fim, comentou que o setor agropecuário vem acumulando uma dívida de R$163 milhões e que as seguradoras estão parando o Brasil. Na safra 2011/2012, não haverá seguros de culturas de risco, que vão ter o risco assumido integralmente pelos produtores. E, se houver uma perda de produção por questões climáticas, isso não será suficiente para manter o agronegócio nos próximos anos.

Esses foram os temas debatidos na última sexta-feira no nosso ciclo de debates. E agradeço a participação da Senadora Ana Amélia, pois tivemos importantes questões que realmente debatemos com os nossos produtores, no sentido de levar ao conhecimento da população o que é o Plano Safra 2011/2012.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação a propósito, além de ressaltar a validade desse debate.

Falo das situações absolutamente inaceitáveis, em que o produtor, por falta de informação, acaba onerando o custo financeiro das operações. Um exemplo que me chamou atenção é que, no registro em cartório do contrato de financiamento, dependendo da cédula que ele usa – Cédula Rural ou CPR –, ele vai pagar o dobro do preço em um título em relação ao outro título, sendo que, a rigor, o que vale é o valor intrínseco do que se está fazendo e contratando. Então, não é possível que não haja uma simplificação para que seja dada uma uniformidade na cobrança dessas tarifas de registros das escrituras dos contratos nos cartórios. Esse foi um dos detalhes. A simplificação certamente vai ajudar nesse processo.

Foram muito valiosos esse encontro e esse debate sobre o crédito rural e o novo Manual de Crédito Rural.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

ITEM 1
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Autoria: Senadora **Kátia Abreu**.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

Como sou relator desta matéria, convido a Senadora Ana Amélia para presidir os trabalhos, para que eu possa proferir o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra, o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia.

A análise diz o seguinte:

Nos termos das disposições constantes do inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CRA apreciar as proposições atinentes à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

A apreciação, pela CRA, do PLS nº 88, de 2011, ocorre em decisão terminativa, o que torna necessária a análise da proposta sob os aspectos relativos à constitucionalidade, ao mérito, à técnica legislativa e à juridicidade.

Encontram-se observados, quanto à constitucionalidade da matéria, os requisitos da competência legislativa da União, prescrita no art. 22 da Constituição Federal (CF), e do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 49, *caput*, da Carta Magna. Ademais, o projeto respeita também a reserva à iniciativa de leis ordinárias, tratada no art. 61 da Lei Maior.

No que tange à juridicidade, a proposição apresenta-se adequada, haja vista a inovação do ordenamento jurídico e a generalidade e coercitividade das disposições, contempladas em instrumento gerador de lei ordinária.

Quanto à técnica legislativa, não cabe reparo ao Projeto de Lei em discussão, que se apoia nas diretrizes traçadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sobre o mérito, é importante assinalar que o Projeto visa a eliminar um entrave à livre comercialização de agrotóxicos registrados no país. A Senadora Kátia Abreu soube identificar um importante problema no sistema brasileiro de registro de agrotóxicos. Ocorre que, por Lei, as empresas interessadas em comercializar defensivos agrícolas no Brasil precisam providenciar o registro do produto, segundo as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores de saúde, de meio ambiente e de agricultura.

Entretanto, a legislação atual não estipula um prazo de validade para o registro de agrotóxico. Dessa forma, muitas empresas dão entrada no pedido de registro de novos produtos, mas, por mero interesse comercial, decidem não dar início à comercialização do produto no mercado nacional.

Isso ocorre porque, em muitos casos, o produto novo é um competidor de um produto mais antigo, comercializado pela mesma empresa. Assim, para prolongar o ciclo de vida do produto anterior, a empresa atrasa em vários anos o lançamento de suas inovações.

Para eliminar esta falha, a matéria em análise estabelece que, após a obtenção do registro, a empresa terá prazo de dois anos para iniciar a produção, caso contrário o registro será suspenso. A empresa pode, ainda, solicitar o restabelecimento do registro, mas se em outros dois anos a comercialização não for iniciada, o registro será cancelado.

Assim, para não perder o registro já efetivado, as empresas passarão a introduzir de forma mais célere suas inovações no mercado brasileiro. Tal atitude terá bons reflexos para a agricultura brasileira, pois a entrada mais rápida de produtos inovadores resultará em aumento da competitividade de nosso agronegócio.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2011.

Era esse o relatório, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Acir Gurgacz, que relatou a matéria desse projeto da Senadora Kátia Abreu.

Informamos que esse projeto já foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo nosso colega Jayme Campos, tendo sido aprovado o parecer favorável a esse projeto.

Como se trata de matéria de natureza terminativa, e como não há quórum, vamos passar ao segundo item da pauta.

Proponho a V. Exª, Senador Acir Gurgacz, que reassuma a Presidência para fazer uma inversão de pauta, já que sou a relatora do terceiro item e o relator do item 2 não se encontra presente.

Então, vamos revezar aqui no nosso trabalho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos inverter a pauta em função de o Senador Casildo não estar presente.

Passamos ao Item nº 3.

ITEM 3
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2011

Altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.

Autoria: Senador **Acir Gurgacz**

Relatoria: Senadora **Ana Amélia**

Com a palavra a nossa relatora Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o seu projeto.

Presidente Acir Gurgacz, são tantas relatorias aqui...

O Projeto de Lei referido por V. Exª trata de outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao criador por animais.

Nos termos do inciso III do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CRA opinar sobre agricultura, pecuária e abastecimento. Em face do caráter não terminativo, cabe a esta Comissão manifestar-se precipuamente quanto ao mérito da Proposição.

No caso em tela, o PLS nº 226, de 2011, propõe que o pecuarista passe a ter tratamento especial nos processos de falência, a fim de que possa resgatar seu crédito com a venda dos produtos obtidos com o abate do gado entregue.

Nas operações normais, o pecuarista entrega o gado para o abatedouro mediante promessa de pagamento futuro, que pode ocorrer de 30 a 90 dias. Ocorre que, muitas vezes, na data do recebimento, o frigorífico pode já não existir mais – o que, aliás, ocorre com muita freqüência –, o que pela regra atual, obriga o credor a se inscrever em longo e incerto processo de falência.

Entende-se que a proposta do nobre Senador Acir Gurgacz é coerente com a promoção de maior justiça social por dar àquele que produziu, o direito de recuperar o fruto do seu trabalho. Ainda mais quando se observa que a regra proposta já se aplica ao credor de sementes, em relação aos frutos agrícolas produzidos, como se constata da leitura do inciso *V* do Código Civil Brasileiro.

Portanto, apoio o objetivo do PLS nº 226, de 2011, que garantirá ao pecuarista preferência sobre os demais credores quirografários, devido a sua condição especial de fornecedor e por isso representar sua fonte de sustento e sobrevivência.

O meu voto é pela aprovação do PLS nº 226, de 2011, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão.

Para discutir, Senador Blairo Maggi. Depois, Senadores Jayme Campos e Ivo Cassol.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, nossa colega Senadora Ana Amélia, Senador Ivo Cassol, Senador Jayme Campos, Senador João Pedro, a iniciativa do seu projeto, Senador Acir, é louvável, desde que venha no entendimento que eu tenho. Por isso, eu gostaria de um esclarecimento.

Dentro da sua proposição, quando colocamos a preferência entre os credores, nós vamos levar o produtor na primeira posição de todos os créditos? Primeiro vem trabalhista, fiscal e, na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO. *Fora do Microfone.*) – Na sequência, vem o produtor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – V. Exª não estudou a possibilidade, não sei a questão de construção ou coisa parecida, de colocar o pecuarista antes do governo?

Eu não sei se se permite ou não. Nós deveríamos fazer uma discussão bem ampla sobre este assunto, porque vejam bem: se vai pagar o imposto, de onde veio, primeiro, a matéria prima? Veio do pecuarista. Quer dizer, na realidade, ele deveria ser o primeiro, ainda sobre a questão trabalhista também, porque, sem a matéria prima fornecida, não haveria nem o emprego, nem o imposto.

A questão trabalhista, entendemos que é uma questão social, então, não quero nem discutir essa questão, mas, antes do governo, eu proporia... Vou votar favorável, acho louvável, como disse, mas a Comissão poderia se aprofundar nesta questão, porque eu não conheço bem a matéria, para ver se temos alguma brecha de colocar o pecuarista logo após as questões trabalhistas. Porque o que vem ocorrendo no setor da pecuária é um arrasa-quarteirão.

Temos aqui pessoas ligadas a esse segmento, com exceção do nosso Senador João Pedro, que não é pecuarista, não é, Senador?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu sou ligado, eu compro a carne toda semana.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim, é consumidor, que é o mais importante.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – É a ponta da cadeia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – *Nosotros*, como dizemos na fronteira, temos uma ligação bastante grande com o setor da pecuária, até nos nossos Estados também.

Então, vejo essa reclamação, Senador Jayme Campos, que é da área, profundo conhecedor e grande pecuarista. Cada vez que um fazendeiro ou fazendeira ou sitiante vai vender um boi e diz que tem que esperar trinta dias para receber, Deus o livre! São os piores 30 dias da vida de cada cidadão, porque ele não sabe se vai receber.

Infelizmente, é um setor que está muito desorganizado, muito concentrado, e aqueles que não estão na concentração estão com problemas.

Presidente, quero aqui ser favorável ao seu projeto, mas, mesmo assim, quero ver se podemos, levar os produtores, os pecuaristas em segundo lugar nessa lista.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Blairo.

A iniciativa desse projeto foi exatamente em função de muitos apelos de produtores rurais, principalmente do meu Estado de Rondônia, que sofreram, não uma nem duas, mas várias vezes, questões como essas. E passaram anos, mas até hoje não receberam pela venda de seu produto. E há o risco de não receber, porque vai acabar o patrimônio, não vão conseguir pagar todos os seus credores. Portanto, nasceu exatamente dessa questão. Sua colocação é pertinente.

Consulto nossa Relatora se podemos aprovar com essa colocação de que, depois das questões trabalhistas...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Uma emenda.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Prefiro que a discussão da matéria continue porque tenho uma posição a respeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas V. Exª tem prioridade como relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Continuando a discussão da matéria, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, demais Senadores e Senadoras presentes nesta Comissão, antes de mais nada, quero dizer que o projeto de V. Exª, Sr. Presidente, é meritório, na medida em que mostra sua preocupação com um setor que, lamentavelmente, nos últimos tempos, tem sido prejudicado diante do não compromisso de pagamento das empresas do setor.

Sigo na mesma linha do posicionamento do Senador Blairo Maggi, dizendo que a legislação vigente no Brasil, quando uma empresa entra na fase de falência, a questão trabalhista é prioridade. Tem de ser. Nada mais justo, até porque o cidadão trabalhou 30 dias e tem que receber seus salários e seus direitos.

Entretanto, acho que a questão fiscal não tem que ser prioridade; como bem disse o Blairo, tinha que ser o pecuarista, porque foi ele quem fez o produto, vendeu e, lamentavelmente, muitas vezes, deixou de receber.

O que ocorre nos últimos tempos é uma incerteza daqueles que vendem para o setor, ou seja, para as indústrias frigoríficas. Lamentavelmente, a grande maioria das empresas no Brasil deixou de cumprir seus compromissos; algumas literalmente foram à falência, quebraram, viraram até pó, deixando grandes prejuízos para o produtor rural, sobretudo da área da pecuária.

Nesse caso, entendo, Sr. Presidente, que poderíamos aperfeiçoar não só no sentido de se quitar o passivo trabalhista – os pecuaristas estão na segunda instância – mas, se possível, a título de sugestão aqui, criarmos um fundo garantidor. Porque hoje se trabalha na incerteza, como disse o Senador Blairo Maggi, de que o cidadão que vende com 30 dias conta minutos, horas, segundos, preocupado em receber, diante dos fatos que temos visto no Brasil. Empresas frigoríficas receberam aporte, como V. Exª sabe – e eu me posicionei sobre isso há poucos dias –, de recursos do próprio BNDES, que passou a ser cobrador das ações. Daí, o cidadão comum, o pequeno pecuarista tinha a garantia, a confiança, pelo fato de um banco do nosso País, o BNDES, ser parceiro, a certeza de receber. Todavia, não recebeu.

Então, o que também sugiro aqui, além da opinião externada pelo Senador Blairo, de que, no segundo caso, seria o pecuarista a prioridade, a criação de um fundo garantidor. Se me perguntarem qual seria a fonte, digo que temos que estudar. Acho que poderia sair do próprio pecuarista, se for o caso, do frigorífico, sei lá, 1%, 0,5%. Agora, não podemos ficar nessa inércia, ou seja, nessa intranquilidade de que, quando se vende, passam-se algumas noites sem dormir diante da incerteza de que se vai receber.

De forma que quero cumprimentá-lo. São projetos como este que dão a garantia e a certeza para o setor produtivo do Brasil de que vai receber. Entretanto, podemos aperfeiçoá-lo. Já é bom, todavia, podemos melhorá-lo, não só na questão do pagamento, mas, sobretudo, se for o caso, tendo um fundo garantidor ou algo parecida, como um seguro para que a segurança seja cem por cento.

Essa é a minha opinião e quero crer que V. Exª, com sua inteligência e, sobretudo, com sua capacidade

administrativa, de homem que ouve os Srs. Senadores, vai nos dar essa oportunidade de participarmos também, com sugestões, desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Antes, Senador Cassol, precisamos aproveitar o quórum, peço licença e a compreensão de todos, para votarmos o item 1. Depois, voltaremos a esta discussão, pois precisamos de quórum para votar o item 1.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto.

Trata-se de matéria terminativa, portanto, farei a votação nominal.

Como vota o Senador Blairo Maggi o item 1?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador João Pedro?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – R) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 88/2011.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Temos um item extrapauta, e quero aproveitar o quórum. Senadora Ana Amélia, Senador Blairo Maggi, vamos aproveitar.

Item extrapauta
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2011

Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustível – Promicro e dá outras providências.

Autoria: Senador **Acir Gurgacz**.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, como relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só fazer um esclarecimento aos Srs. Senadores.

Este projeto é do Senador Acir Gugacz, que está altamente produtivo nesta Presidência, não só no comando dos trabalhos, mas também na produção legislativa. Já aprovamos o seu relatório em um item e, agora, vamos para um item de sua autoria.

É um projeto extremamente relevante porque cria uma política, Srs. Senadores, a respeito da produção, distribuição e comercialização para as microdestilarias de álcool e biocombustíveis – o Promicro e dá outras providências.

Dada a importância da matéria para a economia brasileira, especialmente num momento em que se discute muito a energia renovável, a valorização e a inclusão dos pequenos produtores rurais, a iniciativa tem uma relevância não só econômica, mas, sobretudo, social. Evidentemente, há um impacto ambiental, porque a valorização da energia renovável tem um espaço muito grande no debate nacional e também internacional.

Dada a relevância e a complexidade, uma vez que a matéria envolve questão de distribuição, que é da competência da Agência Nacional de Petróleo, sugiro não apresentar o relatório e retirar a matéria de pauta, Senador Acir Gurgacz, para valorizá-la ainda mais e para que eu possa requerer uma audiência pública para debater com autoridades e especialistas esta matéria, para uma melhor compreensão e avaliação desta comissão e também do próprio Senado Federal.

A minha proposição é essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O projeto está retirado da pauta.

Aguardaremos para fazer uma audiência pública, a fim de debatermos amiúde este projeto que entendemos ser de uma importância muito grande para o produtor brasileiro.

Voltando ao item 3.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os demais colegas Senadores e Senadoras.

Este projeto apresentado por V. Exª e relatado pela nossa Senadora Ana Amélia vem de encontro à estabilidade, à garantia e ao crescimento do setor no Brasil. A exemplo disso, o próprio Senador Blairo Maggi já levantou essa questão. O Senador Jayme Campos o acompanhou e eu também o acompanho, Senadora Ana Amélia. Por mais que queiramos dar garantia aos servidores que trabalham na empresa – isso é importante e fundamental –, o que não podemos, de maneira nenhuma, é matar a galinha dos ovos de ouro. O verdadeiro produtor não pode ser penalizado por incompetência ou simplesmente por falta de capacidade das próprias instituições responsáveis, a exemplo da Secretaria Nacional da Fazenda e da Receita Federal, quanto à questão dos impostos. Precisamos priorizar e colocar, primeiro, os direitos trabalhistas e, segundo, o direito dos produtores. Não é justa a maneira que os produtores são tratados nacionalmente, e V. Exª falou do exemplo do Estado de Rondônia. Nós já fomos penalizados várias vezes. Produtores da cidade de Ariquemes venderam para frigoríficos laranjas. Aí, eu não consigo entender. Agora deu uma melhorada, mas havia um "pomar". Na verdade, esse setor de frigoríficos parecia um "pomar": "poncã" de um lado, "limão" do outro, "cidra" do outro. Era um "pomar", porque essas empresas estavam em nome de outros. Resultado: isso tem prejudicado a economia local. Isso aconteceu na cidade de Ji-Paraná, na cidade de Pimenta Bueno, na cidade de Ariquemes, na cidade Vilhena, e vem se arrastando ano após ano.

Devemos priorizar os produtores, e a nossa Relatora Ana Amélia já se mostrou flexível em concordar com a ideia do Blairo Maggi. Então, em vez de ficarmos como terceiro ponto de credor, ficarmos em segundo. Não podemos penalizar os produtores pela incompetência da União na cobrança de impostos.

Temos que dar preferência, primeiro, aos funcionários, depois, aos produtores. Com isso, garantiremos ainda mais a produtividade. Isso sem contar, Senador Blairo Maggi, que o que o agropecuarista ganha, Senador Jayme, é muito pouco. Há pessoas, ambientalistas, empresários fantasmas, que acham que o produtor deita e rola em cima de dinheiro, mas não sabem o sacrifício que tiveram para produzir um quilo de carne, uma arroba de boi.

Ao mesmo tempo, precisamos criar algo especial, como foi levantado pelo Senador Jayme Campos, quanto ao seguro. Quero dar aqui uma sugestão. Temos muitas seguradoras no Brasil e há seguro para carro, seguro para casa, ,seguro-desemprego, seguro para não sei o quê. Então, por que não temos seguro contra malandro? Vamos criar seguro contra malandro no boi. Aí, com esse seguro contra malandro, quando o produtor for vender o boi, ele já paga uma taxa, e o cara do seguro terá uma garantia.

Vou dar um exemplo de um produtor. Eu sou pecuarista. Eu não vendo boi fiado; é à vista. Acabou. Quem quiser comprar tem que ser à vista. Não arrisco, perco R$1,00, R$2,00, mas não perco o boi inteiro. Temos gente séria? Temos. Quero dar um exemplo de um empresário sério do Estado de Rondônia: o Sr. João Gonçalves, que tem um frigorífico na cidade de Jaru. Ele é um empresário sério, digno, que vem se arrastando há anos, quando há outros que abrem as portas num dia e fecham no outro, prejudicando os demais com uma concorrência desleal.

Devemos colocar o seguro de um lado e, ao mesmo tempo, colocar, como segunda obrigação, o saldo remanescente do empreendimento para pagar as contas.

Não foi diferente o que ocorreu na cidade de Rolim de Moura. Lá dois frigoríficos quebraram, deixaram dívidas para os pecuaristas, e os produtores vivem se arrastando. E ainda tem gente que acha que os produtores estão rolando em dinheiro.

Portanto, sou a favor do Senador Blairo Maggi e do Senador Jayme Campos e peço a compreensão da nossa Relatora no sentido de apresentar uma emenda integrada da bancada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Estamos em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, uma indagação ao Senador Ivo Cassol, que disse que ele não vende fiado, só à vista. Queria perguntar se ele vende fiado para o Sr. João lá de Jaru.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para o Sr. João Gonçalves, eu vendo fiado, porque é um cara sério. E há uma grande vantagem, ele tem um frigorífico no nome dele, enquanto a maioria dos frigoríficos, das plantas, está em nome de laranja, em nome de laranja. Outra coisa, quando vamos ao banco pegar um tostão, temos que assinar promissórias, assinar documentos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Cassol, não deveria ser abate de boi, mas fazer suco. *(Risos.)*

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, para discutir a matéria, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu tenho dúvidas, Srs. Senadores...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A sugestão que está em debate é a proposta do Senador Blairo Maggi.

Como sou relatora, devo esclarecer que ele está colocando, depois dos trabalhadores, na ordem de preferência de recebimento, no caso de falência de frigoríficos, os pecuaristas.

O Senador Cyro Miranda tem uma posição quanto a esta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É justo, mas nem sempre o que é justo é possível. Acho que a Lei de Falência rege alguns princípios que não permitem essa inversão, como créditos quirografários, etc.

Não sei se a Relatora concorda com isso, mas acho que, assim, prejudica qualquer tipo de emenda nesse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A preferência, no caso das falências, de fato, como foi bem observado pelo autor, dando como terceiro lugar, vai do ponto de vista da viabilidade, da viabilidade da lei e da aprovação da matéria, para que ele prospere e para que se chegue a bom termo. Não adianta fazermos uma lei de muito boa iniciativa que lá, no meio do caminho, seja barrada, ou por inconstitucionalidade ou por outro motivo.

Aqui fala "sobre o produto da colheita, para a qual houver concorrido com o seu trabalho, e precipuamente a quaisquer outros créditos,

ainda que reais, o trabalhador agrícola, quanto à dívida dos seus salários" – aqui é salário, então é o trabalhador, está específico aqui, exatamente – "sobre os produtos do abate, o credor por animais", no caso, a alteração que o senhor está fazendo, de acordo com o que está prevendo a lei específica.

Penso, como o Senador Cyro Miranda, que vamos esbarrar exatamente nesse aspecto. Do ponto de vista do mérito, não há nenhuma dúvida do acerto do Senador Blairo, do Senador Jayme, do Senador Cassol, e imagino que o Senador Casildo também pense da mesma forma, mas vai esbarrar exatamente nesse dispositivo da Lei de Falências em vigor no País. Posso, com muito gosto e com muita coerência, acrescentar a emenda apresentada aqui da preferência, em segundo lugar, do pecuarista no recebimento dos créditos em caso de falência de um frigorífico, não há nenhuma dúvida. Farei isso, mas penso, como o Senador Cyro, que vai haver esse óbice do ponto de vista legal.

Quanto à outra questão do Senador Jayme Campos, penso que é extremamente valiosa a discussão, mas o Senador Blairo Maggi – estávamos conversando aqui – disse estudar, no âmbito desta Comissão de Agricultura, especificamente nesse processo, para evitar, digamos, um prejuízo aos pecuaristas, criar um seguro de risco pelos frigoríficos. Aí seria um projeto aqui na Comissão. Mantemos o seu como está e discutimos não só a possibilidade do fundo garantidor num projeto separado, como também outro projeto com o seguro de risco, porque são matérias de natureza diferente dessa que V. Exª está propondo. São outras iniciativas que penso que são extremamente oportunas para resolver esse problema que tem provocado prejuízos incalculáveis aos produtores rurais. Vamos incumbir coletivamente a Comissão e a assessoria técnica da Comissão, fica como sugestão da Relatora estas matérias: seguro de risco no caso de falência de frigoríficos, das operações – mas das operações, porque claro que esse seguro vai valer para caso de suspensão das atividades, mas terá também a validade de segurança para os dois, haverá um custo adicional, mas, em compensação, não haverá dor de cabeça para os produtores, que não serão mais lesados nessas operações – e o fundo garantidor também pode ser matéria para outra questão.

E acolho, sim, a despeito do risco desse óbice à frente, em relação à legislação em vigor sobre o caso dos créditos, os direitos dos créditos nos casos de falência.

Então, o voto é favorável, acrescentando a emenda do Senador Blairo Maggi como emenda coletiva. Emenda coletiva, pode ser, Senador Cyro?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pode ser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Emenda coletiva ao projeto, considerando que os pecuaristas estarão em segundo lugar na preferência dos créditos em falência de frigoríficos.

Então, meu relatório conclui por essa posição, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agradeço aos demais Senadores.

Quero só fazer uma colocação, Senador Blairo Maggi, sobre a questão. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, estabelece que, em primeiro lugar, vêm as leis trabalhistas; em segundo lugar, serão os impostos. Nós fizemos uma comple-

mentação com relação ao art. 964, que tem privilégio especial, como disse bem a Senadora Ana Amélia. Nós acrescentamos "sobre os produtos do abate, o credor por animais". A vontade nossa era colocar, de fato, nosso produtor rural para ser o segundo da lista, mas a Constituição não permite. Se fizermos essa colocação, nós vamos fazer com que o projeto não ande, prejudicará o projeto.

Enquanto estávamos debatendo o item 1 para votarmos, eu pedi que nossa assessoria técnica levantasse isso, e ela nos trouxe essa informação. Então, consulto novamente os Senadores se mantemos a emenda com risco de prejudicar o projeto ou se retiramos a emenda e seguimos para que a gente possa ter mais celeridade na questão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para mim, não há nenhuma dificuldade de retirar emendas, até porque fiz essa ressalva quando comecei a falar. Precisamos fazer um estudo para ver se cabe. Mas, independente de estar nessa lei ou não, acho que esta Comissão tem a obrigação de propor a mudança onde está o entrave desse negócio.

Sinceramente, não acho justo e acho que ninguém acha justo que os impostos venham antes de quem forneceu a matéria-prima. Então, se nós concordamos, nós somos os legisladores, podemos tentar fazer mudanças.

Se será acatada pelo Governo, pelo Executivo, se vamos ter brigas ou não, não sei, mas nós estamos aqui para ajudar aqueles que produzem. Acho que é uma atitude correta de nossa parte tentar ajudar e fazer alguma coisa. Se não for aqui, que seja em outras comissões, em outros locais mais apropriados, então, para a discussão desta matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para uma ponderação. Eu ia chegar no horário, mas uma rádio do interior do meu Estado me alugou hoje de manhã. Mas, no caminho até aqui, eu vinha escutando este debate da questão de se colocar o produtor em segundo, em terceiro, ou em quarto lugar. O Governo sempre quer primeiro o dele. Se vai produzir, antes de entregar o produto, primeiro, tem-se que atender os possíveis impostos que o Governo tem. Na verdade, é uma incongruência, se pensarmos bem.

Acredito que, quando o Código fala que primeiro é a questão trabalhista, depois os impostos em relação ao Governo, eu entendo que, até de certo modo, isso é infraconstitucional. Quer dizer, o Código não está no limite da Constituição; ele é infraconstitucional.

Em todo caso, como ideia, a assessoria e a consultoria da Comissão poderiam fazer um estudo para ver se cabe a emenda ou se nós vamos partir para um seguro. São duas teses aqui.

Talvez nós deixemos hoje como está, fluindo normalmente a proposta e, num estudo mais apurado – acho que a Comissão do Agronegócio, da Agricultura tem interesse nisso –, com a consultoria da Casa, trazer uma proposta para enquadrar isso, para oferecer segurança para o produtor. Ou colocando em segundo lugar quem produz, na questão da falência – e aí teríamos que fazer uma alteração no próprio Código Civil –, ou então encontrando uma saída através do seguro. Acho que um estudo mais acurado, com um pouco mais de calma, vai nos ajudar. É melhor isso do que nós partirmos para um caminho e, logo adiante, esbarrarmos, como diz a Senadora Ana Amélia. É minha opinião em relação a isso.

Em que pese também eu achar um pouco engraçado o negócio da boiada, havia aqui um Senador de Rondônia, Chico Sartori, que assumiu no lugar, se não me engano, de Ivo Cassol, que dizia que o Estado de Rondônia tem muito mais boi do que gente. E contou os milhões de bois que há lá. Mas eu não sabia que os laranjais lá de Rondônia são extraordinários e produzem muito. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Infelizmente, temos esse tipo de laranjal lá na nossa Rondônia.

Senador Jayme Campos, para debater, para discutir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É só uma questão de ordem, quando aqui foi levantada uma questão jurídica dizendo que o Código Civil, na Lei de Falência, prioriza a questão trabalhista e, depois, a questão fiscal. Todavia, nós podemos fazer uma emenda complementar, nesse mesmo Código Civil, permitindo, naturalmente, essa prioridade. Entretanto, os Senadores que têm conhecimento jurídico podem questionar sobre a questão isonômica. Uma, que se vai privilegiar, na falência de uma empresa, apenas um segmento. Seria o fornecedor do produto, que é questão *sine qua non* para se privilegiar a indústria, que é o produtor rural, e os demais fornecedores, não. Então, é um assunto sobre o qual cabe fazermos uma reflexão.

Temos uma boa consultoria jurídica. Aí, fazemos uma emenda no Código Civil, se for o caso, discutindo essa perspectiva dentro do próprio Código Civil, essa possibilidade, primeiro, na questão trabalhista; segundo, particularmente, aos pecuaristas que forneceram. Trabalhistas e pecuaristas. Então, é um assunto delicado.

Ninguém pode desconhecer, diante do Código Civil, em que está inserida a questão de falências e demais recuperações judiciais, e assim por diante.

De maneira que eu acho que nós temos de discutir, Sr. Presidente – e a consultoria jurídica pode orientar –, qual o melhor encaminhamento para tratar desta matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vejam que foi rico o debate em torno do assunto. É extremamente relevante para resguardar os interesses dos pecuaristas, que é a parte fraca nessa cadeia.

Hoje, até produtores estão tendo o cuidado de só entregar os seus animais mediante o depósito no banco. Não saem da propriedade enquanto não tiverem o depósito ali dentro. É uma garantia. Antigamente, valia o fio do bigode, valia a palavra. Hoje não. Hoje é um risco entregar sem o pagamento *cash*, sem o pagamento à vista.

Penso que, pela simplificação do projeto, pela facilidade de tramitação, como está o texto apresentado pelo Senador autor, Senador Acir Gurgacz, e dadas as sugestões apresentadas aqui, inclusive esta do Senador Jayme Campos, vamos manter, então, retirada a proposta de essa emenda ficar com o privilégio de ser o segundo no direito aos créditos em caso de falência de frigoríficos, em frente do Governo, no caso dos impostos, mantendo como está, e fazendo uma iniciativa legislativa para um novo projeto. Um, para o seguro de risco, no caso de falência. Aí pode ser não só para frigoríficos, mas para outras atividades do setor agropecuário de que esta Comissão cuida – aí seria coletiva, pela assessoria –, do fundo garantidor proposto pelo Senador Jayme Campos propôs, e uma terceira ainda, que seria uma emenda para alterar o Código Civil no aspecto específico da Lei de Falência.

Essa é a minha posição final. Ficamos, então, com o texto original deste voto, favorável; no texto original do seu projeto relativo às garantias dos pecuaristas, em caso de falência, em terceiro lugar, como já há um antecedente em relação aos produtores de sementes.

Essa é a minha palavra final sobre a matéria, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Continua em discussão.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Corroboro inteiramente com a Senadora Ana Amélia.

Quero lembrar que a matéria não é terminativa. Nós temos ainda a CCJ, onde poderemos discutir essas emendas, constitucionais ou não.

Então, corroboro em gênero e número. Também voto desta maneira, pela íntegra deste projeto, sem as emendas, e que nós possamos, na Comissão da CCJ, ainda exaurir as emendas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado. Não havendo mais ninguém para discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltamos, então, ao item 2 da nossa pauta.

ITEM 2
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.

Autoria: Deputado **Silvio Torres**

Com a palavra o Relator, Senador Casildo Maldaner, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, chega à análise desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 19, de 2011. A iniciativa altera o texto do art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, dispondo que também serão consideradas como atividade rural, desde que oferecidas em meio rural, comprometidas com as atividades da exploração agropecuária, de forma vinculada ou não à exploração de atividade agropecuária, as seguintes atividades:

I – administração de hospedagem em meio rural;

II – fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e meios de hospedagem rurais;

III – organização e promoção de visitas a propriedades rurais produtivas ou propriedades rurais inativas de importância histórica;

IV – exploração de vivência de práticas do meio rural; e

V – exploração de manifestações artísticas ou religiosas no meio rural.

Além disso, a proposição altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, de forma a incluir a exploração do turismo rural ancilar à exploração agroeconômica no dispositivo que caracteriza o empregador rural.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Além desta Comissão, a matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de De-

senvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Em análise do tema, que envolve incentivos ao turismo rural, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais referentes à iniciativa e competência para legislar. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional.

A análise do conteúdo da iniciativa insere-se na competência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), já que se relaciona com os temas constantes do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

A matéria é meritória. Sabemos que o turismo rural e o ecoturismo surgem como alternativas produtivas e de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da área rural.

A atualização da legislação proposta reveste-se de grande importância, pois facilitará o desenvolvimento do turismo rural no País.

Como o próprio autor salienta, "o empregador rural fica por vezes impedido de acolher um grupo de turistas em sua fazenda, em razão de, como produtor rural, não poder emitir documento fiscal, exigido pelas agências promotoras do turismo, relativo ao fornecimento de hospedagem ou alimentação, pois estas não são atividades típicas do meio rural".

Propomos apenas que o texto seja reescrito para se ajustar melhor à técnica legislativa apropriada à hipótese.

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 2º.

VI – conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, que agreguem valor a produtos e serviços do meio rural.

Art. 2º. O § 1º do art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.

§ 1º Inclui-se na atividade econômica, referida no caput deste artigo, além da exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho, a exploração do turismo rural ancilar à exploração agroeconômica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Essa correção se refere apenas ao parágrafo que não estava bem claro. Havia redundância na redação e, por isso, acrescentamos essa correção. E sobre atividades ancilares, que são em relação ao meio ambiente, ao meio em que se situa aquele empreendimento rural.

São essas as considerações, o voto em favor deste mercado que, acredito eu, incentivará o turismo no campo. Para nós do Sul do Brasil, nesta época, de inverno, é muito forte. Pessoas do Brasil inteiro e de outros países visitam o Sul nesta época em função do frio. É só regular para essas propriedades e o pessoal conhecer. Nas férias de julho, agora, as crianças viajam muito de centros urbanos para respirar melhor em outras áreas e curtirem a natureza por assim dizer. Então, é um nicho de mercado muito importante porque preserva o meio, fortalece a questão do meio ambiente, da natureza, e é bom para todos.

Esse é o voto, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O relator concluiu pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1.

Agradeço o brilhante relatório, Senador Casildo Maldaner. De fato, é uma matéria importante que vai trazer não só aumento de renda para o nosso agricultor, mas também importância muito grande na interação entre as pessoas que moram na cidade e as pessoas que moram na área rural.

Essa interação é muito importante, principalmente no momento em que discutimos a reforma do Código Florestal.

Se os nossos agricultores já tivessem recebido a população urbana, seria muito mais fácil debatermos este assunto com conhecimento de causa por parte das pessoas que moram nas cidades. Muitas vezes, as pessoas que vivem nas cidades não sabem como é a vida no campo. Então, essa interação é muito importante para a sociedade como um todo.

Meus cumprimentos pelo seu relatório.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a colaboração dos colegas na aprovação dessa proposta, que vem bem ao encontro do que V. Exª disse. Estamos votando o Código Florestal e, com isso, faremos com que haja verdadeira integração entre o perímetro urbano

e o meio ambiente, o campo, em todos os sentidos. E no Brasil inteiro.

Quando falei que o Sul integra bem nesta época do inverno, isso vale para o Brasil inteiro. Quem não quer conhecer alguma coisa diferente?

Às vezes as pessoas têm origem lá, e essa integração, principalmente agora que estamos tratando do Código Florestal, é extremamente importante para interligar, para viver no conjunto a sustentabilidade. Isso tudo ajuda.

Hoje, pensa-se muito na longevidade das pessoas, e o meio ambiente, com condições bem desenvolvidas, ajuda nisso, respira-se melhor, sente-se melhor, as pessoas ficam mais inspiradas, tudo flui bem melhor.

Quero agradecer então o apoio que os colegas ofereceram a esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do Leite, arroz, trigo, carne e vinho, com a presença dos seguintes convidados:

– Sr. ***Fernando Pimentel*** *– Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior –* ***MDIC;***

– Sr. ***Carlos Domingos Polleto*** *– Presidente da Cooperativa Regional Tritícola Serrana –* ***COTRIJUI;***

– Sr. ***Rodrigo Sant'Anna Alvim*** *– Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil –* ***CNA;***

– Sr. ***Antônio Jorge Camardelli*** *– Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes –* ***ABIEC****;*

– Sr. ***Carlos Raimundo Paviani*** *– Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho –* ***IBRAVIN.***

Autoria: Senadora **Ana Amélia**

Em votação.

Para encaminhar, a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, com a recente decisão da Rússia sobre o embargo à carne suína, bovina e de frango, que está provocando grandes demandas, com os acordos que temos no âmbito do Mercosul em todas as áreas, impactando a produção do arroz e outros acordos comerciais, temos que examinar o impacto, cada vez mais, como o Brasil é altamente competitivo, na produção agropecuária. Esses acordos têm tido repercussão nem sempre positiva na comercialização dos produtos de origem agropecuária. Então, esse é meu objetivo ao propor essa audiência pública na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos regimentais seja realizado Encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, no dia 15 de julho corrente, sexta-feira, às 14:00 horas, durante a 32ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Ji-Paraná – EXPOJIPA, fazendo parte da programação oficial do evento, com o objetivo de debater e avaliar o Associativismo e o Cooperativismo como instrumento de apoio aos produtores rurais e agente de desenvolvimento regional, com a presença dos seguintes convidados:

*– Representante do Governo de Rondônia****;***

– Representante da ***OCB;***

– Representante do ***SESCOOP-RO;***

– Representante da ***OCEPAR-PR****;*

– Dirigentes de Cooperativas Agroindustriais e de Crédito;

– Vice-Presidente ***de Agronegócios e Pequenas e Micros Empresas do Banco do Brasil.***

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requeiro, nos termos do art. 92, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas audiências públicas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com o objetivo de discutir e avaliar as mudanças previstas no Código Florestal, com a presença dos seguintes convidados:

– Dr. Alysson Paulinelli;

– Dr. Gustavo Curcio, Presidente da Embrapa;

– Dr. Sebastião Valverde, professor da Universidade de Viçosa;

– Dr. Rodrigo Lima, Instituto do Comércio e Negociações Internacionais, Icone;

– representante da OAB na comissão de debate do Código Florestal daquela entidade, Dr. Miguel Reali Júnior;

– Sr. Edgar Manoel, agricultor do Município de Boca do Acre, do Amazonas;

– Sr. Ives Gandra Martins;

– Sr. Evaristo Miranda, da Embrapa

– Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina;

– Deputado Aldo Rebelo;

– Dr. Roberto Rodrigues.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*.

Aprovado.

Antes de encerrarmos esta reunião, quero convidar as pessoas que nos assistem a acompanhar, amanhã, os nossos trabalhos.

Será realizado o 11º Seminário do Ciclo de Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, amanhã, dia 17 de junho de 2011, às 14 horas, na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, com o objetivo de avaliar o Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa e ameaças fitossanitárias para o Brasil, com ênfase em espécies que possam ser introduzidas através das regiões de fronteira, em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2011, aprovado em 9/06/2011, de minha autoria, com a presença dos seguintes convidados:

– Dr. Waldemar de Albuquerque Filho, Chefe de gabinete do Governo do Estado de Rondônia;

– Drª Regina Sugayama, Secretária da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária;

– Dr. Jamil Gomes de Souza, fiscal federal agropecuário da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

– Dr. Fabiano Alexandre dos Santos, gerente de sanidade animal da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, Idaron;

– representante do Fundo de Apoio à Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia, Fefa/RO;

– Dr. Fernando Pinto, fiscal federal agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Rondônia, SFA-RO.

Convido todos a participarem desse evento.

Nós iniciaremos, Senadora Ana Amélia, mais uma inovação, fazendo a primeira audiência ao vivo a ser realizada fora das dependências do Senado.

Vamos, mais uma vez, inaugurar, juntamente com a interatividade, recebendo as informações e indagações das pessoas que queiram participar e nos ajudar a promover um debate cada vez mais importante para a sociedade brasileira, principalmente os nossos produtores agrícolas brasileiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor será o piloto de provas com essa audiência.

O segundo será na Expointer, no Rio Grande do Sul. Então, já teremos uma boa experiência para realização dessa audiência publica.

Muito obrigada, Presidente.

Parabéns pela iniciativa também.

Só lamento não poder acompanhá-lo, como gostaria, porque eu e um grupo de Senadores e Deputados fomos convidados pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, para um debate sobre o Brasil do século XXI. Então, esse é o motivo pelo qual não estarei em Ji-Paraná acompanhando V. Exª.

Desejo muito sucesso ao encontro e ao debate que vai acontecer lá.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em que pese à importância de Harvard, acredito que a nossa Ji-Paraná é mais importante para o nosso debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença dos nobres Senadores e Senadoras e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro

Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, anuncia a presença dos estudantes Francinildo Kleyson dos Santos, Hugo Rodrigues da Silva Filho, Edmiel Leandro Bandeira da Silva, Júlio Rodrigues de Mendonça Neto, Camilla Avellar Silveira, Luca Bezerra Dias, Rafaela Costa, Rafael Kaminenko, Caroline de Moraes Guilherme, Daniel Ferreira da Silva e Lucas Araújo Mello Soares, que participarão da Imagine Cup 2011, evento, patrocinado pela Microsoft, que tem como escopo mobilizar jovens talentos, em suas habilidades, imaginação e criatividade para o desenvolvimento de inovações tecnológicas que possam fazer a diferença no mundo. A final da competição realizar-se-á em Nova York – USA. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais". O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI – Pedofilia – 2008 (SF), que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que as emissoras de radiodifusão veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da Internet". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3: Requerimento nº 26, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Eduardo Braga, que requer "... nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no sentido de que sejam ouvidos os representantes do Ministério das Comunicações (MC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o propósito de discutir sobre a possível licitação da Faixa de 450 MHz pela Anatel, com vistas a oferecer telefonia rural e Internet às regiões agrícolas do País". O requerimento é aprovado. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Entre Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Eunício Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Tv Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Vital do Rêgo A apreciação da matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção Ambiental do Vale do Rio Verdão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 690, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao Grupo de Apoio ao Meio Ambiente – "GAMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Campos Lindos – ACCL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão

de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Alto da Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à AMIC – Amigos da Cultura de Dracena e Região para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequencia modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro A apreciação da matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Edealina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Edealina, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 622, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa da Mata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Serra das Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Ciro Nogueira A apreciação da matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Douradoquarense – ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella A apreciação da matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Rural Afonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço A apreciação da matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à H. Sul FM Radio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Paulo Paim A apreciação da matéria é adiada. Nesse momento, os Senadores Cyro Miranda e Eduardo Braga, requerem, oralmente, a inclusão, extrapauta, de requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 01: Requerimento nº 25, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "..., nos termos regimentais, a realização de audiência pública para ouvir o Senhor Rajiv Mehrotra, Chairman e CEO da VNL (Vihaan Networks Lmited), sobre as experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet Banda Larga para redes rurais, usando energia solar, como forma avançada de resolver problemas de infra-estrutura em áreas remotas, permitindo a inclusão digital das respectivas populações". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 02: Requerimento nº 26, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 23, de 2011-CCT, no sentido de que seja também convidado o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Senhor Márcio Pochmann, para participar de Audiência Pública perante esta Comissão, com o objetivo de debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação". O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência

encerra a reunião, às dez horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 29 de junho de 2011, submetendo à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata de reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dispensada a leitura, a ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Alguns comunicados da Presidência.

Chamo a atenção para o Ofício Abert nº 037/2011, de 15 de junho de 2011, do Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Sr. Emanuel Soares Carneiro, encaminhando a esta Presidência cópia de ofício dirigido à Anatel, solicitando a suspensão da Consulta Pública nº 23, de 2011, pelo período adequado de tempo à realização de estudos e testes coordenados pela agência reguladora em razão de possível interferência do serviço WiMax sobre a recepção de sinais de televisão via satélite.

As Srªs e os Srs. Senadores poderão solicitar cópia do documento junto à Secretaria da Comissão.

Informo também a presença dos alunos e jovens campeões brasileiros na área de educação, ciência, tecnologia e inovação, que fazem parte da fase final do concurso mundial conhecido como Imagine Cup, em Nova York, no mês de julho, onde irão representar o Brasil.

Estão aqui presentes os alunos: Francinildo Kleyson dos Santos, Hugo Rodrigues da Silva Filho, Edmiel Leandro Bandeira da Silva, Júlio Rodrigues de Mendonça Neto, Camilla Avellar Silveira, Luca Bezerra Dias, Rafaela Costa, Rafael Kaminenko, Caroline de Moraes Guilherme, Daniel Ferreira da Silva, Lucas Araújo Mello Soares. Todos participarão da fase final da Imagine Cup, como eu disse há pouco, o maior programa de revelação de talentos acadêmicos do mundo. Foi criado em 2003, com o intuito de encorajar os jovens a pensarem como a inovação na indústria de tecnologia pode auxiliar na resolução dos problemas do cotidiano.

Quero, portanto, em nome da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado da República, cumprimentar cada uma e cada um dos nossos representantes, desejando-lhes boa sorte. Quero também cumprimentar e registrar a participação da Microsoft neste importante certame mundial, conhecido, repito, como Imagine Cup, em que jovens brasileiros participarão da fase final em Nova York.

Com os votos e o desejo desta Comissão de sucesso aos nossos representantes, indago ao Plenário sobre a possibilidade de um dos nossos alunos representantes nesse programa, nesse certame tão importante, representando o conjunto dos alunos, fazer uma apresentação para a nossa Comissão.

Se o Plenário estiver de acordo, por um prazo, obviamente, restrito, faríamos a apresentação.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço o uso da palavra apenas para cumprimentar esses jovens e dizer que, no Brasil, infelizmente, algumas pessoas começam a ter – ou já de há muito têm – vergonha de ser honesto; e algumas pessoas também têm vergonha de ser estudiosa, de ser excelência na sua área.

Acontecimentos como esse revelam que o nosso País está começando a caminhar para que tenhamos um futuro melhor para todos. Hoje, sem tecnologia, sem conhecimento, sem informação, nós não teremos a nossa inserção no contexto internacional.

Aproveito para cumprimentá-los e os seus mestres, os seus professores, por esta oportunidade de participarem deste evento.

Concordo inteiramente com a apresentação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acho que, neste momento, a gente está diante de um dos desafios que esta Comissão, diria, a própria Casa, o Senado da República, em diversas etapas, tem discutido: sobre como oportunizar, meu caro Taques, e como contribuir contribuir, com estímulos, para que experiências como essa se repitam, e não como algo pontual. Ontem, por exemplo, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, até falava nisto, na possibilidade de a gente investir.

Houve experiências recentes no Brasil, agora mesmo, na Olimpíada de Matemática, em que vimos pessoas sem estímulo, sem condições, mas com o desafio: o pai que carregava o seu filho num carro de

mão e uma pessoa com deficiência audiovisual que foi a vencedora da Olimpíada de Matemática, e que é, portanto, uma prova disso.

Eu conversava, Senador Taques, com alguns dos jovens sobre essa questão, e nós encontramos na experiência desse trabalho diversas iniciativas que dialogam com projetos que já tramitaram na Casa. Conversava ali, há instantes, com alguns jovens sobre a própria questão da interoperabilidade, que é um dos trabalhos desenvolvidos. Depois, na sequência, um jovem me informava que eles estão desenvolvendo um novo sistema exatamente para ser utilizado por pessoas com deficiência, os surdos-mudos. Para nós, que recentemente fizemos uma grande audiência aqui, na Casa, com representação de todos os Estados, é uma iniciativa importante para o uso da comunicação por essas pessoas.

Conversava com dois jovens do Paraná sobre a utilização de uma experiência, meu caro Senador Eduardo Braga, que diz respeito ao voluntariado: o desenvolvimento de uma ferramenta, ainda que utilizando jogos, que permite exatamente orientar o trabalho voluntário. Eu falava com eles da experiência que está se discutindo hoje de utilização de tecnologia com os agentes comunitários de saúde, para a gente resolver um dos graves problemas, que é a transmissão dessa informação e a interação dessa base de dados com outras bases de dados do Governo. Essa mesma provocação eu fiz ao IBGE – V. Exª estava na audiência – para que o IBGE utilize essas informações.

Então, fiquei ali perplexo, porque nós fomos conversando com os jovens e, de repente, fomos descobrindo que várias coisas eles estão desenvolvendo, a partir exatamente de diversos temas que a sociedade discute e que são, às vezes, mal utilizados.

Por exemplo, a interoperabilidade da tevê digital, que, lamentavelmente, discutimos errado. Esse é um dos maiores enfrentamentos que travei na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Não nos interessa ter tevê digital só para resolver o problema do áudio ou da imagem. Essa história do chuvisco, para o que muita gente até bota o bombril na antena, está superada. Não quero uma tevê digital só para tirar o chuvisco ou a sombra. Nós queremos uma tevê digital para que ela seja realmente uma ferramenta nova, porque, para melhorar a imagem, quem pode hoje compra uma boa tevê de plasma, de LCD, dá uma *linkada* em uma tevê por assinatura e pega uma imagem tranquila. Não é para isso. A mesma coisa é fazer chegar isso lá, como eu estava dizendo aos jovens, no agreste de Pernambuco, no interior do Amazonas, no interior da Bahia, no interior do Paraná, de São Paulo, enfim.

Então, eu fiquei muito feliz, Sr. Presidente. Acho que, além dessa questão do que é o envolvimento, como o Senador Taques colocou muito bem, é a juventude tendo oportunidade de discutir, através da ciência e da tecnologia, dessas descobertas, como isso pode interagir no cotidiano das pessoas; como isso pode ser utilizado para a vida das pessoas.

A gente fica muito feliz em ver isso, porque vai vendo o resultado. Ainda que alguém possa fazer a leitura, Taques, que é de minutos, ou seja, são poucos jovens. Mas, se a gente não começar com poucos jovens, nós vamos ficar a vida inteira dando passos ainda lentos na possibilidade de transformação.

Por isso, Sr. Presidente, a gente fica muito feliz, na manhã de hoje, com essas experiências. É óbvio que cai muito bem a sugestão de V. Exª para que um jovem possa nos falar exatamente o que eles têm feito, quais são os desafios e como eles podem nos ajudar, com essa boa criatividade, para a gente solucionar vários problemas no País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Fazendo das palavras tanto do Senador Pedro Taques quanto do Senador Walter Pinheiro a palavra desta Comissão sobre o tema, ouço o Senador Ciro Nogueira...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele insiste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Cyro Miranda...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Como ele está na Comissão de Comunicação, chame-o de Boccanera logo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... do glorioso Estado de Goiás, para fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se não fosse polêmico, Presidente, eu diria até o senhor me chamar de CM, mas pode haver alguma controvérsia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, obrigado.

Eu quero também parabenizar e aproveitar para pedir a votação de um requerimento nosso, extrapauta, que vem complementar, nesta Casa, o que nós vamos ouvir hoje.

Esta Comissão está sendo premiada, porque nós vamos ouvir, hoje, um projeto belíssimo – eu soube disso –, em alguns minutos, que esse jovem vai nos apresentar. Em seguida, se o senhor concordar e se for aprovado esse requerimento extrapauta, nós va-

mos contar com a vinda de um pessoal da Índia que vai mostrar um processo de banda larga por energia solar – um dos instrumentos – que chega às mais longínquas cidades, o que também faz parte do projeto desse jovem.

Então, peço a gentileza, se for possível, de esse requerimento extrapauta ser...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Cyro Miranda, a propósito, ontem participamos de uma conversa no gabinete de V. Exª – o Senador Walter Pinheiro, V. Exª e eu –, com os representantes dessa tecnologia apresentada nesse requerimento. E eu informo à Comissão que, ouvido o Plenário, nós vamos submeter, extrapauta, o requerimento para, logo após a apresentação do jovem, passarmos à abertura da pauta a fim de ouvirmos o item relatado pelo Senador Rodrigo Rollemberg, a seguir, e, após a nossa pauta, assistirmos à apresentação de uma tecnologia que tem sido vitoriosa na Índia com relação às comunidades rurais tendo acesso não só à plataforma de telefonia móvel, mas também à Internet de banda larga pela tecnologia de GSM.

Após esse encontro que tivemos no gabinete de V. Exª, tive a oportunidade de aprofundar um pouco, no próprio *site* da empresa, as informações sobre essa tecnologia e creio que, se aprovado agora pelo Plenário, nós teremos efetivamente uma importante audiência para que seja do conhecimento dos Senadores esse tema.

Submeto, portanto, extrapauta, o requerimento de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer, nos temos regimentais, a realização de audiência pública para ouvir o Sr. Rajiv Mehrotra, Chairman e CEO da VNL Vihaan Networks Limited, sobre as experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet banda larga para redes rurais, usando energia solar, como forma avançada de resolver problemas de infraestrutura em áreas remotas, permitindo a inclusão digital das respectivas populações.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra ao jovem Lucas Araújo Mello Soares, da Universidade Federal de Pernambuco, para fazer uso da palavra para apresentar a esta Comissão um sumário sobre este grande evento de estímulo à juventude, à inovação e à ciência e tecnologia, Imagine Cup.

Com a palavra, o jovem Lucas Araújo Melo Soares.

O SR. LUCAS ARAÚJO MELO SOARES – Obrigado.

Bom dia a todos.

Primeiramente, agradecer a oportunidade de poder estar aqui com vocês, apresentar essa competição e o que ela tem agregado de valor para nós, estudantes de tecnologia.

Meu nome é Lucas Melo. Eu sou da Universidade Federal de Pernambuco, como vocês podem notar pelo sotaque, e atualmente sou Diretor de Inovação da Proativa Soluções em Tecnologia.

A ideia de estar aqui é apresentar o que é essa competição para vocês, o motivo de a gente estar aqui, o que a gente vai fazer participando dessa competição.

A Imagine Cup é considerada a copa do mundo de computação. É o maior torneio de tecnologia do mundo voltado para estudantes a partir de 16 anos.

Todo ano, a Imagine Cup tem um tema. O tema deste ano foi este: "Imagine o mundo onde a tecnologia ajude a resolver os principais problemas que a humanidade enfrenta".

Então, nós, estudantes, somos desafiados a fazer um projeto que tenha a ver com esse tema. Temos que fazer um projeto que... *(falha na gravação)* para uma das oito metas do milênio definidas pela ONU.

*(Falha na gravação) ...*categorias que vão desde desenvolvimento de softwares até manipulação de servidores, desenvolvimento de jogos, *digital media*. Então, você tem que escolher uma dessas categorias e participar da competição.

O mais legal da competição para nós, estudantes, é que, se você for classificado para a final mundial, se você se destacar no seu país – no caso, o Brasil – e conseguir avançar para a final mundial, você vai para um desses países que vão sediar a final mundial.

Como a gente pode ver ali, em 2006, por exemplo, a final mundial foi na Índia; em 2007, na Coreia do Sul; em 2008, na França; em 2009, no Egito; em 2010, em Varsóvia, na Polônia, e este ano será em Nova York.

Todos nós que estamos aqui conseguimos, este ano, ser os campeões brasileiros das nossas categorias, conseguimos ser destaques nacionais nas nossas categorias e vamos representar o Brasil na final mundial, que, este ano, será em Nova York.

E o Brasil? Como é que o Brasil tem se destacado nessa competição?

Bem, sempre que a gente passa para a final mundial, a gente vai para lá e enfrenta países como Coreia do Sul, Japão, França. Países que, no começo, eu tinha um certo receio: Poxa, será que a gente é tão bom quanto os americanos em tecnologia? O franceses?

Como se trata de uma competição de criatividade, a gente se destaca muito. A gente tem demonstrado muito mais criatividade do que eles em competições de inovação, como a Imagine Cup.

Por exemplo, em 2005, o Brasil foi campeão mundial da competição. Em 2006, como a gente pode ver, aquele projeto foi vice-campeão mundial e eles foram

convidados a apresentar o projeto para o Tio Bill, Bill Gates. Em 2007, Brasil campeão mundial de novo na Coreia do Sul. Em 2008, o Brasil foi quarto lugar mundial na França. Em 2009, que foi a vez em que eu participei, a gente conseguiu ser campeão mundial no Egito. E, em 2010, de que também participei, a gente foi vice-campeão mundial lá em Varsóvia, na Polônia.

Então, a gente tem demonstrado realmente muita criatividade. A gente tem dado goleada nesses países quando o assunto é criatividade e inovação. Isso mostra o destaque do Brasil em competições como essa.

Essa é uma foto da minha equipe. Foi a primeira vez que participei da Imagine Cup. Consegui ir para a final mundial.

Sempre imaginei que a minha primeira viagem internacional seria para os Estados Unidos ou talvez para a Europa. Nunca imaginei que a minha primeira viagem internacional seria para a África. A gente foi representar o Brasil no Egito, em 2009. Participamos, fomos apresentando o nosso projeto e passando de etapa para etapa, até que... O último dia da competição é o dia da premiação. No Egito, eles montaram um palco no meio do deserto, com vista para as pirâmides. Ali não é um cenário. Ali realmente são as pirâmides, de fato. Muita gente pensa que é um *banner*, tal... Sei lá! Holografia...

Este dia foi um dos mais emocionantes da minha vida, foi quando – vocês podem ver por aquelas fotos do lado – a gente se sagrou campeão mundial da Imagine Cup, lá no Egito.

Eu queria mostrar para vocês o seguinte: para chegar aonde a gente chegou, a gente teve toda uma trajetória de estudo, batalha. Então, o que foi que eu fiz? Desde quando a minha equipe resolveu participar da Imagine Cup, a gente começou a se reuniu para bolar um projeto, para competir. Desde a primeira reunião da gente, a gente levava uma câmera e ficava tirando fotos da equipe; a cada vez que a equipe conseguia avançar de fase, a gente tirava foto. Enfim. Quando a gente chegou na final mundial, lógico, levamos a câmera, tiramos muitas fotos lá no Egito, fizemos várias filmagens. Quando a gente foi campeão e voltou para o Brasil, peguei todas essas fotos e vídeos e fiz um vídeo contando toda a nossa trajetória, desde a gente lá batalhando até conseguir se classificar para a final e ser campeão.

Eu peço permissão aqui para mostrar pra vocês esse vídeo que mostra toda a nossa trajetória. O vídeo tem áudio.

(Apresentação do vídeo)

Aí a famosa da cerimônia final: aquele palco na frente das pirâmides. Aí é que são divulgados os campeões. A gente só sabe quem... *(Falha na gravação.)* A gente não sabia que ia ganhar...

(Apresentação do vídeo)

Isso aí foi em 2009. Eu queria muito ir à Polônia no ano seguinte, em 2010. É por isso que eu falei: próximos capítulos na Polônia.

Para finalizar: isso aí foi tudo o que a gente passou lá no Egito; tudo o que a gente viveu. Foi muito emocionante. Para estudante de tecnologia, isso foi coisa fantástica.

Aí foi para explicar qual o projeto que estou fazendo para participar da competição deste ano.

O projeto da gente, este ano, consiste numa aplicação para celular que permite que os surdos se comuniquem com o ouvinte, como a gente. Vamos supor que eu seja uma pessoa surda e que quero conversar com ela. Então, vou pegar o meu celular, vou começar a filmá-la, eu, surdo. Quando ela começar a falar, aqui, pela câmara do meu celular, vou vê-la, e, do lado dela, vai aparecer um boneco em terceira dimensão, um avatar, fazendo sinais representativos do que ela quer me dizer. Se eu quiser responder a ela, basta virar a câmera para mim, fazer os sinais, e o celular vai falar o que quero dizer para ela.

Então, já estamos trabalhando nesse projeto. Já temos um protótipo funcional. Isso vai permitir que um surdo vá para uma sala de aula, coloque o celular numa sala de ouvintes e entenda tudo o que o professor estiver falando. Vai poder assistir à televisão. Colocando o celular ao lado da televisão, vai saber o que está se passando, sem a presença do *closed caption*, por exemplo. Fazer uma ligação telefônica.

Então esse é o nosso projeto para este ano. Esperamos que tudo dê certo. É a nossa despedida na *Imagine Cup*, creio eu.

É isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente, quero cumprimentar V. Exª, quero cumprimentar os demais Senadores, todos os presentes, mas, de forma muito especial, quero cumprimentar essa turma de estudantes que nos honram com a presença e que estão transformando esta reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia numa reunião emocionante.

Eu quero dizer que fiquei extremamente impressionado, emocionado, com o vídeo e com as demonstrações que tivemos aqui. Ficamos pensando que é isso que o Brasil precisa fazer. Ou seja, se tivermos

sempre um número maior de estudantes que tenham a capacidade de promover inovações tecnológicas para construir um mundo melhor, como um desafio que está colocado aqui, ou seja, desenvolver inovações para construir um mundo melhor, certamente o Brasil se encontrará com o seu destino.

Portanto, quero aqui, de forma muito emocionada, cumprimentar todos esses estudantes. Terei oportunidade de me encontrar novamente com eles hoje, durante o almoço.

Mas quero dizer que nós vivemos, nesta Comissão, hoje, um momento emocionante, mostrando o que deve ser o Brasil. Ou seja, nós devemos ter um grande número de jovens como esses, que devem ser reconhecidas como heróis nacionais, como são reconhecidos os nossos grandes atletas do futebol, os nossos grandes atletas olímpicos. Ou seja, nossos grandes atletas da ciência e da tecnologia devem ter o mesmo reconhecimento no nosso País.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg e, ao mesmo tempo, já comunicando que os itens 1 e 2 da pauta estão sendo retirados, a pedido dos próprios Relatores, para a próxima sessão deliberativa, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a mesma emoção do Senador Rollemberg, também me dirijo a esses jovens parabenizando-os e dizendo que este, sim, é o alimento para nós desta Casa do Congresso continuarmos lutando, porque nós estamos vendo um presente vivo e um futuro ainda maior com esses jovens.

A ciência e a tecnologia deste País estão de parabéns. Temos de apoiá-los e dizer, mais uma vez, muito obrigado a eles por esse envolvimento e que desta Casa eles terão todo o apoio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Vamos ao item 3 da pauta. É um requerimento, de autoria do Senador Walter Pinheiro, assinado também pelo Senador Eduardo Braga.

ITEM 3
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT no sentido de que sejam ouvidos os representantes do Ministério das Comunicações (MC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com o propósito de discutir sobre a possível licitação da Faixa de 450 MHz pela Anatel, com vistas a oferecer telefonia rural e Internet às regiões agrícolas do País.

Em discussão o Requerimento de autoria do Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, muito breve. Nós até já tocamos nesse assunto, que foi, inclusive, motivado a partir de uma própria discussão que ocorre no interior da Anatel e do Ministério, com dois objetivos muito claros.

O primeiro é que nós queremos ampliar esse processo de inclusão, ou seja, os programas de inclusão no País para, nesse caso em particular, a gente conseguir chegar às áreas remotas do nosso Brasil, ao interior deste nosso País. Acho que é importante o uso dessa frequência. A experiência que vamos ver logo em seguida aqui é muito próxima disso que nós estamos querendo discutir.

O segundo aspecto é que não me conformo com a ideia de que a utilização dessa faixa de frequência se dê de forma automática, que a permissão, que a concessão ou a licença para o uso dessa faixa de frequência se dê de forma automática, uma transferência para os atuais operadores.

Eu tenho feito um pleito junto à Anatel, ao Ministério – o motivo do debate é esse –, porque nós achamos que é importante que tanto o Ministério quanto a Anatel possam abrir isso; não com o intuito de, com o leilão, o Estado brasileiro arrecadar com a venda da licença para operar em 450, mas para que nós tenhamos competitividade e para que nós tenhamos, nessa faixa, a possibilidade de praticar, efetivamente, a inclusão digital no País.

Esses são os dois objetivos básicos para os quais eu quero chamar atenção. E era importante que a gente fizesse esse debate no momento em que a Anatel está tomando a decisão. O Governo brasileiro está agora discutindo com as operadoras o Plano Nacional de Banda Larga e o Ministro divulgou, ontem, a sua intenção no leilão da chamada Faixa de Frequência 2.5 giga, com o intuito de permitir a utilização principalmente da chamada tecnologia para 4G, ou LTE, como alguns preferem classificar – eu prefiro ficar no espectro de frequência. Uma das ideias é que tenhamos, já em junho de 2013, a utilização disso para experimentos na Copa das Confederações. Óbvio, Sr. Presidente, que isso não vai chegar nem a Chorrochó, na Bahia, muito menos a... Eu não saberia dizer nomes tão pitorescos do Estado de V. Exª, mas, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Iauaretê.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronto. Iauaretê, no interior do Amazonas.

Mas queremos fazer exatamente uma inversão desse tipo de coisa. Quero, sim, que, em 2013, tenhamos 4G para a Copa do Mundo, mas é fundamental que, tanto no Amazonas, como em Rondônia, Bahia, Acre, Rio Grande do Sul, enfim, no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, tenhamos oportunidade também de incluir cada cidadão, não só para ver a Copa, mas para que possamos disputar copas como essa a que acabamos de assistir e de que os nossos jovens possam participar, a partir da experiência local e do acesso a essas ferramentas que a tecnologia disponibiliza no dia de hoje.

Por isso, queremos fazer esse debate o mais cedo possível aqui, na Comissão, para que possamos interferir, como a Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso Nacional interferiu na escolha da frequência em 1999, que terminou definindo um novo padrão industrial para o Brasil no que diz respeito à área de celular. Então, queremos também interferir nesse importante momento da nossa história do ponto de vista industrial e principalmente do ponto de vista da inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas, antes de colocar em votação, reafirmar o que disse o Senador Walter Pinheiro e dizer mais ainda: o processo desse debate é o que viabiliza a inclusão dessas regiões que ainda estão excluídas do grande processo de inclusão digital deste País e, ao mesmo tempo, da mobilidade do telefone móvel. Para as regiões da Amazônia – e, aí, o Senador Valdir Raupp aqui presente, eu, representando o Amazonas, e a Senadora Angela Portela, que representa Roraima –, sem nenhuma dúvida, a discussão dessa faixa de frequência e esse debate nesta Comissão são de um interesse muito grande, para o acesso da telefonia móvel rural e de Internet banda larga nas regiões rurais deste País.

Em votação...

O Senador Aníbal, por exemplo, representando o Estado do Acre, sem nenhuma dúvida, tem todo interesse nesse debate sobre a possibilidade da telefonia móvel rural e da Internet em banda larga nas áreas rurais.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para audiência pública sobre a possível licitação da faixa de 450 MHz pela Anatel, com vista à implantação de telefonia rural móvel e fixa, bem como de Internet banda larga nas áreas rurais deste País.

Item 3 da pauta. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 102, de 2011. Relator: Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

É o item 4.

ITEM 4
– Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ENTRE RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Sr. Presidente, eu só vou fazer a leitura do nosso voto, reafirmando, mais uma vez, que, neste particular, a nossa comissão já deu um passo significativo para os caminhos visando à apreciação de matérias dessa natureza.

O nosso voto é o seguinte: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Entre Rios Ltda. – lembrando que não é Entre Rios da Bahia, apesar de, na Bahia, também haver a cidade de Entre Rios – para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como de praxe nesta Casa, nós vamos dar prosseguimento à leitura dos relatórios de matérias similares para podermos votá-las em bloco, aproveitando, inclusive, o quórum que está havendo neste momento na Comissão.

Passo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para relatar o item 5 da pauta:

ITEM 5
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo n° 14, de 2011 (n° 2.496, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão de outorga à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 14, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório. É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, deixando para votar em bloco a referida matéria.

Retiro o item 6 da pauta, pela ausência do Relator na reunião de hoje.

Vamos aos itens 7, 8, 9, 10 e 11, todos relatados pelo Senador Cyro Miranda:

ITEM 7
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 689, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIO VERDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás.

ITEM 8
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 690, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA AMORIM (AMVA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás. (Volume II)

ITEM 9
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 695, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE – "GAMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.

ITEM 10
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 696, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPOS LINDOS – ACCL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.

ITEM 11
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 698, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTO DA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero fazer uma justificativa. Todas essas outorgas são do Estado de Goiás. Nós havíamos combinado que não seríamos Relatores de projetos dos nossos Estados, mas nos passaram essas matérias ainda no início desses trabalhos. Então, peço também permissão para relatá-los em conjunto, porque são do mesmo teor.

São outorgas para executar serviço de radiodifusão comunitária autorizadas à Associação de Proteção Ambiental do Vale do Rio Verdão, na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás; à Associação dos Moradores da Vila Amorim, na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás; ao Grupo de Apoio ao Meio Ambiente – "GAMA", na cidade de Alto Paraíso, Estado de Goiás; à Associação Comunitária de Campos Lindos – ACCL, na cidade de Cristalina, Estado de Goiás; e à Associação Comunitária de Radiodifusão Alto da Boa Vista, na cidade de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.

Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação desses quatro projetos.

Muito obrigado.

Era o que tínhamos a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Retiro os itens 12 e 13 da pauta pela razão já exposta da ausência do Relator, e vamos ao item 14:

ITEM 14
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 84, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDEALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Edealina, Estado de Goiás.

Relatoria: Senador **Anibal Diniz**.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vou simplificar o relatório.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável do seu Relator.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Diante do exposto, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 84, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Edealina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edealina, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Anibal Diniz, passo ao item 15 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 622, de 2010. Relator Senador Valdir Raupp.

ITEM 15
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 622, DE 2010

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DA MATA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 622, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão/outorga à Rádio Princesa da Mata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª e passo ao item 16 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 587, de 2010. Relator: Senador Cícero Lucena.

ITEM 16
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 587, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SERRA DAS ARARAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como já foi distribuído anteriormente o relatório, eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 587, de 2010, não evidenciou violação à legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Serra das Araras para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, retorno ao item 12 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 11, cujo Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 12
– Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à AMIC – AMIGOS DA CULTURA DE DRACENA E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu parecer consta do nosso avulso, à folha 119. Ali estão elencadas as razões do meu parecer, que é favorável, tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS nº 11, de 2011, não evidenciou nenhuma violação à legislação pertinente e não há nenhum reparo a fazer quanto aos aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Portanto, a nossa opinião é pela aprovação do ato que outorga autorização à AMIC – AMIGOS DA CULTURA DE DRACENA E REGIÃO para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, na forma do decreto legislativo originário da Câmara.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado a V. Exª.

Vamos à votação, em bloco, com os pareceres favoráveis, dos itens 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15 e 16 da pauta.

Em votação.

Vamos iniciar. Lembro aos Srs. Senadores que a votação será nominal porque são projetos terminativos nesta Comissão.

Como vota a Senadora Angela Portela? (*Pausa*.)

Com o Relator, vota a Senadora Angela Portela.

Como vota o Senador Anibal Diniz? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT -–BA) – Acompanho o voto... (*Falha na gravação*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o senador Valdir Raupp? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela aprovação de todos os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o senador Cristovam Buarque? (*Pausa*.)

Como vota o senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero dizer, portanto, que, com os votos favoráveis dos Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, estão aprovadas as matérias.

Requerimento extrapauta para aditar, nos termos regimentais, ao Requerimento nº 23/2011, no sentido de que seja também convidado o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sr. Márcio Pochmann, para participar de audiência pública perante esta Comissão, com o objetivo de debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro à luz da ciência, da tecnologia e da inovação; de autoria do Senador Eduardo Braga.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Concluída a pauta...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO)– Sr. Presidente, não só aprovo, como assinamos junto com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatamos a solicitação de V. Exª com o maior prazer por entendermos que o Ipea tem contribuição importante ao debate som relação ao Código Florestal até pela apresentação do ultimo relatório dos impactos da possível aprovação do texto proposto no incremento do desmatamento no Brasil.

Encerramos a pauta da Ordem do Dia, convidando para apresentação em audiência pública, de acordo com o requerimento apresentado pelo Sr. Senador Cyro Miranda...

Peço à Secretaria o requerimento do Cyro Miranda. . (*Pausa*.)

De acordo com o requerimento aprovado no início desta reunião... . (*Pausa*.)

Encerro a reunião deliberativa.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Justifica sua ausência o Senador Marcelo Crivella. Comparece à reunião o Senador Casildo Maldaner, não membro da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, anuncia a presença do Deputado Estadual Jailson Lima, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública atendendo ao **Requerimento nº 25, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "...nos termos regimentais a realização de audiência pública para ouvir o Senhor RAJIV MEHROTRA, Chairman e CEO da VNL (Vihaan Networks Limited), sobre as experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet Banda Larga para redes rurais, usando energia solar, como forma avançada de resolver problemas de infraestrutura em áreas remotas, permitindo a inclusão digital das respectivas populações." Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Casildo Maldaner, não membro da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e oito minutos minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Realização de audiência pública, de acordo com requerimento aprovado extrapauta, na reunião anterior, convidando o Sr. Rajiv Mehrotra, Chairman e CEO da VNL, Vihaan. Networks Limited, para apresentar a esta Comissão tecnologia sobre Internet banda larga para redes rurais, bem como tecnologia para telefonia rural móvel, usando energia solar, como forma avançada de resolver problemas de infraestrutura em áreas remotas, permitindo a inclusão digital das respectivas populações.

Há necessidade de tradutor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, aproveitar, antes de o senhor começar esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu pediria ao senhor, até como Presidente desta Comissão, e este é um apelo que a gente tem feito e tem tido problema de diversas ordens, que V. Exª pudesse até encabeçar junto ao Presidente da Casa: é impossível que as comissões temáticas façam audiências públicas fora do dia da sua reunião ordinária.

Estamos convivendo com esse problema com a Comissão de Educação, com a Comissão de Infraestrutura, o que tem inviabilizado inclusive a participação dos membros desta Comissão na sua Comissão.

Eu fiz a escolha das minhas Comissões levando em consideração os dias de reuniões ordinárias. Eu, inclusive, escolhi na minha bancada três Comissões que têm exatamente o funcionamento na terça, na quarta e na quinta. Até por característica muito própria, eu não sou de entrar numa Comissão, marcar presença e ir embora.

Então, nós estamos vivendo com um problema. Estou reclamando isso aqui a V. Exª, como Presidente da Comissão, para que advogue por nós um certo nível de disciplina na organização, porque... O que acontece? Tem uma audiência acontecendo em Educação agora, e o que perpassa para a sociedade é que os membros da Comissão de Educação estão negligenciando a sua tarefa. Acontecerá isso se algum dia aqui houve a mesma prática, como vamos ter hoje, à tarde, a Comissão de Infraestrutura antecipando o seu horário, que seria quinta pela manhã, para hoje à tarde, para uma audiência pública de suma importância. Não só esvazia o trabalho da Comissão temática como expõe cada um de nós a esse tipo de, eu diria, crítica, inclusive correta no que diz respeito ao desempenho das nossas funções como Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro, quero dizer a V. Exª que o mesmo cuidado que V. Exª teve este Senador que fala também teve. Eu tive a oportunidade de escolher participar como membro titular de Comissões, sendo uma Comissão na terça, uma na quarta e outra na quinta, para que possa ter efetiva participação no plenário das Comissões.

Lamentavelmente, as Comissões não estão obedecendo ao Regimento da Casa no que diz respeito as suas reuniões ordinárias. E mais do que isso, marcando reuniões extraordinárias em dias que não são de suas reuniões ordinárias.

Outra questão que está complicando muito o trabalho das Comissões é a criação, de forma aleatória, posso até usar um termo forte, de Subcomissões e de Comissões temáticas fora das Comissões Permanentes. As Comissões Especiais, fora das Comissões Permanentes desta Casa, que estão praticamente inviabilizando o cumprimento regimental do trabalho das Comissões Permanentes. Há uma dificuldade, inclusive, de quórum permanente nas Comissões. Acabamos de vivenciar um problema parecido aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, para que nós pudéssemos deliberar sobre a matéria.

Registro, portanto, a sugestão de V. Exª e digo que estamos, juntamente com outros Presidentes que estão defendendo a mesma tese, conversando com o Presidente José Sarney para que nós possamos ter um acordo de procedimento estabelecido na Casa.

Feitas essas considerações, passo a palavra ao Sr. Rajiv Mehrotra...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para reforçar, quero dizer que essa preocupação apresentada pelo Senador Walter Pinheiro realmente está afetando praticamente todos os integrantes da maioria das Comissões. Hoje mesmo, temos um compromisso da Comissão de Relações Exteriores que conflita com este evento que está acontecendo agora. Nós temos uma audiência com o Ministro da Defesa e o Presidente da Comissão fez questão de que nós todos nos fizéssemos presentes nesse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Volto a dizer, meu caro Senador Anibal, que lamentavelmente há uma incompreensão por parte de alguns Presidentes, que estão estabelecendo horários fora daquele estabelecido pelo Regimento. Ao contrário, esta Comissão tem procurado não só cumprir a determinação regimental, como até antecipado o horário desta Comissão, a fim de que nós possamos ter quórum para deliberar as nossas matérias, tendo em vista que a nossa Comissão regimentalmente é fixada no mesmo dia da CCJ e vários membros participam daquela Comissão, como titular ou suplente. Por causa disso, tivemos que fazer essa opção.

Entendo que a excepcionalidade para a apresentação dessa audiência diz respeito a tomarmos conhecimento de uma tecnologia e de uma oportunidade ímpar, principalmente para nós que representamos as regiões mais excluídas dessa inclusão digital e da telefonia móvel rural neste País. Por isso mesmo, ouvido o Plenário, conversado previamente com diversas Lideranças da nossa Comissão, estamos hoje fazendo esta audiência pública em sessão extraordinária para termos acesso a essa tecnologia e às informações trazidas aqui pelo Sr. Rajiv Mehrotra, Chairman e CEO da VNL.

Portanto, passo a palavra ao prezado Chairman e CEO para que possa fazer sua apresentação a esta Comissão.

Esta apresentação será feita em inglês, com tradução não simultânea, mas seqüencial, pelo nosso companheiro Ricardo Tavares, que gentilmente está atendendo à solicitação desta Comissão.

Passo a palavra, portanto, ao Sr. Rajiv Mehrotra.

O SR. RAJIV MEHROTRA – *(Pronunciamento em língua estrangeira).*

O SR. TRADUTOR (Ricardo Tavares) – Bom dia, senhoras e senhores, meus colegas.

A Presidente do Brasil, Srª Dilma Rousseff, tem uma visão para a expansão da banda larga e da telefonia rural no Brasil. A visão é muito clara: incluir a população brasileira das zonas rurais, especialmente a juventude, nos benefícios da inovação que hoje existe no mundo.

A decisão do Ministro das Telecomunicações do Brasil também é a mesma no sentido de fazer um esforço adicional de inclusão das populações rurais na telefonia móvel e na banda larga.

O estudo feito pela Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro mostra que a banda larga no Brasil é cara e que um megabit por segundo custa mais de US$40. Na Alemanha, custa menos de US$10. Pelos mesmos US$10, uma pessoa, na Índia, hoje, consegue um megabit por segundo.

A habilidade de pagar que as pessoas na Alemanha têm... O PIB da Alemanha é bem maior que o da Índia. Como é que a Índia conseguiu fazer isso? Ela não conseguiu fazer isso com tecnologias da Europa ou dos Estados Unidos, mas com tecnologias desenvolvidas na Índia e customizadas em nossa realidade.

Todo mundo fala sobre inclusão digital. Como é que nós trazemos essas comunidades rurais ao conjunto do que é oferecido hoje em todo um País?

Todo mundo sabe da importância da banda larga móvel das comunicações. Nós podemos economizar com a redução de transporte, de tempo de transporte, com a redução de custos.

Existe um grande benefício na utilização das telecomunicações. Com as telecomunicações, os cidadãos podem se comunicar com o governo e o governo com os cidadãos. De maneira transparente e com baixíssimo custo. Simples.

Cria uma plataforma para os cidadãos e o governo trocarem informações. E beneficiá-las disso.

Está provado em vários estudos que um aumento de 10% na penetração da telefonia móvel provoca um crescimento de 1% no PIB. Um aumento de 10% na penetração da banda larga provoca um crescimento de 1.4% no Produto Interno Bruto.

O crescimento tanto da telefonia móvel quanto da banda larga significa um crescimento do PIB acumulado de 2.4. Esses 2.4% parecem pouco. Mas a economia brasileira é uma economia de US$3 trilhões. Dois ponto quatro por cento dos US$3 trilhões são US$48 bilhões. Esses quarenta e oito bilhões de dólares são todos os anos.

Imaginem o efeito acumulativo desse crescimento de dez por cento em banda larga e telefonia móvel, ao mesmo tempo, todos os anos, em sequência.

Quanto o Brasil precisa gastar para obter esses 10% de crescimento de banda larga e telefonia móvel? Talvez US$5 ou US$6 bilhões de dólares, por dois ou três anos.

O benefício é enorme, muito significativo.

O crescimento estupendo da economia indiana nos últimos anos, em grande medida, se deve ao crescimento da telefonia móvel e da banda larga nas zonas rurais.

O retorno do investimento feito pelo governo é mais de cem vezes, num período muito curto de tempo.

A presença da banda larga da telefonia móvel através da Índia e em países como Bangladesh e outros no sul da Ásia é enorme. Isso está sendo muito utilizado na educação, inclusive, hoje, professores indianos ensinam estudantes americanos matemática e física, através dessa plataforma de banda larga. Por US$20 a hora. E eles estão ensinando a uma classe inteira nos Estados Unidos, por essa via remota.

Isso tudo começou com oferta de subsídios para a parte mais pobre da população. A telefonia móvel pode ser usada a preços baixos, pela população rural mais pobre. Até mesmo com custo zero.

Esse é um exemplo de Índia e Brasil. Como podemos fazer isso.

Quando você importa equipamento, produzido em outro país, eles não te dão, não te oferecem o que você precisa, mas o que eles têm para vender.

É por isso que, nos últimos dez, vinte anos, nenhuma empresa ofereceu uma solução convincente para cobertura em zonas rurais no Brasil, na Índia, na África do Sul e em outros países.

A China começou há vários anos atrás; e a Índia há apenas alguns poucos anos começamos a desenvolver soluções nesse sentido.

Telecom é uma área estratégica de tecnologia que os países, para terem soberania, precisam controlar.

O Brasil tem uma grande população, tem um PIB muito grande, a população tem um poder aquisitivo significativo. É importante desenvolver soluções aqui. O Brasil já fez isso em várias áreas: na aviação, na agricultura, na área de petróleo e outras.

Vocês têm um país democrático e um governo estável. Isso mostra que vocês podem fazer isso. Mas para a área celular e de banda larga não existe uma empresa brasileira. Isso mostra o que está faltando.

Porque vocês têm esse mercado enorme, vocês devem começar a desenvolver a economia do conhecimento. Quinze anos atrás havia muitas empresas de tecnologia de telecomunicações no Brasil.

Não existe nenhuma novidade nisso. Os Brics estão fazendo isso: a China, a Rússia, a Índia. O Brasil está na hora de fazer isso também.

O Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas, minerais e petróleo. Mas importa 100% de telecomunicações e tecnologia.

Existem empresas que manufaturam produtos de telecomunicações no Brasil, mas apenas colocando partes juntas para criar equipamentos; as partes que vêm de fora. Isso permite apenas acesso a empregos de baixos salários para juntar essas partes.

O exemplo da Apple, do iPhone, é um bom exemplo, porque dos US$500 do custo, a parte de manufatura é apenas US$179. A China fica com US$7 para manufaturar e colocar o produto todo junto. E quem mantém os US$321, a maior parte? É a Apple nos Estados Unidos, porque eles controlam a propriedade intelectual. O desenho, a solução do produto é deles. A patente é deles.

A manufatura mudou muito nos últimos 30 anos. Hoje ela é apenas 3% do custo de um produto final de eletrônicos. A política pública é muito importante. Aqui, vocês já têm a decisão da Presidenta da República de prover soluções rurais de banda larga e telefonia. O que falta realmente é juntar as universidades, as empresas e o Governo, para promover essa inovação.

Nós estamos aqui não só para discutir o *know-how*, mas também o como fazer, o *know why*. O *know-how* é simples. Não dia por que é que você vai fazer isso. Ninguém quer dizer por que fazer isso dessa maneira; e é isso que nós queremos dividir com vocês.

A Índia já fez isso no passado. E a índia e o Brasil são grandes parceiros hoje. Essa é uma parceria Sul/Sul que faz todo o sentido para o Brasil, porque o Brasil pode promover essas soluções nos seus países vizinhos, como Argentina, Chile, Bolívia e outros.

Agora, vou falar um pouco sobre a solução. Como oferecer banda larga e telefone rural nas áreas rurais.

Os sistemas tradicionais de GSM não foram desenhados para servir a áreas rurais. Eles foram desenhados para cidades europeias. Eles não foram desenhados realmente para resolver o problema das áreas rurais. É por isso que, nos últimos quinze anos, ninguém ofereceu uma solução convincente para países como o Brasil, Índia e África do Sul, que têm áreas rurais extensas.

Por isso, há sete anos atrás, com o apoio do governo da Índia, nós começamos a trabalhar em oferecer uma solução para as zonas rurais.

Isso é uma torre convencional, com uma ERB, uma Estação Rádio Base. A partir dali, as operadoras não se sentem atraídas a ir para as redondezas, para as áreas mais distantes das áreas urbanas. Com a nossa solução, você vai nessa torre que já está lá e você estende a sua cobertura 25 a 30 quilômetros, por cada uma dessas novas antenas que nós colocamos. Provê um guarda-chuva de cobertura. E, nas comunidades rurais, nós colocamos pequenas torres que proveem banda larga e telefonia celular. Com quatro ou cinco torres, você pode ir até 150 quilômetros para dentro das florestas. Nós utilizamos energia solar. Não precisamos que a rede elétrica chegue até lá.

Esse sistema opera com 50 *watts* de potência, fornecida energia solar.

Essa é uma cidade pequena, a cem quilômetros de Nova Deli, na qual a VNL provê telefonia celular e banda larga.

Bom, mostra a dicotomia entre a zona urbana e a zona rural; na zona urbana, você tem tudo; na zona rural, você não tem luz e mesmo que você tenha um computador, como no caso desta foto, ele não está conectado, o mundo rural está desconectado.

Esta é uma escola rural a cem quilômetros de Nova Deli, existe uma pequena antena que provê banda larga.

Este é um computador dentro desta escola. É um computador especial, desenvolvido na Índia, que permite usar pouca eletricidade e também tem essa sistema de reconhecimento de AFD e WI-FI. É assim que você pode destruir as barreiras digitais, equalizando, usando a tecnologia para equalizar a nossa sociedade. Vocês deveriam se surpreender, porque nessa escola se fazem *downloads* de vinte gigabytes por mês. Isso é dez vezes mais do que qualquer usuário normal de um computador. Uma vez que eles estão conectados, eles querem mais e mais, porque eles querem ter as mesmas coisas que os estudantes das cidades têm.

Tudo é possível.

Este é um exemplo do Nepal. Esta área fica desconectada por seis meses, por causa da chuva. Esta é a nossa instalação lá.

Se isso pode acontecer no Nepal, por que não no Amazonas? No Goiás? Em outras áreas do Brasil?

Isso é muito simples, começamos aqui onde existe uma torre conectada e dali expandimos a cada vinte, vinte e cinco quilômetros, para cobrir toda a área. Isso não é possível com sistemas tradicionais,

porque a distância que eles cobrem é de somente dez quilômetros. Ao longo dos rios, você pode cobrir até cento e cinqüenta, duzentos e cinqüenta quilômetros, utilizando essas torres simples.

Em torno dessas torres você pode cobrir cerca de vinte quilômetros em torno delas com telefonia celular e até três a cinco quilômetros com banda larga. Inclusive nos barcos que trafegam. Qualquer tipo de terminal funcionará nessa área, o seu Blackberry, o seu iPhone, tudo poderá utilizar essa rede. E, nas áreas onde não há fibra ótica nem outra forma de *back hall,* nós colocamos um satélite VSAT para promover essa conexão.

Nós estamos combinando exatamente essas torres com os VSATs em várias regiões do mundo, como o Oriente Médio.

Como a Índia pode cooperar com o Brasil? Nós temos os mesmos problemas que vocês, só que começamos há sete anos. A coisa mais importante é ter desenvolvimento local de telefonia e banda larga.

Nós abrimos os nossos laboratórios para estudantes de Santa Catarina, Mato Grosso e outros Estados do Brasil. Todos os Estados são bem-vindos para trabalhar conosco. Seus estudantes podem trabalhar conosco para conhecer como fazer e por que fazer essas coisas, como desenvolver essas coisas. Isso vai acelerar a inclusão digital e a economia do conhecimento no Brasil.

Nós começamos introduzindo parabólicas de conexão para televisão em mais de 500 mil pequenas cidades da Índia. A partir de 1992, nós cobrimos 125 mil pequenas cidades com telefone via rádio. Nossa missão agora é colocar um telefone em cada cidadão rural. Telecomunicações de banda larga são tecnologias estratégicas.

Não faz diferença usar a tecnologia do seu amigo ou do seu inimigo porque você tem o seu dedo no gatilho.

A SRª TRADUTORA – Ele quer dizer: comprar uma arma d e um inimigo ou de um amigo não faz diferença, porque é o seu dedo que está no gatilho.

O SR. TRADUTOR (Ricardo Tavares) – Obrigado. Comprar minerais de um amigo ou inimigo também não faz diferença, independente do país, porque você vai utilizar a matéria-prima. Mas comprar um equipamento do seu melhor amigo na área de telecomunicações significa que ele vai continuar tendo controle da arquitetura sobre isso. É como enviar mil cavalos para a sua casa e eles vão saber que cavalos e eles vão saber qual cavalo está em qual casa. E as conexões que estão sendo feitas.

A SRª TRADUTORA – Ele quis dizer o *Trojan Horse*, que é um vírus; é como mandar um vírus para cada um.

O SR. TRADUTOR (Ricardo Tavares) – Ah, sim, um vírus, *Trojan Horse*. Na França, por lei, não se pode... Se você está dentro do governo e é um tomador de decisão, não pode usar um Blackberry.

Na Índia, o governo está impedindo a venda de Blackberries, para criar essa barreira de proteção de nossas informações. Nós tivemos um ataque terrorista em 2008, na cidade de Mumbai. Eles usaram o *Messenger* do Blackberry para se comunicar com seus pares dentro do Paquistão. A empresa Blackberry nunca nos deu a prova disso, nós nunca pudemos provar isso para a comunidade internacional.

Para um grande país como o de vocês, o Brasil, com uma importância crescente no cenário internacional, é muito importante que vocês tenham um controle da tecnologia de telecomunicações sem fio e de banda larga. Vocês têm recursos para promover isso e vocês têm a vontade política de fazer isso. Então vamos fazer juntos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a contribuição do Sr. Rajiv Mehrotra. Agradeço também a contribuição dos nossos companheiros aqui, que nos ajudaram a traduzir.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Cyro Miranda, para as suas considerações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Eu quero dizer que hoje é um dia especial para esta Comissão: primeiro, porque recebemos aqui jovens que vêm apresentar também um projeto inovador; e, agora, esse projeto que vai revolucionar a tecnologia nossa de banda larga e telefonia móvel no país e no mundo.

Eu gostaria de ressaltar e que ficasse no registro desta Casa, que na revista *Time-Personal of The Years (january),* dia 4 de janeiro, o Sr. Rajiv foi contemplado como um dos oito pioneiros da tecnologia que vai mudar a sua vida. Ele está entre as dez personalidades que estão revolucionando o mundo tecnológico.

Portanto, eu queria deixar registrado isso, porque nós estamos aqui recebendo esta pessoa que está trazendo para o Brasil uma contribuição extremamente importante, e no melhor momento que este País está vivendo.

O Sr. Rajiv vem inovando não só na parte tecnológica, mas também fazendo a transferência e o ensino dessa tecnologia, porque, muitas vezes, os países se preocupam em vir ao Brasil e vender a tecnologia. Ele não, ele está vendendo, está trazendo e está pondo à disposição essa transferência, e ensinando também. Ele está abrindo oportunidade para 20 jovens, por ano, que vão fazer o intercâmbio tecnológico.

Depois de ouvir essa apresentação, eu não sei como é que nós podemos ainda pensar em telefonia fixa. Isso me lembra a época dos meus avós, quando havia os telefones ainda a manivela de magneto.

A primeira indagação é o que o senhor acha do pronunciamento do Ministro das Comunicações que tem falado em levar telefonia fixa para famílias de baixa renda, com créditos de R$9,50, ou seja, pouco mais de US$4 por mês. Falar em telefonia fixa, hoje, com o avanço em tecnologia não é um atraso?

E a segunda: o Brasil tem 108 mil escolas rurais e dessas apenas 6 mil estão conectadas. Nas 102 mil escolas sem conexão, há em torno de 3 milhões e 500 mil crianças. E 3 milhões e 500 mil crianças é a população de um país tipo Uruguai, ou maior que o Estado de Sergipe, a metade do Estado de Goiás. Essa tecnologia pode ser uma solução para as nossas crianças das escolas rurais?

Muito obrigado.

O SR. TRADUTOR (Ricardo Tavares) – Para responder a sua primeira questão acerca das linhas fixas, honestamente, a empresa que provê linha fixa irá à falência.

Eu disse que a empresa iria à falência porque custaria US$50 bilhões para conseguir chegar ao mesmo resultado que podemos conseguir com US$5 ou US$6 bilhões com telefonia sem fio. Custaria US$5 ou US$6 bilhões você realmente cobrir todo o País com tecnologia sem fio. E custaria US$50 bilhões para você cobrir com telefonia fixa.

Em 1999, nós tínhamos somente sete milhões de linhas telefônicas na Índia. Em dez anos, nós chegamos a 700 milhões de linhas. Se nós tivéssemos ido com cobre em linha fixa, nós ajudaríamos somente às pessoas que fazem mineração de cobre. As linhas fixas na Índia estão diminuindo drasticamente, rapidamente; não há outro caminho.

A segunda pergunta sobre os jovens estudantes brasileiros, qual o futuro deles. Se eles forem privados da banda larga, o QI deles sofrerá também. As pessoas vão ter que migrar das zonas rurais para as cidades em busca de banda larga. E aí a mineração, a agricultura vão sofrer com a falta de mão-de-obra no campo. Vocês têm que investir no seu futuro e as indústrias que hoje são os pilares da sua economia estão no campo.

O setor agrícola, o setor de mineração, o setor de petróleo serão os grandes beneficiários dos investimentos em banda larga que vocês podem fazer nas áreas rurais.

Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu que agradeço e quero dizer, Sr. Presidente, que, se isso for implantado no seu Estado, se o senhor quiser, será um governador para o resto da vida, será um governador vitalício, porque ter a margem toda do rio Amazonas ligada ...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado pelas suas explicações e parabéns também pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Senador Cyro Miranda e passo a palavra ao Senado Cícero Lucena para as suas considerações.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

A meu juízo, nós tivemos nesta audiência uma oportunidade de ver o quanto a evolução tecnológica e as experiências internacionais podem contribuir para uma demanda que é real no nosso País, principalmente por ser um país de tamanho continental, com os problemas de integração que nós temos a resolver, e temos também a visão clara das deficiências, inclusive de ordem financeira, para que possam ser vencidos esses obstáculos.

Ao colocar isso, eu gostaria de dizer ao Sr. Rajiv que, possivelmente, a solução que ele nos traz aqui – e, obviamente, os setores terão de analisar, de fazer as devidas verificações técnicas –, pelo que entendi, ele disponibilizará a cada Estado ou até mesmo ao Governo Federal essa possibilidade de parceria, de transferência de tecnologia e de investimentos, que eu não entendi direito se o investimento necessário será feito pela sua empresa ou se precisa ter participação do Governo.

Eu perguntaria também que custo tem uma torre dessa, ou seja, qual o custo efetivo de uma torre dessas? E qual a sua capacidade em termos de usuários? Porque, Sr. Rajiv, há um fato: o senhor tratou muito da zona rural, mas nós temos deficiências ainda em cidades do interior do Brasil, quer seja na Região Nordeste e, principalmente, por dificuldades tecnológicas na Região Norte. Então, eu acredito que essa solução possa ser adotada também, se for o caso, em pequenas cidades do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. TRADUTOR (Ricardo Tavares) – Obrigado, senhor.

O sistema, na versão menor, serve a cinquenta ou cem pessoas. O custo inicial é de US$30 mil. E o custo operacional é zero, porque não necessitamos de energia elétrica. Isso tudo funciona com energia solar. O sistema maior custa de US$200 ml a US$300 mil dólares para cidades pequenas, com população de aproximadamente duas mil pessoas. Além de 1 megabites de Internet, nós temos também a telefonia GSM.

Nossa visão é que deveria ser produzido aqui, no Brasil, em parceria com as empresas locais, ao mesmo tempo em que, nas universidades, nós devemos começar cursos de telefonia celular e banda larga. Os benefícios da indústria de equipamentos de telefonia celular são para quatro ou cinco empresas internacionais, como a Ericson, Nokia e outras.

Nós, como consumidores, estamos ajudando o crescimento desses outros países.

Até que vocês provenham essas soluções para a sua população, principalmente a população jovem, eles continuarão sendo apenas consumidores e não parte da economia global do conhecimento.

Com sua permissão, se eu pudesse falar também sobre 450 Megahertz...

Quando um país quer fazer alguma coisa, se diz que vamos oferecer os 450 Megahertz para solucionar esse problema. A freqüência mais baixa a cobertura é melhor. É a metade de 900 Megahertz e a distância que cobre é o dobro; 450 é bom até mesmo para um deserto. Se você olhar para a população do Mato Grosso, do Amazonas a população está bastante espalhada no território. E não há terminais, eles são muito grandes e não há Blackberry, IPhones... Existe, talvez um punhado de terminais. Quando eles forem para as cidades eles não conseguirão se conectar. E eles vão ter que carregar dois telefones: um 450 e o outro telefone normal da telefonia celular.

Nós vamos supor que vocês tenham tomado a decisão de usar 450 Megahertz. Então vocês devem desenhar o seu próprio sistema de 450 Megahertz. Não ofereçam ele a nenhuma outra empresa. Com o nosso apoio, no máximo em 11 meses vocês poderiam ter um sistema próprio de 450 Megahertz. Sua própria solução, vocês controlarão isso. Nós podemos fazer uma parceria 50/50 e vocês venderiam na América Latina e nós venderíamos na África e na Ásia.

Nós fizemos um estudo, empresas do Japão e da Coréia querem fabricar sistema GSM na Índia nas bandas normais de hoje 1.800 e outras. O custo desses sistemas tradicionais de desenvolvimento seriam centenas de milhões de dólares, mas se vocês quiserem o 450 conosco nós podemos fazer.

E vocês poderiam ter todas as bandas: 800 Megahertz, 900 Megahertz, 1800. Vocês podem ter o controle da propriedade intelectual e oferecer todas as bandas. Isso seria um grande salto para o futuro.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Queria registrar a presença do Deputado Estadual de Santa Catarina, representando, portanto, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Jaílson Lima, 1º Secretário da Assembleia Legislativa daquele Estado, cujo ilustre representante nesta Casa é o Senador Casildo Maldaner. Eu pergunto ao Senador se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero lhe agradecer, Presidente Eduardo Braga, sobre essa permissão.

Mesmo não sendo membro nato desta Comissão CCT, presidida por V. Exª, gostaria de fazer este registro. Não só pela presença do Deputado Jaílson Lima, que V. Exª declinou, nosso grande Deputado catarinense, também está aqui Marcelo Ringelmann, grande técnico, empresário lá do Oeste catarinense, meu conhecido há muito anos.

Cumprimentando os demais colegas, eu quero trazer um depoimento, se for possível. Quero dizer que nunca me esqueço de que, no fim de 89, 90, eu estava no governo em Santa Catarina... No Japão, temos uma província co-irmã de Santa Catarina, que é Aomori. Indo para a Europa, descemos em Nova Deli, na Índia. Arrumaram uma agenda justamente nesse campo da tecnologia, nunca me esqueço disso. Já naquela época, a Índia, Nova Deli... A Índia é conhecida como centro de tecnologia avançada no mundo. É um comentário extraordinário, tecnologia fina.

Quero trazer este comentário aos colegas da Comissão e da satisfação de sabermos que Santa Catarina quer começar esse plano piloto de levarmos a banda larga, principalmente para as escolas rurais, no interior, nos lugares que ainda não têm.

Vejam bem, Presidente Eduardo Braga e colegas, temos em nosso Estado 293 Municípios. Todos eles, com exceção de 4 ou 5 estão terminando o acesso asfaltado. Nos dois últimos Governos de Luiz Henrique da Silveira – e V. Exª foi Governador nos últimos 8 anos no Amazonas –, praticamente zerou os Municípios catarinenses em fazer acesso asfaltado em todos eles.

Nós temos dezenas de escolas rurais que não detêm a comunicação, e essa proposta está crescendo. Há um convênio com a Universidade do Sul – Unisul para adotar essa tecnologia em nosso Estado. E sei que agora avança também, e aqui está o Senador Cyro Miranda com Goiás e Mato Grosso do Sul. E estava me dizendo o Marcelo que temos no Brasil cerca de 103 mil escolas rurais e dessas 103 somente 8 mil estão conectadas. Praticamente, 3 milhões e 600 mil alunos nessas 103 mil escolas rurais no Brasil. Se nós pudermos levar essa comunicação, essa banda larga, para fazer essa integração, isso se chama descentralização do conhecimento e das coisas que são melhores. As pessoas ficam onde se encontram.

Então, vim aqui para trazer esse depoimento de que a descentralização, como sempre defendi, é importante em todos os segmentos. Sei que V. Exª, aon-

de nós vamos, vem debatendo isso. Se nós pudermos adotar isso no Brasil, dentro da tecnologia, dentro daquilo que seja possível, sem dúvida alguma, eu quero cumprimentá-los.

Este, o depoimento que trago aqui, já que o meu Estado está aqui presente e quer levar isso, tem a intenção de levar isso, com a nossa Universidade do Sul, para lá implantar o sistema. Espero que dê certo no meu Estado, como também em Goiás, em Mato Grosso e, por extensão, no nossa Bahia, do nosso grande Senador Walter Pinheiro, bem assim na Paraíba do nosso Cícero Lucena, e assim nós possamos levar para todos os Estados do Brasil.

Era esse o depoimento que gostaria de deixar registrado neste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Casildo Maldaner, gostaria de fazer algumas considerações em nome da Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Primeiramente, como Senador e representante do Estado do Amazonas, eu gostaria de pedir ao Senador Cyro Miranda, porque a nossa universidade estadual, a UEA, teria interesse em participar desse esforço de desenvolvimento tecnológico em parceria com a Universidade do Mato Grosso do Sul, com a Universidade de Santa Catarina, a Unisul, e a de Goiás, que também, imagino, são universidades estaduais, no sentido de podermos ajudar nesse desenvolvimento tecnológico. Temos uma escola de tecnologia dentro da nossa universidade estadual, de modo que haveria todo o interesse em participar desse esforço. Além disso, há um sistema de ciência e tecnologia estadual, com um fundo estadual de investimento em ciência e tecnologia, que teria também interesse em participar desse esforço junto com o governo brasileiro e, obviamente, com os governos dos demais Estados, no sentido de se estudar essa questão apresentada hoje aqui à nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

Lembro ainda que, no Polo Industrial de Manaus, onde, como V. Exªs sabem, se concentra 80% da produção eletroeletrônica brasileira, em função da Zona Franca de Manaus, e lá há um centro de desenvolvimento tecnológico, chamado CT PIM, que teria bastante interesse, não tenho dúvida, em participar dessa discussão já com a participação da iniciativa privada, uma vez que lá existem empresas de capital nacional que teriam interesse, creio eu, em participar do esforço pelo domínio dessa tecnologia para o mercado brasileiro e para o mercado da América do Sul. Portanto, acho que há um interesse comum em vários Estados da Federação, e o Estado do Amazonas se colocaria à disposição.

Finalmente, quero, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, agradecer ao Sr. Rajiv Mehotra pela sua disposição em participar desta audiência pública e compartilhar conosco essa apresentação.

Desejo ainda dizer que esta Comissão, através do Senador Walter Pinheiro, já está fazendo contatos com o Ministério das Comunicações para que possamos estar com o Ministro, levando essa mesma apresentação e essa mesma tecnologia para que o nosso Ministro das Comunicações possa ter acesso a ela.

Portanto, em nome da Comissão, acreditando que todos tenham participado e contribuído para o conhecimento dessa tecnologia, agradeço mais uma vez a participação de todos, convocando para a próxima quarta-feira no horário regimental a nossa reunião ordinária da semana que vem.

Agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2011.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Gim Argello, Cristovam Buarque, Ivo Cassol e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Lobão Filho, Eunício Oliveira e José Agripino. Justificam suas ausências os Senadores Flexa Ribeiro e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, anuncia a presença dos Deputados Federais Rebecca Garcia (PP-AM), Ricardo Tripoli (PSDB-SP) e Márcio Macedo (PT-SE). O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública atendendo ao **Requerimento nº 23, de 2011-CCT**, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Ângela Portela, Valdir Raupp, Cyro Miranda e Pedro Taques, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento

Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão para debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação. Aproveito a oportunidade para sugerir a participação dos seguintes convidados: Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Izabella Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente; Wagner Rossi – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis Junior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC"; e ao **Requerimento nº 27, de 2011-CCT**, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 23, de 2011-CCT, no sentido de que seja também convidado o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Senhor Marcio Pochmann, para participar de Audiência Pública perante esta Comissão, com o objetivo de debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação". Comparecem à reunião os Senhores Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Roberto Lorena, Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Elibio Leopoldo Rech Filho, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC; Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Aníbal Diniz, Eduardo Braga, Ivo Cassol e os Deputados Federais Rebecca Garcia, Ricardo Tripoli, Márcio Macedo. Nesse momento, o Senhor Senador Eduardo Braga requer, oralmente, a inclusão extra pauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extra Pauta, Item 01: Requerimento n.º 28, de 2011 – CCT**, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "..., nos termos regimentais seja convidada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), para participar da audiência pública a ser realizada por esta Comissão, em data a ser definida, destinada a discutir o PLC 30 de 2011 (Código Florestal)". O requerimento é aprovado. **Extra Pauta, Item 02: Requerimento n.º 29, de 2011 – CCT**, de autoria do Senador Eduardo Braga, que "Em aditamento ao Requerimento nº 17–CCT, de 2011, requeiro seja possível, caso conveniente e oportuno para o melhor andamento da Jornada pela Inovação e a critério do Presidente desta Comissão, redefinir a lista de convidados para as audiências públicas previstas". O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 06 de julho de 2011, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771, de setembro de 1965, à luz da ciência, da tecnologia e da inovação, em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2011-CCT, de autoria dos Srs. Senadores Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Angela Portela, Valdir Raupp, Cyro Miranda e Pedro Taques, e ao Requerimento nº 27/11-CCT, de autoria dos Srs. Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Os requerimentos aprovados justificam esta audiência pública e seus ilustres convidados nos seguintes termos:

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reformula integralmente a legislação brasileira aplicável à preservação florestal.

Toda a tramitação do novo Código Florestal, como a propositura, tem sido cercada de profundas divergências. Essas divergências, no entanto, apresentam caráter marcadamente ideológico. Poucas são as referências científicas levantadas ao longo das discussões. A ciência, contudo, pode e deve dar significativa contribuição para a solução dessas controvérsias.

A elaboração dos textos legais dos códigos florestais anteriores contou com o aporte da melhor ciência disponível em cada época. Aparentemente, os atuais debates apaixonados suscitados pela reformulação da lei têm deixado muito espaço para considerações científicas.

Promissoras soluções tecnológicas, capazes de fornecer informações precisas aos tomadores de decisões, muitas vezes são ignoradas, porque é importante a manutenção e a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e das áreas de reserva legal.

Qual a extensão ideal para cada uma dessas áreas? Em que medida produção agropecuária e preservação do meio ambiente são excludentes ou complementares? É desejável regionalizar as normas de preservação dos biomas brasileiros? Em que medida as modernas ferramentas tecnológicas podem proporcionar um melhor gerenciamento das nossas florestas?

Essas são algumas das diversas questões que gostaríamos de ver respondidas com audiências como esta.

Solicito aos Srs. Senadores que possamos, então, abrir esta reunião.

Participarão desta audiência pública Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Roberto Lorena, Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Elibio Leopoldo Rech Filho, membro titular da Academia Brasileira de Ciência (ABC); Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Vamos dar início, portanto, à apresentação de cada um dos palestrantes. Eu gostaria de dizer que cada um dos senhores palestrantes terá um tempo mínimo de dez minutos, que pode ser estendido por mais cinco minutos. Após, teremos a participação dos Srs. Senadores.

Gostaria de iniciar esta audiência pública passando a palavra ao Dr. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas Públicas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

Com a palavra o professor Carlos Afonso Nobre.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Bom dia, Senador Eduardo Braga; bom dia, meus colegas de Mesa; bom dia a todos.

É uma satisfação, uma honra e um dever estar aqui e discutir um aspecto que ainda não foi devidamente discutido nos encaminhamentos e nas discussões sobre alterações do Código Florestal, um aspecto, como o Senador Eduardo Braga já destacou, de suma importância. O que a ciência pode nos ajudar nessa discussão? Qual é o caminho? Quais são as trajetórias para o Brasil se preparar para o futuro? E como a ciência pode contribuir?

Em dez minutos ou um pouco mais, eu julguei apropriado – e considerando os meus colegas de Mesa, que vão cobrir outros aspectos da ciência em relação ao Código Florestal –, eu resolvi me concentrar muito mais na relação entre desastres naturais e o Código Florestal, que ainda é pouco percebida pela sociedade. Eu acho um aspecto menos discutido tanto nas discussões anteriores, nos encaminhamentos na Câmara. Agora é o momento de mostrar e trazer à discussão essa relação e também por que o Código Florestal é tão importante para as áreas urbanas do País.

O Código, normalmente, é percebido como algo que regulamenta a convivência da proteção da biodiversidade, da água, do solo com a agricultura, mas, na verdade, 84% da população brasileira é urbana. E desastres naturais estão acontecendo cada vez com mais intensidade e mais frequência.

Essa percepção de que desastres naturais estão acontecendo com mais intensidade e frequência e com maior impacto, finalmente... Foi preciso um desastre de enorme proporção, o ocorrido na região serrana do Rio, em janeiro, para finalmente acordar o País de que esse assunto é muito sério e merece a máxima atenção.

Da parte do Governo Federal, um elemento dessa atenção foi a recente criação – e realmente o decreto da Presidente Dilma foi publicado agora, no dia 1º de julho – do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, no âmbito do MCT. Então, essa é uma primeira resposta de política pública, um novo centro de pesquisa de alta tecnologia para prevenir e gerar alertas que possam salvar vidas.

Eu vou focar muito nessas questões, mas, antes disso... O próximo *slide*, por favor. Eu só vou mostrar dois *slides*. Os meus colegas aqui vão falar muito mais. Eu quero destacar duas coisas importantes. Eu acho que o Brasil, de certo modo, já se colocou... A popula-

ção brasileira, pelo menos, em pesquisas, claramente entende que a trajetória futura do Brasil é uma trajetória de sustentabilidade. Então, eu quero falar sobre dois *slides* de trajetórias de sustentabilidade: um deles, que os meus colegas certamente vão abordar mais, é a agricultura sustentável. A agricultura sustentável é o paradigma de desenvolvimento da agricultura do mundo. E o Brasil não deve ficar fora disso e deve caminhar celeremente para a agricultura sustentável, que é, pelo menos no sentido de pesquisa da Embrapa, por exemplo, para onde a pesquisa em agricultura está indo.

Essa figura é muito conhecida, a baixa intensidade de ocupação da pecuária brasileira, 200 milhões de hectares, aproximadamente, cerca de 200 milhões de cabeças de gado. Acho que aqui está um grande potencial, e a ciência e tecnologia tem que destravar esse potencial, além de políticas públicas. Mas políticas públicas bem intencionadas, para intensificar de um modo geral a agricultura brasileira, em particular a pecuária, quer dizer, essa média. O Brasil tem um potencial muito superior a uma cabeça de gado por hectare, em geral, e esse potencial tem que ser rapidamente ocupado.

Então, temos 60, 70 milhões de hectares de pastagens degradadas. Há que haver políticas públicas, incentivos e projetos de ciência e tecnologia. Por exemplo, em discussão no próximo PPA, entre Ministério da Ciência e Tecnologia, MMA e Mapa, um grande programa científico de recuperação. Qual a ciência que precisamos ainda desenvolver para recuperar áreas degradadas da agricultura. Mas, obviamente, a agricultura de baixo carbono é, na pecuária, onde ela pode se manifestar em forma muito grande, as pastagens futuras brasileiras podem ser grandes sumidouros, sorvedouros de carbono, e já há um programa, uma política pública, no Ministério da Agricultura, de agricultura de baixo carbono, com uma série de ações todas que dependem de muita ciência e muita inovação tecnológica.

Então, aqui tem um grande potencial. Isso aqui é uma recuperação de um passivo. Esse é o passado chegando ao século XXI. Precisa muita ciência, precisa muita inovação tecnológica, precisa mecanismo de incentiva e precisa também de políticas públicas.

Esse é o passado, a recuperação de um passivo. Agora deixa eu falar de um exemplo de futuro, para onde o Brasil tem que ir.

Próximo.

O Brasil tem que ir para a exploração econômica da nossa biodiversidade. Somos G-1 de biodiversidade, país com a maior biodiversidade. Quanto nós exploramos nossa biodiversidade? Pouquíssimo. É um fato concreto. Os números estão aí – não tenho tempo de falar tudo; eu podia contar inúmeros casos aqui. Mas dou o exemplo do açaí, uma indústria que não existia a não ser na Amazônia como um alimento milenar, da cultura amazônica, e que, de repente, nos últimos dez anos, atinge nichos mundiais, virou uma indústria de representatividade. Se já não passou, em muito breve, a indústria do açaí passará a da madeira da Amazônia. Quer dizer, uma indústria que se desenvolve, a partir da biodiversidade, em dez anos, e ela ultrapassa a da madeira que é a segunda, de base natural, é a segunda indústria de produtos que vêm da Amazônia, tem um valor agregado imenso, já remunera melhor os agricultores do que, por exemplo, pecuária, bate inclusive soja.

Próximo.

E essa indústria do açaí já foi para o mundo – esses produtos, infelizmente, foram desenvolvidos nos Estados Unidos. Esse é o grande potencial. Então, o futuro do País nesta área qual é? É explorar o potencial da nossa imensa biodiversidade; pouquíssimo explorado. Para isso, precisamos de muita ciência, muita tecnologia e muita inovação, e políticas públicas que sinalizem que esse é o caminho do Brasil. Uma economia de recursos naturais, em qualquer bioma, temos expressão de biodiversidade muito grande.

Eu só queria mostrar esses dois exemplos de um passivo que é a pecuária, ainda, de baixa intensidade, que precisa ser modernizada, e o futuro. Eu, pessoalmente, acredito, e o MCT está investindo muito agora em acreditar que essa é a trajetória do Brasil: exploração econômica racional da nossa inigualável biodiversidade. Um exemplo do açaí já mostra. Hoje, o açaí já tem um produto agregado aqui no Brasil, e fora, que já soma R$5 bilhões por ano. Se já não passou, vai passar a indústria da madeira muito em breve. É um produto. Se a gente imaginar uma economia agregando valor a centenas ou milhares de produtos da nossa biodiversidade, especialmente da Amazônia, mas não somente da Amazônia, do cerrado e dos outros biomas, nós podemos ter uma economia do século XXI totalmente diferenciada, onde o Brasil é líder. Então, esse é um aspecto que não pode passar despercebido, porque o Código tem tudo a ver com isso. O Código tem que sinalizar para o futuro do País. Ele não pode só olhar passivos. Ele tem que também olhar o futuro.

Próximo.

Esse eu vou pular, porque nesse o Márcio Pochmann vai falar muito mais do recente estudo do Ipea mostrando o que seria, o que acrescentaria ao passivo de ambiental climático do País se nós não olharmos essa questão com atenção, das modificações que surgiram na Câmara.

O código eu vou pular. O Márcio vai falar mais.

Próximo.

Eu quero falar mais, realmente, de desastres naturais em ambientes urbanos.

Próximo.

A maioria dos desastres naturais... Esse é um dado, já, que está sendo documentado cientificamente, cada vez mais, mas eu posso afirmar com bastante certeza que a maioria dos desastres naturais, nas cidades, ocorre em áreas de ocupação de várzeas e planícies de inundação natural dos cursos d'água, e em áreas de encosta com acentuado declive. Isso é um fato concreto. Vou mostrar alguns exemplos.

Próximo.

Portanto, parâmetros para áreas urbanas em APPs ao longo e ao redor dos corpos d'água em áreas de declives acentuados devem ser específicos para esse tipo de ambiente.

Então, o ponto que eu quero demonstrar aqui, e que não foi contemplado na discussão e na versão atual do Código aprovado na Câmara, é uma diferenciação entre ambiente urbano e ambiente rural, e uma diferenciação importante para prevenir desastres naturais e preservar a vida humana.

Próximo.

Então, esse é um ponto que eu acho que o Senado tem de debater e a ciência pode contribuir. Eu vou mostrar como a gente pode chegar a esses parâmetros.

Próximo.

Isso já é conhecido faz tempo, tem um livro de quase dez anos – o próximo –, que já falava disso.

Pode apertar algumas vezes. Mais um, mais um, mais um, mais um.

Esse livro – *A Cidade e o Código Florestal* –, de um geólogo de São Paulo, já fala disso há muito tempo, quer dizer, da importância estratégica de evitar ocupação de áreas de proteção permanente, tanto no sentido de várzeas e de planícies de inundação, como também de áreas de encostas, mas isso ainda não aparece no Código. Os parâmetros não têm essa diferenciação. Só se remete à legislação municipal, mas é importante ter um parâmetro nacional, quais são os valores mínimos que deveriam existir no Código, que protegessem a vida.

Próximo.

Então, eu acho que esse é um princípio que faltou, não porque faltou pensar, mas porque no Código foi pensando, desde o seu início, um País ainda mais rural e criando uma situação de equilíbrio entre a proteção da biodiversidade, da água, do solo, e em equilíbrio com o desenvolvimento da agricultura. Não estava escrita, nos princípios basilares do Código, a salvaguarda da vida humana.

Agora, com a questão dos desastres naturais, eu sugiro, fortemente, que isso deva, também, entrar no Código como um parâmetro muito importante, tão importante quanto os outros.

Próximo.

Então, específicas para a área urbana: em primeiro lugar, APPs ripárias em áreas urbanas.

Deixem-me dar alguns pequenos exemplos para vocês.

Próximo.

Todas estas... Aqui: rio Mundaú, inundação de 2010; rio Itajaí, 2008; região serrana do Rio, 2011.

Próximo.

Aqui, vocês veem um trabalho, um levantamento do MMA. Vocês veem a região serrana de Teresópolis. A parte de cima é APP ripária, o rio está em azul; a área de proteção, em amarelo. Vocês veem, aqui, antes do desastre, em cima. Depois do desastre, não há nenhuma sombra de dúvida de que aquelas populações, muitas, estava habitando essas zonas de inundação do rio e foram varridas pela inundação.

Próximo.

Aqui, um estudo um pouco mais detalhado, que faz parte do documento que a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências produziram nos últimos meses, que olha um pouco mais... Esse é um exemplo do rio Mundaú, que inundou no ano passado, mostrando, ali, o canal principal e toda essa zona inundável plana. Boa parte da cidade estava nessa zona inundável plana.

Próximo.

Mesma coisa. Outro tipo de... Ali no rio Mundaú também, e em outras cidades, zonas de inundação com declive, área de erosão e arraste. Ali, onde vocês estão vendo aquelas palmeiras, o rio passou por cima.

O próximo.

Mesma coisa, uma zona sujeita, em outra cidade, a arraste, quer dizer, uma zona sujeita a enxurradas, com essas linhas todas mostrando...

Quer dizer, a ciência, hoje, consegue, com sensoriamento remoto, com tecnologias modernas de observação, com conhecimento da hidrodinâmica dos rios... Isso é conhecido, hoje. A ciência, hoje, pode estabelecer precisamente quais os parâmetros de segurança. Lógico que existem cidades e habitações já consolidadas que precisam ter um tratamento especial, mas, na expansão urbana que ainda se registra no Brasil, e com o crescimento econômico, mais e mais as pessoas mudam e criam-se novas áreas de assentamentos humanos nas cidades, esses parâmetros têm de ser levados em consideração. Esses parâmetros são diferentes dos de áreas rurais.

Próximo.

Em uma primeira abordagem, e a ciência pode dar respostas mais precisas, áreas para cidades, áreas ripárias, não podem ser esses limites estabelecidos ou na versão anterior ou na versão atual do Código. Eles têm de olhar qual é essa chamada passagem da inundação. Você pode até imaginar alguma atividade econômica pecuária, mas ali não deveria existir assentamento humano. Então, aquela área que não deve ser ocupada.

Essa zona tem um critério técnico, não é um número mágico, depende do regime hidrológico do rio. Devemos lembrar que, com a mudança climática, com o aquecimento global, em muitos lugares as chuvas estão aumentando, o regime hidrológico está se intensificando, os rios estão tendo vazões maiores na época das cheias. Por exemplo, podíamos pensar o limite alcançado pela inundação, com período de recorrência de dez ou vinte anos. Isto precisa ser discutido mais profundidade, porque essas faixas podem variar, se são dez anos ou vinte anos, ela pode ser estreita ou larga, dependendo da topografia.

Então, esse é um primeiro ponto que eu quero deixar aqui com bastante clareza. A Ciência pode trazer esses parâmetros e, para as cidades e para a proteção da vida humana, eles não são os mesmos que para as áreas rurais.

Próximo.

APPs em encostas das áreas urbanas.

Pequenos exemplos. Estes aqui são algumas documentações. Este aqui é o desastre na região serrana e toda área de ocupação em áreas de encostas com alto declive.

Próximo.

Isto é Teresópolis.

Próximo.

Isto é Teresópolis de novo.

Próximo.

Teresópolis.

Próximo.

Nova Friburgo.

Mais um.

Este também faz parte do levantamento que o MMA fez sobre o desastre na região serrana do Rio, e há de se registrar que aquela foto de cima é antes do desastre, do Google Earth, e a de baixo é após o desastre. E tem uma tipologia clara de origem desses escorregamentos de massa, associado com o desmatamento de topo de morro, estrada em todo de morro, com habitações em áreas de declive, então, existe uma ciência muito conhecida hoje da estabilidade ou instabilidade dos solos tropicais em áreas de encostas. Isso é bem conhecido.

E a maioria, o registro desses locais, é em áreas de risco, em áreas inclusive que até a versão anterior do Código não permitiria ocupação.

Próximo.

Essa análise que o MMA fez, tanto em Santa Catarina como na região serrana, não deixa muita dúvida, porque a maioria dos deslizamentos aconteceu em áreas de declividade acentuada ou topos de morros ou muito próximo dos topos de morros, consideradas como APPs, ou em áreas de utilização limitada pelo Código, entre 25 e 45. Então, se para a agricultura é possível imaginar alguma ocupação em áreas acima de 25 graus, para assentamentos não. Estudos do IPT, de São Paulo, por exemplo, mostram que na Serra do Mar – a Serra do Mar é muito instável – não se deve permitir nenhum assentamento. O IPT inclusive coloca o número 17%, não é nem 25. Aqui eu estou colocando um parâmetro médio 25.

Portanto, essas análises todas dos repetidos desastres dos últimos dois anos, infelizmente, já coloca o Brasil entre os países com o maior número de vítimas de desastres. Estamos com uma média nos últimos cinco anos de 2,5 mortes por um milhão de habitantes por ano, isso entre os seis países com maior número de mortes *per capita* no mundo. Então, 85% das áreas atingidas por deslizamentos são áreas que deveriam ser APPs, em um Código Florestal que – eu espero – saia desta Casa, em que a proteção da vida humana esteja assegurada.

Próximo.

Próximo.

Então, esse é o meu último *slide.* Também, não que seja 25 graus como eu destaquei para algumas áreas, como, por exemplo, em algumas áreas na Serra do Mar esse número é até menor, para garantir a estabilidade que aquela área não vá sofrer repetidos episódios de deslizamentos, para que não apresente riscos para as populações. Mas, de modo geral, áreas de ocupação não poderiam ser permitidas para declividades superiores a 25 graus.

Então, Senador, novamente agradecendo a oportunidade, quero realmente destacar esse segundo aspecto como muito importante. Acho que é possível, sim, colocar nesse Código a proteção à vida humana e valores diferenciados para áreas urbanas, para minimizar o risco de desastres naturais, que são crescentes no País, e para disciplinar o uso do espaço urbanos. Que seja um código nacional para os mais de 5,5 mil Municípios; aí sim códigos municipais, leis municipais poderão ser mais rigorosas, mais específicas. Mas é muito importante que haja no Código Florestal uma visão diferenciada para as áreas urbanas, para prevenir desastres naturais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a contribuição e a participação do Professor Carlos Nobre, passamos a palavra ao Dr. João de Deus Medeiros, Diretor de Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Bom dia, Senador Eduardo Braga. Agradeço o convite.

Inicialmente, também queria mencionar que vou fazer uma abordagem sob o enfoque da avaliação que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo das propostas de alteração do Código Florestal. Nós temos acompanhado esse processo, e o Departamento de Floresta, que no momento dirijo, é um setor do MMA que tem acompanhado isso de forma bastante próxima, até pela sua função. Como é o Departamento de Florestas e como o Código Florestal é a nossa referência no ordenamento jurídico, digamos assim, mais incisiva com relação à proteção e ao uso sustentável das florestas, nós assumimos essa incumbência, e, junto com colegas de outros Ministérios e com organizações da sociedade civil, nos últimos três ou quatro anos, isso nos tem sido uma pauta recorrente.

Então, vou nesse contexto, obviamente, destacar alguns pontos dessa nossa avaliação, procurando direcioná-la, já de forma mais objetiva, aos aspectos do texto aprovado na Câmara que entendemos que merecem uma atenção especial, nessa fase de tramitação aqui, no Senado.

O seguinte, por favor.

O primeiro aspecto – principalmente na sessão de ontem, isto já foi bastante mencionado, mas não podemos esquecer-nos de mencionar – é a posição do Brasil, no cenário internacional, como um País detentor de uma megadiversidade biológica e o que isso representa em termos de potencial e também de responsabilidade da sociedade brasileira.

Essa avaliação neste momento se mostra mais relevante ainda, a partir da percepção de que vivemos hoje uma grave crise – o próprio mundo acadêmico tem destacado isso com muita relevância, e não é um alerta recente – com uma acentuada perda de biodiversidade no planeta, e as razões principais desse processo estão associadas com a perda de *habitat*, com os fenômenos associados a mudanças climáticas e com outro grave problema, que é aquele decorrente da ocupação desses espaços já restritos por outras espécies, que são as chamadas espécies exóticas invasoras.

É importante mencionar que, nesse contexto, a nossa responsabilidade é redobrada sob dois aspectos: o primeiro é o de que temos uma grande diversidade e, ainda sob vários aspectos, pouco conhecida – pouco conhecida primeiro sob o aspecto técnico-acadêmico mesmo, pois muitas espécies sequer tiveram ainda uma descrição taxonômica; o outro ponto, que o Dr. Carlos já mencionou, decorre do próprio aproveitamento racional da potencialidade dessas espécies, que é uma oportunidade imensa e que nós, infelizmente, em alguns casos, estamos perdendo inclusive a possibilidade desse aproveitamento racional por conta da eliminação das espécies.

Só para ilustrar isso que estou falando: tivemos essa semana a divulgação da discrição de uma nova espécie brasileira que ocorre praticamente na cidade do Rio de Janeiro. E não é uma espécie de inseto, algo pouco visível; é um mamífero. Vejam que situação! Estamos no Rio de Janeiro, no quintal das maiores e mais antigas instituições de pesquisa do País, em pleno século XXI, e ainda estamos descrevendo uma espécie nova de mamífero. Imaginem remeter essa situação para o pantanal, para o cerrado, para a região amazônica. Ele foi descrito – saiu a publicação, agora em junho, da descrição da espécie: é um roedor, um ratinho que vive nas moitas de Clúsia, nas áreas de restinga.

O seguinte, por favor.

Outro ponto que eu gostaria de levantar e que temos que levantar: no momento em que discutimos uma norma de proteção da biodiversidade, temos que entender que essa preocupação também está vinculada com uma questão absolutamente estratégica, que é a utilização dessa biodiversidade também como um elemento essencial e propulsor para o nosso desenvolvimento e para a própria qualidade de vida da população humano. O Carlos mencionou muito bem esse aspecto da própria segurança das nossas ocupações, mas podemos remeter isso também para a própria garantia e aumento da produtividade em vários setores. E a agricultura não é diferente. Estamos hoje vivendo um problema sério com relação aos polinizadores, esse fenômeno estranho que é a desordem do colapso de colônia, que tem feito com que várias espécies de abelhas estejam desaparecendo. Isso tem um impacto absolutamente direto sobre a produtividade agrícola. E a relação é muito direta, claro. É um serviço ambiental, objetivo, prestado por esses insetos. No momento em que eles somem, isso tem um custo que precisa ser absorvido. Então, temos, por exemplo, a produção de maracujá, em regiões de Minas Gerais, em que a polinização já está sendo feita manualmente. Isso implica você colocar pessoas lá visitando florzinha por florzinha, que tem um custo.

De um modo geral, esse impacto da desordem de colapso de colônia tem uma avaliação geral, da própria FAO, que pode implicar em custos adicionais da ordem

de 150 bilhões de euros. Projetando isso para a nossa realidade brasileira: temos uma situação – procurei destacar e mostro depois para vocês outra implicação desse debate do Código – com relação à produção de mação aqui no Brasil. Temos, na região Sul, áreas em que a produção de maçã se estabeleceu e tem todo um destaque. Tivemos muita discussão no Código sobre a implicação de se exigir o cumprimento do Código com o comprometimento dessas culturas. Hoje estamos tendo um comprometimento direto por conta já do desaparecimento das abelhas ali principalmente na região serrana de Santa Catarina, onde se concentra essa produção. E o que isso tem ocasionado? Os produtores já estão alugando colmeias. O preço desse aluguel aqui no Brasil ainda está razoável – está na ordem de R$45,00 o aluguel da colmeia mais a despesa de transporte –, mas nos Estados Unidos esse valor já está na de US$170, os agricultores já têm que incluir esse valor no custo da produção.

Aqui temos um exemplo muito didático da implicação prática dessa valoração dos serviços ambientais, que até então a gente sempre jogava isso como um aspecto que ficava meio difuso. Na prática, já estamos tendo que contabilizar isso de forma muito objetivo. Quanto ao maracujá que mencionei aqui, na região de Minas, os próprios produtores já têm contabilizado. Isso significa que 20% a 30% do preço da produção já são destinados ao pagamento da pessoas que têm que estar lá fazendo a polinização pelo sumiço das abelhas.

O seguinte, por favor.

Outro ponto que é bastante relevante nesse processo de discussão do Código é a proteção dos recursos hídricos que tem, obviamente, uma importância fundamental também para a agricultura, para a qualidade de vida das populações humanas. E a proteção que o Código procura trazer para esses ambientes é a base – o próprio decreto de 34 já tinha um foco muito direcionado para a conservação de recursos hídricos.

E, nesse particular aqui, Senador, queria chamar a atenção sobre alguns aspectos.

O primeiro é que nós temos a definição da vegetação ripária como APP, hoje no art. 2º do Código, definindo faixas a partir da margem do rio. Houve uma certa confusão com relação a esse particular, já que o texto hoje do art. 2º do Código remete ao nível mais alto; quer dizer, medem-se as faixas de APP a partir do nível mais alto. Em 2002, uma resolução do Conama procurou definir o que era nível mais alto e remeteu essa definição ao nível atingido pela cheia sazonal. Isso gerou uma série de problemas em termos de aplicação prática, porque a cheia sazonal é a cheia em um período anual. Então, é óbvio que, em determinado ano, pode-se ter esse nível atingindo um ponto que não é exatamente o mesmo que atingiu no ano passado e nem vai ser o mesmo atingido no ano subsequente. Então, gerou essa instabilidade e essa insegurança jurídica bastante grande.

Outro ponto é que, sobre essa interpretação, todas as áreas de planície obviamente, em algum momento de cheias mais extremas, também passam a ser inundadas, e por essa interpretação mais ampla tudo isso virou rio. Então, levantamos uma discussão bastante grande sobre isso. O Roberto principalmente, que está na Mesa conosco, também participou muito intensamente, nesses últimos quatro anos, desse debate. E nós precisamos centrar um pouco essa discussão agora no Senado, resgatando essa função da União no que tange à sua competência nessa matéria concorrente. E a legislação é muito clara ao definir que o papel da União nesse particular é estabelecer norma geral.

Então, o Código Florestal tem que resguardar esse condão de ser uma norma geral e, portanto, de aplicação nacional. Precisamos entender que não necessariamente os dispositivos do Código já tenham que dar uma proteção, digamos assim, integral a tudo, porque você tem que remeter – a Constituição faz esse tratamento – obrigatoriamente a responsabilidade para os Estados de fazerem essa complementação da legislação nacional, aí, sim, atendendo a essas peculiaridades regionais.

A mesma situação entendo que temos na questão urbana. Como o Carlos mencionou muito bem, as peculiaridades de ocupação urbana são muito mais críticas do que no espaço rural, até pela implicação direta que têm com relação ao risco imposto às ocupações humanas. Então, a legislação estadual, a legislação municipal associada aos planos diretores, tem que necessariamente fazer essa complementação da regra geral nacional. O que nós vimos e tem gerado muito conflito é que, na maioria das situações, nós assistimos ao inverso: a legislação estadual ou os planos diretores querendo trazer regras menos restritivas do que a regra geral nacional.

Chamo a atenção para esse detalhe aqui, Senador Eduardo, porque precisamos ter clareza de que um texto de código nacional tem de resguardar essa função de ser uma regra geral, portanto, de aplicação nacional. E é óbvio que, nesse contexto de uma regra geral, ela não vai poder absorver integralmente todas essas peculiaridades que nós temos num país como o Brasil.

Agora, a própria previsão constitucional já nos dá um caminho objetivo, que é a responsabilidade dos Estados, a responsabilidade de os Municípios fazerem essa complementação.

O seguinte, por favor.

Um outro ponto que nós temos de associar à importância da manutenção dessas áreas de preservação permanente ao longo dos cursos hídricos é aquela associada ao próprio fenômeno da erosão e como a manutenção dessa vegetação ripária exerce uma função essencial na manutenção da quantidade e da qualidade do recurso hídrico. Nós temos uma situação, por conta de usos insustentáveis, principalmente no espaço agrícola, de perda de solo no Brasil que é assustadora. É algo que chega próximo a 286 milhões de toneladas por ano de solo que se perde, e, em algumas situações, como nesta foto aqui, que é lá no Rio Grande do Sul, há fenômenos erosivos absolutamente assustadores, que não só implicam perda e comprometimento depois dos cursos d'águam, mas implica também a inviabilização completa dessas áreas para qualquer tipo de uso. E a manutenção de uma faixa de proteção ao longo dos rios também é essencial para que o próprio impacto de fenômenos como esse sobre o comprometimento do recurso hídrico seja minimizado.

Aqui é uma demonstração bastante clara de que a manutenção de faixas de proteção ao longo dos cursos hídricos também tem outras implicações muito diretas. E um deles é sobre a própria viabilidade, a longo prazo, de empreendimentos caros que nós fazemos, como é o caso da geração de energia elétrica. Nós temos uma fonte de energia muito ligada a aproveitamento hidráulico, e, se não tivermos a manutenção dessas faixas de vegetação protegendo os cursos d'água e os reservatórios, a própria vida útil desses reservatórios vai se reduzir drasticamente. E, ao se fazem investimentos altos como esse que está sendo feito agora em Rondônia, na construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, se isso não for acompanhado com um processo de gestão adequada do entorno desses cursos d'água, o assoreamento faz com que a vida útil desses reservatórios caia à metade. A média que temos é de que 0,5% do volume d'água nos reservatórios é eliminado anualmente – a capacidade de retenção é eliminada –, por conta da entrada dos resíduos do assoreamento.

Outro ponto que é importante destacar nesta reunião é que nós assistimos muito, ao longo deste debate, a uma insistência na lógica de que as determinações de proteção ambiental são todas absolutamente arbitrárias, que elas não têm nenhuma referência no conhecimento acadêmico científico. Vamos isso sendo repetido em alguns foros e momentos, e essa repetição insistente acaba meio que fazendo parecer que se trata de uma verdade absoluta. Na verdade, é o inverso: nós temos um acúmulo de conhecimento muito grande – senão de todo suficiente, a ciência tem que estar sempre perseguindo o conhecimento, esse é o desafio da ciência –, que precisa ser utilizado de forma mais adequada. Isso é importante de ser dito, porque, neste momento do debate, temos que ter o subsídio da ciência. O processo é eminentemente político – não resta dúvida –, pois se trata de definir regras gerais. Isso está sendo debatido nesta Casa, exatamente pela conotação política, é uma decisão política que a sociedade brasileira tem que tomar, mas é óbvio que, para tomar a melhor decisão, temos que ter subsídios dos vários setores. E o subsídio do conhecimento científico é essencial para que possamos nortear a melhor decisão política. E acumulado de informação existe. O que precisamos é ter um pouco mais de tranquilidade e habilidade para fazer com que esse conhecimento possa chegar e gerar esse subsídio para nortear a nossa decisão.

Nesse ponto, eu queria chamar a atenção sobre dois aspectos: o primeiro é com relação a essas definições de APPs. No que tange à reserva legal, muito tem se discutido sobre a ineficácia ou a falta de justificativa para termos a imposição, no ordenamento jurídico, de uma porção da propriedade privada mantida com vegetação nativa, que é a reserva legal. Esse percentual de 20% a 80% sempre é colocado como algo que foi arbitrariamente estabelecido. Ora, uma norma de aplicação nacional tem que ter um parâmetro objetivo. Em algum momento, teremos que arbitrar. O Código hoje já faz um tratamento diferenciado, tanto é que temos, para a reserva legal, um percentual de 20% em determinadas regiões, 35% em outras, 80% nas áreas de floresta amazônica.

Então, não é exatamente como alguns advogam, que é uma regra burra que estabelece um percentual único para todo o território. Agora, do ponto de vista científico, nós temos a biologia da conservação definindo muito claramente que em qualquer bioma se você não tem um limiar, algo próximo de 30% de vegetação nativa, a manutenção a longo prazo das espécies, dos processos ecológicos e evolutivos envolvidos ficam comprometidos. É óbvio que nesse contexto nós já teríamos aqui uma base bastante sólida para defender os percentuais estabelecidos para a maioria dos biomas, que é de 20%, e mesmo para o cerrado, que está nessa faixa de 35%. Os 80% na Amazônia, ela tem uma outra conotação, que também precisamos considerar, é a perspectiva de ter um outro modelo de desenvolvimento para essa região, que incorpore essa variável da floresta.

Eu queria chamar a atenção aqui, Senador Eduardo e demais Senadores, de que no texto aprovado na Câmara ficou mantida essa figura da reserva legal, o que é interessante; no texto aprovado na Comissão Especial havia aquela projeção de deixar de exigir reserva legal para área equivalente a quatro módulos.

Isso melhorou no texto aprovado agora na Câmara, já que o tratamento excepcional é dado para as propriedades até quatro módulos, com a não exigência de recuperação, ou seja, se manteria a reserva legal com percentual de vegetação que a propriedade detém. Nós entendemos que essa é uma flexibilização bastante ampla, aqui ela não se justifica. O que nós sempre defendemos é que haveria necessidade de dar um tratamento diferenciado para a pequena propriedade, para a agricultura familiar e remeter a quatro módulos, de forma genérica, implica em você estar acomodando uma série de propriedades que não tem nenhum vínculo com produção agrícola. Portanto, não se justificaria essa exigência da necessidade de recomposição aos percentuais mínimos exigidos.

E um ponto mais preocupante ainda para nós, é que já há hoje no próprio texto vigente do Código a previsão da possibilidade de quem não tem reserva legal nos percentuais mínimos exigidos, que possa fazer essa regularização por meio da compensação. Essa compensação se dá com a compra de área equivalente, ou mesmo com a compra de cota de reserva florestal, que no texto, agora, passa a ser chamar cota de reserva ambiental, que nós precisamos ter a base para que isso possa ser operado efetivamente, e também com o aluguel de servidão ambiental.

Agora, o instrumento da compensação hoje no texto vigente ele é possível para quem comprova que o desmatamento da reserva legal ocorreu em período anterior a 98. No texto aprovado na Câmara não há qualquer remessa a esse limite temporal para a possibilidade da compensação. O art. 38 abre a possibilidade de compensação sem qualquer vinculação temporal a esse desmatamento da reserva legal. Para nós isso é preocupante porque se não há essa vinculação no futuro isso pode ser um indutor do desmatamento. Há essa possibilidade da avaliação. Eu corro o risco de desmatar essa área irregularmente contanto que eu vou poder, ainda, me regularizar com a compensação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita a inconveniência?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse ponto a que o Sr. João de Deus está fazendo referência, se ele pudesse fazer uma reflexão a respeito dessa compensação no mesmo bioma, na questão da bacia e a implicação disso para os corredores de proteção. Por favor.

Eu agradeço e peço desculpas pela interrupção.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Perfeito, Senador Taques.

Eu até iria fazer o desdobramento dessa avaliação nesse sentido exatamente, porque a preocupação inicial com relação à compensação ela, como falei, não fazer remessa a nenhuma referência temporal pode, sim, acabar induzindo a novos desmatamentos porque sempre haverá essa perspectiva: eu desmato e regularizo com a compensação.

Além disso, o § 5º, do art. 38, também traz uma inovação, que é a possibilidade dessa compensação ser feita com a manutenção, de modo pessoal e particular, de área equivalente. Isso também abre uma subjetividade fenomenal. Como nós vamos fazer o controle disso? Eu faço um contrato pessoal e particular, dizendo que estou ajudando a manter a vegetação do vizinho, e isso é suficiente para a minha compensação. Então, eu acho que esse ponto do art. 38 precisa realmente ser revisto.

A possibilidade de compensação. Se nós conseguirmos amarrar as referências mais objetivas que impeçam esse tipo de comprometimento, a ampliação da possibilidade de compensar dentro do bioma foi foco de uma ampla discussão interna no Governo; ela, num primeiro momento, tinha uma conotação bastante ampla, que no debate de ontem foi ressaltado, ou seja: o cidadão tem área de passivo no Rio Grande do Sul, e vai compensar na Mata Atlântica, no Piauí ou no Rio Grande do Norte. Então, isso poderia trazer um problema.

A tentativa de minimizar esse impacto – que foi incorporado no texto aprovado na Câmara – foi de manter a vinculação da compensação à aprovação da localização prévia. Quer dizer, o proprietário vai poder usar o instrumento da compensação, desde que o órgão ambiental aprove a compensação. Quando a compensação se estabelece fora do território do Estado, embora no mesmo bioma, a amarração é feita, e a determinação prévia é feita pelo Estado de áreas prioritárias para essa compensação. Essas áreas teriam que ter uma vinculação com áreas prioritárias, para a conservação da biodiversidade.

Então, nós entendemos que essa é uma flexibilização para atender a um apelo de que, em algumas áreas, já não existia mais vegetação em quantidade suficiente para essa compensação. É uma situação que pode ser fato, mas é a exceção: a maioria das regiões tem sim vegetação em proporção suficiente para viabilizar a compensação, dentro da bacia. Mas entendemos que essa flexibilização para o bioma, desde que amarrado a essa definição dos Estados das áreas que serão passíveis dessa compensação, ela minimiza esse impacto. Até porque, se um determinado Estado entende que na área dele não é estratégico abrir

para a possibilidade de compensação, ele não define a área prioritária.

Então eu acho que tem um mecanismo de controle que não seria tão comprometedor.

Com relação ainda à reserva legal, nós tivemos, no art. 13 do texto atual, essa questão da flexibilização vinculada aos quatro módulos fiscais. E aí nós temos dois problemas, que poderão gerar incerteza e insegurança jurídicas: o primeiro é que é feito de forma genérica remessa a quatro módulos fiscais, sem a vinculação à agricultura familiar. Aliás, isso é estranho, porque o texto aprovado incorporou o conceito de agricultura familiar, mas depois não aplica em momento algum. Aí todo o tratamento diferenciado é remetido de forma genérica aos quatro módulos.

Nós entendemos que flexibilizações como essa, para viabilizar regularização apenas com percentual existente de vegetação, se justificam num espaço um pouco mais restrito, como seria a da propriedade da agricultura familiar. Mas, mesmo assim, a remessa a quatro módulos precisa também de uma referência temporal. Porque os módulos são definidos pelo Incra, por Municípios, com uma variação ampla – nós temos uma flutuação que vai de 5 hectares até 110 hectares – e, muitas vezes, em Municípios vizinhos, a gente tem uma variação muito grande. Por exemplo, você pode ter uma região metropolitana em que o módulo é de 5 hectares, e esse Município faz limite com um outro Município em que o módulo é de 100 hectares. Então um proprietário com 25 hectares nesse Município já não se enquadra mais como pequeno proprietário. No entanto, no Município ao lado, uma propriedade de 380 hectares ainda é uma pequena propriedade.

Além disso, temos um problema: como o módulo é definido por portaria do Incra, tem função da evolução socioeconômica do Município, e isso varia ao longo do tempo.

Então se eu defino na regra nacional, hoje, a referência de quatro módulos, em 2011 eu tenho uma referência, que pode ser diferente em 2012 ou em 2013.

Então, talvez a gente devesse se debruçar mais sobre isso, Senador, para trazer uma definição para a regra geral que seja mais estável e que não suscite esse tipo de insegurança.

O próximo, por favor.

Outra discussão na qual a ciência pode contribuir muito, e que tivemos muita argumentação contrária à reserva legal, é a de que hoje, em um universo em que a paisagem está muito fragmentada, você exigir reserva legal que implicaria pequenos fragmentos de vegetação isso não tem nenhum significado do ponto de vista da biodiversidade. Trago aqui um exemplo bem didático. Essa é uma discussão que vem se estendendo no mundo acadêmico há muito tempo. A importância, o impacto sobre a conservação da biodiversidade de fragmentos grandes ou de pequenos fragmentos é maior, é menor... Essa é uma discussão que se estende há muito tempo. Temos posições muito favoráveis, tanto numa direção como na outra, e isso ilustra bem que a ciência caminha em cima de incertezas, de dúvidas, em cima de projeção de hipóteses. É muito claro que temos vários elementos, no próprio conhecimento científico de que em paisagens fragmentadas a manutenção desses fragmentos, principalmente em áreas onde a antropização já foi muito intensa, a manutenção desses fragmentos, para determinadas populações, é absolutamente essencial. O que nós precisamos, e a ciência tem trabalhado nisso, o Ricardo, aqui, trabalha com recuperação, é ter instrumentos de planejamento para que a medida em que a gente administre melhor a paisagem, e a biologia da conservação tem desenvolvido muitos instrumentos e ferramentas para isso, que é o planejamento gerando conectividade desses fragmentos.

No momento em que você garante essa conectividade a própria manutenção desses fragmentos começa a ter uma outra perspectiva e a sua importância se ressalta. Isso é essencial por quê? Porque quando nós falamos em reserva legal, temos que entender a reserva legal, também, como um instrumento essencial de planejamento rural, principalmente. O planejamento da paisagem rural tem que contar muito com a contribuição desse espaço da reserva legal como uma ferramenta essencial para a nossa política de conservação da nossa biodiversidade e aí entra o papel essencial, Senador Taques, nesse processo de os Estados assumirem essa responsabilidade de induzir, já que cabe a ele a aprovação da localização da reserva legal, fazer que essa aprovação não seja um mero processo burocrático de carimbo, para depois o cidadão ir ao cartório averbar. Mas que faça esse planejamento com a perspectiva de que nós consigamos gerar conectividade e, com isso, termos uma contribuição mais efetiva das propriedades privadas nesse esforço coletivo de conservação da biodiversidade.

O seguinte, por favor.

A APP de matas ciliar... Na minha apresentação há uma sequência que eu coloquei propositalmente, citando uma relação de trabalhos acadêmicos brasileiros. Não coloquei trabalhos estrangeiros porque eu queria mostrar, um pouco, que é um mito essa coisa de que não tem estudo, que ninguém conhece nada. Existe uma infinidade. O que acontece é que muita gente não quer perder tempo em ir atrás e analisar.

Um outro ponto que trago nessas imagens... Temos aqui, acho, que é Goiás Velho, depois Santarém,

próximo de Porto Velho, situações relacionadas à vegetação ciliar.

É claro que no espaço urbano, Carlos já mencionou isso muito bem, temos, inclusive, alguns exemplares, ali do trabalho que ele mencionou que fizemos agora, depois dessas tragédias que ocorreram na Região Serrana, mas novamente quero chamar a atenção. Temos que ter o foco de que estamos debatendo a aprovação de uma Lei Federal que é, como diz a Constituição, a norma que vai estabelecer a regra geral nacional. Nesse sentido, a sua aplicação para a área urbana é essencial. Não podemos pensar – e muitos advogam isso – que em área urbana não precisa ter APP. Ao contrário, o Carlos deixou claro aqui que a vinculação de APP com área de risco exige inclusive que o ordenamento municipal, através dos planos diretores, avalie essas peculiaridades e amplie essa proteção que a regra geral nacional estabelece para gerar maior segurança nos processos de ocupação urbana. Aí nós temos que considerar algumas questões como o tal uso consolidado, que também é uma discussão que, para nós, está muito mal equacionado, no texto aprovado no Congresso, porque ele faz uma menção à regularização de maneira geral a tudo que foi ocupado e consolidado até julho de 2008. Ao fazer essa definição da possibilidade de legitimar e regularizar tudo que foi ocupado até julho de 2008, nós estaremos criando uma regra geral sobre vários aspectos, inclusive muito irresponsável, e que vai gerar muita insegurança também, Senador, porque nós trabalhamos essa possibilidade de regularização na perspectiva também de regularizar essas situações.

O texto aprovado no Congresso é bastante taxativo. No § 5º do art. 33, ele diz que "tudo que foi ocupado até julho de 2008 vai ser legitimado e regularizado para todos os fins". Ora, o próprio texto também traz, em outros momentos, a exigência de recuperação das áreas de APP. Então, há uma contradição no próprio texto. Ora ele remete à necessidade de recuperação, mas depois define que tudo que foi ocupado vai ser legitimado. Então, além de gerar insegurança jurídica, isso não é defensável, porque nós temos algumas situações de APP em que manter os usos que foram feitos é estar apostando no desastre. E não podemos dar essa abertura, na norma geral, de forma tão flexível e ampla.

O art. 33 precisa de uma reflexão mais profunda aqui no Senado. É óbvio que temos que acolher algumas situações diferenciadas. Por exemplo, Goiás Velho. Aquelas ocupações que estão ali na beira do rio, inclusive a casa da Cora Coralina, foram estabelecidas muito antes de qualquer regra do nosso ordenamento jurídico. Outras ocupações de uso público, como essa na margem do rio Tapajós, que aparece na foto seguinte, ou, como discutíamos anteriormente, Senador, e ali é um exemplo bem claro, o caso do pessoal em Rondônia plantando feijão na área de vazante do rio. Isso tem que ser acolhido? Tem, nós precisamos avaliar essas situações.

O caso de vazante é um bom exemplo. O texto aprovado na Câmara abre a possibilidade de uso agrícola de vazante de maneira absolutamente genérica, ou seja, para qualquer agricultor e para qualquer tipo de cultura, o que é também indefensável. Não faz o menor sentido eu imaginar que um grande produtor possa estar ocupando o espaço do leito do rio para produzir qualquer tipo de cultura. Esse é um exemplo clássico de um tratamento diferenciado que a norma geral nacional poderia já estar remetendo, mas que se justifica no limite do interesse social. E aí, portanto, para comunidades tradicionais ou agricultura familiar e, ainda assim, com algumas orientações em termos de restrição desse tipo de uso – e nisso nós havíamos avançado, não é, Roberto, até na própria definição do interesse social com os agricultores familiares.

Isso é o leito do rio. O Senador Cassol, que é de Rondônia, conhece bem essa situação. Não tem como eu justificar e nem há necessidade de insumos químicos, porque vai comprometer a água e nem tem necessidade, porque a própria fertilização dessas várzeas é natural. Essa é uma área que os agricultores cultivam, mas sempre com risco, porque, se a cheia vem um pouco antes, ele também perde. Mas a vinda da cheia já fertiliza novamente e faz uma assepsia completa de tal maneira que, no próximo ano, ele não tem risco nenhum de patógeno. Tranquilo! Agora, abrir isso como o texto fez, de forma absolutamente genérica, não se justifica.

Outro ponto muito debatido aqui, sobre o qual nos debruçamos ao longo desses anos, é a questão de APP de relevo. O Código define como preservação permanente inclinação superior a 45º. Como o Carlos já mencionou, 45º é uma inclinação absurda em termos inclusive de estabilidade geológica. Conseguir segurar alguma coisa em uma inclinação superior a 45º só é estável se for uma rocha, como temos aqui nesta foto. Aquele primeiro pico representa o que é uma inclinação de 45º. Ali bateu certinho 45º. Já é terreno para exercício de alpinista. Mas, vejam, nós tivemos, em um primeiro momento, neste debate, uma informação generalizada de que se nós exigíssemos o cumprimento dessa norma, toda a cultura de café, em Minas Gerais, toda a cultura de maçã, em Santa Catarina, seriam eliminadas, porque estão todas em área de inclinação.

Bom, aí corremos atrás da informação técnica – e o *slide* seguinte mostra um pouco isso. Usamos uma ferramenta que já está disponível, que é esse modelo digital do terreno e fizemos algumas avaliações por Estados, por Municípios. Pode mostrar o Rio de Janeiro. Vamos ver os dados do Rio de Janeiro.

Vejam: inclinação superior a 45º, no Estado do Rio de Janeiro, usando este mapa de declividade, esse modelo digital de terreno da Nasa, equivale 0,3% do território do Estado. Mesmo as áreas de 25º a 45º, que são aquelas áreas de uso restrito, que não são exatamente APP, mesmo num Estado de topografia mais acidentada, como é o Rio de Janeiro, isso não perfaz mais do que 10%.

Então, dizer que resguardar como que de preservação permanente um espaço tão delicado,como esse, tão frágil, e com uma extensão territorial tão pequena, é um pouco de exagero. Então, até para que tenhamos um pouco mais de segurança, é importante buscar informação.

Nesse seguinte, mostrando só o município, São Joaquim, que é o produtor de maçã, sempre referido, 0%; Três Pontas, que é um dos principais produtores de café, em Minas Gerais, 0%; mesmo 25º a 45º é 0,2.

No outro dia, tivemos aqui uma reunião com os produtores de café de Minas, e pegamos as imagens de alta resolução, mesmo nessas faixas de 25º a 45º, na maioria dos casos a produção já é muito restrita, eles mesmos avaliam que a própria produtividade nessas áreas já é muito comprometida.

No seguinte, em Bento Gonçalves, pegando a produção de uva também, que está toda comprometida, são mais de 45º, mesmo em Bento Gonçalves são 0%.

É óbvio que, se formos fazer uma análise, como o *pixel* aqui é de 30 metros, ou em algumas situações, ainda, usamos aquele modelo de 90, é claro que essa é uma projeção um pouco geral. Vamos encontrar algumas situações particulares em que tem, mesmo quando digo que é 0%, isso não é absoluto. Mas são espaços absolutamente restritos; generalizar e dizer que todo o território do município vai estar comprometido, é bem diferente.

A mesma situação tivemos para áreas acima de 1.800 metros.

Vejam, no texto aprovado na Comissão Especial, o texto inicial do Deputado Aldo Rebelo, tinha suprimido a figura de APP acima de 1.800. Tivemos uma conversa longa com o Deputado Aldo, ressaltando a importância. Essas áreas acima de 1.800 metros, na realidade do Brasil, representam aquilo que o IBGE já, há muito tempo, define como refúgios vegetacionais. São áreas onde os processos, principalmente os processos evolutivos, tanto de fauna, mas fundamentalmente de flora, geraram situações em que tivemos, primeiro o isolamento, e aí, portanto um processo de isolamento reprodutivo de algumas populações. E depois, por conta desse isolamento, processos de especiação.

Como esse processo é muito antigo, do ponto de vista da evolução geomorfológica, nessas áreas acima de 1.800 metros, temos um nível de endemismo extremamente acentuado. Por isso que o IBGE chama de refúgios vegetacionais. Se retirar a proteção disso, sob o argumento... E eu ouvi, fui a um debate no Rio Grande do Sul, em que à mesa, Senador, me apontaram isso como um absurdo, porque toda a área dos campos de cima da serra, que cultivamos há séculos, agora vai ficar impedida, porque está tudo acima de 1.800 metros. Aí eu disse que deveria haver um equívoco, porque no caso do rio Grande do Sul, não existe um ponto acima de 1.800. O ponto mais alto do Rio Grande do Sul, acho que é de 1.470 metros.

Então, há essa questão da veiculação da informação deturpada, repetida muitas vezes nesse processo, a qual ouvimos muito. Então, no Senado acho que devemos ter essa oportunidade de buscar na academia, de buscar no mundo científico a informação mais precisa. Quando projetamos esse mapa para o Deputado Aldo, vejam, esse é o mapa do Brasil, nem preciso dizer, os senhores quase não conseguem ver nessa imagem, mas há uns pontinhos vermelhos lá no Amazonas, alguns pontinhos vermelhos ali na divisa entre Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, alguns pontinhos vermelhos na Bahia.

Os de Santa Catarina, que são dois pontinhos, quase não dá para ver. No Rio Grande do Sul não tem nada, porque não tem mesmo. E na maioria dos Estados não tem nada. Quer dizer, somando, essa área acima de 1.800 metros, perfaz algo em torno de 900km². Dizer que uma parcela significativa da produção agropecuária estaria comprometida, por manter a APP acima de 1.800. E aí quando explicamos para o Deputado Aldo, é uma área pequena, mas de uma importância, do ponto de vista de conservação da biodiversidade, excepcional. Quem conhece a Chapada Diamantina sabe que é algo extraordinário. Quer dizer, você vai num pico daqueles, a quantidade de espécies que você só encontra ali é assustadora.

Estou trazendo isso como exemplo, até perdendo um pouco mais de tempo, Senador, porque esse foi um ponto que, no momento em que essa informação foi clareada, o próprio Deputado Aldo reincorporou; o texto aprovado na Câmara já traz agora, novamente, a área acima de 1,8 mil como APP. Só para exemplificar que ter a tranqüilidade para qualificar informação e orientar nossa decisão é essencial.

Acho que o meu tempo já está meio esgotado, mas vamos correr.

Ao fazermos este debate, a questão da tecnologia também é muito trazida. Ontem, os colegas que fizeram o debate aqui na outra comissão mencionaram muito que nós temos um espaço enorme para melhorar a produção, para gerar maior segurança, mesmo nas ocupações humanas, com a adoção de tecnologia. Obviamente, toda tecnologia traz algum benefício e risco. E é por isso que precisamos aportar um melhor conhecimento para ter o abalizamento de tomar as decisões.

O seguinte, por favor.

A nossa sociedade precisa criar instrumentos para também definir como deseja utilizar esse conhecimento. Mesmo no mundo acadêmico, esses conflitos existem. Ontem, na comissão, isso ficou externado. Não é porque eu sou acadêmico, sou um pesquisador, que eu tenho a verdade absoluta e que o que digo é consenso, mesmo no mundo acadêmico.

A sociedade tem que estar atenta a isso, porque, em última análise, para as questões de política pública, as opções por esse conhecimento também precisam se pautar numa decisão da sociedade. E o conhecimento científico, como eu falei, tem que estar subsidiando essa decisão para que nós tenhamos o interesse público sendo resguardado, o maior interesse do público sendo resguardado e que, portanto, as decisões que atendam esse interesse estejam subsidiadas naquele conhecimento, nas opções pelo conhecimento que nós entendemos que é o mais adequado para o nosso momento e para o nosso interesse.

O seguinte, por favor.

Para finalizar, queria lembrar que a própria opção que a sociedade faz sobre o uso do conhecimento é tão importante quanto o conhecimento propriamente. Nós precisamos do apoio ao avanço do conhecimento científico, para que nós possamos ter uma perspectiva de desenvolvimento mais sólida, um desenvolvimento mais genuíno. E aí há também aquela questão que invariavelmente aporta neste debate, que acho que precisamos superar. Nações hoje desenvolvidas seguiram outras referências do conhecimento científico que criaram processos insustentáveis; mesmo que isso, em algum momento, tenha gerado alguma riqueza para essa nação, não pode ser utilizado como argumento para dizer: "Outros erraram e nós temos o direito de errar também". Nós temos é que aportar condições para que o nosso conhecimento se desenvolva e para que nós tenhamos também a condição de gerar um conhecimento genuíno e que possa, então, abalizar essas decisões da sociedade.

Eu efetivamente encerro, trazendo esta mensagem: "Nós precisamos dar dimensão pública à ciência". No Brasil, este debate do Código também deixou muito patente isso. Socialmente, não há justificativa nenhuma de nós estarmos investindo para ter uma academia isolada. E aí a questão de dar essa dimensão pública à ciência, fazer com que o conhecimento científico tenha canais também para que a sociedade se apodere desse conhecimento e utilize-se dele para sinalizar os caminhos que ela acha que são os melhores para o nosso modelo social; isso é essencial. E isso, na verdade, é uma via de mão dupla. Nós temos que ter o apoio da Academia, buscando meios também de fazer com que a socialização desse conhecimento se amplie e também a sociedade criando canais, criando instrumentos para que se utilize, de forma mais adequada, esse conhecimento. Simplesmente gerar conhecimento para eu publicar em *papers* escritos em inglês, que serão difundidos apenas no mundo restrito da comunidade acadêmica, é um desafio que também precisamos, como Academia, saber superar.

Agradeço e ficamos sempre à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Dr. João de Deus e passo a palavra ao Dr. Roberto Lorena, Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a palavra Sr. Roberto Lorena.

O SR. ROBERTO LORENA – Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores presentes, agradeço a oportunidade de estar aqui representando o Ministro da Agricultura neste evento. Vamos tentar ser mais concisos.

Estamos aqui porque temos uma legislação que tem que ser adequada a esses tempos. Um rápido retrospecto do que aconteceu nesses quase 50 anos de Código Florestal. A nossa população aumentou de 70 para 190 milhões, quase triplicou. A nossa produção de grãos aumentou coisa de oito vezes e a nossa área praticamente dobrou, um pouco mais do que dobrou.

A nossa produtividade, portanto, é coisa de quatro vezes maior. Nós ocupamos, nesses 50 anos, 22 milhões de hectares para produção de grãos. Pode passar. E aumentamos a nossa área de pastagem para esses resultados de 122 milhões de hectares para 170, ou seja aumentamos, ao todo, coisa de 70 a 80 milhões de hectares.

A nossa produtividade, na agropecuária, ainda é extremamente baixa, embora tenha sido duplicada, um pouco mais de duas vezes, duas vezes e meia, mas

o quadro é: nós ocupamos, nesses 50 anos, coisa de 70 milhões de hectares.

Próximo, por favor. Comparativamente à área que nós ocupamos e a nossa produção, evidentemente, a área colocada no sistema produtivo foi proporcionalmente imensamente menor do que a produção.

Próximo, por favor. Nós éramos importadores de alimentos; hoje, somos exportadores de alimentos.

Próximo, por favor. Como está sendo ocupada essa área? Qual é a ocupação da terra com matas e florestas, ou seja, reserva legal mais APP distribuído por tamanho dos estabelecimentos? Esses são dados ainda do censo de 2006, mas a mudança é muito pequena de lá para cá. A gente observa a necessidade de 80% na região Norte e olha o que ocorre. Pequenas propriedades estão aqui em torno de 20% – estamos falando praticamente em minifúndio para a região. E, conforme há um aumento do tamanho da propriedade, a área ainda não desmatada permanece maior. Mas você só vai ter os 80% em propriedades extremamente grandes na região Norte. Não foi possível separar por biomas, mas evidentemente corresponde ao bioma amazônico na sua predominância aqui.

A região Nordeste é bastante particular porque ela tem uma diferença de concentração de terra, diferente da média brasileira. Existe um número enorme de pequenas propriedades muito pequenas, e existe um pequeno número de propriedades muito grandes. E o que está acontecendo? Nas pequenas propriedades, o que seria 20% no mínimo de reserva legal – não estamos falando ainda de APP, cujo valor seria ainda maior –, estão fora desses 20% pequenos proprietários ali na faixa de 200 a 300 hectares; abaixo disso, praticamente todas as propriedades estão fora, na média.

Depois, a região Sul tem um comportamento parecido com o da região Sudeste, em que a gente vai ver que só vai encontrar propriedades com 20% de matas e florestas – será só reserva legal – quando a gente a gente chegar a propriedades de 2000 hectares aproximadamente.

A gente sabe por outros dados, por exemplo, que o Estado de São Paulo tem, em média 2% de reserva legal; esses outros 18% estão ocupados com laranja, cana, pastagem etc.

Próximo, por favor.

Esse quadro é interessante porque mostra quem são os trabalhadores. Nós temos um total de 16,5 milhões de trabalhadores no meio rural. Destes, nós temos cerca de seis milhões com remuneração, parte com carteira assinada, parte sem carteira assinada. Então, nós estamos aqui com um total de cerca cinco a seis milhões. Trabalhando por conta própria, cerca de quatro milhões. Quantos são empregadores? Apenas 407 mil. Então, são empregadores no meio rural menos de 10% dos proprietários. E temos trabalhadores absolutamente sem nenhuma remuneração, que estão trabalhando por um prato de comida; e temos cerca de três milhões de trabalhadores... A gente somaria esses dois aqui e chegaríamos a alguma coisa perto de nove milhões de trabalhadores rurais que trabalham para comer naquele dia, vamos dizer assim.

Então, mostrando o quadro do trabalhador rural brasileiro, que depois eu vou encaixar no contexto, a gente percebe que 10% aproximadamente das propriedades é que estão bem integradas ao sistema.

Por favor, o próximo.

Agora nós vamos falar um pouco de tecnologia. Desses cinco milhões de propriedades, 1/3 usa adubo; calcário, 16%; agrotóxicos, 30%; que têm trator, 11%; que recebem orientação para aplicar um sistema lavoura-pecuária-floresta, é mínimo.

A menina dos olhos do Ministério da Agricultura é o programa ABC – Programa de Agricultura de Baixo Carbono... E o que a gente quer levar aos outros 90% dos agricultores brasileiros são condições tecnológicas. E a gente vê, pelo quadro, que tem que ser em um primeiro momento. Nós nem podemos falar de agricultura de precisão. Nós temos de falar daquele básico, daquele conhecimento que já existe, de um conhecimento que os institutos de pesquisa vêm desenvolvendo há duzentos anos, que é o uso de adubo, o uso de calcário, o uso correto de agrotóxicos, o uso de maquinaria, assim por diante.

Próximo, por favor.

Então, os trabalhadores rurais remunerados somam 4,75 milhões. Os trabalhadores por conta própria, quatro milhões. Os trabalhadores que estão subsistindo são sete milhões; os empregadores são 407 mil.

Aqui, com carteira e sem carteira.

Aqui a gente soma subsistência, quando ele está na própria terra e quando ele está em terra de outrem, porém sem qualquer remuneração.

E os sistema conhecidos... Não que a gente tenha esgotado a pesquisa. Isso seria um absurdo! Mas nós já temos conhecimento hoje para a agricultura sustentável. É lógico que nós queremos sempre mais. Isso é um sem-fim, evidentemente, mas uma agricultura com pecuária, ao mesmo tempo lavoura, ao mesmo tempo floresta, ou só lavoura e pecuária; São vários sistemas integrados que vão dar proteção ao solo, em sistemas de plantio direto, que vão acabar ou diminuir grandemente a perda por erosão, que vão dar melhor aproveitamento ao adubo, ao calcário, melhor valor agregado à mão de obra do próprio trabalhador e melhor renda.

Próximo, por favor.

Além do efeito das questões sociais, nós temos que pensar nas questões ambientais. Então, aqui nós temos o que seria um mapa das emissões de carbono dos países. O Brasil se encontra aqui nesse meio, na América do Sul. Então, é uma preocupação.

Próximo, por favor.

Mas nós pegamos alguns dados do IPEA, que certamente vai apresentá-los com mais detalhes, mas, rapidamente, sabemos que ¾ da área agrícola são ocupados por estabelecimentos com mais de 4 módulos rurais, e no outro ¼, nós temos, então, os 90% dos agricultores, que são aqueles que têm menos de 4 módulos fiscais.

É lógico que falar em média brasileira é complicado, porque se escondem algumas particularidades. Então, quando falamos em propriedades com mais de 4 módulos rurais, na Amazônia, estamos falando de uma diferença de quase 200 milhões de hectares em grandes propriedades e 30 milhões de hectares em pequenas propriedades. A diferença é muito grande no cerrado também, e, no pantanal, é enorme. Essa diferença entre pequenos e grandes, na ocupação da área, na mata atlântica, no pampa e na caatinga, já se reduz bastante. Qual o efeito que os grandes têm sobre a área? Qual o efeito que os pequenos têm sobre a área? Na área de maior produção agrícola, esse efeito diminui.

E qual é a responsabilidade do passivo exclusivamente por reserva legal, que têm grandes propriedades e pequenas propriedades? Isso separando grandes e médias, vamos dizer, acima de quatro módulos; e pequenas, abaixo de quatro módulos. Segundo o Ipea, 84% do passivo está nas grandes e médias propriedades. E 16% do passivo está nas pequenas. Observem que o passivo diminui mais fortemente... Aqui, embora represente 24% da área, o passivo diminui mais ainda quando fazemos a medição por passivo, e não por área.

Só para se ter ideia de números, o número de imóveis rurais na Amazônia é proporcionalmente pequeno: 71 o número total de imóveis rurais na Amazônia, que é proporcionalmente menor do que no restante do Brasil. A caatinga, no Nordeste, apesar de abranger uma área total bem menor, tem um número muito maior de propriedades, por causa daquele efeito, que citei antes, de um número muito pequeno de minifúndios. A Mata Atlântica, evidentemente, tem um número imenso de propriedades, porque é extremamente ocupada e é uma área agrícola fortemente desenvolvida.

A responsabilidade pelo passivo de carbono. Isso me chamou bastante a atenção no trabalho do Ipea, porque vimos muito, na mídia, que a edição, do jeito que está, do Código Florestal iria impedir ou atrapalhar o cumprimento das metas que o Brasil assumiu internacionalmente. Então, vejam que a parte que vamos deixar de recuperar, pela proposta que está sendo apresentada, corresponde a 14% do passivo. E, quanto aos demais 86% do passivo, pretendemos promover a recuperação com essa nova legislação, com viabilidade legal, o que hoje é muito difícil de ser feito. Então, a dita isenção de reserva legal, que é a não recuperação – ninguém aqui está falando que vai desmatar nada –, que é a desobrigação de recuperação do passivo, corresponde a 14% de todo o passivo de CO_2. Então, era 24% da área; depois vimos o seguinte: reduz para 16% do passivo em área; e agora estamos vendo que corresponde a 14% da emissão de CO_2.

Separando, então, por bioma, para termos novamente uma noção da regionalização – separei nestes, Amazônia, caatinga e cerrado –, percebemos as diferenças. Mais de quatro módulos rurais, na Amazônia a diferença de 14 milhões de toneladas de carbono do grande para 2,3 milhões de toneladas do pequeno. Já na Caatinga, como há uma intensificação no minifúndio, a gente tem um volume de tonelada de carbono do que os grandes. No Cerrado, a diferença é de duas ou três vezes. Na Mata Atlântica esse número é bastante similar. No Pampa também é um pouco mais de duas vezes; e no Pantanal é imensamente maior. Então, totalizando, se nós estamos falando de 3 milhões de toneladas de carbono que o pequeno deve, nós estamos falando de 17 milhões de toneladas de carbono que o grande deve. A grande diferença vai se dar aqui na Amazônia, porque os números, em valores absolutos, dos demais biomas não fazem grande distinção para o resultado ambiental, embora faça grande distinção para o resultado social.

Próximo.

Ainda segundo o material do IPEA, aqui não dá para ver direitinho, é o compromisso brasileiro, e aqui a capacidade de seqüestro dos grandes. Então, a gente percebe que a capacidade dos pequenos, segundo o texto do IPEA, é dezessete ou dezoito vezes. Se a gente cumprir 100% de todo o passivo ambiental, nós vamos fazer dezessete ou dezoito vezes a meta brasileira só com esse item. Então, se todo o passivo ambiental somente de reserva legal fosse recuperado, a gente faria dezessete a dezoito vezes a meta brasileira.

A área de menos de quatro módulos fiscais seria coisa de três a quatro vezes a meta brasileira.

O que quero mostrar é que, ao contrário do que se leu na mídia, infelizmente, a isenção de reserva legal para as propriedades de menos de quatro módulos fiscais é menos do que uma gota no rio; é muito pouco para alterar a meta brasileira; é muito pouco, menos ainda, para fazer alguma diferença no aquecimento global do Planeta. Por outro lado, o efeito social é imenso.

Próximo, por favor.

Aqui, mudando de assunto, a questão é APPs. As APPs, é inegável e já foi tremendamente mostrado aqui que nós temos que proteger recursos hídricos. Isto é inquestionável, nós temos que proteger a nascente, o pequeno córrego, os rios até 10 metros, e assim por diante. O que preocupa a gente é como fazer.

O texto que foi aprovado com a emenda remete aos Estados que façam essa decisão. O que nos preocupa é que uma lei, um marco legal nacional e que os Estados só possam ser mais restritivos. Não se trata disso. A Constituição remete aos Estados as particularidades; não é a questão de o Estado ser mais ou menos restritivo. O marco nacional tem que dizer que é preciso conservar recursos hídricos. Mas o marco estadual tem que dizer como, onde e por que. Olha, essa é a hidrografia do Estado de São Paulo, evidente de rios de maior monta. Como a gente faria para aplicar nosso conhecimento científico em cada microbacia? Eu não digo em cada propriedade, mas em cada microbacia seria lançado um decreto presidencial para dizer o que pode e o que não pode ser feito.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Pode passar o próximo.

Por exemplo, rio São Francisco. Se a gente for a essas propriedades, nós vamos ver que eles são produtores de frutas e exportam melão. Produzem para o Estado de São Paulo, fornecem para todo o Estado de São Paulo e exportam.

Eles não se encaixam na lei da agricultura familiar porque eles têm renda mais alta do que permite a lei de agricultura familiar. Absolutamente, eles não se encaixam.

E o que é, então, função social? A função social é a produção de frutos para abastecer o País, a função social é o emprego que eles estão gerando, a função social é a renda de exportação, para que a gente possa importar outros produtos, é a própria família que mora lá, embora eles não tenham baixa renda, eles tenham melhores condições? Então, acho muito complicado a gente dizer aqui: "Olha, se você ganha bem, você não tem função social, portanto, você vai ter de tirar a sua plantação de melão."

Essas propriedades têm dois hectares, a irrigação é por gotejamento, as sementes são melhoradas, usam-se estufas e assim por diante. Se você afastá-los do rio à distância de 100 metros ou de 200 metros, conforme a gente está no São Francisco, simplesmente nós vamos tirar todo esse projeto maravilhoso que o Governo brasileiro foi lá e construiu, e dizer: "Não, agora, todo mundo vai sair daí porque nós vamos plantar caatinga, que é a vegetação nativa."

Como, então – próximo, por favor –, um decreto presidencial... Outro problema, de uma ilha, então. Como se faz uma ilha? Você puxa 100 metros de cá, 100 metros de lá, até sobrepor – APP.

Próximo, por favor.

Ribeirinhos. Como um decreto... Um decreto, não, seriam centenas de decretos presidenciais para cada caso. Cada Governo estadual ia pegar uma microrregião, chegar à Presidenta e dizer: "Presidenta, esse caso é assim, eu preciso de um decreto assado"?

Próximo, por favor.

Olha, eu escolhi, meio na sorte, Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo: eles mapearam cada uma das suas microbacias, num trabalho primoroso.

Agora, como deixaria de ser uma decisão estadual decidir como eles vão manter essa microbacia, os recursos dessa microbacia?

Próximo, por favor.

Bom, só tem um assunto que não abordei, porque pensei que já estivesse até superado: pequenas áreas de reserva legal, em pequenas propriedades.

Como o João disse, a gente tem uma vasta literatura a respeito, dizendo que sim, dizendo que não. Nós temos livros, até patrocinados pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, mostrando que a diminuição da área inutiliza, praticamente, para a reserva de biodiversidade.

Então, eu achei, até, que já estivesse superada essa questão.

Nós estamos num País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com 60% da sua vegetação nativa. Será que nós temos de obrigar, por exemplo, um agricultor de maracujá a ter mata nativa? Ora, a inseminação forçada é muito mais eficiente que a mamangava. É muito mais eficiente!

A polinização feita por abelhas, com aluguel de caixas, gera ao produtor, primeiro, uma segunda renda, ou a contratação de um terceiro, que tem um produto de alto valor agregado, que é o mel, e vai gerar uma produtividade muito maior do que se você tivesse a mata nativa ali do lado, fornecendo as abelhas – que, aliás, são exóticas, são abelhas africanas.

Então, onde o agricultor precisar... Por exemplo, no caso do café, você tem um inimigo natural, uma praga. Então, no caso do café é interessante, mas no caso da soja, por exemplo, a soja tem autopolinização, a soja não usa insetos.

Então, se a gente tem uma plantação de dez mil hectares de soja, nós vamos ter de entremear com reserva legal para dizer que precisa de polinizadores? Ela não usa polinizadores. Cana de açúcar não usa polinizadores, bem como diversas outras culturas.

Então, quando for interessante ao agricultor, ele vai trazer, sim. Quando for interessante ao agricultor ter o seu retorno econômico de uma vegetação nativa, ele vai trazer, sim. Diferentemente de quando falamos na proteção de recursos hídricos. Falar de proteção de biodiversidade, em alguns casos, por exemplo, como o caso de Vargem Bonita, aqui em Brasília, não tem cabimento; estamos num cinturão verde totalmente antropizado, ao redor de uma cidade. E proteger biodiversidade significa proteger um ecossistema; não é só ter um pé de pequi; significa todo um ecossistema, que exige 1.000 hectares, 1.500 hectares, conforme o caso. E estamos falando aqui de 200m^2, de 1 hectare, de 40 hectares.

Então, a nosso ver, 150 hectares como um corte ou 4 módulos rurais – até preferiríamos que fossem 150 hectares – vão gerar uma reserva legal de 40 hectares. Seria a linha de corte razoável para que haja um efeito ambiental vantajoso à sociedade e que tem um tamanho de propriedade em que é aplicável. Abaixo disso, obrigar o agricultor a tirar a produção agrícola para plantar reserva legal, ou obrigar o agricultor – grande parte do meio rural mal sobrevive na terra – a replantar na área rural, quer dizer, não temos que mandar a polícia florestal lá; temos que mandar lá é a Emater, com tecnologia, com financiamento. O foco é o inverso do que está hoje posto na lei.

Para o momento, era o que eu tinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra à Drª Helena Boncianí Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Por favor, a senhora dispõe do tempo.

A SRª HELENA *BONCIANI* **NADER** – Muito obrigada, Senador.

Eu vou ser bastante rápida, no sentido de deixar tempo para questionamentos e também em função, começando com este primeiro *slide*... Esqueci-me de cumprimentar os demais membros da Mesa, pelas palestras, pelas posições muito claras, bastante elucidativas do tema.

Espero poder rapidamente também colocar, de forma sucinta, um trabalho que foi feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da qual sou presidente atualmente, depois uma parceria, *a posteriori*, com a Academia Brasileira de Ciências.

Então, esse trabalho é um livro. Foi entregue e distribuído em abril. Entregamos a todo o Congresso Nacional, inicialmente aos Srs. Deputados, antes da votação, inclusive colocando que, infelizmente, estávamos chegando para o último minuto do segundo tempo, mas, como o Brasil é um país de futebol, e meu time já perdeu o campeonato por um gol no segundo tempo, mas também outros já ganharam, marcando inclusive a Seleção Brasileira, marcando gol no último tempo, a gente se desculpava, mas havia uma explicação: o trabalho havia começado, a SBPC discutiu na sua diretoria que tínhamos que fazer um trabalho científico para avaliar, de fato, como estava o Código Florestal. E foi feita uma Comissão, que se reuniu pela primeira vez em julho.

Também eu quero dar o crédito... Eu estou presidente, sou da área biomédica e só aprendi. Então, eu estava colocando dados que foram feitos na minha gestão, como presidente, mas do qual não participo porque não é a minha área de expertise. Mas acho importante pontuar porque em alguns momentos tem sido incluídas falas na mídia, e também por parlamentares, da qualificação desse grupo. Então, esse grupo teve vários que participaram em diferentes momentos, mas no entanto, no final da elaboração do documento, que é um livro, participaram Antônio Donato Nobre, que é do Inpa e o INPE, por formação engenheiro agrônomo, com doutorado em Ciências da Terra; Carlos Alfredo Joly, da Unicamp, formado em Ciências Biológicas, com doutorado em Ecofisiologia Vegetal; Prof. Carlos Alfonso Nobre, que está aqui nesta Mesa, hoje secretário do MCT, ele é do INPE, engenheiro com pós-doutorado, trabalhando na área de meteorologia; Celso Vainer Manzatto, que é da Embrapa, engenheiro agrônomo com doutorado em produção vegetal; Prof. Elibio Leopoldo Rech Filho, que está aqui nesta Mesa, da Embrapa, engenheiro agrônomo, com uma formação em Fitopatologia e Ciências da Vida. O coordenador desse GT, que também está aqui presente, o Donato; o Aleixo, engenheiro agrônomo, com doutorado em Biometria e Manejo Florestal; ***Ladislau*** Araújo Skorupa, engenheiro florestal pela UnB, doutor em Botânica; Mateus Batistella, monitoramente por satélite, Embrapa, graduação em Ciências Biológicas, doutorado na área de monitoramento; Maria Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de Chicago e da Unicamp, que é da área das Humanidades com a área de Antropologia; Peter Herman May, que é ecologista, mestre em planejamento e economia de recursos naturais, na área de doutorado; Ricardo Ribeiro Rodrigues, que até pouco tempo estava aqui, formado em Ciências Biológicas, doutro em Biologia Vegetal, é lá da ESALQ/USP; Sérgio Ahrens, da Embrapa Florestas, que é doutor em Engenharia Florestal, mas também com conhecimento profundo na área de Direito; e a Tatiana Abreu de Sá, da Embrapa, engenheira agrônoma, com doutorado em Biologia Vegetal.

Então, esse grupo ouviu muitas pessoas e não vou repetir, porque há um livro já editado, inclusive a

gente fez questão de colocar um ISBN, porque isso é patrimônio da informação.

Outra coisa que quero deixar bastante clara é que todos eles, todo o financiamento desse trabalho foi feito pela SBPC, que pagava as diárias de hotel, ninguém foi pago para fazer, foi um trabalho voluntário, totalmente voluntário, não ligado a nenhuma ONG ou a nenhum setor produtivo. Então, é um trabalho de cientistas que levantaram trezentos trabalhos científicos – no livro estão computados trezentos trabalhos –, pegando trabalhos nacionais. E a ciência nacional, Srs. Senadores, tem que se sentir muito orgulhosa, porque eu estou aqui como cidadã. A ciência nacional é de excelência, tem métodos e tem recursos para ajudar em tomadas de decisão. Agora, a tomada de decisão não cabe ao cientista; tomada de decisão, legislar compete a esta Casa, à Câmara e ao Senado. Compete a nós trazer esses dados, os esclarecimentos – e é isso que temos feito nesses últimos meses.

Então não houve nenhum financiamento – e quero, de novo, reiterar. Porque a mídia, assim como o nosso colega Dr. Roberto colocou, traz informações conflitantes; a mídia veicula informações mentirosas sobre esse Grupo de Trabalho.

Eu gostaria, então, de deixar claro e agradecer novamente ao professor Aleixo – e ontem já teve novas acusações feitas a nós, eu já estou com todos os documentos e vou encaminhar hoje, no fim da tarde, uma carta a todos os Senadores, onde nós temos documentos, que foram 4 mil *e-mails* trocados entre esse Grupo de Trabalho, e, inclusive, houve a ausência de um dos participantes do Grupo Final. Nós temos o *e-mail* original, onde ele coloca o motivo pelo qual se retirou do grupo. Está certo? Então isso vai ser encaminhado aos senhores.

O próximo, por favor.

Aqui temos os itens, aqueles que nós achávamos que eram importantes: uma construção participativa; trazer o conhecimento com melhor base científica para o discurso; ter uma visão plural e propositiva. E esse documento tinha que olhar a propriedade rural de forma integrada.

Outra coisa que acho importante também deixar claro para todos os senhores, é que esse Grupo – e fica claro, inclusive, porque temos a participação de um percentual bastante alto dos integrantes daquilo que é o orgulho nacional, que se chama Embrapa. Então nós temos muito orgulho e reconhecemos a competência do nosso país na área agrícola e na área pecuária. Tanto que, ontem, eu fiz questão de frisar que o Brasil tem a Escola de Agronomia mais antiga das Américas, que está localizada no Recôncavo Baiano, em Cruz das Almas, e na Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Então temos muito orgulho. E isso gerou outras escolas, como o Instituto Agronômico de Campinas, IAC, que tem mais de 100 anos também de história, e a nossa Embrapa, orgulho nacional, fonte de riqueza, que é o agronegócio.

Então, em nenhum momento esses cientistas são o "professor pardal". Ninguém está querendo destruir aquilo que gera recursos e subsistência para o Brasil. Mais ainda: que tem a melhor agricultura tropical, e que hoje está presente na África. A Embrapa, hoje, está transferindo tecnologia para vários países. Inclusive tenho uma filha que trabalhou um ano, fazendo trabalho voluntário em Gana, e conheceu o projeto em Ho; ela não ficou na capital, mas num interiorzão e onde o Brasil vai poder contribuir.

Então, são pesquisas que levaram a uma Embrapa, a um IAC... E nós temos pesquisas; e nossas pesquisas também são para contribuir em como conservar e como ter a agricultura do século 21.

Como é que a gente faz o balanço entre o avanço que tem que ter, porque o Brasil vai ser cobrado, nós vamos ter que produzir alimento para o mundo. Nós temos consciência disso como ABC e SBPC, mas também temos consciência de que devemos produzir de forma equilibrada com o meio ambiente. Caso contrário não vai adiantar, não vamos ter aonde produzir. E nós já temos exemplo disso. Ontem, quem assistiu pôde ver nos em alguns dos *slides* apresentados pelo Ricardo as condições em que se encontram alguns espaços que foram utilizados para a agricultura e que hoje podem ser recuperados – e recuperados para um outro uso, como pastagem. Então temos tecnologia não é idealismo. Não tenho como mostrar todos os *slides.*

Próximo, por favor.

É necessário garantir o prosseguimento dos avanços científicos e tecnológicos em prol do aperfeiçoamento da sustentabilidade e adequação ambiental de atividades produtivas. Temos e cabe também aos senhores garantir que mais e mais recursos sejam destinados a pesquisa científica. Vale ressaltar que estamos com corte de 30% no MCT.

Então, todo esse discurso da pesquisa que o Brasil avançou, pode também ir para trás, porque o corte é muito grande. Está impactando toda a universidade, todos os institutos de pesquisa. Este orgulho de que estamos em 13º lugar de produção mundial de conhecimento ocupado pelo Brasil, pode rapidamente cair porque os nossos concorrentes estão investindo. A China está investindo pesado em educação, ciência e tecnologia. Então, também, isso nós temos que lembrar.

Em relação ao Código Florestal que estará em votação ele poderá resultar, nossa análise olhando os dados, em maior degradação ambiental. Sobre isso

os especialistas que estão aqui podem responder. Na nossa visão, o Código reduz instrumentos de proteção de florestas naturais remanescentes e perde, na visão da ciência, uma grande oportunidade de elaborar... Hoje nós temos um instrumento legal que conduz a agricultura brasileira com sustentabilidade ambiental. Queremos, sim, uma agricultura e uma pecuária que cresçam, cada vez mais, mas que tenham uma sustentabilidade ambiental. Porque, do contrário, ela vai sobreviver ela mesma por mais 20, 30, 40 anos e as gerações futuras vão viver, espero, bem mais do que isso. Hoje, o Brasil tem como idade média, 70 anos.

Essa a nossa posição. Novamente gostaria de colocar que a SBPC e a ABC se colocam à disposição do Senado para participar como uma comissão assessora subsidiando as alterações do Código Florestal com conhecimento científico e tecnológico.

Existem técnicas que... Muitos dos senhores não estavam ontem na discussão da Comissão do Meio Ambiente. Se, depois, tivermos oportunidade, se o nosso Presidente Eduardo Braga permitir, podemos mostrar alguns *slides* onde com tecnologia e outro com experiências de recuperação de área que já estão em curso e que podem mudar a perspectiva do nosso País.

Reconhecemos, e aí não opinamos, que não podemos deixar os agricultores, cidadãos brasileiros, na ilegalidade. Existe uma premência, quanto a isso não opinamos, porque isso não é científico, mas político. Contudo, a gente pode opinar dizendo o que fazer eu não sei, mas eles não podem continuar. Mas isso não deve ser o moto para aprovar um Código que não leve em consideração o que tem de mais atual para o século XXI na ciência. Então existe um problema político, mas também temos uma ciência que pode contribuir, não na área política, mas em fazer um Código. São dois aspectos que eu acho que os senhores vão ter que resolver, talvez até de forma separada.

Mais uma vez, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós que agradecemos à Drª Helena.

Passo a palavra ao Dr. Elibio Leopoldo Rech Filho, membro titular da Academia Brasileira de Ciências para a sua exposição.

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Eduardo Braga, a Academia Brasileira de Ciências agradece o convite; demais membros e autoridades da Mesa; Srs. Senadores; senhoras e senhores; a Academia Brasileira de Ciências, empenhada certamente em aspectos que fundamental a educação e o conhecimento como uma ferramenta imperativa para o desenvolvimento do País, suporta todas as colocações feitas nas palestras que me antecederam em relação à necessidade de mudanças específicas que venham ao encontro não da agricultura e do meio ambiente somente. Esse Código Florestal transcende essa questão. Ele vai além da questão simplesmente de proteção às florestas e à agricultura.

Vou colocar algumas primícias e enfatizar alguns pontos que já foram mencionados.

Por favor, o próximo *slide.*

Se nós olharmos o nosso Planeta, agora colocando o Código Florestal e o Brasil em uma outra perspectiva – e vejo como uma oportunidade ímpar que temos que aproveitar –, existe um consenso global de que precisamos, para 2050, de duplicar a produção de alimentos. Vocês sabem que existe um crescimento populacional e que esse crescimento vai acontecer sabidamente nos países em desenvolvimento. Sabemos também que temos um bilhão de pessoas passando fome, a maioria concentrada na África e na Índia, que passam fome não porque não exista alimento, mas porque elas são tão pobres que não podem ter acesso a esses alimentos. Então essa questão de inclusão social é muito importante e tem ligação direta com o Código Florestal. Daí o consenso de que temos que intensificar a produção de alimentos de forma sustentável.

O próximo, por favor.

Este é um paradigma que foi muito discutido, e ainda tem sido discutido, ainda é um paradigma, na década passada, na década de 90: o dilema entre combustível fóssil – essa é uma fotografia do mundo à noite – e quem tem acesso à energia. Isso é luz.

O próximo, por favor.

Temos combustíveis fósseis que, claro, fornecem grandes benefícios, eu não preciso citar, para a nossa sociedade. Nós dependemos dessa matriz energética, mas sabemos que combustíveis fósseis causam um crescente impacto ao meio ambiente e, como vocês podem ver, contribuem para o aumento de emissão de gases, é responsável pelo aquecimento global, acidifica os oceanos, uma série de fatores. Mas sabemos também que esse paradigma que foi e está sendo ainda discutido... Sabemos que hoje, no Brasil, produzimos um combustível sintético, produzido em uma bactéria. Então, se hoje acabasse o petróleo do mundo, o que era uma preocupação há 20 anos, quando não se tinha nenhuma opção, hoje temos a opção de produzir combustível para avião em uma bactéria ou por meio de uma alga, de uma forma economicamente viável. E o que viabiliza a produção desse combustível é a fonte de carbono mais barata do mundo, que é a cana de açúcar. Ela alimenta essas bactérias que depois você tira esse combustível.

Esse é um exemplo do uso do conhecimento de tecnologia para a solução e para a contribuição para a quebra de paradigmas.

A segurança alimentar é sabidamente, só enfatizando o meu primeiro *slide*, um dos principais desafios deste nosso século. Agora, tem que ocorrer de forma sustentável. Como eu disse, é um consenso mundial o estudo que cito abaixo, do qual vários cientistas do Brasil participaram e foi, como disse, um estudo feito a nível global.

O próximo eu já mencionei, só para enfatizar que a crescente população vai acontecer, principalmente, nos países em desenvolvimento e não nos países industrializados.

O próximo mostra, então, quem serão os responsáveis por essa duplicação.

Essas são as regiões, e pega também a parte dos Estados Unidos, que serão as principais responsáveis pela duplicação de alimentos. Em uma palestra me foi colocado, sim, mas isso não foi opção nossa, nós temos como dizer não. Não, não foi opção nossa sermos o celeiro do mundo. Isso tem um histórico e uma estratégia geográfica e por que vamos ser os principais responsáveis pela produção e duplicação de alimentos nos próximos anos para a população do nosso Planeta.

E nós temos, então, o agronegócio brasileiro que gera, aproximadamente, 40% do nosso PIB. O agronegócio brasileiro é importante pela geração de riqueza do nosso País. Sei que está difícil ler aqui em baixo, mas gera milhões de empregos e rende bilhões de dólares de exportação. Mas, os senhores bem sabem da importância do agronegócio para a geração de riquezas para o nosso País. E o que vai acontecer nos próximos 20 ou 30 anos. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, hoje temos 0,8% na produção e exportação de manufaturados e a nossa expectativa é ter 0,9%. O que significa que o que vai gerar riqueza para o nosso País, pelo menos nos próximos 30 anos, e a matriz que gera riqueza vai continuar sendo, fortemente, o agronegócio.

Quando falamos em agronegócio, é muito importante termos uma ideia da estrutura da agropecuária brasileira.

Não se prendam, por favor, aos números porque há definições distintas e estou falando só de estabelecimentos enquadráveis no Pronaf, ou não enquadráveis no Pronaf, isso tem outras definições. Mas baseado no censo agropecuário, é importante enfatizar um ponto que já foi mencionado nas palestras anteriores, mas eu gostaria de enfatizar.

No próximo slide, vemos que há aproximadamente três milhões de estabelecimentos, no Brasil, que são 64 do total, que produzem aproximadamente 22% do valor bruto da produção.

Não vou entrar em detalhes, mas sabemos quais são os mais eficientes e quanto produzem, mas esses dados são muito importantes. Três milhões produzem 30% do valor bruto da produção.

No próximo slide temos os não enquadrados no Pronaf. E seguindo temos, aproximadamente, 1,6 milhões que produzem 76% do valor bruto da produção.

Pode mostrar os próximos *slides*, por favor.

Esses são alguns detalhes. Vejam bem, a possibilidade de trazermos três milhões de estabelecimentos para um cenário de alta produtividade existente nesse segmento já modifica completamente a estrutura da agropecuária nacional, sem devastar ou sem cortar uma simples árvore. E isso é um retrato do nosso País. E esse segmento, os 30%, tem uma pujança tremenda, porque eles têm acesso a pouco crédito, eles têm acesso às terras menos produtivas, muitas vezes, não têm acesso a enxada – e nós conhecemos muito bem o segmento do setor nordeste. Se nós, simplesmente, por políticas públicas, dermos acesso a isso, você muda o cenário completamente.

O que vai ser o futuro? A fusão de tecnologias, e nós estamos falando de tecnologias completamente dominadas; nós não estamos falando da introdução de tecnologia sintética, de transgênicos, que virão efetivamente ao encontro da redução de emissão de CO2 na atmosfera.

Próximo, por favor.

O Brasil, falando um pouco da nossa biodiversidade, que já foi expressa.

Próximo, por favor.

Exemplos de alguns dos nossos biomas. É isso que sustenta a produção agrícola nacional. Sem isso, nós não vamos ter a agricultura de que precisamos.

Próximo, por favor.

Vocês não precisam ler, mas o primeiro já justificaria: proteção aos recursos aquíferos. Isso já justifica toda a nossa biodiversidade. Mas há mais do que isso.

Próximo, por favor.

Esse pode parecer estranho, mas vem ao encontro do que o Dr. Carlos Nobre bem colocou e faz uma correlação e uma analogia com a importância do açaí, um produto novo de que ainda está sendo vendida a matéria-prima.

Isolada, trazida a biodiversidade, isso aqui é uma fibra da teia de aranha, produzida através de biologia sintética e genomas de aranhas da nossa biodiversidade. Isso é efetivamente agregação de valor e geração de produto de alto valor agregado no nosso País. Isso é um simples e único exemplo. Existem vários.

Isso é uma fibra e aqui ela é três vezes alongada, como vocês veem. Ela é pura proteína. É um material completamente inovador, que tem flexibilidade e resis-

tência ao mesmo tempo. Um material único no mundo, em termos de novos materiais, isolado e produzido na nossa biodiversidade, um projeto financiado pelo Governo brasileiro, pelo MCT, pela Capes, pelo CNPq e pela Embrapa e várias instituições.

Próximo, por favor.

O que nós pensamos quando falamos em Código Florestal? Nós pensamos em uma nova métrica da agricultura. Essa nova métrica, eu não posso dizer que certamente existem alguns agricultores já empenhados nesse sistema, mas não mais limitados à agricultura como produção agrícola, aumento de produtividade. Não, é uma oportunidade para que nós façamos o exercício de uma nova métrica na agricultura, que envolva também porcentagem de criança na escola, conhecimento ecológico local. Quer dizer, a educação sustenta e sustentará todo esse novo processo. É por isso esse nosso anseio da Academia por uma avaliação e um Código que venha efetivamente ao encontro do desenvolvimento do País. Ele é além, ele extrapola, como eu disse, enfatizando mais uma vez, os limites simplesmente de um sistema agrícola ou uma questão ambiental.

Próximo, por favor.

Para terminar, nós temos ciência – isso já foi mencionado, mas eu gostaria de enfatizar – de que os sistemas agrícolas causam impacto no meio ambiente, mas temos também consciência da existência de tecnologia nos sistemas agrícolas de produção para minimizar esse impacto.

Próximo, por favor.

Finalizando os próximos três. E nós acreditamos, na Academia, que a educação das nossas crianças, o conhecimento e a tecnologia é que vão efetivamente contribuir para a sustentabilidade do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Prof. Elíbio e passo a palavra ao Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Ipea, para sua participação na nossa audiência pública.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Nossas saudações a todos que nos acompanham nesta sessão de debates a respeito da proposta do novo Código Florestal. Quero cumprimentar todos os colegas que fizeram as suas exposições às quais nos associamos. Também prestamos, de público, a nossa solidariedade aos colegas da SBPC e ABC, frente à forma como tem sido muitas vezes inadequadamente identificados e tratados o esforço do seu estudo que importante colaboração nos faz a respeito da realidade brasileira.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui presente nesta mesa, cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela condução dos trabalhos, e os Senadores que nos acompanham neste momento, elogiar essa iniciativa de trazer aqui os produtores do conhecimento científico no Brasil para se associarem a esse grande empreendimento, a esse grande desafio brasileiro na construção de um novo Código Florestal.

Esse é um tema extremamente complexo, permeado por uma intersetorialidade de difícil compreensão de forma isolada e, nesse sentido, a possibilidade de atrair as diferentes visões e interesses torna-se cada vez mais necessário na oportunidade que temos de redefinir e alterar as regras jurídicas que disciplinam a utilização dos recursos naturais no Brasil.

Certamente, as regras jurídicas que disciplinam a utilização dos recursos naturais e uso do solo não são uma novidade e, de maneira geral, nós podemos perceber que elas se encontram associadas a momentos históricos fundamentais na condução do processo de desenvolvimento brasileiro. Podemos, de forma muito rápida, resgatar o papel importante que teve ainda no Brasil colônia as ordenações filipinas, que regularam, por exemplo, o monopólio da colônia portuguesa na exploração da madeira, especialmente o pau-brasil. Dizia uma parte das ordenações filipinas, por exemplo, que o corte do pau-brasil seria sem a adequação por parte da colônia portuguesa submetido à morte aqueles que assim cortavam o pau-brasil no Brasil. Isso no período colonial.

No Brasil império nós tivemos a Lei das Terras, de 1950, que foi certamente uma primeira organização do direito da propriedade privada e estabelecimento do uso da terra, especialmente na segunda metade do século XIX, quando o Brasil ingressou em uma fase de importantes alterações legais, que terminaram se associando à abolição da escravatura e à redefinição da sociedade agrária brasileira, que teve basicamente o papel importante do café como inserção do Brasil no comércio mundial e o financiamento da industrialização originária, desde o final do século XIX.

Durante o Brasil republicano, vamos ter duas iniciativas que marcam essa necessidade de regras jurídicas no disciplinamento da utilização dos recursos naturais. O Decreto nº 23.793, de janeiro de 1934, instituiu o Código Florestal num momento estratégico da sociedade brasileira, que foi justamente a transição da sociedade agrária para sociedade urbana-industrial, justamente num período em que nós caminhávamos muito rapidamente – uma maioria política – na construção do projeto de industrialização.

Certamente, a definição da forma do uso da terra que deriva do primeiro Código Florestal na década e 30 se deu de forma a identificar que o uso agrícola, o uso dos recursos naturais seria, de certa maneira, inesgotável.

Segunda modalidade importante de regra se dá em 1965, pela Lei nº 4.771, que alterou o Código de 1934 e o sofisticou, num momento importante da sociedade nacional, um momento de conflitos agrários expressos pela forma como o modo de uso da terra ganhou dimensão e, também, pela pressão que havia sobre a agropecuária do ponto de vista de nós enfrentarmos problemas por sermos um país importador de alimentos e, especialmente, pela pressão que derivava do deslocamento urbano para a expansão industrial. Esse período marca certamente uma modernização da agropecuária, que ganha grande impulso, associando o Código Florestal ao estabelecimento do Incra – Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária, ao surgimento do Funrural, como a primeira experiência de incorporação dos trabalhadores rurais no sistema de proteção social – ainda que rudimentar, mas a primeira iniciativa; a construção da Embrapa. Enfim, o salto agropecuário que nós temos hoje nos coloca entre os principais países produtores e exportadores de produtos alimentícios.

Digo isso de forma muito rápida a fim de chamar a atenção para um momento especial que os Srs. Senadores, que o Legislativo brasileiro e a sociedade brasileira têm hoje da renovação da legislação que encerra o Código Florestal. Este momento é singular, no nosso modo de ver, porque estamos diante da possibilidade de estabelecer um novo Código em um período democrático. As experiências anteriores dos anos 30 e dos anos 60 se deram, como todos sabem, sob regimes de exceção, onde a possibilidade do debate, da discussão foi certamente muito limitada. Esses 26 anos são o período democrático mais longo da história nacional, o que nos abre, portanto, do ponto de vista do diálogo, a possibilidade da construção de um grande Código Florestal.

Segundo lugar, pelo aspecto, já aqui declarado pelos colegas, do conhecimento técnico-científico atualmente existente. Ele é muito superior a qualquer outro momento em que o Brasil teve a possibilidade de estabelecer as suas regras jurídicas. Com as novas tecnologias, temos possibilidades de conectar as regras jurídicas que disciplinam o uso da terra e os recursos naturais em um plano superior. Então, é fundamental que saibamos usar isso com grande inteligência.

A terceira razão para a renovação da legislação brasileira está associada à posição estratégica que o Brasil ocupa hoje em relação ao desencadear de um novo padrão de desenvolvimento mundial. Não é possível o mundo continuar sustentado por um padrão de produção e de consumo insustentável ambientalmente. Sabemos todos nós disso. É necessária a construção de um novo projeto, e não há dúvida de que o Brasil, dada a sua posição estratégica, tem condições de avançar nesse sentido, sobretudo, pela centralidade que a biodiversidade brasileira exerce. Uma biodiversidade alargada que nos abre a perspectiva de identificar no setor primário, na agropecuária brasileira, não só a produtora de bens como alimentos e matérias primas, mas, cada vez mais, como produtora de serviços ambientais e de recursos genéticos.

Estamos diante da oportunidade, portanto, de desencadear um novo paradigma produtivo, olhando o setor primário com novos olhos. Isso se associa certamente à prevalência da concepção de que o desenvolvimento não mais se assenta na ideia da inesgotabilidade dos recursos naturais. Eles são esgotáveis!

E, por fim, em relação à revisão mundial que se faz hoje a respeito do entendimento de que a agropecuária eficiente é aquela que se dá com o uso adequado do solo, da água e da biodiversidade. Países como a Arábia Saudita, que nos últimos vinte anos foram autossuficientes na produção de trigo, utilizando os seus lençóis hídricos, encontram-se hoje em uma reversão dramática na redução contínua da sua produção de trigo. O mesmo podemos dizer da Índia, que tem 175 milhões de habitantes dependentes da produção de áreas irrigadas, ou da China, com 180 milhões de habitantes dependendo da produção de áreas irrigadas, que, com o esgotamento dos seus lençóis freáticos, por não serem renováveis, perdem rapidamente a capacidade de continuar viabilizando essa produção.

A respeito dessa problemática nova do ponto de vista ambiental, um ilustre cientista, Lester Brown, chamou a atenção para a nova geopolítica da fome em que estamos ingressando. O mundo ingressa nessa nova era de escassez por pressão adicional do consumo alimentar, como foi bem aqui apresentado. Quer dizer, não somente a ampliação da população, que já não cresce no mesmo ritmo do passado – até um detalhe: o Brasil, a partir de 2030, entrará numa fase de regressão absoluta do número de brasileiros, porque há uma queda na taxa de fecundidade muito rápida –, mas, sobretudo, pelo fato de que a expansão do chamado mundo não desenvolvido vem se dando com a elevação da renda dos seus habitantes. E isso significa certamente ampliação do consumo. A ampliação do poder de compra significa ampliação do consumo da população e crescente dependência de matéria-prima, dado o modo de industrialização tardia, especialmente dos países asiáticos. Além disso, associam-se de forma inédita os preços agropecuários às cotações de bolsas de valores, colocando a produção especialmente derivada de seus preços dos produtos agropecuários num movimento especulativo jamais visto. A despeito de nós termos hoje reservas alimentícias, nós esta-

mos com problemas de preços mundiais que derivam justamente dessa nova lógica, infelizmente, de especulação em torno dos preços.

E para não deixar de destacar o fato da pressão internacional pela aquisição de terras internacionais, segundo estimativa do Banco Mundial, nós temos hoje 140 milhões de hectares já apropriados por estrangeiros no mundo, tendo em vista problemas de escassez de água e produção de alimentos; essa área de 140 milhões de hectares estimada pelo Banco Mundial já equivalem à área da plantação de trigo nos Estados Unidos.

A importância do novo Código Florestal, no nosso modo de ver, abre a possibilidade, em primeiro lugar, de reduzir a insegurança jurídica que prevalece ainda no uso do solo em diferentes áreas brasileiras. Em segundo lugar, pela possibilidade de avançar o desenvolvimento do setor agropecuário em novas bases no Brasil.

A África e a América são as regiões no mundo com possibilidade de expansão sustentável de sua agropecuária. Dos 2,1 bilhões de hectares voltados para expansão da agropecuária, o Brasil concentra ¼ de toda essa área. Certamente, como já foi aqui mencionado pelos colegas, o Brasil assume uma relevância inimaginável no protagonismo de um novo padrão de desenvolvimento. Portanto, é fundamental entender que a competitividade da agropecuária brasileira deve ser sustentável e sistêmica.

Outro motivo importante para revisão está associado ao aprofundamento do desenvolvimento tecnológico para uso intensivo da produção – nós fazemos ainda uma produção muito extensiva em diversas culturas e pecuária –, a possibilidade de expansão dos nossos recursos genéticos – não há dúvida, pelos exemplos inclusive colocados – e a reutilização de áreas degradadas, que não são de pequena monta no Brasil.

Precisamos fundar os novos parâmetros da economia verde e do desenvolvimento potencial do uso dos serviços. Os serviços são, cada vez mais, uma enorme possibilidade de expansão não apenas no chamado setor terciário, como o Prof. Clark estabeleceu na década de 30; os serviços ganham dimensões também no setor primário.

Frente ao projeto de lei que estabelece o novo Código Florestal, que reuniu um debate político intelectual importante na Câmara, o Ipea se debruçou sobre o tema, apresentando, já anteriormente a isso, uma nota técnica de orientação, a nossa visão, a parte do Governo e, no mês de junho passado, nós tornamos público um estudo, um comunicado, que trata justamente das implicações da proposta de lei para tão somente áreas de reserva legal. Não é, na verdade, um estudo extensivo, tratando de todo o Código, mas de um ponto que nos pareceu fundamental chamar, justamente pela brevidade do tempo que possuímos, já que continuamos a estudar o tema, bem como fundamentar estudos adiantados em relação a possíveis impactos na produção agropecuária, nas chamadas áreas de reserva legal, na perspectiva de recuperação de seus passivos ambientais, bem como na fundamentação da economia verde, dos recursos dos serviços ambientais e fundos necessários a financiar essa nova parte da economia.

De uma forma muito sintética, até para não abusar do tempo, pois já estamos há duas horas aqui em discussão, para termos uma oportunidade de também travarmos um debate, o estudo realizado pelos colegas do Ipea... Conto aqui com a presença que eu gostaria de nominar, especialmente pelo fato de que nesses últimos três anos fizemos uma mudança importante no Ipea, uma vez que avançamos para temas que tradicionalmente a Casa tratava, que é a parte de macroeconomia e a parte social e avançamos para outras áreas, especialmente de sustentabilidade ambiental. Então, eu quero agradecer aqui, de público, o trabalho das colegas: Ana Paula Moreira da Silva, Fábio Alves, Regina Helena Rosa Sambuichi, Gustavo Luedemann.

O estudo feito pelos colegas olha fundamentalmente a parte do regime de excepcionalidade que seria justamente a possibilidade de as propriedades com até quatro módulos fiscais de não ter a recomposição mínima exigida.

Então, é sobre esse aspecto que nós tratamos e não envolvemos outras partes. E nesse sentido o que nós podemos dizer, com base nas informações oficiais disponíveis que certamente também são sempre passíveis de debate e de discussão. Podemos passar rapidamente porque já falei da área de estudo. Pode passar o próximo. Os colegas estabeleceram dois cenários possíveis em relação às propriedades com até quatro módulos fiscais. Em primeiro lugar, em relação à anistia dos passivos das reservas legais existentes; e o segundo cenário seria justamente a possibilidade da indução de um desmatamento nessas mesmas áreas em função da anistia existente.

Podemos passar. Aqui vai explicando, eu não vou entrar muito no detalhe. Pode passar. Aqui tem a nossa base de dados, os resultados. Pode passar. Aqui um pouco já foi comentado a respeito da distribuição da propriedade rural no Brasil sobre os imóveis e áreas totais. Na verdade nós temos um modelo agrário no Brasil bastante complexo: 65% dos imóveis são concebidos como minifúndios. Minifúndio é uma área muito difícil de reprodução humana, mesmo a possibilidade de haver uso estendido da área – sem portanto a re-

serva legal –, possivelmente isso não dará condições que a família viver do seu próprio consumo. Portanto, nós precisamos olhar esses pedaços territoriais como passíveis de políticas públicas, como foi aqui bem definido anteriormente. Políticas públicas que autofinanciam, que deem condições de sustentabilidade dessa área, não apenas pela exploração territorial convencional, mas sobre outras formas. Não vou aqui entrar em detalhes, já são conhecidos por todos.

Podemos passar para a próxima. Aqui é uma estimativa que foi feita da área referente ao passivo: 159,3 milhões de hectares. Uma vez que fosse adotado o critério de excepcionalidade aos minifúndios, nós teríamos uma parte que seria responsabilidade da perda desse passivo estimado.

Podemos passar para o próximo. A primeira estimativa que o estudo levou em consideração em relação à anistia desses passivos para as áreas de imóveis de até quatro módulos fiscais, isso envolveria uma área estimada de quase 30 milhões de hectares, 29,5 milhões de hectares. Isso equivaleria a quase 19% do total do passivo ambiental estimado nos dias de hoje.

Podemos passar para o próximo. O impacto do ponto de vista da estimação desse passivo por diferentes biomas, a maior parte, quase dois terços, está associada à Amazônia; 13% da mata atlântica; 13% na caatinga; 10% no cerrado.

Podemos passar para o próximo. Aqui é o equivalente de emissão de gás carbônico que deixará de ser sequestrado com a anistia do passivo. Certamente estamos falando aqui de 11,6 milhões de toneladas de gás carbônico, uma vez que – e vamos falar a respeito um pouco mais no final – o nosso compromisso, o compromisso assumido pelo Brasil, é de 1,1 gigatoneladas de captura, de seqüestro de CO_2 até 2020.

Podemos passar para o próximo.

Aqui eu já entraria no cenário 2, sobre uma possível indução ao desmatamento em função da influência a ser gerada pela aprovação da proposta de Código tal como veio da Câmara, que seria justamente em áreas isentas de terem a reserva legal, o que poderia levar à perda de vegetação dessas áreas, por decisão, averbadas de terem a proteção legal. Também novamente destaco que diz respeito aos territórios de quatro módulos fiscais. Então, nós elevaríamos de 29,6 milhões de hectares, em termos do passivo das reservas, para 47 milhões de hectares. Um aumento considerável nesse sentido se essa hipótese de fato for estabelecida.

Podemos passar para o próximo.

Isso também gerará um impacto nos diferentes biomas. Aí a ampliação não mais concentrada, ainda que majoritária, na Amazônia, mas o que anteriormente eram 2/3 se reduz para 53%, e cresce, sobretudo, a importância no Cerrado e na Mata Atlântica.

Se passarmos para o próximo, veremos agora um impacto do ponto de vista de equivalência em gás carbônico que a gente deixaria de seqüestrar e ser retido na vegetação, por bioma. Aí, novamente, a Amazônia tem um impacto maior nesses 17,3 milhões de toneladas de gás carbônico.

Muito bem. Essa é uma apresentação bastante simplificada. O estudo está disponível no nosso sítio (www.ipea.gov.br), do qual trouxemos algumas cópias, que, imagino, estão nas mãos dos Srs. Senadores.

A nossa preocupação fundamental nesse sentido foi a de alertar para possíveis impactos a serem gerados pela aprovação de num novo Código Florestal, especialmente no que diz respeito às reservas legais. Faltam estudos referentes a outras áreas, como as APPs, por exemplo, que são de difícil cálculo, mas que, de toda maneira, seria possível de ser realizado em havendo tempo disponível.

Nesse sentido, eu gostaria de chamar a atenção aqui para a possibilidade de o Ipea se manter à disposição da Comissão e do Senado, uma vez que a nossa instituição firmou um acordo de cooperação técnica com o Senado Federal, com o Presidente Sarney, o que nos dá uma condição ímpar na história do Ipea, que, como todos os senhores sabem, foi fundado em 1964 para ser uma instituição de assessoria do Poder Executivo federal. Hoje, o Ipea é uma instituição de assessoria do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e também da sociedade civil. De forma que nos mantemos à disposição dos Srs. Senadores para podermos, se formos úteis, auxiliar na produção de estudos de apoio à aprovação do novo Código Florestal, que é muito bem-vindo do ponto de vista das necessidades e das possibilidades que o Brasil tem de marcar um novo projeto de desenvolvimento nacional e para o mundo.

Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para aproveitar aqui o Dr. Márcio.

Nesses dados em que V. Sª coloca 571 milhões de hectares de imóveis rurais, qual a base de dados que V. Sª usou para se chegar a esse número?

Só para poder liquidar logo isso aqui.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – O senhor tem, na terceira...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não, não. Já estou a par da situação. Só uma pergunta, porque depois...

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Foram os dados básicos do Incra, do censo agropecuário de 2006, o cadastro de imóveis do Incra, de 2010.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É; mas veja a desproporcionalidade que existe aí. Enquanto o IBGE levantou... E, na verdade, o que existe de propriedades particulares, afora propriedades públicas, da União, das Forças Armadas... E nós temos que deixar bem claro e separado isso, porque nós já estamos enjoados de levar porrada, o setor produtivo do Brasil, quando todo mundo foi envolvido. Na verdade, o que nós temos são 329 milhões de hectares de terra. Portanto, quando colocam o número de 571 milhões de hectares, a Imprensa aí fora coloca como se o setor produtivo estivesse fazendo isso.

Então, é importante pegar os dados estatísticos dos IBGE, diferenciar isso, sob pena de continuarmos sendo os vilões.

É só isso. Mostre o primeiro número, depois venha com o segundo número, e aí tem a diferença. E o Incra, você sabe: ele levanta tudo, de mamando a caducando. Ele levanta tudo pelos dados que tem. Agora, pelo IBGE, temos os dados reais do que é o Brasil.

O SR. MÁRCIO POCHMANN – Essa contribuição pode ser perfeitamente adotada, porque não há problema algum, eu altero os nossos dados, mas eu lhe agradeço, porque dá uma visão mais real...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para tirar essa dúvida, Sr. Presidente, porque se não fica aí que.... E nós não queremos isso não. Tem que separar o que é da União, o que é público, para que se separe o que é propriedade privada e o que é que, na verdade, os proprietários pequenos, médios, grandes têm que preservar e onde é que eles podem produzir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Roberto, o senhor gostaria de completar a resposta, mas, até para que tenhamos uma dinâmica, pelo adiantado da hora, vamos ouvir os Srs. Senadores e depois devolveremos a palavra aos palestrantes para fazerem suas considerações finais.

Eu indago ao Senador Ivo Cassol se essa participação de V. Exª representa já sua participação como inscrito na audiência pública, ou se V. Exª fez apenas uma indagação...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu aproveitei a oportunidade, uma vez que... Para não ficar já, porque é muita...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeitamente. Então, V. Exª ainda vai fazer uso da palavra?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Depois vou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está bem.

Então, passo a palavra a um dos autores do requerimento, o Senador Walter Pinheiro, para fazer uso da palavra.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero dizer inclusive que a audiência, na minha opinião, foi importante até para termos uma ideia principalmente a partir do foco que pretendemos ter nesta audiência, respeitando as diversas visões e a utilização deste debate por diversas Comissões.

Assim, creio que o centro da intenção desta intersetorialidade máxima que tentamos dar ao aspecto do Código Florestal é muito mais numa lógica, e digo que não estamos discutindo só uma problemática ou só uma lei que vai atacar quem produz ou vai atacar quem desmata, nem partimos de uma lógica de endeusar um lado e satanizar o outro.

Então, acho que a importância do debate é nos fazer entender que estamos produzindo uma legislação que mexe na estrutura de crescimento do País. E estou falando de crescimento, Drª Helena, inclusive no que diz respeito a essa perspectiva de vida. O que nos garantirá certo nível de tranquilidade para essa média da nossa vida está associado exatamente a este debate que estamos fazendo sobre o Código Florestal! Então, não é o demônio da devastação, ou a história do endeusamento da preservação. Não dá para ser desse jeito.

Parafraseando o velho Caetano, que disse que, "onde queres revólver, sou coqueiro", nós poderíamos dizer que, quando querem máquina para desmatar, eu sou coqueiro. Mas acho que não dá para ser desse jeito.

Por isso acho que, no enfoque aqui, Senador Eduardo, é importante partimos do princípio, que foi até muito bem tocado pelos palestrantes, de que precisaríamos trabalhar o seguinte: há um crescimento projetado da nossa população – eu acho que é fundamental ter isso –, e vamos precisar produzir alimentos para essa população. Foi tomado como referência 2050. O mapa nos traz dados importantes do que significou esse crescimento da população, e uma proporção completamente menor do que foi, por exemplo, o crescimento da área de produção do País. Isso, consequentemente, nos leva a esta leitura, ou seja: o que se desmatou? O que se ocupou? O que efetivamente foi feito? É preciso analisar esses pontos, para não ficarmos nessa aura exagerada.

Por outro lado, também há uma dose de preocupação. Quando falamos da reserva legal, meu caro Eduardo – e aí há a sua região –, estamos falando, por exemplo, do não cumprimento dessa área, a partir do próprio decreto de 2008, o de nº 6.514, o que significa. Nós estamos falando de 65% da Amazônia,

desse contexto. Quer dizer, Márcio, que dos 30 milhões levantados, 18 – ou até um pouquinho mais, porque se a gente for pegar, dá em torno de 61.105, por aí. Então, estamos falando de um percentual razoável numa única região. Portanto, não estou distribuindo de forma equânime em todo o País.

E aí, João de Deus, quando o senhor levanta aquele mapa, interessante, em relação à ocupação no País, de um modo geral, se eu pegar o mapa da Bahia e colocá-lo ali, eu vou encontrar quase 70% do território da Bahia no semiárido. Quase 70% do nosso território está no semiárido; baixa densidade populacional; tem uma riqueza mineral imensa, tem uma vegetação típica, portanto você vai encontrar efetivamente muito mais até a caatinga numa predominância, mas você tem uma situação que é brutal. Ou seja, eu preciso desenvolver essa região.

Aí entram os parâmetros, aos quais quero fazer esse questionamento para a gente trabalhar. Eu preciso produzir alimentos para manter essa população e, ao mesmo tempo, alimentar o mundo, portanto, para transformar esse celeiro e essa expectativa que todos têm a respeito da produção de alimentos para resolver um problema mundial. Para eu produzir esse alimento, eu preciso também de condições que sejam essenciais. Por isso insisto que esse Código Florestal não é qualquer coisa, isto é um tratado; esta é uma ferramenta importante para a gente calçar toda a nossa etapa de crescimento, inclusive de desenvolvimento científico/tecnológico. Então, se eu preciso dessa produção de alimentos, eu preciso, inclusive, de matriz energética. Para eu continuar utilizando matriz energética que não polua, eu preciso de preservação. Qual é a minha capacidade, por exemplo, nessa relação com os nossos mananciais, quer dizer, a fonte de energia a partir da água ainda é um elemento dos mais baratos e com um grau de problemas ambientais dos mais reduzidos. Mas aí encontro outras dificuldades: como é que eu toco as minhas matas ciliares, não somente para a produção de alimentos, mas para preservação desses rios?

O João falava aqui sobre o que a gente perde numa capacidade de processamento de água a partir de resíduo, mas é preciso a gente fazer uma outra leitura. O que eu perco com a evaporação, a partir da inexistência de mata ciliar e a partir da existência do lago. Quanto maior a lâmina, maior a evaporação. Essa é uma regra imediata e direta.

Portanto, essa combinação dessa produção, dessa preservação de energia e, ao mesmo tempo vai para outra coisa, a água como alimento. Se eu quero produzir, vou precisar de água para o consumo humano, para consumo animal e para a produção de alimentos, mas a prioridade é para consumo humano e animal; ela é alimento também.

Tem uma imagem mostrada ali, que é a imagem da beira do São Francisco, tem aquela região de Juazeiro, a parte ali do estreito, a região um pouquinho mais no oeste, em todas elas o agricultor – e aí não é por nenhuma esperteza, mas pelo conhecimento da natureza – tende a ocupar a sua terra de produção na margem. Para fazer isso, esses agricultores, inclusive, incentivaram no passado o desmatamento dessa mata ciliar, exatamente para permitir eles operarem no lugar mais fértil, onde a velha enchente cobre e resolve os problemas, faz a lavagem da terra; esse é o processo que foi desenvolvido.

Há em curso um caminho inverso a esse. Portanto, o caminho do trabalho desse Código Florestal é como nós vamos sustentar isso. Aí entra, por exemplo, a questão do financiamento; e por que o Pronaf é importante para isso? Nós estamos falando de 60% da produção que chegam nas mesas e que vêm da pequena e média produção brasileira. Por outro lado, alguém diz assim: Ah, mas essa pequena produção se a gente for somar aí, ela foi responsável por uma faixa enorme de desmatamento. Se você for somar essa pequena propriedade não dá para fazer esse tipo de acusação.

Acho importante a gente travar aqui essa batalha para entender alguns aspectos – e já fechando o meu questionamento a essa participação –, a fim de chegarmos ao ponto aqui levantado pelo Dr. Nobre, no que diz respeito às ações de tecnologia e à própria ação de prevenção. Nós temos usado pouco, Dr. Nobre, a nossa capacidade, tanto de prevenir, quanto a capacidade de atuar depois dos fatos da natureza existente.

Pergunto hoje: O que nós fizemos em Santa Catarina, o que nós fizemos na região serrana do Rio, o que nós fizemos no Pantanal ou na Amazônia, quando ela experimentou a forte seca? O que nós produzimos depois disso? Esse é o debate, para inclusive entender a construir o Código Florestal, pensando exatamente em ações desse tipo. Porque, vamos lá, todo mundo que estava na região serrana atingida pela chuva, voltou para o mesmo lugar. Eu vi uma imagem aqui – acho que foi a imagem mostrada pelo João de Deus – em que tem uma pessoa em pé... Vejam que é uma devastação de solo.

Então a devastação de solo não só elimina a possibilidade do replantio, como elimina a capacidade para habitação ou coisa do gênero. Na verdade, é uma espécie de degradação, é uma separação efetiva do solo, o que, consequentemente, é pior do que o desmatamento. Eu estou fazendo o aniquilamento completo daquela área.

Nós não temos a cultura da defesa civil e nem a cultura da prevenção, Dr. Nobre. Esse é um negócio perigosíssimo nesse cenário. E aí vai para o aproveitamento – e acho que foi o Dr. Roberto Lorena que levantou a questão da assistência técnica, misturada a essa história do acompanhamento. Qual é a capacidade nossa de assistência técnica para esses milhares, talvez milhões, tanto de pequenos, médios ou grandes produtores do Brasil? Como é que nós encaixamos isso na verticalização?

Agora, há pouco, por exemplo, quando fizemos um acordo com os chineses para a ocupação de área no oeste baiano, eles foram para lá e ocuparam; eles vão produz só para exportar alimento? Por que não é amarrado? Essa é uma das coisas que discutimos com o Governador Jaques Wagner. É preciso amarrar a verticalização, mas é preciso amarrar outra coisa fundamental a isso: a capacidade de processamento em verticalização, desse que vai utilizar a área, tem que ser uma capacidade de processamento maior do que a área que ele planta, para permitir que ele se relacione com os outros que produzem na região. Portanto, você dá essa sequência de verticalização, encaminhamento e aproveitamento.

A mesma coisa, eu quero encerrar meu Presidente, diz respeito ao uso de tecnologia. E vimos aqui a questão da fibra da teia de aranha. Portanto, se a gente tiver essa combinação ajustada entre o que é o processo de preservação, entendimento de sustentabilidade e crescimento, e o aproveitamento dessas culturas, é muito mais fácil produzir fibra de algo que eu renovo tranquilamente, por exemplo, o sisal, eu não tenho nenhum prejuízo.

Nenhum processo químico, petroquímico é capaz de me dar a renovação e a produção de fibra de sisal, por longos anos. Nenhum processo químico. No entanto, a maior parte do que nós trabalhamos hoje do poliéster e coisas do gênero, eles são muito mais apoiados financeiramente pelas nossas instituições do que o processo de utilização dessas fibras naturais, ou até da fibra da teia de aranha. Do sisal eu posso produzir o painel de carro; do sisal eu posso produzir grandes cabos para fazer prospecção; cabos de telecomandos, porque a sua capacidade o seu peso é melhor do que um cabo de PVC, do que uma estrutura de PVC que protege qualquer cabo de telecomando. Ele é não só menos poluente no seu processo de produção, como é extensivo do ponto de vista da sua cadeia produtiva. Portanto é esse olhar que temos que ter do Código Florestal e não o olhar de satanizar ou coisa do gênero. Se não tivermos a capacidade de olhar dessa forma, tenho a impressão de que daqui a 2, 3, 4 anos estaremos, novamente, discutindo se recuperou ou não, se vai punir, vai multar... Não adianta constituir no Ministério do Meio Ambiente estrutura capaz para fiscalizar, para multar, porque alguém pode até pagar. Chega lá e paga a multa. A multa paga não me restituirá 18 milhões de hectares perdidos no País. Não tem dinheiro que recomponha isso. É melhor atuar para que isso exista de forma ordenada, sustentável e ajustada a esses interesses do que efetivamente ficarmos montando um bocado de caixas registradoras ou um bocado de grade de cadeia para prender gente que fez isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz, do Estado do Acre. Apenas como autor do requerimento, assim como o Senador que vos fala também autor do requerimento, estou obedecendo uma ordem. Era apenas esta colocação que gostaria de fazer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Isso quer dizer que tenho tempo ilimitado, igual ao Senador Walter Pinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, eu apenas estou buscando dar proporcionalidade aos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Braga, eu quero em primeiro lugar manifestar novamente a minha absoluta satisfação em voltar a ouvir essa Mesa ultraqualificada, trazendo aqui os ensinamentos da ciência, as descobertas, os resultados dos estudos que serão, certamente, muito úteis na nossa orientação no sentido de construir o melhor caminho possível para essa questão do Código Florestal. Quero dizer que me deixa muito satisfeito também contar aqui com o nosso Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre, Sr. Assuero Veronez, que é um grande parceiro, do Estado do Acre, na construção do nosso zoneamento ecológico-econômico, que só foi possível porque conseguimos juntar todas as partes. Tenho aqui ao lado o nosso Presidente da Federação da Agricultura e do outro lado o nosso Júlio Barbosa, que foi durante dois mandatos Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, juntando a outra ponta. Ou seja, a gente tentando fazer com que os dois polos dessa discussão estejam participando diretamente. Agradeço, particularmente, a presença do Assuero, porque ele estava ontem, acompanhou todos os debates, hoje também, e isso só faz qualificar o debate para a gente sair da paixão e tentar buscar uma linha compatível com que o conhecimento nos proporciona.

Após essa declaração, gostaria de fazer um rápido histórico. Nosso ex-Senador e hoje Deputado Fe-

deral Sibá Machado entrou para o curso de geografia, depois de muitos anos de militância sindical junto aos trabalhadores rurais. Ele fez um curso exemplar de geografia, depois fez o mestrado e ele tem uma memória ultraprivilegiada. Se se quer discutir fórmulas químicas, essas coisas que a gente nunca memoriza, ele sempre tem uma resposta, porque é uma figura muito aplicada. Um dia desses fazendo uma visita à usina de álcool no Acre, vi aquela cana muito fininha, eu falei: caramba, essa cana esta regredindo, porque quando criança a gente pegava uma cana piojota, sou filho de agricultores, era uma cana robusta. Aí ele falou: mas aí tem mais açúcar do que aquela cana grossa do passado.

O que é isso? Ciência, desenvolvida pela Embrapa. Agora se consegue produzir muito mais açúcar no teor daquilo a que se propõe, seja para o álcool, seja para o etanol, seja para o açúcar ou mesmo para a cana que o pessoal consome. O teor desenvolvido nessa nova variação, nessas novas espécies desenvolvidas pela Embrapa, com o trabalho direto da Embrapa, permite produzir muito mais com menos solo, com a utilização de menos espaço.

Isso tudo nos faz ver a importância da tecnologia, da busca de novas tecnologias, de a gente associar esse nosso desafio de produzir mais, porque o desafio não vai diminuir, só vai aumentar, a gente vai ter aí uma população do Planeta, nas próximas duas décadas, tendo impacto sobre a necessidade de alimento muito grande, imagino o que vai ser a China daqui a vinte anos, a Índia e todos os consumidores que produzem pouco, e a gente vai ter responder a isso. Mas a questão da sustentabilidade é também uma condição *sine qua non*, porque, se a gente não tiver a nossa componente climática absolutamente equilibrada, a gente vai começar a perder em termos de produtividade. Então a gente precisa juntar esses esforços todos.

O questionamento que o Senador Ivo Cassol colocou foi só uma questão de número, eu quero entender assim, porque, na realidade, os 329 milhões de hectares que estão registrados como sendo propriedades, porque os outros duzentos e tantos milhões de hectares são ou terras pertencentes à União ou áreas indígenas e tal, não se misturam. Mas isso eu quero crer que não deva ser um questionamento ao conjunto da ópera que a gente teve aqui. É algo muito alvissareiro a gente poder ouvir tudo o que a gente está ouvindo, tudo o que a gente tem oportunidade de aprender. Eu sou muito otimista, Senador Walter Pinheiro. Não gosto de apresentar os questionamentos como se fossem caminhos sem saída. Gosto de apresentar as possibilidades que a gente tem à frente de utilizar todo esse arcabouço de conhecimento que a gente tem, e foi muito bem dito pelos participantes: a gente nunca reuniu tantas informações como neste momento.

Este é um momento privilegiado, muito melhor do que foi em 1934, quando surgiu a primeira versão do Código Florestal; muito melhor do que em 1964/1965, quando o Código foi reformulado e acredito até que tenhamos melhores condições do que aquelas que o Presidente Fernando Henrique teve quando tomou a corajosa decisão de aumentar de 40% para 80% o tamanho da reserva legal na Amazônia. Tal decisão deu uma resposta muito positiva naquele momento, porque a Amazônia estava em chamas. A gente estava vivendo um processo que, se não tivesse tido aquele breque, não sei onde a gente iria parar. Então devemos agradecer muito ter havido aquela decisão corajosa, pois hoje podemos contar com 87% da floresta primária do Acre. Isso é um diferencial importante.

Ontem mesmo falei na tribuna que o Governador Tião Viana esteve em Londres durante a semana passada; foi negociar crédito de carbono, foi colocar o assunto em discussão. Por quê? Porque hoje há uma discussão ainda muito incipiente, mas é algo que tem que ser levado em conta, também como possibilidade de crescimento. Quando a gente fala desse projeto de desenvolvimento sustentável do Acre – e a gente faz questão de citar que o nosso zoneamento ecológico-econômico foi construído com um grande pacto da sociedade, de todos os segmentos, desde o indígena, o seringueiro ao fazendeiro –, é justamente para dizer que nós não somos contra aumentar produção; nós não somos contra a lucratividade, a gente quer que cada vez mais uma área, um hectare de terra renda.

Hoje estamos trabalhando lá com a piscicultura, com a possibilidade de a gente fazer render. Enquanto um hectare pode dar uma cabeça de gado, e muito bem vendida talvez dê R$1.500,00, R$2.000,00 para um produtor depois de dois anos, a gente pode, em um hectare de lâmina d'água, tirar dez toneladas de peixe. Isso pode gerar R$40 mil, R$50 mil, dependendo da situação. Então estamos na busca dessa tecnologia para garantir produção de alimento, para garantir sustentabilidade e para garantir que o Brasil continue sendo reconhecido internacionalmente como um país responsável, um país que cuida da sua biodiversidade e que está preocupado com o equilíbrio do seu território, o equilíbrio do Planeta.

E para concluir, quero dizer que, no Código Florestal, discutir uma vírgula para cá, discutir uma vírgula para lá; é algo que não me apetece. O que me apetece é discutir ordem de grandeza. O que nós queremos para o nosso País; qual é a imagem que queremos para o nosso País e qual a condição de vida que queremos para o nosso povo. E isso está em pauta, sim. Discutir

a política agrícola, discutir a política de financiamento para os pequenos melhorarem a tecnologia da sua produção, discutir a possibilidade de termos, sim, as áreas todas plenamente produtivas e também mantidas aquelas que já seriam naturalmente não tão produtivas, o que se pode fazer para que elas fiquem em reserva legal. Se é possível fazer a reposição das áreas na Amazônia, com cuidados para não ficar, também, essa política policialesca de multas e tal, pois não vejo muito caminho por aí. Mas, uma coisa vamos ter que deliberar nessa construção final do Código Florestal. É fundamental que pensemos na reposição de, pelo menos, parte do que foi destruído e, particularmente, que não se destrua nada mais a partir de agora. Vamos ter que fazer um pacto geral pelo fim do desmatamento porque não dá para queimar dinheiro, principalmente, com a nova economia que está se avizinhando, que é a economia verde, a economia de crédito de carbono, cuja lei, no Acre, já foi sancionada. E estamos negociando com o governo da Califórnia e parece que, a partir de 2012, já vamos receber por serviços ambientais como parte de compensação em parceria com o governo da Califórnia.

E vamos entrar na Bolsa de Valores, já houve discussão do Governador Tião Viana com a Bovespa, e queremos, na medida do possível, transformar esse sonho, porque ainda hoje está um sonho meio longe do alcance. Mas acredito que, com o reforço da comunidade científica, todos falando a mesma linguagem, possamos convencer o Senado Federal a ter uma postura mais pró-economia verde do que economia do atraso, que será a que poderemos ter, se votarmos algo no rumo da destruição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Aníbal Diniz.

Só para registro, Senador, V. Exª usou 18 minutos do tempo.

Se o Senador Ivo Cassol me permite, como autor do requerimento, gostaria de fazer minha participação e passo a V. Exª. E gostaria de registrar a presença dos Deputados Federais que nos dão a honra de participar desta audiência pública, Deputada Rebeca Garcia, do PP do Estado do Amazonas, Deputado Ricardo Tripoli do PSDB do Estado de São Paulo e Deputado Márcio Macedo do PT de Sergipe.

Registro e agradeço a presença de V. Exªs aqui nesta nossa audiência pública.

Mas, Srs. Palestrantes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, acho que este debate foi extremamente importante, Senador Ivo Cassol. Primeiro para que possamos compreender que este Código Florestal não é o Código Florestal dos ruralistas, não é o Código Florestal dos pecuaristas, não é o Código Florestal dos agricultores, não é o Código Florestal do agronegócio, como também não é o Código Florestal dos ambientalistas, não é o Código Florestal dos preservacionistas, não é o Código Florestal, também, dos índios, não é o Código Florestal, também, dos Caboclos da Amazônia ou dos Sertanejos, ou dos Sertanistas ou daqueles que vivem no sertão do Nordeste. Esse é o Código Florestal Brasileiro. Aqui precisamos discutir aspectos econômicos, reconhecendo que o Brasil é um país agrícola que tem no agronegócio um dos principais pilares da macroeconomia brasileira, que tem um papel importantíssimo para o desenvolvimento e o crescimento econômico de nosso País. Mas também o Brasil é o País que detém a maior floresta tropical em pé do mundo. E esta floresta tropical em pé do mundo tem uma sinergia e uma integração extremamente importante com o agronegócio brasileiro. Portanto, não estamos aqui discutindo um Código Florestal para buscar culpados, para buscar anistiados, para buscar outras questões olhando simplesmente para o passado.

Eu quero aqui cumprimentar muito um dos palestrantes que disse que esse Código não pode estar aprisionado ao passado, que esse Código tem que olhar, sim, para os acertos e para os erros do passado, mas esse Código deve olhar para o futuro e deve projetar para o futuro a construção de uma sociedade moderna com os desafios que a sociedade moderna propõe. E as fronteiras econômicas não devem ser consideradas unicamente pela pressão que exercem sobre a floresta como se a floresta fosse um empecilho para o desenvolvimento.

Eu sou de um tempo, Senadores e Deputados, em que, quando se limpava a casa, jogava-se lixo no mato – o mato era onde se jogava o lixo. Eu sou de um tempo também em que floresta parecia um empecilho para o desenvolvimento e que desmatar, a qualquer custo, era importante para remover um obstáculo ao desenvolvimento. Hoje, o mato deixou de ser chamado de mato e passou a ser chamado de floresta, porque a floresta representa um conjunto de serviços ambientais e um conjunto de produtos sustentáveis importantes para o agronegócio brasileiro. Sem água, o nosso agronegócio se inviabilizará; sem clima, o nosso agronegócio se inviabilizará. Se nós somos produtivos na soja, no algodão, no milho, nos grãos, se a nossa Embrapa foi capaz de desenvolver ciência, tecnologia para o Brasil é porque alguns fundamentos básicos o Brasil tem, como dito aqui nesta palestra, não porque nós construímos, mas porque Deus assim fez o mundo. Se nós não tivéssemos terra e com a sustentabilidade que as nossas terras têm, nós não seríamos o que somos. Se nós não tivéssemos o clima como o que nós temos, não teríamos alcançado o que alcan-

çamos. E se não tivéssemos ritmo hidrológico como o que temos, não teríamos alcançado o que alcançamos. Acontece que nós somos capazes de destruir aquilo que Deus nos deu se não formos capazes de reler e de compreender novamente, com uma nova leitura, os processos agrícolas do agronegócio do desenvolvimento, se não levarmos em consideração a questão da sustentabilidade.

Estou dizendo isso, Srs. Senadores, porque acho que, nesta participação, no dia de hoje, aqui, nós tivemos a paciência e a tranqüilidade de ouvir a opinião da ciência sem o radicalismo que, por exemplo, tivemos a oportunidade de assistir em outros momentos nesta Casa. E se nós tivermos a capacidade de ouvir, querendo compreender, nós vamos escutar e não vamos ouvir; nós vamos falar e não vamos compreender. Portanto, eu gostaria de dizer que é muito importante olharmos este momento como um momento de oportunidade para a Nação brasileira. E se formos olhar este momento como um momento de oportunidade, acho que um aspecto que todos aqui deixaram de apresentar e que o Senador Anibal Diniz apresentou, muito tangencialmente, foi em relação às questões dos incentivos financeiros e econômicos para a questão da reserva legal e para a questão da APP, porque eu não tenho a menor dúvida de que se a reserva legal e a APP deixarem de ser um passivo e um ônus para o produtor, e elas passarem da coluna do passivo para a coluna do ativo, elas deixarão de ser um problema e nós mudaremos o enfrentamento que estamos tendo no Senado da República e já tivemos na Câmara dos Deputados.

O que quero dizer com isso? O que quero dizer com isso é que se nós pudermos entender as adicionalidades em cima desse passivo florestal... E, aí, é importante termos a ousadia de ouvir da ciência o que significa e a importância econômica e financeira que isso pode ter, e valorar. Por exemplo: acho que uma parte importante do relatório do Ipea, na sua conclusão, é exatamente quando ele monetiza serviços ambientais da reserva legal e compara isso com valores da produção agrícola por hectare, e estabelece isso como uma renda *per capita* anual para o produtor.

Isso não foi sequer tocado no dia de hoje, aqui, nesta nossa audiência.

O que quero adicionar, nesta colocação, até para que não abuse da paciência dos palestrantes e dos senhores aqui presentes, é que acho que o nosso Código Florestal precisa e deve ter esta ponderação e esta racionalidade: o Brasil está diante de uma grande oportunidade e o Senado está diante de uma grande oportunidade.

No Amazonas, nós tivemos oportunidade de, nos últimos oito anos, implementar um modelo de sustentabilidade ambiental em que a questão econômica, a questão social e a questão ambiental foram pilares fundamentais dessa construção.

É importante entender que a pressão sobre o desmatamento é, antes de mais nada, uma questão econômica e uma questão social.

Portanto, é muito importante que, na métrica colocada ainda há pouco, aquela questão da educação seja levada em consideração, porque eu ouvi, não uma vez, mas dezenas, centenas de vezes, do povo do interior da Amazônia, Senador Walter Pinheiro, uma frase simples para a compreensão de muitos.

Uma mãe, uma vez, respondendo a um debate sobre questão de sustentabilidade, virou-se para mim, no Alto Solimões – àquela altura, eu, Governador de Estado –, e disse: "Governador, não peça para que eu preserve esta castanheira em pé se meu filho estiver chorando, com fome, porque entre a castanheira e o meu filho, eu fico com o meu filho".

Ora, não vamos transformar o Código Florestal brasileiro numa discussão entre a floresta e a fome, entre a floresta e a produção. Não vamos transformar o Código Florestal brasileiro num estressamento entre aqueles que ajudam o Brasil a ser, hoje, uma das sete maiores economias mundiais e aqueles que guardam o maior patrimônio de biodiversidade do Planeta, que é capaz de formar e transformar uma simples aranha, através da ciência e da tecnologia, numa fibra orgânica extremamente eficiente que pode representar uma nova fronteira.

Este é o debate que nós estamos enfrentando aqui, no Senado: se nós vamos olhar para a dicotomia de termos de manter uma castanheira à custa da fome do povo da Amazônia, à custa da fome daqueles que estão no sertão, à custa da fome daqueles que ainda estão excluídos, ou se nós vamos encarar um novo Brasil, um Brasil em que é possível produzir, sim, é possível ser competente e eficiente na soja, mas, ao mesmo tempo, estabelecer um equilíbrio com serviços econômicos, ambientais, financeiros. Que nós possamos, aqui no Brasil, estabelecer novos mecanismos, como, por exemplo, o REDD *plus.*

Por que o Brasil não pode ser vanguarda, pioneiro na implantação de um novo mecanismo que possa compensar além dos biomas? Eu sou daqueles que não têm receio, Senador Walter Pinheiro, de discutir mecanismos ponderados, racionais, científicos e tecnológicos para fazer compensação além dos biomas. Porque nós podemos criar mecanismos inteligentes.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. palestrantes, o que nós estamos dizendo é se seremos capazes de construir um futuro inteligente.

A diferença entre um futuro de desenvolvimento a qualquer custo e um futuro de desenvolvimento sustentável é saber se vamos ser, no futuro, um Egito, que não é mais capaz de produzir trigo, ou se seremos, no futuro, um Brasil sustentável e de oportunidades iguais para todos. A ciência e a tecnologia são a chave para que nós possamos encontrar essa resposta.

E é preciso – para encerrar a minha participação – que tenhamos a humildade de poder ouvir os produtores, com seus trejeitos, com suas formas, com suas, muitas vezes, maneiras sinceras e voluntariosas de expressão, mas, do mesmo jeito, termos respeito pela ciência. Não podemos encarar, acreditar que, porque é a ciência que olha o futuro de forma diferente, ela está a serviço de interesses internacionais. Não podemos aliar-nos àqueles que acusam os brasileiros que querem construir um futuro inteligente de vendidos; ao contrário, temos de ter a capacidade e a humildade de poder ouvir todos os lados e ter o discernimento de decidir, de forma inteligente, o futuro que o Brasil quer.

Ouço o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não vou estender-me muito, mas vou ser muito prático aqui, para dizer que, das falhas que aconteceram a culpa, infelizmente, foi a gestão dos próprios governos. E, quando falo dos governos, falo de todos os que passaram.

Quando os próprios Ministérios não se entendiam entre si e muitos dos Ministros, igual o do Meio Ambiente, jogavam mais para a plateia do que, na verdade, uma pessoa técnica. Hoje, temos à frente a Drª Isabella, que é uma técnica, a quem parabenizei na semana passada, pela postura e pela maneira que está tocando.

E um governo, uma administração municipal, estadual ou federal tem de trabalhar em conjunto e não separado. Ficou muito cômodo para o órgão federal, para o Ibama, muitas vezes, calcar multas milionárias, irresponsáveis e improcedentes boa parte delas – mais da metade é improcedente –, para intimidar, para amedrontar, quando, na verdade, o maior errado era o próprio Governo. Senão, tínhamos de botar na cadeia, e a primeira pessoa que tínhamos de prender seria a ex-Ministra Marina Silva. E vou dizer por quê, vou tornar a dizer: porque fui Governador – Walter, eu o respeitei antes, quando falou, agora, também, é do mesmo jeito –, junto com o Eduardo Braga, e ela não me levou um carrinho de mão para ajudar a preservar a Amazônia na época. Não me levou uma cibalena, um melhoral!

Então, o que quero dizer aqui é que não estamos buscando os culpados do passado, nem estamos tentando consolidar os erros que foram cometidos. O que não podemos aceitar é que o setor produtivo fique à mercê de intelectuais ambientalistas como se fôssemos bandidos. Não posso aceitar isso!

A exemplo do Estado de Rondônia, a exemplo do Acre, a exemplo do Amazonas – e vi um depoimento do próprio Presidente –, se tirarmos o polo industrial de Manaus, como aquele povo vai fazer? Vai para o mato? Eu vi o Senador, agora há pouco, falar de um seringueiro que está aqui, um seringueiro, para poder tirar a seringa do mato, precisa levar o arroz, precisa levar o feijão, precisa levar a carne para dentro do mato ou terá de matar bicho. E, de algum lugar, tem de sair essa produção. Então, nós estamos precisando é corrigir os erros cometidos no passado e, ao mesmo tempo, inibir que haja novos erros no presente e no futuro.

A exemplo disso, quando fui Governador, o primeiro zoneamento socioeconômico do Brasil foi feito em Rondônia, respeitando as questões regionais de tudo quanto é lugar. Mas, ao mesmo tempo, vejo o pessoal debater o Código Florestal como se o setor produtivo... todo mundo fosse o vilão disso tudo. Mas eu não vejo ninguém falar que os maiores culpados pelo aquecimento são as indústrias, são os esgotos sanitários que deságuam em nossos rios e que poluem os quatro cantos. Não está no Código Florestal, mas tem origem também no perímetro urbano. E muitas pessoas do perímetro urbano ficam dando palpite na zona rural.

Encerrando, pois não quero me estender, sei que muita coisa é proibida no mundo e no Brasil. Na China, por exemplo, tudo que anda eles comem, menos gente. E aqui, para fechar com chave de ouro, sou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, apenas quero chamar a atenção de V. Exª que nós temos o Regimento, na Casa. E é importante, não digo nem pelos Senadores presentes, mas como evidentemente V. Exª sabe, V. Exª está sob a égide desse Regimento. Apenas para contribuir com V. Exª peço que tome cuidado com o decoro parlamentar, nobre Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero dizer a V. Exª que eu não quebrei o Regimento Interno. Então pergunto: é permitido comer carne humana?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro que não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – E as pessoas que estavam naquele avião que caiu nos Andes? Quero deixar essa pergunta para todo mundo ficar

pensando. E quando caiu o avião nos Andes, como é que aquelas pessoas sobreviveram? Se tivesse ambientalista lá dentro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não existe lei maior do que a da sobrevivência.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sobrevivência. Então, não quebrei o decoro parlamentar, respeito o nosso Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só quero auxiliar V. Exª.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – (...) mas, ao mesmo tempo, estou falando que na China eles comem gafanhoto, comem tudo, só não comem carne humana.

Aqui, é proibido. Mas como V. Exª deu um exemplo, Presidente, daquela moradora na barranca do rio que disse que se tivesse que sobreviver, para tratar do seu filho, vai derrubar a castanheira, com certeza absoluta qualquer ser humano se precisar matar um animal vai fazê-lo. E não foi diferente com os passageiros daquele avião que se acidentou nos Andes, que comeram carne humana para sobreviver.

Então, por mais que defendamos o novo Código Florestal, temos que corrigir os erros do passado, para que eles não continuem acontecendo no presente, mas, ao mesmo tempo, convalidar o que foi feito. Não tem como você chegar às margens do rio São Francisco, na sua região Petrolina, que produz frutas na barranca do rio...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – (...) é de um lado ou do outro. É que eu não conheço, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Cuidado com a questão geográfica, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não faz diferença, o importante é que o setor produtivo entenda o que estou falando.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Repito: o importante é que o setor produtivo entenda, porque no Brasil afora temos isso aí.

Então, defendo a regularização, defendo convalidar o que foi feito, da maneira que foi feito. A exemplo disso, no meu Estado Rondônia, os erros que foram cometidos no passado foi o INCRA que cometeu. Por quê? Para você ter o documento você tinha que desmatar. Se você não desmatasse não tinha crédito. Eu ouvi da própria Ministra que era Senadora, colega nossa, Ellen Grace, que no Paraná o Banco do Brasil só financiava quando você desmatava. Então isso aconteceu no Brasil inteiro. Hoje, nós precisamos trabalhar em harmonia: o setor produtivo, o setor ambiental, governo estadual, governo federal com responsabilidades mútuas. E sou mais: aquele que desmatar sem autorização, ele tem que ser punido; tem que perder a propriedade para a União que depois dará um fim: de reforma, assentamento. Mas, ao mesmo tempo, temos que deixar de colocar o setor produtivo, nossos produtores brasileiros, como se fossem um time de bandidos. Não é. Se nós pararmos de produzir por um ano, com certeza, muitos que estão dando palpite vão ter que pegar na enxada e plantar um pé de mandioca, um pé de alface para sustentar a sua família.

Quando falei sobre o ser humano, a carne, o senhor agora entendeu que infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora ficou claro, Senador.

Gostaria de consultar os Senadores sobre o seguinte: há uma solicitação dos Srs. Deputados para fazerem uma breve participação, antes de ouvirmos os palestrantes.

Indago ao plenário se há algum óbice de parte dos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Não havendo, gostaria de passar a palavra à Deputada Rebeca Garcia para sua participação nesta audiência pública.

A SRª REBECA GARCIA (PP – AM) – Vou ser bastante breve. Na verdade, eu gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa e deixar claro, aqui, que esse debate, como todos acompanharam, foi bastante acalorado na Câmara, mas que o Senado tem uma vantagem. Gostaria de registrar o quanto foi importante o estudo que a SBPC nos produziu mas que, infelizmente, já chegou no final do debate. Então tenho certeza de que hoje o Senado tem muito mais qualidade de informação e dados para fazer um debate com mais números. E contra números e dados não tem argumentos. Espero que o Senado faça esse trabalho com bastante ponderação em cima de números, com a ajuda da ciência e das pesquisas, e que aquilo que for necessário mudar nesse relatório para que ele fique de maneira importante e boa para o nosso País seja feito aqui.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Exª.

Passo a palavra para o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Senador Eduardo Braga, estimado amigo que preside esta Comissão de Ciência e Tecnologia, V. Exª tem sido uma referência para todos nós, até porque tem essa visão mais ampla de somarmos a questão do desenvolvido

acoplada à sustentabilidade. V. Exª não só é um profundo conhecedor do Estado do Amazonas como também tem uma visão bem ampla de toda a Amazônia não só a brasileira, mas também a de outros países. Isso nos ajuda bastante a ter um rumo na votação desse projeto, que, eu diria a V. Exª, é o projeto mais importante que tramita no Congresso Nacional, haja vista a preocupação dos vários segmentos da sociedade. V. Exª está hoje ao lado da ciência. Cumprimento, na figura da Drª Helena Nader, todos os membros que vieram hoje debater em profundidade, fazer uma reflexão a respeito do Código Florestal.

Mas tenho algumas poucas questões. Vou ser bem breve. A primeira delas, que me preocupa, é que abrimos a discussão do atual Código Florestal sem levarmos em consideração a questão da regularização fundiária brasileira. Acho que esse é um dos temas mais importantes do Brasil. O que nós temos de áreas devolutas do Estado, o que nós temos de desapropriações em andamento! Enfim, não há um reconhecimento efetivo, de forma que o Judiciário possa ajudar no sentido de saber exatamente quais são as áreas que estão disponíveis no Brasil para a preservação, para a pecuária e para a agricultura. Esse é um dos temais mais importante e que deveria anteceder à discussão do nosso Código Florestal.

O segundo aspecto é que o início do processo foi eivado de uma série de erros, porque se iniciou com uma proposta da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, o que, na verdade, não teve o viés ambiental acoplado a essa discussão. Tanto é verdade que a comissão formada na Câmara Federal tem 13 parlamentares voltados ao agronegócio e 5 parlamentares ligados à questão ambiental. Então, na verdade, não se estabeleceu um contraditório que tivesse paridade. O início foi muito torto. Como o Senado sempre tem, e eu acho isso muito importante, a possibilidade da correção dos erros cometidos na Câmara Federal – e eu lembro aqui a CPMF, que foi um problema gerado na Câmara Federal e consertado no Senado, voltando depois com uma reflexão mais ampla, a Câmara Federal deu uma nova configuração a essa medida –, tenho certeza de que o Código Florestal agora, com a oportunidade dos novos atores que estão entrando em cena, como a ciência, o próprio Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja Católica e demais segmentos de outras igrejas, isso tudo ajuda a dar uma certa contribuição.

Mas eu queria, na minha breve manifestação, Sr. Presidente, dizer o seguinte: até ajudar a agricultura e a pecuária às vezes é um pouco difícil. Eu estava verificando, outro dia, os índices internacionais para uma cabeça de gado, ou o limite. No mundo inteiro se utiliza 1 hectare para 4 cabeças de gado. O Brasil tem 1,1 hectare para cada animal. Então, na verdade, nós temos que otimizar mais os valores, trabalharmos mais no sentido de agregarmos valor ao produto brasileiro.

O Brasil, desde 1925, exporta café, ensaca e traz de volta o sachê do café expresso. O país que mais exporta café no mundo é a Alemanha. Não tem um único pé de café. O segundo país exportador do mundo é a Itália; não tem um único pé de café. E o Brasil, por incrível que pareça, outro dia, encontrei com o Presidente da Nestlé, o Dr. Zurita, que me disse que o café nespresso – e estou fazendo propaganda aqui do café – é feito em Zurique, na Suíça. Eu que imaginei que lá só fizessem relógios e joias, fiquei pasmo em saber que é feito lá o *blend* do café, café colombiano, brasileiro, da Costa Rica, é levado para a Suíça e de lá, depois, exportado para o mundo. Ou seja, nós não conseguimos, ainda, agregar valor ao nosso produto e aproveitarmos as áreas que já foram desocupadas e que podem ser ocupadas para a agricultura e para a pecuária, também.

Não vejo nenhuma dicotomia entre o desenvolvimento e a sustentabilidade e, obviamente, que nós, da Comissão de Meio Ambiente, aqui, a Deputada Rebeca, o Deputado Márcio, faremos tudo no sentido de colaborar com o Senado e com a Comissão que V. Exª preside, que faz um trabalho magnífico para oferecer, não só ao Senado, ao Congresso Nacional, mas a toda sociedade, um trabalho profundo para que possamos ter um Código Florestal que seja o rosto do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos a participação de V. Exª e passamos a palavra ao Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) **–** Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, quero parabenizar a iniciativa desta Comissão de fazer esta audiência pública, tendo em vista a relevância deste tema para o Brasil de hoje e para o Brasil do futuro.

Quero parabenizá-lo, também, pela qualidade da Mesa que convidou para expor aqui nesta manhã. São pessoas ligadas à ciência e que têm estudado, pesquisado e contribuído com o tema para o País. Quero cumprimentar a todas e todos que nos ouvem, neste momento e, pelas características do Senado da República, de estar aqui representada toda a Federação e ter como praxe e tradição garantir a Unidade Federativa, que a nossa expectativa é que esta Casa possa dar uma contribuição e uma maior racionalidade neste debate sobre o Código Florestal.

Nós vivenciamos um momento muito intenso na Casa do Povo do Brasil, na Câmara dos Deputados,

sobre o Código Florestal, que teve uma importância singular, a de levar o debate para o conjunto da sociedade e atrair os diversos atores que têm interface com o tema para se debruçar sobre a discussão do Código Florestal.

Mas, também, teve um efeito colateral, que foi uma discussão muito apaixonada, muito dicotômica. E a minha preocupação sempre foi no sentido de que esse debate do Código não podia, não pode, nem poderá dividir o País em três: o país do agronegócio, o país da agricultura familiar e o país dos ambientalistas.

Então, esta Casa tem um desafio histórico de estabelecer um debate com tolerância, com respeito às diversas opiniões, mas com um horizonte bem definido que garanta a unidade dos três setores, para que o País continue sendo um dos maiores produtores de grãos do mundo, continue sendo o país com a maior biodiversidade do Planeta, e com a maior quantidade de água. Há dados, da própria ciência, que dizem que o Brasil tem de cinco a cem milhões de espécies; das quais apenas um milhão e oitocentas mil foram estudadas.

Então, imaginem, o potencial biológico, genético deste País. E aqui não estou falando só da preservação dos recursos naturais deste País que, por si só já valeria a pena um Código Florestal que refletisse a proteção desses recursos.

Mas, estou falando, também, de um debate de política internacional e de inserção do Brasil no continente e no mundo de forma soberana, com potencial comercial para, inclusive, ter um diferencial diante de outros países. Acho que isso que alguns dizem que pode ser um problema a reserva legal, a APP, pode ser, ao contrário, o diferencial do Brasil, de se diferenciar no mundo. E que seus produtos tenham valor agregado nesse novo momento que a humanidade discute em outros padrões.

Quero dizer, também, que o código, é um código florestal, e não pode ser um código da agricultura. A agricultura tem que ser redesenhada em outros marcos legais e em políticas de Estado, mas é claro que há pontos de intercessão e há pontos que têm que ser levados em consideração.

Eu queria dizer também, para finalizar, que é óbvio que os problemas sociais, na sua maioria, geram, por conseguinte, os problemas ambientais; é uma cadeia que está interligada. Então, é um momento de muita reflexão, de serenidade. E que esta Casa possa desenhar o marco regulatório para essa área, para garantir essa potência que é o Brasil. E que não seja uma discussão pequena, imediatista e que leve em conta apenas os interesses econômicos imediatos. Porque, se forem levado em conta os interesses econômicos e interesses nacionais, com certeza, esse equilíbrio entre meio ambiente, agricultura e agronegócio tem que estar conjuntamente; esse é o desafio.

O tema é complexo mesmo. Se ele não fosse, não geraria essa polêmica. E esse é o desafio que nós temos; os homens que fazem o Congresso Nacional deste País megadiverso e gigante têm que estar à altura de uma legislação que esteja em sintonia com o país que o mundo espera neste momento, que é o Brasil.

Portanto, eu queria, nós que fizemos esse debate intenso na Câmara, como também na Comissão do Meio Ambiente, nos colocar à disposição desta Casa, seja da Comissão de Meio Ambiente, seja da Comissão de Ciência e Tecnologia, para contribuir nesse sentido, para que o Código Florestal possa refletir o Brasil megadiverso que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós que agradecemos a V. Sª. E gostaria de agradecer à Drª Helena Nader, Presidente da SBPC, que tem um voo a alcançar e disse que já se dá por satisfeita pela sua participação.

E eu queria agradecer, em nome do Senado da República, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado a participação da SBPC e, muito particularmente da senhora, nesta nossa audiência pública.

A SRª HELENA NADER – Eu é que quero agradecer. Para mim, foi um aprendizado a reunião de ontem e a de hoje. E, mais uma vez, eu coloco o comitê, o nosso GT ampliado – com a participação de várias outras pessoas – à disposição desta Casa, para, quando quiserem, podermos, individualmente, mostrar as tecnologias. A ABC e a SBPC agradecem. Obrigada pelo privilégio que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós agradecemos a sua participação.

Eu também quero dizer que o Dr. Márcio não fará uso da palavra no encerramento desta palestra porque se dá por satisfeito.

Passo a palavra, portanto, ao Dr. João de Deus, para as suas considerações finais.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Muito rapidamente. Em face da observação do Senador Ivo Cassol, eu só gostaria de lembrar que estamos trabalhando exatamente nessa perspectiva de ter a revisão do Código Florestal com a premissa de que ele se traduza numa boa norma geral, portanto, uma norma de aplicação nacional. E a efetividade disso está, obviamente, associada com a integração do trabalho dos órgãos estaduais e municipais exatamente nessa perspectiva de termos a estruturação efetiva de um sistema nacional de meio ambiente, com preconiza a Lei nº 6938.

Agora, também é importante ressaltar que nós temos uma habilidade muito grande, como sociedade, de ficar dissociando causa e efeito e arrumando culpados. Então, eu acho que qualquer polarização nesse sentido, neste momento, não contribui.

O Código está trazendo diretrizes para o espaço rural e para o espaço urbano também, definindo um mínimo que nós precisamos observar para contemplar essa perspectiva de um desenvolvimento sustentável, durável, com qualidade. Portanto, é um desafio que precisamos superar nesse processo de revisão.

Eu gostaria ainda, Senador Eduardo Braga, de mencionar que, com relação aos incentivos econômicos, nos preocupa principalmente a previsão que está no art. 49. Além de o assunto estar tratado de uma forma ainda muito incipiente, a previsão do art. 49 é deveras preocupante porque dá uma conotação, inclusive, de que incentivos econômicos adicionais ao crédito agrícola serão estabelecidos para aqueles que não respeitaram as regras, porque ele está vinculado à adesão ao programa de regularização. É preciso reverter isso, até porque nós precisamos ter incentivos que sejam prioritariamente destinados a quem conservou. Não posso retirar desse cenário quem fez um esforço de cumprir a lei. Acredito, inclusive, que a entrada em um programa de regularização ambiental deve ser entendida como um requisito básico e preliminar, inclusive para ter acesso ao crédito agrícola, e não para ainda ser contemplado com benefícios financeiros adicionais, como saiu no art. 49.

Um outro ponto também que nesse contexto é importante destacar, Senador Aníbal menciona aqui, nós podemos ter uma norma que não induza à necessidade de supressão ou de degradação ambiental sob aspecto algum. Nós temos espaço, tem área degradada em quantidade mais do que suficiente para ser utilizada de forma racional, temos que agregar valor e tecnologia.

Agora, no texto aprovado na Câmara, nós temos ainda situações que são muito inquietantes: a redução de proteção a manguezais, por exemplo, é algo difícil de entender frente à importância estratégica que esse tipo de ambiente se relaciona no que tange à própria produtividade dos nossos ecossistemas marinhos e costeiros. Então, a redução prevista no art. 4º da proteção às áreas de salgados e apicuns é algo que precisa ser avaliado com maior consequência.

Um outro ponto também nesse aspecto é a mudança extremamente drástica que ocorre com o art. 8º em que houve uma inversão, na nossa avaliação, absolutamente incompreensível, até porque a regra de APP para o espaço rural agora tem como premissa a possibilidade de supressão de vegetação. O que era um artigo para tratar as situações excepcionais em que as áreas de preservação permanente poderiam ter autorização para supressão criou um novo regramento que inverte essa lógica. O *caput* do art. 8º define: a regra geral é, para atividades agrícolas, pastoris, silvicultura ou turismo, a referência é: pode suprimir vegetação para instalação. Ora, isso, em essência, é a antítese de tudo que foi dito aqui, nessa perspectiva que o Senador Aníbal define, que nós temos condição e espaço para ampliar e melhorar a nossa produção sem precisar estar fazendo conversão de novas áreas e principalmente áreas tão delicadas como essas áreas de preservação permanente.

E ainda para finalizar, o Senador Walter menciona muito bem essa questão do recurso hídrico. Nós temos enormes desafios...eu até não tive oportunidade, mas propositalmente quando da minha apresentação desse tópico de artigo sobre recurso hídrico, havia uma fotografia que eu tirei durante aquele estudo depois do acidente. É a foto de uma fonte em Petrópolis da época do império que está lá com a torneirinha aberta, correndo água dia e noite e, com toda aquela tragédia, aquela fonte ainda continuou lá correndo água. Por quê? Está em uma das poucas áreas em que a vegetação acima estava conservada e, mesmo com toda aquela tragédia, ainda foi um dos poucos espaços que ficaram inalterados.

Então, se entendermos que recurso hídrico é algo estratégico, inclusive para a própria produção agrícola, nós precisamos sim ouvir a ciência, começarmos a desenvolver tecnologias que permitam esse aproveitamento mais racional e que isso viabilize essa condição de proteção de alguns espaços que são essenciais para manter essa qualidade e essa quantidade de um recurso tão inestimável como é a água. E a discussão do Código eu acho que tem que vencer esses desafios e fazer com que a gente forneça à sociedade uma norma que oriente esse modelo de desenvolvimento que todos nós queremos.

Eu finalizo, agradecendo imensamente, Senador Eduardo, a possibilidade de estarmos aqui e mantendo, como sempre, a equipe do Ministério do Meio Ambiente à disposição do que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós agradecemos a participação de V. Exª.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Lorena para suas considerações finais.

O SR. ROBERTO LORENA – Recuperando um pouco pela memória, há quatro ou cinco anos, quando a equipe técnica do Ministério da Agricultura dizia aos seus Ministros que era preciso mudar o Código Florestal, parecia um sonho utópico, uma coisa inima-

ginável que um dia nós estaríamos aqui às vésperas de mudar o Código Florestal.

Mas isso foi possível porque nós, ao longo desse tempo, conseguimos chegar perto de vários consensos. O mais importante deles é que é necessário mudar o Código. Uma tremenda barreira que nós conseguimos vencer foi mostrar, principalmente dentro do Governo, que era necessário mudar o Código. E outros pontos de consenso. Por exemplo: nós temos absolutamente claro que não se deve desmatar um metro quadrado de APP, um metro quadrado de reserva legal que está lá. A questão que se discute agora é se vale a pena recompor, em determinados casos, a APP e qual é a ferramenta para julgar quando ocorre um caso ou outro. A descriminalização do agricultor... Eu não gosto nem de lembrar, mas a gente tem sempre que recordar aquela expressão "o desmatador ilegal", aplicada ao agricultor brasileiro, o que nos deixa tremendamente ofendidos. Mas a descriminalização vem com um plano de regularização ambiental que já acordamos em 2008, com o decreto do ex-Ministro Minc, e que já está em curso. A lei vem sedimentar essa ideia.

Agora, o que nos preocupa neste momento é verificar o que estava no Código antigo e não repetir erros. Exeqüibilidade – isso que nos preocupa. E, quando a gente começa a falar de exeqüibilidade, nós não estamos mais discutindo grandes temas; nós já estamos indo para o miúdo, para a letra da lei. Assim, alguns exemplos: há um dispositivo em que se diz que poderá ser estudado o seu caso, se você está na beira do rio, o Estado poderá verificar isso, mas não abrange pequenos córregos de meio metro de largura, as sangas, como diz o gaúcho. Abrange os grandes rios, com a largura da APP de cem metros de cada lado da margem. E, quando você tem uma propriedade cortada por duas ou três nascentes, dois ou três córregos de meio metro de um metro, a propriedade inteirinha fica inviabilizada porque ela é inteirinha chamada de APP. E isso a gente tem que ir para o texto, tem que ir para o miúdo para ver. Parece-me que não está contemplado. Estão contemplados o rio Iguaçu, o rio Paraná, o rio Tietê, os grandes rios, mas as propriedades pequenas, em regiões de grande pluviosidade, vão continuar nessa ilegalidade, vamos dizer assim. E a gente sabe muito bem que não é exequível mandar fechar a propriedade porque ela tem dois ou três córregos que a cortam, uma propriedade de menos de 10 hectares.

Agora, neste momento, além dos grandes temas, a gente tem que focar no texto, nas pequenas questões. Por exemplo: quando o texto do Deputado Aldo diz que "o direito intertemporal vai ser exercido quando o agricultor provar que desmatou no tempo que a lei permitia", há uma proposta de inverter. Ele teria de provar que a mata está de pé no tempo. Ora, como é que você prova uma coisa que você não fez? Como é que você prova que você não desmatou? Então, a gente tem que estar alerta para cada minúcia do texto, para cada proposta de modificação e verificar se não estamos criando mais um imbróglio.

Temos alguns pontos, como o João citou, que são claros: a vazante só tem que ser usada em casos de agricultura tradicional. Isso é evidente! Nem ninguém vai colocar um arado nessa região. E outros pontos já citados que são importantes.

Então, o que eu pediria agora aos Srs. Senadores é que, além dos grandes temas, que passassem a observar a letra, porque o que vai valer no futuro não é a idéia, mas o que vai estar escrito. E a gente sofreu muito no passado com a legislação ambiental: vinha uma grande ideia e, na hora, o que estava escrito era um tormento para ser obedecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Sª,

Professor Carlos Afonso Nobre, para a sua participação.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Em primeiro lugar agradeço novamente. Esse foi um debate muito civilizado e profundo. Eu acho que ele tem que continuar, até porque há alguns aspectos que a ciência deve informar ou transmitir mais confiança a esta Casa sobre caminhos futuros.

Uma resposta rápida ao Senador Walter Pinheiro, sobre desastres naturais: não há dúvida de que temos muito a fazer sobre desastres naturais. Nós acordamos para essa questão recentemente, pois o Brasil tinha aquela ideia de que não éramos um país sujeito a desastres naturais, ainda que sempre tenha sido sujeito às secas do Nordeste, que historicamente não nos deixam mentir. Mas havia essa percepção social, cultural, que não é verdadeira, e agora os fatos estão demolindo essa percepção. Então, estamos muito atrasados, em todos os setores de desastres naturais, de prevenção definitiva, de longo prazo, de recuperação. Há muito a ser feito.

A contribuição do Código Florestal começa na prevenção mais fundamental, que é impedir a expansão das nossas cidades para áreas de risco. Então, eu acho que é muito importante que o Senado adicione algo que não veio da Câmara, isso com critérios científicos: quais são as áreas que podem ser ocupadas para assentamentos, quais não podem.

Mas o mais importante que acho que quero deixar aqui é que – isso já foi tocado por vários de nós aqui, e o Deputado Ricardo Tripoli nos lembrou de novo – país desenvolvido é país industrializado. Não

há muitas exceções a essa regra – talvez a Nova Zelândia. Então, não dá para imaginar o Brasil no futuro, um país desenvolvido, com equidade, que não seja pelo caminho da industrialização. E industrialização a partir dos nossos recursos naturais, pelos quais nós temos enorme vantagem.

O setor privado, em qualquer país desenvolvido, é o grande indutor da inovação tecnológica. O Brasil ainda não é em grande escala.

Nós, no Ministério da Ciência e Tecnologia, estamos plenamente convencidos de que esse é o caminho do Brasil. Então, parcerias entre instituições científicas como a Embrapa, por exemplo, e o setor produtivo inovador da agricultora são importantes. E há que haver um setor produtivo inovador na agricultura. São a chave para abrir esse admirável mundo novo do desenvolvimento sustentável baseado na agregação de valor à biodiversidade brasileira e aos serviços do ecossistema que essa biodiversidade e os nossos recursos naturais permitem.

Nós, no Ministério da Ciência e Tecnologia, estamos começando a propor vários projetos nessa direção, mas não serão suficientes. É importante que o setor privado da agricultura brasileira enxergue essa possibilidade. Se eles só continuarem pensando na agricultura que existe, a tradicional, a que veio do hemisfério norte, que é excelente, que produz 95% dos alimentos do mundo... O que o Brasil pode ganhar, o que o Brasil deve mostrar para o mundo é que é possível inventar um novo modelo de desenvolvimento baseado na agregação de valor econômico a essa biodiversidade, como, por exemplo, o fez a pequena cidade boliviana de Cobija, perto do Acre – o Senador conhece esse exemplo: lá houve inovação no processamento da castanha-do-brasil, a castanha-do-pará, e hoje a Bolívia é a maior exportadora de castanha. Não é mais o Brasil, é a Bolívia.

Então, essa inovação, trazer essa inovação é fundamental.

Senador, eu até gostaria de deixar a sugestão, se for cabível, de que outras pessoas – e o Ministério da Ciência e Tecnologia quer ajudar – voltem aqui para mostrar para esta Casa esse potencial. Hoje ele foi só muito de leve mencionado por nós. Nós podemos demonstrar que aí está um enorme potencial econômico e de desenvolvimento regional para o Brasil, que nós mal tocamos.

Eu queria deixar essa sugestão e, mais uma vez, agradecer pela oportunidade deste debate magnífico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com toda certeza, Professor, a biodiversidade será tema no segundo semestre nesta Comissão. Não há a menor dúvida. Há um programa já elaborado de uma jornada pela inovação nesta Comissão, em que a biodiversidade, com certeza, será um dos temas a serrem abordados.

Eu passo a palavra ao Prof. Elibio Rech para as suas considerações finais.

O SR. ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Não posso deixar de mencionar, Senador Eduardo Braga, Senadores, Deputada, Deputados, o exemplo de inovação que estamos vendo nesta Casa do ponto de vista da academia. Quer dizer, uma visão macro de que esse código ambiental não vai ser uma lei a mais para vocês. E, quando coloco que é uma oportunidade para o Brasil, vocês já sabiam que é uma oportunidade para o Brasil. É muito mais do que floresta e agricultura. É, realmente, a determinação do futuro do nosso País. E, de uma forma muito sensível, V. Exª colocou muito bem, inclusive com uma sensibilidade humana aguçada, que a educação das nossas crianças vai sustentar esse desenvolvimento ao longo do tempo. E ela tem que estar incluída dentro de um processo de desenvolvimento, de uma forma geral, irrestrita e mais eficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Agradecemos a participação de V. Exª.

Para encerrar, eu gostaria de apresentar dois requerimentos.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCT

Em aditamento ao Requerimento nº 17-CCT, requeiro que seja possível caso conveniente e oportuno para o melhor andamento da Jornada pela Inovação e, a critério da Presidência desta Comissão, redefinir a lista de convidados para as audiências públicas.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCT

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia brasileira (Coiab), para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão em data a ser definida, destinada a discutir o PLC nº 30, de 2011 – Código Florestal.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Quero, portanto, agradecer a participação dos senhores e senhoras palestrantes, dos Srs. Senadores, da Srª Deputada, dos Srs. Deputados nesta audiência.

Declaro encerrada a presente audiência, convocando uma nova audiência para o horário regimental desta Comissão na próxima semana.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 24 E 25 DE MAIO DE 2011.

Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 5 e 6. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Ademir Camilo, André Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores titulares: Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; - Deputados suplentes: Alex Canziani, Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Pauderney Avelino, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Vaz de Lima e Weliton Prado; Senador Suplente: Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: Jorge Pinheiro, Marçal Filho, Rodrigo de Castro e Rogério Marinho; - Senadores: Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou iniciados os trabalhos. Tendo em vista a inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia seguinte, 25 de maio, às quinze horas. Antes, informou que foi cancelada a reunião de audiência pública, convocada para o dia 24 de maio, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, atendendo ao Requerimento nº 11/2011-CMO, em virtude da ausência do convidado, que segundo informou sua assessoria, este participava de reunião com autoridades financeiras. A reunião foi remarcada para o dia 1º de junho, às quinze horas, no mesmo local. O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA), na condição de Líder do Democratas, fez uso da palavra para informar que o seu partido estava em obstrução e que a retiraria desde que o requerimento de convocação do Ministro Antônio Palocci fosse apreciado. O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) informou que naquela data seria impossível apreciar a pauta dos trabalhos da Comissão, uma vez que a Câmara dos Deputados iria começar a ordem do dia a poucos instantes e sugeriu que no seguimento da reunião, no dia subsequente, apreciassem o Relatório Preliminar com Emendas ao PLDO 2012 e os requerimentos constantes da pauta. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB) manifestou interesse em incluir matéria na ordem dia ao que o Presidente informou que o faria na continuação dos trabalhos no dia seguinte. O Deputado Roberto Britto (PP/BA), Ademir Camilo (PDT/MG) e André Vargas (PT/PR) fizeram considerações acerca da impossibilidade de comparecimento do Presidente da Caixa Econômica Federal. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) reforçou o posicionamento do DEM, favorável à apreciação dos requerimentos da pauta para que a obstrução fosse cancelada. Discutiu a ausência do Presidente da CEF o Deputado Vaz de Lima (PSDB/SP). Às quinze horas e dezesseis minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia subsequente, às quinze horas. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de maio, o Presidente deu continuidade à reunião e informou que o *quorum* regimental para deliberação havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional. Fez uso da palavra, pela ordem, a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), que solicitou um moção de aplauso ao Senador Walter Pinheiro pelo transcurso de seu aniversário. Tendo sido apoiada pelos Deputados Claudio Cajado (DEM/BA) e Gilmar Machado (PT/MG). Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 4/5/2011; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5/5/2011; 5ª Reunião Ordinária, convocada para 17/5/2011; e 2ª Reunião Extraordinária, convocada para 18/5/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram aprovadas por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente informou que serão transcritos nas

notas taquigráficas da reunião e que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. ORDEM DO DIA: Pautas 5 e 6. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), que propôs a inversão de pauta, com vistas à apreciação do Requerimento n° 12/2011-CMO, que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo". O Senador Walter Pinheiro (PT/BA) comunicou que havia acordo com o Democratas para apreciação do referido Requerimento. Apreciação do requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o Requerimento nº 12/2011-CMO. Autores: Deputados Pauderney Avelino e Efraim Filho. Não houve debate. Em votação, o requerimento para inversão de pauta foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta 6 item 5. Apreciação do Requerimento n° 12/2011-CMO, que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo". Autor: Deputado Efraim Filho. O autor apresentou o Requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Gilmar Machado (PT/MG), Pauderney Avelino (DEM/AM), Vaz de Lima (PSDB/SP), André Vargas (PT/PR) e, na forma do art. 7º do Regimento Comum, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA), como Líder do Democratas. Falou, ainda, sobre o assunto, o Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP). O Presidente encerrou o debate. A votação foi adiada em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Pelo mesmo motivo, as seguintes matérias constantes das Pautas 5 e 6 não foram apreciadas na reunião: Pauta 5. 1 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências ". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foram apresentadas 48 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44, e pela rejeição das demais. 2 - Relatório apresentado aos Aviso nº 17/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", Aviso nº 41/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", Aviso 05/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008". Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamenteo da matéria. Pauta 6. 1 - Relatório apresentado à Mensagem nº 24/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o Ofício nº 06/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 12/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; Ofício nº 03/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 04/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 05/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 07/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007" ; Ofício nº 08/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV

do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; Ofício nº 09/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; Ofício nº 11/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; Ofício nº 10/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007. Relator: Deputado Benjamin Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. 2 – Relatório apresentado ao Aviso nº 09/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007". Relator: Deputado Benjamin Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007. 3 - Relatório apresentado aos Aviso nº 39/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; Aviso nº 09/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0.", Aviso nº 19/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8".Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamento da matéria. 4 - Relatório apresentado aos Aviso nº 33/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010", Aviso nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010", Aviso 02/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".Relator: Senador João Vicente Claudino. Voto: pelo arquivamento da matéria. 6 – Requerimento n° 13/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, a fim de prestar informações sobre os gargalos à celeridade na execução das obras do Dnit". Autor: Deputado Danilo Forte. ENCERRAMENTO: Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, observado o disposto *no art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,* combinado com o *art. 107, inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo, encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 31 de maio, às quatorze horas e trinta minutos e extraordinária para o dia 1º de junho, às quatorze horas e trinta minutos, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e trinta e um minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - São 14h58min. Muito boa tarde a todos!

Concito os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas a sentarem-se em suas respectivas bancadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço dispensa das leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 5 e 6.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado e da inexistência de acordo para a formação de uma pauta comum, nós estamos, por acordo, suspendendo a reunião, com a manutenção da pauta para amanhã. Antes, porém, vou ouvir alguns Líderes e representantes partidários.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Líder do Democratas na Câmara, Deputado ACM Neto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos fazendo um esforço, nas Comissões da Casa, para garantir que a Câmara dos Deputados e de certa forma o Congresso Nacional possam cumprir com o seu dever constitucional, que é o dever de fiscalizar, que é o dever de acompanhar os atos do Poder Executivo e dos seus membros. Nós estamos num esforço hercúleo para submeter à votação requerimento de convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. É impressionante, porque o Governo tem ampla maioria nesta Casa. O Governo tem 80% desta Casa, como também tem 80% do Senado Federal. E, no entanto, não se cansa de fazer manobras para evitar que esse requerimento seja votado.

Eu saio agora da Comissão de Fiscalização e Controle, que normalmente funciona quarta-feira de manhã, e houve uma mudança de horário por parte do Presidente da Comissão, para hoje à tarde, exatamente com o objetivo de favorecer a manobra do Governo de não dar *quorum.*

Ora, que o Governo não imagine que nos vai vencer pelo cansaço, porque não nos vai vencer no cansaço. Nós vamos lutar até o fim. Nós queremos — e a democracia permite isso — que o requerimento seja votado.

Então, o Democratas apresentou, através do seu Vice-Líder, Deputado Efraim Filho, um requerimento à Comissão Mista de Orçamento para convocar o Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, entendendo que ele poderia vir a esta Comissão prestar esclarecimentos, ajudar a diminuir essa nuvem de dúvidas que se instalou em torno das ações do Ministro Antonio Palocci. Cada vez que ele se nega, as dúvidas aumentam mais. Se ele tivesse total condição de explicar esse aumento no faturamento da sua empresa no ano da eleição — faturou 20 milhões de reais! —esse aumento patrimonial dele e de sua empresa de consultoria, se ele tivesse condições de explicar, certamente já estivesse sentado ali, democraticamente, sendo respeitado por nós, apresentando os seus esclarecimentos. No entanto, não o fez. E o Governo, repito, multiplica as manobras para evitar que esta Casa vote. Não é nem que aprove, porque nós da Oposição não temos número para aprovar; nós queremos votar o requerimento. Está sendo retirado o nosso direito de votar um requerimento.

Concluindo, então, eu quero dizer a V.Exa. que o Democratas tinha uma orientação firme para obstruir todos os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. E nós estávamos dispostos a pôr uma vírgula, fazer uma exceção a essa nossa determinação de obstruir a Comissão de Orçamento, se houvesse a garantia de votarmos o requerimento de convocação do Ministro Palocci. Nós estávamos abrindo mão da nossa obstrução, permitindo que a Comissão funcionasse normalmente, desde que ela pudesse votar a convocação do Ministro Palocci.

No entanto, dialogando com o Líder do Governo nesta Comissão, Deputado Gilmar Machado, e com V.Exa., o Governo já disse que não vai admitir a votação desse requerimento hoje, e, se assim o é, nós também não vamos abrir mão de uma posição que é nossa de obstruir a Comissão.

Espero eu que isso não fique assim indefinidamente. Do contrário, todas as Comissões da Casa vão parar. Elas vão parar. O trabalho das Comissões vai parar, porque nós não vamos nos cansar. Nós não vamos nos cansar.

Então eu agradeço a V.Exa., lamentando que a reunião hoje não possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Para seus esclarecimentos, na representação do Governo, concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós queremos deixar registrado que nunca deixamos de votar nenhum requerimento nesta Comissão, e não vai ser este que vamos deixar de votar. Mas, como o Governo tem o compromisso de votar o Código Florestal no dia de hoje — o Governo está fazendo todos os esforços para votar o Código no dia de hoje, e a sessão começa agora às 15 horas —, preferimos então aguardar a reunião de amanhã. Concluída a votação do Código, viremos para cá cumprir a pauta. Votando a LDO, votamos os requerimentos. Para nós não há nenhuma dificuldade em votar a pauta que V.Exa. já distribuiu amplamente e é conhecida de todos. Nós não queremos, em hipótese nenhuma, parar, porque sabemos que, se pararmos aqui, a LDO é o único instrumento que não nos permite entrar em recesso. Se nós não votarmos a LDO, vamos ter que continuar. Realmente nos interessa votá-la, por ser um instrumento importantíssimo para nós.

Portanto, quero aqui agradecer e dizer ao Deputado ACM Neto que nós queremos continuar dialogando. Esta Comissão não vai deixar de votar, como nunca deixou, nenhum requerimento apresentado pela Oposição, porque este é um direito constitucional e regimental. Nós não vamos fazer isto aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A pauta está mantida para amanhã, dia 25, às 15 horas. Há oito itens na pauta.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu queria submeter à apreciação deste Plenário e de V.Exa. requerimento de minha autoria para *"constituir grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal, com vistas à execução de investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016"*.

Isto não tem nada a ver com esta discussão sobre a pauta de hoje. Eu pediria a atenção da Oposição e do Governo para que pudéssemos submeter este requerimento à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Determino a inclusão na pauta. Vamos entrar amanhã com requerimento para inclusão na pauta, que foi fechada na sexta-feira.

Deputado Wellington Roberto, a orientação e a iniciativa de V.Exa. são muito salutares, no momento em que tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados estão com Comissões e Subcomissões específicas para o acompanhamento desses trabalhos em relação à Copa do Mundo. Cabe a esta Comissão Mista de Orçamento, talvez mais do que a qualquer outra Comissão do Congresso Nacional, a lupa e os olhares para a execução desses orçamentos, na sua integridade, sem nenhuma solução de continuidade.

Devo dizer a V.Exa. que o requerimento é oportuno , vamos incluí-lo na pauta de amanhã, quando V.Exa. fizer as solicitações necessárias, e imediatamente vamos constituir o grupo de trabalho.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Sr. Presidente, eu queria saber o seguinte: a presença do Presidente da Caixa fica adiada então para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Fica adiada. Hoje, o Presidente da Caixa, ao que parece, não pôde vir. Enviou uma representação. Ele estava em uma reunião de Conselho. A representação, para nós, é muito honrosa, mas a Comissão Mista de Orçamento estava esperando o Presidente Hereda.

Em virtude da ausência do Presidente Hereda, por motivo justificado, nós estamos estabelecendo uma outra data, com maior rapidez. Há expectativa de que seja amanhã. A depender do resultado de um trabalho feito pelo Deputado Gilmar ainda hoje com o Ministro das Relações Institucionais, nós vamos fechar essa data hoje. Se for amanhã, V.Exas. estarão prontos para sabatiná-lo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Ademir Camilo.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Obviamente, a condução do seu trabalho, vale ressaltar, até este momento é impecável. Mas aceitar que após um convite para vir a esta Comissão, marcado com a assessoria da Caixa, o cara fale que tem uma reunião com o conselho! Ou os seus assessores são muito ruins, porque reunião de conselho não se marca de última hora, Sr. Presidente... Eu já dizia que — e fiz aqui junto com

o Deputado Wellington Roberto —, no passado, podiam chegar até a Caixa que a Presidenta não recebia. Aceitar essa desculpa! Nós já estamos aqui reunidos pela enésima vez. É melhor outra desculpa do que esta de que está tendo reunião de conselho. Isso não se pode aceitar.

Sr. Presidente, como há um requerimento que vai entrar amanhã, e foi acordado aqui que se ele não viesse seria convocado, que transformemos o convite em convocação do Sr. Jorge Hereda.

Todo convite é de comum acordo. Ou então nós vamos pedir à Mirna que explique como foi feito esse convite. No convite, você liga e pergunta: *"Você pode vir na terça-feira?" "Posso".* Mas falar que tem uma reunião de conselho, Deputado Gilmar, pelo amor de Deus! Já estava anunciado isso. Aceitar isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Ademir, nós firmamos um conceito de boa convivência — inclusive V.Exa. sempre foi muito elegante com relação a isso — de que nós haveríamos de convidar as autoridades, embora tenhamos o dever, se o convite não for aceito, de fazer a convocação. Mas não cheguemos a tanto. Vamos esperar uma definição.

Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Eu pediria, Sr. Presidente, também na linha de V.Exa. e em nome da boa convivência nesta Casa... Realmente, talvez tenha havido um desencontro de informações. Toda terça-feira à tarde acontece reunião do Conselho de Administração da Caixa Econômica, notadamente agora, quando a Caixa passa por mudanças, inclusive estruturais.

É claro que o Presidente Jorge Hereda tem o maior respeito por esta Comissão, tem a compreensão da sua dimensão e da importância inclusive na correlação das questões dos Restos a Pagar, das emendas que estão precisando de avaliação da Caixa ou do próprio Ministério.

Então, eu pediria a compreensão do Deputado Ademir Camilo. A Oposição tem essa compreensão, dá para perceber.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Há uma expectativa e já há uma confirmação.

O Deputado Claudio Cajado tem a palavra, para as suas manifestações. Depois ouviremos o Deputado Vaz de Lima e o Deputado Gilmar Machado, com uma notícia da Caixa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Já vem a notícia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ele é baiano como o senhor, não é?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É isso.

Eu vou dividir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, em dois pontos. Com relação à obstrução, o Líder ACM Neto já falou pela Liderança da Comissão, pela minha pessoa, ou seja, nós vamos suspender a obstrução para que a pauta possa avançar em todos os itens que já estão previamente publicados, contanto que se vote o requerimento de autoria do Deputado Efraim. Ultrapassado isso, nós acordamos que amanhã V.Exa. manterá, possivelmente para as 14h30min ou 15 horas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Para as 14h30min.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para as 14h30min, havendo continuidade...

Em relação à questão do Dr. Hereda, eu vou considerar que houve um equívoco na agenda da secretária do conterrâneo baiano Dr. Hereda, porque não é possível que uma Comissão da importância desta Comissão de Orçamento, presidida pelo Senador Vital do Rêgo, com Parlamentares do Congresso, integrantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, não tenha a deferência e o respeito de contar com a presença daquele que nós convidamos.

Eu vou atribuir, como conterrâneo do Dr. Hereda, que, aliás, é uma pessoa finíssima, que houve um equívoco de agenda, porque, na verdade, eu não considero que houve uma desfeita dessa por parte da Caixa com V.Exa., Senador Vital do Rêgo, nem com esta Comissão.

Portanto, vou aguardar as palavras do Deputado Gilmar Machado, que espero também cumpra o acordo, para que, votando o Código Florestal, amanhã, nós possamos avançar na pauta. E estaremos aqui, Sr. Presidente, com todo o empenho de podermos chegar a bom termo nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Sr. Presidente, não sei se consegui entender o que V.Exa. disse ao Deputado Ademir. Parece-me que V.Exa. disse que temos evitado — como sou novo aqui, preciso entender isso — as convocações e temos tentado fazer convite.

Quero fazer uma indagação a V.Exa. relativamente ao requerimento do Deputado Efraim. Vale essa regra também para o Ministro Palocci? Não daria para nós formatarmos um convite para a vinda do Ministro

aqui? Talvez pudéssemos atender todas as Comissões da Casa. Marcaríamos uma data. Acho que poderíamos fazer assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. consulta as Lideranças, que vale para todos os integrantes. Aproveite a presença do Deputado Gilmar e consulte logo S.Exa.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Parece que o representante do Governo está aqui. Nós poderíamos já tentar fazer esse encontro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Para finalizar, Sr. Presidente, quero me acostar às palavras do nosso querido Deputado Ademir Camilo. Em outras épocas, estivemos juntos na Presidência da Caixa, quando a conterrânea, vizinha de Estado, era Presidenta, e quem nos recebeu foi o Vice-Presidente Jorge Hereda, na época. Então, eu acho que agora ele vai inserir dentro dele o espírito de Vice-Presidente e vai vir a esta Comissão para dar as explicações que esta Comissão tanto necessita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Gilmar Machado, V.Exa. solicitou a palavra para falar sobre a Caixa Econômica Federal?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, não. Já tinha prestado os esclarecimentos. O Presidente da Caixa vai comparecer a esta Comissão, como sempre aconteceu. Não há necessidade de sua convocação. Hoje, foi porque ele tinha uma reunião, mas vai vir. O pessoal da Caixa já disse da disposição dele de atender a Comissão, sem nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nada mais havendo a tratar, vou suspender esta reunião ordinária, convocando sua continuação para amanhã, dia 25, às 15 horas.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Declaro reiniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 5 e 6, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Foi solicitada a dispensa.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Senadora Lídice, com a palavra.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, sei que vamos iniciar uma sessão um pouco tensa, até pelas proposições que estão em pauta, mas quero propor um momento de paz entre Governo e Oposição para que possamos votar uma moção de aplauso ao Senador Walter Pinheiro, que hoje aniversaria em nome da Bahia, em nome da nossa bancada. *(Palmas. Muito bem!)*

O Senador Pinheiro tem uma passagem pela Comissão de Orçamento que marca sua presença no Parlamento. Por isso, peço que registremos esse voto de aplauso a sua atuação no Senado no dia de seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito bem.

A Presidência registra, com muita honra, a moção de V.Exa., Senadora Lídice, e a ela se associa por conhecer a competência, o carisma, a força popular e o conceito que o Senador Walter Pinheiro tem não apenas no Estado da Bahia, que o consagrou recentemente nas urnas, mas também em todo o Brasil. Ficam os nossos mais efusivos parabéns ao colega Senador.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Democratas, na minha pessoa, gostaria de subscrever integralmente as palavras da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Desobstruindo qualquer tipo de ação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Assino embaixo. *(Risos.)* Neste momento, há assim, por identidade absoluta do objeto da fala da Senadora Lídice, concordância entre Governo e Oposição.

Então, nesse particular, navegamos juntos nos parabéns ao Senador Walter, nos votos de felicidade, de saúde, e que continue sendo essa pessoa afável, amiga, sincera, competente e extremamente representativa do povo baiano e do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - De baiano para baiano.

Deputado Gilmar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, quero propor um encaminhamento. A sessão será atrasada 15 minutos para que consigamos votar e, conforme havíamos nos comprometido na reunião de ontem, queremos honrar o compromisso dizendo, então, que aceitamos o requerimento de inversão de pauta e aceitamos votar um encaminhamento a favor, outro contra, e fazemos a votação *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos logo dispensar a leitura das atas.

V.Exas. concordam? *(Pausa.)*

Está dispensada.

(Não identificado) - Sr. Presidente, gostaria de requerer a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A pauta está disponível aqui atrás.

Leitura da ata dispensada.

Aprovada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, o Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós conversamos sobre o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deixe-me só colocar em votação as atas. V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não, claro. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em votação as atas da 4ª reunião ordinária, da 2ª reunião ordinária conjunta, da 5ª reunião ordinária, da 2ª reunião extraordinária, da 2ª reunião ordinária conjunta de audiência pública.

As atas estão em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária de em abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da reunião da Bancada do Estado de Mato Grosso, realizada em 8 de fevereiro de 2011, informando que foi eleito o Deputado Wellington Fagundes como Coordenador daquela Bancada para 2011.

2) Ata da reunião da Bancada do Estado de Pernambuco, realizada em 12 de abril de 2011, informando que foram eleitos os Deputados Carlos Eduardo Cadoca e Pedro Eugênio como Coordenadores daquela Bancada.

3) OF. Nº 254/2011 – SGM, de 04 de maio, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, comunicando que o Senador João Ribeiro (PR/TO) licenciou-se do exercício do mandato parlamentar pelo período de 121 dias

aqui? Talvez pudéssemos atender todas as Comissões da Casa. Marcaríamos uma data. Acho que poderíamos fazer assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. consulta as Lideranças, que vale para todos os integrantes. Aproveite a presença do Deputado Gilmar e consulte logo S.Exa.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Parece que o representante do Governo está aqui. Nós poderíamos já tentar fazer esse encontro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Para finalizar, Sr. Presidente, quero me acostar às palavras do nosso querido Deputado Ademir Camilo. Em outras épocas, estivemos juntos na Presidência da Caixa, quando a conterrânea, vizinha de Estado, era Presidenta, e quem nos recebeu foi o Vice-Presidente Jorge Hereda, na época. Então, eu acho que agora ele vai inserir dentro dele o espírito de Vice-Presidente e vai vir a esta Comissão para dar as explicações que esta Comissão tanto necessita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Gilmar Machado, V.Exa. solicitou a palavra para falar sobre a Caixa Econômica Federal?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, não. Já tinha prestado os esclarecimentos. O Presidente da Caixa vai comparecer a esta Comissão, como sempre aconteceu. Não há necessidade de sua convocação. Hoje, foi porque ele tinha uma reunião, mas vai vir. O pessoal da Caixa já disse da disposição dele de atender a Comissão, sem nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nada mais havendo a tratar, vou suspender esta reunião ordinária, convocando sua continuação para amanhã, dia 25, às 15 horas.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Declaro reiniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 5 e 6, de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Foi solicitada a dispensa.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Senadora Lídice, com a palavra.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, sei que vamos iniciar uma sessão um pouco tensa, até pelas proposições que estão em pauta, mas quero propor um momento de paz entre Governo e Oposição para que possamos votar uma moção de aplauso ao Senador Walter Pinheiro, que hoje aniversaria em nome da Bahia, em nome da nossa bancada. *(Palmas. Muito bem!)*

O Senador Pinheiro tem uma passagem pela Comissão de Orçamento que marca sua presença no Parlamento. Por isso, peço que registremos esse voto de aplauso a sua atuação no Senado no dia de seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito bem.

A Presidência registra, com muita honra, a moção de V.Exa., Senadora Lídice, e a ela se associa por conhecer a competência, o carisma, a força popular e o conceito que o Senador Walter Pinheiro tem não apenas no Estado da Bahia, que o consagrou recentemente nas urnas, mas também em todo o Brasil. Ficam os nossos mais efusivos parabéns ao colega Senador.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Democratas, na minha pessoa, gostaria de subscrever integralmente as palavras da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Desobstruindo qualquer tipo de ação.

2) OFÍCIO GLPCdoB Nº 008/2011, de 17 de maio, do Senador Inácio Arruda, Líder do PCdoB, comunicando que a partir desta data, ocupará a vaga daquele Partido destinada ao Senado, na composição deste Colegiado.
3) Ofício GLPDT - 028/2011, de 17 de maio, do Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT, colocando-se a disposição para compor este Colegiado.
4) OF/GAB/I/Nº 463, de 18 de maio de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado Pedro Chaves (PMDB/GO).
5) OF/GAB/I/Nº 464, de 18 de maio de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, comunicando que o Deputado José Priante (PMDB/PA) deixa de compor este Colegiado.

- Expedientes encaminhando indicações para as Relatorias Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012:

1) OF. GLPMDB nº 152/2011, de 10 de maio, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES).
2) Ofício nº 182-L-DEM/11, de 10 de maio, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Efraim Filho (DEM/PB), para o cargo de Relator Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social.
3) OF/GAB/I/Nº 464, de 18 de maio de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, indicando o Deputado José Priante (PMDB/PA) para Relator Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) OFÍCIO Nº 54/SPI, de 16 de maio de 2011, da Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, informando que devido a compromissos anteriormente assumidos, não poderá comparecer na reunião conjunta de audiência pública nesta Comissão, que será realizada no dia 2 de junho. Colocando-se à disposição para participar da citada reunião nos dias 15 ou 16 de junho de 2011.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 4 de maio:
1) Aviso n° 549/2011 (Acórdão nº 1.147/2011): Verificação dos critérios adotados pelo Fundo Nacional de Saúde, Órgão do Ministério da Saúde, para a celebração dos convênios para aquisição de Unidades Móveis de Saúde e para análise das prestações de contas.
2) Aviso n° 559/2011 (Acórdão nº 1.143/2011): Acompanhamento da execução orçamentária e financeira da União, em 2010.
3) Aviso n° 560/2011 (Acórdão nº 1.146/2011): Necessidade de adoção de parâmetros de aceitabilidade de preços de medicamentos em licitações públicas.
4) Aviso n° 565/2011 (Acórdão nº 1.153/2011): Obras de derrocagem do Rio Tocantins, no Estado do Pará.

Avisos Seses de 18 de maio:
1) Aviso n° 597/2011 (Acórdão nº 1.266/2011): Obras da segunda etapa de construção do parque industrial da Hemobrás, na cidade de Goiana/PE.
2) Aviso n° 612/2011 (Acórdão nº 1.270/2011): Implantação do Perímetro Irrigado Platô de Guadalupe, no Estado do Piauí.
3) Aviso n° 622/2011 (Acórdão nº 1.289/2011): Obras de ampliação e reforma do Laboratório de Referência Nacional em Tuberculose, no Rio de Janeiro/RJ.
4) Aviso n° 627/2011 (Acórdão nº 1.299/2011): Obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-020, no Estado do Ceará.

5) Aviso n° 637/2011 (Acórdão nº 1.256/2011): Obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, localizada no município de Araucária-PR.

Aviso GP/TCU de 12 de maio:
1) Aviso n° 359/2011: Encaminha relatório contendo a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 2.018-Seses/TCU, de 9 de novembro de 2010, relativas às obras com indícios de irregularidades graves.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 4 de maio:
1) Aviso n° 578/2011 (Acórdão nº 1.157/2011): Acompanhamento das ações promovidas pela Petrobras para a recuperação de prejuízos sofridos em contratos de plataformas marítimas.

Aviso GP/TCU de 12 de maio:
1) Aviso n° 357/2011: Informando que foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras: Construção de Contorno Rodoviário no Município de Maringá na BR-376/PR; e BR-116/RS melhoria de capacidade incluindo duplicação.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos GP/TCU de 19 de maio:
1) Aviso n° 382/2011: Construção Barragem Oiticica/RN.

- Avisos Seses-TCU encaminhados ao Presidente do Senado Federal para autuação e posterior tramitação na forma de AVISO do Congresso Nacional:

Avisos Seses de 4 de maio:
1) Aviso n° 556/2011 (Acórdão nº 1.142/2011): Acompanhamento de Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) de órgãos e entidades dos Poderes da União, referentes ao 3º quadrimestre de 2010.
2) Aviso n° 562/2011 (Acórdão nº 1.141/2011): Obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES.

A Ordem do Dia inicia-se neste momento.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, nós promovemos um entendimento com a Liderança do Governo na Comissão, o Deputado Gilmar Machado, que gostaríamos de ver confirmado agora, que é o de fazermos a inversão de pauta para votarmos o requerimento do Deputado Efraim Filho. Votado, passaríamos às votações dos demais itens constantes da matéria.

Sem obstrução, mas, a depender da votação, pediremos verificação. Essa é a posição do partido. Ultrapassada essa matéria, confirmaríamos a votação de toda a pauta.

Se V.Exa. me permite, gostaria ainda de dar conhecimento à Mesa do parecer oriundo do Senado a respeito de emenda de autoria do Deputado Abelardo Lupion. Coincidentemente, quando eu estava conversando sobre o acordo com a Liderança do Governo, soube que há uma nota técnica da Câmara a respeito dessa alteração sugerida, de uma errata pelo Deputado Lupion, e o parecer, me parece, foi contrário.

Eu quero que V.Exa. tome conhecimento do parecer da área técnica do Senado, que concorda com essa errata, para que haja uma análise mais aprimorada. Portanto, eu quero passar às mãos de V.Exa. a cópia desse parecer oriundo do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. O assunto já é do nosso conhecimento, Deputado Claudio Cajado, e vamos tentar um encontro de opiniões, até porque o parecer técnico tem que ser conjunto, das assessorias da Câmara e do Senado.

Senador Walter Pinheiro, nosso aniversariante, com a palavra.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, já que há esse acordo proposto, quero só confirmar com a Liderança do DEM o seguinte. Como existe este acordo, que propomos, no sentido de que aceitaríamos a inversão e abriríamos agora uma defesa a favor e uma defesa contra...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Uma defesa a favor e uma defesa contra.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - E, aí, os procedimentos normais de averiguação, votação, nós vamos, no procedimento dessa apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k.

Acordo firmado, vamos votar o requerimento, de autoria dos Deputados Efraim Filho e Pauderney Avelino, que solicita a inversão da pauta do Requerimento nº 12, do Item 5 da Pauta nº 6, de 2011. É a inversão da pauta na forma do acordo.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a ler o requerimento do Exmo. Sr. Deputado Efraim Filho.

> *"Item 5*
>
> *Requerimento nº 12, de 2011 — CMO —, "que solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens — no período de quatro anos — objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo.*
> *Autor: Deputado Efraim Filho."*

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Qual o tempo regimental, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. disporá de até 3 minutos, Excelência.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o requerimento que se encontra sobre a mesa para deliberação deste Plenário é de conhecimento público e notório. Há praticamente dez dias vem-se discutindo esse tema. E pior: não se avança no debate porque está havendo uma obstrução do Governo. O Governo até agora obstruiu, não quer discutir a matéria.

O Governo, que tem uma maioria de 80% na Câmara e 80% no Senado — pelo menos tinha até ontem, na votação do Código Florestal Brasileiro —, obstruiu essa votação, pensando que nos venceria pelo cansaço. Mas a resistência democrática prevaleceu, e aqui estamos para debater e discutir.

Que cada um deixe a sua digital impressa como prova de posicionamento num momento marcante da nossa democracia, principalmente deste novo Governo Federal que se instala.

O requerimento é para a convocação do Sr. Ministro Antonio Palocci. Não há, Sr. Presidente, nenhum prejulgamento de culpa. Não se pode condenar ninguém por antecipação. O que se deseja é ouvir o que se tem a falar.

É obrigação do Ministro, como figura pública, pronunciar-se para a sociedade e para a Nação. Mas um silêncio catatônico, um silêncio de quem já não tem mais ouvidos para a sociedade, tomou conta do Sr. Ministro Antonio Palocci.

Este requerimento é para que ele venha se explicar. O prejulgamento de culpa não existe.

Eu fico aqui com a fala do caseiro Francenildo. Questionado sobre esse tema, ele disse: "*Se eu tive que me explicar de onde veio o dinheiro da minha conta, por que o Sr. Ministro não tem também que fazer o mesmo? Eu era um caseiro humilde, um brasileirinho, fui acusado pela Polícia Federal e tive que provar de onde veio o meu dinheiro*" — que veio de uma doação de seu pai. Por que o Ministro Antonio Palocci não tem a mesma obrigação de vir aqui e dizer como enriqueceu em 10 milhões de reais durante a campanha da Presidente Dilma e em outros 10 milhões depois que virou coordenador da transição*?*

É essa a resposta que tem que ser dada. Não existe prejulgamento, não existe condenação antecipada. Agora, há um ditado popular que todos nós conhecemos — e a sabedoria popular é sempre uma sabedoria que

costuma acertar — que diz: quem cala consente. E o "cala-consente" é um reconhecimento tácito por parte do Ministro diante das acusações e denúncias que lhes são imputadas.

O que nós, Democratas, queremos é ter oportunidade de debater e dialogar. O que nós, Democratas, esperamos da base do Governo é o reconhecimento de que não adianta camuflar algo como se fosse um morto que fosse se adaptar à paisagem, como se a impunidade não chocasse mais, como se a corrupção já estivesse fazendo parte do dia a dia. Não! Esse morto não vai se confundir com a paisagem. A sociedade ainda se choca diante do que acontece e diante dos fatos que estão sendo imputados. Então, Sr. Presidente, esse requerimento é para que possamos corrigir o rumo.

Dois episódios tiveram na pauta do País e do mundo, na semana passada: um deles é o enriquecimento suspeito do Ministro Antônio Palocci, o outro é a prisão do diretor do FMI, Strauss-Kahn. Quanto ao diretor do FMI, ele infringiu a lei contra uma camareira. As autoridades foram em busca do diretor do FMI, acreditaram em uma camareira. Foram em busca dele para que pudesse se explicar na Justiça. As explicações não convenceram, e ele foi preso. Aqui no Brasil, foram atrás de um caseiro; denunciaram o caseiro, fizeram com que ele tivesse que se explicar. As autoridades, não: as autoridades já estão com a verdade de forma antecipada. É esse tipo de conduta que o Brasil não aceita mais, Sr. Presidente!

Então, para evitar essa distorção é que nós pedimos que o Plenário acate a decisão de podermos dialogar com o Ministro Antonio Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Feita apresentação do requerimento — e eu notifico a V.Exa., e já me escuso no art. 37 —, tanto o proponente quanto aqueles que debaterão o requerimento têm cinco minutos e não três. V.Exa. V.Exa. falou os cinco minutos. Não lhe interrompi exatamente porque teria todo o direito de falar os cinco minutos.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por isso eu perguntei, e queria contar com um minuto de tolerância, que é natural, mas vou abrir mão, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Eu nem vou utilizar todo o tempo, os cinco minutos, porque temos um prazo para começar a sessão e queremos encerrar esta matéria no dia de hoje. E não temos nenhum medo, tanto é que estamos aqui discutindo essa matéria com a maior tranquilidade.

O Ministro Antonio Palocci vai apresentar, no foro adequado, a Procuradoria — que inclusive a própria Oposição já acionou —, que é exatamente o órgão que tem que receber a documentação. Se os esclarecimentos ali fornecidos não forem suficientes, caberá então um debate aqui, mas não é o caso agora.

O Ministro Antonio Palocci apresentou tudo na sua declaração de Imposto de Renda nos 4 anos em que foi Deputado e quando assumiu agora também. Foi exatamente isso que possibilitou todo esse levantamento, porque tudo está claro e transparente.

Por isso queremos orientar contrariamente a esse requerimento, já que o Ministro Palocci estará entregando à Procuradoria, que é exatamente o órgão correto, toda documentação. Se alguém tiver alguma dúvida, poderá saná-la ali. Portanto, orientamos o voto contrário para que possamos imediatamente iniciar a votação da LDO, porque nos interessa votá-la pois abriu o prazo regimental para apresentação das emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Feita a defesa, Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu sou co-autor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Já falou um a favor, vai falar um contra e o autor que apresentou.

V.Exa. vai falar contra. O autor do requerimento já apresentou e V.Exa. vai falar contra o requerimento.

(Não identificado) - Ele também é autor.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Vou falar a favor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vai falar a favor do requerimento, perdoe-me. Fala V.Exa. a favor do requerimento; falou Deputado Gilmar Machado contra o requerimento e o autor, o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Então, a palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra V.Exa., que terá cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como bem disse o autor do requerimento, Deputado Efraim Filho, o que estamos pleiteando? Que o Ministro Antônio Palocci — e não estamos prejulgando — venha aqui...

Gostaria que o Plenário fizesse silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço silêncio aos Srs. Parlamentares para ouvirmos o Deputado Pauderney Avelino.

Asseguro a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não estamos fazendo prejulgamento do Ministro Antônio Palocci. Queremos que ele venha a esta Casa dizer sobre o que e de que forma ele prestava essas consultorias. Como é que pode? Como alguém pode entender quando consultorias, já estabelecidas no País há muito tempo, não têm o faturamento que o Ministro Antônio Palocci teve enquanto era Deputado Federal?

Peço que V.Exa. mantenha a ordem no plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sr. Deputado Vaz de Lima, um companheiro de bancada, um companheiro nosso está na sua fala. Vamos respeitá-lo.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agradeço V.Exa.

Os ânimos ainda estão um pouco exaltados. Vou pedir, mais uma vez, aos companheiros. Estou falando e V.Exas. estão fazendo um debate paralelo, atrapalhando. Por favor, há um momento oportuno. Peçam um aparte, peçam a palavra pela ordem, façam questão de ordem.

Então, Sr. Presidente, não quero prejulgar, mas os fatos estão falando por si. O Ministro Palocci é uma pessoa importantíssima no Governo. Mesmo sendo uma pessoa importante no Governo, não está imune a se apresentar ao Congresso Nacional; a justificar, como diz a *Folha de S.Paulo,* não apenas, agora na segunda etapa, um enriquecimento de 20 vezes o seu patrimônio, mas muito mais. Se 20 vezes eram com 7 milhões de reais, com 20 milhões de reais passa a ser 60 vezes, o que foi detectado em apenas um ano.

Não adianta agora terceirizar culpas. O que queremos do Ministro Palocci é que ele venha esta Comissão, venha ao Congresso Nacional — e este é o fórum adequado, porque se reúnem Senadores e Deputados nesta Comissão de Orçamento — explicar por que ele teve a facilidade de faturar esse absurdo de dinheiro enquanto que outras consultorias com 50, 70, 100 técnicos não faturam o que ele faturou.

Por isso, o Ministro Palocci tem e deve que vir aqui. Tem a obrigação e o dever de vir aqui prestar esclarecimentos não apenas a esta Casa, que é do povo, mas ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos agora, estendendo um pouco o acordo, ouvir dois representantes: o Deputado Vaz de Lima disporá de um minuto para o encaminhamento, o Deputado Arlindo Chinaglia disporá de um minuto para o encaminhamento e ficamos resolvidos.

Tem a palavra o Deputado Vaz de Lima para fazer seu encaminhamento por um minuto.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Sr. Presidente, primeiro queria dizer, preliminarmente, que não é um bom método esse — a Situação tem esmagadora maioria — de querer retirar da Oposição a única arma que ela tem, que é a de falar. Isso não é possível.

Deixo apenas esse registro. Não quero nem me ater ao fato de que o Ministro deveria vir aqui, claro. Espontaneamente, deveria ter vindo aqui, porque ele é o maior interessado em limpar a imagem que está colocada. Por isso estamos aqui, para poder dizer à sociedade que o Ministro deve explicações; precisa explicar à esta Casa e à população o seu enriquecimento, que espero entender que não tenha sido ilícito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Tem a palavra por um minuto o Deputado Arlindo Chinaglia para fazer seu encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, consultei o Líder Antonio Carlos Magalhães Neto, que vai usar da palavra como Líder. Por isso, presumo que ele pode tratar desse assunto.

Nessas circunstâncias, indago à Presidência se eu poderia também me inscrever, em nome da bancada do PT, e não fazer o encaminhamento agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A condição de Vice-Líder é garantida a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pronto. Então...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Prescinde?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não. Então, se o Deputado ACM Neto for falar como Líder, eu falarei após, em nome da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k. Vamos à votação.

É que ele não se posicionou ainda. Eu estava observando, como admirador que sou, o Deputado ACM, mas como ele não havia se posicionado ainda, passei à votação.

Como Líder, tem a palavra o Deputado ACM Neto, por cinco minutos, segundo o art. 6º do nosso Regimento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que houve uma operação montada pelo Governo, no dia de hoje, para tentar derrotar todos os requerimentos de convocação do Ministro Palocci apresentados pela Oposição. Essa manobra começou logo cedo, quando o Governo convocou uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados às 10 horas, o que, evidentemente, impediu o funcionamento das Comissões na parte da manhã. Em seguida, passamos para uma sessão do Congresso Nacional. Encerrada a sessão do Congresso Nacional, abriu-se uma brecha e o Governo mobilizou sua base para passar o rolo compressor na Oposição.

Mas nós vamos trabalhar com o Regimento. Como a Ordem do Dia começou...

Sim, senhor, começou, sim. Começou, Deputado Gilmar. Acabei de receber a informação de que começou a Ordem do Dia.

(Não identificado) - A luzinha está piscando ali na mesa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Como a Ordem do Dia começou... Começou, Deputado Gilmar! Pode checar com a assessoria de V.Exa.! Começou. Peço ao Presidente que se informe. Começou a Ordem do Dia.

Então, com o começo da Ordem do Dia, eu até vou dispensar a conclusão das minhas palavras aqui como Líder, porque vamos ter que encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Solicito à Secretaria que confirme a informação do Sr. Deputado.

A discussão está encerrada.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, eu não usei da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. concluiu.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Presidente! Eu queria fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu não usei meus cinco minutos. Apenas estou indagando se...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu ouvi V.Exa. dizer que prescindia do restante da palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Eu estou indagando se V.Exa. confirma o início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vou consultar. Vou consultar.

(Não identificado) - Há comunicação oficial está dizendo que começou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu vou pedir a confirmação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas veja, Sr. Presidente, ele pode fazer a intervenção, porque, enquanto aguardamos a resposta de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Mas aí se torna desnecessário. Não vou abusar do tempo dos colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos solicitar a informação oficial da Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Peço a palavra, Sr. Presidente, porque, mesmo se tivesse começado a Ordem do Dia, isso não obriga a suspensão imediata. Não pode é haver votação em Comissão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Não. É imediata a suspensão. Presidente Arlindo Chinaglia, V.Exa. foi Presidente da Casa e sabe melhor do que eu.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Em Comissão Mista? Esta é uma Comissão Mista.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Não. Qualquer Comissão que envolva Deputados, tem que ser imediatamente suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Encerrada a palavra do Deputado ACM, Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. terá a palavra agora.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, é uma honra ter aqui a presença do Líder do Democratas. De qualquer maneira, na sua observação, S.Exa. começou dizendo que teria havido uma manobra com referência à sessão extraordinária de hoje na Câmara dos Deputados.

Ocorre que o Líder do Governo, ontem, após a votação do Código Florestal, no encaminhamento das medidas provisórias, propôs, e a Oposição aceitou, que houvesse a sua continuidade hoje pela manhã numa sessão extraordinária. Então, a partir daí, creio que houve uma iniciativa consensual.

Segundo, é verdade aquilo que disse o Deputado Pauderney Avelino: não é o Ministro Palocci; nenhum Ministro, nenhuma autoridade dentre aquelas previstas pelo Regimento estão livres de, em algum momento, virem, espontaneamente ou não, a convite ou convocados, dar esclarecimentos ao Congresso Nacional.

Ocorre que é preciso, democraticamente, que a convocação ou o convite seja primeiramente aprovado. Ninguém fala em nome do Congresso isoladamente. É por isso que estamos aqui debatendo se deve o Ministro vir ou não.

Terceiro, vejam: quando o Ministro Palocci colocou na sua Declaração de Imposto de Renda, ainda na condição de Deputado — e todos sabemos que essa é uma informação pública —, se ele estivesse desempenhando alguma atividade que não pudesse explicitar, ele não teria evidentemente explicitado, e logo no seu Imposto de Renda, sem dissimulação. Ele não colocou em nome de ninguém, a não ser em seu próprio nome.

Quarto: o empresariado brasileiro, principalmente — e não quero falar "Direita" brasileira —, é muito cioso quanto ao fato de se honrar contratos. Nós honramos a palavra. O Governo tem que honrar contratos. O Ministro Palocci foi o maior avalista do Governo Lula, no início, quando tentavam atribuir ao então candidato Lula uma atitude de não cumprir contratos. Todo mundo sabe que o Ministro Palocci foi um dos grandes fiadores, além, evidentemente, do principal, que era o próprio Lula.

Agora, quando ele faz um contrato de assessoria com uma cláusula de confidencialidade, parece-me que aqueles que defendem o respeito aos contratos pode ser que assim não o defendam sempre, mas não podemos fazer aqui uma defesa de ocasião. Então, se existe uma cláusula de confidencialidade, ele deve quebrar o contrato? É claro que não.

Foi feita uma representação junto à Procuradoria-Geral da República, que é quem tem o poder de investigar. Mesmo quando fazemos uma CPI, ao final, o que ela faz é encaminhar aquilo que investigou para que o Ministério Público tome as medidas que couberem, e o Ministério Público já foi acionado. Estou colocando a medida mais radical possível no âmbito do Parlamento.

Portanto, de duas, uma: ou alguns companheiros desta Comissão acreditam que serão mais sérios do que o Ministério Público na investigação ou tentam substituí-la por um instrumento que... Perdoem-me, mas a vinda de qualquer um em uma Comissão não dá conta de fazer a investigação, mas dá conta de fazer uma disputa política. Então, estamos aqui evitando uma disputa política, até porque nesse território...

Vou citar aqui como exemplo um fato que odeio relembrar: quando Deputado de Oposição, eu fui quem denunciou o escândalo do SIVAM. Eu tinha apenas dois meses de mandato e fui recebido pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que estava às vésperas de uma viagem para os Estados Unidos para assinar o contrato. Quando apresentei os argumentos e entreguei a documentação, ele suspendeu aquela contratação. Posteriormente, ele refez todo o processo.

Depois, não demorou mais dois meses, denunciei aquele — e não vou citar o nome, para não criar constrangimentos a essa altura — que era considerado, tido e havido como o "xerife" dos preços. Eu provei, porque me chegou às mãos contrato dele com uma representação dos supermercados.

É assim que se tem que fazer. Não se pode insinuar. Não se pode tentar atingir a honra alheia sem provas. Então, creio seja um dever do Parlamento pesquisar. Se há dúvida, que se vá atrás. Agora, não podemos jogar na vala comum.

Aqui quero dar uma explicação. Recentemente, em conversa com um Deputado da Oposição, em dado momento, dele ouvi o seguinte: *"Depois dessas histórias de que ele ganhou 10 milhões nos dois meses que separaram a eleição da posse, eu, que estava achando que a Oposição estava exagerando, não estou mais achando. Eu fui atrás para entender o porquê, pois eu não havia entendido a explicação que o Ministro Palocci ou a sua assessoria havia dado*". E o que houve? Como determinadas atividades têm a chamada "taxa de sucesso", e se você tem o sucesso, aquilo é pago depois, a prazo, na medida em que ele ia assumir um cargo no Executivo, ele não mais poderia receber aquele valor. Portanto, ele negociou aquele valor que iria receber em prazo maior, para que fosse antecipado o pagamento. Esses são os fatos.

Portanto, somos contra a convocação do Ministro Palocci a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Na forma do art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal, e arts. 107, parágrafo único, e 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, teve início a Ordem do Dia e ficam sobrestadas todas as decisões.

Estamos caminhando para encerrar...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, para não haver dúvida, eu gostaria que V.Exa. nos informasse se está encerrado o debate, porque depois iremos só à votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Está encerrado o debate. No momento oportuno, iremos à votação.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, apenas para deixar claro à Comissão que o Presidente da Caixa Econômica Federal se justificou. Mais uma vez, queremos pedir desculpas pela impossibilidade de ele vir à Comissão ontem. Peço a V.Exa. que já indique a próxima reunião, para que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Na próxima quarta-feira haveremos de ouvir o Presidente da Caixa e convocaremos a reunião extraordinária na terça-feira, para a manutenção da pauta em dia.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Na quarta-feira será extraordinária...

O SR. PRESIDENTE (Deputado)- Ordinária na terça-feira; extraordinária, quarta-feira.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É apenas para reafirmar isso: que V.Exa. encerre e, na próxima sessão, daremos continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Terça e quarta.

Está encerrada a reunião.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 2011.

Aos trinta e um dias do mês de maio e ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pautas nºs 5, 6 e 7. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Ademir Camilo, Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, Jorge Pinheiro, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores titulares: Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; - Deputados suplentes: Alex Canziani, Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Danilo Forte, Geraldo Resende, Heuler Cruvinel, João Carlos Bacelar, José Airton, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado; - Senadores suplentes: Anibal Diniz, Ataídes Oliveira, Inácio Arruda, Ivo Cassol e Lídice da Mata. O Senador Itamar Franco teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: André Zacharow, Claudio Cajado e José Priante; - Senadores: Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão o Deputado Holanda Junior. ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. AVISOS: O Presidente comunicou a realização de reunião de audiência pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, convocada para o dia 1º de junho, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, em atendimento ao Requerimento nº 11/2011-CMO, de sua autoria, tendo sido aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4 de maio de 2011. EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. Fez uso da palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) que solicitou diligência dos parlamentares para apreciar, inicialmente, o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN, constante do item 1 da Pauta 5. Continuando, sugeriu que a reunião da Comissão fosse suspensa para dar continuidade à reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com vistas a promover acordo para votação das demais matérias constantes das Pautas. O Presidente assentiu com a proposta e sugeriu que tratassem também da definição dos relatores setoriais das áreas temáticas do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012. Apoiaram a solicitação do Deputado Gilmar Machado, os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN), Andre Vargas (PT/PR), Pedro Chaves (PMDB/GO), Roberto Britto (PP/BA), Vaz de Lima (PSDB/SP), Giroto (PR/MS), Nilton Capixaba (PTB/RO), e o Senador Walter Pinheiro (PT/BA). O Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) menciou que o debate do Requerimento nº 12/2011-CMO havia sido finalizado e somente não foi apreciado em virtude do início da ordem do dia da Câmara dos Deputados. O Requerimento solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo". Autor: Deputado Efraim Filho. O Senador Walter, ao discutir o assunto, solicitou que o Presidente desse início à apreciação do item 1 da Pauta 5. O Presidente reforçou a necessidade de apreciar o Relatório Preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN, tendo em vista que o prazo para apresentação de emendas somente seria iniciado após a aprovação desse Relatório. Reforçou a realização da reunião do Colegiado de Líderes após a suspensão dos trabalhos da Comissão. Manifestaram-se a

favor da proposta os Deputados Nilton Capixaba (PTB/RO) e Giroto (PR/MS) e, por fim, o Deputado Ademir Camilo. ORDEM DO DIA: Pauta 5. 1 - Apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências ". Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foram apresentadas 48 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44, e pela rejeição das demais. O Relator apresentou o Relatório Preliminar. O Presidente declarou aberto o debate, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram o Relatório os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN), João Dado (PTB/SP), Pedro Chaves (PMDB/GO), Efraim Filho (DEM/PB) e os Senadores Gleisi Hoffmam (PT/PR) e Walter Pinheiro (PT/BA). A seguir, foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em votação, o Relatório Preliminar apresentado com emendas foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 7 destaques apresentados: Destaque 1, de autoria do Deputado Ademir Camilo, à emenda 2, do mesmo autor. O autor apresentou o destaque, e o voto do Relator foi pela rejeição. Em votação, o destaque foi rejeitado com voto contrário dos Deputados Ademir Camilo (PSDB/RN) e João Dado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Destaque 2, de autoria do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), à emenda 9, do mesmo autor. Retirado pelo autor. Destaque 3, de autoria do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), à emenda 10, do mesmo autor. O autor apresentou o destaque, e o voto do Relator foi pela rejeição. Em votação, o destaque foi rejeitado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Destaque 4, de autoria do Deputado João Dado (PDT/SP), à emenda 30, do mesmo autor. O autor apresentou o destaque, e o voto do Relator foi pela rejeição. Em votação, o destaque foi rejeitado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Destaque 5, de autoria do Deputado Alex Canziani (PTB/PR), à emenda 1, do Deputado Ronaldo Nogueira. Prejudicado pela ausência do autor. Destaque 6, de autoria do Deputado Alex Canziani, à emenda 32, do Deputado Jovair Arantes (PTB/GO). Prejudicado pela ausência do autor. Destaque 7, de autoria do Deputado Alex Canziani, à emenda 33, do Deputado Jovair Arantes. Prejudicado pela ausência do autor. Tendo em vista a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas ao PLDO 2012, o Presidente informou a alteração do prazo para apresentação de Emendas ao referido Projeto de Lei: de 1º a 10 de junho. A seguir, o Deputado Giroto fez uso da palavra para solicitar a retirada de pauta do Requerimento nº 15/2011-CMO, de sua autoria, que solicita que o Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal, dos Presidentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, e dos representantes legais do Consórcio Brasília 2014, formados pelas Empresas Construtoras Andrade Gutierrez S.A e pela Via Engenharia S.A, informações sobre o Convênio Nutra/Proju nº 323/2009 e sobre o Contrato de Empreitada nº 523/2010 para, em audiência pública, esclarecer à Comissão assuntos relacionados ao referido contrato – Pauta 7. O Presidente deferiu a solicitação. O Deputado Wellington Roberto pediu a suspensão de parte do acordo que permitiu a votação do Relatório Preliminar, para tornar possível a apreciação do Requerimento nº 14/2011- CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016". O Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) redarguiu o pedido do autor do Requerimento, argumentando que necessitaria de mais tempo para análise da matéria, mantendo, portanto, o acordo. Não tendo, portanto, acordo, o Presidente anunciou que as matérias não consensuais constariam da pauta do prosseguimento da reunião. O Presidente informou que os trabalhos seriam interrompidos e, após, daria continuidade à reunião do Colegiado de Líderes na Comissão. A reunião foi suspensa às dezesseis horas e três minutos. Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia primeiro de junho, o Presidente deu prosseguimento aos trabalhos. Pauta 5. 2 - Apreciação do Relatório apresentado aos Aviso nº 17/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", Aviso nº 41/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", Aviso 05/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de

agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008". Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamenteo da matéria. Apreciação adiada, em virtude da ausência do Relator. Pauta 6. 1 - Apreciação do Relatório apresentado à Mensagem nº 24/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o Ofício nº 06/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 12/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; Ofício nº 03/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 04/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 05/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; Ofício nº 07/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007"; Ofício nº 08/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; Ofício nº 09/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; Ofício nº 11/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; Ofício nº 10/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007. Relator: Deputado Benjamin Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. Apreciação adiada, em virtude da ausência do Relator. 2 – Apreciação do Relatório apresentado ao Aviso nº 09/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007". Relator: Deputado Benjamin Maranhão. Não foram apresentadas emendas. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007. Apreciação adiada, em virtude da ausência do Relator. 3 - Apreciação do Relatório apresentado aos Aviso nº 39/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; Aviso nº 09/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0.", Aviso nº 19/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº

1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8". Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamento da matéria. Apreciação adiada, em virtude da ausência do Relator. 4 - Apreciação do Relatório apresentado aos Aviso nº 33/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010", Aviso nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010", Aviso 02/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010". Relator: Senador João Vicente Claudino. Voto: pelo arquivamento da matéria. Apreciação adiada, em virtude da ausência do Relator. 5 – Apreciação do Requerimento n° 12/2011-CMO, que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo". Autor: Deputado Efraim Filho. Apreciação adiada, em virtude da falta de acordo. 6 – Apreciação do Requerimento n° 13/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, a fim de prestar informações sobre os gargalos à celeridade na execução das obras do Dnit". Autor: Deputado Danilo Forte. O autor apresentou o Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta 7 – Alterada. 1 - Relatório apresentado ao Aviso nº 09/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)". Relator: Senador Vital do Rêgo. Não foram apresentadas emendas. 0Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Apreciação adiada, por solicitação do Relator. 2 - Requerimento nº 14/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016". Autor: Deputado Wellington Roberto. O autor solicitou a apreciação do seu Requerimento, porém o Deputado Rogério Marinho manifestou-se contrariamente. O Presidente adiou a apreciação da matéria. ENCERRAMENTO: em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, de acordo com o disposto no *art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal*, e no *art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente encerrou a reunião, às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia sete de junho, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador VITAL DO RÊGO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito boa tarde a todos.

Solicito aos Srs. Parlamentares — Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas — que tomem os seus assentos. São 14h52min, e há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Então, havendo número regimental, declaro abertos os nossos trabalhos.

Está iniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas de nºs 5, 6 e 7, de 2011. Os avulsos estão sobre as mesas de trabalho.

Aviso importante: no dia 1º de junho, quarta-feira, amanhã, portanto, neste plenário, será realizada audiência pública, convocada com a finalidade de ouvir o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, que prestará esclarecimentos sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos Restos a Pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2001, desta Comissão, de autoria deste Senador, aprovada na 4ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 4 de maio.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, em abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas. Informo ainda que essa lista de expedientes será enviada, por meio do correio eletrônico, aos gabinetes e Lideranças partidárias de V.Exas.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 107/2011 – GDHL/BSB, de 24 de maio, do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), solicitando alteração da Emenda nº 2397.0004, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA 2011).
2) OGCC 082/11, de 25 de maio, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), solicitando informação referente ao Requerimento nº 01/2011-CMO, de sua autoria, que requer realização de audiência pública.
3) OF. 079/2011, de 25 de maio, da Bancada Estadual do Piauí, informando que o atual Coordenador daquela Bancada é o Deputado Marcelo Castro (PMDB/PI).

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) OF. 00263-2011/GAB-MM, de 19 de maio, do Senador Magno Malta (PR/ES), justificando ausência nos dias 17 e 18 de maio.
2) OF. Nº 132/2011-GSIFRA, de 25 de maio, do Gabinete do Senador Itamar Franco (PPS/MG), justificando ausência nos periodos de 17 a 19 de maio e por 30 dias, a partir de 23 de maio de 2011.
3) Of. 010/2011 GAB531, de 25 de maio, da Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), justificando ausência no periodo de 17 a 23 de maio.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

- Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
- Supremo Tribunal Federal.
- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses de 25 de maio:
1) Aviso n° 647/2011 (Acórdão nº 1.353/2011): Implantação da infraestrutura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós tínhamos, na última reunião, iniciado a votação do requerimento relativo à convocação do Ministro Palocci, mas eu quero fazer um apelo no sentido de que nós pudéssemos votar, primeiro, a LDO e, depois, suspender a reunião, para irmos à reunião de Líderes. Portanto, somente depois disso, ajustaríamos os demais requerimentos e também o restante da composição das Relatorias Setoriais, para que pudéssemos ter tranquilidade para votar.

É importante votarmos a LDO, para que possamos abrir o prazo de emendas e, então, fazermos o debate com tranquilidade, sem comprometer as demais questões, tanto da base do Governo quanto da Oposição.

É o apelo que nós gostaríamos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Mesa se associa a esse apelo. Nós estamos com duas semanas de atraso em relação ao nosso calendário normal de apreciação do parecer preliminar, de autoria do Relator Márcio Roberto.. Desculpem: do Deputado Márcio Reinaldo — O Deputado Márcio Roberto é o xodó da Paraíba, não é, Deputado Efraim?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Escapou por essa, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - E o Deputado Wellington Roberto também. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Escapou por essa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nesse curso, eu faço minhas as palavras do Líder Gilmar Machado, tendo em vista a possibilidade de apreciarmos o relatório do Deputado Márcio e, depois, numa convocação de Lideranças em caráter extraordinário, nós, então, faríamos uma nova reunião para definirmos tanto a questão das Relatorias Setoriais, que ainda estão travadas e necessitando de definição rápida e urgente, quanto dos requerimentos em pauta.

Ouço o Deputado Rogério Marinho, Líder e representante do PSDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, sobre o apelo que o Deputado Gilmar nos faz, nós já havíamos conversado previamente. Nós não estamos aqui para impedir que a Casa ande, que os trabalhos avancem, inclusive o Relator, o Deputado Márcio Reinaldo, está fazendo um bom trabalho no sentido de valorizar o Parlamento, o que não acontece, por exemplo, com o Executivo, que, de maneira reiterada, tem demostrado desapreço por esta Casa.

Inclusive ontem, é importante frisar, o próprio Ministro Gilberto Carvalho deu uma declaração na primeira página do *O Estadão*, dizendo que não precisa do Parlamento para fazer o trabalho do Executivo. Ou seja, parece que o Ministro não leu sequer a Constituição da República do Brasil. É importante que um Ministro do quilate e da importância de Gilberto Carvalho leia a Constituição brasileira e entenda que o Legislativo é importante, pois é um Poder moderador e da mesma envergadura do Poder Executivo.

Então, nós concordamos com o encaminhamento do Líder Gilmar Machado e vamos para discussão e votação do relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a concordância de V.Exa., ouviremos outros Líderes.

Deputado Ademir Camilo, do PDT.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, regimentalmente, já começou o processo de votação, e o PDT entende que nós temos de terminar esse processo.

O PDT, na representação da Câmara, já tem um entendimento firmado: vai votar contra esse requerimento, mas quer continuar o processo e terminar de votar a LDO. Então, dessa forma, regimentalmente, já começou o processo. E não dá para interromper um processo de votação para começar a discussão do relatório preliminar. Então, o nosso entendimento é o de que nós possamos votar o requerimento e, desde já, encaminhamos contra a convocação do Sr. Ministro Antonio Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A palavra é do PDT. *(Pausa.)*

A palavra é do PT, Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apenas, Sr. Presidente, não querendo polemizar e também concordando com o encaminhamento do Deputado Gilmar Machado, ressalto, quanto ao que disse o meu conterrâneo e Ministro Gilberto Carvalho, que li toda a matéria e que quem se dá ao trabalho de ler toda a matéria percebe que o que disse textualmente o Ministro foi que o Governo continua funcionando, porque queriam perguntar, e perguntaram para S.Exa. se a situação eventual de alguma crise, que não existe no Congresso Nacional, não paralisaria o Governo. E respondeu o Ministro: *"Não. O Governo continua trabalhando e continua nessas suas esferas políticas, de articulação política, apostando no bom diálogo com a base e também da base com a Oposição"*.

Então, em nenhum momento, um democrata, como é o Ministro Gilberto Carvalho, fundador do nosso partido, teria dito ou feito alguma afronta ao Congresso Nacional. O que disse S.Exa. é que o Governo continua trabalhando, assim como também, de resto, o Congresso Nacional continua trabalhando, apesar de as aves de mau agouro apostarem numa crise na base, o que não existe, como sabe V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado André, V.Exa., na condição de representante do PT, portanto, concorda com a solicitação do Deputado Gilmar.

Pelo PMDB, Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, o PMDB se associa à proposta feita pelo Deputado Gilmar Machado, para votarmos, primeiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o relatório do Deputado Márcio Reinaldo.

Associamo-nos, portanto, ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O PMDB concorda.

Senador Walter Pinheiro, pelo PT do Senado.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, eu quero aqui, em nome do nosso Bloco no Senado, dizer que o encaminhamento dessa questão foi tratado na reunião passada da Comissão. Portanto, não é uma postura assumida a partir de uma lógica de crise ou não crise, ou a tentativa de evitar a apreciação do requerimento, até porque, naquela reunião, por acordo que fizemos naquele momento, decidimos que, na próxima reunião, portanto, na reunião de hoje, é que nós passaríamos a apreciar o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, até para permitir que o nosso calendário aqui não se contamine com absolutamente nada. E depois faríamos a apreciação desse requerimento e de outros na sessão.

Então, apoio e endosso esse encaminhamento que V.Exa. abraçou, inclusive como encaminhamento da Mesa. Pelo que me consta, iniciamos o processo de discussão do requerimento na sessão passada. Naquele momento, com a Ordem do Dia se apresentando, encerramos a sessão, mas, antes de encerrarmos, fizemos acordo de procedimentos, do que adotaríamos na sessão seguinte de apreciação da Comissão de Orçamento.

Queria confirmar isso com V.Exa. Acho até que, se o Deputado Gilmar Machado e os outros Líderes concordarem, podemos votar o relatório preliminar. Na sequência, poderíamos, em fazendo a reunião de Líderes, já marcar a apreciação do requerimento que foi apresentado na sessão passada pelo Deputado Efraim Filho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continuo ouvindo as representações partidárias.

Roberto Britto, do PP.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Sr. Presidente, concordamos com a iniciativa do Deputado Gilmar Machado. Ao mesmo tempo, quero parabenizar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira pelo brilhante relatório, mesmo que preliminar ainda. Como disse o Deputado que me antecedeu, S.Exa. procurou valorizar este Parlamento. Então, está de parabéns o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pelo brilhante relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Vaz de Lima. Posição pessoal, o PSDB já se posicionou.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Não, falo pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ah, pela Liderança da Minoria! Desculpe-me, Deputado Vaz.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Tudo bem, Excelência. Recusando o adjetivo de mau agouro do Deputado André Vargas — ave de bom agouro, não de mau agouro —, concordamos com a posição levantada pelo Deputado Gilmar Machado, desde que em seguida tenhamos uma conversa reservada, como proposto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Essa é a proposta.

Alguma outra Liderança?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O PSC concorda também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O PSC concorda.

O Senador Walter Pinheiro, o Deputado Gilmar Machado, o Deputado Ademir Camilo, todos concordam. Menos o PDT, que mantém a posição.

O SR. DEPUTADO GIROTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Giroto está com a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIROTO - Sr. Presidente, apresentei extrapauta o Requerimento nº 15, que faz a convocação do Secretário de Obras do Distrito Federal e de empresas para explicarem melhor o contrato de empreitada do Estádio Mané Garrincha. Gostaria que V.Exa. o retirasse de pauta, motivado pelo Requerimento nº 14, do Deputado Wellington Roberto. Depois de votarmos o Requerimento nº 14, eu vejo se existe necessidade de reapresentação ou não. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deferido a V.Exa..

Sras. e Srs. Parlamentares, estamos para definir, e recuperei os últimos apanhados taquigráficos. Atende razão ao Deputado Ademir Camilo. Deputado Ademir e Deputado Gilmar, temos de tentar resolver esse impasse. Atende razão a V.Exa. quando, regimentalmente, a discussão da matéria anterior já estava em curso. Quando enceramos a sessão por falta de apoio regimental, tendo em vista a abertura da Ordem do Dia em uma das Casas, aqui, sem documentação específica, sem apanhado taquigráfico, foi discutido e acordado o que definiu o Senador Walter Pinheiro. Aqui, junto à minha mesa, mas sem nenhuma conotação oficial, já que não há nenhum apanhado taquigráfico para registar o fato que acompanhei numa discussão entre o Deputado Gilmar Machado e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Mas regimentalmente V.Exa. tem razão pelo curso da votação na discussão.

Apelo a V.Exa. e pergunto se, num gesto de profunda flexibilidade e solidariedade, tendo em vista a Mesa e todos os nossos Líderes, de forma penhorada, terem defendido a necessidade de votarmos o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, V.Exa. flexibiliza. E imediatamente após a votação do relatório do Deputado Márcio Reinaldo, haveremos de nos dirigir à Mesa das Lideranças para definir Relatores Setoriais e pauta dos requerimentos que estão sobrestados. Gostaria de apelar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Vou mudar aqui a minha posição, em deferência a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado Ademir Camilo, e reitero que a lógica do raciocínio de V.Exa. está fundamentada no nosso Regimento. Agradeço V.Exa.

Deputado Nilton Capixaba, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, o PTB vai votar também o relatório preliminar. E gostaria que depois acabássemos de resolver essa situação que ficou pendente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ficam convidados todos os Líderes. Imediatamente após a deliberação da apreciação do relatório preliminar do Deputado Márcio Reinaldo, suspenderemos a reunião e iremos a uma reunião de Lideranças.

Com a palavra o Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO - Sr. Presidente, o PR também acompanha a decisão tomada pelos nobres Deputados Nilton Capixaba e Ademir Camilo, respeitando a solicitação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado Giroto, do PR.

Bom, resolvido, vamos à Ordem do Dia.

Apreciação do relatório preliminar com emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências".*

O Relator é o ilustre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 48 emendas.

Voto, já registrado em algumas palavras: pela aprovação do relatório preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das Emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44 e rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentar o seu relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o entendimento das nossas Lideranças, que nos proporciona esta oportunidade de votar este relatório preliminar, que é fundamental para que possamos iniciar o trabalho das emendas, sem o que vamos ficar esperando mais tempo e talvez contribuindo para prejudicar um pequeno recesso que teremos em julho.

Então, proporia fazer uma leitura do relatório.

(Não identificado) - Sr. Presidente, está muito difícil de ouvir o Relator, em função do barulho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sr. Relator, compreenda.

Vamos dar mais potência ao microfone do Relator, Márcio Reinaldo Moreira, e dar menos potência ou mais silêncio às nossas vozes.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Proporia iniciarmos a apresentação lendo o resumo do relatório preliminar com as partes fundamentais das modificações ou daquilo que será parte substantiva dele.

Relatório preliminar sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2011, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências".

Estamos apresentando nosso relatório preliminar após apreciação das emendas apresentadas.

Como disse V.Exa., foram 48 emendas, das quais oito contam com nosso voto pela aprovação parcial.

A parte geral, que trata de avaliação dos cenários e dos parâmetros macroeconômicos, não sofreu qualquer alteração.

Na parte especial, destacamos os seguintes grupos de demandas dos nobres Parlamentares com nosso parecer e voto.

1) Emendas para criar o Anexo de Metas e Prioridades (Emendas 1, 3, 6, 7, 12, 14, 15, 18, 20, 24, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47 e 48):

Parecer e voto. O Poder Executivo está revendo o modelo de planejamento do PPA 2012/2015. Não é, portanto, recomendável elaborar um anexo de metas e prioridades sem conhecer o novo modelo, para evitar incompatibilidade no processo de planejamento do orçamento. Por esse motivo, nosso voto é pela rejeição.

Além do mais, Sr. Presidente, quero destacar o art. 166, § 4º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual".

Se ainda não temos no Plano Plurianual, estamos, então, dentro do teor de que no primeiro ano do exercício de um Presidente da República o anexo de metas e prioridades irá diretamente para o PPA.

Então, até para não termos dificuldades maiores e incongruências de comportamentos e de caminhos com a Relatora do PPA, a nossa Senadora Gleisi, acho que a melhor posição para a racionalidade total dos trabalhos é que deixemos para tratar esse assunto dentro do PPA.

Caso alguma matéria seja especial, algum tema deva ser tratado para que o Governo tenha maior atenção sobre ele, digo a V.Exas. que estou aberto para até dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias colocar um, dois ou dez artigos especificando e discriminando a linha que for colocada pelos Srs. Parlamentares e que estiver dentro de uma aceitação real da Casa.

2) Emenda que requer a discriminação das ações do PAC e da eliminação da pobreza:

Parecer e voto. A discriminação das obras do PAC na LDO envolveria a elaboração do anexo de metas e prioridades. O Poder Executivo está revendo o modelo de planejamento no PPA 2012/2015. Não é, portanto, recomendável elaborar um anexo de metas e prioridades sem conhecer o novo modelo, para evitar incompatibilidades no processo de planejamento e orçamento. Além disso, o Relator não dispõe das informações necessárias para a discriminação requerida. Por esse motivo, nosso voto é pela rejeição.

3) Emendas para recriar a Seção II do Anexo V — Ressalva do Contingenciamento (Emendas 5, 8, 11, 13, 16, 19 e 44):

Parecer e voto. O parecer vai determinar a possibilidade de se apresentarem emendas para recriar a Seção II do Anexo V, que trata das despesas que devem ser ressalvadas do contingenciamento. Achamos que se trata de uma demanda justa, amparada no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. As emendas específicas

serão analisadas quando da elaboração do substitutivo do texto de lei. Por essa razão, votamos pela sua aprovação parcial, nos termos do texto proposto (item 1.1.1, alínea "h").

4) Emenda para disciplinar a simplificação dos procedimentos relativos às transferencias voluntárias — convênios/contratos de repasse/Caixa (Emenda 26):

Parecer e voto. A relevância do assunto torna necessário que se determine desde já que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 deverá conter disposições acerca da simplificação de procedimentos relativos a transferencias voluntárias. Por isso, somos pela aprovação parcial, nos termos do texto proposto, item 2.3.2.

Quanto a esse tema, participei ontem, na Assembleia Legislativa de Minas, de um debate envolvendo a Caixa Econômica. Também já estivemos no gabinete da Senadora Gleisi discutindo com a Caixa Econômica. Creio que há um interesse total, inclusive do Governo, em criar uma portaria interministerial simplificando os procedimentos da Caixa, dos convênios com os Ministérios. Tomara que isso aconteça. E aí eu peço a participação do Senador Walter Pinheiro, que está muito interessado no assunto. Eu diria o seguinte: seria muito importante que o nosso Governo determinasse, através da portaria, os procedimentos. E nós aqui estaríamos dispostos a ver aquilo que não se pode fazer por portaria e fazermos através da LDO. Ou, se houver vacilos e falta de decisão, ver com a Casa a melhor maneira de proceder. Porque eu tenho certeza de que muitas emendas virão nesse sentido.

E vejam que em Minas Gerais, ontem, os Deputados Estaduais e Federais nos pressionaram para que agíssemos junto à Caixa, aos Ministérios, por causa da situação criada.

5) Emendas que propõem alteração do emendamento às renúncias de receita (Emendas 17, 21 e 30) e emendas relativas ao texto do PLDO 2012 (Emendas 4, 9, 10, 22, 23, 25, 31, 33 e 36):

Parecer e voto. As proposições em apreço devem ser objeto de emenda diretamente no texto do PLDO, razão pela qual votamos pela sua rejeição.

Quanto a essa matéria, tenho muita estima pela ideia e gostaria de discuti-la bem no texto do projeto de lei.

2. Parte Especial

2.1 Dos Critérios de Apresentação de Emendas

2.1.1 Somente serão acolhidas emendas à seguintes partes do PLDO 2012:

a) Texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados;

c) Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2010;

d) Anexo de Metas Anuais;

e) Renúncia de Receitas;

f) Renúncias Previdenciárias;

g) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

h) Anexo IV — Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (pág. 630, 632), que poderá ser desdobrado em duas seções, caso sejam acolhidas as emendas que incluam despesas discricionárias ressalvadas do contingenciamento — ou seja, estamos dispostos a analisar caso a caso o problema das despesas discricionárias ressalvadas do contingenciamento;

i) Anexo V — Riscos Fiscais.

2.1.2 São de texto as emendas a que se refere o item 2.1.1 e não há limite à quantidade de emendas por autor.

2.2 Dos Critérios de Admissibilidade de Emendas

2.2.1 Somente será admitida a emenda ao PLDO 2012 que atenda às disposições constitucionais, legais e regimentais.

2.2.2 As emendas de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal deveram ser

a)acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação; e

b)restritas às competências regimentais da Comissão.

2.2.3 As emendas de bancada estadual devem ser acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação, nos termos do disposto no art. 47, inciso I, da Resolução nº 1.

Dos Critérios de Atendimento de Emendas

2.2.4 Para o atendimento das emendas, o Relator levará em consideração o mérito e a oportunidade das iniciativas.

2.2.5 O substitutivo do PLDO 2012 conterá dispositivos voltados à simplificação dos procedimentos referentes às transferências voluntárias para pequenos Municípios. É aquilo que dissemos sobre a Caixa Econômica, sobre o Ministro de Relações Institucionais, que está trabalhando efetivamente nesse caminho.

Voto

Foram apresentadas ao relatório preliminar 48 emendas. Desse total, estamos votando pela aprovação parcial de 8 emendas e pela rejeição das demais.

Em face do exposto, somos pela aprovação do relatório preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012, na forma ora apresentada, já considerando a alteração do texto em decorrência do nosso voto pelo acolhimento parcial das emendas.

Sala de Comissões, 31 de maio de 2011.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O relatório preliminar está em discussão.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A inscrição está aberta. Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Walter Pinheiro, Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, ilustre Relator, primeiramente, quero louvar o relatório preliminar feito pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que, do alto da sua experiência, mostra que é possível fazer, como esta Casa vem fazendo sempre, um relatório que, ao mesmo tempo que espelha a média do pensamento de todos nós, tem uma exatidão técnica e um conhecimento louvável.

A rejeição das emendas que tratam da inclusão do Anexo IV é extremamente pertinente, uma vez que, como V.Exa. disse, não há ainda aprovação do PPA, o Governo só o fará, parece-me, no segundo semestre. Certamente, quando vier para cá a LOA, estarão contempladas essas metas e essas prioridades que o Governo quer dar para o relatório subsequente.

Quero fazer aqui uma breve intervenção, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, para dizer que temos conversado um pouco e sabemos da intenção de V.Exa. de permitir, inclusive, que se corrijam, no relatório de V.Exa., algumas situações que não vieram a contento do Executivo, como, por exemplo, a questão da retirada do Anexo I. Eu me lembro de que, no ano passado, aqui estávamos — é importante que os Parlamentares escutem um pouco este depoimento — e os Secretários-Executivos dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura foram às Comissões Temáticas conversar com os Srs. Deputados e os Srs. Senadores e propuseram, como era meta prioritária do Governo Federal, que se colocassem emendas nos fundos setoriais, notadamente no Fundo Setorial do Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e no Fundo Setorial da Cultura. A própria LDO vigente impedia o contingenciamento. Tivemos uma surpresa. Acreditamos naquele Governo — quer dizer, o problema é conosco, porque acreditamos no Governo — e colocamos emendas no Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, porque era prioridade do Governo, e no Fundo Nacional da Cultura, porque era prioridade do Governo. Aí, no início desta legislatura, o Governo corta 50 bilhões e simplesmente corta emendas individuais, veta emendas individuais. Veta. Foi uma violência contra este Congresso. Vetou, não contingenciou, sob a alegação de que, como não podiam ser contingenciadas, seriam vetadas.

Quer dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós fomos, literalmente, enganados pelo Governo. Enganados. E o que é pior: a Nação foi enganada também, porque o Governo foi quem mandou o Anexo I, que previa a excepcionalidade do contingenciamento.

Quero louvar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que prevê a possibilidade de voltarmos a essa situação para estabelecermos, de verdade, quais são as prioridades e não sermos surpreendidos, nos anos subsequentes, com a mudança extemporânea do Governo, em função, conforme anunciou o Governo publicamente, do ajuste fiscal. E nunca é demais dizer que o Governo, após o corte, demonstra que já alcançou, parece-me que em maio, 49% dessa meta de *superavit* do setor público. É muito meritório isso. Espero que o recurso que esteja sendo poupado pelo Governo possa ser aplicado no desenvolvimento do nosso País, nas coisas importantes e não apenas na criação de cargos e estatais.

Digo também a V.Exa. que quero louvar a vontade que V.Exa. demonstra de prestigiar o nosso Parlamento, porque aqui hoje somos oposição por uma circunstância. Dentro do regime democrático, há

alternância do poder. Então, se somos hoje oposição, amanhã, fatalmente, seremos situação, desde que preservado o regime democrático que todos nós defendemos.

Neste momento, quanto à questão de o orçamento deixar de ser autorizativo, deixar de ser uma peça trabalhada pelo Executivo a seu bel-prazer, V.Exa. caminha no sentido de tornar pelo menos as emendas parlamentares, ou uma proporção delas, impositivas, para que o Parlamento deixe de ser o balcão de negócios de que, infelizmente, a opinião pública e a imprensa nos alcunham.

Toda hora em que há aqui uma votação importante, há uma liberação maior de emendas parlamentares. Isso certamente avilta esta Casa, enfraquece o Legislativo, e V.Exa., em tão boa hora, toma uma medida na direção da imposição. Espero que toda esta Casa apoie a posição de V.Exa., vote favorável, e, se eventualmente houver um veto, todos possamos estar juntos para derrubá-lo, não contra o Governo, mas a favor do Parlamento, a favor do Legislativo e a favor da democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. a disciplina no tempo.

Deputado João Dado, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apresentei destaque de um tema que vem sendo recorrente nesta Casa. Queria pedir a atenção dos meus pares.

Temos tido muita dificuldade em apresentar projetos de renúncia de receitas por conta, muitas vezes, da impossibilidade de os aprovarmos na Comissão de Finanças e Tributação, que é o órgão da Casa que restringe a tramitação por conta de inadequação orçamentária e financeira.

Em anos anteriores, conseguimos diretamente na Lei Orçamentária a inserção de norma que permite que projetos de lei possam ser mencionados no anexo próprio e, enquanto tramitam, enquanto são apreciados pelo Congresso Nacional, já tenham a satisfação orçamentária prevista na lei orçamentária.

No caso do Destaque nº 4, Sr. Presidente, Sr. Relator, que sei que é um Parlamentar de grande visão e visão de defesa do Parlamento, acreditamos que, se a LDO também contemplar esta possibilidade de que renúncias de receitas possam ser feitas através de proposições em andamento nesta Casa, estaríamos atendendo ao interesse público. Em que medida? Nós ganharíamos tempo, na medida em que, se um determinado projeto já está tramitando, já tem uma apreciação de mérito por qualquer uma das Casas, ele já tem o condão de ter a sua adequação orçamentária, independentemente de se estabelecer a sua votação final de mérito ou pelo Plenário das Casas ou pelas Comissões de caráter terminativo.

Neste sentido, Sr. Presidente, Sr. Relator, peço ao amigo e Deputado Márcio que acolha o Destaque nº 4, que insere no item 2.1.4, que trata da renúncia de receita, a expressão "ou proposição", exatamente permitindo que projetos, proposições legislativas também possam ser contempladas na própria LDO. Com isso, na prática, concretiza-se na Lei Orçamentária a necessidade de que também sejam apreciadas as proposições, como se fossem uma legislação já consolidada.

Esse é o nosso pleito, Sr. Presidente, Sr. Relator, para que seja observada essa inserção no item 2.1.4.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Fica anotado, Deputado João Dado. O Relator recolheu o destaque de V.Exa. para análise. Ao final das discussões, a última palavra será de S.Exa., dissecando cada uma das intervenções.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Presidente.

Queria também parabenizar o Relator pelo esforço e pelo trabalho feito neste relatório preliminar. Tivemos a oportunidade de conversar por diversas vezes. O Deputado Márcio sempre considerou muito o processo como um todo. Então, essa decisão, por exemplo, da rejeição do Anexo de Metas e Prioridades não é no sentido de retirar do Congresso a possibilidade e o direito de discutir temas prioritários, mas realmente no de esperar um processo que este ano se reinicia, o de planejamento para os próximos 4 anos do Governo que está aí.

E com certeza essas metas vão ser consubstanciadas no PPA do Governo que foi eleito, e portanto os programas prioritários. E com certeza nós vamos ter mudanças profundas. Nós não temos ainda o projeto do Plano Plurianual, houve apenas algumas conversas com a SPI, mas ele muda radicalmente; deixará de ser um orçamento plurianual para ser um instrumento de planejamento efetivo, inclusive com mecanismos para mensurar resultado e desempenho, absorvendo na sua totalidade o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em que nós poderemos visualizar todos os grandes investimentos e prioridades do Governo.

A outra situação que eu acho muito importante, também considerada no seu relatório, Deputado, é a questão da simplificação do processo das transferências voluntárias e também dos procedimentos de fiscalização e controle. Acredito que a Caixa Econômica esteja trabalhando em processo para atender inclusive solicitações de Prefeitos, mas eu penso que esta Casa também pode ajudar. Além de esperarmos uma portaria do Poder Executivo, que vai regulamentar as questões internas, nós temos agora tramitando aqui na Casa, nesta Comissão Mista de Orçamento, um projeto de decreto legislativo cujo Relator é o Deputado Hugo Leal, que vai estabelecer a normativa de fiscalização e controle por parte...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu solicitaria na audiência a todos os companheiros que também estão prestigiando-nos silêncio. Nós estamos votando uma matéria extraordinariamente importante para a condução de todo o ano orçamentário desta Comissão.

Tem a palavra a Senadora.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Presidente.

Penso que seria muito oportuno que esta Casa também dê a sua colaboração, porque isso orientaria os procedimentos do Tribunal de Contas da União, que faz com o Congresso Nacional, auxiliando-o, a fiscalização e o controle das contas e dos investimentos públicos. No requerimento que aprovamos aqui de um grupo de trabalho sobre os procedimentos orçamentários, o processo orçamentário da Casa, um dos itens é a contribuição desse grupo para o decreto legislativo que está em trâmite aqui. Então, nós queremos depois apresentar ao Deputado Hugo Leal, em consonância com V.Exa., com o trabalho que V.Exa. está fazendo, também algumas contribuições, para que nós possamos melhorar esse processo, agilizar e facilitar a execução das obras, sem abrir mão da fiscalização e do controle.

E por fim, só me preocupa um pouco, Deputado, a questão da ressalva de contingenciamento. V.Exa. deixa aí a abertura para emendas, no corpo do projeto de lei; é claro que esta Casa tem o direito e a prerrogativa de fazê-lo, mas eu fico preocupada, porque nós já temos um Orçamento extremamente vinculado, no que tange às verbas da saúde e da educação, o que eu defendo, e é importante; quanto mais nós vincularmos o Orçamento, tanto menos ele deixa de ser um instrumento de política fiscal, e um Orçamento impositivo não é um Orçamento que contribui para a gestão da macroeconomia. Política fiscal é essencialmente gestão orçamentária. Portanto, quando o Governo decidiu cortar, contingenciar, segurar R$ 50 bilhões de despesas, fez isso com vistas a segurar o processo inflacionário, e hoje nós temos o resultado disso, de forma muito clara. E no que isso tem contribuído? Pela quarta semana consecutiva, o Relatório Focus, um relatório de mercado, mostra que a inflação está caindo. Pela quarta semana consecutiva!

E temos feito superávit. Aliás, a metade do superávit previsto para o ano já alcançamos em 4 meses, em 5 meses de gestão. Isso baixa a relação dívida/PIB de forma considerável; hoje ela está em 39,2%. Nós nunca devemos esquecer que já tivemos neste País uma relação dívida/PIB de 60%. Portanto, o esforço que fazemos em política fiscal é tão grande quanto o que fazemos em política monetária, em política cambial. Então, fazer ressalva de contingência é ao mesmo tempo tratar essa matéria de forma muito... no limite. Nós precisamos ter muita responsabilidade nesta Casa, porque, eu repito, o Orçamento é um instrumento de política fiscal, e portanto de sustentação da política e da gestão da macroeconomia deste País.

No mais, gostaria de parabenizar V.Exa., e sei que muitas das questões levantadas por V.Exa. vão embasar-nos muitíssimo para apresentarmos o relatório do PPA nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Agradeço-lhe, Senadora.

Senador Walter Pinheiro, tem a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, eu quero ser breve. Eu acho que o intuito é contribuir para que nós apreciemos esse relatório. Eu não tenho dúvida de que a contribuição do Deputado Márcio Reinaldo é sustentada no pilar da experiência. Acho que isso é fundamental. É um Deputado que ao longo dos anos, na sua militância, tem-se dedicado a estudar essa matéria, não só a uma mera participação. Mas é também sustentada exatamente nesse pilar que é a necessidade de modificação do trato com a peça orçamentária e com os seus componentes, porque, lamentavelmente, durante muito tempo olhou-se a Lei Orçamentária aqui como uma peça estanque, como algo separado, e a LDO como um mero instrumento ou de cumprimento de calendário, ou de tabela.

Nós temos de entender que este é um tripé: a LDO, a LOA e o PPA. São peças fundamentais, tanto para organizarmos a esfera orçamentária como também — e é fundamental isto — para entregarmos aos Governos os caminhos de condução da macroeconomia, de um melhor enfrentamento das questões, no que diz respeito principalmente aos processos fiscais; portanto, trata-se de entregarmos um instrumento que tenha a

capacidade de fazer com que na gestão o Governo tenha a preocupação de cuidar desses parâmetros da macroeconomia. Isso é que vai influenciar inclusive a capacidade de investimento! Isso é que vai determinar uma melhora no aproveitamento desses recursos, para que nós possamos atender à ponta, atender aos Municípios, atender aos desejos.

Eu não sou parceiro daqueles que acham que emenda de Deputado é um negócio de esquartejamento, é algo que não se soma a esse plano geral. Pelo contrário, esse esforço nós é que temos de fazer, para levar isso que de certa forma parece atomizado ao encontro de uma política com um eixo central, encontrar o planejamento de um PAC, ir ao encontro de programas que tenham execução, que superem dificuldades locais enormes, na área de educação, na área da saúde. Esse debate nós começamos na LDO. E lamentavelmente, Sr. Presidente, às vezes esse debate aqui é extremamente esvaziado, Márcio, porque, quando o sujeito não consegue quantificar —, portanto, traduzir em valores —, acha que essa não é a grande contribuição ainda.

Portanto, o parâmetro meta é fundamental. Basta lembrarmos uma coisa para a qual eu sempre chamo a atenção: mesmo a ditadura militar, nos períodos mais difíceis da nossa história, tratou do Decreto nº 200/67, que chamava o nosso Orçamento de orçamento-programa! Não era uma peça para quantificar; era para se trabalhar com programas nessa estrutura. Então, nós temos diante de nós agora essa possibilidade, e eu acho que o Deputado Márcio dá essa contribuição.

E eu diria, Márcio, que V.Exa. completa essa contribuição com as duas preocupações que, na minha opinião, centralmente foram trabalhadas por V.Exa. no relatório. A primeira é esta relação: como é que nós vamos desburocratizar instâncias como a Caixa e estabelecer uma relação disso com o TCU, sem devolver para essas esferas o nosso papel e tampouco transferir para a Caixa um papel que é do TCU? Como é que vamos aumentar o rigor, mas ao mesmo tempo melhorar a forma e a capacidade de atendimento por parte da Caixa?

Imaginem — eu quero dar um exemplo disso, Sr. Presidente —, imaginem a Caixa Econômica ter de se preocupar lá com o Município de Cajazeiras, ir para lá e acompanhar toda a fase de licitação, para saber se o preço do parafuso, se o preço do prego está ou não está fora. Quer dizer, essa emenda, esse projeto, essa execução não vai sair nunca! Essa é uma tarefa da fiscalização do TCU. À Caixa não compete o processo de fiscalização. E de nossa parte (e aqui vamos para complemento que V.Exa. oferece, que é o segundo ponto), devemos permitir que o financeiro acompanhe o orçamentário. Esse é o ponto fundamental, em que eu acho que V.Exa. toca bem, nesse Orçamento. Quando nós banimos essa história do Anexo de Metas (e todos nós sabemos que o Anexo de Metas era uma verdadeira colcha de retalhos, sem amparo em lugar nenhum), na medida em que buscamos fazer o ajuste entre o que é orçamentário e o que é financeiro, nós inclusive facilitamos a vida da Caixa Econômica.

Para encerrar, vou dar um exemplo bem claro: a Presidenta esteve aqui, em um encontro com os Prefeitos, anunciou o valor que nós teríamos para a Caixa, tal e tal, e pelo que me consta a Caixa está recebendo o limite financeiro do Governo agora. Naquele dia não havia o limite. E olhem que, mesmo com ordem da Presidente, o limite financeiro só está saindo agora! Aí nos descemos a ripa na Caixa Econômica. Ora, na prática, se nós não ajustarmos essas coisas a partir de agora, aí, sim, em vez de fazermos um Orçamento autorizativo, faremos um Orçamento fictício. Portanto, é muito melhor que façamos um Orçamento sem essa imposição, com essa capacidade de gestão e gerenciamento, do que um Orçamento impositivo que na prática nós não teremos capacidade de executar.

Então, quero somar-me a V.Exa. na iniciativa. Acho que o decreto legislativo aqui é importante, mas acho que é fundamental que nós construamos com a Caixa e o TCU um conjunto de regras para que essas coisas também possam andar de maneira bem azeitada. Parabéns, Deputado Márcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Nós temos mais dois inscritos, e eu peço inclusive o empenho de V.Exas., por causa da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, justamente: são 15h43min, brevemente estará iniciando-se a Ordem do Dia, e temos de votar a matéria. Então, serei breve. Quero somente cumprimentar nosso colega Deputado Márcio Reinaldo, parabenizá-lo pelo trabalho sempre estudioso, criterioso, em seus relatórios. Em nome do PMDB, gostaria de cumprimentá-lo. E aproveito também para já encaminhar o voto pela aprovação do seu relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Obrigado, Pedro.

Tem a palavra o Deputado Efraim Filho, como último orador.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, também procurando ser sucinto, eu quero apenas deixar clara aqui a minha posição. Primeiro, quero parabenizar o Deputado Márcio. O Deputado tem feito um trabalho exemplar, escutou a todos, avançou ao ponto de um Orçamento até, como disse o Ministro do TCU Aroldo Cedraz, não impositivo, mas um Orçamento determinativo, em que haveria, sim, respeito àquelas contribuições que os Parlamentares entendem como sendo prioridade, e que são fruto da nossa função constitucional.

Um segundo ponto: quero dizer que a ausência do Anexo de Metas e Prioridades, Sr. Presidente, neste momento, pode até ser compreensível, diante do PPA que está por vir até o dia 31 de agosto, mas nesse sentido é imprescindível saber — e até quero provocar a Senadora Gleisi Hoffmann, que é nossa Relatora, para saber — se no PPA há a possibilidade ou está previsto o Anexo de Metas, porque se não está vindo no relatório preliminar, na LDO, sob a justificativa de que no PPA isso poderá causar algum tipo de controvérsia, em virtude de novos procedimentos que serão adotados, então eu quero saber da Senadora se há alguma previsão de no PPA haver o Anexo de Metas e Prioridades, porque, Sr. Presidente, em não havendo (e é importante que haja a atenção do Plenário), em não havendo o Anexo de Metas e Prioridades no relatório preliminar da LDO nem no PPA, ficará muito comprometido o trabalho do legislador, que somos nós, no resultado final do Orçamento Geral da União, porque as iniciativas passarão a ser todas do Executivo. As iniciativas dos Parlamentares ficarão prejudicadas, e muitas vezes poder-se-á usar o manto da incompatibilidade, como já foi feito. E, por torná-las incompatíveis, porque nós não teremos parâmetros para saber o que são metas e prioridades, nós ficaremos prejudicados.

E quanto ao argumento de que é colcha de retalhos, ora, essa colcha de retalhos está prevista na Constituição Federal! Isso tem a ver exatamente com a disposição do Parlamentar de contribuir, de acordo inclusive com as demandas que ele, ali, próximo, está ouvindo. Então, não vamos considerar o trabalho do Parlamentar, que deve ser respeitado nesta Comissão, como uma colcha de retalhos; muito pelo contrário, nós estamos fazendo exatamente o que esta Casa tem de fazer, porque ela é, na sua essência, a Casa do povo, e essas demandas que nós escutamos nas nossas bases são transmitidas para essa peça tão importante que é o Orçamento Geral da União.

Então, é quanto a esses dois pontos que gostaríamos de marcar posição, e pretendemos ainda saber dessa previsão no PPA, da possibilidade de o Anexo de Metas estar ali incluído.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Efraim a obediência ao tempo.

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados quantos destaques? *(Pausa.)*

Nós temos sete destaques.

O relatório preliminar está em votação na representação...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apenas para encaminhar, Sr. Presidente, o PT não poderia deixar de elogiar o Deputado Márcio Reinaldo, que fez um belíssimo trabalho, ouvindo-nos. Esteve conosco várias vezes. Parabéns.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Fazemos das suas as palavras da base.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados.

APROVADO.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO, ressalvados os destaques.

Vamos agora aos destaques.

Destaque nº 1, à Emenda nº 2, do Deputado Ademir Camilo.

Tem a palavra V.Exa., dentro da objetividade que lhe é peculiar. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Sr. Relator, nós fizemos essa emenda, solicitando de V.Exa. que inclua no item 2.2, na parte especial do relatório preliminar, o seguinte subitem: *"O Relator discriminará as ações correspondentes ao PAC e à superação da extrema pobreza que integram as metas e prioridades da Administração Pública Federal"*.

Já o art. 165 da Constituição, em seu § 2º, reza que a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades. Portanto, dois programas importantes, que são o combate à pobreza extrema e o PAC, deveriam estar discriminados no seu relatório.

Dessa forma, solicitamos a V.Exa. que acolha a nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Ademir.

Tem a palavra o Sr. Relator, para se pronunciar a esse respeito.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Ademir Camilo, como já me manifestei junto a V.Exa. anteriormente, o nosso entendimento é o de que essa matéria realmente esteja no âmbito do PPA. Então, isso deverá estar dentro das definições da Senadora Gleisi. E eu aproveito aqui para dizer a ela também que não se preocupe com o Anexo IV — e o Deputado Rogério inclusive manifestou-se sobre ele, sobre essa abertura para o descontingenciamento —, porque eu tenho a nítida responsabilidade e o entendimento de que o Governo está enfatizando, está dando muita ênfase às obras do PAC e à erradicação da miséria.

Então, eu acho que é por aí, tanto que, pegando esse gancho, e dentro do que nós pudemos entender, estamos propondo que ao PAC, além daquele valor que sairá do superávit primário — a dedução seria cerca de R$ 40 bilhões, R$ 42 bilhões —, nós acrescentássemos aquele 1% da Receita Líquida que veio na Reserva de Contingência, e que poderá ir para 2% ou mais, conforme o próprio Planejamento já pensa em admitir, para que nós possamos atender às emendas individuais e, dentro do limite que couber, R$ 6 milhões, R$ 8 milhões, 10 milhões sejam canalizados para obras que tenham consistência com o PAC, que tenham afinidade com as metas do PAC. E a partir daí nós poderíamos ter inclusive o crescimento do PAC, poderíamos ter janelas futuras para pequenos Municípios abertos para o PAC, coisa para que essa vontade parlamentar não basta.

Então, visando resguardar inclusive isso que o Senador Walter Pinheiro deixou bem claro, essa sintonia entre todos os instrumentos do sistema de orçamento, a LDO, o PPA, o Orçamento anual, o sistema de controle e a programação financeira — porque a gente fala pouco, mas é quem mais manda, e é quem mais atrapalha, e não discute —, eu creio que se nós conseguirmos isso estaremos dando um grande passo. Por isso é que deixo a cargo de V.Exa. exatamente o atendimento dessa demanda do Deputado Ademir Camilo, na discriminação do PPA e do programa de erradicação da miséria. Então, é por aí.

E, dentro disso aí — ouviu, Ademir? —, eu peço a V.Exa. paciência, mas opino pela rejeição do seu destaque, exatamente para conferir à Senadora Gleisi a oportunidade de exaurir essa matéria ao máximo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O voto do Relator é pela rejeição, transferindo à Relatora do PPA a presente matéria.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

REJEITADO o destaque, contra o voto dos Deputados Ademir e João Dado.

Em votação na representação do Senado.

REJEITADO o destaque.

Destaque nº 2...

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, diante da afirmação do Deputado Márcio Reinaldo, e entendendo suas explicações, quero retirar o Destaque nº 2, e já peço a compreensão dele, para que faça também, depois, o encaminhamento à Senadora.

E se V.Exa. me permitir, já quero fazer aqui a defesa do Destaque nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra V.Exa. O nº 2 é de V.Exa. também.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Retirei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Retirou? Então, vamos para o nº 3.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - A proposta, Deputado Márcio Reinaldo, é acrescentar nas regras para a previsão e a autorização dos pagamentos de Restos a Pagar referentes às obras concluídas ou em andamento aquelas inscritas no Cadastro Único dos Convênios. Eu acho que essa emenda não trará nenhum prejuízo para o relatório da Senadora, e desde já poderíamos assegurar nos Restos a Pagar, além das obras concluídas ou em andamento, aquelas também inscritas no Cadastro Único de Convênios. Eu acho que caberia bem essa emenda. V.Exa. poderia acolhê-la, porque nos daria segurança, principalmente atendendo àquilo que foi feito em Orçamentos passados.

Dessa forma, solicitamos de V.Exa. compreensão e o acolhimento dessa emenda objeto desse Destaque nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Deputado, eu acredito que essa emenda tem o seu valor natural e lógico. Creio que o relatório preliminar não é o local apropriado. Peço a V.Exa. que refaça essa emenda no relatório da LDO, e eu tentarei acolhê-la, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ótimo.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA- Voto pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Rejeição, mas com um indicativo importante ao Deputado Ademir Camilo.

Em votação o Destaque nº 3, com parecer pela rejeição, na Câmara dos Deputados.

REJEITADO.

A matéria não vai ao Senado.

Há mais algum, Ademir?

O próximo destaque é de João Dado. É o Destaque nº 4, à Emenda nº 30, do Deputado João Dado.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu já fiz a defesa do destaque. Entendo que a LDO também deveria contemplar a possibilidade de a renúncia de receita ser feita também por proposições que futuramente podem tornar-se leis, e nesse sentido ganhamos tempo, ganhamos agilidade no Congresso Nacional, no sentido de satisfazer o interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado João Dado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, eu vejo com muita simpatia essa emenda, e pela razão que eu avoquei anteriormente eu imagino (e estou sendo assessorado aqui) que nesse relatório preliminar não seja o ponto adequado. Então, eu já disse a V.Exa., Deputado João Dado, e digo agora para todos os colegas que essa emenda eu terei o máximo prazer de acatá-la definitivamente no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - O parecer é pela rejeição no relatório preliminar, mas com o compromisso do Sr. Relator.

Em votação o destaque com parecer pela rejeição na Câmara dos Deputados.

REJEITADO.

A matéria não vai ao Senado.

Está aí, João Dado. Ganhou a emenda.

O Destaque nº 5, à Emenda nº 1 — cujo autor é o Deputado Ronaldo Nogueira, e o do destaque é o Deputado Alex Canziani —, fica prejudicado, pela ausência do grande Deputado e querido amigo Alex Canziani.

Temos mais dois destaques.

O Destaque nº 6, do Deputado Alex Canziani, à Emenda nº 32, do Deputado Jovair Arantes, também fica prejudicado, na ausência do Deputado.

O Destaque nº 7, do Deputado Alex Canziani, à Emenda nº 33, do Deputado Jovair Arantes, também está prejudicado.

Não há mais destaques sobre a mesa.

Está concluída a votação do relatório preliminar da LDO.

Estamos abrindo um prazo, a partir de amanhã, para o recebimento das emendas. O prazo é de 10 dias, impreterivelmente.

Com a palavra o Sr. Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu queria pedir ao Líder Rogério Marinho que abrisse mão de uma parte do acordo que foi firmado aqui na Comissão de Orçamento, para votarmos o nosso requerimento, de nº 14, que é sobre a constituição de um grupo de trabalho especificamente para fiscalizar e acompanhar a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Eu já falei com o Líder Efraim Filho, já falei com o Líder Ademir Camilo, já falei com Nilton Capixaba, com o próprio Líder do Governo interinamente, meu querido amigo Gilmar Machado, e com Vaz de Lima também, que é Presidente da Subcomissão de Obras Inacabadas desta Comissão, e queria sensibilizar, tentar sensibilizar nesta tarde nosso querido Rogério Marinho, para que ele abrisse mão desse acordo e submetêssemos o nosso requerimento à apreciação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Podemos votar? O Deputado Rogério Marinho concorda, neste momento, com a inversão de pauta? Primeiro votaríamos a inversão de pauta, depois votaríamos requerimento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, o Deputado Wellington Roberto, um nobre Deputado, experiente, que tem uma ação meritória, hoje traz-nos uma ação extremamente importante, que é a proposta de um grupo de trabalho para acompanhar as obras da Copa do Mundo, que está tão em evidência. É verdade, não tenho dúvida de que é um requerimento extremamente importante, mas nós fizemos um acordo, e estamos com uma situação interna em que precisamos ter um tempo maior para avaliar esse projeto; o Deputado Vaz de Lima é o Presidente do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, e a nós parece-nos que precisamos debruçar-nos sobre isso, porque há uma certa superposição de ações.

Então, nós pediríamos, em respeito ao Deputado Wellington, em respeito a esta Comissão, que tivéssemos mais um tempo para analisar essa matéria, para firmarmos uma posição, e inclusive já dissemos a ele que concordamos no mérito. Então, queremos que o acordo hoje seja cumprido.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Olhem, eu concordo com as palavras do nosso querido Deputado Rogério Marinho, mas quero dizer a ele que o trabalho que vai ser executado por esse grupo servirá de subsídio para a Comissão de Vaz de Lima; então, eu acredito que se ele, na verdade, abrir mão desse acordo, nós teremos imediatamente trabalhos para serem realizados por esse grupo e consequentemente subsidiar a Comissão do Deputado do PSDB Vaz de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Não há acordo?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, o PDT concorda em votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Os partidos todos concordam, menos o PSDB.

Não há acordo.

Fica para a pauta da próxima reunião.

Nós estamos, dentro do acordo preestabelecido, suspendendo os trabalhos desta Comissão temporariamente, convocando V.Exas. para amanhã, às 14 horas.

Nós vamos ter aqui, às 15 horas, Jorge Hereda, da Caixa Econômica.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral da LOA.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, isso significa que hoje não teremos a retomada desta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Não. Amanhã, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - *O.k.*, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Nós temos uma reunião de Líderes agora, e com os Relatores, tanto V.Exa. como o Relator Márcio Reinaldo Moreira, a Relatora Gleisi Hoffmann e o Relator de receita.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Declaro reiniciada a 7ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas de nºs 5, 6 e 7, de 2011. Informo que os avulsos das respectivas matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Pauta 5. Apreciação do relatório. Item 2. O Relator, Senador Acir Gurgacz, não está presente. O item 2 da pauta fica prejudicado e adiado para a próxima reunião.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu queria submeter à apreciação desta Comissão a inversão de pauta do último item e também do item do nobre Deputado Danilo Forte...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quais são os itens, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - ...relativo à vinda do Diretor-Geral do DNIT, o Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O item 6 também está prejudicado hoje, adiado para amanhã, por ausência do Relator.

Vamos ao item 7.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Pela ordem, Sr. Presidente. Nós temos *quorum*?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Temos *quorum*. O *quorum* é o de ontem. A reunião foi apenas suspensa.

O item 6 também...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O item 6 é o meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O item 2 da Pauta 6 também fica prejudicado pela ausência do Relator. Trata-se de prestação de contas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Somente para citar, vamos manter o mesmo acordo, mas está sobrestada a votação da matéria que estava na preferência da pauta. Só para manter, certo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Mantido.

O item 3 da Pauta 6 fica prejudicado de igual forma. O Senador Acir Gurgacz está ausente. Estou seguindo para chegar ao seu item.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O meu é o primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A mesma coisa aplica-se ao item 4, Pauta 6. O Senador João Vicente está ausente.

O item 5 da Pauta 6 é o que está com a apreciação suspensa.

Chegamos ao item 6 da Pauta 6.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Isso é um trem-bala.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O item 6 da Pauta 6 solicita que seja convidado o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do DNIT, para prestar informações sobre gargalos à celeridade na execução das obras do DNIT.

O Deputado Danilo Forte está com a palavra para sucintamente definir o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil inteiro tem vivido as dificuldades na execução das obras de grande porte de infraestrutura, em função da burocracia excessiva que o nosso País tem hoje.

Em nenhuma das reuniões que nós fizemos com o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luiz Antonio Pagot, e o Ministro Alfredo Nascimento ficou claro que era necessário que esta Casa tivesse as informações essenciais com relação às dificuldades que o DNIT vem enfrentando atualmente para a execução das obras, no que diz respeito à questão dos licenciamentos ambientais, que se transformaram em licenciamentos socioambientais; em relação ao problema orçamentário de muitas obras que já estão com o prazo alongado e cujos orçamentos ficaram defasados com relação ao prazo, o que causou distorção no equilíbrio econômico-financeiro delas.

Em função disso, o próprio Dr. Pagot se disponibilizou a conversar conosco sobre a matéria necessária para a renormatização, a fim de que esta Casa, através desta Comissão, pudesse ajudar, inclusive, o Governo, o Poder Executivo, a desenvolver essas ações proativas para que tanto os órgãos de controle quanto os órgãos congêneres, em relação à liberação dessas obras, pudessem dar celeridade a elas.

Diante do exposto, eu apresentei este requerimento e espero que esta Casa aprove a convocação de comum acordo com o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Pagot, para que ele possa comparecer a esta Comissão e conosco discutir a possibilidade da nova legislação em relação a matérias tão importantes para o nosso conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento foi acordado com o DNIT e com o Dr. Pagot.

Bom, já acuso a presença do...

Pauta 7, alterada. Eu peço a retirada da pauta para a próxima reunião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Começou a Ordem do Dia no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não começou, não.

Apreciação do Requerimento nº 14, de 2011, que solicita a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos para as obras relativas à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O Deputado Wellington Roberto, autor do requerimento, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, trata-se de um requerimento de minha autoria para constituir um grupo de trabalho, em caráter preventivo, para acompanhar a fiscalização, o planejamento e a execução do cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal, com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

Esse é o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, não temos acordo para votar este requerimento. Nós falamos isso na sessão anterior. E, de qualquer maneira, não há *quorum* aqui no Senado, visivelmente. Acho que temos aqui dois Senadores.

Então, não temos acordo para votar este requerimento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Acabo de ser informado de que começou a Ordem do Dia do Senado. O Deputado Gilmar Machado tem razão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Então, regimentalmente, não há *quorum* para ser votado no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Bom, sem acordo para votação do requerimento, na forma do Regimento, encerro esta reunião.

Acuso já a presença do Sr. Jorge Hereda.

Convoco a próxima reunião para as 14h58min.

Está encerrada a reunião.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011.

Às quinze horas e um minuto do dia primeiro do mês de junho do ano de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo. A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda, que prestaria esclarecimentos acerca da operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, atendendo ao Requerimento nº 11/2011-CMO, de autoria do Senador Vital do Rêgo, aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4/5/2011. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Jorge Pinheiro, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Cyro Miranda e Vital do Rêgo; **- Deputados suplentes:** Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Danilo Forte, Geraldo Resende, Heuler Cruvinel, João Carlos Bacelar, José Airton, Luiz Argôlo, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado; **- Senadores suplentes:** Anibal Diniz, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol e Lídice da Mata. O Senador Itamar Franco teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Claudio Cajado, Edmar Arruda, João Magalhães, Márcio Reinaldo Moreira, Rodrigo de Castro e Rogério Marinho; **- Senadores**: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão os Deputados José de Filippi, Professor Setimo e Toninho Pinheiro. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião e convidou as seguintes autoridades para compor a mesa: o Senhor Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal e o Senhor José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Repasses, da mesma instituição financeira. Em seguida, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Logo após, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao palestrante, que discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, o Presidente, como autor do Requerimento, teceu alguns questionamentos relativos ao tema e o debate foi iniciado. Houve consenso no sentido de o palestrante se pronunciar após intervenções dos parlamentares inscritos. Participaram do debate os Deputados Efraim Filho, Ademir Camilo, Toninho Pinheiro, André Vargas, Rui Costa, Ronaldo Zulque, Professor Sétimo, Arlindo Chinaglia e o Senador Delcídio do Amarial. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelos interpeladores. Foi assegurada réplica ao Deputado André Vargas. Dando prosseguimento, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate. Fez uso da réplica, o Deputado Efraim Filho, para questionar acerca da data limite de vigência do Decreto em discussão. O Senhor José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Repasses, respondeu ao interpelador, afirmando não tratar-se de uma data terminativa, mas apenas uma sugestão de data. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu o comparecimento do Presidente da Caixa Econômica Federal e de sua equipe técnica, e declarou encerrada a reunião, às dezesseis horas e quarenta e minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata**. Senador Vital do Rêgo. Presidente.xxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Declaro iniciada a 2ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 11/2011, de autoria deste Senador, aprovado na 4ª reunião ordinária, realizada no último dia 4 de maio, com a finalidade de ouvir o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, a quem já tenho a honra de ter compondo a Mesa e que prestará a esta Comissão, na forma proposta em convite, esclarecimentos sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Anuncio também, para nossa honra e satisfação, a presença do Superintendente de Repasses da Caixa Econômica Federal, Sr. José Carlos Medaglia, que também já está presente à mesa.

Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, comunico que, de acordo com o Regimento, art. 256, § 2º, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado, com a prorrogação oferecida pela Mesa.

Conforme estipulado também no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

A lista de inscrições para o debate já está aberta.

Com a palavra o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda. É um prazer tê-lo aqui.

O SR. JORGE FONTES HEREDA - Cumprimento o Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, e todos os Senadores e Deputados presentes.

Quero começar pedindo desculpas pela minha ausência na semana passada. Eu estava conversando aqui com o Senador a respeito do problema. Além de na Caixa haver reunião do Conselho Diretor, de acordo com o estatuto, todas as terças-feiras, na terça-feira passada, no mesmo horário da audiência, eu estava em reunião com a Presidenta Dilma a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Era difícil deixar de comparecer à reunião com a Presidenta. Espero que esse motivo sirva para que os senhores me perdoem pelo fato de não ter estado aqui na semana passada.

Quero dizer que para a Caixa e para mim é muito importante vir aqui esclarecer fatos e situações a respeito da nossa participação no processo de repasse.

Eu digo para os nossos funcionários que a Caixa tem que ocupar todos os espaços que pode, para que fique cada vez mais clara qual a nossa participação no processo e que medidas estamos tomando para melhorar nosso atendimento ao Governo Federal nos processos de repasse.

Tentarei ser muito breve em minha exposição, a fim de apresentar como a Caixa atua e quais são as exigências para o processo. Na sequência, poderemos debater com base nas informações que estou trazendo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse primeiro eslaide é para situar a Caixa no processo de repasse. Nós temos toda a legislação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei de Orçamento Anual, que passa pelos Ministérios, pelos programas do Governo, e chega à Caixa, que é mandatária dos Ministérios.

São 17 os órgãos do Governo aos quais prestamos serviço de repasse.

Nós atuamos em 5.494 Municípios dos 5.562 Municípios brasileiros; 98,7% dos Municípios brasileiros têm repasses via Caixa.

O próximo eslaide é para mostrar um pouco como foi a liberação dos recursos em 2010. Nós temos em amarelo o que é PAC e em azul o que é repasse. É importante que vejamos que os recursos do PAC e os recursos dos repasses das emendas estão relativamente equilibrados. O montante que repassamos no ano passado para o PAC foi de 2 bilhões 734 milhões 592 mil reais, e para o não PAC foi de 2 bilhões 462 milhões de reais. Quer dizer, foram recursos mais ou menos equilibrados, nessa proporção que temos na tela.

O próximo eslaide mostra a efetividade da contratação. Nós temos dados aqui desde 1996, quando se iniciou o processo de repasse. É importante — e acho que todos os senhores sabem — frisar a diferença que existe entre convênio e repasse. O repasse é um processo muito mais regulado, com muito mais normas e com um procedimento muito mais detalhado, como vamos ver na sequência.

Aqui temos a seleção, o empenho e a contratação por ano. Essa diferença entre contratação e empenho, na maioria das vezes, é problema de CAUC.

Essa é a contratação que temos todo final de ano com relação às emendas.

O próximo gráfico mostra o número de contratos que temos. São cerca de 52 mil os contratos ativos que a Caixa administra.

Na sequência, um dado muito importante: temos quase 52 mil contratos ativos, e 85% desses contratos são repasses de até 500 mil reais. Se formos até 1 milhão de reais, veremos que passam de 90%. Então, 85% dos repasses que fazemos são de até 500 mil reais.

É importante dizer o seguinte: um repasse de 100 mil reais custa 22 mil reais para nós acompanharmos. Quer dizer, o processo burocrático que envolve o acompanhamento do repasse de uma emenda é também muito caro, porque se somarmos a esses 22 mil reais de custos da Caixa o custo de todos os órgãos de controle, de todos os órgãos de Ministérios e tudo o mais, arrisco-me a dizer que é capaz de gastarmos mais para controlar, Presidente, do que conseguimos repassar de recurso.

Essa é a primeira reflexão que quero deixar aqui e que é uma preocupação muito grande da Caixa.

Se fizermos essa discussão de uma maneira muito, vamos dizer assim, reduzida, sob o ponto de vista da abrangência do problema, vamos dizer: *"Olha, a Caixa tem mais ou menos capacidade, temos que ter mais ou menos capacidade para poder atender e tudo o mais".* Mas existe uma irracionalidade no processo, uma irracionalidade que mobiliza milhares de técnicos e uma série de processos burocráticos que fazem com que sejamos obrigados a tratar uma emenda de 100 mil reais do mesmo jeito que um processo de repasse ou de um programa do Governo de 500 milhões de reais. Tenho que fazer o mesmo processo. Às vezes, o processo para os repasses de 100 mil reais, de 500 mil reais, é até mais difícil de fazer, porque nele tenho que cobrar CAUC e essas coisas.

No PAC, a transferência tem característica de transferência obrigatória, portanto não tenho que pedir CAUC. Há alguns procedimentos mais simplificados. Às vezes, o Prefeito, lá na ponta, ou o Governador, que são os alvos da emenda, não conseguem entender por que para uma emenda "x", pequena, ele tem que ter CAUC e para a outra ele não precisa ter. Isso também é parte desse processo.

A Caixa tem procurado cada vez mais aumentar a sua capacidade. Toda vez que discuto essa questão das emendas e dos repasses digo algo que quero dizer aqui aos senhores, com toda a transparência: estou preocupado primeiro com o que eu preciso corrigir, com o que eu preciso melhorar dentro da Caixa. Temos consciência de que toda informação que é dada pelos Deputados, pelos Senadores e pelos Prefeitos é uma informação importante para corrigirmos as nossas falhas. Não estou fazendo essa discussão aqui dizendo que somos perfeitos. Quero dizer inclusive o que estamos fazendo para corrigir os nossos defeitos. Mas estou aproveitando a oportunidade também para colocar a questão do tamanho que ela tem. Fora a capacidade operacional da Caixa, temos outras questões que poderiam simplificar muito, inclusive, a operação. É isso que estou trazendo aqui.

Na estrutura própria das regionais da Caixa, há 51 unidades técnicas regionais de Governo — são as *(ininteligível)* que fazem essa comparação. Temos 80 superintendências regionais no Brasil, 507 cargos gerenciais, 1.150 engenheiros e arquitetos do quadro, 222 técnicos sociais do quadro e mais uma estrutura de apoio credenciada de 2.216 escritórios de engenharia, com 3.256 engenheiros e arquitetos, e 194 escritórios de trabalho social, com 664 técnicos sociais.

No outro eslaide, podemos ver os órgãos do Governo Federal aos quais prestamos serviços. São 17 órgãos, que vão desde o Ministério das Cidades até o Ministério da Saúde. Na sequência, podemos ver que o Ministério das Cidades é o nosso maior cliente, mas há também o MAPA, o Ministério do Turismo, o Ministério do Esporte e o MDA com uma participação significativa.

Neste ponto queria dizer que nós temos que respeitar essa sequência de diplomas legais aí expostos. Não vou detalhá-los, mas é essa a legislação que somos obrigados a seguir.

Chamo a atenção para o fato de que — e não tenho nenhuma intenção de dizer que a Caixa não tem problema, pelo amor de Deus; já comecei dizendo que não é isso — 54% das exigências normativas que observamos são legislações. É lei, então temos que seguir, não tem jeito. Outros 36% são normas dos órgãos gestores dos Ministérios, nem sempre com o mesmo entendimento do que seja fazer repasse e sobre critérios e normas de repasses. Assim, somos obrigados a ter praticamente 16 ou 17 regras para cumprir na ponta. Por quê? Porque não está unificado esse procedimento. Há normas gerais que dizem como deve ser, mas cada um tem sua peculiaridade. Isso é difícil não só para nós, na ponta, que somos obrigados a fazer a análise do projeto, mas também para os Municípios entenderem por que pavimentação, no Ministério do Turismo, é uma coisa e, no Ministério das Cidades, é outra. É uma coisa difícil de se entender mesmo. E todos têm seus motivos técnicos, suas razões.

Vemos ali que 4% são provenientes de órgãos de controle. O que tem acontecido, sistematicamente — e vou concluir o mais rápido que puder —, é que 4% disso são normas dos órgãos de controle. Por exemplo, o TCU acha que o processo tal precisa ter mais rigor, aí manda uma norma. Tanto o gestor quanto nós recebemos uma determinação: *"É preciso fazer isso, melhorar não sei o quê, olhar mais isso, ser mais rigoroso naquilo".* E isso vira norma. E cada vez mais tem virado norma, porque ninguém quer ficar, na verdade, como ônus de dizer: *"O TCU falou que tem que ser feito dessa forma".* E, às vezes, são recomendações irracionais e que não devem ser cumpridas, porque nos fazem ter deseconomias como essa que falei.

O processo de controle é importante, lógico, e ninguém pode abrir mão dele, mas é importante também não confundirmos controle e rigor com os recursos públicos com burocracia exagerada que não controla a questão.

Nesse processo todo, esses 4% têm aumentado constantemente, em situações até de o nosso técnico, na ponta, receber notificação pessoal. E, depois que esse técnico que está na ponta recebe uma notificação pessoal e, como ocorre muitas vezes, no decorrer do processo de esclarecimento, mostra-se que não há problema nenhum, para ele assinar um processo vai ficar cada vez mais difícil. Então, é preciso que sejam pactuados critérios sobre o que é a atribuição de cada um, qual é a norma que tem que ser seguida, no sentido de dizer o que é um acompanhamento, que é diferente de uma fiscalização. A Caixa não é fiscal, como muitas vezes se entende, pela série de obrigações que temos de pedir isso e aquilo, procedimentos que não são um desejo nosso e, em muitos casos, são exagerados.

Há 6% ali que são responsabilidade nossa: o azul-claro, operacional interno, e o amarelo, que são normas da Caixa, que também recebe e coloca. Isso não quer dizer que 6% das normas signifique que não temos trabalho, no sentido da interpretação das normas que nos seguem. Não estou dizendo isso. Acho que há todo um trabalho de uniformização das ações, de racionalização do atendimento, que é sempre onde terminamos pecando, para o que temos que perseguir a melhoria também.

No processo de repasse, nós normalmente contratamos a partir do CAUC e de um plano de trabalho. Mais adiante nós vamos ver quanto tempo demora esse processo.

Nós recebemos primeiro as seleções, depois fazemos o empenho e a contratação. Depois existe um mecanismo, que se chama cláusula suspensiva, que permite que, durante um tempo, se faça projeto, licitação e se continue a fazer a obra. Então, assina-se o contrato da maneira mais simples que existe. Depois, o fluxo financeiro é determinado pela disposição dos recursos pelos Ministérios. Muitas vezes ouvimos alguém dizer que a Caixa não pagou tal medição. Isso depende do fluxo de caixa que recebemos.

Aqui são algumas críticas que existem entre os vários setores. Eu não vou detalhar isso. O que quisemos dizer com essa tela foi o seguinte: nós temos responsabilidades. Se formos analisar a Caixa, nós temos problema de despadronização de procedimentos; exigências excessivas de interpretação de normas; problemas de prazos longos em algumas situações no País, em relação à cobertura de atendimento. Mas esse é um problema operacional da Caixa. Então, vamos tratar dele, e sabemos que precisamos melhorar. Agora, há uma série de outros agentes nesse processo, e não adianta ficar discutindo só uma parte da história. Temos que ter condições de ter Municípios que consigam fazer projetos de maneira mais efetiva. E as exigências para Municípios menores, que recebem emendas menores, têm que ser menores do que a dos outros, porque senão todo o mundo tem que fazer projeto executivo num nível caro, que demanda um esforço técnico que às vezes não se tem.

Há também questões legislativas. Por exemplo, a LDO passou anos dizendo que a Caixa tinha que olhar item por item da licitação, e, se o preço não acertasse na mosca o do SINAPI, nós estaríamos errados. E todo o mundo conhece o SINAPI aqui. Nós trabalhávamos dando uma folga, porque o preço do SINAPI é coletado na Capital, mas no interior há um custo de transporte diferente. Então, não se pode chegar e dizer assim*: "Eu vou ficar na mosca. Tem que ser isso aqui"*. Tem que ter uma folga para analisar. No entanto, a LDO passou anos dizendo que tínhamos que fazer desse jeito. E a LDO passa no Congresso.

Agora a LDO está melhor, melhorou bastante. Mas ela dizia que tínhamos que olhar a licitação com uma lupa. Só que não é nossa função olhar a licitação de lupa. A licitação é feita por quem recebe a emenda. Temos que ver se ele publicou, se está dentro dos critérios, se o preço está razoável, se foi cumprida toda a legislação. Mas não temos que olhar a vida inteira da licitação, porque não é essa nossa função. Os órgãos de controle têm que ir à Prefeitura, pedir a licitação e analisar se está sendo feita ou não. A LDO chegou a colocar isso há alguns anos. Então, quanto à legislação, como um todo, é preciso também ter cuidado, porque depois que isso é colocado não adianta dizer que não vamos fazer ou pedir para não fazermos. Portanto, há

contribuição nesse processo para todos. É isso que eu queria deixar claro, sem querer tirar os meus, de minha responsabilidade.

No ano passado — estamos tentando melhorar a nossa resposta —, nós aumentamos nossos quadros de engenheiro, técnicos sociais, analistas e cargos gerenciais, aumentamos para esse limite que temos hoje. Nós estamos hoje redimensionando. Eu tive uma reunião hoje com o pessoal da área de dimensionamento, no sentido de fazer um esforço para aumentar as G2 no Brasil, para aumentar as SRs, diminuir distâncias. O Rui conhece a distância da Bahia. Sair da SR de Feira de Santana e ir para Barreiras dá mais de mil quilômetros dentro do Estado. Nós estamos resolvendo esse problema, redimensionando nossa rede e redimensionando nosso pessoal. Esse é o nosso compromisso. Até julho nós teremos isso desenhado e vai melhorar bastante.

Além disso, nós temos feito trabalhos de formação. Então, nossa Universidade-Caixa tem feito esforço de treinamento. Treinamos 120 multiplicadores no SICOOB, para poderem aprender a lidar com esse novo sistema. Nós treinamos 4.680 gestores. Foi um esforço no sentido de conseguimos ter uma referência na Prefeitura. Essa referência, que pedimos ao Prefeito para nos mandar, é treinada pela Caixa no processo de repasse e no processo dos programas. Nós já treinamos 4.880. Temos a sala da Prefeitura, disponibilizamos plataforma no EP para consulta dos nossos diretores municipais, e etc. Então, esse é o esforço que temos feito, e vamos ampliar na sequência

Eu vou pular alguns ISATs porque eu não quero passar do meu tempo.

Temos nesse momento procurado aumentar, tentado criar uma força-tarefa, no sentido de, tendo como referência o prazo de 30 de junho, tentar salvar ao máximo as emendas que temos. Temos tomado uma série de providências nesse sentido.

E há uma boa notícia que a Presidenta Dilma deu na Marcha dos Prefeitos: todo esse diagnóstico que fizemos aqui, da situação do repasse, a Presidenta determinou que os Ministérios e a Caixa também — a Caixa deu uma série de sugestões — fizessem rapidamente um processo que diferenciasse essa questão que temos hoje, simplificasse o repasse para emendas até 500 mil, 1 milhão e conseguisse, com isso, até melhorar a capacidade operacional e liberar mais pessoas que são obrigadas a ficar fazendo vários passos nesse menor para se fazer o maior.

Então, o próprio trabalho de uniformização dos critérios de cada Ministério está determinado. Há uma série de medidas que a Presidenta determinou que eu acho que vão, sob o ponto de vista da democracia, melhorar nossa vida. Nós estamos em processo, junto com a SRI, com todos os Ministérios, inclusive o de Planejamento, e etc.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos passar mais rápido, senão não terminamos. Eu queria só que entendêssemos um pouco desse fluxo aqui, para não tomar mais muito tempo. Você tem a seleção, então, apresenta-se o plano de trabalho, a análise operacional e se contrata. Essa barra, que é a linha do tempo de um contrato, demora, numa emenda de 100 mil, 3 anos e um pouquinho, numa emenda de 500 mil, 1 milhão demora 4 anos. Essa primeira parte da barra até ali, início da obra, são as preparações que precisam ser feitas. Então, vão desde projetos, licenças ambientais, todas as licitações, análise de licitação, etc., etc. Metade do tempo é consumido preparando-se a emenda. Isso demora de 1,5 ano a 2 anos. Às vezes, somos obrigados a coletar por 1 ano para poder fazer o projeto.

Então, também entram na Caixa de uma maneira, vamos dizer assim, muito tardia projetos. Aí junta-se isso com o início de obra e, depois, há a prestação de contas. Então, essa linha do tempo aí é entre 3 e 4 anos. E a metade do tempo é preparação de projeto.

No meio disso pode haver uma análise demorada na Caixa? Pode. Pode haver uma dificuldade de ir lá fazer a medição? Pode. Pode haver interpretação de regra diferenciada? Pode. E tudo isso faz parte do processo. Mas há também demora para se responder uma série de pedidos técnicos que somos obrigados a fazer, a depender do porte e da condição de cada Prefeitura. Então, esse é o caminho que temos que fazer. A metade é preparação.

Isso aqui são algumas sugestões que estão sendo discutidas. Eu vou pular esse item porque vamos deixar a apresentação aqui e seguir para a simplificação da rotina das emendas até 500 mil. Há preocupação principalmente com relação aos recursos. É importante que se tenha uma quantidade de recursos. Quando se assina um contrato, é importante, por exemplo, que se tenha 50% dos recursos disponibilizados. Isso está sendo discutido, no sentido de se poder andar até 50% da obra, de maneira a se ter um segundo aporte de recursos,

não faltar recursos para medição, sincronizar melhor essa coisa. Tudo isso acho que vai ser equacionado pela determinação da Presidenta Dilma, a que eu me referi.

Quanto aos dois decretos eu queria passá-los mais adiante.

Esses são os Restos a Pagar que foram contratados.

Nós tivemos, de 2007 a 2008, 22.144 operações. Dessas, 20.808 tiveram Restos a Pagar prorrogáveis, ou seja, 93,9% das emendas. Então, estamos falando dos Restos a Pagar de 1993 a 1998. É lógico que, quando o calo aperta no pé da gente, só enxergamos ele. É claro! Não dá para não agirmos assim. Mas 93,9% das emendas das operações de 2007 a 2008 estão válidas, depois do processo. Há uma perda ali de 6,1%, que é lógico onde o calo aperta, de 2007 a 2008, que em valor dá 91,7%.

Esse aqui é um gráfico. O meu amigo Medaglia gosta de botar muitos números. Esse aí é um processo de 2009 que ainda tem obra iniciada em 4.721 unidades, de 12 mil. Então, nós temos que ir até o final, dia 30 de junho. Estamos num processo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Quantos contratos?

O SR. JORGE FONTES HEREDA - São 12 mil contratos, 4 mil e alguma coisa estão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em cima de 2009?

O SR. JORGE FONTES HEREDA - De 2009, só. E nesses 8 mil nós estamos num processo de mutirão. A Caixa está trabalhando, junto com os Prefeitos, no sentido de tentarmos salvar o máximo que pudermos, em função do estágio em que está a emenda. É o seguinte: se estamos num estágio ainda de Causa Suspensiva, se não se conseguiu terminar o projeto, não se conseguiu terminar essa preparação, não tem como ser salva.

Agora, se está próximo de entrar, se entrar até 30 de junho a medição na Caixa está salva. Não vai precisar fazermos checagem para dizer se está ou não está. Nós vamos aceitar até 30 de junho. E vai valer. Nós vamos ter, depois, um processo que pode glosar ou não a parte da medição, mas até 30 de junho será aceita.

Para concluir, vamos em frente. Acabou? *(Pausa.)*

Então, fiz questão de falar desse processo. Eu sei que esse fato do dia 30 de junho é muito premente, muito próximo, mas precisamos garantir que esse processo se dê de uma maneira mais tranquila sempre, para que não tenhamos que viver situações como a que estamos vivendo.

Sr. Presidente, estou à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Bom, eu, como autor do requerimento, vou de certa forma prescindir de fazer a primeira interpelação ao nosso convidado, mas não poderia deixar de me posicionar, até porque minhas interpelações serão alvo de preocupação de cada um dos senhores, que, durante diversas sessões ordinárias, extraordinárias e na audiência pública da Ministra do Planejamento, mostraram — num termo bem paraibano — sua agonia ou aperreio, com o Decreto nº 7.468.

Mas além da empatia, além do carisma pessoal do Presidente Jorge Hereda, de toda uma relação que S.Sa. tem com a Casa ou com as Casas, durante vários anos, o Presidente Hereda consegue aglutinar para si a nossa atenção, o nosso respeito e a nossa simpatia. E S.Sa. veio hoje efetivamente bastante preparado porque não trouxe apenas os projetos ou as esperanças, mas trouxe também suas dificuldades e fragilidades enquanto Caixa Econômica Federal.

Entendo que essa é uma postura de responsabilidade e que nós também a temos. Aquele quadro foi exposto mostrando as responsabilidades e as dificuldades que cada um deve ter. É o nosso dever de casa enquanto legisladores e deve estar como obrigação também do Executivo.

Basicamente queria perguntar ao Presidente se a Caixa, nesse caso do 30 de junho, tem condições, tem pessoal efetivo para analisar, pelo menos dentro da normalidade ou desse período quase que extraordinário de ação, esses projetos?

Eu tenho um irmão Prefeito e sei como é difícil, por exemplo, quando trata com esses escritórios credenciados. Uma coisa é tratar diretamente com a Caixa, que tem uma quantidade enorme de engenheiros, mas se precisou contratar mais de 2 mil. O credenciado tem recebido um tipo de treinamento para que não flexibilize, mas entenda os problemas que são apresentados.

V.Exa. expôs, com muita propriedade, Sr. Presidente, que a Caixa é a caixa de ressonância de todas as nossas queixas. Por quê? Porque todos os dias a Caixa recebe uma normativa nova da OGU, recebe um tipo de procedimento do TCU.

Então, criou-se na Caixa, nos engenheiros da Caixa e nos funcionários um pânico muito grande no sentido de colocar assinatura numa liberação de recursos.

Nós estamos vivendo num período em que a Caixa por si só também é pressionada. É pressionada pelos Prefeitos que querem ver a obra. E eu vi isso na Paraíba, numa cidade chamada Tacima, inclusive, foi isso que me impulsionou a estar aqui. Há 6 anos o homem é Prefeito e nunca recebeu uma obra, independente de ter recebido diversas emendas. Repito, há 6 anos a cidade de Tacima, no interior da Paraíba, nunca recebeu um repasse.

A pergunta é essa: Qual o papel do credenciado neste momento? E como poderíamos fazer, inclusive gostaria que V.Sa. expusesse as determinações, novamente, para simplificar esses processos? Essa é a minha posição. Vamos consentir que o Presidente Hereda se pronuncie a partir das falas de todos os nossos companheiros.

Cumprimento meu querido, o mais italiano de todos os brasileiros, Governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, uma figura muito querida do PMDB, um dos maiores valores que o partido tem entre todos os seus militantes e políticos.

Governador e futuro Senador Puccinelli, nosso abraço.

Deputado Efraim Filho, V.Exa. tem a palavra e dispõe de 3 minutos.

A inscrição continua aberta.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradecido, Sr. Presidente. Farei uso econômico do tempo em atenção à Caixa Econômica que está aqui presente.

Quero primeiro parabenizar o Presidente Jorge Hereda. Foi interessante a sua exposição, aclarou-nos muitas ideias e retirou algumas dúvidas, algumas permanecem. Tenho certeza de que no decorrer deste questionamento S.Sa. poderá esclarecê-las. A primeira delas me surpreende, Sr. Presidente, e notei até um teor de indignação na sua fala. É sobre o custo de 22 mil reais para emendas de 100 mil reais para análise. Realmente, as palavras de S.Sa. são exatas, é irracional, para se usar um eufemismo neste momento. Irracional é o mínimo que se pode falar deste procedimento.

Então, partiremos dessa premissa. O procedimento que há hoje é irracional. Ele tem de ser superado, e esta Casa tem uma missão e um desafio importantíssimo nesse sentido. Porém, dentro dessa irracionalidade você tem um prazo, estimou-se 3 a 4 anos. E nós analisamos que na prática é mais ou menos isso. Estou no meu segundo mandato, apesar de já ter uma história na política, mas na condição de Deputado Federal é o meu segundo mandato, e venho acompanhando as emendas que liberei a meus Municípios, as dificuldades fazem com que elas levem de 3 a 4 anos para se tornarem realidade.

Agora, Presidente, são 4.400 engenheiros e arquitetos, segundo os números que S.Sa. nos trouxe, 1.200 aproximadamente contratados diretos, 4.400 entre engenheiros e arquitetos diretos contratados. Ou seja, dá uma média de quase um para cada Município. Então, começa-se a ver realmente que não é apenas problema de legislação, mas de gestão. Onde estão concentrados esses engenheiros? Quais são as tarefas que estão cumprindo? A partir do momento que pegamos os números absolutos: 4.400 engenheiros e arquitetos, S.Sa. trouxe o dado de 5.200 Municípios, aproximadamente, se vê que dentro da gestão tem muito a ser feito internamente.

Queremos saber quais são as medidas que estão sendo feitas — capacitação, formação de gestores. Enfim, diante desse número de engenheiros e arquitetos, não se justifica a demora da Caixa na análise de medições, por exemplo, que é a maior grita dos Prefeitos: o tempo que se demora, que se dá entrada na medição até ela ser analisada. Então, gostaria que V.Exa. me esclarecesse quanto a isso.

Já partindo para a conclusão, dentro do meu tempo, gostaria também de saber de V.Exa. qual é — de repente nesses contratos de menor valor financeiro 100, 200 ou até 500 mil, mas vamos pegar os menores, que são o grosso — a possibilidade de ter outros bancos atuando em parceria. Sei que esse é um assunto tabu que tem que ser muito discutido. É um assunto que muita gente não gosta que seja abraçado. Mas há possibilidade de se trabalhar com outros bancos, inclusive, oficiais como Banco do Nordeste e Banco do Brasil, ou não? Ou essa pauta está fora da Caixa Econômica?

E, por último, Sr. Presidente, deixo aqui uma sugestão. Já pedi à assessoria técnica, e ela está preparando um requerimento para que criemos nessa Comissão um grupo de trabalho para tomar as providências e receber as sugestões que são apresentadas pela Caixa Econômica. E ela trouxe sugestões aqui muito interessantes: diplomas que eles seguem, quais os procedimentos que têm que ser simplificados e o que deve ser feito. Quando nós não fazemos, isso beira a irresponsabilidade, à inércia e à omissão desta Casa, nos tirando completamente qualquer argumentação em contrário no sentido de cobrar da Caixa, no mesmo patamar, ações rápidas, céleres e velozes que hoje realmente têm deixado a desejar.

Acho que como medida mais importante, pelo menos do que eu vi, a primeira medição só deve acontecer com 50% da obra. A obra está contratada, libera 50%, porque em caso de qualquer superfaturamento, irregularidade, desvio que exista, pode-se corrigir nos outros 50%. Agora, 10% da obra, 15% da obra, 25% da obra, botou dois paralelepípedos e vai medir.

Então, acho que nesses contratos de pequeno valor, podemos, sim, avançar nesse entendimento. E, Sr. Presidente, V.Exa. estava conversando, espero que o grupo de trabalho realmente não seja um assunto natimorto nesta Comissão, mas seja levado adiante. Fica a sugestão posta para que V.Exa. leve, inclusive, para apreciação do Plenário para resolvermos isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Tanto apoio o grupo de trabalho sugerido por V.Exa. como o grupo de trabalho sugerido pelo Senador Wellington Roberto. Acho que são dois grupos de trabalho interessantes para o acompanhamento da execução orçamentária.

Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo, pelo PDT.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, Sr. Jorge Hereda, que comparece a esta audiência pública, Sr. José Carlos, primeiro, quero demonstrar a minha insatisfação e indignação.

O Presidente, Senador Vital, convocou-nos para uma audiência com o Sr. Jorge Hereda na semana passada. A tratativa de qualquer audiência pressupõe alguém marcar com outro e esse outro dizer que vai à Comissão. É inaceitável dizer aqui que há reunião do Conselho, e marcou a reunião. É inaceitável isso.

Aqui está presente o Prefeito da Jaíba. Prefeito nenhum, à primeira vista, quer obra da Caixa, nenhuma obra. Permita-me, o senhor não citou o Decreto nº 200 que, no seu art. 14, fala de simplificação, fala de racionalidade, e isso é princípio. A Caixa, usurpa alguns poderes ao dar a oportunidade para que o ente faça a licitação, ao invés de apenas fiscalizar se a licitação está completa. Aí pego o caso do Município da Jaíba. No dia 6 de abril, foi concluído, técnicos da Caixa mandaram iniciar a obra e se iniciou a obra com recursos da contrapartida; e no dia 30 a cancelaram.

Então, aceitar que apenas 5% é problema da Caixa também é irracional. É irracional lembrar que a Caixa esteve em greve e isso não foi considerado, Sr. Presidente.

O Deputado Wellington Roberto dizia no ano passado, e repete da mesma forma, que houve uma audiência que marcamos na própria Caixa Econômica Federal com a ex-Presidente e não foi atendida.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estava lá o Vice-Presidente, à época, que nos atendeu.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Que atendeu, mas está repetindo da mesma forma.

Então, quero demonstrar aqui a minha indignação com o tratamento dado aos Parlamentares deste País.

Quero demonstrar também a análise de um processo. Quero citar o problema específico de se fazer análise para aquisição de um equipamento, em que se faz avaliação prévia de orçamentos de três firmas, depois da licitação. A demora é de 1 ano a 1,5 ano para essa análise. Em princípio, no nosso entendimento, enquanto não tivermos outros órgãos financeiros para fazer a mesma coisa, ou até melhor do que se faz hoje pela Caixa, não teremos solução. O que foi hoje apresentado já o foi várias vezes pela ex-Presidente. O que se tem agora é uma determinação da Presidenta para que simplifiquemos os processos.

Desta forma, vejo que não é solução alguma continuarmos da mesma forma. Temos de abrir a outras instituições financeiras, porque a Caixa recebe para isso; recebe e não faz a contento o trabalho que deveria no tempo adequado. Não existe nenhuma ferramenta para dizer que a Caixa fará a análise de um processo em certo tempo. Chega-se ao cúmulo do envio de recursos que vão de um Ministério com o papel de outro, e depois dizem que foi uma falha; com isso, o tempo passa e o recurso é perdido.

Então, eu espero Sr. Presidente, que tenhamos mais tempo ainda para debater. Trata-se de um tema que tem sido discutido várias vezes, e são sempre as mesmas desculpas, os mesmos problemas sem solução para com o que acontece com os contratos de repasse.

Quero apenas apresentar um dado: técnicos da Comissão de Orçamento demonstram que apenas 5% do total de convênios e contratos de repasse é que fazem o bolo do Município. Isso quer dizer que 95% dos recursos de obras e de tudo feito no Município é com dinheiro próprio.

Hoje tivemos oportunidade de confirmar isso, aqui mesmo, nesta Comissão, num seminário sobre fiscalização financeira — são só 5%. Por isso, se o Município tem condição de gerir 95%, por que não tem condição de gerir 5%?

Então, no meu entendimento, o processo é atrapalhado pela Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Ademir Camilo.

Concedo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Toninho Pinheiro, PP de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Meus cumprimentos à Mesa, ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

Como humilde Deputado, torço para que a Presidenta Dilma faça o mesmo Governo. Gostaria de fazer algumas análises de suma importância.

Eu tenho de sugerir que os repasses dos recursos do Governo Federal sejam feitos diretamente ao Município. Como disse o Deputado que me antecedeu, se o Município tem capacidade para receber o ICMS, o FPM e tem agentes para distribuir esses recursos financeiros, por que não tem capacidade para receber esses recursos diretamente do Governo Federal? Hoje, infelizmente, a Caixa funciona da seguinte forma: quando há uma pessoa doente, tem que dar um remédio, não pode dar a morte. Hoje, quando o Município está doente, a Caixa não lhe dá remédio, mas o mata. Essa é a realidade.

Sabemos que a Caixa não tem pessoal qualificado em quantidade para acompanhar os processos. Então, se o Município tem capacidade de gerenciar o ICMS e o FPM, por que não receber recursos diretamente do Governo Federal? Nós poderíamos, por exemplo, fazer uma proposta: quando o Governo Federal quiser enviar dinheiro ao Município, que convoque a Câmara Municipal, as associações comunitárias, as entidades, até o padre, o carteiro, seja quem for. Que convoque todo mundo para fiscalizar. O Prefeito recebe aquele recurso por mês, executa a obra e presta conta, de acordo com a lei. Se ele não for correto, que seja punido. Cadeia para ele. O que não pode acontecer é a Caixa ficar 3 anos com uma obra de 100 mil reais e não ter solução.

Isso é uma vergonha para nós. Hoje no Brasil 57% da população não tem coleta de esgoto. Isso é uma vergonha no nosso País. O Brasil hoje é o nono no *ranking* mundial da vergonha, porque 13 milhões de brasileiros não têm banheiro em casa. É uma situação muito grave. Sugiro que o Governo Federal passe o dinheiro diretamente para o Município.

Outra coisa: a Caixa deve cumprir o seu papel, como faz o Banco do Brasil, o BRADESCO, o Santander e outros: cuidar do dinheiro do povo brasileiro. Eu particularmente devo muito à Caixa, porque eu já tenho um empréstimo feito na Caixa, financio e pago a prestação por mês. Então, acho que a Caixa deveria fazer isso. Não pode ficar dificultando, o Governo Federal mandar para a Caixa e não chegar ao Município. Uma obra de 200 mil reais não pode chegar no Município. É uma vergonha!

Outra coisa que eu quero dizer é que existe uma prática da Caixa Econômica Federal que, infelizmente, dá oportunidade à corrupção. Eu vou explicar. Se a Caixa Econômica Federal contata o Município e pede que ele faça o projeto, quando a obra é muito cara, o Município não tem dinheiro. Isso abre precedente para a corrupção, para a ladroagem. O certo seria a Caixa Econômica Federal depositar o dinheiro na conta do Município, convocar a sociedade local, a Câmara Municipal, e ali o Prefeito, com dinheiro em caixa, licitar o projeto, executar a obra e prestar contas, de acordo com a lei, com honestidade. Se ele fizer a obra perfeita, ele pode receber mais dinheiro, agora, se ele não fizer, tem que colocar na cadeia. Quando se exige que o Prefeito faça o projeto primeiro, muitas das vezes pode ser complicado, não tem recursos e pode haver corrupção. A Caixa nunca deveria, nessa situação, primeiro exigir o projeto; ela tem é que mandar o dinheiro para lá.

Vou dar um exemplo. Há uma questão importante no Brasil: saneamento básico. A rede de esgoto hoje é o grande problema nosso, ninguém pode viver sem rede de esgoto. Cinquenta e sete por cento da população não têm rede de esgoto. A minha humilde opinião e a minha humilde ideia: a Caixa Econômica Federal pega 5 quilômetros de rede de esgoto, vamos supor que fique em 500 mil reais. A Caixa libera 500 mil reais para o Município. O Município pega esse dinheiro, licita o projeto, executa a obra, e presta contas, de acordo com a lei. Automaticamente, ele prestando contas, de acordo com a lei, com honestidade, ele estará capacitado para receber mais recursos, simultaneamente. Aí nós vamos ter, com pouco dinheiro, rede de esgoto em todo o Brasil. Agora, ir à Caixa e ficar esperando 300 mil reais por 4 anos é querer que o Brasil continue na miséria. E a Presidente Dilma quer um Brasil sem miséria.

Portanto, eu acho que a Caixa não tem competência, não tem condições, não é papel da Caixa fazer intervenções no dinheiro do Governo Federal para o Município. Se ela quiser fiscalizar, tudo bem. Mas os recursos têm que ser repassados do Governo Federal para o Município. Isso é muito importante.

Era o que eu queria dizer.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado Toninho.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, queria saudar o nosso Presidente Jorge Hereda, o Sr. Medaglia, que aqui já esteve na última oportunidade, mas houve um desencontro de agenda. É importante entendermos essas coisas, pois todos nós somos homens e mulheres da causa pública, temos nossas agendas. Nosso respeito também ao trabalho que o nosso Presidente Jorge Hereda vem fazendo na reestruturação da Caixa, com os avanços que a Caixa já obteve, primeiro quando Vice-Presidente, juntamente com a nossa Presidente Maria Fernanda e, agora, com a missão de ser Presidente, e naturalmente as tarefas não são poucas.

E é claro que no começo do nosso Governo houve, de sorte que todos nós estamos tratando disso, o encontro da realidade. Os empenhos eram feitos, e na prática a Caixa Econômica cumpre a função que poderia e deveria ser do Ministério, porque o Ministério aprova apenas o plano de trabalho. Já houve um tempo que para que o Ministério empenhasse ele deveria posteriormente conveniar, analisar tecnicamente, e para isso deveria ter toda essa estrutura de engenheiros e arquitetos. A fim de agilizar é que a Caixa Econômica cumpre essa missão, designada pelo Governo. Portanto, tem que haver compreensão.

Há uma situação concreta que nós devemos considerar nesse tema, que é a insuficiência de técnicos nos Municípios para a preparação complexa de um projeto e o cumprimento das exigências legais para o recebimento de recursos do Orçamento Geral da União. Debatíamos nós, do PT, com a Senadora Gleisi Hoffmann sobre o PPA, debatemos com o nosso Relator da LDO e haveremos de fazer algumas adequações na próxima LDO, que votaremos neste semestre, para que haja essa simplificação para repasses menores, talvez de até 500 mil reais, que a nossa Presidente Dilma assumiu.

Entendo que muitas vezes atribui-se à Caixa Econômica Federal aquilo que, eventualmente, é tarefa do Prefeito. Eu queria fazer uma sugestão: a emenda Parlamentar, que é identificada como do Parlamentar até o dia em que é empenhada, quando chega na Caixa Econômica, Presidente Hereda, ela não tem necessariamente essa identificação.

Portanto, nós Parlamentares, que temos os nossos gabinetes, as nossas assessorias, poderíamos ajudar os Prefeitos a dar um andamento muito mais célere na documentação, mas, muitas vezes, não temos essa relação com a Superintendência da Caixa, com as Superintendências Regionais.

A identificação das emendas parlamentares, de todos os Parlamentares, de A a Z, do PT a PSDB e Democratas, todos, seria algo útil. O Prefeito não diz: *"Esqueci de mandar o documento";* ele diz: *"Ah! O problema é da Caixa"*, e o pau come. Todos nós ouvimos isso, nós Parlamentares ouvimos isso sistematicamente.

Essa seria uma das sugestões para que tivéssemos, ao longo do acompanhamento, porque o sonho do Presidente da República ao gerente da Caixa, ao funcionário da Caixa, passando naturalmente pelo Parlamento, em especial pelos Parlamentares, é ver aquela fotografia da obra empenhada, uma fotografia bonita, que tenha continuidade, que se consiga de fato realizar a obra, ir à inauguração de uma creche, de uma adutora de água, de poços artesianos, enfim, de um enorme número de obras propiciadas pelo OGU.

É bom destacar que o volume de trabalho propiciado por um Governo que faz investimentos, libera investimentos e realiza obras, como o Governo Lula e o Governo Dilma, propiciou um enorme crescimento. No começo cada Parlamentar tinha em torno de 2,5 milhões de emendas parlamentares liberadas, Deputado — como diz o Deputado Geraldo Simões tempo ruim, o bom baiano Geraldo Simões —, e hoje são 13 milhões de reais. Multiplicou-se pelo menos por seis, por cinco, para falar pouco, fora os convênios e programas que também passam pela Caixa Econômica, porque para além do Orçamento há os convênios que passam pela Caixa Econômica.

Então, Sr. Presidente, esta Comissão tem a tarefa de na LDO, no PPA e nas normativas diversas, ajudar efetivamente a Caixa Econômica, que é o grande banco do povo brasileiro, que cumpre essa missão, além dos programas sociais, que por si só são um novo banco dentro da Caixa Econômica.

Essa é a missão que V.Exa. tem, como Presidente organizado, para que esta Comissão ofereça para a Nação normas mais céleres sem abrir mão da austeridade necessária que os órgãos de renegociação exigem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Sr. Presidente, só para agradecer a presença do Prefeito Marcílio, de Taquaraçu de Minas, uma cidade pobre, que está aqui sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Seja bem-vindo, Prefeito, a esta Casa.

As emendas à LDO, a partir de hoje, estarão disponibilizadas. O relatório preliminar votamos ontem. A partir de hoje já corre o prazo para as emendas à LDO. As manifestações de V.Exas. têm que estar esculpidas em emendas à LDO.

Deputado Rui Costa, com a palavra.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Presidente Jorge Hereda e o Sr. Medaglia pela exposição e pela iniciativa, pela coragem em reconhecer os ajustes que precisam ser feitos — e estão sendo feitos — na Caixa Econômica Federal para resolver aquilo que é da competência da Caixa, a parte que lhe cabe nesse fluxo das emendas parlamentares.

Acho que esta Casa também precisa discutir o fluxo e as normas. A Caixa, pela exposição, está discutindo com o Ministério do Turismo, com o Ministério das Cidades, com o Ministério do Planejamento, com a Casa Civil sobre os critérios e o fluxo. Não é possível — e foi bem exposto pelo Presidente da Caixa — que uma obra de 100 mil, 200 mil, 300 mil, 500 mil reais, que seja, tenha o mesmo rigor e o mesmo acompanhamento de uma obra de 5 milhões, de 10 milhões, de 20 milhões de 50 milhões de reais. Isso não é possível! É uma deseconomia colocarem-se todos os órgãos de controle, todos os órgãos de gestão para acompanhar e ir várias vezes à obra. Uma obra de pequeno ou até de médio porte pode ter, no máximo, na minha opinião, duas visitas para fiscalização.

Esta Casa tem que ter coragem para discutir o papel do Tribunal de Contas, que, condicionalmente, é um órgão auxiliar desta Casa e vai e volta estabelece normativos que estão inviabilizando. Vejo aqui a unanimidade da crítica, quase que exclusiva, em cima da Caixa Federal. Portanto, é preciso discutir esses normativos que os Tribunais de Contas têm feito.

Entendo que não cabe à Caixa Econômica fiscalizar o concreto, o traçado do concreto, quantos sacos de cimento levou, qual o tamanho do ferro, do muro ou da construção. Como bem disse o Deputado, o Município tem que se responsabilizar pela obra ou o Estado. O contrato é do Governo Federal, com a intermediação da Caixa. Não cabe a ele, o gestor, que fez a licitação, fiscalizar, muito menos à Caixa. São 12 mil contratos. Imaginem a Caixa fiscalizar o processo licitatório de 12 mil contratos. Se há irregularidades, abre-se um processo contra o Prefeito ou anula-se o processo de licitação do Prefeito. A Caixa não pode funcionar como fiscal das licitações. Então, não cabe, na minha opinião, à Caixa ficar exercendo papel que o Tribunal de Contas exige. Isso nós temos que ter coragem de dizer.

Estamos na LDO agora. Eu inclusive vou fazer uma emenda no sentido de restringir esses normativos que muitos Tribunais de Contas têm feito, porque, na verdade, eles estão legislando de forma sucessiva sobre essa questão.

Então, entendo que é urgente que haja, Presidente Jorge Hereda, a conclusão desse processo de negociação da Caixa com os Ministérios, para todos esses valores menores. Eu não sei o percentual, se o senhor tiver o percentual eu gostaria, das obras — é até 500 mil, 82%. Imaginem: 85%, até 500 mil, nós limparíamos da pauta a maioria das obras. Então, no máximo, duas visitas e o Município se responsabilizando tanto pela licitação quanto pela qualidade da obra. A Caixa vai fiscalizar se a escola foi construída ou se a rua foi calçada? Se o traçado do cimento ou a espessura da parede foram feitos? Isso cabe aos órgãos fiscalizadores. Aí, sim, o Tribunal de Contas nomeia um fiscal que vai lá fiscalizar a espessura do muro que o Prefeito construiu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Parabenizo o Deputado Rui Costa.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Zulke, bravo petista do Rio Grande.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar a presença entre nós do Presidente Hereda, ao mesmo tempo em que parabenizo pela iniciativa de realizar o convite.

Sr. Presidente, fico muito satisfeito com a forma franca, aberta como V.Exa. abordou a pauta que aqui foi proposta, identificando inclusive os problemas existentes e apontando alguns caminhos que devemos percorrer para superar essas dificuldades.

Quero aproveitar, até porque sou cristão novo na Casa, para parabenizar, Sr. Presidente, a equipe da Caixa como um todo, pelo extraordinário papel que vem cumprindo no nosso País, um País que não realizava obras, que não tinha programas sociais e que, nos últimos anos, modifica completamente essa realidade; e passa a desenvolver obras, ações e programas importantes.

Cito apenas dois deles: o Plano de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa, Minha Vida. E, evidentemente, esses novos programas, com a potência que têm, passam a exigir de todos nós, especialmente das instituições convocadas para executá-las, mudanças em sua estrutura.

Penso que a Caixa Econômica Federal, ao longo desses últimos anos, conseguiu reestruturar-se e cumprir um papel extraordinário. Quem diria que poderíamos construir 1 milhão de casas neste País ou assinar os contratos no tempo em que foi viabilizado esse programa e que teríamos um agente operador capaz de realizar isso? Quem diria que poderíamos, em tão pouco tempo, estar aptos a viabilizar os recursos para as obras de saneamento que estão acontecendo em todos os cantos deste País?

A Caixa Econômica Federal, portanto, está de parabéns, na minha opinião. Evidentemente que tem problemas, tem dificuldades, até mesmo pelo tamanho dos programas e das demandas que lhe são apresentadas, mas, como bem disse o Presidente Hereda, temos de ter cuidado para não atirar no alvo errado.

Pela exposição aqui feita, salvo o melhor juízo, o principal problema não está na Caixa, mas nas normas que lhe são impostas e que ela deve seguir. Aqui foi dito pelo Deputado André Vargas, que me antecedeu, que as próprias legislações que dizem respeito ao Orçamento, ao PPA, à LDO estabelecem um conjunto de regras que a Caixa tem de seguir. E onde é que são definidas essas regras, normas e leis? Aqui, nesta Casa.

Então, penso que devemos compreender que também devemos dar nossa contribuição, adequando essa legislação, para que a Caixa possa dar conta da sua função.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Para concluir, Sr. Presidente, quero apenas sugerir ao Presidente Jorge Hereda que, se possível, nos informasse sobre o encaminhamento dado pela Presidenta Dilma Rousseff, que, quando da Marcha dos Prefeitos, reconheceu as dificuldades que existem na tramitação burocrática da Caixa e propôs a constituição de um grupo de trabalho para sugerir alterações. Em que pé está isso? Já andou? Que reuniões foram desenvolvidas?

E, por fim, também na sua exposição, o senhor indicou a existência de algumas lacunas legislativas. Quais são as lacunas, se é que eu compreendi bem, que o senhor poderia apresentar para que esta Comissão pudesse dar contribuir para que elas fossem efetivamente corrigidas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado Zulke.

Professor Setimo, companheiro do PMDB, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO - Sr. Presidente, Presidente da Caixa, Dr. Jorge Hereda, em meu primeiro mandato, logo que cheguei a esta Casa, fui um dos grandes críticos da Caixa. Muitas vezes, Prefeitos chegavam a mim e diziam o seguinte*: "Se os recursos vierem para a Caixa, eu não quero, estão dispensados".* E isso aconteceu em 2004, 2005. Eles recusavam os recursos que vinham para a Caixa.

Lembro que, em reuniões da bancada do Nordeste, fiz umas críticas muito duras. De lá para cá, a Caixa avançou. Hoje, estendo a mão à palmatória. Não sei nas outras superintendências, mas quero parabenizar a Superintendência da Caixa no Estado do Maranhão. Atuo em diversas cidades, mas principalmente na cidade de Timon, que foi beneficiada pelo PAC 1. Ali, durante esse período, depois das críticas feitas, a Caixa avançou, facilitou a aprovação de projetos, acabou com muitas exigências burocráticas. Hoje, eu dou como exemplo a cidade de Timon, onde, no setor de habitação, mais de 6 mil casas foram construídas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na cidade de Timon, rapidamente foi implantado um sistema de abastecimento de água com três grandes reservatórios de água, e a Prefeita realizou 2 milhões de metros quadrados de pavimentação com paralelepípedo. E a Caixa foi muito importante na aprovação, na liberação dos recursos e na fiscalização. Quero, portanto, reconhecer que a Caixa avançou.

Sr. Presidente, tenho uma sugestão — porque vejo que isso ainda está travando na Caixa — com relação a liberações de emendas destinadas às Prefeituras. No final do ano, o Ministério empenha, fornece o número do empenho, mas, no dia 31 de dezembro, o convênio não está pronto.

No Maranhão, algumas Prefeituras deixaram de assinar convênios porque o dia 31 é a data limite na Caixa. Quem não assinar até o dia 31 perde a emenda empenhada.

Na CODEVASF e na FUNASA, se não assinarem até o dia 31, não está perdido o empenho. Assinam em janeiro, fevereiro ou março. Na Caixa, não. Se não for assinado até o dia 31, está perdido o empenho. Não entendo isso.

Então, muitas Prefeituras deixaram de assinar até o dia 31 e tiveram de recorrer à Justiça para assinarem os convênios.

Se a CODEVASF e a FUNASA podem assinar após o dia 31, que o mesmo seja levado aplicado na Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital Do Rêgo) - Agradeço ao Professor Setimo.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado e sempre Presidente Arlindo Chinaglia, Relator da lei orçamentária anual.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, cumprimento V.Exa. pela iniciativa. Cumprimento também o Presidente da Caixa, Jorge Fontes Hereda, e a sua equipe, na pessoa do Medaglia, pela exposição e pelo trabalho.

Quero, quase de forma extemporânea, porque estamos no final, dizer que a Caixa Econômica, para a sorte de qualquer Governo, de alguma maneira funciona como um para-raio. Então, muitas vezes quer se culpar o termômetro pela febre; ou imaginar que a febre é a doença — a febre é apenas uma expressão dela.

No início de sua exposição, o Dr. Jorge Hereda, de forma muito elegante, disse que 56% dos processos burocráticos são decorrentes de leis; 34% dos gestores, ou seja, dos Ministérios. Depois, ele disse que 6% têm origem na Caixa e 4% são do TCU.

A conclusão que se impõe é que, primeiro, ou a Caixa cumpre as regras ou incorrerá em erro. Sendo assim, quero, modestamente, fazer uma sugestão, e isso não fere o que foi proposto por outros Deputados, especialmente pelo Deputado Ronaldo Zulke. É claro que aqui podem ser apresentadas sugestões.

Acho importante, sem prejuízo do que aqui foi comentado, darmos continuidade ao diálogo entre a Comissão Mista de Orçamento e a Caixa Econômica Federal, para que, no processo de discussão da LDO e do Orçamento, possamos produzir algumas alterações já neste ano. Em relação ao que exigir mudança na legislação, que sejam apresentadas propostas, incluindo o papel do Tribunal de Contas da União, que pode e deve ser convidado para participar desse diálogo, até para que cada funcionário público entenda a dimensão daquilo que, por exemplo, é uma orientação e acaba se tornando uma norma. E, na palavra sempre muito autorizada do Presidente Jorge Hereda, acaba virando uma regra às vezes completamente fora do razoável.

Então, ao identificarmos aquilo que é fora do razoável, aquilo que contraria as boas práticas administrativas, temos de corrigir imediatamente.

Só faço uma pergunta: em que medida a Lei de Licitações poderia ser eventualmente alterada, por exemplo, para as pequenas emendas? A Lei de Licitações, muitas vezes, serve para aumentar o preço. Se alguém fica de fora, entra com um processo judicial e aquilo vira um gasto incomensurável. Já é passada a hora de trabalharmos isso no Congresso Nacional.

Há outros modelos no mundo. Às vezes, a licitação é feita por meio de projeto, ou seja, não necessariamente estamos acertando na nossa legislação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Presidente Arlindo Chinaglia era o último orador inscrito, mas o meu queridíssimo Presidente Delcídio do Amaral me pediu para fazer uma breve indagação e, por sua credibilidade e pelo afeto que tenho a ele, ele tem sempre precedência.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral**.**

O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL - Muito obrigado, Sr. Presidente, competente Senador Vital do Rêgo.

Quero cumprimentar o querido Jorge Hereda e o caro José Carlos Medaglia Filho.

A minha pergunta segue a linha do que disse o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator. No entanto, quero apenas fazer um registro. Em Mato Grosso do Sul, o Paulo Antunes e sua equipe têm procurado atender à bancada. Mesmo em face das dificuldades — Restos a Pagar 2007, 2008, e mesmo 2009, que agora estamos discutindo —, a Caixa Econômica Federal está efetivamente mobilizada em Mato Grosso do Sul e tem ajudado muito a nossa bancada.

O nosso Estado precisa dos recursos federais. Os senhores conhecem muito bem o perfil do nosso Estado. Portanto, essas emendas são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso do Sul.

Evidentemente, vamos acompanhar. O José Carlos Medaglia, diligentemente, tem nos cobrado a buscarmos conhecer o andamento, a avaliar, através da nossa bancada, os trabalhos da Caixa Econômica Federal.

Aqui foi dito que, anteriormente, se fosse através da Caixa, alguns Prefeitos não queriam receber recursos. No entanto, em Mato Grosso do Sul, no Maranhão e no Paraná a resposta da Caixa Econômica Federal tem sido extremamente eficiente.

A minha pergunta, como disse, segue a linha de raciocínio do Deputado Arlindo Chinaglia. Estamos falando de emendas de 250 mil, de 300 mil, de 500 mil reais. Caro Jorge Hereda, não podemos tratar uma emenda de 500 mil reais como tratamos uma emenda de 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões. Precisaremos simplificar o processo como um todo. Há emendas que mobilizam hora/engenheiro, viagens, e, daqui a pouco, o custo é do tamanho do recursos da emenda.

Então, precisamos simplificar isso, porque vai dar agilidade, vai atender os Municípios, respeitando-se a boa aplicação dos recursos liberados.

Portanto, minha solicitação é no sentido de que a Caixa veja isso com atenção e estabeleça um piso mínimo para dar celeridade e facilidade na implantação dessas obras, sem prejuízo da qualidade e da utilização adequada dos investimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Tendo o Senador Delcídio do Amaral concluído, quero dizer ao Sr. Jorge Hereda que ele recebeu 10 intervenções, interpelações, solicitações e convocações diante da parceria que esta Comissão Mista de Orçamento deseja ter com a Caixa Econômica Federal. Quase todas...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ainda, Deputado André?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não, não. Só um...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sim. Faça. Desse tamanho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Trinta segundos.

Primeiro, um comentário. Apesar da grande participação a esta audiência pública, quando comparecem dá menos gente que quando não comparecem. Vejam que estava lotado aquele dia. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - É sempre um prazer muito grande.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A outra coisa é a seguinte — não sei se o nosso Presidente poderia comentar. Não é com relação à OGU, mas quanto ao Minha Casa, Minha Vida. Trata-se daquela polêmica sobre a pavimentação. Não sei se o Medaglia já tem...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A medida provisória que está aqui comigo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Eu faço em meu nome, mas também em nome de vários Parlamentares. Então, eu solicito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k.

Sobre o problema da pavimentação como critério para a infraestrutura, para...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não para conjuntos, mas para construções isoladas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - ...construções isoladas, a partir de julho.

Passo a palavra ao Presidente Hereda para suas considerações a respeito das intervenções que foram feitas.

O SR. JORGE FONTES HEREDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de, mais uma vez, me desculpar pela ausência na semana passada. Realmente, foram motivos que fugiram ao meu desejo.

Quero também fazer a defesa da minha querida amiga e antiga Presidenta da Caixa com relação à reunião com os Deputados e Senadores. A filha dela passou mal e ela pegou um avião foi para Recife. Infelizmente, essas coisas acontecem. Não foi por vontade dela. Eu conheço muito bem a querida ex-Presidenta Fernanda e sei muito bem do respeito que ela tem por esta Casa e a forma com que dirigia a Caixa no sentido de atender a todos os Deputados.

Portanto, é só um esclarecimento. Peço desculpas de novo pelo problema. Tentamos resolver, dentro da burocracia, quando o problema aconteceu, mas, infelizmente, não foi possível. Quero reafirmar nosso respeito e nossa total consciência da importância de a Caixa ter um relacionamento com o Congresso Nacional.

Tenho feito um esforço muito grande, nesses dois meses depois que assumi, de estar aqui. Estive com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, com bancadas, sempre tentando responder a todos os convites que recebo.

Tenho dito internamente que, para a Caixa, é muito bom poder falar para os Deputados, porque existe uma incompreensão muito grande quanto ao tamanho do problema, sem fugir, repito, às nossas necessidades de melhorar.

Portanto, ninguém mais do que nós, da Caixa, temos interesse de participar sempre de todas as audiências que forem possíveis. Tenho certeza de que hoje os próprios Parlamentares descobriram algumas questões que normalmente não eram possíveis de ser esclarecidas.

Os investimentos do Governo Federal, de 2003 para cá, cresceram muito.. Neste País, não se fazia projeto, não se tinha recursos para infraestrutura. Esse processo de crescimento, que aconteceu no Governo do Presidente Lula e que está mais do que reforçado no Governo da Presidenta Dilma, tem efeitos que precisam ser sempre, e cada vez mais que se investe, trabalhados com relação à necessidade de capacidade operacional para o País responder a isso. Capacidade operacional dos empresários, capacidade operacional das Prefeituras, capacidade operacional da máquina do Estado — seja da Caixa, seja dos Ministérios, haja vista até a própria atitude que a Presidenta tem tomado no sentido de ela mesma coordenar todo o processo de execução de obra, como no caso da Copa, e as medidas que ela tem tomado inclusive para acelerar processos, como ocorreu em relação aos aeroportos e tudo o mais.

Portanto, tivemos — é só ver o crescimento mencionado em nossa apresentação — um crescimento muito grande de novas obras e de processos. Eu tenho muito — muito mesmo — orgulho de ser Presidente da Caixa Econômica. Foi a Caixa Econômica que viabilizou o Minha Casa, Minha Vida no Brasil — sozinha. Ninguém acreditava que conseguíssemos contratar mais de 1 milhão de moradias, neste Pais que não fazia isso há anos — há anos. Isso significou a realização de entre 4 mil e 5 mil contratos a cada dia. Cada dia, ao levantar, sabíamos que precisávamos fazer entre 4 mil e 5 mil contratos.

E nós fizemos. E nós fizemos pelo compromisso que essa instituição tem, pela vontade com que seus funcionários sempre respondem a todas as metas que recebem. Tenho certeza — e digo isso com muita tranquilidade, porque não sou funcionário de carreira da Caixa, mas aprendi isso nos 6 anos em que estou na Caixa — de que não há uma meta que tenhamos dado para essa equipe que não tenha sido atingida. Nenhuma! Portanto, eu tenho muita tranquilidade de dizer que a Caixa responde.

E quero também dizer para os senhores que, se olharmos para o PAC, é a mesma coisa. Quando falam em colocar outras instituições no processo, eu afirmar que a posição da Caixa Econômica sempre foi de não ter problema nenhum em relação a isso. Aliás, para nós, seria ótimo se tivéssemos alguma referência, porque aí veríamos que a questão não reside apenas na capacidade operacional. A questão reside em todo um processo que precisa ser revisitado.

E hoje — é muito importante que os Deputados tenham essa informação —já é possível qualquer banco público fazer repasse no Governo. Não tem nada que impeça alguém de fazê-lo. Nós perguntamos: por que não se faz? Não se faz porque é um trabalho muito difícil de ser feito nos padrões que nos são impostos, com relação às regras etc. Então, não é todo mundo que está disposto a enfrentar inclusive situações em que se vira bode expiatório. Nós o sabemos. E essa instituição faz porque tem compromisso com o Governo, tem compromisso com o Brasil.

E vamos continuar fazendo. Não temos nada contra alguém entrar. Achamos que é ótimo recebermos ajuda nesse processo. Vamos ter agora os nossos colegas do Banco do Brasil no Minha Casa, Minha Vida. Estamos abrindo a Caixa para eles, toda a nossa forma de fazer o processo. Acreditamos que toda ajuda seja bem-vinda para fazermos as coisas acontecer no País. Então, não temos nenhum problema com isso, como temos demonstrado na prática.

Agora, é lógico que, com o aumento de investimento que estamos vivendo, temos de estar sempre revisitando a nossa capacidade operacional. E é isso o que estamos fazendo agora.

Temos 4.400 engenheiros e arquitetos trabalhando. É lógico que não há um engenheiro para cada Município. Às vezes, existem apenas três, quatro obras num Município e não dá para ficar um engenheiro ali. Quer dizer, é um processo mais otimizado que acontece. Temos dado conta.

Posso dizer para os senhores o seguinte: não vou dizer que não tenha acontecido nenhum caso no Brasil em que a Caixa demorou para fazer alguma coisa e prejudicou o Município. É lógico que isso pode acontecer quando se trabalha com 52 mil contratos. Os profissionais que mencionamos aqui são só os que trabalham diretamente. Tem muitos funcionários da Caixa, das SRs, que também trabalham nisso. O Senador Delcídio do Amaral falou muito bem e citou funcionários das SRs, da rede da Caixa, que eu não computei nesse número.

Agora, estamos satisfeitos com o número de profissionais que temos, com as regionais que temos? Não estamos. Hoje, eu tive uma reunião com meu pessoal, que já estava estudando a revisão para ampliar SRs, para ampliar GDU e ampliar o número de profissionais também, para que possamos melhorar.

Hoje, há situações em que temos de percorrer mil quilômetros para fiscalizar uma emenda de 6 mil reais. Estamos encurtando essas distâncias. Trabalhamos com terceirizados que são acompanhados, supervisionados e orientados pelos nossos técnicos nessa questão.

Isso não quer dizer que não existam falhas. Com muita humildade, digo que, numa empreitada desse tamanho, se quisermos, podemos procurar uma série de falhas e alguém dizer *"Ah, aconteceu isso comigo"*. Agora, eu também posso, com muita tranquilidade, dizer que já ouvi de vários parceiros: *"Olha, eu fico tranquilo porque a Caixa Econômica está aí. Eu não preciso me preocupar, que a coisa vai ser feita direito"*. Já ouvi isso de muita gente. Já ouvi de muita gente que a Caixa foi ajudar a fazer o cronograma, foi ajudar a fazer, foi ajudar a entregar.

Não dá para acharmos que, quando uma coisa demora quatro anos, é só por falta de análise. A análise pode ter contribuído para atrasar algum processo, alguma coisa, mas é porque, quando chega, já demorou quase um ano, um ano e meio para aparecer o projeto. Aí, para analisar tem que ser a coisa mais rápida do mundo. Por isso, é importante entendermos o processo.

Acho que temos dado prova do que temos feito. Nossa contratação de crédito imobiliário subiu de 5 bilhões de reais, em 2003, para quase 180 bilhões de reais no ano passado. Quem faz isso? E por que conseguimos essa agilidade no Minha Casa, Minha Vida? Eu ouso dizer que é porque as normas do Minha Casa, Minha Vida, de crédito, são da Caixa. Tem poucas normas externas. É a norma do agente financeiro. Se é norma do agente financeiro, nós fazemos, com toda a nossa burocracia, da forma que achamos que é melhor para trabalhar.

Em relação às emendas, eu sei que tem gente que insiste em não entender. Eu quero dizer o seguinte: a Caixa não usurpa nenhum tipo de coisa. Aliás, nós odiamos ter que fazer coisa que não... É aquela história de matar o carteiro: você é que tem de dizer que não pode isso, não pode aquilo.

Então, só fazemos o que a regra nos manda fazer. Se disserem lá: *"Não olhe cálculo"*, eu não vou olhar cálculo, porque eu não olho para PAC, por exemplo. Se disser assim: *"Olha, você não precisa olhar licitação"*, que é uma coisa que já... Eu já fui ao Tribunal de Contas; já estive lá, quando era Vice-Presidente, dizendo assim: *"Olha, não dá para olhar licitação desse jeito que vocês querem, porque isso não é... Nós teremos que refazer a licitação inteira, se for olhar desse jeito.*" Já fiz isso.

Quer dizer, eu tenho muita tranquilidade para dizer que precisamos melhorar a nossa estrutura. Nós estamos respondendo cada vez que aumenta o número de processos.

Quero dizer também que temos procurado receber Parlamentares toda quarta-feira. Nossa Assessoria Parlamentar está ali — o Vânio, o André; nosso Jurídico também, com o Jailton. E toda quarta-feira recebemos os Parlamentares, Deputados e Senadores. Estamos à disposição para todos os esclarecimentos necessários.

Quanto à atuação, a Presidenta Dilma já mandou o grupo, chefiado pelo SRI e pelo Ministério do Planejamento, refazer todo esse processo. Isso está sendo feito, e em breve vamos ter uma resposta que eu acho que vai ser boa para a Caixa e vai ser boa para todo mundo.

Quero, mais uma vez, agradecer e dizer que foi muito importante para nós podermos fazer esses esclarecimentos e que, com muita humildade, vamos sempre procurar melhorar o máximo e responder.

Agora, de uma coisa os senhores podem estar certos: se a Caixa não serve para prestar esses serviços, não há nenhuma outra máquina no Brasil que possa fazê-los.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Presidente Jorge Hereda.

Já estamos no encaminhamento das matérias na Ordem do Dia do Senado. Agradeço, penhoradamente, a todos os funcionários, à Assessoria da Casa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, um esclarecimento. Não é pergunta, um esclarecimento do Presidente sobre essa data dos Restos a Pagar.

Ele falou em 20 de junho. O decreto fala em 30 de junho, apenas. Essa data de 20 de junho é a data...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É a data interna da Caixa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O Dr. Medaglia poderia se pronunciar, para entendermos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Temos um pedido de esclarecimento do Deputado Efraim Filho, que é pertinente.

Com a palavra o Dr. Medaglia.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Sr. Deputado, não citamos nenhum prazo limite diferente do decreto. O decreto fala em 30 de junho, data em que tem que ser entregue um boletim de medição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Nós sugerimos que quem tem documentação nos entregue imediatamente o projeto e a licença ambiental, e sugerimos que, até o dia 20, nos entregue a licitação, de maneira que nós possamos fazer a análise.

E remetemos aos Srs. Prefeitos a reflexão de que vejam o que entendem como viável. Nós cumpriremos o prazo do decreto, que é dia 30. Agora, acho difícil que alguém aqui não tenha projeto, licença ambiental e que não esteja com a licitação na rua, consiga cumprir o prazo do dia 30. Por isso é que sugerimos datas em que ele interaja conosco. É uma sugestão de data.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Perfeito.

Eu agradeço ao Presidente e fico à disposição.

Obrigado a todos. Tenham todos uma boa tarde.

Fiquem com Deus.

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 7 DE JUNHO DE 2011.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 8. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rubens Bueno e Rui Costa; - Senadores titulares: Cyro Miranda, Francisco Dornelles e Vital do Rêgo; - Deputados suplentes: Alex Canziani, Ângelo Agnolin, Danilo Forte, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, Pedro Chaves, Roberto Teixeira e Ronaldo Zulke. O Senador Itamar Franco teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: Ademir Camilo, Andre Vargas, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, João Magalhães, Jorge Pinheiro, José Priante, Marçal Filho, Nilton Capixaba, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores: Acir Gurgacz, Gleisi Hoffmann, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. ABERTURA: às quinze horas, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. Fez uso da palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), para solicitar à Presidência, maior empenho e celeridade no sentido de agendar com as autoridades citadas em seu requerimento, uma data para ouvi-las em reunião de audiência pública. O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) ponderou, justificando a dificuldade de contactar, principalmente, com a Autoridade Olímpica, uma vez que esta ainda não contava com uma estrutura formal. O Presidente sugeriu ao autor do requerimento, Deputado Claudio Cajado, que prescindisse da presença da Autoridade Olímpica e simplificasse o formato da reunião para ouvir todas as autoridades em uma mesma data. Tendo o parlamentar aceito a proposta, o Presidente determinou à Secretaria da Comissão que se empenhasse ainda mais para cumprimento, com a maior celeridade possível, ao pleito ora acordado. ENCERRAMENTO: Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 14 de junho, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e três minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Há número regimental para a abertura dos nossos trabalhos.

Declaro iniciada a 8ª reunião ordinária da CMO, cuja destinação é a apreciação das matérias constantes na Pauta nº 8.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para 14 de julho, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de V.Exa. declarar encerrada a reunião, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não declarei. Então, V.Exa. tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, quero apenas pedir a V.Exa., diante do requerimento aprovado, de minha autoria, para fazermos em dois momentos uma audiência pública a respeito das mudanças na Lei de Licitações... Fui informado pela Secretaria da Comissão que está enfrentando enormes dificuldades na questão do agendamento.

Sempre que aprovados os requerimentos de convite, há uma postura, principalmente por parte de V.Exa. como Presidente ou de outros Presidentes de Comissões e das Secretarias das Comissões, de contatar as autoridades convidadas, mostrando a importância de atender ao convite. Por isso é que normalmente não usamos a convocação das instâncias maiores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. tem toda razão. Eu me comprometo com V.Exa., Deputado Cajado...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Eu queria apenas reforçar isso. Já se passaram quase 3 semanas, ou mais. Isso se torna quase insuportável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Abusivo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Abusivo. Então, eu peço a V.Exa. que seja mais incisivo nesses...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Determino à Secretaria que proceda a uma nova rodada de convites.

É justo dizer a V.Exa. que alguns dos convidados não titubearam, não tiveram nenhum receio. Parece-me, segundo a Secretaria, que as dificuldades são no agendamento comum, já que há várias autoridades...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - São seis, em dois momentos. Pode ser em dias diferentes também. V.Exa. veja o que for melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Dividiríamos em três sessões extraordinárias.

Então, vou renovar à Assessoria...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - ... o pedido, novamente, para uma rodada de entendimentos com todos eles.

Deputado Gilmar Machado...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero ressaltar, aliás, o empenho da Secretária Mirna, que em dois momentos me informou das dificuldades que ela tem enfrentado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Quero dizer a V.Exa. — até o Deputado Gilmar Machado pode nos ajudar — que o nosso problema...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Autoridade Olímpica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – ... é a Autoridade Olímpica, que não está, digamos, legalmente constituída.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Era exatamente isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar.

Como ele não foi sabatinado ainda no Senado, não tem como falar na condição de Autoridade Olímpica. Então, essa tem sido a nossa dificuldade, mas, se houver outra pessoa que o Deputado Cajado gostaria que comparecesse aqui, é só dizer, que vamos correr atrás, porque todos os órgãos do Governo estão à disposição para os esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Podemos, então, deixar a Autoridade Olímpica para um terceiro momento, um terceiro turno, e fazer os dois turnos com as...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não vamos fazer nenhuma supressão, mas vamos deixar de convidar a Autoridade Olímpica e convidar o restante, cuja indicação foi aprovada nesta Comissão.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 14 DE JUNHO DE 2011.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 8 e 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Ademir Camilo, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Luciana Santos, Marçal Filho, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; - Senadores titulares: Cyro Miranda e João Vicente Claudino; - Deputados suplentes: Ângelo Agnolin, Danilo Forte, Geraldo Resende e Pedro Chaves. Senador Suplente: Ivo Cassol. O Senador Itamar Franco teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, João Magalhães, José Priante, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Rodrigo de Castro, Rui Costa e Vitor Penido; - Senadores: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro. ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Segundo Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), declarou iniciados os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. AVISOS: O Presidente em exercício comunicou a realização de reunião de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, convocada para o dia 15 de junho, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2011, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - *Lei Complementar nº 101, de 2000* – § 4º do *art. 9º;* e sobre a *disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar*, atendendo ao Requerimento nº 7/2011-CMO, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4 de maio de 2011. ENCERRAMENTO: Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 21 de junho, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Cyro Miranda) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 8 e 9, de 2011.

Informo que no dia 15 de junho, quarta feira, às 15 horas, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública, com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que prestará esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao primeiro quadrimestre de 2011, conforme disposto no art. 9º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 7/2011-CMO, de autoria do Deputado José Priante, aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada no último dia 4 de maio.

Em virtude da inexistência de *quorum* para a deliberação na representação do Senado Federal, encerro a presente reunião. Antes convoco reunião ordinária para o dia 21 de junho, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011.

Às quinze horas e dezessete minuto do dia quinze do mês de junho do ano de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Gilmar Machado (PT/MG) conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*. A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Arno Hugo Augustin Filho, que prestaria esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2011, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - *Lei Complementar nº 101, de 2000* – § 4º do *art. 9º;* e sobre a *disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar*, atendendo ao Requerimento nº 7/2011-CMO, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4 de maio de 2011. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, João Dado, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto e Valtenir Pereira; - Deputados suplentes: Alex Canziani, Carlos Magno, Danilo Forte, Geraldo Resende, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Vaz de Lima e Weliton Prado; - Senadores suplentes: Anibal Diniz e Ataídes Oliveira. O Senador Itamar Franco teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: Ademir Camilo, Andre Vargas, Edmar Arruda, Giroto, Gonzaga Patriota, João Magalhães, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores: Acir Gurgacz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrantes da Comissão o Deputado Lucio Vieira Lima. ABERTURA: o Presidente em exercício declarou iniciada a reunião e convidou as seguintes autoridades para compor a mesa: o Senhor Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; o Senhor Cleber Oliveira, Subsecretário da mesma instituição governamental; o Senhor George Soares, Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator do PLDO 2012 - Projeto de Lei nº 2/2011-CN. Em seguida, esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Logo após, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao palestrante, que discorreu sobre o tema em apreço fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, O Presidente em exercício teceu comentários enaltecedores à apresentação e anunciou o início do debate. Houve consenso no sentido de o palestrante se pronunciar após intervenções dos parlamentares inscritos. Participaram do debate os Deputados Vaz de Lima (PSDB/SP), José Priante (PMDB/PA), Claudio Cajado (DEM/BA), Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG). O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica aos Deputados Vaz de Lima (PSDB/SP), José Priante (PMDB/PA), Claudio Cajado (DEM/BA) Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG). O Presidente em exercício anunciou a continuidade da discussão, outorgando a palavra ao segundo bloco de inscritos. Antes, convidou o Deputado Roberto Britto (PP/BA), 3º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização -CMO, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. Participaram do segundo bloco de interpeladores os Deputados Nilton Capixaba (PTB/RO), João Carlos Bacelar (PR /BA), Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA), Gilmar Machado (PT/MG) e Roberto Britto (PP/BA). Fizeram uso da tréplica os Deputados Claudio Cajado e Márcio Reinaldo Moreira, este último para propor ao Senhor Secretário do Tesouro Nacional um debate amplo envolvendo as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O expositor respondeu os últimos questionamentos proferidos, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. O Presidente em exercício, Deputado Roberto Britto, agradeceu a presença do Sr. Arno Hugo Augustin Filho e de sua equipe técnica. ENCERRAMENTO: não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício declarou encerrada a reunião, às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Vital do Rêgo. Presidente.xxxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a segunda reunião com audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Transmito aos presentes as escusas do Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, pela sua ausência em virtude de estar participando de missão oficial fora do País.

Em tempo, informo que, a seu pedido e na condição de membro desta Comissão, fui indicado para presidir esta reunião.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho — a quem desde já agradeço pela presença na Mesa —, que fará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2011, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; e disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011, de autoria do Deputado José Priante, aprovado na quarta reunião ordinária, realizada no último dia 4 de maio.

Anuncio a presença do Sr. Cleber Oliveira, Subsecretário de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; do Sr. George Soares, Secretário-Adjunto; e do Sr. Geraldo Julião, Coordenador-Geral da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento e Gestão.

Para ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas réplica e tréplica pelo mesmo prazo.

Com a palavra o Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Depois da lista dos inscritos, eu vou inscrevê-lo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Estou me adiantando e pedindo a V.Exa. que me inscreva em primeiro lugar. Assim que o Dr. Arno terminar sua exposição pelo prazo de 20 minutos eu gostaria de ter a condescendência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Depois dos três já inscritos, V.Exa. estará inscrito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Estou requerendo em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente.

Com a palavra, então, o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Hugo Augustin Filho.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Boa tarde, Srs. Parlamentares, assessorias, imprensa.

É uma satisfação estar novamente aqui para cumprir o disposto na Lei Complementar nº 101, que determina a prestação de contas do Poder Executivo sobre o atingimento das metas fiscais estabelecidas na LOA, no Orçamento anual.

Estão comigo o Subsecretário da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Dr. Jorge, e também o Dr. Cleber, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional.

Temos uma exposição que imagino que os Srs. Parlamentares já tenham recebido. Peço desculpas pela minha voz, pois tenho um problema de garganta.

A primeira lâmina apresenta a meta do Governo Central para o ano de 2011. Esta meta para o ano de 2011, ao contrário do que vinha ocorrendo em anos anteriores, é uma meta nominal, ou seja, ela é de 81,76 bilhões. Ela não é uma proporção do PIB; é um valor fixo, uma sistemática melhor e aumenta a nossa capacidade de planejamento.

No sentido de cumpri-la, o Poder Executivo editou dois decretos: o Decreto nº 7.445, de 2011, e o Decreto nº 7.477, de 2011, que estabeleceram um conjunto de contingenciamentos no Orçamento necessários para o cumprimento da meta do ano, de 81 bilhões.

Temos aqui os principais indicadores. Verifica-se também que, entre o primeiro e segundo decreto, não houve alterações significativas, o que mostra que o planejamento, na nossa visão, das receitas e despesas, nesse ano de 2011, está muito em linha com o que desde o início do ano imaginávamos, ou seja, um dos anos em que há menor variação tanto de receitas quanto de despesas em relação ao programado.

A próxima planilha apresenta aquele que é o objetivo principal do nosso trabalho, que é o resultado primário acumulado no primeiro quadrimestre.

No primeiro quadrimestre de 2011, tivemos um resultado primário de 40 bilhões e 700 milhões. Esse resultado, 40,7, é evidentemente bem superior à meta do quadrimestre, que é, nos termos do decreto, de 22 bilhões e 900 milhões. Nós estamos 17 bilhões acima da meta do quadrimestre, o que corresponde a um cumprimento de meta acima do previsto, de 77%, que é um resultado muito positivo, muito importante para que o Brasil continue a ter a melhor política fiscal possível no sentido de evitar um superaquecimento da economia e pressões inflacionárias.

Esse esforço fiscal do início do ano é muito importante para que possamos ter um crescimento econômico em linha com aquilo que é o melhor, do ponto de vista da economia, para não haver pressões inflacionárias. Nós entendemos que foi atingido adequadamente esse objetivo.

A próxima planilha apresenta o que já foi atingido em relação à projeção do ano. Conforme eu referi, o nosso resultado fiscal previsto é de 81,76 bilhões. Desse resultado anual de 81 bilhões, já atingimos aproximadamente a metade no primeiro quadrimestre. A rigor, inclusive, já atingimos a meta do segundo quadrimestre no primeiro quadrimestre. Ou seja, a meta do segundo quadrimestre, que é em torno de 40 bilhões, já foi atingida. Estamos um pouco acima da meta do segundo quadrimestre e bem acima da meta do primeiro.

A próxima planilha mostra algo que entendemos importante, porque o resultado fiscal não deve ser olhado apenas no ponto, ou seja, no momento da fotografia, mas sim qual é o filme, para onde estamos indo.

Particularmente no ano de 2008 e com reflexo em 2009, foi necessária uma série de reestruturações de carreiras do funcionalismo federal. Particularmente em alguns órgãos, como a Polícia Federal, a Receita Federal, a própria Secretaria do Tesouro, o Banco Central, as carreiras jurídicas tiveram reestruturações bem importantes, e isso teve um impacto. À época, dissemos que esse era um impacto pontual, que ele não se reproduziria em anos subsequentes e que, em relação ao PIB, o gasto com pessoal tenderia a cair, e se verifica isso.

Então, nós temos aqui uma demonstração, que mostra que no pico, que foi em 2009, 4,76%, ainda abaixo do que havia de gasto com pessoal em 2001, 2002. Isso vem caindo para 4,53% e, para agora, nos primeiros meses de 2011, para 4,34%. Isso é uma tendência. Portanto, temos aqui a um resultado fiscal importante do ponto de vista de pessoal.

A próxima planilha apresenta os resultados principais da Previdência Social. Por aqui verificamos que o resultado negativo relativo à arrecadação previdenciária contra os benefícios previdenciários, o déficit previdenciário, foi crescendo até 2006, quando chegamos a 1,8% do PIB. De lá para cá, isso vem caindo. Nós tivemos em 2007 uma redução para 1,7% do PIB; em 2008 para 1,2%. Em 2009 nós tivemos o ano da crise, em que houve um pequeno acréscimo, mas, a partir de 2010 e em 2011, isso volta para a tendência de queda. Então, estamos com um resultado, em 2010, de 1,2% do PIB da Previdência e, em 2011, 0,9% de déficit previdenciário. Portanto, é evidente, a própria observação visual dessa linha em verde mostra, que o déficit da Previdência voltou ao seu caminho de queda conforme já vinha ocorrendo desde o ponto mais alto, em 2008, e essa tendência é muito positiva para a estabilidade fiscal no médio prazo.

A próxima planilha apresenta o resultado primário em relação ao PIB e mostra também que, em função da crise econômica e de opções do Governo, em 2009 e em 2010, de reativação mais forte da economia, nós reduzimos o resultado primário. Mas isso está voltando a, no caso de 2011, ao 3,1% a 3,2% tradicional de resultado primário.

A coluna de baixo mostra o resultado nominal. Há também uma tendência de que ele vá, aos poucos, caindo. Ele vinha com uma forte redução até 2008, chegando apenas a um resultado nominativo de 2%, um déficit nominal de 2% do PIB. Em 2009, com a crise, isso se reduz um pouco, mas essa tendência de reduzir volta a ocorrer, de forma que projetamos um resultado nominal, ao longo do tempo, cada vez mais próximo de não haver déficit, de termos um resultado nominal zerado, como nós dizemos.

A próxima planilha apresenta o principal item de investimento, que é o PAC, e mostra o crescimento de pagamento nesse período. Em 2007 para 2008, o resultado quadrimestral — até abril, que é o período que estou expondo para a Comissão —, nós crescemos de 1 bilhão para 2 bilhões de reais. De 2008 para 2009, o PAC do primeiro quadrimestre já foi para 2 bilhões e.500 mil, em 2010 para 5 bilhões e 400 mil e, em 2011, para 7 bilhões e 500 mil. Ou seja, a tendência de crescimento de pagamento do PAC ano a ano vem ocorrendo, e vai continuar a ocorrer.

Nós achamos isso muito importante para o Brasil porque significa que os investimentos públicos estão crescendo, ou seja, nós estamos reduzindo gastos de custeio, gastos como pessoal, como Previdência e aumentando investimentos. Nós achamos isso importante.

Na próxima planilha eu apresento um resultado que eu acho particularmente relevante para efeitos da análise dos Srs. Parlamentares, que é o das transferências para Estados e Municípios. O Governo, em 2009 e 2010, estabeleceu uma série de programas de apoio aos Estados e Municípios por causa da crise, e nós temos a satisfação de dizer que, em 2011, estamos recuperando fortemente essas transferências aos Estados e Municípios.

O FPM, em 2010, no período de janeiro a abril, foi de 12 bilhões e 767 milhões de reais. Em 2011, o repasse do FPM foi de 16 bilhões e 958 milhões de reais, ou seja, 4 bilhões ou 32,8% a mais do que no mesmo período no ano anterior.

Na planilha de cima nós temos a projeção para o ano. Estamos projetando 54 bilhões contra 43 bilhões de reais, ou seja, um crescimento de 26% no ano, que é um crescimento expressivo, portanto, uma melhor condição fiscal para os Municípios.

A próxima planilha apresenta os mesmos números ou números muito semelhantes porque os repasses para Estados e Municípios, FPM E FPE, têm a mesma base, Imposto de Renda e IPI, portanto, têm a mesma tendência. O percentual é de 32,8% nos quatro primeiros meses do ano, também uma projeção de crescimento de 26% para 2011.

Por fim, os resultados da dívida no quadrimestre, e eles estão mais abertos no relatório por escrito que V.Exas. receberam, o relatório propriamente dito, mas os principais números são: o estoque da nossa dívida em 31 de dezembro de 2010 era de 1 trilhão 711 bilhões de reais e, em 30 de abril de 2011, era de 1 trilhão 754 bilhões de reais; houve um crescimento de 2,47% da dívida bruta. Esse crescimento tem a ver com a própria evolução dos encargos da dívida, sendo que a emissão líquida no período foi negativa. Ou seja, a dívida, propriamente dita, lançada é menor do que a dívida que venceu.

A próxima planilha, que é um indicador que nós achamos relevante, importante, mostra o histórico da dívida líquida no Brasil. Nós saímos de uma situação de 54,83% do PIB de dívida líquida, isso em 2003; em 2002 nós já tínhamos um resultado em torno de 60% do PIB e, aos poucos, fomos construindo uma equação bem melhor para o Brasil. De forma que agora, em 2011, já estamos com 39,85%, ou seja, com uma dívida/PIB abaixo de 40%. Esse é um resultado muito importante e mostra uma tendência forte na redução da dívida líquida.

Não por acaso os agentes econômicos vêm reconhecendo isso. Nós tivemos agora uma situação bem peculiar, a que eu refiro aqui apenas para efeitos de demonstração de como o mercado enxerga isso. Na data de ontem tivemos uma situação em que o CDS, que é um certificado, um seguro de que se utiliza o mercado financeiro para dívida de países, de um ano, do Brasil, pela primeira vez na história, esteve abaixo do CDS americano, dos Estados Unidos. Então nós consideramos este um momento importante no sentido de uma demonstração de que esses resultados que estamos apresentando são reconhecidos pelo mercado, e isso se reflete em um Risco Brasil menor. Ele vem caindo sistematicamente e, evidentemente, isso tem a ver com a estratégia de cumprimento de metas fiscais, que felizmente temos conseguido apresentar e colocar para o País.

Eu procurei fazer uma exposição sucinta. Sei que há um interesse de alguns Deputados da Comissão na questão de restos a pagar e estou à disposição. Creio que os Deputados vão, na sequência, procurar esclarecer algum ponto que seja importante. E é com alegria que eu volto aqui para, mais uma vez, informar que estamos conseguindo cumprir as metas fiscais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Secretário. Eu tenho certeza que todo mundo está extremamente satisfeito com a exposição. Nós vamos ver se algum Parlamentar ainda tem alguma dúvida ainda para fazer algum questionamento.

O primeiro a fazer perguntas seria o autor do requerimento, Deputado José Priante, mas, na sua ausência, nós vamos para a lista dos oradores. Antes, porém, eu gostaria de convidar o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, nosso Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que venha compor a Mesa aqui conosco.

Vamos para a lista dos oradores. Faremos blocos de três. O Secretário anotará e depois responderá. O primeiro da nossa lista é o Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Qual é o meu tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) – Três minutos.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Sr. Secretário, farei uma colocação que diz respeito ao BNDES. Nos últimos anos, o Executivo emprestou ao BNDES mais de 200 bilhões de reais. Essas operações não

passam pelo Orçamento da União e o Legislativo, consequentemente, é deixado à margem na definição dos setores prioritários para destinação do recurso. E mais grave: não temos a oportunidade de fiscalizar a lisura e a eficiência desses gastos, bancados pela cifra bilionária de recursos públicos. Além disso, o Banco Central vem manifestando preocupação com o crescimento do crédito no País.

Muitos analistas, inclusive nesta semana, argumentam que, à medida que cresce o crédito direcionado, subsidiado, o aumento da taxa de juro pelo Banco Central precisa ser maior, visto que atinge parte relativamente menor do setor financeiro. Em termos de custos, a conta é assustadora. O Governo emite títulos públicos atrelados à Selic e o BNDES cobra pela TJLP.

Meu questionamento é o seguinte: o senhor acha que esta política de crédito deve continuar? Em sua opinião, ela é saudável para a condução das contas públicas?

Segundo, anunciou-se com ênfase, no final do ano passado, que o Fundo Soberano do Brasil atuaria no mercado cambial sem limites, com estratégia distinta daquela do Banco Central. Da forma como foi concebido o Fundo, haveria de fato amparo legal para atuação nesses moldes? De onde viriam os recursos do Fundo para essas compras, se todo ele já foi utilizado na capitalização da PETROBRAS? Se não existe impedimento legal nem limites financeiros, por que a intervenção do Fundo Soberano ainda não ocorreu? Qual o impacto de o Tesouro diretamente adquirir dólares com seu saldo na Conta Única?

São esses os meus questionamentos, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Vaz de Lima.

Tinha feito a chamada, mas ele não estava. O autor do nosso requerimento, regimentalmente, não tem três minutos, mas cinco minutos. Concedo então a palavra ao Deputado José Priante, autor do requerimento, para que faça os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Em primeiro lugar, peço desculpas pelo atraso, mas nesta Casa parece que tudo se combina no mesmo momento. Em função de tantos compromissos, acabamos nos atropelando, mas nada justifica a minha falta de educação. Deveria ter sido o primeiro a aguardar o nosso convidado. Peço escusas a todos, principalmente ao Dr. Arno Hugo, Secretário do Tesouro.

Farei uma explanação muito breve. Tomei a iniciativa de antecipar a audiência em função do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz respeito à necessidade de termos um relato do quadrimestre da nossa arrecadação, do superávit primário. Na verdade, esta iniciativa se deveu a um momento que viemos aqui durante uma discussão acalorada com relação ao decreto de prorrogação do prazo dos empenhos de 2007, 2008, 2009, que estava vencendo, salvo engano, no final do mês de abril. E, evidentemente, acompanhando o noticiário, acompanhando o sucesso do Governo, acompanhando todas as boas noticias no que diz respeito ao Erário nacional, temos a informação, inclusive aqui, no próprio relato do primeiro quadrimestre, que a meta do superávit primário girava em torno de 20 bilhões, e, no quadrimestre, na verdade, foram alcançados, graças ao bom Deus que abençoa o nosso País, 40 bilhões. Então, tivemos uma meta duplicada no primeiro quadrimestre. Mas, em contrapartida ao sucesso da arrecadação do Governo, continua o velho dilema dos recursos empenhados e não realizados; a meta do próprio PAC ainda muito tímida, enfim... Esse descompasso entre o que diz respeito aos gastos e o que diz respeito aos investimentos e à arrecadação foi o verdadeiro sentido que nos norteou a fazer esse convite ao Secretário do Tesouro.

Então, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Sa. pelo comparecimento, e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Governo pela audiência a esta Comissão. Acho que, dessa forma, nós podemos promover a verdadeira harmonia, preceituada constitucionalmente, entre os Poderes. Entendo que este é um momento muito oportuno para dirimir essas dúvidas, trazer à luz do esclarecimento essas reticências que efetivamente temos no que diz respeito ao momento que vivemos neste primeiro semestre.

Acho oportuno fazer toda essa consideração porque, na verdade, isso diz respeito a um sentimento quase que resumido do Parlamento, de toda esta Comissão: por um lado, o sucesso na arrecadação, especialmente no superávit primário do primeiro quadrimestre, as metas alcançadas em dobro, e, por outro lado, efetivamente, a falta de liberação, o entrave relativo à agenda de investimentos que foi desenhada pelo próprio Congresso Nacional.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer. Evidentemente, no decorrer da audiência, haveremos de voltar a nos manifestar.

Cumprimento, mais uma vez, o nosso Secretário e lhe agradeço o acolhimento do convite — fica claro que fizemos a S.Exa. um convite —, ao fazer estas considerações preliminares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado José Priante.

Indago ao Deputado Claudio Cajado se ainda deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Sa. disse que achava que poderia haver poucas dúvidas. V.Sa. acertou, porque as dúvidas são muitas, principalmente em relação a questões dos restos a pagar de 2007, 2008, 2009 e também de 2010.

Por que de 2010? Porque poucas pessoas estão se apercebendo que o decreto diz claramente *"Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente (...)",* ou seja, de 2009 em diante, 2010, no caso especifico, *"(...) terão validade até 31 de dezembro do ano subseqüente."* Ou seja, as emendas de Parlamentares de 2010, se não forem empenhadas até o final deste ano, não figurarão como não processadas. Elas têm de ser empenhadas e processadas até 31 de dezembro deste ano, e poucos Parlamentares estão se dando conta dessa situação. Está bem claro no decreto; no art. 68, parágrafo único, fica clara essa determinação.

Isso é gravíssimo. Por que Dr. Arno? Pelo simples motivo que não se pode impor a um único lado as apenações da ineficiência, do atraso ou da burocracia do ente público federal e da Caixa Econômica. E por que só de um lado? Porque quem está sendo penalizado com esse decreto são os Municípios e os Estados.

Eu disse isso, infelizmente, para a Ministra Miriam Belchior. Por que infelizmente? Porque nada do que foi dito aqui foi levado em consideração no que diz respeito ao decreto. O decreto não foi prorrogado em relação a 2007 e 2008, e os 60 dias que foram dados para 2009 é o mesmo que nada, porque quem não tinha licitação devido ao atraso da liberação por parte da Caixa Econômica Federal. Como é que se vai fazer a licitação, publicar o edital, esperar os prazos, assinar o contrato, esperar a Caixa homologar e autorizar o início das obras, e conseguir fazer a medição? Impossível! E serão penalizados apenas Estados e Municípios que estão nessa situação. Por quê? Porque a Caixa Econômica Federal não tem prazo para responder a diligências; não tem prazo para analisar os projetos. Se a Caixa não tem prazo, como é que se impõe prazo ao conveniente ou ao contratado, no caso, Estados e Municípios? Isso é um absurdo! É um absurdo! E eu não entendo por quê.

E aí vêm minhas perguntas, Dr. Arno. Se for para cancelar, eu quero saber, objetivamente, quanto há de restos a pagar. Primeira pergunta: qual o montante de restos a pagar de 2007, 2008 e 2009? Quanto há de emenda a ser paga em 2010? Qual o montante total de recursos de restos a pagar não processados, e qual o montante total de recursos cancelados em 2007 e 2008? Esses dados V.Sa. já os tem. Qual foi o total de recursos cancelados, e qual o total de recursos passíveis de serem cancelados, relativos a 2009? Ponto.

Eu pergunto aqui, em relação a essa questão: quem é o responsável pelos atrasos dos projetos? Quem é o responsável? Se houve cancelamento de recursos em 2007 e 2008, quem V.Sa. responsabiliza pelo cancelamento? Estados? Municípios? Caixa? Governo Federal? Ministério? Vale lembrar que, no ano passado, a Caixa ficou quase dois meses em greve. Não é verdade, Deputado Márcio Reinaldo, meu nobre e ilustre Relator? Quase dois meses em greve! E os projetos dos anos de 2007, 2008 e 2009 todos parados.

Mais um fato. Eu quero me reportar, mais uma vez, Dr. Arno, à questão de 2010. Quer dizer, quero ouvir de V.Exa. se os recursos oriundos de 2010 que não forem empenhados e processados até 31 de dezembro serão cancelados.

Por fim, o Deputado Priante falou e eu quero aqui reafirmar: o senhor confirma que já houve um aumento nominal da arrecadação, valores nominais, que chegou a cerca de 48 bilhões. Se isso se efetivar, nós já atingimos mais da metade da meta prevista para este ano. V.Sa. confirma também isso?

Estou objetivando essas perguntas, Dr. Arno, não pense que é de forma muito direta; é porque as respostas é que ensejarão novas tréplicas. Então, eu aguardo as respostas de V.Sa.

Agradeço ao Presidente em exercício da Comissão, o nobre Deputado Gilmar Machado, a tolerância e a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado.

Como tínhamos combinado, vencidos os três, indago se mais algum Sr. Parlamentar deseja fazer questionamentos. Se não, vou conceder a palavra ao nosso Relator. Depois, o nosso Secretário faz suas considerações, nós concedemos a réplica e tréplica — logicamente, vamos assegurar, regimentalmente, a réplica e a tréplica —, e, em seguida, vamos encerrar.

Pergunto se mais algum Parlamentar deseja se inscrever para fazer perguntas ao Secretário. *(Pausa.)* Então, concederei a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira, e, depois, ao nosso Secretário para suas explicações e conclusões.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero saudar o Secretário do Tesouro, Arno Hugo Augustin Filho, e lhe agradecer a presença.

Em primeiro lugar, Sr. Secretário do Tesouro, eu até já pedi à minha secretaria que ligue para o gabinete de V.Sa. e sugira uma audiência, ou um debate conosco, que estamos relatando a LDO, junto com a Consultoria de Orçamento desta Casa e a do Senado. Por quê? Porque eu acredito que, neste ano, vamos envolver muito dos capítulos dos restos a pagar nos capítulos da movimentação da Caixa, com métodos simplificados que foram propostos em emendas, e pela própria Caixa Econômica Federal durante debates, que eu acho que ganhou uma força muito grande junto aos nossos Parlamentares. São mais de 3 mil emendas, e muita coisa hoje está batendo no Tesouro Nacional, exatamente porque o Tesouro é que paga, o Tesouro é que libera. Nós às vezes colocamos a culpa na Caixa Econômica.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que hoje fui acionado por um grupo de Prefeitos de Minas Gerais e pedi a eles que fossem ao Ministério da Educação, depois de uma audiência que nós tivemos com representantes do MEC sobre o início de um programa de escolas técnicas. Já está aprovado, Deputado Gilmar. Mais de 15 escolas técnicas vão ser construídas em Minas Gerais, e a cada uma vão ser destinados mais de 4 milhões de reais. E o Ministro deu ordem, numa reunião com os Srs. Prefeitos, recentemente, para que começasse imediatamente. E hoje eu fui lá ver o que aconteceu. A informação é de que o assunto ainda está no FNDE; e o FNDE disse que não tem dinheiro para pagar, que está esperando o Tesouro liberar; que, naturalmente, está aguardando uma audiência entre o Ministro Mantega e a Presidente, para autorizar e pagar. Então, vejam que o negócio está retido.

Fica para nós que gostamos deste tema ou que estamos vivendo esse tema do superávit primário até uma explicação sobre um saldo tão violento quanto esse. Na verdade, não estamos executando praticamente nenhuma despesa. E, além de não estarmos executando nenhuma despesa, não estamos pagando também os compromissos que o Governo celebrou com Prefeitos, Governadores e até com fornecedores. Essa é a grande questão! E há muita gente quebrando por aí. Muita empresa que prestou serviço já quebrou. Então, vão ter que arrumar outra para concluir o serviço.

Esse é um passivo muito grande que nós temos. E fica, de fato, caracterizada uma situação de superávit, que nós temos que buscar, mas não a ponto de matar a galinha dos ovos de ouro. Não adianta os Deputados fazerem emendas e, ao final, não terem como pagar.

Eu apresento a V.Sa., Sr. Secretário do Tesouro, um assunto que está mexendo muito com esta Casa e que diz respeito às LDO: dentro do projeto orçamentário, dentro da reserva de contingência, usa-se recursos equivalente a 1% para que as emendas individuais dos Parlamentares sejam cobertas. Portanto, a receita já foi definida, há recursos, mas essas emendas não são pagas. E, não sendo pagas, a execução vai sendo adiada, e os recursos que foram apropriados pelo Congresso para essas emendas vão para pagamento de juros ou outras despesas que não estão à nossa altura. E nós somos cobrados, a todo momento, por esse quadro caótico. Hoje, os Prefeitos não querem nem ouvir falar em emenda via Caixa Econômica, em emenda de Parlamentar, porque já estão achando que nós estamos fazendo isso por molecagem ou só por interesse político, quando eu tenho certeza de que não é isso. A filosofia não é essa. Desde a elaboração do primeiro orçamento, depois da Constituinte, têm-se destinado recursos para Municípios e Estados, e de certa maneira há altos e baixos, há situações em que os Governos suspendem os pagamentos, mas nunca vivemos uma fase tão dura como esta, dos últimos 4 anos do Governo Lula. Praticamente não se pagou nada.

Então, é uma situação muito difícil. E eu acho que nós temos que buscar um caminho. Faço essa colocação e peço a opinião de V.Sa. e o convido para, nesta semana ou na próxima, discutir aqui alguns temas ligados ao Tesouro Nacional, a fluxo de caixa e Restos a Pagar. Naturalmente, para tudo isso deverá haver propostas e emendas, para inserção na LDO de medidas nesta direção.

Acho que essa colocação é muito importante neste momento.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Passo imediatamente a palavra ao Secretário Arno Augustin, para as respostas. Logicamente, depois franquearei a palavra, para réplicas, àqueles Parlamentares que não se sentiram contemplados com as respostas.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Vou tentar responder, para dar o melhor formato possível, na ordem cronológica. Acho que fica melhor.

Vou iniciar pela pergunta do Deputado Vaz de Lima, sobre a questão do BNDES. Eu entendo que uma das coisas mais importantes para o Brasil é poder crescer sem pressão inflacionária. E é por isso que o Governo entende que talvez um de seus programas mais estratégicos, mais fundamentais para o País seja o PSI — Programa de Sustentação do Investimento, feito pelo BNDES, para o qual temos feito repasses do Tesouro Nacional.

O que esse programa faz, Deputado? Esse programa permite que os bens de capital, ou seja, que o investimento no Brasil, das empresas privadas, cresça. Se não tivermos condição de ver a nossa indústria, de ver a nossa agricultura, de ver o nosso setor de serviços com capacidade instalada na frente da demanda, quando crescer, o Brasil vai ter pressão inflacionária. Então, o que estamos fazendo? O que significa esse programa de repasse ao BNDES? Significa aumentar os bens de capital, significa aumentar o investimento. Se a indústria tem capacidade instalada, quando a demanda cresce, não causa isso pressão inflacionária.

Portanto, a opinião da Secretaria do Tesouro Nacional sobre essa matéria é de que a SELIC, ou seja, a nossa taxa de juros básica, cresce muito menos, porque temos um programa forte de investimento, do que ela cresceria, se não tivéssemos essa condição. Por que ela cresce menos? Porque, quando há crescimento de demanda — e o Brasil felizmente tem tido isso, até pela melhoria da sua distribuição de renda, das condições do País —, havendo um forte crescimento do investimento, isso não significa pressão inflacionária; portanto, não significa necessidade tão grande de elevação da SELIC.

Fiscalmente, a nossa opinião é a de que esse empréstimo ao BNDES é rentável nesse sentido, ou seja, ele impede um crescimento mais forte da SELIC. Ele é fundamental, portanto, para a nossa estabilidade fiscal. Essa é a nossa concepção. Respeitamos quem nos critica, mas estamos convencidos de que essa é uma das coisas mais importantes para o futuro do País.

A pressão inflacionária gerada por um investimento no curto prazo existe — é verdadeiro —, mas ela é de curto prazo. No médio e longo prazos, quanto mais crescermos e tivermos capacidade instalada, mais estaremos impedindo pressões inflacionárias. Então, essa é a razão dos aportes ao BNDES. Achamos eles importantes, achamos que eles melhoram a condição fiscal do País, porque implicam menos SELIC. Essa é a nossa estratégia.

Sempre lembrando que, em 2009, houve uma queda dos bens de capital, uma queda dos investimentos no Brasil, em função da crise internacional. Rapidamente isso foi recomposto. Felizmente, tivemos em 2010 um crescimento forte; em 2011, um crescimento forte, um retorno do crescimento dos bens de capital e do investimento, o que permitiu que o Brasil saísse rapidamente da crise.

Então, é uma estratégia nossa, com este objetivo. Respeitamos opiniões contrárias, mas essa é a nossa visão.

O aporte para o BNDES está previsto. Os Srs. Deputados votam, os Srs. Senadores votam. Tudo é previsto legalmente.

O Fundo Soberano tem por objetivo, Deputado, que possamos ter um mercado, no caso do câmbio, que não se valorize de forma excessiva e que não haja excessiva volatilidade.

O Deputado se referiu à questão de que a estratégia do Fundo Soberano é distinta. É verdade, mas não é que seja distinta: a própria ação do Fundo Soberano, quando e se ocorrer, vai ser via Banco Central — o Banco Central vai atuar conjuntamente com o Tesouro. Mas a ideia é a de retirar a excessiva previsibilidade que o mercado tem hoje sobre câmbio. Antes do Fundo Soberano, o mercado tinha excessiva previsibilidade sobre câmbio. Então, ao se colocar outro agente, cria-se outra condição, que faz com que a moeda não se valorize demasiadamente. Essa é a nossa estratégia.

Achamos que é muito ruim para o Brasil não ter condições de impedir a excessiva valorização do real, porque os nossos exportadores sofrem com isso, porque há uma guerra cambial no mundo — um conjunto de países tenta fazer sua moeda desvalorizar para exportar mais para outros —, e o Brasil precisa agir. Vamos manter o câmbio flutuante, porque achamos que é correto, mas precisamos ter uma política no sentido de evitar a valorização excessiva.

Adotamos várias medidas para isso. Uma delas é o Fundo Soberano. Não usamos o Fundo Soberano até hoje porque não achamos que fosse a melhor política, mas a existência dessa arma — esta é a nossa avaliação — já tem um efeito sobre o mercado. O fato de o mercado saber que a qualquer momento podemos agir de maneira a surpreendê-lo ajuda, na nossa opinião, a impedir que o câmbio tenha valorização excessiva.

Às questões que o Deputado José Priante e o Deputado Claudio Cajado trouxeram, sobre Restos a Pagar, vou tentar responder conjuntamente, porque entendo que tratam da mesma matéria.

Primeiro, a norma da contabilidade é a de que o empenho de um ano vale até o final do ano subsequente. Então, esse decreto que o Deputado citou é a norma da contabilidade. Ela vale para a União, ela vale em geral para Estados e Municípios. É o período normal. Todos os anos, o que tem sido feito pelo Governo Federal? A prorrogação desse período. Esse período de 1 ano é o período normal de vigência de um empenho. A Lei nº 4.320 leva a isso, e o decreto que o Deputado citou é perene, permanente.

O que temos feito todos os anos? Temos avaliado a conveniência ou não de prorrogar isso. Então, esses empenhos de 2010, assim como os de 2011, têm esse prazo de vigência de 1 ano, naturalmente. Eles poderão ou não ser prorrogados. Essa é uma avaliação feita a cada momento, no final do exercício.

O que procuramos fazer no Decreto nº 7.466, de abril deste ano, que disciplinou a matéria e que entendemos disciplinou de forma adequada e correta? Separamos obras em andamento de obras e serviços que não tiveram nenhuma ação desde o seu empenho. Então, algo que foi empenhado em 2007, em 2008 e que até abril deste ano não tinha nenhuma medição, quer dizer, não tinha obra, entendemos que poderia e deveria ser cancelado. A questão dos convênios com Estados e Municípios nós preservamos, dando o prazo, no caso dos empenhos de 2009, de mais 2 meses, para alguma medição, algum início de obra.

Perguntei, numa das discussões que tivemos com os Prefeitos, qual era o prazo de vigência dos Restos a Pagar das Prefeituras ou dos Governos Estaduais. Se perguntarem isso a um Prefeito ou a um Governador, tenho certeza de que eles vão responder que é de 1 ano. Esse é o prazo normal.

Então, a existência de um prazo para empenho é algo absolutamente necessário. Não podemos empenhar uma obra num período — seria até um desrespeito à Lei Orçamentária Anual — e fazê-la 5, 6, 7 anos depois. Ou melhor, desculpem-me: tê-la empenhada e fazê-la tanto tempo depois. Não é possível isso. Foge completamente, aliás, da ideia de programação, de fluxo etc. É preciso haver um prazo.

O que fizemos? Estabelecemos o conceito de que, no período entre abril de 2011 e agora, junho de 2011, as obras têm de ter sido iniciadas de alguma forma, tem de ter havido uma medição, entrega de serviços, etc. Achamos que esse critério ajuda muito na previsibilidade e, particularmente, em algo que, tenho certeza, é desejo de todos, dos Prefeitos, dos Parlamentares: que as obras sejam pagas. Ou seja, que não haja o problema de uma grande quantidade de coisas empenhadas que não andaram e não são pagas. Temos de regrar isso, dar uma racionalidade para isso, e esse é o esforço do Governo.

Quero dizer que a Presidenta informou na Marcha dos Prefeitos que estamos fazendo uma política de reduzir os prazos da Caixa. Estamos discutindo isso e vamos fazer uma política para que haja processos mais rápidos, porque uma perda de credibilidade ou algo assim não interessa a ninguém, não interessa ao Governo. Estamos trabalhando duro nisso, ou seja, regrar os restos a pagar.

Chamo a atenção: os da União foram cancelados junto. Não são só convênios dos Estados e Municípios. Os restos a pagar da União foram cancelados no final de abril de 2011. Não são de convênio. Foram cancelados. Se a União nesse tempo todo não iniciou a obra, esse empenho tem de ser cancelado.

A estimativa, Deputado Claudio Cajado, do que será cancelado é algo em torno de 10 bilhões, de 2007, 2008 e 2009. Essa é a nossa estimativa. Não temos o número final porque ainda está no prazo de 2009. Mas a nossa estimativa é algo em torno disso, algo em torno de 10 bilhões é o cancelamento que deverá ocorrer. Como não encerrou o prazo de 2009, é uma estimativa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - De 2007 e 2008 já fechou?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Já fechou, mas ainda estamos computando exatamente o quanto foi cancelado. A estimativa dos 3 anos é algo em torno de 10 bilhões. O Deputado perguntou especificamente isso, e gostaria de responder.

A receita de 2011, Deputado, está em linha, de forma talvez mais precisa em relação ao nosso decreto. Não há receita acima do que previa o decreto. Vou dar alguns números que demonstram isso.

A receita prevista, nos quatro primeiros meses de 2011, no Decreto 7.445, em vigor, é de 211 bilhões. Receita total, todas as receitas administradas pela Receita Federal. São 211 bilhões, 207. Foram realizados 210 bilhões, 675. Portanto, a diferença entre o decreto e o que foi realizado é de apenas 500 milhões, ou seja, uma diferença bem pequena. Um pouquinho abaixo, então. Estamos praticamente em linha com o decreto, razão pela qual, na reprogramação que fizemos em maio, não mudamos nada. Houve pequenas mudanças de adequações, mas o decreto é praticamente idêntico ao anterior. Ou seja, a receita está se comportando em linha com o decreto do Executivo.

Em relação à Lei Orçamentária, isto está nessa planilha que distribuí aos senhores, a previsão do decreto de receita total é de 730 bilhões. A previsão da Lei Orçamentária é de 750. A previsão de 730, que se

expressa, nesses quatro meses, em 211 bilhões de realização, é 20 bilhões abaixo da que foi estimada pelo Poder Legislativo. Digo isso para deixar claro que as razões que nos levaram ao contingenciamento permanecem. Ou seja, fizemos um contingenciamento, previmos um decreto de 730 e é isso o que está acontecendo. Está acontecendo quase exatamente o que programamos. Portanto, programamos adequadamente no nosso modo de ver e não há espaço adicional.

Quero chamar a atenção, porque nós, propositadamente, antecipamos o primário do ano, ou seja, fizemos o primário nos primeiros meses do ano porque era quando a economia precisava. Não poderíamos deixar ter pressão inflacionária e lá na frente fazer o primário. Não. Era preciso fazê-lo no final do ano passado e no início deste ano. E foi o que fizemos.

Aliás, a inflação felizmente está se comportando de uma forma de tendência de queda, temos 6 semanas seguidas em que o próprio mercado já reconhece uma tendência de queda. Portanto, entendemos que está surtindo efeito a estratégia do Governo, incluindo o primário ser feito fortemente no início do ano. Foi o que procuramos fazer.

Deputado Márcio Reinaldo, estamos à disposição. Apenas gostaria sempre de fazê-lo junto com a nossa Secretária de Orçamento e Finanças — SOF, que é quem, pelo Governo, trata da matéria. Mas eu estou à disposição.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Eu sei.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - A SOF está presente.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Tem estado presente, e estou à disposição para, junto com a SOF, vir aqui conversar com o Relator, com a assessoria.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Pediria a V.Sa., então, que programasse, talvez na próxima semana, no início, uma audiência.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Perfeito. Estou à disposição, junto com a Secretaria de Orçamento e Finanças, para conversarmos sobre a matéria e vermos qual é a melhor equação. Chamo a atenção, Deputado: estamos procurando uma boa equação.

A existência desse decreto que regulamenta claramente que obra iniciada mantém empenho, no médio prazo, tenho certeza de que será muito reconhecida pelos Prefeitos, pelos Governadores, pelos Deputados e Senadores, porque é uma regra que estabelece um normativo. Os Prefeitos já sabem que, se não iniciarem a obra num determinado período, ela vai ser cancelada.

Bom, há responsabilidade eventual? Gostaria de responder a essa pergunta. Não tenho dúvida de que, quando há um prazo muito longo, há responsabilidade de todos os agentes. Não acho que a responsabilidade seja dos Prefeitos, dos Governadores, da Caixa, do Tesouro ou da SOF. Não. A responsabilidade é do conjunto desses atores, mas, mais do que isso, Deputado, é uma consequência de algo que é até positivo: o Brasil está aumentando muito o investimento público. Então, é normal, dado que historicamente não havia um investimento público tão alto, que demore mais. A própria Caixa hoje tem um números de processos muito grande do PAC, além daqueles decorrentes da participação e da definição do Legislativo. Os Prefeitos e os Governadores também.

Quando me reunia com os Prefeitos para avaliar essa situação, eles diziam que estávamos com um volume de obras no Brasil muito grande e, por esse motivo, o Governo deveria considerar que o atraso... Nós achamos isso. Até um certo período, é normal, mas, além disso, achamos que é preciso ter uma normatização.

Então, esse é o nosso espírito, Deputado. Estou à disposição, junto com a SOF, para conversar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Feitos os esclarecimentos, vou conceder a réplica, regimentalmente, por 1 minuto, àqueles que entendem que ainda há necessidade.

Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Uma consideração inicial. No meu ponto de vista, o que está havendo de crescimento do superávit na verdade é um calote. É o nome que dou. Não está pagando conta. Então, é claro que desse jeito fica fácil. Deixou de pagar. Eu devo, não nego, mas não vou pagar. Queria fazer essa primeira consideração.

Em relação ao Fundo Soberano, Secretário, não foi utilizado, V.Sa. disse e é verdadeiro, só que há uma medida provisória, aquela do pré-sal, que autorizou a utilização dele para capitalizar a PETROBRAS. Não foi utilizado ainda, mas há autorização.

Quando ao BNDES, queria fazer a seguinte colocação. V.Sa. está defendendo veementemente que o Tesouro continue a capitalizar o BNDES, para que ele possa continuar capitalizando as empresas, o que certamente vai gerar pressão por demanda. Ocorre que o Banco Central, do mesmo Governo que V.Sa. atende, no último relatório de inflação, do mês passado, fala explicitamente da necessidade de rever, de repensar essa prática.

Queria que V.Sa. fizesse algum tipo de esclarecimento relativamente ao pensamento defendido pela Secretaria do Tesouro e ao pensamento defendido pelo Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Pergunto ao Deputado José Priante se gostaria de fazer réplica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Na verdade, não é uma réplica. Uma das considerações feitas pelo nosso Secretário é a de que a arrecadação está na direção que está desenhada no Orçamento. Não é? Custo a entender, com uma arrecadação alcançando patamar extremamente interessante, superando a perspectiva do superávit primário do primeiro quadrimestre, um contingenciamento no Orçamento de 50 bilhões de reais. É uma coisa que, no meu entendimento, tem uma certa contradição. Entendo que esse questionamento precisa e merece um certo esclarecimento. Gostaríamos de entender e compreender — esta é uma Casa política e eu faço parte da base do Governo — qual é a estratégia do Governo com relação a esse processo de arrecadação e investimento. Isso é o que gostaríamos de entender. Não consigo entender de maneira mais geral uma matemática dessa ordem. Não é de fácil justificativa para o meu entendimento.

Quero festejar com o Tesouro o sucesso, é sinal de que o Governo está no caminho certo, mas confesso minha dificuldade no que diz respeito a alguns detalhes, inclusive esse sobre o qual acabo de fazer a minha consideração.

No mais, deixo aberto para os colegas efetivamente fazerem suas intervenções no que diz respeito às suas dúvidas, mas grifo de maneira muito evidente esse ponto que para mim é fundamental e estratégico, até mesmo porque daqui a poucos dias deveremos nos debruçar sobre um novo Orçamento.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias recebeu um conjunto de mais de 3 mil emendas. Isso é o retrato da expectativa do Congresso Nacional no que diz respeito à formulação do Orçamento, a todo o processo de elaboração, à expectativa de ver os investimentos fluindo. Enfim, questionamentos como os que faço nesta hora são extremamente pertinentes para que possamos ter uma avaliação mais cristalina no que diz respeito a todo esse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado José Priante.

Pergunto ao Deputado Cajado se deseja pronunciar-se.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado. Primeiro, queria agradecer ao Dr. Arno a franqueza e a honestidade intelectual ao responder objetivamente às minhas perguntas.

Falei em quarenta e poucos bilhões em relação a comparativo de 2010. V.Sa. situou-se em relação ao Orçamento, ao decreto, em 2011. Estou falando comparativamente a 2010. Não houve cortes de emendas, não está havendo esses cancelamentos de restos a pagar e não houve sequer veto a emenda individual, outro problema grave. Nunca antes na história deste País vetou-se emenda individual. E houve um veto de emendas parlamentares individuais neste Governo, da Presidente Dilma. Em relação a 2010, houve esse excesso brutal de mais de 40 bilhões de reais de arrecadação e há espaço para que as emendas parlamentares sejam pagas.

O pensamento de V.Sa. é que o exercício, pela teoria didática contábil, etc., tem que ser anual. Concordamos. Mas e em relação ao superávit? Por que pode ser utilizado o superávit de um ano para o exercício futuro? Não está havendo essa dinâmica de admitir o superávit por excesso de um ano para o subsequente? Na LDO foi incluído isso. Está sendo repetida agora a mesma situação. Quer dizer, a dinâmica a ser utilizada é geral, o superávit adicional para o exercício futuro. Como é que não se pode fazer isso com as emendas e os restos a pagar? Se a doutrina da contabilidade é uma para a despesa, tem de ser também para a receita. A LDO é clara. Nós, pelo contrário, vamos lutar para tirar isso. Achamos isso uma inconstitucionalidade. Espero que o Relator fique sensível a este apelo, para que tenhamos um Orçamento.

O que digo, e aí, Dr. Arno, vou em cima da sua honestidade intelectual, é que, se culpados existem, são todos, até pela dilação do prazo, mas só se punem Estados e Municípios. O Decreto só pune Estados e Municípios, não pune a Caixa, não pune o Governo Federal, só pune aqueles que fizeram o convênio ou o contrato, Estados e Municípios. Não é justo. Esse decreto não é justo. O prazo teria de ser maior, até porque, se se quer limpar os restos a pagar para executar o Orçamento presente... É meritória essa tese, essa postura, e

acredito até na intenção da Presidente Dilma de dar uma limpada, para que no seu Governo se execute efetivamente o Orçamento na sua realidade e inteireza. É uma postura digna, mas tinha de dar tempo maior para que Prefeitos e Governadores pudessem executar as obras efetivamente iniciadas. Quando V.Sa. diz que em 3 anos não se justifica uma obra não ter sido iniciada, se a responsabilidade fosse exclusiva do Prefeito ou do Governador, tudo bem, mas não é.

Vou dar um exemplo a V.Sa. Minha querida cidade de Dias d'Ávila, da qual minha esposa é Prefeita, tem obra que está 70% executada e ficou nove meses sem pagar um centavo. Quanto aos outros contratos que foram sendo licitados e ganhos, as empresas diziam: "Só começo com o dinheiro em conta". E o dinheiro foi para a conta? Não foi.

Então, se o dinheiro não foi para a conta, como as empresas poderiam bancar o Governo Federal? O que estava acontecendo era isso, um empréstimo não contratado. As empresas poderem colocar as obras, manter a estrutura, sem recebimento e sem garantia de recebimento.

Se V.Sa. me pergunta se concordo com esse sistema, eu digo que não. Mas era o que era. E não era só no Governo do Presidente Lula. No Governo do Fernando Henrique também. Esse era o *modus operandi*, ocorreu e ocorre na administração, quiçá V.Sas. possam mudar, teremos apoio. Digo da injustiça do decreto pelo prazo. Não é justo, repito. Infelizmente, tanto a Presidente Dilma quanto a Ministra Miriam Belchior, que participou de audiência aqui, por um convite formulado por mim, não levaram em consideração os argumentos parlamentares. Infelizmente, teremos inúmeras obras importantíssimas País afora que não se iniciarão, depois de documentos apresentados, projetos analisados, licitações plenamente aptas a serem lançadas e iniciadas as obras em período maior.

Minhas colocações são nesse sentido. Como réplica, deixo esta questão: não vale para o restos a pagar essa anualidade. E em relação ao superávit? Pediria a V.Sa. que respondesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Vou conceder a palavra ao Deputado Márcio para a sua réplica. Eu tinha pedido a inscrição, mas vou conceder depois 2 minutos para o Deputado Nilton Capixaba e para o Deputado João Barcelar, para que possamos encerrar nossa reunião. Vamos terminar as réplicas, e depois abrimos a palavra. Pode ser?

Deputado Márcio Reinaldo.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Obrigado, Presidente Gilmar.

Dr. Arno, V.Sa. falou bem sobre esses restos a pagar de um ano. Mas veja V.Sa. como o processo é nefasto para o Prefeito. Das emendas de 2010 que foram empenhadas, deve ter sido menos da metade do valor das emendas dos Parlamentares, empenhadas no dia 31 de dezembro do ano passado, até hoje a Caixa, o Ministério ou quem for não autorizou que os Prefeitos entregassem pelo menos os documentos, e muito menos que iniciassem a licitação. Olhem bem, nós estamos jogando um ano fora, e só vai ser autorizado lá para o mês de novembro, dezembro ou janeiro do ano que vem.

Essa é a realidade que se vive. Tem problema na Caixa, tem problema de acompanhamento, de fiscalização ou supervisão, tem tudo. Mas, como diz o colega Cajado, acho que a culpa está caindo nas costas do Prefeito, principalmente. Quando é Governador, este tem mais armas para se defender.

Agora, de fato, é um quadro preocupante. Na maioria das vezes, a Prefeitura chega a um certo ponto e há um problema de guia de Previdência e perde-se tudo. Então, nós temos ene problemas para serem resolvidos nesse particular.

A Caixa tem apanhado muito. Eu tenho participado de muitas audiências. Realmente, eles já viram problemas que eles mesmos pagam. Mas, acontece, quando a coisa está ruim... Hoje, com o CONV no meio, o Parlamentar praticamente fica fora do diálogo. Fica o diálogo entre a Prefeitura e o Ministério ou a Caixa. Quando falta o dinheiro lá na conta da Caixa e o Ministério não libera, eles dizem assim: "Vá atrás do seu Deputado para pressionar lá em Brasília, senão o dinheiro não chega". Eu questionei a direção da Caixa: "Bolas, vocês não são signatários, responsáveis pelas ações em nome da União? Vocês é que tinham que resolver isso". Quem tinha que ir atrás do Tesouro, do Ministério da Fazenda ou seja lá o que for era a própria Caixa. Não é o Superintendente Regional mandar que se pressione o Deputado, que está excluído do processo a partir de um certo momento.

Mas esse é um quadro de gestão muito crítico, que, de certa maneira, chegou à exaustão, chegou ao final. Temos que construir um modelo novo, e daí, por exemplo, grande parte da expectativa deste Congresso de colocar mais de 3 mil emendas, das quais muitas são para simplificar o modelo, para achar caminhos em que

realmente haja corresponsabilidades, seja da CGU, seja do TCU, seja do IBAMA, seja lá de quem for. Seja da Caixa Econômica, seja do Deputado, seja do Tesouro Nacional ou do Ministro da Fazenda. Acho que vamos ter que buscar uma fórmula com a qual realmente haja pelo menos essa sensação. Se não for assim, esse relatório muito dificilmente vai ser aprovado.

Então, eu coloco para V.Sa. essa posição, porque, em contra-argumento desse problema dos restos a pagar de um ano, nós temos esse cenário, que é verdadeiro, pode-se chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Márcio.

Vou conceder a palavra por 2 minutos ao Deputado Nilton, para que possa também fazer as suas considerações. Depois, ao Deputado Bacelar. E depois V.Sa. responde, faz a tréplica e, ao mesmo tempo, faz as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Márcio, Relator, Secretário, colegas Deputados, eu vejo assim essa situação: nos programas do Governo, programas sociais, do PAC, que é de interesse do Governo, a coisa está só aumentando, só aumentando. Agora, quando é interesse deste Parlamento, a coisa só está diminuindo. É uma desproporção que não consigo entender. E sou da base do Governo, voto com o Governo. Se eu fosse da Oposição, diriam: "O Nilton está dizendo isso porque é da Oposição". Eu nunca tinha visto isso antes. Estou no terceiro mandato.

Então, eu vejo assim: hoje, no meu Estado, Rondônia, há vários viadutos sem terminar. Passou no *Fantástico*. Lá, há obras de saneamento — que é do PAC — e de água paradas. Essas obras estão todas paralisadas. E aí vem a situação da Caixa. As Prefeituras licitaram equipamento agrícola, e o pagamento até hoje não saiu, como o Márcio disse há pouco.

O que está acontecendo? As empresas estão indo lá buscar o maquinário de volta, desmoralizando o Prefeito. Alguns dizem: "Ah, porque não foi licitado, a obra não aconteceu". E a que aconteceu e não foi paga até hoje, igual o Cajado disse agora mesmo da Prefeita que é a esposa dele? Há medição do ano passado que não foi paga até hoje. Medição pronta na Caixa. Estamos no meio do ano. Agora, imaginem um dono de empresa, qualquer um, no Brasil todo, que está há um ano sem receber. Como está a situação dele hoje? Acabou.

O sistema está errado, vamos ter que mudar o sistema, Márcio. Tem que mudar. Empenhar com o dinheiro junto. O dinheiro tem que estar junto. Não adianta, porque o Prefeito hoje não tem nem credibilidade para fazer uma licitação: "De onde é essa licitação?" "Ah, é da Caixa Econômica." Não aparece mais empresa. Acabou. As empresas estão quebrando, todas. Então, não adianta.

E outra: isso tudo é um comando. Eu sei que é importante o Secretário vir aqui e fazer um esclarecimento. Nós ficamos agradecidos por ter V.Sa. aqui. Mas isso é um comando. É a Presidente que tem que comandar: "É para fazer. Faz". Agora, se não há comando, não vai fazer, porque ele não tem como fazer se não há o comando de cima, porque ele tem um superior a ele. Trouxemos a pessoa da Caixa aqui. E o que a Caixa fez? Resolveu? Não resolveu, porque há um superior a ele. E todos que trouxermos aqui têm um superior, que é a Presidente. Então, isso sai lá de cima. Se não sair, você não vai conseguir pagar, não vai conseguir fazer nada. Você não tem como fazer por você.

Eu vejo assim, Márcio. Isso é o sistema. Tem que mudar o sistema. Eu estou junto. Acho que nunca tivemos uma situação tão delicada como a que estamos passando no Congresso Nacional neste momento. Há muita gente esperando de nós algum resultado e até agora, estamos com 6 meses, não conseguimos um resultado. A única coisa que conseguimos foi votar um Código Florestal, e ainda está uma confusão grande ainda.

Precisamos levar algum resultado para quem nos colocou aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queira aproveitar, Dr. Augustin, para corroborar o que os colegas disseram e dar alguns exemplos práticos que temos visto nos nossos Municípios.

Esse exemplo que o Deputado Nilton deu aqui do recurso da Caixa Econômica parece hilário, mas um dia eu peguei um voo de Belém para Salvador e esse voo parou no Estado de Pernambuco. Pegando um jornal de Pernambuco, vi um aviso de licitação de uma Prefeitura do Estado. Dizia com letras garrafais: "Recursos da Caixa Econômica Federal". Aquilo ficou gravado na minha memória. Quando cheguei a Salvador, liguei para o Prefeito, identifiquei-me e perguntei a ele o que significava aquilo. Ele disse: "Olhe, Deputado, é porque nós estamos tão desacreditados, as empresas aqui em Pernambuco estão tão desacreditadas, que eu coloco nos

editais de licitação 'Recursos da Caixa Econômica' para o empreiteiro ou empresário que vier participar no meu Município saber do sofrimento que é a liberação do recurso. Aqui, ficam 1 ano, 2 anos, 3 anos sem receber dinheiro". E aquilo me doeu, Secretário, até porque, infelizmente, é uma realidade.

Deputado Cajado, V.Exa. falou em relação ao Município de Dias d'Ávila. Na semana passada, eu estive na Caixa Econômica em Feira de Santana, em virtude do decreto no final do mês, fazendo um levantamento de todos os meus Municípios, para saber quais eram os que entrariam e os que não entrariam no decreto. E, por incrível que pareça, Secretário, o Superintendente da Caixa de Feira de Santana, uma Superintendência grande, que abrange a maioria dos Municípios do Estado da Bahia, disse-me que há Municípios, como o próprio Feira de Santana, que têm obras 100% executadas há 2 anos e nunca receberam 1 centavo. Um centavo.

Dois anos. Então, isso me deixa resignado. Até porque, como engenheiro, do setor de infraestrutura brasileiro, eu estou desacreditado. Quando o recurso é federal, estamos literalmente desacreditados.

Na Comissão de Desenvolvimento Urbano, na semana passada, na apresentação de emendas à LDO – grande Relator, V.Exa. tem experiência nesta Casa e nesta Comissão, os primeiros passos que dei aqui foram ouvindo o conselho de V.Exa., quando nem era Deputado ainda –, fiz uma emenda, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, solicitando nessa emenda, na redação dela, que os recursos, quando fossem aplicados, logo no empenho tivessem uma reserva do Tesouro de 50% do financeiro. As obras começariam com 50% do financeiro; depois de medidos os 50%, solicitassem-se 30%, e na etapa final os 20% restantes, quando a obra estivesse conclusa. Ou seja, isso dá uma segurança jurídica para o empresário, isso dá uma segurança jurídica para o contratante, para que ele contrate com a garantia de que as obras vão ser iniciadas com 50% dos recursos, e não fiquemos aqui, todos nós Deputados Federais, no beija-mão — beija-mão no Ministério, beija-mão na Casa Civil, beija-mão na Caixa Econômica; ou seja, nós passamos a ser um despachante de luxo das Prefeituras para a cada medição correr atrás do financeiro. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Nossa função de Deputado Federal é zelar pelo País de uma forma global, é fazer um debate à altura, como este que nós estamos fazendo aqui, e não ficar a cada medição correndo ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Turismo, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Integração, atrás de financeiro; aí, de lá, passa para a Casa Civil, o Deputado vai para a Casa Civil, a Casa Civil acompanha a votação do Deputado para liberar...

Ou seja, isso vai fazer com que nós, aqui na Comissão de Orçamento, venhamos a nos entender e tentemos fazer um Orçamento impositivo, porque a única solução é nós mudarmos esse modelo de hoje, que é um modelo arcaico, que é um modelo totalmente retrógrado para o País. Nós estamos fazendo um desserviço ao País, porque a Caixa Econômica também, com o número de emendas, com o número de convênios que tem, não pode processar 15, 20, 30 medições num contrato de R$ 300 mil, R$ 400 mil, R$ 500 mil, porque se isso avoluma, não há gente suficiente para fiscalizar. Fora o trabalho que nós estamos tendo aqui na Comissão, não só na Comissão, mas no Parlamento, de ir para o beija-mão, para a liberação do recurso. Isso é um absurdo! Nós estamos quebrando as empresas brasileiras! Há Municípios aí em que os Prefeitos já me disseram: "Olhe, Deputado, meu Município está quebrado, porque a empresa veio, executou, não pagou o comércio local, não pagou a mão de obra; por que não querem liberar? É o senhor que está tentando prejudicar-me politicamente?" Ou seja, esse ônus é nosso! Nós que estamos na base, nós que estamos lá onde há a aplicação do recurso é que pagamos o custo político dessa ineficiência nossa aqui.

Então, o apelo que eu faço a V.Exa. é no sentido de nós tentarmos, aqui neste debate, rever os modelos, tentarmos equacionar e, se possível, pagar. Esse pagamento é primordial, e para isso faça-se a prorrogação do prazo do decreto. Esse decreto não pode expirar-se no final do mês de junho, porque há muitos contratos em análise ainda, a Caixa Econômica não tem condição humana de avaliar esses contratos, e nós políticos, nós Deputados Federais é que pagamos esse preço. Então, eu rogo a V.Exa. que nos ajude a resolver esse grande problema que hoje nós temos no País.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Temos de assegurar que não haja veto, porque... Vote-se, Deputado Márcio Reinaldo, V.Exa. que é Relator, com a garantia de que se houver veto nós o derrubaremos, porque isso é um avanço. O Dr. Arno está na linha desta Casa. V.Exa. não está vendo que está havendo uma convergência de pensamentos positivos? A única oposição é ao prazo, muito curto. Mas no resto nós concordamos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Só uma observação aqui: eu acho que essa linha que V.Exa. emendou, como outros companheiros, eu acho que nós estamos nessa direção. Por isso foi que eu pedi a presença do Secretário do Tesouro, porque essa atitude vai demandar o seguinte: o Tesouro tem de estar

programado para que, na medida em que se liberarem esses recursos, o dinheiro chegue, o dinheiro esteja disponível, para que a obra não pare mais. E, aliás, eu faço correções nessa emenda, para torná-la mais positiva; ou seja, não haveria momento algum em que se ficaria sem recurso para a obra terminar, principalmente esses contratos de pequeno valor, que a Caixa tentou definir para nós como de até R$ 500 mil.

Mas, de qualquer maneira, é um quadro delicado, e eu acho que a presença do Tesouro é importante, para ele entender, viver, e assumir também, porque lá na frente vai haver reflexo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aliás, Deputado Márcio, se V.Exa. me permite, em alguns convênios o próprio Ministério já está exigindo, na contrapartida do Município, assegurarem-se no orçamento os recursos a serem complementados. Então, em determinados... eu vou dar aqui um exemplo: ginásio de esportes; houve um convênio, com um Prefeito ligado a mim, que tinha uma contrapartida muito maior do que a de praxe. Era em torno de 40% do valor do convênio. E o Ministério exigiu que o Prefeito apresentasse na lei orçamentária a dotação específica para a complementação desses recursos federais. Ou seja, é um avanço, eu concordo com isso, acho que isso garante a conclusão da obra; agora, o financeiro não está acompanhando o orçamentário. Daí por que acho que todas essas medidas vêm ao encontro do que desejamos; agora, insisto em dizer: se não houver esse comprometimento do pagamento, primeiro, e, segundo, se não houver uma tolerância, nesse caso de 2009...

Em 2007/2008 (isso já passou; mas, enfim...) houve um prejuízo muito considerável. Daí até, acredito, a insatisfação de grande parte da base parlamentar do Governo aqui na Casa. Nós não podemos punir um lado só. Não podemos, Dr. Arno. Sei que V.Exa. pode ser, se concordar com a minha tese, a nossa, uma única pessoa, mas dentro do Governo não houve sensibilidade para encarar essa questão como uma responsabilidade de todos, e não apenas daqueles que estão na ponta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Com a palavra o Deputado Lucio Vieira Lima.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA - Sr. Presidente, colegas, Ilmo. Sr. Secretário do Tesouro Dr. Arno Hugo Augustin Filho, eu gostaria de registrar aqui: se, diante de colegas que já são considerados decanos nesta Casa, que já têm conhecimento do andamento, de como se deram essas coisas, eu vejo, neste momento, e durante um grande período, a perplexidade no rosto desses colegas, imagine para mim, marinheiro de primeira viagem, Deputado de primeiro mandato, que chego aqui cheio de sonhos, achando que vou resolver os problemas dos meus Municípios, do meu povo querido da Bahia!

E aqui não se trata de ser da base ou não do Governo. Sou Deputado do PMDB, sou Vice-Líder do PMDB; mas, antes desses compromissos, eu tenho compromisso com quem me elegeu, com quem confiou em mim, com quem me colocou aqui para poder defender os seus interesses.

E, pelo que nós vemos, já ficou claro, já foi reconhecido que a disponibilidade financeira existe; está faltando é colocar em prática, disponibilizar esses recursos para a Caixa Econômica e para os demais Ministérios, para que possam ser atendidos os Parlamentares e, por consequência, o povo do Brasil.

Eu leio nos jornais que acusam os Deputados de estarem preocupados com emendas paroquiais, como se fossem uma coisa menor, uma coisa desprezível. Ora, somos nós que temos de ver, realmente, as ditas emendas paroquiais, porque nós que estamos visitando as bases estamos vendo crianças pisarem em esgoto a céu aberto, pegando doenças e dando mais gastos ainda para a saúde. Seria bom se o Sr. Secretário fizesse uma viagem dessas para fazer vistorias nessas obras paroquiais, para ver que nós apresentamos emendas para pontes que darão acesso aos estudantes às salas de aula, para fazer uma passagem, para que possa um doente pegar uma ambulância e dirigir-se a um hospital para ser atendido.

Desta forma, eu apelo para V.Exa. no sentido de que seja defensor dessa causa do Congresso Nacional, porque na verdade V.Exa. estará defendendo é o Governo da Presidenta Dilma. O que eu vejo aqui? Ontem, ou antes de ontem, quando a Ministra Ideli tomou posse, saiu a notícia em todos os jornais de que ela ia limpar as prateleiras e ia liberar os recursos; hoje — com a tecnologia *on line*, nós temos acesso a todo o momento ao noticiário — já sai a notícia: *"Ideli prega cautela na liberação de recursos para Deputados"*.

Ora, ao ler a notícia ontem, eu liguei para os Prefeitos, liguei para as minhas bases, liguei para as associações — certo? —, para dizer-lhes, mesmo eu que não coloquei emendas, mas, logicamente, represento a Bahia, e pedem-me que lute por emendas até de Deputados que eventualmente perderam a eleição, que ficassem tranquilos, porque aquelas obras tão ansiadas por eles, tão desejadas, estavam prestes a ser liberadas, pois a Ministra Ideli Salvatti empenhou sua palavra; e hoje sou surpreendido por isso!

Então, diante dessa demonstração clara de excesso de receita, eu gostaria que V.Sa. saísse daqui para levar o pleito de que, pelo amor de Deus, liberem as emendas, que são tão necessárias não aos Parlamentares,

mas ao povo do Brasil, que tanto necessita desses recursos para pequenas obras que para os outros, para nós que estamos aqui em Brasília podem ser pequenas obras, mas para eles são grandiosas obras que os tirarão de uma situação ruim para uma situação que vai dar dignidade à sua vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Continua franqueada a palavra.

Não havendo mais quem queira...

Sim, Deputado Gilmar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Só queria prestar uma informação. Ouvi a intervenção do Deputado e quero só fazer um esclarecimento aqui: a Ministra Ideli assumiu recentemente. Quem estava aqui na Comissão o ano passado lembra que, à época, a Senadora era Líder do Governo no Congresso, e nós tivemos a oportunidade de trabalhar com ela. E ela sempre afirmou, e eu quero aqui reafirmar, porque já tivemos conversas, desde a sua posse: ela vai, sim. E é uma orientação da Presidenta — e também da Ministra da Casa Civil, que esteve conosco até há bem pouco tempo; semana passada estava aqui conosco — a de que esse diálogo ocorra. Na próxima semana nós já deveremos ter um encontro com as Lideranças da Comissão de Orçamento para tratarmos exatamente desses... não só dos pagamentos, mas também dos empenhos, porque é justo que isso de fato ocorra. Não há nenhuma negociação nesse processo. Vamos apenas para o cumprimento daquilo que nós votamos no Orçamento.

Então, eu só quero aqui comunicar à Comissão que os Líderes na próxima semana já estarão... Ela está, logicamente, tendo tomado posse, tomando pé da situação, e ao mesmo tempo fazendo primeiro as reuniões e as tratativas com o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, com os Líderes nas duas Casas, e a partir daí ela vai também — ela conhece bem esta Comissão; como Líder do Governo, tratou com esta Comissão — manter conversas com as Lideranças desta Comissão, com os Líderes dos partidos nesta Comissão, para que nós possamos então organizar um programa que possa de fato equacionar essa questão.

Era apenas essa a comunicação. Desculpe-me, Secretário, esta intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Mas, Secretário, eu queria também usar da palavra, na mesma linha do Deputado Lucio Vieira Lima, o nobre Deputado da Bahia. Nós estamos hoje, no momento, mo Brasil, numa outra dimensão, na época do PAC. E nós entendemos perfeitamente, Sr. Secretário, que as emendas parlamentares são os verdadeiros PACs dos pequenos Municípios. Existem Municípios, principalmente no Nordeste, de uma maneira geral, em que não se vê a presença do Governo, da gestão pública de uma maneira geral, muito frequentemente. Muito raramente nós temos observado algumas ações de Governo efetivas nos pequenos Municípios.

E essas emendas parlamentares são fruto exatamente do andamento, ou das viagens dos Parlamentares, da visita desses Parlamentares aos Municípios. Então, eles conhecem, sentem o problema, convivem com o apelo popular. Diretamente, nós estamos presenciando as pessoas comunicarem-nos, dizerem da sua ansiedade por uma ponte, como foi mencionado aqui, uma coisa de R$ 50 mil, de R$ 100 mil, talvez, mas uma coisa que efetivamente muda, muda diametralmente a ação de governo dentro dessa comunidade. Então, são pequenas emendas que têm uma importância capital para esses Municípios, principalmente esses pequenos Municípios.

Eu quero aqui dizer da nossa confiança no Governo da Presidenta Dilma, quero dizer que nós Parlamentares acreditamos efetivamente que as nossas emendas não serão colocadas de lado, e, com a sensibilidade do Governo, nós haveremos de beneficiar principalmente, eu volto a insistir, os pequenos Municípios.

Então, era isso, e eu gostaria de ouvir de V.Exa. alguma coisa nesse sentido.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Bem, eu vou novamente tentar seguir a ordem para responder as questões.

Primeiro, o Deputado Vaz de Lima não está mais presente, mas ele referiu que o Banco Central e o Tesouro teriam posição diferente, no que concerne ao BNDES. Isso não é verdade. O Banco Central posicionou-se, na sua ata, assim como o Governo já vem fazendo, no sentido de que paulatinamente o volume dos aportes ao BNDES vá sendo menor, e essa é a nossa política; ele foi de R$ 100 bilhões no primeiro ano, R$ 80 bilhões no segundo, R$ 55 bilhões neste ano, e esta é a política do Governo: paulatinamente diminuir o aporte do Tesouro ao BNDES, e aumentar inclusive a participação privada no financiamento de longo prazo no Brasil. E estamos fazendo isso. Lançamos um conjunto de medidas para incentivar isso. Então, não há nenhuma contradição. Muito pelo contrário, é exatamente a mesma política.

Eu queria reiterar — e particularmente, aqui, respondendo ao Deputado Priante, que está aqui, ao Deputado Cajado, aos vários que falaram, porque isto é oportuno, na medida em que estamos justamente iniciando o processo orçamentário do ano que vem — que há um problema, decorrente do fato de que a estimativa do Orçamento de 2011 de receita, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, aqui a receita total foi de R$ 750 bilhões. Nós estamos trabalhando no decreto (e é isso que está absolutamente em linha) com R$ 730 bilhões. É um valor, esse de R$ 730 bilhões, muito semelhante àquele que nós colocamos no projeto. Nós colocamos no projeto de lei R$ 733 bilhões; o Parlamento avaliou que deveria subir a receita para R$ 750 bilhões. Nós respeitamos, mas aqui... Bom, a receita que ocorre é a que ocorre. Então, um pouco da origem do problema, que eu quero que os Parlamentares também considerem, inclusive na hora de fazerem as suas considerações, enfim, vem do fato de que, se a receita é colocada em um patamar superior àquilo que de fato ocorre na sequência, nós temos de tomar uma atitude — não é? —, porque não há aquela receita.

Então, aqui, o que houve foi um conjunto de fatores nesse sentido: a receita que vem ocorrendo está absolutamente em linha com o decreto do Executivo, e está absolutamente em linha com o projeto de lei que mandamos para esta Casa; não está em linha com a lei, com aquilo que na lei acabou sendo superior. Acontece que isso não é uma decisão. A receita é a receita que é arrecadada, não é? Ela não... O Executivo não decide. É a cada mês... Enfim, então, aqui a projeção da receita que foi feita está acima daquilo que está ocorrendo e daquilo que previámos. Felizmente aquilo que previámos está ocorrendo; ou seja, poderia... porque muitos inclusive nos criticaram em algum momento; quando a economia não tinha ainda reagido com mais força, diziam: "Não, mas está muito otimista". Não, não era otimismo. Acho que se demonstrou correta a nossa previsão. Mas... Bom, são adequações necessárias.

Um segundo ponto: é sempre útil ouvir, é com esse espírito que venho aqui, e todas as pessoas do Executivo, para encontrar soluções, enfim, encontrar fórmulas de não termos... de aperfeiçoarmos os processos. Então, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira já se manifestou, e nós estamos à disposição, nós vamos ver como aperfeiçoar sempre, não é? Agora, há questões que são às vezes de incompreensão. Eu quero falar de algumas delas.

O Deputado Cajado disse que fez uma injustiça o decreto porque responsabiliza os entes federados. Não é verdade! No caso do Orçamento da União, que não é convênio, o prazo já se encerrou! O prazo dos Estados e Municípios é maior do que o do Orçamento da União, que não é convênio. O prazo de empenho dos Ministérios encerrou-se, e não foi prorrogado por esses 2 meses, em 2009. Não houve isso! Houve só para os entes federados, mostrando a clara intenção do Governo de não penalizar Estados e Municípios. Então...

Em segundo lugar, vários Parlamentares referiram-se aqui a questões que eu queria esclarecer.

Por exemplo, não há nenhum... O Deputado Capixaba falou de contingenciamento de obras do PAC em Rondônia, que não estariam andando. Não há nenhum contingenciamento de PAC, nenhum contigenciamento, nem orçamentário, nem financeiro, de PAC. Então, pode estar acontecendo, em alguma circunstância, não sei, algum atraso, algum... mas não por razão orçamentária ou financeira, porque não há contingenciamento. Então, tem-se de verificar cada uma das circunstâncias, para que não haja um equívoco.

Quanto ao exemplo que o Deputado Cajado deu, de uma Prefeitura que iniciou uma obra e, segundo ele, não teria recebido, essa obra não vai ter cancelamento de empenho. Ela já se iniciou, já houve medição; então, aí trata-se estritamente de pagamento.

Então, nós vamos continuar num processo de aperfeiçoamento. É isso que nós estamos tentando construir. Especificamente, eu ouvi e entendo essas últimas manifestações do nosso Presidente, a manifestação do Deputado Gilmar, a do Deputado Lúcio, da Bahia, enfim, no sentido de construir a melhor equação entre o Executivo e o Parlamento.

É evidente que nós temos essa disposição, permanentemente. Agora, é preciso compreender que as razões orçamentárias e financeiras, o cumprimento das metas fiscais, a consolidação fiscal do Brasil é muito importante. Então, nós temos de considerar todos os lados dessa questão, particularmente o fato de que, na medida em que o Brasil voltou a ter um crescimento forte e significativo, é importante que o lado fiscal auxilie a economia, ou seja, que o lado fiscal seja um elemento para evitar a pressão inflacionária demasiada, ou, como ocorreu quando houve a crise, que o lado fiscal ajude a reativar a economia.

Então, esse balanço às vezes significa momentos em que se tem de ir mais devagar porque isso é importante para a estabilidade, é importante para que o crescimento seja em linha. É isso que nós estamos buscando, a melhor equação.

Eu agradeço o conjunto das observações e entendo esta segunda fase mais como sugestões do que propriamente como perguntas.

Portanto, não vou entrar muito no detalhamento. E reitero a satisfação de poder ter estado aqui, conversando com os Srs. Parlamentares e mais uma vez demonstrando que há cumprimento das metas fiscais.

Obrigado. Da minha parte, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Bom, não havendo mais quem queira manifestar-se, agradeço ao Secretário do Tesouro Nacional Sr. Arno Hugo Augustin Filho, à sua equipe técnica e aos Srs. Parlamentares o comparecimento. Muito obrigado.

A reunião está encerrada.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 21 DE JUNHO DE 2011.

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 8 e 9. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Ademir Camilo, Claudio Cajado, Giroto, Gonzaga Patriota, Marçal Filho, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho e Rubens Bueno; - Senadores titulares: Cyro Miranda, Francisco Dornelles e Vital do Rêgo; - Deputados suplentes: Alex Canziani, Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão e Pedro Chaves; - Senador Suplente: Ivo Cassol. O Senador Itamar Franco teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: André Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Gilmar Machado, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Rodrigo de Castro, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores: Acir Gurgacz, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. ABERTURA: às quinze horas e dois minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. AVISOS: O Presidente comunicou a realização de reunião de audiência pública, com data provável para o dia 28 de junho, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a finalidade de ouvir os diversos órgãos envolvidos *nas contratações, com adoção de regime licitatório diferenciado, dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo,* atendendo ao Requerimento nº 01/2011-CMO, de autoria do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4 de maio de 2011. ENCERRAMENTO: Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 28 e extraordinária para o dia 29 de junho, ambas às quatorze horas e trinta minutos, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e quatro minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito boa tarde às Sras. e Srs. Parlamentares, aos profissionais da imprensa, às assessorias de gabinetes. Há número regimental para abertura dos nossos trabalhos às 15h02min.

Declaro iniciada a 10ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 8 e 9.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação tanto na representação da Câmara dos Deputados quanto na do Senado Federal, lamentavelmente, vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 28 de junho, terça-feira, e reunião extraordinária para o dia 29 de junho, quarta-feira, quando ultimaremos a votação do relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias. *(Pausa.)*

Deputado Cajado, estamos fechando a audiência pública, na terça-feira, relativa àquele requerimento que V.Exa. cobrou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nobre Presidente, a Secretária Myrna já tinha me dado conhecimento. Estaremos aqui quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Secretaria desta Comissão é muito competente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É eficiente como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Um abraço a todos.

Fiquem com Deus.

Declaro encerrada a reunião.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 28 DE JUNHO DE 2011.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 8 (ALTERADA), 9 e 10. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Andre Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Cyro Miranda, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Vital do Rêgo; - **Deputados suplentes**: Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Magno, Danilo Forte, Geraldo Resende, Heuler Cruvinel, José Airton, Pedro Chaves, Vaz de Lima, Weliton Prado e Zé Geraldo; - **Senador Suplente:** Ivo Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Ademir Camilo, André Zacharow, Genecias Noronha, George Hilton, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Rodrigo de Castro, Valtenir Pereira e Vitor Penido; **- Senadores**: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Itamar Franco, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** O Presidente comunicou haver acordo para deliberação das matérias constantes das pautas, exceto o item 9 da Pauta 8 (ALTERADA) – Requerimento 14/2011-CMO. O Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) comunicou que o PSDB estava em obstrução. Falaram, ainda, o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) e o Senador Jayme Campos (DEM/MT), que se manifestaram favoráveis à apreciação das matérias na forma como fora acordado. O Deputado André Vargas (PT/PR) considerou ser desnecessária a manutenção do item 8 da Pauta 8 (ALTERADA) – Requerimento nº 12/2011-CMO no elenco das matérias a serem deliberada, tendo em vista que o Ministro a ser convidado para a audiência pública havia deixado o cargo. O Presidente esclareceu que a matéria estava em processo de votação, vez que já havia sido discutida em plenário e, mesmo estando em conflito com a situação atual, deveria permanecer na pauta até a sua deliberação final. O Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) fez uso da palavra, nos termos do *art. 14 do Regimento Comum*, para solicitar o encerramento da reunião. O Deputado Gilmar Machado (PT/MG) sugeriu ao Presidente que fosse colocada em discussão as atas das reuniões anteriores. O Presidente redarguiu, afirmando não ser possível atender à sugestão, por tratar-se de matéria deliberativa e, para tal ordem, exigia-se *quorum* para votação. Fizeram uso da palavra os deputados Marçal Filho e Wellington Roberto, este último para pedir aos Senadores da base governista o comparecimento em plenário para permitir a deliberação das matérias em pauta. O Presidente informou o cancelamento da reunião de audiência pública que ouviria os representantes da Infraero, do Dnit e Sinicon - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura, convocada para o dia 28 de junho, às 15 horas, sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, conforme Requerimento nº 1/2011-CMO (alterado), em virtude da impossibilidade de comparecimento do Presidente do Sinicon, justificado através do Ofício 082/2011, e da ausência de manifestação por parte da assessoria parlamentar da Infraero quanto ao comparecimento do seu presidente ou representante. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária marcada para o dia 29 de junho, às quatorze horas e trinta minutos, convocada anteriormente, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e três minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - São 15 horas, pontualmente.

Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 8, alterada, 9 e 10, de 2011.

Informo aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que fizemos, agora há pouco, uma reunião na Comissão de Líderes.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA - Sr. Presidente, questão de ordem.

Quero apenas avisar que o PSDB, no Senado, obstrui esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k., Senador Cyro Miranda.

Nós fizemos uma reunião de Líderes agora há pouco e nós temos uma pauta extremamente leve, com avisos, ofícios e comunicações. Houve um entendimento para votarmos a pauta inteira, com exceção do Requerimento nº 9, do Deputado Wellington Roberto.

Eu consulto V.Exas. sobre se poderíamos votar até o Requerimento nº 9 e limparmos a pauta.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Esse não foi o acordo que fizemos com V.Exa. O PSDB realmente se posicionou contrariamente à permanência do Requerimento nº 9 na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É verdade.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Mas os demais representantes dos partidos nesta Comissão querem votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nós ainda não temos *quorum* para deliberação, Deputado Wellington Roberto. Espero, enquanto faço essas arguições preliminares, que alcancemos o *quorum* para votar o requerimento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Vamos começar a pauta!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É por isso que eu quero iniciar a apreciação da pauta.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Meu querido e eminente Senador Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - O DEM também concorda. Esperamos votar até o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Aliás, V.Exa. é autor de um dos itens.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A obstrução do PSDB é ao item 9. Se todos concordarem, chegaremos até o item 9. Se não houver *quorum* para deliberação e o PSDB voltar à obstrução, encerraremos a reunião. Não sendo assim, daremos continuidade à reunião. Daríamos um tempo para que se alcance o *quorum* para deliberação.

O nosso problema são dois votos, na representação do Senado, que não temos ainda.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, cabe ao representante do Governo nesta Casa, Deputado Gilmar Machado, pedir aos ilustríssimos Senadores da base do Governo que venham ao plenário desta Comissão, para que seja alcançado o *quorum* na representação do Senado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Quero apenas perguntar — e sei que, estando na pauta, talvez não haja outra alternativa — se é possível manter na pauta o requerimento de convocação de alguém que não é mais Ministro. Pergunto se não seria de ofício retirado de pauta. É o caso de Antonio Palocci. Nós estamos convocando alguém que não é mais Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vai ter que ser refeito o requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Naturalmente, não poderia constar da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado André Vargas, é uma questão de ordem interessante a que V.Exa. faz. O entendimento da Secretaria é o seguinte: o requerimento estava em processo de votação; já haviam sido concluídos a discussão e o encaminhamento; então, nós mantivemos o requerimento na pauta. Não obstante a própria redação seja conflitante com o cargo atual que o cidadão ocupa, a retirada de pauta deve também obedecer, na forma regimental, o processo de votação.

Esta é a resposta à questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, já são 15 horas, e não há *quorum* na representação do Senado para deliberação. Requeiro a V.Exa. o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Até o momento eu estava tentando aproveitar, confesso aos senhores — não o requerimento que V.Exas. do PSDB obstruem, com inteira liberdade —, todo o resto da pauta, que não apresenta nenhuma dificuldade. V.Exas. já apreciaram. Eu estava tentando aproveitar este momento, até as 15 horas, numa última tentativa de obter dois votos a mais dos Senadores.

Nesta situação, não há *quorum*...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós não temos *quorum* para votar, mas temos *quorum* para fazer a discussão, a leitura da ata. Isso nós podemos fazer.

Eu gostaria de sugerir, se fosse possível, que fizéssemos esses encaminhamentos, enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Esta matéria, Deputado Gilmar Machado, é de Ordem do Dia. Para entrar na discussão, tem que haver *quorum* para deliberação, segundo informação da Assessoria, em quem confio.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Lamentavelmente, não há *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal.

Declaro...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu acredito que já está passando dos limites esta situação aqui na Comissão Mista de Orçamento.

Eu pediria encarecidamente aos partidos da base do Governo que solicitassem aos Senadores que fazem parte dessa base que venham aqui amanhã, para votarmos toda a pauta do dia de hoje.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, quero apenas corroborar o que disse o Deputado. Nós temos uma pauta extensa a ser votada, a ser discutida. Os partidos têm que chamar os seus Senadores, os seus Deputados. Se eles não quiserem participar, que abram o espaço para aqueles que querem, ou que sejam convocados os suplentes para participarem desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exas. têm toda a razão, e esta Presidência vai notificar os Líderes partidários sobre a situação que estamos vivendo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - A Presidência poderia notificar ou fazer um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vou fazê-lo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - ... sobre a necessidade extrema de eles estarem aqui.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, vamos encerrar a sessão. Certamente os Líderes do Governo vão fazer o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Esta Presidência, *ex officio*, declara cancelada a 3ª reunião de audiência pública que foi convocada, como já justificado aos Srs. Líderes.

Está encerrada a sessão.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 29 DE JUNHO DE 2011.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 8 (ALTERADA), 9, 10 e 11. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Ademir Camilo, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota, João Dado, Marçal Filho, Rogério Marinho, Rubens Bueno e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Cyro Miranda, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino e Vital do Rêgo; **- Deputados suplentes**: Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Danilo Forte, Gorete Pereira, Roberto Teixeira, Valmir Assunção e Vaz de Lima; **- Senadores suplentes**: Eduardo Braga e Ivo Cassol. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Gilmar Machado, Giroto, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rui Costa, Valtenir Pereira e Vitor Penido; **- Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Itamar Franco, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** às quinze horas e três minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente informou que encerraria a reunião. Antes, concedeu a palavra ao Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA) que manifestou sua insatisfação pela ausência de alguns representantes dos órgãos convidados para debater, em reunião de audiência pública, que havia sido convocada para o dia 28 de junho, às 15 horas e posteriormente cancelada, sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, conforme Requerimento nº 1/2011-CMO (alterado). O Presidente afirmou que também se associava ao parlamentar, externando o seu descontentamento quanto ao ocorrido e informou que tomaria todas as providências necessárias e, se houver necessidade para o seu cumprimento, ser transformado em convocação. O Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) fez uso da palavra para apoiar a iniciativa do Deputado Claudio Cajado e informou que desejava subscrever o requerimento de convocação. Em razão de ter atingido o *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente consultou o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) acerca da possibilidade de retomar os trabalhos da Comissão, com vistas à deliberação das matérias constantes da pauta e que já haviam sido objeto de acordo. O representante do PSDB redarguiu, afirmando que deveria ser cumprido o Regimento, uma vez que no momento em que o Presidente anunciou que encerraria a reunião não havia *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, logo não poderia anuir como a proposta. O Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE, ao reportar-se quanto à análise das emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentarias – PLDO 2012, convocou reunião do Comitê, na sala de reunião da Presidência, para logo após a reunião do Plenário. **ENCERRAMENTO:** O Presidente convocou reunião ordinária, para o dia 5 de julho, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e quatorze minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 3ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 8 (alterada), 9, 10 e 11.

Boa tarde a todos.

São 15h03min. Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal, novamente, encerro...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - ...a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 5 de julho, às 14h30min, neste plenário.

Antes ainda, passo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, senhoras e senhores membros da Comissão, ontem eu estava em uma reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente — a autoria do requerimento foi deste Parlamentar —, no Plenário 8, sobre a questão da política nacional de biodiesel. Estava acompanhando, por intermédio dos meus assessores, o desenrolar de reunião desta Comissão, que não ocorreu, mais uma vez, porque não houve *quorum*.

O meu interesse era de que fosse realizada a reunião, para podermos, finalmente, dar início à audiência pública — o requerimento, de minha autoria, foi aprovado por unanimidade nesta Comissão — a respeito de assuntos referentes à modificação da Lei de Licitações. Esse tema, inclusive, foi objeto da Medida Provisória nº 527, votada na tarde e na noite de ontem, e serviria muito de embasamento para as discussões que se travaram no Plenário.

Eu não sei, Sr. Presidente, se foi um artifício do Governo o esvaziamento da audiência pública; eu não sei se foi a confirmação do desrespeito à Comissão de Orçamento; eu não sei se foi simplesmente desleixo do Governo e dos convidados nas explicações, opiniões e abordagens que seriam objeto dessa audiência pública ontem. O fato, Sr. Presidente, é que, na semana anterior, V.Exa. e a Secretária da Comissão, D. Myrna, garantiram que havia a confirmação da presença dos expositores. Este Parlamentar até transigiu nos nomes que foram objeto do convite, para que fossem enviados representantes a esta Comissão. O nosso interesse, o meu interesse era debater o assunto. No intuito de colaborar, no intuito de viabilizar datas comuns a todos os convidados, nós não fizemos questão de que estivessem presentes, poderiam ser representados por pessoas que têm conhecimento dos temas. Para minha surpresa, eu tive a informação, confirmada por V.Exa., de que apenas dois convidados estavam presentes.

Isso, Sr. Presidente, eu, que fui Presidente de Comissão — tive a honra de fazer parte do colegiado da Comissão de Defesa do Consumidor quando V.Exa. era Deputado —, considero lastimável, porque os assuntos que são discutidos nesta Casa e em especial na Comissão de Orçamento são do interesse do País e do povo brasileiro. Qualquer agente público, servidor, Ministro, presidente de órgão, convidado que informe à Comissão que estará presente ou mandará um representante tem a obrigação de prestar informações. Não é favor, não. Não é favor que qualquer servidor público faz a mim, a V.Exa. ou a quem quer que seja vir a esta Comissão, sentar a essa mesa e dar as explicações que nós Parlamentares exigimos. É desrespeito confirmar e, no dia, desconfirmar; no dia, dizer que não poderá vir. Isso é deboche. E para deboche só resta uma opção: a convocação dos Ministros responsáveis pelos órgãos com os quais estamos prevendo o debate.

Daí por que eu vou, imediatamente após o encerramento desta reunião, fazer um novo requerimento para que os Ministros estejam presentes e oficiar a V.Exa. para que haja, de forma exemplar, um consenso na Comissão, a fim de que possamos votar esse requerimento. Diante do apelo da base do Governo, do Líder do Governo e até do Presidente da Comissão, nós não criamos nenhum obstáculo para debater essa questão, mas o deboche do qual esta Comissão foi vítima ontem merece uma repreensão de todos, para a defesa da Comissão e do seu Presidente. Eu não acho outra palavra a não ser essa. Se há palavras menos duras, que as exponham agora; caso contrário, eu farei o requerimento imediatamente para que nós possamos, já na próxima semana, colocá-lo em votação.

Eu sei, Presidente Vital do Rêgo, que V.Exa. disse da sua surpresa com o procedimento dessas pessoas que foram convidadas e da insatisfação. Deseja-se transparência, debate, diálogo franco e principalmente confronto das ideias, para que, com o livre arbítrio de cada um de nós e com o posicionamento democrático e legítimo que cada um de nós venha a tomar, possamos nos manifestar por meio dos votos. Nada justifica, portanto, o comportamento que tiveram para com esta Comissão e, sobretudo, com o Presidente Vital do Rêgo, que tem sido um Presidente extremamente sensato, democrático e absolutamente correto. Daí por que vou em defesa da Comissão e de V.Exa., Sr. Presidente.

Eu espero que tomemos as medidas, neste caso, duras, para que isso não ocorra de novo. Se a Comissão fraquejar, se a Comissão não levar à frente esse tipo de comportamento, outros virão, e nós ficaremos desmoralizados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Claudio Cajado, V.Exa. saiba que, quanto ao que ontem expressei desta Mesa, com relação a esta audiência, tomei desde ontem as providências necessárias para ultimá-la, de forma convocatória ou não. A Comissão não transigirá em receber os expositores que foram convidados após aprovação de requerimento de V.Exa.

Consulto os senhores. Já há *quorum* na representação do Senado. Havia até manifestado publicamente, Deputado Rogério, o encerramento da reunião, mas, com a chegada do eminente Senador Eduardo Braga, conseguimos *quorum* no Senado. Eu consulto V.Exa. se será possível retomarmos as nossas votações, pelo menos a dos itens da pauta em relação aos quais o PSDB não apresenta obstáculo, qualquer tipo de restrição. Apelo a V.Exa. no sentido de dar utilidade à presença dos senhores aqui e diminuir a tensão da pauta.

Em verdade, eu havia encerrado a reunião às 15h03min, mas, em defesa da própria Comissão, poderíamos votar as matérias que estão na pauta ou pelo menos aquelas que não têm restrição peremptória do PSDB. Poderíamos votar os avisos que constam da pauta até o de nº 9.

Faço essa consulta a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, primeiro gostaria de dizer a V.Exa. que o trabalho que vem fazendo à frente desta Comissão merece os aplausos de todos nós. V.Exa. não tem sido ajudado pelo Governo, que não tem tido o cuidado de viabilizar nesta Casa o *quorum* necessário para o funcionamento desta Comissão.

Eu entendo e respeito a posição de V.Exa., mas vou pedir-lhe que cumpramos o Regimento, já que V.Exa. havia declarado, às 15h03min, o encerramento desta reunião, por falta de *quorum* na representação do Senado. Visivelmente não há *quorum* na representação da Câmara dos Deputados, apesar de constar do livro de registro.

Peço a V.Exa., portanto, que cumpramos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Compreendo V.Exa.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA - Sr. Presidente, eu queria só me irmanar ao pensamento, às ideias do Deputado Claudio Cajado.

Se V.Exa. for fazer esse requerimento, Deputado, gostaria de subscrevê-lo, pelo Senado, juntamente com V.Exa. Estou com V.Exa. nessa indignação. Isso é uma falta de respeito. Isso é uma brincadeira. Isso é uma molecagem. Eu acho que V.Exa. não deve titubear. Faça esse requerimento que eu o subscrevo com V.Exa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, estava tudo acertado. As pessoas dão a palavra de que virão, a Comissão se prepara para a audiência pública, e no mesmo dia vem um ofício em que dizem que não poderão comparecer. Isso é incompetência! Isso é incompetência! Incompetência! Esses órgãos merecem uma fiscalização primorosa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Na forma regimental, encerro a presente reunião, antes, porém, convoco reunião para terça-feira, às 14h30min, neste plenário...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, só um aviso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Comitê de Admissibilidade de Emendas não se reuniu nenhuma vez ainda, e me foi dada a tarefa de coordená-lo. Como haverá a votação da LDO, precisamos tomar uma posição quanto às emendas referentes ao relatório da LDO. Então, eu gostaria que todos os Deputados e Senadores do Comitê de Admissibilidade se reunissem agora na sala de reuniões ao lado da Comissão, para tomarmos uma posição no que diz respeito às emendas concernentes ao relatório da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. O informe está dado.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

Está encerrada a reunião.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 1160 páginas
OS: 2011/13671